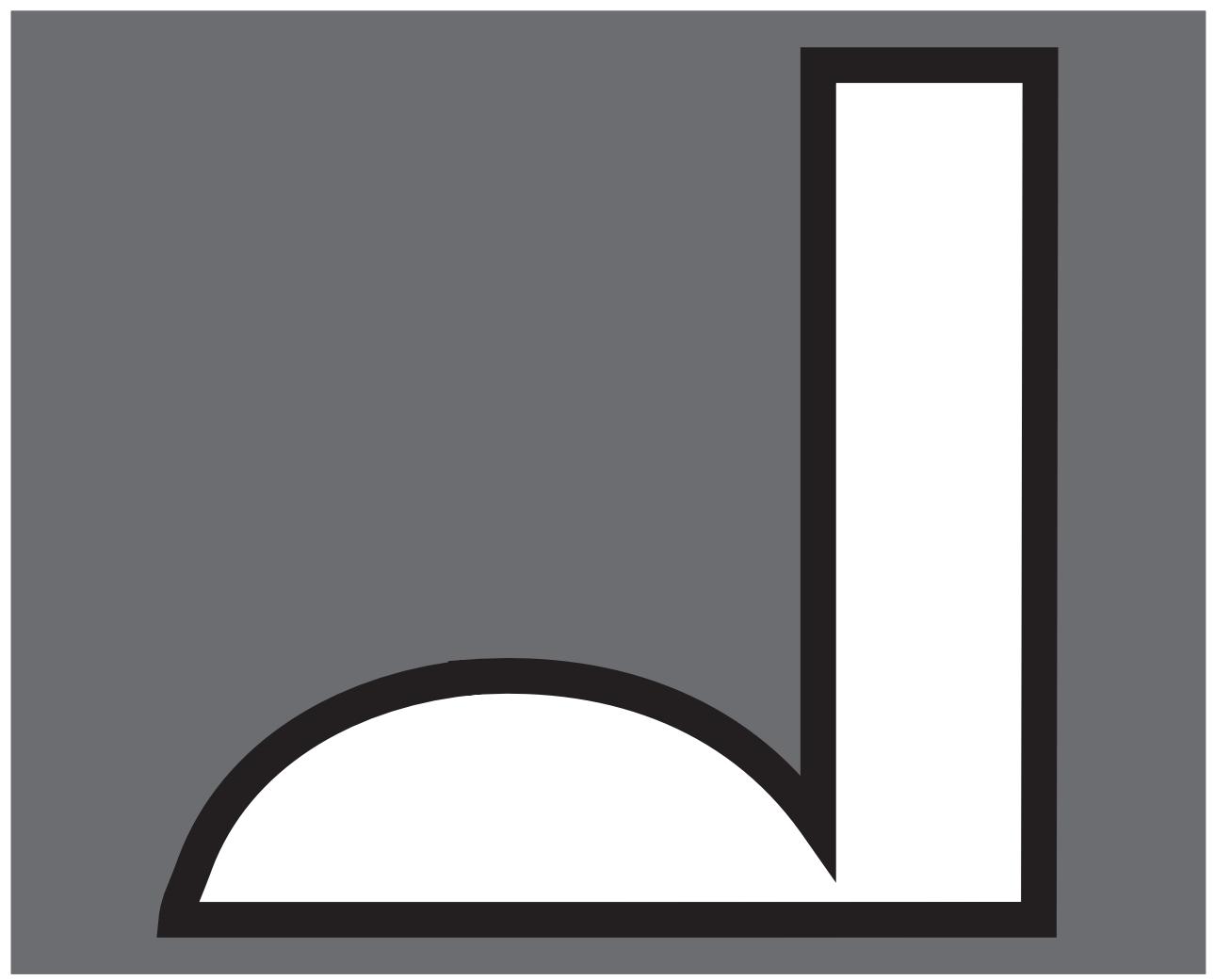




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA**

**Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões**

ANO LXVII – SUP. “A” AO Nº 91 – TERÇA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sámy - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)	
2º VICE-PRESIDENTE Valdemar Costa - (PR-RO/MS) (3,4)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO	
SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (PDT-BA)	
	3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
	4º - Vanessa Grazziotin - (PC-DO-B-AM)	
1. Em 29/03/2011, o Senador Gilmar Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme ROS nº 29/03/11, decretado na sessão de 29/03/11.		
2. Em 03/05/2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 47/2011, aprovado na sessão de 03/05/11.		
3. Em 08/11/2011, vaga em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.		
4. O Senador Waldir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal 16.11.2011.		
5. Em 16.11.2011, o Senador Gilmar Borges ad exequatur o mandato, tendo em vista o término de sua licença		
6. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Borges ter deixado o mandato.		
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.		
LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PTV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros - PMDB Vice-Líder do PMDB Vital do Régo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemar Moka Ricardo Faria Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (32) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC-DO-B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Vice-Líderes Aécio Gurgacz Lídice da Mata (29,99) Ivan Valente Eduardo Lopes (37,45) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (26) Antônio Araújo (25) Líder do PDT - 5 Aécio Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,99) Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30) Líder do PC-DO-B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Jayme Campos - DEM (24) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (33) Leônio Viana (31) Mário Couto (32) Paulo Bauer (6,33) Líder do PSD - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSD Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,33) Flexa Ribeiro (7,35) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes Blauro Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,48) Líder do PR - 6 Blauro Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gilm Argello Benedicto de Lira Lídice da Mata (29,99) Jorge Viana Vital do Régo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Bloco Parlamentar da Base Democrática (PSD/DEM/PP/PSB) - 12 Líder José Agripino - DEM Vice-Líder Antônio Carlos Valadares (30) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues - PSOL (18)		
Notas:		
8. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.		
2. Senador José Agripino exerceu a Liderança do Democratas ate o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.		
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.		
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.		
5. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03/08/2011.		
10. Senador José Agripino exerceu a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 6/2011, lido na sessão do dia 16 de outubro de 2011.		
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAA/B).		
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. GLPPN/2011-GSKPP.		
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAA/B, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.		
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.		
15. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Borges volta ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.		
16. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Borges deixa o mandato.		
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.		
18. Senador Randolph Rodrigues é designado Líder do PRB, conforme OF. GLMB/2011-GSKMB N° 713/2011, lido na sessão de 06/12/2011, conforme o OF. GLMB/2011-GSKMB.		
19. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDBAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.		
20. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.		
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PRD, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.		
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.		
23. Senador Fernando Pimentel é designado Líder do PR, conforme OF. GLPR N° 002/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.		
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDBAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.		
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDLAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.		
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDLAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.		
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDLAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.		
28. Senadora Ana Rita é designado Vice-Líder do PR, conforme OF. GLDLAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.		
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.		
30. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLSAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.		
31. Senadora Lúcia Viana é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.		
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.		
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.		
34. Senador Aluízio Alves é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.		
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.		
36. Senador Mário Covilhã afastou-se do exercício do mandato, nos termos de inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro do Estado da Paraíba.		
37. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme OF. GSACM N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.		
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.		
39. Senador Lúcio Alcântara é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme OF. GLACM N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.		
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.		
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.		
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.		
43. Senador Jayme Campos é promovido a Vice-Líder da Mesa, na sessão extraordinária do Senado de 27 de março de 2012, informe Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sámy, informou que a comunicação será considerada pela Mesa e aguardará a sua formalização para leitura em Plenário.		
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.		
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.		
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.		
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUFSF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.		
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUFSF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.		
EXPEDIENTE		
Doria Marinho Rosário da Paixão Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações José Farías Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Leite Nascimento Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Administração “vogf g'lr'ipqk E'eqnc T'Evpj c Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de maio de 2012 (Realizada em conjunto com a 14ª reunião da CI) (Publicada no item 1.1.7)	5
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2012.....	5
Ata da 22ª Reunião, Conjunta com a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 567, de 2012, realizada em 22 de maio de 2012	12
1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2012.....	54
Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de maio de 2012	77
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de maio de 2012	119
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de maio de 2012	125
1.1.2.1 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de março de 2012.....	153
1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2012	177
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2012	179
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2012.....	202
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2012	225
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de maio de 2012	242
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de maio de 2012.....	254
1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2012	289
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de abril de 2012	302
1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2012.....	316
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2012.....	342
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2012.....	377
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2012.....	403
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2012.....	452
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2012.....	497
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2012.....	538
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2012.....	565
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2012.....	598
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2012	631
1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2012.....	654
Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de abril de 2012.....	685
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2012.....	714
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de abril de 2012.....	743

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 26 de abril de 2012.....

769

**1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraes-
trutura – CI**

Ata da 14ª Reunião, Conjunta, realizada em
17 de maio de 2012.....

776

**1.1.8 – Comissão de Desenvolvimento Re-
gional e Turismo – CDR**

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 3 de maio de 2012.....

798

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2012, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo e Katia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Casildo Maldaner, Roberto Requião, Luiz Henrique, José Agripino, Jayme Campos e João Ribeiro. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 19ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 25 de 2012, de 9 de maio de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-006.387/2011-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 1 de 2011; e Aviso nº 445-Seses-TCU-Plenário, de 9 de maio de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 036.606/2011-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes a realização de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para apurar renegociações de dívidas dos municípios sem suposta autorização da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação da Matéria constante da pauta. Item 1- Mensagem (SF) nº 34 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da Re-

pública Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 1,148, 633,000.00 (um bilhão, cento e quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e três mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em apoio ao ‘Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Sr. Luciano Dias Lourenço, responsável pela Divisão de Gestão Social da Dersa, para prestar esclarecimentos. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião.

As Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos Membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso nº 25, de 09 de maio de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC-006387/2011-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 2011.

Aviso nº 445, do TCU-Plenário, de 09 de maio de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC-036606/2011-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam referentes à realização de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para apurar negociações de dívidas dos Municípios

sem a suposta autorização da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os Expedientes serão encaminhados aos Membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

Item único:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2012 - Não Terminativo -

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$1,148, 633,000.00 (um bilhão, cento e quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e três mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em apoio ao “Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte”.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório:

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Sr. Osvaldo Spuri, Coordenador do Programa; e o Sr. Marcelo Landucci, também aqui presente, Assessor da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Com a palavra o Relator, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Sras e Srs. Senadores, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o pleito do Estado de São Paulo que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o Projeto Rodoanel Mário Covas, Trecho Norte, que visa contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população da Região Metropolitana de São Paulo.

O programa possibilitará a interligação do sistema rodoviário do Estado de São Paulo e a ordenação do tráfego de cargas, possibilitando:

1. a redução do custo de transporte e de mercadorias e do tempo de movimentação de passageiros;

2. a maior agilidade do escoamento da produção;
3. a preservação ambiental; e
4. o desenvolvimento econômico e a geração de emprego.

Vale destacar que os recursos totais a serem alocados no programa alcançam investimentos totais de US\$3,01 bilhões, no período de 2012 a 2105, sendo que além do empréstimo pretendido estão previstos aportes da União por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no valor de US\$987,82 milhões, e contrapartida de recursos do Estado, no montante US\$878,83 milhões.

Análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa examinar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o Parecer nº 432, de 10 de abril de 2012, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estado e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de São Paulo cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções, portanto, atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, a STN informa que o Estado cumpre com as metas e os compromissos assumidos no programa de ajuste e reestruturação fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considerou, ainda, que as condições contratuais são as usualmente estipuladas pelo BID em suas operações financeiras, concluindo que foi observado no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e as leis brasileiras, o que implica em compensação automática de débitos e créditos.

Registre-se, por fim, que o Estado de São Paulo cumpre os limites constitucionais para os gastos com pessoal, educação e saúde, e exerce plenamente a sua competência tributária.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para prestação de garantia pela União contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado de São Paulo para contratar

operação de crédito, nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado nº..., de 2012:

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de *no valor de US\$1,148,633,000.00* (um bilhão, cento e quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e três mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de *US\$1,148,633,000.00* (um bilhão, cento e quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e três mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único – Os recursos da operação de crédito referidos no *caput* destinam-se a financiar o Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizado nas seguintes condições:

I – Devedor: o Estado de São Paulo;

II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até *US\$1,148,633,000.00* (um bilhão, cento e quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e três mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – Modalidade: empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros baseada na *Libor*;

VI – Prazo de desembolso: cinco anos contados a partir da vigência do contrato;

VII – Amortização: em parcelas semestrais sucessivas de valores tanto quanto possível iguais pagas no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira depois de transcorridos até 5,5 anos e, a última, antes de transcorridos 25 anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;

VIII – Juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculado sobre os saldos devedores periódicos do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID composta pelos juros de Taxa de Juros *Libor* trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais ou menos uma margem de custos relacionada aos empréstimos do BID que financiam empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros baseada na *Libor* mais a margem *spread* para empréstimos do capital ordinário;

IX – Comissão de crédito a ser estabelecida periodicamente pelo BID até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato;

X – Despesas com inspeções e supervisão geral em um semestre determinado: o valor devido não poderá ser superior a 1% do financiamento dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do fiador, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na *Libor*, e uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do empréstimo calculados a uma taxa de juros fixa para taxa de juros baseada na *Libor*.

§ 3º Para o exercício da opção referida no parágrafo anterior, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do São Paulo na contratação da operação de crédito externo referida na Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de São Paulo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinquzentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa, pela

presteza, pela agilidade com que preparou o relatório e também pela pontualidade, porque V. Ex^a saiu hoje de Belém – da nossa querida capital paraense – e chegou a tempo aqui para apresentar o relatório de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, não fiz mais do que a obrigação. Com alegria, relatei o projeto que concede ao Estado de São Paulo o empréstimo para que o Governador Alckmin possa dar continuidade a esse brilhante trabalho que ele vem efetuando em benefício do povo de São Paulo, querido Estado de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, este projeto referente ao Setor Norte do Rodoanel é de enorme importância para a Grande São Paulo, para o Município de São Paulo e para todo o Estado, porque terá repercussão sobre a melhor possibilidade de locomoção de todas as pessoas que vêm, por exemplo, de Minas Gerais para São Paulo, mesmo do Rio de Janeiro e de toda região ao norte de São Paulo.

Como passa pela Serra da Cantareira e, estando aqui, como é natural numa ocasião como esta, os representantes do Estado de São Paulo: o Sr. Luciano Dias Lourenço, da Divisão de Gestão Pessoal e o Sr. Osvaldo Spuri, coordenador do projeto, eu agradeceria, até para maior tranquilidade de todos aqueles que são moradores daquela região e alguns dos quais terão as suas moradias removidas, também por haver uma preocupação por parte daqueles que moram nessa parte mais ao norte da cidade de São Paulo e Municípios vizinhos, com respeito aos cuidados socioambientais, sobretudo para o meio ambiente, eu agradeceria se um deles ou os dois puderem muito brevemente dizer das providências que foram tomadas previamente, para que não haja prejuízos do ponto de vista ambiental e também para que, inclusive nós, em especial, Senadores de São Paulo, possamos acompanhar de perto as providências que serão tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo com respeito às inúmeras edificações, pois segundo a própria nota do Dersa, 2.300 edificações serão atingidas, sendo 1.313 com características de assentamentos subnormais, 987 com características de imóveis regulares, mas haverá uma sequência de providências com respeito a essas famílias.

Então, eu agradeceria, Sr. Presidente, se puderem, dada a importância dessas medidas de providências, que nos dessem um breve esclarecimento antes de votarmos a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse trecho do Rodoanel Mário Covas é o último trecho a ser construído, já temos dois, o primeiro, que é o trecho oeste, com uma extensão de 32 km, que interliga muitas rodovias, como a Raposo Tavares, a Régis Bittencourt, a Anhanguera, a Bandeirantes, a Castelo Branco, já entrou em operação em 2002. Acontece que todo esse trânsito para se dirigir ao Porto de Santos tinha que passar pela Avenida Bandeirantes, em São Paulo. Então, para obviar esse inconveniente para a cidade e também para o transporte de carga, construiu-se o Trecho Sul de 61 km, que pega todo esse tráfego e leva diretamente para o complexo de rodovias que desce a Serra do Mar, Anchieta-Imigrantes. O Trecho Leste prossegue conectando os demais com a Ayton Senna e com a Dutra; e, agora, o Norte vai completar esse Rodoanel para conectar todo esse tráfego à Fernão Dias e ao Aeroporto de Guarulhos.

Esse empreendimento ao lado do Ferroanel vai significar um enorme avanço na consolidação da região metropolitana, não só como plataforma logística, mas vai melhorar as condições de vida da cidade, vai promover a descentralização industrial da região metropolitana da Grande São Paulo, ter um impacto especialmente importante sobre o meio ambiente pela redução da emissão de poluentes de veículos na cidade de São Paulo, enfim, além do trânsito, da melhora do trânsito e do transporte coletivo. Então, é um projeto em si mesmo muito importante.

As preocupações do Senador Suplicy são legítimas e estão sendo cuidadas não apenas pelo Governo do Estado de São Paulo, como também pelo organismo que vai financiar, que é o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Sabe V. Ex^a, Presidente, que o BID é extremamente cuidadoso na aprovação de projetos, especialmente no tocante às questões socioambientais.

Tive experiências na gestão da Secretaria de Transportes Metropolitanos e vários aqui tiveram experiência semelhante, do extremo cuidado do BID em relação às precauções ambientais. E há recursos para isso no projeto da ordem de R\$410 milhões.

Em relação às moradias, realmente, a nota do Dersa mostra que há 2.300 edificações a serem atingidas, cerca de 1.300 com características de assentamentos subnormais, e 987 com características de imóveis regulares. Para esses dois conjuntos, também as providências estão em andamento. A Dersa celebrou um convênio com a Companhia de Construções do Estado de São Paulo, CDHU, que é especializada

em empreendimentos habitacionais do Estado, e haverá um repasse de R\$73 milhões da CDHU para o atendimento das pessoas que serão removidas. E já foram selecionadas duas áreas próximas às regiões onde elas moram atualmente para que esse deslocamento, que será necessário para a construção do rodoanel, não afete a vida das pessoas, a rotina das pessoas. Já temos, inclusive, no financiamento que está sendo aprovado, US\$\$40 milhões serão destinados a esta finalidade: construção de moradias para as pessoas que deverão ser deslocadas, isso para as moradias subnormais. Para as moradias regulares, será feito um processo de desapropriação, conforme a legislação do País, pagando-se para isso um valor de mercado sujeito à discussão judicial.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

O Dr. Luciano Dias Lourenço, da Divisão de Gestão Social da Dersa, parece que se encontra. Se V. S^a quiser fazer algum esclarecimento ao questionamento também apresentado, apesar de tudo aquilo que o Senador Aloysio Nunes acabou de comentar... Se V. S^a tem interesse em prestar algum esclarecimento adicional, além daqueles que o Senador Aloysio Nunes acabou aqui de prestar, fique à vontade. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) –

O Senador Aloysio Nunes prestou esclarecimento relativamente ao que vai ser feito com as moradias que serão objeto de deslocamento e transferência, mas agradeço se o senhor puder nos dar uma informação sobre os cuidados que ele diz existirem, inclusive da parte do BID. Mas quais foram os cuidados efetivamente tomados do ponto de vista das preocupações dos moradores daquela região, do ponto de vista ambiental? Essa seria uma informação adicional àquelas que os senhores já nos prestaram e que o Senador Aloysio Nunes aqui registrou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Sr. Luciano Dias Lourenço.

O SR. LUCIANO DIAS LOURENÇO – Pois não, Senador.

Obrigado. Agradeço também a oportunidade de aqui manifestar-me através da Dersa. Agradeço muito as palavras do Dr. Aloysio.

O que o Senador Aloysio disse realmente esgotaria a minha fala, mas, somente em complementação, o BID realmente é um órgão que cobra muito da Dersa, no caso, as ações sociais. E todo o plano de ação, todo o PDRI que é dito pelo BID, que já foi aprovado pelo BID, inclusive, está sendo organizado e vai ser realmente realizado com a coordenação do BID e com o olhar do BID junto. Então, todas as ações seguem

um plano de remoção realmente. E tudo isso realmente segue as normas que o BID nos cobra.

Então, eu não tenho mais o que colocar, além do que o Senador já nos disse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, não havendo mais quem queira discutir, eu vou colocar em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu requeiro seja dada urgência à tramitação do projeto, para que seja votado o mais cedo possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Solicito à coordenação da Comissão de Assuntos Econômicos o encaminhamento ao plenário do Senado, para que nós possamos votar esta matéria ainda no dia de hoje se for possível.

Portanto, está encerrada a presente reunião...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Antes, porém, quero registrar aqui a presença do Deputado Mendes Thame, de São Paulo, do Deputado Pauderney Avelino, do nosso querido Estado do Amazonas, também aqui presente.

Agora vamos começar uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão Mista que vai discutir, nesta audiência pública, com o Ministro Guido Mantega, a Medida Provisória da Poupança.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, antes de entrarmos aqui no ambiente da reunião conjunta, quero compartilhar com V. Ex^a

e com o conjunto dos Senadores que compõem esta Comissão, chamando atenção para a necessidade de um posicionamento por parte não apenas desta Comissão, mas do Congresso Nacional, em relação à tramitação da Súmula Vinculante nº 69, que está em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Na sexta-feira, terminou o prazo para a consulta pública dessa Súmula Vinculante. Se a Súmula Vinculante prosperar no ambiente do Supremo Tribunal Federal, ela desmonta efetivamente todo o conjunto de importantes, estratégicos e relevantes incentivos fiscais para o conjunto dos Estados brasileiros. Importante não apenas em função da produção de receitas governamentais, mas também na própria construção do Produto Interno Bruto dos nossos Estados e, portanto, do nosso País; ou seja, a parte e o todo. E tudo isso se dá em razão da necessidade de o Congresso Nacional efetivamente produzir uma legislação, uma lei complementar, que possa aperfeiçoar o funcionamento da Lei Complementar nº 24, de 1975, que foi edificada, erigida, em um ambiente absolutamente diferente e distinto desse que nós vivemos hoje.

Quero chamar a atenção de V. Ex^a para a necessidade de esta Comissão iniciar um debate – eu sou autor de uma proposta que aperfeiçoa a Lei Complementar nº 24 e que estabelece regras para o funcionamento do Confaz, embora existam outras também tramitando nesta Casa e aqui nesta Comissão, e inclusive me parece que V. Ex^a avocou para que pudesse relatar, pois chama a atenção de V. Ex^a, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, sensibilizado que é, comprometido que é com um tema como este –, que nós possamos acelerar o debate desse tema aqui na Comissão de Assuntos Econômicos para não assistirmos ao Supremo Tribunal Federal legislar na omissão do Congresso Nacional.

É o apelo e a reflexão que deixo a V. Ex^a e ao conjunto dos Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Eu gostaria de fazer só um registro. São muito importantes as observações de V. Ex^a. A questão da Súmula Vinculante preocupa a maioria dos Estados brasileiros. Nós tivemos inclusive uma reunião com o Presidente do Senado, o Presidente Sarney, e, no mesmo dia – e estava aqui o Senador Armando Monteiro, o Senador Russo, o Senador Cyro Miranda –, alguns Senadores foram a uma audiência, às 6 horas da tarde, conversar com o Presidente do STF, o Ministro Ayres Britto, exatamente manifestando a nossa preocupação, porque o comentário de V. Ex^a é muito pertinente. Se

a Súmula Vinculante, e mais uma vez o STF legislar sobre questões que são nossas, os incentivos criados nos Estados vão por água abaixo. E isso preocupa a maioria dos Estados brasileiros.

Estou apresentando, na terça-feira que vem, o meu relatório sobre o PLS nº 85, que extingue a unanimidade no Confaz. Sei que é um tema delicado. Alguns Estados brasileiros, evidentemente, têm questionamentos com relação à quebra dessa unanimidade, mas apresentarei, na próxima terça-feira, o meu relatório sobre o PLS nº 85. Acho que boa parte da Federação brasileira aguarda, com muita angústia, que o Congresso, especialmente o Senado e a Comissão de Assuntos Econômicos, tome uma decisão consistente, competente, para trazer tranquilidade a tudo que os Estados construíram e à luz da Constituição; ou seja, procurando promover a redução das desigualdades regionais.

Portanto, vou apresentar, na próxima terça-feira, o meu relatório sobre o PLS nº 85, relatório de autoria do Governador Marconi Perillo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Ferraço que quer esclarecer aqui algum ponto; depois, Senador Suplicy e Senador Dornelles.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Chamo atenção de V. Ex^a e agradeço o acolhimento. Vejo que V. Ex^a está em linha com essa preocupação, porque se essa súmula vinculante prosperar, qual é a consequência imediata dela? A consequência é que ao obter-se 11 votos dos 11 Ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal, a partir daí, os Ministros poderão, de forma monocrática, definir sobre essas questões, sobre esses incentivos, e não mais o Pleno do Supremo Tribunal Federal. Essa me parece uma questão federativa da maior importância, que deve ser tratada e priorizada nesta Comissão. Acho que V. Ex^a está absolutamente em dia com esse tema.

Mas quero aproveitar também para chamar atenção de V. Ex^a sobre a necessidade de iniciarmos aqui o debate em relação ao Fundo de Participação dos Estados – FPE. Já estamos no mês de maio. Em 2011, o Supremo Tribunal decretou a inconstitucionalidade das regras do atual FPE. Se o Congresso não se manifestar até o final de 2012, quem o fará será o Supremo. Acho que a Comissão de Assuntos Econômicos precisa encontrar um leito, talvez bus-

car um entendimento com o Presidente Sarney, para identificarmos um formato de tramitação dessa matéria no Senado Federal, quem sabe como fizemos com o Código Florestal. Essa é uma proposta que terá de tramitar em várias comissões.

Então, parece-me que esse é um tema maduro. E V. Ex^a, na condição de nosso presidente, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, precisa nos liderar na construção desse ambiente, para que o debate em relação ao FPE possa se dar, para que isso não fique para o final do ano, e tenhamos um debate atropelado, vendo, novamente, maiorias se constituírem em detrimento de minorias. Esse tema é bastante delicado, que vai implicar, seguramente, em perdas para alguns Estados em razão das distorções da atual legislação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós, inclusive, até por orientação do Presidente Sarney, vamos discutir em reuniões conjuntas o FPE, com todas as comissões diretamente envolvidas nessa questão, até para que apressemos a tramitação dessa discussão, preocupados exatamente com o que V. Ex^a acabou de citar. Daqui a pouco, vão legislar sobre o FPE, e o Congresso, mais uma vez, deixará de assumir uma função que é absolutamente sua, especialmente o Senado Federal, que é a Casa da Federação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Já temos um rito minimamente combinado com os nossos Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já há um rito. Propusemos a realização de uma primeira audiência pública, fizemos em uma quinta-feira, mas houve dificuldade de ajustar as agendas. Mas V. Ex^a lembra muito bem. Terminando hoje esta audiência pública da poupança, já vamos cuidar, com os demais Presidentes, de organizar rapidamente a tramitação desse assunto, que é fundamental para o País e para os Estados brasileiros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Eu queria só abreviar as nossas ações.

O Ministro Guido Mantega já está presente aqui? (Pausa.)

S. Ex^a está a caminho. Então, está bom.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, no ano passado, foi apresentado pela Bancada do PT um requerimento para que houvesse cerca de três audiências públicas para discutir o Programa Brasil sem Miséria. No ano passado, já houve a

primeira audiência, em que a Ministra Tereza Campello, acompanhada da então Secretária Executiva do programa, Ana Fonseca, esteve aqui. Mas ficamos ainda de realizar as audiências subsequentes. Entre os nomes indicados, estavam os de dois professores do exterior, Guy Standing e Philippe Van Parijs. Acontece que o Professor Guy Standing foi convidado para um simpósio importante pela Unesp em Marília, na semana do dia 25, e seria uma oportunidade se, por exemplo, na terça-feira, dia 26, pudesse ser feita a segunda etapa daquele debate em audiência pública. Poderei sugerir a V. Ex^a os outros nomes daquela lista aprovada em requerimento que poderiam compartilhar do diálogo com o Professor Guy Standing.

Então, se isso puder ser considerado, após a reunião, encaminharei a V. Ex^a sugestão relativa a essa segunda etapa da discussão da audiência sobre o Programa Brasil sem Miséria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy. Aguardaremos o encaminhamento dessa nova proposta feita por parte de V. Ex^a.

O Ministro já chegou aqui. Portanto, eu pediria que, por favor, falássemos com agilidade os Senadores Cyro, Dornelles, Flexa e a Senadora Vanessa Grazzotin, porque o Ministro já se encontra aqui. Peço que a gente não se estenda demais.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO)

– Obrigado, Sr. Presidente. Vou de encontro ao seu pensamento e ao pensamento do Senador Ferraço.

Na audiência de que participamos, ficou patente que o Ministro Ayres Britto vai procurar nos ajudar, dando a chance de que o Congresso legisle. O Ministro mesmo tratou desse assunto, dizendo que havia uma saída. Se V. Ex^a lembrar, ele disse que a Constituição não permite que sejam tratados desigualmente os desiguais. Por falta de planejamento de desenvolvimento regional, lançou-se mão dos incentivos. Então, o Ministro nos está dando uma chance de fazermos um grande entendimento com o Confaz. Peço agilidade por parte da Casa.

Senador, isso tem de ir para Câmara depois. Não é isso? Então, temos muito pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Temos pouco tempo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) –

Temos muito pouco tempo. Deram-nos pelo menos seis meses para resolver essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Aloysio Nunes, inclusive, sugeriu o apensamento de vários projetos com relação

ao FPE, senão não teremos condição de discutir absolutamente nada aqui.

Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, em que pese o maior respeito que tenho pela posição de muitos Senadores e Senadoras desta Casa, quero dizer o seguinte: guerra federativa aberta, generalizada e fraticida será consequência da quebra da unanimidade do Confaz para deliberar sobre ICMS. O que era conhecido como guerra fiscal feita às escondidas passará a ser transparente. O que era dado em conta-gotas vai se tornar uma verdadeira onda e vai acabar com a Federação. Nós não podemos quebrar a unanimidade do Confaz. Isso faz parte do próprio conceito federativo e está dentro do próprio desenho do ICMS.

Desse modo, com todo o respeito que tenho pelas posições de vários Senadores, quero dizer que considero isso um verdadeiro desmonte da Federação no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa e Senadora Vanessa Grazziotin, por favor, eu pediria agilidade, porque o Ministro já se encontra aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Serei rápido, Senador.

Com todo o respeito ao Senador Dornelles, eu pediria a V. Ex^a, não concordando evidentemente com o pensamento dele a respeito da unanimidade do Confaz, pois tenho um projeto, o PLS nº 240, de 2006, que trata do mesmo objeto – e já me referi a isso na reunião passada.

Esse projeto está com a Senadora Marta Suplicy, que V. Ex^a avocasse também...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já foi devidamente... Até V. Ex^a já comentou comigo esse assunto, eu já tomei as providências devidas aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para que V. Ex^a pudesse dar então o parecer sobre os dois. Eu tenho, inclusive, um pedido de apensamento com a Mesa Diretora. Então V. Ex^a poderia dar o parecer sobre os dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos analisar os projetos e daremos agilidade na tramitação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E com relação à quebra da unanimidade do Confaz, o Ministro Guido Mantega, que está aqui conosco, é favorável e já disse isso numa audiência anterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Várias vezes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, a última oradora, com a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E não precisa pedir brevidade, porque serei muito rápida, Sr. Presidente.

Primeiro, para concordar com o Senador Dornelles em gênero, número e grau. E pela relevância e reflexo que essa matéria pode causar na Federação brasileira, eu penso que devemos fazer igual ao que estamos fazendo no debate do FPE: fazer um calendário de debates em audiências públicas, de tal forma a dar voz aqui, no Senado, a todos os Estados brasileiros.

Sr. Presidente, concordo com o Senador Dornelles. Acabar com a unanimidade no Confaz, eu acho que é legalizar uma guerra fraticida entre as Unidades Federadas. E mais, nessa guerra vão perder aqueles que são mais fracos, não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

Então, que V. Ex^a, não só como Presidente, mas como Relator da matéria, possa trazer um calendário para que a gente possa desenvolver inúmeros debates a respeito do assunto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Portanto, vou dar por encerrada a primeira reunião da CAE, que abordou o empréstimo do BID ao Estado de São Paulo.

Está encerrada.

(Iniciada às 09 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA 18^a REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (22^a REUNIÃO) E PELA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 567, DE 2012 (3^a REUNIÃO), DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, EM 22 DE MAIO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 567, de 2012, com a presença dos Senadores

Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Euclício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Ricardo Ferraco, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Álvaro Dias, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo, Gim Argello, Blairo Maggi, Katia Abreu, Renan Calheiros e Walter Pinheiro; e dos Deputados Henrique Fontana, Arthur Oliveira Maia, Pedro Novais, Antonio Carlos Mendes Thame, Pauderney Avelino, Izalci, Roberto Freire e Paes Landim. Deixam de comparecer os Senadores Casildo Maldaner, Roberto Requião, João Ribeiro, Paulo Bauer e Randolfe Rodrigues; e os Deputados Sibá Machado, Arthur Lira, Audifax e Félix Mendonça Júnior. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositor o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, a fim de debater o atual cenário da economia brasileira e as novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança, instituídas pela Medida Provisória nº 567, de 2012, que estabelece regras para a desindexação da economia, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 17 de 2012, de iniciativa do Senador Eduardo Braga e outros, e ao Requerimento nº 1 de 2012 da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 567, de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral. Após a exposição do Sr. Guido Mantega, usam da palavra o Senador Francisco Dornelles, Presidente da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 567, de 2012, o Senador Lobão Filho, o Deputado Henrique Fontana, Relator da Medida Provisória nº 567, de 2012, o Senador Eduardo Braga, a Senadora Ana Amélia, o Deputado Izalci, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Deputado Pauderney Avelino, o Senador Armando Monteiro, o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, o Senador Eduardo Suplicy, o Deputado Roberto Freire, a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Marta Suplicy, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Lindbergh Farias, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Luiz Henrique e o Senador Flexa Ribeiro. Antes de encerrar, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Francisco Dornelles**, Presidente da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 567, de 2012

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 3ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar a Medida Provisória nº 567, de 2012.

Audiência pública: debater o atual cenário da economia brasileira e as novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança, instituídas pela Medida Provisória nº 567, de 2012, que estabelece regras para a desindexação da economia.

Esta reunião, como é conjunta, deveria ser presidida pelo Senador Dornelles, o nosso decano. Mas o Senador Dornelles abriu mão. Portanto, estou indo para o sacrifício.

Os requerimentos para a realização da audiência pública são: Requerimento nº 17, de 2012, do Senador Eduardo Braga e outros. O Requerimento nº 001, de 2012, da Medida Provisória nº 567, de 2012, de autoria do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Convidado: Ministro Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda.

Peço aos Parlamentares, Senador Acir Gurgacz e Senadora Vanessa Grazziotin, que acompanhem o Ministro da Fazenda Guido Mantega até a nossa reunião, para ter assento à Mesa dos trabalhos. (Pausa.)

O Senador Humberto Costa chegou com o braço machucado. Deve ser o Encontro de Recife, para a escolha do candidato a Prefeito. (Risos.)

Eu gostaria só de registrar, mais uma vez, Senador Walter Pinheiro, nosso Líder aí presente, competente Líder do PT no Senado Federal, que *de acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:*

S. Ex^a, o Sr. Ministro Guido Mantega, terá 30 minutos para fazer sua exposição – aí, Ministro, V. Ex^a toca suas coisas do seu jeito, com tranquilidade, com serenidade. Em seguida, abriremos a fase de interação pelos Parlamentares inscritos.

Há aqui uma lista de inscrição.

A palavra dos Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se Deputados e Senadores, porque estamos aqui – quero registrar mais uma vez – com a presença dos Deputados Mendes Thame, Pauderney Avelino e Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal, além dos Senadores que compõem não só a Comissão Mista, como também a Comissão de Assuntos Econômicos.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao mesmo Ministro mesmo tempo para tréplica.

Como a Casa está cheia, quero até propor a V. Ex^{as}s fazermos perguntas em bloco ao Ministro Guido Mantega, se não ele vai sair daqui às duas horas da tarde. Portanto, sei que muitos Parlamentares aqui, também, fazem parte da Comissão Mista, da CPMI, que inicia seus trabalhos provavelmente às 14 horas.

Assim, sugiro a V. Ex^{as}s – se concordarem – abrimos blocos de cinco Parlamentares, perguntando ao Ministro Guido Mantega, e este responde para dar agilidade aqui a esta audiência pública.

As Sr^{as}s, os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que aprovam a minha sugestão permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos fazer, então, em bloco de cinco.

Quero só registrar que amanhã, às 10 horas, a CAE reúne-se para a sabatina dos novos gestores do Cade e, às 15 horas, para a audiência pública dos portos, uma iniciativa da elegante Senadora Kátia Abreu, aqui presente.

Então, está marcada para amanhã, às 15 horas, também a audiência pública dos portos.

Ela vai invocar o art. 14, e eu não vou permitir isso evidentemente.

Portanto, quero registrar a presença aqui do Deputado Roberto Freire, do PPS, que acabou de chegar.

Com a palavra o Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega para fazer a sua exposição.

Quero agradecer, mais uma vez, Sr. Ministro, sempre pela sua cordialidade. V. Ex^a é sempre muito presente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito obrigado, Senador Delcídio de Amaral, eu queria cumprimentá-lo como Presidente desta Comissão, da Comissão de Assuntos Econômicos. Quero cumprimentar o Senador Francisco Dornelles, Presidente da Comissão Mista; o Senador Lobão Filho, Vice-Presidente desta Comissão; quero cumprimentar o Deputado Henrique Fontana, Relator da Comissão Mista; e os demais Parlamentares, Senadores, Deputados aqui presentes. Quero cumprimentar também o Senador Eduardo Braga, o nosso Líder no Governo.

Vou fazer uma rápida exposição da situação econômica brasileira e mundial neste momento. Falarei também das mudanças nas regras da poupança e outros assuntos de interesse dos senhores. Falarei também das medidas para estimular a indústria automobilística e bens de capital que foram anunciadas ontem.

Então, vamos começar.

Todos sabem que a situação da economia internacional está se agravando nos últimos meses. Isso demonstra que a estratégia de austeridade fiscal abraçada pelos países europeus não está dando certo, porque essa estratégia de consolidação fiscal, de ajuste fiscal não veio acompanhada de medidas de estímulo econômico. Portanto, o resultado dessa estratégia é de derrubar as economias, de levá-las a um baixo crescimento ou até mesmo à recessão.

Em função disso, a economia europeia sofre graves perturbações porque os países que mais sofrem são os da periferia europeia, aqueles mais fragilizados. E, novamente, coloca-se a questão da Grécia continuar ou abandonar a Zona do Euro.

Se houver uma saída não administrada, vamos dizer assim, poderemos ter graves problemas na Zona do Euro, principalmente no setor financeiro, no setor bancário, que é aquele que carrega as dívidas dos vários países, inclusive da Grécia, da Irlanda, de Portugal, da Espanha e assim por diante. Portanto, estamos de novo diante da iminência de problemas no setor financeiro que afetam não só a União Europeia, mas afetam o mundo como um todo.

No caso dos países emergentes, essa situação, levando em conta que o mercado europeu é o segundo maior mercado mundial, depois dos Estados Unidos, e mesmo os Estados Unidos também não estão indo maravilhosamente bem, a economia cresce pouco, portanto, os dois maiores mercados do mundo em dificuldades acabam afetando o crescimento dos países emergentes, a partir principalmente da redução do volume de comércio.

Uma boa parte dos países emergentes depende de exportações para estes mercados: mercado europeu e mercado norte-americano. Com o encolhimento desses mercados, os países emergentes começam a sentir uma redução e, portanto, se instaura, mundialmente, certa inquiétude e uma preocupação que acaba se transformando no que se chama de aversão a risco.

Aversão a risco é o temor de que algo mais grave possa acontecer, alguns bancos possam quebrar ou coisa parecida. Portanto, os credores tiram os seus recursos, os seus ativos e levam para lugar seguro, levam para os Estados Unidos, parte para a Alemanha, para os mercados mais seguros. É isso que chamamos de fuga de capitais, que se dá de todos os países de modo geral.

O Brasil está preparado para enfrentar um agravamento desta crise, está até mais preparado do que estava em 2008, quando tivemos pleno sucesso no enfrentamento daquilo que foi talvez a maior crise da economia mundial nos últimos 80 anos. E, desta vez,

nós temos quase o dobro das reservas que tínhamos naquela época, em 2008. Temos mais de US\$370 bilhões em reserva – tínhamos menos de US\$200 bilhões –; temos uma situação fiscal mais sólida; a nossa dívida diminuiu em relação àquela época; a nossa relação dívida/PIB é menor, portanto, temos mais solidez; os instrumentos para eventuais intervenções do Estado, colocando mais recursos ou colocando mais recursos ou colocando mais créditos para a economia. Estão disponíveis, e nós também já aprendemos com aquilo que fizemos no passado. Temos um volume alto de compulsórios, que o Banco Central poderá liberar. Enfim, estamos preparados para um eventual agravamento da crise europeia.

Passa adiante.

Essa crise leva à retração da economia mundial, conforme pode ser visto. Ali, 2012, é a projeção do crescimento da economia mundial de 3,1%. A soma de todos os países. Portanto, nós podemos ver que é um dos piores momentos da economia mundial em termos de crescimento em 2012.

Passemos adiante.

Ali, nesse gráfico, estão assinalados os países que vão ter, em 2012, crescimento menor do que em 2011 e aqueles que terão crescimento maior. Os que terão crescimento menor estão em vermelho e os que terão crescimento maior estão em azul. Então, os senhores podem ver que predomina o vermelho nesse gráfico. Isso significa que a maioria dos países terá, em 2012, uma taxa de crescimento do PIB menor do que em 2011. Mesmo países normalmente dinâmicos, como é o caso da China, como é o caso da Índia, terão redução nas suas taxas de crescimento. A China, que teve um crescimento de 9,2% em 2011, que já foi menor do que 10% em 2010; em 2012 deverá ter crescimento em torno de 7,5%. Portanto, houve uma redução. O mesmo ocorrerá com a Índia, o mesmo ocorrerá com a Rússia e assim por diante. Felizmente, o Brasil figura entre os países que têm possibilidade de crescimento maior em 2012 do que em 2011. É verdade que nós já tínhamos acelerado mais, em 2011, e temos as condições para, em 2012, crescermos mais.

Passemos adiante.

Nesse quadro, nós temos um exercício do que seria um aprofundamento da crise na Europa, qual seria a consequência desse estresse maior sobre as várias regiões do mundo. Então, podemos ver que as regiões que mais seriam afetadas por um agravamento dessa crise, por um estresse, seriam as que estão assinaladas em vermelho. Os países que estão em vermelho são os que podem perder até 3% de crescimento do PIB, caso haja um estresse maior na crise internacional. Ou seja, se o país ia crescer, digamos,

3%, ele vai crescer zero, em função da crise. Aquilo que está em vermelho são principalmente os países da Europa e mais o norte da África, que estão nessa condição. Em amarelo, aqueles que sofrem uma perda de 2% a 3% do PIB, que seriam Reino Unido, lá em cima; ali, deve ser Finlândia, etc. Poucos países com essa repercussão. Depois nós temos os que terão um impacto moderado, ou seja, uma perda de 1% a 2% do PIB. São aqueles em verde. Então, temos ali a Rússia, o Canadá, os Estados Unidos, a Austrália, a África do Sul. Perderão uns 2%, caso haja esse estresse maior.

E, felizmente, os países menos afetados pela crise, que terão uma redução menor de PIB, em torno de 1%, são os países da América Latina e da África. Esse é um estudo do Fundo Monetário. Não é nosso. Chama-se “Conclusão do Fundo Monetário”. Felizmente, o Brasil e a América Latina estão entre os países que, caso haja um estresse maior, sofrerão uma perda de PIB, em relação àquilo que estava projetado, em torno de 1%. Então, se fossem crescer, por exemplo, 5%, cresceriam 4%.

O importante é que continuarão crescendo e não sofrerão mais recessão.

Passe adiante.

Bom, tendo em vista esse cenário, esse cenário mais adverso, quais são os desafios principais que nós temos para 2012? Nós temos o desafio de acelerar o crescimento num cenário mundial adverso, o que não é uma coisa fácil evidentemente. Por isso é que está colocado como desafio. Não é algo trivial, não é algo automático. É preciso muitas ações para que isso possa se concretizar. Isso passa pela dinamização dos investimentos. Os investimentos têm que crescer; manter um mercado interno forte; continuar mantendo um fortalecimento do mercado interno; a solidade fiscal e o controle da inflação são fundamentais; manter o câmbio favorável, porque o câmbio define em grande parte a competitividade dos países. É preciso ampliar o crédito e reduzir as taxas de juros do sistema financeiro. Ou seja, é preciso continuar reduzindo o custo financeiro no Brasil. Além disso, continuar as reformas do sistema tributário orientado pela desoneração. Continuar a desoneração do sistema tributário brasileiro.

E, finalmente, por último, mas não menos importante, reduzir o custo da energia logística em infraestrutura.

Esses últimos desafios são desafios permanentes, diga-se de passagem, independem da crise. A economia brasileira tem sempre que enfrentar esse desafio de reduzir o custo financeiro. Nós temos que permanentemente buscar reduzir o custo financeiro e temos que buscar sempre reduzir o custo tributário, reduzir a tributação, assim como o custo da energia

logística em infraestrutura. Porém, num momento de crise, esse desafio torna-se mais importante. Ou seja, devemos nos dedicar mais a obter essas reduções de custo no País, para que o País possa ser mais competitivo num momento em que todos os países ficam mais competitivos.

O cafezinho passou direto aqui?

O expositor não faz jus... Só a um copo d'água.
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Café para o Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não faz jus a um cafezinho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É o corte pela crise.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos servir, Ministro, é suco de maracujá. (Risos.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Passando adiante...

Bom, então o desafio é acelerar os investimentos, investimentos privados, que são os mais importantes, por causa do seu volume, e também investimentos públicos que, num momento como esse, são indutores de investimentos privados.

Aí eu estou mostrando o que está acontecendo com o PAC; os desembolsos já efetuados com o PAC de 2012. Nós temos uma dotação de R\$42 bilhões aproximadamente.

E aqui eu estou mostrando aquilo que já foi gasto e comparando com o ano anterior. Então, aqui em abril, valores pagos no PAC: R\$11,300 bilhões contra R\$ 7,600 bilhões, em igual mês do ano passado.

Isso é uma novidade que eu estou apresentando aqui, Senador Delcídio. Não foi divulgado ainda esse número; estou divulgando...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É importante.

O SR. GUIDO MANTEGA – ...os gastos de investimentos do PAC, que continuam numa ascensão. Portanto, 50% a mais do que no ano passado. É um pouco menos do que 50%.

Vamos passar adiante.

Bom, essa é a trajetória de investimentos que nós vamos perseguir, que temos que conseguir. No ano de 2012, está lá assinalado, para um PIB de aproximadamente 4%, nós teríamos que ter 8,8 % de crescimento sobre o investimento do ano anterior. Ou seja, o investimento tem que crescer sempre mais do que o PIB para termos um crescimento de qualidade.

E aí as projeções que temos para os anos seguintes.

Podemos passar adiante.

Essas são as perspectivas de investimento estimadas pelo BNDES e pelo Bradesco, em bilhões de reais. Nós temos ali o período 2007/2010, cujo montante foi 461 bilhões; e o período 2012/2015, em que se espera 597 bilhões, de acordo com essas estimativas.

Eu queria ressaltar ali: setor de petróleo e gás, 354 bilhões, que é o setor mais importante em termos de investimento – aí está a Petrobras, o pré-sal e tudo mais –; depois, a indústria extrativa; e, em terceiro lugar, a indústria automotiva, que deverá ser responsável pelo maior volume de investimento do setor manufatureiro, 56 bilhões. De todo o setor manufatureiro, a indústria automobilística é a que fará os maiores investimentos. Essa é uma das razões pelas quais nós temos que nos preocuparmos com o bom desempenho da indústria automobilística – o volume de investimentos –, e há outras razões.

Passamos adiante.

O Brasil tem uma vantagem em relação a outros países, que é um mercado consumidor forte. Esse mercado continua dinâmico. Nós temos, em 2012, a previsão de um crescimento. Essa é a evolução do comércio varejista, o aumento do comércio varejista. Em 12 meses, terminados em março, temos 6,7 de crescimento. É um bom crescimento. Ele é um crescimento suficiente para estimular o crescimento dos investimentos e da atividade econômica para o País.

Passamos adiante.

Isso explica por que nós precisamos menos do mercado externo para estimular o nosso crescimento.

A continuação da criação de empregos, que é uma coisa rara hoje no mundo, porque o mundo vive um grande desemprego, principalmente os países europeus e ainda os Estados Unidos, mas nós deveremos criar mais de 1 milhão e 300 mil, ou 1 milhão e 400 mil novos empregos, em 2012.

Passamos adiante.

Essa é a comparação de taxas de desemprego do Brasil, que está em verde; da zona do euro, em azul; e dos Estados Unidos, em vermelho. Então, nós podemos ver como caminhamos em direções opostas em matéria de desemprego. O desemprego brasileiro diminui ao longo do tempo – está aí desde janeiro de 2005; era mais que 10, cai para 5,7 na atualidade –, enquanto o desemprego da zona do euro atinge o seu maior nível – 10,8% da população –; e o dos Estados Unidos melhorou um pouco, mas ainda está num patamar muito elevado – 8,3. Portanto, estamos numa situação muito mais favorável em termos de desemprego.

Passamos adiante.

Nós temos ali a massa salarial, que é o aumento da população remunerada mais o aumento real dos rendimentos. E nós podemos ver que essa mas-

sa salarial tem aumentado nos últimos anos. É uma das principais causas do aumento do mercado interno brasileiro e continuará sendo, porque, mesmo em condições um pouco mais adversas, estamos com um crescimento na massa salarial em torno de 5% ao ano. Portanto, um excelente desempenho tendo em vista as condições mundiais.

Passamos adiante.

O Governo continua fazendo uma política de solidez fiscal. Nós já realizamos... Isso aqui é só o Governo central; não é o primário como um todo. Até o mês de março, nós já fizemos 33,8 bilhões de superávit primário, que supera a meta estabelecida para o quadriênio. Era 28, fizemos 33. Portanto, estamos cumprindo à risca as metas de solidez fiscal.

Passamos adiante.

Com isso, continuaremos reduzindo a relação dívida/PIB, devendo chegar ao final deste ano com uma dívida/PIB em torno de 35%, o que é um indicador muito favorável. Isso mostra uma dependência menor, um endividamento menor do Estado brasileiro, que é muito bom numa situação de crise.

Passamos adiante.

Aqui temos o gráfico da inflação. Nós podemos ver que a inflação vem caindo e que, nos primeiros quatro meses de 2011, tivemos índices de IPCA menores do que... Nos quatro meses de 2012, tivemos quatro meses com inflação inferior à de 2011. Portanto, a inflação está em declínio em 2012 em relação a 2011.

Passamos adiante.

O câmbio já se encontra numa situação mais favorável para a competitividade do Brasil, o que significa que, para a indústria, o setor mais atingido pela crise, as condições cambiais são mais favoráveis. Ou seja, as importações ficam mais caras, e as exportações brasileiras, mais baratas, dando-nos mais competitividade. Então, reduz-se o custo Brasil em dólares numa série de itens, o que torna o País mais competitivo.

Então, estamos vendo ali a mudança de patamar em relação ao primeiro semestre do ano passado, quando a média do câmbio era R\$1,63, e agora estamos com uma média acima de R\$1,80 nas últimas semanas, algo em torno de R\$2,00 por dólar.

Passamos adiante.

As reservas internacionais estão elevadas, portanto nos deixam numa situação favorável. O Brasil é um dos cinco ou seis países com maiores reservas do mundo.

Passamos adiante. (Pausa.)

Adiante.

Aqui temos a evolução do crédito no Brasil. Como percentual do PIB, houve uma evolução muito grande, até 2011. E notamos que, de 2011 para 2012, houve

uma desaceleração do crescimento do crédito. Então, essa desaceleração deixou mais escasso o crédito no Brasil e é uma das razões pelas quais nós desaceleramos o crescimento do País. Portanto, uma das respostas para acelerar novamente o crescimento é uma liberação de um volume maior de crédito.

Passamos adiante.

Nós estamos com uma redução da taxa básica de juros desde agosto do ano passado, portanto vem barateando o custo financeiro no País. Ainda não é o ideal, evidentemente, mas já estamos com juros reais bem menores do que tivemos no passado, o que favorece a atividade produtiva.

Passamos adiante.

Porém, ainda nós temos spreads elevados no setor privado, portanto temos ainda uma margem grande de redução, que pode ser feita, do custo financeiro ao consumidor brasileiro. Com a redução de custo financeiro, o consumidor terá acesso a mais bens e terá uma situação do seu orçamento doméstico mais favorável.

Passamos adiante.

Vou entrar, agora, na mudança das regras da poupança. Foi justamente porque temos a necessidade de continuar reduzindo o custo financeiro no Brasil, as taxas de juros, é que tivemos de fazer mudanças nas regras de remuneração da poupança. Nós não podemos ter nenhum obstáculo, nenhum empecilho que possa impedir que as taxas de juros continuem caindo. E a regra anterior da poupança se constituía nesse obstáculo. Vou mostrar por quê.

Passe adiante.

Aqui é uma comparação entre os rendimentos da caderneta de poupança e os rendimentos de fundos de investimentos, que são aplicações corriqueiras do poupador brasileiro. Em geral, o poupador de maior renda vai para fundos de investimento, para aplicar seu recurso.

Vamos examinar ali quando a Selic está em 9%, o que é o caso atual.

Quando a Selic está em 9%, que é o caso atual. Vamos comparar os rendimentos da poupança e os demais rendimentos. Estamos vendo ali, na torre marrom, que quando a Selic é 9%, o rendimento anual da poupança é de 6,8% e o rendimento de um fundo de renda fixa, que é aquele azul mais escuro, com uma taxa de administração de 0,5%, o rendimento líquido, descontado do Imposto de Renda, é de 6,4%. Portanto, já há um rendimento menor num fundo de investimento com uma taxa de administração baixa. Os senhores sabem que não é fácil obter 0,5% de taxa de administração, somente para aqueles investidores com maior volume de recursos, geralmente as instituições financeiras cobram uma taxa maior do que essa que está

aí. Inclusive, esse cálculo foi feito com um Imposto de Renda de 17,5%, que é um médio, é para o aplicador que fica mais tempo nesta aplicação. Porque, se fosse o aplicador que aplicasse só por seis meses, o Imposto de Renda seria 22,5%, maior do que esse.

Então, quero mostrar que já com este patamar de taxa de Selic já ocorre uma desvantagem dos fundos de investimento. Por quê? A rentabilidade bruta do fundo de investimento não é 6,4, é algo como 8,5% ou 9%, é próximo à Selic. Porém, quando você retira o Imposto de Renda e a taxa de administração, o que resta é algo como 6,4, daí o risco de migração dos investidores dos fundos para a poupança. A poupança seria o refúgio para grandes investidores que se deslocariam para lá para obter um rendimento maior.

Passamos adiante.

Com isto, nós teríamos um problema de engessamento da taxa de juros, você não conseguia reduzir as taxas de juros no País, porque você teria esse primeiro piso de juros e não se esqueça que a aplicação significa taxa de captação, ou seja, as instituições financeiras estão captando nesse patamar. Se elas captam a um juro mais alto e o juro não cai, elas vão emprestar também a um juro mais elevado. Portanto, isso é um primeiro problema, estabelece um piso para a queda da taxa de juros. Além disso, o Tesouro que coloca os seus títulos, que oferece seus títulos, cuja dívida está em torno de 1,8 trilhão, portanto, tem que rolar essa dívida e colocar papéis no mercado, não conseguia baixar as taxas de captação, porque teria um competidor grande, que seria essa poupança. Para o Tesouro poder captar, ele teria que elevar as suas taxas de juros e não baixá-las. Com isso, portanto, teríamos um impedimento geral para a redução das taxas de juros.

Esse impedimento seria prejudicial a toda economia brasileira, porque quando você reduz as taxas de juros, reduz o custo financeiro, aumenta o poder aquisitivo da população, que pode comprar mais bens financiados; reduz a dívida pública, os encargos da dívida pública. Portanto, todos... Acredito que a esmagadora maioria da sociedade brasileira se beneficia com a queda da taxa de juros, todo mundo se beneficia, as dívidas ficam menores, o poder de compra fica maior. Então, beneficia todos, inclusive aqueles que aplicam na poupança, porque o cidadão que aplica na poupança; por outro lado, deve ter um crediário onde ele compra uma geladeira, uma televisão, adquire um carro, adquire uma habitação e paga taxa de juros. Então, para ele é melhor que haja uma redução...

Por outro lado, não é possível haver um descompasso, por um lado os aplicadores ganhando taxas de juros elevadas e, por outro lado, a economia rodando com uma taxa mais baixa. É uma contradição.

Então, para corrigir isso, nós tivemos que fazer essa mudança na regra da poupança, preservando ao máximo os interesses e os direitos da maioria dos poupadore brasieliros.

Então, o que foi feito foi o seguinte: naquela ocasião em que nós fizemos a medida – já se passaram três semanas, eu acredito –, havia cerca de 100 milhões de cadernetas de poupança ativas no País. Esses 100 milhões de cadernetas correspondiam a um volume de R\$431 bilhões.

Para essas cadernetas e esses poupadore, para esse saldo aplicado, foram mantidas exatamente as regras que estavam vigorando, portanto, uma remuneração fixa de 0,5% ao mês, que representa 6,17% ao ano, mais a TR mensal. Portanto, mantivemos exatamente os preceitos da Lei nº 8.177, de 1991. Não mudou absolutamente nada.

Além disso, foi mantida a regra, a fórmula da TR, que ficou igualzinha como estava, não mudou nada, e todas as virtudes da caderneta de poupança foram mantidas, ou seja, a caderneta continuou uma aplicação totalmente segura, com liquidez imediata, com facilidade de aplicação. Qualquer aplicador pode fazer pela Internet, em qualquer parte do País. É algo absolutamente simplificado, tem rentabilidade mensal, quer dizer, basta aplicar e, um mês depois, você já tem rentabilidade, e tem isenção de Imposto de Renda. Então, todas as vantagens para esse instrumento.

Portanto, ele continuará sendo um instrumento para a população de poupança mais modesta no País.

Passamos adiante.

Para os depósitos feitos a partir do dia 04 de maio, ou seja, uma nova poupança passa a vigorar uma nova regra. Essa regra só passa a vigorar desde que a Selic caia abaixo, seja igual ou menor a 8,5%. Se e quando a Selic cair abaixo de 8,5%, o rendimento da poupança passará a ser 70% da Selic mais TR. Se ficar acima de 8,5%, continua exatamente a mesma remuneração, ou seja, mesmo para os novos depósitos feitos a partir do dia 04, enquanto a Selic estiver acima de 8,5%, que é o caso atual – atualmente, nós estamos com 9% –, portanto, todas as aplicações da poupança feitas *a posteriori* continuarão exatamente com a mesma remuneração: 0,5% mais a TR mensal. Abaixo de 8,5% significa, portanto, que a inflação está mais baixa, portanto, o juro real é mais elevado, então, aplica-se essa nova regra de 70% da Selic mais TR.

Passamos adiante.

Todas as virtudes da poupança foram mantidas, ou seja, nos novos depósitos, só mudou a regra de remuneração, porém, são mantidos todos os predicados que tem a poupança: liquidez, rentabilidade mensal,

isenção de Imposto de Renda, isenção de taxa de administração.

Mesmo com essa mudança, a poupança continua sendo um dos rendimentos mais interessantes para a sociedade brasileira.

Passamos adiante.

Por que foi escolhido os 70% da Selic como parâmetro para remunerar a poupança?

Os senhores sabem que a Selic é o parâmetro básico, é a taxa básica de juros do Banco Central, mas também é a remuneração básica das aplicações financeiras.

Quem vai aplicar num fundo de renda fixa, em geral, ganha o equivalente ao CDI, que não passa da Selic. Em geral, vocês vão ser informados pelo banco, vocês vão receber 98% do CDI, ou 102% do CDI, ou 95% do CDI.

O CDI é praticamente a Selic, portanto, a Selic é a taxa de referência das aplicações financeiras, só que quem aplica nessa modalidade, não nos esqueçamos, paga Imposto de Renda e paga taxa de administração. Portanto, a diferença de 100% para 70% é mais ou menos esta: é tirar o Imposto de Renda e tirar a taxa de administração.

Nós observamos uma série histórica de 2002 até 2012, os últimos dez, onze anos, para ver em que patamar a remuneração da poupança correspondia à da Selic. E descobrimos aquilo que os senhores estão vendo lá: na maior parte do tempo, a remuneração da poupança era inferior a 70% da Selic. Por exemplo, em 2002, 48% da Selic; em 2003, 47% da Selic; e assim por diante. Só num determinado momento, em 2010, é que a remuneração foi 70% da Selic. E foi exatamente esse patamar que nós escolhemos, o mais alto patamar que já teve a poupança em relação à Selic. Portanto, ficou como fixo 70% da Selic a remuneração da poupança. Se a Selic cair, a remuneração dessa nova poupança cai também proporcionalmente; se subir, ela sobe também; e assim por diante.

Passamos adiante.

Fizemos aqui uma simulação com a nova regra da poupança, agora, para verificar a remuneração com a nova regra. Então, vamos pegar a Selic a 8%; portanto, já entrou em vigor, teria entrado em vigor a nova regra da poupança. Isso são hipóteses. Eu não estou falando aqui que a Selic vai para 8%, longe de mim. Aqui nós temos 8, 9, 12, 7, temos todos aqui, mas só estou pegando o exemplo de quando a Selic estiver numa posição que já deu o *start*, que já provocou a entrada em vigor da nova regra. Se fosse 8%, a remuneração da poupança seria 5,6%, sendo que a remuneração de um fundo de investimento de renda fixa com a taxa de administração a menor possível –

por enquanto, 0,5% – é 5,7%. Portanto, o fundo de renda fixa, o melhor fundo, o mais bem remunerado está empatando com a remuneração da poupança. Se pegarmos o fundo de renda fixa com uma taxa de administração de 1,5%, o fundo de renda perde para a poupança: 4,8. Portanto, nós transformamos a poupança num dos melhores rendimentos da economia brasileira neste cenário de redução de juros naturalmente. Então, isso está ali demonstrado.

Passamos adiante.

Então, em função disso, nós acreditamos que a poupança era e continua sendo uma das aplicações mais interessantes, mais seguras para os pequenos e médios poupadore. De certa forma, os pequenos e médios poupadore têm condições de ter uma remuneração igual ou maior até do que grandes poupadore, que estarão em outros instrumentos. Portanto, foram mudanças. Fizemos a menor mudança possível. Fizemos uma mudança que fosse muito inteligível, que fosse clara, que pudesse ser compreendida com facilidade por todos. E me parece que fica nítido que não há prejuízo da população. Os direitos foram mantidos. Direitos adquiridos foram assegurados. E o resultado disso é que, depois que entraram em vigor as novas regras, os depósitos em poupança aumentaram, o que mostra que a população está satisfeita com a nova modalidade. Houve um aumento de depósitos no período posterior ao dia 04 de maio.

Para finalizar, ontem, nós lançamos novas medidas de estímulo à economia. É uma sequência de medidas que nós temos tomado e que os senhores têm aqui acompanhado, mesmo porque as leis estão tramitando aqui, no Congresso. A medida do Brasil Maior está tramitando e possui vários estímulos à economia: redução de tributos, redução do custo financeiro, etc. E o que fizemos ontem foi um conjunto de medidas para estimular o setor automotivo e o setor de bens de capital.

O setor automotivo é um dos mais importantes da indústria manufatureira brasileira, pelo tamanho da sua cadeia produtiva – é uma cadeia longa –, pelo volume de empregos que gera. Só os empregos na área de comercialização chegam a 400 mil nessa área, e não queremos que haja demissão alguma, nem nesse, nem em outros setores. Por isso, temos tomado medidas para garantir o nível de atividade desses setores.

E os bens de capital, porque significa baratear investimentos, o que é bom para todo o sistema produtivo brasileiro. São medidas financeiras e medidas tributárias que vou explicar agora. Mas, antes disso, queria destacar que, para desembocarmos nessas medidas, foi feita uma longa negociação com os setores envolvidos nessa questão. Então, nos reunimos

várias vezes com o setor financeiro, com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), que são os produtores; com a Abrav (Associação Brasileira de Revendedores Autorizados de Veículos), que são os revendedores de veículos; e conversamos com os trabalhadores, enfim. E o Governo envolvido nisso, quando fizemos um compromisso em que cada um desses setores daria uma contribuição para redução do custo, redução do preço e redução do custo financeiro. Então, cada um entrou com uma contribuição nisso, de modo a tornar o produto mais barato para o consumidor e reduzir o custo do investimento no País.

Vamos adiante.

Bom, quais foram as medidas tomadas?

Para o setor automotivo, medidas financeiras. Os bancos privados e públicos se comprometeram em aumentar o volume de crédito, porque o volume de crédito está escasso. Ele foi reduzido para o setor, o que dificultou as vendas. Então, se comprometeram em aumentar o volume de crédito, reduzindo o percentual de entrada. As instituições financeiras aumentaram ultimamente o percentual de entrada para aquisição do veículo, o que o tornou mais difícil, menos acessível ao bolso do consumidor. Eles diminuíram as prestações. Então, tudo isso aumentou a parcela a ser paga pelo comprador, o que acabou comprometendo o desempenho do setor.

Então, houve um compromisso para aumentar o volume de crédito, reduzir a entrada, aumentar as parcelas e reduzir a taxa de juros para o setor. O Banco Central se comprometeu em reduzir o compulsório, liberar compulsório para que haja mais crédito para as instituições financeiras a um custo menor.

Então, além disso, passamos adiante.

O Governo se comprometeu a reduzir o IPI. No caso de carros até mil cilindradas, aqueles que estão no regime automotivo, aqueles que fazem investimentos no Brasil, etc., para o automóvel até mil cilindradas, o IPI de 7% foi reduzido a zero, até o dia 31 de agosto.

Aqueles fora do regime automotivo; aqueles que pagam 30% de IPI a mais, passaram de 37% para 30%. Portanto, foi equivalente.

Para automóveis de mil a duas mil cilindradas, no regime automotivo, de 11% passou para 5,5% o IPI; e, de 13% para 6,5%. Esclareço que 11% é para o carro *flex* e 13% para o carro a gasolina. Portanto, houve uma redução. Fora do regime automotivo, tem que adicionar 30% do IPI.

Para os utilitários, pagavam 4%. Vão pagar 1% de IPI; fora do regime, de 34% para 31%. A renúncia fiscal é estimada em 1,2 bilhão para essa modalidade. Isso é desoneração tributária.

Foi reduzido também o Imposto sobre Operações Financeiras, que incidia sobre o crédito ao consumidor pessoa física, que estava pagando 2,5% ao ano de IOF; nós reduzimos 1% e, portanto, passa a pagar apenas 1,5%. Isso vale não só para o financiamento automobilístico, mas para qualquer tipo de financiamento. É uma medida que favorece o crédito de modo geral. A renúncia dessa medida é de R\$900 milhões.

Passemos adiante.

O setor automotivo se comprometeu a dar descontos sobre o preço de tabela. Para os carros até mil cilindradas, um desconto de 2,5%; para os carros de mil a duas mil cilindradas, 1,5%; e, para os utilitários e comerciais, 1,5%. Portanto são coisas que se somam: você reduz o IPI e ainda tem o desconto dado pelas produtoras sobre o preço de tabela. Portanto, o carro de até mil cilindradas deveria cair algo como quase 10% o preço de venda do automóvel. É uma bela redução. Ajuda até a inflação, porque baixa a inflação.

Além disso, o setor produtivo se comprometeu a fazer promoções especiais e a não fazer demissão de trabalhadores, que é uma das questões mais importantes para o Governo, não permitir que haja demissão de trabalhadores. Não houve até agora, mas como o setor tem acumulado um volume grande de produtos de estoque, já estava ameaçando a começar dar férias coletivas, antecipar as férias coletivas. Dessa maneira, nós estamos evitando esse tipo de medida, de modo que as vendas absorverão esse estoque e impulsionarão novas vendas.

Vamos passar adiante.

Além disso, para beneficiar o setor de bens de capital, reduzir o custo dos investimentos, nós fizemos também reduções de taxas e juros do programa do BNDES chamado PSI (Programa de Sustentação do Investimento). No caso, o financiamento de exportações para embarque para grandes empresas, ou seja, capital de giro para empresas que fazem exportação, caiu de 9% ao ano para 8% ao ano, ou seja, está abaixo da Selic, é um financiamento mais barato. Para o financiamento de ônibus e caminhões, o custo do financiamento ao ano caiu de 7,7% para 5,5%, ou seja, 5,5%, o que significa quase juro real zero para o financiamento de caminhões e ônibus; significa o prazo de até 120 meses para pagar o caminhão e o ônibus. Caminhões e ônibus são bens de capital, transportam mercadorias, e isso é muito importante para reduzir custos da produção brasileira. Para o financiamento de máquinas e equipamentos a todos os segmentos da produção brasileira (indústria, agricultura), que compram máquinas e equipamentos poderão fazê-lo a uma taxa de juros que hoje era de 7,3% por 5,5% ao ano; taxa final ao ano também uma taxa bastante

reduzida, de modo a reduzir o custo de investimento de todas as empresas.

No financiamento da Proengenharia, que é elaboração de projetos de engenharia, que são fundamentais para fazermos os investimentos, projetos desenvolvidos no Brasil, desenvolvem tecnologia, produtividade, houve a redução de 6,5% para 5,5%. Também houve alterações de prazos para a linha de financiamento de ônibus e caminhões do Procaminhoneiro, que foi elevado de 96 meses para 120 meses. Então esse é o conjunto de medidas que anunciamos ontem.

O que se espera dessas medidas é que haja... Bom este é o custo, pode passar adiante, de equalização, R\$619 milhões para essa redução de juros. E o resultado esperado dessas medidas é reduzir o custo do investimento ainda mais, são novas medidas para reduzir custo de investimento, temos feito várias. E, para o setor automotivo, houve a redução do custo de tabela dos veículos; no caso de veículos de mil cilindradas, houve a redução de cerca de 10%. Mas houve uma redução também das parcelas pagas pelos consumidores de veículos. Desse modo, estamos dando mais um impulso para a manutenção de uma taxa de crescimento satisfatória no País.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega. Foi uma bela exposição, didática, simples, entendível!

Passo a palavra, agora, ao Senador Francisco Dornelles, que é o Presidente da Comissão Mista.

Depois, concederei a palavra ao Senador Lobão e ao Deputado Henrique Fontana. E começaremos as interpelações.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ministro Mantega pela sua exposição.

Cumprimento também a Presidenta Dilma Rousseff pela edição da Medida Provisória nº 567, que estabeleceu o caminho para a redução da taxa de juros. Assim, conseguiu ganhar a confiança dos poupadore, e os depósitos na poupança aumentaram. Manteve a remuneração da caderneta de poupança praticamente no mesmo nível dos fundos de investimento. E ainda houve um aspecto positivo que, muitas vezes, não existe no Brasil: não houve caráter retroativo. A Medida é extremamente importante.

Ministro, quero também dizer a V. Ex^a que acompanhei as medidas anunciadas em relação ao setor automobilístico: aumento de crédito, redução das parcelas e das entradas. E estou certo de que o Governo também vai acompanhar o problema da inadimplência. Temos de manter nossas instituições fortes.

Em relação à Caixa Econômica, já existem, hoje, informações na imprensa de que há discussões no Governo para a proposta do Tesouro para custear a transferência de contratos inadimplentes da Caixa para a Emgea, que, hoje, administra o passivo.

Desse modo, acho que o Governo não pode esquecer, no momento, o problema da inadimplência na área das operações de compra de automóveis e, principalmente, a situação da Caixa. Na realidade, o que se está fazendo? O Governo, ao assumir os contratos de inadimplência, está botando dinheiro público em operações de uma entidade privada.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra, o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Além dos cumprimentos exarados pelo Senador Dornelles, esta Casa agradece a atenção e a permanente disposição aos membros da equipe econômica e, principalmente, ao seu general maior, o Ministro Guido Mantega.

Sr. Presidente, cônscio de que a presença maciça nesta Comissão se destina a ouvir o Ministro Guido Mantega e não nós, parlamentares, e sabedor de que a lista de inscritos já alcança 27 inscritos, eu, que havia preparado uma lista de investigações, irei me limitar a apenas uma sucinta investigação.

O Ministro Mantega anunciou, neste mês, mudanças nas regras da caderneta de poupança, que visam a dar condições ao Banco Central de reduzir a taxa básica de juros, a Selic, para possibilitar que haja barateamento de crédito, aumento de consumo.

A pergunta é: o Governo estudou a possibilidade, apesar de ter sido dito que é remota, apesar das simulações favoráveis, apesar dos atrativos da poupança, de haver redução no fluxo de recurso para o setor habitacional?

Com as novas regras da caderneta de poupança, caso a Selic seja reduzida a 8,5% ou a menos, a poupança passará a ser possivelmente menos rentável. Nessa situação, poderá haver um desinteresse por parte dos investidores em continuar a aplicar na poupança. Sendo assim, consequentemente, isso prejudica o setor imobiliário, uma vez que 65% dos recursos da poupança são destinados ao financiamento habitacional.

Vale ressaltar que o setor imobiliário e o de construção civil são alguns dos segmentos que mais crescem na nossa economia. Há demanda de crédito permanente da população brasileira nesse setor, e ela é crescente e é grande.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lobão pela brevidade.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, Relator da matéria.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Nosso Presidente, Senador Delcídio, quero cumprimentar o Ministro Guido Mantega, que vem a esta reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória da Poupança.

Quero cumprimentar o Senador Dornelles, o Senador Lobão, todos os Senadores e Senadoras e todos os Deputados e Deputadas que aqui estão.

Ministro, primeiro uma frase de elogio e incentivo, porque eu estava aqui tentando fazer as minhas contas e V. Ex^a já tem a responsabilidade de dirigir a economia brasileira como Ministro da Fazenda há mais de seis anos. E uma característica dessa gestão tem sido exatamente a previsibilidade, a estabilidade e a construção de curvas positivas nos mais diferentes indicadores da economia brasileira.

Isso, aliás, Presidente Delcídio, é o que abriu esta pauta muito bem vinda da alteração das regras da poupança, porque ela se tornou necessária exatamente para abrir mais um passo nesta caminhada da queda da taxa de juros, que é o objetivo que toda economia saudável deve ter, porque isso evidentemente incentiva o setor produtivo, a geração de empregos e o crescimento do País.

Como Relator, Sr. Ministro, eminentes colegas Parlamentares, li com atenção todas as emendas que foram apresentadas à medida provisória e tenho primeiro um compromisso: o da rapidez com que pretendo apresentar este relatório, porque considero muito importante que nós, Parlamento, façamos a votação o quanto antes desta matéria, pela importância que tem a transformação desta legislação que está em vigor, através de medida provisória, numa lei votada pelo Parlamento: Câmara e Senado.

Ministro, eu questiono a V. Ex^a algo que venho pensando nesses últimos dias, ao ler as emendas e também ao estudar a matéria, que é a preocupação de que aqueles poupadore, ou, melhor dizendo, aqueles cidadãos brasileiros que tiveram acesso ao crédito imobiliário, ao longo dos últimos anos, não vivenciam o cenário atual de redução de taxa de juros que nós estamos vivenciando. Portanto, muitos deles seguramente terão o desejo de transformar o seu débito naquilo que definimos como a portabilidade desses débitos, talvez procurando outra instituição financeira ou mesmo re-negociando com a sua mesma instituição financeira o crédito imobiliário que retiraram a "x" anos atrás. Como haverá e está havendo com esta alteração da forma de remunerar os depósitos da poupança uma queda na taxa de juros – e muito bem vinda, esperamos que em breve a selic tenha uma nova queda e que entre

em vigor essa nova forma de remunerar –, aqueles que vão buscar o crédito imobiliário a partir desses recursos terão o crédito imobiliário mais barato, o que é muito positivo para a economia brasileira e também para quem precisa comprar a sua casa, o seu apartamento e assim por diante.

A minha pergunta então é focada neste tema. Como V. Ex^a e o Ministério da Fazenda analisam essa possibilidade de facilitar a portabilidade dessas dívidas com o objetivo de também ser este mais um mecanismo que nos facilite a queda da taxa de juros?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Diz o Regimento que os autores do requerimento deveriam falar agora. Abro mão da minha fala até para dar celeridade ao debate e passo a palavra ao Senador Eduardo Braga para, depois, começarmos a chamar os inscritos, seguindo a liturgia da Comissão.

Depois do Senador Eduardo Braga, V. Ex^a responde em bloco dos cinco que falaram agora. Sendo que, desses cinco, um abriu mão de perguntar, que é o meu caso. Depois mais cinco. E aí V. Ex^a responde, e assim por diante.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Caro Presidente Delcídio do Amaral, cumprimentando V. Ex^a, eu cumprimento a todos os Membros do Parlamento brasileiro que compõem a Mesa deste debate.

Quero cumprimentar o nosso eminentíssimo Ministro Guido Mantega, não apenas pela clareza da exposição aqui realizada, mas também pela importante percepção dada ao Parlamento brasileiro, nesta grande audiência pública, e também aos brasileiros que nos acompanham, neste momento, pela TV Senado, pela Rádio Senado, de que o Brasil não apenas está preparado para fazer esse enfrentamento da crise econômica mundial, como tem um plano para fazer esse enfrentamento. Não são ações isoladas que o Governo brasileiro está apresentando, e sim um conjunto de ações que norteiam um plano que possa assegurar a redução da taxa de juros, que possa assegurar a manutenção e a ampliação dos empregos, no nosso mercado doméstico e na nossa economia, e que possa, também, assegurar o controle inflacionário e a redução, inclusive, de determinados produtos que são pilares da macroeconomia brasileira.

Portanto, eu gostaria de iniciar, cumprimentando o Ministro Guido Mantega, em nome de toda a equipe econômica do Governo da Presidenta Dilma, exatamente por essa percepção. Podemos citar, inclusive, uma ação do Senado da República e desta Comissão,

Presidente Delcídio do Amaral, extremamente debatida nesta Casa, que foi a aprovação da Resolução nº 72, e que só fez sentido a sua aprovação, exatamente em um contexto de diversas ações que compõem esse plano de manutenção do crescimento, de manutenção dos empregos, da manutenção da indústria nacional diante do cenário internacional aqui exposto.

Eu gostaria, mais uma vez, de destacar também as ações em cima de setores importantes, como é o caso do setor automotivo, como é o caso dos bens de capital, como é o caso dos materiais de construção – que não foram citados na apresentação de hoje, mas ontem foi anunciado para o mercado brasileiro também uma série de ações voltadas para o aquecimento na área de materiais de construção –, e dizer da importância e da virtude da medida adotada em relação à nova poupança. Primeiro, porque o Governo teve a coragem de manter as regras da antiga poupança para todos os poupadore que acreditaram nesse modelo, ou seja, nenhum daquelas 100 milhões de cadernetas de poupança, que provocavam um saldo de R\$431 bilhões, precisam se preocupar com novas regras. No entanto, a partir do momento em que a taxa Selic baixar de 8,75% – e torcemos nós para que isso aconteça o mais rápido possível –, uma nova poupança e um novo mecanismo de remuneração de poupança passarão a existir no mercado.

E aí, Ministro Guido, vai uma primeira pergunta.

A partir de então, nesse novo patamar, abaixo de 8,75%, nós teremos uma remuneração de poupança que será variável. No mesmo caminho da pergunta do relator, o Deputado Henrique Fontana, como é que ficarão os contratos de financiamento imobiliário quando nós tivermos a remuneração da poupança também de forma variável? Porque hoje, como é sabido, o contrato do crédito imobiliário – como a poupança tinha remuneração pré-fixada – tinha, obviamente, as mesmas condições; agora, ele passa a ter uma remuneração de 70% da taxa Selic. Essa é uma pergunta importante.

Ao mesmo tempo, já em debates e em conversas com V. Ex^a, sei que o Governo não ficará restrito apenas a setores como o automotivo e o setor de materiais de construção e de bens de capitais. É importante, principalmente para nós – e agora falo como representante do Polo Industrial de Manaus –, ouvir de V. Ex^a questões importantes para o polo, por exemplo, de duas rodas, motocicletas, que é impactado da mesma forma que o automotivo, com relação à questão da escassez de crédito, com relação à questão da aprovação. E hoje as indústrias de motocicletas já estão, no sistema de duas rodas, com aproximadamente quatro meses de estoque entre as concessionárias, os trânsitos e as montadoras.

Pergunto a V. Ex^a: Quais são as medidas que o Governo está imaginando para esse setor, bem como para o setor de linha branca, por exemplo, para a questão do ar-condicionado *Split* e do micro-ondas?

Faço, finalmente, uma última colocação. A segurança jurídica é, sem dúvida nenhuma, um dos patamares extremamente interessantes da nossa política de crescimento econômico?

Portanto, quero aqui destacar o compromisso do Relator Henrique Fontana com relação à celeridade, para que tenhamos a segurança jurídica e as regras estabelecidas de forma absolutamente seguras e estáveis, para darmos cumprimento a essa estratégia de redução de taxa de juros e de ampliação da base de crédito.

Por fim, a questão do compulsório, em que V. Ex^a tocou, tangenciando. O que V. Ex^a poderia falar-nos a mais, com relação à questão do compulsório para o aumento da expansão de crédito no País?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

Eu só gostaria de registrar aqui que estão escritos os cinco próximos: a Senadora Ana Amélia, o Deputado Izalci, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Deputado Pauderney Avelino e o Senador Armando Monteiro. Depois das respostas do Ministro Mantega, vamos nessa sequência.

Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente.

Em relação à questão da inadimplência, que indagou o Senador Dornelles, devo dizer o seguinte: de fato houve um aumento da inadimplência de 2011 para 2012.

As causas dessa inadimplência são: em primeiro lugar, a própria desaceleração da economia, que acaba levando a uma inadimplência, porque vem acompanhada de uma redução da liberação do crédito, e os bancos começam a ficar mais prudentes nas suas liberações.

Nós tivemos, no ano passado, uma elevação do custo financeiro. Tínhamos também um problema de inflação, no ano passado, que tinha de ser combatido. Então, elevação de custo financeiro, redução de disponibilidade de crédito, redução da taxa de crescimento levam inevitavelmente a aumento de inadimplência.

É claro que se podem ter alguns problemas localizados, algum setor em que se teve alguma inadimplência por motivos específicos, mas no geral essa é a regra que ocorre.

Aí temos um fenômeno pró-cíclico. Os bancos, as instituições financeiras têm uma espécie de instinto. Elas reagem. Quando começa a surgir um aumento da inadimplência, elas reagem no sentido de reduzir

o crédito, quer dizer, de selecionar mais o crédito que é liberado, de elevar o custo financeiro, o que acaba levando a mais inadimplência. Ou seja, a ação torna-se pró-cíclica e não anticíclica.

Pró-cíclica é assim: o ciclo está desacelerando, e se tomam medidas que ajudam a desacelerá-lo, quando, no caso, ter-se-ia de tomar medidas anticíclicas. Mas em geral essa é a reação do setor privado. É uma reação, eu diria, quase natural e inevitável. Aconteceu em 2009. Em 2008, quando eclodiu a crise, as instituições financeiras fizeram o quê? Bloquearam todo o crédito ou o reduziram a 30%. Aí exigiram mais contrapartida dos felizardos que continuaram recebendo crédito e subiram as taxas de juros. O que aconteceu? A inadimplência subiu vertiginosamente.

Naquela época, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica saíram, elevando o crédito: mais volume de crédito, taxa de juros mais baixas. O que aconteceu? A inadimplência nessas instituições caiu.

Então, nós temos como reduzir essa inadimplência com uma nova liberação de crédito. Nós temos que liberar mais créditos; reduzir o custo financeiro. Nós temos mecanismos também para reestruturar essa inadimplência e nós estamos pensando em medidas que permitam isso. Se nós conseguirmos acelerar um pouco o crescimento... E se o setor financeiro tomar essa atitude, e eles se comprometeram comigo a fazer isso, estão comprometidos a liberar mais créditos, dentro de parâmetros de responsabilidade. Ninguém quer aqui que alguém saia fazendo loucura, dando crédito para quem não pode recebê-lo. Dentro dos padrões normais de segurança, de responsabilidade, liberar mais crédito e baixar o custo financeiro.

Essa redução do IOF que nós fizemos vai ajudar. Isso porque se você pegar o crédito para um automóvel, em geral são as taxas mais baixas de crédito, gravitam em torno de 20% ao ano um financiamento de automóvel. Nós estamos tirando 1%; a taxa já vai para 19% só com essa redução do IOF, e mais o que eles pretendem fazer, você tem uma redução do custo.

Então, com tudo isso, a inadimplência tende a cair.

Queria informar ao Senador que os bancos públicos possuem a menor inadimplência do sistema. Estou falando do Banco do Brasil e Caixa Econômica. Portanto, não procede essa matéria que saiu na imprensa, que o Senador mencionou, que estaria havendo a preocupação de separar ativos podres de Caixa e Banco do Brasil porque eles não existem. Inexistem créditos podres, estou declarando aqui. Eu não sei de onde saiu essa matéria. Deve ser algum competidor, eu não sei, que estava interessado, porque, se você olhar as taxas, de inadimplência do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES também, elas são menores do

que as taxas de inadimplência dos bancos privados, o que é muito salutar. Mostra que os bancos públicos trabalham com discriminação, com responsabilidade até maior.

Portanto, isso não procede; a Caixa Econômica não tem nenhum ativo podre, posso lhe dizer, e apresentou um lucro até maior. No primeiro trimestre deste ano o lucro dela subiu em relação ao ano passado.

Então, não tem nada disso. Não tem esse problema.

Em relação à questão da poupança, respondendo ao Senador Lobão, posso lhe assegurar que o setor habitacional vai ter mais fluxo e não menos fluxo com essa nova regra. É o que já ficou demonstrado com o comportamento do poupador, depois que nós entramos com o novo sistema: aumentaram simplesmente os depósitos em poupança. Aumentaram R\$4 bilhões ou R\$5 bilhões, em uma semana, os depósitos de poupança, o que mostra que o poupador confiou no novo sistema, confiou, tem segurança e, portanto, a meu ver, aumentarão os depósitos da poupança de forma gradual; também não vai ser explosiva, porque nós não queremos... Nós queremos que esse seja um instrumento para a população brasileira, para os grandes poupadore.

Então, não há problema de falta de recursos para o financiamento habitacional, de acordo com a preocupação do Senador Lobão.

Em relação à questão colocada pelo Deputado Henrique Fontana, no caso, ele mencionou, se não me engano, a situação em que, à medida que os juros vão caindo, eles acabarão caindo também para o financiamento habitacional. E, portanto, o cidadão que há algum tempo atrás tomou um crédito a uma taxa mais elevada, como as taxas estão caindo, ele fala: "Bom, e agora, estou com um financiamento aqui de 15 anos com uma taxa mais elevada?" Nós estamos trabalhando para implantar a portabilidade do crédito, o que significa que, se ele tem uma oportunidade de ter um outro banco que lhe ofereça uma taxa menor, ele liquida aquele crédito, não paga tributação, não paga IOF, não há tributo nenhum, não vai haver tributo e nenhuma penalização. De modo que ele poderá transferir para nova taxa.

É claro, os próprios bancos que detêm o crédito imobiliário serão, digamos, pressionados para que eles mesmos façam essa mudança, senão o cidadão vai mudar de banco. E para ele não mudar de banco, o banco vai falar: "Olha, cinco anos atrás, eu lhe dei um crédito e a taxa do crédito habitacional era 12%, hoje é 9%, não há sentido ficar assim, porque caiu todo o custo". E ele vai renegociar. Está certo? Então, serão facilitadas também as negociações de modo a

que todo mundo possa se beneficiar dessa redução. Nós já estamos trabalhando nessa portabilidade de modo a beneficiar aqueles que já entraram no sistema.

O Senador Eduardo Braga, com muita propriedade, descreve a nossa estratégia para o Brasil. Ela é composta de medidas estruturais e medidas conjunturais.

Nós temos uma estratégia de longo prazo para manter o crescimento sustentável no País que persegue a redução do custo financeiro, que é uma das variáveis importantes. E nós temos criado as condições para que isso ocorra. Ele não cai por obra do acaso ou por mera vontade do Executivo, mas cai porque estão implantadas as condições para que isso aconteça.

A redução do custo tributário: nós sabemos que ele ainda é elevado no País, e nós temos feito isso. Também a redução do custo de infraestrutura, energia elétrica, logística de transporte e tudo mais, porque sabemos que isso é necessário. Isso é necessário e o Governo persegue o tempo todo. Porém, em determinadas circunstâncias especiais, como é o caso de uma crise, nós temos que ser mais incisivos, nós temos que agir com mais ênfase e olhando casos específicos. E é numa mistura dessas duas coisas que consiste a nossa estratégia, que você teve a felicidade de explicar aqui – só estou complementando a sua exposição – e é no que se insere essa medida do setor automobilístico.

Ao mesmo tempo em que estamos implantando um novo regime automobilístico, que é uma medida de longo prazo que visa estimular a inovação tecnológica no Brasil – nós já anunciamos isso já aqui aos senhores –, ao mesmo tempo em que o BNDES tem reduzido as taxas para investimento, sistematicamente, nós estamos fazendo também algo excepcional, que é uma redução do IPI para estimular as vendas neste momento. Então, é natural, na política econômica, que se façam medidas estruturais, que nós perseguimos o tempo todo. Assim, por exemplo, a reforma tributária, como os senhores sabem, é difícil de ser feita, mas temos avançado. A Resolução nº 72 é um avanço, graças aos senhores aqui. E também o Fundo de Previdência Complementar, aprovado nestas Casas também, é um avanço muito importante. São reformas estruturais que mudam o Estado brasileiro. Fazemos isso e também temos que fazer medidas que eu chamaria de emergenciais, para responder às necessidades imediatas.

A questão do compulsório se insere nas chamadas medidas mais emergenciais. O Banco Central tem, entre os seus instrumentos, a taxa de juros, que ele pode subir ou descer, dependendo das circunstâncias, e tem o compulsório com o qual ele pode dar mais liquidez ou menos liquidez ao sistema. Neste momento, ele resolveu dar mais liquidez, reduzindo o compulsório para viabilizar as transações e reduzir o custo financeiro.

Então, é nisso que reside esse movimento anunciado ontem pelo Banco Central, de reduzir o compulsório.

Queria só lembrar que, em 2008, nós reduzimos o compulsório em 200 bilhões, ou seja, devolvemos para o sistema financeiro, porque o compulsório é uma retenção de recursos que faz o Banco Central em depósito à vista e em depósito a prazo. Em geral, 25% dos depósitos a prazo e 40% dos depósitos à vista ficam retidos a título de compulsório. Se faltar liquidez, ele libera esse compulsório.

E eu queria dizer aos senhores que nós temos mais de 400 bilhões em compulsório retidos. Portanto, se quisermos dar crédito para a economia brasileira, se necessário for, se o Banco Central achar que é o caso – não sou eu quem resolve isso; é o Banco Central –, ele terá esses instrumentos à mão. Ontem ele usou um pedacinho do compulsório e poderá usar mais, se for necessário.

Em relação ao Polo de Manaus, nós estamos com essa preocupação. O Senador tem nos trazido sua preocupação com o setor de moto; com o setor de ar-condicionado, que é produzido só no polo, não é produzido em outras partes do País; e também com o micro-ondas. Já estão em tramitação as medidas para resolver esse problema. Eu não sei, porque não saíram ainda, mas já têm a minha aprovação, e as medidas estão em curso.

Acho que era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega.

Antes de passar a palavra, vou repetir a sequência dos oradores: Senadora Ana Amélia, Deputado Izalci, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Deputado Pauderney Avelino, Senador Armando Monteiro.

Vou dar três minutos para cada um. Todos concordam? (Pausa.)

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Delcídio do Amaral...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, pela ordem.

Para o Governo elogiar, três são o suficiente. Agora, para a Oposição fazer suas perguntas, três é nitidamente insuficiente. Pouca tolerância de V. Ex^a com a Oposição, que é extremamente minoritária aqui na Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cinco é de bom senso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, eu vou ser rigoroso nos cinco minutos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Sr. Ministro

Guido Mantega, cumprimentos pela exposição feita, esclarecendo pontos sobre a medida provisória, a mudança da poupança e também sobre a economia brasileira; Srs. Senadores, Sras. Senadoras; Deputados e Deputadas, o senhor já fez referência, Ministro Guido Mantega, à reação do poupadão com essas mudanças ao responder ao Senador Lobão. Mas eu queria saber em números, porque o senhor falou só dos R\$4 bilhões que foram ampliados depois do anúncio, mas, em relação aos saques no mesmo período, quanto ficaram os saques a partir desse momento, porque isso também é sinalizador. Basicamente foi por conta das mudanças que aumentaram esses R\$4 bilhões?

Depois das mudanças das regras da poupança, Ministro Guido Mantega, analistas do mercado mudaram as projeções da taxa Selic deste ano. Eles esperam uma queda de meio ponto percentual da taxa básica de juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária, marcada para o dia 29, 30 deste mês.

O senhor acredita que existe espaço para redução dessa Taxa Selic, mesmo com o cenário internacional que o senhor mesmo admitiu? E a Presidenta Dilma Rousseff, ontem, percebe tão adverso, a cada dia que passa, especialmente pelo fenômeno China? É a minha primeira pergunta.

Ao anunciar, ontem, Ministro Guido Mantega, a redução do IPI, os prefeitos, especialmente, que acabaram de fazer uma mobilização em Brasília, sabem que a previsão orçamentária do FPM, que era de 77,5 bilhões, já caiu para 73,8 bilhões. E, com essa nova redução, vai cair mais ainda o repasse ao FPM.

Em 2009, quando ocorreu medida semelhante, de desoneração da linha branca, por exemplo, às vésperas das eleições, o Governo fez uma complementação de R\$2,5 bilhões. A mesma providência será tomada agora, considerando que, em final de gestão, os prefeitos que têm eleição este ano não podem deixar restos a pagar? O IPI entra com 21,5% na composição do FPE, que é dos Estados, e com 23,5% do FPM, no caso dos Municípios.

Outra questão, Ministro Guido Mantega: Se as medidas adotadas para enfrentar a crise com maior oferta de crédito e desoneração do IPI, que vão vigorar até agosto, se elas não forem suficientes, qual será o plano b do Governo se a crise se agravar?

Outra questão: A desoneração do IPI sobre móveis encerra em junho agora. Será prorrogada essa desoneração do IPI para móveis? Porque o meu Estado, Rio Grande do Sul, é um grande produtor, tem uma forte indústria moveleira. Por que então forros e revestimentos de PVC, que entram na cesta básica de materiais do programa Minha Casa Minha Vida não foram beneficiados com a desoneração do IPI? Esta

também é uma indústria importante e em franca expansão não só no meu Estado, mas em outros, porque é um material econômico e também resistente.

Outra questão: Algumas informações dão conta de que haverá desoneração do PIS/Cofins na prestação de serviços públicos de saneamento básico. Quando isso vai acontecer? Isso vai beneficiar o consumidor? Ele vai pagar uma taxa mais barata por água e esgoto?

Outra questão: Com o dólar a R\$2,00, Ministro Guido Mantega, a Petrobras não poderá manter o preço da gasolina vendida às distribuidoras. O álcool já está mais caro, porque a moagem da cana atrasou no Centro-Sul. Como evitar reajuste e impacto sobre a inflação, já que esse é um insumo muito importante?

A Presidente Dilma ou o Governo Dilma estimam um PIB de 4,5%, como V. Ex^a mostrou aqui há pouco, neste ano de 2012. O mercado já trabalha com 3,09% e alguns economistas com 2,5%, contra os 2,7% obtidos em 2011. A Presidenta Dilma ontem disse que o Brasil está 300% preparado para enfrentar a crise. O senhor fica com os 300% ou será mais realista? Como é que vamos ficar diante desse processo?

Por fim, Ministro Guido Mantega: A desindustrialização, que V. Ex^a mencionou há pouco, na sua exposição, não parece ter consenso entre os economistas. Afinal, o que está acontecendo no Brasil em relação à desindustrialização, que hoje une o setor industrial, os empresários e os trabalhadores? O que é possível fazer com a indústria de máquinas agrícolas do meu Estado, Rio Grande do Sul, que está se bandeando para a Argentina, e o Rio Grande do Sul perdendo quatro mil empregos?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora, com a palavra, o Deputado Izalci, do Distrito Federal, por cinco minutos.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Parlamentares. Quero cumprimentar o Ministro Guido Mantega.

Serei bastante sucinto com relação à MP, porque quero aproveitar um tempinho para fazer um convite ao Ministro.

Agora de manhã, participamos de um seminário falando exatamente sobre essa questão da desindustrialização brasileira. O que ficou claro, patente, é que hoje nós voltamos ao patamar de 1950, ou seja, a indústria brasileira hoje está com a eficiência de 1950. Então o que, de fato, o Governo, em termos de médio e longo prazo, está fazendo? Porque a gente percebe que essa medida é de curto prazo, apenas de três meses.

Com relação à MP nº 567, acho que essa medida da mudança da poupança veio de forma acho até que extemporânea. Acho que já deveria ter sido feita há mais tempo, está com dois ou três anos de atraso, no sentido de reduzir a taxa de juros. Mas acho que valeu essa emissão. Isso deu segurança aos pouparadores, principalmente pela versão da Presidenta Dilma no sentido de que ela deixaria as suas próprias economias na caderneta de poupança.

Mas eu gostaria, Ministro, de fazer a V. Ex^a um convite e gostaria que V. Ex^a não interpretasse esse convite como se fosse um constrangimento ou, na prática, uma saia justa. Nós estaremos votando, a partir de terça-feira que vem, aqui na Câmara, na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. Nós vamos decidir os próximos dez anos da educação brasileira.

V. Ex^a nos recebeu em seu gabinete e discutimos um pouquinho essa questão. Mas a presença de V. Ex^a na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação é simbólica para o País.

O Partido dos Trabalhadores mobilizou toda a sociedade civil organizada no sentido de sensibilizá-la para a questão dos 10% do PIB para a educação. E hoje nós estamos percebendo o Governo enquadrando o Partido dos Trabalhadores nos 7,5%.

Nós temos então três pontos que temos que decidir: essa questão dos 10% do PIB para a educação, a questão dos *royalties* para educação, ciência e tecnologia, e a questão de quem vai pagar essa conta.

Então, eu acho que a presença de V. Ex^a é muito importante e simbólica para dizer que educação não é só discurso. Educação faz parte da pauta e é prioridade deste Governo.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que repensasse e que pudesse nos prestigiar, na semana que vem, com a presença na Comissão Especial, para mostrar para o País que educação, de fato, é prioridade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Izalci, pela objetividade também.

Quero passar a palavra, agora, para o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, eu ouvi à contenção e a exposição do Ministro Guido Mantega, sempre num tom muito otimista, que, aliás, é do seu dever de ofício, mas, infelizmente, os dados que se têm sobre o desempenho da economia brasileira desmentem o tom às vezes até panglossiano do Ministro, porque se nós verificarmos, por exemplo, o índice da atividade econômica, o que nós vamos

verificar é um encolhimento do nosso PIB, um encolhimento progressivo.

Esse índice, segundo os dados do Banco Central, em março, ficou 35% abaixo do índice de fevereiro. No primeiro trimestre, nós tivemos uma queda de 0,15%, então, você tem, aí, uma diminuição do nível de atividade econômica.

Os investimentos, igualmente,...

O SR. GUIDO MANTEGA (*Intervenção fora do microfone.*) – O senhor falou primeiro trimestre?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Zero quinze.

O SR. GUIDO MANTEGA (*Intervenção fora do microfone.*) – Não foi no mês?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Foi no trimestre.

O SR. GUIDO MANTEGA (*Intervenção fora do microfone.*) – Acho que foi no mês.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não, foi no trimestre, em relação a uma expectativa muito maior. Houve uma frustração muito grande de expectativa. Esperava-se 0,5% e subiu apenas 0,15%.

O nível de investimentos também vem caindo. Nós tivemos, no primeiro quadrimestre deste ano, uma queda de cinco... Nós tivemos uma diminuição de 5,5%.

Existe uma resposta do Governo que é mais ou menos repetitiva. Ela parte para desonerações fiscais, tópicas.

Se eu pegar a lista dos regimes especiais que foram criados, Ministro, nós vamos nos perder, aqui, numa sopa de letrinhas: Repis, Recap, Padis, PADTV, Reidi, Repenec, Retaero, Recopa, Reintegra, Recine, Recompe, Replbn Redes, e por aí vai, e cada uma dessas desonerações que é introduzida por medida provisória carrega outras tantas. Mistura-se banda larga, por exemplo, com queijo do reino, com farinha de mandioca, enfim, são medidas pontuais, tópicas, de renúncia fiscal, em grande parte, como lembrou a Senadora, à custa dos Estados e Municípios, não é? Mas nós estamos vivendo numa barafunda de regimes fiscais.

Agora, vamos ter, o Governo anuncia medida em relação ao setor automotivo, que consiste em promover uma liquidação de estoque com incentivo fiscal.

A Casa Centenária, em Rio Preto, uma casa de sapatos, quando tem estoque acumulado faz liquidação. A indústria automobilística faz liquidação com incentivo fiscal.

Há um estímulo ao aumento do endividamento que me faz temer pelo nível de inadimplência, que atinge, sim, a própria Caixa Econômica Federal. Segundo o último balanço publicado, o índice de inadimplência nas operações de crédito da Caixa estava em 2%.

Então, quer dizer, nós estamos dando corda para as pessoas se enforcarem e abrindo mão de receita, sem que haja uma iniciativa, digamos, estruturante, de longo prazo, visível.

Isso aqui está parecendo feira: é uma baciada de pepino para um; é um quilo de feijão para outro; é meio quilo de linguiça para outro. Quer dizer, conforme as pessoas vão gritando, vão-se concedendo medidas tópicas, e os resultados, pelos números que se têm do nível de investimento no Brasil, do índice de crescimento e também da carestia, que é um fato real, são profundamente desanimadores. Isso é uma pergunta; é uma observação sobre a qual gostaria de ter um comentário do senhor.

A segunda questão, Sr. Ministro, diz respeito ao ICMS.

Hoje, no Brasil, os Estados estão em pé de guerra uns contra os outros.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A guerra fiscal é uma realidade, e há ideias, inclusive iniciativas, de quebra da regra da unanimidade nas deliberações do Confaz para a concessão de incentivo. Os Estados concedem incentivos para falta de uma política de desenvolvimento regional consistente. Acontece que esses incentivos, quando são concedidos à margem daquilo que é intrínseco ao regime do ICMS, que é decisão unânime, acabam por atribuir ônus a Estados como contrapartida a benefícios concedidos a outros. Não se trata apenas de uma guerra de Estados contra Estados. Essa situação que será elevada ao paroxismo com a quebra da regra da unanimidade terá consequências graves sobre a economia brasileira como um todo, pois leva à queda de arrecadação de Estados, diminui a capacidade de investimento dos Estados no Brasil, gera insegurança jurídica e levará, em consequência da queda da arrecadação do ICMS, como já tem levado, à super-taxação de alguns setores, como a energia, como as telecomunicações.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a sobre essa questão, porque o Governo Federal não pode ser apenas um expectador desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Aloysio Nunes Ferreira, por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para concluir, gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex^a sobre um tema bastante polêmico que diz respeito à compra da Delta pela JBS.

Como sabemos, o Governo Federal, por meio da BNDESPAR, fez uma operação de transformação de debêntures dessa empresa em ações e elevou sua

participação direta e indireta de 25% para 37%. Recentemente, no mês de maio, o Sr. José Batista Júnior, que é um dos controladores do frigorífico, disse que o Governo deu aval à decisão da família de comprar a Construtora Delta. Ele disse o seguinte: “O Governo quer que salve a companhia e dê continuidade às obras.” E complementou, dizendo o seguinte: “É conversa de bêbado ou de louco a versão de que essa negociação se daria sem o consentimento do Governo Dilma”, repito as palavras dele.

Imagina que o Dr. Henrique Meirelles vai fazer um negócio que o Governo não quer. Noventa e nove por cento da carteira da Delta é com o Governo Federal, estadual e municipal. Como vai fazer um negócio desse à revelia do Governo? Gostaria de saber a opinião de V. Ex^a também sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM – AM) – Bom dia a todos. Cumprimento o Ministro Guido Mantega, Senadores, Deputados.

Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero deixar claro que entendi que essa medida provisória editada pelo Governo foi uma medida provisória engenhosa e corajosa, não necessariamente nessa ordem, porque realmente ela enfrentou um grande problema que tínhamos para a redução da taxa básica de juros, que era exatamente a poupança.

Mas nem tudo são flores. É óbvio, nem tudo são flores! E quero dizer a V. Ex^a que um dos motivos pelos quais entendo que seria necessária a redução da taxa básica de juros, não apenas resolver essa questão do endividamento público, mas, sobretudo, que esta redução pudesse chegar ao bolso do contribuinte, ao bolso do consumidor. Infelizmente, nós não estamos vendo isso acontecer.

Nós entendemos, e eu tenho pesquisado isso... Eu sou cliente de dois bancos apenas, há mais de vinte anos: Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Eu fui ao meu gerente do Banco do Brasil, vou ao meu gerente da Caixa Econômica, e peço a simulação dos empréstimos consignados. Infelizmente, para o empréstimo consignado, que tem garantia de 100%, não caiu absolutamente nada essa taxa de juro. Para que possa obter um juro menor, tem que aderir a um pacote de serviços, tem que entrar em outra categoria de cliente. Então, a meu ver, isso é venda cruzada.

Acho que seria importante que V. Ex^a pudesse se ater a isso. Eu tenho certeza de que a intenção do Governo é reduzir o juro na ponta, para o contribuinte, mas o que está acontecendo... Já não estou falando

de banco privado, porque banco privado teria também que ter uma dinâmica controlada, essa ação, pelo Banco Central, porque é atribuição do Banco Central não apenas normatizar, não apenas fiscalizar, mas também cuidar do correntista, ter em mente que o correntista faz parte do sistema também, não apenas o banco, mas a outra ponta, que é a ponta mais fraca.

Então, dizendo isso, quero dizer a V. Ex^a que essas medidas realmente têm que chegar a quem interessa, que é o contribuinte, o consumidor.

As outras medidas de que V. Ex^a fala aí, eu entendo que elas pouco poderão auxiliar, porque são medidas tomadas ocasionalmente. Por exemplo, a composição do spread bancário. V. Ex^a disse que está orientando, determinando que o Banco Central possa ter uma parte do compulsório livre. Ora, o compulsório representa um pouco mais de 3% na composição do spread. E, olha, na composição do spread, Ministro, o lucro do banco vai de 30% a 35%. É um absurdo isso! Isso é um absurdo!

Qual é o negócio, no Brasil, meu caro Senador Aloysio Nunes, em que se tem tamanho lucro quanto no setor bancário? A provisão para inadimplência em torno de 30%, a cunha fiscal, que é a carga tributária dos bancos, varia entre 20% e 22%, e os custos de administração em torno de 10%.

Ora, nós entendemos que é necessário que o Governo intervenha, sim, nesse processo. E o Banco Central tem que intervir nesse processo, porque nós não podemos simplesmente ficar observando.

Eu vou acreditar, Sr. Ministro, nas boas intenções do Governo de reduzir a taxa de juros. Eu vou acreditar na intenção de V. Ex^a e da Presidente da República de reduzir a taxa de juros, porque, como eu disse, foi corajosa, engenhosa, a forma que encontrou para mexer na taxa básica, porque realmente tinha esse dique, essa barreira, que era exatamente a poupança. Vencido isso, nós entendemos que é necessário que o Governo interfira.

Agora, vou concluir. Já foram cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Pauderney, por favor, concluindo já...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM – AM) – Interfira. Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, Deputado Pauderney, conclua, já se passaram seus 5 minutos.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM – AM) – Passaram tão rápido os cinco minutos...

O senhor falou da Reforma Tributária. Acho que a Resolução nº 72 em muito ajudou na questão do combate à guerra fiscal, porque, normalmente, não se faz

guerra fiscal sem o componente do produto importado, e a guerra fiscal dos portos, que estava acontecendo, vai permitir que não apenas a guerra fiscal dos portos, mas a guerra fiscal travada com o ICMS nos Estados, entre Estados, vá ter uma redução drástica, não tenho dúvida disso.

A outra questão é que o senhor falou da Reforma Tributária e da desoneração...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Pauderney, por favor, conclua, pois há muitos inscritos...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM – AM) – A desoneração, realmente, precisa acontecer, o crédito precisa ser ampliado. E faço minhas as palavras do Senador Eduardo Braga com relação não apenas ao setor automotivo de quatro rodas, mas também ao setor automotivo de duas rodas, que está no Amazonas, mas que é brasileiro. Não nos esqueçamos disso, que essas medidas são extremamente importantes para que nós possamos ter aliviada também essa demanda que está necessitada. Temos quatro meses de estoque e isso está paralisando a produção das empresas no Amazonas, que só não estão demitindo porque o Governo do Estado está mitigando as ações, dando algum benefício para essas empresas.

Portanto, fica aqui a minha posição de que entendemos e queremos, realmente, que tenhamos essas ações efetivas e que elas cheguem ao contribuinte, ao consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino. Com a palavra agora o Senador Armando Monteiro, mais um bloco de cinco. O quinto é com o Senador Armando Monteiro. Depois, começaremos outro bloco, o Ministro responde e vem outro bloco de cinco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria cumprimentar o Ministro pela exposição e, voltando ao tema dos spreads bancários... Aliás, Ministro, no debate aqui, em março, eu colocava a nossa preocupação com essa questão dos spreads. Não posso deixar de reconhecer que o Governo vem avançando, pelo menos colocando essa questão dos spreads no centro da agenda, o que me parece algo fundamental, mas, sobre essa questão, queria colocar dois pontos apenas.

O primeiro é saber por que a regulamentação do Cadastro Positivo, que é um instrumento importantíssimo que não só assegura maior acesso ao crédito como afeta efetivamente a taxa de juros, na medida em que reduz o risco, o que há que a regulamentação está, de certo modo, demorando? Qual é a previsão para a regulamentação do Cadastro Positivo?

A outra questão até toca um pouco naquele ponto que o Deputado Pauderney Avelino aqui referiu de que há, Ministro, uma lacuna no Brasil, que é exatamente o fato de que o Banco Central não cumpre o papel de zelar pela defesa da concorrência no sistema financeiro, o Banco Central se atém a uma espécie de regulação prudencial. E o Cade, que, por sua vez, desempenha esse papel em relação ao conjunto da economia, não exerce nenhum papel relacionado à defesa da concorrência no sistema financeiro. Então, nem o Banco Central exerce efetivamente essa competência nem o Cade está estruturado para poder fazer valer essa questão. O que V. Ex^a acha disso? Não há a necessidade de criar no Brasil uma estrutura que, ao final, zele pela concorrência do sistema financeiro também? Essa realidade dos spreads evidencia que há claramente problemas concorrenceis, que contribuem para essa distorção.

O outro ponto, Ministro, diz respeito à gestão da dívida pública. Há, numa avaliação que todos hoje fazem, uma excessiva concentração das LFTs, que estão atreladas à Selic, que alcançam mais ou menos 26% da Dívida Pública. E esses títulos têm baixa liquidez e rendimentos elevados. Isso não é um fator que pressiona, de alguma forma, a taxa de juros também? Não seria oportuno que pudéssemos reduzir essa participação das LFTs, permitindo maior espaço para a redução da Selic e aumentando a participação dos títulos pré-fixados, enquanto fortalecemos o ajuste fiscal de médio e longo prazo, para também reduzirmos os juros de longo prazo, que estão embutidos nesses títulos pré-fixados? Essa é a segunda questão.

Finalmente, a terceira, Ministro, diz respeito a uma questão mais estrutural, bem mais complexa que é a da poupança. Quer dizer, nós discutimos um pouco essa questão da qual é o PIB potencial. O Brasil é hoje reconhecidamente uma economia que tem baixa propensão ao crescimento em relação aos Brics e há uma questão fundamental que é a taxa de poupança doméstica, que é baixa, se cotejarmos, por exemplo, com a do Chile, da Coreia – não vou nem falar da China –, o Brasil tem uma taxa de poupança doméstica baixa. Por que isso acontece? Porque, de um lado, há uma imensa carga tributária que subtrai a energia e poupança do setor privado e, do outro, a rigidez do gasto público, que não só define o tamanho dessa carga tributária, como impede, de alguma forma, o setor público de investir.

Veja que nós falamos dos números do PAC – R\$42 bilhões. Isso representa 1% do PIB, é 1% do PIB. Então, o Brasil precisa ampliar a poupança doméstica, e não há outra fórmula senão atuando sobre o gasto público para que o setor público possa também inves-

tir e promover a redução da carga tributária, que, de alguma forma, prejudica a capacidade de poupança do setor privado.

Eram essas as questões, Sr. Ministro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MT) – Obrigado, Senador Armando Monteiro, pela precisão de sempre.

Eu gostaria de redarguir o próximo bloco de cinco: o Senador Suplicy, o Deputado Roberto Freire, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias e Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente.

Começando a responder às questões da Senadora Ana Amélia, em relação ao movimento da poupança, eu tenho o saldo que resultou dessas duas semanas, porque, na verdade, existe um movimento permanente de saque e de depósito. Os que têm a caderneta justamente têm essa faculdade de poder sacar no momento de necessidade e costumam fazê-lo. O que interessa é o saldo e o saldo foi positivo. E hoje estamos com 438,8 bilhões aplicados. A senhora lembra que eu disse 431 bilhões. Portanto, saldo positivo. Não temos que nos preocupar com isso.

O espaço de queda da Taxa Selic é uma decisão do Banco Central, e o Banco Central tem autonomia para fazê-lo. A nós cabe criar as condições para que isso possa se realizar, entre as quais mudar a regra da poupança, fazer um resultado fiscal mais sólido, conter determinadas despesas. E isso nós estamos fazendo.

De fato, o IPI afeta o Fundo de Participação dos Municípios, mas é inevitável porque, quando nós estamos criando um estímulo dessa natureza, qual é o objetivo? Que se multipliquem as vendas, que não ocorreriam provavelmente se você não tivesse essa medida. Vamos pegar o caso de 2008. Em 2008 nós fizemos isso. Na indústria automobilística, tiramos o IPI, parecido com o que foi feito agora. O que acontece com o IPI? O IPI cai. É uma arrecadação federal, mas o ICMS aumenta. Nós fizemos estudos nesse sentido e temos a certeza de que a arrecadação de tributos aumenta graças às medidas. Ela teria caído caso medidas não tivessem sido tomadas, porque nós fizemos dois gráficos, sendo um gráfico: deixa como está para ver o que acontece com o nível de venda. As vendas estariam caindo. Estou falando de 2008, estou falando de um caso realizado, não estou fazendo uma suposição.

Então, nós fizemos uma estimativa do que aconteceria sem nenhuma medida, cairiam todos os tributos, porque o nível de atividade iria cair. Fazendo o estímulo, o nível de atividade se recuperou e, portanto, caiu o IPI sim, mas subiram os tributos estaduais e municipais de

modo a compensar, porque o ICMS é compartilhado pelos Estados com os Municípios. Os Municípios têm 25% da arrecadação do ICMS. Portanto, houve uma compensação.

Mas, como em 2009 a crise foi muito forte, mesmo com as medidas que tomamos a recuperação demorou um pouco a acontecer, porque houve um travamento da economia e tudo mais, não acredito que nada semelhante ocorra agora, de fato os Municípios ficaram desfalcados, com dificuldades durante certo período. E, em se colocando o problema, o Governo Federal achou uma solução. Não é o caso agora, porque isso não se colocou. Eventualmente, se colocar, nós estaremos abrindo de novo essa discussão, nós não deixaremos os Municípios brasileiros à míngua, prejudicando a população.

O Senador falar ainda de outros setores afetados, no caso dos móveis, que nós demos uma desoneração recentemente, que foi boa, impulsionou as vendas e pede para prorrogarmos. No momento nós não temos planos para isto, mesmo porque, se tivéssemos, não anunciaríamos, sob risco de prejudicarmos as vendas do setor.

O dólar em R\$2,00 impacta a Petrobras e poderia impactar o preço da gasolina. Porém, está ocorrendo outro fenômeno, que contrabalança essa questão, que é a queda do preço do barril de petróleo. Nós estamos assistindo a que, com o agravamento da crise, as *commodities* estão caindo, e uma *commodity* mais resistente, que é o petróleo, também está caindo. Portanto, o custo da Petrobras está caindo também. Então, é uma conta que tem que ser verificada. Por enquanto, não há nenhum aumento previsto, mas, em algum momento haverá, evidentemente, reajuste de preços, quando a Petrobras achar necessário. No momento, é um momento de volatilidade e se cair bastante o barril de petróleo, não vejo necessidade para isso.

A Presidenta tem total segurança de que estamos mais bem preparados para enfrentarmos a crise e eu procurei demonstrar aqui dando dados concretos de que, em relação a 2008, nós temos quase o dobro de reservas, que já eram elevadas em 2008, eram quase US\$200 bilhões em reserva. Hoje, temos quase US\$400 bilhões em reserva. Portanto, estamos muito mais sólidos. A dívida brasileira diminuiu – isso é muito bem visto, porque você sabe como funciona o mercado; ele se move por expectativas.

Então, quando ele olha uma economia endividada, ele sai, ele foge; quando ele vê uma economia não endividada, cuja dívida está caindo, como é o caso brasileiro, ele não tem essa reação, tanto que a saída de capitais do Brasil que está ocorrendo é mínima, não há

nenhuma... Diferentemente de outros países, de onde já saíram US\$100 bilhões num período recente. Então...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS. *Fora do microfone. Inaudível.*) – ...esses 300% da Presidenta estão bem calculados?

O SR. GUIDO MANTEGA – Estão muito bem calculados, como de costume. (*Risos.*) Estamos bem mais... Quanto à... Eu não consigo responder todas as questões. Se eu for responder, ficarei aqui uma hora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas o senhor está respondendo rapidamente. Só que o senhor pulou aí a questão do PIS/Cofins para saneamento básico.

O SR. GUIDO MANTEGA – Nós temos estudado desonerações em vários segmentos, e o saneamento é uma das áreas que está em discussão, mas, no momento, não tenho uma posição.

E a questão da desindustrialização é uma questão longa, eu teria que usar aqui um tempo grande. O Senador Armando Monteiro é um especialista nesta questão. Então, ocasionalmente, poderemos fazer uma discussão sobre isso, mas não acredito que há desindustrialização. Há um enfraquecimento da indústria no mundo, porque essa crise, desde 2008, afeta principalmente a indústria. A indústria perde participação no PIB em todos os países. Agora mesmo na Ásia vem perdendo. Desde 1990, a única região onde a participação no PIB da indústria se mantém é na Ásia. Em todos os outros continentes cai.

No Brasil ela vem mantendo certo patamar. Ali está o quadro que mostra isso. Indústria de transformação com um percentual no valor adicionado. Sobe na Ásia; nos demais, cai, e a América Latina resiste mais. E também há um processo natural de que você terceiriza atividades na indústria e elas viram serviço. Por exemplo, antigamente as indústrias tinham setor de segurança, setor de serviço, de limpeza, fazia parte da indústria. E agora você terceiriza, sai da indústria. A indústria é a mesma, continua fazendo a mesma coisa, só que ela transferiu como contabilidade para outro setor. Além disso, temos um problema de índice. Os preços da indústria têm crescido menos que os preços de outras atividades. Então parece que ela encolhe. Mas se você pegar em quantidade, ela não encolheu, encolheu em valor. Mas é uma discussão longa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu agradeço, Ministro. V. Ex^a fez uma referência dizendo que o ICMS vai aumentar por conta da desoneração. Então há uma compensação da receita para os Estados e Municípios. O problema é que, como lembrou o Senador Dornelles, o endividamento das famílias vai dar uma cautela para não haver. E o Rio Grande do Sul sofreu uma violenta seca que traz uma queda violenta

também na arrecadação que impacta sobre os níveis de consumo. Os produtores rurais, por exemplo, não terão o mesmo nível de consumo. Então há algumas regiões diferentes como é o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, pelo menos que terão isso. Essa projeção de aumento de ICMS não se confirma para essa região, imagino em função desse cenário que é diferente do resto do País, Ministro.

Agradeço muito a sua atenção.

O SR. GUIDO MANTEGA – Esse cenário de seca no Rio Grande do Sul e também agora na Região Nordeste está sendo olhado pelo Governo e já há medidas em curso olhando a questão das dívidas dos produtores e outros elementos, de modo que haverá programas que vão mitigar, vão neutralizar esses problemas.

O Deputado Izalci me pergunta por que as medidas de IPI foram tomadas para três meses, no curto prazo. É pelo seguinte, Deputado, porque nós acreditamos que no segundo semestre já estará em curso uma recuperação da economia. A economia vai aquecer mais no segundo semestre. Daí eu acredito que esses estímulos não serão mais necessários no segundo semestre, nós já estaremos com impulso na economia, por isso fizemos por três meses, calibraramos por esse período.

Quanto ao Plano Nacional de Educação, o senhor sabe que eu sou um simpatizante, aliás, sou professor de carreira, a minha profissão é esta, e acho muito importante a educação no Brasil. Nós ficamos atrasados no passado, mas hoje nós gastamos cerca de 4,8% do PIB com educação; 7,5% já será um salto bastante grande. Nós tivemos ocasião de discutir isso, se eu tiver oportunidade de ir a sua comissão eu irei. É preciso ver, dependendo da agenda, mas irei com prazer, porque acho que esse é um tema muito importante para o País. Só queria ressaltar que hoje o Ministério da Educação, hoje não, nos últimos 8, 9 anos, foi o ministério que mais teve aumento de recursos entre todos os ministérios, mais até que o da saúde. Eu queria dizer que os recursos da educação triplicaram em valores reais: eram cerca de R\$20 bilhões; e hoje estão em quase R\$70 bilhões. Portanto, a educação é prioridade. Mas ainda há muito a ser feito, concordo com V. Ex^a, e temos de tomar as medidas para que isso se verifique.

Se puder ir, irei.

O Senador Aloysio me fez um rol grande de perguntas que vou tentar responder, a todas.

Não me considero um otimista, mas também não sou da turma do pessimismo, porque há pessoas aí que vivem num pessimismo que acaba se inoculando na sociedade, e sabemos que, hoje, a sociedade vive também de expectativa.

Então, em 2008, isso foi muito importante. Em 2008, estourou aquela crise, o mundo afundando, e aqui no Brasil houve um contágio do pessimismo. Nossas condições já eram bem diferentes das outras condições, e tínhamos condições de reagir, mas, num primeiro momento, esse pessimismo acabou tomando conta do empresariado brasileiro e do setor financeiro, que fizeram o quê? Travaram a economia. Foi preciso que o Governo, com certa dose de realismo e talvez de otimismo, dizer: “Olha, as coisas não são assim. Temos como superar essa crise. Vamos tomar as medidas?”. Tomamos as medidas, e esse pessimismo se dissipou. Portanto, se puder escolher entre o pessimismo e o otimismo, escolho o otimismo, mesmo porque o nosso otimismo tem sido bem-sucedido, aqui, no Brasil. Nos últimos anos, antes da crise de 2008, a economia vinha crescendo a patamares acima de 5%: em 2007, cresceu 6%; em 2008, já com a crise, 5,3%. Aí veio a crise, crescemos zero, ou um pouco negativo; e, em 2010, 7,5%. A média desse período foi 4,5%. Não tenho razão de ter sido otimista e de acreditar que o País tinha as condições de dar saltos de produtividade, de crescimento, de dinamismo? E nós, de fato, conseguimos viabilizar tudo isso.

Portanto, prefiro dizer que tenho um viés otimista, porque as coisas que estamos planejando estão dando certo. A população brasileira está muito melhor do que estava no passado. Dessa forma, tenho razões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O otimismo da vontade é uma virtude, desde que temperado com certa dose de pessimismo da razão, como diria Romain Rolland. (Risos.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Certo.

Fique tranquilo de que tempero, mesmo porque, se as contas não fecharem, eu é que acabo respondendo por isso; se faltar dinheiro, nós é que acabamos respondendo; se não der certo, nós é que acabamos respondendo. Então, tenho que temperá-las com realismo e com prudência. Então, fiquem tranquilos de que estamos afinados nesse ponto.

Em relação à resposta do Governo, de fato, houve desaceleração da economia no primeiro trimestre, ninguém nega, e isso veio aquém daquilo que gostaríamos. O cenário de crise internacional começou a piorar, no ano passado, se estamos todos lembrados, e isso evidentemente nos afeta; afeta menos, mas afeta a economia. Mas continuamos trabalhando com a certeza de que a economia brasileira vai crescer. Temos certeza de que a economia não terá, talvez, os 4,5%, que esperávamos, se as condições fossem melhores, mas teremos um crescimento, que começará a partir de maio. Janeiro, fevereiro e março não foram bons meses; abril também não foi; mas, em maio, já temos

uma resposta mais positiva. E todas aquelas medidas que foram tomadas ao longo do tempo já vão surtindo efeito. Não surtem o efeito imediato, mas vão surtindo. Por exemplo: a Selic começou a cair, ano passado. V. Ex^a sabe, demora seis meses, oito meses, até que surta resultado. Começamos a fazer uma desoneração da folha que ainda não está sendo apropriada pelas empresas. Por quê? Fizemos uma para quatro setores, que começou, neste ano; e a outra, que fizemos – e há uma noventena –, vai começar em julho. Então, são 15 setores que terão a desoneração da folha, a redução de custos, começando em julho agora. Portanto, as medidas demoram a entrar em ação, mas elas estarão entrando. Por isso é que a gente pode dizer, com uma certeza, que nós vamos ter uma situação positiva.

É claro, se vier um cataclismo, aí a coisa muda. Mas eu não acredito nisso. Mesmo que haja um problema sério com a Grécia, e ela saia do Euro, vai haver um mês, um mês e meio aí de turbulência, e nós superaremos essa turbulência. Eu mostrei ali um gráfico que mostra as possíveis repercussões em cada região, e a nossa região é das mais defendidas.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM – AM) – Sr. Ministro, o Banco Central precisa afinar o discurso com o seu discurso, porque o Boletim *Focus*, do próprio Banco Central, prevê um crescimento de apenas 3,09%. O Boletim do Banco Central.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Boletim *Focus* não é do Banco Central, não.

O SR. GUIDO MANTEGA – É que o Boletim *Focus*, Deputado, é uma pesquisa de opinião do setor financeiro. O Banco Central não dá a opinião dele; ele colhe a opinião do mercado financeiro, e aí o mercado financeiro dá a sua opinião.

Se eu fosse me basear no Boletim *Focus*, eu estaria perdido, porque ele acerta, o Boletim *Focus* acerta sempre na última semana de dezembro. É porque ele faz uma revisão toda semana; a cada semana, ele faz a projeção. Começa lá: não, o PIB vai crescer 2,5. Aí, uma semana depois, ele já corrige: 2,62. Aí, na outra: 2,63. E vai corrigindo assim. Na última semana de dezembro, eu garanto que ele acerta, com certeza. Mas, até lá, é complicado. E não é do Banco Central.

Agora, o Senador fala em resposta repetitiva do Governo em relação a 2008. De fato, em parte, é repetitiva, porque, em 2008, nós fomos muito bem sucedidos com a estratégia que foi praticada. Fizemos uma estratégia anticíclica, que fez com que o Brasil fosse um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela. Tanto que, em 2010, estávamos crescendo a 7,5%, gerando muito emprego. Aliás, mesmo em 2009, o País, com crescimento quase zero, gerou emprego: 900 mil empregos com carteira foram

criados. Portanto, estratégia bem sucedida a gente repete. Não há nenhum problema em repetir a estratégia.

Estamos em uma pequena escala, em relação àquela época, porque não se coloca... A economia não parou, a economia está crescendo. E aí nós precisamos enfrentar os problemas que surgem. Por exemplo: falta crédito, há alguma inadimplência. Então, temos que responder a essas questões.

A inadimplência da Caixa Econômica, de 2%, é um terço da inadimplência do mercado – para os senhores saberem. Então, podem ficar tranquilos, porque a Caixa Econômica tem uma inadimplência baixa, menor do que a dos grandes bancos. Então, não há nenhum problema ali. Pelo contrário: está aumentando o crédito; está com aumento, principalmente, no setor imobiliário – é o principal financiador do setor imobiliário –, o que é muito bom para o País. A população quer habitação. Então, eu controlo isso e não deixo a coisa degringolar.

O Senador tocou em uma questão muito importante e muito delicada, que é o problema da guerra fiscal. Eu diria que essa questão tem que ser enfrentada pela sociedade brasileira neste momento.

Temos uma dificuldade, quer dizer, o Brasil é uma Federação e, portanto, tem autonomia. Na Federação, os Estados têm uma autonomia, quer dizer, o Governo Federal não pode tudo em relação aos Estados. Mas concordo: cabem-nos iniciativas que tentem achar uma saída. E nós até fizemos uma proposta. Nós temos uma proposta, que eu discuto já há uns dois ou três anos, no sentido de mudar o ICMS: torná-lo mais homogêneo e puxá-lo mais para o destino do que para a origem. Tive ocasião de discutir isso com vários governadores.

Eu diria que a Resolução nº 72 é um primeiro passo, porque ela justamente reduz o ICMS interestadual. Primeiro passo. Abrem-se as portas para que nós façamos uma discussão, e eu gostaria de contar com todo mundo, com os Senadores de todos os partidos, para que a gente avance nessa questão.

É claro que a guerra fiscal até teve sua razão de ser, por falta de... Mas, agora, nós temos de avançar, e podemos avançar. Nós vamos ter que compensar os Estados que terão perdas se nós fizermos essa mudança para o destino. O Governo está disposto a fazer isso.

Agora, eu coloco entre uma de minhas prioridades abordar essa questão que o Senhor coloca aqui. Vamos contar com a sua ajuda para que possamos chegar a uma solução. É difícil, porque são 27 Estados, muitas vezes os 27 Estados não têm os mesmos interesses. Trata-se de buscar o denominador comum, que sempre existe. Acho que existe, porque a guerra fiscal, quando é exacerbada, acaba não interessando a mais ninguém. Quando ela chega a um ponto em que

vai para os Tribunais – e já foi, estamos nos Tribunais –, e pode ter sérias consequências para quem a pratica, ela se torna contraproducente. Então, acho que já chegamos a esse ponto. Os Senhores já conhecem bem essa questão e, portanto, vou colocar na pauta, se os Senhores acatarem o nosso pedido de discutirmos essa questão para avançarmos na questão fiscal por aí.

O SR... (Fora do microfone. Inaudível.) – ... sua posição com relação à unanimidade...

O SR. GUIDO MANTEGA – Não tenho uma posição em relação a isso e fico numa situação meio constrangedora, porque tenho de ter uma gestão republicana e faço isso no Ministério da Fazenda, atendendo a todos os Estados da mesma maneira. Então, prefiro que os Senhores aqui...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sou testemunha disto: que o Senhor tem sido muito solícito em relação ao nosso Estado, e não é de hoje. Já no Governo Serra e outros, desde que o Senhor é Ministro da Fazenda. Faço questão de dar esse testemunho público aqui.

O SR. GUIDO MANTEGA – E aos outros Estados também, senão eles vão dizer que estou...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM – AM) – Além do mais, Ministro, a Lei Complementar nº 24, que é a quem estabelece a normatização do ICMS, do Confaz,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Existem mais de 16 Parlamentares inscritos. Se nós continuarmos o debate não encerramos esta audiência pública. Eu pediria, por favor, o entendimento dos Parlamentares, porque até aqui as coisas estão caminhando, mesmo com algum tipo de dificuldade.

Com a palavra o Senador Guido Mantega. Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senador ainda não, mas posso me candidatar. Não me estimule, Sr. Presidente, senão vou ter de competir com o Senador na próxima. (Risos.) Não tenho nenhuma pretensão, prefiro continuar um técnico, é melhor continuar apenas como técnico, eu venho aqui de vez em quando conversar com os Senhores, é mais agradável.

Mas, em relação à compra da Delta, na verdade, pela JEE, não é JBS, é a *holding*. Em primeiro lugar, o Governo não deu nem dará o aval. Esse é um negócio privado, cabe ao setor privado se entender e assumir os riscos, que são grandes nessa situação, porque a CGU está investigando rigorosamente os contratos da Delta, assim como a CPMI. Portanto, espero que haja a mais profunda investigação. A CGU trabalha na mesma direção da CPI, e é isso o que nos interessa. Que eu saiba, o que li é que não foi feita compra nenhuma, não foi efetuada nenhuma compra e que o apoio que teria

sido dado pelo Governo foi desmentido no dia seguinte. Houve uma nota dizendo que não havia... Então, desconheço qualquer tipo... E a posição do Governo, da Presidenta Dilma, é de não dar nenhum aval nem a esse nem a qualquer outro grupo que tenha intenção, porque vai se envolver nos problemas que lá estão.

Então, cada um faz isso, são negócios privados, por sua conta e risco, que isso fique muito claro!

Deputado, eu já respondi a todas? Acho que sim. O Senador tinha uma lista grande...

Deputado Pauderney, de fato, nós temos que fazer a redução dos juros para que chegue ao bolso do consumidor. E o Senhor tem razão: é difícil, mas vai acontecer. Apenas está se iniciando esse processo. Nós estamos com os bancos públicos trabalhando. Eles dizem que não é fácil implantar novos sistemas e conseguir propagar isso por todo o setor, mas isso vai acontecer. Isto eu posso lhe assegurar: pelo menos do ponto de vista dos bancos públicos, isto vai acontecer: reduções expressivas do *spread* e da taxa de juros, mesmo porque não há nenhuma razão para sustentar taxa de juros mais elevada.

O Brasil, hoje, é um país muito mais seguro. A inflação está sob controle e os juros básicos estão caindo. Portanto, não há razão para isso. E eu espero que o Deputado continue me informando se conseguiu obter juros mais baixos nas suas operações. O Banco Central tem um sistema que apura os juros praticados contrato por contrato e, semanalmente, nós temos o resultado e eu fico lá olhando semanalmente se caiu, onde caiu nas principais modalidades de crédito que existem no País.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM – AM) – Mas seria importante, Ministro, que o Banco Central, junto com V. Ex^a, que é Ministro da Fazenda, pudesse estabelecer uma ação, um método no sentido de fiscalizar não só os bancos estatais, mas também os outros bancos que fazem parte do sistema financeiro. É muito importante que o Banco Central atue nessa direção.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas todos os bancos estão enquadrados nesse sistema de fiscalização de quanto estão cobrando e quanto estão liberando. Então, nós temos para todos os bancos o volume de crédito que foi liberado semana a semana e em que taxa de juros foi praticada. Os bancos privados também se comprometeram a fazê-lo, mesmo porque estarão sofrendo a concorrência. É uma virtude dos bancos públicos é que eles podem oferecer condições melhores aos correntistas e que os correntistas vão passar para os bancos públicos. Os bancos privados – acredito – não deixarão que isso aconteça. Então, se não fosse por outra razão, só pela concorrência, eles quase que estariam obrigados a fazê-lo. Portanto, acredito que isso

vai acontecer. Temos que esperar um pouco mais. 15 dias, um mês nós teremos resultados práticos acontecendo com redução de *spread*, de taxa de juros nas principais modalidades de crédito.

A questão do setor automotivo de duas rodas, que já havia sido mencionada pelo Senador Eduardo Braga, está sob análise.

O Senador Armando Monteiro também menciona a sua preocupação com os *spreads* bancários e fala do cadastro positivo. O cadastro positivo tem uma pequena imperfeição jurídica que dificulta a sua utilização, porque ele responsabiliza aquele que declara o consultente. Então, eu espero que se aprove o seu projeto porque o consultente não quer saber da responsabilidade. Exatamente. Ele é só para cuidar. Concordo plenamente com isso. Já foi aprovado na Câmara? Ótimo! Então, com isso, poderemos avançar.

É difícil conseguirmos uma concorrência maior no sistema financeiro brasileiro, porque é um dos sistemas mais concentrados. Os dez maiores bancos respondem por 80% de todos os créditos. Por sorte nós temos bancos públicos que podem fazer uma política de concorrência. No passado, já se tentou atrair bancos estrangeiros que aqui vieram e não foram bem sucedidos, não conseguiram enfrentar a expertise e a concorrência dos bancos brasileiros...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Eles foram bem sucedidos. O consumidor é que não foi...

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, mas alguns saíram do país ou encolheram. Eles preferem ser bancos de investimentos do que bancos de varejo, porque ganham mais e são menos trabalhosos. Mas esta é uma preocupação que temos: aumentar a concorrência no momento. Eu acredito que nós caminharemos para isso num futuro próximo.

Quanto à gestão da dívida pública, nós temos a mesma preocupação de reduzir o volume de LFTs que estão no mercado. Aliás, isso está ocorrendo. Elas já representaram mais de 30%; hoje estão em torno de 26%, conforme o Senador mencionou. Elas são papel ruim, porque têm um indexador natural. E nós temos que desindexar a economia brasileira. Está certo? Então, nós estamos nesse caminho. Nós tomamos uma resolução, recentemente, impedindo que todos os fundos ligados ao Governo pudessem fazer aplicação financeiras nesse título. E nós também não estamos renovando as LFTs que vencem. O Governo tem LFTs com datas de vencimento, que, nos seus vencimentos, estamos procurando não renovar de modo a diminuir o número de LFTs e aumentar os títulos pré-fixados, que são superiores. Então, nessa sua preocupação, estamos nessa direção.

O PAC, de fato, é um investimento que poderia ser maior, de 1% do PIB, mas, se adicionarmos as empresas públicas, nós chegamos a 3% do PIB. O mais importante é que o setor privado aumente a sua margem de investimentos, que possamos criar as condições para que isso aconteça. O investimento está crescendo no Brasil historicamente. Não estou falando no momento preciso agora. Se pegarmos os últimos anos, estávamos, em 2004, 2005, com 16% do PIB. Estamos próximos de 20% do PIB e vamos continuar aumentando, estimulando, principalmente, o investimento privado com mecanismos como, por exemplo, as debêntures de infraestrutura, que vão começar a rodar daqui a pouco, que são um crédito direto para o setor privado, e mercados de capitais, que dão crédito mais barato ao setor privado. Este é o desejo do Governo: que o setor privado cresça, e o setor público, na medida do necessário e do possível, também vai crescer.

Eu acho que essa era... Vou pedir um breve recesso de cinco minutos para fazer uma visita ali ao...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Absolutamente legítimo e justo, Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu estou com vergonha de comer aqui, na frente dos outros. O Senador Dornelles está de olho no meu chocolate Bis aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem mais aqui. Aqui a assessoria funciona bem.

Enquanto o Ministro pediu um pequeno tempo, só gostaria de registrar que, amanhã, teremos a sabatina do Cade, Senador Luiz Henrique, três nomes para o Cade. O Senador Lindbergh é um dos Relatores, ao lado do Senador Aloysio Nunes e do Senador Eduardo Braga.

Amanhã, à tarde, às 15h, a audiência pública sobre portos, também uma agenda importante, proposta pela elegante Senadora Kátia Abreu.

Na próxima semana, na terça-feira, às 10h, teremos uma agenda complexa na Comissão de Assuntos Econômicos, que é uma agenda também deliberativa, inclusive com a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 85, tão aguardado pelo Senador Dornelles, pelas razões por ele expostas anteriormente. Teremos também a audiência pública do e-commerce, do comércio eletrônico, dentro aquilo que foi acordado entre as lideranças e o Presidente Sarney de discutir, no mérito, esse projeto importantíssimo para a maioria dos Estados brasileiros. Portanto, nós temos, nesta semana, uma agenda difícil e, na próxima, uma agenda importante.

Sem dúvida nenhuma, querendo registrar aqui também o trabalho do Senador Dornelles como Presidente da Comissão Mista, acredito que o Deputado Henrique

Fontana, que é o Relator, vai apresentar na outra semana o seu relatório da Medida Provisória nº 567.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Provavelmente na próxima terça-feira o nosso Relator já vai apresentar o relatório da Medida Provisória nº 567, cujo Presidente da Comissão Mista é o Senador Francisco Dornelles. Portanto, temos aí uma agenda bastante ampla, especialmente nesta semana e na próxima semana também.

Senador Luiz Henrique, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que nominasse os próximos interrogadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Então eu vou aqui...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria pedir a V. Ex^a que autorizasse o Deputado Roberto Freire a assumir a Mesa como representante da Presidência da Comissão da Medida Provisória nº 567, porque eu vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É uma grande honra para nós ter o Deputado Roberto Freire aqui no comando da Comissão Mista que aprecia a Medida Provisória de nº 567.

Nós vamos dar continuidade agora, com a chegada do Ministro, agora já mais leve, mais tranquilo... Eu quero aqui, por solicitação do Senador Luiz Henrique, o próximo e não registrei aqui na minha fala anterior, o próximo é o Deputado Mendes Thame, que chegou aqui. Deputado Mendes Thame, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Roberto Freire, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Lindbergh Farias. Aí o outro, em deferência a V. Ex^a, e se o Senador Lindbergh topar, no lugar do Senador Lindbergh, que gosta de falar sempre mais para o fim, para fazer uma espécie de resumo, uma síntese de todos os comentários, não só dos Senadores e Senadoras, mas também do Ministro da Fazenda. Então, nesse bloco, a última inscrita é a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu agradeço enormemente a delicadeza do Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, por que não faz um bloco só?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todo mundo concordar, nós vamos fazer um bloco só.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Quantos são?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois disso, vem Senador Sérgio Souza, que não se encontra presente; Senador Ferreira, também não; Senador Romero Jucá, também não; Senador José Agripino, idem; Senador Cristovam, aqui presente; Senador Luiz Henrique, idem; Senador Raupp, não presente; Senador Flexa. Então são três a mais.

Portanto, vou considerar o seguinte: está encerrada a inscrição. Se chegar, já não fala mais, porque o Ministro Guido Mantega tem também aí uma agenda forte a partir das 14h. Portanto, eu queria pedir a todos os Senadores e Deputados objetividade. Então vamos fazer de uma carrada só.

Com a palavra o Deputado Mendes Thame, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Ilustre Senador Delcídio, que preside esta reunião, Ministro Mantega, que nos dá uma excepcional oportunidade, com a sua disposição às respostas, Sras Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, vou fazer duas observações rápidas. Uma sobre a economia como um todo, que foi apresentada no início, e a segunda a respeito das cadernetas de poupança.

A respeito da economia, o que nós temos assistido nesses anos, é uma insistência do Governo em privilegiar gastos de custeio e não gastos de investimentos. Quando se cortam os gastos para ter o superávit fiscal, o corte é sempre dos gastos de investimentos. Os custeos são fixos? São. Quando o Governo entrou, gastava R\$70 bilhões com a folha de salário, hoje gasta aproximadamente R\$200 bilhões, em termos nominais é um acréscimo estupendo, um negócio inacreditável, algo vultoso, mas o fato é que não se consegue cortar nem os demais gastos de custeio. Resultado, cortam-se os investimentos, e sobram poucos, muito poucos. O Governo investe muito pouco e quase nem investe disso que está no Orçamento.

Vamos pegar os dados do PAC. V. Ex^a apresentou aí um dado que mostra que, neste ano, o que está sendo empenhado e pago no PAC é maior do que o valor verificado no ano passado. Mas os dados que temos não batem com isso, a menos que V. Ex^a tenha colocado aí os dados referentes ao programa Minha Casa, Minha Vida, em que o Governo não faz uma licitação, mas dá o dinheiro para a empresa que se enquadra naqueles critérios como um financiamento. Quando se trata de licitação, quando se tem de cumprir a Lei nº 8.666, a situação se inverte. Piorou muito, neste ano, o que é empenhado e o que é pago. Por exemplo, no Ministério dos Transportes, nesses primeiros quatro meses, o valor total empenhado, gasto e pago, em relação aos quatro primeiros meses do ano passado,

diminuiu 40%, ou seja, o Governo não consegue gerir, não consegue administrar as obras. Tanto o Governo não consegue fazê-lo, que fez uma declaração de *mea culpa*: está mandando a proposta de se estender o Regime Diferenciado de Contratações, que é um es-trupício, para as obras do PAC. Nós o aceitamos, em caráter excepcionalíssimo, para as obras da Copa e das Olimpíadas, mas imagine fazer isso agora para oito mil obras do PAC!

O PAC é uma árvore de Natal onde se penduram novas obras sem nenhuma visão sistêmica do todo, sem preocupação em realmente romper os gargalos e em enfrentar os obstáculos. O Governo simplesmente diz: "É do PAC. Não é do PAC". Como é que vamos resolver a incapacidade do Governo de gerir e estender o Regime Diferenciado de Contratações para essas obras? É um absurdo! Joga-se no lixo a Lei nº 8.666, que é a Lei das Licitações!

Faço uma segunda observação: se o Governo não consegue investir, não daria para haver um aumento, é evidente. O Governo não consegue fazer licitações. Poderíamos imaginar que V. Ex^a viesse aqui para falar: "Vamos estimular a economia pelo caminho certo, fazendo investimentos na infraestrutura, para romper os gargalos, para diminuir os custos". Mas não se consegue fazer isso! Então, o que imaginamos? Vai estimular as exportações?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME
(PSDB – SP) – Vou reduzir.

Também já estão com a consciência de que, quanto às exportações, se não fosse o agronegócio, se não fosse o setor agroindustrial, estaríamos quebrados. Ou seja, só o câmbio não resolve. É preciso mexer no custo Brasil.

O que sobrou? Consumo. Tudo bem! Ótimo! Vai aumentar a renda do trabalhador, diminuindo os impostos sobre os bens de salário, os bens da cesta básica de alimentação, os bens da cesta básica de construção? Não é isso que está sendo proposto! Trata-se de aumentar o endividamento, a possível renda futura do trabalhador atualizada para o momento presente. Como faço essa atualização para o momento presente? Diminuindo essa renda com o percentual de juros, que é extirpado da renda e vai para o sistema financeiro, o que está no limite, Sr. Ministro. Em São Paulo – os dados já mostraram –, mais de 20% das famílias, uma em cinco, estão impossibilitadas de honrar as prestações. E ainda vamos estimular esse sistema? É algo, no mínimo, temerário.

Por último, quero falar da questão das caderetas de poupança. A caderneta de poupança não é um sistema mais atraente do que o sistema de fundos de

investimentos. Ela só fica mais atraente na hora em que não se cobra o Imposto de Renda. Ou seja, imaginávamos que o Governo, nessa fase de transição, em que a Selic ainda está acima de 8,5%, começaria por estimular os outros fundos, diminuindo o Imposto de Renda daqueles que ajudam o Governo a rolar sua dívida de R\$1,8 trilhão. Faz-se isso diminuindo o Imposto de Renda ou forçando os bancos, numa queda de braço, a diminuir as taxas de administração. Não! O Governo optou por diminuir o rendimento do pequeno poupadão e o fez corretamente, é claro, preservando o passado. Isso é muito correto. Com esse esforço de diminuição dos juros todo brasileiro concorda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Mendes Thame, peço que conclua, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME
(PSDB – SP) – Vou encerrar.

Mas não se colocou nenhuma salvaguarda, como, por exemplo, até 50 salários mínimos, mantém-se o sistema anterior para aquele pequeno poupadão que fica, por mais de dois anos. Por outro lado, não há nenhum projeto de renegociação de dívidas, como foi feito para o setor rural; não há nenhum projeto também, nenhuma medida no sentido de, para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que paga 3%, pelo menos igualá-lo à caderneta de poupança?

Havia mais algumas questões, mas, em atenção ao seu pedido, vou encerrar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Mendes Thame.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; caro Ministro Guido Mantega. Era 1983 e, num certo dia, eu arguí, como das outras vezes, com muita assertividade, discordando do então Ministro do Planejamento, principal, Antônio Delfim Netto. Algumas vezes dele discordei. Outras vezes, em tempos mais recentes, tenho concordado, inclusive no início do meu mandato aqui, no Senado.

Certo dia fui fazer uma visita a ele sobre o primeiro projeto de garantia de renda mínima que eu havia apresentado, através de um imposto de renda negativo. Foi ele quem me deu uma das primeiras referências bibliográficas da Sr^a Juliet Rhys Williams, que, na Inglaterra, pelos anos 20, 30, apresentou projeto de lei para instituir uma renda básica incondicional.

Eu gostaria até de fazer uma homenagem aqui ao ex-Ministro Antônio Delfim Netto, ex-Deputado Federal, porque eu acho que ele escreveu um texto que

inclusive contribuiu muito para esclarecer as medidas adotadas por V. Ex^a e pela Presidenta Dilma sobre a poupança.

Vou ler aqui uma síntese do que ele escreveu, porque eu gostaria de saber sua avaliação, inclusive tendo em conta as avaliações críticas que foram formuladas às vezes aqui, no Congresso.

A mudança do regime de caderneta de poupança facilitará não apenas o objetivo de trazer a taxa de juro real do Brasil ao nível internacional, mas também a vida das famílias que encontram naquele instrumento refúgio seguro, líquido e certo. Para entender isso, lembrmos que elas abrigam quase 100 milhões de depositantes, 98% dos quais têm poupança inferior a 50 mil, num montante total que, em março de 2012, atingia 429 bilhões e hoje, 438.870 [conforme V. Ex^a há pouco salientou].

E ele didaticamente disse:

Suponhamos que uma família tenha um depósito de R\$2 mil para atender uma emergência pela qual recebe 6,37% ao ano, R\$128,00, correspondentes ao juro acumulado mensal de 0,5% ou 6,17% ao ano, somada a taxa de referência fixada pelo BC, 0,2%. Suponhamos ainda que essa mesma família tinha uma dívida de R\$1.000,00 mantida durante todo o ano e pela qual um credor altruísta cobra apenas juro de 2,84% ao mês, 40% ao ano, ou seja, R\$400,00. Qual o resultado dessa conta sobre os rendimentos da família? Ela recebe juros de R\$128,00 e paga de juros R\$400,00. Logo, sua conta de juros, negativa, é R\$272,00. Suponhamos agora que a taxa Selic, que está hoje em 9%, seja reduzida para 7,5% e permaneça nesse nível durante um ano. O que acontecerá com o rendimento da poupança da família com relação ao depósito já feito de R\$2.000,00? Absolutamente nada. Continuará a receber os mesmos R\$128,00 com as mesmas garantias. Apenas os eventuais novos depósitos à nova caderneta serão creditados. Pela nova regra, 70% da Selic mais TR à taxa de juro de 5,45% ao ano. Qual a diferença de rendimento anual de R\$2.000,00, produzido pela mudança? Na caderneta velha, ele recebe R\$128,00. Na nova, R\$109,00, ou seja, uma diferença de R\$19,00. A aritmética terrorista dirá à família que ela perdeu 14,8% do seu rendimento, 19 sobre 128, exatamente o oposto do que sem tirar no bolso no fim do ano se o credor altruísta tiver de reduzir a

sua modesta taxa de juros de 2,84% ao mês, 40% ao ano, para 2,21%, 30% ao ano, que, no fundo, é o objetivo da política do Governo quando insiste em pressionar as taxas de juros.

O resultado é simples. Com o seu estoque de R\$2 mil na caderneta velha, ele continuará a receber 128. Mas os juros da sua dívida cairão se a política econômica tiver sucesso, digamos, de 40% para 30% ao ano. Qual o resultado final para a família? Economizará R\$100,00 no pagamento dos juros, que poderá depositar na caderneta nova e, eventualmente, ampliar o seu consumo.

Repetindo Pascal, podemos dizer que, nesses tempos, a verdade é tão obscura e a mentira é tão bem estabelecida que não a enxergaremos, a menos que nos esforcemos muito.

Resvolvi dedicar este meu tempo hoje em homenagem a uma explicação que eu acreditei ser tão didática. Mas perguntaria se V. Ex^a está de acordo.

No mais, quero cumprimentá-lo pela atuação, pelo seu desempenho, não apenas ao explicar aqui, mas pelos resultados efetivos expressos na taxa de desemprego, de 5,7%; nas reservas de 373,7 bilhões, na taxa de câmbio de 2,05%.

E até gostaria de perguntar, porque V. Ex^a não mencionou desde que houve essa alteração para mais na taxa de câmbio, quais foram os efeitos para as exportações e para as importações na dívida do setor público, que baixou, em 2002, 60,4% PIB hoje para 35,7% e a manutenção de taxas razoáveis de inflação e a perspectiva de um crescimento bastante razoável, tendo em conta a crise internacional, que afeta outros países.

Então, meus cumprimentos a V. Ex^a, Ministro Guido Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Deputado Roberto Freire, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Vou falar como Oposição e não como representante da Comissão que analisa a Medida Provisória, até porque aqui, como representante, teria que seguir a maioria e não iria fazer algum questionamento crítico em relação ao Governo.

Falaria fundamentalmente sobre a caderneta de poupança, mas a apresentação do Ministro me trouxe algumas preocupações.

Ele é um exemplo típico da continuidade do Governo Lula com o Governo Dilma. Não vou discutir Pangloss. Mas é de propaganda, de um otimismo. No

Brasil, não se manipulam, como na Argentina, dados. Mas aqui se utilizam dados ao bel-prazer do interesse do freguês.

Há uma mania no Brasil de se comparar o Brasil de hoje com o Brasil de ontem. E evidentemente, nós não estamos andando para trás. Aí sempre apontamos como algo importante acontecendo e gera-se um clima de euforia.

Antes da crise, o Brasil crescia e, como se fazia comparação com o Brasil anterior, crescíamos e muito. Mas se olhássemos para o mundo, nós iríamos ver o desempenho medíocre da economia brasileira. Éramos um dos poucos países no mundo que cresciam menos que a economia internacional. Concreto, dado objetivo, sem manipulação. Continuamos na mesma.

E aqui há um dado interessantíssimo: coloca-se o problema do Fundo Monetário Internacional analisando-se o desempenho das economias para o ano de 2012.

Eu agora me perdi; é danado, mas eu vou me lembrar.

Todos os países – e foi usado colorido –, mas todos os dados de crescimento ou do desempenho de 2012 eram do Fundo Monetário Internacional; do Brasil não, do Brasil era do Governo brasileiro. Impressionante isso! Para quê? Para poder dizer que nós vamos crescer 4% em 2012? Dissemos que em 2011 iríamos crescer 5% – o Senhor, Ministro. Chegamos ao ponto de ouvir no Brasil que se deve ter cuidado com o que o Ministério da Fazenda diz, porque provavelmente não vai acontecer.

E aí vêm vários dados. Entre os desafios, está a necessidade de se aumentar investimentos, nós estamos com menos investimentos. Apresenta-se o PAC, cujo desempenho também é sofrível, mas em relação ao ano passado. Mas aí, quando se vai ver, há muitos restos a pagar – não falo nem do programa Minha Casa Minha Vida: são restos a pagar em grande parte. E mais: quando se vai querer aumentar, dinamizar investimento, aí se olha sempre para o consumo. São as medidas que beneficiam aquilo que parece ser um cacoete deste Governo. Não sei se é porque Lula era metalúrgico do ABC, onde estava sediada a indústria automobilística, mas parece que a única indústria brasileira é a automotiva.

E aí vem para o consumo, poupança não, investimento menos ainda. Analisa-se redução, renúncia fiscal, incentivo. Agora, não se discute, por exemplo – essa discussão está atrasada –, como facilitar investimentos em saneamento, que poderia ter uma diminuição de seus encargos, o que, evidentemente, seria um bom antídoto ao processo e à crise que já está instalada – já se viu na Europa, e é verdade, que

não cabe austeridade, mas cabe buscar investimento para promover o desenvolvimento.

Aqui se lança mão do mesmo mecanismo usado por Lula em 2010 contra a marolinha: vamos incentivar o consumo. E aí, desculpem-me, mas se vem aqui com algo que, se fosse feito por um agente privado da economia, poder-se-ia dizer que se estava cometendo um crime contra a economia popular, porque querer aumentar prestações para um bem que se deprecia desde o momento da compra, evidentemente, é algo absurdo. Não se pode incentivar isso. Não é absurdo o desejo de consumir, claro, mas é um absurdo um governo incentivar isso. Nós estamos vendo a inadimplência crescendo, e ela não vai parar, até porque não há crédito para a inadimplência.

Esse é o quadro que se mostrou aqui, e não adianta dizer que nós não vamos enfrentar a crise agora, neste momento. Se lá era marolinha, dito até, de certa forma, irresponsavelmente, agora não há nada disso, porque o que se vê é a desaceleração da China e crise na Europa, principais mercados para aquilo em que o Brasil se transformou – como naquele tempo da velha Colônia, quando era grande exportador de *commodities* e matérias-primas. Isso começa a repercutir muito fortemente na economia brasileira, e eu não estou vendo um governo com capacidade de enfrentar isso, salvo medidas pontuais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua por favor, Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Concluo com a questão da poupança, até porque grande parte da intervenção do Ministro foi para discutir isso – de novo um processo de euforia, parece que estamos no melhor dos mundos, mas o que os dados estão indicando é que se aproxima não uma marolinha ou um *tsunami*, mas uma crise séria que vai afetar a família brasileira, que já começa a ter problemas.

Fala-se em 900 mil empregos, um milhão de empregos...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Vanessa, não se preocupe, vocês vão ter tempo demais para elogiar o Governo, até demais.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – O seu tempo já acabou há muito tempo.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Não vai cortar o meu tempo. Eu peço a você... Claro, deixe o Presidente continuar presidindo a sessão, Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua por favor, Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Vai-se criar 1,4 milhão de empregos – já está em declínio. Qual é a população economicamente ativa que entra no mercado de trabalho? Disso não se fala, é só um lado dos dados estatísticos.

Pois bem, eu quero dizer algo em relação à Medida Provisória que trata da poupança.

Nessa visão de que o consumo é que é importante, de que é o grande instrumento, menospreza-se a poupança, não se incentiva a poupança. E aí precisamos tratar da questão da taxa de juros. Aonde vamos? Não, não é a questão da rentabilidade do fundo, não é discutir a dívida interna brasileira, se podemos renegociá-la, ampliar o seu perfil, as letras. Não, vai-se em cima da poupança, sistematicamente. Lula foi lá atrás e só parou porque a sociedade reagiu, e se viu que aquilo era para beneficiar especuladores e investidores, até porque não era necessária naquele momento nenhuma discussão, até porque não se tinha a tendência da diminuição de taxa de juros.

É muito mais fácil agir assim, e ainda se diz que isso é um ato de muita coragem. Claro, para atender a subalternidade do Governo aos interesses financeiros do setor bancário, aos interesses do grande capital. Aí vem, inclusive, todo esse processo que nós estamos vendo: precisamos consumir e consumir fazendo determinadas escolhas, beneficiando determinados grupos que têm força junto ao Governo, não poupar e investir, porque o investimento brasileiro continua muito baixo e não sei se temos perspectivas de ampliá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Deputado Roberto Freire.

Com a palavra agora a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Qual é o tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Cinco minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com tolerância de quantos minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu não vou discutir tolerância, Senadora Vanessa Grazziotin. Eu tenho sido extremamente paciente porque, dentro do combinado, eu teria de cortar a palavra, mas como eu sempre procuro ser elegante com as pessoas e, acima de tudo, tolerante, eu admistro o tempo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu percebi, Sr. Presidente, só fiz esse questionamento porque acho que o tratamento tem de ser igual, já que todos aqui temos compromissos, inclusive o próprio Ministro Mantega. E tendo definido o tempo

para cada um, o mínimo que deveríamos fazer – e não me refiro a V. Ex^a, eu me refiro a nós, os Parlamentares que aqui estamos – seria cumprir com toda disciplina o tempo estipulado.

Sr. Presidente, quero iniciar minha intervenção cumprimentando o Ministro Mantega e, ao tempo, cumprimentar a Presidenta Dilma.

E quero aqui fazer uma revelação. Logo no início do mandato, a Presidenta fez algumas reuniões, promoveu alguns encontros com Senadores de partidos políticos que a apóiam e que participam de seu Governo. Como o meu Partido, o PCdoB, como é um Partido pequeno, nós estivemos juntos, PCdoB, PSB e PDT, numa conversa informal, mas muito importante, com a Presidenta. Do início ao fim da conversa, a Presidenta falou, Ministro Mantega, em juros, juros, juros. Disse que precisamos enfrentá-los e que precisamos ter coragem para diminuir as taxas de juros do País, porque o Brasil não pode mais continuar sendo o líder do ranking daqueles que praticam as mais elevadas taxas de juros.

O pagamento dos juros – e aqui não quero ensinar o Padre Nossa a vigário, muito menos ao Papa, ao Bispo – tira recursos públicos do povo e dos investimentos e os canaliza para o setor especulativo. E confesso-lhe, Ministro Mantega, que, à época, não acreditei muito, até comentei com alguns colegas: “Será que ela dança conforme a música?” – ali estávamos partidos mais à esquerda, que há muito defendem mudanças importantes na macroeconomia brasileira.

Então, eu quero cumprimentar o senhor e cumprimentar a Presidenta Dilma pela coragem, porque não é fácil enfrentar uma corrente que não é interna, mas uma corrente internacional, porque muitos perderão. Agora, o povo ganhará, o Brasil ganhará enormemente com essa medida.

E quero dizer que, em sua exposição, Ministro, eu senti muito realismo, mas muito realismo. V. Ex^a não mostrou aqui o melhor dos mundos. Ao contrário: logo numa das primeiras transparências mostrou aqui os desafios para 2012, mostrando quão complexos são esses desafios, a começar da dinamização dos investimentos, da reforma tributária.

Eu, sinceramente, não vejo a Reforma Tributária com a aprovação de uma lei importante que nós aprovamos aqui, uma Resolução, a de nº 72, que acaba com a guerra nos portos. Não vejo a Reforma Tributária analisar um projeto que, aliás, é nosso Presidente que relata, o Senador Delcídio, que acaba com a unanimidade no Confaz. Para mim, isso vai piorar ainda mais a situação do Brasil como uma federação que é a de ajudar os Estados.

Então, Reforma Tributária eu vejo como V. Ex^a colocou: uma reforma mais ampla que trate de questões que atinjam vários aspectos e não apenas um, porque senão aqui nós criamos uma guerra entre nós e podemos até estar contribuindo, ao invés de melhorar e diminuir esses embates, essas lutas entre os Estados brasileiros, amplificá-los ainda mais. Então, eu vejo que V. Ex^a falou com muito pé no chão. Eu, entretanto, Ministro, gostaria de tocar em dois aspectos, basicamente. Um deles diz respeito aos investimentos. Aqui está dito: dinamizar os investimentos... E olha que eu sou daquelas, Ministro Guido Mantega, que defendo o investimento mesmo. Mesmo! Porque tem gente que não fala exatamente o que defende. Defende o investimento, mas a custa de quê? Da queda das despesas de custeio... O que são despesas... Porque tem gente que não fala isso. Fala tudo e tudo, mas não fala isso... Quer investimento, mas vamos cair e derrubar o custeio... O que é o custeio? Eu acho um equívoco a economia brasileira tratar isso como despesa, porque custeio também é investimento. Quando o senhor paga bem o fiscal da Receita Federal, o senhor está investindo no Brasil; quando o senhor paga bem um professor universitário, o senhor está investindo no Brasil – no Brasil! Então, eu defendo a ampliação de investimentos, mas com a ampliação de despesas de custeio que eu acho fundamental para que o Brasil siga nesse caminho da geração de emprego e de construir seu próprio caminho, independente desse mercado internacional e especulativo.

Então, eu quero perguntar ao senhor – e já peço desculpas porque terei de sair, porque a gente tem uma reunião aqui da CPI – sobre quando a gente vai chegar à meta de alcançar investimentos de 25% do PIB? Isso é o mínimo que todos os teóricos e economistas (o mínimo necessário) gerando os empregos que o Brasil necessita.

No mais, Ministro Mantega, eu quero dizer que eu também me coloco entre aqueles que achavam que alguma salvaguarda deveria existir. Alguma... Pequena que fosse, mas deveria existir, Deputado Mendes Thame, pequena mesmo, mas deveria existir. Eu coloquei uma emenda (sei que não vai passar, mas coloquei), para aqueles detentores de caderneta...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senadora Vanessa Grazziotin...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Detentores de caderneta de poupança que recebem até dois salários mínimos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou... A Senadora Marta Suplicy, que está inscrita aqui, ela terá de abrir a sessão do Sena-

do. Como ela vai ser breve... Se todos me permitirem, eu darei essa oportunidade a ela para falar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – De pleno acordo, Sr. Presidente. Nem precisaria consultar o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estão todos de acordo? (Pausa.)

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada.

Caro Ministro Mantega; prezado Presidente, muito obrigada pela gentileza.

O que eu quero perguntar é sobre a regra da poupança e o FGTS. Sobre o principal tema desta audiência, que é a mudança das regras na caderneta, eu quero saber se o Governo estuda propor mudanças similares a outros fundos que têm taxa de juros fixadas por lei. Eu estou me referindo ao FGTS que sempre seguiu uma regra de remuneração similar ao da poupança: TR + 13% ao ano.

Eu sou a Relatora da Subcomissão do Senado criada exatamente para rever a legislação do FGTS, enfrentando o desafio de aumentar a remuneração da conta do trabalhador sem comprometer os recursos para habitação, saneamento e infraestrutura. Minha pergunta é: Não seria adequado impor uma regra similar ao da poupança para os 3% de juros fixos do FGTS para que nós não tenhamos problemas quando a Selic cair abaixo de 6% ao ano?

Questão dois: sobre a tributação do consumo.

Foi anunciada ontem uma redução de IPI para os automóveis. Isso já foi em parte conversado aqui e eu considero uma medida importante no sentido de reduzirmos a elevada carga tributária sobre o consumo no País. No Brasil, os tributos indiretos respondem por cerca de 49% da carga tributária total contra 31%, em média, dos países da OCDE. Minha pergunta: Não está na hora de nós avançarmos ainda mais com a redução da tributação sobre consumo? Não seria o caso de retomarmos a proposta do Imposto sobre Valor Adicionado, o IVA unificado, enviado pelo Presidente Lula ao Congresso em 2008?

E por último, sobre a dívida de Estados e Municípios, eu gostaria de saber se teremos uma decisão sobre a revisão das dívidas dos Estados e Municípios, isso porque as atuais taxas de juros do IGPDI mais 9% são abusivas.

No momento em que a nossa Presidenta Dilma pressiona os bancos para a redução das taxas de juros, não podemos deixar que se cobre dos Estados e dos Municípios – e eu falo do meu Estado de São Paulo, pois já passei por isso na Prefeitura e sei o que é pagar aqueles impostos – essas taxas, visto que o que

vem sendo pago nos últimos dois anos é realmente sem sentido na situação de hoje. Parece contrato do antigo BNH, em que o mutuário paga, paga e o saldo continua crescendo.

Os dados são impressionantes: o Município de São Paulo, por exemplo, devia 13 bilhões em 2000; pagou 15 bilhões e deve 48 bilhões. O Estado de São Paulo devia 40, pagou 75 e deve 171 bilhões.

Então, eu gostaria de cobrar providências do Ministério da Fazenda nesse sentido e saber quando vamos ter uma solução?

Agradeço a resposta. Vou ter que abrir sessão, mas a minha assessoria está aqui para ouvir tudo direitinho, Ministro Mantega. Desculpe não poder ficar aqui ouvindo-o pessoalmente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro Guido Mantega e os colegas Senadores e Senadoras. Vou falar o mais rápido possível.

Sr. Ministro, tem um Projeto de Lei de minha autoria, nº 704/11, que já apresentei ao Secretário Nacional de Política Econômica, Dr. Márcio Holland, no sentido de igualar a isenção de impostos para os caminhoneiros autônomos, a exemplo dos táxis. Anteontem, uma grande entrevista na televisão, uma grande reportagem demonstrou que temos hoje 270 mil caminhões velhos causando poluição e, principalmente, morte e acidentes nas estradas.

Então, hoje temos duas fotografias: caminhões muito novos das grandes empresas ou caminhões muito velhos. Se nos pudéssemos igualar, já que demos essas isenções para os carros no valor de quase 10%, isso daria uma redução de 8,49% e não seria para ampliação como combinei com o Secretário Marcio, mas apenas para aqueles caminhoneiros que estivessem cadastrados – e existe um cadastro nacional para renovação dessas frotas, a exemplo dos táxis do Brasil, que hoje é considerada uma das melhores frotas do mundo. Tenho certeza que seria de grande valia para a economia e, principalmente, para a redução dos acidentes e da poluição no Brasil.

Sr. Presidente e Sr. Ministro, com relação à poupança, quero aqui reconhecer a importância dessa medida. Acho que é bastante acertada. Precisamos continuar reduzindo os juros para manter a competitividade das empresas e de todo o Brasil. Mas há dois pontos importantes como argumentos para essa ação da poupança e que talvez tenha me distraído e não

tenha ouvido o senhor dizer. Uma delas diz respeito à regra básica das finanças.

Todo rendimento de qualquer investimento tem que ser proporcional ao risco. Se a poupança tem um risco muito menor, é óbvio que, pelas regras e pela lógica da economia, também tem que ter uma remuneração menor do que as atividades de alto risco. A violação dessa lógica poderia causar um dano muito expressivo para o sistema bancário brasileiro. Então, quero dizer que está correto a poupança, por ter menos risco e pela lógica econômica, ter uma remuneração menor, ou estaríamos trazendo um transtorno à economia.

O segundo ponto que deve ficar muito claro – e não sou Líder do Governo, não sou da base do Governo e nem a Presidente me pediu que a defendesse em qualquer situação – é que pessoas falam em herança, mas eu não gostaria de falar em herança e, sim, em consequências do governo anterior com relação à dívida bruta do País relacionada ao PIB.

Essa dívida bruta foi aumentada enormemente no governo anterior. Mas a Presidente recebe essa dívida diferente da dívida líquida, já que houve uma diminuição expressiva. Sabemos que esse aumento da dívida bruta foi consequência das capitalizações da Petrobras, do BNDES, de políticas feitas no governo anterior. O mais grave é que tudo isso também veio acompanhado de uma alta carga tributária e empurrado por gastos correntes expressivos, também do governo anterior, de 8% ao ano. Então, temos que reconhecer que a Presidente tem feito um esforço, mas, de fato, recebeu números preocupantes e difíceis.

E um dos motivos que os fundos de renda fixa precisam existir em seu montante de um trilhão, como é hoje, é porque justamente esses fundos de renda fixa que financiam a dívida pública brasileira. Se houver uma corrida para a poupança e uma diminuição nos fundos de renda fixa, como vamos financiar uma dívida de R\$2,7 trilhões, aumentada, como eu disse, no governo anterior?

Quero, aqui, reiterar e afirmar que, neste Governo, essa dívida bruta em relação ao PIB não foi aumentada. A Presidente, o Governo tem mantido estável essa dívida. Então, é preciso estar muito claro na cabeça das pessoas por que a poupança não pode render mais do que os fundos de renda fixa.

Mas vou fazer minha pergunta. É algo que me tem preocupado muito, Sr. Ministro. Nós observamos que, no Governo Lula – o senhor, inclusive, era Ministro –, o crescimento foi dado em três pilares mais importantes, especialmente o aumento do salário mínimo, que tivemos a condição de fazê-lo, e a forte expansão do crédito, que aumentou de 24% para 49%, desde o

Governo Lula até hoje. Esses dois pilares. E um terceiro, apoiado pelo valor de troca das *commodities*. A relação de troca – exportação, importação – fez com que isso trouxesse benefício às empresas, porque o dólar sofreu uma desvalorização.

Com relação a esses três pilares, Sr. Ministro, o senhor não acha que estão, de certa forma, esgotados para este novo Governo, quando avaliamos, por exemplo, o endividamento das famílias? Na verdade, temos a inadimplência das famílias, o endividamento das famílias e o comprometimento da renda das famílias com a dívida de juros e das suas parcelas. E todos esses indicadores estão, de certa forma, bastante elevados com relação à média mundial. Então, a inadimplência das famílias, pessoa física, 7,5%; pessoa jurídica, 4%; o endividamento das famílias, 40% do PIB, e o comprometimento da renda, que acho mais grave, o que a pessoa gasta do seu salário para pagar a prestação e os juros, 22%. Nos Estados Unidos, são 12%.

Então, a minha pergunta é se esses três pilares, se a expansão do consumo, a expansão do crédito que leva à expansão do consumo, que no Governo Lula fortaleceu o poder de compra do mercado... Reconheço que a classe média cresceu, foi importante para o Brasil. Só quero, com a minha preocupação... Porque, agora, as *commodities* estabilizaram, e nós não podemos contar com a relação de troca tão forte. Só nesses últimos meses, tivemos uma queda da relação de troca de 10%. Se o salário, a partir de agora, aumentar mais do que a produtividade, ele poderá gerar uma inflação expressiva. Aumento de crédito é quase impossível por conta do endividamento que acabei de descrever. Tudo associado a essa crise que afetou e agravou mais lá fora. É natural que também haja uma piora na boa vontade dos investidores. Será que não estava na hora de tirarmos todos aqueles obstáculos que foram criados para entrada de investimentos externos no País, como o IOF, para que essa entrada possa acontecer?

Por último, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senadora Kátia.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ...a preocupação com a valorização excessiva do real. É uma coisa até engraçada reclamarmos disso. Há pouco, as indústrias reclamavam que o dólar estava muito barato e que estavam perdendo competitividade, que o real estava muito valorizado. E agora vem a preocupação com o contrário, a valorização expressiva do dólar. Fico pensando nas pessoas que têm dívidas lá fora, que têm seus balanços afetados. Com relação ao aumento do custo das importações de máquinas e de inovação. Como poder conter isso nem para mais, nem para me-

nos, nem para o mar, nem para a terra, para que não prejudique a produção interna, a industrialização interna, mas também não prejudique todos essas questões de importações e do endividamento das empresas lá fora? É claro que também poderá reduzir o poder de compra dos trabalhadores.

Então, fico preocupada, Sr. Presidente, com esses estímulos fiscais, que eles possam na verdade... Sei que são bem-vindos na hora do arrocho, mas na verdade eles podem trazer um desestímulo à busca de competitividade e inovação.

Se avaliarmos alguns setores da indústria brasileira, nos últimos anos, constataremos que são os mesmos que procuram, há 20 ou 30 anos, as subvenções e as proteções. E há setores da indústria, como a agroindústria, o agronegócio, que moram no mesmo lugar que os demais, que enfrentam as mesmas taxas de juros, a mesma carga tributária, a mesma logística, o mesmo câmbio, e que conseguem superar essas dificuldades, enquanto algumas insistem ainda nas proteções, afastando-se, cada vez mais, da inovação tecnológica, que vai fazer com que o País e essas empresas possam crescer de verdade.

Então, agradeço.

São essas as minhas considerações. Eu gostaria de fazer mais, mas não é possível. E o parabenizo, Sr. Ministro, pela atitude da poupança e também pela guerra contra a alta dos spreads – dos spreads valorizados; acho que isso é da maior importância –, sem prejudicar o setor financeiro, que é importante para o Brasil, para a democracia, para o capitalismo. Mas o excesso, a exorbitância, prejudica a sociedade, a maioria.

São essas as minhas perguntas. Já estou com uma hora e quarenta minutos de atraso para um compromisso, mas vou escutar a sua resposta da minha televisão, lá do gabinete.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Só vou aqui relacionar os inscritos, até porque eles não estão presentes. E, a partir do momento em que chamar, não vou poder mais, até pelo tempo... Não podemos mais repetir os questionados.

Então, o Senador Sérgio Souza não se encontra. O Senador Ferraço, o Senador Romero Jucá, o Senador Agripino e o Senador Raupp.

Quero até explicar, Ministro Guido Mantega, que hoje, também, há uma CPI e várias comissões funcionando, por isso os Senadores podem não ter permanecido aqui. Hoje é um dia bastante ativo aqui, na Casa.

O próximo inscrito agora é o Senador Lindbergh Farias; depois, o Senador Cristovam Buarque, o

Senador Luiz Henrique; terminando, o *grand finale*, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente Delcídio do Amaral; Ministro Mantega – vou tentar ser breve –; ilustre Deputado Roberto Freire, que fez uma fala aqui, puxando o coro da Oposição, mas devo dizer que quero começar a minha fala, trazendo...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro! Não. Não, mas estou saudando o ilustre...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Eu não posso dizer que me espelhei em você, porque é muito jovem. Mas você ajudou numa época em que era Oposição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – (*Risos.*) Não, sou um admirador de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sou um admirador de V. Ex^a, pela história, pela tradição em comum...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Eu também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sei disso.

Mas eu queria trazer, primeiramente, um artigo, de ontem, do ex-Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser Pereira.

O título do artigo é “Um estadista em construção”, que fala que se estão fazendo dois grandes feitos no Brasil: o combate à corrupção e – aí se entra no debate econômico, que nos interessa aqui – a armadilha das altas taxas de juros e do câmbio desvalorizado.

Hoje, cada vez menos, podemos discutir a economia no Brasil, sem olhar para o mundo, sem olhar para a crise econômica internacional, sem olhar para a Europa.

E a Presidenta, desde o primeiro momento, nesse debate, que V. Ex^a acompanha... É um debate na Europa... Os velhos planos de austeridade – parece a América Latina, aqui, nos anos 1990 – não estão levando a lugar nenhum. Corte de programas sociais, aumento de demissões; a arrecadação diminui, e a dívida aumenta.

Aqui, a nossa dívida pública só diminuiu, quando houve crescimento econômico. Então, temos primeiro de olhar com clareza o papel da nossa Presidenta nesse jogo internacional, nesse debate econômico internacional.

Estou aqui, nesta CAE, nesses dois anos, nesse um ano e meio, desde o começo do Governo da Presidenta Dilma. O debate inicial... porque vejo... É

interessante algumas pessoas da Oposição virem reclamar do crescimento econômico, mas o primeiro debate que houve foi no começo do ano, quando havia um pico inflacionário, que estava muito ligado à elevação do preço internacional das *commodities*. Mas, naquele momento, o Governo lançou as medidas macroprudenciais.

O que se dizia aqui, nesses debates, é que aquilo não servia, que o Governo tinha de aumentar com mais força a Taxa Selic. Se a história nos deu uma lição, Ministro Mantega, se há um pequeno reparo a fazer nessa condição toda é que aquelas medidas macroprudenciais tiveram efeito, sim – um efeito muito forte.

Mas lembro também um debate nesta Comissão, no dia 31 de agosto, quando o Banco Central começou o seu processo de queda das taxas de juros. Baixou 0,5%. Foi uma grita: “O Banco Central está perdendo sua autonomia. Estamos deixando de focar o combate à inflação”.

Acho que a Presidenta colocou o nosso caminho, que é lutar, controlar a inflação, mas perseguir o crescimento econômico. Eu sei que essa não é tarefa do Banco Central. Eu, inclusive, apresentei um projeto nesta Comissão de Assuntos Econômicos que foi aprovado, mas eu sei que não é meta do Banco Central, mas uma meta implícita deste Governo, que é o crescimento econômico, a manutenção de taxas de desemprego no nível atual, que é um dos menores da nossa história, algo em torno de 6%.

Não quero me alongar, só quero dizer, rebateando a fala do Aloisio, que não são políticas improvisadas, há mudanças estruturais. O que está sendo feito com as taxas de juros do País não é pouca coisa, essa medida provisória da poupança não é pouca coisa. A Presidente teve a força de enfrentar o tema e queimar seu potencial político nesse debate. É uma mudança estrutural, e a discussão dos spreads bancários...

Deixo aqui a primeira pergunta ao Ministro. Eu sei que houve ruídos com a Febraban, a gente a cada dia escuta alguma coisa na imprensa em relação a isso, é uma batalha em início. Mas, em relação à batalha dos spreads bancários, eu queria que o senhor falasse como é que está isso em cada aspecto, nos respectivos bancos, nos bancos públicos e nos bancos privados. Em relação ao câmbio também. Só há quinze ou vinte dias que o dólar começou a subir por causa do agravamento da crise econômica internacional, mas, na verdade, foram medidas concretas do governo que fizeram o dólar chegar à casa dos dois reais, que é uma casa que protege a nossa indústria.

Falei tudo isso para dizer o seguinte, Ministro. Cada vez mais, como eu havia falado, o debate internacional é fundamental para nós. Queria que o senhor

avaliasse as consequências... De que forma o Brasil, com essa sua política clara, pode se articular com François Hollande, da França, nesse debate? Vamos ter reunião do G-20, de que forma podemos articular uma frente nesse discurso de que somente esses planos de austeridade não são a saída? De que forma a gente pode, a partir da vitória de François Hollande, ter um papel mais ativo? Aliás, a Presidenta vinha falando sobre isso em todos os eventos internacionais de que participou.

Mas tenho uma segunda pergunta, sobre o agravamento da crise internacional. Ontem no jornal *Valor Econômico*... A LCA Consultores, que tem uma estimativa de crescimento do PIB de 2,6%, falava que, "no agravamento da crise na Grécia, o crescimento do nosso PIB seria só de 1,2%". A MB Associados, que trabalha com um crescimento de 2,5%, diz que, "se a Grécia sai da zona do Euro, nós podemos encolher 1% do PIB". Eu queria saber se há um plano para enfrentar o agravamento dessa situação, haja vista que agora, no dia 17 – há uma questão que está entrando, o povo está sendo consultado na Europa –, nós vamos ter eleição na Grécia, e o povo diz que não concorda com esses planos, não concorda mais com esse aperto, com esse ajuste.

Quem lidera na Grécia é uma coalizão da esquerda radical. Alexis Tsipras, cujo partido tinha 4%, foi para 16% e agora está com 25%. O partido comunista grego subiu e, juntos, têm hoje nas pesquisas mais de 40%. É possível que se constitua aí uma maioria que não aguenta essa política de aperto. Pois bem, a minha análise da situação da Europa, a análise deste modesto Senador que não é economista, é de que não há um caminho na Europa que não seja o do agravamento desse processo de crise, até porque a Alemanha tem uma posição muito dura e muito rígida. Por isso é que nós achamos a vitória do François Hollande uma grande esperança. Agora, no caso da saída da Grécia, para onde nós vamos?

E eu faço uma pergunta em relação à questão fiscal, que esteve presente na modelagem de 2008: no caso de agravamento de uma situação como essa, como entraria a questão fiscal? Porque veja bem, Sr. Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua por favor, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Para concluir.

A nossa relação dívida/PIB é uma das menores do mundo. A Senadora Kátia Abreu falou aqui que aumentou a nossa dívida bruta. Não aumentou. No começo do governo Lula, a nossa dívida líquida era de 60%; a dívida bruta hoje está em 55%; a dívida líquida hoje

está em 36%, uma das menores do mundo. O nosso déficit nominal, que no ano passado foi de 2,5%, segundo a previsão do Banco Central, Ministro Mantega, será de 1,2%, menor do que o da Alemanha, um dos menores do mundo.

Tudo o que nós estamos economizando no pagamento do serviço da dívida, que é muito e vai ser cada vez maior... Na verdade, muita gente aqui, e está aqui o jornalista Ribamar, que escreveu uma coluna no jornal *Valor Econômico* sobre esse tema... Esse dinheiro que é economizado no pagamento do serviço da dívida não fica livre para novos investimentos, ele impacta diretamente no déficit nominal.

Eu acho, sinceramente, Ministro, que cair de 2,5% para 1,2% é uma queda muito grande num cenário de desaquecimento econômico como este. Talvez fazer uma lógica de queda, mas uma queda que facilite nós utilizarmos uma parte desses recursos para investimentos.

E a discussão aqui, Deputado Roberto Freire, quando V. Ex^a fala do Governo Lula, aqui para nós, para que se tenha uma ideia, no começo do governo, o investimento do Governo Federal em relação ao PIB era 0,3%. Hoje é muito baixo: é 1%! Investimento público... Investimento em relação ao PIB era 16%...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ...E hoje está 19%, 20%!...

Então, veja bem, a gente viveu... O que eu falo desse plano de austeridade da Europa, era justamente o que a gente vivia aqui.

Eu só quero concluir fazendo esta pergunta com relação à questão fiscal com o agravamento da crise.

E quero, só para concluir mesmo, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas concluindo mesmo!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ...que, com relação a Estados e Municípios, Ministro Mantega... V. Ex^a sabe que este é o ponto em que eu acabo discordando frontalmente do Governo em relação à questão federativa. Mas não vou entrar nesse ponto, só vou entrar em uma coisa aqui...

Os Estados e Municípios estão em situação muito difícil. O Governo Federal está fazendo políticas anticíclicas, e os Estados e Municípios estão fazendo políticas pró-cíclicas: estão demitindo! Essa é a situação do aperto lá embaixo. Acho que tem um caminho aqui. Da mesma forma que a Presidenta chamou os empresários nesse grande esforço para aumentar os investimentos no Brasil, tem, a partir da negociação da dívida, o espaço para chamar os Estados e Municípios

para entrarem nesse grande esforço de aumento dos investimentos nacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Eu queria perguntar ao Presidente se não é só o Ministro que está sendo inquerido? Porque eu também estou...

Mas é só para dizer a vocês, mais uma vez, que vêm defender o Governo falando do Brasil do passado, de ontem e de anteontem. Nós continuamos sendo no mundo um dos países com menor indicador de investimento sobre o PIB. Quando a China é 30%, nós não chegamos a 20%. E isso não se fala. Agora se fala que era 19%, 16%... Se não estivéssemos assim, estávamos andando para trás.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas é um esforço grande da Presidenta!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh, o debate aqui é com o Ministro Guido Mantega. V. Ex^a poderá, depois, conversar com o Deputado Roberto Freire, subir à tribuna e fazerem, ambos, um grande discurso, defenderem as posições de cada um...

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Delcídio, eu vou começar, até por uma questão de método, o que falou o Senador Lindbergh.

Primeiro, para dizer que diferentemente de Roberto Freire, eu faço parte da base de apoio ao Governo. Por isso, estou mais preocupado que Roberto Freire. Este é um Governo do qual eu faço parte – e estou muito preocupado! E não consigo me preocupar tanto com a taxa de crescimento baixa somente; eu me preocupo é com o tipo de crescimento que, ao longo de 50 ou 60 anos, sem fazer a inflexão necessária. Terceiro, meu caro Lindbergh, a Grécia está se suicidando com a austeridade; sem austeridade, vai se suicidar mais depressa. O problema não é de resolver o equilíbrio fiscal apenas, mas o de mudar os propósitos da economia grega: quer continuar crescendo ou quer continuar melhorando o bem-estar de sua população? São dois caminhos diferentes, embora haja correlação entre os dois.

Aí, meu caro amigo, Ministro Guido Mantega, minhas preocupações são, em primeiro lugar, o fato do formalismo da base das formulações econômicas que a gente vem seguindo durante décadas e anos. Só que durante décadas foi possível seguir... Não dá mais para continuar... A prova é a necessidade de pacotes... Quando a gente usa pacotes – e este é o terceiro ou quarto em menos de dois anos – começa a mostrar o

esgotamento de um modelo. Mais um pacote, quinze dias atrás, o da poupança, mais um ontem... Isso significa dizer que as coisas não estão bem no ponto de vista da estrutura. Até pode ser necessário fazer esse tipo de ajuste, mas nós precisamos saber aonde queremos levar a economia brasileira nos próximos 20,30 anos. Pode-se dizer: mas com a crise mundial, pensar 20,30 anos? Tem-se que pensar sim, sem se esquecer os ajustes necessários de cada momento.

Alguém antes falou que a gente queria baixar o dólar... Aliás, queria desvalorizar um pouco o real. E é fundamental... O senhor até disse bem na televisão: "isso é bom!" Só que isso causa inflação, porque está tudo amarrado e a gente não está conseguindo cortar as variáveis que se entrelaçam uma amarrando a outra. Temos de reduzir os gastos públicos, mas vai gerar não só o desemprego como queda da demanda agregada. Cada coisa que a gente mexe dá um problema. Por quê? Porque nós tínhamos um casamento perfeito entre democracia política, crescimento econômico, inovação científica e tecnológica e bem-estar social. Com o surgimento de duas outras variáveis... Aliás, como acontece em todo casamento, ao aparecer mais um parceiro, o casamento complica. Apareceram dois: a independência financeira, os bancos fazendo o que eles querem; e a crise ecológica. Esses quatro entraram em crise.

Ou a gente busca um novo projeto, novos propostos, inclusive como para aumentar o emprego, reduzir a jornada de trabalho, mas vai ter que ter uma redução de salário e vai ter que ter uma boa formação para que o trabalhador desempregado possa substituir o empregado que hoje não se consegue. A gente vai precisar ter uma visão mais permanente.

E aí me preocupa – não sei se o senhor tem lido – as reportagens do exterior (eu trouxe até uma coleção) que até aqui só eram elogiosas. A *The Economist*, a *Foreign Affairs* começam a levantar dúvidas sobre nossa economia. Quando as dúvidas são levantadas, elas começam a gerar um efeito que eles chamam de *feedback negativo*, que vão se agravando ainda mais.

E aí vêm as minhas perguntas: Quanto tempo vai durar esse pacote da desoneração e da facilitação para a venda de automóveis? Quanto tempo a gente não vai precisar para fazer um pacote para resolver a inadimplência que virá? Quanto vai custar à infraestrutura urbana para aguentar esses carros que vão ser colocados no mercado? Quantos anos dão ainda para a gente continuar incentivando a indústria automobilística, como mentor do progresso, sem que as cidades entrem em colapso, como Brasília já está entrando?

Eu gostaria de saber: Por que não investimos, por exemplo, para dinamizar a indústria automobilís-

tica, em dar subsídios para o transporte urbano, seja na fabricação, seja no uso? Transporte urbano de qualidade, público... Por que não dar incentivo para táxi, como falou a Senadora Kátia, para radiopatrulha, para ambulância, para produtos que tenham caráter público e não apenas o privado e, portanto, trazem o aumento do bem-estar e não apenas o aumento do consumo?

Finalmente, quanto tempo a gente continuará pensando presos ao curto prazo, sem se pensar ao longo prazo? Eu tenho até a Secretaria de Política Econômica – se não me engano é assim que se chama –, que tem a obrigação de pensar o longo prazo, e deixar até que outros fiquem pensando os ajustes imediatos, acho que ela está toda concentrada na realização desses pequenos pacotes que terminam sendo instrumentos que passam a ilusão de que as coisas estão indo bem.

E aí eu vou lhe deixar, não sei se o senhor viu da outra vez, um pequeno teste que fiz e que diz que a economia está bem, mas vai mal. Ela está bem hoje, mas ela tem tantos entulhos à frente, ameaçando o bom funcionamento dela que, se nós não eliminarmos os entulhos, nós vamos ser surpreendidos, como o foram os espanhóis, como o foram os portugueses que há cinco anos viviam investindo aqui, como a gente gasta dinheiro em Nova Iorque hoje em consumos. Eles viviam comprando nossas praias e, de repente, se afundaram por falta de perceber que a crise não é apenas imediata e conjuntural e que não precisa apenas de inflexão estrutural.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra o Senador, paciente e tolerante, Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Sr. Ministro Guido Mantega; Sr's e Srs. Senadores.

Desatento ao fato de que havia uma lista de interrogadores, eu acabei sendo o 27º inscrito e, confirmando o aforismo romano *dormientibus, ossa*, eu vou limitar minha participação a duas perguntas na linha do necessário, do inadiável aumento dos investimentos públicos e privados no País.

Nós sabemos que o Brasil investe apenas 2,5% em obras de infraestrutura. O investimento público no Brasil, que deveria ser, no mínimo, de 5%, é de 2%. E quanto aos investimentos público-privados, estima-se, o Senador Lindbergh falou em 19%, eu tenho outro dado, 17%, mas que deveriam chegar a 25%.

Eu vou fazer duas perguntas objetivas, Sr. Ministro, no sentido de propor alternativas para a ampliação desses investimentos.

Evidentemente que, não obstante o crescimento das vendas e consequentemente do ICMS, Estados

e Municípios perdem com a desoneração do IPI do imposto que lhes é compartilhado. Não seria mais eficaz a desoneração tributária com impostos não compartilhados, tipo PIS/Cofins, já que os Estados e Municípios são importantes agentes do crescimento dos investimentos?

Outra ação que fortaleceria os Estados e Municípios estaria baseada em uma nova disciplina para pagamento da dívida. O Senador Eduardo Braga e eu elaboramos uma proposta de redução dos indicadores, proposta que foi assinada por todos os Senadores do PMDB. Além da redução dos indicadores, eu tenho uma outra proposta em tramitação nesta Casa, que criaria um macroprograma de investimentos. Nós sabemos das dificuldades de novo tratamento da dívida dos Estados e Municípios, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que nós estamos propondo seria o pagamento de 30% da dívida pelos Estados e Municípios através de um programa de investimentos que os Estados proporiam ao Governo Federal e o Governo Federal aprovaria, conjuntamente com os Estados, para que esse programa fosse efetivamente de investimentos, e não de custeio e para que esse programa atingisse aqueles aspectos fundamentais do investimento público, como infraestrutura, educação, saúde, ciência e tecnologia.

É a proposta que eu faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o último Senador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Ministro Guido Mantega, Deputado Henrique Fontana, Deputado Roberto Freire, Srs. Senadores, eu também, Senador Delcídio, cheguei cedo, relatei o empréstimo para o Estado de São Paulo e não me inscrevi. Em função disso, vou encerrar a lista aqui.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – *Dormientibus, ossa*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso. Mas foi bom porque eu participei de toda a audiência, aprendi com os Senadores e com o Ministro.

Ministro, ainda há pouco, presenciei um debate do Senador Lindbergh com o Deputado Roberto Freire, mas quero dizer aqui que todos nós estamos preocupados não é com o Governo, estamos preocupados com o Brasil, tanto da situação, da base do Governo, quanto da oposição. E acho que todos nós concordamos com isto: que nós queremos que a política dê certo, que o Brasil vença as dificuldades todas, que são maiores no resto do mundo, e não aqui, graças a Deus. Mas o que a gente tem ouvido falar, ouvido em

palestras de economistas é que o cenário futuro não é dos melhores.

Vou citar aqui dois economistas que ouvi recentemente, o economista Mansueto Almeida, do Ipea, e o Dr. Raul Velloso, do Fórum Nacional. Inclusive, o Dr. Raul Velloso fez uma citação, dizendo mais ou menos assim: "No passado, o presente era meio desconfortável, mas o futuro era radioso. Hoje, o presente é relativamente confortável, mas o futuro é preocupante". O que eles demonstram é que o cenário futuro da nossa economia é preocupante.

E o Brasil tem problemas sérios, estruturantes, em relação à nossa infraestrutura. Não podemos crescer, porque, se o nosso crescimento for, como todos nós queremos, acima de 5%, de 6% ou de 7%, não teremos infraestrutura para suportar esse crescimento. Existem também problemas na educação. Temos de melhorar a qualidade da educação. Os indicadores, agora, do que fica, da apreensão no ensino, ainda são muito baixos no Brasil. Há ainda um passivo social. Ou seja, temos problemas de toda monta. E aquilo que foi dito aqui, Ministro, preocupa todos nós.

Essas ações que V. Ex^a tem tomado são necessárias. A mudança na caderneta de poupança era necessária, porque temos de baixar a Taxa Selic, temos de continuar reduzindo essa taxa. A ação da Presidenta Dilma com relação à redução dos juros é necessária. O saudoso Senador e Vice-Presidente José Alencar lutava permanentemente contra os juros altos. O maior juro do mundo estava aqui, no Brasil. Então, tudo isso é necessário, mas só a vontade – V. Ex^a sabe disso – não vai conseguir fazer isso.

Por que não fazermos, como disse o Senador Aloysio, ações estruturantes? Não vamos falar aqui de governos. Não me estou referindo a governos passados, mas vimos que ações como as que ocorreram no Plano Real e na Lei de Responsabilidade Fiscal trouxeram condições de o Brasil avançar ao ponto em que, hoje, estamos. Sempre digo – digo isto ao meu Partido – que precisamos fazer um Plano Real para a educação, um Plano Real para a saúde, um Plano Real para a infraestrutura, referindo-me ao êxito que foi obtido com o Plano Real na estabilização da nossa moeda.

O ponto a que eu ia me referir especificamente, Sr. Ministro, foi abordado por vários Senadores: por que V. Ex^a não ataca imediatamente a mudança do indexador das dívidas dos Estados e dos Municípios? Por que não usar essa diminuição dos valores pagos por Estados e Municípios? Não se trata de deixá-los para a utilização em gastos e em custeios, não, mas para a utilização em investimentos. Ou seja, é preciso forçar o aumento dos investimentos de Estados e de

Municípios, como disse o Senador, referindo-se a um programa aprovado, inclusive, pelo Governo Federal. Essa é uma reivindicação feita permanentemente. E é justa. Estados e Municípios já pagaram muito além daquilo que tomaram lá atrás, quando fizeram a renegociação da dívida.

Eu perguntaria também a V. Ex^a sobre a medida provisória que está sendo, inclusive, objeto da audiência pública. Fiz uma emenda.

V. Ex^a e o Governo da Presidenta Dilma têm buscado a redução da taxa de financiamento, inclusive estimulando as pessoas físicas e jurídicas a buscarem, na negociação com os bancos, até transferir a dívida de um banco para outro com taxas de juros mais atrativas. Só que o Governo não quer abrir mão de nada que cabe à sua receita. Por que não – e fiz uma emenda neste sentido – abrir mão do IOF, quando há uma renegociação da dívida? Porque, quando um cidadão deve a um banco, e há uma oferta de outro banco para transferir a dívida para esse banco com taxa menor, ele vai pagar o IOF ao fazer a renegociação da dívida. Por que o Governo não abre mão do IOF, para que ele possa também ter ganhado na negociação da dívida?

Eu fiz uma emenda. Está aí o Relator, Deputado Henrique Fontana. V. Ex^a pode autorizar pelo Governo para que ele possa fazer um atendimento ao cidadão e às empresas brasileiras na redução do estoque da dívida, no caso do IOF. Aí o Governo estaria também colaborando para a redução da taxa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Concluindo, concluindo. Eu esperei pacientemente. Espero que V. Ex^a me dê a oportunidade de fazer um pedido ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, na Medida Provisória nº 563, o Governo Federal apresentou uma medida correta, inclusive para evitar que as empresas tanto na exportação quanto na importação usassem de um artifício; no caso da exportação, do subfaturamento. Ao fazer a exportação, que elas fizessem a exportação por um valor menor do que o valor de mercado e que o lucro fosse realizado no exterior. Aí a medida provisória fez referência no sentido de que, nesse caso, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido seriam calculados sobre o valor de mercado, no caso desses dois encargos.

Eu fiz uma emenda na de nº 563 para que isso fosse estendido também para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que

diz respeito aos Estados mineradores, como é o caso do meu Estado, o Pará. As mineradoras exportam da mesma forma; exportam um pouco acima do valor da *commodity*, pago a CFEM, que é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que já é um valor muito baixo. Inclusive estamos esperando aqui há três anos que o Governo encaminhe para o Congresso novo Código de Mineração, para que se possa rediscutir essa compensação financeira, pago, então, já por um valor que é sobre a base líquida. Nem é sobre o valor bruto, mas pague por esse valor que é o valor da *commodity*, porque o valor real é feito sobre um faturamento das suas subsidiárias no exterior.

Eu fiz essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já fiz essa pergunta ao Secretário-Executivo do seu Ministério, Dr. Nelson Barbosa. Ele disse que, quanto ao Ministério da Fazenda, na opinião dele, a emenda cabia, porque também se tratava do mesmo instrumento usado para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Então, eu pediria a V. Ex^a o apoio do Governo no sentido de também utilizar esse mesmo instrumento para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Finalmente, agora, o Ministro Guido Mantega para fechar esta nossa audiência pública, que iniciou às 10h30, e estamos caminhando para as 15h.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente.

Eu tenho catorze páginas aqui escritas com as indagações dos Deputados e Senadores. Então, não sei como vou fazer, porque preciso sair daqui também. E os senhores também. Vou procurar responder o máximo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria, Ministro, talvez até em função dos Senadores que estão aqui presentes, talvez uma exposição um pouco mais ampla; e, para os demais, talvez uma resposta mais sintética, até porque eles também tiveram que se deslocar para outras atividades. Até para a gente ser mais objetivo.

O SR. GUIDO MANTEGA – Certo.

O Deputado Mendes Thame fala em questões de gastos de custeio *versus* investimentos, e nós temos procurado reduzir os gastos de custeio administrativos e, muitas vezes, confunde-se isso com programas sociais, porque eles têm a mesma rubrica. Portanto, nós temos reduzidos gastos administrativos em prol de mais investimentos e em prol de programas sociais

que continuarão se expandindo, porque isso faz parte do nosso programa de desenvolvimento, da nossa estratégia de desenvolvimento. E eu diria que estamos sendo bem sucedidos porque eu tenho dados aqui que falam tanto do resultado fiscal que estamos tendo quanto do resultado em termos de investimento, para mostrar que os investimentos estão crescendo no Brasil de forma expressiva. Talvez não tanto quanto nós gostaríamos, mas estão.

Lá no quadro, está a evolução dos investimentos como percentual do PIB.

Queria lembrar que o PIB, neste nosso período, está crescendo muito mais rapidamente que o PIB crescia lá atrás. Desculpe-me, Deputado, mas eu tenho que falar isso.

Então, está crescendo. E nós estávamos, em 2012, com 16,4% sobre o PIB. Em 2010, chegamos a 19,5%. Em 2011, caiu um pouco. E neste ano, nós estamos em torno de 20%. Portanto, cresceu...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. GUIDO MANTEGA – Bom, então pegue o ano passado: 19%. Cresceu investimento...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Caiu.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não. Cresceu 3% do PIB em relação a esse período.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – De 10 para 11, caiu. Estou vendo ali.

O SR. GUIDO MANTEGA – De 10 para 11. Pois é, mas o senhor tem que olhar o período mais longo. Está crescendo...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Está bem. Eu não olho para as perspectivas. As perspectivas são as melhores possíveis.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não são perspectivas, isso é concreto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro Guido Mantega, com a palavra.

O SR. GUIDO MANTEGA – Posso dizer que, ano a ano...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem que olhar a tendência.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – A tendência é de queda.

O SR. GUIDO MANTEGA – Olha, Deputado, nós...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Não vamos nos enganar. Eu não me engano.

O SR. GUIDO MANTEGA – Então vamos usar só dados reais.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Sim, exatamente.

O SR. GUIDO MANTEGA – Todos os indicadores econômicos e sociais melhoraram, no País, vigorosamente, nestes últimos nove anos; todos se alteraram profundamente. Posso pegar qualquer um, e desafio alguém a me mostrar um que diminuiu. Todos cresceram vigorosamente. Vamos começar pelo PIB. Está certo? O PIB cresceu o dobro do que crescia no período anterior. Está certo?

No período de 2007 a 2010, o PIB cresceu 4,5% em média, com uma crise em 2009. Portanto, é o dobro do que crescia no passado recente. Então, nós implantamos um crescimento dinâmico no País que não havia, era algo que não havia. E mais: o tipo de crescimento que foi implantado é um crescimento de outra natureza do que havia.

Portanto, o Senador Cristovam não está correto em afirmar que nós continuamos com o mesmo padrão de 50 anos atrás. Nós mudamos. Por quê? Trata-se de um crescimento com inclusão social, que não havia, com distribuição de renda, criação no mercado de massa, que não havia. Colocamos mais de 40 milhões de pessoas dentro do mercado de consumo. As pessoas aumentaram... As classes D e E estão praticamente desaparecendo no País. Antes elas eram predominantes. Eram as classes sociais predominantes no País. Elas estão desaparecendo. Vira todo mundo classe C. Aumentam-se as classes C, B e A. Se isso não é uma revolução, se isso não é mudança fundamental, eu não sei o que é mudança.

Bancarização. Nós bancarizamos 50 milhões de pessoas nesse período. O brasileiro não tinha acesso a banco, não tinha acesso a bens de consumo. Muita gente não comia.

Redução da pobreza. A pobreza era 28% da população em 2002, agora é 12% da população. A pobreza caiu violentamente. Então, qualquer indicador que nós pudermos pegar... São dados concretos.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. GUIDO MANTEGA – Estou falando do passado. Não estou falando de projeção.

Então, veja, se a gente não perceber que o País mudou sob todos os pontos de vista, o crédito cresceu, duplicou o crédito nesse período. O acesso das pessoas a bens de consumo aumentou fundamentalmente, aumentou muito; as pessoas hoje têm luz elétrica, que muitos não tinham, o programa de investimentos para infraestrutura aumentou muito, de fato não tinha nada. Nós estamos à zero, com produção de eletricidade, tanto que em 2001 teve um apagão, não tinha eletricidade, investindo na produção elétrica no País. Hoje nós temos oferta de energia suficiente para o País crescer. Nós temos entre os maiores projetos hidrelétricos do

mundo que estão em execução no País, que nós não tínhamos, e infraestrutura. Estamos tirando o atraso, havia um atraso, estamos tirando o atraso, mas estamos fazendo. Existem grandes programas.

Eu vou dizer aqui os dados sobre infraestrutura, isso aqui não é projeção, é dado concreto. Investimento e infraestrutura. Depois vou passar ao Deputado, para que ele veja com seus próprios olhos.

Investimento e infraestrutura...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – E pode contestar os dados?

O SR. GUIDO MANTEGA – Contestar dados é difícil, os dados...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Não, não. É fácil. Eu já contestei ali.

O SR. GUIDO MANTEGA – É difícil contestar dados, dados concretos eu acho difícil, vamos contestar projeções. Aqui, em 2003, dado da ABID – Associação Brasileira de Infraestrutura e das Indústrias de Base –, não é nem do Governo, 59 bilhões e 900, em 2033; em 2011, 160 bilhões investidos em infraestrutura. Certo? Isso é um dado, já aconteceu. Não é projeção. Então está havendo. Precisa mais? Precisa mais, não tenho dúvida e temos que continuar. Por isso que coloquei. Temos vários desafios ali pela frente que temos que enfrentar, porque ainda temos taxas de juros muito elevadas, nós já estamos trabalhando nisso e nós vamos reduzir as taxas de juros, e isso causa uma distorção para a população brasileira, isso atrapalha o consumo, isso aumenta a inadimplência, o Brasil já pode ter taxas melhores para o pequeno produtor, para o consumidor.

Em termos de reforma, fizemos o Simples Nacional, que é um sistema de tributação, é uma revolução, uma reforma tributária que atende a milhões de pequenas empresas que pagam menos impostos e assim por diante.

A dívida brasileira, tanto a bruta quanto a líquida, caiu, caiu nesse período. O Senador Lindbergh disse que não é economista, mas entende mais do que eu do assunto, já falou aqui que a dívida bruta – e estou falando da dívida bruta – caiu no período, podemos escolher o período mais, recente de 63 para 55%. Então está estabilizado em 55%. A dívida líquida está caindo, porque as reservas aumentam e é claro que interessa mais a líquida, porque senão você vai deixar de lado as reservas para o País.

Então a dívida diminui, a situação fiscal melhora. Os investimentos estão crescendo; a situação da população está melhorando; a pobreza está diminuindo.

Se não há mudanças, eu não sei o que é este País. É claro, problemas continuam existindo. O Brasil ainda tem problemas. O Brasil ainda tem defasagem de infraestrutura. O Brasil tem que enfrentar essa cri-

se, essa nova recaída da crise internacional, que exige uma ação do Governo, do Congresso e de toda a sociedade para enfrentar os problemas que são colocados. E aí temos, ao lado das medidas estruturais, que estamos fazendo, também temos que tomar medidas pontuais, como essas, enfrentar problemas setoriais. E não é só a indústria automobilística, hoje, por acaso ontem tomamos medidas para a indústria automobilística e bens de capitais, mas tomamos medidas para estimular a indústria naval, para estimular a indústria têxtil, para estimular calçados, móveis, bens de capital, todos os setores têm algum tipo de medida que vem sendo tomada. Existem medidas que beneficiam a todos, indistintamente.

Por exemplo, os programas de BNDES, programas de financiamento e taxas de juros baixos, têm outros programas e desoneração fiscal. Só no BNDES, Deputado, o BNDES tem 150 bilhões no ano, de 2012, para emprestar para investimento, para ajudar o investimento privado. Não importa só o investimento público, importa até mais, eu diria, o investimento privado, cujo volume é maior que o investimento público. Há três anos, consecutivos, o BNDES tem mais de 150 bilhões por ano, que são tomados pela indústria brasileira, pela infra-estrutura e que estão produzindo aí esse crescimento do investimento. Então não faltam estratégias, não faltam políticas, o País está avançando apesar das dificuldades.

Em 2008 tivemos uma crise. No passado as crises eram enfrentadas de maneira prejudicial à população, ao País, tudo mais, tinha encolhimento, reduzia o emprego, reduzia o investimento, o Fundo Monetário dizia o que era para fazer. Isso aí mudou. Em 2008/2009 nós tivemos uma crise e nós superamos essa crise e superamos mais fortes do que entramos na crise. O Brasil passou a ser mais respeitado. Hoje o Brasil é respeitado lá fora graças à nossa situação e às atitudes. Portanto, o Brasil avançou muito, mas vou tentar aqui responder as questões específicas.

O Eduardo Suplicy fala em relação à poupança. O ex-Ministro Delfim Netto faz uma comparação interessante. Por que o que ele está dizendo? Ele está dizendo o seguinte: Olha pessoal, se nós baixarmos a taxa de juros e ao mesmo tempo baixarmos o rendimento da poupança, o poupadão vai lucrar com isso, porque ele antes de ser um poupadão, ele é alguém que tem crédito, porque não tem brasileiro sem crédito, todo mundo usa crédito no Brasil e, portanto, quando você vai pagar um carnê, vai pagar um crédito, você paga muito alto com taxas muito elevadas. Se a gente conseguir baixar as taxas de juros, o consumidor vai pagar muito menos, vai aumentar o poder aquisitivo dele, vai diminuir a inadimplência dele. Portanto, mesmo que a

nova poupança ganhe um pouco menos, ele vai ganhar muito mais no crédito dele, que ele vai pagar menos.

Então concordo perfeitamente com essa análise que você trouxe aqui, feita pelo Delfim Netto, as mudanças no câmbio, que estão à venda, eram necessárias. Vários países vinham utilizando manipulação cambial para terem mais, abre aspas, “competitividade em relação ao Brasil”.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sobretudo a China.

O SR. GUIDO MANTEGA – Sobretudo a China. Medidas artificiais, porque você diz: Bom, eu desvalorizo a minha moeda e o meu produto custa 50% a menos. É só por causa da moeda, não é porque ele tem produtividade. Até pode ter, mas no caso você teria que tirar essa variação. E durante mais de vinte anos, a China e outros países da Ásia fizeram isso.

Mas como eram países pobres, países subdesenvolvidos, eu acho que assim a gente até tolerava. O problema é quando isso ganha uma escala mundial no momento em que grandes países também fazem isso. Aí já não dá. Então nós tivemos que reagir e, portanto, nós atuamos sobre o câmbio de modo a mudar o patamar do câmbio e acredito que isso faz bem, fundamentalmente para a indústria brasileira, que é o setor mais atingido pela crise.

Portanto, tem alguma consequência, tem algum efeito colateral? Bom, como todo remédio, sempre tem algum efeito colateral, mas você não deixa de tomar o remédio por causa do efeito colateral. Você toma o remédio. Qual é o efeito colateral de um câmbio um pouco mais elevado? Bom, pode ter alguma empresa que pode ter alguma dívida no exterior, que vai pagar um pouco mais caro. Era o risco que ela tomou. Se ela foi precavida ela fez *head*, ou então a empresa já tinha um *head* natural, tomou um empréstimo e ela tem ativos para pagar.

Outra consequência que pode haver é uma pequena elevação da inflação, mas isso já foi medido, é muito pequena a elevação que a inflação pode causar pelo aumento do câmbio. Nós estamos num cenário favorável, porque a inflação está caindo, as *commodities* estão caindo, então a tendência é baixar a inflação. Portanto, é conveniente, sim, que nós possamos trabalhar com a taxa de câmbio mais elevada, porque isso ajuda a indústria da competitividade.

Eu acho que, de janeiro até agora, nós tivemos uma valorização do dólar de 20%. Então nós ganhamos 20% de competitividade em relação ao dólar. Significa que o produto brasileiro custa 20% menos em dólar. Então é mais competitivo. Você pode exportar mais. Ou quando o produto vem para cá ele fica, o que vem de fora, fica mais caro, e aí viabiliza a indústria.

Vejam a geração de empregos, eu quero desafiar alguém, que me mostrem. Quem já gerou mais empregos do que este modelo econômico que nós implantamos aqui?

Vejam ali o quadro: criamos mais empregos do que esse modelo econômico que nós implantamos aqui. Está certo? Então, nós geramos – ali tem um quadro – mais de dois milhões de empregos, muito mais do que a demanda, tanto que nós chegamos em 2010 a dois milhões e novecentos; em 2011, um milhão e novecentos, mesmo com o PIB menor. É um novo modelo que estimula geração de emprego.

Portanto, faltou mão de obra, nós chegamos a ponto de faltar mão de obra.

Então, como dizer que o Brasil tem os mesmos problemas dos outros países? Eu mostrei aqui e fiz uma comparação que os EUA têm desemprego acima de 8%; a Europa acima de 10%; o Brasil tem o menor nível de desemprego de todos os tempos. E isto é problema? Isto é uma virtude do País. E nós, este ano, vamos continuar, vamos gerar um pouco menos de emprego. Agora, não tem mão de obra para preencher todo esse desempenho. Nós estamos importando, estão vindo de fora para trabalhar aqui no Brasil.

Então, não há problema. Esse modelo que nós implantamos ele gera empregos mais do que na China, proporcionalmente, mais do que na China, porque a China tem uma população muito maior e ela tem que gerar "x" por cento da sua população ativa, portanto estamos bem garantidos. E com isso garantimos o mercado consumidor brasileiro que é dinâmico e que é uma vantagem que nós temos principalmente no momento de crise. (Pausa.)

Bom, eu vou tentar ser mais rápido aqui.

Alguém falou que a meta de investimento deveria ser 24%. Mas nós temos condições de atingir 24% do PIB em investimento até 2014. E isso é uma projeção, isso não é uma realidade, isso só... Mas nós temos que trabalhar para que isso possa ser atingido. Pelo que aconteceu até agora, nós temos condições...

Alguns falaram no problema do índice de correção da dívida dos Estados, essa é uma preocupação de todos. De fato, o índice indicador é o IGPDI, mais 6, em alguns casos; 7,5 em outros; e 9 em outros casos limites.

Então, no passado esse indicador era adequado porque as taxas de juros e inflação eram muito mais elevadas e hoje ele é inadequado. Entendo, nós temos uma proposição de estabelecer uma mudança muito cuidadosa porque de fato nos zelamos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – como lembrou o Senador Flexa Ribeiro – que foi uma conquista do governo anterior,

mas nós queremos que ela se mantenha e temos que ir com cautela em lidar com isso.

Por isso que a proposta do Senador Luiz Henrique é uma proposta que mexe com a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela faz sentido, evidentemente, porque você atribuiria uma parte do que tem que pagar para o Governo Federal, transformaria em investimento...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pagaria investimentos, pagaria não deixaria de pagar.

O SR. GUIDO MANTEGA – É. Veja a idéia em si é boa; O problema é que ela mexe com a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e agente procura mexer – aliás, o menos possível não – até hoje não mexemos uma linha, mantivemos tal e qual ela foi aprovada no passado. O que nós temos feito, Senador Luiz Henrique é aumentar a margem de espaço fiscal para todos os Estados, inclusive o seu Estado de Santa Catarina está recebendo uma margem adicional. Nós liberamos R\$ 40 bilhões de margem para os Estados brasileiros, agora no primeiro ano da Presidenta Dilma. O que é uma maneira uma maneira de aumentar investimento na veia, porque é para que os Estados façam investimentos com taxas de juros baixos, viáveis. (Pausa.)

Estou pulando aqui quem não estava para poder...

O Senador Lindbergh fala dessa questão dos spreads e dos juros, de fato, é um grande desafio. Eu diria que é a grande distorção que ainda resiste na economia brasileira. Havia muitas distorções, e elas vêm sendo superadas, como a distorção da inflação, do déficit público, etc., e várias distorções. Agora essa distorção é a bola da vez, e ela tem que ser eliminada para que possamos conseguir nos tornar um País mais normal e consiga ter um crescimento mais saudável, mais vigoroso. Não é fácil porque há muitos interesses em torno disso, mas, nitidamente, a maioria da população é favorável a isso. Nós temos o apoio acredito que da grande maioria, de todo setor produtivo, de todo consumidor, todo mundo apóia e nós vamos ser vitoriosos nessa questão. Nós vamos conseguir reduzir esses spreads, essas taxas de juros. Esse é um compromisso que nós temos. Isso vai fazer muito bem ao País, será um passo decisivo na normalidade.

Quanto às articulações com o novo Presidente da França, François Hollande, nós, certamente, teremos uma afinidade natural, porque, no G-20, temos defendido estímulos para o crescimento dos países. Não temos nada contra a consolidação fiscal. Acho que certos países até tem obrigação de fazê-la porque abusaram da parte fiscal, mas tem que haver, nos países mais sólidos como a Alemanha, Holanda, etc., uma combinação de uma consolidação fiscal com estímulo a investimentos e uma recuperação dos mercados locais, porque senão aquilo não vai andar.

Politicamente, o fracasso desta política já está dado; o fracasso desta política só de fazer redução de gastos, de despedir funcionários, de reduzir salários, direitos dos trabalhadores, é uma política que não está dando certo, pois está levando ao impasse político sério. Portanto, na Grécia, poderá agora levar a um impasse político e nós não sabemos qual será o resultado. Vamos ter reeleição no dia 16 e a população poderá optar por sair da Zona do Euro, e aí teremos alguma turbulência financeira forte para a qual o Brasil está preparado. Não estou dizendo que não haverá nenhuma consequência; haverá consequência para todo mundo se isso vier acontecer. Mas nós estamos bem respaldados. O que pode faltar? Crédito? Temos crédito. O que pode faltar? Reduz um pouco o comércio internacional, momentaneamente. Tudo isso é momentaneamente. Nós temos o mercado interno que continua trabalhando. Então, nós estamos preparados para até uma deterioração.

Agora, a eleição do Hollande traz uma nova perspectiva para o cenário europeu, porque não há mais aquele bloco homogêneo alemão, conservador e, agora, nós teremos a possibilidade de uma flexibilização. Acredito que eles vão flexibilizar. Nós temos uma reunião do G-20, no México, no dia 19 e 20 de junho, e teremos oportunidade de discutir isso.

Acredito que eles vão mudar essa política porque mesmo os alemães já começam a sentir os impactos políticos dessa deterioração da atividade econômica. Já o eleitorado dos atuais governantes já está acusando o seu descontentamento. Então, eu acredito que, mesmo que haja um agravamento momentâneo nós teremos uma saída. Os europeus vão ter que ter uma saída, essa saída vai pela direção que nós temos pregado que é a dar estímulos econômicos, fortalecer os mercados, e o mundo todo vai melhorar em função disso. (Pausa.)

Depois, eu fiquei com curiosidade de ver aquele livro do Senador Cristovam que diz “a economia está bem, mas vai mal, o povo vai mal”. Eu quero dizer que eu concordo com 50% do seu livro já, *a priori*, sem ler; concordo com 50%, aquele que diz que a economia vai bem. A outra parte, eu preciso ler o livro para saber qual é o resultado. Aceito o seu livro. (Pausa.)

Eu acho que já respondi ao Senador Luiz Henrique quanto a sua proposta na questão do investimento. A desoneração do IPI é mais fácil do que reduzir o PIS/Confis, se bem que em alguns casos a gente faz o PIS/Confis quando não tem mais IPI, porque o IPI foi feito para isso, é um tributo regulatório, não é exatamente arrecadatório. Então ele serve para regular o IPI, o IOF, a SID, são regulatórios. No caso da PIS/Cofins, quando a gente reduz o PIS/Confis pela lei de respon-

sabilidade fiscal para reduzir esse tributo eu tenho que aumentar outro tributo. Aliás, esse é uma anomalia da responsabilidade fiscal que dificulta a desoneração da economia. Então diz assim a lei, se você exonerar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mas essa é uma norma muito boa para Estados e Municípios, para não haver demagogia com redução de IPTU e de outras taxas.

O SR. GUIDO MANTEGA – Entendo.

Agora, mesmo para os Estados e Municípios se nós conseguirmos o objetivo daquela medida que é estimular atividade econômica o Estado pode perder um pouco no Fundo de Participação, ou o Município, porém ele acaba ganhando na atividade econômica que se multiplica. Como eu lhe disse: ICMS cresce, porque, digamos, a gente faz sobre automóvel, significa que mais automóveis serão vendidos, pagam menos IPI, porém pagam mais ICMS, ISS outros tributos que são de outras esferas, então se compensam.

Agora, nós temos uma dificuldade, um impedimento que para fazer PIS/Confis eu tenho que inventar outro tributo, tem que aumentar uma outra tributação para poder fazer e eu não posso fazer isso mediante excesso de arrecadação, eu posso ter excesso de arrecadação e não adianta nada, tem aumentar o tributo. A lei tem essa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me Ministro?

O SR. GUIDO MANTEGA – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas para atender à preocupação do Senador Luiz Henrique, V. Ex^a podia também atender uma emenda que eu fiz à MP nº 563, porque fiz um projeto que tramita há anos aqui no Senado que nesses incentivos com redução do IPI que a parte incentivada pela União seja apenas na parte que cabe à União, não à parte que vai ser repartido ao Estado e Município. No caso da emenda que eu fiz, a de nº 563, o cálculo da parcela do IPI destinada à perda da União volta para ser redistribuída ao FPE e ao FPM. Então não haveria perda dos Estados e Municípios. Basta atender à emenda que está resolvida a preocupação de todos os Estados e Municípios, que é não perder no incentivo necessário à economia brasileira.

O SR. GUIDO MANTEGA – Aí eu não sei se haveria o mesmo impacto, porque a redução seria menor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não, a desoneração é a mesma. Apenas na distribuição, a desoneração continua, no cálculo da distribuição ela volta para o valor, só o valor... É como se fosse um deferimento na emenda.

O SR. GUIDO MANTEGA – Bom, eu vou ler a sua emenda para entender melhor.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – SP) – Nesse sentido, até em função do que nós estamos aqui reunidos, se está mudando a lei da poupança.

Por que não se discutir o problema do PIS/Confis na Lei de Responsabilidade, se isso são uma atitude e uma medida correta em relação aos investimentos?

Por que não se mudar a lei?

Por que a lei aí é impedimento, enquanto na poupança não foi nenhum?

Se for correta a posição de que liberar do PIS/Confis, por exemplo, o saneamento, aumenta o investimento. Esse é um objetivo geral. Por que não estudar isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Vou encaminhando para o final, só vou falar uma última questão que o Senador Flexa Ribeiro levantou que é a questão da portabilidade. Abrir mão do IOF para renegociar a portabilidade. Nós já estamos nessa direção, se não me engano, já existe uma portabilidade implantada para salários. A portabilidade em salário, não se paga IOF e nem uma outra taxa, já não se paga. Então, já é nessa direção que o senhor está apontando. Para as demais portabilidades, nós vamos isentar o IOF. Então, é bem aquilo que o senhor disse, nessa direção.

Eu gostaria de encerrar aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Da Cfem, Ministro, por favor.

O SR. GUIDO MANTEGA – Como?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na 563, o mesmo instrumento que o Governo usou para o Imposto de Renda e para a CSLL... Eu me referi à 563, dizendo que, quando o Governo editou, ele usou o instrumento de que a cobrança do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido nas exportações será feita não pelo valor da exportação em si, mas sobre o valor de mercado. Eu fiz uma emenda para que isso seja estendido para a Cfem também sobre a exploração de minérios.

O SR. GUIDO MANTEGA – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, eu queria que V. Ex^a pudesse autorizar... O Relator é o Senador Jucá.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu vou me inteirar mais do assunto, para conversar com o Senador Jucá.

Eu acabei de receber aqui a 563, do Imposto de Renda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, é do IPI.

O SR. GUIDO MANTEGA – Sim, do IPI. Está bem. Eu olharei a outra também.

Eu gostaria de pedir desculpas caso eu não tenha respondido a todas as questões, mas já são mais de 15 horas da tarde, e todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já estamos indo para cinco horas de reunião.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter vindo aqui e as perguntas que me foram feitas pelos Deputados e Senadores. E estou à disposição para uma nova oportunidade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta Reunião, 22^a Reunião da CAE e 3^a Reunião da Comissão Mista da MPV nº 567.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional* e no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência da CAE e a Presidência da Comissão Mista agradecem, mais uma vez, a presença do Ministro Guido Mantega, a paciência, a tolerância e a competência com que tem, mais do que nunca, conduzido a economia do nosso País.

A reunião está encerrada, e amanhã, às 10 horas, nós teremos sabatina do Cade e, às 15 horas, audiência pública dos portos.

Muito obrigado a todos.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião encerra-se às 15 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 18^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, do dia oito de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Inácio Arruda, Romero Jucá, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ciro Nogueira, e da Senadora

Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Armando Monteiro, Gim Argello e Magno Malta, e a Senadora Marta Suplicy. Registra a presença a Senadora Vanessa Graziottin. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto/Finalidade:** Debater os efeitos da aplicação da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, que acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham. **Requerimento(s) de realização de audiência:** – [RQJ Nº 00024/2012](#), Senadores Eduardo Braga, Vanessa Graziotin e Armando Monteiro; – [RQJ Nº 00028/2012](#), Senador Inácio Arruda; – [RQJ Nº 00029/2012](#), Senador Alvaro Dias. **Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):** PEC 123/2011, Deputado Otávio Leite e outros. **Convidados:** EXMO. SR. OTÁVIO LEITE, Deputado Federal; SR. FERNANDO MOMBELLI, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, representante do SR. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil; SR. PAULO ROSA, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD; SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA, Secretário para Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM, representante do SR. Miguel Eduardo Torres, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM; SR. SALEH MAHMUD ABU HAMDEH, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, representante do SR. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias – CNI; SRA. LUCIANA PEGORER, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Música Independente-ABMI; SRA. CRISTINA SARAIVA, Membro do Grupo de Articulação Parlamentar e Compositora; SR. FELIPE RADICETTI, Compositor vice-presidente da Musimagem; SR. RAIMUNDO FAGNER, Cantor e Compositor; SR. AMAURI CARLOS BLANCO, Presidente do Sindicato das Indústrias dos Meios Magnéticos e Fonográficos do Estado do Amazonas; SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA,

Superintendente da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior. **JUSTIFICOU AUSÊNCIA: SR. IVAN LINS**, Cantor e Compositor. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 30, DE 2012-CCJ** “Em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2012 – CCJ, requeiro que seja acrescentado, como convidado, o Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Superintendente da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior.” **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezessete horas e um minuto; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a presente reunião, destinada à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, que acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, conforme os requerimentos de nºs 24, 28 e 29, de 2012, desta CCJ, de iniciativa dos nobres Senadores Eduardo Braga, Vanessa Graziotin, Armando Monteiro, Inácio Arruda e Alvaro Dias.

Convido o Exmº Sr. Deputado Federal Otávio Leite para compor a Mesa; Sr. Fernando Mombelli, Coordenador Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, representado aqui pelo Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil. Convido para vir à Mesa o Sr. Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD; o cearense ilustre Raimundo Fagner, cantor e compositor; o cantor e compositor Ivan Lins – não sei por que está aqui, mas está justificada a ausência –; o Sr. Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário para Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM, representante do Sr. Miguel Eduardo Torres, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Meta-

lúrgicos; o Sr. Saleh Mahmud Abu Hamdeh (desculpe-me se não pronunciei corretamente, porque não sei árabe), Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, representante do Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias – CNI; o Sr. Alexandre Negreiros, Diretor do Trabalho do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro, representante da Srª Débora Cheyne, Presidente do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro; a Srª Luciana Pegorer, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI; o Sr. Carlos Mills, produtor independente; a Srª Cristina Saraiva, membro do Grupo de Articulação Parlamentar e Compositora; o Sr. Felipe Radicetti, compositor e vice-presidente da Musimagem; e o Sr. Amauri Carlos Blanco, Presidente do Sindicato das Indústrias dos Meios Magnéticos e Fonográficos do Estado do Amazonas.

Todos à Mesa?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, apenas para dizer a V. Exª que o superintendente da Zona Franca de Manaus, órgão responsável pela política industrial do Polo Industrial do Amazonas encontra-se presente e, por alguma razão, não foi incluído a V. Exª na relação da nominata. Trata-se do Dr. Thomaz Nogueira, que é o Superintendente da Zona Franca e, portanto, responsável pela política industrial do Polo Industrial de Manaus.

Solicito a V. Exª, portanto, que, mesmo não tendo mais espaço à mesa, talvez, da bancada, o Superintendente da Suframa pudesse fazer parte da audiência pública como gestor da política industrial do Polo Industrial.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª sabe se é regimental? Consulto V. Exª, só para informação à Mesa.

Indago da Secretaria da Mesa sobre a questão do Sr. Thomaz Nogueira, levantada pelo Sr. Senador Líder do Governo, duas vezes prefeito, duas vezes governador do Amazonas, Senador Eduardo Braga. Consulto a Mesa se o Sr. Thomaz Nogueira tem requerimento de convite para participar da audiência pública. Se não houver convite, o senhor pode ficar à vontade; pode tomar assento à mesa dos Senadores, porém não terei condições de lhe dar a palavra, uma vez que não há o convite formal feito, e eu teria como aprovar o requerimento, sob pena de ferir o Regimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Se V. Exª me permite, eu gostaria de solicitar à Se-

cretaria da Mesa acesso ao requerimento porque me parece...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem nenhum problema, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Até pelo número de representantes que estou vendo à mesa – não sei se peço do Fagner um autógrafo ou uma fotografia – mas, como coautor do requerimento da audiência pública, V. Exª sabe que aqui está dito: representante da Receita Federal, representante da Confederação Nacional, Sindicato das Indústrias, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Metalúrgicas, representante da Associação Brasileira de Música e representante da Associação dos Produtores dos Discos. Esses é que foram apresentados.

Como estou vendo que V. Exª foi bastante, vamos dizer assim, abrangente na composição e na disposição da mesa, creio que, entre os representantes do Sindicato das Indústrias, entre os representantes da Confederação, acho até que V. Exª pode levar em consideração essa situação. Mas V. Exª tem razão: não está aqui relacionado no requerimento a Suframa, o que foi obviamente uma falha imperdoável, tanto da minha parte, como um dos autores do requerimento, como também dos demais autores. Mas gostaria de fazer a colocação, tendo em vista que a intenção é fazer uma audiência a mais ampla possível.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, V. Exª conhece o Regimento até mais do que eu. Mas, além desse requerimento que V. Exª está lendo, existe outro requerimento – que acho não passaram às mãos de V. Exª – assinado pelo Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, que foi aprovado aqui na Comissão, um Requerimento de Aditamento nº 24, incluindo o Sr. Carlos Mills, Produtor Independente; a Srª Cristina Saraiva – Grupo de Articulação Parlamentar e Compositora; a Srª Luciana Pegorer – Diretora Executiva da Associação Brasileira de Música Independente; o Sr. Ivan Lins – Cantor e Compositor; a Srª Débora Cheyne – Presidente do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro; o Sr. Felipe Radicetti, compositor e vice-presidente da Musimagem; e, obviamente, o Sr. Raimundo Fagner, cantor e compositor.

Eu passo às mãos de V. Exª... Eu peço à assessoria que passe às mãos do Senador Eduardo Braga... Não, só para deixar claro que não foi uma liberalidade da Mesa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Não, não. Ao contrário. Ao virar a página acabo encontrando também o segundo requerimento citado por V. Exª. Apenas para colocar para V. Exª que creio ser

importante para a audiência pública, mas V. Ex^a tem razão com relação ao Regimento, e, diante da colocação de V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, se entender que a participação da Suframa será meramente como ouvinte nesta audiência pública, não há o que se possa fazer neste momento, diante da situação regimental.

Agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, sem nenhum problema.

Se V. Ex^a faz de ofício um requerimento, eu aproveito para atender a V. Ex^a e jamais deixaria de atendê-lo. Eu vou considerar a *mea culpa* de V. Ex^a como um pedido de requerimento e vou deferir de ofício o requerimento de V. Ex^a...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...submetendo ao plenário.

Como os Srs. Senadores que estão aqui aprovam, eu submeto o nome e peço que coloquem mais uma cadeira à mesa para que o Dr. Thomaz possa sentar-se e fazer parte da audiência pública.

Sem nenhum problema e da forma mais democrática possível, está atendida a solicitação de V. Ex^a.

Dr. Thomaz, tome assento à mesa, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo, mais uma vez, não só o espírito democrático, mas a gentileza de V. Ex^a em atender ao pedido de aditamento.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Sr. Presidente, Carlos Lacerda, da Confederação dos Metalúrgicos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. S^a não tem a palavra ainda. O Regimento não permite que V. S^a faça uso da palavra agora.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Ah, porque eu acho que vou me retirar, porque da classe trabalhadora só estou eu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. S^a pode se retirar, mas o Regimento não... Há uma sequência de disposição e V. S^a tem todo o direito de ficar ou se retirar; não posso pedir que V. S^a fique ou saia; é uma deliberação de V. S^a. V. S^a foi convidado, aceitou o convite e é participante deste debate. Se V. S^a quiser se retirar, tem toda a liberdade para se retirar, sem nenhum tipo de constrangimento e é democrático.

Os convidados farão uso da palavra, para suas exposições, de acordo com o que determina o Regimento desta Casa. Em seguida, abrirei uma fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão. Ou seja, os senhores convidados não têm, regimentalmente, o direito ou o poder de interpelar os membros da Comissão, e, sim, de serem interpellados pelos membros desta Comissão ou por outros Senadores que por acaso se inscrevam pela ordem de inscrição.

Como eu já disse, os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Eu convido, para fazer uso da palavra, para a sua exposição por cinco mais dois minutos, ou seja, sete minutos, cinco minutos de regimento e dois de tolerância da Presidência, como primeiro a fazer uso da palavra, o Coordenador Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Sr. Fernando Mombelli, que aqui representa o Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil, conforme aprovado no requerimento desta Comissão.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. FERNANDO MOMBELLI – Boa tarde, Senador Eunício Oliveira, boa tarde Senadores presentes, demais integrantes desta Mesa, demais participantes e pessoas que acompanham esta audiência pública.

A Receita Federal do Brasil e o Ministério da Fazenda reiteram a manifestação contrária à Proposta de Emenda à Constituição nº 123, originária da Proposta de Emenda à Constituição nº 98, por algumas razões já externadas perante a própria Câmara dos Deputados.

Em primeiro lugar, entendemos que o art. 150, e suas alíneas tratam de cláusulas pétreas, ou seja, são situações excepcionalíssimas em que a proteção da Constituição a determinados segmentos e organizações, tais como templos de qualquer culto, entidades educacionais, livros, jornais e periódicos, não abrindo exceções, nessas alíneas, há situações específicas de setores culturais específicos. E a grande questão que se abre é que, se abrirmos essa exceção agora, nós vamos ter mais adiante propostas e solicitações de outros setores para integrarem, então, essa imunidade, que, de acordo com a própria decisão do Supremo Tribunal Federal, se constitui em cláusula pétreia. Ou seja, na medida em que forem inseridas na Constituição, não mais podem ser abolida, nem por reforma constitucional.

Então, por exemplo, perguntamos por que o teatro, a dança, as obras audiovisuais não estariam contempladas nesses mesmos dispositivos, situação que vai se apresentar logo mais adiante.

Outro aspecto que entendemos é que a questão tributária deve ser resolvida por meio de leis ordinárias, nos respectivos entes federativos. Assim, a tributação dos impostos no âmbito da União, Estados e Municípios deva ser conduzida junto a esses entes federativos. De mais a mais, uma própria imunidade com relação a Imposto de Renda, por exemplo, representa 47% de renúncia para os Estados e Municípios, além da questão do ICMS.

Outro aspecto que foi colocado pela própria Receita Federal foi a questão de possível afronta ao art. 3º do GATT, que trata então dos nossos compromissos internacionais, no sentido de que podemos ser interpelados do porquê da discriminação entre uma obra produzida por um artista nacional frente a um artista estrangeiro numa mesma situação dentro do território nacional.

Essas são algumas questões, além da questão da renúncia fiscal, que envolve, que não está colocada aqui, e, segundo os cálculos da Receita, já no período relativo a 2007, quando a obra foi colocada, envolve questão tributária de renúncia tributária que deve obedecer aos ditames da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial do seu art. 14.

Lembramos também que, para o incentivo aos setores culturais, nós temos várias leis que já promovem, proveem esse incentivo, como, por exemplo, a Lei Rouanet, Cinema Perto de Você, Lei de Incentivo ao Cinema, Lei de Incentivo à Atividade Individual, e outras leis de fomento à utilização e à produção nacional.

Um último aspecto a ser abordado é a relação causa e efeito, porque, na origem do problema, se alega – aliás, com razão, diga-se de passagem, é meritório o pleito do setor nesse sentido – que há uma concorrência com o produto pirata, de que há uma concorrência com as falsificações. Mas entendemos que, para o combate desse tipo de ilícito, é preciso que haja um apoio, um incentivo, uma fiscalização maior e mudança e alteração nas nossas leis, de modo que possamos penalizar e melhor coibir essa concorrência desleal, que vai continuar ocorrendo seja ela por diferença tributária ou não, porque, para quem está diante de uma obra copiada, por exemplo, de um CD copiado, o custo dele vai continuar sendo zero ou praticamente zero, muito baixo. E, provavelmente nessa situação, a diferença tributária não vai dar o efeito que se pretende fazer.

Ressalto o mérito do setor, ou seja, não há nada no sentido da Receita Federal, Ministério da Fazenda que seja contrário ao cantor ou compositor nacional. Apenas entendemos que essas questões podem ser resolvidas tributariamente, inclusive, diante do que o Congresso Nacional decidir em leis ordinárias, pas-

sando pelos órgãos respectivos, como, por exemplo, o Confaz, no caso da situação do ICMS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Fernando Mombelli.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Disco.

O SR. PAULO ROSA – Boa tarde, Senador Eunício Oliveira. Boa tarde, demais Senadores e todos aqui presentes.

Obrigado pelo convite.

A Associação Brasileira de Produtores de Discos foi fundada em 1958. Congrega as maiores produtoras fonográficas que operam no Brasil, mas não todas. Há várias empresas, pequenas, médias e até grandes, que estão fora de nossa Associação.

Nós apoiamos a proposta da PEC da Música. Achamos que será muito positiva para o setor de produção de música brasileira, comercialização.

Algumas de nossas empresas, as maiores, e todas as nossas empresas já há uma parceria de longa data com os fabricantes estabelecidos na Zona Franca de Manaus. Praticamente aqui, no Brasil, só existe fábrica de CD na Zona Franca. Acho que isso aí continuará a prevalecer.

A partir de 2001 ou 2002, cinco dessas empresas estenderam essa parceria também à distribuição, por questões de economia fiscal.

Mas a ABPD está olhando essa questão da PEC como uma questão de benefício ao mercado, não apenas às aquelas empresas que são associadas da ABPD, mesmo aquelas empresas que estão distribuindo seus produtos através de seus fabricantes em Manaus fazem isso porque têm uma economia fiscal. Mas o produto delas, quando chega ao varejista, também é taxado quando o varejista vende esse produto ao consumidor.

Recentemente, a partir de 1º de maio, por substituição tributária, nós passamos a pagar, em São Paulo, onde está 60% do mercado de consumo de música neste País, um ICMS calculado sobre uma margem de 70% do preço do atacado para o varejo, quando a margem anterior era de 34%, quer dizer, numa cotação, o Governo do Estado de São Paulo aumentou o MVA, que é pago pelas nossas empresas ou qualquer outra empresa que venda produto fonográfico, de 34% para 71%. Isso significa que o produtor fonográfico ou aquele que distribui o produtor fonográfico, quando vende para o Estado de São Paulo, tem que pagar o ICMS que o comércio ia pagar. É o que se chama ICMS substituto. Toda essa carga faz parte do preço final que o consumidor vai pagar.

Também há outro detalhe: o mercado musical hoje não pode ser pensado como CDs e DVDs. Cada vez

mais o mercado no mundo e aqui no Brasil vai se dirigir para a área digital. Aqui já representa, de nossas companhias, mais de 16% das receitas a área digital. Área digital é tudo que se licencia e vende-se pela Internet e pela telefonia móvel. Num país com 250 milhões de telefones móveis com uma base de *smartphones*, quer dizer, telefones capazes de navegar pela Internet, hoje na ordem de uns 10%, e crescendo muito rápido, basta ver os preços dos aparelhos vendidos ao público que são cada vez menores, a gente pode imaginar que o mercado musical – não que o mercado físico vai terminar – mas o mercado vai ser mais dividido entre o físico, CDs e DVDs, e digital. E a gente tem no digital taxação na Internet e uma pesadíssima taxação à telefonia móvel, que é o principal canal de distribuição na área digital hoje em dia.

Quer dizer, a ABPD por isso, independente da parceria que tem com seus fabricantes, independente da parceria que tem com os seus distribuidores instalados na Zona Franca de Manaus, considera que qualquer desoneração para a cadeia da música, seja para uma empresa multinacional de grande porte, médio porte, pequeno porte, extremamente positiva para a produção e comercialização da de música brasileira no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Cavalcante Lacerda, Secretário para Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), representante do Sr. Miguel Eduardo Torres, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

– Excelência, queria ver se eu falava mais para frente, estou esperando um documento que é muito importante, que vai abrilhantar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem problema.

Então, conceder a palavra ao Sr. Saleh Mahmud. Abu. É isso mesmo?

O SR. SALEH MAHMUD ABU HAMDEH – Quase isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, me corrija para eu aprender.

Antes de passar a palavra a V. S^a, quero registrar com prazer a presenças de Carlos de Andrade, Diretor da ABN; do compositor Francis Hime, que está aqui entre nós; do produtor musical Marco Mazzola; da cantora Olívia Hime; e do maestro do Fórum Nacional de Música Rênio Quintas.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. SALEH MAHMUD ABU HAMDEH – Muito obrigado, Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para orientar os senhores: quando a campainha toca, os senhores têm mais um minuto para terminar. E, depois, darei mais dois minutos como combinado, e a campainha tocará novamente. A segunda campainha é final, a primeira, não.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. SALEH MAHMUD ABU HAMDEH – Boa tarde a todos, Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ, demais Senadores e Senadoras, todos os convidados, músicos, compositores. Na oportunidade agradecemos o convite para participarmos de importante debate. Logicamente entendemos que a música brasileira é extremamente importante para a cultura de qualquer país. E somos solidários a qualquer discussão e qualquer causa que venha a defender essa matéria.

Entendemos bem o diagnóstico do problema da música brasileira. Acho que é um diagnóstico correto, legítimo e tem o seu mérito. Entretanto, não conseguimos realmente... temos uma preocupação muito forte de que o remédio que estamos adotando seja um remédio adequado, ou seja, que esse remédio poderá alcançar os efeitos esperados ou os resultados esperados, da forma como está colocada a matéria.

Todas as análises, todos os estudos, em todas as discussões que tivemos, não conseguimos ter essa percepção de que realmente a matéria como está, o texto como está colocado, ele poderá produzir qualquer resultado que seja esperado pelo setor ou por este segmento.

Achamos e entendemos que é necessário amadurecer esse debate, amadurecer essa discussão, buscar o entendimento, acompanhando o que disse o Dr. Fernando, da Receita Federal, de que o setor precisa realmente de algumas ações, mas que precisam ser mais bem preparadas.

Pelo que a gente escutou de toda a discussão, parece-nos que estamos diante de uma matéria de ordem comercial. E tratar essa questão de ordem comercial como cláusula pétreas nos parece realmente que não é o remédio adequado, uma vez que certamente não alcançará os resultados que todos aqui esperam.

Por outro lado, estamos certos de uma coisa: os trabalhadores, hoje, que estão nesse setor, que produzem essas mídias e esses produtos, estão com os empregos arriscados. Disso não temos dúvida. Da forma como se tem tratado essa questão comercial, afetando diretamente um polo industrial consolidado, que já está realmente estabelecido, e criando oportunidades com outro tipo de vantagens, isso causa um risco, sem dúvida nenhuma, para o trabalhador que, hoje, está nesse segmento.

O texto, na forma como está apresentado, parece-nos muito confuso. Por exemplo, quando falamos “bem como os suportes materiais”, isso nos parece um suporte material. Qualquer MP3, qualquer telefone celular nos parece um suporte material. Isto aqui é um bem, é um suporte material. A medida alcança? Quem nos dá a segurança realmente de que a medida não alcança?

Então, gostaríamos de trazer para este debate uma série de dúvidas de que essa matéria está tratando, e de forma, vamos dizer assim, constitucional. Ou seja, como disse bem o representante, uma vez tratada como cláusula pétreia, dificilmente se conseguirá reverter ou retirar isso do texto ou da Constituição.

Entendemos que a música brasileira seja tão importante quanto, já dissemos aqui, o cinema e o teatro, que estão sendo tratados como lei ordinária. Ou seja, é importante que se diga que estamos abertos a ser solidários com este debate, com esta questão, mas usando realmente os remédios adequados, porque, no nosso entendimento, essa é uma questão meramente comercial que estamos tentando tratar como questão constitucional.

De fato, Sr. Presidente e demais Sras e Srs. Senadores, o que vemos, nisso tudo, é um risco iminente de perda de emprego na Zona Franca de Manaus. Isso poderá realmente trazer um impacto numa região tão deficitária e tão carente e que também seja visto dessa maneira.

Para concluir, gostaríamos de que essa matéria voltasse ao debate e que o texto fosse um pouco mais amadurecido, uma vez que entendemos que, da forma como está colocada, realmente não vai atingir os resultados esperados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu registro, com prazer, a presença do Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, que também é cantor e compositor, Márcio Pacheco, a quem convido para se sentar à mesa, na bancada dos Senadores, aqui à frente.

Concedo a palavra à Srª Luciana Pegorer, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Música Independente (ABMI).

Vou pedir ao Senador Inácio Arruda que, depois de ouvirmos a Srª Luciana, assuma a presidência da reunião, pois está havendo a audiência pública sobre a Medida Provisória Brasil Maior, da qual sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a palavra à Srª Luciana Pegorer, e, em seguida, ao Sr. Carlos Cavalcante de

Lacerda, se já estiver com o material; senão, vou dar sequência aos demais aqui.

Tem a palavra V. Srª, Srª Luciana Pegorer, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Música Independente (ABMI).

A SRª LUCIANA PEGORER – Obrigada, Presidente Eunício. Boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Gostaria de esclarecer uma série de equívocos que estou ouvindo nas falas dos meus colegas.

Primeiro, é importante que seja dito que a PEC da Música não fere o pacto federativo, de forma alguma.

O requerimento que foi enviado e que originou esta audiência pública diz: “Considerando que a isenção de impostos, em tese, cria no Brasil a indústria ‘zona franca’, ou seja, em qualquer lugar ela poderá ser construída com os benefícios de isenção de impostos”.

Esse é o primeiro equívoco que temos que eliminar das nossas mentes. A PEC da Música incide sobre a circulação, jamais sobre a etapa fabril. A Zona Franca de Manaus é uma zona industrial; as indústrias continuarão lá da mesma forma como estão hoje; todos os produtores fonográficos fabricam e continuarão fabricando seus produtos na Zona Franca de Manaus. Portanto, não há qualquer preocupação com empregos nessas fábricas, até porque a indústria fonográfica, hoje, representa 20% do que ela já representou. Essas fábricas já se diversificaram, trabalham com diversos outros insumos, fabricam e distribuem insumos plásticos, eletrodomésticos, motocicletas, outras coisas. Elas não são indústrias de música; são indústrias fabricantes que têm como modelo de negócio estar na Zona Franca de Manaus.

Então, eliminem das suas cabeças esse primeiro item do requerimento; isso não existe; foi pactuado e resolvido que não houvesse esse tipo de preocupação.

Outra questão: não fere de forma alguma a OMC. A Unesco, por meio da UNCTAD, advoga junto a OMC questões relativas à identidade de um povo e suas manifestações linguísticas, artísticas e culturais. Portanto, a música brasileira não tem o mesmo sentido comercial que o das outras relações; ela cabe nesse sentido e é facilmente defendida junto a OMC. Isso não representa um problema.

Outra questão que podemos levantar aqui é com relação à carga tributária. O nosso requerimento não é comercial; é um requerimento cultural. Vide o que aconteceu com a indústria do livro, que, a partir da sua imunidade, floresceu e que, hoje, é um das indústrias mais importantes de cultura brasileira, a música tem as mesmas características e, portanto, deveria merecer a mesma imunidade.

Sobre carga tributária...

É muito difícil falar com pessoas conversando ao redor.

Saiu uma matéria no *Blog do Estadão*, falando sobre compras para o Dia das Mães, a lista de compras para o Dia das Mães. Então, fala que, no dia 2 de maio, os brasileiros pagaram em tributos meio trilhão de reais – e isso são recordes que acontecem anualmente.

No *Blog do Estadão*, na lista de presentes do Dia das Mães, existe um item de entretenimento, que é DVD. O DVD só perde, em carga tributária, para perfume importado e para perfume nacional: 51% do valor que o brasileiro paga em um DVD é de impostos.

E agora temos este problema, como o Paulo Rosa mencionou: o Estado de São Paulo aumentou os seus impostos. Então, isso significa que ainda teremos uma carga tributária mais complicada, pois 50% ou mais do faturamento de produtos fonográficos são para o Estado de São Paulo. E aí isso vai aumentar o valor.

Só para finalizar. O relatório da ABPD apresentou que, no ano passado, tivemos um aumento de 7,5% nas vendas de produto físico, além do aumento das vendas de Internet. Esse aumento se deve diretamente à redução das tabelas de preço das gravadoras, que estão, se fizermos uma média pelo relatório, com o preço de 2002. Então, dizer que a imunidade tributária não vai reduzir a pirataria também é uma falácia, porque o consumidor vai ter uma alternativa legal com preços no nível do que se reconhece que um produto fonográfico deveria ter.

E, acima de tudo, o que estamos defendendo aqui é a produção independente, que hoje não consegue circular por conta do ICM substituto. As produtoras independentes não têm liquidez em caixa para financiar o ICM substituto, e isso está quebrando todo mundo. A ABMI, até dois anos atrás, tinha 200 gravadoras associadas e, hoje, tem 100. Isso é um reflexo direto da quebra geral do mercado, o que não é bom para ninguém; não é bom para o povo brasileiro que quer consumir música brasileira; não é bom para os artistas brasileiros, que precisam desse setor para sobreviver; não é bom para a indústria fonográfica, que gera uma quantidade enorme de empregos e vem perdendo o seu espaço a cada ano.

Posso falar mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para concluir. O relógio lá está marcando 1:12 ainda.

A SR^a LUCIANA PEGORER – Posso falar mais um minuto? (*Risos*.)

A indústria de Manaus está preocupada não é com a zona industrial, porque ela está preservada pela PEC da Música, ela está preocupada é com a circulação, porque, na circulação, as indústrias instaladas

recebem do Governo do Amazonas 10% daquela tributação que é cobrada dos produtores fonográficos. Então, isso é o que eles estão batalhando para não perder, e essa é a grande injustiça tributária, porque, hoje, as grandes indústrias estão sendo distribuídas a partir de Manaus, e as pequenas não estão. E as pequenas são exatamente a grande diversidade de produção de música brasileira. As grandes têm os seus catálogos internacionais, não dependem da música brasileira para viver; aliás, muito pelo contrário, se elas não tiverem um incentivo real no território brasileiro para investir em música brasileira, pouco a pouco, tenderão a reduzir, como já reduziram, o investimento em artistas brasileiros. E quem mais investe em artistas brasileiros, hoje, são os produtores menores, que não têm condições de serem distribuídos a partir do Amazonas e de receberem esses incentivos que o Governo do Amazonas dá.

É essa injustiça tributária que precisamos resolver urgentemente, porque, cada dia que passa, é uma loja que fecha, é um produtor que fecha, é um artista, um músico brasileiro, que está desempregado.

Então, este é o nosso apelo: para que estas comissões corram rápido e que possamos votar isso o mais rápido possível. Isso será um grande benefício para a música brasileira de uma forma geral.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma colocação especialmente à Sr^a Luciana Pegorer. Seria isso?

A SR^a LUCIANA PEGORER – Pegorer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Diretora Executiva da Associação Brasileira de Música Independente (ABMI). Muitas vezes, aqui no Senado, somos obrigados a fazer várias ações ao mesmo tempo. Ainda há pouco, ouvimos V. Ex^a junto com o Senador Inácio Arruda discutir um rodízio na presidência para que V. Ex^a pudesse estar no debate que está acontecendo sobre o Brasil Maior.

No afã de querermos atender à celeridade do debate com relação à questão da PEC da Música, atendemos a uma deliberação da presidência desta Casa e aceitamos fazer a audiência pública num dia tão concorrido neste Senado, com CPMI acontecendo, com Conselho de Ética acontecendo, com o Brasil Maior sendo debatido e com o Ministro Guido Manteiga, Ministro da Fazenda, do País, ao telefone, com o Líder do Governo, tratando de assuntos, inclusive da PEC da Música.

Portanto, o uso do microfone, aqui, nesta Comissão, é extremamente democrático e, principalmente, da minha parte, extremamente respeitoso, principalmente quando uma mulher o está usando. Eu, que convivo numa casa sob o império das mulheres... Portanto, apenas para deixar claro que não havia de minha parte intuito algum de atrapalhar a apresentação de V. Ex^a; ao contrário, eu estava tentando buscar esclarecimentos, diante da colocação do Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal com o próprio Ministro da Fazenda. Mas, se isso não era do interesse de V. S^a, peço desculpas e digo ao Sr. Presidente que, lamentavelmente, o plenário da Casa está com dois Senadores diante de tantas posições assumidas. Terei, então, que ir, porque temos duas MPs trancando a pauta do Senado, e há um esforço para que possamos votar essas MPs. Já são 15h40 e, portanto, temos o risco de que a sessão do plenário caia. Eu vou ter que ir, com certeza, com tantos aqui debatedores, teremos tempo suficiente para irmos lá, voltar e poder discutir e participar do mérito.

Agradeço mais uma vez a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, é bom que o Brasil inteiro está nos assistindo para que a população veja como é a nossa vida aqui dentro, principalmente os que ficam fora, que não nos acompanham, para verem como é a nossa angústia.

Tenho de sair agora, vou pedir ao Senador Inácio Arruda para assumir a presidência, tendo em vista que, antes de passar a palavra à Sr^a Cristina Saraiva, compositora e representante do Grupo de Articulação Parlamentar, com todo respeito, pedindo vénia ao velho e meu querido conterrâneo e amigo, nosso cantor Fagner. Eu sou Relator da Medida Provisória Brasil Maior e, como tal, eu não posso estar ausente. Peço ao Senador Inácio Arruda que assuma aqui os trabalhos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoC – AM) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoC – AM) – Muito obrigada. Antes de V. Ex^a se retirar, eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, Senador Eunício. Se V. Ex^a me permite... o que vou sugerir eu gostaria de ouvir a sua opinião. Assim que fui comunicada – e só fui comunicada na sexta-feira – de que a audiência seria hoje, imediatamente liguei a V. Ex^a, Senador, que me atendeu prontamente, e conversamos a respeito do assunto. Sugerí ao Senador Eunício que transferíssemos a reunião desta hora para uma hora antes ou depois. Não foi, Senador Eunício? Sugerí que fizéssemos na terça-feira pela manhã. E o Senador disse

que haveria Conselho de Ética na terça. Então, eu disse que na quarta seria pior ainda, porque teríamos a Comissão de Orçamento e a CPI – talvez a reunião mais importante de todas. V. Ex^a está relatando outra matéria. Então, eu quero fazer uma sugestão aqui, Senador: se a gente pudesse fazer, até a semana que vem, um novo debate... Por mim não tem problema. A D^a Cristina vai poder dizer que não, a senhora vai ter oportunidade de dizer que discorda da minha proposta. Entendeu, D^a Cristina?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Com a palavra o Relator.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senadora Vanessa, Senadora Vanessa... eu comprehendo a angústia de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu estou igual ao senhor, saindo e vindo, indo e vindo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Não é só no dia de hoje. Nas terças, quartas e quintas pela manhã, vivenciamos todos os dias, às vezes até a madrugada...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas nada como hoje.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senadora, o plenário está do mesmo jeito. Estamos todos divididos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Porque as outras comissões estão cheias.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – A senhora tem que entender, não há como adiar uma audiência pública que está no meio, o próximo orador será o sexto de onze oradores. É nossa missão, eu vou lá e voltarei aqui depois. Não há como suspender.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu já fiz isso uma vez e vou ter de fazer três, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Com a palavra a Sr^a Cristina Saraiva.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço e lamento, Senador Inácio Arruda, porque quem tem a perder com isso não somos nós, que estamos aqui mediante sacrifício enorme, mas é quem não pode estar presente neste debate, não porque não queira, mas porque não teve condições de aqui estar.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – De toda a sorte, depois ainda teremos a oportunidade, depois da votação da Comissão, que permitirá um debate entre os Senadores, e ainda teremos a oportunidade do Plenário onde também poderemos fazer o debate tranquilamente.

Com a palavra a Sr^a Cristina Saraiva.

A SR^a CRISTINA SARAIVA – Boa tarde, inicialmente, a todos. Queria agradecer ao convite para estar aqui. Quero saudar meus companheiros compositores Francis Hime, Olívia Hime, Carlos de Andrade aqui presentes, Rênio Quintas e dizer que fui convidada a estar aqui presente na qualidade de compositora, autoprodutora, além de membro do GAP Pró-Música.

Acredito que este seja um momento importante para a música brasileira, porque não são tantos os momentos em que se vê uma convergência entre a grande indústria fonográfica, aqui representada pela ABPD pelo Paulo Rosa; a indústria independente, representada pela ABMI; e o autoprodutor, o artista autoprodutor, que, com muito esforço, tenta sobreviver de música neste País.

Queria também dizer ao nosso companheiro, representante dos trabalhadores... como é o nome dele? Que estava se sentido solitário como representante dos trabalhadores. Carlos Lacerda! Que eu também sou uma trabalhadora da música; então, você não está completamente sozinho nesta mesa, você tem a minha companhia.

Aliás, creio que todos sejamos trabalhadores.

Durante muito tempo, esta PEC tramitou na Câmara e várias discussões foram levantadas, eu ouvi algumas vezes de representantes do Amazonas, de Deputados do Amazonas, que o artista, o músico, o compositor estava entrando de gaiato nessa história, emprestando a sua imagem a serviço da grande indústria, da indústria fonográfica. Dizendo que, na verdade, em nada beneficiaria o artista autoprodutor.

Então, eu estou aqui para dar um depoimento pessoal, eu acho que a Luciana, da ABMI, com certeza, e o Paulo Rosa têm muito mais condições de falar a respeito dos números da indústria do que eu. Mas eu posso dar o meu depoimento, até porque, muito recentemente, eu gravei um CD autoral, e naturalmente mandei fabricar na Zona Franca de Manaus, na Sonopress. O Deputado – não sei se é o Pauderney ou outro Deputado do Amazonas – veio questionar, dizendo que, na verdade, o CD era muito barato, que se cobrava R\$2,00 num CD e que os artistas estavam entrando de gaiato, que a gente não ia ver nenhuma diferença, que todo benefício seria para o produtor fonográfico.

Então, realmente eu queria dizer que isso não é verdade. Até trouxe aqui o orçamento que me foi passado pela Sonopress, não de R\$2,00, mas de R\$3,90 a unidade. Naturalmente, aqui em vermelhinho, acrescentando os 12,15% de imposto substituto para o Estado de São Paulo. Imposto esse que pressupõe...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Desculpa, só para entender e a gente não

voltar. Nesse valor está embutido o imposto ou mais o imposto?

A SR^a CRISTINA SARAIVA – Mais o imposto, R\$3,90 mais 12,15% de ICMS substituto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Desculpa, 12,15% em cima dos R\$3,90?

A SR^a CRISTINA SARAIVA – Sim. E isso, eu, autoprodutora, paguei, naturalmente, sobre uma venda que não será feita, diga-se de passagem. Não será feita, porque o produtor, o pequeno produtor, o autoprodutor, o artista hoje que não tem uma gravadora por trás, quando ele faz um CD, não conta com a venda, porque não há venda. Praticamente a gente vende uns 50, 100, 150 CDs no máximo. Infelizmente o CD, hoje, funciona como um cartão de visitas para o artista, como uma possibilidade de vender seus shows. Não é do desconhecimento de ninguém a incrível crise que assola a produção fonográfica, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, com o advento da Internet, das novas tecnológicas, da facilidade de troca de arquivos musicais.

Essa é uma questão que a gente espera, sinceramente, que o Legislativo venha a debater com enorme seriedade, porque é um golpe na produção musical, não só do Brasil, mas de qualquer país. E a gente espera que realmente venha a ter, muito em breve, uma solução que possa conferir a sobrevivência dessa indústria fonográfica, que é fundamental para o nosso País.

A música brasileira não é qualquer coisa. A música brasileira, como expressão cultural do nosso povo, eu acho que não preciso me alongar aqui sobre o que ela representa. Todos nós sabemos o que ela representa, qual é o peso que tem a música brasileira para esta Nação.

Na verdade, a música brasileira está pedindo socorro, porque, como diz a música do Chico, está “um copo até aqui de mágoa; e qualquer desatenção, faça não, pode ser a gota d’água.” A gente está justamente tentando evitar essa gota d’água, porque, no momento, a gente está absolutamente no topo desse copo.

Eu acho muito importante... eu acompanhei todo o processo da tramitação da PEC, e num determinado momento, como falou a Luciana, a gente escutou os representantes do Amazonas, na questão da Zona Franca de Manaus, da importância de se manter a isenção apenas na Zona Franca. Diante de uma série de negociações, a gente excluiu do texto da PEC a etapa de replicação industrial do CD. Ou seja, ninguém, nenhuma gravadora vai deixar de fabricar seus CDs na Zona Franca de Manaus. Então, esse aspecto fica absolutamente preservado. Se isso é justo ou não, a gente pode até discutir, porque o Senador Inácio sabe

que a CD+, que era sediada no Ceará, foi à falência porque não suportou. Mas tudo bem, faz parte do tal Pacto Federativo, a gente comprehende a importânciá. Tudo certo. Então, incluímos no texto que a etapa da replicação de CD estaria fora, não seria atingida pela PEC. Então, a gente realmente não consegue entender como uma isenção que incide apenas sobre a etapa da distribuição pode causar um desemprego em massa nas fábricas de Manaus. Essa é uma matemática que a gente tem enorme dificuldade para compreender. Eu gostaria que, depois, alguém me explicasse, porque, para mim, essa conta não fecha. Nenhuma gravadora, eu tenho certeza, vai começar a fabricar em outro Estado, porque não terão a isenção na fabricação.

Eu acho que está preservada sim, a questão da Zona Franca de Manaus e acho que é fundamental, é um ato muito importante para a música brasileira. Eu até confesso... onde está o meu companheiro que estava sentado ao meu lado, que falou que isso não iria resolver a questão? Eu até concordo com ele. Não foi o Fagner, foi um rapaz da indústria. Está lá! Eu até concordo com ele, muito honestamente, de que esse ato não vai ser a salvação da lavoura fonográfica. Eu acho que a PEC não é a salvação da lavoura fonográfica. Eu acho que é necessário ainda um conjunto de medidas, que, como eu falei no início, a gente espera que esta Casa assuma muito em breve, muito especificamente à questão relativa ao direito autoral, principalmente a questão das novas mídias. Então, eu acho que a PEC não é a salvação da lavoura fonográfica, mas é, sim, muito importante para todo o setor, desde a grande indústria, do grande produtor, que também está sofrendo enormemente com a crise, com as produtoras e gravadoras de pequeno e médio porte e também para o compositor, para o artista autoprodutor, que também já não aguenta mais.

A verdade é que a música brasileira já não aguenta mais. Se a gente não tiver algumas compensações, algumas pequenas atitudes, no sentido de garantir a nossa sobrevivência, sinceramente não sei o que vai acontecer com o futuro da música brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito obrigado, Cristina Saraiva.

Vamos passar de imediato a palavra ao Sr. Felipe Radicetti. O senhor tem a palavra.

O SR. FELIPE RADICETTI – Primeiro, quero saudar o Presidente da Mesa, Senador Inácio Arruda, e todos os colegas presentes, Deputado Otavio Leite, os Senadores presentes. Quero agradecer aqui a presença da Senadora Ana Rita, a permanência da Senadora Vanessa Grazziotin, pela oportunidade de nos ouvir. Quero saudar a presença da Deputada Jan-

dira Feghali, do Deputado Márcio Pacheco e também os colegas artistas aqui.

Quero agradecer ao convite para esta audiência pública. Sou músico compositor e minha condição como artista é de autoprodutor, quer dizer, eu não tenho contrato com nenhuma gravadora, mas estou como representante, sou vice-presidente da Associação Brasileira de Compositores para Audiovisual – Musimagem Brasil. Nós somos compositores de músicas para cinema, televisão, mas também criamos músicas de maneira em geral, cantor, música de concerto em todos os sentidos.

A primeira coisa que eu gostaria de compartilhar aqui com os Srs. Senadores e com as comissões é que temos vivido – não é a primeira vez que venho aqui contribuir com os trabalhos do Senado – um permanente processo de aproximação dos artistas com as comissões permanentes do Senado, desde 2005, com a inclusão da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Desde, então, os músicos brasileiros vêm cada vez mais organizados, de todas as partes do País, e têm trabalhado em parceria com essas comissões permanentes, cooperando e sendo acolhidos por essas comissões, num trabalho constante e que tem sido muito bem sucedido pelo desenvolvimento da música e da educação, como no caso da Lei nº 11.769, que tratou da volta da educação musical nas escolas. Isso apenas para citar mais uma recentemente com a aprovação histórica do relatório da CPI do Ecad.

O Senado vem respondendo positivamente aos novos paradigmas da atividade da música e vem corrigindo distorções históricas e importantes para o setor, contribuindo para o seu desenvolvimento.

É dessa forma que faço o meu agradecimento ao convite para esta audiência pública. Como representante de um setor da música, represento a opinião de inúmeros músicos que partilham da mesma condição e que manifestam aqui a convicção plena da pertinência e da justiça da aprovação nesta Casa da PEC da Música.

Quero reconhecer, antes de tudo também, e tornar públicas as minhas limitações aqui. No meu depoimento aos senhores eu não posso pretender esgotar todos os aspectos implicados nesta questão; há aspectos inúmeros que são afirmados aqui pelas partes representadas. Essa discussão e análise dos números, da precisão ou não, da representatividade ou não desses números, ou projeções de impactos econômicos, eu vou deixar para os especialistas e conhecedores e que conflitam aqui entre a aprovação e a rejeição da matéria.

Por outro lado, estou em condições de dar o meu testemunho a partir da experiência própria e do exame

da experiência de meus colegas e parceiros de trajetória na música do sufocante gargalo que vem penalizando de longa data a nossa atividade como criadores e intérpretes da arte musical brasileira.

Este é um dos mais importantes de todos neste sentido, como já é senso comum no Brasil: a carga tributária incidente sobre o setor e, neste caso especificamente, sobre a música gravada. É muito importante por que a música gravada? Não significa necessariamente CD ou qual for o suporte. Qual é a importância da gravação? A música gravada é o instrumento que permite ao artista e ao compositor brasileiro circular em larga escala no Brasil e ser exportado, ter o produto do seu trabalho exportado. Não há outra saída para o compositor e o intérprete. Ele se realiza sociologicamente através da edição de sua música gravada. Ou seja, como ainda hoje pela circulação física do CD ou do vinil, o antigo LP, ou como no fonograma digital, que é para onde o futuro está apontando agora.

Então, seja historicamente ou ainda hoje, fazer um disco é para o mercado ou para a comunicação social do artista a referência capital e a medida que distingue a trajetória de um artista, tal como é reconhecido em sociedade. Isso é uma distinção. Todo artista precisa construir um catálogo de suas obras e a música gravada é o suporte, seja físico ou não. A música é gravada, é o veículo estratégico para circulação da produção criativa, e a música brasileira precisa ser enxergada como uma produção simbólica e econômica, estratégica para o País.

De forma que o artista independente é um dos mais penalizados com a carga tributária para gravar e distribuir a sua música. Hoje já não é mais apenas um fardo ou um mau negócio ou muitas vezes inviável. É, acima de tudo, uma injustiça, e uma injustiça nacional.

Como os Senadores já estão cientes, a aprovação da PEC que representa a imunidade fiscal da música gravada representará também a descentralização nacional da distribuição da música no País. E é, de fato, uma reivindicação de artistas brasileiros na sua mais larga maioria, numa escala nacional, porque se trata, em última instância, de uma questão nacional.

O futuro da música gravada já está caminhando a passos largos para o mercado virtual, e Manaus não tem necessariamente nada a ver com isso.

É importante e estratégico para o País corrigir as distorções que estrangulam a circulação da produção musical brasileira. Não é mais possível conviver com modelos tão concentradores como ainda estamos hoje reféns.

É importante democratizar a situação da música gravada no País, produzir uma legislação que considere e respeite as imensas dificuldades da pequena

indústria independente, sobretudo dos músicos auto-produtores, hoje sem qualquer alternativa. São todos reféns dessa injustiça fiscal.

Encerro, então, aqui, meu depoimento sem ter me expressado por números. O meu depoimento traz aos Srs. Senadores... Eu trago a expressão da verdade. Eu afirmo que essa é a realidade da maioria absoluta dos artistas trabalhadores da música no País hoje. E, em respeito às outras verdades que se afirmam aqui, quero escolher uma verdade importante e que nos interessa aqui hoje, como afirmou o dramaturgo alemão Bertold Brecht, em 1954, em seu discurso, durante a entrega a ele do Prêmio Internacional Lênin para o Fortalecimento da Paz entre os Povos: "a verdade que nos interessa hoje, senhores, é a verdade que divide terras".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem. Nos números, o senhor foi dentro do previsto. Atendeu ao nosso tempo.

Carlos Lacerda.

O SR. CARLOS LACERDA (*Fora do microfone.*)

– Estou esperando o meu material...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Personalidade muito conhecida...

O SR. CARLOS LACERDA – Está igual cantiga de grilo o meu material: está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Então, vamos passar para o cantor e compositor Raimundo Fagner.

O SR. RAIMUNDO FAGNER – Boa tarde a todos...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Meu conterrâneo, lá do Ceará.

E aproveito para registrar, Fagner, a presença do cantor Marrone, ali, ao lado do telefone do Senador Magno Malta.

O SR. RAIMUNDO FAGNER – Telefone?

Bem, boa tarde, presidente em exercício, Senador Inácio Arruda – é um prazer estar aqui ao seu lado e representar um pouco da nossa terra –; Senadores aqui presentes, Parlamentares; nossos companheiros de luta, que vêm, através dos anos, buscando o melhor para a nossa música, que é o melhor para o povo brasileiro, que ama a música.

Hoje, nós sentimos o estado de falência a que chegou a música, a que chegou o mercado, a que chegou a situação dos artistas brasileiros. Então, eu me filio, eu me alio a esse sentimento, a essa luta. Que não seja para prejudicar ninguém, mas que seja para defender os nossos interesses, até onde seja possível, na parte técnica. Acho que estamos muito bem colocados, estamos abertos ao diálogo.

A nossa querida Vanessa reclamou que estávamos com um número enorme de pessoas ao nosso

lado. É exatamente o número da necessidade, do que a gente está precisando. Isso é um fato relevante.

Ela falou também que a gente vai transferindo reuniões, porque esta Casa hoje está com muito problema. Mas quando é que esta Casa não tem problema? Hoje, é apenas um dos graves problemas que a gente está enfrentando, que está todo mundo acompanhando. Mas é isso mesmo. O Brasil é um país que está vivendo muitos problemas, e acho que é através das lavagens desses problemas que a gente vai chegar a algum lugar neste momento.

Então, quero dizer que estou feliz em poder estar aqui representando aqueles artistas que lutam ou aqueles que se omitem, por alguma razão, mas eu me coloco. Não estou defendendo interesse de ninguém, a não ser do artista; de gravadoras, de uma maneira geral, mas do artista brasileiro, que é penalizado querendo produzir, querendo se colocar em uma gravadora grande ou em uma gravadora pequena, sendo que o mercado está, realmente, afunilado.

Só quero dizer isso.

Muito obrigado pelo convite da presença aqui. Agradeço e parabenizo meus companheiros das associações, das produções e todos que estão nessa luta. E vamos até o fim. A gente precisa dialogar, precisa colocar a nossa necessidade e a nossa posição de engrandecer o artista brasileiro, porque, sem a grandeza do artista, o País fica também cada vez mais pobre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem.

Aqui, não é permitido manifestações do Plenário, mas acho que essas são muito benfazejas.

O SR. RAIMUNDO FAGNER – Serei penalizado...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Em se tratando do Ceará...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a me orientou a bater palmas para o Fagner.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Claro! Em se tratando do Ceará, fica aberta a exceção.

O SR. RAIMUNDO FAGNER – Senador, eu aceito a penalização.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Passo a palavra ao Sr. Amauri Carlos Blanco.

Por favor, Radicetti, você poderia ceder o lugar para o Amauri?

É que eu prefiro ouvir o senhor pertinho de mim aqui.

O SR. AMAURI CARLOS BLANCO – Tenho que carregar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – O senhor pode trazer tudo.

O Sr. Amauri tem a palavra.

O SR. AMAURI CARLOS BLANCO – Obrigado.

Senador Inácio Arruda, boa tarde, em nome de quem cumprimento os demais Senadores presentes, Parlamentares; Deputado Otavio Leite, que foi o autor da PEC inicialmente. Eu queria falar exatamente desse início.

Quando o Deputado Otavio Leite iniciou com essa PEC, a proposta era combater a pirataria. Se nós formos buscar a origem, em 2007, quando a coisa começou, a proposta era esta: combater a pirataria. Como isso iria ajudar a combater a pirataria? A pirataria é um negócio que atrapalha o nosso segmento. Eu, como representante que sou dos produtores fonográficos, ou seja, fabricantes de mídias digitais, a pirataria atrapalha tanto o músico, o compositor, o artista, como nós, que somos fabricantes.

Essa indústria está sedimentada no Amazonas por uma questão de incentivo que o Amazonas proporcionou a esse segmento. E as indústrias foram migrando para lá, ao longo desses últimos 20 anos, em que já foi investido quase meio bilhão de reais no Amazonas.

Nesses investimentos lá feitos, Senador e demais colegas, está também a distribuição; eles comportam também a distribuição, a partir de Manaus. Isso gera o emprego lá. Por isso é que a defesa do emprego, quando falamos, é baseada nessa premissa de que todo o polo fonográfico está centrado lá.

Outro ponto: a pirataria. Voltando a falar da pirataria. Quando combatemos a pirataria com a CPI – de que a Senadora Vanessa participou ativamente –, nós sentimos uma melhora no mercado fonográfico. Houve uma melhora. Com o Governo, hoje, procurando, cada vez menos, dar importância a isso, nós sentimos que estamos perdendo terreno, sim, porque estamos falando em custos desproporcionais. Enquanto um produto pirata é vendido por preços absurdamente baratos – nós estamos falando em dois, três, cinco reais até... A Sra Cristina Saraiva falou que o produto que ela comprou custou três reais e alguma coisa; com mais o imposto, deve ter chegado a algo em torno de cinco. Se tirarmos o imposto, será que isso seria suficiente para combater a pirataria? Claro que não.

Hoje, os fabricantes que estão lá no Amazonas – quase 95% do polo fonográfico são produzidos no amazonas – têm um controle absoluto...

Ah, outra coisa que eu gostaria de ainda falar sobre o produto da nossa colega Cristina: para esse produto ter custado três reais e alguma coisa, não foi um produto simples. Ela agregou algum valor a mais, porque um produto simples custa em torno de dois reais, sim. Eu sou fabricante. Eu afirmo isso.

Então, outra coisa que todos os músicos e artistas têm: em um produto oficial – eu trouxe aqui dois produtos feitos lá no Amazonas, do nosso Boi Caprichoso e Garantido...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Devia ter trazido só o do Caprichoso.

O SR. AMAURI CARLOS BLANCO – Eu trouxe os dois, para não ser...

Nós temos, aqui ao lado, duas letrinhas. Quando é AA, como está neste produto, 20 mil, isso significa que este é o primeiro lote e que foram feitos 20 mil produtos. Isso está à disposição de qualquer um.

Ou seja, por quanto foi vendido nós não temos como saber, mas o artista tem, sim, porque isso está disponível nos controles de qualquer produção oficial.

Muito bem. Corroborando com o que disse o representante da Receita Federal, no momento em que se começa a dar imunidade, a autoridade tributária vai perder total interesse em controlar o produto. Por quê? Porque vai ser isento, imune. Então, hoje, o interesse que se tem nisso, em controlar, vai por água abaixo. Ou seja, a pirataria tende a aumentar, sim. É uma coisa que não há como evitar. Ela vai acabar aumentando, porque não se cobra mais tributo; o interesse da autoridade tributária que está presente à mesa vai diminuir, ou seja, vai inexistir, porque ele não recebe nada.

O Amazonas, hoje, embora tenha incentivo, é o Estado da Federação que mais é fiscalizado. Por quê? Porque não conseguimos fazer nada sem a autorização da Receita Federal; não se consegue ingressar com um produto, nem sair, sem que a Receita Federal tenha o controle absoluto de tudo que acontece lá. Então, os produtos feitos lá ajudam, sim, a Nação no recolhimento de tributos. E não acreditamos, nunca, que essa imunidade vai tornar o produto mais rentável.

É óbvio que nós, como fabricantes, gostaríamos, adoraríamos não pagar nada de tributo, mas nós temos certeza de que isso vai piorar o segmento fonográfico. Porque, senão, não faria sentido nenhum estarmos aqui, continuando a debater um assunto em que estariámos ganhando. Quem não quer não pagar tributo? Quem de nós não gostaria? Claro! Todo mundo, é óbvio. Só que, se esse tributo for extinto, como bem disse o representante da Receita Federal, isso vai agravar o segmento. E nós estamos dispostos a debater esse assunto, sim, quantas vezes for necessário. Ocorre que nunca obtivemos eco em sentar para negociar. Esse é um fato que...

Voltando a falar, então, do início da coisa. Acreditamos, sim, que se partíssemos para combater a pirataria, aí, sim, o mercado teria reflexos imediatos, porque a pirataria vende um produto roubado – roubam-

-se os direitos autorais, direitos do intérprete, direitos do músico – e não paga a ninguém, nem tributos. Ou seja, a isenção, a imunidade tributária que se está pretendendo, eles já a têm. Então, é impossível combater a pirataria com uma PEC, com uma proposta de emenda à Constituição. Não faz sentido nenhum. Além disso, vai penalizar, sim, os empregos que estão lá no Amazonas.

Quando começamos essa discussão, falava-se em dez mil empregos diretos. Hoje, não é isso mais, senhores. Já temos sentido uma queda nesse nível de emprego. Quando falamos em empregos diretos, são os que têm postos de trabalho justificados no Amazonas. Mas cada emprego direto significa algo em torno de três, quatro indiretos lá no Amazonas. Então, isso vai representar, para o Amazonas, um volume grande de perda de postos de trabalho. Essa é uma realidade. Desculpem-me por contrariar os que não concordam, mas essa é uma realidade, que nós, como fabricantes, temos como assegurar.

Isso posto, senhores, gostaríamos de enfatizar o que já disse a Senadora. O importante é continuar o debate, porque, da forma como está, isso não vai trazer benefício nenhum para o segmento fonográfico e muito menos para os artistas, que estão... artistas, produtores, músicos, que estão, cada vez mais, perdendo seus direitos autorais e direitos de intérprete.

Era isso que eu tinha a colocar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço ao Sr. Amauri Carlos Blanco, presidente do Sindicato das Indústrias dos Meios Magnéticos e Fonográficos do Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Daremos sequência à nossa audiência pública, com a palavra do Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, que é superintendente da Zona Franca... Superintendente da Suframa, representante, então, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Mas, antes, atenderemos ao pedido do nosso Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, é apenas para colocar uma questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Questão de ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

Infelizmente, ou felizmente, nós estamos, neste momento, ouvindo a campainha da Ordem do Dia do plenário do Senado da República. E, por uma questão

regimental, todos sabemos que teremos um impedimento de dar continuidade às audiências públicas em função de que a Ordem do Dia está sobre a mesa do Senado.

Portanto, faço uma questão de ordem a V. Ex^a, perguntando se V. Ex^a dará prosseguimento à audiência pública mesmo com a Ordem do Dia no Plenário, porque nós teremos votação de medida provisória, nós teremos votação de matéria que exige quórum qualificado e, portanto, é importante ouvir a posição de V. Ex^a porque o quórum na Casa hoje está muito complicado; a CPMI está suspendendo neste momento a sua atividade para que haja quórum para abertura da Ordem do Dia e eu gostaria de fazer essa questão de ordem para esclarecer a posição com relação à audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Assim que a Ordem do Dia efetivamente se iniciar, nós deliberaremos a questão de ordem de V. Ex^a. Como a Ordem do Dia ainda não iniciou, apenas estamos sendo chamados para dar início a Ordem do Dia, mas assim que começar examinaremos a questão, mesmo porque estamos com três atividades simultâneas na Casa, que provavelmente poderemos atender ou não a essa questão de ordem de V. Ex^a, porque não há impedimentos se nós tivermos um acordo de votação no Plenário. Se é um acordo de votação em plenário...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Primeiramente queria colocar a V. Ex^a de que a Ordem do Dia, já está... a partir das 16h é a abertura da Ordem do Dia, regimentalmente; portanto, a Ordem do dia está aberta, eu estou vindo do plenário para cá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Eduardo, é V. Ex^a é Líder. Tem acordo de votação? Porque se não tiver acordo de votação, a Ordem do Dia se encerrará rápido.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nós estamos com a informação da Mesa de que, assim que abrir a Ordem do Dia, nós vamos deliberar sobre essa questão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O que eu quero dizer a V. Ex^a é o seguinte: nós não podemos garantir que teremos acordo de votação. Nós temos acordo para a votação, mas não podemos dizer que não haverá pedido de verificação de quorum, tendo em vista que nós estamos diante de medidas provisórias que estarão sendo votadas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a, como um bom Líder que é, competente, preparado e sabido... (*Risos*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Está ficando mais do que sabido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a é filho de pobre, lá na Amazônia, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sou, claro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Porque inteligente é filho de rico, filho de pobre é sabido. (*Risos*)

Então, V. Ex^a sabe, porque já se reuniu com os líderes, se vamos ter... ninguém vai pedir verificação de quórum. Eu só quero saber o seguinte... E V. Ex^a é líder e líder tem que saber jogar e V. Ex^a está jogando agora.

Então, eu quero saber se vamos ter votação ou não. Porque, se não tiver, dá tempo de voltar e retornar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu creio que se V. Ex^a suspender a audiência pública para nós possamos dar início a Ordem do dia e comprovado aquilo que nós imaginamos que será acordo de votação, V. Ex^a poderia dar prosseguimento à audiência pública sem nenhum problema.

A nossa intenção aqui não é de forma alguma interromper ou procrastinar a audiência pública. Não é essa a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador, nós estamos acompanhando com a Mesa do Senado o início da Ordem do dia. Há um chamamento para se iniciar, mas ainda não começou; enquanto não começa efetivamente a Ordem do Dia, nós vamos manter a nossa audiência pública...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, perdoe-me, deixe-me só fazer uma colocação a V. Ex^a: imagine se a CPMI adotar o mesmo procedimento de V. Ex^a, se a Comissão Mista de MP adotar o mesmo procedimento de V. Ex^a, nós não teremos quórum para abrir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Não teremos quorum, mas vamos concluir as audiências.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Então, a decisão de V. Ex^a é que V. Ex^a vai manter a audiência, independentemente da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Se iniciar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O quórum para a Ordem do Dia é o painel, não é a presença física. V. Ex^a é sabido, mas eu não sou besta.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Concedo a palavra ao Sr. Thomaz Afonso Queiroz, Superintendente da Zona Franca de Manaus.

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. artistas, é uma satisfação poder participar deste debate, desta discussão pública.

O primeiro ponto que eu gostaria, a partir da Superintendência da Zona Franca de Manaus, é dizer não ao maniqueísmo. Nós temos aqui dois extremos: um de que a Zona Franca de Manaus está se opondo à cultura brasileira, especificamente à música. É preciso afastar isso desde sempre e eu gostaria de deixar isso na minha fala bem claro.

O outro é do outro extremo: que os artistas brasileiros estão sendo insensíveis a sete mil empregos de trabalhadores na Zona Franca de Manaus.

O impacto existe mais não contamos com essa insensibilidade. Não se trata disso.

Nós gostaríamos de dizer a cada artista aqui, cada um deles, de que, da análise técnica inclusive da manifestação da Receita Federal, é que esta proposta é ineficaz para os fins que se quer que ela tenha. Não há qualquer oposição à indústria cultural, mas nós gostaríamos de mostrar aqui que ela é absolutamente ineficaz, por um aspecto instrumental. Nós estamos escolhendo aqui uma emenda à Constituição para colocar no corpo da Constituição uma regra de imunidade. Nós estamos trabalhando dentro da Constituição Federal e estamos estabelecendo uma regra que diz que não se cobrará imposto em nenhuma hipótese sobre essa atividade.

Isso tem um pacto absolutamente distinto entre o grande artista e o artista que está querendo iniciar a sua vida profissional.

As medidas tributárias têm de ser dosadas, elas têm de funcionar como indução desse mecanismo, do que se quer obter, porque é necessário fazer essa distinção. Os artistas sabem melhor do que qualquer outro a realidade de sua categoria, de sua classe, quem é que vende muito, quem é que não precisa – e há artistas que não precisam da renúncia fiscal – e aqueles que efetivamente necessitarão de que o Estado faça uma política forte de indução dessa atividade.

Então, eu quero dizer que o instrumento... nós temos de reconhecer que, como você disse, a indústria está se afogando, a música, mas nós não estamos jogando rede, nós estamos jogando mais água. Não funcionará se a máquina tributária não tiver os incentivos necessários para fazer a dosagem e a indução do que se pretende fazer. Ela é ineficaz como instrumento e é ineficaz na forma.

Por outro lado, não se pode dizer que ela não impacta, que ela não causa desemprego na Zona Franca de Manaus. Causa, sim. Nós vimos um documento onde está posto que isso é uma falácia, devido à alta automatização.

Eu gostaria de convidar os membros desta Comissão e os artistas a conhecer a realidade. Cada um de nós domina, conhece essa realidade, sabe como

isso é feito, como isso é produzido. Será que nós temos todas as informações na mão para isso? Eu gostaria de propor que os senhores pudessem conhecer o Polo Industrial de Manaus e, especificamente, esse aspecto, por que causa desemprego.

Por outro lado, uma pequena correção. Não é verdade que já diversificou. Não! O Polo Industrial de Manaus em si já é diversificado, mas essas fábricas não estão produzindo televisão, plásticos e outras coisas. Alguns grupos estão buscando subprodutos do que é a partir da matéria-prima. Mas isso não é uma regra geral.

Quero dizer aqui que outro aspecto na proposta à redação – e nós já fizemos este registro nas etapas anteriores dessa discussão – está dito lá, como foi aqui bem colocado: a música e o seu suporte material. Esse aspecto de redação coloca tudo aquilo em que a música esteja hospedada, seja no smartphone, seja na televisão que hoje pode carregar música, que aquilo implique que este suporte físico e material tenha uma imunidade também.

E eu tenho certeza que não foi isso que os artistas pensaram, não foi isso que os artistas propuseram; quando nós damos imunidade ampla, geral e irrestrita dessa forma, nós estamos inclusive anulando alguns programas específicos do Governo Federal para essas mídias, para esses instrumentos. O Padis, que é uma das coisas mais importantes deste País, vira zero, porque aí você não tem cobrança de imposto nenhum. Você perdeu os instrumentos para fazer política fiscal eficaz. A que serve isso? A muitos poucos. Porque se disse aqui que isso não alteraria e que as empresas poderiam continuar em Manaus ganhando dinheiro.

Ora, nós vimos aqui o fabricante dizer isso não é verdade. Onde é no mundo que alguém que está sendo convidado a pagar menos imposto viria se opor. Obviamente, então, que isso é algo que precisa ser considerado. O que nós queremos dizer? Nós já fizemos essa proposta. Eu queria me dirigir a cada artista. O mecanismo não está correto. Se, dois anos atrás, nós tivéssemos dito que esta emenda à Constituição tem todos esses defeitos, mas, se nós tivéssemos, como propusemos, uma lei complementar que nós chamamos de política nacional da música, nós poderíamos, aí sim, ter os objetivos atingidos, o direito autoral.

Foi registrado aqui pelo seu Felipe Radicetti que o Senado Federal já avançou em alguns instrumentos legislação a respeito disso. A construção de uma política nacional da música através de uma legislação, de uma lei complementar à Constituição onde você pode especificar todos os temas é o caminho.

Então, eu só queria para finalizar, Sr. Presidente, convidar a que conhecêssemos efetivamente a realida-

de, a perquirirmos se os instrumentos são devidos, porque ele não funcionará para proteger o artista brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador a falar é o Sr. Carlos Cavalcante de Lacerda. Tem a palavra V. S^a.

O SR. CARLOS CAVALANTE DE LACERDA – Boa tarde, Sr. Presidente Eunício Oliveira, boa tarde Senadora Ana Rita, Senador Magno Malta e Senadora Vanessa, em nome de quem cumprimento todos aqui presentes.

Eu estava aguardando um documento, e inclusive mostro para o Fagner e coloco o óculos dele aqui. No próximo dia 3 de maio, vou completar 38 anos de distrito industrial. Então, não preciso de documento, eu acho que 38 anos de trabalho, e só em duas empresas – são 18 anos na Sanyo e 20 na CCE. Então, 38 anos de labuta, entrei com 16 anos de idade.

Na semana passada, eu vi o Senador Magno Malta chorar e eu chorei junto com ele. Não sei se ele tinha razão, quem tinha razão, porque ele só reclamava por uma discussão maior no problema dele. Ele não queria saber quem tinha razão. Ele queria uma chance de um problema, uma discussão maior. Eu acho que esta Casa tem que discutir os problemas. A gente não vem para cá saber quem tem razão, quem não tem, uma discussão ampla. Na Câmara foi bastante discutida. Às vezes se traz até uma solução durante as discussões.

Aqui falaram vários oradores. O companheiro Paulo Rosa colocou a questão de São Paulo, que é 34% e vai passar para 71%, tem 60% do mercado. Ora, quer dizer, São Paulo quando se vê aperreado aumenta os impostos; se lá está 60% do mercado, vão levar as fábricas todas para São Paulo. Isso é um absurdo! Vamos refletir sobre isso. Não é por aí, não é por aí, não é por aí. Então, é por isso que eu digo que se tem que ter mais discussões sobre qualquer problema aqui dentro desta Casa.

Nós temos um polo com mais de 12 mil trabalhadores; uns falam dez, mas se você for ver Fagner, direto e indireto, dá quase 15 mil empregos. A nossa preocupação como trabalhador... Não quero dizer que o artista não é um trabalhador, também é um trabalhador, mas nós de carteira assinada, a nossa preocupação, Fagner... A Presidenta Dilma deu agora mais 50 anos para a Suframa. E 50 anos além porque você dá 50 anos e não fortalece o projeto, cada vez mais tirando... A única coisa, Senador Eunício, que a Zona Franca que ela nunca vai ter é menopausa, porque todo o mês é uma regra nova, todo o mês é uma regra nova.

Então, a minha grande preocupação é que, hoje Fagner, se tira a distribuição, que foi ali a fabricação e a distribuição. Então, é um conjunto. Eu não sei como

o Fagner vai tocar. Ele tem o conjunto dele, ele não pede para o Ivan Lins. Ivan Lins me manda o conjunto para cá para eu tocar. Tu tens o teu. Então, são coisas interligadas: produção e distribuição.

Então, a minha preocupação é que se leva a distribuição e depois se leva a produção. A se diz que isso não vai acontecer. Eu queria, Senadora, antes de a senhora sair, que desse uma olhada no documento que eu lhe dei. Isso aqui ia ser feito em Manaus; com a desculpa, Marrone, foi para São Paulo e, hoje, São Paulo só embala. Todas as pilhas são chinesas, quer dizer, deixou de gerar emprego em Manaus. Vocês chegam no supermercado e não olham de onde é. Dá uma olhada, Marrone, de onde é. Isso aqui tudo é chinês. A lâmpada que ia ser feita em São Paulo, hoje, é chinesa.

Então, essa é a minha preocupação e estou dando esse exemplo.

Ele falou, o Paulo Rosa, também, da alta tecnologia. A alta tecnologia existe, é bastante, no CD também, a nossa preocupação.

Hoje, a Zona Franca de Manaus é um pólo totalmente moderno.

Eu dou um exemplo: hoje, Senador, o tamanho do seu celular todo dia muda. Então, não é como aqui, ó. Aqui tem 200 anos, é a mesma caixa, entendeu? Quem faz maisena há 200 anos é diferente de quem faz um CD, a tecnologia, faz um celular. Totalmente diferente, entendeu?

E quanto, Senador, quero deixar bem claro, vamos lá, à pirataria: só existem – eu deixei aqui também para a ela, ouviu Fagner? – duas pessoas presas por briga de pirataria neste País. Durante meus 38 anos de trabalho, e eu tenho 20 anos nessa luta, um é aquele lá e o outro fui eu.

Eu armei uma barraca em frente à Polícia Federal: "Vendo CD pirata". Em cinco minutos, vieram me prender. Eu disse: "Porque tu não vais lá na feira do Paraguai, pegar a nota?" "Ah, não sei o quê."

Passei um dia e meio preso, Fagner, um dia e meio.

Agora, eu pergunto: quantas vezes, em seus shows, Marrone e Fagner, vocês falaram contra a pirataria? Quantas vezes, quando inicia o show? "Não compre CD pirata, não compre...", mas eu fui preso. Eu lutei pelo meu emprego, entendeu? Isso, sim.

Então, vocês também têm de falar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Nunca vi num show, nunca vi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O Fagner e o Marrone não vieram aqui para serem citados. Não tem necessidade disso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vai concluir. Ele tem 20 segundos para concluir, Senador.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA
– Nunca vi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele tem de respeitá-los. Ele não vieram aqui para serem citados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem 20 segundos.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA
– Não é desrespeito, não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vinte segundos para concluir.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA
– Eu fui preso. Então, nós vamos, e nós temos, aqui, estou falando em nome de 15 milhões, que são do Norte, 15 milhões da nossa população.

Nós respeitamos, nós compramos CD de vocês, nós adoramos vocês.

Então, questiono, quando for para discutir, todo mundo quer discutir a Amazônia. O maior livro vendido, da Amazônia, é de um alemão que nunca veio na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para concluir, Sr. Carlos Lacerda.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA
– Vou concluir.

A Luciana falou, aqui: “Ah, dá na *Folha*, dá no *Globo*, tem um monte de dados.”

Nós, daqui, as notícias do Amazonas, do Norte só saem no *Globo* quando vira um barco, um estupro, uma rebelião na cadeia, entendeu?

Todo mundo quer o pulmão, a Amazônia, mas ninguém quer defender.

Nós precisamos defender juntos, Fagner.

A partir de agora, quando houver uma discussão dessas, vamos discutir, vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sr. Carlos, é regimental. V. S^a já ultrapassou três minutos.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA
– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu registro, com prazer...

Senadora Vanessa, eu estou presidindo os trabalhos, a senhora vai me permitir?

Eu registro com prazer, aqui, e com muito prazer, a presença do cantor Marrone, e agradeço pela alegria que ele tem dado a todos os brasileiros, assim como o Fagner e tantos outros.

Também registro, com prazer, a presença do Sr. Thomas Roth, Presidente da Associação Brasileira da Música Independente, ABMI.

Vou passar a palavra ao último orador, Deputado Otavio Leite.

Tem a palavra V. Ex^a, Deputado Otavio Leite, como último orador, na sequência, pela ordem de inscrição. Em seguida, vamos encerrar a audiência pública.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Eminentemente Senador Eunício, Deputada Jandira Feghali, em cujos nomes eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, eu fico a imaginar a dificuldade que foi para os Constituintes brasileiros, em 88, quando discutiam o Sistema Tributário Nacional, que é um tema profundamente complexo, definir as excepcionais idades ao poder de tributar aqueles setores ou atividades que deveriam merecer uma dimensão especial, um tratamento específico, de não haver, sobre eles, qualquer incidência de tributos.

Assim, soberanamente, o Congresso Nacional decidiu que não se poderiam instituir alguns impostos sobre os entes, sobre os patrimônios, sobre os templos, sobre os serviços de partidos políticos e sobre os jornais, em especial, sobre os livros. Entendeu-se, politicamente, que esses setores mereciam, portanto, algo específico.

O que nós estamos discutindo, já numa fase quase conclusiva, no Congresso Nacional, é se a música brasileira, se o produto musical brasileiro, produzido no Brasil por músico brasileiro, seja em suporte físico – CD, DVD, blu-ray –, ou seja em meio digital, merece ou não essa mesma dimensão que, na Constituinte, os brasileiros que aqui estiveram resolveram decidir que era merecedor.

Essa é a questão básica. Há uma equação sobre ela que não há como discutir. Contra números não há argumentos. Imaginar que o povo brasileiro merece ter um produto mais barato e que o caminho para fazê-lo mais barato não é diminuir a carga tributária é imaginar um caminho ou de subsídio público completo, ou um caminho delirante qualquer, que nós não sabemos qual.

Não há outro: ou se reduzem os tributos, no Brasil, para esse setor, ou nós não teremos os efeitos objetivos para fazer com que o brasileiro possa consumir mais música, seja em meio digital, seja em meio físico. Quando em meio digital, sabemos toda a cadeia, como ela se dá.

Proveniente do Amazonas, vem um CD que já contém um imposto de R\$5,00, aqui, como se falou. É preciso lembrar que, sobre esses R\$5,00 e sobre esse CD, sobre essa, enfim, obra, incidirão direitos autorais e, quando chegar ao Estado, incidirão os percentuais de ICMS.

Então, o consumidor final, pelos quatro cantos do Brasil, não pode ser penalizado por conta de um

benefício específico de distribuição que Manaus resolveu monopolizar.

Nós compreendemos perfeitamente que as indústrias lá estão e, depois de dois anos e meio de debates, debates profundos, sérios, maduros, entendeu-se que seria absolutamente justo estabelecer uma excepcionalidade para que tão somente em Manaus quem queira erigir, construir uma fábrica de CDs e DVDs só possa fazê-lo em Manaus para ter a não incidência do IPI. Em qualquer outro canto do Brasil, se alguém quiser estabelecer uma indústria fonográfica, pode, é livre, está na Constituição, mas vai pagar IPI.

Pela PEC, não quer pagar IPI? Vai para Manaus.

Então, a dimensão que nós vamos ter é de fortalecimento do mercado, com a formalização de milhares que vão sair do limbo, daquela coisa escondida, do botequim, ou do local específico onde apresenta sua obra, chamando-os para uma atividade formal, como microempresa, como pequena empresa, que, sobre suas vendas, depois, terão tributos.

É bom lembrar que, também, em toda essa cadeia, PIS/Cofins continuarão. Se continuarão, não haverá qualquer prejuízo para fins fiscalizatórios da própria Receita Federal.

Aqui para nós, imaginar que nós estamos abolindo uma cláusula pétreia... Ora, o que há de imutável, e esse é o sentido constitucional da cláusula pétreia, é o voto, é a República, é a separação dos poderes, e não o sistema tributário, em absoluto.

Nós queremos não mudar, nós queremos adicionar, por entendermos que seja absolutamente justo que esse setor brasileiro, que produz um bem, que é um bem incomensurável e que tem um valor histórico, que tem um valor futuro fundamental... Isso tem de se dar de uma maneira o máximo possível formal, organizada, e não pela via fácil do *download* barato, ou de graça, que já tem sido uma atração para milhares de jovens desta República e sobre os quais é preciso chamar a atenção, porque quem produz música vive da música, e não apenas quem produz, mas quem trabalha na música.

Então, essa PEC terá a oportunidade de fazer com que quem baixa uma música numa via digital, através da telefonia, possa fazê-lo sem pagar 35% de ICMS – ora, isso nada tem a ver com Manaus –, e possa comprar um CD ou DVD sem o ICMS, também, ali do seu Estado.

Então, o que eu imagino, sinceramente, Sr. Presidente? É que essa PEC provocará uma formalização, um aquecimento, uma atração para todos quantos queiram trabalhar na música e, em consequência – eu não tenho dúvida do que vou afirmar –, nós teremos, ao contrário do que se disse aqui, muito mais clientela

para Manaus, muito mais pessoas procurando Manaus para poder produzir os seus CDs e os seus DVDs, porque, aliás, não só disso vive Manaus: vive muito mais de mídia virgem, que vende muito mais que o CD e o DVD, que vêm decaindo. Estão, ali, estabilizados, mas vêm decaindo – essa é a verdade.

Então, nós ressalvamos Manaus e nós tivemos a cautela, Sr. Presidente – eu queria fechar, dizendo isso –, ao propor essa PEC, de fazê-lo dentro daquele espírito da Constituição, porque foi uma deliberação coletiva, e chamamos para coautoria todos os Deputados, de vários partidos: José Eduardo Cardozo, que hoje é Ministro; José Múcio Monteiro; José Otávio Germano; Ciro Gomes; Fernando Coruja; Senador Rodrigo Rollemberg, que era Deputado; Luiz Bittencourt; Átila Lira; Albano Franco; Zenaldo Coutinho; Nelson Trad, falecido; Walter Pinheiro, que hoje é Senador.

Quer dizer, de uma forma plural, absolutamente perpassando por todo o tecido político brasileiro, para deixar claro que, no nosso discernimento, a música tem um valor incomensurável, é um patrimônio da República, do povo brasileiro, e, portanto, todas as agremiações, dos mais variados matizes, devem abraçar essa bandeira.

A PEC é um grande avanço do ponto de vista da cultura popular brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Deputado Otavio Leite.

Bom, ouvimos todos os oradores.

Eu consulto os membros da Comissão se alguém quer fazer uso da palavra.

Eu vou dar a palavra à Senadora Vanessa, obviamente, depois dos membros da Comissão, porque é regimental.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu concedo meu tempo para ela também.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu pedi, Senador Eunício, porque estou sendo chamada para outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Vanessa, a senhora sabe do respeito que tenho por V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas eu vou falar. Inscreva-me aí, Sr. Presidente.

Eu cedi meu tempo, mas vou falar depois, não é, Vanessa?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, você está cedendo o seu tempo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E ela vai voltar pelo art. 14, porque eu vou citá-la.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Vanessa Grazziotin, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não vamos ter necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mesmo não sendo membro da Comissão, V. Ex^a tem a palavra como Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador. Aliás, eu tenho sido sempre muito bem recebida aqui na Comissão de V. Ex^a, Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É um prazer tê-la aqui.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Bom, primeiro, eu quero cumprimentar todos os convidados e as convidadas desta audiência pública, e, sinceramente, gostaria de poder participar desse debate com um número maior de parlamentares. Infelizmente, não sendo possível, vamos lá.

Senador Eunício, eu quero, primeiro, antes de abordar o que gostaria de abordar, caracterizar o quadro que nós temos, aqui, hoje.

Nós temos, aparentemente, dois lados diferentes.

Há o lado daqueles que são contra a PEC, não porque são contra a música, ou contra a possibilidade de garantir um mercado maior e um mercado legal para compositores e artistas brasileiros. São contra por uma única razão: porque o efeito dessa medida será a transferência da indústria instalada, hoje, no polo industrial de Manaus para outras regiões do País.

Tenho certeza, também, que o outro lado, que defende a PEC da música, Sr. Presidente, jamais, jamais, jamais tem como objetivo, jamais passou pela cabeça, tenho certeza, seja do Fagner, seja do Paulo Rosa, de qualquer um dos senhores e das senhoras que estão aqui... Jamais tiveram o interesse de causar qualquer transtorno à Zona Franca de Manaus.

A prova maior disso, Senador Inácio Arruda, está exatamente no texto aprovado na Câmara e que vem ao Senado. Não é, Deputado Otavio Leite? Essa é a prova maior.

A proposta original do Deputado Otavio Leite, Senador Eunício, não continha a parte final da redação, ou seja, ela só ia até “os materiais ou arquivos digitais que os contenham”. Lá, na Câmara dos Deputados, foi incluído “salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser”, ou seja, o objetivo, disse a Sr^a Cristina, e falou bem, foi preservar, buscar preservar a produção na Zona Franca de Manaus.

Entretanto, senhoras e senhores, nós temos o entendimento – aqui, eu quero repetir as palavras ditas pelo Deputado Otavio Leite –, não porque imagina-

mos, não, mas porque trabalhamos os números, que isso é insuficiente, insuficiente para manter a indústria numa cidade que fica a mais de 2,5 mil quilômetros de Brasília. Não pego nem Rio de Janeiro e São Paulo. O Rio de Janeiro é a capital cultural brasileira. Não será suficiente, porque se as indústrias produtivas tiveram de entrar para o mercado distribuidor, é porque elas não tiveram outra saída, é porque a única forma de manter a indústria instalada foi entrar na distribuição, porque, senão, as indústrias fechariam ali.

Aí, então, vamos aos números. Eu quero, com isso, dizer o seguinte: vamos nos despir de qualquer emoção. É difícil, quando nós tratamos de música, nos despirmos de emoção, porque, afinal de contas, a música faz parte do imaginário do povo brasileiro. Eu sou apenas uma pessoa que compõe o povo brasileiro e sou igualzinha às outras todas.

Quem, aqui, não se deixa levar e envolver pela música? Quem não se deixa? Ninguém, nem nós, que somos da Zona Franca de Manaus. Ninguém.

Nós não podemos, neste debate... porque temos o mesmo objetivo, queremos ajudar os artistas, queremos ajudar os compositores, queremos elevar a música brasileira ao patamar que ela merece. Vamos discutir com a razão, porque muitas vezes a emoção mais atrapalha do que ajuda.

Eu quero dizer que, ouvindo o Dr. Saleh – aqui está dizendo claramente que ele torna imune tributariamente fonogramas, videogramas interpretados por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham –, gostaria de saber o que é suporte material. O que é um suporte material? É só o CD e o DVD? Não.

O local para debater isso, Senador Eunício, é aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, porque nós queremos que o que seja aprovado seja efetivamente aplicado, vire lei. Não pode ser essa mais uma daquelas leis que não se aplicam, e nem estamos nós aprovando uma lei para que, no dia seguinte – não é isso o que queremos –, qualquer segmento, qualquer setor entre com uma ação direta de constitucionalidade.

Eu preciso dessa resposta: o que é o suporte material?

Então, acho que é isto: temos de nos despir, nós não somos contra os músicos e compositores, nem os compositores são contra a Zona Franca de Manaus, nem querem subtrair de nós, lá do Norte, qualquer emprego, muito menos seis, sete, dez ou quinze mil empregos diretos e indiretos. Não é esse o objetivo de ninguém, nem da Sr^a Luciana, nem da Sr^a Cristina, nem de absolutamente ninguém.

Assim, eu sugeriria, Presidente Eunício Oliveira, que a gente estenda um pouco mais essa conversa.

Não precisa ser aqui, não; não precisa ser publicamente. Vamos sentar à mesa – acabei de falar com o Fábio –, vamos chamar a Receita Federal, Deputado Otavio Leite: três, quatro à mesa, e não mais do que isso. E vamos chamar alguns tributaristas, vamos chamar alguns constitucionalistas e vamos debater o que é mesmo que vai acontecer. Sabe por quê? Porque número a gente não pode esconder, e não quero nem usar os números que o pessoal do meu Estado vem usando. Vamos pegar os números da Drª Cristina, que acabou de falar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu estou concluindo. Se V. Exª permite.

Eu paguei R\$3,90. É isso? Eu até perguntei se estava embutido o imposto, e disseram que não. Mas estava embutido o frete.

Ela pagou, colocado lá, em São Paulo, no Rio, no Rio Grande do Sul, não sei onde, R\$3,90, com 12,5% de ICMS. E 12,5% de ICMS de R\$3,90 dá menos de R\$0,50; dá R\$0,478 centavos. É o que dá. E de que trata essa PEC? Desses R\$0,47...

A SRª CRISTINA SARAIVA –...por unidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Por unidade. Mas estou discutindo a unidade.

Vamos lá: vai baratear R\$0,50 centavos. Aí, o produto que seria vendido por R\$20,00 não vai mais ser vendido por esse valor; ele vai ser teoricamente, numericamente, matematicamente, vendido por R\$19,50.

Quanto é o produto da esquina? São dois CDs por R\$5,00.

Aqui, eu ouvi as seguintes expressões, com as quais eu concordo absolutamente. Nós precisamos salvar a música brasileira.

Agora, como sou um pouquinho mais antiga, como boa parte dos que aqui estão, sou da época do *Long Play*. Aí o *Long Play* acabou, e veio depois o videocassete. Aí, o videocassete acabou; aí vieram os CDs e DVDs, que estão acabando; está vindo o *blue-ray*, que até hoje, tecnologicamente, não entendi bem. E que vai acabar. Tudo isso vai acabar. Sabe por quê? O mercado da música vai ser digital. Não tenho dúvida.

Eram 6%, e agora está em 14% mais ou menos. Esse é o dado com que a Receita Federal trabalha. Há pouquíssimo tempo, dois ou três anos, eram 6%, e já está em 14%. Aí, não vamos mais à loja comprar música. Nós vamos baixar música com alta qualidade, e por que não pensar, então, em dar a imunidade para esse mercado mundial, porque vai acabar a produção de CDs e DVDs? Disso eu não tenho dúvida.

Agora, por que nos subtrair esses empregos, que , para nós, são muita coisa? Vocês não têm ideia

do impacto que isso pode ocasionar na Zona Franca de Manaus.

Então, Senador Eunício, eu concluo dizendo que temos de parar de um lado contra o outro lado, porque já perdemos por tudo. Eu perco no meu Partido. Meu partido é pequeno. Aqui, presentes, temos três. A bancada do Senado se dividiu ao meio: 50% a favor e 50% contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – São 50% a favor e 50% contra

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A outra Deputada que vem aqui, a favor. Então, perco até no meu Partido. Imagine fora dele. A mesa, então, são dez contra cinco.

Mas, gente, não é isso. A questão não é numérica. Não é o Rio contra o Amazonas, não.

São todos a favor da música!

Então, eu quero sugerir que possamos fazer – já conversei com o Dr. Fernando. Vamos fazer, Dr. Fernando. Até nesta semana dá. Na quinta-feira, ou sexta-feira, porque a Comissão vai votar em breve. Vamos fazer um trabalho, vamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora, para concluir, senão vou pedir uma zona franca para o Ceará. (*Risos*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu já estou acabando. Eu sei, eu sei que a gente sofre muito, porque o Amapá quer uma zona franca, o Ceará quer uma zona franca, mas, olha, os senhores não moram lá onde a gente mora. Não temos nem estrada para chegar aqui. Para chegar aqui, se vier de barco, são 30 dias, e não é todo o mundo que tem mil reais para comprar uma passagem para chegar a Brasília.

Aliás, nós somos o futuro, porque energia elétrica neste Brasil vai existir por causa da Amazônia, pois 70% da capacidade de geração são a nossa, lá. Mas, enfim, esta é a ideia: vamos fazer esse debate derradeiro com o Poder Executivo para ver o caminho. E com qual objetivo?

Não é procrastinar. Não é nada. O objetivo é encontrar os instrumentos efetivos para que a música melhore, porque, Drª Cristina, não vai resolver – não é nem o mínimo – absolutamente nada.

Eu não quero, daqui a um ano e meio, Senador Magno, subir à tribuna do Senado e dizer que aumentou ainda mais a pirataria. Piorou ainda mais o mercado da música; piorou.

São Paulo. Vamos discutir o caso de São Paulo. Por que São Paulo cobra mais? São Paulo faz isso com todos os nossos produtos da zona franca; é uma coisa terrível; é a briga de Davi contra Golias. E não é diferente com CD: é com telefone celular, com *tablet*,

com computador, tudo. Veio da zona franca, sobretaxa. O Supremo já disse que é ilegal, mas eles continuam sobretaxando.

Por que não conversar com eles também? Nós estamos tratando de uma emenda constitucional que vai servir só para ICMS, para comercialização.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu não sou mal educada, mas vou ter de sair, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta, V. Ex^a é o último orador inscrito, já que o Senador Inácio Arruda abriu mão, para não brigar com a Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu vou dar a palavra a V. Ex^a por cinco minutos, mais dois minutos, e vou encerrar a audiência pública, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Infelizmente, Sr. Presidente, a Senadora está saindo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas V. Ex^a fala para o Brasil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas o assessor dela vai ter de comunicar a ela para voltar e invocar o art. 14, porque vou citar o nome dela.

Eu acho engraçado isso tudo. Estou ouvindo a Senadora aqui, e quando ouvi a manobra do ex-governador Eduardo Braga, achei hilário. Se fôssemos bestas, não teríamos chegado ao Senado.

Mas ele não está errado, não. Ele está defendendo os interesses dele. Pimenta nos olhos dos outros é refresco.

Na semana retrasada, Goiás, Santa Catarina e o Espírito Santo foram defenestrados. Todos os argumentos que a Senadora Vanessa apresentou, fazendo conta, nós apresentamos aqui. Mas não valia nada para ninguém. O Governo decidiu: não tem conversa. Não tem importação por esses portos; é alíquota de 4% para todo o mundo. Decidiu? Decidiu. Não adianta chorar que vai perder emprego, que os investimentos vão embora, que as redes hoteleiras que estavam postas já estão indo embora. Não adiantou argumento nenhum. Isso não foi imposto inventado agora, que o Fundap tem 40 anos quando se fez a erradicação do café no Estado do Espírito Santo. Nada disso, nada disso.

Eu fico muito a cavaleiro, embora os jornais, – eu soube – do Amazonas entenderam diferente o que eu falei. Soube até que houve citações negativas, mas eu vou ficar a cavaleiro, porque vou citar uma coisa aqui.

O Senador Sarney, no governo Lula – eu não precisava falar isso para não dar nome –, pediu uma

zona franca para o Amapá, onde ele disputa eleição como Senador. E Lula deu, numa medida provisória.

Quando chegou aqui, o Arthur Virgílio virou o satanás. E Arthur é daqueles incisivos mesmo – entendeu? –, que vira a mesa e chuta o balde. Esse tipo sanguíneo de que gosto muito: o cara, quando tem a verdade, vai.

Sabe o que eu fiz? Eu me aliei a Arthur. Eu, da base do Lula. Eu me aliei a Arthur, segurei na mão de Arthur e comprei uma briga ao lado de Arthur, aqui, porque acho uma indignidade; achava uma indignidade.

Criou-se esse mecanismo de zona franca para Manaus na tentativa de suprir algumas necessidades, para que um Estado tão pujante pudesse ter respostas. Se você põe uma lá, a pedido do Senador Sarney, todo o mundo estava no direito de reivindicar uma zona franca. Eu também ia querer uma para o Espírito Santo. Por que não? Perderia o sentido.

Quando tiraram o Fundap de nós, era como se estivessem tirando a zona franca de nós, e a Senadora Vanessa não nos ajudou. Esse argumento já não valeu. Para os trabalhadores do Espírito Santo, não valeu.

Quando pimenta arde nos nossos olhos, começamos a chorar e chiar. E quando eu fiz o meu pronunciamento aqui – o Carlos disse que eu chorei, e chorei mesmo –, apontei para o líder do Governo, que estava aí como relator, e falei assim: “Amanhã, a PEC da música vem para cá, você vai pedir solidariedade, e não terá”.

Não é por isso. É porque Manaus não vai acabar. Porque a Suframa não foi criada só para fazer CD. Lá, fabrica-se muita coisa, e graças a Deus. Então, quer dizer que, se pararem de fabricar CD, esse CD... Ela, quando está falando de imposto, fala só de Manaus, mas quando chega ao meu Estado, o lojista tem de pagar 17% para colocar na loja dele, sobre o preço. Por isso, ninguém concorre. No Rio, são 17%. Em São Paulo, são 18%. Nós estamos falando só de Manaus.

E, olhe, estou falando também com autoridade. Eu sou músico. Eu sou artista gospel há 32 anos. Eu tenho uma instituição de recuperação de drogados que vive dos meus direitos autorais e, se eu recebesse os meus direitos autorais todos... E direitos, se eu não fosse lesado nessas coisas, eu não teria uma casa de recuperação com 150 drogados – eu não sou um artista, o artista gospel é diferente. E o artista católico também, porque nós fazemos show de oito, dez, quinze contos. Não é de 100, 150, 200. Senão, eu estava rico. (Risos.)

Então, nem os direitos eu consigo receber. Então, eu estou brigando é por mim. Estou brigando pela minha classe, pelo meu meio. Não é tão somente fa-

zer retórica e acompanhar um discurso bonito, que eu também quero lutar pela música.

A música brasileira não está morta, não. A música brasileira não vai morrer nunca. Quem está morto é o artista. E também não se toma uma medida a partir de uma exceção: porque um fez sucesso e ficou rico, ele não precisa mais dos direitos dele. Nós não estamos tratando do patamar que as pessoas atingiram; se um chegou ao segundo degrau, e o outro chegou ao vigésimo.

Nós estamos tratando de uma lei justa para todo o mundo. E, se nós não aprovarmos, Senador Eunício, vamos ter de aprovar outra de outro jeito, Otávio Leite. Vamos ter de colocar imposto nos livros, nas revistas e nos jornais. Ou a gente considera o produto do artista sem o imposto, de maneira que possamos enfrentar esse advento da pirataria. Acho que vamos enfrentar mais ou menos, porque o pirata é o cão. Ele vai vender CD de R\$0,50 daqui para frente. Certo? Mas, minimamente, quem gosta de uma coisa bem feita pode entrar num shopping e comprar um CD de dez contos, não é? Pode comprar um CD de oito contos que já está muito bem pago. Já está muito bem pago.

E só dá para acontecer – eu me lembro que fiz um discurso desses na inauguração do espaço do Seu Martins, lá em São Paulo, quando estava todo o mundo reunido e eu dizia que só havia uma saída para a pirataria – quem estava lá naquela época ouviu: é tirar o imposto do CD e do DVD do artista nacional. Fora disso, não temos capacidade de fazer o enfrentamento.

Então, nós chegamos a este momento, e é um momento nobre. Afirmei aos senhores como ouvi a afirmação de Eduardo Braga olhando para mim; de Vanessa Grazziotin olhando para mim e fazendo discurso, e os outros também. Porque os outros nem queriam saber. O Governo mandou votar, votam. Sepultam o Espírito Santo.

Então, nós queremos uma compensação, e não tem compensação. Mas nós vamos sofrer, vai perder o emprego, e o povo vai embora. “Não queremos nem saber. Acabou!” E pronto!

E o relator era Eduardo Braga, que não está querendo isso agora. Veja como é interessante: vale para um e não vale para outro.

Mas ele está certo. Ele foi governador oito anos. Foi vice-governador, é Senador, líder do Governo. Se ele não brigar pelo Estado dele, quem vai brigar?

Porque, na outra questão, fiquei com o Arthur. Nessa, não posso ficar com ele. Mas, se pudesse, eu até ficava.

Então, as pessoas interpretaram errado. A zona franca não vai acabar. Fabrica moto, fabrica pneu, fabrica tudo naquele trem de Deus, bom! E não vai aca-

bar com negócio de CD. Não vai acabar mesmo. Não vai acabar, e não vai resolver os nossos problemas também não, Fagner.

Mas, minimamente, vai atenuar a situação, porque o sujeito que gosta de consumir boa música vai ter condição de entrar na loja, no shopping, e comprar um CD de qualidade, e o artista vai voltar a ter a alegria de fazer uma capa boa, uma capa bonita, um CD bem impresso, bem direitinho, que hoje ninguém tem.

Hoje, sou da política de fazer CD de R\$0,60 e vender por R\$5,00 no show, nem colocar em lugar nenhum. E vender. Senão, não tem jeito. Ou então, dá, porque um CD por 70 centavos, que o cara imprime e dá na sua mão, você está fazendo um investimento na sua carreira, porque o cara vai levar de graça, mas ele ouve e te divulga.

Então, penso que é um projeto, na minha visão e na visão da maioria da Casa, porque vai passar como passou na Câmara... Não tem jeito. Vai passar do mesmo jeito que passou na Câmara. É absolutamente pacífico. Nós respeitamos os números aqui do nosso querido diretor da Suframa, daqueles que vieram de Manaus e fazem as suas colocações. Ele é do meio fonográfico há mais de 30 anos e conhece o meio. Nós precisamos avançar. Se tivesse só uma atividade na Suframa, como atividade de CD, pronto, a discussão tinha ganhado outro rumo. Mas a Suframa faz fogão, faz micro-ondas, faz ar-condicionado, faz tudo que tem que fazer.

Agora, esse debate com São Paulo é outra questão, porque essa coisa de reforma tributária é conversa fiada. Isso é tudo mentira que nego faz em época de eleição. Não tem. Ninguém nunca vai fazer, porque reforma tributária alguém tem que perder, e ninguém quer perder. Só tem um jeito de ter reforma tributária. O cara vai falar assim: na terça-feira, eu vou inventar um país para mim. Faça a reforma tributária na segunda, porque, se deixar para quarta, não faz mais. E o país foi inventado na segunda. Entendeu ou não? Não faz. É tudo mentira. Cada um quer puxar para o seu lado. E não está errado, não.

Quando ele vai lá e apresenta os números da Suframa, eu fico ouvindo-o respeitosamente. Ele está defendendo Manaus. E eu preciso defender o Espírito Santo. Eu preciso defender o Brasil. Eu preciso defender essa classe. Não adianta ser só solidário porque a música no Brasil é boa. É porque, na verdade, poucos chegaram ao andar de cima. A maioria não chegou nem ao primeiro ainda. Estão todos no porão, exatamente por conta dessa disparidade que ocorre. E, agora, vamos corrigir isso.

Quero parabenizar o Otavio e dizer à Senadora Vanessa que, há 15 dias, quem chorou fui eu. Não faz mal nenhum ela chorar um pouquinho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta, espero que V. Ex^a venha, amanhã, mais afirmativo com o seu voto do que com o seu discurso para apoiar a PEC da Música, de que tenho o privilégio de ser aqui o relator, a pedido do meu querido companheiro e amigo Fagner.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Relator a favor?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sou Relator a favor amanhã.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Porque, senão, você nunca vai ser Governador do Ceará, porque quem manda lá é Fagner.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como é?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Se você relatar contra, nunca vai ser Governador do Ceará, porque quem manda lá é Fagner.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relatório está distribuído e é favorável.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, a presença do Senador Inácio Arruda, que presidiu aqui enquanto eu não pude presidir esta Comissão, pedindo desculpas, talvez, pela ausência de alguns Senadores, mas o dia hoje está muito cheio aqui, nesta Casa.

Srs. Senadores, não aprovei a Ata da reunião anterior, no início da reunião, e preciso aprovar.

Em discussão a Ata. (*Pausa.*)

Em votação a Ata.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Está encerrada a reunião, agradecendo a presença dos senhores e das senhoras mais uma vez.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 01 minuto.)

ATA DA 19^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e sete minutos, do dia nove de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com

a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Roberto Requião, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira, e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon e Gim Argello. Usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro e Vanessa Graziottin. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 56, de 2011

– **Não Terminativo** –

Altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico. Autoria: Senador Luiz Henrique e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 103, de 2011

– **Não Terminativo** –

Acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral e outros.

**TRAMITA EM CONJUNTO COM A
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 113, de 2011**
– Não Terminativo –

Altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.

Autoria: Senador Lobão Filho e outros.

Relatoria: Senador Renan Calheiros.

Relatório: Pelo acolhimento parcial das Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, todas de 2011 e da Emenda nº 4 e, com base na Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Em 25/04/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aécio Neves, Eduardo Braga e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais; Em 03/05/2012, foi retirada a Emenda nº 3, de iniciativa dos Senadores Eduardo Suplicy e Marta Suplicy; Em 03/05/2012, foi recebida a Emenda nº 4, de iniciativa dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Marta Suplicy; Em 09/05/2012, foi retirada a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Durante a reunião foram rejeitados o Requerimento de Audiência Pública e o Requerimento de Destaque para votação em separado da Emenda nº 4, ambos de iniciativa dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Marta Suplicy.

Resultado: Aprovado o Parecer pelo acolhimento parcial das Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, todas de 2011 e da Emenda nº 4 e, com base na Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Marta Suplicy.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2012
Não Terminativo

Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001. Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com uma Emenda

que apresenta. Em 24/04/2012 foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Pedro Taques, que recebeu parecer favorável.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. Aprovado o Requerimento nº 33, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, de 2010
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o fomento à capacitação tecnológica da população e seu financiamento.

Autoria: Deputado Ariosto Holanda e outros.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa. Em 25/04/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Lobão Filho e Humberto Costa, nos termos regimentais. Em 02/05/2012, foram recebidas as Emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (dependendo de Relatório).

Resultado: Retirado de Pauta para exame das Emendas.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2003
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos. Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 08/05/2012, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Eduardo Braga. Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 310, de 2003. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 5)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 63, de 2007
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas

pertinentes (reduz o prazo para desocupação de imóvel no caso de descumprimento do mútuo acordo celebrado entre as partes). Autoria do Projeto: Deputado Lobbe Neto.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2007

Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com a finalidade de extinguir a fiança como modalidade de garantia locatícia.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Duque.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2007

Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para obrigar o locador a comunicar, aos fiadores do inquilino, a inadimplência deste, bem como limitar, nos contratos de locação, o prazo da fiança, quando este não tenha sido expressamente ajustado. Autoria do Projeto: Senador Valdir Raupp.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2007

Acrescenta § 2º ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para proibir a cobrança anual de mais que doze prestações de aluguel, nos contratos de locação de imóveis urbanos. Autoria do Projeto: Senador Valdir Raupp.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2008

Altera a Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e procedimentos a elas pertinentes, para explicitar o exercício pelo locatário do seu direito à devolução antecipada do imóvel.

Autoria do Projeto: Senador Romeu Tuma. **Relatoria do Projeto:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Favorável ao PLC nº 63, de 2007, e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLS nº 199, 284 e 289, de 2007; e 225, de 2008. **Observações:** Em 30/08/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Pedro Simon, que recebeu Parecer favorável.

Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2007
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos. Autoria: Deputado Walter Feldman. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas apresentadas. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais; Em 09/07/2007, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que recebeu Parecer contrário; Em 09/08/2007, foi recebida a Emenda nº 3, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que recebeu Parecer contrário; Em 21/08/2007, foi recebida a Emenda nº 4, de iniciativa do Senador Marconi Perillo, que recebeu Parecer contrário. Resultado: Concedida vista aos Senadores Humberto Costa, Inácio Arruda e Marta Suplicy, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA:

ITEM 1)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, de 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham. **Autoria:** Deputado Otávio Leite e outros. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Favorável à Proposta, com a Emenda de redação que apresenta. Em 11/04/2012 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; Em 08/05/2012, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda de Redação nº 1-CCJ. Vota vencido o Senador Eduardo Braga.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2011
– Não Terminativo –

Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição,

altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 34, de 2012, de URGÊNCIA para a matéria.

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2012 – Não Terminativo –

Altera o art. 132 da Constituição Federal. **Autoria:** Deputado Maurício Rands e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável à Proposta com duas Emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas de Redação nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2012 – Não Terminativo –

Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências. Autoria: Deputado José Otávio Germano e outros. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda apresentada. Em 12/04/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador José Agripino, que recebeu Parecer contrário; A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Resultado: Concedida vista ao Senador Ricardo Ferraço, nos termos regimentais.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2012

Não Terminativo

Acresce o art. 135-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 35, de 2012, de URGÊNCIA para a matéria. **REQUERIMENTOS APRECIADOS:**

1) REQUERIMENTO N° 31, DE 2012-CCJ

“Requeiro, nos termos do Artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de debater as Propostas de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, nº 103, de 2011, e nº 113 de 2011, que tramitam em conjunto, “que tratam da sistemática de cobrança do ICMS interestadual a consumidor final não contribuinte, inclusive de transações no âmbito do comércio eletrônico”, tendo como convidados: Nelson Barbosa – Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Amir Khair – Ex-Secretário das Finanças do Município de São Paulo e Consultor em Finanças Públicas; Andrea Calabi – Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo; Carlos Mauro Benevides Filho – Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Ceará.” **Autoria:** Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Marta Suplicy. **Resultado:** Rejeitado.

2) REQUERIMENTO N° 32, DE 2012-CCJ “Requeiro, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 4 à PEC Nº 103, DE 2011, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Marta Suplicy e Eduardo Suplicy.” **Autoria:** Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Marta Suplicy.

Resultado: Rejeitado. **3) REQUERIMENTO N° 33, DE 2012-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2012.” **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado:** Aprovado.

4) REQUERIMENTO N° 34, DE 2012-CCJ “Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2011.” **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **5) REQUERIMENTO N° 35, DE 2012-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2012.” **Autoria:** Senador Humberto Costa.

Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e vinte e nove minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 6.

Item nº 1 da pauta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para solicitar a V. Exª a inclusão na Ordem do Dia de duas emendas constitucionais: a PEC nº 17, que trata da questão dos procuradores municipais – há praticamente um consenso –, e a PEC nº 123, que é a PEC da Música. Ontem fizemos uma excelente audiência pública, de alta qualidade, com todos os lados participando. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Cortaram o seu microfone?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Cortaram. Não sei o que houve.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Está com a palavra V. Exª, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – PECs nºs 123 e 127.

É a solicitação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – A PEC nº 123... (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – O Senador José Pimentel pede a palavra pela ordem, 1º Vice-Presidente desta Comissão.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, tem o PLS nº 24, de 2012, que é de ori-

gem da Câmara Federal. Lá foi aprovado por unanimidade, veio para o Senado Federal e já apresentei o parecer ontem. Diz respeito ao fortalecimento das Procuradorias dos Estados, do Ministério Público e da Defensoria. Uma parte do rendimento dos depósitos judiciais e estaduais vai para essas organizações. Tem o apoio de ampla parte dos Governadores com quem conversei e pediria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador José Pimentel, só um minutinho

Sendores, senhores, vou pedir um pouquinho de silêncio para a gente poder ouvir o Senador José Pimentel, que está com a palavra, por favor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E eu pediria a V. Exª, se possível, colocar extrapauta, no final desta reunião, o PLS 4...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Logo que acabemos a pauta, obviamente que farei o pedido de V. Exª virar lei nesta Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª vai submeter ao Plenário a inclusão extrapauta de algumas matérias? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Sim, senhor. É isso. Ao final da pauta.

Vamos dar início aos nossos trabalhos. O primeiro item da pauta é a PEC nº 56, de 2011.

Peço a atenção dos Srs. Senadores porque houve um compromisso da Presidência de, antes de colocar esta matéria em votação, colocar um requerimento de audiência pública que tinha sido assinado pelo Senador Aloysio, pela Senadora Marta e pelo Senador Eduardo Suplicy.

Consulto os três Senadores se houve algum entendimento e se o requerimento continua na pauta para ser colocado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de aqui apresentar argumentos a favor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Então, V. Exª mantém o requerimento.

Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mantendo, sim. E a discussão, a conversa amigável que tivemos há dez minutos com todos os envolvidos mostra que a necessidade da audiência ficou bastante clara.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mantendo o requerimento e, quando V. Ex^a julgar oportuno, vou explicitar as razões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – O.k. Senador Renan Calheiros, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, quando nós votamos o PRS nº 72, no bojo da discussão daquela importante votação que acabou com a guerra dos portos, ficou estabelecido que votaríamos, o mais rapidamente possível, essa proposta de emenda à Constituição que permitirá a partilha do ICMS com os Estados consumidores, diferentemente do que acontece hoje. Quando aprovamos a Constituição Federal, não havia o comércio eletrônico, e, hoje, o comércio eletrônico entra numa regra, onde a Constituição manda aplicar a alíquota interna e o ICMS dessa alíquota interna fica para o Estado produtor, em detrimento dos Estados consumidores. Isso estimula a bitributação, penaliza os Estados.

Nós não estamos, evidentemente, querendo tirar nada de São Paulo. Nada. Nós estamos trabalhando para garantir aos Estados consumidores o direito, de acordo com a própria regra constitucional, das outras prestações, das outras operações, de parte dos impostos, de parte do ICMS.

A emenda que São Paulo apresenta em boa hora é uma emenda inteligente, Sr. Presidente, sob todos os aspectos, mas ela incorpora um elemento novo, que é a pessoa jurídica ao comércio eletrônico, ao comércio não presencial. Eu acho até que essa proposta tem que ser discutida, não como emenda a esta PEC que estamos apreciando, agora, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, mas como uma iniciativa legislativa que caminhe paralelamente. Aí, sim, na discussão do que essa emenda contém, nós deveremos fazer tantas audiências públicas quantas forem necessárias. Mas, quando nós estamos trabalhando para aprovar uma PEC que constitucionaliza o comércio eletrônico e não presencial, suprindo um buraco constitucional, não vejo absolutamente nenhum sentido que nós paremos a tramitação que ficou acertada anteriormente, quando votamos aqui uma matéria de interesse de São Paulo, para discutir uma coisa que, dentre outros aspectos, Sr. Presidente, já está contida na própria Constituição Federal. A alínea a do inciso VII do §2º do art. 155 da Constituição Federal já estabelece o que a emenda da bancada de São Paulo está querendo propor.

De modo, Senadora Marta, Senador Suplicy, Senador Aloysio, nós concordamos, claro, que se discuta aqui, nesta Comissão, e no Senado como um todo o

que a emenda de São Paulo contém, que nós façamos quantas audiências públicas sejam necessárias para discutir o que a emenda de São Paulo contém. Mas, por enquanto, eu acho que nós não podemos perder o foco, que é constitucionalizar a partilha dos impostos do comércio eletrônico.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pede o Senador Aloysio...

Eu vou ordenar os trabalhos um pouquinho. Eu comprehendo os argumentos do Senador Renan e, obviamente, concordo com ele, mas há um compromisso da Presidência de, antes de botar a matéria em votação, como preliminar, aprovar ou rejeitar o requerimento.

Portanto, Senador Aloysio, eu vou lhe conceder a palavra pela ordem, mas vou colocar o requerimento para darmos seguimento à pauta. Se o requerimento for aprovado, obviamente, esse item...

Senador Renan.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de encaminhar o requerimento...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu peço apenas para argumentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou ordenar os trabalhos. Se o requerimento for aprovado, Senador Renan, vamos ter de tirar a matéria de pauta. Se o requerimento for rejeitado, eu vou dar sequência à pauta: aprovar ou rejeitar o requerimento. É muito simples.

O Senador Aloysio pediu a palavra pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria rapidamente argumentar em favor do requerimento que apresentamos – a Senadora Marta, o Senador Suplicy e eu. E o argumento, na verdade, Sr. Presidente, está contido no próprio parecer do Senador Renan Calheiros. Basta que nós leiamos. Está na pág. 13 do avulso. Vamos ler juntos o que diz o Senador Renan Calheiros, que é de todos nós o parlamentar mais experiente desta Comissão. O Senador Renan Calheiros tem mais de 20 anos em que, com toda justiça, está no topo da elite parlamentar brasileira. Portanto, conhece perfeitamente as necessidades de se seguir o ritmo adequado para os trabalhos parlamentares.

Veja o que diz o Senador Renan Calheiros na pág. 13 do nosso avulso:

“Embora não tenhamos os dados do comércio eletrônico por Estado, algumas fontes divulgam que o Estado de São Paulo detém 60% das vendas desse

tipo de comércio. Além disso, podemos ter noção dos perdedores ou ganhadores do ponto de vista estritamente fiscal, observando os Estados que assinaram e os que não assinaram o Protocolo nº 21 do Confaz, que estabelece partilha favorável aos Estados de destino nas vendas de comércio eletrônico. Os perdedores estariam obviamente entre os não signatários: São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais".

É o que diz o parecer do relator, Renan Calheiros. E continua o Senador adiante apontando as incertezas que ainda existem sobre as implicações da PEC tal como foi concebida. Cito apenas mais um parágrafo. Além disso, não podemos afirmar que todos os Estados superavitários na balança comercial e alguns Estados são superavitários – não apenas São Paulo, mas também são superavitários o Estado de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, de Goiás, de Tocantins e do Espírito Santo. Além disso, disse o Senador que não podemos afirmar que todos os Estados superavitários na balança comercial de vendas realizadas a não contribuintes também são superavitários no comércio por meio eletrônico.

Portanto, existe uma incerteza com relação ao alcance desta PEC, e existem também algumas ponderações de ordem estritamente técnica, do ponto de vista da técnica legislativa, e inspiradas pelo desejo de termos uma legislação que seja simples, facilmente aplicável e que não crie embaraços à fiscalização de se aprimorar, segundo nosso ponto de vista, a proposta oferecida pelo Senador Calheiros.

S. Ex^a se refere à tramitação da Resolução nº 72. Foram meses aqui nesta Comissão, Sr. Presidente. Foram várias audiências públicas, e o Senador, líder do Governo, se beneficiou inclusive desse tempo de reflexão ao apresentar uma proposta que afinal foi aprovada pelo Senado, que eliminou muitos pontos de atrito e deu aos Estados perdedores a oportunidade de estabelecer uma negociação com o Governo Federal que, espero, seja atendida pelo Governo Federal.

Acontece que aqui não se quer, sequer, uma audiência pública. Sequer uma audiência pública. Uma!

O líder do Governo ontem nos disse que a pauta do Senado estará trancada pelo menos até o mês de junho por medidas provisórias. Daí a sua aflição em votar rapidamente a Lei Geral da Copa, sob a alegação de que o Plenário estará trancado até o final, até o recesso parlamentar.

Então, por que não nos dar uma semana para trazermos aqui pessoas que possam discutir tecnicamente argumentos que eventualmente poderão beneficiar a proposição que vamos examinar? Por que não? Não há nenhuma razão para isso. Por uma atitude, diga-

mos, obscurantista: "Vamos votar de qualquer jeito, não queremos discutir". Se formos uma semana na audiência pública, qual é o prejuízo que isso tem se a pauta estará trancada e não se poderá votar a matéria em plenário? O Senador Renan Calheiros, seguramente, é um homem experiente, sabe que da discussão muitas vezes nasce a luz. Não vejo por que, Senador, V. Ex^a aqui conhece tão bem os rituais dessa espécie de colégio interno que é o Senado, onde é preciso ter uma boa convivência entre os colegas, por que haveriam de recusar os seus colegas de São Paulo aquilo que nós estamos pedindo, que é uma discussão técnica a respeito das emendas que apresentamos?

Muito obrigado.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Apenas para um registro.

Eu aprovei ontem na CAE requerimento do Senador José Pimentel exatamente pedindo uma audiência pública sobre este assunto. Li o requerimento com o compromisso de ele ser votado e aprovado na próxima reunião da CAE, ou seja, uma audiência pública exatamente sobre este assunto.

Acho aqui que nós estamos votando apenas a juridicidade desse projeto. Ele vai ser votado em plenário, daria tempo da nossa audiência pública lá dentro da CAE.

Então, é apenas um registro que faço em homenagem à ideia e à iniciativa do Senador José Pimentel aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Lobão.

Senadora Marta Suplicy...

Bom, nós vamos fazer o seguinte, como autor do requerimento, o Senador Aloysio falou como autor do requerimento. A Senadora Marta Suplicy é a autora do requerimento e pode ir... O Senador Suplicy também é autor do requerimento. O Regimento diz que um dos membros encaminha e o Senador Aloysio encaminhou. Mas eu vou pedir à Senadora Marta que, como sempre, o faz muito brevemente. Não vou negar a palavra para V. Ex^a fazer aqui o encaminhamento, dando aqui um jeito no Regimento. Como os três assinaram o requerimento e estão numa linha única horizontal, vou dar a palavra a V. Ex^a, Senadora Suplicy, em seguida colocarei em votação o requerimento.

A SR^a MARTA SUPPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, gostaria de dizer, referindo-me à fala do Senador Lobão, que a audiência na CAE pode ser importante, mas aqui é o lugar onde vamos discutir o mérito. Então,

não adianta votarmos aqui o projeto e depois termos uma audiência pública lá. Aqui que vamos ter que discutir antes da audiência pública.

Essa é uma reforma tributária, uma PEC que está levando parte do ICMS do Estado de origem para o Estado de destino. É muito importante essa votação, porque o mundo mudou e o comércio eletrônico hoje é uma realidade. Quem se está beneficiando com isso hoje é o Estado de São Paulo, mas nós temos a consciência, os três Senadores pelo Estado de São Paulo, de que não podemos manter isso dessa forma, porque o comércio eletrônico vai aumentar cada vez mais. Talvez, daqui a algum tempo, seja o comércio que nós todos vamos exercer. Então, não estamos tapando o sol com a peneira, muito pelo contrário. A emenda que hoje apresentamos é uma emenda muito mais generosa do que a que foi proposta. É uma emenda na qual o Estado de São Paulo vai abrir mão de quase 500 milhões. Por quê? Porque nós achamos que estamos vivendo em outro século e que temos que dividir esse imposto de quem compra no Amazonas, no Pará ou no Ceará e que hoje o benefício vai só para São Paulo. Agora, o que estamos colocando – e faço minhas as palavras do Senador Aloysio Nunes – é que me chama a atenção não querer uma discussão desse tipo. Além de a pauta estar fechada, por que São Paulo não pode querer ter uma discussão a partir... A única diferença que nós estamos querendo no projeto original é que sejam incluídos os bancos e as empreiteiras, o jurídico. Por quê? Porque isso vai gerar uma insegurança e, por mais que o Senador Renan nos tenha explicado antes de começar a audiência e aos Senadores Suplicy e Aloysio, não nos convenceu absolutamente. Quer dizer, não está claro para mim por que ele acha que colocar os bancos e as empreiteiras vai atrapalhar tanto. Ao contrário, achamos que vai esclarecer e vai realmente coibir uma insegurança jurídica. Daí a importância de se ter uma audiência pública. Além disso, seria muito estranho o Estado de São Paulo não ter uma audiência pública, sendo que não tem nenhum motivo para não se ter uma audiência pública, em virtude de tudo que já foi levantado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, como autor do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a atenção do relator, Senador Renan Calheiros, que nos recebeu e tem dialogado a respeito da proposta que nós três, Aloysio Nunes, Marta Suplicy e eu, apresentamos. Acho que os argumentos colocados e citados pelo Senador Aloysio Nunes, no próprio parecer do Senador Renan Calheiros, indicam que há a necessidade de discutir

o tema de forma mais fundamentada, para sabermos exatamente o que estamos e por que estamos votando. É importante discutir essa PEC, porque, nesta Comissão, é que tramitam as mudanças constitucionais.

Assim, Sr. Presidente, se pudemos fazer diversas audiências sobre a PEC nº 72, para a PEC da Música...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a concordou com a realização de audiência pública. Então, por que não se pode fazer essa audiência? Inclusive o fato de, na Comissão de Assuntos Econômicos, ter sido aprovada por consenso a audiência pública para ouvir as mesmas pessoas que estão sendo colocadas neste requerimento é o diagnóstico de todos os Senadores de que, para bem votarmos essa matéria, convém ouvirmos aquelas pessoas que mais poderão contribuir para o esclarecimento cabal, como o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; o Secretário Andrea Calabi, da Fazenda de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não estou ouvindo o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – O Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, do qual V. Ex^a é membro, Carlos Mauro Benevides Filho; e ainda o Secretário das Finanças Amir Khair, um consultor muito reconhecido e respeitado. Essas pessoas certamente nos darão os esclarecimentos completos. Ainda há pouco, o diálogo havido com o Senador Renan Calheiros e nós, Senadores, demonstrou que há dúvidas que precisam ser mais bem explicitadas. Nós queremos ouvir melhor o relator, à luz dos esclarecimentos que esses especialistas convidados poderão nos dar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, V. Ex^a questiona a Presidência em relação à realização de audiência pública ou não e alega que fiz audiência pública na questão da PEC da Música, se eu entendi assim...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu citei que para aquela também se propôs...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero só esclarecer a V. Ex^a que tenho procurado pautar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É o Senador Randolfe que está fazendo esse barulho aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, a reunião de V. Ex^a...
(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ajuda-nos muito.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou poder falar? Senadora Ana Rita, Senador Suplicy.

Senador Suplicy, apenas para esclarecer a V. Ex^a que, na PEC da Música, houve um compromisso de colocar o requerimento em votação e o fiz. E o requerimento foi aprovado. Eu fiz um compromisso com V. Ex^a, com a Senadora Marta e com o Senador Aloysio de, antes de votar essa matéria, colocar o requerimento em votação. Eu vou repetir. Se o requerimento...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Eu agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se o requerimento...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não quero ouvir a conversa que os Senadores estão tendo nos telefones celulares. Eu não quero fazer parte dessas gravações nos telefones celulares. Então, falem um pouquinho mais baixo, por favor.

Se o requerimento for aprovado, Senador Suplicy, nós vamos ter uma audiência pública. Se o requerimento for rejeitado, vamos dar sequência à matéria, como houve o compromisso da mesa. Então, eu não estou fugindo a nenhum compromisso. Ao compromisso assumido, eu estou exatamente honrando, como sempre fiz aqui, nesta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Então, vou botar o requerimento em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede pela ordem o Senador Luiz Henrique. É sobre a matéria, Senador?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sobre a matéria.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, pediria a máxima atenção porque nesta matéria, da qual eu sou o primeiro autor, seguido pelo Senador Delcídio do Amaral e pelo Senador Lobão Filho, sinto que há um clima para entendimento. A Senadora Marta Suplicy acabou de evidenciar isso.

É prática desta Casa buscar o entendimento. Por isso, Sr. Presidente, quero propor o seguinte procedimento: primeiro que façamos uma única audiência pública e, se ela for aprovada aqui, V. Ex^a, em entendimento com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, promova uma audiência conjunta das

duas Comissões, porque aí serão examinados todos os aspectos, inclusive os econômicos e de mérito da matéria.

Essa é proposta que eu faço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De pleno acordo, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar o requerimento em votação.

Srs. Senadores... Senador Pimentel... Senador do Código Florestal, meu ex-Governador hoje está cheio de notícias para dar para nós.

Vou colocar... Vou colocar, se vocês me permitirem, Senador Inácio... Vou colocar o requerimento em votação. Quem for a favor do requerimento, vai permanecer como está. Quem for contra, por favor, levante o braço. Ou seja, quem não quiser a audiência pública desse requerimento vai levantar o braço.

Os Srs. Senadores que desejem a aprovação do requerimento queiram permanecer como se encontram. Os Senadores que não desejam a aprovação do requerimento de audiência pública, por favor, levantem o braço. (Pausa.)

Ninguém?

Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Para orientar. Sr. Presidente, poderíamos fazer votação nominal, para dirimir qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem. Farei nominal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Em segundo lugar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan, não é regimental, não é obrigatório pelo Regimento, mas me sinto até mais confortável com a proposta de V. Ex^a. A Mesa, de ofício, acata e vou fazer a votação nominal, não criando nenhum precedente para requerimento, a não ser quando houver requerimento para isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sem querer interromper V. Ex^a, é importante que as pessoas saibam o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Primeiro, há dois meses que essa matéria vem sistematicamente sendo retirada de pauta. Em segundo lugar, há uma audiência pública já aprovada por iniciativa do Senador Pimentel na Comissão de Assuntos Econômicos. Terceiro, aprovada aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde estamos discutindo a admissibilidade e a constitucionalidade da matéria, ela vai para o plenário. Recebendo emenda no plenário, ela volta para tramitar aqui na Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania e aí poderemos ter a audiência pública...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Renan Calheiros, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, ele está em encaminhamento de matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Estou propondo um acordo para não haver emenda em plenário e não voltar para cá. Vamos ganhar tempo fazendo o acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Mas vai voltar. A emenda que São Paulo apresenta não tem absolutamente nada a ver com o comércio eletrônico. Pelo contrário...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Totalmente...

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Totalmente a favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Pelo contrário, a emenda que São Paulo apresenta procura colocar pessoa jurídica no comércio eletrônico e o Senador Aloysio falou que não temos números com relação ao que os Estados recebem na partilha porque simplesmente não tem partilha. E se não tem partilha, se não recebe nada, não pode ter número, consequentemente.

É evidente... Eu concordo que haja audiência pública para que essa emenda de São Paulo possa tramitar como uma emenda à Constituição, até porque o que São Paulo está propondo – eu queria só repetir para quem não acompanhou a discussão – já está contido na Constituição, no alínea a do art 155, § 2º, inciso VII.

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Não está e não entendo por que tanta coisa para não fazer uma audiência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Infelizmente essa emenda não tem outro propósito – e eu tenho com todos a melhor relação – senão de longar. Se nós vamos ter de delongar, delonguemos quando voltar da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros, eu vou botar a matéria em votação nominal, para que não haja dúvidas depois.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, V. Ex^a me permite um minuto apenas, um minuto.

Não é nosso interesse delongar coisa nenhuma, Presidente. A ideia pelo Senador Calheiros, ela sim, delonga, porque, ao invés de ganharmos tempo e discutirmos agora, discutiremos emendas de plenário. O

substitutivo do Senador foi apresentado não há dois meses, mas na semana passada, Senador. Desculpe-me.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – A emenda foi acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou colocar a matéria em votação. Eu vou colocar o requerimento...

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de acrescentar que é incompreensível essa dificuldade de fazer uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, eu vou fazer aquilo com que eu me comprometi com os requerimento de V. Ex^as: vou colocá-lo em votação nominal. Nós estamos com a sala cheia.

Portanto, quem vota a favor do requerimento para que haja audiência pública solicitada pelo Senador Aloysio, pela Senadora Marta e Senador Suplicy vota “sim” ao requerimento; quem vota contra vota “não” ao requerimento.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim” à audiência pública?

Vota “sim” à audiência pública, Senador José Pimentel.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É autora do requerimento. Não vota.

Como vota o Senador Pedro Taques?

Saiu para uma audiência.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim” ao requerimento.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

“Sim” é para termos audiência pública; “não” é para votarmos a matéria hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vamos votar a matéria hoje

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, é “não”.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não.” Apressado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Posso fazer os debates sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – “Não.”

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não.”

Senador Vital do Rêgo.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu voto “sim”. Perdão, o meu voto é conhecido. Eu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votou “não.”

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Luiz Henrique, “sim”.

Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não.”

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente, pelo entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, pelo requerimento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – “Sim”, na busca de um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok.

Senador Aloysio não vota, porque é autor do requerimento.

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Voto com o Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “não”.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não”.

O Senador Eduardo Suplicy é autor e não vota.

Senadora Ana Rita.

A SR. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto “sim” ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim” ao requerimento.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Orientado pelo meu mestre Luiz Henrique da Silveira, embora tendo chegado tarde, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim” ao requerimento.

Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não” ao requerimento.

Algum Senador do Bloco deixou de votar? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, consigno meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Lopes vota “não”.

Então... (*Pausa.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a não foi chamado porque já havia completado a bancada, Senador Benedito de Lira.

Dez votos NÃO; seis votos SIM.

Está rejeitado o requerimento.

Vamos à pauta. Já que foi rejeitado o requerimento de audiência pública, vamos ao primeiro item da pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 56, de 2011

- Não Terminativo -

Altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros.

**TRAMITA EM CONJUNTO COM A
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 103, de 2011
- Não Terminativo -**

Acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral e outros.

**TRAMITA EM CONJUNTO COM A
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
113, de 2011
- Não Terminativo -**

Altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.

Autoria: Senador Lobão Filho e outros.

Relatoria: Senador Renan Calheiros.

Relatório: Pelo acolhimento parcial das Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, todas de 2011, da Emenda nº 4, e, com base na Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 25/04/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aécio Neves, Eduardo Braga e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais.
- Em 03/05/2012, foi retirada a Emenda nº 3, de iniciativa dos Senadores Eduardo Suplicy e Marta Suplicy;
- Em 03/05/2012, foi recebida a Emenda nº 4, de iniciativa dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Marta Suplicy (dependendo de relatório).
- Em 09/05/2012, foi retirada a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros para proferir o relatório sobre a Emenda nº 4. Se V. Ex^a é a favor ou contra a Emenda nº 4. Somente sobre a Emenda, porque sobre a matéria já foi dado o visto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Sr. Presidente, inicialmente, só para que as pessoas acompanhem, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3 e 4. As outras emendas foram retiradas. Quanto à abrangência da Emenda nº 4, Sr. Presidente, na verdade, ela tem quase o mesmo teor da PEC nº 113, do Senador Lobão Filho, pois estende a todas as operações e prestações interestaduais a consumidor final a aplicação da alíquota interestadual e estabelece que a diferença entre a alíquota interestadual e interna caberá ao Estado destinatário. Adicionalmente, tal emenda estabelece que o recolhimento do imposto seja atribuído ao destinatário quando esse for contribuinte do imposto.

Como eu já disse e queria repetir, nós estamos constitucionalizando o comércio eletrônico e a venda não presencial. O que essa emenda propõe já está contida na alínea “b” do art. 155 inciso VII da Constituição Federal. Portanto, eu sou contra a emenda. Ela foi atendida parcialmente e já está contida na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Vou colocar a matéria em discussão, já que o Senador Calheiros já se manifestou.

Para discutir a matéria...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...Se inscrevem o Senador Aloysio...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...Senador Requião...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, Senador Ferraço, Senadora Marta.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, é matéria vencida, não vou chover no molhado, mas eu creio que se tivéssemos tido um pouquinho mais de tempo... O que é isso aí? O que está havendo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

Sr. Presidente, se tivéssemos tido um pouquinho mais de tempo, eu creio que ganharíamos todos, porque poderíamos ter, na minha opinião, uma legis-

lação mais adequada, uma emenda constitucional que balizasse de uma maneira mais segura a legislação infraconstitucional que será inevitável, que deverá seguir a alteração constitucional que agora se pretende.

A nossa emenda objetivava, e objetiva, a simplesmente simplificar o todo esse procedimento. É claro, Senador Renan, que o comércio eletrônico é uma modalidade de operação não presencial, mas não é a única. Existem outras modalidades de operação não presencial. Quando V. Ex^a constitucionaliza uma dessas modalidades, aquela realizada por comércio eletrônico, estamos colocando uma responsabilidade aos fiscos estaduais de esmiuçarem as condições em que foram feitos, realizados os negócios mediante os quais foram remetidas mercadorias ou prestados serviços em Estado diverso do Estado de origem. Vai obrigar o fisco estadual a ter cadastro de pessoas físicas, pessoas jurídicas fora inclusive do seu próprio Estado, o que é uma coisa muito complicada para a fiscalização e para a implementação daquilo que a emenda pretende, que é uma partilha, mediante aplicação da alíquota interestadual, no caso de operações onde o bem e o serviço negociado se destine a consumidor final localizado em outro Estado.

Então, a nossa emenda previa uma simplificação do sistema, que permitiria uma fiscalização mais ampla, mais rigorosa, permitiria uma legislação complementar inevitável, inteligível e produzida com maior racionalidade. Enfim, o mais simples em matéria tributária é sempre melhor do que o mais complexo, especialmente no momento em que todos aqueles que refletem sobre a situação dos tributos no Brasil, seja do ponto de vista das administrações tributárias seja do ponto de vista dos contribuintes, todos são unâmines em considerar que um dos problemas maiores da legislação do nosso sistema tributário é a sua complexidade. A emenda da forma como V. Ex^a a redigiu acrescenta uma complexidade a mais no nosso sistema.

Por essa razão, eu vou votar contra e lutar até o momento final da deliberação no plenário, para que possa haver uma emenda constitucional que atenda efetivamente ao seu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Roberto Requião.

Assim, ele faz um pouco de silêncio, para eu continuar presidindo aqui.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Roberto Requião, que está 12 quilos mais magro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– O nosso País está tão atrasado no que se refere à informática, que acredito que os impostos são desnecessários. Quando Governador do Paraná, zerei o imposto do software e do hardware e consegui, com isso, transformar o Estado num polo de produção de computadores e na capital mundial do software livre.

Então, minha posição, nesse caso, em função do atraso, é a de zerar qualquer tipo de contribuição. Não vejo sentido algum em se estabelecer um gravame em cima de uma atividade na qual estamos tão atrasados. Minha posição, nesse caso, tem esta natureza, repetindo a prática que adotei no Governo do Estado do Paraná: imposto zero para tudo isso, sem confusões tributárias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Acho que já me manifestei com base...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos discutindo a matéria, o relatório do Senador Renan Calheiros.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Acreditamos que essa emenda cumpre uma função que o relatório do Senador Calheiros deixa imprecisa, que é a de dizer exatamente que tudo que for comercializado por meio do jurídico terá a incidência desse imposto, que, com clareza, vai incidir sobre essa mercadoria. Da forma como se encontra o projeto do Senador Calheiros, vai existir uma insegurança jurídica e outras complicações que já foram levantadas pelo Senador Aloysio Nunes.

Nossa redação avança nesse sentido e estabelece que, de maneira geral, sendo a compra interestadual, o ICMS será repartido entre os Estados de origem e de destino, não importando se os envolvidos são pessoas físicas ou jurídicas, se são contribuintes ou não do Imposto. É por isso, inclusive, que nós abolimos as alíneas “a” e “b” do inciso VII, pois não faz mais sentido diferenciar o tratamento de contribuinte e não contribuinte nas operações interestaduais. Fica muito difícil entender por que não pode ser feito assim, já que isso simplifica a questão para todo mundo, não deixa nenhuma questão jurídica pendente e esclarece, de forma contundente, que todos têm de pagar e que isso tem de ser dividido.

A única diferenciação que cabe é a relativa a quem é o responsável pelo recolhimento do ICMS, de que estamos tratando no inciso VIII. Seguimos a regra atual e o espírito da proposta do Senador Renan. Se o destinatário final for contribuinte do ICMS, como uma loja, por exemplo, o Estado de destino recolhe o Im-

posto – essa é a regra atual. Se o destinatário final não for contribuinte, pessoa física, por exemplo, é o Estado de origem que o recolhe e o repassa para o Estado de destino, como está na proposta do Senador Renan.

Estamos sendo ainda mais generosos com nossa emenda. A perda de arrecadação estimada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo pode chegar não ao que mencionei anteriormente, mas a R\$1,4 bilhão por ano, três vezes mais que a perda proposta pelo Senador Renan. Mas aceitamos esse maior impacto em favor de um texto juridicamente mais claro e mais seguro, que não piora o frankenstein que é nosso sistema do ICMS interestadual e que não prejudique nossas empresas.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Eunício, minha manifestação é de apoio ao parecer do Senador Renan, porque esse é um tema que, neste tempo, neste momento, dá um juízo de valor absolutamente seguro, tendo em vista a ampla consulta e o diálogo que o Senador Renan manteve ao longo desse período, inclusive convergindo e acolhendo as propostas dos eminentes Senadores Lobão Filho e Luiz Henrique, que apresentaram propostas.

O comércio eletrônico não foi previsto pelo Constituinte de 1988 no capítulo tributário. Por uma razão óbvia: em 1988, as movimentações pela plataforma eletrônica eram absolutamente irrelevantes. Em 2012, Senador Walter, tudo indica – e as estatísticas apontam nesta direção – que o Brasil deverá comercializar algo em torno de R\$25 bilhões pela plataforma eletrônica. E o que pretende o Senador Renan com meu apoio, com meu voto é criar uma simetria entre aquilo que é comercializado pelo comércio eletrônico e aquilo que é comercializado pela via convencional, ou seja, o compartilhamento do ICMS, que é a mais importante fonte de arrecadação para financiamento das políticas públicas nos Estados federados. Propõe o Senador Renan Calheiros que 40% desse imposto, desse ICMS, fiquem na origem; e 60% fiquem onde o produto será efetivamente consumido, portanto criando uma simetria, criando uma compatibilidade com aquilo que está previsto no art. 155. Achamos que dessa forma estamos produzindo uma alternativa eficaz de compartilhamento em que todos os Estados federados poderão sair ganhando.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, manifesto aqui o meu inteiro apoio a esse projeto relatado pelo Senador Renan, não apenas porque ele é absolutamente constitucional, mas porque também, no mérito, ele reúne o

conjunto de preocupações que ao longo desse período nós pudemos aqui debater.

É como me manifesto e como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Eunício Oliveira, pela sistemática do ICMS, não há sentido em se distinguir uma pessoa jurídica não contribuinte – como exemplo, bancos, outras instituições financeiras, construtoras, outras empresas prestadoras de serviço – de uma pessoa física, pois nenhuma delas é contribuinte regular do imposto.

A distinção feita pelo texto original da PEC nº 103, de 2011, que é consolidada no substitutivo apresentado pelo Senador Renan Calheiros, precisa ser aperfeiçoadas, visto que a nova regra deve se aplicar não só às operações realizadas de modo não presencial, mas a todas as operações que destinem mercadorias a consumidores finais. Restringir a aplicação da regra às operações realizadas de modo não presencial deixaria de forma alguma as hipóteses bastante específicas, tais como as vendas realizadas em *show-room*, em um Estado, quando a empresa vendedora se localiza em outro, ou ainda as vendas por catálogos.

Assim, Sr. Presidente, gostaria de insistir na apreciação e votação, mesmo que com destaque para voto em separado da emenda que, juntamente com o Senadores Marta Suplicy e Aloysio Nunes, apresentamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Lobão Filho.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, serei bastante sucinto.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Renan, que acolheu em grande parte meu relatório. A Bancada de São Paulo praticamente fez uma emenda semelhante ao meu projeto de emenda constitucional, em que eu incluía a personalidade jurídica nas compras pela Internet.

O Senador Renan entendeu que a personalidade jurídica deveria ser excluída, que hoje não representa grande coisa dentro do comércio, e o objetivo dele claramente é não incentivar que isso ocorra, para que gere oportunidades; para que gere empregos nos estados, os pequenos comércios, os pequenos empreendedores e os pequenos empresários de forma geral.

Então, eu entendo, acato e estou junto com a tese do Senador Renan e agora só nos resta colocar em votação esse projeto. Parabéns a esta Casa, que

se atualiza, moderniza-se e responde aos anseios da sociedade, num importante setor que hoje floresce no País, o comércio de Internet, que antigamente não existia e está cada dia mais forte, presente e importante dentro da nossa economia.

Muito obrigado, Senador Renan. Acho que conseguimos, hoje, dar uma grande contribuição ao nosso País. E obrigado à Bancada de São Paulo, que também teve a cidadania, o patriotismo de abrir mão de recursos, coisa extraordinária. Eu não tenho como deixar de registrar isso aqui. A Bancada de São Paulo, num exemplo de patriotismo, abriu mão de receita para os estados mais carentes, mais necessitados e que hoje têm direito a uma maior parte na distribuição desses tributos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, também serei bastante rápido.

Essa matéria é extremamente importante para a Federação, para os estados brasileiros. Nós estamos votando um texto que é um conjunto de contribuição de diversos Senadores e Senadoras que apresentaram emendas constitucionais. Portanto, vamos votar com o relatório do Senador Renan Calheiros.

É fundamental que o comércio eletrônico possa, efetivamente, pernecer a arrecadação dos estados, que são destinatários dessas mercadorias, desfazendo uma injustiça tributária que é feita hoje no nosso País. Portanto, o meu voto é favorável, seguindo o relatório do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro. Tem a palavra V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, creio que há – eu diria – uma consolidação da necessidade de se regulamentar algo, Senador Ferraço, que até bem pouco tempo atrás não só era desprezível, como era tratado também de forma muito diminuta, pela sua incidência.

E os dados disso, meu caro Senador Eunício, apontam claramente para essa importante oportunidade que temos aqui, não só no sentido de equalizar o que seria a distribuição dessa arrecadação, com também, Senador Renan, promover de uma vez por todas um maior estímulo para que essa atividade comercial não provoque abalos significativos, por exemplo, na estrutura de varejo, mas que entre como contribuição para a

ampliação dessa estrutura de varejo, para a estrutura de distribuição, meu caro Senador Dornelles.

Lembro-me de que quando discutimos, na década de 80, a entrada da automação, todo mundo tinha um receio enorme, porque avaliava que o processo de automação levaria à diminuição, eu diria até brutal, da oferta de postos de trabalho e, principalmente, no que diz respeito à questão das oportunidades locais de investimento e desenvolvimento. Hoje, nós temos o contrário. O processo de automação nos tem permitido inclusive essa capilaridade, agora abraçada, enxergada e encampada pelo comércio eletrônico.

Os dados disso, meu caro Senador Eunício, apontam para uma variação importante. Em 2001, nós tivemos um faturamento de R\$0,5 bilhão no comércio eletrônico. Se chegarmos em 2007, um período mais próximo, portanto, da última coleta, meu caro Senador Dornelles, vamos atingir a casa de mais de R\$6 bilhões. Em 2011, essa cifra alcançou a ordem de R\$19 bilhões no País. E a projeção para 2012 é de R\$26 bilhões operados pelo comércio eletrônico.

Isso significa a oportunidade da montagem de centro de distribuição, a montagem de estrutura de logística, porque não é possível materializar pela rede de Internet algo além de software. Não há como. Um software eu posso vender eletronicamente e conseguir transportá-lo eletronicamente para um outro ponto, Senadora Marta Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A minha posição, que é comum à da Senadora Marta, é a seguinte: não há por que constitucionalizar comércio eletrônico. Daqui a pouco vai haver comércio telefônico, comércio por recado.

A minha, a nossa proposta é simplificar. É a seguinte: saiu de um Estado e foi para o consumidor final de outro, aplica-se a alíquota interestadual. Isso vai desobrigar os fiscos estaduais de terem cadastros de contribuintes de pessoa física e de pessoa jurídica e esmiuçar cada tipo de operação, ou seja, se foi feita de forma presencial ou não presencial. Compreende, Senador Walter?

Estou tentando... A nossa proposta é simplificar, para tornar aplicável a ideia que V. Ex^a tão bem defende.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Aloysio, a nossa proposta não é constitucionalizar o comércio eletrônico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) É, através do instrumento constitucional resolvemos o problema, inclusive, da distribuição dos

recursos, portanto, nesse particular a questão do ICMS resultante de uma nova operação, que passou a fazer parte das transações.

A discussão entre o contribuinte e a questão jurídica, essa questão que V. Ex^a levanta, na minha opinião, é tranquilamente cabedora, digamos assim, numa ação mais da regulamentação e de um processo, inclusive, em que não se cabe engessar no dispositivo constitucional a proibição desse ou daquele, ou até a inclusão de quem quer que seja, até porque, com isso, nós estariamos fazendo, na prática, meu caro Senador Renan... Na medida em que a personalidade jurídica adentra como parte nessa distribuição, meu caro Aloysio, vamos fazer um verdadeiro conflito com a legislação, que trata principalmente da questão do varejo na sociedade.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, não. É um aparte o que V. Ex^a quer.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu queria pedir um aparte, se V. Ex^a permitir.

V. Ex^a está consciente de que, se uma construtora baiana fizer um pedido desse tipo, o imposto vai ficar todo em São Paulo?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Ex^a deve estar consciente de que hoje o que se processa, Senadora Marta, é uma estrutura física em Salvador, portanto, com características baianas, alojada lá na cidade de Salvador...

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – A construtora não vai pagar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Deixe-me responder a V. Ex^a. Aí fica mais fácil.

Alojada em Salvador e que recebe presencialmente um comprador, seja de um imóvel, seja de um computador ou de piso, de alfinete e até do mais sofisticado equipamento... Essa pessoa faz uma compra presencial naquela loja, e lamentavelmente essa compra não tem sido feita da forma como as regras apontam. Essa pessoa faz uma compra eletrônica, simula-se um comércio eletrônico com a intenção, inclusive, de burlar a legislação, já que não existe regra sobre isso, portanto, fazendo-se dessa maneira – que eu diria até não muito correta, para não usar um termo mais pesado – a divisão dos recursos sobre a circulação da mercadoria prevista na legislação.

Então, o que estamos buscando fazer, Senadora, é eliminar todo e qualquer tipo de operação que adote, por exemplo, esse padrão da ilegalidade. Se um comércio eletrônico for patrocinado na cidade de Salvador, não há nenhum problema de a parcela ficar

com a sede da empresa que opera esse comércio eletrônico, que está situada em São Paulo.

Da forma como está feito hoje, não há a partilha, a divisão justa em relação à operação. Nós não estamos propondo fazer uma modificação com o intuito de tirar da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, uma das prerrogativas que, inclusive, ele acumulou pela própria estrutura consolidada – a distribuição, o centro de compra...

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Ao contrário, nós estamos perdendo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora, deixe-me... Vou ouvi-la, mas gostaria de concluir meu pensamento.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Mas estamos perdendo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Walter Pinheiro...

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Nós estamos perdendo um milhão e meio. Não é como V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Walter Pinheiro, além da reunião do Senador Randolfe, ainda tenho que escutar o debate paralelo...

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Estamos perdendo, Senador Walter, não é assim. Não estamos falando que não queremos dividir. Estamos dividindo muito mais do que está na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, com todo o respeito a V. Ex^a, mas a palavra está com o Senador Walter Pinheiro para concluir e, depois, colocar a matéria em votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Por isso, Senador Eunício, é que comprehendo que não há nenhum tipo de choque em relação ao que estamos tratando. Estamos mantendo a estrutura e estamos tratando de uma proposta que, de certa forma, e quero aproveitar, Senador Eunício, até para fazer uma demonstração clara do que significa essa comparação com a PEC da música. Esse é um bom exemplo para associarmos. Hoje, efetivamente, se faz uma compra de música eletronicamente.

O debate do que é produzido e do que é distribuído. É um produto que, hoje, se pode fazer a distribuição, meu caro Renan, sem que tenha a necessidade de estruturas físicas ou da circulação da mercadoria. O que circula é um meio eletrônico.

Portanto, a facilidade e o debate que estamos fazendo aqui não exclui a possibilidade da entrada do ator pessoa jurídica num processo de transação. O que se faz aqui, agora, é a discussão da divisão dos recursos daquelas mercadorias que circulam e, portanto,

atendendo a essa lógica de um novo tempo, a lógica de um comércio que conseguiu chegar em todos os cantos do País, mas que ainda não consegue através só e somente do meio eletrônico.

Por isso, Sr. Presidente, para que promovamos esse rearranjo e, ao mesmo, uma justiça na partilha e na distribuição desses recursos, somos favoráveis à aprovação do relatório apresentado pelo Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação, mas antes me chega um requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 4-CCJ à PEC nº 103, de 2011, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Marta Suplicy e Eduardo Suplicy.

Deixando bem claro que o Senador Renan Calheiros atendeu aqui, hoje, parcialmente, a Emenda nº 4. Mas independente de ter atendido parcialmente, há um requerimento sobre a mesa para votação em separado, ou seja, em destaque para votação em separado.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Eduardo Suplicy, Senador Walter Pinheiro, têm um requerimento que vou colocar em votação e peço a atenção de V. Ex^{as}s, porque, mesmo tendo sido atendida em parte essa emenda, eles querem a integralidade da emenda e, portanto, estão pedindo para votar em separado.

Vou botar o requerimento em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que concordam em votar o destaque em separado levantem o braço, por favor. (*Pausa.*)

Senadora Marta Suplicy, Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Eduardo Suplicy.

Rejeitado o requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 4 à PEC nº 103, de 2011. O requerimento é de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Marta Suplicy e Eduardo Suplicy.

Em votação o relatório.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com os votos contrários da Senadora Marta Suplicy, do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Aloysio Nunes Ferreira. É preciso que ele se manifeste. Não posso votar pelo Senador Aloysio... Quem sou eu para votar aqui pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu ficaria muito honrado se V. Ex^a votasse comigo, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não chegou a tanto ainda. Não che-

guei a tanto. Obrigado, Senador Aloysio. Por isso é que repeti para que V. Ex^a escutasse, porque sei que V. Ex^a iria votar contra.

Aprovada a matéria com os votos contrários do Senador Eduardo Suplicy, da Senadora Marta Suplicy e do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tendo sido aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão pelo acolhimento parcial das Propostas de Emenda à Constituição nº 56, 103 e 113, todas de 2011; e da Emenda nº 4, com base na Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

Parabéns, Senador Renan Calheiros, pela aprovação desse relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, tendo em vista que na pauta de hoje consta uma matéria da qual eu sou Relator, o item 5, e como eu preciso fazer uma revisão no parecer, haja vista que há cinco projetos apensados ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, requeiro a V. Ex^a que a matéria seja retirada de pauta para reexame do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A pedido do Relator, Senador Benedito de Lira, é retirado de pauta o item 5.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2007

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes (reduz o prazo para desocupação de imóvel no caso de descumprimento do mútuo acordo celebrado entre as partes).

Autoria do Projeto: Deputado Lobbe Neto

TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2007

Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com a finalidade de extinguir a fiança como modalidade de garantia locatícia.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Duque

**TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 284, de 2007**

Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para obrigar o locador a comunicar, aos fiadores do inquilino, a inadimplência deste, bem como limitar, nos contratos de locação, o prazo da fiança, quando este não tenha sido expressamente ajustado.

Autoria do Projeto: Senador Valdir Raupp

**TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 289, de 2007**

Acrescenta § 2º ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para proibir a cobrança anual de mais que doze prestações de aluguel, nos contratos de locação de imóveis urbanos.

Autoria do Projeto: Senador Valdir Raupp

**TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 225, de 2008**

Altera a Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e procedimentos a elas pertinentes, para explicitar o exercício pelo locatário do seu direito à devolução antecipada do imóvel.

Autoria do Projeto: Senador Romeu Tuma

Relatoria do Projeto: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável ao PLC nº 63, de 2007, e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLS nº 199, 284 e 289, de 2007; e 225, de 2008.

Observações: Em 30/08/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Pedro Simon, que recebeu Parecer favorável.)

O SR, INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, V. Ex^a tem a palavra.

O SR, INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o item 3, do qual sou Relator, recebeu duas emendas do Senador Aloysio Nunes, de forma que eu gostaria de examinar com o autor essa proposta.

Assim, solicito a V. Ex^a a retirada de pauta o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A pedido do Relator da matéria, Senador Inácio Arruda, é retirado de pauta o item 3.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, de 2010
- Não Terminativo -

Dispõe sobre o fomento à capacitação tecnológica da população e seu financiamento.

Autoria: Deputado Ariosto Holanda e outros

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: – A matéria será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

- Em 25/04/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Lobão Filho e Humberto Costa, nos termos regimentais.

- Em 02/05/2012, foram recebidas as Emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (dependendo de Relatório).

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a Presidência ao Senador José Pimentel, Vice-Presidente, para que eu possa relatar uma matéria aqui na Comissão.

Assim, solicito ao Senador José Pimentel que assuma a Presidência dos trabalhos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Próximo item.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2012

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça.

Relatoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: Em 24/04/2012, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Pedro Taques (dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira para proferir o seu relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Obrigado, Senador José Pimentel.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 25, de 2012 (nº 1.597, de 2011, na origem), de autoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

O projeto cria, na Justiça Federal de primeiro grau, setenta e cinco Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais permanentes, sendo vinte e cinco, na Primeira Região; dez, na Segunda Região; dezoito, na Terceira Região; doze, na Quarta Região; e dez, na Quinta Região.

As Turmas Recursais que se pretende instituir terão sede nas capitais dos Estados das diversas Seções Judiciais e no Distrito Federal e serão formadas, cada uma, por três juízes federais titulares dos cargos de Juiz Federal de Turmas Recursais e por um juiz suplente.

Em decorrência, ficam criados na Justiça Federal de primeiro grau duzentos e vinte e cinco cargos de Juiz Federal de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.

Estabelece, ainda, a proposição, que os cargos de Juiz Federal de Turmas Recursais serão providos por concurso de remoção entre Juízes Federais ou, na falta de candidatos a remoção, por promoção de Juízes Federais Substitutos, alternadamente pelos critérios de antiguidade e merecimento e que será indicado como suplente pelo Presidente do Tribunal Regional Federal de cada Região o juiz federal, titular ou substituto, mais antigo que tenha manifestado interesse em integrar uma das Turmas Recursais, nessa qualidade.

Prevê o PLC nº 25, de 2012, que a criação desses cargos fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu provimento, nos termos do §1º do art. 169 da Constituição Federal.

O Egrégio Tribunal, autor do projeto, justifica a proposição lembrando que:

...os Juizados Especiais Federais foram implantados sem qualquer estrutura, seja de instalações, seja de magistrados, seja de servidores. Na maior parte das cinco regiões da Justiça Federal de 1º grau, os Juizados Especiais Federais iniciaram os seus trabalhos à custa da Justiça Federal de 1º instância.

Servidores desta foram deslocados para os Juizados Especiais Federais. Aos magistra-

dos coube desdobrar-se, dividindo seu labor entre a Justiça Federal de 1º grau e o Juizado Especial Federal. Canibalizou-se a Justiça Federal de 1º grau, reduzindo seu efetivo de magistrados e de servidores, sem que os Juizados Especiais Federais pudessem prestar urna jurisdição à altura do propósito visado pela criação destes.

Registra, ainda, que

...nunca se cuidou de criar cargos de juízes para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais. Em quase todas as regiões, os magistrados são chamados a atuar na Justiça Federal de 1º grau ou nos Juizados Especiais Federais, e também nas Turmas Recursais Federais. O que acontece, portanto, na Justiça Federal de 1ª instância, se repete nas Turmas Recursais Federais, comprometendo sobremaneira a efetividade da prestação jurisdicional.

O presente projeto, afirma o STJ, tem a finalidade de corrigir essa situação, num momento realmente crítico. Trata-se de assegurar o objetivo que levou à própria criação dos Juizados Especiais Federais, o de atender a parcela da população financeiramente desfavorecida, ou seja, a população mais pobre deste País, cujos reclamos, por terem menor expressão econômica, não chegavam ao foro comum.

Em obediência ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Conselho Nacional de Justiça examinou o projeto em tela, aprovando, na 128ª reunião daquele Conselho, na Sessão Ordinária do Colegiado, ocorrida em 7 de junho de 2011, o Parecer de Mérito sobre nº 0002198-54.2011.2.00.0000.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta da Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu uma emenda de autoria do Senador Pedro Taques, que suprime o trecho do art. 2º do projeto em que consta a previsão de que as Turmas Recursais tenham sede nas capitais dos Estados.

Análise.

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo PLC nº 21, de 2011, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X, e 98, § 1º), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, b). Do ponto de vista de sua constitucionalidade material, a proposição encontra arrimo no art. 98, I, da Lei Maior.

Não há, também, qualquer reparo no tocante à juridicidade da matéria.

Quanto ao mérito, o PLC nº 25, de 2012, se justifica pelo grande sucesso da iniciativa da instituição dos Juizados Especiais Federais, muitas vezes chamados de “juizados de pequenas causas”.

Nos dez anos de sua existência, esse ramo da Justiça Federal recebeu mais de dez milhões e meio de ações, mostrando que se conseguiu atender a uma grande demanda da sociedade, especialmente à população carente.

Efetivamente, a criação e o funcionamento dos Juizados Especiais Federais se traduziu em uma das mais importantes providências tomadas pelo Estado brasileiro no sentido da democratização e da agilização da prestação jurisdicional.

Aqui, vale ressaltar a importância desses juízos no campo previdenciário, assegurando a inúmeros brasileiros os seus direitos aos benefícios da segurança social.

Esse sucesso nos impõe a criação de uma estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, cuja inexistência está levando ao estrangulamento do adequado funcionamento do modelo.

Trata-se, assim, de garantir a continuidade de uma das mais importantes e corretas experiências adotadas no campo do Poder Judiciário em nosso País.

Nesse sentido, julgamos conveniente acatar a Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Taques, que dá nova redação ao art. 2º do Projeto para que dele se retire a previsão de que as sedes das turmas recursais dos Juízes Especiais Federais tenham sede nas capitais exclusivamente nos Estados.

Conforme aponta o autor da emenda, não há por que persistir tal imposição, pois a Justiça Especial foi criada para efetivar o acesso, agilizar a prestação jurisdicional.

Deste modo, se levarmos em conta, sobretudo, o interesse do jurisdicionado, daquele que precisa da Justiça, é inadequada a vedação de que as Turmas recursais possam ter sede no interior dos Estados.

Impõe-se, apenas, proceder a pequeno ajuste na proposição. Isso porque a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei suprimindo do texto originário do Superior Tribunal de Justiça o parágrafo único do art. 5º, que estabelecia que a nomeação para os cargos de Juiz Federal de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais ficava condicionada à existência de candidatos aprovados em concurso público em número correspondente ao dos cargos vagos de Juiz Federal Substituto.

A aludida norma tinha como propósito evitar que a promoção de Juízes Substitutos ou a remoção de Juízes Federais para os cargos de Juiz Federal de

Turma Recursal viesse a esvaziar de magistrados a Justiça Federal de 1º grau de jurisdição.

Condicão, portanto, para a nomeação de juízes para as Turmas recursais seria a existência de candidatos aprovados em concurso público para o imediato provimento das vagas resultantes da remoção de Juízes Federais ou da promoção dos Juízes Substitutos.

O rompimento dessa conexão entre, de um lado, o provimento das vagas de juízes das Turmas recursais e, de outro, o provimento das vagas daí decorrentes no 1º grau de jurisdição retira do projeto de lei a sua funcionalidade e ameaça o normal funcionamento da Justiça Federal.

Assim, estamos propondo emenda corrigindo esse problema, estabelecendo que as referidas remoções e promoções ficam condicionadas à existência de candidatos aprovados em concurso público em número correspondente a dos cargos vagos para juiz federal criados pela lei no decorrer deste projeto.

Quanto à exigência contida no art. 77, IV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, a Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela acima referida decisão daquele colegiado no Parecer de Mérito, que já citei, de nº 0002198-54.2011.2.00.0000.

Finalmente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, no tocante à adequação financeira e orçamentária do PLC nº 21, de 2011, cabe registrar que a Lei Orçamentária para 2012, Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, prevê, de forma expressa, em seu Anexo VI, item 2.3.3, autorização para a criação dos cargos de que trata a proposição e para o provimento de cento e vinte deles no corrente exercício.

Voto, Srs. Senadores,

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Acrescente-se ao art. 4º do PLC nº 25, de 2012, o seguinte parágrafo único:

“Art. 4º

Parágrafo único. As remoções e promoções de que trata o *caput* estão condicionadas à existência de candidatos aprovados em concurso público em número correspondente ao dos cargos vagos de Juiz Federal, criados por esta lei.”

E eu informo aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que essa emenda, não a emenda do Senador

Pedro Taques, que entendi como meritória, porque a jurisdição não fica apenas nas capitais, mas também nas grandes cidades do interior pelo País afora... A emenda do Senador Pedro Taques foi acatada pelo relator.

A emenda que apresentei aqui na CCJ ao art. 4º, parágrafo único, foi decorrência de um entendimento que envolveu a Ajufe, ou seja, os representantes dos juízes federais, numa reunião que tive com eles e com o Presidente do STJ, Ministro Ari Pargendler. Portanto, essa emenda, embora de minha autoria, é fruto do consenso entre os juízes federais, por sua associação, a Ajufe, e o Presidente Ari Pargendler, que é o autor do encaminhamento da matéria, que é o STJ.

Portanto, este é o parecer, e eu peço o apoio dos senhores para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Parabéns, Senador Eunício Oliveira, por seu relatório e pela justiça que faz.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o eminente Senador Eunício Oliveira pelo eficiente e realista relatório que acaba de proferir nesta Comissão. Manifestamos a nossa posição favorável às mudanças apresentadas no relatório e à emenda apresentada para que se possa efetivamente garantir acesso à importante instância recursal para aqueles que mais necessitam dessa instância próxima de sua localidade, próxima de sua geografia.

Quero, portanto, encaminhar favoravelmente, dizer da nossa posição favorável ao relatório do eminente Senador Eunício Oliveira, tendo em vista que as adaptações e as correções apresentadas vêm para aprimorar e para garantir maior acesso por parte do cidadão brasileiro a essa instância tão importante da Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Aécio Neves para discutir a matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu vou aguardar um pouco, Sr. Presidente. Como estou aguardando uma informação, peço que o Senador Randolfe fale antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Eunício Oliveira pelo relatório e pela pertinência da matéria.

Hoje nós vemos na jurisdição brasileira o juiz se dividir entre o enorme e gigantesco trabalho que tem em sua vara específica e o trabalho que tem nas turmas recursais.

No início dos juizados especiais, a situação era plenamente justificável, visto que, naquele momento, a pressão sobre os juizados especiais era bem menor. Os juizados especiais se tornaram, na verdade, uma alternativa de celeridade para a prestação jurisdicional. Logo, na atualidade, torna-se incompatível essa prática organizacional de acúmulo da tarefa do juiz na sua vara específica com a atuação no juizado recursal, com atuação na turma recursal. Essa organização que antes poderia ser explicada, hoje, claramente, Sr. Presidente, está defasada.

O projeto, clara e concretamente, dará mais condições de trabalho e de funcionamento para as turmas recursais, ao passo que deixa os juízes se dedicando somente àquela atividade. Além disso, na nossa interpretação, o projeto liberará os juízes de primeira instância para o exercício de suas funções ordinárias, desacumulando e dando a celeridade necessária à prestação da atividade jurisdicional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a matéria é pertinente, adequada para o tempo atual, e o relatório do Senador Eunício muito bem aponta nessa direção. Por isso, com certeza, terá o nosso voto favorável.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria pedir um esclarecimento ao relator se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Se V. Exª concordar, nós ouviríamos primeiro o Senador Alvaro Dias, que já pediu inscrição...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, mas é apenas um esclarecimento que eu quero pedir a ele.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Aloysio, por gentileza, com a anuência do Senador Alvaro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Trata-se de um esclarecimento que eu gostaria de pedir a V. Exª.

Nós temos hoje, em muitos casos, os juízes federais de primeira instância acumulando sua função jurisdicional nas turmas recursais. Nós sabemos que há uma dificuldade muito grande em preencher cargos nos concursos para ingresso no Poder Judiciário, cargos de juízes. Pergunto a V. Exª: se porventura nós não tivermos juízes suficientes para exercer a função de juiz de primeiro grau ou juiz substituto, seria possível continuar havendo esse acúmulo de funções enquanto os concursos não forem realizados? Porque a minha preocupação é evitar que, com base nessa necessária distinção de funções entre o funcionamento do primeiro grau e a turma recursal, nós temos dificuldades em fazer funcionar as turmas recursais. Essa é a minha pergunta.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Bom, houve um entendimento com a Ajufe e o Presidente do STJ para que, nesta questão específica, depois de um debate muito longo, o Presidente do STJ não queria inclusive fazer a modificação da emenda, que depois houve um entendimento e ele aceitou a modificação da emenda, deixando em aberto para que o conselho possa regulamentar a continuidade ou não dessa questão. Agora, há um interesse da Justiça do preenchimento imediato dessas vagas, porque, como explicaram para mim inclusive, os juízes estão sacrificados nessa questão de acumular as duas funções, muitas vezes em lugares diferentes. Então, ficou para o conselho a deliberação em relação a essa questão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Regulamentar essa transição.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)
– ...regulamentar essa transição. Já que o projeto é de autoria deles, então, será muito fácil.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, serei econômico, apenas para dizer que acompanhei o esforço e o trabalho do Senador Eunício na busca de um consenso para a aprovação dessa matéria, dialogando não só com Senadores dos vários partidos, mas também com integrantes do Poder Judiciário, a partir inclusive do Presidente do STJ; um trabalho de articulação com o objetivo de buscar um texto consensual para aprovação nesta Comissão.

Trata-se de fixar uma estrutura permanente mais eficaz para as turmas recursais dos juízes especiais. Vem, evidentemente, na esteira da necessidade que temos de oferecer condições ao Poder Judiciário para alcançar os seus objetivos de uma justiça mais célere e próxima do cidadão.

Apenas a denúncia de que temos um Poder Judiciário lento, emperrado, caro, distante, sobretudo, dos mais humildes não basta; é preciso buscar mecanismos eficientes para que o Judiciário se torne mais célere e garanta a respeitabilidade institucional perante a população do País.

Esse é o propósito do projeto: desemperrar a justiça. Nós sabemos do acúmulo de processos que esperam por decisões judiciais e não podemos condenar aqueles que atuam no Poder Judiciário hoje, porque não há recursos humanos suficientes para atender a demanda, e esse projeto vem procurar preencher uma lacuna ainda pequena. Temos, evidentemente, que buscar um aprimoramento. Há muito ainda a se fazer em matéria de aparelhar o Poder Judiciário de forma competente, a fim de que possa cumprir os seus objetivos e atender as aspirações da sociedade.

Portanto, o PSDB, o nosso voto é favorável ao relatório do Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, esse projeto, sem dúvida alguma, tem uma importância muito grande e o Senador Eunício Oliveira acertou em cheio ao apresentar relatório tão substancioso, brilhante que certamente vai ter a votação unânime desta Comissão.

Os juizados especiais foram uma das maiores conquistas da legislação brasileira em defesa do cidadão. Não só facilitam o acesso do brasileiro à justiça, como também promovem a celeridade das ações promovidas perante essas instâncias do Judiciário. Por isso que, ao criar o Juizado Especial Federal, o Poder Legislativo o fez consciente do seu papel: da responsabilidade na defesa intransigente dos interesses da sociedade, principalmente dos hipossuficientes, dos mais pobres, que precisam de uma resposta mais rápido possível da Justiça. E o Poder Executivo, até esta data, não pôde, mas agora está tomando essa iniciativa, em entendimento com o Superior Tribunal de Justiça, no sentido de compor uma estrutura adequada para fortalecer os Juizados Especiais.

Por isso, meu voto, que é o pensamento – tenho certeza – de todos os Senadores desta Comissão, é favorável, com os devidos parabéns ao nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente; Sras e Srs. Relator, quero parabenizá-lo pelo projeto, porque democratiza a Justiça. Não há justiça que seja atrasada; justiça atrasada é uma injustiça, como todos sabemos. Esses antigos Juizados de Pequenas Causas, hoje Juizados Especiais, trazem a justiça para perto daquele hipossuficiente, trazem a justiça para perto daqueles que mais precisam. Desta feita, este projeto democratiza o Poder Judiciário e dá ao cidadão um direito fundamental.

Penso, Sr. Presidente, que a interiorização da justiça, com a possibilidade de esses juizados também serem constituídos no interior, isso traz uma vantagem para aquele cidadão que mora fora das capitais. Nós não podemos entender que o Brasil se resuma às capitais. E este projeto tem esse objetivo. Quero parabenizar o Autor e o Relator e dizer que vou votar favoravelmente, porque aqui nós estamos consolidando o Estado Democrático de Direito com ideal de justiça.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, só para registrar que essa emenda que interioriza a justiça brasileira, de autoria do Senador

Pedro Taques, foi acatada de pronto por mim. Eu ia fazer uma emenda de redação, mas V. Ex^a se antecipou e eu preferi acatar, prestigiando V. Ex^a e, obviamente, o Estado de Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tenho certeza de que a emenda de V. Ex^a seria bem melhor que a minha.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quero cumprimentar também nosso ilustre colega que preside esta Comissão pelo competente trabalho que fez na elaboração de seu parecer. Tem sempre a marca da dedicação, do bom-senso, do espírito público que V. Ex^a emprega em todos seus trabalhos parlamentares.

Mas eu queria também observar que é feliz a coincidência o fato de V. Ex^a, Senador Pimentel, que é o Líder do Governo, estar presidindo esta reunião. Vou explicar o por quê. Ainda ontem eu estive com o Presidente do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, que tem jurisdição sobre o Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul. O Presidente do Tribunal me disse que nós temos a necessidade premente de realização de concurso para provimento de cargo de juízes e que o Governo está preparando um projeto de lei pedindo um crédito para que possa realizar esse concurso e que será enviado à deliberação do Congresso Nacional.

Então, meu apelo é para que V. Ex^a se interesse, especialmente para esse caso, de modo a que, em primeiro lugar, o projeto possa vir ao Congresso, encaminhado à Comissão Mista de Orçamento, e lá, rapidamente, aprovado. É uma necessidade premente da Justiça Federal do Estado de São Paulo e também do Mato Grosso do Sul.

Eu queria também observar, Presidente Eunício de Oliveira, que há já muitas causas decididas pelas turmas recursais e que estão subindo ao Supremo Tribunal Federal para discussão da constitucionalidade de suas decisões. Já começa, se eu não me engano, o relatório do Supremo, em números, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e que subsidiou o nosso ilustre Colega Ricardo Ferraço na elaboração da PEC 15, já fala em cerca de 10% dos processos que chegam ao Supremo Tribunal Federal serem originários da Justiça Federal, o que mostra, de um lado, a necessidade de se adaptar a própria Constituição Federal para conferir competência ao STJ, Superior Tribunal de Justiça, para julgar em grau de recurso, quando for o caso, as causas oriundas dos juizados especiais federais, uma vez que, na Constituição Federal, no art. 105, inciso III, a competência para julgar recurso especial cabe

ao STJ no caso de a origem ser nos tribunais regionais federais ou nos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

De modo que esses processos acabam seguindo diretamente para o Supremo. Então, há uma necessidade de se modificar a Constituição nesse ponto de vista, mas, de qualquer maneira uma necessidade mais premente ainda, uma vez que está já sob exame desta Comissão nós realizarmos audiência pública requerida para colhermos mais subsídios para a PEC 15 e, em seguida, deliberarmos sobre essa importante matéria que, tanto quanto os juizados especiais, dará uma contribuição para que a Justiça no Brasil seja mais rápida e mais ágil, portanto, mais justa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Aloysio, tão logo a matéria chegue ao Congresso Nacional, à Comissão Mista de Orçamento, vamos votá-la e aprová-la.

Eu queria registrar aos nossos Pares que o próximo item tem caráter terminativo. Portanto, é importante a presença de todos vocês.

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero me congratular com o relatório do Senador Eunício Oliveira, bastante consubstanciado, e dizer que a matéria trata de consolidar uma conquista, quer dizer, camadas enormes da população com demanda reprimida. Normalmente, são as pessoas mais carentes, mais necessitadas, que precisam de mais velocidade da Justiça foram atendidas – digamos assim – do ponto de vista constitucional, mas o Judiciário precisava e precisa desse aporte que estamos realizando agora. Quer dizer, você garantir meios adequados para que a Justiça possa se materializar. Não bastava garantir o direito legalmente, era necessário fazer esse reforço ao Poder Judiciário. Acho que estamos dando esse passo agora, sem prejuízo das modificações e alterações constitucionais, para que possamos, inclusive evitar os milhares, daqui a pouco milhões de ações que deverão chegar ao Supremo Tribunal Federal, transformando uma conquista que nós buscamos alcançar em algo prejudicial para o próprio necessitado, o cidadão que precisa da Justiça com mais rapidez, com mais celeridade.

Então, acho que não há prejuízo do exame da PEC se votarmos de imediato esse projeto tão importante que chegou às mãos do Senador Eunício Oliveira para que ele pudesse relatar.

Sr. Presidente, nosso voto é favorável. Estamos consolidando uma conquista daquelas camadas mais pobres do povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero só me somar aos pares que, de certa forma, já apresentaram de forma até muito clara a importância principalmente dessa capilaridade da Justiça, portanto chegando aos que mais precisam. E, com essa mudança apresentada, que vem ao encontro exatamente desse desejo de expandir as tendas da Justiça para que o povo possa alcançá-la, retira-se essa obrigatoriedade ou essa exclusividade de só e somente só nas capitais.

Portanto, parabenizando o Relator, ressalto a importância da matéria para que, inclusive, posamos contribuir com essa verdadeira democratização do acesso à Justiça no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero cumprimentar o Senador, Senador Eunício Oliveira. Todos sabemos, não foi fácil pacificar essa matéria, havia divisões, mas, com muita habilidade e espírito público, o Senador Eunício Oliveira materializou um consubstanciado parecer no rumo da democratização do acesso à Justiça, da ampliação da prestação jurisdicional.

O PMDB, com muita satisfação, vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu quero também me congratular com o nosso Presidente, agora Relator dessa importante matéria.

Realmente declarando o nosso apoio, o nosso voto favorável, lembro que, quando foram criadas as Turmas Recursais, esperava-se uma média de atendimento da ordem de 1,3 milhão de pessoas; hoje já se chega a 8 milhões de pessoas.

Então, tudo que é feito para melhorar, tudo que é feito para que a população seja melhor atendida é de bom grado. No caso da minha região, nós teremos ali agora mais dez Turmas Recursais, com trinta cargos de juízes titulares.

Assim, ressalto, mais uma vez, que o que é para melhorar é sempre bem-vindo.

Parabéns, Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Eunício Oliveira pelo brilhante parecer, aliás como

são sempre todos os seus pareceres, queria trazer aqui o nosso apoio, o apoio do Partido Progressista, ao parecer do nosso querido Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srs e os Srs, Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 e 2-CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

Quero registrar que o competente Relator, nosso Senador Eunício Oliveira, tem a sua aprovação por unanimidade.

Devolvo a V. Ex^a a Presidência dos trabalhos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria me somar ao pleito já feito pelo nosso Senador Humberto Costa sobre a questão da caução, mas também acrescentar, se com isso o Plenário e V. Ex^a aquiescerem, que nós possamos, na extraordinária, apreciar a PEC da música. Isso na mesma linha, também na manhã de hoje.

Era o que queria solicitar a V. Ex^a... A matéria constava no item 1 da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, ainda em relação ao projeto que V. Ex^a relatou, requeiro de V. Ex^a urgência para que nós possamos deliberar rapidamente no Plenário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A minha intervenção é no mesmo sentido, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Da mesma forma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senadores.

Eu coloco em votação a urgência solicitada pelos Senadores Alvaro Dias, Pedro Taques e Inácio Arruda.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria entra em regime de urgência.

Srs e Srs. Senadores, o próximo item da pauta é matéria de caráter terminativo, portanto depende de votação nominal nesta Comissão.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2003**
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresente.

No dia 08/05/2012, foi recebido relatório, reformulado pelo Senador Eduardo Braga.

Nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Portanto, aprovada a matéria, vamos para turno suplementar. São duas votações nominais nesta votação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, trata-se de uma matéria extremamente importante porque lida com uma das maiores prioridades do povo brasileiro: a segurança pública.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 310, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que pretende alterar o § 3º do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e dá outras providências, estabelecendo requisito para o repasse de recursos aos entes federados.

O texto em vigor prevê como condição para o repasse de recursos do FNSP a instituição de um plano de segurança pública por parte do ente federado. Para os Municípios a condição é a existência de guarda municipal.

O PLS sob exame altera o mencionado dispositivo para inserir a integração a um sistema nacional de informações de segurança pública também como requisito para o ente federado ter acesso aos recursos do FNSP.

O autor da proposição ressalta na justificação a necessidade da troca de informações entre os sistemas dos entes federados, e entre eles e o sistema federal, para o aperfeiçoamento da persecução criminal no País.

Ainda segundo a justificação, um dos grandes obstáculos ao êxito da persecução penal é a inexistência de um sistema integrado de informações de segurança pública. Então, o PLS pretende, com a introdução dessa exigência na lei, incentivar a integração

dos sistemas de informação de segurança pública dos Estados e da União.

Anteriormente a proposição foi submetida à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou o PLS, com uma emenda, nos termos do Parecer apresentado pelo Senador João Alberto Souza. Essa emenda, cabe registrar, destinou-se a adaptar a redação do projeto à superveniente modificação havida no § 3º, do art. 4º, da Lei nº 10.201, de 2001, implementada pela Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003. Com efeito, essa lei entrou em vigor em momento posterior à apresentação do PLS.

Arquivado ao final da 53ª Legislatura, com fundamento no art. 332 do Regimento Interno desta Casa, o PLS nº 310, de 2003, voltou a tramitar em decorrência da aprovação do Requerimento nº 198, de 2011.

Como relatado, o projeto altera a Lei nº 10.201, de 2001, que trata do Fundo Nacional de Segurança Pública. Essa matéria é de competência da União e não se encontra dentre as de iniciativa reservada do Poder Executivo, previstas no § 1º, do art. 61, da Constituição Federal. Não há, portanto, óbice constitucional à sua aprovação. Também não vislumbramos vícios de constitucionalidade material, de juridicidade ou de ordem regimental.

O FNSP tem por objetivo custear medidas que tenham por fim promover mais segurança para os brasileiros. É da índole de Fundo dessa natureza, portanto, a integração dos sistemas de segurança pública dos Estados entre si, bem como com a parcela de responsabilidade que cabe à União Federal.

Dentro de tal ordem de ideias, justifica-se colocar como condição para o acesso ao mencionado fundo a integração do ente federado em um sistema nacional de informações de segurança pública. Com isso, certamente ocorrerá uma melhoria sensível nos elementos mais importantes para o combate ao crime organizado, que são o de inteligência e o de investigação.

Com vistas a potencializar a ideia central do projeto de lei, que é o aumento da segurança pública, apresentamos o presente substitutivo para instituir o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública prisionais e sobre as drogas, alterando a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e as Leis nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, com a finalidade de armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública, sistema prisional e execução penal e enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O presente Substitutivo tem o propósito de criar um sistema oficial de estatística capaz de compilar e

fornecer dados e informações com a precisão e o tempo necessários ao planejamento estratégico de ações de combate à criminalidade, que atualmente não existe, e, assim, dar continuidade à política de segurança pública com cidadania.

Além disso, com o objetivo de suprir essa lacuna, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), poderá se tornar importante ferramenta para atender à demanda pela criação de mecanismos que facilitem e aprimorem a atuação articulada dos entes federados no combate à criminalidade.

De acordo com a proposta, o Sinesp coletará dados e informações de caráter administrativo e gerencial relacionados à segurança pública, ao sistema prisional e execução penal e ao enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas ilícitas, os quais serão organizados e sistematizados de maneira a subsidiar a política de segurança pública em todo País, ao mesmo tempo em que ampliarão a transparência e o controle social sobre essas áreas.

A proposta também prevê que a União poderá apoiar os Estados e o Distrito Federal na implementação do Sinesp, bem como os Municípios, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público, quando estes não dispuserem de condições técnicas e operacionais necessárias à sua implementação.

E, a fim de aliar a importância do Sistema com a necessidade de sua manutenção, criaram-se incentivos para que os entes federados integrantes forneçam ou atualizem seus dados e informações, estabelecendo-se como sanções o não recebimento dos recursos do Pronasci e do Funpen.

A proposta de Substitutivo é importante, ainda, pelas seguintes razões:

- a criação de um sistema de dados nos moldes do ora proposto é demanda que há muito tempo vem ocupando o debate sobre segurança pública em nosso País;

- não bastasse o contexto social em que se mostra urgente a adoção de medidas para o aprimoramento das políticas de segurança pública, deve-se ressaltar que o País sediará inúmeros eventos de repercussão e abrangência mundiais, o que torna ainda mais evidente a importância do Sistema proposto; e

- a implementação de um sistema único informatizado trará grandes avanços no efetivo combate à criminalidade, fortalecendo interna e externamente os órgãos de segurança pública do País e viabilizando o desenvolvimento e o contínuo aprimoramento de uma política de

segurança pública nacional que congregue em si os almejados conceitos da eficiência, eficácia e efetividade, preservando o Estado democrático de direito e os interesses da sociedade.

E tem como objetivos, resumidamente:

- proceder à coleta, análise, atualização, sistematização, integração e interpretação de dados e informações relativos às políticas acima referidas;

- disponibilizar estudos, estatísticas, indicadores e outras informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas;

- promover a integração das redes e sistemas de dados e informações de segurança pública, criminais, do sistema prisional e sobre drogas; e

- garantir a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações, conforme os padrões definidos pelo Conselho Gestor.

Observa-se, Sr. Presidente, que a importância do Sinesp está associada, além da sua abrangência, à diversidade dos dados que constarão desse Sistema, quais sejam:

- ocorrências criminais registradas e respectivas comunicações legais;

- registro de armas de fogo;

- entrada e saída de estrangeiros;

- pessoas desaparecidas;

- execução penal e sistema prisional;

- recursos humanos e materiais dos órgãos e entidades de segurança pública;

- condenações, penas, mandados de prisão e contramandados de prisão; e

- repressão à produção, fabricação e tráfico de crack e outras drogas ilícitas, apreensão de drogas ilícitas e crimes conexos.

Ressalte-se que o Conselho Gestor, com a representação dos integrantes do SINESP, será responsável pela administração, coordenação e formulação de diretrizes, bem como definirá os parâmetros de acesso aos dados e informações do Sistema.

Outra questão importante trazida pela proposta é a possibilidade de a União apoiar os Estados e o Distrito Federal na implementação do SINESP, bem como de estender esse apoio aos outros participantes, quando não dispuserem de condições técnicas e operacionais necessárias.

No tocante a recursos, a fim de atingir os objetivos do SINESP, a proposição pretende, ainda, as seguintes alterações legislativas:

· Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001 (FNSP) – para estabelecer que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República passa a compor o Conselho Gestor do FNSP e destinar recursos do FNSP aos integrantes do SINESP que cumpram os requisitos estabelecidos;

· Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 (PRONASCI) – para permitir a destinação de recursos do PRONASCI para os integrantes do SINESP;

· Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 (FUNPEN) – para permitir a destinação de recursos do FUNPEN para os integrantes do SINESP.

Eu vou direto ao Voto, Sr. Presidente, para que tenhamos, portanto, economia no processo legislativo. Mas, diante de um tema tão importante, não poderíamos deixar de destacar que esta votação em caráter terminativo, nesta Comissão, cria um novo sistema de estatística, de informação para que possa ter um planejamento estratégico para o sistema de segurança pública neste País.

Diane do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, nos termos do seguinte substitutivo, fazendo o registro à iniciativa do Senador Magno Malta:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310 (Substitutivo), de 2003

Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, altera a Lei Complementar nº 79, e outros.

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Informações de

Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas

– SINESP, com a finalidade de armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com:

I – segurança pública;

II – sistema prisional e execução penal; e

III – enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

Art. 2º O SINESP tem por objetivos:

I – proceder à coleta, análise, atualização, sistematização, integração e interpretação de dados e informações relativos às políticas de que trata o art. 1º;

II – disponibilizar estudos, estatísticas, indicadores e outras informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas;

III – promover a integração das redes e sistemas de dados e informações de segurança pública, criminais, do sistema prisional e sobre drogas; e

IV – garantir a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações, conforme os padrões definidos pelo Conselho Gestor.

Parágrafo único. O SINESP adotará os padrões de integridade, disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade e tempestividade estabelecidos para os sistemas informatizados do Governo federal.

Art. 3º Integram o SINESP o Poder Executivo da União, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º Os dados e informações de que trata esta Lei serão fornecidos e atualizados pelos integrantes do SINESP, na forma disciplinada pelo Conselho Gestor.

§ 2º O integrante que deixar de fornecer ou atualizar seus dados e informações no SINESP não poderá receber recursos nem celebrar parcerias com a União para financiamento de programas, projetos ou ações de segurança pública e do sistema prisional, na forma do regulamento.

Art. 4º Os Municípios, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público poderão participar do SINESP mediante adesão, na forma estabelecida pelo Conselho Gestor.

Art. 5º O SINESP contará com um Conselho Gestor, responsável pela administração, coordenação e formulação de diretrizes do sistema.

§ 1º A composição, organização, funcionamento e competências do Conselho Gestor serão definidos em regulamento.

§ 2º Na composição do Conselho Gestor será assegurada a representação dos integrantes do SINESP.

§ 3º O Conselho Gestor definirá os parâmetros de acesso aos dados e informações do SINESP, observadas as regras de sigilo previstas na legislação específica.

§ 4º O Conselho Gestor publicará, no mínimo uma vez por ano, relatório de âmbito nacional que conte estatísticas, indicadores e outras informações produzidas no âmbito do SINESP.

Art. 6º Constarão do SINESP, sem prejuízo de outros a serem definidos pelo Conselho Gestor, dados e informações relativos a:

I – ocorrências criminais registradas e respectivas comunicações legais;

II – registro de armas de fogo;

III – entrada e saída de estrangeiros;

IV – pessoas desaparecidas;

V – execução penal e sistema prisional;
VI – recursos humanos e materiais dos órgãos e entidades de segurança pública;
VII – condenações, penas, mandados de prisão e contramandados de prisão; e
VIII – repressão à produção, fabricação e tráfico de crack e outras drogas ilícitas, apreensão de drogas ilícitas e crimes conexos.

§ 1º Na divulgação dos dados e informações deverá ser preservada a identificação pessoal dos envolvidos.

§ 2º Os dados e informações referentes à prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de crack e outras drogas ilícitas serão fornecidos, armazenados e tratados de forma agregada, de modo a preservar o sigilo, a confidencialidade e a identidade de usuários e dependentes, observada a natureza multidisciplinar e intersetorial prevista na legislação.

Art. 7º Caberá ao Ministério da Justiça:

I – disponibilizar sistema padronizado, informatizado e seguro que permita o intercâmbio de informações entre os integrantes do SINESP, observado o disposto no § 2º do art. 6º;

II – auditar periodicamente a infraestrutura tecnológica e a segurança dos processos, redes e sistemas;

III – estabelecer cronograma para adequação dos integrantes do SINESP às normas e procedimentos de funcionamento do sistema.

Parágrafo único. O integrante que fornecer dados e informações atualizados no SINESP antes do término dos prazos do cronograma previsto no inciso III do caput, e de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Gestor, poderá ter preferência no recebimento dos recursos e na celebração de parcerias com a União relacionados com os programas, projetos ou ações de segurança pública e prisionais, na forma do regulamento.

Art. 8º A União poderá apoiar os Estados e o Distrito Federal na implementação do SINESP.

Parágrafo único. O apoio da União poderá se estender aos participantes de que trata o art. 4º, quando estes não dispuserem de condições técnicas e operacionais necessárias à implementação do SINESP.

Art. 9º A Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....
II –

.....
e) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Parágrafo único.” (NR)

“Art. 4º

.....
§ 3º

I – o ente federado que tenha instituído, em seu âmbito, plano de segurança pública;

II – os integrantes do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP que cumprirem os prazos estabelecidos pelo órgão competente para o fornecimento de dados e informações ao sistema; e

III – o Município que mantenha guarda municipal ou realize ações de policiamento comunitário ou, ainda, institua Conselho de Segurança Pública, visando à obtenção dos resultados a que se refere o § 2º.

§ 4º

§ 6º Não se aplica o disposto no inciso I do § 3º ao Estado ou Distrito Federal que deixar de fornecer ou atualizar seus dados e informações no SINESP.

§ 7º Os gastos anuais com projetos que não se enquadrem especificamente nos incisos I a V do caput ficam limitados a dez por cento do total de recursos despendidos com os projetos atendidos com fundamento nesses incisos.

§ 8º Os gastos anuais com construção, aquisição, reforma e adaptação de imóveis de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ficam limitados a dez por cento do montante de recursos alocados no exercício para atendimento dos projetos enquadrados nos inciso I a V do caput.” (NR)

“Art. 6º

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no inciso II do § 3º do art. 4º pelos entes federados integrantes do SINESP implicará vedação da transferência voluntária de recursos da União previstos no caput.” (NR)

Art. 10. O art. 9º da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

§ 1º Observadas as dotações orçamentárias, o Poder Executivo federal deverá, progressivamente, até o ano de 2012, estender os projetos referidos no art. 8º-A para as regiões metropolitanas de todos os Estados.

§ 2º Os entes federados integrantes do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SI-

NESP que deixarem de fornecer ou atualizar seus dados e informações no sistema não poderão receber recursos do PRONASCI.” (NR)

Art. 11. O art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....
§ 4º Os entes federados integrantes do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SI-NESP que deixarem de fornecer ou atualizar seus dados no sistema não poderão receber recursos do FUNPEN.” (NR)

Art. 12. O art. 20 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....
Parágrafo único. Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.” (NR)

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.

Sr. Presidente, esse é o voto, esse é o parecer, e peço a V. Exª apenas a consideração dos nossos Pares, porque este é um tema de extremada importância para a segurança pública brasileira e para a segurança do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria é terminativa. Portanto, vai precisar do votos dos Srs. Senadores.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Pedro Taques. Em seguida, vou colocar em votação nominal.

Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, S. Exª Sr. Relator, quero cumprimentá-lo pelo projeto. Hoje pesquisas revelam que a maioria dos crimes ocorrem

no mesmo local, no mesmo horário. E esse horário supera a dúvida a respeito dos dados que os Estados infelizmente não mandam para esse Sistema nacional. E isso, Senador Eduardo Braga, resolve a questão do repasse dos recursos da União para os Estados de forma político-partidária.

Eu tive a honra de ser relator da comissão externa do Senado que acompanhou o PAC da Segurança, e V. Exª foi presidente, e nós notamos um pouco isso. E V. Exª, como governador, tem experiência nessa área.

Então, quero parabenizar o autor e parabenizar V. Exª.

Esse projeto é muito importante, e, na Comissão de Segurança Pública, na Subcomissão, que tenho a honra de presidir aqui no Senado, debateremos a Estratégia Nacional de Segurança Pública, e já notamos, mais uma vez, a importância desse projeto para superar, por exemplo, os homicídios que ocorrem no Brasil sem solução.

Parabéns, e eu vou votar favoravelmente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

Votação nominal na Comissão de Constituição e Justiça.

Ainda temos mais cinco matérias.

Como vota o Senador José Pimentel?

Quem vota a favor do projeto vota “sim”.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o relator, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator: “sim”.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Voto com o relator, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim”.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Jorge Viana? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vota “sim,” Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim”.

Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como votam os Senadores Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo...

Renan Calheiros saiu, mas volta...

O Senador Luiz Henrique saiu e justificou; deixou aqui um ofício, justificando sua ausência.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o relator...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Senador Aloysio Nunes, “Sim”, com o relator.

Senador Álvaro Dias, “Sim”, com o relator.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Senador Eduardo Braga.

É o relator, não pode votar, voto conhecido.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Fora do microfone.) – “Sim”, com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Com a unanimidade dos votos, o Substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Último item da pauta, para entrarmos nas solicitações de extrapauta dos Srs. Senadores.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2007

- Não Terminativo -

Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Autoria: Deputado Walter Feldman

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas apresentadas.

Observações: – A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Em 09/07/2007, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que recebeu Parecer contrário;

- Em 09/08/2007, foi recebida a Emenda nº 3, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que recebeu Parecer contrário;

- Em 21/08/2007, foi recebida a Emenda nº 4, de iniciativa do Senador Marconi Perillo, que recebeu Parecer contrário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Sr. Senador Pedro Taques pede a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nesse Projeto de Lei anterior, da lavra do Senador Magno Malta, relatado pelo Senador Eduardo Braga, eu gostaria de pedir urgência na tramitação desse projeto. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele foi aprovado em turno único, portanto nós temos regimentalmente um prazo para o segundo turno suplementar de sessões aqui na Comissão. Então, na sequência da votação V. Ex^a terá o regimento para dar encaminhamento ao regime de urgência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Último item da pauta, fora a extrapauta, que está gordinha hoje.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o relatório do Projeto de Lei nº 27, de 2007.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como V. Ex^a mesmo lembrou, o Projeto de Lei nº 3.336 da Casa de origem, da Câmara, foi apresentado em 2004 pelo Deputado Walter Feldman. Ele estabelece requisitos de qualificação técnica adi-

cionais para habilitação de interessados em qualquer modalidade de licitação destinada à compra de medicamentos e insumos farmacêuticos.

A proposição que estamos analisando especifica os documentos a serem exigidos no edital da licitação.

Na compra de medicamentos, os documentos exigidos são os seguintes:

i.Certificado de Cumprimento de Boas Práticas de Fabricação e Controle para a linha de fabricação do medicamento;

ii.Relatórios técnicos de testes de equivalência farmacêutica, bioequivalência, biodisponibilidade relativa ou eficácia terapêutica, de acordo com a categoria de enquadramento do medicamento (genérico, similar ou novo); e

iii.Autorização Especial para os estabelecimentos que trabalham com medicamentos controlados.

Na compra de insumos farmacêuticos, por seu turno, os documentos exigidos são:

i.Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento de Insumos Farmacêuticos, para o fornecedor do insumo;

ii.Certificado de Boas Práticas de Distribuição, para os insumos adquiridos de distribuidoras;

iii.Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento, para os insumos adquiridos de distribuidoras e fracionadoras;

iv.Certificado de Boas Práticas de Fabricação, para os insumos adquiridos diretamente dos fabricantes no Brasil; laudo da análise físico-química e microbiológica do insumo; e

v.Autorização Especial para os estabelecimentos que trabalham com insumos controlados.

O autor da proposição destaca que, atualmente, o julgamento das propostas apresentadas nas licitações para compra de medicamentos e insumos farmacêuticos pelo poder público baseia-se apenas no critério de menor preço e na exigência de que os licitantes comprovem as condições de habilitação prescritas nos arts. 27 a 31 da Lei de Licitações e Contratos. No entanto, lacunas na legislação impedem que sejam devidamente avaliadas a eficácia, a segurança e a qualidade desses produtos, por falta de regras específicas para medicamentos e insumos farmacêuticos.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto foi apreciado pelas Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Finanças e Tributação (CFT), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e aprovado nos termos de substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

Encaminhado ao Senado Federal, em 29 de março de 2007, o Projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e a esta CCJ.

As Projeto foram apresentadas quatro emendas, três de autoria do Senador Demóstenes Torres e uma de autoria do Senador Marconi Perillo.

O Senador Jarbas Vasconcelos apresentou, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, minuta de relatório pela aprovação do Projeto, com a qual nós concordamos, eu concordo com o parecer do relator, com os argumentos por ele apresentados e que aqui os reproduzo parcialmente.

Sem me deter sobre as considerações de ordem jurídica e formal, passo a falar sobre o mérito, para reconhecer que não há dúvida quanto à importância de se estabelecer critérios específicos para as licitações destinadas à aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos pelo Poder Público com o objetivo de garantir a qualidade desses produtos.

No tocante às emendas apresentadas, cabe fazer as seguintes considerações. Em relação à primeira emenda de autoria do Senador Demóstenes Torres, cumpre-nos destacar que a Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 315, de 26 de outubro de 2005, estabelece exigências para o registro de medicamentos biológicos, das quais consta a necessidade de apresentação de estudos clínicos de não inferioridade, para fins de demonstração da atividade terapêutica e da segurança desses medicamentos.

Nós entendemos que não cabe transformar essa matéria, essa norma técnica em lei ordinária porque seria uma forma de enrijecer demasiado uma disposição que é de natureza eminentemente técnica.

Portanto, opino pela rejeição dessa emenda, o que implica na prejudicialidade da outra, que apenas adaptava o texto da proposição a eventual aprovação da anterior.

As demais emendas – terceira e quarta – de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Marconi Perillo, respectivamente, buscam resguardar os prazos anteriormente concedidos pela Anvisa – por intermédio da Resolução nº 134, de 2003 – o que, pelo tempo decorrido desde a apresentação das emendas, de 2007 até a data de hoje, fez as emendas perderem absolutamente o sentido e, por isso então, votamos pela rejeição das duas emendas.

Por fim, registre-se que o Projeto não contém impropriedades ou vícios, regimentais ou jurídicos, que inviabilizem a continuidade de sua tramitação e seu encaminhamento à Comissão de Assuntos Sociais, para exame complementar do mérito.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2007, rejeitadas as emendas a ele apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa, tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou pedindo vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda.

Senador Walter Pinheiro, ainda está presente?

Vou submeter aos Srs. Senadores os pedidos de extrapauta que temos aqui. Temos um pedido feito pelo Senador Walter Pinheiro da PEC nº 123, Projeto de Lei da Câmara nº 120, da Emenda à Constituição nº 17, de 2012, Projeto de Lei da Câmara nº 24, e do Projeto de Lei da Câmara nº 34.

Eu vou ler para os senhores.

Nós temos cinco pedidos de extrapauta. Eu vou submeter aos Srs. Senadores.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Acrescenta alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo o bras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

O Senador Walter Pinheiro foi quem pediu sua inclusão.

PROPOSTA DE LEI DA CÂMARA Nº 120

Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

Foi a Senadora Marta Suplicy quem pediu a inclusão extrapauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 17. Quem pediu a Proposta de Emenda à Constituição nº 17?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda.

Extrapauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24

Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências.

Quem pediu o Projeto de Lei da Câmara nº 24?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Foi o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi o relator, Senador José Pimentel.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34

Acresce o art. 135-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências.

Autor: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa.

A solicitação é também do relator, Senador Humberto Costa.

Eu indago aos Srs. Senadores se devemos incluir todas essas matérias em extrapauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Daria uma pauta para a próxima semana, mas, como há solicitação dos Srs. Senadores, eu tenho que colocar em bloco. Ou eu coloco em bloco, ou eu não coloco absolutamente nada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos votar, Sr. Presidente, favoravelmente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem que votar tudo? É pacote fechado? Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Para colocar... O que eu quero é o seguinte... Os pedidos de inclusão extrapauta não são de autoria da Mesa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu sei, claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – São todos dos Srs. Senadores. Então, para atender a um, eu tenho que atender a todos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor põe em votação o conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pôr em votação para saber se eu incluo ou não em extrapauta essas matérias. Se forem incluídas, vamos colocar as cinco.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se não forem incluídas, eu farei, na próxima semana, na sequência, a pauta, da forma como está aqui, obviamente acrescentando mais alguns itens.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou colocar em votação em bloco, porque, se eu atender a um, eu tenho de atender a todos, Senador.

Em votação a inclusão na pauta dos cinco itens que acabo de ler para os senhores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada a inclusão de pauta, com o voto contrário do Senador Eduardo Braga.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de aproveitar este momento para poder me pronunciar a respeito do projeto de lei que define as cotas etnicoraciais.

Conversando aqui com o nosso Líder, o Senador Walter Pinheiro, achamos que seria interessante, para poder facilitar a análise, que buscássemos a importante decisão do Supremo Tribunal Federal, que recentemente deu pela constitucionalidade das cotas raciais. Dessa forma, faríamos uma análise da decisão com o nosso relatório para verificarmos se ainda há necessidade de fazer algum ajuste no nosso relatório, para que o relatório possa estar em sintonia com a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Então, Sr. Presidente, o meu compromisso é de que a próxima quarta-feira possamos entregar ao senhor essa análise comparativa do nosso relatório com a decisão do Supremo Tribunal Federal para que, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, V. Ex^a também tenha a tranquilidade necessária de colocar este proje-

to, posteriormente, também na pauta para que possa ser apreciado por esta Comissão.

Então, é esse encaminhamento que estamos adotando, até para tranquilizar as lideranças do Movimento Negro, que se encontram presentes aqui no Senado, dizendo para eles da nossa preocupação com essa matéria, que é uma reivindicação justa. No entanto, achamos que é prudente fazer esse comparativo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que foi uma decisão muito importante, uma decisão que teve uma repercussão nacional importante, e que o nosso relatório deve estar com certeza em sintonia com essa decisão. Então, é isso que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, para que seja avaliado na próxima quarta-feira a inclusão desse projeto também na pauta desta Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, sem querer ser insistente, mas já sendo insistente, nós todos sabemos que a corrupção no Brasil está diminuindo. Isso está óbvio aí nos jornais.

Eu gostaria, se fosse possível, de colocar o projeto que transforma a corrupção em crime hediondo na pauta das próximas reuniões. Eu sei do compromisso de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, todos nós temos a obrigação de ter compromisso com a ética e sermos contra qualquer tipo de corrupção. Então, o projeto que V. Ex^a solicita, vou pedir à assessoria que analise a inclusão na pauta de imediato.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a presidência ao Senador José Pimentel, tendo em vista que sou relator dessa matéria, para que ele possa presidir os trabalhos enquanto eu relato. Vou ficar aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Item extrapauta.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 123, de 2011

- Não Terminativo -

Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou

obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

Autor: Deputado Otavio Leite e outros.

Relator: Eunício Oliveira

Relatório: Favorável à proposta, com emenda de redação que apresenta.

Observações: – Em 11 de abril de 2012 foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

- Em 08 de maio de 2012 foi realizada audiência pública para instruir a matéria.

Como já foi lida a matéria, coloco em discussão, a menos que o Sr. Relator queira fazer algum acréscimo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Não, obrigado.

Como nós temos várias matérias ainda a serem votadas, e devido ao adiantado da hora, já são 13h20, então eu abro mão de qualquer complementação de voto. Não há o que complementar.

Portanto, apenas peço o voto favorável a essa importante matéria, que vai evitar que o Brasil continue a ter o que tem hoje, que se vê em todos os lugares. Essa matéria ajuda a acabar – e se não acabar, pelo menos ajuda a diminuir em muito a pirataria no Brasil.

Portanto, eu peço o voto favorável dos meus pares. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em que pese o dia de ontem ter sido um dia bastante ativo dentro do Senado, e com diversas atividades simultâneas, no dia de ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos uma audiência pública com todos os setores envolvidos com relação a esta conhecida PEC da música.

Quero dizer às Sr^{as}s e Srs. Senadores que nós do Estado do Amazonas não temos nada, absolutamente nada contra o apoio, o estímulo, o incentivo à cultura brasileira, ao artista brasileiro bem como aos compositores e intérpretes da música brasileira. Portanto, o Estado do Amazonas não é contra este apoio ao combate à pirataria.

Apenas o Estado do Amazonas, que é detentor de praticamente 98% da indústria fonográfica e da indústria de vídeo, DVD e CD, tem manifestado sua preocupação no sentido de que essa aprovação da PEC não garantirá o combate à pirataria e não terá os efeitos esperados pelos autores e pelos defensores desta PEC.

O Estado do Amazonas, que possui mais de sete mil trabalhadores envolvidos na indústria de DVD e de CD, tem insistido em um debate amplo sobre essa matéria junto ao Ministério da Fazenda, junto ao Ministério da Indústria e Comércio e, inclusive, na audiência pública de ontem, que teve uma pequena participação de Senadores exatamente porque havia diversas atividades simultâneas na Casa, o Ministério da Fazenda manifestou a sua posição contrária à aprovação desta PEC, tendo em vista a questão da desoneração fiscal e da renúncia fiscal apresentada por esta referida emenda constitucional.

Eu gostaria, portanto, de deixar aqui o desejo de querer votar apoiando a cultura, incentivando a cultura brasileira, incentivando o compositor e o artista brasileiro, mas acreditando que é possível sim ainda neste debate acrescentar ações que possam efetivamente alcançar os resultados esperados pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo relator, pelo autor da PEC e por diversos outros setores.

Quero, portanto, dizer a V. Ex^a que voto contra o parecer do eminente relator Eunício Oliveira pelas razões expostas, mas dizendo que é uma posição não contra a cultura brasileira e não contra o incentivo ao artista, ao músico brasileiro, mas, sim, na busca de uma política que possa efetivamente combater a pirataria, incentivar a cultura e, ao mesmo tempo, preservar o trabalho, preservar o investimento feito pela indústria nacional e que não se estenda isso à indústria estrangeira, porque, nesta PEC, estimula-se o músico, estimula-se o compositor, o artista, mas não veda a indústria estrangeira. Portanto, creio que há ainda espaço para avançarmos nesta matéria.

Por essa razão, eu gostaria de consignar meu voto contrário ao relator com relação a esta matéria, dizendo que sempre é muito difícil divergir do nosso eminente presidente Eunício Oliveira, que tratou com celeridade esta matéria na Comissão de Constituição e Justiça, mas creio que nós podemos aprofundar esse debate e ainda existem outras instâncias como o Plenário para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na verdade essa proposta de emenda constitucional surge a partir da constatação da alarmante queda da comercialização de CDs e DVDs no Brasil, constatados principalmente na última década. Nós não temos dúvida em afirmar que, sem impostos obviamente e barateando essa comercialização, ela tenderá a aumentar.

É preciso que nós Sr^{as}s e Srs. Senadores aqui constatemos que o que está se buscando agora no

novo tratamento tributário para essa indústria é aquilo que já existe, por exemplo, na indústria de jornais, de revistas, de livros no Brasil, o que me parece absolutamente adequado. Há uma constatação, hoje, enfim, de Secretarias de Fazenda de vários Estados de que os preços desses CDs e dos DVDs, aprovado o relatório do Senador Eunício, teriam uma queda em torno de 25%. Nós estamos falando, então, em novas oportunidades de lançamentos de novos artistas, algo que interessa à cultura brasileira e, em especial, à cultura regional.

Eu ouço sempre com muita atenção as ponderações do Líder Eduardo Braga, mas me parece que, no momento em que nós ampliarmos a indústria de CDs e DVDs no País, combatendo inclusive o mercado ilegal, o mercado informal que hoje se estende por todas as regiões do Brasil, nós vamos estar, na verdade, dando melhores condições ao surgimento de novos talentos e me parece que o próprio polo da Zona Franca de Manaus pode ganhar com isso, com novas encomendas, com maiores pedidos, enfim, com o aumento da produção e, eventualmente, até dos empregos, nesse que será sempre o polo tradicional, quase monopolista na produção desses bens.

Portanto, me parece que essa proposta tem razões absolutamente louváveis para a sua aprovação.

Eu quero aqui registrar a participação do ilustre Deputado Otávio Leite, ao lado de outras lideranças do Congresso Nacional, mas o Deputado Otávio em especial, na defesa desse projeto do qual ele é um dos autores.

Acredito que a aprovação dessa PEC é uma oportunidade histórica de nós, na verdade, inserirmos a obra musical brasileira no século XXI. Portanto, lendo e cumprimentando o Relator pelo belo trabalho que fez, acredito que nós temos todas as razões para aprová-la sem qualquer tipo de prejuízo, seja para os cofres públicos federais, que vêm arrecadando, batendo recordes sucessivos de arrecadação em todos os últimos meses dos últimos anos, seja, em especial, para a Zona Franca de Manaus, que nós aqui historicamente temos defendido e que, me parece, ao final, pode ser beneficiada pela ampliação da comercialização de CDs e de DVDs no Brasil.

Portanto, meu voto será favorável à PEC da música, favorável ao relatório do Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já, Sr. Presidente? Como não membro eu achei que seria a última a falar. Agradeço V. Ex^a e ao Senador Eunício.

Primeiro, eu quero testemunhar aqui a postura do Presidente desta Comissão, que relata a matéria.

Sei do envolvimento dele com o conteúdo da matéria, mas nos permitiu travar um debate que, penso, foi importante. Ontem tivemos uma audiência pública aqui, uma mesa composta de mais de doze convidados tratando da matéria.

Senador Aécio Neves, eu só tive a oportunidade de ouvir V. Ex^a. Não ouvi o Senador Eduardo Braga, mas compartilhamos das mesmas opiniões.

E eu quero repetir aqui hoje, neste momento de votação, um pouco do que disse ontem. Nós estamos diante de um tema que aparentemente tem dois lados – repito, aparentemente: o daqueles que teoricamente defendem a música e, portanto, querem a aprovação da PEC e o outro lado seria o dos representantes da Zona Franca de Manaus. E por que da Zona Franca de Manaus? Porque, Senador Humberto Costa, é exatamente na Zona Franca de Manaus que se concentra todo o setor produtivo de CDs e DVDs do Brasil e só está na Zona Franca, como aliás todas as indústrias que lá estão, por conta dos incentivos fiscais que o Governo Federal concede de forma correta, de forma extremamente correta, pois não fossem os incentivos, nenhuma empresa, seja brasileira ou estrangeira, iria se instalar a mais de três mil quilômetros dos grandes centros consumidores do País, não é?

Então, se a gente aprova uma emenda constitucional concedendo imunidade tributária – e não são benefícios, não; é imunidade tributária –, obviamente que a primeira providência será o deslocamento desse parque produtivo para outras regiões do Brasil. E aí, Senador Pimentel, certamente não será o Ceará, certamente não será o Piauí, mas possivelmente o Rio de Janeiro e São Paulo, que são os dois Estados que consomem 80% daqueles produtos, possivelmente.

Eu resgato aquilo que eu disse no início: aparentemente seriam dois lados. Mas quero dizer que esses dois lados não existem. E não existem, Sr. Presidente, porque, como nós da Zona Franca de Manaus não somos contra a música brasileira, que aliás, eu acho que é o que mexe no imaginário das pessoas – no imaginário, a gente fala, e eles cantam e, quando cantam, eles falam para o coração das pessoas –, todos nós defendemos. Achamos que a música, que tanto sofre com a pirataria no Brasil e no mundo inteiro, mas no Brasil principalmente, precisa, sim, de medidas urgentes para enfrentar esse problema e continuar se desenvolvendo, porque não é apenas a venda do produto que cai. Nós estamos aqui falando de um mercado, Sr. Presidente, em que 70% é marginal, não é produto legal, mas pirata que é vendido no mercado brasileiro. Então, fica muito pouco para eles. E além da perda, isso não possibilita o lançamento de novos talentos, de

novos artistas no Brasil. Enfim, nós apoiamos muito, mas muito e integralmente a música.

Como eles todos que defendem essa emenda constitucional não querem ver o desemprego instalado na Zona Franca de Manaus, o que nos resta? Qual o caminho? O caminho, Sr. Presidente, é buscar uma alternativa para isso. Se nós queremos ajudar a música, se eles não querem subtrair, Senador Alvaro Dias, os empregos do Estado do Amazonas, qual é mesmo o caminho?

O caminho, na nossa opinião, não é essa emenda constitucional. Não é. Não sei se o Senador Eduardo Braga leu isso aqui. Ele dá imunidade a videograma, fonograma e todo meio material que os contém, todo meio material. E o que é meio material? É a Comissão de Constituição e Justiça que tem que responder isso, porque é esta Casa, é esta Comissão que analisa a constitucionalidade.

O que é o meio material? O meio material pode ser um mp3, porque como está lá ele não está dando imunidade somente à música em si, ao bem que é imaterial, Senador Taques. Ele está dando – alguém pode me passar aqui o texto da PEC? –, ele está dando ao bem imaterial também, porque fala de videograma e fonograma e qualquer meio material onde está contida música, Senador Aécio. Qualquer meio material. Que meio material é esse? É o mp3, mas pode ser também um telefone celular que tenha música, pode ser qualquer coisa. Olhem a confusão. Olhem a confusão.

Excetua-se o processo produtivo de replicação. E essa é a maior demonstração de que os artistas também não querem prejudicar a Zona Franca e entenderam que essa exceção estaria preservando o parque industrial produtivo e de distribuição do polo. Mas não está. Não está. Absolutamente. Mesmo porque essa PEC vai atingir muito o ICMS e não os impostos do setor produtivo, e, sim, da comercialização.

Vou usar o exemplo – eu acho que ela está aqui – de uma compositora que estava na Mesa. Não vou usar o nosso exemplo, vou usar o da compositora. A compositora, Senador Randolfe, que estava aqui defendendo a PEC pegou uma nota fiscal de um CD que encomendou a uma indústria – por acaso foi a Sonoress, se não me engano – e a ela foi cobrado o produto posto em São Paulo a R\$3,90 a unidade. Havia aqui um representante do empresariado que disse que estava muito caro esse produto, pois, na média, custa em torno de R\$2,00. Já estou concluído. Mas ela teria pago naquele produto R\$3,90. E o Estado de São Paulo estava cobrando 12,5% de ICMS, que é o tributo verdadeiramente atingido pela PEC, porque incentivo outro tem, só que na Zona Franca de Manaus, de IPI, de II, não imunidade, mas incentivo. Então, 12,5% de

R\$3,90 são aproximadamente R\$0,48. De pouco mais de R\$0,47 centavos é essa economia, ou seja, se aquele CD fosse posto no mercado à venda por R\$20,00, qual será o efeito da PEC? Será de R\$0,48. Mas ele não vai custar R\$20,00. Portanto, Senador, R\$19,50. Então pergunto: tem condições de concorrer com o pirata, que ali na esquina é vendido por R\$3,00 ou dois CDs por R\$5,00? Não.

Então o que eu solicito aqui é que esta Comissão analise a questão à luz da legislação, mesmo porque eu acho que essa PEC aprovada não vai vigorar – essa é a minha opinião – primeiro porque terá que vir uma lei para dizer que meios materiais são esses. E está aqui. O Senador está com ela na mão. Diz aqui: “os fonogramas, videogramas musicais, bem como os suportes materiais”. Que suportes materiais seriam esses?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Concluindo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a que é tão entendido nessa área tributária, Ministro que foi da Previdência Social, preocupado que é não apenas com a previdência do povo, mas com o sistema tributário como um todo sabe que obviamente terá que vir uma lei depois.

Então, o que eu peço é que a Comissão analise não pela emoção, porque a emoção é a coisa mais linda que o ser humano tem, mas, às vezes, sobreposta à razão, a gente incorre num erro, e, achando que está ajudando, a gente pode estar prejudicando.

E, se a imunidade for aprovada, hoje a fiscalização que é muito incipiente pode se transformar em nada. A fiscalização não de mídias virgens produzidas no Amazonas, não, porque nós não produzimos mídias virgens. As mídias virgens que chegam ao Brasil ou vêm pelo descaminho ou entram subfaturadas no mercado brasileiro e geralmente do Paraguai.

Então, é esse apelo que eu faço, agradecendo a V. Ex^a a oportunidade que me dá de falar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui falar em nome da Frente Parlamentar da Cultura. A nossa Frente tem uma composição de 27 Senadores e 278 Deputados e Deputadas. A Frente Parlamentar é totalmente a favor da aprovação da PEC 123 de 2011, conhecida como PEC da Música. Eu quero aqui dizer algumas razões de a Frente Parlamentar ser favorável a essa PEC.

Primeiro, quero dizer que esta PEC introduz na Constituição Federal um benefício tributário para a música brasileira. Isso não está previsto no art. 150. Com a PEC, poderemos ter esse benefício assegurado no art. 150 da Constituição Federal. Ou seja, assegura

que, no que se refere aos fonogramas e aos videofonogramas, não sejam aplicados impostos sobre esses produtos musicais produzidos no Brasil. Sem impostos, a música será comercializada de forma mais barata e legal. Isso é importante.

E nós podemos considerar, com certeza, que a música brasileira é um patrimônio do povo brasileiro que precisa ser valorizado, que precisa ser estimulado e que precisa ser de fácil acesso a todas as pessoas.

Hoje, Sr. Presidente o preço dos DVDs e dos CDs podem, com aprovação desta PEC, cair em pelo menos 25% do seu valor. Isso é importante porque possibilita que mais pessoas possam ter acesso aos DVDs e aos CDs e não buscar esses produtos de forma ilegítima.

E mais do que isso: com a PEC aprovada, a compra e o consumo de música via telefone vão ficar cerca de 30% mais baratos, o que significa um novo horizonte para os profissionais da música.

Então, Sr. Presidente, com imunidade tributária, o músico iniciante terá muito mais condições de se introduzir no mercado de trabalho. Esta também é uma questão que precisa ser considerada: a valorização do profissional da música, principalmente quem é iniciante nesse mercado. Então, vender o seu CD de forma oficial e não mais na informalidade, como tem ocorrido normalmente.

Então, é importante também esclarecer que as fábricas de CDs e DVDs localizadas em Manaus, na nossa avaliação, na avaliação da Frente, não serão afetadas. Por que não serão? Porque, com a PEC implantada, o mercado vai aquecer e, consequentemente, todos os músicos, especialmente os novos vão vender mais.

No fim, a indústria da Zona Franca de Manaus, vai ganhar mais clientes, mais pedidos, a produção, com certeza, vai aumentar, gerando mais empregos.

Então, nós entendemos que a PEC abre um caminho para o comércio formal da música brasileira na Internet.

Por fim, Sr. Presidente, acho que é uma questão de fazer justiça social à música popular brasileira, à música produzida pelos nossos artistas brasileiros.

E eu quero também aqui destacar três grandes objetivos para finalizar a nossa fala, que é o objetivo desta PEC na avaliação da Frente Parlamentar. Com aprovação da PEC, nós vamos ampliar a comercialização de CDs e DVDs de música brasileira, vamos estimular a produção de milhares de novos compositores e músicos, facilitando a venda de seus produtos e trazendo para a formalidade – isso é importante – e também vamos fortalecer o mercado da música brasileira em toda a sua diversidade regional e, com isso, valorizar a cultura nacional.

Portanto, Sr. Presidente, nós somos favoráveis à PEC.

Falo aqui, mais uma vez, em nome da Frente Parlamentar da Cultura.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu quero lamentar que o Senador Eduardo Braga tenha saído. Eu gostaria tanto que ele estivesse aqui. Mas a Senadora Vanessa está. Eu não vou citar o nome dela nenhuma vez para não ter esse negócio de art. 14.

Sr. Presidente, pimenta nos olhos dos outros é refresco. Eu estou vendo os dois aqui... Ontem, eu falei para o Senador Eduardo Braga. Quando ele esperneou, eu fiquei aqui rindo. Porque há quinze dias eu chorei. Eu chorei porque tomaram a nossa zona franca toda. O Fundap é zona franca inteira, não é, Senador Ricardo? Senador Ricardo, tomaram a nossa zona franca. E eles estão tirando um itenzinho só e estão chorando. Porque zona franca faz fogão, zona franca faz micro-ondas, faz televisão, faz tablet. O que mais faz, Aécio? Me assessora aí, Aécio. Moto. O que mais? Celular. E a zona franca não pode sair de lá.

E aí eu relembrava ontem, quando Arthur Virgílio, que faz muita falta – se estiver me ouvindo, um abraço ao meu amigo Arthur –, Líder do PSDB aqui, adrenalina pura, 24 horas por dia. O PSDB já não tem um desse aí. Alvaro é adrenalina, mas, quando encerra a sessão, ele acalma. Arthur nunca.

Quando o Senador Sarney – olha, eu não gosto de citar nome, não, mas vou falar – pediu uma zona franca para o Lula no Amapá, o Lula deu. Mandou uma medida provisória aqui com uma zona franca. Arthur virou o satanás, e eu fiz coro com o Arthur. E olha que eu sou da base do Lula, apaixonadamente, sempre fui, todo mundo sabe. E aí eu fui com o Arthur brigar a briga de Manaus. Não tem o menor sentido. Daqui a pouco, Minas Gerais quer uma zona franca também. Daqui a pouco, o Espírito Santo também quer. Macapá quer. Mato Grosso quer, do Pedro Taques. Então, não tem o menor sentido. A zona franca foi criada com um propósito: ela não deve sair de lá.

Mas eu não vi esse discurso tão inflamado e apaixonado para defender os interesses do meu Estado. Muito pelo contrário. Tinha um rolo compressor montado aqui. E essa história de querer proteger a música, nós só temos uma chance. Essa é uma conta fácil de fazer, como dois mais dois são quatro. Só considerando o produto do artista brasileiro, CD e DVD, material cultural de igual forma são livro, jornal e revista, que

nós certamente conseguiremos arrefecer o ânimo do pirata. E ninguém se iluda que vai acabar com o pirata, não. Porque eles vão vender CD de R\$0,50 agora.

Não vai acabar. Mas o sujeito que consome música, o cidadão brasileiro vai poder ir às lojas, entrar num *shopping* e comprar um CD dignamente, bem feito, por R\$8,00. E, por R\$8,00, preste atenção, o senhor dono de gravadora já está ganhando muito dinheiro, viu? E o que passa disso é procedência maligna. R\$8,00, R\$10,00. Ora, o sujeito pode comprar um CD por R\$8,00... Ele compra o CD do pirata hoje porque o CD é R\$27,00 ou R\$22,00! Não tem o menor cabimento, não tem o menor cabimento. Essa conta é fácil de fazer. Não adianta argumentar e dizer que essa lei não vai vigorar. Eu poderia também dizer que a medida que tomaram com o Fundaf não vai vigorar, porque nós vamos burlar, vamos passar por cima, vamos continuar fazendo. O Espírito Santo vai ser denunciado todos os dias, mas nós vamos fazer porque um argumento desses de que essa lei não pega, não vai vigorar, estamos brincando com a sociedade brasileira, que está nos assistindo.

Eu pertenço à frente parlamentar da cultura. Estava incluído aqui, e a Senadora Ana Rita falou no meu nome, falou em nome de todos nós e deu as razões. Segundo, Senador, sou músico; sou músico e virei Senador. Tenho 30 anos de carreira no Gospel; tenho instituição de drogados que é sustentada com meus direitos autorais. Então estou falando do que conheço, estou falando da minha realidade e estou falando dos meus próprios interesses. E sei que, sendo assim, nós temos como arrefecer, não resolver, o problema da pirataria.

Quando se fala em pirataria só se pensa em CD e DVD. Mas há pirataria de roupa, pirataria de tênis, de tanta coisa por aí. Diz-se que a Embraer até fez agora um acordo, eu me lembro que, no ano passado, o Senador Pinheiro fez um discurso de que a Embraer está abrindo uma fábrica na China. É isso, não é? E fez um acordo com a China de cooperação. Olhem com quem a Embraer foi fazer acordo de cooperação: com os chineses. Daqui a pouco, vamos ter aviões sendo vendidos na 25. Copiados. É. Estou dizendo, tinha que ter ido para outro lugar. Entendeu? Porque eles copiam tudo.

Então, olha só. Eu lamento, mas vejo com muita alegria a força do Senador Eduardo Braga e da Senadora Vanessa porque estão defendendo os seus Estados com unhas e dentes como defendi o meu. Só que lá, a exemplo do Fundaf, se poderia dizer que tais e tais produtos, o Governo poderia dizer que eles não podem vir pelo porto, porque prejudicam a indústria nacional. Aliás, o que passa pelo nosso porto é muito

mais automóvel; diz que prejudica a indústria nacional. Eu não conheço uma indústria nacional de automóvel brasileiro. Então, tudo o que entra aqui é para mandar de volta para os seus países e tudo o que mandam de volta é absolutamente maior do que o que deixam aqui. Nós fizemos todo o tipo de argumento, mas ninguém aceitou. Ninguém aceitou. Não, acaba-se totalmente.

A Zona Franca não está acabando! Estamos discutindo um item só. E certamente na prática não gerará esse desemprego que está posto aqui. Não vi reação nenhuma do Diretor Geral da Suframa quando fiz essa minha fala ontem; muito pelo contrário. Ele me abraçou lá fora e falou que concordava comigo, mas que tínhamos que lutar. Eu respeito, temos que lutar, mas ele falou: "eu concordo com o senhor, o Diretor da Suframa, com o argumento que o senhor fez". E esse é que é o argumento, meu Presidente Senador Eunício, que fez esse relatório tão bem feito que, ontem, teve ao seu lado o seu conterrâneo Fagner, que é quem manda naquele Estado. Quem manda lá é Fagner. V. Exª se quiser se tornar governador tem que se aliar a ele, porque a força daquele Estado é Fagner, é Tom Cavalcanti, é Tiririca, é a cultura de lá, a família de Chico Anísio, que pode lhe dar uma força, Didi e Mocó, tudo artista, estão todos do nosso lado.

Está bom, já falei demais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou ser bem rápido em razão do horário, estamos a dez minutos da sessão do Senado Federal. Quero dizer que não estamos votando isso improvisadamente. Houve amplo debate na Câmara dos Deputados, uma mobilização muito importante dos nossos artistas, os talentosos artistas muitas vezes prejudicados por uma legislação atrasada, e é um passo adiante que se dá. Aqui no nosso entendimento em que pese ao brilhantismo com que no nosso Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin defenderam os interesses de Manaus, aqui não há a prática de ato algum que possa contrariar interesses de Manaus, até porque se preservou o IPI com exclusividade para a Zona Franca de Manaus em relação a essa matéria. O mais importante aqui não é CD nem DVD; o importante aqui é a musica digital, que se compra através do telefone pagando 35% de impostos retirando do artista, portanto, 35% de um ganho que deveria ser seu, como estímulo à cultura, como estímulo a sua criatividade, a produção artística.

Enfim, esta proposta de emenda constitucional que teve como primeiro subscritor o Deputado Otávio Leite, mereceu o aplauso não só dos artistas brasileiros, mas também daqueles que são os defensores, os arautos da cultura no País. É por essa razão que nós

somos favoráveis e queremos, mais uma vez, homenagear o Deputado Otávio Leite pelo seu esforço, sua dedicação, pela liderança colocada a serviço dessa causa. E também o Senador Eunício, que mais uma vez brilhantemente prolatou um relatório incontestável que faz com que tenhamos facilidade de votar esta matéria sem receio de estarmos prejudicando quem quer que seja, mas praticando um ato em benefício da cultura do nosso País. Por isso, voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, este é um tema que o Congresso Nacional debate desde 2007, um tema que se esgotou e que permitiu que não apenas Deputados Federais, mas também Senadores, portanto, representantes populares, representantes dos Estados federados pudessem estudar um tema que é da maior relevância para a cultura brasileira.

A minha inclinação absoluta é acompanhar o parecer do eminentíssimo Senador Eunício Oliveira. O parecer do Senador Eunício é muito claro, muito objetivo. Não estamos inventando a roda. Estamos dando a CD e DVD o mesmo tratamento tributário que têm livros, periódicos e assim por diante. Assim como o papel que é utilizado para a produção de jornal. Estamos ampliando essa condição em torno de favorecer o acesso dos brasileiros à cultura brasileira. Estamos criando uma linha específica para a cultura brasileira. Então esta é uma matéria importante. Eu quero aqui não manifestar o meu voto como capixaba; não. Eu acho que sinceramente, Senador Magno Malta, isto aqui não pode ser um acerto de conta entre os Estados federados. Eu poderia exercê-lo, mas não o farei porque essa não é a minha convicção. Quero votar como brasileiro porque esta proposta vai fortalecer o acesso de brasileiros à cultura brasileira. Então é com muita convicção que dou o meu voto na certeza de que estamos fortalecendo sobretudo o artista brasileiro, o incansável artista brasileiro que canta a alma do povo brasileiro.

Portanto, a iniciativa do Deputado Otávio Leite e outros aqui acolhida pelo Senador Eunício Oliveira, merecem a nossa manifestação de solidariedade e apoio em nome do artista brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não é nenhum decréscimo ser chamado de Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na verdade, fiquei 16 anos lá e termina ficando na nossa memória.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, vou ser muito rápido. Existe um ditado que diz o seguinte: quando o pirão é pequeno, o meu primeiro. Infelizmente, aqui no Senado nós estamos nos transformando não em Senadores da República; apesar de sermos representantes dos Estados nós somos Senadores da República, temos que defender a Federação. Estamos discutindo temas fadados que estariam melhores dentro da reforma do chamado pacto federativo. Vou votar favoravelmente a esta proposta de emenda à Constituição em homenagem ao artigo 214, 15, da Constituição, que trata da cultura como patrimônio imaterial do povo brasileiro. Agora, nós temos que entender que guerras já foram realizadas em razão de discussões como esta. Nós temos que debater o pacto federativo, que é o mais importante. Não cada Senador ou cada trio de Senadores defender o seu Estado da Federação. Somos representantes dos Estados, mas somos do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nós estamos tratando aqui não de um produto; estamos tratando aqui do conjunto que é produzido em qualquer região do Brasil. Estamos tratando de um patrimônio do povo brasileiro, a música popular brasileira. É dela que se trata e é esse o sentido dessa proposta de emenda constitucional. A nossa música popular é uma das mais expressivas manifestações da nossa cultura. A nossa música popular nos distingue. A nossa música popular caracteriza-se e é reconhecida em todo o mundo pelo valor que tem. Com essa proposta de emenda constitucional nós estamos abrindo um enorme caminho para o comércio formal da música brasileira em todos os campos: na internet, nos novos produtos eletrônicos, em todos os cantos. E é disso que se trata. Essa é a proposta de emenda constitucional que, no meu sentir, está acima inclusive dos nossos debates sobre a federação. Eu não quero inserir essa proposta de emenda constitucional no debate envolvendo os interesses de alguma região da nossa federação. Quero inserir essa proposta de emenda constitucional dentro do reconhecimento que o Brasil tem que fazer de uma das mais importantes expressões da cultura brasileira, de uma das mais importantes expressões do patrimônio cultural brasileiro. E é em defesa da música popular brasileira que vem essa proposta de emenda constitucional, com relação à qual nós deveríamos, por unanimidade, votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Ah, desculpe.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero simplesmente dizer a V. Ex^a que, em que pese a brilhante argumentação da Senadora Vanessa Grazziotin, vou seguir a posição da Frente Nacional da Cultura, trazida pela Senadora Ana Rita, e cumprimentar o Senador Eunício Oliveira pelo seu brilhante parecer.

O meu voto é favorável.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, queria registrar a presença da nossa colega Jandira Feghali, também da Frente Nacional da Cultura e quero acompanhar a orientação da nossa Senadora Ana Rita, que fez uma brilhante exposição em nome da Frente Nacional da Cultura, defendendo a aprovação, e seguiu o voto do nosso Senador Eunício Oliveira, que ontem, numa reunião brilhante, porque foi um debate muito aberto, permitiu que todas as opiniões fossem oferecidas à matéria.

Então o nosso voto favorável, pela música, pela arte, pela cultura popular brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, vou sequestrar o avião antes que alguém o faça.

A maior homenagem que podemos prestar à cultura é votar. Peço aos nobres Senadores que ao invés de falar vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado com o voto contrário do Senador Eduardo Braga.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1 da CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a presidência ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, embora seja uma proposta de emenda constitucional, se houver acordo entre todas as lideranças, solicito que de imediato, e com a urgência de-

vida à matéria, ela seja encaminhada para a votação no Plenário, visto que necessita do rito de emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Encaminharei ainda hoje ao Plenário, independente da aprovação, porque não há necessidade. Tendo em vista que se trata de uma PEC, vou encaminhá-la ainda hoje ao Plenário, devido ao interesse dessa matéria para combatermos a pirataria e ajudarmos a cultura brasileira.

Próximo item extrapauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 120, DE 2011.

- Não Terminativo -

Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

A Senadora é favorável ao projeto em seu relatório.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Coloco em discussão a matéria, antes ouvindo a Senadora Marta Suplicy, só para o voto.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – O projeto, Sr. Presidente, o PLC nº 120 é muito simples e bom, porque determina que a Declaração de Nascido Vivo terá validade em todo o território nacional até que seja lavrado o assento do registro do nascimento.

Quanto à expedição, o projeto estabelece que a Declaração de Nascido Vivo deve ser emitida para todos os nascimentos com vida ocorridos no País e será válida exclusivamente para fins de elaboração de políticas públicas e lavratura do assento de nascimento.

A Declaração de Nascido Vivo deverá ser emitida por profissional de saúde responsável pelo acompanhamento da gestação, do parto ou do recém-nascido inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ou no respectivo conselho profissional.

É de se observar que a Declaração de Nascido Vivo não substitui nem dispensa, em hipótese alguma, o registro civil de nascimento, obrigatório e gratuito, devendo conter, além de outros dados, o número de identificação nacionalmente unificado, a ser gerado exclusivamente pelo Ministério da Saúde.

O PLC nº 120, ao alterar a Lei de Registros Públicos, determina a elaboração de mapas de nascimentos que deverão ser remetidos aos órgãos públicos interessados no cruzamento das informações do registro civil e da declaração de nascido vivo. Esses mapas,

que serão elaborados pelos oficiais do registro civil, deverão ser remetidos por meio digital.

Na Câmara dos Deputados, a proposta foi distribuída às Comissões de Seguridade e de Constituição, que aprovaram a matéria com emendas substitutivas.

No Senado Federal, o projeto foi distribuído inicialmente à CDH, que o aprovou sem ressalvas, e posteriormente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que ora apresenta o seu parecer. E não ofereço emendas.

Análise.

Ele não apresenta vícios de regimentalidade nem de constitucionalidade.

No mérito é louvável a iniciativa do Poder Executivo, que apresenta medida hábil para reduzir o número e as consequências dos sub-registros e dos registros tardios.

Segundo mencionado pela Exposição de Motivos Interministerial nº 12, de 2009, o art. 7º da Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança determina que a criança será registrada imediatamente após o seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e ser cuidada por eles.

Além disso, a parte geral da Declaração do Milênio das Nações Unidas indica ser o registro civil estratégia e pressuposto para a efetivação das metas do milênio.

O sub-registro no Brasil é um problema gravíssimo. Segundo o IBGE, em 2002, a taxa nacional de sub-registro era de 20%, 830 mil crianças que não eram registradas no seu primeiro ano de vida.

Em 2003 foi dado início à mobilização nacional por registro civil de nascimento com a cooperação de todos os Estados da Federação. Esse esforço ajudou a melhorar a taxa de sub-registros. Em 2010 esse percentual caiu 6,6%, 167 mil crianças não registradas.

Tais avanços são muito bons, mas são ainda insuficientes, pois muitas regiões apresentam taxas de sub-registros muito mais altas do que a média. As taxas altas de sub-registros afetam diretamente a efetividade das iniciativas governamentais voltadas a atender a população, em especial aquelas voltadas à primeira infância, em razão da indisponibilidade de informações confiáveis.

A utilização da Declaração de Nascido Vivo como documento com fé pública é uma forma de minimizar esses efeitos, já que atualmente as Declarações de Nascidos Vivos são emitidas para 97% dos nascidos vivos, o que significa uma cobertura bem superior à captada pelo registro civil.

Assim é fundamental que a Declaração de Nascido Vivo tenha respaldo legal e validade em todo o

território nacional, de forma a garantir que os nascidos vivos já registrados no sistema de saúde possam ser identificados, ainda que problemas conjunturais dificultem ou retardem a obtenção do registro civil de nascimento.

Outra consequência importante desse projeto deriva do fato de que as informações constantes da Declaração de Nascido Vivo serão as mesmas das certidões de nascimento, sendo possível promover uma troca de informações entre o estabelecimento de saúde e o cartório de registro civil. Assim será possível a identificação da criança no local de nascimento, permitindo medidas pró-ativas para que seja feito o seu registro civil de nascimento permanente.

Diante de todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 120, da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa)

Aprovado o relatório da Senadora Marta Suplicy.

A matéria passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, e vai ao plenário.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de pedir urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto aos Srs. Senadores o pedido de urgência da Senadora Marta Suplicy.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado o pedido de urgência.

V. Ex^a receberá ainda hoje a PEC da Música e também a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, para que V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional em exercício, possa fazer essa matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17

Altera o art. 132 da Constituição Federal.

Autoria: Deputado Mauricio Rands e outros.

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável à proposta, com duas emendas de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para a leitura do voto e das emendas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é matéria de iniciativa do nosso colega Maurício Rands, zeloso Deputado Federal, que

estabelece a presença dos procuradores municipais. A legislação federal, na Constituição, já ampara os procuradores estaduais e, evidentemente, os federais para que advoguem em defesa dos entes que a Constituição criou, que são os entes federados: a União, os Estados e os Municípios. No entanto, a Constituição não tinha ainda resolvido o problema dos procuradores municipais. E é isso que, zeloso e cuidadosamente, faz o nosso colega Mauricio Rands.

Por isso, o nosso voto é favorável, com duas emendas de redação que vão permitir que a matéria seja aprovada, com a celeridade necessária, no plenário do Senado Federal.

Esse é o meu parecer. Eu voto favorável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Inácio Arruda, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com as Emendas nº 1, da CCJ, e nº 2, da CCJ, de redação.

A matéria vai ao plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24

- Não terminativo -

Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências.

Autoria: Deputado José Otávio Germano e outros.

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada.

Observações: – Em 12/4/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador José Agripino, que recebeu parecer contrário do Relator, Senador José Pimentel.

- A matéria será apreciada, ainda, pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel para a leitura do voto do Projeto de Lei da Câmara nº 24.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, este projeto de lei é de origem da Câmara Federal e tem como objetivo fortalecer as defensorias públicas, os procuradores e também os setores que integram o Poder Judiciário brasileiro, em especial o Ministério Público. Este projeto de lei, como muito bem V. Exª registra, tem caráter terminativo na CAE.

Nosso parecer. Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2012, e pela rejeição da Emenda nº 1, da CCJ.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço vista, Presidente. Requeiro vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O Senador Ricardo Ferraço pede vista. É regimental. V. Exª tem vista.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço urgência para a PEC 17.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou colocar em votação a PEC 17. PEC não tem urgência, Senador Inácio Arruda. Não é regimental.

Projeto de Lei da Câmara nº 24, pede vista o Senador Ricardo Ferraço. Portanto, vista concedida. É regimental.

Último item extrapauta de hoje.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34

- Não Terminativo -

Acrescenta o art. 135-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa.

O Senador Humberto Costa tem a palavra para fazer a leitura do seu voto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, este projeto, de autoria do Poder Executivo, pretende para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências, ou seja, eliminar a cobrança do chamado cheque caução ou a solicitação de qualquer tipo de garantia para o atendimento de emergência na rede privada, na rede pública, enfim.

Aqui, neste colegiado, já tivemos oportunidade de aprovar dois projetos com essa preocupação: um, de minha autoria, que coloca como transgressão ao Código Civil essa cobrança; e, outra, do Senador Ciro

Nogueira, que tipifica esse tipo de atividade como transgressão ao Código de Defesa do Consumidor.

No entanto, o projeto que vem do Governo Federal é muito mais amplo. Ele amarra muito mais esse tipo de prática irregular e transforma em crime, de modo que me parece bastante adequado. Ele cumpre todas as exigências de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa.

No mérito, também voto pela aprovação do projeto.

Já peço, em seguida, que, se aprovado, possa ser votado em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 34, que tem como Relator o Senador Humberto Costa.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}s Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Humberto Costa, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria vai a plenário.

E submeto o regime de urgência solicitado pelo Senador Humberto Costa.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}s Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Hoje tivemos aqui uma pauta cheia, com 11 matérias. As matérias foram aprovadas. E a Senadora Marta Suplicy terá muito trabalho hoje, no plenário do Senado Federal, com tantas matérias em regime de urgência.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)

ATA DA 20^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e oito minutos, do dia dezesseis de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Randolfe

Rodrigues, Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Ricardo Ferreira, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti, e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Gim Argello, Magno Malta e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2003.Terminativo.**

Altera a Lei nº 10201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em 09/05/2012, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 310, de 2003, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 310, de 2003, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2007**

Não Terminativo. Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CRA. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e será apreciada ainda pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Pedro Simon e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA:** **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2012**

. **Não Terminativo.** Dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – RJ e dá outras providências. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 36, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 36, DE 2012-CCJ.** “Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2012.” **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às onze horas e quatro minutos; restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2007, ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2012, ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2009, ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 e ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2008; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 7.

Item 1. É terminativo, mas é apenas turno suplementar.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2003 - Terminativo -

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Observações: – A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 09/05/2012, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 310, de 2003, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu pediria que entrasse em extrapauta o PLC nº 30, de 2012, que trata do Centro Cultural da Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lindbergh, o Senador Dornelles também já havia conversado comigo.

Vamos dar seguimento à pauta e, obviamente, à extrapauta, embora nós tenhamos hoje a instalação da Comissão da Verdade no Palácio do Planalto. Fomos nós, desta Comissão, que aprovamos, com o relatório brilhante do Senador Aloysio Nunes Ferreira, essa matéria. Portanto, eu gostaria, como Presidente da CCJ, de estar presente no Palácio. Se houver tempo, estarei. Senão, cumprirei a pauta da Comissão de Constituição e Justiça, porque é o nosso dever aqui.

Item 2 da pauta:

ITEM 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2007**
- Não Terminativo -

Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Autoria: Deputado Walter Feldman

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas apresentadas.

O Senador Aloysio Nunes – a assessoria acaba de me dizer aqui – entregou um voto reformulado sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27.

Nesse caso, há um voto reformulado, e o Senador Aloysio está ausente. Consulto ao Plenário se todos os senhores já receberam esse voto reformulado do Senador Aloysio Nunes.

E, como houve pedido de vista na matéria anterior... O Senador Inácio Arruda, o Senador Humberto Costa, a Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais, pediram vista coletiva. Nesse caso, retiro a matéria de pauta para que seja distribuído aos Srs. Senadores o voto reformulado do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Item 3 da pauta:

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2012**
- Não Terminativo -

Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências.

Autoria: Deputado José Otávio Germano e outros
Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

Observações: – Em 12/04/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador José Agripino, que recebeu Parecer contrário do Senador José Pimentel;

- Em 09/05/2012, foi concedida vista ao Senador Ricardo Ferraço, nos termos regimentais;

- Em 15/04/2012, foi recebido voto em separado, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que conclui pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta e acatando integralmente a Emenda nº 1;

- A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Como o Senador Ricardo Ferraço, para a leitura do voto em separado...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não estando aqui presente o Senador Ricardo Ferraço, pergunto a V. Ex^a se isso poderia ser retirado de pauta até a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Ricardo Ferraço tinha de estar presente para ler o voto em separado. O relator é o Senador José Pimentel. Se o relator entender... Porque há um voto em separado contra o relato dele, o relatório do Senador José Pimentel. Na ausência do Senador, o voto em separado, obviamente, está prejudicado, porque...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas eu faria um apelo ao Senador Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ao Senador Pimentel cabe...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Há uma emenda do Senador José Agripino, que acaba de chegar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele deu parecer contrário. Há parecer contrário, na emenda do Senador José Agripino, dado pelo Senador José Pimentel.

Em relação ao voto em separado, não se encontra o Senador Ricardo Ferraço. Consulto o Senador Pimentel sobre se ele, como relator, deseja que essa matéria seja retirada de pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, essa é uma matéria polêmica. Já estive consultando uma série de Pares aqui da Comissão, e todos querem estudar melhor esse tema. Eu perguntaria a V. Ex^a se é possível o Senador Dornelles subscrever o voto, para não se perder o voto, e se retira de pauta o projeto de lei, como forma de construirmos o entendimento em torno dessa redação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há necessidade de subscrever o voto, tendo em vista que, se V. Ex^a concorda...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Concordo com a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...com o adiamento, então, como se diz lá no Ceará, a gente – não é politicamente correto, não vou repetir a frase – atende a dois senhores, simultaneamente, o que não é coisa fácil: atendo ao Senador Dornelles, atendo à ausência do Senador Ricardo Ferraço e, obviamente, atendo à solicitação de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tenho acordo com o pedido do Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, a matéria está retirada de pauta, de ofício, pela Mesa, com a anuência do Senador José Pimentel e com a solicitação do Líder Francisco Dornelles.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, acho oportuna....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Acho oportuna a retirada de pauta, porque acho que, em tempos de negociação de juros, de respeito à sociedade, de proteção ao cidadão, essa matéria e a discussão da emenda se impõem como um benefício à sociedade.

Acho que a retirada de pauta, em uma espécie de estabelecimento de um pacto de busca de entendimento, é oportuna, democrática, e quero aqui louvar e apoiar a iniciativa, colocando-me, desde já, à disposição do Senador Pimentel, do Senador Dornelles, para que possamos estabelecer um processo de discussão em busca de um entendimento em torno da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok, Senador Agripino.

Item 4 da pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2007 - Não Terminativo -

Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CRA.

Observações: – A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e será apreciada ainda pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Vou pedir um pouquinho de silêncio, porque acho que estou com excesso de audição. Estou ouvindo demais aqui

O Senador Pedro Simon pede a palavra. Senador Pedro Simon, no microfone, por favor, porque não estou ouvindo o senhor. Tem muito barulho, não estou ouvindo V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É que estou falando baixo ultimamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é não. É que tem muito barulho, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após a leitura, será concedida vista a V. Ex^a.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, como já disse. Eu concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para proferir o relatório, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Trata-se de projeto de conteúdo bastante substancial, cinco capítulos contendo 27 artigos, que tem o objetivo de regulamentar as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no meio ambiente e comercialização de clones de peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, exceto humanos, conforme resumem o seu art. 1º e emenda.

O art. 2º do projeto estabelece as definições pertinentes à aplicação da norma. Os dispositivos subsequentes fixam as condições para a realização de pesquisas com clonagem e para a produção comercial e a importação de clones.

Assim, são definidos os documentos necessários a serem apresentados pelos interessados, os prazos administrativos e os órgãos do Poder Executivo Federal responsáveis por registrar, autorizar e fiscalizar as atividades envolvendo pesquisa, produção ou importação de clones.

De acordo com os arts. 14 e 15, que tratam das responsabilidades civis e administrativas, os responsáveis por danos ao meio ambiente e a terceiros responderão pela indenização ou reparação integral do dano causado, sendo também co-responsabilizada a instituição que realizar clonagem de animal cuja propriedade não tenha sido comprovada pelo interessado.

Em seguida, os arts. 16 a 19 definem as penalidades para as infrações administrativas decorrentes da inobservância das normas previstas na lei, bem como os órgãos responsáveis pela aplicação das sanções.

Os arts. 20 a 24 tipificam os crimes referentes ao descumprimento da lei e especificam as respectivas penas, que podem ser de detenção de 1 a 4 anos, ou de reclusão de 1 a 6 anos, além de multa.

O art. 25 estabelece que as instituições que desenvolvem atividades de clonagem deverão requerer o registro a partir da publicação da lei, ficando os órgãos competentes obrigados a emitir o documento dentro dos prazos nela previstos.

O art. 26 determina que os clones de mamíferos destinados a comercialização e os clones de animais com características de biorreatores deverão ser rastreados.

Por fim, o art. 27 vincula a usual cláusula de vigência de entrada em vigor da lei que dele decorrer na data de sua publicação.

O projeto tramitou inicialmente pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde em 27 de março de 2008 e 22 de setembro de 2009, foram realizadas duas audiências públicas com o objetivo de instruir a apreciação da proposição, que contaram com a presença de pesquisadores do Centro de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, e da Universidade de São Paulo, a USP, bem como de representantes do setor pecuário e de órgãos governamentais com interesse na matéria.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação.

Entendo que é uma matéria importante, Sr. Presidente. A Embrapa precisa desse projeto, dessa aprovação, para que possa avançar na questão da clonagem.

Peço ao Senador Pedro Simon a gentileza de analisar o projeto, para que possamos votar, porque é uma matéria de alta importância para a Embrapa, para a pesquisa no nosso País, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse é o relatório, Senador Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Favorável à matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon pede vista.

Comunico ao Senador Ferraço que, em atenção a V. Ex^a, que estava se deslocando para cá, o Senador Dornelles, o Senador Pimentel e a Mesa anuíram que o voto em separado de V. Ex^a na matéria anterior poderá ser lido na próxima semana, não prejudicando, portanto, o seu voto em separado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu agradeço a deferência de V. Ex^a. Na próxima quarta-feira, nós estaremos aqui para relatar e fazer o debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon pede vista.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva a pedido também do Senador Rodrigo Rollemberg.

Então, foi concedido vista coletiva da matéria ao Senador Pedro Simon e ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Pedro Taques, faço uma consulta a V. Ex^a. Temos que ir à oficialização da Comissão da Verdade, porque a Comissão de Constituição e Justiça teve papel fundamental nessa questão. O Senador Aloysio já se deslocou e alguns Senadores estão se deslocando.

Há mais três itens na pauta e um extrapauta, a pedido do Senador Dornelles e do Senador Lindbergh.

Consulto os Senadores e o Senador Pedro Taques se querem colocar a matéria em votação ou retirá-la de pauta, porque...

O SR. PEDRO TAKES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço, se for possível, para deixar esse projeto para a semana que vem, porque ele trata de presos pela prática de crimes hediondos que devem ficar em estabelecimentos federais. Como eles estão presos e a pena é longa, uma semana não vai prejudicar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vejo uma movimentação, embora na Comissão estejam presentes vários Senadores.

Se permitirem o silêncio, vou fazer uma consulta aos Srs. Senadores.

Senador Rollemberg, vou fazer uma consulta aos Srs. Senadores. Eu estou vendo a movimentação dos Senadores que participaram ativamente da questão da Comissão da Verdade querendo participar da oficialização do ato da Comissão da Verdade.

Nós temos aqui mais três matérias – já analisamos quatro matérias – que são terminativas. O Senador Pedro Taques, que é sempre muito assíduo nesta Comissão e está aqui presente, também está, como eu, de certa forma incomodado, porque teríamos que nos dividir para estar lá no lançamento. Não se trata de outra matéria de cunho político, mas é uma matéria da história do País, e a Comissão teve uma participação importante.

Quero só consultar os Srs. Senadores. Há três itens aqui que são terminativos, e vou precisar da maioria de treze Senadores presentes. Eu consulto os senhores se colocamos a matéria extrapauta do Senador Dornelles e deixamos os três itens que são terminativos para a próxima pauta ou se seguimos com a pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, relato o item 7. Da minha parte, atendo a V. Ex^a e, obviamente, peço que mantenha esses itens com prioridade na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os itens 3, 5, 6 e 7 voltarão na sequência.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Da minha parte, sem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se houver anuênciia dos Srs. Senadores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Relativamente ao item 6, eu apresentei uma emenda, que tem a concordância do autor e do relator, o que indica que teremos uma votação rápida e sem polêmica. Nós fizemos uma emenda para salvar o projeto, aproveitar o projeto, com o apoio do autor e do relator. Se V. Ex^a puder colocá-lo em votação, eu agradeceria. É o item nº 6, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – É o item nº 6 da pauta.

Senador Luiz Henrique, a emenda foi recebida agora por V. Ex^a e pela Mesa; não foi nem distribuída aos Senadores. Consulto a V. Ex^a se pode ser na próxima semana, quando analisaríamos todas as matérias que ficarem remanescentes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. A respeito do item nº 6, eu disponho da emenda e que já foi incorporada ao parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Não foi distribuída aos Senadores. Não, tudo bem. Vou consultar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A simples leitura já vai dar conhecimento à comissão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, como autor da matéria, e compreendendo a importância desse ato que acontecerá agora, no Palácio do Planalto, e da importância dos membros da Comissão de Constituição e Justiça estarem presentes, por parte do autor da emenda, não há problema nenhum, óbice nenhum a que a matéria seja apreciada na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça. É apenas para contribuir.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu concordo também com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Então, a matéria volta, na próxima semana, como prioridade, com os itens de prioridade na comissão.

Com a anuênciia dos senhores, os três itens são terminativos; portanto, preciso de quórum qualificado. E o próprio Senador Pedro Taques veio pedir para sair, e os Senadores Pedro Simon, Suplicy e o Senador Pimentel.

Vou fazer a leitura do Projeto de Lei extrapauta.

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2012

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Lindbergh Farias, favorável ao projeto

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, para um brevíssimo relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, bem rapidamente, esse é o projeto do STJ sobre o Centro Cultural da Justiça Federal, que abriga o antigo prédio do Supremo Tribunal Federal.

Vou diretamente ao voto.

Em face das razões expostas e, considerando ter sido bem fundamentada, pelo STJ, a razão do número de cargos e funções comissionadas pleiteadas, considero meritória e oportuna a proposição em análise, e voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2012.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}s Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Com a anuênciia de V. Ex^{as}...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Peço urgênciia ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Solicita o Senador Lindbergh urgênciia da matéria ao Plenário do Senado Federal.

Consulto as Sr^{as}s e Srs. Senadores que concordam com a urgênciia que permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o regime de urgênciia.

A matéria vai ainda hoje ao Plenário do Senado Federal.

Com a anuência de V. Ex^a, e as desculpas da Mesa, vou encerrar a reunião, para que todos possamos ir à implantação da Comissão da Verdade, que é a história viva do País.

Um abraço. Até a próxima semana.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

ATA DA 21^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinquenta minutos, do dia vinte e três de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Roberto Requião, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira, e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita, Lúcia Vânia e Kátia Abreu reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Randolfe Rodrigues. Registra as presenças do Senador Wellington Dias, e dos parlamentares bolivianos, Senadora Janine Yanes e Deputado Federal Adrián Oliva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2007

Não Terminativo Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos. **Autoria:** Deputado Walter Feldman. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário às emendas apresentadas. Em 09/07/2007, foram recebidas as Emendas n^os 1 e 2, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que receberam Parecer

contrário; Em 09/08/2007, foi recebida a Emenda n^o 3, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que recebeu Parecer contrário; Em 21/08/2007, foi recebida a Emenda n^o 4, de iniciativa do Senador Marconi Perillo, que recebeu Parecer contrário; Em 16/05/2012, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira; A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011**

Terminativo Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei n^o 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei n^o 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda n^o 1, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. **Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, de 2012**

Acrescenta o inciso V-A do art. 37 da Constituição da República, para vedar o provimento, a investidura e o exercício em cargo em comissão ou em função de confiança aos brasileiros que estejam em situação de inelegibilidade, ressalvadas as incompatibilidades específicas de cargos políticos eletivos, a condição de inalistável e a de militar. **Autoria:** Senador Pedro Taques e outros. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Favorável à Proposta com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2007**

Não Terminativo

Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n^o 2-CRA. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e será, ainda, apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão

terminativa; Em 16/05/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Pedro Simon e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CRA/CCJ (SUBSTITUTIVO). ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2012**

Não Terminativo Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências. **Autoria:** Deputado José Otávio Germano e outros. **Relatoria:** Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Em 12/04/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador José Agripino, que recebeu Parecer contrário; Em 09/05/2012, foi concedida vista ao Senador Ricardo Ferraço, nos termos regimentais; Em 15/05/2012, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, com voto pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta; A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº1-T, restando prejudicado o Voto em Separado do Senador Ricardo Ferraço. Votam vencidos os Senadores Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro e Kátia Abreu. ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2012**

Não Terminativo

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 37, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2011**

Não Terminativo

Autoriza o Poder Executivo a doar 4 (quatro) aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 39, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM**

10) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2003

Não Terminativo Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, com as adequações que apresenta. Em 10/04/2012, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou relatório favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Pedro Taques, Armando Monteiro, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2012**

Não Terminativo Transforma cargos de Promotor de Justiça Adjunto em cargos de Procurador de Justiça e de Promotor de Justiça, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Autoria:** Ministério Público da União.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 38, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 37, DE 2012-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2012.” **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO N° 38, DE 2012-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2012.”

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO N° 39, DE 2012-CCJ**

“Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2011.” **Autoria:** Senador Luiz Henrique. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e dezenove minutos; restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2009 e ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2008;** e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes, obviamente, peço desculpas aos meus pares. Nós estávamos numa reunião com o Governador do meu Estado, discutindo questões importantes com relação à seca que nos aflige no Nordeste brasileiro e em parte do Espírito Santo – tenho convicção disso. Então, atrasei-me um pouco e peço desculpas aos meus pares. Já estamos com quase 40 minutos de atraso.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente, eu queria requerer a V. Ex^a, naturalmente ouvindo a comissão e se esse for o entendimento dos nossos pares, Senadores e Senadoras na comissão, a inversão de pauta do Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio já chegou.

Senador Ferraço, o Senador Aloysio pede a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu fui procurado pelo autor do projeto, o Deputado Walter Feldman.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual o projeto?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o Item 1.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Item 1 da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o Item 1. O autor pediu que eu solicitasse a retirada de pauta, uma vez que ele gostaria de ter uma oportunidade de explicar suas razões à Anvisa.

Eu fui procurado pela Anvisa, Sr. Presidente e Srs. Senadores, na semana passada, já quando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o Item 1. O Senador Aloysio está com a palavra. Eu peço um pouquinho de silêncio. Está uma movimentação muito grande aqui na comissão e eu peço um pouquinho de silêncio para ouvirmos o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Anvisa me apresentou algumas sugestões que em princípio me pareceram procedentes, o que me levaram inclusive a reformular o meu voto. Mas o autor do projeto, o Deputado Walter Feldman, pediu-me hoje que eu solicitasse a retirada de pauta, porque ele gostaria de ter um diálogo com a Anvisa para insistir na linha original da sua proposta. Então, se V. Ex^a permitir, eu gostaria de ter um pouquinho mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com certeza absoluta eu vou atender a V. Ex^a, até porque tenho convicção de que esse debate é para melhorar cada vez mais esse projeto que V. Ex^a está relatando.

Portanto, o Item 1 da pauta está retirado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Aqui. Rodrigo Rollemberg.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu consulto V. Ex^a se é possível incluir, extrapauta, o Projeto de Lei originário do Ministério Público, que tem por objetivo transformar o seu art. 1º. É o Projeto de Lei da Câmara nº33, de 2012, do Ministério Público da União, que transforma cargos de Promotor de Justiça Adjunto em cargos de Procurador de Justiça e de Promotor de Justiça, no âmbito do Ministério Público da União e Territórios, sem criar despesa alguma. É apenas um remanejamento.

O parecer já foi distribuído para os demais Senadores e eu consulto V. Ex^a sobre se é possível a inclusão extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Rollemberg, nós temos dez itens na pauta. Vamos dar sequência à pauta e se no final da reunião tivermos condição de colocar extrapauta, obviamente atenderei V. Ex^a.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Caso contrário, eu meu comprometo com V. Ex^a a colocar na pauta da próxima semana.

O Senador Ricardo Ferraço tinha pedido uma inversão de pauta, mas vou dar a palavra pela ordem à Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a também a inclusão extrapauta do PLC nº180, de 2008, de iniciativa da Deputada Nice Lobão, que dispõe sobre ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

É importante entrar como extrapauta nesta reunião, Sr. Presidente, considerando que esta Comissão vai analisar a constitucionalidade do projeto. E considerando que o STF já emitiu o seu parecer sobre o sistema de cotas e deu pela constitucionalidade, entendemos que estamos em sintonia. É importante que o debate seja feito já, de imediato, que o projeto retome o andamento aqui, no Senado Federal.

Então, solicito que ele entre como extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se nós tivermos a condição para incluí-lo. Temos dez itens na pauta, se tivermos a condição da inclusão, nós discutiremos no final da reunião. Se não, faço um compromisso com V. Ex^a... V. Ex^a já está com o voto reformulado? Esse voto já foi distribuído? O voto reformulado da Senadora Ana Rita já foi entregue à Comissão? Só para informação. (Pausa.)

A Comissão ainda não recebeu o voto de V. Ex^a.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Olha só, Sr. Presidente, nós não reformulamos o voto, mas fizemos um parecer à parte, apontando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aí é reformulação de voto.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não há necessidade de reformulação porque tem total sintonia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita, só para ordenar os trabalhos. Ou V. Ex^a mantém o relatório anterior, sem nenhuma alteração...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mantenho, sem nenhuma alteração.

Por quê? Posso fazer uma justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não é o momento.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O relatório tem sintonia com a decisão do STF.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é o momento oportuno para fazermos este debate. A consulta que a Mesa faz a V. Ex^a é se há ou não alteração do relatório.

O relatório é o que foi entregue a esta Comissão anteriormente e distribuído.

O Senador Ricardo Ferraço pede a inversão de pauta. Nós iríamos ao item 2 da pauta, mas há um pedido de inversão de pauta do Senador Ricardo Ferraço para o item 7 da pauta.

O Senador Ricardo Ferraço tem um voto em separado.

Senador Aloysio, apenas para informar para o Plenário que há um pedido de inversão de pauta para o item 7, do Senador Ferraço. É o item que foi retirado de pauta na semana passada, porque tivemos que suspender a reunião por causa da instalação da Comissão da Verdade. Há um voto em separado do Senador Ricardo Ferraço.

Consulto o Plenário sobre a solicitação de inversão de pauta do Senador Ricardo Ferraço. Apreciamos o item 2, mas S. Ex^a solicita inversão para o item 7.

Os Srs. Senadores que aprovam a inversão de pauta solicitada pelo Senador Ricardo Ferraço permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inversão de pauta, vamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2012 - Não Terminativo -

Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências.

Autoria: Deputado José Otávio Germano e outros.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, que amplia para todos os demais bancos do País a possibilidade de receber os depósitos judiciais provenientes de recursos judiciais.

O relatório do Senador José Pimentel é pela manutenção dos bancos estatais e há uma emenda com parecer contrário.

Em 12/04/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador José Agripino, que recebeu Parecer contrário do Relator José Pimentel.

Em 09/05/2012, foi concedida vista ao Senador Ricardo Ferraço, nos termos regimentais.

Em 15/05/2012, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, com voto pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta.

A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa naquela Comissão e não nesta.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para a leitura do seu voto em separado e, em seguida, vou colocar a matéria em discussão.

Senador Ricardo Ferraço tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, nós estamos apresentando o voto em separado, acolhendo a emenda proposta nesta Comissão pelo eminentíssimo Senador José Agripino, além de alteração adicional por mim proposta.

A emenda visa a corrigir a redação do art. 1º do Projeto oriundo da Câmara, no que define que os depósitos judiciais serão feitos preferencialmente em banco estadual, no qual o Estado-membro possua mais da metade do capital social integralizado ou se não houver preferência para a Caixa Econômica Federal ou para o Banco do Brasil. Ainda que respeite as razões aduzidas pelo eminentíssimo e dedicado Senador José Pimentel, para não acolher a emenda que visa a corrigir essa restrição do universo das instituições aptas a receber os depósitos, me convenci de que, como está, o Projeto de Lei Complementar vem acompanhado de vício constitucional.

Estamos, portanto, em nossa emenda, estendendo tal universo, acolhendo proposta do Senador José Agripino para abranger todas as instituições financeiras habilitadas e fiscalizadas pelo Banco Central, pretendendo, com isso, afastar a restrição da livre concorrência e a ofensa à eficiência que se espera da Administração Pública, impedindo qualquer tipo de reserva de mercado, trabalhando na direção de preservar e defender o interesse do jurisdicionado, para que esse possa procurar a melhor instituição financeira, aquela que oferece a melhor remuneração ao depósito judicial.

Essa extensão igualmente deixa clara a necessidade de realização de licitação para a escolha do banco que receberá os depósitos, inclusive em atenção ao entendimento que vem se solidificando nos tribunais de contas, no sentido de serem ilegais as contratações de bancos públicos sem a prévia realização de licitação pública. Pretendemos reproduzir no âmbito dos depósitos judiciais a dinâmica ocorrida recentemente quando os bancos privados credenciados pelo Banco Central passaram a integrar os contratos relativos às folhas de pagamento dos funcionários públicos, portanto, a portabilidade, oferecendo o direito de iniciativa a cada um dos servidores de movimentarem os seus vencimentos e as suas remunerações no banco que lhes oferecer não apenas uma melhor remuneração, mas uma melhor prestação do serviço, até porque en-

tendemos que isso pode oferecer uma condição didática e pedagógica na condução da busca da eficiência, da eficácia ou da excelência na prestação do serviço.

Ademais, com a obrigatoriedade de lastrear os recursos dos depósitos judiciais em título público federal, a redação proposta gerará absoluta segurança, porque, ainda que esses bancos sejam habilitados e credenciados pelo Banco Central, essas terão de ser obrigatoriamente operações lastreadas por títulos do Governo, por títulos públicos, o que oferece uma garantia excepcional. Portanto, dessa forma, estamos apresentando um voto em separado, pedindo apoio aos demais Senadores, para que possamos criar essa adequação a esse projeto, que, parece-me, vai fazer mais justiça, vai exercer e potencializar a competição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É como relato, naturalmente pedindo apoio para o nosso voto em separado, tendo em vista que acolhemos fundamentalmente, no nosso voto em separado, emenda do Senador José Agripino, que, inclusive, é o aniversariante do dia. Quero felicitá-lo e cumprimentá-lo, desejando-lhe muita paz e muita saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço que aguardem só um minuto.

Primeiro, vou conceder a palavra ao Senador José Pimentel, como Relator.

Antes de conceder a palavra ao Senador José Pimentel, quero registrar, com prazer, que o Senador José Agripino faz 50 anos hoje e merece nosso abraço.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco/DEM – RN) – Faço 51 anos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – São 51 anos? O meu número era 151 quando eu era candidato a Senador. Pensei que fossem 50 anos. Desculpe-me! V. Ex^a restabelece a verdade e afirma que tem 51 anos. Parabéns, Senador José Agripino, pelo belíssimo trabalho que tem feito pelo povo do Rio Grande do Norte! V. Ex^a engrandece esta Casa.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero também saudar o Senador José Agripino pelo seu aniversário. Queremos estar juntos daqui a mais 51 anos, quando ele dobrará sua idade.

Quero dizer que sou radicalmente contra o parecer em separado do nobre Senador Ricardo Ferraço, por ser totalmente inconstitucional, ao contrário do que S. Ex^a afirma.

A Lei Complementar nº 101, de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, já tratou dessa matéria em seu art. 43. O que diz o art. 43? “As disponibilidades de caixa dos entes da Federação são depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição Federal.” Portanto, essa é uma lei complementar. Para alterar essa matéria, necessariamente teria de ser uma lei complementar. Tanto a emenda apresentada, como o voto em separado procuram fazer a alteração por meio de lei ordinária. E aprendemos que, de acordo com a Lei Complementar nº 95, qualquer alteração de lei complementar tem de ser feita com instrumento de mesma envergadura, de mesma altura.

Em segundo lugar, o Supremo Tribunal Federal, em 24 de abril de 2002, por unanimidade, tendo como Relatora a Ministra Ellen Gracie, julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.600, do Estado do Espírito Santo. A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo tinha aprovado uma lei com o mesmo teor que, aqui, o nobre Senador Ricardo Ferraço apresenta. Portanto, o voto em separado do Senador Ricardo Ferraço faz exatamente a defesa das contrarrazões que foram apresentadas à Ação Direta de Inconstitucionalidade de 2002. Os Ministros, por unanimidade, assim decidiram em sessão presidida pelo Ministro Marco Aurélio, na presença dos Srs. Ministros Moreira Alves, Sydney Sanches, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa, Nelson Jobim e Ellen Gracie.

Quais são as fundamentações da Ministra Ellen Gracie em seu voto? Ela diz: “A regra é o depósito dos recursos públicos em instituições financeiras oficiais, entendendo a doutrina que essas disponibilidades no tocante a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios podem ser depositadas em instituições financeiras oficiais de qualquer esfera, sem preferência”. E diz mais: “Vejo também que essa regra salutar de depósitos em bancos oficiais imposta pela Constituição vai ao encontro do princípio da moralidade, previsto no art. 37, *caput*, no seu texto, ao qual deve obediência a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, comentando o dispositivo, não obstante exponham críticas ao modelo de monopólio estatal, nele certo, após considerarem que as exceções a essa regra são de alçada de lei ordinária federal.

Transcrevem comentário de Junquiera Ferreira acerca das consequências desse dispositivo da esfera municipal, no sentido de que o fato de obrigar o depósito das instituições financeiras oficiais é medida saneadora, pois evita que o prefeito faça como seu o

saldo médio com o depósito da prefeitura para obter empréstimos pessoais. No mesmo sentido, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.661, que teve como Relator o Ministro Celso de Mello contra a Assembleia Legislativa do Maranhão, também datada de 23 de agosto de 2002. A Presidência do Supremo Tribunal Federal foi exercida pelo Ministro Marco Aurélio. Presentes à sessão os Srs. Ministros Moreira Alves, Sydney Sanches, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Maurício Corrêa, Nelson Jobim e Ellen Gracie. Também aprovada por unanimidade.

O que diz o Sr. Relator Celso de Mello?

Enfatize-se, por oportuno, que esse entendimento – que põe em destaque o aspecto subjacente à norma inscrita no art. 164, § 3º, da Constituição da República, concernente ao princípio da moralidade administrativa – reflete-se, por igual, no autorizado magistério de Ricardo Lobo Torres (*'Curso de Direito Financeiro e Tributário'*), que, ao versar a questão pertinente ao ‘Depósito dos Poderes Públicos’, assim se pronunciou:

‘As disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais (art. 164, § 3º, da Constituição Federal). É providência ditada pela moralidade na administração da coisa pública e já positivada em diversas normas do Direito Infraconstitucional’.

Tenho por inegável, desse modo, que a ratio subjacente à cláusula de depósito compulsório, em instituições financeiras oficiais, das disponibilidades de caixa do Poder Público em geral (Constituição Federal, art. 164, § 3º) reflete, na concreção do seu alcance, uma exigência fundada no valor essencial da moralidade administrativa, que representa, como precedentemente enfatizado, verdadeiro pressuposto de legitimação constitucional dos atos emanados do Estado.

Isso significa, portanto, que também as exceções à regra constitucional do art. 164, § 3º, da Carta Política – exclusivamente definíveis pela União Federal – hão de respeitar esse postulado básico, em ordem a impedir que eventuais desvios ético-jurídicos do improbus administrator possam instituir situações de inaceitável privilégio, das quais resulte indevido favorecimento, destituído de causa legítima, outorgado a determinadas instituições financeiras de caráter privado.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a posição unânime do Supremo Tribunal Federal da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal é exatamente contrária à emenda do nobre Senador, hoje aniversariante, e pelo voto em separado do nobre Senador Ricardo Ferraço.

Prefiro ficar com a Constituição, com a Lei de Responsabilidade Fiscal e também com as decisões do Supremo Tribunal Federal sobre essa matéria.

Quero registrar que o projeto de lei de iniciativa da Bancada do Rio Grande do Sul, que foi aprovado na Câmara Federal, sofreu mudança significativa entre o projeto original e o projeto aprovado na Câmara. Ali, a Câmara autorizou a exclusividade por preferencialmente. A Câmara já fez uma abertura, atendendo em parte ao que aqui se pleiteia.

Portanto, Sr. Presidente, rejeito a Emenda nº 1, rejeito a Emenda nº 2, apresentada no voto em separado, e mantendo o teor do voto aqui apresentado, que é manter o que foi aprovado na Câmara Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria.

Pela ordem de inscrição, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu gostaria inicialmente de manifestar publicamente aqui o meu cumprimento ao Senador Ricardo Ferraço pela atenção dedicada à matéria. Ele foi profundo, ele apresentou um voto em separado cuidadoso, analisou as questões de mérito e fundamentalmente as questões de amparo constitucional, de constitucionalidade, com argumentos cristalinos.

Quero, portanto, fazer minhas as manifestações do Senador Ricardo Ferraço com relação à constitucionalidade da proposta que apresentei, que ele incorporou ao seu voto em separado.

E quero me ater fundamentalmente à questão do mérito, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Qual é o objetivo da emenda que apresentei?

Proteger o cidadão. O Brasil todo sabe que, nas disputas judiciais, de norte a sul, de leste a oeste deste País, enquanto a decisão da Justiça não acontece, em muitos casos impõe-se o depósito judicial. O depósito judicial, mais dia, menos dia, vai ser sacado ou pelo depositante ou pela parte que tenha ganhado a questão.

O que acontece hoje?

Há uma obrigação de depósito em bancos oficiais, que impõe a remuneração a esse capital, sem concorrência. Impõe pura e simplesmente. Impõe e não dá informação ao depositante sobre o andamento, sobre a correção, sobre atualização, sobre disponibilização. Nada, porque ele se sente proprietário daquele recurso. E o cidadão, que foi obrigado pela legislação a fazer o depósito em Justiça fica à mercê daquilo que é a vontade do banco oficial.

Qual é o meu objetivo?

Proteger o cidadão; abrir a licitação, para que bancos permitidos pelo Banco Central, com a garantia inclusive de lastro, se for o caso de títulos públicos, possam habilitar-se a oferecer uma taxa de juros ou uma condição mais conveniente ao depositante; para que ele tenha o direito de depositar num banco confiável, autorizado pelo Banco Central; se necessário, que lastreie aquele depósito em título público, para que não haja risco algum ao depositante, para que ele, cidadão, seja o vencedor na questão, ou tenha a vantagem que a lei possa permitir ou ensejar a ele. E não ele ser prisioneiro das condições impostas pela obrigação de depósito em banco oficial.

Eu quero colocar um argumento a mais, Sr. Presidente.

Neste momento, o Governo Federal, em muito boa hora, adota providências para baixar a taxa de juros. Tenta baixar e baixa por decisão do Conselho Monetário Nacional a Selic. Em função da Selic em queda, determina uma queda da taxa de juros aos bancos oficiais e exige dos bancos privados comportamento semelhante. E os bancos privados o estão fazendo. Os Bradesco, Santander, Itaú, todos estão acompanhando o esforço do Governo, do Banco do Brasil, dos bancos estaduais, da Caixa Econômica, no sentido de baixar a taxa de juros ao consumidor final.

Muito bem. Os bancos privados, que querem habilitar-se a receber esse acréscimo de recurso, que não é pequeno, pelo Brasil inteiro, estão dando a sua contribuição no sentido do abaixamento da taxa de juros ao consumidor final, e a eles é negada a oportunidade desse encaixe adicional, para que eles possam, muito embora não tenha havido diminuição no depósito compulsório, eles possam ter esse adjutório de depósitos, para praticarem junto ao tomador, ao cidadão, a taxa de juros que o Governo induz a que, em similitude aos bancos oficiais, os bancos privados também o façam? São dois pesos e duas medidas?

Quer-se dar tudo ao banco oficial e se exige do banco privado tratamento igualitário na questão da taxa de juros, sem dar a ele essa oportunidade de, já que não tem diminuição no compulsório, pelo menos ter esses depósitos que possibilitem encaixe, que viabilizem o acompanhamento, a uma taxa de juros menor, dentro da política econômica do Brasil.

Então, além de proteger o cidadão, que é o mérito principal dessa emenda, proteger o cidadão no sentido de dar a ele a oportunidade de um banco oferecer a ele melhores condições, para que o seu depósito seja, ao final, melhor remunerado, para que o seu encontro de contas seja feito de forma mais razoável, por uma licitação entre bancos autorizados pelo Banco Central.

Não se deseja privilégio para banco que não tenha condição real de receber aquele depósito. Pretende-se, sim, abrir a expectativa para que bancos autorizados pelo Banco Central, se for o caso, com lastro de títulos públicos, participem de um leilão junto com os bancos públicos, os bancos oficiais, que poderão ganhar ou não ganhar, mas quem ganhar vai dar ao cidadão a melhor condição, vai dar à sociedade a melhor condição e, residualmente, se dará, dessa forma, se os bancos privados ganharem a licitação, um encaixe que vai possibilitar a eles participar desse esforço nacional, pelo fato de disporem de um recurso de depósito a maior, e acompanhar o esforço nacional de abaixamento na taxa de juros ao tomador final.

De modo que eu quero me ater ao mérito e colocar, de forma enfática, o objetivo da minha emenda.

A minha emenda objetiva dar uma contribuição efetiva para que os bancos privados possam contribuir para o esforço nacional de abaixamento na taxa de juros ao tomador final, ao cidadão, e o benefício ao cidadão que é obrigado a fazer o depósito inicial, porque a ele deve ser dada a oportunidade de fazer a escolha, pelo processo de licitação democrático, como exige uma Nação democrática como o nosso País.

Essa é a razão do meu voto.

Peço a atenção dos membros da CCJ e, evidentemente, em nome do interesse da sociedade e do cidadão, peço o voto favorável ao voto em separado, bem feito, cuidadoso, competente, do Senador Ricardo Ferraço.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, para...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, pela ordem de inscrição, eu vou dar já a palavra para V. Ex^a, mas antes eu queria registrar aqui, com prazer, a visita que recebemos da nossa colega, Senadora boliviana, Jeanine, e também do Deputado Federal Adrián Olivari, que nos visitam nesta manhã.

Eu aproveito para agradecê-los, abraçá-los e convidá-los: se quiserem assistir à sessão, podem ficar à vontade aqui à mesa, serão como nossos convidados. Se não, eu agradeço, também, a presença de vocês aqui, nesta manhã.

Esta é a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, e esse barulho à esquerda são as assessorias, que ficam dando assistência aos Senadores. Essa bancada principal é onde ficam os Senadores que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça.

Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

Tem a palavra V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bem, é um projeto...

Bem-vindos ao Senado brasileiro. É um prazer recebê-los.

Presidente Eunício e caros colegas, Senadores Ferraço e Agripino, eu tenho profunda admiração pelo Senador Ferraço, pela garra com que, geralmente, ele se coloca no que defende, mas, aí, acho que tem um equívoco bastante grande.

A parte legislativa, o Senador Pimentel colocou com muita clareza e brilhantismo, acho que não ficou nenhuma dúvida, mas eu acho que tem duas coisas em que nós temos de pensar. A primeira não foi levantada e na segunda houve um equívoco por parte dos dois Senadores.

A primeira é que a segurança dos bancos públicos, geralmente, costuma ser bastante maior que a dos bancos privados.

Colocando dessa forma, nós sabemos que para quem está para receber esse recurso é muito mais interessante ficar num banco com maior segurança, mas podemos pensar, também, que os nossos bancos são sólidos. Então, isso não seria talvez um tão grande risco. Mas temos outra questão. Eu lembro, quando fui prefeita de São Paulo, a grande negociação que era, para os bancos, conseguir uma conta ou de uma prefeitura ou de um governo, porque isso acarreta muito recurso. Eu pergunto: por que vamos colocar esse recurso em bancos privados e não em um banco público, em que uma Caixa Econômica vai colocar esse recurso em áreas que nos interessam como população. Melhor me parece.

Agora o que eu gostaria até de retomar a conversa com o Senador Ferraço e com o Senador Agripino é que eu acho que há um equívoco aí na fala: o dono dos recursos, que é o cidadão em litígio, não vai ter nenhuma vantagem com a eventual maior remuneração do banco privado, porque a determinação legal dos seus valores serão reajustados exclusivamente pela remuneração da poupança. Então esse argumento de que tem que ter uma licitação para ele poder ganhar melhor, não procede de jeito nenhum. Ele vai ganhar a remuneração da poupança seja em qualquer banco. O que sobrar mais, se for uma taxa melhor, vai para o Judiciário, o que também é ótimo, porque o Judiciário precisa de muito recurso. Então ficam completamente sem sentido os argumentos aqui apresentados.

Por isso, vou votar a favor do que o Senador Pimentel colocou com bastante clareza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – *(Fora do microfone.)* Sr. Presidente, falarei mais adiante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço abre mão.

Senador Humberto Costa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Inscreva-me então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa ausente.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs Senadoras, Srs. Senadores, eu peço licença aos Senadores José Agripino e Ricardo Ferraço, mas entendo que a Constituição da República, no art. 163, § 3º, já nos dá o norte para essa matéria. Entendo que a Constituição da República não pode estabelecer como regra diferenças entre aqueles que militam na iniciativa privada e em órgãos públicos. Essa é a regra do art. 170, da Constituição. No entanto, aqui nós temos não o silêncio da Constituição, nós temos uma expressão da Constituição.

Dessa feita, concordo inteiramente com o relatório do Senador José Pimentel. Quero parabenizá-lo pelo voto e pelo relatório. Nós aqui precisaríamos, para mudar essa realidade, de uma lei complementar, o que não é o caso que estamos a tratar. A Constituição da República estabelece diferenças entre lei complementar e lei ordinária, tendo em conta a importância da matéria. Daí o art. 69 nos dar a noção de que o quórum para a aprovação de lei complementar é maioria absoluta. Essa matéria, conforme o voto em separado, não poderia ser tratada, em regra, como lei ordinária.

Assim, peço licença a esses dois Senadores, mas vou votar favoravelmente ao relatório benfeito pelo Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu venho me pronunciar sobre a matéria, ouvindo as palavras do Senador Ferraço, que eu realmente entendo que representam a realidade dos fatos.

A restrição à livre concorrência e a ofensa à eficiência que se espera da Administração Pública são evidentes na redação do projeto que veio da Câmara. Ressalte-se que no âmbito da Administração Pública o princípio da livre concorrência conjuga-se com outro, o da obrigatoriedade de realização de licitação pública para contratação de serviços. O procedimento licitatório é a única via adequada para se obter a mais

ampla competição entre os agentes econômicos aptos a prestar os serviços. Ressalte-se que, nesse sentido, os tribunais de contas vêm considerando ilegais contratações de bancos públicos sem prévia realização do procedimento licitatório.

Como a experiência revelou, a participação dos bancos privados nos contratos relativos à folhas de pagamento representou significativo ganho aos órgãos públicos, que passaram a receber recursos encontrados que, ao tempo, eram firmados exclusivamente com bancos privados. Por esse motivo, Sr. Presidente, quero me posicionar: voto favoravelmente à emenda do Senador José Agripino, consubstanciada no parecer, no voto do Senador Ferraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Valadares.

O Senador Humberto chega aqui agora. Em seguida, concederei a palavra a S. Ex^a, que está inscrito.

Senador Valadares, tem a palavra V. Ex^a.

O Senador Humberto Costa estava ausente, porque estava concedendo entrevista.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, serei breve.

Quero tão somente dizer que nós, que fazemos parte do Partido Socialista Brasileiro, estamos inteiramente de acordo com o parecer do Senador José Pimentel, que apenas, no seu relatório, confirma o que já prevê a nossa Constituição Federal, que atribui aos bancos oficiais o direito e a competência de receber os depósitos judiciais. Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, uma mudança nessa regra, em vez de beneficiar a comunidade e a sociedade como um todo, beneficiaria única e exclusivamente o sistema financeiro privado. É a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) que prega abertamente que os bancos particulares possam usufruir das vantagens dos depósitos judiciais, mas, na hora de baixar os juros, a Febraban não está na linha de frente dos bancos, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o próprio Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que são bancos oficiais, a exemplo do Banco do Estado de Sergipe (Banese), que seria profundamente prejudicado se o contrário ocorresse, ou seja, se houvesse uma aprovação beneficiando a Febraban.

Por isso, Sr. Presidente, sou favorável ao relatório do Senador José Pimentel, que elogio e que é um Senador dedicado e estudioso, comprometido com o desenvolvimento das regiões mais pobres e notadamente com a busca de uma sociedade mais igualitária e mais justa.

A Caixa Econômica Federal, com o aumento dos depósitos, Sr. Presidente, vai poder empreender, com mais facilidade, seus programas habitacionais. Quanto mais dinheiro na Caixa Econômica, melhor é para o povo brasileiro!

Parabéns, Senador José Pimentel!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs Senadoras, Srs. Senadores, na verdade, quero centrar minha fala em dois aspectos. O primeiro deles é esse que o Senador Antonio Carlos Valadares aqui relatou. Abriremos, se essa emenda for aprovada, por intermédio desse voto em separado do Senador Ricardo Ferraço, a possibilidade de que os bancos privados, que se guiam única e exclusivamente pelo lucro – e é justo que possam fazê-lo, porque são empresas com essa finalidade –, também ingressem nesse que não é um mercado, mas que é algo objeto de uma decisão da Constituição, no sentido da própria proteção das pessoas que se encontram em litígio na Justiça com outras e que têm seus depósitos realizados e remunerados em instituições públicas. Aqui, já foi dito do papel que essas instituições têm exercido em nosso País, nos momentos mais críticos, inclusive em períodos recentes. Isso, por si só, já justificaria que mantivéssemos o que está posto na Constituição.

O segundo aspecto – é exatamente o que diz respeito a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não ao mérito – diz respeito a qual instrumento, qual mecanismo deveria ser utilizado caso se quisesse promover essa ampliação da participação dos bancos privados ingressando nesse segmento.

A Constituição brasileira, no art. 164, é clara. No § 3º, é dito: “As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei”.

No meu entendimento, quando se fala aqui em “ressalvados os casos previstos em lei”, desse parágrafo do art. 164, estamos tratando de exceções. Isso significa, por exemplo, situações em que, no Município, não há uma agência do Banco do Brasil, nem da Caixa Econômica, nem do BNB, nem de um banco público qualquer. Não pode a exceção superar a regra.

Então, se alguém quiser fazer – e tem todo o direito de fazê-lo; nós temos aqui uma divergência de mérito –, reconheço que se pode fazer essa discussão. Não está proibido esse debate, mas se ele tiver

que ser feito, e a mudança realizada, no meu ponto de vista, tem que ser por meio de uma emenda constitucional. Aí, sim, nós iríamos debater, e não transformar a exceção em regra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Humberto Costa, V. Exª me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ouço V. Exª com prazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para contribuir, porque...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está com a palavra. Não existe aparte em encaminhamento de matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, em discussão, Presidente. Em discussão cabe debate, não?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está inscrito, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Entendo, eu contribuirei, se assim for necessário...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode usar a palavra. Assim ninguém conclui. Há mais doze inscritos aqui, e esse é o primeiro item da pauta. Inversão de pauta por solicitação de V. Exª.

A discordância, Senador Humberto Costa, é que o art. 164 da Constituição, a que V. Exª faz referência, consagra no seu § 3º a seguinte expressão: “As disponibilidades de caixa da União serão depositadas (...)” ou disponibilidade dos Estados e do DF, assim como dos Municípios. Ora, os depósitos em juízo não são disponibilidades de caixa de Governo Federal, Estadual ou Municipal. Não podem lançar mão desses depósitos porque não são depósitos de caixa. Não pertencem a ente federado; pertencem às partes que estão litigando.

Portanto, essa é a fundamentação que abre toda a condição para que, se for o entendimento do mérito, do juízo de valor de cada Senador, possamos, sim, por lei ordinária e não por lei complementar, fazer a definição e a decisão. Ou seja, a defesa que estamos fazendo é da melhor instituição financeira, que melhor possa preservar o interesse do jurisdicionado, além do que as garantias são títulos públicos federais, logo entendendo que é uma garantia absolutamente robusta.

É como contribuo para o debate com V. Exª, agradecendo-lhe o aparte.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, a contribuição, mas quero reafirmar aqui a minha opinião, até porque esses depósitos que estão em juízo não estão em nome das partes que estão litigando. Eles pertencem ao Poder Judiciário. Portanto, são recursos da União.

Então, no meu entendimento, para que haja a mudança... Senador Ferraço, eu já lhe dei um aparte. V. Ex^a quer outro?!

Para que haja mudança, ela teria que ser feira, no meu entender, por uma emenda constitucional. Aí, sim, nós vamos debater conteúdo. Mas, dessa maneira, nós vamos criar uma exceção que se contrapõe à regra, afora os diversos aspectos que foram ditos aqui. Se esse banco vai à falência, como essas pessoas poderão ter resgatados os seus direitos?

Então, eu defendo o parecer do Senador José Pimentel.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

Para discutir a matéria, concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu faço questão de me manifestar sobre essa matéria até porque ouvi atentamente o posicionamento do colega Pedro Taques, que, de forma bastante objetiva, colocou-se favoravelmente ao parecer do Senador Pimentel, prendendo-se exclusivamente à constitucionalidade e à eficiência dos argumentos que o Senador Pimentel traz para um tema que é muito relevante.

Aqui vejo também o colega Humberto Costa, a Senadora Marta, que me antecederam, o Senador Valadares, e queria deixar aqui claro que estamos falando de um recurso que merece toda a atenção. Nós estamos falando de depósitos judiciais. É um recurso, inclusive, que está esperando uma decisão da Justiça para saber quem é o dono dele. Pode ir para um lado, pode ir para o outro.

O que a relatoria do nobre Senador Pimentel traz é que, com clareza, na hora de esse recurso chegar ao seu dono, ele possa levar junto a remuneração formal do País. Mas, além disso, há ganhos; é possível haver ganhos adicionais. Esses ganhos adicionais não podem ficar para os bancos. E aí o projeto regulamenta algo que é fundamental: que a gente possa ter os tribunais, enfim, estabelecendo a distribuição de eventuais ganhos.

Agora, sinceramente, ouvi atentamente o Senador Agripino, que fazia referência, pondo na conta da Presidente Dilma, à mudança da taxa de juro no Brasil. Não foi ela que mudou. Os bancos foram levados a mudar, tendo em vista a campanha que a Presidente

Dilma fez. E olha, essa campanha poderia ter sido feita há mais tempo. O certo é que a mudança nas taxas de juros começou pelos bancos oficiais. Foram eles que, atendendo o desafio da Presidente, mudaram as taxas de juros.

Agora, os bancos privados – Febraban – ficaram com uma dívida maior, porque eles têm lucros que são injustificáveis, taxas de juros que são injustificáveis. E agora, nesta semana, ficou muito claro que os bancos privados estão transferindo a eventual queda de juros, ou parte delas, para as taxas dos serviços que eles mesmos cobram, impondo condicionantes para pessoa ter a conta de pagar serviços adicionais. E aí trocam-se seis por meia dúzia.

Então, eu queria aqui, concluindo, Sr. Presidente, dizer que acho um equívoco. E aí, do ponto de vista, aporto-me nos argumentos constitucionais que os colegas usaram para dizer que voto com o Relator Pimentel, entendendo que nós estaríamos cometendo um grande erro abrindo essa conta dos depósitos judiciais para a rede privada bancária.

A regra é a mesma, é fato, mas nós estamos lidando com um recurso precioso que ainda depende de decisão judicial. E é bom que tomemos, no mínimo, uma precaução. Além de ter certeza de que, estando na rede oficial de bancos, nós vamos ter uma garantia de melhor remuneração para esses recursos e maior segurança para esses recursos na espera da decisão final judicial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, acompanho os argumentos e o voto do Relator José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO LOPEZ (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para me associar aqui ao nosso nobre Relator José Pimentel.

Pelo que tenho ouvido aqui dos outros Senadores, eu me considero contemplado, eu me considero realmente convicto de que o relatório é excelente.

Conversei com o Senador José Pimentel antes de ele apresentar o seu relatório e, por tudo que foi expresso e mostrado, eu considero, repito, um excelente relatório.

Parabenizo o Senador José Pimentel, já afirmando que o meu voto vai ser junto com o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, gostaria também de aqui manifestar a minha

posição com relação a este projeto. No mérito, entendo que ele é positivo, porque ele já regulamenta o que existe na prática. Na verdade, os tribunais locais já realizam contratos com as instituições financeiras para a guarda dos depósitos judiciais que e, na prática, esse procedimento apenas está sustentado em regras contratuais, e o projeto vem assegurar que ele seja de fato legal.

Então, o projeto ainda inova, porque, quando garante recursos também para outras instituições, como é o caso, por exemplo, do Ministério Público e da Defensoria Pública... São instituições que fazem parte do sistema de Justiça.

Quero aqui, Sr. Presidente, dizer que o projeto é importante, porque, na minha opinião, protege os cidadãos e as cidadãs brasileiras; está em sintonia, também, com o parecer do Supremo Tribunal Federal, que, por ocasião da ação direta de constitucionalidade apresentada pelo Estado do Espírito Santo...

A Ministra Ellen Gracie, no seu parecer, diz que os depósitos em bancos públicos, em bancos oficiais, vão ao encontro do princípio da moralidade.

Entendo que é importante que recursos dos cidadãos estejam nesse aspecto direcionados para os bancos públicos, porque dessa forma estaremos fortalecendo esses bancos e, em particular, a Caixa Econômica Federal, que cumpre um papel essencialmente importante, principalmente no repasse de recursos públicos de programas sociais para os cidadãos brasileiros.

Direcionar esses recursos, mantê-los nos bancos oficiais, em particular, na Caixa Econômica, no Banco do Brasil, é de fundamental importância – mais do que isso, nos bancos oficiais dos Estados. E aqui faço uma referência ao Banestes, Banco do Estado do Espírito Santo, porque é importante que ele seja fortalecido, que continue prestando um bom serviço à população do nosso Estado. E, também, à Caixa Econômica, para todo o Brasil.

É importante salientar, Sr. Presidente, que, em todas as cidades brasileiras, há bancos públicos. E são os bancos públicos que de fato prestam serviços essenciais à nossa população. Então, os bancos públicos precisam ser fortalecidos.

Diante disso, a minha opinião é garantir que o projeto, aqui relatado pelo Senador Pimentel, seja aprovado de acordo com o seu relatório.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, vou botar a matéria em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Também estou inscrito, Presidente, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... nós estamos assistindo aqui, nesta Comissão, a um certo embaralhamento de temas. Mistura-se o tema da constitucionalidade, que é o tema sob a ótica do qual deve ser analisado o presente projeto de lei, com o mérito da matéria, que será examinado mais tarde pela Comissão de Assuntos Econômicos. Isso é a primeira...

Nesse debate de mérito, o que está muito claro, o que me parece muito claro aqui é que o PT, em cujo governo nunca os bancos privados lucraram tanto na história deste País, agora, por razões corporativistas, defende a exclusividade do banco público. Mas são razões meramente corporativistas.

Do ponto de vista do cidadão, que aguarda uma decisão judicial, que poderá determinar que ele possa levantar o valor depositado judicialmente, o que interessa são as condições de remuneração do seu depósito, que poderão ser aferidas e que deverão ser-lhe na licitação.

Então, do ponto de vista do cidadão, que aguarda uma decisão da Justiça, às vezes por anos e anos, interessa efetivamente receber o mais possível; receber aquilo que é seu, corrigido da melhor maneira possível, a ser apurado na licitação.

Há uma certa divisão de personalidade do PT. São devotos aos bancos privados na sua gestão e agora, por razões corporativistas, defendem a exclusividade do banco público contra o interesse do cidadão.

Agora, do ponto de vista... Isso nós vamos discutir na comissão de mérito. Do ponto de vista constitucional, existe, sim, o art. 163, § 3º, que diz o seguinte:

As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por elas controladas e instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

É exatamente isso que nós estamos fazendo, elaborando uma lei que estabelece ressalvas a essa regra geral. De modo que não há inconstitucionalidade nenhuma, admitindo-se que a natureza jurídica desses depósitos possa ser assimilada ao conceito de disponibilidade de caixa, o que é, no meu entender, até sujeito à discussão.

Nessa hipótese, a Constituição permite que uma lei estabeleça ressalvas de casos em que se adote outra sistemática.

Ora, existe uma lei em vigor que trata desse assunto, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art.43, que praticamente repete o que está escrito na Constituição. Poder-se-ia dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei complementar. Portanto, não poderia ser revogada ou modificada por lei ordinária, como é o caso.

Acontece que já há decisões e é uma posição firmada, no Supremo Tribunal Federal, no sentido de que só se admite a intocabilidade da lei complementar por lei ordinária no caso em que a Constituição expressamente preveja que uma determinada matéria seja regulada por lei complementar. Por exemplo, se a Constituição dissesse, no seu § 3º já citado: "Ressalvados os casos previstos em lei complementar", evidentemente, não se poderia modificar esse dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal por lei ordinária. Mas não é o caso. A Constituição diz: lei. E o Supremo já entendeu que nesses casos não há hierarquia de leis.

Portanto, por razões constitucionais, eu voto a favor do projeto apresentado, com o Voto em Separado do Senador Ferraço, reservando-me para votar também favoravelmente quanto ao mérito, na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

Senador Aloysio, o fato é que o nosso Regimento está, no meu entendimento, equivocado, porque na Câmara é diferente. As matérias que não são terminativas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deveriam passar em outras comissões, porque existem alterações de texto.

Nós votamos aqui a constitucionalidade da matéria, vamos corrigir essa distorção no nosso Regimento, essa matéria vai para três ou quatro comissões e é emendada. Muitas vezes votos em separado são aprovados e ela não volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a não ser que haja recurso em Plenário.

Então, V. Ex^a tem toda razão. Há um equívoco do nosso Regimento, no meu entendimento, de que matérias que fossem terminativas exclusivamente aqui não teriam de ser discutidas. Há que se discutir mérito e constitucionalidade.

Essa matéria começa por aqui e vai para outra comissão. Ali podem alterar o texto como quiserem os Senadores que ela não voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, diferentemente do que acontece na Câmara. Portanto, V. Ex^a tem inteira razão em relação a isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para dizer a V. Ex^a e aos membros da comissão como eu procedo.

Quando eu reparo em alguma comissão de mérito, algum problema constitucional, eu levanto a comissão de mérito exatamente para tentar obviar esse inconveniente do nosso Regimento. Mas como a matéria não é terminativa aqui e o mérito dela será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, eu creio que deveríamos nos concentrar na constitucionalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Ricardo Ferraço pede a palavra.

Eu vou, em seguida, colocar a matéria em votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu quero, na condição de autor desse Voto em Separado, sustentar, tanto no marco da legalidade e da constitucionalidade como do mérito. Eu considero absolutamente descabidas as manifestações maniqueístas de que por estarmos defendendo a concorrência de mercado ou a livre concorrência, nós vejamos a favor da banca privada e contra a banca pública. Estão-se confundindo coisas diferentes.

Nenhum de nós está aqui deixando de reconhecer a importância dos bancos estaduais. Eu fui Vice-Governador do Estado do Espírito Santo e trabalhamos pela manutenção do Banco do Estado do Espírito Santo como banco público.

Em nenhum outro Governo, o banco público do meu Estado, que tem o Estado do Espírito Santo como acionista majoritário, deu tanto lucro, e em momento nenhum da sua história, inclusive, esse banco público distribuiu dividendos, não apenas para o seu acionista majoritário, no caso, o Governo do Estado, como para seus acionistas minoritários.

Então, essa lógica é uma tentativa tosca de diminuir e desviar o sentido objetivo do debate que estamos fazendo aqui.

O que estamos tratando, aqui, é se vamos remunerar, é se vamos estabelecer uma concorrência de mercado, para que os depósitos judiciais, à luz da mesma segurança...Porque o lastro para a garantia tanto no banco privado, como no banco público, são os títulos públicos do Governo.

Estabelece também, a minha proposta, como premissa a concorrência pública para que o banco público e o banco privado possam oferecer a melhor remuneração.

Data venia, há um recurso que não pertence ao Governo, por isso não ofende o art. 164, no seu §3º, da Constituição Federal.

Foi o debate que fiz, Senador Jorge Viana, com o Senador Humberto Costa, e V. Ex^a foi Governador do Estado: depósito judicial não é recurso do setor público, não pertence ao Governo, sequer é orçamentado.

Portanto, não sendo esse recurso disponibilidade de caixa, não pode o Governo municipal, não pode o Governo estadual e não pode o Governo Federal lançar mão desse recurso, porque esse recurso pertence às partes que estão litigando.

Por isso mesmo, e na tese tão bem defendida, aqui, pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, a Constituição não fala em lei complementar, fala em lei. É isso que nós estamos debatendo, e é isso que nós estamos votando, aqui na Comissão de Justiça.

Portanto, não sendo esses recursos dotação, não sendo esses recursos disponibilidades de caixa de governo e não tendo a Constituição, ou não estando a Constituição determinando lei complementar, eu estou absolutamente seguro de que tanto no mérito, como no marco constitucional, a nossa emenda está de acordo com os limites da Constituição.

Portanto, eu manifesto, reitero a defesa de que nós possamos pensar no cidadão, no contribuinte que está litigando e que tem, sim, o dever de exigir uma melhor remuneração, com garantia para esses recursos que estão depositados em juízo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

Em votação o relatório. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento de votação nominal? Tem de ter apoio, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sim, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok. Tem quatro apoios a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Precisa de três e V. Ex^a está com quatro.

Srs. Senadores, a votação será nominal. A votação será nominal.

Item 7 da pauta. Votação nominal na Comissão de Constituição e Justiça.

Srs. Senadores que estão nos gabinetes, compareçam à Comissão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, uma questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, uma questão de esclarecimento. Aqui, Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Nós vamos votar, inicialmente, o parecer do Senador Pimentel. Então, quem votar “sim” votará com o relator, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, quem vota com o relator vota “sim”.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem vota com o relator vota “sim”.

O voto do Senador Ricardo Ferraço só será colocado em votação se o voto, obviamente, se o relatório do Senador Pimentel for derrotado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esclarecido?

Senador José Pimentel, voto conhecido.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

Quem vota com o relator vota “sim”.

A SR^a MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Eu votei “sim”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – “Sim”, com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Como vota o Senador Inácio Arruda? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Simon? (Pausa.)

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Vital do Rêgo? (Pausa.)

Senador Renan Calheiros, saiu, mas já voltou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Luiz Henrique? (Pausa.)

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não”.

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu voto “não”, Sr. Presidente, porque voto a favor do voto em separado do Senador Ricardo Ferraço, que incorpora a emenda do Senador José Agripino.

Portanto, voto “não” ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? Lembrando que nós estamos votando o relatório do Senador José Pimentel.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não”.

Como vota o Senador Alvaro Dias? (Pausa.)

“Não”.

Como vota o Senador José Agripino? (Pausa.)

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não”

Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Magno Malta? (Pausa.)

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? (Pausa.)

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (Pausa.)

Como vota o Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Completa o primeiro bloco.

Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota... Completou aqui também. (Pausa.)

Como vota o Senador... Eu iria chamar Lúcia Vânia, mas chamo o Senador José Agripino para completar aqui o titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM).

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco/DEM – RN) – Com o voto em separado do Senador Ferraço. (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos votando o relatório, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco/DEM – RN) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “não”. O Senador José Agripino vota “não” ao relatório do Senador José Pimentel.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Contra o duopólio, Presidente, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não”.

Vamos computar os votos. (Pausa.)

O pessoal não está aqui. (Pausa.)

Só conferindo aqui: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze. Senador Eduardo Lopes, “sim”. Senador José Pimentel. Votos SIM: 13 e 7 votos NÃO.

Aprovado o relatório do Senador José Pimentel, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 2 da...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, solicito inversão de pauta para o item...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minutinho, Senador Eduardo. Deixe-me ver se consigo escutá-lo, porque há uma comemoração negativa em relação a essa matéria.

Senador Eduardo Braga, tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para solicitar a V. Ex^a a inversão de pauta para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado que trata exatamente dos crimes de lavagem de dinheiro. Peço a V. Ex^a, portanto, a inversão da pauta para o Item 10.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há uma solicitação de inversão de pauta feita pelo Senador Eduardo Braga. Nós já invertemos a pauta no Item 7, íamos para o Item 2, do Senador Pedro Taques. E há um pedido de inversão de pauta para o Item 10.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, por favor, há um projeto de lei da clonagem animal, que é o item 6. Há semanas que estão... Então também quero pedir inversão de pauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida, colocarei a inversão de pauta de V. Ex^a, mas o ideal é que seguíssemos a pauta, mas como há pedido de inversão de pauta, é regimental, sou obrigado a colocar e quem decide são os Srs. Senadores.

Para o item 10, pede inversão de pauta o Senador Eduardo Braga. Submeto aos Srs. Senadores o pedido de inversão de pauta do Senador Eduardo Braga.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inversão de pauta, vamos ao item 10.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, o próximo seria o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após esse processo, eu o colocarei em votação.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Peço também para inverter-se a pauta, o item 6, para que possamos votá-lo na sequência do item 10.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após a discussão e a aprovação do item 10, eu darei a palavra a V. Ex^a para o pedido de inversão de pauta.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas uma ponderação, Sr. Presidente. Existem vários assuntos, todos eles relevantes, senão, obviamente não estariam aqui sendo discutidos. Se nós estabelecermos como praxe a inversão de pauta em favor desse ou daquele projeto, nós estaremos invertendo a lógica do funcionamento da Comissão. O item 4 da pauta, que eu relato também, é um assunto importante, gostaria de vê-lo votado, mas estou tendo a paciência de aguardar a ordem organizada pela Secretaria da Mesa e acho que, a não ser em casos excepcionalíssimos, essa deveria ser a orientação de V. Ex^a.

Vamos votar os vários projetos da forma que eles são colocados na Ordem do Dia, senão, nós teremos sempre inversão de expectativas aqui nesta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas para acompanhar o Senador Aécio. Se o projeto está na pauta, é porque o projeto tem uma importância. É lógico que existem projetos mais importantes que os outros. Então, só para acompanhar o Senador Aécio Neves, nós estamos invertendo... Eu tenho dois projetos aqui na pauta, nós estamos invertendo a pauta, aí no final nós não teremos quórum... Quem faz a pauta é V. Ex^a, que é o Presidente da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, já que foi aprovado esse pedido de inversão de pauta... Eu acho que tem toda lógica e pertinência o que colocam tanto o Senador Aécio Neves como o Senador Pedro Taques. Nesta reunião de hoje, nós já vamos para o terceiro item. Como houve um pedido do Senador Acir Gurgacz antes da decisão, antes do levantamento de questão por V. Ex^a, na sequência, eu vou colocar o item que ele solicita, o item 6, e a partir de hoje, Senador Pedro Taques, haverá uma decisão da Mesa de seguir religiosamente a pauta...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É o correto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A não ser em casos excepcionais...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu quero apenas antecipar, Senador Pedro Taques, eu votarei contrariamente a qualquer pedido de inversão de pauta daqui por diante.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, só para ordenar os trabalhos...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para ordenar os trabalhos. Já dou a palavra a V. Ex^a. Só para dar a orientação que vai seguir a Mesa a partir dessa discussão.

Em havendo unanimidade de votação de inversão de pauta, basta que um Senador da próxima... Deixa eu só definir a questão que V. Ex^a levanta e sobre a qual a Mesa vai tomar a decisão agora. Havendo um Senador contrário, eu não inverterei mais pauta aqui na Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vou me manifestar favoravelmente à inversão de pauta, como já fiz, pedida pelo Senador Eduardo Braga. Vou me manifestar favoravelmente à inversão de pauta já aqui realizada e requerida por dois Senadores da República. Mas precisamos ordenar o trabalho da CCJ para o futuro. Não podemos, com todo o respeito a V. Ex^a, fazer três inversões de pauta na mesma reunião. Vou votar favoravelmente à inversão de pauta que já foi pedida, mas não é possível que isso continue a ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, chegamos ao Senado agora, e este Regimento é de 1972. Acho que V. Ex^a tem toda razão, porque existe uma pauta. Sei que todos têm preocupações outras, e a gente tem de dar sequência à pauta. Porém, a partir da segunda inversão de pauta, se for aprovada, não farei mais inversão de pauta se houver um único Senador contrário. Então, essa é a decisão da Mesa a partir de hoje.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. Fora do microfone.) – Qual é a decisão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como houve a inversão de pauta, vou para o Item 10 da pauta.

ITEM 10

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2003 - Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2003, com cinco emendas que apresenta.

Observações: – Em 10/04/2012, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou relatório favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, para que faça a leitura do relatório.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, leio o relatório.

Relatório

Vem a esta Comissão o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 209, de 2003, que tem por objetivo tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

É importante salientar que o projeto em análise foi fruto da composição de vários projetos de lei e sugestões ao longo de anos de estudos, com início no Senado e continuidade na Câmara dos Deputados.

O projeto faz mudanças expressivas na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613, de 3 março de 1998), com destaque para a retirada do rol de crimes antecedentes do *caput* do art. 1º.

Nos termos da redação hoje em vigor, só se configura o crime de lavagem de dinheiro se os bens, direitos e valores objeto da conduta forem provenientes de um dos crimes elencados no *caput* do art. 1º da referida Lei (tráfico de entorpecentes, tráfico de armas, terrorismo, crime contra a Administração Pública etc.). Ou seja, a Lei de Lavagem de Dinheiro foca determinadas origens ilícitas de valores para o fim de persecução penal em caso de ocultação ou dissimulação dos ganhos obtidos ilegalmente.

A nova proposta deixa o rol em aberto, isto é, a ocultação e a dissimulação de valores de qualquer origem ilícita – provenientes de qualquer conduta infracional, criminosa ou contravencional – passarão a permitir a persecução penal por lavagem de dinheiro.

Isso igualaria nossa legislação à de países como os Estados Unidos da América, México, Suíça, França, Itália, entre outros, pois passaríamos de uma legislação de “segunda geração” (rol fechado de crimes antecedentes) para uma de “terceira geração” (rol aberto).

A Lei nº 9.613, de 1998, já prevê a possibilidade da “delação premiada”. O SCD, contudo, aprimora esse recurso com a inclusão da expressão “a qualquer tempo” na redação do § 5º do art. 1º da Lei, o que passa a facultar ao juiz a possibilidade de deixar de aplicar a pena ou de substituí-la por pena restritiva de direitos, mesmo posteriormente ao julgamento, no caso de criminosos que colaborarem com a Justiça na apuração das infrações penais ou na recuperação dos valores de resultantes dos crimes.

Outra mudança relevante, Sr. Presidente, é a que faz no § 2º do art. 2º da citada lei. Passa-se a permitir o julgamento à revelia do réu por meio de defensor dativo. A medida se mostra pragmática e funcional, dado que o réu necessariamente tomará conhecimento da causa quando as medidas assecuratórias, ou seja, de busca e apreensão de bens, forem decretadas e terá que comparecer pessoalmente em juízo se quiser liberar seus bens (art. 4º, § 3º, do Substitutivo da Câmara).

A atual redação do art. 4º da Lei nº 9.613, de 1998, prevê a apreensão dos bens ou valores do acusado dos crimes previstos naquela lei. A proposição estende a possibilidade de apreensão aos bens em nome de interpostas pessoas, ou seja, de terceiros, dos chamados laranjas.

Muito importante também é a alteração no sentido de estender aos Estados e ao Distrito Federal o direito de receber os bens, instrumentos, produtos e proveitos do crime, objeto de perda em razão de condenação penal. O art. 91, inciso II, do Código Penal, só permite a perda em favor da União. Acresce-se à lei, ademais, o art. 4º A, em que descreve o procedimento a ser observado pelo juiz para conservar os valores dos bens apreendidos. Atualmente consta da lei a pena de previsão genérica, de que o juiz...

Sr. Presidente, veja, nós estamos num momento em que o Congresso Nacional realiza uma CPMI exatamente diante de crimes que essa lei procura combater; e combater de forma eficiente. Eu acredito que é do interesse, portanto, de todos aqueles que estão aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, a atenção ao debate de uma lei tão pertinente e tão atual com relação ao crime de lavagem de dinheiro.

Portanto, eu gostaria de pedir um pouco de silêncio ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu peço aos nossos pares um pouco mais de silêncio; à assessoria, em especial.

Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Acresce-se à lei, ademais, o art. 4º A, em que descreve o procedimento a ser observado pelo juiz para conservar os valores dos bens apreendidos. Atualmente consta da lei a pena de previsão genérica, de que o juiz determinará a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos e valores.

No que concerne às normas processuais inseridas, são de relevo as seguintes alterações: a) suspensão condicional do processo (art. 366 do Código de Processo Penal), na qual o réu ausente e sem defesa constituída será citado por edital sem suspensão do curso procedural e do prazo prescricional, e o julgamento seguirá com defensor dativo; b) medidas assecuratórias que não mais se restringem ao sequestro e apreensão de bens do acusado, mas se estendem aos bens de terceiros utilizados como laranja, das negociações simuladas, e poderão ser utilizadas para assegurar a indenização de danos e o pagamento de multas. Além disso, os bens poderão ser alienados antecipadamente para evitar depreciação ou deterioração, o que constitui também preservação de interesse do acusado.

Há também preceitos de fiscalização de atividades com ampliação do rol de pessoas e entidades obrigadas a identificar clientes, manter registro de operações com ativos que ultrapassem o limite fixado pela autoridade, informar as autoridades sobre operações suspeitas, atender as requisições do Coaf, bem como se obrigam a informá-lo, em até vinte e quatro horas, a proposta ou realização de transações que ultrapassem o limite fixado pela autoridade competente, de operações suspeitas e da não ocorrência de operações anteriores, na periodicidade fixada pelo órgão regulador.

Ficam obrigadas a tais atividades, segundo o SDC, as pessoas físicas que exerçam atividades de captação, intermediação, compra e venda de moeda, custódia, promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis; as pessoas que intermedeiam a comercialização de artigos de luxo; as juntas comerciais e os registros públicos; quem atue na promoção ou negociação de direitos de atletas, artistas ou feiras e exposições; as empresas de transporte e guarda de valores.

Ficam também obrigados todos os que comercializem ou intermedeiem bens rurais de alto valor; quem preste serviço de assessoria, consultoria ou auditoria em operações de compra e venda de imóveis ou de participações societárias; de gestão de fundos, valores mobiliários e outros ativos; abertura de contas bancárias e de investimento; de criação, exploração ou gestão de sociedades; financeiras, societárias ou imobiliárias;

de contratos referentes às atividades desportivas ou artísticas profissionais.

O SCD retira a intermediação do Poder Judiciário junto ao Coaf, bem como amplia o limite máximo da multa para os que descumprirem as obrigações anteriormente expostas. A multa, se aprovado o projeto, passará de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) – o que, dentro de critérios de prevenção geral negativa da teoria do delito, corresponde a mecanismo preventivo e persuasório.

Também está previsto o afastamento do servidor público envolvido em atos ilícitos tipificados, sem prejuízo de sua remuneração enquanto perdurar o processo criminal, até que o juiz autorize o seu retorno.

Por fim, em suas disposições gerais, o projeto traz dispositivos que facilitam a investigação do crime de lavagem de dinheiro, contribuindo para um resultado mais eficiente: estabelece a forma como as informações sigilosas regularmente requeridas deverão ser apresentadas pelas entidades responsáveis e especifica a que tipos de informações cadastrais a autoridade policial e o Ministério Público poderão ter acesso sem a necessidade de autorização judicial, reforçando o que a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, prescreve.

Na fase precedente, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal pronunciou-se pela aprovação da matéria, nos termos do relatório apresentado pelo ilustre Senador José Pimentel.

Da análise, Sr. Presidente.

A matéria circunscreve-se à competência privativa da União para legislar sobre direito processual penal, sendo de livre iniciativa de qualquer um dos membros do Congresso Nacional, conforme preceituam os arts. 22, I, 48, *caput*, e 61, *caput*, da Constituição Federal.

Não vislumbramos, no SCD, vícios de natureza constitucional, de juridicidade ou regimental.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna.

Como bem consta do parecer aprovado pela CAE, a rapidez com que o crime organizado se sofistica e se estende em ramificações internacionais faz com que os Estados nacionais tenham que se aparelhar muito rapidamente, também no campo normativo, para lhe dar combate efetivo.

Nesse sentido, a proposição em análise absorve avanços. Foram sendo incorporados recentemente, na legislação de vários países, para dar mais eficácia ao combate ao crime de lavagem de dinheiro e conexos.

O SCD procura tornar mais céleres os procedimentos processuais, o que é de extrema relevância para a real coercividade da norma, uma vez que a rapidez

de movimentos do crime organizado e das redes de corrupção, aliada ao grande poderio econômico que detêm e à grande capacidade que têm de transformar rapidamente sua riqueza ilícita nos mais diversos tipos de ativos, cruzando as fronteiras nacionais, exige, como resposta do ordenamento jurídico, que sejam criadas regras processuais céleres e que não abram flancos para a ação estratégica dessas organizações, que detêm exércitos de especialistas voltados para explorar cada fresta deixada pela legislação.

Ressalto, inclusive, a posição, de ontem, do depoente na CPMI, em que ficou, por duas horas e meia, Sr. Presidente, dizendo que não iria fazer nenhuma declaração e que se resguardava o direito de manter sigilo, até que prestasse depoimento à autoridade judicicial.

O crime organizado só pode existir, se for capaz de criar formas de circular, acumular e distribuir patrimônios e rendas. Enfim, o crime organizado só sobrevive, se lhe for dada, de alguma maneira, a oportunidade de legitimar e legalizar seus fluxos e estoques de recursos. Assim, o combate à lavagem de dinheiro é uma das formas mais eficientes de enfrentar crimes graves, tais como tráfico de drogas e de armas, sonegação tributária e corrupção, que reduzem a segurança de nossa população ou os recursos disponíveis para investimentos sociais do Estado.

Outro benefício da proposta está em aumentar o risco de fracasso econômico das atividades ilícitas, pois a perda dos valores obtidos ilicitamente ou a impossibilidade de sua transferência, de sua transformação em capital financeiro ou de sua utilização como meio de pagamento fazem desaparecer a maior das motivações para a prática criminosa, Sr. Presidente.

Enfim, a proposição estabelece ferramentas eficazes para o combate à lavagem de dinheiro, representando indiscutível aprimoramento da legislação penal.

As alterações contemplam a demanda por aperfeiçoamento da atual lei de lavagem de dinheiro, consolidando-se como potente instrumento, apto a coibir e a repreender, com maior rigor, as condutas ilícitas ali descritas.

Coibem, principalmente, a proliferação de condutas criminosas levadas a cabo por organizações criminosas e pela corrupção, sem ferir princípios e garantias constitucionais.

Não obstante, para tornar mais eficiente a coleta de dados pelos órgãos de persecução criminal do Estado, propomos a retomada de dispositivo cuja redação constava originalmente do PLS aprovado nesta Casa, mas que foi suprimido pelo Substitutivo da Câmara dos Deputados:

A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito

O dispositivo confere ao Ministério Público e à autoridade policial, independentemente de autorização judicial, acesso a dados relativos apenas à qualificação, filiação e endereço, não se imiscuindo na intimidade individual e, portanto, resguardando a cláusula constitucional prevista no inciso XI do art. 5º da Constituição Federal, que garante a inviolabilidade do conteúdo da correspondência, das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados.

A previsão, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, possibilita a formação da *opinio delicti* do Ministério Público quanto ao cometimento dos delitos tipificados e agiliza as investigações da autoridade competente, permitindo, com o devido resguardo constitucional, re-pito, com o devido resguardo constitucional, a descoberta do *modus operandi* de organizações criminosas e minuciosa análise da rede de “lavagem” dos valores.

A introdução deste dispositivo, além de outros ajustes que promovemos, amolda-se perfeitamente ao espírito que o legislador quis imprimir à reforma da Lei de “Lavagem”, tornando-a mais eficiente.

Não obstante os predicados já tecidos ao projeto de lei *sub examine*, entendemos pertinentes quatro observações cujo objetivo é tornar ainda mais eficaz a legislação e minimizar eventuais questionamentos interpretativos.

No primeiro, propomos retomar a redação do art. 2º, § 1º, aprovada no substitutivo desta Casa, pelo qual “*a denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido, isento de pena o autor ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente*”. Na Câmara, afastou-se esta última hipótese, retirando-se do texto a possibilidade de instauração da instância quando extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

Não faz sentido o afastamento dessa possibilidade porque, não obstante o delito de lavagem seja autônomo, as demais hipóteses já a contemplam e seu eventual afastamento poderá suscitar dúvidas no operador do direito. Explico. Se o dispositivo aprovado pela Câmara admite que o desconhecimento acerca do autor da infração antecedente não impede a instauração da ação penal, nada obsta que este, porventura, seja falecido de modo a já se ter operado a extinção da punibilidade nos termos do art. 107, inciso I, do Código

Penal. Isto é, contraditório será retirá-lo expressamente e admiti-lo na hipótese mencionada.

Por outro lado, não permitir a instauração da ação penal quando extinta a punibilidade significa excluir a repressão de delito permanente, tal qual a lavagem, quando já prescrito o antecedente. O Superior Tribunal de Justiça, no Habeas Corpus nº 207.936 posiciona-se, pacificamente, no sentido de admitir o recebimento da denúncia ainda que prescrito o delito antecedente:

HABEAS CORPUS. LAVAGEM DE CAPITAIS (ARTIGO 1º, § 4º, DA LEI 9.613/1998). PACIENTE ACUSADO TAMBÉM PELOS CRIMES ANTECEDENTES, PRATICADOS CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. POSTERIOR EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO NO QUE REFERE AOS REFERIDOS DELITOS. ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE SE PROVAR QUE O RÉU TERIA AUFERIDO RECURSOS PROVENIENTES DE ATIVIDADES ILÍCITAS. AUTONOMIA DO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO. CRIMES ANTERIORES IMPUTADOS A VÁRIOS CORRÉUS. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE QUE O PACIENTE TINHA CONHECIMENTO DA ILICITUDE DOS VALORES E BENS CUJA ORIGEM E PROPRIEDADE FORAM OCULTADAS E DISSIMULADAS. ATIPICIDADE DA LAVAGEM DE DINHEIRO NÃO CARACTERIZADA. LEGALIDADE DA MANUTENÇÃO DA AÇÃO PENAL. ORDEM DENEGADA.

Assim, somos pela retomada do dispositivo já aprovado por esta Casa anteriormente.

Propomos ainda, na mesma perspectiva de aprimoramento, a retomada da norma contida no art. 4-A, § 14, do texto aprovado pelo Senado, cuja redação é a seguinte: “Os recursos decorrentes da alienação antecipada de bem, direito e valores oriundos do crime de tráfico ilícito de entorpecentes e que tenham sido objeto de dissimulação e ocultação nos termos desta Lei, permanecem submetidos à disciplina definida em lei específica”.

A simples supressão do dispositivo gera insegurança jurídica ao intérprete na medida em que estabelece vácuo normativo no que tange à destinação de recursos obtidos através da alienação de bens e valores oriundos do crime de tráfico de drogas. Ao deixar de mencionar a aplicação de lei específica, ou seja, a Lei nº 11.343/2006, poder-se-á criar conflito sobre a destinação desses recursos.

O projeto estabelece que os recursos decorrentes da alienação antecipada sejam depositados em conta judicial remunerada e disciplina de forma rigorosa os depósitos, inclusive indicando, preferencialmente, instituições financeiras públicas (art. 4-A, § 4º). Por sua vez, a Lei nº 11.343/2006, embora não contenha disciplina tão específica, estabelece, a rigor, o mesmo

comando no art. 62, § 9º, ora reproduzido: “Realizado o leilão, permanecerá [o recurso decorrente de alienação antecipada] depositada em conta judicial a quantia apurada, até o final da ação penal respectiva, quando será transferida ao Funad (...”).

Assim, para que dúvidas não gerem instabilidade à aplicação do dispositivo, propomos a retomada do marco regulatório específico previsto na lei de combate às drogas, retomando-se o dispositivo já aprovado por esta Casa, com a substituição da expressão “entorpecentes” por “drogas”, consentânea à nova legislação, renumerando-o também.

Sugerimos, com o objetivo de evitar inflação legislativa, a supressão do § 5º, do art. 12, inserido pelo substitutivo da Câmara, que tem a seguinte redação: “As regras para aplicação das penalidades previstas neste artigo serão estabelecidas em regulamento, observado o disposto nesta Lei”. O dispositivo já está contemplado no não modificado art. 13 da Lei nº 9.613/1998, assim redigido: “O procedimento para aplicação das sanções previstas neste Capítulo será regulado por decreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa”.

O mencionado art. 13 já contém suficiente conteúdo normativo apto a regular a hipótese, especialmente por estabelecer regulação por decreto, cujo significado é idêntico ao de regulamento em razão do art. 84, IV, da Constituição Federal, e assegurar contraditório e ampla defesa em conformidade ao art. 5º, LV, também da Constituição.

Voto

Dante do exposto, somos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, procedendo-se às seguintes adequações.

Rejeição do § 5º do art. 12 da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, nos termos do art. 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003.

Manutenção do art. 17-B da Lei nº 9.613, de 1998, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, aprovado pelo Senado Federal, renumerando-se os seguintes: manutenção do § 1º do art. 2º da Lei nº 9.613, de 1998, nos termos do art. 1º do PLS nº 209, de 2003, aprovado pelo Senado Federal, com consequente rejeição do referido dispositivo no art. 2º do SCD 209, de 2003; manutenção do § 14 do art. 4º-A da Lei nº 9.613, de 1998, nos termos do art. 2º do PLS nº 209, de 2003, aprovado pelo Senado Federal, renumerando-o como § 13º do art. 4º-A, e procedendo-se ao ajuste redacional pela substituição da expressão “entorpecentes” por “drogas”.

Esse é o parecer.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Parabenizo o Relator pelo parecer e coloco em discussão a matéria.

Primeiro inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O pedido é regimental. Não seria interessante fazer um pedido de vista coletiva, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Então, vista coletiva.

Há pouco, foi feito um pedido por parte do Senador Acir Gurgacz e da Senadora Kátia Abreu para que se fizesse a inversão do número 6.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com a inversão de pauta permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2007 - Não Terminativo -

Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Autoria: Senadora Kátia Abreu;

Relatoria: Senador Acir Gurgacz;

Relatório: favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CRA.

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e será ainda apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

– Em 16/05/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Pedro Simon e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais.

Consulto os Senadores Pedro Simon e Rodrigo Rollemberg sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Passo a palavra ao Relator, Senador Acir Gurgacz, para suas considerações finais e, consequentemente, o seu voto.

O SR. ACIR GURGAZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, nós já lemos o relatório na semana passada. Portanto, ele já é de conhecimento de todos os Senadores.

Trata-se de um projeto da Senadora Kátia Abreu, da nossa relatoria. Ele já foi aprovado na CCT, na CRA. Peço a V. Ex^a que o coloque em votação porque já foi amplamente discutido na semana anterior, e nós precisamos apenas da votação, até para equilibrar um pouquinho com o relatório lido pelo Senador Eduardo Braga. Vamos fazer o nosso mais curto para equilibrar a média dos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Rodrigo Rollemburg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu só quero manifestar minha posição favorável ao projeto da Senadora Kátia Abreu. Eu entendo que é importante regulamentar o desenvolvimento de clones de animais no Brasil.

Quero cumprimentar o papel desenvolvido pela Embrapa, no desenvolvimento de novas tecnologias, que vão garantir melhoria genética do rebanho brasileiro. De forma especial, quero cumprimentar o pesquisador Rodolfo Rumpf, que é de Brasília. Foi aqui que foi desenvolvido o primeiro clone de bovino da vaca chamada Vitória. Cumprimento também o pesquisador Ricardo Figueiredo.

Quero dizer, Sr. Presidente, que uma das questões que ficaram claras na discussão do Código Florestal é que uma das questões ambientais mais importantes para o Brasil, nos próximos anos, é aumentar a atividade da nossa pecuária. Por quê? Porque o Brasil utiliza em torno de 200 milhões de hectares com pecuária, em nosso País, para uma produtividade baixíssima, em torno de uma unidade animal por hectare.

Se nós dobrarmos a produtividade do rebanho brasileiro, mantendo o mesmo rebanho, nós vamos desocupar 100 milhões de hectares que poderão ser utilizados para o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento da agroenergia.

E para aumentar a produtividade do nosso rebanho, o melhoramento genético é fundamental. Portanto, regulamentar isso é importante, é estratégico.

Cumprimento o relator, cumprimento a autora do projeto e, especialmente, cumprimento os pesquisadores

brasileiros, que têm contribuído para o avanço da ciência e da tecnologia no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me, ainda nos debates.

Vou votar favoravelmente ao projeto, mas tenho só algumas indagações, se S. Ex^a o Relator pudesse esclarecer.

Qual a justificativa, Sr. Relator, se for possível, para retirada da criação de crimes do texto, ligadas a exploração?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Dá para repetir a pergunta?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por que foi retirado do texto, nos arts. 21 a 24, crimes, tipos penais?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu teria que fazer uma consulta para poder responder, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Deixa-me fazer uma ponderação: como esta matéria não é terminativa e vai à Comissão de Meio Ambiente, se V. Ex^a...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Eu faço parte da Comissão de Meio Ambiente. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Então, vamos votar a matéria. A intenção é discutirmos amplamente, é terminativa lá, na Comissão do Meio Ambiente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bem. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Nós nos aprofundamos nos temas técnicos, para que a gente possa avançar nesta matéria. Ela tramita desde 2007 na Casa e nós temos um compromisso, com a Embrapa, com os técnicos, de avançar e fazermos o debate final lá, na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está certo, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Acir Gurgacz.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2, da CRA e da CCJ, Substitutivo, a matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os itens 2, 3 e 4 são terminativos e exigem quórum qualificado. Em face disso, retiro de ofício os itens 2, 3 e 4, evidentemente, com a anuência dos nossos Pares.

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, de 2012 - Não Terminativo -

Acrescenta o inciso V-A do art. 37 da Constituição da República, para vedar o provimento, a investidura e o exercício em cargo em comissão ou em função de confiança aos brasileiros que estejam em situação de inelegibilidade, ressalvadas as incompatibilidades específicas de cargos políticos eletivos, a condição de inalistável e a de militar.

Autoria: Senador Pedro Taques e outros.

Relatoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatório: Favorável à proposta com a emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira para proferir o seu relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)
– Parecer.

O relatório é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2012, cujo primeiro signatário é o Senador Pedro Taques, que acrescenta o inciso V-A ao art. 37 da Constituição da República, para vedar o provimento, a investidura e o exercício em cargo em comissão ou em função de confiança aos brasileiros que estejam em situação de inelegibilidade, ressalvadas as incompatibilidades específicas de cargos políticos eletivos, a condição de inalistável e a de militar.

Sr. Presidente, o relatório:

Vêm à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2012, cujo primeiro signatário é o Senador Pedro Taques, que acrescenta o inciso V-A ao art. 37 da Constituição Federal.

Na justificativa, os autores sustentam que o princípio constitucional da moralidade na Administração Pública é dotado de relevância ímpar e que a investidura em cargo público de comissão ou função de confiança por brasileiro em condição de inelegibilidade pode acarretar situações de patente violação desse estruturante princípio da Administração Pública.

Acrescenta, ainda, o Senador Pedro Taques que a proposição partilha os mesmos motivos de criação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010), aprovada pelo Congresso Nacional e que recentemente teve a sua constitucionalidade confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, ou seja, a concretização do princípio da moralidade da Administração Pública.

Destaca que não se intenta uma punição antecipada do cidadão que pretenda exercer o cargo em comissão na função de confiança, e sim buscar a efetivação do princípio constitucional republicano, sem vilipendiar o princípio da não culpabilidade, já que apenas incorrerão na inelegibilidade proposta pela Lei da Ficha Limpa aqueles que já foram condenados por órgão colegiado ou cuja condenação seja definitiva.

O autor, Senador Pedro Taques – e outros Senadores –, também explica que as ressalvas na proposição tendem a resguardar importantes especificidades, nas quais não há afronta ao princípio da moralidade e que, portanto, tais formas de inelegibilidade não podem impedir a investidura em cargo em comissão ou em função de confiança. É o caso da desincompatibilização de determinados cargos para a participação nas eleições, da inelegibilidade decorrente de parentesco, do conscrito durante o serviço militar obrigatório e do militar, que apenas seria elegível com o afastamento das atribuições.

Finalmente, o autor registra que, por meio da proposta, quem for considerável inelegível, com exceção das ressalvas previstas, não poderá ser nomeado e investido em cargo em comissão e, caso já esteja em exercício, perderá o referido cargo. Do mesmo modo, o servidor efetivo, no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, que se tornar inelegível passará a ocupar apenas o cargo efetivo.

Ao ser distribuída à Comissão, avoquei a relatoria desta proposição, com base no art. 129 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram recebidas emendas à PEC nº 6, por entender que essa matéria é extremamente importante, moralizadora, constitucional e não fere o direito do cidadão, mas ajuda o Brasil a combater esse mal terrível, que se chama corrupção.

Análise.

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à análise da PEC nº 6, de 2012, quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista da admissibilidade, verifico que a proposição está subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa e não viola as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição (art.

60, I, e § 1º, da Constituição). Tampouco se trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa, ou há pretensão de abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais, de acordo com o que determina o art. 60, §§ 4º e 5º, da Constituição brasileira.

Assim, no tocante ao mérito, entendo que a proposta deve ser acolhida, visto que representa importante passo para garantir a ética, a probidade e a moralidade no âmbito da Administração Pública, no nível federal, estadual e municipal.

A Lei da Ficha Limpa representou significativo avanço democrático, com o escopo de evitar a participação em cargos eletivos de pessoas que não atendam às exigências da moralidade e da probidade. Do mesmo modo, a adoção da Lei da Ficha Limpa na nomeação de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no serviço público, como ora se propõe, contribuirá sobremaneira, no meu entendimento, para extirpar da Administração Pública aqueles que cometem ilícitos envolvendo o dinheiro e os demais bens públicos. Afinal, na Administração Pública não há liberdade ou vontade pessoal, o servidor age em nome do Estado, e a sua conduta deve pautar-se pela ética, pela boa-fé, pelo fiel cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da Administração. Especialmente os ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança que exerçam cargos de chefia e direção devem ser profissionais competentes e honrados, comprometidos com o Estado, conscientes de que a força do trabalho e o trato da coisa pública devem ser dirigidos à busca do bem comum e do interesse da coletividade.

É fundamental, portanto, entendo eu, que sejam tomadas medidas destinadas a se criar a conscientização de que a Administração Pública deve servir à coletividade e não a interesses particulares e que o público não deve confundir-se com o privado.

A vedação ao nepotismo foi um passo decisivo nesse sentido. A medida ora proposta é igualmente louvável. Somente com medida dessa natureza será possível resgatar a eficiência e a impessoalidade no âmbito da Administração Pública, de modo a fazer com que valores em serviços públicos sejam gerenciados sem que haja enriquecimento ilícito ou lesão ao erário público.

Por fim, Sr. Presidente, destaco que juristas e autoridades renomadas têm defendido a adoção dessa medida no serviço público. Ao comentar a iniciativa dos vereadores de São Paulo de adotar ficha limpa para servidores daquele Município, Dalmo Dallari, em artigo

publicado no dia 24 de fevereiro do corrente ano no *Jornal do Brasil*, intitulado “Servidor Ficha Limpa” sustenta que a medida contribuirá para reduzir o espaço daqueles que, desprovidos de consciência ética, procuram ocupar uma posição na Administração Pública para a consecução de objetivos contrários ao direito do cidadão e à moralidade pública.

Do mesmo modo, entendo eu que apenas se mostra necessária pequena adequação de técnica legislativa no artigo 1º da proposição, pois a redação original pode levar a dúvidas sobre a possível supressão de parte do art. 37 da Constituição, o que não se afigura como sendo a intenção dos autores. Conversei com o Senador Pedro Taques e apresentei a ele uma emenda de redação da CCJ, que apresento aqui apenas para corrigir possível distorção ou entendimento contrário ao art. 37 da Constituição Federal. Tive a anuência do autor da matéria, juntamente com outros, para que essa emenda fosse colocada à disposição dos Srs. Senadores.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2012, com a seguinte emenda de redação.

“Emenda de Redação nº 1, da CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 6, de 2012, a seguinte redação.

Art. 1º – Acrescente-se o inciso V-A ao art. 37 da Constituição Federal, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 37

(...)

V-A – É vedado o provimento, a investidura e o exercício em cargo em comissão, em função de confiança, aos brasileiros que estejam em condição de inelegibilidade, ressalvadas as incompatibilidades específicas de cargos políticos eletivos, a condição de inalistável e de militar.”.

É esse o relatório, é esse o voto que eu submeto à apreciação dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Coloco em discussão a matéria e parabenizo o relator pelo voto aqui apresentado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Pedro Taques. Depois, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o relator. Ele trouxe luzes à proposta de emenda à Constituição.

Com essa proposta, em sendo aprovada, nós aplicaremos as causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 135, a chamada Lei da Ficha Limpa, às pessoas jurídicas com capacidade política, União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, Legislativo, Executivo e Judiciário.

E é interessante que seja dito, Sr. Presidente, que vários Municípios do Brasil já têm iniciativa nesse sentido. E S. Ex^a, a Presidente da República, conforme o site da Controladoria-Geral da União (e eu tive uma conversa com o Ministro Hage) está estudando, juridicamente, a edição de um decreto para aplicar as causas de inelegibilidade aos servidores públicos federais. Assim, não seria possível uma proposta legislativa a não ser por proposta de emenda à Constituição porque seria inconstitucional.

Penso, Sr. Presidente, V. Ex^a como Líder do Governo no Congresso Nacional, nós poderíamos dar vazão a esta proposta de emenda que afirmaria a posição também do Poder Executivo no estudo deste decreto. Quero, por fim, cumprimentar o Sr. Relator e pedir o apoio dos Srs. Senadores a esta proposta, que penso ela traz os princípios republicanos como bem ressaltado pelo Senador Eunício e a honestidade cívica ao serviço público da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; Legislativo, Executivo e Judiciário. Não se afigura, como razoável, que o cidadão não possa ser vereador no menor município do Brasil (nada a ser vereador no menor município do Brasil), mas possa, em tese, ser Presidente do Banco Central ou Presidente da Petrobrás, como exemplos. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, muito rapidamente. Apenas para cumprimentar o Autor da proposta, Senador Pedro Taques, e o Relator, Senador Eunício Oliveira, registrando que eu solicitei à Consultoria do Senado um estudo para apresentar um projeto – como digo – ao teor, e fui informado pela Consultoria do Senado que só poderia ser uma proposta de emenda à Constituição e que o Senador Pedro Taques já estava colhendo assinaturas nesse sentido. Portanto, eu fico muito honrado de ter sido o quarto subscritor dessa proposta de emenda à Constituição que veio melhorar a qualidade do serviço público brasileiro, da mesma forma que a lei da “ficha limpa” vem contribuir para melhorar a qualidade da política e dos políticos brasileiros. Portanto, parabéns ao Senador Pedro Taques, parabéns ao Senador Eunício Oliveira.

Na semana passada, tive a oportunidade de cumprimentar a Presidenta da República, por uma notícia divulgada no jornal, de que ela já teria encomendado

à sua consultoria jurídica a elaboração de um decreto instituindo esses princípios para o preenchimento de cargos no serviço público federal. Mas, a melhor forma é instituir como um preceito constitucional como propõe o Senador Pedro Taques, a quem cumprimento, mais uma vez, neste momento, declarando meu voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente; Srs. Senadores. Lamento que nós estejamos aprovando esta matéria com quórum mínimo. Esta matéria, Senador Pedro Taques, Senador Aloysio, era para ser aprovada com quórum máximo, com esta Casa cheia, pululante, com um debate intenso pela importância da matéria que ela traz em seu bojo.

De modo que eu quero cumprimentar o Senador Pedro Taques, como Autor, e o Senador Eunício Oliveira, como Relator, pela importante decisão que nós estamos tomando neste momento aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero também cumprimentar o Senador Pedro Taques e o Senador Eunício Oliveira pela proposição e pelo parecer tão bem fundamentado. Gostaria de ter assinado esta proposição. Notei aqui que meu nome não está lá e gostaria até de indagar, já que o Senador Pedro Taques não chegou a me convidar para assiná-la, mas eu a teria assinado. Se ainda for possível assiná-la, eu gostaria... Se puder, até gostaria de subscrever a proposta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Aproveite e vote a favor, pronto!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Me permite, Senador... Foi um equívoco da minha parte. Eu peço desculpas ao senhor, mas seu voto vai trazer, tenho certeza, brilho a esta proposta.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu quero me manifestar, cumprimentando o Autor, o nobre Senador Pedro Taques, e o Relator, Senador Eunício, que, com a emenda apresentada, enriquece também esta proposição. E também manifestar minha solidariedade ao Senador Suplicy que não pode ser lembrado pelo Senador Pedro Taques.

Mas quero dizer que este é um bom momento de nossa Comissão que afirma seu compromisso com medidas que possam efetivamente contribuir para o aperfeiçoamento institucional do País e, sobretudo, para a melhoria dos padrões éticos que devem orientar e presidir a Administração Pública no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}s Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, de redação.

A matéria vai ao plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2012 - Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto.

O Senador Rodrigo Rollemberg tem a palavra para proferir o relatório rapidamente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador.

Relatório.

O Projeto de Lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o seu art. 1º, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região, com sede na cidade de Brasília (DF), 3 (três) Varas do Trabalho, sendo uma Vara na cidade de Brasília, e duas na cidade de Taguatinga, ambas do Distrito Federal.

O art. 2º acrescenta três cargos de Juiz do Trabalho ao Quadro de Juiz do referido Tribunal, e o art. 3º condiciona a criação dos cargos a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal. Porém, se os recursos orçamentários forem suficientes apenas para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e respectivas dotações deverão constar do anexo da lei orçamentária que venha

corresponder ao exercício em que forem considerados criados e providos (parágrafo único).

O art. 4º transforma, sem aumento de despesa, vinte funções comissionadas, nível FC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em três cargos em comissão, nível CJ-03

O art. 5º do Projeto determina que as despesas decorrentes da execução da Lei que se quer aprovar correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal no orçamento geral da União.

A justificação menciona que a iniciativa foi analisada e aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, na sessão de 5 de julho de 2011, conforme Parecer de Mérito nº 0001911-91.2011.2.00.0000.

Em seguida, lembra da crescente demanda nas Varas do Trabalho do Regional, do crescimento econômico da região e dos problemas relacionados ao acesso do jurisdicionado à Justiça. Além disso, urgente se faz a modernização da estrutura administrativo-funcional da instituição, que requer maior instrumentalização e aparelhamento das Varas, Gabinetes e unidades administrativas. Tudo com vistas ao cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segue a justificação afirmando que o TRT da 10ª Região, que compreende o Distrito Federal e o Estado de Tocantins, é o segundo maior em litigiosidade do País, e assim é necessário dotar o primeiro grau de jurisdição de meios efetivos para prestar adequadamente os serviços judiciais, ampliar o acesso à Justiça e tornar viável a duração razoável do processo. A criação de novas Varas, dos cargos de Juiz e a transformação das funções comissionadas contribuirão para desafogar a carga de trabalho das varas atuais, para que o Tribunal se veja bem instrumentalizado e, consequentemente, possa corresponder aos anseios da coletividade.

O projeto veio acompanhado do Parecer do Conselho Nacional de Justiça, que reconheceu a necessidade da criação das Varas e da ampliação dos cargos de juízes e servidores no Tribunal, considerando ainda a existência de disponibilidade orçamentária para tanto.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com uma emenda, e também, com emenda, da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Análise.

O Projeto mostra-se digno de acolhida, por sua compatibilidade com as normas constitucionais que regem o funcionamento do Poder Judiciário e com o

direito fundamental consagrado no art. 5º da Lei Maior, cujo inciso LXXVIII assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, *a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*.

A Constituição, ademais, atribui aos tribunais superiores competência para propor ao Poder Legislativo a *criação e extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver* (art. 96 inciso II, letra 'b'). O inciso XIII do art. 93 exige a observância, por parte da Lei Complementar relativa ao estatuto da magistratura, do princípio segundo o qual o número de juízes de cada unidade jurisdicional deverá ser proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

Assim, a proposta encontra-se plenamente respaldada pelos preceitos superiores respeitantes ao assunto, o que a torna meritória e de grande alcance.

Informamos, por fim, que a autorização relativa à criação dos cargos de Juiz e de servidores efetivos, objeto do projeto sob estudo, e para provimento de parte deles no presente exercício, encontra-se previsto na Lei Orçamentária Anual para 2012 – Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, em seu anexo V.

Voto

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13/2012.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. e Sras. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado, o Relatório passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável ao projeto.

A matéria vai a plenário.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, solicito urgência para apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto aos Srs. Senadores o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB pelo Distrito Federal, com relação à urgência da matéria.

Os Srs. e Sras. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovada a urgência da matéria que vai ao plenário ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 9:

Projeto de Lei da Câmara nº 44/2011, não terminativo. Autoriza o Poder Executivo a doar quatro aero-

naves U-H1 à Força Aérea Boliviana. A Presidenta da República é a autora; Relatoria do Senador Luiz Henrique. Favorável ao projeto, a matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exterior e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para a leitura de seu voto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente; Srs. e Sras. Senadores.

Trata-se de projeto muito importante por sua natureza de política externa e diplomática. Um projeto que traça a natureza, o caráter da liderança do Brasil no continente Sul-Americano. Uma liderança que é solidária, que é fraterna e que não configura propósitos hegemônicos, ou seja, o Brasil, sendo o maior País, tendo a economia mais avançada, tendo o maior PIB, se relaciona com seus vizinhos de modo co-participativo e não impositivo, substituindo a prepotência que caracterizou outras potências por um viés absolutamente fraternal em relação aos países limítrofes e aos demais vizinhos.

O projeto, Sr. Presidente, objetiva autorizar o Poder Executivo a fazer doação, à Força Aérea Boliviana, de quatro aeronaves que hoje pertencem ao acervo da Força Aérea Brasileira. São de fabricação norte-americana, tipo Iroquois, acionadas por motor Lycoming.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apreciou e aprovou projeto de lei e parecer que opina sobre o mérito da iniciativa nos termos seguintes:

"No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. Cuida-se de aeronaves que integram a frota, em desativação, pela Força Aérea Brasileira. Elas não atendem às necessidades operacionais da FAB nos dias de hoje. Importa registrar ainda que a estocagem dessas aeronaves acarreta a utilização de instalações e dispêndio de recursos públicos. Agrega-se a essa circunstância o fato de um elevado custo para manter essas aeronaves em condições de voo, bem como o suprimento necessário à sua manutenção, o que aumenta o seu custo operacional, não compensando economicamente sua alienação. Não há, portanto, interesse para o Brasil na manutenção do bem objeto da proposição em análise. Assim, nada melhor do que doá-las a um país vizinho que ainda tem condições de operacionalizar essas aeronaves.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2011, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vou votar favoravelmente a esse projeto, Sr. Presidente, mas entendo que nós teríamos, numa outra oportunidade, que debater isso na CCJ também, além de fazê-lo na Comissão de Relações Exteriores, as nossas relações com a Bolívia. Nós sabemos que determinadas atitudes do Presidente boliviano atentam contra a soberania nacional, e eu penso que esse debate precisaria lá ser feito.

Vou votar favoravelmente lá na Comissão de Relações Exteriores e aqui também. Vou votar favoravelmente a esse projeto porque o relatório de S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique, me convenceu, porque essas aeronaves precisam ser substituídas sob pena de dar gerar mais gastos para a República Federativa do Brasil, e há também o alto custo de manutenção. Vou votar favoravelmente, mas esse debate precisaria ser feito em outra oportunidade.

Parabenizo o Senador Luiz Henrique pelo relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Concordo plenamente com as observações do Senador Pedro Taques, mas, quem sabe, esse gesto brasileiro de doação não sirva para aplacar essas ações desafiadoras de que temos tido notícia por parte do presidente boliviano.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discuti-la, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório aprovado passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Há um item extrapauta, cuja inclusão foi solicitada pelo Senador Rodrigo Rollemberg e pela nossa Promotora-Chefe de Justiça do Distrito Federal, que pede que se inclua em pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2012, que é não-terminativo. É o último item a ser apreciado, é extrapauta.

ITEM EXTRAPAUTA

Transforma cargos de Promotor de Justiça Adjunto nos cargos de Procurador de Justiça e de Promotor de Justiça no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Autoria: Ministério Público da União.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg, favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para a leitura de seu voto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, trata-se do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2012 (nº 6.721, de 2010, na origem), do Ministério Público da União, que transforma cargos de Promotor de Justiça Adjunto em cargos de Procurador de Justiça e de Promotor de Justiça no âmbito do Ministério Público da União e Territórios.

O projeto não colide com nenhum preceito da Constituição Federal. Antes, encontra amparo nas normas que regem o funcionamento do Ministério Público, especialmente naquela consubstanciada no art. 127, cujo parágrafo 2º lhe assegura autonomia funcional e administrativa.

O mencionado dispositivo define a instituição como essencial à função jurisdicional do Estado, razão que legitima a ampliação de sua estrutura e as alterações oferecidas pelo projeto sob comento, que certamente irão aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Pensamos que o projeto, uma vez aprovado, muito contribuirá para uma maior celeridade da prestação jurisdicional, uma das grandes aspirações da coletividade brasileira. Registro, ainda, que não há aumento de custos.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, eu coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, no momento em que agradeço a V. Ex^a a inclusão extrapauta, solicito também a votação de requerimento de urgência para a apreciação da matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu peço também regime de urgência para o projeto que relatei há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu submeto ao regime de urgência os

dois projetos relatados pelo Senador Rodrigo Rollemberg e pelo Senador Luiz Henrique da Silveira.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o regime de urgência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está encerrada a presente reunião com o “pela ordem” do meu querido Senador Magno Malta que é um guerreiro na luta contra a pedofilia neste País e a favor de seu Estado Espírito Santo. Um abraço.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

2^a REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 08:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e doze minutos do dia oito de março de dois mil e doze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Taques, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues e Ricardo Ferraço, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias e Demóstenes Torres. Registra a presença o Senador Vital do Rêgo. Usam da palavra o Senador Eunício Oliveira (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) e a Deputada Federal Keyko Ota. Havendo número regimental, o Senhor Senador Eunício Oliveira (Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada e passa a Presidência ao Senhor Senador Pedro Taques (Presidente da Subcomissão de Segurança Pública). Passa-se à apreciação da Pauta: **Audiência Pública**

REALIZADA Assunto / Finalidade: Destinada a discutir os problemas atuais da segurança pública e as leis penais no país, além de buscar sugestões para contribuir com o trabalho de elaboração do anteprojeto e de iniciativas legislativas a serem tomadas por este colegiado. **Expositores:** **1. Senhor Ministro Gilson Dipp**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Presidente da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal; **2. Senhor Luiz Carlos dos Santos Gonçalves**, Procurador Regional da República da Procuradoria Geral da República da 3^a Região e Relator da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal; **3. Senhor Wantuir Francisco Brasil Jacini**, Secretário de Segurança do Estado do Mato Grosso do Sul e Presidente do Colegiado Nacional de Secretários de Segurança Pública; **4. Senhor José Mariano Beltrame**, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro; **5. Senhor Diógenes Curado Filho**, Secretário de Segurança do Estado do Mato Grosso. **Convidados:** **1. Senhor Antonio Nabor Areias Bulhões**, Advogado e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **2. Senhor Emanuel Messias Oliveira Cacho**, Advogado e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **3. Senhor Gamil Foppel El Hireche**, Advogado e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **4. Senhor José Muiños Piñeiro Filho**, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **5. Senhora Luiza Nagib Eluf**, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **6. Senhor Marcelo André de Azevedo**, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás – MPGO e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **7. Senhor Marcelo Leal Lima Oliveira**, Advogado e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **8. Senhor Marcelo Leonardo**, Advogado e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **9. Senhor Técio Lins e Silva**; Advogado e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **10. Senhor Tiago Ivo Odon**, Consultor Legislativo do Senado Federal e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP. **Justificaram ausência:**

1. Senhora Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **2. Senhora Juliana Garcia Belloque**, Defensora Pública da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **3. Senhor Luiz Flávio Gomes**, Professor do Instituto de Pesquisa e Cultura – Conselheiro da Anhanguera Educacional e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **4. Senhor Marco Antônio Marques da Silva**, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP; **5. Senhor René Ariel Dotti**, Advogado, Professor e Membro da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às onze horas e cinqüenta e dois minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Pedro Taques**, Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam querem permanecer como se encontram (*Pausa.*)

Aprovada a Ata, que passa a fazer parte dos Anais desta Casa.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, para discutir os problemas atuais da segurança pública e as leis penais no País, além de buscar sugestões para contribuir com o trabalho de elaboração do anteprojeto de iniciativas legislativas a serem tomadas por este Colegiado.

Os convidados para esta audiência pública são: Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp, Presidente da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto de novo Código Penal brasileiro; o Sr. Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Pro-

curador Regional da República da Procuradoria-Geral da República da 3ª Região, Relator da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal; o Dr. Antonio Nabor Areia Bulhões, advogado e membro da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar o anteprojeto do Código Penal; o Dr. Emanuel Messias Oliveira Cacho, advogado membro da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal brasileiro; o Dr. Gamil Foppel El Hireche, advogado e membro da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal brasileiro; o Dr. José Muñoz Piñeiro Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal brasileiro; a Drª Luíza Nagib Eluf, Procuradora de Justiça do Ministério Público de São Paulo, membro da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar o anteprojeto do Código Penal; o Dr. Marcelo André de Azevedo, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás, membro da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar o anteprojeto do Código Penal; o Dr. Marcelo Leal Lima Oliveira, advogado e membro da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar o anteprojeto do Código Penal; o Dr. Marcelo Leonardo, advogado e membro da Comissão da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal brasileiro; o Dr. Técio Lins e Silva, advogado e membro da Comissão da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal; o Dr. Tiago Ivo Odon, Consultor Legislativo do Senado Federal, membro da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal; Dr. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; o Dr. Diógenes Curado Filho, Secretário de Segurança do Estado do Mato Grosso; o Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Segurança do Estado do Mato Grosso do Sul e Presidente do Colegiado Nacional de Secretários de Segurança Pública.

Justificaram a ausência: Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Maria Thereza Rocha de Assis Moura, membro da Comissão da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal; a Drª Juliana Garcia Belloque, Defensora Pública da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; o Dr. Luiz Flávio Gomes, professor do Instituto de Pesquisa e Cultura – Conselheiro da Anhanguera Educacional; o Dr. Marco Antônio Marques da Silva, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; o Dr. René Ariel Dotti, advogado e professor, membro da Comissão de Juristas.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: na condução dos trabalhos, será franqueada a palavra a três membros do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, ao Presidente e ao Relator da Comissão de Juristas, os quais farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de três minutos, o tempo regimental, mas a Presidência não vai utilizar apenas os três minutos. É assegurado igual prazo para resposta, também, do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o Regimento Interno.

Eu convido, para compor a Mesa neste primeiro instante, o Ministro Gilson Dipp, que é Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Presidente da Comissão de Juristas, com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal, para sua exposição – para sentar à mesa e, em seguida, para a sua exposição.

Convidado também o Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Procurador Regional da República da Procuradoria-Geral da República da 3ª Região e Relator da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal brasileiro, para compor a Mesa neste primeiro instante.

Convidado também o Presidente da Subcomissão, Senador Pedro Taques, para compor a Mesa.

Convidado também o Senador Eduardo Braga, como Relator da Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição e Justiça.

Em seguida, após as falas iniciais, nós vamos convidar à mesa o Dr. José Mariano Beltrame, que é Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; o Dr. Diógenes Curado Filho, Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso; e o Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, que é Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

Matto Grosso, hoje, está completo aqui.

Quero falar aos senhores da alegria, da satisfação ao saudar todas as autoridades que vieram a esta importante audiência pública, dela, obviamente, participando os membros da Comissão de Juristas, a quem, em nome da Comissão de Constituição e Justiça e do Senado Federal, eu agradeço pelo empenho, pelo trabalho, pela dedicação que tem tido essa Comissão para com o anteprojeto do novo Código Penal brasileiro.

Todos nós sabemos que esse Código Penal brasileiro ainda é um código, embora emendado várias vezes, que foi elaborado em 1940, portanto, ainda quando nós tínhamos uma sociedade inteiramente rural.

Hoje, o Brasil e o mundo vivem num outro patamar, num momento importante, de comunicação rápida e simultânea com o mundo inteiro.

Então, esta audiência pública tem, exatamente, a finalidade de discutir os problemas atuais da segurança pública, no Brasil, e, obviamente, as leis penais.

Eu acho que essa colaboração, Senador Aloysio Nunes, V. Exª que foi Ministro da Justiça e é um jurista respeitado, aqui nesta Comissão e por todo o Brasil... Nós somos sabedores de que este debate é extremamente importante para nós, aqui da Comissão, para nós, do Senado, Ministro Gilson Dipp, e para o povo brasileiro.

O Código Penal brasileiro, o novo Código Penal brasileiro vai debater temas bastante importantes.

Eu tenho acompanhado, por dever até de ofício, que vários temas têm sido trazidos a esta Comissão pela abertura do site que fizemos para receber sugestões, aqui coordenado pelo nosso Senador e jurista Pedro Taques.

Nós recebemos, aqui, uma listagem enorme e quero citar alguns: por exemplo, a revogação da lei de contravenções penais e criminalização dos jogos de azar; criminalização do porte de armas; crimes hediondos; milícias; crime organizado; lavagem de dinheiro; crimes de colarinho branco; revogação da lei de segurança nacional; discussão de crime de terrorismo; violação doméstica; tráfico de drogas; tráfico de armas; maioridade penal aos 16 anos.

Então, são vários temas que chegaram a esta Comissão, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, e, obviamente, o Ministro Gilson Dipp deve ter recebido.

Além disso, há a colaboração desses juristas renomados, a quem, mais uma vez, eu agradeço pela presença aqui e pelo trabalho e dedicação, porque têm dando horas de trabalho para que esse anteprojeto possa chegar ao Senado.

Aqui, eu quero, finalizando minhas palavras, dizer que, hoje, no Dia Internacional da Mulher, na homenagem nossa a todas as mulheres do Brasil, esse debate engrandece esta Comissão.

Obviamente, os senhores que fazem, que lidam com o manejo da Justiça brasileira, darão uma grande contribuição a este País, para que possamos fazer, o mais rapidamente possível, o novo Código Penal.

O compromisso desta Presidência é de que, tão logo chegue esse anteprojeto, vamos transformar esse anteprojeto em um projeto de lei a ser debatido, e espero que ainda na Presidência desta Comissão. Ficarei como Presidente, aqui, até fevereiro, mas o Congresso encerra suas atividades no recesso de dezembro. Que até dezembro tenhamos, Senador Aloysio, Senador Eduardo Braga, Senador Armando Monteiro,

Senador Pedro Taques, aqui, feito um debate para que esse anteprojeto se torne um projeto efetivo, para se tornar lei, para que todos os brasileiros possam ter um novo Código Penal.

Então, eu agradeço, mais uma vez, a presença dos senhores.

Passo a palavra para o Relator, Senador Eduardo Braga, para, se quiser, fazer alguma consideração.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Pedro Taques e, por ele ser o nosso coordenador, do ponto de vista da área de segurança pública e quem está coordenando estes trabalhos, por delegação desta Presidência, eu, em seguida, convidarei S. Ex^a para fazer uso da palavra e transmitirei a Presidência para S. Ex^a.

O Senador Eduardo Braga tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Caro Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, na pessoa de quem eu quero cumprimentar todos os colegas Senadores aqui presentes, meu caro Presidente da nossa Subcomissão, Senador Pedro Taques, Ministro Gilson Dipp, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os nossos convidados na manhã de hoje, para debater, sem dúvida nenhuma, um dos pilares e um dos fundamentos mais importantes para o sucesso de uma boa política de segurança pública no Brasil.

Quero cumprimentar a iniciativa do Senador Pedro Taques e da nossa Subcomissão de iniciar, Senador Eunício, exatamente por esse amplo debate e ouvindo a experiência daqueles que estão à frente da elaboração dessa proposta de um novo código, que substituirá um código ultrapassado, um código que foi baseado numa sociedade da década de 40, portanto, uma sociedade que não possuía Internet, que não possuía a dinâmica de uma sociedade moderna.

Ao mesmo tempo, quero saudar a presença dos Secretários de Segurança, aqui, nesta nossa audiência pública, porque, sem a contribuição dos Estados, sem a contribuição do comando e o controle das polícias no Brasil, seja das polícias civis, militares, Polícia Federal, bem como de todo o aparato do Ministério Público, nós não conseguiremos estabelecer uma política que responda aos anseios da população.

Toda e qualquer pesquisa de opinião pública, hoje, no Brasil, aponta a questão da segurança pública como sendo, talvez, o problema número um em quase todos os Estados. Se não for o número um em quase todos os Estados, Secretário Beltrame, é com certeza um dos três principais problemas em todos os Estados brasileiros e em todas as cidades, mesmo nas cidades do interior do Brasil; mesmo nas cidades do interior da Amazônia, Ministro Dipp. V. Ex^a já esteve conosco nas fronteiras brasileiras e sabe que essa

é uma prioridade da população brasileira. E, sem um novo Código Penal, com todo esforço que está sendo feito, será muito difícil chegar ao sucesso.

Portanto, estamos, aqui, na condição de Relator, para poder compreender as demandas que precisamos sistematizar, que precisamos organizar com a contribuição e a coordenação do Senador Pedro Taques, mas de todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras do Senado da República.

Quero, portanto, encerrar, agradecendo a presença de todos os convidados e fazendo aqui uma menção extremamente especial ao Sr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Procurador Regional da República, que, neste ato, representa também o Ministério Públco em nossa Mesa de abertura.

Agradeço a oportunidade, Presidente Eunício, desejando a todos um bom dia de trabalho e que Deus possa abençoar as mulheres brasileiras, as mulheres em todo o País, no Dia Internacional da Mulher, e que este novo Código possa representar para a mulher a garantia dos direitos da mulher no nosso País e na nossa sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, como Presidente da Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente Eunício, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Sr. Senador Relator da Subcomissão de Segurança, Senador Eduardo Braga; demais Senadores; quero cumprimentar o Ministro Dipp, Presidente da Comissão Especial de Juristas, que está a tratar do anteprojeto de um novo Código Penal.

Cumprimento também o Relator da comissão, o Dr. Luiz Carlos, e quero cumprimentar os demais membros da Comissão Especial de Juristas, que estão a fazer um trabalho sem remuneração – é bom que isso sempre seja dito –, colaborando com a República.

Quero cumprimentar os Srs. Secretários de Segurança. Muito obrigado pela oportunidade de podemos ouvi-los neste tema que é muito significativo para a sociedade brasileira.

Cumprimento a Deputada Federal Keiko. Muito obrigado pela sua presença.

Às instituições, às entidades que aqui se encontram, muito obrigado. Daqui a pouco, elas serão citadas. Esta é uma Casa democrática, e aqui passo a citá-las, Senador Eunício: a Igreja Católica, o Movimento Brasil sem Aborto, a Fenasp, a Federação Espírita, o Instituto Eu Defendo, Comissões Defesa da Vida, a Associação Santos Inocentes, a Associação Promotores da Vida, a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família e a Co-

munidade Católica da UNB. Sejam bem-vindos a esta Casa, onde se exerce a democracia. Tenho certeza de que, em uma oportunidade seguinte, todos os pensamentos serão ouvidos pela Comissão de Segurança e também pela Comissão Especial de Juristas.

A Comissão Especial de Juristas foi instituída para elaborar um anteprojeto de Código Penal. É uma comissão de ordem técnica, autônoma – é bom que se diga –, de caráter misto e composta, majoritariamente, por indicação das lideranças partidárias desta Casa.

Essa comissão representa as principais forças políticas da Casa da Federação. Sua finalidade maior é atualizar, sistematizar e uniformizar a legislação penal, adequando-a aos preceitos da Constituição de 1988 e às novas demandas da sociedade.

Suas características, Sr. Presidente, deixam claro que ela não tem poderes normativos, por óbvio, e apenas fará uma sugestão de significativa importância para nós, na forma de anteprojeto, que será estudada, primeiramente, por uma comissão de Senadores, conforme determina o Regimento, a ser constituída com o objetivo específico de analisar a reforma do Código Penal. Posteriormente, ela é enviada para aprovação do Plenário, e também será debatido o projeto da Comissão de Constituição e Justiça e, depois, na Câmara dos Deputados.

Isso significa que, entre a indicação da Comissão de Especialistas e a aprovação do novo Código, há um longo caminho a ser percorrido, caminho que permite o pleno exercício democrático por parte da população e de seus representantes. É preciso compreender que, em temas complexos, uma boa lei se faz com ponderação, entre as razões técnicas e jurídicas e os anseios políticos da população. Daí resulta a importância da constituição de uma comissão independente de especialistas, dotada de plena garantia e liberdade para trabalhar de maneira que melhor lhe convém.

De outro lado, caso o resultado do trabalho não atenda às aspirações sociais, cumpre aos Parlamentares, aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, representantes do povo, promover os devidos aperfeiçoamentos, dando uma forma final ao projeto de lei a ser apreciado pela Presidência da República.

Assim, em que pese à possibilidade de que a Comissão possa debater e apresentar sua proposta em relação a temas polêmicos – e eu ressalto que isso deve ser feito –, o resultado dependerá da análise dos representantes da sociedade. De outro lado, a Subcomissão Permanente de Segurança Pública tem por finalidade analisar propostas legislativas, colher subsídios, debater com especialistas e ouvir a população, com vistas a propor inovações normativas necessárias ao combate à criminalidade, além, por certo,

da devida fiscalização das ações desenvolvidas pelos demais Poderes da República.

Aqui, Sr. Presidente, já encaminhando para o final, eu cito a Comissão Especial Externa de Acompanhamento do PAC de Segurança, presidida pelo Senador Eduardo Braga e por mim relatada, em que nós demonstramos que temos muitos discursos e pouca concretização dos recursos na área de segurança.

Um fator preocupante, que exige o acompanhamento desta Casa – e eu cito aqui – é o contingenciamento de mais de R\$2 bilhões no Ministério da Justiça, publicado no Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012. Essa limitação de empenho contrasta com o discurso do Governo, que diz priorizar a segurança. A violência, a falta de segurança e o medo da criminalidade são graves problemas que afligem a população brasileira, que não tem recebido respostas suficientes por parte do Governo e das instituições.

Uma rápida leitura no mapa na violência de 2011, divulgado pelo Ministério da Justiça, mostra que a taxa média de homicídios no Brasil é de 26,4 mortes anuais para cada 100 mil habitantes, deixando o Brasil na sexta colocação entre os países mais violentos do mundo. Mais do que isso, Sr. Presidente, o patamar aproximado de 51 mil homicídios, no ano de 2008, indica um aumento de 10 mil homicídios em um decênio. Pior: os inquéritos policiais investigam apenas 50% dos homicídios, e 80% desses inquéritos são arquivados. Nós, da Subcomissão de Segurança, temos que tratar disso.

O resultado é que, apesar de a segurança constituir um direito fundamental, um dever do Estado, protegido pela Constituição, pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria, divulgada em outubro do ano passado, mostra que mais da metade da população a considera péssima ou ruim, sendo que 80% dos entrevistados mudaram de hábitos em razão da violência.

Esses dados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por si, justificam o trabalho deste Senado Federal e mais especificamente o da Subcomissão Permanente de Segurança e da Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, é preciso romper velhos modelos. Não basta focar na repressão e no aumento de penas. Faz-se necessário uma política pública de segurança consistente.

Sendo assim, a reunião conjunta da Comissão de Especialistas do Código Penal – e eu quero ressaltar mais uma vez a independência e a autonomia desta comissão nos debates – e esta Subcomissão de Segurança, com o Colégio de Secretários de Segurança, adquirem importância ímpar, pois, assim, o Senado Federal colhe valiosos subsídios que auxiliam na obtenção das respostas adequadas para os problemas sociais.

Nesse contexto, o fomento de debates e a manifestação das diferenças ideológicas e religiosas são importantes para que se delimitem os rumos do país que queremos. A democracia se constrói diariamente na tensão entre forças e opiniões diversas, em que todos devem agir com máxima tolerância e respeito ao próximo.

São essas, Sr. Presidente, as palavras iniciais que eu queria dizer e, mais uma vez, expressar meu respeito a esta Comissão Especial, ressaltando a autonomia desta Comissão, para que nós, aqui no Senado, possamos discutir junto com a sociedade, as instituições aqui representadas – mais uma vez quero cumprimentá-los –, temas que são significativos para a atual quadra em que nós vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Antes de dar sequência aos trabalhos, quero só comunicar a esta Comissão que, pegando o tema da fala de V. Ex^a, de romper velhos modelos, esta Comissão acaba de receber, Senador Ferraço, do Presidente do Congresso Nacional, um ofício, o Ofício nº 158, que informa: “Informo a V. Ex^a, para comunicar aos demais membros da Comissão de Constituição e Justiça, que, em reunião desta Presidência com líderes partidários, ficou especificamente definido que a questão do Fundo de Participação (FPE) e o novo pacto federativo devem ser discutidos entre as três Comissões temáticas desta Casa em conjunto, ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Desenvolvimento Regional, para debatermos o novo pacto federativo, para romper, mais uma vez, velhos modelos e atualizar o Brasil que todos nós desejamos”.

Quero registrar aqui também e agradecer a manifestação silenciosa e educada da plateia, que veio aqui com cartazes.

Podem levantar seus cartazes para que os membros desta Comissão possam perceber a manifestação silenciosa, mas democrática e livre da participação na Comissão de Constituição e Justiça nesta manhã; para que todos os membros desta Comissão, os juristas e membros da comissão especial externa, que está tratando desse assunto, assim como os Srs. Secretários de Segurança Pública e as autoridades aqui presentes, percebam-no.

Registro, com prazer, que a Comissão em Defesa da Vida, da Regional Sul 1, da CNBB, está presente; que o Movimento Legislação e Vida, da Diocese de Taubaté, também está presente; que a Renovação Carismática Católica também está presente; a Rede Nacional em Defesa da Vida, a Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Brasília, também

estão presentes, assim como a Comunidade Santos Inocentes.

Agradeço a manifestação educada, silenciosa, feita por todas essas entidades.

Quero passar a Presidência desta Comissão ao Presidente da Subcomissão, Senador Pedro Taques, mas, antes, quero convidar para compor a Mesa o Sr. José Mariano Beltrame, que é Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Dr. Beltrame, por gentileza.

Também quero convidar para compor a Mesa o Dr. Diógenes Curado Filho, que é Secretário de Segurança do Estado de Mato Grosso, e o Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, que é Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.

Passo a Presidência ao Senador Pedro Taques e convido o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é nosso Vice-Presidente desta Comissão, para ocupar o lugar do Senador Pedro Taques. O Senador Pedro Taques vai ocupar o lugar do Presidente Eunício, e eu vou ocupar o lugar em que está V. Ex^a.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Eunício, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Sem maiores delongas, passo a palavra ao Ministro Gilson Dipp, que falará sobre os trabalhos da Comissão Especial de Juristas. Depois falará o Dr. Luiz Carlos dos Santos, Relator-Geral da Comissão Especial de Juristas, para, depois, Senador Eunício, Vice-Presidente, assume a Comissão de Segurança, os Secretários de Segurança Pública, aqui representados pelo Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, que escolheu três Secretários para que pudessem expor as posições desse colegiado, quando, em uma audiência pública com o Presidente Sarney, trouxeram a reivindicação de que gostariam de ser ouvidos pela Subcomissão de Segurança Pública e pela Comissão de Juristas, que está a elaborar um novo Código Penal.

Registro a presença do Senador Ricardo Ferraço, a do Senador Armando Monteiro e agora, na bancada, a do Senador Eunício Oliveira.

Passo a palavra a V. Ex^a, Ministro Gilson Dipp.

O SR. GILSON DIPP – Senador Pedro Taques, Presidente da Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição e Justiça, que está presidindo os trabalhos; Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Senador Eduardo Braga, Relator; Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso Vice-Presidente; Srs. Secretários de Segurança Pública do Brasil, meus caros e queridos colegas membros

da Comissão Especial designada pelo Senado para elaboração do anteprojeto do Código Penal.

Primeiro, Senador, quero dizer que para nós da Comissão sempre é uma honra e um prazer estarmos unidos com os representantes do povo para o qual se destinam os nossos trabalhos. Se os trabalhos da Comissão de Juristas se destinam aos representantes do povo, certamente, estou com isso dizendo que se destinam também à sociedade brasileira e ao cidadão brasileiro dos mais variados segmentos sociais com a imensa gama de variedades e situações existentes num País de dimensão continental, onde, graças a Deus, temos um Estado de direito e a possibilidade de termos diferenças jurídicas, ideológicas e religiosas, em que possamos discutir de forma aberta, transparente e lúcida um Código Penal, um código de condutas, Senador Aloysio, que sirva de parâmetro para uma sociedade plural, como é a sociedade brasileira.

Disse certa vez aqui, no Senado, que este anteprojeto do Código Penal visa não só ao executivo da Avenida Paulista, Senador Eduardo Braga, como o ribeirinho do Amazonas que eu também conheci com V. Ex^a.

Quero dizer que temos dentro da própria Comissão uma variedade de formadores, de operadores do Direito com as mais diversas formações. Temos membros do Judiciário, membros do Ministério Público, advogados, professores e estamos também trabalhando em conjunto e compondo as nossas diferenças de forma democrática, de forma educada, um trabalho que está se realizando de forma surpreendente quanto à qualidade e quanto à celeridade. Esperamos, Senador Pedro Taques, entregar o anteprojeto do Código Penal rigorosamente dentro do prazo que nos foi estipulado.

Nós estamos diuturnamente um em contato com o outro membro da Comissão, dividimos as tarefas em três grandes subcomissões: uma que diz respeito à parte geral do Código Penal, a grande política pública e jurídica que norteia o Direito Penal; a subcomissão da parte especial, que é aquela que trata da tipificação dos delitos, e uma terceira subcomissão, que está examinando, Secretário Beltrame, toda a legislação especial ou extravagante que visa – ou que visou – a atualizar, modernizar, remendar um Código de 1940. São mais de 130 leis que nós estamos examinando, verificando quais leis são importantes para a sociedade brasileira; dessas, quais são os tipos penais que nós podemos colocar dentro do Código Penal, para fazer dele, da parte especial, o grande centro do sistema penal brasileiro, para que não tenhamos uma infinidade de leis esparsas que dificultam o estudo para os operadores do Direito, que dificultam o trabalho da polícia, do Ministério Público e do Judiciário na investigação, na

persecução penal e na decisão em relação a crimes cometidos e que causam também uma insegurança para o cidadão, para o qual a norma se volta.

Temos trabalhado de forma a não deixar de examinar nenhum tema de Direito Penal dentro da comissão, para que possamos trazer a nossa posição jurídica, mas não desvinculada da realidade brasileira, e sabendo que é uma comissão que foi criada dentro do Congresso Nacional, dentro do Senado Federal. Não é uma comissão que veio do Executivo, do Ministério da Justiça, Senador Aloysio, comissões de reforma do Código que acabaram se perdendo no tempo e no espaço. E nós temos o compromisso, sim, de trazermos as nossas ponderações, de discutirmos *a posteriori* com o Senado Federal e com a sociedade brasileira.

Fizemos, no último dia 24 de fevereiro, em São Paulo, uma audiência pública, no Tribunal de Justiça de São Paulo, que reuniu mais de quinhentas pessoas para discutir temas polêmicos, crimes contra a vida; e quem falou, Senador Eduardo Braga, não foram apenas as instituições voltadas para o mundo jurídico – OAB, Magistratura, Ministério Público. Foram pessoas do povo e instituições do povo que, bem ou mal, defenderam, às vezes de maneira veemente, suas posições. Quinhentas pessoas na Praça da Sé, em São Paulo.

Pergunto: qual é a comissão externa do Senado Federal, Senador Eunício, que tratou de qualquer elaboração de leis, que teve uma participação e uma gama de população, de povo, de cidadão, externando, pessoalmente, suas posições? Isso é resultado do Estado de direito. Isso não se conquistou em dois dias, em dois anos, em três anos; isso é uma conquista constante de aperfeiçoamento das instituições.

Temos também claro na comissão de que, além do Congresso Nacional, nós temos, por outro lado, para que a aprovação ou a discussão se dê de maneira mais objetiva – e sabemos que temos –, ao final, ao cabo, o Executivo, o Governo Federal. Então, nós precisamos e nós temos, dentro da comissão, a consciência efetiva disso: que nós trabalhamos juridicamente para fazer um Código para o dia de hoje e voltado para o dia de amanhã. Fazemos um Código que tenha que ter a devida possibilidade de ser discutido e aprovado no que for possível pelo Parlamento; e um Código que possa ser homologado pelo Executivo, mas também um Código que satisfaça a necessidade do cidadão brasileiro.

Não estamos, Senador Pedro Taques, deixando de discutir nenhum assunto, nenhum tema. Estamos discutindo, sim, dentro da comissão, capítulo, os crimes contra a vida, se é possível mantermos a possibilidade de progressão de regime nos termos atuais; se devemos aumentar a possibilidade em caso dos crimes hediondos, em especial de homicídio. Estamos

discutindo, sim, a possibilidade ou não de ampliarmos as possibilidades do aborto legal; estamos discutindo, sim, a eutanásia; estamos discutindo a ortotanásia e recebendo a colaboração de técnicos, Conselho Federal de Medicina, Instituto Bioética, entidades da organização civil; estamos discutindo se o Brasil deve ou não tipificar o terrorismo.

Sabemos que temos três grandes eventos internacionais que o Brasil fez tanta força para trazer para o seu território: Olimpíadas, Copa do Mundo e Copa das Confederações. Sabemos que o Executivo criou um aparato, uma secretaria de eventos especiais com alta tecnologia, com dispêndios, em que a pessoa para ingressar num evento num estágio pode ser identificada pelas suas impressões digitais ou até pela cor dos seus olhos. Sabemos que nesses eventos pelo menos três países sofreram na carne a barbárie do terrorismo e que aqui estarão presentes: Reino Unido, Espanha e Estados Unidos. E, se, desventuradamente, acontecer um ato que se assemelhe ao ato de terrorismo, nós não temos sequer um tipo penal para aplicar. Diria eu, temos, sim, alguma lei que trata, sim, de atos que podem se enquadrar como terrorismo, mas é uma lei que o Senador Aloysio sabe que nós não queremos ressuscitar, que é a Lei de Segurança Nacional do período do regime militar. E se nós pudermos, e se nós conseguirmos chegar a um consenso de que devemos tipificar o terrorismo, a nossa proposta é a de revogação imediata da Lei de Segurança Nacional. Sabemos também que há a preocupação do Governo, se houver a tipificação do terrorismo, da tentativa de criminalizar os movimentos sociais com MST e outros.

Estamos pensando numa ideia de excludente de criminalidade, quando atos praticados por essas organizações, que tem fins e objetivos sociais e pertinentes, se não forem praticados com excessos e forem compatíveis com seus objetivos sociais, essa conduta ser descriminalizada, ser uma excludente de criminalidade.

Vejam que é um trabalho insano. Não é apenas um trabalho jurídico; é um trabalho de cunho social e de cunho, de certa forma, político.

Estamos, sim, pensando também que nós devemos tipificar ou trazer para o Código Penal o conceito do tipo penal de organização criminosa. Não basta mais termos a figura da formação de bando e quadrilha de 1940. O Brasil evoluiu, e uma das tentativas e uma das propostas da modernização do Código é adaptá-la à Constituição de 1988 e as convenções e tratados internacionais celebrados pelo Brasil em matéria penal, que foram internalizados no nosso sistema jurídico, através da aprovação das duas Casas do Congresso, e a promulgação de decreto presidencial, introduzindo como lei ordinária certos aspectos das convenções

internacionais. Mas o juiz, o promotor, a polícia não trabalha com tratados e convenções internacionais. Ela trabalha com o código, com a lei. Por isso é preciso que alguns tipos penais sejam repensados, para serem incluídos no código: organizações criminosas, enriquecimento ilícito – temos dificuldades, divergências dentro da Comissão.

Temos também que pensar no aspecto de que os crimes cibernéticos não têm adequada legislação. Há vários projetos tramitando nesta Casa, na Câmara dos Deputados, mas o Brasil sequer é signatário da Convenção de Budapeste, que criminalizou os crimes cibernéticos.

Até agora o Judiciário tem tratado o crime cibernético – fui Relator de vários *habeas corpus* daquela famosa Operação Cavalo de Tróia, de Parauapebas, de onde se furtaram inúmeras senhas bancárias, furtaram-se contas correntes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal – como estelionato ou furto qualificado mediante fraude.

Até quando isso vai acontecer? A invasão do sistema de informática do Governo Federal, se tiver que ser punido, se tiver que ser apurado, qual é o crime que vamos apurar?

Essas retiradas do sistema de informática dos bancos sucessivamente agora à invasão do sistema de sites do Governo do Distrito Federal. É possível que continuemos tratando com dois tipos penais preexistentes e aplicando-os, porque somente foram instrumentalizados através do computador? Evidentemente que não.

A responsabilidade penal da pessoa jurídica – outro tema polêmico – existe, sim, para os crimes ambientais, porque a lei dos crimes ambientais regulamentou o art. 225 da Constituição. Mas há um artigo lá, o art. 173 da Constituição, em algum parágrafo, que diz que também em relação aos crimes contra a ordem econômica e contra o consumidor, a pessoa jurídica deverá ser responsabilizada na forma da lei. E que lei é essa? Eu acho que essa lei é o Código Penal. Evidentemente, com um sistema de penas compatíveis com aplicação à pessoa jurídica. Proibição de contratação com Poder Público, proibição de entrar em licitações, suspensão das atividades da empresa, enfim, o estigma penal, por mais que não queiram, pesa muito mais quando se trata de responsabilidade da própria empresa e não apenas do seu dirigente ou daquele que cometeu o delito em favor ou proveito da pessoa jurídica.

O tráfico de pessoas.

Vim aqui, há dois meses, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado – Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, o presidente não me lembro e a Ex-Senadora Marinor Brito era Presidente ou Rela-

tora – e me foi dito, com todas as letras, que há um determinado Estado do País – não me lembro se é o Pará, não quero ser injusto – onde há mais de cem certidões de óbitos de crianças, Secretária Mariana, cujos corpos não foram encontrados. Onde estão esses corpos? É trabalho escravo? É prostituição? É remoção de órgãos? E a Comissão Parlamentar nos apresentou um tipo penal dando liberdade à Comissão para que fizesse dele a redação técnica que melhor entendesse, possibilitando, ao contrário do que hoje ocorre, criminalizar o tráfico nacional e internacional de pessoas para prostituição, para o trabalho escravo ou análogo ao trabalho escravo e para remoção de órgãos.

Tudo isso, além de verificar se nós devemos ou não extirpar do Código Penal toda uma gama de crimes que hoje não fazem o menor sentido estarem dentro de um estatuto penal. Poderiam fazer sentido em 1940. E tirarmos tudo aquilo que não tem mais, que não ofenda mais bens jurídicos essenciais à sociedade e deixarmos no Código apenas aqueles crimes que realmente ofendam a sociedade, crimes contra a vida, crimes contra a saúde, crimes contra o patrimônio, privado e público. Privado e público.

Como processar, como investigar o funcionário público *lato sensu*, o agente político, o juiz, o promotor, o deputado, o senador, o secretário de Estado que tenha patrimônio incompatível de forma clara com seus rendimentos e que ele não possa fundamentar ou explicar ou justificar devidamente? A figura do enriquecimento ilícito.

Convenção da ONU contra a corrupção. Está internalizado, decreto número tal no Brasil. Mas não está no Código, e nós trabalhamos com os códigos. Estou falando isso agora pessoalmente. Não é a opinião definitiva. Nós não temos ainda, não votamos nenhum ponto do anteprojeto do Código Penal, como estaremos a decidir a partir de amanhã, numa reunião que teremos. Aliás, dia 23 deste mês, uma nova audiência pública será realizada, agora em Brasília – crimes contra a Administração Pública –, ouvindo, colhendo sugestões, no auditório do Tribunal Superior do Trabalho, porque as dependências do Senado, conforme nos explicaram os funcionários, não comportariam o número de pessoas que se espera que lá esteja.

Estamos aqui com secretários de segurança pública de todo o Brasil, e quero dizer que a Comissão, sim, está examinando com todas as letras a possibilidade ou não – ou não – de criminalizar os jogos de azar, o jogo do bicho, as máquinas caça-níqueis, crimes que estão na Lei das Contravenções Penais. Contravenção penal, para os membros da sociedade que não entendem, é um crime, uma infração penal menor do que o crime. Esses jogos de azar, jogo do bicho, máquinas

caça-níqueis e outros, em 1940, eram tipos infracionais folclóricos, objetos de marchinhas carnavalescas e o patrocínio de escolas de samba. Hoje, esses crimes – e os jornais estão noticiando diuturnamente – estão ligados, umbilicalmente ligados à prática de crimes mais graves, como lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, homicídios, milícias.

É hora de a sociedade legalizar ou criminalizar? Não sei. A comissão vai fazer uma proposta.

A formação de milícias é uma realidade nacional. Merece ser criminalizada num tipo penal próprio? Será uma espécie de crime praticado por organização criminosa? Estamos examinando.

Enfim, além de toda a parte geral, dosimetria da pena, adequar as penas. Hoje nós temos crimes que não são graves apenados de maneira gravosa e crimes graves cujas penas são inferiores.

Revogar a Lei de Contravenções Penais e tirando da Lei de contravenções Penais aquilo que era contravenção e hoje, certamente, poderá ser definido como crime. Trazer dessas leis especiais aquilo que for importante para o Código; vamos trazer, sim, lavagem de dinheiro, organizações criminosas; são propostas que estão tramitando aqui, no Congresso Nacional. O tráfico de entorpecentes, a questão do usuário. Deixar muito claro o que seja usuário, se ele trafica ou não, sem ter que tarifar o usuário pela quantidade de droga que ele carrega quando ele é detido.

É possível que o Brasil, num sistema penitenciário falido, tenha 40% da sua população carcerária, Senador Aloysio, de presos provisórios, sem condenação definitiva? Ou boa parte desses 40%, ou mais, talvez, estejam em presídios por furto simples? Não estou falando de roubo e nem de furto qualificado, mas de furto simples, indo para a prisão. Essas pessoas que furtaram, certamente, Senador Eunício, sairão do presídio não como batedores de carteira, mas como homicidas, traficantes.

Crimes contra a liberdade sexual, discussão também no âmbito da comissão. Vamos atenuar a pena para um e agravar para outro? Tudo isso dentro de um sistema que merece ser examinado com percussão.

Eu quero dizer que nós trabalhamos com o aspecto jurídico, essa é a nossa missão, mas trabalhamos, sim, cientes de que vivemos numa sociedade plural e de um Código que possa refletir os anseios de hoje, com a visão do amanhã, e que nós não possamos nos autoincriminar de não termos feito o nosso dever.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ministro Dipp, muito obrigado pelo esclarecimento do que vem sendo feito pela Comissão Especial de Juristas.

Eu ressaltaria dois pontos: a autonomia da comissão e um segundo ponto: a necessidade de que esse Código tenha um sistema, evitando legislação de emergência, legislações que são criadas apenas para eventos determinados.

Sem maiores delongas, eu passo a palavra a S. Ex^a o Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Relator-Geral da Comissão Especial de Juristas.

V. Ex^a terá o tempo regimental de 15 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES – Exm^º Senador Pedro Taques, Exm^ºs Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira, todos os eminentes Senadores desta Casa, aceitem os meus cumprimentos. Cumprimento os Deputados que estão aqui na Casa e menciono a Deputada Keiko. Gostaria de cumprimentar os meus colegas da Comissão do Senado de Reforma do Código Penal. Gostaria de cumprimentar os colegas secretários de segurança que aqui estão, inclusive na mesa; gostaria de cumprimentar todos os que vieram a este evento, todos os funcionários, todas as organizações da sociedade civil que aqui vieram trazer o seu ponto de vista.

Eu gostaria, inicialmente, de dizer – acredito que falo em nome da nossa Comissão – da grande felicidade que tivemos como operadores do Direito de perceber essa iniciativa do Senado da República em atualizar o Código Penal. Porque nós, como operadores do Direito, muitas vezes, constatamos que a política criminal no Brasil nem sempre é feita pela Casa dos representantes do povo, como são o Senado da República e a Câmara dos Deputados.

Muitas questões que mereceriam tratamento legislativo não têm sido tratadas por lei, e muitas vezes têm sido confiadas à jurisprudência dos tribunais, notadamente do Supremo Tribunal Federal. Evidentemente, nada contra as relevantíssimas funções que o Poder Judiciário exerce, inclusive a de interpretar a Constituição. Mas há um espaço próprio e insubstituível que é o espaço dos representantes eleitos pelo povo. E o Direito Penal, como todos já percebemos, ao contrário de outros diplomas que têm natureza técnica, Códigos de Processo, de Processo Civil, o Código Penal se coloca no cotidiano de todas as pessoas. Ele lida com a liberdade de todas as pessoas. Portanto, para mim, não foi surpresa que, nesta primeira audiência pública que fizemos no dia 24, em São Paulo, tenha havido tão grande ocorrência de populares, de pessoas preocupadas. Estábamos lá, e um coronel da PM, encarregado da segurança, trouxe-me pessoalmente o seguinte dado: 550 pessoas estavam lá. E ele fez isso antes do momento de maior movimento de afluxo de populares. Portanto, temos orgulhosamente este primeiro dado a

indicar, o grande interesse que o Código Penal e sua reforma trazem para a sociedade como um todo.

Quero dizer que esta comissão tem se pautado pela mais absoluta transparência. Entendemos que a nossa função é de auxiliares desta Casa de representação popular. A nossa função é apresentar aos Senadores da República para que eles, então, dialoguem com toda a sociedade civil e aperfeiçoem e aprimorem esse projeto que nós, técnicos, vamos apresentar. Portanto, gostaria especificamente de agradecer as palavras do Senador Pedro Taques ao novamente indicar a plena liberdade acadêmica da comissão para debater os assuntos.

Todos os assuntos do Direito Penal são polêmicos. Todos. Isso é impressionante! A nossa comissão é formada por pessoas que têm as mais variadas formações ideológicas, e nós temos debatido com franqueza temas que são muito difíceis. Por exemplo, estamos discutindo os crimes do trânsito. Os crimes de trânsito são hoje uma questão que aflige a sociedade. Então, o sujeito se embriaga, dirige um automóvel e ceifa uma vida inocente que às vezes era um transeunte que estava passando ali, na calçada, como tivemos em tantos casos.

A comissão, como indicou o Ministro Gilson Dipp, subdividiu-se em três equipes de trabalho, são equipes de trabalho. Tenho até a dizer que a equipe que particularmente integro, que é a Subcomissão da Legislação Extravagante, já fez uma proposta que será discutida, será deliberada. Não temos ainda deliberações, mas eu me permito indicar a felicidade dessa proposta, dizendo que, quando alguém praticar um crime de trânsito em situação de embriaguês, a prova dessa situação de embriaguês poderá ser feita por qualquer meio em direito admitido, inclusive um testemunho, o testemunho do policial, de particulares ou até da própria vítima. Ressalvando, porém, para o imputado, aquele que está sendo ali naquele momento indicado como autor daquela conduta de trânsito, o direito de se submeter ao bafômetro ou ao exame de sangue.

Então, o bafômetro e/ou o exame de sangue que hoje, na formulação da lei, atentaria contra o direito fundamental de não se autoincriminar, a pessoa não é obrigada a produzir prova contra ela mesma, isso está bem assim, é assim que quer a Constituição, mas vejam que esse espaço de alteração legislativa permite que se torne prova de defesa o bafômetro ou o exame de sangue. “Estão dizendo que eu estou embriagado, e isso não é verdade. Eu quero me submeter ao bafômetro, eu quero me submeter ao exame de sangue.”

Vejam, portanto, eminentíssimos Senadores, que há um espaço de aprimoramento legislativo, que pode oferecer uma contribuição relevante para o País, para

a sociedade brasileira. Não temos a ilusão, essa ilusão se perdeu em algum momento da história, de que a mera alteração de um diploma legislativo é capaz, por si só, de alterar a realidade. Nós não temos essa pretensão. Não é assim que acontece. Mas nós achamos que pôr ordem no sistema caótico que temos hoje, fazendo um código que seja mesmo o centro do sistema de crimes e de penas, é uma contribuição relevante. A desordem, o caos, o desarranjo não contribuem para o Estado democrático de direito, pelo menos essa é a minha opinião pessoal.

Portanto, temos hoje nesse sistema caótico do Direito Penal a mesma ofensa em diplomas diferentes, com penas diferentes. Isso leva ao descrédito do sistema penal. Nós temos lá: fraude no Estatuto do Idoso, cuja pena é totalmente incompatível com a fraude do estelionato e fraude em legislações extravagantes e na Lei nº 7.492, que é a lei dos crimes contra o sistema financeiro. Mas não é a fraude? Então, como é que essa mesma fraude tem essa diferenciação de pena? Isso não é possível. Isso leva ao descrédito. Então, o que teríamos de fazer, estamos pretendendo fazer, é criar uma tipologia de comportamentos que se repetem ofendendo diversos bens jurídicos e tentar alcançar a proporcionalidade das penas.

A nossa proposta, a vocação da nossa proposta é para ser gravemente descriminalizadora. Nós temos hoje, ao longo desses 130 diplomas mais o Código Penal, cerca de 1.000 crimes no País. Isso é um exagero evidente, porque esses crimes perfazem o que chamamos de cifra negra. Esses crimes estão lá, e ninguém percebe que eles estão lá. Eles não são levados às instâncias formais de controle. Eu cito como exemplo dessa abundância legislativa desproporcionada o Código Eleitoral. Esse diploma, de 1965, tem mais de 60 crimes; infrações que deveriam ser infrações administrativas, algumas até caricatas – furar a fila na hora da votação é crime.

Então, estamos pretendendo fazer projetos gravemente descriminalizadores para reconhecer... Cito esse exemplo do Código Eleitoral, em que há condutas gravíssimas também: ali, nós temos a coação ao eleitor; ali, nós temos a compra de votos.

Portanto, a ideia da comissão, em vários outros temas, é separar o joio do trigo. O que ficar como crime precisa passar pelo teste da dignidade penal, ou seja, tem de ser grave o suficiente para motivar Polícia, Ministério Público, Judiciário, todo mundo, a procurar responsabilizar o autor daquela conduta.

Há graves distorções, há dolorosas distorções. Vou citar só duas: a pena do crime de ameaça é de seis meses. Como Promotor de Justiça que fui, como Procurador da República que sou, mais de uma vez,

tive notícia do seguinte fato: a vítima da ameaça procura a polícia, dizendo, por exemplo, "meu marido vai me matar, alguém vai me matar". A Polícia, diante de um crime cuja pena é de seis meses não pode fazer nada. Não há providência formalizadora dessa conduta grave. Muito bem, dali a uma semana, já há o que fazer, porque aquela vítima da ameaça morreu. Portanto, vejam a gravidade desse fato!

Para o crime de abuso de autoridade, colegas, a pena é de seis meses. Vejam, no Estado democrático de direito, um funcionário público abusa das suas prerrogativas, cerceia liberdades, cerceia direitos e tem uma pena de tão somente seis meses.

Nós temos questões gravíssimas a abordar. Eu menciono, em particular, a questão do Tribunal Penal Internacional: o Brasil firmou o Tratado de Roma, nós temos dezenas de crimes, portanto crimes internacionais, e, a despeito da aceitação desse tratado no Brasil, nenhum daqueles crimes pode ser aplicado agora, porque a forma legislativa dos tratados não é a forma legislativa do Código Penal, da tradição brasileira.

Portanto, vejam, de novo, esse grave perigo de qualquer dia termos o Brasil na vexatória situação de não ter implementado um tratado de um tribunal no qual ele chegou a ter um juiz. Tivemos uma juíza no Tribunal Penal Internacional, mas ainda hoje não temos a tipificação dos graves crimes ali mencionados – crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio etc..

O universo que temos para lidar é imenso. Estamos trabalhando num projeto atualizador do Estatuto do Desarmamento, dos crimes da arma de fogo, trazendo-o para o Código Penal; crimes de trânsito, trazendo-os para o Código Penal. Estamos proondo, e a Subcomissão específica já aprovou a revogação da Lei das Contravenções e a criminalização de algumas condutas que ali estão e que têm a chamada dignidade penal.

Fizemos já uma proposta corajosa de crimes contra a vida, que têm merecido da sociedade o justo e democrático debate. Todas as opiniões ali envolvidas têm sido ouvidas, têm sido consideradas, e a Comissão formará o seu juízo técnico na proposição que virá ao Senado.

Então, estamos discutindo questões como a eutanásia, a ortotanásia, estamos corrigindo uma falha histórica do Código Penal Brasileiro, que é o crime de infanticídio, porque, hoje, o infanticídio, a mulher que o pratica por prejuízo psicológico decorrente da gravidez tem uma pena reduzida, e o transeunte, o passante ou o mal intencionado que ajudar essa mulher também responde nessas penas reduzidas.

Estamos, colegas, e aproveito este ensejo para o esclarecimento público, para a transparência, para

dizer que a proposta originalmente formulada pela Comissão e que ainda não foi deliberada não descriminaliza o aborto. A proposta formulada pela comissão não descriminaliza o aborto. Ela o mantém como crime, até ao ensejo e com a experiência de tribunais internacionais que discutiram a questão e viram que o direito da mãe e o direito do feto são contemplados constitucionalmente. Então, a nossa proposta não descriminaliza o aborto, mas leva em consideração a situação de mulheres que abortam e, portanto, preocupa-se com a gestante, que hoje não está contemplada na lei penal. O aborto necessário para preservar a saúde da gestante hoje é crime. Avança, até naquele sentido que falei da política criminal, porque propõe que não seja crime a antecipação do parto quando o feto não tiver cérebro. Essa é uma questão que já foi confiada ao Supremo Tribunal Federal, mas não foi ali integralmente decidida. Avança no sentido de, portanto, cuidar dessa situação da mulher que faz o aborto. Ninguém é a favor do aborto. Não consigo imaginar alguém que seja a favor do aborto. A nossa discussão é saber em que medida quem o fizer será criminalizado. É um debate diferente.

Portanto, presto este esclarecimento público de que a nossa comissão não deliberou ainda a redação final dessa proposição. Mas aquela que foi feita e submetida à audiência pública mantém o aborto como crime, embora ampliando as hipóteses nas quais não haverá sanção, não haverá pena.

Questões importantíssimas, algumas já mencionadas pelo Ministro Gilson Dipp. Estamos discutindo o terrorismo. Se nós esperarmos que haja – oxalá isso jamais aconteça –, se nós esperarmos que haja o primeiro atentado no Brasil, aí seremos forçados à tal legislação de urgência, há pouco combatida pelo Senador Pedro Taques.

Este é o momento de tranquilidade institucional, para que esses debates sejam feitos. E a comissão tem feito. Nós temos, só para informação, três propostas distintas da criminalização do terrorismo, e com muita felicidade eu já anuncio que as três propostas estão uníssonas em relação ao financiamento do terrorismo. Com relação a isso, não temos divergência.

Quero dizer, quero apontar a grande modernidade do projeto no item relacionado à dignidade sexual, crimes contra a dignidade sexual. Hoje, temos no Código Penal o art. 234, que diz que é crime possuir qualquer objeto ou fotografia de sentido erótico, o que, em 1940, devia ser gravíssimo. Hoje, é encontradiço em qualquer banca de jornal do País revistas nas quais as pessoas de alguma maneira se despem. Portanto, não tem dignidade penal na sociedade brasileira do séc. XXI esse tipo de comportamento, ao passo que

a exploração sexual tem imensa dignidade penal. E estamos também fazendo proposta modernizadora para sancionar não apenas aquele que explora sexuamente, muitas vezes, crianças e adolescentes, que explora comercialmente, mas também aquele que se vale desses nefastos serviços.

Fizemos uma proposição objeto de viva, franca e transparente discussão na comissão em relação ao crime de estupro. E, seguindo o modelo do código penal espanhol, trouxemos ali a proposição de uma conduta que nomeia o ilícito. Por favor, não espero causar nenhuma comoção ao dizer que a proposta da comissão a ser deliberada dá nome à violência. Então, o novo tipo que proporemos nesse anteprojeto fala em estupro anal, estupro vaginal e estupro oral e permite o aumento de pena quando mais de uma dessas condutas for praticada no mesmo contexto.

Por que fizemos essa proposta? Porque hoje não há segurança jurídica em relação a condutas que não são tão graves. Não há segurança jurídica em relação a condutas que não sejam de estupro anal, vaginal ou oral. Então, o sujeito que incomoda – e a vítima é mulher quase sempre; saúdo as mulheres neste dia – a mulher no metrô, no transporte coletivo, o sujeito que pratica um ato lascivo ofensivo, mas que não é estupro vaginal, anal, oral, hoje, para ele, há uma indeterminação de pena, porque, de vez em quando, vira atentado violento ao pudor e, muitas vezes, importunação ofensiva ao pudor, que é uma contravenção.

Então, a nossa proposição destaca essas condutas mais gravosas, mas prevê outra figura do molestamento sexual, com violência ou grave ameaça ou sem violência ou grave ameaça, permitindo, portanto, aquilo que é o grande objetivo da Constituição, quando fala que não há crime sem lei; as pessoas saberem exatamente qual é o comportamento proibido, o Judiciário saber, o Ministério Público saber, a sociedade saber e, portanto, termos esse grau de segurança.

Eu já me alongo, portanto, termino aqui a minha fala, dizendo que a comissão tem trabalhado incessantemente, e a faina é tremenda. Analisar esses mil crimes que existem, descobrir quais deles já hoje não se justificam, descobrir quais condutas deveriam ser crimes e ainda não o são, lidar com conceitos como crime hediondo, por exemplo, e aqui eu falo em caráter estritamente pessoal, é o Luiz Carlos dizendo, para mim, trabalho escravo e corrupção deveriam ser crimes hediondos.

Lidar com essa plethora de trabalho, de atividade, reunindo-nos, pessoas que somos de todo o Brasil e quase sempre nos reunimos aqui, em Brasília, dialogando com a sociedade civil, eu reitero o nosso máximo interesse em que todas as organizações da

sociedade civil, todos os pontos de vista se comunicam com a comissão.

No site do Senado, o Alô Senado, qualquer pessoa pode fazer a sua proposição, e eu asseguro: será lida, será ouvida, será examinada por essa comissão de reforma.

Portanto, temos essa oportunidade histórica, agradecemos ao Senado essa oportunidade histórica e estamos dando o melhor de nós para estarmos à altura dela.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Dr. Luiz Carlos, por ressaltar a característica da transparência e democracia com que se vem conduzindo a comissão, especificamente seus membros.

Passo a palavra agora a S. Ex^a o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Mariano. Aliás, primeiro ao Dr. Jacini, Secretário de Segurança do Estado do Mato Grosso do Sul e Presidente do Colégio de Secretários de Segurança Pública do Brasil.

V. Ex^a tem o tempo regimental.

Se me permite, Doutor, passo a Presidência da Subcomissão ao Senador Aloysio por alguns instantes, por gentileza.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Senador Pedro Taques, Presidente da Subcomissão, as minhas palavras iniciais são para agradecer o honroso convite dirigido ao Consesp, que possibilitou a presença do Secretário de Segurança nesta audiência pública. Muito obrigado.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso ex-Ministro da Justiça, é uma satisfação revê-lo; Senador Eduardo Braga, Relator da Secretaria de Segurança Pública; Ministro Gilson Dipp, Presidente da Comissão de Elaboração da Proposta do Código Penal; Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador da República; Dr. Diógenes Curado, Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso; Dr. Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; em nome de V. Ex^{as}, cumprimento as autoridades nominadas, os demais Secretários de Segurança presentes, os Parlamentares, as senhoras e os senhores, a imprensa e representantes da sociedade civil organizada.

O Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública trabalhou dividido em câmaras temáticas. Uma delas foi a câmara temática de legislação, que fez um trabalho de análise de todos os projetos em tramitação no Congresso Nacional, priorizando alguns. Um exemplar desse trabalho está sendo apresentado neste momento ao Presidente da comissão; e outro exemplar, ao Ministro Gilson Dipp.

O Relator dessa câmara temática, que é o Dr. Diógenes Curado, vai fazer uma abordagem, uma síntese desse trabalho que foi realizado. Mas, antes, eu gostaria de fazer duas observações sobre a minuciosa e abrangente síntese do Ministro Dipp e do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, no que se refere ao sistema penitenciário.

Como nós sabemos, o sistema penitenciário fecha o ciclo penal. E lá, no sistema penitenciário, Ministro Gilson, encontramos uma prospecção da aplicação do Direito Penal muito fértil. Temos todas as distorções e as mazelas conhecidas. Há duzentas mil vagas no Brasil e quinhentos mil presos, dos quais, provavelmente – uma estimativa –, uns duzentos mil são presos de baixo potencial ofensivo, ou seja, condenados a até quatro anos de reclusão. São presos por condutas que, muitas vezes, alternativas penais atenderiam bem aquele injusto praticado por eles.

Então, quando o Ministro Gilson Dipp e o Dr. Luiz Carlos Gonçalves mostram que a comissão está tendo uma visão sobre o sistema penitenciário, a minha sugestão, Ministro, é a de que se debrucem mais sobre o sistema previdenciário, porque ali está o reflexo e ali está o final de todo o processo penal, embora o Código Penal, nós sabemos, não trata da execução penal e também não trata do Código de Processo Penal. Mas eu acredito que essa visão não pode deixar de ser exaustivamente analisada.

Temos ainda uma estimativa de quinhentos mil mandados de prisão em aberto. É sabido que muitos desses mandados de prisão já perderam a validade, já são em duplicata. Mesmo assim, temos uma estimativa de quinhentos mil mandados de prisão em aberto.

O sistema prisional, como se encontra, não cumpre com a sua finalidade de ressocialização e reinserção social, porque não há uma classificação dos presos por periculosidade, por crime cometido. Então, estão no mesmo ambiente presos do crime organizado e aqueles presos de baixo potencial ofensivo. Esses de baixo potencial ofensivo e que, muitas vezes, não têm profissão, são semianalfabetos ou analfabetos, quando saem dali, já saem com uma profissão. Integrantes, soldados, entre aspas, do crime organizado,

Então, o Código Penal tem que ter essa visão, esse projeto tem que ter essa visão. E o Dr. Luiz Carlos Gonçalves, quando fala na descriminalização de tantos crimes que temos, especialmente em relação a essas leis especiais e, muitas vezes, em confronto umas com as outras e desproporcionalidade entre umas e outras, então, fico muito satisfeito em saber que essa é uma das grandes diretrizes da comissão.

Feitas essas breves anotações, vou passar a palavra ao Dr. Curado, para ele, então, falar da síntese do trabalho que nós fizemos durante o ano de 2011.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Dr. Jacini, pela sua contribuição a esta Subcomissão e à sociedade brasileira.

Passo a palavra ao Dr. Diógenes Curado, Secretário de Segurança do Estado de Mato Grosso e Relator da Câmara Temática do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública.

V. Ex^a tem o tempo regimental de 15 minutos.

O SR. DIÓGENES CURADO FILHO – Obrigado.

Bom dia a todas e todos.

Exm^º Senador Pedro Taques, em nome de quem cumprimento os demais Senadores presentes e Parlamentares; Exm^º Ministro Gilson Dipp, Presidente da Comissão de Juristas para a elaboração do anteprojeto do Código Penal; Exm^º Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Procurador Regional da República e Relator da Comissão de Juristas, em nome de quem cumprimento os demais membros da comissão, quero cumprimentar o Dr. Jacini, Presidente do Colégio Nacional dos Secretários e, em nome dele, quero cumprimentar todos os Secretários de Segurança Pública e Defesa aqui presentes. Cumprimento também todos aqui presentes nesta sala, a imprensa.

Vamos falar um pouco em relação a essa câmara temática, esse estudo que o Colégio Nacional de Secretários fez.

Na verdade, isso teve origem em um estudo, uma proposta que o Estado do Rio de Janeiro fez; foi precursor em relação a esse trabalho. Em 2010, o Secretário Mariano Beltrame, em uma reunião, lembro-me, no Rio de Janeiro, falou sobre esse assunto, sobre a preocupação que ele tinha em relação à questão legislativa e à necessidade que o Secretário de Segurança Pública, representado ali pelo Colégio Nacional dos Secretários, tinha de realmente falar e se manifestar em relação a essas questões.

No início de 2011, foi aberta a Câmara Temática, sendo designado Relator e Presidente o Secretário Lafaiete, de Minas Gerais. Um dos primeiros trabalhos que achamos necessário foi o diagnóstico que tínhamos de projeto de lei e proposta de emenda constitucional relacionados à segurança pública.

Nesse sentido, nós tivemos o apoio do Senador Blairo Maggi e de toda a sua equipe; do Coronel Walter, que está aqui presente, que compilou esses projetos de lei, essas propostas de emenda constitucional. Para nossa surpresa, na planilha que nos foi remetida, havia mais de 600 projetos de lei ligados à segurança pública.

Então, nós vimos que, realmente, seria um trabalho muito difícil. Mas fizemos esse trabalho, reunimo-nos com os técnicos e deliberamos sobre alguns temas que achávamos importantes. Mas há vários outros temas, que inclusive foram citados aqui, que também são importantes.

Sobre os temas que foram deliberados, inicialmente foi apresentado, no mês de agosto, um pré-relatório; depois, deliberamos que era importante dialogar também com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério Público, Tribunais de Justiça, Procuradores-Gerais de Justiça, Ministérios Públicos Estaduais. Encaminhamos esse relatório para essas instituições e, ao final de 2011, fechamos o relatório, que foi encaminhado ao Ministro da Justiça, ao Presidente do Congresso, ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara Federal.

Bem, os assuntos principais que foram tratados, obviamente esta audiência pública trata do Código Penal, mas nós passamos além disso daí. Nós discutimos questões ligadas ao Código de Processo Penal, decretos administrativos, propostas de emenda à Constituição, questões ligadas ao nosso Código Penal, além de todas as legislações que tinham algum reflexo e que eram importantes para o nosso trabalho e que o Colégio Nacional de Secretários achou que era importante manifestar.

Um dos assuntos que foram tratados nessa discussão e que foi colocado no relatório é sobre a interceptação telefônica. Nós temos um anteprojeto do Código de Processo Penal, se não me engano está na Câmara dos Deputados, que fala sobre esse assunto. Quem já trabalhou em operações policiais que envolvem atividades de inteligência, o Secretário Jacini, pela sua origem, o Secretário Beltrame, pela sua origem, o próprio Senador Pedro Taques, pela sua origem, sabem as dificuldades que temos em relação a isso.

Então, há alguns assuntos importantes que nós gostaríamos que fossem discutidos em relação a esse Código de Processo Penal: quanto à questão de dados cadastrais, de interceptação ambiental, de delitos de maior gravidade. Que sejam inseridos alguns dispositivos em relação a isso. O limite da interceptação das comunicações telefônicas. Hoje, há uma discussão muito forte no sentido de se limitar a interceptação telefônica. Achamos que, limitando a interceptação telefônica, você está limitando a investigação. A consequência disso pode ser a ausência do resultado que a sociedade espera desse trabalho.

A possibilidade que hoje não está muito bem clara no Judiciário de você utilizar interceptação telefônica nos procedimentos administrativos e disciplinares. Essas questões não estão pacificadas no Judiciário.

Também se falou, e o Secretário Beltrame vai falar sobre o assunto, sobre a questão da milícias, a proposta do Colégio Nacional dos Secretários em relação às milícias, sobre se será crime de atribuição da Polícia Federal ou não. Achamos que não. O Estado é quem sabe a realidade desse problema. Seria importante que os Estados tivessem atribuição em relação a isso.

Os procedimentos administrativos, inclusive com proposta de emenda à Constituição, para que haja uma equivalência, o mesmo tratamento dos oficiais da Polícia Militar aos demais policiais nos procedimentos administrativos e disciplinares.

E também que o Judiciário, nesses casos de procedimentos administrativos e disciplinares, crimes cometidos por policiais, eles necessariamente, de forma fundamentada, manifestem-se na prolação da sentença sobre a condição do servidor que cometeu crime que não é compatível com a sua função. No caso do policial, praticamente quase todos.

Também deliberamos sobre roubo a bancos e furtos a caixas eletrônicos. Hoje é o crime da moda. Nós temos a questão do novo cangaço. Os caixas eletrônicos, que são questões que atingem praticamente todos os Estados.

Falamos sobre a proibição do uso de celulares dentro de agências bancárias, sobre a questão também de dispositivo de segurança nas agências bancárias. São questões às vezes que são tratadas por portarias pela Polícia Federal, mas é necessário que nós tratemos disso daí em razão do problema. Falando em crime da moda, no crime dos caixas eletrônicos, são utilizados explosivos. Hoje ocorre muito. Há necessidade de maior controle e de maior fiscalização em relação a isso. E a guarda desses explosivos. Estamos chegando a uma Copa do Mundo, e há uma preocupação muito grande em relação a isso.

O Estado de Mato Grosso e os outros Estados estão sofrendo muito com relação a isso. É preciso um controle maior e uma fiscalização maior. Essa questão é de atribuição do Exército, mas precisamos ter uma responsabilidade muito grande quanto a essa questão dos explosivos.

Falamos também sobre crimes hediondos, sobre progressão do regime. Está no relatório. Achamos que é importante também tratarmos desse assunto, da alteração da Lei nº 8.072, de 1990.

Quanto à questão da aquisição de armamento de uso restrito. É um pleito que veio também do Estado do Rio de Janeiro, para que haja alteração, para que o Estado mesmo tenha liberdade de aquisição. Hoje, temos uma dificuldade muito grande em razão do controle feito pela R-105, Decreto nº 3.665, de 2000, de

acordo com o qual há um trâmite muito burocrático em relação à aquisição de armamento de uso restrito.

Também falamos – é importante, é um pleito também do Rio de Janeiro sobre as licitações – na alteração da Lei nº 8.666, de 1993, para que haja a possibilidade da dispensa do procedimento licitatório nos casos em que houver possibilidade de comprometimento da segurança pública do Estado. Da mesma forma que é feito com a segurança nacional, que haja inserção do inciso em relação a essa questão.

Quanto à violência doméstica, achamos importante simplificar os procedimentos judiciais para resolvermos os conflitos familiares.

Um assunto muito importante, que está muito em voga, é a questão do tratamento compulsório do dependente químico, a descriminalização do dependente químico.

Essa semana mesmo, no Estado do Mato Grosso, nós fizemos uma operação de recolhimento de dependentes químicos. A dificuldade que temos em relação a isso é quanto à condução do dependente químico. De cerca de dez dependentes químicos que recolhemos, dois manifestaram que queriam ser tratados; oito disseram que não, que queriam voltar para as ruas. E não resolvemos o problema com relação a isso. O juiz da Comarca de Várzea Grande deliberou pelo tratamento, mas isso precisa estar mais claro na lei. Essa questão da droga e do dependente químico... É o dependente químico que operacionaliza, que movimenta as bocas de fumo. Precisamos ter uma visão com relação ao dependente químico. Temos o Projeto de Lei nº 111, de 2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres, ao qual demonstramos total apoio.

Outra questão que volta e meia é colocada aqui no Congresso e discutida na sociedade é com relação à vinculação constitucional do orçamento para a segurança pública. Cito alguns exemplos: a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2007, que fala em 10%; o nº 60, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros, fala em 7% para os Estados, 15% para a União; e um do Deputado José Maia Filho, que fala em 6% por dez anos. Não queremos dizer quanto vai ser, quanto não vai ser, mas acho que isso é importante. Sempre que temos eleições, nas campanhas, as prioridades de todo governo é segurança pública. Essa questão do orçamento, acho que precisamos também colocar como prioridade.

Bom, esses são os dez temas que colocamos no relatório. Com certeza, temos muito mais coisas a tratar em relação a isso.

Este ano foi aberta uma Câmara Temática, que acompanha o andamento das câmaras temáticas do ano passado. Sou Presidente dessa Câmara Temática,

e a proposta é que, dentro do colégio de secretários, nós façamos um acompanhamento permanente em relação aos projetos de lei que estão no Congresso. Inclusive, nesse relatório que nos foi passado dos projetos de leis, o próprio Coronel Walter, assessor do Senador Blairo Maggi, disse que há um novo relatório, com algumas alterações.

Então, realmente, as coisas são muito dinâmicas, mudam, e há necessidade de que o Colégio Nacional de Secretários de secretários acompanhe isso e, caso ache necessário, manifeste para o Congresso o que acha importante e o que acha também que não é caso de ser aprovado, porque, queira ou não, qualquer decisão que sair daqui, lei, vai repercutir lá nos Estados, vai haver um reflexo no nosso trabalho. Então, achamos importante que possamos falar sobre isso.

Outro assunto que já foi colocado aqui, o Secretário Beltrame, com certeza, vai falar sobre isso, é a questão do jogo do bicho. O Senador Pedro Taques tem também uma história em relação a isso, com a Operação Arca de Noé, que virou um modelo, realmente, de atuação, mas vimos a dificuldade que tivemos em relação a isso. Podemos até dizer que as coisas não ficaram piores em relação àquela questão porque quisemos fazer um liame em relação àquela operação e aos alvos daquela operação com os outros crimes, porque, se fosse só com a questão do jogo do bicho, com certeza, já estavam todos soltos há muitos anos, há muitos anos mesmo.

Em relação ao jogo do bicho, que haja esse liame e que o cidadão seja penalizado de forma dura com os crimes da pistolagem, da corrupção. O jogo do bicho, necessariamente, é ligado à questão da corrupção. Então, temos necessidade em relação a isso.

O Dr. Luiz Carlos falou aqui da questão de crimes de trânsito. Também achamos que isso é importante. A ocupação de 80% dos leitos de UTI em Cuiabá e Várzea Grande, nossa baixada cuiabana, está relacionada a acidentes de trânsito. São questões importantes.

Temos uma confiança muito grande nesta Comissão de Juristas que está trabalhando nisso. Acho que é importante realmente. Hoje, se formos depender do *Vade Mecum*, não conseguiremos “carregar” de forma fácil. Então, há necessidade, realmente, de trabalharmos isso tanto na questão processual penal quanto na questão penal. Acho que será uma contribuição muito grande do Congresso para podermos avançar em relação a essa questão.

Esse é um resumo do que queríamos apresentar em relação a esse trabalho do Colégio Nacional dos Secretários.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Dr. Diógenes, pela sua contribuição e pela contribuição dos Secretários de Segurança Pública do Brasil.

Passo a palavra ao Dr. Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, não sem antes registrar a presença do Deputado Ronaldo Fonseca, do PR, do Distrito Federal – muito obrigado, pela presença –; do Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá, Dr. Marcos Roberto Marques da Silva. Seja bem-vindo, Secretário!

O SR. MARIANO BELTRAME – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Pedro Taques, a quem agradeço a oportunidade; Ministro Gilson Dipp; ilustres Procuradores, Dr. Luiz Carlos Gonçalves; demais Senadores; colegas Secretários, eu quero só relembrar aos senhores que estão aqui três Secretários de Segurança, mas o que está sendo colocado é o que todos os Secretários pretendem.

A segurança pública, como foi dito inicialmente, talvez, hoje, seja o primeiro assunto a ser falado e discutido neste País. Obviamente, não se pode tratar esse assunto sem que tenhamos uma estrutura para trabalhar, e essa estrutura é a lei.

Já foi dito aqui, fartamente, que essa lei retrata uma realidade da década de 1940, mas tenho que dizer aos senhores que também saio daqui com uma expectativa muito positiva, Ministro Dipp, Procurador Luiz Carlos, na medida em que vejo que o trabalho dos senhores, pelo que se percebeu rapidamente, não é simplesmente a alteração de um código; é a criação de um espaço legislativo. Acho que esse é, sem dúvida nenhuma, um aspecto muito positivo que se percebe e, por isso, o cidadão sai daqui muito esperançoso.

A questão abordada pelo terrorismo no Rio de Janeiro tem uma série de eventos, e nós não precisamos aprender sobre esse tema, sofrendo como outros países sofreram. Nós podemos e devemos nos antecipar a isso, muito embora o Rio ou o Brasil não tenha tradição nisso, mas receberá países que poderão vir, e nós não temos a ferramenta concreta, objetiva, para trabalhar.

Quanto à questão do regime de progressão de pena e esses outros aspectos que os senhores aqui colocaram, eu acho que isso é também fundamental que seja abordado exaustivamente.

Faço também um reforço ao que o colega Dr. Jacini colocou, muito embora talvez não venha a esta comissão, mas acho que isso é motivo de uma reflexão séria, que é a questão penitenciária. A questão penitenciária é o último degrau. Se nós olharmos os índices de reincidência no País, eles são muito altos. E reincidir, seja ele 40%, 50%, 60%, é retrabalho da

polícia, é reinvestigar, é reinvestir dinheiro público e, obviamente, é trazer um trabalho que a polícia, em tese, já fez e que vai ter que, mais uma vez, fazer, considerando que essa pessoa não foi totalmente recuperada.

Mas acho, Presidente, que nós saímos daqui muito agradecidos e com uma expectativa muito positiva. O Colégio de Secretários não pode, sem dúvida nenhuma, perder uma oportunidade dessas. Eu acho que temos o dever cívico de nos manifestar.

A segurança pública é muito difícil. Não é uma tarefa fácil. Acho que foi uma área neste País em que se investiu muito pouco e na qual não se trabalhou dentro de uma visão prospectiva. E, hoje, nós enfrentamos os problemas que enfrentamos. Mas, com o esforço todo do Colégio de Secretários e, tenho certeza, com o trabalho dos senhores, nós vamos reconduzir essas ações para patamares melhores.

Eu queria falar rapidamente aos senhores sobre milícia e sobre o jogo do bicho, porque são as ações, talvez, mais afetas, em relação as outras unidades da Federação, ao Rio de Janeiro.

Quero dizer aos senhores que, como já foi dito aqui, não há mais nada de romântico no jogo do bicho no Rio de Janeiro.

Os senhores viram, exaustivamente, pela mídia, o último trabalho que a Polícia Civil do Rio de Janeiro fez. Essas pessoas, agora, passam a manipular resultados. Então, não há romantismo nenhum no jogo do bicho. Fortunas são trazidas de maneira absolutamente ilegal e sem nenhum tipo de procedência formal. Os senhores também viram um carro de supermercado cheio de dinheiro, sem procedência nenhuma. Isso é um achincalhe para o cidadão, para o contribuinte, e, obviamente, uma situação que se desenvolveu, historicamente, em cima de uma ação romântica.

Nós entendemos que o jogo do bicho, Ministro Dipp, como o senhor muito bem colocou, precisa ser retirado de uma contravenção para passar a ser um crime; e o que é contravenção que continue sendo contravenção.

O que os senhores viram na televisão, naquele dia, foi o faturamento de um mês de um bairro de uma cidade da Baixada Fluminense. Então, os senhores podem imaginar o que seria essa soma em um bairro tradicional, como Madureira, Tijuca, Inhaúma e outros lugares do Rio de Janeiro, a quantia de dinheiro que isso movimenta.

Já há, nesta Casa, anteprojeto, se não me engano, não quero fazer injustiça, do Dr. Biscaia que cita ali a participação, por trás de máquinas caça-níqueis, da própria máfia. E, obviamente, eu, como Secretário, não quero que essa dimensão que o jogo do bicho hoje impõe ao Rio de Janeiro chegue aos Estados onde meus

colegas começam a desenvolver seus trabalhos. Talvez haja em outros lugares de uma maneira muito mais tímida. Mas, daqui a vinte anos, nem eu, nem meus colegas queremos nos arrepender de não termos tomado uma atitude nesse sentido, principalmente neste momento, em que nós entendemos seja fundamental.

Por trás disso, os senhores veem que há lavagem de dinheiro, os senhores veem que há homicídios. São grupos violentos, sem dúvida nenhuma. A questão territorial deles é mantida pela violência.

Então, Presidente, eu tenho, inclusive, um documento aqui de caráter reservado, da Subsecretaria de Inteligência, produzido por nós, com informações que demonstram o verdadeiro peso dessa atividade, que não tem mais nada de romântica ou de contravenção.

Por último e rapidamente, falo das milícias, que também acho um tema muito presente no Rio de Janeiro. Sem dúvida nenhuma, elas são um problema sério, com o qual o resto do País também se preocupa, na medida em que isso vai para o Colégio de Secretários.

A milícia também se iniciou há mais de quinze anos. Pessoas, inclusive, achavam que seria algo, em tese, bom. O caráter do justiceiro também começou desse jeito. E com o privado fazendo o que o público tem que fazer, ele começa a se assenhorear dos demais serviços: serviços de gás, serviço de água, serviço de televisão a cabo, e, obviamente, isso vira um território onde essas pessoas, que são agentes públicos, muitas vezes chefiadas por agentes políticos – posso dizer isso porque nós temos sentenças no Rio de Janeiro em que isso está muito claro, sentenças condenatórias nesse sentido –, assumem uma dimensão em que não existe uma reação concreta do Estado. E, quando isso começa a ser feito – e começou em 1º de janeiro de 2007 –, você não tem, na verdade, um elemento para tipificar e caracterizar a milícia, porque, se pegarmos um traficante de droga com um quilo ou uma tonelada, sei lá, estará materializado o crime. Está aqui. Existe um tipo. Agora, a milícia, não. Em relação à milícia, é preciso compor uma série de elementos para oferecer ao Ministério Público, a fim de que ele denuncie e, posteriormente, haja uma condenação. E, na composição desses elementos, agente público fazendo o serviço, assenhoreando-se da atividade privada, sendo ele agente público, impondo que as pessoas paguem uma taxa de segurança, nenhuma testemunha de dentro desses bairros se propõe a testemunhar. Então, obviamente, você demora muito mais para dar uma resposta para a sociedade, porque você precisa fazer com que essa engrenagem se junte para haver uma peça com um corpo robusto para entregar ao Ministério Público, sob pena de aquele trabalho ir por água abaixo.

Ontem mesmo, nós fizemos um trabalho no Rio de Janeiro com quinze presos, 56 mandados de busca. Já há pessoas que tinham participado de trabalho de milícia em outras vezes, inclusive com prisão – já tinham matado algumas testemunhas.

Então, obviamente, não é pela falta de um tipo penal de milícia que nós vamos deixar de trabalhar, mas, com um tipo penal, a possibilidade de nós sermos mais rápidos é muito mais fácil e também a possibilidade de os outros Estados da Federação que ainda não sofrem isso de uma maneira clara fazerem a prevenção.

Então, Ministro, basicamente, seria sobre essas duas questões que tocou a mim falar. O Colégio de Secretários, mais uma vez, em nome dos colegas que aqui não vieram, reafirma que nós vamos continuar nessa luta. Nós entendemos que, para trabalharmos, nós precisamos estar estruturados, e a nossa estrutura é a legislação. Da maneira como isso vem acontecendo, fica cada vez mais difícil.

Esse trabalho, vou dizer aos senhores, nós começamos no Rio de Janeiro, depois do incidente que houve no Morro dos Macacos, onde derrubaram um helicóptero – demorei dois anos para comprar outro equipamento desses, em função de leis de licitação, de vai para cá e vai para lá.

Então, obviamente, devemos agir, mas precisamos de um respaldo legislativo que nos permita avançar e nos permita avançar rápido, porque, para praticar crimes, as pessoas não precisam licitar nada. Todos os setores, se quiserem cometer um crime, podem se reunir. Agora, nós, como agentes públicos e entes do Estado, temos que cumprir o que prevê a legislação, seja administrativa, seja criminal, sejam as leis licitatórias, que têm que existir, sem dúvida nenhuma. Tudo tem que ser transparente. Resultado sem transparência não é resultado.

O que nós estamos pedindo aqui é uma condição para podermos ter agilidade, rapidez e dar respostas fortes e transparentes à sociedade.

Sei que isso não é atinente a esta Casa, mas também temos uma série de propostas de mudanças legislativas. Hoje, estamos discutindo a alteração do Código Penal, mas temos aqui uma série de propostas de mudanças legislativas, porque entendemos que é preciso racionalizar isso.

Para os senhores terem ideia, existem nesta Casa mais de mil propostas sobre segurança pública. Isso deve ser esclarecido. É preciso separar o que é bom, em prol da sociedade; saber onde está o interesse público. Essa pauta deve ser vencida, e nós precisamos avançar.

De toda maneira, Ministro Dipp, Senador Taques, nosso Procurador, eu saio muito feliz daqui pela for-

ma abrangente, clara, democrática, participativa com a qual os senhores estão desenvolvendo isso. A expressão espaço de aprimoramento legislativo resume esse trabalho que os senhores estão fazendo, que, tenho certeza, vai ajudar toda a Nação brasileira e pode nos dar condições de mudar os paradigmas, de modo a alcançar níveis de segurança muito melhores para toda a população.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que solicite ao Secretário Beltrame que encaminhe a esta comissão as sugestões legislativas, exatamente por entender que esta Casa é atinente à questão das alterações legislativas. Portanto, seria bastante oportuno receber essas sugestões, a fim de obtermos a contribuição do Colégio de Secretários de Segurança no esforço desta subcomissão, na área de segurança pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Muito obrigado, Secretário Beltrame.

A ideia da Subcomissão de Segurança Pública é justamente esta: que possamos fazer um trabalho sistemático sobre segurança pública, envolvendo a parte de investigação, a parte processual e a parte penitenciária, sem nos esquecermos também da prevenção, que é um dos temas, hoje, da política de segurança pública.

As sugestões de V. Ex^a, Secretário Beltrame, serão analisadas pela Subcomissão de Segurança. E muito obrigado pela sua contribuição, porque a ideia inicial, Senador Armando, da Subcomissão de Segurança é justamente discutirmos algo que seja concreto. Na filosofia é muito bonito, nós todos gostamos muito de filosofia, agora, não podemos ficar filosofando a vida toda. Precisamos concretizar os temas aqui debatidos. A ideia da Subcomissão de Segurança é justamente esta: promover maior integração entre a Comissão Especial de Juristas, que está a elaborar um Código Penal, e a Subcomissão de Segurança, junto com aqueles operadores do sistema – secretários de segurança, promotores de justiça, juízes, o sistema penitenciário – e, por óbvio, ouvindo o cidadão, que é o destinatário da norma e o titular desse poder que nós, aqui, exercemos de forma representativa.

Passo a palavra aos Srs. Senadores que desejarem fazer indagações e reflexões a respeito do tema.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria, inicialmente, cumprimentar os expositores.

Acho que tivemos aqui um painel rico de contribuições a este debate e eu gostaria, de forma muito direta, de me ater ao tema das milícias. Parece-me que é algo que preocupa hoje fortemente a sociedade brasileira, sobretudo pelo potencial de contágio, dada a relação entre a milícia e as polícias. Esse potencial de contágio, de alguma forma, também representa uma intimidação às instituições.

A questão que eu coloco é fundamentalmente a da federalização desse crime, na medida em que se vai nacionalizando, vai ganhando uma dimensão e vai se espalhando pelo território; se a federalização do delito, quer dizer, a caracterização desse crime e a atuação da Polícia Federal, evidentemente, que demanda um reforço, se isso é entendido pelos expositores como algo que seria necessário.

Há registro de que, nos Estados Unidos, a federalização de uma série de crimes, como sequestros, especialmente, e ainda crimes cometidos por organizações, a informação é a de que isso produziu resultados importantes no sentido da diminuição desses delitos. Então, gostaria de encaminhar essa questão para ouvir os expositores.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Passo a palavra, inicialmente, ao Ministro Dipp e, depois, aos demais expositores.

O SR. GILSON DIPP – Há pouco, o Secretário Beltrame conversava comigo, antes de começar a reunião, sobre esse aspecto que, para nós, ainda é um aspecto mais adiantado do que estamos discutindo. Estamos, primeiro, tentando chegar a um tipo penal que conte cole essa gama de atividades em que se constitui uma milícia, para que não tenhamos um tipo penal vazio ou uma norma penal em branco que precise ser complementada por outra, ou uma norma que não tenha efetiva aplicabilidade pelos operadores do Direito. Essa é a primeira grande tarefa. Não chegamos a discutir isso, em termos mais aprofundados, na comissão.

Segundo, verificar se a formação de milícias não seria um tipo de atividade do tipo penal de organização criminosa, com agravante, enfim, com qualquer outro tipo de consideração de ordem técnica.

Num primeiro momento – e aí eu não tenho, realmente, um conhecimento maior –, parece que a situação das milícias está delimitada pelo âmbito estadual. O Rio de Janeiro é o que tem, talvez, o maior problema em relação às milícias, ou seja, a ocupação do espaço público por funcionários públicos ou por agentes públicos e, basicamente, no Rio de Janeiro, praticados por policiais militares e civis ou ex-policiais militares e civis.

Enquanto isso for mantido dentro dessa estrutura, parece-me que ainda é um crime de competência da Justiça Estadual. No entanto, tem-se que pensar que essa interligação das milícias, como no caso do jogo do bicho, extrapole as fronteiras de um Estado e comece a haver uma ramificação, uma interligação e uma coligação de milícias em vários Estados, visando à prática de um determinado crime ou de um mesmo crime. Bom, aí, pelo fato de ser um crime interestadual com ramificações, eu acredito que se poderia, dentro da brecha constitucional, atrair essa competência para a Justiça Federal; ou, quando, em determinados casos, como é o caso dos direitos humanos, houver a inoperância dos agentes de investigação, persecução penal, processamento e julgamento – que é o Judiciário, Ministério Público e Polícia –, estiverem omissos, esses crimes eventualmente, depois de criado o tipo penal ou na interligação com outros crimes, puderem, na forma da Emenda Constitucional nº 45, ser avocados para o âmbito federal, certamente com mais independência de investigação, de persecução penal e de processamento e julgamento, por estarem afastados do local da prática dos fatos.

Mas é uma questão interessante, uma questão complexa, e temos que meditar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Ministro Dipp.

Antes de passar a palavra aos demais membros da Mesa, registro a presença do Senador Randolfe Rodrigues e também aqui esteve o Senador Vital do Rêgo, que, em razão de outros compromissos, teve que se ausentar.

Passo a palavra aos membros da Mesa. Aqueles que desejarem fazer alguma reflexão sobre a pergunta do Senador Armando Monteiro...

Secretário Diógenes.

O SR. DIÓGENES CURADO FILHO – Acho que, pela palavra do Ministro Gilson Dipp, eu fui muito feliz em relação a essa questão.

Vamos citar um exemplo com relação aos demais crimes, outros crimes: tráfico de entorpecentes, que é atribuição da Polícia Federal e que, por convênio, os Estados também atuam na repressão. O tráfico local todo é feito pelas polícias estaduais; no tráfico interestadual, internacional, a Polícia Federal atua. A Polícia Federal praticamente não atua no tráfico local.

Achamos que é importante que o Estado atue nessa questão, com a ressalva da questão do crime de repercussão interestadual, da mesma forma que acontece na questão dos assaltos a banco, em que há uma lei específica para isso. Os crimes de repercussão interestadual seriam de atribuição da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Secretário Diógenes.

Nós todos sabemos que a Constituição estabelece que a Polícia Federal pode ter atribuições de investigar crimes interestaduais, e a lei que regulamenta o art.144 da Constituição dá isso à Polícia Federal.

Agora, a preocupação do Senador Armando é de que alguns crimes, hoje, têm mais do que essa repercussão interestadual. Eles chegam a ser crimes com repercussão nacional, e quem sabe nós pudéssemos criar esse conceito – notadamente quadrilhas que roubam bancos em vários Estados da Federação –, a atribuição de investigação da Polícia Federal, mas a competência jurisdicional é da Justiça Federal. A essa discussão, penso que esta comissão deveria fazer uma reflexão.

Pergunto ao Senador Randolfe Rodrigues se ele gostaria de fazer alguma indagação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Senador Pedro Taques. Na verdade, é bem breve.

Ao eminentíssimo Ministro Gilson Dipp e à Comissão de Juristas, que está no processo de elaboração de um novo anteprojeto do Código Penal.

Nós padecemos, e aqui, no Congresso Nacional, no Senado, tramitam vários projetos sobre essa matéria. Um deles, inclusive, do Senador Pedro Taques, que trata do combate à corrupção.

Um projeto do Senador Pedro Taques, apresentando aqui, aumenta a pena sobre o crime de corrupção. Outros, nesse sentido, já foram apresentados, na Câmara dos Deputados e também aqui no Senado. Lamentavelmente, nós não conseguimos avançar.

Vejo com muita esperança que, em relação a esse debate sobre corrupção ativa e passiva, todas as suas modalidades, nós podemos avançar e muito com o trabalho dos senhores dessa comissão, visto que o crime de corrupção já está preceituado, estabelecido o tipo penal no Código Penal.

Eu pergunto ao Ministro Gilson Dipp – e estendo à Mesa, a quem mais quiser emitir opinião – se, no debate da Comissão de Juristas para a elaboração do novo anteprojeto, tem sido estabelecido esse tema sobre o crime de corrupção e se sugestões como a do projeto do Senador Pedro Taques que tramitam aqui e outras similares, de transformar o crime de corrupção em crime hediondo, é uma alternativa que está sendo discutida ou pode ser discutida na Comissão de Juristas.

Eu repito: falo isso porque, por meio de projetos de lei, como nenhum avançou aqui, no Congresso Nacional, vejo com muita esperança que, quanto a esse tema, nós podemos avançar com o trabalho que V. Ex^{as}s vão desempenhar nessa comissão, que apre-

sentará uma nova proposta de anteprojeto de Código Penal, no mínimo porque ficarão mais claras as coisas se algo do tipo “agravamento das penas para esse tipo de crime” vier nesse anteprojeto. Pelo menos quem é contra isso não poderá ficar somente emperrando a sua aprovação; terá que, concretamente, apresentar substitutivos ou alternativas para que a redação apresentada por V. Ex^{as}s seja alterada.

Essa é a pergunta, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ao passar a palavra ao Sr. Ministro Gilson Dipp para responder a pergunta, eu aditaria, Ministro Dipp, com a permissão do nosso querido Senador, outra questão que me parece extremamente importante: corrupção policial.

Ao longo da experiência que tive no Governo do Estado do Amazonas – e aqui quero registrar a presença do companheiro Sá Cavalcante, que nos ajudou durante um longo período como Secretário de Estado de Segurança Pública –, identificamos que a questão da corrupção policial efetivamente é um dos desafios para o aparato. Em que pese toda a determinação da instituição em buscar a punição, sempre esbarra muitas vezes na fragilidade no Judiciário de um rigor no cumprimento, e liminares acabam fazendo com que esses policiais acabem retornando às instituições.

Eu acho que isso é um dos temas que pode ser aditado à pergunta exatamente com relação à questão do problema de corrupção no Código Penal, mas também olhando a questão da corrupção policial.

Gostaria de poder ouvir um pouco os convidados sobre o tema.

O SR. GILSON DIPP – Senador Braga, Senador Randolfe, eu fico satisfeito por estar conhecendo hoje o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Brilhante jovem Senador.

O SR. GILSON DIPP – Eu vi que, nesta legislatura, além dos Senadores antigos, há três meninos prodígios, uma não é tão menina: o Senador Pedro Taques; a minha dileta amiga Senadora Ana Amélia, do meu Estado; e o Senador Randolfe Rodrigues, que é o mais jovem Senador da Casa.

Então, tenho prazer em conhecê-lo. O Pedro Taques já havia feito muitas referências em função da atividade de V. Ex^a.

O problema de corrupção é um problema gravíssimo que nós temos que enfrentar e estamos enfrentando. Aliás, a audiência pública do dia 23, às 9h, no Tribunal Superior do Trabalho, tratará do tema “crimes contra a Administração Pública”. A realização dessa audiência pública em Brasília é mera coincidência.

Vamos tratar, sim, de temas relativos, porque não há corrupção sem a presença de um agente público direta ou indiretamente envolvido. Mas também temos que nos preocupar com os corruptores, que geralmente não são punidos, sequer processados.

Se nós examinarmos, Senador Armando Monteiro – não estou falando agora em corrupção –, as prestações de contas de determinados partidos à Justiça Eleitoral, e eu estou lá, quando se pega a relação dos doadores, verificamos que são os mesmos e se repetem. E as doações são feitas a todos os partidos.

Quero dizer que esse tipo também de financiamento de campanha pública permite que haja uma interligação entre a doação e o partido que a recebeu. Nós temos, sim, que fazer um redimensionamento das penas. A corrupção ativa e passiva prevista no Código, acho que sim, a Subcomissão está examinando o tipo de pena etc.

Defendo, particularmente, e disse isso agora, e sei que não há unanimidade na comissão, que temos que tipificar o enriquecimento ilícito do funcionário público; funcionário público *latu sensu*, abrangendo também o agente público. Porque isso está na convenção internacional da ONU contra a corrupção, de que o Brasil é signatário. A convenção foi internacionalizada em nosso País, já disse, pela aprovação nas duas Casas do Congresso, e a promulgação por decreto presidencial tem força de lei ordinária. Assim, como a Emenda Constitucional nº 45 diz que para os crimes as convenções que digam respeito às violações dos direitos humanos assinadas pelo Brasil têm força de emenda constitucional, certamente as outras convenções que forem internacionalizadas terão força de lei ordinária.

O Brasil é cobrado em fóruns internacionais pela tipificação do enriquecimento ilícito, pela corrupção de agente público estrangeiro e vice-versa. Isso está na lei de lavagem de dinheiro, e nós temos que dar efetividade a esse sistema. Alguns colegas meus dizem que a Lei de Improbidade Administrativa já traz tantos tipos assemelhados aos tipos penais que abrangeiam gama muito maior do que o crime de enriquecimento ilícito. Só que a Lei de Improbidade Administrativa, apesar de conter tipos que poderiam ser penais se assim quisesse o legislador, é uma lei de âmbito civil. Portanto, com a tipificação do enriquecimento ilícito, que se refere ao aumento de patrimônio do agente público, que ele não possa justificar de maneira fundamentada, pode ser um caminho.

Eu não seria favorável à atribuição da corrupção em equiparação ao crime hediondo. O aumento desmesurado de penas não resolveu a impunidade no Brasil. Prefiro uma lei efetiva, que gere punição e não a sensação de impunidade, do que apresentar, em

tese, como invólucro, a titulação de corrupção como crime hediondo.

Na verdade, no seu conteúdo, na sua essência, na sua filosofia, todo crime praticado contra o patrimônio público teria um caráter de hediondez no sentido não jurídico, mas no sentido de ser pernicioso, repulsivo, dramático, porque fere exatamente as políticas públicas que um país pode fazer com o seu erário ou com seu patrimônio em políticas sociais.

Nós vamos aprofundar esse tema, vamos ver a que situação se chega.

Vi que meu colega Luiz Carlos é favorável à equiparação da corrupção a crime hediondo. Eu não vi até hoje, em relação a crime hediondo, a tráfico de entorpecentes, a homicídio qualificado etc. nenhuma diminuição da ocorrência desses crimes tão somente pelo caráter de hediondez ou pelo tamanho da punição. O que precisamos ter é investigação, percepção penal, processamentos e julgamentos rápidos.

Com isso, quero dizer que o Código Penal, o código de condutas não resolver por si só o problema da segurança pública, da segurança do cidadão. Nós precisamos que, com suporte na legislação, tenhamos toda a gama de atribuições de outros Poderes, inclusive do Judiciário, de uma efetividade mais ampla. Ái já é um assunto muito mais amplo, que merece ser discutido pelo Parlamento com a cooperação do Executivo e, principalmente, também com a compreensão do Judiciário com relação aos crimes de corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT – Passo a palavra ao Secretário Jacini.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Obrigado.

Eu gostaria de agregar às palavras do Ministro Gilson Dipp e às do Senador que fez o questionamento que a corrupção sempre tem a finalidade de auferir lucro. É sempre essa a característica da corrupção. Então, penso que se tem que agir no sentido de ir buscar esse lucro, de descapitalizar aquele que promoveu a lesão aos cofres públicos.

A lei de lavagem de dinheiro precisa de crimes antecedentes para ser tipificada. Então, se tivéssemos, no Código Penal, um tipo aberto, que não precisasse de crimes precedentes, ele iria certamente, a meu ver, atingir aqueles crimes de corrupção que produziram lucro, que produziram capital. Além disso, se se conseguir tipificar o enriquecimento ilícito, poder-se-ia também fazer a junção desses tipos penais sempre com este objetivo: produziu lucro, o que se tem que buscar é a descapitalização, é o retorno desse lucro indevido, obtido por aquele agente público, sem necessidade de crime antecedente, como está na atual lei de lavagem de dinheiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Secretário Jacini.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, eu queria pedir licença, porque eu esqueci um ponto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não, Senador Armando.

O Ministro Gilson fez alusão a financiamento eleitoral e, me parece, fazendo conexão com alguma hipótese de uma ligação de agente corruptor.

Eu não entendi bem a forma como S. Ex^a falou do...

(*Interrupção do som.*)

O SR. GILSON DIPP – ...de corrupção, de facilitação. Sempre os doutrinadores, os teóricos se referem a isso como uma das causas, em tese, possíveis do sistema de financiamento eleitoral existente hoje. Foi nesse sentido que eu fiz um comentário. Não que estivesse interligado diretamente.

Acho que uma maneira também de transparência em relação ao processo eleitoral é também a transparência quanto ao financiamento das campanhas políticas. Eu sou a favor do financiamento público, mas essa é uma posição minha; não é do Judiciário, muito menos da comissão do Código Penal.

O que eu quero dizer é que sempre há uma possibilidade – estou falando de agente público em geral –, de que, nesse processo todo, haja uma possibilidade de facilitação da corrupção.

Eu diria também: por que não se regulamenta o lobby? Não tem nada a ver com o Código Penal, mas, quanto mais forem transparentes os movimentos legais, lícitos, de determinados segmentos da sociedade, de legitimamente pleitearem junto ao Parlamento a aprovação de tal ou qual lei, com o conhecimento da sociedade, mais teremos discernimento de saber se aquela proposta interessa tão somente àqueles que a defendem, ou se ela está interligada ao interesse público, ou, pelo menos, se não fere o interesse público.

Isso Senador, foi num contexto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Quero registrar a presença do Rogério Santana Ferreira, Superintendente de Políticas de Segurança e representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás; Francisco Ribeiro Magalhães Júnior, representando a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí.

Sejam bem-vindos!

Dr. Jacini, só quero dar a notícia a V. Ex^a: o projeto de lei que trata da lavagem de dinheiro, já votado na Câmara dos Deputados, encontra-se na CCJ e na

Subcomissão de Segurança. Essa modificação a que V. Ex^a fez referência, a extinção da lista de crimes antecedentes para a lavagem de dinheiro, transformando a nossa legislação de segunda geração para terceira geração, nós a debateremos na Comissão de Segurança Pública, para que nós possamos retirar aquela lista de crimes antecedentes que o senhor bem conhece.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, apenas para fazer duas indagações aos senhores convidados: uma, ao Colégio Nacional de Secretários de Segurança: se nós temos alguma proposta acerca da uniformização e modernização do sistema de obtenção de dados acerca dos índices de criminalidade e também sobre a questão da identificação dos cidadãos, uma vez que esse é um grave problema nacional, e qualquer pessoa, hoje, pode tirar diferentes identidades em vários Estados da Federação.

A outra pergunta, Sr. Presidente, é com relação ao sistema penitenciário brasileiro, que tem vários problemas: carece de vagas, principalmente nos regimes semiabertos e abertos; tem excesso de presos provisórios que pressionam o sistema. O resultado é que mandados de prisão deixam de ser cumpridos, e livramentos condicionais são concedidos por falta de condições estruturais. Essa realidade contribui para agravar a violência dos Estados? É a pergunta.

Complementando, Sr. Presidente, há a questão do monitoramento do preso quando em indulto ou quando liberado no Natal, na Páscoa. Muitas vezes, nós vemos um preso ser liberado e, lamentavelmente, por falta de monitoramento, ele acaba não retornando e criando um grande problema para o sistema de segurança.

Portanto, seriam essas as duas últimas perguntas que eu gostaria de fazer aos senhores convidados.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Obrigado, Senador Eduardo Braga e Relator da Subcomissão de Segurança Pública.

Passo a palavra ao Secretário Jacini.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– A primeira pergunta diz respeito à uniformização e modernização do sistema de obtenção de dados acerca dos índices de criminalidade e também diz respeito à questão da identificação dos cidadãos.

Nós temos uma câmara temática que está estudando esse assunto, além de haver também, no Ministério da Justiça, um estudo acerca dessa mesma questão. Nós esperamos, então, a câmara temática concluir nesse primeiro semestre de 2012. E o Ministério da Justiça também está com um projeto em andamento, sendo aperfeiçoado com as sugestões

de todos os Estados. De modo que eu acho que, em breve, nós teremos essa resposta.

Com relação à identificação dos cidadãos, existe o RIC, que é um projeto da Polícia Federal e do Governo Federal. Existe uma lei, em que se sistematiza a identificação de todos os cidadãos, centralizando essas informações. Existem questões de alguns Estados que ainda precisam ser esclarecidos, especialmente os Estados de grande população: São Paulo, Minas e alguns Estados do Nordeste. Aí que reside a dificuldade da unificação da identidade única dos cidadãos brasileiros.

Esse projeto de identificação nacional vem sendo estudado e está em tramitação já há muito tempo, provavelmente há cinco ou seis anos.

Com relação ao monitoramento dos presos de regime semiaberto, aberto e aqueles que saem com indulto natalino e outros.

Um projeto recentemente aprovado no Congresso permite o uso das pulseiras eletrônicas. A pulseira eletrônica, sem dúvida nenhuma, é uma tecnologia que vai possibilitar, então, o efetivo controle dos presos do regime aberto, do semiaberto, e há propostas também para os presos provisórios. Os presos provisórios, de baixo potencial ofensivo, poderiam muito bem também ser controlados através de pulseira eletrônica. Mas essa hipótese ainda não está prevista na lei. Seria, então, uma demanda dos presos provisórios de baixo potencial ofensivo o controle com pulseiras eletrônicas.

A tecnologia é viável. Existe tecnologia nacional, diversos tipos de tecnologia, inclusive com microfone nas pulseiras eletrônicas, informando àquele preso que ele saiu dos limites permitidos e que, se ele não tiver uma boa justificativa por ter saído daqueles limites, ele regressará ao regime fechado, poderá regressar ao regime fechado. Então, as pulseiras eletrônicas já foram testadas em vários Estados e com resultados excelentes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Dr. Jacini.

Indago do Dr. Luiz Carlos se ele quer fazer alguma complementação.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES – Não, eu só queria lembrar aqui, no Senado Federal, que há uma experiência muito interessante da Justiça Eleitoral de identificação biométrica, por meio de um documento único, o título de eleitor, justamente para evitar a dupla votação, fraude, votação múltipla. Se isso fosse feito no âmbito nacional, com documento e identificação, seria absolutamente revolucionário. Seria uma medida de segurança pública de imensa efetividade.

Com relação à tornozeleira, parece-me que há um sentimento generalizado de que você não consegue construir tantos presídios e casas de detenção quantos são necessários e, portanto, esse ambiente prisional é o ambiente do preso que realmente oferece grave risco à incolumidade pública, à testemunha etc.. Portanto, essa é uma medida moderna.

Eu sei que há muito questionamento. As pessoas dizem que ofende a dignidade da pessoa humana usar uma tornozeleira. Bom, se o critério é esse, a própria prisão seria muito mais ofensiva, e ela é permitida pela legislação, pela Constituição.

Então, são medidas modernas. Elas podem até implicar um custo inicial, mas é um custo muito menor do que manter uma casa de detenção etc..

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Dr. Luiz Carlos.

Dr. Diógenes, por favor.

O SR. DIÓGENES GOMES CURADO FILHO – Duas coisas.

Com relação à questão dos indicadores dos índices de criminalidade, já está em nível de projeto de lei do Ministério da Justiça a criação de um sistema nacional para que haja uma harmonia entre todos os Estados em relação a essa questão. Cada Estado faz de uma determinada forma.

Quanto à questão do cadastramento eleitoral que está sendo feito, ele já está sendo feito juntamente com o RIC. Inclusive, eles mudaram a metodologia deles para que o banco de dados eleitoral caísse dentro do banco de dados da identificação civil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, apenas para, mais uma vez, Senador Armando Monteiro, citar que o brasileiro talvez seja o cidadão no mundo que mais documento tem. Nós precisamos de documento para votar, nós precisamos de documento de identidade, nós precisamos de carteira de trabalho, nós precisamos de CPF, precisamos de certidão de nascimento, quando poderíamos ter um documento único. Se a lei estabelece que para que os maiores de 16 anos tenham direito a voto basta haver um pré-cadastramento hoje com *Internet*, para que precisamos de um sistema de cadastramento eleitoral, um sistema de cadastramento de identificação, um sistema de cadastramento de carteira de motorista, outro sistema, e outro sistema, e outro sistema, e esses sistemas todos financiados com dinheiro público?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Exatamente, Senador Eduardo Braga. E eu aqui me permito dizer que, há dez dias, fui embarcar de Cuiabá para cá, para o Senado, e havia esquecido meus documentos dentro do carro. Eu não consegui localizar o carro com os documentos. Eu fui embarcar

– eu estava junto com o Senador Maggi – e não me permitiram embarcar, porque existe uma portaria da Anac – uma portaria; não é porcaria; eu falei portaria – por questões de segurança, por óbvio. Eu estava com outro Senador que atestou que eu sou eu e um médico conhecido na cidade também. “Mas vamos uma declaração”. E o cidadão disse: “Eu conheço o Senador Pedro Taques, inclusive votei nele, mas a portaria exige isso”. Eu voltei para casa e fui trabalhar em Cuiabá. É uma miríade de documentos com que você precisa atestar sua existência.

O senhor gostaria de falar, Dr. Jacini?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Com relação ainda ao documento único.

Quaisquer documentos brasileiros têm como base a certidão de nascimento. E nós podemos tirar 27 certidões de nascimento, uma em cada Estado. Então, o RIC passa exatamente por isto: pela unificação das certidões de nascimento e também pela unificação das certidões de casamento. Esse é o grande problema enfrentado pelo RIC. Atingindo-se a solução, nós poderemos ter, então, um documento único.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Dr. Jacini.

Indago do Senador Armando se gostaria de se manifestar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu gostaria de fazer uma colocação sobre a questão da criminalização do porte de armas. Eu gostaria de saber o que acham da proposta de conceder o direito do uso de armas a algumas categorias, como a oficiais de Justiça e a guardas penitenciários. Parece-me que há uma proposta nesse sentido.

E também alguma consideração sobre essa questão curiosa de que, diferentemente do que se supõe, as armas que estão na ilegalidade não proveem preponderantemente do contrabando, mas do circuito legal, da indústria que, de alguma maneira, permite que as armas que têm origem legal passem para a ilegalidade. O que acham de uma ação no plano federal ser encetada para evitar esse desvio no circuito das armas?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Armando.

Passo ao Dr. Jacini, ao Dr. Mariano.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Com relação aos agentes penitenciários terem porte de armas.

Os agentes penitenciários têm a função de trabalhar diretamente com o preso na guarda, na socialização, no trabalho, na saúde e na ressocialização. É desnecessário que ele esteja armado, porque, ele estando armado, ele pode oferecer meios para que aquele

preso tome a arma dele e venha a provocar uma fuga ou um sequestro. Agora, quem tem que ter armas no sistema penitenciário é a guarda externa, que geralmente é feita pela Polícia Militar. Essa tem que estar armada ali. Se o agente penitenciário for fazer guarda externa, aí, sim, mas eu creio que 90% deles fazem o trabalho interno dos presídios, e não é recomendável que tenham armas.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME – O Dr. Jacini colocou tecnicamente, e eu concordo com ele, mas vou dar outro enfoque: eu, particularmente, sou contra qualquer tipo de pessoa estar armada, a não ser a Polícia. Eu acho isso como policial. E o policial sabe o momento e o custo de ter que vir a ser chamado a usar uma arma. Eu acho que isso é função da Polícia e das Forças Armadas. Sou contra o porte de armas para guarda municipal e para qualquer outro tipo de instituição que venha a requerer isso, considerando que qualquer equipamento que gere violência tem que ter uma especialidade muito grande para ser utilizado.

Eu queria só falar da questão das armas que transitam.

No Rio de Janeiro, temos a realidade – e acredito que ela é, de certa forma, nacional – de que, até 2003, 2004, corrijam-me se eu estiver errado, quando começaram a fazer o registro nacional de armas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Em 2003.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME – Em 2003. Então, o senhor veja bem, até 2003, nós temos um estoque de armas clandestinas, sem contar que, a partir de 2003, muitas armas ainda não foram registradas e ainda não foram entregues.

Então, hoje, no Rio de Janeiro, essa realidade é muito evidente. Você vê uma arma e a procedência dela é... Claro que há também a arma vinda do contrabando, se bem que isso, no Rio de Janeiro, você não vê. No Rio de Janeiro, você não vê carregamento de armas, o senhor das armas, quem é o senhor das armas. Você vê algumas armas desmontadas, algumas armas já utilizadas por países fronteiriços, que vêm junto com cargas de drogas. Nesse caso, você vê as armas, mas eu não me lembro – o Dr. Jacini foi superintendente – de um carregamento de armas ser apreendido. Agora, existe o comércio formiga, que é como chamamos, e existem também essas armas que vêm de outras instituições militares e de policiais de países vizinhos que chegam aqui. E, claro, sem dúvida alguma, existe também o desvio de armas das instituições policiais brasileiras, o que não é a maioria, sem dúvida alguma, porque, se fossem dizer que essas armas que estão no crime são da própria polícia, a polícia, hoje, não teria condições...

Então, eu acho que o peso, a massa disso é um legado clandestino de armas que nós temos de 2003 para trás.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Secretário Mariano.

Passo a palavra para se manifestar, à Deputada Federal Keiko, do Estado de São Paulo.

A SR^a KEIKO OTA – Bom dia a todos e a todas!

Quero expressar minha gratidão por estar participando, por ter a oportunidade de participar desta revisão do Código Penal.

Eu estou muito otimista por estar participando desta revisão do Código Penal. Acredito que os trabalhos que estão sendo realizados estão muito bons.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Ao tempo em que agradecemos a presença de todos, em especial, a da Comissão Especial de Juristas, que está a elaborar o anteprojeto do Código Penal, na pessoa do Ministro Dipp e do Relator-Geral, Dr. Luiz Carlos, estendendo a S. Ex^{as} os membros dessa Comissão, agradeço aos Senadores membros da Subcomissão de Segurança – Senador Armando, muito obrigado por sua presença –, agradeço ao Colégio de Secretários de Segurança Pública do Brasil, presidido pelo Dr. Jacini, com a participação do Dr. Mariano e do Dr. Diógenes, representando 27 Secretários de Segurança, e o cidadão que veio, nesta manhã, discutir segurança pública, discutir esse projeto do Código Penal.

O Senado demonstra o exercício da democracia, o exercício da tolerância nesses debates.

Senador Eduardo Braga, muito obrigado pelo acompanhamento como Relator desta Subcomissão de Segurança.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrado às 11 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 16^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012.

Às treze horas e quinze minutos do dia dezoito de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cícero Lucena** e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Ana Rita, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro

Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Russo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação da Pauta. Logo após, o Senhor Senador Cyro Miranda requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Item Extra-Pauta**).

Item 1: Requerimento nº 25/2012-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que requer "... nos termos dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n.º 4/2012 – CE, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir o Projeto de Lei do Senado n.º 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da medicina, com a presença dos seguintes convidados: Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Roberto Luiz d'Ávila; Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Dr. Humberto Verona; Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia, Dr. Roberto Mattar Cepeda; Presidente do Conselho Federal de Biomedicina, Dr. Sílvio José Secchi; Presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Dr. Manoel Carlos Neri da Silva; Presidente do Conselho Federal de Nutrição, Dra. Rosane Maria Nascimento da Silva". O Requerimento é aprovado.

Item 2: Requerimento nº 21/2012-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "... nos termos dos artigos 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 010, de 2012, que 'Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003' (Lei Geral da Copa), com os seguintes convidados: José Antônio Bata de Melo Cançado, Procurador de Justiça de Minas Gerais e Presidente da Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios – CNPG e Márcio Paulo Buzanelli, Professor e Ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Item Extra-**

-Pauta: Requerimento nº 27/2012-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, que requerem "... nos termos do art. 90, incisos V e IX e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Turismo GASTÃO DIAS VIEIRA, um representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, e um representante da Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, para tratarem do tema 'A Qualificação dos Profissionais do Turismo e os Grandes Eventos Esportivos Sediados no Brasil', em Audiência Pública nesta Comissão de Educação". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente Eventual, Senador Cícero Lucena**, encerra a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cícero Lucena**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento para convidar o Ministro de Estado do Turismo. Que seja considerado item extrapauta, para aprovação ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Após aprovação dos dois requerimentos que já estão na pauta, faço a solicitação de inclusão extrapauta do requerimento do Senador Cyro, por parte dos demais Senadores.

Aqueles que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a inclusão.

Vamos dar início ao Item 1, que é o requerimento do Senador Cássio Cunha Lima.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 25/2012 – CE

Requeiro, nos termos dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº.º 4/2012 – CE, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da medicina, com a presença dos seguintes convidados: Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Roberto Luiz d'Ávila; Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Dr. Humberto Verona; Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia, Dr. Roberto Mattar Cepeda; Presidente do Conselho Federal de Biomedicina, Dr. Sílvio José Secchi; Presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Dr. Manoel Carlos Neri da Silva; Presidente do Conselho Federal de Nutrição, Dra. Rosane Maria Nascimento da Silva.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Outro requerimento, de autoria da Senadora Ana Amélia:

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 26/2012 – CE

Requeiro, nos termos dos artigos 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 010, de 2012, que "Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003" (Lei Geral da Copa), com os seguintes convidados: José Antônio Baeta de Melo Cançado, Procurador de Justiça de Minas Gerais e Presidente da Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios – CNPG, e Márcio Paulo Buzanelli, Professor e Ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento extrapauta foi devidamente apresentado pelo Senador Cyro Miranda e aprovado pelos demais Senadores nos seguintes termos:

EXTRAPAUTA

ITEM 01

REQUERIMENTO Nº 27/2012 – CE

Requeiro, nos termos do art. 90, incisos V e IX e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Turismo Gastão Dias Vieira, um representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel, e um representante da Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, para tratarem do tema “A Qualificação dos Profissionais do Turismo e os Grandes Eventos Esportivos Sedeados no Brasil”, em Audiência Pública nesta Comissão de Educação.

Autoria: Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia
Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só subscrever o requerimento do Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO)

– Com o maior prazer. E justifico: está havendo uma apatia do Ministério, e, como se aproximam os grandes eventos esportivos, essas entidades estão preocupadas, porque não tivemos por parte do Ministério quais as propostas, metas, e ele sabe que o serviço de hotelaria vai passar por uma prova muito grande. Então, esse é o motivo da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Não tendo mais quem queira discutir – só quero parabenizar a iniciativa dos três requerimentos –, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Na próxima terça-feira, às 10h, teremos audiência pública com a Ministra da Cultura, Ana de Hollanda. Só para informar.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 13 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 17^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2012.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Magno Malta e Kátia Abreu. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, a Presidência informa ao Plenário sobre as providências tomadas pela Secretaria da Comissão em atendimento ao Requerimento nº 10/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Cássio Cunha Lima, aprovado por este Colegiado em reunião realizada no último dia 13 de abril. Após diversos contatos com a Assessoria Parlamentar da Procuradoria-Geral da República não houve resposta quanto ao agendamento da reunião solicitada pelos membros da Comissão que formam o Grupo de Trabalho sobre o Piso Salarial dos Professores, destinada a solicitar providências ao Procurador-Geral da República quanto ao cumprimento pelos Municípios, Estados e Distrito Federal da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal que julgou constitucional a lei que fixa o Piso Salarial dos Professores. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 11/2012-CE e nº 19/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Randolfe Rodrigues, destinados a ouvir a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, sobre “As denúncias veiculadas na imprensa sobre o favorecimento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e as políticas do Ministério para o setor”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pú-

blica dos seguintes servidores do Ministério da Cultura: Senhor Vítor Ortiz, Secretário Executivo; Senhor Antônio Grassi, Presidente da FUNARTE; Senhor José Nascimento, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM; Senhora Ana Paula Santana, Secretária do Audiovisual; Senhora Cláudia Leitão, Secretária da Economia Criativa; Senhor Henilton Parente de Menezes, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura; Senhor Cristiano Borges, Coordenador-Geral do Direito Autoral; Senhor Sérgio Mamberti, Secretário de Políticas Culturais; Senhora Márcia Regina, Diretora dos Direitos Intelectuais; Senhor João Roberto Peixe, Secretário de Articulação do Sistema Nacional de Cultura; Senhora Maristela Rangel Pinto, Chefe de Gabinete da Ministra e Senhor José Ivo Vannuchi, Assessor Especial da Ministra e Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Cultura. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra à Excelentíssima Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda. Finda a exposição da Ministra, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Ana Rita, Eduardo Suplicy (não-membro da Comissão), Wellington Dias, Roberto Requião e Ana Amélia. Neste momento, a Excelentíssima Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, solicita a concessão do uso da palavra ao Senhor Coordenador-Geral de Regulação em Direitos Autorais, Cristiano Borges. A solicitação é acatada pela Presidência, nos termos no art. 398, XII, do Regimento Interno do Senado Federal. Após as considerações finais da Ministra, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata anterior e a sua aprovação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer como se encontram; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº 11, de 2012, e nº 19, de 2012, de autoria do Exmº Sr. Senador Randolfe Rodrigues, convidando a Exm^a Sr^a Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, para a audiência pública destinada a prestar informações sobre denúncias veiculadas na imprensa sobre favorecimento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad e debater as políticas do Ministério. Esse convite inicial foi modificado e ampliado para uma exposição geral da política do Ministério da Cultura.

Antes de passar a palavra à nossa Ministra Ana de Hollanda, gostaria de registrar a insatisfação da Comissão de Educação do Senado da República com o Procurador-Geral da República, Sr. Gurgel.

Numa das reuniões anteriores, os Senadores pediram uma audiência, por meio da Presidência da Comissão, com o Procurador Gurgel para discutir a implementação real e definitiva do salário básico dos professores estabelecido por lei. A secretaria da Comissão entrou em contato por nada mais nada menos do que 15 vezes com a assessoria do Sr. Procurador e sequer recebeu uma resposta. É um comportamento diferente do comportamento dessas autoridades quando vêm pedir a homologação de seus nomes ao Senado da República e aos Srs. Senadores.

Espero, depois dessa reunião, entrar em contato pessoal com o Procurador-Geral e resolver esse problema, pois é um desrespeito ao Senado da República, sem nenhum eufemismo, rigorosa e absolutamente inaceitável.

Dando início à nossa audiência pública, passo a palavra à Ministra Ana de Hollanda para que faça a sua exposição.

Com a palavra, Ministra.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em nome de quem quero cumprimentar todos os Senadores e parlamentares aqui presentes. Cumprimento também o Secretário Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz.

Antes de mais nada, quero agradecer o convite que me foi feito. No ano passado, já estive na Câmara. Mas gostaria muito de vir aqui e fazer a apresentação dos trabalhos do Ministério da Cultura. No ano passado, viemos fazer uma apresentação do que pretendíamos e do que pensávamos, mas agora foi um ano de trabalho intenso e contamos muito com a parceria e o apoio dos parlamentares. Sempre lembramos as emendas parlamentares. Vou apresentar a execução das do ano

passado e quanto nós temos e quanto pretendemos e quanto vamos batalhar pela aprovação das emendas para podermos executar. Entendemos que aqui estamos trabalhando e discutindo a política cultural com os legítimos representantes do povo e que estão nessa área porque se interessam pela área de cultura. Então, nada mais lógico do que vir aqui prestar satisfações, esclarecer dúvidas e mostrar o que estamos fazendo e o que pretendemos fazer.

Quero lembrar que o Ministério da Cultura está de portas abertas para qualquer parlamentar, qualquer Senador que queira ir lá discutir as questões específicas.

Vou tentar ser o mais breve possível, mas é importante apresentar, como eu fiz na Câmara – e estava devendo vir aqui, mas agora estou vindo –, brevemente, a nossa situação financeira, as emendas, os programas prioritários, o que já está sendo executado este ano, os programas do Fundo Nacional de Cultura...

Dando início, quero apontar aqui a LOA de 2011 e 2012 em relação ao total de emendas parlamentares individuais e coletivas – está aí. Vocês podem ver que aumentou um pouquinho e aí, abaixo, tem as emendas especificamente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Quer dizer, estava em R\$16,82 milhões e passou para R\$20 milhões.

Vou apresentar também, rapidamente, alguns dos programas, das emendas que foram aprovadas, e aí foram das Comissões de Educação e Cultura da Câmara e do Senado e que executamos no ano passado. Está aí.

Na área de fomento a museus. São programas, são braços de atuação do Instituto Brasileiro de Museus. Está lá o José do Nascimento, Presidente, responsável por esses programas e por essa atividade.

Então, foi uma série de prêmios, de atividades, de editais voltados para museu, para as áreas afins, ligadas a museu. Então, estão aí, para a arte contemporânea, pontos de memória. Temos que lembrar que museu guarda as memórias não só da arte, mas também a memória da cidadania. Está tudo lá. Modernização de museus, criação, fortalecimento de sistemas de museus, sistemas de proteção, Prêmio Ibram de Enredos, enfim, vários prêmios; e outros apoios diretos, como para o Museu Antônio Parreiras e a pesquisa do acervo do futuro Museu da Moda.

Então, tudo isso, foram investidos R\$16,86 milhões e está sendo executado.

Depois, na área do livro de baixo preço. Está aí.

Olha o trabalho. Nós recebemos essa emenda. Não sei se o Galeno Amorim está aqui ainda hoje. Ontem, ele fez uma apresentação maravilhosa, com todas as verbas, todas as formas de fomento para a área do livro, leitura, literatura e bibliotecas. O total é de R\$373

milhões, que a gente está trabalhando este ano. Mas nem vou especificar este assunto, só estou lembrando.

Agora, da emenda de R\$21 milhões – está aí –, foram atendidas 2.703 bibliotecas, 1.711 Municípios do Brasil inteiro, 10.831 títulos cadastrados, 2,2 milhões de livros adquiridos a R\$9,00 o preço médio. Então, deu para atender bastante o Brasil todo.

Passa.

Na área da Funarte – está aqui. O Presidente Grassi, da Funarte, presente. Nós já estávamos com esse teatro, o TBC, na nossa mão há, sei lá, alguns anos, uns três ou cinco anos, e não tínhamos dinheiro para reformar. É um teatro histórico. Quem conhece São Paulo, conhece a história do teatro brasileiro sabe tudo o que passou; pelo menos o grande avanço do teatro do século XX foi com o TBC: o Paulo Autran, a Tônia Carrero, enfim... Foi um grande avanço. O teatro estava abandonado, foi comprado pelo Governo Federal e nada foi feito.

Então, agora iniciamos... Está aí. Das emendas parlamentares, R\$13 milhões já estão para a obra do Teatro Brasileiro de Comédia.

Fora isso, ainda aguardamos – a emenda total era de R\$16 milhões – uma pequena parte de R\$3 milhões, que foi para atender os microprojetos da Bacia do Rio São Francisco. Está aí. Quinhentas cidades beneficiadas, 1.500 prêmios, projetos em andamento e 15 mil pequenos projetos para produtores, para criadores, para empreendedores nessa área da Bacia do São Francisco, que é enorme e passa por vários Estados.

Vamos, então, entrar na pauta legislativa, que é outra área para a qual a gente vem aqui pedir apoio dos Senadores.

Então, vamos lá.

Estão aí os projetos aprovados no ano de 2011.

A Lei nº 12.485, que amplia o acesso aos serviços de TV por assinatura. Enfim, é aquela lei que garante inclusive três horas e meia de conteúdo brasileiro nas TVs por assinatura. Isso vai dar um incremento, ao Fundo Setorial do Audiovisual, de R\$ 500 milhões e ajudará muito no fomento ao audiovisual.

A Lei nº 12.599, que trata do programa Cinema Perto de Você, para aumentar o número de salas de cinema, principalmente nas regiões mais carentes, nas periferias. No caso, é a isenção de tributos para a construção de salas de cinema e para equipar salas de cinema.

Pode mudar.

A regulamentação do Plano Nacional de Cultura foi aprovada em dezembro de 2010, mas nós trabalhamos todo o ano de 2011 fazendo consultas e discutindo com a sociedade civil para estabelecer as metas até

2020. Foram definidas 53 metas para todas as áreas do Plano Nacional de Cultura.

O responsável por esse trabalho é o Secretário de Políticas Culturais Sérgio Mamberti, que está presente. Foi um trabalho excelente, um trabalho intenso de consultas. Isso é importante porque o plano é uma lei que não fica presa a um governo ou a um ministro; é um plano de Estado. Então, um grande avanço, em 2011, foram essas 53 metas que conseguimos estabelecer.

Pode passar.

Agora temos o Vale Cultura, que está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara. Já passou pelo Senado, voltou à Câmara e, depois, vai ser sancionado pela Presidente.

O PL nº 6.722, que é o Procultura, já se conhece bastante. É a nova versão da lei de incentivos para substituir a Lei Rouanet. O relator é o Deputado Pedro Eugênio, que está terminando sua relatoria. O projeto vai passar pela Câmara e, depois, vem ao Senado.

A PEC nº 416, que institui o Sistema Nacional de Cultura, já está pronta para a pauta do Plenário da Câmara e, posteriormente, virá para o Senado Federal.

A PEC nº 150, apensada à PEC nº 324, destina o mínimo de 2% de recursos para a cultura. Então, também já está na pauta da Câmara e, posteriormente, virá para o Senado Federal.

Programas prioritários. Com relação a esses programas, no início do ano, a Presidenta pediu que nós nos detivéssemos prioritariamente a alguns programas que pudessem contar com todo o empenho para que, depois, a gente pudesse trabalhar o resto; quer dizer, alguns concentram várias áreas, para, depois, trabalhar separadamente.

Pode passar um por um.

Programa Mais Cultura, Mais Educação. Ele foi um convênio assinado entre os dois Ministérios – então tem tudo a ver com esta Casa, com a Comissão, porque envolve cultura e educação – para dar prioridade, num primeiro momento, à educação básica. Depois, vamos trabalhar em outros níveis.

O Ministério da Cultura foi separado do Ministério da Educação em 1985, e nós sempre sentimos – acho que não só nós, mas toda a sociedade sempre reclamou – essa falta de conjugação entre os dois ministérios. Um complementa o outro. Não dá para pensar na educação sem o complemento da cultura e não dá para pensar em cultura sem educação. Então, é um trabalho bastante amplo. Começamos pela educação básica. Isso está sendo trabalhado dentro da Secretaria de Políticas Culturais, com o Sérgio Mamberti, e a diretora é a Juana Nunes, que está lá presente e vem desenvolvendo esse trabalho juntamente com o pessoal do Ministério da Educação, com a maior dedicação.

Agora, quero só lembrar que aqui está um valor de 142,5 milhões e que, na verdade, era a metade, como foi acertado no final do ano passado, quando eram 70 ou 72 milhões. Quando a Presidenta viu isso, entusiasmou-se e disse: "Isto é importantíssimo, o trabalho da cultura juntamente com a educação. Vamos dobrar isso, vamos pôr mais dinheiro nisso". Então, esse é o início, e vai aumentar mais. Este é o primeiro ano, é claro que não dá para começar e dar um salto imenso, mas está aí. Para começar, vamos atender oito mil escolas, três mil professores, dois milhões de alunos.

Pode virar.

Então, há o edital Mais Cultura nas Escolas, que vai selecionar cinco mil propostas de intercâmbio, atividades, instituições entre instituições culturais e escola. Quer dizer, as instituições se inscrevem, apresentam suas propostas de trabalho e as escolas as selecionam. Essas escolas são as escolas do Mais Educação e do Ensino Médio Inovador. Elas terão um período maior, além da grade escolar tradicional, em que o aluno estará na escola. Então, poderemos trabalhar mais a área de cultura. Vamos chamar, quer dizer, os Pontos de Cultura podem se inscrever e várias outras instituições culturais. E, aí, destina-se 20 mil para cada escola, e ela vai determinar a prioridade, o perfil, o que ela pretende, pelo que ela se interessa ou acha prioritário para seus alunos. Então, são 100 milhões para cinco mil escolas de todo o País.

Mais.

Cine Educação. Isso é muito importante. Nós vamos atender duas mil escolas, 300 mil professores, que serão trabalhados em centro de treinamento, que vão se multiplicar para três mil professores multiplicadores em todo o País. Vamos dar um kit, um material, com o qual vamos trabalhar com as escolas, com um conteúdo para a formação, educativo, que traga conteúdo de valores éticos, valores importantes para a cidadania e para a formação. Enfim, queremos que o aluno passe a não ver o filme só como entretenimento, mas passe a desenvolver sua capacidade de refletir e ver o que está sendo apresentado.

Agentes de leitura nas escolas de campo. Esses agentes de leitura já são conhecidos os seus trabalhos. Eles vão às comunidades visitando as casas, levando livros. Mas, agora, vão fazer isso nas escolas, com os professores. Então, promovem leituras, troca de acervo, vão e voltam. Vamos preparar, para fazer esse trabalho, jovens de 18 a 29 anos, que serão selecionados como agentes de leitura. São 28,8 milhões, mil escolas e quatro mil agentes de leitura.

Temos, também, o mapeamento de georreferenciamento, que será trabalhado pelo MinC com o MEC, para identificar esses indicadores para ter essa ori-

tação. Tem de ter um acompanhamento e busca de resultados, para darmos prosseguimento ao trabalho. Está aí. Mais 1,7 milhão.

Pode virar.

Cidades históricas. Estamos trabalhando, há muitos anos, com os centros históricos, com cidades já tombadas pelo Patrimônio Histórico, centros tombados, como São Luís, Olinda. Boa parte das cidades é tombada ou tem seu centro tombado pelo Patrimônio.

Então, há esse programa de recuperação dos sítios históricos nacionais, e sempre falamos que é um programa que não pode ser só desenvolvido pelo Ministério da Cultura. Ele vai precisar de outro apoio. Apresentei-o à Presidenta Dilma, porque já vínhamos trabalhando junto com o Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ministério do Turismo, e temos de fazer um trabalho conjunto. Temos de pensar na reurbanização das cidades, na ocupação das cidades. Não adianta fazer a recuperação de um prédio lindo, de uma igreja linda, se o entorno está todo desmontando, se não existe um programa de ocupação dessa cidade, desse centro, para qualificá-lo e torná-lo atrativo. Isso vai refletir em tudo.

Está sendo estudada inclusive a possibilidade de ele vir a ser incluído no PAC. Aí, terá uma verba garantida. Acreditamos que os investimentos podem chegar a R\$1,9 bilhão para todas essas 145 cidades e sítios históricos. Então, é um dos programas principais do Ministério da Cultura para este ano.

Rede de cidadania cultural. Bom, aí temos praças de esportes e da cultura, que é PAC, para construção e equipamento dessas praças. Para este ano, temos R\$300 milhões para construir e equipar, e já estão selecionadas, com convênio assinado com a Caixa Econômica, 359 praças de esporte pelo Brasil afora – várias em obra.

Espaços e bibliotecas. Mais cultura. Aí, para cidades com menos de 50 mil habitantes, também a construção de espaços, pequenos centros culturais, com bibliotecas, equipamentos, computadores, projetor de cinema. Enfim, já temos 35 conveniadas e R\$35 milhões em verbas para construir e para equipar esses espaços. Agora, vamos inaugurar, porque, no início, atendíamos cidades grandes também. Com o PAC, passamos para cidades menores, e estamos para inaugurar uma biblioteca fantástica na Rocinha, mas já temos várias inauguradas e, para este ano, são 35.

Usinas culturais. Aí, pensamos nesses espaços que as prefeituras têm e que estão mal utilizados, ou abandonados mesmo, que mereceriam uma reforma e uma boa utilização. Fazemos o convênio, e elas vão receber uma reforma e uma infraestrutura de equipamentos. E vamos colaborar também na programação.

A Funarte oferece oficinas, e vamos todos trabalhar para ajudar. Quero lembrar que, em todos esses programas, trabalhamos junto com as prefeituras e com a comunidade local, consultando... Cada um vai ter um desenho e cada um tem um perfil definido pela sociedade, pela comunidade. Então, esse é mais um.

E os Pontos de Cultura e Brasil Plural, que vocês já devem ter ouvido falar bastante. Está aí. Vamos atender neste ano 3.536 Pontos de Cultura, e o valor é de R\$114 milhões. Quero lembrar que, com esse valor, estamos atingindo aquele patamar da época do Ministro Gilberto Gil, período em que esse programa Cultura Viva recebeu mais verba.

Damos toda ênfase a esses espaços porque são pontos onde a comunidade já se organizou, já tem seu movimento. Só vamos ajudar com equipamento, com a programação. Então, é uma valorização dos movimentos culturais que já existem.

Podemos virar?

Sistema Nacional de Cultura. Está aí o Secretário Peixe. Está lá o secretário de articulação. Ele trabalha com todos os Estados e é responsável por essa relação com Estados e Municípios para envolver todos. Nós temos nosso sistema, como já falei, que está para ser votado como lei, mas nós já estamos trabalhando na articulação de Estados e Municípios. Assim como nós temos o nosso Conselho Nacional de Políticas Culturais, nós realizamos as nossas conferências, nós temos o nosso Plano Nacional de Cultura, nós também estimulamos os Estados e Municípios a terem seus planos, seus conselhos, porque, seguindo e atendendo a uma série de condições, podemos pensar em programas realmente que permaneçam, que não sejam programas de um dirigente ou outro.

E aí nós podemos costurar atendendo a diversidade do Brasil; para cada cidade o que é necessário, porque a gente tem que pensar que, em Brasília, a gente não pode adivinhar o que vai querer do Oiapoque ao Chuí. Não é igual. A gente tem que atender...

Sim? Desculpe.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Há controvérsias.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR) – Não há controvérsia nenhuma. O IBGE tem todos os estudos e o extremo norte do Brasil chama-se Monte Caburaí, a 60 km acima do Oiapoque.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Politicamente, tomei água e deixei a discussão entre os Senadores. Não me meto nessa confusão, não. (Risos.)

Enfim, só para mostrar o trabalho como a gente vem se dedicando e como vem aumentando. Tinha-

mos, em 2010, um Estado dentro do sistema e 337 Municípios. Olhem a evolução: em 2011, nós chegamos a 17 Estados e 782 Municípios. E já devemos ter passado de 800 nesse início de ano. E temos a meta de chegar, em 2014, a 1.670 Municípios, o que seria 30% do País. E todos os Estados e mais o Distrito Federal dentro do programa.

Assim eu acho que fica muito mais fácil, porque nós prevemos também o repasse de verbas de Fundo a Fundo. Para que eles tenham seus Fundos, também tem que ter o conselho, tem que ter o plano, para poder fazer o repasse de uma forma que não seja uma coisa de balcão, que seja para programas. Os programas têm que ser estabelecidos e discutidos com a sociedade para que sejam uma coisa mais consequente no seu desenvolvimento.

Próximo.

O Plano Brasil Criativo é um plano em que a Secretaria de Economia Criativa, Cláudia Leitão, está trabalhando desde o início do ano passado enlouquecidamente. A partir do momento em que nós apresentamos à Presidenta, ela também se entusiasmou e convocou dez Ministérios – a gente já tinha apresentado e 18 Ministérios tinham interface com as nossas ações, porque a gente pensa que a gente não pode mais trabalhar daquela forma informal.

Enfim, o Brasil é um país muito criativo. O que se gera de postos de trabalho, de dinheiro... O reflexo disso, o criativo do Brasil, o que ele produz na indústria, esse valor agregado que é o *design*, a roupa, enfim, a moda. São várias formas. As grandes festas... Eles têm que mensurar isso e ter um trabalho mais organizado para que também o pessoal do mundo da cultura – aí vem a grande preocupação – que vive nessa informalidade e que às vezes ficam meio perdidos, estão numa região onde ninguém tem acesso a eles... Então, a gente está criando formas de organizar pequenos empreendedores que vão trabalhar com essa cultura para que leve de uma ponta, a da criação, passando pela produção e fomento até chegar à distribuição e ao consumo. Para isso, temos que pensar nas ações estruturantes e nas ações finalísticas, que estão apontadas lá. São várias áreas, vários ministérios também, quer dizer, os que estão agrupados por competitividade setorial, desafios estruturantes e desenvolvimento local e regional. Ou seja, a gente tem que pensar em trabalho, em desoneração fiscal, em várias áreas que precisam ter um tratamento específico para a área da cultura. Esse estudo, apesar de um ou outro projeto ter sido apresentado, nunca foi desenvolvido de uma forma mais adiantada. Isso existe no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, 11% do PIB vem da cultura. No Brasil, calcula-se, segundo o último estudo, 2,6%, mas

isso não é real; na verdade, é mais do que isso. A gente calcula que chegue a 6%, pelo menos nesses próximos quatro anos. Isso é muito importante! É um trabalho dos mais estruturantes do Ministério da Cultura.

Vamos lá.

Outras ações prioritárias estamos programando para 2012: o legado cultural dos grandes eventos, que envolvem a Conferência Rio+20, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Estamos trabalhando em todas as áreas, está lá o Nascimento já se levantando para falar dos legados dos museus. Enfim, temos que preparar o Brasil para receber esses eventos todos e para que não sejam eventos que venham, aconteçam, ocupem, vão embora e deixem o resto do País destruído. Vamos aproveitar para preparar o País para receber turista, para essas atividades e para deixar outro Brasil, um Brasil mais estruturado.

Temos o Programa do Livro Popular e as metas do Plano Nacional do Livro e Leitura, que inclusive foi apresentado ontem, são os tais 373 milhões; Brasil, Arte de Ver a Cidade, que está sendo trabalhado; a Márcia Rollemberg, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, trabalha nessa área; Conexão Brasil-África, o Presidente da Fundação Palmares, Elói Ferreira, não está presente, mas está desenvolvendo esse programa; Programação Nacional de Acervo, que envolve várias entidades: Casa de Rui Barbosa – onde temos o Wanderley Guilherme dos Santos –, museus, Cinemateca Brasileira. É uma grande preocupação que temos com esses acervos.

Podemos passar.

Fundo Nacional de Cultura e Investimentos – eu não estive aqui, eu já havia apresentado na Câmara, mas vou apresentar rapidamente – já é deste ano, soltamos em março. Uma parte já está liberada. Para a área da Secretaria da Economia Criativa, financiamento e implantação de nove dos dezesseis escritórios da Economia Criativa nas cidades-sedes, que vão dar atendimento, suporte a empreendedores criativos. Então faz parte desse trabalho da Secretaria da Economia Criativa, R\$16 milhões.

Pode passar.

Programa de Reabilitação de Edificações em Risco lá em Salvador. Essa é uma demanda enorme. O centro de Salvador, o Pelourinho, a Cidade Baixa são áreas tombadas que estavam realmente se desmontando e que são de uma grande responsabilidade. Estávamos com grande dificuldade de verbas, mas agora já estamos iniciando os trabalhos. Pelo projeto, são 157 edificações, atendendo inclusive à demanda do relatório da Defesa Civil de Salvador e da Fiscalização Preventiva, porque eram casarões que estavam

ameaçados de cair mesmo. Então, está aí. Para este ano, já temos R\$16,9 milhões.

Pode passar.

Secretaria da Cidadania de Diversidade Cultural, edital de interações estéticas; quer dizer, é realizada com a Secretaria, junto com a Funarte, que são experiências de residências nos Pontos de Cultura, quer dizer, artistas e pessoas da área das artes que vão fazer residência e têm essa interação, o que é muito produtivo, criativo e tem dado ótimos resultados. Não é o primeiro que fazemos, mas estamos nos aprimorando nisso. Foi aplaudido e já está em execução. Está aí, R\$2,8 milhões.

Ah, isso é uma das questões. Empenho; 12º e 13º; parcelas do convênio em andamento do Programa Cultura Viva. Então, são os tais Pontos de Cultura. Estamos liberando. Há um ano, foi paga uma parcela. São pagas parcelas anuais e agora estamos empenhando a segunda e a terceira, para ir quitando o atraso que temos – inclusive nós herdamos esse atraso. Então, está aí. Quatro redes estaduais, uma rede intermunicipal e 41 redes municipais. Enfim, 817 Pontos de Cultura, R\$35 milhões já foram liberados e estão sendo repassados aos pontos. A responsabilidade está com a Márcia Rollemburg.

Edital de pontões de cultura. São pontos maiores que articulam vários outros pontos, que estão recebendo recurso de até R\$500 mil, por meio de uma seleção pública. Então, já foi aberta a seleção...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA DE HOLLANDA – Desculpe. Prepara-se para lançar essa seleção e, em junho e julho, o edital estará aberto. São R\$11,600 milhões.

Ações iniciais da organização do Ano de Portugal no Brasil. Isso já foi fechado e, há algum tempo, está sendo discutida uma demanda de Portugal. Eles aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA DE HOLLANDA – Estou escutando aqui o comentário: mas Portugal ainda está vivo. Manda dizer que está lá. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O comentário maldoso é de que esse programa foi urdido antes de Portugal acabar.

A SRª ANA DE HOLLANDA – Bom, ele vai se iniciar exatamente no dia em que o Brasil se tornou independente de Portugal. Talvez tenha sido o começo de tudo. (Risos.)

Agora, falando sério, o programa tem essa demanda de Portugal vir para cá e nós irmos para lá. Aqui, na área da cultura, o responsável é o Presidente Antonio Grassi e eles estão também buscando outras áreas, envolvendo educação, ciência e tecnologia; indústria e comércio. O empresariado vai entrar. O Go-

verno realmente não tem dinheiro, mas vai entrar o empresariado. Temos aí R\$3 milhões, para iniciarmos na área da cultura.

Vamos lá.

Microprojetos culturais para a Bacia do São Francisco, sobre o qual eu já havia falado. Uma parte veio da emenda, como foi apontado, e mais uma parte que vem, este ano, do Fundo Nacional de Cultura. Então, são R\$16,8 milhões.

Vamos lá.

Editais de museu. Conclusão do Programa Ibram de Fomento a Museus, com o conveniamento dos projetos selecionados em 2011, nos editais de modernização de museus – museus em cidades com até 50 mil habitantes que ainda não possuem museus – e no edital de criação e fortalecimento de sistemas de museu. E também há mais alguns museus que iremos atender. São R\$7,3 milhões. Está aí. Já estão lançados, os editais estão em andamento.

Edital Agentes de Cultura Negra. Selecionar dez núcleos de promoção de cultura negra – isso é da Fundação Cultural Palmares – em dez Estados brasileiros. Para este projeto, temos como previsão para as inscrições de abril a junho. Está para ser lançado este mês ainda. R\$6 milhões.

Edital de Intercâmbio 2012. Isso é muito importante. É um edital que, agora, está permanentemente aberto para agentes, técnicos, artistas, para obter bolsas ou fazer apresentações no exterior. Então, é uma pequena ajuda para passagem ou estada, para eles poderem participar de eventos internacionais. São R\$3,4 milhões, para este período de abril a setembro.

Concursos de projetos arquitetônicos para as arenas culturais das cidades-sedes da Copa.

Isso aí, pensando já na Copa. Conversando com as cidades-sedes, elas pediram também, e nós apresentamos esse espaço multiuso, onde tudo vai acontecer; e elas todas querem, mais ou menos no centro da cidade, um espaço especial em que a gente construa galpões; mas tem um projeto arquitetônico para caber tudo isso, que vai ficar durante a Copa. Então, só para o concurso arquitetônico: R\$413 mil.

Bolsas de tradução.

Isto é da Biblioteca Nacional. É a continuidade do que já lançamos no ano passado, que é importíssimo para a internacionalização da nossa literatura, porque, realmente, Português é difícil de ser lido no resto do Brasil. Se a gente não investir... Então, a gente dá bolsa para tradução às editoras. E, com isso, elas tendo a tradução, fica mais fácil, elas se interessam e apresentam projetos para lançamentos de livros.

No exterior, temos de lembrar, este ano acabei de vir da feira de Bogotá, em que o Brasil era o país

homenageado; ano que vem será Frankfurt, no próximo ano, será Paris, e Bolonha, que é infantil.

Então, a gente tem de pensar que existe um interesse imenso pelo Brasil. Há essa curiosidade em relação ao Brasil. Então, as editoras apresentam interesses pelos livros que elas querem lançar, e nós financiamos, com as bolsas, essa tradução.

Participação brasileira nas feiras internacionais.

Está aí. Tem uma pequena verba de R\$2 milhões para essas feiras todas. A de Bogotá foi um sucesso. Eu estive lá semana passada, foi um sucesso e faz parte também desse nosso calendário.

Edital de incentivos a feiras de livros nos Estados e Municípios.

Nos Estados e Municípios, muitos Municípios não têm livraria, não têm nada, não têm biblioteca. A gente trabalha para zerar o número de cidades sem bibliotecas, mas às vezes, a gente dá o *kit*, dá todo o material, a cidade não abre a biblioteca ou recebe tudo e deixa tudo lá. Então, a gente trabalha muito. E uma das formas também são essas feiras. Então, a gente faz uma chamada, dá uma ajuda para que a feira aconteça; a gente articula com a Câmara Brasileira do Livro, com os livreiros, com tudo; a gente ajuda a pagar a ida de escritores para palestras. Enfim, é uma festa nas cidades, quando acontecem as feiras de livro. Então, já está em execução. Está aí: R\$5 milhões para esse edital.

Edital de criação e circulação literária.

São bolsas para a criação literária e para a circulação dessas feiras, para eles poderem viajar e tal. Também está lançado, em abril, R\$1,6 milhões.

Projeto setorial de exportação do cinema do Brasil.

Isto é um trabalho da Secretaria do Audiovisual. Está lá a Ana Paula Santana, que é a Secretária do Audiovisual. Ela desenvolve esse trabalho junto com a Apex, também visando à internacionalização de conteúdos audiovisuais brasileiros. A gente tem de pensar – outros países pensam, a Argentina exporta muito, os Estados Unidos são o centro do cinema –, nós temos também de mostrar o nosso audiovisual, e não só cinema, mas a televisão e tudo... Então, o Brasil está desenvolvendo a SAV e Apex, que é do Ministério da Indústria e do Comércio, nessa internacionalização. Está aberto, está aí, e o valor aprovado é de R\$1,5 milhão.

Desculpem-me, estou perdendo a voz.

Projeto de segurança do acervo.

Bom, esse acervo da Casa de Rui Barbosa é absolutamente fantástico. Além do acervo do próprio Rui, nós temos vários outros, como Cecília Meireles. Vários outros foram doados para a Casa de Rui. É um centro de excelência, de pesquisa, de trabalho de muitos acadêmicos. Agora, temos de pensar na segu-

rança. A verba é de R\$2 milhões, para a segurança da Casa de Rui Barbosa, que é uma fundação do Ministério da Cultura.

Participação brasileira no Congresso Mundial de Educação Musical. Isso tem muito a ver, também, com esta Comissão, porque envolve educação musical, que é uma lei, como os Senadores sabem. E o Ministério da Cultura vem trabalhando muito com o Ministério da Educação, para encontrar uma forma de implementar isso – não é, Ruana?

Nós temos de participar, acompanhar outros modelos, outros exemplos de como isso vem se desenvolvendo. Então, é uma verba pequena, mas estratégicamente importante, para que o Ministério possa se inteirar e contribuir melhor, juntamente com o Ministério da Educação, para pôr logo essa lei em vigor, a da educação musical.

Reunião das Altas Autoridades do Mercosul, cultural, preparatória para a Rio+20, e demais ações.

Bem, isso aconteceu há 10 dias e foi em São Paulo. Nós estivemos lá, onde estavam oito países do Mercosul e da América do Sul, sendo que alguns nem eram do Mercosul, e cinco ministros presentes. Foi uma discussão da área da cultura. Quer dizer, a cultura é transversal, está em todas as áreas. Então, como a gente discutir a cultura, dentro da sustentabilidade, para a Rio+20.

Então, tiramos um documento, foi um trabalho construído mesmo, em que vamos envolver todos esses países, porque a Rio+20, a questão do meio ambiente, afeta todos nós. Não podemos só pensar aqui ou só no Brasil, temos de pensar como uma questão mundial.

O Flaac – Festival Latino-Americano e Africano de Arte e Cultura. Isso aconteceu nesse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Está em desenvolvimento. Iniciou agora, esta semana, na Universidade de Brasília, e nós demos também um apoio. Está aí. Verba de R\$400 mil, valor aprovado.

O total de investimentos deliberados pelo Conselho do Fundo Nacional de Cultura foi de cento e trinta e três milhões, oitocentos e poucos mil. Agora, isso aí é a primeira parcela, que a gente já lançou no início do ano para... Enfim, o Ministério tem de trabalhar logo, para poder... É um ano difícil, um ano de eleição. Não podemos deixar mais para o fim do ano, como aconteceu muito no ano passado. Houve um atraso por mil medidas. Atrasamos muito. Então, já estamos em plena ação.

Agradeço a atenção de todos e estou, aqui, à disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Baseado em quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No art. 403 do Regimento da Casa. Uma questão de ordem baseada no art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exponha a sua questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não.

Pergunto a V. Ex^a se a condução da presença da Ministra será conforme preceitua o art. 397, que fala do comparecimento de Ministro à Casa, ou se será conforme preceitua o art. 93, que fala de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ela será feita de acordo com a necessidade que temos de estabelecer um diálogo entre os Senadores e a Ministra. Como todas as outras reuniões, de uma forma descontraída, e, quanto menos burocrática, melhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

Quanto a esse esclarecimento, só destaco a V. Ex^a que seria necessário... Conforme for o comparecimento da Ministra, nós, os Senadores que indagaremos, poderemos ter algumas prerrogativas ou não. Se V. Ex^a fizer conforme o comparecimento de Ministro à Casa, conforme preceitua o art. 397, cada Senador que perguntar terá direito à réplica; senão, se for conforme o art. 93, sendo, então, audiência pública, esse direito não caberá aos Senadores, a não ser pela aqüiescência de V. Ex^a.

V. Ex^a é o magistrado aqui, o Presidente da Casa, é quem conduz. Por isso, gentil e educadamente, faço esse questionamento a V. Ex^a sobre o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós vamos proceder conforme o art. 398 do nosso Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Comparecimento de Ministro à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Comparecimento de Ministro de Estado perante a Comissão.

V. Ex^a terá direito a sua pergunta, a sua réplica e à tréplica, da forma mais descontraída e eficiente possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Ministra, Senador, veio acompanhada do estafe do Ministério. Eu citaria aqui: Sr. Vitor Ortiz, Secretário Executivo; Presidente da Funarte, Antonio Grassi; Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, José do Nascimento; Secretária de Audiovisual, Ana

Paula Santana; Secretária de Economia Criativa, Cláudia Leitão; Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, Henilton Parente de Menezes; Coordenador de Direito Autoral, Cristiano Borges Lopes; Secretário de Políticas Culturais, Sérgio Mamberti; Diretora de Direitos Intelectuais, Márcia Regina; Secretário de Articulação Institucional, João Roberto Peixe; Chefe de Gabinete, Maristela Rangel Pinto; e o Assessor Especial, José Ivo Vannuchi.

Todo esse estafe poderá assessorar a Ministra nas respostas às indagações que foram feitas.

Eu, pessoalmente, antes de passar a palavra a V. Ex^a, que é o primeiro inscrito, quero fazer um elogio à exposição da Ministra.

Eu tenho da Cultura uma visão antropológica. Eu acho que o processo cultural se inicia, por exemplo, Ministra, quando uma tribo nômade, que vivia na beira de um rio, verificava, acompanhava a queda de crianças ou de indivíduos da tribo dentro d'água e a inevitável morte que se sucedia. Num determinado momento, como exemplo, um dos indivíduos da tribo cai na água e fortuitamente se agarra a um tronco e, agarrado ao tronco que flutuava, demanda a outra margem. Essa é uma experiência que um indivíduo da tribo teve. No momento em que esse indivíduo vê outro membro do grupo cair no rio e, lembrando a experiência que teve, toma de um tronco e joga para que seu companheiro de grupo sobreviva, ele começou a fazer cultura.

A cultura é uma experiência humana mediada pela inteligência para satisfação de uma necessidade.

Com o tempo, evidente, isso se sofistica na medida em que o cérebro humano evolui e passa à necessidade estética. Daí a música, o teatro. Mas faz cultura quem providencia uma nova receita culinária ou, diante de uma máquina de costura, trabalha de uma forma inventiva.

Quando a cultura assume o espaço da cidade, da *civis*, transforma-se em processo civilizatório.

Eu faço essa introdução, Ministra, para dizer que me agradou o afastamento do seu Ministério do mecenato. Na primeira reunião que tivemos aqui, nós discutímos que esse patrocínio absoluto de eventos devia estar muito mais vinculado à Secretaria de Indústria e Comércio do que à Secretaria de Cultura.

E o papel do Ministério da Cultura é, mais do que qualquer outra coisa, de providenciar espaços para que o processo cultural se realize. E esse elenco fantástico e apreciável de atividades no Ministério me satisfez da forma mais completa.

Quero aplaudir a gestão do Ministério porque se afasta da cultura como indústria, como evento, como negócio e abre, para a coletividade inteira, espaços para que a manifestação cultural ocorra.

Feito esse elogio inicial e sem mais delongas, passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, que poderá interpelar a Ministra com base no artigo que quiser e dentro da liberdade que nós damos nesta Comissão. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mais precisamente, Excelência, como estamos numa Comissão do Senado Federal, o art. 396 e 397 do Regimento da Casa.

Eu queria agradecer a Ministra pelo seu comparecimento a esta Comissão.

Creio que se trata aqui de cada um fazer o melhor de si para cumprir o seu papel: V. Ex^a no exercício do Ministério da Cultura, como responsável e condutora da política cultural do Governo brasileiro; nós, na condição de Senadores da República; e o Senado, como uma das Casas do Congresso Nacional, com o papel republicano de exercer, em um Estado de Direito, seu papel de fiscalização.

Desta forma, Ministra, quis a coincidência, e de fato foi coincidência, que a data que V. Ex^a definiu para estar aqui na Casa, na Comissão de Educação e Cultura, fosse a mesma data da conclusão da apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito proposta por este parlamentar e por outros 32 parlamentares para investigar as atividades do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), entidade de direito privado responsável pela política de direito autoral hoje no Brasil.

Hoje, à tarde, o Senador Lindbergh, relator desta Comissão, irá proferir o seu relatório. E, em decorrência disso, sou o primeiro a lhe questionar. O requerimento para convidar V. Ex^a para estar aqui presente foi de minha autoria. E quero iniciar as perguntas que tenho a fazer a V. Ex^a e que são as razões que me motivaram a convidá-la a estar aqui.

E também, em decorrência também de hoje, quinta-feira, estarmos concluindo a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Ecad, quero centralizar as minhas questões, e farei assim, senão para debate do plano apresentado por V. Ex^a iria acabar tomando tempo dos outros colegas, então, queria centralizar as minhas questões na política de direito autoral.

Nesse sentido, pergunto-lhe: o Ministério decidiu substituir uma nota técnica da gestão anterior do Ministério no processo em que o Ecad se defende no Conselho de Administração de Defesa Econômica. O Ecad solicitou ao Minc que se posicionasse novamente, já que a gestão anterior do Ministério já havia se posicionado? Ou foi uma atitude deliberada do Ministério à manifestação com nova nota técnica em relação a esse processo?

Esse é o primeiro questionamento. E no ensejo deste, repito, em função da condição, hoje, de conclusão dos relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito responsável pela investigação ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, quero trazer aqui uma notícia veiculada no dia de ontem pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, é parte de uma pesquisa internacional conduzida pela Consumers International sobre os regimes de direitos autorais no mundo.

Essa pesquisa indicou que o nosso regime de direito autoral, segunda a pesquisa divulgada pelo Idec, é o quinto pior do Planeta.

Nós temos uma situação, que também constatamos na CPI do Ecad, em que a maioria dos artistas que pagam para tocar suas próprias músicas não recebe nada do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. Isso ocorre como se suas músicas jamais tivessem sido tocadas em qualquer emissora do Brasil.

Em sua opinião, existe uma preservação dos direitos dessa maioria de artistas? E como a senhora analisa essa pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor?

Ainda em relação ao direito autoral, é de conhecimento de todo o meio cultural que a senhora realizou mudanças na Diretoria de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura. Obviamente, uma medida prerrogativa sua: a designação de todas as pessoas que a assessoraram. Ocorre que a substituição, que a pessoa que substituiu foi secretária-executiva do CNDA quando o senhor advogado Hildebrando Pontes, considerado e reconhecido como um defensor extremado das teses do Ecad, foi Presidente do Conselho. A pergunta que lhe faço é se isso não representaria uma interferência do Escritório Central no processo de revisão da Lei de Direito Autoral.

Ainda em relação à Lei de Direito Autoral, V. Ex^a, no Ministério, solicitou, requisitou a realização de uma nova consulta pública sobre a reforma da LDA. Pergunto-lhe por que seria necessária essa nova consulta pública já que a consulta pública anterior tinha, segundo as informações que temos, mais de oito mil contribuições.

Em 2 de dezembro de 2010, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Plano Nacional de Cultura, a Lei nº 12.343, de 2010. Considero que esse Plano Nacional de Cultura é uma das maiores conquistas e avanços da política cultural e foi um coroamento, no meu entender, da gestão de cultura durante o Governo do Presidente Lula. O 1.9.1 da lei diz que, entre as ações prioritárias do Estado brasileiro, o Estado brasileiro deve desenvolver o seguinte: "Criar instituição especificamente voltada à promoção e regulação de direitos autorais e suas atividades de arrecadação e

distribuição". Eu pergunto a V. Ex^a: Quais as ações tomadas no sentido do cumprimento não só do conjunto do Plano Nacional de Cultura, mas, em específico, já que estamos falando de direito autoral, desse 1.9.1?

Embora eu tenha mais questões, vou ficar por esta última, Senador Requião, para demonstrar a minha boa vontade com o Regimento, inclusive, para ouvir os demais colegas.

Durante o Governo do Presidente Lula, a gestão do Ministério lançou um edital que possibilitaria a criação de entidade de gestão coletiva para o audiovisual. Esse edital, na minha avaliação, significaria um avanço substancial em relação à política do audiovisual e, sem dúvida alguma, foi uma conquista da gestão do Presidente Lula em relação à pasta da Cultura. Esse edital absorveu segmentos até hoje alijados do direito autoral, como diretores, atores, roteiristas, dubladores, antes totalmente alijados do direito autoral. Esses segmentos, obviamente, atenderam prontamente a esse chamado, porque essa é uma oportunidade não vista até então, acorreram para esse edital, mesmo porque, até então, o Ecad seria o único a gerir esses direitos e esse conjunto de diferentes profissionais da cultura que citei, que não tiveram outrora essa oportunidade.

Entretanto, o Ministério cancelou esse edital. A alegação do Ministério são razões técnicas. Eu lhe pergunto: V. Ex^a poderia detalhar quais seriam essas razões técnicas e se há um interesse do Ministério na reedição desse edital?

Por enquanto, são essas as perguntas que eu tinha, Sr. Presidente. É lógico que me reservo conforme V. Ex^a preceitua. Por isso fiz a pergunta preliminar, cumprindo o disposto nos arts. 396 e 397. De acordo com as respostas da Ministra, eu me reservo a utilizar ou não o meu direito de réplica, conforme prevê o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na prática, então, Senador Randolfe, estamos aplicando o art. 398 expandido, porque V. Ex^a excedeu, em muito, os cinco minutos. A Mesa assim permitiu em nome do bom senso e do diálogo produtivo que devemos ter com a Ministra. Essa mesma expansão será utilizada pela Ministra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não haverá limite de tempo para a Ministra responder às indagações.

A SR^a ANA DE HOLLANDA (*Fora do microfone.*) – Desculpe-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A mesma expansão de tempo será concedida a V. Ex^a. Não haverá limite de tempo.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Está ótimo. Obrigada. (*Fora do Microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A intenção de uma Comissão não é a de se prender à burocracia, mas é a de viabilizar, em primeiro lugar, que os Senadores exerçam seu direito de indagação e, em segundo lugar, que o convidado tenha tempo suficiente de proferir sua resposta.

Concedo a palavra à Ministra Ana de Hollanda.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Senador Randolfe, quero lhe agradecer por esta oportunidade de eu vir aqui esclarecer essas questões, porque, realmente, muita coisa se fala e, nem sempre, a gente tem a possibilidade de dialogar abertamente sobre as dúvidas. Comenta-se que muita coisa foi feita, e temos de esclarecer isso. Vou esclarecer ponto por ponto.

Esse estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Idec, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – O Idec fez um estudo em que mostrou que o regime de direitos autorais do Brasil é o quinto pior do Planeta.

Quero dizer que existem vários estudos e que é preciso ver qual o ponto de vista que foi analisado. Não existe uma palavra definitiva de que esse é o modelo melhor, de que este é o modelo pior. Isso depende do ponto de vista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Quero dar conhecimento de que, na verdade, o Idec contribuiu com uma pesquisa feita pela Consumers International, uma organização internacional de direito do consumidor que reúne 220 entidades de todo o Planeta. Digo isso a título de informação.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Entendo – e respeito – que exista esse tipo de organização. Temos de levar em consideração essas posições também.

Agora, vou ter de falar sobre uma questão muito séria em relação ao direito autoral. Peço até um espaço, um tempo, já que me foi autorizado, para falar sobre a questão do direito autoral.

Há muitos anos, o Donga dizia que a música é como um passarinho: o primeiro que pegar é o dono. Isso existia porque não havia respeito ao direito autoral. Essa foi uma luta de muitas décadas, começou com Chiquinha Gonzaga, que exigia que houvesse esse respeito.

São pessoas que criam e que vivem da sua criação. São profissionais. Isso tem de ser considerado. Essas pessoas, até certo tempo atrás, eram consideradas marginais, desocupadas. Diziam: "Ah, são malandros, que vivem aí e que se dizem artistas". Mas eles são artistas.

Estou falando não só em relação à música, mas também em relação aos atores, aos autores, aos escritores, ao cinema, à produção de cinema, aos desenhistas gráficos, aos fotógrafos, aos artistas plásticos, aos desenhistas industriais. Todas essas áreas criam e não são consideradas... Quando pensamos em economia criativa, estamos querendo valorizar o trabalho de quem cria. Não podemos pensar nisso sem pensar em direito autoral.

Essas foram algumas de nossas conquistas. Acompanhei – sou bem mais velha – as lutas dos anos 60 e 70, quando toda a vanguarda, toda a esquerda se mobilizou. Esse é um direito à dignidade de todo profissional, de todo ser humano, cujo trabalho deve ser reconhecido. Ele deve ser reconhecido como profissional, como uma pessoa séria, uma pessoa que cria, o direito é dele. Isso está na Constituição brasileira.

Então, eu fico assustada quando eu vejo uma campanha pelo retrocesso em relação a essas conquistas. Essas campanhas sempre partiram dos grandes grupos econômicos, como agora também, em que estão fazendo uma campanha. Não, não! O autor... O autor não vive de vento; o autor vive do seu trabalho; ele escolheu essa profissão; estudou para isso; ele vive do seu trabalho. Quer dizer, podemos pensar, sim, temos que pensar no consumidor. E o autor não faz nada para pôr na gaveta, é claro. O criador faz para mostrar, para apresentar, para entregar ao público. Então, é fundamental que ele tenha acesso, seja pelos meios de comunicação tradicionais, seja pela Internet, seja pelos meios digitais mais modernos, mas ele tem que viver do seu direito autoral.

Então, em relação a isso, eu quero dizer, quero contrapor, a importância que é o respeito ao direito autoral. Se existem visões que acham que o direito autoral está atrapalhando, eu quero lembrar para uma grande parte da população, para a cultura brasileira e o Brasil que o Ministério da Cultura vai sempre defender os direitos autorais e a nossa produção cultural brasileira, que é o grande patrimônio com que o Brasil é conhecido no mundo inteiro; ou seja, pela sua criação, pela riqueza da sua criação.

Eu só quero fazer esse lembrete para explicar, porque muitas vezes me acusam de ser uma pessoa presa ao passado. Não, não sou presa ao passado. Eu sou presa aos direitos conquistados com muita dificuldade, ao direito à dignidade, às conquistas e direitos sociais, trabalhistas e humanos que existem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O art. 398 expandido, embora expandido, não admite manifestação desta natureza na Comissão. Se isso acontecer outra vez, eu manterei os Senadores na reunião e mandarei evacuar a Casa.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Bom, em relação à queixa dos artistas que não recebem nada do Ecad, embora paguem para que as suas músicas sejam executadas. Quer dizer, jabá, não é? Agora, tem que ver para que eles estão pagando, porque jabá já é irregular. Tem que ver se as emissoras para quem eles pagam, se elas pagam também direito autoral. Quer dizer, não existe o direito autoral. Ele é arrecadado e distribuído. Quer dizer, o Ecad, nesse caso, tem que fazer isto: arrecadar e distribuir. Isso é uma resposta que eu não posso... Cada caso é cada caso. Todo mundo sempre acha... Eu também acho que eu recebo menos do que eu merecia. Mas, de qualquer jeito, eu tenho que ter essas provas de que a emissora pagou e que o Ecad não repassou.

Para isso, o Ministério da Cultura está trabalhando – e aí eu já vou dar um pulo, mas vou voltar para o Plano Nacional de Cultura, que o senhor citou. Realmente a criação desse instituto. Está previsto e nós estamos trabalhando para isso, para criar esse instituto para fazer um acompanhamento, a supervisão. Nós vamos exigir... Na própria lei, no projeto de lei encaminhado à Casa Civil está prevista a criação desse instituto. Ele deve exigir prestações de contas anuais de todas as associações. Esse acompanhamento vai ser feito diretamente. Se houver também um conjunto de queixas em relação aos detentores de direitos ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Será no âmbito do Ministério esse instituto, na proposta?

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Sim, está sim. Está ali no Plano Nacional de Cultura e, por isso mesmo, está dentro do Ministério, e está na Lei do Direito Autoral. Quer dizer, tem que estar dentro do Ministério, não pode ter outro para cuidar desse assunto.

Então, eu quero só responder que a gente vai trabalhar. Esse instituto vai ser exatamente para esclarecer. E se realmente está tendo problemas, a gente vai e, se detectar irregularidades, nós vamos encaminhar isso para o Ecad, para a Justiça tomar as devidas providências. Mas esse acompanhamento agora não vai ficar solto. Nós vamos acompanhar isso, o instituto vai acompanhar.

Em relação à mudança da Diretoria de Direitos Intelectuais, eu acho muito estranho esse tipo de acusação que tem sido feito a uma pessoa que veio da AGU. Quer dizer, uma profissional formada, entrou como estagiária – está aqui a Dr^a Márcia, eu quero até que o senhor a conheça. Acho que seria muito importante o senhor fazer uma visita, entender direito, porque eu acho assim: fazer acusações sobre a honestidade de uma pessoa, quer dizer, que ela teria compromissos meio suspeitos, uma pessoa que tem uma carreira toda construída e não tem nada que se possa levantar

de concreto contra o comportamento, contra as atitudes dela, contra os procedimentos dela... Então, nós temos que dizer: ela trabalhou? Como trabalhou o Dr. Hildebrando Pontes, que o senhor citou. Ele também trabalhou no Estado brasileiro e, se ele defendeu o Ecad, defende o Ecad, isso é outra questão que não podemos dizer: eu sou amigo do fulano que é amigo do fulano que é amigo do fulano e que vai chegar num bandido. Isso é muito comum. E vai chegar ao tal bandido e, então, eu tenho relação...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Pois é, eu não queria falar.

Mas é isso. Então, todo mundo tem relação com alguém que pode chegar a alguém que, de repente, falou que o fulano é suspeito. Bom, então não vamos fazer associação de uma pessoa que tem todo o histórico inquestionável, que é a Dr^a Márcia Regina, porque ela tem relação com o Dr. Hildebrando, que é um advogado sério de direitos autorais. E se ele vê com bons olhos o Ecad, ele tem algum motivo para isso. Agora, eu posso discordar, eu posso concordar; e nem vem ao caso a minha opinião em relação a isso. O Ecad merece, sim, um estudo para isso. A gente está criando um instituto, está no nosso Plano Nacional de Cultura e está no Projeto de Lei de Direito Autoral.

Quanto à consulta pública sobre a reforma, eu quero lembrar que essa reforma do Direito Autoral não foi unanimidade. Foi assim: passou por uma consulta pública, e existiam queixas de todas as áreas. Não vou falar que foi música, literatura, várias áreas, que disseram que não foram contempladas, que não foram ouvidas, na consulta pública, que não foram, em nenhum momento, ouvidas; que as mesas, os seminários também não estavam sendo atendidos devidamente.

Eu não vou assinar uma lei que foi mandada à Casa Civil e que foi devolvida, porque, a partir de então, eu teria que endossar. É uma responsabilidade de Ministra só endossar o que passou por um estudo, e esse estudo da minha gestão eu teria que ter a estrutura montada. Montei...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA DE HOLLANDA – É foi envidada no dia 23 de dezembro de 2010, quer dizer, foi enviada na véspera da mudança, eu já estava até anunciada como a Ministra que iria assumir. Então, teria que passar por um estudo antes de assinar. E aí eu encomenhei esse estudo. Verificou-se algumas questões que realmente não estavam muito claras e que mereciam um trabalho mais aprimorado. Abrimos não à consulta, abrimos para contribuições; promovemos seminários, ficou na Internet um bom tempo em consulta para que se recebesse contribuições. Foi feito esse trabalho e,

depois disso, está sendo discutido, foi para a Casa Civil e tudo o mais.

Então, tinha motivo. Eu não poderia assinar algo sem conhecimento exato, inclusive porque a que esteve em consulta pública era uma, a que foi entregue e estava na Casa Civil já tinha sofrido modificações. Então, nem eu sabia o que estava na Casa Civil. Tivemos que examinar, a Casa Civil devolveu, e foi aí que abrimos para examinar, e descobrimos, inclusive, que essa lei tinha passado por grandes avanços, avanço em relação a questões polêmicas, mas que ainda tinha alguns problemas.

Espero ter... Ah, não!

Em relação ao edital da criação coletiva para audiovisual.

Realmente isso foi uma recomendação do TCU. Nós somos acompanhados pelos órgãos de controle, e não temos autonomia para decidir tudo. São muitos projetos, muitos convênios. A CGU mandou suspender uma série de convênios que para nós eram importantes, mas essa ordem veio.

Agora, temos, sim, a intenção nesse projeto de lei – que depois pode ser melhor esclarecido, e estou aqui também com a assessoria para isso –, no projeto de lei, prevê-se a gestão coletiva não só para a música, mas também para outras áreas como a audiovisual, a do livro. Para outras áreas também está prevista a criação de órgãos de gestão coletiva.

Espero ter respondido...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Em relação à questão da nota técnica que o senhor falou – eu pulei esse pedaço mesmo –, é o seguinte: existe uma nota técnica de questionamento do Cadê, e substituímos, não foi do Cade. Foi o Ministério Público que nos encaminhou. Então, temos obrigação de responder ao Ministério Público a todas... Não pedimos a substituição de nada. O que aconteceu foi o seguinte: de tempos em tempos, o Ministério Público encaminha alguns pedidos e informações, que recebemos e para as quais mandamos o nosso parecer. O anterior era diferente, mas o nosso está muito parecido com o outro, anterior a esse, o último que foi mandado em 2009. É o que foi enviado na gestão do Ministro Gilberto Gil, que estava bastante semelhante a esse último, a visão que foi apresentada. Tanto que o Ministério Público, agora, quando recebeu, acatou a nossa resposta e encaminhou para o Cade. Quer dizer, temos sempre que responder. Não é o Cade, não interferimos em nada.

Respondemos, porque é uma obrigação que temos de responder ao Ministério Público.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para a réplica, com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (P-Sol – AP) – Obrigado, Presidente.

Presidente, pretendo aqui fazer um debate de argumentos sem atacar o argumentador. É essa a intenção de todos os questionamentos. É um papel do Parlamento questionar. Por isso que, em uma democracia – e ainda bem que vivemos em uma, em um Estado de Direito, com separação de Poderes, com um Congresso atuando, fiscalizando as atuações do Executivo, podendo convidar e convocar ministros para debater aqui –, não pode existir a expressão “inquestionável”. Tudo, para a sociedade, que o Parlamento quiser questionar tem que ser questionado. É o mister desta Casa, desta função.

Então, por isso, não quero fazer aqui o ataque ao argumentador. Quero debater a argumentação. Quero debater os argumentos.

Em relação ao questionamento sobre a diretoria de direitos precatórios, sei que estou aqui em ampla minoria. Não convidei ninguém, nenhum artista, ninguém, ninguém do movimento cultural, para lotar aqui, para me aplaudir. Não quero aplauso. Estou acostumado a ser aplaudido e a ser vaiado. É da democracia essas duas formas de manifestação. Não há problema em relação a isso. E sei também que estou em ampla minoria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe, a Mesa, interpretando o 398 ampliado, ao fim da sua intervenção, para compensar o aplauso à Ministra, vai solicitar um aplauso a V. Ex^a. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (P-Sol – AP) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado. Agradecido. (*Risos.*) Essa é uma interpretação, de fato, extensiva do dispositivo regimental.

E sei que estou em ampla minoria também na composição da Comissão. Talvez os questionamentos, na bancada – não sei como será o Senador Suplicy –, talvez os questionamentos dessa natureza só venham de minha parte. Então, estou confortável com a minha função de chato aqui e consciente dela. Muito bem, mas acho que é uma função necessária para a democracia ser cumprida pelo Parlamento.

Então, fiz questão de não citar quem era o titular outrora da diretoria dos direitos intelectuais e quem é o titular atual. Por que citar, pessoalizar?

De fato, Ministra, não conheço a Sr^a Márcia Regina – muito prazer em conhecê-la.

Mas eu não avalio, não estou investigando a Dr^a Márcia Regina; estou aqui perguntando, instigando, cumprindo o papel parlamentar.

Em relação a essa matéria, eu não fiz nenhuma adjetivação, não acusei ninguém de... Não fiz nenhuma adjetivação, não há nenhuma derivação criminal para atuação. Há um questionamento, há uma dúvida levantada por mim, mas levantada também pela imprensa, levantada por muita gente do meio cultural, e é minha tarefa aqui expor essa dúvida, embora eu não tenha... A pergunta concreta nessa matéria é se existe algum tipo de interferência do Ecad. Bastava, nesse caso, uma resposta categórica, do tipo “sim, há”, “sim, não há”, em relação a esse primeiro questionamento.

Quanto à consulta da Lei de Direito Autoral, é só trazer um dado: a primeira consulta teve oito mil contribuições; pelos dados que temos, a segunda consulta teve cem contribuições. Acho que, enfim, precisaria uma reflexão maior sobre as contribuições da primeira consulta feita ao Ministério.

Em relação... Fico feliz que V. Ex^a tenha encaminhado, no projeto de LDA encaminhado à Casa Civil, tenha dado cabo, cumprido o inciso 191 do Plano Nacional de Cultura, sobre a criação do instituto. Se V. Ex^a pudesse detalhar, eu gostaria de saber qual será a atuação desse instituto em relação, em especial, ao Ecad, porque tudo o que há hoje, do direito autoral, está concentrado no Ecad. Não há nenhum questionamento ao que V. Ex^a... Na preliminar de V. Ex^a, pleno acordo. Não há nenhum questionamento ao avanço – e vou abrir a expressão, podendo ser corrigido, já que estou cercado por vários técnicos do Ministério da Cultura e que o meu português está sendo bem fiscalizado –, mas eu queria dizer... Eu vou assumir o risco de utilizar a expressão e dizer que os avanços, no Direito Autoral no Brasil, são avanços civilizatórios. O surgimento do próprio Ecad, em 1973, foi uma conquista, inclusive, contrassenso com o que existia naquele momento, que era a vigência, no País, de um Estado de exceção.

Entretanto, é exatamente sobre isso, sobre algo que é indispensável em uma democracia, que eu quero tratar. Quero tratar sobre... Em uma democracia, é indispensável transparência. Permita-me. No Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, pelo que foi investigado pela comissão parlamentar de inquérito instalada neste Senado, isso é o que não há; não existe nenhuma transparência na atuação do Ecad.

Eu lhe pergunto em relação... V. Ex^a citou a história “jabá”, que é ao que se refere, de fato, o item... uma das perguntas que fiz sobre o que padece a maioria dos músicos e artistas no País. Eu lhe pergunto: o fim da amostragem, a obrigatoriedade para que as rádios divulguem nos seus sites quais os artistas e composi-

tores que tocaram naquela rádio não seria um passo para pôr fim ao “jabá”? Não seria uma iniciativa interessante? É uma pergunta que faço a V. Ex^a.

E, por fim, encerrando minha réplica, e encerrando por aqui, sobre a questão do edital do audiovisual no Governo Lula, V. Ex^a se remeteu a um acórdão do Tribunal de Contas da União para justificar, naquele momento, o cancelamento. Mas só que me parece... Nós podemos detalhar o acórdão. Estou à disposição para debater com os técnicos, com a senhora, com todo mundo, sobre o acórdão. Mas me parece que o acórdão não trata da gestão coletiva. O edital anterior se referia a um prêmio, e não à aplicação de capital, que seria uma matéria para atuação do Tribunal de Contas da União.

A consultoria jurídica do Ministério da Cultura, em 2010, havia dado anteriormente o aval para o edital que foi cancelado. Estas não seriam, *per si*, razões para a manutenção do edital anterior?

Obrigado, Presidente. O chato não se manifestará mais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aliás, a Mesa faz ressalva ao comportamento do Senador Randolfe. Acho que é um comportamento lógico. Ele cumpriu a sua obrigação parlamentar, colocou as suas dúvidas e foi contemplado, de forma generosa, com a interpretação expandida do art. 398. (*Risos*.)

Com a palavra, a Ministra.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Obrigada, Senador.

Vamos esclarecer tudo aqui, dentro do possível, lembrando sempre que temos... Eu gostaria até, se persistir alguma dúvida, que o senhor fosse lá, se quiser levar mais algumas pessoas, para podermos conversar, porque acho que conversando podemos chegar a um melhor entendimento.

A consulta pública da Lei de Direito Autoral recebeu oito mil contribuições. Agora, não foi uma consulta pública, a gente abriu para receber mais algumas das áreas que não se sentiram contempladas. Quer dizer, são cem contribuições? Ótimo. Mas cem contribuições são importantes. Não podemos desprezar que essas cem contribuições tenham vindo. Em cima disso, trabalhamos. Então, isso não desvaloriza o trabalho, o esforço de buscar o máximo de consenso para tentar mandar uma lei.

Essa é uma questão muito polêmica. É difícil chegar a um consenso nessa questão do direito autoral. Acho que não existe, nunca houve. Desde que se fala em direito autoral sempre existem opiniões antagônicas, mas de qualquer jeito alguma coisa mais aceitável para todos os lados.

A questão da transparência que está sendo buscada em relação ao Ecad, e tal, que foi citada aqui, estamos pensando não só em relação ao Ecad, mas inclusive em relação até a outros órgãos de gestão coletiva que pretendemos – está na nossa lei, a lei que enviamos –, que exista uma transparência e um acompanhamento para isso. Volto a dizer, é o instituto que estamos prevendo para realmente... Porque a gente sabe que, se não tiver certo olhar, por mais que tenha auditoria, por mais que o Ecad passe, tem que ter um olhar, uma responsabilidade de governo nisso.

A questão do jabá, realmente isso pode ser também trabalhado. Acho que num certo momento tem que ver como controlar esse absurdo, essa distorção que é se forçar a execução de uma música que não é a demanda. O peso econômico acaba pesando também na execução de músicas.

Para falar do instituto, vou pedir licença ao Presidente, para chamar o Dr. Cristiano para ver aqui a questão do edital do TCU. Inclusive o Dr. Cláudio também, o consultor jurídico do Ministério da Cultura, também da AGU, pode esclarecer. E sobre instituto, como vai ser formado, tudo isso, ele é a pessoa mais adequada, ele pode esclarecer tudo. E, se for necessário realmente, estaremos lá para esclarecer especificamente a quem estiver interessado. Mas eu gostaria de convidar, se o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe, é a interpretação expandida do 398.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Totalmente expandida. Por mim, nenhuma objeção, Sr. Presidente.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Dr. Cristiano Lopes, Diretoria de Direitos Intelectuais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mais do que a burocracia, nós queremos entendimento e esclarecimento.

Eu só peço ao senhor que seja breve na exposição.

Afinal de contas, Senador Randolfe, não é pelo fato de muita gente não concordar com você, que você pode estar errado. Essa interpretação mecânica da transformação de quantidade em qualidade está fora de moda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pelo menos nesta Comissão, nesta manhã, não é, Presidente?

O SR. CRISTIANO BORGES LOPES – Senador Randolfe, em relação ao edital, nunca foi nossa intenção não concluir o edital e não premiar. O problema foi justamente esse. Sou da carreira da Advocacia-Geral da União, quando olhei o edital, aquela forma de reparte

de recursos por termo de compromisso nem existe na lei, aquilo foi uma primeira chamada, só que já existia parecer favorável e nós prosseguiríamos. Só que houve aí essa circular do Tribunal de Contas da União, que nada obstante não seja específica para esse edital e não cite isso de forma especial, ela dizia que nenhuma ação, nenhum investimento para ação estruturante de entidade particular poderia ser realizada. Então não seria só investimento de capital.

Por conta disso, consultamos novamente a Advocacia-Geral da União, na Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura, para saber algum óbice, porque quem nos citou inicialmente foi o Controle Interno do Ministério. E, no termo de referência da ação, dizia que era uma ação estruturante. Sem dúvida era, porque nós iríamos aportar dinheiro nas associações de gestão coletiva para que elas pudessem exercer suas atividades e não teríamos nenhuma contrapartida. De mais a mais, a gente sabe que seria aí uma gerência de direito privado. Tinha interesse público? Tinha. Persiste? Também. Agora isso tem que ser uma rubrica orçamentária própria, que nós não temos. Então tem também essa questão orçamentária. Por isso que não foi feito. Realmente foram questões eminentemente legais. Nós conversamos com todos, apontamos os óbices legais e orçamentários que nós tínhamos e isso até ficou tranquilo com o setor.

Em relação ao Instituto Brasileiro de Direito Autoral, que a Ministra falou bastante, na verdade, o Ministério da Cultura, nesse projeto de direitos autorais que está na Casa Civil, já apropria todas as principais atribuições desse Instituto Brasileiro de Direito Autoral. Assim que ele for criado por lei específica, e a gente já está formando esse projeto de lei no âmbito do Ministério da Cultura, essas atividades hoje que estão para a administração indireta vão migrar para o IBDA, porque ele vai ter mais aporte de recursos, até porque ele também vai ter uma atividade executiva que é o registro de obras, o que a gente acha muito importante inclusive para o que o senhor falou aí, para se fazer o rebatimento hoje de obra autoral. Atualmente o Ecad tem cadastros que são díspares da realidade de quem realmente é titular e já dá azo para essas fraudes – inclusive um dos motes da CPI do Ecad foi justamente a fraude no cadastro, que parece ser muito simples. Pelo que eu vi na CPI do Ecad, entregaram uma procuração, salvo engano, que não tinha nem firma autenticada, ele não dizia que essa pessoa era aquela pessoa e foi aceito pelo jurídico. Então, quer dizer, você tem erros crassos. Como é que a gente pode fazer isso? A gente tem que ter um registro de obras autorais eficiente, o que não existe.

Quando eu visitei o registro, no início da gestão da Ministra, vi que o nosso registro ainda é medieval. O registro de obras nosso é medieval. E quando buscamos informação com o Ecad, eles nos disseram inclusive que não teria sido feito esse cotejo com nenhum registro público porque do registro da Ancine não constaria o da obra musical. Nós duvidamos, mas, nesse ponto, o Ecad estava certo, realmente não consta. Aí vimos que há uma deficiência também do Poder Público na área de registro de obras. Então a gente lançou a proposta do registro unificado. E esse registro unificado vai ser bom porque nós vamos saber de quem realmente é a obra. E não vai poder haver desculpa. Se o registro é público, ele obriga todo mundo, inclusive o Ecad, a fazer consulta e rebatimento. Ele inclusive propõe, o nosso registro, essa troca de informações, o que a gente sabe que vai dar muito problema. O Ecad vai ter que dar as informações do cadastro dele para a gente na questão até do domínio público da obra, que também é de interesse público. Então tem essa questão.

A supervisão como é que faremos? Inicialmente, como eu já disse para o senhor, está na lei, no projeto de lei de direitos autorais, o Ministério da Cultura assume, nesse primeiro momento, todas as questões, forma-se um anteprojeto de lei IBDA e elas são migradas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Então está sendo preparado um novo edital, é isso?

O SR. CRISTIANO BORGES LOPES – O edital que V. Ex^a diz é na gestão coletiva?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sim.

O SR. CRISTIANO BORGES LOPES – Não, nós não estamos preparando o edital da gestão coletiva por conta dessa questão de obrigação orçamentária, porque continua o óbice de você não poder investir em ação estruturante. E essa questão de premiação, quando eu fui advogado da União, é uma questão de coerência. Se o senhor olhar o meu passado, vai ver isso. Todo mundo no Ministério me conhece. Agora, estou apanhando aí, sendo acusado de advogado administrativo do Ecad, e todo mundo sorri.

Na minha época, você tinha de premiar um produto realizado, você não podia premiar um produto a ser realizado – isso não é prêmio, isso é convênio. Essas são minhas interpretações. Tenho até meus pareceres anteriores, de 2007, de 2008, com esse entendimento meu. Mas eu não obstei, não obstamos isso na DDI por conta disso. Essa foi exclusivamente uma decisão do Tribunal de Contas da União. Se não houvesse nenhum óbice, se a Consultoria Jurídica dissesse que não havia nenhum óbice, a gente prosseguiria. Mas o óbice, hoje, é esse entendimento do TCU.

Então, talvez, o meio mais hábil seja uma consulta ao Tribunal de Contas da União. A gente pode fazer, sim, essa consulta, sem problema algum. Se for uma demanda do senhor, a gente faz a consulta ao Tribunal de Contas da União.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO LOPES – Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não há mais nenhuma indagação a fazer?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Dr. Cristiano encerrou perfeitamente, principalmente em relação à consulta ao TCU.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ótimo!

Passo a palavra, então, à Senadora Ana Rita.

É meio-dia e dois minutos. Senadora, daqui para frente, vamos interpretar o art. 398 não expandido.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza, Sr. Presidente. Falarei por cinco minutinhos ou menos.

Inicialmente, quero parabenizar o Ministério da Cultura e parabenizar a nossa Ministra, pela exposição feita aqui hoje, que muito nos contemplou.

Quero lhe dizer, Ministra, que eu me surpreendi com tanta coisa boa que a senhora trouxe para nós, fruto do Plano Nacional de Cultura. Então, eu a parabenizo, porque hoje a senhora nos deu uma prestação de contas do que está sendo feito e do que está previsto para acontecer. Repito: parabenizo o Ministério e a senhora.

Quero parabenizar também toda a equipe que aqui está. Conhecemos algumas pessoas e sabemos da seriedade, do compromisso e da competência delas na condução da Política Nacional de Cultura.

Quero também dizer que o que me entusiasmou aqui foi ver a cultura não como algo isolado, não como uma política à parte, mas como uma política que se articula com outras políticas. É nisso que acredito. Acho que toda política pública somente será eficiente e eficaz se estiver articulada com outras políticas que o País está desenvolvendo. O Plano que vocês nos apresentam aqui mostra essa diversificação, essa articulação, essa integração das políticas de cultura com as demais políticas do nosso governo e, mais do que isso, uma preocupação com a descentralização da política de cultura, fazendo com que ela chegue a todos os Municípios brasileiros, em especial aos Municípios com até 50 mil habitantes. Isso é fundamental.

O Ministério também tem uma preocupação com nossos jovens de 17 anos até 29 anos. Discutimos a questão da juventude que hoje se envolve com as drogas, com o tráfico e com o crack e sabemos que a cul-

tura cumpre o papel fundamental de oferecer a esses jovens outras oportunidades. A cultura, com certeza, pode valorizar e estimular essa juventude, o despertar desses jovens, que, com certeza, têm muitos valores, mas que, por falta de oportunidade, de mecanismos ou de espaços, não conseguem se posicionar. A cultura é um importante instrumento para isso.

Também me chamou muito a atenção a preocupação, principalmente quando se fala do Plano Brasil Criativo, com a questão do desenvolvimento local e regional. Fala-se da cultura como instrumento de desenvolvimento local e regional. Para mim, isso é muito importante.

Eu gostaria de fazer outro destaque. Achei fundamental o que vocês falaram do Sistema Nacional de Cultura: para que os Municípios possam aderir ao Sistema, é preciso que, no local, haja o órgão gestor da cultura. Como vamos implantar políticas de cultura, se não há um órgão gestor? A cultura não pode ser uma coisa de toma lá dá cá. Não pode ser uma coisa tratada dessa forma; ou realização de eventos pontuais, atividades pontuais. Acho que isso é coisa do passado. Nós vivemos outro momento. É assim que eu vejo o Governo da Presidenta Dilma. Com esse objetivo.

Esses critérios que vocês colocam fazem com que os Municípios se organizem cada vez melhor, estruturem-se cada vez melhor e tenham a cultura como prioridade, como política pública, como um direito da população. Então, deve-se criar um órgão de gestão cultural local que tenha participação da sociedade, participação social, que também tenha financiamento, porque, se toda política não tiver recursos... É preciso que também tenha financiamento, e que haja o fundo da cultura, assim como tem a saúde, como tem a educação.

Então, todos esses princípios que vocês nos colocaram aqui e, em particular, que a nossa Ministra colocou considero de fundamental importância.

Quero dizer que fiquei muito feliz com a apresentação de hoje. Quero sintetizar dizendo isso, da minha felicidade, porque, além de fazer parte desta Comissão, faço parte da Frente Parlamentar da Cultura. Então, acho que seria muito bom que, numa outra oportunidade, o Ministério pudesse fazer esta apresentação para frente. Acho que é importante, embora já tenha feito na Câmara e esteja fazendo aqui hoje.

Quero parabenizar vocês e parabenizar o Ministério.

Eu só quero ouvir uma opinião, porque, quando nós falamos aqui das metas, fruto de todo o trabalho que foi feito, da consulta pública, que resultou nas 53 metas que foram constituídas ao longo de 2011, na verdade, pelas informações que tenho aqui, essa me-

tas expressam, de fato, o compromisso com os principais temas das políticas públicas de cultura, como reconhecimento e promoção da diversidade cultural, educação e produção de conhecimento, ampliação e qualificação de espaços culturais, fortalecimento institucional e articulação federativa, participação social, desenvolvimento sustentável da cultura e mecanismos de fomento e financiamento. Acho que as metas expressam isso.

Só quero ouvir da Ministra: das 53 metas aprovadas, eu gostaria que V. Ex^a comentasse sobre as metas que mais têm marcado a atuação do Ministério. Se V. Ex^a pudesse falar um pouco sobre isso... Das 53 metas, na avaliação da senhora ou da equipe da senhora, quais têm marcado mais o Ministério. Se a senhora pudesse fazer essa avaliação, acho que seria interessante, para que as pessoas também possam compreender melhor a essência dessa metas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministra, com a palavra.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Obrigada, Senadora.

Eu quero deixar claro que estou aqui com toda a equipe. Vários dirigentes já foram citados, ou representantes.

Esse trabalho que a senhora tanto elogiou me deixou muito feliz. Fiquei feliz com os elogios, mas tenho certeza de que esses elogios cabem à equipe de excelência que tenho. Falo isso sem o menor constrangimento, quando fala das políticas voltadas para os jovens, da cidadania.

Está aí atrás da senhora a Secretária Márcia Rollemburg. Acho que foi uma das grandes aquisições da economia criativa. Em relação às articulações com Estados e Municípios, o Secretário Roberto Peixe é incansável. Ele não para.

Realmente, a senhora falou certo, quer dizer, nós temos que pensar fugindo dos eventos, temos que desenvolver políticas acordadas com Estados, com Municípios e todas essas áreas.

Em relação ao Plano Nacional de Cultura, ele reflete, não é, Serginho? Ele trabalhou intensamente. Refiro-me ao Sérgio Mamberti, Secretário de Políticas Culturais. Ele trabalhou intensamente nessas metas – quer dizer, houve uma consulta, uma discussão –, e para todas as áreas. Não posso dizer que existem áreas prioritárias, porque elas são planejadas para dez anos, todas já estão já estão sendo trabalhadas, algumas como, por exemplo, a questão do instituto, que não é imediato, porque temos que criar esse instituto, tem que ser aprovado pelo Congresso, porque é a criação de mais um órgão, mas está previsto na

lei... Então, todos eles cumprem uma função, estão atendendo a demanda de cada área. E, realmente, a gente vai cumprindo e, em algum momento, vai ter que se adaptar a uma realidade: o que está andando e o que não está, por que não está andando, por que ainda não alcançamos. Quer dizer, vamos ficar monitorando.

Então, eu não posso ainda falar do resultado.

A Márcia me manda recado, mas eu não escuto daqui. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ANA DE HOLLANDA – É. Ela já está falando nos Pontos de Cultura. São 15 mil pontos, e estamos em três mil quinhentos e pouco. Realmente, são projetos ambiciosos, todos. Vamos poder contar com 15 mil, quer dizer, a gente vai ter uma participação direta...

O SR. SÉRGIO MAMBERTI – Só uma observação, Ana. É que o projeto ainda está em processo de elaboração, porque estamos elaborando, agora, junto com a SAE, os planos estaduais, municipais, e o Ministério está dando todo apoio, e os planos setoriais, são 19 planos setoriais. Ou seja, é de uma abrangência enorme. E também acabamos de comprar uma plataforma que cria, e faz parte da lei também, o Sniic, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que é uma plataforma de governança colaborativa que vai reunir acervos, informações e vai justamente manter uma interatividade no sentido das contribuições de controle, inclusive, do cumprimento dessas metas. Na verdade, o conjunto das metas, que foi construído a partir do que o próprio plano nacional define, a partir de uma metodologia que foi construída. O Conselho Nacional de Políticas Culturais participou o tempo todo, vamos dizer do controle desse processo. Houve três oitivas por parte do conselho com relação a essas metas. E o que é mais importante: mesmo assim, depois de elaborado o primeiro conjunto das metas, a primeira versão, nós deixamos ainda 30 dias para possíveis colaborações e, depois, fizemos uma grande oficina. Ou seja, essas metas referenciam exatamente o conjunto de ações que vão permitir que todas as questões estruturais da área cultural sejam construídas em um cenário de dez anos, com reavaliação de quatro em quatro anos.

Em minha opinião, é realmente a questão fundamental. A partir deste ano, todas as nossas ações no Ministério da Cultura já se constroem a partir dessas metas; todos os projetos, todos os programas do Ministério já se alinharam, a partir deste ano, a essas metas. Então, certamente, sentimos a responsabilidade que a gente tem de cumprir-las e fazer com que a cultura passe a ter essa institucionalidade que a educação e a saúde sempre tiveram.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe e Senadora Ana Rita, o Regimento Interno determinaria que eu mandasse tirar esse insubordinado do plenário, mas, como ele é meu amigo de longa data, vou fingir que não percebi a intromissão. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO MAMBERTI – Obrigado, Senador. Muito obrigado, e desculpe-me. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Ministra respondeu à Senadora Ana Rita, e nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Ex^a está correndo o risco de responder pela omisão, mas vale à pena. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós não temos mais Senadores da Comissão inscritos...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...mas, no Regimento expandido e invocado pelo Senador Randolfe, nós temos o Senador Suplicy, que solicitou inscrição para se dirigir à Senadora, e tenho certeza que o Senador vai se utilizar da sua excepcional capacidade de racionalidade e síntese.

Com a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Presidente Roberto Requião, primeiro, quero elogiar V. Ex^a pela primorosa forma com que, hoje, está conduzindo os trabalhos desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, porque V. Ex^a amansou o Senador Randolfe Rodrigues de uma forma magistral. E quero também cumprimentá-lo, Senador Randolfe, porque V. Ex^a proporcionou que a Ministra Ana de Hollanda desse uma resposta brilhante, que comoveu a todos aqui presentes. Inclusive V. Ex^a perguntou se eu teria perguntas também sobre o Ecad, mas acho que os esclarecimentos dados pela Ministra e também pelo seu Cristiano Borges foram muito satisfatórios, inclusive para explicar, ela como autora, a importância que é, para um autor, um artista, um cantor e um compositor, o valor do seu direito autoral. Acho que a Ministra da Cultura expôs isso de forma tão brilhante, foi excelente.

Eu queria perguntar sobre alguns itens do Plano Nacional de cultura, que me parece muito interessante. Vou ilustrar alguns aqui.

A meta de haver quatro livros em média lidos fora do aprendizado formal por ano e por cada brasileiro, que me parece muito positiva. Quais são os passos que poderão ser dados para, realmente, estimular, seja qualquer Senador aqui presente, seja, digamos, um trabalhador rural e suas crianças, para poderem começar a ler? Ou a população nas grandes metrópoles,

ali nas áreas mais carentes. Como efetivar essa meta, estimular ainda mais, nessa época em que a Internet passa a ocupar um tempo tão acentuado de todos os jovens? Como combinar essa meta, quer dizer, fazer com que os jovens, as pessoas no Brasil, hoje, ao mesmo tempo em que acessa tudo o que é proporcionado pela Internet, também não deixar os livros de lado? Como estimular a apreciação dos livros?

Acho que eu gostaria de conhecer melhor, inclusive tendo em conta que, avalio, esteja relacionado ao Programa Nacional do Livro e Leitura, que tem uma destinação acentuada de R\$373 milhões, como isso se dará na prática.

Vejo também que uma das metas é que possa haver pelo menos 150 filmes brasileiros lançados a cada ano.

Quero registrar que, nesses últimos dias, tive oportunidade de assistir a dois filmes de excepcional qualidade que tiveram apoio do Ministério da Cultura. Um filme sobre a história dos irmãos Villas Bôas, “Xingu”, que é um filme comovente da primeira à última cena – recomendo a todos os brasileiros que assistam. Acho que é um filme que merece ser premiado. Ele nos traz uma informação simplesmente fantástica. Senador Wellington Dias, outro dia, também exaltou a qualidade desse filme. E o outro filme é sobre a história do Raul Seixas, que eu considero também de excepcional qualidade.

Faço esse registro para dar o exemplo de dois filmes. Imagino que serão 150 filmes de muito boa qualidade, com apoio do Ministério da Cultura e, obviamente, com o apoio de outras entidades e empresas, porque avalio que o Ministério da cultura tenha uma diretriz de inclusive estimular outras entidades e empresas privadas ou públicas, a Petrobras, a Eletrobrás, etc., que acabam também apoiando. Mas acho muito importante quando o Ministério da Cultura dá o seu aval para estes filmes.

Então, que tipo de ação está sendo realizada? Eu gostaria que V. Ex^a desse exemplo nessa área de apoio ao cinema nacional.

No que diz respeito também às iniciativas de apoio aos espaços culturais nas cidades. Por exemplo, para aqueles prefeitos e prefeitas que estiveram nos ouvindo, se algum prefeito desejar se aproximar do Ministério da Cultura para um melhor aproveitamento de um espaço, conforme V. Ex^a mencionou, que passos ele deve dar, então, para melhor instrução, seja um prefeito ou um governador? Como ele poderá entrar em contato com o Ministério da Cultura para apresentar, digamos, um projeto de melhor aproveitamento?

Sou testemunha de que V. Ex^a também tem dado apoio, inclusive fisicamente presente, a manifestações

culturais de grande relevância. Cito, por exemplo, quando esteve lá no Instituto Baccarelli, proporcionando oportunidades fantásticas de os jovens – crianças e adolescentes – aprenderem a tocar todos os instrumentos da orquestra sinfônica; os resultados são muito bonitos e de excepcional qualidade. Em que medida, procedimentos daquela natureza estão sendo repetidos em outros espaços, em outros Municípios? Eu gostaria de saber. Certamente o Senador Roberto Requião, que é um estimulador da área de cultura no Paraná, tem muitos exemplos aqui a citar, mas eu gostaria de saber.

No que diz respeito a São Paulo, eu tenho a informação, que é pública, inclusive dada pelo Presidente da Funarte, Antonio Grassi, de que está em desenvolvimento a reforma do Teatro Brasileiro de Comédia. Eu agradeceria se puder nos dar a informação de como é que se vai desenvolver o TBC. E também agradeço se puder nos informar – tanto o Antonio Grassi quanto o Sérgio Mamberti sabem muito bem disso, mas, dada a importância histórica do que tem sido o Teatro Oficina no Município de São Paulo e como há um parecer favorável da Funarte e um entendimento entre Sílvio Santos e José Celso Martinez Corrêa e a própria possibilidade de a Prefeitura de São Paulo reservar uma área, um terreno, ou o Governo do Estado, para chegar a um entendimento sobre aquele espaço, que é um projeto da Lina Bo Bardi – quais os passos que estão sendo dados? Em que pé está o desenvolvimento deste entendimento?

Sr. Presidente, vou procurar atender a sua solicitação.

Essas são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu vou passar a palavra, para que a nossa Ministra responda em bloco, para o Senador do Piauí, ínclito e valoroso Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Por isso que eu gostei do “Xingu”, Presidente.

Quero saudar a nossa Ministra – serei bem rápido. Primeiro, parabenizá-la pelo plano. Dizer que comemoro outras vertentes que são colocadas nesta área, mas também por prosseguir em relação a algumas de sucesso começadas: os pontos de cultura, os pontões, enfim, bibliotecas e várias outras.

Eu queria apenas dar duas sugestões. No começo do governo do Presidente Lula, quando a gente começou a implantar os primeiros Pontos de Cultura, o meu Estado teve o privilégio de implantar muitos deles, com muito sucesso, inclusive revelando bons talentos. Percebi que temos duas coisas sobre as quais temos que pensar, em programas como este, dos pontões, dos pontos de cultura, da descentralização.

A gente parte sempre do princípio de que as entidades rapidamente vão se tornar boas gestoras e autossuficientes; e isso não é verdadeiro. Então, por essa razão, eu penso que é possível trabalhar implantações prioritárias, por exemplo, vinculadas à escola. Ou seja, se você tem um ponto de cultura numa área onde tem a escola, já ficam resolvidos alguns custos – energia, vigilância, porque roubam muito equipamento – e muitas situações por conta da dificuldade que têm as entidades de tocarem. Então, eu creio que se deve trabalhar sempre que possível o casamento de programas como ponto de cultura e pontão com escolas.

A outra é uma luta que venho travando com o MEC, ainda inglória, espero agora que com o nosso companheiro Senador Aloizio Mercadante eu consiga, que é a criação do curso técnico em gestor cultural. Eu acho que é bom profissionalizar os artistas, os empreendedores, mas... Eu fiquei muito feliz com a expansão da área do bibliotecário. Nós temos milhares de escolas espalhadas no País, mas faltavam gestores das bibliotecas por falta de profissionais. Não há profissional suficiente; o de nível médio se resolve na maior parte da biblioteca, mas naquelas mais sofisticadas é preciso alguém com qualificação maior. Mas eu creio que, se tiver alguém que conheça com maior profundidade todas as possibilidades das linhas de crédito, enfim, que tenha essa noção da gestão, a gente caminha para a autossuficiente desse trabalho. Eu vejo que, à medida que os brasileiros e brasileiras vão melhorando a renda, aumenta a possibilidade de consumir cultura, pagando com parte da sua renda. Mas se não tivermos bons gestores desses equipamentos, desses agrupamentos, teremos sempre essa dificuldade.

Então, eu queria que V. Ex^a pudesse examinar, dentro desse programa, na área em que já há qualificação, a possibilidade de uma parceria com o MEC para, de forma descentralizada... Hoje há o e-Tec, que é modelo fácil de qualificar, descentralizado, a Universidade Aberta, que é uma ramificação semelhante, que permite trabalhar isso em qualquer Município do Brasil que tenha Internet.

Era isso. Parabéns pelo novo plano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministra, para encerrar esses questionamentos, quero fazer não um questionamento, mas uma sugestão ao Ministério.

Fui governador do Estado do Paraná por três vezes. E, no Paraná, o pessoal do interior organiza muito as cavalgadas pelo interior. Em uma cavalgada dessas, no Município de Catanduvas, eu me deparei, no meio da mata, com um cemitério e, logo mais adiante, com outro. Fiquei intrigado com a existência daqueles

cemitérios abandonados e chegou-me a informação de que eram os mortos da Revolução Tenentista, que tinham se confrontado com a Polícia Militar do Paraná naquele local. Muitos mortos, entre policiais militares que se opuseram aos tenentes e oficiais do Exército Brasileiro deixaram a vida naquele espaço. Inclusive ali morreu um irmão do Juarez Távora. Os remanescentes desse confronto seguiram no caminho de Foz do Iguaçu e se juntaram à Coluna Prestes.

Eu, que estudei no Paraná, nunca tinha tido uma notícia desse acontecimento, desse fato e dessa coluna de oficiais do Exército Brasileiro. Então, eu determinei alguns estudos e a construção, no local, de um monumento museu, uma belíssima obra de arquitetura que já está pronta. Eu sugeriria – não é exatamente um pergunta – ao Ministério que se somasse ao Paraná.

O museu monumento está pronto, falta algum recurso ao Estado para o mobiliário. O acervo do museu é impressionante, porque a população local, ao longo dos anos, foi coletando armas e equipamentos da coluna dos militares e da própria polícia militar. E acho que seria interessante que, junto com o Exército, que está interessado nisso, o Ministério da Cultura se debruçasse sobre esse projeto, inclusive para divulgá-lo. Porque muito pouca gente no Brasil sabe dessa revolução tenentista e dessa Coluna que foi dizimada em Catanduvas, no interior do Paraná.

É uma sugestão de ação do Ministério e um apoio ao atual Governo do Estado, com o qual eu não simpatizo muito, mas simpatizo com o evento, com o processo cultural e, por isso, faço esse apelo.

Ministra, com a palavra, para responder ao Senador Suplicy, às breves indagações do Senador Suplicy, e às longas indagações do Senador Wellington Dias.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Agradeço, Senador Suplicy.

As metas primeiras citadas foram as que preveem a leitura de quatro livros por ano para cada cidadão brasileiro. Podem parecer ambiciosas, mas nós temos que apontar essas metas – metas até 2020.

E esse trabalho foi lembrado na apresentação de ontem do Galeno Amorim. É uma rede de investimentos, de trabalhos, de costuras, com o Plano Nacional do Livro e Leitura com bibliotecas nas escolas, em todos os centros, criação de espaços e bibliotecas atrativas – bibliotecas, inclusive, com meios de acesso bem mais modernos –, para que o cidadão possa chegar.

Claro que a gente tem que pensar que isso não vai ser imediato, será em médio prazo.

Eu estava agora na Colômbia, na Feira do Livro, e lá as bibliotecas-parques são modelo. Inclusive aqui no Brasil estão copiando esse modelo das bibliotecas-parques. Eles têm um índice de leitura abaixo do

nossa, e o Presidente falou que achava que o nosso estava bom. O nosso índice é de quatro livros lidos por ano, incluindo o livro didático. A gente está falando de literatura, outro tipo de leitura. Livro didático é obrigatório. Queremos desenvolver o estímulo à prática da leitura. Isso tem que ser realmente trabalhado na infância, porque quem não inicia esse exercício da leitura, esse hábito da leitura na infância, dificilmente vai adquirir posteriormente.

Eu acho muito interessante quando estou no metrô, num ônibus e vejo aquelas pessoas com um livrinho, porque, realmente, nas grandes cidades, as viagens são de uma hora em meia. Por que não pegar um livro e nem ver a hora passar? São hábitos que temos que estimular.

Não é imediato, temos que trabalhar praticamente uma geração, que tem que ser preparada para isso. Daqui a cinco anos, acredito que o quadro seja bastante diferente.

Em relação à Internet, que o senhor citou, a gente conta com os e-books. Hoje em dia, a rapaziada gosta e está usando muito a Internet, com seus tablets, mexendo, lendo, compra livros. A Biblioteca Nacional, inclusive, está digitalizando todo o seu acervo que está em domínio público para esse acesso via Internet. Então, quem gosta de ficar na Internet, com seu tablet, pode ler também, pode ler da forma que for.

Eu não vejo a Internet como inimiga do livro nesse sentido, porque vai conquistar um novo público. O público que não está pegando livro vai pegar pela Internet. Será um novo meio.

E na Internet tem também muitos blogs, muita gente usa a Internet porque não teria, às vezes, como conseguir uma editora para seu livro. Ela, então, começa a colocar seus bons textos na Internet, nos blogs. Isso é um estímulo para se ler coisas novas, autores novos, gente nova, e é também estímulo à escrita.

Então, nesse ponto, acho que não temos que contrapor uma coisa a outra. Tem-se que usar o livro e também a Internet. O importante é a leitura, da forma que for. O livro papel ou Internet; seja o livro de papel ou o e-book.

Em relação aos 150 filmes brasileiros, eles também estão na PEC. Nós temos vários programas que estamos lançando nesse sentido. Aqui, inclusive, foi aprovado. No início da apresentação, nós falamos do Cinema Perto de Você. É importante a abertura de salas, porque fecharam as salas de cinema. Estamos com exoneração fiscal para a construção de salas em locais bastante populosos, nas periferias, porque os cinemas estão muito centrados nos shoppings. Então, é a classe média para cima que vai ao cinema. O pessoal mais pobre não vai.

Há outra lei muito importante que foi aprovada, a nº 2.485, que prevê aquelas três horas e meia de conteúdo, de produção nacional nas televisões por assinatura. Isso vai ser um grande incremento para a produção de filmes nacionais.

Quero também aproveitar para dizer que tentei duas vezes ver o "Xingu" nesse fim de semana. Fui um dia, fui o dia seguinte. Em um dia, só havia cadeira na primeira fileira; em outro dia, estava lotado de vez. É difícil. Eu queria que houvesse mais espaço para o filme nacional, porque, quando passa, há uma sessão às 14h, uma às 19h, e acabou.

Então, vamos ganhar esse espaço; vamos ganhar espaço nos cinemas e vamos ganhar espaço na televisão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ainda não viu "Xingu"?

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Estava lotado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a ainda não pôde ver?

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Não consegui. Estava lotado. Eu pus na minha lista: "Xingu"; "Heleno" também, era outro filme que eu queria ver. Acabei assistindo – aliás, é maravilhoso; não tem nada a ver, mas é cultural – o "Pina", do Pina Bausch, sobre dança. É importante falar porque é cultura, é cinema. Não consegui. Tanto o "Heleno" quanto o "Xingu" estavam lotados. O problema é esse. Ainda faltam salas de cinema para poder dar vazão ao interesse que nós, público, temos pelo cinema. Apoio a espaços culturais nas grandes cidades.

A Diretoria de Infraestrutura Cultural está lá na Secretaria Executiva acompanhando a implementação destes espaços: do Praças dos Esportes e da Cultura, do Usinas Culturais, do Espaço Mais Cultura. Em tudo isso, trabalhamos com a prefeitura. Vamos acompanhar. Este ano já há vários sistemas de convênio. Esse trabalho, praticamente, não para.

No Sistema Nacional de Cultura existe acesso aos recursos do Fundo Nacional de Cultura. O Secretário Peixe está aberto. As prefeituras vão lá e dialogam diretamente com ele, com a Secretaria de Articulação, para buscar as formas para a implementação de espaços.

O Instituto Baccarelli, como o senhor falou, tem todo o seu... Está aqui o Henilton Menezes, Secretário da Sefic, que trabalha com as Leis de Incentivo Fiscal. Ele pode dizer que o Baccarelli se sustenta unicamente com a Lei Rouanet. Aí está aquele exemplo que vai contrapor aquela coisa do grande evento e esse uso comercial. Eu estive com o Senador Suplicy na apresentação da garotada. É um trabalho exemplar.

Realmente, eu acho que se poderia mirar nesses exemplos para que outros também busquem empre-

sas que apoiem esse trabalhos educativos e sociais que alguns estão desenvolvendo, e o exemplo disto é o Instituto Baccarelli.

Em relação ao TBC, eu havia dito, na apresentação acerca da verba, que foi fruto de emendas parlamentares das Comissões de Educação, Cultura e Esporte do Senado e da de Educação e Cultura da Câmara, várias emendas, e há uma de R\$13,5 milhões para a reforma do TBC. Então, isso está em andamento, o edital já foi lançado, enfim, já está para ser contratada a empresa que vai fazer a reforma, aliás, já foi contratada. O Grassi já passou as informações.

Em relação ao espaço junto ao Teatro Oficina, também estamos conversando, mas a gente tem de fazer uma triangulação com a prefeitura, porque não adianta a gente comprar espaço e tal. Isso tem de ser feito pela prefeitura. De repente uma troca de espaços, aliás, já vimos alguns. Então, estamos dialogando com a prefeitura para podermos acomodar esse espaço que está sendo reivindicado há muito tempo pelo José Celso.

Espero ter respondido.

Em relação ao que disse o Senador Wellington Dias em relação aos pontos de cultura junto às escolas.

Estou vendo que a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural só fazia assim com a cabeça... Eu fiquei pensando: como que vai ser aproveitado isso? Ela só fazia assim com a cabeça. Eu acho que o senhor deu uma contribuição importante. Vamos estudar, não é Márcia Rollemberg...

A SR^a MÁRCIA ROLLEMBERG (*Fora do microfone.*) –... ampliar a nossa parceria com o MEC.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – É. Quer dizer, dentro do projeto que foi apresentado do MEC e do MinC, um deles é isso. Quer dizer: essa aproximação dos dois Ministérios prevê mais cultura e mais educação se aproximarem.

Agora, os novos espaços a gente pode pensar. Eu acho que é natural essa busca, porque o público que eles pensam sempre é o público jovem, que é o público que está se formando e está ansioso por informações culturais. Então, com certeza isso vai ser desenvolvido.

Eu acho que, se o senhor quiser conversar mais adiante, a Secretaria Márcia Rollemberg, com certeza, vai desenvolver melhor esse assunto com o senhor.

Presidente Requião, eu estava ouvindo o senhor falar. E o Presidente do Ibram, o Nascimento, falou tudo certo, já garantiu. Já vi, pelos gestos dele, o apoio que vai ser dado. Ele tem dado todo o apoio às políticas de... Desculpe-me, eu estou falando que nem uma desembestada aqui e está acabando com a minha voz. Mas esse trabalho do Ibram vem dando assessoria

técnica, trabalhando diretamente com as prefeituras, já atendendo essa demanda constantemente.

Eu acho inteiramente natural e importante que a gente receba esse tipo de demanda. Museus importantes não podem ficar dependendo só de lei de incentivo. Temos de trabalhar juntos e ver como o Ministério colabora.

Peço ao Nascimento para procurar o Governo do Paraná para sugerir essa parceria em relação ao Museu dos Heróis Tenentistas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ministra... Permita-me, Presidente? Eu vi o Vitor Ortiz ali balançando a cabeça também. Mas eu queria saber, porque eu sei que depende do comando da nossa Ministra: nesta parceria com o MEC, eu acho que vale a pena esse acerto do curso técnico de gestor cultural. Eu acho que isso vai dar um salto espetacular.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Desculpe-me por não haver respondido. Eu a pulei.

A gente está trabalhando nesta parceria MinC/MEC, e começamos pelo ensino básico. Mas estamos discutindo outras áreas. A Ruana está diretamente discutindo. Então, estamos discutindo agora com o Sefec, do MEC, a certificação para produtores de gestão cultural, porque eles existem na prática, estão habilitados para atuar nessa área, conhecem muito bem o assunto, mas precisam dessa certificação. Assim, também estamos trabalhando pela ampliação da área de cultura nas escolas de ensino técnico, nas escolas médias. Então, queremos também acrescentar esse ensino. Já existem vários cursos, mas vamos trabalhar para ampliar também, acho que a demanda está muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Ana Amélia era a segunda inscrita da nossa relação de intervenientes na palestra da Ministra, mas ela teve de se ausentar para participar de outra comissão. Então, será a nossa derradeira interlocutora.

Com a palavra a Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Roberto Requião, agradeço sua compreensão com o fato de termos de dividir nossas tarefas. Cumprimento a Ministra Ana de Hollanda por sua exposição, cujo início tive oportunidade de assistir, e, especialmente, o meu conterrâneo Vítor Ortiz, que é um grande colaborador e é responsável pelo comando da política cultural em nosso País.

Eu tenho uma questão bem básica – gosto de levar as questões pontuais das pessoas. As questões relativas ao Ecad já foram tratadas aqui, mas é nessa área, Ministra Ana de Hollanda.

Eu recebi uma correspondência da Sr^a Suzete Bertolucci, que é dona de um hotel em Gramado – a

senhora deve conhecer, é uma cidade muito bonita –, mostrando a perplexidade dos proprietários de hotéis das cidades de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, no chamado polo turístico do nosso Estado.

A proprietária desse hotel e todos os demais concordam com o pagamento dos direitos autorais quando se trata de som ambiental, por exemplo, no café da manhã, e são totalmente contrários – eu não sabia que isso ocorria – à cobrança da taxa do Ecad sobre a transmissão no quarto do apartamento de rádio e televisão. Isso está sendo cobrado, mas ela não entende, gostaria de saber baseado em que é estipulado esse valor, essa taxa cobrada sobre a transmissão.

A lógica seria cobrar também nas casas, porque todas as casas têm rádios e televisões. Isso onera o turismo. Eu queria levantar essa questão e agradecer-lhe muito a gentileza, assim como ao Senador Requião.

A SR^a ANA DE HOLLANDA – Senadora Ana Amélia, eu realmente entendo essa grande queixa que a senhora está colocando. Agora, em relação aos procedimentos internos do Ecad, não estou tão habilitada a falar. Sendo assim, vou pedir, mais uma vez, se o Presidente permitir, que o Dr. Cristiano esclareça isso para a Senadora em poucas palavras. Seria possível, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Dr. Cristiano vai fazer o esclarecimento de forma tão rápida, racional e sintética que, daqui para frente, será conhecido no Ministério como Cristiano, o Breve.

Com a palavra.

O SR. CRISTIANO BORGES LOPES – Realmente existe uma discussão em torno da cobrança dos hotéis, que foi levantada agora com base na própria lei de turismo. Levou-se isso ao STJ. Até o momento, a jurisprudência do STJ é favorável ao Ecad, eles consideram realmente que devem continuar pagando. Então, a questão foi judicializada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E nas residências?

O SR. CRISTIANO BORGES LOPES – Nas residências não, porque você está no seu recesso doméstico, no seu recesso particular. Essa questão continua mantida, está mantida essa cobrança.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O outro julgamento já acabou?

O SR. CRISTIANO BORGES LOPES – Os julgamentos são pontuais, eles não fazem regra geral para todos, mas as discussões que estão sendo feitas até o momento... E é a corte superior, o Tribunal de Justiça, ele é que analisa em última instância a lei federal, e a cobrança de direitos autorais é regulamentada por lei

federal. Então, ele já deu essa última interpretação, ele diz que é devido, mantendo a decisão. Sendo assim, por conta disso, eles têm direito à cobrança.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Fica uma sugestão da Mesa: os tribunais obedecem à legislação, e a legislação sofre mudanças no Congresso Nacional. Eu acho que é um absurdo tão grande que mereceria um projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador. É isso aí, vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Amanhã, às 10 horas, teremos uma audiência pública sobre o Ato Médico, com a presença do Sr. Humberto Verona, Roberto Mattar Cepeda, Sílvio José Sekihan, Antônio Augusto Fonseca Garcia, Antonio Marcos Freire Gomes, Salomão Rodrigues Filho.

É um requerimento (inicialmente) de minha autoria para ouvir o Presidente e o Diretor do Sarah Kubitschek, Aloísio Campos da Paz, que abriu mão da possibilidade, e que posteriormente foi editada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, sendo o Senador Cássio Cunha Lima relator do projeto no Senado da República.

Até amanhã!

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 18^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Inácio Arruda, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino,

Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 4/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião, nº 16/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti e nº 25/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Cássio Cunha Lima, destinados a **“Instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que ‘Dispõe sobre o exercício da Medicina’”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública dos Alunos dos cursos de Fisioterapia e Biomedicina do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB; Senhora Márcia Andra Fernandes, Diretora da Secretaria do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 10 de Santa Catarina; Senhor Dácio Eduardo Leandro Campos, Presidente do Conselho Federal de Biomedicina; Senhor Luiz Guedes, Presidente do Sindicato dos Biomédicos Profissionais do Estado de São Paulo; Senhor Luiz Fernando da Silva, Secretario Geral da Federação Nacional de Biomedicina; Senhor Rômulo Nolasco de Brito, Diretor Tesoureiro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 10 de Santa Catarina; Senhora Denise Flavio Botelho Lima, Presidente da Associação de Fisioterapeutas do Brasil; Senhor Jean Luis de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Fisioterapeutas e Acupunturistas; Senhor José Roberto Murissetti, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Médicos; Senhora Tilma Belfort, Diretora de Base do Sindicato dos Médicos de Pernambuco; Senhora Raquel Almeida, Diretora do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal; Senhor Carlos Tavares, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 13 do Mato Grosso do Sul; Senhora Glória Maria Andrade, Diretora do curso de Medicina das Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central – FACIPLAC; Senhor Cássio Fernando, Diretor e Tesoureiro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 9 do Mato Grosso; Senhor José Alves, Diretor Secretário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 9 do Mato Grosso; Senhora Lilian Rose Mascarenhas, Secretária do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 12; Senhor Bruno Vilaça, Conselheiro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 2; Senhora Regiane Aparecida Piva, Gestora do Conselho Regional de Psicologia de Bauru-SP; Senhor Carlos Rinaldo Nogueira Martins, Conselheiro do Conselho Federal de Enfermagem; Senhor Alceu Pimentel, Conselheiro Suplente.

te do Conselho Federal de Medicina; Senhor Wander Vilalba, Conselheiro Titular do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado de São Paulo; Senhor José Servulo Nunes, Membro do Conselho Federal de Medicina e da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico e Senhora Rita de Cássia Paula Souza, Membro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 10. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Humberto Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP**; **Senhor Roberto Mattar Cepeda, Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia Ocupacional – CONFFITO**; **Senhor Sílvio José Cecchi, Presidente do Conselho Federal de Biomedicina – CFBM**; **Senhor Antonio Augusto Fonseca Garcia, Assessor do Conselho Federal de Nutricionistas – CFN**; **Senhor Antônio Marcos Freire Gomes, Primeiro Tesoureiro do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN** e **Senhor Salomão Rodrigues Filho, Coordenador da Comissão do Ato Médico do Conselho Federal de Medicina – CFM**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Requião e Cássio Cunha Lima, autores do Requerimento e os Senhores Senadores Ana Amélia, Cyro Miranda e Eduardo Amorim. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18^a Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores contrários se manifestem. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, a Ata está aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 412, de minha autoria, 1612, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, e 2512, do Sr. Senador Cássio Cunha Lima, para a realização da audiência pública

destinada a instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina.

A audiência que havia convocado seria para ouvir o Dr. Aloysio Campos da Paz, do Hospital Sarah Kubitschek, que havia se disposto a participar desse problema e colocar suas ideias. Mas, durante esse período em que estava para ser agendada, o Dr. Aloysio desistiu de fazer o seu depoimento. Posteriormente, tivemos dois ou três requerimentos que deram origem à audiência de hoje.

A audiência do Senado dá a palavra aos Srs. Senadores, o público assiste e não se manifesta. E eu levarei essa orientação regimental com máximo rigor. O público assiste e não se manifesta.

A preocupação do Senado com a Lei do Ato Médico é grande, tanto que deixou de ser preocupação, porque quem se pré-ocupa, não se ocupa. Estamos ocupados da análise desse processo. E estamos diante de um impasse, que é menos meu e mais do Senador Cássio Cunha Lima. Esta lei já foi aprovada pelo Senado. Ela foi à Câmara, que fez um substitutivo. Do ponto de vista legal e regimental, por exemplo, se o Senado rejeita o substitutivo da Câmara, ele automaticamente faz com que remanesça na integralidade o projeto original do Senado.

O Senador Cássio Cunha Lima tem conversado com todos os setores envolvidos, com todas as categorias profissionais envolvidas no processo, e a ele cabe a orientação da Comissão sobre o destino que daremos à Lei do Ato Médico.

Quero convidar para que venham à mesa o Sr. Humberto Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia; o Sr. Roberto Mattar Cepeda, Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Silvio José Cecchi, Presidente do Conselho Federal de Biomedicina; Antônio Augusto Fonseca Garcia, Assessor do Conselho Federal de Nutricionistas, Antônio Marques Freira Gomes, 1º Tesoureiro do Conselho Federal de Enfermagem; e Salomão Rodrigues Filho, Coordenador da Comissão do Ato Médico do Conselho Federal de Medicina.

Pelo Regimento da Comissão e do Senado, quem conduz esse processo, que presido como Presidente da Comissão, é o relator, então, consultaria ao Senador Cássio Cunha Lima se ele deseja estabelecer uma ordem para que ocupem a palavra os convidados.

O que V. Ex^a sugere?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A critério da Presidência no uso de suas prerrogativas.
O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, passo a palavra, pela ordem que recebi da Secretaria da Comissão, sem mais de-

longas, ao Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, que terá dez minutos para expor a sua posição.

Na sala ao lado temos uma tela que estará retransmitindo ao vivo e de forma imediata esta reunião, que está sendo gravada e será reproduzida pela TV Senado.

O SR. HUMBERTO VERONA – Bom dia a todos e a todas, bom dia, Senador Requião, todos os Senadores presentes, todo o público presente. Agradeço a oportunidade de participar deste debate, que fazemos há mais de dez anos.

A Psicologia tem se preocupado, permanentemente, em trazer a sua posição e as suas contribuições para um debate tão importante quanto este para a sociedade brasileira.

Eu gostaria de, inicialmente, dizer que esse projeto, que desde 2002 vem sendo debatido, pela própria situação de ser um projeto que há dez anos vem sendo debatido, já mostra, por si só, que é um projeto que traz problemas não só para o conjunto dos profissionais da saúde, dos estudantes, como também dos usuários dos serviços de saúde. Também é um projeto que traz problemas para o modelo de saúde que hoje temos construído no Brasil e no mundo inteiro.

Eu quero dizer já diretamente porque consideramos isso um problema. Tem gerado mobilização por parte de médicos, inclusive, que são colegas que participam conosco nesse movimento contra esse projeto de lei.

Primeiro, eu queria falar daquele ponto central do projeto. Está presente no primeiro projeto do Senado e continua presente no projeto atual, a questão do diagnóstico e da indicação terapêutica.

O diagnóstico, segundo o projeto coloca, traz, no conceito de diagnóstico nosológico, no conceito de doença, todo um conjunto de avaliações que hoje é compartilhado por todos os profissionais da saúde.

Se esse projeto é aprovado, um conjunto de avaliações e de prescrições que são feitas hoje por todo o conjunto dos profissionais da saúde passa a ser um ato exclusivamente do profissional médico, acabando com a possibilidade dos demais profissionais participarem desse processo.

É importante pensarmos aqui no conceito. No próprio projeto aparece "doença". Diagnóstico nosológico: é o diagnóstico de doença que acomete o ser humano, como interrupção, cessação, ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, com grupo identificável de sinais e sintomas e alterações físicas ou psicopatológicas.

Bem, como psicólogo, se recebo um cidadão que traz para mim queixas de afecções mal definidas, con-

dições difusas no seu estado que não se encaixam no diagnóstico de uma doença já descrita nos manuais de nosologia, mas que traz um conjunto de sintomas e sinais que levam a perceber que ali há um sofrimento, que ali há uma alteração, a partir do projeto do ato médico, eu, como psicólogo, não poderei fazer um diagnóstico, não poderei chegar a uma compreensão daqueles sinais e sintomas que aquela pessoa que me procurou traz a partir de um sofrimento.

Estou falando daquilo que nós chamamos, em saúde, de necessidade de saúde. Necessidade de saúde não significa doença, mas são questões que estão presentes na vida de cada pessoa, de cada cidadão, em função das suas condições de vida, de uma série de fatores, de muitos determinantes, que podem levar a um tipo de sofrimento, a um tipo de alteração. Eu chego a um profissional da saúde hoje e levo sintomas difusos. Não tem um diagnóstico definido, mas há questões que são apresentadas.

Hoje, eu, como profissional, recebo, escuto, faço uma indicação, a partir da minha competência, a partir daquilo que compreendemos, a partir daquele conjunto de sinais e de questões que estão sendo trazidas pela pessoa.

Com o projeto, passamos a ser impedidos, e, se eu fizer isso, provavelmente serei acusado de exercício ilegal da Medicina. Portanto, não sei o que farei, quando estiver, como psicólogo, diante de um conjunto de pessoas que me procuram, apresentando sinais, sintomas de alterações psicopatológicas que provavelmente podem aparecer nessas descrições para as quais ainda não há um diagnóstico definido e em relação às quais a Medicina está dizendo que terei que encaminhar para um médico para ele fazer esse diagnóstico e, depois, então, dizer o que essa pessoa vai precisar fazer em termos da condição que se apresenta.

Outro problema relacionado a esse. O conceito de doença que encontramos nesse projeto e que remete a uma questão médica nos faz voltar, retroceder, ao século XVIII, ao conceito de biopolítica do século XVIII, e, com isso, estamos retrocedendo em tudo aquilo que a ciência da saúde já avançou ao longo desses séculos.

Posso dizer que, hoje, trabalhamos na saúde com a ideia de que a saúde humana e das coletividades é um território das humanidades, da singularização da vida e das articulações entre políticas sociais, econômicas e qualidade de vida. Esse é o conceito moderno de saúde. Doença, no sentido que esse projeto vem reforçar e trazer, é voltar ao século XVIII, dentro da concepção de biopolítica, onde doença é aquele fator, aquela alteração, no corpo de um ser que não pertence à sociedade alguma, à classe econômica alguma, que não está em lugar algum, que está fora, no Planeta,

flutuando acima de qualquer coisa, com um corpo que tem uma doença que o médico vai achar, cujo diagnóstico vai dar e para a qual vai indicar a terapêutica.

Então, se aprovarmos, Srs. Senadores, esse projeto, a sociedade brasileira perde naquilo que o mundo já avançou e que temos arduamente procurado acompanhar com o nosso Sistema Único de Saúde, que é esse conceito moderno de saúde.

Outro equívoco: ele coloca todas as profissões da saúde dentro do Projeto do Ato Médico, cita que “estão resguardados os diagnósticos...”. Ora, um projeto de lei que quer dizer o que uma profissão faz tem que citar as outras profissões, dizer que as outras profissões estão fora? No projeto da minha profissão, não há lá falando que está fora a Medicina, que está fora... Não existe isso. Então, esse é um grande equívoco, e me parece que isso não está lá à toa. Existe certa visão hierárquica presente por trás da lógica, da ideologia do projeto, de que há uma profissão que, supostamente, é mais científica, é mais preparada. Já ouvi isto do Presidente do Conselho Federal de Medicina, numa audiência pública, aqui, nesta Casa: que os médicos são profissionais mais preparados para fazer atendimento às pessoas do que as outras profissões.

Acho que, por trás dessa citação às outras profissões, existe essa intenção de submeter as outras profissões a uma escala hierárquica, o que está totalmente contra o trabalho interdisciplinar, multiprofissional, que é o trabalho, hoje, que produz, com muita dificuldade, a relação solidária, o compartilhamento – que me parece que é a palavra mais importante na saúde hoje –, o compartilhamento solidário das profissões, ao fazer um diagnóstico, ao fazer uma prescrição, ao acompanhar, ao cuidar de uma pessoa, porque estamos falando aqui de cuidado em saúde. Então, jogamos para o profissional médico o poder de definir sobre a saúde das pessoas.

E, finalmente, só queria dizer que lamento muito não ter podido ouvir, nesta mesa – e até sugiro, Senador, que possamos ter outra oportunidade de convidar –, o Ministério da Saúde do Brasil, que, com certeza, tem que se posicionar com relação a isso, porque a saúde, no Brasil, vai virar um caos absoluto se esse projeto for aprovado dessa forma. E o Ministério da Saúde tem que se posicionar, porque somos nós, brasileiros, que vamos sofrer as consequências disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra ao Presidente do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por dez minutos. Quando fechar nove minutos, automaticamente o registro toca a campainha.

Com a palavra, Roberto Mattar Cepeda.

O SR. ROBERTO MATTAR CEPEDA – Bom dia a todos.

Cumprimento o Exmº Senador Roberto Requião, cumprimento ainda o Exmº Senador Cássio Cunha Lima, assim como os cumprimentando cumprimento os demais Senadores aqui presentes, cumprimento as demais autoridades da mesa aqui já nominadas, cumprimento os profissionais da saúde representados aqui nesse plenário.

Inicialmente eu gostaria de agradecer mais essa oportunidade que o Senado Federal está proporcionando aos profissionais da área de saúde para a discussão do PL que dispõe sobre exercício da Medicina. Para nós, é motivo de muita honra, de muita responsabilidade, de muita preocupação e de muita ocupação, pois estamos tratando não somente da regulamentação de uma profissão, mas do futuro da saúde da população brasileira.

Por se tratar de uma Comissão de Educação, é óbvio que se tenha um entendimento de que cada profissão tenha um saber específico, e até por isso que tem *status* de profissão de nível superior. É sobre isso que eu queria discutir e focar algumas coisas, que no meu entendimento existe um cerceamento das nossas profissões e das demais profissões da saúde, e obviamente respeitar o saber compartilhado.

Após uma década de discussão, há partes do texto do referido PL que devem ser melhoradas ou excluídas, pois falta objetividade, faltam clareza e transparência, possibilitando entendimentos outros que não aqueles compactuados ou legitimados aqui nesta Casa. Pois futuramente será essa lei que vai julgar exercício legal ou ilegal de um profissional da saúde.

Vejam o que nós estamos tratando hoje e a responsabilidade que nos cabe. Para que não se diga que a nossa fala é uma fala de imaginação fértil dos demais profissionais da saúde, eu trago aqui a fala do próprio Conselho Federal de Medicina em um parecer, que lhe é consultado, em que o seu Relator é o Conselheiro Júlio Rufino Torres, atual Conselheiro Efetivo do Conselho Federal de Medicina, onde um médico do Estado de São Paulo questiona em relação à fisioterapia. Trata-se então do CFM, Parecer nº 40/2011:

“A Fisioterapia é a utilização de um conjunto de meios disponíveis para realizar o tratamento de diversas afecções. Como todo e qualquer tratamento, deve ser indicado após a realização do correto diagnóstico da doença, o que somente pode ser realizado pelo profissional médico”.

Continuando:

"A Fisioterapia presta serviços terapêuticos, além das afecções músculo- esqueléticas (objeto da Ortopedia, da Traumatologia e da Reumatologia), relacionados com distúrbios neurológicos, respiratórios, etc. Assim sendo, seus profissionais devem estar a serviço dos médicos especialistas destas áreas..."

Eu gostaria de dizer ao CFM que todos os profissionais da saúde estão a serviço da saúde da população e não a serviço de médicos especialistas.

"A crescente-se à nossa explanação a existência da Fisiatria, especialidade médica. Os que nela se especializam, evidentemente, são competentes por formação para fazer o diagnóstico seguindo os mesmos rigores científicos e, consequentemente, indicar o devido tratamento pelos meios fisioterápicos ou outros que bem lhes aprovarem".

Conclusão do parecer:

"Diante do exposto, podemos afirmar que a Fisioterapia somente pode ser prescrita por profissionais médicos que se dedicam a cuidar de portadores de afecções passíveis de serem tratadas pelos diversos meios físicos".

Obviamente, isso aqui é uma definição absurda, limítrofe, somos profissionais da saúde – não é porque tem terapia que nós vamos usar definição de tratamento –, atuamos em todos os níveis de atenção à saúde assim como o terapeuta ocupacional e as demais profissões que estão nesta mesa, estão restringindo a atividade profissional ao tratamento. Isso é, sem dúvida, um equívoco.

Então, somos contra, inicialmente, o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica. A prescrição terapêutica está muito aberta, nós sugerimos, ao longo desses 10 anos, que se colocasse diagnóstico médico e prescrição médica. Não fomos acolhidos, até porque não havia interesse do CFM.

Seguindo outro ponto que eu acho que vale a pena ser dito:

"Inciso III – Indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam de diagnósticos, sejam terapêuticos."

Trago aqui uma manchete que saiu no jornal da cidade de Aracaju: "Só médicos podem fazer a prática da acupuntura".

Primeiro: não foi esse o entendimento do acórdão. Não se julgou prática de acupuntura, julgou-se resolução.

Segundo: não se precisa de diagnóstico clínico, como diz a matéria, assim como acupuntura não está

só indicada de forma terapêutica; acupuntura tem o diagnóstico específico que trata do diagnóstico de energia; acupuntura é trabalhada na promoção e na prevenção de saúde como foco principal, inclusive.

E essa é a matéria onde nós temos aqui, inclusive, um profissional médico representando o SindMed de Aracaju, onde ele diz: "Por isso mantemos essa postura de defender veementemente o ato médico, defendendo que essa atividade seja praticada por um profissional da medicina especializado", afirmou o Presidente do SindMed. Ele frisou que "a maior fiscalização será chegar ao consultório e perguntar se aquele profissional é médico ou não e, se não o for, denunciar ao Ministério Público e à polícia, por exercício ilegal da profissão".

Vejam o que é que está por trás desse projeto chamado Regulamentação da Medicina. Já está mostrando claramente aqui que nós vamos aos Tribunais de Justiça brigar por um direito que não está nem na legislação, porque tramita nesta Casa projeto de lei sobre acupuntura, com foco, inclusive, para o exercício multiprofissional. É extremamente equivocado.

E ao final, para mostrar ainda que existe uma certa corporação: "De acordo com essas informações da assessoria de imprensa da operadora, em Sergipe, são 18 médicos de especialidade que prestam o serviço que estão disponíveis a todos os tipos de planos de saúde da Unimed, corporação médica".

Bom, tem outro ponto que gostaria de falar que trata da prescrição de indicação de prótese e órtese, no inciso VIII. Já existe uma Portaria do Ministério da Saúde, nº 661, que diz que Fisioterapeutas e Terapeutas ocupacionais podem, sim, prescrever e indicar a utilização de prótese e órtese. Então, isso está contrário à Portaria do Ministério da Saúde.

Quero dizer também que essa visão da acupuntura está contrária à Portaria nº 971, de 2006, do Ministério da Saúde, de Práticas Integrativas e Complementares, e está contrária à atual recomendação do CNS (Conselho Nacional de Saúde), que tem lá os usuários, ou seja, o povo, dizendo que é multiprofissional.

Esses são alguns pontos que eu gostaria de destacar, dizer que nós somos profissionais de nível superior, que temos legitimidade e temos responsabilidade e formação dentro das habilidades e competências de uma diretriz curricular. É impossível que se admita aqui nesta Casa que todos os profissionais estão sob a prescrição da caneta de um outro profissional, para uma prescrição, entendendo que todas as outras profissões são tratamento, que é isso que diz ali no Parecer do CFM. Nós somos tratamento e, sendo tratamento, nós devemos ter uma indicação, que é preconizada primeiro por um diagnóstico.

Eu lamento, quero dizer que o projeto é polêmico e corporativista, nós temos uma proposta – nós não chegamos aqui sem propostas –, obviamente nós queremos dizer que se aplique então o que se colocou na odontologia, que esse projeto não se aplica à odontologia e demais profissões da saúde, e, se não puder ser feito, que se apresente outro projeto na Casa, que se traga aqui para debater, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. E mais, se é tão verdadeiro esse discurso do CFM de querermos garantir uma assistência à saúde melhor, com profissionais mais qualificados, eu faço aqui uma pergunta e uma reflexão aos senhores: por que existem neste País unidades de saúde na rede pública que estão oferecendo salários dignos, de quinze a vinte mil reais, a todos os profissionais médicos deste País e esses profissionais estão rejeitando a oportunidade de emprego para atender à população brasileira? Fica aqui essa reflexão, se é isso que queremos com esse projeto de lei, encarecer o Ministério da Saúde, levar isso ao bolso da população brasileira e dificultar o acesso dessa população aos nossos profissionais.

Por outro lado, se aprovado o texto na forma que está, gostaria de dizer que nós vamos discutir, sim, vamos sair dos nossos consultórios, vamos sair das nossas entidades e vamos parar nos tribunais da Justiça Federal em Brasília. Se o Congresso também é a Casa do povo, o povo já se manifestou contrariamente a esse projeto. Digo isso falando de três milhões de profissionais da saúde, manifestação do Conselho Nacional da Saúde, manifestação do Fentas e de tantas outras entidades que já se pronunciaram ao longo dos dez anos.

É isso. Eu agradeço a atenção e torço para que sejamos iluminados para decidir sobre o futuro da profissão dos profissionais da saúde e o futuro da saúde da população brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Plenário não se manifesta durante uma reunião da Comissão de Educação do Senado.

Sr. Roberto Mattar Cepeda, eu acho que o primeiro passo é iluminar o nosso Relator, Senador Cássio Cunha Lima, e, para isso, estamos realizando esta audiência pública.

Quero registrar a presença, na nossa reunião, dos alunos do curso de Fisioterapia e Biomedicina do Uniceub, Drª Márcia Andrea Fernandes, Diretora da Secretaria do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Santa Catarina; Dr. Dácio Eduardo Leandro Campos, Presidente do Conselho Federal de Biomedicina; Dr. Luiz Guedes, Presidente do Sindicato dos Biomédicos Profissionais do Estado

de São Paulo; Dr. Luiz Fernando da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional de Biomedicina; Dr. Rômulo Nolasco de Brito, Diretor Tesoureiro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Santa Catarina; Denise Flávio Botelho de Lima, Presidente da Associação de Fisioterapeutas do Brasil; Jean Luís de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Fisioterapeutas e Acupunturistas; José Roberto Murisset, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Médicos; Tilma Belfort, Diretora de Base do Sindicato dos Médicos de Pernambuco; Raquel de Almeida, Diretora do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal; Carlos Tavares, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Treze, do Mato Grosso do Sul; Glória Maria de Andrade, Diretora do Curso de Medicina das Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central; Dr. Cássio Fernando, Diretor Tesoureiro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Mato Grosso; José Alves, Diretor Secretário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Mato Grosso; Lilian Rose Mascarenhas, Secretária do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Bruno Vilaça, Conselheiro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Regiane Aparecida Piva, Gestora do Conselho Regional de Psicologia de Bauru; Dr Reinaldo Nogueira Martins, Conselheiro do Conselho Federal de Enfermagem; Alceu Pimentel, Conselheiro Suplente do Conselho Federal de Medicina; Wander Villalba, Conselheiro Titular do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado de São Paulo; José Sérvulo Mendes, membro do Conselho Federal de Medicina e da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico; Rita de Cássia Paula Souza, membro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

O Relator da Comissão, Senador Cássio Cunha Lima, posteriormente oficializará um convite para que vocês todos almoçem com ele, provavelmente na sua residência, mas isso será ao fim da nossa reunião.

Vamos passar a palavra agora ao Professor Silvio José Cecchi, Presidente do Conselho Federal Biomedicina.

O SR. SILVIO JOSÉ CECCHI – Bom dia a todos, bom dia ao Senador Requião, Senador Relator Cássio Cunha Lima, demais Senadores, todos os presentes, meus colegas aqui das outras profissões, alunos do Uniceub, em especial aos futuros colegas biomédicos que estão aqui. Obrigado pela presença. Um abração a vocês.

Agradeço a oportunidade de estar aqui hoje podendo defender a minha categoria, mas ao mesmo tempo estou muito triste, porque esta Casa aqui, há

muitos anos, a Biomedicina passou por maus e bons momentos para conseguir regulamentar a profissão. Conseguimos regulamentar, conseguimos chegar a um denominador comum com todas as outras profissões da área da saúde e temos a profissão regulamentada, como todas as outras profissões aqui na mesa.

Não gostaria de estar aqui mais uma vez como estou, tendo que defender uma prerrogativa que está em lei, é lamentável. Como disse o meu colega, como um projeto entra na Casa e fica citando as outras profissões. Queria inclusive lembrar, reforçar que essa não é mais uma questão técnica, porque nós já cansamos de discutir toda a parte técnica. Hoje estou aqui para dar outro posicionamento, porque tenho até condição de dizer que as audiências públicas, inúmeras por que passamos aqui nesses últimos nove, dez anos, inclusive com toda a participação nossa até indo à sede do Conselho de Medicina para tratar do assunto e tentar chegar a um denominador comum.

Chegamos a esta Casa não a um ideal a todas as profissões, mas mostrando o nosso empenho, da Senadora Lúcia Vânia, chegamos a um denominador. Esse projeto foi votado aqui e quando foi à Câmara recebeu esse absurdo de substitutivo que foi colocado e voltou para cá. É uma pena estarmos aqui novamente.

Não vou discutir mais o que o biomédico pode ou não fazer. O que o biomédico pode fazer está na lei e a lei tem que ser respeitada, assim como todas as outras profissões.

Quero dizer também que estamos aqui representando os Conselhos Regionais de Medicina, associações e sindicatos, e hoje estamos com um número aproximado de 60 mil profissionais no Brasil. Se contarmos os alunos, com certeza chegaremos aos cem mil. Muito ao contrário do que está no jornal que está sendo distribuído aí, em que se diz que as nossas profissões representam um milhão e pouco de profissionais. Com certeza muito mais do que três milhões.

Como eu disse aqui, quero reforçar que não é mais uma questão técnica, é uma questão política, tendo em vista esse substitutivo. A nossa opinião é que realmente isso aí, como foi arquivado no ano passado, fosse realmente deixado na gaveta e trabalhássemos num novo projeto, um projeto que realmente represente toda a categoria da área de saúde. Se isso não for possível, o nosso posicionamento é pelo projeto original aqui da Casa, como o professor Requião falou.

Quero só lembrar aqui uma coisinha, inclusive há médicos presentes, aliás é uma coisa que ouvi muito aqui nesta Casa, médico falando assim: médico se você não precisar hoje, um dia você vai precisar. Pois bem, todo mundo já foi a uma consulta, tem médico parente ou amigo e tal. Eu faço um desafio, porque eu tra-

lho também em hospital, tenho contato com médicos, eu faço um desafio: alguém aqui já viu algum médico trabalhando lá no consultório, na clínica ou no hospital, reclamando que a profissão não está regulamentada? Eu não conheço. Vocês conhecem algum médico que reclama do colega, biomédico, fisioterapeuta, farmacêutico, enfermeiro? Não, os médicos estão lá trabalhando tranquilamente, exercendo a função deles, ninguém está atrapalhando. Então, normalmente, quando é regulamentação de profissão, como a minha, por exemplo, eu era impedido de trabalhar. Eu precisava da profissão regulamentada. Esse projeto não está causando problema nenhum aos médicos, que estão trabalhando normalmente, decentemente e em equipe de saúde. Como acontece no mundo inteiro. Agora não. Os médicos e os seus órgãos representativos – e aí eu gostaria de usar o exemplo que o Roberto falou da acupuntura, que é o exemplo que eu acho principal: há trinta anos, ninguém falava em acupuntura. Os primeiros profissionais que começaram a trabalhar com acupuntura foram os biomédicos e fisioterapeutas; os primeiros. Naquela época, basta pegar os Anais e vocês vão ver, os médicos ridicularizavam quem mexia com acupuntura. Falavam que era charlatanismo, que isso era um absurdo, que médico jamais exercearia acupuntura, que não era habilitação médica, etc. Pois bem, foi graças aos biomédicos e aos fisioterapeutas que a acupuntura apareceu e hoje faz parte do SUS.

Muito bem. Passado um tempo, as coisas mudaram. Não existe mais consulta particular. Agora, são os convênios, etc. Então, tudo passou a ser interessante, como a própria citologia. Médicos começaram a fazer acupuntura. Pronto, só médico pode fazer. Os outros não podem mais.

Então, esse é o exemplo típico do que está acontecendo agora: reserva de mercado. O médico está trabalhando. Todo mundo respeita, todo mundo aqui. Todos já falarão e a gente também. Nós trabalhamos junto com médico. O médico dá o diagnóstico, nós damos os laudos para os médicos. Agora, querer, de uma hora para outra, vir aqui impedir que os outros profissionais trabalhem? Isso é uma coisa absurda! Isso não existe! Se a gente comentar isso em qualquer outro país, os caras vão rir da gente e vão falar: não é possível. A equipe é de saúde.

Então, esse exemplo da acupuntura é clássico para mim, certo? Inclusive na minha própria instituição, onde eu tinha os meus colegas médicos que ridicularizavam e, depois, hoje, querem ir lá dar curso só para médico, não é?

Então, eu queria usar esse exemplo, provando que realmente é reserva de mercado e que a questão, no Congresso, não é mais uma questão técnica; é uma

questão política. E, se é uma questão política, então nós vamos fazer valer também os nossos direitos, dos nossos mais de três milhões de profissionais que estão aí. E vamos chegar para os Srs. Congressistas e mostrar a realidade: que esses profissionais não podem ser prejudicados. Inclusive para uma questão que poucos atentaram ainda: o que vai acontecer com esses alunos aqui? Esse projeto, do jeito que está, transforma todos os outros profissionais em técnicos. Bacana... O meu filho, não vou querer que ele faça um curso de saúde para ele ser técnico.

Então, além de ferir os profissionais, vai mexer nas instituições de ensino também. Ora, mas é óbvio. Muitos de vocês podem até mudar de profissão, desistir, etc. Não é verdade? Você acha que pode, a essa altura do campeonato, no País em que vivemos, o aluno, ao invés de estar na sala de aula aprendendo, ter de estar aqui, no Congresso, com essas placas? Quer dizer, não dá!

Eu pensei que eu tinha sido o último há trinta anos para regulamentar a profissão. Eu juro para vocês: eu achava que, depois de tantos anos, eu não voltaria a esta Casa e veria alunos, como eu fui, terem de vir aqui brigar pelos seus direitos; e o pior, sendo cercados por uma outra profissão que devia ser colega da gente. Ele pode chefiar a equipe de saúde, mas não transformar todos em técnicos; não como um dos nossos itens aqui de que todo cargo de chefia tem de ser médico. Então, o Ministro da Saúde, todos têm de ser médicos, e tivemos Ministro que não foi médico. E assim por diante, hospitais, etc. Então, todos têm de ser médicos?

Então, eu queria deixar bem claro e dizer que eu torço... E uma opinião pessoal: eu realmente não acredito muito. Acho realmente que, infelizmente, essa briga toda, essa discussão toda vai acabar na justiça. Acredito. Não sei se vamos conseguir chegar a um denominador comum. Não por falta de vontade nossa, não; mas por falta de vontade da medicina, porque em inúmeras reuniões foi acordado, foi acertado tudo, e quem voltou atrás sempre foi a medicina. Então, por isso que eu não acredito, certo?

Eu acabei? Na parte técnica da biomedicina, especificamente, o que afeta o biomédico, eu pedi para tirar cópia e distribui. Todos têm uma folha com três itens: é na parte realmente de acupuntura, na parte de estética agora, na parte de chefias e laboratório, e numa parte da imagem, certo?

Torço e rezo para que os Srs. Senadores e o Sr. Relator, Senador Cássio, tenham realmente muita luz. Que o senhor consiga, no seu relatório, chegar a um denominador que possa realmente atender a todas as profissões, porque, se o senhor conseguir isso, o se-

nhor pode ter certeza de que estará fazendo um bem para a saúde do Brasil que acho nunca foi feito ainda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O próximo interventor é o Sr. Antonio Augusto Fonseca Garcia, assessor do Conselho Federal de Nutricionistas.

O SR. ANTONIO AUGUSTO FONSECA GARCIA – Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Roberto Requião, o Relator do Projeto, Senador Cássio Cunha Lima, pelos quais cumprimento os demais Senadores, nossos colegas de Mesa, o Dr. Roberto Cepeda, em nome de quem cumprimento o restante dos colegas, senhoras e senhores, colegas, estudantes e cidadãos brasileiros, que são os mais interessados na discussão desse projeto.

Quero colocar três pontos que consideramos importante: é o direito legal ao exercício da profissão; segundo, o direito da população; e o terceiro, o exercício da nutrição.

Com relação ao direito legal do exercício profissional, esse direito já está bastante sedimentado na nossa Carta Magna, constitucional, que no art. 5º, inciso XIII, determina que é livre o exercício profissional de ofícios, do trabalho e das profissões, desde que observados os aspectos legais. E esses aspectos legais são: universidades reconhecidas, onde os estudantes tenham os seus diplomas efetivamente registrados pelo MEC; que os diplomas venham a ser inscritos nos conselhos de fiscalização profissional e que atendam às leis que regulamentam a sua profissão.

Diante disso, não há como falar sobre hierarquização das profissões na área da saúde. Hoje, nós temos quatorze profissões regulamentadas na área da saúde e nenhuma delas está submissa à outra. Elas são livres, o exercício é livre. Não há como vincular uma profissão hierarquicamente à outra. Sob o aspecto da nutrição, da nossa profissão, pelo trabalho dos colegas e do Congresso, conseguimos regulamentá-la, e é hoje uma das leis que mais foi elogiada durante a discussão do Projeto do Ato Médico. Ela é enxuta e nela estão os princípios do que são atribuições privativas e do que são atribuições compartilhadas.

A nossa profissão surge com o Deputado Josué de Castro, que é uma celebridade na área da defesa do direito à alimentação, do combate à fome, com a geografia da fome, e ele, como geógrafo, inclusive coloca toda a problemática da alimentação e da nutrição no Brasil. Ele foi o nosso primeiro interlocutor no Congresso e, como Deputado, foi quem propôs a criação da profissão do nutricionista.

Então, nós não temos nada contra os médicos. Pelo contrário, temos mais convergências do que di-

vergências. E no serviço não temos praticamente nenhuma divergência. Isso já se dá normalmente.

Não há como hierarquizar o atendimento no sistema de saúde, seja público, seja privado. Nós somos contrários à possibilidade de um médico, seja qual for o profissional, fazer uma triagem para que os outros profissionais possam fazer o atendimento. Isso, na Agência Nacional de Saúde, nós chamamos como médico porteiro.

No sistema de saúde suplementar, ainda existe esse viés da lei, em que o médico assistente é quem determina quais os exames, quais os profissionais, quais as especialidades que um usuário pode consultar. E isso não vale só para os nutricionistas, vale também para os próprios médicos, porque hoje um cliente não vai a um exame de ressonância magnética sem que um médico, chamado de médico auditor, do plano de saúde libere esse exame. Então, somos radicalmente contrários à hierarquização da atividade profissional, seja de que profissional for. As profissões são livres. O exercício da profissão é livre.

Outro ponto é o direito do consumidor ao tratamento que ele bem entenda, escolha. O cidadão é livre para decidir qual o tipo de tratamento que ele quer. E ele não precisa de ninguém que lhe diga qual é o tratamento.

Isso já ocorre neste País, porque, quando um indivíduo é internado em um nosocomio, se ele estiver em sã consciência, ele é o responsável pelo seu tratamento; se ele não estiver, ou ele já designa um procurador ou uma pessoa que será responsável por ele durante o tratamento. Nenhum tratamento ou terapia será feito nesse cidadão sem a autorização dele ou do seu familiar ou do seu representante.

Então, quem define o tratamento não é nenhum profissional de saúde. O profissional de saúde, com o seu conhecimento científico, coloca a possibilidade ao cidadão do tratamento. Sendo assim, o cidadão é livre para procurar qualquer profissional de saúde para o seu tratamento, desde que esse profissional seja inscrito, regulamentado e sujeito a fiscalização, como mandam as leis brasileiras. Não existe a possibilidade de se impor um tratamento ao indivíduo. Então, como exemplo, um diabético não precisa ir a um médico para, depois, ir a um nutricionista; ele pode ir diretamente.

Agora, é claro que a atividade multiprofissional e interdisciplinar das profissões já existe. Quando um paciente procura um nutricionista, e a atividade de tratamento está fora da sua área legal, certamente o nutricionista o encaminha, se for o caso, para o médico, assim como as mãos são de dupla ação. Não deve haver uma supremacia de nenhum profissional de saúde no tratamento do indivíduo. O indivíduo tem

o direito a ter um tratamento integral, como está celebrado na Lei nº 8.080, que estabelece o Sistema Único de Saúde no País.

Quanto ao exercício, especificamente, da Nutrição, a Nutrição não tem nenhum interesse em fazer diagnóstico nosológico ou de patologia. Nós não fazemos diagnóstico de doença, porque o nutricionista é o profissional da saúde, ele faz prevenção. Ele ajuda no restabelecimento do indivíduo doente, mas ele não é um profissional da doença. Tanto é que a ferramenta de trabalho do nutricionista é o alimento, não o medicamento. Aliás, acho que o medicamento devia ser a ferramenta do farmacêutico.

Sendo assim, o nutricionista atua não só na área da saúde, da assistência à saúde; ele atua também na área da alimentação escolar, da alimentação coletiva, na área da indústria de alimentos, em uma gama muito maior até do que a saúde. A saúde é uma das áreas de atuação.

Então, nós queremos dizer aqui que o Projeto de Lei do Ato Médico, hoje, não perturba a atuação do nutricionista. No entanto, nós apoiamos todos os pleitos das demais profissões que se sentem não contempladas com o projeto. E nós estamos aqui para honrar o acordo que fizemos, no Senado, quando saiu o primeiro projeto da CAS, no Senado, com a Drª Lúcia Vânia, que nós consideramos muito melhor do que o substitutivo que veio da Câmara.

Creio que, na Comissão de Constituição e Justiça, onde ele já foi aprovado, houve algumas retiradas – que, inclusive, acho pertinentes – que favoreceram a melhora do projeto, inclusive para as profissões que se sentiram mais afetadas. No entanto, se há ainda algum ponto que não contempla as profissões, creio que esta é a hora de se melhorar o projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra Antônio Marcos Freire Gomes, do Conselho Federal de Enfermagem.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Roberto Requião, e saudar o ilustre Senador Cássio Cunha, que tem uma árdua tarefa de poder congregar aqui um encaminhamento que atenda... E, aí, faço uma ressalva importante: em que pese a nossa presença aqui como representante de categorias, citadas já em torno de três milhões, o nosso maior objetivo aqui é defender a população brasileira. Estamos defendendo a saúde brasileira.

Obviamente, o reflexo das decisões tende a se incorporar nas práticas profissionais, mas não adianta, em absoluto, como representantes públicos, estarmos aqui fazendo debates em causa própria. O resultado

do que nós decidirmos aqui tem, objetivamente, de beneficiar a população brasileira. Se existe algum risco de prejuízo a essa população, nós temos que, imediatamente, rechaçar essa proposta. Esse é o nosso entendimento, e é por isso que nós devemos brigar.

Acho que é por isso que a Comissão faz este debate, no sentido, exatamente... Não é, Senador? O senhor, que foi Governador do Estado da Paraíba, sabe das dificuldades da saúde brasileira e reconhece que, da maneira como esse projeto está colocado, ele em muito vai afetar a saúde do povo brasileiro. Não é a atividade do enfermeiro que ele vai afetar, do psicólogo; ele vai afetar a saúde da população brasileira, da maneira como ele está colocado. Esse é o grande embate.

Inclusive, nós temos a mania – e isso é uma crítica enorme que soa na sociedade – de que muitas decisões são tomadas em nível de gabinete, sem que essas pessoas tenham um mínimo de intervenção junto à sociedade, junto à comunidade, para saber o que realmente acontece lá para poder propor algumas medidas de mudança. E eu tenho certeza de que essa proposta saiu de gabinetes – e a gente já debateu isso há muito tempo – de entidades médicas que não conhecem a realidade da saúde como ela está acontecendo lá na ponta.

Foi muito bem colocado por um colega que me antecedeu que a grande maioria dos médicos que trabalham hoje atendendo a população trabalham em harmonia com os enfermeiros, ao contrário do que a gente vê as entidades colocarem, de que há um conflito. Em absoluto; os enfermeiros são sempre parceiros dos médicos e trabalham com outros profissionais em harmonia no atendimento à população.

Agora, o que nos espanta é que, nos gabinetes das entidades representativas, existe uma tendência a tentar fazer reserva de mercado, a tentar colocar o médico em uma posição que não é mais a realidade brasileira. Aquela definição feita por Hipócrates, lá na Grécia, de que o médico era o único que fazia diagnóstico, tratamento e estabelecia a cura, no sistema atual que temos hoje, nas condições da saúde brasileira, isso não floresce mais, isso não pode mais permanecer.

E vejam, Senadores: eu não falo aqui com a mensagem do Conselho Federal de Enfermagem; falo porque essa questão, e a rejeição a esse projeto, da maneira como está, foi defendida na Conferência Nacional de Saúde, recentemente. Então, todos os brasileiros, representados da forma mais legítima, estiveram na Conferência Nacional de Saúde e propugnaram por uma moção contra a aprovação desse projeto. Então, não são as entidades que são chamadas de não médicos – o que, inclusive, entendo como ofensa, porque todos aqui têm denominação –, não são essas entida-

des que estão sendo contra, é a sociedade brasileira representada pela Conferência Nacional de Saúde que diz não contra o Ato Médico, da maneira como ele está colocado. Isso nós temos que levar em consideração.

Tecnicalemente esse projeto já foi exaustivamente debatido e já foi proposto um modelo que pudesse atender a demanda médica, até porque nós entendemos que os médicos precisam de regulamentação do exercício da medicina. Seria injusto nós estarmos aqui combatendo que os médicos pudessem regulamentar a sua profissão por meio de uma lei federal, porque todos nós temos uma lei que regulamenta. Mas é preciso que essa lei possa ser colocada no mundo jurídico sem que provoque, por exemplo, essa insegurança jurídica que a lei traz no seu conteúdo. E aí eu digo, Senador, buscando essa realidade do povo brasileiro, pegando o exemplo lá do meu Estado, o Estado do Pará, hoje nós temos, por exemplo, na região do Marajó, enfermeiros atendendo aquela população carente, como foi bem mencionado aqui. Com altos salários colocados para os profissionais médicos eles, não querem ir para lá. Isso é o que nós estamos discutindo, como levar os médicos para trabalhar. Porque o enfermeiro se sente muito bem seguro, ele fica muito mais seguro quando trabalha ao lado de um profissional médico. Mas eles não querem ir para o interior. E o Marajó é uma região que está afetada.

Então, o enfermeiro atende, por exemplo, uma criança, e nessa avaliação que ele faz essa criança precisa de uma BCG, que é de um programa de saúde do Governo, previne doença. Pelo que está no texto aqui, o enfermeiro não poderá fazer, pelo texto que está colocado, Excelência. Precisará primeiro de uma prescrição médica para fazer uma simples BCG, que hoje é um programa de alta difusão do Ministério da Saúde.

Por isso, eu acho que foi colocado pelos demais, o Ministério da Saúde precisa se posicionar com relação aos efeitos do projeto do Ato Médico. O PSF – Programa de Saúde da Família – hoje é um programa de alta relevância, um programa que todos nós elogiamos, que compõe a estrutura do SUS, é um programa que é sustentado por essa ação multidisciplinar, é uma atuação de todos os profissionais.

Você imagina um colega psicólogo dentro da saúde da família – não está exigido, mas pode compor, porque isso é natural –, não poder fazer uma intervenção, porque precisa levar o médico lá na unidade de saúde. Coisas que podem ser resolvidas lá no atendimento, na ponta.

Então, vejam, é uma total incompatibilidade o que a gente percebe, a maneira como se restringe a um único profissional a atuação na área da saúde. E vejam também como mencionado. Nós não estamos

falando aqui de intervenção de profissionais que não tem qualificação. Inclusive pela própria regulamentação legal, todos são responsáveis pelos seus atos. Esses profissionais estão sendo bem preparados, bem treinados, os enfermeiros que nós mencionamos estudam cinco anos, podem fazer pós-graduação, têm especialização em várias áreas.

Então, não podemos aqui dizer que esses profissionais não têm competência para atuar nas suas atividades.

O Ato Médico inclusive vai de encontro às próprias regulamentações que hoje a educação brasileira tem colocado em pauta. A educação brasileira tem colocado a reformulação dos projetos político-pedagógicos no sentido de dar mais amplitude, mais autonomia para a atuação. Este País é muito grande, senhores, este País tem uma dimensão inatingível. Se nós quisermos restringir a atuação responsável na área da saúde a um único profissional, nós vamos provocar um caos, um colapso no sistema brasileiro. É por isso que eu entendo que a voz do Ministério da Saúde é extremamente importante para que ele diga como é que os programas vão funcionar. Porque eu entendo, Senadores, que se um projeto desses é aprovado, por exemplo, imediatamente os enfermeiros vão ter de parar de fazer tudo o que fazem no Brasil.

É a ordem que vai ser dada. Porque eu lembro aqui – recentemente, coisa de cinco anos atrás, por uma infelicidade até do Plenário daquela época – que foi promulgada uma resolução que autorizava os enfermeiros a prescreverem medicamento, algo previsto na lei do exercício profissional, uma lei federal, obviamente nos limites dos programas de saúde pública.

Eles fizeram uma resolução para tentar clarear mais o que estava na lei. Pasmem! Já havia, naquele momento, 700 ações judiciais das entidades médicas contra enfermeiros por exercício ilegal da medicina. Os enfermeiros que estavam indo para a delegacia de polícia, estavam indo para Ministério Público, para explicar.

Quando a resolução foi cassada por uma decisão judicial, esse volume de ações aumentou, na semana seguinte, em quase três mil ações judiciais contra os enfermeiros. Então, eu estou falando de uma insegurança jurídica que vai provocar um colapso dentro sistema, porque hoje tem colegas que não fazem procedimentos com receio, e daqui a pouco está se explicando na delegacia, está se explicando no Ministério Público, em função da segurança jurídica que o texto traz, em especial a questão do diagnóstico nosológico e do diagnóstico terapêutico.

Então, o que percebemos – e aí eu gostaria de engrossar esse movimento – é que existe uma vontade política dos médicos de impor esse projeto a qualquer

custo, sem pensar nos efeitos e na consequência do que pode ocorrer.

Por isso, Excelência, o nosso pedido do Conselho Nacional de Enfermagem é que o senhor, depois de ouvir todas as partes, o Ministério da Saúde, possa pugnar pelo arquivamento desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O último interventor deste painel é o Dr. Salomão Rodrigues Filho, Coordenador do Ato Médico do Conselho Federal de Medicina.

Com a palavra.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Eu quero pedir a projeção, porque eu vou fazer uma projeção.

Gostaria de saudar o Coordenador Roberto Requião, Presidente desta Comissão, o Senador Cássio Cunha Lima, Relator...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A presença dos alunos dos cursos envolvidos é extraordinariamente bem-vinda, mas eles estão em uma reunião do Senado Federal, e essa exposição das redondas abundâncias ao palestrante não é nenhuma demonstração de educação e não auxilia a decisão do Relator.

A Casa é do povo, o interesse é público e não haverá brincadeira nem da sua parte e nem de ninguém, senão eu evacuo a sala e vocês saem daqui.

Com a palavra o Dr. Salomão.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Senador Roberto Requião, digníssimo Presidente desta Comissão; Cássio Cunha Lima, Relator; Senadora Ana Amélia; Senador Waldemir Moka e Senador Cyro Miranda; eu, com a experiência de médico que atua na ponta, que atua no pronto-socorro, no ambulatório e na enfermaria, diariamente, vou fazer a minha fala da melhor forma possível e gostaria talvez de já pedir, como o único que está falando em favor do projeto, talvez ter uma toleranciazinha em termos de tempo.

O próximo *slide*, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A sua possibilidade será exatamente igual a dos outros palestrantes.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Muito obrigado.

A tramitação desse projeto, que já tem dez anos, foi apresentado inicialmente pelo Senador Geraldo Althoff, em 27 de fevereiro de 2002, portanto, há mais de dez anos, e um outro projeto apresentado pelo Senador Benício Sampaio, que depois foram apensados.

Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o Senador Tião Viana foi Relator, e este projeto foi aprovado em 2004.

Na CAS, a Senadora Lúcia Vânia trabalhou durante dois anos e meio, fazendo dezenas e dezenas de audiências, como antecessores meus puderam aqui testemunhar, e gerou um relatório consensual entre todas as profissões que participaram daquela maratona de audiências públicas e reuniões. Foi para a Câmara, na Cetasp o Deputado Edinho Bez fez modificações, depois, na Comissão de Saúde e da Família, o Deputado Eleuses Paiva também fez algumas modificações, e o Plenário da Câmara, em outubro de 2009, aprovou com modificações.

Próximo.

Continuando. A CCJ, o Senador Antonio Carlos Valadares, com um projeto de volta ao Senado, em 8 de fevereiro de 2002 aprovou, acolhendo pequenas modificações feitas pela Câmara dos Deputados, não modificando na essência. Hoje, está aqui tramitando na Comissão de Educação, com o Senador Cássio Cunha Lima como Relator, e vai à CAS, depois ao Plenário e depois para a sanção profissional.

Essa foi a pesquisa feita pelo Senado, pela Secretaria de Pesquisa de Opinião Pública, uma enquete em que participaram 545 mil brasileiros, em que 62% se manifestaram a favor do projeto.

Anteriormente – isso é um dado do próprio Senado –, os médicos trouxeram um milhão e quinhentas mil assinaturas de apoio a esse projeto.

Próximo.

Por que regulamentar a profissão médica?

Primeiro, porque a Lei nº 3.268, de 1957, que organizou a profissão médica, não definiu o seu campo de trabalho, por julgar de notório saber de toda a sociedade. Portanto, a profissão ficou organizada, mas não regulamentada. Segundo, porque as demais profissões da área da saúde, instituídas ou organizadas depois da Lei nº 3.268, foram regulamentadas por lei e tiveram os seus campos de trabalho bem definidos. Terceiro, porque cada profissão deve ter, legalmente, bem definido o seu campo de atividade, e a profissão médica ainda não o tem. Quarto, porque a sociedade tem o direito de saber o que pode e o que deve esperar dos agentes de cada profissão da área da saúde. E, por último, para que o médico não seja excluído da equipe de saúde. E isso está acontecendo, 60% das equipes de Saúde da Família no Brasil não têm médico.

O que os médicos querem? A definição de suas prerrogativas profissionais; segundo, o reconhecimento do aspecto multiprofissional, melhor ainda, interprofissional, na assistência à saúde; o respeito às prerrogativas das profissões regulamentadas e a proteção da sociedade.

Próximo.

O que os médicos não querem? Subordinar ao médico os demais profissionais da área da saúde; segundo, retirar de outras categorias profissionais prerrogativas que detenham; terceiro, a exclusividade da chefia de serviços de assistência à saúde.

Próximo.

Pontos de conflito entre o texto do Senado, aprovado em 2006, o Relatório Lúcia Vânia, e o texto da Câmara aprovado em 2009. O primeiro ponto de conflito entre um texto e outro é a questão do diagnóstico cinesio-funcional, que no texto do Senado, § 2º do art. 4º, está dizendo que não são privativos do médico o diagnóstico funcional, cinesio-funcional, psicológico, nutricional, ambiental, etc. O texto da Câmara excluiu daqui o diagnóstico funcional e cinesio-funcional. No texto do Senado, fica definido que diagnóstico funcional e cinesio-funcional são diagnósticos do médico compartilhados com outros profissionais; no texto da Câmara, ficou excluído e não define, portanto, o diagnóstico funcional e cinesio-funcional como privativo do médico e nem como compartilhado com outro profissional.

Na realidade, a posição dos médicos inicialmente era pelo texto da Câmara, os representantes da fonoaudiologia e da fisioterapia desejam o texto do Senado.

O Relatório do Senador Valadares, num acordo que foi realizado, ficou com o texto do Senado.

Próximo, por favor.

O segundo é a questão do diagnóstico citopatológico. O texto do Senado definiu o diagnóstico citopatológico como privativo do médico. Não definiu, ele é omisso em relação ao diagnóstico citopatológico. Definiu o diagnóstico anatomapatológico como privativo do médico. Na Câmara, houve a modificação e o diagnóstico citopatológico ficou também definido como privativo do médico.

No relatório do Senador Valadares, ele optou pelo texto do Senado que foi motivo de um acordo amplo, conduzido pela Senadora Lúcia Vânia.

Próximo.

Interpretações sobre esse Projeto de Lei, errôneas. Lei do Ato Médico. Isso não é lei do ato médico, não se refere a ato médico, se refere à regulamentação da profissão médica, e ato médico foi um termo utilizado e que depois foi dado a ele um caráter pejorativo e até ofensivo nos debates que são levados a cabo. Mas essa lei regulamenta a profissão médica.

Próximo.

Interpretação errônea: que esse PL fere a autonomia das outras profissões da área de saúde e coloca em risco o cuidado integral à saúde preconizado pelo SUS.

Ouvimos isso nesta mesa agora. Não coloca. O art. 3º diz muito claramente “que o médico integrante

da equipe de saúde, que assiste o indivíduo, a coletividade, atuará em mútua colaboração com os demais profissionais de saúde que a compõem.” Então, o art. 3º define muito claramente que a atuação de todas as profissões da área da saúde é em mútua colaboração.

No § 6º, do art. 4º, diz que “o disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia, no âmbito da sua área profissional.” Isso é óbvio. O odontólogo faz diagnóstico de doença, ele prescreve medicamentos, ele faz cirurgias, então, ele tem essa prerrogativa na sua lei, na sua área de atuação, que é o aparelho mastigatório.

E o § 7º, do mesmo art. 4º, diz que “o disposto neste artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões”, e cita todas as outras profissões da área de saúde. Dessa forma, está preservada a autonomia de cada uma das outras profissões e garantido o cuidado integral dentro deste Projeto.

Próximo, por favor.

A interpretação errônea: que o paciente, antes de consultar qualquer profissional de saúde, terá que consultar um médico e ter a indicação deste para ser atendido.

Isso é um equívoco, é próprio das pessoas que não leram o Projeto, e nós ouvimos isso aqui hoje. Não existe nenhum artigo, nenhum parágrafo, nenhum inciso dentro do texto que dê margem a essa interpretação. Trata-se de uma fantasia construída pela desinformação.

Próximo.

Interpretação errônea: que todos os outros profissionais da saúde serão chefiados e tutelados pelo médico.

Isso também não está dentro do Projeto. O que o Projeto diz: no seu inciso I, do art. 5º, diz que “são privativos do médico a direção e chefias de serviços médicos.” Não de serviços de saúde. É médico para chefiar médico. Essa questão é técnica. Os serviços médicos devem ser chefiados por médicos, sim.

E vejam, na lei que regulamenta a Enfermagem, no seu inciso I, do art. 11, define, que é a Lei nº 7.498, que “a chefia do serviço de Enfermagem é privativa de enfermeiros.” Isso é lógico. Tem que ser assim.

A lei que regulamenta a Psicologia, a Lei nº 5.766, também define “como privativa do psicólogo a chefia dos serviços de psicologia.”

Próximo.

Finalizando, hoje, temos mais de 370 mil médicos no Brasil, herdeiros de uma profissão com mais de 25 séculos de existência. Os médicos brasileiros necessitam de uma lei que reconheça a sua efetiva importância social, o seu espaço profissional e, muito mais do que isso, que dê à sociedade brasileira a

justa e precisa tranquilidade no bom relacionamento que deve existir entre as diversas profissões envolvidas na assistência à saúde, bem como a garantia de que essa assistência atinge os níveis de qualidade e excelência à altura das necessidades do nosso povo.

Eu gostaria de dizer que sou um médico ativo, apesar dos 66 anos de idade, trabalho todos os dias.

E também, ao encerrar, colocar aos Srs. Senadores, especialmente ao Senador Cássio Cunha Lima, que o relatório da Senadora Lúcia Vânia foi fruto de um grande debate com toda a sociedade brasileira. A Senadora viajou Brasil afora e fez inúmeras reuniões aqui, e as pequenas modificações feitas na Câmara, que foram acatadas pelo Senador Valadares, não interferem no mérito do Projeto, do relatório do Substitutivo da Senadora Lúcia Vânia, são apenas pequenos aperfeiçoamentos. Os dois pontos que, efetivamente, modificavam o mérito do Projeto foram rejeitados pelo Senador Valadares.

Por isso nós solicitamos ao senhor que mantenha o relatório do Senador Valadares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrado o painel, eu passo a palavra, como autor do requerimento da audiência pública, ao Senador Cássio Cunha Lima,

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Roberto Requião, Presidente desta Comissão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, membros da Mesa, expositores, estudantes, profissionais da área de saúde, primeiro, as minhas escusas por ter chegado um pouco atrasado ao início desta reunião, uma vez que fui indicado também como membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que foi instalada há poucos instantes, e antes de vir até aqui, tive que ir lá marcar presença e pedir para que o suplente do meu partido pudesse substituir-me na instalação da CPMI. Segundo, em nome da formulação de boas ideias da construção de consensos, que sempre busquei na minha atividade como homem público, saudar a renovação deste encontro, apesar de o Dr. Silvio ter registrado à exaustão em torno deles, mas creio eu que são etapas absolutamente necessárias para que possamos construir um instrumento que unifique a saúde brasileira, e não a dívida.

Quero, antes de trazer algumas observações em torno do que foi já discutido aqui pela manhã, deixar claro os meus limites como Relator nesta Comissão. Não é mais possível, sob o aspecto regimental, a não ser que haja um entendimento diferente no próprio Plenário, onde é possível fazer emendas de Plenário, obviamente, promover modificações de caráter de redação do texto.

Aqui, salvo melhor juízo – Júlio e o próprio Requião poderão me corrigir posteriormente –, estarei limitado a oferecer um parecer favorável à integralidade do texto que veio da Comissão de Justiça ou, no máximo, suprimir partes ou trechos inteiros do mesmo projeto. Que fique claro, portanto, que meu limite de ação é bastante restrito nesse instante, mas lembrando que, para apaziguar os ânimos, teremos ainda outra etapa na própria Comissão de Assuntos Sociais e o derradeiro e decisivo momento no Plenário, onde, aí sim, por meio de emendas de redação, creio que os ajustes porventura ao texto possam ser realizados. Estou certo ou errado, Júlio? Acredito que é possível este espaço dentro do entendimento político.

Tenho absoluta consciência de que não há, por parte do Senado Federal, em nenhum dos seus membros qualquer intenção de promover a restrição ao exercício de qualquer profissão. Sou advogado, tenho já uma experiência com saúde pública porque fui três vezes prefeito da minha cidade, fui duas vezes governador do meu Estado e ainda tive a honra de participar da Assembléia Nacional Constituinte, onde se preconizou o SUS, que defendo e que ajudei a construir. Portanto, quero deixar também patente que a minha posição aqui será a de buscar a valorização, o respeito de todas as profissões que atuam no sistema de saúde pública ou mesmo privada no nosso Brasil.

Ouvi muito atentamente todos os expositores. Dr. Humberto Verona, da Psicologia, ao que parece, teve outro compromisso e não pode permanecer. Fez uma crítica que talvez seja a crítica central ao projeto, com as entidades com as quais eu pude discutir, que é a definição do art. 4º quanto ao estabelecimento da prescrição nosológica ou do diagnóstico, melhor dizendo, nosológico e a prescrição terapêutica. Haveria possibilidade de um amplo entendimento, pelo que já pude perceber, se houvesse a substituição da palavra “nosológico” por “médico” e “terapia” por “médico”. Parece-me que se construiria aí o derradeiro consenso que se pretendeu ao longo de todo esse período de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Permite-me uma observação?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pois não. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O comportamento no Plenário do Senado segue as mesmas normas regimentais das comissões. Só é possível emenda redacional, e se essa mudança a qual V. Ex^a se refere pudesse ser considerada como emenda redacional, ela é possível, tanto na comissão quanto no Plenário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Perfeito. Fica o esclarecimento que é pertinente. Como o Dr. Humberto já não está mais aqui, não sei se devo fazer referências, portanto, à fala dele, mas uma observação que me chamou a atenção foi a estranheza que ele registrou de o Projeto de Lei nº 268 fazer referência e citar outras profissões. E a pergunta que eu faria, para o meu esclarecimento, é se essas citações não decorreram exatamente de acordos que foram firmados ao longo dessa década de negociação para preservar a autonomia e o exercício das demais profissões, porque nós estamos aqui discutindo qual projeto? O projeto original da Câmara, de 2002? Não. Nós estamos discutindo já um projeto que saiu do Senado, foi para Câmara com suas devidas modificações e, ao que eu posso depreender, inúmeras negociações formuladas e adaptações no texto, que depois volta ao Senado e passa novamente por um processo de negociação, de audiência pública, de discussão na CCJ, é aprovado na CCJ mais recentemente e chega aqui à Comissão de Educação. Com essas referências, creio eu, estou supondo – e quem supõe tem muita chance de errar, daí por que faço a pergunta aos demais membros da Mesa, é a primeira formulação que faço –, se essas citações ao projeto não foram incluídas exatamente dentro do campo da negociação política para se encontrar, nessa negociação política, uma solução técnica que trouxesse tranquilidade ao exercício das demais profissões. Esse é o primeiro questionamento que faço.

Quanto à participação do Dr. Roberto Mattar Cepeña, da Fisioterapia Ocupacional, a soma das duas – sou um simplório advogado, não sou especialista na área, insisto, mas vou compreender até o final do meu relatório todas as suas nuances –, o que mais me chamou a atenção e a dúvida que tenho diz respeito à toda uma construção de argumento baseado em entrevistas de médicos ou mesmo pareceres do Conselho Federal de Medicina quanto à interpretação do projeto de lei, e repete-se a preocupação com o diagnóstico nosológico e a sugestão para que houvesse a mudança do diagnóstico médico e a prescrição médica, como forma de consensuar mais uma etapa deste acordo.

No mais, digo com absoluta franqueza, sem ter ainda o juízo de valor definitivo firmado, que não encontro no projeto nada, absolutamente nada, que possa dar fundamentação às entrevistas e às referências que foram mencionadas pelo senhor, até porque me chama muito a atenção dois aspectos do projeto. E esse comentário serve para também observar comentários outros que foram aqui realizados – um detalhe que talvez tenha passado despercebido por todos, mas que julgo relevante. Da forma como está redigido, esse

projeto de lei entra em vigor na data da sua publicação, pura e simplesmente. Ao contrário da prática que é usual, quando há conflito de lei, onde se costuma dizer na técnica legislativa, “esta lei entra em vigor na data da sua publicação”, neste caso, são 60 dias após a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário. Observe-se que, neste caso, não há nenhuma disposição em contrário que esteja sendo revogada, portanto, a preocupação que foi manifesta por Antonio Fonseca no que diz respeito à segurança jurídica, não me parece ter arrimo e ter guarida no que está aqui proposto, porque, ao contrário do que poderia gerar de dúvidas, se disséssemos aqui “esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário”, qualquer eventual conflito na regulamentação da profissão dos médicos ora em discussão com as demais profissões que já foram justa e devidamente regulamentadas poderiam, sim, ter um conflito. Portanto, todas as profissões terão as suas regulamentações preservadas e, em eventuais conflitos, se porventura existirem – e eu vou chegar ainda no momento de ler, não tive tempo ainda de ler detidamente a regulamentação das outras 13 profissões, para que possamos identificar quais são os pontos de conflito. Contudo, dá-me conforto – e é esta pergunta que faço aos expositores – aquilo que foi consignado no §6º, do art. 5º, e também no §7º, do art. 5º, no que diz respeito ao critério da Odontologia, e foi dito de forma muito clara – e esse foi um acordo, pelo que já pude colher de informação – que “o disposto nesse artigo não se aplica ao exercício da Odontologia no âmbito de sua área de atuação.” Então, esse acordo, que excluiu a odontologia e que satisfez os odontólogos de forma geral, ao que parece, está reproduzido, da minha leitura, na interpretação que estou concedendo – e queria ouvi-lo sobre isso –, igualmente no §7º, quando diz:

“São resguardadas as competências específicas das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional da educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional, técnico e tecnólogo em radiologia e outros profissionais correlatos que vierem a ser regulamentadas.”

Portanto, eu acredito que, na construção política – e é essa dúvida que quero tirar ao longo deste texto –, a negociação chegou ao ponto em que se excluíram os odontólogos – e está muito clara essa exclusão – e também, com o mesmo espírito, o legislador, nas negociações que foram firmadas ao longo do tempo, resguardou por completo todas as profissões da área de saúde.

A pergunta que faço é se esse dispositivo por si só, somando-se ao fato de não se revogar qualquer disposição em contrário, não traz a tranquilidade que se faz necessária para o exercício da profissão, porque não creio ser esse o ambiente para que possamos discutir outros aspectos do SUS, dos planos de saúde e de temas que aflijem e angustiam a população brasileira que encontram na saúde um dos seus maiores problemas indiscutivelmente, mas não creio que seja no Projeto de Lei nº 268 o ambiente próprio, a terra mais fértil, para que possamos corrigir distorções do SUS, injustiças dos planos de saúde, inadequações das políticas públicas e das ações governamentais no que diz respeito ao atendimento da nossa população.

Quanto à participação de...

Eu acho que confundi o nome: Antonio Fonseca é dos nutricionistas; Antônio Marques Freire, dos enfermeiros e enfermeiras. Peço desculpas pela confusão.

A exposição foi muito clara, muito brilhante, lúcida em todos os aspectos, como todos os expositores fizeram exposições muito lúcidas, indiscutivelmente, ao afirmar inclusive que o Projeto de Lei não traz maiores ou nenhum conflito com a atividade do nutricionista, e os médicos onde concordam não deve haver qualquer tipo de supremacia, qualquer tipo de hierarquização nas atividades profissionais, e não é esse o objetivo da lei. Eu não encontro no Projeto que veio da CCJ qualquer instrumento que hierarquize essas profissões – confesso que não encontro – e quero que me apontem onde há essa hierarquização, para que eu possa ter um juízo correto a partir das opiniões majoritárias expostas à Mesa de forma tal que, nessa ausência de hierarquização, o ponto final é que seja honrado o acordo no Senado. Ao que me parece, é o que exatamente estar-se buscando aqui: honrar os acordos que foram firmados nos dois últimos momentos mais recentes nesta Casa, e aí a pergunta também que faço é se esse acordo atenderia a essas especificações.

Para concluir a minha participação, que já vai longa, eu gostaria apenas de formular a manifestação quanto a ouvirmos o Ministério da Saúde. Não vejo nenhum tipo de dificuldade nesse sentido para que possamos ouvir o Ministério da Saúde, seja aqui, seja na CAS, para que nós possamos esclarecer esse ponto de vista e algumas informações que surgiram ao longo deste debate, talvez por desinformação, talvez por interpretação diversa do que está escrito, mas eu me recordo bem que, durante a campanha eleitoral, num debate pela Internet, eu fui perguntado pelo ato médico e, àquela altura, eu não tinha nenhum conhecimento sobre a matéria e fazia uma ideia completamente diferente daquilo que encontrei no texto de fato, ao ponto em que – claro que em tom de brincadeira – ouvi certa

pessoa dizer que, para cortar o cabelo, nós teríamos que ter uma prescrição médica.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Basta uma mera receita.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Basta uma mera receita. Para cortar o cabelo, nós teríamos que ter uma prescrição médica.

O SR. SILVIO JOSÉ CECCHI – Cabelo não, mas tatuagem sim.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – O meu pai vive hoje um momento – e o Senador Requião o conhece bem – muito delicado; ele vive, na verdade, os últimos momentos da vida dele. É portador de um câncer de pulmão com metástase e é atendido por uma equipe multidisciplinar. Portanto, desde o momento em que tomei posse neste Senado – e permitem-me este depoimento de cunho mais pessoal, mas que reforça; Deus proporcionou eu viver este momento para que eu pudesse compreender ainda mais a importância de cada um dos profissionais que atua na saúde, em toda a saúde de uma pessoa –, desde que assumi, eu volto todos os finais de semana ao meu Estado – não passei um único final de semana em Brasília –, exatamente para estar ao lado do meu pai, e ele é assistido por nutricionistas, por enfermeiros, por técnicos de enfermagem, por fisioterapeutas, por biomédicos, por médicos, por psiquiatras, por psicólogos. Graças a Deus, ele tem essa possibilidade, e chegou o momento em que eu fazia uma dessas visitas, conversando com o meu pai, e a enfermeira disse: “Mas, pelo Ato Médico, eu não vou poder mais aplicar uma injeção”, e o outro dizia: “Pelo Ato Médico, eu não vou poder fazer tal procedimento”, e fui pesquisando e não encontrava, de fato, no texto, nenhuma restrição para essas atividades, porque não cabe na cabeça de ninguém de bom senso que, a partir da aprovação deste Projeto, que já me parece ser fruto de um amplo acordo, de um amadurecimento de debate já bastante longo, que nós teremos o impedimento do funcionamento da profissão de qualquer um desses jovens que aqui estão. Não é racional. E tudo aquilo que fere o bom senso, tudo aquilo que fere a boa norma, tudo que fere o razoável, porque é inconcebível imaginar que o Senado da República, o Congresso Nacional, aprovará uma legislação que vai proibir ou que vai pelo menos restringir minimamente a atividade de qualquer uma profissão que é extremamente respeitável, valorizada, importantíssima e, posso dizer, imprescindível. Nós não podemos viver sem o médico, mas também não podemos viver sem o enfermeiro, sem o nutricionista, sem o psicólogo e, portanto, há na lei, salvo melhor juízo – e é essa dúvida que quero tirar definitivamente dos senhores –, acordos construídos ao longo desse

tempo para que chegássemos até aqui, uma década depois. Nós estamos falando de um tempo de discussão de um projeto que talvez não atinja a metade do tempo de vida de parte deste Plenário, tentando amadurecer a construção deste texto.

Portanto, estou aqui para contribuir, não venho para segregar, não venho para dividir, não venho muito menos para excluir ou impossibilitar a atividade de qualquer profissional que tem o meu completo, absoluto e irrestrito respeito e admiração e, para que eu possa encerrar esta participação, gostaria de ouvir da mesa – eu já falei que ia encerrar quatro vezes, mas encerro mesmo agora – o que está escrito

É pena, porque eu fiz um debate muito intenso com os psicólogos. Eu lamento muito que o representante da Psicologia não possa ter permanecido até o término deste nosso encontro, mas tem uma ressalva, dentre outras ressalvas já mencionadas, no §2º, salvo engano do próprio art. 4º – depois eu checo o artigo, mas creio que é o art. 4º, só para não folhear mais: “Não são privativos dos médicos os diagnósticos”. Portanto, resumindo tudo isso, a grande questão está ainda em torno do diagnóstico nosológico. Parece-me que, se houvesse o entendimento em torno disso, fruto dos acordos passados, todas as questões estariam superadas, bola para frente, o acordo final estaria feito.

Mas está aqui: “Não são privativos dos médicos os diagnósticos psicológico, nutricional e sócio-ambiental e as avaliações comportamental e de capacidades mental, sensorial, percepto-cognitiva e psicomotora.”

Se esta ressalva à regulamentação profissional dos médicos somada às outras que já mencionei, acrescida do fato de não revogar as disposições em contrário não permite, a essa altura, consolidarmos os acordos já feitos no passado e votarmos essa matéria e pôr fim a esta questão.

Não havendo concordância, quais são os pontos definitivamente objetivos fora as citações que são cabíveis que trazem esta insegurança para o exercício pleno da profissão dos senhores?

Agradeço a tolerância com o tempo, Presidente, e também a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Da minha direita para a esquerda, passo a palavra aos palestrantes, para que façam sua intervenção, três minutos para cada um.

O SR. ANTONIO AUGUSTO FONSECA GARCIA – Senador Cássio Cunha Lima, com relação à Nutrição, estamos plenamente satisfeitos com o que está aqui. Em relação ao diagnóstico nosológico, esse é o embate crucial do projeto. Para se chegar a essa definição, foi uma luta. Eu acreditava que não tinha mais acordo, quando de repente, surgiu lá um médico

sanitarista que veio lá da Fiocruz e colocou a possibilidade dessas três condicionalidades, lá no § 1º do inciso XV do art. 4º.

“§ 1º Diagnóstico nosológico é a determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definido como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, caracterizada por no mínimo dois dos seguintes critérios (...).”

Então, para ser um diagnóstico nosológico do médico, desses três critérios, tem que ter pelo menos dois. Então, o que é?

I – agente etiológico reconhecido

II – grupo identificável de sinais ou sintomas;

III – alterações anatômicas ou psicopatológicas.

Quer dizer, para ser um diagnóstico médico, tem que ter duas dessas condicionalidades.

Na nossa profissão da Nutrição, não existe nenhum diagnóstico que tenha duas dessas condicionalidades. Então, isso para a gente não é um problema.

Quanto a colocar se é diagnóstico médico, terapêutica médica, a nutrição não tem nada contra também. Até porque essa foi a primeira proposta do projeto. Tinha escrito lá “diagnóstico médico, terapêutica médica”, e aí, no decorrer, saiu, porque se acreditava que era só do médico, que estava tudo do médico. E aí evoluiu para esse, e foram essas condicionalidades que resolveram a questão do acordo.

Então, da parte da Nutrição, nós apoiamos as iniciativas dos colegas que se sentem prejudicados, no sentido de que, se tiver uma emenda redacional que possa melhorar o texto, nós estamos de acordo, mas sem que se mexa naqueles dispositivos que tratam sobre o diagnóstico – que, no nosso caso, é o nutricional – e desde que as prerrogativas da nossa lei sejam mantidas lá naquele outro artigo da parte da Nutrição. A gente está de acordo às novas propostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antônio Marcos Freire, por três minutos.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – (*Falha no som.*) ... Excelência de louvar, primeiramente, sua profundidade da matéria, e vamos tentar contribuir, de maneira bem breve.

A questão da previsão legal do projeto está, fundamentalmente, debatida da questão do art. 4º, muito bem mencionado, e eu lhe dei um exemplo ainda há pouco e, infelizmente, ou felizmente, nós não podemos dissociar, em que pese os efeitos serem posteriores, do que acontece hoje no Sistema Único de Saúde. O grande debate é em torno dessa questão.

Nós temos hoje, no Sistema Único de Saúde, uma atuação multidisciplinar. Os enfermeiros têm um papel extremamente relevante no desenvolvimento dos programas de saúde pública. E citei ainda agora, por exemplo, o PSF como um dos programas mais importantes do Ministério. E os enfermeiros têm feito diagnósticos quando visitam a casa das pessoas. Esses diagnósticos, dentro dos programas de saúde, já têm medidas de tratamento.

A questão é a seguinte: da forma como o texto se apresenta aqui, eles não poderão fazer isso. E o retrocesso no processo de saúde está exatamente aí. O que os enfermeiros vão fazer, então, na casa da população quando da visita? Eles vão apenas relatar sinais e sintomas para levar para a unidade de saúde, para o médico fazer o diagnóstico? O médico vai dar o seu diagnóstico de acordo com as observações da enfermagem, que fez a visita à casa desses pacientes? Essa é a questão.

Quando torna privativo do médico, nós percebemos, em que pese ao final não haver, como o senhor bem observou, a revogação de outras medidas já instituídas, que isso, sem dúvida, vai provocar uma discussão. E nós não podemos fugir à questão de lutas de categorias. Existe um embate de categorias por espaço de trabalho. Isso ocorre lá na ponta. Eu citei o exemplo de uma disputa judicial enorme dos enfermeiros que demandaram há muito tempo do Conselho Federal.

Por isso, no meu entendimento, da forma como está, a insegurança jurídica vai se estabelecer.

E, mais adiante, há alguns dispositivos – peço permissão para depois encaminhar, pelo Conselho Federal, uma análise mais detalhada sobre esses dispositivos –, algumas condições, como por exemplo: a vacinação intradérmica depende de uma prescrição médica.

Depender de prescrição médica para aplicar uma vacina intradérmica é um absurdo na atual conjuntura.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, permita-me.

Antônio Marcos, por favor, permita-me.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Pois não.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Para contribuir com o debate.

Eu não encontrei no texto qualquer proibição de que o enfermeiro aplique uma vacina. Encontro no texto uma recomendação. Está excetuada nas atividades privativas do médico a aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares e intravenosas, de acordo com prescrição médica.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Ou seja, só será feita de acordo com a prescrição médica, conforme o texto determina.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Mas vinculada ao diagnóstico de uma doença. A vacina é a prevenção da doença. Eu acho que há uma interpretação...

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Excelência, perdoe-me por interferir...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Claro, claro. A palavra é sua inclusiva.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Citei ainda agora e reitero a questão da BCG, que faz parte de um programa do Ministério da Saúde, hoje está dentro do sistema básico de imunização. Esse é um programa que não precisa de prescrição médica.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A BCG é usada como um remédio ou como prevenção de doença, como uma vacina?

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Como prevenção de doença.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Aqui a lei regulamenta, no meu interpretar, o tratamento das doenças. A criança, quando é vacinada, não está necessariamente doente. Ela estará sendo protegida de eventuais doenças pela vacina.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Eu dei apenas um exemplo com relação à BCG.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É só para que não fiquem interpretações, digamos, equivocadas – perdoe-me a expressão –, interpretações dúbias no texto, porque pode ter certeza, se eu ficar convencido de que os enfermeiros estão proibidos de aplicar vacinas, a não ser que estejam sob a apreciação do médico, terei que corrigir isso. Mas da forma como está aqui redigido, pelo que eu interpreto – e admito estar interpretando de forma equivocada –, não há qualquer limitação para que o enfermeiro faça a aplicação de vacinas.

Como também aproveito para fazer o esclarecimento da minha interpretação, que o próprio Dr. Salomão fez, houve outro tema que gerou certa polêmica, em relação à direção de chefia de serviços médicos. E o Dr. Silvio, do Conselho de Biomedicina chegou a afirmar: com a lei aprovada, o Ministro da Saúde só poderá ser um médico.

Não, definitivamente não. Isso não está escrito em ponto algum desse texto. O que está escrito é que a direção e chefia de serviços médicos, tal qual acontece com os enfermeiros e psicólogos, são restritas ao exercício dos profissionais habilitados para a chefia técnica desse serviço. O texto, em lugar nenhum, afirma que o Ministro da Saúde ou o Secretário da Saúde de um Estado ou Município tenha que ser necessariamente um médico.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Nós temos uma série de exemplos que iremos encaminhar oportunamente a V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Agradeço a contribuição.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES – Mas cito um, apenas para fugir da questão da prevenção na vacinação. Nós temos, por exemplo, casos de gestantes com problemas sanguíneos, que precisam de medicamentos e estão dentro de programas, porque são doenças. Ele não poderá fazer absolutamente nada se não houver primeiro uma avaliação médica que possa determinar essa prescrição.

Essa é uma outra questão que foge da normalidade, não é um caso de prevenção, caso de detecção de doença propriamente dita, que o enfermeiro não poderá fazer. É um exemplo coloco e que restringe muito os profissionais de enfermagem. E que oportunamente, como falei, encaminharei para um melhor esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Sr. Roberto Mattar Cepeda.

O SR. ROBERTO MATTAR CEPEDA – Quando trouxe essa fala de profissionais médicos foi para esclarecer qualquer entendimento sobre diagnóstico nosológico e prescrição terapêutica.

A pergunta que faço é: onde que está protegido no projeto de lei – porque essas coisas não podem estar descoladas, descolaram o diagnóstico, mas não descolaram a prescrição – vou dar um exemplo, onde está escrito nesse projeto de lei que as demais profissões, que estão aqui, da saúde podem prescrever recursos terapêuticos dentro da sua área de atuação?

Essa é a pergunta que faço. Por isso que aqui digo que se tem um vazio para se ter discussão.

E é isso que leva à discussão no Poder Judiciário: a falta, de forma muito objetiva, do que trata o diagnóstico médico e a prescrição médica, que não houve consenso nisso porque a medicina deixou em aberto essa questão, que poderia ter sido acolhida se o objetivo não é restringir tratamento ou a indicação de tratamento de outros profissionais.

Quero dizer que são profissionais que estudam, que têm dentro de seu exercício técnicas específicas, métodos utilizados que apóiam e têm resolutividade no tratamento. E o papel da hierarquização, tentei trazer justamente um entendimento de um conselheiro, que diz que fisioterapia só poder ser feita – e obviamente se arrasta para a terapia ocupacional, pelo prefixo da terapia –, de que é tratamento, logo tem que ser prescrito.

Na verdade, somos profissionais da saúde a serviço da população, e não profissionais da saúde a

serviço de médicos, como está no parecer, dando aí um entendimento de hierarquização.

Veja, o que queremos trazer aqui é que o texto saia de forma mais clara para segurar e evitar o embate, mais nada.

Em relação ao acordo, gostaria que a medicina mostrasse, aqui nesta Casa, onde que foi assinada uma ata, que as pessoas participaram, para dizer que este acordo tem legitimidade, está validado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Sr. Silvio Cecchi.

O SR. SILVIO JOSÉ CECCHI – Senador, vou explicar exatamente a dúvida que o senhor tem e que é também de todos os Senadores, e é fácil de explicar.

A ciência é muito dinâmica. As coisas mudam todos os dias. O tratamento que o senhor seu pai está tendo hoje, com certeza, é muito melhor do que foi há dez, vinte anos. Não é?

Como disse, ninguém perde o mérito de trabalhar. A Medicina está hoje em uma posição muito boa, porque está tentando regulamentar a sua profissão hoje com todas as outras profissões já regulamentadas. E aí é que a grande jogada desse projeto que prejudica todos nós e que vou lhe explicar, como o senhor é advogado.

Eu já tomei tanto na minha vida como biomédico, que tive que fazer direito para poder entender. Então, é óbvio que se as profissões são regulamentadas nem haveria necessidade de estar no texto. Mas está no texto de uma maneira muito especial.

Veja, vou usar para o senhor um exemplo da acupuntura. A acupuntura não está na Lei da Biomedicina, não está na Lei da Fisioterapia, assim por diante, porque, quando a minha profissão foi regulamentada, não se tinha acupuntura.

Ora, a ciência foi evoluindo. O biomédico e os outros profissionais foram se adaptando e se adequando às novas áreas da saúde, que é justamente o que o médico reclama hoje. Ele quer regulamentar hoje, não é verdade?

Muito bem, se coloca no texto, e a grande jogada jurídica, se coloca no texto que está respeitada a lei, ora tudo aquilo que fizemos por resolução, a partir do momento em que o biomédico começou a trabalhar na acupuntura e, por resolução, normatizei, estou supervisionando, etc., cai por terra, porque não está na minha lei. E aí que quero louvar o trabalho da Senadora Lúcia Vânia, porque o que foi feito nesta Casa foi se discutir item por item de todas as áreas de atuação do profissional. E o da Odontologia, desculpe-me, está claro aqui; não está Lei da Odontologia, está assim: “O disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia no âmbito da sua área de atuação”.

Então, se colocar não a nossa lei, mas a nossa área de atuação normatizada por resoluções, que foram amplamente debatidas aqui, nós estamos favoráveis. Veja, Senador – e vou dizer pela biomedicina: o projeto do Senado, nós não ficamos de todo felizes com ele, não; mas nós chegamos a um acordo. Vou lhe dar um exemplo da citologia, que foi colocado aqui – e aí quero dizer que eu li bem o projeto, conheço muito bem esse projeto, a não ser que eu fosse um débil mental, depois de dez anos: veja, no caso da biomedicina, está na nossa lei anatomia patológica, Senador, anatomia patológica. Eles falam em citologia, que é papanicolau, que não dá diagnóstico. Citologia é um exame de triagem, certo? Louco do médico que dá um diagnóstico por citologia. Nós negociamos: olha, apesar de estar na nossa lei, nós, então, não faremos anatomia, mas fazemos a citologia. Isso foi acordado, sim. E, quando foi para o Plenário da Câmara, o que foi feito? Não, citologia é diagnóstico; é só médico. E ato médico vem da resolução da Medicina, que dizia: isso é ato médico.

Então, o maior problema que estamos vendo é justamente esse: se colocar na lei aqui não respeitada lei, mas o exercício da nossa área de atuação aqui, no completo, como nós discutimos, aí, sim, somos favoráveis. Nós estamos a fim de fazer um acordo, sem dúvida. Mas, com certeza, não só da biomédica, como da Fisioterapia e outros, várias áreas de atuação que foram normatizadas por resolução e por exercício no mercado de trabalho não vão poder exercer mais; será só médico. E o que o senhor falou de cabelo, eu digo: cabelo não, mas, para fazer uma tatuagem, é um processo invasivo, só médico. Para você fazer uma tatuagem, tem que chamar um médico para autorizar. É isso mesmo.

Então, o senhor, como advogado, deixa-me tranquilo em saber que, não é por causa de “revoga as disposições em contrário, ou respeitada a legislação”, não. Mesmo nessas condições, esse projeto vai dar amplo direito aos médicos e vai tratar as outras profissões como técnicas. Então, volto: se não há como arquivar esse projeto e começar de novo, nós somos favoráveis pelo o da Lúcia Vânia, oriundo desta Casa, que foi, sim, discutido todos os aspectos do mercado de trabalho e das áreas de atuação.

Então, é essa a resposta que eu queria dar para o senhor. Do jeito que está aí, não atende, não. Legalmente falando, é justamente o contrário: vai nos tratar como técnicos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Salomão Filho com a palavra.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Senador Cássio, a primeira coisa que eu gostaria de lhe dizer referente à sua fala é que o ministério da Saúde parti-

cipou, sim, assim como o Conass de todas as reuniões realizadas pela Senadora Lúcia Vânia e fizeram parte desse entendimento, e o projeto tem o de acordo do Ministério da Saúde.

Segunda questão é a questão do mérito do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica, é preciso ler atentamente o que diz o inciso I: é privativo do médico o quê? A formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica. Então, está vinculando essa prescrição terapêutica ao diagnóstico nosológico.

No início desse processo, ainda no texto do Senador Althoff, era apenas diagnóstico e não era adjetivado. E nós concordamos com os argumentos da biomedicina, da fisioterapia, de que precisava que houvesse esse diagnóstico para não dificultar as coisas para as outras profissões. E foi realmente muito difícil ao termo nosológico. E chegamos à leitura de Stedman, que é o maior patologista do mundo, americano, e foi trazido para este projeto de lei o conceito de Stedman. Então, há uma preservação muito clara disso.

A citação de outras profissões não estava no projeto original do Senador Althoff, que havia apenas quatro artigos, era bastante enxuto. Foi colocado por solicitação de outras profissões por duas razões: uma, para resguardar as atividades desenvolvidas por essas outras profissões, as treze outras profissões – treze não, porque serviço social não está contemplado aí em nenhum lugar –, mas, especialmente, para garantir os avanços que essas profissões tinham feito, ao tempo, além das suas leis. Por exemplo: quando você pega a lei da profissão de Enfermagem, muitas coisas que, hoje, são privativas da Enfermagem são realizadas não privativamente, mas pela Enfermagem, como, por exemplo, a questão da sonda nasogástrica, que é feito pela Enfermagem. Então, esse projeto contemplou, a pedido do pessoal de Enfermagem.

Acho que o grande problema é que renovam muito as pessoas que veem à discussão, e os textos estão todos em atas e todos assinados; há o gabinete da Senadora Lúcia Vânia e há todos os textos na Comissão de Constituição e Justiça. Acho que a Medicina honra e tem honrado todos os acordos que foram feitos, tanto é que nós concordamos com o Senador Valadares no retorno da questão do diagnóstico citopatológico e do cinesio-funcional ao texto do Senado.

Então, nós temos honrado, ao longo do tempo, todos os nossos compromissos. E não podemos abrir mão da questão de mérito desse projeto, que é a questão do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a próxima interlocutora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Roberto Requião, Presidente desta audiência pública, Senador que vai relatar na Comissão de Educação, Cultura e Esporte essa matéria tão complexa, Senador Cássio Cunha Lima, que, aliás, antecipou o meu questionamento, que era exatamente em torno disso. Mas, ouvindo a dissertação, na maioria, ao referir que o trabalho da Senadora Lúcia Vânia foi um consenso médio de todos de que há, sim, o ambiente favorável a se entender em torno dessa matéria...

Então, resolvido isso, vou fazer uma pergunta não pertinente, especificamente sobre esse projeto. Mas, como estão aqui estudantes ou profissionais da área, que nesta comissão discutimos recentemente e que é uma matéria que impacta sobre não só a atividade médica, mas pode impactar também sobre todas as demais atividades correlatas à área da saúde ou da assistência médica, faço uma pergunta que diz respeito, e, aí, especificamente – até dispenso o Dr. Salomão, porque nós ouvimos aqui os médicos – a cada um dos profissionais, nutricionistas, enfermagem, área da ortopedia, fisioterapia e a biomedicina: eu quero saber – aqui se discutiu a revalidação de cursos feitos na América Latina e, de modo especial, nas áreas respectivas dos senhores – se os senhores são a favor ou contra a revalidação desses diplomas e que consequências isso vai trazer para o cliente. Porque isso tem a ver também com ato médico, já que a discussão é sobre essa questão da qualidade do serviço prestado, não apenas uma defesa corporativa de cada um dos setores, mas ela tem a ver. Então, eu queria saber dos nutricionistas, dos enfermeiros e da área de ortopedia se são favoráveis à revalidação de diplomas de cursos nas suas respectivas áreas aqui, para a prática dessas atividades no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos inverter agora a Mesa, da minha esquerda para a direita.

Com a palavra o Dr. Salomão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor pode responder.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – (Fora do microfone.) ...da Senadora ter me dispensado, nós somos francamente contrários à revalidação automática. Acho que a revalidação tem que ter, para qualquer profissão, não só da área da saúde, critérios estabelecidos e demonstração de que aquela pessoa formada no exterior tem capacidade para exercício desta profissão no Brasil. Na medicina, é uma coisa gritante. Nós temos, na Bolívia, um número excessivo de estudantes.

Só em Santa Cruz de La Sierra, numa faculdade de Medicina, nós temos turmas de 500 alunos, portanto, seis mil alunos – o curso é seis anos – que são todos brasileiros, com professores, em boa parte, chineses ou coreanos, e que chegam ao Brasil sem nenhuma condição, sem nenhum saber suficiente para prestar uma assistência adequada à população brasileira.

Então, nós entendemos que a revalidação é um instrumento em todo mundo – meu filho, por exemplo, foi médico nos Estados Unidos, formado no Brasil, e revalidou lá o diploma, e hoje já está de volta –, que a revalidação deve existir, é um instrumento legal, um instrumento que não é xenofóbico, mas que deve exigir o conhecimento e a capacitação adequada para o exercício da profissão, seja ela qual for, mesmo em áreas técnicas, como engenharia, qualquer outra área.

O SR. SILVIO JOSÉ CECCHI – Bom, Senadora, é gozado, porque acho que vou falar uma coisa aqui que poucos sabem. Conselhos de profissionais só existem no Brasil e na América do Sul. Nos outros países, não existem conselhos de categorias; o que existe são sindicatos. Uma coisa muito interessante: lá, exerce-se a profissão de acordo com o seu currículo efetivamente realizado, aliás, como nos Estados Unidos e nos países desenvolvidos, ou seja, tem-se a atribuição de acordo com o seu currículo.

Com relação ao meu parecer em relação a isso, eu sou favorável e vou explicar por quê. Primeiro, eu não quero reserva de mercado para profissão nenhuma; segundo, por exemplo, o biomédico, que existe muito no Chile, pode chegar ao Chile e, bastando apresentar seu diploma e seu histórico escolar e se sindicalizar, trabalhar. No Brasil, como existem os conselhos, existem normas do MEC. Eu, como avaliador do MEC, sou obrigado a defender, ou seja, qualquer profissional que venha para o Brasil precisa que seu diploma, por legislação, seja convalidado. Onde ele é convalidado? Numa universidade federal. Então, se esse profissional trouxer o seu currículo e o seu diploma e passar por uma universidade federal e esse diploma for convalidado, ou seja, com essas atribuições que ele tem, com o currículo que se caracteriza como uma biomedicina, por exemplo, esse diploma vai ser convalidado e vou registrá-lo no conselho sem problema nenhum. E vou passar a fiscalizá-lo. A questão aí não é de querer ou não querer. É uma questão de diferenças que existem entre Brasil e os outros países, apesar de todos os acordos que existem no Mercosul. Aqui, no nosso País, esse diploma precisa ser convalidado; senão, ele não tem direito. Se esse diploma vier ao Conselho Regional da Biomedicina sem a convalidação, não podemos registrar. Eu acho que essa é uma maneira

de melhorarmos a qualificação, com essa exigência. Eu concordo.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Silvio, convalidação automática ou com provas?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP RS) – Não, com faculdade, fazendo faculdade.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Passando por uma universidade. É uma convalidação com exigências.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A revalidação automática?

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com exames, é claro. Igual à posição do... Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Sr. Roberto Mattar Cepeda.

O SR. ROBERTO MATTAR CEPEDA – Imagino que a convalidação automática não é o melhor caminho. Eu penso que hoje já existem as instituições públicas que avaliam matriz curricular, equivalência de carga horária, processo de avaliação, para realmente garantir que quem vai prestar o serviço àquela população está capacitado dentro do modelo de cada país.

Obviamente, eu falo em nome da fisioterapia e da terapia ocupacional. Acho que hoje isso já acontece, utilizando-se as escolas públicas. Penso que temos de caminhar realmente para que essas coisas aconteçam. Afinal de contas, hoje não é mais o mercado do trabalho, é o mundo do trabalho. Há instituições que trabalham em parceria com outras instituições e dão dupla certificação, com validade pelo Ministério etc.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antônio Marcos Freire.

O SR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES

– Senadora, a enfermagem ainda debate esse tema, porque existe um grupo discutindo essa relação no Mercosul. Hoje, obedecemos à regra do Ministério da Educação de que esse diploma é convalidado aqui através das instituições brasileiras. Agora, existe uma tendência muito grande - mas não é uma posição oficial - de que, se os currículos forem iguais, essa revalidação poderia ser automática. Mas ainda não é uma posição oficial.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antônio Augusto Fonseca.

O SR. ANTONIO AUGUSTO FONSECA GARCIA

– Com relação à revalidação de diplomas, temos uma preocupação grande, primeiro, porque, ao ser revali-

dado, também não temos a garantia da qualidade. O que precisamos realmente é melhorar o nosso controle, por parte governamental, sobre a revalidação nas universidades públicas. Temos notícias de que algumas universidades revalidam não com tanto critério, vamos dizer assim. Outra questão é que está posto aí uma possibilidade de, durante os próximos quatro anos, haver uma circulação livre entre os profissionais principalmente dos países do Mercosul dentro do nosso País sem a revalidação do diploma e sem o registro do conselho. Eu vejo isso como muito preocupante. Por quê? Eu jamais gostaria de ser atendido, nem um parente meu, por um médico desses que estão lá na Bolívia, estudando com chinês. Acho que a questão do problema dos recursos humanos na saúde do Brasil é que nós não temos um plano de cargos e salários. Aí, não só para a saúde, mas... Onde não tem profissional de saúde, no interior do País, também não tem nada: não tem engenheiro, não tem arquiteto, não tem outros profissionais. Por quê? Porque o atrativo para o profissional se interiorizar não pode ser exclusivamente o salário. O profissional que faz uma universidade, que estuda vários anos, que se especializa, ele quer mais do que o salário. Em todas as pesquisas de mercado de trabalho, quando se estuda a população trabalhadora, o principal para ela não é o salário, o salário está lá em quarto ou quinto. O primeiro é o reconhecimento da sua atividade profissional. Então, se o trabalhador, especialmente da saúde, não tem esse atrativo de se atualizar, de ter condições de trabalho, condições de vida no interior brasileiro, nós não vamos ter profissionais no nosso interior. E os médicos que vierem de fora, os profissionais nutricionistas que vierem de fora, eles não vão para o interior; eles vão para ficar um, dois anos, e vêm para a capital, porque ninguém consegue viver nesse interior brasileiro, principalmente lá no Norte.

Então, essa é uma preocupação grande dessa revalidação dos diplomas. Além do que, existem universidades ou cursos fora do País, nos nossos vizinhos da América, que não atendem ao mínimo da formação profissional, ou porque não têm laboratórios, ou porque não têm professores, ou porque não têm carga horária suficiente, ou porque estão em casas alugadas. Existem dos mais diversos, e nós não podemos receber essas pessoas sem a revalidação do diploma no País.

Agora, o Governo brasileiro deve também manter melhor uma auditoria e um controle sobre essas revalidações que são feitas em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A proposta do reconhecimento de diplomas do exterior é minha. Ela não é automática. A

proposta submete as universidades e os cursos a uma verificação do Ministério da Educação, por intermédio de um organismo a ser criado para isso. Não é nem o reconhecimento da universidade, é o reconhecimento do curso.

Então, nós temos dois vezos: a necessidade do País e um vezo corporativo. Vocês imaginem – a valem alguma opiniões colocadas aqui, nesta Mesa – se um engenheiro formado por uma universidade americana, um engenheiro aeronáutico da qualidade da NASA, tivesse que sofrer uma revalidação pela Escola de Pilotos e Engenheiros do Aeroporto do Bacacheri, em Curitiba! Não é por aí. Nós temos que garantir a qualidade e evitar definitivamente o corporativismo.

A nossa Presidente tomou uma medida extraordinariamente interessante nos últimos dias, nos últimos meses, que é o envio de cem mil estudantes brasileiros com bolsas de estudo para o exterior. É evidente que essas escolas têm de ser analisadas; senão, de que valerá a bolsa se ela ficar submetida a uma provável ou improvável avaliação corporativa de uma universidade ou de uma faculdade brasileira?

Acho que estamos no caminho certo. A revalidação não é automática, ela tem critérios e tem princípios, só que ela é feita tendo relação com a credibilidade do curso que o estudante brasileiro presencia, submetendo-se, no exterior.

A nossa visão não é nem automatizar o diploma estrangeiro para cá, embora isso esteja acontecendo de uma forma perversa. Engenheiros europeus e portugueses estão sendo contratados por empreiteiras brasileiras, com salários insignificantes, para fazerem o trabalho de engenharia que é assinado por um engenheiro que já consta do quadro da própria empresa.

Então, isso não pode ser encarado pelo vezo corporativo, mas, sim, do interesse nacional.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srs e Srs. Senadores, eu não vou fazer nenhuma indagação; vou apenas parabenizar esta Comissão, sob a sua presidência, e o Senador Cássio, pela iniciativa e pela futura relatoria, pelo entendimento que já tem.

Hoje, vim aqui para formar uma opinião. Sou membro das duas comissões, então, para mim é muito útil. Vejo que, embora tenha demorado, é válido o trabalho que foi feito nas diversas comissões e através do tempo. Talvez, uma ou outra emenda de redação, para que conceituasse melhor.

Agora, faço aqui só um apelo. Que trouxéssemos aqui o representante do Ministério da Educação, para que não se deixe abrir uma faculdade em cada

esquina, sem a devida orientação, deixando, depois, esses profissionais numa situação difícil. Hoje, aqui no Brasil, é muito comum se ter uma placa onde se vê escrito: Faculdade. E a gente não sabe como é que aquilo está acontecendo, sem laboratório, sem nada. Isso prejudica aqueles que estão estudando.

Queria que o MEC tivesse o mesmo rigor que tem com alguns tipos de curso, que tivesse com todos os cursos. Isso para nós, brasileiros, é da maior importância.

Quero parabenizá-los. Tenho o meu entendimento e tenho a minha formação, hoje, de que o consenso está bem perto do fim.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O último inscrito é o Senador de Sergipe, Amorim.

Com a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, estou chegando agora, vindo de outras e outras comissões, obrigado pela palavra. Serei bem rápido, pelo adiantado da hora.

Só para dizer que o sonho de ver todas as categorias da área da saúde, especialmente eu, como médico, por vocação, é um sonho antigo. A medicina merece isso, sem querer adentrar em nenhuma outra categoria e nem restringir absolutamente nada. Esse é o nosso entendimento.

Infelizmente, não pude participar desta importíssima audiência pública, mas acho que é por meio do diálogo que nós fortalecemos a democracia e buscamos o consenso. Entendo que é muito importante, sim, legalizar não só a atividade médica, mas todas as outras, e a medicina é, com certeza, uma das mais antigas profissões que existem. Infelizmente, saúde pública não é prioridade ainda no nosso País, porque, se fosse, não investiríamos tão pouco. E ainda não temos no nosso SUS uma política de recursos humanos que valorize todas as 14 ou 15 atividades ou profissões envolvidas, infelizmente.

A luta continua, luta como esta, porque é extremamente necessária e estamos falando de uma das coisas mais nobres. Ninguém vai para canto nenhum e ninguém vive bem se não tiver saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antes de encerrar, quero fazer uma breve consideração.

A minha preocupação nesse processo todo é o voto corporativo. Nós temos que examinar em detalhes essa legislação. O Senador Cássio Cunha Lima já pediu

aos representantes das instituições que apresentem com clareza as suas objeções, que serão estudadas.

Há um tempo, li uma matéria em um jornal norte-americano que falava sobre o efeito da Internet sobre as profissões. Em determinado momento, o doente acaba entendendo mais da doença que sofre que o médico que o atende. O médico generalista que o atende.

Tenho muito medo dessa compartimentação, da transformação através da valorização do corporativismo da sociedade humana numa espécie de formigueiro, onde há as formigas guerreiras, as formigas trabalhadoras, e uma especialização que nega a multiplicidade cultural e a possibilidade das pessoas entenderem de assuntos que ultrapassam, em determinados momentos, o próprio currículo formal da sua formação, da faculdade que frequentaram.

Acredito que, pelo interesse que tem demonstrado, o projeto está em boas mãos.

Temos, sim, problemas regimentais. Se anularmos qualquer dispositivo do Substitutivo da Câmara, passa a valer o Substitutivo do Senado que já foi aprovado, mas temos o recurso das emendas redacionais, que poderão esclarecer e eliminar dúvidas, interpretações dúbias, em alguns artigos. E, sem a menor sombra de dúvida, sobre elas, convencido da necessidade, se debruçará o Senador Cássio Cunha Lima, que demonstrou a sua atenção enorme ao trabalho que está desempenhando, a quem, para o encerramento, passo a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, agradecendo a generosidade de poder ter a última palavra, acredito que não seria sequer elegante de minha parte suscitar novos temas, já que tenho a prerrogativa de falar por último. Portanto, dou-me por satisfeita, fico no aguardo de contribuições que possam vir, que sejam encaminhadas, encontros pessoais. O que pretendo é cumprir bem a representação que tenho como Senador da Paraíba, Senador do Brasil e tentar oferecer o meu esforço, a minha modesta colaboração para que possamos chegar ao ponto final deste já longo capítulo de discussão da regulamentação da profissão dos médicos no Brasil.

Agradeço a presença de todos. Cumprimento, de forma muito especial, todos os estudantes pela forma educada, civilizada e, sobretudo, cidadã de que participaram deste nosso encontro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agradecendo a participação dos palestrantes e o bom comportamento do Plenário, dou por encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dois de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cyro Miranda, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu e Ana Rita, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 26/2012-CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinado a “**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2012, que ‘Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003’**”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor David Bernardes de Assis, Diretor do Departamento de Contra-Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor José Antonio Baeta de Melo Cançado, Procurador de Justiça de Minas Gerais e Presidente da Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios** e o **Senhor General de Divisão Rubem Peixoto Alexandre, Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento e os

Senhores Senadores Cristovam Buarque, Wellington Dias e Cyro Miranda. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cyro Miranda**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, submetendo à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 26 da Comissão de Educação, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, para a realização da audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, e a Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão Júlio Ricardo Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Convido o Sr. José Antonio Baeta de Melo Cançado, Procurador de Justiça de Minas Gerais e Presidente da Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios, como também o General de Divisão Rubem Peixoto Alexandre, Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. (Pausa.)

Agradeço a presença dos nossos convidados, Dr. José Antonio Baeta de Melo Cançado, General de Divisão Rubem Peixoto Alexandre, e passo a palavra para o nosso primeiro convidado, o Dr. José Antonio

Baeta de Melo Cançado, pelo tempo de 20 minutos, e, se houver necessidade, prorrogaremos.

Com a palavra o Sr. José Antonio.

O SR. JOSÉ ANTONIO BAETA DE MELO CANÇADO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda. Agradeço o convite formulado por esta Comissão, na pessoa da Senadora Ana Amélia, Relatora desse projeto, a quem agradeço o convite feito a nossa pessoa, para que pudéssemos, hoje, estar aqui presente, para trazer uma contribuição da Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios a respeito desse tema da Copa do Mundo.

Acredito que o principal ponto que nos trouxe aqui é exatamente a polêmica da restrição ao consumo de bebidas alcoólicas nos estádios e, principalmente, à liberação do consumo de bebidas alcoólicas durante o período da Copa do Mundo.

Para esse debate, entendo necessário iniciar essa explanação fazendo um histórico de como se deu essa implantação dessa diretriz dessa medida em nosso País. Permito-me lembrar que tudo começou no ano de 2005, final de 2005, em que a violência nos estádios estava saindo do limite. Era observada à época uma evasão muito grande de torcedores, você não tinha mais, não estava contando mais com famílias indo aos estádios e, na maioria dos eventos esportivos no País, observavam-se apenas distúrbios e tumultos nos estádios, principalmente nos maiores jogos.

Àquela época, a CBF procurou o Ministério Público, através do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça. O que é o Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, CNPG? É um Conselho onde se reúnem todos os Chefes de Ministérios Públicos dos Estados, todos os Procuradores Gerais de Justiça e o Procurador Geral da República. Então, quer dizer, são todos os Chefes de Ministério Público que integral esse Conselho, também o Chefe do Ministério Público Militar, o Chefe do Ministério Público do Trabalho; enfim, é um colegiado em que todas as chefias do Ministério Público possuem assento. Foram procurar o CNPG, é obrigação, numa área específica dessa natureza, do Ministério Público intervir, mesmo porque o Estatuto do Torcedor prevê a fiscalização, por parte do Ministério Público, dessas ações de segurança do art. 17 do Estatuto do Torcedor dos Planos de Ação de Segurança. Com isso, o CNPG criou essa Comissão, que eu coordeno, hoje, a Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios. Durante o ano de 2006, foram feitas várias reuniões, foram discutidas várias implementações de diretrizes de segurança, até que se chegou à conclusão da necessidade de implantar a restrição à bebida alcoólica.

Àquela época, São Paulo já contava, desde 2006, com uma Lei Estadual, que restringia o consumo de bebidas alcoólicas em seus estádios, mas a Lei não era muito bem observada. Alguns estádios ainda permitiam a venda de bebidas alcoólicas em seu interior, outros, proibiam, outros, permitiam. Com isso, no início de 2007, em Minas Gerais, no Mineirão, iniciou-se uma primeira experiência. Então, o Mineirão foi o primeiro grande estádio do País a restringir o consumo de bebida alcoólica em seu interior. Com esta proibição no Mineirão, o que se verificou? Uma redução drástica da violência no interior dos estádios. Então, as estatísticas comprovam o êxito dessa medida.

Temos aqui as estatísticas, Sr. Presidente, e podemos passar à Comissão, realizadas, comparando o ano de 2006 e o ano de 2007. Nas ocorrências do Corpo de Bombeiros, houve uma redução em torno de 75%. Antes da restrição, possuía-se uma média de 39 ocorrências pelo Corpo de Bombeiros ali no estádio. Estas ocorrências, muitas vezes, são quedas de torcedores e outros acidentes.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Esses dados se referem ao Estado de Minas Gerais?

O SR. JOSÉ ANTONIO BAETA DE MELO CANÇADO – A Minas Gerais, mas tenho também de São Paulo e de...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, esses dados...

O SR. JOSÉ ANTONIO BAETA DE MELO CANÇADO – Esses os quais estou falando, sim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, esses dados de 75%.

O SR. JOSÉ ANTONIO BAETA DE MELO CANÇADO – Do Mineirão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah! Do Mineirão.

O SR. JOSÉ ANTONIO BAETA DE MELO CANÇADO – Do Mineirão, pois ali foi o plano piloto. Exatamente, do Estádio Magalhães Pinto.

Antes da restrição, 75%, depois da restrição, uma média de 10 ocorrências.

Nas estatísticas produzidas pela polícia – e, aqui, estamos falando pela área de segurança, Polícia Militar e Polícia Civil – houve uma redução de quase 30% nos índices de violência, mas isso, se se considerar em termos de ocorrência, por quê? Porque, se se considerar o número de ocorrências por torcedores, você vai ver que essa redução nas estatísticas de violência foi superior a 50%. Com a restrição da bebida alcoólica, por incrível que possa ser para aqueles que defendem de maneira diferente, houve um aumento substancial

do público nos estádios. Por exemplo, no ano de 2006, em 14 jogos do Campeonato Mineiro, houve um público de 114 mil pessoas. No ano de 2007, em apenas 10 jogos do Campeonato Mineiro – e estamos comparando partidas com mais ou menos a mesma regularidade porque, se não, as pessoas podem apontar: ah! Mas você está pegando jogo de maior repercussão comparando com jogos de menor repercussão –, o público subiu para 167 mil, ou seja, um acréscimo de mais de 50% no público, e, o que é mais importante, o próprio Comandante da Polícia Militar comunicou que houve, para a Polícia Militar, aquilo que se chama um bom problema.

Por que um bom problema? Ele foi obrigado a aumentar o efetivo de policiais femininos, tendo em vista o acréscimo da freqüência do público feminino e de crianças aos estádios. Então, houve o retorno das famílias aos estádios, em decorrência direta da aplicação dessas diretrizes de restrição à bebida alcoólica.

É importante indicar que, nos crimes praticados contra a pessoa, as estatísticas da Polícia Militar demonstram que houve uma diminuição da marca de 65% a mesmo 100%. Ou seja, não foi registrado nenhum tipo de crime que antes havia sido registrado, como, por exemplo, crime de ameaça. Então houve uma redução substancial, e também dos crimes contra o patrimônio, nessa ordem, e contra a administração pública, que é o crime de resistência e desacato.

Muitas vezes a pessoa embriagada acaba por enfrentar a autoridade, e a pessoa estando no seu juízo normal, estando com toda a sua consciência, se retrai.

E o que é mais importante nessas estatísticas. O Departamento Médico do Mineirão indicou uma redução de 90% de ocorrências naquele setor do estádio. Antes você tinha ocorrências gravíssimas, em decorrência inclusive da bebida alcoólica, até mesmo de óbito dentro do estádio.

Nós tivemos, no ano de 2006, dentro do Mineirão, lamentavelmente, dois óbitos de torcedores embriagados que caíram no fosso que separa o gramado. Eles ficaram dependurados no alambrado, é proibido, e embriagados dali despencaram e faleceram.

No ano de 2007, não houve registro de quase nenhuma ocorrência grave no estádio. E a maioria das ocorrências graves de que houve registro era em decorrência muitas vezes da própria condição pessoal da pessoa – pessoas hipertensas que passaram mal ali no estádio.

Então, isso é importante. E a grande vitória foi que num jogo Atlético e Cruzeiro, com 62 mil pessoas presentes ao estádio, não houve registro de nenhuma ocorrência grave ou mediana dentro do departamento

médico. Houve apenas monitoramento de casos de pressão grave, algum resfriado, alguma...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então o jogo foi empate? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ ANTONIO BAETA DE MELO CANÇADO – Não, houve a vitória do Atlético. Não foi empate não.

Então, para as estatísticas, sem dúvida nenhuma, foi muito alvissareiro esse resultado.

Com essas estatísticas produzidas no ano de 2007, evoluiu a questão dessa diretriz e se resolveu implantar essa medida em todo o País. Para tanto, a CBF publicou, em 2008, a RDP, Resolução da Presidência da CBF nº 1/2008, que proibiu a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros em jogos por ela organizados.

É sempre bom lembrar que há uma percepção muitas vezes equivocada a respeito do futebol. Deveremos lembrar que o futebol é de iniciativa privada. Se a CBF, que é uma entidade privada, que organiza o futebol, que é a dona do espetáculo, proíbe ali o consumo de bebidas alcoólicas em seus eventos, não pode o particular querer que haja venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

É a mesma coisa, por exemplo: quando se utiliza o estádio para eventos religiosos, querer que se venda bebida alcoólica dentro do estádio, porque vai ter uma aglomeração de pessoas e nós queremos que vendam bebida alcoólica. Ora, aquilo ali não é um evento patrocinado pelo Poder Público, é um evento das igrejas, é um evento para o qual eles determinam as diretrizes.

A mesma coisa com o futebol. Foi determinado pela CBF, é claro, no bojo de um termo de ajuste de conduta que a CBF firmou com o Ministério Público, com todos os ministérios públicos e, então, ela foi respaldada juridicamente, houve essa restrição; e naqueles estádios em que não estavam obedecendo a essa resolução, a CBF determinava que o time mandante designasse outro estádio para assim proceder. Ela é a dona do espetáculo, então ela tinha esse poder.

Com isso, essa medida aos poucos foi sendo efetivada em todo o País, em todas as praças esportivas, e, a partir daí, alguns Estados inclusive passaram a fazer leis, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul, Pernambuco; no Ceará foi uma lei municipal, no Rio de Janeiro uma lei municipal.

Então, todos os Estados ou aqueles Municípios que possuíam um estádio de maior porte editaram legislações nesse sentido de restrição à bebida alcoólica. Outros Estados, como é o caso de Minas Gerais, preferiram aplicar essa medida de restrição através de Termo de Ajustamento de Conduta. Em Minas Gerais é um Termo de Ajustamento de Conduta de que fazem

parte o Procurador Geral de Justiça, o Secretário de Estado de Defesa Social, o Comandante Geral da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, a Federação e a CBF. Quer dizer, esses são os entes, esse é o instrumento jurídico que estaria aí restringindo o consumo de bebidas alcoólicas.

Em 2010, o Congresso Nacional houve por bem modificar o Estatuto do Torcedor. E nessa modificação inseriu no art. 13 do Estatuto do Torcedor a restrição à bebida alcoólica, uma vez que previu que: É proibido ao torcedor ingressar no estádio ou ali permanecer consumindo ou bebidas proibidas ou bebidas que possam gerar violência. Então, é um artigo muito claro nesse sentido. Por que não se referiu especificamente à bebida alcoólica? Porque o artigo de lei fala “substância e bebida”. Então, são substâncias ou bebidas que possam causar violência.

E nós acreditamos, pela própria literatura médica, ou mesmo pelo próprio bom senso e percepção de qualquer homem médico, que a bebida alcoólica é uma bebida que causa violência, passível de causar violência, tanto que você tem hoje uma política nacional voltada para a prevenção do álcool, exatamente porque o álcool é um dos fatores determinantes da violência doméstica. Disso aí não há a menor dúvida.

Então, para o Ministério Público, essa cultura que foi formada a respeito da restrição ao álcool, e principalmente hoje quando nós temos o costume de uma geração de jovens que frequenta o estádio, porque essas restrições estão em vigor desde 2007 ou 2008, e hoje estamos no sexto ano dessa restrição, nós temos jovens com 22, 23 anos, com 21 anos que jamais consumiram bebida alcoólica nos estádios. Podem consumir antes, mas sabem que o estádio não é local de consumir bebida alcoólica.

E foi exatamente por isso que nós tivemos uma surpresa ao verificar, pelo menos através da mídia, que possivelmente a FIFA estaria exigindo a venda de bebida alcoólica, a liberação da bebida alcoólica, em razão de ser patrocinada pela *Budweiser*.

O argumento, pelo menos na mídia – e eu gostaria de destacar aqui na Comissão, porque, em momento algum, eu ouvi a FIFA exigir claramente a liberação de bebida alcoólica, o que seria um contrassenso. Explico o motivo pelo qual seria um contrassenso: o que temos acompanhado é que o Brasil assinou um protocolo de intenções com a FIFA, que iria garantir a venda de bebidas alcoólicas. Ora, se se observar os termos de garantia, principalmente lá, é a garantia oito, onde estaria essa obrigação. Lá fala, em linhas gerais, que o Brasil se compromete que não haverá nenhuma restrição de venda de produtos dos patrocinadores da FIFA nos estádios, inclusive faz alusão a alimentos e a

bebidas. Nem alimentos e bebidas sofrerão qualquer restrição de vendas nos estádios.

Agora, da época em que o Brasil assinou esse compromisso, que foi o ano de 2007, a preocupação maior era que fosse servida alcoólica em sim, mas a bebida e comida de seus patrocinadores. E por que falo não à bebida alcoólica em si? Porque à época a FIFA proibia o consumo de bebidas alcoólicas em eventos que ela era a organizadora. Isso está no caderno de segurança da FIFA em seu art. 19, em que ela claramente proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, assim como a venda, e determina, inclusive, a retirada daqueles torcedores que, porventura, estiverem alcoolizados ou fazendo uso de substâncias entorpecentes.

Então, vejam bem, isso por parte da FIFA à época.

E, mais ainda, no ano de 2007, quando a FIFA estava no Brasil fazendo as vistorias nos estádios e ainda...

(*A Presidência faz soar a campainha.*)

Só cinco minutos, Sr. Presidente.

Quando a FIFA estava fazendo as vistorias dos estádios, principalmente em Belo Horizonte, ainda não havia a definição das cidades sedes, tinham-se ali as candidatas às cidades sedes, Walter Gagg, que é era o Diretor de Segurança da FIFA, em uma reunião em Belo Horizonte, no ano de 2007, disse claramente que a FIFA não iria permitir a venda de bebidas alcoólicas na Copa do Mundo. E isso ele disse em reunião aberta, onde diversas testemunhas estavam presentes, como, à época, o Diretor da Ademg, o Presidente da Federação Mineira de Futebol, o Comandante-Geral da Polícia Militar. À época, havia em Minas Gerais uma grande polêmica a respeito da adoção dessa medida de restrição de bebidas alcoólicas, porque ali tinha acabado de ser adotada essa medida. Havia várias pessoas contestando essa medida ali no Estado. E Walter Gagg, publicamente, declarou que ele não só era, como também a entidade FIFA, a favor dessa restrição, como parabenizava o Estado de Minas Gerais e acrescentou ainda que Belo Horizonte, por ter implantado essa medida de restrição à bebida alcoólica, tinha maiores chances, inclusive, de ser cidade sede, e credenciava-a e se apresentava melhor no aspecto de segurança para bebida alcoólica.

Então, é com grande surpresa que, hoje, nós estamos observando esse discurso pela mídia em nosso País, porque, se a FIFA, lá atrás, afirmou que não haveria venda de bebida alcoólica por meio de seu diretor de segurança, por que agora houve essa modificação de discurso?

O Brasil não assumiu explicitamente essa obrigação de vender bebidas alcoólicas. É por isso exata-

mente que o Ministério Público respeita contratos. O Ministério Público quer sim a garantia dos contratos, que são a base de toda uma sociedade democrática, por quê? Se você não cumprir os contratos, você não tem palavra. Mas acontece que, neste caso específico da bebida alcoólica, a própria FIFA afiançou perante o próprio Ministério Público de que não haveria venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo. Ela mesma disse isso.

Então, não pode agora ela querer que haja venda de bebida alcoólica porque, no mínimo, no mínimo, ela estaria cometendo uma desonestade intelectual nesse sentido. No mínimo, ela estaria praticando aí uma desonestade intelectual. Não tenho dúvida disso.

Então, vejam bem, e mais ainda, na discussão na Câmara dos Deputados – salvo engano, foi o Deputado Anthony Garotinho quem levou uma entrevista do Ministro do Esporte feita ao *Estado de S. Paulo*, em que o próprio Ministro afirma que a FIFA não está exigindo explicitamente a venda de bebidas alcoólicas nos estádios, mesmo porque vai pela contramão de toda uma política de segurança na seara do futebol.

A Uefa, por exemplo –, e nós tivemos as finais dos campeonatos promovidos pela Uefa –, proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todas as suas competições.

A Carlsberg, que é a cerveja patrocinadora da Uefa, acabou este ano exatamente para atender essa proibição. Lançou a cerveja sem álcool só para vender nos jogos na Uefa. Então, dizer que no exterior há venda de bebida alcoólica, aqui eu afirmo perante esta Comissão: não é verdade. Tanto que nós tivemos agora o principal jogo após, porque infelizmente na área da América do Sul nós temos a Conmebol, mas não é de grande repercussão como é a final da Uefa. Superior a uma final da Uefa, principalmente em termos econômicos, só mesmo a final da Copa do Mundo. Não houve comercialização de bebidas alcoólicas nesses jogos da Uefa. Foi terminantemente contra o consumo, ou seja, foi restrito o consumo de bebidas alcoólicas nesses jogos.

São essas as contribuições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu que agradeço a participação do Dr. José Antônio Baeta, Procurador de Justiça de Minas Gerais.

Quero comunicar às Srs e aos Srs. Senadores que esta Comissão está tendo a sua transmissão ao vivo pela TV Senado, Agência Senado, Rádio e Jornal, e ILB (Instituto Legislativo Brasileiro).

Também gostaria de registrar a presença do Sr. Davi Bernardes de Assis, Diretor do Departamento de Contrainteligência da Agência Brasileira de Inteligência, ABIN. Obrigado pela sua presença.

Passo, então, a palavra ao General de Divisão Rubem Peixoto Alexandre, pelo tempo de 20 minutos, que, se necessário, poderá ser prorrogado.

O SR. RUBEM PEIXOTO ALEXANDRE – Exmº Sr. Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão; Exmª Srª Senadora Ana Amélia; Exmº Sr. Senador Wellington Dias; Dr. José Antonio; senhoras e senhores, bom dia.

Tenho a satisfação de representar, nesta oportunidade, o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República General de Exército José Elito Carvalho Siqueira, que determinou que eu aqui comparecesse para apresentar qual o papel do Gabinete de Segurança Institucional nos aspectos que tratam da segurança da Copa das Confederações e também da Copa do Mundo.

Vou apresentar algumas transparências. Gostaria que os senhores pudessem acompanhar.

Então, depois dessa breve introdução, vou apresentar rapidamente o nosso organograma da Presidência para ver onde o GSI está inserido, o Gabinete de Segurança Institucional, o nosso Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Inteligência Integrada, que é o objeto do nosso trabalho, que visa proporcionar segurança aos eventos relacionados com o futebol: Copa das Confederações e Copa do Mundo. E, finalmente, uma conclusão para, a partir daí, termos condições de participar de algum questionamento que seja necessário.

No organograma da Presidência da República, que todos conhecemos, eu gostaria de destacar, aqui, o papel do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), como um dos órgãos essenciais da Presidência da República.

Podemos passar. Por favor.

Este aqui é o nosso organograma, a estrutura atual do GSI. Destaco que o Ministro do GSI tem competência no âmbito do Conselho de Defesa Nacional (CDN). Ele é o Secretário Executivo do Conselho de Defesa Nacional (CDN), que é presidido pela nossa Presidente; a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), que reúne diversos ministérios e que trata de assuntos relacionados com segurança, fronteiras e assuntos internacionais.

Nas estruturas das secretarias, destaco a Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares (Scaam), que trata basicamente do contato com as Forças Armadas, por intermédio do GSI, e das viagens da nossa Presidente e do Vice-Presidente; a Secretaria de Segurança Presidencial, que trata da segurança da Presidente, do Vice-Presidente e de seus familiares; a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (Saei), à qual pertenço, motivo

pelo qual, acredito, o Ministro tenha determinado que viesse aqui, nesse contato com nosso Senado Federal; e a nossa Agência Brasileira de Inteligência (Abin), cujo papel relevante que terá em todo esse trabalho de segurança eu desejo destacar.

Eu gostaria de mostrar, rapidamente, alguns aspectos da Lei nº 9.883, de dezembro de 1999, que foi um marco no âmbito da inteligência no nosso País. Ela institui o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e também cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

No art. 1º, fica instituído o Sisbin, o Sistema Brasileiro de Inteligência, que se encarregará do “planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República – no caso a nossa Presidente agora – nos assuntos de interesse nacional”.

Então, destaco, aqui, o que o nosso Ministro costuma falar normalmente: No art. 1º, está o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), e assim que se pretende seja feito esse trabalho relacionado com a segurança dos eventos.

No § 1º, também se destaca que essa lei tem como fundamentos a soberania nacional, a defesa do Estado democrático de direito, a dignidade da pessoa humana, os direitos humanos e também as garantias individuais.

Poderemos passar para o próximo.

No art. 3º da mesma Lei nº 9.883, destacamos, aqui, que fica criada a Abin, a Agência Brasileira de Inteligência.

O que é a Abin? É um órgão da Presidência da República e é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência. Então, tem como missão precípua “planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência [...], obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas nos termos da lei”.

Então, essa é a missão da nossa Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que coordena o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

E destaco, aqui, que a Lei nº 10.683, de maio de 2003, e a Lei nº 11.958, de 2009, são as leis que tratam da organização da Presidência da República. Elas destacam que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) coordena todas as atividades de inteligência federal.

Já vimos, na projeção anterior, que a Abin, e aqui reitero, faz parte da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Com isso, o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional é o ordenador de toda a inteligência federal do nosso País.

Poderemos passar.

E, aqui, vem o principal, eu creio, da nossa exposição, que é uma visão dos órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

Vamos começar, aqui, pelo Ministério do Meio Ambiente, que está bem aqui em cima, onde temos a Secretaria Executiva e também o Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, fazendo parte do Sistema Brasileiro de Inteligência.

Temos também o Ministério da Previdência Social; o Ministério da Justiça, que tem diversos órgãos pertencentes ao Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), tais como, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

E, saindo da Justiça, temos o Ministério do Trabalho e Emprego; o Ministério da Fazenda, com o Coaf, a Receita Federal e o Banco Central, que pertencem ao Ministério da Fazenda e são importantes, no âmbito da inteligência, com trabalhos específicos direcionados para a área financeira.

A Casa Civil, da Presidência da República, passou recentemente também a pertencer ao Sistema de Inteligência, por meio da Secretaria Geral; o Ministério da Integração Regional; o Ministério da Saúde; o Ministério das Relações Exteriores, do qual, até pouco tempo, fazia parte do sistema apenas a Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais (Cocit). E hoje temos, inclusive, a Secretaria Geral das Relações Exteriores (SG), do Ministério das Relações Exteriores, também fazendo parte do Sisbin; a Secretaria de Aviação Civil, outro órgão também que faz parte; o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e outro ator importante, que é o Ministério da Defesa, onde temos a Subchefia de Inteligência Estratégica, uma assessoria de inteligência operacional, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, nossa Marinha do Brasil, o Centro de Inteligência da Marinha, o Centro de Inteligência do Exército, o Centro de Inteligência da Aeronáutica e também o Censipam.

Então, temos um total de 26 órgãos pertencentes a 13 ministérios, compondo o nosso Sistema Brasileiro de Inteligência. Nesse sentido, a inteligência do nosso País está a cargo de todos esses atores, tendo a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional.

Esta transparência pulou de lugar, ia aparecer depois, mas já falamos disso aqui rapidamente.

O que está sendo feito, hoje, por todo o sistema, com relação à Rio+20?

Esses trabalhos aqui de análises de risco, nas delegações, hotéis, aeroportos, trajetos, que é um trabalho permanente que, hoje, está sendo feito para a Rio+20.

Poderemos passar à próxima, por favor.

No trabalho a ser desenvolvido pelo nosso sistema, nós teremos um Centro de Inteligência Nacional, que estará situado, aqui, em Brasília, coordenando todas as ações, e teremos também centros de inteligências regionais, em cada um dos Estados que sediará os eventos relacionados com o futebol.

Esse nosso mapa do Brasil mostra os Estados ou as cidades onde teremos eventos, teremos jogos, alguns jogos, e destacamos aqui o Centro de Inteligência Nacional, que ficará em Brasília e em cada um dos Estados, dos 12 Estados onde teremos eventos da Copa do Mundo, os Centros de Inteligências Regionais.

Podemos passar essa transparéncia.

Qual é o trabalho que será feito pelo nosso sistema, com relação à Copa das Confederações e à Copa do Mundo? Análises de risco das delegações, hotéis, aeroportos, trajetos e locais de eventos. No início, logo na chegada aqui, o jornalista da TV Câmara quis saber qual era o nosso papel, o que iríamos fazer? E perguntou se esse trabalho já começou ou se vai ser feito mais próximo à Copa do Mundo? O trabalho de inteligência é um trabalho permanente, uma atividade permanente em nosso País.

Tudo está sendo preparado, organizado, para que seja um trabalho que atenda à necessidade de segurança dos eventos. Esse trabalho de segurança dos eventos relacionados a futebol está sob a coordenação do Ministério da Justiça, contato também com o Ministério da Defesa e outros atores. E nós, GSI e Abin, basicamente a inteligência. Nos nossos planejamentos a inteligência é um anexo do plano de segurança da Copa do Mundo. Acredito que sintetiza assim o trabalho da inteligência, trabalho permanente que vem sendo feito desde sempre, acompanhando a conjuntura do País e internacional. Para esses eventos, efetivamente, o Ministério da Justiça estará coordenando a segurança, e o GSI, coordenando a parte de inteligência federal. Temos também a parte de inteligência dos Estados, pois os Estados não fazem parte hoje do nosso sistema de inteligência, que tem um papel importantíssimo a realizar, como bem já destacou o nosso Dr. José Antônio.

Creio que essa era a apresentação, Sr. Presidente, inicial que podíamos fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço a participação do General de Divisão Rubem Peixoto Alexandre, Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Passo, em seguida, a palavra à autora do requerimento, a nobre Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Cyro Miranda, quero agradecer muito a qualidade das informações prestadas no âmbito desta audiência pública, cujo objetivo é exatamente, no meu caso, subsidiar o relatório que preparamos na Comissão de Educação a respeito do projeto do Governo, já aprovado na Câmara, que trata dessa questão.

Agradecer ao Dr. José Antonio Baeta de Melo Cançado, Procurador de Justiça de Minas Gerais e Presidente da Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios, e ao General Rubem Peixoto Alexandre, que vem aqui em nome do GSI, que é o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

De fato, Dr. José Antonio, a grande questão está sob a questão da bebida. Temos a habilidade no Brasil de fazer coisas confusas ou um pouco claras, veja só, o senhor mencionou aí a garantia... O item nº 8, do documento que o Brasil firmou com a FIFA, em 2007, que diz – vou reproduzir o texto oficial escrito, o compromisso oficial com a FIFA: “Não existem nem existirão restrições legais ou proibições sobre a venda, publicidade ou distribuição de produtos das afiliadas comerciais, inclusive alimentos e bebidas, nos estádios ou em outros locais durante a competição”.

Bem, nós temos, como disse bem V. Ex^a, a questão do estatuto que em quatro Estados brasileiros, que serão sede, em que ele veda a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios. A Câmara tentou dar uma modificada no texto, que ficou de uma maneira, digamos, pouco clara em relação, primeiro, a transferir aos Estados a responsabilidade dessa proibição.

O Diploma Legal, que trata da matéria, o 10.671, de 2003, conhecido como o Estatuto do Torcedor, é o que estamos falando; já o Projeto de Lei da Câmara ao suspender no seu art. 68 os efeitos do art. 13, “a”, da norma relacionada ao Estatuto do Torcedor, no ponto em que contém a proibição de consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, gera um vazio jurídico da Legislação Geral, jogando para os Estados a responsabilidade sobre esse tema. É nesse particular que temos que avaliar o que vai ser feito. A lei vale ou não vale? O que o Ministério Público está dizendo que esses Estados devem fazer? Anular, porque passou por essas respectivas assembleias essa matéria. Essa é uma questão. Como fazer e compatibilizar isso?

A questão, bem lembrada por V. Ex^a, sobre as violências que aconteciam, a boa experiência, positiva, da proibição da bebida.

Com relação à possibilidade de liberar a bebida alcoólica nos estádios durante a Copa, o senhor considera a liberação possível de retrocesso na Legislação Brasileira? Primeiro, se os Estados têm que mudar, se-

gundo, se é um retrocesso na lei e se é aceitável isso. E na sua avaliação, a venda de bebidas alcoólicas em estádios pode aumentar a violência entre as torcidas? Ela poderia instigar, por exemplo, a violência durante a Copa num jogo como o clássico Brasil e Argentina? Imaginem, nós, lá no Rio Grande do Sul, termos que aguentar esse negócio! Ou Inglaterra e Alemanha? Argentina e Uruguai? Vejam se tivéssemos que fazer isso lá em Porto Alegre?

Agora, tem uma questão que V. Ex^a lembrou aí. Digamos que seja proibida a comercialização da bebida, como vai fazer para impedir que um torcedor embriagado entre no estádio? Porque já está proibido o bafômetro para a questão da direção perigosa. Nesse caso, nós já temos aí uma dificuldade, embriagado ou sob efeito de uma droga ilícita. Então é essa a questão que eu queria colocar ao senhor.

Aqui tem outra questão: o Conselho Nacional do Ministério Pùblico vem acompanhando, porque nós tivemos o caso triste da Bahia, do estádio da Bahia, em que o próprio Ministério Pùblico havia alertado, a pedido da CBF, sob as condições de segurança naquele estádio. Aconteceu aquela tragédia, mostrando que havia um alerta do Ministério Pùblico. Quero saber se o Ministério Pùblico está acompanhando a construção dos estádios, se está havendo um interesse específico também nessa questão? Porque não é apenas a questão relacionada à bebida em si, mas também à matéria relacionada à competição.

Estava aqui com o texto que ficou... A Câmara fez uma alteração e eu aqui tento encontrar que ela fez uma... Eu queria a minha assessoria, o Alexandre, onde está aquela parte do texto em que... A Câmara atenuou o projeto em relação à questão da bebida. Não portar objetos, o anterior falava, tinha outro texto... Era este o texto. É papel demais aqui.

E aqui é o seguinte: a comparação é que nada muda do que o Governo propôs e o que a Câmara modificou, à exceção do inciso II, no que tange à proibição de portar bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência, que é suavizada para uma frase que simplesmente diz o seguinte: portar objeto que possibilite a prática de atos de violência. Quer dizer, é pouco claro isso do ponto de vista da lei.

Então, era isso que eu queria pontuar a V. Ex^a exatamente sobre isto: portar objeto que possibilite a prática de ato de violência, que não se sabe se uma garrafa cheia de cerveja ou cheia de cachaça ou cheia de outra bebida.

Então, comoclarear esse texto, e também a questão da bebida.

São essas as questões para o senhor.

E para o General: eu acompanhei aqui a questão que V. Ex^a falou dos centros regionais que vão funcionar nos Estados, inclusive em Porto Alegre, porque eu sou gaúcha e tenho interesse lá no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em primeiro lugar, esses centros regionais vão funcionar onde a Abin já está instalada? Vai ter uma outra unidade? Estarão funcionando junto com a Polícia Federal? Quantos profissionais estão escalados para essa operação? E o plano de segurança referido por V. Ex^a é feito pelo Ministério da Justiça? É o Ministério da Justiça que está controlando isso? Os Estados e a União vão compartilhar os investimentos para isso ou é apenas uma responsabilidade da União? Existe alguma cooperação nesta área de informação e segurança com os países que já fizeram a Copa, como mais recentemente a África do Sul? Então, como vai funcionar essa operação. E aquilo que o senhor antecipou, quando o repórter perguntou, assim que o senhor chegou aqui: eu queria saber também se esse trabalho – embora saiba que isso é permanente – está andando dentro do calendário estipulado pelo gabinete de informação.

Desejo saber também se há uma previsão orçamentária, se está tudo dentro dessa programação da liberação desses recursos e se não tem nenhuma outra dificuldade adicional? Ou qual é a principal dificuldade além dessas questões dos recursos?

São essas as minhas questões.

Agradeço ao José Antonio, e agradeço ao General Rubem Peixoto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu a parabenizo por ser a autora do requerimento que é da maior importância para que esclareçamos todas as dúvidas.

Eu passo a palavra, em seguida, para as respostas, ao Sr. José Antonio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se V. Ex^a me permite, nós poderíamos fazer, já que somos três Senadores presentes, um bloco e, em seguida, ele responder?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu acho que sim. Eu só gostaria de, como a autora do requerimento está aqui, homenageá-la dentro dessa série de perguntas para que não se perca o raciocínio.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós podemos aceitar, não há maiores dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu passarei a palavra ao Dr. José Antonio e, logo em seguida, faremos o bloco dos dois.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. JOSÉ ANTONIO BAETA DE MELO CANÇADO – Prezada Relatora, Senadora Ana Amélia muito obrigado pelos questionamentos e eu vou iniciar exatamente com a própria afirmação que V. Ex^a fez.

Eu não tenho dúvida. O futebol não é um evento de congraçamento entre pessoas. Ele é um evento esportivo e como todo evento esportivo, uma das principais bases para êxito é a rivalidade. A rivalidade é sem dúvida um dos ingredientes que, sem dúvida, mais contribui para o sucesso do esporte, por quê? Porque você ali está em uma competição.

Então, existindo ali a rivalidade é completamente diferente, por exemplo, de um evento, de um *show* com um evento de música, em que as pessoas vão ali, principalmente, para o congraçamento entre outras pessoas. Então, o que ocorre? O álcool potencializa essa rivalidade. Então, em jogos que são entre equipes tradicionalmente rivais no mundo, essas torcidas carregam consigo essas agressividades em decorrência dessa rivalidade. E eu não tenho nenhuma dúvida que o álcool irá potencializar isso, a ponto inclusive de não se saber realmente as consequências futuras, por quê? Ledo engano quem estiver pensando que virá ao Brasil o europeu, o torcedor europeu com polaina, de cartola, fraque, não é? Ledo engano, porque hoje nós temos organizações de torcedores na Europa extremamente violentas que, infelizmente, o resultado dessa violência na Europa pode ser vista aqui no Brasil, porque nossos jovens copiaram tão-somente o modelo, por intermédio dessas mídias sociais; muita coisa é copiada. Nós aqui estamos reproduzindo muita coisa que ocorre na Europa.

Então, veja bem: é ledo engano quem acha que virão somente torcedores diferentes. O que você verifica na prática é o contrário.

Agora mesmo, nos transportes de torcedores da Uefa num jogo em Portugal, em que torcedores espanhóis depredaram várias estações de trem. Há uma grande preocupação na Europa, uma preocupação crescente com relação aos eventos de futebol, e à violência que, muitas vezes, acontecem.

Então, por isso é que a Uefa, nos seus jogos, proíbe a bebida alcoólica. A própria FIFA, apesar de atenuar restrição, a própria legislação da FIFA hoje, com respeito à bebida alcoólica, também é rígida. Foi a partir de 2009, na África do Sul, que eles modificaram. Mas é rígida também. É certo, a esse respeito da bebida alcoólica.

Eu não tenho dúvida de que o álcool possa sim trazer problemas de segurança em nosso País, principalmente porque, veja bem, é outro dado que faz parte, já que eu entrei nessa questão de torcida – e poucos estão observando –, porque na Disposição Final da lei aprovada na Câmara, no parágrafo único do art. 68, foi suspenso o art. 39-A e o 39-B do Estatuto do Torcedor, pelo parágrafo único do art. 68. E a grande observação do Ministério Público... Veja bem, só vai ficar valendo para as pessoas – porque fica até o nome engracado quando se lê – jurídicas de Direito Privado ou existente de fato... O que seria isso? Na verdade é o seguinte: só fica valendo para o torcedor do Brasil, para o torcedor estrangeiro, não. É isso que está escrito aqui. Ou seja, a lei só vale para o torcedor brasileiro, não vale para o torcedor estrangeiro. E nós temos grandes preocupações por isso, porque é até bom o General Rubem estar aqui presente, por quê? Porque esse é um instrumento muito útil para ser utilizado na área da inteligência, porque permite você punir toda uma organização de torcedores onde esteja com dificuldade de individualizar a ação de cada um. Nós sabemos – não é General Rubem? –, que muitas vezes, num tumulto, há dificuldade de se individualizar cada um ali que participou, mesmo porque sai todo mundo correndo.

Então, essas organizações de torcedores que existem hoje no exterior, na Europa, são todas conhecidas. A inteligência do Brasil pode muito bem fazer contato com a inteligência da Espanha, com a inteligência da Inglaterra, com a inteligência de Portugal, esses grupos de associações são todos conhecidos, estão todos catalogados, determinados; as associações nos respectivos países. Se por acaso vierem ao Brasil e a nossa inteligência determinar que esses grupos estão fazendo tumulto, vandalismo e violência, não só dentro dos estádios, mas nos arredores dos estádios, nos deslocamentos, aí nós conseguiremos punir todo aquele grupo, sem precisar identificar cada um.

Então, é muito fácil isso.

Agora, realmente isso nos trouxe preocupação. Aqui você vai poder continuar punindo as torcidas organizadas brasileiras, mas como é a Seleção Brasileira que está em campo, eu não sei se vamos ter Gaviões da Fiel, a do Palmeiras, a Galocura, a Máfia Azul, etc. Você não vai ter isso. Então ficou uma coisa inócuca. Para nós é interessante, principalmente porque na Europa esses jogos de seleções em que você tem campeonatos o ano todo envolvendo as seleções dos países da Europa, então você tem torcidas organizadas de seleções. Ao contrário, no Brasil ainda nós não constatamos, por exemplo, uma torcida organizada da Seleção Brasileira; você tem uma torcida abstrata do

País inteiro, mas como, por exemplo, você tem no Flamengo, você tem no Palmeiras, você tem no Internacional, você tem em Goiás, você tem em Minas, você tem em diversos Estados, você não tem uma torcida organizada própria do Brasil.

Então nós ficamos muito preocupados com essa suspensão. Isso eu acredito que deva fazer parte de uma reflexão maior.

Sobre a questão, por exemplo, de o torcedor entrar embriagado no estádio, não ter bafômetro, isso não, por quê? Aqui não há uma exigência, a própria lei, até a própria FIFA... Aqui não há uma exigência de que a pessoa entra ou não embriagada. A pessoa pode ter consumido álcool, o que ela não pode é estar se apresentando visivelmente embriagada. É aquela pessoa que esteja embriagada já na fila do estádio, exaltada, provocando briga, causando tumulto, essa vai ser impedida de entrar no estádio. Agora, se a pessoa consumiu álcool antes, mas não está demonstrando estar alcoolizada não vai haver nenhum problema, mesmo porque ali dentro ela não vai consumir álcool, não tem acesso a álcool e o que se espera é que principalmente ali ao longo, já no primeiro tempo, no intervalo do jogo, os efeitos do álcool tenham se atenuado. E até o final da partida, que é o mais importante para a dispersão dos torcedores, já tenha passado o efeito do álcool.

Por fim, com relação ao acompanhamento das edificações dos estádios, lembro que o art. 23 do Estatuto do Torcedor não foi suspenso, ele ainda está em vigor. Então qualquer estádio, para que seja sede dos jogos da Copa do Mundo, ou de qualquer campeonato, tem que apresentar os laudos de vistoria de segurança ao Ministério Público. Hoje são quatro laudos: o laudo da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária e de Engenharia. Se esses laudos de vistoria de segurança estiverem OK, não haverá nenhum problema no estádio. Esse é o acompanhamento que o Ministério Público faz, ou seja, a respeito, ele acompanha como receptáculo, por força de lei aqui do Congresso Nacional, de que elelegeu o Ministério Público para ser o receptáculo desses laudos.

A senhora bem lembrou, porque infelizmente isso foi um trabalho feito pela Comissão de Prevenção à Violência nos Estádios, o caso da Bahia, o desabamento, porque ali, lamentavelmente, todos os sinais foram dados de que haveria aquela tragédia, é o que se chama de tragédia anunciada. Ali já havia laudo indicando que aquele estádio iria cair, o Ministério Público já tinha pedido a interdição do estádio e, mesmo assim, todos esses sinais não foram observados. E acabou se realizando o jogo, e aí aconteceu aquela tragédia que, apesar das mortes não serem justificáveis, a única coisa que podemos ver é que poderia ter sido maior a

gravidade, com um número maior de pessoas mortas. Mas, mesmo assim, o número de sete pessoas que morreram já é um número excessivo, injustificável. Isso dá nôs não temos dúvida.

É esse o acompanhamento que o Ministério Públlico faz hoje, por quê? Porque se o estádio não apresentar ao Ministério Públlico vistoria – os laudos de vistoria de segurança –, não pode ser realizado jogo ali. Não precisa mais se interditar um estádio, hoje não existe isso; o que existe é simplesmente o cumprimento da lei do Estatuto do Torcedor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Antes de passar a palavra para o General, eu tenho a mesma preocupação que V. Ex^a, nosso Procurador, sobre esta frase do senhor: O MP quer a garantia de contratos.

Então a minha responsabilidade como Relatora também é isso, até porque é um compromisso do Governo brasileiro feito com uma instituição de direito privado internacional e a gente tem que fazer isso.

O senhor também falou: A FIFA afiançou que não teria... Que se fosse mudar a posição daquele contrato, porque não estava explícito que ela queria a liberação de bebida, que haveria desonestade de intenções de parte da FIFA...

O SR. JOSÉ ANTONIO BAETA DE MELO CANÇADO – Desonestade intelectual no mínimo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desonestade intelectual, exatamente.

Então, partindo desse princípio, eu concordo com V. Ex^a. Essa dúvida teria sido perfeitamente esclarecida nesta Comissão, quando nós solicitamos um requerimento para que o Presidente da FIFA viesse aqui. A FIFA respondeu que o Presidente estava com alguns compromissos e que o executivo da entidade, Sr. Jerome Valcke estaria aqui, junto com quatro dirigentes, para prestar todos os esclarecimentos.

Eu não entendo as razões pelas quais o Governo brasileiro, digamos, desestimulou a vinda desse dirigente, porque aqui seria submetido a uns questionamentos como esses que nós estamos fazendo agora, para o esclarecimento. Agora, o Ministro do Esporte vai ao encontro do próprio dirigente que foi, digamos, impedido de chegar aqui. Por isso a gente fica na dúvida, pela falta de clareza em torno de matéria tão relevante como essa.

Então eu queria agradecer ao Dr. José Antonio, porque realmente estamos dentro da mesma linha de raciocínio, pensamento e também orientação a respeito dessa matéria, renovando os meus agradecimentos a V. Ex^a.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto então à Senadora Ana Amélia se está satisfeita com as respostas dadas pelo Sr. José Antonio?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Passo então a palavra ao General Rubem, para que responda às suas indagações.

O SR. RUBEM PEIXOTO ALEXANDRE – Com satisfação, Senadora Ana Amélia, nós vamos tentar dirimir essas dúvidas.

Bom os centros regionais previstos devem funcionar na Superintendência da nossa Agência Brasileira de Inteligência. A ideia é que se economize recurso. Então se nós já temos estruturas nos Estados, que podem reunir os integrantes do Sisbin para trabalhar juntos, o ideal é que isso ocorra. Então a previsão hoje é que tanto a nossa Agência, aqui de Brasília – Agência Central nossa –, como nos Estados, as superintendências que coordenem e reúnam esses efetivos para trabalhar.

Quanto ao número de pessoas empregadas eu não saberia dizer exatamente, mas é um efetivo bem grande, considerando a nossa Agência Brasileira de Inteligência e todos os Ministérios envolvidos, particularmente Justiça e Defesa, e também dos Governos dos Estados com suas Polícias Militares, Polícias Civil, Corpo de Bombeiros, num trabalho integrado de todos os atores, como bem destacou o nosso Procurador Dr. José Antonio, na preocupação com a segurança particularmente nos estádios.

Quanto ao plano de segurança que está hoje a cargo do Ministério da Justiça, certamente ele já está em funcionamento, porque parte dos trabalhos já estão sendo realizados; e naquela transparência que eu mostrei há pouco em que fala da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, nós temos destacado aqui a análise de risco das delegações, hotéis, aeroportos, trajetos e também dos locais de eventos. Esse é um trabalho preliminar que tem que ser feito, a fim de que sejam diagnosticados todos os problemas que existem, para que nesse espaço de tempo possam ser resolvidos e equacionados por todos os atores presentes nesses eventos.

Os investimentos da União também já foram destinados. Existe uma verba já destinada aos Ministérios diretamente envolvidos, particularmente Justiça e Defesa, e também a área de Inteligência, para que possam desenvolver os seus trabalhos desde já. E certamente serão liberados ao longo das necessidades, ao longo do Orçamento do ano.

Cooperação com outros países.

A nossa Agência Brasileira de Inteligência tem um acordo já bastante antigo com outros países para tratar de eventos. Tivemos, em 2007, o Pan-American, que foi um laboratório, um primeiro grande evento realizado aqui no Brasil, reunindo delegações de todos os países das Américas. Isso serviu para que pudéssemos firmar doutrina com relação a esses trabalhos. Então, os contatos são permanentes.

Já que eu falei em contatos, vou responder já sobre o questionamento do Dr. José Antonio a respeito das torcidas. Na hora em que se faz a análise de risco dessas delegações, certamente as torcidas também estão incluídas, os possíveis problemas que podemos enfrentar, já que provavelmente não teremos o Gavião da Fiel contra outro qualquer; mas podem vir outros que tenham problemas lá fora e que queiram trazer aqui para o Brasil. Essa é uma preocupação permanente que está sendo levada em consideração.

O calendário está seguindo. E tanto isso é verdade que a nossa análise de risco já concluímos, e permanentemente vai sendo atualizada.

Sobre a previsão eu já falei.

Sobre os torcedores já fiz alusão.

Pergunto se respondi aos questionamentos da senhora. Se não, estou à disposição.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Primeiro, eu queria fazer um registro especial do apoio que estou recebendo do Alexandre Guimarães, que é um especialista da Consultoria do Senado Federal. E aí renovo a afirmação da importância que a Consultoria tem em todo o trabalho nas relatorias de matérias importantes, especialmente essas polêmicas como a do Relatório da Copa de 2014. Então eu queria agradecer publicamente o esforço e o empenho do Alexandre, que vem acompanhando a matéria desde a Câmara, portanto, não só aqui, mas que agora está nos ajudando aclarar um pouco mais esse texto que tem uma redação duvidosa, especialmente nesse caso da bebida, pois é preciso clareza para que possamos entender bem.

Então eu queria, apenas para encerrar, perguntar ao General de acordo com o que o senhor nos oferece: Dentro dos estádios, nos dias dos eventos, estarão homens da Abin ou do departamento lá? E repito a pergunta que fiz: O plano de segurança está a cargo do Ministério da Justiça ou do GSI?

O SR. RUBEM PEIXOTO ALEXANDRE – O plano de segurança ficará a cargo do Ministério da Justiça, que certamente contará com a colaboração do Ministério da Defesa, que também tem uma participação importante. E a nossa inteligência é um anexo desse plano. Então, nós estamos trabalhando sob o guarda-chuva maior da segurança, que está a cargo do Ministério da Justiça, que irá coordenar isso, cla-

ro, com a participação eu acredito bastante efetiva do Ministério da Defesa, tendo em vista a capacidade de articulação, os meios de que o Ministério dispõe juntamente com as forças.

E no que concerne à presença nos eventos, os nossos homens de inteligência do sistema...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São invisíveis.

O SR. RUBEM PEIXOTO ALEXANDRE – Eles são invisíveis, mas, com certeza, estarão em todos os lugares onde houver necessidade de prover segurança, de prover informações para o processo decisório da nossa cliente maior que é a Presidente da República.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, General Rubem.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque e, em seguida, ao Senador Wellington Dias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Quero agradecer as falas e pedir desculpas por não ter estado aqui todo o tempo.

Quero dizer o seguinte: acho, Presidente Senador Cyro, que deveriam ter proibido a venda de bebidas em Zurique, quando decidiram a vinda da Copa para cá, porque é tão complicada essa Copa que eu me pergunto se estavam todos em perfeito estado na hora em que isso foi acertado.

Eu não sei a história das outras Copas, mas eu me pergunto se todas foram assim, até porque, nesse instante eu estava lendo que todas as Copas do Mundo custaram 75 bilhões, somando todas – eu não sei se tem a menor fonte de verdade – e aqui vai custar 40 bilhões. Mas, de qualquer maneira, agora a Copa está aqui e é um dever de todo brasileiro fazer o máximo para que ela seja um sucesso. Não há a menor possibilidade de que ela não aconteça e temos que fazer com que ela seja um sucesso.

Aí vêm as perguntas. Primeiro: Por que essa contradição, essas interpretações diferentes no contrato? É má-fé, como pareceu um pouco? É erro? É descuido? É leviandade? Por que o senhor acha que houve essa contradição?

Segundo: Se nos outros países houve uma lei que decidisse tanto o que o país deve fazer como essa? Até perguntaria se em cada país foi preciso fazer leis para a Copa? Em que outros países foi preciso?

E aí vem especificamente o caso da bebida: Se em outros países foi necessário haver uma lei que mudasse a proibição ou se o Brasil é um País, a meu ver, tão bom que proíbe bebidas e os outros não? Eu acho

que isso é um avanço civilizatório, embora a grande civilização seja nem precisar proibir.

Eu queria saber se o senhor, Dr. José Antonio, tem a informação de que o Catar, país que vai sediar a Copa do Mundo, não sei se de 2022, se comprometeu a permitir bebidas alcoólicas nos estádios, mesmo sendo um país muçulmano. Eu li que sim. Eu li que teria permitido, mas agora me pergunto se essa nota que eu li tem fundo de verdade, se o senhor tem informações, se não estão plantando para dizer: se até o Catar permite, por que o Brasil iria proibir?

E a outra questão não tem exatamente a ver, Senador, com essa específica preocupação nossa com bebida, mas com outra, sobretudo depois que o Supremo liberou um senhor, não sei nem se merece esse nome, que teve relações sexuais com uma menor pelo fato de que ela é – e é triste dizer que no Brasil existe isso –, mesmo menor, prostituta. Eu creio que nós poderemos ter, mesmo durante a Copa, um processo de exploração de menores na prostituição. Já deve haver especuladores, exploradores se organizando para fazer isso, sobretudo depois do que houve: de ter havido certa liberação. Aliás, foi o STJ, eu errei. Não é uma tarefa do Supremo Tribunal de Justiça agir nesse sentido. Eu agradeço muito ao Júlio por ter feito a correção.

Então eu pergunto: Alguém está preocupado com esse aspecto da prostituição de menores durante a Copa?

E ao General eu pergunto sobre uma curiosidade que eu tenho. Nós estamos, pelo que vimos aqui, com uma organização que dá tranquilidade. Cada Chefe de Estado, e devem vir perto de cem, deve ter seu serviço de segurança e de informação. Eu pergunto: Quem vai coordenar tudo isso, ou não vai haver coordenação? Quando chega um Chefe de Estado com a sua segurança, como vai ser a coordenação com o serviço geral de segurança feito pelo Governo brasileiro? Esta é a pergunta: Como vai ser feita a coordenação entre o nosso serviço de segurança para todos os Chefes de Estado e o serviço específico de cada um deles durante os dias em que estiverem aqui?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, vou na linha contrária. Quero dizer o seguinte: o Senador Cristovam tratou aqui de temas que, acho eu, realmente nós vamos ter que debater para fazer uma boa Copa do Mundo.

Penso que esse debate sobre a questão das bebidas, por força de mais poder de decisão do Brasil, terminou criando esse ambiente ruim em relação

à Copa, quando o que eu acho que nós deveríamos estar trabalhando era isto: a preparação em relação a um sistema de segurança como um todo, em relação à prostituição, em relação a como garantir segurança nessas várias regiões – porque além das cidades que vão abrigar a Copa há outras que irão receber turistas. Até lá haverá pessoas dominando outras línguas, desde taxistas, garçons, enfim, trabalhadores de um conjunto de atividades. Então acho que este é um debate que, após a Copa, permanecerá.

O Brasil recebe anualmente grandes eventos. Alguns provavelmente maiores do que a própria Copa em número de pessoas que aqui vêm. E cito o Carnaval como um desses eventos. Nesse caso, acho que há uma mudança, meu querido Senador Cristovam e Sr. José Antonio, que precisa ser observada.

Outro dia eu debatia com o Ministro do Esporte e eu o lembrava que o mundo fez uma mudança muito forte em 2010, quando a Organização Mundial de Saúde passou a tratar a bebida alcoólica como uma droga e o Brasil foi signatário de acordo nesse sentido, inclusive, votando favorável. Essa é a mudança. Por isso estranho essa informação que alguns, de vez em quando, repassam em relação ao Catar, porque estaria na extrema contramão não só da sua cultura, mas da direção para onde o mundo moderno está caminhando.

Bom, o Brasil vai tratar a bebida alcoólica como droga ou não? Se a gente vai continuar tratando como não, acho que está correto um monte de coisas, inclusive a propaganda. Repito: inclusive a propaganda.

Caso a gente mantenha a decisão de respeitar mudanças como essa da Organização Mundial de Saúde, e o Ministro da Saúde aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, afirmou que o Governo brasileiro comprehende a bebida alcoólica como uma droga e a trata como tal, como causadora de problemas graves de saúde que afetam inclusive o emocional, como aqui foi lembrada. Então, vejam: eu acho que o Governo brasileiro perdeu uma grande oportunidade – e sou do Partido da Presidenta Dilma, eu também sou um admirador do Ministro do Esporte –, mas perdeu uma grande oportunidade de tratar de outros temas. Já era para ter dado como resolvido isso. A gente faz uma coisa disfarçada. Trata conjuntamente de alimentos e bebidas, como se não quiséssemos que ficasse explícito se se trata de bebidas alcoólicas ou não alcoólicas. Eu acho que essa foi uma coisa, sinceramente, vergonhosa.

Se alguém em outro país fez diferente, nós estamos vivendo uma realidade em que cientificamente se comprova o efeito não só da maconha, do crack, da cocaína, mas de um conjunto de outras coisas e também da bebida alcoólica. Nesse caso, eu comprehendo

que nós estamos apanhando. Nós estamos transformando uma coisa brilhante: a comemoração da vinda ao Brasil da Copa do Mundo como uma coisa ruim, porque todos nós estamos assim meio envergonhados de tomarmos a decisão correta.

A decisão correta, em minha opinião, é esta: a bebida alcoólica é, sim, uma droga. Ela provoca problemas na saúde? Provoca. Ela ingerida altera o emocional? Altera. Se isso tudo é cientificamente comprovado, eu creio que é melhor – e esse é um ponto que o Brasil tem que oferecer aos visitantes – garantir as condições de segurança e garantir o máximo de controle.

Então eu quero aqui apenas externar esse pensamento. Acho que o Senado tem que debater. Por isso eu quero parabenizar a Senadora Ana Amélia por estar permitindo este debate aqui, porque eu acho que a forma como a matéria foi tratada na Câmara... E mais uma coisa, eu vou além: vai parecer que o Congresso brasileiro também está submetido ao cartel dos negócios da bebida. É isso que vai parecer ao povo brasileiro, está certo?

Então eu creio que nós não podemos aqui, em hipótese alguma, vacilar em relação a isso, Senador Cristovam. Acho que a gente tem que ter uma posição muito firme ao tratar a questão. Se alguém no mundo pensa diferente, acho que o Brasil não pode seguir apenas porque uma maioria está indo na mesma direção. Tem que ir ao caminho do que é correto e eu tenho muita convicção em relação a isso.

Fico feliz em ver aqui também o Dr. José Antonio tratando desse acompanhamento, mas acho que a gente precisa fazer a nossa parte até para podermos ter uma Copa com toda a grandeza que o Brasil pode oferecer. Nós estamos falando do País que mais ganhou Copa do Mundo, estamos falando, vamos dizer assim, da grande referência no Planeta, hoje, na área do futebol. Então, não tem por que a gente vacilar. A gente vai ao teatro e, lá no teatro, a gente não pode nem falar – não é nem beber, não; não pode nem falar –, tem que ficar ali quietinho, ouvindo, com o celular desligado, enfim.

Então, a gente tem um monte de espetáculo, e a Copa é um espetáculo, que a gente pode fazer isso. Que maluquice é essa de a gente não poder debater? São duas coisas: parece que não há outros patrocinadores que não os da bebida para poder sustentar um espetáculo deste no mundo. Então, isso para mim, como ser humano, é vergonhoso. E acho que o Brasil tem que dar um bom exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Peço permissão às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores, para também me incluir nesse bloco de perguntas.

É patente que os interesses comerciais estão acima da segurança. Esse conflito existe porque se permitiu que fossem antagônicos os interesses.

Em primeiro lugar, eu perguntaria ao Dr. José Antônio: Não é subjetivo dizer quem está alterado ou não na fila do estádio? Quem é que vai dizer, qual é o policial? Cria-se uma animosidade com aquele cidadão; o bafômetro não é permitido, infelizmente. Como é que isso vai ser? Porque a pessoa vir já alcoolizada é um grande problema; embora, com 40 minutos, vá diminuindo a sua agressividade, mas é um problema. Mas quem vai dizer que aquela pessoa está alterada, se pode ou não entrar? Isso já vai criar um constrangimento.

Depois, eu perguntaria se há algum Estado da Federação que não adotou, ou por meio de lei, ou por meio de ajuste de conduta com o MP, a proibição de bebidas?

E, por último, como é que fica, tanto para a inteligência, para a polícia, como na cabeça do torcedor, uma hora pode e outra hora não pode? Você pode pecar de sábado a domingo, mas não pode pecar de segunda a sexta-feira. Quer dizer, nós estamos aí com uma campanha grande, muito grande, intensa, da Lei Seca, que tem melhorado muito a vida principalmente das grandes cidades e, de repente, isso vai por água abaixo por esse período. Aí pode – certo? –, não vai ter como controlar. E não estou falando nem só dentro dos estádios. E pós-estádios? Se a pessoa beber, não tem limite, ali não diz se pode tomar uma dose, ou duas, ou três – certo? – e, depois, lá fora, como é que a coisa vai ficar? Não é só nos estádios.

Então, eu deixo essa indagação e passo a palavra, em primeiro lugar, para o Dr. José Antônio.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Cristovam Buarque, muito obrigado também pelas suas contribuições, pelas suas perguntas.

O primeiro aspecto que vejo assim muito importante: Por que essas confusões na redação da legislação? Por acaso é alguma má-fé? E essa é uma das grandes preocupações que vejo e que, inclusive, estão bem salientadas pelo próprio Congresso, por intermédio dos seus membros: se o Congresso deveria ou não tomar uma decisão, em vez de delegar para os Estados. Por quê? O que está acontecendo na lei? A lei, o Estatuto do Torcedor é muito claro: ele proíbe que o torcedor se apresente no estádio portando ou consumindo substância ou bebida que possa provocar violência – está certo? Então, por exemplo, a bebida

alcoólica – eu vou chegar lá, principalmente quando eu estiver respondendo ao Senador Wellington Dias, a questão inclusive da política nacional com respeito ao álcool. Então, está simplesmente suspendendo a lei, esquecendo-se que essa lei que foi feita pelo Congresso Nacional construiu a restrição do álcool e, como se diz, ela não foi a causa da restrição; a restrição é que foi a causa da lei. Quando a lei veio, ela apenas veio reconhecer uma situação que estava de fato no País.

Em 2010, quando houve essa alteração do Estatuto do Torcedor, já havia a restrição à bebida alcoólica. Ora, o Congresso observou, sentiu essa situação concreta que estava acontecendo no País, e disse: não, vamos agora regulamentar por meio de uma lei, porque se verificou que essa diretriz para plano de ação de segurança nos Estados é exitosa. Então, achou por bem colocar isso no Estatuto do Torcedor. E agora, ao suspender o Estatuto do Torcedor, ficaram as legislações estaduais: alguns Estados, leis estaduais; outros Estados, leis municipais; outros Estados, Termo de Ajustamento de Conduta.

Em minha opinião, eu acho muito, mas muito ruim transferir essas responsabilidades para cada Estado. Por quê? Porque o prejuízo vai ser muito maior. Por exemplo, no Estado de Minas Gerais já tem lei querendo liberar para tudo, desde ontem para amanhã. Já tem lei querendo estender não só a cerveja – veja bem, e eu sou de um Estado produtor de cachaça – e tenho parentes que são produtores de cachaça, uma cachaça até, graças a Deus, muito boa, (*Risos.*), não quero fazer propaganda –, mas o que eu posso dizer é que já há um movimento para vender cachaça nos estádios, em Minas Gerais. Ora! Entendo, veja bem, eu fico preocupado exatamente sobre esse argumento, porque a cachaça é um produto típico de Minas Gerais, lá é um bem até elevado, o pessoal diz que é uma coisa tradicional. Então, estão querendo vender.

Então, eu fico muito preocupado com essa desorganização legislativa de querer que, sobre esse aspecto, os Estados deem a palavra final. Eu não sei. Eu, particularmente, fico preocupado. Se for para liberar ou para restringir, que a palavra final fique aqui com o Congresso. Por quê? Porque já que o Congresso puxou para si a questão da restrição, o Congresso legislou a respeito dessa matéria... Então, que não tivesse legislado. Se ele puxou para si, agora regulamenta. Entendeu? Se o Congresso proibiu o consumo de bebida alcoólica nos estádios, então ele que dê a palavra final sobre a liberação ou não na Copa do Mundo. Voltar isso para os Estados, mais uma vez,... Exatamente, Senador, eu acho que isso aí foi um retrocesso.

E vejo o seguinte: querem a liberação da bebida – não vejo nem como questão de má-fé, é questão da

paternidade da criança. Querem, algumas pessoas defendem. Volto a dizer: não vi ainda a FIFA asseverar, em alto e bom som, que exige a liberação da bebida alcoólica na Copa do Mundo. Mesmo porque ela sabe das consequências disso na Europa, na Europa principalmente. Tanto é que a Uefa, que, depois da FIFA, é a maior entidade de organização de futebol, proíbe. A Uefa proíbe. Nós não tivemos, em jogos da Uefa, agora na final, venda de bebida alcoólica.

Então, veja bem, ninguém quer ser o pai da criança. Então, fica fazendo aí... A gente sabe como muitas vezes são os processos legislativos. Como ninguém quer ser o pai da criança... Por quê? Porque todas as pesquisas... E mais, não se iludam: essa medida restritiva foi construída não foi porque o Ministério Público quis, não foi porque a Polícia Militar quis. Primeiro – eu me esqueci de colocar esse tópico quando eu fiz o histórico –, foi talvez uma das poucas medidas com a unanimidade de todas as forças que integram a segurança nos Estados e com um respaldo popular enorme. Imagina o senhor, em 2007, proibir uma medida dessa no Mineirão não por meio de lei, mas por meio de um simples Termo de Ajustamento de Conduta com o administrador do Mineirão; apesar de o Mineirão ser do Estado e administrado pelo Estado. Ora, eu não tenho a menor dúvida de que o Governador de Minas ficou acompanhando de perto a resposta da sociedade àquela restrição. Porque é uma restrição grave no dia a dia de uma pessoa. Você está se intrometendo diretamente, você está proibindo, eu não tenho a menor dúvida. E a resposta da população foi um índice, naquele momento em que mais estava sendo atacada a medida – até pela própria Assembleia Legislativa, por um número pequeno de Deputados, porque a maioria é a favor da proibição –, de aprovação de 70%.

Eu acompanho mais ou menos distante, todas as enquetes que o Senado fez a esse respeito dão para uma aprovação popular estrondosa, pedindo que seja restringido o consumo de bebida alcoólica durante a Copa do Mundo – todas as pesquisas. Quer dizer, é a opinião e o sentimento do povo brasileiro e eu vou aprofundar mais na hora que eu estiver respondendo ao Senador Wellington Dias. Nisso aí a gente não tem dúvida. Então eu acredito no seguinte: tem que acabar.

A contradição é a seguinte: o Brasil firmou ou não o compromisso de vender bebida alcoólica? No entender do Ministério Público, não. Principalmente por quê? Por causa do contexto à época. À época, a FIFA proibia bebida alcoólica, e o próprio Diretor de Segurança da FIFA, a pessoa responsável pela segurança nos eventos de Copa do Mundo, em todas as Copas do Mundo, Sr. Walter Gagg, afirmou categoricamente em Belo Horizonte, no ano de 2007, em reunião no

Mineirão, que a FIFA iria restringir o consumo de bebidas alcoólicas nos eventos da Copa do Mundo. Ele garantiu isso no Mineirão.

E mais: disse que por estar o Mineirão, naquela época, restringindo a bebida alcoólica, essa diretriz de segurança colocava Belo Horizonte como uma das cidades mais capacitadas para ser cidade sede, para receber jogos da Copa do Mundo. Porque, àquela época, ele veio visitar o Brasil, para definir quais seriam as cidades sedes. Àquela época, não tinham ainda sido definidas as cidades sedes. Então são essas afirmações.

Com relação a outros países, eu não acompanho a legislação. O que eu posso afirmar para o senhor é que, na Europa, não há necessidade de uma legislação para a proibição da bebida alcoólica. Ela é feita até mesmo pelas próprias instituições, tamanho o nível de violência e a clareza com que eles identificam a violência à bebida alcoólica. Certo?

Então, a própria instituição que promove e organiza o evento de futebol, como é o caso da Uefa, proíbe, como a própria CBF fez no ano passado: "Espera aí, quem organiza o campeonato sou eu. Não quero que tenha venda de bebida alcoólica". Porque senão, amanhã, como eu falei, uma organização religiosa vai fazer um culto num estádio e terá que vender bebida alcoólica, sendo que ela é terminantemente contra a bebida alcoólica. Como é que ela vai querer que se venda bebida alcoólica num evento no qual ela está organizando? Então, isso aí é dela.

Com relação ao Catar, eu observo o seguinte: no Catar é um pouquinho diferente. Lá, é terminantemente proibido o consumo de bebida alcoólica, exceto para estrangeiros, em locais previamente determinados. Exceto para estrangeiros.

Agora, na Copa do Mundo, eu tenho a mais absoluta certeza de que, se houver a liberação, como eles estão falando, para a população do Catar – aí é outro país e são outros costumes – não vai haver acesso à bebida alcoólica. Talvez o estrangeiro possa até ter, mas aquela população muçulmana não vai ter. Isso eu posso garantir ao senhor. Está entendendo?

Então, sobre essa questão de que o Catar se comprometeu a ter bebida alcoólica, eu até procurei e não vi nenhum documento escrito falando: Catar vai vender bebida alcoólica. Lá é muito complicada essa questão, principalmente agora que, conforme o Senador Wellington Dias lembrou, a Organização Mundial da Saúde classificou a bebida alcoólica como droga. Não temos dúvida com relação a isso.

Por fim, quanto à questão da prostituição, eu só gostaria de lembrar que, apesar de não se poder falar que foi uma decisão isolada de uma turma do STJ,

porque ela foi com base até em outras jurisprudências antigas, é aquele grande problema que se vê de interpretações jurisprudenciais. Você pode lamentar isso, mas você tem que aceitar. O grande problema – isto eu tenho defendido nos meus processos – é que não se pode exigir de uma criança com 12 anos, não interessa que ela esteja na prostituição desde os nove anos... Infelizmente, muitas vezes se vê que ela nunca teve o discernimento do que estava fazendo ali e do que estava... para que ela estava... o que realmente significa a prostituição. Então, uma pessoa que faz sexo com uma pessoa menor de 14 anos, a não ser que tenha exigido uma identidade e que lhe tenha sido apresentada uma identidade falsa, entende-se que ela está cometendo prostituição. Essa questão de dizer que a pessoa foi enganada ou que praticou um erro de proibição, porque aquela criança de 12 anos já estava ali no prostíbulo... Vamos até mais longe: não foi nem na rua, já foi no prostíbulo, ela estava ali no prostíbulo. Aos meus olhos, aos olhos, pelo menos, de grande parte do Ministério Público, isso pouco interessa. Pouco interessa. É, sim, estupro presumido. É, sim, estupro. E nós, do Ministério Público, estamos sempre lutando simplesmente para isto: o cumprimento da lei.

Foi o Congresso Nacional que determinou isso. Então, acredito que não cabe ao intérprete da lei fazer estas distinções: "Ah, a pessoa foi enganada". Não. Então, pede-se o documento de identidade. Se a menina apresentar um documento de identidade falso, até posso acreditar que essa pode ser uma justificativa. Mas, fora isso, ele achar, por conta própria e por princípios dele, que ela, por um desenvolvimento maior de seu corpo... Por quê? A lei não quis proteger – para isto chamo a atenção – não o desenvolvimento do corpo da criança, e sim o da sua mente – se ela está ali, ou não, entendendo o caráter do que estaria fazendo. Por isso é presumido. E o Ministério Público, sem a menor dúvida, através das suas Promotorias de Infância e Juventude, está muito atento a essa questão, como sempre esteve. Infelizmente, o nosso País é campeão desta modalidade, a de prostituição infantil.

Senador Wellington Dias, eu agradeço as suas perguntas, as suas contribuições. Quanto à questão da bebida alcoólica, da Organização Mundial de Saúde, acredito que o senhor destacou bem, porque o Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007, que aprova a Política Nacional contra o Álcool, já determina essas restrições.

Senadora Ana Amélia, quando a senhora estiver fazendo o relatório, como a senhora já adiantou que é, a princípio, um pouco favorável a essa restrição, eu lembro que a Política Nacional sobre o Álcool tem como diretriz promover e facilitar o acesso da população a alternativas culturais e de lazer, que possam constituir

alternativas de estilo de vida que não considerem o consumo de álcool. Ou seja, a Política determina que devem ser privilegiados todos aqueles eventos em que não haja o consumo de álcool.

Permitir, agora, o consumo de álcool na Copa do Mundo está sinalizando que o álcool não é tão pernicioso, assim, dessa maneira. Então, isso vai de encontro... Isso violentamente afronta a própria Política Nacional do Álcool, que, no art. 13, inclusive, determina:

[...]

"Art. 13 – estimular e fomentar medidas que restrinjam, espacial e temporalmente, os pontos de venda e consumo de bebidas alcoólicas, observando os contextos de maior vulnerabilidade às situações de violência e danos sociais."

Ora, eventos esportivos marcados pela rivalidade: não há a menor dúvida de que se está nessa situação de maior vulnerabilidade. Então, mais uma vez, eventual liberação da restrição ao consumo de bebidas alcoólicas nos Estados vai contra a Política Nacional estabelecida pelo próprio Governo Federal. Isso nos traz preocupação, porque realmente a discussão não pode ser travada de uma maneira simplista, a de que o álcool diminui a violência. Isso nós já sabemos. Essa aqui as estatísticas para comprovar. Qualquer um sabe disso.

Agora, nós também possuímos em nosso País uma política a respeito do consumo de álcool. Por quê? Porque o álcool hoje virou questão de saúde pública. Não há a menor saúde. Os danos que estão infligidos a nossa população, a nossa sociedade são graves, estão reconhecidos aqui já no Decreto do Presidente da República. Como agora querer privilegiar, em nome de um *marketing*, a liberação da bebida alcoólica, para que possa produzir mais *marketing*, associando o álcool ao futebol, ao esporte? Ora, como é que pode ser permitido isso no País? É com isso que ficamos perplexos.

O Ministério Público vem chamando a atenção há muito tempo para esse aspecto. Como se pode permitir que haja uma ligação dentro dos nossos lares, 24 horas por dia? Imaginou num período da Copa? O tempo todo. A ligação do *marketing* de bebida alcoólica com o futebol? Eu acredito que essa vai ser uma política extremamente perniciosa ao País, no contexto geral. Você tem aqui o Decreto nº 6.117, que traça a Política Nacional do Álcool, que proibiria, pelo próprio Decreto, essa questão do consumo.

Volto a falar, lá atrás, quando o Brasil assinou aquilo, em momento algum, ele falou que ia vender bebida alcoólica nos estádios, não. Você não pode interpretar, não é nem questão de interpretação não, porque fica

parecendo que nós estamos querendo enganar a FIFA: ah, vocês escreveram isso. Não. Até o próprio desejo da FIFA, a intenção, a vontade da FIFA, quando foi estabelecido que o Brasil seria sede da Copa do Mundo, a vontade da FIFA era não vender bebida alcoólica. Eu lembro isso. Não tem a menor dúvida quanto a isso.

Por fim, Senador Cyro Miranda, respondendo as suas indagações. A questão do torcedor, seria ou não subjetivo a política, ali naquele momento, verificar quem está ou não alterado. Eu lembro, por exemplo, que a Lei de Contravenções Penais é exatamente nesse sentido. É contravenção penal a pessoa se apresentar visivelmente embriagada em público. É essa a expressão que usa. Não há necessidade de um bafômetro. Por quê? Porque a pessoa que se apresenta visivelmente embriagada, os sinais que ela exterioriza são claros para todo mundo.

Há uma diferença entre uma pessoa nervosa – uma pessoa irritada pode ter até a sua irritação potencializada pelo álcool – e aquela embriagada. Ah, a pessoa embriagada ela não articula perfeitamente as suas expressões; a pessoa embriagada não consegue manter o equilíbrio do próprio corpo; você possui até o próprio hálito alcoólico, que a pessoa exala. Então há uma série de fatores para determinar se ela está ou não visivelmente embriagada. Agora, há uma diferença de irritação.

E eu lembro o seguinte: na própria lei, o simples fato de causar tumulto, já é infração do Estatuto do Torcedor, que o Congresso manteve. Então o fato de a pessoa fazer tumulto já vai trazer problema para ela, se ela for causadora de tumulto. Agora, visivelmente embriagada, a própria FIFA falava isto: não, aquele que se apresentar visivelmente embriagado não pode entrar nos estádios ou tem que ser retirado do estádio, se estiver visivelmente embriagado.

Essa é uma expressão comum, até mesmo para evitar esse: ah, tem que ter bafômetro, tem que ter isso, a quantos graus? Não, aqui nós não estamos falamdo que a pessoa não possa ter bebido para entrar; ela não pode estar é visivelmente embriagada. Essa que é a diferença.

Por fim, a questão de Estado com problema de bebida alcoólica. Hoje, o único Estado da Federação em que a gente detecta esse problema, infelizmente, é o Estado que V. Ex^a representa no Senado, o Estado de Goiás. No Estado de Goiás, houve até um fato muito interessante. Foi a primeira vez na minha vida que o Ministério Público se deparou com uma situação dessa natureza. No Estado de Goiás, a restrição a bebidas alcoólicas nos estádios iniciou-se com um Termo de Ajustamento de Conduta que o Ministério Público firmou com a Federação de Futebol de Goiás.

Estava restrito o álcool. Mas, a Assembleia Legislativa do Estado formulou uma lei proibindo, restringindo a bebida alcoólica.

Passados três meses, a Assembleia Legislativa de Goiás revogou a lei. A partir daí houve ações na Justiça. Então, o Judiciário entendeu que, como a lei que proibia, foi revogada, poder-se-ia consumir bebida alcoólica, não obstante ter o Termo de Ajustamento de Conduta. Como há muita divergência, porque, agora, o Estatuto do Torcedor proíbe, ora a Justiça de Goiás restringe o consumo de bebida alcoólica, ora a Justiça de Goiás, o Poder Judiciário, permite, libera.

Então, Goiás é o único Estado em que eu não posso aqui afirmar que realmente tem restrição; ora tem, ora não tem.

Hoje, por exemplo, a notícia que eu tenho é que a liminar que havia sido concedida ao Ministério Público há dois meses, foi suspensa agora pelo Tribunal. É esta a notícia que eu tenho de Goiás.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. José Antônio.

Passo a palavra para o General Rubem.

O SR. RUBEM PEIXOTO ALEXANDRE – A preocupação do Senador Cristovam é com a segurança das autoridades estrangeiras, dos presidentes que vêm ao nosso País.

Quanto a isso, nós já temos uma tradição, é uma regulamentação permanente. Claro que todo o sistema de inteligência estará trabalhando para colher dados que permitam detectar algum tipo de ameaça a algum Chefe de Estado.

Agora, a segurança dos dignitários estrangeiros era feita pessoalmente pela Polícia Federal no Brasil, assim como a nossa Chefia de Estado que vai ao exterior, também é feita pelas autoridades do país em consonância com a nossa segurança. Então, existe o contato permanente entre os agentes de segurança do país visitante com os nossos policiais e o pessoal de inteligência, que trata da segurança. Mas, pessoalmente, a segurança física dos presidentes e outras autoridades são feitas pela Polícia Federal.

Cito como exemplo do dia a dia, aliás, a gente já tem tratamento pronto, o caso da Rio+20. No caso da Rio+20, o Ministério da Defesa é que está encarregado de fazer a segurança da Rio+20. E a segurança dos Chefes de Estado está a cargo da Polícia Federal.

Então, já está bem pacificado este assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Quero também comunicar que toda essa pesquisa aqui falada – entre outras perguntas temos: "Você acha

que deve ser feita uma exceção para vender bebidas alcoólicas nos jogos da Copa?"; E que 81% disseram que "não"; há também outras, como: "Deve ou não ser feriado?" – se encontra no site desta Comissão: www.senado.gov.br/atividadelegislativa/comissaodenado/comissaodeeducaçãoculturaeesporte. Toda a pesquisa está completa neste site.

Agradeço bastante aos nossos convidados.

Quero dizer que, para nós, Senadores, esta audiência foi de grande utilidade.

Tenho a certeza de que para a Senadora Ana Amélia esta audiência pública foi de fundamental importância para o Relatório de S. Ex^a sobre a Lei Geral da Copa, no sentido de esclarecer, de tirar dúvidas e formar opinião para a feitura do relatório.

Nada mais havendo a acrescentar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença dos nossos convidados, das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores, e dando os parabéns à Senadora Ana Amélia e aos nossos convidados.

Tenham uma boa tarde!

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 20^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2012.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia oito de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Aníbal Diniz, Zeze Perella, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Antonio Russo e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Pedro Simon, Ricardo Ferraco, Maria do Carmo Alves, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da

Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. Logo após, o Senhor Senador Luiz Henrique requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 4, o que é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Armando Monteiro requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 5, o que é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Cássio Cunha Lima, solicita a renovação do expediente ao Procurador-Geral da República, sob pena de convocação, para agendamento de audiência, nos termos do Requerimento nº 10/2012-CE, de sua autoria, aprovado por esta Comissão no último dia 13 de março. O pedido se fundamenta pela falta de retorno da Procuradoria com relação à marcação da reunião solicitada pelo Grupo de Trabalho desta Comissão para discutir o cumprimento do Piso Salarial dos Professores. A proposta é acatada pela presidência. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci, que "Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados". O relator designado é o Senador Luiz Henrique e o parecer favorável é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer favorável, com as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado, com o voto contrário dos Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer favorável, com as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE, rejeitando as emendas oferecidas pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Cristovam Buarque, é aprovado. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin, que "Institui a Bolsa-Artista". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é adiada atendendo à solicitação da relatora. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon, que "Altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial pro-

fissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer pela prejudicialidade do projeto é aprovado. **Item 8: Projeto de Resolução do Senado nº 46, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que "Institui no Senado Federal a Comenda Dorina Gouveia Nowill e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer favorável é aprovado. **Item 14: Requerimento nº 28/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aditado o Requerimento nº 17 de 2012, incluindo na lista de convidados a senhora Bianca Arruda Manchester Queiroga, presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia". O Requerimento é aprovado. Logo após, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver **Item 1: Extra-Pauta**). Prosseguindo, o Senhor Senador Paulo Bauer requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver **Item 2: Extra-Pauta**). **Item 15: Comunicados da Presidência: Comunicado 1**: "Informo aos Senhores (as) Senadores (as) a indicação do Senador Cícero Lucena, atendendo a sua solicitação, para integrar o grupo de trabalho aprovado por meio do Requerimento nº 09/12-CE, com a finalidade de realizar estudos referentes ao Piso Salarial dos Professores e representar a Comissão na Audiência com o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, para tratar do tema". **Comunicado 2**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 266-Seses-TCU-Plenário do Presidente do Tribunal de Contas da União, Exmo. Senhor Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 028.140/2011-7, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 21/03/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal acerca da implementação dos Acórdãos nº 816/2009 e 2043/2009 – TCU-Plenário, referentes às auditorias operacionais realizadas no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens

incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 29/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "... em aditamento ao Requerimento Nº 02, de 2012 – CE, que propõe Audiência Pública para debater 'A dificuldade do Brasil para cumprir as metas de educação, conforme matéria veiculada pelo Jornal Nacional, no dia 07 de fevereiro de 2012', a seguinte alteração: onde se lê 'Sr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação', leia-se 'Sr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação ou Representante do Ministério da Educação'". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 30/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer "... nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de Audiência Pública aprovada em Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 20 de setembro de 2011, para instruir a votação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, que altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2011; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010 e Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a inversão de pauta, para que fosse apreciado o Item 4, não terminativo, tendo em vista que há votações terminativas na Comissão de Assuntos Econômicos. Se pudermos já relatar e votar essa matéria, poderemos atender também ao apelo do Presidente da Comissão para que haja quórum nas votações terminativas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Luiz Henrique, a inversão é regimental. De ofício, seu pedido está acolhido. Ainda mais depois que, no Brasil, a inversão foi regulamentada pelo próprio Supremo Tribunal Federal, não há problema algum no seu pedido.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pelas mesmas razões, eu gostaria de solicitar a inversão de pauta, para poder relatar o Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pelas razões do Supremo ou do Senador Luiz Henrique?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Mais ainda agora com sua informação de que o Supremo também respalda o pedido de inversão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não? Qual é a sua inversão?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Refere-se ao Item 5 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pede a inversão da pauta?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Peço a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeitamente, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Cássio Cunha Lima.

Não se trata de outra inversão, Senador?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não, Sr. Presidente, mas diz respeito também, de certa forma, ao Supremo Tribunal Federal, por meio da Procuradoria-Geral da República.

Há praticamente dois meses, esta Comissão aprovou um requerimento solicitando audiência ao Procurador-Geral da República, para que pudéssemos pedir a S. Ex^a a apresentação de reclamação perante o Supremo Tribunal Federal para que Estados e Municípios cumprissem o piso salarial dos professores, estabelecido em lei recentemente. Ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, decorridos dois meses, após inúmeros contados, a começar pelo ofício encaminhado por esta Presidência, sequenciado por dezenas de telefonemas...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Senador, foram 18 telefonemas.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Foram 18 telefonemas. E, até aqui, o Procurador-Geral da República não se dignou a marcar a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ou, pelo menos, não fui informado pela sua assessoria.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Essa hipótese também deve ser admitida. Os membros desta Comissão gostariam de ter com ele a audiência pública solicitada.

Também sou membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instalada recentemente. E, já na semana passada, discutiu-se a convocação ao Procurador-Geral da República para prestar depoimento aos componentes da CPMI. Entende-se que, por razões técnicas, o Procurador tenha declinado do convite sob a alegação fundamental de que, vindo à CPMI, ele estaria impedido de oferecer denúncia na conclusão do inquérito. Até aí, é possível entender que o Procurador-Geral da República tenha se recusado a vir ao Senado, mas não há como compreender que esse mesmo Procurador continue sem marcar uma audiência com os membros desta Comissão.

Portanto, requeiro, neste instante, de forma verbal, que possamos, talvez, renovar, em caráter derradeiro, mais um apelo por escrito, por meio de ofício desta Comissão subscrito por V. Ex^a, para que essa audiência seja finalmente marcada. Ou, se for o caso, usando as nossas prerrogativas e as prerrogativas do Senado em relação à Procuradoria da República nascem com a sabatina para a sua indicação, e somos nós os responsáveis para, em eventuais crimes de responsabilidade, julgar inclusive o Procurador-Geral da República, para que seja feito, no instante conciliatório final, este apelo

para que os Senadores sejam recebidos. E não havendo resposta, se for cabível regimentalmente, e creio que o é, a convocação do Procurador para que venha até esta Comissão responder os questionamentos a ele dirigidos e que tiveram o silêncio e a desconsideração como resposta, até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida, Senador, é uma inversão do comportamento. Na última reunião, eu já fiz uma alusão a essa situação. Na última reunião, nós tínhamos 15 telefonemas feitos ao Ministério Público Federal. Não foram atendidos diretamente pelo Sr. Procurador, mas foram atendidos pela sua assessoria.

Então, estou determinando à Secretaria da Comissão que faça esse pedido de audiência da Comissão – foram Senadores da Comissão, esse pedido foi aprovado no plenário da Comissão – diretamente ao Procurador. E esse pedido não será mais assinado pelo Secretário-Geral, mas será assinado pelo Presidente da Comissão. E vamos saber por que S. Ex^a, tão solícito, quando da sua nomeação, com todos os Senadores, se recusa a responder sobre um pedido de audiência. E caso esse ofício não seja respondido até a nossa próxima reunião, na próxima terça-feira, eu acredito que V. Ex^a pedirá ao Plenário da Comissão que o Procurador-Geral seja convocado. Eu acredito que, no entanto, nós devemos ter um problema de contato com a assessoria, e não acredito que o Dr. Gurgel tivesse deliberadamente cometido esse ato desleitante, desnecessário, com a Comissão.

O Chefe da Assessoria Parlamentar é o Sr. José Arantes, foi quem estabeleceu contato com a Secretaria da Comissão, e até hoje não nos deu satisfação alguma. Eu acho que não se trata de uma idiossincrasia dos Senadores que querem uma audiência, trata-se de respeito ao próprio Senado da República. Então, o encaminhamento será feito dessa forma.

Informo aos Srs. Senadores a indicação do Senador Cícero Lucena, atendendo a sua própria solicitação, para integrar o grupo de trabalho aprovado por meio do Requerimento nº 09, com a finalidade de realizar estudos referentes ao piso salarial dos professores e representar a Comissão na audiência com o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, para tratar do tema. Então, àquele grupo inicial estamos acrescentando o Senador Cícero Lucena.

Com a Secretaria, para formalizar esse pedido oficial de audiência, que será assinado pela Presidência da Comissão, e não mais será tratado pela Secretaria, em âmbito funcional.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique, conforme a sua questão de ordem, para relatar o Item 4, Projeto de Lei da Câmara nº 68.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2011 - Não Terminativo -

Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Senador Luiz Henrique com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Sr^ss e Srs. Senadores, em seu art. 1º, o Projeto de Lei da Câmara determina que, para efeito de cálculo do Imposto de Renda devido, as empresas podem deduzir, como despesa operacional, na apuração do lucro real, os gastos realizados com a formação profissional de seus empregados, em cursos de nível médio e superior, bem como em outros cursos e atividades previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O crescimento econômico de nosso País tem sido prejudicado pela escassez de trabalhadores qualificados, tanto em nível médio quanto superior. Milhares de postos de trabalho ficam sem preenchimento por falta de mão de obra especializada. Como reconhecimento dessa situação, o Poder Executivo lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que possui, entre seus objetivos, os de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de educação profissional técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, bem como de fomentar e apoiar a expansão da rede de educação profissional e tecnológica.

O avanço representado pelo Pronatec pode ser reforçado mediante a proposta de renúncia fiscal em prol da educação profissional dos trabalhadores, nos termos do projeto de lei em exame.

Válido quanto a seu mérito educacional, o PLC nº 68, de 2011, encontra-se redigido em boa técnica legislativa e não possui vícios de constitucionalidade nem de injuridicidade. Caberá à Comissão de Assuntos Sociais apreciar outros aspectos de seu alcance social. Já a CAE decidirá sobre sua adequação financeira e orçamentária.

Assim, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o projeto relatado pelo Senador Luiz Henrique.

Algum juízo melhor, conforme a solicitação do Senador?

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, Sr. Presidente, sem juízo melhor, mas apenas querendo levantar a questão que me foi trazida por algum representante de empresa, se não poderia ser incorporada a ideia da contribuição social sobre o lucro líquido como uma das possibilidades. Mas nós estamos já em um período de discussão final desse projeto. O projeto é não terminativo, portanto, vai à CAE. Indo à CAE, temos condições de discutir lá mesmo com o Senador Luiz Henrique e talvez fazer essa modificação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão. (Pausa.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu sugeriria à nobre Senadora Lídice da Mata que formule uma emenda na Comissão de Assuntos Econômicos quando o projeto lá estiver tramitando.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais quem queria discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem favoráveis permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

O próximo item é o Projeto nº 658, do Senado, de autoria do Senador Inácio Arruda, que tem como Relator o Senador Armando Monteiro.

Senador, não quero me desculpar, porque não acredito que o meu erro tenha sido o motivo que originasse uma desculpa, mas agora há pouco lhe chamei de Humberto Costa. Foi uma observação *ratiōni loci*, em função dos dois serem Senadores de Pernambuco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu já chamei V. Ex^a de Alvaro Dias. Às vezes a gente confunde.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas daí eu iria a juízo para discutir essa situação, o que não acredito que seja o seu caso.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2007

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável com as emendas oferecidas

Observação: Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais)

Com a palavra o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o projeto em tela, como já foi referido, visa a atualizar a regulamentação do exercício da profissão de economista e dá outras providências.

Em sua justificação o autor informa ser o projeto resultado de uma profunda discussão promovida pelo Conselho Federal de Economia.

Argumenta que, por ser a lei de regência da profissão dos economistas tão antiga, editada nos anos de 1951, ela apresenta muitos anacronismos, estando a carecer de urgente atualização.

A proposição inclui ainda uma ampliação no número de membros dos Conselhos e a dilatação do prazo de mandato, que passa a ser de quatro anos.

Passo à análise do Projeto.

Não detectamos aspectos injurídicos nas alterações propostas. As manifestações mais recentes do Supremo Tribunal Federal, em relação a este tema, referem-se à natureza dos Conselhos Profissionais e à iniciativa de leis destinadas à criação dessas entidades corporativas. Em nosso entendimento, mudanças legais que se refiram especificamente às qualificações para o exercício profissional são possíveis por iniciativa do Poder Legislativo, tendo em vista que não se trata de Direito Administrativo, mas de matéria trabalhista.

Sendo assim, a competência para legislar sobre o assunto é do Congresso Nacional, conforme previsão do art. 48 da Carta Magna. Foram respeitados, além disso, os pressupostos de juridicidade e de regimentalidade.

No mérito, somos plenamente favoráveis à atualização das normas que regem o exercício profissional dos economistas. Trata-se de uma das profissões que mais evoluiu nos últimos anos, tanto no número de membros da categoria como na qualidade das pesquisas e estudos realizados. Fala-se até que hoje tudo gira em torno da economia, desde a popularidade dos governantes até a satisfação pessoal dos cidadãos. Sendo assim, esses profissionais merecem todo o nosso respeito e admiração.

Todavia, nesta Comissão de Educação, faremos uma análise dos aspectos da matéria que digam respeito, ainda que de maneira correlata, à educação.

Sabemos que a matéria deverá ainda enfrentar profundo debate no que importa ao exercício da profissão, seus limites e interfaces com outras atividades. Contudo, essa é uma discussão que deverá ser tra-

vada perante a Comissão de Assuntos Sociais, que é o colegiado que discute e delibera, terminativamente neste caso, sobre relações de trabalho e condição para o exercício de profissões.

Relativamente às questões pertinentes à educação, a iniciativa, muito embora seja bem-vinda, está a merecer alguns aperfeiçoamentos. Assim, a nova redação que se pretende dar ao art. 5º da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, é por demais restritiva, pois não nos parece razoável que somente os economistas registrados em Conselho Regional de Economia possam lecionar em cursos que tenham conteúdos relacionados com Economia. Trata-se de reserva de mercado de trabalho que não é tolerada pela Constituição Federal.

Pretende ainda o projeto instituir exame de proficiência como condição para o registro do profissional. Essa medida, além de afrontar o livre exercício profissional, consagrado pelo inciso XIII do art. 5º do Texto Constitucional, implica em penalizar aqueles que, após anos de estudo, não raro, com sacrifícios, ver-se-ão impedidos de exercer sua profissão.

Se falhas existem na formação dos profissionais, elas têm de ser solucionadas pela adequada fiscalização e responsabilização das instituições de ensino que não proveem a adequada formação de seus alunos.

A melhoria da qualidade da formação profissional é atribuição da área da educação, e qualquer medida avaliativa precisa ser implementada durante o próprio período de formação dos profissionais. Dificilmente, isso seria alcançado por meio de uma imposição legal.

Passo ao voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº (CE)

Suprime-se o art. 5º da Lei nº 1.411, de 1951, nos termos do PLS nº 658, de 2007.

EMENDA Nº (CE)

Suprime-se o § 2 do art. 14 da Lei nº 1.411, de 1951, nos termos do PLS 658, de 2007.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Armando Costa.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

Depois de ele me chamar de Alvaro Dias, posso chamá-lo como quiser. Estou absolutamente desimpedido.

Senadora Lídice, o seu pronunciamento sobre o Relatório do Senador Jarbas Vasconcelos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Respeito profundamente o Relator e seu relatório, que expressa a sua competência e dedicação aos trabalhos de Comissão desta Casa. No entanto, tenho recebido também propostas do Conselho Federal de Economia no sentido de que fosse possível aprofundar as garantias da atribuição da formação do economista e me sinto na obrigação de colocá-las aqui. Compreendo o raciocínio desenvolvido pelo digno Relator, mas comprehendo também que quando o projeto busca garantir o registro no Conselho Regional de Economia, faz isso para garantir justamente a possibilidade de fiscalização do Conselho sobre a ação do exercício da profissão de economista, coisa que hoje é permitida, por exemplo, aos advogados no Brasil, que por meio da Ordem dos Advogados.

Há uma reivindicação, inclusive, do Conselho Federal de Economia que não está expressa neste projeto do Senador Inácio Arruda, que é a exclusividade do profissional de economia no tratamento das questões orçamentárias. Portanto, quero concordar com o voto do Relator, embora não concorde com a supressão do Conselho Regional de Economia desse registro da obrigatoriedade no Conselho Regional de Economia.

Sinto-me, portanto, complicada para o voto. O voto é favorável, porém, sem a emenda supressiva à condição de o Conselho Regional de Economia poder ser o órgão que efetivamente desenvolva o registro da profissão e possa, dessa maneira, fiscalizar a ação dos seus afiliados no exercício da profissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A sua proposta, então, Senadora, é votar com o Relator, mas contra a exclusão do Conselho de Economia?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Veja bem, eu gostaria sempre de acolher uma proposição da Senadora Lídice pelo respeito e pela consideração que tenho a ela, mas mantenho a posição do nosso relatório no sentido de considerar que a emenda que exclui essa chancela, a meu ver restritiva, seria o crivo do Conselho Regional. Mantenho a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Lembrando que vamos...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ela é restritiva em todas as profissões: Conselho Regional de Engenharia, Conselho Regional de Arquitetura, Conselho Regional de Agronomia, todos são necessários para o exercício dessas profissões.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Lembrando que essa matéria vai ainda ser discutida no âmbito da CAE e das CAS, da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação o parecer do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que estão de acordo com o parecer permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu acompanho a Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com o voto contrário do Senador Paim e da Senadora Lídice da Mata, aprovado o parecer do Senador Armando Monteiro.

Vamos a outro item não terminativo, porque nos está falando quórum para a votação dos projetos terminativos.

Vamos ao item 9 da pauta:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2011 - Não Terminativo -

Altera Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Com a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Presidente.

Vamos direto à análise do projeto e ao voto.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, diretrizes e bases da educação nacional.

Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 566, de 2001, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

As dificuldades pelas quais têm passado as universidades públicas brasileiras revelam a necessidade de buscar novas fontes de recursos para o seu financiamento.

O constante aumento da demanda pela educação superior fez aumentar significativamente o número de vagas nas universidades públicas. No caso das federais, o Ministério da Educação, por meio do Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Reuni, tem conseguido ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Nesse sentido, o Governo Federal anunciou recentemente a abertura de 250 mil vagas de ingresso nas universidades federais e de 600 mil matrículas nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia até 2014.

No entanto, a expansão de vagas precisa ser acompanhada de medidas voltadas para a manutenção e melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A esse respeito, a fonte adicional de recursos prevista no projeto em exame torna-se muito oportuna.

Cabe lembrar que as pessoas jurídicas já têm a possibilidade do abatimento fiscal que o PLS em comento pretende estabelecer para as pessoas físicas. A Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em seu art. 13, § 2º, inciso I, determina que podem ser deduzidas pelas pessoas jurídicas as doações efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal até o limite de 1,5% do lucro operacional.

Nos termos do projeto, a possibilidade conferida às pessoas físicas de dedução da base de cálculo do imposto de renda das doações feitas às instituições públicas do ensino superior é limitada aos valores do abatimento com os gastos individuais do contribuinte e de seus dependentes com educação, o que estabelece um limite necessário para a renúncia fiscal, assim como sua atualização periódica.

Vale lembrar que, para 2012, esse limite foi estabelecido em pouco mais de R\$3 mil. Entretanto, não vemos por que se devam restringir os incentivos a doações de pessoas físicas as instituições de ensino superior.

De fato, seria interessante que essas doações pudesse ser dirigidas também a estabelecimentos de educação básica. Muitas vezes, esses são ainda mais carentes de recursos adicionais destinados a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da infraestrutura escolar. Sendo assim, apresentamos emenda destinada a aperfeiçoar o projeto nesse sentido.

Já no que tange à expansão da possibilidade de dedução para os estabelecimentos privados, como sugerem ambas as emendas apresentadas, julgamos que a medida não deveria ser acolhida.

Na análise de quaisquer propostas voltadas para ampliar o instituto da renúncia fiscal, ainda que relacionado à educação, é preciso considerar uma especificidade do setor.

Diferentemente de outras políticas públicas que se baseiam na lógica de captação de recursos, o financiamento da educação pública é fundamentado nas vinculações constitucionais de impostos e transferências de todas as esferas de governo. Assim, qualquer renúncia fiscal implica, necessariamente, menos recursos para a educação pública como um todo.

Mesmo se considerarmos que as emendas possuem o mérito de incentivar doações apenas a instituições participantes do Prouni e, no caso da emenda do Senador Cristovam Buarque, criar estímulos adicionais para a ocupação das bolsas e as doações a instituições públicas, reputamos mais apropriado fortalecer o princípio constitucional de que os recursos públicos devem ser, prioritariamente, destinados às escolas públicas.

Por fim, a respeito da constitucionalidade e da juridicidade da proposição, não há reparos a fazer.

Quanto à técnica legislativa, como bem apontou a emenda do Senador Cristovam Buarque, cumpre lembrar que a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, não permite o aproveitamento de dispositivo revogado.

O PLS em análise reaproveita a alínea "h" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, incluída pela Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, que previa a dedução, até o exercício de 2015, de despesa com plano de saúde individual comprovadamente paga pelo empregador doméstico em benefício do empregado. Essa alínea, por ter sido vetada, não pode, de forma alguma, ser reaproveitada, sendo necessário sanear o vício identificado por meio da emenda apresentada.

Em suma, no que diz respeito ao mérito educacional, o projeto merece ser acolhido por esta Comissão de Educação, com as emendas sugeridas a seguir e a ressalva de que seu impacto financeiro e orçamentário será apreciado pela CAE, de acordo com suas competências regimentais.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição das emendas apresentadas pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Cristovam Buarque e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011, com as emendas a seguir:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir deduzir, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, as doações a instituições públicas de educação básica e superior."

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º O inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "i":

'Art. 8º

.....
II –

.....
i) às doações efetuadas às instituições públicas de educação básica e superior, observados os mesmos limites previstos nos itens da alínea b deste inciso.

.....' (NR)"

Esse é o nosso voto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Ângela Portela.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quando apresentamos a emenda para incluir não só as universidades públicas nesse benefício da dedução das doações, incluímos as universidades comunitárias, porque, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de modo especial, as universidades comunitárias não têm um caráter, eu diria, mercantilista no sentido da palavra, da ação e do trabalho. São entidades formadas dentro da comunidade com um apoio que surgiu pela necessidade de não haver a presença de instituições públicas federais ou estaduais para preencher a necessidade de algum Município ou de uma região. E elas se consolidaram. Hoje, são instituições muito sérias e que lutam com dificuldades, porque, mesmo que tenha matrícula, tenha mensalidade, em momentos de crise, de safras mal sucedidas, os pais atrasam o pagamento das mensalidades ou não pagam. Então, cria... Hoje, a situação do endividamento dessas instituições comunitárias é muito grande. Então, esse foi o sentido dessa emenda que apresentamos, pela natureza que são essas instituições.

Também gostaria, como esta matéria não é terminativa na Comissão de Educação, que a emenda fosse reavaliada na Comissão de Assuntos Econômicos. Essa é a minha ponderação à matéria, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) Na verdade, Senadora Ana Amélia, eu conheço bem o problema. É um problema do oeste e do sudoeste do Paraná, Senadora Lídice. Antes de o Estado chegar ao oeste e sudoeste do Paraná, que é o chamado Paraná gaúcho, as comunidades se organizaram e resolveram o problema da educação, o problema da saúde, e essa experiência associativa se consolidou através dos anos. E eu, como a Senadora Ana Amélia, não chamaria essas instituições de instituições comerciais. Elas são associativas mesmo e deram origem, inclusive, ao movimento posterior das cooperativas de produção.

Continua em discussão o parecer da Senadora Angela Portela. Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Eu acho que estou sendo visitado por aquele velho alemão... (Risos.)

O Secretário da Comissão está me sugerindo um procedimento de votar o relatório com destaque... Não, a sugestão da Secretaria da Comissão é que a Senadora destaque a emenda na CAE ou reapresente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu penso que é da maneira como ela achar mais conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Consulto a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu queria justificar aqui a nossa rejeição à emenda da Senadora Ana Amélia. Embora reconhecendo o mérito da emenda da Senadora Ana Amélia, nós reafirmamos aqui a nossa ideia de que qualquer renúncia fiscal implica, necessariamente, em menos recursos para a educação pública como um todo. Então, a gente gostaria de sugerir à Senadora que incluisse essa emenda na Comissão de Assuntos Econômicos no momento em que vai ser discutido o impacto financeiro da proposta.

Obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório da Senadora Angela Portela permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado, sendo que a Senadora Ana Amélia reapresentará a emenda na Comissão de Economia.

Embora não tenhamos quórum ainda para os projetos terminativos – estão faltando quatro Senadores –, há um pedido da Senadora Lídice da Mata para que o item 1 seja objeto de leitura. A Senadora Lídice é a Relatora do Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2011 - Terminativo -

Institui a Bolsa-Artista.

Autoria: Senador Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, caros Senadores e Senadoras, eu gostaria de explicar um pouco a situação deste projeto.

Este projeto já está em pauta há algum tempo, e nós recebemos uma solicitação do Governo para que ele fosse retirado de pauta, porque o Ministério da Cultura gostaria de contribuir para o aprimoramento do projeto. Nós passamos três meses com este projeto fora da pauta. Depois de esperar que houvesse uma solução, nós, então, apresentamos de volta o projeto à nossa Comissão para que, finalmente, fosse apreciado, até porque o Senador autor do projeto e os beneficiados, em tese, pelo projeto, que são os artistas brasileiros, já se manifestavam de forma, diria, angustiada com o fato de não apresentarmos solução ao problema.

No entanto, fui comunicada, agora, pela manhã, aqui na Comissão, que, ontem à noite, chegou uma proposta de correção da redação do projeto, aprimorando-a, do Ministério da Cultura. Fiquei, portanto, na dúvida, se retiraríamos novamente o projeto de pauta. Como ainda não temos quórum, por enquanto, essa poderia ser uma alternativa. Se chegarmos a ter quórum, sugiro, no entanto, que possamos votar o projeto, e eu me comprometo a fazer um recurso em plenário com as modificações necessárias, em função de que o projeto já está há três meses à espera de uma solução, de uma redação, afinal, que possa receber o apoio de todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Por falta de quórum e por sugestão da Relatora, fica sobreposto o projeto.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2010 - Não Terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e Pedro Simon

Relatoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra a Senadora Relatora.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, para ser breve, vou fazer apenas a leitura da análise.

Segundo o art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Educação examinar, entre outras, questões gerais da educação, incluindo suas diretrizes e bases, em âmbito nacional.

A valorização dos profissionais da educação, principalmente dos professores da educação básica, constitui matéria que não somente atine, como preocupa a todos os Parlamentares, responsáveis que são pelas políticas educacionais e pela reversão do *status quo* hoje vigente no setor público – a desqualificação dos serviços educacionais.

Ora, todas as análises convergem para a mesma conclusão: enquanto os professores, pela baixa remuneração, forem obrigados a múltiplas jornadas e a duplos empregos, é impossível manter, em regime de sustentabilidade social e gerencial, uma rede de educação de qualidade.

Nossas “ilhas de excelência” em educação pública, salvo as honrosas e fugazes exceções, coincidem com escolas onde os professores têm melhores salários e dedicação exclusiva. Ora, não se pode exigir que um professor com salário mensal de R\$ 1.024,00 – ou mesmo R\$ 2.000,00 – se sinta dispensado de acumular outro emprego ou procurar outra profissão.

Não admira que a opção profissional pelo magistério esteja cada vez menos no horizonte dos jovens brasileiros.

Não são necessários mais argumentos em favor de melhor remuneração dos professores. A questão é como conseguir recursos financeiros para os Estados e Municípios, que arcam com 98% dos encargos da educação básica pública, poderem lhes pagar melhores salários.

Em boa hora, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que dispõe sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), a vigorar pelos próximos dez anos, a partir de sua aprovação. Nele se prevê o aumento de investimentos públicos em educação, hoje correspondentes a 5% do Produto Interno Bruto, para o patamar de 7%, que, ainda que não seja o ideal, representa, em moeda corrente, um aporte de R\$ 80 bilhões, que ficarão disponíveis para a ampliação do atendimento às demandas de escolarização reprimidas e para a melhoria salarial dos profissionais da educação. Esses recursos advirão não somente de remanejamento de verbas da União, como

de mais arrecadação de tributos e de maior destinação de suas receitas à educação.

É bem verdade que o percentual de reajuste preconizado pelo PLS é de difícil absorção por orçamentos estaduais e municipais já em execução, de um só golpe, mesmo porque não podemos comparar o volume de despesas exigido por 81 Senadores com o que seria necessário para o aumento de remuneração de até 2 milhões de professores. Mas essa circunstância não afeta a validade do projeto, muito menos o falso argumento de que o legislador federal não poderia interferir nas finanças de outros entes federados. O que está em jogo é a norma geral do piso nacional, garantido, inclusive, na Lei nº 11.738, de 2008, por suplementação financeira da União. Registre-se que, em muitas redes estaduais e municipais, já se praticam remunerações acima dos R\$ 1.656,62 – valor do piso, com 61,78% do reajuste proposto.

Ocorre que o objeto do PLS nº 325, de 2010, já constou de matéria apreciada pela Casa e, por conseguinte, encontra-se em estágio mais avançado de tramitação. Tal é o PLC nº 321, de 2009, de autoria do Poder Executivo. O PLC altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea e do inciso III do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Em situações dessa natureza, por motivo de economia processual e para não se impor dificuldade à tramitação de matéria em estágio mais avançado, diz o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 334, inciso II, que o Presidente da Casa declarará prejudicada matéria em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Assim sendo, para atender ao pressuposto de regimentalidade, a alternativa viável é a declaração de prejudicialidade, inobstante o acentuado mérito da proposição.

Nosso voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, nosso voto é pela recomendação de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010, por se tratar de matéria já apreciada pelo Senado Federal, na forma do PLC nº 321, de 2009.

Sala da Comissão.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Rita. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A Senadora conclui o seu relatório pela prejudicialidade do projeto.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a Relatora permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Prejudicado o projeto.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 46, de 2011

- Não Terminativo -

Institui no Senado Federal a Comenda Dorina Gouveia Nowill e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senadora Ana Rita, que é favorável à criação desses novos comendadores.

A Senadora Ana Rita com a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Chega para exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Resolução do Senado nº 46, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, que institui, no Senado Federal, a Comenda Dorina Gouveia Nowill, destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

De acordo com a proposição, a comenda será conferida a cinco personalidades, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no mês de setembro.

Estabelece o art. 3º do projeto que a indicação de candidato deve vir acompanhada do *curriculum vitae* e justificativa, podendo fazer tal indicação as entidades governamentais e não governamentais de âmbito nacional que desenvolvam atividades relacionadas à defesa de pessoas com deficiência, os Senadores e os Deputados Federais.

Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, a proposição determina que seja constituído o Conselho de Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, a ser renovado a cada ano, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

Por fim, o PRS nº 46, de 2011, estabelece que os nomes dos agraciados devem ser encaminhados à Mesa do Senado Federal até o dia 5 de agosto para serem publicamente divulgados.

Na justificação do projeto, a nobre autora enfatizou que, em razão de toda a história de vida de Dorina de Gouvêa Nowill, de sua defesa incondicional dos interesses dos menos favorecidos e, também, de sua trajetória de extraordinária determinação e coragem, o Senado Federal deve criar um instrumento que ao mesmo tempo a homenageie e premie personalidades

que, como ela, contribuíram para a defesa de pessoas com deficiência no País.

A proposição foi distribuída a esta Comissão para exame, devendo seguir, após deliberação deste colegiado, à análise da Comissão Diretora.

Ao PRS nº 46, de 2011, não foram apresentadas emendas.

Sr. Presidente, por fim, é inegável a importância do trabalho de Dorina Nowill em prol das pessoas com deficiência visual. É inegável, também, que sua história de dedicação à organização e ao desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria das condições de vida dessas pessoas e para sua inclusão social faz dessa brasileira um exemplo de cidadã, uma incomparável batalhadora em favor dos direitos dos menos favorecidos.

Assim, entendemos que a proposição faz justiça ao render essa homenagem e reconhecer o esforço de uma brasileira que se dedicou intensamente à luta pela educação das pessoas com deficiência, à produção de livros acessíveis e, certamente, à busca do bem comum.

O nosso voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 46, de 2011.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Rita.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem.

Aprovado.

A matéria irá para a Comissão Diretora para decisão final, quando então teremos, ou não, cinco novos comendadores todos os anos no Senado da República.

Na pauta ainda o Item nº 14, Requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

(É o seguinte o item:

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2012 – CE

- Não Terminativo -

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aditado o Requerimento nº 17 de 2012, incluindo na lista de convidados a senhora Bianca Arruda Manchester Queiroga, presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

Com a palavra o Senador para expor o seu requerimento e defendê-lo diante do Plenário, com a sua energia de sempre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Plenário está sonolento hoje, Sr. Presidente. Então, serei bem breve na argumentação.

O requerimento de nossa autoria diz respeito à realização de audiência pública para discutir o PLC nº 31. Nós estamos, Presidente, com nosso requerimento, solicitando o aditamento do requerimento de realização de audiência pública para que seja incluído o convite da Srª Bianca Arruda Manchester Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, para a audiência pública que já suscitamos anteriormente, de debate do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 31. A presença da Srª Bianca Arruda é no sentido de garantir a representação dos fonoaudiólogos nesse importante debate para a apreciação do Projeto de Lei nº 31.

Não fui tão enérgico como V. Exª solicitou, mas espero que tenha sido a contento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos ver se, sem a energia tradicional, V. Exª conseguiu convencer o Plenário das razões e da importância de seu requerimento.

Em discussão o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Os Senadores e Senadoras que estão de acordo, uma vez que ninguém se apresenta para discuti-lo, permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

Na mesa, um requerimento extrapauta da Senadora Ana Amélia.

ITEM 01

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2012- CE - Não Terminativo -

Requeiro, em aditamento ao Requerimento Nº 02, de 2012 – CE, que propõe Audiência Pública para debater “A dificuldade do Brasil para cumprir as metas de educação, conforme matéria veiculada pelo Jornal Nacional, no dia 07 de fevereiro de 2012”, a seguinte alteração: onde se lê “Sr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação”, leia-se “Sr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação ou Representante do Ministério da Educação”.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em discussão o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Requerimento do Senador Paulo Bauer.

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2012 – CE - Não Terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de Audiência Pública aprovada em Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 20 de setembro de 2011, para instruir a votação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, que altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Para justificar seu requerimento, com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, este requerimento que foi apresentado a esta Comissão, no dia 20 de setembro do ano próximo passado, pretendia a realização de uma audiência pública. Ele foi subscrito pelo Senador Demóstenes Torres e por mim para, exatamente, discutirmos aqui e analisarmos os efeitos de uma matéria que foi rejeitada pela Comissão que pretendia autorizar os conselhos profissionais, existentes no País, a realizarem exames de proficiência como condição para a concessão de registro.

Ocorre que, daquela data até a presente data, várias novas situações ocorreram. Os conselhos de profissionais e os próprios órgãos públicos envolvidos já tiveram contatos conosco, pedindo análise de assunto e a revisão dessa nossa iniciativa. Ou seja, realizar uma audiência pública neste momento, sem dúvida, não acrescentaria nenhum efeito prático ao andamento desse assunto, uma vez que ele foi rejeitado nesta Comissão. Por isso, o requerimento que faço é para a retirada e a dispensa dessa audiência pública, até como forma de contribuir para com a celeridade dos trabalhos desta Comissão que já tem várias audiências públicas agendadas fruto de outros requerimentos apresentados e aprovados nas sessões desta Comissão. É o requerimento que apresento e peço a V. Exª que o submeta à apreciação dos demais Pares para que, efetivamente, a audiência seja cancelada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Paulo Bauer.

Com a palavra, para discutir, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Sr. Presidente. É pela ordem, em seguida. Pode continuar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Randolfe Rodrigues, em solidariedade ao Senador Paulo Bauer, abre mão da possibilidade de discutir o requerimento.

Senadora Lídice da Mata. (*Pausa*)

Senadora Lídice da Mata permanece no Plenário, mas também abre mão da oportunidade de discussão.

Os Senadores e Senadoras que estão favoráveis ao requerimento do Senador Paulo Bauer permanecem como estão ... ou se retirem do Plenário como fizeram tantos outros (risos) no momento que antecedeu a exposição do Senador Paulo Bauer.

Por unanimidade, aprovado o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Uma questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, por celeridade processual, se assim couber... Eu sou relator do Projeto do Item 3 da pauta, projeto de autoria do ilustre Senador Paulo Bauer. Para agilizarmos, e com a vênia de V. Ex^a, com certeza, eu queria solicitar para proferir o relatório, o que já adiantaria na próxima sessão. Como é terminativo, registraria somente a votação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues, nós, algumas vezes, partilhamos dessa sua opinião, mas, depois, nós somos obrigados a repetir a leitura do relatório pela ausência da presença dos Senadores que vão aprová-lo ou rejeitado.

Então, está indeferida a sua proposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acato humildemente, Excelência. Aguardarei ansiosamente a próxima terça para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Tribunal de Contas da União manda para a Comissão um relatório do Sr. Benjamin Zymler, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº 028.140 pelo plenário daquela Corte, acompanhado do relatório e do voto que fundamentam aquela deliberação com intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Se-

nado Federal acerca da implementação dos Acórdãos nºs 816, de 2009, e 2.043, de 2009.

O relatório está na Secretaria, à disposição dos Srs. Senadores.

Tudo isso diz respeito ao Programa Universidade para Todos – Prouni – e ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior.

Não havendo mais matéria para ser relatada e sequer quórum para o prosseguimento da reunião, ela está encerrada, com a presença ilustre do Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão e remanescente no plenário.

Até a próxima terça-feira.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 21^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2012.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia quinze de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Vanessa Grazziotin, Zeze Perella, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Antônio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Walter Pinheiro, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Chico Lopes, que “Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Inácio Arruda e o parecer favorável é aprovado. **Item**

8: Ofício “S” nº 3, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria da Autoridade Pública Olímpica – APO, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO referente ao 2º semestre de 2011”. O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o relatório é pelo conhecimento das informações e aprovação da matéria. O parecer é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de disponibilização de unidade de tratamento intensivo móvel (UTI móvel) durante as competições”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Inácio Arruda e o parecer favorável é aprovado. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Braga, que “Torna obrigatória a veiculação de mensagens educativas nas capas e contracapas dos materiais didáticos distribuídos pela União às redes públicas de educação básica em todo o País e proíbe a veiculação de mensagens promocionais de realizações governamentais em qualquer material didático utilizado nessas redes de ensino”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Amélia e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver **Item 1: Extra-Pauta**). Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin, que “Institui a Bolsa-Artista”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver **Item 2: Extra-Pauta**). **Item 12: Comunicados da Presidência**: Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 31/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... em aditamento ao Requerimento Nº 45, de 2011 – CE, que seja ampliado o escopo da Audiência Pública para que sejam abordados todos os aspectos da Economia Criativa para além das demandas que

advirão da Copa do Mundo de 2014”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 32/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Armando Monteiro, Cyro Miranda e Roberto Requião, que requerem “... em aditamento ao Requerimento nº 05, de 2012 – CE, aprovado em 28/02/12, que propõe uma audiência pública para debater ‘a proposta de criação de um currículo nacional único para a educação básica’, a realização de uma segunda audiência pública, devido ao elevado número de convidados. A realização da segunda sessão visa aprimorar o debate”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2011; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010 e Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como estão. (Pausa.)

Com a concordância unânime do Senador Cristovam e do Senador Inácio Arruda, está aprovada a Ata da reunião anterior e dispensada a sua leitura.

Na verdade, a lista de presença está assinada por mais de 16 Senadores na Comissão, mas, em função da sobreposição de Comissões do Senado, vamos iniciar a nossa reunião com dois Senadores presentes. Isso é um absurdo, mas assim vai ser feito, senão serei obrigado a suspender a reunião.

O primeiro item da pauta é um projeto terminativo. Não teremos Senadores suficientes no plenário. Está presente o relator do item 8.

Vamos, então, para os itens não terminativos.
Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2011 - Não Terminativo -

Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo.

Autoria: Deputado Chico Lopes

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável

Observação: Matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A Mesa nomeia Relator *ad hoc* o Senador Inácio Arruda, a quem eu passo a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, destacando a iniciativa do nosso Deputado Chico Lopes, que recebeu um parecer favorável em seu projeto do nosso Senador Aloysio Nunes Ferreira, quero acompanhar, evidentemente, o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que acolhe a proposição de Chico Lopes, oferecendo parecer favorável.

O nosso voto, portanto, é pela aprovação da matéria.

Parecer favorável e voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, aproveitando a presença do Senador Cyro Miranda, para o item 8 da pauta, matéria não terminativa.

ITEM 8

OFICIO “S” Nº 3, de 2012 - Não Terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO referente ao 2º semestre de 2011.

Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pelo conhecimento das informações e aprovação da matéria.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela deferência.

Srªs e Srs. Senadores, a análise da APO tem por objetivo primordial coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional (COI).

De acordo com o referido relatório, a APO desenvolveu duas frentes de trabalho desde julho de 2011:

1. estruturação da autarquia; e

2. operacionalização do processo de identificação e acompanhamento dos projetos com o objetivo de montar a Carteira Olímpica.

Para tratar da operacionalização da Carteira Olímpica, realizaram-se 12 reuniões, sendo as primeiras nos dias 18 e 26 de julho. Também houve cinco reuniões: 18 de agosto, 23 e 30 de setembro,...

No âmbito dos governos estadual e municipal, foram realizadas 22 reuniões com a participação do Comitê RIO 2016, do Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (EGP/RJ) e da Empresa Olímpica Municipal (EOM), onde foram discutidos diversos assuntos, sendo os principais: a discussão da lista de projetos e da matriz de responsabilidade; segundo, a apreciação dos projetos do parque olímpico; a discussão da regulamentação do ato olímpico; e, por último, a discussão de parceria público-privada. E também a discussão sobre execução financeira para o ano de 2012.

Em conjunto com o COI e o Comitê Paraolímpico Internacional, foram realizados os seguintes eventos: revisão da construção de infraestrutura e dos locais de eventos; projeto Review Olympic Games Management.

O relatório de atividades apresenta também execução orçamentária de 2011. Havia previsão de execução de 21 milhões, receita de contratos de rateio entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. Foram executados 14.580 milhões, resultando num superávit reprogramável de 6.419.941.

Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das informações contidas no relatório de atividades da autoridade pública olímpica – APO referente ao segundo semestre de 2011 e delibere pela aprovação da matéria, que seguirá para conhecimento e apreciação da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Cyro Miranda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos para o Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 640, de 2011 - Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de disponibilização de unidade de tratamento intensivo móvel (UTI móvel) durante as competições.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Observação: Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

E o relatório será feito pelo relator oficial *ad hoc* desta nossa reunião da Comissão de Educação, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, importante iniciativa do nosso colega Senador sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, que recebeu o relatório do Senador Walter Pinheiro, o qual, devidamente preocupado com as questões relativas à violência nos estádios e entre torcedores, apresentou parecer favorável. E o seu voto é pela aprovação do projeto de lei, o que acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Inácio Arruda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos para o Item 7 da pauta.

(É o seguinte o item:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 2011 - Não Terminativo -

Torna obrigatória a veiculação de mensagens educativas nas capas e contracapas dos materiais didáticos distribuídos pela União às

redes públicas de educação básica em todo o País e proíbe a veiculação de mensagens promocionais de realizações governamentais em qualquer material didático utilizado nessas redes de ensino.

Autoria: Deputado Eduardo Cunha

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela rejeição

Observação: Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Não estando presente o Senador Anibal Diniz, solicito à Senadora Ana Amélia que faça a relatoria *ad hoc*.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, vou direto à análise.

Inicialmente, é preciso ter em conta que os programas suplementares da União de material didático para a educação básica não contemplam a aquisição e a distribuição de cadernos, mas tão somente de livros didáticos e obras de referência e literárias. Nos livros didáticos, as capas e contracapas já possuem funções específicas definidas pelo Ministério da Educação (MEC). Desse modo, a primeira capa traz a capa original da obra, estabelecida pela respectiva editora; na segunda capa constam orientações sobre o uso e conservação dos livros, uma vez que muitos deles são utilizados por vários alunos, em anos letivos subsequentes; a terceira capa traz espaço para a inserção de CDs ou DVDs de apoio, que eventualmente acompanham as obras; e na quarta capa vem impressa a letra do Hino Nacional.

No caso das obras de literatura e acervos complementares de referência, as capas têm a função de apresentar os temas tratados, trazer informações que motivem a leitura, além de propiciar a exploração artística dos temas e a ampliação das referências estéticas, culturais e éticas dos leitores. Adicionalmente, devem trazer algum tipo de sinopse da obra e dados biográficos dos autores.

Julgamos, portanto, que o uso das capas e contracapas das obras incluídas nos programas de material didático da União para finalidades adicionais poderia comprometer o projeto gráfico editorial adotado, que requer espaços para o descanso visual e é considerado na avaliação pedagógica realizada pelo MEC.

Além disso, haveria a necessidade de que as mensagens educativas a serem veiculadas fossem adaptadas a diferentes públicos e faixas etárias, uma vez que os programas de material didático do MEC abrangem desde a educação infantil até o ensino médio, passando pela educação de jovens e adultos e a educação no campo. Para que efetivamente alcançassem seu objetivo, as mensagens precisariam ter o

conteúdo e a linguagem adaptados a cada um desses públicos. Em muitos casos, seria necessário contar com a mediação pedagógica dos docentes, para que tais mensagens fossem de fato absorvidas pelos alunos.

Haveria ainda o risco de que algumas mensagens se tornassem desatualizadas e obsoletas, frente ao calendário de reposição das obras, que varia conforme sua natureza e o nível de ensino a que se destinam.

No tocante ao dispositivo que prevê a vedação da veiculação de “mensagens promocionais de realizações governamentais”, também vislumbramos dificuldades a serem consideradas por esta Comissão.

Entendemos que as intenções dos nobres Deputados, ao aprovar a matéria, foram no sentido de evitar a publicidade indevida à custa dos contribuintes. A esse respeito, a própria Constituição já dispõe, no art. 37, § 1º, sobre a proibição de que a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos contenham nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Ademais, registramos a imprecisão conceitual dos termos utilizados pela proposição, quais sejam, “mensagens promocionais” e “realizações governamentais”. Não seriam os programas de governo realizações governamentais? No limite, se aprovado o PLC nº 111, de 2011, os próprios programas da União de aquisição de material didático poderiam ser considerados como “realizações governamentais”, proibindo-se qualquer alusão a eles, até mesmo no contexto das necessárias orientações sobre a conservação de obras não consumíveis.

O voto do Relator, Senador Aníbal Diniz:

Diante do exposto, no mérito, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2011 (Projeto de Lei nº 3.546, de 2008, na origem).

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o voto da Senadora Ana Amélia. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se estão, os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

Nós não temos mais nenhuma matéria não terminativa e não temos quórum para a votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas como temos oito Senadores, eu acho que poderíamos pelo menos adiantar a discussão do Item 1, que é um projeto terminativo que institui

a Bolsa Artista, de autoria do Senador Inácio Arruda, que se encontra presente, com relatoria da Senadora Lídice da Mata, que também se encontra presente.

Pela ordem, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, pela ordem, eu só queria saber se poderia apresentar agora, nesse intervalo dos não terminativos para os terminativos, um requerimento meu.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– É um requerimento em aditamento ao Requerimento nº 45, para que seja ampliado o escopo da audiência pública, de maneira a abordarmos todos os aspectos da economia criativa, muito além das demandas que advirão da Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A audiência já está agendada.

Submeto à discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Item 1.

(É o seguinte o item:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2011

- Terminativo -

Institui a Bolsa-Artista.

Autoria: Senador Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observação: Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.)

Com a palavra, então, a Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, perdoem-me a gripe.

Na reunião passada fiz uma rápida apresentação deste projeto, que retiramos de pauta para que eu pudesse incorporar uma emenda vinda da posição do Governo, através do Ministério da Cultura, que considerei uma contribuição efetiva ao projeto de lei, porque melhor traduz a intenção do legislador, uma vez que adequa também essa intenção à idade mínima, que antes era de 12 anos, o que considero uma idade muito baixa, para que nós pudéssemos tratar da bolsa.

A idade mínima de 14 anos na data da apresentação da candidatura tem equiparação à idade prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente para o aprendiz. Então, nós adaptamos essa contribuição do Ministério da Cultura.

Mas vou ler o relatório.

Por intermédio do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 404, de 2011, o Senador Inácio Arruda propõe a instituição da Bolsa-Artista.

Em seu art. 1º, além de instituir a Bolsa-Artista, o projeto define seu objetivo como sendo o de proporcionar formação e aprimoramento de artistas amadores e profissionais em diversas áreas de atuação. O mecanismo consiste na garantia de um benefício financeiro para artistas dos campos das artes literárias, musicais, cênicas, visuais e audiovisuais, em suas variedades eruditas e populares, conforme critérios e valores a serem fixados em regulamento (§§ 1º e 2º).

A prioridade da concessão das bolsas deverá ser dada, nos termos do art. 2º, a artistas em processo de formação em suas respectivas áreas de atuação, observando-se a valorização da diversidade de estilos, gêneros e linguagens artísticas. Para a concessão, também deverá ser dada ênfase ao pluralismo de ideias e à preservação da diversidade cultural brasileira.

Sob a perspectiva de priorização, as bolsas destinam-se ao desenvolvimento das habilidades dos artistas, e não a projetos culturais específicos.

Por fim, o artigo prevê que, para a concessão dos auxílios, será dado tratamento igualitário às manifestações culturais eruditas e às populares.

Para se habilitarem, os candidatos ao benefício, nos termos do art. 3º, precisam ter idade mínima de doze anos na data da apresentação da candidatura. Caso o candidato tenha menos de dezoito anos, deve estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, salvo se já houver concluído o ensino médio. Outro requisito para o recebimento é que não seja beneficiário de nenhuma outra iniciativa governamental que envolva a concessão de benefício financeiro associado à formação e à produção artística, cultural ou esportiva.

Para se habilitar à concessão da bolsa, o candidato deve encaminhar, no ato da inscrição, um plano anual de formação ou aprimoramento no campo artístico e cultural em que atuar, contendo *curriculum vitae*, detalhamento das atividades a serem realizadas e dos objetivos e metas a alcançar, tudo isso acompanhado de documentos e imagens considerados relevantes para a compreensão da trajetória do artista, conforme normas a serem definidas em regulamento.

A Bolsa-Artista será concedida pelo prazo de um ano, configurando doze parcelas mensais, segun-

do determina o art. 4º. Nos termos do art. 5º, as inscrições para a obtenção da Bolsa-Artista ocorrerão anualmente, mediante publicação em edital, conforme prazos, critérios e procedimentos a serem definidos em regulamento. Já a seleção dos artistas ficará a cargo de uma comissão, composta por representantes do Governo Federal e de entidades vinculadas à comunidade artística nacional.

Para financiar a Bolsa-Artista, as despesas correrão, conforme o art. 6º, à conta dos recursos orçamentários do Ministério da Cultura. O art. 7º determina o início da vigência da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o Senador Inácio Arruda argumenta ser necessário valorizar artistas que se encontram em fase inicial de suas carreiras, uma vez que, pela falta de recursos, muitos talentos em diversas áreas não desenvolvem suas habilidades por não disporem de oportunidades para o aprimoramento e a integração ao cenário artístico e cultural do País. Alega ainda que, apesar de as políticas públicas de incentivo e fomento à cultura serem bastante desenvolvidas, os projetos incentivados quase sempre acolhem artistas consagrados em suas áreas e não oferecem oportunidades aos novos para a obtenção de experiência. Por fim, informa que a inspiração para o projeto veio do modelo fornecido pela Bolsa-Artista, que representa iniciativa exitosa no campo da valorização dos talentos esportivos do País.

Ao projeto, remetido para apreciação em caráter terminativo pela Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE), não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE apreciar proposições que criem normas gerais sobre cultura, instituições culturais e criações artísticas, categorias em que se insere o PLS nº 404, de 2011.

Sob a perspectiva da necessidade, a proposição se justifica, pois, apesar de existirem diversos mecanismos de concessão de bolsas no País, não há nenhuma com o perfil generalizante da proposta do PLS nº 404, de 2011.

No âmbito acadêmico, universidades e agências de fomento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), oferecem bolsas. Também em áreas específicas como a de música, há conservatórios que as ofertam, ainda que modestamente. Mas para outras áreas – como as de artes cênicas e de literatura, por exemplo –, há carência de ofertas de auxílio aos artistas em início de carreira.

Quanto à tradição administrativa do próprio Ministério da Cultura, um mecanismo como esse não lhe é estranho, visto que, por intermédio de editais, são

ofertadas, por exemplo, bolsas para viagens ao exterior, proporcionadas a artistas que queiram difundir seus trabalhos ou adquirir experiência. A Fundação Nacional de Artes (Funarte) também tem o hábito de oferece bolsas, como a de criação literária e de circulação literária, ambas com o perfil de ofertar a artistas a oportunidade de criarem obras ou divulgarem seus trabalhos.

Do ponto de vista do conjunto normativo brasileiro, a proposição apresentada pelo Senador Inácio Arruda, com base no exemplo da Bolsa-Atleta, encontra amparo na tradição do ordenamento legal. Outra referência a ser buscada pode ser a política do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que é dividido em quatro modalidades e oferece auxílio financeiro a jovens inscritos que queiram concluir seus estudos, por um período de tempo semelhante ao proposto pelo PLS nº 404, de 2011.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, proíbe o trabalho dos menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. A idade mínima de trabalho aumentou de 14 para 16 anos de idade pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. O ECA também segue a mesma determinação, por meio do art. 60: “é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz”.

Portanto, sob a consideração da possibilidade de a formação demandar alguma experiência de trabalho, revisamos o inciso I do art. 3º do PLS nº 404, de 2011, propondo a alteração da idade mínima de 12 anos como critério para recebimento da Bolsa-Artista para a idade mínima de 14 anos, reconhecendo a pertinência da legislação vigente.

A análise do teor revela que não há injuridicidade no projeto. Tampouco vislumbramos invasão de competência legislativa, uma vez que, apesar de ser um programa a ser executado pelo Ministério da Cultura, todos os detalhes e atribuições são remetidos a um regulamento a ser editado posteriormente pelo Poder Executivo, em suas competências constitucionais.

Por fim, do ponto de vista financeiro, o projeto também procura se inserir de maneira não invasiva às competências e atribuições legislativas, uma vez que apenas define o custeio com verbas do Ministério da Cultura.

Com vistas a eliminar qualquer forma de arguição na matéria, pode-se, mesmo, proceder, neste último caso, à inserção de redação mais genérica no dispositivo, uma vez que se trata de norma não vinculante, sempre dependente da efetiva alocação de recursos na lei orçamentária anual.

Nesse sentido, apresentamos emenda para aperfeiçoar a proposição.

Voto.

Por seu mérito, juridicidade e constitucionalidade, o Projeto de Lei nº 404, de 2011, merece prosperar e ser aprovado, nos termos da seguinte emenda.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011, a seguinte redação:

Art. 6º. As despesas decorrentes da concessão da Bolsa-Artista correrão à conta dos recursos orçamentários da União.

Emenda 2: “Dê-se ao inciso 1 do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011, a seguinte redação:

Possuir a idade mínima de 14 anos na data de apresentação da candidatura.”

Este é o nosso voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – (*Falha na gravação*) ...para a votação, a discussão fica sobreposta.

Coloco em votação o requerimento do Senador Cyro Miranda e do Senador Armando Monteiro, que propõem uma audiência pública para debater a proposta de criação de um currículo nacional único para a educação básica, a realização de uma segunda audiência devido ao elevado número de convidados. A realização da segunda visa aprimorar o debate. Havia um número muito grande de pessoas indicadas.

Em discussão a proposta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Amanhã, teremos uma audiência pública na Comissão.

Convidados: José de Nicola Neto, Presidente da Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos; Antônio Luiz Rios, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Editoras de Livros Escolares; Azevedo de Arruda Sampaio, autor de livros didáticos; Mônica Gardelli Franco, Diretora de Formulação de Conteúdos Educacionais da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

A autoria é da Senadora Kátia Abreu. Essa audiência será realizada amanhã, às 10 horas.

Como nós não temos quórum suficiente para a decisão e todas as matérias sobre a mesa são terminativas, eu dou por encerrada esta reunião, convocando a reunião de amanhã.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dezenas de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Ana Rita, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cássio Cunha Lima, João Vicente Claudino, Kátia Abreu, Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta e João Ribeiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 7/2011-CE, de autoria da Senhora Senadora Kátia Abreu e da então Senadora Marisa Serrano, destinado a **“Analizar e discutir os critérios utilizados na avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor José De Nicola Neto, Presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos – ABRALE**; **Senhor Antonio Luiz Rios da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares – Abrelivros** e **Senhor Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, Autor de livros didáticos**. Neste momento, a presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 304/2012-ASPAR/GM/MEC, datada de 15 de maio do corrente, de autoria do Senhor Rolf Hackbart, Assessor Especial do Ministro de Estado da Educação, solicitando a desconsideração do nome da Senhora Mônica Gardelli Franco, Diretora de Formulação de Conteúdos Educacionais da Secretaria de Educação Básica, para compor a mesa da presente reunião representando o MEC. O Ministério será representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro

de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, que se coloca à disposição da Comissão para debater o tema, no próximo dia 12 de junho, às 10 horas. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, passa a presidência à Senhora Senadora Ana Amélia, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Fimda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Kátia Abreu, autora do Requerimento e os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Aníbal Diniz e Ana Amélia. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 1:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que nesta semana, de 14 a 20 de maio, o Instituto Brasileiro de Museus está realizando a 10ª Semana Nacional de Museu. Sexta-feira, dia 18 de maio, é o dia internacional dos museus e, no Brasil, durante esta semana, 1.114 instituições estarão reunidas em torno do tema ‘Museus em um mundo em transformação: novos desafios, novas inspirações’”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 066/2012 – CEC do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Newton Lima, comunicando que o prazo para indicação de pessoas ou entidades para concorrerem ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação da Câmara dos Deputados de 2012 encontra-se aberto a partir de 09 de maio, com término previsto para 30 de maio do corrente. Os Senadores que desejarem uma cópia do Ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 3:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE, para coquetel de lançamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, a ser realizado no dia 16 de maio do corrente, quarta-feira, às 19h30, no restaurante do Senado Federal. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assi-

nada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Ana Amélia, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 7, de 2011, de autoria da Srª Senadora Kátia Abreu e da então Senadora Marisa Serrano, para a realização de audiência pública destinada a debater os critérios utilizados na avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático.

Para dar início à audiência, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para que tomem assento.

Informo aos Senadores e Senadoras que a representação do MEC não estará presente porque o Assessor Especial Rolf Hackbart enviou um ofício em que diz que ele, pessoalmente, quer estar presente e, não podendo estar hoje, se oferece o próprio Ministro a vir aqui no dia 12 de junho de 2012, às 10 horas.

Portanto, hoje, debateremos com os convidados José de Nicola Neto, que é Presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos; o Antônio Luiz Rios da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Livros Escolares; e Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, autor de livros didáticos.

Conforme praxe nessas audiências, daremos 15 minutos a cada um dos palestrantes. Depois, daremos a palavra aos Senadores e às Senadoras, iniciando pela Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento.

Com a palavra, portanto, o Presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, José de Nicola Neto.

O SR. JOSÉ DE NICOLA NETO – Bom dia, Srs. Senadores e demais presentes.

Eu sou Presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale).

Antes de entrar na minha fala propriamente sobre o tema da audiência, gostaria de apresentar, em mais um *slide*, a nossa associação.

A Abrale foi fundada em setembro de 1992. Portanto, é anterior ao atual modelo de avaliação, que

começa em meados dos anos 90. É uma associação civil, sem fins lucrativos e que tem como principal objetivo contribuir para a elevação da qualidade do ensino brasileiro e promover a integração dos autores de livros educativos com os editores e com o MEC.

Feita a apresentação da nossa entidade, eu entro, então, na fala sobre o tema.

Nós, autores de livros didáticos, pela voz de nossa entidade, a Abrale, em primeiro lugar, reiteramos nosso apoio aos programas de material didático do Governo Federal, que universalizou o acesso ao livro em todos os segmentos da educação básica, constituindo-se em uma das mais importantes ações no plano das políticas públicas na área da educação.

Eu quero, inclusive, ressaltar que estou há três décadas trabalhando com o livro didático e lembro-me de épocas em que um aluno acabava toda a educação básica sem nunca ter tido um único livro e, quando tinha, às vezes era o único livro de sua vida, e o atual modelo do Programa do Livro oferece um livro de qualidade de cada disciplina aos alunos.

E nós reconhecemos ainda avanços significativos com a publicação do Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe, entre outros pontos, sobre a possibilidade de recurso e correção de falhas pontuais, que são antigas reivindicações dos autores. Consideramos, inclusive, que o decreto traz implícito o conceito de que os programas e material didático passam a ser política de Estado e não de eventuais governos, que mudam ao sabor dos ventos. Por outro lado, consideramos fundamentais as observações críticas motivadas pelo desejo de aperfeiçoamento dos programas e de melhoria da qualidade do ensino público e, apontamos, nesta fala, aspectos da avaliação pedagógica que podem e devem ser aperfeiçoados sem deixar, contudo, de reconhecer seu mérito na melhoria da qualidade dos livros didáticos.

Então, queria apontar inicialmente alguns aspectos que nós consideramos críticos da avaliação.

Mas, antes, queria ressaltar ainda que a Abrale (Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos) não só deu importante apoio à avaliação, desde seu início, como fez, ao longo dos últimos 16 anos, numerosas sugestões visando ao seu aprimoramento. Mas, em face dos resultados das recentes avaliações, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) 2010, para o Ensino Fundamental I, do PNLD 2011, para o Fundamental II, e o PNLD 2012, para o Ensino Médio, o fórum dos autores associados à Abrale considerou que o atual modelo de avaliação tem dado significativas mostras do que poderíamos chamar de esgotamento paradigmático, e vou apontar aqui alguns aspectos que nós consideramos nesse esgotamento paradigmático.

É incompreensível que tenhamos obras aprovadas e elogiadas em um programa e que são excluídas no programa seguinte, embora os critérios continuem praticamente iguais, o que gera a desconfortável situação de haver, no último ano do programa, milhões de alunos estudando com livros absolutamente desqualificados pelos relatórios de exclusão mais recentes.

Eu não sei se todos têm a noção de como é esse processo do PNLD, mas vou dar um exemplo aqui. O PNLD 2012 começou agora no início deste ano, o PNLD do Ensino Médio, e vale para os anos de 2012, 2013, 2014. O próximo PNLD para o Ensino Médio será em 2015, e o anterior foi em 2009. Então, os livros que foram comprados em 2008 para o Ensino Médio entraram na sala de aula no início do ano letivo de 2009 e permaneceram em 2009, 2010 e 2011. Ora, o guia do livro didático do PNLD 2012 foi publicado no início do ano passado, 2011, e nós tivemos vários livros aprovados em 2009 que foram reprovados para 2012. E, durante todo esse ano de 2011, ainda tínhamos milhões de alunos estudando com livros que foram em 2009 aprovados e elogiados e, em 2012, foram reprovados e desqualificados. Isso cria uma situação muito curiosa. Quer dizer, o aluno está na sala de aula com um livro que foi absolutamente desqualificado pelo próprio MEC.

Outro ponto que queríamos salientar são os relatórios de exclusão que são marcados por autoritarismos e/ou erros, quando não autoritarismo e erro no mesmo relatório de exclusão. Nós, até hoje, não tivemos ainda direito de contestar os relatórios de exclusão. Isso vai acontecer agora, neste ano, pela primeira vez, mas são 16 anos que os autores sempre pediram, reivindicaram o direito à contestação, direito democrático de questionar alguns critérios na avaliação e começa, na verdade, não para 2012, Senadora, começa para o PNLD 2013. O guia para 2013 acaba de ser publicado, porque agora vai ser feita a escolha e a compra durante o ano de 2012, mas eles entrarão na sala de aula em 2013.

Temos comumente nos relatórios pareceristas que lançam mão de argumentos que não encontram respaldo nos editais, sendo que, em alguns casos, os argumentos contrariam os editais. Como nós nunca tivemos direito ao recurso, isso nunca pôde ser questionado legalmente.

Há outro aspecto que consideramos muito preocupante que é a busca pelos avaliadores de algumas disciplinas de um modelo ideal de livro, às vezes pautado em pesquisas acadêmicas não necessariamente com significado para prática, às vezes ligado a modismo, sem suporte de pesquisas de campo. São modelos que se formam nos comitês de avaliação totalmente distanciados da realidade do professorado da escola

pública. Para isso, colabora o excesso de critérios de exclusão, pois a cada edital, a cada programa, nós temos um aumento significativo nos critérios de exclusão.

Só para exemplificar, no primeiro edital para compra de língua estrangeira moderna, inglês e espanhol, que é um evento recente, tínhamos 27 critérios apenas na avaliação pedagógica. Às vezes, apoiado num único desses critérios, o parecerista acaba excluindo um livro de participar do programa.

Há uma discrepância entre relatórios. Recebemos, na nossa associação, alguns relatórios de exclusão e, ao compararmos relatórios da mesma disciplina, percebemos que o mesmo tópico que é elogiado em uma obra é criticado em outra.

Há discrepância também entre disciplinas. Algumas, como é o caso, por exemplo, de História e Geografia, aprovam 80% das obras inscritas e nós temos disciplinas que reprovam 80% das obras inscritas, o que consideramos desproporcional. É impossível reprovav 80% das obras inscritas.

O que foi dito até agora pode ser comprovado com exemplos dos pareceres de exclusão que temos no site da nossa entidade relatando o que acabei de comentar.

Gostaria, então, agora de entrar com algumas propostas que foram levadas ao Governo Federal, apresentamos ao Ministro, no ano passado, reiteramos em alguns encontros com o pessoal da SEB – Secretaria de Educação Básica –, e apresento agora aqui nesta Comissão.

Gostaria de reiterar que em mais de 16 anos de interlocução com o MEC os autores apontaram deslizes, mas também propuseram idéias, muitas delas adotadas, que contribuíram para melhoria de avaliação e dos programas do livro. Então, mantendo essa mesma postura na busca de uma excelência na qualidade, seguem sugestões que deveriam ser analisadas na possível construção de um novo paradigma de avaliação. Já que consideramos o esgotamento desse paradigma, estamos fazendo propostas para criação e elaboração de um novo paradigma.

Um aspecto que consideramos muito interessante é a certificação. É incompreensível que a cada três anos se faça avaliação das mesmas obras, sendo que, nesse período de três anos, nós não tivemos alterações significativas em paradigmas pedagógicos e também não tivemos modificações significativas nos próprios editais. Então, a proposta é a substituição da análise de dezenas de obras em cada edição do PNLD pela certificação de cada obra, o que economizaria dinheiro público e desafogaria os prazos sempre exígios das várias etapas de cada edição do PNLD.

A obra aprovada poderia figurar no Guia do Livro Didático por duas ou, talvez, três edições do PNLD, exceto quando alterada significativamente. Ou seja, se o autor e a editora resolvem alterar significativamente o livro, então deve passar por uma nova avaliação; mas, se não há alteração significativa, é absolutamente desnecessária a avaliação seguinte. As obras novas inscritas, essas sim, passariam pelo processo de avaliação.

Estamos propondo também a criação de uma comissão de controle da avaliação. Uma comissão reduzida, mas permanente, poderia, sistematicamente, acompanhar as avaliações, fixando critérios básicos, avaliando resultados de avaliações passadas e ouvindo professores adotantes das obras aprovadas. E aqui eu queria comentar que essa proposta é feita já há alguns anos e o MEC até hoje a desconsiderou. O livro fica três anos na escola, certo? Os programas têm a duração de três anos. No segundo ano em que o livro está na sala de aula, o MEC poderia e deveria ouvir os maiores interessados, que são os professores adotantes. Podia ser feita por amostragem, cobrindo o País todo, cobrindo diferentes tipos de professores. Porque há uma questão fundamental. Nós consideramos, nos pontos críticos, essa tentativa de se buscar o modelo ideal de livro por parte de algumas comissões de avaliação. Mas, há poucos dias, saiu o censo escolar, e nós temos pelo censo escolar, que cerca de 30% dos professores do ensino fundamental não têm diploma de nível superior; no ensino médio, em que a coisa melhora um pouco, nós estamos na casa de 7% dos professores na escola pública, sem diploma de nível universitário. Ou seja, são pessoas que têm o diploma de ensino médio dando aula para o ensino médio. O censo escolar aponta 7% no ensino médio e 30% no ensino fundamental.

É preciso investir na formação do professor. Não adianta querer dar a formação do professor de cima para baixo, com o livro considerado ideal, preso a determinados segmentos acadêmicos, a determinados modismos acadêmicos.

Então, é inacreditável que não se ouça o professor adotante que está na sala de aula, que está trabalhando com o livro. É a melhor pessoa que pode falar dos problemas do livro, ou das qualidades do livro.

Essa comissão proposta funcionaria como uma ouvidoria do processo de avaliação e seria regulada por estatuto próprio e reconhecida por todos os envolvidos na produção e avaliação de livros. E eu queria ressaltar que os autores de livros didáticos que são educadores, fundamentalmente educadores, são absolutamente a favor da avaliação – e nem poderia ser o contrário, não se pode falar em educação sem avaliação.

E nós somos tão a favor da avaliação que nós, há anos, estamos propondo a avaliação da avaliação, que é um ponto fundamental.

Outro aspecto a considerar é a clareza, transparência e a pluralidade nos critérios eliminatórios.

A Abrale tem proposto, ao longo dos anos, uma maior discussão sobre os critérios de exclusão para que se tornem amplamente conhecidos e compreendidos e para que se elimine, assim, ao máximo possível, a carga de subjetividade.

Aqui também reitero, como educador, que, em qualquer avaliação, há sempre uma carga de subjetividade. É impossível pensar em uma avaliação absolutamente isenta de qualquer subjetividade. O grande problema é encontrar mecanismos para reduzir, ao máximo, essa carga de subjetividade.

Como já apontado, os últimos editais trazem um número excessivo de critérios que orientam as obras para um determinado modelo. Nesse ponto, relembramos o que consta, de forma muito oportuna, na Portaria Normativa nº 7, de 5 de abril de 2007:

“Em função das diversidades sociais e culturais que caracterizam a sociedade brasileira, bem como do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a escolha dos livros deve ter como base o conhecimento da realidade do aluno e da proposta pedagógica que norteia o trabalho das escolas.”

E é nesse ponto que os professores devem ser ouvidos.

Outro ponto é abolição da exigência de anonimato da obra avaliada. Quando as editoras inscrevem um livro para avaliação, esse livro, essa coleção vem absolutamente descaracterizada. Não pode ter qualquer marca que identifique autor ou editora. E consideramos que o anonimato já é etapa superada. Por que consideramos isso? Porque ainda que o anonimato seja da tradição e tenha função de proteger o autor de eventuais juízos pré-concebidos, seus benefícios são ilusórios, porque qualquer parecerista, com o mínimo de experiência com materiais didáticos, identifica a obra e seu autor. Se o parecerista não identificar a obra e o autor, é porque o parecerista não tem experiência suficiente com o trabalho de material didático.

Na verdade, o anonimato só garantido para obras inscritas pela primeira vez e para autores absolutamente inéditos. Assim como qualquer autoria, pega-se o livro de um autor e percebe-se o estilo. Isso é inevitável. Quem trabalha com livros reconhece na hora.

Na atual situação, o efeito dessa exigência é complicar a inscrição da obra e aumentar o trabalho do editor, que deve eliminar qualquer vestígio de

identificação. Inclusive, a obra não pode remeter, por exemplo, a um site de apoio que complementa obra em suporte de papel. Qualquer site ligado, ligando à editora, identifica a obra.

Ao mesmo tempo e por último, estamos propondo o fim do anonimato dos pareceristas. O fim do anonimato dos pareceristas não é na etapa inicial. Mas o fim do anonimato dos pareceristas é o pedido que a Abrale faz para que os pareceristas assinem o parecer de exclusão. O parecer de exclusão não chega aos autores assinado pelos pareceristas, chega assinado pelo coordenador da equipe de avaliação. Achamos fundamental que os pareceristas se identifiquem, até porque, com a possibilidade do recurso, a partir do PNLD 2013, essa exigência é fundamental.

Termino explicando por quê. Se os pareceristas das obras excluídas tivessem de se identificar, seriam mais cuidadosos em sua argumentação, e algumas obras condenadas exclusivamente por julgamentos subjetivos eilações mal fundamentadas deixariam de sê-lo. Além disso, como o Decreto nº 7.084 prevê recurso ao parecer de exclusão, a partir do PNLD 2013, é necessário que seus autores sejam identificados, uma vez que o § 5º do art. 20 dispõe que:

“Para análise dos recursos, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação poderá contar com o auxílio de equipes revisoras formadas por três avaliadores integrantes das equipes técnicas de que trata o§ 1º do art. 14, que não tenham participado da avaliação inicial da obra.”

Ou seja, quem avaliar o recurso são componentes da mesma equipe de avaliação. Então, é fundamental que eles sejam identificados ao assinar os relatórios de exclusão para que, ao ser identificada a comissão que vai julgar o recurso, não tenhamos nenhum coincidente, apesar de, por princípio, acharmos que quem deveria avaliar os recursos não deveria ser ninguém integrante da equipe de pareceristas.

E, finalmente, a Abrale defende um diálogo permanente. Isso temos defendido durante esses 16 anos.

Então, as propostas dos parágrafos anteriores exemplificam algumas das ideias mais veiculadas entre os autores de materiais didáticos no sentido de tornar a avaliação mais objetiva e justa.

Finalmente, reiteramos que toda e qualquer discussão sobre os programas de material didático que envolvam questões pedagógicas não deve e não pode prescindir de um diálogo tripartite, com a interlocução entre representantes do Governo, da CEB, do FNDE, coordenadores das equipes de avaliação, autores e editores.

Lembramos que são os autores os responsáveis pela parte teórico-metodológica e pedagógica dos livros, ou seja, são os autores que definem os conteúdos, a organização deles, a forma como serão representados, o tipo de atividade que será proposta aos alunos.

A preocupação dos autores é com a melhoria do ensino público brasileiro para a qual os programas, os livros muito têm contribuído e, certamente, muito ainda contribuirão, mas é fundamental que esse modelo de avaliação seja totalmente revisto.

Muito obrigado, Senador. Desculpe por ter passado...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós que agradecemos a sua apresentação, em nome dos autores.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, Antonio Luiz Rios da Silva.

O SR. ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA – Exmº Senador Cristovam, Exmª Senadora Kátia Abreu, Ana Amélia, Anibal Diniz, demais Parlamentares, enfim, membros da audiência. Eu represento aqui a Abrelivros – Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares. Foi constituída em 1991, já no bojo, no processo, vamos dizer assim, de desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático. Um dos objetivos é manter exatamente uma interlocução com o Governo, com o MEC, com o objetivo justamente de aperfeiçoar esse programa.

É um programa complexo. Em primeiro lugar, é importante, muito importante, como já ressaltado, mas, ao mesmo tempo, complexo, complexo pela quantidade de participantes. Se a gente olhar a cadeia toda, essa complexidade aumenta ainda mais, não só pelos participantes. Mais de 25 editoras participam desse programa, inscrevendo suas obras. Em determinados programas, podemos chegar a cerca de 500 coleções, como é o caso do PNLD 2013, inscritas para participar dessa complexa avaliação também, conforme já exposto pelo José Nicola.

Eu acho que existe, realmente, uma premissa nesse programa, que também a gente julga como extremamente importante e relevante, que é a questão da qualidade do material, que, no final das contas, vai chegar até aos milhões de alunos que utilizam o livro didático fornecido pelo Governo Federal.

Portanto, a gente, como associação, comprehende que, dentro dessa complexidade de um programa tão extenso, tão vasto e tão complexo, como já disse, o processo de avaliação seja um processo complexo. No entanto, sem sombra de dúvida - e esta tem sido uma das lutas da associação -, isso carece realmente de evolução e de ser aperfeiçoado.

Temos de ser bastante transparente ao dizer que o diálogo com o MEC nesse sentido tem sido extremamente rico. Temos sido recebidos e temos discutido com o MEC todas as nossas propostas, as ideias. Várias delas, num processo recente, que foi o decreto de 2010, foram contempladas. Nem todas, mas entendemos – talvez, um processo de evoluções sucessivas esteja acontecendo – que, às vezes, é um pouco complexo fazer muitas alterações simultaneamente, mas o decreto de 2010 é um avanço e temos de reconhecer isso. É um avanço também no sentido de que foi um processo aberto, democrático, com abertura, com audiência pública.

Nesse período, houve a possibilidade de vários encontros com o MEC, que ocorreram no sentido de apresentar as nossas sugestões. A principal delas é exatamente a questão do recurso. O recurso foi uma batalha e uma conquista importante, com a previsão dele e a sua institucionalização. Estamos exatamente agora finalizando um PNLD em que o recurso foi instituído e aplicado e está na fase final de conclusão.

A questão da correção. Algumas obras eram, às vezes, excluídas por uma falha que era passível de correção, pois era pequena e pontual. O MEC reconheceu isso também nesse decreto. Isso também foi aplicado agora nesse programa. Também a questão das correções também na fase de triagem. Eu não sei se os Senadores e os presentes têm noção, mas é um processo tão complexo: existe uma entrega do material no Instituto de Pesquisas Tecnológicas que faz uma primeira avaliação desse material do ponto de vista técnico, ou seja, do ponto de vista de cumprimento de algumas exigências que constam no edital, para que, depois, esse material seja transferido para os avaliadores. Então, às vezes, as obras eram excluídas nesse primeiro passo. E o decreto também reconheceu isso. Agora, nessa pré-triagem, as editoras podem fazer ajustes e correções ainda antes desse material ser enviado aos avaliadores. Também, mesmo após o processo de avaliação, quando a obra atende aos requisitos pedagógicos e metodológicos requeridos no edital, passando pelo crivo dos avaliadores, ainda assim, às vezes, encontra-se alguma questão muito específica, pontual... (*Falha no áudio*) ...desse programa. As editoras e os autores passaram a poder fazer essas correções, a reapresentar as obras e a ter essas obras constantes do guia final.

Realmente, é um processo. Eu acho que o principal ponto que devemos frisar e colocar aqui como posicionamento, para que, depois, possamos partir para o debate, é que é um processo em construção. Essa construção deve ser uma obra de várias mãos, ou seja, a cadeia de valor do livro, não só autores,

editores, o próprio Governo, as escolas, participando e contribuindo para que esse processo se torne cada vez mais rico, mais importante e mais efetivo para a educação do País.

Acho que essa é a razão de estarmos aqui e podemos, então, dessa forma, ampliar e colocar novos elementos nesse cenário que corresponde ao Programa Nacional do Livro Didático.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer ao Dr. Antonio Luiz.

Antes de passar a palavra ao Francisco de Arruda Sampaio, que é autor de livros, quero consultar a Senadora Ana Amélia se aceita presidir esta audiência por força de outras atividades que tenho.

Enquanto ela se aproxima, quero fazer um comentário: gostei muito da apresentação do José Antonio de Nicola, mas tem um ponto que gostaria de aprofundar, que é problema do anonimato e vou dizer a razão pessoal. Sou autor de livros infanto-juvenis, mas como Senador jamais apresentaria um livro meu se não fosse no anonimato, isso porque se eu perdesse ficaria muito feio e se eu ganhasse ninguém diria que foi por mérito. Então, esse é um ponto a ser debatido, sim.

O anonimato do parecerista, este sim, deveríamos tirar. Mas o anonimato do autor, acho que é bom para dar mais segurança. Apesar de que sempre é um risco de que, por debaixo do pano, termine-se sabendo. E quanto a se conhecer, pelo texto, quem é o autor, isso vale para os autores consagrados, mas para o autor novo não vale. Esse é o único ponto que gostaria de deixar para debate, mas temos outras atividades. Se for possível, voltaremos ainda hoje.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pois não.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – A solicitação é do fim do anonimato dos pareceristas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não. Ele falou dos dois.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E do autor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senadora Ana Amélia, agradecido fico.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Antes de mais nada, ao acolher a incumbência do colega Cristovam Buarque, queria pedir desculpas aos expositores, Dr. Francisco Sampaio, Dr. Antonio Luis Rios da Silva e Dr. José de Nicola Neto, pelo meu atraso, e também à Senadora Kátia Abreu, ilustre requerente desta audiência. Eu estava na Comissão de Assuntos Sociais, pois tinha um tema de alta relevância que era a questão de criar tratamento quimioterápico aos portadores de câncer, cujos autores eram o Se-

nador Waldemir Moka e eu. Então, eu queria defender. Mas tenho certeza que V. Ex^{as}s vão entender bem a razão desse atraso e vamos recompensá-lo.

Renovo os cumprimentos à Senadora Kátia Abreu pela iniciativa e pela primeira exposição, a qual não ouvi toda, mas pude entender a complexidade do tema, tão necessário para abordá-lo como um todo.

Passo a palavra ao Dr. Francisco de Arruda Sampaio, conforme determinou o Senador Cristovam Buarque.

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – Bom dia, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Srs. Membros da Mesa e demais presentes. Em primeiro lugar, queria agradecer à Senadora Kátia Abreu, pois embora uma vigorosa adversária política do meu pai, Plínio Arruda Sampaio, teve a paciência de ler o livro que eu escrevi a respeito do Programa Nacional do Livro Didático, no qual eu relato os gravíssimos problemas que eu percebi nele.

Felizmente estou aqui como independente; não tenho as amarras que uma representação coloca. Então, sinto-me mais à vontade para falar, talvez com um pouco mais de veemência, sobre essas questões. Agradeço muito meu presidente, Prof. Nicola, que me poupou muitas explicações, porque ele fez uma explanação bastante precisa.

Não tenho nenhuma dúvida de que a etapa de avaliação do livro didático precisa de uma revisão urgente. A bem da verdade, quando me propus a escrever esse livro, que foi distribuído a todos os membros da Comissão e a todas as universidades públicas do Brasil, estava respondendo a uma missão que meu pai me deu. Ele me disse claramente que esse programa é de fundamental importância para que o Brasil dê um passo à frente na educação. O problema é gravíssimo. É uma ótima política de Estado, mas o problema é gravíssimo e precisa de um bom diagnóstico. E eu resolvi fazer mesmo sabendo que isso poderia significar o meu suicídio como autor, como de fato se verificou.

Pode passar a próxima.

O que eu quero que fique bastante claro é, primeiro, que eu considero o PNLD absolutamente essencial para a educação brasileira. Felizmente, como disse o Prof. Nicola, o PNLD se consolidou como uma política de Estado, uma boa política de Estado. O PNLD foi aperfeiçoado ao longo do tempo e é hoje motivo de orgulho nacional pela sua eficiência. A gente consegue fazer chegar em todas as escolas do Brasil, antes do início das aulas, livros didáticos de boa qualidade de material e que passaram por uma revisão acadêmica. Essa avaliação foi um grande avanço. Retirou dos livros didáticos grandes absurdos. Então sou um defensor violento da necessidade de avaliação do livro didático.

Todavia, a gente tem que entender o que esse programa significa. Esses aqui são os gastos diretos pelo Governo – isso é do Portal da Transparência. Se os senhores olharem, é um programa gigantesco. Envolve interesses enormes e valores altíssimos. Aqui ainda falta a Editora Scipione, que também faz parte do grupo Ática, do Grupo Educacional da Brasil, que, de fato, é a primeira colocada entre os fornecedores. Mas a verdade é que se fala muito da Delta, mas o mercado de livros didáticos não chega a ser a Delta, mas é quase. Então é muito louvável a iniciativa da Senadora de trazer essa questão para um debate mais amplo e um debate em que o legislador passa a ter um papel mais ativo. É indispensável que o legislador tome pé do que está acontecendo.

Podemos ir para o próximo.

Quais são os problemas na avaliação didática, que eu diria que é o principal “calcanhar de Aquiles” desse programa? A avaliação didática define quem vende e quem não vende, que ideias chegam aos alunos e que ideias não chegam, que conhecimento chega e aquele que não chega; é um filtro. E o princípio essencial do PLND é garantir a pluralidade de pensamentos e abordagens pedagógicas. Portanto, o que o Prof. Nicola disse que a introdução de elementos que imponham um tipo de modelo de livro didático pelos comitês avaliadores já vai contra o princípio essencial do programa, que é justamente a pluralidade.

O que eu verifiquei é que quando você não está absolutamente de acordo com aquela determinada linha de abordagem ou de filiação acadêmica, você é excluído. E você é excluído, como não pode ser pela linha pedagógica ou pela abordagem que você dá, eles inventam qualquer desculpa. E quando eu digo inventam, eu digo inventam mesmo. Como até agora não tinha possibilidade de o autor se defender, a invenção ganhava conotações ridículas! Por exemplo, tinha uma atividade para ver a excentricidade da órbita da Terra, a órbita da Terra é elíptica. Então tem lá um desenho em escala e pede-se para o aluno medir: meça o eixo maior, meça o eixo menor. Por quê? Porque, embora elíptica, a órbita da Terra é quase circular, a menos que você pegue uma régua, você jura que aquilo é circular. Bom, o avaliador não mediou e disse que eu desenhei uma órbita circular. Ou seja, ele faz uma avaliação absolutamente negligente, ele queria tirar o livro a qualquer custo. Ele não paga nada por isso. Afinal de contas, ele fica no anonimato, o seu parecer não é divulgado, e eu não tenho direito de defesa. Ou seja, é um processo, do ponto de vista jurídico, completamente legítimo.

Sobre a questão do anonimato, vou discordar do Prof. Cristovam. Ele está enganado porque não se tra-

ta de um livro de literatura. Qualquer livro didático tem uma iconografia própria. Um dos meus livros tem um Gosminha, que dá os recados para os alunos. Qualquer um que leu esse livro vai reconhecer, mesmo que eu tire todos os nomes de editora, de qualquer um. Esse livro vendeu oito milhões de exemplares. Quem não reconhece o livro não devia estar avaliando. Foi o que o professor disse. É impossível! Todo livro didático tem uma assinatura no próprio projeto gráfico, porque o projeto gráfico é parte do livro. Não é como num livro de literatura.

Então, voltando à avaliação pedagógica, ela parte de critérios vagos e confusos. Eles só são precisos quando convém ao avaliador. O critério vago e confuso é vil, porque ele permite que o avaliador avalie da cabeça dele, e um princípio básico de qualquer licitação é que, conforme avança na licitação, menos poder discricionário pode ter o avaliador ou o parecerista. Por quê? Porque assim se garante uma avaliação isenta.

Os erros em obras aprovadas... Isto é uma coisa da qual pouca gente fala, e eu tenho evitado falar porque não compete a mim, como autor, julgar a obra dos outros, mas existem, sim, muitos erros nas obras avaliadas. Se a obra avaliada tem uma filiação próxima da do avaliador, tudo é desculpado. Agora, os erros nos relatórios de reprovação de obras reprovadas são criminosos. Por isso que fiz questão de, no livro, colocar a íntegra. Acho que alguns de vocês conhecem o livro. E foi isto o que meu pai pediu: "Divulgue. Conte para o mundo".

Há, aqui, a íntegra dos pareceres de avaliação. Não omiti uma palavra. É fac-símile. Não tenho nada a esconder sobre o que falaram das minhas obras.

Para os senhores terem uma ideia, reprovaram uma obra de alfabetização por textos inadequados na pág. 1 e no verso da pág. 1, que é a pág. 2. Bom, a pág. 1 e a pág. 2, que vão para o avaliador, estão em branco por determinação do edital. Como é que se pode justificar? É uma confissão de ilegalidade! Além do mais, a pág. 1 e a pág. 2 não é o autor nem a editora que define; é o edital que define. Então, ele reprovou o edital. Excluiu o livro citando vinte exemplos, vinte páginas, em que se fazia atividade de cópia, para comprovar que havia excesso de atividade de cópia. É um livro que só faz o aluno copiar! Além de ser falso, porque o livro praticamente não pede cópia, em nenhuma das vinte páginas citadas no relatório havia sequer lugar para a pessoa escrever. Ou seja, quando eu digo que os erros são enormes, são enormes mesmo. Há inconsistência na avaliação.

Uma das minhas obras de ciências é até hoje a única obra de ciências avaliada pelo MEC que recebeu recomendação com distinção. Em toda a história do

PNLD. Depois eles aboliram esse tipo de coisa, e, de uma hora para outra, ela passou a ser como se fosse o livro do inferno! O livro que aliena as crianças, que é racista, e os termos dos relatórios são agressivos.

Nesse relatório, dessa coleção, eu fazia um trabalho lindo com a cosmogonia caiapó, com a cosmogonia yanomami e com a cosmogonia judaico-cristã, mostrando a pluralidade do pensamento e outras formas de explicar o mundo. Não só a científica. Eu fui excluído porque eu pus o índio vestido de índio, e diziam que o livro reforçava o caráter exótico dos índios. Bom, chamar índio de exótico é um insulto a essa cultura. Eu trabalhei com índios e seringueiros em Rondônia, no Mato Grosso. Trabalhei com afirmação de populações tradicionais. É inadmissível tratar índio como exótico. O avaliador usou uma frase racista. E eu não tive chance de sequer contestar o que foi dito. O avaliador é que é exótico. Ele quer o quê? Índio só de gravata e terno? O Deputado Juruna não ia gostar muito disso.

(Intervenção fora do microfone.)

Exatamente. É inacreditável. Agora, isso foi denunciado, e o resultado é "batata". Eu não corri gi as obras de acordo com o relatório. Seria imoral. E evidentemente, reprovaria a obra de novo. Só que quem julgou o recurso, que foi publicado ontem, foi a mesma equipe que avaliou. "Ah, mas não foi o mesmo avaliador". Eu não sei; o coordenador é o único que sabe.

Podemos avançar, por favor?

Isso já foi superado.

Isso aqui é só para mostrar a incongruência entre as avaliações.

Uma das obras de alfabetização que foi reprovada foi reinscrita sem nenhuma alteração naquilo que eles reclamaram, e ela passou. Pelo menos, em alfabetização nós não fomos perseguidos. Mas, em ciências, fomos. Em ciências, eu dei o nome das pessoas.

Podemos avançar.

Eu fiquei tão escandalizado – e eu tenho formação em taxonomia – que eu resolvi fazer uma tipologia dos erros. Aquele erro de citar as páginas é o primeiro. Há vinte atividades de cópias. Não havia nenhuma. Não havia nem lugar para escrever. É o erro tipo um.

Erro conceitual do avaliador. Nesse último ano agora, diz-se assim: "a definição de constelação está errada, porque constelação não é uma área do céu definida pelos astrônomos". Ora, desde 1927, a União Internacional de Astronomia decretou – é o órgão que determina a nomenclatura astronômica –, numa resolução internacional, que constelação é uma área do céu definida pela união dos astrônomos. Ou seja, ele não sabe e reprova com base naquilo que ele não sabe.

Podemos pular? Porque eu sou prolixo. Vocês me desculpem. Não tenho o dom da palavra que o meu pai tem, de sintetizar tudo.

Então, vejam: os problemas da avaliação são, essencialmente, porque os critérios de avaliação são vagos. Além disso, até hoje, embora seja uma determinação constitucional, o Brasil não determinou quais são os conteúdos mínimos da educação básica. Então, com toda modernidade que se diz por aí, o fato é que o Brasil ainda tem uma organização curricular da década de quarenta. A bem da verdade, o único documento, o único documento que o critério de avaliação de ciências cita não é um documento oficial, mas é um manifesto da nova educação de 1932. Consequentemente, como os critérios de avaliação são vagos, confusos, dão margem para manobra dos avaliadores, que tendenciam para determinadas linhas pedagógicas, e o avaliador pode fazer o que quiser.

A outra coisa que é incrível e que também merece a atenção desta Comissão são os casuismos no PNLD. De repente, inventa-se uma moda e aí inventa-se uma disciplina. Então, alfabetização agora chama Letramento e Alfabetização. No ano seguinte, muda para Letramento, Alfabetização Linguística. Depois Letramento e Alfabetização, e agora não é só no primeiro ano; é no primeiro e no segundo ano. Depois, no outro ano, já vira Letramento, Alfabetização Linguística em três anos. E muda toda a característica do livro. Só que o autor e a editora tem 120 dias para escrever esse novo livro. Não se faz uma audiência pública nesse sentido. Inova-se no edital de R\$1 bilhão, e não se faz audiência pública. Entramos no TCU, e o TCU determinou que deveriam ser feitas audiências públicas.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Antes do edital?

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – Antes do edital. Já se publicaram dois editais sem audiência pública, com inovações, porque, neste ano, a moda foram os objetos educacionais na mídia eletrônica. Nada tenho contra a mídia eletrônica, que pode ser muito útil na educação. Mas não se faz isso em 120 dias, de forma integrada com o livro didático, a menos que alguém tenha, mas não sei de alguém que tenha. Então, ou alguém tem, e aí a proposta é ilegítima, ou ninguém tem, e aí a proposta é irresponsável. Não consigo achar uma maneira de desculpar essas inovações.

Aí vem o final: por que descambou a avaliação, que começou com uma coisa tão importante e tão boa? Porque não há mecanismo externo, não há controle algum sobre esses avaliadores, não há controle algum sobre a definição dos critérios de avaliação. Eles fazem o que vem à cabeça deles. Esse é o problema.

No próximo *slide*, está o acórdão do TCU mandando que seja feita a realização de audiência pública. Esse acórdão é de 2010.

Seguindo a missão que meu pai me deu, resolvi estudar. O MEC diz: “Temos avaliadores do mais alto nível”. Isso é verdade. Nada tenho contra a linha de pesquisa desses avaliadores, mas resolvi descobrir como é possível uma comissão de avaliação com doutores e com professores de universidades federais cometer erros tão primários de análise pedagógica e de conteúdo. Então, fui atrás do *curriculum lattes*. Para aqueles que não estão habituados, *curriculum lattes* é o currículo que o próprio avaliador põe dentro de uma plataforma do CNPq em que ele conta toda a sua vida. Descobri que a formação em educação desses avaliadores, em particular em Ciências e também em Geografia, em História e em Matemática, menos em Língua Portuguesa, é muito deficiente. Eles desconhecem completamente a situação da rede pública.

Trouxe aqui, num anexo, os temas das teses de todos os avaliadores de Ciências e posso mostrá-los. Algumas são muito divertidas. Por exemplo...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Acho que seria importante, Professor Francisco, explicar como essa equipe de avaliadores é constituída, por favor.

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – Pois não.

A equipe de avaliadores é constituída da seguinte maneira. A Secretaria de Educação Básica (SEB) tem uma comissão técnica. É uma pena que eles não estejam aqui hoje. Eu gostaria que eles me dessem uma explicação. Mas há uma comissão técnica, e há uma pessoa para cada disciplina. Se vocês analisarem a carreira acadêmica desses coordenadores, vocês verão que há uma meteórica ascensão para a Capes, para o CNPq e para outros órgãos. Eles escolhem uma universidade federal que firma um contrato com o FNDE para fazer essa avaliação de acordo com as orientações da SEB. Esse é um programa necessariamente esquizofrênico. Ele tem um lado operacional muito eficiente, do qual o FNDE toma conta, e um lado didático pedagógico, do qual quem cuida é a SEB, e tem de ser necessariamente assim.

Então, essa equipe da SEB escolhe a universidade, e essa universidade monta uma equipe com pesquisadores de várias outras universidades. Nessa equipe, há um coordenador da SEB e um coordenador nomeado pela universidade. E aí as relações de compadrio são evidentes. Eles chamam de acordo com sua linha de pensamento e chamam seus amigos, não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Francisco, não tem nenhuma norma de impugnação no processo?

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – Eu impugnei o Coordenador de Ciências porque eu o havia citado no livro.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E quem decide?

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – É a SEB – Secretaria de Ensino Básico. Eu impugnei. E, por curioso, veja, Sr. Senador, eu impugnei seu nome ainda antes da etapa de inscrição no PNLD-2013, não é?

Muito bem. Como eu estava estudando os *curriculum lattes*, eu descobri, em outubro de 2011, que o Sr. Nelson Studart tinha colocado no seu *curriculum lattes* de que ele seria o coordenador da avaliação de novo. Ora, mas se tem de ser anonimato, ele ser divulgado depois da avaliação, tudo bem; mas antes da avaliação? Aí eu notifiquei – e tenho todos estes documentos para mostrar – para que me dissesse. Não está na hora de divulgar a equipe. O senhor já é? E ele disse – eu não sei quando ele colocou, eu descobri em outubro – que em novembro ele seria. O resultado saiu há um mês. Ou seja, só há um mês a gente poderia saber que ele era o coordenador. Ele foi notificado, ele não respondeu à notificação e foi de fato nomeado. Ele tinha razão: ele seria nomeado, como de fato o foi, e foi quem assinou o relatório de exclusão daquela minha obra que é a única até hoje, e três vezes aprovada com recomendação e distinção. Então, isso é o que eu quero que se diga e se deixe claro.

Podemos continuar, por favor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria... Embora seja importante...

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – É bem rápido.

A formação básica. Estes são os números que a SEB mostra: 86% dos avaliadores têm mestrado; 95% têm doutorado. Então, uma equipe de peso. Agora, mestrado em educação há 20%; doutorado em educação, 19%; experiência em sala de aula, 1% em ensino fundamental, 2% em ensino fundamental II, e 11% em ensino médio. E são essas pessoas que avaliam livros para crianças de sete anos.

O último, por favor.

E aí eu descobri o seguinte: não são só os membros dessas disciplinas normais; eles chamam médicos que não têm absolutamente nenhuma experiência – nem depois... Psicólogos, farmacêuticos, agrônomos, dentistas... Eu não entendo! A psicóloga ainda se pode dizer que psicologia estuda a formação, o desenvolvimento da criança, etc. e tal. Mas essa psicóloga fez um

mestrado em comportamento de bionfalária glabrata em gradiente de luz. Ou seja: ela estudou como é que o caramujo, hospedeiro da esquistossomose, se comporta com mais ou menos luz, se ele sobe no aquário ou desce no aquário! Gente, se eu for pegar também as teses de educação, muitas delas é sobre ensino superior, não tem nada a ver com ensino fundamental. Outras falam sobre a relação do corpo com... É por isso que eu fiquei escandalizado e falei o seguinte: “Eu agora entendo o que está acontecendo.”

A verdade, Senadores e demais membros, é que a cada ano esses coordenadores distribuem em torno de 10 mil reais em remuneração por participação na avaliação. Esses mesmos avaliadores são convidados a participar de livros que eles fazem em cima da avaliação. Esses livros não trazem nenhum dado quantitativo, nenhum dado de campo, nenhum dado de eficiência. Eles, simplesmente, criticam livros didáticos. Um cita o outro e com isso engorda o *curriculum lattes* e cria-se uma relação de compadrio em que eles são claramente beneficiários, um trabalho que não tem nenhuma verificação externa – está certo? –, no qual eles impõem uma linha didática, uma linha pedagógica, uma linha acadêmica sobre os demais, sem nenhuma consequência.

Infelizmente, eu tenho pouco tempo, mas já estou publicando um novo livro, em que esses dados curriculares, etc., serão divulgados.

Peço desculpas à Mesa e aos colegas, a todos por ter passado muito do tempo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Francisco de Arruda Sampaio, penso que o seu depoimento justificou a audiência não desmerecendo nenhuma das informações, porque V. Ex^a traz, a meu juízo, uma denúncia grave, e grave porque há uma evidente manipulação desse processo dos pareceristas em relação aos livros didáticos. E, talvez, não sei se avanço demais em imaginar que tenha sido a sua contundência e a boa advocacia da causa que tenha levado à ausência de representação do MEC aqui – é apenas uma suspeição que eu não gostaria de cometer a irresponsabilidade. Mas o que V. S^a traz é realmente muito sério e o que evidencia a relevância da audiência pública proposta pela Senadora Kátia Abreu, a quem passo a palavra, imediatamente, como autora do requerimento, para as perguntas aos expositores.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Presidente. Quero agradecer V. Ex^a pelo seu empenho em chegar até aqui, apesar dos afazeres na outra comissão, para aqui dirigir esta importante audiência pública. Muito obrigada.

Quero agradecer também a participação de todos que se encontram aqui, o Sr. José De Nicola, o Sr.

Antonio Luiz, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, e também o Sr. Francisco de Arruda Sampaio, que, como ele próprio disse, é filho de um adversário, mas por quem eu tenho o maior respeito, pela sua idoneidade, pelo seu caráter, pela ética com que se comporta, embora possamos divergir nas ideias, no comportamento e na ética, acho que podemos ter alguma semelhança. Tenho o maior prazer em ter conhecido o senhor.

Presidente Ana Amélia, eu li praticamente o livro todo dele. Há muito tempo que nós estamos tentando fazer essa audiência pública e não conseguimos fazer, por vários motivos, principalmente porque, no ano passado, eu própria fiquei sem titularidade nas comissões por conta da troca de partidos, perdi as vagas na comissão e não pude dar o andamento que eu gostaria de ter dado.

Então, eu gostaria de fazer algumas considerações importantes, que eu julgo importante, algumas perguntas.

Primeiro, nós precisamos avaliar, como disse o Francisco, o tamanho desse negócio. É um negócio fabuloso, é um negócio de grande monta. E é uma das funções e prerrogativas desta Casa justamente verificar e fiscalizar a utilização de recursos públicos, assim como outras instituições. Claro que o mais importante neste caso, além do dinheiro, é o conteúdo, a forma como tudo isso é feito, não só pela situação de compadrio que pode possibilitar o formato, mas na ineficiência de análise de conteúdo. Porque o MEC, Presidente Ana Amélia, reprova uma obra que pode ser vendida na escola privada. E, coincidência ou não, a grande maioria das que são reprovadas pelo MEC é a que mais é vendida nas escolas privadas. Então são dois pesos e uma medida: avalia-se para a compra do MEC, mas não proíbe. Em tese, o Ministério da Educação do País deve zelar da educação de todos, e não só da educação pública. Então, se não serve para Chico, não deve servir para Francisco. E a escola privada pode comercializar e colocar na sua listinha de material que vai para casa, para os pais comprarem.

A conta que eu fiz, Prof. Francisco, eu posso estar errada, mas acho que chegou a quase R\$1,2 bilhão, em 2012 – um bilhão e duzentos milhões de reais! Não é pouco dinheiro.

De toda essa compra, a União... E isso significa 90% da compra do livro didático no País e, se nós avaliarmos toda a indústria nacional de livros, isso representa 54% de toda a comercialização. Então, eu gostaria de começar mencionando esse grande negócio.

Eu gostaria de dizer ao Vice-Presidente da Abrelivros, o Sr. Antonio Luiz, que fico muito curiosa e um pouco decepcionada com a sua argumentação. O

senhor é representante de uma entidade e o senhor deu argumentos, talvez tenha seus motivos, mas não houve debate, críticas, aconselhamento. Eu vejo uma entidade da mesma área fazendo duras críticas; vejo autor de um livro didático com duras críticas. Esta Casa tem a prerrogativa de elaborar projetos de lei. Então, não consegui compreender de sua parte se está tudo muito bom ou se o senhor concorda com eles a respeito dessas críticas.

Outra pergunta: quantas editoras estão associadas na sua entidade? Gostaria do nome delas. E qual quantidade, em percentuais, elas absorvem desses R\$1,2 bilhão, que são comercializados?

Sr. Francisco, Prof. Francisco, qual seria a sua sugestão no caso de substituir os avaliadores? Qual seria o nível? Como poderia ser essa escolha? Como poderia ser feita essa escolha? O nosso propósito aqui não é criticar ministro a, b ou c e governo a ou b. Esse formato, se não estou enganada, vem desde o início, de Fernando Henrique Cardoso, quando foi criado. Então, não existe aqui um direcionamento ao Presidente Fernando Henrique, ao Lula ou à Presidente Dilma; nós queremos é corrigir o *modus operandi*. Nós estamos aqui para isso.

Ainda, bem ou mal, está assim, há três governos, para não parecer que é alguma coisa direcionada. E muito me impressiona, depois de 16 anos, alguém ter o direito de recorrer em alguma instância. Isso é um abuso. É inadmissível que alguém possa ser condenado de alguma forma, mesmo que não seja condenado à prisão. Para o editor, para um autor, é como se o fora um livro seu ser reprovado. É uma humilhação interior. É uma humilhação pessoal. E a pessoa tem o direito de saber o que está escrito lá e, muito mais, quem foi que escreveu. Se fosse assim, muito mais grave é o não anonimato de um promotor e de um juiz, que correm risco de vida todos os dias, pelas ruas, porque condenam as pessoas publicamente, denunciam-nas publicamente.

E um autor de livro didático não poder ser transparente num volume de dinheiro de R\$1,2 bilhão? Se eu fosse avaliadora, assinaria; não correria nenhum risco de dúvida a meu respeito. Por quê? A Senadora Ana Amélia poderia estar avaliando um livro meu, se fosse avaliadora, e eu poderia julgar que ela é suspeita, que não gosta de mim, que não gosta do meu livro, que não gosta da minha linha ou que ela é amiga...

Então, essa transparência é que vai fazer com que os recursos públicos possam ser, de fato, fiscalizados. Então, gostaria de saber a sugestão sobre uma nova avaliação, como seria constituído esse grupo, esses avaliadores. Essa é a primeira.

Não comprehendi bem os valores, como é pago para esses avaliadores. O senhor já me explicou, mas gostaria que explicasse, com mais detalhes, Prof. Francisco, como os avaliadores recebem esse valor – sem licitação, sem prestação de contas –, sem querer duvidar de ninguém. Temos o maior respeito pelas universidades do País. Ai do Brasil, se não fossem os professores universitários, as universidades competentes que ele tem. Mas cada qual é cada qual. É a mesma coisa de eu querer fazer uma cirurgia de abdômen. Não sei fazer, embora até alguém possa achar que eu tenha boa capacitação em outra área.

Para o Prof. José de Nicola, que fez uma explicação bastante interessante, houve um item que não comprehendi. O senhor coloca como sugestão avaliar resultados de avaliações passadas. Eu gostaria de entender um pouco melhor isso. Também, quantas editoras associadas; quanto elas representam do volume dessa comercialização. E, para o Prof. Francisco, a respeito da sugestão para um novo grupo e sobre o pagamento dessa avaliação para esses avaliadores.

ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria consultar os Srs. Senadores sobre se normalmente é tradição fazer as perguntas todas, com as respostas em seguida, para dar celeridade.

Se o Senador Luiz Henrique e o Senador Aníbal Diniz têm perguntas a fazer ou alguma observação...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só gostaria de complementar aqui o argumento da nobre Senadora Kátia Abreu no sentido de que, pelo que percebo, há necessidade de um regramento para todo esse processo, de um marco legal para todo esse processo.

Talvez desta audiência pública surja a decisão do Senado de iniciar esse processo de regramento, que estabeleça normas, estabeleça transparência, estabeleça critérios para a escolha dos avaliadores, estabeleça punição para o caso de desvios, estabeleça exigências curriculares para essas pessoas.

Então eu queria colocar nesse sentido em complemento às apreciações críticas da Senadora Kátia Abreu.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Aníbal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu fiquei bastante impactado com as exposições, particularmente com a exposição do Sr. Francisco de Arruda Sampaio, filho do grande companheiro fundador do Partido dos Trabalhadores Plínio de Arruda Sampaio, e me vieram aqui pelo menos duas questões.

Primeiro, porém, tenho de externar minha absoluta solidariedade com os argumentos apresentados: realmente, quando há uma gama de critérios não-defensáveis, fica muito difícil. Então, ao Ministério da

Educação, à Secretaria de Educação Básica: certamente tem de haver um esclarecimento a esse respeito e uma definição do que pode ser feito. Acho que o Senador Luiz Henrique, de maneira muito objetiva, foi ao x da questão, trata-se de saber se é possível contribuirmos em termos de instituição de um marco legal para estabelecer critérios de Estado, para dizer que, daqui para frente, temos critérios para nortear a definição de livro didático.

Há conhecimentos consolidados na história da humanidade que não mudam de ano a ano. E isso não acontece apenas nas Ciências Exatas, em todas as áreas do conhecimento nós nos deparamos com conhecimentos chamados conhecimentos universais e que não mudam ano a ano.

Então, a pergunta que eu faria em primeiro lugar é a seguinte. Nós tivemos mudanças recentemente no Ministério da Educação, estamos lá com o Ministro Mercadante, com o Secretário de Educação Básica César Callegari. Eu perguntaria se já houve alguma conversa ao nível da que foi feita aqui a respeito da exposição desse problema que está ocorrendo e se há algo que, a partir desta audiência pública, nós possamos encampar. Talvez pudéssemos trazê-los aqui para conversarmos mais aprofundadamente a esse respeito, talvez pudéssemos fazer uma visita para mostrar o resultado desta audiência pública, para mostrar a angústia apresentada aqui – é absolutamente justo que a incorporemos nessa reflexão no sentido de encontrar um critério justo e defensável a esse respeito.

No mais, quero externar absoluta solidariedade. Ser excluído por questionar critérios é algo que não é republicano, e nós defendemos procedimentos republicanos, procedimentos de Estado. Acho que o fundamental é a qualidade da educação, todos têm de estar centrados nisso.

Existe um mercado no qual há editoras que de alguma maneira tiram algum proveito, não sei como. Mas acho que o que tem de estar no centro não é o lucro da editora ou do conjunto das editoras, mas, sim, o conteúdo pedagógico e didático que mais contribui para elevar o nível da qualidade da educação básica no Brasil. Aliás, foi nesse sentido a preocupação apresentada pela Presidenta Dilma na segunda-feira quando falou sobre o programa Brasil Carinhoso. A Presidenta colocava no centro essa preocupação com a primeira infância, com o que nós podemos fazer para que as crianças tenham um início de vida escolar bem sucedido para poder produzir os resultados de sucesso no futuro. Acho que isso tem de estar no centro da questão.

Cumprimento a Senadora Kátia Abreu pela proposição da audiência pública. Vejo-a como algo de imensa importância e acredito que nós aqui no Sena-

do temos também uma responsabilidade no sentido de encontrar um caminho mediador para essa situação, que não pode permanecer com essa distorção que foi exposta aqui com muita veemência pelo Sr. Francisco de Arruda Sampaio.

Então, cumprimento todos os expositores e coloco esta dúvida sobre o que a gente pode fazer no sentido de ajudar para que essa distorção seja reparada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Aníbal Diniz. Eu, como V. Ex^a, assino embaixo dessas colocações, lembrando também, dada a relevância do tema e ampliada a sua relevância pelas declarações do Dr. Francisco de Arruda Sampaio, ratifico a informação do Senador Cristovam Buarque na abertura desta audiência pública, que o Ministro Aloizio Mercadante estará aqui nesta Comissão para debater esse assunto no dia 12 de junho às 10h. Eu acho que será o momento diretamente dessa interface com esse problema.

Eu gostaria de aproveitar também para levantar apenas duas questões para o Dr. Francisco de Arruda Sampaio. V. S^a falou da avaliação de uma obra sua sobre a órbita da Terra, que um parecerista pediu para um aluno fazer a medição e o senhor usou a expressão: “foi um erro criminoso a forma dessa avaliação”. Eu lhe pergunto: houve má-fé do avaliador? Essa má-fé teve por princípio o interesse ideológico, mercadológico, econômico, comercial ou por ignorância científica? No caso, houve uma clara, digamos, inversão dos conceitos, quando o senhor falou sobre o índio, que considerou um ser exótico, não, pelo contrário, estamos vivendo a inclusão dos direitos todos dos indígenas, por que um avaliador chega a uma inversão de valores do que o senhor, como autor, estava preconizando ali, ou seja, preservando antropologicamente os direitos e o orgulho da causa indígena? Portanto, não há controle dos critérios de avaliação e nós aqui, como disse o Senador Aníbal, o Senador Luiz Henrique e a Senadora Kátia Abreu, temos que trabalhar em cima disso.

Farei duas últimas perguntas, que servem para os dois, Dr. Antonio Luiz e Dr. José de Nicola Neto.

Os livros didáticos são produzidos não somente por editoras como por autores que estão concentrados no chamado triângulo Rio, São Paulo e Minas. É uma concentração. Não estaria havendo prejuízo para a formação da cidadania até dos estudantes de outros Estados da Federação, que não veriam identidade entre o conteúdo que é desenvolvido nesses livros de História e Geografia, principalmente, à sua própria realidade para uma abordagem com olhar mais local, sem falar na questão do interesse econômico, que também tem a ver com essas questões?

Também pergunto ao Dr. Antonio Luiz Rios da Silva e ao Prof. Francisco de Arruda Sampaio: os livros didáticos, principalmente os de Matemática e de Ciências contêm reconhecidamente a exposição dos conteúdos apropriados aos estudantes do ensino fundamental e médio, mas existem muitos testemunhos de alunos que, em seus depoimentos, declaram que os professores não dão conta de explicar toda a matéria contida nesses livros. Seria por falta de despreparo dos professores, falta de tempo suficiente para explicar? Quais as razões que levam a essas queixas dos alunos?

Uma última provocação. Eu estou envolvida na questão do Acordo Ortográfico. Que alteração esse Acordo pode, na redação dos livros e das próprias editoras, representar se não encontrarmos um acordo aceitável para essa questão, que diz respeito à Língua Portuguesa?

Muito obrigada.

Passo a palavra, então, ao Dr. José de Nicola Neto, que foi o primeiro expositor, em seguida ao Dr. Antonio e finalmente ao Dr. Francisco de Arruda Sampaio.

O SR. JOSÉ DE NICOLA NETO – Senadora Kátia Abreu, quando eu falei sobre avaliar a avaliação, acho que foi esse o ponto que gerou dúvida, é que eu disse que nós, autores, somos tão a favor da avaliação que defendemos a avaliação da avaliação. Quer dizer, quando termina um processo de avaliação, nós achamos que uma comissão permanente deveria sentar e analisar os recursos, analisar os pareceres de exclusão, enfim, fazer uma avaliação da avaliação para corrigir rotas, tentar aprimorar o processo.

E eu me referi também à questão da avaliação, da certificação. Quanto à obra avaliada e aprovada num programa, essa avaliação e essa aprovação valeriam por dois ou, talvez, três programas, desde que não tenhamos, nesse meio tempo, uma alteração significativa. Alteração significativa: por exemplo, nós passamos do ensino fundamental de oito anos para nove anos. Então, evidentemente, todos os livros deveriam passar por uma nova avaliação, porque o fundamental um, de quatro, passou a cinco; o letramento, que era feito no primeiro ano, passou a ser feito no primeiro e no segundo; depois, primeiro, segundo, terceiro. Então, a não ser que haja uma modificação significativa, um livro aprovado hoje deveria valer por mais um ou, talvez, mais dois programas. Ao não ser também que o próprio autor altere a obra. Aí o autor avisaria a alteração significativa e passaria para uma nova avaliação.

O que tem acontecido, e o Francisco inclusive exemplificou, é o seguinte: uma mesma obra foi inscrita e reprovada; ele reinscreveu a obra, sem nenhu-

ma alteração, e a obra foi aprovada. Quer dizer, são faltas de critério.

Em três anos, nós não temos, a não ser nesses casos, como a mudança de oito para nove anos, mudanças significativas que justifiquem passar por todo o processo. Quer dizer, toda essa verba, todo esse tempo, todas essas pessoas envolvidas no processo de avaliação poderiam estar com o foco em outras questões para avançar no processo. Então, avaliação da avaliação é isso, assim como quando termina um ano letivo, o professor sempre para fazer uma avaliação do que foi o seu trabalho. Quer dizer, essas comissões de avaliação deveriam fazer essa avaliação. Repensar.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Senador. Uma consideração que me surgiu agora há pouco: se o livro é avaliado a cada três anos, isso não traz nenhum tipo de complicações para os alunos que estão numa determinada coleção, estudando a coleção a, que normalmente tem quatro a cinco volumes, uma para cada ano, e naquele terceiro ano, como é feita uma nova avaliação, eu mudo de coleção, mudo de conteúdo, e o ritmo todo não é alterado? Não deveria ser, por exemplo, segunda fase do ensino fundamental, que agora são cinco anos; a coleção não deveria ser completa, os alunos estudarem os cinco anos com a mesma coleção ou isso não traz alterações?

O SR. JOSÉ DE NICOLA NETO – Senadora...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu acrescentaria o seguinte: lá em casa é uma escadinha. Eu sou o mais novo, o caçula. Todos nós estudamos Matemática no livro do Prof. Algacyr Munhoz Maeder; os meus sobrinhos também e meu filho também.

O SR. JOSÉ DE NICOLA NETO – Bom, Senadora Kátia Abreu, a senhora levanta uma questão que nós precisaríamos ficar aqui algumas horas e em algumas audiências.

Essa questão que a senhora levanta, na verdade, existe desde o início desse modelo, porque, veja, se fizermos uma conta bem rapidinha: o aluno, em 2012, começou a estudar com um livro, uma coleção x de Matemática. Quem está no primeiro ano trabalha com o primeiro volume dessa coleção. Quem está no segundo ano, passa, em 2012, a trabalhar com o volume do segundo ano, o que não quer dizer que, no primeiro ano, ele trabalhou com esse mesmo livro, porque esse livro foi do programa anterior.

Não sei se a senhora percebe, mas é de uma complexidade terrível! Inclusive, já tive oportunidade de discutir isso com o Francisco Sampaio. Nós já discutimos isso várias vezes internamente, e eu concordo. Quer dizer, pedagogicamente, nós teríamos que ter um aluno começando o fundamental dois, por exemplo, que são quatro anos, com uma coleção e terminando

com aquela coleção. Mas aí entra um problema muito sério, que é o da logística do PNLD. Os períodos não bateriam, nós teríamos que ter no mesmo ano um programa para ensino médio e um programa para fundamental, porque nós temos o fundamental I com 5 anos letivos, o fundamental II com 4 e o ensino médio com 3. Então, em algum momento, nós teríamos, no mesmo ano, dois programas, e aí entra uma questão de verba do Fundeb, entra uma série de questões que nós ficaríamos aqui... Concordo que seria o ideal pedagogicamente, mas é uma questão absolutamente complexa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ DE NICOLA NETO – Deveria se

pensar muito para se tentar chegar a um ponto que fosse bom para a logística, para os empenhos de verba, para o desenvolvimento do programa. Deveria discutir-se muito isso. Essa questão, a Abrale já levantou para o MEC alguns anos atrás. Aliás, nós discutimos isso quando nem era a SEB ainda que cuidava do programa. No início, na gestão do Ministro Paulo Renato, no Governo Fernando Henrique, o programa começou nas mãos da FAE, que era a Fundação de Assistência ao Estudante, o Portella era o Presidente da FAE na época, e a Abrale teve reuniões e, num primeiro momento, chegamos a discutir isso. Depois, o nosso diálogo com o governo na gestão Paulo Renato ficou um pouco interrompido, nós não éramos muito recebidos, e essa discussão parou.

Mas a senhora toca num ponto, em termos educacionais, fundamental, mas que precisaria ser muito bem pensado.

Tenho duas outras questões. Não sei se respondendo rapidamente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Rapidamente, por causa do tempo.

O SR. JOSÉ DE NICOLA NETO – Os autores, o fato de se ter a maioria de autores de São Paulo, Rio e Minas, na verdade, isso já foi, isso é um marco de um passado não muito distante, mas hoje nós temos autores praticamente de todos os Estados, nós temos muitos autores do sul, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná. Nós temos autores da Bahia. Aliás, um dos autores mais consagrados da área de ciências tradicionalíssimo era da Bahia. Então, essa é uma etapa superada. Além do mais, nós temos também o programa dos livros regionais, no caso de História e Geografia no fundamental, o MEC também compra livros regionais. Então, se há livros de História do Município, do Estado, esse é um problema hoje já superado. Mas ouvimos muito essa reclamação do colonialismo do Sudeste e do resto do Brasil.

Finalmente, sobre a questão de os professores não darem conta do material, aí nós vamos cair novamente na questão de formação do professor. Nós tínhamos, na nossa escolaridade, 180 dias letivos, passamos para 200, há hoje uma discussão para se passar para 220 dias letivos. Quer dizer, é fundamental que se aumente a carga de dias letivos na educação brasileira, mas, ao mesmo tempo, é fundamental que se invista muito na educação e na formação dos professores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. José De Nicola Neto, que preside a Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, a Abrale.

Passo a palavra ao Dr. Antonio Luiz Rios da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Editores de Livros Escolares, a Abrelivros.

O SR. ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA – Vou começar respondendo as perguntas da Senadora Kátia Abreu.

Senadora, são 24 editoras associadas e, do ponto de vista de participação percentual, eu diria que é quase 100%, porque essa é exatamente uma associação que congrega as editoras de livros didáticos, com raríssimas exceções, essas editoras não são associadas; são raríssimas as exceções. E um dos objetivos da criação dessa associação foi justamente a interlocução com o Governo Federal, com o MEC, a partir do advento do Programa nacional do Livro Didático, alguns anos depois disso.

A senhora mencionou a minha colocação e o aspecto menos crítico ou não crítico dela. Eu acho importante que a gente entenda que está aqui uma parte da cadeia de valor do livro; temos aqui a representação dos autores, a representação das editoras, e que enxergamos alguns aspectos e comungamos de alguns aspectos já levantados aqui, mas vemos outros aspectos de forma diferenciada.

O ponto fundamental da minha explanação – talvez, eu não tenha sido tão eloquente – é que boa parte dos pontos levantados pelo Francisco e menos pelo José De Nicola, porque ele aborda outras questões que avançam em relação aos avanços recentes promovidos pelo MEC... O que eu quis dizer é o seguinte: de fato, estava bastante complexo o processo de avaliação há algum tempo. Tanto a Abrale quanto a Abrelivros levaram uma série de sugestões ao MEC. Essas sugestões foram trabalhadas, e parte delas foi aceita e implantada a partir desse programa que agora está em curso. Então, o ponto que destaco é que, talvez, tenhamos de avaliar os avanços recentes em relação menos ao aspecto de avaliação e mais ao aspecto do recurso, que é um dos pontos levantados e cobrados

pelos autores e pelas editoras, para que consigamos verificar se houve uma melhora, se foram resolvidos os problemas.

O eco do mundo – não estou falando somente em nome das editoras, conversei com alguns autores – em relação ao resultado desse programa que acabou de sair foi muito mais positivo do que o verificado no último programa. Então, elementos, novidades aconteceram ao longo do tempo, e, agora, precisamos avaliar a evolução: melhorou? Trouxe o resultado pretendido? Com isso, poderemos verificar se devemos e como devemos fazer novas implantações, novas sugestões. Ou o Governo pode passar a avaliar outras sugestões que já havíamos apresentado, para verificar a pertinência delas.

Na minha avaliação, o MEC não quis fazer uma alteração radical. O MEC implantou algumas sugestões e, certamente, vai avaliar o resultado dessas sugestões. Aqui, obviamente, não quero falar pelo MEC, estou expondo um pensamento meu, um pensamento da Associação, imaginando que, num processo tão complexo como esse, como acabamos de ver e de discutir, mexer em várias variáveis ao mesmo tempo pode comprometer o processo.

Então, trago um pouco essa questão. Não sou contra os pontos levantados, deles não divirjo, mas acho que houve evolução e que precisamos avaliar o resultado dessa evolução.

Não sei se respondo às suas ponderações.

Em relação aos livros regionais, acho que o José De Nicola já respondeu. Apenas quero complementar, dizendo que, além dos livros regionais de História, há também os livros de Geografia, que são editados...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aí se entra também na questão da editoração, não só da autoria. Entra-se na questão da concentração das editoras nesse eixo. A indústria é que faz o livro, não apenas o conteúdo.

O SR. ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA – Do ponto de vista do mercado editorial, aí sim, existe uma concentração mais intensa no eixo Sudeste, embora editoras importantes estejam crescendo bastante no Nordeste. No Nordeste, várias editoras de sucesso estão crescendo. Há algumas pequenas editoras no Sul. E aí estou falando de editoras de livros didáticos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É a isso que me estou referindo.

O SR. ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA – Quanto a editoras de livros de interesse geral, o mercado é muito mais amplo e mais diversificado e está espalhado pelo País. Mas, quanto às editoras de livros didáticos, há polos de crescimento principalmente no Nordeste, tentando desconcentrar um pouco. Mas, de fato, existe

uma concentração no mercado do eixo Sul/Sudeste, principalmente no Sudeste.

Acho que o Nicola já respondeu também à questão de os professores não darem conta.

Finalizando, quero dizer do Acordo Ortográfico, que, de fato, traz, sim, impactos relevantes. Toda a modificação verificada no Acordo Ortográfico, dentro do prazo permitido em lei, tem de ser repassada para as obras, e isso tem impactos, eu diria, até muito mais nos livros de literatura do que nos livros didáticos. As editoras de livros didáticos também produzem livros de literatura, principalmente para o mercado escolar, e, às vezes, o estoque... Quando se produz um livro, há a etapa do desenvolvimento, da construção do livro propriamente dita e há a etapa da impressão desse livro. Por questões econômicas, às vezes as editoras imprimem esses livros numa tiragem maior para que economicamente seja viável, estocam isso e vão vendendo ao longo do tempo. Um processo de mudança de Acordo Ortográfico tem impactos não só em reconstruir esse livro, ou seja, repassar a questão ortográfica dentro do novo acordo, como também em reimprimir e, às vezes, destruir parte dos estoques em função da desatualização.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ou seja, haverá custo.

O SR. ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA – Sim. Haverá impacto, haverá custo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Antonio Luiz Rios da Silva.

Espero que os Senadores estejam satisfeitos.

Para encerrar a fase das respostas, passo a palavra ao Professor Francisco Azevedo de Arruda Sampaio.

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – Bom, são muitas perguntas, e espero lembrar-me de todas.

Faltou dizer – e eu gostaria de deixar claro – que, apesar de meu pai ter sido candidato à Presidência da República, com espaço em debate nacional, é curioso que o assunto específico não tenha saído. Não saiu por um motivo muito claro. Eu tive uma conversa com ele. Isso aqui é um assunto de Estado. Não podemos confundir isso com assunto de disputa eleitoral.

Tudo que eu falei aqui vem do tempo do Fernando Henrique e é resultado de o MEC ter entregado na mão de grupos universitários – agora o Ministério é refém de grupos universitários – que dominam essa avaliação. Ele usou esse recurso da avaliação como instrumento de poder na política universitária, o que me faz pensar no seguinte: é urgente que o MEC resgate a sua atribuição de ditar a política educacional e que o Senado e a Câmara legislem sobre esse assunto.

De fato, quem acaba determinando os conteúdos e os critérios são esses grupos; não é a CEB.

Quando a senhora pergunta para mim sobre a formação das equipes, é óbvio que tem que haver uma equipe permanente dentro do MEC. É óbvio! É óbvio que essa equipe permanente tem que trabalhar com critérios claros, estabelecidos, publicamente discutidos. Para isso, basta fazer a certificação que a Abrale há tanto tempo propõe e com a qual eu comungo.

É também necessário rever o sistema trienal. Essa questão de trocar todos os livros a cada três anos não tem o menor sentido didático, nenhuma proposta pedagógica e interrompe as sequências didáticas na escola. Desculpem-me os tecnocratas, mas a educação é mais importante do que a logística. Eles que se virem.

O FNDE dá o recado maravilhosamente bem. Não há problema nenhum fazer ciclos, se existem os recursos. O que não se gasta neste ano guarda-se para o ano que vem. Faz-se a previsão orçamentária desta maneira: que um aluno que entra no primeiro ano termine o quinto ano do fundamental com a mesma coleção; que o aluno que entra no sexto termine o nono do fundamental II e a mesma coisa no ensino médio. Não tem propósito. Quem se subordina a quem? É uma inversão de valores que eu não consigo entender.

Em função disso e como eu sabia que o espaço seria restrito e eu não queria vir aqui dar uma de denunciante, elaboramos este folhetinho – eu e a minha coautora –, que tem uma síntese das propostas. Foi escrito açodadamente, rapidamente, mas isso já foi entregue ao Ministério da Educação.

Então, como deveria ser a formação das equipes? Existe certo mistério sobre como essa formação é feita hoje e como essas equipes são remuneradas. Eu sei, porque sou amigo de algumas pessoas que foram avaliadoras, que eles recebem em torno de R\$5 mil para avaliar uma coleção de quatro livros, ou seja, R\$1,250 mil por livro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por edição.

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – O MEC paga R\$10 mil. Como são dois avaliadores, isso custa R\$2,5 mil. O MEC paga R\$10 mil. “Ah, mas, às vezes, precisa de mais de um avaliador quando há divergência.” Vamos supor que metade dos livros seja avaliada por três pessoas. São R\$3,750 mil. O MEC paga R\$10 mil. Para cada um, o MEC paga R\$10 mil. Por uma coleção de quatro, o MEC paga R\$40 mil. Isso está no relatório de gestão da CEB – há cópia aqui também. Por que essa discrepância de valor? Como é feito esse pagamento? Bom, o pagamento é feito da seguinte maneira – dá para ver isto no portal da transparência –: ele é repassado para a

universidade conveniada. Então, o dinheiro sobrou e ficou na universidade. Pelo menos,...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um bom lugar.

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – É um bom lugar. Mas, não! A universidade repassa para aquelas fundações de direito privado geridas pelos próprios professores. Essas fundações são contratadas com dispensa de licitação. Quem assina a dispensa de licitação?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Temos um histórico muito triste disso.

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – Esse é o mesmo histórico. É para lá que vai o dinheiro da avaliação e é lá que se faz a política universitária com o dinheiro da avaliação. Essa é a distorção. E nessas fundações não há cristo que consiga descobrir como elas gastam...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Quem dispensa a licitação?

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – Alguém da própria universidade que geralmente é bolsista da própria fundação.

Isso está muito bem descrito no livro. Eu gostaria de... A ideia realmente, ao escrever o livro e esse folheto, é propor... Precisamos mudar. O Brasil não é o último no PISA na área de educação no mundo inteiro à toa. O Brasil está investindo, gente! O Brasil está investindo.

Voltamos para a questão dos livros com muito conteúdo. Uma parte da abundância de conteúdos está dentro dos critérios. Eles pedem coisas, pedem coisas, pedem coisas. Se não forem colocadas, eles dizem que não tem e reprovam o livro.

Agora, eu gostaria de abordar outra questão. Não tem muita importância o professor não concluir todo o material. Não tem! A gente não pode esquecer que, em muitos casos, o livro didático é o único livro que entra numa casa. A formação de um leitor depende do hábito de leitura, e a gente cria hábito de leitura quando tem algo para ler. Então, não é uma má ideia ter muito conteúdo, mesmo porque abre margem para o professor, de diferentes regiões, adaptar o seu currículo às diferentes...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Realidades.

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – Quando eu estou em São Paulo, sou paulista – trabalho em Rondônia, Mato Grosso, Bahia, Tocantins, Goiás, no Sul inteiro, trabalho com populações tradicionais, com índios, seringueiros, quilombolas, ribeirinhos etc. –, vejo as diferenças e sei das dificuldades que essas pessoas têm para se identificarem.

Então, colocar um material bastante farto é interessante. Se o professor não trabalhar tudo, não tem maior problema, desde que seja uma coisa contextualizada, que se deem condições para que o professor adapte.

Nós temos, sim, um problema de formação? Temos. E aí a universidade é muito responsável. A universidade brasileira foca em muitos assuntos e esquece a realidade da escola pública.

Eu fiquei chocado ao ler os trabalhos acadêmicos, os trabalhos dos professores que têm tese em Educação. E o mais incrível: um dos livros, uma das coleções de Ciências reprovada agora, em 2013, que não era de minha autoria – é da minha editora, mas não é da Abrelivros; portanto, está dentro daquele milésimo que sobra no percentual –, essa coleção foi escrita por cinco professoras doutoras da USP, uma delas cinco vezes diretora da Faculdade de Educação da USP. Essa coleção foi resultado do trabalho de vários anos numa escola pública em Perus, mas foi reprovada porque não atende aos critérios. A leitura lá é um absurdo. Vocês me desculpem: é o samba do avaliador doido. É uma loucura! A primeira autora sozinha tem mais currículo do que toda a comissão de avaliação. Eu desconfio, nesse caso – é o único caso de que desconfio –, de que é uma retaliação direta à publicação desse livro, porque os coordenadores da avaliação foram citados nominalmente. Eu tenho certeza de que não é uma política do MEC, porque aprovaram a outra coleção de alfabetização. Não é uma coisa, tenho certeza, mas é dessa comissão de avaliação. É da coordenação da comissão de avaliação. É impressionante que professores universitários tenham visto seu parecer ser publicado e contestado de modo veemente e não terem dito uma palavra a respeito do assunto. Esse livro foi publicado em 2010. Até hoje, nenhuma palavra.

Muito bem. Também me foi perguntado sobre a órbita da Terra. A órbita da Terra é uma questão bastante abstrata. A gente, quando vai representar a órbita da Terra num livro, não cabe na página. Como ela é muito redonda, muito circular, então, geralmente, ela é apresentada em perspectiva. Ao ser apresentada em perspectiva, fica uma elipse, aí a criança: está perto do Sol, quente; está longe do Sol, frio. E acha que, durante a órbita da Terra, há dois verões e dois invernos, dois momentos quando se olha numa elipse. Então, a maneira mais apropriada que todas as sociedades de astronomia recomendam é que se faça um exercício de desenhar a órbita. Então, o livro punha esse exercício e mostrava a órbita também já desenhada e pedia para o aluno medir para ver aquilo que parece ser um círculo perfeito, não é um círculo perfeito. Qual foi o erro do avaliador? Ele avaliou pelo jeitão. E, se tem esse jeitão de circular, reprovou o livro. Ou seja, indica

que ele não tem noção de como é de fato a órbita da Terra. Ele até responde na prova certo, mas ele não tem na cabeça dele. Por quê? Porque esse professor nunca fez o exercício que o livro propôs. Então, tem, sim. E quem me diz que não foi o farmacêutico que avaliou isso aí? Quem me diz que não foi o psicólogo que avaliou isso aí? Que estudou os caramujos?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senadora Kátia.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Enquanto ele não corrigir esse erro que não é erro, ele não pode concorrer de novo com o mesmo livro, porque está avaliado como erro. Ele é obrigado, se quiser concorrer novamente, a errar, fazer o desenho errado, para concorrer novamente.

O SR. FRANCISCO AZEVEDO DE ARRUDA SAMPAIO – E foi por isso que impugnei o edital. E é interessante, quando tudo que cai na mão dessa comissão, da CEP, some. Isso aqui foi denunciado para o Ministro Haddad, eu fiz uma representação. Há dois anos e pouco. Não recebi resposta até hoje. Quando me encontrei com o Ministro Haddad e apresentei um documento parecido com este, ele perguntou sobre isso. Sumiu na CEP, sumiu! Então, a impressão que dá é que sumiu, não tem registro. Eu tenho certeza de que não foi má-fé do Ministro Haddad, mas que tem um problema grave dentro da CEP tem. Tem. Tem. E é por isso que fiz questão, e estou dizendo que me disseram que seria suicídio e a comprovação disso é que me reprovaram tudo em ciências, mesmo aquilo que não era meu, mesmo aquilo que veio de uma experiência de vários anos da Universidade de São Paulo, em sala de aula.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, o seu depoimento, pelo menos pelo que se pode perceber, impactou profundamente em todos nós, pelas declarações do Senador Anibal Diniz, da Senadora Kátia Abreu, autora desse requerimento, do Senador Luiz Henrique, e ficamos com o dever de casa sugerido pelo Senador Luiz Henrique de um marco regulatório porque, na hora em que o Brasil cria a transparência geral, não é possível que o anonimato preserve a incompetência que será prejudicial não só à educação brasileira, mas à própria cidadania. E é um direito de defesa de um autor como V. Ex^a. Então, é absolutamente cristalino aqui que as mudanças precisarão ser feitas e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte continuará tratando desse tema, com a incumbência desse dever de casa.

Eu renovo a informação de que o Ministro Aloizio Mercadante, da Educação, estará nesta Comissão para

tratar desse assunto, no dia 12 de junho, às 10 horas, para continuar examinando e aí teremos, então, a visão do MEC, enfim, para tentar abrir essa caixa preta, Professor, porque esta é uma verdadeira caixa preta.

Quero agradecer e informar a todos os senhores que esta audiência pública foi transmitida pela TV Senado, ao vivo, e também pela Rádio Senado, renovando agradecimentos à Senadora Kátia Abreu, pelo requerimento, mas, de modo muito especial, aos convidados da audiência pública, o Presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos – Abrale, Dr. José de Nicola Neto; ao Vice-Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares – Abrelivros, Antonio Luiz Rios da Silva, e ao autor de livros didáticos independente, Prof. Francisco Azevedo de Arruda Sampaio.

A todos os cumprimentos.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Presidente, eu gostaria – o Senador Aníbal aqui considerou comigo e também o Senador Luiz Henrique da possibilidade de aprovarmos aqui agora um requerimento para que a Abrale e também o Prof. Francisco pudessem retornar no dia 14, para que a gente pudesse implementar e fazer um debate...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O problema é que, numa audiência pública, e esta reunião foi exclusivamente para isso, não há condição de fazer uma deliberação, do ponto de vista regimental.

Eu ousaria acolher, porque acho absolutamente pertinente, o requerimento de V. Ex^a, mas eu estaria correndo o risco de inviabilizar, por alguma razão legal...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Precisa de três pessoas?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não. Na terça-feira, aprovaremos o requerimento. E eu gostaria de lhe dizer que quero firmar também o requerimento.

Agradeço novamente e queria fazer algumas comunicações.

Comunico aos Srs. Senadores que, nesta semana, de 14 a 20 de maio, o Instituto Brasileiro de Museus está realizando a 10^a Semana Nacional de Museus.

Sexta-feira, dia 18 de maio, é o Dia Internacional de Museus e, no Brasil, durante essa semana, 1.114 instituições estarão reunidas em torno do tema: “Museus e Patrimônio em um mundo em Transformação – Novos desafios, novas inspirações”.

Também outro comunicado: Comunico aos Srs. Senadores que o recebimento do Ofício nº 066, de 2012, do Exmº Sr. Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Newton Lima, comunicando que o prazo para

indicação de pessoas ou entidades para concorrerem ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação da Câmara dos Deputados, edição de 2012, encontra-se aberto a partir de 9 de maio, com término previsto para 30 de maio do corrente.

Os Senadores que desejarem uma cópia do ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

Comunicado: Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do convite da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite, para coquetel de lançamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, a ser realizado no dia 16 de maio do corrente, quarta-feira, às 19h30, no restaurante do Senado Federal.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Novamente agradeço aos expositores, pelo brilho que trouxeram aqui, com as informações relevantes. Vamos continuar debatendo o tema e com a presença, no dia 12 de junho, do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

A todos, muito obrigada, especialmente aos nossos telespectadores da TV Senado.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 23^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2012.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Lindbergh Farias, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Antonio Russo, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim Inácio Arruda, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Neste momento, a Presidência submete à Comissão

a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, passa a Presidência ao Senador Cristovam Buarque, para relatar o item 1, avocado pelo Senhor Presidente. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências”. O relator é o Senador Roberto Requião e o parecer favorável é aprovado. Reassume a Presidência o Senhor Senador Roberto Requião. Neste momento, o Senhor Senador Luiz Henrique requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 13, o que é aprovado. **Item 13: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia, Kátia Abreu, Aníbal Diniz e Luiz Henrique, que requerem “... nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 7, de 2011 – CE, aprovado em 22 de março de 2011, para que na audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, agendada para o próximo dia 12 de junho, a fim de analisar e discutir os critérios utilizados na avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), também participem os seguintes convidados: Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, professor e autor de livros didáticos; José De Nicola Neto, Presidente da Associação dos Autores de Livros Educativos – ABRALE”. O Requerimento é retirado de pauta, atendendo à solicitação do Senador Luiz Henrique, um dos autores da proposição. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências para dispor sobre a exclusão, do salário-de-contribuição, das despesas do empregador com educação de seus empregados e dependentes”. O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº

2-CE, é aprovado. **Item 8: Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que “Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 14: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2010; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2011; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010 e Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2011.** Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23^a reunião ordinária da Comissão de Cultura e Esporte, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há sobre a mesa um pedido de inversão de pauta do Senador Cristovam Buarque.

Senador Cristovam quer explicitar o seu requerimento que foi feito verbalmente? A inversão de pauta é para o item?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Desculpe, eu não propus inversão. Não acho que tenha essa importância. Apenas que a gente discutisse hoje.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É terminativo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É o Item nº 6?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É o item que muda o nome de ala.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É o Item nº 8, Senador Benedito de Lira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas não precisa inverter.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pediria ao Senador Cristovam que assumisse a Presidência da Comissão, porque sou relator do Item nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2012 - Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Roberto Requião

Senador Roberto Requião, Presidente desta Comissão, passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vou diretamente para a análise do projeto.

Consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre matéria de natureza educacional ou correlata. Desse modo, ao tratar da ampliação de quadros de profissionais da educação no âmbito da União, a matéria se ajusta às incumbências regimentais deste colegiado.

A iniciativa da matéria é privativa do Presidente da República, encontrando-se alicerçada na Constituição Federal. Todavia, encontra-se sujeita ao crivo do Congresso Nacional, em face do disposto no art. 48 da Constituição Federal, devendo, pois, ser posteriormente submetida à sanção da Presidente da República.

No que concerne particularmente ao mérito, a proposição tem relevância inquestionável. No contexto de uma economia crescentemente pautada pela tecnologia e pelo conhecimento, a exigir cada vez mais especialização profissional, a educação superior e técnico-profissional tem assumido papel estratégico. A expressão dessas modalidades educativas é acentuada quando se pondera a sua importância para a produção de conhecimento e a atração de investimentos.

Ademais, resta patente que a proposição em exame foi apresentada num contexto em que o Governo Federal tem emitido sinais de preocupação com o aumento de sua participação na oferta de vagas na educação superior e na educação técnico-profissional. De certo modo, pode-se atribuir ao presente projeto a condição de evidência de que tal preocupação ultrapassa o plano discursivo e das intenções, para alcançar a realidade das instituições de ensino.

Afinal, são de recente memória as persistentes denúncias de *campi* universitários criados à base do improviso, sem os pertinentes cuidados com a disponibilidade de laboratórios ou mesmo de salas de aulas. Portanto, sem condições mínimas de funcionamento.

A propósito, o projeto contém dispositivo específico, o art. 2º, tendente a inibir a reincidência do MEC na abertura de unidades de ensino inadequadas.

Particularmente, consoante ênfase da Exposição de Motivos Interministerial nº 178, de 2011, a iniciativa visa a imprimir concretude e eficácia a ações de dois importantes e decantados programas de ampliação de oferta de vagas federais em diferenciados níveis de ensino: o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC).

Como se sabe, esses programas envolvem um conjunto articulado de ações que visam a aumentar oportunidades de formação em nível superior e de educação profissional e tecnológica, para estudantes e trabalhadores brasileiros.

O Reuni, objeto do Decreto nº 6.906, de 24 de abril de 2007, constitui arranjo recente e inovador no âmbito da educação superior pública. Voltado à implantação de um novo modelo de gestão e de uma nova cultura nas universidades federais, o mérito do programa reside em premiar o desempenho acadêmico com recursos e oportunidades de desenvolvimento institucional e profissional. Com a alocação de cargos e funções do presente projeto, o programa ganha novo impulso e oferece maior possibilidade de autonomia funcional, sobretudo na gestão e contratação de pessoal, às universidades federais, sempre às voltas com

dificuldades atinentes à defasagem de quadros docentes e funcionais.

Especificamente, a medida vem a calhar para a melhoria do quadro de professores efetivos dessas instituições de ensino.

Por seu turno, o Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513, configura medida inovadora e oportuna. Firma-se, assim, como estratégia crucial para a redução da defasagem do País em relação à disponibilidade de profissionais atuantes na área tecnológica.

Parte expressiva dos profissionais a serem contratados para os Institutos Federais servirá à implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica.

Assim, por meio desse programa, o Governo Federal está levando a inovação tecnológica aos mais diversos territórios do País, o que pode, ao cabo, contribuir para a redução de desigualdades econômicas regionais e sociais.

Finalmente, não se pode deixar de destacar a dimensão da medida, considerada uma das mais expressivas em termos de ampliação de quadros e estruturação das instituições federais de ensino. Ao todo, são mais de 77 mil cargos e funções, a serem preenchidos a partir deste ano até 2014. Entre as funções, especificamente, impende ressaltar a instituição das Funções Comissionadas de Coordenação de Curso (FCC), reivindicação histórica dos professores da educação superior, hoje estendida aos institutos federais. No mais, a maioria da despesa envolvida decorrerá da contratação de professores efetivos.

Por tudo isso, ainda em relação aos aspectos educacionais propriamente ditos, a proposição é oportuna por apresentar-se concertada com as metas do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que trata do Plano Nacional de Educação para o próximo decênio e que ora se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

Pelo exposto, o meu parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão.

Não havendo Senador que queira discutir o assunto, ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Está aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Este projeto ainda irá para a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania e, posteriormente, para o plenário.

Na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, o relator designado, se não me engano, é o Senador Eduardo Braga.

Vamos dar a esse projeto no Senado a velocidade que ele não teve na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado pela sugestão, que está acatada, Senador Requião.

Convido-o para assumir a Presidência, que de fato é sua.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Um convite irrecusável, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passamos ao Item 4 da pauta e, posteriormente, para o Item 8.

Pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Dado o nosso interesse, da Senadora Ana Amélia, do Senador Anibal Diniz e o meu, de participarmos da audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, onde está sendo ouvido o Ministro da Fazenda, pediria a V. Ex^a, submetido ao Plenário, que se faça a inversão de pauta do Item 13, do requerimento por nós formulado.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu fico docemente constrangido. O interesse de assistir à apresentação do Ministro da Fazenda é de todos nós, mas temos algumas responsabilidades aqui na Comissão, e eu especificamente não posso abandoná-la. Porém, atendendo ao seu pedido...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É que eu sou titular lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Também eu. Somos os dois.

Requerimento sem número, Item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 - Não Terminativo -

Requeremos, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 7, de 2011 – CE, aprovado em 22 de março de 2011, para que na audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, agendada para o próximo dia 12 de junho, a fim de analisar e discutir os critérios utilizados na avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), também participem os seguintes convidados: Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, professor e autor de livros didáticos; José De Nicola Neto, Presidente da Associação dos Autores de Livros Educativos – ABRALE.

Sala das Sessões, Ana Amélia, Kátia Abreu, Anibal Diniz e Luiz Henrique.

Em discussão.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui uma consideração a esse pedido de requerimento.

O nosso Ministro está sendo convidado, é importante que ele venha, mas sugeriria que ele fosse ouvido em sessões diferentes, separadas, porque, senão, fica uma mesa muito grande, com vários convidados e mais o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Senadora, a Secretaria da Comissão me informa, sempre atenta, que Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, José De Nicola Neto já foram ouvidos na semana passada. O Ministro, na verdade, usou de uma prerrogativa. Ele se dispôs a ser ouvido e foi oficializada essa oitiva, de ofício, pela Presidência da Comissão.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ele virá, porque várias pessoas já foram ouvidas. Então, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Gostaria de consultar o Dr. Luiz Henrique sobre a observação, pois o Ministro queria mais espaço para expor o programa ministerial.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Simplesmente, com a presença desses dois especialistas sobre o assunto, poderíamos aprofundar o debate a respeito desse assunto tão importante. Informou-me o Presidente da CNI que muitas organizações beneficiadas pela importação de papel para impressão de livros didáticos se valem dessa isenção para imprimir outras obras com o papel isento da importação. Esse é um assunto muito importante e palpitante e, como esses dois especialistas nos ofereceram subsídios muito importantes, nós elaboramos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Devolvo a palavra à Senadora.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Considerando que parte das pessoas relacionadas no requerimento já foram ouvidas, já tiveram oportunidade de se manifestar, defendo que seja convidado o Ministro para que ele tenha tempo de expor sua fala. Isso considerando que os demais já tiveram a oportunidade de se expressar aqui.

Então, o meu encaminhamento é simples: já que os demais já foram ouvidos, proponho ouvir nesta audiência pública apenas o Ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me, Senadora, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Quero apoiar a proposta da Senadora Ana Rita, primeiro, porque já ouvimos os outros dois – eu mesmo estive aqui assistindo às suas apresentações, boas apresentações – e, segundo, porque colocar os dois juntos ao Ministro dá a impressão de uma acareação. Eu creio que o Ministro deva vir com a majestade de ministro e ouvir todas as críticas que tenhamos, a partir do que nós ouvimos desses dois e dos outros dois apresentadores que tivemos, aqui, na semana passada.

Então, concordo com a sugestão da Senadora Ana Rita de que o Ministro, que se ofereceu para vir, venha sim e sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É uma prerrogativa do Ministro e que foi acatada pela Mesa.

Continua em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, dentro das objeções colocadas, solicito o adiamento da decisão deste requerimento para uma próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeitamente. Está retirado de pauta. Sobrestada a discussão.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, de 2011**
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências para dispor sobre a exclusão, do salário-de-contribuição, das despesas do empregador com educação de seus empregados e dependentes.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observação:

1- Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

Com palavra, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório.

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que inclui entre as parcelas que não integram o salário de contribuição a importância paga ao empregado a título de ajuda educacional, inclusive para seus dependentes, limitada a trinta por cento do salário contratado.

Para tanto, é modificada a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social e institui seu Plano de Custeio.

Na justificação, o autor afirma que seu objetivo é o de desonerar o empregador que custeia a educação de seus empregados e respectivos dependentes, tanto no ensino regular (ensino fundamental, médio e superior) quanto no que denomina “complementar” (cursos profissionalizantes e de pós-graduação).

Após a análise da CE, a matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas à proposição, no prazo regimental.

Passo à análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 441, de 2011, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A legislação é bastante rígida sobre a composição da remuneração do empregado, pois o seu total constitui o salário de contribuição, sobre o qual incidem as contribuições sociais, inclusive as pagas pelo empregador. Se não fosse essa rigidez, a remuneração do empregado acabaria sendo composta por uma série de benefícios de natureza não salarial, a fim de manter baixo o valor para a incidência dos tributos sobre a folha de remuneração.

Deve-se lembrar, ainda, que todos os benefícios de natureza salarial constituem a base de cálculo dos direitos trabalhistas (décimo terceiro salário, férias, horas extras etc.). No caso de condenação trabalhista, serão todos considerados no cálculo do valor devido ao trabalhador.

Desse modo, o empregador não se sente estimulado a conceder benefícios indiretos ao empregado e a seus dependentes, que poderiam constituir uma importante fonte de apoio ao bem-estar social.

Dada a relevância que a educação possui para a qualificação profissional, bem como para a formação geral do cidadão, com reflexos no desenvolvimento social da coletividade, parece-nos apropriado que os valores pagos a título de benefício educacional sejam explicitamente subtraídos da remuneração sobre a qual incidem tributos e benefícios trabalhistas.

O projeto de lei em tela toma essa iniciativa e, para evitar abusos, fixa o teto do auxílio educacional em trinta por cento do salário contratado.

Em suma, a proposição merece nosso acolhimento, no que tange ao mérito educacional.

Quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, também não há reparos a fazer, à exceção da referência equivocada ao artigo que se quer modificar da Lei nº 8.212, de 1991, bem como de pequenos ajustes redacionais. Desse modo, apresentamos duas emendas para corrigir a questão.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011, acolhidas as emendas a seguir apresentadas.

Basicamente as emendas de redação para adequar o texto à proposta do Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Essa matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Em discussão o relatório do Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 36, de 2011

- Não Terminativo -

Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1- A matéria será encaminhada à Comissão Diretora para decisão final

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a matéria tem competência para ser apreciada por esta Comissão. Os aspectos jurídicos constitucionais nada têm a impedir. A proposição foi encaminhada ao exame da deliberação da Comissão de Educação, da Mesa Diretora, não tendo sido apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação pronunciar-se sobre homenagens cívicas, situação em que se enquadra a proposição sob exame.

A proposição busca homenagear uma figura política de relevo na história brasileira, o engenheiro militar e líder comunista Luís Carlos Prestes. Pela natureza

de seu engajamento político e por suas convicções ideológicas, trata-se, decerto, de um nome sujeito a discordâncias e polêmicas, não obstante seu heroísmo e outras virtudes pessoais que demonstrou em seus 92 anos de vida. Um exemplo notório de erro político foi a deflagração da Intentona Comunista, em 1935, insurreição armada que se desfez com facilidade, mas que resultou em número considerável de mortes e criou condições favoráveis para a implantação do Estado Novo, dois anos depois.

Também o Senador Filinto Muller, cujo nome se propõe seja substituído na designação da ala da Casa, teve atuação política polêmica, notadamente no período, que se estende de 1933 a 1942, em que foi Chefe de Polícia do Distrito Federal. Nessa função, tornou-se um dos comandantes da acerba repressão aos comunistas e integralistas.

Em 1945, no entanto, ele compõe o grupo que funda o Partido Social Democrático (PSD), elegendo-se, nesta agremiação, Senador do Estado de Mato Grosso por três vezes: em 1947, 1954 e 1962. No Senado Federal, foi líder do Governo, de 1955 a 1958, e Vice-Presidente da Casa, de 1959 a 1961. Permaneceu como líder do PSD de 1961 até 1964, quando ingressou no partido de sustentação dos governos militares, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). É novamente eleito Senador em 1970, exercendo a liderança do Governo no Senado e a presidência da Arena até sua morte, em 1973.

A alteração da denominação da dependência do Senado Federal, tal como a que se propõe, abriria precedentes para novas mudanças, com base na revisão de nomes que foram consagrados em determinada conjuntura política e histórica. As oscilações políticas e as reavaliações históricas não deveriam, a nosso ver, ensejar a substituição dos nomes de homenageados com a designação de edifícios ou dependências do Senado Federal, uma vez que disso resultaria um clima de insegurança e de sucessivas disposições ideológicas.

Conforme o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado Federal de 2011, em que pese a notória ação histórica do pretendido homenageado.

Não custa nada se coloque outra homenagem a Luís Carlos Prestes, que eu acho que é de fundamental importância e necessário que seja feita. Agora, me parece que haver essa mudança do que já existe para novos nomes é um precedente que a meu ver não deveríamos iniciar a fazer.

É o meu parecer, é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Feito o relatório, em discussão.

O primeiro inscrito para discussão é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Temos aqui uma unanimidade de discutidores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, Senador Benedito, com todo respeito, quero dizer à Senadora Ana Rita – onde está a Senadora? –, lá na ponta, que eu, desse seu projeto, só lamento que eu não tinha tido a idéia de apresentá-lo, mesmo ficando oito anos na Ala Filinto Müller.

Naquele meu período, eu mudei, por minha própria conta, o nome da Ala no meu cartão de visitas. E eu coloquei Ala Biblioteca. Afinal de contas, para chegar na Ala passamos por dentro da Biblioteca. Mas a proposta da Senadora tem um mérito muito maior do que chamar de Ala da Biblioteca.

Primeiro, porque todas as alas que temos nesta Casa têm os nomes de Senadores. Segundo, que nenhum, Senador Benedito, dos Senadores que aí estão tem nome polêmico ao ponto de amanhã alguém vir justificar a substituição. Eu estive olhando e não há nenhum.

Há muitos com quem não compartimos ideologicamente, mas nenhum que possamos levantar o histórico, o *curriculum vitae* do Senador Filinto Müller. Nesse sentido, eu defendo, sim, a substituição do nome daquela Ala. Como eu fiz, por minha conta, no meu cartão de visitas.

Mas acho que colocar o nome do Senador Luís Carlos Prestes tem um mérito adicional. Na semana passada, faz exatamente uma semana, nesta hora, no Palácio do Planalto, estava sendo lançada a Comissão da Verdade, um momento de grande emoção no Brasil inteiro. Um momento em que se viu que a discordância ideológica não nos afasta. Ali estavam Sarney, Collor, Fernando Henrique, Lula, o Itamar foi citado, todos convivendo normalmente. Mas era impossível estar ali convivendo alguns que tivessem tido uma atividade política no nível de Presidente no período anterior à democracia.

Então, há um corte. E esse corte aconteceu, um corte que aconteceu respeitosamente com a anistia de todos os envolvidos. E eu continuo defendendo que essa anistia continue a valer.

Mas anistia não é amnésia. Manter o nome do Senador Filinto Müller é um gesto de amnésia. Não é uma vingança contra ele retirar. E colocar o nome de Luís Carlos Prestes eu creio que é um gesto que

demonstra uma tomada de posição nossa sobre um político que durante um tempo defendeu o credo comunista, correu riscos de vida, inclusive não tanto na Intentona, onde ele não estava pessoalmente, mas na Coluna Prestes, que circulou este País, calcula-se, em dez mil quilômetros, de cima abaixo, sem nenhum gesto que se possa dizer que foi de quebra de direitos humanos; que, passada a anistia se integrou no processo democrático, ingressou no partido ao qual eu pertenço, que é o PDT, respeitando todos os valores democráticos; eu creio que é um gesto que nós faríamos demonstrando uma ruptura que houve a partir do ano de 1985.

Por isso eu creio que esta Casa estaria no caminho certo aprovando o projeto da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua a discussão.

O próximo inscrito é o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, com máxima vénia da Senadora autora da propositura e também com os argumentos aqui apresentados, com a lucidez habitual, pelo Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de somar a minha opinião à manifestação do relator.

Vou desfulanizar o debate. Não podemos fulanizar essa discussão pelo precedente grave que ela abre.

Em dado momento, esta Casa optou por denominar uma das suas alas com um nome “a”, fruto de uma maioria política formada conjunturalmente naquela oportunidade. Se a cada maioria política que esta Casa constituir, e nós teremos maiorias políticas diversas ao longo da nossa trajetória histórica, optarmos por mudanças de nomes, insisto, não estou aqui fulanizando a discussão, nós abriremos um precedente de transformações extremamente arriscado.

É óbvio, é claro, pela minha formação, pela formação de todos que a compõem, pelos que estão presentes a esta comissão neste instante, todos temos absoluto respeito à trajetória de Luís Carlos Prestes pelos serviços por ele prestados ao nosso País, na construção, sobretudo, da democracia que temos hoje.

Não faz muito tempo que, no plenário, eu conversava com o Senador Randolfe a respeito dessa propositura, e me surgiu, nobre relator, talvez uma proposta, Senador Cristovam, que possa conciliar minimamente a devida homenagem que o Senado da República deve à memória de Luís Carlos Prestes: que pudéssemos denominar o vulgarmente conhecido “túnel do tempo”, aquele espaço que interliga o plenário a exatamente esta Ala das comissões, de Luís Carlos Prestes. Um local inclusive muito mais visível do que o simbólico

porão onde se encontra a Ala Filinto Müller, onde estive também na minha chegada ao Senado, no ano passado.

Desta forma, não abriríamos o precedente, que me parece arriscado, dessas mudanças fruto de maiores polêmicas que se formam no Senado da República, e, ao mesmo tempo, com toda justiça, com todo mérito, estaríamos prestando homenagem a esse grande e extraordinário brasileiro que foi Luís Carlos Prestes.

Fica então a minha sugestão à comissão, em especial ao relator, e igualmente à autora da propositura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, para discutir, a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Senadora Ana Rita. Eu, pessoalmente, tive essa idéia também e fui estimulada, no início, a viabilizá-la num projeto de lei. Depois, modifiquei essa iniciativa em função da minha relação histórica com o Partido Comunista Brasileiro e do Brasil, ao qual meu pai pertenceu e eu também.

E achei que deveria ser uma iniciativa que viesse de segmentos menos envolvidos com essa, digamos assim, matriz ideológica formadora de tantas cabeças políticas no nosso País.

E vejo com alegria que essa iniciativa tenha vindo da Senadora Ana Rita. Para mim é muito difícil sempre votar contra qualquer proposição ou relatório feito pelo nobre Senador Benedito de Lira, meu presidente e líder nas questões nordestinas neste Senado.

Mas eu entendo que, primeiro, a homenagem ao Senador Luís Carlos Prestes é indispensável a esta Casa. Mas acho igualmente indispensável que se modifique essa denominação. Não se trata de uma questão menor.

Na Europa pós-fascista, todos os símbolos nazistas foram retirados da vida pública. Na Alemanha e em todos os países onde esse, digamos assim, pensamento político, que num determinado momento dividiu o mundo, se viabilizou.

A idéia e a memória de Filinto Müller está profundamente ligada não apenas à prática da tortura política no Brasil, à prática do pensamento nazifascista em nosso País.

E a cada ano que se comemora, no mundo, a vitória dos aliados, justamente se enterra um pouco a simbologia, se enterram os valores que o nazifascismo representou para o mundo. E nós, brasileiros, também temos a nossa parcela de contribuição, em determinado momento, à prática nazifascista. E é acho que nosso dever democrático revisá-la.

A revisão de nomes históricos é uma prática no mundo inteiro. Aliás, quando a União Soviética foi derrubada, o nome de cidades foi modificado. Stalin-

grado voltou a ser Volgogrado; São Petersburgo voltou a substituir a cidade de Leningrado. Apesar de modificada Volgogrado, nenhuma avenida, nenhuma rua que levava o nome de Stálin, de Lênin foi modificada, porque o povo não permitiu.

Então, quando há uma adesão popular a uma idéia, ela se mantém. No Brasil, essa idéia sempre foi uma idéia absolutamente minoritária. E hoje, num ambiente de consolidação democrática, se torna um constrangimento.

Eu mesma, quando vim para o Senado, fiz questão de buscar a Mesa e dizer: Me arranjam qualquer lugar, menos a Ala Filinto Müller, que é extremamente constrangedora para aqueles que advogam a democracia, como todos que estão nessa Mesa, nesse plenário, com reconhecida contribuição à causa democrática em nosso País.

Portanto, eu acho que passou o tempo. Que possamos deixar os nomes das alas do Senado para nomes que possam significar a unanimidade do pensamento político, e não a maioria do pensamento político. A unanimidade. Eu tenho certeza de que o nome de Filinto Müller não se aproxima da unanimidade desta Casa, nem da maioria simples desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, para discutir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, tal qual já foi dito, Senadora Ana Rita, esse é um projeto que nos faz sentir, como diz nosso querido Senador Pedro Simon, um misto de inveja cristã de V. Ex^a, porque todos nós gostaríamos de ter sido autores dessa matéria.

E queria abordá-la na mesma linha que foi abordada pela Senadora Lídice. Tão importante quanto a homenagem a Prestes, tão necessária e mais urgente do que a homenagem a Prestes, é a necessidade de substituir esse nome. O nome desse senhor não combina com o símbolo da democracia, que é o parlamento.

O parlamento, em uma democracia, se caracteriza por ter três atribuições, Sr. Presidente: fiscalizar, legislar e investigar. A trajetória do Sr. Filinto, toda a trajetória do Sr. Filinto, toda a trajetória política, toda a biografia dele foi pautada por obstruir essa função do símbolo da democracia, que é o parlamento.

Senão, vejamos. O Sr. Filinto, nos anos 30, era simpatizante dos regimes nazifascistas, de conhecimento de todos. Mais que isso, ele foi o notório torturador do regime do Estado Novo. Mais que isso, ele foi responsável, como no caso de Olga Benário, por deportar cidadãos para a morte no regime nazifascista. Mais que isso, mesmo depois, quando continuou

sua atuação parlamentar, ela foi pautada, ao longo do tempo, pela busca de derrotar o Estado de Direito.

Foi assim em 1964, quando ele participou e se aliou às forças que limitaram o funcionamento, que fecharam o Parlamento, que limitaram o funcionamento do Parlamento. Não se pode dizer que o Senado da República existente durante os anos da ditadura militar é o mesmo Senado da República de hoje, de plena democracia. Não é, porque o Senado da República dos anos da ditadura militar não podia ter uma comissão parlamentar de inquérito, porque essa função precípua do parlamento em uma democracia não existia no decorrer da ditadura.

Durante a ditadura, o Parlamento, o Senado da República não podia legislar, porque o poder legiferante do Parlamento ficava limitado pelos decretos leis. Em uma ditadura, o parlamento não fiscaliza, porque as coisas são feitas no obscurantismo, nos porões.

Aliás, se há alguma coisa que combina com o nome da ala é ela estar no porão, porque foi aí que se procedeu toda a biografia e conduta desse senhor. O nome desse senhor não combina com o parlamento.

Vejamos. Chegam a dizer, recentemente, em época de Comissão da Verdade, que: Não, têm que ser chamados para a Comissão da Verdade também aqueles que promoveram crimes do outro lado.

Ora, é a mesma coisa, e aqui a comparação também é a mesma, de dizer que deveria ser chamada para o julgamento de Nuremberg a Resistência Francesa, que se opôs ao regime nazifascista.

O nome desse senhor está ligado não a um simples regime político, mas a um crime contra a humanidade, que é o crime da identidade com a pior das doutrinas políticas, a doutrina nazifascista. Outros vão dizer: mas Prestes também propunha um regime de exceção à democracia.

Mas a história política comparada dos dois não se equivale. Prestes, nos anos 40, e o Partido Comunista lutaram para que o Brasil fosse à guerra contra o eixo nazifascista. Filinto, aqui, resistiu a que o Brasil estivesse ao lado dos aliados. Prestes, em 1945, lutou pelas liberdades democráticas e participou do jogo democrático, sendo eleito Senador da República. Prestes, ao longo das décadas de 50 e de 60 não atentou contra a democracia.

Em 1964, houve um golpe contra o estado democrático de direito, que teve a participação do Sr. Filinto. Durante mais de 20 anos de ditadura, Prestes esteve no exílio, na resistência, e voltou ao Brasil quando foi conquistada a anistia. O Sr. Filinto não só contribuiu para o golpe de Estado de 64, como o apoiou, como dele deu cabo, como manteve o Parlamento funcionando. Durante os anos em que aqui exerceu o óficio

de Senador, foi líder de um regime, e no pior período desse regime. No período em que esse regime matava brasileiros nos porões da ditadura. No período em que esse regime, assassinava, como vai ser relatado com detalhes agora, com a instalação da Comissão nacional da Verdade.

Eu não sei, e conluso, Sr. Presidente, se podemos homenagear Prestes agora, se podemos dar o nome de uma ala ou outra. Só sei que o nome desse senhor não pode continuar em um templo da democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a autora do projeto de resolução, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, agradecer as manifestações dos colegas Senadores e da Senadora, que fizeram uma defesa importante desse projeto, inclusive nos dando aula, recuperando o momento histórico do nosso País, que é muito importante.

E também quero dizer como é bom que esse projeto tenha entrado na pauta da reunião de hoje, num momento tão importante do Brasil, quando foi instalada a Comissão da Verdade, na semana passada, que terá a tarefa justamente de apurar os fatos que ocorreram durante o período da ditadura militar.

Então, acho que esse projeto realmente está sendo votado num momento importante da história do Brasil. E eu gostaria, Sr. Presidente, de, considerando o parecer do nobre Senador Benedito de Lira, de fazer algumas considerações aos argumentos apresentados pelo Senador, o que eu acho que é importante no momento.

Um dos argumentos apresentados pelo Senador Benedito de Lira é que a alteração da denominação da dependência, da ala do Senado Federal, abriria precedente para novas mudanças com base na revisão de nomes que foram consagrados em determinados momentos da conjuntura política e histórica do nosso País.

Eu quero aqui citar um trecho do seu relatório, que diz o seguinte: as oscilações políticas e as reavaliações históricas não deveriam, a nosso ver, ensejar a substituição dos nomes de homenageados com a designação de edifícios ou dependências do Senado Federal, uma vez que disso resultaria um clima de insegurança e de sucessivas disputas ideológicas.

Eu entendo, Sr. Presidente, Sr. Senador Benedito de Lira, demais Senadores aqui presentes, que esse argumento pode ser, sim, considerado, mas não deve ser um argumento absoluto. E aí quero dizer, citando aqui alguns exemplos. O exemplo evidente é o de que, em várias cidades brasileiras, conforme foi lembrado aqui pela Senadora Lídice da Mata, ruas recebem de-

nominações de pessoas que têm uma trajetória política, e lembramos aqui ruas denominadas Sérgio Paranhos Fleury ou Filinto Müller. Tem sido muito comum as respectivas Câmaras das cidades aprovarem projetos, trocando a denominação de ruas, de logradouros públicos. Tal alteração no nome da rua corresponde à mudança na opinião pública naquele momento. Portanto, os homenageados de uma época não são necessariamente merecedores de homenagem para todo sempre, definitivamente. É possível, sim, num determinado momento histórico, você rever o nome de um determinado logradouro, de uma determinada cidade.

Então, de qualquer maneira, Sr. Presidente, concordando em parte com o Relator, as oscilações políticas e as reavaliações históricas não devem necessariamente ensejar a substituição dos nomes de homenageados. Por outro lado, não pode ser impeditiva quando for considerada contraditória ao novo momento histórico.

Sr. Presidente, estou muito convencida de que as circunstâncias históricas com certeza ensejam essa mudança. Lembramos que o Sr. Filinto Müller, conforme já foi falado aqui pelos nossos colegas Senadores, foi integrante destacado da polícia política, durante um período ditatorial, com registro através de um amplo acervo histórico de comportamento muito longe de ser considerado democrático e republicano. Certamente, ele será objeto de análise, conforme lembrei aqui, por parte da Comissão da Verdade, recentemente nomeada pela Presidenta Dilma.

Consideramos que seria um gesto importante por parte desta Casa do Senado da República trocar o nome da Galeria. E aí quero lembrar que dar homenagem a um funcionário de uma ditadura militar, envolvido diretamente na agressão aos direitos humanos, passaríamos para uma homenagem a uma das vítimas mais notórias do período da ditadura.

O Relator também aponta, e é um segundo argumento, um outro lado da medalha, que é o Senador Luís Carlos Prestes, que teria cometido erros políticos, entre os quais a deflagração da Intentona Comunista em 1935.

Vou ser rápida. Confesso que não pretendo fazer aqui, Senadora Lídice, um debate histórico sobre o Senador Filinto Müller, mas me senti na obrigação de dizer que a insurreição de 1935 não criou condições favoráveis para implantação do Estado Novo. Como o próprio Relator lembra, o Estado Novo foi instalado em 1937, dois anos depois da citada insurreição. O pretexto para o golpe dentro da ditadura seguramente foi o chamado Plano Cohen. Registre-se, um documento forjado à época e não a insurreição. Independentemente da avaliação que façamos sobre os erros e acertos

da atividade política de Luís Carlos Prestes, atividade que se estende desde 1927 até 1989, está claro para nós que não se pode colocar no mesmo patamar, conforme foi lembrado aqui pelo Senador Randolfe, os dois personagens. Então, não está aqui a análise política do Senador Filinto Müller, que teve evidentemente uma longa carreira parlamentar, tendo morrido como presidente do partido da ditadura militar. Já o Senador Luís Carlos Prestes, infelizmente, não teve a oportunidade de ter uma longa carreira parlamentar, pois teve seu mandato cassado e o partido comunista lançado na ilegalidade.

É isso que gostaria de afirmar aqui, Sr. Presidente. Provavelmente, se não fosse esse fato triste e brutal da nossa história, teria ele conquistado, com certeza, vários mandatos nesta Casa.

Para finalizar, como nosso Gabinete, Sr. Presidente, fica justamente na Ala Filinto Müller, quando eu cheguei aqui no ano passado, comecei a ficar muito constrangida ao dizer para as pessoas que o Gabinete da Senadora Ana Rita ficava na Ala Filinto Müller. Porque toda vez que eu informava o endereço do Gabinete, eu era questionada sobre isso: "Senadora, como pode a senhora ter um gabinete na Ala do Senador Filinto Müller?" Eu falei: "Pode deixar que vamos cuidar disso".

Então, um dos primeiros projetos que eu apresentei quando cheguei aqui foi justamente esse, e quero aqui contar com o apoio dos colegas Senadores e Senadoras desta Casa, para que possamos, com todo o respeito ao Senador Benedito de Lira, rejeitar o seu relatório e aprovar o nosso projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, só para prestar considerações finais a esse fato. Realmente, ele é salutar. O meu relatório não tem absolutamente nenhuma restrição ao Carlos Prestes nem tampouco ao Filinto Müller, até porque não foi através do meu voto que ele foi condecorado aqui na Casa do Congresso Nacional. Cada um ao seu tempo. Assim como se faz essa série de conjecturas com relação ao Senador Filinto Müller, faz-se também com relação ao Sr. Luís Carlos Prestes. Cada um viveu o seu tempo.

A minha preocupação como relator dessa matéria, Sr. Presidente, é que estamos, com isso, abrindo um precedente e que, amanhã, por exemplo, ninguém vai poder contrariar outro Senador ou quem quer que seja que apresente projeto de lei fazendo mudanças, as mais variadas na Casa. Talvez tenha muita gente aqui cujo nome não mereça estar exposto como ho-

menagem prestada pelos Srs. Senadores com relação a determinadas dependências.

Então, para minimizar essa dificuldade, como Relator da matéria e como essa matéria criou o ambiente para um bom debate, eu gostaria de requerer a V. Ex^a que, se possível, a retire de pauta, para que possamos retornar com ela num momento em que a Comissão esteja com maior número possível de Senadores, para que possamos discutir essa matéria, que, na verdade, chama a atenção dos Srs. Senadores que defendem as teses que foram decididas aqui.

Mas quero reafirmar, Presidente, a minha preocupação de Relator: que não tenho nada contra a, b ou c; apenas quero preservar aquilo que o Senado fez há algum tempo ao tomar a decisão de homenagear alguns de seus membros.

Por isso, peço a V. Ex^a que possamos continuar essa discussão numa outra oportunidade, com o plenário mais repleto, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É uma prerrogativa do Relator a retirada de pauta. Ela constará da pauta da próxima terça-feira.

Amanhã, temos uma audiência pública, requerida pela Senadora Ana Amélia, com o Sr. Fernando Luís Schüler, Diretor-Executivo do Grupo Ibmec; Priscila Cruz, Diretora-Executiva do Movimento Todos pela Educação; e Antonio Cesar Russi Callegari, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação.

Não havendo mais nenhuma matéria não terminativa e na ausência de quórum, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 16^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2012, TERÇA-FEIRA, APÓS A 15^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CMA (DESIGNADA PARA AS 8H30), NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às onze horas e dois minutos do dia dezessete de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG,**

WALDEMIR MOKA, IVO CASSOL, ALVARO DIAS, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI e o Senhor Senador não-membro **EDUARDO SUPILY**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO** e **RANDOLFE RODRIGUES**. O Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE** justificou sua ausência. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS**.

ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 21, de 2012, que “Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor ALEXANDRE PADILHA, Ministro da Saúde para, em audiência nesta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de pagamento de propina a assessores do ministério. Autoria: Senador Alvaro Dias.

Resultado: Rejeitado.

ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 22, de 2012, que “Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores EDSON PEREIRA DE OLIVEIRA, ex-Assessor Especial do Ministro da Saúde, e JONAS PAULO DE OLIVEIRA, Presidente do Partido dos Trabalhadores da Bahia para, em audiência nesta Comissão, prestarem os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de pagamento de propina no ministério da Saúde”. Autoria: Senador Alvaro Dias.

Resultado: Rejeitado.

ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 23, de 2012, que “Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor AGUINALDO RIBEIRO, Ministro das Cidades para, em audiência nesta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no programa Jampa Digital, que previa oferecer internet gratuita e sem fio a todos os moradores de João Pessoa, no estado da Paraíba”. Autoria: Senador Alvaro Dias.

Resultado: Rejeitado.

ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 24, de 2012, que “Requei-

ro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor MARCO ANTONIO RAUPP, Ministro da Ciência, Tecnologia e Informação para, em audiência nesta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no programa Jampa Digital, que previa oferecer internet gratuita e sem fio a todos os moradores de João Pessoa, no estado da Paraíba". Autoria: Senador Alvaro Dias.

Resultado: Rejeitado. **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 25, de 2012**, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor JORGE HEREDA, presidente da Caixa Econômica Federal – CEF, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre a denúncia de comercialização de papéis da dívida pública por preços acima do mercado no período entre setembro de 2008 e agosto de 2009, quando o sistema informatizado da CEF responsável por informações relativas aos papéis, esteve fora do ar". Autoria: Senador Alvaro Dias.

Resultado: Rejeitado. **ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 26, de 2012**, que "Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública para discutir a exploração de minérios no Amazonas, com as presenças do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Secretaria da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e a Secretaria de Mineração Geodiversidade e Recursos Hídricos do Estado do Amazonas". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Resultado: Aprovado com aditamento para alterar o assunto da audiência pública para “discutir a exploração de minérios na Amazônia”. **ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 27, de 2012**, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada reunião desta Douta Comissão, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, no dia 20 de junho, às 10 horas, no espaço da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil- CNA, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro-RJ, com a finalidade de tratar dos se-

guintes assuntos: – Áreas de Proteção Permanente Mundial; – Compromissos da Rio + 20". Autoria: Senadores Kátia Abreu, Ivo Cassol e Jorge Viana.

Resultado: Aprovado. **ITEM 13) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, DE 2012** – Não Terminativo, que "Aprova a Resolução TCU nº 215/2008, que estabeleceu um rito interno de tratamento das solicitações de serviços oriundas do Congresso Nacional". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo arquivamento.

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo arquivamento. **ITEM 14) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 7, DE 2012** – Não Terminativo, que dispõe "Copa do mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras de alinhamento do cais do porto de Santos". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria e arquivamento. **ITEM 16) INDICAÇÃO Nº 1, DE 2010** – Não Terminativo, que trata de "Indicação para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores". Autoria: Senadora Marina Silva. Relatoria : Senador Eduardo Braga (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc : Senador Jorge Viana. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade e pela apresentação de um requerimento.

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela declaração de prejudicialidade da matéria e pela aprovação do Requerimento nº 28, de 2012-CMA, para realização de um ciclo de debates para discutir a estratégia brasileira de enfrentamento da mudança do clima.

ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2008 – Não Terminativo, que "Cria a Comenda do Mérito Ambiental". Autoria: Deputado Bernardo Ariston. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2011** – Não Terminativo, que "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas". Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Rela-

tório: Pela rejeição. **Resultado: Retirado de Pauta.** **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 735, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem e a propaganda de alimentos contendo nutrientes e substâncias com efeito nutricional ou fisiológico menos seguro e de refeições rápidas”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela rejeição. **Resultado: Retirado de Pauta.** **ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011 – Terminativo**, que “Aumenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP)”. Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda nº 1-CI (Substitutivo). **Resultado: Retirado de Pauta.** **Ficam adiadas as demais matérias.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Souza Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 17/04/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar inversão de pauta, trazendo os itens 13, 14 e 15, pois eu terei que relatá-los. Se for possível que a gente faça essa inversão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal, vamos então ao item 13.

Solicito à Secretaria da Comissão que convoque os membros para a Comissão, até porque temos reunião da CAE que, quando começar, vai atrapalhar o quórum desta reunião.

ITEM 13

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE

Nº 1, DE 2012

- Não Terminativo -

Aprova a Resolução TCU nº 215/2008, que estabeleceu um rito interno de tratamento das solicitações de serviços oriundas do Congresso Nacional.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso da CMA (AMA) nº 1, de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU) (nº 1.092-Seses-TCU-Plenário, de 2008, na origem), cujo objeto é discriminado em epígrafe.

O TCU, na qualidade de órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo da Administração Pública, regulamentou procedimentos internos destinados a atender às demandas que lhe são encaminhadas pelo Parlamento, no cumprimento de suas competências constitucionais.

Análise.

O instrumento destina-se, exclusivamente, a dar conhecimento da aprovação do normativo interno daquela Corte de Contas. Nessa condição, até porque ao TCU é garantida autonomia administrativa, nada há o que ser feito por este Colegiado.

Voto.

À luz do exposto, opinamos pelo arquivamento do Aviso nº 1, de 2012, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 14

**AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE
Nº 7, DE 2012**
- Não Terminativo -

Copa do mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras de alinhamento do cais do porto de Santos.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.
O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão o Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (AMA) nº 07, de 2012 (Aviso nº 1.782-Seses-TCU-Plenário, de 2008, na origem), de 30 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União (TCU), que trata de levantamento de auditoria sobre obras de alinhamento do cais do porto de Santos, no Estado de São Paulo, relacionadas com a Copa do Mundo de 2014.

O citado Aviso contém o Acórdão nº 3.135, de 2011-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TCU 032.200/2011-0, pelo Plenário do Tribunal de Contas da União acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Trata-se de um amplo conjunto de determinações as quais buscamos sintetizar no sentido de destacar aquelas que julgamos mais relevantes, mantendo-se o inteiro teor do acórdão à disposição dos interessados, em resumo, o Aviso sob exame.

Comunica ao Congresso Nacional que não foram encontrados indícios de irregularidades graves com recomendações de paralisação IGP, conforme o disposto no art. 91, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

Determina, entretanto, que a Companhia Docas do Estado de São Paulo proceda:

1 – à revisão do projeto executivo e de seu orçamento referente à mencionada obra antes que seu edital seja republicado;

2 – proceda à elaboração dos estudos necessários, principalmente geotécnicos, antes que seja emitida a ordem de serviço para início das obras.

Comunica, ao final, tanto a Companhia Docas do Estado de São Paulo quanto a Secretaria de Portos da Presidência da República que, embora não tenham sido

encontrados indícios que recomendem a paralisação das obras, a corte de contas procederá à anulação de todo o processo licitatório se houver reincidências nas falhas que aponta, as quais afrontam dispositivos da Lei das Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Voto.

Em face do exposto, manifestamo-nos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do teor do referido acórdão e que proceda ao arquivamento do Aviso da Comissão de Meio Ambiente, AMA nº 7, de 2012.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Como o próximo item que V. Ex^a solicitou é terminativo, nós vamos voltar à pauta. Eu indago ao Senador Alvaro Dias se podemos votar em bloco os Itens 1 e 2, já que tratam do mesmo tema, os temas são afins. (Pausa.)

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 21, DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor ALEXANDRE PADILHA, Ministro da Saúde para, em audiência nesta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de pagamento de propina a assessores do ministério.

Autoria: Senador Alvaro Dias

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 22 DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores EDSON PEREIRA DE OLIVEIRA, ex-Assessor Especial do Ministro da Saúde, e JONAS PAULO DE OLIVEIRA, Presidente do Partido dos Trabalhadores da Bahia para, em audiência

nesta Comissão, prestarem os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de pagamento de propina no ministério da Saúde.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Passo a palavra ao autor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o nosso objetivo é convidá-los. Não estamos propondo convocação.

Confesso que tenho boa impressão da postura do Ministro da Saúde Alexandre Padilha. Até este momento não tenho razão para criticá-lo em relação à postura que tem adotado diante dos acontecimentos que envolvem o seu Ministério. Até por isso gostaria de vê-lo aqui dando explicações sobre as denúncias recentes veiculadas pela imprensa dando conta de que houve pagamento de propina na área do seu Ministério, especialmente ao assessor Edson Pereira da Silva, que teria recebido R\$200 mil de um grupo especializado em fraudar contratos com hospitais federais do Rio de Janeiro. E há uma confissão de que uma organização que envolve inclusive parlamentares seria responsável por essa prática.

Isso é lastimável, especialmente na área de saúde. É bom repetir sempre: quem rouba o dinheiro da saúde comete crime duplamente qualificado. Primeiro o crime de roubo e depois o de assassinato, porque pessoas morrem alegadamente em razão da ausência de recursos suficientes para que sejam atendidas. Portanto, se é um crime hediondo o crime de corrupção, e nós queremos transformar em crime hediondo, se é crime hediondo a corrupção ativa ou corrupção passiva, quando esse crime ocorre na área da saúde pública do País é mais hediondo ainda, se é possível ser ainda mais hediondo.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos apenas convidando o Ministro para que venha dar explicações e, da mesma forma, nós o convidamos por ter sido denunciado. Acho que ele tem até o direito de defender-se, de comparecer, se houver defesa a apresentar, porque há fatos que eliminam a hipótese da defesa; não há defesa para determinados atos praticados. De qualquer forma, ele teria oportunidade de apresentar as suas justificativas, as suas explicações e de negar, de confirmar. Enfim, é esse o objetivo.

Convidamos também o Presidente do PT da Bahia, porque ele afirmou à imprensa que o Ministro, sabendo da situação, não tomou providências. Então, seria interessante que ele também viesse para conversar conosco nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Alguém deseja encaminhar?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes de tudo, eu quero registrar que um dos Senadores que mais procuram cumprir bem sua função de oposição e de líder de um partido de oposição é o Senador Alvaro Dias.

Nós agora estamos às voltas com a instalação de uma CPMI, com a ativação do Conselho de Ética desta Casa até para apreciar a conduta de um colega nosso. É fato que, em nosso País, lamentavelmente, mesmo diante de uma situação tão grave que ocupa as principais páginas dos jornais e grande espaço nas rádios e nas televisões, nós estamos passando também por uma situação em que uma matéria, independentemente de ser plantada ou não, de atender a interesses ou não, já vem acompanhada, ao mesmo tempo em que se faz um questionamento, do julgamento e da condenação; tudo junto. Acho que esse é um dos problemas graves que nós temos.

A iniciativa do nobre Senador Alvaro Dias... Ele diz – são palavras dele – que é um simples convite, mas, ao mesmo tempo, ele afirma que não tem discussão, como se fosse peremptória a matéria, como se fosse já uma acusação e uma condenação.

Se o Ministro da Saúde, o Ministério da Saúde não tivesse adotado um conjunto de medidas, ato contínuo à publicação dessa matéria, que, no nosso ponto de vista, não tem elementos que possam vincular, direta ou indiretamente, a figura do Ministro Alexandre Padilha... Prendo-me às palavras do próprio Senador Alvaro, que, com um compromisso com a verdade, faz referência ao fato de que não há nenhum ato, de que não conhece ato que desabone o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O problema é o que o Ministro Alexandre Padilha, em ato contínuo à divulgação dessa matéria na revista *Veja*, adotou as medidas mais duras necessárias para esclarecer, primeiro, se havia fundamento e, havendo fundamento, adotou as providências necessárias para que se pudesse, aí sim, a partir da análise dos fatos, de uma apreciação de provas, fazer uma devida condução, que, certamente, caso se comprove, levará à punição dos culpados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É muito grave. Eu concordo com o Senador Alvaro Dias. Qualquer indício de suspeita de corrupção na área da saúde é muito grave. Todos nós compartilhamos dessa mesma preocupação do nobre Senador Alvaro Dias,

mas, certamente, tão preocupado quanto nós está o Ministro Alexandre Padilha.

Ele lançou, no dia seguinte, uma nota com 13 itens, esclarecendo que, em relação às denúncias que estão no requerimento sobre desvio de dinheiro, como apresentou a Rede Globo, em hospitais no Rio de Janeiro, também estão sendo adotadas as devidas providências e estão sendo feitas 32 licitações para substituir contratos nos hospitais federais.

A CGU está analisando e prestes a concluir o processo. Estamos próximos de obter os relatórios finais dessas auditorias, o que certamente, nobre colega Senador, com a conclusão dessa auditoria da CGU, nós vamos ter, de maneira isenta, um posicionamento e, se tivermos que adotar medidas, na Comissão de Fiscalização e Controle, onde é também nossa tarefa, vamos adotar.

Agora eu acho absolutamente precipitado nós trazermos para cá o Ministro da Saúde para dar explicações por conta de uma matéria. Porque, tendo em vista outras situações que o Brasil, agora, toma conhecimento, por meio da imprensa – de esquemas montados para tentar desmoralizar pessoas e encobrir falcões –, parece-me que, agora, a própria CPMI vai esclarecer muito bem isso. Essa arapongagem, essa relação promíscua de contraventores com setores da imprensa, isso me parece que está próximo de chegar à luz do dia, para que possamos esclarecer, inclusive, essa indústria de denúncias que saem em um dia e, no outro dia – como é uma tarefa e obrigação dos Senadores, inclusive os da oposição, independentemente – transformarem-se em requerimento.

Eu acho que aqui não há nenhum indício que possa envolver a imagem ou a própria atitude e os atos do Ministro da Saúde e, muito menos, do Presidente do PT na Bahia.

Então eu queria, aqui, para concluir, já que ouvi o Senador Alvaro, dizendo que sou pela rejeição dos dois requerimentos, como é a proposta da Mesa de encaminhamento, porque estão ligados pelo mesmo assunto, tendo em vista a atitude tomada pelas autoridades competentes e pelo próprio Ministro da Saúde, que não aceita conviver com qualquer sombra ou denúncia. E é bom que se diga que a pessoa citada na matéria é um ex-funcionário do Ministério, saiu no ano passado e, mesmo como ex-funcionário, vai ter, certamente, que responder as medidas que o Ministro da Saúde adotou e dar os devidos esclarecimentos. Caso surja, obviamente, algum indício de fundamento na matéria, aí sim eu serei amplamente favorável que possamos trazer aqui o Ministro para fazer os esclarecimentos, ou para responder aos questionamentos dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência concederá a V. Ex^a a palavra novamente, mas, na verdade, não há discussão de requerimento, apenas encaminhamento, e V. Ex^a já encaminhou. Mas como V. Ex^a foi citado, eu passo a palavra novamente a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas, da forma elegante como merece o Senador Jorge Viana, rechaçar seus argumentos quanto à ausência do Senado Federal em casos dessa natureza. É exatamente o que nos desprestigia diante da opinião pública, é o que nos desgasta, é o que faz com que a opinião pública nos achincalhe. Porque há escândalos e o Senado, ou o Congresso, lava as mãos diante deles, e esses escândalos são esquecidos, o tempo passa e novos escândalos substituem os antigos. Eu repito sempre: escândalo de hoje faz esquecer o de ontem e espera o de amanhã para ser esquecido. Então, essa sensação de impunidade é que vai ficando.

Nós temos o dever de propor transparência a esses fatos. Eu não desmereço o Ministro, se tomou providências, ele o fez muito bem. Mas, se tomou providências, ele teria a oportunidade, aqui, de divulgar as providências adotadas e, inclusive, de dissertar sobre o andamento delas, como elas se encontram.

Nós ficamos, obviamente, ausentes. Nós não estamos, de certa forma, desobrigados de trabalhar nesse assunto simplesmente porque o Ministro está trabalhando, como anuncia o Senador Jorge Viana.

De outro lado, o ex-assessor confessou, há uma confissão dele. E ele apontou outros responsáveis. Isso não ficou claro. Ele precisa vir aqui e dizer quais são os responsáveis pelos atos que ele praticou. E o Presidente do PT da Bahia denuncia também, ele faz a denúncia, e alega que o Ministro não tomou as providências. Ele diz o seguinte: “O Presidente do PT da Bahia conta que o Ministro saiu em defesa de Edson e não mandou investigar o caso”. Isso, antes. Agora, V. Ex^a, Senador Jorge Viana, está nos informando que há investigação em curso.

A presença do Ministro seria interessante, inclusive, para mostrar que está investigando, para dizer ao País, e não ao Senado, que adotou todas as providências. E eu continuaria, se ele o fizesse dessa forma, mantendo a minha boa impressão sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram... Aqueles que aprovam o

requerimento permaneçam... Não, vejam bem: aqueles que aprovam o requerimento de convocação permaneçam como se encontram; aqueles que são contra levantem as mãos. (*Pausa.*)

Os dois requerimentos foram rejeitados.

Consulto o Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não vou pedir verificação porque me parece que não há quórum para verificação e também não há necessidade de porque nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, mas aqui foi claro...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem. Quando o senhor colocou em pauta no primeiro momento, o requerimento tinha sido aprovado, porque o senhor o colocou nessas condições. Posteriormente, o senhor pediu verificou e pediu a verificação e mudou as regras. Portanto, sou da opinião de que qualquer ministro que tiver algum indício de irregularidade tem que estar presente. Como temos também o problema com a Ministra Ideli Salvatti na compra de um barco, que a Câmara dos Deputados está apurando. Ou, então, não estamos fazendo o nosso papel como Senadores. Estamos sendo chacota da imprensa constantemente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quando o senhor frisou no começo aqui, todo mundo foi unânime em aprovar o requerimento. Percebendo a falha, foram mudadas as regras do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol, a Presidência, que conduz os trabalhos, não proclamou o resultado. É importante que os requerimentos aqui, nesta Comissão, sejam votados ou rejeitados pela vontade dos Senadores, e é importante que os Senadores saibam como estão votando. V. Ex^a é livre para encaminhar da forma que considerar, mas, neste caso, quatro pessoas foram contra a aprovação do requerimento e dois a favor.

Consulto...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu só queria que constasse em Ata que, na primeira votação, o senhor encaminhou o voto de unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, eu não...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Teve: “fica como estão”. Falou: “Quem concorda com a aprovação fica do jeito que está...”

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu esclareci...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ninguém levantou a mão. Posteriormente, percebeu a falha e o erro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu esclareci a forma de votação, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Como errar é humano e o senhor é nosso Presidente, não vou criar polêmica. Vou deixar... Também não estou devolvendo para o Senador Alvaro Dias, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Ivo Cassol, que viu que sou aqui isolado, sou solitário na oposição e ele veio em socorro. Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É só para deixar claro também que procuramos, na semana passada, o nobre Senador Alvaro Dias e estabelecemos, porque sabemos da dificuldade que temos de estar presentes em várias Comissões, que hoje, nessa reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, apreciaríamos, independentemente do quórum, os requerimentos pendentes já há muito tempo, com a posição favorável ou desfavorável.

Quero propor ao nobre Presidente que possa agrupar também os itens 3 e 4, já que tratam do mesmo assunto, como V. Ex^a fez nos itens 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Essa é a indagação que eu iria fazer ao Senador Alvaro Dias, se podemos tratar ao mesmo tempo os itens 3 e 4.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, em discussão os itens 3 e 4. Aliás, estão à disposição para requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 23 DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o SENHOR

AGUINALDO RIBEIRO, Ministro das Cidades, para, em audiência nesta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no programa Jampa Digital, que previa oferecer internet gratuita e sem fio a todos os moradores de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 24 DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o SENHOR MARCO ANTONIO RAUPP, Ministro da Ciência, Tecnologia e Informação para, em audiência nesta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no programa Jampa Digital, que previa oferecer internet gratuita e sem fio a todos os moradores de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Consulto o Senador Alvaro Dias se quer encaminhar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nos termos já conhecidos, a importância que tem o Congresso, nós temos duas atividades fundamentais: legislar e fiscalizar o Executivo. Nós não podemos abrir mão, em que pese o fato de estarmos vivendo um momento ímpar na história do Brasil, jamais tivemos uma representação popular tão desequilibrada como atualmente – basta olhar para uma Comissão como esta e se verificará. A Oposição numericamente está muito limitada. Em que pese esse fato, é uma prerrogativa institucional da Minoría fiscalizar o Executivo. É um dever de a Minoría fiscalizar o Executivo. E esta prerrogativa não deveria jamais ser subtraída da Minoría.

A Maioria deveria concordar com ações dessa natureza, que confere maior transparência à administração pública do País. E este é o nosso objetivo: conferir transparência. Neste caso, por exemplo, eu ouvi explicações do Ministro das Cidades, através da imprensa. Mas creio que, até na sua defesa, ele deveria vir a esta Casa. São explicações insuficientes, elas

não são acompanhadas por todos nós, não podem ser avalizadas de forma absoluta por todos nós.

Então, nós gostaríamos... Eu não conheço o Ministro das Cidades, portanto não posso fazer um julgamento do Ministro das Cidades. E estou dizendo que não conheço para demonstrar como se faz composição de Ministério no Brasil, como o Governo compõe o seu Ministério. Esse aparelhamento político, indicações de partidos políticos, quase que a obrigação de retirar do Congresso Nacional o Ministro, desprezando personalidades talentosas, qualificadas, técnica e profissionalmente, puxando para baixo a qualidade administrativa foi Governo, em prejuízo do País, em prejuízo do próprio Governo.

Portanto, eu não conheço o Ministro, não posso fazer nenhum julgamento a respeito da sua conduta, do seu comportamento, mas há uma denúncia sobre essa questão da Paraíba, o programa Jampa Digital e nós gostaríamos dos esclarecimentos. O convite, por exemplo, ao Ministro, que não é parente próximo do nosso Senador Valdir Raupp, mas é Raupp e, portanto, deve ser parente à distância, não é um convite que sinalize qualquer irregularidade que ele possa ter praticado, até porque ele assumiu recentemente. Então, o objetivo é apenas esclarecimento. Nós estamos buscando transparência. Eu jamais ousaria, principalmente na presença de outro Raupp, fazer qualquer insinuação em relação ao Ministro de Ciência e Tecnologia, que assumiu há pouco tempo. O nosso objetivo não é achincalhar ninguém. O nosso objetivo, ao convidar, é esclarecer, é oferecer oportunidade para que os fatos sejam esclarecidos cabalmente, de forma definitiva, para não sobrar nenhum resquício de suspeição em relação ao comportamento das pessoas que ocupam cargos importantes na República.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Primeiro, quero dizer o seguinte: esse já é o terceiro requerimento, ainda tem mais dois... Aliás, estamos analisando dois agora e tem mais um, cinco. Se aprovássemos todos, Senadores Alvaro Dias, eu penso que teríamos no mínimo dois meses com a pauta da Comissão cheia.

Penso que toda investigação, toda ela, não só é bem-vinda, como é necessária – concordo com V. Ex^a nesse aspecto, Senador Alvaro Dias. E até mais, pedi para encaminhar porque, pelo que estamos informados, todas as medidas em relação ao caso já foram

adotadas. Não estamos tratando de nenhum caso que está sendo empurrado para debaixo do tapete, não. Nós estamos, Senador Alvaro Dias, tratando de casos que estão sendo devidamente apurados...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Imagine, Senadora... Só um apartezinho. V. Ex^a está dizendo que está sendo apurado. Eu não sei de apuração alguma, imagine o cidadão brasileiro que paga imposto!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas é nosso dever também mostrar ao cidadão que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, para se ter uma ideia – isso envolve um atual Ministro, numa época em que ele era prefeito, lá no passado – já está analisando a matéria. A Controladoria Geral da União, a mesma coisa. Aliás, a CGU não existia quando o presidente era outro. Ela foi criada com o Presidente Lula exatamente para ampliar a fiscalização.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas ela não substitui o Senado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Concordo perfeitamente. Por isso, Senador, eu quero fazer aqui uma sugestão...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ou, então, vamos dar razão àqueles que querem fechar o Senado Federal.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Senador. Imagina.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Alvaro Dias, vamos respeitar a palavra da Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Aliás, são pouquíssimos os governos que têm a coragem de apoiar uma CPI com tamanha amplitude como essa que está sendo apoiada agora – pouquíssimos. Eu não me lembro de nenhum antes desse, nem de governador, nem de prefeito, de nenhum, porque queremos ir – e vamos, não tenho dúvida – à raiz do problema. Queremos ir à raiz do problema e não apenas ficar desgastando.

Então, Senador Alvaro Dias, o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Por que não encaminhamos a ele um pedido de tomada de contas especial? Esse é um convênio. E aí vamos debater, Senador Alvaro Dias, apesar de eu achar que as providências estão tomadas pela CGU, pelo TCE, mas vamos encaminhar. TCU, até onde tenho conhecimento, é um tribunal de contas auxiliar do Poder Legislativo. Porque já pensou em todos os prefeitos de todos os convênios que a gente for debater?

Então, Sr. Presidente, é nesse sentido que votarei contra a aprovação deste requerimento, não que seja contra a investigação, mas é porque tem a segurança de que todas as investigações estão sendo feitas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – No começo, eu era a favor de que todos os requerimentos aqui, que os convidados estivessem presentes aqui, nesta Comissão. Como já teve um critério para um ministro da base aliada e do PT, eu quero dizer que, já que foi dada condição para um, tem que ser dadas condições para todos.

Eu não ia fazer defesa do Ministro Aguinaldo Ribeiro, Ministro das Cidades, que é do meu Partido, mas cabe a mim agora fazer também a defesa a ele, primeiro, porque, quando assumiu como Secretário de Ciência e Tecnologia do Município lá do Estado da Paraíba, da capital, assumiu por 90 dias. O processo licitatório já tinha sido feito, e a contratação já tinha acontecido, e ele ficou naquela Pasta por, no máximo, 90 dias. Então, portanto, já está sendo apurado pelo Tribunal de Contas. Se alguém cometeu algum erro, não foi ele, porque foi outro que contratou. Sua única falha foi porque ele fez um discurso político. E, aí, vocês sabem o que os políticos costumam discursar.

Então, já que partiu da regra de que, para um ministro do PT, ele não precisa vir aqui, então, o ministro do PP também não precisa vir. Ou vale para todo mundo ou não vale para ninguém, porque aqui se defende só... Então, agora quero ver se vale para todo mundo. Se valer para todo mundo, concordo que todo mundo tem que vir aqui: o nosso ministro e o ministro dos outros também. Então, se os outros não vêm, por que o nosso tem que vir?

Era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, nesse caso do Ministro das Cidades, não acompanhei, não estava aqui no momento, mas, nesse caso do Ministro da Ciência e Tecnologia, estou vendo aqui – e queria acompanhar a fala da Senadora Vanessa – que é um convênio ainda vigente. Acho que, nesse caso, os órgãos de fiscalização têm que agir, e é um caso apenas com uma prefeitura. Então, trazer um ministro para discutir algo que ainda está em vigência com a prefeitura eu acho ainda muito cedo. Mais na frente, se for preciso, a gente poderá chamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Quero esclarecer: aqueles que concordam com o requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias permaneçam como se encontram; aqueles que forem contrários ao requerimento se manifestem, por favor. (Pausa.)

Os dois requerimentos, item 3 e item 4, estão rejeitados.

O item nº 5 é de autoria também do Senador Alvaro Dias.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 25, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor JORGE HEREDA, presidente da Caixa Econômica Federal – CEF, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre a denúncia de comercialização de papéis da dívida pública por preços acima do mercado no período entre setembro de 2008 e agosto de 2009, quando o sistema informatizado da CEF responsável por informações relativas aos papéis, esteve fora do ar.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Com a palavra, para encaminhar, o autor do requerimento, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, esse é um fato gravíssimo. A fraude denunciada na Caixa Econômica pode fazer com que a União tenha que arcar com perdas estimadas em R\$1 bilhão. Nós estamos tratando aqui de R\$1 bilhão.

Não é um assunto destes dias porque o requerimento foi apresentado já há algum tempo, e estamos convidando o Sr. Jorge Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de que a Corretora Teto teria vendido a empresas e ao fundo de previdência complementar Postalis, dos funcionários dos Correios, papéis da dívida pública de baixo ou nenhum valor, com supervalorização supostamente fraudada. A definição do preço da transação se valeu do fato de o sistema de informática da Caixa ter ficado fora do ar por quase um ano, de setembro de 2008 a agosto de 2009.

Essa fraude denunciada pela imprensa do País, neste caso, foi a *Folha de S. Paulo*, pode ter significado um prejuízo de R\$1 bilhão. Ora, Sr. Presidente, não sei de providência alguma que tenha sido adotada. Se, como Senador da Oposição, eu não estou sabendo de providência alguma, imagine um cidadão que paga imposto neste País! Não há transparência, os fatos são esquecidos, são ignorados, eu próprio já havia esquecido que tinha esse requerimento a ser votado

aqui, na Comissão. Veja que, como os escândalos se sucedem, afinal, no ano passado, quantos Ministros caíram denunciados, os escândalos são tantos que há esquecimento em relação a alguns deles, mesmo que sejam tão importantes como este.

É por isso que estamos fazendo um apelo aos Srs. Senadores, Srªs Senadoras, para que aprovem este requerimento. O primeiro item desta pauta, por exemplo, de requerimentos, não seria item para uma audiência pública apenas, e sim para uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Há quanto tempo estamos insistindo para que se instale no Congresso Nacional uma CPMI da saúde? Uma comissão mista não só para investigar desvios. O Tribunal de Contas revela desvios bilionários na área de saúde. O Banco Mundial veio aqui, fez um trabalho de investigação, apresentou um relatório revelando desvios bilionários na área de saúde pública no Brasil, e estamos assistindo a isso, estamos, aqui, passivamente avalizando uma situação que leva a população pobre do País ao desespero diante da doença. Caberia CPI, a CPI mais importante deste momento no Brasil seria uma CPI sobre saúde, e não fazemos no Senado, não fazemos no Congresso, não alcançamos o número regimental de assinaturas para instalar CPI dessa natureza. Estamos abrindo mão das nossas prerrogativas, estamos dando razão àqueles que achincalam o Congresso Nacional por não cumprirem o seu dever, por não exercitarem o seu papel na plenitude. Esse é o caso.

Não creio que faríamos mal ao País, não creio que isso seria um prejuízo ao povo brasileiro se o Presidente da Caixa Econômica viesse a esta Comissão como convidado, respeitosamente convidado, elegantemente convidado, para dar explicações sobre esse fato. Esse é um assunto técnico, eminentemente técnico, poucos de nós conhecemos tecnicamente este assunto, agora, quando se fala em fraude de R\$1 bilhão, todos nós temos razões de sobra para ficarmos estarrecidos e agirmos.

É por isso que estou, mais uma vez, insistindo no convite ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, o Senador Alvaro Dias tem razão quando fala da gravidade desse assunto. Estamos tratando de compra de milhares de títulos de crédito imobiliário, ocorrida ainda em 2005, pela Corretora Teto e num período em que o sistema de informações de títulos públicos da

Caixa Econômica ficou desligado. E, aí, é importante esclarecer, Sr. Presidente, colegas Senadores e Sénadoras, que quem tomou a iniciativa de levantar esse problema foi a Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal foi autora das denúncias. E ela confia nas investigações.

Então, aproveito a oportunidade para esclarecer que providências foram tomadas pela autora da denúncia, que é a Caixa Econômica Federal, que quer esclarecer. Primeiro, internamente, instaurou, em julho de 2011, um processo administrativo para apurar os fatos. Abriu processo disciplinar para apurar eventuais responsabilidades pessoais, conduzido pela auditoria da empresa. Notificou a empresa terceirizada responsável pela abertura do processo administrativo para a possível aplicação de penalidades. Realizou, em julho, bloqueio de alterações dos títulos envolvidos no sistema. Notificou todas as empresas envolvidas nas negociações de títulos cedentes e adquirentes.

Externamente, e aí chamo a atenção do nobre Senador Alvaro Dias, que fez o encaminhamento pela aprovação do requerimento, a Caixa Econômica notificou os fatos à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e ainda ajuizou ação cautelar junto à Justiça Federal.

Quer dizer, o que mais podemos esperar? Eu acho que aí, então, o meu encaminhamento, o meu apelo... Além disso, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que a Polícia Federal já tem o inquérito em andamento sobre o caso e sobre os fatos.

Então, acho que seria prudente que esperássemos o desdobramento da ação das instituições envolvidas logo após a conclusão das investigações, tanto interna, na Caixa, como externa, pelas instituições responsáveis. Aí sim, certamente seria importante trazermos aqui o Presidente da Caixa para que pudéssemos explicitar e evitar que situações como esta pudesse se repetir.

Concluo dizendo que, se não tivesse tomado as medidas necessárias, o Sr. Jorge Hereda deveria estar aqui hoje sendo convocado para prestar esclarecimento, mas, sinceramente, com tudo em andamento, com as investigações acontecendo, nós não teríamos como trazer o Presidente da Caixa Econômica aqui para falar daquilo que ele ainda não pode falar, já que a Caixa Econômica, reafirmo, é autora das denúncias e tomou todas as medidas necessárias.

Penso que, por enquanto, o Presidente da Caixa Econômica Jorge Hereda merece o nosso reconhecimento, porque se todo gestor público adotasse a conduta que o Jorge Hereda tem adotado como Presidente da Caixa, acho que nós teríamos uma condição melhor e maior confiança da população nas instituições.

Por isso encaminho contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam, que aprovam o requerimento do Senador Alvaro Dias permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O requerimento foi rejeitado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 26, DE 2012

Nos termos regimentais, solicito a realização de audiência pública para discutir a exploração de minérios no Amazonas, com as presenças do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Secretaria da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e a Secretaria de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Estado do Amazonas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu poderia fazer um adendo? Eu acho que deveria ser do Amazonas e da Amazônia. Vamos ampliar e, posteriormente, eu envio outros convidados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acatada a sugestão.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com a ampliação da solicitação da Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a ampliação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu também voto favoravelmente a esse requerimento; vou fazer oba-oba na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item 7.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vou subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero registrar que, no item 7, o Senador Ivo Cassol solicitou a subscrição. Vou aceitar, se houve entendimento da Comissão, apenas porque é um requerimento de consenso, porque já houve Senador que quis assinar requerimento de convocação de ministros, requerimento de oposição, de base do governo para poder apreciar aquela reunião, e nós recusamos esse procedimento. Portanto, parece-me que, neste caso, é apenas de audiência pública.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 27, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada reunião desta Douta Comissão, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, no dia 20 de junho, às 10 horas, no espaço da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro – RJ, com a finalidade de tratar dos seguintes assuntos: Áreas de Proteção Permanente Mundial; Compromissos da Rio + 20.

Autoria: Senadora Kátia Abreu e Ivo Cassol

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Quero pedir autorização para ir direto ao item 17, cuja Relatora é a Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2008 - Não Terminativo -

Cria a Comenda do Mérito Ambiental.

Autoria: Deputado Bernardo Ariston

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

– A matéria será apreciada pela CE. A matéria constou na pauta do dia 10/04/2012.

Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, Sr. Presidente, acho que nem

carece de ler todo o relatório. Passarei diretamente para a análise.

Temos a oportunidade, única entre os países com indicadores semelhantes ao nosso, de intensificar o desenvolvimento econômico e social de forma compatível com a preservação ambiental. Afinal, é sabido que o Brasil dispõe de uma biodiversidade que o coloca em posição privilegiada em termos de disponibilidade de recursos naturais para pesquisas em diversas áreas da ciência. Dessa forma, esse diferencial, de grande importância estratégica, não pode ser relegado a um plano inferior.

Ao contrário, é urgente formular novas políticas de preservação ambiental e dar consistência às já existentes, de maneira a fazer com que o Brasil consolide um modelo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Acerta o autor da proposição, ao criar um prêmio que valoriza e incentiva as ações de defesa do meio ambiente e da promoção do desenvolvimento sustentável. É, portanto, meritória e oportuna a proposição ora sob análise.

No que tange à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e técnica legislativa da proposição, não identificamos reparos a serem feitos ao PLC nº 188, de 2008.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2008 (Projeto de Lei nº 6.608, de 2006, na origem).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu pediria a gentileza de inversão da pauta, para que eu possa relatar o item 23, já que tenho que receber o Presidente Fernando Henrique Cardoso que está chegando neste momento ao Congresso, para uma homenagem na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Alvaro Dias, eu gostaria demais de fazer essa inversão, o problema é que se trata de um projeto terminativo e não temos mais quórum.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Está OK. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu pediria o item 18, Sr. Presidente, para que pudéssemos resolver logo, e o item 31 – é terminativo ou não?

O item 31 é terminativo? E o item 18 também?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quanto ao item 18, consulto V. Ex^a: o Senador Blairo Maggi, que é o autor do projeto, pediu a retirada do projeto de pauta, se não houver óbice de V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Senador Jorge Viana se poderia relatar *ad hoc* o item 16? Trata-se de um projeto de autoria da Senadora Marina Silva e de relatoria do Senador Eduardo Braga.

O item 18 foi retirado de pauta, por concordância do relator.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2011

- Não Terminativo -

Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item 16:

ITEM 16

INDICAÇÃO Nº 1, DE 2010

- Não Terminativo -

Indicação para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores.

Autoria: Senadora Marina Silva

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade e pela apresentação de um requerimento.

Observações:

– A matéria constou nas pautas dos dias 28/02/2012, 06/03/2012 e 10/04/2012. Conforme orientação da CMA, poderá ser designado relator “*ad hoc*” para a matéria.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Indicação nº 1, de 2010, da Senadora Marina Silva, “para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores”. Relator: Senador Eduardo Braga.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a Indicação (INS) nº 1, de 2010, da Senadora Marina Silva. A proposição sugere que a Comissão encaminhe ao Ministério das Relações Exteriores manifestação sobre as “políticas públicas voltadas para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como a posição do Brasil na COP16, em Cancún”.

A autora da indicação propõe sete pontos que poderiam “constituir o pensamento da CMA”. Em linhas gerais, esses pontos incluem sugestões para que:

I – os negociadores brasileiros busquem um acordo amplo e vinculante no âmbito das negociações internacionais sobre clima;

II – atuação interna do governo brasileiro seja coerente com os compromissos assumidos na esfera internacional;

III – o governo regulamente com urgência a Lei nº 12.187, de 29 de setembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança Climática;

IV – o governo dê publicidade aos dados utilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia na elaboração do inventário nacional de emissão de gases de efeito estufa;

V – o governo publique anualmente estimativas de emissões totais de gases de efeito estufa para determinados setores da economia;

VI – o governo adote indicadores que permitam monitorar o desenvolvimento da economia de baixo carbono no Brasil; e

VII – o governo crie um órgão dedicado a gerir, de forma eficiente e transparente, a implementação de uma Política Nacional sobre Mudança Climática.

Eu vou passar diretamente para o voto, Sr. Presidente, pois, nesta Comissão, nós temos feito um exaustivo debate sobre o assunto. A iniciativa do projeto, que é nobre, estava vinculada a Cancún, mas segue atual, tendo em vista a realização da Rio+20. Mesmo não sendo um tema central, a mudança climática estará inserida no debate que realizaremos na Rio+20.

Voto.

Ante o exposto, com base no art. 334, inciso I, combinado com o art. 133, inciso V, alínea d, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, nós votamos pela recomendação de declaração de prejudicialidade

da Indicação nº 1, de 2010, e, com base no art. 133, inciso V, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, pela apresentação do seguinte requerimento:

Requeiro, com amparo no art. 58 – este é o voto do Relator, Senador Eduardo Braga –, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de um ciclo de debates para discutirmos a estratégia brasileira de enfrentamento da mudança climática.

Como isso tem vinculação com o requerimento que acabamos de aprovar de autoria da Senadora Kátia Abreu e que eu subscrevo, penso que esse é um bom encaminhamento para aproveitar a proposta de iniciativa da ex-Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Jorge Viana permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum relator presente para relatar os demais itens da pauta, eu declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às onze horas e quarenta do dia vinte e quatro de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ÁLVARO DIAS, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, ANTONIO CARLOS VALADARES, VAL-**

DIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI e o Senhor Senador não-membro **CIRO NOGUEIRA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO** e **RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS**.

ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 29, de 2012, que “Requeiro, nos termos do art. 102-A, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 70 e inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União realizar avaliação operacional sobre a aplicação e fiscalização dos recursos da Compensação Ambiental, criada pela Lei nº 9.985/2000, destacando a aplicação dos valores dos últimos dez anos e avaliando a eficiência e a eficácia dos programas de governo por eles assistidos”. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg.

Resultado: Aprovado.

ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 30, de 2012, que “Requeiro, nos termos do art. 102-A, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 70 e inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União realizar avaliação dos critérios constitucionais referentes à aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, destacando a aplicação dos valores transferidos nos últimos dez anos e avaliando a eficiência e a eficácia dos programas de governo por ele financiados, em especial, nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública”. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg.

Resultado: Aprovado.

ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 31, de 2012, que “Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, inc. I, alínea ‘é’, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria tendo por objeto a regularidade da contratação, nas áreas de Saúde e Segurança Pública da Administração Pública Federal, por dispensa de licitação por emergência, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, adotando-se na sua realização os seguintes parâmetros: a) seleção das Unidades Gestoras a serem auditadas a partir do maior risco na caracterização da situação de emergência, incluindo as constantes da lista abaixo e outras que o Tribunal entenda pertinente acrescentar em função do critério de maior risco na contratação com base

no art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666, de 1993:FUNÇÃO 10 – SAÚDE UNIDADE GESTORA VALOR % S/TOTAL; 153289 – FACULDADE DE MEDICINA/ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS 52.133.130,58 100,00%; 153046 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO 9.550.000,00 100,00%; 153038 – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 5.583.173,63 100,00%; 158220 – HOSPITAL ESCOLA SAO FRANCISCO DE ASSIS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 1.490.727,72 100,00%; 153409 – PRO-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO 1.467.429,50 100,00%; 153105 – GABINETE DO REITOR DA UFPE-GR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO 1.200.000,00 100,00%; 154045 – FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO 953.355,90 100,00%; 153279 – ESCOLA DE ENFERMAGEM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS 200.000,00 100,00%; 253009 – COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS- AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA 40.000,00 100,00%; 153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA 13.984.592,23 98,74%; 150247 – COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 114.651.929,68 93,26%; FUNÇÃO 06 – SEGURANÇA PÚBLICA; UNIDADE GESTORA VALOR % S/TOTAL; 153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA 2.965.547,50 100,00%; 254420 – FUNDACAO OSWALDO CRUZ 735.530,18 100,00%; 154049 – FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS 300.000,00 100,00%; 154051 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA 292.600,00 100,00%; 154039 – FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS 291.390,00 100,00%; 150123 – COORDENADORIA DE ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE 290.669,50 100,00%; 731040 – CENTRO DE REPAROS E SUPRIM.ESP.CORPO FUZ.NAV. – COMANDO DA MARINHA 61.836,72 100,00%; 153031 – UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO 1.016.093,71 97,92%. Critério de seleção das UG's: Valor empenhado pela UG em 2011, nos Grupos Natureza de Despesa 3 e 4, em empenhos de valor superior a R\$ 15.000,00 (para excluir eventuais dispensas por valor – art. 24, incs. I e II), nas Funções “10 – Saúde” e “06 – Segurança Pública”. Coluna “Valor”: Valor empenhado pela UG nas condições acima, sob modalidade de licitação “06 – Dispensa de licitação”. Coluna “% S/TOTAL”: Proporção do valor empenhado sob modalidade de licitação “06 – Dispensa de licitação” em relação ao valor total empenhado nas condições acima (GND igual a 3 e 4, valor do empenho superior a R\$ 15 mil). Selecionadas as UG's com “% S/TOTAL”

superior a 90 % Fonte: Sistema SIGA Brasil; b)exame das seguintes questões de auditoria (sem prejuízo de outras que o Tribunal entenda pertinente acrescer) especificamente em relação às contratações realizadas com amparo no a)art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666, de 1993: b.1) a caracterização da situação de dispensa por emergência obedece aos requisitos legais (inclusive a imprevisibilidade da situação emergencial e a inexistência de conduta negligente ou desidiosa do gestor no planejamento das aquisições com o fim de preveni-la)? b.2) encontra-se justificada a compatibilidade dos preços contratados com os de mercado, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei no 8.666, de 1993, e esta justificativa é consistente com a realidade dos fatos ? b.3) constata-se alguma característica específica das atividades de Saúde ou Segurança Pública que possa ser considerada fator agravante dos riscos de abuso na dispensa de licitação por emergência? b.4) constata-se algum outro fator que contribua para maiores possibilidades de abuso na dispensa de licitação por emergência?”**Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 32, de 2012**, que “Requeiro nos termos do art. 93, II, e 102-A, I, alínea ‘a’, e III, alínea ‘c’, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema da fiscalização pública da qualidade da prestação de serviços médico-hospitalares nos sistemas de saúde suplementar e privado que é competência da União nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 9.872, de 26 de janeiro de 1999, abordando em particular os seguintes aspectos do problema: I) quantos profissionais estão dedicados diretamente a esta fiscalização nos órgãos competentes da Administração Federal, e quantos outros profissionais estão alocados pelas administrações estaduais e municipais em convênios de delegação celebrados com a União; II) quantos procedimentos de fiscalização foram realizados, de ofício ou mediante denúncia ou representação, no exercício dessa fiscalização nos três últimos anos (e qual a proporção do universo de entes a fiscalizar essa atividade alcançou); III) quais as principais lacunas ou insuficiências que essa atividade atualmente enfrenta para o cumprimento dos objetivos legais, bem como os maiores problemas enfrentados pelos consumidores na prestação dos serviços médico-hospitalares ao sistema suplementar e privado. Requeiro, ainda, sejam convidados para a mencionada audiência: a) o Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pela vigilância sanitária e pela fiscalização dos produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, nos termos dos arts. 6º a 8º da Lei nº 9.872, de 26

de janeiro de 1999; e b) a Sra. Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da UNIDAS – União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, que representa um dos mais numerosos grupos de consumidores de serviços de saúde suplementar e privada.”. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 25, de 2012**, que “Requeiro nos termos do art. 93, II, e 102-A, I, alínea ‘a’, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema da situação atual dos recursos humanos dedicados à auditoria do SUS, abordando em particular os seguintes aspectos do problema: I) se os quantitativos de pessoal alocados à função auditoria em cada uma das esferas de gestão do SUS é adequada à necessidade e aos padrões internacionais de controle de sistemas públicos de saúde; II) se as políticas de remuneração, qualificação e estruturação das respectivas carreiras nos três níveis de governo atendem às necessidades institucionais de manter um quadro de controladores capacitado e compatível com as responsabilidades atribuídas à fiscalização da gestão do SUS. Requeiro, ainda, sejam convidados para a mencionada audiência: a) o Sr. Adalberto Fulgêncio dos Santos Junior, Chefe do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Denasus, responsável nacional pelas atividades de auditoria do SUS nos termos da Lei 8.689, de 27 de julho de 1993 e dos Decretos nºs 1.651, de 29 de setembro de 1995, e 5.974, de 29 de novembro de 2006; b) a Sra. Solimar Vieira da Silva Mendes, Presidente da União Nacional dos Auditores do SUS (UNASUS), entidade que congrega os servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS; c) a Sra. Beatriz Dobash, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), entidade que congrega os Secretários Estaduais de Saúde; e d) o Sr. Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, entidade que congrega os Secretários Estaduais de Saúde. Autoria: Senador Pedro Taques. Resultado: Aprovado. **ITEM 6) MINUTA DE INDICAÇÃO Nº , de 2012**, que “Nos termos do art. 224 do Regimento Interno, venho sugerir que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle solicite à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle que inclua no Sistema SIGA Brasil, se tecnicamente viável, o campo “Inciso” da Nota de Empenho, nos Universos que contenham informação individualizada sobre o documento de empenho do sistema SIAFI.” Autoria: Senador Pedro Taques. Resultado: Aprovada a apresentação da Indicação. **ITEM 7) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, de 2008 – Não Terminativo** – que “Propõe, que a Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes órgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.” (*Volume X*) **Autoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatoria:** Senador Pedro Taques **Relatório:** Pelo envio das conclusões desta comissão ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Estados do Maranhão, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Norte, Goiás, Paraíba e Ceará, com cópia da documentação pertinente, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal pelas infrações apuradas, com adoção, inclusive, de outras medidas decorrentes de suas funções institucionais. Cumprida tal determinação, opinamos pelo arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório final, pelo envio das conclusões desta comissão ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Estados do Maranhão, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Norte, Goiás, Paraíba e Ceará, com cópia da documentação pertinente, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal pelas infrações apuradas, com adoção, inclusive, de outras medidas decorrentes de suas funções institucionais. Após, é determinado o arquivamento. **ITEM 8) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 10, de 2012 – Não Terminativo** – sobre a “Copa do mundo de 2014. Acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto da Arena Pantanal, em Cuiabá/MT”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo arquivamento. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 – Não Terminativo** – que “Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 735, de 2011 – Não Terminativo** – “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem e a propaganda de alimentos contendo nutrientes e substâncias com efeito nutricional ou fisiológico menos seguro e de refeições rápidas”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador

Blairo Maggi. Relatório: Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Não Terminativo** – “Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural”. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação. **Resultado:** Concedido pedido de vista ao Senador Pedro Taques, nos termos do art. 132 do RISF. Aprovada a inclusão Extrapauta de quatro Requerimentos. **ITEM 23 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 34, de 2012**, que “Requer, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, a Comissão de Assuntos Econômicas – CAE, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 010, de 2012 que “Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003”. (Lei Geral da Copa). **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 35, de 2012**, que “Requer, nos termos regimentais, realização de reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir o Projeto de Lei Câmara nº 010, de 2012, que “Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003” (Lei Geral da Copa), nos termos do Requerimento nº 26/12-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia”. Autoria: Senador Aníbal Diniz. Resultado: Aprovado. **ITEM 25 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36, de 2012**, que “Requer, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública, como parte integrante da I Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, a fim de debater o seguinte assunto “A ANVISA e a Implementação da Logística Reversa de Resíduos de Medicamentos”, com a participação dos seguintes convidados: 1.Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); 2.Representante do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS); 3.Representante da Associação da In-

dústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA); 4.Representante da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (ABRAFARMA); e 5.Representante da ANVISA. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado **ITEM 26 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 37, de 2012**, que “Nos termos dos incisos VI e VII do art. 2º do Ato 2/2009, da CMA, requer a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o arquivamento do processado referente ao Aviso 254/Seses – TCU – Plenário (Processo TC 016.150/2009-2), com a consequente comunicação ao Tribunal de Contas da União do encerramento da matéria no âmbito desta Comissão”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **Ficam adiadas as demais matérias.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 24/04/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É só para confirmar se já foi dada entrada na Mesa um requerimento no sentido de que possamos realizar também na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Educação uma audiência pública para discutirmos a Lei Geral da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos submeter extrapauta no momento adequado, Senador Aníbal Diniz.

Comunicados da Presidência:

Informo o recebimento dos seguintes documentos que se encontram à disposição dos membros na Secretaria da Comissão.

Ofício CE nº 17/2012 – PR, da Norte Energia, que encaminha um DVD contendo um vídeo sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

E-mail encaminhado pelo Sr. Fernando Furtado Machado, reportando denúncia envolvendo o Laboratório de Análises Genéticas – Labgene e a Universidade Federal de Viçosa.

Relatório encaminhado pelo Deputado Ítalo Mácola, do PSDB do Pará, com denúncias de irregularidades, desvio de dinheiro e insumos do programa de concessão de crédito nos projetos de assentamento desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Leitura de Avisos:

Em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 8 de dezembro de 2009, comunico o recebimento dos seguintes avisos e ofícios encaminhados a esta Comissão relacionados à atividade de fiscalização e controle.

As propostas de encaminhamento constam da pauta cheia da reunião à fl. nº 324. Informo que os avisos e documentos estarão à disposição dos Srs. Senadores para consulta na Secretaria da Comissão pelo prazo de 15 dias.

Aviso nº 159 – GP/TCU, referente ao relatório da atividade do TCU do ano de 2011.

Aviso nº 140 – Seses/TCU, que encaminha acórdão relativo à construção da Arena Pernambuco, obra para a Copa do Mundo de Futebol.

Ofício S-51, de 2011, do Secretário de Saúde de São Bernardo do Campo, que encaminha prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Aviso nº 12, de 2012, SF, que encaminha acórdão que cria condições para inscrição no Cadin de devedores de multas aplicadas pelo TCU.

Aviso nº 254-Seses/TCU, que encaminha diligência do TCU em relação ao TC nº 016.150/2009-2.

Aviso nº 250-Seses/TCU, que encaminha acórdão relativo à fiscalização das obras da Copa do Mundo de 2014.

Passamos aos itens da pauta.

ITEM 1**REQUERIMENTO N° , DE 2012 – CMA**

Requeiro, nos termos do art. 102-A, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 70 e inciso VII do art.

71 da Constituição Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União realizar avaliação operacional sobre a aplicação e fiscalização dos recursos da Compensação Ambiental, criada pela Lei nº 9.985/2000, destacando a aplicação dos valores dos últimos dez anos e avaliando a eficiência e a eficácia dos programas de governo por eles assistidos.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 2**REQUERIMENTO N° 30, DE 2012 – CMA**

Requeiro, nos termos do art. 102-A, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 70 e inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União realizar avaliação dos critérios constitucionais referentes à aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, destacando a aplicação dos valores transferidos nos últimos dez anos e avaliando a eficiência e a eficácia dos programas de governo por ele financiados, em especial, nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

ITEM 3**REQUERIMENTO N° 31, DE 2012 – CMA**

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, inc. I, alínea ‘é’, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria tendo por objeto a regularidade da contratação, nas áreas de Saúde e Segurança Pública da Administração Pública Federal, por dispensa de licitação por emergência, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, adotando-se na sua realização os seguintes parâmetros:

a) seleção das Unidades Gestoras a serem auditadas a partir do maior risco na carac-

terização da situação de emergência, incluindo as constantes da lista abaixo e outras que o Tribunal entenda pertinente acrescentar em função do critério de maior risco na contratação com base no art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666, de 1993:

FUNÇÃO 10 – SAÚDE UNIDADE GESTORA VALOR % S/TOTAL

153289 – FACULDADE DE MEDICINA/ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS 52.133.130,58 100,00%

153046 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO 9.550.000,00 100,00%

153038 – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 5.583.173,63 100,00%

158220 – HOSPITAL ESCOLA SAO FRANCISCO DE ASSIS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 1.490.727,72 100,00%

153409 – PRO-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO 1.467.429,50 100,00%

153105 – GABINETE DO REITOR DA UFPE-GR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO 1.200.000,00 100,00%

154045 – FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO 953.355,90 100,00%

153279 – ESCOLA DE ENFERMAGEM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS 200.000,00 100,00%

253009 – COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS- AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA 40.000,00 100,00%

153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA 13.984.592,23 98,74%

150247 – COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 114.651.929,68 93,26%

FUNÇÃO 06 – SEGURANÇA PÚBLICA UNIDADE GESTORA VALOR % S/TOTAL

153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA 2.965.547,50 100,00%

254420 – FUNDACAO OSWALDO CRUZ 735.530,18 100,00%

154049 – FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS 300.000,00 100,00%

154051 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA 292.600,00 100,00%

154039 – FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS 291.390,00 100,00%

150123 – COORDENADORIA DE ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE 290.669,50 100,00%

731040 – CENTRO DE REPAROS E SUPRIM.ESP.CORPO FUZ.NAV. – COMANDO DA MARINHA 61.836,72 100,00%

153031 – UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO 1.016.093,71 97,92%

Critério de seleção das UG's: Valor empenhado pela UG em 2011, nos Grupos Natureza de Despesa 3 e 4, em empenhos de valor superior a R\$ 15.000,00 (para excluir eventuais dispensas por valor – art. 24, incs. I e II), nas Funções “10 – Saúde” e “06 – Segurança Pública”.

Coluna “Valor”: Valor empenhado pela UG nas condições acima, sob modalidade de licitação “06 – Dispensa de licitação”

Coluna “% S/TOTAL”: Proporção do valor empenhado sob modalidade de licitação “06 – Dispensa de licitação” em relação ao valor total empenhado nas condições acima (GND igual a 3 e 4, valor do empenho superior a R\$ 15 mil).

Selecionadas as UG's com “% S/TOTAL” superior a 90 %

Fonte: Sistema SIGA Brasil

b)exame das seguintes questões de auditoria (sem prejuízo de outras que o Tribunal entenda pertinente acrescer) especificamente em relação às contratações realizadas com amparo no a)art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666, de 1993: b.1) a caracterização da situação de dispensa por emergência obedece aos requisitos legais (inclusive a imprevisibilidade da situação emergencial e a inexistência de conduta negligente ou desidiosa do gestor no planejamento das aquisições com o fim de preveni-la)? b.2) encontra-se justificada a compatibilidade dos preços contratados com os de mercado, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei no 8.666, de 1993, e esta justificativa é consistente com a realidade dos fatos? b.3) constata-se alguma característica específica das atividades de Saúde ou Segurança Pública que possa ser considerada fator agravante dos riscos de abuso na dispensa de licitação por emergência? b.4) constata-se algum outro fator que contribua para maiores possibilidades de abuso na dispensa de licitação por emergência?

Autoria: Senador Pedro Taques

Com a palavra, o autor do requerimento, se assim o desejar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nós todos sabemos que a função primária do Congresso Nacional, além da inovação da ordem jurídica através da criação do que se denomina de lei, é a fiscalização.

E esta Casa, através desta Comissão, tem essa atribuição, que é significativa para que tenhamos um Estado democrático de direito, para que os direitos fundamentais do cidadão sejam alcançados, notadamente aqueles gravados no art. 6º da Constituição, denominados de direitos sociais.

Aqui, neste primeiro pedido, estamos focalizando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, duas áreas, que se encontram no art. 6º da Constituição: saúde e segurança pública, como direito social.

O que queremos aqui é que o Tribunal de Contas, que, de acordo com o art. 70 da Constituição, é um órgão que auxilia o Congresso Nacional – que auxilia o Senado e esta Comissão –, possa dar-nos notícia sobre a dispensa de licitação em razão de emergência, nos termos do art. 24 da Lei de Regência de Licitação, sobre se isso vem sendo atendido e obedecido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na experiência que temos, aqui se encontra um dos maiores ralos da República, que é a chamada dispensa de licitação por emergência não caracterizada nos termos do art. 24 da Lei de Licitação.

Outro caso de que estou tratando, Sr. Presidente, e que, mais à frente, trarei a esta Comissão é o chamado aditivo ou mudança de escopo de uma obra. Nós estamos fazendo um trabalho com base nisso, e penso que esta Comissão tem esta função, como o próprio nome está a dizer, de fiscalizar, auxiliada pelo Tribunal de Contas.

Daí, solicito aos Srs. Senadores a aprovação desse requerimento, porque o Tribunal de Contas vai responder, tendo em conta essas Unidades Gestoras de saúde e segurança, às indagações que aqui fizemos. E o Tribunal de Contas remeterá a esta Casa, a esta Comissão, em particular, as respostas, para que possamos tomar providências junto ao Ministério Público e, sendo o caso, providências de mudança legislativa, de mudança do art. 24 da Lei de Licitações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 32, DE 2012 – CMA**

Requeiro nos termos do art. 93, II, e 102-A, I, alínea ‘a’, e III, alínea ‘c’, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema da fiscalização pública da qualidade da prestação de serviços médico-hospitalares nos sistemas de saúde suplementar e privado que é competência da União nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 9.872, de 26 de janeiro de 1999, abordando em particular os seguintes aspectos do problema:

I) quantos profissionais estão dedicados diretamente a esta fiscalização nos órgãos competentes da Administração Federal, e quantos outros profissionais estão alocados pelas administrações estaduais e municipais em convênios de delegação celebrados com a União; II) quantos procedimentos de fiscalização foram realizados, de ofício ou mediante denúncia ou representação, no exercício dessa fiscalização nos três últimos anos (e qual a proporção do universo de entes a fiscalizar essa atividade alcançou); III) quais as principais lacunas ou insuficiências que essa atividade atualmente enfrenta para o cumprimento dos objetivos legais, bem como os maiores problemas enfrentados pelos consumidores na prestação dos serviços médico-hospitalares ao sistema suplementar e privado. Requeiro, ainda, sejam convidados para a mencionada audiência: a) o Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pela vigilância sanitária e pela fiscalização dos produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, nos termos dos arts. 6º a 8º da Lei nº 9.872, de 26 de janeiro de 1999; e b) a Sra. Denise Rodrigues Elio de Brito, Presidente da UNIDAS – União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, que representa um dos mais numerosos grupos de consumidores de serviços de saúde suplementar e privada.

Autoria: Senador Pedro Taques

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós todos sabemos que a Lei nº 9.872 cria a necessidade de fiscalização da saúde suplementar e privada. Existem duas leis que tratam da saúde que regulamentam o dispositivo constitucional, Sr. Presi-

dente: a 8.142 e a 8.080, ambas de 1990, que dizem que a saúde deve ser preferencialmente pública; se isso não for possível, filantrópica ou privada.

Esse requerimento, Sr. Presidente, de realização de audiência pública leva em conta o número exagerado de mortes que ocorrem em hospitais não só de Brasília, como o que envolveu o filho do Presidente da Embratur, o ex-Deputado Flávio Dino, mas outros casos de cidadãos. Precisamos fazer com que a Anvisa, que tem atribuição legal para fazer a fiscalização da saúde, a suplementar e a privada, possa exercer a sua atribuição.

Veja, Sr. Presidente, que é o Senado que aprova a indicação dos membros dessa agência reguladora, dessa autarquia especial. Esse pedido do Item 04 trata da saúde suplementar e da saúde privada. Portanto, esta Casa, o Senado da República, esta Comissão especial não pode ficar fora deste debate. Por isso, essa audiência pública aqui requerida.

Indico aqui, Sr. Presidente, já, as pessoas que poderiam ser convidadas, os servidores, sem prejuízo de outros que S. Ex^{as} os Senadores que compõem esta Comissão possam também indicar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. V. Ex^a abrilihanta esta Comissão, Senador Pedro Taques, com suas iniciativas.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO N° , DE 2012 – CMA

Requeiro, nos termos do art. 93, II, e 102-A, I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema da situação atual dos recursos humanos dedicados à auditoria do SUS, abordando em particular os seguintes aspectos do problema: I) se os quantitativos de pessoal alocados à função auditoria em cada uma das esferas de gestão do SUS é adequada à necessidade e aos padrões internacionais de controle de sistemas públicos de saúde; II) se as políticas de remuneração, qualificação e estruturação das respectivas carreiras nos três níveis de governo atendem às necessidades institucionais de manter um quadro de controladores capacitado e compatível com as responsabilidades atribuídas à fiscalização da gestão do SUS. Requeiro ainda sejam convidados para a mencionada audiência: a)

o Sr. Adalberto Fulgêncio dos Santos Junior, Chefe do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), responsável nacional pelas atividades de auditoria do SUS nos termos da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dos Decretos n.^os 1.651, de 29 de setembro de 1995, e 5.974, de 29 de novembro de 2006; b) a Sr^a Solimar Vieira da Silva Mendes, Presidente da União Nacional dos Auditores do SUS (Unasus), entidade que congrega os servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS; c) a Sr^a Beatriz Dobash, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), entidade que congrega os Secretários Estaduais de Saúde; e d) o Sr. Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, entidade que congrega os Secretários Estaduais de Saúde.

Consulto o autor se quer se pronunciar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu fiz referência, no requerimento anterior de audiência pública, às tratativas da saúde suplementar e privada. Este requerimento, este terceiro requerimento trata da saúde pública...

Muito bem, nós sabemos que existe o Denasus, que é o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, que deve atendimento a diretrizes internacionais, fixadas pela Organização Mundial de Saúde, no que tange ao número de servidores, às horas trabalhadas. A ideia dessa audiência pública é que possamos fazer uma fiscalização, exercendo nossas atribuições nessa atividade, que é do Poder Executivo.

Trago aqui também, Sr. Presidente, que esse é um pleito União Nacional dos Auditores do SUS. Em razão do número de servidores que existe, muito pequeno, já há um termo de ajustamento, um termo de acordo com o Ministério do Planejamento para que outros servidores possam ser admitidos. Um número elevado de servidores que desempenham suas importantes funções junto ao Denasus estão próximos de se aposentarem, e isso pode criar um colapso para a saúde pública nacional,

A ideia desta audiência é que nós todos, aqui no Senado, possamos nos inteirar desse tema. Eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que aqui estamos tratando, conforme determina a Constituição, da saúde pública e também da saúde suplementar e privada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Quero aproveitar para registrar, com muita honra, a presença entre nós, da Sr^a Solimar Vieira da Silva

Mendes, Presidenta da União Nacional dos Auditores do SUS. Seja bem-vinda.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, agora, consultar os Senadores. Vou ler quatro requerimentos extrapauta. Se não houver óbice, colocaremos em votação em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srs., Senadores, participei no último dia 20, sexta-feira, na cidade do Panamá, como Presidente do Parlatino no Brasil, da reunião da junta diretiva do Parlamento latino-americano. Entre vários assuntos em pauta, foi aprovado, pela junta diretiva, um documento, uma declaração do Parlamento Latino-Americano à reunião Rio+20, do meio ambiente.

O documento foi discutido em uma comissão do Parlatino. Assim como o Senado tem várias comissões permanentes, o Parlatino também tem. Pedi um prazo de quinze dias para que nós, países membros do Parlatino, pudéssemos propor alterações visando ao enriquecimento do documento. Isso foi concedido. E estou trazendo à Comissão de Meio Ambiente do Senado – vou encaminhar à Presidência – para que seja distribuído aos membros da Comissão. Como o prazo é exíguo, fiz um ofício encaminhado a V. Ex^a, pedindo que, até a próxima reunião, na próxima terça-feira, os membros da Comissão possam tecer comentários acerca do documento que está aprovado para que possamos enriquecê-lo com sugestões, tanto acrescentando, como fazendo alterações no documento. A seguir, vamos encaminhar à Presidência do Parlatino, porque esse será o documento oficial que o Parlatino, através da sua Presidência, levará à reunião Rio+20, em junho.

Encaminho à Presidência e peço à Comissão de Meio Ambiente do Senado se manifeste a respeito desse documento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa, quero determinar à Secretaria da Comissão que receba esse documento e que encaminhe a todos os membros da Comissão. Vamos dar o prazo até segunda-feira da semana que vem. (Pausa.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se V. Ex^a concordar, poderíamos, na reunião de terça-feira,

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Terça-feira é dia 1º de Maio. Estou

pensando em convocar uma reunião extraordinária. Quero consultar V. Ex^as.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quarta-feira, dia 9.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, não é o Dia do Trabalhador? Então, vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero sugerir, Senador Flexa, um prazo até segunda-feira, para que todos encaminhem suas sugestões ou até sexta-feira no final da tarde.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pode ser na quarta-feira. Segunda não estaremos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É porque, na quarta, já faríamos a reunião para discutir. É importante recebermos antes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, até sexta-feira às 18 horas porque, na primeira reunião, possivelmente na quarta-feira, examinariamo o documento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O prazo que tenho é de fazer chegar até a Secretaria da Presidência do Parlatino, na cidade do Panamá, até a próxima sexta-feira, da semana próxima.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

Então, fica o prazo de até sexta-feira. Vamos encaminhar ainda hoje para as Sr^{as}s e para os Srs. Senadores. Aqueles que quiserem fazer contribuição que façam e nós apreciaremos ainda na semana que vem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Requerimento extrapauta.

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2012 – CMA

Requer, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública, como parte integrante da I Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, a fim de debater o seguinte assunto “A ANVISA e a Implementação da Logística Reversa de Resíduos de Medicamentos”, com a participação dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
2. Representante do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS);

3. Representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA);

4. Representante da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (ABRAFARMA); e

5. Representante da ANVISA.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 26

REQUERIMENTO N° 37, DE 2012 – CMA

Nos termos dos incisos VI e VII do art. 2º do Ato 2/2009, da CMA, requer a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o arquivamento do processado referente ao Aviso 254/Seses – TCU – Plenário (Processo TC 016.150/2009-2), com a consequente comunicação ao Tribunal de Contas da União do encerramento da matéria no âmbito desta Comissão.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Solicito aos Senadores que permaneçam na nossa Comissão porque temos alguns projetos terminativos e só falta um para compor o quórum para apreciação.

ITEM 23

REQUERIMENTO N° 34, DE 2012 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, a Comissão de Assuntos Econômicas – CAE, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 010, de 2012 que “Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e

altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003.” (Lei Geral da Copa).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Há um requerimento de igual teor, do Senador Aníbal Diniz.

Portanto, vou colocar em apreciação a inclusão extrapauta em globo dos dois requerimentos e, em seguida, os requerimentos.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já que estamos falando de Copa, eu gostaria de comunicar à nossa Comissão que, a partir da semana que vem, a Subcomissão de Acompanhamento e Fiscalização da Copa voltará às suas atividades e vamos fazer um cronograma de viagem às 12 sedes da Copa do Mundo.

Por que nós demos uma parada na Comissão? Havia três comissões no Senado e na Câmara, visitando as sedes, fazendo observações etc. Achei, então, que, no ano de 2011, já havia muitas comissões trabalhando esse assunto. Como neste momento não há nenhuma outra Comissão e também será importante a visita *in loco*, para que a gente possa acompanhar aquilo que foi relatado pelas cidades, pelos organizadores em 2011 nesta Comissão e o que temos efetivamente de obras agora, já em andamento. Até porque as obras que não começaram dificilmente terão oportunidade de estarem prontas para o evento da Copa de 2014.

Então, só comunicar ao Presidente que a Subcomissão a partir de agora estará novamente em condições de fazer as viagens e quero convidar aqueles que fazem parte da Comissão e aqueles que não fazem, em seus devidos Estados, para que estejam nos acompanhando nessas visitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acho que é importante, Senador Blairo, estender esse convite a todos os membros da Comissão de Meio Ambiente, em função de sua missão de fiscalização e controle, e é importante, em todas essas visitas, buscar compatibilizar as informações que temos no Portal Copa Transparente, com as obras de mobilidade, de construção de estádios, enfim, se efeti-

vamente as informações ali prestadas estão coerentes com o estágio da obra.

ITEM 6

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos do art. 224 do Regimento Interno, venho sugerir que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle solicite à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle que inclua no Sistema SIGA Brasil, se tecnicamente viável, o campo “Inciso” da Nota de Empenho, nos Universos que contenham informação individualizada sobre o documento de empenho do sistema SIAFI.

Autoria: Senador Pedro Taques

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação da indicação permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

ITEM 7

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2008 - Não Terminativo -

Propõe que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes órgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria: Senador Pedro Taques

Com a palavra o Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório, nós analisamos a documentação e chegamos à conclusão de que melhor seria a tomada de providências junto aos Ministérios Públicos dos Estados aqui elencados e do Distrito Federal, remetendo cópia dessa documentação para que lá a autoridade, com atribuição constitucional, possa tomar as providências de responsabilização dos envolvidos no campo civil ou criminal nas infrações aqui apuradas.

Vejo que não há outra atribuição desta Comissão salvo, melhor juízo, a dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo envio das conclusões desta Comissão ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Estados do Maranhão, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Norte, Goiás, Paraíba e Ceará, com cópia da documentação pertinente, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal pelas infrações apuradas, com adoção, inclusive, de outras medidas decorrentes de suas funções institucionais.

Cumprida tal determinação, arquive-se a matéria.

ITEM 8

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 10, de 2012 - Não Terminativo -

Copa do mundo de 2014. Acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto da Arena Pantanal, em Cuiabá/MT.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

A matéria constou na pauta do dia 17/04/2012. Com a palavra o Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, eu acompanhei toda a documentação, vi o que veio e, da minha parte, está pronto para ser aprovado aqui, na nossa Comissão.

O voto é pela aprovação do acórdão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.

Solicito à Secretaria da Comissão que se comunique com os Senadores da Comissão para que possamos ter quórum para as decisões terminativas.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2011 - Não Terminativo -

Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março

de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Com a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, este é um projeto em que ainda não temos acordo para votar. Temos notas técnicas do Ministério das Minas e Energia, do Governo. E os Senadores ainda não estão em condições de votar este projeto.

Então, pediria a retirada dele para a gente poder estudar e discutir melhor com o autor, o Senador Blairo Maggi, e as Srs. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A matéria está retirada...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Só quero, como autor, dizer o seguinte: as observações que vieram aqui da Assessoria para a rejeição do projeto não me convencem de forma nenhuma. Aliás, os dados estão equivocados, estão errados. Há aqui, por exemplo, uma observação para que os Senadores possam fazer a avaliação para votar – é o caso de que não vamos votar –, que diz que teremos aumento da energia elétrica por fazer o que se está propondo. Não é verdade. O que o autor do projeto diz é que nós pegaremos os *royalties* que estão aí disponíveis para o futuro para serem distribuídos em novas hidroelétricas, que eles possam ser utilizados não em 100% para despesas correntes dos Municípios, como acontece agora, mas deixar 50% dos *royalties* e da energia para que os Municípios possam fazer um programa de industrialização lá, porque isso, sim, será permanente. O *royalty* tem prazo para vencimento. Os Municípios ficam com uma despesa grande. E, quando chega ao seu final, será a quebra desses Municípios.

E vejo isso, Senador Flexa, lá na cidade em que nasci, em São Miguel do Iguaçu, no oeste do Paraná, onde tem os *royalties* de Itaipu e não estamos tratando de coisa do passado. Lá os Municípios usam dos *royalties* para suas despesas no dia a dia ou usam no investimento e cresce a despesa que eles podem fazer diretamente com seus recursos. E, no dia em que terminarem os *royalties* esses Municípios estão fadados à falência. E mais: se pegarmos todos os Municípios

que estão hoje envolvidos nos *royalties* de Itaipu, não veremos diferença em IDH, em outros tipos de desenvolvimento, Senador Pedro Taques. Nenhum deles se sobressai sobre os demais. Significa que o dinheiro é mal gasto.

Então, o autor do projeto está dizendo o seguinte: olha, eu quero uma coisa mais consistente.

Eu digo o seguinte, Senadores: no Estado do Paraná, se os *royalties* de Itaipu tivessem já essa previsão legal quando foi feito, as cidades de São Miguel, de Foz do Iguaçu, de Santa Terezinha, de Itaipulândia, de Medianeira, de Santa Helena, com toda certeza, seriam hoje detentoras das montadoras de automóveis do Estado do Paraná, porque teriam lá um incentivo de energia para 10, 15 anos e se consolidaria na região algo permanente, algo que fosse rentável e que tivesse receita para a vida inteira. É o que não vejo nos *royalties*.

O Senador Sérgio Souza conhece bem a região. Nós vamos sentar e discutir esse assunto. O Senador Pedro Taques me dizia: tenho dúvida da constitucionalidade. Podemos discutir, mas eu não tenho dúvida de que a mudança é de fundamental importância para aqueles Municípios que estão recebendo grandes empreendimentos, como hoje acontece no Estado do Pará.

Muito obrigado, Presidente

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Senador Sérgio Souza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, mesmo já...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É só para informar que já foi retirado de pauta.

Eu vou passar a palavra ao Senador Sérgio Souza, mas vou pedir compreensão para que a gente possa avançar na nossa pauta deliberativa.

Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, mesmo sabendo que todos aqui estamos atarefados – são 12h25min, alguns compromissos na sequência e ainda aguardando quórum para os processos terminativos –, no que diz respeito ao projeto de autoria do Senador Blairo Maggi, nós conversamos aqui, rapidamente, com o Senador Raupp e, em vez de um pedido de vista, que necessariamente teríamos que votar logo na semana que vem, uma vista coletiva. Esse projeto, talvez, precisa de uma conversa mais com o setor, porque tem razão o Senador Blairo

Maggi, mas entendo que o projeto, lógico, que a modificação é daqui para a frente e não do que já foi instalado. Preocupa-me muito, muito mesmo o término dos *royalties* de Itaipu

No meu Estado, o Paraná, há um Município que tem 100% das estradas vicinais, das estradas rurais – 100%. É o único Município, talvez, do mundo que tem estradas rurais asfaltadas. Até os carreadores que ligam a casa dos cidadãos estão asfaltados. Como será a manutenção desse asfalto na hora em que acabarem os *royalties*? Como será a vida desse Município na hora em que acabarem os *royalties*? E vai acabar, porque tem data limite para acabar.

Então, a ideia, a sugestão do Senador Blairo Maggi é que os recursos provenientes de *royalties* para as hidroelétricas que vierem a ser instaladas daqui para frente sejam aplicados em desenvolvimento do Município para o futuro.

Então, acho que, realmente, é um projeto que merece um pouco mais da atenção e da nossa compreensão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Teremos oportunidade de debater, profundamente, esse projeto quando retornar à pauta. Ele foi retirado a pedido do Relator.

Vamos para o Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 735, DE 2011 - Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem e a propaganda de alimentos contendo nutrientes e substâncias com efeito nutricional ou fisiológico menos seguro e de refeições rápidas.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-A matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela CAS.

-A matéria constou na pauta do dia 10/04/2012 e 17/04/2012. Conforme orientação da CMA, poderá ser designado relator ad hoc para a matéria.

Com a palavra, o Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O nosso relatório é pela aprovação do projeto encaminhado pelo Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, não. A informação que tenho aqui, Senador Blairo, é pela rejeição do projeto.

O resumo preparado pela Consultoria, pela Assessoria, é pela rejeição da matéria.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Submete-se à análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado nº 735, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre rotulagem e propaganda de alimentos contendo nutrientes e substâncias com efeito nutricional ou fisiológico menos seguro e de refeições rápidas.

O projeto é composto de oito artigos.

Acrescenta-se inciso ao art. 2º do Decreto-Lei nº 986, de 1969, para definir os seguintes conceitos: alimento contendo substâncias com efeito nutricional ou fisiológico menos seguro; alimento ou produto alimentício que contenha teores excessivos de gordura trans e saturada, sal, sódio, açúcares e outros ingredientes a critério do órgão competente, cuja ingestão excessiva não seja recomendada.

O art. 2º diz que acrescenta ao Capítulo III – Da rotulagem, do mesmo Decreto-Lei nº 986, de 1969, o art. 22-A, que estabelece que as rotulagens de alimentos contendo substâncias com efeito nutricional ou fisiológico menos seguro conterão advertências sobre os malefícios de seu consumo excessivo, acompanhada de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem na forma do regulamento.

Análise.

Em que pese a meritória intenção do Senador Marcelo Crivella, autor do projeto, de proteger a saúde da população, entendemos que o projeto não deve prosperar.

O PLS nº 735, de 2011, reproduz em pequenas adaptações o Decreto-Lei nº 986, de 1969, que institui norma básica para alimentos, e dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, especialmente no art. 3º, III, alínea a, aplicáveis, na sua maior parte, aos produtos fumígenos.

Ademais, nos termos do próprio Decreto-Lei nº 986, de 1969, qualquer alimento, para que seja exposto ao consumo, deve ser previamente registrado nos órgãos competentes do Ministério da Saúde – art. 3º –, assim como os estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios, que devem ser licenciados. Ou seja, há uma análise prévia do Estado sobre os pro-

dutos e sobre as condições em que eles devem ser expostos ao consumo. Desde que registrado o alimento ou licenciado o estabelecimento pelo órgão competente, a produção e a comercialização de alimentos está autorizada pelo Estado, não nos parecendo razoável exigir que os fornecedores adotem as medidas propostas, que como já salientamos, certamente concorrem para desestimular o consumo e, consequentemente, prejudicam o exercício da atividade empresária.

Do Voto.

Em vista ao exposto, manifestamos pela rejeição do PLS 735, de 2011.

Sr. Presidente, é este o voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Blairo Maggi permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela rejeição da matéria.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, DE 2011

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Projeto de Lei do Senado nº679, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, contém dois artigos, sendo que o primeiro altera a Lei nº 7.802, de 1989, conhecida como lei dos agrotóxicos, para instituir a referida política, com o objetivo de estimular as pesquisas, a produção e o uso de agrotóxicos não sintéticos de origem natural. E o art. 2º trata da cláusula de vigência.

O projeto prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos não sintéticos de origem natural. Preconiza, ainda, que o poder público financeie o estabelecimento de unidades industriais para a produção de agrotóxicos não sintéticos de origem natural, por meio de linha de crédito subsidiado, e estimule os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural, por meio de linhas de crédito com taxas de juros menores.

Da Análise.

Entende-se o projeto de lei muito oportuno. Há anos, a comunidade científica brasileira, inclusive com

apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, vem discutindo a importância das pesquisas e da utilização de agrotóxicos agrícolas naturais.

O Brasil, como um dos maiores produtores agrícolas do mundo, tem o grande desafio de promover maior sustentabilidade dessa produção, tanto pelos benefícios ao meio ambiente quanto pela segurança alimentar da população e dos mercados externos aos quais se destinam os produtos agropecuários.

Para a implantação da política proposta é de fato necessário prever o financiamento das pesquisas científicas, do estabelecimento de unidades industriais e do uso por produtores rurais, sendo o crédito devidamente subsidiado. Estas são importantes medidas de estímulo relacionadas à política nacional de apoio ao agrotóxico natural a ser prevista por alteração da lei dos agrotóxicos.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº679, de 2011, para o qual não foram apresentadas emendas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas uma dúvida e eu gostaria de um esclarecimento do Sr. Relator, se isso for possível.

Parece-me que a redação se apresenta um pouco confusa, com todo respeito, porque diz assim: "São considerados agrotóxicos não sintéticos de origem natural todos os produtos de origem não sintética que se enquadrem nos termos do inciso I do art.2º desta lei e que possuem as seguintes características...". Aqui, nós estamos a cometer uma petição de princípio, um erro lógico de definir com a palavra a ser definida. Esse é o primeiro tema. Por exemplo: herdeiro é aquele que herda. Eu não posso definir com a palavra a ser definida. Penso que aqui temos um erro lógico. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é o inciso I, que diz "pouco ou não tóxicos ao homem". Isso fica muito aberto. Uma cláusula muito aberta.

O projeto é muito bom no tocante ao mérito. Concordo com o que foi dito por S. Exª, o Senador Anibal. Quero cumprimentá-lo e a Senadora Ana Rita. Mas o § 5º do art. 3º da Lei 7.802 determina:

§ 5º – "O registro para novo produto agrotóxico, seus componentes e afins, será concedido se a sua ação tóxica sobre o ser humano e o meio ambiente for comprovadamente igual ou menor do que a daqueles já registrados, para o mesmo fim, segundo os parâmetros fixados na regulamentação desta Lei".

Sr. Presidente, além disso, o § 6º do art. 3º da mesma Lei 7.802, de 1989, aqui tratada, diz que fica proibido o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com o procedimento e a experiência realizadas na comunidade científica, que se revelam mais perigosos para o homem.

Eu vejo que o projeto é muito bom, mas teríamos que trabalhar uma redação que trouxesse maior segurança.

Sr. Presidente, quem sabe – isso eu queria sugerir ao relator – pudéssemos deixar uma cláusula de encerramento para que o Poder Executivo possa regulamentar, porque a cada avanço científico e tecnológico nós não necessitariamo modificar a lei. A própria regulamentação da lei já faria isso. É somente uma sugestão.

Eu não fiz emenda. Até me penitencio por isso, Sr. Relator, mas penso que seria interessante.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria sugerir.

Senador Pedro Taques, suas observações são absolutamente pertinentes. Eu queria sugerir, se possível, que o senhor peça vistas, para construirmos juntos essa redação, de tal maneira que possamos resolver a questão para a próxima reunião ordinária.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Aceito me penitencio mais uma vez por não ter apresentado emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida ao Senador Pedro Taques para o Item nº11.

Todos os demais itens são terminativos e faço um apelo às Sras e Srs. Senadores. Passada a semana do feriado, vou marcar uma reunião num horário diferenciado – ao invés de realizarmos uma audiência pública – que seja mais cedo, porque eu gostaria de fazer um esforço para esvaziarmos a pauta, analisando todos os projetos terminativos – na comissão há onze itens na pauta – para deixarmos absolutamente limpa a pauta da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Eu gostaria apenas de sugerir um aditamento ao requerimento aprovado para a realização da Audiência Pública “A Anvisa e a Implementação da Logística Reversa de Resíduos de Medicamentos”, para convidar e também incluir um representante da Anvisa.

Em discussão. (Pausa.)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE MARÇO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e seis de março de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador **Paulo Paim**. O Senador **Cristovam Buarque** justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras membros desta Comissão. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 12ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião, composta de duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta:** **1ª Parte – Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 140, de 2011–CDH**, aprovado em 05/10/2011, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater o Programa Ciência Sem Fronteira, do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de garantir a participação dos negros nas bolsas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior. Convidados: Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; Mário Lisboa Theodoro, Secretário-Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, Diretor de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Sociais, em substituição ao Senhor Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); José Vicente, Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares; Ivair Augusto Alves dos Santos, Coordenador do Centro de Convivência Negra da UNB; e Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Segunda Parte Deliberativa. Item Único: Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – RDH nº 36, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater o desenvolvimento econômico e a valorização do trabalho. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais

havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª sessão legislativa ordinária, da 44ª Legislatura.

Solicito a leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Esta reunião será composta por duas partes. Na primeira parte, teremos uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 140 da CDH, aprovado em 05/10/11, de autoria deste Senador e de outros, para debater o Programa Ciência sem Fronteiras, do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de conhecer o programa, naturalmente, e de verificar a integração do corte da diversidade.

São convidados: José Vicente, Reitor da Faculdade Zumbi de Palmares; Ivaír Augusto Alves dos Santos, Coordenador do Centro de Convivência Negra da UNB; Frei David, Diretor-executivo da Educafro; Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, Diretor de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais (DEHS) em substituição ao Sr. Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

A segunda parte será deliberativa. Na segunda parte, depois de encerrarmos a primeira, teremos uma segunda reunião que vai tratar do desenvolvimento econômico e da valorização do trabalho.

Hoje, faremos aqui uma audiência pública para debatermos o Programa Ciência sem Fronteiras. Quero informar a todos que o objetivo desta reunião é dar ciência ao Brasil sobre o que é o Programa Ciência sem Fronteiras, que muitos não conhecem. Dentro desse programa, que é do interesse de todos nós, olharemos, naturalmente, o corte da diversidade, pela provocação que foi encaminhada a esta Comissão. O Programa Ciência sem Fronteiras é do interesse de todos nós. É um belo programa, que faço questão de valorizar por sua abrangência.

De pronto, vamos convidar os painelistas para que se façam presentes à mesa. Estão presentes,

neste momento, Frei David Santos – Diretor Executivo da Educafro – e o Dr. Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, que representa o CNPq. Convido ambos para que se dirijam à mesa para fazerem suas exposições. Temos outros dois convidados que não chegaram até o momento.

Vamos direto ao assunto em debate. Vou respeitar aqui a ordem de inscrição colocada pela Secretaria-Geral da Mesa. Pergunto ao Frei David e ao Dr. Guilherme se alguém tem preferência na hora de falar. Passo a palavra ao Frei David, pois o Guilherme ainda vai precisar instalar um cabo. Vamos ganhar tempo, pois estamos ao vivo para todo o Brasil.

Quero deixar claro, mais uma vez, que esta audiência pública tem dois objetivos: valorizar um programa que, no meu entendimento, é um belo programa, e discutirmos, dentro dele, a questão do corte da diversidade. Esse programa, no meu entendimento, tem uma abrangência que interessa a todo o povo brasileiro. Tinha dito que Frei David iria começar. Houve algum problema?

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Não. Pode ser ele. Estou atrasado com o fio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Programa Ciência sem Fronteiras investiu na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; em aumentar a presença de pesquisadores e estudantes em vários níveis em instituições de excelência no exterior; em promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes; em ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; em atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Destacamos Engenharia, Matemática, Física, Química, Computação, Produção Agrícola, Tecnologia Aeroespacial, petróleo e gás. Essas são algumas áreas prioritárias do programa. O governo estima que serão investidos mais de R\$3,2 bilhões, até 2015, com o programa.

O Governo Federal deverá oferecer, até 2015, 75 mil bolsas a estudantes e pesquisadores, aqui no Brasil e no exterior. Além disso, 26 mil outras bolsas serão fornecidas com financiamento da iniciativa privada, totalizando mais de 100 mil bolsas de estudo.

É certamente uma iniciativa louvável, que vai reforçar a importância da educação para o futuro da sociedade e o desenvolvimento do País e valorizar a troca de conhecimento com mais de duzentas universidades de todo o mundo.

É só uma introdução rápida.

Vamos começar. Pessoal, eu quero destacar que esta audiência pública tem hora para começar e hora para terminar. O objetivo aqui é valorizar esse Programa Ciência sem Fronteiras, do Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com o Ministério da Educação, que tem o objetivo de garantir que nossa juventude e todos tenham acesso a um programa tão importante como esse.

Passo de imediato a palavra, já que foi dada e abriu mão...

Ou o senhor fala primeiro ou fala depois. Das duas, uma. O senhor preferiu que ele falasse primeiro, então ele fala primeiro. Depois o senhor fala.

O SR. FREI DAVID SANTOS – É para dar um aviso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então o senhor fala agora?

O SR. FREI DAVID SANTOS – Então eu falo agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, Frei David com a palavra. Depois vai falar o Dr. Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, que aqui representa o CNPq.

Com a palavra, neste momento, Frei David Santos, que fala pela Educafro, como eu havia anunciado no início – pela ordem o Frei David falaria primeiro.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Combinado. Peço desculpa, Senador, houve um telefonema meio delicado.

Quero dizer para vocês que estão agora ligados na TV Senado que nós estamos em um grupo grande aqui em Brasília, e uma parte do grupo da Educafro colocou uma questão que me deixou numa situação um pouco delicada, mas, ao mesmo tempo, acho que faz parte da democracia.

Um grupo da Educafro está entendendo que a Educafro não pode ficar só em negociação. Esta audiência é uma audiência de negociação, é uma audiência para buscar caminhos, e um grupo achou que a Educafro tem que sair para o embate. Esse grupo acha que o Governo Dilma é um governo que já está aí há um bom tempo, já deveria ter sensibilidade para o drama do negro. Então, o grupo não quis vir para a audiência, criou uma rebelião, e esse grupo está agora na frente do Palácio do Planalto protestando.

Infelizmente, acabei de receber um telefonema dizendo que já tem uns trinta policiais federais lá em torno do grupo, e eu não sei o que vai acontecer. Portanto, eu peço a todo mundo que estiver sintonizado com a TV Senado que nos ajude, que nos dê força e até rezando para que esse pessoal da Educafro, que entende que a negociação tem limite, não pode ficar eternamente negociando, que esse grupo possa conse-

guir transmitir uma mensagem: o que queremos, tanto nós que estamos aqui na audiência pública, como os que estão lá na greve, todos querem a mesma coisa, que o negro tenha o direito a ter espaço no Programa Ciência sem Fronteiras. Diante disso, começando o Programa Ciência sem Fronteiras, está garantida a inclusão de negros? Para nós é o grande problema. É a pergunta que fica e queremos aprofundar.

Parabenizamos a Presidenta Dilma pelo Programa, ele tem um forte compromisso com o Brasil do futuro. A Educafro entende que negociar é importante, a direção da Educafro entende que a negociação tem que ir limite máximo. Portanto, queremos parabenizar a Presidente Dilma, porque o Programa Ciência sem Fronteiras é fantástico, é um programa muito forte.

Lá fora os brasileiros irão crescer, os brasileiros que vão ao Programa Ciência sem Fronteiras vão crescer academicamente e voltarão para fazer todo o Brasil crescer em conjunto. Portanto, o programa é fantástico, volto a dizer, e por isso estamos brigando para termos negros, negras e indígenas também nesse programa.

Levante a pergunta: quem de vocês que aqui está no plenário já tem um parente ou um amigo contemplado com bolsa no Programa Ciência sem Fronteiras? Vocês sabem que tem mais de 1.500 pessoas que já pegaram o avião, tudo pago pelo Governo, já estão nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália. A pergunta é: do grupo que já foi, pegou o avião e participa do Programa, quantos são negros ou, pelo menos, quantos são brancos pobres?

O Brasil hoje, retrato acadêmico: no ensino superior concluído, 15% são brancos; pardos, 5,3%; pretos, 4,7%. A pergunta é: isso é justo? Em novembro de 2011, o IBGE revelou que 51% do povo brasileiro são afrodescendentes. Quais políticas públicas estão sendo planejadas para atacar essa discrepância? Essa pergunta fica no ar. Quais políticas públicas? Para nós é um escândalo somente 15% dos brancos estarem concluindo uma universidade. Mas o escândalo é maior quando só 5,3% de pardos e 4,7% de negros – e aí lembrando que estou seguindo a terminologia do IBGE, que somos contra, mas temos que assimilar.

No entanto, Senador, para a nossa alegria, não temos dúvida, todo o trabalho dos bons Senadores desta Casa, todo o trabalho dos bons Deputados deste Congresso, bem como todos os trabalhos do Executivo estão desenhando, estão gestando um Brasil novo. E a pergunta é: que perfil de Brasil queremos neste Brasil novo? O Programa Ciência sem Fronteiras faz parte dessa etapa de gestação do Brasil novo.

Primeiro, que este Brasil novo reduza as diferenças sociais. Para nós é um escândalo sermos a sexta potência do mundo e a primeira em desigualdade. Isso

é inaceitável. Que reduza as diferenças de gêneros, e aqui mais uma vez quero parabenizar a Presidente Dilma, que está sendo bastante firme em debater a exclusão da mulher.

Conclamo a assessoria da Dilma, percebi que a Dilma quer também aprofundar o problema do negro, mas tenho certeza de que o núcleo duro do Executivo não está permitindo à Presidente Dilma dar à comunidade negra o mesmo carinho, a mesma atenção que Dilma está dando ao tema da mulher. Conclamamos o Executivo para que, por favor, acordem. Se vocês fizerem com o povo negro pelo menos o que fazem com as mulheres, com certeza a nossa dor, nosso sofrimento, vai minorar. E também que o programa reduza do Brasil que está sendo desenhado, por sucessivos trabalhos e leis, as diferenças étnicas.

As políticas de inclusão devem se preocupar apenas com o social ou também com o étnico? Esta é a grande questão. Repito: as políticas de inclusão devem se preocupar apenas com o social ou também com o étnico? E nós não temos dúvida, o grande erro dos governos anteriores é que faziam políticas universalistas, e o IBGE, o Ipea já cansou de provar: políticas universalistas não resolvem o problema do indígena; políticas universalistas não resolvem o problema do negro. E aqui, para nossa alegria, Senador, a Andifes, que é a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, revela que a política com enfoque étnico está sendo mais transformadora na construção do Brasil ideal do que as políticas sem o corte étnico. As mais de 180 instituições de ensino superior que já adotaram ação afirmativa formaram e são a base para esse campo de pesquisa que a Andifes fez e que vou revelar agora, no próximo slide.

Pesquisa Andifes 2010 – pesquisa recente, de 2010. Mobilidade social. Segundo a Andifes, de 2003 a 2010, a mobilidade, olhando só a questão econômica de quem entrou na universidade... Atenção: olhando só o lado econômico de quem entrou na universidade, a mobilidade, segundo a Andifes, foi de 0,9. Já, segundo a Andifes, a mobilidade étnica, ou seja, as cotas nas universidades, sendo muito bem feitas, como estão sendo feitas pelas universidades federais, gerou a mobilidade em 51%, ou seja, ampliou em 51% a mobilidade.

Ora, nós sabemos que o povo negro e o povo indígena são marcadamente povos miseráveis, pobres, empobrecidos, violentados por um Brasil que nunca soube entender que no País, além de brancos eurodescendentes, também há afrodescendentes e indiodescendentes.

Brasil e África do Sul. O Brasil tem menos negros em seus campi universitários de hoje do que a África do Sul durante o tempo do apartheid. Olhem só: o tempo

do apartheid foi um tempo de denúncia, um tempo de dor, de angústia. No entanto, hoje, o Brasil tem menos negros nos seus campi universitários do que a África do Sul no tempo do apartheid.

E agora tivemos essa rebelião na militância Educafro. Uma parte aceitou seguir a linha da direção da entidade e vir para a audiência pública – uma parte está vindo, está presa ali, fazendo os trâmites para entrar na portaria do Senado –, e um grupo ficou, não quis vir e foi lá para o Palácio do Planalto. Ou seja, neste momento, isto está acontecendo em frente ao Palácio do Planalto: um grupo de pessoas da Educafro está protestando porque o Ciência sem Fronteiras não tem negros. Já foram contempladas 1,5 mil pessoas nesse programa, e eu pergunto: quantos negros foram contemplados? Quantos brancos pobres foram contemplados nesse programa? Quero que alguém me prove se há algum índice. E por que não há brancos pobres, por que não há negros, no programa Ciência sem Fronteiras, dos que já pegaram o avião e foram para os Estados Unidos?

Então, por causa disso, não consegui segurar o controle, e um grupo protestou, está seguindo essa orientação, por conta própria, em frente agora ao Palácio do Planalto protestando. E acabo de receber um telefonema comunicando que há mais de trinta policiais federais em torno deles agora, em frente ao Palácio do Planalto, neste exato momento.

Portanto, isso aí, agora, essa dor deles, que estão agora em frente ao Palácio do Planalto, protestando pela ausência de negros no Ciência sem Fronteiras, é justamente para evitar isso aqui, para combater esse fato. Ou seja, volto a dizer: no tempo do apartheid, a África do Sul tinha mais negros em seus campi universitários do que o Brasil nos dias de hoje.

Imagem do Brasil. O Ciência sem Fronteiras corre o perigo de vender a imagem de um Brasil que não condiz com sua realidade. Quando o avião partiu aqui do Brasil com esses alunos, quem filmou, quem viu a filmagem da imprensa, mostrando os alunos brasileiros que iam pegando o avião, com tudo pago, de graça – avião, moradia, hospedagem –, dizia: esse pessoal não veio do Brasil, esse pessoal veio da Suécia ou da Dinamarca, porque não é possível um Brasil tão seletivo, só de leite, só de brancos.

Portanto, a nossa angústia está aqui. Quantos brancos pobres e negros foram contemplados com as primeiras 1.500 bolsas para os EUA, Canadá etc?

Dilma, Governo Federal, por favor! Não queremos políticas novas com vícios velhos. Volto a repetir: Dilma, Governo Federal, por favor! Não queremos, não suportamos mais políticas novas com vícios velhos.

Esse vício velho chama-se exclusão de negro, exclusão de indígena.

Qual é a meta do programa? É a pergunta que fazemos. O Programa Ciências sem Fronteiras que meta tem? Desses 1.500 contemplados, nós vemos a meta na teoria, não na prática.

Eu quero saber do Governo Dilma: dos 1.500 jovens que ganharam bolsa para fazer faculdade fora do Brasil, quantos são deficientes? Quantos são mulheres? Quantos são indígenas e quantos são negros? Há mais uma vez o predomínio de eurodescendentes ou não? Eu quero que os organizadores do programa que foram convidados para vir aqui no Senado conversar com a sociedade... Entendemos que o Senado é a Casa do Povo, os Senadores são os vigilantes do ato e da ação do Governo Federal. Então, estou clamando agora todos os Senadores, da situação e da oposição, para nos ajudar a ver esta questão. Queremos um programa onde o negro, o indígena, a mulher e os deficientes sejam também contemplados.

Sem Fronteiras versus meritocracia. Eu tenho certeza que boa parte de vocês que estão nos ouvindo na TV Senado deve estar também fazendo a pergunta que eu fazia há 20 anos. Há 20 anos, eu, Frei David, com uma certa vergonha, falo para vocês que eu tinha certeza de que, se não tinha negros, se não tinha indígenas na universidade, o problema estava em nós negros, porque nós negros só queríamos futebol e samba. Depois que tive acesso ao saber, depois que tive acesso às estratégias de exclusão que o Brasil colonial constituiu, eu tenho certeza de que eu estava enganado. E agora boa parte de vocês que estão agora vendo a TV Senado podem estar pensando a mesma coisa.

Como é que negro que estar nesse programa se esse programa tem meritocracia, tem um mérito para ser contemplado? Aí eu recorro ao maior intelectual da atualidade do mundo, eu recorro ao maior intelectual do mundo, hoje, que é da Universidade de Harvard, chamado Michael Sandel, que escreveu o livro *Justiça*, que já está traduzido para o Português. Ah, inclusive está aqui. É importante dizer para vocês que esse livro é um livro determinante, que mudou a minha cabeça. Alguns dizem que o Frei David é radical, eu estou com medo, Senador. Depois da leitura desse livro, estou com medo da minha radicalidade aumentar. Por quê? Porque Michael Sandel diz o seguinte: "No mundo, as universidades, grande parte delas, são universidades que adotam a meritocracia injusta".

Então, olha só, esse grande líder, esse grande intelectual Michael Sandel está dizendo que "no mundo inteiro as universidades se dividem em universidades

que têm meritocracia justa e universidades que têm meritocracia injusta".

Portanto, quando a própria Universidade de Harvard fala nisso, eu concluo o seguinte: o Brasil, com o Programa Ciências sem Fronteiras, está adotando que meritocracia? A meritocracia justa ou a meritocracia injusta? Eu não tenho dúvida: Governo Dilma, por favor, não pratique a meritocracia injusta na seleção dos alunos Programa Ciência sem Fronteiras.

Quem quiser melhor aprofundamento, esse livro já está lançado em Português e aqui esse grande homem intelectual, um dos mais disputados intelectuais do mundo hoje defende a tese de que no mundo inteiro as universidades têm que sair da meritocracia injusta e passar para a meritocracia justa.

Uma construção histórica perversa. Bem, a meritocracia injusta gerou esse problema. Qual problema? Se vocês forem agora ao Superior Tribunal de Justiça, se qualquer brasileiro que entrar no site do Superior Tribunal de Justiça e olhar foto dos nossos Ministros, vai levar um susto. Você们 vão imaginar que o STJ do Brasil não é do Brasil, é da Dinamarca, porque você们 vão ter lá, no máximo, um ou dois negros como Ministros. Esse é o Brasil que queremos? Se vocês entrarem no site da Procuradoria da República, você们 vão ver que dos 620 Procuradores não vão encontrar nem 2% de negros. Você们 não vão encontrar nem 2% de negros. Se vocês entrarem no site do Ministério Público do Trabalho, dos 465 Procuradores do Ministério do Trabalho, eu pergunto: "Quantos são negros?" Não chega a 3% o número de negros. Ora, por que está assim? Porque o Brasil, sempre, nas suas universidades públicas, praticou a meritocracia injusta, a meritocracia desonesta, a meritocracia onde os colonizadores, os seus descendentes, têm todos os direitos. As vítimas, indígenas e negros, nenhum direito.

A quem compete a correção? E aqui mais uma vez recorro ao grande ideólogo Michael Sandel, da Universidade de Harvard. Ele discute as injustiças que há no mundo. Ou os cidadãos de cada país hoje são ou não responsáveis pelos erros de ontem? É uma discussão fundamental que o Brasil ainda não fez. Essa é a discussão do Michael Sandel. As injustiças que cada país vivencia na relação pluriétnica, quem é responsável? E o Michael Sandel diz que todos os brasileiros hoje brancos são responsáveis diretos. Se eles são pessoas justas, são pessoas conscientes, eles devem corrigir os erros dos brancos de ontem. As vítimas de ontem continuam trazendo e transferindo para as vítimas de hoje a herança da vitimização.

Os opressores, os beneficiados de ontem estão transmitindo para o hoje também os benefícios e nessa tese Michael Sandel fala: "Compete a quem a cor-

reção?" Todos os brancos brasileiros, se forem justos, se forem pessoas sintonizadas com Deus, com um mundo melhor, eles vão assumir para si essa missão de radicalizar na mudança da miséria na qual o negro e o indígena estão condenados. Alguém discorda dessa tese? Eu gostaria de, depois, Senador, permitir que vocês falem porque isso me incomoda, é um fato que nosso grande intelectual Michael Sandel define. Os intelectuais das ciências, os intelectuais do Programa Sem Fronteiras foram avisados desse compromisso? Ou seja, o Governo brasileiro, que é composto em 99% por brancos, está consciente de que cabe a eles criar programas para parar com essa porcaria que é a exclusão?

Estar atrelado ao Prouni garante inclusão pluriétnica? E aqui eu recebi um comunicado que o grande irmão nosso, Deputado Paulo Teixeira, homem sensível, está apavorado com o que acontece agora em frente ao Planalto e pede a minha intermediação. Deputado Paulo Teixeira, infelizmente meus irmãos que estão agora em frente ao Palácio do Planalto estão com a dor descontrolada. A minha dor está controlada. São negros e negras que não aceitam a exclusão. Eu confesso que estou dividido, meu objetivo ainda é continuar em negociação com o Governo Dilma, queremos, sim, que a equipe da Dilma reveja isso, mas, Deputado Paulo Teixeira, espero que você e a sua assessoria estejam vendo agora a TV Senado. Comunico-lhe que eu não vou poder ir lá, porque, infelizmente, sinto que precisamos criar um Brasil novo. Eu ainda sou pessoa do diálogo, mas não posso exigir que todo mundo siga os princípios e a norma da entidade. A entidade é democrática, se um grupo quis falar "não vou para a audiência, eu quero é ir para o Palácio do Planalto para exigir que a Dilma mude esse programa", Paulo Teixeira, meu irmão querido, você é um companheiro da luta, da causa, desculpe, não vou poder estar lá no Palácio do Planalto agora não.

Estar atrelado ao Prouni garante a inclusão pluriétnica? Os dados do MEC afirmam que mais de 30% dos que concluíram o ensino médio na rede pública são provenientes da classe média.

O Ciência sem Fronteiras não corre o perigo de ser um programa novo com vícios velhos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Frei David, o senhor tem mais dois minutos. O senhor está em 20 minutos.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Desculpe, eu realmente ampliei, e vou concluir agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vinte minutos estão dentro do tempo previsto. São 10, mais 5 e mais 5.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Obrigado.

Idioma é um obstáculo? Quem tem acesso ao estudo de línguas com qualidade acadêmica no Brasil? São os negros, são os indígenas? Eu ainda essa semana estava diante de uma alta autoridade, e ele falou: "Frei, eu tenho que sair correndo agora, tenho que parar a audiência, porque vou levar a minha filhinha de seis anos para a escola bilingue." Gente, como querem que o povo negro dispute as vagas do Ciência sem Fronteiras com alguém que está com seis aninhos e já estuda em escola bilingue? Como o Governo Dilma quer exigir que o povo negro tenha inglês qualificado para poder ir para o Ciência sem Fronteiras? Qual é a solução? O governo Dilma tem que garantir para negro, indígena e branco pobre um programa de seis meses de imersão no país onde vai estudar. Antes de entrar na faculdade, seis meses, fique lá estudando só o idioma local. Fazendo isso a Dilma está corrigindo as injustiças históricas. Se a Dilma insistir em só solucionar quem tem inglês fluente, a Dilma está sendo injusta e desonesta com o Brasil que ela resolveu governar. Lembrando que 80% das pessoas que votaram na Dilma – ou melhor –, 80% dos negros brasileiros votaram na Dilma. Por favor, Dilma, não nos traia.

Diante dessas constatações, o que fazer? A Educafro solicita uma reunião emergencial com a Comissão Pluriministerial, responsável por esse grande e bonito programa. A greve de fome que nesse momento se realiza no Planalto poderá se repetir todos os meses, porque esse grupo não quer admitir mais negociar, até que a nossa solicitação seja atendida.

Portanto, peço desculpas ao Senador, Presidente desta Mesa, e a gente devolve a palavra ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Frei David, mostrando todas as suas preocupações com a situação do povo negro no Brasil. E só para que ninguém diga depois que eu não tive o cuidado devido, o Frei David usou a expressão "desonesta" – ele não disse que "a Presidenta é desonesta" – ele disse que poderia ser desonesta se não tivesse em um processo de negociação e discussão. Em nenhum momento ele chamou aqui a Presidenta de desonesta. Eu digo isso, porque eu sempre vejo aqueles que na hora da negociação dizem: "Você permitiu até que usassem termos em desrespeito à Presidência". Em nenhum momento o Frei David aqui chamou a Presidenta da República de desonesta e traidora. Ele usou uma expressão que, no futuro, poderiam dizer. Então, limpada a área, para que não fique nenhuma dúvida nesse sentido.

Passo a palavra nesse momento ao Secretário Executivo da Seppir, representante da Ministra Luiza Bairros. Quem iria falar agora era o Dr. Guilherme, ele cedeu ao Mário Theodoro, a pedido do Mário Theodoro,

porque disse que tem uma reunião em seguida e que vai representar a Ministra. Então, o Secretário Executivo da Seppir, Dr. Mário Theodoro, que é do quadro aqui do Senado da República – permita-me dizer isso –, concursado, um dos principais quadros do Senado, a Consultoria, que foi requisitado pelo Executivo por sua competência e capacidade e que aqui, com certeza, representa muito bem a Ministra Luiza Bairros. Ela indicou um grande quadro e, por isso, a satisfação desta Comissão de recebê-lo aqui mais uma vez.

Com a palavra o Mário Theodoro.

O SR. MÁRIO THEODORO – Muito obrigado, Senador Paim. Uma satisfação muito grande de estar aqui presente nesse encontro importantíssimo, queria agradecer ao Dr. Guilherme pela compreensão, infelizmente não vou poder ficar aqui até o final, pois temos outra reunião também importante, mas, de todo modo, a equipe da Seppir está aqui e vai estar presente no debate. Também queria saudar o Frei David, companheiro de lutas, lutas sempre boas, o bom combate, que é justamente pela causa da igualdade racial.

Eu queria aqui falar um pouco e rapidamente sobre dois aspectos que me parecem importantes com relação ao Brasil Sem Fronteiras.

Primeiro, reenfatizar a história de uma meritocracia que tem que ser totalmente revista. A meritocracia, do nosso ponto de vista, é algo absoluto e não relativo. A meritocracia tem que ser algo que a pessoa adquira por sua conta própria, e não porque está na frente de outra pessoa.

Vou dar um exemplo. Se 20 pessoas passam no vestibular, não significa que a 21ª não tenha esse mérito, até porque se uma das 20 desistir essa outra vai. Então ela passa a ter mérito? Como é isso? Uma meritocracia relativa? Não. A meritocracia está garantida pela nota mínima de corte. Essa nota mínima de corte é a nota que vai dizer se a pessoa tem mérito ou não.

E, a partir dessa nota de corte, nós temos um conjunto de pessoas que, infelizmente, pelas restrições orçamentárias, não podem ser todas admitidas na universidade. Mas o Estado pode usar critérios diferentes dentro da meritocracia para escolher as pessoas que ele pode pegar. E essa é uma questão que me parece fundamental. Ou seja, o Estado colocar que um dos critérios é a questão da diversidade racial pode ser uma boa medida.

Eu queria ver se nosso colega pode... Por favor, pode passar. Pode ir passando. É esse mesmo. Volta, por favor.

Eu vou ficar só num quadro. Eu não vou me ater... Acho que o Frei David já fez aqui uma exposição aqui bastante completa do problema que nós temos e eu queria me reportar a esse quadro.

O que é esse quadro, na verdade? É um quadro que mostra a taxa de escolarização líquida do ensino superior. Eu não vou nem falar dos outros ensinos, eu vou me ater ao ensino superior.

A linha vermelha é a população negra. A linha vermelha é a linha de baixo. E a linha azul é a população branca. O que está acontecendo? Nós saímos, em 95, de um patamar muito pequeno de escolarizados no ensino superior negros, de mais ou menos 1%; chegamos a mais ou menos 8%. Tudo bem, eu acho que é um ganho. Aí nós temos o Prouni, aí nós temos também as cotas, que embora tenham até hoje beneficiado apenas mais ou menos 60 mil estudantes, não deixam de ser algo significativo, mas se formos ver o que está acontecendo com o outro grupo, nós estamos passando de um patamar de 8% para mais de 20% de escolarizados negros. O que é muito bom também.

Mas nós temos um problema nesse dado. É o problema da desigualdade. Se nós percebermos que o ensino superior é a porta de entrada para as boas colocações no mercado de trabalho, se nós levarmos em consideração que os bons empregos, que os bons lugares no mercado de trabalho têm como condição necessária o ensino superior, vamos estar projetando uma sociedade cada vez mais desigual, na medida em que o que está acontecendo é um aumento da desigualdade, um aumento da disparidade entre a escolarização superior de negros e brancos.

Ou seja, uma medida importantíssima que o governo tomou, que foi o aumento generalizado das vagas no ensino superior, está se transformando em um fator de desequilíbrio e desigualdade entre população negra e branca, na medida em que a maioria das vagas está indo para a população branca, uma menor quantidade de vagas para a população negra, e isso projeta uma sociedade mais desigual lá na frente.

Era essa questão que eu queria trazer aqui, corroborando o que Frei David tinha colocado, o perigo que nós temos de projetar um país cada vez mais desigual a partir do acesso desigual que o Estado promove para suas populações.

Desse ponto de vista é fundamental que o Estado tenha alguma medida para mitigar essa diferença. E a medida mais importante para isso, sem dúvida nenhuma, é o programa de cotas para a universidade.

Nós, na Seppir, Senador Paim, estamos ultimando um programa nacional de ação afirmativa, nos moldes do que está preconizado no Estatuto da Igualdade Racial, do qual o senhor foi um dos baluartes não só na aprovação, mas na própria constituição do Estatuto, tem todo o seu histórico.

Esse Estatuto previa um Programa Nacional de Ação Afirmativa, esse programa está sendo ultimado,

sendo negociado hoje com cada um dos Ministérios, esse programa vai atuar inicialmente em três grandes áreas: educação, trabalho e uma área que estamos chamando de cultura e comunicação. Nós estamos conversando com cada Ministério sobre isso e voltaremos aqui para fazer uma apresentação do Programa, já fica colocado à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já estão convidados, é só marcar o dia, estou à disposição.

O SR. MÁRIO THEODORO – E uma das questões que o programa coloca é uma discussão com o Ministério da Educação, com a Capes e também CNPq, que já está em vias de ser realizada na semana que vem, justamente sobre o que fazer para aumentar a população de estudantes negros no ensino superior. Então, temos esse gráfico que mostra que se não fizermos nada estaremos projetando um País cada vez mais desigual lá na frente, porque a diferença está aumentando. A ideia é reduzir isso ao máximo e, de preferência, acabar com essa diferença. Esse é o País que nós queremos.

Estamos trabalhando, primeiro, num programa que seja uma proposta de programa de cotas nas universidades, mas também uma proposta de programas para pós-graduação, no nível de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.

E o programa Brasil sem Fronteiras é um dos programas que estamos trabalhando com mais carinho. Eu estava falando com o Frei David que estamos ultimando a proposta específica para o programa Brasil sem Fronteiras ser apresentado ao Ministério.

Entendemos que, pelos nossos cálculos, em termos do número de estudantes negros que hoje possuem assento no segundo grau e também o número de estudantes negros que estão nas universidades, poderíamos destinar uma parcela significativa das bolsas do Brasil sem Fronteiras para esses estudantes.

É garantida, primeiro, a meritocracia, não no sentido relativo da meritocracia, o 21º não tem mérito porque existem 20 vagas. Não é isso, mas no sentido pleno da meritocracia, que é: atingiu-se a nota mínima, esse estudante tem a capacidade para ser um dos contemplados. Desse ponto de vista, acreditamos que um número significativo de vagas – e aí eu ao quero adiantar porque é uma coisa que vamos discutir diretamente com o MCT, com a Capes e com o Ministério da Educação – possa ser destinado aos estudantes negros, sem menor prejuízo de qualificação, sem menor prejuízo de meritocracia, sem coisa nenhuma.

Se fizermos isso – aí retomo a fala de Frei David –, estaremos dando uma guinada no papel do Estado com relação à questão racial no Brasil. Entendido

que a educação talvez seja o aspecto mais importante para esse diferencial entre negros e brancos no Brasil.

A nossa ideia é, a partir dessa perspectiva, discutirmos – esta semana vamos discutir com o Ministério – e, assim que estiver pronto, será apresentado à Presidenta Dilma. Na sequência, vamos fazer uma discussão com vários segmentos. Inclusive, Frei David, o senhor está convidadíssimo para fazermos uma discussão sobre esse plano nacional, porque tenho certeza de que é um dos mecanismos que pode influenciar diretamente na redução da desigualdade racial.

Esse plano não foi inventado pela Seppir, esse plano está previsto no Estatuto da Igualdade Racial, saiu daqui deste Senado. Esse plano, na verdade, serviu de inspiração para que pudéssemos montar, dar concretude a esse plano, coisa que a Seppir tem que fazer, inclusive por força de lei.

Essa é a minha fala aqui hoje. É adiantar que esse plano está sendo montado, sendo colocado, terá um impacto, esperamos, significativo. Corroborando com tudo o que o Frei David colocou aqui, com relação à importância de se ter na educação programas de igualdade racial que darão, como efeito, uma mudança radical em um país que insiste em reproduzir miséria, sempre eivada majoritariamente pela população negra.

Essa era a mensagem que eu queria trazer aqui.

Infelizmente não vou poder ficar, por conta desse compromisso que assumi, mas a nossa equipe da Seppir está aqui e vai participar do debate, e contem conosco sempre para os debates sobre essa questão.

Estou vendo aqui o meu amigo José Vicente, que também foi uma das pessoas com quem conversamos muito com relação ao Brasil sem Fronteiras e que, com certeza, terá outras informações para dar aqui.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui, Senador. Por favor, contem sempre com a Seppir nessa discussão, nesse debate, que para nós é importantíssimo, até porque a estratégia de convencimento, para dentro do próprio Governo Federal, da importância da questão da igualdade racial passa por esse tipo de mesa, por esse tipo de debate, que é um debate que nos fortalece, inclusive, internamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Mário Theodoro, que falou aqui em nome da Ministra Luiza Bairros e deixou claro que já há uma conversa dentro do Executivo com os Ministérios correspondentes para discutir o programa Brasil sem Fronteiras, ou melhor, Ciência sem Fronteiras.

Também informo que a assessoria do Presidente em exercício, Marco Maia – que é metalúrgico como eu, do meu sindicato de Canoas, no Rio Grande do

Sul –, comunicou aqui que está disposto a receber três representantes do movimento, desde que paralisem a greve.

Isso é só um informe. Nós não temos nada a nos posicionar quanto a isso; a decisão é do movimento. O movimento... É greve de fome que eles estão fazendo? Fazem greve de fome, e a decisão é deles. Eu apenas cumprimento a iniciativa do meu colega e amigo Marco Maia, Deputado Federal, Presidente da Câmara...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se o senhor deixar... Eu já disse três vezes, mas digo de novo: eu não posso dividir a Presidência com o senhor aqui, senão, fica difícil.

Eu apenas estou dizendo que o Marco Maia é meu colega, meu amigo, da minha cidade, meu vizinho, é Presidente da Câmara dos Deputados, em primeiro lugar. Como a Presidenta Dilma está no interior e o Vice-Presidente Michel Temer também, o Marco Maia está no exercício da Presidência. A assessoria dele telefonou para cá, deixou um recado, e eu estou cumprimentando a iniciativa dele de se colocar à disposição para receber três representantes do movimento para dialogarem, desde que suspendam a greve. Se vão suspender a greve ou não, essa é uma decisão que eles têm que tomar.

Nós vamos continuar aqui com a nossa audiência pública, contando já com a presença do José Vicente, Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Seja bem-vindo, José Vicente, sempre presente, quando convidado. Ele está fazendo um belíssimo trabalho, não só na universidade, mas também em defesa de todos aqueles que combatem os preconceitos aqui como também no exterior – aqui, digo, no Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, Diretor de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Sociais e que aqui substitui o Sr. Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com a palavra, pelo tempo que foi assegurado aos outros Senadores, aos outros painelistas, que ficou em torno de vinte minutos.

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Senador, obrigado pelo convite; bom dia, Frei David; bom dia, Dr. Mário Theodoro, representante da Seppir, Secretário Executivo; bom dia, Dr. José Vicente, Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Para mim é uma satisfação estar participando desta audiência pública, representando o CNPq e o MCTI. Foi encaminhado, acho que na sexta-feira, o

ofício do Chefe de Gabinete do Ministro Raupp indicando que eu seria o representante aqui, porque o nosso Ministro está exatamente no exterior com a Presidenta participando dessa missão.

O Prof. Glaucius Oliva, que é Presidente do CNPq, pediu que eu estivesse aqui. Ele só vai conseguir chegar a Brasília mais tarde. E para a gente é uma satisfação estar aqui e poder trocar um pouco de ideias com vocês sobre o problema.

Concordo com o Frei David e com outros que já falaram. Acho que a pergunta é: que estratégias utilizar para conseguir amenizar ou resolver, que seria o ideal, esse problema com o devido tempo? Obviamente, nem sempre as políticas atendem aos anseios, então, essa é uma discussão e eu queria aqui hoje tentar contribuir de alguma forma.

Gostei de ver que o Dr. Mário Theodoro, que já teve que sair, mas eu estava sentido falta da Seppir aqui, mas ele falou que há representantes aqui também na plateia, pelo que entendi, porque, de parte do Governo Federal, o que interessa muito é como resolver isso. Como o Dr. Mário colocou muito bem, já há algumas ações que estão sendo elaboradas neste sentido. Eu concordo.

Bem, deixa eu me apresentar primeiro.

Eu sou engenheiro, sou professor da Universidade de Brasília, estou como Diretor do CNPq desde o ano passado e já tive uma bolsa com tudo pago, há 25 anos, para ir para o exterior. Fui para a Inglaterra e, como David colocou muito bem, é uma experiência muito boa, como vida, como profissional, etc. Acredito que eu estar aqui sentado hoje é até a consequência disso aí. E quanto mais brasileiros puderem participar, obviamente é de interesse de todo o País, eu diria. Claro que todos concordam.

Bem, novamente agradeço o convite do Senador Paulo Paim e da Comissão, em nome do MCTI; Professor Marcos Antonio Raupp, do CNPq – que está fazendo 61 anos, agora em abril, e dá bolsas para o exterior e para o Brasil desde aquela época, desde 51. E diríamos que a história do Brasil – se é que chegamos a um bom ponto, acreditamos que sim – deve muito e está junto com a história do CNPq.

O Presidente do CNPq é o Professor Glaucius Oliva, Professor da USP, e pediu também que desse esse recado para vocês. Obviamente, estamos à disposição. Foi bom ouvir que a Seppir já está em contato lá conosco. Obviamente, o CNPq basicamente é uma agência executora de políticas. Eu diria até, infelizmente, que não temos orçamento para decidir que políticas fazer, mas obviamente estamos sob o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e Governo Federal e somos executores de políticas, e me foi dada essa missão no

ano passado, pela Presidenta Dilma – acho que foi um grande momento que ela teve, durante a visita do Presidente Obama aqui ao Brasil, como todos lembram, quando ela disse que tinha que aumentar o número de brasileiros lá fora. E aí foi montado em tempo muito curto, com uma sobrecarga de trabalho muito grande, especialmente para o CNPq e para a Capes, mas está na praça e esses alunos já foram, como o Frei David chamou a atenção, já estão no exterior e obviamente temos agora que melhorar o programa, como tem sido melhorado, e efetivamente partir para outras...

Então, está aí a audiência pública... A primeira observação – isso eu peguei da página do Senador Paim – é com o nosso Ministério que, desde o ano passado, está sendo chamado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Inovação é a palavra que reflete muito a necessidade do Brasil para conseguir competir com outros países, e do MEC também. E o próprio Itamarati, Ministério de Relações Exteriores, faz parte também.

Bem, como já foi referido aqui, tem esse decreto presidencial de dezembro. O problema, vamos dizer assim, é que estão um pouco atrasadas as coisas, porque o programa foi lançado em julho, desde maio nós estamos trabalhando nisso, mas o decreto da Presidenta só saiu em dezembro, instituindo o Programa Ciência sem Fronteiras.

Bem, vocês não vão conseguir ler aí, mas esses são os objetivos que já foram até enumerados aqui pelo Senador. Basicamente interagir mais com o exterior, ainda mais nos tempos de hoje, de todas essas milhas eletrônicas e etc., o Brasil tem que interagir cada vez mais. Nenhum país pode se dar ao luxo de não interagir o máximo possível com o exterior para conseguir vender produtos, para conseguir comprar produtos a preços razoáveis e para não ficar à margem. E o interessante, está aí, ficou instituído o comitê executivo. Esse comitê executivo, como foi em dezembro a criação, alguns Ministérios ainda não indicaram, então, efetivamente, esse comitê executivo não está nem instalado ainda. Mas, basicamente, quem é? Um representante da Casa Civil, um representante do MEC, Ministério da Educação, um representante do MCTI, um representante do MRE e o Presidente da Capes, CNPq.

Eu queria registrar que junto comigo estão aqui o Dr. Márcio Ramos, que é o Coordenador do Ciência sem Fronteiras do CNPq, que, por acaso é gaúcho, colega do Senador Paim – a gente pode depois tentar responder algumas perguntas – e o nosso assessor parlamentar Dr. Gerson Lourenço, que está aqui na Casa e faz esse trabalho importantíssimo para nós, que é essa assessoria; e também o pessoal da CS, comunicação social, que está aí também. Não estou

lembRANDO o nome da jovem, mas é questão dos meus cabelos brancos...

Bem, mas o interessante é que o Inesc, que é o Instituto de Estudos Socieconômicos, bem conhecido, tem uma notícia bem interessante, de julho. Não sei se todos tiveram acesso a essa notícia: "Dilma adota quotas para negros em programa de bolsas". A Presidenta está sensibilizada para isso, como não podia ser diferente, agora, está faltando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Essa parte eu não poderia confirmar com o senhor, mas o importante é que o ponto está levantado e cabe, agora, de uma maneira ou de outra, implantar, porque todos sabemos que devido a vários motivos, como bem explicitado aqui por toda a Mesa, o mérito, obviamente, tem sempre que ser observado, mas como colocou o Dr. Mário Teodoro, o mérito pode ser observado não de uma maneira só absoluta. Obviamente a gente vai ter que ter.

Eu sou da Universidade de Brasília, que foi uma das primeiras a criar quota e a gente está levando muito bem a universidade. Várias outras universidades têm, inclusive com vários estudos, inclusive mostrando que uma das preocupações era o que aconteceria, se esses alunos conseguiram acompanhar. Pelo contrário, eles têm tido até um rendimento melhor que os outros. Esse não é o problema.

Bem, eu acho interessante – o reitor está aqui do meu lado – porque eu fiz o dever de casa ontem e não tive tanto tempo assim. Só na sexta-feira que me deram essa missão de vir para cá, no sábado, tive que ir a São Paulo num evento do CNPq, mas ontem eu peguei e procurei conhecer um pouco mais. Eu confesso que eu conhecia pouco da problemática. Conheço só de ler jornal, mas fui procurar um pouco ler e fiquei satisfeito de conhecer um pouco mais sobre a Faculdade Zumbi dos Palmares. Eu achei interessante o institucional, a missão, enfim. Sem educação, obviamente, nunca vai haver liberdade. Acho que basicamente esse é o mote. Gostei muito de ver isso aí. A preocupação com o mérito. Está lá entre as melhores universidades, cursos três estrelas, administração. Então estão de parabéns. Fala da mantenedora. O site não fica tão fácil para a gente ler. É lógico que não sou um bom exemplo, sou meio jurássico nisso e minha vista não ajuda, mas talvez outros tenham dificuldade também. Eu tive dificuldade em ler, mas gostei muito de passar alguns minutos aprendendo um pouco mais sobre isso aí. Por exemplo, essas figuras, aquela figura da esquerda, de baixo, que o Dr. Mário Teodoro mostrou, eu até quis mostrar, eu quis destacá-la, mas no site não fica tão fácil. Então, só uma sugestão. São matérias que a gente aprende.

Eu, por exemplo, quis ver aquelas outras figuras, ler com detalhes, não consegui. Então, fica a sugestão.

Vi que o Presidente da República, o Presidente Lula, prestigiou a primeira formatura, em 2008. Tem, também, uma foto da Presidenta Dilma, que já foi lá, de boné e tal. Eu não trouxe aí. Vocês estão de parabéns. Eu gostei do vestibular, dos cursos, Administração, Direito.

Plano de bolsas, achei interessante isso. Inclusive, a que vem eu não sei se o senhor tem algumas bolsas do CNPq de iniciação científica. A gente tem um programa que é basicamente para as universidades federais, mas várias particulares podem pleitear, e eu não veria por que uma universidade desse porte não interagir mais com o CNPq nisso aí. (*Palmas.*)

Então, é questão de solicitar, de ver como é feito, etc. A gente pode pedir para um técnico ir lá apresentar o programa para vocês e depois a gente, com certeza, interagir mais aí. Eu não vejo dificuldade nisso. Obviamente, é lógico que é muito fácil prometer, depois quando vem a hora da conta... Mas obviamente a gente tem que... Como já se vem fazendo. Eu vou mostrar aí.

O que eu achei interessante – não estou conseguindo ler –, mas eu acho que essa aí é a que fala a língua inglesa, como já foi falado aqui também. Por exemplo, agora, um dos grandes desafios lá é arrumar universidades, as melhores possíveis para os nossos alunos. E as universidades, sempre as melhores possíveis, obviamente querem os melhores alunos e querem que saibam inglês obviamente muito bem. Então, é um problema isso. Como que a gente vai melhorar? Aí pode ter várias maneiras, foi dada uma sugestão de passar seis meses, a gente já está vendo como fazer cursos on-line.

Eu estive em um evento em Petrolina, e o pessoal lá do Recôncavo já está com algumas idéias de como institucionalizar mais cursos de inglês mais baratos ou de graça para os alunos, porque a gente sabe que obviamente, se deixar, só quem sabe muito inglês, e talvez não vá tanta gente como a gente gostaria. E não adianta mandar um aluno, ou quem quer seja, sem o idioma, porque ele vai perder tempo lá e pode até ter outros problemas.

Mas, enfim, há essa preocupação. Eu gostei de ver que a Universidade está preocupada com isso, tem lá o *Hello! Zumbi*. A gente tem que ir atrás, realmente.

Eu estava outro dia no Rio e a Prefeitura de lá está com um plano bem interessante das escolas municipais, desde cedo ensinar inglês, mas ensinar mesmo. Fez um convênio com um parceiro britânico, botou professores bons. Não vamos só dizer que tem na grade, não. Vamos tentar, porque vai ter Olímpí-

adas, vai ter Copa do Mundo, e a gente sabe que é fundamental isso aí.

Gostei de ver lá a Viva a Diversidade e a preocupação também da Universidade, faça a diferença, fale *Hello! Zumbi...* Também procurei conhecer um pouco da Educafro, inclusive hoje de manhã – vocês que são fora de Brasília talvez não tenham visto –, mas no Bom Dia DF de hoje, tinha um pessoal da Educafro aqui da Asa Norte convocando professores voluntários para vestibular, etc. Por acaso, era a Educafro, tem o pessoal que visitei ontem aí.

Gostei também de conhecer um pouco mais aí. Objetivo... É isso aí! É lógico que a maneira como fazer é que são sempre os desafios, os núcleos, difundir, despertar, valorizar, etc. Uma coisa até interessante, até fiquei curioso, o Frei David já falou, ele pegou a foto, viu quantos tinham e estimou lá 1%, 2%. Perfeito, acho que não cabem mais comentários. Mas o interessante é que hoje a gente não tem esse dado ainda. Mas a Presidência da República – eu não diria que é por causa desse problema específico – está montando uma base – até uma *situation room* – para a Presidenta, para ela e vários conseguirem saber quantos hoje estão em tal país. E por que não quantos hoje são de etnia – vou usar a palavra que está lá na Educafro –, disso aí. Então, é uma preocupação, pelo que o representante da Seppir falou está em andamento, e eu achei interessante no cadastro, então usei para vocês, para falar disso aí.

Outro também – acho que não pode vir, talvez chegue mais tarde –, é o representante, eu também não sabia dessa... A Educafro eu já tinha ouvido falar, mas essa eu nunca tinha ouvido falar: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Achei bem interessante que eles tenham também uma associação com o tema específico, girado, com congressos... Está ali o Abdias, a professora Lélia, inclusive a minha mulher foi aluna dela na UFRJ. Enfim, interessante essa oficina e o seminário. Então, novamente aqui o pessoal da ABPN, se tiver alguém aí, pode falar, vai ter um evento e é interessante que vão discutir temas correlatos e não tem por que o CNPq não participar, também, disso aí.

Seminário internacional, mais uma vez, então achei interessante isso.

Bom, vou falar um pouco sobre o CNPq, essas coisas... Eu queria chamar a atenção para dois itens ali: nós já temos ações chamadas afirmativas nas ações do CNPq. A gente já faz isso.

O Dr. Jorge, Presidente da Capes, está chegando ali e talvez pudesse sentar, já, não sei se... Senta lá depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou dizer como eu disse para o Frei David.

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Perfeito, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ainda vou continuar presidindo aqui e ...

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – É lógico, é lógico, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... continuar orientando quem vem para a mesa...

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... e quem não vem, e quem fala e quem não fala.

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é só para descontrair. Nós vamos convidá-lo em seguida, fique à vontade.

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Desculpe.

Mas a gente aqui, então, já trabalha com ações afirmativas e já trabalhamos com cotas.

Por exemplo, para alguns editais nossos, 30% são dirigidos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por causa do financiamento.

Então, a gente tem de trabalhar... Vamos supor que algumas bolsas tivessem de ser cotas. Mantido, como foi falado bem pelo Dr. Theodoro, o mérito, obviamente importante, não tem problema de... Como ele falou bem, os 20 primeiros são esses, mas o 30º, por exemplo, a diferença é pouca, então, e se é de outra etnia, enfim, não tem problema, para a gente, trabalhar com isso.

Um dos problemas nossos é esse aí, são as distâncias. O Brasil é do tamanho da Europa, praticamente, e a gente, por ser agência federal, está, obviamente, preocupado com o Brasil todo, em todos os sentidos.

Esse aqui passe rápido. O tempo está passando já, muito.

A gente acredita que as universidades federais estarem no Brasil todo já é uma maneira boa de distribuir isso aí.

Bem, o CNPq, 61 anos, eu já falei.

Basicamente, a gente faz fomento de pesquisa científica e formação de recursos humanos, e a nossa história está ligada a isso aí.

Como funciona internamente?

Eu acho que é um detalhe só, mas eu sou um dos quatro diretores. Inclusive, eu devo dizer isso, eu não sou o diretor que está mais ligado ao Ciências sem Fronteiras.

É lógico que todos nós estamos participando, direta ou indiretamente, mas tem um diretor internacional, que acabou de voltar, ontem, do exterior, que

está, também, praticamente viajando o tempo todo, para manter esses contatos, para arrumar lugares bons, bons acordos para o Brasil, etc.

As nossas coordenações são aquelas três ali.

Temos metas de... Bem, isso aqui eu vou passar.

Ações afirmativas: nós já temos um programa de iniciação científica das ações afirmativas e temos, também, outro programa bem interessante, não sei se vocês já ouviram falar, chamado de Programa de Ação Afirmativa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia.

A construção de políticas de ações afirmativas é um compromisso firmado pelo Governo Federal, não é isso? E ratifica esse compromisso a lei, como já foi falado aqui, também, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

O programa é dirigido... Esse, de iniciação científica, é dirigido a universidades públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que têm programas de ações afirmativas.

Ampliar oportunidade, formação técnico-científica e, aí... E temos, também, uma parceria nisso aí com a Seppir, já temos essa parceria CNPq-Seppir, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Então, está aí o número de bolsas que temos distribuídas.

Está aí, do Rio Branco, essa parceria do CNPq – MCTI, lançada em 2002 com esse número de bolsas: 70 bolsas.

É um programa interessante exatamente para concessão de bolsas a estudantes afrodescendentes visando ao seu ingresso na carreira diplomática.

Obviamente, isso foi um acordo do MCTI com o Ministério de Relações Exteriores, mas é o CNPq que operacionaliza isso aí. A gente operacionaliza isso aí.

Então, está aí o número de bolsas, o valor anual.

Isso aqui é interessante, porque a gente tem, também, uma parceria boa com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e, olhando isso aí, eu diria que a gente poderia aumentar com a Seppir. Por exemplo, criar outros prêmios e etc. Eu acho que a gente pode, teria campo para aumentar as parcerias com a Seppir, por exemplo, só olhando, por exemplo, as mulheres, como foi feito aí.

O número de bolsas do CNPq tem aumentado.

Modalidades: a gente tem cerca de 100 mil bolsas, como é visto aí.

A Plataforma Lattes, a gente tem muito orgulho de como funciona isso aí. Todos os currículos brasileiros e do exterior, quem quiser pode colocar aí. Você devem ter.

A gente tem mais de dois milhões de currículos na base.

Por acaso, eu peguei do nosso presidente, que começou com Iniciação Científica e é professor titular da USP. Essa é a base do currículo dele.

O papel do CNPq, basicamente, então, é fazer editais para operacionalizar esses recursos aí.

Um dos problemas nossos... Aí, por exemplo, é um edital de que todos já ouviram falar, edital universal, todas as áreas podem pleitear recursos. A gente teve, no ano passado, uma demanda de 600 milhões, 15 mil propostas, mas só tínhamos 120 milhões.

Então, eu aproveitaria o momento, aqui, para solicitar a quem quisesse para ajudar nesse movimento que a ABC, Associação Brasileira de Ciências, a SPBC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, junto com... Para quê? Para aumentar os recursos aqui no Senado também, para que pelo menos 1/3 dos recursos do pré-sal, por exemplo, fossem destinados à educação, ciência e tecnologia, porque a gente tem... É de cortar o coração ver propostas muito boas que não podem ser implementadas porque faltam recursos.

Outro prêmio que a gente tem é o Jovem Cientista, que já existe desde 81, 30 anos.

O Brasil tem resultados interessantes. Estão aí as olimpíadas, que a gente apoia: Olimpíadas de Matemática, Português.

Alguns exemplos interessantes de Estados, ou cidades, ou alunos que talvez não pudessem... E uma das coisas que a gente está sempre chamando a atenção, que é uma das nossas potencialidades, o sonho brasileiro, todos acreditam. Isso aí eu peguei, é interessante, da favela da Rocinha, no Rio: jovens de 15 a 29 anos, 40% querem entrar para a universidade; 70% reconhecem o problema do lugar, mas não gostaria de sair. Enfim, problemas...

Ciências sem Fronteiras, já foi falado, aqui, pelo Senador, por que a gente deve dinamizar isso aí e por que investir em bolsa no exterior.

Áreas prioritárias, por que essas áreas? São as áreas em que a gente está mais necessitado de gente bem informada. A gente está importando, já, muito engenheiro, principalmente, muitos técnicos nessas áreas, e se a gente não fizer isso, a gente vai, daqui a pouco, só estar pagando salário para estrangeiro vir trabalhar no Brasil e, obviamente, não é do interesse de ninguém.

O interessante é que, tendo atendido essas áreas aí, as outras áreas, nomeadamente humanas e sociais, conseguiram também ser mais bem atendidas, por quê? Para esse programa, vieram recursos novos, então, os recursos anteriores, que tinham de atender todas as áreas, agora estão exclusivamente para as outras áreas.

Então, a gente já conseguiu, em 2011 – a gente, que eu digo, CNPq, Capes também, o Prof. Jorge vai falar depois –, atender melhor as outras áreas além dessas aí.

Bem, o número de bolsas está aí: 75 mil. São as bolsas que o Governo estaria bancando, vamos dizer assim. Elas são sanduíches, doutorados sanduíches, todas aí, como já falado.

A gente também... Eu vou pular isso aqui, que são os exemplos que a gente usa, normalmente, mas acho que pode pular.

Aqui, alguns exemplos mostrando por que a gente está investindo naquelas áreas: porque são as áreas em que o nosso déficit está aumentando.

A gente já está importando equipamentos que faziam no Brasil, por vários motivos. Então, a gente tem de inovar, para conseguir competir. Para isso, precisa de mais gente bem qualificada e, para isso, precisa fazer isso aí.

Essa é uma comparação: o preço da soja é de 35 cents de dólar por quilo; de um satélite é 50 mil; de um avião, mil. E olhem que a nossa soja já tem valor agregado por causa da Embrapa, etc.

Bem, eu vou pular aqui, agora, para mostrar, aqui...

Corrida pela inovação. Todos os países – aqui é interessante –, praticamente, que interessam estão procurando a gente para... Isso não quer dizer que...

Bem, o que vou mostrar aqui, agora, e eu queria chamar a atenção, é isto: a gente ainda – isso é interessante – investe pouco, a verdade é essa. A percentagem do PIB que a gente investe em pesquisa e desenvolvimento é pouca, comparada com outros países, percentualmente, comparada com China, Japão e os países mais desenvolvidos.

O interessante – eu tenho mostrado essa foto várias vezes e vou mostrar agora – é mostrar a China quando ultrapassaria os Estados Unidos. Essa é uma foto de Internet: exército da China, as mulheres.

Essa foto talvez vocês não tenham visto: isso aí parece uma saída de metrô lá da estação de Itaquera, depois do jogo, mas não, são candidatos que entram em universidades da China para fazer exame de seleção de doutorado na China. É isso aí. É com isso aí que a gente está competindo, então, a gente tem de ser o melhor possível para conseguir, obviamente, com todos e não podemos abrir mão de ninguém, todas as etnias têm que participar disso aí.

O Brasil tem conseguido produzir muita ciência. Está aí esse gráfico verinho. É o Brasil comparado com o mundo. Mas quando se compara com a China, por exemplo, que é aquela laranja ali, eles, obviamente, estão na frente. É uma corrida. Melhoramos muito, mas

continuamos em décimo terceiro comparados com o mundo, porque os outros obviamente melhoraram também. Então, é uma corrida patente. Temos que correr muito atrás ainda para conseguir competir.

Esse gráfico é interessante. O Brasil todo forma 11 mil doutores e 40 mil mestres. Alguém pode dizer: "Poxa, não está bom, não?" Na comparação, o Brasil tem 1,4 doutor por mil habitantes; a Suécia tem 25; a Alemanha, 15. Ou seja, estamos longe ainda. Então, temos que correr muito atrás. E depende muito da educação. Então todos os parceiros são muito bem-vindos.

E o Brasil, apesar de todo o esforço, quando se compara com a média mundial e com os países desenvolvidos – estamos ali à direita –, precisa correr muito atrás.

O número de universitários dobrou, de engenheiros, também. Estamos formando 6% de engenheiros. É até um dos próximos cursos que eu sugeriria para que o Professor José Vicente pensasse em criar no futuro seria um bom curso de engenharia, porque países como Coreia e China formam 35% de engenheiros. Estamos formando somente 6%.

Como conclusão, queria agradecer novamente o convite do Senador Paulo Paim e da Comissão, em nome do Ministro do MCTI, Professor Marco Antonio Raupp, em nome do CNPq e do seu Presidente, Professor Glaucius Oliva, e dizer que estamos à disposição no CNPq e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para conversar com vocês, porque o nosso papel é esse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, que falou pelo CNPq, ficando totalmente à disposição para dialogar na busca de soluções na linha de uma total integração de todos aqueles que acreditam no combate permanente às desigualdades e em oportunidades iguais para todos.

Convidado para a Mesa, porque chegou há poucos minutos, o Dr. Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Seja bem-vindo, Dr. Jorge.

Convidamos também, porque chegou, neste momento, o Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos, que é Coordenador do Centro de Convivência Negra da UnB.

Neste momento, passo a palavra ao meu amigo... Permita-me que o chame assim, porque já visitei a Universidade Zumbi dos Palmares, parabéns ao Reitor José Vicente pelo trabalho que desenvolve naquela importante faculdade.

Com a palavra o Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, Dr. José Vicente.

O SR. JOSÉ VICENTE – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, na pessoa de V. Exª quero saudar todos os nossos Senadores da República e, da mesma maneira, transmitir um abraço afetuoso ao nosso Presidente José Sarney, que tem recepcionado com muito afeto os temas da nossa comunidade, principalmente aqueles voltados à educação.

Exmº Sr. Jorge Guimarães, Presidente da Capes; Exmº Sr. Ivair Augusto; Exmº Frei David, queridíssimo Frei David Santos, da Educafro; Exmº Sr. Guilherme Sales Soares, Diretor de Engenharia do CNPq; senhoras e senhores, primeiramente, Senador Paulo Paim, quero transmitir as homenagens de amizade, de afeto, de consideração e de estima de toda a nossa comunidade acadêmica da Zumbi dos Palmares, da nossa comunidade negra da cidade e do Estado de São Paulo e dizer da nossa certeza de que esse tema encontraria no seu mandato uma trincheira segura para que pudéssemos juntos, nós, negros, e seguramente os brasileiros, trabalhar para alcançar esse objetivo importante e necessário de permitir que o jovem negro, que a jovem negra brasileira também fizessem parte desse que é um dos grandes acontecimentos na área das oportunidades e da inclusão educacional no nosso País.

Como já sabido, foi pelo seu gabinete que nós trouxemos essa oportuna reivindicação e ficamos felizes por hoje, como em tantas outras oportunidades, contar com o seu pronto aceite e o engajamento, certos de que a causa é nobre, justa e diz respeito a sua gente. De modo que nos sentimos muito satisfeitos por discutir, nesta manhã, este tema, e encorajados, porque, com o seu apoio e comando, temos certeza de que já saímos daqui vitoriosos.

Então, receba os nossos cumprimentos e o meu cumprimento especial por privar da sua amizade e por ter tido no seu mandato e na nossa Casa uma Casa de amigos.

Sr. Presidente, esse tema... Estou pedindo a gentileza do Dr. Guilherme Sales, porque eu trouxe o material, mas como ele gentilmente já fez uma apresentação da Zumbi dos Palmares eu vou abusar um pouco dessa gentileza para pôr na tela um documento que tem sido a ferramenta de trabalho da nossa colaboração nesse tema.

Viva a diversidade, viva a oportunidade e viva o Ciência sem Fronteiras plural. No caso, já é viva o Ciência sem Fronteiras diverso e plural.

A bem da verdade, essa é a página que faz parte de um trabalho, de um abaixo-assinado que está sendo desenvolvido desde o mês de agosto, que hoje já tem 70 mil assinaturas em todo o Estado de São Paulo. E pretendemos alcançar as 100 mil assinaturas para,

posteriormente, trazer às mãos do nosso Ministro de Ciência e Tecnologia, do nosso Ministro da Educação, ao CNPq, ao Capes e também a nossa Presidente da República.

Por que isso? Porque, a bem da verdade, essa campanha é consequência da audiência que houve no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Sr. Presidente, em que primeiramente o programa Ciência sem Fronteiras foi apresentado. Eu faço parte do Conselho e da Câmara de Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e foi ali que o anterior Ministro da Ciência e Tecnologia, o Ministro da Educação apresentou esse programa Ciência sem Fronteiras.

Naquela oportunidade, após a explanação do programa e feitos os apartes dos integrantes do Conselho, a Presidenta da República pediu que eu e o Professor Naomar, da Universidade da Bahia, fizéssemos algumas considerações que ela imaginou que fossem importantes. E a primeira delas foi justamente de que esse programa seria a possibilidade de parte da redenção do Estado brasileiro no que diz respeito, em especial, aos jovens homens e mulheres negros, porque ele permitiria a possibilidade de construirmos a inteligência e as lideranças econômicas e políticas do futuro sem repetir os erros do passado, uma vez que, dentre esses 100 mil jovens, tivéssemos nós capacidade de criar, tivéssemos nós capacidade de ir além do lugar comum, poderíamos permitir que voltassem 100 mil brasileiros representativos da Nação, representativos do gênero e representativos da nossa diversidade étnica racial.

A Presidenta Dilma achou que era indispensável um olhar dessa natureza e era indispensável que se fizessem essas intervenções para que o programa cumprisse esses fundamentos. Então, determinou, naquela oportunidade, que o Ministro Aloisio Mercadante deveria trazer uma discussão nova de modo que a brasiliade, na sua inteireza, ou seja, a possibilidade de o programa ficar no Sul/Sudeste fosse expandida para que fosse representativa do País e pudéssemos buscar esses 100 mil jovens. Segundo, que pudesse, então, contemplar gênero. E, terceiro, que obrigatoriamente incluisse a etnia.

Disso, saiu então o Ministro da Ciência e Tecnologia com essa incumbência. E nós, por outro lado, saímos com a campanha na rua, sabedores de que os detalhes sempre exigirão que estejamos atentos e vigilantes. Por isso, criamos essa campanha, que já recebeu adesão de quase 70 mil assinaturas. Pretendemos chegar a 100 mil assinaturas, para, com isso, contribuir no sentido de sensibilizar todos os ambientes para o porquê é indispensável que o programa

seja diverso, plural e possa constituir uma ferramenta de superação de temas importantes no nosso País.

Sr. Presidente, em qualquer das dimensões que tivéssemos que analisar o problema, seguramente o nosso País estaria aquém das suas responsabilidades, no que diz respeito a esse tema que nos é caro, qual seja, a inclusão, a valorização e a libertação do jovem negro brasileiro.

O Prof. Dr. Guilherme Sales fala do CNPq, mas se tivéssemos que contar os números dos pesquisadores negros brasileiros no conjunto dos pesquisadores nacionais, contaríamos na palma de uma das mãos, porque não passa de 1%. Se tivéssemos que contar a participação dos jovens negros, hoje, no ensino superior, Sr. Presidente, teríamos que dar o troféu de vencedor a Zumbi dos Palmares, porque é na Zumbi dos Palmares e não em qualquer outra universidade pública ou privada deste País que se encontra a maior proporção de jovens negros estudando em um ambiente de nível superior. É na Zumbi dos Palmares que temos a maior expressão de professores mestres doutores negros no ensino superior. Sessenta por cento do seu quadro docente é composto por mestres doutores em ensino superior.

E por que estou falando da Zumbi dos Palmares? Porque é uma pequena instituição de ensino, bravamente criada, instituída e mantida por um conjunto de abnegados profissionais negros, mas os seus números são somente de 1.800 alunos.

Mas se a Zumbi dos Palmares é mantida com mensalidades e abnegação; se a Zumbi dos Palmares, com 1.800 alunos, apresenta essa proporção de brasiliade em seu quadro discente e docente, por que o nosso País, através das suas universidades públicas, por que o nosso País, através dos nossos ambientes de pesquisa, por que o nosso País, através das suas políticas de qualificação de quadros humanos, não pode sequer se aproximar desses números? (*Palmas.*)

No momento em que o Governo brasileiro se dispõe a colocar quase R\$4 bilhões para um programa dessa natureza, no momento em que o Brasil movimenta toda a sua estrutura para, de uma forma adequada e necessária, fazer uma qualificação adicional no seu quadro de mão de obra, por que esse não pode também ser o momento e a ferramenta de, definitivamente, darmos um salto adiante no que diz respeito a esse tema da inclusão das minorias e da disponibilização de oportunidades iguais para um público que merece e que sempre foi tratado com indiferença?

Se pensarmos que se trata de recursos públicos, é impossível pensarmos na execução desse programa sem que todos os brasileiros que pagam os impostos

estejam neles representados. Os negros são 51% dos brasileiros; esse é um dado.

Se se trata de produção de mão de obra qualificada, nada mais lógico, natural e exigível que essa mão de obra qualificada possa também ser permeada por essa característica da diversidade do nosso País. Então, ele não pode ser um espaço e uma ferramenta que, outra vez, se não feitas essas correções, será mais do mesmo para os mesmos, porque os jovens negros não estarão nunca nas cinquenta universidades de ponta que inicialmente o programa precisava atingir. O jovem negro nunca terá capacidade de apresentar fluência numa segunda língua, como o programa primeiramente estava a exigir, e o jovem negro, em grande medida, dificilmente vai conseguir acessar essas informações intrincadas que um projeto dessa natureza apresenta para quaisquer dos públicos interessados.

Some-se a isso o fato de que, das 100 mil bolsas previstas, 25 mil bolsas deverão ser suportadas pelo ambiente corporativo, pelo ambiente privado, pela contribuição física. Outra vez se coloca a necessidade dessa reflexão. Se o ambiente corporativo outra vez vai entrar com recursos para qualificar o público-alvo, que público-alvo ele deverá prestigiar também? E nós sabemos que, se nós não tivermos esse embate, se nós não tivermos essa sensibilização, outra vez os negros ficarão de fora.

Mas esse programa é indispensável para que, primeiramente, nós cumpramos esses fundamentos, inclusive constitucionais, da igualdade de oportunidades. Esse programa é indispensável para que nós tenhamos a possibilidade de criar uma massa intelectual diversa, que conte com essas características do nosso País e, assim, torne-o mais democrático, mais igualitário. E esse programa também permite, Presidente Paulo Paim – e se coloca como uma das únicas possibilidades nesse sentido –, que, num futuro próximo, nós tenhamos, inclusive, peças de reposição mesmo para este Senado, porque, se não for assim, nós não teremos outro Paulo Paim, nós não teremos outro Joaquim Barbosa, não teremos outro Ivaír, porque o senhor, apesar da luta, apesar de estar sempre aguerrido, é denunciado pelos cabelos brancos: não vai ser possível levar essa luta sozinho por mais 123 anos, como fizemos até agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma viagem sem volta!

O SR. JOSÉ VICENTE – É, é uma viagem sem volta.

Mas, para que isso aconteça, precisamos ter capacidade, sensibilidade, senso de brasiliade e preocupação com esses valores caros e universais da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da oportuni-

zação. Nós poderíamos, nessas cem mil bolsas – com cotas ou sem cotas –, pelo menos representar o que foi essa trajetória do negro na exclusão do nosso País. Imagine o senhor se nós pudéssemos colocar 20% de cotas nessas 100 mil bolsas: seriam 25 mil jovens negros que estariam indo para o exterior se qualificar nas maiores e melhores universidades e, daqui a dez anos, estariam retornando para, aí sim, estarem qualificados para acessar os postos de prestígio e *status* deste País. Nós teríamos jovens negros aptos a estarem no CNPq, na Capes, nos corpos de pesquisadores do País, nós teríamos mais professores negros para que as universidades pudessem contratar mais profissionais negros para estarem no ambiente corporativo.

De modo que qualquer limitador que possamos colocar se apresenta como artificial, mesmo o mérito, porque o mérito, seguramente, não pode ser um mérito puro, que impeça a transformação, que impeça a mudança. Mérito puro fosse, não teríamos sequer o nosso Presidente Lula, porque, para os padrões naturais do mérito, ele sequer teria credenciais, assim como também não as teria a nossa Presidenta Dilma Rousseff – sendo uma mulher, como é que ela poderia ser Presidente de um país extremamente machista como o nosso?

De modo que nós temos que ter essa capacidade de ir além dessa limitação artificial e parcialmente verdadeira, que é mérito puro, e nós temos que ter capacidade de criar, de inventar, da maneira mais capaz possível, para que nós não cometamos o erro de deixar fora de um projeto dessa natureza quase 400 mil jovens que hoje estão nos programas de cotas, no Prouni e nos programas das universidades privadas em todo o País. O que vamos dizer para esses jovens? Voltem para a UPP e pendurem ali seus diplomas porque vocês não têm uma língua? Voltem para a UPP e não participem do pré-sal porque vocês não cumprem credenciais de mérito? Seria um crime de lesa-humanidade, seria um crime contra nosso País. E acrescento mais um dado, Sr. Senador, que está sendo esquecido e que acho que seria importante para a perspectiva que trabalhamos nós, os negros brasileiros: nós temos visto as informações de que, além de ir para as melhores universidades do exterior, os jovens brasileiros e os jovens negros, que seguramente haverão de povoar esse programa Ciência sem Fronteiras, estão perdendo uma oportunidade muito importante: a oportunidade de também acessar as universidades negras norte-americanas. Nós temos 125 universidades negras norte-americanas, 20 delas *top* de linha, ranqueadas, e que têm interesse e uma história. Todas elas com 120 anos, no mínimo, de existência; todas elas com serviços e produtos extraordinários à educação e que

poderiam, até por conta de nosso plano de ações afirmativas Brasil – Estados Unidos, seria uma ferramenta importante para permitir que os jovens pudessem ter acesso a essas universidades negras norte-americanas. Seria importante que elas também participassem do processo, senão não vai participar do processo. Seria uma forma de estimular esse intercâmbio de cultura, esse intercâmbio de conhecimento e uma possibilidade de pôr esse jovem negro em contato com o jovem negro americano também.

Enfim, Sr. Presidente, o que eu quero trazer como uma limitada contribuição é a certeza e a convicção de que nossa geração cometerá um grande e injusto erro com nossos jovens, homens e mulheres negras, se nós permitirmos que o programa Ciência sem Fronteiras não os prestigie e não permita que eles tenham a mesmas oportunidades que todos os demais brasileiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, Dr. José Vicente, que, como sempre, com muita elegância, com muita firmeza e com muita convicção expõe seu ponto de vista.

Permita-me, Reitor, dizer o que V. S^a disse: “Se nada for feito, nós não teremos outros Paim, Joaquim Barbosa...” Eu diria que não teríamos também outro José Vicente – uma homenagem a V. S^a – a quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Ivaír Augusto Alves dos Santos, Coordenador do Centro de Convivência Negra da UnB, que fez um belo trabalho em muitas áreas... Mas lembro, no Ministério da Justiça, quando V. Ex^a, por diversas vezes, veio aqui e deu contribuições importantíssimas para este debate. É uma alegria recebê-lo aqui. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Senador Paulo Paim, há pouco, quando caminhava para cá, lembrava: faz 40 anos que a gente vem aqui a esta Casa para discutir essa afirmativa. São quase 40 anos...

Eu quero prestar minha homenagem ao José Vicente. Por incrível que pareça, nós tínhamos combinado de nos encontrar dia 26... A gente se encontrou aqui no Senado, nesta luta. Quero cumprimentar nosso companheiro, guerreiro, Frei David – companheiro de tantas batalhas. Quero cumprimentar o representante do CNPq, o representante da Capes, duas entidades que têm dado contribuições ao País de maneira inquestionável. Eu mesmo recebi bolsa da Capes, fui bolsista durante o mestrado. Então, me sinto muito honrado por dividir a Mesa com essas duas instituições.

Então, aproveito... Não vou contar os 40 anos, mas vou falar dos 20. Dos 20 anos vou falar! Nós temos

alguns marcos que a gente precisa resgatar. Desde o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996, a gente já falava em ação afirmativa e falava na questão das áreas de ciência e tecnologia, em especial em engenharia, farmácia... Em 96, no Programa Nacional de Direitos Humanos, nós deixamos registrado que nós queríamos programa de ação afirmativa nessas áreas de ponta na ciência.

Em 2001, a gente fez a maior caravana do mundo para participar da Conferência Racial, em Durban, contra o Racismo. Lá, nós também fizemos garantir que era importante que os negros na diáspora tivessem atenção para as áreas de ciência e tecnologia, para as áreas de ponta. E a gente voltou e fez um programa em relação a isso.

Em 2002, o Presidente fez um decreto presidencial definindo um programa de ação afirmativa em diferentes áreas com participação do Ipea e de vários outros Ministérios. Mas esse Decreto nº 4.228 nunca conseguiu ser implementado, ou seja, há uma dificuldade enorme de implementar um programa de ação afirmativa que envolva todos os Ministérios.

Também em 2002 houve outro fato muito importante. Criamos o primeiro programa de ação afirmativa no Instituto Rio Branco, com o apoio do CNPq. Ou seja, o CNPq nos apoiou juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério das Relações Exteriores, a Fundação Cultural Palmares. Construíram, naquela época, o primeiro programa de ação afirmativa do Governo Federal, que era para garantir o ingresso de jovens na carreira diplomática. E tivemos o apoio do CNPq.

Em 2010, tivemos a nossa maior conquista do início do século, que foi um trabalho do nosso querido Senador Paulo Paim, de décadas nesta Casa, a Lei nº 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial, que dá o embasamento legal tanto para o Capes quanto para o CNPq fazerem a implementação.

Estou mostrando para vocês o que aconteceu nos últimos 20 anos, mas queremos ter uma participação de qualidade nas universidades. Sem contar os outros 20, pois são 40... que foi vir aqui levantar a bandeira e tal.

Mas há um fato que quero registrar e compartilhar com os senhores e com as senhoras. Todos os grandes programas de incentivo a mestrado e a doutorado para a população negra não foram públicos, mas privados: da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford.

Acompanhei o nascedouro do programa que incentivava e apoiava os estudantes negros a fazerem mestrado e doutorado. Esse programa não teve um tostão público. Só a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford incentivaram. Eu acompanhei a vontade e a energia com que a juventude negra abraçou

o programa. Todos os anos eram milhares de candidatos só para 40 bolsas, mas estavam lá predispostos a esse trabalho.

E nesse programa que acompanhei durante anos percebi que o jovem negro, tendo oportunidade, deslancha tranquilamente. A Fundação Carlos Chagas chegou a formar mais de 300 estudantes em mestrado e doutorado, conseguindo colocá-los nas melhores universidades públicas e privadas para fazer mestrado e doutorado em diferentes áreas. E eu percebi alguns segredos para o sucesso daquele programa. O primeiro deles é o seguinte: precisa ter investimento. Não se faz absolutamente nada só com discurso. É necessário investimento.

A outra coisa fundamental é o monitoramento. É preciso acompanhar esses jovens. Quem tentou concorrer a um mestrado e doutorado sabe perfeitamente que se fizer um mestrado no Rio Grande do Sul para uma área como o Direito, tem uma bibliografia e um sistema a ser seguido; se for fazer em Brasília, é outro sistema que tem que ser seguido; se for em São Paulo, a mesma coisa. Assim, se formos procurar as principais universidades, vamos ver que são bibliografias diferentes e sistemas diferentes para você ingressar.

Portanto, um jovem que queira muito estudar vai precisar de apoio da família, porque vai ter que se deslocar ou morar no local a fim de concorrer às melhores universidades do País.

E o programa da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford dava esse apoio aos jovens. Durante o ano, ajudava-os a se preparar para poderem concorrer ao mestrado e doutorado. E graças ao apoio que tinham, conseguiam entrar nos programas de mestrado e doutorado.

Então, o que percebi foi que para se fazer um programa tem que haver monitoramento, acompanhamento e apoio. Caso contrário, cria-se a oportunidade, mas não a chance de o jovem adentrar no programa.

Outra questão importante é o investimento. O programa para o Instituto Rio Branco, por exemplo, é um programa que exige dinheiro, monitoramento, mas é um programa exitoso, porque as pessoas estão lá, ou seja, todo ano há um trabalho intenso, tem a banca examinadora, tem acompanhamento durante todo o período da bolsa. Então, é fundamental isso.

A outra questão para a qual é importante chamar a atenção dos senhores e das senhoras é a seguinte. Esses dois programas, o programa da Fundação Carlos Chagas e o da Fundação Ford, também proporcionavam ao estudante fazer mestrado-sanduíche fora do País. Aí, a surpresa foi fantástica, porque esse jovem negro ia para uma universidade nos Estados Unidos, no Canadá ou em Portugal e, quando voltava, voltava muito

enriquecido, era outro jovem, com outra capacidade. A gente percebeu o seguinte: era fundamental, para além de formar o jovem, criar oportunidades para que ele pudesse fazer intercâmbio fora do País. Mas esse jovem tinha o problema do inglês, e a gente percebeu que, para o inglês, o indivíduo tinha de ter também um acompanhamento e um apoio nesse processo.

Por que estou dizendo tudo isso? Porque a nossa grande reivindicação, antes de qualquer outra, é a seguinte: respeito à nossa história. Nós estamos nesse processo há décadas. Não estou chegando aqui ou ao Ministério da Ciência e Tecnologia para dizer que nós queremos... Não, há uma história, há uma legislação, briga, audiência pública, negociação, há uma história, há uma história de que muita gente se esquece.

Segunda coisa. Não há um negro que eu conheça que não reconheça o papel do Ministério da Ciência e Tecnologia. Órgãos como o CNPq e a Capes são fundamentais num país. Se esses órgãos não existissem, nós teríamos um problema, o problema que países que não têm órgãos semelhantes têm em seu desenvolvimento. Vários países vêm copiar o modelo do Brasil em relação a isso.

O que nós pedimos é, primeiro, respeito em relação à nossa história. Ou seja, se uma entidade privada vem ao País e faz um investimento, por que uma entidade pública não pode fazer isso? O que impede o CNPq ou a Capes de fazer um programa efetivo de inclusão dos negros no mestrado e no doutorado? Se a gente conseguiu fazer isso... (Palmas.)

E tem mais: nós temos a experiência de mais de dez anos de programa com a Fundação Carlos Chagas e com a Fundação Ford em relação a isso, que são entidades particulares. A pergunta é a seguinte: por que a gente não pode fazer um programa semelhante? É muito simples: não há, efetivamente, um olhar para a população negra. A inclusão da população negra não é vista como necessária. Há um véu que encobre a desigualdade social, parece que a desigualdade racial não é um problema que toca o coração das pessoas. As pessoas não entendem essa nossa luta, muitos acham... É incrível, todas as vezes que voltamos aqui temos de convencer a mesma pessoa de que nós precisamos de um programa em relação a isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS –

A mesma pessoa, nós temos de estar sempre falando para a mesma pessoa que precisamos, precisamos, precisamos.

Na UnB, a gente fez um programa pós-affirmativo, que é para incentivar os jovens a fazerem mestrado. Sabe de onde conseguimos dinheiro? Da Fundação Carlos Chagas.

Abriram-se inscrições para 40 vagas. Apareceram centenas de jovens querendo apoio para poder... O jovem, quando termina a universidade, vê-se diante de um mistério, o mistério em torno do que seja o mestrado, do que seja o doutorado, ele fica perdido. Se não houver um acompanhamento, um apoio para esse jovem, ele não vai conseguir fazer isso. Então, a gente conseguiu...

E esse programa, de novo para incentivar os jovens... A gente percebe o seguinte: quando você recebe o jovem para entrevistá-lo, é uma energia tão forte... O jovem está buscando, ele quer continuar seus estudos, quer ser um mestre, quer ser um doutor. É uma luta, e não é na área de Humanas somente, mas também na área de Ciências Exatas, Química, Física, eles querem uma ajuda nesse sentido.

Faço, portanto, um apelo tanto à Capes quanto ao CNPq, que é o seguinte. Base legal para fazer isso vocês têm, porque, inclusive, já estão fazendo isso em outros programas, como o programa do Rio Branco. Apelo à Presidente da República, o nosso querido José Vicente já fez, e em público. No Senado, graças a Deus, temos o Paim, que, de novo, juntamente com sua assessoria, com o Tobias, percebeu que esse é um assunto importante para a nossa comunidade, principalmente para os nossos jovens e para aqueles que sonham em fazer mestrado e doutorado, e abriu as portas para um debate em relação a isso.

Senador, o que nos impede de sair daqui com uma comissão formada e procurar o Ministro para conversar? Base legal nós temos para isso, nós temos o jovem querendo... Agora, não podemos imaginar que o acaso possa acontecer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Os dois Ministros.

Ministros, o que nos impede de fazer isso? (*Palmas.*)

Temos aqui o Frei David, temos aqui a Comissão... Temos o Senador... Por que não se pede à Comissão para procurar o Ministro da Educação e dizer: "Olha, nós temos uma história, gente!" Eu conheço a Senadora há quase 40 anos, e o David a mesma coisa... Há quase 40 anos batemos na mesma tecla: queremos que nossos jovens tenham oportunidades. Queremos estudar! Queremos só estudar... Nós queremos estudar aqui e fora do Brasil, ou seja, queremos receber os estrangeiros para que nos recebam também. Queremos compartilhar nossas experiências e nossas lutas com relação a isso. Hoje, se formos para uma universidade americana, nós vamos ter história para contar de nossa luta de ações afirmativas. Nós temos história para contar de quanto fizemos aqui no

Congresso para poder dizer: "Vocês têm história. Vocês têm Martin Luther King? Eu tenho Paulo Paim aqui. Eu tenho Paulo Paim como grande..." (*Palmas.*)

Então, eu tenho história para contar com relação a isso. Então, eu sugiro... De maneira muito prática, eu apoio a iniciativa do José Vicente de ter as assinaturas; mas o Senador pode pedir uma audiência e dizer que queremos uma audiência para que a Presidenta da República cumpra a sua palavra. Nós temos dois Senadores, Mercadante e o Senador... Que são pessoas importantes e sensíveis a nossa questão. Então, por que não fazer isso? O que nos impede? História, modelos, projetos? Tem a Fundação Ford, tem o Itamarati, há vários que estão andando com sucesso. Então, não vamos inventar nada! Só peço o seguinte: não há programa de ação afirmativa só na conversa. É preciso ter investimento. Esses bilhões aí têm de ter monitoramento, porque, só dar as bolsas é uma armadilha... Porque você põe esses jovens nos Estados Unidos, sem acompanhamento, é dizer: "Vocês estão fracassados. Vocês vão fracassar lá". É preciso ter monitoramento e acompanhamento desses jovens. Nossa experiência na Fundação nos diz que é preciso acompanhar os jovens, dar apoio permanente porque há choque cultural, há a questão do inglês; então, é preciso acompanhamento. Então, eu não peço mais um programa, mais um percentual, eu peço um programa sério que tenha uma equipe, que tenha acompanhamento, que tenha seriedade e principalmente, para encerrar, que respeite a nossa história. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dez, vinte, trinta, quarenta anos de luta em cima desta causa. E sua proposta é concreta, pois não vejo problema nenhum de a Comissão de Direitos Humanos marcar essa audiência pública com os dois Ministros e, quem sabe, com a própria Mesa aqui para dialogar sobre este tema. Então, mais uma vez, meus cumprimentos. Você é um grande quadro que orgulha todo o povo brasileiro e tenho certeza que principalmente àqueles que dependem de posições claras como a que V. S^a aqui expressou.

Passamos a palavra agora ao Presidente da Capes, Dr. Jorge Almeida Guimarães.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Bons dias a todos e a todas. Caro Senador Paim, meu sempre candidato, como seu eleitor, em Porto Alegre. Quero pedir-lhe desculpas pelo atraso, pois o voo atrasou muito de lá para cá. Prezados ocupantes da Mesa: Guilherme, Frei David, caro Ivair, Reitor da Faculdade dos Palmares. É um prazer grande estar aqui.

Eu acho, Senador, que o diagnóstico está mais que feito. Nós não precisamos mais buscar motivos

para ações afirmativas aqui no Brasil. O que temos de fazer é resolver as dificuldades que existem no caminho.

O Ciência sem Fronteiras, criado por iniciativa da Presidente Dilma, teve o primeiro edital lançado no fim do ano passado e os primeiros alunos viajaram em janeiro deste ano. E é uma dificuldade grande pôr estudantes de graduação no exterior em janeiro, uma vez que os cursos lá começam em agosto e setembro. Mas conseguimos assim mesmo e estamos trabalhando no programa. Esse programa tem uma estrutura gerencial curiosa: nós temos dois conselhos. Um é o Conselho de Acompanhamento, nas importantes palavras do Dr. Ivair, que é composto de vários Ministérios, e temos um comitê executivo, também com alguns Ministérios, e os dois presidentes, do CNPq e da Capes. E dentro das duas agências, temos uma estrutura operacional com pessoal técnico, que compõe o grupo que trabalha junto, porque são programas executados pelas duas agências.

Estamos chegando a 11 mil candidatos. Este semestre chegaremos a 11 mil candidatos já homologados nas várias modalidades, não apenas da graduação; graduação é o mais difícil, proporcionalmente é a maior. Dos 75 mil, quase 40% são para graduação-sanduíche. Mas, do setor industrial, ainda não sabemos qual a divisão porque nesse ponto está um pouco atrasado. Como, de fato, os dois conselhos não estão nomeados ainda, então, as duas agências estão trabalhando meio que consertando o avião em vôo, porque os conselhos são essenciais. Esse assunto precisa desses conselhos. Estão acima das agências.

Mas queria voltar ao fato de que é um assunto que tem o diagnóstico pronto e conhecido há mais de 40 anos. Acho que desde 1908 lidamos com esse assunto, com essa questão. Algumas dificuldades são de natureza quantitativa.

Os programas da Ford e da Carlos Chagas, conheço-os bem, mas são números pequenos. Isso não resolve o que estamos discutindo aqui. Precisamos de números compatíveis com o que é a necessidade de incorporar esses nossos antepassados, os genes desses nossos antepassados na realidade brasileira de hoje. Tenho a minha carga genética negra também, portanto, devo agradecer boa parte das minhas facilidades para muitas coisas a esses genes.

De modo que esse diagnóstico está pronto. Mas é preciso algo mais concreto, mais substancial. A questão do gênero está resolvida, porque a maior parte dos nossos estudantes são mulheres; a maioria, na graduação, em muitos cursos e, na pós-graduação, quase genericamente, com exceção, talvez, das exatas, em Engenharia. Mas mesmo assim a proporção é alta.

Agora, se contarmos negras, aí a proporção vai muito lá para baixo. Cai muito.

A Capes tem hoje cerca de 30 mil bolsistas no País. Negros, muito poucos. Porque isso vem historicamente como um processo que não permitiu ou não facilitou a entrada do negro na universidade. E, nesse programa, ele tem que estar pelo menos na universidade.

Há alguns paliativos: os estudantes do Prouni estão aquinhoados; os estudantes que fizeram o Enem estão aquinhoados; esses não distinguem raças e gênero, sabidamente têm menos dificuldade, mas isso já ampliou muito.

Temos um programa “Iniciação Científica – CNPq”, onde vou receber um estudante, e tenho vários na minha vida, e tive vários negros. A questão não está em fazer uma discriminação proposital. Precisamos trabalhar a questão com outros parâmetros. No Iniciação Científica também e agora o PIBID, o Programa Institucional de Bolsa à Iniciação à Docência, temos muitos estudantes negros, mas o número ainda representa mal o que é a proporção de negros na população brasileira.

Então, temos que ter algumas outras ações. Estou de acordo com a proposta da Comissão, acho que será muito oportuna. Claramente avisei ao Ministro Mercadante que viria aqui e vou levar para ele esta discussão nossa e a ideia da Comissão. Seguramente ele reagirá muito positivamente, como tem sido sempre diante desses grandes desafios. E vamos traçar algo concreto.

É preciso também ter menos mudanças de pessoas. Estávamos discutindo isso, a questão de cotas para a pós-graduação, mestrado e doutorado, com o Ministério, com a Secretaria de Igualdade... Quando você volta para rediscutir, as pessoas não são mais as mesmas. Então, esse é um problema sério que a gente tem no Brasil. A gente precisa saber que tem de ter uma continuidade, se não isso não avança. Portanto, Senador, eu acho que estamos, como eu disse, com diagnóstico pronto há muito tempo. Alguns avanços que, antes do Presidente Lula, eram praticamente nulos ou muito poucos. Foi aí que se começou a ter possibilidade de a gente discutir isso com perspectiva de solução, considerando o tamanho do desafio e as necessidades que a gente percebe que são inerentes à questão de melhorar as ações afirmativas.

Nós estamos visitando as universidades. Visitamos várias universidades americanas negras. Eu, pessoalmente, fui à *Brown University* durante o Carnaval. Perdi meu Carnaval para conhecer essa realidade e ver como nós podemos... Há propostas deles que estamos avaliando.

Ou seja, está andando. É lento, mas está andando. Agora, eu queria dizer que há um alento: o de que esse programa não vai parar em quatro anos e por várias razões: a primeira é a grande receptividade mundial. É raro o país ou a universidade de alto nível pelo mundo afora que não queiram participar do programa, que não queiram vir aqui conversar no CNPq e na Capes... E nós fazemos visitas. Agora temos gente visitando a China, a Coreia e outros países que ainda não entraram e estão sendo chamados para fazer esses acordos. E também aqui dentro... Porque a euforia dos jovens – e certamente inclui a pequena, mas aguerrida população negra na universidade – está animada, tremendamente com esse assunto. Portanto, isso não parará em quatro anos, mesmo porque o orçamento de 2015 ainda será feito por nós. Portanto, mesmo que algum desastre ocorra, de natureza política, o programa continuará em 2015 e daí para frente. Portanto, isso é um alento, pois significa que desvios e ações que ainda não foram iniciadas poderão ser iniciadas durante esse período, mesmo antes de completar os quatro anos.

O Profº Guilherme fez uma apresentação grande do CNPq, as ações são muito parecidas e temos várias ações que são comuns, sendo assim, não farei isso. Mas quero trazer a nossa contribuição a este debate e nossa postura para discutir isso no âmbito que for preciso. É bom levar em conta que alguns problemas são relativamente fáceis de resolver, por exemplo: o inglês. Não é um bicho de sete cabeças resolver se colocarmos on-line, por exemplo, o acesso a excelentes cursos de inglês que existem e a custo relativamente baixo e que as duas agências podem muito bem suportar. Nós estávamos bem adiantados nisso, com um organismo americano que nos ofereceu a custo muito baixo, e já o fazem na Colômbia. As crianças colombianas já falam inglês na rua, o mesmo na China. E nós faremos aqui... Aí disseram para a gente fazer uma licitação. Eu disse que licitação não vamos fazer porque eu sei que não vão ganhar, vai ganhar uma que não interessa, sem contar os outros problemas das licitações que estão aí na ordem do dia. Portanto, estamos engatilhados nisso, estamos organizando com o *British Council*, do Reino Unido, que irão nos oferecer o curso. Eles nos ofereceram um número pequeno e nós estamos negociando para ser um número bem maior, aberto, democraticamente, a todos. Então, o inglês pode ser resolvido. Aliás, o Ciência sem Fronteiras, além de outros produtos que está trazendo, um deles é exatamente a questão de despertar os nossos jovens para uma segunda língua. Não é só inglês, mas o francês, o mandarim, por exemplo, e outras línguas. Portanto, isso é um ganho.

Há outro ganho. Esses nossos jovens que estão lá, Senador, nós estamos acompanhando. A reação dos americanos – o primeiro grupo foi só Estados Unidos – é de uma surpresa total quanto aos nossos jovens que estão lá, negros ou não negros, que foram nessa primeira leva. Todos estão tirando notas excelentes. Quando perguntado a eles qual é a diferença entre estudar no Brasil e estudar lá, disseram uma só diferença: "Raramente aqui nós temos mais de catorze horas de aula por semana". No Brasil, quarenta horas é o comum. E isso vai causar uma grande mudança na nossa universidade quando esses jovens voltarem.

Esses são ganhos que não estavam previstos e que vão ocorrer em função desse programa que a Presidenta Dilma lançou em tão boa hora.

Enfim, queria resumir dizendo que o programa oferece muitas vantagens e oportunidades, mas há segmentos que não estão bem representados. Precisamos cuidar disso e estamos dispostos a conversar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Capes, pela sua exposição e pela preocupação, efetivamente, para que haja essa política de igualdade e de oportunidade para negros, brancos, índios, pobres, enfim, para todos.

Eu quero dizer que o encaminhamento dado aqui pelo Dr. Ivair a Comissão vai providenciar. Houve um pedido de audiência com os dois Ministros para que recebam a composição desta Mesa e incluo a Seppir, que está aqui no plenário, porque o meu amigo Mário Theodoro, Secretário Executivo, aqui representou a Ministra Luiza Bairros, que precisou se retirar.

Neste momento, vou passar para as considerações finais dos nossos convidados. Depois, haverá a segunda parte desta audiência para aprovar alguns requerimentos.

Já que o Frei David iniciou, vou começar passando a palavra para o meu amigo Ivair, para as suas considerações finais.

O Dr. Ivair fala aqui pela UnB.

V. Sª dispõe de cinco minutos.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

– Senhores e senhoras do plenário, Exmº Sr. Paulo Paim, Exmº Sr. Reitor José Vicente, Sr. Representante do CNPq, Sr. Representante da Capes e Frei David, nosso companheiro de tantas lutas, fiquei muito feliz com as palavras do Sr. Jorge Almeida Guimarães.

Nós já temos diagnóstico. Todo mundo sabe qual é o nosso problema. Então, precisamos partir para essa ação, que deve ser feita de forma rápida e concreta para podermos avançar em relação a isso.

Participamos de experiências tanto no Rio Branco como na Fundação Carlos Chagas durante anos e anos. De fato, como o Dr. Jorge disse, é um grupo pequeno. O problema é que o CNPq e a Capes não têm nem esse pequeno grupo para fazer hoje uma comparação e dizer: "Não, nós estamos fazendo um programa de inclusão da população negra em relação a isso".

Então, eu saio daqui pelo menos entusiasmado por saber que a Comissão de Direitos Humanos do Senado vai até os dois Ministros, juntamente com outras pessoas convidadas, a Seppir e, eu incluiria, a Fundação Cultural Palmares, que são dois órgãos federais que também têm participado dessa empreitada. É fundamental procurar o Ministro da Ciência e Tecnologia e o Ministro da Educação para fazer um programa.

O que eu queria também deixar registrado – concordo inteiramente com o Sr. Jorge Almeida Guimarães – é que não pode ser um programa de dois anos ou três anos; tem que ser um programa de grande duração, porque, se for para fazer de dois anos, melhor não fazer. O tempo que durar o programa Sem Fronteiras tem que ser também semelhante ao do nosso programa em relação a esse processo.

Outra questão que eu queria renovar é a seguinte: há uma massa de jovens negros e adultos negros que quer uma chance. As pessoas estão pedindo uma chance. As pessoas querem ter uma chance de continuar seus estudos fora do Brasil, ou seja, são engenheiros, são químicos, são físicos. E também na área de humanas estão interessados nesse processo. O que nós temos que fazer nesse sentido é acolher essa vontade que está surgindo e aproveitar essa nova sensibilidade da Presidenta para poder avançar nesse processo.

Agora, eu concordo com o Dr. Jorge, é preciso acompanhar. A minha experiência diz o seguinte: é preciso acompanhar; é preciso ter um monitoramento permanente do processo, porque as nossas dificuldades como negros são muito grandes, Senador. Quem acompanha os nossos jovens na universidade sabe da dificuldade. Muitos jovens negros chegam à universidade hoje sem ter o que comer. Se não é o restaurante universitário, o indivíduo nem almoça nem janta. Ou seja, eu conheci jovens negros de universidades federais em que não havia restaurante para almoçar – era uma luta em relação a isso.

Quando eu falo de jovens negros, não estou falando de classe média, estou falando de gente pobre, muito pobre. Aqui mesmo em Brasília nós temos gente que vem de São Sebastião, de Santa Maria e de outros locais com dificuldade. Se não fosse o sistema de assistência da Universidade, aqueles jovens não ficariam ali. Então você sabe quanto aquele pai ou aquela mãe fez para poder ter aquele jovem na uni-

versidade. O Frei David é testemunha, o José Vicente é testemunha, o Senador Paulo Paim também é testemunha de quantas mães vieram aqui para poder ter o filho na universidade.

Agora, você colocar um filho ou uma filha numa universidade nos Estados Unidos vai exigir um cuidado, um olhar, um acompanhamento sério. E aí eu concordo com o Dr. Jorge: é preciso a gente ter um diálogo permanente com instituições, seja com a Palmares, seja com a Seppir, ou seja, não pode interromper isso. Se por acaso interromper, tem a sociedade civil aqui – na pessoa do José Vicente, do Frei David e outros –, que pode incorporar, para dar continuidade. Nós temos é pressa, porque já foram 11 mil e já há outros para ir. Nós queremos estar nesse processo permanente aqui.

Então, agradeço imensamente esta oportunidade. Quero dizer ao CNPq que nós concordamos com o diagnóstico que ele faz em relação à nossa... E nós temos tido essa preocupação de incentivar mais jovens a fazer Engenharia, a fazer Física, a fazer Química, a fazer Matemática. É preciso incentivar esses jovens da população negra a procurar essas disciplinas. Elas são importantes no nosso processo. A gente precisa ter isso e precisa ter o apoio desses jovens.

Com a nossa experiência – a duras penas nós construímos esses programas de incentivo ao mestrado e ao doutorado para a população negra –, eu fecho dizendo o seguinte: nós estamos abertos a colaborar com o CNPq e com a Capes no sentido de podermos ter um maior número de jovens e adultos negros fazendo os seus estudos em outros países. Isso é fundamental, Senador. Quem já participou de um programa desses sabe da importância disso.

Encerro as minhas palavras agradecendo mais uma vez ao Senador Paulo Paim e a sua equipe pelo convite e pela chance de compartilhar com os senhores e as senhoras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essas foram as considerações finais do Dr. Ivair, que falou pela UnB.

Passamos a palavra ao reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, Dr. José Vicente, para os seus cinco minutos.

O SR. JOSÉ VICENTE – Sr. Presidente Paulo Paim, novamente é a nossa manifestação de agradecimento por termos sido tão bem recebidos e por esse tema ter recebido de seu gabinete e de seu mandato pronto atendimento. É também para cumprimentá-lo pelo que tem sido a sua luta em defesa de temas candentes para todos nós brasileiros, especialmente para a comunidade negra.

O Estatuto da Igualdade Racial – já o disse e repto –, seguramente, o inscreverá no livro dos heróis

nacionais, no Panteão dos Heróis Nacionais, que é a primeira legislação em 124 anos que nós conseguimos promulgar. Por isso, nós ficamos inclusive até mais serenos e tranquilos, porque estávamos inquietos e tínhamos dúvidas se nós conseguiríamos atender a tempo os reclamos dos jovens homens e mulheres negros de todo este País.

Nós temos dois mil jovens negros na Zumbi dos Palmares e eles me catam nos corredores: "Nós queremos participar desse Ciência sem Fronteiras." Então, nós temos uma resposta mais adequada para levar a eles, mas fundamentalmente para retomar aquela perspectiva do quanto...

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Eu quero fazer um...

O SR. JOSÉ VICENTE – Pois não .

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Dá para saber se – aqui eu não tenho esse dado – tiveram jovens do Zumbi dos Palmares que foram incluídos no programa?

O SR. JOSÉ VICENTE – Não, não tivemos, não tivemos. Não se inscreveram. Aliás, eu estava comentando com o Dr. Guilherme e repasso essa preocupação, Dr. Jorge Guimarães, por incrível que pareça, nós estamos tendo dificuldade de comunicação desse programa. São muito poucos jovens que sabem disso, que sabem os critérios e que têm meios de poder se colocar em todas as suas credenciais. Talvez fosse importante uma linguagem mais usual para esse público e canais de comunicação com mais fluxo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ VICENTE – Seria uma honra, um prazer.

Mas fundamentalmente eu coloco isso primeiramente na condição de cidadão brasileiro. Nós somos daquela época em que se dizia que primeiro precisaríamos esperar o bolo crescer para depois poder dele sorver. O bolo cresceu, no milagre brasileiro, e os negros ficaram de fora.

Depois diziam que nós precisávamos lutar na arena democrática e construir as legislações. Construímos todas elas: a lei da história do negro, da história da África, Estatuto da Igualdade Racial, Constituição, as conferências internacionais – e nós continuamos de fora.

Depois então diziam que o mercado saberia como resolver esse problema e resolveria de bom tamanho. E nós chegamos a ser a 6ª potência e somos menos de 1% dos pesquisadores do nosso País.

Eu imagino que nenhum de nós pode estar confortável, nenhum de nós pode estar côncio de que

cumprimos a nossa responsabilidade de cidadão, se entregarmos este País para as nossas futuras gerações.

De modo que é impossível CNPq, Capes, ou gabinete do Senador Paim, ou Zumbi dos Palmares, a Educafro e o Ivair... Não conseguem reunir capacidades, criatividades para superar esses obstáculos que permitirão que nós possamos ser muito mais que 1% dos pesquisadores, ou 10% dos discentes, ou 2% dos docentes ou praticamente que não tenhamos negros, como disse o Dr. Jorge Guimarães, entre os bolsistas do CNPq. São 130 mil jovens pesquisadores e nós praticamente não temos negros, em um País de 51% de negros e em um País em que na bendita classe média tem 47% de negros. Tem alguma coisa errada aí. E nós não podemos nos manter silentes diante dessa questão grave.

O segundo aspecto então que se coloca é o de que nós precisaríamos pensar as perspectivas. Eu, a despeito do nosso abaixo-assinado, que é uma simples contribuição, concordo. Eu acho que o Senador e o Ministro Aloizio Mercadante são pessoas sensíveis e que tanto quanto o Dr. Jorge Guimarães... Aliás, todos nós sabemos de tudo: olha, o diagnóstico é esse e nós precisamos ir além. Como? É isso que nós precisamos definir a partir de agora. Aliás, como e em que dia. Eu acho que o nosso Ministro Aloizio Mercadante terá sensibilidade e muito interesse em pensar soluções e encaminhamento para esse tema, assim como nosso Ministro da Ciência e Tecnologia.

Mas eu trago duas ilustrações que eu imagino que sejam importantes. Primeiro, Dr. Jorge Guimarães, eu acho que poderíamos estimular esses jovens negros e poderíamos fazê-lo pelo menos com um acontecimento que pudesse explicar o que é Ciência sem Fronteiras. Eu acho que a Capes poderia contribuir muito com isso.

O segundo é que o programa, tendo em conta que vai formar essa futura classe política, essa futura nova classe dirigente do País, ele poderia considerar muitos desses jovens de melhor idade que estão voltando para a universidade. Vinte e cinco por cento dos que estão nos bancos escolares são os de melhor idade, que já estão na sua segunda diplomação. Então imagino que um certame que envolvesse todos os negros que estivessem no ensino superior no País teria condições de apresentar uma massa crítica em que muitos deles estariam muito qualificados para participar deste programa Ciência sem Fronteiras.

E finalmente dizer também, Senador Paulo Paim, que tem um aspecto importante que nós poderíamos levar em conta, que é a participação do ambiente corporativo. Se eles vão participar e se eles vão financiar, que eles pudessem pelo menos estar, Frei David, em

cima daquela perspectiva da responsabilidade social. Então, que eles também tivessem esse cuidado, esse zelo de escrever uma linha qualquer de que esses recursos precisam prestigiar essa sustentabilidade, essa responsabilidade social, que incluiria, logicamente, a presença de negros também.

E, fundamentalmente, encerrando a minha comunicação, quero dizer humildemente, Dr. Guimarães e também Dr. Guilherme, que, assim como a Carlos Chagas e a Fundação Ford, a Zumbi dos Palmares é uma experiência que ilustra, anima e inspira, porque ela nasceu diante de todas essas dificuldades, em uma situação hostil, há 15 anos – porque falar em cotas há 15 anos era terrível e falar em uma instituição negra era duas vezes terrível – e, ao longo desses anos, ela comprovou que é possível criar caminhos alternativos, construir formas novas de responder às demandas desse tema.

Então, imagino que, por isso, a gente também se coloque como um espaço importante lá em São Paulo. E já queremos, de imediato, colocar à disposição para todas as contribuições que forem possíveis nesse tempo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, pela sua contribuição a esse debate, colocando-se inteiramente à disposição para os encaminhamentos que forem necessários. E como essa ideia da comissão, deixou outras duas contribuições, que vamos encaminhar junto à assessoria da comissão.

Passo a palavra, neste momento, seguindo a ordem, ao Frei David Santos, Diretor-Executivo da Educafro, para os seus cinco minutos. Em seguida, falam o Dr. Guilherme e o Dr. Jorge.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Senador Paim, Presidente desta reunião, queremos dizer que não temos dúvida de que esta audiência pública chegou na hora certa, porque os ânimos já estão bastante tensos.

Para quem chegou depois, quem não pôde chegar no horário da equipe da Mesa, bem como vocês participantes desta audiência pública e os que estão seguindo pela televisão, quero comunicar a vocês que, infelizmente, um grupo de alunos Educafro, que estaria aqui nesta audiência, teve uma postura bastante questionadora, dizendo que a Educafro negocia demais e que estava cansado de negociar. Esse grupo não quis vir para cá e, em protesto, foi fazer greve de fome no Palácio do Planalto. Eles estão lá desde cedo e vão ficar até quando eles quiserem. Foi uma posição deles, e três reivindicações.

Primeira reivindicação: que o programa Ciência sem Fronteiras já garanta a inclusão de negro. Eles só querem parar a greve quando tiverem a garantia. Segunda reivindicação: que a Dilma respeite o Presidente Lula. O Presidente Lula criou a Lei nº 12.288, criando cota no serviço público. E Dilma não regulamentou ainda. Por quê? O Governador Sérgio Cabral já fez. O Tarso Genro acabou de fazer semana passada, no Rio Grande do Sul. E Dilma não faz.

Só que eu tenho consciência: o problema não está na Dilma. Está no núcleo duro que neutraliza Dilma do contato com o povo. Tentamos várias vezes falar com Dilma e não conseguimos. Tenho certeza de que esse núcleo duro que está em torno da Dilma tem que deixar o povo chegar perto da Dilma.

E aí, Senador, com certeza a Educafro está muito feliz com a proposta do Mário Theodoro – ou foi do Ivaír – de fazer a audiência conjunta nesta Casa aqui, com os dois Ministros, da Educação e Ciência e Tecnologia, com os demais membros desta Mesa, tensa, de hoje.

Segundo, pergunto ao meu irmão Jorge Almeida Guimarães e ao nosso irmão Guilherme Sales Melo se é possível as duas entidades aceitarem marcar uma reunião com esse grupo que está em greve em frente ao Palácio do Planalto hoje, amanhã ou quarta-feira. Se vocês aceitarem uma reunião, veremos um horário conjunto para poder CNPq e Capes com esse grupo sentarem, para esse grupo ver que há vontade de acertar agora.

Se antes o nosso irmão Ivaír falou que há 40 anos há um trabalho nessa linha e que em 20 anos há uma intensa busca de igualdade e que não há retorno, que ele está cansado de sentar com os mesmos órgãos e nada anda. Fala-se bonito, o órgão muda de direção e tudo cai por terra.

Então, que bom o nosso irmão Jorge e o nosso irmão Guilherme estarem aqui, tornando possível essa reunião.

Então, uma coisa está vencida. A greve de fome que está acontecendo lá agora, a segunda reunião o Senador já assumiu, e a terceira que a equipe solicitou foi reunir-se urgentemente com o Presidente do Brasil em exercício, que no momento é o Presidente da Câmara, Marco Maia.

Então, vamos para lá agora e convido quem puder também para estar lá, em frente ao Palácio do Planalto, porque, se o Presidente aceitar, hoje, a qualquer hora do dia, transferimos as demais pautas do dia de hoje e vamos sentar com o Presidente, garantindo que, independente da reunião com o Presidente, vamos ter reunião com a Capes e CNPq, hoje, amanhã ou terça. Vamos trocar telefones e e-mails e com isso vamos

conseguir convencer esse grupo a parar a greve de fome. Lembrando a vocês que esse grupo falou que a Educafro é uma entidade que investe muito em negociação e não vai avançar se não mudar as estratégias. Esse grupo não aceitou vir para cá, aqui era para estarem uns 40 alunos do Educafro e tive essa situação de estar aqui apenas um grupo e grande parte estar lá, nesse ato de protesto.

Convidado a quem da Mesa puder ir, José Vicente e Ivair, todos nós sairmos daqui e ir para lá convencer o grupo de aceitar a negociação, aceitar a reunião. O Presidente falou que aceita, só não disse quando, se daqui a uma semana, daqui a dois dias, um dia, 24 horas, ou seja, vamos para lá ver se ele assumir se reunir conosco hoje ou amanhã. A gente aceita, com certeza, suspender a greve, porque entendemos que o grupo quer a mesma coisa, só que com métodos diferentes.

Nós queremos a solução negociada. Eles querem a solução, porque não aguentam mais. Infelizmente, o Ivair falou que foram 20 anos de negociação que não deram em nada – e ele é um homem de experiência.

O José Vicente falou: “Olha, estou cansado de ver o nosso povo negro querer, querer e querer e nada vem de concreto. Há programas particulares, mas não há programas governamentais que levem a sério essa questão.”

Então, frente a esse fato, concluo dizendo, com alegria, que seja garantida reunião com os Ministros, reunião com os presidentes da CNPq e Capes, e vamos sair agora daqui para o Palácio do Planalto, porque a coisa lá está pegando fogo, a Polícia Federal dobrou o número de policiais federais no Palácio do Planalto em torno do grupo, e nós vamos ter que ir para lá agora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Frei David, que relata a manifestação feita por um grupo de estudantes da Educafro, em frente ao Palácio e, ao mesmo tempo, dá os encaminhamentos que entende adequado neste momento. O diálogo que marcaremos para reunir os dois ministros provavelmente seria semana que vem. Não tenho aqui autorização para dizer quando eles receberiam, mas, sabendo a agenda dos ministros, temos que ser realistas que essa agenda com os dois ministros provavelmente se daria semana que vem.

Ao mesmo tempo, a greve de fome da moçada iniciou quando?

O SR. FREI DAVID SANTOS – Agora às 8 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Iniciou hoje de manhã e vai se deslocar para lá com algumas pessoas para dialogar com a moçada.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Jorge Almeida Guimarães, que falou pela Capes.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Quero confirmar o nosso interesse em discutir esse assunto, agradecendo muito ao Senador Paim pela oportunidade, e trazer alguns outros elementos.

O Ciência sem Fronteiras tem o grosso dos nossos estudantes de graduação pobres, porque tem um corte pelo Enem que permitiu a todos fazerem. Aqueles que foram para regiões muito frias dos Estados Unidos nós tivemos que comprar roupa e sapato, porque não tinham condição de estudar em cidades com menos 10 e até menos 20 graus de temperatura no inverno. Tudo isso foi feito, cada um ganhou recurso para comprar um *laptop* ou *Ipad*, o que quisesse, o que foi uma ação importante para esses casos.

Agora, qualquer ação que fizermos é preciso um planejamento, porque, sem sabermos número de quantos... Por exemplo, para entrar no Ciência sem Fronteiras tem que estar na universidade. Então, o primeiro dado importante é este. Qual é a população negra na universidade no Brasil, hoje? Pública, privada, todas, porque o Ciência sem Fronteiras não é só para as públicas, atende o setor privado também. Então, esse dado é importante. Disse-me, aqui, o Professor Ivair que existem alguns grupos de pesquisa que têm esses dados, isso será fundamental, porque, sabendo o tamanho, podemos fazer o planejamento. Como ele disse, sem financiamento, nada funciona, fica só na conversa e não avança. Então, acho que é fundamental isso ocorrer.

Os dois Ministros estão fora, estão com a Presidenta Dilma na Índia, devem estar voltando no final da semana e, quanto a fazer a reunião, se não pudermos estar presentes, o Professor Guilherme ou um diretor meu estará presente com esses jovens. Mas eu queria insistir nesse ponto: é preciso um bom planejamento, porque temos que saber o tamanho dessa população para poder, então, dizer: “Olha, podemos fazer as ações nesse tipo, tanto para inglês como para cursos outros que as universidades também vão ter que se reorientar, porque as exigências para as universidades estrangeiras são muito duras.” Portanto, não basta dizermos que paga, eles têm exigências outras que temos que contemplar. Por isso que digo que o problema não vai acabar em quatro anos, vai continuar, porque isso vai ter também um ensinamento para as nossas instituições. Os outros níveis são mais fáceis. Mestrado não tem, mas doutorado, o doutorado pleno, o doutorado-sanduíche, o pós-doutorado e o sênior, esses são mais fáceis, mas a graduação, precisamos de um bom planejamento.

Então, eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade e dizer que estamos abertos para dar continuidade.

Muito Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Jorge Guimarães, que falou pela Capes, enfatizando a importância de continuarmos com essa discussão e negociação, para assegurar a todos o espaço no Programa Ciência sem Fronteiras, do Ministério de Ciência e Tecnologia, e que envolve também o Ministério da Educação.

Antes de encerrar, quero registrar a presença do Isaac, representando a Coordenação do Sindicato dos Químicos nacional, ligado à Federação, e, de pronto, quero agradecer muito a todos os nossos convidados que vieram para o debate para apontar caminhos de inclusão, dando o corte, eu diria, da diversidade em todo o Programa Ciência sem Fronteiras, do Ministério de Ciência e Tecnologia e também, eu diria, se me permitirem assim, do Ministério da Educação.

Agradeço muito ao José Vicente, Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, pelo carinho que tem demonstrado sempre, toda vez que é convidado não mede esforços e se desloca para esta atividade. Quero agradecer muito ao Ivair Augusto Alves dos Santos, Coordenador da UnB. Como ele disse aqui, não são 10, 5, nem 15, mas mais de 40 anos nesta luta permanente. Quero agradecer muito, ele vai falar agora, deixei-o para o encerramento – mas, primeiro, agradeço ao Jorge Almeida Guimarães, que representou aqui a Capes, veio lá do nosso Rio Grande, mais uma vez, para participar deste debate e deu uma grande contribuição –, deixei-o para o final, já agradeço e, daí, encerro, porque entrarei para a segunda etapa desta nossa audiência pública, ao Dr. Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, Diretor de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Sociais, que aqui substituiu o Sr. Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

Com a palavra o Dr. Guilherme, para o encerramento da nossa audiência.

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Muito obrigado, novamente, Senador Paim, para nós é uma satisfação estar aqui, estou representando o CNPq, o Presidente Glaucius Oliva e o Ministro Raupp.

Alguns comentários só. O primeiro, o Programa está no início, como foi falado aqui, mas, até agora, ninguém que alcançou tudo o que precisava de requisito, deixou de viajar, é uma coisa importante de ser dita, até o momento. Obviamente, são requisitos difíceis, como já foi levantado aqui, de língua, etc., mas todos que atingiram isso, o Enem, etc., estão indo para o exterior.

Dois. Não sei se neste momento desta Comissão, Senador, ou num momento posterior, talvez nesta já, V. Ex^a tem condições de avaliar melhor do que eu, fosse feita, junto com o Ministro Mercadante, da Educação, e com o Ministro Raupp, da Ciência e Tecnologia e Inovação, uma audiência também com a Casa Civil, porque tem acompanhado *pari passu* isso. Obviamente, tudo que depender de recursos, em algum momento vai passar por lá. Então, a sugestão de colocar aqui.

Com relação ao acompanhamento, o Professor Jorge já falou e é importante, a Presidenta está preocupada com isso, especialmente com os alunos de graduação. Ela já falou nisso várias vezes. Em toda viagem que ela faz ela se reúne com os alunos. E, como o Professor Jorge falou, tem de comprar casaco, porque, é lógico, não pode um jovem de 18, 19, 20 anos ser mandado para o exterior, o que requer uma atenção muito grande, sem vermos as dificuldades.

Outra entidade que vai estar junto, o Senador já falou, mas não pôde estar presente aqui hoje, estava na lista dos convidados, é a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Acho interessante colocá-los ali. A Seppir está presente aqui, a gente já tem algumas atividades em conjunto, mas podemos implementar mais, dinamizar mais. Estamos à disposição para conversar com vocês. Estamos à disposição também para receber o pessoal da Educafro nesses dois dias, o Presidente do CNPq vai estar lá hoje à tarde, tenho certeza de que ele vai querer conversar, eu também vou estar junto, é só marcar um horário.

Com relação à faculdade, eu já tinha falado antes que estamos à disposição também para falar do Ciência sem Fronteiras e para falar do Iniciação Científica. Será um prazer visitar lá. Então, acredito que tenha falado o que queria. Agradeço, mais uma vez.

Muito obrigado, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só acrescentaria, além da Seppir, um órgão do Governo, a Fundação Cultural Palmares, que tem sido um parceiro importante nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dizer que ela foi convidada, mas, infelizmente, eles não puderam mandar um representante por uma série de atividades que tinham. O presidente Elói me telefonou justificando a não presença, o que entendi. O presidente Elói toda vez em que é convidado, vem estar conosco, mas eu o convidarei para estar também nessa Comissão. Naturalmente, o Mário Theodoro aqui falou, já repeti, vou enfatizar, em nome da Ministra Luiza Bairros, que também está preocupada com essa questão.

O SR. GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO – Finalizando, muito obrigado a todos. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo, Diretor de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Sociais, que aqui falou pelo CNPq.

Com isso, encerramos esta nossa audiência pública, os encaminhamentos serão aqueles já combinados na Mesa, incluindo a Fundação Palmares, que não pôde estar presente no dia de hoje. Está encerrada esta parte da audiência pública. Todos estão liberados porque vou tratar de uma segunda parte, referente a requerimentos, que não tem nada a ver com o tema. Muito obrigado a todos.

A segunda parte da nossa audiência pública é para tratar de um requerimento encaminhado pelos movimentos sociais, mais precisamente o movimento sindical, que tem como objetivo, baseado no art. 93, inciso II, a discussão para a realização de audiência pública para debater o desenvolvimento econômico e a valorização do trabalho.

Lembro que essa iniciativa vem da Câmara dos Deputados, é do Deputado Federal Assis Melo, que coordena uma frente pela valorização do trabalho da qual faço parte como vice-presidente. Então, acato a indicação do Deputado Assis Melo, que solicita que eu faça essa audiência pública em parceria.

Mediante o meu entendimento, coloco, então, em votação esse requerimento extrapauta.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao mérito, para o qual lerei, na íntegra, o requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO N° 36, DE 2012 – CDH

Requeiro a realização de audiência pública para debater o desenvolvimento econômico e a valorização do trabalho. Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão, mediante entendimento entre o Deputado Assis Melo e este Presidente.

Autoria: Senador Paulo Paim

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Com isso, encerramos a nossa audiência pública. Estão encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SÉSSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata, Lauro Antônio, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, Gim Argello e Magno Malta**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras membros desta Comissão. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 13ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião, composta de duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: 1ª Parte – Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 19, de 2011–CDH**, aprovado em 01/03/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater a política externa brasileira de direitos humanos: balanço de 2011 e prioridades para 2012”. Convidados: Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; Michelle Moraes de Sá e Silva, Coordenadora-Geral de Cooperação Internacional, em substituição a Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República Maria do Rosário Nunes; Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; Otávio Maia Chelotti, Assessor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, em substituição ao Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores Antônio de Aguiar Patriota; Daniella Hiche, Membro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos, Política Externa e Comunidade Bahá’í do Brasil; Renata Gil, Vice-Presidente de Direitos Humanos da AMB. **Segunda Parte. Deliberativa. Item 01. Terminativo: Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009.** Que altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Gim Argello. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, que altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que ‘Dispõe sobre o Estatuto

da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Gim Argello. Resultado: **Aprovado. Item 02: Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – RDH nº 37, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a violência no campo e os assassinatos ocorridos contra lideranças rurais, indígenas e quilombolas. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 3. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº38, de 2012**, que requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2012, de autoria da Senadora Marta Suplicy, de instrução do PLC 122, de 2006, já aprovado por esta Comissão, seja incluído entre os expositores, o Pastor Silas Malaia e Pastor Joide Miranda, que com certeza trarão embasamentos elucidativos para análise da matéria. Autoria: Senador Magno Malta. **Extrapauta. Item 01. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 39, de 2012**, que requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos, proceda a retirada do Requerimento nº 25, de 2010, que criou a “Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso e consequentemente, sua extinção, no âmbito dessa Comissão. Sala das Sessões, de março de 2012. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: **aprovado. Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 40, de 2012**, que requer a criação da Subcomissão Temporária, de combate à pedofilia, proteção dos direitos da Criança, do Adolescente, e da Juventude, composta de 05 membros titulares e 05 suplentes, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, até ao final da presente legislatura, com a incumbência dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento. Sala das Sessões, de março de 2012. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: **Aprovado. Item 3. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 41, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater “a quem interessa a desoneração da folha de pagamento, sem contrapartida, sequer sobre o faturamento? Quais os impactos para os trabalhadores, os empresários e a previdência?”. Os convidados as seguintes autoridades: Ministro da Fazenda Guido Mantega; Ministro da Previdência Garibaldi Alves Filho; Ministro do Trabalho Paulo Roberto dos Santos Pinto; Wagner Gomes Pre-

sidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; Ricardo Patah Presidente da UGT; Atnágoras Lopes CSP-Conlutas Deputado Federal Paulo Pereira da Silva Presidente da Força Sindical; Ubiraci Dantas de Oliveira Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; José Calixto Ramos Presidente da NCST; Warley Martins Gonçalves Presidente da COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Artur Henrique da Silva Santos Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; José Augusto da Silva Filho Coordenador Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Robson Braga de Andrade Confederação Nacional da Indústria (CNI); Antonio José Domingues de Oliveira Santos Presidente da CNC; Fabio Colletti Barbosa Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** O Senhor Presidente lê nota pública da Senhora Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da república, acerca de decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que inocentou um homem da acusação de estupro presumido em meninas de 12 anos de idade. Fazem uso da palavra as Senadoras e Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Pedro Taques, Gim Argello, Lídice da Mata, Wellington Dias, Paulo Davim, Eduardo Lopes, Ivonete Dantas e Magno Malta. O Senhor Presidente franqueia a palavra a Senhora Eliana Rodrigues März para relatar situação de desrespeito aos direitos humanos. Por solicitação dos Senhores Senadores o caso é apresentado a Senhora Michelle Morais de Sá e Silva, Coordenadora-Geral de Cooperação Internacional da Secretaria de Direitos Humanos e da Presidência da República, que, presente ao depoimento, manifestou sua solidariedade, e propôs dar os encaminhamentos cabíveis pelo Executivo Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 19, da CDH, aprovado em 1º/03/2012, de autoria deste Senador e de outros, com objetivo de debater a política externa brasileira de direitos humanos: balanço de 2011 e prioridades para 2012.

Foram convidados para este evento: Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; Bruno Monteiro, Chefe de Gabinete, em substituição à Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Deputada Federal, Maria do Rosário Nunes; Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; e Otávio Maia Chelotti, Assessor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, em substituição ao Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores, Antônio Aguiar Patriota; convidada ainda Daniela Hiche, membro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos, Política Externa e Comunidade Bahá'í do Brasil; e Renata Gil, Vice-Presidente de Direitos Humanos da AMB.

Como de praxe, vou fazer uma rápida introdução para atualizar aqueles que estão assistindo, pelos meios de comunicação do Senado, a esta audiência pública, neste momento e mesmo depois, quando ela será passada mais uma vez, durante a semana.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a política externa brasileira de direitos humanos e fazer um balanço, nessa área, de 2011, debatendo as prioridades para 2012.

Cumprimentando-a, quero aqui fazer justiça à minha amiga e companheira do Rio Grande do Sul, a Ministra Maria do Rosário, pelo seu trabalho. Sei que lidar com temas relativos a direitos humanos não é fácil e as violações, infelizmente, ainda são muitas no País e no mundo – em resumo, tanto no âmbito nacional como no internacional. Sei do esforço da nossa Ministra.

Por outro lado, reconhecemos que o Governo vem trabalhando de forma propositiva e dialogando com os movimentos de direitos humanos para avançar com políticas que garantam efetivamente melhor qualidade de vida para todos em todos os sentidos.

Esta audiência é realizada em parceria com o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, da qual a Comissão de Direitos Humanos do Senado faz parte. O Comitê é uma coalizão composta por entidades da sociedade civil e órgãos do Estado, que tem como objetivo o fortalecimento da participação cidadã e do controle democrático da política externa

do Estado brasileiro, visando à prevalência dos direitos humanos, conforme manda o art. 4º, inciso II, da nossa Constituição. O Comitê busca influenciar, participar, monitorar os processos de tomada de decisão da política externa brasileira que possam gerar impactos na proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional e, claro, se puder, repercutir inclusive internacionalmente.

Fazem parte do Comitê as seguintes entidades: 3 IN – Inclusão, Integridade e Independência; Abia – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids; ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Comissão de Direitos Humanos do Senado; Comunidade Bahá'í do Brasil; Conectas Direitos Humanos; Fundação Friedrich Ebert – FES; Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop; Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; IDDH – Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos; IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos; Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos; Justiça Global; MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos; Ministério da Saúde – Programa de DST/Aids; PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Vamos ouvir então, representando todo esse movimento, representante da sociedade civil do governo em relação ao tema.

Só concluo, ainda, dizendo que quero registrar novamente as nossas preocupações com a retirada, por parte de alguns países, do tema Direitos Humanos da Agenda da Rio+20, que acontece em junho no Rio de Janeiro. Apenas estou reafirmando essa posição, que não é só minha – creio eu –, mas de inúmeros militantes, lutadores, guerreiros e guerreiras, dirigentes de movimentos de direitos humanos com a preocupação de que o tema Direitos Humanos ia saindo da agenda do evento Rio+20.

A Organização das Nações Unidas está construindo documento com propostas para a Conferência. Em segundo, várias entidades da sociedade civil, militantes de direitos humanos... Há várias omissões. Enfim, Estados Unidos, França, Canadá e Austrália negam-se a tratar o acesso aos recursos naturais, por exemplo, como um direito humano. E claro que defender o meio ambiente, a natureza é uma questão de direitos humanos. A exclusão de questões como segurança alimentar, erradicação da pobreza, direito das mulheres e necessidade de haver responsabilidade dos países com o desenvolvimento sustentável também nos preocupa, e muito. O direito à alimentação e nutrição adequadas, além de água potável e ao saneamento

básico também não estão inclusos no documento atual. A sustentabilidade mundial deve ser garantida.

Por conta das retiradas de direitos humanos básicos, representantes da sociedade civil endereçam carta com apoio de mais de 500 organizações de 67 países ao Secretário Geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang. Eles afirmaram na carta tratar-se de uma situação que ameaça gravemente o direito de todas as pessoas e compromete a relevância das Nações Unidas. Em um dos trechos consta: “*Das cinzas da Segunda Guerra Mundial, a humanidade se reuniu para erguer instituições com o objetivo de construir a paz e prosperidade para todos, evitando mais sofrimento e destruição. Direitos humanos são direitos de todos e a própria exclusão dos princípios de país poluidor/pagador da precaução ambiental mostra que é preciso cuidar ao elaborar um documento com tamanho impacto como o que está sendo construído pelas grandes nações*”.

Enfim, vamos compor a nossa mesa com os convidados que já se encontram, neste momento, conosco.

A assessoria me informa que o Bruno Monteiro, que representa aqui a Ministra Maria do Rosário, será substituído pelo Coordenador Geral de Cooperação Internacional. A Coordenadora Geral é a Srª Michele Morais de Sá e Silva, que já convido para a mesa.

Drª Michele Morais de Sá e Silva, representando a Ministra Maria do Rosário.

Uma salva de palmas para a nossa convidada. (*Palmas.*)

Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, também presente, a quem convido para que venha à mesa. (*Palmas.*)

Convidado também a Drª Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. (*Palmas.*)

Convidamos também o Assessor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, em substituição ao Ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores, Dr. Antônio de Aguiar Patriota, Dr. Otávio Maia Chelotti, a quem convido para que venha à mesa. (*Palmas.*)

Pergunto se já chegou, porque na minha lista aqui não consta como presente, Daniela Hiche, membro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa e Comunidade Bahá’í do Brasil. Daniella, que já esteve conosco outras vezes aqui, seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Por fim, Renata Gil, Vice-Presidente de Direitos Humanos da AMB.

É com alegria que registro a presença do nosso grande Senador, que está sempre presente, participan-

do dos debates, apesar da correria da Casa, Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Palmas.*)

Os Senadores, quando quiserem, podem usar da palavra a qualquer momento.

Vou, de imediato, passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, dizendo que o tempo de cada um será de dez minutos, com mais cinco, e a tolerância da Mesa, se necessária, de mais cinco minutos. Então, o limite máximo será de 20 minutos. Serão dez mais cinco e, se necessário, mais cinco.

Então, de imediato, passo a palavra à Drª Gilda Pereira de Carvalho, procuradora federal dos direitos do cidadão, Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, para fazer as suas considerações, pelo tempo que acabei aqui de estipular democraticamente, já que não consultei ninguém – dez mais cinco, mais cinco se necessário.

Drª Gilda com a palavra, por favor.

A SRª GILDA PEREIRA DE CARVALHO – Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Senador Paulo Paim, distinta Mesa, Sr. Senador Mozarildo, senhoras e senhores presentes, como entidade que participa do Comitê de Política Externa, a PFDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão) foi então designada a fazer um relato sobre o caso dos haitianos no Brasil.

Desde 2010, está havendo um fluxo de haitianos para o Brasil. Iniciou-se, então, pelo Estado do Acre e do Amazonas, e os procuradores regionais dos direitos dos cidadãos naquela região ficaram extremamente preocupados em face da reiterada ida desses haitianos a procurar e a solicitar providências em relação à legalização de sua situação no Brasil.

Na ocasião, foram feitos contatos com o Ministério da Justiça, o Conare (Comitê Nacional de Refugiados) e outras entidades que cuidam dessa questão. Por fim, houve três recomendações do procurador regional de direitos do cidadão, no Estado do Acre, para as entidades de governo que cuidam da imigração, e, então, houve uma solução dada pela Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, em que ficou resolvido que os haitianos que estivessem no Brasil seriam documentados e teriam visto de trabalho permanente por cinco anos.

Ocorre que essa situação, Sr. Presidente, não obstante essa resolução no que se refere aos direitos humanos, vamos dizer assim, no sentido de atender a esses cidadãos que fugiam do seu país por força não só da vulnerabilidade a que estavam sujeitos por total falência do Estado haitiano, mas também por força da questão do desastre natural que aconteceu no Haiti.

Então, essa resolução deixou e está deixando – permanece ainda essa situação – tanto no Estado

do Acre... Bom, eu preciso dizer que não mesmo no Estado do Acre, porque a situação lá está resolvida. Pelo menos, é o que externou o procurador. Mas, na cidade de Iñapari, na fronteira do Brasil com o Peru, estão cerca de 244 haitianos – eu tinha anotado aqui o número exato – que vieram antes dessa resolução expedida em janeiro de 2011, e há uma solicitação dos procuradores dos direitos dos cidadãos, em face de esses haitianos terem acorrido ao Brasil em data anterior à diretriz, através da resolução, de que eles tivessem condições de ingressar no nosso País e ter documentada a sua situação.

E também em Tabatinga, no Estado do Amazonas, onde mais de 300 haitianos se encontram. É uma cidade pobre, de grave situação para os próprios brasileiros e as brasileiras, que não dispõem das políticas públicas necessárias. Então, somam-se esses haitianos que estão em situação, vamos dizer assim, também “idocumentada” em relação ao Brasil, porque não têm visto de permanência.

A solicitação dos procuradores dos direitos dos cidadãos é de que essa população, esses poucos mais de 300 haitianos que se encontram nessa cidade, tivesse regularizada a sua situação, por uma questão humanitária. E também por uma questão de cronologia dos fatos.

Recentemente, já para concluir, Sr. Presidente, eu convidei as autoridades envolvidas na resolução, vamos dizer assim, dessa questão, e tivemos uma grande reunião na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, muito positiva, em que estavam presentes não só o CNLg, o Conare e mais o MDS, vários outros ministérios que cuidam também da parte social, para que tivessem ciência desses fatos que estou aqui narrando – foram narrados com mais detalhes porque os procuradores estavam presentes, tanto do Acre quanto de Tabatinga. E descreveram a situação pela qual passam essas pessoas. Nessa reunião, então, ficaram de se encaminhar para um termo de acordo, para a entrada tanto dessas pessoas que estavam na fronteira desde aquela data e também para esses outros que se encontram ainda na cidade de Tabatinga.

Eu queria ainda informar que essas negociações prosseguem. E espero, firmemente, Sr. Presidente, que, depois desse relato aqui, todas as senhoras e os senhores aqui presentes possam então, de certa forma, fazer um pensamento positivo. Que consigamos que essas autoridades possam, então, estender essa possibilidade de entrada aos haitianos que estão em Iñapari e também aos que estão em Tabatinga, vivendo em situação calamitosa, de realmente flagrante violação dos direitos humanos.

Recebo aqui o número de haitianos em Tabatinga, que são 343.

Eu me ponho à disposição, então, para as perguntas que vierem a surgir no debate.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, que falou da situação dos haitianos.

Essa situação dos haitianos tem sido muito debatida aqui no Senado, e, inclusive, houve uma delegação de Senadores do Acre e do Amazonas que foi para a região analisar, ver e contribuir na linha da política de direitos humanos, buscando atenuar ou resolver, o que seria o ideal, a situação desses companheiros haitianos. A sua fala aqui vou passar posteriormente para essa comissão que foi montada de um grupo de Senadores que estiveram lá, para que eles também possam interagir e dialogar conosco sobre a situação dos haitianos, que preocupa todos.

Passamos, agora, a palavra à Drª Michele Moraes de Sá e Silva, Coordenadora Geral de Cooperação Internacional, em substituição à nossa querida Ministra Maria do Rosário Nunes.

Permita-me, ainda, Michele, que eu registre a presença dos representantes dos Conselhos Tutelares; de Johanna Lindquist, representante da Embaixada da Suécia; de Toni Reis, da ABGLT; de Sharon Lennon, da Embaixada da Irlanda.

Por favor, Michele.

A SRª MICHELE MORAIS DE SÁ E SILVA – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem sido grande parceiro da Secretaria de Direitos Humanos há algum tempo em nosso trabalho; todos os representantes aqui, membros do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, com os quais nós temos tido uma parceria longa e um contato permanente, representados pela Camila e pela Daniela; também o colega Otávio, representando o Ministério das Relações Exteriores; a Drª Gilda, que também tem trabalhado com a Secretaria em vários órgãos colegiados que nós temos; e a Drª Renata Gil, também presente.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer, em nome da Secretaria de Direitos Humanos, pelo convite. Para nós, é uma grande oportunidade de prestar contas de alguma forma, não apenas ao Comitê Brasileiro, mas também a toda a sociedade, ao Senado Federal, da nossa atuação na área internacional, do nosso trabalho rotineiro e cotidiano. Nós temos na Secretaria uma equipe da assessoria internacional e também da cooperação internacional, que aqui represento, que con-

tribuem de alguma forma para algumas das tarefas que o Brasil tem a cumprir na área internacional em direitos humanos. Obviamente, a assessoria internacional e a Secretaria de Direitos Humanos, de maneira alguma, formulam a política externa brasileira, e esse não é o propósito, essa é uma missão precípua do Itamaraty, mas temos trabalhado em parceria com a divisão de direitos humanos e com a divisão de temas sociais do Itamaraty, sempre colaborando no que nos cabe e no que se refere à preparação de informações, sempre que necessário, à preparação de relatórios, tudo o que se refere à coordenação nacional entre os três Poderes, entre os entes federados, entre os órgãos de governo, para recolher e sistematizar informações que possam subsidiar as informações que são enviadas pelo Itamaraty, internacionalmente.

Eu gostaria de começar apresentando para vocês a nossa atuação na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul, cujos trabalhos estão se encerrando hoje, na cidade de Buenos Aires, com a presença *pro tempore* da Argentina. Estivemos ontem, com a Ministra Maria do Rosário, em Buenos Aires, na sessão plenária da Raadh, como a chamamos, que tem sido um fórum muito importante da atuação concertada dos países do Mercosul na área de direitos humanos. Então, a Raadh é composta por todas as altas autoridades de direitos humanos dos países do Mercosul e Estados associados e tem sido uma importante plataforma de concertação e de apoio mútuo desses países no fortalecimento de suas políticas públicas de direitos humanos.

Vale destacar a nossa solicitação de opinião consultiva sobre crianças e adolescentes migrantes, que foi conjuntamente apresentada pelos países do Mercosul à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Então, numa ação conjunta de todos os países membros, nós pudemos levar à Corte essa opinião consultiva e, na próxima sessão extraordinária da Corte, que irá acontecer no Equador, haverá, acreditamos, uma nova audiência pública, na qual essa opinião consultiva será tratada.

No próximo semestre, como muitos sabem, nós temos a presidência *pro tempore* do Brasil no Mercosul. E, para essa presidência *pro tempore*, no que se referem às atividades da Raadh, nós já temos algumas orientações das atividades que serão, então, lideradas pelo Brasil.

A proposta é a de que se faça, no início do semestre, provavelmente em agosto, uma reunião no Brasil, obviamente, aberta à sociedade civil. A Raadh vem trabalhando, cada vez mais, no aprimoramento da participação da sociedade civil em suas reuniões. Reconhecemos que há ainda algumas dificuldades por conta das reuniões em vários países, que às ve-

zes colocam dificuldades orçamentárias e financeiras até para a participação de um grande número de organizações. Isso está sendo discutido e considerado pelos membros da Raadh.

E nós esperamos que, na reunião que acontecerá em agosto, já no Brasil, haja, então, ampla participação da sociedade civil brasileira e, obviamente, do Comitê brasileiro.

Nós pretendemos, também – além da reunião ordinária, que vai acontecer em agosto –, fazer uma série de seminários temáticos mais ao fim do ano. Já há uma proposta de se trabalhar um seminário sobre o acordo de residência do Mercosul, justamente para trabalhar com algumas questões relativas à imigração, principalmente para combater algumas violações que acontecem, por exemplo, quando migrantes vindos de Estados do Mercosul desconhecem seus direitos e, portanto, acabam passando por situações de violações, por exemplo, situações de trabalho escravo em regiões urbanas e rurais.

Então, a nossa ideia é fazer um seminário durante a nossa presidência *pro tempore*, que possa um pouco discutir formas de estender aos cidadãos essas informações sobre seus direitos.

Quero dizer também que a Raadh é composta por uma série de comissões permanentes e grupos de trabalho, que tratam dos seguintes temas: direitos do idoso, direitos da população LGBT, educação e direitos humanos, direito à memória e verdade, direito das pessoas com deficiência.

Nós temos, recentemente, um grupo de trabalho formado, para trabalhar com algumas questões de gênero, embora, obviamente, esse grupo não prenda substituir a Reunião de Autoridades de Mulheres, que já existe no âmbito do Mercosul. E há também um comitê que trabalha com questões de combate à discriminação racial.

Então, de alguma forma, a reunião da Raadh espelha um pouco o trabalho que fazemos na Secretaria de Direitos Humanos, no trabalho das nossas políticas públicas, e é uma grande oportunidade de, no âmbito do Mercosul, nós podermos compartilhar todas as experiências e de haver um apoio mútuo entre todos os países membros.

No que se refere à atuação na Organização dos Estados Americanos, digamos que o carro-chefe da nossa atuação tem sido o trabalho em grande parceria com a Argentina, para a promoção de uma Convenção Interamericana sobre Direitos do Idoso.

Como vocês devem saber, a população idosa não conta ainda com instrumento internacional que garanta seus direitos de maneira vinculante. Então, temos atuado em diversos fóruns, tanto no âmbito

regional quanto no universal, para que se promovam, então, instrumentos que possam garantir aos idosos a promoção e a defesa dos seus direitos.

Nós temos também o Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância, que também foi, de alguma forma, discutido na última reunião da Raadh e que conta com a representação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Então, tivemos ontem um representante da Seppir conosco na reunião da Raadh e a atuação deles também no âmbito da Organização dos Estados Americanos para promoção desse Projeto de Convenção Interamericana.

Por fim, quanto à discussão que ocorre, puxada pelo Itamaraty, sobre o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a nossa atuação recentemente tem sido principalmente no sentido... Bem, além do nosso trabalho diário com os casos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, sobre os quais vou falar mais à frente, temos trabalhado também com a recém-apresentada candidatura do Dr. Roberto Caldas para Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Dr. Roberto também esteve em Buenos Aires, agora, na reunião da Raadh, e a Secretaria de Direitos Humanos tem apoiado o Itamaraty nessa promoção de uma candidatura brasileira.

No âmbito universal, como chamamos, no seio da Organização das Nações Unidas, destaca-se neste ano... Embora o nosso trabalho com relação ao mecanismo de revisão periódica universal venha desde meados do ano passado, o Brasil apresentou, no dia 5 de março de 2012, ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas o nosso segundo relatório, o relatório referente ao II Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal.

Tivemos aqui, nesta Casa, uma audiência pública referente ao relatório e disponibilizamos exatamente ontem, para ser exata – e já chequei, realmente, está disponível no nosso site –, a íntegra do relatório nas suas versões em português e inglês, para acesso de todos. Enfim, nós tivemos um trabalho na preparação do mecanismo neste ano, que foi, numa primeira fase de consulta, realmente extensiva aos três Poderes e a todos os entes federados, para que houvesse uma participação ampla do ponto de vista das informações que nos foram fornecidas para a preparação do relatório.

Num segundo momento, nós o colocamos para consulta pública, sistematizamos essa participação no corpo do relatório, submetemos o relatório à audiência pública e tivemos depois a finalização do relatório para submissão às Nações Unidas.

No dia 25 de maio deste ano, a Ministra Maria do Rosário e outras representantes do Governo irão ao Conselho de Direitos Humanos em Genebra, para fazer a apresentação, a sustentação oral desse relatório. Esperamos que, de alguma forma, haja também representantes do Comitê Brasileiro. Eu acho que o Brasil tem-se destacado como exemplo não só no seu processo de elaboração do relatório, mas também na atuação da sociedade civil brasileira como parte fundamental do mecanismo. E esperamos realmente que vocês também possam estar presentes e mandar seus subsídios.

No âmbito da ONU, há algumas candidaturas brasileiras neste ano. Quero destacar inicialmente a candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos. Essa candidatura já foi apresentada. Também temos a candidatura da Drª Sílvia Pimentel ao Comitê da Cedaw. Ela já foi Presidente do Comitê, e esperamos que possa reeleger-se por mais um termo.

Há, também, em andamento, como eu já falei, não no sistema ONU, mas no sistema regional, a candidatura do Dr. Roberto Caldas. E, recentemente, alguns eventos paralelos: durante a última sessão do Conselho de Direitos Humanos, a brasileira Irina Karla Bacci esteve presente a um evento paralelo com relação aos direitos LGBT e que é Presidente do Conselho Nacional LGBT, em que nós tivemos a honra de tê-la como representante do Brasil nesse evento paralelo; também, o Dr. Carlos Arthur Nuzman, no evento paralelo sobre esportes e direitos humanos, como representante e Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.

O Brasil tem-se destacado por capitanejar alguns eventos brasileiros, sempre que há as reuniões ordinárias, seja do Conselho, seja da Assembleia Geral. E temos buscado, sempre que possível, ter o envolvimento da sociedade civil brasileira, representando-nos como uma grande fonte, como uma grande representante da experiência brasileira em direitos humanos.

Como sempre dizemos, os nossos avanços em políticas públicas se devem ao fortalecimento da democracia brasileira e ao fortalecimento da participação social, com grande apoio da sociedade civil.

Por fim – e imagino que o seja mesmo –, a ratificação de alguns instrumentos internacionais. A Ministra Maria do Rosário, quando esteve recentemente no Conselho de Direitos Humanos, com a carta de plenos poderes, pôde, então, assinar o Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança, que era um dos instrumentos que restavam pendentes de assinatura.

Há, ainda, pendente a assinatura do Pidesc, do Protocolo Facultativo ao Pidesc, e também do relativo aos trabalhadores migrantes, no que se refere à sua ratificação.

O Subcomitê de Prevenção à Tortura. Como muitos de vocês sabem, tivemos a visita do Subcomitê de Prevenção à Tortura das Nações Unidas no segundo semestre do ano passado. O subcomitê depositou, junto às Nações Unidas, em fevereiro, o seu relatório final, que recebemos em Brasília, em março deste ano. Estamos em processo de preparação de um mecanismo de monitoramento e encaminhamento das recomendações feitas pelo subcomitê. O relatório do subcomitê será divulgado em breve. O que queremos é que haja a divulgação, juntamente com uma proposta de resposta de como o Governo brasileiro fará o acompanhamento dessas recomendações feitas pelo subcomitê. Nós sabemos que está demorando um pouquinho, mas é porque, realmente, as ações referentes à prevenção da tortura envolvem um grande número de órgãos do Governo brasileiro e queremos garantir que haja coordenação entre esses órgãos para que haja, então, uma resposta uníssona do Governo sobre como fazer o acompanhamento dessas recomendações.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, são os últimos cinco minutos, para chegar aos vinte.

A SR^a MICHELE MORAES DE SÁ E SILVA – Estamos no finalzinho.

Quanto ao mecanismo nacional, eu acho que esse é o lugar ideal realmente para falarmos desse assunto. Justamente quando da presença do subcomitê das Nações Unidas no Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff enviou a este Congresso Nacional o PL do mecanismo nacional e nós realmente esperamos que haja, o quanto antes, a tramitação no Congresso e a aprovação do mecanismo como parte importante do nosso compromisso com a Convenção de Combate à Tortura e os seus protocolos. Essa é uma das nossas prioridades de pauta junto ao Congresso. Quando a Presidência nos solicitou os nossos pontos prioritários de tramitação no Congresso, este ano, o mecanismo figurava entre as nossas prioridades para 2012.

Este é o último slide realmente.

A Cooperação Sul-Sul em direitos humanos. Esse é um tema que eu acredito que o Comitê Brasileiro tem tratado um pouco menos, mas acho que é realmente um tema que poderia contar enormemente com a participação da sociedade civil brasileira. No ano passado, nós abrimos um processo de discussão sobre uma estratégia de Cooperação Sul-Sul em direitos humanos. Nós acreditamos que o Brasil tem a possibilidade de oferecer uma alternativa como modo de cooperação com as nossas nações irmãs, com os demais países em desenvolvimento. Nós não queremos repetir, de forma alguma, erros cometidos na cooperação inter-

nacional por outros países. Acreditamos que a Cooperação Sul-Sul em direitos humanos pode ser uma grande oportunidade para que começemos a construir modelos inovadores de cooperação. Atualmente, na Secretaria de Direitos Humanos, contamos com oito projetos de Cooperação Sul-Sul. Um deles é no Haiti. Por conta desse projeto de cooperação com o Haiti na área de pessoas com deficiência, a Ministra Maria do Rosário esteve no Haiti, em janeiro deste ano, com a comitiva da Presidenta. Nós realmente acreditamos que a Cooperação Sul-Sul brasileira tem um diferencial, mas esse diferencial pode ser acrescido. Nós temos um grande potencial de compartilhamento de nossas experiências, mas de uma maneira inovadora e de uma maneira realmente transformadora.

Então, temos aí alguns dos nossos projetos: projetos na área LGBT, projetos na área de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, promoção dos direitos das pessoas com deficiência, educação em direitos humanos. Também devo destacar dois projetos na África de fortalecimento das instituições de direitos humanos daqueles países, que, tanto em Guiné-Bissau como em Cabo Verde, se chamam Comissão de Direitos Humanos.

Eu acho que o Brasil tem o privilégio de ter não só o fortalecimento de suas instituições democráticas, mas também o fortalecimento das suas instituições de direitos humanos. E nós temos uma grande contribuição a dar para os países que buscam a nossa cooperação no sentido de permitir também a institucionalização desses processos participativos, colaborativos e democráticos que venham a promover e a proteger os direitos humanos.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a D^a Michele Moraes de Sá e Silva, que falou em nome da Ministra Maria do Rosário Nunes.

Quero registrar a presença, para alegria desta Comissão, do Presidente, da Mesa, do Plenário e daqueles que nos assistem pelos meios de comunicação do Senado, de um outro grande Senador, como o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, ambos comprometidos com a política de direitos humanos, Senador Pedro Taques. (*Palmas.*)

Também registro as presenças do Sr. Christopher Jester, Adido Político e Trabalhista da Embaixada dos Estados Unidos; e da Embaixada da Inglaterra, o Sr. Philip Everest, Terceiro Secretário de Assuntos Políticos.

Peço uma salva de palmas para todos os nossos convidados. (*Palmas.*)

Temos aqui também a Srª Fernanda Lapa, do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos.

Passamos a palavra à Drª Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

Aproveito para registrar a presença de outra mulher lutadora e comprometida com todas as políticas de direitos humanos, a Senadora Lídice da Mata. (*Palmas.*)

A SRª CAMILA LISSA ASANO – Muito obrigada, Senador. Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, à Senadora e a todos os Senadores presentes, a todos que nos acompanham e aos companheiros da Mesa e, em nome do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, gostaria de dizer que é um prazer estar no Senado.

Como mencionado pelo Senador Paulo Paim no início desta audiência, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa é uma iniciativa de natureza mista. Ele é composto tanto por entidades da sociedade civil como, também, por órgãos do Estado. Eu, por exemplo, além de ser Secretária Executiva do Comitê, faço parte do Conectas Direitos Humanos, uma ONG de São Paulo; e a Daniela, que também participará desta audiência, faz parte de uma outra ONG brasileira, a Comunidade Bahá'í do Brasil.

Por isso, temos o grande prazer de ter a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão conosco. A Drª Gilda é sempre muito ativa nas discussões do Comitê. Então, é uma forma de fazer essa interlocução.

O objetivo do Comitê, conforme disse o Senador, é fortalecer a participação cidadã e o controle democrático da política externa brasileira, a fim de que haja prevalência dos direitos humanos nessa atuação internacional do Brasil.

Para isso, temos várias formas de atuação. Uma delas é utilização de canais formais de participação propiciados pela democracia, como a realização de uma audiência pública como esta na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Acho que este é um momento importante não só pelo debate, mas por ter a presença de órgãos do Estado, para prestar contas, como lembrou a Michele, e também apresentar a agenda prioritária para o ano, com o intuito de trazer transparência, afinal de contas a participação requer informação de qualidade, mas também é uma forma de o Comitê por em prática uma forma de ação que é utilizar esses canais formais.

Esperamos que outros canais sejam consolidados ou mesmo criados, na sua ausência, com relação à Política Externa e Direitos Humanos, que será aqui o tema de hoje.

Hoje, a ideia seria, pelas falas do Comitê, propor, tecer comentários e considerações sobre o documento Agenda Mínima, elaborado pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa em 2010, na época das eleições presidenciais.

Com todo o acúmulo de atuação dessa coalizão criada em 2006, fizemos dez compromissos que foram apresentados aos candidatos na época, em 2010. Esse documento também foi discutido, inclusive, em uma audiência aqui no Congresso e contou com a adesão de representantes de todas as campanhas, inclusive da então candidata e hoje Presidenta Dilma.

Esse documento tem servido um pouco com orientador das atuações do próprio Comitê, com relação ao que entendemos como prevalência dos direitos humanos na política externa e formas de garantir participação social e controle democrático nessa política.

Então, a ideia seria, em alguns pontos, que vou tratar aqui e também a Daniela, tecer alguns comentários sobre o que avançou e o que deixou de avançar e, em alguns casos, o que retrocedeu com relação aos acontecimentos de política externa brasileira ao longo do primeiro ano e três meses da gestão da Presidente Dilma e também aproveitar para reforçar algumas propostas concretas que estavam nesse documento e que ainda não foram realizadas e algumas outras que surgiram do debate mesmo do Comitê e das entidades aqui presentes.

Antes, se puder, eu gostaria só de falar um pouco sobre a estrutura desse documento, que possui três blocos de compromisso.

O primeiro dispõe sobre as obrigações regionais e internacionais de direitos humanos do Brasil – muitos dos pontos a própria Michele já abordou –, como a adesão aos instrumentos regionais e internacionais pendentes nas ratificações; o cumprimento, a implementação de decisões e as recomendações que vêm dos órgãos regionais e internacionais de direitos humanos; e o cumprimento de prazos de relatórios que o Estado brasileiro deve enviar a esses órgãos responsáveis pelo monitoramento de alguns instrumentos de direitos humanos.

Outro bloco de compromissos, que vai do compromisso 4 até o compromisso 7, estabelece a questão da prevalência dos direitos humanos na política externa. Determina a conferência da primazia dos direitos humanos frente a outros interesses em meio a negociações, para que os direitos humanos não sejam negociáveis, como a própria Presidenta Dilma disse em uma das suas visitas – acho que foi na primeira visita oficial que ela fez à Argentina. Em uma entrevista, ela deixou muito claro que os direitos humanos não seriam

negociáveis nas relações internacionais do Brasil. Portanto, é esse o intuito do compromisso nº 4.

O compromisso nº 5 prevê que o Brasil possui – esta é uma virtude internacional do País – uma capacidade de diálogo com diferentes interlocutores; diferentes grupos de países possuem um diálogo fluido com o Brasil. O que o Comitê pede é que essa capacidade de diálogo com diferentes interlocutores de diferentes países seja utilizada em prol dos direitos humanos e não ao contrário, para que essa boa relação se mantenha a custa de algumas posições mais tímidas com relação às violações que acontecem em outros locais do mundo.

Por fim, há outro bloco ao qual eu vou me deter mais na minha apresentação sobre o fortalecimento dos órgãos regionais e internacionais de direitos humanos, na crença de que esses órgãos contribuem para a melhoria no terreno não só no Brasil e nos nossos distintos Estados, mas também em outros países. Então, que o Brasil tenha a tradição do multilateralismo e dos direitos humanos e que essas tradições se expressem nas posições que o País tem adotado em diferentes momentos de fortalecimento institucional, de revisão de procedimentos desses órgãos regionais e internacionais.

O último bloco dispõe sobre a participação cidadã e o controle democrático da política externa.

O primeiro ponto, que a Daniela também vai abordar na sua fala, refere-se à questão do acesso à informação na formulação e na condução da política externa. Para isso, temos, com grande alegria, a expectativa para a chegada de maio, quando a Lei de Acesso à Informação Pública vai entrar em vigor. A expectativa é de que isso seja um grande incentivo para que a política externa seja menos opaca do que tem sido até então.

Além da questão do acesso à informação, pensando no controle democrático, há a importância de realizar consultas públicas sobre a atuação internacional do Brasil em temas de direitos humanos e o controle democrático na ideia dos pesos e contrapesos e de como os diferentes poderes do Estado atuam e também se autocontrolam, contribuem, colaboram na condução da política externa. Acho que vai ser bem interessante estarmos aqui no Senado para também pensarmos em quais são as possibilidades disponíveis.

A minha fala vai focar mais nesses elementos referentes aos compromissos sobre a prevalência dos direitos humanos na política externa e tecer alguns comentários iniciais. Estamos ainda no primeiro percurso do mandato da Presidenta Dilma, que foi iniciado com uma grande expectativa da sociedade civil. Lembro que a avaliação dos diferentes integrantes do Comitê

era se haveria uma posição mais clara, mais incisiva e firme com relação a violações acontecendo no mundo e no Brasil, na política externa. Isso também foi motivado um pouco por algumas declarações e discursos oficiais feitos no início do mandato, tanto essa que mencionei da visita à Argentina, mas também no Dia do Diplomata, dizendo que, ainda mais agora, direitos humanos teriam uma posição central nas prioridades de política externa.

Então, foram vários elementos apontados no início do mandato que indicariam maior clareza nas posições que seriam tomadas e uma maior firmeza de algumas dessas posições.

De fato, um tema que acompanhamos bem de perto foi quando, em março de 2011, o Conselho de Direitos Humanos da ONU – um dos temas de que a Michele tratou – adotou uma resolução que criava uma relatoria especial para os direitos humanos no Irã. Temos acompanhado algumas entidades do Comitê, a crise dos direitos humanos no Irã e a incapacidade do Conselho de Direitos Humanos de tratar a questão. Finalmente, em março, foi feita a apresentação de uma resolução, que contou com o apoio do Brasil. Isso foi visto com bons olhos, até porque o Brasil tinha um histórico de posição de abstenção relacionada a resoluções sobre o Irã, no âmbito da ONU em direitos humanos.

No entanto, apesar desse exemplo muito concreto de aplicação do discurso inicial de centralidade dos direitos humanos, ao longo dos meses, foi visto o retorno da ambiguidade no uso dos critérios. Então, por exemplo, no caso do Irã, houve o voto a favor no Conselho de Direitos Humanos. No entanto, quando houve uma resolução, mais para o final do ano de 2011, em novembro e em dezembro, na Assembleia-Geral, o Brasil se absteve nessa votação. Então, fica a falta de clareza nos critérios. Houve a menção de que esse não seria o âmbito mais adequado para se tratar resolução sobre direitos humanos. No entanto, o Brasil votou, em 2011, a favor da resolução sobre a Coreia do Norte, na Assembleia-Geral e no Conselho de Direitos Humanos. É preciso esclarecer quais os critérios que estão sendo utilizados, para que posições como essas não sejam entendidas como incoerentes ou mesmo dúbias.

Outro caso importante, que surgiu como uma preocupação do Comitê, é a situação dos direitos humanos na Síria. Não dá mais para dizer que é uma situação, mas sim uma crise, uma crise humanitária, que se passa na Síria. O Brasil, apesar de ter apoiado as resoluções no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e da Assembleia-Geral, relativas à situação de direitos humanos, optou por se abster na Resolução do Conselho de Segurança. Era uma resolução que

não tratava do uso da força, mas é um tema importante de ser discutido aqui. Enviou, juntamente com a África do Sul e a Índia, uma missão a Damasco, perto do início da repressão. Essa missão não teve divulgação dos seus resultados e, para alguns analistas, acabou servindo como uma “carta na manga” para o regime sírio, para dizer que estaria cooperando, quando, no momento, estava com as portas fechadas à comunidade internacional.

Então, a falta de informações e de prestação de contas dos resultados dessas iniciativas, novamente, só reforçam as dúvidas com relação aos impactos reais do resultado dessa política externa. Portanto, são importantes momentos como esse de diálogo.

No gancho da discussão sobre o que fazer com a situação síria, uma vez que o Conselho de Segurança encontra-se paralisado e a situação é extremamente delicada, o Brasil tem proposto um novo conceito, chamado responsabilidade ao proteger, em linha com o conceito que vem se consolidando, no âmbito das Nações Unidas, desde 2005, da responsabilidade de proteger.

Foi convocada uma reunião de debate aberto em Nova York, na Assembleia-Geral. O Ministro Patriota esteve presente. É importante que haja essa reunião, que foi aberta à sociedade civil. No entanto, não houve um momento de diálogo aqui, com a sociedade brasileira, com as organizações que têm acompanhado a questão humanitária, a questão de direitos humanos, sobre o que são esses novos elementos da responsabilidade ao proteger.

Se houve um momento de diálogo lá fora, faltou ter esse diálogo aqui. E ainda há tempo. Então, aproveitamos para reforçar a importância da necessidade de um debate nacional com as organizações brasileiras, com brasileiros e brasileiras que queiram entender qual é esse novo conceito, essa proposta que o Brasil tem feito no âmbito internacional relativo ao conceito de responsabilidade ao proteger.

Agora, passando para o compromisso referente a fortalecer órgãos regionais e internacionais de direitos humanos, vou-me deter, um pouquinho mais, no processo de fortalecimento, levado ao cabo no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, sobre o sistema interamericano de direitos humanos. A Michele mencionou que esse processo esteve em andamento no primeiro ano do mandato de Dilma.

Então, ao longo dos meses de 2011, esse processo foi levado adiante e culminou na aprovação de um documento, pelo Conselho Permanente da OEA, com algumas propostas e recomendações. A grande maioria dessas recomendações foi direcionada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. E, infeliz-

mente, poucas recomendações foram direcionadas aos Estados. Sabemos que o bom funcionamento desse sistema depende do real comprometimento por parte dos Estados. Então, é importante que, a partir das conclusões que saíram desse processo, os Estados, incluindo o Brasil, por ser membro integrante desse sistema interamericano, possam implementar as boas recomendações também.

Um pouco na linha de apontar a falta de diálogo, como eu disse, esse processo de fortalecimento se deu ao longo de 2011 e não houve um momento de discussão, junto à sociedade brasileira, sobre as posições que estavam sendo levadas pelo País. Era até mesmo difícil poder fazer um acompanhamento das posições que estavam sendo apresentadas pelo Brasil, porque não havia espaços de diálogos aqui. Inclusive, algumas vezes, organizações que estavam diretamente em Washington, onde fica a sede da Comissão Interamericana, acabavam tendo mais acesso a algumas posições do Brasil do que nós mesmos, aqui no País. Então, infelizmente, marcou-se nesse processo uma falta de diálogo e de transparência nas posições e das prioridades que estava sendo levadas no Brasil.

Destaco, aqui, três pontos que foram reforçados pelas posições do Brasil. Alguns deles suscitam preocupações por parte do Comitê.

O primeiro deles com relação a medidas cautelares, que a Comissão Interamericana pode proferir, com relação aos diferentes casos. Já acompanhamos todo o debate com relação às medidas cautelares no caso de Belo Monte. Infelizmente, esse debate acabou culminando em um processo de questionamento das cautelares. É importante lembrar, antes de qualquer discussão técnica sobre urgência, perda de objeto ou qualquer outra questão, que as cautelares servem para proteger vidas, servem para proteger aqueles que, se não forem protegidos, vão sofrer danos irreparáveis e, muitas vezes, implicam na morte de algumas pessoas que se encontram em uma situação de ameaça ou de vulnerabilidade extrema por uma violação em curso. As medidas cautelares são elementos extremamente importantes e qualquer posicionamento, seja do Governo brasileiro com relação as suas próprias medidas cautelares ou ao formato, deve ter como objetivo o fortalecimento e não uma relativização da sua aplicação.

Um ponto que o Brasil tem tocado nesse processo de fortalecimento é urgência versus demora que a Comissão tem em outorgar as medidas cautelares. Se a Comissão demorasse tanto tempo, o objeto do pedido sumiria.

Acho que o objetivo é que a Comissão possa atuar de forma célere. No entanto, uma solução proposta não pode prejudicar as vítimas, que são aquelas be-

neficiadas pelas medidas cautelares. Esse é um ponto importante de se ressaltar.

Com relação a soluções amistosas, que também têm sido um ponto levantado pelo Brasil nesse processo de fortalecimento do sistema interamericano, o Comitê gostaria de lembrar que as soluções amistosas dependem do compromisso real do Estado. Sabemos que, no Brasil – a Michele mencionou que falaria sobre alguns casos, mas, pela falta de tempo, não deu –, há alguns casos que foram solucionados por meio dessa alternativa de solução amistosa. Mas aproveito, aqui, para convidar o Governo, ou mesmo pedir que o Governo faça uma prestação de contas sobre o estágio dessas soluções amistosas, porque se ele é apenas um mecanismo para evitar que o caso avance, elas perdem totalmente seu sentido. E o Brasil, por valorizar essa forma de atuação, contribuiria ao tornar público os efeitos das soluções amistosas e o impacto nos diferentes casos individuais.

Ainda na questão do processo de fortalecimento do sistema interamericano, tem uma discussão sobre mandato de promoção da Comissão Interamericana versus mandato de proteção da Comissão Interamericana. Em um primeiro momento, isso pode se tornar um falso debate. Afinal de contas, ao proteger direitos humanos, a Comissão está promovendo... Acreditamos que há um equilíbrio adequado, mas a Comissão precisa, como um todo, fortalecer. Inclusive, toca a questão do orçamento da própria Comissão. Uns falam que é preciso realocar o orçamento existente para dedicá-lo mais à promoção dos direitos humanos. Não. É preciso que o orçamento seja reforçado para que mantenha e fortaleça o mandato de proteção e que possa também adequar o mandato de promoção. Lembrando que promoção não no sentido de seminários e cursos, que são importantes, mas, no fundo, a promoção de direitos humanos se dá por meio do avanço de *standards*, dos padrões mínimos que são acordados internacionalmente e definidos como parte do direito internacional dos direitos humanos. Então, também é preciso deixar bem claro que tipo de promoção é essa, para que a Comissão não tenha funções apenas de promoção de cursos e seminários – elas são importantes, mas a Comissão não pode restringir-se a isso.

Passando muito rapidamente para os outros órgãos, no caso do Mercosul, nós ficamos felizes com a Reunião de Altas Autoridades, porque esse era um ponto.

Outro ponto é com relação ao Parlasul. É importante estarmos aqui, inclusive, para pedir um informe. O Comitê participou de uma audiência sobre o informe anual de direitos humanos que cabe ao Parlasul produzir. Sabemos de todas as dificuldades, mesmo no

momento de transição do Parlasul e de sua definição da forma como são eleitos. No entanto, esse informe encontra-se em uma forma paralisada ou, muitas vezes, dificultada. É importante saber, e aproveito até para pedir informações sobre como anda esse ponto.

Outros dois pontos que já constam no documento falam sobre as obrigações financeiras do Brasil aos órgãos internacionais. É importante esclarecer que é muito difícil obter informações sobre o estágio das contribuições financeiras. Houve todo um debate sobre o atraso do Brasil ao fazer sua contribuição ao sistema interamericano de direitos humanos.

Por fim, a Michele tratou de candidaturas brasileiras. É muito importante que bons brasileiros e boas brasileiras possam participar e contribuir para esses sistemas, mas é preciso que haja um processo transparente e participativo, aqui no Brasil, na definição. Como foram definidos? Não estamos aqui questionando se os candidatos ali apresentados possuem a competência para ocupá-los. Não é essa a questão, mas como foram definidos, qual foi o processo, quais foram os critérios levantados? Existem algumas experiências, no âmbito internacional, de tornar esse processo mais transparente e participativo.

Acabei. Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Ficou dentro do tempo.

Essa foi a Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, que fez uma série de questionamentos. Entendo que, no momento adequado, principalmente a Drª Michele deverá responder.

Quero informar a todos os presentes que, logo que terminarmos esta audiência pública, nós teremos a segunda parte da reunião, que tem como objetivo votar um projeto terminativo que altera os arts. 132, 134 e 139, da Lei nº 8.069, de 03 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, relativos aos Conselhos Tutelares. É para fortalecer os Conselhos Tutelares. Podem bater palma aí que eu não fico bravo. (*Palmas*.) O projeto é de autoria da Senadora Lúcia Vânia e a relatoria é do Senador Gim Argello. Votaremos hoje o projeto. Diversos Senadores estão ligando e dizendo que, a partir do momento em que nós iniciarmos o processo de votação, eles estarão aqui.

Passamos a palavra ao Dr. Otávio Maia Chelotti, Assessor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, que aqui representa o Ministro das Relações, Antonio de Aguiar Patriota.

Permita-me que eu registre a presença conosco de Jean Tible, Diretor de Projetos da Fundação Friedrich Ebert.

Está conosco também o Senador Eduardo Suplicy, que já esteve aqui, mas retorna em seguida.

Por favor, Dr. Otávio, com a palavra.

O SR. OTÁVIO MAIA CHELOTTI – Muito obrigado.

Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação do Senado Federal, Sr. Senador Paulo Paim; Sras e Srs. Senadores; demais membros da Mesa; senhoras e senhores, agradeço, em nome do Ministério das Relações Exteriores, a oportunidade de participar desta audiência pública sobre a política externa brasileira de direitos humanos. Trata-se de oportunidade ímpar para que o Governo, o Parlamento e a sociedade civil façam balanços e compartilhem visões sobre esse tema, e o Itamaraty está permanentemente disposto a empreender esse esforço.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dar alguns esclarecimentos sobre essa notícia que o senhor leu antes, no início da sessão.

Pelas informações que nós temos, na verdade todos os temas relacionados a direitos humanos no que se refere à negociação do documento final da Rio+20 ainda estão em aberto, ou seja, tecnicamente, eles estão em colchetes. Existem divergências que são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Existe a possibilidade.

O SR. OTÁVIO MAIA CHELOTTI – Exatamente. São parte do processo negociador. Enfim, isso ainda está muito em aberto, porque lembro que o documento foi uma versão zero, e agora realmente está começando a negociação a fundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero só dar um destaque ao que o Dr. Otávio traz como informação.

Na abertura, eu mostrei a minha indignação, porque a informação que eu recebi era que a questão de direitos humanos não estaria mais na Rio+20. O Dr. Otávio disse que não é bem assim, não. Há quem não quer, mas muita gente quer, e, na visão dele, há a possibilidade real de estarmos lá. Boa notícia, Dr. Otávio. Nós que eu digo são os militantes dos direitos humanos. (Pausa.)

O SR. OTÁVIO MAIA CHELOTTI – Bom, a formulação e a implementação da política externa brasileira em matéria de direitos humanos têm por base a Constituição Federal, que afirma ser a prevalência dos direitos humanos um dos princípios que regem as nossas relações internacionais. As ações do Brasil no âmbito externo refletem essa diretriz.

Para um País com as características do Brasil, que possui um marco legal relativamente avançado na área de direitos humanos, o grande desafio que enfrentamos não é bem o reconhecimento de direitos em si, o que ocorre em muitos países, mas a criação

e o fortalecimento de instituições e de instrumentos capazes de lhes dar efetiva proteção. É esse o desafio que nós enfrentamos no campo interno. Enfim, é essa a interseção, de certa forma, dos direitos humanos no plano internacional com a área nacional.

Essas atividades de política externa podem representar reflexos importantes no plano interno, especialmente às aquelas relacionadas aos mecanismos de monitoramento internacional com os quais o Estado brasileiro assumiu compromisso: os mecanismos de petição individual; as visitas realizadas por relatores especiais; avaliação pelo mecanismo de revisão periódica e universal do Conselho de Direitos Humanos; apresentação de informes aos órgãos de monitoramento de tratados; e o diálogo mantido pelo País com a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No plano internacional, o Brasil considera ser o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas a instituição-chave do sistema internacional. Como sinal dessa importância, o Brasil está disputando, tem uma candidatura para um terceiro mandato para o órgão, no período de 2013 a 2015, nas eleições que se realizarão no segundo semestre em Nova York, e, para tanto, o Brasil reafirma o seu compromisso de continuar a participar de forma ativa e construtiva do sistema internacional e do próprio SDH, inspirando-se nos princípios de universalidade, imparcialidade, objetividade, não seletividade e valorização do diálogo e da cooperação internacional.

Neste sentido, assume importância maior ainda a segunda avaliação do Brasil pelo mecanismo de revisão periódica universal, que ocorrerá, como disse a Michele, no dia 25 de maio, em Genebra.

Esse exercício, que foi precedido pela elaboração do relatório nacional, que foi submetido a consultas públicas, incluindo uma audiência pública nesta própria Comissão, ele é um dos instrumentos que, por sua imparcialidade, por sua universalidade e por sua não seletividade, é um dos mais eficazes para permitir uma avaliação isenta, pela comunidade internacional, da situação dos direitos humanos de cada país.

Como a Michele também disse, a participação brasileira em 2008, na sua primeira avaliação, foi positiva, o que foi reconhecido, inclusive, pelo Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos, e levou, inclusive, a convites para que o Brasil auxiliasse ou compartilhasse sua experiência, pelo menos na elaboração dos relatórios na avaliação, com outras nações que ainda também seriam avaliadas, como Haiti, Angola e Panamá.

Isso se liga à questão, naturalmente, da cooperação na área de direitos humanos que é levada ao

cabo, principalmente pela SDH e pela ABC, Agência Brasileira de Cooperação.

O Brasil também tem uma vertente que é, digamos assim, os direitos humanos difusos, de importante cooperação na área do desenvolvimento de direitos sociais e econômicos e também na área de cooperação humanitária, neste caso em conjunto com órgãos internacionais.

O Brasil participa ativamente da RPU não apenas no seu processo de preparação e de avaliação própria, mas também oferecendo recomendações para outros países que são avaliados. Isso ilustra o compromisso brasileiro de avançar a proteção dos direitos humanos no âmbito internacional e também de valorizar o fato de que o mecanismo da RPU é uma forma dialogada de participação.

Essa defesa de um tratamento objetivo dialogado e universal dos direitos humanos reflete-se também na atuação do Brasil dentro do próprio SDH. O País foi um dos facilitadores na negociação do capítulo dedicado a métodos de trabalho do Conselho durante o processo de revisão que se encerrou em 2011 e pretende também, no futuro, trabalhar no debate com vistas a aumentar a eficiência do Sistema Internacional como um todo, sobretudo em seu componente relativo ao...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixem-me só registrar a presença do Senador Gim Argello, que veio aqui dar todo o apoio e vai trabalhar também pela aprovação do projeto, porque ele é o Relator. (*Palmas.*) Ele só vai sair para mobilizar os Senadores para virem para cá. (*Palmas.*)

O SR. OTÁVIO MAIA CHELOTTI – Então é para aumentar a eficácia e eficiência do Sistema International de Direitos Humanos, sobretudo em seu componente relativo aos órgãos de monitoramento de tratados.

Embora esse debate esteja incipiente, este ano deverá haver um relatório do Escritório do Alto Comissariado sobre o assunto e também foi criado um grupo de trabalho de discussão, na verdade, sobre o assunto no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ambas as iniciativas partem de uma avaliação comum que se relaciona também com algo que a Camila falou, que é o fato de que, infelizmente, tanto os Estados quanto os próprios órgãos de monitoramento não conseguem dar conta, digamos assim, da elaboração e da avaliação, num caso da elaboração e no outro caso da avaliação, dos relatórios que se devem realizar.

É um debate que, como eu disse, ainda é incipiente, mas que, essencialmente, a questão deve, nesse campo específico, centrar-se na busca de formas de conferir objetividade e convergência aos relatórios nacionais, de modo que tanto a elaboração quanto à avaliação sejam processos mais rápidos e eficazes,

orientados para medidas com impactos práticos sobre os países que apresentaram os relatórios e, ao mesmo tempo, verificar formas de aumentar a eficiência dos órgãos de monitoramento.

Igualmente, um ponto que a Camila tocou: o conceito de responsabilidade ao proteger, que foi lançado pela Presidente Dilma Rousseff na sessão de abertura da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a ideia que embasa o conceito é promover uma reflexão que possibilite à comunidade internacional dotar-se de parâmetros mais consistentes e confiáveis do ponto de vista de legalidade, legitimidade e eficácia, especialmente no que se refere às autorizações de uso de força militar pelo Conselho de Segurança. Isso decorre pelo fato de que, para a população civil, o uso de força militar sempre cria riscos, especialmente cria riscos de que uso de força possa criar instabilidade e violência, que vai perdurar além desse momento.

Então, a ênfase do conceito, na realidade, é a diplomacia preventiva e controle estrito do escopo de eventuais ações militares autorizadas pelo Conselho. Este conceito, então, na realidade, ele não é incompatível com responsabilidade de proteger. Ele, na verdade, busca aprimorar e refinar o conceito de responsabilidade de proteger em linha, na realidade, com o acordado na Cúpula Mundial de 2005, que lançou o responsabilidade de proteger.

Em relação à questão do desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos, cabe notar que o Brasil apóia – tocando em uma coisa que a Michele disse – a criação de uma convenção internacional sobre direitos dos idosos, tanto a comissão internacional no campo das Nações Unidas, onde ele encontra resistências sérias, como também dentro da Convenção Interamericana, na qual se encontra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, me permita (*Palmas.*), veio para fortalecer o debate da política, mas também porque ele quer aprovar o projeto dos nossos companheiros Conselheiros Tutelares.

O SR. OTÁVIO MAIA CHELOTTI – Sim. Enfim, na Convenção Interamericana de Direitos Humanos sobre Idosos, o Brasil também está trabalhando em relação à convenção sobre a questão do racismo e também contra todas as formas de discriminação.

Em relação a esse último ponto – só um esclarecimento – o formato atual seria a aprovação de dois instrumentos separados, porém, em conjunto, que foi a fórmula encontrada para permitir que essas negociações, que são difíceis, possam prosseguir.

Um elemento fundamental também da atuação internacional do Brasil na área de direitos humanos é o relacionamento com o sistema interamericano em

si. O sistema interamericano em si tem dois pilares: de um lado, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, do outro lado, a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O Brasil está comprometido com o sistema, ele acha que o sistema teve um papel importante no desenvolvimento da democracia e dos processos de redemocratização do continente, e tem um papel importante ainda na promoção e na proteção desses direitos. A esse respeito, eu acho que só o fato de o Brasil haver lançado uma candidatura do Dr. Roberto Caldas à Corte, mostra o comprometimento e o interesse do Brasil no sistema. Isso não quer dizer, no entanto, que o sistema como é seja perfeito. Existe espaço para que ele melhore. Existe espaço para que o funcionamento dele seja aprimorado. É nesse sentido que o Brasil participou do grupo de trabalho e reflexão sobre o fortalecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A Camila mencionou algumas preocupações que ela teria sobre esse funcionamento. Eu diria que, na realidade, elas parecem ser frutos mais de uma preocupação, digamos, um tanto exagerada, uma cautela exagerada e uma falta de compreensão exata do que se propõe.

Em primeiro lugar, o que interessa ao Brasil é o fortalecimento do sistema como um todo e o fortalecimento da Comissão em particular. Esse fortalecimento passa pelo fortalecimento da legitimidade e da previsibilidade das decisões emanadas desses órgãos. E esses órgãos também devem ser transparentes em sua atuação. Então, por exemplo, as preocupações em relação às medidas cautelares são válidas no sentido de que não existe nenhum questionamento sobre a validade das medidas cautelares em si. Entretanto, a aplicação delas deve ser feita de acordo com critérios claros e estritos. É sentimento do Brasil que isso é algo que, no momento, não existe e que deve ser aperfeiçoado.

Em relação à questão das soluções amistosas, efetivamente, elas não podem ser implementadas sem vontade real do Estado. Elas também não podem ser implementadas sem vontade real dos petionários.

Outra preocupação mencionada é em relação – e aí entro num campo muito mais amplo – ao cumprimento, digamos assim, ou ao seguimento desses mecanismos de soluções amistosas. Na realidade, uma solução amistosa tem um seguimento pela Comissão Interamericana e também, diga-se de passagem, pela Corte. E os documentos relativos a isso estão disponíveis. Enfim, o Estado é obrigado a apresentar um relatório sobre o cumprimento mesmo de uma solução amistosa e tudo mais. Esses relatórios são discutidos dentro da Corte, dentro da Comissão, ou seja, já existe

um seguimento. Talvez a sua preocupação específica esteja mais ligada à questão da elaboração de um mecanismo de seguimento público e tudo mais, mas isso é uma atribuição da SDH, sobre o que eu, realmente, não tenho comentários.

E, finalmente, a questão de promoção versus proteção. Parece-me também, como a Camila disse, que é um falso debate. Ambos os pilares estão previstos na própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos e estão previstos no próprio regulamento da CIDH. Não se trata, na realidade, de deixar de promover um para promover outro. Trata-se de promover um reequilíbrio dentro da própria Comissão e, eventualmente, com reforço de ambos os pilares. Mas o que acontece hoje, na realidade, é que a Comissão, frequentemente, é afogada por petições no seu trabalho de petições, o que pode até ser compreensível sob alguns pontos de vista, e as atividades de promoção são um pouco deixadas de lado porque tem problemas financeiros – isso não há como negar.

Finalmente, um esclarecimento final: ao que consta, o Brasil, no momento, encontra-se em dia com todas as suas obrigações financeiras em relação à Organização dos Estados Americanos.

Bom, é claro que o campo de direitos humanos é muito amplo e haveria muito mais a discutir. Enfim, acho que encerramos aqui e nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Otávio Maia Chelotti, que falou em nome do Ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota.

Passo a palavra, de imediato, à Drª Daniela Hiche, Membro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos, Política Externa e Comunidade Bahia do Brasil.

A SRª DANIELA HICHE – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer ao Senador e à Comissão de Direitos Humanos pela realização desta audiência, que é um dos mecanismos de fortalecimento da participação da sociedade civil, junto com o Legislativo e, obviamente, com o Executivo.

A minha apresentação, de certa forma, acompanha o que a Camila já iniciou. Então, para quem tiver em mão essa agenda mínima, de que ela já falou sobre alguns pontos, vou comentar um pouco sobre os pontos 1, 2 e 3, que dizem respeito às obrigações regionais e internacionais de direitos humanos, e também sobre os pontos 8, 9 e 10, que são sobre participação cidadã e controle democrático da política externa. Então, não vou abordar um por um, em função do tempo disponível, mas vou falar em cima desses seis pontos que citei.

O primeiro que eu gostaria de comentar diz respeito à adesão aos instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos pendentes, bem como cumprimento de prazo no envio de relatórios para órgãos internacionais de monitoramento. A Michele, representante da Secretaria de Direitos Humanos, já comentou a respeito da pendência de assinatura do Protocolo Facultativo referente ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

A gente sabe que isso é algo que está em andamento, em processo. O que o comitê talvez gostasse de melhor esclarecimento é a razão da demora. Sabemos que existe todo um procedimento interno, mas até agora ao comitê não fica claro por que a demora. Então, o Ministério das Relações Exteriores já externou ao comitê o interesse de ratificar esse protocolo; sabemos do compromisso do Brasil para com o protocolo, mas a informação que não temos é sobre qual é a dificuldade nesse processo de ratificação.

É mais um esclarecimento; sabemos que está em andamento, mas não temos muita noção do procedimento interno. Isso nos ajudaria a compreender também por que a demora e talvez exigir um pouco menos.

Acho importante a ratificação desse Protocolo Facultativo à luz também da Rio+20. Então, algumas das minhas falas vão fazer ponte com as discussões sobre a Rio+20. O vínculo fundamental entre direitos humanos e temas de desenvolvimento sustentável estão em pauta na Rio+20. Então, o Brasil vai ser muito cobrado em relação a isso.

O Senador Paim coloca sua preocupação com a discussão, a ausência ou talvez a não relevância da discussão de direitos humanos nas discussões da Rio+20. Tenho acompanhado esse processo; não diria que é uma ausência da discussão, mas é uma não priorização de direitos humanos nas discussões da Rio+20.

É muito importante também o Brasil visualizar quando assinará esse protocolo facultativo e demonstrar às delegações dos países que vão participar da Rio+20 como o Brasil faz uma conexão forte entre direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Em relação à ratificação da convenção da ONU sobre direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias, como já foi dito, sabemos que o Brasil já assinou. Nós gostaríamos de solicitar apoio da Comissão de Direitos Humanos do Senado e também da Câmara dos Deputados. Há necessidade de que seja um processo rápido, que a tramitação seja acelerada dentro do Congresso Nacional, e é necessário que haja maioria qualificada nas duas Casas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, para que essa convenção seja incorporada como uma norma constitucional, assim como foi o caso da convenção das pessoas com deficiência.

Então, acho que há interesse do Legislativo e do Executivo para que isso seja feito de forma acelerada, agilizada. Então, a gente pede o apoio da Comissão das duas Casas para auxiliar na agilização da aprovação para ratificação da convenção.

Acho também que é relevante a ratificação dessa convenção pelo Brasil, dada a situação do Brasil ser um País emergente, ou seja, no cenário internacional, o Brasil está com a bola toda. Então, ele tem esse novo perfil de país emergente. É importante, porque à medida que há um interesse cada vez maior de migrantes virem para o Brasil, de a gente ter claro qual é a nossa política para com eles – vide caso dos haitianos e outros que foram mencionados aqui. Essa convenção tem essa relevância fundamental no Brasil, neste momento, em função do posicionamento brasileiro no cenário internacional.

Em relação ao protocolo facultativo à Convenção sobre o Direito das Crianças, obviamente, nós gostaríamos de parabenizar o Brasil por ter assinado esse protocolo facultativo. A gente vê não como um novo instrumento, mas um instrumento que complementará para assegurar que as crianças sejam visíveis como sujeitos de direitos, isso é extremamente importante, e também reforça a agenda nacional de direitos de crianças e adolescentes como prioridade absoluta. Então, acho que simplesmente confirma algo que o Brasil já vem dizendo há anos. Nesse sentido, parabéns ao Brasil pela assinatura.

A gente sabe que, agora, esse protocolo vai ter que passar pelo Congresso Nacional. Novamente, a gente pede apoio das Comissões de Direitos Humanos de ambas as Casas, para que isso seja acelerado de acordo com a relevância do tema que está sendo tratado.

Agora, vou passar para a segunda parte da minha fala, que diz respeito ao cumprimento e implementação de decisões e recomendações regionais e internacionais. Não vou entrar em detalhes porque acho que, aos presentes, isso é meio óbvio já. Mas, em relação ao caso do Araguaia e ao caso de Belo Monte, nós sabemos que há muitos casos pendentes, que esses são casos sobre os quais, às vezes, se dá mais ênfase do que se deveria, mas, ao mesmo tempo, na visão do Comitê de Direitos Humanos e Política Externa, os dois são casos bastante emblemáticos. E, por serem tão emblemáticos, sabemos que haverá uma demanda durante a Rio+20 em termos de coerência do Governo brasileiro, como o Governo brasileiro se posiciona em relação a direitos humanos em determinados âmbitos e espaços e como está procedendo com determinados encaminhamentos, no caso de Belo Monte, por exemplo. A gente sabe que essa discussão vai surgir com

peso durante a Rio+20. Então, é interessante, para o Governo brasileiro, deixar muito claro como isso vem sendo trabalhado internamente, porque, muitas vezes, para o comitê não é claro o procedimento.

Foi esclarecido que, muitas vezes, falta informação justamente para o comitê poder se posicionar de forma clara e fazer determinadas demandas. Às vezes, não há a informação para fazer a demanda de forma adequada, o que muitas vezes nos parece uma incoerência política. Então, nesse sentido, a gente simplesmente reforça a importância da transparência de como isso está sendo trabalhado internamente no Brasil, para que isso seja esclarecido tanto para a sociedade civil brasileira como, talvez, nas demandas que vão surgir durante a conferência da Rio+20.

Também vou mencionar um fato aqui. No âmbito da OEA, falta a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, elaborada em 1994. Seria interessante um posicionamento brasileiro a respeito dela.

Vou comentar um pouquinho, agora, sobre a adoção da lei sobre cumprimento de decisões internacionais no Brasil, que é outro item da agenda mínima.

Existem dois projetos de lei. Um é o de PL nº 4.667, que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos organismos internacionais de proteção aos direitos humanos, e dá outras providências. Há também o projeto de lei, que está em tramitação, se não me engano, na Câmara dos Deputados, que é o nº 170, de 2010. Os dois estão lincados de alguma forma.

Não cabe aqui ao comitê, nesta audiência pública, posicionar-se, pois esses projetos de lei são discussões internas dentro do comitê. Nós não temos um posicionamento ainda, acreditamos que ainda há muito a ser debatido sobre esses dois projetos. Mas o que nós gostaríamos de externar nesta audiência é a necessidade de uma lei, independente de serem essas ou adequações que sejam feitas a esses projetos de lei, mas que disponha sobre o mecanismo ou um órgão de monitoramento da implementação e cumprimento de decisões internacionais. Então, novamente, independente de ser essa lei ou essas leis de forma refinada, a gente acredita que seja necessário uma lei que crie mecanismo, um órgão, alguma entidade de monitoramento das implementações das decisões internacionais.

Na existência dessa lei, por exemplo, qual seria a vantagem? Quais seriam os benefícios dessa lei? Por exemplo, na questão da publicação do relatório final brasileiro para a RPU, a gente sabe agora que o Brasil acabou de colocar isso no site, disponibilizou para a sociedade civil. Mas, por exemplo, a sociedade civil, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Polí-

tica Externa ficam um pouco em dúvida sobre qual é o procedimento, qual é o tempo que o Brasil tem para disponibilizar esse documento publicamente. Então, a gente, de repente, faz uma exigência que é inadequada. Se a gente souber que o Brasil tem um prazo de xis dias, xis meses, para publicar esse documento para a sociedade civil, a gente aguardaria o prazo.

Então, acho que esse tipo de lei ajuda no esclarecimento dessa natureza também e evita uma série de exigências que muitas vezes a sociedade civil faz, e a gente sabendo o procedimento, a gente sabe quando demandar também.

Um pouco, agora, em relação à disponibilização de informações, transparência e participação da sociedade na política externa brasileira, que é um dos outros itens da nossa agenda, da agenda mínima.

Eu acho que o primeiro avanço que nós gostaríamos de parabenizar o Governo brasileiro é em relação à aprovação da lei de acesso a informações públicas. É um grande avanço para a sociedade brasileira.

Há dois pontos dessa lei que nós gostaríamos de enfatizar nesta audiência pública. A lei exige uma espécie de pró-ativismo dos órgãos públicos que vão disponibilizar a informação. Então, não basta os órgãos públicos dizerem que a informação está disponível, peça-nos. Essa lei exige um pró-ativismo. A linguagem utilizada na lei é de forma ativa. Então, que essas leis têm que ser disponibilizadas antes de serem solicitadas pela sociedade civil ou quem seja. Então, isso é muito importante porque muda um pouco a dinâmica que a gente vê acontecendo, de muitas vezes as organizações da sociedade civil solicitando informações que demoram a chegar, nós não sabemos qual é o procedimento, há quanto tempo que o Brasil tem determinadas demandas. Então, a lei ajuda nesse tipo de esclarecimento e é um avanço para que agilize o processo também.

Outro aspecto importante dessa lei é no caso de demanda de informação que esses órgãos públicos têm que atender a demanda. Então, isso é muito importante, porque quantas vezes o comitê já solicitou informação e nós nunca sabemos... Nós não gostaríamos que essas demandas parecessem um exercício de pressão política. Quando a gente faz uma solicitação, é porque a gente precisa da informação para poder preparar algum relatório, para poder preparar algum posicionamento. Então, não é uma demanda. A gente não manda esses pedidos simplesmente por pedir, para demonstrar que a gente está acompanhando. É justamente porque a gente precisa da informação para auxiliar o Governo brasileiro no seu trabalho, para poder compartilhar e ajudar.

Seria útil se essa lei fosse complementada por um documento público, que fosse anual, no caso – que também é conhecido, na linguagem internacional, como *blue book* –, que explicasse as prioridades do Brasil no tocante às decisões internacionais. Então, para o ano de 2012, por exemplo, quais são as prioridades do Brasil no que toca as decisões internacionais? Junto com isso, poderia vir um plano de ação: essas são as nossas prioridades e aqui está um documento dizendo como vamos atingir essas metas ou essas prioridades. E, obviamente, também um relatório de prestação de contas: essas são as prioridades, assim planejamos implementá-las ou efetivá-las no âmbito nacional, e está aqui o que conseguimos atingir ou o que não conseguimos atingir até o momento.

A gente sabe que o mecanismo mais rápido é postar isso em *sites* de órgãos públicos, que é o mecanismo mais econômico também, no caso. Então, é importante, porque nos *sites* também existe a possibilidade de se atualizar informações com uma velocidade muito mais rápida.

Eu acho que, para talvez amenizar um pouco essa sugestão que a gente faz, parece-me que é um monte de relatórios, um monte de informações que estão sendo solicitadas. Mas, de certa forma, a gente tem conhecimento de que o Brasil, internamente, produz esse tipo... A gente sabe que existe uma reunião que trata sobre quais serão as prioridades no tocante às decisões internacionais, existe esse tipo de prestação de contas. Por exemplo, o Brasil teve que fazer certa prestação de contas quando produziu o seu relatório para o RPU. Então, a gente sabe que isso existe. O que a gente está solicitando não é que se façam outros tipos de relatórios, mas simplesmente que essa informação se torne pública, que ela seja disponibilizada novamente, para o comitê e outras organizações da sociedade civil poderem contribuir para o processo, poderem ajudar.

Passando para o último ponto, vou falar um pouco sobre canais de participação social na condução da política externa.

Um avanço que a gente reconhece – talvez a Drª Gilda, se tiver tempo, possa comentar um pouquinho mais – é que a PFDC criou um *hotsite*, um *link*, que apresenta todos os tratados e convenções da ONU e da OEA que têm decisões que cabem ao Brasil. Enfim, as informações simplesmente são postadas lá, então não existe outro elemento dessa documentação que indique os avanços, os informes, o que seria o plano de ação que comentei anteriormente. Então, a gente não sabe como está o andamento disso. Então, a gente não sabe como está o andamento disso.

E seria interessante complementar essa iniciativa da PFDC com a criação de uma ferramenta que divulgasse os esforços no processo de implementação de decisões internacionais no âmbito nacional.

Um exemplo, para ilustrar e não ficar só na teoria, como foi mencionado pela Secretaria de Direitos Humanos aqui, o Subcomitê de Prevenção à Tortura das Nações Unidas visitou o Brasil, no ano passado, e fez uma série de recomendações. Se nós tivéssemos essa ferramenta, nós saberíamos como o Brasil pretende implementar ou como o Brasil está fazendo para implementar as recomendações que foram feitas por esse subcomitê. Então, a gente tem de pedir a informação, e fica um pouco confuso como a gente obtém esse tipo de informação. Com esse mecanismo, complementado com essa sugestão que a gente deu, a gente vê que poderia avançar nesse sentido.

Em relação à participação da sociedade civil, a gente gostaria de estender isso também a parlamentares. Então, a gente vê com bons olhos essa iniciativa de o Governo brasileiro envolver e assegurar a participação da sociedade civil em determinados espaços de negociação nos âmbitos multilaterais, como, por exemplo, a participação da sociedade civil na RPU. Mas a gente vê importante também a participação de parlamentares nesse espaço. A gente vê que muitas vezes não só a sociedade civil não tem as informações, como os parlamentares também ficam um pouco aquém, à margem de saber o que está acontecendo, quais são os procedimentos, e é preciso existir uma audiência pública para pedir esclarecimento, para pedir informação.

Então, a gente pensa que, tanto a sociedade civil como os parlamentares, os representantes do Legislativo, poderiam fazer parte das delegações brasileiras que acompanham esses processos. Num primeiro momento, talvez até como observadores, como consultores para ajudar o Brasil a ter um posicionamento; e, em algum momento, talvez daqui a alguns anos, com um protagonismo maior. A gente sabe que esse mecanismo existe em alguns países, para determinados âmbitos multilaterais, no qual a sociedade civil e os parlamentares são partes oficiais da delegação. Eles participam, têm crachá para entrar em determinadas plenárias e tudo. Então, isso seria um grande avanço em termos de colaboração e trabalho entre sociedade civil, Executivo e Legislativo.

Agora, vou falar rapidamente sobre o PNDH3. Todas as sugestões que nós estamos dando ou todos os avanços em que parabenizamos o Brasil por ter alcançado, nada disso é invenção da cabeça de ninguém. Tudo isso são ações programáticas que constam no PNDH3. Então, é muito importante ter isso em conta,

porque, muitas vezes, parece que uma sugestão que o comitê pode dar ou que outros organismos podem dar são coisas que nós estamos inventando.

Na verdade, se a gente der uma olhada – não tenho tempo de fazer esse exercício – em determinadas ações programáticas, principalmente do Eixo 1, muitos avanços a gente já consegue identificar; outros ainda estão por vir e a maioria das sugestões que nós demos nesta audiência pública vai ao encontro da efetivação das ações programáticas do PNDH3. Então, não são teorias nem nada; são coisas que são contempladas já pelo Governo brasileiro para implementação.

Em relação à RPU, acho que já foi comentado aqui, já foi disponibilizado no site. Era uma dúvida que a gente tinha de quando o relatório final seria disponibilizado para a sociedade. Ele já foi. Então, parabéns! Agradecemos.

Eu gostaria só de fazer alguns comentários sobre a Rio+20/direitos humanos.

A gente sabe que a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, vulgo Rio+20, não é uma conferência sobre direitos humanos. Então, a gente não tem expectativa de que, no documento de negociação, tudo seja relacionado com direitos humanos. Por outro lado, quem trabalha com direitos humanos sabe da extrema ligação de direitos humanos com questões de desenvolvimento sustentável.

Então, acho que um pouco da preocupação que o Senador colocou e que o Comitê também externa é a necessidade de haver um diálogo um pouco mais próximo entre os grupos que discutem – mesmo dentro do Congresso Nacional – a Rio+20 e terem essa noção de que a efetivação do PNDH3, para a implementação efetiva do Plano Nacional de Direitos Humanos III, vai ao encontro de uma série de discussões, de uma série de propostas que estão sendo discutidas no âmbito da Rio+20.

E a gente, alavancando, colocando em prática o PNDH3, está ajudando com o desenvolvimento sustentável. Então, não tenho tempo aqui de destrarchar o porquê disso, mas acho que isso é óbvio para muita gente. No Congresso Nacional, existem quatro subcomissões – duas em cada Casa – que acompanham todo esse processo da Rio+20.

Então, a gente deixa como sugestão, talvez, que a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara se juntem a essas subcomissões de alguma forma e passem a acompanhar uma série de audiências públicas e seminários que vêm sendo realizados por essas subcomissões, no intuito de realmente pautar e esclarecer a relação, a intrínseca relação de direitos humanos com questões de desenvolvimento.

Muitas vezes, numa Comissão de Meio Ambiente, numa Comissão de Relações Exteriores, isso fica um pouco aquém, porque são tantas demandas, tantos assuntos dentro de um tópico tão grande como o de desenvolvimento sustentável, que acho que a Comissão de Direitos Humanos, com os Senadores e com os Deputados estando presentes, ajudam nessa contribuição de visibilizar essa relação entre direitos humanos e sustentabilidade, desenvolvimento.

Encerro e agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Daniela. Eis que ficou dentro do tempo, os 20 minutos, dez com mais cinco e mais cinco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Membro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos de Política Externa da Comunidade Bahá’í do Brasil.

A última painelista aqui na Mesa, Senador Eduardo Suplicy, é a Drª Renata Gil, Vice-Presidente da AMB. Se ela pudesse concluir, em seguida eu passaria para V. Exª, como primeiro Senador inscrito.

É possível?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu estou muito dividido, é que eu tenho que ler o meu parecer daqui a instantes, na Comissão de Relações Exteriores, sobre o Embaixador designado para a Líbia. Então, se puder falar um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador aqui manda e não pede, eu faço o apelo, mas o Senador manda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de ter ouvido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É só para informar também ao Plenário, que está numa expectativa para votar o PL 278, nós temos que ter dez Senadores aqui, enquanto não tiver dez, eu não posso colocar em votação. O Senador Gim Argello, que é o Relator, está conversando com os Senadores, para que se desloquem para cá.

Então mantenham a tranquilidade, que a gente vota.

Dizem que a paciência é o segredo do sucesso. Alguém disse isso. Não é frase minha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu espero poder votar, espero poder voltar a tempo também.

Justamente gostaria aqui de apresentar a Sra Eliane Aparecida Rodrigues Marz, que ainda na semana passada, quando houve o dia de homenagem às pessoas portadoras de síndrome de Down, teve a oportunidade de muito brevemente conversar com a

Ministra Maria do Rosário, ocasião em que encaminhei uma carta – a Ministra Maria do Rosário até sugeriu –, e eu daqui a instantes apresentarei, na Comissão de Relações Exteriores, um requerimento para que ela possa ser convidada para vir aqui ao Senado, à Comissão de Relações Exteriores, para tratar de um assunto que está sendo recorrente: inúmeras mães que por vezes têm tido dificuldade para obter a guarda de seus filhos junto a países como, no caso, da Alemanha – e V. Ex^a já acompanhou casos semelhantes.

Eis por que a Ministra avaliou como importante que ela possa vir aqui e expor na Comissão de Relações Exteriores dificuldades que, às vezes, tem tido com as autoridades de diversos outros países, como nesse caso em que a filha da Sr^a Eliana, portadora de síndrome de Down, nascida em 2000, portanto com hoje com 12 para 13 anos, que foi por decisão até da Justiça alemã retirada da possibilidade de ela estar com a guarda da filha. Trata-se de um assunto com muitos episódios, que não vou aqui relatar, para ser breve, e percebo que todas as pessoas aqui têm responsabilidade de alguma maneira no caso dela. Se V. Ex^a avaliar, depois de todos até que ela possa brevemente aqui dizer o caso dela.

Eu, inclusive, encaminho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza ela terá oportunidade antes de eu encerrar os trabalhos.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – E eu espero poder voltar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza voltará para votar inclusive o PL dos amigos que está aí.

Vocês acham que o Suplicy volta ou não volta? (Platéia.) Volta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Volta. Viu, Suplicy? (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – É meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Paulo Davim está aqui, não demos uma salva de palmas para ele ainda. (*Palmas.*)

Está firme aqui, de plantão.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Eu passo às mãos da Sr^a Michele Moraes de Sá e Silva, que aqui representa a Ministra Maria do Rosário, se possível até porque eu percebo pelos cargos importantes aqui das demais e demais depoentes que todos têm interesse em algo para como resolver o problema da Sr^a Eliane e da sua filha.

Então, quem sabe V. Ex^a possa até determinar que os demais membros possam conhecer esse documento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou pedir para a assessoria passar uma cópia para cada membro da Mesa.

O Senador Pedro Taques está de plantão aqui, dizendo que não sai sem votar o projeto de vocês. (*Palmas.*)

Tem a palavra a Dr^a Renata Gil, Vice-Presidente de Direitos Humanos da AMB.

A SR^a RENATA GIL – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, demais autoridades, Senadores presentes, é uma honra muito grande para nós da Associação dos Magistrados Brasileiros estarmos participando desta audiência pública. Fica aqui o nosso compromisso de que participaremos de todos os demais debates. Temos acompanhado de perto as questões aqui tratadas e algumas afetas à Magistratura.

A Associação dos Magistrados Brasileiros congrega aproximadamente 15 mil magistrados de todas as vertentes, trabalhistas, estaduais, federais, e a nossa proposta em direitos humanos é a primeira de humanização do Judiciário, dos seus magistrados, dos seus servidores, que a gente aprenda a tratar as causas de direitos humanos como devem ser tratadas, porque a gente vê que existe um histórico aí muito afastado disso. Estamos implementando a melhoria das varas de violência doméstica, trabalhando a questão da violência de gênero, permitindo maior acesso do idoso à Justiça, criando mecanismos de aceleração dos processos desses idosos. Dentro da AMB estamos também muito preocupados com a questão do Brasil por seus atos judiciais nas cortes internacionais. Então a AMB está imbuída de um grande esforço de criação de grupos de apoio a magistrados no País inteiro e que tenham sob seu julgamento causas de grande repercussão social. E, às vezes, por algum entrave técnico, esses processos ficam adormecidos nas mãos desses juízes, nos conflitos fundiários.

No Pará nós percebemos que existem muitas dificuldades com apoio técnico, com peritos para que esses processos se desenvolvam de uma forma regular, atendendo ao princípio constitucional do devido processo legal.

Então, todas essas vertentes são as vertentes que a associação tem trabalhado. A nossa grande meta é que todos os tribunais de justiça do País e associações estaduais implantem seus departamentos de direitos humanos para que a gente possa captar também essas demandas que envolvem tortura, que a gente possa acelerar tudo isso.

A minha fala é breve. Deixo aqui um grande abraço do Presidente Nelson Calandra e digo a V. Ex^a, Senador, que o trabalho do senhor aqui na comissão

é propulsor desses debates que são tão importantes para as medidas que vem sendo adotadas em termos de direitos humanos. São os nossos parabéns e o nosso reconhecimento. Tenham a Associação dos Magistrados Brasileiros como parceira do Senado e do Governo Federal.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Drª Renata Gil, agradeço pelas considerações não só ao meu trabalho, mas a toda a nossa militância. Todos os homens e mulheres que dedicam as suas vidas em defesa dos direitos humanos – e a Senadora Lídice da Mata, o Senador Paulo Davim, o Senador Pedro Taques são referências para mim nesta caminhada. Eu os acompanho com muito orgulho e naturalmente acompanho o trabalho principalmente de vocês. Vocês dão o norte para que a gente se conduza de forma adequada. E que bom que vocês estão aqui inclusive para cobrar. Eu diria até para fiscalizar e para apontar caminhos não só para o Legislativo, mas tenho certeza também que seria uma grande contribuição para o Executivo.

Por isso acho que a salva de palmas é para todos os militantes dos direitos humanos que vocês aqui com certeza representam na Mesa e no plenário.

Neste momento, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Paulo Paim, cumprimentando V. Ex^a, os demais Senadores, os convidados, em particular a amiga Gilda, quero dizer que, apesar de a Constituição criar um Estado que se diz constitucional e cooperativo, isso significa que nós não estamos isolados no mundo, nós não somos uma ilha, não estamos insulados. Isso significa que tenhamos que nos relacionar com os outros povos, notadamente a partir das relações internacionais, conforme determina o art. 4º da Constituição e a prevalência dos direitos humanos, como todos nós sabemos.

A minha preocupação é nós, infelizmente, em nome de um racionalismo instrumental, que eu diria até ideológico, colocarmos as relações internacionais do Brasil um pouco apagadas na defesa dos direitos humanos em nome da ideologia. Eu cito aqui o exemplo da visita da Presidenta da República a Cuba. Será que lá nós não poderíamos defender os direitos humanos que não são de cidadãos brasileiros, mas como o próprio nome está a dizer, de todos os indivíduos? Será que ela não perdeu a oportunidade nesta constituição cooperativa e nesta necessidade de que nós possamos colocar os direitos humanos como a ordem primeira e afastar a ideologia desse debate?

Então nós temos que, quando falarmos em direitos humanos e relações internacionais, também fazer o nosso dever de casa.

Recentemente a Comissão de Relações Exteriores fez uma moção de repúdio ao embargo a Cuba, mas nós nos esquecemos de falar sobre Guantánamo, nos esquecemos de falar dos presos políticos que ali existem e que não têm o direito fundamental, o direito humano de expressarem as suas posições. Esse é um ponto, a nossa política externa errática na defesa dos direitos humanos. Poderíamos citar o exemplo das nossas posições contraditórias no tocante ao Irã, à Síria... Esse é um ponto que precisa ser também aqui debatido.

Outro ponto é que mais que a previsão de direitos – o Sr. Otávio estava fazendo referência a isso, mas eu não conseguia ouvir o final da sua frase, da sua expressão –, temos direitos que estão previstos em cartas internacionais, na nossa Constituição, nós precisamos de concretização desses direitos. Essa deve ser a nossa luta. E essa concretização tem que passar pelo dever de casa. Por exemplo, a República Federativa do Brasil não cumpre as decisões das cortes internacionais do sistema internacional de defesa dos direitos humanos. Poderíamos citar o caso da Guerrilha do Araguaia, a demora para que possamos cumprir essas decisões.

Então eu quero louvar a iniciativa deste debate e trazer esses dois pontos para reflexão.

Os Estados têm interesses, muitas vezes interesses econômicos. E esses interesses econômicos não podem se sobrepor aos direitos da pessoa humana, ao indivíduo. Infelizmente, ao meu juízo, salvo melhor juízo da Mesa, a República Federativa do Brasil não tem cumprido na ordem internacional a previsão do legislador constituinte. Esse é um ponto.

O segundo ponto é a necessidade de que façamos o dever de casa e possamos cumprir as determinações das cortes internacionais do sistema internacional de defesa dos direitos humanos. O exemplo é o caso da Guerrilha do Araguaia.

É isso e parabenizo a todos pela fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Pedro Taques, pelas suas considerações. (*Palmas.*)

Estão todos convidados a usar a palavra nas considerações finais. Só aviso aos companheiros do PL 278 que já estamos com sete e faltam só três. Aqui estão cinco e o Senador Gim Argello e a Senadora Lúcia Vânia estão buscando mais três para virem para cá.

Quero também registrar a presença conosco do Senador Lauro Antônio, que está aqui para votar e apoiar a luta dos direitos humanos. (*Palmas.*)

Pergunto se algum Senador quer fazer alguma consideração. Caso contrário, eu passo para a Mesa fazer os seus comentários, expressando o seu ponto de vista sobre a audiência.

Vou inverter, vou começar pela Renata Gil, Vice-Presidente dos Direitos Humanos da AMB, para suas considerações finais.

A SR^a RENATA GIL – Exm^o Senador, eu saio daqui hoje muito satisfeita com toda a organização do Estado brasileiro para fazer cumprir esses tratados internacionais. Sabemos que isso não é uma tarefa simples, é uma tarefa difícil. Temos hoje esse dilema que é o cumprimento dessa decisão judicial mencionada pelo Senador Pedro Taques da Guerrilha do Araguaia. Essa compatibilização do sistema jurídico brasileiro com essa determinação internacional é o nosso grande desafio. Mas penso que esse amadurecimento que a gente está vivendo, essa participação em todos esses órgãos da ONU e todas essas vertentes de discussão que nos são apresentadas, tanto no contexto nacional como internacional, mostram como o Brasil quer participar e quer cumprir as medidas protetivas dos direitos humanos. E a AMB neste particular vai-se imbuir de participar desses compromissos todos internacionais.

Muito obrigada pela oportunidade e parabéns, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Renata Gil, Vice-Presidente de Direitos Humanos da AMB.

Passo a palavra ao Dr. Otávio Maia Chelotti, que fala em nome do Ministro Patriota.

O SR. OTÁVIO MAIA CHELOTTI – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, nessas palavras finais, eu gostaria de agradecer o convite ao Ministério de Relações Exteriores para estar presente nesta reunião, nesta audiência. Enfim, o Ministério tem interesse no diálogo com a sociedade civil e com o Legislativo. E nós estamos à disposição para qualquer eventualidade, para qualquer outra convocação e para quaisquer questões eventuais.

Alguns pontos que foram levantados em relação à política externa brasileira e a elementos especificamente em relação a Belo Monte e Araguaia e à questão do cumprimento de sentenças, de um modo geral, o Brasil, ao que saiba, cumpre ou busca cumprir, efetua esforços para o cumprimento dessas sentenças. Tenho certeza de que a Michele conhece, sendo da SDH, que é a responsável pela coordenação interna disso, a situação provavelmente melhor do que nós, porque somos responsáveis pela interface externa.

No entanto, eu gostaria de fazer dois comentários. Em relação a Belo Monte, o Brasil cumpre, ao que eu saiba integralmente, até o momento, as medidas

cautelares licitadas pela corte, pela comissão inter-americana, em sua decisão de junho ou julho, não me recordo exatamente, de 2011. Só para lembrar, essa decisão da comissão alterou o objeto das medidas cautelares e no momento elas são cumpridas integralmente pelo Brasil.

Em relação ao Araguaia, o Brasil encaminhou um relatório de cumprimento da sentença em 2011, e se há alguma parte que não está sendo cumprida no momento, isso decorre do ordenamento jurídico interno brasileiro, e simplesmente nos escapa.

Finalmente, em relação à questão de eventual contradição da política externa brasileira, na realidade o Brasil busca defender e promover os direitos humanos em todos os fóruns no seu relacionamento com todos os países.

No entanto, acreditamos que a melhor maneira de fazer isso é pelo diálogo. E mesmo no caso, por exemplo, como o Senador Pedro Taques mencionou, do Irã e da Síria, o Brasil na realidade vem condenando todas as violações de direitos humanos, tanto no Irã quanto na Síria – no caso da Síria as violações ocorrem de ambos os lados. Mas o Brasil considera também que é necessário esse tratamento, como foi mencionado, e por que nós consideramos o Conselho de Direitos Humanos o principal órgão do sistema internacional, de modo universal a imparcial. Então, nossa preocupação é dar um tratamento equilibrado a esse tema, no tratamento bilateral e no tratamento multilateral. Não é de modo algum que tenhamos nos excluído disso em função de interesses nacionais.

Agradeço. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito Bem. O Dr. Otávio Maia Chelotti falou em nome do Ministro Antônio de Aguiar Patriota.

De imediato, passamos a palavra à Dr^a Michele Moraes de Sá e Silva, que fala em nome da Ministra Maria do Rosário.

A SR^a MICHELE MORAIS DE SÁ E SILVA – Muito obrigada. Agradeço a todos pela paciência e por estarem aqui até o momento nos ouvindo.

Queria me dirigir, inicialmente, à Sr^a Eliana, que está aqui. Vejo o seu desespero. Também sou mãe e imagino a situação pela qual a senhora está passando. Entendo, solidarizo-me realmente com a sua situação. Entregarei em mãos da Ministra Maria do Rosário essa documentação que me foi entregue pelo Senador Eduardo Suplicy. Já fiz contato com a Secretaria de Direitos Humanos. Eles têm toda a informação do caso. De qualquer forma, eu quero levar à Ministra, pessoalmente, essa documentação. Como a senhora deve saber, nós temos, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, a autoridade central, que, em outros

países, fica localizada em ministérios da justiça. Mas o Brasil tem uma experiência inovadora e destacada de ter a autoridade central, referente a adoções e desaparecimentos de crianças, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, que foi um pleito até da sociedade civil. Comprometo-me a dar especial atenção e deixar os meus contatos para que a gente possa, realmente, fazer o monitoramento do seu caso.

Com relação a algumas questões que foram colocadas, talvez eu precisasse de mais alguns vinte minutos. Mas eu gostaria de comentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vinte não dá, mas cinco estão garantidos.

A SR^a MICHELE MORAIS DE SÁ E SILVA – Está Bom. Eu gostaria de comentar rapidamente alguns pontos, começando pela Rio+20. O nosso entendimento, como Secretaria de Direitos Humanos, é que os direitos humanos são parte indissociável do pilar social do desenvolvimento sustentável. É com essa perspectiva que temos trabalhado. Nós comentamos o documento, que eles chamam de Documento Zero da Rio+20, fazendo, sempre que possível, a inclusão dos conceitos de direitos humanos naquele texto proposto, em alguns momentos fazendo a inclusão de parágrafos inteiros que pudessem, de alguma forma, fazer, digamos, essa disputa conceitual mesmo com o que estava sendo proposto como documento inicial para a Rio+20.

A Secretaria, sempre que colocada uma possibilidade, tem tentado influir sobre esse processo. Fizemos também a apresentação de uma série de propostas para que a Secretaria de Direitos Humanos esteja presente nos eventos da Rio+20, apresentando as nossas políticas e sempre em contato com a sociedade civil.

Há uma proposta feita pela Secretaria de que, dentro da Rio+20, haja um momento em que a Ministra Maria do Rosário possa se reunir com todas as autoridades de direitos humanos que vierem nas delegações oficiais dos demais países. Acredito que a Comissão do Senado, inclusive, poderia nos acompanhar nesse momento de diálogo. Não são todos os países que trarão autoridades de direitos humanos. Estamos fazendo um apelo aos demais países para que tragam nas suas delegações representantes de direitos humanos, para que a gente possa fazer, dentro da Rio+20, essa discussão.

Com relação aos relatórios, quero dizer aqui, publicamente, que há um compromisso da Ministra de zerar, o quanto antes, o nosso déficit de apresentação de relatórios internacionais às Nações Unidas. Esse foi um compromisso que a Ministra fez com o Ministro Patriota, recentemente.

Estamos começando a realização desse trabalho pelo Relatório da Convenção de Combate à Tortura. Já estamos no processo de colher subsídios de todos os órgãos. Pela primeira vez, tentamos um exercício o mais amplo possível de coleta de subsídios. Imagino que tenhamos enviado entre trezentos e quatrocentos ofícios a todos os órgãos de todos os Poderes, de todos os entes federados, inclusive sociedade civil e academia, para que o exercício de elaboração do relatório à Convenção de Combate à Tortura seja realmente um exercício completo. Ele passará também, da mesma forma, por consulta pública e audiência pública, conforme foi feito com a RPU.

Tratando-se de RPU, acho que ele nos possibilita abordar dois pontos que foram aqui trazidos.

O primeiro com relação ao envolvimento dos Parlamentares. Nós iniciaremos, agora, nas próximas semanas, o processo de preparação da delegação brasileira que irá a Genebra apresentar oralmente esse relatório do mecanismo de Revisão Periódica Universal. E algo que já é inquestionável é que queremos estender à Comissão de Direitos Humanos do Senado e também da Câmara a possibilidade de integrar a delegação brasileira que vai a Genebra em maio.

Da mesma forma, com relação ao DPNH-3, um exercício que fizemos foi justamente de, neste segundo ciclo do RPU, elaborar o relatório não apenas atendendo as recomendações que nos foram feitas no primeiro ciclo, mas também estruturar o relatório de acordo com o DPNH-3. Então, foi um exercício complicado, porque juntaram as duas coisas, mas, na medida do possível, essa foi a metodologia utilizada, justamente observando que o DPNH-3 é um instrumento já pacificado e validado com a sociedade.

Quanto ao sistema interamericano de direitos humanos, a secretaria tem tido um esforço permanente no sentido de que, se na política externa o Brasil tem apoiado esse esforço de buscar o fortalecimento do sistema, nós entendemos que nós, internamente, também precisamos nos fortalecer. E a gente tem começado esse esforço com a nossa equipe, com o nosso trabalho do dia a dia. Isso começa com a definição de uma metodologia de como vamos trabalhar os nossos casos, passando, principalmente, pela valorização das soluções amistosas e por um processo interno de monitoramento sobre o *status* de cada uma dessas soluções. A gente entende que as soluções amistosas são mecanismos extremamente importantes que o sistema interamericano nos coloca e que nós precisamos, portanto, ter a capacidade interna de fazer o acompanhamento das mesmas.

No passado, a gente se encontrava numa situação, até por escassos recursos humanos, ficávamos

divididos entre realmente dar atenção aos prazos que nos eram colocados pela comissão e pela corte, ou acompanhar as soluções amistosas.

Nós temos hoje, para vocês terem uma ideia, um total de 125 casos perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e cinco casos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, numa equipe que, anteriormente, contavam com duas pessoas.

Então, hoje, primeiro trabalhamos no fortalecimento dessa equipe, na profissionalização dessa equipe e, agora, no estabelecimento de uma metodologia sobre como atuar e dar respostas a cada um desses casos.

Eu acho que a gente já tem algumas vitórias a serem apresentadas com relação ao sistema interamericano. Por exemplo, temos trabalhado com Estados específicos na abordagem dos casos que aquele Estado tem. Então, por exemplo, o Rio de Janeiro, uma vitória que a gente pode anunciar é que o Rio estabeleceu uma comissão permanente para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos junto ao Conselho Estadual de Direitos Humanos. Então, entendemos que, ao mesmo tempo em que a Secretaria de Direitos Humanos precisa se fortalecer, os Estados também precisam se fortalecer para, primeiro, conhecerem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o que às vezes é uma dificuldade que nós enfrentamos, e, segundo, para poder trabalhar no que lhes cabe para o cumprimento das medidas que às vezes são decretadas e às vezes são acordadas como soluções amistosas.

Nós tivemos, recentemente, em Washington, duas reuniões de trabalho para dois casos: o da Fazenda Ubá e o Juvenal Trindade. Acreditamos que, nesses casos específicos, a gente teve também alguns avanços a serem celebrados. E para dizer aqui que também, obvio e naturalmente, alguns casos acabam sendo mais conhecidos, como o caso da Guerrilha do Araguaia, o caso de Belo Monte, mas nós temos um sem número de casos que às vezes passam despercebidos, mas aos quais nós damos grande e igual importância na sua solução.

Por exemplo, nós temos um caso também na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que é o caso Sétimo Garibaldi, diante do qual nós já recebemos recentemente da Corte o reconhecimento do cumprimento de várias das medidas que haviam sido decretadas pelo Corte. Então, a Secretaria de Direitos Humanos às vezes faz um trabalho silencioso, com a nossa equipe, que não é muitas vezes conhecido, mas a gente tem, na medida das nossas capacidades, avançado em grande parte desses casos.

Eu acho que uma questão já aqui proposta e que imagino que a gente possa realmente trabalhar e atender é a disponibilização dessas informações que

nós já conseguimos sistematizar. Então, nós sabemos hoje o numero total de casos. Nós sabemos qual é fase processual de cada um desses casos do sistema interamericano. Então, essas informações, à medida que a gente vai se organizando e sistematizando, a gente pode claramente disponibilizar no nosso site.

Por fim, quero abordar a questão dos haitianos, simplesmente dizer que temos assento no CNLg, que é o comitê de imigração, e nós buscamos, junto ao CNLg, dar algumas respostas para essas questões que vocês nos trazem. Há algo que a gente considera muito importante: é entender a situação desses haitianos no Brasil, para que esse entendimento possa dar maiores subsídios às decisões que o Governo toma.

Então, uma iniciativa que a secretaria pretende adotar é justamente lançar um estudo que vá até os haitianos, para saber quem eles são, qual é a situação deles no Haiti, por que eles vêm ao Brasil, por que eles escolheram o Brasil, quais são as oportunidades que o Brasil oferece a eles, mas também quais são as dificuldades que eles enfrentam ao chegar aqui.

Essas eram as minhas contribuições, e ficamos à disposição para todos e quaisquer esclarecimentos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Michele Morais de Sá e Silva, que falou em nome da Ministra Maria do Rosário.

Vou fazer um apelo para cada um dos painelistas para que fique cada um com cinco minutos. Eu dei dez minutos porque você tinha que responder a uma série de questionamentos. Estou tentando ver se, no máximo 11h45, eu inicie a votação do projeto, já que os Senadores encerraram uma atividade e estão vindo para cá para votar o Projeto 278. (*Palmas*.)

O Senador Pedro Taques pede a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – No tocante aos bolivianos que estão em São Paulo, se esse trabalho no tocante aos haitianos tem sido feito e a questão dos bolivianos em São Paulo...

Hoje a imprensa, em alguns sites, Sr. Presidente, dá conta de que seis brasileiros estariam presos na Espanha, no aeroporto em Madri. Recentemente, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil junto com o congênere espanhol estiveram no Rio de Janeiro debatendo este tema.

Então, eu vou posteriormente requerer que a Comissão de Direitos Humanos possa oficiar o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria de Direitos Humanos para saber o que estão a fazer neste caso em que brasileiros tenham seus direitos fundamentais desrespeitados reiteradamente pela Espanha. E o Brasil já tem tratado disso de forma, aplicando o princípio da

reciprocidade, como sabemos, mas precisamos tomar providência no tocante a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido logo que encaminhar seu ofício à Mesa.

Eu passo, de imediato, a palavra à Daniela Hiche, membro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa da Comunidade Bahá’í do Brasil, para os seus cinco minutos de consideração final.

A SR^a DANIELA HICHE – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Michele os esclarecimentos que você já ofereceu de algumas preocupações e dúvidas que nós tínhamos. Então, isso nos ajuda muito.

Também quero agradecer novamente à Comissão de Direitos Humanos a realização desta audiência e deixar uma pequena provocação para outros órgãos públicos, porque a gente vê que muitas das audiências... Por exemplo, da RPU, a gente vê que a Secretaria de Direitos Humanos pegou o gancho da audiência pública que foi realizada nesta mesma Comissão para fazer um processo de consulta com a sociedade civil.

Seria interessante a criação de espaços de consultas, de audiências, com outros órgãos públicos também, tanto o Ministério das Relações Exteriores, como a Secretaria de Direitos Humanos. Enfim, que todos os órgãos que têm alguma competência para a implementação de tratados internacionais principalmente no tocante aos direitos humanos façam audiências, reuniões de trabalho. Quero colocar o Comitê de Direitos Humanos e Política Externa à disposição para contribuir nesse sentido também, porque a gente sabe que, nessas audiências públicas do Senado Federal, não são suficientes para a gente conseguir aprofundar os assuntos e tratar de todos os temas.

Penso que é isso. Terminei, em função do tempo. Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Daniela, pela colaboração que sempre tem dado a esta Comissão.

Passo a palavra à Sr^a Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, por cinco minutos.

A SR^a CAMILA LISSA ASANO – Obrigada, Senador.

Como Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, quero agradecer muito à Comissão de Direitos Humanos do Senado. Já estávamos próximos, e espero que, agora, estejamos ainda mais próximos.

A audiência é um momento de esclarecimento, de levantamento público das preocupações, das dúvidas, mas o importante é o que vem depois. O Comitê continua reunido em Brasília para uma reunião de

trabalho, para definir prioridades e, mais do que isso, para definir propostas concretas que, sim, podem ser apresentadas aos diferentes órgãos relacionados à política externa em relação a esses vários compromissos que foram apresentados. E vamos continuar a fazer uma avaliação crítica, como sempre, da implantação desses compromissos.

Queremos também dizer da importância do próprio Parlamento, da contribuição deste debate. Além de a informação pública sair daqui, ela representa um instrumento valiosíssimo para as organizações de direitos humanos e para outras entidades da sociedade civil brasileira, para se entender melhor a política externa brasileira.

Então, também haverá um momento de aprendizado da nossa parte em relação à utilização dessa lei. Que os órgãos públicos também façam bom uso dessa lei, para que ela, de fato, possa trazer contribuições!

Obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Camila Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa!

Por fim, concedo a palavra à Dr^a Gilda.

Em seguida, encerraremos esta audiência pública. E já convido o Senador Gim Argello a fazer a leitura do seu relatório, em seguida. E colocaremos a matéria em votação. Tenho a certeza de que a votação será unânime. (*Palmas*.)

A Dr^a Gilda tem a palavra.

A SR^a GILDA PEREIRA DE CARVALHO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só peço silêncio aos companheiros do plenário, porque isso, inclusive, facilita nossos trabalhos na Presidência.

A SR^a GILDA PEREIRA DE CARVALHO – Sr. Presidente, há ainda uma abordagem sobre a apresentação de relatórios pelo Brasil da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da ONU. Eu queria ressaltar que está havendo um forte trabalho, um trabalho que a gente louva, no sentido do aprimoramento da apresentação dos relatórios, mas o que ainda está deixando a desejar é a publicização desses relatórios. Nem o povo brasileiro e nem as autoridades brasileiras conhecem o teor desses relatórios apresentados, como o que foi apresentado agora, como ressaltado pelo Senador Pedro Taques, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ontem mesmo, vários interessados buscavam na PFDC esse relatório, e eu lhes disse que não tinha conhecimento ainda desse relatório. Então, urge que esses relatórios sejam publicizados, como orienta a nossa Constituição.

Num segundo momento, quero dizer que é uma satisfação para todos nós sabermos que o Brasil subscreveu o Protocolo da Convenção da Criança e do Adolescente. Isso vinha sendo reivindicado pela sociedade.

Por fim, há a questão dos haitianos. Em maio do ano passado, estive em Rio Branco, no Acre, numa audiência pública em que foram ouvidos cerca de 30 haitianos. Na ocasião, eu lhes perguntei qual era a motivação que os fazia procurar nosso País. Eles disseram que o Brasil era uma referência para eles, até porque o Brasil, por meio da Minustah, estava fazendo um trabalho de segurança e de revitalização, digamos assim, do seu país. Então, eles viam não só essa referência no Brasil, mas também a possibilidade de, aqui, trabalhar, porque lá não há trabalho algum. Lá ainda não se implantou nenhuma condição de trabalho. Eles disseram que iam trabalhar, ganhar dinheiro e mandar o dinheiro para seus familiares, esperando que, num breve espaço de tempo, pudessem voltar ao seu país. Eles estavam passando fome e necessidade e viam no Brasil uma oportunidade de sobrevivência. Foi essa a resposta que eles me deram na ocasião, e eu lhes disse da forma sincera com que expressaram sua motivação, dizendo que ficavam muito agradecidos aos brasileiros e ao Governo brasileiro por recebê-los.

Essa foi a justificativa.

Eu gostaria muito de contar com o apoio e com a sensibilidade de todos os participantes para que a situação dos 244 haitianos que se encontram em Iñapari, no Peru, na fronteira, desde antes a resolução do CNIg, e dos que estão também em Tabatinga, no Amazonas, possa ser resolvida, para que eles possam se integrar à sociedade brasileira – eles têm essa esperança –, como respalda a nossa Constituição, que diz que o Brasil deve, nas suas relações internacionais, nortear-se pelo respeito aos direitos humanos.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Senador.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Drª Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

Neste momento, faltam ainda dois Senadores.

No encerramento da nossa audiência pública, vou ler uma nota pequena que me foi encaminhada pela Ministra Maria do Rosário. Vou perguntar se os Senadores concordam que sejamos também signatários desta nota. (Pausa.)

Leio:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Direitos Humanos
NOTA PÚBLICA

Sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que inocentou um homem da acusação de ter estuprado três meninas de 12 anos de idade, sob a alegação de que a presunção de violência no crime de estupro pode ser afastada diante de algumas circunstâncias, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) informa que encaminhará solicitação ao Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, e ao Advogado-Geral da União, Luiz Inácio Adams, para que analisem as medidas judiciais cabíveis para a reversão dessa decisão.

Entendemos que os direitos humanos de crianças e adolescentes jamais podem ser relativizados. Com essa sentença, um homem foi inocentado da acusação de estupro de três vulneráveis, o que, na prática, significa impunidade para um dos crimes mais graves cometidos contra a sociedade brasileira. Essa decisão abre um precedente que fragiliza pais, mães e todos aqueles que lutam para cuidar de nossas crianças e adolescentes.

Sobre o Acórdão do TJ de São Paulo, que manteve a absolvição do acusado, com a justificativa de que as vítimas, à época dos fatos, ‘já estavam longe de serem inocentes, ingênuas, inconscientes e desinformadas a respeito do sexo’, consideramos inaceitável que as próprias vítimas sejam responsabilizadas pela situação de vulnerabilidade em que se encontram. Confiamos que o Poder Judiciário brasileiro fará uma reflexão sobre os impactos dessa decisão e terá condições de revertê-la, garantindo os direitos humanos de crianças e de adolescentes.

Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República..

As Srs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam que a Comissão de Direitos Humanos seja signatária dessa Nota permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com as palmas do Plenário. (Palmas.)
Muito bem!

Agradeço a todos os nossos convidados.

Vamos entrar na segunda etapa da nossa audiência pública.

O quórum está assegurado, Senador Suplicy.

Daremos a oportunidade a ela, para que fale daí para todos os Srs. Senadores.

Então, agradeço a todos os que estão à mesa.

De imediato, convido o Senador Gim Argello a vir à mesa, para, daqui, fazer a leitura do seu relatório.

Como é nome da senhora?

A SRª ELIANA RODRIGUES (Fora do microfone.) – Eliana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço à nossa convidada Eliana que se sente ao nosso lado. Ela terá oportunidade de falar.

Peço uma salva de palmas a todos os nossos convidados, ao belo movimento dos direitos humanos, que nos traz uma visão crítica, construtiva e positiva do assunto em nível nacional e internacional. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública. (*Pausa.*)

Iniciamos a segunda parte da reunião de hoje.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2008 - Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2009 - Terminativo -

Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatório: pela aprovação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Gim Argello, para sintetizar a matéria.

Depois, vamos ao processo de votação.

Quero dizer que o Senador Cristovam Buarque está na sala ao lado, em outra Comissão. O Senador disse que é só chamá-lo, que ele vem aqui para votar.

O Senador Gim Argello está com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Obrigado.

Primeiro, quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer à assessoria do Senador Rodrigo Rollemberg que ele pediu que o avisasse da votação, que ele viria imediatamente para cá.

Desculpe-me, por interrompê-lo, Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – O Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Anibal Diniz – o Senador Suplicy já chegou aqui – e o Senador Cristovam dizem que estão prontos para votar aqui.

Primeiro, quero agradecer ao nosso Presidente Paulo Paim, porque essa é uma questão de justiça com os conselheiros tutelares do Brasil inteiro. Tenho muito orgulho de ser o Relator desta matéria, que diz respeito

a essa categoria. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria foi aprovada por unanimidade, com a presença maciça de todos os Senadores, e tenho a certeza de que, aqui, ocorrerá o mesmo.

Peço licença a V. Ex^a, Sr. Presidente, para ler o cabeçalho e para ir diretamente ao voto, tendo em vista que a matéria é do conhecimento de todos os Senadores e Senadoras.

O parecer é da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, acerca dos Projetos de Lei do Senado nº 119, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”; e nº 278, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, que altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares, em tramitação conjunta.

No relatório, explico toda a matéria, mas peço licença às Sr^{as}s Senadoras e aos Srs. Senadores para ir diretamente ao voto.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, com a consequente declaração de prejudicialidade da emenda que lhe foi oferecida, bem como pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009, com as emendas adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse é o voto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quero dizer rapidamente, parabenizando o Senador Gim Argello pelo excelente trabalho que fez nessa relatoria, que temos um projeto mais amplo que regulamenta o processo eleitoral dos conselhos tutelares. O projeto, creio, é um avanço na legislação existente hoje, principalmente pela disparidade de tratamento dos conselheiros tutelares nos diversos Municípios. Em alguns Municípios, os prefeitos compreendem que não devem sequer remunerá-los. Então, esse projeto caminha na direção do ajuste disso, sem ferir a Constituição, que nos proíbe de estabelecer percentuais.

Nesse sentido, quero convidar o Senador Gim Argello a fazermos, juntos, um esforço, independentemente do meu projeto, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, posteriormente,

deverá vir para esta Comissão e que não se confronta com esse projeto, para que possamos trabalhar numa legislação que não se confronte com a Constituição Federal, buscando a criação de um piso salarial nacional para o conselheiro tutelar, a exemplo de outras categorias que já conseguiram, para que nós pudéssemos unificar uma forma de tratamento em todo o País.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continua em discussão a matéria.

Senador Wellington Dias e, em seguida, iniciaremos o processo de votação, já que, neste momento, com a chegada do Senador Eduardo, nós temos quórum para votar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, falarei bem rapidinho. Quero apenas saudar também o nosso Relator Gim Argello, V. Ex^a, nosso Presidente, e todos os conselheiros aqui presentes através do Conselheiro João Maria, que é do Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares do meu querido Piauí.

E quero aqui dizer também o quanto me sinto orgulhoso, como parte da base do Governo, por termos construído essa proposta que permite a ampliação para que, em cada Município que tenha regiões administrativas, tenhamos ali a presença de um conselho, que possamos ter mandatos de quatro anos, inclusive, com essa prorrogação que permite a unificação das eleições em todo o País.

E comemoro principalmente algo que poderia parecer óbvio, mas, infelizmente, ao longo do tempo, não aconteceu: o fato de se garantir aos conselheiros aquilo que os trabalhadores do Brasil já têm; ou seja, o mínimo: além da remuneração, direito a férias com um terço remunerado, direito a cobertura previdenciária, poder se aposentar, enfim, poder ter aqui licença gestante e paternidade.

Enfim, quero aqui, como quem acompanha e tem todo o respeito pelos conselhos tutelares no Brasil inteiro, hoje, não só declarar meu voto favorável, mas também agradecer a esta Casa que – se Deus quiser! – vai garantir a aprovação.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias.

Senador Paulo Davim, vou fazer aqui um apelo. O Senador Cristovam pediu que eu fizesse o apelo, pois ele viria para cá, e o Senador Rodrigo Rollemberg também, porque nós não temos quórum ainda.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu serei rápido no meu comentário.

Primeiro quero ressaltar a importância dos conselhos tutelares. Desde 1990, quando foi...

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Senador Davim, vou pedir um segundo só. Vou pedir ao Senador Paulo Paim para conduzir, fazer a votação agora, porque nós temos quórum neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sem prejuízo.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sem prejuízo da sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E se caso faltar um, os senhores continuarão falando.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – E o senhor volta a falar, porque eu vou ficar aqui prestigiando. Está bem, gente? Então vamos fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sem problemas?

Todos concordam com esse encaminhamento proposto pelo Relator?

A Presidência assina embaixo.

Então vamos iniciar o processo de votação sem prejuízo para que os Senadores inscritos usem a palavra.

Passo a palavra, iniciando o processo de votação.

Votação nominal.

Senadora Ana Rita.

Senadora Marta Suplicy.

Senador Paulo Paim: “sim”.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cristovam Buarque.

Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Angela Portela.

Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Humberto Costa.

Anibal Diniz.

João Durval.

Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pedro Simon.

Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – “Sim”. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ivanete Dantas. Ivonete Dantas.

A SR^a IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu disse Ivanete, mas corrigi em tempo: Ivonete Dantas.

Casildo Maldaner.

Sérgio Petecão.

Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Roberto Requião.

Ricardo Ferraço.

Aloysio Nunes Ferreira.

Demóstenes Torres.

Cássio Cunha.

Cyro Miranda.

José Agripino.

Mozarildo Cavalcanti, titular.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gim Argello, voto conhecido.

Magno Malta.

Vicentinho Alves.

Randolfe Rodrigues.

Encerramos.

Vamos só contar os votos: dez com o Presidente.

Conto como quórum.

Senador Cristovam Buarque como vota? (*Palmas.*)

Ele combinou para chegar na hora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – “Sim”, pelas crianças. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – São 10 votos.

Senador Pedro Taques estava de plantão até agora, aqui.

Vou anunciar o resultado.

O projeto foi aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Um momento!

Ainda temos outro encaminhamento.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009, declaro prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, e a emenda a este apresentado.

Pergunto aos Senadores se podemos reproduzir o mesmo resultado da votação anterior para a Emenda nº 01, da Comissão de Constituição e Justiça, e a nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça?

Concordam? (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora sim!

Aprovada por total unanimidade. (*Palmas.*)

Quero aqui dar os meus cumprimentos à Senadora Lúcia Vânia, autora, e ao Senador Gim Argello, que

foi um grande articulador dessa mobilização e pediu que colocássemos em votação hoje, ele como Relator.

Por uma questão de justiça eu também registro aqui a iniciativa, na época, do Senador Artur Virgílio, que V. Ex^a também era Relator, e da Senadora Lídice da Mata que tem um projeto semelhante.

Uma salva de palmas a todos. (*Palmas.*)

O projeto é terminativo e vai direito para a Câmara dos Deputados.

Tenho certeza de que ninguém vai fazer recurso ao plenário.

Quero colocar em votação ainda dois requerimentos.

Aí não é votação nominal.

Antes, vou conceder a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Davim, e a todos que quiserem usar da palavra. V. Ex^a tem o direito a palavra como havia pedido, antes que eu leia outro requerimento sobre esse tema.

Faço questão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, achei que estava em votação outra matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não.

O relator que me auxiliou na Presidência.

Têm no mínimo dois inscritos, V. Ex^a e o Senador Eduardo Lopes, sobre esse tema ainda.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, na minha atividade política como Deputado Estadual sempre me dediquei muito a essa causa, a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Acho fundamental o papel desempenhado pelos conselhos tutelares na verdadeira implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente que está completando 13 anos.

Há uma carência da vigilância nesse cumprimento no Brasil afora muito grande.

Essa informalidade com que os conselheiros são tratados, a partir de agora será diferente, mas até agora eram tratados com informalidade e essa informalidade cria um descompromisso com a causa.

Isso vulnerabiliza o objeto maior do trabalho dos conselheiros.

Então, acho que essa matéria, esse projeto, vem fortalecer não só o trabalho dos conselhos, mas, sobretudo, despertar uma responsabilidade maior dos gestores municipais.

É impressionante como os gestores, pelo interior do Brasil, olham para os conselhos tutelares de uma forma completamente descomprometida. Olham como uma atividade voluntária, como uma atividade muita vez sem valor nenhum para o Município.

Isso tem de mudar!

Primeiro, mudar o olhar do gestor para esse trabalho. Segundo, acabar com esse trabalho feito à margem da legislação trabalhista a que o conselheiro é submetido. Por último, melhorar a eficácia desses conselhos e a qualidade desses conselheiros.

Então, tudo isso passa pela regulamentação. Então, essa regulamentação vai dar um salto de qualidade nos conselhos pelo Brasil afora.

Portanto, era esse o comentário que eu queria fazer. Elogiar a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e elogiar a relatoria feita pelo Senador Gim Argello. É um trabalho muito meritório, feito pelos dois.

Portanto, fica aqui o meu registro, fica aqui a minha satisfação pela aprovação dessa matéria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Com a palavra o Relator, Senador Gim Argello. Em seguida, falará o Senador Eduardo Lopes.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Só para agradecer ao nobre Senador Paulo Paim pela sensibilidade. Tem vários Senadores que debatem o tema, participa do tema, mas tem que ter sensibilidade. Realmente, ajudou muito para que essa votação pudesse ocorrer no dia de hoje. É muito importante, a gente tem que correr contra o tempo também na Câmara dos Deputados, e lá há vários parlamentares que já disseram – como disse aqui o nobre Senador Paim – que querem ajudar os conselheiros tutelares do nosso País, ajudar nesse trabalho maravilhoso que vocês fazem.

Eu tomei a liberdade, agora há pouco, com o Senador Paim, que passada a Páscoa, nós temos direito a fazer um belo churrasco, convidando também o Paulo Paim e todos os Senadores que participaram da votação.

Obrigado, gente; obrigado pela confiança, pela amizade, obrigado por terem me escolhido, deliberado para que eu fosse o Relator. Fiquei muito orgulhoso e contem comigo. Aceito, sim, o título de conselheiro tutelar *ad hoc*, eu e o Senador Paulo Paim.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, todos os presentes, eu não acredito em coincidências. Eu sei que Deus, como se diz no popular, “escreve certo por linhas tortas.”

Em contato com vários conselheiros tutelares do Rio de Janeiro eu ouvi falar sobre esse projeto, quando não estava na Casa e também não estava mais no mandato de Deputado Federal. E, no final do mandato, eu sempre dizia que iria apoiar tal projeto na Câmara, assim que chegasse. Mas, depois, tomamos a decisão de fazer a chapa, juntamente com o nosso Senador e

hoje Ministro Crivella. E por que eu disse com respeito à coincidência, que não acredito? Falei em apoiar e hoje eu tenho o privilégio de estar aqui votando esse projeto, como Senador. E eu falava com os conselheiros lá do Rio que certamente eu os apoiaaria. E eles falavam muito da questão de se unificar a data das eleições para conselheiro tutelar, o que realmente é muito importante.

Então, rapidamente, quero só falar dessa alegria de hoje estar aqui, depois de assumir o mandato como Senador, votando a favor dos conselheiros tutelares. Quero parabenizar o nosso Relator, o Senador Gim Argello, assim como a nossa Senadora Lúcia Vânia pelo projeto. E eu tenho certeza de que um trabalho tão grande, como é o trabalho dos conselheiros, creio que tem realmente que ser olhado com esses olhos, porque, como eu falo a eles lá no Rio de Janeiro, é um trabalho de muita responsabilidade e um trabalho difícil, um trabalho árduo, que sem dúvida também requer muita coragem.

Eu parabenizo, então, todos os conselheiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Lopes, parabéns pela sua fala.

Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Quero também cumprimentar todos os conselheiros tutelares, ao relator e a autora do projeto.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, de agradecer a atenção da Srª Michele Moraes de Sá e Silva, que aqui representa a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria dos Direitos Humanos, pela atenção dada ao caso da Srª Eliana Marz, que tem a sua filha hoje na Alemanha; há uma dificuldade de entendimento com o pai da criança. Então, até se V. Exª permitir, eu diria a ela para sintetizar o seu problema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de encerrar eu darei a palavra à... O seu nome é...?

A SRª ELIANA RODRIGUES – Eliana Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passarei a palavra à Drª Eliana.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Pode falar então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ser neste momento, Senador Suplicy? V. Exª terminou?

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, agradeço ao Senador Suplicy pela inicia-

tiva, cumprimento-o mais uma vez, e passo a palavra à Srª Eliana.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, Senadora, V. Exª. Claro.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Apenas para manifestar minha alegria e parabenizar todos que estão nesta causa; à Senadora titular do projeto, Lúcia Vânia; e ao Relator Gim Argello. Essa é, realmente, uma preocupação nossa. Nós que somos do interior precisávamos consolidar essa lei, dar oportunidade e garantia aos conselheiros. Eu só pediria uma ressalva e até o apoio de todos os conselheiros, porque já participei de várias campanhas no interior, na escolha de Conselho Tutelar: que pudéssemos selecionar aquelas pessoas que fossem mais comprometidas. Porque, hoje, a eleição do Conselho Tutelar no interior é quase uma minieleição de vereador. Muitas vezes, as pessoas que se candidatam já têm tantas atribuições que não desenvolvem o verdadeiro comprometimento necessário em prol das crianças e dos adolescentes, não se dedicam inteiramente a zelar por esse povo que precisa de um acompanhamento, um monitoramento muito abrangente e muito profundo.

Parabenizo a iniciativa brilhante, realmente, da Senadora e do relator, que concedeu aqui essa consolidação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ivonete Dantas. Meus cumprimentos. V. Exª tem sido muito atuante nesta Comissão, assim como o Senador Eduardo Lopes. Ambos estão há pouco tempo na Casa, mas eu diria que estão quase 100% presentes nesta Comissão, defendendo os direitos humanos.

Neste momento, passamos a palavra à Srª Eliana Rodrigues, conforme solicitação feita pelo Senador Eduardo Suplicy. Desde já, agradeço à Drª Michele, que aqui representa a Ministra Maria do Rosário, que fez questão de ficar aqui até o final, para ouvir o seu depoimento.

A SRª ELIANA RODRIGUES MARZ – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a atenção dos senhores e das senhoras aqui presentes, de cumprimentar os conselheiros tutelares, bem como agradecer o interesse da Secretaria de Direitos Humanos, na pessoa da Srª Michele, neste caso em especial.

Eu gostaria de relatar, muito resumidamente, a situação por que estou passando. Eu vivi por 16 anos na Alemanha. Eu tenho, por isso, uma filha lá nascida, com a idade de 12 anos. A criança tem Síndrome de Down, a criança é cardíaca, e foi, desde o nascimento,

cuidada por mim, diuturnamente. Eu sofri um calvário de privações e de agressões tanto físicas como psíquicas. Eu acredito, não consegui até hoje esclarecer, mas acredito que, infelizmente, meu ex-marido tinha uma personalidade, uma psique um tanto quanto instável. Agressões na frente da criança eram ordem do dia. Eu passei por muitas. Infelizmente, na Alemanha, eu não encontrei interesse, por parte da Justiça, para que essa situação fosse resolvida. Lá, infelizmente, como estrangeira, fui um tanto quanto deixada à margem. Por conta disso, eu me dediquei a cuidar da pequena, da minha filha, e me separei do meu marido há quase oito anos. Apesar disso, a situação não se resolveu, não melhorou. Pelo contrário, pioraram as agressões físicas, o terror telefônico, piorou a situação inclusive contra a minha filha.

Em 2008, minha filha começou a afirmar que estava sendo vítima de abuso sexual. Ela não denunciou apenas o pai, mas outras pessoas. Eu comecei então, diante da Justiça alemã, a pedir que se elucidasse. Tudo que eu sofri depois disso não tem tamanho. Por fim, eu entendi que corria risco de vida, porque havia uma pressão muito grande lá para que eu não continuasse tentando elucidar. A menina seria obrigada a continuar indo com o pai, apesar de não termos esclarecido nada. Eu tinha uma autorização de viagem vigente até agosto deste ano. Vim ao Brasil, ao País da Lei Maria da Penha, colocar minha filha em segurança. A mim e a ela. Infelizmente, o pai conseguiu vir em dezembro de 2011, dia 21 de dezembro, com uma liminar, dada por um juiz brasileiro, de busca e apreensão, levou a criança de mim nessa data, permaneceu ainda no Brasil até o dia 30 de janeiro, quando um juiz brasileiro, em primeira instância, infelizmente, não se sabe por que, apesar de, no processo, toda a configuração dos arts. 13 e 20 da Convenção de Haia estarem presentes, esse juiz brasileiro determinou que o pai tinha o direito de deixar o País com a minha filha.

Eu não tive sequer o direito de me despedir da menina. Nas últimas visitas que eu fiz, vigiadas – eu, e não a parte que representava perigo –, a menina estava com o pai e eu fazia visitas vigiadas, a menina chorou muito porque queria ir embora comigo, é claro. Apesar disso, não tive chance nenhuma. Eles alegaram sequestro internacional por conta de eu ter vindo ao Brasil com a menina. Apesar do documento vigente de viagem que eu tinha, levaram a pequena, sem qualquer chance. Desde então, eu só tive dois contatos telefônicos muito rápidos com a minha filha. O pai já havia proibido a menina, desde aqui no Brasil, a falar português; quer dizer, também a cultura brasileira e o idioma português vão ser afastados da vida da filha, não só a mãe. Também há um agravante: o juiz sabia,

quando ele decidiu dessa maneira, que havia uma ordem de prisão preventiva decretada na Alemanha contra mim; ou seja, eu não tenho nenhuma chance de acesso à menina. Ela é minha filha, é uma criança especial, existe todo um quadro de agressão física e psíquica não só contra mim, mas contra essa criança também, existem, no processo, desenhos que ela fez que o pai a havia agredido por virar um prato de sopa, e ainda assim esse juiz fez isso.

Então eu vim a Brasília, sou do Estado de São Paulo, pedir ajuda em um caso desesperado como esse. Desde então, estou em contato com outras mães, Brasil afora, que estão sofrendo o mesmo problema. Eu peço encarecidamente aos senhores que tiverem condições que proponham uma votação, uma emenda, uma nova lei, para que nunca mais uma mãe brasileira passe por isso. Essa é a pior de todas as dores, é como ter um filho sequestrado. E ainda a maior das dores que a gente passa depois dessa agressão, dessa violência é encontrar, no caminho, pessoas que tentam banalizar o sofrimento dessa mãe. Isso é uma coisa cotidiana; existem muitos casos. Não diminui a dor de cada uma dessas mães que estão sofrendo, que estão afastadas de seus filhos. Isso é algo contra a natureza. Claro que existem casos em que a mãe também comete erros, mas nós sabemos que, até que haja um motivo muito contundente, as crianças estão melhores ao lado da mãe. E há um movimento dentro do Brasil hoje, em dia, para que isto se evite: a separação da criança e da mãe. Inclusive recentemente falei com o Curador da Infância e Juventude do Estado de São Paulo, que estava me dizendo desse esforço que há hoje no Brasil de, em toda situação, socorrer a família que está em dificuldade, e não separar a criança da mãe. No meu caso, infelizmente, aconteceu isso; existem casos na Bahia, em Pernambuco, existem outros casos no Brasil.

Então o meu pedido não é apenas: tragam, pelo amor de Deus, Helena Marz, a minha filha, de volta em tempo recorde, assim como ela foi mandada embora, não. O meu pedido aqui, senhores, é que se faça algo para que nunca mais uma mãe brasileira chore as noites que eu tenho chorado. Não posso dizer aos senhores das emendas, das leis. Isso o meu conhecimento não alcança. Mas posso dizer aos senhores das muitas noites que eu já não durmo desde que isso aconteceu e o medo de adormecer e ter novos pesadelos desde que isso aconteceu.

Então eu vejo uma necessidade muito grande de essas mães formarem uma associação, a associação brasileira das mães de mãos vazias, que se diga que está vazia até certo aspecto. Eu posso jurar a vocês do caso que eu estou vivendo nas mãos dessas mães. Todos os dias, as lágrimas que elas choram, o cheiro

dos filhos que elas perderam. Isso não pode continuar acontecendo. Uma nação que não respeita as suas mães se condensa ao autoextermínio. Não existe nação, se não houver mãe. Por isso eu peço encarecidamente aos senhores que considerem esse caso desesperado da minha filha, para que se reverta essa primeira ordem judicial com grande urgência.

Helena é uma criança muito vulnerável pelo fato de ser deficiente, por não haver credibilidade para Helena naquilo que ela denuncia, naquilo que ela afirma. Eu estive ao lado de Helena lutando por isso, eu e a pediatra dela lá na Alemanha e sabemos das dificuldades que tivemos. Imaginem ela sozinha naquele lugar! O pai, infelizmente, sob suspeita de estar numa rede de pedofilia ou de ser um pedófilo, não foi avaliado suficientemente e tem a minha filha nas mãos. Isso é uma situação que precisa urgentemente ser revertida, senhores.

Eu quero ainda agradecer o apoio que tenho recebido do Senador Suplicy e seu gabinete e das pessoas todas que têm me dado oportunidade de gritar por socorro pela minha filha e por essas mães.

Por favor, considerem!

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Srª Eliana Rodrigues März, que relata a situação da sua filha.

O Senador Eduardo Lopes está com a palavra.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria pedir a inclusão na pauta dos requerimentos.

E, ouvindo a nossa amiga Eliana, é algo que a gente fica revoltado. A verdade é esta: a gente fica num misto de revolta com indignação, mas vamos conversar com o nosso amigo Senador Eduardo Suplicy dando apoio, para ver no que podemos ajudar, Srª Eliana. Mas pode contar com a nossa ajuda. (*Palmas*.)

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES MÄRZ – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Lopes.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILICY (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer, mais uma vez, a atenção de V. Exª como presidente da Comissão de Direitos Humanos, que aqui abriu a oportunidade para a Srª Eliana Rodrigues März dizer da vontade que ela tem, mais do que legítima de ter a sua filha a seu lado, continuando a dedicar – ainda mais uma filha com Síndrome de Down.

Quero agradecer a Srª Michele de Sá e Silva e a própria Ministra Maria do Rosário, que ainda há poucos dias nos falou que vão apresentar um convite a mim

para que eu venha à Comissão de Relações Exteriores tratar de diversos casos como esse.

Vou pedir licença, Sr. Presidente, porque estou sendo chamado com urgência novamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está liberado, Senador Suplicy.

Se a Drª Michele quiser fazer uma consideração rápida sobre o que ouviu, está com a palavra.

A SRª MICHELE MORAIS DE SÁ E SILVA – Só queria aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, expressar a minha solidariedade de mãe, de mulher, acima de tudo. Acho que, de fato, infelizmente, a tramitação da justiça brasileira, em muitos casos de violação de direitos humanos, fica aquém do que gostaríamos e eu acho que esta Casa poderia, sim, de repente, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos, atuar para que, em fase recursal, haja uma reversão da decisão brasileira de que todas as medidas sejam tomadas para que sua filha seja trazida de volta, dentro do que prevê a Convenção de Haia e a Constituição brasileira.

Então, talvez, todos os Senadores possam aqui se mobilizar para que a gente atue conjuntamente e resolva essa situação lastimável o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Michele, vamos trabalhar de forma conjunta: esta Comissão e a nossa Secretaria de Direitos Humanos, no caso a Ministra Maria do Rosário. Vamos estudar o caso, como disse muito bem o Senador Eduardo Lopes, e o que a gente puder avançar no campo da legislação...

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ivonete Dantas.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Quero parabenizar esse Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Exª, que está aqui atuante e firme.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – V. Exª nasceu realmente vocacionado para esta Comissão.

Quero manifestar aqui a minha solidariedade. Imaginem uma criança sem o colo da mãe e imaginem o sofrimento da Eliana nessa situação.

Então, manifesto a minha solidariedade, Eliana, e me disponho a dar todo esse apoio emocional e no que puder. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ivonete Dantas. E com a sua fala, nós concluímos essa etapa das nossas duas reuniões, audiência pública e a reunião deliberativa, e garantimos esse espaço para que a Srª Eliana Rodrigues falasse da sua situação.

Agora, neste terceiro momento, nós vamos à votação dos requerimentos.

Agradeço a presença de todos. Estão liberados. Obrigado.

Senador Magno Malta chega também neste momento.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria de subscrever os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK.

Vamos começar a votar os requerimentos.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a violência no campo e os assassinatos ocorridos contra lideranças rurais, indígenas e quilombolas. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Sala das Comissões.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, vamos passar aos requerimentos extrapautas.

O primeiro requerimento, na verdade, é do João Capiberibe. Eu o assinei porque ele não está presente.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Sr. Presidente, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a violência no campo e os assassinatos ocorridos contra lideranças rurais, indígenas e quilombolas. Os convidados serão posteriormente encaminhados a esta comissão.

Para mim foi o que eu acabei de ler e li novamente, mas não tem problema. Está apenas referendado que já está aprovado.

Vamos aos requerimentos extrapautas.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “a quem interessa a desoneração da folha de pagamento, sem contrapartida, sequer sobre o faturamento? Quais os impactos para os trabalhadores, os empresários e a previdência?” Os convidados as seguintes autoridades: Ministro da Fazenda Guido Mantega; Ministro da Previdência Garibaldi Alves Filho; Ministro do Trabalho Paulo Roberto dos Santos Pinto; Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; Ricardo Patah, Presidente da UGT; Atnágoras Lopes, da CSP-Conlutas; Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; José Calixto Ramos, Presidente da NCST; Warley Martins Gonçalves, Presidente da COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; José Augusto da Silva Filho, Coordenador Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Robson Braga de Andrade, da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC; Fabio Colletti Barbosa, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

Eu pedi, ainda, que fosse colocado aqui a Anfip, ou seja, incluir o Sr. Álvaro Sólón de França, Presidente da Anfip.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Em votação.

Aqueles que concordam com esse requerimento extrapauta para discutir a questão da Previdência e suas devidas contribuições permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a entrada extrapauta.

Os que concordam também quanto ao mérito permaneçam como se encontram, já que eu li o requerimento na íntegra. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, está com a palavra o Senador Eduardo Lopes, para a leitura dos seus requerimentos e também

do Senador Magno Malta, que, pelas informações que tenho... É ele que vai usar da palavra?

O SR. EDUARDO LOPEZ (Bloco/PRB – RJ) – Na verdade, estou subscrevendo, então, com a leitura, o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São signatários os dois?

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, muito bom dia e aos ouvintes e telespectadores da TV Senado; nosso querido Senador, Senadora, eu tenho dois requerimentos comigo: um, a Senadora Marta Suplicy requer audiência pública para um debate com o grupo GLBT.

Quero incluir o nome do Pastor Silas Malafaia e o do Pastor Joide Miranda, que, com certeza, vão embasar esse debate.

O nome do Pastor Joide Miranda, inclusive, é muito interessante, porque ele é um ex-travesti. Foi abusado na infância, uma história difícil, e hoje é um homem, pai de família, dois filhos, casado e, realmente, leva o debate para o seu devido lugar. E a presença do Pastor Silas Malafaia.

Faço com muita alegria também o registro da presença do Presidente do PSC de Cachoeiro de Itapemirim, o nosso Pastor Delande, lá da terra de Roberto Carlos, de Jece Valadão, de Rubem Braga e de Magno Malta, porque sou adotivo de lá. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grande Magno Malta, grande Senador da República!

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Foi lá que me elegi Vereador. Comecei tudo por lá.

Cheguei ao Estado do Espírito Santo em 1982, meu querido Presidente Paim, vindo do Nordeste. Em 1992, dez anos depois, eleger-me Vereador no interior, em Cachoeiro. Em 2002, eu já era Senador. Então, o povo é que me deu oportunidade. Sou absolutamente grato por tudo isso.

Então, este meu requerimento, subscrito pelo Senador Eduardo, eu gostaria que V. Ex^a colocasse em votação.

O seguinte, para que votemos os dois, pede a criação da subcomissão de combate à pedofilia, proteção da criança, do adolescente, da juventude.

É uma comissão que vai durar o mandato de V. Ex^a. E a mudança da comissão, com cinco titulares, cinco suplentes, da Comissão de Direitos Humanos, em que nós vamos tratar também da infância, da questão do idoso, da terceira idade. E todas essas questões que envolvem direitos humanos, envolvendo o ser humano desde a sua infância até a sua fase madura.

Terei o prazer de, com a criação dessa subcomissão, ver o nosso querido Senador Eduardo fazer

parte dela. Eu já convidaria a nossa querida Senadora para que, no tempo em que ficasse nesta Casa, fizesse parte conosco também. É absolutamente importante, porque nós vivemos num país onde há mais gente usando criança do que usando drogas. E fico rindo quando vejo nego dizer que está fazendo projeto para combater o crack. Não vejo ninguém se movimentando para chamar família para dentro, porque a grande movimentação é preventiva.

A lei, nós fizemos; descortinamos um drama no Brasil, que era o problema da pedofilia, do abuso de criança. Antes da CPI da Pedofilia, isso era um tabu, ninguém falava disso. E hoje nós conhecemos um país que está entre os três maiores abusadores do Planeta; em consumo de pedofilia na Internet, nós somos o número 1 do Planeta.

Mas nós criamos uma legislação. O País está pautado e a demanda é muito grande no meu gabinete, sem que eu tenha hoje um instrumento. Não sou mais Presidente da CPI, que durou três anos. Ela foi extinta porque era temporária. Era para durar 90 dias, podendo ser prorrogada por mais 90 dias. E durou três anos, de enfrentamento a esse crime.

Temos hoje a lei para combater crimes cibernéticos e o crime organizado. Só que nós não queremos criança abusada para aplicar a lei; nós não queremos pedófilos neste País, e isso só se faz com prevenção. E se nós criarmos aqui um fórum, um lugar para as pessoas virem chorar os seus problemas, a partir daí, Senador e Senadora, nós poderemos fazer encaminhamento ao Ministério Público, entrar no Conselho Nacional de Justiça ou do Ministério Público, porque há muitos homens e mulheres, no Judiciário e no Ministério Público, sentados em cima de processos de abuso de criança para proteger adultos. Sabemos que, infelizmente, o ser humano está em todo lugar – onde há trigo, há joio –, como esses casos emblemáticos e escabrosos. Temos que entrar no CNJ contra esses magistrados, a partir desta Comissão, e no Conselho Nacional do Ministério Público.

Tenho discursado daquela tribuna e lembro-me de alguns prefeitos pedófilos, nos tribunais, com o desembargador sentado em cima do processo. E a partir da denúncia na tribuna, no dia seguinte, ele foi preso. E soltou.

Então, essa comissão vai ser muito importante para o Brasil, para dar continuidade... De maneira que fica o meu convite à querida Senadora para participar conosco.

São esses os dois requerimentos.

Gostaria também de pedir, se puder, para subscrever o relatório que foi votado, que trata da questão dos conselhos tutelares no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a poderá subscrever, com certeza absoluta. E vamos agora aos requerimentos.

Neste requerimento, pergunto ao Plenário se concordam que ele entre extrapauta. (Pausa.)

Vou ler o requerimento:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 38, DE 2012**

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2012, de autoria da Senadora Marta Suplicy, de instrução do PLC 122, de 2006, já aprovado por esta Comissão, seja incluído entre os expoentes, o Pastor Silas Malafaia e Pastor Joide Miranda, que com certeza trarão embasamentos elucidativos para análise da matéria.

Autoria: Senador Magno Malta e o Senador Eduardo Lopes.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito, que já li, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Outro requerimento do Senador Magno Malta:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 39, DE 2012**

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos proceda à retirada do Requerimento nº 25, de 2010, que criou a Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso e, consequentemente, sua extinção, no âmbito desta Comissão.

Autoria: Senador Magno Malta.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito, que já li, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Outro requerimento do Senador Magno Malta:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 40, DE 2012**

Requeiro a criação da Subcomissão Temporária, de combate à pedofilia, proteção dos direitos da Criança, do Adolescente, e da Juventude [eu incluiria os Idosos], composta de 05 membros titulares e 05 suplentes, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, até ao final da presente legislatura, com a incumbência de, entre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Autoria: Senador Magno Malta.

Senador Magno Malta, aqui não consta, mas se V. Ex^a, quando argumentou defendeu – e defendeu muito bem –, eu estou colocando a palavra “idoso”,....

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que é mais ou menos aquele termo que nós havíamos concordado. Nós vamos manter a comissão anterior na íntegra, e estamos incluindo, a pedido de V. Ex^a, que a nova comissão avance no combate à pedofilia, enfim, proteção da criança e do adolescente.

Então, vamos votar o requerimento; depois a gente faz o adendo combinado.

Aqueles que concordam que o requerimento entre como extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Quem concordar com o requerimento e com o adendo colocado aqui pelo Senador Magno Malta e reforçado por esta Presidência, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a formação da nova comissão.

De pronto, como Presidente, eu indico o Senador Magno Malta para presidir essa comissão e, consequentemente, já fica autorizado, a partir deste momento, a fazer articulação com os Senadores e Senadoras para me apresentar o número de cinco titulares e cinco suplentes, para nós instalarmos a comissão o mais rápido possível. OK?

Alguma coisa a mais? (Pausa.)

Não havendo mais nada a tratar, eu encerro os trabalhos da nossa Comissão.

(Iniciada às 09 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**ATA DA 15^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 2 DE ABRIL DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e dezesseis minutos do dia dois de abril de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Paulo Paim e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras membros desta Comissão. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A presente reunião, composta de duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: 1^a Parte – Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 41, de 2011–CDH**, aprovado em 29/03/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre “a quem interessa a desoneração da folha de pagamento, sem contrapartida, sequer sobre o faturamento? Quais os impactos para os trabalhadores, os empresários e a previdência?”. Convidados: Zilma-ra David de Alencar, em substituição a Paulo Roberto dos Santos Pinto, Ministro de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM; Eduardo Pereira, em subs-tituição a Garibaldi Alves Filho Ministro de Estado da Previdência Social – MPAS; Laércio José de Oliveira, em substituição a Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST); Antônio Lisboa Amansio Vale, em substituição a Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; Moacir Meirelles de Oliveira, em substituição a Warley Martins Gonçalves Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Floriano Martins Sá Neto, em substituição a Álvaro Sólón de França, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP). **Segunda Parte. Deliberativa. Item 01. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – RDH nº 42, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a terceirização do trabalho no país. Os convidados serão enviados posteriormente

para a secretaria da Comissão. Sala das Comissões. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

A audiência pública, nos termos do Requerimento nº 41, de 2012 – CDH, aprovado em 20/03/2012, de autoria deste Senador e de outros, destina-se a discutir o seguinte tema: a quem interessa a desoneração da folha de pagamento sem contrapartida e, como apontam alguns setores, sequer sobre o faturamento? Quais os impactos para os trabalhadores, para os empresários e, principalmente, para os aposentados e pensionistas, ou seja, para a nossa Previdência pública?"

Nós convidamos para este debate a Drª Zilmara Davi de Alencar, Secretária de Relações do Trabalho, que aqui substitui o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Convidamos, também, o Dr. Eduardo Pereira, Coordenador-Geral de Estatísticas e Atuária, em substituição ao Ministro do Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho.

Quero aqui dizer que estive com o Ministro Garibaldi lá no Rio Grande do Norte – não é, Floriano? –, no Congresso da Anfip, e quero aqui cumprimentá-lo. Ele me garantiu: "Olha, Paim, eu não estarei, mas vou mandar um representante para fazer o debate".

Então, mais uma vez, agradeço ao Ministro Garibaldi a forma diplomática com que tem tratado o Congresso Nacional, sempre numa linha de alto nível.

Quero também, na mesma linha, cumprimentar o Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto. Em outra audiência aqui, inclusive, reclamei, porque o Ministério não mandou ninguém; depois fui informado de que não era bem assim – admito quando os fatos são verdadeiros. Um companheiro que estava aqui e que veio

para a Mesa representava os três Ministérios naquela atualidade. Por isso, o Ministro, então, não mandou outro, ou seja, para não haver, como se chama, uma superposição.

Então, cumprimento o Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto, do Ministério do Trabalho, que nunca deixou de mandar representante em todos os debates. E, mais uma vez, está aqui presente já a Zilmara, representando o Ministro.

Cumprimento José Augusto da Silva Filho, que esteve aqui diversas vezes e que está aqui, de novo, hoje. Ele representa o Fórum Sindical dos Trabalhadores, onde estão 16 ou 18 confederações, quatro centrais, cinco centrais sindicais. Está aqui, também, o José Augusto, representando o setor.

Cumprimento Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços de Turismo, em substituição ao Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente. Também agradeço a essa Confederação, que, toda vez em que é convidada, ou manda o Presidente ou o representante. O importante é que esteja representada à Mesa.

Convidamos, também, a Central Única; a Força Sindical; Robson Andrade, pela CNI; Moacir Meireles, da Cobap, que está aqui conosco, representando-a. O Warley me ligou, disse-me que estava em um evento fora, mas que você estaria presente. E, também, Floriano Martins de Sá Neto, com quem estive no fim de semana. Estávamos juntos lá, em Natal, no Rio Grande do Norte, não é, Floriano? E o Floriano lá me dizia que estaria aqui presente, representando a entidade.

O Diretor Presidente da Fundação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal, que aqui representa, inclusive, o próprio Presidente da entidade, Álvaro Sólón de França, o qual também justificou, nesse evento em que estivemos na sexta-feira e no sábado, lá em Natal. Seja bem-vindo, Floriano.

Enfim, nós vamos começar os nossos trabalhos, e, se me permitirem, vou, na verdade, ler uma introdução, só para situá-los sobre por que resolvi rapidamente chamá-los para esta audiência pública. E vou praticamente repetir aqui um pronunciamento que fiz no dia 28/03/2012. Foi de posse desse material que resolvi chamar esta audiência pública, demonstrando todas as minhas preocupações.

Estou muito, muito preocupado com a nossa Previdência. De forma resumida, para não ficar lendo só a matéria, a partir do momento em que a crise econômica é tão alardeada e falada, em relação ao que está acontecendo na Europa e na América do Norte, noto que, cada vez mais, no Brasil... Como a crise, até o momento, não chegou aqui, não vejo nenhuma situa-

ação de tanto desemprego, como alguns falam. Não vejo, sinceramente não vejo. E o Ministério do Trabalho pode confirmar se estamos num caos e se está todo mundo sendo demitido. Não vejo isso.

Oxalá eu não veja no futuro também, não é? Mas percebo que há um movimento muito forte no sentido de desonerar a folha. Agora, se querem desonerar a folha, se querem diminuir os tributos, os impostos, enfim, os recursos que o empregador destina das suas contribuição, que o façam, mas deixem a Previdência em paz. A Previdência não é do Governo. A Previdência não tem dono. A Previdência é do povo brasileiro.

Eu fui Constituinte. E, lá na Constituinte, nós botamos inúmeros recursos para sustentar a Previdência. Mas vejo que, cada vez em que falam em desonerar a folha, é no sentido de retirar o dinheiro da Previdência. Isso me assusta. Assunta-me. E digo aqui, no pronunciamento, que a história vai cobrar. Se no futuro a Previdência passar a ser deficitária mesmo – e não é deficitária, até porque o meu argumento de que não o é se sustenta. Por quê? Como alguém vai chegar a um órgão – no caso, o Ministério da Previdência – que é deficitário e começar a retirar o dinheiro de onde é deficitário? Alguma coisa está errada. Essa conta não fecha. Ou é deficitária ou não é deficitária. Se é deficitária, o que fazemos? Aportamos recursos, e não os retiramos.

O que está acontecendo na Previdência – e me desculpem aqueles que pensam de forma diferente... Quero fazer um debate o mais democrático possível, mas tenho uma posição, tenho um lado. Estou aqui presidindo a Comissão de Direitos Humanos e presido também a Subcomissão do Trabalho e Previdência. Alguém que está assistindo à reunião neste momento entende essa matemática? Só vejo estampado nas publicações, não importa onde: Previdência deficitária: 50 bilhões, 40 bilhões, 30 bilhões, 20 bilhões. Aí pegam um documento do Ministério da Previdência, que diz: Previdência urbana superavitária, em média 20 bilhões por ano.

E é exatamente esse fator que aplicam o tal... É esse setor que aplica o tal do fator, que corta pela metade o salário do aposentado, na hora de começar a receber seu vencimento, porque diz que não há dinheiro. Depois, vejam que vão desonerando a folha, desonerando a folha. Quando falam ali: agora, sob tributação, sob lucro, vai ser menor; sob faturamento, vai ser menor... Enfim, Cofins, todo esse... A contribuição do empregador sobre a folha.

Quem está pagando a crise? Para mim, quem está pagando a crise são os trabalhadores. O dinheiro não vai para onde tinha de ir; para os aposentados, reajuste zero; na hora em que se vai aposentar, cor-

ta-se pela metade o vencimento via fator: quem está pagando a crise?

E, a cada dia, dizem que vão alastrar o número de setores que vão reduzir os encargos a serem pagos para a sociedade. Aí a Cobap, as Centrais, a Anfip, enfim, para mim têm as suas razões. E, para não dizerem que sou tendencioso, quero dizer que convidei todos para este debate. Não tenho problema nenhum com debates. Pode ser que me provem o contrário.

Convidei aqui... Não preciso ler a relação. Eu convidei o Ministério da Fazenda, o Ministério da Previdência, o Ministério do Trabalho, os empresários, os representantes dos trabalhadores.

Qual é o fórum para esclarecermos isso? Nada melhor do que aqui, numa comissão do Senado da República, para que nos expliquem isso; para que justifiquem que essa tal de Previdência está tão faltada, que tenho de retirar o dinheiro dela e dizer que o rendimento dela... Vamos pegar só o exemplo da folha. Mandei fazer um cálculo rápido aqui, no Senado, e me disse um dos consultores – confio no consultor, e me provem o contrário – que já foi muito mais, proporcionalmente é que já foram reduzindo, mas que hoje daria algo em torno de 133 bilhões.

Sei que há setores que defendem que a contribuição do empregador sobre a folha vá para zero por cento – e nada sobre o faturamento, nada, zero. Vocês devem estar assistindo ao debate pela imprensa. Tenho aqui alguns recortes que mostram que 1,5 é muito, que 2,5 é muito. Zero, daqui a pouco, vai ser muito, também. Zero vai ser muito.

Daí quem vai cobrir esses 133 bilhões, só pegando o caso da folha, contribuição de empregado e empregador? Alguém vai ter de contribuir. Ou ninguém mais vai contribuir? Quem paga a conta? Quem paga as aposentadorias? Quem paga as pensões? Essa resposta quero que vocês me deem aqui. Espero que me apontem caminhos para onde vamos.

Então, eu nem vou ler o documento. Os recortes de jornais vão mais ou menos nessa linha, dizendo que há estudos nesse sentido, que há sinal verde para esse debate e que é possível, sim, desonerar ainda mais a folha.

Desonerem o que quiserem, mas não tirem da Previdência, pelo amor de Deus! Estou falando do nosso envelhecimento, de todos nós. Eu estou aqui no Senado, vou me aposentar. Vocês sabem que aqui no Senado, no Executivo e no Legislativo, o teto é R\$ 27 mil, essa é a minha aposentadoria. E quando digo “pelo amor de Deus”, não é por minha causa, não é por causa daqueles técnicos do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo que têm também uma aposentadoria garantida. Nós estamos falando é para quem

ganha R\$4 mil, que é o teto máximo. Aliás, eu duvido que alguém ganhe o teto máximo. Esses para os quais o teto máximo é R\$3.916,00 pegam o fator e, no caso da mulher, vai se aposentar com R\$2 mil – e olhe lá! Dois mil reais! Se ela cair no fator, ela sai, em tese, de R\$4 mil para R\$2 mil. É justo? E os outros R\$2 mil a que ela teria direito vão para quem? Vão para alguém, vão para o Legislativo, para o Executivo e para o Judiciário, para as altas aposentadorias, porque alguém tem de pagar, e quem está pagando é aquele que pagou sobre R\$2 mil e se aposenta com R\$1 mil, que não chegam a dois salários mínimos devido ao fator.

Então, não querer fazer este debate, não enfrentar este debate... Eu cheguei a dizer lá no congresso da Anfip, e repito aqui, inspirado na música Asa Branca do grande Luiz Gonzaga: para que tanta judiação? E coloquei no Twitter.

Quero fazer este debate de forma tranquila, equilibrada, fraternal e solidária, mas solidária com aqueles que estão pagando e não vão receber, não vão receber mesmo. Não é nem a questão do Funpresp, que é uma perspectiva do que vai acontecer daqui a trinta anos, é para quem está ali na fábrica trabalhando agora, ou no comércio, no banco, na loja. É esse mesmo que vai pagar e não vai receber, porque pega o fator e, mesmo depois do fator, ali na frente, ele vai ganhar o reajuste pela inflação e olha lá – o salário mínimo tem outra forma de cálculo, que nós ajudamos a construir, mas para o trabalhador aposentado é zero. Essa é a grande realidade, enfim, esse é o objeto do debate que nós vamos fazer aqui hoje.

Convidado para a Mesa agora, depois desse desabafo... Aliás, não é desabafo, é que eu acabo retratando o que eu digo em público. O que eu disse aqui, pessoal, eu digo na tribuna do Senado, disse no congresso da Anfip e digo em qualquer lugar a que vou, sem nenhuma preocupação, e assumo a responsabilidade de cada frase, de cada palavra e das minhas posições.

Eu estou indignado com o rumo que as coisas estão tomando, com o caminho pelo qual vai a nossa Previdência. A mim não vão cobrar, porque eu lembrei de gravações como esta ao longo da minha história, mas aqueles que fizerem isso – se fizerem isso que estão dizendo – haverão de, no futuro, ter de responder, nem que seja para suas consciências.

Convidado Zilmara David de Alencar, que representa aqui o Ministro do Trabalho e Emprego, Dr. Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Convidado também o representante do Ministro da Previdência Garibaldi Alves, o Dr. Eduardo Pereira, que também já está conosco.

E também para esta primeira Mesa, quero convidar José Augusto da Silva Filho, que coordena aqui o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Nós vamos ter de fazer duas mesas porque são sete convidados, mas todos fiquem tranquilos, porque cada um tem direito a dez minutos e voltam depois com mais cinco se for necessário, com a tolerância devida. Depois virão outros quatro para a Mesa pelo número de convidados.

Então, de imediato, vou passar a palavra para o Eduardo Pereira – aí dá para balizar o nosso debate. O Dr. Eduardo Pereira é Coordenador-Geral de Estatísticas e Atuária e representa aqui o Ministro Garibaldi Alves Filho.

Desculpe-me pela ênfase nas minhas colocações, mas acho que vocês também devem estar preocupados lá no Ministério da Previdência. Que a gente consiga apontar caminhos para que a nossa Previdência continue superavitária. Os dados a que me referi são da previdência urbana, quero deixar bem claro. Na previdência urbana, segundo dados que tenho – tenho as tabelas do Ministério da Previdência comigo –, nos últimos cinco ou seis anos, não houve um ano em que ela tenha sido deficitária. Foi de 14, 15, 17, 20, depois baixou para R\$18 bilhões o superávit.

Com a palavra o Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO PEREIRA – Bom-dia a todos.

Eu queria agradecer o convite, em nome do Ministério da Previdência, para participar desta sessão. Este tema é realmente um tema extremamente importante, porque estamos tratando do financiamento do maior programa social do Governo Federal, da maior despesa do Orçamento federal.

Inicialmente quero colocar – o Senador sabe disso – que o Ministério e o Governo têm uma visão um pouco diferente sobre essa questão do déficit. Na forma como o déficit é contabilizado nas contas nacionais e apresentado, na visão do Ministério e do Governo, existe um déficit, porque nós consolidamos os setores urbano e rural, consideramos ambos como sendo de natureza previdenciária. Mas eu acho que, nesta discussão de hoje, podemos nos desviar um pouco dessa questão do déficit, não é tão relevante esse ponto.

Há alguns anos, há uns quatro ou cinco anos, esse assunto da desoneração da folha apareceu na imprensa, várias vezes apareceu, e sempre como uma queixa de que as alíquotas de contribuição sobre a folha são muito elevadas. De fato, para o trabalhador com carteira assinada, hoje, a contribuição patronal mais a do empregado está em torno de 30% a 31% da folha, que é um percentual extremamente elevado em comparação com qualquer país do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a alíquota é 7,5% para

o empregado e 7,5% para o empregador, totalizando 15% – nós já estamos com 31%. Então, essa queixa de que os encargos sobre a mão de obra no Brasil são muito elevados é recorrente e, nos últimos quatro ou cinco anos, essa proposta de desoneração da folha, em cima das contribuições previdenciárias – na realidade, os encargos sobre a folha são de diversas naturezas, mas o maior individualmente é o da Previdência Social –, tem aparecido com muita força.

No ano passado foi feito o primeiro movimento prático no sentido de desonerar, pelo menos setorialmente, as contribuições sobre a folha – se não me engano, foram os setores moveleiro, têxtil, de calçados e informática, tecnologia da informação. A medida provisória é de agosto e, nessa medida provisória editada pelo Governo, foi estabelecido que o Tesouro Nacional resarciria o fundo do regime geral de Previdência Social das perdas decorrentes da desoneração da folha. Então, isso, na visão do Ministério da Previdência, significaria que, entre as receitas do fundo do regime geral que são transferidas do Tesouro Nacional, ou seja, do orçamento fiscal, seria criada uma rubrica específica para compensar essa desoneração da folha. Isso, na contabilidade, nas contas da Previdência Social, apareceria como item de receita própria. Quer dizer, na realidade, o cálculo da necessidade de financiamento ficaria inalterado, porque eu teria uma receita própria, já da Previdência Social, que seria decorrente da contribuição sobre o faturamento.

Agora voltamos novamente a essa discussão sobre a desoneração da folha, com notícias de jornal dizendo que esta semana teremos, possivelmente, a extensão dessa desoneração para outros setores econômicos. Alguns jornais também dizem que estaria em discussão a possibilidade de desoneração sem a substituição pela contribuição patronal.

Essa discussão tem vários aspectos. Acho que, em dez minutos, é difícil abordar todos eles, mas o ponto principal na visão da Previdência é que é possível se discutir a desoneração desde que haja uma compensação para o fundo do regime geral. Não é possível imaginar que você vá reduzir a principal base de financiamento da Previdência Social sem que seja criada uma fonte, ou que seja definida legalmente uma fonte, para o financiamento dessa desoneração ou dessa renúncia fiscal. Então, esta é a posição do Ministério da Previdência: pode-se discutir desde que seja criada uma rubrica, uma fonte de financiamento estável, garantida para essa renúncia.

A desoneração sem uma contribuição sobre o faturamento, de fato, nessa perspectiva, não atende a demanda de que se tenha uma fonte de financiamento estável para a Previdência Social, embora – há que se

reconhecer –, pela legislação de hoje, qualquer déficit do sistema, do fundo do regime geral, é coberto pelo Tesouro.

Alguém pode falar: “Não importa o tamanho, porque o Tesouro sempre vai bancar a conta”. Então, no final, no frigir dos ovos, não faria muita diferença. Essa, porém, é uma visão que desconsidera que o sistema de previdência social é um sistema que tem uma estrutura atuarial, ele tem uma fonte de financiamento que é específica e vinculada ao financiamento de determinado pacote de benefícios, de despesas. Como essa despesa é uma despesa de longo prazo, essa fonte de financiamento tem de ser uma fonte de financiamento estável, não pode ser uma fonte de financiamento que fique ao sabor das condições econômicas ou ao sabor da vontade do governo do momento. Então, na realidade, para se ter um sistema que seja minimamente estável financeiramente, você tem de ter uma fonte de financiamento bem definida.

Há outros aspectos importantes que devem ser discutidos.

Muito se fala do custo da folha, que a alíquota é muito alta – como eu disse, está totalmente fora dos parâmetros internacionais –, mas ninguém pergunta por quê. Na realidade, essa alíquota é desse tamanho porque nós temos um pacote de benefícios e um volume de despesas extremamente elevado.

Aí, na visão do Ministério da Previdência, essas fontes de financiamento, mesmo sobre a folha, são insuficientes para financiar as despesas como elas estão hoje. Aí, a gente entra nessa discussão do déficit. Na nossa visão, existe esse déficit na Previdência. No ano passado, foram R\$38 bilhões se não me engano – não me recordo exatamente o número, mas...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique à vontade.

O SR. EDUARDO PEREIRA – Existindo essa... Desculpem, eu me perdi no raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fui eu que atrapalhei.

O SR. EDUARDO PEREIRA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Era a preocupação com o déficit e as receitas.

O SR. EDUARDO PEREIRA – Exato, essa vinculação das receitas.

Quer dizer, as alíquotas são altas porque a despesa é alta. Para se discutir uma redução nas alíquotas e uma redução nas receitas, é preciso discutir também uma redução nas despesas. Essas coisas não podem ser olhadas separadamente, assim como não dá para pensar em discutir uma redução de despesas sem mexer nas alíquotas por exemplo. Se o sistema esti-

ver em equilíbrio e eu reduzir as despesas, necessariamente terei de reduzir as alíquotas. Agora, eu não posso reduzir as receitas sem mexer nas despesas, isso é jogar. Não é preciso nem fazer muitas contas, mas, necessariamente, considerando que o sistema não está com superávit, eu estou gerando um déficit no sistema. Esse é um ponto importante.

Outro ponto a considerar é que, na realidade, a imensa maioria das empresas já tem sua folha desonerada, porque todas as micro e pequenas empresas, as milhões de micro e pequenas empresas, já não pagam contribuição patronal sobre a folha há muitos anos, elas pagam uma alíquota sobre seu faturamento. Então, na realidade, a desoneração da folha, na forma como está colocada, ela atinge médias e grandes empresas, porque as pequenas já estão todas desoneradas há muitos anos. Esse é um item do qual geralmente se esquece no debate, mas eu o ressalto exatamente para mostrar quem está sendo beneficiado com a desoneração.

Outro aspecto que acho interessante abordar é o seguinte. Previdência social é um programa social. As receitas e despesas da Previdência Social não são instrumentos de política econômica, macroeconômica, decorrentes de política monetária ou política fiscal, tratar esses problemas através das contribuições para o financiamento da seguridade social é uma abordagem relativamente complicada, porque você pode estar, exatamente, afetando as bases de financiamento da política social. Então, você tem de ter certo cuidado. A conjuntura muda, o câmbio hoje está ruim, as empresas estão com dificuldade de competitividade setorial, enfim, essas coisas são muito voláteis e nós estamos falando de um programa que, quando eu concedo um benefício, eu vou pagá-lo por quinze, vinte anos, vinte e cinco anos – refiro-me a aposentadoria mais pensão.

Esses benefícios são financiados com uma estrutura que foi definida na Constituição e, embora não exclusiva, é basicamente sobre a folha de pagamentos. Então, mexer nessas contribuições em função de questões mais conjunturais é uma abordagem relativamente perigosa, porque daqui a pouco pode ser preciso elevar essas alíquotas novamente.

A política social vai exigir que eu tenha recursos e eu vou ter de mexer nessas alíquotas. Eu vou poder elevar as alíquotas de contribuição sobre a folha novamente? Isso vai ser possível no futuro uma vez dada a desoneração? Essa é uma discussão que tem de ser considerada.

Por fim, ilustro esse aspecto. Quando houve a desoneração no ano passado, muitas empresas... Embora fosse um pleito generalizado do setor empresarial

– de que a folha é muito cara e é preciso desonerá-la –, quando houve a desoneração e a instituição de uma alíquota substitutiva sobre o faturamento, na realidade, houve um racha na posição dos setores empresariais, porque algumas empresas foram beneficiadas e outras não. Se não me engano, um dos setores pediu para sair. O setor moveleiro foi incluído originalmente e, depois, pediu para sair da substituição, porque, na avaliação deles, a alíquota substitutiva era ruim.

Na realidade, não é que seja ruim, mas depende de como a empresa organiza seu processo produtivo. Há décadas que existe a contribuição sobre a folha, e o setor produtivo se organiza em função desse custo. Na hora em que você muda essa estrutura de custos – você fala que agora não vai ser mais sobre a folha, vai ser sobre o faturamento –, a empresa que terceiriza mão de obra, por exemplo, é prejudicada, porque ela vai ter de pagar uma contribuição sobre faturamento e a folha dela é relativamente pequena. A empresa que é verticalizada é beneficiada.

Agora, a forma como a empresa se organiza no setor produtivo é uma decisão individual dela. Na hora em que o governo mexe na tributação, mexe num fator importante, há empresas que ganham e há empresas que perdem. Então, não dá para falar, de forma genérica, que a desoneração é benéfica para todo mundo. A maior prova disso é que um setor pediu para sair da desoneração – a não ser, é claro, que a alíquota sobre o faturamento seja zero; aí, realmente, todo mundo vai querer entrar. Mas, considerando que você vai ter de ter alguma fonte de substituição de financiamento, vai ser preciso trocar a folha por outra, na realidade, algumas empresas vão ganhar e outras vão perder, não é uma coisa linear. Então, essa é uma discussão que também tem de ser considerada na análise da desoneração.

A desoneração é uma ideia simples e atraente, lógica, agora, quando você a implementa na prática, você vê que as coisas não são tão simples. Ela não gera tantos empregos como se fala, ela afeta as empresas de uma forma diferenciada e talvez ela não seja tão benéfica como se fala – isso se você tratar da folha de pagamento exclusivamente; evidentemente, se isso for discutido no âmbito de uma reforma tributária, aí a conversa muda de figura. Tratar de um tributo isoladamente, sem considerar o resto... Talvez os efeitos econômicos dessa desoneração não sejam tão benéficos como se apresenta, apesar da atratividade da ideia.

Bom, são esses os aspectos iniciais. Podemos desenvolvê-los mais ao longo da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meus cumprimentos ao Dr. Eduardo Pereira, que falou aqui pelo Ministro Garibaldi. Permita-me que eu diga isso – essa é a minha análise –, de

forma muito diplomática e com muito cuidado com as palavras: ele acabou dizendo muito daquilo que eu disse. Ele falou de forma muito mais dura, digamos, pelo meu linguajar, que é um linguajar diferente, eu não sou da área.

O seja, as preocupações estão colocadas. O próprio Ministério... Permita-me dizer isso: ontem, falei um pouco com o Ministro Garibaldi... Ele disse que não viria, mas que também há preocupações, como você expôs aqui, e que o debate precisaria ser feito. Foi isso o que ele disse, somente até aí, nenhuma linha a mais – não quero aqui complicar a vida do Ministro. Ele só disse que o debate tem de ser feito. É claro que nós temos preocupação, estamos falando da receita da Previdência, e é a Previdência é que tem de pagar, depois, os benefícios.

O SR. EDUARDO PEREIRA – Estou fazendo essas colocações, mas é sempre importante ressaltar que, desde a criação da Receita Federal do Brasil, o Ministério da Previdência não tem mais gestão sobre a arrecadação das contribuições previdenciárias. Então, na realidade, a posição que estou colocando é a posição de quem analisa o sistema da perspectiva da política previdenciária como um todo, arrecadação e despesa. Agora, a competência de estabelecimento de gestão da política de contribuições previdenciárias, hoje, está com o Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, está esclarecido. As preocupações aumentaram mais ainda agora. Naturalmente nós estamos muito preocupados com os rumos da nossa Previdência. Pelo que vi em inúmeros jornais, inclusive hoje, a tendência é o setor... Eu até diria que eles... Não vou dizer isso não, porque acho que tem de haver responsabilidade social.

O setor que paga sobre a folha está pressionando para levar para zero e, aí, como é que fica? Nós sabemos que essa é uma tendência, queiramos ou não. Por isso, tem de haver uma reação e, para mim, esta audiência pública vai no sentido da reação de que essa história não será contada com tanta facilidade se for por esse caminho.

Passo a palavra agora à Drª Zilmara David de Alencar, Secretária de Relações do Trabalho, que substitui aqui o Ministro do Trabalho e Emprego, Dr. Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Aviso a todos que chegaram que nós teremos uma segunda mesa em seguida e os outros convidados farão parte dela.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Bom dia. Parabéns, Senador, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita que eu cumprimente nosso querido

Senador Cristovam, que já está aqui conosco, como sempre na segunda-feira.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Quero parabenizá-lo pela iniciativa deste debate, um debate oportuno e necessário.

Dentro de uma política que, como foi bem reforçado aqui, há uma visão preponderantemente econômica, o que a gente verifica é que se pode atingir o seio das políticas sociais, que terminam respondendo por essa conta. E dentro da política de emprego e renda, dessa visão social, a gente não pode desassociar a questão da discussão da desoneração da folha de uma política macro, uma política que permeie todo o nosso panorama de relações de trabalho.

A gente verifica que a previdência hoje não é uma previdência só do Estado, ela não faz parte só do Estado, mas faz parte de todos aqueles que têm direito àqueles benefícios. A gente verifica que há uma discussão, essa discussão retorna, e retorna de uma maneira muito pontual.

Nós temos hoje já um balanço efetivo. A desoneração que já foi dada para outros setores trouxe uma compensação que seja suficiente para a Previdência? Quando a gente fala de diversidade de fontes de receita para a Previdência, essa diversidade, que já foi adotada no passado para a questão dos softwares, para a questão dos calçados e do vestuário, ela trouxe essa compensação? Ela respondeu a essa compensação da forma como foi colocada?

Aí, a gente não fala de uma desoneração absoluta, a gente fala de uma desoneração que já permeou de 1,5% a 2,5%. Então, há uma compensação e, mesmo com essa compensação já posta, nós não temos resultados efetivos para afirmar que esse contraponto é suficiente para a Previdência.

Quando a gente fala também da questão de desonerações a folha, da questão de driblar os efeitos do comércio mundial como hoje ele está se colocando, a gente não pode desassociar isso aí da questão da geração de um trabalho decente, da questão da rotatividade, da Convenção 158.

Como o senhor bem falou, Senador, nós não temos hoje notícias de desemprego, nós não temos notícia de uma geração de emprego deficitária. Nós temos notícia, sim, de uma geração de emprego boa, mas com altíssimos índices de rotatividade. Nós já tivemos, agora, em 2010, um elevado número de rotatividade, chegando à marca de 53%. Então, essa rotatividade não pode deixar de ser estudada dentro desse cenário, quando se fala em desoneração de folha.

Perguntam: a quem interessa a desoneração da folha? Com certeza, não interessa ao trabalhador, essa é a única afirmação que eu posso fazer. O tra-

balho decente tem de ser permeado por um sistema produtivo eficaz, que tenha consistência, mas, nesse trabalho decente, esse sistema produtivo a ser, de fato, enaltecido, ele busca sistemas de segurança, de responsabilidade social. E essa responsabilidade social tem como marca, dentro da forma de recolhimento das receitas previdenciárias, essa questão das contribuições previdenciárias sim, no sentido de dar uma segurança àquela relação de trabalho, que, quando se encerra, vai ter de vir de outro fundo a questão da receita.

A gente verifica também que, quando a gente fala da rotatividade, a meu ver, ela deveria ser uma grande contrapartida. Na hora em que a gente fala de contrapartidas, e a gente está estudando a contrapartida na questão econômica... Eu levo mais para o lado social, na questão de uma política de trabalho e renda, de emprego e renda. Quando a gente fala da rotatividade, é necessário associarmos essa questão da desoneração da folha a uma ratificação de uma Convenção 158 onde se diminua essa questão da rotatividade. Essa seria uma boa contrapartida onde nós verificaríamos que, como já é hoje a prática para as pequenas e micro empresas a questão da desoneração (ela já tem a folha desonerada), ela também já tem sua desoneração, em contrapartida, até para a composição do FAT, onde se tem um elevado número de benefícios que têm de ser dado, mantido – de cunho social – pelo Governo, mas, quando você tem um retorno de maiores saques do FAT em detrimento daqueles que pouco contribuem para o FAT.

Então, o receio que a gente verifica é o de que não atrelar à política social à política econômica possa gerar um déficit contrário àquilo que a gente tanto prega e que é a geração de um trabalho decente e de uma contrapartida que tem de ser social também. Então, eu não gostaria de vislumbrar uma tratativa muito pontual. Quando digo pontual é quanto a tratarmos de um assunto, que é de política social, apenas na questão econômica como a que está sendo tratada.

A questão de fragilizar o financiamento da Previdência. Quando a gente fala de fragilidade do movimento de financiamento da Previdência, a gente verifica... Há um estudo já feito pelo DIEESE em que se contesta esses percentuais e o quanto esse percentual representa dentro de uma estatística para saber o quanto impacta na produção do dito salário do trabalhador. Depende muito da forma de conceituar o que é o salário e quanto isso onera.

Na fala do DIEESE, nós temos que esse percentual não ultrapassaria a 25%, contestando falas anteriores do setor patronal nas quais isso ultrapassa a marca de 100%. Então, para mim, ainda é prematuro esse tipo de estudo. É um tratamento que deve

ser feito com bastante cautela, com amadurecimento maior sobre o tema e com uma abrangência maior, uma abrangência que tenha se voltado muito mais para uma política macro e não de uma forma pontual, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Drª Zilmara que, de forma muito clara, usa a palavra-chave para mim – e que o movimento sindical vai falar depois – e que eu tenho usado muito: a tal da contrapartida. Eu não vejo contrapartida nenhuma a não ser um grande movimento do poder econômico de exonerar, de aliviar... E qual é a contrapartida? Alguém já disse que: “Ora, se fazendo isso aumentar o lucro do capital... [E eu não estou dando discurso radical, não; até porque eu sempre fui considerado mais de centro e um pouco de esquerda, até que eu me considere de esquerda.] (“...se eu aumentar o lucro, vamos aumentar aquela parcela mínima do lucro dos trabalhadores?” Ainda digo: se aumentar! Mas nem isso alguns não deixam colocar. Vamos colocar ali no acordo? Se, com essas medidas, se aumentar o lucro, vai aumentar a participação dos trabalhadores? Tenho certeza de que dirão não. Se aumentar o lucro, vai aumentar o piso dos trabalhadores? Também dirão não! Se aumentar o lucro – você colocou muito bem aqui –, não vão demitir, baseados na Convenção 158? Também dirão que não! Então, também não há nenhuma contrapartida e, como foi aqui dito, a tal crise que está na Europa, nós temos medidas radicais aqui que prejudicam o trabalhador e que voltarão depois as medidas. Ou, quando passar a crise, daqui a seis meses tudo voltará... Eu tenho certeza de que não voltará mais... Pelo contrário, a tendência é empurrar para zero mesmo. Bom... Eu já falei demais, e eu não sou painelista.

José Augusto da Silva Filho, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores falará neste momento; depois teremos Laércio (o grande Laércio) que está aqui, Deputado Laércio, que falará pela CNC; depois, temos o Moacyr que falará pela Cobap, e Floriano pela Anfip e que serão os próximos painelistas aqui. O Antônio Lisboa Amâncio Vale, que já está aqui, companheiro de muitos momentos, que fala aqui pela Central Única, representando Arthur Henrique.

José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom-dia, Senador Paulo Paim; companheiros de Mesa, bom-dia telespectadores, ouvintes da Agência Senado; Senador Cristovam Buarque, demais convidados aqui presentes.

Minha fala, Senador Paim, em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores que representa 18 Confe-

derações Nacionais de Trabalhadores, cinco Centrais Sindicais e a própria Cobap, que é nossa filiada.

Eu me preparei justamente em cima daquilo que o senhor acabou de se pronunciar: a contrapartida. Nós entendemos, com total lucidez, que a indústria é estratégica para o desenvolvimento do Brasil sim; mas a ampliação na oportunidade de empregos e na garantia para aqueles que foram contratados também é importantíssimo. Os dados da Anfip, do próprio Ministério do Trabalho, que foi revelado agora há pouco, e da Previdência Social, por intermédio de Eduardo Pereira, aqui apresentados são bastante preocupantes, inclusive com relação a um rombo na Previdência, no futuro, e também na reflexão de quais serão as compensações.

Outra reflexão que nós devemos aqui enriquecer no debate (na discussão) e que já foi dito anteriormente é de que não é resultado com relação à medida provisória aplicada anteriormente. Se houver, eu gostaria de tomar conhecimento. Na mídia, na pesquisa que eu fiz “no grande dicionário”, na Internet, não consegui resultado nenhum, Senador Cristovam Buarque, com relação ao resultado daquilo que já aconteceu anteriormente.

Ontem, eu vi um debate também interessante na televisão e com relação a este mesmo assunto, Senador Paim, onde se revelou um dado interessante... Falavam: “Não, a folha de pagamento... A folha de pagamento...”. Quer dizer, tudo em cima de trabalhador, inclusive as proposições que tramitam nesta Casa e que vão ser meu próximo assunto no que tange à contrapartida.

Segundo os metalúrgicos lá do ABC, seis por cento são o valor do salário sobre a produção de veículos, Senador Paim. Então, não sei porque essa preocupação toda, esse massacre social e essa perseguição, inclusive de alguns teóricos bancados pela CNI, às vezes pela USP também, dizendo que o grande “bicho papão” é a folha de pagamento. Então, em contrapartida da desoneração da folha de pagamento, propomos a garantia de emprego também e a aprovação de alguns projetos em tramitação que gostaria de estar citando aqui como uma mensagem... Olha só: medida provisória é para ontem, não é Floriano? Agora, quando é matéria de interesse dos trabalhadores, nós estamos aguardando desde 2008, que é a Mensagem 59/2008, com relação à Convenção 158 da OIT contra a demissão imotivada.

A outra, para ser breve, o tempo é curto, é com relação à PEC 231/95 em que não há acordo. Inclusive, na agenda legislativa da CNI está em sua pauta para derrubar essa PEC, porque não querem conversa: a redução da jornada de trabalho. Não vou detalhar também porque senão só isso daqui dá uma audiência pública.

E a questão também, não é Laércio, do fator previdenciário que agora, com essas ameaças, Senador

Paim, fica longe sua revogação (com essa desoneração), inclusive com a questão da própria reforma tributária também em andamento. Esse vai ser o fim do modelo da seguridade social no Brasil se a gente admitir... Eu acho que o movimento sindical, a própria sociedade devem reagir com relação a essas matérias que são super preocupantes. Como também o reajuste dos aposentados, Moacyr, também fica longe da forma que a gente gostaria que continuasse, inclusive respeitando o acordo que foi feito. E também como fica essa questão? A alíquota no futuro vai subir, Eduardo Pereira? Então, com o anúncio, que será feito amanhã pela Presidente da República, sobre a ampliação da desoneração da folha de pagamento para outros ramos da indústria em mais uma tentativa de ajudar o setor e de acordo com os empresários que estiveram com o Ministro Mantega, no dia 08 de março, há a possibilidade de se viabilizarem as promessas de isenção tributária, feita principalmente para exportadores que também devem ver o Governo sobretaxar produtos da concorrência estrangeira.

Depois dessas negociações nas últimas semanas com os empresários das indústrias e das manifestações das ruas em alguns Estados, apoiados e feitos em conjunto com algumas centrais sindicais, inclusive, alguns desses setores deixarão de pagar 20% da contribuição patronal ao INSS sobre a folha de pagamento e suas empresas passarão a ser tributadas em 1% do faturamento. Até os segmentos que haviam aderido ao programa no ano passado, como: confecções, calçados (como foi dito aqui há pouco), informática, Call Center, com alíquotas de 1,5% e 2,5% sobre o faturamento terão suas taxas reduzidas.

Está previsto também, companheiros e companheiras; convidados e telespectadores e ouvintes da Agência Senado, que outros setores engrossem a lista, como: eletroeletrônico, plástico, fabricantes de ônibus, têxteis, indústria naval, autopeças, móveis e máquinas e equipamentos. O número de empresários recebidos pelo Ministro é um reflexo do convite feito, aberto por Mântega, que se disse disposto a conversar com as empresas para buscar uma solução para o “sofrimento das indústrias”.

O comunicado, anúncio dessas medidas, sobre a ampliação da desoneração da folha de pagamento, será feito em cerimônia oficial no Palácio do Planalto pela Presidente Dilma, amanhã.

Talvez – e é nosso apelo – haja tempo, Senador Paim, convidados, ouvintes, Senador Cristovam Buarque, companheiros das centrais sindicais, que alguém de sua equipe, no Palácio, serviços de informação e a própria equipe econômica possam sugerir à Presidente Dilma as sugestões que nós iremos apresentar nesta Comissão de Direitos Humanos para que, definitiva-

mente, haja contrapartida nessa ajuda aos segmentos da indústria para estes novos ramos de atividade: crescimento econômico com crescimento social. Essa é a frase, Lisboa, para nosso País. Preservar nosso modelo de seguridade social e valorizá-lo para que não vá à falência e lutarmos, de forma unida, com os demais companheiros do movimento sindical brasileiro para que a Previdência Social no Brasil continue pública e isenta de ameaças constantes que vêm sofrendo ao longo dos anos ou de tentativas para enfraquecê-la.

As benesses do Governo para salvar a indústria e as medidas são importantes, uma questão de sobrevivência, conforme afirma os empresários. Por outro lado, a nossa agenda legislativa, dos trabalhadores, está engessada dentro da Câmara dos Deputados, enquanto a agenda legislativa da CNI para 2012 e dos demais segmentos da patronal está de vento em popa, a todo vapor, sendo assegurada pela Presidente da Câmara, no dia 28 de março (também), que empreenderá todos os esforços no sentido de incluir as prioridades da Câmara às propostas geridas pela entidade.

Nesse pacote, 16 projetos, Senador Paulo Paim, em tramitação no Congresso Nacional, companheiros e companheiras, estão incluídos: vetar a aprovação da PEC, constituição (?) 231, inclusive de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador Inácio Arruda, que reduz a carga de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, ameaçando com a teoria de elevação de 10% de seus custos e com a automação, redução de produção e de intensificar o trabalho do quadro de empregados existentes. A meu ver, como especialista na área de segurança e saúde no trabalho, levando-se à exaustão e aos acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais, consequentemente. Se isso não bastasse, ameaçam levar suas indústrias para outro país, alertou o Presidente da CNI na semana passada.

Reforma tributária que, em conjunto com a desoneração da folha de pagamento, será o fim do nosso modelo de seguridade social no Brasil – quanto a isso não tenham dúvida. Novamente ameaças, pois declaram que nunca podem reduzir expectativas, dizendo que há uma crise se avizinhando lá fora.

A CNI defendeu ainda, Senador Paim, o Projeto 4.330 entre esses 16 projetos, que regulamenta as terceirizações e a definição de novas regras para caracterizar acidentes do trabalho.

OUTROS PROJETOS

A bancada empresarial atua ainda para aprovar projetos já debatidos inclusive aqui nesta Comissão, que é o Simples Trabalhista, PL 951/11, que flexibiliza os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e micro empresas com a redução de encargos e custos

de contratação mediante acordo ou convenção coletiva específica ou ainda por negociação direta entre empregado e empregador e que terão prevalência sobre qualquer norma legal.

Há também o Código do Trabalho, PL 1463/2011, do Deputado Sílvio Costa, do PTB de Pernambuco, que torna a composição entre as partes como reguladora das relações laborais. A volta da proposta do negociado prevalecer sobre o negociado prevalecer sobre o legislado, o que levou o fórum sindical dos trabalhadores, naquela oportunidade, fazer uma grande mobilização aqui na Esplanada com 50 mil trabalhadores de todas as centrais sindicais, inclusive.

O PL 948/2011, do Deputado Laércio Oliveira, que inclusive está presente aqui, cujo propósito é impedir que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho qualquer direito trabalhista que não tenha sido expressamente ressalvado no momento da rescisão contratual. Esse projeto tem parecer favorável do Relator, Deputado Sandro Mabel, na Comissão de Trabalho.

Proposta também em tramitação no Senado a fim de acabar com os 10% da contribuição social dos empregadores devido ao Plano Verão e ao Plano Collor e outros. Pergunto: como é que fica a pauta dos trabalhadores? Solidariedade já está demonstrada para a CNI, para a CNC, para a CNT das próprias centrais sindicais, fazendo manifestação conjunta para salvar indústria no Rio Grande do Sul, São Paulo. Paulo Paim é o grande líder, na frente disso tudo, inclusive lá na Câmara dos Deputados e como Presidente da Força Sindical... Mas nós precisamos também ver nosso lado, não é Lisboa? Como é que fica? Medida Provisória são três meses... e se salva a indústria. E nós estamos com uma PEC de 1996, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – José Augusto, houve um engano aí: o Presidente da Força Sindical não é Paulo Paim...

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Oh, desculpe... É o Paulo Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Paulinho do PDT...

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Que tem dado uma força muito grande e é justa. Como disse, a indústria é questão estratégica para o desenvolvimento econômico do País. Mas nós devemos também olhar para nosso umbigo. Como bons e autênticos sindicalistas que somos, nós temos de defender os direitos dos trabalhadores e a manutenção de novas conquistas, principalmente em uma situação como esta. Quer dizer, além dessa preocupação toda, a de ser resgatado isso, Eduardo Pereira, no futuro, se tem alguma regra... Um dia, conversando com nosso Profº Luciano Couti-

nho, nosso Professor na Unicamp, hoje Presidente do BNDES, ele falou: "Zé Augusto, não adianta levar isso para a Dvat, com relação ao BNDES, que o BNDES está ajudando, financiando a baixo custo para salvar a indústria, o comércio e tal... só que não tem regras, no banco, para contrapartida – isso no caso, Senador Paulo Paim, do BNDES.

Então, qualquer projeto lá que vise o desenvolvimento econômico, segundo o Profº Luciano Coutinho, à época (isso tem uns três quatro anos), ele disse que não há regra no BNDES para contrapartida, não há essa obrigatoriedade. Agora, se a Presidente Dilma, Mantega, sua equipe ou o serviço de informação, se nos estiver ouvindo, eu acho que alguma coisa deve ser feita, nós não podemos nos submeter a uma falência que está ocorrendo com a pauta dos trabalhadores nesta Casa e aqui no Congresso Nacional. Por outro lado, a gente não ter a oportunidade de levar o desenvolvimento econômico á frente, que o Brasil tanto merece, com o desenvolvimento social da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Então, fica aí nosso apelo e nossa sugestão de haver uma contrapartida, como o disse a Secretária de Relações de Trabalho, Drª Zilmara, para a geração e promoção de empregos, melhoria das condições de vida e de trabalho, menos acidentes de trabalhos e doenças ocupacionais no Brasil.

Eram minhas considerações iniciais, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado pelo convite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Augusto da Silva Filho, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Eu convidaria nossos três painelistas que retornassem à primeira fila, porque depois nós vamos iniciar o debate. De pronto, convido aqui o Antonio de Lisboa Amâncio Vale, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, que representa aqui o Presidente da Central, Arthur Henrique dos Santos. Convido também o Deputado Federal Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens de Serviço e Turismo, que aqui substitui o Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, o Presidente. Eu o cumprimento porque tem vindo aqui nos debates, enquanto outros não vêm. Laércio tem vindo aqui, representando sua confederação empresarial (a que ele representa), mas tem vindo. O problema é quanto aos que não vêm! Só falam, mas não aparecem aqui. Eu queria muito estivesse aqui o representante da CNI, também, mas não o estou vendo. Não está aqui, mas foi convidado.

Pelo menos um representante... Eu não sou daqueles que dizem: "Tem de vir o Presidente!" Sei até

que os Presidentes das centrais e confederações não podem estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas tem quadros à altura, como é o caso de Antonio, por exemplo, que representa Arthur, e como aqui está Laércio, para a gente fazer o debate de forma fraternal, equilibrada. Um mais incisivos e outros não, mas sei que querem o bem de todos.

Quero convidar também Moacyr Meirelles de Oliveira, Presidente Interino da Copab, já que Warley, se não me engano, está no exterior. Já convido também Floriano Martins Sá Neto, que é Diretor Presidente da Fundação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip, que aqui substitui o Presidente Álvaro Sólón de França, com quem estive ontem, em um grande evento – repito – lá em Natal.

Vou seguir a sequência. Então, para iniciar esta Mesa, meu parceiro, Antonio de Lisboa Amâncio Vale, que é Diretor-Executivo da CUT, que fala aqui também representando Arthur, que é o Presidente da Central. Em seguida, falará Laércio.

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Bom-dia, Senador Paim. Quero cumprimentar os companheiros da Mesa, Senador Cristovam, Drª Zilmara.

Eu acredito que a gente neste debate tem muito em comum (as pessoas que estão aqui presentes) e acredito que uma coisa unifica todas nossas preocupações. A primeira é: nós não podemos ser, em tese, contrários à desoneração da folha, mas há que se fazer algumas perguntas: Essa desoneração da folha serve para quê? Ela gera ou garante mais emprego? Segundo, como disse a Drª Zilmara, que tipo de emprego a desoneração da folha seria capaz de gerar?

Nós sabemos, hoje, que – e já foi dito aqui na Mesa anterior – grande parte das empresas, micro e pequenas, já têm outro tipo de recolhimento a partir do faturamento e não como a situação das médias e grandes empresas. E nós não sabemos se isso tem conseguido se reverter na geração de emprego e na qualidade dos empregos. A segunda questão que nós temos de levantar é: além de gerar novos empregos, quais são os tipos de contrapartidas que gerariam? Por exemplo: a participação, como disse o senhor: "O aumento do lucro da empresa aumentaria a participação no lucro do trabalhador?" Essas questões têm ser respondidas.

E, aí, há outra questão que nós temos de levantar. Nós estamos aqui no Senado, já algum tempo, discutindo uma pauta que é muito cara aos trabalhadores e que é a redução da jornada de trabalho. Ao mesmo tempo em que essa discussão da redução da jornada de trabalho parece trazer algumas dificuldades, porque muitos acham que não é momento de discutir isso. Não é o caso da CUT e acho que não é o caso da maioria

das centrais sindicais ou de todas as centrais sindicais, mas, ao mesmo tempo em que se utiliza da conjuntura para, digamos, esfriar o debate sobre a redução da jornada de trabalho, vem, por outro lado, a discussão sobre a desoneração da folha.

Acho que a gente tem que refletir da seguinte forma: se existe no Brasil uma coisa que é referência em boa parte do mundo é o sistema brasileiro de seguridade social. O que está em jogo, no centro dessa questão, é o modelo de seguridade social existente no Brasil. Quem participa de discussões a respeito disso no mundo inteiro sabe disso.

Por exemplo, este ano, na Conferência da Organização Internacional do Trabalho, o tema central que será debatido será a respeito de um piso de seguridade social, que, para nós, do Brasil, já é uma coisa vencida. E nós, inclusive, estaremos lá discutindo esse tema e levando a nossa experiência de seguridade social existente no País.

A nossa grande preocupação passa a ser esta: nós não podemos deixar de nos preocupar com que, no momento em que o mundo vive uma crise – que a gente reconhece que vive mesmo –, passemos a debater essas questões da ou outras quaisquer sem que a gente entenda que essa é uma questão conjuntural e que nós temos que garantir, do ponto de vista estrutural, o sistema de seguridade brasileiro. Como disse o Dr. Eduardo, se você está diminuindo a receita, tem de diminuir a despesa também, mas como diminuí-la? Vai-se mexer no sistema de seguridade social brasileiro, que é uma das coisas que garantem a distribuição da renda no Brasil? Então, essa é a nossa preocupação, Senador.

Como disse, a questão da desoneração da folha não pode ser discutida, de forma nenhuma, do ponto de vista meramente econômico; ela tem de ser discutida do ponto de vista de uma política social. É evidente que se tem de garantir, criar mecanismos de geração de empregos, mas criar mecanismos de geração de empregos de qualidade, como disse a Drª Zilmara, e, antes de tudo, nós temos que preservar e proteger o modelo brasileiro de seguridade social, que, aliás, serve de modelo para vários outros países do mundo.

Hoje, vários países do mundo discutem um sistema de seguridade social, mas, na maioria dos casos, não conseguem implementá-lo. E a referência, principalmente dos trabalhadores, das centrais sindicais no mundo inteiro, é o modelo brasileiro de seguridade social. Portanto, nós temos de preservá-lo e protegê-lo, porque nós não podemos, em função de preocupações conjunturais, mexer em uma estrutura, em uma política social que é, enfim, o centro da distribuição da

renda brasileira, que a gente sabe que ainda é muito desigual. Essa é a nossa preocupação.

Nós achamos, portanto, que esse debate deve continuar e que, se há modelo, se há possibilidade de desonerar folha, ela não pode, de forma nenhuma, colocar em risco o nosso sistema de seguridade social. Essa é a grande questão. Se há essa possibilidade, vamos debatê-la. Não temos medo de debater essa questão, mas, antes de qualquer iniciativa, nós precisamos discutir como a Previdência vai sobreviver, como a arrecadação da Previdência vai se manter a partir do processo de desoneração da folha. É preciso criar mecanismos. Quais são os mecanismos? Isso não está claro.

Portanto, como já disse no início, o fato não é ser contrário à desoneração da folha. É preciso discutir a garantia do sistema de seguridade social brasileiro para, a partir daí, discutir a desoneração da folha, seja ela para pequenas empresas, médias ou grandes.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Antonio Lisboa Amâncio do Vale, que falou pela CUT, representando o Artur Henrique da Silva Santos.

Permita-me fazer só um comentário rápido, Antonio, exatamente na linha do que você falou. Não dá para entender – inclusive, eu tenho aqui a tabela – o que foi me dito: que o Brasil é um país que mais contribui para a Previdência. De fato, é. Eu tenho aqui a tabela e a tenho usado, mas a forma com que se usa cada argumento é que é interessante.

Como falei ontem no Congresso da Anfip, pegando só a folha, de fato, o Brasil contribui com 31%; a Argentina, 27%; Bolívia, 13%; Chile, 10%; Colômbia, 14%; Venezuela, 15%; Suíça, 23%; Estados Unidos, 12,40%; Inglaterra, 23,8%.

Isso significa o quê? Que, ao longo da vida, nós cumprimos o dever de casa, nós abastecemos financeiramente a Previdência, e eles não. Por isso que eles estão com problemas lá fora. Nós não temos problemas na nossa Previdência. Esses dados são apenas da fonte empregado/empregador e há todas as outras fontes que nós botamos na Constituinte. Mas o que fizeram ao longo dos anos até hoje? Acabam sendo destinados os recursos da Previdência para outras áreas. Não estou dizendo que é corrupção; não é nada, mas digo que os recursos são destinados para outras áreas, como é o caso agora.

Olhem o que estou dizendo: aqui é de vinte para um, mas o objetivo é de vinte para zero. Eu tenho convicção disso. É de vinte para zero. Quero saber, repito, de onde irão sair R\$133 bilhões. Alguém diz “o Gover-

no bota”, mas de onde o Governo vai tirar o dinheiro? O Governo tem uma fabricazinha de fazer dinheiro?

Quando nós discutimos a CPMF – eu votei a favor da CPMF e nunca escondi, graças a Deus, o meu voto –, dizia-se o seguinte: vão sumir R\$50 bi, no mínimo, R\$50 bi da saúde. Como a gente vai fazer? De fato, sumiu, e a saúde está com um problema que todos nós sabemos e não tem de onde tirar. Dizia-se: “Não, se se retirar esse dinheiro, o Governo completa a diferença.”, mas de onde o Governo vai tirar o dinheiro, se diz que não tem dinheiro nem para a saúde? Como ele vai pagar os aposentados? Moacir, você vai dizer depois: “Como fica a situação do reajuste do aposentado?”

Daqui a pouco, como eu disse no congresso da Anfip e vou dizer de novo aqui, vão inventar que o fator previdenciário – que é um bandido, que é um crime esse fator – será aplicado também ao servidor, a partir do momento do Funpresp. Olhe o que estou dizendo. Eu não descarto isso.

E um pouco de tudo que nós estamos dizendo aqui hoje, quero destacar, a Anfip já vinha dizendo em seus livros, assim como no Seminário de Desoneração da Folha. Tem até uma fala minha lá em que eu disse que para isso era o caminho... Tomara que eu esteja errado, mas, infelizmente, as coisas não estão apontando nesse sentido.

Vamos lá.

Deputado Federal Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

O SR. LAÉRCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar e agradecer, desde já, ao Senador Paulo Paim pela gentileza do convite feito à confederação para participar deste debate que é muito importante para os esclarecimentos e para a construção de teses que certamente defenderemos a partir daqui.

Quero cumprimentar também o Senador Cristovam Buarque, que está conosco. Quero cumprimentar todos os palestrantes, os colegas da Mesa, aqueles que já falaram e o faço na pessoa do meu amigo José Augusto, que vem enriquecer o debate conosco.

Quero trazer, Senador Paulo Paim, a posição da Confederação Nacional do Comércio com referência a esse tema.

Acho a discussão, que nós entendemos como Confederação, muito saudável, mas eu quero buscar essa discussão no Plano Brasil Maior. Vou um pouco mais atrás para, depois chegar à minha opinião e à opinião da CNC sobre isso.

No Plano Brasil Maior, na cartilha de coordenação sistemática de condições e relações de trabalho, há uma diretriz cujo tema é custos do trabalho. A diretriz é:

“Adequação do sistema de custo do trabalho à busca de maior competitividade, preservando os direitos dos trabalhadores e o financiamento da seguridade social.”

São seis desdobramentos, e um deles, o primeiro, por coincidência, diz: “redução dos encargos sobre o trabalho formal, preservando os direitos trabalhistas e o financiamento de políticas sociais”.

Então, entendo assim: a desoneração da folha de pagamento será importante para o Brasil se ela servir a um tripé: primeiro, para estimular a formalidade, porque, segundo estudos do Ipea, de cada três brasileiros, dois estão na formalidade e um, na informalidade. Mas também a gente entende que ela será importante se essa desoneração tornar as empresas competitivas, porque o que nós assistimos hoje é à desindustrialização do País, além de outras consequências que o mercado enfrenta. A gente entende que, se a desoneração servir para tornar as empresas competitivas, ela será muito bem-vinda. E o terceiro ponto que eu defendo é: se a desoneração vier para fortalecer a Previdência Social, em nossa opinião, ela também será muito bem-vinda. Mas será realmente que ela fortalece a Previdência Social? Da forma como se desenha hoje e pelos exemplos já citados aqui por alguns colegas, acho que a gente não avança nesse sentido. Então, existe algum problema, e a gente precisa trabalhar para solucioná-lo.

Na convocação que V. Ex^a, Senador Paulo Paim, fez para debatermos, há um ponto no texto em que V. Ex^a pergunta quais são os impactos para trabalhadores, para empresários e para a Previdência, e essa é a grande pergunta. Não sei se algum dos meus colegas, mais inteligentes do que, tem a resposta, mas eu não tenho, eu não sei quais são os impactos. Infelizmente, não sei. Por exemplo, a minha origem é o setor de serviços, setor com preponderância de mão de obra – inclusive coordeno aqui no Parlamento a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços –, mas até para esse setor nós temos dúvidas, Senador, se a desoneração da forma como está posta é positiva ou não.

Então, sem regras claras, sem estudos de impacto, a CNC é contra a desoneração. Nós precisamos aprofundar os estudos e trazer clareza para essa discussão, porque, como foi dito por todos os que me antecederam e certamente será dito pelos que virão, a Previdência Social caminha numa linha muito positiva. É como disse o Senador: a Previdência urbana é superavitária, mas, na Previdência Social, como disse o representante da Previdência Social, existem muitos agregados, digamos, que fazem parte do Sistema de Previdência Social e que, por isso, ela chega ao percentual a que chega.

Só um exercício para reflexão de todos: quando o empresário contrata um trabalhador, ele o insere na Seguridade Social, ou seja, ele traz para si um passivo previdenciário futuro. Por isso é que o empresário contribui em nome do equilíbrio financeiro do sistema e do princípio da solidariedade sobre o qual se assenta a Previdência Social. Esse é o princípio. Então, a contribuição de 20% que o empresário faz tem esse condão, tem esse princípio da solidariedade. Ora essa, se a gente tira a contribuição, desonera, tira os 20% da Previdência e joga sobre o faturamento – o que é o faturamento? –, ao emitir uma nota fiscal o empresário não gera passivo potencial nenhum, nenhum. Ao contrário, a nota fiscal gera aquilo que nós conhecemos como tributo para o Estado financiar os seus gastos. Portanto, é visível que não existe sintonia nisso. Então, como fica? Eu tiro de um lugar, de um centro de custo, digamos, usando essa expressão mais comum na contabilidade, que tem um objetivo, que tem um foco definido e jogo para outro que tem o foco dele definido lá, que são os gastos públicos.

Então, como fica? Será que a gente não esfaca-la, não acaba destruindo aquilo que nós estamos com tanto sacrifício, com uma parede de proteção enorme porque são tantas as flechas que se atiram, não?

Senador, a nossa posição é exatamente essa, é uma reflexão em cima disso, entendendo que a discussão, como V. Ex^a colocou aqui no começo, é importante, a discussão do tema é importante. Mas a nossa posição é essa: somos a favor, desde que haja critérios claros, estudos de impacto definindo exatamente aonde queremos chegar, porque, salvo contrário, a gente pode acabar destruindo aquilo que estamos com tanto sacrifício tentando sustentar, que é a nossa Previdência Social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputado Federal Laércio José de Oliveira, deixando clara a posição da sua Confederação, que demonstra as mesmas preocupações que estamos demonstrando aqui.

Só para contribuir com esses dados: por exemplo, o superávit da Previdência, de forma muito clara, Previdência urbana 2008, 11,77 bi, dados lá da Previdência. Não são dados nem da Dieese e nem da Anfipe. Em 2009, 13,99 bilhões; 2010, 22 bilhões; 2011, 20 bilhões.

Renúncias previdenciárias, 2010, 18,19 bilhões; 2011, 19 bilhões; 2012, 23,03 bilhões.

Agora, se levarem para alíquota zero, que tenho medo que leve com o tempo, daí vai ser 133 bilhões. E alguém vai ter que explicar da onde vai sair o dinheiro para sustentar a nossa Previdência, que foi a preocu-

pação que todos, no meu entendimento, demonstraram aqui na mesa.

Passo a palavra, neste momento, a Moacir Meirelles de Oliveira, representando a Cobap, como presidente interino, ele que é o vice-presidente.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Paim, os companheiros da mesa.

Agradeço por esta oportunidade que a Cobap está tendo ao ser convidada para esta audiência de grande importância.

Nós, da Cobap, estamos muito preocupados com a situação da desoneração da folha. Se em 2011, nos reunimos no Ministério da Previdência, todos os meses em reuniões com grupos de trabalho, com os técnicos da Previdência, não conseguimos uma política de ganho real para todo aposentado e pensionista que ganha acima de um salário mínimo. Como ficará a nossa situação daqui para frente?

Senador Paim e demais pessoas que nos assistem, preparamos a nossa fala hoje aqui como segue a convocação.

A quem serve a desoneração da folha de pagamento? O Governo vai ampliar a desoneração da folha de pagamento reduzindo a contribuição previdenciária do empregador de 20%, e nós acreditamos, para 0%.

Os novos setores industriais contemplados devem ser os seguintes: máquinas, móveis, geração e transmissão de energia, plástico, fabricantes de ônibus, de avião, indústria naval, além de calçados, têxteis, que já haviam sido beneficiados anteriormente.

A alegação e a proteção à indústria nacional contra a invasão dos produtos importados. A Cobap defende a indústria nacional. Entende que é necessário aumentar a competitividade da nossa indústria. Porém, pergunta: por que isso tem que ser feito à custa da receita da Previdência Social, que contribui renda em todo o País e atende a mais de 29 milhões de aposentados e pensionistas?

Não existe outro caminho?

Acreditamos que sim. O País necessita de uma moderna reforma tributária que faça justiça fiscal, quem pode pagar mais, cobre mais de quem pode pagar mais, e menos a quem pode pagar menos. E não tirar dinheiro da Previdência Social.

A Previdência Social já sofre anualmente uma perda de receita de mais de 21 bilhões de renúncia tributária, dados as seguintes... Econômicos muito suspeitos tais como entidades filantrópicas.

A Previdência Social sofre também com a desoneração, que é uma das maiores do País, cerca de trinta milhões ao ano. O mais curioso é que continua divulgando, Governo e imprensa, de que existe um

grande déficit na Previdência Social. Quando já foi provado que não é verdade.

Outra pergunta se impõe: se existe tal déficit, não é absolutamente irresponsável retirar mais dinheiro da Previdência com desoneração?

A Cobap vem lutando sistematicamente pelo aumento real dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. O Governo sempre alega que não existe recurso para isso, e vão tirar mais dinheiro da Previdência para financiar a indústria?

O Governo justifica a medida afirmando que reduzindo os custos das indústrias aumentará emprego. Quem garante que isso vai acontecer? Se a indústria nacional está na UTI, não pode prometer nada em troca. Resumindo, a indústria vai ser favorecida apenas para se ajustar?

Com relação ao impacto financeiro, futuro da desoneração da folha, estudo técnico do próprio Governo, pela grande imprensa, estima-se que, se a desoneração continuar em toda a indústria de transformação brasileira, representaria uma perda de arrecadação tributária de mais de vinte milhões.

Qual a contrapartida que o Governo apresenta para cobrir essa perda de arrecadação? E a Previdência terá fôlego para manter?

São perguntas que ainda não possuem resposta.

A causa principal da desindustrialização são os juros altos, excessiva liberdade para os movimentos do capital estrangeiro que provocam a valorização do real, barateando importações, encarecendo as exportações, facilitando a conquista do mercado doméstico pela concorrência estrangeira.

Gostaríamos de reafirmar que a Cobap é contra a desoneração da folha e vai denunciar em todo o País as consequências negativas para a Previdência, para os aposentados e pensionistas do Brasil.

Não podemos concordar, sob a desculpa de salvar a indústria nacional, que a Previdência quebre, os aposentados e pensionistas do Brasil continuem endividados e lutando por nada.

Finalmente, a Cobap aproveita esta audiência para propor imediato retorno da reforma tributária, uma reforma que reduza não só custo tributário das empresas, mas, principalmente, o custo tributário do trabalhador, que reduza urgentemente a gula por dinheiro da União, já que dois terços de toda a arrecadação tributária do País é ela própria.

Essas são, Senador Paim, as considerações que a Cobap gostaria de deixar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Moacir Meirelles de Oliveira, deixando clara a posição da Cobap, as suas

preocupações quanto à arrecadação da Previdência e, consequentemente, o não reajuste dos aposentados e pensionistas, alegando falta de verba, de orçamento. Só que, ao mesmo tempo, indiretamente, diria, abre mão de alguns bilhões. De fato a preocupação continua.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, com a palavra e, em seguida, falará o Floriano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero pedir mil desculpas a todos da Mesa, a todos que ainda vão ser ouvidos, especialmente ao Floriano por estar interrompendo, mas vou ter que sair por algum tempo e quero voltar, mas antes de voltar quero dizer uma posição minha de preocupação. Creio que o Lisboa tem razão quando disse que não estamos vendo o problema do ponto de vista global e nem de longo prazo. E não é essa questão apenas. O Governo vem agindo, fazendo uma colcha de retalhos de políticas financeiras, econômicas, sociais.

A gente não sente qual é o plano por trás dessas propostas.

Amanhã mesmo vamos ter um lançamento de um programa que vai reduzir vinte bilhões de receita, dando incentivos. Pode até não chegar a isso, uma vez que pode dinamizar a economia e haver uma compensação, a gente não tem uma clareza disso.

Nós votamos o Funpesp, colocaram 5% de rentabilidade no longo prazo. Não tem rentabilidade de 5% ao longo de quarenta anos em nenhum investimento. Não tem.

Está faltando uma visão mais ampla. Nem dá para recusar a ideia de desoneração, não dá. Realmente pode ser uma necessidade para dar capacidade de concorrência para o nosso setor industrial no sentido amplo de indústria, serviços, agricultura, dentro e fora do Brasil, pode ser. Mas a gente precisa ver isso como será de fato.

Além disso, falta para mim o fundamental. No mundo de hoje, a competitividade não vem, necessariamente, com a redução de custos de produção. Vem na inovação da produção. Hoje, ganha mais na concorrência quem inventa um novo produto do que quem reduz o preço de um produto velho, porque o novo produto cria demanda, o produto velho se submete a uma demanda que pode vir ou não de fora. Soja, por exemplo, amanhã, os chineses podem começar a produzir soja na África; vai ser um desastre para nossa exportação de soja. Mesmo que o preço caia, não vamos competir.

Agora, se a gente estivesse inventando produtos novos como esse, os chineses teriam que vir buscar

aqui. Isso ninguém vai conseguir de um dia para outro. Mas, em longo prazo, este é o único caminho possível para o Brasil ter uma economia dinâmica e competitiva. Isso passa por investir em educação.

E, aí, o que me preocupa, qual é a obsessão que tenho? É que a gente ver redução, redução, redução de dinheiro para o Governo e não vê aumento de dinheiro que se deveria. O Governo, agora mesmo, reduziu, se não me engano, em 60% os recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia. Isso vai contra toda a ideia de competitividade, toda, toda, toda. Toda a competitividade, no mundo de hoje, está botando mais dinheiro em ciência e tecnologia e, desde que a gente tenha crianças educadas para chegar e se transformarem em criadoras de conhecimento. Então, está faltando uma visão mais ampla.

Essa sua audiência, como todas que o senhor tem feito aqui às segundas-feiras, pode ajudar nisso. Mas não vai ajudar se a gente colocar de fato os Ministros na discussão do assunto junto com os setores empresariais e trabalhistas.

Eu respeito muito quando o José Augusto disse que o sindicato tem que defender o interesse dos seus trabalhadores. E quando falo sindicato, falo sindicato patronal também. Uma democracia não funciona sem um sindicato que brigue por sua corporação. Mas se o Estado ficar apenas com o árbitro entre as corporações, sem propor um projeto novo, alternativo, a gente vai tropeçar em algum momento, pela impossibilidade de atender a todos os interesses sem uma novidade qualquer. Se a gente for atender a todos os interesses sem trazer uma proposta nova, vai acontecer, Senador Paim, o que o senhor falou: que o Governo não pode e, ele termina podendo, uma maquininha de fazer dinheiro, como este País já viu no futuro, e sabe o desastre que isso representa.

Dentro da responsabilidade fiscal, a gente tem que ter um programa capaz de dar competitividade hoje e amanhã.

Eu quero voltar aqui para continuar esse debate, mas quero incentivar que isso aqui se transforme quase em audiência permanente, que a gente fique ligado. E não precisa ser aqui, através do seu gabinete, a gente mantenha esse debate, esse diálogo com as visões sindicais, específicas de cada corporação, mas também com a visão nacional do o conjunto da econômica e da sociedade brasileira.

É o que eu tinha a dizer. Peço desculpa ao Floriano por ter interrompido e sair na hora em que vai falar, mas há duas pessoas me esperando, mas vou tentar voltar aqui, porque esta audiência vai longe. E espero que ela ajude a levar o Brasil longe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam, homem tranquilo, equilibrado, fazendo suas ponderações, que ajudam no debate.

Passo a palavra de imediato ao Floriano Martins de Sá Neto, que é Diretor-Presidente da Fundação Nacional Anfip, que representa aqui o Presidente da Anfip, Sólon de França.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom-dia a todos e a todas. Quero saudar o Senador Paulo Paim, cumprimentar toda a Mesa, o Senador Cristovam, os presentes.

Hoje, dia 2 de abril, estou com um misto de sentimentos. É um dia alegre para mim, mas também muito triste. Eu estou mais perplexo com que estamos para vivenciar nos próximos dias.

Há 25 anos, dia 2 de abril de 1987, foram nomeados 925 fiscais de contribuições previdenciárias, eu incluso nesses 925. Então, com muito orgulho, ao longo desses 25 anos, fomos testemunhas históricas desse processo, anterior à Constituição, de discussão, chegamos a um meio da Constituinte. Depois a implementação da Constituição, das leis de custeio e toda essa luta que tivemos para implementar a Previdência Social pública no nosso País, dos desafios daquela época, do neoliberalismo forte, querendo retirar a Previdência Social, querendo colocá-la em nível básico. Então, realmente, para mim, hoje, é um dia de comemorar.

Comemoramos aqui, o Senado está discutindo, a câmara alta do Legislativo brasileiro, está preocupada. Então, fazer essa audiência pública em plena segunda-feira, isso nos dá um sentimento de conforto, de que o Legislativo está atento. E nós haveremos de trazer essa discussão contínua, como bem sugeriu o Senador Cristovam.

Bem, a tristeza e a perplexidade são por conta de estarmos discutindo: um, é um fundamento constitucional, está previsto na Constituição. O que diz aqui o § 9º do art. 194: As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou base de cálculo diferenciada, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão de obra.

Então, chamava a atenção de que isso está previsto na Constituição. Mas aqui há um problema, para o qual a gente chama a atenção, e nós nos lembramos disso lá, discutindo sobre esse assunto previamente em Natal, no nosso evento que fizemos no final de semana, de que a forma como os setores estão contemplando as atividades econômicas, mas não está seguindo rigorosamente o que diz conceito constitucional.

O que estamos vendo é a colocação, não sei sob que orientação, mas nos causa certo receio de que venhamos ter problemas de eventuais setores, dentro de

uma atividade econômica, não contemplados, questionarem a questão sob o ponto de vista constitucional.

Nós já temos duas experiências: a Medida Provisória nº 540, que se transformou na Lei 12.546, temos uma Medida Provisória nº 556, que ainda não foi votada, que trata também do mesmo assunto. E teremos agora, muito provavelmente, já anunciado, mais uma medida provisória.

Então, lamentamos que essa matéria seja tratada desta forma, por medida provisória, sendo discutida – não que tenhamos alguma dúvida quanto à capacitação dos técnicos, principalmente do Ministério da Fazenda, da Casa Civil, que estão à frente das discussões ou das negociações que são feitas. Mas entendemos que matéria dessa importância deveria vir como projeto de lei, para que seja adequada aos interesses maiores, que como aqui já foram muito bem falados. Existe uma gama enorme que precisaria ser levada em conta, para que essa política, que constitucional, possa ser levada em consideração.

Não vou tomar muito tempo, mas precisaria falar, repetir à exaustão que temos feito, nós não temos contribuições para a Previdência Social, nós temos contribuições sociais para a Seguridade Social. E esse conjunto de contribuições é que, ao longo dos anos, por incrível que pareça, é a nossa luta constante de ver isso divulgado para demonstrar que o sistema de seguridade social foi muito bem pensado pelo Constituinte de 1988, ele tem os recursos necessários sobrando, ou seja, ao invés disso que se diz do déficit da Previdência, nós temos uma seguridade social em que os recursos sobram. Ano após ano, nós temos essa situação.

A Anfip, historicamente, agora no início do ano, nós estamos divulgando... Está aí o de 2010 ainda, porque o de 2011 está sendo concluído. Mas o que nós temos basicamente em termos de números? Eu trouxe aqui os de 2005; sobraram R\$77 bilhões; em 2006, R\$61 bilhões; em 2007, R\$74 bilhões; não são milhões; são números imensos, grandes; em 2008, R\$66 bilhões; em 2009, R\$32,9, R\$33 bilhões. Houve uma queda, e eu já explico o motivo. Em 2010, R\$58 bilhões; em 2011, o número já está fechado; nós temos o número; e o superávit da seguridade social, ou seja, o que sobrou entre o que foi arrecadado em nome da seguridade social e o que foi gasto, sobe para R\$78 bilhões. Então, é uma situação que a gente tem colocado. Ou seja, ao invés de nós termos, sempre sendo falado que há um déficit na Previdência Social, o que é o mito maior que nós temos a enfrentar ao longo desses anos, ou seja, de que a Previdência Social é deficitária, nós temos, na realidade, essa questão que envolve a seguridade social.

Eu tenho a dizer também que, como fiscal de contribuições previdenciárias, hoje auditor fiscal da receita previdenciária, desde o início de nossa atividade, nós sabemos o real significado de termos a arrecadação e termos o benefício. É uma mesma moeda com duas faces, e isso também é um mandamento constitucional que diz claramente que, para se criar um benefício, há que se ter a necessária fonte de custeio.

Então, o que nós temos na realidade aqui, quando eu coloco esses números de um superávit, é que existe uma fonte de custeio altamente capaz de financiar os programas sociais, que tem servido... Em 2009, por exemplo – eu acho que é bom a gente citar 2009, quando houve uma redução grande do superávit da seguridade social –, o que aconteceu em 2009? Nós tivemos aí o reflexo da grande crise econômica lá dos Estados Unidos e já da Europa, o que trouxe uma dificuldade imensa, e o Governo enfrentou isso, e nós parabenizamos o Governo à época, o Presidente Lula, que não sucumbiu; ou seja, o Brasil não sucumbiu em 2009. E sabem por que não sucumbiu? Porque ele fez uma série de exonerações em cima de onde basicamente? Em cima da seguridade social.

Então, o patinho feio, aquilo que é falado como deficitário, como o problema, a mãe de todos os problemas do País, além de ser, na prática e na realidade, a que sustenta o tecido social, com os seus benefícios na saúde, na previdência e na assistência social, ela também serviu mais; ela conseguiu evitar a contaminação da crise econômica mundial àquela época.

Nós tivemos, já em 2010, a recomposição; ou seja, foram retiradas aquelas medidas, porque foram medidas pontuais, necessárias ao que aconteceu. E nós chegamos agora de novo, nós estamos de novo com a crise mais lá para o lado da Europa e temos essa desculpa de novo. Só que agora, diferentemente do que aconteceu em 2009, nós temos a folha de salário de novo, voltando de novo à tona como a possibilidade de tratar essas questões.

A Previdência Social, por toda a existência dela, há mais de 80 anos que nós temos o nosso regime geral, é uma coisa muito cara, muito séria de se fazer. É por isso que nós defendemos que essas medidas venham por projeto de lei, para que haja um amplo debate.

Quando nós verificamos, Senador Paim, a exposição de motivos das medidas provisórias, isso nos causa realmente um assombro. As exposições de motivos são vagas. Elas sempre dizem: "olha, isso é para aumentar a competitividade, é para aumentar a possibilidade de novos empregos", mas sem números, sem consequências. E nos preocupa realmente essa matéria esteja sendo tratada dessa forma.

A Anfip, como sempre, é a entidade responsável e que tem esse compromisso. Hoje estamos na Receita Federal do Brasil, mas o nosso compromisso com a Previdência Social pública continua. Nós estamos fazendo uma coisa que o Governo não fez ainda. Até o final do mês de abril, nós vamos publicar o segmento econômico por Cnae, por código, o que realmente vai significar a desoneração. Ou seja, quanto custa e qual seria a alíquota necessária para substituir a contribuição sobre a folha de salários. O que me parecer ser a grande discussão agora – os segmentos já estão mais ou menos ditos ou falados aqueles que vão entrar na medida provisória –, mas a grande questão que está ainda sendo debatida, que deve estar atrasando são as negociações em cima dos índices: eu vou pagar quanto? É 0,8? É 1? É 1,5? E aí mora o perigo, porque desonerar – e eu não tenho o Aurélio aqui perto –, mas desonerar, para mim, é deixar de pagar alguma coisa, é deixar de pagar. A simples troca do bolso, ou seja, quem vai pagar a conta, se é o meu bolso esquerdo ou é o meu bolso direito, se a conta é a mesma, não é desoneração. Então, nós vemos isso dessa forma.

O que me parece que, com certeza, e os empresários estão corretos nesse sentido. Eles querem pagar menos; eles não querem pagar agora, deixar de pagar a folha e agora pagar sobre uma contribuição que pode ser 1, pode ser 2; eu não sei que valor vai ser esse. Então, a Anfip tem um compromisso de, até o final de abril, fazer essa publicação para que a gente tenha um pouco de luz sobre essa discussão e para que, se é para desonrar, que realmente, então, se deixe de pagar.

Para terminar, Senador, nós teríamos aqui horas talvez para falar, nós temos, sim, para não dizer que a entidade é uma entidade refratária, contrária à desoneração da folha, nós temos uma proposta de desoneração da folha. A nossa proposta chama-se – nós teríamos até que trabalhar um pouco mais – faturamento líquido. É pegar a folha de salário inteira, ou seja, a base de cálculo da folha de salários e usar isso para reduzir a contribuição sobre o faturamento. Ou seja, as empresas pagariam. Ou seja, quem tem mais folha de salários, que geralmente são os setores que têm legalidade, que tem justiça para fazer a reivindicação, eles pagariam menos, e não se mexeria com a contribuição previdenciária. Até porque é algo muito caro, muito importante e com que os trabalhadores têm que tomar cuidado, têm que se interessar pelo assunto, porque, gente, é sobre o que nós contribuímos, é sobre o que nós vamos nos aposentar.

Então, cada vez que, mesmo que haja compensação, mas que a folha de salários deixa de ser o elemento balizador do valor das aposentadorias futuras,

perde-se um pouco da legitimidade. E isso nós vimos agora claramente na discussão sobre o reajuste real de quem ganha acima do salário mínimo, que foi pedido, que fez parte das reivindicações aqui da Cobap, das centrais. E nós tivemos simplesmente: “não, não pode ser feito, porque vai aumentar o déficit da Previdência Social”, ou “não há recursos; a Previdência Social não tem recursos para custear para custear isso”.

Então, muito cuidado com a matéria. A Anfip está à disposição a qualquer momento, a qualquer hora. Dentro em breve, teremos aí mais luz sobre essa discussão. E apenas a lamentar o fato de o Governo enviar a matéria por medida provisória e não da forma como seria adequada – um projeto de lei –, para se ter a devida tramitação nas Comissões, participação em audiências públicas de todos os interessados, para a gente saber o real significado, a importância e as contrapartidas, porque nós realmente não temos certeza se elas são suficientes para justificar o enfraquecimento que nós, com certeza, teremos na Previdência Social pública. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Floriano Martins de Sá, que falou pela Anfip.

Eu vou abrir o debate, mas, sem sombra de dúvida, para quem está assistindo aqui, eu acho que consigo sintetizar o que estou pensando. Então, quem acha que sobre o faturamento é interessante; ele sai da folha e vai para o faturamento. E, pelo que se vê, será, no máximo, 1%, com a perspectiva de chegar a zero.

Quem acha que para ele não é interessante ir para o faturamento, fica sobre a folha, nessa visão que foi colocada. Por exemplo, os bancos, os vão ficar sobre a folha ou os bancos vão para o faturamento? As pessoas estão percebendo o que a gente está dizendo. Estou tentando mostrar que o que menos interessa parece que é a receita da seguridade e, sim, quem vai pagar menos. E isso, na verdade, nos preocupa cada vez mais.

Que bom que a Anfip está fazendo esse estudo que vai mostrar qual o percentual mínimo que cada setor teria que pagar para dar sustentabilidade à nossa Previdência.

Eu disse aqui para o Antônio – e vou dizer agora de público – eu recebi, quando era Deputado Federal e Presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara – nunca me esqueço – tiveram a ousadia, porque comigo nunca tiveram muita ousadia, esse negócio de oferecer, nunca ofereceram nada, mas tiveram a ousadia de vir com um projeto... Não era troca, é claro que não ofereceram nada, mas querendo me convencer que eu tinha que entender que o ideal para o Brasil é que nós tivéssemos um seguro de um

salário mínimo para todos e o resto que fosse para o fundo de pensão privada. E era um projeto elaborado.

Eu disse: não vou ser deselegante, mas peço que V. Ex^a retire, porque eu não sou parceiro, em hipótese nenhuma, para essa proposta. E me parece que essa proposta ainda continua viva, continua viva. Vamos pegar o caso do servidor, só como exemplo, o caso de servidor, Floriano; vou pegar o caso do servidor. Para o servidor que tinha o princípio, pelo menos, da integralidade e da paridade, que poderia ser assegurado de acordo com o seu salário, seja 10, 15, 20 ou 5 ou 2 mil, foi dito agora o seguinte: o teto é R\$4 mil, eu estou arredondando porque não é R\$4, é R\$3.900 e pouco; o teto é R\$4 mil e, daí para a frente, é o fundo de pensão; você vai optar ou não pelo seu fundo de pensão.

Muito bem, mas como é que fica o reajuste desses servidores que ficam nesse patamar máximo de R\$4 mil? Vai ser o mesmo reajuste do regime geral, e isso significa o quê? O salário mínimo sobe, e o salário dele não sobe. Então, ligeirinho, ligeirinho, esses servidores vão estar também no salário mínimo. Podem escrever! É matemática, eu não estou inventando. Quem é bom de cálculo que me diga aqui o contrário. O que eu estou notando, pelos números que eu tenho até o momento... Até 12 anos atrás, nós tínhamos, no máximo, 14 milhões de pessoas, eu estou arredondando, que ganhavam o mínimo. Hoje já são 20 milhões de pessoas. Então quem tinha mais de 20 milhões, voltando no tempo, que ganhavam mais que o mínimo, voltando no tempo, não importa que fossem 15 anos, que ganhavam mais que o mínimo, hoje isso se inverteu: 20 milhões ganham o mínimo e em torno de 7 milhões ganham mais que o salário mínimo.

O servidor, com o tempo, é claro, porque vão ser aqueles que vão entrar, vão entrar na mesma lógica: o salário mínimo vai crescendo, por uma política justa que nós fizemos junto com as centrais, e não me arrependo, eu faria de novo, com o apoio dos Ministérios e do Presidente Lula, que o salário mínimo sobe o relativo à inflação e mais o PIB, mas o salário do aposentado, não, só sobe o relativo à inflação.

Então, caminhamos, e o velhinho lá de cima que me condene, se eu estiver errado, quero mais que ele me castigue e, infelizmente, acho que vou ver esse momento, infelizmente, nós chegaremos num momento em que a aposentadoria geral vai ser um salário mínimo e quem quiser que se vire, que vá para o fundo de pensão, se quiser ter uma aposentadoria maior. E é isso, claro, é o que interessa ao sistema financeiro, principalmente. E não estou fazendo nenhum discurso radical, até porque eu nunca fui contra o sistema financeiro, como os empresários. Eles têm que existir, isso faz parte do jogo e do sistema democrático. Mas

eu estou cada vez mais preocupado e por isso a gente traz um debate como este que, no meu entendimento, a médio e longo prazo, estaremos todos destinados a viver com um salário mínimo de aposentadoria. E tomara que eu esteja errado. Estou torcendo mesmo. Nunca quis tanto estar errado sobre esse ponto de vista.

Quero estar errado, Moacir. Que você não me chegue o ano que vem dizendo: "olha, Paim, mais de um milhão de pessoas entraram na linha de um salário mínimo", não porque pagaram e tinham direito. É porque ganhavam mais que um e passaram para um, e assim vão indo. E, aí, vem aquela velha frase, eu me lembro, eu acabei usando 10 anos, quando surgiu essa ideia, eu disse: "bom, se é isso, vamos fazer um movimento para que todos paguem sobre um salário mínimo a Previdência, porque o empregador vai pagar zero, e nós pagamos sobre o limite que seria, em tese, esses R\$ 4 mil. Então, vamos todos pagar sobre um, porque o nosso destino é todos se aposentarem com um salário mínimo. Por isso é que eu também não vou à frente com essa proposta; estou apenas aqui sinalizando. Aí, sim, nós vamos quebrar a Previdência, porque só quem vai continuar pagando é o trabalhador. O empregador não paga mais; o empregador não vai pagar mais. Como aqui foi dito, o micro, o pequeno e o médio já não pagam; o grande não vai pagar também; e vai ficar só a contribuição do trabalhador, sabendo-se que o destino dele, no futuro, nem que ele se aposente com três salários mínimos, é viver com um salário mínimo.

Eu vou abrir o debate. Mas eu achei bonito de ver que, porque tinham alguns articulistas da Previdência, e não vou dizer o nome deles, embora o nome de um deles seja muito parecido com o nome de um Senador, e eu confundo, é de um ex-Senador, ele sempre dizendo que a Previdência é deficitária; Nesse momento em que estão desonerando a folha, eu não vejo nenhum artigo dele.

Nada contigo, viu, Zambiasi? Tu és um grande Senador. O Zambiasi é um companheiro meu. Só que o nome desse articulista, com o qual eu acabei convivendo, por causa das polêmicas da Previdência, vivia dizendo que a Previdência era falida. Por que ele não escreve um artigozinho agora dizendo como é que vamos desonrar a folha em 20% se a Previdência é falida?

Não é para ti, Zambiasi. Tu és meu parceiro e tens o mesmo ponto de vista que eu. É o outro de quem não quero citar o nome. Mas estou usando aí o carinho do Zambiasi comigo.

Eu queria ver esse artigo que ele ia escrever. Explica-me aí. Tu sabes o nome dele; então diga, por-

que eu não disse, mas diga aí para nós, com todo o respeito a ele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Giambiagi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É só para não dar problema com meu amigo Zambiasi.

Escreva um artigo explicando isto para mim: que dá para desonerar a folha em 20%, porque a Previdência é falida. Tu vais ter que botar esse artigo lá: “Olha, dá para desonerar a folha em 20%; abrir mão de R\$133 bilhões, porque a Previdência é falida”.

Vocês entenderam o título que eu estou dando, não é? Porque quem ler não vai entender. Puxa! O cara diz que dá para desonerar em R\$133 bilhões; quer sair da folha para zero, porque cada um tem lado nessa história. Eu até respeito, ele tem lado; ele tem o lado de lá; só que nós temos o lado de cá, que é o dos mais pobres.

Vamos ao debate. Eu já falei até demais.

Com a palavra, para as suas considerações, o companheiro Zé Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom, Paim, eu acho que para afunilar, e a gente já está contribuindo com este debate, em nível de proposta, nós somos solidários ao Fórum Sindical dos Trabalhadores, com a proposta da fundação Anfip, ora apresentada pelo Presidente Floriano, com a maior clareza e da melhor forma didática possível.

O outro, parabenizar o Deputado Laércio Oliveira que foi feliz na sua exposição. Gostaria de parabenizá-lo publicamente. Também somos favoráveis a essa questão de análise, de estudo de impacto com relação a essa medida. Inclusive já foi feita uma sinalização aqui em 2009, viu, Senador Paim? Foi amena, mas a gente pode, com essa ampliação, inclusive com o risco que nós temos também, aí na Câmara dos Deputados, com a reforma tributária, nós podemos levar na cabeça, viu, Moacir? Ficar muitos anos sem reajuste de aposentados e perder a esperança com relação ao fim do fator previdenciário. É um sonho que nunca vai se realizar, se essas reformas, se essas coisas acontecerem.

E o terceiro, Senador Paim, e ouvintes e telespectadores da *TV Senado*, da *Rádio Senado*, um esforço também por parte do Palácio do Planalto. É um apelo que nós fazemos; é a segunda vez que estamos fazendo este apelo aqui, ao Ministro Mantega, ao próprio Congresso Nacional, Deputado Laércio, de nos proporcionar as contrapartidas, que já foram apresentadas aqui – não vamos ficar repetindo igual papagaio de novo as propostas – em defesa da classe trabalhadora, dos pensionistas, dos aposentados, agilizando a nossa pauta legislativa dentro do Congresso Nacional. A gente tem matéria aí de 2008, 1995. O

Senador Paim tem uma proposição tramitando, como a PEC da redução da jornada, da época em que ele era Deputado, em 95; projetos de 2008.

Enfim, a pauta legislativa da classe trabalhadora também tem que sofrer uma agilidade, para o bem da unidade, do fortalecimento do sindicalismo nacional, como foi dito pelo Senador Cristovam Buarque, tanto patronal, como dos trabalhadores. E começando também aí, Senador Paulo Paim, a iniciativa de uma PEC, que o Deputado Laércio está tratando junto com a gente, com a representação patronal, a CNI, várias confederações juntas com o Fórum Sindical dos Trabalhadores, outras centrais sindicais. Que a Presidente Dilma retire, definitivamente, com uma mensagem presidencial, a PEC falida, do Fórum Nacional do Trabalho, fórum chapa branca, que morreu, sobre a pretendida reforma sindical. Desatualizada, velha. Não há consenso. Não há, inclusive, aprovação nem da patronal nem da maioria do movimento sindicato brasileiro. E a gente está com essa dificuldade, essa apreensão, essa angústia que está pairando sobre a CCJ da Câmara dos Deputados.

Para finalizar, Senador Paim – nesse final de semana o senhor estava no Rio Grande do Norte, mas a gente estava na Bahia também, próximo ali, não muito longe, na divisa lá com Sergipe –, os baianos estão numa ansiedade esperando que é uma coisa fora de série. Quando falam o seu nome lá o pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os baianos acham que sou baiano por causa do Paim. Mas eu tenho um carinho enorme por eles, só dizer isso.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho o maior carinho por todo o povo da Bahia. Recebi o título inclusive de cidadão lá, pelo qual agradeço de público.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – E eles estão programando, Senador Paulo Paim, até o senhor estava aguardando essa data, dia 3 de maio – cai numa quinta-feira –, que é a campanha nacional da CLT. Essa campanha é uma campanha nossa, do Fórum. Nasceu aqui dentro do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E da Previdência.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários. Vai ser na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador, naquele plenário grande – o senhor já esteve lá –, no dia 3 de maio. E, simultaneamente, o I Encontro do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Estado da Bahia, o FST Bahia.

Estivemos lá nessa última quinta-feira, organizando e fazendo os preparativos, colaborando com a comissão organizadora, na sede da Fecombase, dos comerciários da Bahia, dos empregados no comércio da Bahia. E, na sexta-feira também, estivemos na Uneb, Universidade do Estado da Bahia, colaborando num evento sobre segurança do trabalhador. É muito importante também, Deputado Laércio, essa questão da segurança do trabalhador. Tinha pessoal lá de Sergipe também, colaborando, participando, o pessoal de enfermagem e trabalho. E os companheiros e companheiras da Bahia ali estão numa ansiedade muito grande, muito felizes mesmo, com a possibilidade de o Senador Paim estar lá conosco na Assembleia Legislativa, para tratar desse assunto importante, que é a CLT, os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, no dia 3 de maio.

Então, é a minha colaboração nesse sentido. As sugestões que já apresentei do Fórum, unificando com essas propostas do Deputado Floriano, e o apelo que a gente está fazendo ao Palácio do Planalto pela segunda vez, fazendo uma reflexão. E quando sinaliza para um estudo de impacto é a mesma coisa de você estar fazendo um EIA ou um Rima em meio ambiente – não é, Senador Paim? Tem que fazer uma avaliação. No meio ambiente a gente faz isso aí, que quando vai ter um ataque – não é, Lisboa? – à natureza: “olha, vamos construir uma fábrica. Mas qual o impacto que vai ter essa fábrica aqui em Ceilândia, Taguatinga, Santa Maria?” E, às vezes, você tenta tampar um buraco e abre outro maior do que aquele pequeno. Então, parabenizo o Deputado. Ele foi muito feliz. Acho que tem que ter que uma avaliação, um estudo. E, por favor, a contrapartida vai beneficiar o povo brasileiro, a sociedade, as causas sociais e, principalmente, o sindicalismo nacional, tanto de patronal como de trabalhadores. É o que a gente espera.

Repetindo: não temos nada contra a indústria. Pelo contrário, repito aqui, para finalizar, Paim, ela é estratégica para o desenvolvimento econômico, o emprego, a economia. Mas, como bons sindicalistas que somos ou que deveremos ser, deveremos defender também as nossas bandeiras, que são bandeiras de cunho social, que o povo tanto precisa, os aposentados e pensionistas, para a gente não correr risco no futuro, que, por experiência – não é, Floriano? – já aconteceu uma prova, um indício disso aqui numa crise que não foi tão grande, devido ao bom empenho do Governo Lula e sua equipe econômica, que conseguimos sair, e com o auxílio, inclusive, da população, principalmente da área do comércio – não é, Laércio? –, que foi uma grande propulsora e não podemos esquecer. O comércio ajudou barbaridade naquele momento crítico.

E temos que fazer essa reflexão, Senador Paulo Paim, porque com a reforma tributária, da forma que ela está vindo da Câmara e com essa questão da desoneração, Moacir, poderemos mandar a seguridade social para aquele lugar, onde as seguradoras privadas e bancos querem, que é a privatização.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Augusto.

Deixa responder para vocês, porque sei que o povo da Bahia, como de todos os Estados, estão assistindo aqui a TV Senado ao vivo e todo o sistema de comunicação da Casa – Rádio Senado, Jornal do Senado e Agência Senado. No dia 2 de agosto, estarei em João Pessoa, num debate com a Anamatra, que está também preocupada com os direitos dos trabalhadores e com a questão da nossa Previdência. Eu me comprometi com eles que vou participar do debate na Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho. Estão com a mesma preocupação que estamos levantando aqui. Eles não estão aqui por que acertamos que estarei lá no dia 2.

Então, estarei lá no dia 2. Deve ter um voo, nem que for à meia-noite ou uma hora. E me comprometo que no dia 3 estarei com vocês na Bahia para esse outro debate em defesa da CLT aos direitos dos trabalhadores. Fica garantido já. É palavra dada. A assessoria está assistindo também. Virem-se e arrumem o voo. Sabem que não tenho jatinho, nem aviãozinho. É avião de carreira mesmo. E não tenho helicóptero.

Quando estou para lá e para cá o pessoal pergunta: como é que o senhor está num avião de carreira? Eles acham que a gente tem direito, como Senador, a pedir – algumas pessoas acham. Não tem direito, pelo que eu saiba, pelo menos. E eu não tenho helicóptero, não tenho jatinho, não tenho coisa nenhuma. É avião de carreira mesmo. E quando chego a ficar ali pelo banco número 8 fico bem feliz da vida. O pior quando pego o 28, lá atrás. E lá atrás é bem mais complicado, como fui para o Congresso da Anfip em Natal.

Então, passo a palavra, nesse momento, à Dra Zilmara David de Alencar, que representa aqui o Ministro do Trabalho, Paulo Roberto dos Santos.

A SR^a ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Senador, acho que as falas aqui enriqueceram muito a questão da fundamentação para essa desoneração. Primeiro, no aspecto conceitual: desoneração ou substituição? Acho que teríamos que fazer uma reflexão sobre não mais se tratar de desoneração e apenas de substituição de fontes de receita.

A questão até da ofensa a princípios constitucionais, onde temos que ter caracterizada a questão de um tratamento macro, e não um tratamento pontual,

de um tratamento, como José Augusto há pouco se reportou mais para a área de sua atuação de RIMA, de diálogo. Faço agora para os princípios constitucionais do diálogo social. Vamos atentar para a questão de que, quando se estabelece na Constituição um instrumento apropriado para tratar uma determinada matéria, porque naquela sua previsão já tem contemplada a necessidade de uma maior estruturação, de um maior diálogo. Diálogo esse que deveria ocorrer na casa legislativa.

A questão dessa seguridade. Eu fiquei encantada quando o Floriano fala que precisamos mudar o conceito. Seguridade é segurança. A gente só conseguiu passar por tantos atropelos que o mundo está vivendo graças à conquista e à procura de uma segurança. E essa segurança não pode ser tratada, como bem falou o Senador Cristovam Buarque, como uma colcha de retalhos. tem que ser tratada como um tecido macro de uma segurança. E não pode se apartar, Senador, a questão do social quando se tem essa tratativa.

Dentro do Plano Brasil Maior tem que ter um cunho maior social ali posto, sob pena de a gente ter que pagar essa conta no futuro. E não acredito que seja em longo prazo. Vai ser em curto prazo mesmo. Temos visto manifestações das centrais sindicais dizendo que essa contrapartida tem que ter um caráter social. Quando falamos aqui de redução de jornada, falamos de Convenção 58, não se pode deixar de falar da representação sindical. A representação sindical tão necessária para um ambiente democrático que a gente vive. Seja ela patronal, seja laboral, ela não pode estar afastada, estar à margem dessa discussão de uma visão macro. Temos que ter setores produtivos, setores do comércio, setores de serviços, todo mundo conversando. E não cada um olhando para o seu umbigo e retirando dali aquilo que lhe interessa para o cunho da sua representação.

Então, parabenizo aqui o Senado, mais uma vez. Coloco o Ministério do Trabalho à disposição. O nosso Ministro Paulo Pinto pediu para que não deixássemos de tocar no assunto da manifestação expressa de que essa contrapartida tem que ter um caráter social com uma política pública de geração de emprego decente. Não podemos dissociar isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Srª Zilmara, pela sua exposição. (*Palmas.*)

E se me permite que eu diga isso também: como eu gostaria que a gente fortalecesse mais o nosso Ministério do Trabalho, econômica, política e tenho certeza socialmente. Houve tempos em que o Ministério do Trabalho tinha mais força. E não estou criticando ministro nenhum. Parece que é dada força para o Mi-

nistério da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio; e para o Trabalho não.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – (*Fora do microfone.*)

Na composição do Plano Brasil Maior, o Ministério não compõe como ministério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode repetir? Usa o microfone. É bom por que isso aqui é uma contribuição ao debate. Ninguém é contra ninguém. Somos a favor de dar uma melhorada no social. E o Ministério do Trabalho cumpre um papel.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Dentro da composição do plano Brasil Maior, o Ministério do Trabalho não figura lá como um ministério participante, apenas como assessoria técnica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É de chorar.

Mas, passo a palavra agora ao Dr. Eduardo Pereira, Coordenador-Geral de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência, que representa aqui o Ministro Garibaldi.

O SR. EDUARDO PEREIRA – Só gostaria de ressaltar, do que foi falado aqui, que é visível, existe uma concordância sobre os problemas que a desoneração da folha pode trazer para o sistema de previdência social, especificamente se não for criada uma fonte de financiamento substitutiva.

E queria deixar registrada, de novo, a posição do Ministério da Previdência, no sentido de que existe uma orientação no Governo de se buscar a desoneração da folha. Então, essa é uma posição de Governo.

Dentro dessa posição de Governo, a posição do Ministério da Previdência é de que, em havendo a desoneração, deve ser formalizada na legislação uma fonte de recursos substitutiva de forma a garantir que o Fundo do Regime Geral da Previdência Social receba uma prestação suficiente para cobrir essa necessidade de financiamento e com isso da desoneração da folha. Essa é a posição, o ponto principal que o Ministério da Previdência vem defendendo nessa discussão do tema da desoneração.

Em que pese essa posição, o Ministério também tem uma posição não de questionamento da discussão da desoneração, mas de colocação de que a desoneração tem que ser vista numa perspectiva mais ampla. Não apenas numa posição conjuntural, mas como uma discussão mais estrutural para o sistema de previdência. Temos um sistema de previdência de matriz bismarckiana, em que o benefício é concedido aos contribuintes. É um sistema financiado com contribuições sobre a folha. E tem a direito à Previdência Social quem contribui para ela.

Quando se transfere o financiamento para uma contribuição sobre o faturamento, na realidade está mudando um pouco o sistema. Não está contribuindo quem vai se beneficiar. Está contribuindo todo mundo, porque, com o faturamento, todo mundo está comprando o produto, está financiando. Não é sobre uma folha de pagamento. Então, está-se generalizando uma base de financiamento e o benefício continua sendo só para quem contribui. Porque, na realidade, na hora de pedir o benefício vou ver se a pessoa é vinculada ao Regime Geral de Previdência Social, se tem carteira assinada. Na realidade, estou um pouco dissociando a base de financiamento da base de cálculo de benefício. Então, essa é uma discussão mais estrutural, que acho que teríamos que ter.

Quando se começa a fazer a discussão, se vai mais a fundo, entra em discussões doutrinárias sobre previdência social. Então, acho que esse é um tema que a gente deveria tratar com mais cuidado um pouco, com um pouco mais de profundidade. Não é uma discussão tão trivial quanto possa parecer, não é só uma discussão contábil, ela tem implicações mais profundas em termos da natureza do sistema previdenciário como um todo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Eduardo Pereira aqui faz as suas considerações que, com certeza, vão ajudar muito a todos nós que estamos debruçados sobre esse tema e demonstramos todos aqui nossas preocupações e o Dr. Eduardo mostra esse lado inclusive. Quando você sai da folha para o faturamento, você desloca o objetivo principal que é de uma contribuição focada para aqueles que efetivamente contribuem para a previdência e joga para o conjunto da sociedade.

É um debate que está dado e que naturalmente ajuda. Mas, como alguém já disse, se não tiver saída, pelo menos que não seja alíquota zero, porque daí, sim, a casa vai cair e 1% já me assusta muito.

Passo a palavra nesse momento ao nosso representante, na Mesa, da Central Única dos Trabalhadores, o Diretor Executivo Antônio Lisboa Amansio Vale, que representa o Presidente Artur.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMANSIO VALE – Primeiramente, quero agradecer e cumprimentar o Senador Paulo Paim por mais essa iniciativa. Acredito, Senador, que deve ser consenso entre todos nós aqui presentes que o seu mandato, sem dúvida nenhuma, é um espaço muito importante para os debates aqui dentro do Senado, dos temas importantes da sociedade, mas especialmente para nós trabalhadores e trabalhadoras. Quantas vezes nós já estivemos aqui e, com certeza, estaremos novamente e vai uma sugestão de

retomarmos a discussão aqui sobre essa questão das contrapartidas não somente sobre esse tema.

Temos discutido isso há muito tempo, mas é preciso aprofundar as discussões sobre as contrapartidas – acho que alguém falou aqui – sobre contrapartidas de garantia de trabalho decente, por exemplo, nos financiamentos do BNDES. Não é possível que você utilize recursos muitas vezes que são dos trabalhadores da sociedade brasileira para financiamento de grandes obras e lá no canteiro de obras, a Dra Zilmara conhece isso muito bem, lá no canteiro de obra pratique trabalho muito distante dos princípios do trabalho decente, com recursos muitas vezes do próprio trabalhador. Essa é uma discussão que precisamos aprofundar.

Falando, portanto, de contrapartidas, temos discutido isso junto ao Banco Mundial por exemplo. Não é possível que você pegue recursos públicos para colocar em desenvolvimento de países e, lá, aqueles recursos que são públicos sejam usados para trabalho semi-escravo. Essa é uma discussão que precisamos aprofundar aqui e fica uma sugestão para V. Ex^a que tanto compromisso tem com as causas sociais e trabalhistas do País.

Quero concluir reafirmando aquilo que todos falam. A grande questão a se proteger, a grande discussão a se fazer é a proteção ao nosso sistema, ou seja, é proteger o sistema de proteção social, de segurança social como conhecemos. Essa é a grande questão.

A princípio ninguém é contra, ninguém pode ser contrário a mecanismos que venham no sentido de gerar mais emprego etc, mas é preciso que esse debate seja feito garantindo que as conquistas da sociedade brasileira, como é o sistema de segurança social no Brasil, não corram risco.

Esse é o ponto central da discussão que precisamos fazer. Não pode se colocar, em nome de desoneração – e até achei interessante que desonerar é diminuir em outras palavras –, em nome de desonerar a folha não se pode colocar em risco uma conquista que é de todo o Brasil, de toda a sociedade brasileira. Então, essa é a preocupação que todos nós temos que ter, quer dizer, antes de qualquer coisa é preciso garantir um sistema que universal e que é um modelo para muitos países do mundo, como o senhor já leu aí. Não podemos...

Vi o Chile a 10%. É modelo para nós? Não é. Então, costumo dizer que...outro dia recebi um e-mail de um jovem dizendo que...Um dia desses eu recebi um e-mail de um jovem dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É interessante até porque você lembrou o Chile, ver como é no Chile e o sistema que é falido. Empregador quanto? 0%. Segurado 10%. Empregador, 0%!

O SR. ANTONIO LISBOA AMANSIO VALE – Então, utilizar esses argumentos que muitas vezes vemos na imprensa e é engraçado porque quantas vezes vemos na imprensa que a Previdência está falida, mas sabemos que não é, mas o discurso diz o contrário. Ao mesmo tempo, como o senhor falou, como se vai criar condições para diminuir arrecadação de um sistema falido? Então, sabendo que não é falido, precisamos protegê-lo. Proteger o sistema de segurança social é a grande preocupação que todos nós temos. Portanto, esse debate, a partir do Plano Brasil Maior, tem que ser feito com essa preocupação. Não podemos simplesmente desonerar se não tivermos garantido o sistema de proteção social do Brasil

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Antônio Lisboa Amansio Vale, que falou pela Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. LAERCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Tenho ouvido e já ouvi em alguns locais o comentário de que esse movimento de desoneração de folha de pagamento é um movimento provocado pelo capital. Quero dizer aqui para todos os telespectadores e os amigos aqui presentes que não é.

A classe empresarial deseja e trabalha para uma reforma tributária, porque a colcha de retalho que se desenha, e acho que o governo tem muita culpa nisso, porque buscou na desoneração da folha de pagamento uma forma de agradar o capital, mas não é isso que o capital deseja. Isso, na verdade, entendo como uma fuga, uma vez que não se tem a disposição de produzir uma reforma que traga realmente uma solução para a enorme carga tributária que recai sobre a sociedade como um todo – e aí não é só a classe empresarial –, porque o cidadão ou a cidadã, quando chega numa prateleira de supermercado, constata a carga tributária e é só observar alguns produtos, principalmente da cesta básica, quanto custa de fato o produto e quanto é o imposto que se paga.

Então, precisamos fazer uma mobilização no País inteiro – e clamo por isso – para construirmos uma reforma tributária que busque as soluções, porque hoje a moda é desoneração da folha de pagamento, daqui há alguns dias vão inventar uma outra forma, vamos arranjar uma outra solução, vamos criar o nome de alguma coisa e é como foi dito aqui, desonerar. Desonerar, conforme nosso Aurélio, não é apenas transferir de um lugar para outro.

Portanto, na verdade, fica tentando burlar, buscar umas alternativas, mas, na verdade, é tirar o dinheiro de um lugar e colocar no outro, mas o saco é o mesmo.

Então, precisamos de um modelo e o que está posto na Previdência Social é o ideal? Pode ser que

não. Pode ser que a gente consiga, de fato fazendo um trabalho com estudos profundos, buscar uma redução na parte do empregador, por que não? Temos exemplos também. O Chile é 0% empregador, mas na Suíça as partes são iguais, a mesma alíquota do empregador é a parte do empregado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – 11,9% cada um.

O SR. LAERCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Nos Estados Unidos também. Então, será que aí não existe o começo da solução, que a gente não consiga discutir a partir daí? A colcha de retalhos que se desenha hoje somos, em nome da Confederação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, contra. Eu como Parlamentar, como Deputado Federal desta Casa, sou contra a forma como está posto. Enquanto não tivermos clareza e enquanto não assumirmos o problema de frente, de fato, só traremos problemas e jamais uma solução, que é o que todos nós queremos aqui.

Então, são essas as minhas palavras mais uma vez agradecendo pela gentileza do convite de estar aqui para discutir num ambiente tão agradável, com todas as pessoas que aqui passaram e falaram.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que tem vindo aqui sempre quando convocado ou provocado para qualquer debate. Isso é bom e passei rapidamente para o Laércio e quero agradecer muito ao nosso Antonio Lisboa Manso Vale, representante da Central Única dos Trabalhadores, que tem vindo sempre aqui toda vez que é convocado.

Agradeço a você como sempre, um abraço ao Artur por não se negar a vir para o debate. Podemos até debater o imposto sindical, por exemplo, porque é bom e todos virão e iremos fazer uma boa conversa, um bom debate no momento adequado. No momento, o debate bom é esse para evitar, como aqui foi dito, que retirem contribuições, receita da nossa Previdência.

Também não tenho nenhuma dúvida. Por tudo que falamos e ouvi aqui que alguém está retirando de algum lugar e se alguém retirar, alguém vai deixar de receber. Daí, Moacir, infelizmente vai sobrar para os aposentados. Historicamente é isso. Sobra para o aposentado e para o assalariado.

Se chegassem para nós e dissessem o seguinte, antes de passar para o Moacir, que vai ser o seguinte e tenho certeza de que todos concordariam. Quase ninguém mais vai contribuir, o empregador vai pagar 0%. Legal. Qual é a mágica? A mágica é que o Governo vai acabar com o fator, não vai ter mais o fator e todos vão se aposentar com o salário do princípio

da integralidade, no teto devido pelo menos e que vai ter uma política de reajuste para os aposentados. Não reclamaríamos mais.

Se tivéssemos a garantia de que o aposentado vai receber, por exemplo, a inflação mais o PIB, uma vez por ano, resolveriam o problema do aposentado. Se não quiserem vincular o mínimo, vamos inventar uma fórmula semelhante que diria isso, ou dissesse que "ninguém mais vai ter o fator agora". Pronto. Se o Governo quer arcar com toda a despesa que arque, mas não dá para dizer que "ninguém mais contribui com a Previdência". Quem paga a conta? O aposentado e o trabalhador, que tem esse maldito fator, que corta pela metade o salário e não tem reajuste nenhum para os aposentados. Aí não dá!

Independente de quem seja o Governo, tenho posições claras e não mudo o meu ponto de vista. Dizem que árvore velha e palanque velho, depois que entorta, não têm mais como ir para o lugar. Eu já estou com 62 anos e ninguém vai conseguir mudar a minha cabeça de que o certo é contribuir menos para a Previdência. O trabalhador, que contribui exatamente com aquilo que sempre contribuiu, não tem direito a se aposentar e ainda pega o fator. Não dá, só se eu tiver ficando meio doente! Expliquem-me!

Vamos chamar um psiquiatra. Então, vamos chamar o psiquiatra. Então, chame um para mim, porque não estou entendendo essa conta. Retira o dinheiro da Previdência, para resolver essa tal de crise, alavanca o lado do capital e diz para o trabalhador que tem cortar pela metade o salário dele e não terá reajuste nenhum.

Moacir, já falei demais, não sou dirigente sindical e, sim, Senador. Não sei por quanto tempo, mas ainda sou.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA –

Gostaria de agradecer, Senador Paim, por mais essa oportunidade que nos deu de estar aqui presente e dizer que o Senador é uma pessoa que está sempre preocupada com a situação, principalmente daqueles setores que têm mais dificuldades e também reafirmar que a Cobap vai continuar denunciando, em todo o País, a circunstância que pode trazer para a Previdência a desoneração da folha.

Vamos fazer, como fizemos no último dia 29, um grande ato público que fizemos em São Paulo, parando o centro de São Paulo, mas, lamentavelmente, Senador Paim e pessoas que nos assistem agora, a grande imprensa, aquela que gosta de falar no déficit da Previdência, não foi capaz de colocar uma frase do movimento dos aposentados, mas nós não vamos parar por aí.

Já temos marcado para o dia 17 de maio um grande ato em Cascavel, no Paraná, para o qual o Sena-

dor Paim já foi convidado pela Federação do Paraná. Depois, vamos fazer aqui no Distrito Federal, posteriormente na Bahia vamos continuar nosso trabalho. Esse é o nosso trabalho, a nossa obrigação: defender o direito dos aposentados e pensionistas, principalmente aqueles que ganham acima de um salário mínimo que já está com uma defasagem de 76% do que é passado do salário mínimo para o aposentado e o pensionista que ganham acima de um salário mínimo.

Quero agradecer essa oportunidade e dizer que todas as vezes em que formos convidados estaremos aqui presentes, Senador. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Moacir, aqui como Presidente Interino da Cobap. Se não me engano, no dia 19, tem no Rio Grande do Sul, em Sapucaia. Confirmo que estarei lá também. Parabéns, Moacir e Warley.

Agora, vai para o encerramento Floriano Martins de Sá Neto, que é Diretor da Anfip.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO –

Quero agradecer, Senador Paulo Paim, a oportunidade. Agradeço também aos telespectadores da TV Senado.

Esse processo de publicização das discussões é importantíssimo porque a sociedade pode acompanhar efetivamente o posicionamento de seus Deputados, de seus senadores, para verificarem se suas opiniões são levadas em consideração no processo legislativo.

Eu queria só, no final, lembrar duas coisinhas. O tamanho da Previdência Social brasileira na questão do regime geral, do INSS, e dos benefícios. Estou com os números de 2010 aqui. Nós pagamos, a Previdência Social pagou R\$255 bilhões. Esse dinheiro vai diretamente para o bolso do aposentado e do pensionista. Ele não tem intermediário, não é como os fundos de participação, que vão passando pelos diversos entes. O aposentado e o pensionista consomem, movimentam a economia. Então, protegem esse sistema – até sob esse ponto de vista, sob o ponto de vista econômico, da importância que eles têm. O Brasil seria outro hoje, a pobreza seria muito maior, se não tivéssemos esse sistema de Previdência Social maravilhosamente construído com os pilares da Constituição de 88.

Outro ponto de vista que gostaria de salientar, ao final, é a questão da arrecadação da folha. A arrecadação da folha, quando nós contemplamos todos os itens que compõem a arrecadação federal (Imposto de Renda, da Previdência e as demais) a arrecadação da folha é a maior arrecadação federal, Senador Paim. Nós estamos falando que 25% do que arrecada a União é contribuição previdenciária. Então, é muito importante a contribuição previdenciária sobre a folha. Ela sustentou a arrecadação federal durante a crise que tivemos porque houve um aumento real das contribuições pre-

videnciárias por conta daquilo que sempre dissemos. O que a gente disse ao longo dos anos: se o Brasil tiver crescimento econômico, a Previdência Social não será problema, a Previdência Social se sustenta. Isso está verificado, está comprovado.

O Ministério da Previdência Social vem demonstrando que o regime urbano vem sendo superavitário por causa disso, do crescimento econômico. E a gente não vê nenhum malefício nisso, nessas arrecadações. Pelo contrário. Com quem eu converso? Com os empresários que eu converso, sempre faço uma pergunta. Pergunto-lhes se contratam empregados porque são baratos. Eles respondem que não, que contratam porque precisam. Então, o crescimento econômico é que gera a necessidade das empresas contratarem empregados. Então, fazemos aqui uma defesa veemente da contribuição social sobre a folha. É muita responsabilidade pelo tamanho na conta dos benefícios e pelo tamanho, hoje, da importância que tem como arrecadação na totalidade dos tributos federais.

Muito obrigado pela atenção. Estamos dispostos a continuar a discussão. Lembramos ao nosso Deputado, o Laercio, que concordamos, mesmo, com a reforma tributária, mas sob o ponto de vista da sociedade, sob o ponto de vista dos empresários, dos trabalhadores, dos aposentados. Sob esse ponto de vista, nós nos irmos e queremos uma reforma tributária que traga justiça fiscal, que distribua melhor essa carga tributária que tanto pesa nas pequenas empresas, no bolso do trabalhador. Por isso, quero parabenizar o seu ponto de vista e dos demais, dos dois ministérios sociais que aqui estão que, com muita clareza, colocaram os seus pontos de vista e concordamos com isso.

Senador Paulo Paim, o desafio é grande. O instrumento da medida provisória é muito ruim porque, dificilmente, conseguimos modificar uma medida provisória. Ela tranca a pauta, há a questão do Governo, do interesse. Lamentamos apenas que essa política, ao final, de desoneração venha a ser implementada por medida provisória. Mandem um projeto de lei que, aqui, o Congresso Nacional deverá ter os contornos de todos os interesses da sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi Floriano Martins de Sá Neto, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip que aqui representou Álvaro Sólon de França.

Quero agradecer a todos e lembrar que teremos, ainda, um segundo momento, aqui na Comissão de Direitos Humanos, em que vamos apreciar um requerimento.

Só para concluir. As contrapartidas terão de existir. Espero que a gente consiga chegar lá. Eu insistiria com isso. Se quiserem desonerar a folha, até para 0%, desonerem, mas digam-me o seguinte...

Desonerar de forma total, não precisa nem botar para o faturamento. Vejam bem o que eu estou dizendo, eu que sou o maior defensor. Não precisa botar para o faturamento, não precisam botar nada, não botem nada sobre a folha, retirem tudo. Mas garantam para aqueles que sempre pagaram a Previdência e continuam pagando – o trabalhador vai continuar pagando o seu percentual. Vejam a seguinte regrinha. Não tem mais fator e os aposentados todos terão uma contribuição da inflação mais o PIB. Por quê? Porque foi aquela fórmula das centrais. O PIB cresceu, o País ficou mais rico. Os aposentados terão, também, reajuste. O PIB não cresceu, reajuste zero. Nós nos sujeitaremos a isso. Então, se acham que é possível... A Receita Federal abraçou tudo agora – e tudo com a Receita –, arrecada tudo, controla tudo. Ela diz o que tem o que não tem e para aonde vai. Claro, por decisões políticas do Governo. Fica aqui o desafio. Podem desonerar tudo, joguem tudo para zero.

Não quero que digam, lá fora, que sou contra os empresários. Não sou contra os empresários eles são testemunhas disso. Quero que os empresários estejam muito bem, cada vez melhores, e lucrem muito mais. Mas claro que quero que os trabalhadores também estejam bem, se não eu estaria, aqui, vendendo o meu amor à pátria, se eu não olhasse para os trabalhadores, para os aposentados e pensionistas, para os que mais precisam. Então, querem desonerar tudo? Desonerem tudo nessa questão da Previdência. Mas digo que não tem mais fator e que está garantida uma política permanente de reajuste dos aposentados com a inflação mais o PIB. Está resolvida a polêmica no campo da Previdência. Vamos continuar o debate, é claro, na questão da defesa da CLT porque isso preocupa todos nós. Por isso, teremos esses debates em diversos Estados do País, com a mesma preocupação: a defesa da Previdência Pública e também da nossa CLT.

Quero agradecer a todos os convidados que aqui estiveram conosco. Permitam-me que, de forma rápida, aqui colocar.

Agradeço muito à Zilmara, que aqui falou em nome do Ministro Paulo Roberto dos Santos. Agradeço ao Eduardo Pereira, que falou em nome do Ministro Garibaldi. Agradeço muito ao José Augusto, que falou pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, ao Antônio Lisboa, que aqui falou em nome da CUT, ao Laercio, que falou em nome da sua confederação, em nome do Presidente Antônio José Domingues de Oliveira. Laércio sempre que convidado, que convocado, está

aqui. Agradeço ao Moacir, que falou em nome da Cobap e, naturalmente, em nome do Warley e a Floriano Martins, que falou em nome da Anfip.

Muito obrigado a todos. Estão liberados. Vou para o segundo momento da minha audiência pública, com a aprovação do requerimento.

Muito obrigado. Mas não estão encerrados os meus trabalhos do dia de hoje. Só vou despedir-me dos meus convidados na certeza de que em outro momento que puderem estarão aqui com a gente.

Muito obrigado. Um abraço ao Ministro.

Vamos para a segunda parte da reunião da Comissão de Direitos Humanos do dia de hoje.

Requerimento.

Requer realização de audiência pública para debater a terceirização do trabalho no País.

Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

O requerimento é de autoria deste Senador e de outros.

É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2012

Senhor Presidente Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a terceirização do trabalho no país. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Sala das Comissões.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam com o requerimento de minha autoria para debater a terceirização do trabalho no País, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião de hoje.

Estão encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 4 DE ABRIL DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia quatro de abril de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Eduardo Suplicy e Lauro Antônio**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras membros desta Comissão. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A presente reunião, composta de duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: 1ª Parte – Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 42, de 2012–CDH, aprovado em 02/04/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, “debater a terceirização do trabalho no país”**. Convidados: Laércio Oliveira, Deputado Federal, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em substituição ao Presidente Antônio José Domingues de Oliveira Santos; Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Miguel Pereira, Membro do Grupo de Trabalho sobre terceirização da CUT Nacional, em substituição ao senhor Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; Renato Henry Sant'anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Antonio Augusto de Queiroz, Assessor Parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes; Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança; Vera Leda Ferreira de Moraes, Presidente da Nova Central do Distrito Federal; Celita Oliveira Souza, Consultora Jurídica e Especialista em Terceirização, em substituição ao senhor Odair Conceição, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança (FENAVIST); Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria jurídica da Confederação da agricultura; Luiz Carlos Prates, Membro da Secretaria Executiva da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Colutas), em substituição do senhor Atnágoras Lopes. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Rita e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Audiência pública. Nos termos do Requerimento nº 42, de 2012, da CDH, aprovado em 02/04/2012, de autoria deste Senador e outros, hoje vamos debater a terceirização do trabalho no País.

Convidados: Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Miguel Pereira, membro do Grupo de Trabalho sobre Terceirização da CUT nacional, que substitui aqui o Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da CUT; Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Antonio Augusto de Queiroz, Assessor Parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes; Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança; Vera Leda Ferreira de Moraes, Presidente da Nova Central do Distrito Federal; Celita Oliveira Sousa, Consultora Jurídica Especialista em Terceirização, em substituição ao Sr. Odair Conceição, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança; Luiz Carlos Prates, membro da Secretaria Executiva da Central Sindical e Popular (CSP – Conlutas), em substituição ao Sr. Atnágoras Lopes; e Laércio Oliveira, Deputado Federal, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que substitui o Presidente Antônio José Domingues de Oliveira Santos.

Também convidamos Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança; e José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Também, convidado – já está conosco –, o Cristiano Zarança, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura.

Antes de convidar todos para que venham a esta Mesa, faço questão... As minhas posições são muito transparentes, muito claras. Quero deixar isso bem nítido a todos. Não é o debate de hoje – vamos em seguida falar sobre o tema –, mas ontem houve uma posição de apoio à indústria nacional, à qual sou totalmente favorável, mas confesso que fiquei muito preo-

cupado, na linha dos direitos humanos, com a questão dos trabalhadores aposentados e pensionistas, com aquilo que chamo a nossa Previdência.

Acho que a desoneração como está sendo encaminhada, de 20% para 0% – porque todos nós sabemos que inúmeros setores já pagam 0%; que outros agora pagarão 1%; e, naturalmente, o que paga 2% vai querer pagar 1%. Então, faço questão de deixar registrado, nos Anais da Comissão de Direitos Humanos, o meu ponto de vista, conforme artigo que escrevi ontem e que foi publicado no jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, sobre esse tema.

O Governo anunciou medidas para incentivar a produção e a geração de emprego e renda. Não há dúvida: qualquer ação que vá ao encontro do desenvolvimento do nosso País é legítima e sempre terá o meu apoio. Porém, não podemos deixar de advertir, de demonstrar a nossa preocupação de que a desoneração da folha de pagamento de 20% para 2,5%, 1% e até 0%, como já está sendo aplicada em inúmeros setores, causará sérios problemas sociais com horizontes nada promissores para a nossa Previdência Social pública.

Eu dou sempre este exemplo: se avançarmos na linha em que muitos setores gostariam que acontecesse, de chegarmos a 0% na contribuição do empregador sobre a folha, estaremos abrindo mão de nada mais, nada menos que R\$133 bilhões, conforme cálculo da consultoria do Senado.

Eu só quero que me digam quem vai aportar R\$133 bi, para que possamos acabar com o fator, porque todos nós sabemos que tem de haver um mínimo de contrapartida e uma política decente de reajuste de aposentados e pensionistas, o que não há neste País. O reajuste do aposentado é zero, e tudo indica que, em longo prazo, todos aposentados e pensionistas do País ficarão com a política de um salário mínimo.

Fiz aqui um rápido comentário, mas vou terminar a leitura do artigo que escrevi e que foi publicado:

“Da forma como está sendo feito, em via de mão única, sem nenhuma contrapartida como, por exemplo [e aqui eu já falei], o fim do fator previdenciário [e uma política de reajuste com uma complementação real que poderia ser semelhante a do salário mínimo, que é a inflação mais o PIB, não precisa ser igual, nós estaremos numa situação muito difícil], é muito injusto com aqueles que deram e continuam dando o suor [do seu trabalho] pelo país. Quem mais uma vez pagará a conta serão os trabalhadores e aposentados [e os pensionistas]. Vale lembrar que o famigerado fator previdenciário, que há mais de uma década assombra [assola, agride] a vida dos

brasileiros, retira [em torno de] 45% do salário do trabalhador [no ato da aposentadoria, homem] e [chega até o absurdo de], até 55% do salário da [mulher, ou seja, da aposentadoria da mulher]. Sem contar que as aposentadorias e pensões estão cada vez mais minguadas e as despesas com medicamentos e alimentação [sobem além da inflação]. Infelizmente, o reajuste das aposentadorias não acompanha o crescimento do [PIB e muito menos do] salário mínimo. Lá atrás [é bom lembrar], os aposentados ganhavam 20 salários mínimos, depois passaram para 15, [depois passaram para] 10 e, hoje, [está] em torno de seis. No andar da carruagem, num futuro bem próximo, o benefício do segurado do INSS não ultrapassará o valor de um salário mínimo, o que fará da nossa previdência um verdadeiro ‘seguro social [de um salário] mínimo’. Até pouco tempo, aqueles que hoje querem abdicar de bilhões da nossa previdência [como aqui já destaquei] afirmavam que ela estava falida. [Então, essa é uma conta que eu não consigo fechar e queria que algum ministro, ou algum especialista, ou algum articulista me explicasse como é possível, em uma pasta considerada falida, eu abrir mão de bilhões, e bilhões, e bilhões. Alguém estava mentindo. Então, não estava falida, alguém mentiu. Toda vez que eu tentei dizer que tinha de dar reajuste para aposentado: ‘Olha, Paim, não dá porque ela está falida. De onde é que vou tirar dois bi, três bi ou quatro bi?’ Bom, agora abre mão de cinco, de seis, de sete e, ligeirinho, de dez, doze bi]. Enfim, diziam] não havia dinheiro para reajustar os benefícios e [tentar avançar nas mudanças do] fator previdenciário. ‘Eles’ diziam [por exemplo, que nem falar em] R\$ 7 bilhões, [isso] quebraria a previdência. Agora, de pronto, abrem mão de R\$ 7,2 bilhões por meio da desoneração da folha. Essa é uma conta que não tem lógica, pois ninguém abre mão de receitas de uma fonte que não tem lastro... Isso está parecendo ‘Terra de Marlboro’[ou seja, vale a lei do mais forte]. [Olha, esta é boa, esta eu tenho que falar com destaque]. Essa história de dizer que a União vai cobrir um ‘eventual déficit’[e mais para baixo já diz que vai haver déficit, tanto que eles dizem: nós não íamos fazer desoneração se não fosse para beneficiar a parte que paga. Isso não teria lógica.]

Então, a União vai cobrir o déficit, e eu diria que esse é um filme a que eu já assisti, a que todos nós já assistimos.

Eu poderia lembrar aqui as obras da Transamazônica, de Brasília, de Volta Redonda, de Rio-Niterói e muitas outras obras – não vou repetir – que foram construídas com dinheiro da previdência. E todos diziam: “Não se preocupem, porque, agora, estamos só arrecadando. Somente daqui a trinta anos, as pessoas vão se aposentar, e lá a gente devolve esse dinheiro”. Não foi devolvido um centavo! Provem-me que foi devolvida parte do dinheiro usado nas grandes obras, nas obras faraônicas deste País!

O meu receio é o de que não é questão de ser este ou aquele governo. E todos vocês sabem que sou da base desse governo. Vocês sabem disso! Mas os governos mudam! Quem me garante – dou-me o direito de dizer isto – que, mesmo nesse governo ou em outros governos que virão no futuro, porque assim é a democracia, vão lembrar que, em 2012, houve um acordo para que se retirasse retirado dinheiro da previdência para responder à crise da Europa e da América do Norte? Lula dizia que tudo era uma marolinha, e a crise nunca chegou mesmo aqui. A crise não chega aqui, e vamos abrindo mão de receita, e quem está pagando a conta é o trabalhador, é o aposentado. Isso me preocupa.

Ontem, da tribuna, falei, nos mesmos moldes em que disse isto aqui, que não sou contra incentivos para a nossa indústria, seja na área do comércio, seja na área de ponta, em todas as áreas. Mas quero só saber como fica a nossa previdência pública. Alguém tem de me responder isso. Se retirarem, como é o caminho natural... Já me disseram hoje que outros três setores já estão fazendo a opção e pressionando para que seja 0,8%, não 1%. Vamos chegar a 0%, como ocorre em muitos setores. Daqui a pouco, vai haver ação até no Supremo. Alguém vai perguntar: “Por que pago 1% ou 1,5%, enquanto outros pagam 0%?”. Aí quero saber como fica a situação da nossa previdência pública.

Feito esse rápido comentário – eu tinha de fazê-lo e confesso a vocês que o fiz da tribuna ontem, à noite, na hora em que consegui falar –, vamos, agora, debater a questão da terceirização. Já listei o nome de todos os convidados. Aqui, há um material amplo sobre o tema, mas deixo para aprofundarmos essa questão ao longo do debate.

A maioria dos convidados se faz presente aqui, porque é um tema que também preocupa todos. Queremos apontar caminhos e soluções, e esse é o objetivo desta audiência pública.

Convidado, de imediato, a compor a Mesa o Sr. Renato Henry Sant’anna, que está presente aqui e que é

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas*)

Agradeço-lhe, Sr. Renato Henry, a presença aqui. Sabemos do trabalho da Anamatra, que respeitamos muito.

Convidamos também a compor a Mesa o Sr. Miguel Pereira, que falará aqui pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em nome do Presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos. (*Palmas*.)

Convidamos também a se dirigir à Mesa o Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Também seja bem-vindo! (*Palmas*.)

Convido a compor a Mesa o Deputado Federal Laercio Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em substituição ao Presidente Antônio José Domingues de Oliveira Santos, que já esteve aqui nessa semana e que nos dizia que faria questão de aqui estar para participar deste debate. (*Palmas*.)

É bom vê-lo aqui, Laercio!

Essa é a primeira Mesa.

A segunda Mesa – cada um falará por dez minutos, com prorrogação de mais cinco minutos – será composta por Antonio Augusto de Queiroz, assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes; Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança; e Vera Lêda Ferreira de Moraes, que representa a Nova Central do Distrito Federal.

A terceira Mesa será composta por Celita Oliveira Sousa, da Federação Nacional das Empresas de Segurança (Fenavist); Luiz Carlos Prates, membro da CSP-Conlutas; José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; e Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Muito bem. O Deputado Federal Laercio Oliveira disse que poderá iniciar. Sendo assim, ele já está escalado aqui.

Então, com a palavra, o Deputado Laércio Oliveira por dez minutos e, se necessário, serão concedidos mais cinco minutos.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Bom dia a todos.

Mais uma vez, Senador Paulo Paim, meus cumprimentos pela iniciativa. Eu comungo da preocupação de V. Ex^a quanto a esses incentivos que o Governo lança. Nós não somos contra isso, mas eu defendo aquilo de que nós tratamos aqui na segunda-feira: eu defendo que o Governo precisa acabar com essa col-

cha de retalhos e assumir a necessidade que o Brasil tem de uma reforma tributária urgente. Do jeito que a coisa anda, Senador – para deixar V. Ex^a mais preocupado ainda –, parece que a desoneração vai chegar para todos os setores e, aí, surge aquela continha que a gente não consegue fazer: como é que fica a Previdência Social?

Portanto, a desoneração – só para que as pessoas aqui presentes entendam – tira exatamente um compromisso do empresário, do empregador, que assume a aposentadoria futura; ele tira isso e passa esse recurso, através do aumento de uma alíquota, para o gasto, para a receita do Governo. Ou seja, é um cheque em branco para que o Governo gaste o dinheiro que está na Previdência, que é destinado à aposentadoria de trabalhadores e trabalhadoras.

Então, quero dizer que comungo dessa preocupação do Senador Paulo Paim e que me somo à sua luta. Ontem estive no Palácio do Planalto e, realmente, pude ver que a coisa se acelera com muita intensidade.

Mas quero cumprimentar todos os membros da Mesa, meus amigos de outros encontros, de outros momentos, as pessoas que participam conosco deste debate. Quero também pedir desculpas publicamente a V. Ex^a, Senador, e explicar que pedi para ser mudado e começar a falar logo porque, com a sua permissão, eu preciso sair para assumir a presidência da Cetasp daqui a pouco. Quero cumprimentar também – e acredito que o faço em nome de todos os que nos ouvem e nos assistem aqui – a Dra^a Celita, minha querida amiga aqui presente conosco, que é autora de vários livros sobre o tema.

Senador, amigos presentes aqui, ouvintes e telespectadores da TV Senado, eu tenho muita alegria de informá-los neste momento que a terceirização, a solução da terceirização no País, avança muito bem. Foi constituída no ano passado – eu dela fiz parte na condição de Vice-Presidente – uma comissão especial que discutiu e aprontou um relatório que a gente deseja que seja um substitutivo a todos esses projetos que tramitam aqui na Casa. Em razão de vir defendendo o lado empresarial ao longo do tempo, eu tenho muita consciência do assunto e faço isso com muita tranquilidade, porque, antes de exercer atividade política como Deputado Federal, eu presidi a Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental, que emprega dois milhões de trabalhadores no País em mais de onze mil empresas. Por quê? Porque a minha origem é a terceirização. Eu trabalho com terceirização há mais de vinte anos e tenho muito orgulho de pertencer a essa atividade.

Mas eu preciso dizer aos senhores que, antes de qualquer coisa, a terceirização sempre foi uma preo-

cupação minha, porque faltava nesse escopo toda a segurança jurídica. E como falta segurança jurídica para as partes, sempre a balança pende contra o lado mais frágil e, infelizmente, pelo cenário todo que se desenha no País, por não ter nenhuma consistência jurídica, os problemas surgem e acontecem a cada dia, a imprensa os relata, mas aquilo tem um fundo muito maior do que aquilo que está posto como espelho ali.

Vou pautar aqui uma sequência para que os senhores entendam. Quando eu cheguei a esta Casa, eu busquei junto aos meus pares – e não só junto aos meus pares da classe empresarial, não –, abrir um diálogo. Eu busquei, exatamente, abrir um diálogo com as centrais sindicais, com os trabalhadores, chamando a atenção deles para o fato de que era preciso, era necessário, com urgência, construir uma solução que trouxesse segurança jurídica às relações, porque o lado mais fraco, o lado que sempre estava perdendo era o lado dos trabalhadores, porque, como em todos os setores, também no setor de terceirização de serviços existem empresas de más práticas, cujos reflexos acabam caindo exatamente no trabalhador. Então, dentro desse conceito e dentro desse sentimento, eu busquei construir, dentro da Casa, um caminho que acelerasse o processo para que o Brasil tivesse, definitivamente, uma lei.

O que é que eu entendo quanto à terceirização? Eu acho que a terceirização hoje, no País e no mundo todo, é conhecida, é uma atividade plena, não existe mais a terceirização de determinados setores. Eu defendo a terceirização plena.

Há a questão da solidariedade e da subsidiariedade, que era outro problema de que a gente tratava aqui com muita força.

A solidariedade existe para quem faz contratação errada, para quem é negligente na contratação. As empresas de terceirização do País, as empresas de prestação de serviço não querem ser muletas de empresa nenhuma, não; as empresas sérias não precisam disso não, porque são empresas idôneas, responsáveis, competentes e capazes de exercer qualquer tipo de atividade dentro do leque de prestação de serviços. Portanto, acho que o problema principal, o que a gente precisa discutir, aproveitando este momento, esta iniciativa do Senador Paim, é exatamente a segurança jurídica; em que ponto nós estamos e de que maneira nós podemos avançar daqui para frente.

O que foi construído até agora e o que está posto pode não ser o ideal, mas já é um avanço muito grande, porque traz garantias para as boas empresas. Como vocês sabem, constituir uma empresa neste País, principalmente uma empresa de prestação de serviços, é a coisa mais fácil do mundo. E quantas

pessoas constituíram empresas e foram para o Poder Público participar de licitações com outras intenções? Portanto, o relatório que está pronto pauta alguma coisa como, por exemplo, exigência de capital. Esse é um assunto importante.

Argumentos que sempre foram usados, amigos e amigas, argumentos periféricos que serviram de discurso para muita gente, hoje não são mais necessários, a gente não está mais nesse nível, não se discute mais precarização de serviços, subemprego, desqualificação de pessoal, como foi pregado e ainda é pregado por tanta gente. Não existe isso não. O que a gente busca, na verdade, é excelência na prestação de serviços. Ninguém estabelece uma empresa com seriedade, com capacidade, com vontade de querer fazer uma boa prestação de serviços para se proteger no manto dessas práticas que não são construtivas para o País nem para ninguém. Fugiu disso. Hoje, as relações entre capital e trabalho estão muito bem estabelecidas, os sindicatos patronais evoluíram e, juntamente com eles, os sindicatos dos trabalhadores evoluíram bastante. Então, existe uma relação muito plena, existe um diálogo aberto, não existem mais trincheiras, não existem mais barreiras, não existe nada.

Historicamente, como tudo aconteceu? Quanto à terceirização no País, pode-se fazer referência, num determinado momento – todos os que aqui estão e vão discutir o tema conhecem isto –, a dois aspectos, aspectos que considero extremamente graves. Primeiro: a terceirização começou a ser feita neste País contratando gente, mas a terceirização, em sua essência, não contrata gente, contrata serviços. Todos os senhores sabem disso. Se não contratasse gente e contratasse serviços, muito do que aconteceu no País nos últimos anos e todos esses problemas que surgiram não teriam acontecido. Quando se começou a contratar gente, começou a existir muita facilidade para se prestar o serviço. Então, qualquer pessoa – e eu tenho dezenas e dezenas de exemplos disto – montava uma empresa, botava uma pastinha debaixo do braço e ia ganhar serviço por aí. A história registra que muitos dos problemas que tivemos surgiram exatamente a partir disso.

O outro problema que eu queria pontuar aqui: o Governo, por meio da contratação pública, é o grande culpado pelos grandes problemas que afetaram a imagem da terceirização no País. Por quê? Nós temos uma lei de licitações no País que pode não ser a mais perfeita, mas não é ruim. O que acontece – esse é o primeiro ponto – é que existem comissões de licitação desqualificadas. O segundo ponto é que, quando o Governo contrata, o Governo pensa só no famigerado “menor preço”. Isso destrói as relações, porque as

empresas acabam se envolvendo nessa prática e, aí, o menor preço nem sempre, ou quase nunca, é o melhor preço. O que acontece no transcorrer da execução dos contratos, principalmente quando as previsões precisam ser cumpridas? A empresa não tem como cumpri-las e, aí, fecha as portas, anotece e não amanhece. Sobra para quem? Para o trabalhador, que, infelizmente, vai para a porta do órgão e fica lá tentando encontrar alguém que queira protegê-lo – nesse sentido, os sindicatos têm tido uma atuação muito boa.

Portanto, fica evidente que a gente precisa trazer um ordenamento jurídico para isso; se vocês analisarem melhor, vocês vão perceber isso. Peguem o histórico de todos os escândalos que surgiram com a terceirização no País: 99% deles estão exatamente no setor público. Então, a doença, a ferida, a gente sabe onde está. Curá-la é um papel que eu, como Parlamentar, tenho a obrigação de cumprir. Acho que uma lei para este País traz exatamente essa solução.

Então, queria aqui fazer um apelo, lançar um clamor a todos os senhores: vamos nos debruçar sobre o relatório que está pronto, vamos tentar enriquecê-lo, porque o problema está exatamente aí.

Hoje, as empresas... E pego exatamente a base da pirâmide social: serviços de limpeza e conservação, por exemplo. Hoje, os trabalhadores desse setor são trabalhadores qualificados. Ninguém mais entra em uma empresa de prestação de serviço de limpeza sem ter uma formação, e as empresas investem milhões e milhões para qualificar essas pessoas, e são pessoas da base da pirâmide social, que não têm nenhuma oportunidade de carteira assinada se não for através dessas empresas. Você sabem que, hoje, muita gente de grau superior está fazendo concurso para funções básicas no serviço público, tal é a exigência de conhecimento para poder passar. Aonde irão essas pessoas? Então, trazendo para a formalidade, como todos estão, e dentro da terceirização de serviços, existe um detalhe que quase sempre passa despercebido: há 100% de formalidade. Problemas existem? Existem, mas existem problemas em todos os setores.

Então, o discurso da precarização, como eu já falei aqui, de que a terceirização é nociva, que enfraquece as ações de sindicatos ou seja lá o que for, e a Justiça do Trabalho alega, o Ministério Público do Trabalho reclama da terceirização... Se existem problemas, nós vamos buscar resolvê-los, mas são questões pontuais. Na sua essência, no seu bojo, se a gente tiver um projeto, uma lei, se a gente conseguir avançar nisso, nós teremos, de fato, um momento especial no País, no qual as relações estarão praticamente definidas e a segurança jurídica virá para esse setor, para que não haja perdas nem para contratantes nem para presta-

dores de serviços e, principalmente, para o trabalhador que está lá na ponta. Salvo algumas questões pontuais, não vejo mácula de forma alguma nessa prática.

Senador, eram essas as minhas considerações.

Quero agradecer em nome da Confederação Nacional do Comércio, mas, acima de tudo, como seu colega aqui na Casa. Eu me somo a esta luta também, a mais essa bandeira que o senhor defende há tantos anos e com muita competência.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Laercio Oliveira, Deputado Federal, que falou pela CNC, demonstrando seu ponto de vista e também suas preocupações, que motivam, inclusive, esta audiência pública e que são comuns também nesta Casa.

Quem é do setor sabe de empresas que acabam terceirizadas e que não pagam. O trabalhador perde a licitação ou o contrato – eu não sou especialista na área – e somem. Os trabalhadores me procuram, vêm aqui para a Comissão de Direitos Humanos, ou vão para a Subcomissão de Trabalho e Previdência: “E aí, Senador, o que a gente faz agora?”

Então, se até dentro do Parlamento nós temos problemas, isso é sinal de que nós temos que aprofundar os debates e ver qual é a saída no campo legal, para que os trabalhadores não fiquem desamparados, nós aqui que nos damos o direito de dizer o que pensamos.

Eu aqui falava – e V. Ex^a concordou – da minha preocupação com a Previdência, independentemente de ser ou não da base do Governo. Na mesma ótica, pensando nos trabalhadores e nas empresas, naturalmente tenham claro vocês que eu tenho isto com muita clareza também: eu quero empresas boas que paguem salário decente para seus trabalhadores e que tenham seu lucro. Isso faz parte, e é legítimo. Ninguém aqui é contra que o empresário que investe tenha seu lucro e que o trabalhador também tenha direito a um salário decente e a um trabalho decente.

Então, passamos a palavra, seguindo a ordem inversa, ao Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Dr. Sebastião Vieira Caixeta, que terá a palavra por 10 minutos com mais cinco.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade, em nome dos membros do Ministério Público do Trabalho, de fazer uma manifestação aqui a respeito desse tema importante. Quero também cumprimentar os companheiros da Mesa, Deputado Laercio, e os componentes desta audiência pública.

Quero dizer que o tema da terceirização tem preocupado a nós todos, membros do Ministério Público

– certamente, depois, o Dr. Renato também fará aqui sua manifestação.

Há, como já relatado, alguns projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados. Esse substitutivo, já referido, é fruto de uma comissão especial formada na Câmara dos Deputados. Esse próprio substitutivo também é para nós motivo de muita preocupação.

A terceirização no Brasil, infelizmente, é conhecida – os exemplos são muitos – por uma circunstância inegável de precarização. O universo hoje, segundo fontes do ano passado, é de quase 11 milhões de trabalhadores que estão submetidos a esse regime de prestação de serviços. Esse é, na verdade, um regime que tem, como foi dito aqui – ou deveria ser assim –, uma intermediação de empresas, um contrato civil que é feito entre empresas e que leva à dissociação da relação econômica da relação trabalhista, ou seja, uma situação de triangulação entre duas empresas, e uma delas, a prestadora de serviço, contratando o trabalhador que vai, ao final, fazer sua prestação de serviço em benefício daquela tomadora.

Isso leva a uma série de consequências que vão desde a necessidade de preservação de direitos à necessidade de definição de responsabilidades, buscando-se, claro – é o que sempre se diz –, que o intuito dessa terceirização seja sempre, a nosso ver, a transferência apenas de atividades acessórias. Deve-se buscar uma especialização, e aí com o consequente aumento de produtividade e redução de custo; e até mesmo, por que não, o aumento do lucro das empresas. Esse escopo a que sempre se refere e as consequências nesse tipo de terceirização levam a outras consequências que, infelizmente, são verificadas no dia a dia. São os efeitos danosos da própria terceirização.

Um dos principais efeitos danosos é o foco muito intensificado na redução dos custos com a mão de obra, o que leva – e aí eu vou procurar mostrar alguns estudos e dados – à redução de direitos, à jornada exaustiva, ao descuido com o meio ambiente do trabalho, à dispersão, à falta de representatividade sindical e à precarização.

Recentes estudos divulgados pelo Dieese, na linha de outros mais antigos, dão conta de que, efetivamente, os terceirizados têm menos direitos, trabalham mais e ganham menos. Em recente audiência pública, realizada no TST, o próprio Presidente da CUT teve oportunidade de fazer a apresentação desses dados, que são corroborados por inúmeros outros estudos.

O que é interessante destacar é que esse estudo do Dieese leva a uma constatação interessante: embora os terceirizados tenham menos direitos e ganhem

menos – em média quase 30% menos –, eles têm, em geral, a mesma qualificação e formação profissional.

A situação dessa precarização se dá em todas as faixas salariais e leva a conflitos que são noticiados a todo momento. Nós temos, inclusive no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, vários conflitos, e muitos deles têm sua raiz nos problemas de terceirização e de precarização das relações de trabalho, em decorrência desses defeitos já apontados em estudos, como, por exemplo, a diminuição desses direitos.

Hoje mesmo, a imprensa está noticiando um conflito nas obras de Jirau e Santo Antônio. Houve uma greve que durou 26 dias. Muitos daqueles conflitos decorrem certamente de problemas também relativos à terceirização.

Essa redução de direitos vai afetar não só os direitos econômicos, mas os demais direitos, porque não há reconhecimento aos terceirizados dos direitos negociados com a empresa tomadora. Isso fere, de maneira categórica, o princípio constitucional da isonomia. Temos situações constatadas de trabalhadores que, no mesmo ambiente, ganham menos e não têm reconhecidos os direitos econômicos. A situação de pagamento de horas extras ocorre em patamares muito menores porque a categoria principal normalmente consegue uma negociação melhor, e esses direitos não são repassados à categoria dos terceirizados.

É importante destacar também que, infelizmente, os trabalhadores terceirizados são discriminados no ambiente de trabalho. Eles não são reconhecidos e a eles se negam até mesmo a cidadania e o direito de serem chamados pelo seu próprio nome. Na verdade, é muito comum a referência de que determinado trabalho deverá ser feito por um terceirizado, esquecendo-se de que ali está uma pessoa. Isso é comum, infelizmente, em todos os setores da economia.

O meio ambiente do trabalho é outro problema sério, Senador. Apesar de o Brasil ser signatário e ter ratificada a Convenção nº 155 da OIT, que impõe a responsabilidade solidária nesse campo da segurança e saúde dos trabalhadores, o que se vê é uma absoluta desproteção dos trabalhadores terceirizados. E o que vem junto com isso é que, em cada cinco mortes de trabalhadores no Brasil, quatro são de terceirizados. Em cada dez acidentes de trabalho no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas. Isso ocorre em todos os setores, mas, em alguns, o quadro é mais dramático, como no do setor elétrico. No setor petroleiro, há estudos já antigos que demonstram o grande número e o aumento desproporcional de acidentes de trabalho entre os trabalhadores contratados diretamente e os terceirizados.

Há também, Sr. Presidente, no limite, situações tais de precarização que levam à configuração de trabalho escravo. Infelizmente – e os dados recolhidos pela fiscalização do trabalho levam a isto –, nas operações acompanhadas pelos membros do Ministério Público, juntamente com os auditores fiscais e a Polícia Federal, são constatados relatos de que, em grande parte do trabalho escravo, há terceirização. A empresa principal engendra um processo de terceirização, às vezes, para não se responsabilizar por aquela situação, e o trabalhador é quem acaba pagando pelas consequências de uma exploração no limite da escravidão.

Infelizmente, esse é um tema conhecido do setor patronal. Tenho aqui, por exemplo, a manifestação de um representante da Fiesp, dada na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em que ele declara que concorda com a necessidade de controle das empresas terceirizadas, mas disse que as contratantes não têm condições de fazer um monitoramento completo que identifique possíveis casos de trabalho escravo. Isso foi dito por um representante da Fiesp, Dr. Ronald Moris Masijah, em uma audiência pública na Câmara dos Deputados.

Relatos de trabalho escravo, como eu disse, nas obras do PAC, por exemplo, em Goiás, noticiado pela **Folha de S. Paulo**: “Noventa e oito trabalhadores em regime de escravidão foram resgatados em obras do PAC. E o pior: com financiamento do BNDES”. Terceirização com a contratação dos chamados gatos, infelizmente, é muito comum e leva a esse tipo de exploração sem limites.

Chamo a atenção para outro caso, que também foi muito noticiado: o da Zara, noticiado pela grande imprensa. O sistema ali, conforme apurado pelo Ministério Público e pela fiscalização, é de terceirização, de conhecimento dessa empresa de grande marca, que contratava pequenas empresas que, por sua vez, subcontratavam outras, e isso levava a uma impossibilidade de pagamento de valores mínimos aos trabalhadores. Para cada peça feita, por exemplo, o trabalhador recebia R\$7 e tinha, portanto, que se submeter a jornadas exaustivas de até 16 horas diárias para retirar o mínimo para a sua subsistência. Havia trabalhador que recebia também R\$2 por peça. Isso tudo dentro de um arranjo produtivo que, a nossa ver, sem dúvida nenhuma, merece melhor legislação, mas uma legislação que tem que estar atenta aos direitos dos trabalhadores; uma segurança jurídica também para os trabalhadores, e não somente para as empresas.

Há também, Sr. Presidente – e aí na linha do que o senhor disse da situação de arrecadação –, terceirização para se utilizar de evasão fiscal. Isso foi constatado por colegas membros do Ministério Pú-

blico junto com a auditoria e fiscalização da Receita Federal. Cram-se pequenas empresas para se possa pagar menos impostos.

Para terminar, Sr. Presidente, quero apenas dizer que, de fato, o Congresso Nacional deve fazer a regulamentação da terceirização no Brasil, mas deve fazê-lo necessariamente observando os parâmetros da Constituição Federal; parâmetros da Constituição Federal que imponham uma relação de trabalho protegida, sem discriminação e com responsabilidade, para preservar os fundamentos da República Federativa do Brasil, que é a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Este foi o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Sebastião Vieira Caixeta, que nos trouxe dados que, confesso, eu, pelo menos, Dr. Sebastião, não tinha ainda. E eu já fiz aqui audiências públicas sobre acidentes e doenças no trabalho. Este aqui é o mais chocante: de cada cinco mortes por acidente de trabalho, quatro são de terceirizados. E fiz audiências aqui com muita gente, e esse dado ainda não havia chegado ao meu conhecimento.

Passo a palavra, neste momento, ao Miguel Pereira, membro do grupo de trabalho sobre terceirização, da CUT Nacional, que aqui representa o Presidente da CUT, o Sr. Artur Henrique da Silva.

Por favor, Sr. Miguel Pereira.

O SR. MIGUEL PEREIRA – Bom dia a todos e a todas, Senador Paulo Paim, demais Parlamentares da Casa, meus companheiros de representação sindical que estão aqui presentes, autoridades, Presidente da Anamatra, representação do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Em primeiro lugar, Senador, eu quero agradecer o convite. Estou aqui representando o Presidente da CUT nacional, Sr. Artur Henrique. Meu ramo de atividade é o financeiro. Sou bancário. Setor conhecido nacionalmente pela pujança, pela alta lucratividade, maior lucratividade do mundo, maior juros do mundo, maior *spread* do mundo, mas que também aplica um dos maiores processos de precarização na relação de trabalho, com um grande e vasto processo de terceirização dessas atividades.

Quero ressaltar a importância desta audiência, neste momento, aqui neste espaço, por dois motivos: a gente reconhece a legitimidade, obviamente, da construção do processo legislativo da Casa, da Câmara dos Deputados e do Senado, mas, particularmente, com relação a essa temática, a especificidade deste

debate no Senado neste momento, o Senado na responsabilidade de representação do Estado.

Na verdade, o que está em debate não é uma simples regulamentação, uma simples legislação, mas, de fato, um debate de Estado, que é a estruturação da sociedade brasileira; qual é o papel que o trabalho tem e terá, no futuro, na organização da sociedade no Brasil.

Diferentemente da Câmara, o Senado tem um peso maior, uma responsabilidade maior para ter esse enfoque, porque o que está em debate é o papel que será dado ao trabalho na organização, na estrutura da sociedade brasileira no momento e no futuro.

De modo que reafirmo a fala final do representante da ANPT, Sr. Sebastião Caixeta, sobre essa preocupação, porque a Constituição Federal assegura e reconhece que a gente vive numa sociedade capitalista, mas que protege e que traz toda a defesa do papel do trabalho, o valor social do trabalho como um dos elementos fundantes e estruturantes da sociedade brasileira.

O que nós temos visto? A partir da implementação do processo de terceirização... E aí tem que haver um parêntese, porque, para as empresas se reorganizarem, promoverem suas reestruturações, sua reorganização do processo produtivo, até então isso é de competência da própria empresa. E, sem ferir a lei, da maneira que melhor aprouver à sua organização, estaria de acordo com o processo de produção, de concorrência, de aumento de produtividade. Mas o que a gente percebe neste debate é que a terceirização está sendo usada e foi usada no Brasil, como foi dito, inicialmente para substituição de mão de obra, como elemento puro e simplesmente de redução de custo, para reduzir os custos das empresas e, com isso, precarizando todas as relações de trabalho e sem praticar um processo legítimo de organização da produção, e, sim, na maioria dos casos, de intermediação ilegal de mão de obra.

A exceção que nós temos... E temos que fazer mais um parêntese, porque, quando o representante do setor da área de asseio e conservação ressalta que as empresas precisam de segurança jurídica, o seu setor é um dos poucos que têm essa segurança jurídica, porque, na legislação nacional, já existe a possibilidade de terceirização do serviço de vigilância; e na área de asseio e conservação. Então, está colocado lá que, pelo menos para esses setores, é possível se terceirizar. Portanto, a tal da segurança jurídica, para a qual não existe uma legislação que, em tese, ampare a atividade econômica, para essas duas áreas, para esses dois serviços, nós temos, sim, uma legislação que já prevê essa possibilidade. E mais grave ainda: mesmo com essa previsibilidade na lei, a precarização desses dois setores também largueia. Nós temos uma

série de contratos que não são cumpridos, direitos dos trabalhadores que não são cumpridos, empresas que não cumprem, não honram e desaparecem, na hora da execução, do cumprimento, por exemplo, da rescisão do contrato desses trabalhadores. Então, mesmo onde há alguma previsão legal, a gente não tem garantidos os direitos, a aplicabilidade da legislação trabalhista para esses trabalhadores.

Mas eu trouxe uma apresentação, por favor. Eu gostaria de apresentar alguns dados.

Pode passar, por favor.

Face da terceirização – aqui a gente está falando da Central Única dos Trabalhadores, que organiza, que praticamente tem representação de todos os setores organizados e produtivos de trabalhadores do País, a maior central sindical da América Latina e a quinta maior do mundo. Obviamente, todas essas informações são produzidas a partir dessa interação com todos os ramos –, reduz-se o emprego. São 801 mil vagas a menos em 2010. Por quê? Jornadas maiores. Os terceiros, em média, realizam 43 horas diretas de trabalho, quando o trabalhador contratado diretamente tem a jornada legal de 40 horas; remuneração menor, em cerca de 27% – isso na Rais de 2010.

Aqui, temos que fazer um parêntese para falar da precariedade das informações a respeito do tema. Porque a maioria das empresas não apresenta essas informações no balanço, não apresenta notas técnicas. Então, isso é com base no que vem de informação que a gente consegue de alguma maneira: ou dentro dos sindicatos, ou através das convenções coletivas, ou por dados estatísticos da Rais e do Caged, daqueles poucos que ainda fornecem algum tipo de informação a respeito da terceirização.

Então, esse é um terreno ainda muito pantanoso do ponto de vista do que realmente acontece segundo dados estatísticos reais, confiáveis, do que é o processo de terceirização em toda a sua extensão no Brasil. Mas, em relação ao que temos, com dados reais, a gente faz esta apresentação.

Menor remuneração, cerca de 27%; calote, setor de vigilância: em apenas quatro empresas, o calote gerado foi de R\$65 milhões – informações da própria CNTV –, em 2011; discriminação cotidiana: são vistos e tratados nas empresas como trabalhadores de segunda classe, relato dos próprios trabalhadores. E aí a importância também não só de estarmos no Senado, mas na Comissão de Direitos Humanos, porque é aviltada essa condição da dignidade da pessoa humana a todo o momento. O próprio trabalhador se sente de segunda linha, de segunda classe, e existe nitidamente a discriminação dos trabalhadores diretos da empresa. É como se fosse uma condição pejorati-

va ser terceirizado no ambiente de trabalho, condição negativa, em que eu sou contratado diretamente, e você é um terceiro. Os efeitos disso vão além dessa relação contratual de trabalho. A sociologia do trabalho e a antropologia do trabalho podem dimensionar e se expressar melhor – há estudos nesse sentido –, no sentido de que esse trabalhador se sente cidadão de segunda classe, alguém não merecedor da cidadania assegurada pela Constituição Federal.

Menor tempo de emprego: menor em 3,2 anos, porque a rotatividade, que já é uma característica do mercado de trabalho brasileiro, em que é muito grande, no setor dos terceirizados, é muito maior. Desproteção social: 46% não contribuem para a Previdência Social e estão na informalidade. Isso é estudo do próprio Dieese, divulgado nas pesquisas PED/Dieese, que é a pesquisa de emprego que o Dieese apresenta.

Há mais um problema, porque, mesmo na formalidade, é muito comum, como eu disse, a rotatividade. Aqui mesmo, tive a experiência de conversar com um companheiro que presta serviços de maneira terceirizada no Senado, nesta Comissão, e ele me disse que são sucessivos os registros em carteira: demite, admite, demite, admite. Ao longo de trinta anos, ele presta serviços nessa condição aqui, no Senado. Em cada processo entre desligar e readmitir, em média, seis meses são perdidos em cada uma dessas etapas. Enquanto se demite de uma empresa e se readmite em outra, o trabalhador perde, em média, seis meses, mesmo quando a relação é formal – seis meses entre uma admissão e uma nova contratação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para esse ponto específico, já que eu tratei tanto da Previdência na abertura. Praticamente 50% dos trabalhadores do setor não contribuem para a Previdência? São 46%?

O SR. MIGUEL PEREIRA – Não. Pesquisa do Dieese.

Acidentes, doenças e mortes. Esse é um lado ainda mais nefasto, dado o volume. Em cada dez acidentes de trabalho, oito são registrados em terceirizados e em casos em que há mortes. Quatro entre cinco mortes ocorrem em empresas prestadoras de serviço – dados do próprio Ministério do Trabalho e Emprego. No setor elétrico, a taxa de mortalidade entre os terceirizados foi de 47,5 e a taxa dos trabalhadores/as diretos foi de 14,8.

Eu tenho todos os números dos acidentes, todos relatados – vou deixá-los de posse da Comissão –, citando as empresas, os casos, que demonstram e destrinjam esses dados estatísticos.

O próximo, por favor.

Taxa de rotatividade por tipo de empresa. Um dos elementos mais danosos para o mercado de trabalho brasileiro é a rotatividade, que acaba reduzindo os custos de contratação. Se, em média, a rotatividade nos setores, quando aplicada, reduz 5% da força de trabalho, na remuneração dos setores, no meu caso, o financeiro, a rotatividade reduz em 54% – quem entra entra ganhando 54% menos que quem sai do sistema financeiro. Temos esses dados. Podemos comparar o que acontece com as terceirizadas. Enquanto que, nas empresas tipicamente contratantes, a rotatividade é da casa de 22%, nas empresas tipicamente terceirizadas, é de 44,9%. É o dobro. A rotatividade entre os terceirizados é maior ainda.

Próximo, por favor.

Condições de trabalho. Em empresas tipicamente contratantes, tínhamos o registro – esses dados são da Rais, 2010, e do Caged, agosto de 2011, bastante atualizados – do número de trabalhadores formais registrados tipicamente contratados: cerca de 31 milhões de trabalhadores; em empresas tipicamente terceirizadas: aproximadamente 11 milhões. Aí estão, obviamente, os trabalhadores nas áreas de serviço, asseio e conservação, que têm o registro e a previsão legal, os vigilantes e alguns outros em que as empresas prestam as informações dos trabalhadores terceirizados. Se imaginarmos que, nessa cadeia produtiva, hoje, tem-se a relação das subcontratações infinitas, quarteirizações, quinteirizações, essas informações, como eu dizia, são oficiais, mas, ainda assim, estão muito longe de mostrar o panorama total desse quadro da terceirização do Brasil.

Remuneração, em dezembro de 2010. Para um trabalhador tipicamente contratado, a média é de R\$1.824; para empresas terceirizadas, R\$1.329 – menos 27%.

Tempo de emprego: 5,8 meses em empresas tipicamente contratadas, diretamente contratadas, e 2,6 meses em empresas terceirizadas – são a média que um trabalhador fica nessas empresas. É uma diferença de 55%, ou seja, a rotatividade é muito mais ampliada nas empresas terceirizadas.

Jornada semanal contratada: 40 horas para os diretamente contratados e 43 horas trabalhadas para os terceirizados. Isso ainda é uma média que temos da informação oficial.

No nosso caso, como eu disse, nós destoamos, no setor financeiro, que é o mais alto: 54% a diferença de remuneração entre os diretamente contratados pelos bancos e os que prestam serviços terceirizados.

E, se um dos argumentos da terceirização é a especialização, o aumento da produtividade a partir da contratação de atividades tipicamente especializadas,

eu nunca vi nenhum processo em que se contrate um especializado para ganhar menos, ou para ficar menos tempo.

Então, essa é uma indagação – a gente faz na forma de indagação – que comprova que a terceirização de fato é empregada no Brasil para redução de custos meramente.

Próximo, por favor.

Um exemplo recente já foi citado, que é o caso da Zara, uma grande empresa, uma marca famosíssima no mundo. Todo o mundo, as mulheres particularmente têm orgulho de poder ter uma peça da marca Zara. Mas quando essa marca e essa peça chegam a uma loja famosa na Champs Elisée, por exemplo, está por trás essa cadeia produtiva. São 50 fornecedores terceirizados só no Brasil. Esses fornecedores quarteirizam a produção, utilizando trabalho precário ou escravo.

Três oficinas foram autuadas por condições análogas ao trabalho escravo. Foram encontrados alojamentos irregulares em galpão improvisado, falta de banheiros, dormitórios inadequados com botijões de gás, 52 funcionários bolivianos, em sua maior parte trabalhando até 14 horas por dia, recebendo entre R\$0,12 e R\$0,20 por peça; os trabalhadores só podiam sair com autorização da chefia; local de trabalho precário, quente, sem iluminação adequada e sem ventilação. Estou falando isso no centro de São Paulo, que é uma referência do capitalismo mundial e no Brasil. Nos mesmos locais, foi encontrada produção para outras confecções: Ecko, Gregory, Billabong, Brooksfield, Cobra d'Água, Tyrol, e todas disseram desconhecer o problema. “Não, não é problema meu. Eu contratei uma empresa especializada para fazer a minha produção. Então, eu, que vendo o produto Zara, não tenho nada a ver com isso”.

Ora, como não tem nada a ver com isso? Não é responsabilidade da empresa? Porque o lucro, no final, fica para a Zara. Ela não quer saber, socializar ou dividir. Na hora da rentabilidade, “é minha”, vendendo essas peças a esse custo, produzidas dessa maneira. É, portanto, prática do setor reduzir custos, precarizando o trabalho por meio da terceirização.

Próximo, por favor.

Outro exemplo, de Jirau.

Essa apresentação, essa lâmina, ainda é do incidente anterior, que voltou a explodir o processo em Jirau e Santo Antônio.

Financiamento do BNDES, R\$7,2 bilhões, 22 mil empregados diretos e 20 mil indiretos. Os trabalhadores sofriam violência física dos funcionários do consórcio liderado pela Camargo Corrêa, eram obrigados a comprar produtos a preços exorbitantes no canteiro da obra. Problemas encontrados: PLR implantado

pela própria empresa; não concessão das folgas a cada quatro meses de trabalho; precárias condições de trabalho e saúde, inclusive trabalhadores morrendo de malária; falta de transporte para sair do local; falta de pagamento da hora *in itinere*.

No setor da construção, em menos de dez dias, quase 80 mil operários se rebelaram contra as condições de trabalho, em sua maioria absoluta trabalhadores terceirizados.

De novo, o problema voltou porque é uma relação na subcontratação. O trabalhador fica sem saber a quem reclamar. “A quem eu recorro?”. “Eu presto serviço em Jirau, Santo Antônio. Camargo Corrêa contrata, a outra empresa subloca, que subloca, subcontrata, subcontrata”. Na ponta, o trabalhador não sabe a quem buscar. “A quem eu falo que minhas condições são precárias?” “A quem eu reclamo que não recebi tal direito?” “A quem eu busco para fazer a reivindicação de que não tem o transporte?”

O trabalhador fica completamente desorientado, perdido, nesse meio de relações de empresa, e esse é um grande problema, porque se tenta buscar no Brasil a regulamentação, a relação entre empresas prestadoras de serviços e as contratantes de serviços, e se esquecem de olhar os efeitos, as implicações das relações no mundo do trabalho.

Por favor, próximo.

Abrigam as populações mais vulneráveis do mercado de trabalho. Isso é muito cruel, porque, quando vemos as estatísticas da terceirização, são em sua grande maioria mulheres, negros, jovens, migrantes e imigrantes. Ora, se esse é um dado estatístico, não era para se aplicar e aprimorar o processo de aumento da produtividade por meio a partir da especialização? Então, porque não é porta de entrada. Justamente, são os grupos mais vulneráveis na sociedade que são escalados para trabalhar muito mais por muito menos, numa condição que avulta a própria condição humana. Esse abrigo não tem caráter social, e os trabalhadores submetem-se por não terem opção na sua grande maioria.

Não é verdade que a terceirização gera empregos. Ela gera trabalho precário, porque o que gera emprego é crescimento econômico. Não é o fenômeno da divisão do trabalho, a organização e redivisão do trabalho que gera novos postos. O que gera novos postos de trabalho é o crescimento econômico, e a gente defende que haja o desenvolvimento econômico. Que essa renda gerada pelo aumento de produtividade seja dividida e compartilhada por toda a sociedade, e não se concentre a riqueza, que é o que temos visto. E há esse dado estatístico que aponta que ela não gera mais emprego. Muito pelo contrário, mesmo com

a terceirização formal, está demonstrado que, como há uma jornada maior, em vez de gerar mais postos, ela gera menos postos. Mesmo se nós considerássemos a atual realidade da terceirização, como ela tem uma jornada que supera as 40 horas de trabalho semanais, ela não amplia, ela diminui, e aí está o dado estatístico de 801 mil empregos a menos. E esse dado é a partir de dados estatísticos da Rais e do Caged.

A terceirização está diretamente relacionada com a precarização do trabalho, destacados os setores mais precarizados no País e destacados os setores que comumente exercem atividades terceirizadas no Brasil.

Finalmente, vale destacar que as estatísticas oficiais dificultam a análise dos efeitos da terceirização. Essa realidade dificilmente é captada pelas pesquisas vigentes. No entanto, ela existe e é sentida cotidianamente pelos trabalhadores e por suas representações sindicais.

Há um dado aqui que a gente não traz nesta apresentação, Senador, mas que merece atenção: é no tocante à relação com o consumidor, que é muito importante. Por quê? Se é para aumentar a produção, a produtividade e a especialização no trabalho, por que em quase todos os serviços há uma queda real na qualidade dos serviços prestados? Por que existe uma queda real? Seja no setor elétrico, seja no setor telefônico, na própria formação e qualificação dos companheiros vigilantes, que vão falar aqui sobre a segurança na maioria dos estabelecimentos privados, prestada pelos companheiros? Como é que se dá esse processo de investimentos nessa qualificação? Nos produtos, nos próprios produtos.

Nike. Quem é que hoje compra um Nike? A Nike se descentralizou, virou uma companhia de marca, só de nome, de administração, de processos terceirizados. Mas quem é que compra hoje um Nike e acredita que aquele Nike vai durar mais de seis meses? Por quê? Porque se perde no processo a qualidade de modo geral de todos os serviços prestados à sociedade.

Em relação aos bueiros, à explosão dos bueiros no Rio de Janeiro, o que o Presidente da Companhia de Energia Elétrica, da Light, veio a público dizer: "Não, não, a manutenção é por conta das terceirizadas". Então, admite-se que bueiros explodam e que as pessoas morram?

De um modo geral, a precarização não é apenas na relação capital/trabalho. Ela se dá e é compartilhada com toda a sociedade. O lucro é produzido, fica nos cofres das empresas, e todo o tipo de prejuízo é socializado com a sociedade.

Próximo, por favor.

A gente quer fazer um debate, muito tranquilamente, do cenário atual. O mundo como um todo, a

Europa, particularmente, e os Estados Unidos, a partir de uma crise não produzida pelos trabalhadores, mas a partir da própria conformação do sistema financeiro internacional, aplicação de derivativos, exposição máxima ao risco do dinheiro, que é da sociedade, nas instituições financeiras, estão chamando agora os trabalhadores e a sociedade para pagar a conta. Todos os cortes sociais da Europa são para garantir de novo o rentismo e a financeirização da economia. Cortam-se os gastos públicos com saúde, educação, previdência e arrecadação para se garantir a mesma rentabilidade aos bancos europeus.

Então, a gente tem que fazer um debate e uma reflexão muito grande: que desenvolvimento sustentável, a quem interessa, a quem serve esse desenvolvimento sustentável? A gente defende, obviamente, a lucratividade das empresas, a geração de mais e melhores postos de trabalho, mas isso tem que ser compartilhado com a sociedade como um todo. Então, desenvolvimento sustentável só vai haver se esse desenvolvimento for compartilhado e socializado com todos os atores da sociedade, particularmente com o mundo do trabalho.

Pode passar, por favor.

Entendemos que desenvolvimento sustentável deve se pautar pela priorização da vida, pelo respeito às diferenças e identidades. A terceirização acaba com isso, como já foi dito, com o princípio da isonomia constitucional. A gente questiona onde fica o princípio da isonomia, porque, primeiro, as pessoas perdem a identidade. No trabalho terceirizado, o bancário deixa de ser bancário, o metalúrgico deixa de ser metalúrgico. Viramos todos terceirizados, prestadores de serviço, auxiliares de alguma coisa. Perde-se a identidade, aquela profissão.

Aí há outro debate: onde fica o próprio enquadramento sindical brasileiro, à medida que o enquadramento sindical brasileiro se pauta pela organização do setor econômico, quando ele se subdivide e se pulveriza em diversas outras atividades, e se o espelho é o enquadramento sindical a partir da organização das categorias? Se não há mais esse reconhecimento de categoria, o que será do mundo da representação sindical?

Há aqui que se reconhecer que nós não temos no Brasil o princípio da liberdade da autonomia sindical efetivo. O trabalhador não pode – ainda não pode – escolher qual sindicato o representa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MIGUEL PEREIRA – Para concluir, se nós tivéssemos avançado nessa discussão num processo de legítima liberdade de autonomia sindical, talvez esses problemas não tivessem acontecido, pelo

equilíbrio com a natureza, pelo Estado democrático e controle social, exercício da soberania, pela igualdade da distribuição de renda e inclusão social, articulados com a valorização do trabalho, alterando padrões de produção e consumo. Nisso, sim, nós acreditamos e defendemos como base de desenvolvimento sustentável, respeitando esses itens.

Próximo, por favor.

A conta que não fecha. Debate relacionado diretamente com a opção de desenvolvimento do Brasil. Na teoria, enfatizam-se os ganhos da especialização e da cooperação advindos da nova relação entre empresas; consultores apontam *outsourcing* como caminho para a modernidade, sublinham a vantagem de transformar gastos fixos em variáveis, nesse caso os trabalhadores. No entanto, a realidade imposta pela terceirização não é a da modernidade, mas a de um país com relações arcaicas de trabalho que fere os preceitos de igualdade.

Próximo, por favor.

Do ponto de vista econômico, as empresas procuram, em menor grau, otimizar os seus lucros pelo crescimento da produtividade, pelo desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, com desenvolvimento de tecnologias, ainda devido à especialização de serviços ou produção. Buscam, como estratégia central, otimizar seus lucros e reduzir preço, em especial através de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco investimento em melhoria das condições de trabalho, pontos escondidos pelos defensores da privatização e também pelo processo de terceirização – ali está digitado errado; em vez de “privatização”, “terceirização”.

Do ponto de vista social, podemos afirmar que a grande maioria dos direitos dos trabalhadores é desrespeitada, criando a figura de um cidadão de segunda classe, através da precarização já citada acima.

Propostas da CUT, concluindo: construir uma regulamentação que incorpore as mudanças já consolidadas no mercado de trabalho e reverta a precarização, resultante do processo de terceirização.

Considerando que a inexistência de um marco regulatório favoreceu a expansão das terceirizações de forma incontrolável e tendo como característica principal a precarização, propomos, como diretriz, que tem como único critério garantir a igualdade dos trabalhadores, o direito dos sindicatos à informação prévia, quando acontecer um processo de terceirização numa empresa ou num setor; a proibição da terceirização na atividade fim, para que não tenhamos simplesmente as empresas de marca e todo o processo terceirizado, quarteirizado, quinteirizado, como temos visto País afora; a responsabilidade solidária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas. Aqui é um absurdo

admitir-se outra condição que não a responsabilidade solidária e a discussão da subsidiária, imaginando um processo no qual está estabelecido, a partir do substitutivo da Câmara dos Deputados, que ele pode ser infinitamente repassado a terceiros.

Então, faz-se uma contratação de terceiros, que está autorizada por lei a quarteirizar, a quinteirizar, e esse trabalhador vai ter que fazer todo um calvário de buscar o primeiro reclamante, o segundo reclamante, o terceiro reclamante, o quinto reclamante até se chegar ao direito. Então, ou trabalhador já morreu, ou ele vai desistir obviamente de fazer esse procedimento. Exigir-se da obrigação, da responsabilidade subsidiária é mais um atentado contra a tentativa de esse trabalhador, que já foi aviltado, tão aviltado, ainda buscar seus direitos, a igualdade de direitos e condições de trabalho e a penalização das empresas infratoras.

Dizer que se a igualdade de direitos é uma dificuldade estabelecida no debate, na Câmara – e foi uma dificuldade –, se o processo de terceirização é um processo para alavancagem, otimização da produção, aumento da produtividade, especialização da mão de obra, por que pagar menos? Por que não se estabelecer como patamar o mesmo direito já praticado anteriormente, e não a redução desse patamar salarial, conforme temos assistido?. Um mesmo trabalhador deixa sua condição, sua característica de trabalhador formal, vamos assim dizer, vem para a terceirizada para ganhar um terço da remuneração.

Então, Senador, muito obrigado pela oportunidade de dar essas informações ao Senado. Por conta da importância deste debate nesta Casa, com o papel de Estado que tem, de valorizar o diálogo, o debate, parabenizamos a iniciativa.

Sofremos um verdadeiro trator na Comissão de Trabalho, na Câmara dos Deputados. Estavam previstos outros debates dessa natureza, audiências públicas, para chegarmos a um consenso. Foi um verdadeiro trator, e a gente reconhece na iniciativa um procedimento diferente do Senado, porque esse é um assunto não só de interesse da classe trabalhadora, de muito e relevante interesse da classe trabalhadora, mas, como afirmamos, é uma discussão de Estado, porque está em debate o futuro da classe trabalhadora e da organização da sociedade do Brasil no futuro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Miguel Pereira, que fala em nome da Central Única dos Trabalhadores.

É por isso, Miguel, que a gente tem enfatizado tanto as chamadas contrapartidas. É tomada uma série de medidas de apoio ao setor econômico, e nós temos

que olhar as contrapartidas; e as contrapartidas vão inclusive nesse setor, porque todos que eu ouvi, até o momento, falam quase que em caos. Só esse dado, que foi repetido agora, mostra que, de cada cinco mortos – foi repetido –, quatro são terceirizados em acidente de trabalho. De cada dez acidentes, oito são terceirizados. Fazem trabalho escravo, trabalham até 16 horas por dia, enfim. Nós temos que avançar neste caminho de garantir o direito de trabalho digno a todos e, naturalmente, respeitando o direito do setor empresarial.

Quero cumprimentar o Senador Lauro Antonio, que está aqui conosco. É um dos Senadores mais atuantes desta Comissão e a cuja despedida, infelizmente, assisti ontem. Talvez, em meados deste mês, não esteja mais conosco.

Mas volte para casa ciente do dever cumprido. Esperamos seu retorno a esta Casa, Senador Lauro Antonio. (*Palmas*.)

O Senador Lauro Antonio, permitam-me dizer ainda, é do setor empresarial, mas é daqueles que estabelecem um diálogo permanente conosco. Sempre na busca do melhor para todos, e não somente para um setor.

Para mim, foi uma alegria conviver com V. Ex^a. É sergipano ainda! Há o bairrismo em Sergipe, como há no Rio Grande, que é muito bairrista também.

O Senador Eduardo Suplicy é um dos Senadores também mais brilhantes da história do Parlamento brasileiro, juntamente com a Senadora Ana Rita. Ambos da maior qualidade. Ela, inclusive, é Vice-Presidente desta Comissão.

Uma salva de palmas para os dois. (*Palmas*.)

Estivemos aqui também com a Senadora Marta Suplicy, que é Vice-Presidente da Casa e que esteve aqui para fortalecer o quórum. Teve que se ausentar para cumprir outra missão, mas tem acompanhado muito esta Comissão também.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Henry Sant'Anna.

Já digo, Presidente, que confirmei que vou estar no encontro de vocês em João Pessoa, para falar das relações do mundo do trabalho e do Congresso, que é mais a minha pauta. Vai ser no fim do mês, não é?

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Vai ser agora, no dia 1º de maio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu devo falar no dia 2. Então, está confirmado que estarei lá.

Com a palavra o Presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Bom dia a todos! Em especial, quero cumprimentar o Senador

Paim; Senador Lauro, Senador Suplicy, Senadora Ana Rita e demais componentes da Mesa, para a Anamatra, Associação Nacional dos Juízes do Trabalho, é sempre não apenas uma honra, mas é um dever comparecer ao Senado e à Câmara dos Deputados sempre que chamados.

É bom que se diga que, em geral, os juízes do trabalho, também muitas vezes criticados, nós temos um papel do qual nós não nos ocultamos, que é o papel de vir a esta Casa das leis e trazer nossas posições, ajudar naquilo que for necessário. E é assim que continuaremos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São muitas as contribuições.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – E, sempre que chamados, estaremos aqui, para contribuir.

Em relação ao tema terceirização, Senador, eu vou fazer uma exposição objetiva, porque entendemos que o papel da magistratura do trabalho, numa audiência como esta, é procurar trazer fundamentos técnicos e fundamentos de experiência em relação aos temas sobre os quais nós temos contato na nossa vida profissional.

Eu sei que, muitas vezes – já disse isto numa audiência pública que o Presidente Dalazen, do Tribunal Superior do Trabalho, organizou no TST –, quando se vê um juiz do trabalho, logo já se pensa: “Bom, esse é contra a terceirização”. E, de fato, somos mesmo. Somos contra, mas não por uma questão ideológica ou uma questão partidária, ou uma questão de paixão. Nós somos contra porque o nosso instrumento de trabalho – nosso, dos juízes do trabalho, assim como o do meu companheiro procurador do trabalho – é o Direito do Trabalho. E o Direito do Trabalho é protecionista, sim. E não é por acaso que ele é protecionista. Ele é protecionista porque a origem dele é a melhoria da condição social do trabalhador. Isso acontece com outros ramos do direito com a maior tranquilidade. Por exemplo, o direito do consumidor é protecionista em relação ao consumidor, e ninguém reclama disso. Então, é nessa linha que nós estudamos o fenômeno da terceirização.

Eu sei que, hoje, existe um projeto bastante encaminhado na Câmara dos Deputados e que está sendo, vamos dizer, apresentado como um projeto que visa a proteger o trabalhador, mas, com todo o respeito, eu sei que o local para se decidir isso é o Congresso Nacional. E respeitamos esse local, mas a nossa posição, com todo o respeito, é contrária àquele projeto. Por quê? Nós poderíamos elaborar onde vemos os problemas e apresentarmos uma nota técnica, indicando quais são os problemas. Mas o objetivo não é esse. Tenho certeza de que os Parlamentares brasileiros têm uma

sensibilidade muito aguçada e percebem rapidamente onde está o xis da questão nesses projetos. E o xis da questão aqui é a precarização. Não compramos a ideia de que esse projeto vem para garantir os direitos do trabalhador. Infelizmente, não. Sabemos que a questão da terceirização é uma questão econômica e matemática. Aqui, os colegas que apresentaram dados demonstram que o trabalhador terceirizado ganha menos. E se a empresa terceirizada trabalha e também tem lucro, esse lucro tem que sair de algum lugar. E obviamente que esse lucro sai da pior condição desse trabalhador. Não há milagre para se chegar a uma conta em que não seja o trabalhador que seja prejudicado.

O próprio Deputado Laercio, que é um Deputado atuante, muito democrático, diz que na questão do serviço público existe um problema sério, que é o menor preço. O Congresso Nacional, ao alargar as hipóteses de terceirização – esse é o objetivo final desse projeto que tramita na Câmara –, vai trazer para o setor privado ainda mais esse problema do menor preço, porque, a partir do momento em que toda terceirização vai ser possível, é claro que os empresários vão procurar o menor preço; e, quando procurarem o menor preço, estaremos diante, novamente, dos problemas que o Deputado mencionou.

Como juízes do trabalho, nós somos o hospital da relação de emprego. Fazemos contato, sim, com problemas seriíssimos relacionados à terceirização. Isso é todo dia. Não é só um dia, não; não é de vez em quando. Todo dia nós nos deparamos com isso. Nosso principal problema, hoje, na Justiça do Trabalho, é a execução, é tornar efetiva a entrega da prestação judicial; é fazer chegar ao bolso, normalmente do trabalhador, o valor que é devido. E, com as empresas terceirizadas, nós sofremos muito mais, muito mais. Esse é um dado científico.

Hoje, nós temos um sistema, construído com base na lei e na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, que garante pelo menos a responsabilidade subsidiária daquele tomador de serviço, daquela empresa que contrata a empresa de terceirização. No mínimo, temos que manter essa situação. O ideal seria chegarmos à responsabilidade solidária, para que o empresário que decide terceirizar alguma atividade tenha essa responsabilidade de saber que, no final, ele vai pagar a conta.

Rapidamente, quero lembrar a nossa Constituição. Eu estava aqui, conversando com o Senador Paim, que foi Constituinte – creio que o Senador Suplicy foi Constituinte também. Na nossa Constituição, nós temos o art. 7º, que fala dos direitos dos trabalhadores. “São direitos dos trabalhadores [...] além de outros que visem à melhoria de sua condição social”.

Será que as Casas do povo brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, estão indo nessa condição que o Constituinte indicou, que é, no momento de legislar sobre Direito do Trabalho, legislar no sentido da melhoria da condição social do trabalhador?

Vejam, no Direito do Trabalho existe um direito da norma mais favorável que não é só apenas um direito de interpretação, mas também um direito que deve informar o elaborador das leis. É claro que o Direito do Trabalho tem que andar para frente. Ele não pode andar para trás. Então, será que disseminar a terceirização, se o Congresso entrar nessa linha, ele estará cumprindo a diretriz da Constituição, quando fala que a legislação deve seguir no sentido de melhorar a condição de trabalho do cidadão? Pensamos que não.

Aqui, tanto o Procurador Caixeta quanto o companheiro Miguel, da CUT, trouxeram dados estatísticos sobre acidente do trabalho. Disseram que os trabalhadores terceirizados morrem mais. Às vezes, nós nos perdemos na estatística, mas a verdade é esta: eles morrem mais do que o trabalhador que já passamos a chamar de trabalhador comum; o trabalhador comum e o terceirizado. Quer dizer que o trabalhador terceirizado é incomum. E também são gerados outros problemas, como o Caixeta falou. A pessoa não tem mais nome. Ele é o amigo terceirizado, o companheiro, o colaborador.

Nessa questão do acidente de trabalho, a nossa Constituição também diz que é direito do trabalhador (...)

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – (...) não de riscos inerentes ao trabalho. Como é que esta Casa legislativa, a Câmara ou o Senado, pode abraçar uma legislação que vai dar força para um sistema que, sabidamente, causa mais acidentes do trabalho? É essa a pergunta que eu faço. Não precisamos entrar em grandes aspectos técnicos. Cientificamente está comprovado que os trabalhadores terceirizados estão morrendo mais. A legislação que pretende, à guisa de regulamentar, vai estender a terceirização, vai estender esse sistema no qual as pessoas morrem mais? É isso o que nós queremos? Àqueles que gostam de uma abordagem econômica, também podemos fazer uma abordagem econômica: é bom para o País as pessoas morrerem? É bom para o País as pessoas terem mais acidentes do trabalho? Quem paga essa conta, Senador? O Senador começou a sua exposição hoje falando do sistema previdenciário. Quem paga essa conta dos acidentes do trabalho? Somos todos nós. Ainda que possamos passar pelo lado humano – acho que seria impossível passar pelo lado humano, mas ainda que passemos pelo lado humano – e que possamos alcançar apenas o lado econômico, chegamos

a esse lado econômico fazendo o quê? Fazendo com que todos nós tenhamos que pagar essa conta, essa conta da economia da terceirização, os 30% mencionados pelo representante da CUT. Essa conta vai acabar no bolso de todos nós, sem falar, obviamente, volto a dizer, na questão humana do acidente do trabalho. O Presidente Dalazen, do Tribunal Superior do Trabalho, está numa cruzada contra o acidente do trabalho. O acidente do trabalho é um problema seriíssimo no Brasil. De fato o é.

Eu vejo que a Constituição, em 1988, preocupou-se em proteger o trabalhador contra a automação. Em 1988, este era um problema: a automação. Mas hoje nós percebemos que o problema não foi a automação, porque a automação custa caro. Barato é substituir o empregado que ganha cem por um que ganha setenta. Então, talvez, naquela época, o Constituinte tivesse se preocupado com um dispositivo contra a terceirização. Mas, Senador, eu comprehendo; naquela época a gente pensava que em vinte, trinta anos, todos estariam substituídos por máquinas, mas não foi o que aconteceu. Percebeu-se que a máquina custa caro e que o trabalhador está barato.

Então, Senador, a posição da Anamatra – isto está na nossa nota técnica, que é pública; não vou cansá-los com aspectos técnicos da questão – é fácil de ser resumida. Nós queremos uma legislação que seja máxima na responsabilidade de todos, tomador e empresa prestadora de serviços, e mínima na autorização da terceirização. E quando falamos em mínima, significa o quê? Significa não alargar esse conceito da atividade fim e da atividade meio. Já temos hoje a possibilidade de terceirização nas atividades meio, atividades como as que o Caixeta chamou de atividades acessórias. O próprio setor de limpeza, vigilância etc. já tem uma terceirização regulamentada.

Volto a dizer: máxima responsabilidade e mínima autorização. Essa é a visão de quem estuda o Direito do Trabalho, estuda a origem e a evolução do Direito do Trabalho; e mais: tem contato com o fenômeno quando ele não dá certo e chega às portas da Justiça. E ali nós encontramos o quê? Mais problemas com as empresas terceirizadas e muitas dificuldades na execução, ou seja, no cumprimento das decisões, porque são empresas que são mais voláteis; elas desaparecem, elas são criadas para determinados fins e seis meses depois desaparecem, tanto é que a própria legislação que se propõe hoje tenta de alguma forma contornar esse problema, mas ao tentar contornar o problema apenas faz, no nosso modo de ver, reconhecer a existência do problema, que é a volatilidade dessas empresas.

Senador, são esses os esclarecimentos que eu gostaria de fazer em relação ao tema da terceirização. Quero dizer que a Anamatra permanece companheira e parceira desta Casa de leis e também da Câmara dos Deputados.

Vou fazer um teste: que cada um, na sua intimidade, com a sua consciência – eu fiz isto na audiência pública do Tribunal Superior do Trabalho –, pense em alguém que gosta, em alguém que respeita – um filho, um irmão, o pai – e pense que tipo de emprego que quer para esse filho, para esse irmão, para o seu pai, para o seu amigo. Eu tenho certeza de que não será um emprego terceirizado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna.

Permitam que eu diga que a Anamatra, de fato, tem sido parceira nossa aqui na defesa dos interesses dos trabalhadores. E quero dar um exemplo, nem sei se todo o Brasil sabe disto: se existe aviso prévio proporcional, podem agradecer à Anamatra, porque a Anamatra me apresentou um belo projeto, eu o apresentei a esta Casa, o projeto caminhava para ser aprovado, e o Supremo, então, anunciou, ou alertou: "Ou vocês decidem essa questão do aviso prévio, ou nós vamos decidir", baseado nas informações que eu tinha, no projeto da Anamatra que estava aqui tramitando, que era mais amplo, e ligeirinho o Congresso, então, acordou e desarquivou, eu diria, um projeto antigo de um gaúcho – vocês o conhecem, o Chiarelli – e o aprovou da noite para o dia. Dos males o menor: pelo menos temos um aviso prévio um pouco melhor.

Eu queria dizer que a Anamatra foi a grande mola, a grande alavanca que assegurou esse benefício, e claro que o Supremo ajudou. Eu sou daqueles que dizem o seguinte – e me permitam que nesta Mesa digamos isto: quando o Congresso se omite de tomar as suas decisões, que bom que a Justiça vem e ajuda. Se for para ajudar, não tem problema nenhum. Eu não tenho problema nenhum com isso. Ruim é eu ter que reconhecer que o Congresso se omite, que a Anamatra tem que provocar, que o Supremo tem que decidir para daí aprovar um projeto como esse, tão importante.

Quero pedir uma salva de palmas para a Anamatra, que tem sido parceira de todos nós de forma permanente. (*Palmas.*)

Eu convidaria os quatro a retornarem para a primeira fila, e, na segunda Mesa, já agradecendo a todos, naturalmente, eu chamo de pronto o Antônio Augusto de Queiroz, que é Assessor Parlamentar do Diap, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamen-

tar. Convidado também o José Boaventura dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes.

Palmas para ambos. (*Palmas.*)

O Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados e Empresas de Segurança, e a Vera Leda Ferreira de Moraes, Presidente da Nova Central do DF. (*Palmas.*)

Depois teremos uma terceira Mesa com a Celita, da Fenavist; com o Luiz Carlos, da Conlutass; José Augusto, da Força Sindical; e Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação de Agricultura.

Então, para ganharmos tempo, já que teremos duas Mesas, esta e mais outra, eu de imediato passo a palavra ao Antônio Augusto de Queiroz. Mas, como Senador tem preferência, o Toninho vai aguardar, porque a palavra será dada ao Senador Suplicy.

Senador Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu sou Relator da Reforma Administrativa, Item I, da Comissão de Constituição e Justiça, e na hora em que iniciar lá, eu tenho que ir imediatamente.

Tendo em conta as observações da primeira Mesa e dos que contribuíram, Renato Henry Sant'Anna, Miguel Pereira, Sebastião Vieira Caixeta e Laercio José de Oliveira, mas certamente dos que vão aqui falar, eu gostaria de dizer que, na questão da terceirização, mencionou-se a precariedade dos que trabalham, os acidentes que acontecem em número muito maior do que aqueles que estão em empresas não terceirizadas.

Eu gostaria até de informar que saiu no ano passado um livro chamado *The Precariat – the new dangerous class*, ou seja, aqueles que estão em situação precária, a nova classe muito perigosa, do Professor Guy Standing, que, inclusive, já esteve no Brasil há alguns anos, convidado pelo Dieese. Eu com ele participei. Nesse instante, o Professor Guy Standing se encontra na Índia, visitando vilas onde está examinando experiências pioneiras e locais de uma renda básica de cidadania. E, entre as proposições para evitar essa precariedade, eu quero estimular todas as entidades, sobretudo de trabalhadores daqui, a estudarem com atenção qual o efeito que haverá sobre o mercado de trabalho o dia em que estiver em vigência o que já é lei: a renda básica de cidadania.

Com essa finalidade, deixo aqui uma história feliz que sintetiza as vantagens da renda básica para os participantes desta Mesa e das Mesas anteriores.

Sr. Presidente, era isso, cumprimentando todos pela contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aliás, queria dizer que encaminhei o livro *The Precariat*, há um mês, à editora Elsevier, que está considerando a sua publicação em português. Mas recomendo a todos, do Professor Guy Standing.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy.

Só me permita que diga isto: se o Suplicy usar a palavra e não falar da renda básica, não é o Suplicy; agora, se eu também não falar de salário mínimo e de aposentado, também não sou o Paim. Então, estou me identificando com V. Ex^a, grande Senador Suplicy.

Minhas palmas. (*Palmas.*)

Vamos dar continuidade.

Os Senadores usarão a palavra no momento em que entenderem mais adequado. Dou total liberdade.

Então, passo a palavra, neste momento, ao Assessor Parlamentar do Diap, que já foi também Presidente do Diap, Antônio Augusto de Queiroz.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bom dia a todos!

Senador Paulo Paim, eu gostaria de, em nome do Diap, cumprimentá-lo e agradecer-lhe a oportunidade, cumprimentar meus colegas de Mesa e trazer para cá, dentro dos dez minutos que a Mesa me reservou, algumas observações a respeito do tema, que acho que já foi explanado com bastante profundidade pelos antecessores, os colegas da Mesa que nos antecederam.

Queria chamar atenção apenas para alguns aspectos, para uma reflexão a respeito da terceirização frente às fontes do Direito do Trabalho, frente à correlação de força entre atividade econômica e assalariados, aqui no Congresso, e diante também das propostas em tramitação, particularmente na Câmara dos Deputados.

O primeiro aspecto a abordar diz respeito às fontes de Direito.

No Brasil, temos três fontes de Direito: o primeiro, a lei, em sentido amplo, que inclui a Constituição, as leis complementares, ordinárias, os tratados internacionais de que o Brasil é parte, e tudo isso vem na perspectiva de fonte do Direito do Trabalho; a segunda, as negociações coletivas, que se materializam por intermédio de acordos e convenções coletivas; e a terceira, o poder normativo da Justiça do Trabalho.

Nessas três dimensões, pelos levantamentos que se têm, os trabalhadores terceirizados ficam inferiorizados em relação aos contratados diretamente pela empresa. Todos os levantamentos empíricos chegam a essa conclusão. E por que chegam a essa conclusão? Porque, naturalmente, quando se faz uma verificação, por exemplo, pela inspeção do trabalho, ela vai guiada certamente para aquelas empresas cujas

condições de trabalho estão ilegais, irregulares etc.. E vamos falar disso aqui, dessa orientação. Por isso que as pesquisas, como são direcionadas – é um problema de percepção –, também caracterizam isso. É verdade que há setores de notória especialização em que a terceirização... Há situação em que você ou está no ápice, do ponto de vista remuneratório, que é um trabalhador realmente especializado, que é buscado no mercado para dar suporte a determinada atividade especializada da empresa, ou está no chão da fábrica, que é aquele mais humilde. E é entre os mais humildes que há essa realidade que se menciona.

Presenciamos, e o Senador Paulo Paim acabou de mencionar isto, um fato que não ajuda no sentido do discurso daqueles que dizem que a terceirização é legal, é legítima, é justa e na qual não há irregularidades. E por que digo isso? Digo isso porque, no momento em que foi conveniente o Judiciário se manifestar a respeito desse assunto, o pessoal, em momento algum, pressionou o Congresso para aprovar uma legislação, até porque a correlação de forças aqui não era tão favorável a mudanças na linha da flexibilização. No momento em que o Judiciário passa a exigir do Congresso que regulamente as leis que a Constituição pede, e o Congresso não faz isso, o Judiciário passa a tomar iniciativas, e, considerando a correlação de forças aqui dentro do Parlamento, é mais interessante vir para cá. Isso aconteceu com a terceirização. O próprio TST, que tem tido uma postura conservadora em relação a esse tema, admitiu que tem que haver responsabilidade solidária.

O Supremo ia fixar um aviso prévio, provavelmente superior aos 90 dias fixados pelo Congresso. Então, houve esse deslocamento de forças, e o exemplo da Emenda nº 3, que transformava qualquer cidadão sem a menor qualificação em pessoa jurídica, na medida em que proibia que a fiscalização do trabalho pudesse se constituir em empresa que constatasse irregularidade, demonstra disso.

Os setores – e vou dizer que há setores sérios nessa área – que mais têm atuado para impedir ou precarizar as relações aqui no Congresso são os que descumprem a legislação. Por exemplo, a Anamatra tomou uma iniciativa importantíssima, que foi apresentar um projeto de lei de certidão negativa de débito trabalhista, ou seja, só contrata com a União aquele prestador de serviço que estiver em dia com as obrigações trabalhistas. Houve três recursos na Câmara dos Deputados, e a Anamatra teve que sair, Deputado a Deputado, para tirar 50% das assinaturas para que o projeto pudesse ser aprovado na Câmara e, finalmente, ir para sanção. Mesmo assim, houve emenda

e retornou para o Senado, que, finalmente, aprovou e mandou para a sanção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu participei ativamente desse debate. Foi uma loucura para aprovar.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – E o Senador Paulo Paim foi um parceiro importante nesse processo. Então, houve uma pressão grande nessa direção.

A demonstração mais cabal disso é o seguinte: imagine como se sente um prestador de serviço numa grande empresa em que há participação nos lucros. O empregado, que faz a mesma coisa que ele, recebe, a título de participação nos lucros da empresa, a qual está diretamente vinculado, algo correspondente a duas vezes o que ele ganha de salário durante o ano, e isso deve ser profundamente dolorido para aquele trabalhador.

O Presidente Lula, assim que assumiu a Presidência da República, tomou duas iniciativas em relação ao mundo do trabalho: pediu a retirada do projeto de lei que flexibilizava a CLT, que já tinha sido aprovado na Câmara e estava em debate no Senado – o Senador Paulo Paim foi um guerreiro nessa luta. Esse projeto foi retirado de tramitação porque ele flexibilizava as relações de trabalho; em certa medida sinalizava para aplicar para os demais trabalhadores aquilo que, na prática, já vinha sendo aplicado para os trabalhadores terceirizados. E um projeto que tratava da terceirização. Esse projeto da terceirização – e veja como a força em relação a esse tema é forte – não deixou de tramitar. Ele continua tramitando. A despeito de o Presidente ter pedido a retirada da mensagem, ele não foi retirado do Congresso Nacional. Ele está lá tramitando. É o Projeto nº 4.302, de 1998, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em relação a essa matéria, existem mais 28 projetos só na Câmara dos Deputados, e um dos que mais atendem aos interesses dos trabalhadores é do Deputado Vicentinho, que, na prática, não faz nada diferente do que regulamentar a Instrução Normativa do Ministério do Trabalho nº 3, de 1997, em que recomenda procedimentos em relação à fiscalização do trabalho.

Esse projeto, naturalmente, não foi incorporado na sua íntegra no substitutivo aqui mencionado e está em debate no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Há uma comissão que está tratando dessa matéria e que não tem poder deliberativo. Ela vai formular sugestões, e o Plenário, soberanamente, decidirá.

A correlação de forças é absolutamente favorável a uma mudança em bases flexíveis dessa legislação, ou seja, para atender aquilo que o setor de prestação de serviço deseja. Existem aqui levantamentos do Diap

que comprovam isso. Há pelo menos 246 Parlamentares identificados com o setor de atividade econômica na Casa. Como medidas dessa natureza contam com a simpatia, restará aos trabalhadores mobilizar adequadamente a bancada sindical, utilizar um pouco a interlocução com o Judiciário, que tem uma visão a respeito desse tema, que se aproxima muito do que pensam os trabalhadores, e utilizar de um eventual voto presidencial. O ideal é que essa matéria fosse negociada com o Poder Executivo, envolvesse todos os segmentos, para não haver o risco de não ser regulamentada; e para que, quando fosse regulamentada, não fosse vetada porque extrapolou, porque exagerou demais em determinada direção.

O ex-Ministro Delfim Netto costuma dizer o seguinte: "Quando o mercado extrapola, as urnas controlam; quando as urnas extrapolam, o mercado faz o contraponto". O problema é que o mercado está tomando conta das urnas. Esse é o perigo que se corre. Embora eu não tenha relação nenhuma com isso, é preciso haver uma reforma política que reveja essa forma de financiamento.

Para concluir, Senador, apenas lembrar e fazer um registro aqui do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos auditores fiscais do trabalho, que é quem, na prática, fiscaliza essa realidade do mundo do trabalho. Esse número de formalizações, esse número de empregos com carteira assinada, que tem sido estatística positiva no Brasil nos últimos tempos, tem sido, em grande medida, ação das entidades, formalizando empregos informais e tratando dessa perspectiva.

Essa instrução normativa orienta o auditor a verificar basicamente estes pontos: o registro do empregado, a jornada de trabalho dele; a atividade do trabalhador, para ver se não está fugindo daquela para o qual foi contratado; o contrato social da empresa, para ver se não está extrapolando; e o contrato de prestação de serviços, que também vai na mesma direção. Ou seja, a partir desses cinco itens, a inspeção do trabalho constatou, colocou isso publicamente em documento, porque, em geral, não é assegurado aos trabalhadores terceirizados os mesmos direitos assegurados aos demais trabalhadores em acordos e convenções coletivas. Isso é empírico, isso é dado, isso é levantamento.

É claro que, como eu mencionei aqui, em geral vai direcionado, mas me parece que isso é regra. É o que diz estudo do Ministério do Trabalho, elaborado em parceria com o Dieese, nessa direção.

O segundo é que a remuneração dessa categoria de trabalhadores é, invariavelmente, naquela base, porque lá em cima são PJs. O sujeito que tem a sua empresa de autoespecialização naturalmente vai ganhar mais do que até executivo de multinacional, mas,

no caso desse trabalhador que dá expediente na fábrica, que está subordinado diretamente, ele recebe uma remuneração inferior ao piso da categoria.

Não há concessão de benefícios como convênio médico e alimentação; ou não há, ou, quando há, não há igualdade de condições com os demais trabalhadores. Há deterioração nas condições de trabalho. As jornadas são maiores, e a saúde e a segurança não têm o mesmo nível de proteção, embora, também nas duas atividades, o Brasil esteja longe de chegar a um sistema ideal. O volume de acidentes é uma coisa absurda.

A rotatividade de mão de obra nesse setor é muito mais intensa, como bem demonstrou o representante da CUT, e há um outro problema, que é a integração entre os trabalhadores. Há um enfraquecimento na representação sindical. Esse livro demonstra que, das catorze vantagens identificadas pelos empresários em relação à terceirização, cinco delas dizem respeito à desmobilização sindical e à redução de direitos e encargos. Então, há enfraquecimento da representação sindical, precarização das condições de saúde e segurança, discriminação em relação a esses trabalhadores, que são vistos como de segunda categoria, e também enfraquecimento da solidariedade entre os trabalhadores de modo geral.

Constata-se também – e isto é uma lástima – que o assédio moral e o assédio sexual nesse segmento são muito superiores aos dos trabalhadores que fazem parte da empresa original.

Então, essa é uma realidade que, volto a reiterar, existe especialmente naqueles prestadores inescrupulosos. Uma legislação regulamentando essa matéria, disciplinando e garantindo o direito a esses trabalhadores, na minha avaliação, favorece as empresas sérias desse setor, em vez de prejudicá-las, exatamente porque evita que esses exemplos negativos se sobreponham à prática correta dessa atividade.

Com essas palavras, eu gostaria de encerrar a minha breve participação, mais uma vez cumprimentando os colegas que me antecederam e parabenizando o Senador Paim pela iniciativa.

Coloco-me à disposição para o que for necessário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Toninho, do Diap, como é conhecido.

Eu me lembro, Toninho, que foi devido à flexibilização do direito dos trabalhadores que virei Senador, porque quiseram aprovar na Câmara, e quebraram o pau. Foi no tapa mesmo. Estou relatando fatos reais. E eu disse: "Tudo bem, agora, vou ser candidato ao Senado e vou buscar esse projeto lá no Senado". Daí, vim para o Senado. Felizmente me elegi. Eu me lembro que o Ministro do Trabalho era o Jaques Wagner.

Com o Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, e com o Presidente Lula, conseguimos, então, enterrar aqui no Senado o projeto, que flexibilizava totalmente os direitos dos trabalhadores. Mas foi uma batalha.

Estou vendo aqui o pessoal da TV Senado, e grande parte do pessoal que trabalha aqui no setor de imprensa da TV Senado é terceirizada. Em seguida, esses profissionais me procuram. Estão falando aqui: "Paim, ajude-nos porque a coisa está braba. Não estão pagando, em resumo, os nossos direitos". E lá vou eu ter que negociar. Daí, a Secretaria-Geral da Casa tem que trancar pagamentos que teria que fazer para a empresa terceirizada, para que eles paguem os direitos dos funcionários do Senado.

Por isso é que, de fato, a situação é muito, muito delicada, e nós temos que avançar no debate. Por isso que ele sorriu aí, ficou meu amigo, porque não é a primeira vez que eu acabo intervindo.

Passamos a palavra ao Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura Santos, com quem estamos também discutindo muito sobre alguns temas. Eu me lembro de tantos, como o adicional de periculosidade dos vigilantes, que eu aprovei, a Vanessa aprovou, e a coisa continua trancada. Está lá na Câmara.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Bom dia a todos e a todas! Eu queria saudar o Senador Paulo Paim, em nome do qual saúdo os demais companheiros e a companheira da Mesa, bem como todos os companheiros trabalhadores, senhores e senhoras presentes.

Inicialmente, Senador, nós queríamos fugir um pouco de todas as afirmações e das informações trazidas aqui pelos companheiros desta Mesa – o Toninho, o companheiro Miguel, os senhores representantes da Anamatra, o Procurador do Trabalho – e dizer que, como trabalhadores e operadores diretos, terceirizados, queremos trazer algumas preocupações bem práticas e algumas indagações.

Inicialmente, quero dizer que somos da Confederação Nacional, que representa dois milhões de vigilantes legalizados no Brasil; desses, aproximadamente 800 mil trabalham nas empresas prestadoras de serviço. E queremos deixar claro que os vigilantes são a favor do emprego direto. Eles não morrem de amores pela terceirização. Agora, na condição de terceirizados, nós queremos, acima de tudo, questionar, trazer algumas indagações, trazer algumas informações e questionar algumas coisas.

Primeiro, nesse debate em torno do projeto do Deputado Sandro Mabel, que hoje conta com o substitutivo do Deputado Roberto Santiago, aqui o Deputado Laercio falou de um tema, de um aspecto desse projeto que a gente, como trabalhador, costuma per-

guntar. A questão da especialização. Um dos eixos da terceirização, das justificativas da terceirização, é a especialização. E nós somos de um segmento, o segmento de segurança privada, que tem controle da Polícia Federal; os vigilantes não podem trabalhar se não estiverem profissionalizados, com curso de formação, registro profissional, uma vida ética, íntegra. Não pode haver um registro criminal, Senador, porque, se não, perde-se o emprego. E nós achamos que isto é correto, não dever nada. Não se concilia vigilante com bandido, não há como. Mas em que grau as empresas e quem compra serviço tem especialização, se, no processo de licitação pública, se, no processo de contratação de uma empresa por um ente privado, apenas se compra o homem, apenas se compra a mão de obra, apenas se compra gente?

Não preciso ir longe. Aqui, no Senado, no edital do Senado ou de qualquer outro lugar, verifique-se se está comprando, em um serviço de segurança, algum plano, algum projeto junto com a mão de obra. Contrata-se por posto de trabalho e, consequentemente, contrata-se por pessoa. Essas pessoas, sim; os trabalhadores são especializados, os trabalhadores são profissionalizados. Mas essas empresas que são contratadas normalmente deixam os trabalhadores numa situação em que não há nenhum apoio operacional, em que não há nenhum apoio psicológico, não há nenhum apoio técnico, e aí acontecem as tragédias.

No ano passado, aconteceu uma tragédia no Bradesco de São Bernardo do Campo; em outro ano, aconteceu outra tragédia em que um vigilante matou um aposentado no Bradesco de São Paulo. Nesse momento, setores da mídia dizem: "Aquele trabalhador é desqualificado; os trabalhadores são despreparados". E, quando vamos verificar, vemos que o trabalhador, no caso do aposentado, tinha onze anos de trabalho, mas, dois meses antes, ele procurou a empresa para dizer que precisava sair daquele banco porque era muito estressante. Ele não estava tendo condições psicológicas, e a empresa ofereceu a ele duas opções: pedir demissão ou voltar para aquele local de trabalho. Ele voltou para o local de trabalho e, por uma simples discussão com um aposentado, ele o matou.

Hoje, nos nossos Estados, posso dizer que em qualquer situação, por exemplo, numa empresa na Bahia que tem cinco mil trabalhadores, se o trabalhador, na capital ou em qualquer cidade do interior, precisar de um apoio operacional, se estiver precisando de ajuda, de retaguarda, o telefone da empresa não atende. Qual é a capacitação técnica disso?

Quando fomos falar para as empresas que esse trabalhador precisava de um apoio psicológico, um dirigente do sindicato patronal me disse que esse

trabalhador fazia um psicotécnico a cada dois anos. Portanto, a cada dois anos ele estava garantido. Ele não precisava de apoio psicológico nenhum. Portanto, no momento em que ele estivesse estressado, obviamente, dar um tiro numa pessoa faria parte do dia a dia dele, foi o que ele quis dizer.

Nessa condição, a gente se pergunta até que ponto esses projetos que hoje tramitam na Câmara, no Congresso Nacional, tratam exatamente do que é especialização, porque para o trabalhador tem que haver especialização, mas para a empresa, para quem contrata, essa resposta não está dada. Não se está contratando na maioria das vezes, e olha que estamos falando de segurança, sem contar os outros setores, como limpeza etc..

Hoje, Senador Paim, pela legislação, o único ente que precisa de um plano de segurança ao fazer a contratação são os bancos. Os demais, a escola, o hospital etc. contratam sem a necessidade de um plano, de um projeto que trate da especialização ou da condição daquele local.

Mas também nós nos deparamos com situações que confirmam as afirmações que aqui foram feitas da precariedade e, às vezes, da própria condição escrava. A Polícia Federal, em alguns processos de fiscalização e punição de empresa de segurança, já comprovou que havia trabalhador vigilante em condição parecida com a de escravo. Nós nos deparamos também, no processo do dia a dia, com discriminação. E essa discriminação é oficial. Lá no meu Estado, um hospital público escreveu uma ordem que proibia um trabalhador terceirizado de usar o refeitório. A partir dessa data – abril de 2010, precisamente –, o vigilante ficava num quartinho, o maqueiro do hospital num outro quarto, a moça da limpeza num outro cubículo. Ou seja, assim que se estabelecia a regra da utilização do refeitório do hospital. Mais ainda, Senador: há dois dias, eu estava conversando com um dirigente da Caixa Econômica Federal, na Bahia, que utiliza vigilantes de uma determinada empresa. Esses vigilantes não têm, nos condomínios que estão sendo construídos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, abrigo, não têm instalação sanitária, não têm iluminação. Estou falando da Caixa Econômica Federal. São situações documentadas e fotografadas que temos. Não estou falando de qualquer coisa nos rincões do Brasil. Estou falando de Salvador; estou falando de um ente chamado Caixa Econômica Federal. E mais sério ainda – não vou citar o banco (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E qual é a resposta que eles dão, quando vocês questionam?

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – A empresa diz que a responsabilidade é da Caixa Econômica; e a Caixa diz que não sabia do problema, apesar de notificada há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, resolveu?

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Não, não resolveu ainda, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não resolveu?

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Não resolveu ainda, não.

Foram dois dias dessa conversa lá na Caixa.

Mas temos situações também, Senador, de uma gravidade tamanha que a gente se pergunta até que ponto as pessoas enxergam a responsabilidade com a vida das pessoas. Não vou citar a rede bancária porque sei que isso põe em risco a vida dos vigilantes, mas, hoje, a empresa de vigilância é contratada para tomar conta, para guardar a chave das agências e para fazer a abertura e o fechamento das agências. Simplesmente a empresa transfere essa responsabilidade para o vigilante, que leva a chave para casa e abre e fecha a agência a cada dia, ou seja, tirou a responsabilidade – com o que concordamos – dos companheiros bancários, que estavam sendo vítimas disso. Tirou a responsabilidade dos bancários e jogou para a empresa, que, sem qualquer critério, transfere a responsabilidade para a família do vigilante. Então, hoje, esses trabalhadores estão sujeitos a ter suas famílias sequestradas, a passar por todos os traumas de um sequestro porque a empresa está ganhando para guardar a chave. Está sendo remunerada para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ainda bem que você não disse qual é o banco, se não os ladrões que nos estão assistindo já saberiam que é só prender o vigilante, porque o vigilante está com a chave do banco. Como você não disse o nome do banco... Porque não são todos.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – E não são bancos pequenos. Aliás, há bancos privados, públicos etc., ou seja, há uma situação muito grave neste País.

A resposta também que nós temos, Senador, é muitas vezes mentirosa, porque diz que a empresa cumpre com sua responsabilidade.

Quero me encaminhar para a conclusão, traizando, Senador, um problema que tem sido muito caro para os trabalhadores hoje, que é a utilização da Lei nº 11.101, de 2005, que trata do processo de recuperação judicial. Algumas empresas estão saindo de um modelo tradicional, que era simplesmente sumir,

desaparecer, não pagar ninguém, dar calote em todo mundo, para usar um mecanismo moderno, que é utilizar-se da Lei de Recuperação Judicial, também não pagar ninguém, mas dizer ao trabalhador que ele deve esperar que a Justiça resolva isso. Só que a Lei de Recuperação Judicial, na recuperação judicial de um outro segmento, de indústria etc., a gente identifica que há patrimônio. No caso das empresas de prestação de serviço, principalmente de segurança, não há patrimônio, e o trabalhador fica, efetivamente, de forma oficial, esperando pelo dia do calote, esperando pela oficialização do calote.

Há um caso mais recente, do Grupo Coral, em Goiás, que, obviamente, tinha filiais em Brasília, em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso, em Minas, no Rio, que agora, no final de dezembro, entrou com um processo de recuperação judicial. Simplesmente, até os dias de trabalho, até o salário de dezembro não pagou ao trabalhador. O 13º também não pagou, mas o mais interessante é este registro: “O Grupo Coral entrou com um pedido de recuperação judicial após fechar o primeiro semestre de 2011 com o maior faturamento para a sua história. A empresa obteve, de janeiro a junho de 2011, um faturamento de 92 milhões. O número apresentou um crescimento de 16% em relação ao mesmo período de 2010, quando faturou 79 milhões”. Ou seja, a empresa anuncia um crescimento no primeiro semestre e, quando chega no final do segundo semestre, em 6 de dezembro, a empresa entra com um pedido de recuperação judicial, prejudicando 7 mil trabalhadores. Alguns, com vinte anos de emprego, prestavam serviço inclusive a órgãos públicos e privados, estavam sem receber um centavo. Havia uma dívida declarada para os trabalhadores ou pelo menos estimada em cerca de 80 milhões; dívidas também com prefeituras, dívidas com bancos, dívidas com todo mundo. Aí a gente pergunta a essa empresa o que fez com o dinheiro que recebeu mensalmente no faturamento, e ela não sabe. Onde está o dinheiro do 13º, da rescisão, do FGTS dos trabalhadores, ela também não sabe responder, não tem patrimônio. Nos últimos dois anos, tudo de que a gente tem conhecimento é que o patrimônio foi todo preparado, para chegar neste momento e dizer que não havia como pagar aos trabalhadores!

No final de 2010, também no Estado de Pernambuco, nós tivemos outro caso de recuperação judicial – o representante do Presidente do Sindicato está aqui – de uma empresa chamada Sena, que tinha filiais em todo o Nordeste, mais no Pará, que também entrou com processo de recuperação judicial e deixou de pagar cerca de 7 mil trabalhadores. Do mesmo modo, uma dívida declarada pela empresa de cerca

de 42 milhões e um crédito, não em patrimônio, mas, segundo eles, em mão de tomadores de serviços de somente 17 milhões, ou seja, uma dívida de 42 milhões e um crédito de 17 milhões, sendo que a maior parte dessa dívida era com os trabalhadores. Esses trabalhadores estão obviamente sem receber seus direitos até este momento.

Portanto, nós gostaríamos de trazer essas preocupações para esta Comissão. No nosso entendimento, direito do trabalhador é relação de trabalho, como disse há pouco o Juiz Grijalbo. É uma situação de direitos humanos. Nós não podemos dissociar essa condição do respeito ao trabalhador, do respeito aos seus direitos, do respeito à sua vida, do respeito à sua sobrevivência com uma questão meramente formal, meramente secundária. Mas é questão de direitos humanos.

Agradecemos, Senador, a acolhida e a oportunidade de expor este nosso dilema nesta Comissão, esperando contar também com a ajuda do Senado, principalmente dos trabalhadores da Coral, dos trabalhadores da Sena e de outros trabalhadores de algumas outras empresas que também estão buscando soluções nessa lei de recuperação judicial. No segmento de prestação de serviços, nós entendemos que sua utilização caminha sempre para a utilização fraudulenta e para a utilização lesiva aos interesses dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, que traz uma série de questionamentos, denúncias básicas como esta, que nem direito a um espaço sanitário os vigilantes têm. Por isso que falo tanto, pessoal, da famosa contrapartida. Dá a impressão, com o atendimento das grandes demandas do setor empresarial, que está tudo bem. O que recebo aqui é que não está tudo bem coisa nenhuma, principalmente na ótica dos trabalhadores. Essa contrapartida vai ter que surgir.

Muito bem, vamos agora ao Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados e Empresas de Segurança, Sr. Vicente Lourenço de Oliveira.

O SR. VICENTE LOURENÇO DE OLIVEIRA –

Senador Paim; companheiros da Mesa; Dr. Sebastião, que tem contribuído muito com a gente aqui, no Distrito Federal, combatendo essas injustiças que têm ocorrido com o trabalhador; nosso companheiro da CUT, Dr. Renato; Drª Celita, estudiosa da área de prestação de serviços, eu quero apegar-me um pouquinho às mazelas decorrentes da terceirização.

Eu queria recordar um pouquinho o passado.

Nós, sindicalistas, sempre fazíamos nossas discussões nos congressos, mas contra a terceirização. Com o passar do tempo, vimos que a terceirização veio para ficar. Nós passamos a combater os males que ela traz ao trabalhador, lutando contra a precarização. Temos trabalhado muito nesse combate, e os resultados têm sido insuficientes.

Só para refletirmos. Eu estava sentado ali e, num espaço pequeno de tempo, comecei a pensar: só no Distrito Federal, uma empresa que passou por aqui fechou as portas e deu calote nos trabalhadores. Podemos citar Cele; Rio Forte; Paulista; SEG, que era uma empresa grande, um grupo que chegou a ter 19 mil trabalhadores; Herbal, uma empresa grande do Distrito Federal; Vigseg, Planalto; Cordial; Vigibrás; Veg, Blue Star, uma empresa grande do Distrito Federal; Sinal; Reman; United; Pires, que era uma empresa grande tanto aqui no Distrito Federal quanto em todos os Estados; Gávea; Fiança, que está acabando de fechar as portas no Distrito Federal; Meridional; Plano; e Conservo.

Se a gente for ver, há muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todas deram calote?

O SR. VICENTE LOURENÇO DE OLIVEIRA – Deram calote.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Começou a lista aí...

O SR. VICENTE LOURENÇO DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estava assustado com um lado. Ele virou para o outro lado e continuou.

O SR. VICENTE LOURENÇO DE OLIVEIRA – Todas deram calote.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Brincadeira!

O SR. VICENTE LOURENÇO DE OLIVEIRA – Agora, o seguinte: muitas vezes, Senador, a empresa deu o calote, e, em algumas circunstâncias, o Governo Federal, ou o do DF, ou a prefeitura pagou duas vezes. Alguém já havia pago e tornou a pagar para eles. Em outras situações, ninguém pagou. Só que o incrível é que grande parte desse pessoal está toda rica, continua rica, passou tudo para a família, transferiu o patrimônio para a família ou para laranjas. Isso aparece em outras empresas. Em Brasília, por exemplo, no caso da Herbal, o cara quebrou, mas os filhos têm empresas hoje, aqui. Se verificarmos, em todos os locais, ocorreu esse tipo de coisa. Na área de segurança privada, que é controlada pela Polícia Federal, tanto as empresas como os trabalhadores são controlados, e ocorre isso. Imaginem como é nas outras áreas. As

outras áreas são muito piores. Em algumas situações, os escritórios são a mala.

Não dá para concordar com algumas responsabilidades que vi o Deputado citar, como menor preço, licitações públicas, pregão, nada, nada disso. Acho que o empresário tem que ganhar dinheiro, ele tem que ter uma empresa forte, mas, nas licitações, mergulha nos leilões, disputando uns com os outros, e depois não dá conta de cumprir com suas obrigações. Outras empresas são diferentes. O próprio Boaventura falou da situação do Grupo Coral, que teve esse grande faturamento em dois semestres, mas, no segundo semestre de 2011, dá calote nos trabalhadores. E o que fez? A única coisa que fez, Senador, foi que, no final do ano, não pagou o salário do mês dos trabalhadores, não pagou o 13º dos trabalhadores e mandou os trabalhadores para dentro do sindicato. Inclusive, os trabalhadores do Estado de Goiás quase quebraram o sindicato, queriam quebrar, porque queriam homologar da forma como a empresa tinha feito. Foi feita uma rescisão sem nada de direitos e mandou para os sindicatos homologarem para receber o fundo de garantia, fraudando também a Caixa Econômica, o Fundo de Garantia. É fraude fazer esse tipo de coisa. Em algumas situações, foi feita. Em outras empresas, os presidentes de sindicatos, diretorias de sindicatos convenceram os trabalhadores a não fazer. Então, a situação é séria.

O que está ocorrendo hoje? Estão usando a legislação que existe aí para dar calote e oficiar o nosso trabalhador, que é um calote oficializado que está ocorrendo. Também há umas coisas estranhas no ar e parece que é uma coisa negociada também; essa coisa é construída. Não pode ser assim.

O que mais causa estranheza na gente é o seguinte: no nosso entendimento, quem mexe só com a mão de obra mesmo, quem está vendendo a mão de obra, não tem como entrar nessa situação de recuperação judicial. Isso pode servir para outras categorias, para outras áreas, mas na área de prestação de serviços não tem cabimento. Isso não passa de um calote oficializado mesmo!

Então, como eu disse, o quadro que a gente, dentro de pouco tempo, estava verificando aqui, é muito grande. Foram muitas as empresas que eu citei aqui, e seriam muitas mais, só aqui do Distrito Federal e mais algumas que são nacionais. É um calote. Cada Estado tem sua lista.

Então, há a necessidade de aprofundar esse debate com respeito à legislação, para dar uma melhorada. Mas eu acredito que só legislação não resolve; tem que haver também uma conscientização do empresariado na hora de participar de uma licitação,

para ele verificar que ele vive do lucro, que ele tem que ter uma empresa forte. Há a necessidade também de, nesse processo de discussão, tanto o Senado como a Câmara dos Deputados aprofundarem a discussão com respeito a essa lei de recuperação judicial, verificar se ela se aplica ou não a essa área de terceirizados. Porque, a continuar como está, ninguém mais vai pagar os direitos dos trabalhadores.

A gente tem notícia de que, no Estado de Goiás, já tem mais algumas querendo entrar. Aqui, em Brasília, já tinha uma também querendo entrar. Aí fica difícil!

Essas são algumas das contribuições que eu queria dar aqui, mas com essa preocupação de encontrar uma forma de barrar esse tipo de coisa.

Eu fico por aqui. O Boaventura já entrou nessa outra parte mais técnica e política.

Então, queremos agradecer esse empenho que o senhor tem de sempre pautar esses temas que são necessários. Quero aproveitar aqui para, em nome dos trabalhadores, fazer uma saudação especial ao Senador por essa preocupação que o senhor tem com os movimentos sociais brasileiros, sempre preocupados em discutir e apoiar os movimentos sociais.

Muito obrigado em nome dos trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual de Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança.

E, aqui, o Vicente fazia a leitura dessa lista de empresas, para, tanto a Vera quanto ele, dizerem que eles fecham e abrem, fecham e abrem. É o que o Lourenço também disse. Eles fecham e abrem e vão, assim, multiplicando... Eles deixam de pagar e abrem outra. O trabalhador não recebe os seus direitos, e eles continuam operando no mercado e faturando. Assim, eles só podem enriquecer mesmo. Colocam o povo para trabalhar, não pagam e abrem outra empresa; recebem, mandam procurar os direitos na Justiça, mas não pagam e abrem outra. Só podem enriquecer mesmo. Mas isso é roubo; isso é assalto, como diz o outro, a mão armada!

Mais do que nunca, temos que continuar com esse debate. E, pela gravidade das denúncias que estão chegando, eu acho que a discussão não se esgota só nesta audiência pública; teremos que marcar outra já, lá na Comissão de Assuntos Sociais, para aprofundar esse debate, pois, do contrário, a gente faz audiência pública na Câmara, faz aqui e a situação continua.

E o Governo tem que interagir também; nós vamos ter que colocar o Governo nessa discussão em busca de uma solução, porque, assim, é impossível que a gente permita...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– E vai ter que responder, porque, segundo ele está dizendo, o Governo é um dos principais usuários dos serviços terceirizados. Então, que o Governo responda também, para sabermos como encontrar caminhos para preservar... Aqui a gente não quer o mal de ninguém, nem de empregado, nem de empregador, mas nós só queremos preservar os direitos dos trabalhadores. Como disse muito bem aqui o Presidente da Anamatra, o Renato: “é preservar os direitos”.

Nós temos todo um debate aqui no Congresso – e estamos avançando nesse sentido –, porque quando nós, Constituintes – e eu estava lá... Foi um equívoco também da época – assumo a minha parte – os direitos das empregadas domésticas terem ficado pela metade. E nós estamos ampliando para assegurar a elas os direitos de todos os trabalhadores. Nós temos que avançar na mesma linha.

E ainda mais: como me diziam antes, se não me engano, o Dr. Renato e o Sr. Caixeta, há uma discriminação – e discriminação é crime hediondo – contra o trabalhador terceirizado, como se ele fosse um cidadão de terceira ou quarta classe, só que fazendo o mesmo trabalho que os outros fazem. Em nenhuma hipótese se justifica a discriminação. Você faz a mesma coisa, ganha menos e ainda é discriminado, tratado como se fosse um copo descartável, com espaço diferente, salário diferente, tratamento diferente.

Bom, vou deixar vocês falaram.

Passo a palavra à Presidente da Nova Central do DF, a Srª Vera Lêda Ferreira de Moraes.

A SRª VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS –

Senador Paim, queremos agradecer imensamente ao senhor pela preocupação que tem tido sempre com os trabalhadores e pela iniciativa desta audiência pública. Queremos cumprimentar todos os presentes nesta audiência, cumprimentando a Drª Celita, uma especialista na questão da terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você me permite, eu queria aproveitar para já convidar a Drª Celita a compor a Mesa. Assim, ela já participa do encerramento nesta mesma Mesa. Os que estão aqui podem continuar. E convidaria também o Cristiano Zaranza.

Então, permita-me aqui – e depois desconto do seu tempo – convidar a Drª Celita Oliveira Souza, Consultora Jurídica especialista em terceirização, que substitui aqui o Sr. Odair Conceição, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança.

Seja bem-vinda já à Mesa! (*Palmas.*)

E convido agora o Sr. Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura, para que componha a Mesa também. (*Palmas.*)

Por favor, Vera, com a palavra.

A SR^a VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS –

Cumprimento os trabalhadores na pessoa do representante, aqui, do Sindicato das Costureiras do Distrito Federal, filiado à Nova Central.

Senador Paim, eu acho que todos ficamos estarrecidos quando vimos estudos técnicos, pesquisas elaboradas, representantes da Magistratura, representantes do Ministério Público, representações de trabalhadores, todos, enfim, formularem denúncias, todos apresentarem dados estatísticos com relação à precarização da terceirização no Brasil, e os legisladores não se curvarem e, efetivamente, consolidarem uma legislação que venha a colocar um fim nessa prática que chega às raias do escravagismo.

Nós temos acompanhado, Senador Paim, e constatamos que isso começa pela própria Lei nº 8.666, quando ela diz que quem vai ganhar essa concorrência é quem apresentar a melhor vantagem. Ora, o capital não vai tirar da sua vantagem econômica para cumprir as regras da Lei nº 8.666. É óbvio que isso vai sair dos trabalhadores, da parte mais fraca.

Nós não somos contra a terceirização. Nós somos pela exposição feita pela CUT de que crescimento se dá com redução de juros e melhores postos de trabalho. Mas a terceirização, tal como está posta, é muito sacrificante para os trabalhadores, Senador Paim.

Já foram formuladas aqui inúmeras denúncias, e nós trazemos uma das denúncias no que concerne hoje a um dos focos principais dessa terceirização que precariza as relações de trabalho. As grandes empresas querem os melhores postos, que são os postos do serviço público. Noticia-se – e isto o companheiro do Sindicato dos Vigilantes acabou de colocar – que as empresas dão o calote. Ora, mas se fosse exigida uma certificação dessas empresas, como é que ela faria para dar esse calote? Dando calote aqui no trabalhador, fechando essa empresa, deixando o trabalhador correndo atrás do prejuízo e abrindo nova empresa. Quando se esgota a quota familiar de que se dispõe para abrir uma nova empresa para continuar nesse calote, a prática que nós vimos aqui colocada nesta audiência pública, Senador, é de empresas que pegam servidores seus, trabalhadores mais bem qualificados e lhes dão uma sustentação; estes abrem uma empresa e vêm concorrer também. Então, a roda continua, porque ele, a partir daí, é mais um a precarizar a mão de obra nesse mercado.

Foi colocado, aqui, com relação à regulamentação do serviço de vigilância, asseio e conservação... Não

existe uma legislação; existe um enunciado do TST. Daí, empresas, especialmente na área condominial, cuja atividade fim é prestar serviços de bem estar e segurança aos condôminos, utilizam-se desse enunciado para terceirizar atividades próprias suas, que são o risco do seu negócio. Então, terceirizar atividades que são próprias da atividade leva a essa precarização. Por quê? Porque, a partir daí, o empregador não tem mais a responsabilidade do seu negócio. E, assim, ele quarteiriza e vai levando; daqui a pouco, como colocado aqui, na ponta, eu não sei a quem recorrer porque não sei mais quem é meu empregador.

Senador, nós trazemos aqui também dados que são relevantes e preocupantes. Foram colocados aqui, pelas pessoas que nos antecederam, dados estatísticos com relação a toda essa precariedade. E nós, agora, os trabalhadores, estamos sendo forçados a derrubar o dado estatístico da rotatividade. Nós estamos agora, Senador, deparando-nos com situações em que o trabalhador tem que pagar para não ser mais um número na rotatividade apresentada nas estatísticas. E isso se dá, Senador, da forma mais aviltante para esse trabalhador.

Nós temos debatido muito com relação à proteção da demissão imotivada. Ora, a única válvula que o trabalhador tem de proteção com relação a essa demissão imotivada é a multa pecuniária, a multa numérica, por meio da multa fundiária. Agora, para não aumentarmos os dados estatísticos da rotatividade, os trabalhadores estão tendo que pagar para continuar no posto de trabalho. Juiz Sant'Anna, isso é de uma agressão sem limites à ordem jurídica do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para que aqueles que estão assistindo à TV Senado entendam: paga como? Como é que se dá esse pagamento para ele continuar ocupando o posto de trabalho que ele já tem?

A SR^a VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS – Senador, ou ele abre mão da multa do FGTS, que nós do movimento sindical lutamos durante anos para que chegasse a 40%, a fim de frear um pouco essa rotatividade, ou ele abre mão da totalidade, ou ele abre mão de 50% dessa multa. Aí, se abrir mão disso, ele continua no posto de trabalho.

Ora, não seria mais digno buscarmos legislação que amparasse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Perguntei apenas para as pessoas entendessem. Estou te entendendo, mas quero traduzir: para que a empresa pague a multa, ele tem que ser demitido. Como é que eles fazem essa engenharia?

A SR^a VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS – Muito bem, a situação é a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) para não demitir e abrir mão da multa, quando troca a empresa?

A SR^a VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS – Troca-se a empresa. Uma empresa perde a concorrência em um determinado contrato e, daí, para ele ser admitido na próxima empresa, ele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que é a mesma, só mudou de nome.

A SR^a VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS – Que fatalmente é a mesma, só mudou de nome, ou é do mesmo dono, ele tem que abrir mão do que ele tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora está claro.

A SR^a VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS – Agora, vejam vocês: qual é o contrato em que uma empresa não dimensiona todo o custo desse contrato para prestar o serviço? A empresa que antecedeu e que perdeu uma licitação dessas, Senador, já cobrou inclusive por essa multa. Ela já cobrou e já recebeu por essa multa, ela já cobrou e recebeu por todos os direitos trabalhistas que estão ali embutidos. Mas a que sucede, certamente porque é um cartel, vai ser beneficiada por mão de obra qualificada de um trabalhador que conhece a fundo aquele posto de trabalho e as relações daquele posto de trabalho. E a que antecedeu já recebeu por isso e não repassa ao trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A picaretagem é tanta que tenho que perguntar mais para entender como é feita a picaretagem. Isso é uma picaretagem.

A SR^a VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS – Para o senhor ver que isso dá nó na cabeça até de um Senador. Essa é uma modalidade.

Estamos declarando, Senador, e vamos levar ao Ministério Público uma outra modalidade que vem ferindo as relações de trabalho, uma nova modalidade de mercado, Senador. Como eu disse, e isto é fato, empresas pegam determinados trabalhadores e constituem uma outra empresa, uma pessoa jurídica para que venha a participar de uma concorrência.

Os trabalhadores de Brasília estão pagando por postos de trabalho. Para ele ser admitido em uma determinada empresa, ou ele tem cash e paga, ou ele tem que pagar ao longo da sua vida de trabalho. Isso está acontecendo na capital da República. Não é possível essa mercantilização do trabalho, Senador. Então, hoje, é negócio você ser agente de contratação para empresas. Hoje virou um negócio, e o trabalhador se submete a isso porque tem que ir atrás do sustento da sua família.

Voltando a outra denúncia formulada nesta audiência pública, Senador, são escolhidos a dedo os trabalhadores que têm o FGTS mais volumoso, e ele passa durante um período x por uma subordinação de trabalho que chega às raias do assédio moral. Por quê? Porque, se ele piscar fora do horário, dizem: "Não, então você está fora". Quer dizer, ele já abriu mão de tudo que tinha direito e, se piscar fora do horário em que me mandaram piscar, está fora também. Então, é simplesmente essa situação que temos verificado.

Além disso, já constatamos há algum tempo, e víhamos debatendo – nós, do movimento sindical – a exigência de, para se ter o emprego, ter que constituir uma pessoa jurídica. Ora, em que condições estão sendo inseridos nesse mercado essas pessoas jurídicas? Simplesmente no papel. Não se tem que integralizar capital, não se tem que integralizar nada, só se vira empresa, só se vira pessoa jurídica. E onde está aquele capital que está declarado no meu contrato social? Como vou ter condições de dizer e de integralizar esse capital? Ele só existe no papel! Se igual sorte, as empresas prestadoras de serviços que constituem pessoa jurídica especificamente para concorrer em licitações arranjadas porque é o fulano que tem que ganhar. E é óbvio a condição deles, de maquinarem e tudo mais, é muito mais vantajosa para que se ganhe essa concorrência. Essas situações estão acontecendo na Capital da República, quiçá no restante do País.

Finalizando, rogamos que audiências públicas tais como esta que estamos realizando aqui, agora, nos leve a criar legislação. Um povo civilizado não precisaria de tantas leis para reger suas relações, mas, infelizmente, no nosso País, só vale na regra da lei, isso quando vale. Há muitas leis belíssimas e maravilhosas, passíveis de serem aplicadas, que viram letras mortas por conta dos desmandos do capital.

Então, entendemos que uma legislação para tratar de terceirização tem que pensar especialmente nas pessoas. Não posso me submeter mais a comprar um posto de trabalho, pagar pela minha continuidade e baixar os índices de rotatividade. E não podemos mais também, Senador, conviver com a Lei nº 8.666. Essa lei tem que ser revista. Não podemos nos submeter a uma concorrente, ganhar um posto de trabalho porque ofereceu para prestar aquele mesmo serviço com um número ínfimo de trabalhadores para a execução dessas tarefas.

É comum vermos – e temos que rever também a questão das perícias médicas neste País – trabalhadores que estão acabados, que não têm mais condições de voltar ao mercado de trabalho. Por quê? Porque em um posto onde havia dez trabalhadores, hoje há um, e ele tem que cumprir com a mesma tarefa.

Quero me aposentar em condições dignas, em condições de desfrutar da minha família, de desfrutar do que conquistei ao longo da minha vida profissional, e não me aposentar em uma fila e ainda me submetendo às condições de um perito que não sabe ou, às vezes, não levanta a vista para conversar com aquele paciente. De vista baixa, ela anota e faz essa perícia. (Palmas.)

Para isso, precisamos – e provocamos as universidades, especialmente as universidades federais – promover um estudo dimensionando a capacidade laborativa desse trabalhador em determinada atividade, para que ele adquira a sua condição plena de se aposentar como cidadão e com os direitos que ele adquiriu ao longo de sua vida produtiva Senador.

Finalmente, gostaríamos, Senador, de uma lei que assegurasse a esse trabalhador que, pela demonstração de profissionalismo que ele já demonstrou na empresa que antecedeu, se já estiver na atual empresa há mais de um ano, que a ele fosse assegurado o direito da continuidade, sem ter que pagar por essa continuidade.

Dessa forma, agradecemos imensamente ao senhor pela oportunidade. As regras e a forma como tem sido tratada essa legislação sobre terceirização, em momento algum, tem levado em conta o que estamos vendo até agora: magistratura, Ministério Público, representantes sindicais, Parlamentares que têm compromisso com os trabalhadores, e não se atende ao que está sendo lícito na palavra de todos esses representantes.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Vera Ferreira de Moraes, Presidenta da Central do DF.

Vamos ver, ao final, os encaminhamentos devendo à gravidade das denúncias que chegam aqui. Aqui está mais ou menos o seguinte, para quem está nos assistindo pelos meios de comunicação do Senado: ao capital, tudo; ao trabalho, nada. É mais ou menos isso que estou ouvindo aqui. E não estou fazendo julgamento. Isso, de fato, é grave; é grave e exige uma posição tanto do Executivo quanto do Legislativo, quanto também, no meu entendimento, do próprio Judiciário, quando provocado, naturalmente. É grave, muito, muito grave. Sempre passam para mim que tudo está no melhor dos mundos, mas quero achar esse melhor dos mundos, porque não estou achando, devido ao número de denúncias que está chegando para mim, pelo menos nesta Comissão.

Quero perguntar, para não cometer um equívoco de omissão, se o Luiz Carlos Prates, do Conlutas, encontra-se. (Pausa.)

Está aqui. Eu não tinha te visto ainda! Vou convidar você para vir para a Mesa.

O José Augusto não chegou, não é? Esta fica sendo a última Mesa.

Passo a palavra agora para a Celita Oliveira Souza, Consultora Jurídica, especialista em terceirização. Fala pela Fenavist.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – S. Ex^a Senador Paulo Paim, reconhecido nacionalmente pela sua luta, sua dedicação, que dispensa de sua inteligência e empenho para ver concretizada neste País a justiça social; acompanhamos o trabalho dele por muitos anos; demais componentes da Mesa; empresários aqui presentes da área de segurança privada; Rinaldo, Presidente o sindicato (...)

(Interrupção do som.)

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – (...) sempre a busca de soluções que sejam justas.

E, Senador, até agora o senhor ouviu sete representantes, duas autoridades públicas – Ministério Público e Justiça do Trabalho – e cinco trabalhadores. Todos trouxeram aqui dados alarmantes, dados preocupantes, contrários à terceirização, contrários ao respeito ao direito aos trabalhadores. Todos os sete. E a minha exposição, não só como consultora de entidade sindical, mas como pesquisadora... Fui eu quem publicou o primeiro livro sobre prestação de serviços, quando nem se usava ainda essa denominação de terceirização. Isso foi no ano de 1983, e o livro é o *Legalidade e Função Socioeconômica das Empresas de Asseio e Conservação e Vigilância*. Meus amigos aqui, representantes sindicais da minha época, lembram-se muito bem, especialmente o meu grande batalhador Vicente, amigo de muitas mesas de negociação. Minhas pesquisas contra a terceirização vêm, como numa evolução histórica, desde 1930. Fui pesquisar, no Registro do Comércio da época do Império, se já havia serviço, e encontrei que havia serviço de limpeza, sim, e o imperador contratou empresa de limpeza para limpar as ruas do Rio de Janeiro. Já tenho quatro livros publicados sobre o assunto.

Quanto às questões levantadas aqui, elas se revestem de complexidade e precisariam ser vistas pelos dois ângulos, tanto pela Justiça, quanto por esta Casa, que, quando legisla, também precisa olhar os dois ângulos. Tanto que me alegrou muito ouvir o Senador dizer: "São gravíssimos os relatos que ouvi, mas é preciso também ver o lado empresarial". Foi expressão do Senador Paulo Paim, e fiquei feliz em ver essa possibilidade de se pensar dentro de um equilíbrio,

dentro do real, porque não adianta nós queremos aqui buscar uma regulamentação, a proteção de trabalhador das empresas, do Estado, da sociedade como um todo com uma visão única, fechada, sem considerar o todo, o sistêmico. E a minha visão é considerando o todo. Não é uma visão direcionada nem para trabalhador, nem para empresa, nem para órgãos públicos, que são os maiores contratantes de empresas prestadoras de serviços.

A terceirização se divide em duas grandes áreas. Uma é da produção, hoje muito presente na parte de produção dos restaurantes, que compram comida pré-fita. Essa não tem levantado polêmicas. A polêmica situa-se na grande área da terceirização de serviços, que muitos chamam de mão de obra. Eu sempre combati. Há 30 anos eu combato. Eu acho que a mão de obra não tem de ser terceirizada. O que se terceiriza é a administração de serviços.

Essa terceirização atrai muitos debates porque o empregado fica na sede do contratante do serviço, e a definição da terceirização – vocês podem ver no meu livrinho que a Fenavist está distribuindo a todos aqui – nada mais é do que a transferência... Vamos nos cingir à área dos serviços: a terceirização é a transferência de atividade de uma organização, própria dela, para que uma terceira execute, seja pública, seja privada. Ela cinge-se a isso.

Então, vêm as discussões, que eu tenho acompanhado, que surgem dessa situação da convivência, que decorre muito das relações de trabalho. E sempre proclamo, nas minha aulas e palestras, como a relação mais conflituosa que existe depois da de casamento. É uma relação muito conflituosa, e essa convivência dos empregados prestadores de serviços com o contratante levanta várias indagações.

E anotei aqui, Senador, uma síntese das críticas trazidas por todos os meus antecedentes...

E anotei aqui, Senador, uma síntese das críticas trazidas por todos os meus antecessores, brilhantes expositores aqui. E são quinze críticas básicas que foram feitas, que decorrem mais dessa convivência e também do ordenamento jurídico do País com relação ao enquadramento sindical – e o nosso modelo sindical também é envolvido aí.

Na área pública, as críticas são mais acirradas, porque surge também a questão do ingresso por concurso público em funções de serviço público, que, na realidade, é um equívoco, porque o art. 175 da Constituição permite ao Estado transferir até serviços tipicamente públicos: segurança, saúde. Nós temos um País que optou pela corrente intermediária do pensamento moderno de como o Estado realizar o bem comum ou cumprir suas finalidades. O Estado é apenas um agente

controlador e planejador para a iniciativa privada, mas é vedado a ele o exercício de atividade econômica.

Então, existem algumas questões axiomáticas, basilares que não podem sair do foco da questão. E muitas vezes elas saem. E, à medida que elas saem, cria-se dificuldade de compreensão dos fenômenos a respeito do tema.

Do fundamento legal de terceirização eu não vou tratar. O tempo é muito pouco, e eu tenho um livro que traz o histórico, inclusive separado.

Vocês estão vendo aí a fase da terceirização desde 1967, quando o Estado, a Administração Pública recebeu a determinação de terceirizar, para evitar o crescimento desmesurado do Estado; veio o Decreto-Lei nº 200, veio a Lei nº 8.666. Depois eu vou fazer um comentário rápido sobre essa síntese das críticas existentes. Eu quero tecer uns comentários sobre elas.

Mas a situação mais preocupante hoje – sem embargo de desvio de conduta, de haver maus empresários, de haver más contratações, que podem existir, em todos os setores isso pode existir –, o problema maior que eu vejo hoje é o contratante Estado e o contratante bancos públicos: Caixa Econômica e Banco do Brasil. A situação é tão lastimável que já se criou o conceito “prestou serviço ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica, a empresa quebra”. Eu pedi à Federação Nacional que eu estou representando aqui que fizesse uma pesquisa nos Estados, mostrando as empresas que quebraram prestando serviço ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica e os percentuais de encargos sociais que elas praticavam, porque a empresa só tem como prestar serviço se ela cobrar, se ela puser na sua planilha um encargo social que lhe dê...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita o desconto do tempo? Pela forma incisiva como a senhora está colocando aqui, “prestou serviço para o Banco do Brasil ou para a Caixa Econômica”, duas empresas respeitadíssimas para a sociedade brasileira e pelo papel até social que cumprem, eu já adianto que eu vou convocar ou convidar o representante da Caixa Econômica e o do Banco do Brasil para que ele tenha o direito de vir aqui para expor seu ponto de vista sobre esse tema.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Merece palmas, e os empresários sabem disso. (*Palmas.*)

Senador, é muito importante saber da sua sensibilidade social.

Por que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica quebram as empresas? Por que muitas prefeituras quebram? Por que muitos órgãos públicos quebram? Porque elas não pagam as faturas em dia e porque elas não reajustam os valores dos contratos de acordo com as convenções coletivas.

Nós passamos tempo para fechar nas convenções coletivas – o Vicente Boaventura é testemunha disso, a Vera também –, e depois eles não repassam.

Eu pediria até um pouco mais de tempo, porque eu sou a única que estou falando contrário dos sete que falarão. Ficamos três horas ouvindo a mesma síntese, Senador. Eu até pediria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Fique tranquila que eu vou lhe dar um tempo maior, mas eu só tive o cuidado aqui, porque, daqui a pouco, os culpados de tudo são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Também não dá. Vou dar o direito a eles de virem aqui para colocarem o ponto de vista deles.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Isso é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– É nessa linha do equilíbrio. Por isso que a senhora vai ter um tempo maior.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Certo.

Então, eu pedi para fazer uma pesquisa no País e recebi respostas sobre empresas que quebraram nos últimos dez anos, prestando serviços ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, com os motivos, os encargos sociais e o percentual trabalhista que eram cobrados.

Na Bahia, por exemplo, enviaram aqui que quebraram, prestando serviços ao Banco do Brasil: empresas Sena, Precaver, Força Vital, Sevita, Falcon. Todas com encargos sociais de apenas 65%, que o Banco...

A empresa tem a obrigação de fazer a sua planilha correta, mas o contratante público – isso decorre da Lei nº 8.666, da legislação do pregão – tem que ver se a proposta é exequível. Então, contratam com uma proposta inexequível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem contrata? O banco?

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Banco e Caixa Econômica Federal. E muitos órgãos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E quem apresenta a proposta?

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – As empresas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas também têm culpa no cartório!

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Têm, mas é isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apresentam para ganhar a concorrência, depois o culpado é o Banco! Não estou falando para defender o Banco nem a Caixa. É por isso que eu disse que vou convidá-los, e eles virão. Vou dar a eles o mesmo espaço, e eles poderão ter argumentos que podem reverter contra as empresas.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Seria muito bom. Eu não estou inocentando a empresa, não. A empresa também não deveria aceitar. Mas os órgãos públicos, por serem Estado, têm uma responsabilidade muito maior de não contratar, não assinar um contrato sabendo que ele não vai ser cumprido. Por isso é que o projeto de lei atual da Câmara, embora tenha sido criticado aqui, a Lei Geral da Terceirização, traz uma parte muito importante: ela responsabiliza também o gestor.

Só continuando aqui, além do caso da Bahia, cito o caso do Paraná: o Banco do Brasil fica dez meses sem repassar os reajustes dos salários de convenção coletiva para a empresa. O que aconteceu? Para dois mil empregados ela não teve condições de pagar os salários. Como que ela vai pagar os salários, se ela apresenta uma planilha certinha, o salário da época, o valor do FGTS, o valor do INSS, a taxa de lucro dela, a da administração, e os salários estão ali; vem a convenção coletiva e determina um reajuste de salários de 8%, 9%, 10%; o contratante não repassa para a empresa esse valor; ela vai se desequilibrar; ela não tem como pagar o salário; ela não tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou quase virando advogado de defesa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal: estava no contrato que, se houvesse acordo ou convenção coletiva, seria repassado? Se estava, procede; se não estava, para ganhar a concorrência, não procede.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Senador, a situação não é assim. O contrato... Eu vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, mas, se não há no contrato nada, nada...

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Mas espere aí, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que vou convocar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para virem para cá, para que se faça o contraponto. Vou dar aqui um exemplo do Senado, se você me permitir, sem querer fazer defesa: havia uma empresa aqui no Senado, e vou dizer direito, vinculada aos meios de comunicação; por que o Senado não pagou a eles? Não pagou! E com o meu aval! Eu disse: “Não pague!” Porque eles não estavam pagando os direitos básicos dos trabalhadores!

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – E por que eles não estavam pagando? Porque não recebiam do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, senhora! Vou lhe explicar o porquê. O Senado já tinha pago o correspondente às empresas de comunicação – eu fui a fundo nessa questão –, e eles não pagaram aos trabalhadores. Eu fui ao Senado, e

o que nós dissemos? “Não paguem a próxima sem eles pagarem o que estão devendo aos trabalhadores!”

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Então, o que eu quero fazer aqui é só um equilíbrio, porque não está aqui nem o Banco do Brasil, nem a Caixa. Vamos convidá-los num outro momento, para que eles venham aqui... Como é o termo que eles usaram? (*Pausa.*) É glosar o termo correto?

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– “Vamos glosar, porque já pagamos a eles, eles não pagaram os trabalhadores, e, sem que eles paguem aos trabalhadores, a gente não paga a segunda parte”. Então, “pode”... “Pode”! Não estou dizendo que “tenha”. Pode ter havido tudo isso no meio, e quero ter o máximo cuidado aqui. E vou convidá-la também!

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Pode convidar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Na próxima reunião, que vai ser lá na Comissão de Assuntos Sociais, eu vou convidar um representante do Banco do Brasil e um da Caixa Econômica, para que a gente possa fazer um debate mais equilibrado.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– E quero também dizer que vou convidar representantes dos empresários do setor, para estarem na Mesa e fazerem esse debate, ok? (*Palmas.*)

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Perfeito, Senador. Trazer para o âmbito da Casa Legislativa um assunto tão importante como esse me deixa muito feliz, até como pesquisadora, porque me dá aflição ver a empresa desesperada com sua folha para pagar, sem ter dinheiro, porque seu contratante não pagou. Como me dá aflição saber da possibilidade de ter que suspender salário de trabalhador!

Então, no Paraná, essa empresa, que tinha dois mil empregados, muito bem organizada; no Rio Grande do Norte, prestando serviços para a Caixa e Banco do Brasil – estou com os dados aqui, que vem por escrito do sindicato –, quebraram as empresas Bank's Segurança, SOS Segurança, Sena Segurança, Spev Norte, Rio Forte, Fênix, Brigada, Norforte, Enserv, entre outras. Por isso estou dizendo que são alarmantes os dados de ambos os lados.

Para que o senhor tenha uma ideia, Senador, eu estava administrando uma questão junto a um órgão público aqui de Brasília – não vou dizer o nome, porque o problema acabou de se resolver por causa da ajuda do Vicente Valinho e do Deputado Chico Vigilante –, que estava há catorze meses sem repassar para a empresa o reajuste das convenções coletivas, e a em-

presa tentando pagar os salários, tirando empréstimos junto aos bancos, duzentos e tantos por cento de juros. Este mês ela disse que não tinha mais. O banco não ia emprestar porque ela não tinha lastro. Aí, entrei no circuito. Fomos atrás do banco. O órgão disse: “Não – aquilo que o senhor falou –, não está previsto no contrato, nem no edital esse repasse, e nós não vamos repassar”. Aí há uma decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal de que se não estiver previsto no contrato não vai repassar. Bom, não vai repassar, mas, e o salário do trabalhador? Ela vai tirar de onde? Vai suspender o pagamento? Ele que vai pagar a conta? Não pode!

Aí, o que acontece? Fomos fazer a pesquisa. O TCU tem várias decisões dizendo que mesmo que não esteja previsto no contrato, nem no edital, está no art. 40, da Lei nº 8.666, de 1993, que deve ser mantido (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos convidar também o TCU para a próxima audiência, um representante do TCU.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – (...) que deve ser respeitado o Inciso XXI do art. 37 da Constituição, que obriga a Administração Pública a manter as condições...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Posso lhe fazer uma provocação positiva?

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu tenho uma empresa e faço um acordo com os trabalhadores de um reajuste de 15%, 20%, 30%. A empresa contratada tem que pagar de imediato?

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Tem que pagar. É a decisão do TCU e é o que está na lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– No mínimo há uma controvérsia, eu diria. Eu não sou advogado, mas me permita dizer, Dr. Renato, que no mínimo há uma controvérsia. Acho que tem que haver sempre o equilíbrio. Na linha do equilíbrio nós temos que buscar a solução. Mas o debate não é comigo, o debate vai ser na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Mas Senador, me deixe explicar. Por isso que eu falo que, às vezes, é preciso buscar as questões basilares, axiomáticas. Por que ela tem que pagar? Porque a contratante transfere um serviço que era seu, um serviço que é seu, o serviço foi feito para ele. Ele poderia ter contratado diretamente o empregado; ele contratou um terceiro, e ele recebeu aquele serviço. Então, à medida que o salário aumentou e que a força de trabalho foi para ele, cabe a ele pagar esse salário, porque se ele não pagar para a empresa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para refletirmos juntos. Já é tão tranquilo isso! Vocês vão ver que tem lógica. Não precisaria mais haver greve nenhuma na área dos trabalhadores terceirizados. O camarada reivindicou, eu pago e transfiro para a empresa.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Mas ela, quando contrata, já sabe disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, tudo bem. Mas veja bem, eu estou querendo o campo da lógica e do bom senso.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Mas, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas para concluir o raciocínio. Vou dar o tempo necessário.

Os trabalhadores fazem greve. Querem 50% de reajuste. Eu o dou de imediato, porque não sou eu quem vai pagar. Eu dou. Mas aí nós entramos no campo da irresponsabilidade, porque quem vai pagar vai pagar a uma empresa pública; e quem é que paga à empresa pública? Eu. É o povo quem está pagando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato, teria que haver

uma penalidade pela responsabilidade e bom senso.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Mas, Senador, eu estou falando que a questão se reveste de grande complexidade. Não adianta tirarmos raciocínio rápido e sem considerar as bases.

Veja bem, eu tenho uma empresa de confecção, por exemplo. Eu preciso de quatro costureiras. As minhas costureiras vou contratar em uma outra empresa. Mas o salário, o piso do salário da costureira lá é R\$1.000. Vem a data base, que é um direito do trabalhador, para que ele tenha reajuste na sua data base. Na data base das costureiras, elas têm reajuste de 10% no salário. Eu estou colocando as costureiras a serviço daquela pessoa. Ela não vai ter que pagar os 10%? Vai ter que pagar os 10%. Do contrário, ele contrata diretamente e vai pagar do mesmo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelos seus argumentos, vou chegar à seguinte conclusão: vamos acabar com o casamento e com as terceirizadas. Termina o conflito. Contrata todo mundo diretamente, mas ninguém mais casa também.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – É, pode ser. Mas é uma questão de responsabilidade. Você tem que ter responsabilidade com aquilo que você recebeu.

Então, o que nós alegamos nesse caso da empresa do Distrito Federal? Enriquecimento ilícito. Qua-

se um milhão que ele não pagava há vários meses. O reajuste do salário dos vigilantes é que estava dando a segurança dele. “Não, e eu não pago”. Se ele quer segurança contratada, ele tem que arcar com os custos dessa segurança, ou então ele rescinde o contrato.

Mas, prosseguindo, depois a gente vai para os debates, caso contrário não consigo terminar meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu já estou indo para a tese do Dr. Renato. Vou me inscrever em um concurso para entrar para a Anamatra.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Então, só para continuar, a situação hoje está desse jeito.

Eu estou vendo aqui uma camiseta e vi o pronunciamento muito bem feito do Vicente com relação a um grupo prestador de serviços do Estado de Goiás, chamado Grupo Coral. Estou com os dados aqui porque, como consultora jurídica da Federação, eu acompanho essas questões dos Estados. Federação nacional. Então, estou com os dados dessa questão específica. Eu não ia trazê-los, mas, como eu tenho isso lá, eu trouxe.

Vejam como é a situação dessa empresa: foi dito aqui que ela recebeu noventa e poucos milhões. Eu levantei os dados. Realmente – a Federação nós acompanhamos –, o faturamento desse Grupo Coral, no ano, foi de 90 milhões. Só que ela tem sete mil empregados terceirizados. A média de salário é de R\$700, o que dá, então, 42 milhões. Ela veio pagando isso até dezembro. Oitenta por cento dos encargos sociais são mais 27,440 milhões. Então, já vai para 76 milhões. Os órgãos contratantes estão com as faturas atrasadas. Não vou dizer aqui, mas é uma coisa que me aborrece muito os atrasos de fatura, porque a gente sabe do propósito desse... Dezessete milhões, viu Vicente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Vicente, eu preciso falar para você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você vai poder falar, sim. Depois vai ter o debate, e a gente vaiclareando.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – É, nos debate você me traz.

Dezessete milhões. Os órgãos contratantes estão em débito com essa empresa. Vejam vocês, quando chegou sem receber dezessete milhões – estão aqui as faturas –, ela tirou a fatura dos 90, mas está faltando receber 17 milhões. No mês de dezembro, ela não tinha mais o que fazer. Vai atrás do contratante, não paga, não reajusta de acordo com a convenção coletiva. Aí ela se valeu da lei, não fez nada ilegal, para entrar com a recuperação judicial para tentar ver se força mais os contratantes. Teve que suspender o pagamento do sa-

Iário dos trabalhadores por causa do art. 172 da Lei da Recuperação Judicial, a nº 11.101, porque depois que abre a recuperação judicial todo pagamento tem que ser feito nos autos. O juiz não deferiu ainda. Às vezes, o nosso Judiciário é muito lento, e nessa parte social nos deixa a descoberto. Então, a lentidão é que está fazendo com que não se pague isso aqui.

São 17 milhões, Senador, que não foram pagos! Os serviços foram prestados, e bem prestados, com os vigilantes uniformizados, com armas, com tudo, e não recebem!

Então, a situação é lastimável em relação à posição dos contratantes.

Eu destaquei Caixa Econômica e Banco do Brasil porque têm sido talvez os piores contratantes de serviços. Eles não cumprem a lei, não repassam. São dez meses sem repassar os reajustes salariais. Mas são vários órgãos públicos.

No Rio Grande do Norte, está aqui uma carta de lá, são seis meses sem a prefeitura pagar os serviços de limpeza. A empresa não tem como pagar, pois ela tem a planilha; ela vive para prestar serviço. Parou de pagar salários, os empregados pararam de prestar serviço. As ruas lá estão todas sujas.

Então, é uma situação lastimável, que precisava ser resolvida. Eu não sei se é lei, porque o que precisava é o que muita gente fala no linguajar chulo: é vergonha na cara, é administrar bem.

O projeto de lei em si está muito bom, embora ele tenha sido criticado aqui. Eu até escrevi um artigo para o *Valor Econômico*, mostrando que lá ele está responsabilizando o gestor, está prevendo a responsabilidade solidária do contratante pelo pagamento dos trabalhadores, caso ele não fiscalize, não acompanhe. A lei também impõe esse dever, a instrução normativa do Ministério do Planejamento, de o contratante acompanhar mês a mês, exigir a comprovação.

Então, esta situação eu gostaria de deixar aqui como denúncia nesta Comissão, nesta Casa tão importante: é lastimável a situação de irresponsabilidade de administradores públicos, que prendem as faturas das empresas e não pagam, que não repactuam os contratos para atender os reajustes de salários, num desrespeito inadmissível aos trabalhadores.

Muitos mais dados eu tenho, Senador, mas o tempo não vai permitir, nem o cansaço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas nos debates a senhora vai poder falar de novo.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Eu vou passar rapidamente, para encerrar, a síntese das críticas que foram feitas somente na parte em que existem situações contrárias.

A redução de custo. A terceirização seria para a redução de custos; com isso, precariza-se o direito dos trabalhadores.

A terceirização não é para a redução de custos. Pode ser até que alguém use para isso. Mas o objetivo da terceirização não é esse. A terceirização é fazer com que atividades de empresas capacitadas sejam feitas dentro de uma outra organização. Isso é que é.

A vigilância, a segurança privada, a empresa capacitada em segurança, credenciada, faz a segurança. A empresa de limpeza, que tem o seu almoxarifado, com todo o material e equipamento, ela faz a limpeza do Senado, da Câmara, leva os equipamentos. Isso é que é especialização. Aí, muita gente está entendendo que especialização é porque se trata de um grande profissional, pesquisado, preparado. Mas não é, Senador! A especialização que o projeto de lei da Câmara, que o substitutivo do Roberto Santiago estabelece, que ocorre na prática, não é essa. É especialização do ponto de vista da atividade específica de cada setor.

Salário mais baixo 27%. Ora, as organizações terceirizam por setores. Ela terceiriza a limpeza, o salário é mais baixo que o do seu advogado, por exemplo; ela terceiriza a parte de informática, que pode ter salário mais baixo que o dos seus administradores. Então, não é que ela tenha um salário mais baixo 27%. Esse é um processo econômico-administrativo. A terceirização é uma técnica administrativa. Eu posso ter o empreendimento e fazer tudo diretamente, ou eu posso transferir para terceiros. É uma técnica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais um minuto, Dr^a Celita, porque nós temos que dar tempo para mais dois convidados e depois ainda temos o debate.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Está certo.

A rotatividade. A rotatividade decorre da lei. O Código Civil diz que os contratos de prestação de serviços só podem ser de até quatro anos.

A Lei nº 8.666, que dispõe sobre licitações e contratos, também prevê mais quatro anos e mais cinco. Então, são doze meses somente. Depois pode prorrogar até quatro, como todos sabem, e pode, excepcionalmente, ir a cinco.

A jornada de trabalho. Quarenta e três horas em vez de quarenta.

A Constituição prevê para o trabalhador uma jornada de 44 horas, e essas jornadas são negociadas pelo sindicato específico.

Pagar para ser contratada.

Gente, eu fiquei muito triste, Vera, com o que você falou dessa história, porque, na década de 70, eu, como advogada do sindicato e junto com a CUT, ficávamos preocupados com os empregados. Quando

terminava o contrato de licitação, ficavam aquelas pessoas desempregadas aqui nos Ministérios etc.. – estou em Brasília desde criança. Aí, nós criamos, na negociação coletiva, a cláusula da continuidade no trabalho versus reciprocidade. Então, considerando a empresa obrigada, que terminou a licitação – o término decorre de lei –, e a outra que entra, ela fica obrigada a manter o emprego. Mas, para ela ser obrigada a manter o emprego, em tudo na vida tem que haver reciprocidade. Como o empregado não vai deixar de trabalhar, então, não paga os 40%. Ele fica com o depósito e não para de trabalhar. Ele não perdeu o emprego. Quarenta por cento é quando demite. Em tese, ela não demite, porque ela garante que a outra contrate.

Isso foi uma cláusula que eu ajudei a fazer pensando na proteção do trabalhador. Agora estou vendo a crítica aqui. Estou triste, viu?

Acidentes. Quanto a acidente de trabalho, lógico, os eletricistas são todos terceirizados, e a quantidade de acidentes na área de terceirizado tem que ser muito maior, eletricista e outros. A remuneração, como já falei, é menor porque também o setor de terceirizado é de atividades que, às vezes, não são as mais...

A precarização de saúde e segurança está sendo resolvida nesse projeto de lei agora, se for aprovado.

Desproteção social, 46% sem INSS. Não é verdade. Na segurança, na limpeza, na informática, não existe isso. Já falei isso no TST, na audiência pública. Ficaram de me mandar dados dizendo que existia. Não existe. Nesse setor não existe. Pode haver em outros.

Quanto à contratação de mais mulheres, migrantes, negros e tal, evidente, porque são atividades de limpeza, de conservação, de apoio. São pessoas com menos formação cultural ou educacional.

Isonomia. Como se vai fazer isonomia de atividades diferentes, Senador? Vão-se pagar os mesmos salários e os mesmos direitos para o servente, para o médico e para o advogado? Então, é preciso repensar isso.

A responsabilidade solidária, nós concordamos que fique.

Redução de qualidade. Isso não é verdade, porque a qualidade é dentro do próprio setor. Não é a qualidade no geral.

E o enquadramento sindical. O enquadramento sindical brasileiro decorre do art. 8º da Constituição e da CLT, e ele é por categoria. Então, cada categoria tem seu enquadramento, e não há como haver essa junção.

É isso, Senador. Eu teria muito mais informações, mas o tempo é pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai passar.

A SR^a CELITA OLIVEIRA SOUSA – Mas fico à disposição, inclusive para comprovar tudo o que foi dito aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Celita, que teve um tempo ampliado e, nesse aspecto, há concordância absoluta. Ela foi a única que, aqui, não digo que fez a defesa, mas colocou justificativas da situação dos empresários do setor, e no debate V. Ex^a poderá voltar a usar a palavra.

Agora, passarei a palavra ao Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura. Se puder ficar nos 10 minutos mais cinco de tolerância, seria bom.

Em seguida, o Luiz Carlos Prates conclui a Mesa.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Eu me esforçarei, Senador.

Primeiramente, quero agradecer o convite para mais uma vez estar nesta Casa discutindo temas importantes relacionados à área de trabalho, novamente terceirização. Apenas quero fazer uma ressalva e um importante registro: o Deputado Laercio também esteve aqui, somando-se à voz da Dr^a Celita em defesa de um debate um pouco mais equilibrado.

Tentando ser um pouco mais sintético – aqui boa parte das colocações foram feitas sempre relacionada com algumas denúncias –, vou tentar ser um pouco mais simples.

No nosso entendimento, até divergindo um pouco da Dr^a Celita e dos demais companheiros da Mesa, entendemos que seria mais adequada a questão da responsabilidade subsidiária, por dois simples motivos. Primeiro, porque a questão já tem sido conduzida pelo próprio TST na Súmula nº 331 e porque, na nossa visão, isso é um ponto essencial de administração e segurança jurídica. De que estamos falando na prática? Na nossa análise, a partir do momento em que você pode demandar uma relação solidária, você pode escolher o polo passivo da ação. E se você imediatamente aciona judicialmente o contratante, o contratante fica refém da situação por não deter todos os meios de prova, porque a atividade fática e o controle são realizados pelo terceirizado, pelo contratado. Então, há essa dificuldade.

A segunda questão é de ordem jurídica, porque, se primeiramente ele perde ou ganha uma ação contra o contratante, tecnicamente ele pode entrar contra o contratante dele imediato, e não contra o tomador de serviço. Ele tem duas possibilidades de ação. Há uma controvérsia muito grande de como isso vai deslanchar nos tribunais.

Então, não vemos segurança e como planejar o custo dessa insegurança, transferindo principalmente

para os contratos. Foi passada aqui a questão da 8.666, e não há previsão nenhuma de repactuação nessas hipóteses. Portanto, haveria um engessamento da atividade. Isso nos preocupa bastante.

O segundo ponto, de que hoje não podemos nos afastar, é que estamos num momento, Senador, de crise global, concorrência internacional, e, divergindo um pouquinho da Drª Celita, nós, na CNA, entendemos que, na prática, terceirização está, sim, relacionada com redução de custos. Por quê? Porque, na prática, ele também observa isso para decidir se vai terceirizar determinada atividade ou não. Do que estou falando? Isso, na doutrina, há quem explique como sendo a curva de aprendizagem. Onde você equaliza essa questão? Quando a pessoa começa a desenvolver com grau de expertise e com tecnologia suficiente aquela determinada atividade, ela consegue implementar no seu produto mais qualidade e desenvolver maior eficiência – redução de tempo e redução de custo unitário –, e isso reflete em margem de lucro, inclusive no produto final. Então, esse é um dos fatores que a gente não pode afastar da questão da terceirização.

Como o Deputado Laercio aqui falou, nós também somos a favor da terceirização plena por alguns argumentos, porque, no caso da agricultura, há peculiaridades que merecem ser observadas nessa discussão.

Primeira questão: alguns equipamentos. Aqui mesmo nesta Casa já travamos discussões, Senador, quanto à diferença, à disparidade de tecnologia entre o agronegócio e, por exemplo, a agricultura familiar. A terceirização é uma forma, sim, de fazer chegar tecnologia de ponta à agricultura familiar. De que estou falando? Quantos aqui sabem, mais ou menos, o custo de uma colheitadeira de ponta ou de um avião de pulverização, de aplicação de defensivo agrícola? Isso é muito caro. O agricultor familiar não tem condições de comprar um equipamento desse porte. E, se tivesse, com a terceirização da atividade fim – porque é uma atividade fim de agricultura – essa tecnologia, a sustentabilidade do negócio seria mais viável, na nossa opinião. E por que eu falo isso? Porque ainda que ele tivesse condições de comprar um equipamento dessa natureza, a safra não é como serviço urbano rotineiro e diurno. Você tem um momento de aplicação e, depois, você fica cinco, seis meses sem usar a máquina. E a máquina, quando fica parada por x meses, deteriora-se, estraga, perde garantia.

Então, é um universo um pouco complicado, que nós gostaríamos de apresentar para os senhores para que a gente possa, numa discussão legislativa, prever determinadas situações.

Outra questão é o comentário que o Deputado Laercio fez de que terceirização não contrata gente,

contrata serviço. E nisso vou além. Concordo com ele e vou falar aqui um pouco dos postos de trabalho porque, se num primeiro momento os dados apresentados apontam para uma desaceleração, uma redução de postos de trabalho, posso lhe assegurar, Senador, que diminuição de posto de trabalho não está relacionada diretamente com terceirização. Terceirização é apenas um dos fatores que somam nesse contexto. Não é uma relação direta e exclusiva. Por que estou falando isso? Porque, na minha visão, inclusive, há um fomento na atividade que não foi considerado. Quando há contratação direta... Aqui, por exemplo, no Senado, há o serviço de vigilância. Suponhamos que a contratação fosse direta. De uma forma linear nas empresas, quando essa pessoa falta, o que acontece? Ou você remaneja alguém para cobrir a frente ali... Você não tem uma reposição. Já na terceirização, tem. Necessariamente, você tem um posto a mais de trabalho, que é do substituto. Não estou dizendo que tem um substituto para cada vaga, mas você gera um quadro de reserva que, na contratação direta, não existe. Então, isso, de certa forma, é um estímulo à contratação, a um número maior de posto de trabalho do que a contratação direta.

Outra questão: férias. Mesma coisa. E isso leva, um pouco, a algumas reclamações que temos recebido quanto ao tratamento impessoal, à questão... Na terceirização, realmente, parte das denúncias aqui procedem, agora, a gente tem de tratar com a limitação até de ordenamento jurídico. Lá, às vezes, você não está preocupado até em manter um relacionamento muito direto, muito próximo com o terceirizado porque você tem algumas implicações legais. E do que estou falando? Refiro-me aqui, Dr. Renato, ao fato de que uma das considerações que a gente tem recebido é, no trabalho terceirizado, por exemplo, você não disponibilizar o e-mail da contratante para o terceirizado. Ele é impessoal. E, em determinada situações, ele se sente discriminado, inclusive por isso. “Eu e meu colega aqui, nós vamos ao mesmo refeitório, ele tem o e-mail da empresa, e eu não tenho; tenho que usar o da contratada”. Mas isso é uma coisa que nós absorvemos pela própria jurisprudência, porque, nos julgados, isso tem sido observado para ver se há contratação direta ou não, se isso é uma intermediação irregular, pelo Judiciário. Então, na verdade, nós teríamos que amadurecer essa conversa até com o Judiciário, Senador, porque, como advogado, eu tenho até dificuldade de orientar.

Minha orientação, hoje, Dr. Renato, eu lhe digo: não ceda o e-mail. Se ele quiser, ele pode usar o ferramental, a rede, o computador, mas ele usa o e-mail da contratante direta dele, e não o da tomadora dos serviços.

Agora, é uma reclamação que a gente tem recebido dos trabalhadores porque, de certa forma, sentem-se discriminados. Então, não entro aqui no que é justo ou... Não estou querendo medir, só estou apresentando para os senhores que nós temos algumas dificuldades, embora até... Qual é a diferença de ele usar o e-mail da empresa ou não, tirando aquela questão da responsabilidade corporativa de um dano, de ele soltar uma imagem indesejada, como aconteceu até no STF, um comentário relacionado não sei se foi com o Senador Sarney. Então, são coisas desse tipo, mas eu gostaria de trazer essas considerações para a gente avançar, num segundo momento, nessas questões também.

Outra questão é relacionada com as ordens. Por que há um quê de impessoalidade? Porque a gente tem que separar, no ambiente jurídico, o que é orientação técnica e o que é subordinação jurídica, e alguns desses trabalhadores reclamam. E do que estou falando, por exemplo? Não é novidade que alguns dos ministérios já ficaram famosos porque o terceirizado assinava até o ponto junto com o funcionário do ministério. Isso já aconteceu. Então, essa separação foi algo necessário por conta também do passivo trabalhista, do problema da contratação direta, do julgamento, de ser aquela atividade, ou aquela característica, aquele procedimento constatado como irregularidade trabalhista que possa influenciar na sentença final.

Outra coisa de que nós tratamos aqui e que gostaríamos de pedir – inclusive um pedido, Miguel, para o Dieese, se você puder fazer essa gentil interlocução – é que gostaríamos de conhecer, porque não conhecemos, a separação dos dados de terceirização entre setor público e privado. Por que estou falando isso? Porque, na nossa visão, há uma grande diferença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Que bom, estamos falando da mesma coisa.

Senador, pelo menos intuitivamente, eu lhe falo, a nossa impressão é de que a maioria desses problemas relatados aqui é no serviço público, pelo menos na nossa visão, Miguel. Então, há uma necessidade de separar esse quantitativo.

V. Ex^a mesmo citou aqui o caso da TV Senado. Isso é atividade fim ou meio, na sua opinião?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – TV Senado é fim.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Então, teríamos um problema inclusive no próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No meu entendimento, e os companheiros da TV Senado estão aqui, deveriam ser contratados todos diretos, e não terceirizados. Todos. Esse é o meu

entendimento, naturalmente. (*Palmas.*) Agora, quem decide é a Casa.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Exatamente. Agora, isso não é prerrogativa aqui do Senado, é algo muito comum nos órgãos públicos. No próprio Ministério do Trabalho nós tínhamos, em um passado recente, na Secretaria de Relações do Trabalho, técnicos de atividade fim tratando das questões sindicais – estamos aqui entre colegas sindicais e todos sabem disso –, e os funcionários que faziam a análise dos pedidos de registro sindical eram terceirizados. Ou estou falando alguma besteira aqui? É verdade. Isso mudou há muito pouco tempo. Os funcionários que estão lá... Acho que foi um dos primeiros ministérios que andou com essa questão do seu corpo técnico. Até elogio a atitude do Ministério do Trabalho. Fizeram concurso para exatamente corrigir essa questão.

Então, um número significativo desses relatos que estamos vendo aqui, de certa forma, ou se relaciona com o Poder Público diretamente ou com empresas públicas, e isso pode influenciar na análise desse todo.

Por que estamos fazendo essa ressalva, Senador? A gente não está aqui, principalmente a CNA, para defender o caso dessa listinha que o Vicente me cutucou e falou: “Olha o tanto de coisa que não pode, que está errada”. A gente não está para defender esse pessoal. Mas, aproveitando até a apresentação da CUT, há outro percentual de gente que age dentro da lei, que respeita as convenções coletivas, que paga tudo dentro do piso salarial. É esse pessoal que a gente quer defender, porque nós entendemos que a terceirização é uma atividade lícita, tem muita coisa boa decorrente disso, principalmente porque, no ambiente internacional, onde existe a terceirização, não podemos afastar a concorrência internacional, as restrições econômicas e exatamente a diminuição de postos de trabalho, quando um serviço ou uma atividade globalizada, como foi o caso da Nike, deixa de se instalar no País porque vai para outro lugar.

Não queremos aqui, com esse argumento, diminuir direitos, mas apenas mostrar que tem muita gente boa que trabalha dentro da legalidade. E é com base nessa referência que nós gostaríamos de pautar nosso discurso, porque o custo do trabalhador – a gente conversou isso na outra audiência, Senador –, o custo do trabalho e a desoneração da folha de pagamento continua sendo uma das propostas da CNA, que, inclusive, contou com seu apoio na última audiência pública sobre terceirização. Diminuição dos encargos tributários, desoneração da folha, mas sem que isso implique redução de direitos trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Concluiu ou não?

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Não, é que vi que o senhor pegou o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas para deixar bem claro que não sou contra você fortalecer o setor empresarial. Eu já disse isso. Estou muito preocupado – deixei isto com muita clareza e li um documento aqui na abertura – com a forma como estão retirando os recursos da Previdência. Se voltarmos, desde que eu fui Constituinte, mais de R\$100 bilhões foram retirados da Previdência e passados para o capital. Daí, nunca há reajuste para os aposentados, para os pensionistas, para os trabalhadores, nesse enfoque.

Claro que entendo que temos que fazer uma reforma tributária, e aí chegaremos lá. Já debatemos juntos, e você, na época inclusive, colocou com muita precisão o ponto de vista da sua entidade.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Obrigado, Senador.

E trago como referência – foi trazido à Mesa aqui pelo Dr. Caixeta – a questão da Convenção nº 155. Como referência porque foi adotada pela OIT, ratificada pelo Brasil, que trata da questão da responsabilidade solidária.

E aí volto àquele nosso discurso, Senador, porque em determinado momento, em determinadas discussões, há a referência da OIT positivamente: “Olha, o mundo internacional pratica isso”. É verdade. Ele colocou com muita propriedade, embora discordemos que seja a melhor solução para o País. Mas, aproveito e faço uma provocação: se nas próximas discussões formos adotar como referência a OIT – já passo aqui para o Dr. Caixeta, Dr. Renato –, vamos trabalhar o conceito de trabalho escravo no País, conforme Convenção nº 29 da OIT, e não conforme está hoje na Instrução Normativa nº 91 do Ministério do Trabalho e Emprego. Não que a gente use a OIT somente nessa discussão de hoje, mas que use para as próximas também. A gente adota um critério único e vai trabalhar no único, porque é mais ou menos o que a gente estuda na Academia, a questão da teoria do conglobamento: você começa a pinçar o que é melhor de um universo e o que é melhor do outro e daqui a pouco você não consegue uma relação equilibrada.

Então, nós gostaríamos de fazer essa provocação também, até porque temos severas críticas à forma de constatação de trabalho escravo hoje, Senador, principalmente pelo estabelecimento de metas nos ministérios.

No Ministério do Trabalho, tivemos notícias de que há metas de fiscalização; no Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive, foram publicadas no *Diário Oficial* as metas de fiscalização do trabalho. Temos críticas

quanto à atual formatação, porque quando comparamos o índice de condenação penal com o índice de condenação administrativa, a discrepância é absurda. Não se chega a 5%. Esse é um sinalizador de que alguma coisa está errada.

E vou além: reprovamos com veemência, Senador, o exercício dos Três Poderes do Estado democrático em um só pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Do que estou falando? Porque ele age como legislador quando define os conceitos de trabalho escravo para fins administrativos e com reflexos imediatos na inserção do empregador rural na lista suja – ele é legislador; ele é Poder Executivo quando está como auditor do trabalho na propriedade rural fiscalizando; e é o Judiciário quando ele mesmo julga os autos de infração. E por que posso afirmar isso? Porque a instrução normativa foi publicada por uma auditora, que é chefe da Seção de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Tudo é dentro do mesmo órgão: você legisla, executa e julga. E isso nós não aprovamos. Achamos um absurdo.

Sem fazer muitas referências à questão da Zara, exemplificando o que nós reprovamos. É incorreto? Não estou aqui para discutir isso, mas apenas vou ater-me à referência técnica, tão somente isso, porque em um comentário foi falado de 16 horas – isso seria jornada exaustiva – e no outro 14 horas. Onde está o limitador de horas, caracterizando a jornada exaustiva? Isso não existe. Eu queria até que existisse, Senador, porque eu tenho dificuldade em orientar as pessoas em relação a como cumprir a regra. Exaustão é um conceito biológico, fisiológico. O que é mais exaustivo – aqui fica a pergunta –, você carregar 200 quilos por uma hora ou carregar 20 quilos por dez horas? Essa é a questão. A referência de hora não se relaciona com isso.

É apenas um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só peço ao Plenário que, depois, no debate, cada um faça as suas considerações tranquilamente.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Exatamente.

Por que eu fiz essas referências? Porque se relacionou aqui, em determinado momento das falas, o trabalho escravo com a terceirização, e eu não quero afastar disso sempre que a gente tem em mente o empregador de boa-fé.

Por que eu fiz essa ilustração? Porque nós temos a intenção. É nosso papel institucional prestar a correta informação. Mas, hoje, o conceito é muito vago, e se nós queremos também uma referência legislativa, o próprio Presidente do TST já teve oportunidade de falar que o conceito atual vigente é uma norma penal em branco, que há subjetividade no conceito de trabalho exaustivo e trabalho degradante. Quem tiver compre-

tador, isso está no site do TST, no campo de notícias, publicamente declarado. Agora, isso que a gente sofre hoje também tem reflexos nas empresas terceirizadas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Finalizando, eu gostaria de fazer aqui duas considerações – o Vicente fez também, falando da necessidade de revisão, Senador, da Lei de Recuperação Judicial. Eu gostaria de fazer um relato.

Nós também pensamos dessa forma, como Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Por que eu falo isso? Porque foi público, no ano passado e nos que antecederam, a falência, o pedido de recuperação judicial do Frigorífico Independência. Então, se por um lado essa questão afeta os trabalhadores, eu gostaria de vocês soubessem que afeta os empregadores também, porque os produtores de gado brasileiro tinham plantas em vários Estados e também não receberam os seus créditos; efetivamente, entregaram a sua produção toda para o frigorífico. Então, houve um problema dessa natureza. Vários acordos foram feitos na recuperação judicial, e até hoje parte significativa dos produtores não recebeu o que lhe era devido.

Assim, Senador, de uma forma resumida, dentro do tempo regimental, gostaria de agradecer a oportunidade mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação Nacional da Agricultura, que quero destacar que tem vindo diversas vezes aqui, coloca o seu ponto de vista com muita tranquilidade e vai para o debate. Já tivemos aqui inclusive uma discordância, eu e ele, mas tudo num alto nível.

Fico feliz que você esteja aqui mais uma vez, porque nem todas as entidades do empresariado, quando a gente convoca – não é convoca; convida –, vem ou manda um representante. O Cristiano sempre vem: “Convidou, estou lá; vou fazer o bom debate”. Isso é bom, isso é muito bom!

Passo a palavra para o Luiz Carlos Prates, membro da Secretaria Executiva da Central Sindical e Popular Conlutas.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Bom dia a todos e todas!

Quero agradecer mais uma vez pelo convite à nossa entidade e também a oportunidade deste debate que, em nossa opinião, é muito importante e que deve ser feito pela sociedade brasileira.

Obviamente, ser o último expositor, e até também porque, infelizmente, não pude pegar as primeiras exposições, a gente corre o risco de ser repetitivo e também de ser chato. A gente até já pede desculpas por repetir alguns argumentos que foram utilizados.

Para nós, da CSP-Conlutas, partimos do pressuposto, inclusive contrário pelo menos aos dois últimos oradores, de que a questão da terceirização não é natural. O trabalho não nasceu para ser terceirizado; ele não é uma questão natural, nem sempre foi assim, e é parte fundamental da chamada reestruturação produtiva. Embora essa reestruturação produtiva não seja uma coisa do setor público, normalmente as inovações, as transformações no modo de produzir acontecem nas indústrias, acontecem onde você produz mercadoria, onde você produz novos paradigmas, novas maneiras de produzir. Depois, elas são levadas ao conjunto das outras organizações.

O que vivemos na reestruturação produtiva nas últimas décadas, a partir da implantação do toyotismo, nas grandes empresas, nas grandes indústrias, a terceirização é uma parte fundamental. Antigamente, Senador, quando eu comecei a trabalhar, por exemplo, não existia dentro das empresas a segurança especializada. Os guardas eram contratados pelas próprias empresas. A limpeza também era feita pelas empresas. O serviço de restaurante também era feito pelas empresas. Então, não era uma coisa natural. Ao contrário, foi para poder fazer um processo de redução de custo, e, ao mesmo tempo, para nós, trabalhadores, isso significa uma divisão dos trabalhadores; criar uma segunda categoria de trabalhadores, que seria a de trabalhadores terceirizados dentro das grandes corporações, em particular, e, depois, é expandida para todos os locais. Isso é fruto desse processo, de produzir cada vez mais, de um trabalhador exercer funções que antes eram exercidas por quatro ou cinco trabalhadores; uma produção flexível, em que os produtos são mudados a todo momento e por isso é necessário haver uma flexibilidade por parte dos trabalhadores. E essa flexibilidade também tem que se expressar nas leis, tem que se expressar na superestrutura jurídica da sociedade, que são as leis.

Não é à toa que o PL nº 4.302, que trata da terceirização e que está em debate até hoje, é parte do que o movimento sindical chamou de pacote de maldades do Governo Fernando Henrique Cardoso, em que havia, além da terceirização, a suspensão do contrato de trabalho; o contrato de trabalho por tempo indeterminado com Fundo de Garantia reduzido, bancos de hora, jornadas especiais e a terceirização.

Então, uma série de medidas que visava flexibilizar o mercado de trabalho, que tem por objetivo fundamental a redução de custo, ou seja, transformar um custo que antes era fixo para as empresas, porque ela tinha que ter esses funcionários, em custo variável, porque daí ela contrata as empresas.

Assim sendo, a justificativa dada pelas empresas de que é necessário trabalhar com especialização, que cada um deve focar na sua especialização, nada mais é do que uma ideologia, nada mais é do que um argumento que eles utilizam, em que o fundamental é haver uma redução de custo; o fundamental é pagar menos pela mão de obra, fazer essa flexibilidade que também no mundo todo não existia. Ela foi ocorrer a partir do toyotismo, e hoje, em diversos países, ainda não existe terceirização. Existe legislação que coíbe a terceirização. Então, não é uma questão absolutamente natural.

Agora, na verdade, a terceirização cria e faz uma verdadeira reforma trabalhista, sem haver uma reforma trabalhista, mas faz para os terceirizados. Isso porque o que acontece com os trabalhadores no serviço público – os trabalhadores que estão no serviço público fazem os mesmos serviços, muitas vezes os mesmos serviços nas universidades, nas prefeituras, os mesmos serviços que uma pessoa que fez concurso público faz; tem o salário absolutamente diferenciado, tem as condições absolutamente diferenciadas, tem tudo diferente; aliás, tudo é inferior – acontece nas indústrias. E se criam duas categorias de trabalhadores: uma categoria das chamadas empresas mães, ou do serviço público, ou dos bancos, e outra categoria que é a dos terceirizados, que aqui recebeu diversas denúncias e diversas constatações, que tem condições de trabalho totalmente diferenciadas. Aliás, a luta que faz o sindicato nos setores terceirizados é para obter conquistas que são básicas, conquistas históricas dos trabalhadores que já estão nas chamadas empresas mães.

Esse elemento econômico da terceirização, nós achamos que é fundamental e que explica, em última instância, o que está acontecendo, porque toda vez que a gente começa, Senador, a debater a terceirização – houve um debate no TST, na Câmara, os projetos de lei que estão sendo discutidos –, o debate é no sentido de regularizar uma situação, ou seja, regularizar uma situação desigual. Nós, da CSP-Conlutas, não concordamos com essa concepção. Nós não concordamos em regularizar a desigualdade, a divisão entre os trabalhadores e essa situação. Por isso é que nós achamos que a terceirização é um mal que deve ser cortado pela raiz e que as empresas devem arcar com sua mão de obra e devem contratar esses trabalhadores. Por exemplo, no serviço público, é absolutamente inconcebível que as universidades tenham, hoje, terceirização do tamanho que têm e que mantenham ao mesmo tempo trabalhadores que são concursados e que fazem a mesma função; e os governos são os agentes disso. Nós defendemos que haja a efetivação desses trabalhadores do serviço público e que

não haja essa divisão entre terceirizados e a divisão entre aqueles que são concursados ou aqueles que são efetivos. Por que exatamente? Por causa dessa base, a precarização que há no trabalho é fruto dessa nova situação. Se houvesse uma terceirização, em que houvesse as mesmas condições salariais, se existisse igualdade salarial, se existisse igualdade de direitos total e se existisse igualdade de benefícios, obviamente, para as empresas, não seria interessante mais fazer a terceirização.

Então, essa é a situação em que estamos colocados.

Alguns elementos da terceirização... E por que existem esse dois mundos? Por exemplo, foi dito aqui que é óbvio que haveria mais acidente no trabalho entre os terceirizados porque eles fazem determinadas funções. Isso não corresponde à realidade. Se nós temos entre os trabalhadores 25% de terceirizados, não dá para explicar por que entre os acidentes no trabalho, oito são nas empresas terceiradas. Ou seja, é uma diferença brutal.

Então, não é um problema de função. É um problema das condições de trabalho nas empresas terceiradas, não por responsabilidade delas apenas, por responsabilidade das empresas que contratam, porque elas não fazem assim; as empresas contratam não para dar as mesmas condições, mas para dar condições inferiores, exatamente para elas poderem aumentar o seu lucro. Por isso acontecem tantos acidentes. Entre as mortes, a mesma coisa. A maioria das mortes acontece entre os 25% de trabalhadores que são terceirizados, morte e acidente no trabalho.

Aliás, Senador, eu até gostaria de fazer uma ressalva – uma ressalva, não. Nós estivemos aqui, na semana, creio que há 20 dias, discutindo, debatendo os acidentes no trabalho, a questão das mortes que têm acontecido no trabalho. E eu, por exemplo, que trabalho na General Motors, por coincidência, estava aqui nessa audiência. Na semana posterior, houve um acidente fatal dentro da empresa, que levou a uma morte absolutamente absurda dentro da empresa, do mesmo jeito que dois anos atrás um outro trabalhador tinha sido vítima do mesmo tipo de acidente. Isso demonstra a atualidade desse debate. E, infelizmente, isso aconteceu nesse período.

A existência desses acidentes no trabalho não é fruto de que tem mais ou menos, se é eletricista, se é mecânico ou coisa parecida. É porque exatamente as condições de trabalho são precárias, e elas são parte desse processo geral de terceirização, que cria essas duas categorias; e essas categorias têm esse elemento econômico, que as empresas fazem, que

as empresas querem, para poder manter e aumentar cada vez mais os seus lucros.

A desgraça também é que essa situação leva a uma pulverização sindical, a uma pulverização dos trabalhadores e a uma divisão muito forte entre os trabalhadores, que só beneficia as próprias empresas; beneficia as próprias empresas essa divisão que existe entre os trabalhadores e que leva a uma dificuldade da ação sindical.

Por isso é que nós, da CSP-Conlutas, entendemos que os sindicatos devem buscar organizar no seu interior os trabalhadores terceirizados, porque não tem sentido a gente se render a essa política de as empresas dividirem os trabalhadores, dividi-los em duas categorias, dividi-los em várias empresas, dar direitos diferentes e ao mesmo tempo dividi-los em vários sindicatos. Nós precisamos unificar esses sindicatos; nós precisamos unificar essas ações no sentido de caminhar para romper com a terceirização. E romper com a terceirização, nós acreditamos que vai ser um processo de luta e um processo prático de conquista de direito. Por isso nós defendemos que deve haver direitos iguais, salário igual, jornada igual, benefícios iguais entre terceirizados e os trabalhadores chamados de trabalhadores efetivos.

Mas essa divisão dos trabalhadores deve ser combatida pelo movimento sindical. Nós fazemos um apelo para que o movimento sindical combata essa divisão, buscando organizar o conjunto dos trabalhadores e pegando sempre pela categoria que tem mais direitos, para poder caminhar nesse sentido. Acho que essa é a tarefa fundamental, prática, que tem que exercitar os sindicatos no combate à terceirização.

Por fim, em relação às diversas propostas que têm em debate.

Como nós achamos que a terceirização é um elemento econômico, que utilizam as empresas, que ela tem que ser combatida pela raiz, entendemos que cada vez que entra esse debate, sob o pretexto de regularizar, o que nós estamos vendo é que, do ponto de vista da legislação, as propostas que existem são para piorar uma situação que já é ruim. O projeto de lei que existe, em particular, na Câmara, cujo Relator é o Mabel, é um projeto que vem tornar mais precária ainda a situação, porque quer legalizar uma situação de desigualdade. Hoje, é proibido que haja terceirização. Com o projeto, seria permitido fazer a terceirização em nome de uma regulamentação.

Por outro lado, também entrar na discussão da terceirização e admitir a suposta terceirização daquilo que seriam os meios, e não os fins, nós também achamos que não é bom. É uma proposta que vai levar o movimento, em particular os trabalhadores, a uma pro-

funda derrota porque vai aceitar o conceito da terceirização, aceitar o conceito da divisão dos trabalhadores e vai aceitar que os empresários possam aumentar a sua exploração e promover essa verdadeira reforma trabalhista sem ter que mudar a lei através do processo de terceirização.

Por isso, nós temos a posição de que nós devemos, neste debate, reivindicar a igualdade de direitos entre os trabalhadores e, ao mesmo tempo, reivindicar que as empresas assumam os trabalhadores, seja no serviço público, seja nas empresas privadas, para se acabar com essa verdadeira divisão entre os trabalhadores e para que todos possam ter os mesmos direitos.

Então, nós achamos que, do ponto de vista da terceirização, do debate que está havendo, as propostas que existem não contemplam os verdadeiros interesses que estão em jogo. Os interesses dos trabalhadores, nesse momento, têm que ser, do nosso ponto de vista, acabar com a terceirização no sentido não de acabar com os trabalhadores terceirizados, mas que esses trabalhadores sejam contratados pelas empresas que hoje fazem com que eles trabalhem para as empresas chamadas mães; e que tenham os mesmos direitos sindicais, políticos, direitos econômicos, mesmo salário, porque só assim a gente consegue dar passo adiante nessa sociedade tão desigual e que tanto explora o trabalhador brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse é o Sr. Luiz Carlos Prates, membro da Executiva Conlutas.

Nós vamos passar agora às considerações finais.

Ao mesmo tempo, as pessoas podem, se assim entenderem, fazer alguma pergunta ou colocar o seu ponto de vista sobre algo que foi dito. Mas eu ainda acho que nós faremos aqui, um dia, um debate sobre uma recomendação da OIT, que é aquela da demissão imotivada, a 158. Isso é interessante. E também a PEC do Trabalho Escravo, que, se não me engano, foi do Senador Ademir Andrade, já aprovada aqui no Senado e está na Câmara. São duas coisas que nós também teremos que avançar nos debates.

Vou passar a palavra, neste momento, para as suas considerações finais e para alguma ponderação a mais – a Senadora Ana Rita disse que voltava e voltou; está aqui conosco; ela usará da palavra no momento em que entender mais adequado – ao Toninho, do Diap.

Todos falarão. Todos. Eu vou chamar todos. Quem não quiser falar não fala, mas todos serão convidados.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Quero apenas agradecer a oportunidade e dizer que, num debate dessa natureza, as pessoas têm lado. Cada um argumenta sob sua ótica, sob seu ponto de vista.

Por exemplo, ouvi aqui que, em alguma circunstância, quando o trabalhador é prejudicado em função de estar vinculado a uma terceirizada, a culpa é da legislação, como se os empresários desse setor não tivessem brigado, pressionado para viabilizar essa legislação.

Ouvi aqui um desafio que acho interessantíssimo – se dependesse de mim, não sou liderança sindical, aceitava de pronto –, que é adotar os princípios da OIT para qualquer área, inclusive para a Convenção nº 158 da OIT, proibição da demissão imotivada.

Ouvi falar que, para trabalho exaustivo, não há nenhum estudo denominando o que vem a ser isso. E se mencionou aqui entre 14 e 16 horas de jornada. Parece-me que, na agricultura, isso pode ser considerado exaustivo. Talvez seja por isso que o setor da área rural resista tanto à aprovação da PEC nº 438, que trata da desapropriação de área onde for identificado trabalho análogo ao trabalho escravo.

Então, é claro que isso é um debate em relação ao qual todos têm um posicionamento. Eu também não sou isento nesse processo. Embora com formação técnica, vim aqui buscar uma postura razoavelmente equilibrada, mas a gente ouve coisas, de um lado e de outro, absolutamente extremadas, sem nenhuma razoabilidade.

Só o debate, só espaços como estes vão permitir clarear, conhecer os pontos de vista e chegar a um encaminhamento em que todos não inviabilizem as empresas, como há situações concretas de bloqueio de repasse, mas que também não tratem essa classe de trabalhadores que não fazem parte da prestação direta da empresa como trabalhadores de segunda categoria. Que se deem condições dignas e remuneração decente.

Com isso, então, Senador, eu queria agradecer, colocar-me à disposição para outras oportunidades, cumprimentar todos e desejar uma boa tarde.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O Toninho do Diap colocou o seu ponto de vista no encerramento desta audiência pública.

José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Mais uma vez, Senador, quero agradecer.

Primeiro, quero registrar aqui que os trabalhadores que prestam serviço de vigilância no Senado, da Patrimonial Vigilância, estão com receio porque a empresa está quebrando. O Senado já tomou providência, tomou para si o problema e está pagando diretamente, mas os 1.400 trabalhadores que prestam serviço ao

Ministério da Justiça e à Polícia Rodoviária Federal, os gestores de lá não querem ter responsabilidade. E vamos pedir a sua ajuda, Senador Paim, Senadora Ana Rita, no sentido de nos ajudar a intermediar, para preservarmos o direito dos trabalhadores, porque o modelo dessas empresas, como já foi dito aqui, é desaparecer, prestando serviços a órgãos públicos e não pagando os trabalhadores.

No mês passado, os trabalhadores dessa Patrimonial, lá no Senado, fizeram greve porque não receberam salário. E o Ministério da Justiça, num primeiro momento, colocou a força nacional para amedrontar os vigilantes. Só que os vigilantes não têm medo, na sua razão, de força nenhuma. A única força é a da razão.

Eu queria colocar ainda as nossas ponderações e preocupações sobre o que a Drª Celita falou em relação à Coral, a essa questão do processo de recuperação judicial. Na verdade, o que nós buscamos é que a Coral pague os trabalhadores. O artifício de usar a Lei de Recuperação Judicial é uma forma de protelar e, no final, não pagar. Não conhecemos o histórico de empresas de prestação de serviços que, por meio da Lei de Recuperação Judicial, pagaram o trabalhador. É uma situação que não se justifica, uma empresa não pagar o salário do mês. Não se justifica não pagar o 13º salário. Não se justifica não pagar uma série de outras obrigações.

Na verdade, a gente tem uma série de estranhezas, Drª Celita, e gostaríamos muito de dialogar. O dono da empresa, quando procurado para dialogar, as suas foram vagas. Continuamos insistindo na possibilidade do diálogo, porque a Coral apresenta um documento, que o advogado do Sindicato dos Vigilantes de Mato Grosso do Sul trouxe aqui, no sentido de que 20 milhões são empresas da própria Coral, que deve para a empresa do próprio grupo. Ou seja, há um crédito, como a Drª Celita falou aqui, de 17 milhões. Então, só nisso, a conta não fecha dentro do próprio grupo. Depois, a gente se pergunta: esse dinheiro, de uma que está devendo para a outra, não é dinheiro do trabalhador que começou a circular etc. e agora não tem como repor aos trabalhadores? Você fica se perguntando sobre essas coisas.

Para concluir, nesse debate sobre terceirização, é óbvio que precisamos de um tempo maior para ponderar aqui sobre alguns pontos de vista, mas queremos deixar bem claro: especialização existe, sim, mas somente do lado dos trabalhadores, porque poucos são os casos que conhecemos de empresas especializadas para vender serviços especializados, mas os trabalhadores são especializados.

Segundo, com todo o respeito e contrariando um pouco o que a Drª Celita falou, essa questão da

diferenciação salarial, no nosso caso, é clara: vigilante contratado diretamente pela Petrobras recebe um salário; vigilante contratado por empresa terceirizada é uma proporção extremamente desigual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fazendo a mesma função?

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Na mesma função. Vigilante. Vigilante da Petrobras – aliás, aqui na Câmara, o Deputado Luiz Alberto foi vigilante da Petrobras e, em certo momento, testemunhou isso.

No próprio serviço público, Senador Paim, nós temos vigilantes concursados, contratados, cuja remuneração, tanto no Executivo quanto no Judiciário, tem proporções totalmente diferentes.

Então, não cabe aqui, talvez, comparar o vigilante com o médico, mas, na própria função, podemos atestar que existe, sim, essa diferenciação.

A questão da jornada de trabalho, Senador Paim, e também reforçando a pesquisa, como se justifica? Antes, o serviço de compensação era feito por bancários. Depois, transferiram para empresa de segurança. E aí o bancário tinha jornada de seis horas, mas, na empresa de segurança, para fazer o mesmo serviço de compensação bancária, o trabalhador executa uma jornada de 12 horas.

Então, essa discussão precisa vir para o seu lugar devido etc, para a gente confirmar algumas questões.

Nós queremos agradecer.

Quero dizer a Drª Celita, que tem sido muito sólida no tocante a ajudar no debate, que a Coral, no momento em que teve o bônus, não dividiu com os trabalhadores. Que ela agora não queira também dividir o ônus com os trabalhadores, porque não é correto, não é justo.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança.

O SR. VICENTE LOURENÇO DE OLIVEIRA – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer por este espaço em que estamos fazendo a discussão, Senador, e gostaria de anunciar que há representações de vários Estados por causa dessa discussão do Grupo Coral. Mato Grosso do Sul está representado pelo jurídico, que está ali. De Mato Grosso está o Valtair, os companheiros do Tocantins estão ali também, do Estado de Goiás, e os companheiros do Distrito Federal, que estão ali também juntos com o companheiro Paulo, que está preocupado com essa situação.

Eu gostaria de voltar um pouco à situação do Grupo Coral. É um grupo de nove empresas que está dando – vou reafirmar – calote mesmo, porque é direito dos trabalhadores. Não há como dizer outra coisa. Basta verificar. Vocês veem aqui a lista de empresas do grupo. São oito empresas. Está a lista aqui: uma devendo para outra, essa coisa girando entre eles, no valor de 20 milhões, 515 mil, seiscentos e catorze “cruzeiros” e sessenta e três centavos. Isso cheira mal, cheira a calote, cheira a maracutaia, a esse tipo de coisa. Está tirando o direito dos trabalhadores.

Eu gostaria também verificar algo aqui. A Fenavist, que é a Federação dos Empresários, editou uma revista. Aí é o seguinte: após a empresa dar o calote nos trabalhadores, ela ainda aparece aqui classificada na categoria diamante. É brincadeira! Há outra aqui, lá de Tocantins, com o nome Solução – que de solução não tem nada – que está aqui na categoria platina. Aí é brincar com os trabalhadores, é brincar com todo mundo esse tipo de coisa!

Na verdade, não quebrou nada. Continua rica, com o patrimônio dos trabalhadores. O que ocorre é que a empresa pega as verbas rescisórias, vai comprando boi, comprando fazenda, e depois não quer abrir mão em favor dos direitos dos trabalhadores na hora de pagar.

Então, obrigado, Senador Paim. Gostaríamos, se possível, que esta discussão continuasse, nem que fosse em outro fórum, em outra comissão, para podermos aprofundar a discussão sobre a Lei de Recuperação Judicial; e, dentro dessa discussão, aprofundar a discussão sobre o Grupo Coral, que está dando calote nos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança.

Nós passamos a palavra agora para Vera Leda Ferreira de Morais, Presidente da Nova Central do DF.

A SRª VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS – Senador Paim, quero agradecer imensamente pela oportunidade e enfatizar o que nós já havíamos colocado aqui, questões que se fazem urgentes para colocarmos um fim na precarização da terceirização.

Lembramos aqui: tenho certeza de que se abrirmos essa discussão, nós poderemos construir cláusulas melhores e garantias melhores para os trabalhadores do que simplesmente uma estabilidade fantasiosa, em que ele tem que abrir mão de direitos e de conquistas, para que se institua a continuidade no local de tra-

Iho, que é essa cláusula de abrir mão dos direitos com relação à multa fundiária.

A Drª Celita chamou a atenção, Senador, e eu acho que o pessoal da construção civil também há que ser chamado para essa Mesa, porque os trabalhadores terceirizados estão no âmbito do tomador de serviço. E nós temos visto a construção de prédios faraônicos e se esquecem de que alguém vai trabalhar ali dentro.

Uma vez provocamos a construção civil do Distrito Federal e o conselho que regulamenta a construção para que as unidades a partir de agora construídas e as já construídas tivessem um tempo para se adaptar para a instalação desses trabalhadores que vão cuidar dessa edificação e da estrutura desse prédio.

Alegaram que o custo aumentaria muito, e tudo o mais. Enquanto isso, nossos trabalhadores estão sem nenhuma proteção com relação às NRs, que regulamentam a questão da segurança e da saúde no trabalho. Muitas vezes, inclusive, eles fazem as refeições em sanitários, em escadas, em gramados, deitados em qualquer local; ou pedindo, como é o caso dos terceirizados, inclusive nesta Casa, Senador, que um colega ou outro deixe que ele faça a refeição dentro da sala, usar o sanitário da sala, coisa desse tipo, quando temos as NRs e não podemos deixar que elas sejam letras mortas.

O desafio para esta Casa e para as universidades é dimensionar qual é a minha capacidade laborativa para que leis como a 8.666 não optem simplesmente pela vantagem – e aí no caso é a vantagem econômica – de tirar um trabalhador, e, com as metas estabelecidas, que um trabalhador faça o serviço de 10 e não consiga jamais chegar à condição de aposentado de forma digna.

Outra situação, Senador, e aí pedimos ao Ministério Público e à Anamatra, para que possamos discutir: o enunciado fala em atividade fim. Mas quem define essa atividade fim?

Quando a legislação é para favorecer o poder econômico, vale o negociado pelo legislado. Quando é o contrário, não vale. Nós temos categorias que têm definido, em convenção coletiva de trabalho, quais são as atividades fim daquela atividade econômica, tomando por base os objetivos e a finalidade do empregador, e daí a pouco nós vemos o Ministério Público e o Judiciário cancelarem essas cláusulas, porque isso não define. Não. Vamos respeitar então também essa definição das partes, até que se tenha uma definição global do que é a atividade fim, e para isso estamos tomando por base a finalidade e os objetivos do empregador.

Muito obrigado a todos vocês pela contribuição. É o que nós temos a dar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vera Léda Ferreira de Morais, Presidente da Nova Central do DF.

E agora vamos para as considerações finais da Drª Celita Oliveira Sousa, Fenavist.

A SRª CELITA OLIVEIRA SOUSA – Senador, nossos cumprimentos pela iniciativa, nossos agradecimentos por esta oportunidade muito significativa para o setor. Gostaria de deixar minhas escusas pela forma contundente, incisiva, como faço minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada. Fez a sua parte.

A SRª CELITA OLIVEIRA SOUSA – Sou advogada de tribuna de mais de 34 anos, e às vezes pegamos esse hábito de expor com veemência.

Mas, por fim, preciso deixar o registro aqui de que o anseio das federações que representam as empresas terceirizadas de segurança privada, transporte de valores, limpeza, conservação, que são da nossa área, o anseio é de que os órgãos públicos, especialmente, passem a contratar corretamente, como bem disse a Vera, representante da Federação dos Trabalhadores, contratando com preço, com responsabilidade, sabendo que a empresa vai ter como cumprir os direitos dos trabalhadores e executando o contrato. Que os órgãos públicos não atrasem os pagamentos de faturas; atraso, como falei, no caso do Paraná, de dez meses, até falir a empresa.

Que eles cumpram a lei, repactuando os contratos assim que os reajustes de salário são determinados pela Justiça do Trabalho nos dissídios coletivos ou constantes de convenção coletiva.

Que haja o respeito às convenções coletivas dos trabalhadores. A Vera lembrou muito bem: negociamos as peculiaridades e vem a Justiça e anula; o Ministério Público entra com ação. Isso tem prejudicado muito o setor.

É luta dessas entidades que seja aprovada a Lei Geral de Licitações, oriunda do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, no seu Substitutivo. Pois esse projeto de lei traz várias salvaguardas dos direitos dos trabalhadores, das empresas, dos contratantes. Veda inclusive a contratação, como disse o Vicente aqui: contrata o vigilante orgânico, do próprio órgão, e mais de empresa. Esse projeto de lei proíbe isso. Se houver quadro de pessoal, não pode terceirizar. Ele determina o capital social das empresas, a responsabilidade pessoal do gestor por essas irregularidades que hoje quebram empresa e deixam o trabalhador sem receber salário, que é não repactuar os preços de contratos e atrasar faturas. Então, esse projeto de lei é muito interessante.

E o outro projeto de lei é o Estatuto Geral da Segurança Privada. Temos nos empenhado há uns qua-

tro anos em escrever o básico. A Polícia Federal tem nos ajudado. Está na comissão especial. E esse projeto de lei, se sair, se for editada essa lei, muitos dos problemas que foram colocados pelos representantes dos vigilantes aqui, o Boaventura e o Vicente, estarão, pela lei, solucionados. Evidentemente, a lei precisa ser cumprida, mas na lei eles estão solucionados porque foram estudados minuciosamente pelos trabalhadores e pelos empregadores.

Quanto aos prêmios de que o Vicente falou, que a Fenavist, que aqui represento, concedeu no final do ano, esses prêmios são por empresas que se mantêm no mercado. É um incentivo. Quem está há dez anos, quem está há 15 anos, quem está há 25, 30 e 50. Então, se a empresa consegue ficar no mercado, o que hoje é muito difícil, ganha o prêmio. Não é só serviço; é empresa de comércio, de indústria.

Ser empresário neste País é ser um verdadeiro malabarista para conseguir conviver com essa carga tributária altíssima e com a interferência do Estado em diversos setores. Na área de serviço, então, há essa premiação para aquelas empresas sérias, que exigem critérios sérios e que estão em atividade. Nesse período, é dado o prêmio diamante, o prêmio ouro.

Finalizando, Senador, eu gostaria de deixar aqui, além do registro, a nossa satisfação desta grande oportunidade, que não deixa de ser um desabafo, quando me referi aos bancos públicos, que é o que mais têm preocupado as empresas, além dos órgãos públicos também. E deixar aqui o nosso agradecimento por esta grande oportunidade e nos colocar à disposição com dados.

Não trouxemos, não projetamos, como o fez, com muita competência, o representante da CUT, tanto aqui quanto no TST – que admiramos muito –, mas temos vários dados para trazer para uma discussão tranquila, honesta, com respeito profundo a ambos os lados. Acho que isso é muito importante. Não adianta firmarmos, de forma granítica, as nossas posições, os nossos pensamentos a respeito do assunto. Acho que temos que juntos encontrar a solução. A solução de que o País precisa, de que os trabalhadores precisam e os empresários. Não existe trabalhador sem empresários. Todos sabem disso. Então, precisamos encontrar soluções com equidade. Precisamos encontrar soluções que venham a resolver de fato o problema.

A Fenavist se coloca aqui à disposição, Senador, para todas as vezes que for preciso debater este assunto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Drª Celita Oliveira Sousa, Consultora Jurídica, especialista em terceirização, que falou pela Fenavist.

E fique tranquila que V. Exª defendeu com firmeza os seus pontos de vista. Fiz aqui só o contraponto para esquentar um pouco o debate, mas foi muito bom para todos.

Acho que todos foram brilhantes na forma de se expressar. E podem saber que, no fundo, no fundo, concordo com a tese de que o que é firmado no acordo coletivo deveria ser estendido. Mas o bom mesmo, para evitar controvérsias, era que constasse ali no contrato, para não ficar aqui o dito pelo não dito. E, no meu entendimento, o parâmetro inclusive, já que falamos tanto da igualdade, talvez fosse o que é dado para os trabalhadores que são considerados permanentes naquele setor. Seria uma referência.

Agora, Luiz Carlos Prates, membro da Executiva do Conlutas.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Obrigado.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade do debate. Quero prestar a nossa solidariedade a todos os trabalhadores atingidos pela terceirização, todos os trabalhadores presentes do Grupo Coral.

Quero registrar aqui também a presença de uma delegação dos metalúrgicos de São José dos Campos, de Perus, delegados sindicais das empresas que também estão muito preocupados com essa questão da terceirização nas indústrias e que também vieram participar desta atividade.

Para a gente encerrar, existem hoje quase 10 milhões de trabalhadores terceirizados. É hoje o setor mais explorado da classe trabalhadora, exatamente porque estão sendo tratados como trabalhadores de segunda categoria, que têm direitos inferiores, que têm uma organização pulverizada. Portanto, o foco deste debate, na nossa opinião, é exatamente como superar essa situação.

Até achei interessante a fala do Boaventura, porque há este impasse de se dizer que são especializados, não é, Boaventura? Você disse que a empresa de segurança é que faz compensação nos bancos.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Serviço de compensação de cheque.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Então, serviço de compensação de cheque, que dá dinheiro, que está sendo feito por uma empresa de segurança.

Então, essa norma de que são especializados... Uma empresa de segurança não seria especializada em fazer a compensação. Mas, obviamente, ela sai muito mais barata do que a contratação de um bancário, que vai fazer esse mesmo serviço. E, obviamente, existe um bancário que faz o mesmo serviço junto com

essa compensação, que ganha um salário superior, que tem uma jornada inferior e tal, o que é uma comprovação de que as coisas se ajustam sempre para se manter os lucros.

O problema é que, para garantir o lucro das empresas – por isso que é difícil a composição –, é preciso uma camada muito grande de trabalhadores, que estão submetidos a uma exploração cada vez maior. E, cada vez que se discute a perspectiva, reafirmo, é no sentido de aumentar essa exploração.

Portanto, acho que este debate é muito importante.

Inclusive, Senador, eu gostaria de fazer uma sugestão. Assim como V. Ex^a falou de trazer aqui o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, acho que a Petrobras também é emblemática, porque a Petrobras tem cerca de 280 mil trabalhadores terceirizados para cerca de 80 mil trabalhadores que seriam efetivos. Então, uma terceirização descarada, com as pessoas fazendo os mesmos serviços. O Boaventura também já citou o problema da vigilância. Mas não é só a vigilância, são petroleiros que trabalham na mesma plataforma. Por exemplo, o petroleiro da Petrobras que vai para a plataforma trabalha 15 dias e folga 21. Um petroleiro terceirizado vai para a plataforma – plataforma é em alto-mar –, trabalha 15 dias e folga 15. Há seis dias de diferença para se fazer o mesmo serviço, nas mesmas condições, o que mostra que é uma situação absolutamente injusta.

Então, sugiro que chame também a Petrobras para a gente debater a terceirização dentro da Petrobras, como uma maneira talvez de avançarmos no debate com as entidades sindicais.

De qualquer forma, quero agradecer e dizer que essa é uma luta que persiste e que temos que fazer mais debates, seminários e, principalmente, barrar toda essa legislação que visa a aprofundar ainda mais o processo de terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Luiz Carlos Prates, da Executiva do Conlutas. (*Palmas.*)

Já está aceita aqui a sua sugestão de incluirmos entre os nossos convidados, até por que eles foram criticados exaustivamente, para que exponham seu ponto de vista sobre esse tema. Vamos convidar então para a próxima audiência pública a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras.

Inverti a ordem. Os que falaram primeiro serão os últimos. Vamos terminar com o Dr. Renato. Então, o Dr. Renato vai encerrar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas claro que vou passar a palavra para ele ainda.

Só estou aqui informando à Mesa que o Dr. Renato será o último, mas ainda há mais dois companheiros ali.

Neste momento, é o Cristiano, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Senador, primeiramente, eu gostaria de agradecer à Dr^a Celita pelo livro. Vou ler com bastante carinho, doutora. Muito obrigado! E também ao Senador Suplicy, que me apresentou a publicação dele sobre a Renda Básica de Cidadania, meus agradecimentos também.

Só uma referência que foi colocada agora na Mesa, para esclarecer melhor a questão da jornada exaustiva.

Quando a gente se propõe a participar de um debate destes, pelo menos a nossa sistemática de defesa não é fazer proposta de a ou b, até porque não é o tema da pauta. É só fazendo uma referência de ordem conceitual e técnica, falando que nós, na CNA, como as entidades sindicais de modo geral, temos um papel orientador. E temos que orientar o produtor como cumprir a lei.

Hoje, tecnicamente falando, não existe norma dizendo que, a partir de x horas, se você empregar o trabalho rural, será caracterizada a jornada exaustiva, está me entendendo? É só isso. Não há; se houvesse, estariámos fazendo esse trabalho orientador, educacional, para que isso não acontecesse.

Dei aquele exemplo exatamente para forçar um pouquinho o exercício conceitual, para que a gente entenda que jornada exaustiva não está unicamente relacionada com a duração do trabalho. Por isso que fiz aquela brincadeirinha dos 200 quilos, porque às vezes você tem uma atividade de curta duração que pode levar à exaustão.

Então, a jornada de trabalho por si só não é o único elemento a ser considerado. É um conceito biológico, fisiológico que demanda um estudo até maior.

Pode ser que mais alguém tenha tido a mesma dúvida. Aproveitei para esclarecer.

Finalizando a nossa fala, como estamos na Comissão de Direitos Humanos, Senador, eu gostaria de fazer mais um estímulo como forma de encerramento. De novo, não que eu concorde, é só um estímulo conceitual.

Foi apresentado aqui o alto índice de acidente dos terceirizados. Isso é reprovável? É. Tem alguma coisa errada? Tem, mas será que a terceirização... Por que eu estou falando isso? Porque, quando se fala em terceirização, estamos falando também de modalidade contratual. Será que, mudando a modalidade contratual, vai deixar de acontecer o acidente lá na ponta ou só mudarão aos sujeitos, ou a forma de contratação, ou a de proteção? Por que eu digo isso? Porque, na

nossa visão, se a gente não abordar o conceito de saúde, segurança do trabalho e fiscalização, isso não resolve. Aí novamente o senhor vai nos convocar para falarmos do alto índice de acidentes dos contratados direitos. Por que eu estou fazendo a ressalva? Porque, na nossa visão, não há uma relação direta. É importante a informação? Sem dúvida, mas são conceitos de saúde e segurança do trabalho que devem ser tratados também na Comissão Tripartite do Ministério ou em outros fóruns especializados.

O que é importante quando se trata desse assunto? É que a gente não pode tratar a exceção como regra. Essa é a questão mais importante. Se há algum problema ocorrendo na execução da terceirização, a nossa proposta é: vamos tratar o problema, e não trabalhar como se toda terceirização fosse um problema para o País. Não, não é dessa forma, como falei anteriormente. Existe a terceirização lícita e a ilícita. Com a ilícita, vamos diagnosticar o que está errado e apresentar as formas de solução, pois na nossa visão a terceirização tem ajudado muito o crescimento do País.

Deixo, por fim, mais um exemplo para a gente sair daqui com um exercício maior de interpretação. É comum ver nos jornais: "Hoje morreram dez pessoas em acidente de carro". A gente vai deixar de fabricar carros? Não vai. A mesma coisa é a terceirização. Em todas as áreas existem problemas, o que a gente propõe é: vamos estudar e resolver esses problemas.

Senador, mais uma vez, muito obrigado. Agradeço a oportunidade.

Boa tarde a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Advogado Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura, que tem participado aqui conosco de diversos debates.

Agora, vamos encaminhar para aqueles que compuseram a primeira Mesa, que seriam: Sebastião, Miguel e Renato, todos naturalmente com as devidas referências, Dr. Miguel, Dr. Renato e Dr. Sebastião.

Não sei se a Senadora quer falar agora. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Ana Rita. Em seguida, passo a palavra ao Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Presidente.

Quero pedir desculpas a vocês, porque eu preciso me retirar, pois estou com outra agenda. Aqui as coisas funcionam assim. Não pude ouvir todos, mas acredito que esta audiência foi extremamente rica para debater a terceirização do trabalho no País, com uma

Mesa bastante ampla, com várias representações. Acredito que o debate tenha sido muito interessante. Pude acompanhar parte dele, não todo, em função de eu ter estado na Comissão de Constituição e Justiça, onde também havia uma pauta bastante intensa, com matérias muito relevantes. Uma delas, particularmente, Senador Paim, para discutir o Projeto de Resolução do Senado nº 72, que trata do ICMS, conforme V. Ex^a tem acompanhado.

Esse é um tema que tem tomado parte do nosso tempo na reunião de Comissão de Constituição e Justiça, e particularmente nós, do Estado do Espírito Santo, estamos discutindo isso desde o ano passado. Agora estamos, felizmente, conseguindo finalizar um processo de negociação com o Governo Federal, dentro de um pacto federativo, para atender a todos os Estados brasileiros, mas não trazendo prejuízos para o Estado do Espírito Santo e para outros, mas particularmente para o Estado do Espírito Santo, que tem uma realidade muito diferenciada.

Se essa negociação não for concluída de forma adequada – estamos trabalhando para isso, estamos avançando e concluindo esse processo, eu diria, de forma muito positiva –, haverá demissões no Estado do Espírito Santo, em função da saída de algumas empresas do Estado. Então, esse debate para nós é de fundamental importância. Por isso tive que me ausentar durante bom tempo desta reunião.

Quero aqui parabenizar todas as pessoas que pude acompanhar e dizer que este debate é interessante.

Lá no Estado, nós percebemos que o trabalho terceirizado, principalmente da realidade que eu conheço, de limpeza pública, é degradante, de humilhação. Os trabalhadores, que cumprem uma tarefa, um papel extremamente importante para a sociedade, que é fazer a limpeza pública da nossa cidade, na maioria das vezes não são tratados de forma adequada e trabalham em condições ainda insalubres. É preciso realmente assegurar a garantia e a qualidade do trabalho para todos os trabalhadores, independentemente de onde eles estejam.

Acho que vivemos um momento importante no País, de crescimento, de melhoria. O Brasil está se desenvolvendo, mas precisamos que as empresas também tenham essa atenção e tratem os trabalhadores de forma adequada. Vocês fizeram todo o debate, não vou entrar no mérito, mas precisamos realmente garantir que as condições de trabalho de todos os brasileiros sejam adequadas, atendendo à legislação, às convenções que existem.

Eu gostaria apenas de me pronunciar dessa forma. Posteriormente, teremos acesso a todo o conteúdo aqui exposto.

Coloco-me à disposição de vocês, para que possamos continuar este debate com outros órgãos, outras representações.

Quero dizer que esta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos, tem cumprido um papel extremamente importante, porque por aqui passam, Senador Paim, debates interessantes, importantes, afetos à vida do povo brasileiro, particularmente dos trabalhadores. Então, a Comissão faz jus ao seu nome, que é Direitos Humanos; e tratar do direitos humanos dos trabalhadores e das trabalhadoras é de fundamental importância. A nossa Comissão tem esse valor, de discutir de fato aquilo que é de direito das pessoas, particularmente dos trabalhadores.

Então, parabenizo vocês. Estamos aqui juntamente com o Senador Paim para aquilo que for necessário.

Preciso me retirar, Senador, porque eu estou com outra agenda. Infelizmente, não vou poder ouvir todos que estão aqui, porque preciso cumprir com minhas outras tarefas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Certo.

Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão.

Passamos a palavra ao Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. SEBASTÃO VIEIRA CAIXETA – Senador Paim, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita e todos os companheiros da Mesa pelas suas brilhantes exposições.

Quero apenas pontuar algumas questões, que não pude delas tratar de maneira mais aprofundada na minha exposição, e abordar também algumas situações que surgiram depois, nas outras exposições.

Primeiro, quero reforçar uma situação: há o projeto de lei que está sendo discutido na Câmara dos Deputados; sendo aprovado, o projeto virá até aqui. Então, é de extrema oportunidade, felicidade este debate que se inicia aqui, porque irradia também para a Câmara dos Deputados. Tivemos aqui, hoje, o Deputado Laercio.

Como procuramos defender, há necessidade de fato de uma legislação para regulamentar a terceirização no Brasil, mas ela tem que partir de patamares mínimos civilizatórios. Esses patamares mínimos, civilizatórios, passam necessariamente por uma necessidade de limitação, como disse o Renato. Tem que ser mínima a terceirização; tem que ser uma terceirização que limite a subcontratação, porque se não estaremos

diante de uma reforma trabalhista, como dito pelo companheiro da Conlutas, travestida de uma regulamentação, de um contrato de natureza civil, porque poderá haver negociação de setores inteiros de empresas apenas como se fosse um pregão de preços. Determinada atividade será terceirizada para quem o fizer pelo menor preço.

Então, o problema que a gente tem na Administração Pública hoje será generalizado em todo o setor produtivo brasileiro.

É necessário que a gente avance para a solidariedade na questão da responsabilidade. Isso tem que ser abordado a partir da legislação atual. Deve-se lembrar que a subsidiariedade se baseia num enunciado do TST que é anterior ao Código Civil brasileiro. O Código Civil brasileiro hoje já impõe a solidariedade por essas questões, em que há contratação de pessoas ou empresas em que se cria o risco. É o caso típico da terceirização. As empresas se reúnem, fazem um contrato e criam um risco para o trabalhador. Então, por isso, elas têm que ser responsabilizadas já na atual legislação. O Código Civil é nessa linha. A legislação ambiental é nessa linha.

Então, em matéria de direito ambiental, no meio ambiente do trabalho, não se pode fugir disso, não só por conta da Convenção nº 155 da OIT, mas pela legislação nacional também e por uma evidência clara de que não é possível repartir o meio ambiente do trabalho. Nós temos, nesta sala, servidores que são do Senado e temos servidores que são terceirizados. Como é que se pode, dentro de uma questão ambiental, repartir os riscos ambientais desta sala? Não é possível!

E o que a terceirização faz? Ela reparte o risco nas contratações de empresas e suprime responsabilidades, porque as próprias normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho impõem determinados... Por exemplo, a Cipa, os serviços especializados em medicina do trabalho são dimensionados a partir de determinado número de trabalhadores. Normalmente, são 50. E o que se faz?

Isto é muito comum na construção civil: há, em um canteiro de obras, 500 pessoas trabalhando, mas nenhuma empresa tem mais de 50 trabalhadores. Então, diz-se: "aqui não precisa nada", em matéria de segurança e medicina do trabalho, porque a dimensão das empresas separadamente não leva a essa imposição. Mas é óbvio que o conjunto do meio ambiente do trabalho necessita dessa proteção.

Então, por isso é que todas as empresas têm que ser responsabilizadas, se não nenhuma delas será. E aí nós continuaremos tendo os acidentes de trabalho, sempre envolvendo os terceirizados, cada vez mais. Com todas as vêrias, mas a situação é de se cuidar

da segurança em si, e não dizer a titularidade, quem é que vai ser acidentado. É o caso do carro, por exemplo. Os acidentes de carro são comuns. E o que se busca sempre? Carros mais seguros. Nós precisamos de meio ambiente de trabalho mais seguro. É disso que precisamos.

E, por fim, Sr. Presidente, apenas em relação à questão, nós temos já um debate bastante aprofundado com a Confederação Nacional da Agricultura, dentro da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. É sobre o trabalho escravo, que também tem interface com o tema terceirização.

Discordamos, data vénia, do posicionamento da CNA, principalmente em relação ao conceito do trabalho escravo, que, para nós, decorre da atual redação do art. 149 do Código Penal, votado pelas duas Casas do Congresso Nacional. É claro, concordo que a jornada exaustiva não é um conceito limitado apenas às horas de trabalho; tem que ser também perquirido quanto à intensidade, enfim. É um conceito biológico, sem dúvida. Mas não há nenhuma dúvida de que exigir que um trabalhador corte 17 toneladas de cana em um dia é ter a evidência de que é uma jornada exaustiva; e, por isso, ele morre no campo, em plena atividade. Então, é uma situação efetiva que já é catalogada em estudos científicos.

Em relação às Convenções da OIT, que tratam do tema trabalho escravo, elas próprias também vêm a ser um patamar mínimo. As normas da OIT são um patamar mínimo que não inibe que os Estados membros avancem.

No caso brasileiro, felizmente, nós temos uma legislação sobre trabalho escravo mais protetiva do que o ordenamento da OIT, embora se possa dizer que, em termos de normas internacionais, a própria Convenção de Palermo também, que trata de algumas coisas sobre trabalho escravo, vem integrar e, de certo modo, aproximar a normatização internacional da nossa norma penal brasileira; e que, a partir desses critérios, haja a fiscalização do trabalho.

Não posso deixar aqui, Sr. Senador, de fazer a defesa dos auditores fiscais do trabalho, que, em parceria com os membros do Ministério Público, com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Federal, atendem *in loco* essas denúncias de trabalho escravo. Eles buscam cumprir com denodo e dedicação o seu mister, pautados pelas normas difundidas por esta Casa; pautados por regulamentos que são também baixados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mas baixados a partir de uma regulamentação da própria CLT e da Constituição.

E esse arcabouço jurídico dá uma dimensão segura para definirmos hoje o que é trabalho escravo

contemporâneo, que não é mero descumprimento de normas trabalhistas; é um conjunto de violações de direitos fundamentais que levam ao completo comprometimento da dignidade da pessoa humana. Então, hoje, o bem protegido não é só a liberdade, pela legislação nacional, mas é também e principalmente a dignidade da pessoa humana, que é fundamento da República Federativa do Brasil.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de estar aqui, debatendo este tema. Quero dizer que a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, sempre que for convidada, não se furtará a contribuir e a debater esses e outros temas que V. Ex^a achar pertinentes.

Parabéns pela iniciativa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que, por diversas vezes, esteve conosco também, debatendo e ajudando nos encaminhamentos.

Passamos agora a palavra para o Dr. Miguel Pereira, que é da Executiva da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. MIGUEL PEREIRA – Senador Paulo Paim, aqui registro a nossa imensa satisfação pelo debate no dia de hoje. Parabenizo V. Ex^a por ter convocado esta solenidade, este debate no Senado.

Já ficou bastante evidente o debate apresentado aqui, inclusive com as posições divergentes entre os próprios empregadores do que está colocado como proposta para regulamentação na Câmara: o PL nº 4.330 e seu substitutivo, porque a proposta que está condensada hoje, na Câmara, alarga e avança o processo de terceirização no País. Sem nenhum freio, sem nenhum limite, ela amplia ainda mais essa possibilidade.

Então, saímos daqui já bastante satisfeitos, porque aqui, de fato, houve um debate em que está demonstrado que a matéria é uma questão muito complexa, muito difícil e relevante não só para o setor econômico, mas para a vida social como um todo.

Solicito que os dados da pesquisa que apresentamos bem como o dossier que passamos às mãos de V. Ex^a sejam anexados como documentos desta audiência no dia de hoje, assim como uma pesquisa elaborada pela própria Confederação Nacional da Indústria (CNI), que em seu site dizia que 65% dos empresários que responderam diziam que terceirizavam para reduzir custos sim; os outros 35% terceirizavam por uma série de outras motivações. Mas 65% dos empresários, assim como a CNA, que diz que é um fator relevante a redução de custos, os industriais do País também dizem, afirmam que terceirizam para reduzir custo.

Para explicar aqueles dados da pesquisa, ali não se trata do setor de serviços; ali está muito pouco fo-

cado no setor público. São todos os setores econômicos que estão colocados nos dados daquela pesquisa que a gente apresentou a partir dos dados da Rais e dados do Cajed. A gente falou muito do setor de serviços, como vigilante e limpeza, mas não é. E aí, toda média, na sua padronização, comete erros, porque se a gente for olhar setor econômico por setor econômico, a situação é muito mais grave.

Aquela média em que aparecem só 27% da redução salarial, ali é muito mais grave. É porque foi tomada a média de todas as informações estatísticas, mas, se formos analisar caso a caso, há casos muito mais graves.

Discordando um pouco do que foi colocado pelo representante da CNA com relação ao conceito de responsabilidade subsidiária, é justamente o contrário. Os argumentos que foram trazidos aqui só reforçam a tese da solidariedade. Se não, vejamos, é um processo de organização de gestão. A empresa é que resolve terceirizar, é uma escolha. Ela escolhe. Achando que não escolheu bem, não executa e não acompanha o cumprimento do contrato. Depois, vem dizer que é responsabilidade porque não conseguiu, de maneira, objetiva, ter dados da realidade do dia a dia daquela prestação de serviço? Ora, ela que assumiu o risco para si, foi para ela que aquele serviço foi prestado. Aquele acúmulo de capital foi gerado para ela, e aí é o trabalhador que tem que ficar com o risco de buscar identificar sucessivamente depois quem foi aquele empregador – “Não, não foi esse; foi o outro, foi o outro, foi o outro” –, quando foi uma escolha do empresariado fazer o processo de terceirização? Então, não nos parece correto, de novo, quando se fala em garantias jurídicas, existindo o risco jurídico, repassá-lo para o trabalhador, que é a parte hipossuficiente da relação contratual. Ai, parece-me, por isso, que não é adequado.

É mais, com relação aos acidentes. Toda a métrica que apresentamos ali foi ponderada. A gente não comparou folhas de pagamento de empresas que não terceirizavam ou que não terceirizam com folhas de pagamento de empresas que terceirizam. Foram as funções, as funções da empresa principal e as funções da empresa terceirizada. Não comparamos o custo de um vigilante com o custo de advogados e de assessores técnicos. Foram iguais, comparações iguais. No caso dos acidentes, não levamos em consideração só o número de trabalhadores formais, diretos, dos terceirizados; foram ponderados. Então, quando a gente afirma que entre dez trabalhadores oito mortos são terceirizados, há uma métrica, há uma ponderação nessa informação. Não é “morreram tantos” e compara só com quem morreu, com os acidentes com morte nas

empresas diretamente contratadas. Existe toda uma ponderação técnica colocada ali pelo Dieese.

Então, fica esclarecido que quando a gente fala que entre dez trabalhadores, os oito mortos são terceirizados, é porque essa é uma realidade em todos os setores.

No dossier que nos deixamos para o Senador, há dados, folhas, números de trabalhadores setor por setor e quantos foram os acidentes diretos, dos contratados diretamente, e dos acidentes de trabalho, empresa por empresa. Essa informação está detalhada.

É muito importante que haja responsabilidade solidária. Nesse caso dos acidentes, não é que vamos só mudar a figura, não. “Vai morrer mais aqui, vão se acidentar mais aqui”. É porque, justamente, como o contratante não tem responsabilidade, ele terceiriza essa responsabilidade. Isso é importante para ele. O Senador bem sabe que isso é custo. À medida que há um nível elevado de acidentes e mortes em trabalho, o percentual sobre a folha de pagamento que as empresas têm de recolher ao INSS aumenta. Então, ela se livra dessa responsabilidade e é negligente, sim, com as mortes dos trabalhadores terceirizados porque a “responsabilidade” não é dela. Ela sabe que, no final das contas, vai ficar com um terceiro que foi contratado.

Então, a discussão sobre a responsabilidade solidária é fundamental no caso de se avançar nesse processo de regulamentação aqui na Casa, no Senado.

Quero dizer, sim, Senador, para concluir, que nos preocupam muito os rumos que tomou este debate. A gente está aqui, mesmo representando o mundo do trabalho, e quer afirmar que, em relação à terceirização, não é que é uma questão sobre a qual a gente trouxe a questão ideológica como pano de fundo para este debate ou para sermos reticentes. Na nossa fala, apresentamos a seguinte argumentação: a organização do processo de trabalho produtivo é livre para as empresas desde que respeitem os parâmetros legais e constitucionais.

O valor trabalho, o trabalho está se tornando de novo uma mercadoria. Quando isso aconteceu, nós tínhamos um processo de escravidão no País. O que nós estamos vendo é que nessa intermediação de mão de obra, o ser humano, como produto, está tão aviltante que as empresas, com o argumento de especialização... E aí é mais um dado que nós vamos acrescentar, que eu vou pedir que os nossos centros de pesquisa façam, que apontem o dado, é que, na maioria, em diversos setores econômicos, esse negócio, esse novo negócio de intermediação de mão de obra é tão rentável que a contratante é sócia da empresa que ela contrata. Ora, qual é a lógica? É para ter controle da produção, é para se rentabilizar com a exploração de mão de

obra. A maioria dos bancos é sócia das empresas de vigilância, das empresas de terceirização de serviços. Ora, o argumento não é para ganhar especialização, para otimização do processo produtivo.

Então, o outro dado que vamos acrescentar na nossa pesquisa, que vou pedir ao Dieese que apure, é a presença das empresas contratantes na participação acionária das empresas de prestação de serviço. Acho que vai ajudar muito.

Para concluir, de fato, quero dizer que a conjuntura econômica mundial está bastante conturbada, é verdade, mas completamente diferente da conjuntura econômica brasileira. O Brasil, hoje, é a sexta maior economia do mundo, mas ainda é, vergonhosamente, o décimo pior País em distribuição de renda. Se o cenário, no Brasil, é de crescimento econômico, de crescimento do PIB, vamos permitir que haja essa reforma sindical. É uma reforma sindical porque na terceirização, hoje, a empresa define o enquadramento sindical daqueles novos trabalhadores daquele segmento. Ela determina com qual sindicato ela quer negociar; ela estabelece um novo enquadramento. Hoje, já na prática, ela se reestrutura, contrata serviços, reorganiza o setor e diz: "aquele sindicato não é mais representativo, agora você não pertence mais a essa categoria. Você pertence à outra". Então, as empresas, podem, sim, e estão aplicando para fazer uma reestruturação não só da legislação trabalhista, mas também sindical, o que é muito sério.

A quem interessa, neste cenário – e aqui particularmente na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal –, a divisão dos trabalhadores, a pulverização dos sindicatos, das entidades sindicais, em um cenário onde a gente tem visto que em alguns lugares do mundo, em que a gente achava que o estado de bem-estar social estava consolidado, temos visto o mercado intervindo e derrubando os próprios governos, colocando em risco a democracia daqueles países como um todo. A quem interessa? Quem ganharia, num cenário positivo, econômico e socialmente, se os trabalhadores não participassem desse quinhão, que é fruto do seu próprio trabalho?

Então, de novo, quero elogiar e parabenizar a iniciativa. Os debates são realmente muito importantes para a gente chegar a uma conclusão a contento, reafirmando que o está colocado hoje na Câmara dos Deputados nem de longe é referência para a regulamentação do processo de terceirização no Brasil.

Obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Miguel Pereira, que falou pela Central Única dos Trabalhadores.

Agora, para encerrar, já que ele abriu os trabalhos, passo a palavra ao Dr. Renato Henry Sant'Anna, que é Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). O Dr. Renato tem nos ajudado muito aqui no Congresso no encaminhamento das leis.

Por favor, Dr. Renato.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Obrigado, Senador. Já que nosso almoço já está precarizado, serei brevíssimo.

Quero apenas agradecer, mais uma vez, em nome da Anamatra, a oportunidade do debate e da exposição da posição dos juízes do trabalho.

Quero dizer, Senador, que foi muito oportuno o deslocamento dessa discussão para a Comissão de Direitos Humanos porque estamos falando de gente. Acho que se tivermos sempre essa perspectiva de que estamos falando de gente não vamos mudar o rumo dessa conversa. Surpreende-me, entristece-me que no contexto da discussão da terceirização acabamos enveredando para discutir trabalho escravo, ao mesmo tempo em que me entristece, isso me dá um argumento para mostrar como ainda vivemos em um País injusto, em que queremos discutir qual é o conceito do trabalho escravo. Acho que, se estamos falando em trabalho escravo, não podemos nem pensar em falar de terceirização, porque vai na mesma linha da precarização.

Presidente, muito obrigado, parabenizo-o, e a Anamatra está sempre à disposição de V. Ex^a. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Anamatra.

Quero agradecer a todos e não vou citar cada um dos nossos painelistas. Todos foram brilhantes, defendendo o seu ponto de vista.

Já por decisão tomada aqui, de forma coletiva, entendi eu, com os convidados e o Plenário, faremos outra audiência lá na Casemp, a Comissão que eu presido, do Trabalho e Previdência, com a presença de representantes dos empresários. Eles podem, inclusive, habilitar-se. Os empresários que gostariam de participar dessa audiência do setor estão convidados. Esta Mesa toda está convidada; os representantes dos empresários, dos trabalhadores, do Governo. Vamos convidar também representes da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobras.

Antes de encerrar, quero agradecer, pois recebi agora. Fiz uma gravação para Mato Grosso sobre um belo programa que eles lançaram lá, uma campanha chamada: "Criança Não É de Rua"; e eu depois incluí: é na escola.

Então, agradeço aos Deputados José Riva e Luizinho Magalhães, do Estado do Mato Grosso, pela

mensagem que me mandaram neste momento. Eu sei que foi ao ar a gravação que eu fiz na abertura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Enfim, cumprindo essa obrigação de dar um retorno a eles, aproveitando que estamos ao vivo para todo o Brasil, eu agradeço a todos vocês.

Para mim ficou muito claro que esse é um tema que nós temos que continuar debatendo, para assegurar direitos aos trabalhadores. Se depender de mim, todos sabem, eu entendo que todos os trabalhadores têm que ter direito àquilo que nós consagramos na Constituição – fui Constituinte – e também na nossa CLT.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLAÇÃO, CONVOCADA PARA O DIA 9 DE ABRIL DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia nove de abril de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Paulo Paim e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras membros desta Comissão. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A presente reunião, composta de duas partes, destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **1ª Parte – Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 12, de 2012–CDH, aprovado em 06/02/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para Debater a situação do transporte coletivo e a mobilidade urbana no país.** Convidados: Luis Antonio Festino, Coordenador do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), em substituição ao Presidente Omar José Gomes; Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos; Maria Rosa Abreu, Professora Doutora da Universidade de Brasília – UNB; Nazareno Stanislau Afonso, Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte e que também substitui o Senhor Ailton Brasiliense Pires, Pesquisador da Associação Nacional de Transportes Públicos; Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz do Distrito Federal;

Luiz Carlos Galvão, Presidente do Sindmototaxi-DF, em substituição ao Senhor Reinaldo Alves de Moraes, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Distrito Federal – SINDIMOTO; Luciano Soares Costa, Secretário Geral da Federação Nacional dos Metroviários, em substituição ao Presidente Paulo Pasin e também representa o Senhor Israel Almeida Pereira – Coordenador Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal; Ernesto Pereira Galindo, Técnico de Pesquisa e Planejamento do IPEA, em substituição ao Senhor Miguel Mateo, Diretor Adjunto de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Carlos Penna Brescianini, Gestor do Blog Ambiente e Transporte.

2ª Parte. Deliberativa. Item Único. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – RDH, nº 43, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater o Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Extrapauta. Item 01. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 44, de 2012**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos o julgamento no Supremo Tribunal Federal da ação direta de constitucionalidade contra o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 02. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 45, de 2012**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, destinada a debater, dar conhecimento ao público e definir maneiras de cumprir o Decreto Legislativo Nº 186, de 09 de julho de 2008, que estabelece as normas diretrizes que a ONU apresentou como Direitos de Terceira Geração das pessoas com deficiência. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado. Item 03. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 46, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça em absolver um homem acusado de estuprar três meninas de 12 anos, sob a alegação de que as vítimas “se dedicavam à prática de atividades sexuais”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente

ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aberta a 17ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião será composta de duas partes. Na primeira parte, nós teremos audiência pública, nos termos do Requerimento nº 12, de 2012, da CDH, aprovado em 06/02/2012, de autoria deste Senador e de outros. Objetivo: debater a situação dos transportes coletivos e a mobilidade urbana no País. Claro que aqui vai entrar o debate também dos acidentes no trânsito.

Convidados: Luiz Antônio Festino, coordenador do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT), em substituição ao Presidente Omar José Gomes; Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos; Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz do DF.

Convidamos também, para entrar na segunda Mesa, Nazareno Stanislau Affonso, Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte, que substitui o Sr. Ailton Brasiliense Pires, pesquisador da Associação Nacional de Transportes Públicos; Luiz Carlos Galvão, Presidente do Sindmototaxi do DF, que representa aqui o Sr. Reivaldo Alves de Moraes, Presidente do Sindimoto; Maria Rosa Abreu, Professora Doutora da Universidade de Brasília (UnB); também Luciano Soares Costa, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Metroviários, em substituição ao Presidente Paulo Pasin e também representando o Sr. Israel Almeida Pereira, Coordenador-Geral do Sindicato dos Transportadores em Empresas de Transportes Metroviários do DF; Ernesto Pereira Galindo, Técnico de Pesquisa e Planejamento do Ipea, em substituição ao Sr. Miguel Mateo, Diretor Adjunto de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e ainda Carlos Penna Brescianini, proprietário do Blog Ambiente e Transporte.

Nós faremos duas Mesas.

Faremos aqui uma pequena introdução para situar aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e pela Rádio Senado, pela Agência Senado, enfim, pe-

los meios de comunicação da Casa sobre essa nossa audiência pública.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a mobilidade urbana e o transporte coletivo no Brasil.

Lembramos aqui um estudo do Tribunal de Contas da União que trata do tema da mobilidade urbana no País. Segundo o Tribunal, por mobilidade urbana entende-se o deslocamento de pessoas e bens dentro do espaço das cidades mediante a utilização de veículos e vias públicas e de infraestrutura disponível.

Destacamos ainda que, conforme dados do TCU, sendo assim, a mobilidade urbana é apoiada em quatro princípios: integração do planejamento do transporte com planejamento do uso de solo; melhoria do transporte público de passageiros; estímulo ao transporte não motorizado e o uso racional do automóvel.

O estudo elaborado pelo Tribunal de Contas mostra que são três os principais problemas da mobilidade nas cidades: trânsito engarrafado, baixa aderência ao uso de transporte público e a baixa qualidade das vias urbanas e do próprio transporte.

O relatório do TCU destaca ainda que, em grande parte das cidades de todo o País, a mobilidade urbana se tornou um problema e as causas são ligadas ao crescimento desordenado dos Municípios, desarticulação entre planejamento urbano e planejamento de transporte, além do uso crescente de transporte individual motorizado.

Em janeiro deste ano, foi sancionada a Lei nº 12.587, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Tem por objetivo a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade, a mobilidade das pessoas e cargas no território do Município. Segundo a lei, que entra em vigor esta semana ainda, a política de mobilidade urbana tem por estratégia contribuir para o acesso universal... Pessoal, há quase uma reunião paralela aqui à minha esquerda; isso interfere no microfone.

Tem por estratégia contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuem para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano por meio de planejamento de uma gestão democrática do sistema de mobilidade urbana.

Concluindo, no início do ano passado, a Presidenta Dilma lançou o PAC da mobilidade urbana, programa que é parte do PAC II e prevê investimentos de R\$18 bilhões para o setor de transporte público nas 24 maiores cidades do Brasil. Nesse sentido, surge uma preocupação: os recursos são muitos, é verdade, mas será que eles serão investidos adequadamente? Será que serão distribuídos de maneira harmônica e

que possibilite a sustentabilidade, o bem-estar social e coletivo, a qualidade da prestação dos serviços e o ordenamento das cidades?

Tudo isso nós vamos discutir aqui, não é preciso continuar lendo o documento que recebi, pois vai todo ele nessa linha.

De imediato, vamos passar a palavra aos nossos convidados aqui na Mesa. Está conosco Luiz Antônio Festino, coordenador do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT), que substitui o Presidente Omar José Gomes. Está também Otávio Vieira da Cunha Filho, que é Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos.

Nós vamos começar com os dois para fazerem sua exposição. Tenho aqui também uma justificativa do Ministro:

Ao: Exmº Sr. Senador Paulo Paim.

Assunto: Audiência pública sobre a situação do transporte coletivo e mobilidade urbana.

Sr. Senador, de ordem e atenção ao Ofício nº 231, da CDH, de [...] de abril do corrente, informo a V. Exª que, em virtude de compromisso com a Excelentíssima Senhora Presidente da República, o Sr. Ministro de Estado das Cidades está impossibilitado de comparecer à audiência nesse dia 9 de abril, às 9 horas, no plenário nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, ao tempo que agradece o convite formulado por ocasião da aprovação do requerimento.

Desde já, respeitosamente, fica aqui a nossa saudação.

Chefe da Assessoria Parlamentar Substituto, **Henrique Fernandes Nascimento**.

Está feita a justificativa. Com a palavra Luiz Antônio Festino.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Bom dia, Senador Paim, bom dia a todos. Eu também estou aqui representando a Nova Central Sindical, da qual sou diretor de assuntos trabalhistas, e ao Presidente Calixto. O Sr. Omar, infelizmente, está no Rio de Janeiro, não teria voo para cá, então ele pediu que o representasse.

Senador Paim, eu queria, primeiro, dar a notícia de que, na última semana, a Câmara dos Deputados, finalmente, no dia 3, aprovou a regulamentação da profissão de motorista. Tem tudo a ver com o assunto que nós vamos debater. Então, é uma luta de vinte e poucos anos, e o senhor teve uma grande participação na elaboração do substitutivo, que foi aprovado. Estamos aguardando só agora o retorno da Presiden-

te Dilma para sancionar a lei e definitivamente termos essa regulamentação em prática.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Festino, permita que eu faça um comentário. A regulamentação da profissão do motorista foi um trabalho coletivo, é bom que se diga, de empresários e dos trabalhadores e também desta Comissão. Quero também destacar o trabalho de um dos Relatores, Ricardo Ferraço. Eu fui Relator em Plenário e ele foi Relator na Comissão. Esperamos que haja a sanção por parte da Presidenta, já que foi aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado, numa grande parceria com os líderes. Luis Festino foi um dos que ajudou nessa articulação de líderes dos empresários e dos trabalhadores.

Eu acho que estamos todos de parabéns, porque foi uma construção que uniu o capital e o trabalho e o Legislativo. Só falta agora o Executivo dar o seu aval, sancionando essa importante lei. Por uma questão de justiça, faço questão de lembrar que o projeto original é do atual Prefeito de Novo Hamburgo, o nosso companheiro, ex-Deputado Federal, Tarcísio Zimmermann. Ele apresentou o projeto original, veio para o Senado, e aqui nós construímos o substitutivo, eu diria, a milhares de mãos, porque não foram só as mãos dos relatores; além dos líderes, empregados e empregadores, os relatores. Ele também surgiu fruto daquelas audiências que fizemos nos Estados. Fizemos uma série de audiências públicas nos Estados, unindo empresários e trabalhadores, discutindo o Estatuto do Motorista, e chegamos a esse acordo de que era melhor, num primeiro momento, regulamentar a profissão e continuar com o debate do Estatuto, que vamos retomar e tem até a ver com essa reunião.

Festino com a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Já estamos retomando a discussão do Estatuto, que contempla o que não passou. O substitutivo nós estamos discutindo no Estatuto.

Senador, eu gostaria de iniciar utilizando a revista *Movimento*, de 2004, a questão dos excluídos do transporte. Peguei isso como referência: “A rua e a vida na tragédia brasileira”. É a questão de que não é só o passageiro que tem direito a transporte. Há os excluídos também, que não têm direito nenhum. Estou colocando como referência a primeira foto à direita, que é um coletor de lixo, um catador de lixo, de recicláveis, na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu amigo, permita que eu te dê um corte democrático, mas nós vamos formar uma Mesa de quatro em quatro, então eu convidaria já o Nazareno Stanislau

Affonso, que conheço há muitos anos, um estudioso desse tema.

É uma alegria te ver aqui, Nazareno.

Ele é Presidente do Movimento pelo Direto ao Transporte e substitui aqui o Sr. Ailton Brasiliense Pires, pesquisador da Associação Nacional de Transportes Públicos.

E, se estivesse aqui o presidente da confederação dos bancários, da confederação nacional dos trabalhadores em banco, um líder sindical que, toda vez que se forma uma Mesa, sempre diz que tem que ter uma mulher na Mesa, ele diria o seguinte: "Posso pedir um aparte, Senador?". "Pode". "Não tem uma mulher na Mesa". Então vamos já colocar nessa Mesa a Professora Doutora da Universidade de Brasília (UnB) Maria Rosa Abreu. Já que ninguém recebeu palmas, ela recebe as palmas. (*Palmas.*)

Depois virão outros quatro na segunda Mesa.

Volto a palavra ao Festino.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Eu estava falando da questão dos excluídos. Aquela foto da direita é um coletor de lixo em São Paulo. Eu estava no carro na hora em que ele estava na frente, na Aclimação, um bairro de São Paulo, e o pessoal atrás, buzinando. Então, esse cidadão também tem direito à via pública. Ele não pode ser excluído. Então, a questão da mobilidade é muito mais ampla. Nós não podemos ficar discutindo somente quem está dentro do automóvel, quem está dentro de um caminhão ou de um ônibus, mas existe uma população enorme que está excluída de todo esse tipo de transporte.

Senador, eu queria só relembrar um pouquinho dos números do transporte. No transporte de passageiros, para 5.565 Municípios, predomina o transporte urbano e semiurbano em 4.473 Municípios. Apenas 167 Municípios são atendidos pelo sistema ferroviário e 15 pelo sistema metroviário. O transporte realizado por barcos atende a 464 Municípios. Então, a diferença é enorme do sistema de transporte. Enquanto um setor atende quase à totalidade, 90%, que é o setor rodoviário, os demais atendem em menor escala, e bem menor escala.

No setor ainda nós temos, além desse transporte urbano nós temos o transporte metropolitano de passageiro, o intermunicipal de passageiro, o interestadual, o internacional, e o transporte por fretamento de turismo. No interestadual, estamos tendo a fase de licitação, que está muito polêmica, mas que merece uma atenção especial. Haveria uma audiência pública a semana passada aqui no Senado, mas foi cancelada. Também é um setor que merece.

O que a gente vê, normalmente, são as queixas. Estou colocando muito mais dados sobre São Paulo

porque é onde eu moro. Um exemplo disso aí é ônibus, 205 queixas por dia, e a São Paulo Transporte acha pouco. Então, dá 30 mil queixas por mês, e o Poder Público acha pouco. Quer dizer que a população não está sendo considerada.

Pequei um exemplo da cidade de Münster, na Alemanha – peguei até na Internet – quanto à ocupação do espaço urbano. Para o mesmo número de pessoas, carro, está ali à esquerda; ônibus, ao centro e as bicicletas. Então a diferença também aí é enorme, quanto à ocupação desse espaço urbano.

Outro exemplo: hoje em dia está a proibição aos caminhões, mas o setor de carga também merece e também está na mobilidade. Um exemplo bem claro aí é o Ceagesp em São Paulo: são dez mil toneladas de frutas, legumes, verduras, pescados, vindos de 1.500 Municípios. Então, vejam bem: 1.500 Municípios mandam algum tipo de mercadoria somente para o Ceagesp, e todos esses 1.500 Municípios, com todos os seus motoristas, caminhões, têm que ter uma mobilidade na cidade. Além disso, 18 países também mandam e circulam 30 mil pessoas. Fora isso, o Terminal de Cargas Fernão Dias, circulam quatro mil caminhões.

Nós temos ainda, nas cidades, todo o setor de transporte para o comércio, indústria, serviço, serviço público, educação, lazer. Serviço público tem coleta de lixo, distribuição de gás, o setor de emergência, o escolar, correios. Então, o setor é enorme. Esse setor é maior ainda que o setor de passageiros, ou cargas em transportadoras, que ocupa 60% do espaço urbano nesse tipo de entrega. Hoje em dia, a grande polêmica, os aeroportos, também é um grande entrave para a circulação de pessoas, não somente no aeroporto, mas no entorno dos aeroportos. Além disso, as ferrovias e metrô.

O Reivaldo vai falar em seguida, mas o setor de moto também merece uma atenção especial, e está contemplado na regulamentação da profissão. O substitutivo contemplou todas as categorias do transporte e a moto também, porque são 18 milhões de motociclistas no momento.

A grande polêmica do momento – há denúncias, em virtude de alguns acidentes que estão ocorrendo – é a questão da bicicleta, respeito aos ciclistas, o número de mortes, que não é um fato novo. É um fato que já vem há um bom tempo, inclusive o Senador Paim participou de uma manifestação, aqui no Senado, da ONG Rodas da Paz, sobre essa questão. Peguei um exemplo: "Eu transito, você congestiona". E o exemplo de uma pessoa circulando no Rio de Janeiro, de saia. Então, um exemplo de que a bicicleta também é viável para o transporte.

Além da Lei da Mobilidade, foi aprovada, em 2011, a lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, que também merece ser discutida. É uma lei ampla, que foi debatida durante muito tempo aqui no Congresso Nacional, é a Lei 12.379, de 06 de janeiro de 2011. Só que teve muito pouca divulgação. E ela contempla todos os setores de transporte, desde o aquaviário, do transporte rodoviário, transporte ferroviário, o transporte aéreo. Então, ela tem uma participação enorme nessa questão da organização do transporte.

Há a Lei da Mobilidade, que o senhor já tinha mencionado, cuja discussão é importante.

E vou fazer um comparativo com o nosso setor, que é o setor de transporte, apresentar as condições de trabalho do ser humano nos veículos, nas vias, nos pontos de apoio. Já tenho colocado algumas vezes aqui – até agradeço a oportunidade que o Senador sempre dá para o nosso setor –, onde que trabalha a grande maioria desses trabalhadores, através de congestionamentos, poluição visual, ambiental e poluição sonora. A categoria tem uma característica diferenciada, jornada de trabalho sem interrupção, irregularidade do horário de refeição, inclusive para necessidade fisiológica, que foi contemplada no substitutivo, só que tem que ter garantida a sua fiscalização e sua implantação. O trabalho noturno, em fim de semana, precarização das leis trabalhistas, atividade de elevado risco à saúde física e mental, automedicação e sedentarismo.

Alguns trabalhos que têm sido feitos, inclusive pelo sindicato de que eu faço parte em São Paulo, é a questão do trabalho a céu aberto. Um exemplo bem claro aí é a cidade de São Paulo, também, onde, entre esses trabalhadores do transporte urbano, somente 39% desses trabalhadores têm acesso à água potável ou rede sanitária. Então, os demais não têm acesso a nada. Então, é um caderno que a gente já apresentou aqui em outras audiências, que é a condição sanitária de conforto em local a céu aberto.

A evolução também dos veículos, que nós temos colocado muito isso aí, e estou colocando o caderno de São Paulo, mas estou colocando um exemplo da... O exemplo do transporte no Brasil sempre foi a cidade de Curitiba. Mas, ultimamente, ela vem recebendo muita crítica, muita denúncia sobre a precarização em que estão os transportes em Curitiba. São várias matérias, a circulação mesmo em Curitiba, e é pouco divulgado. Continua sendo divulgado que Curitiba tem o melhor meio de transporte. Continua sendo, mas com as suas dificuldades.

A questão dos trabalhadores, postura incômoda para longas jornadas, e um exemplo é a questão do veículo. Não consegui dados mais recentes, mas continua sendo mais ou menos isso: 21 mil veículos co-

mercializados no País com os ultrapassados motores dianteiro e transmissão manual, e somente 856 veículos foram comercializados com transmissão automática, que melhoraria e muito a condição do trânsito e dos trabalhadores em transporte.

Então, a transmissão automática, um produto mais caro, é uma peça mais cara, mas o seu custo/benefício vem logo a seguir. É uma questão do setor empresarial no geral, não estou falando da ANTU somente, que coordena, mas de se começar a pensar. O que não foi contemplado no nosso substitutivo é a questão da proibição da dupla função do motorista. Mas continuamos na luta e não ao fim ao cobrador. Isso devido ao motorista... No Brasil, uma característica diferente, ele tem que dirigir, cobrar, postura incômoda, diminuição da atenção no trânsito, então, aí, a postura que tem um motorista quando ele está cobrando. Não são todos os veículos desse tipo, mas a grande maioria acaba o motorista tendo que ter: esse motorista cobra, dá o troco e ainda precisa cumprir o horário.

O problema da manutenção, assaltos, acidentes, conflitos. A manutenção também continua precária na grande maioria das cidades, um exemplo aqui é a cidade de Brasília, que eu espero que, com a licitação do transporte, venha a melhorar os ônibus. Há ônibus com mais de 20 anos circulando aqui na Capital Federal.

Eu já tinha colocado anteriormente a questão das cidades proibidas, e hoje de manhã ouvi no noticiário que melhorou o trânsito na BR-040, aqui em Brasília, porque saíram os caminhões. Mas, para onde foram esses caminhões? Onde eles podem estacionar? Qual é a disponibilidade que o Governo dá para esses trabalhadores? Onde eles ficam? E um exemplo disso é uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, do dia 02/04, em que é analisado que os motoristas não percebem melhoria, porque limitar o tráfego é medida paliativa. E a *Folha* conclui que é o que vemos em muitos casos atualmente: hoje os transportadores descontentes pela restrição e os demais usuários descontentes por não perceberem melhorias, e o trânsito continua congestionado na grande maioria das cidades mesmo com a proibição.

Na questão da jornada, o que estamos defendendo e que passou no substitutivo é o não ao excesso da jornada de trabalho e não à dupla pegada. O que é essa dupla pegada? É aquele motorista que faz uma viagem e meia na parte da manhã, recolhe o carro – e o exemplo claro aí é Brasília, ali, do lado do Estádio Mané Garrincha, onde os ônibus ficam estacionados até o período da tarde. Então, o motorista trabalha um período, na parte da manhã, algumas horas, e vai completar somente à tarde. Então, sua jornada está em excesso. É a discussão que estamos fazendo.

Na questão da mobilidade, também estamos discutindo não só o motorista, mas também os demais trabalhadores de transporte. Isso é em Manaus: uma entrega e um carregador. O absurdo é que, sem carrinho, sem nada, está carregando 18 caixas – aliás, não sei se é caixa, o que é – de cerveja. Isso aí foi em dezembro do ano passado em Manaus. Um exemplo bem claro de como são tratados os trabalhadores e como é tratada também a carga e descarga.

Um trabalho que vem sendo realizado pela Nova Central de São Paulo, que é o desafio da humanização, inclusive o Nazareno teve a oportunidade de participar, continua este ano, que é em defesa da vida. O desafio da humanização do transporte, é a década dos acidentes de trabalho, que já tivemos oportunidade também de discutir aqui, a questão dos acidentes, e é um trabalho da Nova Central.

Para encerrar, Senador, o grande evento do ano passado, que foi o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes, que vem atuando e que nós esperamos que consiga fiscalizar essa nova regulamentação do sistema de transporte.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Paim e coloco novamente a Confederação e a Nova Central à disposição para os demais debates. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Luiz Antônio Festino, que falou pela CNTT e também pela Nova Central.

Já coloca aqui a importância que foi a aprovação da lei que regulamentou a profissão de motorista e, ao mesmo tempo, fala de outras duas leis. E vamos trabalhar muito ainda na questão do Estatuto para avançarmos Nessa regulamentação.

Passamos, de imediato, a palavra ao Otávio Vieira da Cunha Filho.

Só para lembrar os que não estão na Mesa que teremos uma segunda Mesa, já com a presença dos nossos convidados, Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas de Paz; Luiz Carlos, Presidente do Sindmototaxi; Luciano Soares, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Metroviários; Ernesto Pereira Galindo, Técnico de Pesquisa e Planejamento do Ipea, e Carlos Penna Brescianini, que é do Blog Ambiente e Transporte. Eles farão a segunda Mesa.

Com a palavra o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho.

O SR. OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO – Bom dias a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, pela oportunidade de falarmos um pouco sobre transporte público, sobre as questões da mobilidade urbana no País; cumprimento o Festino, a Professora, o Nazareno.

Senhoras e senhores, a situação do transporte público no Brasil é extremamente caótica. Estamos vivendo uma crise de mobilidade sem precedentes no País.

Dividi a apresentação, fazendo algumas considerações sobre a mobilidade urbana, o que estamos fazendo, o que poderíamos fazer e, finalmente, as conclusões.

Como eu disse, o problema da crise de mobilidade que estamos vivendo, e o Festino fez uma abordagem também a respeito, é exatamente a ausência do Governo Federal em estabelecer políticas públicas de transporte, dando prioridade ao transporte individual, dando prioridade ao automóvel, de maneira geral, sem que as nossas cidades tenham sido preparadas para isso. Então, o caos que estamos vivendo é muito em função da recuperação da economia no País, do aumento do poder aquisitivo, do aumento de empregos e, consequentemente, das pessoas que migraram para o automóvel. É direito legítimo, evidentemente, mas, como não foi priorizado o transporte público no País, o transporte público é de baixa qualidade e, portanto, as pessoas são estimuladas a irem de automóvel, não se sentindo confortáveis para andar no transporte público. Daí essa crise de que estamos falando.

Próximo.

Se os senhores virem a comparação modal, em 1977, apenas 29% das pessoas se deslocavam em transporte individual, contra 71% em transporte público. Em 2009, já eram 50% os deslocamentos em transporte individual. Acredito que hoje já sejam mais de 60%, e não sabemos no ano 2020 a quanto isso chegará. Creio que, até lá, as cidades efetivamente estarão paradas se alguma coisa não for feita para melhorar essa questão.

Próximo.

O que estamos vivendo hoje é exatamente um problema em que você não tem prioridade no transporte público, criam-se ineficiências, acidentes de trânsito, gastos, as deseconomias que isso provoca, os gastos com a assistência à saúde pública principalmente e, com isso, gera-se um círculo vicioso no transporte na medida em que os ônibus têm baixa velocidade comercial, o custo do serviço aumenta por força disso, precisa-se de mais veículo, de mais ônibus na rua para fazer o mesmo serviço e, com isso, há baixa velocidade e um péssimo serviço que se pode oferecer à população. Precisamos quebrar esse círculo vicioso, priorizando o transporte público, desonerando-o. Temos agora a Medida Provisória nº 510, que foi aprovada e que deveria desonrar a folha de pagamento do transporte público, o Governo Federal a vetou e, apesar de ter vetado a desoneração da folha para o transporte

público, que é um setor grande empregador de mão de obra, mais de 500 mil empregos diretos são gerados no transporte público no Brasil, e o setor de *call center* foi beneficiado. Não que o setor de *call center*, esse tipo de serviço, não mereça ter seus custos reduzidos, mas que é uma aberração, do nosso ponto de vista, se você considerar os benefícios que poderiam ser traduzidos para colocar os excluídos do transporte, para terem oportunidade de exercer o direito de ir e vir, certamente é uma coisa que não compreendemos e que exige, efetivamente, de todos nós que somos preocupados com essa questão... E o Senador Paulo Paim tem sido um baluarte nesse ponto, porque, em todas as questões afetas à mobilidade e ao transporte público, ele sempre esteve presente, e acredito que poderá nos ajudar muito na tramitação do Projeto de Lei nº 310, de 2009, do Reitup, já aprovado na Câmara e que está em discussão aqui no Senado, para a desoneração. Achamos que isso precisa primeiro ser discutido no núcleo duro do Governo, especificamente no Ministério da Fazenda, Casa Civil, para podermos sensibilizá-los da importância de se desonerar o transporte público neste País.

Próximo.

O que estamos fazendo? O PAC da Copa do Mundo, o PAC das grandes cidades e a Lei nº 12.587, de 2012, já citada aqui, que é o nosso Estatuto de Mobilidade Urbana, que chamo de nosso código brasileiro de transporte. Assim como tivemos o nosso Código Brasileiro de Trânsito, agora temos o nosso código brasileiro de transporte, uma lei que tramitou aqui durante 17 anos. O autor inicial dessa lei foi o Deputado Alberto Goldman, de São Paulo. Finalmente, foi sancionada em janeiro e começa já a ter seus efeitos a partir deste mês de abril.

Próximo.

No caso do PAC da Copa do Mundo, foram R\$12 bilhões destinados aos investimentos na área de setor público para infraestrutura. São 12 cidades sedes da Copa que foram beneficiadas com esses recursos. O que se espera é que esses recursos sejam aplicados em projetos que tenham retorno, que tenham resultado, porque, se tivermos êxito com esses projetos, certamente vai melhorar consideravelmente a qualidade dos serviços de transporte.

Próximo.

Os investimentos aí estão distribuídos, dos quais eu ressaltaria R\$12 bilhões, como falei, sendo que 40% desses recursos são para corredores de ônibus, seja o BRT (Bus Rapid Transit), que é um novo sistema de transporte, o sistema antigo criado pelo Jaime Lerner, mas que está muito adotado hoje em todo o mundo, e a gente acredita seja importante para melhorar a

questão da qualidade do transporte público. Então, 40% são investimentos em corredores de ônibus e 36% em monotrilho.

Próximo.

Como eu falei, o BRT, que foi uma invenção brasileira dos anos 70, implantado em Curitiba e Goiânia pelo Jaime Lerner, hoje presente em mais de 80 cidades e em mais de 20 países do mundo. A grande maioria desses projetos é de concepção de consultorias brasileiras que estão sendo implantadas em todo o mundo.

Próximo.

O BRT, na verdade, o que é? É trazer para a superfície a mesma qualidade, segurança e eficiência do serviço de metrô. Nós dizemos que isso representa a metronização do ônibus, com estações amplas, alta capacidade de transporte, embarque em nível, acessibilidade universal, tarifas pré-pagas e os ônibus operando em corredores exclusivos. Como muito bem falou o Festino, esses investimentos precisam ser perenes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Na verdade, eu não o avisei antes. São dez minutos; a campainha toca com cinco minutos, depois dou mais cinco. Então, o limite são vinte minutos. O senhor tem dez minutos ainda.

O SR. OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO –

Fiquei preocupado porque não falei nem a metade. Muito obrigado.

Como o Festino falou, Curitiba, efetivamente, fez esses corredores de grande sucesso, modelo no mundo, mas deixaram de fazer os reinvestimentos, a melhoria, e o sistema está muito degradado hoje, mas, agora, com os recursos do PAC da Copa, vai ser revitalizado.

Próximo.

Então, o BRT no Brasil. Estamos agora com esses recursos, como nós falamos; são sete milhões de passageiros/dia para serem transportados nesses corredores, 87 corredores, com 562 quilômetros de corredores exclusivos no transporte. Acho que, com isso, nós vamos melhorar consideravelmente a qualidade do transporte público no Brasil.

Mas só para os senhores terem uma noção de valor, falamos nesses 562 quilômetros. Somente a cidade de Paris tem 600 quilômetros de metrô. Somente a cidade de Paris. Então, muita coisa a gente precisa fazer. Precisamos é aproveitar esses recursos do PAC da Copa e do PAC da Mobilidade – como o Senador falou, R\$18 bilhões do PAC da Mobilidade e R\$12 bilhões do PAC da Copa são R\$30 bilhões –, o maior recurso que o Governo Federal já disponibilizou nos últimos trinta anos. Desde a extinção da EBTU, nunca mais se teve investimento na área de transporte público.

De maneira que o que se espera é que isso deixe um legado de melhoria para as futuras gerações, mas também que estimule o Governo Federal a continuar fazendo esses investimentos. E a Lei nº 12.587 estabelece claramente quais são os papéis da União, dos Estados e dos Municípios com relação a isso, principalmente o Governo Federal, na continuidade dos investimentos nesse setor.

Próximo.

Então, no PAC das Grandes Cidades, nós já temos 69 propostas aprovadas. Desses recursos, 45% são para BRT e corredores de ônibus e 29% para metrô, no caso aí estimular e ampliar os metrôs de Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Próximo.

Os recursos aí, como eu falei, estão distribuídos dessa maneira.

Próximo.

Acho que a Lei nº 2.587 é de grande importância porque é um marco regulatório há muito desejado. É a nossa lei de diretrizes para transporte, que eu estou chamando de nosso código brasileiro de transporte. Ela estabelece a prioridade para o transporte coletivo, proíbe o transporte ilegal, pode criar algumas barreiras para circulação de automóvel em algumas cidades, quer dizer, permite que isso seja feito, e define claramente qual o papel da União, dos Estados e dos Municípios com relação a seus programas de mobilidade, a seus projetos de mobilidade.

No caso da União, ela estabelece a responsabilidade do Governo de prover os recursos necessários para esses investimentos de infraestrutura, que são muito altos, são muito caros, e, via de regra, os Estados e Municípios não têm capacidade para esse investimento.

Mas, além de prover os recursos, obriga o Governo Federal a definir a qualificação de mão de obra, a trabalhar consistentemente na formação e qualificação de mão de obra especializada para cuidar do transporte público.

Aos Estados estabelece que eles devam fazer os convênios com os Municípios, no caso das regiões metropolitanas, e também promover a integração entre os serviços de transporte.

E aos Municípios, além da sua clara competência já constitucional de planejar, organizar, gerenciar e fiscalizar o serviço, estabelecer, o que nos parece um grande avanço, a responsabilidade que os Prefeitos têm de ter um plano diretor... Cidades com mais de vinte mil habitantes têm de ter um plano diretor e um plano de mobilidade. E o mais importante é que esse plano de mobilidade deve ser construído pela própria sociedade civil organizada, através dos órgãos colegiados

que os Municípios, as Prefeituras deverão criar. E aí toda a sociedade define o que ela quer, o que ela vai querer fazer com a mobilidade na sua cidade.

Próximo.

Acho que em cinco minutos eu concluo.

E aí nós temos o PL nº 310, a que me referi, Senador, que é de 2009. O autor desse projeto é o Carlos Zarattini. Não, o Zarattini foi o Relator. Esse projeto já foi aprovado na Câmara e está agora no Senado. Esse projeto estabelece um pacto federativo, União, Estados e Municípios, para fazerem a desoneração do transporte público. Aí nós estamos falando na desoneração da folha de pagamento, na redução de PIS, Pasep, Cofins e a Cide incidentes sobre o combustível, estamos falando de os Estados abrirem mão do ICMS sobre diesel, sobre veículo, e dos Municípios, de reduzirem o percentual, a taxa do ISS e a taxa de gerenciamento, que, via de regra, é cobrada do serviço de transporte.

Se todos esses parceiros... Se houver esse pacto efetivo, a gente poderá chegar a uma redução em torno de 25% da redução do preço da tarifa.

Para os senhores terem uma ideia do que significa isso, todos os programas sociais do Governo representam, em 2011, em torno de R\$23 bilhões, aí considerando Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos e os outros programas. Bolsa Família, Luz para Todos e Minha Casa, Minha Vida.

Essa desoneração de 25% representaria uma redistribuição de renda, porque esse dinheiro já ficaria no bolso do usuário com a economia que ele faria com transporte, em torno de R\$8 bilhões, ou seja, 30% de todo o programa social do Governo poderiam, com essa medida, com a redução do preço da passagem no transporte público, ser transferidos ao usuário, o que seria uma grande redistribuição de renda, de uma maneira muito simples, sem exigir nenhum tipo de controle, porque esse recurso já ficaria no próprio bolso da sociedade.

Aí está a demonstração, como eu falei.

A tarifa média brasileira, hoje, é de R\$2,36.

Os 25% de que a gente falou, que seriam a redução dos impostos, representariam R\$0,59 e a tarifa, então, cairia para R\$1,77.

O efeito disso na inflação brasileira seria uma redução de 0,12% na inflação, se nós pudéssemos ter todos esses benefícios contemplados em termos de redução de taxas e impostos.

É evidente que talvez isso não seja possível de se conseguir de uma só vez, mas eu acho que a gente precisa estimular e, aí, a gente volta a insistir que o setor de transporte público se justifica, por ser um serviço grande empregador de mão de obra, se jus-

tifica plenamente poder ser beneficiado, pelo menos com a redução da folha de pagamento, da incidência sobre a folha de pagamento, porque isso traria uma redução em torno de 5% nas tarifas.

A partir daí, alguns Estados, inclusive, Senador, já estão fazendo isso.

Em Manaus já não tem mais o ICMS sobre *diesel* e aqui em Brasília também não tem o ICMS sobre *diesel*. Em alguns Estados, as prefeituras reduziram o ISS, quer dizer, já há um movimento nessa direção.

Acho que falta, agora, o Governo Federal se incorporar nessa questão e assumir o seu papel, porque ele é quem tem de definir as políticas públicas de transportes. É constitucional e falta, então, um movimento do Governo Federal para estimular que isso aconteça.

Próximo.

Nossas conclusões finais.

Eu diria que a situação do transporte coletivo é crítica, como os senhores puderam observar. Algumas medidas já foram iniciadas na melhoria, para evitar esse agravamento, e eu diria que são os recursos do PAC da Copa e do PAC da Mobilidade, porque, aí, nós vamos priorizar o transporte público.

A Lei 12.587 foi fundamental, também, para isso, então, são os primeiros passos que a gente dá nessa direção.

Precisa, agora, haver um grande envolvimento de toda a sociedade para a gente buscar uma saída honrosa, que, na verdade, é merecida, porque os cidadãos brasileiros, aqueles que não têm, efetivamente, o seu transporte privado, sofrem, no dia a dia, no transporte público.

Os investimentos em infraestrutura não devem se restringir ao PAC da Copa e ao Grandes Cidades, porque eles não são suficientes para resolver a questão da mobilidade urbana. Eles são um passo importante, mas são insuficientes, ainda, para poder resolver essa questão.

É essencial buscar eficiência nos investimentos, e o Senador falou, aqui, na sua fala inicial, de se estabelecer que esses recursos sejam investidos em projetos que deem retorno para que estimulem, e, aí sim, a sociedade veja os benefícios desses investimentos e o Governo Federal também se sinta estimulado a fazer os investimentos.

E há o Projeto nº 310, como falei, que é sobre a inclusão socioeconômica de milhares de brasileiros, para o qual achamos que vale a pena um esforço político conjunto aqui, com a Frente Parlamentar dos Transportes e no Senado, agora, na apreciação desse projeto de lei, além de uma pressão junto ao Governo Federal para tentar resolver essa questão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Otávio Vieira da Cunha Filho, que fez aqui uma bela exposição.

A frase de maior impacto para mim – fiquei preocupado, naturalmente, mas o debate vai apontando caminhos – foi: em 2020, as cidades poderão parar, se nada for feito com planejamento, investimento e valorizando o setor.

Passamos a palavra à Professora Doutora da Universidade de Brasília (UnB) Maria Rosa Abreu, por dez minutos com mais cinco e mais cinco, se necessário, um total de vinte minutos.

A SR^a MARIA ROSA ABREU – Posso passar um pequeno vídeo antes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ficar à vontade. Pode passar o vídeo. Será bom.

A Dr^a Maria Rosa informa que vai iniciar com a exibição de um pequeno vídeo sobre o tema.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SR^a MARIA ROSA ABREU – Quero cumprimentar todos e todas e agradecer ao Senador Paulo Paim a oportunidade deste importante diálogo.

Na verdade, esta Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa é o lugar de pensar as políticas sociais, as políticas dos direitos das pessoas.

Para Platão, cabe aos filósofos, aos poetas pensar o rumo das cidades. E cabe, evidentemente, ao setor técnico implementar, com melhor qualidade, menor custo, menor prazo, as ações em benefício das pessoas.

Então, é muito oportuno este encontro hoje, muito importante a fala do Sr. Festino e do representante das empresas, que mostram as dificuldades e as necessidades de cada setor.

Aqui vou falar... Eu trabalho na área de extensão na Universidade de Brasília com a sociedade civil. Nós temos grupos de estudo e examinamos as alternativas, as boas práticas que o mundo vem fazendo no sentido de solucionar a questão da locomoção das pessoas.

Duas palavras-chave hoje... O problema já foi muito bem abordado, principalmente pelo representante da CNTT, que revelou o sofrimento do trabalhador com esse modelo de transporte público que temos hoje e o sofrimento

diário de quem usa o transporte público; dos que não podem sequer usar o transporte público e têm que viajar a pé, ou seja, uma porcentagem muito grande das pessoas mais pobres – isso causa a falta de inclusão –; dos que andam de bicicleta e são mortos com muita frequência ou ficam mutilados, os pais de família; dos que usam motocicleta igualmente – toda uma força de trabalho, trabalhadores –; além do sofrimento de quem, sacrificando às vezes o orçamento familiar,

compra um carro devido à fragilidade, à precariedade do transporte público e ao alto custo. Os custos, como se sabe, são as deseconomias para saúde, qualidade de vida, economia, meio ambiente.

Os grupos de estudo são uma construção coletiva, com participação de entidades da área ciclovária – aqui está a Rodas da Paz –, da área metroviária, da área dos ônibus. É necessário um sistema intermodal sustentável e eficiente. Não estamos fazendo nenhuma inovação. Isso é o que vêm buscando os países que estão solucionando o problema e dando maior dignidade e maior qualidade às pessoas.

O eixo estruturante é como as artérias principais do organismo. Então, o que estrutura o sistema numa cidade é o trilho, seja o metrô, seja o trem regional, seja o metrô leve, mas o ônibus tem um papel muito importante, fundamental, porque é ele que faz praticamente o transporte porta a porta; é ele que leva a pessoa de casa até a estação mais próxima das grandes artérias, dos grandes eixos. E tudo isso está integrado, inclusive a rede aquaviária, que vem sendo desenvolvida na parte marítima. Nós temos agora o metrô *bateau*, por exemplo, em Marselha e em algumas cidades francesas e alemãs, aproveitando os rios para fazer também o transporte aquaviário. Então, há um conjunto de alternativas no sentido de se ter um transporte para que a pessoa possa deixar mais o carro em casa.

Como muito bem disse a Presidenta Dilma, ninguém é contra o carro. O carro é um conforto. Aliás, toda família deveria ter direito a um carro. Por quê? Porque o carro de passeio é um conforto, sendo, às vezes, usado para algum serviço especial, mas o carro não pode ser utilizado compulsoriamente no dia a dia.

Uma questão fundamental, um ponto nevrálgico, um ponto básico, a base para se conseguir um transporte coletivo público que realmente permita às pessoas deixar mais o uso do automóvel é ter integração, integração física. As linhas devem estar conectadas às ciclovias, às aquavias; os ônibus locais às estações do metrô, do trem regional. Essa integração tarifária, uma única tarifa, já existe nos países com mais democracia, onde a sociedade civil conseguiu pressionar e avançar mais na questão do transporte público. A integração tarifária permite a compra de um cartão mensal, semanal, diário ou até um cartão anual com até 70% de desconto. Em todas as cidades hoje, tanto nos Estados Unidos, como na Europa e na Ásia, é assim que funciona.

Então, o nosso País está realmente na contramão. Não se consulta a comunidade de forma efetiva; não há transparência no volume imenso... Estamos tendo uma oportunidade agora, com quase 20 bilhões, de estabelecer as bases de uma infraestrutura que vai dar

dignidade e competitividade para as gerações futuras e para a nossa qualidade de vida ainda hoje.

Quanto à competitividade no transporte, ter um transporte bom não serve apenas para a inclusão social, para o direito do ser humano, que sofre diariamente, como foi abordado aqui, mas também para a competitividade da nossa economia.

Cito aqui um exemplo. Os grupos de estudo de extensão da Universidade têm levantado a quantidade de documentos que vêm sendo construídos tanto na Europa como na América do Norte para se garantir um transporte competitivo e sustentável com menos emissões de gases e rede intermodal, ecológico, diminuindo a dependência do petróleo e garantindo a geração de emprego e sustentabilidade.

Você poderia passar rapidamente.

Um exemplo: o ônibus vermelho que se torna verde em Londres. Isso tudo é decorrência das políticas, das diretrizes da comunidade.

Isto aqui é muito interessante. O prefeito de Seul foi eleito Presidente. Ele foi um estadista. Ele se preocupou realmente com a sociedade. Este é o papel do estadista: ter visão com compaixão.

O que há aqui? Antes havia um rio aí embaixo. Daqui a pouco, até o Tietê, em São Paulo, vai ser coberto com uma pista de asfalto, porque já se chegou ao máximo que podia nas bordas para o tráfego de automóveis. Então, isso é falta de visão, de respeito para com a cidade. Aqui era um rio. Olhe como ficou esse rio depois! Hoje, é um lugar de convívio, de alegria, de bem-estar da população.

Isto foi publicado na revista *The Economist* da semana passada: uma megametrópole, como São Paulo, com uma das menores malhas de trilhos do mundo.

Aqui são os rios de São Paulo. Isto é muito interessante. Um professor da USP fez um estudo mostrando um anel aquaviário unindo os rios Tietê e Pinheiros às bacias, com um pequeno canal. Em Porto Alegre, também há a perspectiva de se fazer isso no rio Guaíba. Nossas cidades têm rios, nossas cidades têm praia. Então, não é só o rodoviário, não é só o ferroviário, não é só o ciclovário; é também o aquaviário. Quer dizer, são mais alternativas. A política pública dá ao cidadão, mas desonera o caos das cidades.

Isto aqui é São Paulo. É inacreditável que, no século XXI, o século da sustentabilidade, dos direitos humanos, haja esse trânsito e que o trabalhador tenha que se submeter a isso, todo final de semana, para ter um pouco de descanso no litoral, inclusive passando por pedágios sem uma estrada alternativa vicinal – isso não ocorre em nenhum lugar do mundo. Então, o cidadão não tem como escapar de descer utilizando esse tipo de transporte. Se ele quiser descer de bicicleta,

de ônibus por uma estrada vicinal, não há alternativa. É uma crueldade o modelo de pedágio das estradas do Estado de São Paulo. Agora, chegou-se ao ponto de prejudicar, segundo jornais econômicos, a economia de São Paulo, cidade que tem o maior número de helicópteros pessoais do mundo.

Aqui há o exemplo também da falta de visão. Há quase 30 anos, a população vem pressionando por um metrô de superfície em Santos, que é uma cidade histórica. Nessa ilha nasceu a primeira vila do Brasil, que é São Vicente, na época dos padres fundadores, do Padre Anchieta. Essa ilha, hoje, está altamente congestionada. Descem toneladas de caminhões que atravessam, sem justificativa, como disse o Presidente Lula, três mil quilômetros, levando grãos, levando mercadoria para os portos, sendo que um trem de carga levaria 30, 50, 300 contêineres. Então, descem esses caminhões a Serra do Mar, uma violência contra esse patrimônio, mas estão construindo lá um metrô de superfície que vai de São Vicente ao porto, mas não passa na praia, não atende a praia. Aqui há um exemplo do que a gente vê em todas as cidades do Mediterrâneo: o metrô leve passa na orla da praia exatamente para beneficiar quem? As pessoas, a qualidade de vida.

Como foi bem colocado anteriormente, Paris já tem uma excelente rede de metrô, uma excelente rede de metrô leve que estão construindo agora – há várias em licitação – e uma excelente rede de ônibus elétrico de bairro, pequenos ônibus que pegam as pessoas de porta em porta e levam-nas para as estações de metrô, a fim de não terem que pegar o carro para ir à padaria, para ir à farmácia, para levar as crianças à escola.

Então, além destas alternativas, ônibus de bairro elétrico, metrô, trens regionais, eles estão construindo um grande anel metroviário: 175 quilômetros, unindo toda a grande Paris, o subúrbio todo, e isso dentro de uma visão de dar qualidade, de tornar a cidade mais atrativa, mais competitiva e dar qualidade de vida.

Foi lançado agora um concurso internacional para as estações. A visão é que elas sejam exemplo de inovação, feitas com material sustentável, por equipes transdisciplinares: com sociólogos, economistas, engenheiros, arquitetos, urbanistas, pessoal da área da saúde pensando a estação.

A estação é o lugar onde há o convívio das pessoas. A nossa estação central na Capital Federal, que é a Rodoviária, é injusta para com quase um milhão de pessoas trabalhadoras que passam ali. Não se têm serviços, não se tem cultura, não se tem beleza, é suja, é poluída.

Há a questão das iniciativas de as cidades terem um trânsito mais calmo. Chega-se até a pedir, como as iniciativas que, às vezes, ocorrem em Nova York, que as

cidades sejam mais das pessoas e menos dos carros. Então, em alguns dias se fazem essas manifestações. Pedem também veículos alternativos, sem emissão.

Isto aqui é um velotáxi. É muito interessante. Essa foi uma inovação que contou com o apoio da prefeitura de Paris. É um pequeno táxi, talvez um antigo *rickshaw*. Ele tem duas poltronas, quatro atrás, é uma moto. Gera emprego para um conjunto de motociclistas. Foi uma iniciativa de um ecologista francês, que conseguiu, com a prefeitura, que esses micro-ônibus gratuitos, que esses velotáxis gratuitos circulem no corredor exclusivo de ônibus na capital. Servem tanto a turista como a idosos.

Esse é o ônibus de bairro elétrico, que, há cerca de quatro anos, atende a todos os bairros da capital francesa. É uma alternativa que...

Esse é aquele ônibus da China. Ele é excelente, porque tem uma autonomia de trezentos quilômetros, sua bateria. As baterias elétricas estão com muito avanço, inclusive, muitas são alimentadas nas garagens à noite com placas fotovoltaicas, então, o combustível sai praticamente gratuito, além de limpo.

Aqui se vê o financiamento de transporte na França, onde a tarifa realmente é acessível e há uma integração total. Quase 30% é o passageiro; 46,5% as empresas; e o setor público, que inclui prefeitura, região e União, 20%.

Ruas verdes na Holanda.

Carro elétrico para aluguel, mais uma alternativa para você deixar o carro em casa.

Na França, são quinze euros por semana para você alugar um carro.

Campanha pelas ferrovias. Essa é uma iniciativa fantástica que começou no governo Obama. A primeira ferrovia de alta velocidade já está em aprovação na Califórnia.

Campanha da população. Essa é uma proposta também comunitária em Nova York, para metrô leve nas ruas de Nova York.

Aqui são os trens na China. A China foi o país que mais licitou ferrovias, tanto de alta velocidade como de média velocidade, muitas ferrovias regionais. Agora ela está planejando uma ferrovia unindo a Ásia à Europa.

Esse é o sistema de autoestrada marítima que foi aprovado pela comunidade europeia tanto para transporte de passageiros como de cargas.

Essa é a campanha das autoestradas do programa de Obama.

Aqui são as ferrovias americanas propostas até 2030, num total de US\$500 bilhões, saindo US\$20 bilhões por ano apenas e se dota, do Pacífico ao Atlântico, de uma malha de alta velocidade interligada – essa é

a da Califórnia –, toda conectada com rede cicloviária, com ônibus elétricos locais.

Uma conferência vai ser realizada dia 22 na Califórnia, onde irão as grandes empresas do mundo todo.

Nós temos uma Embraer fantástica, mas não temos ainda uma “embratrem” ou uma “embratrilho”.

Essa é a situação das nossas calçadas, sem acessibilidade.

Isto é o que estão propondo para Brasília: quatro eixos deste tamanho com oito pistas para automóveis, onde vai ser, eu diria, enterrado o dinheiro do PAC Mobilidade. Por quê? Porque estão fazendo alguma coisa para ser bonita na foto, mas que terá congestionamento. São alargamentos de via – vê-se na imagem anterior. Um urbanista que esteve aqui, de Barcelona, disse muito bem: “Não adianta continuar a abrir vias, ampliar viadutos, sem modificar estruturalmente o transporte público nas cidades”. Então, olhem aqui, cerca de R\$1 bilhão dos cofres públicos, que vêm do PAC Mobilidade, serão usados para fazer oito pistas de automóvel e duas de ônibus.

E o que é isso? Olhem o tamanho da passarela. O cidadão sai do bairro, já anda um bom trajeto da sua casa e deve subir escada, atravessar essa passarela para pegar o ônibus lá no meio da pista. Isso não é amigável. Está exatamente na contramão do que deve ser o transporte hoje, que tem de facilitar, dar condições confortáveis para que o cidadão deixe o carro em casa. E ainda terá uma tarifa cara. Então, dificilmente a pessoa vai deixar de se esforçar para comprar um carro. Igual a esse expresso aí, a essa via expressa, são mais quatro.

O ônibus, que tem um papel excelente, importante na mobilidade, está sendo usado para substituir o trem.

Concluindo: esses são os eixos todos previstos, aprovados no plano diretor recente, que vem de governos anteriores, dentro um modelo antigo de transporte.

Essa é a nossa estação rodoviária. A escada rolando dela, há mais de um ano, dois anos, está assim.

Essa é para receber os turistas, os trabalhadores.

Aqui é um trem, uma linha. Esse eixo rodoviário, com oito pistas para automóvel, é paralelo com essa linha de trem que está parada, que não está sendo utilizada. Essa é uma política da Presidenta Dilma, que teve início com o Presidente Lula. Ele chegou, inclusive, a inaugurar fábrica de dormentes. Está sendo feito um grande plano de renascimento dos trens regionais de passageiros, das ferrovias, mas infelizmente está indo muito lentamente essa ferrovia.

Eu quero mais uma vez agradecer esta oportunidade de trazer o que vem sendo discutido com a sociedade civil no campo da extensão na UnB.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa foi a Professora e Doutora da Universidade de Brasília (UnB), Maria Rosa Abreu, que fez uma exposição ampla aqui, inclusive mostrando alguns vídeos. Falou do transporte ferroviário, aquaviário, pediu um olhar para as pessoas, falou dos ônibus elétricos, do metrô, da mobilidade no mundo – bicicletas, motos, ônibus – e falou do Brasil, com foco mais em Brasília aqui no final.

Parabéns pela sua exposição.

Passamos a palavra agora ao Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte, que substitui aqui o Sr. Ailton Brasiliense Pires, pesquisador da Associação Nacional de Transportes Públicos. Passo a palavra, então, ao Sr. Nazareno Stanislau Affonso, que tem o tempo também que foi dado à nossa última convidada e aos outros painelistas.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO –

Estou esperando a... Em todo caso, vou fazendo já a minha apresentação, mas desconte o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Senador, é um prazer estar aqui de novo. As últimas vezes foram desde lá da sua terra, quando fui Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desde lá do Rio Grande. O senhor foi Secretário lá.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Esta Mesa mostra exatamente o esforço muito grande que estamos fazendo para construir uma mobilidade sustentável no País. E quando nós defendemos a palavra mobilidade, mais do que transporte público, nós estamos defendendo o seguinte: quando se coloca mobilidade, nós podemos comparar os diferentes num só. Antes da palavra mobilidade, falávamos em transporte público, falávamos de acessibilidade para pessoa portadora de deficiência, falávamos de calçada, falávamos de automóvel, falávamos de trânsito, tudo separado. Quando se junta isso tudo, e a ANTP tem feito um trabalho para mostrar isso, nós vamos começando a ver que o investimento no nosso País para viabilizar o uso do automóvel foi gigantesco e ainda continua gigantesco, seja do Poder Público, seja da população como um todo. Para se ter uma ideia, esses investimentos são da ordem de quase R\$100 bilhões por ano, do qual o transporte individual fica da ordem de 86%. Isso é só para a gente ver que a sociedade brasileira fez uma opção insustentável.

Nós temos, neste momento, eu diria, duas grandes notícias. Uma que esse modelo que foi implantado e vangloriado – e Brasília é um produto do desenho arquitetônico da viabilização desse modal que é o automóvel, escondendo o pedestre, escondendo o trans-

porte público –, hoje esse modelo está falido. Não há solução para o automóvel nas nossas cidades. O que a gente pode esperar é que, se hoje está ruim, amanhã vai ser pior. Aqueles que têm carro hoje vão ver que, daqui a algum tempo, se levavam vinte minutos para chegar, vão levar trinta, quarenta, cinquenta minutos. Nós temos um *deficit*.

A Professora citou uma série de propostas sobre uma experiência que já tem quase cinquenta anos na Europa. Aliás, eles não fizeram essa opção. Lá eles são mais dependentes do uso do automóvel do que nós, por incrível que pareça, com tudo o que vocês viram que a Professora apresentou. Mesmo assim, o Estado investe maciçamente em segurança viária e em transporte público – investe em transporte público sobre trilho e investe também bastante em transporte por ônibus e sistemas estruturais.

O que a gente tem defendido nesse tempo todo é que nós temos hoje, em primeiro lugar, de correr com o prejuízo. E essa é uma dificuldade que nós estamos tendo no momento, no debate do setor, que é a seguinte: metrô é coisa boa, é o que a Presidenta falou e o que a Professora falou, e o que vem de ônibus é sempre coisa ruim. Só que acontece o seguinte: hoje nós temos 93% das viagens transportadas por ônibus e 7% sobre o sistema metroferroviário. E o sistema metroferroviário, nós sabemos, tem um tempo de implantação muito mais longo do que o sistema sobre pneus. Nós temos experiências em Curitiba, em Porto Alegre – você conhece muito bem – em que a gente vê que o sistema de ônibus é um sistema de qualidade. Ele vem com qualidade, com uma velocidade de implantação muito maior e um preço muito menor. O que nós estamos defendendo hoje é que o sistema sobre trilhos ocupe aquela demanda que é para esse sistema, que é uma demanda acima de 35 mil passageiros/hora/sentido.

Do mesmo jeito que a gente viu o discurso que ela apresentou sobre um jornalista, que a gente vê que é uma liderança popular, nós tivemos inúmeras pessoas em Salvador questionando a implantação do metrô na cidade que tem a mesma estrutura apresentada agora pela Professora com relação ao sistema de ônibus. As pessoas vão ter de subir passarela, vão ter de andar mais e vão descer para pegar o metrô com uma dificuldade: a gente nem tem ideia de onde vão ficar os terminais de ônibus, quando o sistema de BRT, que eu achava muito bom que a Professora pudesse conhecer – eu tive a oportunidade de conhecer em Bogotá e fiquei impressionado com a qualidade disso para o usuário, e eu sou metroferroviário, posso dizer isso sossegado, fui aposentado pelo Metrô de São Paulo –, pois é uma coisa fantástica. Eu andei vinte quilômetros

no horário de pico em quatorze minutos, posso dizer isso aí, e com horário marcado, para a gente ver em quantos minutos ia passar o próximo ônibus da mesma linha. Eu tenho cinco linhas passando: uma que é paradora, outra que vai reto.

Então, o que temos que fazer hoje? Nós temos que juntar o esforço, ou seja, a mobilidade sustentável como um todo. De um lado, o transporte não motorizado, juntando calçadas acessíveis, que considero um ponto fundamental desta Comissão, no sentido de fazer com que as leis e o decreto de acessibilidade sejam implantados até 2014 de fato. Isso precisa de uma fiscalização grande, ir para cima das prefeituras. “Nossa casa, nossa vida”, por incrível que pareça, foi lançado sem um plano de acessibilidade nos prédios. Quer dizer, tem coisas complicadas nesse sentido. O espaço de acessibilidade da cidade e das calçadas tem de mudar rapidamente, porque o decreto deixa bem claro que é até 2014. Nós não temos fiscalização efetiva sobre isso.

Tem a questão das bicicletas, que têm de ocupar o seu espaço na mobilidade urbana e, quanto ao transporte coletivo, nós temos de ser razoáveis. Não podemos colocar, como no caso de Salvador, 17 mil passageiros/hora/sentido no sistema metroviário, que vai ficar pronto daqui a uns oito anos. Quer dizer, a gente vai passar a Copa com um grande canteiro de obras na Bahia, só para citar um exemplo que acompanhei de perto.

Em compensação, nós temos uma experiência fantástica em São Paulo em que vamos aplicar 45 bilhões, além desse dinheiro todo de que estamos falamdo, do qual quase 80% é do sistema metroferroviário. E São Paulo precisa, porque do mesmo jeito que estamos vendendo os ônibus cheios nas nossas cidades, lotados, eu queria que todos visitassem a Estação Sé, em São Paulo, e tentassem se locomover naquela estação. Recebi até um e-mail no meu Facebook de um cara dizendo assim: “Se você não quiser ficar sozinho, visite a Estação Sé”, porque é aquela massa de gente.

Eu esperei na Estação Anhangabaú, em São Paulo, passarem três trens para depois parar o meu. Eles não param, não dá mais. São Paulo está saturada de carro, está saturado o sistema de transportes inteirinho, seja ferroviário, seja metroferroviário. Se você andar em São Paulo, no sistema metroferroviário, verá algo muito parecido ao que temos no sistema de ônibus.

Então não podemos dizer, neste momento, que essa é a melhor solução e aquela é a ruim. Tudo o que vem de ônibus é ruim, mesmo com todo esse investimento que vamos ter.

Eu estava discutindo com o Bicalho, da ANTU, dizendo que, se muito, vamos pular esses 7%, mesmo

com todo o investimento em São Paulo, em cinco anos, e nós vamos chegar a quê? A 15% no sistema metroferroviário. Os outros serão transportados por ônibus.

O que estamos defendendo hoje, em primeiro lugar, é que se acelere isso para sair do caos. E, para acelerar isso, muitos lugares têm de implantar sistema de BRT e corredores. Mais do que isso, nós temos de cuidar do dia a dia. Então, estamos defendendo, no MDT, que seja proibido estacionamento onde passa ônibus. Só isso vai reduzir a tarifa no Brasil, porque os ônibus vão circular mais rápido. Do mesmo jeito que estamos defendendo o projeto aqui do Senado, de nº 310. Ele mexe com a parte tributária, mas se nós tirarmos os carros da frente dos ônibus vamos reduzir a tarifa no Brasil inteiro. Por quê?

Em primeiro lugar, São Paulo. A pesquisa feita pela ANTP, isso em 98, dizia que o transporte público era 17% mais caro porque estava no meio do congestionamento. Podemos dizer, numa avaliação de 98 para cá, que agora não são mais 17%, mas 25%. Isso significa que em São Paulo o trabalhador que pega ônibus paga 70 centavos em cada tarifa porque está no congestionamento.

Então, acho que a questão central que temos de discutir hoje, numa política de mobilidade, não é modal. Nós temos de discutir, em primeiro lugar, o automóvel. A Lei de Mobilidade é muito clara: mudou a política nacional de mobilidade, instaurada neste País em 1950, que era fazer do automóvel o transporte do trabalhador para tudo. É universalizar o uso e o acesso ao automóvel.

Como disse o nosso caro companheiro Lula... Na época eu reagi, depois achei que ele tinha razão. Ele disse: "Aqueles que pensam que porque a gente vai fazer metrô e ferrovia o trabalhador vai deixar de ter o seu carro, é uma mentira. O trabalhador vai ter o seu carro nem que seja para lavar no fim de semana". E quem não quer que o trabalhador tenha um carro é quem tem carro hoje e não quer concorrência na rua.

Então, o carro não é só um meio de transporte; é um predicado de cidadania. O trabalhador, sim, tem o direito de ter o seu carro. Só que para usar esse carro não pode ser com todos os privilégios que nós temos hoje. São áreas fantásticas, caras, para o cara parar na via pública. Tem que ser proibido o estacionamento na via pública, em toda a via pública. E, se ele vai parar na frente do seu carro, temos que fazer como nos Estados Unidos: ele vai pagar uma taxa para deixar o carro na calçada, na frente da sua casa. Se for para uma área central, ele vai ter que pagar uma taxa que vai para um fundo de transporte.

O Poder Público, ao mesmo tempo, em todos os projetos que a gente vê do PAC da Copa e do PAC da

mobilidade, não tem um projeto que coloque estacionamento para automóveis. São Paulo é o primeiro que está fazendo esse debate. E um dos elementos fundamentais que estamos defendendo, que está na lei, que era o discurso que fizemos por anos e anos, era uma política de estacionamento, em relação à qual os prefeitos tremem. Ninguém quer fazer uma restrição ao automóvel. Agora eles vão ter de fazer, porque é lei. Se eles não fizerem, o movimento popular vai cair em cima. Se alguém fizer hoje um viaduto só para carros, nós podemos até questionar junto ao Ministério Público o uso desse dinheiro público, porque ele está fraudando o dinheiro público e investindo onde não é prioridade.

É isso que nós vamos ter de mudar nessa política. Essa nova Lei de Mobilidade reafirma a política de acessibilidade. Nós temos de ver esse conjunto, porque temos essas duas grandes notícias: uma, que não tem solução para o automóvel. Aqueles que disserem isso estarão mentindo. Segunda, se alguém quiser propor uma solução para o automóvel hoje, irá contra a Lei da Mobilidade. Não há como sustentar um aumento de frota.

Quando eu era Secretário aqui em Brasília, nós tínhamos 530 mil. Isso foi em 1997, 1998. Hoje nós temos um milhão e trezentos. E há estimativas claras para chegarmos, em 2015 ou 2017, a dois milhões de veículos.

Alguém aqui acredita que haja uma forma, numa cidade que ficou 35 anos com um sistema viário ocioso... Era a cidade mais fluida do País quando a ANTP fez a sua pesquisa junto com o Ipea, em 1998: 45 quilômetros por hora.

Isso é que tem de mudar. Nós pagamos 30 bilhões por ano para os acidentes automobilísticos.

Numa época eu estava com o Rolim, nosso querido Deputado, e discutia com ele que tínhamos que trazer para esta Casa, como questão de direitos humanos, o fim da chacina no trânsito no Brasil. É a maior tragédia de política pública instaurada no País, e o Governo não leva a sério. Nenhum governo leva a sério. Nós matamos, em estatística subestimada, tirada da Secretaria de Saúde, que é aquele que morre no momento do trânsito, não é aquele que morre depois de três ou quatro meses, nós matamos por dia 110 pessoas e deixamos portadores de deficiência... Fazemos um exército anual de portadores de deficiência: para cada morto, de três a seis ficam deficientes. Isso significa que cerca de 300 a 600 pessoas diariamente se tornam portadoras de deficiência. Como se pode aceitar isso sem uma grande... Deveria haver um grande movimento social questionando isso.

Nós temos a década da segurança no trânsito, na qual o Brasil entrou para defender a redução, em

dez anos, de 50% dos mortos. Aqui em Brasília, tenho o maior orgulho de dizer para vocês – o Governador estava aqui presente, depois saiu, o Senador Cristovam Buarque – que nós fizemos um programa de redução de acidentes em Brasília. Em três anos, nós reduzimos em 50%. Não tivemos clemência alguma. O Governador nos apoiou o tempo inteiro.

Eu, Roberto Aguiar e Miura, além do Davi, da UnB, junto com o Coronel Azevedo, saímos na briga pesada contra o infrator. E ainda contamos com uma coisa rara no Brasil: nós tivemos uma mídia cidadã. Naquela época juntou *Correio Braziliense*, Rede Globo e as demais redes de TV como aliados diretos, defendendo a vida.

Então, o que nós temos hoje? Nós temos uma oportunidade. Eu diria que sou dos otimistas hoje. Nós temos, pela primeira vez, recursos investidos em sistemas estruturais, o que não é o suficiente, como alguns gostam de dizer.

Se pudéssemos fazer o mais rapidamente possível para acabar com esse *deficit*, seria melhor. Em alguns casos, algumas coisas deram errado. Para mim, foi o caso de Cuiabá e de Salvador. No resto, tanto o PAC da Mobilidade quanto o PAC da Copa são uma grande vitória da mobilidade sustentável, com o investimento feito no sistema metroferroviário em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Há muita crítica, “essa linha não devia ser por aqui; devia ser por lá”, mas quem viveu a inanição, não dá mais para ver isso. Tenho defendido outra coisa. Acho que está na hora de investir naquele que está no dia a dia. E o que é? Nós precisamos de renovação de frota, precisamos de ônibus de qualidade. Fabricamos os melhores ônibus do mundo, e aqui usamos os mais baratos. Por quê? Porque a política de tarifas não é uma política pública; é uma política de mercado: vai até o limite que o trabalhador paga. É totalmente diferente da saúde e da educação, que são serviços essenciais perante a Constituição, igual à mobilidade urbana. Os dois são idênticos à mobilidade urbana, porém são tratados diferentemente. Quando o estudante chega à porta da escola, vão lhe dizer “você tem que pagar a sua tarifa para estudar hoje; é R\$1,00, R\$2,00”? Mas no transporte público o trabalhador paga.

Quando ela diz que... E um dos lugares que eu mais visitei foi a França. Quando dizemos que o usuário paga 30%, ele paga 30%. Lá é política pública de transporte, não é política de mercado. Eles veem quanto será gasto no sistema, qual é o custo total, depois calculam quanto o trabalhador deve pagar. É totalmente diferente daqui. Aqui a gente pega o todo, depois chega e diz o seguinte: não é suficiente.

Vamos pôr as políticas sociais do Governo dentro? Vamos pegar todas as gratuidades justas: do idoso, do portador de deficiência, 50% do estudante. Vamos colocar isso, mas é o usuário quem paga.

O usuário paga hoje 20% a mais na tarifa no Brasil, em média. No Pará são 35%. Isso é para pagar as gratuidades. Isso é uma injustiça. E o único artigo que proibia que novas gratuidades entrassem foi vetado pelo Governo na nova lei. Mas vamos continuar brigando por isso. Não vai ficar de graça essa briga. É uma briga velha.

O Governo vem prometendo – e falo do governo que sempre defendi... Desde o primeiro dia nós formamos uma comissão pelo barateamento das tarifas. Essa comissão passou por um monte de propostas. Uma delas era aumentar em 10 centavos o custo da gasolina. Com isso poderíamos reduzir, no Brasil inteiro, as tarifas em 10%. Eu pergunto até para quem tem carro se não pagaria 10 centavos a mais para ter uma redução de 10%. E isso foi vetado pela Petrobras na época.

Se nós comparássemos o aumento do diesel e da gasolina e mantivéssemos a mesma diferença de preço, teríamos uma redução de 13% das tarifas, mais ou menos. Só com essa diferença do diesel, a Petrobras ganha R\$2 bilhões dos usuários do transporte público por ano. E está contente. É óbvio que ela não quer mudar essa regra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO –
Eram 9%, hoje são 25%.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – É a segunda vez que eu preparam, tomo o maior cuidado para preparar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Vai passando, não se preocupe. Pode passar.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Não, não, mas aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – O assunto é tão importante... Nós estamos falando de vidas, no fundo.

Nós vamos dar um tempo maior e fazer uma compensação com os outros. Quando digo compensação é assegurar para eles também o mesmo tempo que você usou. Não é tirar o tempo de vocês.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Então, gente, olha só. Vou passar bem rápido e vou pular porque os que me antecederam já falaram um monte de coisas que eu vou falar. Então, vai ser mais rápido.

Próximo, por favor.

Em 2010, como foi conversado, nós temos uma divisão. Para cidades acima de 60 mil, que é onde tem

transporte público, 37,5% andam a pé, 3,2% de bicicleta. Quando pega o País inteiro, a bicicleta sobe para cerca de 6%; moto, 3,2%. Temos de ter uma atenção enorme com relação a motos. Nós tínhamos o maior nível de accidentalidade com pedestres. A moto está ultrapassando os pedestres. Ela vai ultrapassar a frota de automóveis, e até hoje nós não temos uma política séria, nem de formação. Nós colocamos as pessoas na rua sem nenhuma capacidade de dirigir uma motocicleta. Nós estamos matando gente porque não temos uma forma de, na hora de liberar o cara, pelo menos que ele saiba ficar em cima da moto. Ele sabe só ficar em cima da moto. Porque ninguém pode ficar atrás. Ele não carrega ninguém atrás, ele não sabe o que é velocidade, ele não sabe nada. Então, nós estamos matando por causa da própria estrutura.

Automóvel, 27%; transporte público, 29,1%. E aí tem uma divisão: o municipal, o metropolitano e os triângulos, com 3,7%. Isso para termos uma ideia.

Pode passar.

Aqui é uma análise comparando o ônibus ao auto. Isso a gente vai ver. Enquanto o ônibus gasta 1 de energia, a moto gasta 2 e o automóvel, 4,5.

Poluição. A moto está melhorando agora porque o Conama deu uma apertada nas normas. Caiu bem a questão da poluição.

O custo total e o uso da via.

Aqui, olha só o que a concorrência do automóvel já fez. Se já tivéssemos uma política pública continuada, desde 1995 para hoje, teríamos 29 bilhões a mais no sistema de transporte. Isso significa perda acima de duzentos mil. Se a gente pegar no geral, deve aumentar esse número. Só aí a gente poderia ter reduzido a tarifa em 30%. Mas perdemos passageiro. A gente estaria com aquela quantidade lá do índice. Olha quanto caiu.

Aqui, olha o índice de produtividade, a queda que houve. E a responsabilidade por isso é a política do Estado de fazer do automóvel a política dominante do País. Durante muito tempo, uma grande queda dessas também foram os clandestinos que pegaram. Mas, mesmo assim, a gente vê que a situação não está ainda boa.

Pode passar.

Aqui, passageiros transportados, a queda que a gente teve: 33%. É óbvio que, se eu tiver mais 33% de passageiros, a gente já teria outra condição.

Pode passar.

Aqui é aquilo que eu estava falando sobre subsídios. Auto, motos e táxi recebem 86% dos subsídios, enquanto que o transporte público, apenas 14%

Aqui, é aquilo que a gente já falou da tarifa: Aracaju, 25% a mais, 22%; Porto Alegre, 17%, porque tem

um sistema de transporte melhor; Recife, 20%; Rio de Janeiro, 28%.

Pode ir.

Aqui é a grande notícia que a Anfavea deu há alguns anos, com o Governo também festejando, quando a gente fez 50 milhões de veículos fabricados no País. Está escrito ali do lado que levamos 50 anos para fazer 50 milhões, mas podem ficar sossegados porque, nos próximos quinze anos, a gente vai pôr mais 50 milhões. E esses 50 milhões, é óbvio, nós vamos ter de contar com a ajuda do Governo, como teve.

A ajuda do Governo foi, no fim do governo Lula, da ordem de 14 bilhões do Governo Federal e do governo de São Paulo para financiar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO

– Não, os bancos da indústria automobilística para financiar automóveis. Tudo bem, produziu empregos, fez um monte de coisas, mas que fique claro que esse acesso foi uma política social do Governo voltada para a aquisição de automóvel. Muito claro. Se a gente entrar mais, a dificuldade que a gente está tendo para ter algumas isenções...

Eles suspenderam a Cide durante um ano, que deu três bilhões, reduzindo o IPI do automóvel. E essa coisa continua. Agora, inventaram mais coisa nesse último pacote que ainda não estudei.

Próximo, por favor.

Aqui é aquilo que já foi colocado. A única coisa que a gente tem é que, no PAC da Copa, houve a assinatura de uma matriz de compromisso. Ela não foi honrada pelo governo de Salvador e por Cuiabá. Com isso, não vai ter esses sistemas operando. Eu duvido que tanto o metrô de Salvador quanto o VLT de Cuiabá estarão operando.

Pode passar.

Aqui, nós vamos ter 18 bilhões, dos quais já foram anunciados vários, mas até agora não foi apresentado pelo Governo. Foi lançado no ano passado, em fevereiro.

Com relação ao PAC da Copa, de fato, foram investidos até agora só 10%. Mas a maioria dos contratos feitos, a gente está com a esperança. Estou destacando o governo de São Paulo, porque não tem como não destacar. Eu tenho pouco conhecimento do governo do Rio, mas ele também contribui fortemente com isso.

Pode passar.

Melhoria do diesel. Vamos ter de tirar esta coisa da cabeça: nós vamos ter o diesel S10. No Brasil, operamos com a quantidade de enxofre do S2000. Nas cidades era S400. Agora, tivemos uma briga danada para ser o S50 e nós estamos tendo o S10. E, com o motor Euro 5, acabou a fumaça preta nos corredores de ônibus. Não dá para dizer que corredor de ônibus é

uma central de poluição. Nós temos de tirar isso da cabeça. Temos de romper de vez com o preconceito com operação de ônibus no Brasil. É aí que o trabalhador é transportado. Temos de pôr metrô, sim, mas temos de pôr corredor de ônibus no mais possível. E é simples.

No Rio, agora, a gente viu. Coloca-se uma faixa pintada e se diz: passou ali, o carro é multado. Não precisa nem fazer obra, e a mobilidade é mudada de um dia para o outro. É só vontade política, é só os governadores terem coragem de mudar.

Outro veto da Dilma, que perdeu uma oportunidade política gigantesca... Imaginem que, em abril, por iniciativa do Governo, todas as tarifas do Brasil, assumidas pela Frente de Prefeitos, de reduzir 5%, eles vetaram. Deram lá, como se disse aqui, para o setor de telefone, *call center*.

Pode passar.

Já foi apresentado por mim que o Comitê de Mobilização pela Saúde tem um programa inteiro feito. Só que, até agora, eles mantêm o Denatran, um órgão fundamental, como se fosse um departamento de uma prefeitura grande. E olhe lá. Eu acho que nem grande, nem de Detran. É a coisa mais largada do Brasil. Por quê? Porque não tem de fiscalizar mesmo. E a gente está brigando para o Denatran virar uma autarquia, dar o porte da responsabilidade, e a gente não consegue. Há três bilhões de dinheiro que era para ser alocado em redução de acidente, preso para pagar dívida. E continuam prendendo esse dinheiro. É uma coisa absurda. O maior desastre de política pública, e o Governo ainda diz: "Olha, eu ainda posso pagar dívida com esse dinheiro". É dinheiro de vida. Quando ele faz isso, está gerando sangue, está jogando sangue em todas as vias deste País.

Pode passar.

Aqui é a questão do pedestre. Depois de 14 anos, o Município de São Paulo começa a fazer fiscalização; consórcio do Grande ABC, Santos; Sorocaba está entrando agora. Isso é um elemento fundamental. Quando as pessoas param para o pedestre, a cidade fica mais lenta e isso está começando a repercutir em outro lugar.

O movimento da reforma urbana conseguiu, com muita pressão, evitar que fosse menos mutilada a nossa Lei de Mobilidade, junto com todas as entidades do setor.

Pode passar.

Essa foi a manifestação da qual a gente participou também.

Aqui, a Lei de Mobilidade. As duas cidades, a gente está tentando mostrar que ela fica melhor.

Aqui, é mais ou menos a estrutura.

Pode passar.

A acessibilidade e facilidade disponibilizadas às pessoas que possibilitem toda a autonomia do deslocamento; acessibilidade universal, de novo; justa distribuição dos ônus decorrentes do uso dos diferentes modos de serviço.

Hoje, para a gente ter uma ideia, onde passa ônibus, em Brasília, é ocupado só 10% pelo ônibus. O resto é por automóvel. Em São Paulo, onde há o dado, é 10% também. Mas, quando você considera a cidade inteira, onde não passa o ônibus, é 0,17%.

Pode passar.

Aí a prioridade que a gente já disse, o sistema não motorizado.

Pode passar.

A dedicação de espaço exclusivo da via para o serviço do transporte.

Pode passar.

Os planos de mobilidade que foram colocados. E entre eles definir áreas de estacionamento público e privado, gratuito e oneroso, polos geradores de trânsito. Quem muda a mobilidade no País tem de pagar, e aqui não paga.

Pode passar.

Aqui é o estado da arte da mobilidade acessível. Acho que aí eu vou falar de um conhecimento que esta Casa tem bastante. Nós já temos leis, nós temos decretos, temos também o texto aprovado pela convenção da ONU. Com esses instrumentos, nós temos condições de mudar a acessibilidade no País. É só jogar cada vez mais pesado para a gente ter cidades acessíveis.

Como disse uma amiga uma vez, o problema não é que a pessoa tem deficiência, é que a cidade é deficiente para todos. E todos aqui, nesta sala – vejo que há muita gente jovem –, vocês não vão escapar, a não ser que morram antes, de ficarem velhos e vão ter problema, como eu, que vou ter que trocar os meus dois joelhos. E daí vai. Está certo? Não é só cabelo branco que vem. Vêm outras coisas piores junto.

Pode passar.

Também há os decretos.

Outra coisa que a gente tem defendido muito. A gente deve ter uma política para ônibus. A gente tem uma política para quem tem problema de acessibilidade para carro e não temos nenhuma para ônibus. Isso é um absurdo. Nós temos de fazer ônibus. E temos de acabar com esse ônibus com elevador, isso é para casos... Mas, para isso, deve haver uma política de financiamento também. Senão, não há quem vá atrás de fazer. Deve ser uma política pública.

Pode passar.

Aí a política de estacionamento, que digo que é a principal. Já falei.

Pode passar.

Voltam as provocações, de que já falei, todas. Pode passar.

Esse daí eu não vou falar, porque a gente já falou aqui. Otávio já falou.

Pode passar.

Aqui: a proposta é que a gente possa, com essa lei, reduzir em 26,89% as tarifas no Brasil.

Então, é isso.

Desculpem-me. Como eu fui o último, eu fui privilegiado, porque os outros falaram, aí eu tinha como rebater. Eu já iniciei o debate antes de iniciar a discussão.

Eu queria agradecer a tolerância ao Presidente Paim, para poder falar. Nas outras vezes, eu fui e, na frente do Prefeito, eu desisti da apresentação. Está virando meio rotina minha. Eu gasto um tempão preparando... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas deve apresentar. Deve apresentar.

Parabéns ao Nazareno pelo seu trabalho.

Eu conheço o Nazareno há anos. De fato, ele é um apaixonado pelo tema; é um estudioso, especialista. E fez um belo trabalho no Rio Grande do Sul.

Você falou aqui em torno de 30 minutos. Eu não vou tomar a liberdade nenhuma de querer resumir o que ele falou. Vou ficar com tudo o que você falou. Parabéns pela sua fala.

Eu convidaria os senhores quatro para retornarem à primeira fila e vou chamar a segunda Mesa. Depois, vamos ao debate.

De pronto, para ganharmos tempo, eu chamo o Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz; chamamos o Luiz Carlos, Presidente do Sindmototaxi-DF; chamamos o Luciano Soares Costa, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Metroviários; chamamos o Ernesto Pereira Galindo, Técnico de Pesquisa e Planejamento do Ipea; e chamamos o Carlos Penna Brescianini, do Blog Ambiente e Transporte.

Podem todos sentar à Mesa. Eu pediria que as plaquetas sejam colocadas na primeira mesa. Depois, nós vamos ao debate.

Registro a presença do Vereador Eduardo Leite, de Pelotas, Rio Grande do Sul, que está conosco acompanhando este debate.

Todos colocados já. Vamos à segunda Mesa, para que tenhamos tempo depois para o debate.

Vou passar aqui, pela ordem de inscrição que eu recebi, de imediato, a palavra para o Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz, do DF. O tempo é dez minutos, com mais cinco e mais cinco, se necessário.

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Bom dia. Eu gostaria de agradecer o convite que o Senador fez de, mais uma vez, voltar aqui a esta Casa legislativa e ter

oportunidade de falar sobre um tema importantíssimo, que é a mobilidade saudável.

Eu tenho uma apresentação, não sei se já está no ponto.

Bom, vou tentar começar, e, assim que estiver no ponto...

As pessoas que já falaram já adiantaram bastante o trabalho realmente de repensar o espaço da cidade. Realmente, não dá mais, uma frota...

Já está ali a tela.

Atualmente, sou Presidente da ONG Rodas da Paz e sou usuário de bicicleta no dia a dia. Até gostaria de parabenizar o Senado por já ter vagas para bicicleta, coisa rara aqui em Brasília. Fala-se tanto de infraestrutura, ciclovias e se esquece de algo básico, que é vaga para bicicleta, vagas seguras, confortáveis. Então, aqui é um dos raros exemplos em Brasília onde há vagas realmente para quem opta pelo meio de transporte saudável.

Pode passar, por favor.

Vou tentar fazer uma contextualização rápida. Muitos já adiantaram, já falaram a respeito da questão do transporte coletivo, do sucateamento por que passam as cidades, uma frota motorizada crescente de carros, motos também, que tem crescido bastante; as obras viárias, que infelizmente são feitas para atender a essa demanda crescente, essa frota crescente de automóveis.

O Nazareno falou da questão dos tributos, de redução do IPI. Enfim, várias benesses para quem opta pelo automóvel.

Pode passar, por favor.

Então, esse cenário de incentivos ao setor automotivo, aumento de renda e falta de incentivos a alternativas ao automóvel geram o caos.

Pode passar, por favor.

Aí algumas notícias: a questão da produção, da economia que se tem do setor automotivo, muito anunciada da venda de carros, da produção. E pouco se fala da deseconomia que o automóvel gera.

Pode passar.

O cenário que a gente tem é esse. Eu gosto de usar muitas imagens porque acho que fica bem claro, a mensagem fica bem direta. De Norte a Sul, congestionamentos. São Paulo, Belém, Florianópolis, Vitória, nossas cidades estão sufocadas por esse transporte individual motorizado, que é a única alternativa, infelizmente, em que se tem investido.

Pode passar.

Alguns dados. Número absurdo. As pessoas já falaram também. A questão das mortes. É um verdadeiro massacre urbano que se tem. Além das mortes, são 800 mil feridos ao ano, sendo 150 mil com seque-

las irreversíveis. Fala-se muito de mortes e se esquece desses dados ainda tenebrosos, dessa guerra que gera mutilados.

A questão da perda de produção. Em São Paulo, um dado de quase R\$27 bilhões por ano que são perdidos por conta dos congestionamentos.

Pode passar.

Então, a gente teria dois caminhos para enfrentar essa situação de imobilidade. Um é continuar com essa lógica rodoviarista da década de 50, 60, que é ampliar cada vez mais o espaço para os carros, construir viadutos, túneis, estacionamentos. Outro é reverter esse processo e realmente investir de forma moderna, pensar na cidade como um espaço para as pessoas, e não como um espaço para os carros, para o rei automóvel; pensar na segurança em vez da fluidez.

Pode passar.

Essa questão, esses dois caminhos passam por uma pergunta que a gente deve se fazer, como cidadão: qual será a melhor cidade para se viver? Uma cidade só voltada para os carros, onde se perde um tempão; ou uma cidade em que se pode, por exemplo, usar a rua para jogar futebol, para, enfim, ter integração, porque cidade, no final das contas, é isto: é vida.

Pode passar.

Aí algumas características das cidades pensadas para pessoas e das cidades para motores. Benefícios muito claros em relação a cidades para pessoas; e as várias desvantagens das cidades para os motores.

Pode passar.

A gente conhece o círculo vicioso do incentivo ao carro. Então, se constroem mais pistas, se incentiva mais ainda o transporte motorizado, mais motoristas se sentem convidados para realmente ir para as ruas. Logo, não demora muito para essas vias se saturarem, congestionamentos, o transporte coletivo fica mais lento e caro, aumentam os riscos para pedestres e ciclistas, vem mais poluição, mais acidentes. E, para combater isso, essa lógica rodoviarista vem com mais investimentos em pistas, viadutos e túneis.

Então, a gente sabe que isso não pode continuar. É inadmissível.

Pode passar.

Então, o contexto das cidades deve mudar de um total incentivo aos carros para os modos coletivos e não motorizados.

Então, agora eu vou focar um pouco mais essa questão.

Vem a bicicleta como uma alternativa realmente a esse caos automotivo, uma alternativa viável.

Pode passar.

O transporte por bicicleta no Brasil. De forma rápida, só para contextualizar, apesar dessas dificul-

dades, o transporte não motorizado é uma realidade. Realmente, a gente percebe que vem crescendo o transporte por bicicleta, até por uma questão... Antes era muito mais uma questão econômica, pessoas de baixa renda; atualmente, a gente percebe que as pessoas estão se dando conta – São Paulo é grande um exemplo – de que a bicicleta é muito mais prática e rápida. Enfim, em São Paulo, a velocidade média está beirando 18 – menos até – quilômetros por hora em horários de pico, e a bicicleta pode chegar a 20km/h, sem dificuldade para estacionar, com vários benefícios.

Então, aqui eu vou focar mais a questão das vantagens, da viabilidade, do que ficar falando de acidentes, mortes. Infelizmente, a grande mídia sempre bate nisso. E a gente, até como usuário, eu sei que é viável, com a devida orientação, com a devida conduta no trânsito, é possível, sim, usar a bicicleta.

Pode passar.

Então, realmente, o congestionamento e o *stress* que esse transporte por carro causa têm atraído as pessoas para a bicicleta. O movimento Cycle Chic, aquela figura do meio, é um movimento que vem crescendo. Quer dizer, a pessoa está ali vestida normalmente para o trabalho, vai de bicicleta. Quer dizer, o *status* que antes era do carro tem passado para a bicicleta, como algo moderno.

E dessa questão cultural também vou falar. A gente fala muito de infraestrutura e se esquece de trabalhar a questão educativa, a questão cultural.

O Rio de Janeiro já está com sistema de bicicleta pública. São Paulo inaugurou recentemente.

Pode passar.

A questão do mercado e do uso de bicicleta, a frota hoje já beira os 75 milhões, a frota de bicicletas. Infelizmente, o mercado ainda é limitado. Mas tem mudado. A minha bicicleta mesmo, eu tive que adaptar toda, colocar paralamas, bagageiro, coisa que na Europa é muito comum. A bicicleta já vem para uso urbano.

Pode passar.

Alguns exemplos de uso de bicicleta nas cidades. Ela não é só um transporte individual, mas é um transporte de carga, é um transporte até de passageiros.

Pode passar.

Do ponto de vista governamental, ainda há muitas obras que desconsideram de forma escancarada as pessoas que estão a pé e de bicicleta, o que é lamentável. Ali em Florianópolis, a mais chocante, bem grande ali. Há um túnel, e simplesmente se proíbe o transporte de bicicleta e a pé. Quer dizer, se constrói uma megaobra e se desconsidera a pessoa que quer se locomover sem carro. E há outros exemplos pelo País.

Pode passar.

Felizmente, temos também bons exemplos. Em Mauá, um megabicicletário, uma coisa fantástica, integrado ao transporte de trem. A pessoa vai lá, funciona 24 horas, deixa a sua bicicleta, paga uma mensalidade de R\$10, uma coisa simbólica, tem uma oficina mecânica a preços módicos. Então, é uma iniciativa social também.

Pode passar.

Mais alguns bons exemplos que a gente tem para citar. Em Florianópolis, uma ciclovia arborizada, com vagas para bicicletas; um túnel em Santos que considerou o pedestre e o ciclista.

Enfim, a gente tem bons exemplos, mas são pontuais. A gente precisa de uma política séria de mobilidade que incentive isso de forma mais forte.

Pode passar.

Bom, o Código de Trânsito Brasileiro tem um princípio básico, em que o maior protege o menor, o motorizado cuida do não motorizado. Mas, infelizmente, é letra morta, como muitas leis que a gente aqui no nosso País, que estão só no papel.

Pode passar.

Mais alguns exemplos do Código de Trânsito, que fala sobre a distância lateral de segurança que o motorista deveria respeitar ao passar por um ciclista, questão de um metro e meio; a preferência que o ciclista tem também na via. Então, se estou numa via, quero seguir em frente, o motorista quer virar à direita, ele tem o dever de aguardar que eu passe, que eu siga o meu caminho. São coisas que muitas vezes os motoristas nem conhecem. A redução da velocidade ao ultrapassar o ciclista. A legislação de certa forma é boa; falta realmente aplicar.

Pode passar.

Já foi falada também a questão da Política Nacional de Mobilidade Urbana, sancionada no início deste ano, que tem vários argumentos favoráveis para mudarmos essa lógica rodoviária. Não vou citar, as pessoas já citaram.

Pode passar.

Só para citar a questão da mobilidade saudável, o transporte a pé. As dificuldades que as pessoas também têm para caminhar nas cidades. Vou ilustrar com imagens daqui de Brasília, que tem esta fama de moderna.

Pode passar.

Mas a situação é esta que a gente tem em vários locais: ou não tem calçada ou a calçada está invadida. Ali na Esplanada, curiosamente, um carro bem ao lado da placa, ali na Esplanada, impede a passagem dos pedestres.

Pode passar.

Então, a situação é esta: calçadas inexistentes ou, quando existem, são invadidas pelos carros ou muitas vezes estão destruídas. Para não esquecer deste modo importante, especialmente para distâncias curtas.

Pode passar.

A situação gravíssima aí para quem tem dificuldade de locomoção, mais imagens da nossa Capital tida como moderna: pessoas que sofrem no dia a dia, muitas vezes não há calçadas e os ônibus são esses latões, essas carroças que nem sequer têm condições de colocar essas pessoas para dentro.

Pode passar.

Mais algumas situações bem no Eixo Monumental: os famosos caminhos de rato. Quem está de carro sempre tem sua pista, seu caminho livre; quem está a pé realmente fica nesta situação, tem que andar como rato.

Pode passar.

E aí o nosso péssimo exemplo aqui na nossa Capital moderna. A EPTG, chamada de linha verde: algumas imagens aí, dez pistas de cada lado para os carros, a faixa de ônibus, que deveria funcionar, também ainda funciona de forma muito precária, e a ciclovia e a calçada realmente ficaram no meio do caminho, não foram construídas. A ciclovia estava projetada, mas até hoje não saiu. É um péssimo exemplo que a gente tem para mostrar para o País inteiro, a EPTG.

Pode passar.

Este tipo de situação ocorre no DF, curiosamente não por falta de lei. Temos oito leis distritais que incentivam o transporte saudável, além da própria Lei Orgânica, nossa constituição local, que realmente incentiva, na teoria novamente, o transporte não motorizado; e na prática é isto que a gente tem.

Pode passar.

Falando mais especificamente sobre o transporte por bicicleta. Ele tem inúmeros benefícios à saúde, ele é ambientalmente correto, democrático, para todas as idades, econômico, sem gasto com combustível, seguro, IPVA, multas, peças caras; ele é prático, rápido. Então, aqui, algumas cenas do transporte por bicicleta.

Pode passar.

Vou falar de alguns passos, algumas dicas para levar a mobilidade saudável a sério.

Existe a questão da infraestrutura, que geralmente é citada, além dos caminhos seguros e confortáveis, bicicletários, vestiários, um contexto mais humano, um contexto geral da cidade voltado para a pessoa, campanhas educativas, a mudança cultural, de que vou falar de forma mais específica, os bons exemplos práticos, uma formação decente de motoristas – porque a gente tem uma formação muito falha, muito aquém do desejável – fiscalização, integração ao transporte

coletivo, que é algo fundamental, e medidas de desestímulo ao rei automóvel, que infelizmente ainda impera nas nossas cidades.

Pode passar.

Então, na infraestrutura, alguns exemplos: ciclovia, ciclofaixa, calçada compartilhada.

Pode passar.

A bicicleta e o transporte público. Tem que haver essa integração. Ali, imagens de Paris, ali em cima, com um sistema fantástico de bicicletas públicas que realmente revolucionou a cidade. São mais de 1.200 pontos com essas bicicletas. Até meia hora é gratuito. Realmente, as pessoas usam muito, de qualquer idade, turistas usam. É realmente fantástico. Ali embaixo, também a integração com o trem, com o metrô, ciclistas, ali vagas para bicicletas ao lado do ponto de ônibus. Realmente, incentivar essa integração.

Pode passar.

Mais alguns exemplos, agora aqui no Brasil. Ciclistas próximos a estações de metrô, terminais de ônibus; permitir a entrada da bicicleta no metrô. Aqui no DF é permitido. Acho que é a única lei que realmente funciona. A integração até com ônibus, já há algumas experiências.

Pode passar.

E, aí, a questão da moderação de tráfego, medida de certa forma para desestimular o uso de carros e incentivar a segurança, a mobilidade saudável. Então, uma coisa que é muito comum na Europa: redução de limites de velocidade, Zonas 30, áreas residenciais com limite de velocidade em 30km/h. Isso, por si, já incentiva coisas do tipo uma senhora sair de bicicleta e o menino ali de patinete. Quer dizer, isso sem ciclovia, sem qualquer infraestrutura. Reduzindo a velocidade, aumenta-se a segurança no trânsito e se incentiva esse tipo de deslocamento que a gente quer.

Pode passar.

E os dados também comprovam a questão da segurança no trânsito associada à redução da velocidade. A 32km/h, o índice de mortes num atropelamento é de 5%. Se você dobrar essa velocidade, ou seja, 64km/h, praticamente não sobra ninguém, é de 85% o índice de mortes. Então, é não só a questão do incentivo a formas saudáveis, mas de segurança no trânsito para todos, inclusive para o motorista.

Pode passar.

A questão da preferência do ciclista também, que, infelizmente, não é trabalhada, mas lá fora é muito comum. Cidades como Copenhagen, ali no canto esquerdo, e ali próximo a Amsterdã, na Holanda, como o ciclista é respeitado. Tem até sinalização específica para isso, indicando que ali a preferência é do ciclista e ele é o rei, ao contrário do que acontece ali na

EPTG, por exemplo, em que o ciclista vem espremido sem qualquer segurança.

Pode passar.

Outras questões interessantes. A bicicleta no policiamento comunitário: em vez de incentivar só o uso do automóvel, até pelo poder simbólico de ter pessoas, autoridades que realmente usam bicicleta, além da questão de aproximar o policial da comunidade.

Pode passar.

Aqui já é uma realidade inclusive no Brasil, ali no Espírito Santo, Serra, Vitória, já usam o policiamento com bicicleta; no exterior também é muito comum.

Pode passar.

O transporte de passageiros ali, Berlim, Paris, com os bicitáxis, ecotáxis, então, um transporte de passageiros realmente feito por bicicletas. Isso para as cidades é muito interessante, até por uma questão simbólica também de ressaltar o transporte saudável.

Pode passar.

A questão da versatilidade da bicicleta; muita gente que não está habituada pensa: "Como é que vou fazer compras, como vou levar meu filho para a escola?". Sim, é possível. Aí, algumas cenas tanto no Brasil quanto no exterior. Ali, no canto superior, à direita, quatro pessoas na bicicleta, num Município de Grande Vitória; um senhor ali em Paris levando suas compras; uma moça também em Paris levando suas compras na bicicleta. Então, realmente ressaltar os benefícios. E isso faz bem para a saúde, quer dizer, o usuário de bicicleta não precisa, por exemplo, gastar com academia.

Pode passar.

Ali uma cena bem interessante: um agente ambiental, esse é um cara que mora ali na Asa Norte, leva 80 quilos de latinha. Quer dizer, está prestando um serviço para a sociedade, e o governo não o remunera; inclusive, está retirando essa pessoa ali de onde ele mora, ele mora na rua, para jogá-lo na periferia para fazer sabe-se lá o quê. Mais alguns exemplos, o transporte de crianças. É muito comum na Holanda esse tipo de bicicleta, o transporte de carga.

Pode passar.

Realmente, não há nada mais moderno. Holanda, Dinamarca têm índices que chegam a 40% dos deslocamentos por bicicleta. A gente precisa jogar com isso. Essa mudança a gente precisa. A bicicleta não é algo associado ao pobre. Estas imagens aí deixam bem claro que realmente não há nada mais moderno.

Pode passar.

Mais algumas cenas. É curioso que Holanda e Dinamarca são países frios, e mesmo na chuva, na neve, as pessoas continuam realmente com suas bicicletas, inclusive mulheres ali, coisa mais comum. Desde os

dois ou três anos, as crianças já vão ou junto na bicicleta ou mesmo pedalando.

Pode passar.

Então, realmente, essas imagens reforçam que a gente precisa mudar de uma cultura motorizada. Nossas crianças desde cedo já têm suas motocas, já têm seus carrinhos elétricos, já crescem com esta cultura do carro embutida, ansiosas para fazer 18 anos e terem seus carros, quer dizer, em famílias de classe média é isso que acontece, e passar para uma cultura da mobilidade saudável.

Pode passar.

Aí, uma coisa muito importante nessa questão da mudança cultural, eu insisto nisso. Não dá para esperar que a cidade inteira esteja tomada por ciclovias; a ciclovia nunca vai da porta da nossa casa para a porta do trabalho. A questão em que insisto é a mudança cultural. Aí, exemplos práticos muito interessantes: nesses países europeus, prefeitos, reis, presidentes vão de bicicleta para o trabalho, e isso tem um poder simbólico muito forte. Ali o prefeito de Londres, um grande entusiasta da bicicleta, indo ali. Até, no dia, o Schwarzenegger estava indo junto. E aqui o que a gente precisa mais: são exemplos de dois Parlamentares que já tiveram essa experiência: o Deputado Walter Feldman e o Senador Suplicy já vieram de bicicleta. A gente já deu uma ajuda para eles. Realmente, ressaltar essa cultura, essa mudança necessária é importante.

Pode passar.

Aí outras iniciativas interessantes. Realmente, a gente tem escolas para ensinar a pedalar, orientações sobre os melhores caminhos, as rotas mais seguras, divulgar os benefícios da bicicleta. Em vez de falar só em mortes, em acidentes, em vez de associar bicicletas só a coisas negativas, incentivos diretos ao usuário de bicicleta. Por que não? Empresas na Bélgica e em outros países na Europa pagam para as pessoas irem de bicicleta. Então, ali é o bonde de bicicletas, o *bikebus*. Quer dizer, várias pessoas que estão no local de trabalho se juntam para ir para o mesmo destino. Então, com maior segurança, mais pessoas. E o aumento no número de usuários de bicicleta também tem este efeito: mais bicicletas nas ruas significam maior segurança, os motoristas vão ficar mais acostumados. Uma iniciativa bem bacana que quero mencionar, o *bike-anjo*, que é justamente esta coisa de ensinar a pessoa, orientar para os melhores caminhos, já tem em várias cidades do Brasil, São Paulo, Rio. Aqui em Brasília, esta é a Flavia, que me procurou dizendo que queria trocar o carro pela bicicleta. Eu fui junto com ela no início. E, está aí, feliz, na sua bicicleta, sem problemas para estacionar quando chega. Então, realmente iniciativas que partem também da sociedade. Não

adianta a gente querer só cobrar do Poder Público e não fazer a nossa parte nessa mudança necessária.

Pode passar.

Algumas ações da ONG realmente nesse sentido. Então, sensibilizar os motoristas; a gente tem uma formação voltada para o motorista para ele ficar mais consciente da questão da segurança, do respeito ao ciclista, ao pedestre.

Pode passar.

Também essa parte educativa na rua de orientar o ciclista.

Pode passar.

Esse é um trabalho em escola, em instituições, realmente, de ensinar a meninada aí a pedalar em segurança, usar acessórios de segurança, ter boa conduta nas ruas.

Pode passar.

A gente tem uma grande oportunidade, isso já foi falado, realmente, de virar o jogo, a Década de Ação pela Segurança no Trânsito, que o Brasil realmente encampou, o Encontro Rio+20, Copa 2014, Olímpíadas 2016. Então, assim, acho que a hora de mudar é esta. Eu também sou otimista quanto a isso.

Pode passar.

E o Poder Legislativo aproveitando essa oportunidade aqui no Senado. Quer dizer, elaboração de leis: a gente já tem um arcabouço legal interessante, especialmente para o transporte por bicicleta, então acho que a gente precisa ir mais na linha da fiscalização do Poder Executivo, mas que é um papel também do Poder Legislativo. A proposta de Orçamento, a gente precisa estar atento. Aqui no Brasil, o Ministério das Cidades tem o programa Bicicleta Brasil, que infelizmente está abandonado. A exemplo do que o Nazareno falou lá do Denatran, existe este programa Bicicleta Brasil que simplesmente não tem recursos. Quer dizer, um programa que poderia disseminar boas práticas e está lá, sem recurso. Realmente, o Poder Legislativo ir atrás, garantir esses recursos.

Pode passar.

Uma cidade com maior qualidade de vida, realmente menos dependente de automóvel, é possível, a gente acredita nisso.

Pode passar.

Só para finalizar, eu gostaria só de passar um vídeo bem curto para que quem não conhece a EPTG tenha uma ideia do que se trata. Está lá naquela pasta... É interessante para a gente ter noção do que se passa justamente na Capital Federal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Então, isso aí é a EPTG, que passou por uma mega-ampliação, curiosamente chamada de linha verde: os ônibus, que

deveriam estar ali na faixa de ônibus, estão congestionados na parte das vias locais.

Pode adiantar um pouquinho para se ter uma ideia... Pode ir mais um pouquinho. Ali, do lado direito, as vias expressas, já congestionadas. Quer dizer, ampliou-se para atender à demanda de automóveis, e, curiosamente, com menos de um ano, tudo saturado. Acho que isso mostra bem essa questão do círculo vicioso, que mostrei em um dos eslaides. Não adianta. Isso é uma medida paliativa, que não dura nem um ano.

Aí, curiosamente, vai passar um... Prestem atenção... Pode avançar. Não, agora pode deixar; vai passar daqui a pouquinho.

A ciclovia que estava projetada não foi executada, e essa obra teve recursos de financiamento externo do BID. Vê-se que o usuário de bicicleta, mesmo sem a ciclovia... Ele vai passar ali. Perceba que o pedestre ali não tem calçada. Há um pedacinho de calçada. Olha lá o usuário de bicicleta passando livremente, mesmo sem a ciclovia. Está aí: tem a vantagem de ser bem mais rápido. Quer dizer, o pedestre também é mais rápido. É uma situação totalmente esdrúxula.

Olha só o carro. Isso aí é no sentido Taguatinga, vindo para o Plano Piloto. E ali, o ciclista já se mandou. Vai embora.

Pode parar. É só passar rapidinho o próximo. Trinta segundos, só para se ter ideia também da questão do pedestre.

Acho que ficou trocado, não é? É o outro.

Isso, aqui na Esplanada, como muitas vezes se pensa de forma errada. Essa é uma medida simples. Há uma faixa de pedestre, um semáforo, e os pedestres têm de se tornar atletas aí, realmente, para...

Pode avançar um pouquinho, só para mostrar...

Eu chamo esse vídeo de pedestres atletas. Fica bem claro que, no centro da Capital, do poder político, imagine o cadeirante tentando atravessar, saindo do Congresso e indo para a rodoviária. Ali ele tem de colocar um foguetinho na cadeira de rodas.

Então, para a gente pensar que é bem próximo da gente. Não é preciso ir para uma cidade-satélite para ver os problemas. Acho que é isso.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito bem.

Esse foi o Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz, do DF, que fez aqui uma excelente apresentação, mostrando a importância da bicicleta, mas analisando todo o contexto.

Parabéns pela exposição.

Vamos passar, de imediato, para o Luiz Carlos Galvão, Presidente do Sindmototaxi-DF, que repre-

senta aqui o Presidente do Sindicato de Motociclistas e do Sindimoto.

O SR. LUIZ CARLOS GALVÃO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Quero cumprimentar a Mesa e fazer aqui a nossa explanação, Senador, voltando a 2001, lá com o Senador Mauro Miranda, do PMDB de Goiás. Nós tivemos a iniciativa de fazer uma lei para o profissional. Então, essa lei foi feita em 2001, e o nosso Senador Paulo Paim foi um Senador que nos apoiou desde o início.

Foi uma luta muito árdua, Senador. Muitos falaram "Está tudo misturado no projeto de vocês: é o motoboy, que vai passar a chamar motofrete; o mototáxi; e o serviço comunitário de quadra. Então, está tudo misturado. Acho que não vai passar esse projeto de vocês".

Na época, com o Senador Mauro Miranda, do PMDB de Goiás, com o apoio do nosso Senador Cristovam também, que é de Brasília e que nos apoiou bastante – agradecemos muito a ele esse apoio –, conseguimos aprovar nossa lei.

A lei se iniciou como Lei nº 6.302, aqui no Senado. Muitos falavam que essa lei não ia chegar à finalidade, ao objetivo que tinha, que é reconhecer o trabalhador com sua motocicleta, seja motoboy, que passou a chamar motofrete, seja mototáxi também, o que é muito polêmico e que tem de ser discutido da forma correta e exata.

Muitos falam, sobre o mototáxi, que, se já se está morrendo no trânsito, Senador, se se liberar o mototáxi, vai morrer muito mais. E a gente fala que é mentira. Por que é mentira? Politicamente é uma situação, tecnicamente é outra.

Tecnicamente, a gente vai aqui do lado, a Goiânia, onde há uma lei para o mototaxista. A moto é amarela, a placa é vermelha, ele é obrigado a passar por uma licitação, há critérios e obrigações. Muitos dizem: "Está morrendo. Vai morrer muito mais". Então, é mentira. Por que é mentira? Lá existe um seguro de vida para o condutor e para o passageiro. Se ele se acidentar, dentro desse seguro de vida, ele tem o DIT. O que significa o DIT dentro do seguro? Significa Diárias Interrompidas de Trabalho. Então, durante 30 dias, ele tem direito a uma diária, se ele se acidentar, comprovar com atestado, ele recebe.

Então, há esse seguro que nós temos em Goiânia, que é uma referência nacional, por se tratar do projeto do Senador por Goiás à época, Mauro Miranda. Sentamos a uma mesa com o Senador, Brasília, Goiânia, Goiânia, Brasília. Desculpe-me, mas um Senador não ia saber o que é preciso para um trabalhador com uma motocicleta. Quem diz são os representantes da categoria. Tivemos a oportunidade de estar em uma mesa e discutir: são 21 anos, dois anos de habilitação acima

do tempo que ele adquirir a habilitação, tem que o colocar numa sala de aula, tem que mostrar para ele a realidade da rua, porque muitos dizem que nós somos cachorros loucos. Somos tachados como imprudentes. Na verdade, as entidades sindicais no Brasil todo vêm se organizando. Temos, na nossa nova central, que é a central de que participamos, um departamento só para duas rodas. Então, a gente vem trabalhando junto com a CNTTT, do nosso Presidente Omar, e discutindo políticas dentro do que o Festino já explanou da necessidade que há de inclusão da motocicleta dentro do Estatuto. Quer dizer, também temos uma preocupação com a vida. A gente deve separar, dentro desse índice de acidentes, quem é quem. Como é que a gente separa? O *motoboy* e o motofrete: ele tem um seguro de vida para ele, ele tem uma convenção coletiva a seguir. O mototáxi é um trabalhador individual, patrão de si próprio. Portanto, não trabalha sob pressão. E há o usuário comum. A maioria está sem habilitação, está fazendo besteira na rua, compra uma moto 125, até 150, até 200, até 300 cilindradas, que o mercado coloca à disposição. Não existe critério nenhum, conforme disse o Nazareno em relação ao Denatran. É a pura verdade. O Denatran em si tem as regras, as leis, mas não são aplicadas nos Detrans. E uma delas, Senador, é a nossa Lei 12.009, que nasceu da 6.302 na época, em 2001, e hoje é 12.009. Quem regulamentou esta nossa lei foi o Contran, Resolução 219, Resolução 251, 350, que fala dos cursos, e a 356, que fala dos equipamentos.

Aqui, em Brasília, Senador, a gente pede ajuda, pois há necessidade de uma regulamentação que já está feita lá em cima, e o Município – no nosso caso, o Distrito Federal – está sendo omisso. A entidade entende que está havendo uma omissão nessa situação por interesses políticos, e o trabalhador em si trabalha sem a segurança necessária. Estamos discutindo aqui vidas. E estou querendo mostrar para vocês diversas linhas de raciocínio em relação à moto, ao trabalhador motociclista. Existe um índice de acidentes. Com base em todos os índices, dizem: "Vejam, está morrendo, vai continuar matando e vai continuar morrendo da mesma forma". E não é assim. Por quê? Porque tem que haver política de trabalho, porque, no nosso trabalho, existe uma situação que é o vilão do acidente, é a comissão. Então, o cidadão tem que trabalhar, sentar numa motocicleta, que, para nós, é uma guilhotina. Sai de casa, não sabe se volta, porque o trânsito é tudo isso aí que foi passado, vem sendo repensado, visando aplicar medidas para evitar o acidente, para preservar a vida. Fizemos diversas campanhas: "Motos não matam pessoas. Pessoas matam pessoas". Quer dizer, o problema não é a motocicleta, mas quem a conduz.

O trabalhador em si, seja mototáxi, seja motofrete, até o serviço comunitário de quadra, está preocupado, sim, com esses índices, com o que a mídia divulga em relação à motocicleta. Eu ouvi aqui o que tecnicamente explanou a Professora da UnB e tem que ser da forma como ela disse: técnica, e não politicamente, porque, no momento, Senador, em que temos uma situação técnica em relação ao caminho que tem que ser percorrido, conseguimos vencer, mas, politicamente, esbarramos nas leis.

Vejam um exemplo: em Brasília, havia um Deputado que nos defendia: "Vamos fazer a lei do mototáxi, do motofrete". Estipulou muitos critérios e vinha nos enganando. Por quê? Porque não era o Legislativo, era a União. Passamos oito anos colocando categorias na frente da Câmara Legislativa, lutando por melhorias, lutando pela vida, mostrando para as pessoas que nós não somos cachorros loucos, somos profissionais. Eu também tenho que voltar para minha casa, para minha mulher, meus filhos. Então, nós também pensamos muito na vida.

Hoje, aqui, o que eu passo para vocês em relação à motocicleta é que, quando veem uma motocicleta passando, dizem: "Olhe aí um cachorro louco. Olhe lá mais um". Quando ele passa numa certa velocidade, Senador, no seu retrovisor, na maioria das vezes, ali é um pedreiro. Lá na minha casa, estou fazendo uma reforma, um pedreiro tem uma moto e está pedindo para mim um colete. Tivemos a felicidade de, com o nosso Governador na época, colocar quatro mil desses coletes na rua, que custam R\$300 gratuitamente. O Governador Arruda teve seus problemas, mas também suas virtudes, uma delas foi esta de se preocupar com o trânsito, mostrar quem é trabalhador e quem é usuário comum. No momento em que o profissional está com o colete, com as faixas refletivas, mostra visualmente que é um profissional, um pedreiro que está andando de moto, não é um usuário comum que só vai se locomover para o trabalho.

Sou Presidente do Sindicato dos Motociclistas Autônomos, mais o Sindicato dos Motociclistas Profissionais aqui em Brasília, juntamente com a nossa nova central, a nossa confederação e todos os sindicatos do Brasil. A grande necessidade das entidades sindicais é trazer também políticas para mostrar que nós somos trabalhadores, temos dignidade, queremos respeito, queremos ser reconhecidos não como cachorros loucos. Aqui em Brasília, não existe esse negócio de buzinar. Ninguém buzina. Todo mundo olha no retrovisor. Aqui em Brasília, também não temos o costume de tirar retrovisor de ninguém. É como diziam os Jackson Five: "A gente não tira o retrovisor". A gente só tira aquele que não está sendo utilizado.

Agradecemos muito ao Senado, na pessoa do Senador Mauro Miranda à época, com o apoio do nosso Cristovam, aqui de Brasília, além do Senador Paulo Paim, que não mede esforços. Muitos diziam: "Esse caso de vocês não vai ser aprovado nunca, porque é um bolo que se chama transporte. É mais uma fatia do transporte que vocês estão tirando e isso, logicamente, vai desagradar outras pessoas que estão dentro do meio". Penso que é um ponto de raciocínio... O sol nasceu para todos e, da mesma forma que vem mostrando tecnicamente, Senador, se a gente conseguir mudar essa postura... A postura do trabalhador aqui em Brasília a gente vem tentando mudar, porque é um pai de família, é um trabalhador, é um profissional e, no momento em que você está numa motocicleta, você tem que separar, porque, se não separar, Senador, vai ser tachado como cachorro louco, como imprudente e, no momento em que a gente separa, que há a Lei 12.009, a Resolução 219, a 350, a 356, do curso e dos equipamentos, todo o mundo vai ver que o trânsito vai ficar melhor. Não vai haver mais aquela situação.

A gente vê muito que a nossa categoria é unida no momento em que há um acidente com alguém. Você pode ver, nos fatos fora, não em Brasília, que é costume juntar 10, 20, 30 para quebrar o carro do cidadão que fechou um, e a gente quer mudar essa imagem negativa, porque o profissional em si vem melhorando sua postura com as ações de cada sindicato no Brasil. Então, cada sindicato está estipulando postura. Qual é a postura? Colocar na sala de aula, passar pelas resoluções do Contran, pelo curso, pelos equipamentos. No momento em que separarmos quem é profissional, quem é usuário comum, vamos conseguir dar nossa contribuição para o trânsito, para as pessoas que usam o veículo, a bicicleta. Está aí nosso Presidente, e inúmeras ações com a bicicleta.

Eu também ando de bicicleta, só que não tenho problema nenhum com a bicicleta. Por quê? Porque faço *mountain-bike* no meio do mato e não tem trânsito, graças à Deus. Neste final de semana eu estava em Pirenópolis, se vocês virem o local maravilhoso em que eu andei de bicicleta!

Não é o problema que o nosso Presidente da ONG Rodas da Paz vem querendo mostrar, que nós precisamos de espaço, porque o Código Brasileiro de Trânsito é muito claro, é 1,5m, seja para veículos de quatro ou duas rodas. A distância é fundamental, porque no momento que você não mantém a distância... Em 97 fui parar no Hospital de Base, quebrei o fêmur. Eu estava muito perto do carro, o carro freou para não bater no da frente, eu vinha atrás, tentei tirar pela esquerda e fraturei o meu fêmur direito.

Foi aí, Senador, que eu fiz uma pequena reflexão da minha vida, da minha postura em relação ao trânsito, porque eu fiquei no Hospital de Base duas vezes, Senador. Numa fiquei em coma e na outra eu quebrei o fêmur.

Fico até um pouco emocionado em falar, porque no momento que nós chegamos ao fundo, à necessidade do trabalhador com a motocicleta, é onde conseguimos vencer as barreiras e mostrar para as pessoas que nós somos profissionais, e não cachorros loucos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Luiz Carlos, Presidente do Sindmototaxi.

Quero registrar a presença, pois já esteve aqui conosco e voltou, do Senador Cristovam, que foi aqui muito citado, principalmente pelo Nazareno.

O Senador Cristovam acompanhou.

Permita-me que fale agora, Nazareno, que você citou uma das pessoas que eu considerei, ao longo da minha vida, mais brilhantes – ele está em plena atividade – um ex-Deputado Federal, um grande homem público, que naquele período alertava para a questão dos presídios já, que hoje são considerados, no Brasil, quase que os piores do mundo. O de Porto Alegre, infelizmente, está entre eles. Mas o Rolim alertava, há 15 anos, para isso.

Quero dar uma salva de palmas para o Cristovam e para o ex- Deputado Marcos Rolim, se me permitirem. (*Palmas*.)

Permitam-me, eu o chamo de Cristovam e ele me chama de Paim também, referi-me a Cristovam, mas o Senador Cristovam usa a palavra no momento em que ele entender mais adequado.

Agora, passo a palavra para o Luciano Soares Costa, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Metroviários.

O SR. LUCIANO SOARES COSTA – Bom dia a todos.

Além de Secretário-Geral da Federação Nacional dos Metroviários, também represento o Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal, na condição de Secretário de Relações Intersindicais.

Da minha vida acadêmica, o que tenho para passar para os senhores é referente a transporte. Sou formado em Engenharia Ambiental e tenho especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.

Comecei no Metrô há 13 anos, aqui em Brasília, e acabei parando no meio político e sindical diante da necessidade do modal urbano, principalmente, de uma política mais séria.

Vou passar para os senhores alguns acontecimentos referentes à política do transporte sobre tri-

lhos, mas antes eu gostaria de agradecer o convite do Senador Paulo Paim, para podemos manifestar a situação do transporte.

Aqui não foi só tratada a questão social, mas também a questão ambiental e a questão econômica.

Só que o nosso problema é que quando a coisa parte para a prática só é tratada a questão econômica, e a questão social e ambiental, infelizmente, fica só nas plenárias e só nos congressos. Não se avança em nada.

Infelizmente, esse é o cenário aqui no País.

Vou citar alguns exemplos. Com relação à questão social, nós temos um apelo em nível nacional para fazer ao Senado e nós também estamos fazendo esse apelo, essa campanha a outros órgãos e a outras instituições a que compete esse apelo: a não criminalização do trabalhador metroferroviário, em função de um episódio que aconteceu na primeira semana de fevereiro, aqui no Distrito Federal.. Os trabalhadores metroviários do Distrito Federal, após 37 dias de greve reivindicando coisas que foram acordadas e não foram cumpridas, inclusive coisas que trazem melhorias para o sistema de transporte público sobre trilhos, receberam como resposta uma humilhação em nível nacional, enquadrando-nos como supostos sabotadores. Isso é um absurdo. Nossos colegas estão sofrendo retaliações, estão sendo hostilizados perante a opinião pública em função disso. Colegas não têm coragem de sair mais de uniforme em função dessa desvalorização do trabalhador metroferroviário.

Qual é o motivo dessa situação?

Nós tememos, com o avanço dos projetos do PAC e Copa do Mundo... Não somos contrários, pois é preciso avançar sim. É preciso avançar em tecnologia, é preciso avançar em melhorias da mobilidade urbana, igual Maria Rosa e o Uirá, que estão brigando pelo modal, pelas bicicletas, sobre trilhos também. É preciso avançar, mas com uma integração econômica, social e ambiental.

Nós percebemos que até hoje só o econômico é tratado.

Quando se tem um evento muito grande, como a Copa do Mundo, entram-se muitos investimentos, e quando há muitos investimentos, há grandes interesses por trás disso. Infelizmente, quem paga o pato é o contribuinte, porque sempre fica de fora.

Nós sofremos uma onda de assédio moral muito grande pelo País, porque existe uma tentativa, não sabemos de onde partiu, mas uma tentativa de terceirização, privatização, municipalização, estadualização, concessão, tudo é uma coisa só.

Justificando esse cenário, nós temos também um problema muito grande de diminuição de empregos nesses setores.

Para os senhores terem ideia, nós temos um estudo elaborado pelo Instituto Latino-Americano de Pesquisas e Estatísticas Econômicas sobre a atual situação do sistema de transporte sobre trilhos.

Esse estudo está sendo transformado em uma cartilha para distribuirmos para os órgãos competentes, Poder Público e Governo e para discutirmos a questão da terceirização, que é uma questão muito séria.

A terceirização, para alguns setores, às vezes, não é satisfatória.

Um exemplo maior disso é que o Metrô do Rio de Janeiro, por exemplo, é privatizado e a população sofre com grandes problemas de mobilidade urbana.

No Metrô de Brasília, a manutenção é terceirizada, a população de Brasília sofre e, agora, o trabalhador metroviário vem sofrendo, porque a culpa agora é do trabalhador metroviário.

O Metrô de Brasília vem apresentando vários problemas, e a gestão da empresa não sabe nem o que dizer mais para a mídia.

Aí, como justificativa, quis atrelar a luta trabalhadora a essa questão.

Outro problema seriíssimo que deixou o nosso transporte brasileiro chegar numa situação desta foi que, em 1945, o transporte ferroviário tinha, em extensão de malha, por quilômetros, 35.280km. Em 1960, aumentou para 38.339km. Em 2006, reduziu para 29.605km.

Anteriormente, não se preocupava com o modal sobre trilhos para passageiros, e, sim, só para carga.

Hoje, nosso transporte ferroviário é mais para cargas, soja e minérios. Agora, descobriu-se uma possibilidade rentável com o modal sobre trilhos de passageiros.

Em vez de se discutir uma política integrada, meio ambiente, social e econômica, só se discute o econômico.

Qual é a desvantagem disso?

A desvantagem disso é o cenário que ficou aí, que o Uirá mostrou, a Maria Rosa mostrou e que o nosso colega Luiz, representante dos mototáxis, mostrou.

Esse desequilíbrio na ecologia urbana, porque a ecologia urbana não pode ficar sem um projeto de mobilidade urbana integrado, um projeto eficiente, um projeto levado a sério.

Nós já temos problemas diretos na diminuição do gargalo.

Nós temos problemas e esses problemas persistem.

Cada vez que deixam esses problemas se acumularem, nós teremos esse reflexo aí, que é um travamento na nossa mobilidade urbana.

Esse estudo, eu faço questão de deixar. Esse documento ainda está em fase de construção, fiquei de passar para outros setores, para o Uirá, para a Maria Rosa. É preciso envolver o meio acadêmico, é preciso envolver a sociedade para mostrar a situação do transporte sobre trilhos e não deixar que isso morra.

E sim, promover a geração de empregos.

Ele pode ser modificado e ele pode ser melhorado, podem ser incluídas outras alternativas e outras sugestões que estejam ligadas ao transporte sobre trilhos.

Também um apelo por que nós temos lutado é pela aprovação do Projeto de Lei nº 115/2007.

Esse projeto de lei regulariza a profissão de metroferroviário, que até hoje não é regularizada.

Com isso nós perdemos muito, porque não temos alguns benefícios que algumas categorias, classes trabalhadoras, têm.

Então, conseguindo o reconhecimento da profissão de metroferroviário, nós vamos conseguir regularizar a atividade e as atribuições que um metroferroviário tem.

Lembramos que a desvalorização metroferroviária é um problema sério para a perda na qualidade da prestação de serviço.

Nós temos aí, dentro da tecnologia de automação, um problema seriíssimo. Cada vez que a tecnologia de automação avança, o quadro de funcionários diminui, mas as atribuições permanecem, só que com uma sobrecarga. Os funcionários que permanecem sofrem sobrecarga de atribuições, porque os funcionários antes tinham determinadas atribuições, e hoje foi direcionado esse pacote de atribuições para um único funcionário. Isso gera sobrecarga na prestação de serviço e obviamente, consequentemente, gera uma perda na qualidade dessa prestação de serviço.

Outro problema seriíssimo se refere à educação. Se eu perguntar aos senhores e às senhoras aqui presentes se em algum momento na sua vida acadêmica já estudaram mobilidade urbana, no ensino fundamental... Nós temos um problema sério. Estou tentando entrar num mestrado aqui como aluno especial no programa de pós-graduação de transporte aqui na UnB, e os próprios professores nos orientam falando que eles não podem aprofundar no conhecimento referente ao transporte do País porque não aprendemos isso no meio acadêmico anterior. Então isso aí significa atraso.

O Governo está querendo implantar um PAC, um programa de mobilidade aí, mas ele não tem condições porque ele não tem profissional suficiente no País para conduzir esse processo. Nós temos um *deficit* muito

grande porque as universidades não têm engenharia de ferrovia. Então, é preciso pensar o negócio no conjunto, valorizar quem tem que ser valorizado.

Nós construímos uma petição aqui, com esta campanha de não criminalização ao trabalhador metroferroviário, e estamos recorrendo a órgãos de governo, a organizações não governamentais, ao primeiro, ao segundo e ao terceiro setor, fazendo um apelo para mudar este cenário que ficou de a opinião pública ter se voltado contra a classe trabalhadora metroferroviária. Esse apelo não é só para os trabalhadores metroferroviários, mas também para o usuário do metrô, o usuário do sistema de transporte sobre trilhos, usuário ciclista, enfim, o usuário trabalhador também, que precisa do metrô, do trem para se locomover.

No mais, eu gostaria de agradecer a oportunidade, mais uma vez, aos senhores. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Luciano Soares Costa, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Metroviários.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao Ernesto Pereira Galindo, Técnico de Pesquisa e Planejamento do Ipea.

O SR. ERNESTO PEREIRA GALINDO – Quase boa tarde a todos. Agradeço ao Senador Paim e à Comissão por terem convidado o Ipea para participar desta audiência pública. Sem mais delongas, vamos iniciar.

O Uirá já comentou um pouco sobre isto que, dentro da academia, nós chamamos de teoria do buraco negro dos investimentos em rodovias, em que você incentiva a melhoria da infraestrutura rodoviária e termina por incentivar que mais automóveis a utilizem, gerando mais problemas de congestionamento e mais investimento em infraestrutura e assim por diante.

Próximo.

Fazendo uma caracterização dos dados de frota que nós temos do Denatran, você percebe que o percentual de automóveis e de motos nas regiões em geral é bastante alto e você percebe que há uma diferença bem considerável nesses percentuais quando você compara as diversas regiões. Perceba que, na região Norte e avançando para a região Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, esse percentual da frota se inverte. No Norte nós temos 28% de carros na frota municipal, média dos Municípios, e 64% de motos, enquanto no Sul se inverte: há 65% de automóveis e 25% de motos. Isso gera diversas diferenças nas relações entre esses Municípios dessas regiões.

Falando um pouco sobre a questão de motorização, habitante por veículo, talvez eu até devesse ter usado a relação inversa para mostrar um pouco, mas é o seguinte: na região Norte, você tem uma média de 45 habitantes para cada veículo; isso vai se reduzindo

e, na região Sul, chega-se a dois para um. Vejam que estas são médias dos Municípios de cada uma dessas regiões. Então, apesar da distribuição da frota, de ter essas alterações entre as regiões, é importante sempre perceber que, mesmo nas regiões Norte e Nordeste havendo um percentual de motos maior do que a frota de veículos, ainda assim, essas regiões têm taxas de motorização bem menores do que nas regiões Sul, Sudeste e tal. Ou seja, isso abre um espaço muito grande para o aumento do número de motos, que tem aumentado bastante por conta do crédito e do aumento da renda da população, e há uma série de problemas ocasionados por conta disso.

Próximo.

Aqui, um estudo nosso do Ipea, que é o Sips (Sistema de Indicadores de Percepção Social), especificamente sobre mobilidade urbana. Essa pesquisa nossa é de 2011 e mostra, Uirá, que, apesar de termos um contingente de usuários de bicicletas ou de pedestres que não tem relação direta com a renda, ainda hoje, a gente tem uma percepção clara de que os usuários de automóveis, passando para motos, transporte público, ciclistas e pedestres, têm a distribuição de faixa de renda dentro de cada grupo desses bem diferenciada, ainda hoje. E percebam que os usuários de motos e os usuários de transporte público têm distribuição muito parecida em termos de renda. É muito comum ter pretensos usuários de ônibus ou de metrô ou de transporte público em geral que, na verdade, podem ter sido usuários de transporte público e passado para moto ou eles poderiam ser em potencial usuários de transporte público e passaram a utilizar motos por causa das diversas políticas que temos hoje. Enquanto, na verdade, os usuários de automóveis e os usuários de transporte não motorizado, de fato, têm uma diferenciação bem grande ainda em termos de renda.

Próximo.

Pelo que entendi, um dos motes desta audiência pública é a questão do dia 28 de abril, que é o dia internacional em memória das vítimas de acidente de trabalho. Então, eu trouxe aqui alguns dados que imaginei que seriam repetitivos, mas me parece que ninguém ainda apresentou esses dados.

Comparando dados de relatórios de acidentes de trabalho de 2004 e 2010, você percebe que houve aumento de 50% nos acidentes de trabalho de modo geral e aumento de 57% nos acidentes de trabalho de trajeto, como se diz. Na verdade, seria o trabalhador indo do trabalho para casa ou de casa para o trabalho. Evidentemente que esses números recebem uma série de críticas de subestimações, mas é bom perceber que há valores bastante altos aqui.

Eu trouxe uns dados aqui bastante defasados até para mostrar que é uma deficiência do Denatran, como nós já comentamos, sobre vítimas de trânsito fatais e não fatais, de 1999 a 2006. Percebam que há leve redução das vítimas fatais de trânsito que são cadastradas pelo Denatran de 1999 a 2006. Podem ser falhas, evidentemente, tudo isso. Esses dados, até 2006, como o Denatran reunia, ele simplesmente reunia os dados que eram passados pelos Detrans – então havia uma série de falhas e tal – mas percebam que são números bastante altos, lembrando que são dados só do Detran. Nós temos dados também da Polícia Rodoviária Federal e tal que acrescentam a isso aí.

Próximo.

Então, percebemos que não podemos investir só em transporte individual, apenas em infraestrutura rodoviária para transporte individual. Percebemos que há uma série de acidentes de trânsito, como foi muito comentado aqui. A gravidade, principalmente, como o Uirá demonstrou, tem muita relação com a velocidade. Mas, temos uma notícia boa, vamos dizer assim, para as grandes cidades: de fato, há bastantes dados que comprovam que, na medida em que as cidades vão saturando o seu trânsito, vão se congestionando cada vez mais e você, evidentemente, tem velocidades médias cada vez menores, há uma tendência relativa de se diminuírem os acidentes graves exatamente por conta do desenvolvimento da velocidade. Mas, infelizmente, aí não falando especificamente dos profissionais, mas dos usuários em geral de motocicletas e motonetas, você percebe que eles ainda conseguem desenvolver alta velocidade e conseguem gerar bastantes acidentes graves mesmo nas grandes cidades.

Aqui, eu mostrei um quadro que é basicamente o seguinte: a Cide, depois do término desses fundos setoriais de transporte, é a contribuição que tem sido a maior fonte de recursos vinculados para ser aplicados em transporte. Agora, aplicados em transporte em geral, transporte urbano e não urbano. Aqui é apenas um quadro demonstrando a destinação e a forma de distribuição da Cide entre os entes e a destinação deles.

Próxima.

Nós fizemos um estudo lá no Ipea, que foi publicado em um congresso, mostrando que, de todos os recursos da Cide que são gastos, dos recursos pagos, você tem uma parte dos recursos que são transferências obrigatórias, que, em tese, os Estados e Municípios deveriam utilizar para transporte, só que não tem muito como a gente garantir isso, e dos recursos que são voluntários, não são obrigatórios, não são constitucionais, a gente só consegue identificar aqui 4,45%, ou seja, menos de 5% dos recursos da Cide a gente tem como garantir que são utilizados para mobilidade e

transporte urbano no sentido de serem utilizados para transporte não motorizado e transporte coletivo. Então, é um percentual bastante pequeno, mostrando que, com a nossa nova Lei de Mobilidade Urbana, como foi dito aqui muitas vezes, que declara taxativamente que a prioridade tem que ser dada para o transporte não motorizado e o transporte coletivo, isso tem de se alterar bastante.

Próximo.

Aqui mostramos também um pouco dos gastos, dos investimentos federais em transporte e mobilidade urbana de 2006 para 2010. Percebam que a maior parte dos recursos tem sido gasta com a CBTU e a Trengurb ou então com a antiga malha da CBTU e Trengurb. Há um ponto positivo nisso: é que você está investindo em transporte coletivo, em transporte sobre trilhos e tal, que tem diversas vantagens. Por trás disso, há também um lado ruim: na verdade, a CBTU e a Trengurb, essa malha aqui ou é ou já foi do Governo Federal. Então, na verdade, o Governo Federal, não que isso seja ruim em tese, mas, sim, está investindo nas suas próprias empresas, enquanto faltam recursos federais para incentivar as estruturas dos Municípios e dos Estados.

Próxima.

Outro ponto aqui é que a nova Lei de Mobilidade Urbana, da mesma forma que o Estatuto da Cidade... O Estatuto da Cidade definia que os Municípios com mais de 20 mil habitantes têm de ter plano diretor urbano, e essa nova Lei da Mobilidade agora obriga a que os Municípios acima de 20 mil habitantes tenham também de ter um plano de mobilidade urbana, quer dizer, não só o plano diretor urbano em geral, mas também o plano de mobilidade urbana.

Aqui é só para mostrar como têm sido os gastos de 2006 a 2010 por porte populacional dos Municípios. Percebam que a grande maioria dos recursos tem sido destinada às cidades com mais de um milhão de habitantes. E agora resta o desafio de saber como vai ser feito neste cenário, lembrando que PAC Grandes Cidades, PAC da Copa não são nem recursos OGU, na verdade, são financiamentos, mas são destinados às grandes cidades, e aqui, no caso, a gente está falando de recursos de OGU. De onde vão surgir recursos para serem investidos nessas cidades menores?

Próximo.

Aqui é só para mostrar que o próprio Ministério das Cidades tem um caderno de referência que é o Planmob, que cita uma série de pontos a serem tratados em cada Município de acordo com o porte na área de mobilidade urbana. Percebam que eles começam com os Municípios acima de 60 mil habitantes. Ou seja, de 20 a 60 mil, não que não tenha literatura

sobre isso; mas, em termos oficiais, nós estamos carentes de alguma referência do próprio Ministério das Cidades sobre como atacar as questões de mobilidade em Municípios abaixo de 60 mil habitantes.

Próximo.

Aqui são algumas premissas que levantamos, algumas delas são documentadas aqui nas apresentações, tentando fazer um pequeno resumo.

O que a gente tem de situação? Você tem aumento de veículos, que gera aumento de acidentes, que geram congestionamentos e que, por um ponto positivo, muitas vezes, esses congestionamentos reduzem as velocidades médias e, consequentemente, reduzem, proporcionalmente, claro, os acidentes fatais, a mortalidade. Só que há um novo cenário, porque entram as motos, que ainda conseguem desenvolver, mesmo nessas cidades, altas velocidades, e que continuam aumentando também o número de acidentes fatais. Há fartos dados sobre isso.

Não sei se vocês acompanharam, mas o seguro DPVat, que são os seguros pagos para quem sofre acidentes, quem, evidentemente, exige esse valor, já paga a maior parte para os usuários de motocicletas, mais do que os usuários de veículos.

Tratando um pouco da limitação do transporte individual. Muitas vezes se fala que há novas tecnologias, existe um veículo elétrico, você tem um aumento de renda da população, um aumento de crédito e todo mundo pode ter o seu veículo. Claro, aqui nós não estamos tratando de restrição de posse de veículo nem de venda de veículo, muito menos de produção de veículo. Mas essas questões podem minimizar questões de impacto ambiental e de equidade, mas o transporte individual não consegue atingir questões de eficiência de uso do espaço público, eficiência de uso de recursos, de uso energético, e ele tem um limite de impactar na redução de acidentes, não consegue impactar como o transporte público consegue fazer, porque o transporte público é controlado, o transporte público tem locais para passar, o transporte público é feito por motoristas, por pilotos, que são treinados para isso, tem vários outros tipos de controle.

Então, mesmo melhorando a tecnologia do transporte individual e a gestão desse transporte e o acesso total e igual para todos da população, ele não consegue atingir certos pontos que, com políticas de transporte público, nós conseguimos. Portanto, como vantagem do transporte público, nós temos: nós aumentamos a velocidade de percurso em movimento, que é a velocidade de movimento, velocidade de percurso; velocidades comerciais também tendo menores tempos de parada, então, seja por um esquema de corredor fechado, como o BRT, seja por metrôs, você consegue

reduzir tempos de parada nas estações e consegue ter, além da velocidade, além de o veículo conseguir desenvolver velocidades maiores, a velocidade média total consegue ser maior também, e isso reduz o tempo de deslocamento, e, ao mesmo tempo, por esse sistema ser controlado, você consegue reduzir os acidentes e consegue reduzir as mortes, diferentemente do transporte individual, que tem uma relação muito forte entre a velocidade, os acidentes e a mortalidade.

Então, essa é uma questão importante, do transporte público. Como o próprio Nazareno comentou, a gente não pode esquecer o transporte individual em detrimento do transporte público, tem que pensar todo o sistema de mobilidade urbana, mas é importante perceber que uma solução coletiva, mais do que uma solução individual, é importante.

E nesse ponto, uma opinião mais pessoal sobre o assunto. Eu acho que o foco da ação, Uirá, pelo menos na situação em que nós nos encontramos hoje no Brasil, neste momento, em virtude inclusive da própria Lei de Mobilidade Urbana, tem de ser a restrição do uso. E eu prefiro, inclusive, a restrição do uso que não seja financeira, porque a restrição do uso financeira, cobrança de pedágio, cobrança de uma série de limites, isso permite que uma parte da população que tem esses recursos possa pagar por estacionamentos caros, pelo pedágio urbano, mas outra parte não consegue, mesmo tendo carro. Então, nos casos em que se utilizar de restrições de uso financeiras, como a própria lei nossa deixa um pouco nessa direção, que esses recursos sejam usados para melhoria do transporte público, para a melhoria do transporte não motorizado, porque, caso contrário, vai continuar tendo muita inequidade no uso desses recursos.

Então, esse é um ponto extremamente importante de toda essa discussão.

Acho que concluo por aqui. Quis ser bastante breve, tinham me passado que eram dez minutos, então a gente tenta ser bastante conciso.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ficou bem e ficou em 25 minutos. Todos ficaram na média de 20, de 25.

Então eu cumprimento este nosso técnico do Ipea, o Ernesto Pereira Galindo, pelo brilhantismo da sua palestra, com dados e números, e pegando esse enfoque dos acidentes, que era eixo também de nosso debate.

E passo a palavra agora ao ultimo painelista; em seguida, vai para o Senador Cristovam. É o Carlos Penna Brescianini que é do Blog Ambiente e Transporte.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Pode-ria iniciar a apresentação, por gentileza?

Eu queria, primeiramente, agradecer pelo convite de estar aqui, porque acho muito importante a gente começar – segure, por gentileza essa imagem – dizendo que nós estamos discutindo duas visões muito importantes. Nós temos uma briga que está transparecendo aqui de uma maneira técnica, mas ela é real. Até o século XIX, o principal modal de transporte terrestre mais rápido que o pé era o cavalo. Então, você associava no máximo a roda ao cavalo, as diligências às carroças.

Mas eu pediria que voltasse, pois está adiantado.

O que acontece é o seguinte: com a invenção do motor a explosão, começou a haver a popularização do automóvel, principalmente Henri Ford, que começou com um projeto dele de um automóvel para cada cidadão. E isso teve um encanto fundamental, que norteou todo o desenvolvimento da primeira metade do século XX. Desde a pátria do capitalismo mais liberal, os Estados Unidos, até o país com a ditadura mais fascista, que era a Alemanha nazista, houve os projetos de desenvolvimento de automóveis populares. O Volkswagen, veículo do povo, foi desenvolvido por Ferdinand Porsche atendendo a um pedido de Adolf Hitler, para que o trabalhador alemão pudesse ter também o seu carrinho pequeno.

O Fiat 500, que hoje a gente vê circulando hoje como veículo de moda, na versão importada Cinqucento, na verdade é também parte do mesmo princípio do automóvel barato para a população.

Então, houve um grande estímulo ao desenvolvimento do transporte individual sobre o transporte público. E o que houve? Não cabe nas cidades.

A gente pode fazer uma simples equação, que eu brinco muito, quando vou entrar com uma explanação, que é a seguinte: dois homens em um metro quadrado cavam buraco de meio metro de profundidade por hora; se eu colocar dez homens em um metro quadrado, qual a profundidade do buraco após duas horas? Nenhuma, porque não cabem, não cabem dez homens com pás, trabalhando, em um metro quadrado. Em compensação, estou ocupando menos de um metro quadrado, devo estar ocupando aproximadamente 60cm^2 enquanto que o meu automóvel ocupa pelo menos 8m^2 . Quer dizer, os automóveis ocupam mais espaço na cidade que nós, seres humanos. Isso não é uma brincadeira, é uma realidade.

Então, para nós termos as cidades funcionando hoje com automóvel, estamos retirando espaço destinado ao ser humano e privilegiando o veículo individual.

Se o veículo individual não fosse agressivo ao meio ambiente, poderia ser uma troca vantajosa, mas ele é altamente agressivo.

Vamos adiante na apresentação. Pode passar, por favor.

Esse é um mapa aéreo do Distrito Federal tirado por satélite. Percebem que os quadrantes fotografados na época da seca estão quase cinzas e os quadrantes fotografados durante o período das chuvas estão verdes. Isso se deve simplesmente ao período das chuvas em Brasília. Só que isso interfere no clima e interfere na respiração, porque o Distrito Federal está sofrendo um processo de aquecimento desde que começou a ser construída a Capital.

Adiante, por favor.

Um trabalho feito pela Universidade Católica do Distrito Federal – pode passar, por favor – está demonstrando comprovadamente que o Distrito Federal já aumentou 1,2º desde 1960. Por uma coincidência, a nossa frota de automóvel já está em quase 1,280 milhão de automóvel, nossa população já está em 2,5 milhões de automóveis. Torno a dizer: isso tem impactos, isso não cabe.

Eu gostaria que reparassem que este mapa do Distrito Federal mostra os principais eixos rodoviários do Distrito Federal. E esses eixos rodoviários unem as cidades. Quando começou o problema de transporte, houve quatro grandes estudos feitos no Distrito Federal pelo Instituto Mauá, pela Hidroservice e, finalmente, um último estudo, do próprio Distrito Federal, verificando que não caberia, que, em mais ou menos 1980, o trânsito do Distrito Federal atingiria situações de gargalo e imobilidade.

Pode passar, por favor.

Isso já tinha sido documentado também por um outro estudo, que, na época do governo militar, na época da antiga Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte Urbano, já tinha detectado isso, e se definiram então cinco grandes capitais que teriam transporte público de alta capacidade: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre. A sexta era Curitiba.

Como Curitiba não conseguiu entrar no bolo, ela decidiu, por conta própria, utilizar o desenho da linha do metrô e fazer uma estrutura quase metrô na superfície.

O que houve? A qualidade urbana da região que é atendida pelo chamado ligeirinho degradou. Toda a região que é atendida pelo ligeirinho sofreu desvalorização, que foi uma coisa em que as pessoas não acreditavam. Pensavam que fosse valorizar. Mas não. Formou-se um grande corredor de poluição do ar e de poluição sonora que afastou as pessoas da região. Então, a região é utilizada só como região acessória para as pessoas pegarem os ônibus, mas elas querem trabalhar e morar longe dessa região.

Nesse quadro estou mostrando o aumento da população do Distrito Federal. De 1960, 140 mil habitantes, para quase 2,5 milhões no final de 2010. Ou seja, nós já ultrapassamos 2,5 milhões hoje, em 2012. Esse é um crescimento que ocorre em várias capitais, porque nós atraímos a população das cidades menos desenvolvidas. E um dos atrativos é o emprego. E a segunda possibilidade é o transporte. Mas, se nós não temos transporte eficiente, o emprego se torna prejudicado.

Adiante, por favor.

A sobrecarga dos veículos por conta do aumento dessa quantidade de habitantes.

Por favor, adiante. Pode passar até o final, quando aparecem todos os números.

Eu estou comparando o número do aumento do automóvel com o número do aumento do habitante no Distrito Federal. Não cabe. É simplesmente inviável. Não cabe.

Então, quando foi feito o projeto de alargamento da EPTG, dentro de uma visão equivocada, de um projeto chamado Brasília Integrada, que foi financiado pelo BID, foi um projeto, como disse o próprio técnico do BID, para país pobre, porque o Brasil é país pobre, segundo esse técnico do BID, e não pode ter metrô, tem de ter ônibus. Palavras do técnico do BID que esteve aqui no Brasil.

A Profª Maria Rosa está concordando comigo porque se lembra desse evento. O técnico do BID veio aqui e disse: "O Brasil é um país pobre, não é para ter trem nem metrô, é para ter ônibus".

Então, nós somos condenados a ter um modal rodoviário, nós somos condenados a ter um modal do início do século XX, que é abandonado pelas grandes cidades desenvolvidas do mundo.

A China, que tem uma grande explosão de automóveis, está investindo pesadamente em transporte metroferroviário. E nós, na contramão da história, estamos estimulando as indústrias automobilísticas que não vendem nos seus países a virem implantarem-se e venderem no Brasil. A Renault é deficitária na França, a Citroën é deficitária na França, a Fiat não vende bem na Itália, a General Motors não vende nos Estados Unidos. Ela quase quebrou há dois anos. Mas havia um país onde a General Motors vendia muito bem e que mandava dinheiro para lá: o Brasil. A General Motors conseguiu se manter em pé nos Estados Unidos, grande parte, por conta da remessa da venda dos seus automóveis aqui no Brasil. Olhem só!

Adiante, por favor.

Estou mostrando, isso é em fevereiro de 2011, o percentual de veículos no Distrito Federal, que é muito semelhante na região Centro-Sul, como o Ernesto

Galindo mostrou. Então, vejam só: nós temos 74% da frota de automóveis particulares, 11% de motocicletas. Acredito que já cheguem a 12% as motocicletas. Por que a opção pela motocicleta? Porque ela está mais barata e o transporte público no Distrito Federal é péssimo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Posso ir adiante? Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais dez minutos ainda.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Eu peço um pouquinho mais, porque eu tenho 50 eslaides e vou tentar correr.

Pode ir adiante, por favor.

Isso aqui é uma tabela comparativa da Estrada Parque Taguatinga, BR-40, BR-20 e Estrada Parque Núcleo Bandeirante. São os quatro principais corredores rodoviários do Distrito Federal. A BR-20 é a que vem de Planaltina, Sobradinho, Lago Norte e entra no Plano Piloto. A BR-40 vem do Gama, ou seja, ela pega aquela parte de Luziânia e Valparaíso, e a Estrada Parque Núcleo Bandeirante é uma opção para quem vem de Samambaia, por exemplo. E a Estrada Parque Taguatinga é a que pega Taguatinga, Ceilândia, Águas Claras, Guará e vem para o Distrito Federal.

O que eu quero que vocês observem, no lado direito, é a emissão anual de CO₂. Essas vias emitem, em 2010, cálculo de 2010/2011, 1.127.631 toneladas de CO₂. Esse CO₂ é originário de todos os motores a explosão, inclusive os motores a diesel. Não existe diesel/limpo. O diesel/tem, em sua molécula, carbono. O carbono, quando é queimado, combina-se com o oxigênio e forma CO₂. É Lavoisier. Eu não posso brigar com isso, é questão de química.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Exatamente, por isso que é problemático. Não existe gasolina limpa, não existe diesel/limpo e não existe álcool limpo. Todos liberam CO₂ ao final de sua queima, é um processo de combustão, é químico. Se eu disser aqui o contrário, tomo zero na minha prova de química de segundo grau. E eu passei. Então, não posso negar. Todos eles sofrem um processo de combustão: calor, oxigênio, produzem a explosão, fazem o motor se movimentar, liberam CO₂, mais ou menos. Simples.

Adiante. Mais outro, mais outro, mais outro. Recue um, por favor.

Eu estou mostrando dois corredores de ônibus. Um, em Diadema, São Paulo e, outro, no Distrito Federal, EPTG. Há alguma diferença no congestionamento entre um e outro? Nenhuma, gente! O corredor de ônibus simplesmente espreme os automóveis para um lado, liberando a passagem para os ônibus. Perfeito!

Só que os ônibus vão se congestionar mais adiante, em algum lugar, quando entrar em alguma rua.

Se você montar corredores em todas as cidades, você aumenta a poluição sonora em níveis de 120 decibéis. Para se ter uma ideia, 85 decibéis já começam a lesionar o ouvido da pessoa porque o motor a diesel emite barulho. Os senhores e as senhoras acham que o motorista do ônibus fala alto porque ele é mal-educado? Não. Ele fala alto porque vai sofrendo uma perda auditiva de tanto dirigir o motor a explosão, principalmente no Brasil, em que o motor é na frente. Então, isso vai afetando.

Adiante, por favor.

Isso vai afetando a sua capacidade auditiva e, com o tempo, várias dessas pessoas têm que se aposentar. Onde é que isso influencia? No trabalho do Ipea, em que as pessoas vão se aposentando por estarem diretamente relacionadas ao transporte público. É um gasto a mais para o Governo, que vai ter de bancar a aposentadoria de uma pessoa que poderia estar trabalhando, na sua idade produtiva. Olhem só!

Isso daqui é uma das tabelas do Comitê International de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas, o famoso IPCC. Reparem que, na primeira pizza, lá em cima, a parte salmão, abóbora é a emissão de CO₂ derivada de uso de combustíveis fósseis; embaixo, na outra pizza colorida, vocês reparem a fatia amarela: aquilo, 13,1%, em 2007, era a emissão de CO₂ diretamente derivada da emissão de combustíveis fósseis para transporte. Então, vocês vejam que o transporte tem uma pegada ambiental muito forte dentro da emissão de gases de efeito estufa e dentro da mudança climática e dentro da questão da saúde pública.

Adiante, por favor.

Quando você desmata uma região, você tira a cobertura vegetal e elimina a fonte de absorção de CO₂. Se for uma região de mata, você faz com que todas as áreas lindas sofram deslizamentos de terra. Isso é na região de Santo Antônio e Jirau, onde a região vizinha foi desmatada, o rio Madeira foi assoreado, vejam que, embaixo, o rio está totalmente assoreado. O que isso tem a ver com uma cidade?

Por favor, pode dar mais um enter para a imagem entrar toda.

O que tem a ver é o seguinte: isso é feito continuamente nas cidades quando nós criamos mais corredores e mais vias, estimulando o transporte automotivo. O que é que acontece? Não existe como absorver a água da chuva em cimento. Existem alguns novos modelos de asfalto mais permeáveis, mas a grande solução é não expandir áreas asfaltadas, porque, in-

clusive, estamos estimulando o uso do automóvel. É justamente o contrário.

E quando você faz isso – essas dois fotos são da região da EPTG, a tal linha verde – então o que acontece? Na parte de baixo ocorreu a inundação. E a inundação, por gravidade, vai descendo. Aí vai para onde? Para as regiões habitadas. Essa região ao lado se chama Vicente Pires.

O que acontece? Tudo isso estava colocado no Relatório de Impacto Ambiental da EPTG, do Brasília Integrada. Dizia claramente: o solo não é bom e vai haver problemas de inundação. Mas o que se fez? Apertou-se o “execute-se” e se executou a obra. Então, o que acontece? Temos uma EPTG em que as laterais estão desabando, porque o solo é colapsável, inundando as regiões vizinhas. E o transporte continua caótico, como já foi mostrado. O Uirá, do Rodas da Paz, mostrou bastantes imagens da EPTG. Quer dizer, não é uma solução. É um retrocesso.

Vamos adiante. Este é o aumento médio da temperatura global, que temos acumulado desde 1860, quando da introdução dos primeiros motores a carvão, a Revolução Industrial até a Segunda Revolução Industrial, na entrada dos motores à explosão. Reparem o aumento. Aí alguém vai me dizer: 0,6 é pouco. Com 0,6 eu saio de 99 e chego a 100 graus, eu derreto, evapoço a água. De zero para um grau eu derreto o gelo. Então, eu posso inundar, posso secar uma região. Não se brinca com temperatura e não se brinca com qualidade de vida.

Vamos adiante.

Essa é a variação térmica do DF, que foi medida pelo trabalho da Universidade Católica. Então, estamos tendo um aumento médio de um grau ao longo dos últimos 45 anos. Quando as pessoas dizem que o Distrito Federal está ficando mais quente e seco não é uma percepção aleatória. É verdade.

Pode ir adiante.

Essa é a molécula do *diesel*. Como vocês podem ver, o preto é o carbono. Então, o que acontece? Quando ela explode na sua reação, libera carbono. Não tem como destruir carbono. Nós só destruímos carbono em reação atômica. Os motores são a combustão. Então, esse carbono é liberado. E esse carbono é liberado no ar. Como o carbono, na sua maneira mais simples, quando é explodido, é quase invisível, por isso ocorrem envenenamentos por carbono em garagens, as pessoas não percebem. O CO₂ é quase que imperceptível. A pessoa não cheira o CO₂. Várias vezes, a pessoa sente o cheiro do enxofre que está presente no *diesel*. Então, o que acontece? Várias pessoas se envenenam por CO₂ sem perceberem. Morrem dentro dos seus carros.

Por isso que, em países europeus, há uma recomendação de não aquecer o carro em garagem na época do frio sem estar com tudo aberto, o sistema de ventilação, porque podem ocorrer envenenamentos. Interessante!

Vamos adiante. Essa é a questão da perda auditiva da poluição sonora devido aos motores a *diesel* ou qualquer outro motor a explosão.

Adiante. Isso é um pulmão de fumante. Isso é um pulmão de não fumante, com a mesma idade. Levamos ao Ministério Público, na semana passada. A Profª Maria Rosa conseguiu convidar o Prof. Paulo Saldiva, do Laboratório de Poluição da USP. Ele explica, com riqueza de detalhes, a questão da intoxicação das pessoas que moram, habitam ou trabalham vizinhas a locais que têm emissão de CO₂.

Então, por exemplo, quando se fala em revitalização da avenida W3 em Brasília, sem a retirada dos ônibus não tem como revitalizar. A W3 Sul, como outras grandes vias dentro de centros urbanos... Por favor, uma grande via, em Porto Alegre, Senador, porque não me lembro agora, que esteja degradada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Visconde de Pelotas, Júlio de Castilhos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Presumo que deva ter um grande número de automóveis circulando nessa região. No instante em que o senhor retirar esses automóveis, a via recupera a qualidade, porque a emissão de CO₂ e o barulho é que causam a degradação. Como a gente não vê, a gente não percebe, mas ocorre a degradação.

Então, o que tem sido a grande chave? Adiante, por favor. Quando a Profª Rosa mostrou as fotos de Seul, uma coisa que talvez tenha passado despercebido é que o prefeito de Seul demoliu os viadutos. Ele cobriu as ruas. As pessoas disseram: “O senhor é louco. Como é que as pessoas vão circular?”. De metrô. Ele substituiu. E a população foi, e assim Seul sediou as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Metrô em Seul.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Mas não foi, metrô, VLT, ônibus elétrico, várias outras iniciativas não poluentes. Então, o que acontece? Ofereceu transporte de qualidade, não agressivo, e a população recuperou áreas que estavam entregues aos automóveis. Como eu lhe expliquei, um automóvel, um ônibus ocupa mais espaço que um ser humano.

Adiante.

Isso é para poder explicar rapidamente o custo social do transporte individual. Nós temos um nível de acidente de automóveis no Brasil semelhante a uma guerra da Bósnia, a uma guerra do Vietnã. Aliás, na guerra do Vietnã e na guerra da Bósnia, o índice de

pessoas que morriam por dia é menor do que os que morrem por acidente de automóvel no Brasil, para se ter uma ideia, e sempre o mais fraco é o mais vitimado, o pedestre, o ciclista e o motociclista.

Vamos pegar da coisa mais elaborada para a mais simples. Temos o metrô ou trem urbano ou ambos, que são movidos a energia elétrica. Nossa matriz energética no Brasil é basicamente hidrelétrica, então temos uma matriz energética de, atualmente, pouco impacto ambiental. Quando chegarmos à história das hidrelétricas da Amazônia a gente rediscute isso. Quanto às hidrelétricas da região Centro-Sul, o impacto ambiental delas já está estabilizado e elas emitem pouco CO₂ para produzir eletricidade para o nosso sistema. Então, a gente toma que os metrôs e VLTs no Brasil são uma forma limpa de transporte urbano.

Adiante.

Os ônibus. Aqui há uma informação importante; a licitação de ônibus para o Distrito Federal não vai substituir todos os ônibus, inclusive ela é muito perigosa, porque ela implanta quatro a cinco corredores de ônibus, ela interrompe a implantação do metrô na linha um, ela suspende a construção da linha dois, ela não menciona nenhuma das linhas de VLT, e não toca na questão dos ônibus elétricos, e, como consequente, ainda estabelece uma retirada de 10% da frota substituindo por nova por ano. Ora, então vai levar de 9 a 10 anos para substituir toda a frota. Nós vamos ficar ainda com 19 anos com ônibus antigos. Isso se as companhias não utilizarem de subterfúgio.

Adiante.

Vans. As pessoas não gostam das Vans, mas elas são necessárias em transporte capilar. Não é para utilizar vans para sair 20, 30, 40, 50 quilômetros. Isso é função de sistema de transporte de massa, mas as vans como transporte capilar, regional, curto, têm sua função muito importante e para isso devem ser utilizadas, não de maneira absurda, não substituindo, concorrendo com os outros meios de transporte de massa.

Adiante.

Automóveis, que são realmente o que causa o grande caos urbano. Nós temos uma política de incentivo ao uso do automóvel, que começou quando JK resolveu implantar o grupo executivo da indústria automobilística, dentro do seu projeto de modernização do Brasil, dos cinco anos em cinco. Foi pedido a ele, pelos executivos das empresas, quando vieram se instalar no Brasil, que desestimulasse o transporte ferroviário. Portanto, todos os projetos de transporte ferroviário foram suspensos ou congelados. O Governo Federal reuniu grande parte das empresas ferroviárias estaduais e municipais ou federais, localizadas em alguns Estados, dentro de uma única empresa

chamada Rede Ferroviária Federal. A Rede Ferroviária teve poucos estímulos, poucos projetos de expansão, eu acho que o último projeto de expansão, acho, foi a construção da linha até o Distrito Federal, e praticamente não se evoluiu nisso. Nós não temos mais uma linha de transporte ferroviário da maneira como foi investido na área de transporte rodoviário.

Em compensação, estimulamos a entrada do automóvel e, dentro das grandes cidades, substituímos os bondes pelos ônibus, nós substituímos os bondes elétricos pelos ônibus movidos a motor a explosão e desorganizamos o trânsito urbano.

Adiante.

Bicicleta. No Brasil e no Distrito Federal, corresponde a transporte efetivo para a população até três salários mínimos, porque não pode pagar o preço, o alto preço do transporte público.

E os pedestres, coitados, que têm de enfrentar o sol e a chuva para poder se localizar.

Têm de enfrentar o Sol, a chuva, para poderem se localizar. E por que eles preferem, quase sempre, ser pedestres?

Adiante.

Porque o preço da passagem é o determinante. Para uma população que ganha um, dois, três salários mínimos, um aumento de 0,50 centavos no preço de uma passagem, no final do mês, dá mais de R\$20. Com isso, ele deixa de comprar cem pães ou quinze litros de leite, ou dois quilos de carne ou treze quilos de arroz, sete quilos de feijão e não mais quatorze, mas, atualmente, nove quilos de açúcar. Ou seja, é uma opção: eu saio de casa para procurar trabalho ou eu garanto a comida? É um dilema que o trabalhador de baixa renda sofre.

Adiante. O.K. Adiante.

Primeira medida para organização e barateamento do transporte público em qualquer lugar do Brasil: é a integração metrô/ônibus/vans. Se o trabalhador não puder, o cidadão não puder utilizar um bilhete único, com garantia de mudar do meio de transporte, pagando uma única passagem, ele não pode montar a sua própria linha de transporte, porque as pessoas não seguem necessariamente a linha do ônibus ou do metrô. Elas utilizam para fazer parte do itinerário. E, com a integração, você consegue que a pessoa monte o desenho da sua linha com facilidade e aí ela pague um preço justo. Ao final do dia, o sistema é eletrônico, é interligado *on-line*. Todo o dinheiro é dividido entre todas as partes do processo, dos que fazem parte da integração.

Por isto, várias empresas de ônibus fogem da integração: porque a integração obriga a abrir o caixa delas e várias das empresas negam terem lucro, mas

não abrem os seus caixas. Elas fogem da integração e combatem a entrada do metrô e do VLT, porque isso implica concorrência e implica abrir a contabilidade dos seus caixas. Interessante.

Adiante.

Isso é apenas o modelo – pode ir adiante, por favor – do tipo de bilhete integrado que a gente utiliza hoje. Ele já vem com um pequeno *chip* e permite a utilização em vários meios de venda. Então, ele pode ser carregado por cartão de crédito; pode ser carregado em uma banca de jornal, pagando uma taxa; pode ser utilizado para todo tipo de transporte.

Adiante.

Isso! São três imagens. Esse é o Veículo Elétrico Leve sobre Pneus. Nós já o estamos chamando de Velp.

Mais uma foto, por favor.

Ele é o sucedâneo do antigo ônibus elétrico. Percebam o seguinte: a porta de entrada dele é a linha com a calçada. Repararam? Ele é um ônibus cujo chassi é baixo. Os ônibus que são utilizados, na sua maioria, 99%, no Brasil, são chassis de caminhão. A pessoa tem de subir escadas para poder ter acesso ao piso. É um contrassenso, porque você impede a mobilidade e a acessibilidade das pessoas.

Adiante. Mais outro.

Isso é o conceito básico do Veículo Elétrico Leve sobre Trilhos, o VLT, que é o derivado, o sucedâneo, o herdeiro direto do antigo bonde. Vocês percebam que ele é modular. Então, você tem uma grande vantagem de, se você tiver pouco fluxo, você utiliza a modulação pequena e, na medida em que o fluxo de passageiros aumentar, você pode crescê-lo. Então, você pode aumentar ou diminuir a oferta naquela linha, em horário, dia, momento, ocasião especial. Sempre o VLT vai ser melhor solução que o ônibus. Sempre, gente. Eu quero afirmar isso. O ônibus só ganha do VLT para poucos passageiros, abaixo de 30, abaixo de 25 mil passageiros. Passou disso, temos essa discussão de que o VLT é mais eficiente, porque não é só o custo do ônibus; é o custo da emissão; é o custo das doenças; é o custo dos acidentes; é todo o custo implícito de você estar respirando CO₂.

Adiante.

Aqui é só o tamanho que ele fica.

Adiante, por favor. Pode ir clicando.

O uso do VLT. Percebiam uma coisa interessante. Olhem que ,em volta das três regiões onde os VLTs circulam, o chão é limpo, as paredes são claras. Ah, é primeiro mundo? Sim, é primeiro mundo. Mas eles são primeiro mundo porque eles utilizam esse tipo de sistema que não polui. Reparem que as paredes são claras; o piso chega a brilhar, porque não há emissão

de CO₂. Reparem que não há nem calçada. A rua se nivelava.

Três minutos, por favor.

Adiante.

Olhem o Metrô de Brasília e Trensurb Porto Alegre. São os dois sistemas que nós temos de metrô no Brasil. O de eletricidade por terceiro trilho na lateral e de eletricidade por cima de catenária.

São os dois sistemas, ambos eficientes. Cada um tem as suas vantagens e desvantagens, mas os dois são eficientes no sistema, os dois não poluem, não produzem CO₂.

Vamos adiante, vamos passar rápido para poder honrar o prazo que eu prometi para o Senador.

Volte, por favor.

Veja isso: tanto o VLT quanto o ônibus elétrico, o Velp, os dois garantem a acessibilidade, porque eles nivelam com a calçada.

Então, qualquer pessoa pode utilizá-lo sem precisar de auxílio de uma terceira pessoa. Ele pode simplesmente deslizar.

Adiante. Quero as imagens.

Quero mostrar só o seguinte. Vocês estão vendo essa ciclovia à esquerda? Isso é uma ciclovia. Existe uma separação física entre a ciclovia e a rua. O ciclista está protegido de qualquer bordoada de veículos com rodas, porque a guia, a calçada impede ou pelo menos diminui a chance de o veículo com rodas atacar o ciclista. Não é pintar o acostamento numa rua e dizer que é ciclofaixa. Isso é criminoso. Isso foi feito há dois ou três anos aqui em Brasília; isso é criminoso. Pegou-se a faixa de acostamento, pintou-se como ciclofaixa, e manda o ciclista andar. Se o carro tiver de acostar, ele vai para cima do ciclista. Se a pessoa não vê, atropela o ciclista. Sempre o mais fraco é o prejudicado.

Adiante.

Estou só mostrando possibilidades de geração de energia elétrica dentro do próprio sistema, das próprias ruas hoje, das próprias avenidas, para gerar eletricidade para o fornecimento dos próprios veículos.

Adiante.

Também através de células fotovoltaicas.

Adiante. Pode ir adiante, por favor.

Eu queria finalizar com isso.

Adiante.

Vou ser bem rápido. Estou mostrando só a capitalização. Clique, por favor.

Isso é o Pistão Sul, de Taguatinga, se substituíssemos o modelo rodoviário pelo modelo metroviário, combinado com todo um sistema de transporte integrado.

Alguém tem dúvida de que isso implique em qualidade de vida?

Adiante.

Isso é a Comercial Norte.

Clique, por favor.

É isso que ela pode vir a ser se nós substituirmos por um sistema metroferroviário, combinado com ciclistas, e nós não abdicamos das ruas! A rua está à direita. Nós preservamos a rua, nós não somos inimigos da rua. O que nós queremos é a divisão ambientalmente correta com garantia para todos. Reparem que todos vão ter os seus ambientes, todos vão ter os seus direitos. Isso com qualidade de vida.

Adiante. Vamos passar rápido.

Adiante. Pode ir, por favor. Clique.

Isso é como fica uma cidade se nós utilizarmos.

Virou a Europa? Sim.

A Europa pode estar aqui. Nós simplesmente não fazemos. Vamos fazer o que tem de bom, virou Europa, virou primeiro mundo.

Adiante. Outra. Adiante.

Essa é parte final, Senador.

Pode dar um *enter*.

Esse é o Distrito Federal, esse é um estudo que nós fizemos para o Governo Arruda, que foi engavetado e jogado fora. Ele foi jogado fora por um motivo simples: ele concordava com o projeto Brasília Integrada. Isso está engavetado em algum lugar no Governo do Distrito Federal.

Dê um *enter*.

Essa é a Rede Ferroviária Federal no seu projeto de 1968.

Enter.

Hoje é como ela está, concedida à Ferrovia Centro-Atlântica, ou seja, existe uma linha, mas que precisa de modificações de engenharia para ela se tornar utilizável.

Claro, ela tem de ter pista dupla, tem de ter via dupla, para poder não ser um sistema singelo.

Estamos só mostrando que existe um traçado.

Adiante.

Essa é a linha do metrô hoje.

Agora, percebam o seguinte, a linha está incompleta. Ela forma um grande Y, que na parte de cima morre no meio da Ceilândia e na parte de baixo morre no meio de Samambaia e na parte da direita morre no centro do Plano Piloto, na rodoviária.

Adiante.

Nossa proposta era prosseguir a até o final de Samambaia, da Ceilândia e da Asa Norte.

Adiante.

Esse era o projeto do VLT. Atenção: o VLT não era para passar sobre o canteiro central da W3. Era para ele passar na rua. A mudança para o canteiro central não estava prevista. Isso foi uma coisa muito errada. E o que acontece? No instante em que ele entrasse

na rua sairiam os ônibus. Sairia do aeroporto, desceria e teria um ponto de cruzamento central que faria o Eixo Monumental.

Adiante.

Aí haveria outro VLT que faria a região intersatélites: Recanto das Emas, Taquatinga Sul, Norte e desceria para a Ceilândia, porque as cidades-satélites também têm direito a ter VLT. Por que não? Por que o trabalhador de menor renda não tem direito a um bom transporte?

Adiante.

Aí a expansão. Ele pegaria desde o Gama, de Santa Maria e interligaria. Pegaria do Lago Sul e fecharia a L2.

Adiante.

Ele pegaria o outro eixo e fecharia.

Adiante.

Aí o Velp, que é o ônibus elétrico.

Adiante. O último.

Então, esse é um projeto de interligação com três meios de transporte ambientalmente corretos unindo o Distrito Federal, ligando o Distrito Federal às suas bordas, ao Estado de Goiás, de maneira inteligente, de maneira integrada, não agressiva ao meio ambiente. Isso tudo está numa gaveta. No lugar disso, estão querendo fazer quatro ou cinco corredores de ônibus, emitindo mais de 2 milhões de toneladas de CO₂ por ano. Acho que a gente tem a faca e o queijo na mão para poder resolver. O que está ocorrendo no Distrito Federal ocorre em todas as capitais do Brasil, é só uma amostra. Faço a pergunta: por que não fazemos a coisa boa aqui? Por que não podemos fazer o melhor? Por que temos de optar, como disse o técnico do BID, por sermos um país de quarto, quinto mundo, subdesenvolvido, e temos de nos conformar com ônibus? Não temos. O projeto da EPTG impossibilita que qualquer pessoa a atravesse. Desafio um cadeirante a subir as passarelas da EPTG. Fiz isso com o DFTV, fiz isso com o Record TV. Nenhum cadeirante conseguiu subir as passarelas. Só conseguimos uma pessoa, que era um ciclista, que chegou ao topo da primeira etapa, da primeira parte, coberto de suor, reclamando e dizendo que não era possível. Ou seja, faz-se um sistema que é inviável para as pessoas utilizarem.

Pode encerrar por aqui. Dou-me por satisfeito.

Muito obrigado, Sr. Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, foi o Carlos Penna Brescianini, do Blog Ambiente e Transporte.

Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, que foi Governador aqui de Brasília, é Senador reeleito e tem um prestígio muito grande, permita-me dizer, perante todo o povo brasileiro – não estou in-

ventando história, V. Ex^a foi o mais votado, inclusive, no chamado Congresso em Foco, e eu estava lá, não fui o mais votado, mas estava ao seu lado e já fiquei feliz – deixe-me só dizer o seguinte: recebi inúmeras mensagens cumprimentando a qualidade dos nossos painelistas. Estão todos de parabéns. É um assunto que mexe com a vida de todo o povo brasileiro. Acho que todos merecem uma salva de palmas pela exposição. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, convidados em geral, creio que o Sr. Senador Paulo Paim está de parabéns com essas reuniões que temos às segundas-feiras discutindo temas importantes, mas hoje especialmente. Não pude assistir a todos porque tive de atender às pessoas aqui ao lado, mas ao que assisti deixou-me extremamente satisfeito por ver que um tema fundamental está sendo debatido com o rigor que deveria.

Digo isso porque muitas vezes a gente debate transporte como se fosse uma questão, pura e simplesmente, de engenharia, de mais viadutos, de estradas mais largas, sem entender que são duas coisas diferentes. Mais do que engenharia, é tecnologia, que não é o mesmo. A tecnologia implica na concepção que se vai usar; a engenharia apenas executa essa concepção. Entre o VLT e o ônibus comum temos uma opção tecnológica. Aí vem essa solução de engenharia de como fazer o ônibus, de como fazer o VLT. Aqui nós discutimos tecnologia, mas mais do que isso, nós vimos que o assunto do transporte vai além da tecnologia do transporte.

Uma coisa que aprendi, e aqui devo agradecer muito ao Nazareno, que foi o meu Secretário do Transporte quando eu fui Governador, e a uma figura que talvez desesse estar aqui, que é o engenheiro Miura, que era o Diretor de Trânsito, é que trânsito é, sobretudo, uma questão de educação. Exige tecnologia, exige engenharia, mas exige educação. Quando o Nazareno e o Dr. Miura me trouxeram a ideia da faixa de pedestre, todos nós, inclusive eu, no primeiro momento reagimos, até eles mostrarem que é só uma questão de educar a população para usar isso.

Quando a gente conseguiu educar a população, sobretudo o motorista, muitas crianças, filhos dos motoristas, nós ganhamos a parada. A paz no trânsito foi um programa de educação. Claro que, para educação, foi preciso colocar os pardais, porque se educa também com um certo rigor, exigindo que os que não querem ser educados cumpram aquilo que os educados estão fazendo.

Nós vimos aqui... E a apresentação do Carlos é uma coisa fenomenal! Todas foram importantes, mas a dele foi mais abrangente, como a do Nazareno também, mostrando que nós temos de educar a cabeça dos governantes, para fazer opção na ótica do bem-estar da população, e não na ótica da simplificação do processo, na ótica do imediatismo. Nós precisamos fazer essa educação, e essa educação começa mostrando duas palavras que o Carlos disse, fundamentais: não cabe. É preciso educar a população a população para que ela entenda que não cabe carro para todo mundo. Não cabe. Aí alguns dizem: “mas os ricos tiveram, os pobres também querem”. Então, eu proponho fazermos uma inversão. Quem tem carro hoje não vai poder ter carro mais nos próximos dez anos. Quem não tem carro passa a ter o direito de ter carro, mas os dois não vai dar. Porque paralisa o sistema.

São Paulo: eu vi um dia desses no jornal o dia e a hora em que a cidade vai parar. Um sujeito fez um cálculo simples, colocou o mapa e viu quando é que todas as ruas vão estar cobertas de carro. Se temos tantos a mais por ano, quanto tempo vai levar para tudo ficar coalhado de carros. Quando isso acontecer, para a cidade.

Na verdade, já está parada. Falta a paralisação definitiva. Aquele dia em que vai ser preciso colocar um guindaste para tirar os carros para poder liberar o trânsito, ou seja, em vez de guarda de trânsito, vamos precisar de guindaste para poder resolver o sistema de trânsito.

E quero falar uma coisa provocado, sobretudo, pela fala da Maria Rosa: nós precisamos educar o Brasil a um novo conceito de progresso, de desenvolvimento. Nós não pensamos que progresso é um melhor sistema de transporte. Nós pensamos que progresso é mais carro privado.

No Brasil, Carlos, a gente define se um país é ou não avançado pelo número de carros. Não é por aí, não é pelo maior número de carros, é pelo menor número de horas que se perde no trânsito.

Talvez o país mais desenvolvido que a gente tenha por aí seja Cingapura. Cingapura, você só pode ter, por ano, o número de carros que o governo permite. Todos os anos o governo faz uma análise de quantas novas estradas foram feitas, quantos carros velhos foram retirados, aí eles calculam quantos novos carros têm.

Como é que eles fazem para escolher quem vai ter o carro? Para você ter o direito de comprar um carro, tem que comprar uma licença em um leilão. Com aquela licença você vai e compra o carro. Para onde vai o leilão? Vai todo para o transporte público.

Aí você vê uma solução, uma coisa incrível. Lá não é como aqui que cada Senador tem um carro. Não.

Lá só o Presidente da República e o Primeiro-Ministro têm direito a carro com motorista. Ninguém mais. Quem quiser, vai de ônibus ou de táxi, porque táxi é um transporte público, não é um transporte particular. É um transporte público que cada um usa uma vez, sozinha, a pessoa. Da mesma maneira que a França está usando agora o carro, que você pega, como bicicleta, que já tem no Rio, você dirige e, quando chega ao seu lugar, você põe o carro e vai embora. Outro chega, com o cartãozinho, entra naquele carro e vai para onde quiser. Esse carro é público, embora usado exclusivamente por uma pessoa. Mas ele é público.

Nós temos que mudar a mentalidade. É isto que a gente precisa fazer: mudar a mentalidade para pensar que progresso não é um número maior de carros. Progresso é um número menor de tempo perdido no deslocamento. E aí vai exigir outra coisa da educação: é ver o problema na sua totalidade.

O que é que a gente faz hoje? A gente pega e põe o ônibus com o motor na frente. Aí o motorista perde a audição. E aí a gente – e eu sou favorável ao projeto do Senador Paim – reduz o número de anos de trabalho do motorista, para ele se aposentar com 25 anos, e não com 35. Mas é um arranjo que a gente vai fazer. Um arranjo necessário para os motoristas de hoje. Mas, se a gente tivesse uma política correta, não precisava fazer esses ajustes. E termina ficando mais caro do que fazer o certo que a gente deveria. Mas falta essa visão global.

O pessoal do transporte cuida do transporte. O pessoal da previdência cuida da previdência. E, no pessoal do transporte, cuida-se do ônibus, e não do transporte. Porque nos viciamos. E cuida de mais viadutos, porque senão não cabem os carros. E de estradas mais largas. E aí começamos a disputar com a chuva. E a água se revolta contra as obras que a gente faz.

As cheias em São Paulo não são só por uma questão de aquecimento global, que mudou a forma como se comporta o clima. É porque as águas ficam com raiva do cimento, que não as deixam passar. Aí, ela vai para onde quer e termina naquele estrago que a gente viu aqui, de Vicente Pires, o barro correndo para a EPTG.

Nós precisamos ter uma visão global, que permita pensar o problema de maneira mais ampla. Precisamos ver o propósito do transporte como a locomoção, e não a exibição. Porque hoje, no Brasil, a gente quer ter um carro, em parte, por exibição e porque o transporte público é ruim.

Eu já citei algumas vezes, coloquei até num livro, algo, Maria Rosa, que é difícil de acreditar, mas aconteceu comigo. Eu estava dando palestra em Manaus – não foi em Porto Alegre, foi em Manaus, e eu faço a

diferença pela temperatura –, quando o motorista que me levava de um lugar para outro, numa camionete grande preta, fez “assim” para um cara que estava do outro lado. E o cara passou no seu fusca. Isso já faz mais de 20 anos, 30 anos. Quando o cara passou, o motorista que estava comigo perguntou: “O senhor reparou naquele fusca?”. Eu disse: “O quê?”. “Ele anda com os vidros fechados, para que todo mundo pense que ele tem ar-condicionado no carro”. Ou seja, o cara, em Manaus, às duas da tarde, com os vidros fechados, para que as meninas na calçada pensassem que ele tinha ar-condicionado no carro. Porque dá *status*.

Isso se chama burrice, mas é isso que nós todos vimos praticando, nós todos. Nós todos. Aliás, o mapa do Brasil parece um Volkswagen, se você botar numa posição determinada. Nós fechamos os vidros dos carros para que o povo pense que temos ar-condicionado. Nós usamos carro não para nos locomover, mas para dar a impressão de que temos.

Óbvio que, no caso do Brasil, já que eu falei em pensar globalmente, temos que pensar o que fazer com a indústria automobilística, quando as pessoas não precisarem mais usar tanto o carro. Claro que não vai poder fechar as indústrias. É diferente de Cingapura, que não tem fábrica de automóveis. Aqui, a gente não pode mandar parar os 3,5 milhões, se não me engano, que fabricamos por ano. Vamos ter que reciclar. Essas empresas vão fazer os VLTs, vão fazer os metrôs. Nos Estados Unidos, durante a guerra, as fábricas de automóveis não venderam carro, passaram a fazer tanques de guerra, passaram a fazer veículos militares, passaram a fazer jipes para o exército de locomover. A gente pode ter uma reciclagem do setor automobilístico particular em direção a um sistema de transporte público, inclusive táxis, inclusive veículos de ambulância, inclusive carros da Polícia. Há um mercado para isso. Não é igual e não dá para 3,5 milhões, mas a gente pode ter uma visão global. Isso vai implicar em mudar o conceito de progresso. E aí é que é dificuldade. É um problema de educação, de alfabetização dos dirigentes deste País, dos líderes. Nós atravessamos um processo de analfabetização dos instruídos. É analfabetização por deixar de ver a realidade como ela deve ser e deixar de fazer propostas diferentes das que estão aí.

É bem capaz de que muitos que estão ouvindo essas coisas pensem que a gente está falando no mundo da lua, que isso não tem nada a ver com a realidade, que deve continuar a mesma marcha em direção ao futuro. Há que se fazer uma inflexão. O mesmo rumo leva ao desastre. Basta ver o que o Carlos mostrou sobre o CO₂ que está sendo jogado.

Aliás, não leva ao desastre. Já é um desastre, só que a gente deixou de ver.

Ele perguntou ao Paim quais ruas de Porto Alegre. Eu fiquei me lembrando das ruas de Recife, que, na minha infância, juventude, era o lugar onde a gente ia passear, e hoje ninguém chega lá. E eu não tinha pensado que deve ter sido por causa do automóvel. Não tinha pensado. Mas foi. Foi por duas razões: uma o CO₂, que ficou ali. É impossível você respirar direito. Ficou tudo sujo, preto. A outra é porque Recife são três ilhas e depende de pontes, e não se consegue, não cabem os carros nas pontes. Então, foi preciso desviar o centro da cidade para fora do centro, criando locais exclusivos. E o centro foi abandonado, depredado e absolutamente degradado, como são os centros da maior parte das cidades brasileiras. E olhem que no Sul ainda é melhor – Santa Catarina, Curitiba –, porque também há sistemas de transporte melhor, públicos.

Então, meu caro Senador Paim, eu fico satisfeito muito com esta manhã. Eu espero que tenha sido transmitido pela televisão, para que a população veja que há pessoas que querem realmente mudar o sistema de trânsito levando em conta os interesses de cada um, dos trabalhadores – sem eles a gente não faz nada –, dos ciclistas e tudo o mais.

Para concluir, só quero sugerir que o Carlos use mais uma comparação sobre o que é mudar a temperatura em um grau. Não só da água para o gelo, ou do gelo para a água; não só do líquido para o vapor. Mas ver a diferença entre 40° de febre e 41°. Esse um grauzinho mata. Esse um grauzinho deixa você com problemas neurológicos, cerebrais, permanentes. Um grau pode mudar o futuro de toda a humanidade. Se continuar um grau descongelando os polos, a gente vai inundar as cidades na beira do mar. Vão desaparecer ilhas. Então, um grau é muito importante e pode significar o desastre completo. A gente tem de impedir isso. E uma das maneiras de impedir é um sistema de transporte que não seja baseado no combustível fóssil, que seja baseado em outro tipo de energia.

É isso que eu tinha para colocar. E fico satisfeito de estar participando nesta manhã da Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós é que ficamos satisfeitos com a sua fala. Muito bem.

Só respondendo ao Cristovam: nós estamos de fato no ar, para todo o Brasil, pela TV Senado, das 9h às 14h; também pela Internet, canais 1, 4 e 5, e também a Rádio Senado nos transmitiu. Das 9h às 14h, nós estamos ao vivo.

Nós vamos agora para as considerações finais e vamos começar com aquele que foi o último. Vamos

inverter agora, do último para o primeiro, pedindo que cada um fique em torno de três minutos, para a gente conseguir encerrar a tempo de eu estar na abertura do plenário do Senado, que é às 14 horas.

Começamos com o Carlos Penna Brescianini, do Blog Ambiente e Transporte.

O SR. CARLOS PENNA BRESSIANINI – Vou ser bem rápido, Senador, vou só fazer uma comparação que acho interessante. Imaginem uma cidade na antiguidade em que o governante dessa cidade dissesse o seguinte: não dá mais para aguentar o trânsito de carroças, charretes e cavalos dentro da cidade. Nós vamos chegar agora e vamos controlar. Vamos colocar cavalo preto num dia, cavalo malhado num dia, cavalo branco noutro dia. Do lado direito agora só podem passar charretes, carroças e diligências. Tem mais: vamos limitar o horário em que as carroças podem circular na cidade.

Eu puxo para a atualidade e digo: é muito semelhante com as propostas de limitação de tráfego, rodízio, faixa exclusiva. E lembro o seguinte: isso foi um decreto de um imperador romano, se não me engano, Júlio César, em mais ou menos 45 antes de Cristo, creio eu. Mais ou menos por aí. Esse foi um decreto dele; se não foi dele, foi do antecessor ou sucessor dele, querendo limitar a circulação nas ruas de Roma porque Roma já tinha mais de um milhão de habitantes e não conseguia se desenvolver com aquele tráfego de cavalos, charretes, carroças que circulavam por lá.

Quando a gente transpõe isso para o século XXI querendo limitar a quantidade de veículos por decreto, eu acho também que não vai funcionar. A solução é oferecer transporte de qualidade, e as pessoas vão perceber que ou elas usam transporte de qualidade ou elas não se locomovem. Essa é a opção que a gente tem hoje no Brasil. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Carlos Penna Brescianini, do Blog Ambiente e Transporte, que deu grande colaboração ao nosso debate.

Eu só vou aqui quebrar o protocolo. O Vereador Eduardo Leite, de Pelotas, Rio Grande do Sul, e que está aqui desde a abertura dos trabalhos, desde as 9h, pediu para deixar também seus três minutos sobre o tema.

Então, Eduardo Leite, por favor.

O SR. EDUARDO LEITE – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque e todas as autoridades aqui presentes e trazer a ótica de um vereador de uma cidade de porte médio que é Pelotas, o Senador conhece, de 350 mil habitantes. Durante este meu mandato tenho observado

que outras questões também influenciam a mobilidade urbana, como, por exemplo, o plano diretor da cidade. Observo que tem se tornado menos aprazível para o pedestre caminhar, por exemplo, pelo que se tem permitido em termos de condomínios fechados, como foi o caso em Pelotas. Eu observo o mesmo em outras cidades onde se permitiu, por exemplo, por insistência de construtoras e empreiteiras, a construção de condomínios fechados de até 35 hectares, são 35 quadras fechadas em que os pedestres são obrigados a caminhar longas quadras só com o muro. Nada de mais para assistir, fica menos aprazível, menos amigável, como falou a Profª Maria Rosa, da UnB. Então, há uma influência também do aspecto do planejamento urbano da cidade e da utilização do solo.

Também gostaria de pedir, claro, pensando na nossa cidade de Pelotas, que haja um olhar sobre as cidades de porte médio, porque tudo o que se fala, claro, fala-se nos grandes centros, onde a situação já está em colapso, mas, se não tivermos um olhar para as cidades de porte médio, que ainda podem ter soluções quem sabe mais baratas, nós vamos ter, no futuro, essas cidades na mesma situação de colapso, exigindo mais dinheiro.

Também há o seguinte: não sei se o Senador sabe que lá em Porto Alegre se fez alguma intervenção, com parceria público-privada com uma empresa de refrigerantes, por exemplo, alguma coisa na orla do Guaíba, enfim, com ciclovias e tudo o mais. No Rio de Janeiro, essas bicicletas, que são públicas, têm participação de um banco, por exemplo, que também patrocina. Agora, nas cidades de porte médio, às vezes essas empresas não têm esse mesmo atrativo para financiar esse tipo de atividade, e aí a gente depende mais de financiamento público. Portanto, eu gostaria de fazer este apelo também para as cidades de porte médio, como Pelotas, claro, com interesse particular na minha cidade, mas sabendo que isso atinge outras cidades de porte médio no Brasil.

Obrigado, Senador, por quebrar o protocolo e permitir a este humilde Vereador participar dessa audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Eduardo Leite falou para o Plenário. Falou rápido, falou preciso e deu um norte. Meus cumprimentos.

Passo, de imediato, agora, para o Ernesto Pereira Galindo, que fala pelo Ipea.

O SR. ERNESTO PEREIRA GALINDO – Quero agradecer a todos pela atenção e paciência de estarem nos ouvindo até o momento.

Eu gostaria de concordar com o Brescianini quanto à importância de a gente se esforçar bastante para

a melhoria do transporte público e também com o Uirá quanto à importância da conscientização da população, mas eu levanto aqui um ponto que talvez seja tão ou talvez até mais importante do que esses. O Senador Cristovam Buarque citou um exemplo muito claro sobre a questão das faixas de pedestre aqui no Distrito Federal. Nós lembramos também, com certeza, todos nos lembramos da campanha para utilização do cinto de segurança, e percebam que ao menos são dois exemplos de bastante sucesso e que tiveram um pulso bastante firme do Estado, com cobrança, com fiscalização, com punição, fazendo com que essas medidas pesem no bolso das pessoas, colocando pontos na carteira, multas, o que seja.

Então, acho que há um primeiro momento, pelo menos tem funcionado um pouco aqui no Brasil, nessas políticas, de ter esse espaço para o rigor, o rigor da lei. Então, quando o Brescianini comenta sobre a questão de melhoria do transporte público... Nós temos, no Ipea, essa pesquisa de percepção, que mostra claramente que muitas vezes a população tem uma percepção equivocada dos modos de transporte. Muitas vezes, elas acham que andar de carro é seguro, acham que andar de carro é mais rápido, acham que andar de carro é isso ou aquilo, e muitas vezes não é. E mesmo você mostrando, às vezes, os números, elas não mudam um pouco essa percepção.

Então, eu acho que, da mesma forma que a gente não questiona por que eu posso fumar em tal lugar e não posso fumar em outro, da mesma forma que não questionamos por que eu posso ter um açougue nessa rua, ter um posto de gasolina aqui e não posso ter em outro local, nós também temos que criar essa mentalidade e esse rigor na lei de mostrar que não é em todos os lugares que os automóveis podem circular. Isso tem que estar claro, isso não tem absolutamente nada a ver com a proibição do direito de ir e vir, não tem nada a ver com o impedimento de direito constitucional. O que é importante é que nós temos que ter acesso às coisas, temos que ter acesso aos serviços, mas não há nenhum lugar que diga que temos que ter esse acesso por meio dos automóveis.

Então, acho que essa é a última mensagem que eu deixo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Ernesto Pereira Galindo, que falou pelo Ipea.

Agora vai, então, para o Luciano Soares Costa, que vai falar pela Federação Nacional dos Metroviários.

O SR. LUCIANO SOARES COSTA – Eu gostaria de agradecer a oportunidade, novamente, de estar

presente aqui neste debate e também por ter adquirido conhecimento com os outros colegas que lutam pela mesma causa, inclusive na explanação do Carlos Penna, que mostrou muita coisa interessante aqui no Distrito Federal de que eu não tinha conhecimento, e novamente quero fazer aquele velho apelo. A iniciativa das parcerias público-privadas é importante, tem que acontecer, mesmo porque o Governo não caminha sozinho.

Eu só gostaria de fazer um apelo para que, quando forem discutir projeto de mobilidade urbana, discutam-se o trabalhador metroferroviário e também os outros trabalhadores de transporte público urbano, que estão sendo deixados de lado, ao passo que... Só para dar um exemplo para vocês, em 1950, tínhamos um número de 342 mil trabalhadores – isso na malha ferroviária; em 1989, tínhamos em torno de... Perdão, isso é número de passageiros. Em 1904, tínhamos um número de 28.539 trabalhadores sobre trilhos; em 1956, esse número aumentou para 214; em 1995, diminuiu para 85 mil; em 2008, estava em torno de 27,5 mil trabalhadores. Hoje, estamos em torno de 25 mil. Ou seja, em função do sucateamento do transporte ferroviário, está sendo sucateada também a prestação de serviços no que diz respeito à qualidade. Então, eu gostaria que a Casa atentasse para a questão da valorização do trabalhador metroferroviário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Luciano Soares Costa, que falou pela Federação Nacional dos Metroviários.

Passamos ao Luiz Carlos, Presidente do Sindmototaxi.

O SR. LUIZ CARLOS GALVÃO – Senador, quero agradecer pela oportunidade única, ímpar, e falar que moto é o transporte do futuro. Futuramente, vamos ultrapassar o quantitativo de carros nas ruas. Então, tem que ser discutido com critérios, porque o pessoal não gosta de falar muito em mototáxi, porque é um bolo o transporte e estão pegando uma fatia, e o pessoal não quer...

Agradeço a cada um aqui presente e que possam nos ajudar em nossas regulamentações, com opiniões, porque nós não somos cachorros loucos e também essa imagem negativa, negra, estamos tentando limpar e passar para cada um a nossa imagem como profissionais no trânsito e vamos diferenciar o profissional do usuário comum.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Luiz Carlos, Presidente do Sindmototaxi.

Agora passamos para o Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz, do DF.

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Agradeço, mais uma vez, pelo convite do Senador e o parabenizo pela iniciativa. Aproveito que o ilustre Senador Cristovam está aqui e falou sobre a faixa de pedestres, que é um exemplo importante que a gente tem. Quero reforçar o que falei na minha apresentação, a questão cultural que precisa ser alterada, essa questão do respeito. Então, não bastam leis, a gente precisa trabalhar desde cedo com os jovens. Infelizmente, a formação do motorista é muito falha em nosso País.

Aproveito também, na Comissão de Direitos Humanos, a questão do respeito à vida, que considero o princípio basilar, está no Código de Trânsito, e ainda é desrespeitado. Se, por um lado, temos o respeito à faixa, que ainda se tem no DF, apesar de ter se perdido um pouco, mas o pedestre, o ciclista, na via, independentemente de uma faixa, que às vezes pode não ter, de uma ciclovia, que às vezes pode não ter, a bicicleta, numa via, é um veículo regulamentado e, muitas vezes, o motorista reclama, buzina, e não se dá conta de que ali poderia ser um cara com um carro, disputando espaço na via.

Antes de tudo, em vez de o motorista reclamar, ali, no aconchego interno do automóvel, estar atento àquele pedestre, mesmo fora da faixa, àquele ciclista que está ali por uma falta de infraestrutura, que é uma vida que está ali e que ele deve respeitar. Então, independentemente de lei, que ele reduza a velocidade; se for necessário, que ele pare, porque ali é uma vida, um trabalhador, é uma pessoa. Assim como uma pessoa tem o direito de estar de carro circulando, o ciclista e o pedestre têm direito à cidade.

O grande ponto é este: o respeito à vida e o direito à cidade. Os motoristas sempre têm o caminho contínuo, sempre têm as vias, que não param, que sempre levam de um ponto a outro. E, às vezes, o pedestre não tem uma calçada de um ponto a outro; o ciclista não tem uma ciclovia, uma ciclofaixa de um ponto a outro. Que se tenha um contexto mais humano, que considero o grande foco. Cidade para as pessoas, com menor limite de velocidade, que as pessoas se respeitem, independentemente de lei. Esse é o grande ponto, para a gente garantir um salto na qualidade de vida, um salto na educação, a gente tem que ter cidadania, a gente tem que ter respeito. E isso é um respeito mútuo, especialmente em relação ao motorista. Quer dizer, o motorizado é o mais forte, ele tem que estar mais atento ao não motorizado. A gente quer mais pessoas pedalando e caminhando nas cidades, porque isso significa mais vida, mais bem-estar, menos obesidade, que é um grande problema de saúde. Eu também gostaria de ressaltar que a bicicleta e a caminhada são uma alternativa a um modelo insus-

tentável e contrário à saúde existente hoje. O grande problema da obesidade também pode ser combatido no trajeto para o trabalho. Por que não? Por que ter que gastar com academia, se, no trajeto, a pessoa já pode fazer exercício?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou tentar a bicicleta. Tomara que dê certo.

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Vamos lá. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz do DF.

Estou falando sério: vou tentar a bicicleta. Fiz de tudo para emagrecer, mas não consegui. Vou tentar!

Passo a palavra, agora, ao Nazareno Affonso, Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte.

O SR NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Eu queria começar com uma frase do Cristovam que ele deve ter esquecido. Na época em que era governador, ele disse assim: “Se todo brasiliense tiver um carro, ninguém tem carro”.

Eu queria ressaltar também que aconteceu uma coisa nesta Mesa que a gente tem de superar mesmo: o preconceito com o transporte por ônibus, como se fosse uma coisa velha que não funciona. Eu sou metroferroviário e aposentei-me pelo Metrô de São Paulo. Eu sei o que é o sistema metroferroviário, mas eu sei também que, quando a gente chega ao limite da capacidade, todos os sistemas são ruins. Eu quero que o companheiro Carlos vá visitar São Paulo hoje e ande de ferrovia, ande de metrô para ver a barra pesada que é isso. Então, proporcionar um sistema de qualidade sem conforto não dá certo.

Primeiro, eu queria dizer que eles precisariam conhecer também os sistemas de transporte por ônibus que são bons, de qualidade. E, segundo, até mudar tudo, a gente não pode ficar dizendo que a intervenção internacional está determinando que, no Brasil, não pode entrar ônibus. Isso é mentira. A Europa está fazendo um monte de projetos de sistema de ônibus. Então, sair com esse discurso ruim neste momento... O que a gente tem que discutir neste momento? A gente tem que discutir qual é o lugar do automóvel e tirar o atraso. Então, eu acho muito ruim...

Eu queria apenas deixar claro isso, porque eu defendo o metrô com todas as forças. Defendo o sistema de ônibus como defendi cuidar do dia a dia do trabalhador com a construção de abrigos de ônibus e, do mesmo jeito, cuidar das calçadas.

Com relação ao nosso debate, essa é uma questão muito séria. Nós temos que acabar com essa disputa

no sistema de transporte público. Ela é perniciosa. Ela só serve para a indústria automobilística.

Em segundo lugar, eu queria dizer que o ônibus a diesel vai ficar ainda um tempo. A gente sabe também das dificuldades, que ele não quis mencionar, na hora em que surgirem os problemas com as novas hidrelétricas. Mas com o motor Euro e o S10, não vai sair fumaça. Isso é certo, isso é tecnicamente correto.

E há outro ponto que precisa ficar claro. Ouvi aqui uma crítica muito grande ao DF. Eu quero dizer que o projeto que está sendo implantado aqui a gente começou na época do Cristovam. Era de corredor mesmo. A gente tem condições de implantá-lo em curto prazo, e isso não impede outros sistemas. Se alguém quiser, é bom andar de metrô aqui para ver a barra pesada, mas já é de qualidade andar no metrô. Então, não basta dizer que um trilho dá certo e outro não dá.

Era essa a minha contribuição.

Agradeço a oportunidade de estar aqui.

Parabéns, meu caro Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Nazareno Affonso, Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte.

Passamos, de imediato, à Professora Doutora da Universidade de Brasília, UnB, Maria Rosa Abreu.

A SR^a MARIA ROSA ABREU – Reitero como está sendo valioso o debate, principalmente para quem vem do lado da comunidade, inclusive dos trabalhadores, como o Luiz Carlos, que abordou o problema da moto, um transporte individual barato para o trabalhador, para o pai de família. É preciso haver campanhas para educar o motorista do automóvel, que é uma máquina pesada, para que respeite a moto. Agora vem a moto elétrica, leve. O Japão está distribuindo tanto a bicicleta elétrica como a moto elétrica, que têm um papel muito simples de usar menos espaço no trânsito, e fácil. Então, tudo isso vai ajudar.

O Professor Cristovam, Senador, colocou a questão da visão global: que é preciso ter uma visão global até do modelo de desenvolvimento, pois até os países mais avançados estão saturados com um consumismo muito grande. A vida é muito mais agradável quando é mais simples e com conforto e dignidade para todos.

Eu estava me lembrando de um ponto que eu acho importante, que é a lógica. A gente fala: bom, é preciso melhorar o transporte público. Não se trata absolutamente de uma briga entre ônibus, metrô e bicicleta. Todos têm um papel. O que não pode é a bicicleta querer fazer o papel do ônibus e o ônibus, o papel do metrô. Cada um tem um papel e se somam, assim como acontece no nosso sistema, no nosso próprio organismo, que é um exemplo de harmonia.

O que a Erundina, nossa Governadora, a Prefeita, fez em São Paulo? Ela tentou uma remuneração da prestação de serviço. Nós chegamos a fazer um seminário na UnB, e trouxemos um pessoal da Secretaria de Economia Solidária, onde se tratou da remuneração da prestação de serviço público por meio da economia social, por meio da economia solidária, na qual se democratiza mais o dinheiro público que vai para pagar ao prestador de serviço público. Isso ocorre na coleta de resíduos, na grama, no paisagismo e também no transporte público. Muitas municipalidades europeias pagam por quilômetro. Aí não entra a lógica do lucro, porque o transporte público é um serviço público, é um bem que interessa à economia, à sociedade e ao meio ambiente.

E como ele é? No Brasil, nas nossas cidades, este é o ponto, eu acho, o desafio: ele tem a lógica do lucro. E não é culpa do empresário. O empresário está sendo remunerado assim porque a política pública está permitindo. Se você muda... Ela tentou fazer isso, a Erundina, mas depois voltou atrás.

Se a remuneração é paga pelo preço justo, o que na Europa se chama *fair trade*, pagar o preço justo, o empresário se beneficia, o vendedor do ônibus se beneficia, porque vai continuar vendendo ônibus, só que não mais na lógica de pôr o pior ônibus, em cima do chassi de caminhão, sem acessibilidade, motor na frente, prejudicando o motorista, e não fica impedindo que tenha ciclovia. Por que as nossas cidades não têm rede ciclovária e, quando a pessoa quer andar, arrisca-se a morrer? Porque não interessa, na lógica do lucro do ônibus, que o trabalhador vá de bicicleta, porque é uma passagem a menos. Então, quando o operador é bem remunerado pelo Poder Público, para operar aquela linha ou aquelas linhas, não é preciso se preocupar com o número de passageiros.

Nos estudos que nós vimos da Erundina, que foi pesquisa com a opinião, a opinião pública falava assim: "Puxa, agora o ônibus passa na hora, não passa só na hora de pico, quando tem muita gente na parada, não sai correndo desesperado para pegar o povo na rua, porque ele está precisando pegar passageiro". Se precisa, anda numa velocidade grande, é cruel, é arriscado.

Então, se você paga prestação de serviço, remunera corretamente o operador, sejam alguns, sejam muitos, pode-se até democratizar. Se você tem mil linhas numa cidade ou quinhentas linhas, você pode ter quinhentos pequenos transportes familiares e pode também ter empresários.

Então, a lógica da remuneração é muito importante e eu acho que precisaria ser aprofundada. No nosso País nós não temos aprofundado essa questão,

e é onde entrava. Aí você não melhora o serviço, porque depende do número de passageiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Professora Doutora da Universidade de Brasília, Maria Rosa Abreu.

Passamos a palavra, neste momento, ao Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho.

O SR. OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO – Minhas considerações finais seriam o seguinte: estamos vivendo um ano de eleições municipais. Temos a Lei nº 12.587, que é o nosso Estatuto da Mobilidade, que dá diretrizes importantes de como resolver essa questão do transporte público no País. O que falta, na verdade, na nossa avaliação, no Brasil, é planejamento. Por isso não temos conseguido avançar na questão da melhoria da mobilidade urbana no País.

A lei estabelece algumas diretrizes importantes, na medida em que obriga os Municípios acima de 20 mil habitantes a ter o seu plano diretor, o seu plano de mobilidade e que esse plano de mobilidade seja proposto pela própria sociedade civil organizada através dos órgãos colegiados que deverão ser criados.

Aí sim poderíamos ter um início de planejamento de longo prazo que pudesse trazer uma melhoria para a questão da mobilidade nos grandes centros urbanos.

Quanto ao transporte público, ele deve ser multimodal. Esgotam-se os investimentos nos módulos mais simples e, automaticamente, à medida que houver demanda, vai-se investindo nos modais de maior capacidade.

Prioridade ao transporte público é uma questão inegável que não se discute aqui. E isso ficou muito claro na nossa concepção.

O Governo Federal, lamentavelmente, só agora, depois de mais de 30 anos, destina recursos para investimentos. São 30 bilhões que estão sendo colocados e há um *frisson* muito grande de todos os interessados em saber que modal se deve atacar para aproveitar a oportunidade desse dinheiro. E a coisa não deveria ser assim. Se pensarmos em planejamento, deveremos pensar em investimentos perenes e em fazer projetos que efetivamente se traduzam em benefícios para toda a sociedade.

Brasília poderia ser a vitrine para o transporte público no Brasil, e infelizmente não é, mas creio que há sempre um momento em que se pode retomar essa questão, na medida em que há grandes artérias, há espaço suficiente nas vias possibilitando um excelente serviço de transporte público.

Queria lembrar também – e não falamos aqui – que na modalidade de ônibus há algumas novidades no Brasil, que são os combustíveis alternativos. O *diesel*

da cana é uma promessa fantástica em termos de melhoria da qualidade do meio ambiente que poderia ser aproveitado. Há o álcool aditivado já funcionando em São Paulo e ainda os veículos híbridos, movidos a diesel e elétricos, que podem também trazer contribuição.

Quero agradecer finalmente o convite do Senador Paulo Paim para estarmos aqui e nos colocar à disposição para estender esse debate quando for necessário.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Esse foi o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho.

E, por fim, o representante das centrais e da Confederação Nacional dos Trabalhadores, Luiz Antônio Festino.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Eu queria iniciar comentando o que disse o Senador Cristovam, que é a falta de política de integração do transporte.

Um exemplo que eu dou.

Nós temos o Conselho de Saúde, que funciona bem, nós temos o Conselho das cidades. Eu fiz parte do programa de governo do PT em 2002, e um dos principais pontos era a criação do conselho de transporte – não sei se o Nazareno se lembra disso – que não saiu do papel. O transporte não tem conselho, então essa discussão não é feita em conjunto.

E as centrais sindicais, para as eleições de 2010, apresentaram a agenda de desenvolvimento. Um dos pontos que todas as centrais defenderam era a realização da integração intermodal para que haja um sistema de transporte planejado no setor de passageiros e cargas rodoviárias, ferroviárias, aquaviárias e aéreas, além de aprofundar a discussão do Plano Nacional de Logística e Transporte.

Não havendo um conselho, não havendo a unificação dessas políticas, como vamos conseguir um planejamento? Então, um dos grandes problemas que considero é a falta dessa integração.

Foi citado aqui pelo Nazareno o Denatran. O Denatran está no Ministério das Cidades, coisa que eu não entendo até hoje. O Denatran é o Departamento Nacional de Trânsito e ele está no Ministério das Cidades. E os demais setores?

A Professora apresentou no vídeo uma discussão antiga que temos no movimento sindical, que é a questão da produção. Foi mostrado o Rio de Janeiro comprando trens da China. Essa é uma discussão que temos de retomar, a produção ferroviária nacional. A Cobrasma acabou; acabou a Marfesa. Hoje, o Brasil compra trilho da China. Até o trilho, ele não produz mais. Então, como retomar o setor ferroviário se não há mais a indústria nacional?

Então, um dos pontos que as centrais sindicais vêm discutindo é a questão do incentivo na produção, aquilo que foi concedido agora – esse grande incentivo – pela Presidente Dilma. Mas também os outros setores devem ser verificados. Não só limitar à indústria automobilística, para o carro, mas os demais setores – e a ferrovia é um deles.

Quanto à questão de cabotagem, tivemos um grande avanço no País. Retomamos o que era a produção, mas também temos de retomar a produção do setor de transporte ferroviário e rodoviário.

Agradeço, mais uma vez, Senador Paulo Paim. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Luiz Antônio Festino, que falou pelas centrais e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores.

Gostaria de informar a todos que teremos mais quatro audiências sobre esse tema, dentro de um ciclo de debates. Uma delas, Festino, é exatamente o tema que você citou: a situação do sistema metroferroviário, metrô e ferrovia, toda essa abrangência. Os outros serão: violência no trânsito, especificamente; os dez anos do Estatuto das Cidades e outro, que é do ciclo de debates do qual já estamos participando, sobre o Estatuto do Motorista.

Avisaremos a todos e faremos os convites.

Terei de encerrar agora esta parte da audiência, porque há um segundo momento.

Encerro esta parte, agradecendo a todos.

Passamos à segunda parte de nossos trabalhos. (Pausa.)

Como segunda parte da nossa audiência no dia de hoje, primeiro aviso que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Domingos Dutra, convida a todos, Senadores, Senadoras e Parlamentares, para participar da recepção aos Parlamentares da República Árabe Saharaui, que vai ser amanhã, 10 de abril. Local: sala da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala A, sala 129.

Temos que apreciar ainda requerimentos.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 43, de 2012

Senhor Presidente Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no dispositivo no art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria desta Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Colocando em votação o requerimento extrapauta.

Os que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Quanto ao mérito.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas solicito ao senhor que coloque extrapauta um requerimento que estou apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Requerimento do Senador Cristovam. Passo a ler já o seu requerimento para que ele entre extrapauta.

REQUERIMENTO.

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, destinada a debater, dar conhecimento ao público e definir maneiras de cumprir o Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, que estabelece as normas diretrizes que a ONU apresentou como direitos de terceira geração das pessoas com deficiência.

Pelo exposto sugiro convidar as autoridades abaixo:
Prof. Paulo Roberto Guimarães Moreira, Mestre em Filosofia da PUC

Drª Linamara Rizzo Battistella, do Memorial da Inclusão, na Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo de São Paulo.

Sr. Chico Teófilo, representante do Movimento das Pessoas com Deficiência do Ceará.

Deputado Claudio Vereza, Deputado Estadual do Espírito Santo.

Deputado Federal Romário.

Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Senador Cristovam, quer fazer um comentário sobre o tema? Em seguida, colocarei em votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas, Senador Paim, para dizer que esse é um tema muito importante que diz respeito às pessoas com deficiência e que nós assinamos. Existe um decreto legislativo de 2008, e essas normas não estão

sendo cumpridas. Por isso a minha sugestão de audiência com aqueles nomes que eu sugeriu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Com os argumentos colocados pelo Senador Cristovam, os que concordam que seja colocado como extrapauta esse requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45, de 2012

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, destinada a debater, dar conhecimento ao público e definir maneiras de cumprir o Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, que estabelece as normas diretrizes que a ONU apresentou como direitos de terceira geração das pessoas com deficiência.

Pelo exposto sugiro convidar as autoridades abaixo:
Prof. Paulo Roberto Guimarães Moreira, Mestre em Filosofia da PUC

Drª Linamara Rizzo Battistella, do Memorial da Inclusão, na Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo de São Paulo.

Sr. Chico Teófilo, representante do Movimento das Pessoas com Deficiência do Ceará.

Deputado Claudio Vereza, Deputado Estadual do Espírito Santo.

Deputado Federal Romário.

Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Observação: EXTRAPAUTA.

O Senador Cristovam já argumentou.

Quem concorda com o mérito, permaneça como se encontra. (*Pausa*.)

Aprovado.

Temos um outro requerimento extrapauta, de nossa autoria:

Com fundamento no exposto no art. 93, II, requeiro a realização de audiência pública para debatermos o julgamento do Supremo Tribunal Federal de ação direta de constitucionalidade contra o reconhecimento de limitação e demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

Os convidados serão enviados posteriormente à Secretaria desta comissão.

Aqueles que concordam com a inclusão extra-pauta do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 44, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos o julgamento no Supremo Tribunal Federal da ação direta de inconstitucionalidade contra o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Observações: EXTRAPAUTA.

Os que concordam com o mérito permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Por fim, há um terceiro requerimento, que vou fazer de forma oral, não me foi entregue ainda.

Há mais ou menos duas semanas – creio eu – li aqui um requerimento da Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, sobre três jovens que foram violentamente estupradas em São Paulo, e o Tribunal de Justiça absolveu o elemento que tinha violentado essas três jovens com idade em torno de 12 anos.

Lemos o requerimento da Ministra Maria do Rosário aqui, fizemos um documento desta Comissão, demos a devida publicidade, mas, me pediram para que eu fizesse uma audiência pública sobre esse tema, chamando as partes envolvidas.

Então, aqueles que concordam que este requerimento entre extrapauta, para que realizemos aqui uma audiência pública, visando a debater o que aconteceu em São Paulo e a posição da justiça, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o requerimento apreciado:

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 46, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça em absolver um homem acusado de estuprar três meninas de 12 anos,

sob a alegação de que as vítimas “se dedicavam à prática de atividades sexuais”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Observações: EXTRAPAUTA.

Quem concorda com o mérito do requerimento exposto por mim, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, teremos também essa audiência pública para discutir o violento ataque feito às três meninas em São Paulo, com 12 anos, que foram estupradas. E o causador desse ataque violento e covarde foi absolvido pela justiça.

Faremos, então, uma audiência pública nesse sentido.

Todos os requerimentos foram aprovados.

Esse requerimento que li e argumentei, se todos concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com os requerimentos aprovados, encerro esta audiência pública, cumprimentando a todos e dizendo que esse ciclo de debates, que leva em conta o trânsito e a violência no trânsito, continua. Teremos mais quatro eventos nesse mesmo sentido.

Esta encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE ABRIL DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, SALA 09, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia doze de abril de dois mil e doze, na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador (Paulo PaimMarta Suplicy,Paulo Paim, Wellington Dias, Paulo Davim e Vicentinho Alves.Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 32, de 2012–CDH, aprovado em 15/03/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Instruir o PDS Nº 593 de 2010 que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP”. Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diá-

rio do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim** presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 32, de 2012-CDH, aprovado em 15/03/2012, de autoria deste Senador, com o objetivo de instruir do PDS nº 593, de 2010, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o regime eletrônico do ponto e a utilização do sistema de registro eletrônico de ponto.

Como sou Relator da matéria, antes de dar meu parecer final, fiz questão de realizar esta audiência, já que me pediram que eu o apresente, e eu não sou de engavetar projetos. Comigo, os projetos andam. Chegam os meus que eles engavetam todos e, depois, os copiam e os aprovam! Nesta semana aconteceu um caso, mas não importa agora. Eu tenho mais de cem projetos que engavetaram e depois, de uma forma ou de outra, eles surgiram lá em outra área. Estou falando isso porque eu vivo isso. Estou escrevendo um livro sobre isso. Eu chamo apropriação indébita – é isso, vocês que são advogados? – tanto de parte do Executivo quanto do Legislativo, mas não faço nenhuma crítica pessoal a nenhum parlamentar, nem a ninguém. É uma prática que existe no Parlamento e também por parte dos Executivos ao longo da história.

Um dia ainda vou contar a história do ProUni. Será uma bonita história, mas vai para o livro, só para o livro. Não vou contá-la aqui agora.

Convidados: Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (Pausa.)

O Renato ainda não chegou.

Sra Lucienne Fontes, representante dos Pequenos Fabricantes de Relógios e Sistemas de Ponto. (Pausa.)

Ao chegar, ela poderá vir para a Mesa.

Sra Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sindicait). (Pausa.)

Vou chamando, e os que estiverem presentes podem tomar assento à Mesa.

Sr. Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (Pausa.)

Está a caminho.

Sr. Joaquim Rodrigues Nascimento, Procurador do Trabalho da PRT da 10ª Região – DF/Tocantins.

Sr. Damião Cordeiro de Moraes, Gerente de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, que substitui aqui o Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da CNF.

Sr. Emerson Casali Almeida, Gerente-Executivo de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria, que substitui aqui o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Sr. José Gonzaga da Cruz, representante da UGT.

Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Sra Vera Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Sr. Roberto Miguel de Oliveira, representante da CUT.

Acho que todos os presentes foram chamados. Então, teremos a primeira Mesa. “Quem chega primeiro toma água limpa”. Há um monte de frases feitas que, às vezes, quando eu quero repetir, na hora eu troco uma pela outra.

Então, os primeiros painelistas já se encontram aqui. Se não me engano, citei alguém que foi reproduzir um documento e já está vindo. (Pausa.) Ah, sim; já está aqui.

Vamos iniciar nossa audiência pública.

Esta não é a primeira audiência pública sobre este tema. Já deve ser a terceira ou a quarta audiência pública que fazemos para aprofundar este debate. O relógio-ponto já está sendo implantado a partir deste mês de abril, e, como eu sou Relator da matéria, antes de dar meu parecer final, resolvi fazer esta audiência pública. Alguns queriam que fosse mais à frente; outros queriam que fosse antes da implantação do ponto. Eu resolvi fazer, por decisão minha, nesta oportunidade, porque eu tenho de dar o meu parecer ao projeto. darei o parecer na semana que vem e vou colocá-lo em votação. Todos serão avisados do dia em que projeto será votado aqui nesta Comissão.

A pedido da Sra Rosângela, que está com outro compromisso, eu de pronto passo a palavra a ela.

Concedo a palavra à Sra Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, para falar sobre o tema.

Peço para assessoria que organizem as mesas subsequentes.

A representação do Ministério do Trabalho ainda não chegou? (Pausa.)

Embora o Dr. Caixeta tenha chegado, ele participa da segunda Mesa, por favor. Apenas Caxeta, se me permite. Pode me chamar de Paim que eu não fico bravo também não. Essa história de Senador, doutor. Às vezes o cara é doutor e eu não sei e o outro não é doutor e eu chamo de doutor.

Então, com a palavra a Drª Rosângela Rassy.

A SRª RONSÂGELA SILVA RASSY – Pois não; obrigada.

Bom dia senhores, estamos aqui como convidados, na condição de Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O ideal seria que realmente ouvíssemos, primeiro, um representante do Ministério do Trabalho, do grupo de auditores fiscais do trabalho, técnicos que criaram o sistema, o SRPE. Mas, como ainda não chegaram, vamos fazer algumas considerações a respeito da importância do Sistema de Registro de Ponto Eletrônico.

Como é do conhecimento de todos; a legislação trabalhista, a CLT, prevê a obrigatoriedade do registro de ponto para todos os estabelecimentos com mais de dez empregados. Dentro de um processo natural, na medida em que a sociedade, na medida em que a evolução dos tempos exige, é necessário que a legislação se adéquie às necessidades desta sociedade. Sem dúvida nenhuma, o SRPE é uma evolução para as necessidades que hoje enfrentamos na sociedade e, em especial, no tocante à relação de trabalho.

O SRPE foi criado a partir de verificações, de constatações de auditores fiscais do trabalho, que militam, que têm a incumbência diária de fiscalizar a aplicação da legislação trabalhista. Então, durante muitos anos foi se verificando que o excesso de jornada de trabalho passou a ser um dos atributos mais desrespeitados na relação de emprego.

A título de informação, no ano de 2011, foram aplicados 17.657 autos de infração em relação ao tema jornada de trabalho. E dentro da jornada de trabalho o excesso de jornada de trabalho é o atributo mais infringido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quantos autos?

A SRª RONSÂGELA SILVA RASSY – Foram 17.657 autos de infração, somente em relação ao atributo jornada de trabalho. Aí entram descanso, excesso de jornada, não concessão de repouso remunerado. Mas entre esses atributos a questão do excesso da jornada aparece como um item mais freqüente.

As constatações dos auditores fiscais do trabalho levaram, então, à preocupação básica de como proteger esse trabalhador. Nós estamos aqui na Comissão de

Direitos Humanos, e, aqui, louvável o fato de o Senador Paim, mais uma vez trazer à discussão este tema, que já passou pela CCJ, já passou pela CAS, mas agora estamos falando de direitos humanos, nós estamos falando de dignidade do cidadão, estamos falando de dignidade do trabalhador brasileiro. E a dignidade do trabalhador brasileiro, senhores, vem sendo atacada frontalmente com o desrespeito pelo não pagamento, pela não concessão de descansos provenientes do excesso de jornada de trabalho.

Então eu dizia que, ao longo dos anos, a fiscalização foi constatando essas irregularidades.

Algumas das infrações que nós podemos apontar e que foram detectadas. Pelos sistemas anteriormente em vigor – e o novo sistema já está em vigor desde o dia 2 de abril –, havia a possibilidade de os sistemas serem acessados posteriormente às marcações efetuadas, com o objetivo de alterar ou excluir a jornada excessiva feita pelo trabalhador.

Senhores, eu estou aqui falando na condição de auditora fiscal do trabalho que, por inúmeras vezes, constatou, durante ações fiscais, este procedimento: o trabalhador fazia as horas extras e, ao final do mês, era surpreendido pela impressão do documento, em que as horas que ele havia feito não constavam. E ele ficava maluco – desculpem a expressão: “Como? Eu registrei o meu ponto! Eu assinalei o meu ponto e aqui não constam essas horas excessivas!” Consequentemente, esse trabalhador não recebia as horas extras e isso implica pagamento de salário fraudado, pagamento de décimo terceiro fraudado, não recolhimento do FGTS devido, não recolhimento de INSS devido. E, principalmente, o excesso da jornada de trabalho leva a um esgotamento, leva ao adoecimento do trabalhador. Então, aqui nós estamos falando de segurança e saúde do trabalhador; estamos falando de direitos humanos.

Outra fraude frequente: o bloqueio de marcações fora dos horários permitidos pelo empregador. O empregador impedia o registro do ponto a partir de determinada hora. Então, em algumas situações, a coação do empregador era tão incisiva que nem ao menos o direito de o trabalhador registrar o seu ponto era concedido. Se ele ultrapassava a jornada e, depois de uma hora, duas horas, três horas excessivas, ele se dirigia ao registro de ponto, ele não conseguia mais registrar, porque estava bloqueado aquele registro.

Outra fraude constatada: batidas automáticas. Sistemas de ponto eletrônico que permitiam que, independentemente da ação do trabalhador, o ponto registrasse automaticamente o horário do início e do fim da jornada. Então, o trabalhador estava na mesa dele ou estava à frente da máquina de trabalho dele, e o ponto estava sendo registrado lá. Às 18 horas, se

era a hora da saída, automaticamente o ponto já registrava a saída dele, enquanto que ele continuava na labuta. Então, a essa marcação se denominou “batidas automáticas”.

Outra fraude: fixação de batidas automáticas com minutos a mais ou a menos, descaracterizando o “ponto britânico”. Para nós, auditores fiscais do trabalho, para a Justiça do Trabalho e para os Procuradores do Trabalho, uma das provas documentais em relação à jornada de trabalho é aquele ponto bonitinho. Se é o cartão de ponto, você vai a uma fábrica, você vai a uma construção civil e pega muitas vezes um cartão de ponto que não tem nem marcas digitais de um trabalhador. Como pode um operário, que está ali trabalhando, com as mãos sujas, e, no final do dia, registrar o seu ponto e aquele ponto estar bonitinho? Então, isso na Justiça de Trabalho sempre foi uma prova refutada, porque exatamente caracterizava... Ou, então, o chamado “ponto britânico”: religiosamente, entrada às 8 horas, saída ao meio-dia; entrada às 14 horas, saída às 18 horas. Então, aquilo tudo muito bonitinho. Chegou-se ao ponto de batidas automáticas, com programação de batidas automáticas com minutos a mais ou a menos. Isso resolvia esse problema para aquele empregador mal-intencionado, descaracterizando o chamado “ponto britânico”.

Outra fraude: exclusão do banco de horas. O sindicato estimulava o trabalhador a aceitar o banco de horas, o empregador também, e esse empregado, achando que as horas extras excessivas estavam sendo computadas no seu banco de horas, pensava: “Bom, eu não vou receber como hora extra, mas eu vou ter pelo menos o descanso. Eu vou estar com a minha saúde resguardada porque vou ter o direito de descansar compensando essas horas excessivas”. Só que, com a fraude, o banco de horas perdeu totalmente a sua eficácia, a sua importância, porque nunca este trabalhador atingia um número de horas suficientes a serem compensadas, pelo fato dessas fraudes serem frequentes.

Os auditores fiscais constataram fraude da seguinte forma: havia uma chamada tecla “f” – e depois se chegou à conclusão de que significava “f” de fiscal. Então, ao perceber, ao tomar conhecimento de que a fiscalização estava no domicílio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Cinco minutos.

A SR^a ROSÂNGELA SILVA RASSY – Mais cinco minutos? Ok.

Ao tomar conhecimento de que a fiscalização estava no estabelecimento, o responsável pelo cartão de ponto, o controlador do cartão de ponto, teclava a tecla “f” e, automaticamente, senhores, aquele registro de

ponto fraudulento era desfeito. Então, uma tecnologia maravilhosa. O registro excessivo desaparecia e, na mesma hora, o auditor, com a sua autonomia e competência, solicitava: “Por favor, imprima o registro de ponto desse empregado, que eu gostaria de examinar no momento”. “Pois não”. Imprimia e ele já estava corrigido automaticamente. Então, isso era uma fraude muito freqüente, que também foi sendo observado.

Os auditores encontraram, em ações fiscais, um sistema chamado “ponto web”, em que o empregador se cadastrava e pagava uma taxa mensal para utilizar o sistema de fraude. Após a batida do ponto pelo trabalhador, a informação era destinada à Índia, à Argentina, ao Paraguai. Então, o controle do sistema de ponto não era nem no Brasil, era fora do Brasil, descharacterizando aquela jornada de trabalho e retirando a jornada de trabalho que havia sido registrada. Diante de casos como esse, não havia alternativa para a fiscalização conferir os dados. Nos sistemas, os dados eram virtuais e podiam ser apagados a qualquer momento, sem nenhum comprovante para o trabalhador.

E aqui já entro na questão do benefício do registro da comprovação do papel. Sei que há algumas posições contrárias e temos acompanhado pela televisão. Vimos uma reportagem, no dia 2 de abril, quando o ponto entrou em funcionamento, em que a empresa televisiva só teve a preocupação de ouvir trabalhadores que, naquele momento, estavam um pouco atabalhoados com o monte de papel em cima da mesa dele. E, como era o primeiro dia, diziam: “Olha, na verdade, eu nem sei como vou controlar esse monte de papelzinho amarelinho aqui”.

É claro que todo sistema, toda novidade precisa de ajustes, senhores! É claro! E a necessidade vai demonstrar isso. Se isso passar a ser um entrave – realmente, um papel na entrada, um papel na hora do almoço, um papel na saída – é muito mais fácil ajustar o sistema. Talvez, com a obrigatoriedade apenas da assinalação do ponto no início da jornada e no final da jornada, eliminando o do intervalo. Isso é uma coisa tranquila.

Eu iniciei a nossa fala aqui dizendo exatamente da evolução e da necessidade da adaptação. Ora, quando o art. 74 da CLT foi criado, o registro de ponto era manual, somente manual, e todos nós aqui, pelo menos a grande maioria, passamos pela condição de empregado, e a facilidade de alterar o ponto manual é imensa, porque o empregado chegava 8h15, 8h30, olhava para um lado, para o outro, e, como não havia ninguém, ele lançava 8 horas, como se tivesse chegado no horário normal. Com o tempo foi-se observando que não poderia continuar só com o manual; criou-se,

então, o eletrônico. Agora estamos apenas aperfeiçoando o eletrônico.

Então, o que quero colocar aqui, senhores, são os prejuízos principalmente para a saúde do trabalhador. Estamos trazendo números e somos humildes ao dizer que o número 17.657 autos de infração, no ano de 2011, na questão da jornada de trabalho, só é diminuto em razão do número insuficiente de auditores fiscais do trabalho em nosso País. Se mais fiscalização houvesse, certamente esses números seriam mais significativos.

Então, nos colocamos à disposição para ampliarmos alguma informação ou esclarecer alguma informação, dentro daquilo que estiver em nossas possibilidades técnicas, porque esse sistema foi criado por um grupo de auditores com uma formação em tecnologia, diante da veracidade das constatações ao longo de anos de fiscalização.

Estamos falando, repito, em proteção do trabalhador brasileiro, estamos falando em dignidade para o trabalhador.

Muito obrigada pela atenção.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Essa foi a Srª Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que, na verdade, faz uma série de denúncias da maior gravidade. Acho que todos ouviram, e, naturalmente, é bom para o debate, é bom que se faça o debate. É fraude, é desvio, é sonegação de informação, no fundo é corrupção, porque daquilo que tem que ser pago ao trabalhador, se não é pago e alguém se apropria indevidamente – termo que usei na abertura – é um esquema da maior gravidade. Por isso, o debate é bom.

Mas pediria que deixasse todos os documentos e informações. Como sou Relator do projeto, essa audiência pública é fundamental para que eu dê o meu parecer final; é fundamental que ouça todos sobre esse tema tão importante.

Passamos a palavra, de imediato, ao Dr. Damião Cordeiro de Moraes, Gerente de Relações Institucionais, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, que substitui aqui o Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da CNF.

O tempo será dez minutos mais cinco. Não vamos usar vinte porque se trata apenas de uma Mesa. Vejam como o tema chama a atenção. Dei oportunidade a todos que pediram para falar, e foram compostas três mesas. Assim, dez com mais cinco, ou seja, no máximo quinze minutos.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia, companheiros da

Mesa; bom dia, Deputado Laércio Oliveira, nosso companheiro e amigo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Deixe-me cumprimentar o Laércio porque não tinha visto os Deputados da Bahia.

Bom dia Laércio; seja bem-vindo!

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Bom dia aos senhores e senhoras, colegas.

Para mim, Senador Paulo Paim, é uma honra estar hoje aqui ao seu lado – e do lado esquerdo ainda –, falando sobre o registrador eletrônico de ponto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – E olha que estive na Confederação dos Bancos e, lá, sentei do lado direito. (Risos.)

Foi uma bela reunião-almoço, ouvindo o que os bancos estão fazendo em relação ao corte das diferenças, principalmente com os deficientes e negros. Foi uma bela reunião.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Para mim é uma honra porque acompanho os trabalhados do Senador desde a Constituinte. Na Constituinte, quando eu tinha por volta de 14 anos, já acompanhava o Senador defendendo e batalhando pelo direito dos trabalhadores. Então, para mim, é uma honra estar aqui, mais de 20 anos depois, ao lado do Senador, nesta Comissão, falando sobre um tema importantíssimo para os trabalhadores e para as empresas também.

Mas, falando sobre o Registrador Eletrônico de Ponto (REP), infelizmente, a portaria legisla pela exceção, Senador. Quando digo que ela legisla pela exceção, é porque foram feitas algumas pesquisas com base naquele argumento, sempre propagado pela mídia, de que o registrador diminuiria as fraudes, de que grande parte das ações trabalhistas eram frutos de fraudes no ponto eletrônico. Então, ficamos muito preocupados com isso e procuramos investigar melhor o tema.

Foram feitas algumas pesquisas. Pegamos o TRT de São Paulo, 2ª Região, um dos maiores tribunais e onde está concentrado o maior número de ações trabalhistas. Verificou-se que, nos últimos cinco anos, foram ajuizadas cerca de 148 mil ações com pleito de horas extras; destas, apenas 2.390 ações diziam respeito ao ponto eletrônico e à jornada de trabalho, o que significa que apenas 2% dos processos se referiam a horas extras.

Ora, com 2%, sobram 98% de ações que não tratavam especificamente de ponto, de jornada. Então, legislar em cima de 2%, infelizmente, vai pela exceção e não pela regra. A regra não é a burla do ponto, não é a burla do direito dos trabalhadores. Não; a regra é o respeito aos direitos dos trabalhadores, a regra é o respeito às condições de trabalho. Por isso, combato

firmemente essa portaria, Senador Paim, porque ela quer punir a exceção.

Pode passar o próximo *slide*, por favor. (*Pausa*.)

Na Justiça Trabalhista Estadual, já identificamos diversas liminares concedidas para suspender a eficácia do ponto. Algumas dessas ações – e essa pesquisa é do ano passado –, inclusive, já receberam acórdãos dos TRTs, ou seja, já avançaram. No Paraná foram expedidas diversas liminares em favor de duas grandes cooperativas; no Espírito Santo também tivemos processos com liminares favoráveis às empresas; no Rio de Janeiro também tivemos várias liminares que decidiram pela suspensão do ponto eletrônico, inclusive proibindo que a fiscalização faça isso. Em São Paulo também identificamos diversas liminares, diversas ações, em que se deu ganho de causa, favorável, portanto, às empresas. No Rio Grande do Sul, da mesma forma.

Dessa maneira, a Justiça tem entendido a necessidade, sim, de um controle maior do ponto eletrônico – essa é uma verdade –, mas também tem entendido que o REP, da forma como está, não é garantia total de combate à fraude. O REP, como está, é um ônus que se sobrepõe à carga tributária que as empresas já têm, à dificuldade de contratação que as empresas já têm.

Enfim, é importante, também, mencionar e lembrar que o REP, embora se tenha dito muito que veio em defesa do trabalhador, não é o instrumento único de defesa do trabalhador e talvez não será. Vejam só, na medida em que o trabalhador terá de guardar os seus comprovantes, que terá de acompanhar, também, a sua batida de ponto, o ônus da prova, na Justiça do Trabalho, passa a ser dele também. Ou seja, o ônus da prova não vai ser somente das empresas. Na medida em que o funcionário, em que o empregado, também tem esse ônus, ele vai ter que guardar aqueles boletins, aqueles papeizinhos, ano após ano.

O número de empresas brasileiras que promove políticas de flexibilização do horário caiu nos últimos anos. Nós sabemos que a flexibilização da jornada de trabalho é um pleito, inclusive, dos trabalhadores. E as empresas vêm negociando, através das convenções coletivas de trabalho, dos acordos coletivos de trabalho; vêm sentar-se à mesa com os representantes dos sindicatos dos empregados e vêm negociando. Há um avanço nessa questão da flexibilização da jornada de trabalho.

E o que se verificou nos últimos anos? De acordo com a *International Business Report*, numa pesquisa de 2012, portanto, recente, já sob os efeitos do REP, identificou-se que 45% das companhias privadas no País ofereciam horários flexíveis aos funcionários em 2011. No ano anterior, esse número chegava a 62%.

O relatório, produzido pela Grant Thornton, pesquisou mais de 11 mil empresas, em 40 países, e o índice do Brasil ficou abaixo da média global, que é de 52% nesse item “flexibilização da jornada de trabalho”. Evidentemente que eu não atribuo isso totalmente ao REP, mas acredito que o REP, pelo seu controle rígido da jornada de trabalho, pela impossibilidade até de o próprio empregado disponibilizar, negociar com seu empregador, eu acredito que o REP possa ter, sim, certa influência nesses dados que foram analisados por essa grande empresa internacional, que, inclusive, avaliou 40 países. E o Brasil ficou abaixo da média. Já foi melhor! Em 2010, esse número chegava a 62%.

Bom; outra questão que eu coloco é a condução do tema. Tem sido complexa a condução do tema. Isso é fato. Para se ter uma ideia, a portaria foi prorrogada por cinco vezes. Isso denota certa dificuldade na condução do tema. Primeiro, porque, quando foi instituído o REP, de primeira mão não foram chamadas as confederações, não foram chamados os entes que participavam de negociações coletivas ou de negociações específicas. A portaria veio como se do nada. Então, já começou mal. Nesse cenário, as confederações patronais levaram o assunto à Presidência da República, em agosto de 2011, e, a partir de então, o tema está sendo conduzido pela Casa Civil, juntamente com o Ministério do Trabalho. Mas eu queria destacar que o fato de estar sendo prorrogado por diversas vezes significa que a portaria precisa de melhorias; a portaria precisa de receber alguma contribuição a mais.

Desde o dia 2 de abril de 2012, a Portaria nº 1.510/2009 passou a produzir os efeitos também para o sistema financeiro.

No Congresso Nacional, eu destaco a quantidade de projetos que estão tramitando na Câmara dos Deputados. Temos, ali, quatro projetos, pelo menos, que consegui identificar, numa pesquisa rápida que fiz de ontem para hoje. Identifiquei quatro projetos. E todos eles propostos por parlamentares de partidos diversos e por parlamentares diferentes – claro! Todos tramitam apensados; foram aprovados na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados, por meio da sua Comissão de Trabalho, analisou a questão, analisou a matéria, Senador Paim, e entendeu que a portaria merecia ter seus efeitos suspensos. Foi contrária à portaria. Hoje, os projetos estão na Comissão de Justiça da Câmara, onde já foi apresentado um parecer favorável aos projetos de lei, que suspendem a eficácia da portaria. Então, já em duas Comissões da Câmara os projetos de lei estão bem avançados. No Senado, tramita o PDS nº 593, de 2010, este que é objeto desta audiência pública, já

aprovado na CCJ e na CAS, e que tramita agora nessa Comissão, esperando o parecer do Senador Paim.

Impactos econômicos. No total, entre 400 e 500 mil empresas terão de implantar os novos equipamentos. Os números não são pequenos. Estima-se que as empresas gastarão entre R\$5 bilhões e R\$6 bilhões; este valor está no parecer do Senador Armando Monteiro, que relatou o projeto. Esses dados estão lá. Ele avaliou, analisou, pesquisou e trouxe esses dados. Estes dados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só por curiosidade minha, pois, de fato, eu não tinha esses dados, como não tinha os outros. São de R\$5 bilhões a R\$6 bilhões só com equipamento?

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – É; com a compra do equipamento, com a implantação do equipamento e com os gastos que vão ter para administrar os sistemas. Esses dados não são meus; colhi-los do parecer do Senador Armando Monteiro. Se V. Ex^{as}s quiserem, está disponível no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não; você deu a fonte. Eu só quis esclarecer, mas, para mim, está claro, já que não li o parecer. São de R\$5 bilhões a R\$6 bilhões com o equipamento e com toda administração, enfim.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, não é só o equipamento, só para saber.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Não, não; é sobre todo o sistema.

E esses dados econômicos nos preocupam muito. Por quê? Porque, atualmente, estamos vivendo um momento exatamente de desoneração da folha. Temos acompanhado o trabalho enorme, sobrenatural que a Presidenta Dilma Rousseff tem feito para desonerar a folha. Vários setores têm sido beneficiados, e a portaria está indo no caminho contrário ao que tem sido feito como política de governo. A desoneração da folha, hoje, é política de governo, e o REP tem ido contra.

Bom; no ano passado – e, aqui, quero chamar a atenção –, segundo os dados que foram trazidos pela Dr^a Rosângela, os fiscais aplicaram 17.657 autos de infração em relação ao tema jornada de trabalho. Contudo, pela pesquisa que fiz – e vi esses dados pela mídia, não tive acesso ainda ao estudo feito pelo Ministério do Trabalho, e esses dados vieram do Ministério do Trabalho, tanto que eu até pediria à Dr^a Rosângela que nos disponibilizasse esses dados –, a informação que tenho é diversa da que ela trouxe. Pelas notícias que foram veiculadas, nenhum auto foi lavrado por causa de fraudes em relógio de ponto, segundo o Ministério do Trabalho. Então, tenho essa informação. Não tive

acesso exatamente aos dados, mas, se a doutora disponibilizasse, seria importante para nós vermos exatamente onde está aí a falha na informação. Para mim, não há autos de infração relativamente a pontos eletrônicos, conforme foi divulgado pela mídia inteira.

E para concluir, Senador...

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não, são...

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – E, para concluir, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos deixar cada expositor fazer a sua apresentação...

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho José Augusto, porque, do contrário, não dá. Você sabe do carinho e do respeito que lhe tenho. Você é nosso convidado permanente aqui, mas tenho usado desse critério com todos, pode ser quilombola, pode ser índio, sindicalista, seja quem for, todos os painelistas falarão aqui... Permito, inclusive, o aplauso, mas não permito, em nenhum momento, que não foi teu caso, claro, que haja vaia aos nossos convidados, que, gentilmente, sempre têm vindo aqui, sejam empresários, trabalhadores, aceitando o meu convite.

Estou aproveitando, José Augusto, o momento em que você apenas expressou um ponto de vista para elogiar, inclusive, os empresários, porque eles poderiam simplesmente não vir, até porque sabem muito bem a minha posição...

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) sempre meio que na linha de frente em defesa dos trabalhadores. Mas vêm, argumentam, colocam seus pontos de vista, concordando ou não com o que os presentes sempre colocarão. E claro que não sou daqueles que têm uma posição totalmente inflexível de achar que sou dono da verdade. Por isso, ouço a todos com o maior respeito, inclusive, com direito a mudar de opinião, se for convencido.

Então, eu queria só fazer esse esclarecimento com a maior tranquilidade, para fazermos o bom debate.

Aproveito para informar que estamos no ar pelo canal 3, para todo o Brasil, e por outros meios de comunicação do Senado da República.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Posso concluir, nobre Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deve concluir. Como eu te tirei um minuto, agora vou te dar de volta.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Obrigado, nobre Senador Paulo Paim.

Para concluir, quero dizer que os dados não são meus; foram divulgados pela *Folha de S.Paulo*, de onde os colhi.

Mas quero destacar a insegurança jurídica que o instrumento gerará para as empresas. Não é fácil conviver com uma norma que gera insegurança jurídica. Os empresários querem investir, os empresários querem cuidar dos seus negócios, os empresários aceitam, se for obrigatório o ponto, mas não podemos conviver com a insegurança jurídica que tem gerado a portaria do Ministério do Trabalho.

Os bancos, falando pelo sistema financeiro, usam sistemas eletrônicos há vários anos. Sistemas eletrônicos, em certa medida, até melhores do que o REP, porque o trabalhador pode acompanhar até pelo seu próprio computador. Se houver um erro no registro, o trabalhador pode ir ao seu computador e verificar o erro. Então, um sistema muito mais confiável.

Então, o que nós queremos segurança jurídica da portaria.

Obrigado, nobre Presidente; obrigado a todos.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Damião Cordeiro de Moraes, que colocou o seu ponto de vista em relação ao ponto eletrônico, representando a Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Vou passar a palavra, neste momento, ao Sr. Emerson Casali Almeida, Gerente Executivo de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria.

A Srª Rosângela aqui já levantou o contraditório, que acontecerá, com certeza absoluta; mas vamos deixar primeiro os painelistas falarem.

Por favor, Dr. Emerson.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Bom dia a todos.

Queria agradecer ao Senador Paim o convite para estarmos aqui, mais uma vez, discutindo um tema tão relevante. E, de forma muito oportuna, V. Exª adiantou essa audiência, pois estamos diante de um problema muito real. E vamos expor um pouco isso aqui.

Acho que a gente vive um contexto de competição por emprego, desindustrialização, elevada informalidade; enfim, há uma série de coisas que compõe esse contexto. Nesse contexto, o próprio Governo começa a entender, cada vez mais, a necessidade de desonerasar o custo do trabalho. Isso veio numa medida lançada no

dia seguinte ao REP entrar em vigência. Outra medida que o Governo busca, além de desonerasar o custo do trabalho, sem abrir mão dos direitos do trabalhador, sem abrir mão dos ganhos dos trabalhadores – e isso ficou muito claro na exposição da Presidenta Dilma quando lançou o Plano Brasil Maior II –, ele também fala em desonerasar o investimento.

O que a gente enxerga de espaço de corte para desonerasar o custo do trabalho e o investimento é você justamente eliminar um conjunto de irrationalidades, sejam elas burocráticas, sejam inseguranças jurídicas, enfim, um conjunto de questões que geram custos sem gerar um ganho real, seja para o trabalhador, seja para a sociedade, seja para as empresas.

É muito importante, Senador, que seja dito que a gente tem ampliado muito os espaços de discussões tripartites com as centrais sindicais. No próprio Plano Brasil Maior, a gente tem tido mesas muito interessantes, coordenadas pela Secretaria-Geral da Presidência, onde as coisas têm avançado muito no contexto do diálogo.

O REP tem um problema de origem: um problema de diálogo. Alguns, de forma muito bem intencionada, fizeram leituras sobre alguns problemas, mas leituras muito próprias, e construíram soluções também muito próprias, a ponto de, quando o REP foi implantado, ele ter sido uma grande surpresa para as centrais sindicais, para os empregadores. Ninguém tinha ideia disso, até por que isso não era visto como um grande problema dentro da questão trabalhista.

Enfim, esse é um pouco do contexto em que a gente está. A gente imagina que o REP está na contramão de muita coisa, ainda que ele tenha intenções muito nobres, o que a gente vai discutir.

Agora, é muito importante discutir qual o nosso interesse comum se a gente quer chegar a um acordo, se a gente quer chegar a uma melhor solução. Nossa interesse comum é defender o meio, que é o REP, ou defender o fim, que é o registro seguro, que é a informação para o trabalhador, que é a informação para a fiscalização? O que a gente quer? O que gente quer aqui é que seja o REP. Aí, realmente, é difícil achar um interesse comum.

Trago um número aqui, Senador, que acho muito importante: hoje, 79,5% dos 35 milhões de trabalhadores do setor privado, cerca de aproximadamente 28 milhões, estão em estabelecimentos com mais de dez empregados; logo, têm que fazer o registro de ponto. Ou seja, registro de ponto é algo que afeta 80% do trabalho formal no Brasil. Dentro disso, há quem está dispensado de fazer o registro; há os acordos por exceção, que vêm muito desse diálogo da base sindical com as empresas. Você tem quem trabalha com ponto

manual e mecânico, que hoje é uma pequena minoria, por enquanto. E você tem até quem já comprou REP. Ou seja: de uma demanda de 1,5 milhão de REPs, já temos uns duzentos mil ou um pouco mais implantados.

Mas isso significa o seguinte: mais de 50% da mão de obra no Brasil, hoje, registra ponto de uma forma ilegal, porque registra de forma eletrônica e não é no REP. Isso ocorre desde o dia 2. Ou seja: mais de 50% dos registros desde o dia 2, no Brasil, não têm um valor legal. Essa é uma situação absolutamente surreal. É de uma insegurança absurda!

Isso só mostra que todo esse processo é muito complicado, feito nessa linha do embate e não no da construção das melhores soluções em cima dos interesses comuns.

Outra questão é muito importante. Com Lei nº 12.551, do teletrabalho, você traz o que já existia, digamos assim, no mundo jurídico: a questão do teletrabalho, do controle, comando e supervisão a distância. Só que, aqui, vem outra informação estarrecedora: não existe nenhuma forma de controle eletrônico a distância válido no Brasil. Ou seja, o que é uma tendência hoje no mercado de trabalho, do trabalhador ficar em casa, ter mais conforto, nenhum sistema eletrônico é válido.

O que poderia ser feito? Instalar um REP na casa de cada trabalhador. Isso é viável? Não é. Aí vem a história do bloqueio: "Ah, porque não pode bloquear, porque, se bloquear, o trabalhador não pode marcar". Então, está lá: no REP da casa dele, ele pode marcar a hora que quiser? É assim que funciona?

Ou seja, é um conjunto de irracionalidades que precisa ser trabalhado com muita urgência para que a gente não viva nesse contexto de insegurança.

Hoje, só para a gente ter mais uma informação importante, o REP foi construído dentro de toda uma lógica de certificação que não tinha uma base dentro do que é um sistema de certificação.

Então, o Ministério do Trabalho, de uma forma correta, entendeu a necessidade de buscar o apoio do Inmetro nesse processo. E se hoje é obrigatório para todo mundo que quer usar o registro eletrônico usar o REP, não existe nenhum REP certificado no mercado. A gente só vai ter REP certificado no mercado mais do que daqui a um ano, provavelmente. Mas todo mundo, desde o dia 2, se for usar o REP, tem que ser certificado.

Aí vem aquela outra solução, que também é uma solução boa, a solução do acordo coletivo. Eu até diria: o REP, em si, não é uma solução ruim. Ele só é uma solução ruim quando se diz que ele é a única solução. Aí é uma solução péssima.

Mas, como dizia, vem a solução do acordo coletivo. O Ministro anterior buscava a sustentabilidade política para o REP, porque era muito criticado pelas

entidades sindicais. Passou a possibilidade de o sindicato decidir. Tudo bem, mas o nosso problema é o seguinte: são 565 mil estabelecimentos com mais de dez trabalhadores. Hoje, no Brasil, a gente tem mais de 30 mil acordos coletivos; dos quais, poucos tratam de registro de ponto. Então, é irreal imaginar que uma pequena metalúrgica, num município de São Paulo, vai procurar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o sindicato vai lá para ver se o sistema é bom; se, no sistema eletrônico, não há fraude e, então, vai assinar um acordo etc. É irreal imagina que isso será feito com mais de 500 mil empresas, principalmente as pequenas empresas. Elas não têm nenhuma possibilidade.

Mas vamos falar das grandes empresas então. Há empresa no Brasil, acreditem, que negociam com mais de cem sindicatos. Aí, um sindicato aceita, o outro não aceita; um aceita, outro não aceita. Um quer REP, outro quer que mude o sistema etc. E, aí, o trabalhador, num local, marca no REP, mas, se ele viaja, no outro local, ele pode marcar no computador. No outro local, aceita-se celular. Enfim, é uma situação... E, em um, dois anos depois, tudo pode mudar. A gente pode ter várias outras situações, afora, Senador, todo nosso contexto de heterogeneidade sindical. A gente tem sindicatos fantásticos e a gente tem sindicatos que não são fantásticos. Então, isso vira simplesmente um instrumento de negociação, e não o que se propunha que era a fiscalização de fato do ponto, a partir do momento em que você passa para o sindicato, o que é um conceito interessante.

Aqui, particularmente, quando a gente pensa na pequena empresa e no trabalho a distância, não existe solução, porque pequena empresa não vai ao sindicato grande tentar... Não existe estrutura no sindicato.

Pois bem; a situação é de total insegurança jurídica. Se um REP quebra, você não pode fazer *back-up*, pois não tem nenhum valor legal o *back-up*. Então, chega a fiscalização... E creio que isso é algo a ser pensado, porque, na hora que chega a fiscalização, se você não quiser ter fila, você vai ter 50 REPs. O trabalhador pode bater em qualquer um. Então, você vai ter que sair espetando *pen drives* um por um para juntar aqueles dados depois. Mas esse trabalhador também pode viajar. Ele pode ir para outra cidade onde há também algo da empresa e fazer lá. E o fiscal vai fazer como? Ele vai lá para buscar aquela informação, para pôr um *pen drive*? Ou seja, é totalmente surreal a operação disso.

Bom; voltando, creio que quem pensou o REP teve preocupações muito justas. Eu acredito que a Drª Rosângela foi muito precisa em trazer casos muito reais que acontecem. Concordo plenamente com o Damião. Você não pode legislar dessa forma, pela

exceção, pois, por esse raciocínio, se todo mundo é um potencial criminoso, estaríamos todos presos, para não se ter crimes. Então, seria esse tipo de solução. Mas não dá para ser assim.

Enfim, o que está acontecendo é uma punição muito séria para quem é sério, que é a grande maioria. A gente pode ter certeza disso. O REP não resolve o problema do excesso de jornada. A gente sabe que, numa pequena empresa, pode ocorrer até de a hora extra ser paga, às vezes, na hora, de forma irregular. Mas isso pode ocorrer. O normal é, quando você tem esse tipo de fraude, a pessoa marcar o ponto no REP e voltar a trabalhar. Isso é o normal e, por ser o normal, a única forma é usar fiscalização, sindicato e justiça. E, para isso, a Justiça aceita vários meios de prova.

Em questão de arrecadação, eu penso que a tendência no Brasil é abandonar a ideia de onerar o trabalho. Então, na medida em que se desonera o trabalho, para qualquer número fala-se que está prejudicando a arrecadação do INSS... Mas a tendência é a gente sair desse modelo em que tudo, em termos de trabalho, está ligado à arrecadação fiscal.

Nesse número de cinco milhões de empresas no Brasil, 17 mil autuações sobre problemas de hora extra, ou mesmo zero, segundo os números que saíram na *Folha*, estavam ligadas à existência de fraude no registro eletrônico de ponto, pelo menos foram esses os números trazidos. E creio que a Drª Rosângela pode até trazer mais informações para a gente.

Números que falam em ganhos de arrecadação realmente precisam ter muita transparência para a gente entender como foram feitos.

Enfim, a nossa visão é a de que os nossos concorrentes internacionais – e achei interessante uma frase que saiu num artigo ontem – estão rindo da gente, por que essa situação é surreal nesse contexto.

Há uma tendência forte de volta ao ponto manual e mecânico. Eu acho que as empresas estão esperando alguns dias para ver exatamente que situação o Governo adota, porque mais de 50% dos registros de pontos no Brasil não têm valor legal hoje – e esta é a situação.

Para concluir, Senador, durante o processo – e acho que foi principalmente na reta final –, houve discussões muito boas com o Ministério do Trabalho, com a Casa Civil, mas a gente não conseguiu avançar na mudança. Eu acho que houve discussões onde realmente não se queria mudar nada, só queria defender o REP, defender o REP, defender o REP; e outras não, houve um espaço muito bom de diálogo, mas a coisa não avançou. A gente não entende bem o porquê.

Mas o que a gente propôs como solução? Só para todo mundo aqui ter conhecimento. Se o nosso

problema é ter um dado primário, um registro primário seguro, inviolável, que não pode ser alterado depois, se o nosso problema é disponibilizar a informação para o trabalhador e para a fiscalização... E, aí, eu cito como exemplo a CNI: qualquer um tira o seu extrato de ponto a qualquer momento, e aquele extrato, naturalmente, no final do mês, ele tem os abonos, as retificações, o que é normal, mas o trabalhador pode tirar a qualquer hora. Então, isso seria uma solução: você ter de disponibilizar o extrato para o trabalhador a qualquer hora, enfim, e não poder mudar o dado primário.

E como é que você pode fazer isso da melhor forma? Hoje, usando certificação digital, que é o que a Receita usa para tudo, os bancos usam para tudo, e a gente teria isso, então, como possibilidade de adequar os sistemas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Então, encerrando em um minuto, Senador, se V. Exª me permite, com essa possibilidade, a gente garantiria esse dado primário seguro, essa informação para o trabalhador; aproveitaria todo o parque instalado, seja ele de sistemas de equipamentos – eles podem ser adaptados para isso. O nível de investimento e de custos operacionais seria muito mais baixo. A gente teria um número muito maior de fornecedores e não apenas um conjunto de fabricantes que hoje tem o produto. Uma implantação muito menos turbulenta – e é isso que a gente está vendo hoje – desses registros seguros. Atingir-se-ia um número muito maior de trabalhadores e empresas, quando, no caso do REP, a tendência é ir para o registro manual, em que a própria Drª Rosângela falou que também ocorrem fraudes – o registro mecânico. Enfim, facilidade de adaptação às evoluções tecnológicas, segurança jurídica nos registros marcados e armazenados e maior facilidade de disponibilização de dados para a fiscalização e para a Justiça.

Então, é nessa Linha que a gente propõe, mais uma vez, que isso seja suspenso e que, rapidamente, o Ministério do Trabalho coordene uma ação para que a gente tenha boas soluções e uma implementação segura, adequada e boa para todo mundo.

Obrigado, Senador.

Seriam essas as palavras.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Dr. Emerson Casali Almeida, Gerente-Executivo de Relação do Trabalho da CNI.

Passamos a palavra para a Srª Lucienne Fontes, representante de Pequenos Fabricantes de Relógio e Sistemas de Ponto.

Depois vamos, de imediato, para a segunda Mesa.

A SR^a LUCIENNE FONTES – Bom dia, Senador; bom dia a todos.

Eu agradeço ao Senador e, em especial, à Assessoria da Comissão, que permitiu que a gente viesse, pela primeira vez, após dois anos e oito meses, trazer as nossas aflições, os nossos sofrimentos aqui quanto à fabricação dos equipamentos, pois nós não conseguimos, durante todo esse tempo, ter um diálogo real, propor soluções, trazer as dificuldades da fabricação dos equipamentos, da certificação.

Eu trouxe *slides* para mostrar para vocês como, de fato, isso está acontecendo na fabricação.

Nós temos, hoje, muitos problemas, e muitas consequências podem advir em decorrência disso tudo.

Pode passar, por gentileza. (*Pausa*.)

Bom, como nós não tivemos um diálogo verdadeiro, a gente precisou ler a Portaria nº 1.510 e interpretar o que estava ali escrito. E o que diz a Portaria? Ela traz exigências técnicas para o equipamento que, antes, não existiam. Agora, para todas as empresas que precisam utilizar o registro eletrônico, ele passa a ter o uso obrigatório no local da prestação de serviço, e é vedado outro meio eletrônico de registro.

Esse equipamento precisa dispor de um mecanismo impressor, em bobina em papel – e essa é uma grande novidade em relação ao que existia antes –, mas não só o mecanismo impressor, essa impressão tem de ter a durabilidade mínima de cinco anos. Isto é exigido na Portaria.

Pode passar, por gentileza. (*Pausa*.)

Ele precisa conter um meio de armazenamento permanente, que é a memória inviolável do equipamento, da qual não se pode apagar ou alterar direta ou indiretamente, e precisa ter uma porta fiscal, que é de onde a fiscalização do trabalho vai extrair os dados.

Próximo, por favor. (*Pausa*.)

Junto com isso vieram exigências adicionais, que nos preocuparam como fabricantes de equipamentos e sistemas. O fabricante precisa solicitar o registro de cada um dos equipamentos junto ao Ministério do Trabalho. Ocorre que, entre a certificação, que é obtida junto ao órgão certificador, e o cadastro no Ministério, pode levar meses. Isso não tem uma clareza de como o fabricante pode ter a garantia de ver o seu equipamento certificado no Ministério do Trabalho e quanto tempo isso demora depois de obter o certificado de conformidade, que também é um processo complicado.

Qualquer alteração no REP, em qualquer momento, ensejará novo processo de certificação e registro do equipamento.

Nós ouvimos aqui da Sr^a Rosângela, do Damião, do Emerson, que é um processo dinâmico, que haverá demandas por atualizações, por melhorias, e isso é

muito claro para a gente que lida com informática, com eletrônica. O nosso mercado é um processo dinâmico. Mas como é que nós vamos, a cada mudança do nosso equipamento, certificá-lo novamente? Isso só ocorreu porque nós tivemos uma ausência de normas técnicas. Essas normas são requisitos mínimos de fabricação. Aquele patamar mínimo é cumprido, a partir dali você trabalha com inovação, a partir dali você trabalha com melhorias. E isso, em processos habituais de outros equipamentos, você não tem que ficar fazendo novas certificações a cada melhoria do processo.

O próximo, por gentileza. (*Pausa*.)

No art. 17 está dito que o fabricante tem de fornecer um atestado técnico, um termo de responsabilidade. Isso porque, se ele não disser a verdade, ele vai sofrer consequências legais, civis e criminais.

E qual é a verdade ali? A verdade, nesse atestado técnico – e mais para frente nós vamos ver isso –, é que ele garante que o equipamento atende integralmente às exigências da Portaria nº 1.510.

Mais adiante, por favor. (*Pausa*.)

As empresas que compram esses equipamentos. Quais as exigências que elas vão sofrer a partir da Portaria?

O empregador tem de disponibilizar meios para a emissão obrigatória do comprovante de registro no momento da marcação de ponto.

Nós temos situações em hospitais, trabalho 24 horas, plataforma de petróleo, e isso, para as empresas, hoje representa uma pessoa dedicada a trocar bobinas, a manter esse equipamento, a fim de cumprir o art. 11.

O equipamento deverá apresentar o documento “atestado técnico”, que tem de estar no local de trabalho para inspeção de trabalho. É aquele atestado do fabricante.

O REP tem de estar disponível sempre – sempre disponível –, no local de trabalho, para pronta extração e impressão dos dados pelo auditor fiscal. E “sempre”, gente, é “sempre”. Não está definido um período em que esse equipamento vai ter de ficar nas empresas. E se ele for para a manutenção? E se ele se queimar? E se essa empresa desistir de usar isso por não haver dado certo? Se a empresa fechar? Esse histórico de cinco anos laboral ficou. Então, isso não está definido.

Vamos adiante, por gentileza. (*Pausa*.)

E, aí, nós começamos a ver problemas técnicos, porque nós somos técnicos, nós fabricamos. No meu grupo, há pessoas com 30 anos de experiência no mercado.

Nós todos usamos cartão de crédito, fazemos depósitos em bancos e nós sabemos que, se a gente guardar isso na bolsa, se a gente guardar isso no bolso, no painel do carro, ele vai se apagar no mesmo

dia. Esse estudo foi feito por fiscais da Receita quando da implantação do ECF, e eles viram que, com muito pouco tempo, o *ticket* se apaga.

O próximo, por favor. (Pausa.)

No próprio extrato bancário, no verso, estão lá as condições para que ele se conserve pelo prazo legal, que é de cinco anos.

O próximo, por gentileza. (Pausa.)

Nós descobrimos, em pesquisas na Internet, que é possível que os REPs, hoje ditos “certificados”, não imprimam *tickets*. E, para que isso aconteça, ele não sofreu nenhuma violação de lacre, ele não sofreu nenhum dano físico. Basta que, tecnicamente, uma pessoa vá lá, no mecanismo impressor, e cole ali um papel. Isto engana o sensor de impressão, que entende que tem um papel ali, e ele permite o registro de ponto, mas não sai *ticket* algum. Então, isso é muito fácil de ser feito e é uma prova de que esse equipamento não vai impossibilitar a fraude. Ele não vai impossibilitar o que vocês tanto apregoam aqui, que é a garantia do trabalhador.

Por gentileza, o próximo. (Pausa.)

Isto aí são as comprovações.

O próximo. (Pausa.)

O próximo. (Pausa.)

Bom, temos também problemas técnicos como relação à memória fiscal.

A memória, como diz a Portaria, é um meio de armazenamento permanente. Mas, do site do Ministério do Trabalho, nós tiramos outras informações.

O que fazer quando a memória encher? O Ministério diz que a solução é criada pelo fabricante.

Ora, o que o fabricante pode fazer? Ele pode tirar essa memória e guardar no cofre quando a memória encher e, aí, colocar uma nova no relógio? E quando o fiscal chegar, como é que ele vai fazer para fiscalizar aqueles cinco anos que estavam ali?

Um equipamento de ponto guarda registros de ponto por muitos anos. E a gente tem de guardar por cinco anos depois do último registro. Imagina se esse equipamento ficou em uso cinco anos, com mais cindo, dez. Então, ele tem que estar ali funcionando, funcional, para a fiscalização do trabalho.

Uma empresa poderá alugar ou fazer *leasing* de REP? Não. É isso que diz o Ministério do Trabalho. E aí nós estamos acabando com uma atividade empresarial que emprega muita gente.

Vamos para o próximo. (Pausa.)

O empregador que adquirir e cadastrar o REP poderá repassá-lo para outra empresa? Não. Então, se é inviolável a memória, é lógico que, então, ele tem de ser perene, ele tem de ser eterno, porque a memória tem de estar disponível para sempre. Então,

esse equipamento vai ter de estar com essa mesma memória, que não é só inviolável, mas também tem de ser eterna.

É necessário enviar os arquivos gerados para o Ministério? Não. Por quê? Porque ele tem de estar sempre disponível no REP.

O próximo, por gentileza. (Pausa.)

Em resumo: a memória do equipamento deve ser eterna, imutável, estar sempre à disposição da fiscalização ou da Justiça trabalhista, porque isso é a única salvaguarda do empregador.

Próximo, por gentileza. (Pausa.)

É possível confiar os dados fiscais somente em uma memória eletrônica?

Quem tem celular sabe disso. Alguém já perdeu a agenda de celular? Alguém já perdeu alguma informação eletrônica? Então, não é possível confiar dados fiscais em memória eletrônica. Por quê? Porque, diferentemente dos registros em papel, os registros eletrônicos são voláteis e não há como garantir que o comportamento dos componentes eletrônicos permanecerá inalterado por um longo período. Quem disse isso, gente? Quem disse essa frase? Um fabricante de REP certificado.

O próximo. (Pausa.)

E se o *ticket* se apaga ou não é impresso? Isso é uma consequência. Nós já vimos que é possível. Nesse caso, o trabalhador perderia as suas provas materiais? Isto não está claro..

Segunda hipótese: a memória se apaga. Já vimos que é possível o REP sofrer uma avaria, pegar fogo, ser furtado. O empregador perde a sua prova material? O Emerson já nos lembrou que não há a possibilidade de um *back-up*. Já vimos que não porque a inspeção do trabalho espera ter isso no equipamento, sempre.

Próximo. (Pausa.)

Mas, apesar disso tudo, de todos esses problemas, o REP é certificado por órgãos técnicos. E o mesmo órgão técnico, em sua própria certificação – e tenho aqui comigo uma original –, não garante, não diz nada com relação à perenidade dos dados. Só garante que está em conformidade.

Próximo. (Pausa.)

O fabricante do REP também não dá nenhuma garantia ao seu comprador de que os dados não serão perdidos. Ele só diz que atende às determinações da portaria.

Próximo. (Pausa.)

O fabricante, porém, dá uma garantia do equipamento, certamente – e, de fato, vem um termo de garantia em tudo o que a gente compra –, que vai de três meses a um ano, quando o empregador teria

de ser garantido por pelo menos cinco anos, que é o prazo legal.

Aqui eu tenho o exemplo de um fabricante que garante que o produto dele vai ser substituído em caso de defeito. Ele promete consertar ou, a seu critério, até substituir partes defeituosas. E se essa parte for a memória já repleta de dados? Se ela for substituída, como fica esse empregador?

Tenho aqui, também, alguns fabricantes de REP homologados, certificados, que colocam, nas características técnicas do equipamento, qual o tipo de tecnologia que eles estão usando para reter os dados. Então, é utilizado, em quase todo equipamento eletrônico portátil, um tipo de memória chamada "memória flash". Esse tipo de memória foi inventado pela Toshiba, que, depois, licenciou para vários outros fabricantes. Fiz uma consulta formal à Toshiba a respeito. Mas até no próprio site da Toshiba a gente consegue saber.

Vou ler aqui para vocês:

A Toshiba não será responsável por quaisquer danos incidentais, consequenciais, especiais ou indiretos, ainda que tenha sido notificada da possibilidade desses danos, incluindo perda de dados, perda de receita ou outras perdas.

Então, não temos nenhuma garantia de que esses dados não possam ser perdidos.

Próximo. (Pausa.)

Quem responderá quando a memória falhar ou o ticket se apagar? É o fabricante? Essa é nossa preocupação. É o usuário? É o Ministério do Trabalho? É o homologador?

Próximo. (Pausa.)

Ao longo do tempo, o Ministério do Trabalho equiparou o importador ao fabricante nacional. Isso trouxe uma consequência muito danosa para o nosso mercado. É importante a gente dizer isso fato enquanto a gente está falando em competitividade, em proteger as nossas indústrias.

Próximo. (Pausa.)

Hoje é possível, em sites da China, comprar até cinco unidades pelos Correios, com a maior facilidade. São equipamentos chineses. Reparem – no meu documento aqui dá para ver melhor – que os chineses anunciam "equivalente às regras brasileiras". Quer dizer, é só para nós que os chineses estão fazendo. Isso aconteceu porque houve dois ingredientes muito importantes: a demanda em um momento de larga escala.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Drª Lucienne Fontes, representante de pequenos fabricantes de relógios e sistemas de ponto.

A Rádio Senado nos comunicou, neste momento, que, pela importância do tema e a pedidos, a audiência está sendo transmitida ao vivo, além do Canal 3, TV Senado, e do Canal 3 via Internet.

Quero, com alegria, registrar a presença do Senador Paulo Davim, que esteve conosco aqui na sala de reuniões, bem como dos Senadores Wellington Dias, Vicentinho Alves e Vanessa Grazziotin, que também estão acompanhando. S. Exªs vão às outras Comissões e voltam.

Então, esta primeira Mesa terminou. Como é de praxe – e sei que alguns têm outros compromissos – não vou mudar o sistema que venho adotando há muito tempo. Se alguém tiver de sair, o prejuízo é de quem sai, no meu entendimento.

Então, esta primeira mesa está desfeita. Os componentes voltam para a segunda fila, e eu chamo a segunda mesa. Depois, a segunda mesa fala, volta para o plenário, e aí fala a terceira mesa. Todos estão com pressa, mas sou obrigado a manter esse critério. Todos terão direito à replica. Todos terão direito a falar novamente.

Então, a segunda Mesa é composta pelo Deputado Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Sr. José Augusto da Silva Filho, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que reúne cinco centrais e 17 confederações. E, ainda: o Sr. José Gonzaga da Cruz, representante da União Geral dos Trabalhadores, que aqui representa Ricardo Patah.

Vocês vão ver que, nesta Mesa, teremos três viões, pelo que percebi, pró relógio, enquanto, na anterior, tivemos três contra o relógio. Estou apenas simplificando. Acho que estamos construindo um equilíbrio.

Na terceira Mesa, só para tranqüilizar todos, estarão: Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Roberto Miguel de Oliveira, da CUT; Joaquim Rodrigues Nascimento, Procurador do Trabalho; e a Srª Ledja Austrilino Silva, Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

No debate, vamos equilibrar. Fiquem todos tranqüilos!

Já está presente, sim, aqui – e estava ainda como não presente – a Drª Vera Albuquerque, representando o Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Quero também cumprimentar o Ministério do Trabalho, que toda vez que é convidado está aqui presente para participar do bom debate. Uns dizem o bom combate. Eu digo o bom debate, nada de combate, viu?

Vamos lá para a nossa mesa.

De pronto, seguindo aqui a ordem dos chamados, está com a palavra, neste momento, o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Dr. Renato Henry Sant'Anna.

Serão dez minutos mais cinco para todos.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Bom dia, Senador Paulo Paim, demais integrantes da mesa, senhoras e senhores.

Mais uma vez é uma honra e um dever da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, sempre que convocada, Senador Paim, a aqui comparecer, vir aqui para trazer a nossa visão dos vários problemas que são trazidos a esta Casa, a Casa do povo brasileiro, onde, de fato, é feito o debate, o bom combate – o bom debate, como disse o nosso Senador.

Nosso dever é o de informar; informar com base em nosso conhecimento pessoal e, no caso da Anamatra, com base nas visões institucionais da Associação Nacional dos Juízes do Trabalho.

Quero iniciar dizendo, Senador, que a limitação da jornada creio que foi o segundo combate que o trabalhador teve de vencer. O primeiro foi receber pelo que fazia, o que separou o escravo do trabalhador como a gente o imagina hoje em dia. Depois, foi a limitação da jornada.

Quando comecei a estudar Direito do Trabalho, ainda da faculdade, claro, no livro do Professor Amaury Mascaro há um relato de como começou o limite das jornadas. E o limite das jornadas começou com o limite da jornada da criança, limitando a 14 ou 16 horas por dia – repito: limitado! Existe ali, ainda, o relator de uma audiência pública como esta, só que no parlamento inglês, em que um pai narra como a filha não conseguia acordar pela manhã para trabalhar, porque não tinha conseguido dormir. Isso sempre foi uma coisa que me chocou muito.

Só estou dizendo isso aqui para mostrar qual o contexto do controle de jornada. Nós não nos podemos esquecer que o contexto da briga, da disputa por limitação da jornada não é invenção de ninguém aqui; ela existe desde o nascimento do direito do trabalho. E me surpreende – já digo desde o início – que entidades empresariais sejam contrárias a qualquer tipo de avanço ou tentativa de avanço na questão da limitação da jornada. Acho que, pelo contrário, os empresários deveriam ser os primeiros a estar à frente de batalha por uma forma eficaz de controle de jornada.

Precisam ser feitos ajustes? Em tudo na vida, nós precisamos fazer ajustes; eventualmente, quando uma coisa não dá certo ou quando não temos ainda a tecnologia exata como deve ser feita, ou talvez as empresas que estão oferecendo tecnologia não estejam prontas

para isso. Enfim, não vamos deixar de considerar um instrumento, que é um avanço, por conta de defeitos pontuais. Vamos ver a ideia geral.

E foi bom, Senador Paim, ter ouvido a primeira Mesa atentamente, porque, assim, eu gostaria, talvez, até de focar no contraponto mais do que trazer a nossa posição.

Veja: foi dito aqui, por exemplo, que só 2% das ações trabalhistas dizem respeito a horas extras. Com todo respeito, esse não é um dado exato. Eu não tenho condição de averiguar a técnica da pesquisa, mas me parece que ela é focada nas ações que dizem respeito a esta discussão sobre se o ponto eletrônico é fidedigno ou se não é fidedigno. Eu posso dizer, como Juiz do Trabalho que sou, que mais de 80% das ações trabalhistas dizem respeito a horas extras, seja ponto manual, seja ponto eletrônico. Então, não é um problema pequeno. É um problema muito sério!

Vou dizer mais, Senador Paim: hoje em dia, muito se usa o viés econômico; então, vou usar o viés econômico. O Ministério do Trabalho e Emprego tem estudos – e acredito no Ministério do Trabalho e Emprego, porque é o órgão que lida com isso – que mostram que cerca de R\$20 bilhões são sonegados em horas extras dos trabalhadores por ano. Se R\$20 bilhões são sonegados do trabalhador, isso já seria gravíssimo. Mas vamos pegar pelo lado que agrada muito a todos os governos: a questão fiscal. Se não são pagos R\$20 bilhões ao trabalhador, o que acontece? Não se recolhe imposto de renda, não se recolhe fundo de garantia e não se recolhe Previdência Social. Só esse valor já pagaria aquele custo dos R\$6 bilhões, que foi mencionado como sendo o custo para a implantação do sistema. E eu gostaria, realmente, de conhecer esses dados que apontam um custo de R\$6 bilhões para implantar o registro eletrônico, o REP.

Então, vamos tomar cuidado com esses dados. Eu prefiro trabalhar com os dados que eu tenho acesso no Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, se estamos deixando de pagar R\$20 bilhões de horas extras, a União também está deixando de arrecadar.

Quero lembrar que a adoção do registro eletrônico é opção; não é obrigação. Empresa com mais de dez empregados tem que ter registro escrito. Pode ser o mecânico, pode ser o manuscrito, pode ser o eletrônico. Ninguém está sendo obrigado a nada.

Vou dizer mais: a Receita Federal e as Fazendas estaduais estão todas seguindo nessa linha de informatização dos controles. E não vejo nenhuma entidade empresarial ter o desplante de se negar a colaborar com a fiscalização dos impostos, porque isso seria um contrassenso. Como é que vou me levantar con-

tra uma fiscalização de impostos? Vão dizer que sou sonegador. Então, vejam, hoje em dia, temos a nota fiscal eletrônica; temos sistemas nas empresas em que justamente é feito esse controle automaticamente.

O futuro, Senador Paim, é esse. O futuro é o controle eletrônico de tudo. Nós temos que ir nesse sentido. A Fazenda está indo nesse sentido; o próprio Judiciário, hoje em dia. Como juiz, a cada mês, eu tenho que preencher um relatório eletrônico que vai para a base de dados do CNJ, que vai para o Supremo Tribunal Federal, e eu não fico reclamando disso. Toma mais tempo? De fato, mas nós vivemos na época da transparência. Como o Ministro Ayres gosta de dizer, acabou a cultura do biombo. Nós temos que ser transparentes. Vai implicar gastos inicialmente? Vai. Mas por que as empresas migraram para o ponto eletrônico geral, eu pergunto, se elas não eram obrigadas? Porque era bom; era fácil de controlar, de gerir a quantidade de horas extras. Não estou dizendo que é fraude. Estou dizendo que era um avanço. Por que não avançarmos no avanço? Sinceramente, não vejo problema nenhum.

Falou-se aqui também em legislação por exceção. Falou-se até no Direito Penal. Achei excelente o exemplo, só que é o contrário: o Direito Penal realmente legisla pela exceção. Nós não pensamos que todos são bandidos. Pelo contrário. Pensamos que todos são honestos, mas é preciso capitar o crime para que ele não aconteça. Acho que é nessa linha que vai o Ministério do Trabalho e Emprego, trazendo uma melhoria na forma de controle. Acho que podemos pensar em ajustes.

Também foi trazido um dado para cá de que o REP estaria sendo derrubado judicialmente. Calma lá! Nós sabemos que as entidades empresariais tentaram derrubar o REP judicialmente no Superior Tribunal de Justiça e não conseguiram. Eu tenho uma notícia aqui – depois vou passar para o Senador Paim – de tentativa de derrubada no Superior Tribunal de Justiça, que é o foro competente para derrubar uma normativa baixada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que não logrou êxito. Tudo bem; podem estar, pontualmente, conseguindo um mandato de segurança aqui e acolá, mas isso não quer dizer que o Judiciário está derrubando o controle eletrônico. Pelo contrário, volto a dizer: a tentativa de derrubar judicialmente foi feita e não foi acatada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Senador, na semana passada, falamos aqui sobre terceirização, e o senhor pontuou muito bem. Às vezes, o Judiciário avança no campo de atuação do Legislativo. Às vezes, o Legislativo, por uma razão ou outra, não está atuando num determinado ponto, e o Judiciário avança. O Parlamento recebe com um pou-

co de apreensão esse fato, porque, realmente, existe a divisão dos Poderes, embora o Senador tenha uma visão mais arejada, quando diz que, às vezes, é bom, porque o Judiciário cutuca e o Legislativo reage.

Aqui, nós estamos vendo o contrário. Estamos informando ao Parlamento sobre uma tentativa em sentido contrário, ou seja, de o Legislativo interferir, de certa forma, naquilo que o Poder Judiciário já analisou e entendeu que está dentro da conformidade, bem como no Executivo. O Ministério do Trabalho e Emprego atuou, nos limites do art. 74 da CLT, o Judiciário veio e ratificou, dizendo que atuou nos limites mesmo; e o Parlamento estaria dizendo: “Não. isso não vale”.

Não estou dizendo que o Parlamento não possa fazer isso. Acho que o instrumento existe; há a tentativa de se derrubar via decreto. Não há óbice formal nem constitucional, mas seria uma forma de desequilibrarmos a maneira de funcionamento do nosso Estado. O Poder Executivo regulamenta, normatiza; o Poder Judiciário analisa a legalidade daquela normatização, normatização que foi feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego com autorização do Parlamento. O Parlamento legislou e disse assim: “O Ministério do Trabalho e Emprego é quem vai cuidar disso”. Então, o Ministério do Trabalho e Emprego fez aquilo que o Parlamento o mandou fazer. Parece-me que está nessa linha.

Para terminar, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a ainda tem mais quatro minutos. Fique à vontade!

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA – É, mas vou permitir os debates. Sei que o senhor gosta dos debates. Não vou cansá-los com argumentos técnicos. Acho que o bom de se discutir no Parlamento é que o parlamentar pega muito rapidamente o assunto. Ele pode ser médico, mas, em dois minutos, o parlamentar capta o problema.

Acho que o Senador Paim e os demais parlamentares já perceberam que a questão é de transparência do controle de jornada. A questão é muito séria!

Aqui se trouxe um argumento que também me causou espécie, quando disseram que os concorrentes internacionais estão rindo da gente. Eu gostaria de saber quais. A China? É esse o modelo de Direito do Trabalho que nós queremos, que não é modelo, porque não existe? Acho que nossos concorrentes tinham que estar chorando, porque não têm Direito do Trabalho. Isso, sim. Acho que nós tínhamos que estar chorando aqui, porque estamos concorrendo com pessoas que não têm Direito do Trabalho e estamos querendo trazer o sistema para cá. Parece que esse não é o caminho que o povo brasileiro quer seguir.

Volto a dizer: o art. 7º da Constituição dá um recado claro ao Parlamento – e o Senador Paim foi Constituinte: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores: (...) limitação da jornada, além de outros que visem à melhoria da condição social do trabalhador”. É isso o que estamos fazendo aqui?

Obrigado, Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Vamos agora para o Deputado Federal Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que substitui o Presidente, Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos.

Dez minutos com mais cinco.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Bom dia, Senador Paim; bom dia a todos os amigos aqui presentes, membros da Mesa, líderes, empresários, jornalistas.

Eu aprendi, desde pequeno, uma frase que diz assim: “Contra fatos não há argumentos”. E muitos aqui conhecem essa frase.

O que nós assistimos aqui, através da Lucienne, calou todos nós. Não é possível que não enxerguemos o que a Lucienne colocou aqui, com dados técnicos. Estamos discutindo um sistema que já nasceu errado. Nós estamos discutindo aqui a implantação de um sistema já ultrapassado. Deus foi tão bom com o senhor, Senador, que trouxe a figura de Lucienne.

Lucienne, para quem não sabe, representa exatamente a força do trabalho de uma pequena empresária, que luta com seu negócio, há mais de 30 anos, e tenta mostrar isso, falando com microfone sem som, por esta Brasília inteira. Já esteve em dezenas e dezenas de lugares: várias vezes na Câmara, várias vezes aqui, no Senado, pedindo pelo amor de Deus que enxerguem que isso está tudo errado. Ela nos mostrou aqui.

Então, eu acho que a garra dela nasce assim, nasce no seio da sociedade como um todo. Ela quer apenas que nós enxerguemos o que está acontecendo.

O Dr. Renato coloca que os empresários são intransigentes nesse sistema e defende os argumentos dele com muita veemência etc., mas nós, empresários, Dr. Renato, trabalhamos pela geração de emprego. Os empresários trabalham para produzir riqueza, renda e ter lucro, e não é nenhum crime isso.

E outra coisa: estamos nos esquecendo de uma célula importante dentro desse processo, que são as centrais sindicais, os sindicatos, o fortalecimento das

relações de trabalho no Brasil, que evoluiu bastante – e defendo sempre essa veia.

Nós precisamos enxergar que as relações de trabalho evoluíram no mundo. O capital e o trabalho quase sempre andam alinhados. Os sindicatos evoluíram bastante e se tornaram competentes no zelo e na proteção do trabalhador.

Então, ficamos colocando aqui as coisas como se não existisse lei, como se não existisse nada, que o trabalhador é um pobre coitado, que está lá jogado, sujeito às maldades do empresário. Esse tempo já foi. Estão falando da escravidão. Isso já passou!

Existem questões? Existem, como existem em todos os setores, mas, para isso, o nosso País tem o Ministério do Trabalho; tem a competência dos seus auditores, que quase sempre chegam às empresas primeiro, para orientar, para conversa com o empresário, dizendo: “Você está fazendo errado. Não é assim. Faça assim e assim. Vou voltar aqui outro dia para saber se você fez”.

Os auditores circulam pelas empresas, conversam com os trabalhadores quando retornam e perguntam: “Resolveu o problema?” Eu já assisti a isso. O auditor chega para o empresário e diz: “Agora você está fazendo certo”. Se não fizer certo, como se diz no popular, “caneta nele!” Existem os instrumentos necessários que os auditores utilizam tão bem, como a auditora colocou aqui, em relação às questões voltadas para esse tema.

Ficamos falando aqui, e aparece um monte de números. Posso chegar aqui e dizer também que existe um monte de números, inventar um monte de números. Não estou dizendo que estão inventando, mas esses números são dados, dados, dados. Onde é que está a essência deles? Qual é a fonte da essência deles? Era bom que pactuássemos uma coisa: quando alguém informasse um dado, que dissesse a fonte, para buscarmos saber se a fonte é verdadeira, porque pode ser também que estejamos colocando aqui números que não existem.

Vou dar um dado: das dezoito mil multas aplicadas em 2011, nenhuma foi por causa de violação do relógio de ponto. Um dado do Ministério do Trabalho e Emprego. Está aqui na reportagem. Posso deixar. Vamos checar para ver se é verdade ou não. Não estou dizendo que é verdade, mas é um dado que está em matéria publicada na imprensa. Mas é um número.

A Portaria é de 2010. Vejam, vamos fazer um raciocínio lógico disso aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Pois não, de 2009. Tem cinco adiamentos, ou seja, não se conseguiu construir um entendimento. Cinco adiamentos.

Existe uma insatisfação generalizada, mas tudo calado. Só o Ministério do Trabalho que acha que é uma boa.
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deve, deve.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Estou colocando os meus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, com todo o direito.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – E ouço aqui, tranquilamente, todos eles. Na semana passada, estivemos aqui, falando sobre terceirização. Ouvi vários dados com os quais não concordo, mas, em nenhum momento, questionei ninguém. Fiquei na minha posição, na linha em que o Senador Paulo Paim sempre conduz as discussões aqui.

O sistema burocratiza, e o Governo trabalha incansavelmente para desburocratizar, para tornar mais leve a máquina pública. Mas não é possível que não reconheçamos que ele é burocrático, por tudo o que foi colocado aqui.

E ainda mais: faltou uma coisa que o Governo Lula produziu muito neste País, faltou o diálogo com a classe patronal, conforme já foi dito. Depois de muita pressão, o Ministério cria um grupo de trabalho; um grupo de trabalho, Senador, uníssono, que foi formado lá, não ouviu ninguém, pouco se reuniu, pouco produziu, pouco realizou e de nada serviu esse grupo de trabalho. Nós continuamos na mesma.

Então, quanto ao equipamento... Já foi dito aqui. Não vou nem perder tempo falando sobre isso.

Há um dado importante, Senador, e sua assessoria pode checar com o Inmetro. O Inmetro não valida o equipamento; ele pede até 2013 para dar uma posição sobre isso. Consulte a fonte, faça um ofício ao Inmetro para saber se procede ou não.

Então, o que eu entendo com tudo isso? Não enxergo que o REP traga nenhuma melhora nas relações de trabalho. Não enxergo.

Foi dito aqui, por um dos colegas que nos antecederam, da certificação digital dos sistemas que já estão instalados. Eu acho que esse pode ser um caminho.

E quero deixar muito claro aqui: a gente precisa mudar o discurso de que os empresários é que querem atingir o trabalhador, que querem fazer regras limitadas para o trabalhador, que querem pressionar o trabalhador, que querem coagir o trabalhador. Os empresários querem produzir. Os empresários neste País... A gente precisa enaltecer a boa vontade e a disposição dos bons empresários que este País felizmente tem que estão interessados em buscar, cada vez mais, a

qualificação da sua equipe, porque o mundo lá fora é muito competitivo, onde quem não tem competência não consegue vencer.

Temos um Governo e um País com uma carga tributária altíssima, sendo preciso, cada vez mais, inovar, buscar alternativas, buscar opções para que os negócios sobrevivam, porque, na medida em que os negócios acabam, o emprego também acaba, os impostos também acabam.

A gente precisa mudar um pouco essa política de intransigência. Parece que os órgãos de fiscalização ficam pressionando os empresários e rotulam todos da mesma forma, como se todos fossem perseguidores de trabalhadores. A gente precisa estabelecer uma relação melhor. Não existe isso não!

Não me furto, sob hipótese nenhuma, de defender o ponto de vista da minha Confederação, pois, com o diálogo, a gente constrói todos os caminhos possíveis. Não adianta a gente querer dialogar com a intransigência, com um sistema como este, que não vai levar a nada. Isso não melhora em nada as relações. Os problemas existem, como a auditora colocou aqui? Existem sim, mas o nosso País, volto a dizer, tem o mecanismo correto para resolver esse problema. Não é preciso se criar um sistema tão complicado, tão complicado.

Quando as empresas inovam em tecnologias para controle de ponto, é porque querem tornar a coisa cada vez mais transparente, e o nosso País, se formos buscar, tem exemplos belíssimos com referência a essa prática.

Então, Senador, volto a insistir, para trazer à memória de todos aquilo que colocou a Lucienne. Acho que a Lucienne nos brindou aqui, hoje, exatamente com um exemplo de uma empresária lutadora, que acredita no nosso País, que acredita no bom senso, que acredita nos Poderes, que acredita na Justiça do Trabalho, que acredita no Ministério do Trabalho, mas que, acima de tudo, entende que é preciso coerência e espírito de construção, espírito de boa vontade, para que a gente, humildemente, construa uma solução que conte com todos, mas não, sob hipótese alguma, da forma que está posta.

Continuaremos lutando pela modernização, pelo aperfeiçoamento das práticas de registro e de controle de ponto, porque o bom empresário do País acredita nisso, defende isso e, tenho certeza absoluta, oferecerá a sua parcela de contribuição nesse propósito.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Federal Laercio José de Oliveira,

que falou pela CNC na qualidade de Vice-Presidente daquela Confederação.

Passamos, de imediato, a palavra ao Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, o Sindicalista José Augusto da Silva Filho.

Dez minutos com mais cinco.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO –

Bom dia, Senador Paulo Paim. Obrigado pelo convite. Mais uma vez é uma honra participar desta audiência.

A gente tem *pedigree* nesta matéria, por isso que ficamos um pouco indignados, mas gostaria de pedir desculpas por quebrar o protocolo, principalmente numa relação muito boa que temos com a Fenaban, com o Magnus e todos os companheiros da Federação dos Bancos. Mas chega uma hora em que a gente... É igual time de futebol, não é Magistrado? A gente fica... O companheiro do Ministério Público... O Laercio é um companheiro, porque sempre estamos juntos aqui no Congresso, discutindo, dialogando com o movimento sindical, como ele disse aqui, participamos, inclusive, de alguns trabalhos. Mas é igual a torcedor de time de futebol, não é, Paim?

Mas eu gostaria da atenção dos telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, os convidados aqui presentes, vários conhecidos aqui que participaram dessa história, uns a favor, outros contra, mas tem algumas coisas que a gente fica um pouco, como é que se diz, indignado com relação ao que ouvimos.

Por exemplo, Paulo Paim, preparei uma apresentação aqui, rápida, diminuí bastante, inclusive é uma contribuição de um auditor fiscal do Ministério do Trabalho, o Tadeu, de Juiz de Fora, que também é uma pessoa que, na época, trabalhou muito com a gente essa ideia, junto com o pessoal do Ministério Público lá do Rio Grande do Sul também, o pessoal da Anamatra, do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul – até pensei que o Desembargador estaria presente hoje. Mas muitas coisas ali a Rosângela passou a rasteira em mim. Então, vou ganhar tempo e não vou ficar repetindo muito isso aí não, porque a Rosângela, na sua intervenção, como Sinait, citou algumas coisas, viu, Deputado Laércio. Então, para não ficar repetindo...

Porém, a gente faz questão de apresentar alguns pontos nessa lâmina e tentar explicar algumas coisas a vocês nesse exíguo, nesse curto espaço de tempo que tenho; mas que vai ser suficiente para explicar.

Na questão do Emerson sobre a jornada de trabalho, de que ninguém tinha ideia disso, inclusive as centrais sindicais, Emerson, isso não é verdade. Quem iniciou esse processo aí foram os comerciários, através do Fórum Único dos Comerciários, onde todas as centrais estavam presentes – e o Gonzaga, inclusive, que é da UGT e está aqui não me deixa mentir sozinho...

Mente junto comigo, não é Gonzaga? Brincadeira.... O pessoal da CUT de Santa Catarina, Alano; o pessoal da CMTC, da qual, na gestão anterior, fui Secretário-Geral por quatro anos; a Força Sindical, com o pessoal lá do Mota (Fecomerciário), que inclusive é tesoureiro da Força Sindical.

Então, essa história de que as Centrais não saíram não... Acho que é assim, Laércio: não adianta ficar fazendo propaganda ou se matando para tentar justificar se uma coisa está certa ou errada. E o caminho do diálogo é este: uma audiência pública aqui, uma, lá na Câmara, uma discussão, um seminário, um fórum.

E esses dados que se apresentam, como o Pastore apresentou no *Estado de S. Paulo*, dia 10, Paim... Inclusive ouvi isso aqui na Mesa. Interessante, não é? Será que é do Pastore mesmo ou foi encomendado, não é? Vou deixar aqui na mesa, inclusive, porque já tenho até cópia disso.

E quero dizer também ao Emerson, sobre a questão de que os nossos concorrentes estão morrendo de rir, que acho que a CNI, a CNC, a FEBRABAN são superiores a esses concorrentes. Vocês têm muito mais competência que eles, porque, pelo menos, vocês tentam fazer alguma coisa.

Vou citar só um item, porque a gente não deve se espelhar nesses modelos aí fora: quem são os principais concorrentes nossos? China, Estados Unidos e Rússia, não é? No ranking mundial, Paulo Paim – e já discutimos isso aqui –, com relação a acidentes de trabalho... E parece que vai ter o Movimento 28 de abril também, quando vamos fazer uma homenagem às vítimas de acidente de trabalho. Esses países são os recordistas mundiais em acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, inclusive quanto às mortes de trabalhadores. Em primeiro lugar, a China; segundo, Estados Unidos; em terceiro, a Rússia.

Agora não venha me falar que isso aí também, além das péssimas condições de trabalho... Por isso que não dá nem para comparar, porque a CNI e a CNC sempre desenvolvem trabalho nessa área de segurança, de forma tripartite, com o Governo, com as Centrais Sindicais. Se comparar e ficar preocupado com chacota desses caras aqui, acho que é ser inferior a eles, e não somos. Apesar de um país em desenvolvimento, não vamos comparar com a cultura da China, mas acho que estamos no caminho certo para melhorar as relações de trabalho e trabalhar com transparência.

Se há problema técnico, essas coisas, e não político – não é, Laércio? – que se trate, que se cuide disso. Não vamos tapar o sol com a peneira também não. Então, acho que a gente não tem que se comparar com esses países não, principalmente com relação às questões de relações de trabalho, porque não dá

nem para comparar com aquilo que os Governos anteriores, o Governo Lula, o Governo Dilma, junto com suas equipes ministeriais – não é, Paulo Paim? –, estão fazendo nestes últimos anos no País, com falha, com alguma coisa irregular que não dá certo, que pode ser ajustada, mas se está procurando o caminho da promoção social neste País.

Então, foi o Fórum Único dos Comerciários que iniciou esse trabalho. E foram inúmeras visitas ao Ministério do Trabalho com o Lupi, com a sua equipe, André Figueiredo, que, hoje, é parlamentar, Líder do PDT. O André é testemunha disso. E nós, Paulo Paim, fomos fazendo esse trabalho. O Ministério do Trabalho requisiou técnicos, os melhores que eles tinham, e algumas consultorias para tentar fazer um modelo, porque as denúncias eram muito grandes, principalmente na área do comércio, que são unidades pequenas.

Como disse o companheiro Deputado Laercio, que é um companheiro, como eu disse, porque sempre estamos juntos nas batalhas aqui, e é uma pessoa por quem temos o maior respeito, os empresários não são iguais; há os bons e os maus, como há os bons sindicalistas e maus sindicalistas; há aqueles que não se vendem e aqueles que se vendem. Há péssimos advogados e excelentes advogados; há excelentes parlamentares e parlamentares como este que nos decepciona, principalmente aqui dentro do Senado, conforme estão acompanhando pela imprensa, motivo até uma CPI aqui novamente.

Agora, Paulo Paim, o senhor, que tem lado e que tem raízes nas causas sociais e trabalhistas – é o seu currículo –, está entendendo perfeitamente o grau de nossa insatisfação, do movimento sindical brasileiro. Se for preciso negociar, negocia, num acordo ou numa convenção coletiva, mas não engessar e trocar o legislado pelo negociado. Acho que tem que ter uma regra básica mínima para ser atendida.

E por que alguns segmentos ficaram nervosos, bravos e começaram a incomodar o Armando Monteiro, na época da CNI, e outros presidentes de Federações? Porque aquilo que a gente vai procurar mostrar rapidamente aqui, Paulo Paim, é com relação à fraude.

A intenção proposta na Portaria é o controle de jornada de trabalho. E eu, como uma pessoa do ramo de segurança e saúde do trabalhador, a minha vida toda fiz segurança do trabalho, sou técnico de segurança do trabalho, com muita honra, e, atualmente, Secretário-Geral da federação da minha categoria, temos que defender a redução da jornada.

Então, essa briga também, Laercio, está passando pelo campo ideológico e de princípios. Não é metendo o pau no capital nem no trabalho. O capital tem os seus interesses, que é do lucro, da produtividade,

aqueles princípios que todos conhecem, e os trabalhadores defendem as questões sociais, do direito a férias, da promoção social, da ajuda, da assistência, em troca da sua força de trabalho.

Por exemplo, não há consenso entre nós... Vamos ficar aqui três horas debatendo e não vamos chegar a um consenso. Não há consenso entre a patronal e os trabalhadores com relação à redução da jornada de trabalho. Sabem desde quando estamos discutindo a jornada de trabalho aqui? Desde a época em que o Paulo Paim era Deputado. Ele e o outro parlamentar, que é o Inácio Arruda. Desde 1995. Quantos anos? Não sou muito bom em matemática não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entre o sindicalismo e o Parlamento, faz no mínimo 30 anos que discuto isso.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Não tem consenso na questão de redução de jornada. E a CNI, a CNC, a Febraban estão no papel delas, fazem o trabalho de *lobby* aqui dentro, pressionam, não deixam votar, nós, do movimento sindical, e os sindicalistas assim mais à esquerda, que militam mais na área sindical e social, promovem uma comissão especial, conversam com o Michel Temer, na época, e vai e tenta e aprova. A patronal veio em caravana – e nunca vi uma caravana de patronal como vi na época em que lotamos o Auditório Nereu Ramos – e até nos vaiavam, a nós que estávamos na mesa. Quer dizer, era o contrário daquilo que acontecia: se era a gente que vaiava os empresários, eles é que começaram a dar vaia na gente: Como é interessante! Quer dizer: cada um no seu papel.

Então, nessa questão de jornada, Drª Vera, não há consenso. Se tivesse consenso... E estou falando de 1995, quando o Senador Paim nem sonhava em ser Senador – ele e Inácio Arruda, porque essa PEC foi conjunta, entre ele e o Deputado Inácio Arruda.

E nessa questão de controle de jornada, sobre ela ser rígida ou não rígida, também não há consenso.

Agora, uma coisa eu vou dizer: espero que esta Casa não deixe o Supremo Tribunal Federal resolver de novo as nossas ansiedades e as nossas preocupações. Espero que o Senado e o próprio Governo resolvam essa questão, porque, da mesma forma que o Executivo não vai ficar quieto, os trabalhadores também não vão se calar, não é Gonzaga? Se essa Portaria cair, a gente vai dar o segundo passo, o terceiro, o quarto, o quinto; não vamos parar por aí não. A gente perde uma batalha, mas não perde a guerra. A gente vai continuar lutando pela redução de jornada, sejam 40 horas ou menos; a redução de jornada de algumas categorias, como os enfermeiros que estão lutando pela redução dentro da área de enfermagem, que também é uma

área insalubre, com periculosidade. Morrem, adoecem milhares de enfermeiros por ano, contaminados com produtos químicos, radiação, benzeno; alguns morrem com leucopenia causado por benzeno. São enfermeiras, companheiros e companheiras, que adoecem e morrem nesses hospitais cuidando da nossa vida, da sua vida, da vida dos trabalhadores e da população brasileira.

Então, Paim, quando essa questão surgiu, primeiro, como disse a Drª Vera em off, era mais uma questão de controle de jornada. E o movimento sindical está no papel dele, Gonzaga, de fazer as denúncias que chegam ao sindicato. O Gonzaga é de um sindicato importante em São Paulo, de empregados no comércio da cidade de São Paulo, junto com o companheiro Ricardo Patah. E as denúncias chegam ao sindicato, à federação. As broncas vão para onde? Vão para a Justiça, não vão?

E tem aqui, Paulo Paim... Vou pular porque a Srª Rosângela praticamente comeu todas as minhas lâminas aqui, Rosângela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você tem dois minutos.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Já estou concluindo.

Então, há algumas decisões, que não vou detalhar... Isso aqui só em uma palestra ou numa outra oportunidade, se a gente for chamado novamente e tiver um tempo maior, a gente detalha. Repito: essa foi uma contribuição do Tadeu, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho, mas os números não mentem, Laércio. Olha lá! Temos os números dos processos, alguns casos acontecidos lá no Rio Grande do Sul, terra do Senador Paulo Paim.

Então, a preocupação existe, o conflito existe, já está na Justiça, em várias instâncias, essa reclamação de que há alteração de cartões de ponto no final do mês, de manipulação do ponto eletrônico antigo, sem a atual certificação, e os critérios que foram adotados pelo Ministério do Trabalho; confissão de um sócio, Deputado Laercio, numa audiência, onde ele afirma aqui, Drª Vera, que permite a manipulação de horário por parte das empresas adquirentes, inclusive algumas funções até de secretária.

Essas fraudes lesam o empregado diretamente, seu salário, e lesam também, indiretamente, toda a sociedade, como a questão das contribuições previdenciárias, fundo de garantia e assim por diante.

Aqui também tem um cálculo que não dá para detalhar com menos de um minuto para explicar, mas o critério é assim, Paulo Paim: uma fraude em meia hora extra em cima de um universo, dentro daquilo que a Portaria prevê, a partir de dez, pela RAIS de 2007, temos 30.261.198 empregados, nessa faixa que

trabalha nesse ramos de atividade, nessa área com até dez funcionários. Bom, trocando em miúdo, vocês percebem ali o rombo que isso aí pode dar nos cofres do Governo. Então, quer dizer, é fraude contra o trabalhador e é fraude contra a União também. Estamos falando só de uma pequena mostra, em torno aí de quanto? R\$40,254 bilhões e assim por diante.

Então, esse é um dado que foi feito através da RAIS, levantado pelos técnicos do Ministério do Trabalho, mostrando esses prejuízos que são causados ao INSS – na linha debaixo, na penúltima linha – e ao Fundo de Garantia.

Repito, Laércio: não são todos que praticam. Há os empresários que recolhem, que fazem a sua obrigação. Agora, infelizmente, isso foi parar na Justiça. Os Procuradores já têm inúmeros casos que tratam disso na Justiça. E a sonegação fiscal, o prejuízo à Previdência Social e ao Fundo de Garantia, também levantado pelos técnicos na época, baseado em números da RAIS, é preocupante, Paim!

A gente luta pelo reajuste do aposentado aqui, pelo o fim do Fator Previdenciário... E o senhor pode ver que, na próxima lâmina – vou pular essa, porque não dá para detalhar –, a gente tem uma dificuldade muito grande. Por quê? Por causa daquela outra cultura, que é enganosa também, do déficit da Previdência Social.

Há dados comparativos que mostram que o resultado da não fraude desses recursos poderia contribuir para um reajuste mais digno para os aposentados e pensionistas e, quem sabe, no futuro, que é o nosso grande sonho, o fim do Fator Previdenciário.

Então, as nossas considerações finais são essas: que a inspeção e o Ministério Público continuem alertas, atuando. Acho que por isso, Deputado Laercio e Senador Paim, que não se deve esgotar essa conversa aqui. Se há preocupações técnicas, que se resolva tecnicamente junto ao Ministério do Trabalho.

A Drª Vera é uma pessoa aberta, a equipe dela também está aqui. Mas, e o Lupi? O Lupi nem está mais lá; hoje é outra administração. Tem a Drª Zulmara, que também pode atender. Agora, ficar martelando, dizendo que não dá, que é impossível, chutando os dados... Outra coisa, Paulo Paim, a garantia que se tem... Estão denegrindo, na reportagem no jornal, por esse técnico... Não vou encher a bola dele, porque, às vezes, ele fala pela CNI, às vezes, ele fala pela USP, dizendo que esse comprovante que pode ajudar o trabalhador na Justiça – e foi dito aqui na Mesa também – chama-se “papelzinho”. Então, uma reportagem cheia de ironia, de coisas ridículas, o que nos deixa indignados.

Precisamos de transparência. Se há problemas, que se estude, que se discuta. A gente tem uma comissão tripartite no Ministério do Trabalho que discute a

segurança e a saúde do trabalhador, não é, Drª Vera? Por que não sentar e discutir de novo?

Agora, Senador Paulo Paim, encerrando, eu digo que o Movimento Sindical apoia e defende a manutenção da portaria. O que não podemos, Senador Paulo Paim, é deixar que a arbitragem fique por conta do Supremo Tribunal Federal. Acho que o Senado Federal, esta Casa, tem a competência necessária para resolver esse ajuste que está acontecendo com relação ao registro eletrônico, que é o relógio de ponto eletrônico.

Muito obrigado pela oportunidade.

Colocamo-nos à disposição dos companheiros.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, colocando a sua posição e aproveitando para defender o fim do fator e uma política de valorização dos aposentados.

Só uma frase, pois é um tema que não consigo deixar de falar. Acho que não tem uma pessoa de bem neste País que seja a favor do fator previdenciário. Quem é a favor do fator tem de ser do mal; não é do bem, é do mal mesmo. Como é que você pega o único setor da Previdência que efetivamente não tem problema nenhum, em que o superávit, em média, chega a dar 20 bilhões, e diz o seguinte: “vocês terão os mesmos cálculos dos outros, só que depois cortaremos pela metade o salário de vocês”. Isso é muita maldade! É crueldade! Não sei mais o que faço, mas, se Deus quiser, não morro sem acabar com o fator. Que Deus me ajude, que eu não leve isso comigo, porque, senão, mesmo no caixão, estarei dizendo: abaixo o fator, abaixo o Fator!

Eu não queria aqui interferir, porque estou mediando, mas, nesse tema, não tem como. Vamos lá, para dar tempo para o debate.

Passo agora a palavra ao representante da União Geral dos Trabalhadores, o líder José Gonzaga da Cruz, que substitui aqui o Presidente Ricardo Patah.

Dez minutos mais cinco.

O SR. JOSÉ GONZAGA DA CRUZ – Quero saudar o nobre Senador da República, quero saudar o Deputado Federal, quero saudar o meu companheiro e amigo, José Augusto, quero saudar aqui o Dr. Renato.

Digo que especialmente para nós, trabalhadores, não interessa que sistema seja. Sou diretor do Sindicato de Comerciários de São Paulo, que congrega 500 mil trabalhadores. Hoje, os comerciários são a maior categoria do País, com um contingente de algo em torno de 10 milhões de trabalhadores. Nós fizemos parte desse grupo. Se isso não avançou, nobre Senador, plateia aqui presente, não foi por parte da bancada dos Trabalhadores, não. Foi porque, no nosso entendi-

mento, com o devido respeito – e há pessoas aqui da parte patronal que também fizeram parte desse grupo e, estranhamente, não se colocaram aqui para falar, porque, obviamente, devem ter sido escolhidos outros representantes – eles queriam, a nosso ver, apenas e tão somente dinamitar a portaria, ou seja, derrubá-la.

Quero falar em nome desses 500 mil trabalhadores de São Paulo. Falou-se aqui em regime quase escravo. Vivemos quase num regime de semi-escravidão. Lamentavelmente, estamos dando pulos significativos, cambalhotas, no sentido de escravizar uma categoria que é a maior do País e que detém, hoje, mais de 30% do PIB do País. Não são os metalúrgicos, são os comerciários.

Portanto, se isso não avançou não foi por conta da bancada dos trabalhadores. A nós não interessa – e vou nominar, nobre Senador e demais presente – se foi por conta de Dimas de Melo Pimenta, porque não fomos lá para defender Dimas de Melo Pimenta, como não fomos para defender pequena e média empresa. Fomos lá para defender um sistema capaz de trazer credibilidade nessa relação capital/trabalho. Fomos lá imbuídos dessa intenção, dessa vontade e dessa disposição. Não avançamos por conta de retrocessos de parte da categoria patronal, que chora, chora, chora, só quer, só quer e não quer repassar absolutamente nada.

Eu me senti contemplado, Dr. Renato, com a fala do senhor. Quando o lado patronal disse aqui que seriam necessários R\$6 bilhões de reais para implantar o sistema e o senhor colocou que os trabalhadores deixaram de receber R\$20 bilhões, constatamos que ainda há um superávit a nosso favor de R\$17 bilhões.

Para mim e para os trabalhadores do Brasil, nobre Senador, autoridades aqui presentes, não interessa que sistema seja, interessa que diminuam as ações promovidas na Justiça do Trabalho. Se se criar um sistema capaz – e não nos interessa quem criou o sistema – de trazer essa melhoria na relação, de trazer essa credibilidade entre patrões e empregados, Senador, indiscutivelmente, é o que defendemos, é isso o que queremos para o Brasil.

Não devemos nos comparar com a China, porque o regime lá é de escravidão mesmo. Por que não nos comparamos com as melhores nações do mundo nessa direção? Por que nos compararmos com a China? É isso o que os senhores querem?

Encerro dizendo que para o movimento sindical brasileiro é importante ter um sistema, não sei qual, não sou adivinho, não sou “bidu” nem caçador de problema, não resolvo todos os problemas do mundo, mas um sistema em que se possa, de forma concreta, ter uma melhoria nessa relação, e que o trabalhador, in-

discutivelmente, receba o que lhe pertence, o que lhe é devido por direito.

Nós representamos uma categoria que trabalha, em média, 56 horas semanais. Então, somos pela manutenção de um sistema, seja REP, seja qualquer sistema, que possa trazer uma credibilidade nessa relação. Aí, sim, temos de sentar, não é, Dr. Alan? E o doutor lá atrás, da CNI, da CNA... Sempre defendi isso no grupo de trabalho e, às vezes, fui mal compreendido. Temos de encontrar essa solução, sentar e resolver isso.

Agora, se tiver o documento que possa garantir aos trabalhadores que eles receberão, indiscutivelmente, esses R\$20 bilhões, que vão trazer benefício, inclusive, para a categoria profissional, para a categoria empresarial, que irá comprar onde os senhores produzem, é isso o que importa.

Vamos melhorar o País, trazendo-o para a legalidade, trazendo essa relação para um sistema mais original e mais legal.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. José Gonzaga da Cruz, representante da União Geral dos Trabalhadores, substituindo o Presidente Ricardo Patah.

Eu gostaria de fazer uma justificativa: haviam me alertado antes que a CNA está preocupada também com o tema, que gostaria de estar aqui no debate também, mas uma assessora me informou que, infelizmente, por motivo de voo, quem deveria vir está no Paraná e por isso não pôde estar conosco neste momento.

Então, está justificada a não presença da CNA, uma vez que o aeroporto do Paraná estava fechado, complementa o nosso Deputado.

Vamos para a última Mesa.

Convido os nossos painelistas a retornarem para a primeira fila no plenário.

Agradecendo a todos, de pronto, chamo o Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Chamo também a Dra Vera Albuquerque, que já esteve conosco em outros momentos e representou muito bem o Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto. A Dra Vera Albuquerque é Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, substituindo aqui o nobre Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Chamamos também Sr. Roberto Miguel de Oliveira, representante da CUT, que aqui representa o Presidente Artur Henrique da Silva Santos.

Convidamos também para estar à mesa o Sr. Joaquim Rodrigues Nascimento, Procurador do Trabalho da PRT da 10ª Região – DF/Tocantins, em substituição

ao Sr. Luis Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho.

Convidamos também a Srª Ledja Austrilino Silva, Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando aqui o Presidente Calixto.

Espero que todos estejam sentados à mesa para que a gente possa, de imediato, começar dando a palavra ao nosso Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Em seguida, vamos para os debates, dizendo a todos os painelistas que aqueles que estiverem conosco até o encerramento terão direito de usar a palavra mais uma vez.

Dr. Sebastião, por gentileza.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Bom dia, senhoras e senhores. Quero cumprimentar de forma muito especial o Senador Paulo Paim, o Deputado Laercio, os integrantes da mesa, os eminentes manifestantes das mesas anteriores, todos os presentes e também os que nos ouvem pela Rádio Senado e nos veem pela TV Senado.

Venho aqui para falar em nome dos membros do Ministério Público do Trabalho, trazer algumas contribuições. Na linha do que foi dito pelo Dr. Renato, da Anamatra, nós também sentimos que é um dever comparecer, sempre que convidados a esta Casa, bem como à Câmara dos Deputados, para debater temas de interesse direto dos trabalhadores.

Pretendo aqui trazer um pouco da experiência dos membros do Ministério Público no dia a dia. Vou buscar centrar a minha intervenção nisso.

Queria iniciar dizendo, como foi feita menção a decisões judiciais, que o Ministério Público, por força do seu ofício, tem de acompanhar nos tribunais os julgamentos, e essa matéria, em especial, é um tema que sempre requer uma manifestação do Ministério Público quando ventilada, principalmente, em mandado de segurança. Essa, a referência que foi feita a liminares pelo representante da Confederação Nacional das Financeiras, salvo engano.

Queria dizer que a leitura que temos dessa matéria é distinta. A verdade é que algumas liminares foram concedidas e outras poderão ser, porque é da natureza do sistema judicial o convencimento de cada juiz. Agora, como bem destacado pelo nosso colega da Anamatra, o STJ, Tribunal de nível nacional, atestou a legalidade da portaria e, pelo que temos acompanhado, a maioria das manifestações judiciais País afora têm sido nesse sentido.

Inclusive, quando o Dr. Damião faz referência à liminar e à sentença que foi proferida no tribunal do Rio Grande do Sul, quero só atualizar que essa liminar e também a sentença foram reformadas no Tribunal. Tra-

go aqui a ementa do recurso ordinário interposto pela União e também de ofício, em que foi dado provimento ao recurso. E, no caso citado da 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, tenho outros tantos pronunciamentos judiciais, Senador Paulo Paim – e vou apresentar alguns daqui a pouco em uma lâmina –, são em sentido distinto, não referendando essas liminares e, ao contrário, atestando a legitimidade da portaria.

Quero destacar isso neste momento inicial, Senador, justamente porque os empresários, a meu ver de maneira equivocada, apostam as suas fichas no Parlamento, na Câmara e no Senado, para derrubar, a nosso ver, pela via inadequada e por uma proposta inconstitucional, a portaria.

O Dr. Renato bem destacou que essa portaria foi editada por uma delegação legal, da própria lei, portanto, e fruto de um instrumento normativo, votado na Câmara e no Senado e sancionado pelo Presidente da República. Nos estritos limites dessa delegação, nos estritos limites da competência atribuída ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi editada uma portaria. Portanto, não houve nenhuma usurpação, não houve nenhuma extrapolação de competência. E, por isso, quero destacar, a pretendida suspensão dessa portaria por meio desse projeto de decreto legislativo é, com todas as vêrias, inconstitucional.

O art. 49, inciso V, dá o poder de “sustar atos do Executivo que desbordem da competência a ele atribuída”. Não é o caso dessa portaria, que foi instituída – e a Justiça tem atestado isso – nos estritos limites da competência atribuída pela legislação, especificamente a CLT, art. 77, §2º.

Quero me valer também de uma apresentação, que não é minha, mas do já citado José Tadeu, que, pela sua riqueza e pela competência com que foi feita, resume um pouco os dados que nós, membros do Ministério Público, temos verificado nos procedimentos e inquéritos que tramitam no Ministério Público do Trabalho. Embora eu faça referência ao mesmo trabalho já apresentado nesta Mesa, vou utilizar partes distintas dele.

Quero chamar a atenção principalmente, fazendo referência também às manifestações que foram feitas, principalmente pela representante dos fabricantes, para os problemas que constatamos – e eles são de fácil constatação – nos registros hoje existentes.

Inclusive, há um artigo de dois Magistrados trabalhistas, a que faço referência, que vai na linha de que os registros de ponto comercializados antes da portaria são totalmente passíveis de tratamento de dados, como já foi destacado aqui na mesa anterior, e vou procurar demonstrar aqui que, efetivamente, têm sido objeto de

fraudes. Temos inúmeras ações judiciais do Ministério Público do Trabalho combatendo essas fraudes.

Os diversos fabricantes – e isso são pesquisas da Internet – chamam a atenção e, na verdade, até comercializam estas facilidades: a facilidade de alterar a marcação, a facilidade de impossibilitar a marcação, como também foi já hoje mencionado aqui. São inúmeras as empresas em que se constatou isso.

Então, o sistema atual, sem a certificação e sem os cuidados impostos pela portaria, leva a esse tipo de fraude que uma rápida pesquisa na internet possibilitou verificar. E aqui a Mesa anterior também trouxe até mesmo a confissão de um representante de uma empresa, quer dizer, as opções de marcação totalmente adulteradas ou com possibilidade de adulteração.

Então, o sistema atual – está aí amplamente demonstrado – não serve. Insisto: esses pontos extraídos da Internet são objeto de comprovação, inclusive em inquéritos civis e ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público, o que, com a devida vênia, põe por terra a afirmação dada aqui e veiculada por jornal de que não há autuação de fraude ou de constatação de fraude no ponto eletrônico, porque essas próprias autuações também são objeto de prova nessas ações que foram ajuizadas.

Vejam: são muitas as empresas em que se constata isso. Todas elas passíveis de serem encontradas na Internet. Há uma que apresenta até um passo a passo da fraude. São indicações de como se pode fabricar o “ponto britânico”, bloquear etc.

Então, a situação como está hoje, Senador, não é possível e leva àquela sonegação absurda já citada aqui hoje da ordem de R\$20 bilhões/ano. São dados também desse estudo, afora o prejuízo também decorrente das verbas de INSS. São mais R\$20 bilhões de horas extras não pagas; R\$1,6 bilhão de FGTS; mais R\$4 bilhões de Previdência Social. E só essas horas extras não pagas dariam para criar quase um milhão de empregos no País.

São questões que encontram pronunciamentos judiciais. O sistema atual leva, isso sim, a uma total insegurança jurídica, porque os pronunciamentos da Justiça do Trabalho são muitos e repetidos no sentido de rejeitar qualquer validade ao atual sistema de controle de ponto, melhor dizendo, ao controle de ponto anterior à portaria, porque o atual controle de ponto é o da portaria.

Muito foi dito aqui, hoje, que a sua vigência foi adiada por cinco vezes, como se isso fosse defeito. Isso, na verdade, atendeu a um anseio da categoria dos empresários. E eu participei, desde o início, representando os membros do Ministério Público, da discussão que ocorreu no âmbito do Ministério do Tra-

balho e Emprego, numa comissão tripartite e com a participação de outras entidades, buscando justamente a superação das pretensas falhas e dificuldades que havia no sistema.

Não se modificou o sistema... Na verdade, até houve uma modificação pontual de uma portaria complementar, porque os argumentos, com todas as vências, são totalmente improcedentes e não dão conta do quadro atual de sonegação de direitos, Sr. Senador Paim – e sei que é de muita preocupação de V. Ex^a –, com as implicações que a prorrogação de jornada tem na segurança e na saúde do trabalhador, que é de conhecimento de todos.

Nós temos, aí, as decisões judiciais a respeito da portaria, e eu tenho aqui um sem-número de decisões judiciais que eu posso deixar com V. Ex^a, recolhidas com colegas meus no Ministério Público em ações civis públicas, em acordos, em termos de ajuste de conduta, onde se comprova, se reconhece, se confessa que o registro atual de ponto é passível de fraude e, infelizmente, é fraudado no cotidiano.

Para encerrar, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, só quero fazer referência, mais uma vez, às notas que a ANPT produziu – e tenho acompanhado isso desde o início –, chamando a atenção para o fato de que esse sistema, primeiro, vai na linha do dispositivo constitucional para o qual eu não me canso de chamar a atenção. Nós temos que lembrar que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos – está no art. 1º da Constituição – “a dignidade da pessoa humana e a valorização do trabalho humano”. E, em qualquer decisão que este Parlamento ou qualquer outra instituição tome, tem que ter sempre isso em mente. Um controle de jornada deve importar – e não negamos – custos para as empresas, mas os custos sociais estão aí. Eles podem ser suportados pela classe trabalhadora, mas e os empresários? Eles não podem ter também os seus custos? Podem e devem para a preservação do bem maior, que é a valorização do trabalho humano.

Na verdade, o caminho do empresariado foi outro: foi apostar contra a portaria o tempo inteiro. Com as sucessivas prorrogações, chegou-se a um ponto em que se pensou que ela efetivamente não teria validade. Se hoje existe marcação de ponto que está na ilegalidade, é por inércia das pessoas que tomaram as providências, porque a portaria, como foi dito aqui, é de 2009. Não há nenhuma ilegalidade na portaria, como destacamos nas notas.

Para encerrar, Senador Paulo Paim, senhoras e senhores, eu quero dizer que a intenção dos membros do Ministério Público em fazer essa defesa veemente da portaria é no sentido fazer a defesa do cumprimento da legislação. A gente sabe que a maioria dos empresários

cumpre fielmente a legislação, mas, infelizmente, há alguns que não a cumprem, com efeito deletério muito grande para aqueles que cumprem, porque introduz um componente perverso de concorrência desleal.

Então, Sr. Senador, reitero, mais uma vez, que a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho está à disposição para o debate. Sempre que tivermos oportunidade, estaremos aqui para debater este e qualquer outro tema, mas sempre chamando a atenção para os valores constitucionais maiores, que nós nunca podemos deixar de ter presentes na discussão, principalmente quando se trata dos direitos dos trabalhadores.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que também, por diversas vezes, esteve conosco e hoje está aqui mais uma vez.

Passo a palavra à Dr^a Vera Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, que substitui aqui o Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, Ministro do Trabalho.

A SR^a VERA ALBUQUERQUE – Muito obrigada, Senador. Parabenizo-o por esta oportuna audiência pública. É sempre importante discutirmos o que pode ocorrer, o que pode haver alguma precariedade no âmbito deste Senado. E o senhor está sempre defendendo os direitos dos trabalhadores, como o Ministério do Trabalho, como a Inspeção do Trabalho o fazem por obrigação legal.

Também foi por obrigação legal que o ponto eletrônico foi criado. Em 1989 – vejam vocês que há mais de 20 anos –, a lei já falava que o Ministério do Trabalho regulamentaria o ponto eletrônico. Na época, ele não foi feito porque não se sabia que caminho ia tomar. E pensamos do lado positivo: isso vai ajudar o trabalhador, vai dar mais segurança. E o caminho que nós encontramos – porque a Inspeção do Trabalho tem a obrigação de ir à empresa que frauda, tem a obrigação de ir aonde ocorre o problema. Nós não somos uma inspeção do trabalho que certifica empresas; nós vamos controlar, ajudar o direito do trabalhador, para defender o trabalhador. E o que nós vimos já foi mostrado aqui, diversas vezes.

A criação do ponto eletrônico foi um dos avanços que a Inspeção do trabalho tem visto e tem sido extremamente premiada. Em 2010, esse sistema ganhou o prêmio do e-Governo. Este ano – vou deixar com o Senador também – ganhamos um dos prêmios do Concurso Inovação da gestão pública federal. Quem

tirou o primeiro lugar foi o e-Governo da Receita Federal, que também acompanha.

Como o Juiz Renato também comentou aqui, todos os órgãos públicos – Receita, o próprio Judiciário – estão trabalhando na modernidade. Nós temos que avançar o tempo todo, e a entrada para a via eletrônica não tem volta. Isso em todos os campos – tanto do Direito como da Receita, como do financeiro. Há problemas no campo eletrônico, na guarda, no levantamento de dados? Isso tem sido modificado a cada mês. Quem trabalha com eletrônica sabe que, a cada seis meses, há uma nova geração de computadores, de controles.

Falaram em pouca memória, de cerca de cinco anos, não sei. A memória do ponto eletrônico está prevista para durar até cem anos. E tenho certeza de que, daqui a seis meses, será mais tempo ainda. Então, muitos dos problemas técnicos que foram mencionados estão absolutamente superados. É interessante como, às vezes, um equívoco, repetido à exaustão, vira lenda urbana, e, do ponto eletrônico, existem várias lendas urbanas. O Deputado Laercio disse muito bem: pode-se inventar dados, que, repetidos, começam a parecer fatos, que não são.

O ponto eletrônico, senhoras e senhores, tenho certeza, não tem volta. Grande parte das empresas já o está aplicando, inclusive quando não era obrigatório para área nenhuma. E por quê? Porque lhes dá segurança jurídica, porque diminui o conflito entre a pessoa que vai controlar o ponto do empregador e o próprio empregado que não tinha direito de usufruir suas horas extras. Empresas que estão absolutamente inseridas na modernidade, como Ambev, que comprou empresas até nos Estados Unidos, usam o ponto eletrônico sem ser obrigada; C&A, grandes empresas de comércio, Carrefour e uma quantidade enorme.

O Ministério do Trabalho incluiu isso. E vocês não imaginam como isso resolveu o problema dos administradores. Eu faço o ponto eletrônico. Do DAS-4 para cima, os cargos de chefia altos não teriam necessidade de fazê-lo. O Ministro Paulo Pinto, a quem parabenizo, também atende o ponto eletrônico. Nós damos o exemplo aos nossos colegas. E os colegas todos, no início, reclamaram, porque qualquer inovação tira as pessoas da sua zona de conforto. A CNI, que está aqui representada pelo Sr. Emerson Casali, a quem respeito demais, defende o não uso do ponto eletrônico, mas a maioria das indústrias já o utilizam. As grandes fábricas todas já têm ponto eletrônico ou fizeram um acordo coletivo que permite o ponto alternativo.

O Ministério do Trabalho foi aberto e ainda está aberto – estamos sempre abertos – ao diálogo. Como disse o colega do Fórum Sindical, o Ministério do Tra-

balho e as sindicais todas acordaram. Realmente fizemos o grupo tripartite. Todas as Centrais estiveram de acordo com a aplicação imediata da portaria. Isso foi unânime, com todas as diferenças que eles têm sobre outros pontos. Por quê? Porque o trabalhador quer ver seus direitos preservados como nós. Nesse grupo de trabalho, infelizmente, não foi possível aceitar nenhuma das sugestões dos empregadores, porque não houve uma oportunidade de evoluir em algum sentido diferente. Eles queriam a revogação da portaria.

As inovações que haviam sido pedidas pelas Centrais foram aceitas, como é o caso da Portaria nº 373, que permite o controle de ponto eletrônico alternativo desde que haja um acordo coletivo de trabalho. Se a Central, se o sindicato que representa aquela fábrica diz que lá não há problema, que lá está resolvido, pode ser aceito – e o é – nas grandes fábricas, como também em grandes lojas e, como já exemplifiquei aqui, nas empresas do mundo moderno. Elas já aceitam. Até o controle da sua própria produção eletronicamente já vai para a Receita, como todas as fábricas de cerveja. Toda a produção que sai já sai pronta e o controle já vai para a Receita.

Daqui a algum tempo, essa discussão já vai ser ultrapassada pelos próprios sistemas da Receita. A Receita está trabalhando, além, do e-processo, que foi premiado agora nesse Prêmio Inovação... Todo processo administrativo da Receita agora é eletrônico. O Judiciário também já tem isso muito adiantado. E isso traz a inovação para tudo. Daqui a pouco, o próprio ponto eletrônico não precisará ser guardado na memória do REP; ele já vai para um provedor grande que vai centralizar tudo. A folha de pagamento será unificada e eletrônica, o registro de ponto e o controle da jornada de trabalho. Então, esses são pontos que evoluem normalmente, como esse sistema está evoluindo.

Mas eu tenho certeza de que, para o Poder Judiciário, não tem volta: quem usa o ponto eletrônico da Portaria nº 1.510 tem presunção de veracidade; é respeitado em qualquer ação judicial que ali se ingresse.

A indignação do colega que representa o GT eu entendo bem. Ele disse que o comerciário faz 56 horas de trabalho semanais. Não duvido de que a maioria faça. E, para nós, da fiscalização, como eu disse a vocês, infelizmente, faz parte do nosso trabalho estarmos expostos a erros, a infrações. Nós existimos para isso, para tentar resolver; não de forma orientadora. É obrigação do auditor fiscal do trabalho autuar cada infração que ele constata, mas, durante a ação fiscal, mesmo autuando, nós orientamos para o atendimento.

Quando nós encontramos uma empresa que tem o ponto eletrônico da Portaria nº 1.510, a ocupação que nós damos ao gerente ou à empresa fica muito

simplificada e muito rápida. Com um *pen drive* nós recolhemos toda aquela movimentação e verificamos isso depois com a folha de pagamento.

Há um engano muito grande sobre isso na reportagem do *Estadão*. Não há realmente nenhum auto de infração sobre a máquina do ponto eletrônico, sobre o equipamento. O auditor fiscal do trabalho examina os direitos trabalhistas, a legislação, nunca o equipamento. Quem vai verificar e fiscalizar o equipamento é o Inmetro.

O Inmetro não vai trabalhar conosco a partir de 2013. A esse respeito, vou deixar também aqui o extrato do convênio que está pronto, o acordo de cooperação técnica. Estamos trabalhando em conjunto com o Inmetro já. O Inmetro concordou com todas as certificações que já existem. Não são poucos os modelos certificados; são cerca de 180 modelos já certificados. É lenda urbana que existem poucos; é lenda urbana que custe muito. Não! Há pontos eletrônicos (REP) a partir de R\$1.200,00. E todo equipamento precisa ser mudado, mesmo o que já existe.

Como disse o Juiz Renato, representante da Anamatra, é uma opção; ninguém é obrigado a usar, mas, usando, que seja algo que não seja “corrigível”, porque é o que nós encontramos. Nós trabalhamos com a exceção? Não. Mas nós somos expostos à exceção, à fraude, ao erro o tempo todo. É nossa obrigação legal estar lá para corrigir, para atender as denúncias.

Os REPs certificados, como eu disse, são mais de 180. Quantos foram vendidos? Mais de 360 mil. Não vou entrar em discussão entre a Abrep e outros vendedores. Não trabalhamos com isso; nós trabalhamos com os direitos dos trabalhadores. Mas se existe uma discussão entre setores da indústria? Sem dúvida, isso existe também. Mas o importante para nós é que, desde 2009, as empresas tiveram três anos para se adaptar. Todas as oportunidades de diálogo foram dadas e continuarão a sê-lo. Nós estamos abertos para compor outro grupo para tratar dos problemas da implantação. Assim como, por exemplo, as nossas normas regulamentadoras são normas vivas e são constantemente modificadas e existem... Não sei se algum dos presentes faz parte de algum CPN – Comissão Permanente Nacional... Você faz parte? Pois bem. Constantemente elas podem ser modificadas. A nossa legislação também tem que ser uma norma viva e se adaptar às mudanças que existem.

Sobre o teletrabalho, como já disseram aqui, da Lei nº 12.551, de 2011, é muito parecido até com o que o auditor fiscal do trabalho faz. Eu trabalho internamente, como meus colegas na CIT trabalham internamente, e todos nós colocamos o dedinho lá e marcamos o ponto eletrônico. No início estranharam?

Estranharam sim, pois passaram a ter controle quando antes tinham total liberdade. Mas, para nós, foi ótimo, e para eles também, porque agora eles têm as horas extras deles. Quem trabalha mais tem direito a usufruir a hora extra e não vir o dia que quiser, de pedir aquele dia como dia livre. Então, isso traz muita tranquilidade.

E nós, que somos os gestores da turma, daquele equipe que trabalha internamente, nós temos muito mais liberdade. Eles não ficam discutindo conosco, com os gestores; ele vai discutir com a máquina. Se ele fez o trabalho todo dele, ele tem o direito a usufruir horas extras. Quem trabalha fora, como auditor fiscal do trabalho, que trabalha na rua, não precisa de ponto eletrônico. Não tem ponto eletrônico em casa, não tem controle, não existe isso. E a legislação já prevê isso no art. 74, § 3º. O trabalho externo é feito com papeleta ou ficha. Isso está completamente definido. O que é isso? Pode ser um ponto assinado. É perfeitamente possível. Essa lei não mudou nada do teletrabalho. Simplesmente, a CLT reconheceu algo que já existia.

Então, as autuações, como foi dito aqui, do ponto eletrônico não existem porque as autuações são sobre jornada, porque é a jornada que nós vamos ver. O trabalhador está sendo pago pelas horas extras que fez. Ele fez excesso de horas extras? Normalmente, quando ele faz mais de duas horas extras por dia, nós temos de dar três autos de infração, porque quando ele faz excesso, mais de duas horas extras, muitas vezes ele não tem o descanso entre duas jornadas de 11 horas e muitas vezes não tem o sábado e o domingo, o descanso semanal remunerado.

Portanto, o controle correto e o ponto eletrônico, do jeito que é, constitui uma ajuda para os bons empregadores. É como disse o colega Sebastião Caixeta: é algo que vai colaborar com a segurança jurídica das empresas. Quando houver uma ação judicial – porque trabalhador também poderá estar fazendo exigências descabidas, e muitos advogados fazem ações judiciais pedindo indenizações milionárias – vocês vão ter a segurança da prova. O que não têm. Normalmente, muitas vezes, é por meio de testemunhos que os trabalhadores se defendem, e alguns empregados também ficam mancomunados para exigir indenizações milionárias. Vocês vão estar protegidos contra isso.

Então, como falamos já, a negociação da Portaria 373, essa do acordo coletivo de trabalho, já é uma demonstração de que o Ministério estava aberto e escutou as centrais, assim como o grupo tripartite que funcionou durante 2001, e de que nós estamos dispostos a continuar a conversar para implantação completa de quem tem dificuldade. Vocês sabem que a última modificação, o último adiamento não foi um

adiamento, foi um escalonamento para as atividades que apresentaram mais dificuldades.

Os concorrentes, como vocês falaram, China, Índia, Coreia, não estão rindo; sabem o que eles estão fazendo? Estão nos chamando, chamando a Inspeção do Trabalho para mostrar para eles qual é o controle que eles precisam fazer. Eu fui à China ano passado, estivemos na Índia, a Drª Ruth Beatriz Vilela, nossa antiga secretária, também. Por quê? Porque esses países, no mercado internacional, estão sendo vistos como tendo mão de obra escrava. Eles querem mudar essa ideia. Não é por bondade, não é por proteger o trabalhador, é por aceitação no mercado internacional. Vocês sabem disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VERA ALBUQUERQUE – Exatamente.

Então, eles estão nos procurando para troca de informação. Eles não estão rindo, eles estão procurando copiar o que nós fazemos.

Também na África do Sul, que está indo pelo mesmo sistema, já nos pediram a cooperação técnica, não só sobre inspeção do trabalho, mas sobre o combate ao trabalho escravo, sobre o combate ao trabalho infantil, sobre trabalho marítimo. Nós estamos sendo exemplo.

Essa memória, como eu disse, também foi outro ponto...

Eu estou aproveitando, em vez de fazer uma apresentação que tenho – são quatro ou cinco apresentações atualizadas sobre ponto eletrônico – estou procurando responder às dúvidas que foram apresentadas.

Cadastramento, exclusão no cadastro, colegas, é facilímo de fazer. É por meio eletrônico. A certificação é simples. Agora está passando para o Inmetro, justamente porque nós não queremos inspetor do trabalho cadastrando empresa ou dando certificação para ninguém. Essa não pode ser função do inspetor. O inspetor tem de estar na rua, fiscalizando, dando, protegendo os direitos trabalhistas do trabalhador.

Por isso que insistimos com o Inmetro, que já tinha sido consultado antes, não era oportuno para eles entrar nesse sistema, mas, depois que a discussão foi para a Casa Civil, houve a oportunidade de o Inmetro participar. Estamos trabalhando em conjunto o tempo todo com eles. Inclusive já fizeram, há pouco tempo, uma reunião para todos os interessados, para os órgãos técnicos lá no Rio de Janeiro, de que eu participei. Em maio, há outra rodada de esclarecimentos.

Ou seja, quero mostrar a todos que somos intransigentes, a Inspeção do Trabalho e o Ministério do Trabalho, só na defesa do direito do trabalhador. Só nessa defesa. Nos outros pontos, estamos abertos. Porém, existe uma frase que não é das mais jurídicas, não é a norma mais culta, e a Receita fala muito isso também,

mas que é: não vamos chamar a raposa para cuidar das galinhas. Então, quando há necessidade de defender um direito do trabalhador, nossa ligação maior é com as centrais, é com os trabalhadores, e não com os empregadores. Mas os empregadores são consultados, como foram durante o ano de 2011, e as portas da SIT estão abertas para vocês me procurarem, para conversarmos. Atendo a todos que agendarem isso comigo e estou indo a todas as palestras onde nos chamam para esclarecer que o ponto eletrônico da Portaria 1.510 colabora com o trabalhador, fazendo com que o trabalhador realmente receba pelas horas extras executadas – nisso sou solidária com o colega da UGT, ele tem toda razão em ficar tão indignado – mas também atende ao empregador. A quantidade de empresas que já estão aplicando REP, mesmo antes de serem obrigadas, é enorme. Mais de 100 mil empresas já estavam atendendo. É opção.

Pode haver uma modificação? Pode. A informática muda a cada seis meses, às vezes até em muito menos tempo que isso, e nós estamos abertos para evoluir; na Inspeção do Trabalho, graças a Deus, temos concursos muito procurados, temos um salário alto, temos de trabalhar bem para defender bem o trabalhador. É por isso que criamos esse sistema. Tem sido premiado; tem sido premiado e tem sido exigido. O que também se necessita é o Brasil ser respeitado também internacionalmente como modelo de país que respeita seus trabalhadores. Então, essa é a nossa ideia: defender os direitos dos trabalhadores.

Uma consequência muito positiva é o aumento da arrecadação de governo e o bom uso disso, diminuir a dívida da Previdência com aumento de arrecadação e aumentar o recolhimento do FGTS para o Minha Casa, Minha Vida, para as obras de infraestrutura. Isso faz bem a todos nós. Fazemos parte da sociedade, e é nossa obrigação atender à sociedade proporcionalmente ao que nós recebemos, ou seja, com muito trabalho, e para isso a Inspeção do Trabalho está sempre aberta; sempre aberta para defender o trabalhador, para dialogar com os empregadores e para construir a evolução do Brasil.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Vera Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, que representou aqui o Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto.

De imediato, vamos ao representante da CUT, que fala em nome do Presidente Artur Henrique, o Sr. Roberto Miguel de Oliveira.

O SR. ROBERTO MIGUEL DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Quero saudar o companheiro Senador Paulo Paim, primeiro secretário da Central Única dos Trabalhadores, esteve na nossa fundação e foi nosso primeiro secretário-geral. É sempre um orgulho e uma honra muito grande estar em qualquer audiência com o companheiro Paulo Paim.

A direção nacional da Central Única dos Trabalhadores se reuniu e tirou uma nota, por unanimidade, de apoio à Portaria 1.510 do Ministério do Trabalho.

Antes de ressaltar alguns pontos que achamos importantes na defesa da portaria, eu gostaria de saudar e parabenizar a nota distribuída agora pelas três entidades, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) e o Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores fiscais do Trabalho). A Central Única dos Trabalhadores recebeu essa nota agora. Estamos tendo contato com essa nota agora, mas não temos dúvida nenhuma em dizer que concordamos com todo teor da nota. Estamos até à disposição para, após uma rápida conversa, assinar essa nota, porque concordamos com todo seu teor. Mais do que isso, fazer nossa a palavra dessas três entidades que estiveram aqui, dos seus três representantes, dizer que a posição da Central Única dos Trabalhadores vai na linha do que foi dito por essas três entidades.

É importante ressaltar que o sistema de ponto, hoje, no Brasil, seja ele manual, mecânico ou mesmo eletrônico, tem causado grandes prejuízos para os trabalhadores. E, aí, vários dados foram levantados, com números de processo etc. – não vou ficar repetindo – mas é importante ressaltar que o sistema atual é falho e tem trazido inúmeros prejuízos para os trabalhadores.

Importante ressaltar que, portanto, por causa disso, inúmeras, inúmeras ações tramitam no Judiciário, e os trabalhadores têm ganhado a grande maioria de suas causas com relação às horas extras. Isso porque, no sistema atual, somente uma parte envolvida na relação de trabalho é que tem efetivo controle, que são os patrões, porque os trabalhadores, os fiscais e qualquer outra parte envolvida nessa discussão não têm o efetivo controle. É o patrão que tem o controle da jornada, que tem o controle do registro da jornada, e isso causa problema, que acaba chegando ao Judiciário, provocando essas inúmeras ações judiciais, que normalmente levam à vitória dos trabalhadores, comprovando que o sistema, efetivamente, não funciona.

Ressaltar também que o não pagamento correto dessas horas extras trabalhadas – isso já foi dito, mas é importante ressaltar – configura prejuízo para o Fundo de Garantia e para o INSS, o que não é pouco, o que

já seria uma justificativa muito grande, além de todas as outras justificativas já levantadas aqui.

Por fim, ressaltar que esta Casa, ao pensar a possibilidade de sustar os efeitos da portaria – e aí ressaltando algumas falas que foram ditas, de que a portaria é efetivamente legal, é efetivamente constitucional e que as ações ou as liminares que existiam contra a portaria vêm sendo derrubadas – efetivamente fará um desserviço à relação capital/trabalho, a relação entre trabalhadores e patrões. Se há problema técnico, como muito bem disse a doutora, e efetivamente o há – mesmo quem defende a portaria não pode dizer que não há problemas técnicos, porque as mudanças são muito rápidas e a doutora do Ministério do Trabalho explicou isso muito bem – esses problemas têm que ser resolvidos. O Ministério do Trabalho – não tenho dúvida nenhuma – tem mecanismos de ir fazendo as modificações necessárias, para que a tecnologia não ultrapasse a legislação. Mas, se há esses problemas técnicos, eles não podem ser usados como desculpa para um efetivo controle da jornada de trabalho, como muito bem disse o companheiro do FST. Mais do que uma discussão de hora extra, essa é uma discussão de jornada de trabalho no nosso País e, efetivamente, é uma discussão ideológica, uma discussão que divide a sociedade ideologicamente. Por isso que o consenso é muito difícil, por isso que o grupo que existe no Ministério do Trabalho, que tem que continuar existindo, tem que continuar discutindo, tem que continuar aprofundando os problemas basicamente técnicos, em nossa opinião, que podem existir na portaria, tem que continuar existindo, tem que continuar discutindo, mas não temos dúvida nenhuma de que a portaria é um avanço fundamental para regulamentar a relação capital e trabalho no nosso País.

Não tenho dúvida nenhuma de que esta Casa saberá como tratar essa discussão, e sairá daqui uma recomendação, isso sim, para que esses problemas técnicos sejam aprofundados, sejam discutidos permanentemente, mas fortalecendo a posição do Ministério do Trabalho, expressa na portaria, de que, hoje, o controle da jornada de trabalho, o controle das horas extras no nosso País é falho e prejudica a parte mais fraca dessa relação, que são os trabalhadores do nosso País.

Reforço o apoio e a validade ou a importância do documento das três entidades que eu citei, da fala dos três presidentes das entidades, que a CUT concorda integralmente. Nós estamos à disposição para continuar esse debate, pedir, ou declarar as outras centrais sindicais, o UFST, que também façam essa discussão e assinem esse documento, porque eu acho

que quanto mais entidades assinarem esse documento mais fortalecerá a posição de defesa dessa portaria.

Então, a Central Única dos Trabalhadores não tem dúvida nenhuma em dizer que essa portaria é benéfica aos trabalhadores e democratiza um pouco mais a relação capital e trabalho no nosso País.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Roberto Miguel de Oliveira, representante da Central Única dos Trabalhadores, que falou aqui em nome do Artur Henrique, Presidente da CUT.

Vamos de imediato para o Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento, Procurador do Trabalho da PRT da 10ª Região.

O SR. JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO
– Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, pela oportunidade que dá ao Ministério Público, agradecendo de antemão o convite feito, em nome do nosso Procurador-Geral, Dr. Luiz Antonio Camargo de Melo; cumprimento todos os colegas na Mesa; cumprimento todos os sindicalistas presentes; parlamentares; colegas auditores fiscais do trabalho – também já exerci por três anos esse importante cargo no nosso sistema de fiscalização – especialmente o Sebastião Vieira Cai-xeta, colega do Procurador do Trabalho e Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Início falando sobre a questão da legalidade da portaria que foi expedida a respeito do registro eletrônico de ponto.

O art. 74 da CLT permite que o Ministro do Trabalho expeça – o Ministro ou alguém delegado por ele – instruções para, no caso de anotações de entrada e saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico para os estabelecimentos com mais de dez empregados.

Então, o que se poderia discutir seria algum excesso ou exacerbão quanto a essa forma como foi editada a portaria. Digo isso porque se você entender que não é excesso que a portaria esteja dentro dos limites para o qual o ministro tem essa legitimidade, o decreto legislativa, apenas para reflexão, não seria um instrumento hábil para essa discussão, porque, a meu ver, não há excesso nessa norma. Ela é perfeita, não vejo nenhum problema a não ser de adequação e discussão, como está sempre sendo dito aqui.

Nesse caso, se olharmos por esse aspecto, então o decreto legislativo não seria o melhor instrumento. Isso é apenas para reflexão e estudo. A discussão é válida? É, mas vejo que isso pode ter depois alguns reflexos, caso seja suspensa a portaria, o que espero que nunca aconteça.

Foi dito das dificuldades, dos excessos da Confederação Nacional Financeira. Eu não vejo excesso, porque a própria portaria admite os outros meios de registro, o manual, o mecânico e o eletrônico. Apenas o que veio a acontecer foi um aperfeiçoamento dessa forma de registrar jornada de trabalho.

Os fundamentos para a expedição dessa portaria estão na nota da ANPT, feita em conjunto com o Ministério do Trabalho e com a Anamatra. Esses fundamentos, não custa nada repetir, em resumo são: fraudes na apuração de horas extras, adulteração, horário britânico – já foi dito esse horário britânico.

O horário britânico, todos já sabem, a Justiça do Trabalho o repudia veementemente. O trabalhador não tem nenhum controle sobre aquilo ali. Ele é colocado lá, assina igual, e alguém até assina por ele. E nem assinatura também existe, mesmo porque não há obrigatoriedade da assinatura nem a pré-anotação da jornada.

Impossibilidade da obtenção de comprovantes da jornada de trabalho. Quanto a esses comprovantes, mesmo com o sistema implantado, não há obrigatoriedade de o trabalhador imprimir esses comprovantes. Mais na frente eu vou dizer o porquê, com relação ao ônus da prova que foi dito aqui.

Não pagamento das horas extras. Ainda que seja adotado o sistema que está sendo adotado, as horas extras poderão continuar não sendo pagas – outro aspecto a se ver, mesmo porque sou contra a feitura de horas extras. Eu acho que nem deveria haver essas horas extras. Nós vamos ver que isso causa grandes problemas na saúde dos trabalhadores, inclusive muitos acidentes de trabalho.

Não incidência das horas extras para o cálculo do Fundo de Garantia, INSS, Imposto de Renda, 13º salário, férias, repouso semanal remunerado e todas as verbas salariais. Já foi dito aqui com relação à negação de pagamento de horas extras, fonte do Ministério do Trabalho, de R\$20 bilhões. Então, não só os trabalhadores, mas a própria União tem grande prejuízo por causa desse não pagamento dessas horas extras.

Como auditor fiscal, que fui por pouco tempo, com muita honra, de 1996 a 1999 – depois, em 1999, fui para o Ministério Público do Trabalho –, pude presenciar isto: em qualquer empresa que você vá, com raras exceções, há o não pagamento de horas extras. Não vou dizer que há fraude com relação ao sistema. Não vou dizer “houve fraude com relação ao sistema”, mesmo porque, às vezes, o auditor fiscal do trabalho nem consegue captar, porque o trabalho é feito muito rápido. O auditor fiscal tem uma fiscalização diferente da dos auditores fiscais da Receita, da Previdência, porque a fiscalização dele é dinâmica. Ele não conse-

gue, às vezes, captar aquilo ali. Ele capta o não pagamento de hora extra. Um intervalo intrajornada, um intervalo interjornadas, ele vê aquilo ali, mas a fraude exige um trabalho mais prolongado para se verificar. E a gente verifica, como auditor fiscal, que, em quase todas as empresas que se vai, você consegue deixar um auto de infração por violação à jornada de trabalho. Não há como. Isso é...

E, como procurador – já foi dito também –, o Ministério Público do Trabalho tem inúmeras ações civis públicas com relação a excesso na jornada de trabalho; não com relação ao aspecto de violação do sistema de ponto eletrônico: é com relação ao excesso da jornada de trabalho. Eu não vou aqui acusar as empresas. Eu sempre digo que a gente tem que ter bom senso entre o capital e o trabalho. Nós precisamos, nós, trabalhadores, o País precisa – como o Deputado disse aqui da Mesa – também das empresas, mas as empresas também precisam dos trabalhadores. Há que haver, então, um bom termo nessa relação.

A portaria vem sendo aperfeiçoada desde a sua edição, apresentando diversas vantagens. Como eu disse aqui no início, eu só vejo vantagem nessa portaria. Está bem claro isso aí. Eu só vejo vantagens. O que é necessário é nós aperfeiçoarmos, como disse a Secretária Vera, e o Ministério do Trabalho está aberto a esse diálogo. Por sinal, já são seis portarias, o que demonstra a boa vontade do Ministério do Trabalho. Não falo pelo Ministério, mas, se você olhar, são seis portarias, o que demonstra a intenção de dialogar.

Entre as vantagens:

- não permite alterações ou apagamento dos dados armazenados na memória, sendo, portanto, inviolável;
- não possui funcionalidades que permitem restringir as marcações de ponto;
- não permite marcação automática do ponto com horários predeterminados;
- não prevê a exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada;
- a marcação da jornada de trabalho é interrompida quando há comunicação do relógio de ponto com qualquer outro equipamento, seja para carga de leitura ou de dados;

Eu quero aqui apenas colocar algumas considerações quanto ao que foi dito.

Primeiro, Sr. Damião, quero parabenizá-lo pela brilhante explanação. Já disse no início que não vejo excesso nessa portaria. E, ainda que tivesse excesso, o que eu vejo no aspecto de jornada de trabalho e excesso de jornada é que nós temos que valorizar muito mais a vida do trabalhador. A vida do trabalhador, a

nossa vida é mais importante. Há uma expressão já dita pela filósofa Hannah Arendt, alemã, que a vida é o bem supremo do homem. Então, nós vemos isso o tempo todo. Não basta receber as horas extras. Ainda que receba... Quer dizer, eu pago as horas extras, isso está tudo bem? O que nós devemos é ter menos horas extras e inclusive, com isso, gerar mais empregos.

Então, esse controle do registro eletrônico de ponto não é somente para verificar o aspecto de fraude, ainda que haja fraudes: é para verificar a pontualidade dentro da jornada de trabalho. Tanto que o máximo que se pode fazer são duas horas na jornada. Não se pode fazer mais do que isso, salvo em raras exceções.

Com relação ao ônus da prova, o trabalhador não precisa guardar esses documentos, porque, se você for colocar nas ações trabalhistas, se eu peço uma hora extra, a quem alega compete alegar o fato, mas, por outro lado, o empregador vai contestar, e aí se inverte o ônus da prova, e os fatos modificativos e extintivos do direito vão caber ao empregador. O empregador é que vai ter de juntar esses documentos. Então, hoje ele junta os documentos, e o trabalhador vai com a prova testemunhal. Mas, na hora, se imaginarmos que esse sistema esteja todo correto, esteja todo funcionando bem, como o empregador vai juntar? Ele não vai conseguir, a não ser que tenha havido fraude nesse sistema, porque, se ele juntar, ele vai “entregar o ouro ao bandido”, como se diz, expressão que nunca.... Com o trabalhador, a gente sempre tem que ter consideração, e eu acredito que os empresário têm.

Finalizando, quero dizer que não há mais necessidade de prorrogarmos essa portaria. Ela entrou em vigor no dia 2, salvo engano, e vai continuar entrando em vigor para as microempresas até setembro de 2012. Não vejo necessidade de prorrogar. Vejo, sim, pelo que ouvi aqui, a necessidade de adequarmos essa portaria. Por quê? Porque isso é uma preocupação não só dos trabalhadores, mas uma preocupação do Ministério Público, dos auditores fiscais. A preocupação em se ter um sistema perfeito.

Agora, aqui já foi dito que tudo o que é novo causa certa apreensão. Eu tenho certa idade e me lembro de que se utilizava a máquina Remington. Depois veio a IBM com esfera, veio a máquina eletrônica, veio o computador na década de 80, 90, e não tinha nem mouse. Quando eu era auditor fiscal do trabalho, quando eu entrei em 1996, eu me lembro direitinho de que os colegas mais antigos, quando foi implantado o sistema por computador, tinham ódio de mexer com o computador. Essa era a realidade. Nós que entramos depois já tivemos uma facilidade maior. Os mais antigos têm essa dificuldade. E agora, recentemente, em toda a Justiça do Trabalho, está sendo implantado o

programa judiciário eletrônico. As Varas do Trabalho são em número de cinco hoje. Recentemente, no mês passado, foi inaugurado aqui no Distrito Federal, na cidade satélite do Gama, o sistema eletrônico. Já está implantado. Na Justiça do Trabalho hoje, já são cinco Varas no sistema eletrônico. E os advogados estão tendo uma dificuldade enorme! "Como que eu vou fazer? Vou trabalhar com dois terminais?" – porque tem que haver dois terminais: um trabalhando, e outro fazendo pesquisa. Tem que haver dois terminais. Mas isso vai ser uma mão na roda.

E o registro eletrônico de ponto, com certeza, não tenho dúvida, vai ser aperfeiçoado e, com certeza, vai gerar segurança jurídica não só para os trabalhadores, mas também para os empresários. Os empresários querem isso! Os que não querem eu posso dizer que devem ser os maus empresários. E esses maus empresários o que a gente tem que fazer com eles? A gente tem que educá-los! Não só com auto de infração, mas também com educação, com cartilhas, mostrando que o trabalhador quer ajudar. Afinal de contas, capital e trabalho é para isto: é para que a gente une forças para melhorar a situação do nosso Brasil.

Agradeço o Senador pela gentileza de nos dar esta oportunidade.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós é que agradecemos pela sua palestra, Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento, Procurador do Trabalho, da PRT da 10ª Região, que falou aqui com muita competência em nome do Sr. Luis Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho.

Vamos, então, de imediato à Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando o Presidente Calixto, a Srª Ledja Austrilino Silva.

A SRª LEDJA AUSTRILINO SILVA – Quero saudar a todos que compõem a Mesa em nome do Senador. Para mim é um prazer mais uma vez estar aqui com o Senhor, mais uma vez, e debater o ponto eletrônico. Saúdo a todos vocês, senhoras e senhores.

Nós da Nova Central somos favoráveis à Portaria; nós participamos de todas as reuniões tripartite, no primeiro momento, embora o empresariado não se tenha feito presente. Nós participamos não da confecção da Portaria, mas da compreensão da Portaria. Por conta disso, nós detectamos alguns problemas que poderiam prejudicar o trabalhador e fizemos um documento. Como aqui foi colocado, tudo precisa de prova, tudo precisa de prova. Então, eu trouxe a prova, está aqui assinado por todas as centrais sindicais um documento solicitando ao Ministro uma retificação da Portaria, para que contemplasse o trabalhador naquele aspecto da convenção coletiva de trabalho os acordos tra-

lhistas, que não estava sendo explicitamente definido na Portaria, o que foi contemplado com a Portaria nº 373. Foi para nós uma grande vitória, porque era o que estávamos querendo. Mas o patronal não apresentou nenhuma proposta que pudesse modificar a Portaria. A proposta do patronal, a todo momento, é a crítica ao ponto eletrônico e a revogação da Portaria.

Nós estamos vendo, do primeiro momento até o momento atual, como já cresceu a quantidade de empresários que estão utilizando o ponto eletrônico. A Drª Vera, com quem já tive o prazer de estar algumas vezes, mostrou hoje quantas empresas estão usando o ponto eletrônico.

Da primeira audiência pública que tivemos até a de hoje, foi uma crescente. Isso demonstra que o empresariado está absorvendo essa Portaria, está percebendo as suas vantagens. Capital e trabalho têm que andar de mãos dadas.

Causa espécie ver alguém que produz algo criticar aquele algo que produz. Então, não tem competência para tal; deixa para quem tem competência fazê-lo; me causa espécie.

Então, quando a gente começa a perceber que está atacando muito é porque alguma coisa boa existe, e aquela pessoa que, como disse o Sr. Procurador, não adere a uma coisa boa é porque ela está com má intenção. Nós sabemos que existe muita perseguição ao trabalhador sindical; nós sabemos que existe o chupa-cabra, que já foi dito por muitos trabalhadores. Na hora da hora-extra, principalmente hoje em dia, nós temos o sindicato não somente do comércio, os metalúrgicos e a confecção. Nós temos um pólo de confecção, mais de 60 mil costureiros e costureiras que também são perseguidos e que têm um trabalho excessivo. Eles trabalham muito mais de 16 horas e não conseguem provar que trabalham 16 horas. Tanto a grande empresa quanto a microempresa incorrem no mesmo erro de absorver essa hora-extra, esconder e não pagá-la. Eles pagam por fora. O seu horário de trabalho são oito horas, e se você dá 16, oito eu pago por fora. E a sonegação que fica?

Então, esse é o momento de o trabalhador ter o seu direito. No momento em que ele dá muito mais do que duas horas extras, a gente também tem que se preocupar com a saúde do trabalhador. Quanto se gasta, quanto o Governo gasta e quanto nós, enquanto trabalhadores, também gastamos? Não é só pensar que o Governo gasta, nós também gastamos. Nós gastamos o nosso tempo, nós gastamos o nosso stress, enfim, nós gastamos tudo com o excesso de trabalho.

Então, nós da Nova Central somos favoráveis e solicitamos que cuide com muita atenção dessa arma que nós temos contra os maus empresários. Este é um

momento muito oportuno. Nós não vamos dizer que houve uma fruixidão do Governo com a prorrogação dessa Portaria. Não foi uma fruixidão, foi simplesmente uma tentativa de fazer o patronal entender, compreender, absorver e aplicar. Então, este é um momento rico.

Quando se prorrogou várias vezes, todos diziam: vai prorrogar tanto que terminarão esquecendo e não será aplicado. Nós estamos vendo o contrário, estamos vendo a firmeza do Governo em aplicar e atender os anseios do trabalhador. Eu falo em nome de todas as centrais, porque nós acordamos isso. Nós tivemos inúmeras reuniões, e continuamos tendo, para um trabalho descente. A dignidade do trabalhador, o trabalho decente perpassa, sim, pela sua carga horária. Quando nós discutimos um trabalho decente, nós discutimos a carga horária, nós discutimos o ambiente de trabalho, nós discutimos a insalubridade, discutimos todos os temas que tragam benefício tanto para nós trabalhadores quanto também para os empresários. No momento em que o trabalhador produz com satisfação e produz num ambiente agradável, ele produz muito mais, e quem ganha com isso é o empresariado também.

Então, nós sabemos que o ponto eletrônico não é obrigatório. Há uma faculdade, nós vivemos em um país democrático. Está aí a lei, não é obrigatório. Agora, quem optar deve cumprir com as regras; e não é somente no ponto eletrônico, isso é em tudo. Tudo o que nós fazemos nós optamos por tal caminho e vamos cumprir com as regras; não vamos andar pelo meio da rua, vamos andar pela calçada. Para isso existem as calçadas para os pedestres. Então, nós devemos cumprir com as regras, sim, no momento em que fazemos a opção por tal.

Disciplinar o ponto eletrônico para nós é importante. No momento em que se tem a dificuldade, vamos procurar a solução para a dificuldade e não continuar chorando em cima da dificuldade.

Ah, apaga? Então, procure uma tinta que não apague. Nós temos a conta de energia que é impressa na hora e entregue lá no nosso condomínio na hora; todo mundo hoje recebe a conta de energia na mesma hora, ele vê lá a conta, já sai impressa e não apaga. Nós continuamos com a conta de energia sem apagar. Por que o ponto eletrônico tem que apagar? Má qualidade!

Nós temos, então, o nosso sistema de crédito. Nós compramos com cartão de crédito e muitas vezes nós ficamos com aquele comprovante até a chegada da fatura. Chegou a fatura a gente confira e sacode fora, e fica com a fatura. Então, assim será ao final de cada mês. Não há necessidade de o trabalhador encher uma sacola com papelzinho, como dizem por aí. Absolutamente! Não há necessidade de o trabalhador ficar juntando papel; ele vai ficar com o comprovante

até o final do mês. Chegou o final do mês, recebeu seu contra-cheque, holerite ou o que seja, então ele confe-re e, estando certo, joga fora e fica com o seu holerite. Não há necessidade de guardar por cinco anos aquele papel, aquele papel vai para reciclagem.

Então, diante de cada dificuldade nós temos que encontrar a facilidade para ela e não dificultar cada vez mais.

Estou fazendo esse contraponto, e não quero fa-lar do que já foi falado, porque concordo plenamente com tudo o que já foi dito; a nosso favor, claro; a favor da portaria. Eu não vou concordar com quem está dis-crepando desse nosso pensamento neste momento.

Então, esse sistema eletrônico veio para ficar de fato; nós não podemos retroceder, voltar ao tempo an-tigo. Já foi! Fica para os países que hoje nos procuram. E fico satisfeita em ouvi-la, Drª Vera, quando a senhora coloca que são os países que dizem que estão sorrindo, mas não, eles estão chorando, correndo, desespera-dos para fazer igual, porque o mercado de trabalho no mundo, hoje, exige que o trabalhador seja respeitado, e quem não prover qualidade de vida para o trabalhador não será aceito no mercado. E, cada vez mais, o funil vai fechar, vai fechar, pois está havendo uma conscientização tanto da parte do trabalhador quanto da parte do empregador. Isso é bastante importante.

Então, esse sistema garante muito mais segu-urança quanto à inviolabilidade. É importante que nós tenhamos essa garantia, porque, como foi denuncia-do por vários trabalhadores, e nós tivemos acesso até pela Internet – quem quiser pode dar uma olhada nas denúncias –, eles davam dez horas extras e, no final da semana, quando iam olhar, diziam: “Meu banco de horas está aí. Eu tenho três dias”. E diziam: “Não; você não tem. A sua hora extra, não. Você só tem aqui três, quatro, cinco horas extras”. Enfim, o quanto a empresa quisesse dar. Então, esse era o famoso chupa-cabra. Acabava com o saldo e o trabalhador não tinha como provar. “Eu, de fato, tenho essas horas, mas, no meu banco de horas, não há correspondência entre o que eu trabalhei e o que consta”. Esse é um fator muito importante e que nós devemos observar, cuidar e pre-servar, Senador.

Então, nosso interesse maior é não permitir, de maneira alguma, por parte da empresa alterações e apagamento de dados importantes para os trabalhadores, garantindo essa inviolabilidade, ou seja, não deixando violar os direitos do trabalhador. E, também, com uma maior fiscalização, nós teremos uma maior facilidade. O Procurador mesmo disse da facilidade para que o auditor possa, de fato, verificar na empresa se eles estão cumprindo. Assim, é muito mais fácil. Então, nós não podemos nunca deixar de pensar nisso, na

saúde do trabalhador, Senador: o controle de jornada e o descanso do trabalhador são de real importância para todos nós.

Então, quero concluir a minha fala, primeiro, parabenizando-o mais uma vez. Quando se fala em fator previdenciário, é a sua cara; não existe outra. Então, é o previdenciário Paim. E isso, para mim é uma grande alegria, porque, quando a gente vai chegando a uma certa idade, passando dos 25, já começando a pensar na aposentadoria, e lembra do fator previdenciário, a gente se desespera de fato. Isso é muito triste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Principalmente a mulher. Veja bem! Até aí ele é discriminatório.

Permita-me usar esse gancho. Quando se fala em fator, eu entro. Não falem em fator perto de mim, como não fale perto do Senador Suplicy em renda mínima. Ele te dá uma cartilha e fala meia hora. (*Risos.*)

No caso da mulher, ela tem que trabalhar dez anos a mais que o homem para ter a integralidade. É um crime!

A SR^a LEDJA AUSTRALINO SILVA – É um negócio difícil, não é?

Então, parabenizo o senhor, mais uma vez, pela iniciativa dessa audiência pública e me coloco à disposição para dirimir algumas dúvidas, e peço a todos, ao senhor principalmente: vamos defender aquilo que é favorável ao trabalhador.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Diretora da Central Sindical, que falou em nome do Presidente José Calixto, Sr^a Ledja Australino Silva.

Agora nós vamos às considerações finais.

Eu vou deixar, se assim vocês me permitirem, até para buscar um mínimo de equilíbrio, já que a maioria falou contra o chamado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A maioria falou contra o decreto legislativo... Era essa a expressão que eu estava buscando. A maioria falou contra o decreto legislativo de que sou Relator. Então, vou encaminhar da seguinte forma: eu vou deixar que os dois... Há ainda três aqui, pelo que percebo... Mas acho que vocês são minoria. Eu quero buscar o equilíbrio agora, por isso não vou dar a palavra já para vocês. Eu vou intercalando de forma tal que vocês possam falar mais ao final, até para que aqueles que são contra o decreto falem antes. E, aí, quem está em nome do Ministério encerra os trabalhos. Tudo bem? (*Pausa.*)

Então, começo pelo José Augusto.

Essa é uma forma de buscar o equilíbrio. Vocês vão ouvi-los e vão poder fazer as suas considerações finais.

Tem a palavra o Sr. José Augusto, que fala em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

José Augusto, nós vamos tentar aqui, devido ao tempo, que cada um fale, no máximo, de três a cinco minutos, para nós podermos encerrar.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Senador Paim, companheiros que compõem a Mesa, de mais convidados, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, a discussão democrática foi feita. A população está nos ouvindo. A preocupação já foi demonstrada. O motivo histórico nós já contamos, não é, Dr. Joaquim? Então, Senador Paim, como a gente está tratando do tema em uma audiência pública, inclusive direcionando ao projeto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E ao vivo para todo o Brasil!

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Sim; e ao vivo para todo o Brasil.

Quanto àquilo que foi dito aqui pelo companheiro da CUT, o Roberto, de que alguns segmentos da patronal – e fiz até um resumo aqui, Dr. Caixeta, para não cometer nenhuma gafe – apostam suas fichas na solução política dessa matéria aqui dentro do Congresso Nacional, eu digo que, para nós, será um grande equívoco por parte do Legislativo. Se o Congresso disser “amém”, Senador Paim, a nossa luta vai continuar – e quero deixar isso registrado na TV Senado –, contando com a solidariedade e o apoio do Ministério do Trabalho, que sempre nos apoiou nessa idéia. Fomos nós, inclusive, que provocamos essa discussão. Foram os trabalhadores. Eu contei a história aqui, agora há pouco. E essa luta que nós vamos desencadear, Senador Paim, se essa matéria cair aqui, tem junto um compromisso com a transparência e a verdade.

Com as Confederações de Trabalhadores, com as Centrais, com a Anfipe, nós vamos buscar também a Receita Federal, Dr. Caixeta, para vir com a gente. Vamos trazer a Previdência Social; vamos conversar com o Ministro Garibaldi, com a sua equipe competente, que inclusive o senhor conhece, os técnicos; enfim, todas as entidades que são intransigentes na defesa dos trabalhadores, da sua saúde e pela segurança no trabalho, bem como aqueles que defendem os trabalhadores contra as fraudes que lesam os nossos bolsos, como foi dito aqui, e o bolso também do Governo.

Se for preciso, também iremos ao Supremo Tribunal Federal com as Confederações. Vamos fazer uma discussão também dentro do Supremo. Mas, tecnicamente falando, do ponto de vista sindical, nós vamos fazer a nossa ação política, não é Roberto? Vamos

continuar fazendo a nossa ação política. Vamos continuar pressionando aqui o próprio Ministério do Trabalho, provocando o Ministério Público.

Para encerrar, Senador Paim, quero dizer que o Deputado Laércio teve que sair e me pediu que desse um recado aqui: O Deputado Laercio, que é uma pessoa fácil de se lidar, estava comentando comigo: "Zé Augusto, será que não dava para começar uma discussão nova em torno disso?" Eu acho que o caminho é esse. Eu acho que forçar a barra, Roberto, dentro do Congresso Nacional, para tomar partido dessa coisa... Aqui não é tribunal! Se não há consenso... Quantas matérias o senhor já me disse aqui: "Olha, está sendo aprovada a regulamentação dessa categoria, disso e daquilo porque houve consenso entre a representação de empregadores e trabalhadores..."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi o caso dos comerciários e também dos motoristas.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Sim; dos rodoviários, que, inclusive, já está para sanção da Presidência.

Então, é uma covardia, Roberto, porque a bancada patronal, juntando os ruralistas dentro desta casa, é enorme, então passa com facilidade. Eu acho que tem que respeitar também o desejo da minoria, não é? E a representação da minoria entre aspas, porque a bancada patronal, Paim, já concluindo, é grande aqui na Casa. Ela é grande. Nós reconhecemos isso. E é forte, atuante e competente.

Mas dizer, para finalizar, que a nossa unidade também é muito grande em todo o Brasil.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o José Augusto, que falou em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Não sei se está conosco ainda o José Gonçalves da Cruz, da UGT – acho que ele teve que sair por causa do vôo.

Então, eu vou passar a palavra para o representante da Central Única, Roberto Miguel de Oliveira, para suas considerações finais.

O SR. ROBERTO MIGUEL DE OLIVEIRA – Quero agradecer novamente o seu convite, Senador Paim. A Central dos Trabalhadores sempre estará à disposição desta Casa, desta Comissão e do seu gabinete, por sabermos da relação que você tem com os trabalhadores – não vou citar o fator previdenciário... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senão, você perde uns minutos, porque eu entro no assunto. (Risos.)

O SR. ROBERTO MIGUEL DE OLIVEIRA – (...) com os aposentados e pensionistas do nosso País.

Quero agradecer, mais uma vez, esse convite e reforçar o que o companheiro disse, a importância dos trabalhadores ficarem unidos aqui no Congresso Nacional, unidos via FFT, via suas centrais sindicais, federações e confederações, na defesa intransigente desse decreto. E a defesa intransigente desse decreto não significa que ele tenha que ser aprovado, tenha que ser posto em prática da maneira que está. Ele está aberto, efetivamente, a proposições de mudança, a receber mudanças que possam melhorar e aprofundar a sua utilização. Mas tendo claro que o espírito do decreto que é um maior controle, uma maior regulamentação dos trabalhadores. Aqueles que fazem horas extras, aqueles que estão no chão da fábrica, na ponta, têm que ser valorizados.

Não tenho dúvida nenhuma de que esta comissão, esta Casa terá como claro isso. O espírito do decreto é o espírito de passar para os trabalhadores o controle efetivo de suas horas extras. Não pode hora extra, jornada de trabalho ser mais um direito que somente os patrões tenham o controle. Todas as fraudes que foram citadas aqui existem ou são aprofundadas porque, hoje, com o sistema adotado hoje, os trabalhadores efetivamente não têm controle de sua jornada.

Então, esse decreto é um passo importante para passar para uma parte importante da relação de trabalho, os trabalhadores, que é o controle de sua jornada.

Reforçando o que foi dito pelo companheiro, as centrais sindicais, o fórum e os representantes dos trabalhadores estão abertos ao diálogo, mas têm claro a importância da implementação imediata do decreto, defendem a implementação imediata do decreto e estarão juntos para reforçar a defesa desse decreto. Mas sempre tendo muito claro que sairá desta Casa uma posição clara de que o espírito do decreto, que é passar para os trabalhadores o controle da sua jornada, tem que ser valorizado e implementado, imediatamente, no nosso País.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Sr. José Gonzaga da Cruz, que não está presente, também se posiciona, em nome da UGT, contra o decreto legislativo da forma como está tramitando aqui na Casa.

O Roberto Miguel de Oliveira falou pela CUT, representando o Antônio Henrique, posicionando-se contra o decreto da forma que se encontra, ou seja, pela rejeição.

Vou liquidar a Mesa 2, perguntando se o Presidente da Anamatra ainda se encontra. (Pausa.) Já saiu.

O Deputado Laercio também já saiu.

Então, toda a Mesa 2 já foi chamada.

Vou passar, agora, para a Mesa 1, chamando a Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

A SR^a ROSÂNGELA SILVA RASSY – Bom, eu vou ser bem sucinta.

Quero dizer que fiquei muito gratificada pela discussão que presenciamos aqui, esta manhã, porque houve uma comprovação da efetividade, da eficácia da portaria. Esta portaria está fundamentada nas fraudes que foram constatadas ao longo dos anos. Então, essa fundamentação fática é fundamental, é imprescindível para garantir a continuidade da portaria.

A questão do decreto legislativo, o Dr. Sebastião Caixeta bem colocou as implicações até mesmo jurídicas em relação à criação desse decreto legislativo.

Eu queria pontuar duas questões que foram feitas aqui em algumas das Mesas. Um representante patronal colocou que a questão da jornada de trabalho nunca foi vista pelos empregadores, pelas empresas, como um problema. Eu acho que aí, em relação a nós auditores fiscais do trabalho, procuradores do trabalho, juízes do trabalho e trabalhadores, acima de tudo, é claro que sim. A questão da jornada de trabalho ficou aqui comprovada, tanto pela fala do representante da justiça – pelo elevado número de ações judiciais, pelo elevado número de autos de infrações – como pela declaração do representante dos trabalhadores, quando falou sobre o excesso de jornada de horário de trabalho na área dos comerciários.

Então, é claro, é evidente que é o grande problema. E, por isso, veio a necessidade da portaria.

Outro ponto que foi colocado aqui pela representante dos fabricantes é como vai se resolver a questão de ocorrência de situações esporádicas, eventuais: o trabalhador que viajou ou uma pane no sistema, uma pane no aparelho. Como isso vai ocorrer?

Eu quero aqui lembrar que, hoje, a CLT prevê situações como essa: em caso de força maior, em caso de prorrogação inadiável em que não há um acordo de prorrogação prévio. A fiscalização chegou e constatou no registro de ponto: mas eu estou vendo aqui que, no dia tal, dez trabalhadores fizeram um excesso de jornada. Por quê? Ah, sim, nós temos como justificar. Nesse dia ocorreu isso, isso e isso. E comprova. Então, a lei já traz.

Então, é claro, senhores, que essas situações todas serão ajustadas. Nós estamos diante de uma novidade em que a tendência é o ajuste.

Só para concluir, dois pontos que aqui foram bastante acentuados.

A questão das estatísticas de acidentes de trabalho. O maior número de acidentes de trabalho ocorre

durante o excesso de jornada de trabalho. Então, aqui o que está se defendendo, acima de tudo, é a saúde do trabalhador, e foi muito bem colocado por esta Mesa.

Então, finalizando, sustar a portaria, como propõe o projeto de decreto legislativo, não. Ajustes sim, se houver necessidade.

Estamos falando, senhores, estamos defendendo o trabalho decente, os direitos humanos do trabalhador.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Pelo critério que adotei, passo a palavra, de imediato, à líder Ledja Australino Silva, Diretora da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que fala em nome de José Calixto.

A SR^a LEDJA AUSTRALINO SILVA – Senhoras e senhores, depois de tudo o que foi discutido aqui, acho que a posição da Nova Central Sindical ficou bastante esclarecida: favorável à portaria e contra o decreto. E espero, Senador, que o senhor tenha muito sucesso nessa defesa daqueles que, na verdade, o senhor sempre defendeu, carregando-os, vou dizer, nas suas costas. Todos nós trabalhadores nos sentimos honrados em ter esse decreto expurgado de uma vez por todas daqui do Senado.

Em suas mãos nós entregamos a nossa confiança de que, de fato, teremos uma defesa ferrenha dessa portaria, que benefícios trará para todos nós trabalhadores.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a sindicalista Ledja Australino Silva, da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Agora, vou intercalar e passar para a Sr^a Lucienne Fontes, representante dos pequenos fabricantes de relógio e sistemas de ponto.

A SR^a LUCIENNE FONTES – Obrigada, Senador.

Primeiro, eu queria fazer uma correção: sobre a memória durar cem anos, o fabricante, em alguns casos, garante mesmo que ela dure cem anos. Mas ela mantém os dados por cem anos? Então, é frequente que a gente possa apagar, que algo seja corrompido nessa memória e que ela vá apagar e ser reescrita novamente, e isso, na prática, não acontece.

Eu creio que a gente esteja, aqui, que todos nós estejamos, aqui, por alguma competência que nós temos. Nós estudamos e nós evoluímos nas nossas carreiras, e não faltou a mim, nem às empresas que estou, aqui, representando, competência para fabricar os equipamentos. O que faltou, Senador, foi coragem,

mesmo, para fazer um equipamento que não condiz com a realidade, algo que a gente pudesse entregar para o nosso consumidor, para aquela pessoa que sustenta a nossa família, algo que não fosse real.

A gente está falando de sonho e de realidade aqui. A minha realidade, hoje, é que eu não consigo fabricar algo que atenda, ao mesmo tempo, o que o Ministério quer e com o que eu consiga dar segurança a mim, tranquilidade para mim, nem para o meu consumidor.

Nós estamos falando aqui, também, da realidade de fraudes, da realidade da inspeção de trabalho. Cada um, aqui, tem uma realidade. Eu já disse a minha. Muitas pessoas já disseram as delas, mas nós vamos fazer essa realidade se concretizar com esse sonho? Porque esse equipamento não condiz com a realidade. É isso que a gente precisa dizer.

Eu gostaria muito... Eu tinha mais coisas para dizer, Senador, mas a falta de experiência... Eu não tenho o costume, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esteja tranquila, porque eu serei tolerante, até porque vocês falaram no número de pessoas. Teremos um número menor que aquele dos que falaram na posição contrária.

A SR^a LUCIENNE FONTES – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fique tranquila.

A Mesa, aqui, quase toda ela tem um lado e eles vão falar intercaladamente com vocês.

A SR^a LUCIENNE FONTES – Eu agradeço.

Então, eu vou aproveitar para contar um pouquinho que, em 2009, a gente vinha fabricando os equipamentos, e eu acredito que nenhum fabricante, em sã consciência, vá fazer algo que seja prejudicial ao seu consumidor. Eu, realmente, não acredito nisso, porque se o usuário, se aquela empresa usuária compra de você é porque ela confia que aquilo ali vai dar alguma segurança jurídica.

O produto que a gente vende é muito particular. Ele tem esse poder de dar às empresas uma segurança em algo que, hoje, é doloroso, que é a relação trabalhista.

Se algo aconteceu de errado, não chegou ao nosso conhecimento.

A inspeção do trabalho jamais procurou, pelo menos a mim e ao meu grupo, jamais procurou um fabricante para dizer que tinha alguma coisa errada, que precisava melhorar.

Imagine o senhor... Nós temos interesse, nós vivemos disso. Como não? Nós temos interesse no diálogo, em contribuir tecnicamente, em contribuir mais do que tecnicamente. É nossa prática de mercado, mas nós não tivemos oportunidade de participar.

Eu, pessoalmente, procurei o Ministério do Trabalho na minha cidade, no meu Estado, aqui, várias vezes. Eu nunca fui ouvida. Nunca!

Quanto ao REP ser obrigado ou não. Ele é um meio eletrônico. Como meio eletrônico, ele é obrigado. Não vai existir outro produto eletrônico que seja possível, mas nós temos de lembrar o que todos, aqui, falaram: existem opções, e a opção está na mão de quem, gente? De quem compra. É da empresa, é do empregador. E ele tem a opção de evoluir com a informática? De trilhar o caminho da evolução? Não, ele tem a opção de retroceder a processos manuais, mecânicos, coisas que abandonamos há 30 anos.

Nós vamos ajudar o trabalhador com isso ou nós vamos prejudicar?

Nós precisamos, antes de impor gastos às empresas – e eu falo muito pela minha, também, que precisa gastar, e gastar com insegurança –, cansar de discutir. Discutir não traz cansaço. Discutir traz alegria para a gente, traz um resultado positivo. Só assim a gente vai encontrar um caminho junto com todo mundo, para buscar o que vocês querem, mas o que a gente precisa também, para continuarmos sobrevivendo.

Eu vivo do meu trabalho, da minha empresa.

Eu fui desapropriada, eu fui mandada embora, em 2009, sem aviso prévio, sem direito a nada. Vocês sabem o que é isso?! (Pausa.)

Por fim, eu não creio que tenha má intenção na portaria. Eu não sou contra nem a favor. O que a gente precisa é que a coisa seja certa, é que eu tenha direito de trabalhar, como o Valdir aqui, meu amigo, e o Marco aqui, do lado. Que a gente continue trabalhando honestamente, como fizemos.

Desculpa. (Pausa.)

Lembro a vocês que o que a gente está discutindo aqui não é a existência de fraude que lesa o trabalhador, mas, sim, a obrigatoriedade a um equipamento que, igualzinho aos outros, é falho. É falho, porque usa a mesma tecnologia de antes, a mesma memória. Não mudou nada! Não mudou nada! Um lacre, uma resina? Isso não muda a condição da memória, que é falha. O equipamento não cumpre o ideal sonhado pela inspeção do trabalho. Infelizmente, não cumpre. Alguém precisa dizer isso. Fabricantes – todos eles deveriam ter dito. Eu não entendo por que os outros todos não se juntaram para dizer isso para a sociedade.

A gente vive do nosso capital; somos empresários. A gente quer ter lucro, mas não dá para ter lucro em cima de uma mentira, infelizmente.

Por fim, Senador – e se, porventura, tiver algum Deputado -, peço encarecidamente a ajuda de vocês para aprovar o projeto de suspensão. Essa é a única forma, a única esperança que a gente tem, para que

uma discussão verdadeira exista, para mencionar o problema de cada um e apontar soluções reais, adequadas e eficientes para as empresas e também para os trabalhadores, antes que todos, sem exceção, tenham prejuízo.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Lucienne Fontes, representante dos pequenos fabricantes de relógio e sistemas de ponto. Eu dei um tempo maior para ela – e vocês entenderam –, como darei a outro, se for necessário, para que ninguém saia daqui com dúvida.

Agora, passo a palavra para o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Sebastião Vieira Caixeta, para seus três minutos, com tolerância para cinco, se for preciso.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Obrigado, Sr. Senador.

Nestas considerações finais, eu quero, primeiro, dizer da minha satisfação de ver um debate de alto nível aqui, com posições e contraposições, mas sempre num debate de ideias. Parabenizo V. Ex^a, que sempre promove esses encontros, que são sempre de alto nível.

Também quero dizer da minha satisfação quanto à manifestação dos representantes das centrais sindicais com relação à nota elaborada pela ANPT, pela Anamatra e também pelo Sinait. Ela está à disposição para ser usada, encampada por quem quiser, discutidos alguns termos que acharem necessários para adaptações e inclusões.

Quero dizer que este debate, este momento, a implementação dessa portaria são oportunos, sim. Falou-se aqui em contexto e acho que o Brasil vive um contexto econômico muito apropriado e até benéfico às empresas. É claro que existem dificuldades que alguns setores enfrentam. É preciso haver um esforço grande do Governo e da sociedade para que se avance mais, mas, hoje, já somos a sexta economia mundial e estamos vivendo quase um regime de pleno emprego. Então, não vejo essas dificuldades econômicas aqui mencionadas. Vejo, sim, necessidade de superar um sistema que se demonstrou falho e inapropriado. Não serve. Precisamos avançar.

Nas investigações que o Ministério Público empreendeu, ao longo da discussão da portaria e a partir da sua edição, as empresas que fabricavam, que lidavam com o sistema antigo já estão se adaptando à nova realidade. Para as exigências da portaria, acho que isso é perfeitamente viável tecnicamente, embora eu reconheça que não tenho tanto conhecimento técnico de informática a respeito. Mas, pelo que me chega de informação técnica, isso é perfeitamente viável.

Vai na linha – e aí acho fundamental – de uma busca que foi aqui reclamada – e que reconhecemos que é necessária – de trilhar, Senador, a necessidade de uma segurança jurídica que – insisto hoje – o sistema antigo não garante.

Eu quero ler aqui um trecho, Senador – já me encaminho para o final –, de um artigo publicado – que as decisões da Justiça do Trabalho têm circundando, as decisões da Justiça do trabalho têm ido nessa linha – quanto ao sistema eletrônico de ponto. *Segurança Jurídica* é o nome do artigo, assinado por dois magistrados do Rio Grande do Sul, que estudaram largamente a matéria e já falaram a respeito do tema. Eles dizem que não se deve reconhecer a tais registros eletrônicos qualquer valor probatório. Esses, antes da portaria. Em tais casos, deve ser adotado entendimento jurisprudencial do inciso III da Súmula nº 338 do TST, invertendo-se o ônus da prova. Quer dizer, quando há mais de 10 empregados, é invertido o ônus da prova, e quem tem de provar é a empresa.

O sistema, antes da portaria, não serve. A Justiça não o acolhe. Então, é a insegurança jurídica instalada e é ela que leva – aí para concluir mesmo, Senador – à condenação recente, noticiada no site do TST, de uma grande empresa, justamente por isso, porque utilizou esse registro de ponto – que não serve – e fraudava o registro. Além de ter de pagar as horas extras, deverá pagar o que hoje o Ministério Público do Trabalho está exigindo hoje com mais insistência, que é o dano moral coletivo, que a Justiça tem garantido.

Nesse caso noticiado no dia 30 de março de 2012, a condenação foi de R\$ 1 milhão em danos morais, fora o que se devia. Nós entendemos que hoje não basta só pagar o que sonega, mas também tem de satisfazer a irresignação social decorrente de uma prática de sonegação de direitos trabalhistas, aí nos mais variados temas, inclusive na jornada de trabalho que lesa interesses fiscais dos trabalhadores, como já foi dito aqui hoje.

Então, acho que a busca dessa segurança jurídica leva à necessidade de preservação da portaria, como foi aqui amplamente defendido por várias entidades.

Obrigado, Senador, mais uma vez, por esta oportunidade. A ANPT estará sempre à disposição pra discutir esse e outros temas, se achar pertinentes.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Sebastião Vieira Caixeta, mais uma vez dando sua contribuição para o bom debate.

Agora, passamos a palavra ao Gerente de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Dr. Damião Cordeiro de Moraes.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Obrigado, Senador Paim.

Primeiramente, não somos contrários ao controle de jornada, mas a nos obrigarem a engolir o ponto eletrônico, o REP, esse sistema, esse único aparelho, dessa forma. Essa é a nossa posição.

Agora, o controle de jornada tem de haver. Nós somos favoráveis. É bom para o trabalhador. É bom para as empresas, mas admitir que, no País inteiro, só funcione um equipamento, isso é prejudicial, porque estamos desmerecendo todos aqueles sistemas que foram muito bem feitos. As empresas os operaram por longos anos, mas eles, simplesmente, foram afastados pela portaria.

Fico até feliz por esta audiência, porque estamos vendo aqui que todos querem uma solução. Isso é bom. Todos estão querendo que haja uma solução. E nós já apresentamos as nossas soluções há muito tempo.

Por último, fizemos um documento, uma carta, assinada pelas Confederações, e a apresentamos às autoridades públicas, querendo principalmente que os sistemas que já usamos hoje sejam homologados, sejam certificados. Ou seja, se a empresa tal tem um sistema bom, ela já o utiliza por 20 ou 30 anos, então, vamos pegar esse sistema – o Ministério do Trabalho ou outro órgão – e dizer que esse sistema atende à portaria; que esse sistema está confiável. Isso é possível fazer. Se fizeram com o REP, que está aí hoje, por que não fazer com os sistemas que já funcionam? É isso o que estamos querendo.

Bom, segundo ponto: o STJ não analisou o mérito do REP, como foi dito aqui. Não. Em todas as seis ações que o STJ julgou, ele julgou uma questão preliminar; ele julgou uma questão processual. Ele não entrou no mérito para dizer se o REP é ou não ilegal, se a portaria é ou não ilegal. A portaria não disse isso. O STJ não disse isso, mas disse que o meio pelo qual as empresas “vieram a mim” foi equivocado, ou seja, uma questão processual. Inclusive, essa decisão que foi mostrada ali, do Rio Grande do Sul, não entrou no mérito. Ela disse que o meio processual não foi o adequado, mas não analisou o mérito.

O PDS. O PDS não é inconstitucional. Não há inconstitucionalidade nele. Muito pelo contrário. O que se está fazendo aqui é buscar uma porta, que está aberta a todo cidadão brasileiro, para discutir um tema por intermédio do PDS, sim. Por quê? Porque entendemos que o ministro extrapolou, porque não atendeu ao princípio da razoabilidade. Todos ouvimos aqui diversos pontos colocados: impressão de papel, condi-

ções que não vão levar a uma lógica real. Tudo isso foi posto aqui, e é isso que estamos defendendo no PDS. Por isso somos favoráveis ao PDS, porque o ministro que expediu o ato não atendeu, dentre vários princípios, ao princípio da razoabilidade. Não é razoável, Senador Paim, que simplesmente fechamos os olhos para todos os sistemas que vinham sendo utilizados e simplesmente carimbarmos, dizendo que todos os sistemas são ilegais, são fraudulentos.

Não é isso, gente. Pelo amor de Deus. No Brasil, há um sistema legal vigente. Temos instituições públicas que estão aí para velar, cuidar do direito do trabalhador e das empresas. Não vivemos na ilegalidade como foi propagado aqui, não. O que não queremos é que o ministério, ou que os órgãos que expediram a portaria, simplesmente nos ignorem. Queremos negociar, sim. Desde antes da expedição da portaria, estamos discutindo esse tema. Fomos ao ministério várias vezes, fomos a diversos órgãos públicos, mas não conseguimos colocar uma coisa que eu considero justa: certificar os nossos sistemas, dando-nos outra oportunidade de ter um sistema diferente dessa “maquininha” que nos foi imposta.

Por último, Senador Paim, só para concluir, negociação. Foi muito dito que as empresas sonegam impostos. Isso não é verdade, tanto que grande parte desses números apresentados – R\$20 bilhões – são de ações que estão na Justiça ainda. São de pleitos que ainda não receberam sentenças definitivas, e nós sabemos que, enquanto não houver sentença definitiva, não há o aperfeiçoamento da condenação.

Então, são débitos que estão sendo discutidos. Muitos deles estão na primeira instância ainda – não foram nem para a segunda. Não chegaram nem ao TST. Então, colocar a pecha no empresariado de sonegação, peço desculpa, mas acho que isso não é a verdade. Nós somos honestos. A maioria do empresariado quer, sim, lucrar, desenvolver o seu negócio, mas na legalidade.

Agradeço, Senador Paim, pela oportunidade que nos foi concedida.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Damião Cordeiro de Moraes, gerente de relações institucionais da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Agora, passo a palavra ao Procurador do Trabalho da PRT da 10ª Região, Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento.

O DR. JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO – Senador Paim, quero agradecer a V. Exª novamente pela oportunidade e dizer para aqueles que colocam essas dificuldades no novo sistema uma coisa sim-

bles: há muito anos, a Universidade de Brasília, para aqueles que não são de Brasília ou chegaram depois, utilizavam um computador que era carinhosamente chamado de "Galileu". Ele ocupava um espaço que devia ser do tamanho desta sala, hoje, apenas esse sistema todo utilizado pelo Cespe, pela Universidade de Brasília, cabe numa carteira simples. É só isso, o sistema tem que ser melhorado, é só isso. Concordo até com a senhora que aqui esteve, salvo engano, a Lucienne, que deve melhorar o sistema, também acredito que tem que ser, porque isso é segurança, tanto para os empresários como para os trabalhadores.

Mas, Senadores, estamos aqui de acordo pelo que estou vendo, pelo que foi feito nos debates, inclusive com a concordância dos empresários que aqui estão, que deve ser mantida a Portaria, inclusive isso, pelo que estou vendo, todo mundo é a favor da Portaria. Acabei de ouvir aqui, agora, que o que deve ser feito é aperfeiçoar essa Portaria, e vamos aperfeiçoar todo o sistema, os empresários são favoráveis a isso também, pelo que senti aqui, ninguém foi acusado de nada, precisamos dos empresários, os trabalhadores precisam dos empresários. Portanto, com certeza, o Ministério do Trabalho vai continuar ouvindo-os.

E ouvi aqui o pronunciamento da Srª Lucienne, que procurou o Ministério do Trabalho, não falo por este Ministério, mas acredito que, tão logo termine aqui a nossa audiência pública, a Srª Secretária Vera vai procurar a Srª Lucienne e colocar o Ministério do Trabalho à disposição para discutir todos esses aspectos trazidos pela Srª Lucienne. E acredito também que o Senador, depois desses debates, que, por sinal, foram de alto nível, como disse o nosso colega Caixeta, certamente já tirou também a sua conclusão. E a conclusão que vejo não é outra, senão aquela de manter essa portaria, e vamos melhorar todo esse sistema, como querem os empresários e os próprios trabalhadores.

Agradeço, mais uma vez, sua gentileza, Senador.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Procurador do Trabalho da PRT da 10ª Região, Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento.

Como agora vai falar o Dr. Emerson Casali Almeida, Gerente Executivo de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria, ele poderá, se assim entender, responder ao que falou o Procurador, quando disse, inclusive, que essa fala que você faria, estou transferindo para eles, se você me permitir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que não é também a posição dele, mas deixar que ele fale... Se ele não responder, vou te dar

a palavra. Aqui não tem problema, até para não ficar nenhuma dúvida quanto à posição de cada um.

Mas passo a palavra para o Dr. Emerson. Se necessário for, te darei mais um minuto.

O DR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Bom, obrigado, Senador, novamente. Acho que todo mundo concorda aqui que foi um amplo espaço de debate, de colocação de posições diferentes e de construção.

Eu queria já, de imediato, esclarecendo a colocação do Procurador, dizer que somos contra a Portaria 1.510, somos a favor da ideia de se regulamentar, vamos deixar isso muito claro, regulamentar a questão do ponto eletrônico com segurança etc., usando outros sistemas etc., somos a favor, mas a Portaria 1.510 do jeito que está, se pudesse, na nossa opinião, deveria ser extinta, para, rapidamente, já com todo o conhecimento acumulado, podermos ter soluções e começar a implantar com segurança jurídica, como foi colocado aqui, não nessa situação onde, como eu disse, mais da metade dos pontos hoje, no Brasil, não têm valor legal.

Mas acho que, assim como essa questão, às vezes, fica mal compreendida, várias coisas que foram colocadas acabam ficando mal compreendidas, e a gente vê pela própria forma como as outras pessoas se colocaram, inclusive que os empregadores achavam que não existia problema de fraudes, que isso não era problema algum, ou que a gente teria dito que não havia nenhuma preocupação dos trabalhadores.

O que estou colocando aqui, de uma forma clara, é que isso não era um tema presente, a fraude no registro eletrônico de ponto de quem altera o sistema, isso não era um tema presente nas nossas mesas de debate, na nossa agenda. Agora, como foi colocado, existiam situações muito reais, onde os trabalhadores estavam muito antenados, com os sindicatos fortes atuando junto com a fiscalização e tentando combater os problemas.

Das coisas colocadas, eu fico estarrecido com a ideia de que, com tantos problemas expostos, a culpa ainda tenha sido da inércia dos empregadores. A gente tem, desde 2009, tentado chamar a atenção. Esses adiamentos, sempre que a gente pede o adiamento, a gente fala: vamos dialogar para uma solução melhor; a portaria do jeito que está não atende. Eu acho que isso daqui...

As nossas posições técnicas, enfim, factuais, econômicas e de relações de trabalho, acho que já foram apresentadas. Então, eu acho que aqui fica muito clara a intenção de todo mundo, o interesse de avançar para uma solução melhor. Agora, eu acho que a gente precisa, efetivamente, ser ouvido. Acho que, nesse período inteiro, a gente começou a ser ouvido, mas, quando chegou de fato não teve nada do que a

gente falou. A gente começou a ser ouvido no final do ano passado. Mas, pelo jeito, não fomos muito ouvidos, porque resultou em nada, enquanto que as centrais fizeram o pleito delas, que acho que é um pleito muito legítimo – e já coloquei isso no início –, e isso foi aceito.

Fiquei um pouco preocupado com a colocação de que, em um País que valoriza tanto a questão do trabalho, do diálogo tripartite, ainda que todo mundo tenha legitimidade para fazer suas ações, apresentar suas propostas etc., de forma independente, fazer suas pressões políticas, isso tudo é muito legítimo, mas sermos vistos como uma raposa. Acho que isso, talvez, tenha sido a tônica, e, por isso, desde o início, nós não fomos ouvidos.

O que chama a atenção é que... Tenho certeza de que boa parte do Ministério do Trabalho, que conhece o trabalho que a gente faz nas representações sobre saúde e segurança, sabe que a gente faz um trabalho sério, sabe que a gente não está lá defendendo a fraude.

Enfim, eu gostaria de colocar que é muito ruim para qualquer coisa – num país, dentro de casa, numa empresa – você ter uma solução inadequada, ruim: eu vou fazer e, depois, eu vou arrumando. Isso daí, principalmente para quem vai sofrer todas as consequências do “eu vou arrumando” é muito problemático, especialmente as pequenas empresas colocadas.

Dizer que o teletrabalho se resolve com papeleta, é não olhar para o futuro. Eu acho que a Drª Vera pode até explicar melhor o que foi dito em relação a isso. Eu acho que a gente está no caminho errado nesse sentido, ou contrário.

Muita coisa foi colocada. A questão do concorrente, hoje a gente também concorre com a Europa, concorre com os Estados Unidos. Eles também estão concorrendo, por empregos, com o mundo. Acho ótimo que os países do sudeste asiático queiram melhorar as questões trabalhistas. Se implantarem o REP lá, acho ótimo também. Mas acho que a gente precisa pensar que, além do REP, a gente pode ter soluções mais adequadas para todo mundo. Ou seja: vamos atender tudo o que se quer. Tudo. O que a gente quer? Segurança, informação para os trabalhadores. Vamos ver como atender tudo. Vamos ver como atende o Ministério na fiscalização, no combate à fraude e à hora extra, mas como dar segurança à gestão da empresa também. Isso é importante para o País.

Enfim, fica o nosso apelo aqui contra a portaria, a favor de um dialogo imediato, de uma solução imediata, para resolver um problema que já existe.

Obrigado, Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Emerson Casali Almeida, Gerente-Executivo

de Relação do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Não sei se o Dr. Damião está contemplado, mas, se quiser reafirmar sua posição, não há problema nenhum. Um minuto a mais, um minuto a menos... Quero te dar esta oportunidade.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES – Eu estou contemplado nas palavras do Emerson, sim, mas quero deixar bem claro que o posicionamento nosso é este: é contrário à portaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está claro, Dr. Damião.

Então, agora, para encerrar, convidamos a Drª Vera Albuquerque, porque, aqui, ela fala em nome do Ministro Paulo Roberto.

A SRª VERA LÚCIA ALBUQUERQUE – Muito obrigada.

Eu vou aproveitar para tirar algumas dúvidas. Uma é de um colega de trabalho mesmo, Emerson Casali.

O que fala em papeleta é o art. 74, § 3º, da CLT. Vou ler aqui – porque temos isso de cor, de repente falamos e pensamos que a pessoa vai se lembrar: “Se o trabalho for executado fora do estabelecimento, o horário dos empregados constará, explicitamente, de ficha ou papeleta em seu poder, sem prejuízo do que dispõe o § 1º deste artigo”. Então, é algo que já está bem explicado.

Outro detalhe: o Dr. Sebastião Caixeta falou sobre uma indenização milionária. Eu queria complementar e dizer que essa empresa, processada, passou a usar o REP. É uma das que eu citei que usa o REP hoje em dia.

Outra lembrança também: o Ministério do Trabalho, Lucienne, não certifica. Ele só homologa o que os órgãos técnicos reconhecidos certificarem. E o Inmetro, agora, passou a controlar as certificações, a creditar os órgãos técnicos. Então, daqui para frente, tem-se que procurar o Inmetro. Isso foi uma ocasião anterior, que talvez você deva ter ocupado, em que o Ministério do Trabalho era ainda quem creditava.

De qualquer forma, foi também falado sobre negociações. Negociações precisam ser feitas com os sindicatos dos trabalhadores, pois quem pode autorizar esses sistemas alternativos que já existem é o acordo coletivo de trabalho. Então, tem-se que procurar negociar, sim, mas não conosco, Ministério do Trabalho, e, sim, com os sindicatos competentes da área de vocês.

Eu mencionei a Lucienne porque ela me emocionou. Enquanto ela falava, eu fiquei arrepiada. Chegaram a vir lágrimas nos olhos, porque ela é o exemplo de uma pessoa, como contou, que não teve seus direitos trabalhistas protegidos. Certamente, ela deve ter procurado provas para levar à Justiça do Trabalho. Ela deve ter escutado: “Vá procurar seus direitos na

Justiça". Ela deve ter ido e deve ter tido dificuldade de comprovar até as horas extras. Ela deve ter procurado levar testemunhas ou coisa parecida.

Foi por essa emoção que senti, essa impotência que o auditor fiscal do trabalho sente, quando, no plantão trabalhista, encontra trabalhadores falando como ela: "Meu empregador me disse para procurar meus direitos. O que eu faço?" É uma impotência que sentimos terrível. E é por essa impotência que os nossos colegas procuraram essa forma de fortalecer, de fazer a lei ser cumprida.

De qualquer forma, tenho certeza de que o SREP já existe, foi criado. E, para a Justiça do Trabalho, para os procuradores, para todos que laboram, defendendo o direito do trabalho, não tem volta. Presunção de veracidade é o SREP do jeito que está na portaria. Podem usar o outro, ser autuado ou não, seja lá o que acontecer, isso é algo que não vai ter volta. Qualquer sistema que não tenha as condições de inviolabilidade, de certificação e de facilitar o acesso... E não é para o auditor fiscal do trabalho; é para qualquer autoridade: para os juízes do trabalho, para o procurador, para a Receita Federal. Coloquem o *pen drive* e retirem todo o controle de jornada; dá uma segurança jurídica enorme. Então, isso vai evitar o que aconteceu com essa empresa: ações trabalhistas de valores elevadíssimos.

Também confiamos na defesa que o Senador Paulo Paim certamente fará do sistema eletrônico de ponto. Confiamos também no Senado Federal. Isso vai ser apresentado no Senado. Apesar de a maioria dos Congressistas serem pessoas mais ligadas aos empregadores, eu confio que, neste momento de certa fragilidade, o Senado precisa demonstrar a todos os trabalhadores, ou seja, aos seus eleitores, que ele defende o direito dos trabalhadores; e vai defender não aprovando esse decreto legislativo. Tenho certeza disso.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Essa foi a Drª Vera Albuquerque, que falou em nome do Ministro do Trabalho, Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Eu queria encerrar, por causa do horário, mas tenho que dizer duas ou três palavras para vocês que acho que até mencionei num outro momento.

Houve uma situação – não vou dizer o nome, mas, se me abordarem particularmente, eu digo com quem aconteceu: um cidadão, meu amigo, pequeno empresário, conversou comigo: "Paim, tu trabalhas nessa área e não quero me incomodar. Pago tudo, mas não quero me incomodar". E assim ele fez durante o período de dois ou três anos. Aí, um dos trabalhadores botou ele na Justiça. "Aí, Paim, paguei tudo o que você mandou,

e o cara me botou na Justiça". Perguntei quanto ele estava pedindo e me lembro até do número: R\$250 mil. Ele não devia nada. Eu tenho certeza, porque eu vi, conferi, olhei. Aí, inverteu essa questão.

Eu quero contar o caso ao contrário. "Sim, mas você tem toda a documentação certinha para comprovar? Porque você ter que se defender e pagar advogado". E o advogado dele cobrou R\$4 mil para defendê-lo. Conheço também o advogado. O que acontece? Ele não tinha a maioria dos documentos que comprovavam efetivamente que ele não devia nada. Ele confiou tanto no que eu disse que achou que o empregado... "Bom, estou fazendo tudo o que o Paim disse. Não tenho problema".

Eu não estou fazendo julgamento neste momento, mas essa questão da segurança jurídica é fundamental, tanto para o empresário como para o trabalhador. Olha que eu inverte aqui os argumentos. É importante para os dois. Por isso, eu falava aqui à Drª Vera, e ela me dizia: "Paim, se quiser propor – permita que eu diga isso – que se faça até um novo grupo de trabalho, um GT..."

A SRª VERA ALBUQUERQUE – É igual ao das normas regulamentadoras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) para dialogar. Isso não significa adiar nada, mas vocês vão dialogar, vão conversar, porque o que mais ouvi aqui é que podemos aperfeiçoar o projeto, o processo todo. E, se assim vocês caminhassem, eu seguraria o projeto. Eu seguraria, pensando no bem das partes. Eu fiz isso com os empresários dos transportes e com os líderes dos trabalhadores; fiz isso com os empresários do comércio e com os líderes dos trabalhadores. Seguramos, de acordo com o Senador Ricardo Ferraço, os projetos até que eles se entendessem. Enquanto eles não se entenderam, nós não colocamos em votação. Fizeram um amplo acordo, e as duas matérias estão sendo aprovadas por unanimidade nas duas Casas.

Por que estou dizendo isso? Se é possível dialogar – vi aqui que todo o mundo quer dialogar –, se vocês quiserem conversar... Agora, se não houver a conversa, eu vou ter, naturalmente, que pegar meu parecer da votação, e vai à votação. No meu entendimento, não é o melhor caminho. Eu sou muito a favor do diálogo, do acordo, do entendimento.

Eu perguntei à Drª Vera e ela me disse uma frase que me deixou um pouco intrigado. Ela disse que não é obrigatório. É isso?

A SRª VERA ALBUQUERQUE – O ponto não é obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ponto não é obrigatório?

A SR^a VERA ALBUQUERQUE – O ponto eletrônico não é obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso, acho que temos de conversar mais. Estou me dispondo, inclusive, a conversar junto nesse grupo. Se me convidarem, eu vou, para conhecer cada vez mais como relator da matéria. Porque essa frase, dizer que o ponto eletrônico – o eixo deste debate... E estou me cuidando para não dizer a posição que estou tendendo a ter ou não ter. Se estou querendo participar do grupo, tenho de estar sempre aberto a ouvir, a ajudar, a contribuir. Mas, se o ponto não é obrigatório...

A SR^a VERA ALBUQUERQUE – Não, o ponto eletrônico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ponto eletrônico. Sim. o ponto eletrônico. É esse que vem a debate. Não é obrigatório.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – É absolutamente inviável para uma empresa, pelo menos pensando em ter uma gestão eficiente... Imagine uma empresa que está espalhada em vários espaços e tenha dez mil pessoas. Não é obrigatório. Pode-se voltar ao manual. Então, é obrigatório? Não é obrigatório, mas faz sentido? Não faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, em resumo, esse debate podemos fazer no grupo. Não é obrigatório, mas vamos fazer o debate no grupo. Podemos fazer o debate no grupo? É isso? Para não retomar tudo de novo.

Estou querendo encerrar a audiência pública com um mínimo de encaminhamento. Vocês acham que seria positivo ter uma comissão tripartite, permanente, para discutir essa questão?

Não estou querendo retomar a discussão. Se retomarmos todos os argumentos de novo, não vamos sair daqui hoje. Eu estou com a relatoria, vou ter de dar o parecer. O que me foi perguntado, provocado, e acabei transferindo para a Dr^a Vera era: não, de minha parte, não há problema algum de montarmos um novo GT...

A SR^a VERA ALBUQUERQUE – Não, uma comissão tripartite permanente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para analisar, debater essa questão do ponto.

O SR. DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES (*Intervenção fora do microfone.*) – E os efeitos da portaria ficam suspensos?

A SR^a VERA ALBUQUERQUE – Claro que não! As NRs ficam suspensas?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não. A pergunta que eu faço...

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – O que a gente poderia fazer, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ver. Vamos tentar aqui um encaminhamento mínimo.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Eu acho que é uma solução muito boa criar o grupo, porque eu acho que todo mundo aqui, até pela tradição de lidar com a questão do trabalho, fala em diálogo, fala em... Mas se a gente desse uma segurança à sociedade desses registros todos que não têm valor legal hoje de que, enquanto esse grupo que vai tentar, em um mês, em dois meses, apontar uma solução, se a gente der...

A SR^a VERA ALBUQUERQUE – É permanente.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Não, pode ser; mas eu estou dizendo assim: a gente precisa, doutora, em um mês, em dois meses, dizer para a sociedade “a gente vai ter tais e tais soluções, tais e tais formas”...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu entendi já. Eu entendi.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Se ficar do jeito que está, é muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, a melhor forma de construir o mínimo de procedimento: fica ventilada – vocês vão consultar, naturalmente, as suas respectivas empresas – essa proposta desse grupo tripartite.

A SR^a VERA ALBUQUERQUE – Semelhante aos das normas regulamentadoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto isso, claro, eu, como Relator, vou fazer o encaminhamento que entender adequado mediante tudo que eu ouvi. Mas o que fica pelo menos é isso. Houve essa proposta de que esse grupo tripartite possa retomar a discussão do tema permanentemente.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Parabéns pela qualidade do debate. (Palmas.)

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.)

ATA DA 19^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 16 DE ABRIL DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia desse dia de abril de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador:

Paulo Paim. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras membros desta Comissão. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A presente reunião, composta de duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: 1ª Parte – Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 44, de 2012–CDH, aprovado em 09/04/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de audiência pública para debater o julgamento no Supremo Tribunal Federal da ação direta de constitucionalidade contra o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.** Convidados: Silvany Euclênio Silva, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, em substituição a Senhora Luiza Bairros Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Elio Ferreira de Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Ivo Fonseca, Coordenador Executivo da CONAQ; Fernando Prioste, Coordenador-Executivo da Terra de Direitos; Deputado Federal Amauri Teixeira (PT/BA); Alfredo Vagner Berno de Almeida, Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; Richard Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA, em substituição ao Senhor Celson Lisboa de Lacerda, Presidente do INCRA; Carlos Moura, Diretor do Centro de Referência da CNBB, em substituição ao Presidente Dom Raymundo Damasceno Assis. O Senhor Presidente exibe o filme, de vinte minutos, *São Jorge e seus Dragões*, direção de Sandro José da Silva, INCRA/SR20-ES. O Senhor Presidente faz um minuto de silêncio, em homenagem a mãe do convidado Elio Ferreira de Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares, falecida na sexta-feira próxima passada. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Denildo Rodrigues, quilombola para declamar poesia. **2ª Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 53, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater o Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** **Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 52, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a situação dos motociclistas e dos ciclistas nas cidades. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** **Item 3. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 51, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater o sistema carcerário no Brasil. Autoria:

Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 50, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater o programa viver sem limites e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 49, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a situação do transporte ferroviário, metroviário e hidroviário. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 47**, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a importância da leitura como instrumento de cidadania para crianças, jovens, adultos e idosos. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 48, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater as estratégias jurídicas de combate a discriminação e de promoção da igualdade racial. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 1. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 54, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater o Programa Nacional de Educação do Campo – (Pronacampo). Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 44, de 2012, CDH, aprovado em 09/04/2012, de autoria deste Senador e de outros, a fim de debatermos a questão que será julgada no Supremo Tribunal Federal, que é a Ação Direta de Inconstitucionalidade

contra o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

Para esta audiência pública, fizemos uma série de convites. Já se encontra conosco a Silvany Euclônio Silva, Secretária de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Seppir, em substituição à Ministra Luiza Bairros, da Igualdade Racial. Eu já convidou a Silvany a vir para a mesa. Vou chamando um por um aqui. Pergunto se já chegou o Carlos Moura. (Pausa.)

O Carlos Moura não chegou. Já chegou o Presidente da Fundação Cultural Palmares, porque já me recebeu lá, na porta, o Eloi. Venha cá, Eloi. Então, o Eloi Ferreira de Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares, está conosco. Vamos fazer duas mesas. Então, vou pela ordem de chegada. Estão conosco também Ivo Fonseca, Coordenador-Executivo da Conaq, e Fernando Prioste, Coordenador-Executivo da Terra de Direitos. Depois, teremos uma segunda mesa, com os outros convidados. Uns já se encontram aqui e outros estão chegando.

Para situar aqueles que estão ligando, neste momento, a TV Senado e os órgãos de comunicação da Casa, como a Rádio Senado, e aqueles que estão na Internet, vamos fazer uma rápida introdução para situar a todos sobre o tema que será o eixo do debate nesta nossa audiência pública.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo PFL – atual Partido Democratas –, em 2004, que considera ilegal o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. A ação está no Supremo Tribunal Federal e versa sobre o Decreto nº 4.487, de 2003, do Presidente Lula, que regula a titulação dos territórios quilombolas. A Adin está na pauta do Supremo Tribunal Federal para ser julgada já na quarta-feira.

A demarcação das terras dos remanescentes de escravos, de ex-escravos é uma questão de justiça, afinal, os negros, com seu trabalho e suor, ajudaram a construir as riquezas do País. Quando falamos de quilombos, estamos falando de pessoas que vivem em terrenos há tempos e fizeram dos locais espaços para plantação, estudo e desenvolvimento de sua cultura, enfim, de toda a realidade de um povo que ali vive. Os descendentes de escravos estão há séculos ocupando as terras que, em grande maioria, não foram tituladas e ainda aguardam o Estado chegar com políticas públicas. Muitas delas, tão faladas por todos nós, ainda não chegaram às comunidades quilombolas.

Eu sou daqueles que defendem um pacto quilombola, fazendo com que os programas Minha Casa

Minha Vida, Bolsa Família, Pronatec, ProUni, Luz para Todos, Bolsa-Atleta, direitos previdenciários, dentre outros programas sociais, cheguem efetivamente a todas as comunidades quilombolas, as já reconhecidas, tituladas ou não. Eu gostaria que fossem instalados os chamados Quilombos do Amanhã em cada comunidade, projeto que apresentei e que está tramitando aqui, no Senado, e que fossem garantidos incentivos em todos os sentidos para um investimento maior nessas comunidades. Um dia desses vamos debater aqui, especificamente, o que é o projeto que está tramitando na Casa, de minha autoria, chamado quilombo do amanhã, que devia ser de ontem, mas tenho de chamá-lo do amanhã porque, enquanto não for realidade, continuará sendo do amanhã, infelizmente.

Nesse sentido, quero lembrá-los que – repito –, no Senado o PLS nº 103, de 2001, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar o centro de integração federal em todas as comunidades quilombolas do País.

Os centros de integração federal quilombolas terão como objetivo fornecer ensino básico fundamental e tecnológico, inclusive serviço de esporte, cultura, lazer, saúde e inclusão digital aos moradores das comunidades e estarão vinculados a cada área competente do Poder Executivo Federal.

O Governo poderia se comprometer com esse projeto, com certeza. Acho até que poderíamos fazer uma reunião só para discutir esse PL e realizarmos uma mobilização para ver se, de fato, o nosso Governo assume essa proposta dos quilombos do amanhã. Quero dizer que essa tem de ser uma decisão de Governo, uma política de Estado. Por isso, é importante a mobilização e nós temos feito isso aqui nesta Comissão, quando destinamos verbas com esse objetivo. Só que, nem sempre, as verbas acabam, efetivamente, aprovadas e liberadas.

Mas, enfim, para os que estão assistindo a TV Senado e ouvindo a Rádio Senado, a Agência Senado, recebendo informações pela internet, é importante frisar que, na Constituição de 1988 – eu estava lá, fui constituinte –, nos Atos das Disposições Transitórias, o Estado brasileiro aprovou, no art. 68, que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estavam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Portanto, estamos há 24 anos tentando implementar um artigo transitório.

O art. 68 veio resgatar uma dívida histórica do povo e do Governo brasileiro para com os remanescentes de quilombos, pois trata-se de norma transitória que possui eficácia plena e aplicabilidade imediata,

não carecendo de complementação normativa. É isso ir lá e conceder o título para os quilombolas.

Antes de iniciarmos a reunião, foi sugerido que apresentássemos um vídeo. Então, apresentaremos o vídeo *São Jorge e seus Dragões*, direção de Sandro José da Silva. Apresentaremos o vídeo como abertura, assim não será computará no tempo dos convidados.

Em seguida, passaremos a palavra aos convidados.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Poderia aumentar um pouco mais o volume? (Pausa.)

Tenho certeza que o vídeo foi testado antes. Então, não se preocupem, dará tudo certo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Estão dizendo que são todos vascaínos. Eu vi alguém do Caxias jogando com a camisa cor de vinho.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. A intenção de apresentar esse vídeo foi a de mostrar a realidade do nosso povo quilombola. Por isso este debate, por isso as políticas públicas e nós entendemos que são importantes e que cheguem lá.

Vamos, de imediato, começar o nosso debate. Quero registrar a presença, conosco, do Deputado Federal Amauri, do PT, que seguidamente está aqui. Como sempre, o Deputado Amauri terá direito à palavra no momento em que entender mais adequado.

Neste momento, vamos aos nossos convidados. Sou vou repetir os nomes da mesa. Já está na mesa conosco a Silvany Euclênio Silva, Secretária de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Seppir, que aqui representa a Ministra Luiza Bairros, Ministra da Igualdade Racial. Já está conosco na mesa o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Elói Ferreira de Araújo. Conosco, também, o Coordenador Executivo da Conac, Ivo Fonseca, e o Coordenador Executivo da Terra de Direitos, Fernando Prioste.

Na mesa 2, teremos o Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA, Richard Torsiano, em substituição ao Sr. Celso Lisboa de Lacerda, que é o Presidente. Depois, teremos também o Diretor Executivo da Educafro, Frei Davi Santos, a direção do MST, Alexandre Conceição, o Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Teremos, também Carlos Moura, Diretor do Centro de Referência da CNBB, em substituição ao Presidente, Dom Raymundo Damasceno Assis. Vamos, de imediato, dez minutos com mais cinco, conceder a palavra para a Silvany Euclênio Silva, que representa a Ministra da Seppir, Luiza Bairros.

A SR^a SILVANY EUCLÊNIO SILVA – Bom dia a todos!

Cumprimento meus colegas de Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem parabenizo por mais essa iniciativa que reflete as muitas tomadas em sua trajetória nesta Casa em defesa do povo negro, em suas mais variadas presenças no País.

Cumprimento as lideranças quilombolas presentes na pessoa do Ivo Fonseca, que compõe conosco esta Mesa, e os vários parceiros de governo presentes neste momento.

Na verdade, Senador, vivemos um momento de grande reação conservadora em cima das políticas voltadas para povos tradicionais, especialmente para os povos, para as comunidades quilombolas. Tivemos recentemente a aprovação na CCJ da PEC nº 215. Temos uma série de problemas incidindo sobre as sociedades quilombolas de norte a sul do País, impactadas por diversos interesses, diversos empreendimentos, empreendimentos do setor público e do setor privado. Vivemos um momento realmente difícil, até, por isso, estamos nos dividindo.

A Ministra gostaria de estar aqui, mas nós estamos vivendo articulações diversas, ao mesmo tempo, na Esplanada e precisamos nos organizar, como Governo, também na defesa do Decreto nº 4.887, que obviamente é um decreto nosso, do Governo, e com o qual nós estamos comprometidos. Com certeza, não podemos deixar que as coisas caminhem para essa votação sem que tenhamos feito a devida articulação das forças do Governo favoráveis aos direitos das comunidades quilombolas.

Nós havíamos preparado alguns números para projetar aqui para demonstrar a importância do Governo do Estado ter assumido a agenda social quilombola, mas hoje nós estamos impedidos de entrar no prédio no Bloco "A" da Esplanada, que se encontra ocupado nesse momento pelo MST. Fomos até lá, mas não tivemos como trazer estas informações, porque não conseguimos adentrar o prédio.

Estão aqui alguns colegas de Governo, do MDA, que também devem estar na mesma condição nossa.

De qualquer maneira, vou passar, Senador, para o Senhor uma cópia do atual diagnóstico quilombola com números bastante expressivos sobre o resgate da dívida que o povo brasileiro tem para com o povo negro, em um dos seus aspectos, o resgate da dívida que o povo brasileiro tem com a população quilombola.

Muito falam aqueles que são contrários aos direitos quilombolas. Argumentam que as comunidades quilombolas atrapalhariam o desenvolvimento do País.

A nossa visão é contrária, a nossa visão é outra, a nossa visão é de que as comunidades quilombolas,

assim como as comunidades tradicionais, contribuem efetivamente para o desenvolvimento sustentável do País. Contribuem para que hoje se coloque como vanguarda contemporânea da humanidade a produção sustentável, que é a relação de respeito e de preservação do meio ambiente, características que são próprias dos valores civilizatórios desses povos trazidos da África para o Brasil e características que marcam toda a relação dessas comunidades nos espaços em que estão colocadas.

Temos certeza de que a esses setores não interessa a titulação das terras quilombolas, a esses setores não interessa retirar do mercado essa parcela de terra para uso e produção coletiva, e isso afronta diretamente as práticas violentas do capital. Temos certeza de que, para esses setores, não interessa esta derradeira reparação que a abolição não fez, que é dar ao negro o acesso à terra. Isso afronta diretamente essa estrutura fundiária extremamente rígida e centralizada que permeia a história do nosso País. Também temos certeza que o racismo, sem dúvida, é outro elemento balizador dessa reação conservadora contra os direitos quilombolas.

Senhores e senhoras, não sou advogada – meu campo não é o jurídico –, mas é óbvio, até para mim, que a Carta magna, que a Constituição estabelece esse direito, como fruto de uma luta e de uma articulação do movimento negro, das populações quilombolas e dos constituintes – obviamente o senhor estava presente –, que se comprometeram com essa possibilidade. Até para mim, que não sou jurista, é óbvio que o Governo tem o dever de garantir a aplicação do dispositivo constitucional e, para fazê-lo, tem que criar normas, é claro, para estabelecer a forma como se vai fazer isso. A reação ao Decreto nº 4.887, na verdade, é um desrespeito à própria Constituição brasileira, na medida em que ele apenas estabelece normas, como outros marcos que vieram também, para que se aplique o dispositivo constitucional.

Vendo o vídeo, nós ficamos não digo impactados, porque impactados ficamos ao ir a tais comunidades e ver a situação de descaso secular, descaso de décadas por parte do Estado brasileiro. Temos um passivo muito grande e, obviamente, como Governo, reconhecemos que nosso ritmo de atendimento a esse passivo ainda deixa muito a desejar, entretanto também é muito explícito para nós que atender esse passivo, com certeza, é combater a miséria. Os números que balizaram o Plano Brasil Sem Miséria colocam explicitamente que 70% desses 16 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza são negros e estão, proporcionalmente à população, em sua maioria, no campo.

Isso não nos deixa dúvida de que esta população tem que ser o alvo principal das políticas de resgate e de promoção da cidadania desenvolvidas no nosso Governo na última década, quase uma década. Não temos dúvida de que essa é a parcela da população com a qual nós temos a maior dívida a resgatar. Não temos dúvida de que nós temos que encontrar formas e meios de dinamizar a chegada de políticas públicas que garantam o direito básico dessas populações. O Governo, nós temos que traçar esses caminhos. Estamos dialogando com os parceiros que também estão voltados para essa mesma tarefa que a história nos legou.

Quero dizer, Senador, para encerrar, que, no momento em que nós caminhamos para a Rio+20, falando em economia verde, preocupados com retrocessos que a gente vê mundo afora na preservação do meio ambiente, garantir a continuidade dessa população no campo, em suas terras que lhes são de direito, não só são da maior importância para somar nessa força de preservação do meio ambiente, como também para evitar o aumento da população pobre e miserável nos meios urbanos. Na verdade, a política quilombola vem para integrar essa população, mantendo aí os seus espaços, até por considerar a sua ligação umbilical com o território, o que é próprio das comunidades tradicionais.

Encaramos, neste momento, por exemplo, em vários lugares, propostas para deslocar as comunidades quilombolas para outras áreas, oferecendo benefícios que, onde elas estão, elas não têm. Só que não consideram a relação umbilical que essas populações têm com esse território, com os seus ancestrais que ali viveram, lutaram e morreram, com as árvores que plantaram, com a roça que plantaram, colhem e alimentam as suas famílias.

Assim sendo, a nossa posição é esta, com certeza, e esta é a posição do Governo. E um esforço tem sido feito, nos últimos meses de articulação interna, para garantir a manutenção do Decreto nº 487.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa foi a Secretaria de Políticas das Comunidades Tradicionais, da Seppir, que representou a Ministra Luiza Bairros, nossa grande Ministra.

Quero dizer que foi importantíssima sua análise, demonstrando que investir nas comunidades quilombolas, sem sombra de dúvida, é investir também na permanência do homem no campo. Por que estou dizendo isso com destaque? Porque, quando se fala em permanência do homem no campo, é como se fosse somente um outro setor da sociedade que toca o campo, e nós sabemos também da importância das

comunidades quilombolas na produção agrícola; e, por isso, valorizamos a atividade nessa área.

Parabéns pela sua fala!

Seguindo a sequência, de imediato, o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araújo.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Bom dia a todos e todas; ao Presidente desta reunião, Senador Paulo Paim; a Silvani, companheira de Governo; ao Fernando, advogado, com quem estivemos juntos em outras lides, combatendo do mesmo lado; ao Coordenador Executivo da Organização Terra de Direitos; ao Ivo, Coordenador Executivo da Conaq; ao Deputado Amauri; aos companheiros quilombolas; aos companheiros e companheiras; ao companheiro do Incra, Presidente Richard.

A Fundação Cultural Palmares é um órgão do Governo Brasileiro, criado em 1988, com o desafio de primeiro órgão que o Estado recepciona para poder construir políticas de ações afirmativas voltadas à cultura afro-brasileira, cultura negra brasileira.

1988 é ano importante – aliás, a década de oitenta é bastante importante – no processo de redemocratização do País. E quando a Fundação Cultural Palmares é criada, nela é depositada a grande esperança da construção de políticas de reparação que objetivassem a redução das graves desigualdades de natureza racial que o País ainda experimentava, naquele ano em que comemorávamos o centenário do fim da escravidão.

Aliás, Senador Paim, a Fundação Cultural Palmares foi criada pelo Presidente José Sarney. Fazemos votos para que Sua Excelência se restabeleça do mal que está, pois está internado, como sabemos.

Bem, a Fundação Cultura Palmares avança ao longo do tempo e recebe o grande desafio de registrar as autodeclarções das comunidades dos remanescentes de quilombos. E assim ela o faz. Hoje temos cerca de 1820 comunidades de quilombos certificadas no País. Essas comunidades são certificadas pela Fundação Cultural Palmares. E o que é a certificação? É quando a comunidade se autodeclara. Não há quem diga quem é quilombola e quem não é. Quem aponte o dedo para dizer quem é quilombola e quem não é. São as comunidades de remanescentes de quilombos, assim como nós vimos nesse vídeo relatando a comunidade lá no Espírito Santo, que dá conta que é uma comunidade quilombola e como ela vive, como ela produz, como ela reproduz a cultura de todos os antepassados, como ela vive em condições de absoluta desigualdade.

É importante nós examinarmos, Senador Paim, alguns aspectos que eu acho que são imprescindíveis, que dizem respeito aos marcos legais. A população negra brasileira não teve o mesmo tratamento, a mesma

acolhida que foi dada aos imigrantes europeus. Isso em todo o momento da história. A Lei de Terras, de 1850, teve o propósito de assegurar que a população negra brasileira não teria acesso à terra.

Depois daquele processo, em 1850, a gente avança até 1888 e só em 1888 a gente consegue o principal marco político, marco legal para poder criar um ambiente para a população negra. Um marco legal, o mais importante, resultado de uma grande luta do povo brasileiro que foi colocar fim à escravidão.

Naturalmente que aquela lei imprescindível e que colocou fim à escravidão de cerca de um milhão de brasileiros negros e negras veio, naquele momento histórico, resultado daquela luta – luta do povo, não foi uma concessão, o Congresso não votou, não deu, foi um embate férreo para que se votasse o fim da escravidão –, consegue-se aquela vitória, vitória estrondosa, que ecoou pelas ruas do Brasil inteiro. Todos festejamos o fim da escravidão.

Ocorre que foi só festejar o fim da escravidão. A lei não veio acompanhada para assegurar as possibilidades para inclusão da população negra. Nos ambientes econômicos, nos ambientes sociais, para que essa população, os ex-escravos, tivessem acesso e igualdade de oportunidade aos bens econômicos e aos bens culturais que o Brasil iniciava.

O capitalismo já ganhava uma pujança e foi a população negra que assegurou essa pujança ao capitalismo nascente.

Houve que passamos o século XIX, o século XX e somente no século XXI um projeto de lei de iniciativa do Senador Paulo Paim, que preside esta reunião, que colocou na Ordem do Dia que a população negra brasileira tinha que ser sujeito, ser protagonista, se apropriar dos bens econômicos. E essa virou lei, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – o Estatuto da Igualdade Racial.

E esse documento, Senador, a par de críticas que recebe, possui uma musculatura muito intensa, é um marco legal extraordinário chegando tardio. Mas é o principal marco legal de que o Brasil dispõe para produção, para construção da igualdade de oportunidades.

Nesse marco legal, como V. Ex^a assinalou ali, o instituto das ações afirmativas têm que ser apropriado, não apenas pela população negra, mas por toda a Nação brasileira, para poder fazer as transformações. E ali naquele marco legal, ele receptionou o Estatuto da Igualdade Racial, Senador, o art. 68 da Constituição da República, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. E quando ele receptionou, ele colocou na ordem do dia que a regulamentação do art. 68, que é o que está sendo questionado, como Silvany colocou muito bem, Secretária de Políticas para Comunidades

Tradicionais da Seppir, é uma roupagem. E é uma roupagem racista para poder questionar o art. 68.

Mas o art. 68, se não poderia ser regulamentado pelo decreto do Presidente Lula, ele agora pode ser recepcionado porque foi acolhido no Estatuto da Igualdade Racial.

Então, o Estatuto da Igualdade Racial tem já uma regulamentação do art. 68, que é o Decreto nº 4.887, objeto desse questionamento do DEM, o Partido Democratas, do Senador Demóstenes – ex-Senador, porque saiu do Partido –, que foi da Comissão de Constituição e Justiça e que colocou todos os obstáculos para que o Estatuto fosse votado nesta Casa.

Mas o empenho de V. Ex^a e dos demais membros do Senado e do Congresso brasileiro houve para poder aprovar aquele documento, um documento que tem que ser apropriado. Insisto nisso, Senador, porque quando o art. 68 é recepcionado no Estatuto da Igualdade Racial coloca em tese por terra aquela ação, aquela representação do DEM. Colocou por terra, porque o que se dizia era que o Presidente não poderia regulamentar – e eu me associo à manifestação de Silvany – que é uma roupagem racista. Mas se o decreto presidencial não poderia regulamentar, o Estatuto da Igualdade Racial pode agora...tem um documento que pode ser regulamentado – o Decreto nº 4.887, que pode ser recepcionado como o regulamentador dos direitos das comunidades quilombolas no nosso País.

Por fim, Senador Paim, nós acreditamos que, a par desse desafio que está no Supremo Tribunal Federal de se manifestar nessa matéria, e acho que o STF não se furtará de examinar essa matéria, ainda que essas reflexões que faço aqui penso que são importantes de dizer que aquele questionamento já não cabe mais. Aí vem um questionamento que tivemos outro dia, Dr. Fernando e eu experimentamos, que foi o debate sobre as terras das comunidades dos remanescentes de quilombos. São terras imensas! Que terras imensas são essas? Não equivalem nem a 1% dos cinco maiores latifundiários do nosso País.

O que tem hoje titulado para terras de remanescentes de quilombos não representa nem 1% das terras que estão de posse dos cinco maiores latifundiários do País. Basta pegar os dados do IBGE para confrontar essa informação que lhes digo.

De tal sorte que esse é um tema que também tem que ser tratado. Os quilombolas são aqueles que historicamente não estão associados à queima dos cartórios, a certidões produzidas; estão associados à proteção do meio ambiente, estão associados ao que há de mais sagrado, que é a formação da identidade brasileira. A identidade nacional tem cor: 52% da população brasileira têm a nossa origem, a origem no conti-

nente africano. Essa é uma dimensão que não se pode perder de vista quando se examina essa ação no STF.

Nós acreditamos e torcemos para que no Supremo Tribunal Federal, num momento muito especial da história do nosso País, venha a acolher os direitos das comunidades quilombolas e venha repelir essa representação que hoje tramita lá. Porque o cenário internacional vai ficar marcado se o Brasil disser “não” às comunidades dos remanescentes dos quilombos.

O Brasil, com certeza, vai se envergonhar. Não construiremos um futuro de igualdades. Não construiremos um futuro de harmonia e de paz. Continuaremos acentuarmos as assimetrias, o afastamento das possibilidades de inclusão e da justiça.

O decreto é um documento legal, mas nós estamos diante de um grande debate político que a Nação não pode se furtar de fazer de fato.

Vamos reparar os 380 anos de escravidão com uma ação como o Estatuto da Igualdade Racial, como o Decreto nº 4.887, como o trabalho que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial realiza e a Fundação Cultural Palmares, que tem a sua missão de reconhecer as comunidades quilombolas e todas as manifestações da cultura afro-brasileira, da cultura negra do nosso País, ou vamos dar as costas. Nós estamos num momento especial e, parafraseando os sonhos de Martin Luther King, de Nelson Mandela, do Presidente Lula, nós temos o sonho de ver este País justo, mais igual. E os instrumentos legais estão colocados na ordem do dia. O Estado brasileiro tem que reparar, não pode dar as costas e tem esta oportunidade singular neste século XXI, ainda que sejam passados mais de 120 anos desde o fim da escravidão. Mas agora nós temos documentos, temos marco legal e temos vontade política.

Então, Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que tem a iniciativa de convocação desta audiência, tem, com certeza, por tudo que em seus mandatos realiza, o reconhecimento de toda a população negra e toda a Nação brasileira.

Nós, como membros do Governo da Presidenta Dilma, e tendo à frente do Ministério da Cultura a Ministra Ana de Holanda, que está empenhada, acompanhando todo esse processo, nós estamos animados. Estou manifestando essa opinião à luz de tudo porque estamos animados.

Na Palmares, nós não vemos com desânimo essa luta. Temos certeza de que ela vai ser marcante e vai se constituir em um novo marco na história do nosso País, para construção da igualdade de oportunidade, para construção de direitos que as comunidades de remanescentes de quilombos têm e não serão negados nesta hora. Nós vamos avançar juntos.

A Conaq, que dá contribuição extraordinária, com certeza, haverá de festejar e o Brasil inteiro, não apenas – eu digo não apenas – as 1820 comunidades quilombolas, o Brasil vai festejar a vitória e o direito das comunidades quilombolas. E vamos avançar porque, este ano, quando iniciaremos em dezembro a década dos povos afrodescendentes na forma que a ONU houve de tirar por resolução, será um ano que vai ficar marcado, inscrito como o ano em que o Brasil, o Estado brasileiro reafirmou o seu compromisso de reparar um pouquinho dos 380 anos de escravidão. E vai avançar na construção das políticas de ações afirmativas, no Estatuto da Igualdade Racial, de que V. Ex^a é o autor.

E vamos avançar mais e mais para construção de um país mais justo e mais fraterno.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Elio Ferreira de Araújo, presidente da Fundação Cultural Palmares e que foi ex-Ministro da Igualdade Racial (Seppir).

O Elio foi muito generoso comigo aqui, mas eu tenho que dizer de público, Elio que o Estatuto da Igualdade Racial só é lei devido a sua insistência, inclusive comigo. Todas as vezes que ele elogia o Estatuto da Igualdade Racial, ele dá para mim todos os méritos. Mas, se não fosse ele, o Estatuto não seria aprovado. Inclusive ele convenceu a mim que tinha que aprovar.

Então, Elio, você merece todo meu respeito e o meu carinho e confesso que não me arrependi de tê-lo ouvido. Havia um impasse na discussão do Estatuto e o Elio tanto reuniu... a última reunião foi com 18 entidades. Ele trouxe 18 entidades e disse: "Paim, vamos aprovar sim. Ou se aprova agora ou complica mais."

E continuamos brigando para melhorar o Estatuto mais na frente. E hoje, quando você vem aqui e diz que o Estatuto vai ser fundamental para derrubar essa ação no Supremo, isso me deixa muito feliz. Você já tinha me alertado para isso.

Eu diria que, se alguém merece palmas... Eu apresentei o Estatuto, mas para ele ser aprovado foi graças à insistência permanente sua e do Deputado Edson também. Então, uma salva de palmas para o Elio. (*Palmas.*)

E permita-me também, Elio, fazer uma homenagem, pequena, mas grande homenagem, à Sr^a Ondina Ferreira de Araújo, sua mãe, que faleceu nessa sexta-feira, foi enterrada no sábado, e hoje você está aqui. Você não me autoriza, mas eu vou dizer, há minutos ele recebeu um telefonema e era do Presidente Lula, com a sensibilidade que nós sabemos que ele tem, transmitindo-lhe sua solidariedade.

Eu pediria a todos para, de pé, fazermos um minuto de silêncio, em homenagem a essa grande

mujer, que faleceu aos 72 anos, Ondina Ferreira de Araújo, mãe do nosso querido Elói, hoje Presidente da Fundação Cultural Palmares.

(*Procede-se à homenagem.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aproveitando também a fala do nosso Presidente da Fundação Cultural Palmares, acho que todos nós nos somamos a sua fala inicial, em que você, mesmo na sua dor e sensibilidade, soube aqui lembrar que o Presidente do Congresso, Senador José Sarney, encontra-se na UTI do Hospital Sírio Libanês – se não me engano – porque teve uma ameaça de enfarte e já sofreu dois procedimentos. Mas tudo indica que ele deve se recuperar e deve sair da UTI no dia de hoje.

É bom lembrar também que a primeira proposta de política de cotas apresentada aqui no Parlamento foi do Presidente Sarney. Foi aprovado aqui no Senado e foi para a Câmara. Eu era Deputado e conversei com ele e incluímos dentro do Estatuto da Igualdade Racial a política de cotas que, no final, para aprovação do Estatuto, acabou saindo de novo, mas está pronta para ser votada na CCJ, com relatório da vice-presidente da Comissão, Senadora Ana Rita, que deu parecer favorável – a Serys já tinha dado – e está pronta para ser votada agora a política de cotas na Comissão.

Lembro aqui do Presidente Lula, não por ele ter ligado, mas que bom que está totalmente recuperado. Lembro das palavras do Presidente Lula no dia em que ele sancionou o Estatuto da Igualdade Racial. Ele falou que alguns o pressionaram para que ele não sancionasse e ele foi convencido pela Seppir – na época o Elio era o Ministro –, sancionou e, com o tempo, as pessoas vão ver que estávamos certos.

E hoje o Presidente Lula, com tranquilidade, pode dizer que mais uma vez ele acertou ao sancionar o Estatuto da Igualdade Racial.

Passamos a palavra, neste momento, ao Coordenador Executivo da Conaq, Ivo Fonseca, que por diversas vezes já esteve conosco também expondo o seu ponto de vista sobre a luta da comunidade negra desta Nação tão sofrida.

O SR. IVO FONSECA – Bom dia a todos!

Quero agradecer, neste momento, ao Senador, mais uma vez nos dando a oportunidade para nós, quilombolas, participarmos deste momento.

Quero, também, saudar a companheira Silvany, Secretária da Seppir, o Presidente Elio. Aceite o sentimento de todos os quilombolas do Brasil pela perda de sua querida mãe. Saúdo o companheiro Fernando, que está aí no dia a dia com a gente nessa luta para vencer.

Quero dizer que essa luta nossa é contínua. Não podemos desistir porque o processo deste País sempre vem para nos deixar de lado, nos deixar sem direitos.

A audiência pública de hoje trata da constitucionalidade do Decreto nº487. Mais uma vez, o Senador está nos dando essa oportunidade para que a gente faça este momento. Sempre fico observando, do pouco que conheço deste País, que há um setor que não quer que nós vejamos brasileiros.

O marco legal deste País se dá em 1824, com a Constituição do Brasil. O seu art. 1º diz que todos são livres e têm direitos, todos são iguais. Isso, em 1824. Só que nós tínhamos um processo de escravidão no País. Você tem uma Constituição que diz que todos são livres e nós – o povo negro neste País – sofremos com a escravidão. Então, é o primeiro passo para não nós aceitar como povo brasileiro. Mas isso não nos deixou calados. Eles não nos renderam nessa primeira canetada que fizeram neste País. Conseguimos resistir e estamos aí até hoje. Partindo dos princípios e dos direitos dos brasileiros... Quando o DEM diz que o decreto é constitucional entendo que diz isso porque parte de um princípio de Direito. Acho que todo direito...

Outros companheiros que são operadores do Direito e que conhecem, se eu não estiver bem seguro do que estou falando, podem me corrigir.

O Direito tem de partir de um princípio. Um princípio de Direito, como entendo, é o direito natural. Não se pode ter um direito, construir um direito, o homem fazer o direito, sem o direito natural. Então, aí você começa a trabalhar as normas do Direito. Esse nós estamos perdendo, no Brasil, até hoje. Esse direito natural. O Estado brasileiro não reconhece esse direito nosso, o direito natural. Aí o Brasil é um País que copia, que busca coisas boas e busca coisas ruins. A lei da terra, no Brasil, parte de um princípio de 1375, que não é lei brasileira. Essa lei chega ao Brasil e dá seu ordenamento neste País para a grande extensão de terra. Experiência com a qual convivi. Com relação a minha própria comunidade, Frechal, do Estado do Maranhão, no Município de Mirinzal, o senhor da época, senhor dos escravos, tinha uma extensão de terra a perder de vista. Era o direito que ele tinha à época.

Mas o País começa de novo a normatizar as suas leis de terra a partir de 1808, já entendendo que o povo negro estava avançando para esse direito. O Presidente Eloi acaba de reforçar na sua fala que, em 1850, a lei de terra era exatamente para que nós não avançássemos, que nós não pudéssemos ter terra neste País. E os artigos diziam à época, e dizem, acho que podem ver, que para adquirir a terra tinha que ser por compra ou que tivesse com a sua cadeia dominial

correta, sem quebra, com a sua origem. Então, a terra, para se adquirir, tinha que ter origem. A lei é de 1850.

Todo esse processo que estava acontecendo no nosso País não consegue nos calar, não consegue impedir o nosso avanço. E aí o mais conhecido neste País é o Quilombo dos Palmares. Então eles não conseguiram nos impedir e nós avançamos.

Em todo esse processo, a escravidão está se dando neste País. E para a corte brasileira, desculpem os evangélicos e os católicos, para as igrejas, a escravidão era normal. Nós éramos sem alma. Nós só tínhamos dever neste País. E os quilombolas estavam conseguindo avançar, dizendo: daqui eu não saio. A minha avó sempre dizia – ela morreu com 105 anos –: "Meu filho, daqui eu não saio; é daqui para o cemitério". Quando ela falava isso, estava dizendo que ela tem um direito. E esse direito tem que ser respeitado no Brasil, tem que ser respeitado.

Então a lei de terra no Brasil, que se dá em 1850, impedi todo o nosso processo, todos os nossos direitos. E nós fomos avançando, o movimento negro e todas as nossas entidades. E chegamos a 1998, exatamente no art. 68.

Nós temos uma cronologia em que muitas leis têm o número oito. Muita lei tem o número oito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO FONSECA – Muita lei tem o número oito. Eu não sei se alguém estuda isso, mas nós vamos procurar uma pessoa especialista para ver o que o número oito tem a ver conosco. (Risos.)

Ele nos acompanha.

Com a Constituição de 1988, nós temos o art. 68. No nosso dia a dia, a companheira Silvany está ali. A nossa causa é do dia dezembro, quando nós conhecemos o art. 68, e o Professor Alfredo também nos ajudou muito. O que eles diziam para nós? Que o art. 68 não tinha aplicabilidade – essa era uma palavra ruim de eu falar, mas agora eu estou conseguindo –, e começamos a trabalhar a possibilidade de o artigo ser aplicável. Vários companheiros tinham a convicção de que o artigo é aplicável.

Trabalhamos e conseguimos uma portaria no Incra, a Portaria nº 307, de 1995, que deu certa novidade e avançou um pouco, mas alguns setores não nos recebiam. Não tínhamos um endereço no Estado brasileiro. Onde a gente sonhava que poderia receber o nosso processo, não recebia. Cito como exemplo a Frechal. Abrimos um processo pelo art. 68 e fomos parar no Ibama como reserva extrativista. Graças a Deus, ficou Reserva Extrativista do Quilombo Frechal, respeitando os direitos das comunidades remanescentes de quilombo, conforme o art. 61 do Decreto. Está

no Decreto de criação. Trabalhamos com muita dificuldade, sem endereço.

Pegamos o decreto feito pelo Fernando Henrique Cardoso, que é o Decreto nº 11.912, não é isso, Fernando? (*Pausa.*)

O Decreto nº 3.912 dava a condição de titular, etc., etc. e a responsabilidade para a Fundação Palmares, mas tínhamos convicção de que a Palmares, no seu instrumento, na sua normalidade, não tinha estrutura para titular nossas terras. Tínhamos essa convicção. Os companheiros também orientavam que a Palmares é uma fundação, e a terra, no Brasil, é questão de leis, porque é um processo histórico neste País, e que, por isso, a Palmares não teria como titular. Até teve um apelido. Desculpa, Presidente, você está nesta Casa, e companheiros que são conselheiros da Palmares, mas passamos a chamar o título de Palmares de título de otário. Foi o apelido que aconteceu. Era o título de otário. O título era criticado em todos os setores do Governo, até nos cartórios éramos mal recebidos.

Então, nossa luta foi derrubar o Decreto da Palmares e trabalhar o 4.887. Essa era a nossa tarefa saindo do governo Fernando Henrique Cardoso e entrando o governo Lula. E dizíamos assim: "Vamos eleger o Lula, que é o nosso passo. Vamos conseguir no governo Lula." E conseguimos, com muita dificuldade, eleger o Lula. Os quilombolas entendiam que tínhamos que eleger o Lula. Na equipe de transição, conseguimos escrever e entregamos uma carta, um texto, até o Prof. Alfredo nos ajudou, para a ex-Ministra Matilde Ribeiro, que entendeu o processo e trocou o decreto. Trabalhamos e construímos o Decreto nº 4.887, que saiu no dia 20 de novembro de 2003.

Nessa trajetória das leis e de impedimento, em 2003, foi feito o Decreto e, em 2004, foi declarada a constitucionalidade do Decreto. Nesse processo histórico, nessa luta para ter direito ao acesso à terra neste País, as leis vêm nos proibindo, nos cercando para que não avancemos, porque o Decreto, antes de fazer um ano e sem nenhum processo registrado, sem nenhuma terra titulada pelo Decreto, já tinha uma constitucionalidade. Então, para entendermos, é um sistema racista neste País que não quer que avancemos, não quer que sejamos brasileiros de direito. É isso que está acontecendo. Se você for ver a norma das leis, elas estão dizendo que não podemos avançar.

Acho que os companheiros que vão falar sobre o processo histórico vão dizer isto: todas as lutas nossas foram proibidas, nossos companheiros, nossas irmãs e irmãos foram mortos para que nós não avançássemos. Sobre a morte do Zumbi dos Palmares foi dito muito isso, muito escrito, muito falado. Para onde nós vamos? Hoje mesmo, na portaria, tivemos que ligar

para o gabinete do Senador para saber se iríamos para a audiência. E está lá citado: Audiência Pública dos Quilombolas.

Então, o processo no País tem uma rejeição contra o povo brasileiro, principalmente na questão da terra, Senador. A terra é um bem patrimônio de todos brasileiros. Pertence também a nós, e temos uma característica: não destruímos a terra. Nas comunidades quilombolas, 95% são áreas de preservação. Na minha comunidade, Senador, encerrando, temos a área de terra, mata virgem, em que não se corta um cipó. Para quem não sabe, o cipó é aquele que amarra. Se pudéssemos amarrar esses cabras que não gosta da gente...

Senador, obrigado. Obrigado pela próxima audiência que vai ter. Estamos aí para lutar por esse País e vamos vencer um dia.

Axé a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Coordenador Executivo da Conaq, Ivo, que de forma descontraída mostrou toda a indignação do povo negro, inclusive mostrando que, às vezes, para protestar, para mostrar indignação, não precisa só ficar bravo ou gritar. Acho interessante essa sua forma de falar. Tranquilo, vai mostrando os caminhos, todo o preconceito que existe e o que fazem contra o nosso povo.

Parabéns, Ivo! Bela fala. Já ouvi você falar outras vezes. A tranquilidade da sua fala, para mim, é o que me convence. Tem gente que pensa diferente, mas eu acho que convence essa tranquilidade da sua fala.

Passo a palavra, nesse momento, ao Coordenador Executivo da Terra de Direitos, Fernando Prioste.

O SR. FERNANDO PRIOSTE – Bom dia a todos e todas. Bom dia Silvany, Senador Paulo Paim, Eloi, Ivo, representante do movimento social quilombola da Conaq, que é a principal expoente da luta não só pelo direito à terra, ao território, mas pelo direito da população negra, das comunidades remanescentes de quilombos.

Queria começar lembrando uma frase escrita por Darcy Ribeiro, que foi Senador nesta Casa e importantíssima pessoa do Estado brasileiro. Ele disse que os escravagistas deixaram herdeiros, não necessariamente herdeiros físicos, filhos, mas herdeiros políticos, e esses herdeiros políticos hoje são os que se opõem, como aqueles que se opuseram antigamente à abolição inconclusa da escravidão, à titulação das terras quilombolas no Brasil. Daqui a cem anos, a gente vai olhar para esse momento histórico, as pessoas que estiverem vivas vão olhar para esse momento histórico, como nós olhamos hoje para o momento da abolição inconclusa da escravidão e observamos o absurdo que era defender àquela época a não-realização da aboli-

ção, e observar o absurdo de não defender a titulação dos territórios quilombolas.

Isto para mim fica claro em vários momentos: eles são herdeiros políticos desse processo. Em um programa na TV Justiça, e o Dr. Eloi estava presente, o representante da sociedade rural brasileira disse, textualmente, que a titulação dos territórios quilombolas, na forma como estava o decreto, era um privilégio das comunidades quilombolas diante de outra parcela da sociedade, que esse privilégio não poderia se sustentar e que, por isso, eles apoiavam a ação do DEM no Supremo Tribunal Federal contra o decreto que viabilizava a titulação dos territórios quilombolas.

A interpretação que eles levam do direito que as comunidades quilombolas têm à terra é uma interpretação que diz que quilombo hoje, no Brasil, é apenas e exclusivamente um espaço de negros fugidos. Essa é a definição que estava numa lei do Conselho Ultramarino de 1740, de Portugal, que definia o que era quilombo, para que o então representante da Coroa no Brasil pudesse destruir as comunidades quilombolas que existiam na época. Precisavam de um marco legal que autorizasse a polícia da época ir ao quilombo destruir tudo. Eles diziam o que era quilombo naquela lei e, basicamente, o entendimento que está lá é de que é um espaço de negros fugidos.

E é esse o entendimento que eles levam para o Supremo Tribunal Federal para que os Ministros digam que o que é quilombo não é o que está no decreto, não é o que está na Constituição Federal; é o que estava lá no Conselho Ultramarino de 1740.

Junto com isso, eles dizem também que o art. 68 é uma interpretação isolada. Olhando só o art. 68, sem olhar o contexto social e político nosso hoje; sem olhar também o contexto da Constituição como um todo de que o art. 68 é apenas a modalidade de um usucapião de terras públicas; um usucapião que a comunidade quilombola deveria provar que, de 1888 a 1988, ou seja, da abolição da escravidão até a promulgação da Constituição Federal de 1988, ela estava ocupando uma terra. E se ela conseguiu, durante cem anos, ocupar essa terra, aí sim, ela vai ter o direito. Mas não pode desapropriar. Se tiver terra particular, aí já não vale. É só sobre terra pública. E é o que eles estão dizendo lá.

Mas assim, acredito que o Democratas se utiliza do Supremo Tribunal Federal, ele instrumentaliza o Supremo Tribunal Federal para reverter uma perda política que eles já tiveram na Constituição, cem anos depois da abolição, porque eles querem reverter o ganho político que a sociedade brasileira teve como um todo, não só as comunidades quilombolas, com o reconhecimento do direito ao território para as comunidades quilombolas. E querem se utilizar do STF

para que o STF teoricamente limite o direito das comunidades quilombolas, dizendo que o decreto não se aplica e que as comunidades quilombolas não têm chance de continuar sobrevivendo sem esse decreto, sem essa interpretação que diga o que é o direito das comunidades quilombolas, que está na Constituição.

E a interpretação do Governo, do Ministério Público, da União, dos *amicus curia*, dos amigos da Corte que estão no Supremo defendendo a constitucionalidade do decreto, inclusive o Incra, das organizações da comunidade civil, é a de que o quilombo hoje – e o quilombo ontem também – é um espaço de luta e resistência histórica à opressão sofrida, que está relacionada com a questão do racismo, da escravidão. Isso é uma comunidade remanescente de quilombo; não é um agrupamento de negros fugidos. São concepções bem diferentes.

E a interpretação da Constituição como um todo – pois o art. 68 da ADCT tem de ser interpretado dentro da Constituição; da Constituição que foi feita depois do processo da ditadura militar, da Constituição que foi elaborada cem anos depois da abolição da escravidão – é a de que não há a possibilidade de reconhecer uma interpretação que diga que a comunidade quilombola não tem direito ao território que tradicionalmente ela ocupou e que é o suficiente, o necessário, para a reprodução física e cultural daquela comunidade quilombola.

Não acredito que uma interpretação sincera da Constituição Federal vá dizer que falta um instrumento normativo que diga mais um pouco para que se possa realizar aquele direito, porque a Constituição tem de ser interpretada no seu todo; não apenas isolar o art. 68 da ADCT, como se não houvesse mais nada, e dizer que ali não estão os requisitos necessários.

E mesmo olhando só o art. 68, lá estão também os requisitos. Ele diz que quem deve fazer a política é o Estado; ele diz que o sujeito dos direitos são as comunidades quilombolas; ele diz que a condição para a titulação é estar ocupando a terra; ele diz o que deve ser feito, que é entregar o título para a comunidade quilombola, o título da terra; não esse título que não pode ser registrado no cartório, mas um título de propriedade, como é todo título de propriedade, em que se registra no cartório e vira o dono daquela terra. Uma terra coletiva, registrada em nome da associação, que não pode ser vendida, não pode ser alienada, não pode ser trocada, não pode ser arrendada, não pode ser tomada pelo banco, porque é uma política pública do Estado Brasileiro de garantia da perpetuação das comunidades quilombolas.

E hoje existem várias ações que tramitam no Poder Judiciário e que discutem essa questão. Não tem só a Adin nº 3.239, do Supremo. A grande maioria das

decisões tem dado a interpretação constitucional ao direito das comunidades quilombolas de não ser outra senão a garantia de vida, de reprodução social, política e cultural das comunidades quilombolas.

Acredito que o julgamento, que pode ocorrer no dia 18, pode ser esse marco que vai acabar com essa insegurança para as comunidades quilombolas e vai ser mais um elemento a forçar o Estado Brasileiro, politicamente, a ter mais musculatura, mais energia para titular as comunidades quilombolas.

Também gostaria de lembrar a importante fala do Dr. Eloi, que falou que o Estado brasileiro é o segundo País do mundo em concentração fundiária. Um por cento do total de proprietários de terra do Brasil detém 50% do total das terras. Vejam, não é nem 1% da população; é 1% do total dos proprietários que detém metade das terras agricultáveis no Brasil.

Opor-se à titulação dos territórios quilombolas, dizendo que vai ser muita terra, que é muita coisa, é se opor à democratização do espaço rural brasileiro, porque uma estrutura fundiária concentrada gera uma estrutura social e econômica desigual e concentrada também. É pressuposto para a erradicação da pobreza a democratização da terra. E a titulação dos territórios quilombolas é uma das formas de se democratizar essa terra; demarcação de terras indígenas é outra; reforma agrária é outra; titulação de territórios de outras comunidades tradicionais é outra forma também.

E especificamente também sobre a Adin no Supremo, eu gostaria de salientar que as pessoas, as organizações, os grupos que defendem a constitucionalidade do decreto são unânimes em pedir ao Ministro César Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal e relator dessa Adin, que realize, antes do julgamento dessa Adin – e, por isso, a gente pleiteia e vai pleitear o adiamento desse julgamento – uma audiência pública para debater esse tema. Foram realizadas audiências públicas sobre importação de pneus, sobre a questão das cotas, sobre diversos temas; inclusive sobre a Lei Seca.

Esse tema chegou ao Supremo Tribunal Federal cinco vezes apenas. Todas essas cinco vezes foram decididas monocraticamente, só por um Ministro. Nunca foi decidido esse tema, nunca foi observado por todos os Ministros. E todas as vezes não se chegou a discutir o mérito por questões processuais, procedimentais. Essas ações foram barradas.

Uma ação era ainda de 2000, que pedia – na época não tinha nenhum decreto, quase não conseguia ocorrer a titulação – que o Estado Brasileiro fizesse o decreto, porque, fazendo o decreto, viabilizava a política pública de titulação. Aí, como veio o decreto em 2004, o Ministro Joaquim Barbosa, que foi o Relator

dessa ação, disse: bom, agora não precisa mais obrigar o Estado Brasileiro, que ele já fez.

E as outras quatro ações foram mandados de segurança de proprietários rurais contra a titulação de territórios quilombolas. E todos esses mandados de segurança, todos eles, os proprietários perderam, porque os Ministros entenderam que o mandado de segurança não era o instrumento para ficar fazendo esse debate, porque isso demandava prova, demandava muita coisa, como estudo antropológico; e perderam.

Então, das cinco vezes em que chegou lá, nas cinco vezes também as comunidades quilombolas ganharam.

E a audiência pública é importante, não só porque foi feito pouco debate, pouco julgamento sobre o tema. É importante porque, quanto mais informação tiver, mais maduro vai estar o julgamento. Quanto mais participação social tiver no julgamento, mais legitimidade política, social e democrática vai ter o julgamento lá.

Por isso, as organizações que estão aceitas no processo na qualidade de *amicus curia*, amigos da Corte, depois que terminar essa audiência pública, vão ao Supremo Tribunal Federal apresentar um documento que se chama agravo regimental, um recurso, para que o Ministro Cezar Peluso e os outros possam, mais uma vez, avaliar a pertinência de realização dessa audiência pública, de trazer os dois lados para o debate: os que se opõem e os que são favoráveis à manutenção do decreto.

E eu também posso aqui lançar um desafio àqueles que se opõem ao decreto que peçam também ao Ministro Cezar Peluso e aos outros Ministros a realização da audiência pública. Vamos fazer o debate! Tragam seus especialistas de todas as áreas e vamos debater. Vamos ver qual vai ser o resultado dessa audiência pública. Eu tenho certeza de que o resultado dessa audiência pública não vai ser outro que não a garantia dos direitos das comunidades quilombolas.

Para finalizar, não sou especialista. O Ivo disse que precisava de um especialista para analisar o que significava a simbologia do oito nas leis. Não sou especialista, mas, do pouco que eu me lembre, o oito deitado significa infinito. Talvez seja a força que as comunidades quilombolas têm para se opor àqueles que se opõem ao direito delas. Enquanto houver oposição às comunidades quilombolas, haverá força das comunidades e quilombolas para se oporem a essa oposição. Tenho certeza que o direito à terra das comunidades quilombolas vai se realizar e que isso depende da luta do movimento social fundamentalmente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Fernando Prioste, Coordenador

Executivo da Terra de Direitos, que se socorreu da simbologia do oito, inclusive, para mostrar que é uma luta permanente e que as comunidades quilombolas com certeza vencerão.

Essa questão da audiência pública é um tema que dependerá, naturalmente, do Supremo Tribunal Federal, mediante diálogo que vai ser estabelecido.

Neste momento quero convidar, antes de mudar a Mesa, o Denildo Rodrigues Soares. Está aí o Denildo? (Pausa.)

Denildo Rodrigues. Aqui está "Soares". Depois o pessoal fica me incomodando, como dizem: "Erre tudo, menos o meu nome."

O Denildo vai declamar aqui para nós um poema. Pode ficar em pé aqui ao lado da mesa.

O SR. DENILDO RODRIGUES – Bom dia a todos e a todas.

Para nós, quilombolas, é um momento histórico da nossa luta. Antigamente, quando os negros fugiam das senzalas, para se embrenhar e formar as comunidades quilombolas, os senhores dos escravos diziam que eles fugiam para o quilombo. Hoje, quando as comunidades quilombolas batem no peito para dizer que aquele pedaço de terra é deles, que ali é quilombo, que é herança dos nossos ancestrais, eles dizem que não. Isso é até é uma contradição.

Essa poesia que eu vou declamar conta um pouco da nossa história, um pouco do povo negro. Em cada pé, em cada construção neste grande Brasil tem o sangue do povo negro também. O nome dessa poesia se chama *Liberdade*, e ela vem um pouco nesse sentido de mostrar todo o processo histórico que o nosso povo sofreu neste País. Eu não sou descendente de escravos. Sou descendente de homens e mulheres livres, de rei e rainhas, que vieram da África para cá para trabalhar como escravos.

Liberdade
Como posso esquecer a dor da chibata
que recebi?
Lembro o dia que alguém chegou
E sem falar nada,
empurrou o meu filho ainda pequeno,
que, assustado, segurava em minhas
pernas a soluçar
Implorando para que me soltasse.
Sem poder fazer nada, vi abri a roupa de
minha companheira
e os seus seios a observar
Dizendo: você, você fará tudo o que eu
mandar,
Levarei comigo, para meus filhos ama-
mentar.

Acorrentado a um porão de navio, junto
a muitos outros,

Vi alguém ser esfaqueado quando tentava fugir.

Braços, arrancados do teu corpo, ainda
vivo, jogado ao mar,

Apenas o espanto no olhar.

Sem saber o que estava acontecendo

Fiquei acorrentado por longos dias na
quele navio;

Navio esse que atravessava o Oceano

Como uma terra estranha e desconhe-
cida.

Exposto a um leilão abriram minha boca,
Olharam meus dentes.

Vi alguém me vender a um senhor de
engenho,

Que disse: é você, negro desgraçado.

Que fará tudo o que eu mandar.

Obrigado a trabalhar de sol a sol,

Sem descanso

Ia ser chicoteado até desmaiar

Por não ter aprendido ainda a dizer: se-
nhor.

Vi outros serem caçados

E torturados

Marcado com ferro em brasa sobre teu
corpo

O nome do senhor.

Muitos anos se passaram,

Mas a saudade, como brasa no peito,

Mas impedido de sonhar,

Somente um dia, somente um dia,

Quando meu corpo não mais obedecia,

Fui chamado pelo senhor, que, ao furar
meus olhos, disse:

Você está livre, negro imprestável,

O seu corpo não mais serve para tra-
bajar em minhas terras.

A escuridão habitou-se meu ser,

Mas pela primeira vez na vida

Senti o vento suave da liberdade em meu
rosto.

Sai sem destino, apenas senti o chão
duro e o sol a me queimar.

Coração no peito a pulsar forte,

Quase sem palavras,

Sem lágrimas,

Ao ouvi alguém dizer: pai, vim te buscar.

Minha mãe nos espera num lugar cha-
mado Quilombo,

Onde não mais sofrerá.

Onde todos têm direitos iguais.

A alegria foi tão forte que eu nada mais senti,

Apenas a lágrima de minha companheira sobre o meu corpo frio.

E a terra que eu tanto sonhei, por que eu tanto lutei,

Eu vi cobrir meu ser para sempre, mas sei, isso eu sei

Que estarei vivo no mais puro suspiro de liberdade

Pois sei que chegará ao dia em que de punho ao alto

O povo, somente o povo, somos nós,
Vamos gritar junto: Liberdade. (*Palmas.*)

O SR. DENILDO RODRIGUES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convencer no argumento não quer dizer que a gente não tenha que, em outras horas, fazer o que ele disse aqui. Eu quero que ele chame de novo, e nós vamos fazer com ele. Chame de novo a última palavra.

O SR. DENILDO RODRIGUES – Liberdade!

(*Manifestação da plateia: Liberdade!*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Liberdade! Liberdade!

(*Manifestação da plateia: Liberdade!*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns! (*Palmas.*) (Pausa.)

Vamos à segunda Mesa, os nossos convidados já estão retornando ao plenário dessa primeira mesa.

Chamo para esta Mesa o Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, que substitui aqui o Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente. Sr. Richard Torciano, seja bem vindo à Mesa. (Pausa.)

Convidamos o Alfredo Vagner Berno de Almeida, Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. (Pausa.)

Convidamos também o diretor do Centro de Referência da CNBB, Dr. Carlos Moura. (Pausa.)

O Frei David e o Alexandre Conceição justificaram que não poderiam estar presentes.

Convido à Mesa o Deputado Federal Amauri Teixeira, que vai fazer uso da palavra também. (Pausa.)

Amauri, Deputado Federal, nosso querido Amauri, democraticamente, a Mesa entendeu que você vai iniciar a fala, enquanto eles organizam a fala dos outros três.

Com a palavra nosso convidado especial Amauri, que sempre que convidado se faz presente para debater inúmeros temas relacionados a direitos humanos e que tem um carinho muito especial pelo tema de hoje.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Bom dia.

Primeiro, mais uma vez parabenizar o Paim, sempre atento aos momentos importantes e sempre aten-

to aos movimentos importantes que devem ser feitos. Estamos vivendo um momento importante na história do Brasil. Estamos vivendo um momento sensível em relação às comunidades quilombolas e comunidades indígenas. O Senador Paim, atento a isso, convoca no momento apropriado essa audiência pública.

Quero cumprimentar Elio e apresentar meus sentimentos a ele. Em nome dele, cumprimento a todas as autoridades aqui presentes, discutindo o tema.

Elio, eu não sei se eu teria o mesmo compromisso que você. Você está aqui hoje, após perder sua mãe na sexta-feira. É preciso ter muita força, muita garra e, acima de tudo, muito compromisso. Hoje cedo, quando cheguei a primeira pessoa que encontrei foi você, que inclusive me comunicou essa audiência.

Paim, apesar de entender, até porque Elio vive em uma instância, em um órgão distinto do meu, e compreender a euforia dele, o animo dele, tenho certa preocupação neste momento. Percebo um segmento social no Brasil que, neste momento, se mostra eufórico, se mostra forte, se mostra agressivo, agressivo no sentido de ir para cima em função de alguns episódios recentes. São os ruralistas. Com a vitória que eles tiveram esmagadora, na Câmara, em relação ao Código Florestal, sentiram-se mais fortes do que nunca, e isso traz uma série de consequências e ações, por parte desse segmento social, como a inesperada aprovação na CCJ. Um dia após ser derrotado, eles se rearticularam rapidamente e aprovaram na CCJ a admissibilidade – claro que ainda preliminar, ainda numa comissão que examina a constitucionalidade da PEC nº 215, que sabemos que é inconstitucional. O quorum daquela admissibilidade e a forma como se deu a admissibilidade mostram que esse segmento está disposto a avançar no sentido de tirar direitos. Temos uma série de ações desse segmento. São Adin's em relação a decreto, às cotas e até a essa PEC absurda, que mostra que a intenção é inviabilizar completamente o avanço que as comunidades quilombolas e as comunidades indígenas vêm tendo.

A verdade é esta: eles estão reagindo a um avanço. Houve um avanço? Houve. Há possibilidade de avançar mais? Há. Mas eles estão reagindo e nós deveremos ter cuidado. Não estou aqui dizendo que nós estejamos baixando a guarda, mas é preciso, mais do que nunca, levantar a guarda e ir para a ofensiva; é preciso, mais do que nunca, mobilizar a opinião pública, esclarecer a opinião pública, mobilizar os segmentos sociais comprometidos com essa luta, para que não tenhamos retrocesso. Sabemos que a história não é linear, nós sabemos que a história não é apenas de avanço, mas esse seria um momento extremamente inadequado e inoportuno para termos algum retrocesso.

O Ivo, se não me engano, ou a companheira da Seppir disse que avançamos, mas que estamos avançando em passos muito lentos ainda. É preciso acelerar. Foi a companheira da Seppir que colocou isso. É preciso acelerar os fatos. É preciso consolidar as conquistas. Nós estamos longe de estarmos próximos das necessárias conquistas nessa área.

Entendo, Eloi, sua euforia. Entendo por que você está eufórico. É um momento em que a Palmares e a Seppir têm se consolidado e avançado, o INCRA, mas nós sabemos que ainda é pouco e que ainda estamos no estágio inicial. Eles sabem disso. Eles sabem que, se avançarmos mais, vão se tornar irreversíveis essas conquistas. Eles querem é que não se tornem irreversíveis. Eles querem reverter. Eles querem impedir o avanço, inclusive, para reverter. Estamos vendo os conflitos dos quilombolas em diversos locais do País, conflito armado, conflito violento. Nós estamos vendo conflitos permanentes com as comunidades indígenas, inclusive com morte de liderança. Nós estamos agora instalados na Bahia, com conflitos nas comunidades indígenas, uma disputa acirrada. Nós estamos, na Bahia, com um conflito no Quilombo dos Macacos. Temos inclusive conflitos não só com latifundiários, mas, para perturbar ainda mais esse cenário, com algumas instituições da República do Brasil, como a Marinha, como a Aeronáutica, que têm auxiliado esses setores mais conservadores.

Queiram ou não queiram, esses setores militares têm muito a ver com o latifundiário, com os ruralistas. Eles têm um elo histórico. Não estou dizendo que todos os militares no Brasil têm essa... Nem mesmo os comandantes, nem mesmo a maioria dos segmentos da Marinha e da Aeronáutica, mas ainda há segmentos na Marinha e na Aeronáutica que enxergam, que têm a mesma visão que o latifundiário tem de que terra quilombola é excessiva em tamanho, que terra indígena é excessiva em dimensão. Eles não apontam, por exemplo, esse dado que foi apresentado aqui de 1% das terras, e para eles isso é natural, porque para eles são produtivas, como eles dizem, mas produtivas para quem? Quem está usufruindo dessa produtividade? Qual é o benefício que a totalidade da sociedade brasileira tem? O custo benefício? Hoje, o uso intensivo de agrotóxico é mais nefasto a médio e longo prazo à sociedade brasileira que benéfica. Eles estão ficando extremamente ricos e exaurirão, sem dúvida nenhuma, as nossas riquezas, mas esse modelo é esgotável. Não precisa ter critérios mais científicos. O modelo de exploração da monocultura da soja, da monocultura do trigo, da monocultura do milho é exaurível. Está sendo plantado no oeste da Bahia e sabemos quais as consequências. São esses que articulam uma rede

de trabalho escravo, são esses que propiciam o trabalho escravo, são esses que reagem às conquistas dos quilombolas e indígenas.

Eloi, concordo com você e estou ciente dos avanços que tivemos, mas neste momento eu não estaria eufórico. Eu, como Parlamentar, que é uma posição distinta da sua, não estou eufórico, porque tivemos uma derrota preocupante, recente, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e não podemos permitir que isso avance. Se permitirmos que isso avance contamina. Pode até contaminar o Supremo na decisão da Adin, em relação às cotas e ao decreto. Temos que recuar aqui, se bem que o Supremo tem se descolado de forma positiva do Congresso. Cito a decisão dos anencéfalos e a decisão da união homoafetiva. Em uma série de decisões, o Supremo tem se mostrado mais avançado, mais atual e mais ágil do que nós, aqui. Nós estamos em débito com a sociedade no sentido de fazermos uma legislação que reflita os direitos dos que têm maior legitimidade e, sem dúvida nenhuma, os quilombolas e os indígenas são segmentos no Brasil que têm maior legitimidade como detentores de títulos e posse de terras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Federal Amauri, do PT da Bahia. (*Palmas.*)

Quero dizer, Amauri, que concordo com você. Tenho expressado, em diversos painéis que tenho realizado no Brasil, que este ponto é verdade: o Supremo está mais avançado que o nosso Congresso. Se você analisar, o aviso prévio proporcional só aconteceu porque o Supremo disse “ou vocês votam isso ou eu vou aprovar um melhor do que isso”. No Ficha Limpa também houve um movimento. Se não fosse o Supremo, até hoje não teria sido aplicado. Então, na verdade, eu estou muito preocupado com o Congresso. Claro, temos que ver ainda o momento mais adequado para votação no Supremo. Vou inclusive participar, em João Pessoa, do Congresso da Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, e esse tema vai ser discutido.

Vejo seguidamente parlamentares na tribuna dizendo que o Judiciário está interferindo. Ora, se for para interferir para melhorar para o povo, não tem problema nenhum. Se o Congresso não vota, o Supremo vem e decide atendendo à demanda da população. Não vejo problema nenhum nisso. O contrário é que seria ruim: o Supremo apontar e o Congresso decidir ainda prejudicando os trabalhadores. Isso aconteceu, por exemplo, permita que eu diga, porque você concorda comigo, na Comissão do Trabalho e Serviço Público da Câmara, no ano passado, em que houve um desastre absoluto, pois perdemos todos os temas

de interesse dos trabalhadores. Parece que este ano está melhorando um pouco com a correlação de forças. É uma esperança.

Passo a palavra, neste momento, ao coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Alfredo Vagner Berno de Almeida.

O SR. ALFREDO VAGNER BERNO DE ALMEIDA – Bom dia.

Eu agradeço muito o convite do Senador Paim. Agradeço também à Conaq, nas pessoas do Ivo e do Ronaldo, que sempre têm sido parceiros importantes.

Estou falando aqui também pela Associação Brasileira de Antropologia, por delegação da Presidenta Profª Bela Feldman-Bianco. Também participei do grupo de trabalho Quilombos, coordenado pela Profª Cintia Muller. Estou aqui também falando pela nossa associação.

Estamos aqui discutindo o Decreto nº 4.887, que foi pouquíssimo aplicado em seus nove anos de vigência. Os resultados foram absolutamente inexpressivos.

Eu acho que isso já foi dito aqui com muita propriedade. Dos 850 milhões de hectares do País, os quilombolas pleiteiam mais de 30 milhões de hectares, mas não temos 1% disso atendido, 0,5% disso atendido. A manter esse ritmo, não vamos resolver as reivindicações mínimas nem em cinco séculos. Esses resultados absolutamente inexpressivos são mais inexpressivos ainda se observarmos o último ano e meio.

Além disso, tem uma coisa preocupante – e temos que ter também uma leitura crítica de nós mesmos: estamos falando para nós mesmos. Isso é o que me preocupa um pouco. Fico muito feliz de aceitar o convite, mas às vezes acho que é um monólogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudar no teu raciocínio, eu acho que é bom isso.

Na verdade, nesta audiência pública, nós estamos falando, sem medo de errar, no mínimo, para um milhão de pessoas. Esclareço isso para o pessoal entender bem a importância dos argumentos aqui levantados. Estamos ao vivo para todo o País, pela TV e pela rádio Senado, e ainda há a participação da agência Senado. Então, essa audiência pública, não só essa, e depois eu desconto o tempo, tem o objetivo de levar temas como esse e argumentos à sociedade. Naturalmente, os próprios Senadores, Deputados, enfim, Ministros ficam sabendo que essa reunião é quase um debate ao vivo numa TV – quase não, é, eu diria que é. Por isso, a importância para todo o País. Por isso a importância da audiência pública. Eu faço essa audiência toda segunda-feira pela manhã, e ela tem já um público quase que cativo.

Entendi a sua colocação, mas é importante também que a gente demonstre a importância dessas audiências públicas. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária faz, toda sexta-feira, à tarde, para todo o Brasil; e a repercussão é a mesma. Claro que os enfoques podem ser diferentes, mas é a mesma. Por isso, quero fortalecer que a sua presença e o que você falar aqui, para nós, é muito importante.

O SR. ALFREDO VAGNER BERNO DE ALMEIDA – Pois não. Obrigado, Senador, pela correção.

Então, estamos discutindo aqui um instrumento que foi pouco aplicado. Os seus resultados são muito inexpressivos; e, a despeito disso, quer dizer, no último ano e meio, nós só tivemos uma situação aprovada, uma situação titulada. Essa única situação, que foi Brejo dos Crioulos, apresenta vários condicionantes. Vou mencionar isso depois.

Por um lado, preocupa-me que estejamos defendendo um instrumento que não está sendo aplicado, praticamente; e, por outro lado, assusta-me mais é que, a despeito de não haver efeitos objetivos – nenhum –, eles estejam querendo extinguí-lo, declará-lo constitucional. Isso me assusta mais ainda.

E isso me remete a uma questão, que o Sr. Ivo Fonseca levantou, que é de fundo da sociedade brasileira, que é de ainda se manter nos moldes escravistas. Quer dizer, é um instrumento que não modifica a estrutura fundiária, mas, a despeito disso, é visto como instrumento que incomoda. Incomoda por que, se não modifica nada? Se até agora, em nove anos, não modificou? Eu acho que temos de nos deter nisto, na eficácia ou não, na inocuidade ou não do instrumento, para poder pensar por que essa reação. Eu acho que esse ponto, para mim, é um ponto que me preocupa, como também me inquieta muito o momento em que ocorre esta votação. Acho que o Sr. Deputado mencionou muito bem. Estamos vivendo uma situação de triunfalismo do agronegócio, uma ideia triunfalista. E também me preocupam as alterações do significado de território que estão ocorrendo.

A PEC mencionada e a tentativa de tornar constitucional o 4.887 revelam que o significado de território está sendo alterado. Acho que esse é um ponto central, porque está prevalecendo, com essa visão triunfalista do agronegócio, uma ideia de flexibilizar os direitos territoriais. Acho que isto é o mais grave hoje, na sociedade brasileira: flexibilizar direitos territoriais. Quer dizer algo que considerávamos pétreos, e hoje estão sendo flexibilizados.

Do nosso ponto de vista, estivemos duas vezes, como Associação Brasileira de Antropologia – eu, pessoalmente – com o Ministro-Relator dessa ação. Assustou-me muito, porque se percebe que há uma

luta, que está em vários planos. Há uma luta no plano do conhecimento jurídico. Quer dizer, a primeira coisa contra a qual se luta é contra a desapropriação, nessa constitucionalidade. Tem um parecer do Procurador da República Daniel Sarmento que sublinha muito isso.

A primeira questão é o instrumento da desapropriação, que querem que seja relativizado.

O segundo elemento, e já foi muito bem falado aqui, é a audodefinição, que não aceitam em hipótese alguma. Quer dizer, a sociedade brasileira tem uma dificuldade em aceitar que os próprios agentes sociais se autoclassifiquem.

Eu temo também que nós, às vezes, estejamos inadvertidamente incorrendo em alguns pequenos desejos formais. Há uma insistência muito grande em dizer que, no campo, têm pobres; em dizer que tem baixa renda, carente, excluído. E agora, nesse Decreto de Brejo dos Crioulos, de setembro, diz-se que os direitos são direitos de superficiários.

Ora, nós estamos quase querendo dissolver os elementos identitários; querendo dissolver aquilo que é quilombola; identidade cultural, através de uma ideia de forçar um direito econômico, como se quilombola se separasse de direito econômico. Não se separa. Não se separa, porque está ligado umbilicalmente à ideia de território; está ligado a terra; a um recurso natural que é central.

Então, quanto a todas essas medidas, há uma dificuldade que não é tratada de frente. E o Decreto de Brejo dos Crioulos revela isso – e aqui tem um infeliz parentesco com a ação de constitucionalidade – ao querer transformar o direito quilombola em direito de superficiário, em direito de pobre. Não é a mesma coisa. Nós estamos lidando com a autoconsciência cultural. Isso é importantíssimo, senão não conseguimos entender onde é que está se dando essa luta. Essa luta se dá no plano do conhecimento, no plano do direito, no plano da ciência do direito, mas ela se dá também em como foi construída a história deste País.

Eu acho que o Dr. Fernando lembrou muito bem aqui a questão do congelamento, de estarmos trabalhando hoje, do ponto de vista do pensamento conservador que insiste nessa ação de constitucionalidade, no quilombo, como se fosse uma figura do século XIX, em uma figura jurídica do século XIX ou do período colonial.

Depois que o Brasil, em 2002, ratificou a Convenção nº 69, o sentido de povos de comunidades tradicionais alterou-se profundamente. Isso é que permitiu o 4.887. Toda essa reconstituição que o Ivo fez esteve muito ligada a uma leitura da Convenção nº 69. E mesmo esse dispositivo é um dispositivo tímido. Mesmo o 4.887 é um dispositivo tímido. Nós sabemos

muito bem disso. Ele não resolve esse conflito social na sua inteireza.

Então, temos uma dificuldade, essa para a qual estou querendo chamar a atenção. É uma dificuldade que está na discussão da auto-atribuição, porque a auto-atribuição, com a Convenção nº 169, que o Brasil ratifica, passa a falar em povos. No Brasil, nós temos não um povo, mas povos. Essa que é uma discussão também que tem de ser tomada de fundo, que é uma discussão da autoconsciência cultural. Nós temos povos; nós temos o tradicional, que não é o passado. O tradicional aqui pode ser o futuro. Acho que o Ivo também mencionou isso muito bem. E o próprio filme, relativo a Sépia do Norte, no Espírito Santo...Onde estão as águas potáveis hoje. Onde estão as águas potáveis? Não estão nos grandes empreendimentos do agronegócio. Estão nas terras indígenas, estão nas terras quilombolas, nas terras das comunidades tradicionais; em um lugar em que vamos ter de bater a porta para tomar água futuramente, se quisermos uma água potável de qualidade boa. Então, isso pode ser o futuro. Não é o passado. Eu acho que essa discussão também da tradição, de entender o passado, tem de ser revista.

O que me preocupa hoje é essa ênfase no potencial econômico dos recursos naturais em detrimento dos direitos territoriais. Não podemos deixar de ter isso como exemplo. O Maranhão é o exemplo mais perfeito disso. O Maranhão é o Estado que teve um número muito expressivo de quilombolas e que teve a lei de terras mais perversa, que é a lei Sarney de terras. É bom e importante lembrar isso aqui. Não podemos perder essa memória; eu, no caso, por ter estudado o Maranhão por mais de trinta anos. Eu cheguei no Maranhão em 1972, fazendo trabalho de campo no mestrado, no Museu Nacional do Rio de Janeiro. E me assustei muito, porque se manteve até então o mesmo quadro. Eu acho que isso foi bem reportado aqui. Não se consegue uma titulação de terras de quilombo, e o Maranhão permanece o Estado mais atrasado da Federação, com o mais baixo IDH, o Estado mais pobre. Eu acho que essa reflexão também não pode ser perdida.

Não sei se já esgotou o tempo.

Então, eu tomaria como elemento primeiro os quatro procedimentos que me parecem fundamentais para o esclarecimento daqueles que estão acompanhando essa discussão:

Primeiro ponto, romper com o significado de quilombo do período colonial. Eu acho que quilombo não é lugar de escravos fugidos. Quilombo é a construção de uma autonomia econômica em face do poder de grande plantação. E como com o agronegócio, as *plantations* voltaram a prevalecer, imagina-se que quilom-

bo é tudo que está fora delas, como se imaginava no período colonial; que tudo que está fora das grandes fazendas que é quilombo. Não, os quilombos estão dentro dessas áreas, estão dentro das áreas privadas, em que tem de ser travada essa discussão, porque está aí a base da própria injustiça social.

Segundo ponto, romper com esse significado de tradicional, porque tradicional não é o atraso, não é o passado; pode ser o futuro.

Terceiro ponto, afirmar o instrumento da desapropriação. Acho que esse é o ponto central.

E quinto ponto, a auto-atribuição, que é um direito reconhecido no art. 1º, inciso II, da Convenção nº 69, tem de ser reforçado.

Tem também a figura da consulta, que está implícita nisso. Consultar as comunidades quilombolas, consultar os povos indígenas, diz isso a Convenção. Não é como se fosse uma consulta médica, em que a pessoa vai passivamente para ouvir o que o médico vai dizer. Não. Consultar implica participar ativamente da decisão que vai ser tomada em relação ao consultado. Então, esse esclarecimento também eu acho fundamental quando nós falamos em autoatribuição.

Outro ponto é a questão da caracterização das terras de quilombos, que é um ponto que a ação de inconstitucionalidade tenta também, é o quarto ponto que ela tenta rebater de uma maneira muito forte.

Nesse sentido, o que percebemos? Imaginem se, na quinta-feira, não tivermos o Decreto nº 4887. Vamos imaginar esse cenário, um dia depois. Vamos voltar a 1988? Ao art. 68? Quer dizer, essa pergunta nós temos de fazer pelo seguinte: o 88, ou melhor, o 4.887 – perdão, Ivo – já está glacialisado, está frigorificado, já está congelado. Se for retirado o 4.887, você vai congelar o que já está congelado? Essa pergunta tem de ser feita, porque, se não titula – não está titulado, no processo usual, não se aplica –, se deixar de existir, vai se deixar de aplicar; você congela o que já está congelado, você paralisa o que já está paralisado.

Então, acho que aqui nós temos outro ponto para pensar, a sociedade brasileira tem de refletir sobre isso. O que significa congelar o que já está congelado, paralisar o que já está paralisado? Acho que traz, em si, uma redundância. Essa redundância é encontrável no art. 4º do decreto que titula o Brejo dos Crioulos, que diz o seguinte, explicitamente: que o subsolo... Isso é uma coisa preocupante, porque mostra que o agronegócio não são só as grandes plantações. Acho que estão em jogo aqui, e isso é que me preocupa, estão em jogo as mudanças que estão ocorrendo, as alterações que estão ocorrendo em todos os códigos do País neste momento: muda-se o Código de Mineração, o Código Florestal, o Código Penal, o Código de Processo Ci-

vil, o Código Comercial; todos os códigos estão sendo alterados. Todos, sem exceção, ao mesmo tempo. Mas não houve nenhuma transformação profunda na sociedade que autorizasse que se procedesse a essa revisão da codificação. Então, o que significa o Código de Mineração? Vai ser alterado para que se possa entrar nas terras indígenas? Para que se diga – e com isso vou encerrar –, como no caso do território do Brejo dos Crioulos, que é São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, no Estado de Minas Gerais... O art. 4º diz o seguinte – nós temos que pensar sobre isso antes de o Código de Mineração ser alterado:

Art. 4º Este Decreto [que é o de titulação dos quilombos] não interfere nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em blocos já citados, bem como nas atividades minerárias nas fases de pesquisa, extração e beneficiamento mineral, assegurando-se à comunidade quilombola:

(...)

II – os direitos previstos em lei ao superficiário;
(...)

Ora, mas isso a Constituição já diz. Por que a redundância? Se o subsolo é da União, por que a redundância? Eu não consigo entender que não haja uma coalizão de poder, neste momento, concordando com o que o Sr. Deputado mencionou, uma poderosa coalizão de poder que mobilize esses interesses das mineradoras, com os interesses dos agronegócios, com os interesses daqueles que estão voltados para a grande comercialização. Essa poderosa coalizão de interesses é que está sendo enfrentada neste momento.

Então, acho também que o momento que foi escolhido dessa votação... porque é o último dia de um Ministro, de um relator, que, no dia seguinte, vai estar aposentado e não terá nada mais a ver com a decisão que ele tomou. Acho que isto tem que ser refletido também, profundamente: por que um relator escolhe o último dia da vigência do seu mandato? E nós temos que discutir isso porque nós não votamos em juízes. É um Poder, o Judiciário, que ainda não está passando pelo voto. Nós não votamos em juízes. Então, acho que nós temos que refletir, profundamente, sobre o significado disso para que possamos entender, com bastante acuidade, as dificuldades deste momento, que não são quaisquer dificuldades; são dificuldades estruturais da sociedade brasileira, mas que estão modificando, em uma velocidade muito grande, modificando toda a codificação e com implicações que nós não podemos avaliar ainda, porque esse fenômeno é muito recente. Mas nós já podemos antever que os resultados, mes-

mo que positivos, não há condição de possibilidade de que sejam satisfatórios.

Esse é o meu ponto de vista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o coordenador do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Quero cumprimentá-lo pela sua análise, inclusive, dos códigos. No mundo que eu atuo, muito também, do trabalho, estou vendo muita coisa que vai na mesma linha do que o senhor falou, dessa mudança, de flexibilizar todos os direitos.

E aí eu pego o que todo mundo sabe, a minha preocupação com a Previdência. Na Previdência, era mortal se retirassem qualquer ajuste para o trabalhador, mas, de uma hora para outra, de 20% da folha, está indo para zero. Mais da metade já paga zero, e todos querem pagar zero. Eram dois, está indo para um, mas vai... E não quero ficar só na Previdência, quero pegar no seu pronunciamento, que mostra essa grandeza das minhas preocupações, que aqui V. S^a colocou muito bem. Meus cumprimentos.

Passo a palavra, neste momento, ao Richard Torsiano, diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra e que aqui representa o Sr. Celson Lisboa de Lacerda, que é o presidente.

O SR. RICHARD TORSIANO – Companheiro, Senador Paim; Deputado Amauri; Prof. Alfredo Wagner, histórico lutador pelos territórios do País; demais colegas do Governo que estão aqui, no dia a dia, debatendo a questão quilombola, em nível nacional; demais presentes, representantes das comunidades, de movimentos sociais; enfim, nós brasileiros devemos estar muito preocupados com o calendário aí desta semana. Acho que começa com um movimento positivo, pela iniciativa do Senador Paim em fazer a audiência pública para chamar o povo brasileiro, o Governo, as entidades de classe, a debaterem esta questão, que é o julgamento da Adin contra o Decreto nº 4887.

Então, este é um passo importante, na segunda-feira, mas teremos um dia 18, que, salvo engano, será na quarta-feira, muito complicado. E acredito que nós não gostaríamos de ter o nosso calendário manchado em dois dias consecutivos, no dia 17 e no dia 18: dia 17, quando tivemos o massacre em Eldorado dos Carajás; e dia 18, porque, se aprovado o julgamento da constitucionalidade do decreto, teremos aí um massacre dos direitos das comunidades quilombolas no País inteiro.

Então, nós temos que, de fato, nos mobilizar, fazer o debate e sensibilizar o Supremo Tribunal Federal para o risco que nós corremos em julgar inconstitucional esse decreto. E é um contrassenso, porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso decretou o

dia 17 como o Dia de Luta pela Terra, e o seu aliado histórico, o PFL, o Democratas, entra com uma ação de constitucionalidade contra um decreto que, efetivamente, vai ao encontro da luta pela terra dos povos excluídos neste País.

Pegando o gancho das falas aqui, principalmente da fala do Prof. Alfredo Wagner, que faz uma crítica pesada com relação à dificuldade ou ao não avanço das políticas de regularização dos territórios quilombolas, é importante fazermos alguns registros.

Quando falamos em processo de regularização de territórios quilombolas, estamos falando de regularização das terras dessas comunidades, e estamos falando de um período curto de tempo, se considerarmos toda a história deste País e tudo o que os governos que passaram aqui por Brasília, pelo Planalto, deixaram de fazer.

Nós tivemos um sinal muito positivo do Presidente Lula no sentido de garantir esses direitos às comunidades. Ele foi ao limite quando assinou o Decreto nº 4887 para garantir esses direitos. Só que, para além de um decreto, o Presidente Lula enfrentou outro problema, que era estruturar o Estado brasileiro para dar conta desse processo. O Estado brasileiro, que, historicamente, foi desmantelado e sucateado, principalmente na área que deveria garantir os direitos dessas comunidades, na área que deveria avançar com o processo de reforma agrária, na área que deveria garantir direitos territoriais. E pior: criou-se uma esquizofrenia, até 2003 – e, ali, identificada a vontade mesmo de não fazer –, que foi colocar o processo de regularização de terras na Fundação Cultural Palmares.

Não estou desmerecendo a Fundação Cultural Palmares, mas esse é um sinal claro de quem efetivamente não quer resolver o problema, porque nós sabemos das limitações que a Fundação Cultural Palmares tinha àquela época. Hoje ela vem se recuperando com o Governo Lula e com o Governo da Presidenta Dilma, mas, certamente, naquele período, tinha muita dificuldade em avançar com esse processo.

Assim, fica evidente o porquê da demora no avanço de regularização desses territórios. Eu acho que a vontade e a manifestação políticas no processo de regularização foram dadas na assinatura do decreto pelo Presidente Lula e, no ano de 2006, na criação, no Incra, de uma diretoria de ordenamento da estrutura fundiária, para iniciar ou avançar esse processo de regularização fundiária. Essa não é uma estrutura adequada ao tamanho da demanda que nós temos no País, mas o processo de adequação do Estado brasileiro, com todas as amarras que foram produzidas ao longo da história do País, também não é uma coisa que tenha sido feita do dia para a noite, principalmente

quando se trata da estruturação de um órgão responsável desse bem comum ou da desconcentração das terras do País. Esse processo de disputa é histórico, complexo e não é simples de ser resolvido, e não é simples também de ser resolvido o processo de regularização das terras de quilombos.

Para regularizar, a comunidade quilombola construiu o famoso RTID, Relatório Técnico de Identificação e de Delimitação, para esses territórios. Para se chegar a um processo de regularização de território, nós temos que passar, no mínimo, pela elaboração de sete peças administrativas, cada uma com a sua complexidade. Com a estrutura que temos hoje, que é pequena perto da demanda que temos, temos que dar conta de avançar com o processo de reforma agrária – peritos federais, engenheiros agrônomos – em um processo de vistoria e avaliação para essas áreas, mas também em um processo de identificação e de delimitação desses territórios. Então, a elaboração dessas peças, também composta a partir do decreto e da própria instrução normativa, é um processo complexo.

Confesso que, tratando desta questão fundiária no Brasil, eu nunca havia me deparado com demandas tão complexas como essas, afora na questão da faixa de fronteira no Brasil, que também é complicadíssima.

Temos que concentrar essa crítica e refutar essa crítica em torno da Fundação Cultural Palmares e da autodefinição, porque ela faz parte de um processo que vai se consolidar quando se aprovar e publicar uma portaria do Incra, após a publicação do relatório técnico de identificação e delimitação. Nesse processo todo de identificação e delimitação dos processos dos territórios quilombolas estão garantidas as possibilidades de manifestação e contestação daquilo que foi identificado nesses territórios. Essa também é uma crítica nesse processo de autorização.

Dentro dessas peças, há um elemento muito importante, que é o relatório antropológico. E aqui vai um apontamento: nos diversos processos que nós recebemos do Incra de contestação do território quilombola, via de regra, estas contestações estão concentradas em afirmar que aquele povo não é quilombola. Se aceitarmos isso, estaremos rasgando uma ciência, professor, a antropologia, que de alguma forma caracteriza aquele território e define os aspectos da territorialidade. No processo, mesmo após a certificação da Palmares, a elaboração do relatório antropológico, a identificação da comunidade, o cadastramento, a demarcação do território, há a possibilidade da notificação dos não-quilombolas, que é, na prática, a contestação daquela territorialidade, mas com elementos que demonstrem que não há necessidade efetiva de o Estado extrair

parte daquele território. Infelizmente não é isso que nós temos encontrado nesses relatórios.

Estou falando aqui dos processos mais complexos que concentram principalmente territórios em que temos inseridas propriedades privadas, mas também, dentro de alguns territórios, temos encontrado as propriedades privadas que foram, em tese, privadas a partir de fraudes e grilagens na ocupação das terras. Esse também é outro problema importante para nós concentrarmos e para fazermos contraposição ao próprio decreto.

O que está por detrás do decreto é aquela lógica de que é muita terra para pouco negro, de que o processo e o avanço da regularização fundiária vai retirar a metade do território nacional, quase todo o território nacional. Ele é um território quilombola. Quem contesta isso são os proprietários. Ora, os proprietários legítimos no processo de regularização de território quilombola têm garantida a sua devida indenização. Inclusive é importante um fato, um fenômeno para nós, do Incra: em Kalunga, um decreto que o Presidente Lula assinou, que tem mais de 200 mil hectares, estamos sendo muito pressionados pelos proprietários para serem desapropriados o mais rápido possível. Isso é um fenômeno para quem está no Incra e que sempre apanhou por conta do processo, do avanço do processo de desapropriação.

Nesse processo de desapropriação dentro desses territórios, mesmo estando ali garantido o direito histórico dessas comunidades, mesmo que ali se cristalize o direito das comunidades quilombolas, aquele que ocupou e tem legitimidade na sua ocupação é devidamente indenizado no valor de mercado e com recursos pagos em dinheiro através da Lei nº 4.132, só que Kalunga também demonstra outro lado nesse processo de ocupação desse território: a partir do avanço na identificação dos imóveis dentro desse território, passamos a identificar que quase metade deste território é composto por áreas cujos proprietários não conseguem comprovar a sua legitimidade na ocupação. E aí se concentra uma grande crítica. Essa parcela que não irá receber do Estado brasileiro a justa indenização porque não ocupou essas terras, não adquiriu essas terras de forma legítima, de fato, não será indenizada. E aqui nós estamos falando, sim, de grileiros de terras. Via de regra, os proprietários – de novo reforçando aqui – que ocupam essas terras de forma legítima, tem os seus direitos garantidos e são devidamente indenizados. Boa parte das regiões do País não tem feito o enfrentamento pesado, mas, quando há esse enfrentamento pesado, nós vamos verificar e quem está fazendo o enfrentamento tem dificuldade de comprovar a legitimidade na ocupação

de suas terras, e estamos falando é de grilagem de terras mesmo.

Como já foi falado aqui, nas várias reformas dos códigos no Brasil, a grilagem de terras deve ser caracterizada como um crime hediondo, porque não é só o fato de ocupar e ter um processo de exploração não legítimo na terra, mas de saber, em várias regiões no País, principalmente no Norte, que, no processo de ocupação irregular, há mortes. É um desrespeito. As comunidades ocuparam essas terras historicamente e não são respeitadas. Via de regra, são violentamente expulsos desses territórios.

O Brasil tem uma história complicada neste aspecto. Nós tivemos até 1.820 um regime de distribuição de terras no Brasil chamado sesmarias. Todo mundo sabe aqui que quem recebeu essas sesmarias eram os amigos da Coroa. Eles tinham necessariamente que cumprir algumas condicionantes para ter esse direito garantido. Naquela época, já se falava em cumprimento da função social no que diz respeito à exploração desse imóvel. Naturalmente, a sesmarias não iria beneficiar os escravos, que estavam ajudando, erguendo esse País e desenvolvendo esse País. De 1820 a 1850, nós tivemos um buraco na legislação: nenhum instrumento jurídico regulou a ocupação de terras no Brasil. E a ocupação das terras não deixou de acontecer por conta da ausência de um instrumento jurídico. Então, de 1820 a 1850, aqueles que já tinham suas terras legitimadas, a partir das sesmarias, passaram a expandir as suas fronteiras, ocupando mais e mais terras e, naturalmente, expulsando dessas terras aqueles que tinham uma fragilidade maior, que nós sabemos quem é.

Em 1850, a lei de terras vem e legitima esse troço. A lei de terras vem, usando do instituto da legitimação de posse, garante aquele processo de ocupação irregular que se teve, o direito à exploração e à propriedade. Então nós temos que ir para além da complexidade no processo de regularização do território. Todo enfrentamento que nós temos dentro e fora do Governo, temos que observar de forma muito detalhada como é que se deu esse processo de ocupação. E o Governo se preocupou com esse enfretamento que haveria e por isso lançou mão do instrumento que é a Lei nº 4.132, de 1962, para indenizar esses proprietários.

Então nós tivemos uma situação recente de conflito no Estado do Espírito Santo, em uma área que já havia sido decretada pelo Presidente Lula. O pessoal estava enfurecido, não deixando o Incra entrar para vistoriar e avaliar esses imóveis e nós identificamos, logo depois, que havia um profundo desconhecimento de como é que funcionaria o processo de regularização daqueles territórios. Há uma campanha nacional enganosa com relação à regularização desses terri-

tórios, que a bandeira é “vocês vão perder as terras, vocês vão ser expropriados, vocês vão ser expulsos”, mesmo onde as comunidades têm a sua legitimidade garantida, a partir de um relatório antropológico, de um decreto do Presidente da República, que garante esse território, o proprietário legitimamente garantido na sua exploração, que tem legitimidade jurídica, é devidamente indenizado em dinheiro no valor de mercado.

Uma questão importante, também, que eu acho que temos de avançar aqui, Senador Paim e demais companheiros, que é o diálogo com os representantes dos governos estaduais, porque essa não é só uma política do Presidente Lula, da Presidenta Dilma ou do Governo Federal. Nós temos identificado no Norte e Nordeste do País muitas comunidades quilombolas inseridas nessas regiões, que majoritariamente são constituídas de terras devolutas. São terras públicas onde há ocupação de comunidades quilombolas e também de não quilombolas. Para vocês terem uma ideia, há Municípios, no Estado do Ceará, que nós estamos trabalhando com regularização fundiária de agricultores familiares em que 70% do Município são constituídos por posse no meio rural. Então, 70% do Município são terras devolutas.

As terras devolutas cabem ao Governo do Estado fazer o processo de regularização. Nós estamos dispostos, o Governo Federal, e já sentamos com vários Estados, para sermos parceiros no processo de regularização dessas comunidades quilombolas, em terras devolutas estaduais, colocando recurso nesses Estados. Clamamos para que os Estados fortaleçam seus institutos de terras para avançar no processo de reconhecimento e regularização dos territórios quilombolas, mas também para ter possibilidade de avançar na regularização das pequenas posses de agricultores familiares. E ali nós temos uma concentração muito grande de comunidades quilombolas.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICHARD TORSIANO – Para finalizar, Senador, nós, no processo de regularização dos territórios quilombolas, nós sabemos que, para além daquilo que nós estamos trabalhando, nós temos mil e tantos processos abertos no Incra. Sabemos que precisamos fortalecer o Incra, seu orçamento, suas condições para avançar nesse processo. Mas também sabemos que temos que qualificar as informações dos territórios quilombolas no Brasil inteiro, e esse trabalho nós estamos fazendo, conjuntamente com a Fundação Palmares, a Sepir, a Conaq, pela qual a gente tem um bom diálogo, e também dialogamos com as universidades. Fizemos uma conversa com o Prof. Alfredo Wagner no sentido de que esses processos que estão abertos nas superintendências regionais precisam deixar de ser pro-

cesso, de ser apenas um número no tal do Sisprot, e ter vida e ali dentro informações que, efetivamente, deem conta para o Governo fazer a gestão qualificada no processo de regularização desses territórios. Isso significa identificar esses territórios, levantar dados das famílias, do tipo de ocupação que há ali, da caracterização efetiva do território. Então esse processo é um passo importante que nós precisamos dar e estamos articulando nesse sentido para garantir uma qualidade melhor na gestão do processo de regularização dos territórios quilombolas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Richard Torsiano, diretor de Ordenamento de Estrutura Fundiária do Incra.

Richard, só uma coisa que eu acho importante, que é essa questão das indenizações. Eu realizei algumas audiências públicas, levei a comissão ao território quilombola e percebi que muitos dos que estavam lá, que não eram quilombolas, não tinham claro essa questão da indenização, que eles iam ser indenizados. A partir do momento em que você começa a falar com eles que é real a possibilidade de uma indenização justa eles começam a demonstrar boa vontade de construir o entendimento e sair, no caso, da terra quilombola. Por isso que é importante o destaque que você deu das indenizações e que no final eu vou te perguntar. Quero saber como é que está aquela do Rio Grande do Sul. Sei que há outras, mas aquela do Rio Grande eu tenho interesse em saber. A Comissão de Direitos Humanos esteve lá por duas oportunidades. Fizemos uma audiência na Assembleia Legislativa, depois fomos à própria comunidade e fizemos outra audiência lá para discutir a situação – e aqui vou deixar você falar no final - de Morro Alto.

Agora vou passar a palavra ao diretor do Centro de Referência da CNBB, nosso amigo Carlos Moura, que já foi Presidente da Fundação Palmares, que, na Constituinte, nos ajudou na formulação daquela redação, que resultou na Fundação Palmares e que, em seguida, assumiu então a presidência.

Com a palavra Carlos Moura. Posso chamar de decano nosso? (Risos)

O SR. CARLOS MOURA – O Senador manda.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, eu quero saudar os componentes da Mesa, Deputado Amaury Teixeira, Prof. Alfredo Wagner e o representante do Incra, Sr. Richard Torsiano.

Eu me permitiria também saudar os quilombolas aqui presentes nas pessoas da Juvânia e do Ronaldo, saudar os senhores e as senhoras e também o Presidente Elio Ferreira da Fundação Cultural Palmares e os diretores Alexander Reis e Martys das Chagas,

que seguramente trarão esclarecimentos a respeito da matéria que se fere quando dos debates. Porquanto por força do Decreto nº 487, a Fundação Cultural Palmares trabalha no sentido da desintrusão e da garantia dos direitos dos quilombolas.

Esta é talvez, Senador Paim, uma das mais expressivas audiências públicas promovidas por V. Ex^a no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Na qualidade de representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que integra na qualidade de *amicus curiae* a Adin que será julgada amanhã, trago os cumprimentos a V. Ex^a, Senador Paim, pela iniciativa, na perspectiva da defesa dos direitos dos quilombolas. E nós nos reunimos para salvar um mandamento constitucional; unimo-nos para tentar impedir que a Constituição da República seja dilacerada naquilo que representa o direito das comunidades quilombolas.

Daqui, deste Parlamento, junto aos quilombolas, expressamos as nossas razões e os nossos temores de que, mais uma vez, os pobres, os excluídos, os negros e as negras tenham seus direitos cerceados.

Nossos antepassados africanos legaram ao Brasil usos e costumes, cultura, espiritualidade e, principalmente, o trabalho.

A Abolição, já foi dito aqui, não nos garantiu o direito à terra, muitas delas já em poder dos homens e mulheres escravizados em virtude de ocupação já realizada nos quilombos.

Assim se formaram os quilombos, majoritariamente na defesa dos direitos de homens e mulheres escravizados, homens e mulheres que ousaram enfrentar a escravidão, que ousaram enfrentar a opressão e que abrigaram, nas suas cidadelas, negros, negras, povos indígenas e quaisquer outros perseguidos pela Coroa.

Aprovar o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias custou muito trabalho ao então Deputado Paulo Paim e de outros, tais como Benedita da Silva, Edmilson Valentim, Carlos Alberto Caó, o mesmo acontecendo para a aprovação dos arts. 215 e 216 da Constituição federal.

Tempos passados, Senador, tempos passados, mas V. Ex^a continua nessa cidadela, continua na estacada da luta em favor de negros e negras, bem como na perspectiva dos menos favorecidos.

O Decreto nº 4.887, que pretendem desconstituir, concretizou a prática de um bem jurídico garantido pela Lei Maior, qual seja, o direito étnico, calcado na cultura, na territorialidade, na história, na ancestralidade, até então carecedor de regulamentação. E mais ainda: direito étnico que se forma mediante a autodefinição, já aqui descrita por quem me antecedeu.

É o Estado, independentemente dos laudos e das assertivas das ciências, que chancela uma das mais lídimas manifestações de identidade: a autodefinição. O Estado legitima, reconhece o direito étnico e suas consequências, no caso, a garantia da posse e da propriedade aos quilombolas. E inova ainda o 4.887 quando se refere à desintrusão e à indenização.

Reconheçamos que o Estado avança no sentido de garantir terras aos quilombolas, talvez não na rapidez que todos nós desejamos, e o Estado caminha pela força da organização das associações de quilombolas dispersas pelo Brasil, mas, ao mesmo tempo, em sintonia com rara demonstração de cidadania.

A democracia é exercida em comunhão: Estados na perspectiva de governos e sociedade organizada, sempre no caminho do bem comum e do apoio aos socialmente mais fracos e frágeis economicamente. Não se comprehende que, em nome do direito e da democracia, os pobres sejam ainda mais prejudicados.

Quando se reúnem Fundação Cultural Palmares, Seppir, Senado Federal, associações de quilombolas, entidades da sociedade civil no enfrentamento ao perigo que se aproxima da desconstituição do Decreto nº 4.887, essa fusão de interesses e de defensores constitui prática de democracia.

As comunidades dos remanescentes de quilombolas têm o selo do direito à propriedade timbrado – e é bom que se repita – pela Constituição. Constituição já alcunhada de “Constituição Cidadã” pelo grande brasileiro que foi Ulysses Guimarães e da qual, na lição do Ministro Ayres Brito, promana o direito fraternal, direito fraternal que respeita os valores da ética e da moral e se concretiza na dimensão dos direitos humanos, sob a égide de que todos são iguais perante a lei.

Mais ainda: se carecesse de regulamentação o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias, o Estatuto da Igualdade Racial o fez, nos termos aqui referidos pelo Presidente Elói Ferreira.

Presidente Paulo Paim, a participação e a realização desta audiência pública, seguramente, já estão refletindo não só na sociedade de um modo geral, mas principalmente no seio daqueles que têm a responsabilidade de decidir a Adin amanhã, porque, pelos meios de comunicação deste Parlamento, as vozes roucas das ruas chegam até aqueles que têm a responsabilidade de fazer justiça.

Falou-se aqui – e foi o querido Ivo – em um título idiota. Mas ele sabe que o título idiota garante os 250 mil hectares de terra tituladas em favor dos quilombolas e dos calungas.

Agradeço a participação nessa assentada e renovo, mais uma vez, os cumprimentos ao Senador Paulo Paim, velho – não tão velho na cronologia – nos emba-

tes pelos direitos da comunidade negra, pelos direitos dos pobres, pelos direitos dos fragilizados, enfim, pela igualdade no cumprimento não só da legislação, mas, principalmente, no respeito aos direitos humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Moura.

Eu o chamei de decano, ele me chamou de velho. (*Risos.*)

Isso é para eu aprender a respeitar mais. O Carlos Moura é um grande amigo meu. Com muito carinho eu recebo as palavras dele. O Eloi, inclusive, recorreu a ele naquela discussão sobre o estatuto; daí botou o Carlos Moura dia e noite em cima de mim, “cerca o Paim lá para que ele não vacile na aprovação do estatuto”. Claro, nós queríamos avançar mais, mas ao final todos entendemos que aquilo era o possível naquele momento. E o Carlos Moura, com a sua experiência, foi fundamental nesse debate e na aprovação do estatuto.

Bom, vamos agora para as considerações finais. Nós vamos dar a cada um dos nossos convidados o tempo de três minutos, mais cinco, quando necessário, para encerrarmos a nossa audiência pública do dia de hoje.

Se houver tempo, nós nos deslocaremos ao plenário, porque há uma sessão de homenagem aos Povos Indígenas. Eu estarei presente a esta sessão, quando farei um pronunciamento.

Então, já passo a palavra, de imediato, para as suas considerações finais ao nosso Deputado Federal Amauri, do PT da Bahia.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Quero agradecer o espaço e parabenizar, mais uma vez, o Senador Paulo Paim e dizer, como disse o Carlos Moura, que só a voz rouca das ruas, dos quilombos e das aldeias indígenas é que poderá barrar a ação ruralista; esse sentimento, como disse o Alfredo Vagner, triunfalista; e essa expressão que o nosso antropólogo usa é corretíssima. Hoje, no Brasil, há um sentimento de triunfalismo de quem paga pouco tributo e ganha muito dinheiro. Os ruralistas, hoje, representam o segmento econômico que mais cresce, que mais abastece os seus cofres de dinheiro, que mais degrada o solo brasileiro e que mais conflitos traz nas relações com o movimento social. É segmento social que tem esse sentimento – como o Vagner falou – de triunfalismo, se sentem eles os maiores contributos para o desenvolvimento da sociedade brasileira, quando na verdade esse segmento contribui apenas para enriquecimento de muito poucos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Federal Amauri, do PT da Bahia, nosso convidado.

Passo a palavra ao coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Prof. Alfredo Vagner Berno de Almeida, que fez aqui uma bela exposição, assim como os outros.

O SR. ALFREDO VAGNER BERNO DE ALMEIDA – Eu gostaria, apenas, de dar dois exemplos que acho que pode ajudar muito às pessoas entenderem o sentido dos quilombos, hoje, no Brasil.

O primeiro exemplo diz respeito ao Quilombo do Frechal.

No século IXX, os grandes proprietários desse quilombo, a família proprietária – porque é uma família, que é do capitão de uma das embarcações de Pedro Alvarez Cabral, Nicolau Coelho – ela sai dos limites da fazenda e vai numa paragem bem longínqua, na descrição dos cronistas do século IXX, capturar os quilombolas que estão no Quilombo do Frechal e traz esses quilombolas para dentro da fazenda. Cem anos depois o Tomás de Melo Cruz, que é o empresário que comprou essa terra da família proprietária, ele diz o seguinte, que o lugar dos quilombolas é lá onde era o Quilombo do Frechal, a 300 km da fazenda, que não era lá.

Ora, no século IXX, os grandes proprietários foram lá, capturaram os quilombolas e os trouxeram à força para a fazenda. No século XX eles dizem que o lugar deles não é lá, querem tirar todos da fazenda.

A nossa interpretação, nesse período – os pais, os tios, os avós do Ivo também podem corroborar isso, além do próprio Ivo –, a nossa leitura no período foi a seguinte: o quilombo é onde estão as pessoas; o quilombo não é um lugar fixo, frigorificado. No século IXX era lá... Eles, quando vieram para fazenda, aquilombaram a casa grande. Não sei se me faço claro. O tio Raul do Ivo era pajem na casa grande, e a casa dele ficava a menos de 100 metros. Então, como é que pode ter um quilombo a menos de 100 metros da casa grande? Porque foi para lá que foram levados, retirados dos quilombos. Então, no século IXX o quilombo era lá e eles trouxeram para cá. Agora no século XX tem que tirar todo mundo das fazendas para ir para lá? Não, o quilombo é onde estão as pessoas, o quilombo acompanha as pessoas.

Outro exemplo é o de Alcântara. O de Alcântara é muito mais complicado.

Quando Pombal doa as Sesmarias, nós temos farta documentação que justifica que os quilombolas já estavam lá, já tinham fugido das fazendas e já estavam lá. Quando Pombal doa as Sesmarias... Então, não tem uma cadeia vintenária que comece com a

sesmaria, desfaz a sesmaria e aparece o quilombo. Não, o quilombo antecede a sesmaria.

Acho que esses dois exemplos... Quer dizer, também a gente tem que travar uma batalha de conhecimento, uma batalha com historiadores, uma batalha com advogados, uma batalha com aqueles estudiosos que precisam “reacompanhar” essa reinterpretação de quilombo a partir dos exemplos concretos, para entender o fundamento desse direito, hoje, das comunidades quilombolas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Prof. Alfredo Vagner Berno de Almeida, coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Agora, de imediato, passo a palavra ao Richard Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA.

O SR. RICHARD TORSIANO – Muito rapidamente, pelo adiantado da hora, agradecer de novo o companheiro Senador Paim, que faz não só aqui, mas também lá no Estado, já organizou algumas audiências públicas para tratar do tema. E isso é muito importante para esclarecermos e desmistificarmos coisas, principalmente quando a gente tem a ajuda aqui de professores, cientistas, enfim.

E de novo registrar e tentar esclarecer pelo menos com a audiência que o senhor disse que nós temos aqui na audiência pública, que certamente tantos representantes de quilombolas, como os representantes de outras entidades que estão nos assistindo, que o processo irá avançar. Por isso estamos clamando para que se organizem no sentido de fazer uma articulação com o STF para garantir a manutenção do decreto, para que nós possamos avançar na regularização desses territórios. E que aqueles que efetivamente estão ocupando áreas dentro do território dos quilombolas fiquem tranquilos, principalmente aqueles que têm legitimidade na ocupação de suas terras, que serão devidamente indenizados, com valor justo e com valor de mercado.

Era isso, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Poderia dizer duas palavrinhas a respeito do pessoal de Morro Alto, se não o povo vai me cobrar? Não precisa fazer uma análise profunda, só para dar uma...

O SR. RICHARD TORSIANO – Não, acho que é importante todo mundo saber.

Morro Alto é uma comunidade pela qual estamos trabalhando, uma das mais complexas que estamos trabalhando. É uma comunidade quilombola sim, mas no território quilombola estão identificadas dezenas de ocupações de agricultores familiares, áreas urbanas... Então, o processo de notificação já era para,

naturalmente, ter sido iniciado, mas, dada a complexidade, o Governo está tendo a cautela para avançar no processo de regularização da própria comunidade. Então, as notificação aos não-quilombolas irá ocorrer. A superintendência, nós aqui estamos aguardando, inclusive porque esse processo está judicializado; queremos fazer uma discussão e uma reunião, proposta pelos agricultores não-quilombolas e solicitado pelo Ministério Público federal. Essa reunião irá ocorrer e, assim que ocorrer essa reunião, o Governo iniciará o processo de notificação dos não-quilombolas. Não avançou e nem iniciou ainda por conta da complexidade e de um problema social muito grave que poderemos incorrer, se não tivermos a devida cautela ao avançar nesse processo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Richard Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA.

Agora, o Prof. Carlos Moura para as suas considerações finais.

O SR. CARLOS MOURA – Senador Paim, lembrando que já neste século nós estivemos em Mostarda, Morro Alto, Casca na defesa dos companheiros quilombolas daquelas áreas. Isso, naturalmente, será objeto de debate, mas é importante que se diga do trabalho da Fundação Cultural Palmares, por intermédio de seus advogados, no cumprimento daquilo que dispõe o Decreto 4887 quanto a desintrusão daqueles ocupantes ilegais das terras dos remanescentes dos quilombos.

Dizer ainda que a Conferência Nacional do Bispos do Brasil encaminhará hoje aos Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal uma nota relativa à Adin que será julgada amanhã e, evidentemente, uma nota concernente com tudo aquilo que foi discutido aqui nesta assentada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Prof. Carlos Moura, que informa ao Brasil e ao plenário que a CNBB vai encaminhar ao Supremo Tribunal Federal, no dia de hoje, uma nota defendendo a titulação imediata das terras quilombolas, já contra a Adin encaminhada por um partido político.

Vamos passar agora a palavra ao Coordenador Executivo da Terra de Direitos, Dr. Fernando Prioste. (*Pausa.*)

Ele saiu. Então, passamos a palavra ao Ivo Fonseca, Coordenador da Confederação Nacional de Articulação de Comunidades – CONAQ

O SR. IVO FONSECA – Eu também quero agradecer o momento, que é de grande importância para

todos nós; estamos em um momento tenso, mas a gente acredita que essa batalha a gente vai vencer.

Eu sempre digo, nesse dizer já conhecido, que “a guerra vence aquele que permanece”. Nós somos daqueles que estamos permanecendo nessa guerra de há muito tempo.

Para agradecer e também encerrar, nós estamos agora com uma comissão, vamos protocolar no Supremo Tribunal Federal um pedido de audiência também. Estamos convidando os companheiros Presidente Eloi, o Amauri, que já saiu, o Senador Paulo Paim, o Carlos Moura, para que formemos uma comissão e que se faça o protocolamento simbólico lá no Supremo, para que a gente possa, quem sabe, ser mais ouvido.

Agradeço a todos, agradeço ao Senador, e estamos aí para mais um momento de glória. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Ivo Fonseca, Coordenador Executivo da Conaq, que mostra que vai haver um movimento junto ao Supremo para que o resultado seja positivo, ou seja, a favor dos quilombolas.

Passamos a palavra Silvany Euclênio Silva, que aqui representa a Ministra Luiza Bairros, Seppir.

A SR^a SILVANY EUCLÊNIO SILVA – Sr. Senador, mais uma vez parabenizando-o por mais essa iniciativa na sua trajetória, que nós sabemos do seu compromisso com a nossa história, com o nosso povo, com as nossas demandas.

E dizer que eu tive que me movimentar várias vezes para fora e vou ter que sair muito rápido agora, porque outras questões estão ocorrendo concomitantemente e demandando a nossa presença para poder acompanhar.

E dizer com certeza, Senador, que a agenda social quilombola é irreversível. Essa construção que se garantiu nesse nosso governo democrático e popular, ela não somente é uma construção de resgate de cidadania. E parte desse resgate de cidadania está no fortalecimento institucional das próprias lideranças quilombolas, cada dia mais conscientes do seu direito histórico, do seu direito como cidadão brasileiro; cada dia mais consciente de que racismo é isso, é negação de direito, é negação de humanidade. E a gente afirma esse direito e essa humanidade na luta.

Então, com certeza, acreditamos ser uma pauta irreversível que nós, como Governo, como setor do Governo, inclusive comprometido com a agenda social quilombola, temos que também estreitar os nossos laços e organizar nossas estratégias para que a pauta quilombola continue avançando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Silvany Euclênio Silva, que aqui falou representando a Ministra Luiza Bairros, enfatizando a agenda quilombola permanente.

Agora eu passo a palavra como último convidado, ao Presidente da Fundação Cultural Palmares, Elio Ferreira de Araújo.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Senador

Paim, nessas considerações finais eu tenho que me reportar e cumprimentar de novo V. Ex^a, que nesse universo de 81 representantes na Casa maior, que é o Senado da República, nós temos apenas um homem negro. Acho que não temos uma mulher negra nessa representação.

Dar conta de que a questão racial no Brasil não está resolvida.

A questão da terra no Brasil não foi resolvida na Assembleia Nacional Constituinte, quando foi impedida a reforma agrária. A conquista do art. 68, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é uma vitória extraordinária.

O Decreto 4887 não avançou no aspecto de fazermos uma grande cadeia dominial e chegarmos e apontarmos onde estão as terras das comunidades quilombolas. Mas algumas conquistas nós tivemos, e essas conquistas são importantes. Eu sou daqueles que me associo que nós temos que levantar sempre, batalhar as vitórias, conquistar. É importante para o povo negro, para que toda a nação se aproprie de que ela é possível, que ela pode ser protagonista, de que ela pode ser mais do que espectadora. E é preciso avançar em algumas praias, algumas áreas.

O Richard trouxe uma proposição para o Senador Paulo Paim. Na medida em que todo o direito tem uma matriz muito patrimonial, então, que seja um crime hediondo a grilagem, o esbulho das terras das comunidades dos remanescentes dos quilombos e de todos aqueles desamparados, desassistidos e dos indígenas, especialmente. Quilombolas e indígenas, um esbulho a essas terras e a grilagem sejam crimes hediondos. Boa proposta, Richard.

Então, a judicialização das causas sociais não deveria ser algo que nos levasse a essas audiências, a esses encontros, mas, infelizmente, já que estão na ordem do dia, vamos à luta sem nenhum triunfalismo, vamos trabalhar para sermos vitoriosos. Dialogar com os ministros do Supremo, dialogar em todos os lugares, dialogar ouvindo a voz rouca das ruas, como sinalizou o nosso decano Carlos Moura, para poder convencer a todos e todas que o Brasil será com certeza para além de uma grande potência mundial, mas uma pátria onde todos tenham direitos iguais e possam

ter acesso aos bens econômicos e bens culturais em igualdade de oportunidade. Esse é o nosso desejo e o nosso sonho que vamos trabalhar dia a dia por ele, e vamos ser vitoriosos nesse julgamento no STF para poder continuar avançando na nossa causa, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Elio Ferreira de Araújo, presidente da Fundação Cultural Palmares.

Eu havia chamado o Coordenador-Executivo da Terra de Direitos para suas considerações finais nos três minutos. Ele havia saído para dar uma entrevista e está conosco. Passo, então, a palavra para o Fernando Prioste.

O SR. FERNANDO PRIOSTE – Obrigado, Senador. Desculpe por ter saído naquele momento; portanto, retorno.

Uma última mensagem, para dizer à Confederação Nacional de Agricultura, a CNA, que não existe apenas um modelo de agricultura para o Brasil, que existem vários, que a monocultura, a utilização de sementes transgênicas, a grande extensão de terra e a utilização de agrotóxicos não é o único modelo de agricultura no Brasil. As comunidades quilombolas têm uma forma de fazer a agricultura e de viver e essa forma implica também num modelo diferente de vida para o País, um modelo de inclusão e não de concentração.

Agora nós vamos protocolar no Supremo Tribunal Federal um recurso para que o Presidente Cesar Peluso possa reavaliar a posição dele sobre a realização de audiência pública, e esse pedido de realização da audiência pública está relacionado com a viabilidade desse outro modelo, desse modelo quilombola de ser, de viver e de produzir, economicamente inclusivo, continue a existir.

Então também convido aqui quem puder e quiser estar lá no Supremo agora para protocolar, num momento simbólico político, para que esteja lá conosco.

Obrigado, Senador. Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Fernando Prioste, Coordenador-Executivo da Terra de Direitos.

Conforme o combinado, convido Sandra Maria da Silva e Núbia de Souza, aqui presentes, que vão encerrar esta atividade cantando uma música “Senhor Ogum”, de autoria de Mãe Sebastiana de Oxossi.

A SR^a SANDRA MARIA DA SILVA ANDRADE – Senador, eu queria pedir aos meus irmãos e irmãs que estão nos quilombos que acendam suas velas, rezem, peçam aos orixás para interceder junto ao Supremo. Nós já conseguimos defender e acho que fazer todo o possível, mas temos que saudar e pedir pelos nossos antepassados, pelos nossos orixás, pelos nossos

caboclos, por todas as nossas santidades, e essa é uma convocação espiritual. Isso não é uma luta desses negros agora, é uma luta de todo nosso povo, dos nossos avós, de toda nossa história.

Então, meus irmãos que estão nos escutando, que estão nos vendo, acendam seus pontos, acendam suas velas em favor de virar o pensamento desses Ministros no Supremo. Eu queria saravar os nossos pretos velhos, para que possam interceder em favor dessa luta; saravar a Conaq, que vem representando todo movimento quilombola; saravar o Supremo, para que eles possam virar o pensamento para esta luta; saravar o Congresso brasileiro; saravar a todos os órgãos, movimentos, parceiros e quilombolas do Brasil, para enfrentarmos com muita fé essa que será uma grande luta.

Nós não estamos lutando desde 1988, é uma luta de mais de 300 anos. E a partir disso vamos invocar e pedir ao Senhor Ogum.

A SR^a NÚBIA DE SOUZA – Vamos cantar esta música a pedido da Mãe Sebastiana que não pôde estar presente hoje e pediu que a gente fizesse esse canto; e a gente vai fazer com força e vocês nos ajudem.

Vamos levantar.

(Procede-se à exibição de música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essas foram a Sandra Maria da Silva e a Núbia de Souza que cantaram para todos “Senhor Ogum”, de autoria de Mãe Sebastiana.

Neste momento, está encerrada esta parte da audiência pública. Os senhores estão liberados porque eu vou ter que continuar aqui para aprovar uma série de requerimentos.

Muito obrigado a todos. Uma salva de palmas.

Lembro a todos que está havendo, no plenário, sessão em homenagem aos povos indígenas. Se alguns puderem ir ao plenário, seria importante.

De imediato, passo à apreciação de uma série de requerimentos:

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 47, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater a importância da leitura como instrumento de cidadania para crianças, jovens, adultos e idosos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os nomes dos convidados serão enviados posteriormente a esta Comissão.

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 48, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater as estratégias jurídicas de combate à discriminação e de promoção da igualdade racial.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 49, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater a situação do transporte ferroviário, metroviário e hidroviário.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os nomes dos convidados serão enviados posteriormente a esta Comissão.

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 50, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater o programa viver sem limites e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 51, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater o sistema carcerário no Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 52, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater a situação dos motociclistas e dos ciclistas nas cidades.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 53, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater o Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os convidados serão enviados posteriormente.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Agora vamos dar encaminhamento aos requerimentos extrapauta.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento extrapauta para discutir o Pronacampo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao mérito.

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 54, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, Requeiro a realização de audiência pública para debater o Programa Nacional de Educação do Campo – (Pronacampo).

Autoria: Senador Paulo Paim

O Pronacampo tem a ver também com a comunidade quilombola, tem tudo a ver com a atividade do nosso povo quilombola.

Para esta questão serão convidados representantes do MEC como também dos quilombolas e de outros setores da nossa agricultura e daqueles que têm atividade no campo.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos encerrar esta audiência pública, agradecendo a presença de todos e, mais uma vez, convidando-os para estarem no plenário para acompanharmos a sessão de homenagem aos povos indígenas.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SÉSSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 23 DE ABRIL DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador **Paulo Paim**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 19ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 43, de 2012–CDH, aprovado em 09/04/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater o dia internacional em memória às vítimas de acidente de trabalho. Convidados: Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde do Ambiente e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, em substituição ao Ministro Alexandre Padilha; José Augusto, Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Vera Lucia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, em substituição ao Ministro Interino Paulo Roberto dos Santos Pinto do Ministério do Trabalho e Emprego; Francisco Luis Lima, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Maria Virginia de Medeiros Eloy Souza, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, em substituição ao Presidente Geilson Gomes de Oliveira; Maurício Correia de Mello, Procurador Regional do Trabalho em substituição a Luís Antônio Camargo de Melo; Noemia Aparecida Garcia Porto, Presidente

da AMATRA-X, em substituição ao Senhor Renato Henry Sant'anna, Presidente da ANAMATRA; Junéia Batista, Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, em substituição ao Presidente Artur Henrique da Silva Santos. Usa a palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a submeto a votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Cheguei meio rápido aqui, porque estou atrasado quatro minutos. Eu sou de cumprir horário. Eu marquei para 10h. Felizmente, o voo não atrasou. Chegou no horário e, após quatro minutos, nós vamos iniciar.

Enquanto a assessoria prepara a montagem das duas Mesas, nós vamos falar da dinâmica deste dia tão importante. Na abertura, vamos ter a exibição de um vídeo sobre Segurança do Trabalho, produzido pela TV Senado, com a duração de três minutos.

Ao término da primeira Mesa, será lançada a campanha institucional 2012: Acidente do Trabalho no Brasil, pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait. O vídeo produzido pelo Sinait, Acidente no Trabalho também passará aqui. São todos vídeos bem pequenos.

Nós teremos aqui, pela composição dos nossos trabalhos, duas Mesas: a primeira será composta por Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde do Ambiente e Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde, que substitui o nosso amigo Ministro Alexandre Padilha.

O Dr. Guilherme já está aqui. Seja bem-vindo. Pode-se assentar à mesa.

Também na primeira Mesa está o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e Material Plástico, que está chegando.

Então, vamos chamar o José Augusto, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores; a Secretaria de Inspeção do Trabalho, em substituição

ao nosso amigo Ministro interino Paulo Roberto dos Santos Pinto, que é do Ministério do Trabalho e Emprego; a Dra Vera Lucia de Albuquerque.

Mais uma vez, seja bem-vinda. Mais uma vez, porque, toda vez que é convidada, ela vem mesmo, faz-se presente.

Também na primeira Mesa temos o Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait.

Esses vão compor a primeira Mesa.

Só pergunto, porque daria para ter mais um nesta mesa aqui, se já estão todos. (*Pausa.*)

Está certo. Todos estão na primeira mesa.

Vou pedir que vocês preparem as duas Mesas.

Vou fazer uma pequena introdução, que é praxe aqui na Comissão. Vocês sabem que, nesta segunda-feira, nós estamos ao vivo para todo o Brasil, por todos os meios de comunicação do Senado – TV, Internet, rádio, agência –, que transmitem esta audiência.

Eu fiz questão que esta audiência pública se realizasse na segunda – havia a possibilidade de ocorrer na terça – para que aproveitássemos este espaço e iniciássemos a semana de fato debatendo este tema tão importante para o mundo do trabalho e para todos os brasileiros, porque, de uma forma ou de outra, esta campanha mexe com as nossas vidas, com a vida de todos.

Esta é uma audiência pública pelo Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho. Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos refletir sobre o Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho. O dia foi instituído pela Organização Internacional do Trabalho, em 2003, e tem como foco a prevenção dos acidentes em todo o mundo. A ideia da data é aumentar o nível de consciência de todos – trabalhadores e empresários –, garantindo a segurança, a capacitação dos funcionários na linha de combater, evitando e prevenindo os acidentes do trabalho.

Segundo informações do Ministério da Saúde, a escolha de 28 de abril como o Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho ocorreu após a morte de 78 trabalhadores em uma mina dos Estados Unidos em 1969. Não é que a informação é do Ministério do Trabalho, mas ela foi obtida naquele Ministério, entendo eu, e também no Ministério da Saúde. De lá para cá, os acidentes continuam acontecendo em alta escala, o que preocupa todos.

O Brasil é o quarto País do mundo com maior número de vítimas fatais, dado que, é claro, preocupa todos e que nos obriga a buscar a construção de caminhos para que esse número de acidentes seja diminuído.

De acordo com o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho de 2010, realizado pela Previdência Social, acidente de trabalho é aquele que ocorre durante o serviço ou no trajeto. É importante destacar que um acidente de trabalho pode ter causas naturais ou pode ser motivado pela ausência de medidas que garantam a segurança no trabalho.

Lembro aqui dados que mostram o elevado número de acidentes de trabalho no Brasil. É claro que muitos desses casos não chegam ao conhecimento dos Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência, mas, assim mesmo, os dados oficiais são preocupantes. Em 2010, o Ministério da Previdência Social registrou um total de 701.496 acidentes de trabalho; em 2009, o número de acidentes foi maior, 736.365. Lembro que, em 2008, esse número foi de 755.980. Esses são números oficiais. Já houve quem dissesse aqui que pode dobrar, pode ser multiplicado por dois o número de acidentes que, de fato, acontecem, porque não chegam até nós as informações, que, muitas vezes, são omitidas pelo espaço da própria empresa.

A falta de fiscalização nos ambientes de trabalho é uma das maiores causas do elevado número de vítimas, e estamos nos referindo ao que acontece dentro das empresas. Os custos são enormes. Primeiro, quem perde é naturalmente o trabalhador, porque acaba ficando com sequelas. Conforme o Sinait, além das perdas irreparáveis de vida, os gastos com saúde ultrapassam R\$70 bilhões por ano. Esses são dados do Sinait. Gastamos por ano R\$70 bilhões. É isso mesmo? São dados do Sinait.

É preciso que avencemos nessa discussão, em defesa da vida da nossa gente, do nosso povo, e esse é o nosso objetivo, essa é a razão de estarmos aqui neste momento.

Então, vamos para a nossa sessão. Será feita uma rápida introdução. Os painelistas, mais do que ninguém, é que vão aprofundar o debate.

Recebo aqui também – é interessante – um *folder* com a informação de que são mais de 700 mil vítimas por ano de acidentes no trabalho. É dito que, sem auditor fiscal do trabalho, não há trabalho seguro, mas que há apenas um auditor fiscal do trabalho para um conjunto de três mil empresas. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais mostra o Painel da Insegurança, o Painel da Vergonha. É muito bom, é muito bem montado isto aqui. É dito que temos de garantir direitos, segurança e dignidade ao trabalhador. Temos de garantir a segurança no trabalho. Parabéns pelo *folder*!

Como havíamos combinado, pelo que me informaram, iniciariam os trabalhos com a exibição de um pequeno vídeo.

Vamos exibir agora o vídeo “Segurança no Trabalho”, produzido pela TV Senado, com a duração de três minutos. Depois, vamos passar a palavra aos expositores. (*Pausa*.)

Aqui, conosco, o vídeo sempre dá certo. Não se preocupe! É uma questão de minutos. E como nós estamos ao vivo, tudo é ao vivo... Porque tudo é testado antes, conferido. O pessoal vem no domingo para cá, faz hora extra.

Como tudo dá certo, eu vou precisar agora da lista dos convidados.

Como o vídeo foi testado no domingo, eu agradeço o esforço da moçada que veio no domingo, mas deu um probleminha agora, na última hora.

Vamos, então, começar pela Mesa e, em seguida, nem que fale o primeiro, acertando o vídeo, entra o vídeo.

Então, passo de imediato a palavra para o Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Dr. Guilherme Franco Netto, para sua exposição.

Dez minutos com mais cinco, se assim for necessário.

O SR. GUILHERME FRANCO NETTO – Bom, Senador Paim, agradeço a oportunidade de estar presente nesta audiência. Cumprimento meus colegas da Mesa.

O que nós trazemos aqui são as iniciativas do Ministério da Saúde relacionadas a essa temática.

Nós temos, no âmbito do Ministério da Saúde, um processo em desenvolvimento para a instituição de uma política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora, por solicitação do movimento social, e a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, que consiste em uma das estratégias fundamentais para se poder fazer a implementação dessa política.

Próximo.

Nós temos no nosso marco legal, do ponto de vista das atribuições da saúde, do ponto de vista da Constituição, no seu art. 200, a competência do Sistema Único de Saúde para executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica bem como as de saúde do trabalhador. E, no seu inciso VIII, colaborar para a proteção do meio ambiente, nele compreendendo o do trabalho.

Em seguida à Constituição, nós temos a Lei nº 8.080, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde; depois nós temos a Portaria nº 3.120, de 1998, que define a vigilância e a saúde do trabalhador; e a Portaria nº 3.098, também do Ministério da Saúde, que define a norma operacional de saúde do trabalhador.

Mais um conjunto de marcos legais: a portaria que institui a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do

Trabalhador; a portaria que define a ampliação dessa rede, mais recente; a adequação dessa rede ao pacto pela saúde, que é um mecanismo de planejamento e de gestão, no âmbito da saúde; e também a ampliação do número de Centros Regionais de Atenção à Saúde do Trabalhador dessa rede nacional.

Próximo.

No que consiste esta Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador? Ela tem a concepção de uma rede nacional, cujo eixo integrador é a rede regionalizada de Centros Regionais de Atenção Integrada à Saúde do Trabalhador, com a atribuição de dar suporte técnico e científico às intervenções do Sistema Único de Saúde no campo da saúde do trabalhador, integradas no âmbito de uma determinada região com a ação de outros órgãos públicos. Define diretrizes para o desencadeamento de políticas estaduais e municipais e também estabelece uma política permanente de financiamento de ações de saúde do trabalhador, alocando recursos fundo a fundo para Estados e Municípios.

Como o Sistema Único de Saúde tem a sua abordagem universal, quando nós falamos em saúde do trabalhador, compreendem-se aí todos os trabalhadores, tanto os do mercado formal quanto os do mercado informal.

Esse é o estado atual da Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador. Nós temos 201 unidades distribuídas de forma definida pela gestão e também pelo controle social da saúde. Então, ali está o quantitativo e o percentual em nível regional desses 201 centros.

Próximo.

Temos, então, um conjunto de mecanismos e procedimentos em andamento, do ponto de vista de ampliação dessa rede. Em 2011, nós tivemos dois centros já implantados abrangendo a população trabalhadora rural; e também para este ano temos mais nove centros a serem implementados, também nessa perspectiva.

Próximo.

Para operacionalizar a Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador na Rede de Atenção à Saúde, do SUS, temos unidades sentinelas, especializadas em diversas questões afetas à saúde do trabalhador. Atualmente, pouco mais de 3.500 unidades espalhadas também em nível do País fazem o acolhimento, o diagnóstico e o acompanhamento dos trabalhadores que apresentam demandas ao Sistema de Saúde para fazer o acompanhamento da sua saúde.

Próximo.

Temos normas que estabelecem todo mecanismo de vigilância epidemiológica e de monitoramento de problemas prioritários. Então, aí vocês têm uma lista

de condições, como intoxicações hexógenas por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados; temos acidentes com exposição a material biológico relacionados ao trabalho; acidentes de trabalho com mutilações; acidentes de trabalho em crianças e adolescentes; acidentes de trabalho fatal; câncer relacionado ao trabalho; dermatoses ocupacionais; distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, Dort; perda auditiva induzida por ruído, Pair, relacionada ao trabalho; pneumoconiose relacionada ao trabalho e transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Então, esse é o conjunto de problemas a que nós damos foco, para fazer o acompanhamento das necessidades de saúde dos trabalhadores que venham a sofrer algum tipo de dano à sua saúde.

Essa é a casuística histórica do que nós temos. Quando ali está acidente grave, envolve todos aqueles com mutilação, acidente fatal e também acidente de crianças, infantil. E vocês veem que realmente tem uma casuística enorme. Do ponto de vista de notificação é o maior grupo, num total, numa série de cinco anos, de 186.637 acometimentos, notificações relacionadas a essa situação, afora todos os outros que fazem parte desse grupo de situações que nós estamos tratando no âmbito do Sistema de Saúde.

Próximo.

Para reforçar essa política específica para a saúde do trabalhador e da trabalhadora, nós estamos em fase final de revisão, para publicação. Já foi submetida ao Conselho Nacional de Saúde e à Comissão Intergestores Tripartite, que envolve os níveis estadual, municipal e federal de saúde. Então, agora é questão de trabalhar uma forma para fazer sua implementação.

Define uma estrutura, tem princípios norteadores, propósito, diretrizes, estratégia, responsabilidades de esfera de gestão, parâmetros para avaliação e acompanhamento e um anexo que tem um conjunto de orientações para planejamento dessa política no âmbito do SUS.

Próximo.

O propósito dessa política é definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observadas nas três esferas de gestão do SUS – federal, estadual e municipal – para o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores e à redução da mortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

Aí, eu gostaria de chamar atenção, Senador Paim, para o fato de que estarmos mostrando aqui essa iniciativa mais global é importante, porque a questão dos acidentes relacionados ao trabalho não é um fato isola-

do, ela faz parte de um conjunto de questões que têm que ser tratadas, de maneira integral, pelas políticas públicas que nós temos em andamento e em desenvolvimento. Daí a razão de nós estarmos mostrando dessa forma.

Próximo.

A política tem três diretrizes: o fortalecimento da vigilância ao trabalhador e integração com os demais componentes da vigilância e saúde; a promoção da saúde de ambientes e processo de trabalho saudáveis, que é o elemento fundamental para poder alterar essa casuística dos acidentes relacionados ao trabalho; e a garantia da integralidade da atenção à saúde do trabalhador, que também é um elemento muito decisivo para o êxito dessa política.

Próximo.

Há um conjunto de estratégias, integração da vigilância e saúde do trabalhador junto aos demais componentes da vigilância em saúde; análise do perfil produtivo e da situação de saúde dos trabalhadores; a estruturação da rede nacional no contexto da rede de saúde; fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial mais um conjunto de questões envolvendo, inclusive, a garantia do financiamento das ações de saúde do trabalhador.

Próximo.

Nós temos documentos técnicos que estão sendo elaborados para poder fazer com que o sistema de saúde tenha condições de estabelecer procedimentos relacionados a esses temas, incluindo os problemas relacionados a acidentes do trabalho.

Próximo.

Diversos protocolos de complexidade diferenciada. Então, nós temos aí, particularmente no segundo item, acidentes do trabalho, tanto fatais graves e com criança e adolescentes, em que é um dos focos para poder termos procedimentos relacionados ao enfrentamento dessa situação no âmbito do sistema de saúde.

Próximo.

Diversas iniciativas em andamento. Eu não vou detalhar. Essa apresentação fica aqui à disposição pública. Então, um conjunto de ações relacionadas à academia, ao desenvolvimento de pesquisa, articulações intrassetoriais e intersetoriais, acordo de cooperação com Contag e outros de fundamental importância para que a gente possa avançar no estabelecimento de diretrizes para o enfrentamento dessa situação.

Próximo.

E para poder fazer um destaque, certamente os meus colegas do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência devem chamar atenção. Aliás, a presidência desses trabalhos, neste momento, está sob a égide do Ministério da Previdência, que eu acho que

é o elemento mais relevante para este tema aqui nosso, hoje, que é a possibilidade de que nós tenhamos, através dessa comissão tripartite, que envolve esses três ministérios, além da representação dos empregadores, da confederação dos empregados, e das centrais sindicais todas, um conjunto de iniciativas voltado para uma política de saúde e segurança no trabalho e que tem como elemento central o desenvolvimento e a implementação de um plano de ação em que a questão dos acidentes, especialmente graves e fatais, é um objeto mais do que prioritário no âmbito dessa iniciativa conjunta.

Próximo.

Nós temos aí uma série de iniciativas em desenvolvimento. Ali estão demonstrações de categorias e de setores do trabalho com o foco principal nessa questão, especialmente a construção civil e o transporte rodoviário de cargas, que é onde ocorre a maior casuística de acidentes de trabalho no nosso País.

Próximo.

Esta também se estrutura como uma política. Foi instituída por um decreto da Presidente da República. Eu não quero tomar muito tempo, porque, certamente, os outros colegas vão falar sobre isso.

Próximo.

Há um conjunto de diretrizes também.

Próximo.

Nós temos uma gestão que faz com que o Comitê Executivo, composto pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde e da Previdência, em caráter de rodízio, estabeleçam a presidência dos trabalhos para que, a cada ano, a gente possa dar seguimento ao desenvolvimento do que foi estabelecido no âmbito desta comissão.

Próximo.

Desafio fundamental: avançar nas proposições de efetivação de ações intrassetoriais articuladas a serem expressas no Plano Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho. Esse Plano então tem objetivos, estratégias, ações responsáveis, parceiros institucionais, prazo para execução, inclusive, tem a perspectiva de apontar qual o recurso que os ministérios estão alocando para fazer a implementação dessas atividades.

Próximo.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Dr. Guilherme Franco Netto, pela sua exposição em nome do Ministério da Saúde.

Eu pergunto se o vídeo já está em condição... (Pausa.)

Não? (Pausa.)

Então passamos a palavra para o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom dia, Senador Paulo Paim. Mais uma vez, agradeço o convite feito ao Fórum Sindical dos Trabalhadores. Bom dia, meus colegas de Mesa, Drª Vera, em nome de quem saúdo os demais integrantes da Mesa. Telespectadores e ouvintes da Rádio Senado, o nosso bom dia.

Esta é uma data que nós devemos olhar com bastante reflexão. Essa celebração é algo muito preocupante, Senador Paim, não só para o Brasil, mas para o mundo. Nós aqui vamos tentar colaborar o máximo possível ajudando nessa reflexão e também, não só criticando, mas sugerindo algumas medidas. A maioria das pessoas aqui me conhece. Da área de segurança, está aqui o Presidente do Sindicato da Construção Civil aqui de Brasília, o Edgar, os demais diretores, Paulo, o Presidente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho aqui do Distrito Federal também que, em nome de quem saúdo todos os sindicalistas do País e todos os sindicatos estaduais de técnico de segurança do trabalho e diretoria. Eles conhecem a minha história.

Eu estou nessa área, Senador Paulo Paim, desde 1975. Trabalhei muito tempo no ABC Paulista numa época difícil, na década de 70, 75 até 81, vários acontecimentos políticos e sindicais, como todo sabem, aconteceram nessa época e, desde aquele tempo, a gente não conseguiu, com toda a luta, com todo o empenho do Ministério do Trabalho, Saúde, fiscalização, que é muito importante na prevenção também, e ficou um pouco frustrado diante desse quadro. Mesmo depois de tantos anos de luta, não é, Drª Vera?, parece que a gente não evolui. Alguma coisa precisa mudar.

Então eu tenho uma certa frustração, como profissional da área de segurança, sou técnico de segurança do trabalho, com muita honra, com muito prazer, atuo ainda quando posso, dentro do meu tempo, nessa área, mas a palavra de ordem é uma reflexão, dentro desta celebração do dia 28 de abril, o Dia International em Memória às Vítimas de Acidente de Trabalho. Esse logotipo que eu estou mostrando para vocês é de um movimento que participamos há muitos anos. Quem encabeçou esse movimento foi a auditora fiscal Fernanda Giannasi, minha amiga de muitos anos, e demais companheiros sindicalistas e profissionais que militam nessa área. Ele traz este *slogan*: “Relembrar os mortos é lutar pela vida”.

Próximo, por favor.

Alguns índices são interessantes mostrar para os leigos, para os que estão nos assistindo na TV Senado, Senador Paulo Paim, para eles observarem alguns dados bastante preocupantes com relação a

alguns índices de acidente de trabalho. Por exemplo, nós tivemos, em 2006, 512.232 acidentes de trabalho durante o ano. Depois esse número cresceu para seiscentos, depois para setecentos, continuou mantendo-se nessa linha do 733.000, 765.000 e, em 2010, olhem só, nós fechamos com 701.496 acidentes. Participamos recentemente de um programa de entrevistas na TV Senado, inclusive até o Senador manifestou a sua indignação. Isso é mão de obra formal, como vocês estão vendo lá em cima.

O Ministério da Saúde anda fazendo um trabalho – não é, Dr. Guilherme? – para tentar, dentro do princípio de universalidade do SUS, fazer esse levantamento para a mão de obra informal. Como discutimos naquele programa, esse número pode ser duas vezes ou três vezes maior do que a mão de obra.... A informalidade no País cresceu demais, é muito grande. Esse pessoal está totalmente sem proteção, sem notificar. O Ministério da Saúde tenta, mas não consegue abraçar 100%, através do Centro de Referência ao Trabalhador, mas é uma iniciativa louvável.

Para quem está assistindo e participando dessa audiência, é preciso refletir. A imprensa gosta muito de usar esses números. São 700 mil acidentes, 3 mil mortos por ano. É preocupante, mas é sensacionalismo. Precisamos buscar o quê? A forma educacional, pedagógica, institucional, alguma coisa para reduzir essas mortes por acidente de trabalho. É uma verdadeira guerra civil que nós vivemos no Brasil todos os anos. Parece-me que estamos aqui dentro de uma guerrilha que não acaba nunca.

Os óbitos também são uma coisa assustadora. Gostaria de chamar a atenção de vocês. A gente tem 2006. Pegamos os últimos cinco anos, e ficou até melhor para apresentar. Há uma faixa, mais ou menos, de 3 mil mortes por ano. A gente tem uma preocupação muito grande, Senador Paulo Paim, com a subnotificação, com o não registro de alguns acidentes na mão de obra informal que não aparece nessa lista. Temos, no último levantamento – a Drª Vera está até com um guia em cima da mesa, um anuário –, 2.712 óbitos. É aquele pai de família, aquela mãe de família, que sai de casa para ganhar o seu pão e vai trabalhar num ambiente totalmente degradado, sem condições de trabalho, sem nenhum tipo de proteção, nem do empregador e nem de sindicatos, que também devem muito a essa área. A gente também faz uma crítica no sentido que eles deveriam se empenhar mais com ações preventivas junto à produção.

Brinquei na entrevista que tivemos lá com esse ranking. Fiz uma observação para o apresentador dizendo que os BRICs não estão bem na parada. Fora os Estados Unidos, a China, a Rússia e o Brasil... Faltou

a Índia. Então, não somos mais os primeiros. Antigamente falavam que éramos campeões nos acidentes de trabalho. Hoje é a China, com 14.924 mortes por ano, aproximadamente. Depois vêm os Estados Unidos, a Rússia e o Brasil, mais ou menos dentro desse número da Rússia. Repetindo: é a mão de obra formal.

Há um dado interessante da OIT. São 260 milhões vitimados, todos os anos, no mundo. Qual é o principal motivo? São “n” motivos, mas o principal, Drª Vera, Dr. Guilherme, Senador Paulo Paim, é o descumprimento das normas básicas de proteção e as más condições no procedimento de trabalho. Isso o vídeo vai mostrar daqui a pouco, o vídeo que falhou, mas que daqui a pouco vai mostrar. Quando vocês assistirem ao vídeo vão se lembrar dessa frase que acabei de dizer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não teve um acidente com vídeo. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Esse é um destaque que a gente sempre dá quando vamos por este Brasil afora. Temos um compromisso, no dia 10 de maio, na Bahia. É a Campanha Nacional em Defesa da CLT. Quando a gente vai aos Estados, a gente sempre lança esses números que são bastante preocupantes e que servem de reflexão para nos empenharmos em uma luta conjunta: Governo, trabalhadores, empresários, movimento sindical, como um todo.

São 410 mil acidentes de trabalho por ano que matam 33 mil brasileiros, aproximadamente, por ano. Há um custo de R\$32 bilhões, direto e indireto, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria. Isso é da CNI. São dados que eu peguei do custo direto e indireto, com relação à indústria, com acidentes de trabalho. Dá 1% para nós, Paulo, para a gente fazer prevenção desse prejuízo! Vamos ver o que a gente faz neste País em termos de prevenção de acidentes. Segurança do trabalho é investimento, sempre foi. É preciso, cada vez mais, fazer investimento em prevenção.

Algumas sugestões para melhorar a prevenção. São, conforme prometido, algumas dicas. Muito ainda deve ser feito pelas empresas, pelos trabalhadores e pelo Governo para reduzir os índices de acidentabilidade no País, mas há algumas sugestões que a gente vai destacar.

Primeiro, através de ações de políticas efetivas de combate aos acidentes de trabalho, queremos criar ambientes laborais mais seguros. O Dr. Guilherme citou, inclusive, algumas ações do Ministério da Saúde dentro da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Tenho o orgulho de ter ajudado a construir essa política dentro da CTSST. Desde a fundação, a gente lá trabalhava. Agora saí, não estou mais. Foi uma honra ter participado. Quero louvar a Presidenta Dilma por ter tido a coragem de assinar – já que é

uma política de Estado e não de Governo – a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Agora – não é, Dr. Guilherme? –, estamos construindo um sistema nacional de segurança e saúde justamente para a aplicabilidade da Política Nacional de Segurança do Trabalho no País.

Outra coisa, o arcabouço legal, Senador Paim, é um dos mais ricos do mundo. Legislação é o que não falta. O Dr. Guilherme começou a falar em portaria e começou até a me dar uma tonteira. É portaria disso, daquilo e não sei de que mais. No Ministério do Trabalho, Drª Vera, há normas que regulamentam, normas que são setoriais. Fiz parte da comissão tripartite também, da CTPP, em 1995. Tive a honra de participar do lançamento e de fazer parte, como membro, dessa comissão. Então, lei não falta. O que falta é investimento, é cumprimento, é se empenhar mais nas ações e se comprometer com essa questão de segurança e saúde no trabalho. Falta investimento em tecnologia, cumprimento da legislação e fiscalizações. É preciso fortalecer tudo isso. Aonde estou indo, Drª Rosana, falo isso aí. Uma hora vou ser ouvido e vou começar a ter adeptos. Precisamos, Drª Vera, fortalecer o Ministério do Trabalho, e muito. (*Palmas.*)

Podem aplaudir, não é vergonha para ninguém. Os trabalhadores agradecem.

É preciso promover concursos públicos para agentes de inspeção do trabalho, para a renovação do quadro. Como disse na entrevista, Senador Paim, alguns se aposentam, outros morrem e não há renovação. O número, segundo o Sinait, é de apenas um para cada três mil empresas. Um absurdo! É preciso que voltem as campanhas educativas nas TVs. Acabaram com o PAT. Não tem financiamento, não tem custos. A verba que vai para o Ministério do Trabalho é irrisória. É um dos Ministérios que recebe menos verbas do Orçamento da União. Isso a gente tem de deixar público. Não podemos ter vergonha de falar nisso, não. É preciso que voltem essas campanhas educativas na rádio, na televisão.

Transversalidade no ensino de 1º e 2º graus. O empresário vai falar no vídeo que é preciso treinamento. Treinamento é algo mecânico, minha gente. O que nós precisamos é formar essas crianças, esses adolescentes, que serão futuros políticos deste País, serão os futuros torneiros mecânicos, promotores de justiça, desembargadores. Essas crianças, essa juventude, a gente precisa trabalhar esse grupo na área educacional, para mudar alguma coisa.

Implantação e funcionabilidade da política de segurança e saúde do trabalho nas empresas. Isso para não ficar aquela briga de vizinhos: o setor de segurança mandar fazer e o setor de manutenção briga,

reclama para a diretoria, para a produção. Precisamos fazer segurança de maneira séria, com a política definida pela alta administração, de cima para baixo, para que ela se cumpra, para que se tenha um sistema de gestão que realmente funcione. É preciso que sempre seja avaliada, auditada, para que não sejam feita injustiças, principalmente com terceirizados que devem ter, também, procedimentos igualitários. Os caras fazem um bruta do sistema de gestão, às vezes até integrado, qualidade, ambiental e a segurança ao trabalho, e aí morrem 30, 40 trabalhadores por asfixia, por vazamento de gás venenoso, furando totalmente esse plano de gestão que foi construído.

Então, procedimento igualitário para terceirizado. Terceirizado não é cachorro, não. Deve ter o mesmo tratamento. O vídeo que vocês vão ver também mostra o cara sem capacete, sem luva, aquilo, né? Não vou cortar o barato aqui, não, porque vocês não assistiram ainda.

Mas eu pergunto: será que esse funcionário é o mesmo?

Então, auditorias e acompanhamento mais rigoroso nas empresas prestadoras de serviço. O papel e a importância das ações dos sindicatos de trabalhadores e patronais na prevenção de acidentes também, Drª Vera, é de fundamental importância. A gente não pode só ficar condenando auditor fiscal do Ministério do Trabalho, que há poucos, não podemos ficar criticando só o Governo, não. Nós, como sindicatos de trabalhadores, e a patronal também deve fazer a sua parte, tem o seu compromisso. Inclusive, são prerrogativas dos sindicatos. Isso está na Constituição, na CLT, e a gente tem feito pouco, e aqueles que fazem muito alguma coisa, a gente aplaude.

O próximo.

Já está encerrando, Paulo Paim?

Papel importante e fundamental dos sindicatos. Então, eu estou reforçando.

O risco da terceirização, esses dados também são importantes. A Associação Nacional dos Procuradores diz que, quatro de cinco acidentes do trabalho, são de trabalhadores terceirizados. De dez empresas em que ocorrem acidentes do trabalho, oito são empresas terceirizadas. Nossa média no Brasil é de treze casos por cem mil habitantes.

Um exemplo regional, inclusive o Senador Jayme Campos fez um desabafo, né, Senador, numa audiência? No Mato Grosso, a média está sendo de 44 casos por 100 mil habitantes. Quer dizer, é um absurdo, né? O aumento significativo disso daí. Agora, pergunto: onde nós estamos falhando?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lá em cima, na primeira linha: de cada cinco mortes, quatro são de empresas terceirizadas.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – A próxima, por favor, já para encerrar. Estou estourado no tempo.

No Brasil, então, é celebrado o dia 28 como o Dia Nacional das Vítimas de Acidente de Trabalho por intermédio dessa Lei 11.121, de 2005.

O direito à saúde e à segurança é um direito de todos. Legislação não falta. Esse princípio está garantido até na Constituição, mas nós estamos procurando as falhas há muito anos. O que precisa ser feito?

E, no mundo, é celebrada essa data, inclusive faz parte do calendário da OIT, devido a uma tragédia ocorrida na Virgínia, nos Estados Unidos, onde houve uma explosão de uma mina, que matou 88 trabalhadores.

A próxima.

Para encerrar definitivamente. O que há de novo hoje?

Todos os programas, inclusive o Dr. Guilherme falou alguns. O SESMT nas empresas, o SESMT também, que são os profissionais de segurança ao trabalho, nas consultorias, que aumentou esse número, essa migração depois dos PPRA, PCMSO e PCMAT para micro e pequena empresa, comissão tripartite, a CTPP, a CTSST, o que foi dito aqui pelo Ministério da Saúde, outras setoriais, como a CPN, publicações e normas regulamentadoras e algumas até setoriais, na área marítima, na área da agricultura, né, Drª Vera? Na construção civil. Enfim, uma nova metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, o advento do FAP – quem provoca mais acidente paga mais taxa do SAT –, a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho.

Quer dizer, são todas inovações que vêm desde 95 para cá. E aí bate a frustração, como profissional de segurança: os acidentes não estão reduzindo. Viu, Dr. Glênio? Os acidentes não estão reduzindo. Apesar de todos os esforços do Governo, de nós trabalhadores, do próprio Legislativo, que eu acho, Senador Paulo Paim, que deveria também se empenhar mais, o próprio Ministério da Previdência Social também, com funcionário insuficiente para avaliar contestações e divergências do FAP.

O próximo,

E algumas reivindicações para encerrar.

O pleito da nossa categoria também. Nós estamos com um projeto nosso do Conselho Federal no Ministério do Trabalho, que, inclusive, é iniciativa do Ministério do Trabalho. Desde 1997, que a gente está nessa luta.

Nós achamos assim: com a regulamentação do Conselho, pois a nossa categoria é regulamentada desde o dia 27 de novembro de 85, a nossa categoria, Drª Vera e Dr. Guilherme, poderá colaborar muito na luta pela redução dos acidentes, com independência, autonomia e autoridade, vindo a contribuir com o Estado. Trata-se do Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho. Parecer do Conjur favorável no Ministério do Trabalho, parecer da Advocacia Geral da União, a AGU, favorável. E, por uma questão política, esse projeto não migra definitivamente para a Casa Civil, para a Casa Civil mandar aqui para o Congresso Nacional, para a gente discutir.

Aí eu faço um apelo, Senador Paim, em nome de toda a categoria: para nós contarmos com o Senado, com a Câmara, com os Deputados compromissados, para a gente integrar essa luta e ter a essa categoria a independência que ela merece.

E, para encerrar: banir a extração, uso, manipulação e produção dos artefatos de amianto no Brasil, como também de outras substâncias tóxicas cancerígenas, definitivamente, sem nenhum tipo de protecionismo e defesa daqueles que matam.

Temos dificuldade aqui no Congresso e temos dificuldade no Supremo Tribunal Federal. Mas, com essa unidade, com essa força, em nome da vida e da saúde de todos os trabalhadores brasileiros, tenho certeza de que vamos detonar com esses agentes nocivos aí, um verdadeiro veneno para a vida, para a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Obrigado pela oportunidade e me desculpe ter estourado o tempo, Senador Paim. É um tempo curto, dentro de uma reflexão que serve para todos que estão aqui participando desta plenária e para todos que estão aqui nos ouvindo. Cada um deve fazer a sua parte, para a gente conseguir o sucesso, pois há anos nós não estamos conseguindo, que é a diminuição dos acidentes no trabalho e das doenças ocupacionais no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que faz a sua exposição.

Tivemos um debate na TV Senado interessante, de que participamos com ele. E, confirma, Zé, que o dia 10 de maio é na Bahia.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Em Salvador, na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Vamos debater lá a Previdência e a defesa da CLT. Eu já confirmei a presença e sei que outros também já informaram que estarão lá. Será um grande evento na Bahia.

Então, neste momento, eu passo a palavra à Draª Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária Especial do Trabalho, que substitui aqui o Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto, da área do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SRª VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE – Obrigada à Mesa, ao Senador Paulo Paim, sempre com iniciativas muito proveitosa para a sociedade brasileira, principalmente na proteção dos trabalhadores brasileiros.

Por favor, pode colocar o Power Point.

Eu cumprimento todos, cumprimento a Mesa. São todos, eu considero, meus colegas, colegas nossos, nós todos trabalhamos em conjunto para conseguir uma melhoria das condições da segurança e saúde no trabalho.

Aproveitar e lembrar que para nós, do Ministério do Trabalho, independentemente de estarmos na ponta na hora de examinar as condições de trabalho, é algo que nos diferencia dos outros auditores federais. É que precisamos trabalhar dentro do campo de trabalho do trabalhador, nós não trabalhamos no escritório. Nós precisamos estar presentes examinando, checando, inspecionando as condições de trabalho, mas trabalhamos em conjunto. Não adianta só a inspetoria do trabalho, os auditores irem à empresa. É preciso trabalhar junto com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Previdência Social. E é assim que nós estamos trabalhando na Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Por favor.

Eu vou passar rapidamente, porque, no início, todos já falaram realmente sobre o porquê da explosão, o Dia Mundial de Segurança e Saúde e, no Brasil, o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

Por favor.

O impacto dos acidentes também já foi falado. Estima-se... Daí porque tem 62 milhões, José Augusto, é o 4% do Produto Interno Bruto que a gente calcula.

Por favor.

O diagnóstico que nós fazemos, o diagnóstico geral, mostra o dado que já veio da excelente apresentação do Senador Paulo Paim. Eu parabenizei o resumo que ele fez inicialmente. Ele está com os números muito corretos. Nós vemos que os números de acidentes no trabalho liquidados são dados que constam nesse anuário estatístico, que é um tijolaço, como se diz, mas muito completo e importante de ser estudado.

O número absoluto de acidentes de trabalho vem diminuindo desde 2008 no Brasil. Ele foi 753 mil; em 2008, baixou para 700.334; e, em 2010, último ano que as estatísticas nos permitem consultar,

foi 710.496. Números absolutos. Números absolutos enganam, senhores e senhoras. Números absolutos nos colocariam numa lista bem acima, em termos de acidentes de trabalho, mas todos os países que têm mais população terão mais acidentes de trabalho. O Brasil tem praticamente 53% de formalização de vínculos, cresceu muito na formalização.

Por favor.

Mas vamos ver onde realmente é importante, ou seja, na taxa.

A OIT checa o número. Não existe uma lista da OIT de número de acidente, porque é impossível. Alguns países, como a Índia, nem constam naquela lista que o José Augusto mostrou, porque não têm estatística. Quanto mais pobre o país, menor a possibilidade de ter estatística. A China consta lá, porque está iniciando a estatística, que ainda não está completa, assim como os Estados Unidos e Rússia. E nós estamos naquela lista em número, mas em taxa é que é importante. A taxa de acidentes de trabalho é que localiza realmente em que nível está o Brasil, e o Brasil está evoluindo muito nisso. O trabalho em conjunto, o aumento da conscientização das empresas, dos sindicatos e dos trabalhadores estão trazendo uma diminuição da taxa de mortalidade, da nossa taxa de acidente de trabalho, baseado no número de acidentes em relação ao número de trabalhadores envolvidos. Verificarmos isso é realmente importante, e estamos evoluindo bastante.

Por favor, o próximo.

Esta é sobre óbitos de acidentes de trabalho, que, mesmo sendo em números absolutos, também está diminuindo.

Vocês podem ver que eu sou uma pessoa otimista. Eu sou otimista realmente. E eu entendo que o Brasil está trabalhando e evoluindo no sentido de diminuir, prevenir os acidentes de trabalho, mas tem que ser um trabalho conjunto. Não é só uma área. Não é só um Ministério. E eu estou vendo o meu colega do Ministério da Saúde. Quem vier do Ministério da Previdência pode dizer como está funcionando bem a comissão tripartite que está trabalhando no Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. São dois planos diferentes. O Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho saiu por um decreto da Presidente. É um plano nacional. O colega da saúde falou mais sobre o plano nacional da saúde mesmo. E esse nacional de segurança e saúde vem num trabalho conjunto. Estamos conseguindo bons resultados.

Por favor.

A nota mostra que a incapacidade permanente e os óbitos por acidente cresceu nos últimos anos, apesar de ter diminuído do que vinha de 1995, por causa do aumento do número de empregos e da formalização,

no Brasil. Isso é algo promissor para nós. Temos que continuar a vigilância constante – é claro! –, a fiscalização constante de trabalho de todas as áreas. Nós estamos conseguindo diminuir a taxa.

Por favor.

Esta também trata só dos números. Vai ficar para eu não me prolongar.

Mais uma, por favor.

Ações e perspectivas do Ministério do Trabalho. Nós trabalhamos em diversos vetores: na fiscalização do trabalho, na fiscalização da segurança e saúde no trabalho, com base nas normas que já foram criadas, e na normatização, como disse o José Augusto e alguns de vocês que já trabalharam também com a CTPP ou com outras comissões permanentes. O trabalho de normatização tem sido cada vez mais proveitoso. Estamos fazendo diversas normas regulamentadoras que ajudam muito nas atividades específicas e atualizando as mais antigas.

O Programa de Alimentação do Trabalhador é essencial também, porque cuida do trabalhador e facilita as empresas para que tratem isso do trabalhador. O Ministério do Trabalho faz um brilhante trabalho de pesquisa junto com a Fundacentro. Temos colegas nossos participando de diversas comissões na Organização Internacional do Trabalho. Somos referência mundial sobre esse trabalho. A articulação interinstitucional é imprescindível. Temos que trabalhar sempre em conjunto. O Ministério Público do Trabalho está sempre presente conosco. O Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência, sindicatos, representações de empregadores também. É preciso mobilizar toda a sociedade.

Por favor.

Quanto ao número específico de autuações, embargos, interdições dos auditores fiscais do trabalho, senhores, tenho orgulho de dizer que nós, da auditoria fiscal do trabalho, estamos conseguindo mais com menos auditores. O último concurso realmente grande, realmente bom, que tivemos foi em 1994. Acho que Carmem Cinira é de 1994. Não sei se é anterior. Você, Márcio, é de 1994? (Pausa.)

O concurso de 1994 teve 1.100 auditores. Depois dele, que foi em 1994, entraram em 1995 e em 1996, o número vem caindo. Vou mostrar depois o gráfico do auditor fiscal do trabalho.

Mesmo com os constantes concursos, as vagas são poucas. Não são suficientes sequer para repor o nosso quadro desde 1996. Atualmente, temos mais de 60 auditores que já estão recebendo abono de permanência, que já estão podendo aposentar-se. Só não o fizeram por dedicação. Mesmo assim, a lista azul é o número de autuações. Ele aumentou extraordinariamente

desde 2006, porque os nossos colegas estão atentos, trabalhando por projetos e fazendo mais com menos.

Não parece, mas a linha dos embargos e interdições também está aumentando. É porque o número, em comparação com a quantidade de autos de infração, é muito menor.

Por favor.

A análise de acidente de trabalho também vem crescendo. Desde que começamos, vocês veem, de 2007 para 2009, por causa das aposentadorias, ela diminuiu. De 2009 para 2010, e agora para 2011, houve um aumento grande, porque os nossos colegas estão cada vez mais cuidadosos.

Por favor, a próxima.

Esse gráfico é o de recursos humanos de auditores fiscais do trabalho em atividade na Secretaria de Inspeção do Trabalho. Você veem que, na primeira linha, o primeiro número é de 1996. Éramos 3.400, e colegas, senhoras, éramos muito mais na década de 90. Chegávamos a ser perto de 4.000. Éramos fiscais do trabalho, médicos do trabalho. Éramos quatro categorias separadas: fiscais do trabalho, médicos do trabalho, engenheiros do trabalho e assistentes sociais. Éramos cerca de 4.000 naquela época.

O mercado de trabalho cresceu exponencialmente. O número de empresas no Brasil quase decuplicou desde aquela época, e o número de auditores diminuindo desse jeito.

Em novembro de 2011, tínhamos 2.996. Neste mês, não coloquei, porque entraram 216, mas, mesmo assim, estamos hoje com 3.025, porque, a cada dia, vêm seguidamente mais aposentadorias.

Por favor.

No trabalho em conjunto, estamos fazendo um trabalho muito bom com o INSS, por um termo de cooperação, sobre as ações regressivas. É outro item que, apesar de sermos membros, estamos contribuindo com o INSS, com os nossos relatórios, e permitindo que mais resarcimentos de mais de R\$200 milhões sejam alcançados.

Essas ações regressivas têm caráter punitivo e pedagógico, mas visam realmente à concretização dessa política pública, que deve ser seguida e feita por toda a sociedade, de prevenção de acidente de trabalho, para reduzir o número de acidentes.

Por favor.

O que o Ministério do Trabalho espera? Quais as perspectivas que nós temos? Estamos trabalhando em conjunto com ações integradas de superintendências, gerências e ações nacionais. Estamos ampliando e trabalhando o tempo todo com o Ministério da Saúde, com o TST, que é muito interessado, com o Ministério Público do Trabalho, com o Ministério Público Federal,

com o INSS, com a Previdência o tempo todo, inclusive com a Presidência também. Em diversas de que participamos, a CIST é sempre chamada para toda mesa de diálogo que existe na Presidência.

Há uma ampliação também dos grupos de fiscalização das grandes obras de infraestrutura. Desde 2008, 2009, desde que estavam começando a ser planejadas, estamos indo às grandes obras de infraestrutura de usina, às grandes obras de estádios, com grupos móveis nacionais que trabalham em conjunto com os grupos regionais.

Estamos trabalhando fortemente na normatização, como já falei. Vários itens saíram nesse ano que passou. Neste ano de 2012, ainda deve sair uma norma regulamentadora de trabalho em frigoríficos, a de gestão e segurança áudio no trabalho, que quase vai ser uma norma mãe, em geral, para a segurança da saúde. Estamos revendo a NR 15, mas necessitando de um novo concurso para a auditoria fiscal do trabalho.

O nosso Ministro interino, extremamente interessado, em janeiro deste ano, já fez o pedido, o aviso ministerial. Tivemos uma sinalização de que, logo que aprovada, na nova presidência, a nova previdência do servidor público, deve sair o concurso.

Os senhores têm alguma dúvida? (Pausa.)

Então, vou continuar. Por favor.

A Comissão Tripartite de Segurança no Trabalho também é algo que está funcionando muito bem.

Por favor.

Ela é composta pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Previdência Social, centrais e confederações de empregadores. O colega da saúde e o José Augusto também já falaram sobre isso. A ideia dessa comissão, que funciona muito bem, é no sentido de revisar e ampliar a proposta da política nacional de segurança e saúde.

Por favor.

Desenvolver experiências. Nessas experiências, também temos dois grupos de trabalho também nacionais de auditoria e de fiscalização do trabalho, fiscalizando a indústria da construção civil, que são esses grupos que chamamos de Gmai, grupos móveis de fiscalização de obra de infraestrutura, e o transporte rodoviário de carga. Está para sair também um PL, que vai nos ajudar a controlar a jornada dos transportadores de carga. É algo que mata muito. Então, temos um foco forte desse. Temos um plano de trabalho sempre integrado dentro desse grupo.

Por favor.

A política nacional já foi aprovada no início desse ano pela Presidente, e agora nós precisamos desenvolver o plano.

Por favor.

A política nacional trata da gestão – nessa comissão tripartite que comentei, a gestão é participativa – e uma executiva. Esse comitê executivo é o Ministério do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência. Esses três Ministérios trabalham constantemente nessa prevenção, que é importantíssima, e em imobilizar a sociedade.

Por favor.

O Plano Nacional que vai atender à política foi desenvolvido dentro das diretrizes da política nacional. Ele deve ser lançado agora no dia 27, na 6ª feira, lá no Auditório do Ministério do Trabalho – todos estão convidados. Vai ser também, de forma tripartite, lançado pelo nosso Ministro. Qual a conclusão que o Ministério – que eu acho que nós todos – deve ter?

Por favor.

Somente com ações integradas. É toda a sociedade que tem de trabalhar. Nós temos que sensibilizar os empregadores. Nós temos que sensibilizar os trabalhadores. Nós temos que sensibilizar os Ministérios. A Presidência da República está bem sensibilizada quanto a isso. Temos de trabalhar na prevenção dos acidentes de trabalho.

Tenho certeza de que já baixamos as nossas taxas de acidente de trabalho, mas podemos baixar ainda mais essa taxa no Brasil. Podem ter certeza: a Auditoria Fiscal do Trabalho vai colaborar com isso, com todas as forças, com toda a paixão, com toda a capacidade de trabalho que temos, que é enorme.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Secretaria de Expressão do Trabalho, Drª Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, representando o Ministro Paulo Roberto de Santos Pinto.

Vamos de imediato ao Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Dr. Francisco Luis Lima.

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – Bom dia a todos e a todas, ao Senador Paulo Paim, que tem sido extremamente importante em todos os eventos da categoria de auditores fiscais do trabalho.

O primeiro *slide*, por favor.

Início o *slide*, com a frase, que foi do primeiro livro de medicina do trabalho, em 1700, mas que caracteriza muito bem a situação e a ansiedade dos auditores fiscais do trabalho, como de todos.

A primeira frase, por favor. Ela está no final da apresentação. De trás para frente.

Há um psicopata que diz que Deus fez o mundo de trás para frente. É estranho isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele está pedindo para inverter. Esse é o encerramento.

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – Esse é o último *slide*. Então, nessa frase do Ramazini, ele coloca muito bem, o José Augusto, na sua fala, quando mostrou a frustração que tem, durante todos esses anos, vivenciando a situação da área de segurança do trabalho. Ele diz o seguinte: “É necessário reconhecer que todas as atividades das quais se pense em tirar o alimento para prolongar a vida e nutrir a própria família causam aos trabalhadores incômodos e doenças frequentemente muito graves e até mesmo a morte. Assim, muitos trabalhadores maldizem o trabalho no qual antes haviam depositado esperanças de vida.” Isso é o que todo o trabalhador faz, acreditar que ali ele terá uma qualidade de vida melhor, uma esperança, um *status* melhor. E, infelizmente, não é a realidade do que nós discutimos, e o 28 de abril é para denunciar isso.

Próximo *slide*, por favor.

Essa é uma imagem do Brasil. Essa imagem é uma foto que eu fiz em 2000, aqui, quando foram colocadas essas cruzes. Era o movimento médico, denunciando a questão de acidentes no Brasil.

Próximo *slide*, por favor.

Isso já foi dito, o 28 de abril surgiu no Canadá, em uma reunião de sindicatos, em 1984. O Canadá oficializou, em 1991, como o Dia Nacional em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho.

Próximo, por favor.

A OIT, embora desde 2003 consagre a data à reflexão sobre a segurança e a saúde no trabalho, o movimento sindical mantém o espírito de denúncia e de luta que a originou, dando visibilidade às doenças e acidentes do trabalho; esse é o nosso papel, do sindicato, de todos nós sindicalistas.

É uma frase que define bem o que é higiene no trabalho; é o conjunto de normas e procedimentos voltados para a integridade física e mental do trabalhador, preservando-o dos riscos à saúde inerentes às tarefas do cargo e o ambiente físico onde são executadas. Essa integridade física e mental é cada vez mais difícil no mundo do trabalho, onde você sofre agressões mentais. Isso está bem evidente, o número de casos de depressão vem aumentando em todos os segmentos.

O objetivo da higiene no trabalho é a manutenção da saúde, eliminação das causas das doenças profissionais, prevenção do agravamento de doenças e lesões. E isso, obviamente, terá um aumento da produtividade pelo controle do meio ambiente de trabalho.

Próximo.

O que nós encontramos, como auditores fiscais? É a falta de treinamentos básicos, é uma construção civil onde os trabalhadores não têm o que exigir na Norma Reguladora 18: treinamento na sua função; alojamento insalubre; água contaminada, não só na rural; na zona

urbana as águas são inadequadas para o consumo humano; alimentação inadequada; não fornecimento de equipamento de proteção individual; quando entrega o primeiro, não há reposição; contratos e remuneração por produção que induzem ao trabalho excessivo, exaustivo; ameaças de demissão caso não atinja a produção exigida; baixo valor por unidade produzida, quando se paga por produção. E aí, tanto na rural quanto na urbana, esses são fatos concretos encontrados nas ações diárias, no País inteiro. Isso contribui para o risco de acidentes, mortes, mutilações, aumentadas por força de trabalho excessiva, principalmente em atividades insalubres, atividades perigosas, e isso está bem evidente na construção civil, no corte de cana, em aplicação de agrotóxicos, no carvoejamento, na mineração, no transporte e eletricidade.

Próximo slide, por favor.

As normas, iniciadas em 1978, são 35 Normas Regulamentadoras.

Próximo.

Teriam como objetivo essas normas garantir um trabalho decente, algo que o governo brasileiro deve, porque a primeira conferência que iria ser realizada em abril foi adiada para agosto; acho necessário que essa conferência saia, e que em agosto a gente consiga sair com algum bom documento na proteção aos trabalhadores, evitar o trabalho degradante e garantir condições de segurança à saúde do trabalhador.

Próximo slide.

Aí intensificação do trabalho, o que ela promove na saúde desses trabalhadores? Um envelhecimento prematuro, um envelhecimento precoce; adoecimento e morte por doenças cardiovasculares; a LER/DORT, que é a mais conhecida nos ambientes onde se usa a informática; a Síndrome da Fadiga Crônica; *burn-out*, que é uma despersonalização do indivíduo; e a morte súbita por excesso de trabalho.

Próximo.

Eu coloquei a sensação de estar acabado, é o que define a síndrome *burn-out*, porque isso é muito grave, e é em todos os segmentos. Nós temos colegas auditores, hoje, que se sentem desmotivados, entram em fase de depressão por não conseguirem ter aquilo que imaginavam que iriam fazer na Auditoria Fiscal do Trabalho. Na França, os colegas estão se suicidando. É grave quando um inspetor do trabalho, desmotivado, por mudanças na legislação francesa, promovem a retirada da sua vida.

Próximo slide, por favor.

A construção civil, que é um problema que estamos vivenciando – as denúncias são enormes. Temos um déficit habitacional de cinco milhões de unidades. A meta, até 2014, é de dois milhões de moradias. Os

eventos esportivos de 2014 e 2016 têm contribuído para o aumento de acidentes, de doenças e até de trabalho escravo e de trabalho infantil dentro da construção civil, dentro das obras do PAC.

O que ocorreu na evolução de 1995 a 2010? O tempo de um metro quadrado de obra feito pelos trabalhadores era de 42 horas, hoje é de 36 horas.

Próximo slide.

Nós tínhamos uma média – esse primeiro slide em cima – nos anos 90, tínhamos 23 mil trabalhadores, e tivemos, naquela década, um total de 470 mil acidentes, com óbitos, para cada 10 mil acidentes de trabalho, de 85.

A década seguinte, de 2000 a 2009, houve um aumento no total de acidentes. Nós tivemos 11 mil trabalhadores. A média foi essa. E a morte diminuiu para 2.805, com a queda dos óbitos para 59, a cada 10 mil acidentes.

Próximo slide.

O que ocorre agora? Em 2010, último ano que temos, são 720 mil acidentes liquidados. Isso é o que foi apurado no ano de 2010 e publicado no ano de 2011 pela Previdência Social. Com 2.712 óbitos, 14 mil trabalhadores ficaram incapacitados permanentemente; 606 mil casos de incapacidade temporária.

Esses são dados, como todos já disseram, comunicados, num universo de 42 milhões de trabalhadores que são celetistas. Entrando na informalidade, certamente poderíamos duplicar esse número de trabalhadores acidentados.

Próximo slide, por favor.

Quando analisamos 2008 e 2010, que ultrapassou o limite de 700 mil acidentes, nós temos 2,3 milhões de acidentes de trabalho; 41.798 trabalhadores ficaram permanentemente incapacitados para o trabalho; e 8 mil mortes.

Próximo slide.

Quando o Professor Pastore diz que hoje, no Brasil, na formalidade, se tem um custo de 70 bilhões por ano, está muito próximo do real, só que quando ele analisa, quando ele projeta para a informalidade, diz que o custo hoje é de mais de 100 bilhões ao ano que o governo brasileiro está gastando entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência Social.

Próximo slide.

Essas são situações conhecidas de auditores fiscais, e isso foi há 15 dias; nós resgatamos 21 trabalhadores na construção civil, na zona urbana de Teresina.

Próximo slide.

São trabalhadores menores fazendo obra do PAC. Próximo slide.

E aí a imagem de quando eles estavam se retirando.

Próximo slide.

Obra da Transnordestina, onde, na construção dessa ponte, houve desabamento de uma viga. Esses trabalhadores ficaram salvos porque estavam presos ao cabo-guia através do cinto de segurança.

Próximo slide.

E aí foram resgatados dessa maneira.

Próximo slide.

Dois trabalhadores foram soterrados.

Próximo slide.

Outro problema grave, na parte de eletricidade, na construção civil.

O primeiro acidente ocorrido em Teresina, dia útil, 3 de janeiro, quando quatro trabalhadores deslocavam esse andaime – é uma estupidez deslocar um andaime de 12 metros de altura.

Próximo slide.

Esse foi o resultado: dois trabalhadores mortos nesse dia.

Próximo slide.

Essa quinta-feira, próxima passada, uma empresa terceirizada de eletricidade, na cidade de Jaicós, no Piauí.

Próximo slide, por favor.

A rotina que nós encontramos na construção civil deste País. São EPI (Equipamentos de Proteção Individual) que não foram entregues ou que não foram repostos.

Próximo slide, por favor.

Isso na obra da Universidade Federal do Piauí, o estado desses trabalhadores, de fardas e de luvas.

Próximo slide.

É comum encontrarmos andaimes nessa situação.

Próximo slide, por favor.

Próximo slide, por favor.

Transporte em obra do PAC.

Próximo slide, por favor.

Novamente, transporte na construção civil

Próximo slide.

No carvoejamento no sul do Piauí, onde encontramos o trabalho escravo; em qualquer Estado onde tem essa situação de carvoarias. É uma imoralidade a carvoaria dessa forma, porque estamos mantendo os fornos da indústria, entretanto, a vida desses trabalhadores está sendo tratada dessa maneira.

Próximo slide.

Agrotóxico. O Brasil é o primeiro produtor e consumidor de agrotóxico do mundo, e hoje essas são imagens dos cerrados do Piauí, onde chegamos a ter caso até de exumação de corpos, onde se constata que o nível de trabalhadores contaminados é grande.

Próximo.

Infelizmente, além das doenças mentais a que estamos expostos, também fomos feridos, em 2004, com quatro servidores do Ministério do Trabalho assassinados, e até hoje não tivemos julgamento.

É a imagem da campanha. Estamos lutando para que haja concurso no serviço público, sobretudo na área do Ministério do Trabalho, porque, certamente, o esvaziamento e o desmonte da segurança e saúde do trabalhador justificam o aumento do número de acidentes no trabalho.

Próximo.

E, para não ficar tão duro, é uma frase de Drummond, que diz que definitivo, como tudo que é simples, nossa dor não advém das coisas vividas, mas das coisas que foram sonhadas e não se cumpriram. Isso é que nós sentimos, quando nós conseguimos nos realizar como trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito Bem. Esse foi o Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait, Francisco Luiz Lima.

Vamos ter a apresentação de um vídeo, ao término, como combinado.

A Drª Rosângela pode usar o microfone. Se quiserem trocar, é indiferente. Vocês é que mandam. A Drª Rosângela vem para a mesa e vai, neste momento, lançar a campanha institucional 2012, Acidentes de Trabalho no Brasil, uma iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

A SRª ROSÂNGELA SILVA RASSY – Bom dia a todos. Saúdo, inicialmente, os integrantes da Mesa e o faço na pessoa do Senador Paulo Paim, Parlamentar Constituinte, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado federal. Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim, por ter acolhido a solicitação do Sinait para lançar a campanha contra os acidentes de trabalho no Brasil, aqui, nesta Casa.

E por que o Sinait elegeu a Comissão de Direitos Humanos do Senado para o lançamento desta campanha, que poderia, também, ser chamada de denúncia à sociedade brasileira, chamamento à responsabilidade, flagrante de desrespeito aos direitos humanos, descaso aos fundamentos que norteiam a Constituição Federal? Porque entendemos que os acidentes de trabalho em nosso Paísagridem a Carta Magna, que proclama, logo sem eu primeiro artigo, que o Brasil constitui-se em Estado democrático de direito, tendo como fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. E, ao assegurar, no art. 7º, os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição impõe que sejam reduzidos os riscos inerentes ao trabalho.

E o que tem sido feito em nosso País, ou melhor, o que não tem sido feito no Brasil?

Dados da Previdência Social registram que, no período de 2005 a 2010, tivemos um número assustador de 3.862.276 trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho, número bem superior, por exemplo, à população da Capital da República.

O número de incapacitados permanentes para o trabalho no mesmo período foi de 74.761 trabalhadores, número superior também ao de muitas cidades brasileiras. Nessa guerra, senhoras e senhores, 16.498 trabalhadores brasileiros perderam a vida. A fatídica estatística não traz os acidentes de trabalho e os óbitos não comunicados pelas empresas à previdência social. Esses são apenas números oficiais.

Não bastasse a dor, não bastasse o sofrimento das famílias brasileiras, a sociedade pagou mais de R\$70 bilhões por ano em custos com os acidentes do trabalho. Esses números já foram citados aqui por todos os participantes dessa Mesa e, realmente, são assustadores.

É evidente que medidas precisam ser tomadas quer no âmbito do Poder Público, quer no seio da sociedade. A conscientização de empregadores e de trabalhadores, orientações por meio das entidades patronais e de empregados, campanhas de sensibilização dos mais diversos segmentos da sociedade são atividades muito importantes, mas as fiscalizações dos locais de trabalho são ações imperiosas. As normas trabalhistas são normas cogentes, imperiosas; não podemos descuidar delas. Temos a obrigação de aplicar a Constituição brasileira, a legislação brasileira e até mesmo a legislação internacional no caso da inspeção do trabalho.

É no ambiente laboral que o auditor fiscal do trabalho inspeciona se o local oferece condições de segurança e de saúde, se o trabalhador foi submetido aos exames médicos periódicos, se os programas de segurança e de saúde estão adequados, se o empregador adota medidas de proteção coletivas e fornece os equipamentos de proteção individual, como capacetes, óculos, luvas e vestimentas adequadas.

O auditor fiscaliza também o registro em carteira – ainda hoje, há milhares de empregados sem carteira assinada – e fiscaliza a jornada de trabalho. Todos nós sabemos que o excesso de jornada de trabalho é uma das causas de acidentes de trabalho. Dados da Pnad/2009 revelam que, nas estatísticas das horas trabalhadas por semana, 31,9% ficaram entre 45 a 49 horas trabalhadas semanalmente. Aparecem, com maior frequência, os acidentes exatamente nessas horas extraordinárias.

A atividade da Auditoria Fiscal do Trabalho decorre de preceito constitucional, pois o art. 21, inciso XXIV, da Constituição dispõe que compete à União “organizar, manter e executar a inspeção do trabalho”. Essa atividade decorre também da Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário e que prevê que os auditores fiscais devem tomar medidas imediatas no caso de perigo iminente para a saúde e a segurança dos trabalhadores. Assim, quando o auditor fiscal constata grave condição insegura no trabalho, ele age prontamente, interditando máquinas e equipamentos ou embargando obras até que sejam regularizadas.

As fiscalizações na área de segurança e saúde também se baseiam na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em Normas Regulamentadoras, as NRs editadas pelo Ministério do Trabalho, que devem ser cumpridas pelo empregador. O arcabouço legal, senhores, dá-nos a garantia necessária, dá à Auditoria Fiscal do Trabalho essa segurança para agir em defesa do trabalhador, mas o mesmo não acontece com a estrutura organizacional, especialmente quanto ao déficit do número de auditores e à habitual falta de suporte administrativo para que os auditores fiscais do trabalho deem cabo de sua missão.

O País, de dimensões continentais, experimentou, nos últimos anos, um crescimento econômico significativo, verificando-se um aumento do número de empresas e de empregados, fatores não observados, infelizmente, pela Administração Federal no que diz respeito ao número de auditores fiscais. Essa circunstância repercute negativamente na fiscalização do trabalho em relação a todas as áreas e atividades econômicas onde deveria atuar.

Os elevados números de acidentes de trabalho, com o agravante da invalidez permanente e dos óbitos, clamam por medidas urgentes. A segurança e a saúde dos empregados exigem fiscalizações constantes e rigorosas por envolver diretamente a integridade física e a vida do trabalhador. E, por isso, o Brasil precisa de mais auditores fiscais e de uma estrutura administrativa e organizacional para que a Auditoria Fiscal do Trabalho cumpra seu verdadeiro papel. Hoje, o quadro é composto por apenas 3.025 auditores fiscais do trabalho, para cobrir um universo de cerca de 13 milhões de estabelecimentos em nosso País. São 3.025 auditores fiscais do trabalho para cerca de 13 milhões de estabelecimentos, de acordo com a Rais/2010.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a ROSÂNGELA SILVA RASSY – A Convenção nº 81 da OIT recomenda que o número de auditores fiscais seja suficiente para permitir o exercício eficaz das funções de fiscalização e que as empresas

devam ser fiscalizadas com a frequência necessária para assegurar os direitos do empregado e, consequentemente, prevenir os acidentes de trabalho. É o que dispõem os arts. 10 e 16 da norma internacional.

Portanto, urge uma conjugação de esforços no sentido de que o Governo atente para a necessidade nacional de segurança e saúde do trabalhador, promovendo, entre outras medidas, a realização de concurso público para auditores fiscais do trabalho e a adequação das condições estruturais dos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Emprego.

A gravidade da situação exige outras providências, além do concurso público. Por essa razão, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) pede a criação de um Grupo de Trabalho integrado por representantes da sociedade organizada para analisar, com profundidade, as causas de tantos acidentes de trabalho no Brasil e para apresentar medidas para a alteração desse quadro.

Quero, nesta oportunidade, agradecer a participação neste auditório às dezenas de trabalhadores da construção civil do Distrito Federal e aos representantes de entidades de classe e de servidores públicos, como os colegas do Sindifisco Nacional e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), que sempre atuam em conjunto com os auditores fiscais do trabalho nessa luta constante em defesa dos trabalhadores brasileiros.

Quero, neste momento, pedir, por gentileza, que seja divulgado um vídeo com a duração de 30 segundos, que marca o lançamento dessa campanha que pretendemos levar ao Brasil todo, como forma de denúncia desses números alarmantes e das condições insuficientes e, eu diria, em algumas situações, degradantes de trabalho de alguns auditores fiscais do trabalho em algumas gerências e agências de atendimento neste País afora.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Palmas.)

A SR^a ROSÂNGELA SILVA RASSY – Entendo, senhoras e senhores, essa nossa campanha é uma contribuição para fazer um alerta sobre essa situação.

O colega Francisco Luís e a colega Vera já tiveram a oportunidade de falar aqui que são os auditores fiscais os primeiros a se defrontarem com aquele quadro horrendo de acidentes. Essa é uma rotina na nossa atividade e não deveria ser. Então, muitos auditores estão sendo designados para analisar acidentes de trabalho. Nós não queríamos que fosse exatamente assim. A análise de acidentes de trabalho é uma de nossas atribuições. As análises contribuem para que novos acidentes não venham a ocorrer naquela mesma situação. Mas, infelizmente, as análises estão ganhan-

do uma prioridade maior, tal é o número de acidentes de trabalho em nosso País.

Deixo aqui, nesta Mesa... Penso que outra Mesa também vai acontecer logo em seguida, não é, Senador?

(Interrupção do som.)

A SR^a ROSÂNGELA SILVA RASSY – Já existe um grupo tripartite cuidando dessa situação. Queremos fazer um questionamento. Aqui, todos estão propondo que é preciso haver uma união de esforços, para que consigamos superar esse quadro. Então, já deixo um questionamento: dentro dessa comissão tripartite, o que tem sido discutido? O que já há de concreto em relação à elevação do número de auditores fiscais do trabalho?

Nós temos consciência. Aqui, quero deixar bem claro que os auditores fiscais do trabalho não estão trazendo para si a culpabilidade pelos acidentes de trabalho neste País. O que queremos é ter condições de exercer nosso papel de prevenir, evitando o aumento de acidentes de trabalho neste País.

Então, nessa comissão tripartite, é preciso, sim, cuidar para que a inspeção do trabalho no Brasil seja soerguida, porque o que está acontecendo é um definhamento da inspeção do trabalho em nosso País. Aqui, ficou demonstrada a importância desse papel para a proteção dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigada, mais uma vez, Senador Paim, por este espaço aberto à Auditoria Fiscal do Trabalho, em nome de todos os trabalhadores brasileiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait)!

Então, essa Mesa se desfaz.

Convidamos a tomar assento à mesa, neste momento, o Dr. Maurício Correia de Melo, Procurador Regional do Trabalho, que, aqui, substitui o Dr. Luís Antônio Camargo de Melo; a Dr^a Noêmia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho 10 (Anamatra 10), em substituição ao Sr. Renato Henry Sant'anna, Presidente da Anamatra; a Sr^a Patrícia Pena, representante do Setorial de Saúde do Trabalhador, Conlutas – não sei se ela já chegou aqui –; a Sr^a Junéia Batista, Secretária Nacional da Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em substituição ao Presidente Artur Henrique da Silva Santos; a Dr^a Maria Virgínia de Medeiros Eloy Souza, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social; e também o Sr. Scipião da Rocha Júnior, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e Material Plástico de Juiz de Fora.

Neste momento, vamos passar, na abertura da última Mesa, um vídeo produzido pela TV Senado com a duração de três minutos.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou dar alguns dados aqui – eu queria ver se vocês os confirmam – para efeito de divulgarmos depois o que foi dito aqui.

O gasto para o País está em torno de R\$70 bilhões por ano. No mínimo, 700 mil vítimas por ano; 2000 por dia. Um complemento, mais ou menos 2000 por dia, o que foi dito aqui.

Sobre esse dado, que eu quero confirmar – e quero me dirigir também ao Sinait –, hoje, nós temos 13 milhões de empresas, pelos dados que vocês deram; em torno de um pouco mais de 3 mil auditores fiscais. O que haviam me dito tempos atrás – vejam se isto se confirma – é que o número de empresas praticamente dobrou, e o número de auditores fiscais regrediu. Esse dado procede?

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – Esse dado de 13 milhões é da Rais de 2010, de estabelecimentos que informaram à Rais de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E quantos auditores fiscais nós já tivemos no máximo?

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – Como a secretaria falou, na década de 90, quase chegamos a 4 mil e agora estamos sempre em torno de 3 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, de em torno de 4 mil, baixou para em torno de 3 mil, e o número de empresas deve ter no mínimo dobrado nesse período. Mais que dobrou.

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – É. Nós tínhamos, naquela época, 26 milhões de trabalhadores celetistas. Hoje, nós temos 42 milhões. E a PEA tem acima de 90 milhões de trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, são dados que depois vão ser colocados no boletim da Comissão.

Então, vamos para a nossa segunda Mesa e, depois, teremos as considerações finais de todos os convidados.

Vou passar a palavra, de imediato, pela ordem colocada pela assessoria, à Vice-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, Drª Maria Virgínia de Medeiros Eloy Sousa, que substitui o Presidente, Geilson Gomes de Oliveira.

A SRª MARIA VIRGÍNIA DE MEDEIROS ELOY SOUSA – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dez minutos com mais cinco, se necessário for.

A SRª MARIA VIRGÍNIA DE MEDEIROS ELOY SOUSA – Está bem.

A Perícia Médica do INSS – nós representamos a categoria – se solidariza com a causa do Sirait, porque a falha na prevenção impacta na Perícia Médica do INSS. A Perícia Médica trabalha com demanda de consequência. Então, quando todos os outros mecanismos anteriores à realização do ato médico pericial falham, eles vão para a Perícia Médica do INSS porque geram uma incapacidade laborativa, que é a condição técnica para a concessão do benefício por incapacidade.

Nós somos 5 mil profissionais e entendemos que temos muito mais a oferecer à sociedade do que ficar apenas dentro do consultório, realizando avaliação médica-pericial. A Perícia Médica tem uma competência por decreto de avaliar a incapacidade laborativa. Ela não tem a atividade de ir ao local de trabalho conhecer o processo do trabalho daquele trabalhador, aquela atividade de forma regulamentada e regular. A Perícia Médica hoje ocupa quase 100% do tempo dela, como a gente chama, “papando fila para o INSS”. E as filas não acabam nunca, porque a fila é um problema social. O desemprego adoece e leva as pessoas para a Previdência Social.

Então, nós temos muito mais a contribuir para essa sociedade, com 5 mil pessoas dentro da empresa, do que ficar apenas dentro de um consultório médico. Então, essa mão de obra pode ser adicionada não competindo com o trabalho do Ministério do Trabalho, que é na área da fiscalização, mas ajudando e subsidiando tanto o Ministério do Trabalho quanto as procuradorias para as ações regressivas, porque é o nosso trabalho diário. Nós sabemos exatamente onde é que está o problema que gera a concessão do benefício por incapacidade, que está onerando também a sociedade, além dos acidentes de trabalho, que estão incapacitando, invalidando e mutilando o nosso trabalhador.

Reforço que a Associação Nacional dos Médicos Peritos está solidária com a causa dos auditores fiscais e se coloca nessa luta para somar, e não para dividir. Nós queremos entrar no mundo do trabalho para conhecer os processos de trabalho, porque analisar a incapacidade laborativa da forma que a Perícia Médica tem analisado hoje só gera esse monte de conflito e insatisfação tanto da sociedade quanto do cliente, do usuário do sistema e da própria Perícia Médica, que está insatisfeita com a forma de trabalhar; está gerando doença, adoecendo o próprio perito médico em função da insatisfação da sociedade e das agressões que vêm por acréscimo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Drª Maria Virgínia, podem ser as considerações finais, mas essa questão dos peritos médicos, eu não sei até quem poderia responder aqui, eu acho que não é específica, porque a senhora é uma profissional da área; cumpre determinações que vem do órgão competente para mandar fazer a perícia. Mas há duas denúncias muito fortes que recebo aqui: a tal da alta programada, por exemplo. Inclusive, apresentei um projeto aqui, aprovado no Senado, e ele está meio engavetado lá na Câmara, para se acabar com a alta programada. E, casualmente, nesse domingo, o pessoal do Rio Grande do Sul, mais precisamente o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, ligou-me e disse: “Paim, já que você vai ter uma audiência, vê se alguém explica. Parece que agora inventaram um outro sistema; parece que não é alta programada, é a demissão determinada, que não passa pelo perito, simplesmente dizem, via computador, qual é o dia e a hora que o cara tem que voltar a trabalhar”.

Você pode falar sobre isso?

A SRª MARIA VIRGÍNIA DE MEDEIROS ELOY SOUZA – (Fora do microfone.) É tempo estimado para (*Inaudível.*) capacidade funcional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

Eu queria que alguém falasse sobre isso depois. Vamos dar inclusive a palavra para que alguém fale; aproveitar este momento para a gente conversar sobre isso. Se a senhora quiser falar agora, tudo bem; se não, fala depois. Fique bem à vontade. A intenção aqui não é lhe criar nenhum tipo de constrangimento, porque a senhora é uma profissional. Segue determinações que vêm do órgão.

A SRª MARIA VIRGÍNIA DE MEDEIROS ELOY SOUZA – Sim.

Eu queria registrar aqui que a Perícia Médica do INSS não participa de nenhuma normatização do INSS. Então, nós somos vítimas desse processo. Eu gostaria de deixar isso aqui registrado. Nós não participamos disso. Nós apenas cumprimos e entendemos que a sociedade, os sindicatos têm que participar dessas construções, porque uma construção unilateral só reverte em litígio; e de litígio nós estamos cansados. Nós estamos sendo o patinho feio dessa história e nós queremos mudar esse cenário. A Perícia Médica tem que participar de forma ativa e contribuindo para a saúde do trabalhador. Não é à toa que nós temos uma diretoria de saúde do trabalhador que nada faz em relação à prevenção, porque o foco da Previdência Social é a consequência, quando o trabalhador não tem mais oportunidade nem de voltar ao trabalho.

Nós estamos aqui fazendo um apelo: participar. Que a sociedade participe, que a sociedade discuta, porque a Perícia Médica também está cansada desse litígio. Nós queremos mudar esse cenário de participação nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Essa foi a Drª Maria Virgínia de Medeiros Eloy Sousa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, que aqui representou o Presidente, Geilson Gomes de Oliveira, que fala da importância de decisões coletivas, ouvindo toda a sociedade, para que a gente não fique nesse conflito permanente.

As denúncias vêm para nós aqui, e nós temos que fazer algum tipo de encaminhamento para resolver essa questão; alta programada ou a outra função, que vai ser depois aqui colocada. Vamos dar oportunidade inclusive para que aqueles que estão acompanhando esse processo possam falar. A gente aprofunda nos debates.

Vamos agora ao Dr. Maurício Correia de Mello. O Dr. Maurício é Procurador Regional do Trabalho, que substitui o Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

O SR. MAURÍCIO CORREIA DE MELLO – Muito obrigado, Senador Paulo Paim pelo convite. Também represento aqui a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, já que faço parte da diretoria.

Muito brevemente eu gostaria de destacar alguns aspectos da atuação do Ministério Público do Trabalho em projeto de atuação uniforme e coordenado, tendo como prioridade a promoção do trabalho decente e a adequação das condições de trabalho.

Nós entendemos que o mais importante é prevenir os acidentes, e tentamos fazer isso por meio do cumprimento das normas referentes ao meio ambiente de trabalho.

Nós temos diversos projetos nacionais em curso que tentam otimizar a nossa atuação. Nós somos menos de 800 procuradores no País todo. Então, solidarizamo-nos com a situação dos auditores fiscais, que têm um número reduzido. Temos que somar nossos esforços para tornar mais eficiente a prevenção, principalmente a prevenção dos acidentes e das doenças ocupacionais.

Entre os projetos atualmente em curso, eu destaco o Projeto Nacional de Adequação das Condições de Trabalho em Frigoríficos, o Programa Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Indústria da Construção Civil, a Promoção do Trabalho Decente no Setor Sulcroalcooleiro, o Programa Nacional de

Acompanhamento de obras na construção civil pesada e o banimento do amianto no Brasil.

A nossa atuação, como eu disse, deve ser harmônica, com todas as instâncias envolvidas na fiscalização das normas de segurança do trabalho, em especial com a fiscalização do trabalho promovida pelos auditores fiscais, mas também com os demais entes estatais e com a Justiça do Trabalho. Daí por que nós somos parceiros do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho da Justiça do Trabalho, que promove o projeto voltado para a segurança do trabalho este ano.

O Ministério Público do Trabalho passou por um processo de interiorização que deve ser ultimado com a estrutura necessária, para que tenhamos, no interior do País, representantes do Ministério Público do Trabalho ao lado dos auditores fiscais do trabalho.

Destaco – a Drª Vera já até comentou isto – a necessidade de uma norma regulamentadora dos frigoríficos. Nós temos tido muitos problemas, e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) até patrocinou um vídeo, realizado pela ONG Repórter Brasil, que trata das condições cruéis e degradantes.

O vídeo tem uma hora de duração, Senador, mas não estou com ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu já estava querendo passar o vídeo aqui para todo o Brasil ficar sabendo.

O SR. MAURÍCIO CORREIA DE MELLO – Exatamente. Em uma outra oportunidade, podemos passar. O vídeo se chama “Carne o Osso” e mostra detalhes das condições muito ruins de trabalho nos frigoríficos, o que causa um contraste muito grande, porque o Brasil se destaca como grande produtor de carne, grande exportador de carne. Ao mesmo tempo enfrentamos essa situação dos trabalhadores.

Também destacamos a terceirização no setor elétrico. Executamos a Operação Alta Tensão no Acre, na Bahia, em Minas Gerais, no Espírito Santo, no Ceará, em Pernambuco, no Mato Grosso do Sul, no Paraná e no Distrito Federal.

Em Pernambuco, por exemplo, encontramos jornada de trabalho de mais de doze horas de trabalhadores sem equipamentos de proteção individual. Nós vimos aqui, na fotografia do expositor que nos antecedeu, uma dramática cena do que acontece no setor elétrico, principalmente em razão da terceirização nesse setor. Nós temos trabalhadores sem treinamento executando tarefas perigosíssimas e morrendo sem nenhuma necessidade. O risco é inerente ao trabalho. Todos sabemos. Mas ele pode ser muito reduzido se tomarmos os cuidados adequados.

Quanto ao amianto, e aqui eu falo como Diretor da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho,

a associação participa da ação que está em curso no Supremo Tribunal Federal tentando banir o amianto, ao lado do Sinait. Somos parceiros também nessa atuação, perante o Supremo Tribunal Federal, e queremos ver essa substância realmente banida do nosso País pela nocividade que todos sabemos que ela causa.

Destaco também a situação de crianças e adolescentes. As crianças e os adolescentes que trabalham precocemente estão mais expostos aos acidentes de trabalho, sofrem mais acidentes, e os acidentes são mais graves com elas dado o não desenvolvimento completo. Por isso mesmo, elas não podem estar em atividades perigosas mesmo na idade legal, acima de 16 anos.

Destaco também a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos. Recentemente, a OIT aprovou uma convenção que busca a igualdade de condições de trabalho para todos os trabalhadores, ou seja, o fim da discriminação com a qual sofrem os trabalhadores domésticos, em especial no nosso País, em que há essa discriminação no próprio Texto Constitucional.

Entre os direitos não garantidos aos trabalhadores domésticos e trabalhadoras está a de normas de segurança do trabalho. Não há regulamentação de normas de segurança do trabalho. E o lar, embora possa parecer, não é um ambiente seguro, isento de riscos.

Também defendemos a fiscalização. Ainda que respeitada a inviolabilidade do lar, precisamos encontrar mecanismos de fiscalização do trabalho doméstico como outros países já vêm fazendo, inclusive o nosso vizinho, a Argentina, já há muito tempo.

Destaco também a questão dos números absolutos e relativos. A Drª Vera destacou aqui o problema de haver, em números absolutos, grande quantidade de acidentes por conta do número da nossa população, mas, por outro lado, também podemos fazer a conta inversa. Considerando que a população da China é cinco vezes maior do que a nossa, se multiplicarmos o número de acidentes no Brasil por essa proporção de cinco vezes mais, nós vamos ter um número de acidentes bastante semelhante ao da China. Ou seja, percentualmente, o número de acidentes no Brasil, se ele não está subestimado, iguala-se ao número de acidentes da China.

Finalmente, nós damos aqui o nosso apoio à necessidade de se repor o número de auditores fiscais do trabalho e mesmo de ampliar esse número de auditores fiscais. Já apoiamos isso no Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, do trabalho infantil. Estamos ao lado dos auditores fiscais também nessa luta, porque temos certeza de que eles são, como já

dito, os elementos mais importantes desse sistema de fiscalização.

Por fim, colocamo-nos, então, à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Dr. Maurício Correia de Melo, Procurador Regional do Trabalho, que aqui fez a sua exposição.

Eu só aproveito para dizer, já que o Dr. Maurício falou de forma tão incisiva dos frigoríficos, que nós resolvemos sacar pelo menos cinco minutos e vamos passar o vídeo “Carne e Osso” no encerramento. Ele disse que é gravíssimo. Mas deixo para as considerações finais. Não pode ser agora também.

Confesso que fiquei perplexo, assustado, apavorado com a realidade dos curtumes também, principalmente naquele caso de Mato Grosso. Eu digo: aquele é o caso, mas, se aconteceu lá, acontece nos outros curtumes também. Quatro trabalhadores morreram asfixiados, porque a manipulação foi equivocada, e o gás acabou “inalando”... É esse o termo certo? Pode ser inalando? Porque depois o pessoal liga e cobra, se eu erro na minha fala: “Paim, não diz isso”!

O gás acabou sendo inalado e matando pessoas. Dezessete foram para o hospital, e quatro morreram ali, respirando aquele ar. E me disseram que bastam dois ou três minutos para que morram. É fatal. E me informaram também que já aconteceram outros casos de morte por esse mesmo tipo de gás em outros curtumes.

Eu cheguei a perguntar ao representante da empresa em que aconteceu o fato, no dia em que ele veio aqui: “Será que não existe no mundo outro produto que substitua esse, tão perigoso”? Porque ele pode matar 100, 200, 300 pessoas em dois minutos. Falta o ar se ele acabar sendo transmitido para dentro do ambiente onde não circule de fato uma ventilação adequada. Então, fica essa reflexão para o nosso debate aqui.

Eu passo a palavra, agora, para a Drª Noêmia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Amatra-X.

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Senador Paulo Paim, eu agradeço o convite formulado à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Na verdade, eu sou Juíza do Trabalho da 10ª Região, Presidente da Associação Regional da Amatra-X, mas neste ato eu represento a Anamatra, pela impossibilidade de comparecimento de seu Presidente Renato Henry Sant'anna.

De toda forma, trago, da Magistratura do Trabalho, a nota de que o tema debatido nessa ocasião é extremamente relevante. Nós não estamos debatendo nada mais nada menos do que um tema relacionado a um direito fundamental da Constituição da República.

Na verdade, é claro que o pretexto, digamos assim, é uma lembrança, uma data, o dia 28 de abril, o dia internacional para que nos lembremos das vítimas de acidentes de trabalho.

Claro que para a história e para a memória de um povo, as datas comemorativas ou as datas de alerta são relevantes por isso. Elas mostram um símbolo e também um compromisso, no caso, com a questão do acidente de trabalho.

Quando me refiro ao fato de que estamos lidando com um direito fundamental da Constituição da República, embora seja mais recente, o fato é que o direito ao meio ambiente saudável, ao meio ambiente salubre não envolve apenas considerar – são questões importantes – as questões vinculadas ao meio ambiente natural.

Na própria Eco-92, no Rio de Janeiro, já se alertava para o fato de que quando se fala de proteção ao meio ambiente, isso inclui o meio ambiente natural, o meio ambiente do trabalho e o meio ambiente cultural, até porque, segundo os dados daquele encontro internacional no Rio de Janeiro, no início da década de 90, já se dizia que boa parte dos acidentes em relação ao meio ambiente natural tinham no mínimo uma origem, ainda que indireta, dentro do meio ambiente de trabalho. Então, quando se fala numa política de meio ambiente natural, ela tem que estar acoplada a uma discussão sobre a questão do meio ambiente de trabalho.

Quando se fala da nomenclatura “acidente do trabalho”, a preocupação com ela é que quando se fala de acidente, remete-se à ideia de infortúnio e parece que é incontrolável. Parece que se está diante de um fato que acontece sem possibilidade de previsão ou de prevenção. Todavia, em se tratando do meio ambiente de trabalho, o acidente de trabalho típico ou atípico, o adoecimento ou falecimento estão, sim, relacionados ao modo de produção daquele sistema econômico, de maneira que, sim, é viável se falar em prevenção e até em uma redução a números praticamente insignificantes de morte e de adoecimento. No mais, o grande enfoque que me parece necessário é realmente o da prevenção.

Nós, da Magistratura do Trabalho, que lidamos com o tema dos acidentes de trabalho depois da Emenda Constitucional nº45, de 2004, recebemos praticamente 70% das ações que estavam nas Varas de Acidente do Trabalho, da Justiça comum, e lidamos com vários dramas todos os dias. Talvez, o primeiro drama seja perceber que a Justiça, e mais notadamente a Justiça do Trabalho, lida com a questão do acidente apenas na ponta final.

Nós lidamos com a questão do acidente quando o trabalhador já faleceu, já adoeceu, já enlouqueceu

no trabalho e já perdeu uma mão ou um dedo. E nós lidamos apenas com a questão efetivamente reparatória, indenizatória.

Não quero minorá-la ou dizer que é pouco, mas me parece que para todos nós o ideal é que não se chegue à ponta final; que não seja necessário falar em quantificação da vida do trabalhador, ou em quantificação do seu sofrimento no meio ambiente de trabalho.

Até a fala do Dr. Maurício Corrêa – e quando vi a fotografia aqui, que nos espelha ao final – eu me preocupava um pouco com a seguinte questão: Nós sabemos dos problemas dos acidentes no âmbito da construção civil. São problemas graves. Mas há outros setores econômicos em que a intensificação da precariedade do meio ambiente de trabalho é grave. Um deles é do frigorífico, que aponta, realmente, como campeão no nível de adoecimento.

Nesse filme que o Dr. Maurício Correia trouxe, Carne, Osso, que foi uma produção conjunta da Associação dos Fiscais, Ministério Público do Trabalho e Anamatra, há algo ali, embora sendo uma hora e pouco de filme e na versão reduzida 40 e poucos minutos, que talvez nós devêssemos extrair como próprio de qualquer segmento econômico atual, qual seja, a quantificação de quanto se consegue de produção líquida da pessoa do trabalhador. Então, se fosse possível fazer um recorte de frango em tantos minutos, supondo em um minuto ou dois minutos, espera-se daquele trabalhador, como se ele fosse uma máquina, que faça o mesmo recorte de frango, a média de quantidades em tantos minutos ou mais, sem se preocupar em quanto isso pode significar não apenas do adoecimento clássico, como LER – DORT, mas do seu próprio enlouquecimento com a questão do trabalho quanto ao nível de exigência de produtividade.

É por isso que me preocupo muito com as frases em torno do “nós temos menos e fazemos mais”. No sistema de produção atual que nós enfrentamos, precarizado, não se quer mais apenas o corpo e o tempo do trabalhador, se quer a alma dele. E é possível conseguir a alma do trabalhador na medida em que o deixem envolvido com o esquema de produtividade o tempo inteiro. Daí a minha preocupação também com a questão do frigorífico.

A Drª Vera mencionou que há uma normatização em curso para a questão dos frigoríficos. E eu sei que nós podemos ressaltar como algo positivo o aumento da normatização em torno das questões do trabalho. Mas vamos reconhecer um fato: a normatização sómente vem depois da realidade. Eu só normatizo porque já conheci, de alguma maneira, uma realidade de sofrimento experimentada pelos trabalhadores. Então, a

normatização é importante? É. Mas normalmente vem depois, senão, quando muito, tardiamente.

Quando se fala em formalização das ocupações no Brasil, acho que podemos lançar aqui uma preocupação adicional. O que é formalização das ocupações? Os terceirizados no setor de serviços, por exemplo, são formalizados na medida em que contratados por uma empresa intermediadora de mão de obra. Isso não necessariamente significa acesso ao trabalho decente, porque o trabalho decente implica em igualdade, segurança e efetiva proteção da ocupação. O direito ao trabalho não é o direito apenas de ocupar-se, mas o direito a ter acesso a um trabalho efetivamente decente.

Eu vi, no vídeo de lançamento da campanha, a ideia que também precisa ser problematizada de que hoje nós somos a sexta economia do mundo. Estamos, portanto, “bombando”. Daqui a pouco nós vamos conseguir cobrir praticamente toda questão de desemprego no Brasil. Efetivamente, isso não é verdade. Nem a primeira economia do mundo consegue postos de trabalho protegidos para todos. Então, a questão da não proteção ao trabalho não será necessariamente resolvida com o aumento da economia. Nenhuma pesquisa no mundo demonstra que aumento de produtividade ou aumento de riqueza econômica signifique necessariamente proteção e emprego protegido para todos os trabalhadores.

Há, ainda, outra preocupação que eu diria judiciária, da Magistratura na sua percepção dos processos de todo dia, que é com os trabalhadores invisibilizados. O que vi das exposições – ah, isso é relevante! – foi uma grande preocupação com as estatísticas. Os números tornam visíveis os sofrimentos de alguns trabalhadores na exata medida em que invisibilizam outros trabalhadores.

Apenas para dar um exemplo, há processos judiciais que consideramos mais dramáticos, que são aqueles em que o trabalhador chega numa ação judicial accidentado e invisibilizado. Por que ele está invisibilizado? Ele não teve acesso a nenhum tipo de formalização do trabalho, é um prestador de serviço que não entrou nas nossas estatísticas, o INSS também não o recebeu ou deu um laudo de que ele está apto ou coisa que o valha...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO –
... e mesmo assim o acidente ocorreu e a indenização precisa ser paga. Esse, talvez, seja um dos nossos piores processos.

Para falar de outra percepção da sala de audiência, dos depoimentos, das testemunhas, etc etc, nós estamos tendo um aumento, num nível bastante preocupante, de sofrimento psíquico no trabalho, em

razão de questões de assédio moral, de assédio sexual e outras formas de cobrança de produtividade. E não há estatísticas nem estudos suficientes sobre a questão do sofrimento psíquico dos trabalhadores no ambiente de trabalho.

Aqui, tentando me encaminhar ao final para não tomar demais o tempo, pois terei outras coisas para dizer, o fato é que essa preocupação com a prevenção orientou ou inspirou o Tribunal Superior do Trabalho, juntamente com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a fazer algo que talvez não fosse esperado ou típico do Poder Judiciário: ter a iniciativa de uma política pública ativa de prevenção dos acidentes do trabalho. É por isso que o Tribunal chamou para si, digamos, uma certa liderança no diálogo social com outras instituições, incluindo a própria Anamatra, a Amatra, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho; e tem colocado como meta judiciária, inclusive, o nosso comprometimento com a redução dos acidentes.

Se poderia perguntar como um juiz pode prometer redução de acidente do trabalho, na medida em que juiz não lida com política pública de maioria, mas com os processos individuais dos trabalhadores que pedem proteção em casos concretos. Mas os juízes podem atuar para fora da sala de audiência, como tenho falado ou feito no que consideramos a nossa principal ação social, que é a chamada Trabalho, Justiça e Cidadania, em que estabelecemos parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e por meio disso conseguimos ir para as escolas públicas e dialogar com professores e alunos sobre a necessidade de prevenção de acidentes.

Para deixar uma última fala, uma dessas alunas, o ano passado, uma aluna secundarista de uma escola da periferia do Distrito Federal disse o seguinte: que resolveu fazer uma pesquisa perto do local onde trabalhava, porque o local onde ela trabalhava era considerado um verdadeiro parque da construção civil. Ela e alguns alunos foram entrevistar voluntariamente, sem nenhum método de pesquisa formal ou científico. Ela foi pesquisar esses trabalhadores, até porque o tio e o pai também são trabalhadores da construção civil. Ela tirou algumas fotografias que eles autorizaram e conversou com esses trabalhadores. Ela é uma moça de 14 ou 15 anos. E ela recolheu falas muito interessantes. Algumas falas diziam assim: “Não, nós não usamos equipamento de proteção individual porque isso é bobagem, isso não é necessário. Eu já sou experiente no meu campo de trabalho”. Ou então coisas assim: “A empresa fornece o equipamento de proteção, mas ela fornece pouco; e como você não vai deixar de trabalhar porque não tem o equipamento, então a

gente simplesmente trabalha”. Ou então: “Deus cuida da gente e a gente continua trabalhando”.

O que me causou uma excelente impressão, digamos assim, foi a pesquisa transformar o olhar de uma moradora do mesmo local, daquele local, para que ela seja talvez uma grande multiplicadora não de conhecimento formal, mas uma multiplicação daquilo que podemos chamar de uma conscientização cultural de que o trabalhador deve ir ao trabalho para encontrar meio de vida e não a morte e nem o sofrimento.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa foi a Drª Noêmia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Amatra-X, em substituição ao Sr. Renado Henry Sant'anna, Presidente da Anamatra.

Meus cumprimentos pela parceria que a Anamatra vem fazendo com a sociedade civil. Inclusive, diversos projetos que aqui apresentamos foram construídos pela Anamatra. E reafirmo para você e para o nosso Presidente que nos fez o convite, que nós estaremos lá no dia 2 de maio de 2012, em João Pessoa, na Paraíba, para o XVI Conamat, Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, para falar das questões do Legislativo e dos movimentos sociais.

Passamos a palavra, neste momento, para a Secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, representando aqui o Presidente Artur Henrique da Silva Santos, Srª Junéia Batista, sindicalista.

A SRª JUNÉIA BATISTA – Bom-dia a todos e todas. Cumprimento a Mesa, as pessoas presentes. Cumprimento o Sinait por essa belíssima campanha. Eu quero mais uma camiseta. O meu ex-companheiro é auditor e vota em vocês, então, vou querer levar para ele.

Nossa, tem tanta coisa para dizer aqui, mas o Dr. Maurício roubou quase toda a minha fala. Tinha um monte de coisas que eu iria dizer, mas lembrando da questão da Eternit, dos empresários italianos que foram condenados – um, inclusive, tem 91 anos de idade – acho que deveríamos pensar em abrir, no Brasil, a condenação dos empresários brasileiros, ou sei lá quem da Eternit no Brasil. Acho que temos de retomar esse debate.

Agradeço o convite para essa audiência pública ao Senador Paulo Paim e também a iniciativa de pensar em fazer, neste mês de abril, uma audiência pública como essa. Eu acho que é o momento importante que temos de repensar. As centrais sindicais e a CUT em particular têm interesse. Vamos realizar um debate, agora na Rio+20, onde discutiremos essa questão da Eternit no Brasil e as questões de saúde e segurança no trabalho.

Antes de falar sobre o que eu disse quando interrompi o Senador, no dia 27 de abril, na sexta-feira, realizaremos um ato, em São Paulo. A CUT chamou o ato e as centrais sindicais atenderam. Será em frente à agência do INSS, às 10 horas da manhã. Será um ato entre 9 horas e uma hora da tarde, no qual faremos um momento de reflexão sobre a questão das mortes e acidentes no trabalho. E é uma campanha que vimos realizando há algum tempo.

O ano passado, nós lançamos essa campanha com relação à questão da humanização nas perícias. Passamos um ano debatendo com os companheiros da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social e na fala da Drª Virgínia, ela falou algo muito interessante que é a questão do perito do INSS conhecer o processo de trabalho. A gente vem reivindicando isso.

O perito tem toda pressão. Eu participei de pelo menos três ou quatro eventos com eles e tem uma reclamação muito forte do momento sindical dos trabalhadores com relação à questão da humanização nas perícias.

A gente colocava que o perito não pode também ficar só fechado no cubículo dele, mas tem que ter o momento, no processo de trabalho dele, de conhecer o processo de trabalho dos trabalhadores a que ele vai ou não conceder o benefício da Previdência para o afastamento. Achei super interessante.

Outra coisa que achei muito legal. Estou colocando algumas coisas soltas, mas é o filme Carne, Osso. Os trabalhadores bancários discutem muito a questão das metas abusivas e o adoecimento com problemas mentais, em razão de metas abusivas que os bancos praticam.

Eu assisti ao Carne, Osso tem mais ou menos um mês. Eu estava sozinha e pensei: Hoje vou pegar Carne, Osso e vou assistir a ele. Eu fiquei extremamente impactada. Tem uma cena horrorosa de uma senhora. Ela é jovem, tem 40 anos. Ela tem que trabalhar, mas a mão dela não abre mais. Aí, o marido dela, de manhã, tem que abrir a mão dela, com esforço, para ela conseguir se trocar e ir trabalhar. Quando ela chega ao serviço, o patrão – sei lá quem é – abre a mão dela e põe a faca na mão; e ela trabalha desse jeito. Então, o filme coloca muito isso. É muito forte. São coisas para pensarmos na vida, no que queremos sendo a 5^a ou 6^a economia do mundo. Acho que devemos pensar em outras coisas para além disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu pergunto se a assessoria não pode selecionar essa cena?

A SR^a JUNÉIA BATISTA – Tem essa cena. É bem forte a coisa. E é uma senhora, uma pessoa bem mais jovem que eu até.

Bom, primeiro, atendendo ao pedido dessa audiência – eu viria de qualquer forma, só não viria se não estivesse aqui – a CUT e as centrais sindicais protocolamos, no dia 13 de abril, um ofício no Ministério da Previdência Social, para o Cid Pimentel, que representa a Previdência Social na Comissão Tripartite sobre Saúde e Segurança do Trabalhador, a respeito de uma consulta pública. Na verdade, é para retomar o debate em outro formato sobre a história da alta programada.

Então, foi criada uma cobertura previdenciária estimada dizendo que há alguns tipos de doenças – são elencados vários tipos de enfermidades – em que o trabalhador delas recebe alta sem precisar passar na perícia médica. E nós, das centrais sindicais, que trabalhamos direto nessas questões, descobrimos um joguinho de sete erros nessa proposta feita pelo Ministério e gostaríamos de pedir, aqui nessa audiência, que esse negócio não fosse à frente, antes que os trabalhadores e as pessoas envolvidas, as pessoas que têm interesse nessa coisa, realmente, concordem ou não que isso deva ir para frente. Então, a gente viu algumas coisas na avaliação e pediu um parecer.

Primeiro, essa Cops. Ela cria um instrumento através de um grupo de trabalho instituído pela diretoria de saúde do trabalhador sem a participação de instituições especializadas, sem a participação do Conselho Federal de Medicina, sem as comissões intersetoriais de saúde do trabalhador, sem a Cist, que é a comissão do Ministério da Saúde, entre outros. Ninguém foi consultado, ninguém sabe ou que esse GT. Não submete essa proposta ao Conselho Nacional de Previdência Social. Porque há o Conselho Nacional de Previdência Social que funciona, que tem reuniões, só que não foi consultado. É um conselho consultivo, mas sequer chegou esse debate lá, nem ao Conselho Nacional de Saúde. Eu sou conselheira de lá.

Também essa própria proposta, essa Cops, ela relaciona uma tabela – alguém tem aí, um companheiro mostrou – de diversos tipos de doença, definindo tempo de afastamento sem considerar estudo científico sobre assunto. Baseado em quê? A própria tabela diz algumas coisas, como: tempo estimado de recuperação de capacidade funcional baseado em evidências. Que evidências? Nós somos seres humanos. Cada um é um ser, não tem jeito. Por isso há o DNA. Cada um é uma pessoa, cada um tem uma história de vida. Todo mundo pode trabalhar na mesma planta da fábrica, só que cada trabalhador tem uma história diferente. O cara que está do lado do outro, que trabalha na linha de produção, ou trabalha no telemarketing, ou trabalha

no banco, ou trabalha no frigorífico, cada um é uma pessoa. Como é que você vai determinar um tempo para aquele tipo de doença para várias pessoas? Então, a gente achou isso muito complicado.

Joga-se para um sistema informatizado a decisão do afastamento, sem passar pela perícia. Não há uma avaliação do trabalhador. O pessoal, simplesmente, pode ver que aquele é bom e diz que vai pegar. Aquele história em que se pensa que o trabalhador vai lá e pega 15 dias de afastamento. A ideia não é essa. A gente não quer isso.

Não há na proposta nada que mencione a relação do tempo de afastamento com o projeto de reabilitação física e profissional. Isso a gente vem debatendo no movimento sindical. Não adianta só pegar o... O INSS não é só de concessão de benefícios. Vai lá, afasta o cara, que fica dentro de casa e, quando volta para o local de trabalho, vai fazer o quê? E de que forma? Como é que você dá um tratamento de vida para essa pessoa?

Diz respeito à Terceira Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, que aprovou uma resolução exigindo a suspensão imediata do Data Certa, que é esse mesmo, agora sendo retomado com esse formato. É a mesma coisa com outro formato. Enfim, a gente coloca que uma consulta pública é uma coisa democrática. Tudo bem. Vai ser colocado para a sociedade, as pessoas vão poder debater, vão poder opinar. Só que, na verdade, os atores, as pessoas que são especialistas, ou as pessoas que estão trabalhando diretamente o mundo do trabalho sequer foram consultadas.

A gente, das centrais sindicais, fez um ofício, na nossa reunião que ocorreu no dia 13 de abril, em que se pede que, aqui, nesta audiência, para as pessoas que estão aqui presentes, e está sendo transmitido ao vivo, realmente isso seja revisto, que volte para a Comissão Técnica de Saúde e Segurança do Trabalhador e que se debata de fato o que a gente quer. É um debate até de que os peritos estão querendo participar, os auditores fiscais do trabalho. Existe uma vontade aqui de se querer entender a coisa. Agora, uma coisa colocada dessa forma... "Ah, está tudo certo, nós estamos diminuindo o número de acidentes". Só que, na verdade, no dia a dia, os companheiros da construção da civil, do meu lado há um tempão, dizem que a vida não é bem essa. No dia a dia, na planta da fábrica, no andaime, que a gente, no meio da rua, fica olhando as irregularidades. Eu até já sei que o andaime tem uma norma para ser construído. Então, várias questões são colocadas, e eu acho que um momento como este, neste mês em que se faz uma reflexão, para nós, do movimento sindical, que leva mesmo a sério essa questão das mortes em acidentes de trabalho, é um momento de se pensar como é que se faz realmente,

de fato, para colocar o País com saúde e segurança para os seus trabalhadores.

Aumentou, segundo a Drª Vera, desde 94 para cá, decuplicou o número de empresas. E qual é o programa nacional... Está saindo uma proposta agora que vai ser assinada na sexta-feira, que é o Programa Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho. Não sei se é exatamente isso. Não estarei presente; estarei no meu ato em São Paulo, porque eu tenho um outro tipo de proposta. De qualquer forma, a CUT estará na sexta-feira. Mas, de fato, o que a gente quer com isso? Eu acho que, quando o Senado chama uma audiência como esta – no ano passado, o Deputado Federal Vicentinho também chamou, a pedido das centrais sindicais –, para um debate sobre isso, é porque, de fato, você quer colocar o assunto em pauta com a sociedade. Para a sociedade, de fato, depois de uma reunião como esta, depois de uma audiência como esta, colocar de fato o que pensa e o que quer para a saúde dos trabalhadores.

Eu acho que basicamente é isso. Obrigada. (*Páginas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Junéia Batista, líder sindical, Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, que aqui representou o Presidente Artur Henrique da Silva Santos.

Nós vamos agora para as considerações finais. Mas, antes, aquele companheiro que tinha aquele material, como é um assunto que eu provoquei, estou interessadíssimo nele. Parece-me que mudou só o nome, de Alta Programada para outra coisa. Se você puder complementar, eu agradeceria.

O SR. ALFREDO GONÇALVES – Muito obrigado pela oportunidade, Senador Paim, de a gente poder estar aqui hoje num dia de reflexão de denúncia, porque a forma que a Previdência está conduzindo esse processo é uma barbárie contra o trabalhador.

A Drª Vera colocou – desculpe-me, é Drª Maria – que os auditores, os peritos do INSS, no caso, a Associação não participa dessa discussão, mas, ao mesmo tempo, há uma auditoria dentro da Previdência Social, que é a diretoria de peritos, aí vem essa discussão e ninguém sabe o que é esse GT, ninguém sequer ficou sabendo os nomes das pessoas. Não se podem divulgar nomes. E eu fico preocupado também porque, em toda reunião em que há debate sobre a previdência, o Presidente do INSS, o Sr. Mauro Hauschild nunca está presente. Era para ele estar aqui hoje. Até para poder explicar como se dá esse tipo de consulta pública que entrou no dia 30 de março e encerra no dia 26, esta semana, já para vigorar a partir de maio.

E denuncio aqui, Senador, que já existe o projeto piloto em Bento Gonçalves, onde estão dando alta para pessoas, não estão reconhecendo benefício, e a pessoa só consegue marcar perícia após sete dias.

Então, deixo aqui uma pergunta para todas as pessoas presentes: como uma pessoa com depressão consegue estar apta a retornar ao trabalho em 60 dias? Não sou médico, mas acredito que essa pessoa precisa se adaptar ao tratamento, pode ser que essa pessoa não consiga se adequar a esse medicamento, isso leva tempo. Pessoas com túnel do carpo: sem cirurgia, 15 dias; com cirurgia, 30 dias.

Simplesmente, a doutora coloca aqui que precisa ir a campo pesquisar. Mas eu digo aqui também, Senador, existe um fundo por trás dessa questão de eles quererem ir fiscalizar no local de trabalho. Nada mais é... Nessa consulta pública, praticamente vai haver perícias em que não se vai precisar de perito. Simplesmente, um administrativo vai olhar, vai chegar um trabalhador lá com os seus exames com o CID, simplesmente ele vai olhar no sistema e vai dar alta. Ou o próprio computador. Essa é a questão que a gente está denunciando. Porque como é que se pode implantar um sistema desses com vinte e poucos dias de pesquisa? Pergunto aqui: quem tinha conhecimento dessa situação? Porque não é tão pública assim.

A gente vem denunciar ao Senador e pedir ajuda. A gente precisa parar esse processo. Se for para discutir, vamos discutir, vamos ver a forma correta, mas não nessa barbárie que está sendo colocada. É uma forma em que a Previdência Social está olhando única e exclusivamente o fator financeiro e não está nem um pouco preocupada com a saúde dos trabalhadores.

Então, estou deixando o documento para o Senador. Este documento está no site da Previdência. Foi impresso e eu tenho o restante aqui e posso deixar com o senhor. E pedimos ao senhor a sua ajuda porque o senhor já tem uma história de debate quanto essa questão da Alta Programada. Tivemos uma audiência, no ano passado, com o Deputado Vicentinho e parece que a gente está aqui jogando conversa fora, perdendo tempo, porque a gente discute sério, mas aí vêm esses tipos de propostas por baixo dos panos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para efeito de registro, diga o seu nome e a entidade para nós.

O SR. ALFREDO GONÇALVES – Perdão. Alfredo Gonçalves, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e coordenador do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador – Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diga-me para o meu esclarecimento. Tudo que está aqui entra nesse esquema?

O SR. ALFREDO GONÇALVES – Tudo que está aí – são quase 500 CIDs – passa a vigorar a partir de maio. Uma coisa interessante: há ali NA – não se aplica. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não se aplica pelo número de dias que está aqui?

O SR. ALFREDO GONÇALVES – Isso, Inclusive é irônico, porque doador de coração não se aplica, já morreu, então... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E olha que para fazer um estudo sobre tudo isso aqui precisou de tempo. Eu me preocupo pelos dois lados.

Traumatismo superficial do abdome, do dorso e da pelve: 15 dias.

Contusão da parede abdominal: 7 dias.

É isso?

O SR. ALFREDO GONÇALVES – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não estou acreditando, por isso, estou perguntando.

O SR. ALFREDO GONÇALVES – É isso. Tudo isso é oficial. Qualquer pessoa pode ter acesso a isso. Pode entrar no site da Previdência. Lá está essa consulta pública na íntegra. Assinada pelo Presidente do INSS, Mauro Hauschild.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Maurício, ajude-me aqui.

Ruptura traumática da sínfese púbica: 45 dias, no máximo 120.

Eu, sinceramente, vou fazer um requerimento de informação ao Ministério, até para que ninguém diga que é irresponsabilidade da gente. Da forma que eu estou recebendo, fiquei tão assustado, quase quanto com aquele acidente de Mato Grosso. Está aqui, olha.

Quer dizer, os peritos passam a não existir mais.

Estou perplexo e, por isso, estou pedindo socorro para vocês que são da área.

Coloca-se no sistema, o perito chega ali...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a MARIA VIRGINIA DE MEDEIROS ELOY SOUZA – Para poder explicar isso é o Presidente do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer um requerimento – viu, assessoria? –, para marcarmos uma outra audiência pública, convidando o Presidente do INSS para que venha aqui nos explicar. Acho que é até justo com ele. (*Palmas.*)

Como ele não está aqui e nós estamos fazendo um julgamento sem ouvi-lo, pode ser que ele nos explique que isso aqui é só uma referência e o perito considera, desconsidera, sei lá o quê. Não sei.

O SR. ALFREDO GONÇALVES – Podemos fazer agora, no dia 26 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dia 26 de abril?

Vamos tentar convocar para semana que vem já.

Vamos aprovar o requerimento hoje, no fim da reunião. A gente aprova o requerimento, convidando-o, porque vamos convidá-lo, naturalmente.

O Dr. Francisco Luiz Lima pediu a palavra.

O SR. FRANCISCO LUIZ LIMA – É uma sugestão, preocupado com os dois aspectos, tanto pelos peritos, a sobrevivência da perícia do INSS. Porque os peritos hoje estão execrados pela sociedade porque são cobrados rigidamente, até pelo controle do tempo que fazem são monitorados. Não se pode fazer medicina nenhuma dessa maneira, nem perícia. Esse é um aspecto. E o outro, essa maneira.

Medicina baseada em evidência é importante, mas isso não é evidência. Medicina baseada em evidência é o que se faz em qualquer diretriz hoje, em qualquer área de especialidade médica. É um regulamento pelo qual se orientam as pessoas, e não dessa maneira.

Isso aí é uma fórmula de bolo. Vai ter que ser dessa maneira e pronto. Eu acredito que isso é o início da privatização da previdência social. Eu só tenho essa visão. Era a colocação que eu queria fazer.

O SR. ALFREDO GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Eu falei 500 páginas. Dá em torno de 5.000 doenças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São quinhentas páginas.

O SR. ALFREDO GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Segundo a Classificação Internacional de Doenças. Tem todos os diagnósticos... (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então eu acho que a gente combina aqui...

A SR^a JUNÉIA BATISTA (*Fora do microfone.*) – São 9.500 códigos de agravo à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nove mil e quinhentos. A gente se socorre para fazer o requerimento depois com mais informações e convidamos os debatedores para que, no dia, estejam aqui também, dentro do possível.

Eu queria registrar a presença aqui conosco da Dr^a Elizabeth de Jesus Maria, Diretora-Adjunta do Sindifisco, também o Dr. Benedito Leite Sobrinho, Conselheiro da Anfipe e os trabalhadores da construção civil do DF que estão aqui. Se alguém puder, nas considerações finais, porque é algo que vem muito aqui para Comissão e para a outra comissão que eu presido, que é a Subcomissão do Trabalho e Previdência, com as obras da Copa, e já que estamos falando aqui em construção civil, do PAC, aumentou muito o número

de acidentes de trabalho nessa área também e nas usinas também ou está dentro do padrão?

O SR. ALFREDO GONÇALVES – Aumentou e muito. Tem muito mascaramento dos acidentes. A maioria dos acidentes que não são graves a maioria das empresas encaminha para os planos de saúde, e não para as emergências do SUS, onde deveriam ser registrados os acidentes.

O SR. MAURÍCIO CORREIA DE MELLO – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não? Dr. Maurício com a palavra.

O SR. MAURÍCIO CORREIA DE MELLO – Primeiro, quero pedir desculpas porque vou ter que ausentar. Mas, antes disso, quero dizer que é preocupação do Ministério Público do Trabalho essa questão das grandes obras da Copa, das Olimpíadas e do PAC. Nós temos um projeto específico em parceria com os outros entes da fiscalização para acompanhar essa questão.

Em relação ao vídeo, esse vídeo é uma demonstração da iniciativa da sociedade civil organizada por meio de suas associações e ONGs. Foi especificamente uma parceria que contou com a ANPT e a Anamatra. Recebi, esse final de semana, um e-mail do Leonardo Sakamoto já propondo uma nova parceria para um estudo específico sobre a questão dos frigoríficos.

Então eu me despeço aqui e agradeço esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Já ficam as considerações finais do Dr. Maurício Correia, Procurador Regional do Trabalho, que nos ajudou muito aqui nos encaminhamentos. (*Palmas.*)

Eu vou passar a palavra agora, para as considerações finais de cada um dos convidados. Mas vamos abrir para uma outra pessoa do plenário que pediu a palavra. Só se identifique, por favor, que ajuda para efeitos dos Anais da Casa e também para o Brasil saber quem está falando, sendo bem direto.

A SR^a JACQUELINE CARRIJO – Meu nome é Jacqueline e eu sou Auditora Fiscal do Trabalho e estou aqui com o Sinait.

Senador, hoje nós tratamos aqui de alguns setores econômicos em que nós temos atuado com muita frequência: frigoríficos, construção civil. Mas eu estou, no meu Estado, Coordenadora do Transporte de Cargas e Passageiros e Saúde Pública e Privada. A saúde pública está em situação... Está o caos. PSF, os hospitais. Então, eu audito um hospital privado, quando eu cheguei as condições de trabalho estavam ruins, mas quando comecei a fazer os públicos eu fiquei chocada. Falta tudo, Senador. Falta máscara, falta luva, falta capote. Capote, quando tem, está esgarçado, está furado, risco altíssimo de contaminação. É caso de interdição

de praticamente todos os locais onde eu estive. Como definir esses profissionais? Pura devoção é o trabalho deles, dos auxiliares, dos técnicos, dos médicos, da equipe de limpeza. Se a situação está ruim com os servidores públicos, com os concursados, piora com os terceirizados. Piora, porque nem os protocolos mínimos de biossegurança eles conhecem. Trabalhadores na limpeza trabalhando com a vestimenta toda errada em central de material esterilizado. No meu Estado, estou no Hospital de Doenças Tropicais, o HDT, que é hospital referência na região Centro-Oeste e Norte do País. A situação lá é caótica. As denúncias que recebemos são dos médicos da Comissão de Infecção Hospitalar, dos técnicos, dos enfermeiros. Eles já haviam tentado de tudo para solucionar o problema da falta de equipamento, da falta de material de limpeza, a descontinuidade é muito grande, a estrutura física é da década de 70 e totalmente inadequada. Hoje não tem um hospital público que atenda à norma mínima, a requisitos mínimos de arquitetura hospitalar. E aí eu falo de fluxo, de fluxo seguro. Como que você vai evitar o contato o contágio se você não obedece à questão de fluxo também?

Então a questão da saúde pública merece muito a nossa atenção. As relações de trabalho dos militares, dos policiais, os índices de distúrbios mentais nós não temos dados, porque isso não é revelado, mas o problema é gravíssimo entre os policiais militares também. São setores econômicos...

Como nós falamos aqui o número de auditores é muito pequeno. Eu estou aqui para tratar deste assunto com o nosso sindicato nacional também, porque hoje, se a gente não lutar por um número maior de auditores... Eu estou no Hospital de Doenças Tropicais sozinha. Para estar aqui hoje, eu trabalhei o final de semana, estou trabalhando direto a sete dias, indo de manhã, à tarde e à noite, fazendo inspeções diurnas e noturnas, porque, se durante o dia, em um hospital, a relação de trabalho é ruim, piora à noite. A iluminação está péssima. A CME, a central, que é onde eu estou, funciona às 24 horas. É onde os profissionais embalam os perfurocortantes. Como é que se embala perfurocortante com má iluminação, Senador? Lá não tem uma máquina desinfectora funcionando. Os dois vasos de pressão não funcionam. Estão fazendo a esterilização externa; externa. Não cumprem as regras mínimas para transportar para outro hospital, o Hospital Geral de Goiânia!

Assim está a saúde pública. E os profissionais estão lá operando. Os hospitais não param, continuam os serviços, os atendimentos, os hospitais estão lotados. Se o senhor for fazer uma visita nos PSF, o senhor poder ir aqui em Brasília mesmo, não é dife-

rente, não, eu conheço o daqui também, é no País inteiro, vai verificar que as relações de trabalho estão precárias no serviço público.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a JACQUELINE CARRIJO – Sinceramente, eu não faço comparação, Senador. Eu não faço comparação, porque, olhe, eu estou indo, eu fui preparada pela equipe da vigilância, pela equipe do Ministério da Saúde para fazer auditorias em hospitais. Não sabia nada disso, aprendi com eles. Sou formada em Direito, mas aprendi a fazer com a equipe do Ministério da Saúde. Estou realmente chocada com a situação que nós auditores estamos flagrando. Para nós, é um setor novo. Até pouco tempo atrás, nós não entrávamos em hospitais públicos para fiscalizarmos as condições de trabalho desses profissionais. Isso é recente e altamente preocupante!

Na hora em que eu ouvi o senhor falando que vai chamar o Ministro...

(Interrupção do som.)

Eu posso citar só um exemplo? No último hospital em que eu estive no interior do meu Estado, eles estavam guardando material biológico dentro de um cesto de lixo comum, desses de telinha, sendo que o material deveria ser recolhido todo dia, ou pelo menos com horário e tudo o mais. Eles recolhiam de 15 em 15 dias. Estava chovendo, estava do lado de fora, estava escorrendo na cidade do interior do meu Estado, era um PSF.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gravíssimo!

Mas o que a gente pode fazer, nessa mesma audiência, para não ficar fazendo um número sem fim de audiências, é convidar o representante ou o Ministro da área da saúde com esse foco e também o da área da previdência, o Presidente do INSS, mediante esse documento. Podemos convidar ambos para essa nossa audiência pública que já tem data. Será provavelmente no dia 26 próximo, devido à gravidade dos fatos e à implementação das medidas. Vamos tentar convocá-la no próximo dia 26, quinta-feira, às 9h. Vamos aprovar o requerimento hoje, *ok*?

Uma salva de palmas para vocês, que estão trazendo temas que eu acho fundamentais. (*Palmas.*) Eu também não sabia, a senhora que falou agora, como é o seu nome mesmo?

A SR^a JACQUELINE CARRIJO – Jacqueline.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Jacqueline, eu não sabia desta situação dos hospitais de não ter equipamento nenhum na área da segurança, da proteção, que não permitem as chamadas doenças hospitalares, é isso que se diz no linguajar comum, não é?, que ampliam as doenças hospitalares.

Vamos fazer o seguinte: vamos dar a palavra aos nossos convidados para as suas considerações finais. Sei que o Plenário todo gostaria de falar, até porque aqui são fiscais do trabalho, conhecem com profundidade essa questão, mas não dá para todos usarem da palavra, devido ao nosso horário. Já são 12h48 e eu sou obrigado a estar às 14h em ponto, normalmente nas segundas eu não almoço (já ajuda no regime também), e vou direto para o plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dizem-me que não é bem assim, não ajuda em nada o regime, não é?

Mas tem um senhor de cabelos brancos ali, lembrei dos meus, veja isso como elogio, a quem vou dar dois minutinhos. Depois passaremos às considerações finais dos convidados.

O SR. JOÃO BARBOSA – Meu nome é João Barbosa, sou Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Senador, as estatísticas mostram só até 2010. Nós estamos em 2012. Quantos trabalhadores sofreram acidente, morreram, ficaram mutilados e nem a Previdência Social nem o Ministério da Saúde têm esses números para repassar para que possamos discutir os dados atualizados. São dados que já não são verdadeiros e ainda são atrasadíssimos. Essa é uma falha muito grande da Previdência Social e do Ministério da Saúde. O trabalhador, ao ser atendido em um posto de saúde, em um hospital, em qualquer que seja a unidade de saúde, deveria já ficar registrado de imediato, para que seja passado ao conhecimento da sociedade, de quem de direito, a quem interessasse discutir o problema da saúde do trabalhador.

Em Brasília, como nós falamos, no ano passado, morreram 17 operários da construção civil. Nós temos uns seis que estão em cadeira de rodas, que não servem mais para a sociedade, porque o trabalhador, no momento em que sofre um acidente, é renegado, é excluído da sociedade, ninguém quer mais saber dele. Esses números também não aparecem. Aqueles que foram acidentados e muitas vezes não foi nem sequer emitida a CAT, muitas empresas abonam os dias e mandam para casa e ficam pagando os dias deles para não aparecer naquela estatística de trabalhadores acidentados.

O trabalho do PAC, essas obras do Governo Federal, é onde tem o maior número de trabalhadores em carteira assinada, sem EPI, sem as mínimas condições de higiene e segurança de trabalho nenhum. Isso em Brasília, a Capital Federal. Não precisa de fiscal, nem nada. Qualquer um que pegar o carro e sair na rua vai ver trabalhadores expostos às piores condições de

trabalho, entendeu, sem sequer a carteira assinada, que eles não têm.

Recentemente, a televisão mostrou, em Brasília, uma criança de 12 anos operando um trator.

Todas essas obras de Brasília... Ciclovia, calçada, meio-fio e reformas de obras públicas, em 90% delas não têm carteira assinada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em 90%?

O SR. JOÃO BARBOSA – Em 90% delas. E convido e boto o meu cargo à disposição, lá no sindicato, renuncio na hora. Se os senhores me convidarem, eu não vou marcar a cidade, vamos para a cidade, se eu não mostrar irregularidades e se os senhores não encontrarem, eu renuncio imediatamente ao sindicato e vou para a roça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vou ficar ajustado no seu tempo.

Eu fico muito em Brasília, porque num fim de semana eu viajo para qualquer Estado e, no outro, eu fico. Aí, o senhor combina comigo e eu vou com o senhor.

O SR. JOÃO BARBOSA – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Numa sexta-feira dessas, com alguns sindicalistas.

O SR. JOÃO BARBOSA – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não vamos anunciar o dia, nem a hora e nem onde, mas vamos.

O SR. JOÃO BARBOSA – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok?

O SR. JOÃO BARBOSA – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode cobrar de mim, então.

O SR. JOÃO BARBOSA – Meu telefone é 9252-4664. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom.

Agora, eu vou ter de passar a palavra.

O SR. EDGARD DE PAULA VIANA – Senador, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho.

Questão de ordem? Aprendem rápido vocês, hem? Questão de ordem! Aqui, o pessoal é rápido no gatilho.

Eu sei que os convidados estão com tempo, têm de se retirar, é quase uma hora. Não sei se tem algum convidado que tem mais urgência. Eu passaria a palavra, primeiro, para esse convidado com mais urgência e vou atender, em seguida, à sua questão de ordem, ok? Fica dentro do tempo.

Está bom. Então, nós vamos começar com a Dr. Noemia, que já tem de se retirar e, em seguida, eu passo para a Dr^a Vera.

Vou atender à sua questão de ordem.

A SR^a NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO

– Bem, Senador, colegas, peço desculpas por ter de me ausentar daqui a pouco, mas tenho de atender a um compromisso no tribunal e, lá, efetivamente não se espera.

Duas questões, apenas, nas considerações finais, que não me foi possível dizer naquele tempo inicial.

A primeira é que, sim, o Judiciário tem uma enorme preocupação com aquilo que a gente tem percebido, no cotidiano, quanto ao sucateamento da fiscalização do trabalho. Eu não vou nem falar da redução do número de fiscais ou da incompatibilidade do número de fiscais com a quantidade de atividade econômica brasileira. Vou falar de um processo de sucateamento, mesmo.

É não só evidente a disparidade número com aquilo que se há de fiscalizar, como também é evidente um discurso público midiático contra a fiscalização do trabalho, de modo geral e generalizado, como se a fiscalização do trabalho fosse um mal para o segmento econômico brasileiro, como a ausência de um aparato, até, tecnológico, etc, para que as fiscalizações pudessem ser mais eficientes.

Eu ouvi a Dr^a Vera falar nessa coisa de fazer mais com menos. Eu me preocupo se daqui a pouco, alguns anos, a gente vai estar aqui, numa audiência pública, para discutir o nível de adoecimento dos fiscais do trabalho. Olhem que coisa kafkiana, não é? (*Palmas.*)

Seria impressionante, realmente.

Então, me parece que não deveria existir, no poder da República, no Poder Executivo, fiscalizações, digamos, eu diria, mais nobres e fiscalizações menos nobres, áreas mais nobres a serem fiscalizadas, como a tributário-fiscal, e aquelas menos nobres, como a área do trabalho.

Todas as fiscalizações são relevantes, porque são essenciais ao cumprimento das normas e para que a ponta final, Judiciário, possa lidar com aquilo que é, efetivamente, essencial, o último, aquilo que não deu certo, aquilo que não foi possível prevenir.

O que a gente vê são falhas de fiscalização e, também, um excesso de judicialização de tudo, de maneira que as coisas são, efetivamente, relacionadas.

Por último, quanto às obras do PAC e às obras vinculadas aos eventos esportivos em geral, não trago dados da Justiça do Trabalho, trago apenas a experiência, o *feeling* dos magistrados que lidam com esses processos.

Até um ano atrás, eu era juíza titular na 2^a Vara do Trabalho de Araguaína, que fica no interior do Es-

tado de Tocantins, ali perto do Bico do Papagaio. Portanto, faz a divisão com o Estado do Pará e o Estado do Maranhão, e recebe, efetivamente, várias ações judiciais vinculadas ao PAC e, claro, as de frigorífico, cotidianamente. Todos os dias, a cada 10 processos, seis são de frigoríficos.

Mas a percepção quanto aos processos é: os trabalhadores estão em jornada extraordinária por muito tempo – 12, 13 horas por dia –, as horas extras são, efetivamente, pagas, mas, como você tem muitas horas extras em processo de terceirização, quarteirização, estão ali todos os acidentes de trabalho que se possa imaginar, desde a questão de poeira mineral até os acidentes considerados típicos. Então, a percepção da sala de audiência é, sim, em varas do trabalho próximas às grandes obras do PAC, uma intensificação do debate de várias parcelas trabalhistas, mas notadamente aquelas vinculadas a adoecimento e acidentes típicos do trabalho.

Eu agradeceria novamente a oportunidade de estar aqui, sempre em temas muito pertinentes para que o Senador Paim convida os magistrados, e nos colocando efetivamente à disposição para todos os outros debates acerca do mundo do trabalho e da efetivação dos direitos humanos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem! Essa foi a Dr^a Noemia Aparecida Garcia Porto, presidente da Amatra-X, que aqui representou o presidente da Anamatra, Dr. Renato Henry Sant'Anna.

Meus cumprimentos.

E os convidados que, uma vez falando, quiserem retirar-se podem retirar-se porque vamos ter uma segunda etapa ainda para aprovar os requerimentos.

Passo a palavra neste momento, conforme combinado, à Dr^a Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, que representa aqui o Ministro Paulo Roberto, do Trabalho.

A SR^a VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

– Eu já dou boa- tarde a todos. Peço desculpas por ter de me retirar, mas aproveito a presença ainda da Dr^a Noemia para dizer que essa preocupação que ela tem nós também temos na SIT, tanto que já convoquei os meus pares, os meus colegas, apesar de já termos um grupo trabalhando riscos psicossociais do trabalhador. Esse grupo estaria mais direcionado ao bancário, porque o bancário, além do excesso de trabalho, sofre também os assaltos. Mas também já tinha combinado com a Rosângela de o grupo tratar de riscos psicossociais do auditor fiscal do trabalho.

Nós ficamos expostos sempre ao sofrimento, à depressão do trabalhador que é demitido, ou que não tem os seus direitos protegidos; e à impotência de ver

uma empresa infratora, que não conseguirmos obrigar, mesmo com todas as nossas ferramentas, a que mude de opinião.

Então, realmente, estamos muito expostos e precisamos também ser cuidados para poder cuidar bem da sociedade. Isso já está recebendo nossa atenção e já estamos começando a montar esse grupo.

Agora, fora isso, realmente, precisamos de mais auditores. Se tivéssemos o dobro, ainda seria insuficiente para o número do Brasil. Tenho certeza – sou muito confiante e já disse que sou otimista – de que a visão que Presidência... Lembrem-se que estou representando o Ministro do Trabalho. Quem vai defender mais ardenteamente o auditor fiscal do trabalho, que eu também sou, vai ser a Rosângela.

Mas, como representante do Ministro, posso dizer que a Presidência tem estado atenta a tudo o que pedimos. Como eu disse, não tivemos contingenciamento de diárias e passagens para ações fiscais. Acredito sinceramente que vamos conseguir mais auditores para atender melhor à sociedade e conseguir diminuir mais ainda essas taxas de acidente de trabalho.

Vejo uma visão evoluindo no Brasil. Esta audiência pública sua é um exemplo disso. O senhor é uma das pessoas mais preocupadas com o direito do trabalhador, e eu o parabenizo por todas as suas iniciativas. Acho que temos de trabalhar em conjunto, todos nós: Ministério da Saúde, Ministério da Previdência, sindicatos de empregadores e de trabalhadores, enfim, todos nós, para conseguirmos trabalho decente para todos que trabalham no Brasil. Nós vamos trabalhar para isso também.

Obrigada e desculpem a minha saída. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Vera Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, que aqui fala em nome no Ministro Paulo Roberto.

Passo a palavra agora à vice-presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos, Drª Maria Virgínia de Medeiros Eloy Souza.

A SRª MARIA VIRGÍNIA DE MEDEIROS ELOY SOUZA – Senador, eu quero, em nome da Associação Nacional dos Médicos Peritos, agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês e dizer que a nossa maior preocupação é que a perícia médica possa participar da solução. Nós queremos entrar no processo da solução desse problema, que não é só do auditor fiscal. É da sociedade, é do trabalhador, é de todos nós, e queremos também deixar de ser vistos como problema.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Maria Virgínia de Medeiros.

A SRª MARIA VIRGÍNIA DE MEDEIROS ELOY SOUZA – Senador, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço.

Passo a palavra neste momento – o Dr. Maurício já saiu – ao José Augusto, que está pedindo a palavra, naquela ordem combinada. Os que estão com mais tempo ficarão um pouco mais. O líder José Augusto lidera o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Parabenizar pela iniciativa da CDH e à sua, Senador Paim, por ter proporcionado este momento aqui de grande reflexão, de denúncias, principalmente aqui daqueles que não têm oportunidade de nos ouvir, que estão nos campos, nos canaviais, nas minerações, nas carvoarias – muitos deles, Junéia, morrendo à exaustão, sem força.

Outra questão, Paim, que até já discutimos em outra oportunidade aqui, na CDH, é a questão da alimentação. A maioria dos acidentes, Junéia, acontece no primeiro período. A incidência maior de acidentes é no período da manhã, antes do almoço. A pessoa sai de casa às 3h30m, 4h, Francisco – até mesmo aqui, em Brasília, que tem esse trânsito caótico na periferia, agravado pelas condições de trabalho e ambientes insalubres e perigosos, Senador Paim – e tem aquela hipoglicemia, perde a força, cai de altura. Ah, mas não estava usando cinto de segurança. A questão não é o cinto de segurança. A questão é a alimentação. Alguns saem de casa com café puro, não comem uma lasca de pão, um pedaço de queijo, nada, nenhuma fruta.

E, felizmente – a construção civil está aqui –, tem acordo coletivo – não é, Edgar e João? – que obriga, Senador Paim, a empresa a dar o café da manhã. Parece que é uma coisa simples, um copo de café com leite, um pão com manteiga, mas essa pequena alimentação, o desjejum, é a linha entre a vida e a morte dentro da construção civil.

Saudar todos os prevencionistas do nosso País. A palavra de ordem é investimento na prevenção, sim, e na promoção da segurança, saúde e vida. Há empresários que, quando discute na questão tripartite... Não deu tempo de falar com a Drª Vera aqui, porque ela teve que sair. A lei não pode fazer nada que se transforme em despesa para o patronal. Eu cansei de ouvir isso quando fazia parte da Comissão Tripartite Paritária Permanente. Enquanto tiver esse pensamento, vai acontecer esse quadro que a gente está cansado de ver todo ano: três mil, quatro mil, e aí vai.

Ações integradas da sociedade e do Parlamento brasileiro – quando falo ações integradas da sociedade, não é de cúpula não; é de base, principalmente envolvendo não só as centrais sindicais, que já estão envolvidas há muito tempo, mas envolver os sindica-

tos na base –; valorizar o Ministério do Trabalho, que precisa ser valorizado, principalmente nesse campo de relações de trabalho, infraestrutura, orçamento e o aumento efetivo dos agentes de inspeção do trabalho; contra a flexibilização e a precarização das relações de trabalho e as tentativas, dentro do Congresso Nacional, Senador Paulo Paim, de alterar a CLT, retirando as conquistas previstas na legislação há muito tempo.

E, reforçando o que me pediu, inclusive, o pessoal do movimento, o Movimento 28 de abril, de que participamos há anos, de que fui um dos fundadores também, estará realizando, não só em São Paulo, mas em todas as capitais, atos, manifestações, denúncias, celebrando o Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho.

Encerrando, Paulo Paim, temos, no dia 10 de maio, esse compromisso com a classe trabalhadora do Nordeste, do Estado da Bahia, onde estaremos também realizando, dentro da Assembleia Legislativa de Salvador, na Bahia, a campanha nacional em defesa da CLT, dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o José Augusto, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, trazendo, mais uma vez, a sua contribuição.

Agora, para os seus três minutos finais, a sindicalista Junéia Batista, Secretária Nacional da Saúde do Trabalhador da CUT, representando aqui o Presidente Artur Henrique.

A SR^a JUNÉIA MARTINS BATISTA – Eu queria aproveitar esses três minutos, primeiro, para parabenizar, de novo, o Senador Paulo Paim pela iniciativa. A gente já sabe, de longa data, da militância dele e da preocupação em debater as questões de saúde do trabalhador e a questão dos trabalhadores de forma geral. Estou muito contente porque temos uma atividade daqui a três dias. Já mandei *email* para a base da CUT para a gente trazer pessoas para cá, porque a gente precisa dar visibilidade a essa atividade. Eu espero que o Presidente do INSS responda, porque, no ano passado, ele não respondeu na audiência pública; depois, ele até veio a outra audiência, teve que sair, não ficou nem 20 minutos. Então, espero que ele consiga responder para a gente poder, realmente, fazer um debate, porque eu só queria, para finalizar, entender mesmo. O nome do negócio é: tempo estimado para recuperação da capacidade funcional baseado em evidências. Eu queria entender o que é isso. Se ele conseguir explicar isso aqui, quem sabe, no final, a gente não chegue a um acordo. Mas tenho certeza de que não vai ter uma resposta a contento. De qualquer forma, a gente quer voltar ao debate para

os trabalhadores e trabalhadoras, porque somos nós os últimos interessados. Então, espero que, dia 26, a gente consiga trazer gente aqui. Quero ver se consigo confirmar a Dr^a Maria Maeno, da Fundacentro, que é uma estudiosa sobre o assunto, uma colaborada do movimento sindical, para fazer um debate um pouco mais técnico.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Junéia Batista, Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT.

Agora, quero dar a questão de ordem para que o Sinait conclua as intervenções.

Seu nome, por favor.

O SR. EDGARD DE PAULA VIANA – Edgard de Paula Viana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Brasília.

Senador Paulo Paim, a situação em Brasília é tão caótica que já faz vergonha. Este ano, tivemos aqui um mutirão de auditores fiscais de outros Estados. Só em um canteiro de obra, foram 69 autos de infração, um canteiro de obra. Numa quinzena, foram, praticamente, mil autos de infração. Então, estamos chegando exatamente a um absurdo na capital do País. Agora, imagine nesses rincões do Brasil se, na capital do Brasil, está acontecendo isso.

Era a denúncia que eu queria trazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é um dado interessante. Numa obra...

O SR. EDGARD DE PAULA VIANA – Sessenta e nove autos de infração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E mais de mil...

O SR. EDGARD DE PAULA VIANA – Mais de mil em 15 dias de mutirão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Num canteiro?

O SR. EDGARD DE PAULA VIANA – Não. Em vários canteiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em quantos dias?

O SR. EDGARD DE PAULA VIANA – Quinze dias de auditagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A situação, de fato, é grave.

Passo a palavra, agora, ao Vice-Presidente do Sinait, Dr. Francisco Luis Lima, e vamos permitir que a Presidente encerre as nossas atividades.

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – Acho que foi de grande valia a audiência. Espero que o Ministério do Trabalho consiga, realmente, reativar algumas coisas que, ao longo do tempo, estão sendo desativadas, que é a questão da saúde e segurança, que está

descaracterizada. O número de auditores médicos e engenheiros que chegarão até o final do ano é insignificante: menos de 100 médicos para atender o Brasil e menos de 400 engenheiros.

A questão da negociação coletiva, que foi, ao longo do tempo, algo importante para a classe trabalhadora, também foi desativada, desmobilizada. Então, hoje, as negociações coletivas e os acordos coletivos, há a ausência do auditor fiscal, que tinha uma experiência acumulada para isso.

E relembrar o seguinte, Sr. Senador: os servidores públicos na área hospitalar, como citado pela Jacqueline, como também na área de educação, hoje têm maior número de doenças mentais, por conta desse ambiente. Então, o servidor público está adoecendo por conta das doenças mentais, das pressões que sofre. É lamentável a situação da área de saúde pública no País inteiro; e a área de educação é da mesma forma que ocorre com o adoecimento desses trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Francisco Luis Lima, Vice-Presidente do Sinait.

Neste momento, para as suas considerações finais – depois, vamos ver, ainda, os cinco minutos do filme Carne e Osso –, passo a palavra à Drª Rosângela Silva Rassy, Presidente Nacional do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinait.

A SRª ROSÂNGELA SILVA RASSY – Obrigada, Senador Paim.

Eu também inicio já agradecendo esta oportunidade que o senhor deu para que, durante esta manhã, pudéssemos discutir a gravidade desse tema, que é a questão dos acidentes de trabalho no Brasil.

Eu quero encerrar reforçando o pedido que fizemos em nossa fala. Nós consideramos que existe a necessidade de ser formado um grupo de trabalho integrado por representações da sociedade organizada, e representações do Executivo e do Legislativo se possível, para que, de fato, seja encarada essa questão dos acidentes de trabalho.

A nossa intenção, senhores, não é aproveitar os acidentes de trabalho para trabalhar e divulgar a questão da insuficiência dos auditores fiscais do trabalho. Não é isso. É que, como nós falamos aqui, nós estamos acompanhando gradativamente a piora das condições de saúde e de segurança do trabalhador brasileiro. Nós somos testemunhas oculares desse fato e não podemos deixar que a Auditoria Fiscal do Trabalho seja levada, infelizmente, em todos os problemas que atualmente o Ministério do Trabalho vem atravessando em nosso País – como bem lembrou o Luiz, vem sendo retirada do Ministério do Trabalho a

questão da negociação coletiva, por exemplo. Nós não podemos deixar que a inspeção do trabalho, um instituto internacional – existe uma Convenção Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário –, chegue a este ponto de estar definhando, podendo até acabar.

É impossível acreditarmos que não haja uma solução para essa questão. A formação desse grupo de estudos, Senador, é importantíssima, e aqui nós pedimos sua ajuda para nos auxiliar a pensar de que forma podemos construir esse grupo para estudar a questão dos acidentes de trabalho.

Também queremos aproveitar para pedir o seu apoio em relação a um pleito que já existe no Ministério do Planejamento para a realização de um novo concurso de auditores fiscais do trabalho. Esse pleito já está no Ministério do Planejamento. Sabemos que há um decreto impedindo novos concursos, mas é preciso que o Ministério do Planejamento analise o pleito que foi encaminhado pelo Ministro do Trabalho no sentido de que seja realizado, o mais breve possível, um novo concurso, com oferecimento de vagas significativas para recompor o quadro dos auditores fiscais do trabalho no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Ouvimos a Drª Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait.

A Comissão se compromete a remeter um documento para o Ministério do Planejamento no sentido de que seja realizado o mais rápido possível um novo concurso para os fiscais do trabalho, pois estamos faltando aqui de vidas, e vidas não podem esperar.

Também nos comprometemos a ajudar na composição desse grupo de trabalho. A Comissão de Direitos Humanos e a Subcomissão de Trabalho e Previdência se sentem inseridas nesse grupo. Teríamos de ver a possibilidade de um dia aqui nos reunirmos de forma preliminar para ajustar quem estaria nesse grupo, quem seria convidado, para começarmos a trabalhar, porque, de fato, tudo o que foi dito aqui é da maior gravidade.

Para confirmar tudo o que foi dito aqui, vou pedir agora que passem cinco minutos do filme Carne e Osso. Lembro que a duração do filme é de uma hora, mas vamos passar só um pedaço.

(*Procede-se à exibição de trecho do filme Carne e Osso.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um meio ambiente agressivo. Aí você diria o seguinte: “Mas dá para eliminar isso? Não, não dá.” É um ambiente complexo. Por quê? Porque ele lida com inúmeras pessoas com grau de compreensão dos mais diversos. É uma estrutura hierárquica complexa. Muitas vezes, a pretensão da empresa hierárquica é

boa, mas ela não consegue fazer aquela ideia, a pretensão do ambiente de trabalho sadio ultrapassar as barreiras da estrutura.

(Continua a exibição de trecho do filme Carne e Osso.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, ele perde o braço.

(Continua a exibição de trecho do filme Carne e Osso.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k., pessoal. Como vemos, é da maior gravidade, o filme é longo, as partes mais chocantes ainda não estão aí, mas vamos continuar passando-o no dia 26. Continuaremos com... Aí, pega o depoimento, inclusive, aqui dito pela Junéia.

Meus amigos, eu queria, devido ao horário, encerrar esta audiência pública. Entendo que ela cumpriu seu objetivo, os dados, números, todos foram colocados, tanto que resultou numa próxima audiência para já na próxima quinta-feira. Já nesta quinta-feira, dia 26, início às 9h da manhã, convidando representantes do Ministério da Saúde e também do Ministério da Previdência e os outros convidados para o debate que estão aqui presentes hoje.

Vamos ajudar na formação desse grupo de trabalho e hoje mesmo vou assinar já o requerimento solicitando ao Ministério do Planejamento que seja agilizado o processo para o concurso de novos fiscais do trabalho.

O. k., pessoal. Muito obrigado.

Está encerrada essa primeira parte da nossa audiência pública. (Palmas.)

Terei de continuar aqui, porque vou para um segundo momento.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado. (Pausa.)

Segunda parte da nossa reunião de hoje.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55, de 2012

Requeremos, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para trazer ao Parlamento o conhecimento, experiência e o alcance da contribuição como meio de difusão de cultura do chamado “Círculo Fora do Eixo”.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Aqueles que concordam com o requerimento assinado também por mim – porque ele não está presente – permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora aos requerimentos extrapauta. Também muito rápido.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a consulta pública nº 1 de 30/03/2012, do Ministério da Previdência Social sobre o “tempo estimado para recuperação de capacidade funcional baseado em evidências”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Antigamente chamado de alta programada, né?

Nós convidaremos, como aqui já foi falado, os que participaram desta audiência pública e também os representantes dos Ministérios da Previdência e da Saúde.

Os que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os que concordam com o mérito também permaneçam como se encontram, (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater as denúncias de discriminação e xenofobia contra estudantes africanos nas universidades e os desafios a para Década Internacional dos Povos Afro-descendentes.

Autoria: Senador Paulo Paim

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os que concordam quanto ao mérito permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 4**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 58, de 2012**

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a criação dos centros de integração federal em todas as comunidades quilombolas do país, os chamados “quilombos do amanhã”.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam quanto a esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao mérito

Aqueles que querem discutir os “quilombos do amanhã”, que seriam centros de formação dos quilombos com área de educação, lazer, esporte e saúde permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Agora o mérito. (Pausa.)

Aprovado.

O último agora.

ITEM 5**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 59, de 2012**

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “Direito do Consumidor: o consumo seguro e saúde”, como parte integrante das ações da Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, promovida pela ANVISA.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam quanto a este requerimento extrapauta permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vamos agora ao mérito.

Quem concorda com o mérito permaneça como se encontra.

Aprovado.

Então, estão aprovados todos os requerimentos. Inclusive o requerimento da Drª Jaqueline está já aprovado aqui no requerimento anterior.

Então, aprovados os requerimentos.

Está encerrada a nossa audiência pública. (Palmas.)

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SÉSSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE ABRIL DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Paulo Paim, Wellington Dias, Paulo Davim, Eduardo Amorim e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº56, de 2012-CDH, aprovado em 23/04/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater a consulta nº 1 de 30/03/2012, do Ministério da Previdência Social sobre o ‘tempo estimado para recuperação de capacidade funcional baseado em evidências’. O Senhor presidente após anunciar os convidados presentes ou seus representantes, convida-os a tomar lugar à mesa e exibe, em parte, o filme “Carne e Osso”, duração de 65 minutos, produzido por Maurício Hashizume, dirigido por Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros, realização Repórter Brasil, coordenação geral de Leonardo Sakamoto e apoio das seguintes entidades: ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho; e Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho – CPICT-MS. Convidados: Junéia Martins Batista, Secretária de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores, em substituição ao Presidente Artur Henrique da Silva Santos; Marcos Ribeiro Botelho, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAFT), em substituição a Presidente Rosângela Silva Rassy; Rogério Dornelles, Médico do Trabalho; Valter Souza Pugliesi, Diretor de Informática da ANAMATRA, em substituição ao Senhor Presidente Renato Henry Sant'anna; Mauro Luciano Hauschild, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Geilson Gomes de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Médicos

Peritos da Previdência; Eduardo Costa, Presidente da FUNDACENTRO, em substituição ao Ministro Interino do Ministério do Trabalho e Emprego, Senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto. Às dez horas e treze minutos o Senhor Presidente passa a presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Davim. Às onze horas e três minutos o Senador Paulo Davim devolve a presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra a diversas lideranças presentes no plenário da Comissão. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21^a Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº56, de 2012, da CDH, aprovada em 23/4/2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater a Consulta nº 1, de 30/03/12, do Ministério da Previdência Social, sobre “o tempo estimado para recuperação de capacidade funcional baseado em evidências”.

Para esta Audiência Pública, que é desdobramento de uma feita na segunda-feira, onde inúmeras preocupações foram levantadas, convidamos a Dra Junéia Martins Batista, Secretária de Saúde do Trabalhador, da Central Única dos Trabalhadores, que já se encontra conosco e representa o Presidente Artur Henrique. Eu a convido para que venha à mesa. Por favor, seja bem-vinda.

Convidado também o Sr. Marcos Ribeiro Botelho, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinait, que aqui substitui a Presidenta Rosângela Silva Rassy. Também seja bem-vindo.

E dos presentes, convidado o Dr. Rogério Dornelles, que é médico do trabalho. Convidado também Valter Souza Pugliesi, Diretor de Informática da Anamatra, que substitui aqui o Presidente Renato Henry Sant'Anna.

Essa é a primeira mesa, sem prejuízo de uma segunda mesa, que faremos na continuação dos trabalhos. Sejam bem-vindos.

Antes de iniciar a reunião, faço questão de registrar que, ontem, no Supremo Tribunal Federal – tem tudo a ver com a política de direitos humanos – tivemos o parecer do Ministro Ricardo Lewandowski sobre a ação do Partido Democrata em relação à constitucionalidade ou não das quotas na universidade, mais precisamente na UnB. Quero cumprimentar, aqui, o Ministro Ricardo. Considero um voto histórico, que, como eu disse ontem, no plenário, entra para a história da humanidade. Uma verdadeira aula de direito civil para brancos e negros aconteceu naquela Corte, que emocionou todos que têm compromisso com essa causa. Segundo relato dos que ali estiveram – eu estava presidindo, naquele período, parte dos trabalhos da comissão –, muitos dos presentes com certeza absoluta chegaram às lágrimas, pela importância daquele momento.

Enfim, as ações afirmativas são constitucionais. As quotas, com certeza, no dia de hoje, pelo parecer do Relator, serão aprovadas, reconhecendo um direito de negros, índios, pobres e alunos de escolas públicas de estarem na universidade. Para mim, é importante fazer esse registro. É uma luta histórica. Eu mesmo estive no Supremo Tribunal Federal, numa audiência pública promovida pelo Relator, Ministro Ricardo, em que se defendia a política de quotas. À época, lembro-me de que foram convidados dois Senadores. Isso não tem nada a ver com o momento que ele está atravessando, porque isso vai ser discutido lá, mas o Senador Demóstenes teve a posição contrária – legítima a posição dele – e eu a favor. Foi também uma audiência pública que para mim entra no marco dos Poderes do nosso País.

Ontem, o voto do Relator foi de grandeza, na visão de políticas humanitárias e, como eu disse, deveria ser gravado e escrito na história da humanidade. Tenho certeza de que, hoje, os ministros haverão de acompanhar o parecer do relator, assegurando o acesso à universidade daqueles que sempre foram discriminados ao longo de suas vidas.

Muito bem. Vamos à nossa audiência, agora. Eu vou fazer apenas uma pequena introdução.

Temos travado uma batalha muito grande com relação a esse assunto que vamos debater aqui, hoje. Eu mesmo fui autor, há muitos anos, desde que surgiu essa história de alta programada, de um projeto de lei que o Senado aprovou por unanimidade, para acabar com a tal de alta programada. Quem deve dar alta é o perito; se o perito não der alta, não tem como o computador dizer qual dia o cidadão deve retornar ao trabalho.

O que acontecia? Valho-me da minha experiência na fábrica. O computador dava alta, o cidadão voltava para a fábrica, chegava ali e o médico da fábrica não o aceitava naquelas condições; então, ele ficava sem receber da fábrica e da previdência durante, às vezes, dois, três meses. Tenho inúmeros casos – os sindicatos que estão aqui podem confirmar – em que isso aconteceu.

Muito bem. Mediante aprovação desse meu projeto, houve até uma conversa com o Ministério correspondente para debater essa situação, não se chegando a um entendimento. Percebo que mudou o nome, e quero aqui que me provem o contrário. Estou aqui – claro, não sou dono da verdade – para ouvi-los. Isso voltou com outro nome, mas praticamente é o mesmo sistema: é uma alta programada. Na verdade, essa questão preocupa a todos; a inúmeros sindicatos. Destaco aqui o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, na figura de seu Presidente, aqui deu um branco agora, o atual Presidente do Sindicato lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Repita o nome dele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lírio Rosa. Ele me ligou no domingo, muito preocupado, e eu disse que esta semana iríamos tratar do tema aqui.

Enfim, houve outro projeto também apresentando aqui, no Senado, que é uma cópia daquele que eu já havia aprovado. Esse projeto também foi aprovado por unanimidade, embora não tivesse necessidade. Aprovado um, não podem aprovar a mesma matéria dali a quinze dias. Tanto que há uma indignação no Senado, porque foram aprovados dois projetos iguais, coisa que não acontece aqui na Casa. Não se aprovam dois projetos iguais.

Quando vem outro projeto na mesma linha de um existente, o que se faz? Ou apensa, ou diz que já foi aprovado aqui um projeto nesse sentido. Mas a indignação dos Senadores é tão grande e unânime que aprovaram dois projetos pedindo o fim da alta programada, embora tenham feito recurso para lá e para cá do plenário.

O Senado tem uma visão consolidada. Não há um Senador que defenda, nem da base, nem da oposição, a tal de alta do computador. A máquina – e lembro de novo Charles Chaplin – acaba substituindo totalmente o homem e, nesse caso, ninguém tem dúvida do que está acontecendo.

Não vou ler esse monte de folhas, mas recebi aqui, na segunda-feira, um livro, eu diria uma Bíblia, um catálogo telefônico – desculpe a expressão; é somente

para situar quem está assistindo à TV Senado – onde, se não me engano, são mais de 9 mil...

A SR^a JUNÉIA MARTINS BATISTA – São 9.500 códigos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São 9.500 códigos e sobre essas 9.500 doenças – pelo menos foi isso que entendi e por isso o momento aqui é de esclarecimento – o computador que decide. Para quase 10 mil doenças o computador decide se deve dar alta ou não. Isso, claro, preocupa a todos.

Primeiro, há o trabalho de se construir esse catálogo e, segundo, qual o papel do médico, do perito, do médico da empresa, do médico do INSS, se caminharmos nessa linha? Eu confesso que fico cada vez mais preocupado; e espero que o Congresso tenha uma posição diferenciada, para que isso não termine outra vez no Supremo Tribunal Federal, que, diga-se de passagem, tem posições mais avançadas do que o próprio Congresso. Acho que se cair na justiça...

Eu avisava, há muito tempo – dou-me o direito de dizer isso –, ao Ministério da Previdência, ao INSS que se não quisessem discutir o fator com a profundidade devida, eles iriam se ferrar no instituto da desaposentadoria. Dito e feito! Disseram que eu estava errado: "Ganhamos no Supremo!". Eu disse: "Olha, se já é assegurada para os servidores a opção do instituto da desaposentadoria, o Supremo, se tiver o mínimo de justiça, vai assegurar também para o trabalhador do regime geral. Resultado: o voto de Relator, Ministro Marco Aurélio, é favorável ao instituto da desaposentadoria. O que eu dizia? O que vai acontecer? Querem manter o fator? O trabalhador se aposenta com o fator, continua trabalhando, fica com dois salários e, lá na frente, manda recalcular e vai se aposentar com o salário integral. Resultado: está aqui na Lei de Diretrizes Orçamentárias - casualmente, este ano, eu faço parte da comissão – uma previsão de 49 bilhões que vão ter que pagar. Se tivessem acabado com o fator...

O dado oficial que eu tinha era um 1 bilhão por ano, mas depois inventaram que virou 30 em não sei quantos anos. Mas tudo bem. Que fossem 30 em não sei quantos anos. Agora vão ter que resolver o fator e pagar mais 50 de ações já impetradas, que estão trabalhando. Calculem os outros todos que entrarão mais na frente. Enfim, mas a justiça há de prevalecer. Eu sou totalmente favorável a que, se o Congresso não decide, que o Supremo decida. Os projetos estão aqui e o Congresso não decidiu ainda o fim dessa bendita alta programada. Que o Supremo decida.

Eu fiquei um pouco preocupado com a notícia segundo a qual o Supremo está tendo uma postura mais avançada que o Congresso. Isso é real, é verdade e é fato. Não há como eu negar isso. Estou preocupado

porque existe uma Adin agora na Câmara, que poderá ser aprovada, querendo sustar a decisão da justiça, o que considero um absurdo. Quando o Supremo entra, é a última instância. Ele vem para isso. Ele vem para balizar o trabalho do Executivo e do próprio Legislativo. Por isso o nome é Supremo Tribunal Federal. Eu penso que é totalmente inconstitucional essa PEC, esse projeto que quiserem apresentar e eu serei contra. O Supremo tem todo o direito, quando há omissão, seja do Executivo, seja do Legislativo, de intervir na busca da justiça. Por isso o nome é Justiça. Nós estamos recorrendo à Justiça.

Mas vamos lá. Muito mais do que só eu. Repito de novo: vou votar no congresso da Anamatra e vou defender a tese de que hoje é mais fácil avançarmos no Supremo do que em algumas instâncias, infelizmente, dos outros Poderes.

Vamos ao nosso painel aqui, convidando, pela ordem que recebi... Pergunto se há alguém aqui representando o INSS?

Eu lamento. Isso mostra que eles não estão muito preocupados com esse tema, mas deveriam estar.

A audiência era para as 9 horas. Dizem que não chegarão aqui antes das 10 hs. Mas tudo bem. O importante seria ouvir a posição, porque poderiam me provar o contrário. Mas quando não vêm para o diálogo, no meu entendimento é porque não têm argumento. Se você tem argumentos, você não tem medo do diálogo, até porque aqui é um diálogo equilibrado, tranquilo, respeitoso. Aqui ninguém falta com a ética, no bom debate que temos feito nesta comissão com empresários, trabalhadores, banqueiros, ruralistas. Todos aqui têm espaço para expressar seu ponto de vista. E, em se tratando de um tema como este tão delicado como se apresenta, lamentamos se o Presidente do Instituto, que havia confirmado presença, Dr. Mauro Luciano Hauschild, não comparecer.

Então, nós queremos, mais uma vez, não criticar, mas dizer que entendemos o atraso e esperamos que até as 10 horas eles estejam aqui, para que aqueles que têm posição contrária percebam que é a maioria que está na mesa. E talvez eles gostassem de expor seu ponto de vista na busca de encontrarmos, na presença deles, uma saída. Não sei qual a posição de vocês que estão conosco.

Passamos uma parte daquele filme Carne, Osso. Se nós pudéssemos passar outra parte do filme, mostráramos essa realidade dentro das fábricas. Calcule um trabalhador desses com alta programada. Então, poderíamos iniciar pelo filme, para que aqueles que estão questionados pela iniciativa possam chegar a tempo. Vamos lá. Vamos pelo filme, então.

Este filme fala da realidade dos trabalhadores dentro dos frigoríficos. Podem passar o filme. Fui socorrido pela assessoria, para não cometer nenhum erro. O filme é Carne, Osso. Conta a história dos frigoríficos brasileiros, os quais ganham mercado em todo o mundo, mas na esteira desse sucesso estão histórias poucos conhecidas de trabalhadores afastados por jornadas intensas, penosas e repetitivas.

Realização: Repórter Brasil. Leonardo Sakamoto. Apoio: ANPT, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, e Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Vamos ver e ouvir. Direção de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. Seleção oficial: É tudo verdade 2011.

(Procede-se à exibição de filme.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, já está presente o Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS. Na verdade, já passamos esse filme. A segunda parte, que vai passar agora, nós exibimos na segunda-feira. O que acabou de passar foi a parte anterior que não havia sido apresentada na segunda-feira. Com isso, nós praticamente exibimos, pela TV Senado, entre segunda e hoje, todo o filme Carne, Osso. É bom lembrar que tudo aqui são fatos reais. É tudo verdade, como aqui diz. E os personagens são todos reais. Então, nós encerramos agora essa parte do filme, que mostra a realidade que vocês viram muito bem e é chocante.

Todo o mundo sabe que nas grandes obras da construção civil, nos curtumes e em muitas empresas o quadro não é diferente. Então, a realidade dos trabalhadores no Brasil – e os fiscais do trabalho que estão aqui mais do que ninguém podem demonstrar – é preocupante. Mesmo as grandes usinas que estão hoje em construção, onde houve inúmeras paralisações, se não me engano no Nordeste, mostram uma realidade que preocupa a todos quanto às doenças e acidentes de trabalho. Por isso, esse debate tem tudo a ver com o filme que aqui passamos.

Eu queria, neste momento, convidar para estar à mesa conosco o Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, Dr. Mauro Luciano. Está sendo providenciada uma cadeira.

Nós podemos começar com outros palestrantes. Você pode se aproximar um pouco mais para cá. Há espaço. A mesa tranquilamente dá para o número de pessoas que, até o momento, estão aqui.

Só pergunto para minha orientação. José Augusto justificou que está num debate, no TST, sobre o mundo do trabalho. Eduardo Costa parece que também vai atrasar. Geilson Gomes de Oliveira também. Então, convido o Geilson para, se puder, também ficar

na mesa. Daí, nós faremos uma única mesa quando todos se acomodarem.

Vou conceder o tempo de 10 minutos para cada um dos convidados. Vamos começar já com o processo que havíamos combinado. Está com a palavra, pela ordem, Junéia Martins Batista, Secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, representando aqui o Presidente **Artur Henrique da Silva Santos**.

A SR^a JUNÉIA MARTINS BATISTA – Bom dia!

Mais uma vez, agradeço a convocação desta audiência ao Senador Paulo Paim. Acredito que para nós, trabalhadores e trabalhadoras, saúde e segurança no trabalho é um tema recorrente.

Desde quando começa a história do mundo do movimento sindical, ela se inicia justamente discutindo as condições de trabalho na história do movimento sindical europeu, que se repete no restante do mundo, em especial aqui nas Américas.

Quando começamos a debater a nossa vida no processo do trabalho, a primeira coisa que discutimos é a questão das condições de trabalho e jornada de trabalho. Então, quando a gente vê um filme como este, no Séc. XXI, com aquelas pessoas todas de branco usando aqueles fones de ouvido, eu comentava com o Senador que parecia um bando de robôs, pois as pessoas não podem falar, não têm tempo de ir ao banheiro e têm um tempo determinado para fazer a produção sair.

Como estamos no mês de abril, mês em que temos um momento, no movimento sindical mundial, de uma reflexão sobre as mortes por acidentes de trabalho, não poderia ser diferente. No ano passado, tivemos esse momento no mês de abril e fizemos um debate sobre a questão da humanização das perícias médicas. E, este ano, novamente retomamos este debate, um pouco preocupados e preocupadas com uma proposta que, na verdade, não é nova.

É importante a presença do presidente do INSS aqui entre nós, nesta audiência pública, porque depois de debater aqui, ao final da nossa fala, queremos pedir que a Consulta Pública nº 1, que trata da cobertura previdenciária estimada, seja anulada, cancelada, adiada, até que os trabalhadores, até que as pessoas envolvidas diretamente e os órgãos responsáveis envolvidos diretamente com a vida dos trabalhadores sejam consultados.

Nós pedimos um estudo sobre essa consulta pública, e a posição da CUT, do movimento sindical, é de que ela é a consulta dos sete erros, ela tem sete erros. E eu, para não perder muito tempo, vou citá-los.

Primeiro grande erro: criou um instrumento por intermédio de um grupo de trabalho instituído pela Diretoria de Saúde do Trabalhador sem a participação de

instituições especializadas, como o Conselho Federal de Medicina, a Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador (Cist), do Conselho Nacional de Saúde, entre outros.

O segundo erro: não submeteu essa proposta, em nenhum momento, ao Conselho Nacional de Previdência Social, que é um conselho deliberativo, para que avaliasse se ela poderia seguir em frente ou não.

O terceiro grande erro: ela relacionou numa tabela diversos tipos de doenças e definiu os respectivos tempos de afastamento sem considerar estudos científicos sobre o assunto, processo e organização do trabalho, inclusive doenças da modernidade, muitas delas relacionadas aos transtornos mentais, que têm aumentado nos últimos anos; é a história das metas abusivas, a que a maioria dos trabalhadores, principalmente do setor bancário, está submetida. Aliás, a gente tem um trabalho muito grande na CUT com relação à questão das metas abusivas e o que isso significa do ponto de vista da saúde do trabalhador.

O quarto erro: jogou para um sistema informatizado a decisão do afastamento e do tempo estimado para a recuperação de capacidade funcional com base em evidências – que evidências são essas? –, retirando do médico-perito a responsabilidade por uma avaliação criteriosa, que possibilite um tempo maior de afastamento e recuperação do segurado quando necessário. A gente acha que este é um dos principais erros.

O quinto erro: não há nada na proposta que mencione a relação do tempo de afastamento com o projeto de reabilitação física e profissional. Isso é uma demanda do movimento sindical. A questão da reabilitação física e profissional das pessoas que vão para o mercado de trabalho ninguém leva a sério. É muito difícil você pensar... O trabalhador não quer ser encostado aos 32 anos de idade, aos 40 anos de idade; ele quer produzir. Sabe-se muito bem o que acontece física e emocionalmente com uma pessoa que é afastada do mercado de trabalho, às vezes, aposentada compulsoriamente ganhando uma miséria, uma merreca, como a gente costuma dizer. As pessoas não querem isso, as pessoas querem produzir. A questão da reabilitação física envolveria um debate que nós deveríamos levar muito mais a sério, um debate que não está colocado.

O sexto erro. Nós tivemos a 3^a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, que aprovou resolução exigindo a suspensão imediata do programa Data Certa, agora sendo retomado com esse formato: a Consulta nº 1.

Por fim, uma consulta pública. Ela carece de amplo estudo de especialistas, da participação de representantes dos trabalhadores e de uma explicação pedagógica que dê transparência aos objetivos da

proposta, que vai afetar diretamente os trabalhadores e trabalhadoras. Isso foi o que nós levantamos.

Aí, as centrais sindicais – CUT, Nova Central, GTI, Força Sindical –, reunidas no dia 13 de abril, protocolamos, junto à Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho, um documento reivindicando a suspensão dessa consulta. Hoje são 26 de abril, treze dias se passaram, já se está finalizando o prazo para a consulta ser implementada, mas a gente não teve nenhum retorno na prática.

Agora está acontecendo a reunião do conselho. Um companheiro nosso, da CUT, está participando agora dessa reunião. Até pedi que ele visse se trazia as pessoas para cá, para participarem desta audiência.

Eu achei muito oportuno nós termos sido chamados para a audiência pública de segunda-feira, na qual o Senador teve a brilhante ideia de pensarmos dentro do seguinte espírito: temos um prazo, que é o dia 26; então, vamos reconvocar outra audiência pública, chamar as pessoas responsáveis. A pessoa responsável está aqui com a gente, que é o presidente do INSS, Dr. Mauro. E eu gostaria, ao final da minha fala...

Eu não vou falar muito, porque a gente falou muito na segunda-feira. A ideia é a gente ouvir mais do que falar, porque a gente já tem falado bastante. A gente tem de ouvir e esperar, no final, que a resposta seja positiva: que essa coisa não vá à frente, pelo menos até que a gente discuta nos fóruns que têm direito de fato de fazer esse debate.

Obrigada, Senador. Por enquanto, a minha fala é essa; depois eu faço alguma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, essa foi a Junéia, representante da CUT.

Nós vamos continuar aqui. Eu fiz um apelo ao Senador Paulo Davim, que está aqui conosco, para assumir temporariamente a Presidência, uma vez que o Presidente do TST se encontra aqui, numa comissão ao lado, e eu sou um dos autores do requerimento que questiona um projeto de lei – e ele veio para responder – que reduz os direitos dos trabalhadores naquela Casa. E o projeto do TST aprimora o direito dos trabalhadores. Acontece que esse projeto já foi aprovado em duas comissões. Eu o peguei para relatar e, claro, eu o estou rejeitando, porque reduz direitos dos trabalhadores. Então, é importante que opere dentro das normas dos ministérios. É importante que eu vá lá aproveitar a presença do Ministro do TST para assegurar direitos dos trabalhadores. Trata-se de rejeitar o projeto que prejudica os trabalhadores e aprovar aquele que amplia os direitos dos trabalhadores junto àquela Corte, junto ao TST.

O meu querido Senador está me fazendo esta gentileza. Ele vai continuar chamando os oradores. Eu vou lá e, em dez minutos, estou de volta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Bom dia, é um prazer estar aqui com os senhores dividindo esta mesa.

O próximo orador é o Dr. Marcos Ribeiro Botelho, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que disporá de dez minutos, conforme o estabelecido.

O SR. MARCOS RIBEIRO BOTELHO – Senador, membros da mesa, senhores e senhoras, bom-dia.

Senador, esta é uma prorrogação da audiência que ocorreu na segunda-feira. Eu vou aproveitar para mostrar mais alguns dados, já que não tivemos oportunidade de fazê-lo naquela data.

Por favor, dados da Rais de 2011.

Nós temos 70 milhões de vínculos trabalhistas em 2011. Por que 70 milhões? Porque alguns trabalhadores têm um ou mais vínculos durante o ano. São 3 mil auditores fiscais do trabalho. Dividindo 70 milhões por 3 mil auditores, nós temos mais de 23 mil vínculos para cada auditor fiscal.

Tivemos, em 2010, 2.712 mortes por acidente de trabalho, número que saiu dia 24/4. O Ministro Garibaldi, num evento juntamente com o Ministro do Trabalho, informou que fechamos 2011 em 3 mil mortes. Então, tivemos um acréscimo de 10% de 2010 para 2011. E nós sentimos isso em nosso dia a dia. Como o número de auditores fiscais não cresce, à medida que os acidentes vão se sucedendo, a nossa carga de trabalho aumenta.

Todos conhecem o ditado que diz que os números não mentem, mas, neste caso, mentem. Por que mentem? Eu vou citar aqui um caso – na verdade, é o meu caso.

Eu já analisei seis acidentes de trabalho na grande Belo Horizonte este ano. Uma jovem de 16 anos fraturou a perna em dois lugares e a empresa não emitiu a CAT. Um motorista de carreta, transportando ácido sulfúrico, teve queimaduras em 40% do corpo e foi emitida a CAT após o acidente, que era um acidente não-fatal. Só que, um mês depois, ele veio a óbito; ficou internado e veio a óbito. Em seis acidentes, nós temos dois furos: um, porque não foi emitida a CAT – insistimos com a empresa, chegamos a autuá-la, mas a empresa não emitiu a CAT –; no outro, houve a emissão da CAT, mas como acidente não-fatal e, após o óbito, essa CAT não foi transformada em acidente fatal. Então, em seis casos, tivemos dois furos.

Por favor.

Bem, sobre a questão dos benefícios previdenciários. O que podemos falar é o seguinte: é de 50%

o percentual dos trabalhadores que nos procuram em plantão fiscal para reclamar de benefícios previdenciários ou de altas concedidas sem condição de trabalho.

Por favor.

Um exemplo: "Tenho baixa do INSS para a semana que vem, mas ainda sinto muita dor. Voltei para trabalhar na empresa, mas o médico do trabalho não me liberou para o trabalho. Estou sem condições de trabalhar. Como é que eu faço?". Então, o problema de 50% dos que nos procuram é este: ele está com baixa, tem de voltar a trabalhar, mas continua com dor, continua sem condições de trabalho ou, então, o próprio médico da empresa diz que ele não tem condição de trabalhar. Aí, o trabalhador fica no limbo, sem saber o que fazer.

Por favor.

Como nós nos conduzimos nessa situação? O trabalhador deve se dirigir ao médico do trabalho da empresa para a emissão de um laudo médico informando que o mesmo não tem condições de exercer aquela função. Com esse laudo médico, o trabalhador entra com o pedido de... Fui consertado pelos colegas da Previdência: não é pedido de reconsideração, mas de prorrogação do benefício. Ele entra com o pedido de prorrogação com o laudo médico do médico da empresa que diz que ele não tem condições de retornar ao trabalho. Nessa situação, o INSS também pode definir uma reabilitação profissional. Experiência nova, experiência inovadora do Ministério do Trabalho lá no Piauí, na Superintendência do Piauí: é um grupo de acompanhamento ao acidentado do trabalho.

Por favor.

O FT médico do trabalho convoca o profissional médico da empresa para um diálogo. Juntos, eles emitem um laudo médico para subsidiar o médico perito do INSS para a reabertura do benefício – na verdade, para a prorrogação do benefício – ou sugerem que, então, a empresa reabilite o trabalhador em outra função. Então, é por meio do diálogo entre o médico do trabalho e o médico auditor fiscal do trabalho. Com o laudo médico, o trabalhador pode pedir a prorrogação do benefício.

Última opção: o trabalhador aciona a Justiça do Trabalho. Não é o que nós queremos – queremos resolver a situação no âmbito administrativo –, mas o trabalhador, diante de uma situação como essa – sem receber o benefício previdenciário, sem receber da empresa –, no final, o que lhe cabe é ação a Justiça do Trabalho – nesse período, fica sem remuneração.

Bem, antes de terminar, gostaria de mencionar que eu estava conversando com o Senador Paulo Paim sobre o trabalho em frigoríficos. Numa ação fiscal encerrada agora no Município de Uberlândia, Minas

Gerais, dos 1.075 B91 – benefício devido por acidente de trabalho – referentes àquela empresa, somente 92 trabalhadores tiveram CAT emitida. Os demais benefícios foram através do Ntep. Assim, a gente tem uma noção da proporção em que são subnotificadas as doenças do trabalho.

Obrigado pela atenção, Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Dr. Marcos Ribeiro Botelho. Passamos para o próximo orador.

Concedo a palavra ao Dr. Rogério Dornelles, que é medico do trabalho.

O SR. ROGÉRIO DORNELLES – Bom dia a todos.

Bom dia aos componentes da mesa.

Quero cumprimentar o Senado, na figura do Senador Paulo Paim, por haver convocado esta audiência pública, porque, no decorrer dos trabalhos, veremos que ela tem absolutamente tudo a ver com a questão de direitos humanos.

É importante a análise da consulta pública. A manchete é bem interessante. Depois veremos que ela tem consequências, no decorrer dos trabalhos. A população pode opinar. Basicamente é isso. Esse é o objetivo da consulta, esse é o objetivo disso: colocar data em doença. Data que a pessoa vai ter, obrigatoriamente, de ficar boa da doença. Quer dizer, a gente vai discutindo no decorrer dos trabalhos.

Eu quero discutir uma doença específica, que é a Síndrome do Túnel do Carpo, porque pelas datas que estão colocadas, parece-me que se coloca 15 dias para a Síndrome do Túnel do Carpo, 30 dias para tratamento clínico e 30 para cirurgia.

O que é a Síndrome do Túnel do Carpo? É uma diminuição da sensibilidade tátil e força na mão. Como o teste é feito? Faz-se um piparote de papel e pede-se para a pessoa fazer isso aqui. Ela não consegue; diminui a força. É isso. Tem coisas que são simples, em Medicina. Ela tem uma parestesia, no início, noturna; depois se torna constante, acompanhada de dor.

Toda dor crônica gera um componente que se chama depressão. Por exemplo, se temos dor de dente sexta-feira e não podemos ir ao dentista no sábado e no domingo, então, a gente sabe muito bem como estará o nosso humor no domingo. A gente vai se deprimindo, porque a dor é uma defesa que o ser humano tem; é uma defesa que todo ser vivo tem, porque, se não tivéssemos dor, todos estariam mortos.

O que acontece com essa pessoa? Ela deixa cair os objetos, perde os movimentos, não consegue fazer movimentos finos, tem insônia pela dor. E tudo isso gera uma diminuição de produção. Não vou nem falar na vida dessa pessoa como está ficando. Mas ela dimi-

nui a produção dela por vários motivos: diminui porque não consegue mais mecanizar o movimento; diminui porque ela tem de parar para fazer uma massagem na mão. Então, é isso que acontece com essa pessoa.

Qual o tratamento dado? Antiinflamatório, analgésico, antidepressivo e fisioterapia. Não havendo respostas com isso, naqueles casos que são moderados, que não baixaram de grau ou são severos, é cirurgia.

Como é a vida dessa pessoa? Se ela tiver sorte, vai levar 60 dias para chegar a um ortopedista. Depois de passar pelo ortopedista – porque não se dá pelo SUS e nem por plano de saúde fisioterapia que não seja pela mão do ortopedista – levará 30 a 60 dias para conseguir marcar a fisioterapia. Se ela for fazer a cirurgia, vai levar de dois a três anos, se tiver sorte, para marcar a cirurgia. Eu estou falando pelo SUS em Porto Alegre, não em outras cidades.

Bom, cirurgia. Vai ficar bom em 30 dias? Ela leva 10 dias para retirar os pontos. Mais 20 dias para recuperar o movimento da mão. E ela fica com diminuição de força, com dor; e como a gente leva tanto tempo para operar, esse nervo fica lesado e continua com dor. E você faz a eletroneuromiografia e continua lá a lesão no nervo.

Esta é a pessoa que a gente quer que volte a soldar, a cortar frango, a montar tudo o que é pecinha, a parafusar. É isso que a gente quer. Em 15 dias? Quer dizer, isso é uma forma de não conceder o benefício e desconsiderar a doença. O que se está dizendo é que essa pessoa não fica doente. Que Síndrome do Túnel do Carpo não é doença e não tira a capacidade dela de trabalhar. É isso que se está dizendo.

Angina.

Você sabe que toda aquela dor precordial, até você conseguir fazer um eletro de esforço, uma cineangiografia, é angina! Certo?

Então, o que eu vou fazer? Farei com que um carregador continue a carregar peso; ou fazer alguém que trabalha em uma boca de forno continuar a fazer aquele esforço excessivo que o calor dá. É isso. O que eu vou fazer? Eu vou matar a pessoa! É isso que eu vou fazer!

Então, o que eu tenho? Está ali: fazer laboratório: 30 dias; fazer CG de esforço: 60 dias; cineangiografia: 180 dias. É isso.

Hérnia de disco.

Hérnia de disco: 30 dias. Quem teve hérnia de disco sabe que é um absurdo. Não se consegue ficar sentado quando se está com essa hérnia de disco agudizada. Agora, imagine essa hérnia de disco em um motorista de ônibus, que faz com que ele perca o movimento da perna! Imagine essa hérnia de disco em alguém subindo escada na construção civil! En-

tão, imagine que essa pessoa com hérnia de disco vai ficar sem mo movimento da perna! Porque é isso o que acontece com a hérnia de disco: a pessoa perde o movimento e sente dor naquela região que está afetada pela hérnia que, normalmente, é em um membro superior, ou, se for cervical é pior ainda, porque não tem como se proteger.

Guillain Barré: 90 dias.

Guillain Barre é uma doença autoimune que destrói a mielina nos nervos. É mais ou menos como um sistema em curto-circuito, porque a mielina faz com que os neurônios fiquem isolados uns dos outros. Leva 18 meses para a pessoa ter um princípio de recuperação. Isso, muitas vezes, quando se tem passado até três meses dentro do CTI. Então, isso é piada!

Eu sou médico. Eu atendo. Eu não me apresentei, mas sou médico do trabalho. Desde 1989, atendo trabalhadores de várias categorias profissionais. Então, assim, ficamos preocupados. Mas eu sou um idiota! O que aqueles livros que o Ministério da Saúde escreve como manuais estão dizendo? São todos contraditórios quanto a isso. Alguma coisa está acontecendo. Aí, vamos atrás.

Eu não gosto de ser idiota, não sei se alguém gosta; eu não gosto, eu não gosto de fazer coisa errada, eu não gosto de interpretar errado. Vamos atrás. Em cima do que foi feito isso?

Faz-se uma consulta pública que não tem 30 dias. Faz-se uma consulta para a população... Se eu chegar para a população e perguntar o que é Guillain Barré, provavelmente vão achar que é perfume, que é alguma loja de moda, entende? Como eu vou fazer isso para a população? Eu tenho de fazer isso com os órgãos técnicos para decidir, como gente que pensa em cima disso.

Isto é um absurdo! É inominável mexer com a vida, como o próprio documento coloca, de um milhão e oitocentos benefícios por ano, de um milhão e oitocentas mil pessoas por ano, como uma irresponsabilidade desta.

Não apresenta referência bibliográfica. Então, eu também não pude sanar e corrigir a minha ignorância, porque eu não pude ler de onde saiu isso.

Diz tratar estatisticamente, mas não apresenta metodologia de cálculo. Todo cálculo estatístico em população exige métodos complexos, porque senão...

Por que o pessoal acerta, na maioria das vezes, na estatística eleitoral? É porque faz média, gente. Média é o seguinte: a cabeça na lareira e os pés no freezer, 36º centígrados, tu estás ótimo! Só que tu estás morto! Você tem de tratar isso dessa forma? E, após tantos erros técnicos, diz-se tratar medicina em evidência! Pelo amor de Deus! Se tu falares em medicina em

evidência, isso dá um trabalhão para tu discutires uma doença, imagine toda Cid? É brincar com o que é sério, sabe! E dar esse direito de ter um milhão de pessoas com isso, porque vamos considerar que a pessoa entrou com mais um benefício por ano. Até coloquei um milhão de pessoas com isso. Onde está a seriedade disso? Como se vai levar a sério uma coisa desta?

Que proposta é essa que não respeita os mínimos padrões científicos, não conceitua a perda de funcionalidade para o trabalho, não leva em consideração a realidade de trabalho e vida e acesso ao serviço de saúde? E pelo tempo de recuperação proposto, não leva em consideração a dor e o sofrimento das pessoas.

Coroamento de uma política, maus tratos na perícia, desinformação, falta de critérios, preconceitos, negativa elevada de benefícios. A gente tem de pensar como isso é possível. Daí tu tens de encontrar algum lugar onde isso é possível. Eu só encontrei parâmetros na Hannah Arendt, que foi quem escreveu *Eichmann em Jerusalém*. Para quem não a conhece, é uma filósofa judia alemã que mais avançou na questão da condição humana na discussão do Nazismo.

Qual questão o Nazismo levanta? A gente vê aquele negócio de matar a rodo judeu, matar cígano, matar... Tu tens de ter uma explicação para isso. Tu não aceitas isto, porque não é normal. Tu retiras a condição humana do outro. Como tu fazes isso retirando a condição humana de um segurado do INSS? Chamando-o de fraudador, dissimulado... Mais de uma vez, peritos... Porque eu ouvi o presidente falar... Eu não represento, mas quando fala nos jornais, diz-se que 40% das pessoas que procuram são simuladores.

Outra coisa. Peço mais um minuto. Quando ela viu Eichmann ser julgado em Jerusalém, percebeu que ele era uma pessoa extremamente normal. Ele era um burocrata que fazia aquilo que estava ali escrito. Ele não tinha a capacidade de separar o bem do mal. Tu banalizas o mal desse jeito. Tu entendes? Tu não respeitas o sofrimento de ninguém. E tu repetes tanto que as pessoas são fraudadoras, os trabalhadores são mentirosos, que acaba virando verdade.

Eu fiz, agora, uma pesquisa com os trabalhadores do Judiciário Federal. Nós colocamos nessa pesquisa preferências sexuais e também aquilo em que as pessoas se sentiam, de alguma forma, sujeitas a preconceitos.

(Interrupção do som.)

O SR. ROGÉRIO DORNELLES – O primeiro lugar foi “estar em licença de saúde”; segundo lugar, “obesidade”. Então, interessante, eu fiquei surpreso, por isso a gente pegou no ar e eu fiquei extremamente surpreso. O servidor público, hoje, se sente mais sujeito a preconceito por estar em licença de saúde.

Isso é um discurso oficial, que pega todos os trabalhadores do País.

Quando a gente acha que o Mengele morreu, ele está vivo, porque onde tem totalitarismo junto com pseudociência, há maldade, há completa desconsideração do que é o ser humano.

Consequências disso: o trabalhador vai trabalhar doente, vai agravar a doença, vai demitir-se para poder tratar, ou para qualquer coisa e vai aumentar o risco de acidente, como eu já citei alguns; o motorista com hérnia de disco, o bipolar que diz estar ótimo, mas chega lá e se mata ou mata alguém depois.

O INSS vai criar um passivo de ações de restabelecimento. E neste caso, não vai ser só de restabelecimento, vai ser indenizatória. Por quê? Vamos pedir indenização daqueles que pioraram, porque morreram, porque tiveram alta dada pelo computador, alta sem nenhum tipo de critério ou análise.

Adoecimentos dos servidores.

A gente tem observado que muitos dos peritos novos, todo mundo que é novo segue aquilo que o mais velho diz. Mas, os novos, hoje, estão colocando em julgamento essa situação. E a gente nota isso, inclusive com eles indo conversar com os mais velhos e dizendo: “Não, mas essa pessoa está doente. Eu vou dar o benefício”. E enfrentando. Então, isso causa adoecimento dos servidores; causa adoecimento do servidor que atende aquele servidor que, a olhos vistos, não tem condições de trabalhar; e mancha a imagem do INSS, que é tão fundamental para nós, porque ela faz parte da segurança social.

As empresas vão responder solidariamente se deixarem alguém doente trabalhar e vai aumentar a quantidade e a gravidade dos acidentes e doentes por causa disso. Vocês podem ter certeza disso.

A sociedade, além do descrédito com relação à segurança, pagará a conta, diretamente pelo INSS e indiretamente pelas despesas judiciais, somados aos adoecimentos dos juízes e servidores que a gente constatou nessa pesquisa também.

Análise.

O diagnóstico está errado. A causa da quantidade de duração do benefício não é o segurado.

Fenômenos complexos, como a saúde e a sociedade, são multicausais. E a saúde passa pelas condições sociais e culturais, perpassa pela estrutura genética e assenta-se nas reais condições de vida e trabalho. Portanto, reconhecer o adoecimento é um bom início para acertar o diagnóstico.

Proposta.

O INSS deve abandonar seu desejo de ser segurador. Ele não é segurador. Ele faz parte de uma norma constitucional, que é a segurança social. Isso ele tem

que colocar em sua cabeça; ele não é seguradora, ele não é SulAmérica, não é Bradesco Seguros, faz parte da seguridade social.

Acho que, se o INSS quer diminuir esses custos, ele tinha que participar ativamente ou liderar o G-Sat. O INSS tem dados privilegiados e pode apontar as empresas que mais estão adoecendo. Ele pode indicar para o Ministério do Meio Ambiente onde acontecem fatores ambientais que estão adoecendo as pessoas. Ele pode orientar e avaliar os serviços de saúde, porque a pessoa faz trezentas fisioterapias e não melhora; aí, quando se vai ver que tipo de terapia é, a pessoa fica com o gelinho passando. Então, é essa a questão: ele tem esses dados e se ele quer reduzir custos, com razão, diminuindo o número de pessoas que ficam doentes, ele tem que participar ativamente disso.

Perícias médicas. Tem que ter critérios de acordo com a comunidade científica. Não adianta ficar inventando critério. Treinamento pelas universidades públicas, autonomia no trabalho do perito. Médico tem que ser autônomo. Médico que não é autônomo se perde. Médico tem que decidir pela sua cabeça e responder por isso. Esse é o dia a dia da boa medicina. Os peritos estão sendo avaliados por média de concessão de benefício. Isso é um absurdo, porque isso leva necessariamente... Em uma empresa, quanto mais se produz, mais se puxa a produção para cima; na perícia é o contrário: quanto menor se der, puxa-se para baixo, e todo mundo vai ter que puxar para baixo, porque o INSS não quer pagar benefício.

Quanto à questão da incapacidade, nós temos a CIF, a Classificação Internacional de Funcionalidade, que é um estudo científico, internacional, do melhor gabarito. Que seja isso que defina a incapacidade e não a cabeça de alguns brilhantes com segundas intenções por trás.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Rogério.

Vamos ouvir as considerações do Dr. Valter Souza Pugliesi, Diretor de Informática da Anamatra.

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI – Bom-dia a todos. Cumprimento a mesa, cumprimento o Plenário e, primeiramente, agradeço, em nome da Anamatra, o honroso convite para participar desta audiência pública, cujo tema é extremamente importante, pertinente, atual. Portanto, é louvável que o Senado da República debata esse tema de amplitude e repercussão social.

Quando se fala em benefício previdenciário, nós estamos tratando aqui de procedimento aplicado pelo Instituto Nacional do Seguro Social quanto à data de cessação de benefício e nos vem à mente a questão de acidente do trabalho e até porque fomos impactados

pela imagem do vídeo que nos foi mostrado. A Anamatra apoiou esse vídeo. Eu já assisti a esse vídeo em outras oportunidades e todas as vezes em que tenho a oportunidade de assistir, o impacto é como se estivesse vendo pela primeira vez.

Essa discussão se apresenta muito atual, até porque, como foi colocado aqui pela colega Junéia, nós estamos em uma semana importante em que se discute o problema do acidente do trabalho, as suas consequências. Vinte e oito de abril comemora-se o dia mundial e nacional em homenagem às vítimas de acidente do trabalho. Então, aquelas entidades que são ligadas ao mundo do trabalho e à Justiça do Trabalho, por meio do Tribunal Superior do Trabalho, dos tribunais regionais e dos juízes, estão voltadas a uma semana de debate em torno desta chaga social que é o acidente do trabalho.

Pelas estatísticas que foram mostradas aqui, colhidas do próprio Ministério da Previdência Social, nós estamos vendo que os acidentes de trabalho continuam aumentando a cada ano e as medidas de prevenção parece que ainda não surtiram o efeito desejado. Nós estamos trabalhando muito – o TST, os juízes do Trabalho, a Anamatra participando – com programas de prevenção de acidente de trabalho, com diversas ações voltadas, nesta semana, para o ponto que achamos principal quando se discute acidente do trabalho: a prevenção.

A prevenção, a nosso sentir, se faz com conscientização e fiscalização. Conscientização dos atores sociais, que são principalmente os trabalhadores e os empregadores observando as suas responsabilidades, os seus deveres, as suas obrigações no que pertine a regras de segurança e saúde na condução e na atividade do dia a dia como também de fiscalização, que deve ser feita por profissionais, por auditores fiscais do trabalho, profissionais extremamente qualificados e que têm condições de não apenas fazer o trabalho pedagógico, mas também, nas situações limites, o trabalho de notificação.

Especificamente em relação ao tema, a posição da Anamatra, a princípio, é contrária a esse sistema que é implantado pelo INSS, porque o benefício – aqui se fala tanto do adoecimento como do acidente de trabalho – é concedido observando-se uma data certa para sua cessação. Data de cessação de benefício, ou seja, aquele benefício cessa conforme a data que foi ali definida pelo próprio sistema. A informação é de que há um sistema que avalia o computador a partir de dados que são lançados e de evidências que podem ser questionadas, enfim. Mas se observa claramente que o assegurado, quando lhe é concedido o benefício,

tem uma data certa para retornar; portanto, já tem uma data certa de cessação daquele benefício.

Compreendemos que não é possível a cessação do benefício. A partir do momento em que o médico do trabalho reconhece uma causa de incapacidade laboral, que aquele trabalhador não tem condições de desenvolver normalmente suas atividades, que é colocado em benefício, ou por acidente do trabalho ou por doença, somente com avaliação de um perito atestando a sua capacidade, aptidão, é que o benefício deve ser cessado.

Por que entendemos dessa forma? Porque parece, a nosso sentir, a nosso juízo, que se inverte a equação, colocando-se toda a iniciativa de buscar uma prorrogação, uma reconsideração, enfim, daquela decisão para o segurado e não para o INSS, que tem, legalmente, constitucionalmente, a obrigação de zelar pela saúde daquele trabalhador. Então, a partir do momento em que o INSS entende que aquele trabalhador está incapacitado para o trabalho, somente a partir de um exame médico pericial verificando que aquele trabalhador está apto ao trabalho é que o benefício deve ser cessado.

Preocupa-nos, no que pertine à Justiça do Trabalho, e isso nós verificamos no dia a dia da atuação jurídica, a questão hoje definida pelo Supremo Tribunal Federal: a competência da Justiça do Trabalho para examinar pedidos indenizatórios referentes a acidentes do trabalho. Eu diria que cerca de –falo pela minha jurisdição; eu atuo em Maceió, Alagoas, sou juiz titular da 4ª Vara – 80% das ações trabalhistas versam sobre problemas envolvendo doenças ocupacionais, ou doenças profissionais, ou doenças do trabalho. Há também situações específicas causadas por este sistema implantado pelo INSS de alta programada ou data certa de cessação do benefício, porque isso tem consequências no contrato do trabalho.

Uma delas é a situação em que o trabalhador, como foi narrado aqui por um dos convidados que me antecederam, fica no limbo. Quer por doença, quer por acidente do trabalho, cessado aquele benefício o trabalhador ainda sem ter condições retorna ao seu trabalho, ou ele próprio procura o médico do trabalho sentindo que ainda não está em condições de retornar ao trabalho, não está apto a retornar ao trabalho, ou o próprio médico do trabalho o examina e verifica que não há aptidão e determina que ele volte. Há situações muito claras – já vivenciei isso em audiências – em que a própria empresa diz: "Doutor, não sei o que eu faço, porque esse trabalhador não tem condições; o médico da nossa empresa verificou que ele não tem condições, o encaminhamos ao INSS e o INSS o devolve dizendo que ele está apto ao trabalho. Nós não

sabemos o que fazer". É o trabalhador que, ao fim e ao cabo, sofre as consequências desse limbo burocrático em que ele acaba por cair.

Outra situação muito prática que vivenciamos é aquela em que há o adoecimento. Não estamos a falar de acidente do trabalho, que pressupõe, por lei, uma estabilidade provisória de doze meses, o trabalhador que sofre o acidente do trabalho, quer o acidente típico, quer o acidente atípico por doença ocupacional reconhecida pelo INSS, mas nas situações de adoecimento em que não há essa estabilidade provisória, essa garantia provisória em que, observando-se esse período, esse limbo, em que há a cessação do benefício e, porventura, não é verificado ou não é possível se verificar com antecedência necessária a hipótese ou avaliação do INSS contra a prorrogação desse benefício, há possibilidade – o que se verifica de forma muito frequente – da empresa demitir aquele empregado porque, a princípio, nada impede a empresa de demitir aquele trabalhador que, em benefício previdenciário por doença, retorna ao seu trabalho e não há nenhuma estabilidade, nenhuma garantia de emprego. Então são situações que efetivamente trazem consequências ao segurado trabalhador, consequências no contrato de trabalho, repercutindo, ao fim e ao cabo, na Justiça do Trabalho, com ações em que se postula retorno, indenizações, enfim, relacionadas a essas situações.

Portanto a posição da Anamatra, em princípio, em tese, é no sentido de revisão desse procedimento, entendendo que o procedimento a ser adotado ao ser concedido um benefício previdenciário, quer por doença, quer por acidente do trabalho, que esse benefício só seja cessado, interrompido, suspenso por uma análise pelo perito do INSS, que ateste a capacidade e aptidão daquele trabalhador segurado para retornar ao seu trabalho com segurança.

Foram essas as considerações que gostaria de passar aqui.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Valter.

Vamos ouvir o Dr. Mauro Luciano, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social.

O SR. MAURO LUCIANO HAUSCHILD – Bom-dia, Senador Paulo Davim; bom-dia, colegas da mesa; apenas faço uma ponderação. Talvez o Dr. Geilson, como representante dos peritos médicos, pudesse fazer uma explanação preliminar e eu uma de abrangência maior na minha fala, na medida em que eu também tivesse a oportunidade de ouvir previamente a entidade dos peritos médicos. Não sei se a presidência da mesa tem alguma objeção e se o Dr. Geilson...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Nenhuma objeção. Se o Dr. Geilson...

O SR. GEILSON GOMES DE OLIVEIRA – Na verdade, Mauro, eu não estou nem preparado para falar do tempo estimado, porque a associação não participou da construção deste modelo, do tempo estimado, ou pelo desses protocolos. Então se você começar, será melhor.

O SR. MAURO LUCIANO HAUSCHILD – Bem, antes de falar da minha apresentação especificamente, quero antecipar que venho aqui como gestor e não como médico, até porque não sou médico, embora tenha tentado sem sucesso o vestibular para Medicina. E talvez hoje eu não estivesse aqui e estivesse associado à ANMP, defendendo a categoria dos peritos médicos – sem dizer que na condição de presidente também não os defenda.

Também quero dizer que o INSS, através da presidência e da diretoria de saúde do trabalhador ou de quem quer que seja, não quer transformar este espaço aqui em palco, tampouco tenha pretensão aqui de achar que alguém é idiota, que alguém é bobo, que a gente esteja querendo enganar qualquer pessoa ou qualquer cidadão. Ao contrário, o que nós viemos fazer aqui foi exatamente dar uma continuidade ao debate que nós propusemos à sociedade, porque o que foi posto na consulta pública, à medida que chegou ao Senado, apesar dos meios e da forma como esse assunto foi trazido à sociedade, conseguiu cumprir com sua função, que era exatamente fazer o debate e a discussão sobre esse assunto.

Então, não há e não houve em nenhum momento a pretensão de chamar qualquer pessoa de idiota; muito antes pelo contrário, nós chamamos a sociedade, chamamos as sociedades médicas especializadas, para que, a partir daquilo que nós publicamos, elas pudesse opiniar, emitir suas opiniões, trazer elementos técnicos para demonstrar efetivamente que aquele trabalho bastante preliminar e inicial que nós fizemos poderia estar com alguns ou até repleto de equívocos. Essa era a pretensão do trabalho.

Então, espero, inclusive, que o Dr. Rogério, meu conterrâneo lá do Rio Grande do Sul, em todas as explicações que fez aqui possa também fazer em nome das entidades que representa e apresentar efetivamente resultados e estudos conclusivos que nos ajudem a conduzir o trabalho de forma diversa à que nós estamos trabalhando e que tudo não fique apenas no âmbito desta comissão.

Primeiro, alguns equívocos que nós mesmos – e agora eu me debruçando um pouco sobre o assunto – constatamos do ponto de vista não dos resultados, mas ainda do ponto de vista formal. Eu pediria para

ficar só na primeira tela, porque o primeiro equívoco está no nome. Na verdade, nós não estamos falando de um tempo estimado para recuperação da capacidade funcional. Na realidade, a consulta pública tinha uma pretensão de fazer uma estimativa de um tempo de repouso mínimo necessário para que a gente possa usar essa informação para o novo modelo de reconhecimento de benefício por incapacidade, que é o sistema de reconhecimento automático, que tem como razão vários fatores – sobre os quais vou discorrer – ainda mantendo a tela nesta página.

Primeiro, hoje nós sofremos um conjunto enorme de críticas porque demoramos muito para fazer a perícia. E esta não é uma crítica em vão. É uma crítica a partir da constatação de fato concreto. Nós temos, principalmente na região Sul do País, algumas situações – no Estado da Bahia, em alguns estados isolados – bastante graves, em que chega até a 80, 90 e em alguns casos isolados até 100 dias o agendamento de uma perícia médica. E como gestor, e não como médico, nós precisamos encontrar mecanismos. Porque se há uma dúvida acerca do limbo entre o fim da data do benefício e a realização de uma nova perícia ou a possibilidade de agendamento de uma nova perícia, seguramente há um limbo ainda mais grave da pessoa que está incapacitada e sequer consegue chegar até a perícia médica para fazer a sua perícia.

Alguém que já foi periciado e teve um benefício, tem condições de, até 15 dias antes do encerramento do seu prazo pré-fixado, fazer um agendamento de um pedido de prorrogação; e ainda que esse pedido de prorrogação seja por um prazo de 40 dias, mais do que os 15 dias que faltam, o benefício é pago até a data da realização da perícia, se lá na perícia for constatado que ele está apto ao retorno ao trabalho.

Há aí uma possibilidade de correção. Agora, para quem não consegue sequer fazer a primeira perícia é ainda mais grave, porque fica 30, 60, 90, 100 dias sem fazer a perícia. E o novo modelo de reconhecimento de benefício por incapacidade, para o qual esse estudo está sendo construído, é exatamente para definir parâmetros sistêmicos; apenas parâmetros sistêmicos, para garantir que as pessoas que têm um tempo de afastamento proposto por um médico da rede particular ou da rede pública, e esse tempo sendo inferior a 60 dias, tenham o benefício reconhecido automaticamente sem a perícia, podendo, não se sentindo apto ao trabalho, fazer um pedido de prorrogação e aí se submeter a uma primeira perícia.

Temos uma estimativa que mais ou menos 1,5 milhão de perícias não precisariam ser feitas, à luz desse estudo, com os afastamentos de até 60 dias. E só com isso nós já conseguiríamos reduzir 2 meses e

meio de trabalho da perícia médica, fazendo com que atendêssemos àqueles casos mais complexos, que exigem uma análise mais detalhada, um reconhecimento ou uma avaliação médica pericial muito mais pormenorizadas; e que essas pessoas possam ser atendidas de forma mais rápida sem terem que ficar ali acometidas meses e meses numa fila, esperando até chegarem ao balcão da previdência, até a sala do perito médico para terem a sua perícia médica.

Então, o tempo estimado aqui não é para fixar uma data de cessação. Nós não estamos renovando aquele modelo que “agora se estiver nessa planilha, no resultado dessa planilha como consulta quando encerrar, não quer dizer que, a partir daquele dia, as pessoas que estão acometidas daquela doença terão só aquele tempo de benefício”. Não é nada disso. Aí está o primeiro equívoco formal que a gente já identificou na forma de abordar esse assunto. Na verdade, a consulta tem apenas como objetivo estabelecer uma estimativa daqueles benefícios que poderiam ser alcançados ou não pelo reconhecimento automático na nova sistemática, que tem, sob a luz da gestão, a pretensão de fazer com que o nosso segurado tenha o benefício concedido rapidamente; e que esses 40 ou 60 dias sejam o tempo em que ele tenha condições de, pedindo uma prorrogação, ficar aguardando, recebendo já um benefício, sem ficar na fila aguardando a perícia médica.

Segundo, o Dr. Valter faz aqui uma avaliação do ponto de vista da magistratura, da jurisdição pelo menos no âmbito da justiça do trabalho. Mas eu tenho três ações civis públicas da jurisdição federal determinando fazer isso. Eu tenho a Justiça Federal de Porto Alegre, Londrina, Imperatriz do Maranhão, determinando que eu faça esse modelo automático sem perícia médica exatamente por conta do tempo de espera. Tem aqui uma contradição da opinião da Magistratura. Eu não estou só fazendo isso porque eu quero. Eu estou fazendo isso porque eu preciso cumprir uma decisão judicial. E são três, em três Estados diferentes, exatamente porque o meu tempo de espera da perícia médica está muito elevado.

E qual é a razão desse tempo de espera? Eu faço 700 mil perícias por mês. E para isso tenho 4.300 peritos médicos. Se eu fizer essa distribuição da relação de trabalho, eu não tenho condições de atender a essa demanda. Agora, aqui também eu preciso que nós tenhamos o respaldo de todos aqueles que apontam os problemas; que sejam nossos parceiros na busca e na conquista de concurso público para que a gente possa prover os mais de 1200 cargos de peritos médicos que estão vagos. Que a gente possa, como já se viu nas últimas semanas, ver a questão da remuneração

dos médicos na rede pública – dos médicos, nem se chegou a falar dos peritos –, porque a remuneração dos médicos hoje não tem gerado nenhum tipo de desejo de integrar o serviço público. Eu nomeei 239 peritos em abril do ano passado e 40% deles sequer tomaram posse.

Há outras questões do ponto de vista da gestão e da política pública relacionada a essa ação que também precisam ser sopesados. Como gestores públicos nós temos um compromisso de serviço e atendimento e estamos tentando fazer o melhor na parte de serviço e atendimento.

E quando nós precisamos melhorar o serviço e atendimento, temos que construir alternativas e gestão. E esse é um mecanismo de gestão que é para subsidiar um sistema, um novo modelo, que, até certa medida, vai ajudar muito os trabalhadores, especialmente aqueles que são acometidos de doenças ou eventuais pequenos acidentes de trabalho que requerem dele um pequeno tempo de recuperação, um rápido tempo de recuperação e que, por vezes, ficavam meses esperando, já estando, inclusive, recuperados para o trabalho e sequer ainda tinham sido submetidos à perícia médica.

Então, esse sistema tem essa pretensão, esse objetivo. Nós não estamos aqui com a pretensão de achar que uma pessoa acometida de angina, de um infarto do miocárdio, submetida a uma cirurgia de alta complexidade, não tenha que passar por uma perícia médica, que essas pessoas não tenham que passar por um processo de avaliação individualizado. Nós sabemos. Não precisa ser médico para saber, porque isso é óbvio. É óbvio que a subjetividade de cada um dos segurados que chega até a previdência social precisa ser levada em conta. Mas também é bastante razoável acreditar que determinadas situações – um dedo quebrado, um braço quebrado, uma mão quebrada –, lesões simplificadas... Claro que eu posso ter mão quebrada de todos os níveis, com gravidades e lesões absolutamente distintas e diferentes, mas há situações de extrema simplicidade que qualquer médico – não precisamos ter o melhor especialista –, um médico recém-saído da residência, recém-saído dos bancos da universidade – seguramente tem condição de aferir. Que aquela situação específica, que aquele caso pontual realmente pode fazer com que essa recuperação se dê num prazo de x dias. E se essa pessoa não se sentir apta, ela tem a opção de fazer o pedido de prorrogação.

E mais do que isso, eu já falava da deficiência do quadro. Hoje, das 700 mil perícias, ou das 700 mil pessoas que recebem benefício com uma data pré-definida e podem fazer o pedido de prorrogação, 62%

delas retornam ao trabalho, independentemente de pedido de prorrogação. É verdade que muitas delas às vezes podem não ter informação suficiente de que poderiam ter uma prorrogação; é bem verdade. Embora conste ali no documento que ela recebe, na concessão do benefício, às vezes pessoas que têm déficit de compreensão e leitura, pessoas que têm limitações, por vezes, não conseguem ter essa percepção de que teriam um direito ali para fazer uma prorrogação e ter seu benefício estendido. É verdade. Isso também precisa ser dito.

Mas se eu precisar fazer perícia de saída para 62% das pessoas que não voltam para um pedido de prorrogação, num universo de 700 mil perícias, eu teria que fazer mais 420 mil a 430 mil perícias por mês. E haja força de trabalho e haja condições de fazer.

Nós já discutimos esse assunto, inclusive, com o Senador Paim, quando estava tramitando na Comissão de Assuntos Sociais o PLS 89, que exatamente versava sobre essa condição de fazer a exigência da perícia de saída para o retorno ao trabalho. E nós ponderávamos com o Senador da dificuldade que tínhamos em razão da limitação de peritos, a limitação de mão de obra disponível para realização dessas perícias de saída. Então, mais do que a questão técnica, também é preciso que a gente olhe a questão da capacidade da instituição de realizar esse trabalho que seria muito importante. Agora, não adianta a gente ter, daqui a pouco, um discurso simplificado de achar que esse é um problema da instituição, esse é um problema do governo. Sim, talvez seja um problema da instituição, talvez seja um problema do governo quando não consegue prover os cargos suficientes de peritos médicos. Mas não é possível que se transfira para o gestor, para o presidente do INSS, para o diretor de saúde do trabalhador que encontre soluções para quando ele não tem os meios suficientes disponíveis. E como gestores, nós na direção do INSS estamos tentando fazer o melhor que podemos. Estamos tentando encontrar saídas que às vezes nós entendemos inteligentes e que nem sempre são, que talvez nem sempre sejam as melhores.

Talvez essa forma não seja a melhor, mas dentro da realidade da situação concreta que nós vivemos como gestores da instituição, é fundamental que a gente encontre alguns mecanismos de padronização do processo. Não é padronização da perícia ou eletrônica da perícia, mas a padronização do processo. É preciso ter algumas coisas funcionando de forma sistematizada, de forma organizada, para que a instituição possa tirar desse problema resultados melhores, que possam gerar uma satisfação melhor ao nosso segu-

rado. E a gente sabe que muito temos a fazer ainda no plano da perícia médica.

Eu estava dizendo, Senador Paim, agora que o senhor retornou, que agradeço o convite e a oportunidade de estarmos aqui discutindo esse assunto. Eu dizia, no começo, que julgava mais importante do que o resultado que a consulta pública pudesse produzir nesse momento, que um dos objetivos foi alcançado, porque nós conseguimos sensibilizar a sociedade para discutir esse assunto. Esse é um assunto que vinha, há bastante tempo, dentro do INSS, tentando ganhar musculatura e não conseguia. Com a consulta, acho que agora conseguiremos, principalmente atraindo a participação do senhor nesse processo, que é um condutor da política de defesa dos trabalhadores. Nós temos certeza de que vamos conseguir evoluir nesse assunto.

Eu dizia também que, com esse tempo estimado aqui, não estamos pretendendo, de forma alguma, definir, com essa consulta pública, data de prazo de concessão de benefício com base nessa tabela. Essa tabela está sendo construída única e exclusivamente para alimentar aquele sistema de benefícios de concessão automática, sobre o qual já chegamos a conversar aqui, no Senado, numa outra oportunidade, dos afastamentos de até 60 dias, em determinadas condições de determinados grupos de segurados, em razão do tempo de espera estar muito elevado em alguns lugares do País, quando vamos fazer, então, a concessão automática, garantindo ao segurado, a qualquer tempo, mesmo depois do benefício concedido, que faça o pedido de uma avaliação médico-pericial, para que o benefício dele possa ser concedido por um prazo maior, desde que, claro, estejam presentes as razões para que esse benefício tenha um prazo maior do que 60 dias. Esse é o objetivo principal. E aí eu dizia, Senador, que alguns problemas nós mesmos detectamos: o problema formal quanto ao nome, a forma como a consulta pública foi submetida.

Outro aspecto que foi colocado aqui diz respeito à questão do prazo. O prazo da consulta pública naturalmente era uma provocação. Nós mesmos sabíamos disso. O próprio grupo de trabalho que trabalhou por vários meses fez um trabalho conclusivo. E se tivesse certeza absoluta de que o que tinha produzido era definitivo, não teria submetido à consulta pública. Submeter à consulta pública é exatamente oportunizar que cada uma das sociedades médicas especializadas, que hospitais, que universidades, que hospitais-escola, enfim, que médicos e estudiosos, individualmente, possam produzir conhecimento, possam contribuir para esse trabalho.

É bem verdade que, se nós fôssemos construir um grupo de trabalho no INSS com uma representação de 50, 60, 70 pessoas, seguramente os resultados poderiam até ser mais precisos, mas não teríamos, talvez, uma resposta num tempo que às vezes a instituição precisa.

Acho que o senhor não tinha chegado quando eu falei: eu tenho três ações civis públicas que me determinam implementar esse modelo de reconhecimento automático de benefício. Eu tenho ordem judicial. Nossos 45 dias encerram daqui a duas semanas, e eu preciso ter uma solução, para não haver descumprimento de ordem judicial.

Então, essa consulta tinha, num primeiro momento, esse propósito de subsidiar apenas o sistema, sem nenhum compromisso de dizer que aquele é o prazo fatal, mas apenas uma linha, uma diretriz, para que, quando o atestado eletrônico chegasse até o INSS, o confrontamento entre o tempo de afastamento sugerido pelo médico do trabalho, pelo médico da rede pública ou pelo próprio médico privado que, porventura, tenha atendido esse segurado, que aquele tempo proposto por ele e o tempo do sistema tivessem certa compatibilidade. Havendo a compatibilidade, eu concedo o benefício imediatamente. Não havendo a compatibilidade, eu concedo o benefício até o meu tempo, da minha tabela, e o convoco para uma perícia médica, para fazer a avaliação individualizada da condição daquele trabalhador.

Essa, digamos assim, é a sistemática que esse modelo desenvolveu, que esse modelo vinha propor. Portanto, o primeiro erro formal que identificamos foi esse.

Pode passar, por favor.

Aqui, os objetivos, que são estabelecer o parâmetro de períodos de repouso, por motivos de doença, com a finalidade de estimar os prazos máximos para balizamento dos médicos assistentes. Não é para balizamento do perito. Esse é um aspecto importante. Não era para balizar o perito; era para balizar o médico assistente, que é aquele que vai dar o atestado, na possível concessão automática do benefício por incapacidade sem necessidade de perícia médica. Ou seja, dois aspectos importantes: balizar médico assistente e, segundo, especificamente, para dar um pouco de suporte ao sistema de reconhecimento de benefício automático.

Pode passar, por favor.

Contribuir na gestão do novo modelo de reconhecimento e de direito de benefício por incapacidade, no que se refere à redução do tempo médio de espera para a realização da perícia médica e definição de novos indicadores estatísticos. Auxiliar através dos

parâmetros estabelecidos na elaboração de projetos e programas específicos de prevenção de reabilitação porque, na medida em que passo a ter informação, que passo a ter mais qualidade de informação no processo, eu também tenho condições de fazer aferição junto às empresas causadoras, eu tenho condições de fazer levantamentos de dados até na mesma linha do Dr. Rogério; quem sabe até junto ao Ministério do Meio Ambiente, junto ao Ministério do Trabalho e poder levar informações que possam fazer com que as empresas sejam fiscalizadas tanto quanto o meio ambiente de trabalho e meio ambiente disponível para que esses trabalhadores possam exercer sua atividade laborativa com segurança.

Pode passar, por favor.

Metodologia.

O grupo de trabalho foi formado por 13 médicos peritos de diversas especialidades e regiões do País, exatamente para respeitar um pouco a questão da diversidade regional, porque nós temos, dentro da dimensão continental do País, uma diversidade regional tanto da peculiaridade dos trabalhadores quanto também, seguramente, da formação e da metodologia de trabalho dos profissionais das mais diversas áreas. Isso também é importante.

Outro aspecto, até aproveitando a questão da especialidade, quando se entra no aspecto casuístico, como foi trazido pelo Dr. Rogério, dois ou três casos específicos, é preciso lembrar que o INSS não trabalha e não contrata profissionais com especialização médica. Por um momento histórico, o INSS chegou a fazer concurso com base na especialização médica. O próprio Ministério Público Federal, através de uma recomendação, determinou ao INSS que fizesse concurso simplesmente com formação médica. Por quê? Porque havia a alegação de um suposto privilégio, na medida em que se exigia residência ou especialização em áreas específicas. Isso estaria, então, inviabilizando a oportunidade e a competição das pessoas através do concurso público.

Nós fizemos um levantamento dos benefícios por incapacidade entre 2006 e 2010. Então, esse um milhão e oitocentos mil benefícios que foram referidos aqui, na verdade isso foi uma mostra de benefícios concedidos ao longo daqueles cinco anos. Foram feitas amostras por tipo de CID, e o tempo de afastamento que foi concedido pelos nossos peritos dentro desse conjunto de benefícios no tempo resultou em condições de se ter uma base estatística para se começar a ter algum referencial inicial. Então, aí, a questão da frequência de cada diagnóstico que foi utilizado nessa base de um milhão e oitocentos mil benefícios, e o tempo médio de

afastamento foi construído a partir dessa base concreta de informações de que o INSS dispõe.

Pode passar, por favor.

Aqui, então, vocês podem perceber que continuo mantendo o nome, porque foi por isso que a crítica e a discussão vieram para cá.

Aqui, há uma rápida demonstração da amostra, ou seja, para o caso de cólera, CID AA00 – ou “OO”; não sei se é “00” ou “OO” –, tivemos ali benefícios concedidos com duração de benefícios mínima de 12 e uma duração de benefícios máxima de 91. Houve uma consulta e foi encontrada uma amostra de cinco situações, e aí se fez um cálculo e estimativa média. Mas não para por aqui. Há outros elementos que vão contribuir depois para a formação dessa duração média.

Aqui se veem algumas amostras de quais critérios, pelo menos daquilo que é a parte estatística do processo, do que foi construído.

Pode passar, por favor.

Em relação à metodologia – e aqui estou com uma médica da direção de saúde do trabalhador; talvez, depois, ela possa fazer algum detalhamento técnico sobre algum ponto específico –, foram usados, como referências, o Guia Baremo Europeu, o sistema de incapacidade temporal da Espanha, o Manual de Perícia Oficial do Servidor Público, a tabela de afastamentos que a Susep estabelece, também a Tabela de Consolidação de Fraturas, a Tabela Nacional de Incapacidades de Portugal, as diretrizes de sociedade médicas especializadas, um instituto americano que também aqui faz medição de casos de afastamentos de trabalho.

Pode passar, por favor.

Os resultados que foram construídos.

É uma proposta de tempo de repouso de acordo com a Classificação Internacional de Doenças, em número de dias. E é importante isto aqui, que não mencionei: por que tempo de repouso? Porque médico assistente define tempo de repouso. Médico assistente não define tempo de afastamento para o trabalho. Ele define apenas repouso, tanto que no atestado médico, quando nós o recebemos, o profissional diz que fulano tem 15 dias de repouso ou 20 dias de repouso. Por isso a ideia do repouso, para atender a necessidade do médico assistente.

Na tabela, algumas legendas. Quando existe NA na nossa tabela da consulta é porque “não se aplica”, ou seja, não temos condições de aferir uma previsibilidade de tempo de repouso. Então, são casos que precisam necessariamente de ser submetidos à perícia médica. E há aqueles outros casos que também colocamos: a necessidade de que não teríamos critérios e condições de aferição e também defenderíamos a necessidade

de perícia médica. Ou seja, são casos de pessoas que não poderiam passar pelo reconhecimento automático. Teriam que necessariamente, num agendamento, ser submetidas à perícia médica.

Pode passar, por favor.

Também ainda no aspecto de resultados, vocês vão perceber lá na coluna que estão associados alguns vetores que aumentam a complexidade da necessidade de repouso e que aí são casos de ampliação do tempo de repouso. Então, sempre que houver um CID associado a uma cirurgia, um CID associado a uma radioterapia, a uma quimioterapia, ou a uma combinação entre cirurgia e rádio, cirurgia e químico, ou cirurgia rádio e quimioterapia, também há prazos diversos que precisam ser considerados para efeitos de repouso do trabalhador.

Pode passar, por favor.

Algumas considerações finais.

De novo, trata-se tempo estimado de repouso, e não prazo para recuperação da capacidade, uma vez que não existe cruzamento com a profissiografia do segurado. O que é profissiografia do segurado? É exatamente a possibilidade de que só o médico perito, na avaliação, tem de conhecer detalhadamente todo o processo de trabalho ao qual aquele trabalhador é submetido no seu ambiente de trabalho. E aí saber quais são todas as tarefas que realiza, quais são os esforços, quais são as condições as quais ele está submetido. Ou seja, é o perito que consegue fazer essa profissiográfica. Então, só dá para falar fundamentalmente em avaliação de capacidade quando ele está submetido à perícia médica.

Pode passar, por favor.

A tentativa de se estabelecer um parâmetro para o médico assistente na concessão do benefício.

Não existe prazo máximo fixado pela autarquia para a recuperação da capacidade. Não existe nenhum ato do INSS. Costuma-se dizer muito na imprensa, em alguns lugares, que o INSS estabelece um prazo máximo, que o INSS estabelece um percentual máximo de benefícios que podem ser concedidos pelo perito. Eu desafio qualquer pessoa a me dizer onde há um único ato da Previdência que diga isso. Estamos, inclusive, apurando responsabilidade disciplinar de um médico, especificamente, que fez uma denúncia absolutamente descabida ao Ministério Público, dizendo que nós, como direção, fazímos determinação dessa maneira.

Pode passar, por favor.

A data de cessação do benefício é um tempo estimado de acordo com a individualidade de cada segurado, e aí o critério da profissiografia, sua condição clínica, sua profissão, seu prognóstico, que pode ser prorrogado a qualquer tempo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAURO LUCIANO HAUSCHILD – São mais duas lâminas só, Senador. ...Através de um pedido de prorrogação, ou seja, todo segurado que tem o benefício da Previdência pode, durante a vigência do benefício até o último dia, fazer um pedido de prorrogação. Feito o pedido de prorrogação, ele recebe o benefício até a data da realização da perícia médica, mesmo que ela ultrapasse o limite da data final do benefício. Ou seja, se ele tinha um benefício para encerrar amanhã, pediu prorrogação hoje e a perícia é daqui a 20 dias, ele recebe o benefício até o dia daquela perícia e continuará recebendo, claro, se houver a constatação da permanência da incapacidade para o trabalho.

Pode passar.

Essa era a conclusão.

Senador, peço desculpas por me estender um pouco, mas era importante poder colocar isso com mais clareza. Depois, ao longo dos debates, eu também enfrentaria um pouco das questões que foram pontuadas pelos meus antecessores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Dr. Mauro Luciano Hauschild, Presidente do INSS.

Se não me engano, dois convidados ainda vão usar da palavra: o Dr. Geilson Gomes de Oliveira e o Dr. Eduardo Costa.

Então, passo a palavra ao Dr. Geilson Gomes de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, ANMP.

Olha que o senhor falará depois do Dr. Mauro! Fiquei aqui para fazer muitas perguntas, e, talvez, o senhor as responda. Onde estão os peritos? Onde eles estão? Ajude-me a saber isso pela sua fala. Os trabalhadores, tenho certeza, querem os peritos. Eles não querem o computador, eles não querem previsões colocadas. Eles querem que os peritos digam se eles estão aptos ou não para trabalhar. É isso o que eles querem. A bola está com o senhor.

O SR. GEILSON GOMES DE OLIVEIRA – Fico grato, Senador. Bom dia, Senador Paim!

Bom dia a todos os componentes da mesa e a todos os presentes!

Represento a Associação Nacional dos Médicos Peritos, como o Senador já disse. Também estamos aqui como ouvintes, para nos solidarizarmos com a sociedade, que está preocupada.

Realmente, o nome remeteu ao Cops, que, no momento por que passou a previdência, teve sua importância, mas, hoje, a sociedade reconhece seus defeitos, seus problemas. Acho que o Cops agoniza, e a Perícia Médica está, de acordo com a sociedade,

pensando no que é melhor. Na prática, o Cops já não existe mais, porque a grande maioria das pessoas faz pedido de prorrogação. E a gente acaba fazendo esse retrabalho.

Entendo que o problema, Senador, não está bem na concessão, mas, sim, na hora de se devolver o trabalhador para o mercado de trabalho, em que se cria esse limbo, em que se criam todos esses problemas que vamos discutir.

Primeiro, quero falar da importância da Perícia Médica. Temos uma importância imensa para este País. Somos 4,5 mil peritos. Temos uma capilaridade imensa no território nacional. Talvez, o maior número de servidores públicos médicos no País, pelo menos com a maior capilaridade, analise 700 mil requerimentos de benefícios por incapacidade por mês. Hoje, existem 8,5 milhões de pessoas que recebem algum benefício da previdência mensalmente por alguma ação da Perícia Médica. Esse número é maior do que o de muitos países. O quantitativo de benefícios emitidos é muito grande: quatro bilhões.

A carreira tem se tornado um pouco desinteressante. Se se observar o último concurso, pode-se perceber que 50% das pessoas que se inscreveram faltaram à prova. Por que isso acontece? Porque a Perícia Médica está num momento delicado da sua existência, pois não agrada mais à sociedade, no que a sociedade requer. A Perícia Médica tem levantado questões fundamentais quanto à humanização. E a gente pergunta: humanizar o quê? Humanizar a pessoa? Humanizar o indivíduo, o servidor? Acho que é preciso humanizar o sistema. Na verdade, o problema não reside na Perícia Médica.

Se colocarmos aqui o grupo de Médicos Sem Fronteiras para fazer perícia com o atual modelo de avaliação de benefícios por incapacidade... Pode-se dizer "sim, você tem direito ao benefício", dar um tapinha nas costas, e a pessoa vai para casa. Ou se pode dizer "não, você não tem direito ao benefício", dar um tapinha nas costas, e a pessoa vai para casa. Não é por aí. Se colocarmos ali o grupo de Médicos Sem Fronteiras, vai continuar a acontecer a agressão.

Temos de parar de criar demônios ou de partir para a dicotomia do bem e do mal. O perito não é bom ou mau. O segurado não é bom ou mau. O segurado não está simulando porque ele é bom ou mau. Aliás, o segurado tem de ser visto e respeitado como um caso novo. Se alguém faz isso na Perícia Médica, está equivocado. Todo caso tem de ser julgado sem nenhuma intervenção de qualquer preconceito. De qualquer forma, temos de parar com isso.

Um colega do seu Estado, Senador, foi agredido há uma semana. Semanalmente, acontecem esses tipos de agressão.

E, aqui, não queremos dizer que a Perícia Médica está com 100% da razão. O que queremos dizer é que esse sistema, como está, não está agradando a ninguém, nem ao servidor, nem ao Estado, nem à sociedade, que acaba recebendo o benefício ou o trabalho.

O que existe hoje? O modelo nacional de avaliação de incapacidade é invejado no mundo, porque o benefício é pago enquanto a pessoa estiver incapaz. Ou seja, em teoria, ele evita o desamparo. Há um preceito importante: a promoção e a reabilitação. Tenho de concordar com a Gilneia, pois deveria ser o carro-chefe do benefício por incapacidade o casamento com a reabilitação, e isso está falhando bastante. Mas ele traz alguns outros problemas, como a subjetividade e a falta de padronização. Há a regra do tudo ou nada: ou você está capaz, ou você está incapaz. Ele não admite meio-termo.

Esse modelo existe em outros países. O Brasil tem um modelo próprio. É preciso dizer que cada modelo de avaliação de incapacidade é próprio de cada país, porque já sofreu ajuste. Mas ele pode ser melhorado, pode ser repensado.

O modelo falha principalmente porque não leva em consideração o biopsicossocial. Você falou na CIF, salvo engano. É um modelo calcado exatamente nas alterações morfopsicofisiológicas. Isso não basta, porque considerar-se incapaz é tão importante quanto ser considerado incapaz. Então, isso não basta.

Qual o modelo que o INSS está propondo? Uma "barenização", termo usado em países do Mercosul, principalmente, e da Europa, da Europa latina, e em alguns Estados dos Estados Unidos. Ele traz, sim, mais objetividade, traz certa padronização, ou seja, ele é muito bom para gestão. Mas, cientificamente, ele carece desses questionamentos que a sociedade está fazendo. Fala-se de evidências. Que evidências são essas? Que tipo de evidências vocês trouxeram para fazer essa padronização? Será que o exemplo da Espanha cabe bem para o Brasil? O SUS da Espanha é igual ao nosso SUS? São questionamentos que têm de ser trazidos, sim, à baila. A sociedade está correta quando vem discutir isso na Casa do povo. Como esse modelo desconsidera o fator biopsicossocial, ele não é um modelo completo. É um modelo que, inclusive, é muito questionado, tanto é que os países que o utilizam invejam o Brasil, por incrível que pareça.

O Senador perguntou: onde está a Perícia Médica? A Perícia Médica entende que esse novo modelo, se traz a desburocratização do acesso, é muito bom, mas não resolve tudo. Ele não vem a resolver o principal.

Trazemos esses questionamentos, e o Mauro, de certa forma, já mostrou algumas dessas respostas, mas penso que o debate mais importante... O Cops ensejou uma melhoria do acesso ao benefício, mas falhou na hora de entregar o trabalhador de volta ao mercado de trabalho, na hora de resolver o problema do trabalhador quando terminava o benefício. Penso que o próximo modelo também vai fazê-lo, porque não está debatendo o principal problema, que é a cessação do benefício. As pessoas, muitas vezes, não têm 100% da capacidade para voltar ao trabalho depois de uma doença. Sempre fica alguma sequela, nem que essa sequela seja psíquica, abduzida da doença. Como tratar isso? Separa? Tira? Essa é uma discussão que a sociedade tem de fazer. Mas trazer o segurado de volta ao ambiente de trabalho – isto é importante –, em condições seguras, é fundamental. Se não tivermos esse tipo de postura, os peritos continuarão a ser agredidos, os segurados vão desgostar do nosso trabalho, a sociedade vai criticar o INSS.

Vamos parar com essa dicotomia! Não é bem ou mal, ruim ou bom. Na verdade, existe um modelo doente, que precisa ser tratado.

Já falei que, de certa forma, esse novo modelo não vai trazer grande repercussão no maior problema que enxergamos, que é o pós-perícia, o pós-alta. É isso que tem trazido confusões, que tem trazido problemas. As pessoas têm, sim, uma preocupação com o seu viver: "O que virá depois do benefício? Vou ser recebido pela empresa? A empresa vai me tratar como uma pessoa que ficou doente ou que ficou boa? Meu emprego está garantido?". Esses problemas são tanto mais agudos quanto maior o tempo de duração do benefício. Isso faz com que a pessoa fique mais preocupada. Com isso, advêm os problemas psicosociais, que não são levados em consideração na atual avaliação.

Existe, sim, um modelo que o Mauro chegou a citar: o retorno ao trabalho, *return to work*, um conceito antigo da década de 70, pelo qual se leva de volta ao mercado de trabalho o trabalhador, que é acompanhado, supervisionado, vigiado e amparado. A Perícia Médica está rogando para si um novo papel dentro desse contexto, que é o de a Perícia Médica ser inserida no mundo de trabalho. O perito deve chegar junto a essas questões e promover a saúde, não só trabalhar com a demanda da consequência.

O que a gente faz hoje no acidente de trabalho? A gente pega o acidentado. Nós, médicos – dos 4,5 mil médicos que estão na ativa, cerca de mil são médicos do trabalho, de acordo com estimativas da Associação –, temos, sim, *know-how* e vemos, diariamente, as consequências dos acidentes de trabalho. Não vemos a consequência mais grave, mas lidamos com aciden-

tes de trabalho diariamente e temos condições, sim, de promover a saúde e a proteção do trabalhador no momento anterior ao acidente. Isso é muito importante.

Como disse alguém na mesa, o INSS tem, sim, um banco de dados imenso, que pode gerar vários trabalhos, para, com isso, a sociedade obter um ganho.

Lá fora, diz-se que o médico não é médico perito, é médico do seguro social. Não sei se o questionamento seria esse. Mas, nos países citados, inclusive nos países em que há a "barenização", o trabalho do médico não é somente o de conceder ou negar um benefício, mas vai além: o médico verifica se realmente o trabalhador está sendo assegurado pela caixa de seguridade social do seu país.

Pode passar ao próximo *slide*.

Meu tempo está acabando. Quero só deixar alguns trabalhos.

Isso, sim, é que evidência! A evidência científica, na medicina baseada em evidências, são as revisões. E várias revisões mostram que o trabalhador e a sociedade têm um ganho fundamental. A caixa de previdência, a seguridade social tem um ganho quando existe esse acompanhamento. Não é só reabilitação. Isso vai além da reabilitação. Esse trabalho tem de ser multidisciplinar, tem de envolver os vários saberes, os vários conhecimentos, para que o trabalhador seja reconduzido ao seu local de trabalho com segurança, sem precisar da previdência, sem ficar desamparado, para que ele não perca até a razão e agrida outro trabalhador.

Era o que eu queria deixar à consideração dos senhores, Senador Paulo Paim.

Obrigado pela oportunidade.

A sociedade está de parabéns por estarmos aqui hoje, na discussão de tudo isso.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi Geilson Gomes de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social.

Nossa preocupação diz respeito à sua frase-chave, eu diria: é exatamente o retorno ao trabalho que pega! Quem disse que o trabalhador está apto a retornar ao trabalho depois de uma doença ou de um acidente? De fato, é isso que pega! Todos nós, aqui, comungamos isso. Quem vai dizer isso? O computador? Será feita uma previsão? Ou tem de ser um médico? Para mim, tem de ser o médico. Até que me provem o contrário, penso que o médico é que poderá dizer se o cidadão está apto ou não a retornar ao trabalho. Pelo menos um médico terá de dizer isso! Não consigo ver outra forma de fazer isso. Mas vamos ouvindo os senhores aqui. Vamos lá!

Agradeço ao Dr. Geilson.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. Eduardo Costa, Presidente da Fundacentro, que, aqui, representa o Ministro do Trabalho, Paulo Roberto dos Santos Pinto.

O SR. EDUARDO AZEREDO COSTA – Bom dia a todos!

Muito obrigado, Senador Paim.

Ouvi não só uma das exposições.

Primeiro, eu queria dizer que, ontem, à noite, o Ministro interino do Trabalho pediu que eu me apresentasse aqui. Devo registrar isso. É uma deferência dele a nós.

Na verdade, creio que a própria Fundacentro deve, cada vez mais, entrar nesse tipo de discussão que é feita aqui, porque ela tem se limitado muito mais ao estudo das causas do adoecimento e muito menos à resolução dos problemas que afetam os trabalhadores. Há um projeto interessante em andamento que vai ampliar o objeto da Fundacentro para além das circunstâncias do trabalho. Fundamentalmente, será tratada a própria questão do emprego em si e da sua relação dentro da sociedade.

Eu queria comentar mais o que ouvi aqui. Se me permitissem, eu gostaria de falar um pouquinho na perspectiva de um militante da saúde envolvido com o trabalho. É uma questão muito rápida. A minha vida foi de militância no campo da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Eduardo, se o senhor pudesse se deslocar para a mesa, seria melhor para todos nós. Agradeço já a compreensão de V. Ex^a, que estava disposto a falar daí por falta de espaço na nossa mesa.

Peço apenas à assessoria que troque a placa.

O SR. EDUARDO AZEREDO COSTA – Obrigado também, Senador, pela deferência de estar à mesa.

Eu queria também falar muito rapidamente, pois não é uma apresentação preparada, mas estou muito mais como um debatedor ou fazendo um comentário do que aqui ouvi e fiquei refletindo sobre o que estava sendo trazido.

A primeira questão que para mim fica muito clara na apresentação do diretor do INSS é que realmente tem uma procura e se está tentando modernizar e ajustar à sociedade brasileira, aos novos tempos, às coisas que estão acontecendo o trabalho que o INSS faz. Isso é muito claro.

Em outros setores também da atividade brasileira, de vez em quando, nos vemos também em certos constrangimentos. Por exemplo, a cada dia precisamos mais de polícia; a cada dia todos reclamam mais por certas coisas, que seriam aquelas críticas para aqueles setores, e sabemos que esse estrangulamento não se resolve especificamente naquela solução. É

como seria hoje botar uma polícia para cada pessoa da população; seria uma grande oferta de emprego certamente, e não resolveria quaisquer problemas de violência ou outros que houvesse.

Então, acho que o caminho que está procurando o INSS é interessante na medida em que está contando com o sistema por inteiro e tentando reservar alguma atividade mais específica para um quadro mais especializado, que tem condições de decidir nas situações mais críticas. Inclusive há essa questão que está colocada para cá, que o Senador Paim colocou, da questão fundamental do retorno ao trabalho. Talvez não seja só um médico realmente a pessoa capaz. Na apresentação do perito, vimos que a questão da multidisciplinaridade seria mais crítica do que em qualquer outro setor. Embora seja médico, eu tenho uma visão não "medicocêntrica". Acho que tem muita coisa que é saúde e população, e outros setores que contribuem para resolver. Logo pensaria que é preciso ter um assistente social, uma pessoa que, na verdade...

Senador, aqui rememorei uma coisa da minha vida que, talvez, seja muito pequena para dizer, mas vale a pena. Foi na primeira vez que me designaram para ir à casa de uma pessoa, que tinha faltado ao trabalho e precisava de um atestado. Ele tinha dito que não podia ir porque estava com diarreia. Isso foi lá no Amazonas. A primeira coisa com que fiquei impactado ao entrar numa casa, eu vindo do sul, chegando lá, são as condições de vida dele. Eu não sei como ele ia ao trabalho todos os dias. Uma miséria muito grande naquele local. A diarreia dele não ia resolver nem dentro de casa, nem fora de casa. Talvez, no trabalho, houvesse mais chance até de se resolver aquele problema dele. Sem água em condições, enfim, uma coisa do passado.

Mas quero dizer o seguinte: na verdade, a integração no trabalho depende muito menos, talvez, embora em muitos casos dependa da questão diagnóstica específica, mas de uma circunstância para a qual a pessoa está vivendo.

E eu entendo que um sistema que tem de lidar com milhões de pessoas e de casos tenha muita dificuldade em resolver isso com uma filosofia burocrática, que é normal das instituições. Então, o que entendi na proposta daqui é que pode haver um primeiro estágio. Não vai diminuir, não, o trabalho dos peritos – eu acho. Mas vai poder melhorar a vida daqueles que estão adoecidos, porque, ao procurar, esperar um dia para ir, e poder mais perto da sua casa, no seu local, etc., onde está convivendo, é uma primeira maneira de poder resolver de imediato o que seria considerada uma falta, não ir ao trabalho. Evidentemente iria deslocar-se, quer dizer, ele também é internado.

Então, o perito vai até lá o hospital. É uma coisa tão lógica, tão simples. Aliás, é isso o que eu queria comentar mais. Sou das pessoas que não fiquei contente. Embora tenha participado ativamente na época da construção do que seria o SUS na Constituição, eu tenho muitos desagrados com o SUS. Acho que ele não integrou as coisas adequadamente. A integração foi vertical, quer dizer, Estado, Município e tal, mas não houve integração horizontal, ou seja, o que se passa nos vários Ministérios, para falar da estrutura pública, onde existe compartmentagem e dificuldade de integração, desconfianças, rotinas que não servem para o conjunto. Nós temos muita coisa para resolver. É um processo, evidentemente.

E talvez o maior problema para nós, que vai atingir também a questão que está sendo discutida aqui, seja, no fundo, o modelo assistencial brasileiro. As regras racionais para uma melhor atenção às pessoas, de melhor atendimento para toda essa complexidade psicobiosocial, elas se desmontam na lógica dos interesses. E não precisamos nem falar dos pequenos, mas dos grandes interesses, os grandes interesses que fazem com que, hoje, 50% dos exames de imagem no Brasil não sejam olhados pelo médico nem por ninguém, a um custo elevadíssimo.

Nós temos uma lógica que parece que está fugindo muito, mas eu quero chegar ao ponto que vem. Baseado em que tipo de evidências?

Eu me formei numa escola que mudava... peguei esse período de mudança dos parâmetros da medicina, para ela se basear em evidências e menos em clínica. Então todo esse aparato moderno que nós temos, teoricamente, foi construído a partir de uma mudança de concepção. Não é mais o médico, uma pessoa isolada, que examina e decide. Ele tem que coletar evidências para dizer àquele paciente qual é a sua expectativa.

É evidente que isso é uma média, com aqueles erros que nós vimos ali, que varia de 1 a 131 dias. Adianta dizer que a média é de 70? Não adianta nada. Eu vou fazer com que várias pessoas que poderiam retornar ao trabalho em dois dias esperem 70 dias, teoricamente, se seguir esse modelo. E as outras vão ter que penar para conseguir essa extensão.

Então, na minha racionalidade, que parece ser a de todos, um médico assistente é alguém capaz de, numa segunda consulta, avaliar a evolução e dizer, nesse prazo, num modelo ideal, fazer a primeira comunicação: está sob os meus cuidados e dizer quando ele pode retornar. Isso seria algo humano, normal para o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso nós falamos aqui em médicos, não falamos só em peritos. Pelo menos um médico que me diga

que eu posso voltar a trabalhar. Pelo menos um médico. Dos males o menor, já que não é o perito. Com um computador, eu continuo não entendendo. Mas vamos lá, estou aqui para ouvir.

O SR. EDUARDO AZEREDO COSTA – Nós estamos na mesma linha. Nós temos que nos dobrar às vezes, é evidente, para nos juntarmos. Enfim, há lógicas do planejamento que passam por essas informações que são, digamos, consolidadas, etc. Mas acho que temos que chamar a atenção de outra coisa.

Como estava dizendo, para o médico fazer bem isso, esse médico de que falamos é ideal, inexistente, exatamente pela formação dele. Não estamos falando de um país que estruturou...

Por exemplo: eu conheço algumas experiências interessantes em que a faculdade de medicina é construída dentro do Ministério da Saúde, afinal são médicos para aquele país, para aquele sistema, para aquelas pessoas que estão ali.

Nós fizemos uma faculdade de medicina apartada desse complexo da prestação de serviço médico que, portanto, segue, na sua formação, coisas que não têm nada a ver com o que está acontecendo com aquela população.

Há uma coisa grave nisso aí, no caso do Brasil, forçado mesmo, para dizer com todas as letras, pelas multinacionais, pelas empresas dos equipamentos que moldam, em última análise, o tipo de médico que a gente tem. O grande problema é que eles não se interessam por essa questão. Passa a ser por questões... Nós temos dificuldade.

Os salários são baixos para os peritos. Há municípios a que eu vou, enfim, é uma atividade que me interessa, em que altos salários são oferecidos para os médicos na Medicina básica, que é essa que podia estar dando isso, ou seja, na atenção primária à saúde. E não há candidato. E não há quem queira ir. O modelo está fazendo com que não se interessem os médicos, em geral, eu quero dizer, por esse tipo de campo.

Em um recente congresso de Oncologia – eu vou encerrar, Sr. Presidente, só um último exemplo –, de doenças do câncer, que houve com mais de seis mil participantes, havia uma única mesa sobre câncer ocupacional. Só seis pessoas entraram. Não tinha mais ninguém especialista em câncer que fosse discutir câncer ocupacional, mas a grande maioria dos cânceres de que eles tratam são oriundos do trabalho. Ou seja, nós precisamos mudar isso também.

Eu não queria fazer uma coisa que fugisse completamente do nosso objeto aqui, mas a gente tem que perseguir isso. A sociedade brasileira... Esses debates... Por isso mesmo eu estou falando. Acho importante que a gente vá ventilando problemas que são mais amplos,

mas eu vi nas duas exposições, tanto na do perito como na do diretor do INSS, uma procura de nos aproximar de alguma coisa que traga uma resolução melhor para o trabalho e para resolver a situação da reintegração, no trabalho, da pessoa incapacitada.

Nesse sentido, meu comentário não é muito mais do que isto: aqui, agora, não como uma pessoa com certa experiência na área de saúde, mas esse caminho que está sendo percorrido certamente nos aproxima disso. Na medida em que ele acaba com aquela lista de quantos dias cada um pode e força o SUS a se integrar na questão da saúde do trabalhador – ele força –, esses médicos vão ter que ser treinados para saberem o que é esse processo. Eu acho que ele é benéfico. E quem vai treinar? São os peritos. Precisa de muitos peritos para treinar os médicos, em geral, para saberem avaliar, na verdade, questões relacionadas com o trabalho.

É só esse comentário.

Agradeço a oportunidade.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Eduardo Costa.

Deixem-me dizer a vocês que eu tive de ir a outra Comissão – vejam a que ponto nós chegamos! – defender o trabalhador, porque a prescrição dos direitos dos trabalhadores é de cinco anos e querem passar para dois. Vejam a que ponto nós chegamos! Isso foi aprovado em duas Comissões. Lá eu consegui pegar a relatoria e, claro, dei parecer contra.

Na verdade, vamos ser muito francos entre nós aqui. Eu vou falar mais pela minha indignação. Há uma enorme precariedade e uma flexibilização dos direitos dos trabalhadores neste país, e nós não queremos assumir isso.

Isso está acontecendo. Por que estou dizendo isso? Quem está dando a tônica aqui no Congresso, podem saber, não é trabalhador. Se eu fosse dizer a vocês o número de projetos que estão em andamento aqui que vão tirar direitos dos trabalhadores, vocês sairiam daqui apavorados. São dezenas e dezenas de projetos. E estão sendo aprovados, como a maioria que aqui foi montada. Eu tinha de estar lá agora para tentar segurar, mas não tinha como estar lá e estar aqui, mas, pelo menos, lá é uma audiência pública. Não está votando. Eu dei o meu parecer lá e disse muito claramente que eu tenho lado nesse debate. Eu tenho lado! Estou no lado dos trabalhadores e dos aposentados da área pública e da área privada e de todos os discriminados. Eu estava lá.

É com essa visão que eu me preocupo também com os trabalhadores que se acidentam ou têm doença no trabalho. Como eu vou concordar... Eu tenho a ex-

periência de vinte anos dentro de uma fábrica, eu sei o que é um acidente no trabalho, eu sei o que é uma doença no trabalho, eu sei o que é ir lá – no caso, à Previdência, ao INSS – dizer que você não tem condição de trabalhar. Eu me coloco no lugar daquele trabalhador, eu sempre me ponho do outro lado da mesa. Hoje estou no Parlamento como Senador, estou aqui há quase trinta anos, mas me ponho no lugar do trabalhador. Como é que ele se sente quando chega lá e ouve “Olha, teu tempo terminou. Volta para a fábrica”? Quando chega lá, o médico da fábrica diz “Aqui, tu não trabalhas”. Aí, o médico diz que não e o computador diz que sim. Quem é que manda? – o computador, dou como exemplo, essa recomendação. Quem manda? O médico diz: “Não, aqui tu não trabalhas, te vira!”. Como é que ele faz? Pelas informações que recebo, percebo que ele fica sem salário, até que um dia alguém diga para ele que ele tem ou não tem direito de voltar para o INSS ou para a fábrica. E nesse intervalo? Eu já vou nessa – não é demagogia –: como é que fica o pão, o leite, o colégio, o transporte? Não fica! Então, é esse lado, pessoal, que temos de analisar não com a frieza dos números, mas tendo em mente que, atrás de cada número, há um homem, uma mulher, crianças, uma família, uma estrutura.

E por que digo isso? “Ah, mas não tem estrutura, não temos perito, não temos médicos”. Mas nós temos, a cada dia que passa dentro deste Congresso, aberto mão dos direitos da seguridade. Ou vocês têm dúvidas quanto a isso? Da Constituinte para cá, nós abrimos mão de mais de R\$100 bilhões, recursos anuais isso, que entrariam e deixaram de entrar. E estamos abrindo mão de cada vez mais recursos. Quando se abre mão de recursos da seguridade... Ontem dizíamos: “Estão aprovando outro projeto...”. Mas ela diz: “Agora não paga mais o Cofins, não paga mais nada sobre a folha, é zero”. Mais da metade do empresariado brasileiro paga zero sobre a folha e, da outra metade, eu diria, poucos pagam o correspondente a 20% do que deveriam estar pagando sobre o total da folha.

Alguma coisa está errada! Não é possível que a gente não consiga ver esse outro lado, não só o lado do capital, que diz que tem de desonerar a folha, dar subsídio para isso porque há crise na Europa, crise nos Estados Unidos... Mas e a contrapartida do assalariado?

Este filme aqui é uma vergonha nacional, e está andando pelo mundo. E se vocês pegarem outros setores, verão que não é diferente. Peguem os curtumes para verem, peguem a construção civil em geral e apresentem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Metalurgia mesmo, eu vim da área metalúrgica. Onde

nós vamos chegar? Os bancários, que vão falar aqui, os canavieiros... Para tentar regulamentar a situação dos canavieiros, eu cheguei a fazer um projeto de lei aqui, mas ele não passa de jeito nenhum. Alguém me diz: recursos não faltam, há recursos – tanto que dá para abrir mão dos recursos da seguridade, como se está abrindo aqui quase toda semana.

Se vocês pegarem a papelada aqui do Congresso, verão muitos projetos assim: “Abra-se mão de recursos da Seguridade, no valor de R\$100 milhões... R\$200 milhões...”. Quase todos os dias! Vai para onde o dinheiro? Vai para o Legislativo, vai para o Executivo e vai para o Judiciário, e muitas vezes para pagar aposentadorias desses três Poderes. Então, alguma coisa está errada; desculpem-me, mas não está tudo tão bem como estão dizendo. Aí, essa questão específica.

Ora, vou para casa no meu Rio Grande lá, e, quando encontro os meus companheiros de Canoas, de Porto Alegre, os relatos que me dão são assustadores. Por isso, vamos ter que dialogar muito, muito, muito. Estou muito preocupado com a situação, não daquele que depende do Bolsa Família, porque está correto, tem que ter mesmo; estou preocupado com a situação do celetista mesmo, daquele que tem a carteirinha assinada e que, depois, na hora de se aposentar, cortam pela metade o salário dele devido ao fator previdenciário, que é outro banditismo que tem neste País. É um banditismo o fator previdenciário.

Eu falei aqui na abertura dos trabalhos e disse que eles iriam se ferrar com esse fator. E vão se ferrar, porque vão perder no Supremo e vai passar o instituto da desaposentadoria. Já está na peça orçamentária que o Governo vai ter que arcar com quase 50 bilhões. E alertei lá atrás, alertei lá atrás. E os trabalhadores cada vez mais vão fazer isso mesmo, vão se aposentar. Ah! Querem manter o fator? Vão se aposentar pelo fator e vão continuar trabalhando, só que ali na frente, com mais tempo de contribuição e com mais idade, requerem uma nova aposentadoria, daí vão se aposentar com salário integral.

Aqui é outro erro, quero dizer que é outro erro a forma que estão fazendo. Acho lamentável e, por isso, eu queria... Claro, já recebi o Presidente Mauro, aqui, no meu gabinete. Conversamos sobre a gravidade da alta programada. Conversamos. E o que fizeram? Fizeram um recurso para que o projeto não fosse para a Câmara. Daí vem outro projeto que foi para a Câmara. Enfim, tem que achar uma solução.

O que quero, nesta minha indignação... Dêem-me o direito, porque estou do lado de lá. Sou o peão metalúrgico lá da Tramontina, lá da Forjaria de Canoas, porque lá eu trabalhava, e sei o que é trabalhar numa forjaria ou numa fundição, pegar o ferro quente

e despejar no meio da terra para fazer molde. Só me dêem o direito de ficar doente e que alguém me diga se posso trabalhar ou não. É isso o que o peão está pedindo, é isso o que o trabalhador está pedindo e estamos negando. Estamos negando e dizendo para ele: não, não é bem assim; temos um sistema aqui porque não podemos contratar médico, não podemos contratar não sei quem e tu vais ter que te sujeitar a isso. Pior que vai ter que se sujeitar!

Então, é nesse quadro que estamos aqui. Mas, para não ficar só eu falando, já estou meio chateado por causa da outra reunião em que estive do lado de lá...

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...porque é da maior gravidade o que ouvi do lado de lá.

Vou passar a palavra para o Plínio Pavão, da Confederação Nacional dos Bancários, que pediu a palavra. Plínio. Então, o Plínio com a palavra, depois, o Alcir, que também pediu a palavra.

O SR. PLÍNIO PAVÃO – Quero cumprimentar a todos e parabenizar o Senador pela iniciativa.

Eu gostaria de colocar algumas questões para o Dr. Mauro. Primeiro, acho que essa tabela que estamos discutindo aqui vem, sim, para legitimar a Cops.

Lembro o que o Dr. Mauro falou aqui dos instrumentos que a Cops tem para garantir que o trabalhador não fique sem o benefício, mas lembro o seguinte: que a Cops foi criada em 2005, em agosto de 2005; e, quando foi criada, não tinha mecanismo nenhum, era pura. Na data de cessação de benefício, volte ao trabalho sem perícia médica.

Isso, evidentemente, causou uma mobilização muito grande e fizemos um processo de negociação naquela época. E, a partir desta negociação, foram-se criando algumas melhorias que, evidentemente, atenuaram o problema original, mas, na minha opinião, não resolveu o problema. Aí, disseram o seguinte: que tinha o pedido de prorrogação para ser pedido num prazo de até 15 dias antes de vencer o benefício e que essa perícia seria realizada dentro de cinco dias. E aí, as perícias não eram realizadas dentro de cinco dias, não eram realizadas dentro do vencimento, às vezes, 20, 30, 40 dias, um mês etc; e o trabalhador ficava sem o salário.

O INSS e a previdência não concordavam em pagar o salário até a data da perícia. Isso só foi possível mediante uma ação jurídica – não sei se foi uma ação civil pública. Foi uma medida judicial. Aí, então, o INSS expediu uma norma, forçada por uma decisão judicial. Quero deixar bem claro isso.

Agora, a fala do Dr. Mauro foi muito esclarecedora, porque, em nenhum momento, nos documentos, pelo

menos no meu entendimento e no de outras pessoas também, dá para desconfiar que esse sistema seja para embasar o chamado novo modelo de perícia, está certo? Mas, se é para embasar o novo modelo de perícia, há um motivo a mais para sermos contra. O novo modelo de perícia foi colocado em debate no Conselho Nacional de Previdência Social, se não me engano, em meados do ano passado, ou um pouco antes, talvez, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO PAVÃO – Oi?

Um pouco depois.

Um pouco depois. Isso. No segundo semestre do ano passado. E o debate não foi conclusivo no CNPS, que, diga-se de passagem, é um órgão de caráter deliberativo, conforme art. 3º da Lei nº 8.213, que a Previdência insiste em tratá-lo como caráter consultivo.

Essa é uma denúncia que temos de fazer, porque a Previdência Social descumpre a legislação, dando um caráter consultivo a um conselho que é deliberativo. O debate não andou lá.

A posição dos trabalhadores é contrária por alguns detalhes, mas o principal motivo é que esse novo modelo, quando coloca esse benefício automático, sem perícia, exclui os benefícios de acidente de trabalho. Ao excluir os benefícios de acidente de trabalho, ele causa um grande mal para o sistema de acidente de trabalho, porque o trabalhador, evidentemente, se tiver uma questão ligada ao acidente de trabalho e for reivindicá-lo, vai ter de se submeter à perícia, e ele não quer submeter-se à perícia. Então, ele vai pensar que é muito melhor submeter-se a um benefício comum, porque aí ele não vai ter que ir à perícia. Só que aí, evidentemente, não preciso dizer quais vão ser os malefícios dessa questão.

Então, esse novo modelo, para dizer um dos problemas que ele tem, vai aumentar ainda mais a subnotificação, que, embora tenha melhorado o com o Nexo Técnico Epidemiológico, que os trabalhadores apoiaram, ele ainda está muito aquém do ideal. Então, gostaria de colocar esses elementos aqui.

E gostaria de fazer uma referência aqui a um documento feito e encaminhado lá para a consulta pública pelo corpo técnico e médico da Fundacentro e é um documento que traz tudo o que foi falado aqui, mas de uma forma muito mais detalhada, com muito mais argumentos, com muito mais elementos. Então, esse documento aqui é riquíssimo.

Infelizmente, a minha cópia está aqui um pouco prejudicada, mas acho que, se esta cópia não chegou ainda às mãos do Senador, temos de providenciar isso. Se alguém a tem, envie ao Senador, porque a minha não está em condições de ser entregue, está certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO PAVÃO – Desculpe-me alongar um pouco, mas eram essas as considerações que gostaria de fazer.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Plínio.

Passamos a palavra ao Walcir.

Vou pedir a todos, para que possamos agilizar, porque temos de pedir as considerações finais da mesa que usem no máximo de 3 a 5 minutos.

Então, passo a palavra ao Walcir Previtale, Secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT.

O SR. WALCIR PREVITALE – Bom dia a todos e a todas.

Bom dia, Senador Paulo Paim. Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que as palavras ditas por V. Ex^a são um alento para a militância em saúde do trabalhador, no dia a dia, lá em São Paulo. Enfim, concordo com tudo o que V. Ex^a falou.

Hoje, estamos vivendo um momento em que o Brasil cresce e a Copa está chegando, mas vemos o tamanho dos problemas que temos na construção dos estádios. Acho que essa reflexão é necessária, porque se fala muito no “novo Brasil”, mas é um novo Brasil de estruturas velhas. Então, acho que isso é muito importante.

Pegando a questão do motivo dessa audiência, queria dizer que é mais uma tabela e que nós, trabalhadores do ramo financeiro, somos contrários. Aí vão falar: mas quais são os fundamentos? Por que são contrários? As Centrais Sindicais já encaminharam documentos para o Cid Pimentel, a fim de fazer o adiamento dessa consulta pública, porque, no jornal lá de São Paulo, no jornal *Agora São Paulo*, por exemplo, para falar do ramo financeiro, sinovite e tenossinovite, aqui está falando em sete dias de afastamento.

Pelo amor de Deus, a categoria bancária continua sofrendo das mesmas lesões por esforços repetitivos e vem uma tabela, feita por um grupo de 13 pessoas, colocando sete dias. Então, não dê sete dias, porque este número de dias não vai resolver o problema do trabalhador. É melhor negar esse benefício; e aí o trabalhador vai entrar com o pedido de prorrogação – que é importante dizer: pode ser negado; depois ele vai entrar com um pedido de reconsideração de decisão, que também pode ser negado; então, ele vai ao conselho de recursos da Previdência Social, que vai demorar uns três anos, podendo também ser negado.

Então, há tabelas e um monte de procedimentos, na Previdência Social, que continua sendo designado por ordens internas, que não são de acesso ao público. Isso já está em documento entregue à Presidência do

INSS. Isso já foi discutido lá em São Paulo, aqui em Brasília. São várias ordens internas a que o público não tem acesso.

Assim, somos contra esse tipo de procedimento, porque vem mais no sentido de olhar a questão sob o lado financeiro do afastamento do trabalho, e não sob o social. São sete dias para a questão de sinovite e tenossinovite, que são do grupo das lesões por esforços repetitivos. Vi a tabela, que é imensa.

É importante colocarmos que a consulta diz que a população vai ter acesso para avaliar, mas a tabela é imensa. Vi casos de episódios de depressão grave, entre 90 e 120 dias. Na categoria bancária, temos muitos problemas assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se não me engano, pelo que recebi, são quase 10 mil.

O SR. WALCIR PREVITALE – Exatamente. A lista completa. Então, imagine passar para a sociedade uma lista completa com 10 mil. Não tenho dificuldade alguma de dizer que tenho dificuldade para entender essa tabela, porque, primeiro, não vi toda a tabela, senão, não estaria aqui. Estaria em casa ainda, ou lá na Contraf, estudando a tabela.

Para finalizar, para não me alongar, gostaria de dizer uma coisa que não foi dita. Essa situação da classe trabalhadora – de adoecimento; de afastamento; quando ela vai voltar para a empresa, ela não volta; o médico do trabalho da empresa dá inapto, do INSS dá apto – é cômoda. Os empresários também fazem vista grossa. Os bancos fazem vista grossa a isso aí.

A medicina do trabalho exercida nos bancos está falida. Ela não prima pela prevenção. Ela não orienta o trabalhador a buscar os seus direitos da Previdência Social e sequer emite a comunicação de acidente do trabalho. Nós sabemos que ainda há uma cultura de comunicação de acidente do trabalho emitida pelos sindicatos dos trabalhadores que é rejeitada na perícia do INSS. A CAT emitida pela empresa é aceita.

Então, também é importante vir ao Senado Federal para dizer também que essa situação é cômoda. O trabalhador fica lá. Ele adoece. Ele se afasta do trabalho. A empresa, no nosso caso do ramo financeiro, os bancos, coloca outro trabalhador no mesmo processo de adoecimento. Esse trabalhador vai afastar-se, e aí fica nessa situação.

É uma situação muito complicada. Na nossa visão, mais uma tabela não vai resolver o problema. Muito pelo contrário, acho que ela agrava. Essa tabela entra num momento inóportuno. Como o companheiro Plínio falou, ela vem no sentido de reforçar aqui as altas programadas.

Então, Senador, nós aqui, trabalhadores do ramo financeiro, agradecemos a oportunidade dessa audi-

ência, no sentido de estar colocando aqui esses problemas, que não são novos e que, infelizmente, na nossa visão, no dia 28 de abril do ano que vem e dos próximos anos, estaremos discutindo, porque as soluções ainda não estão sendo colocadas concretamente.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero somente perguntar o seguinte, Walcir: Por que o empresariado não se preocupa com isso? Porque ele não paga a conta. Em tese, ele não paga a conta. Voltou? Voltou. Não voltou? Não voltou. O problema é do trabalhador com a Previdência. Que se entendam lá. Agora, se ele tivesse que pagar a conta! Por que a gente não faz uma norma: a partir do momento que a Previdência viu, o computador deu alta, o empresário vai ter que pagar. Num instante essa norma mudava, porque eles vão para cima. E você sabe que eles têm muito mais força que nós neste Congresso e no próprio Executivo. Lamento dizer isso. Eles vão para cima, dizendo: “Não, senhor! Não vamos pagar essa conta não!” Eles iriam dizer isso. Basta ver a organização que eles têm dentro do Congresso e o movimento que eles fazem na sociedade.

Não sou contra os empresários. Deixo isso bem claro. Tenho o maior carinho por eles. Agora, quando dizemos que eles vão pagar a conta, cai qualquer proposta. Para que vocês tenham uma idéia – vou ter que dizer isso aqui, porque não engoli isso até hoje –, para que a mulher tivesse direito a ganhar o mesmo salário que o homem na mesma atividade, na mesma função, no mesmo cargo, eu cheguei a dizer que colocassem a mesma idade, mas não deixaram. E está na Constituição escrito que não pode discriminar a mulher em relação ao homem. Eu não consegui aqui. Peguei para relatar Projeto de Lei da Câmara. Aprovei aqui em dois dias nesta Comissão. Aí pensei que iria para a sanção, porque proíbe a discriminação da mulher com relação ao homem. Bem, os empresários se mobilizaram. Morreu. O Projeto parou totalmente.

Qualquer coisa que se faça aqui que signifique gasto para o lado de lá, as coisas param. Agora, do lado do trabalhador, as inovações vêm, vêm, vêm, e quem paga a conta é ele. Pode ter certeza de quem paga a conta é ele. Mas vamos lá.

Com a palavra Alfredo Gonçalves, coordenador do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador.

O SR. ALFREDO GONÇALVES – Pois é, Senador. É como V. Ex^a falou aqui. O empresário só entende uma linguagem: quando ele sente o peso no bolso dele, ele muda de atitude.

A atitude que a gente cobra da Previdência, do Ministério do Trabalho, do Governo é que mude a for-

ma de agir e interaja mais em favor dos trabalhadores e das pessoas que geram as riquezas do País do que daqueles que obtêm lucros e no momento em que o trabalhador adoece, a primeira atitude é colocá-lo no olho da rua.

Para nós, trabalhadores, o que está acontecendo é bem claro: existe uma omissão da Previdência Social quanto a assumir as responsabilidades. É muito fácil transferir para uma tabela como essa e isolar os peritos médicos desse processo, porque vai ter muito menos incômodos do que se fosse com os peritos médicos, do que se fosse com os empresários, porque, no momento, qualquer coisa que se tentar mudar aqui, se eu tentar votar uma lei aqui hoje, amanhã chove de empresário aqui e o seu projeto vai para o espaço, vai para a gaveta.

Mas eu acho que o crescimento do País não pode ser a qualquer custo, muito menos com a vida dos trabalhadores. Para nós o que existe aqui é uma omissão clara da Previdência Social. Isso aqui é uma forma de economia, de reduzir custo de imediato. Não adianta. Pode durar a pílula. O trabalhador não é trouxa. O trabalhador está esclarecido e sabe o que está acontecendo, porque, no momento em que se disser ao trabalhador que ele tem 30 dias de benefício e está de alta, para retornar é que vai ser um problema.

Já há esse modelo sendo implantado, lá no Rio Grande do Sul, em Bento Gonçalves, onde o trabalhador fez a perícia, ganhou lá 10 dias e foi marcar nova perícia, porque não estava em condições de retornar e disseram a ele que teria de aguardar sete dias para depois marcar nova perícia.

Quero saber se a Previdência vai assumir a responsabilidade pela perda de trabalho, de emprego dessas pessoas. Ela vai assumir? Ela vai continuar pagando salário? Porque já há demissão. Isso é um presente para os empresários. O maior presente que a Previdência está fazendo é este tipo de coisa: é o trabalhador não passar por perícia, porque a discussão que tivemos e fazemos é a de que quando a perícia não é realizada em 30 dias, a Previdência tem de pagar o salário do trabalhador. Se ela tem problema, é omissa, não realiza concurso...

O Governo não realiza concurso para o Ministério do Trabalho, não realiza concurso para a Previdência, para contratar perito, e quer jogar a responsabilidade em cima dos trabalhadores! Dr. Mauro, um trabalhador com depressão, um trabalhador que levou uma arma na cara em um banco, tem condições de voltar a trabalhar em 60 dias?

Eu deixo essa pergunta. Obrigado.
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Falará o último inscrito. Depois, voltaremos à mesa, para que possam tecer suas considerações finais.

Vou deixar V. Ex^a, Dr. Mauro, por último, para que ouça a todos e faça as suas considerações.

O último inscrito é o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, da UGT, que fará uso da palavra neste momento.

Pergunto à assessoria se já terminou, na Comissão de Assuntos Sociais, o debate? Eu estou preocupado. Espero que eles não inventem uma historinha que possa prejudicar. Meu coração está aqui e lá. Mas não há de ser nada. Eu ainda vou cortá-lo no meio. Uma metade fica lá e a outra fica aqui.

Sr. Lourenço.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eminente Senador, demais integrantes da mesa que participam deste debate fundamental para a saúde dos trabalhadores do Brasil, inicialmente, agradecemos a oportunidade de ter este espaço, aberto pela TV Senado, para trazer um documento de suma importância para a grande maioria do sindicalismo brasileiro.

Eu me refiro a um documento redigido pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, que congrega vinte confederações de trabalhadores e cinco centrais sindicais, relativo à contribuição sindical, à manutenção da contribuição sindical, que foi distribuído a todos os participantes de um seminário que está sendo realizado no Tribunal Superior do Trabalho, que teve início ontem à noite, com a abertura feita pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e onde está sendo debatida a questão do sindicalismo como um todo.

Tendo em vista que, pelas posições dos expo-
sidores e demais doutrinadores que ali comparecem, há uma posição clara quanto à questão relativa à mu-
dança de unicidade sindical para pluralidade sindical e
também quanto à extinção da contribuição compulsó-
ria, ou contribuição sindical, ou imposto sindical, para
uma contribuição meramente espontânea – a grande
maioria do movimento sindical é pela manutenção de
recursos independentes, recursos previstos em lei –,
redigimos este documento que tomamos a liberdade
de ler da forma mais breve possível, dado o adiantado
da hora, nesta Comissão.

Relata o documento:

“Contribuição Sindical e Defesa dos Trabalhadores.

O movimento sindical brasileiro é um dos mais combativos do mundo. Seus dirigentes foram perseguidos, caçados e assassinados pela ditadura militar de 1964. Foi protagonista da luta pela restauração da democracia e é um dos principais atores sociais na

defesa do desenvolvimento do Brasil, com inclusão e distribuição de renda.

A Constituição de 1988, em seu art. 8º, consolidou autonomia e liberdade sindicais, vedando ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Portanto, somos contrários à ratificação da Convenção nº 87 da OIT, bem como defendemos a regulamentação, o mais breve possível, do art. 8º da mesma Carta política do Brasil de 1988.

A contribuição sindical é compatível com o regime vigente de unicidade sindical e é justa, socialmente, com a maioria dos trabalhadores, uma vez que o sindicato representa a totalidade dos integrantes da categoria e não apenas os que são associados ao sindicato, pois as campanhas salariais vitoriosas das categorias profissionais se revertem para todos, independentemente de os trabalhadores serem ou não associados ao sindicato.

Os sindicatos têm o papel social fundamental e importantíssimo. Lutam por melhorias salariais, condições dignas e decentes de trabalho, promovem benefícios assistenciais, jurídicos e de lazer para todos os integrantes da categoria representada.

É inaceitável, do ponto de vista prático, político e histórico, portanto, caracterizar a contribuição sindical mantida pela Carta política do País, que reverte em benefício dos trabalhadores, como atentatório à liberdade e à autonomia sindicais, apenas porque é prevista em lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Se puder concluir, Lourenço... Estamos com um problemão aqui, na mesa.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Perfeitamente.

A extinção, ao contrário de fortalecer a independência da classe trabalhadora (eminente Senador e presentes neste debate) frente ao Estado e aos patrões, fragiliza o movimento, porque extingue milhares de entidades sindicais (não tenham dúvida nenhuma) de forma imediata, deixando os trabalhadores impotentes nas relações com qualquer forma de instituição pública e com o capital e ainda indefesos e sob a ação de grupos estranhos aos seus objetivos primordiais.”

Esse é o documento que foi elaborado e distribuído a todos os participantes do seminário sobre sindicalismo, que está sendo realizado no Tribunal Superior do Trabalho, que começou ontem e vai até o dia 27.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem, Lourenço. Recebemos o documento. Vamos fazer esse debate aqui na comissão sobre trabalho, com a profundidade devida. Vamos chamar todas as partes no momento adequado, mas a sua carta fica aqui arquivada.

Voltamos, agora, ao tema do nosso debate de hoje, que é a questão das doenças, acidentes de trabalho e a chamada demissão... Como é que se chama? Por computador. Programada. Em resumo, é isso. Alta programada. Eu já falo demissão programada. Alta programada.

Então, vamos voltar para as considerações finais. Se todos puderem usar três minutos... Esse debate não termina aqui, ele vai continuar. Vou para os nossos convidados.

Começo, de novo, com a Junéia, representante da CUT. Se puder, em três minutos, fazer uma consideração sobre o tema...

A SR^a JUNÉIA MARTINS BATISTA – Vou tentar. Depois desse papagaio de pirata numa reunião...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Se entrarmos nesse debate, aí, não termina mais.

A SR^a JUNÉIA MARTINS BATISTA – Não, não vamos entrar, não, porque estamos discutindo aqui mortes e acidentes de trabalho. No mês de abril, a gente comemora ou protesta ou faz reflexão sobre mortes e acidentes de trabalho. E, nesta audiência pública, a ideia é essa.

Gostei muito da fala do Rogério, que foi bastante incisiva. Fiquei muito emocionada com a fala dele. Eu tinha acabado de ver, pela segunda vez, o filme Carne, Osso. E as demais pessoas que aqui fizeram uma insistência de que essa consulta pública seja anulada. Mesmo com todas as considerações feitas pelo Dr. Mauro, a impressão que me dá é que da forma como ele coloca, está tudo muito bom, está tudo muito certo, é isso mesmo.

Eu sou funcionária pública. Eu já vi, como funcionária pública da cidade de São Paulo, quantas vezes a Prefeitura de São Paulo foi instigada a cumprir determinação judicial e nunca cumpriu. Estou só fazendo um paralelo. Há três Estados brasileiros exigindo o cumprimento da instalação do processo de alta programada.

Eu acho que o debate é outro. Nós somos um todo. Eu sou obrigada a concordar - vivemos em postos opostos, eu e o Dr. Geilson, pelos lugares por onde temos ido – que nós somos um corpo. Nas falas de todo mundo aqui, na fala do Anamatra, do Senado, dos peritos médicos, dos auditores, dos sindicatos, dos especialistas da área estamos falando de um corpo, estamos falando de um ser humano, de pessoas. A impressão que me dá é de que estamos falando de

um corpo e o INSS está falando de outro corpo. Então, assim, nós, do movimento sindical, dos trabalhadores, continuarmos insistindo que é preciso debater mais.

Eu não sou médica, eu sou assistente social, eu não sei o que é evidência do ponto de vista da Medicina. Agora que eu entendi um pouco, quando o Dr. Eduardo colocou. Fiz Faculdade de Serviço Social na época libertadora contra o conservadorismo. Então, sou de outra... Mais moderna. No meu caso, foi bem melhor. Mas eu me assusto aqui com o que acabei de ouvir. Eu não concordo dizer que o INSS vai se submeter a três estados da Federação porque tem uma exigência.

A fala aqui dos médicos peritos é: "precisa de concurso público". Nós apoiamos. É para mandar carta? Para onde? A gente faz isso. E não é de 1.200, não. A gente precisa do dobro de peritos médicos. São 700 mil atendimentos. É o quê? Gado? É disso que a gente está tratando aqui.

Então, tem de haver uma pouco mais de seriedade. Eu não vou discutir se sou contra ou a favor da forma como isso foi pensado. No Brasil, treze médicos peritos de diversas regiões discutiram. Por que não chamaram a Associação Nacional dos Peritos? Por que não chamaram as centrais sindicais? Temos uma comissão tripartite, saúde, segurança do trabalhador. Por que não chamaram pessoas da assessoria do Senado que discutem esse tema, uma vez que já vimos discutindo esse tema há algum tempo? Porque não chamam o Fundacentro para discutir?

Eu continuo insistindo. Vou manter aqui o nosso pleito – do Movimento sindical -, de que essa consulta pare. Que voltemos – como diz o Plínio -, talvez, a consultar o Conselho Nacional de Previdência Social, que tem caráter deliberativo, e não foi sequer consultado, porque está sendo tratado como meramente consultivo.

Então, que vá primeiro para esse fórum e lá se defina, porque é assim que funciona o Conselho Nacional de Saúde. As coisas vão para o Conselho Nacional de Saúde, onde se vê como tratá-las, e são remetidas a diversas comissões. Continuo insistindo nisso.

Para terminar, quero realmente agradecer, porque é importante lembrar que amanhã, em São Paulo, às 10 horas, estaremos na agência do INSS do viaduto Santa Ifigênia, fazendo o nosso protesto em memória aos mortos em acidentes de trabalho.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP)

– Muito bem, Junéia Martins Batista, que falou pela CUT.

Marcos Ribeiro Botelho, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que aqui representa Rosângela.

O SR. MARCOS RIBEIRO BOTELHO – Senador Paim, eu estive, quando da minha fala, expondo que 50% das reclamações dos trabalhadores, em nossos plantões fiscais, são referentes a benefícios previdenciários.

Depois de tudo que ouvi, acho que esse número vai aumentar, porque mais trabalhadores vão retornar ao trabalho sem capacidade laborativa constituída e, não sendo recebidos pelas empresas ou os próprios médicos das empresas, os apontando como inaptos para o trabalho vão bater nas portas do Ministério do Trabalho pedindo ajuda.

Outra consideração. Eu não entendi muito bem a questão, Dr. Mauro. O trabalhador chega com o laudo do médico assistente. Quem vai fazer o lançamento no sistema é um servidor administrativo? Se esses dias determinados pelo assistente para a recuperação do trabalhador estiverem acima da tabela, aí, sim, seria marcada a perícia? Essa seria a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que ele responderá depois, no momento adequado.

Esse foi o Marcos Ribeiro Botelho, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Passamos a palavra ao Rogério Dornelles, médico do trabalho.

O SR. ROGÉRIO DORNELLES – Primeiro, é importante colocar algumas questões.

Eu atendo pacientes todos os dias. A minha carga horária, durante o dia, é preenchida com o atendimento, basicamente, a paciente de medicina do trabalho.

Então, a emotividade com que falei não foi representando entidades, Dr. Mauro, mas esses pacientes cujo sofrimento eu acompanho diariamente e tento fazer o melhor trabalho possível, aquilo que me é permitido.

Acho que é importante colocar essa questão.

Outra questão é quanto a ficar difícil discutirmos desse modo. Eu recebo um documento que vai em uma direção, diz algumas coisas. Estudo esse documento. Venho para cá para discuti-lo, chego aqui e dizem que não é isso! A única coisa que posso solicitar é que esse documento seja reapresentado, para que possamos estudá-lo, refletir e, daí, possamos discutir. Porque, quanto às questões apresentadas, tenho uma infinidade de críticas a fazer. Eu comecei a anotar, mas disse: Espera aí, como eu vou fazer, de uma forma leviana, críticas a coisas sobre as quais eu não aprofundei a minha reflexão?

Então, eu gostaria que essa questão que o Dr. Mauro relatou fosse apresentada para que possamos discuti-la novamente.

Outro fato importante é termos conhecimento dessa questão técnica. Eu tenho buscado entender, por

isso tenho feito pesquisa. Associei-me ao Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho, da URI/RS, para fazer pesquisa. Mas pesquisa é algo difícil. Elaboramos um questionário. Mas se questiona: por que eu fiz o raio dessa pergunta que não me leva a lugar nenhum? Há uma hipótese, mas ela se mostra ridícula depois. É difícil fazer isso.

Portanto, baseado já no que o nosso representante dos auditores fiscais falou, está lá, o cara internou por queimadura, morreu uma semana depois, deixa de ser acidente de trabalho. Eu pergunto se isso foi analisado, porque uma cólera mata.

Então os sete dias e pode ter ido a óbito. Se foi a óbito, deixou de ser auxílio doença, passou a ser pensão. E daí pode ter dado sete dias. Quer dizer, esses detalhes não são por má intenção, é pela quantidade de dados que a gente analisa.

Então isso tem que ser analisado, discutido, colocado em discussão, colocado com outros pares, comparado com outros trabalhados que são feitos. Quer dizer, daí a gente consegue chegar a algum lugar.

Essa questão é fundamental porque – só mais um detalhe – há a questão do bem e do mal. Isso a gente tem que pegar que nem a lei da velocidade. O fato de Einstein ter colocado a questão da relatividade não tirou as leis de Newton. São realidades diferentes com que você vai lidar, justamente entre a questão do bem e do mal.

Eu não acredito que ao matar alguém sem motivo, maltratar alguém, você não possa considerar isso um mal. É mal. O que você vai ver, em situações mais complexas, é qual a discussão que há entre o bem e o mal? O que é o bem e o mal nesse caso? Porque isso faz parte da evolução do ser humano. Agora, se a gente perder absolutamente todos os parâmetros, em que tudo é válido porque tudo é relativo, a gente acaba numa loucura sem fim, uns matando os outros.

Essa discussão filosófica, essa discussão de que o bem e o mal são relativos tem feito atrocidades. Ah, porque tudo...; ah, porque disso depende o meu salário; ah, porque senão vou ser demitido. Foi o que disseram absolutamente todos os soldados nazistas que matavam de graça as pessoas, sem motivo nenhum. Quer dizer, aí tem claramente o que é mal.

A gente pode não saber direito o que é bem, mas o que é mal a gente sabe o que é.

Agradeço todo mundo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Dr. Rogério Dornelles, médico do trabalho. Pois não.

O SR. ROGÉRIO DORNELLES – Porque, assim, falamos do perito porque é ele que está levando tapa

ali; ele está fazendo aquilo que... Concordo contigo. Tem um sistema que manda fazer o trabalho; e tem muitos que já estão começando a se contrapor a isso. O trabalho de perito é um dos mais difíceis, principalmente de perito de pessoa viva por médico. O médico foi treinado para cuidar das pessoas, não para julgá-las.

E eu falo isso porque atendo pacientes todos os dias. Atendo pacientes em que o sindicato... Faço convênio com os sindicatos. Eu perco a calma eventualmente porque atendi, naquele dia, dez pessoas extremamente doentes e vem um cara me encher o saco sem nada, dizendo: Ah, não, por é isso e aquilo. Eu corro com ele dali e perco a calma; os próximos que eu atender vão sentir a consequência disso.

Agora, o perito passa o tempo todo desconfiado com relação a isso. E para isso nós não fomos treinados.

É um trabalho difícil, que tem que ser bem remunerado. E, do meu ponto de vista, acompanhado por uma equipe que dê suporte para o pessoal que está sofrendo tanta contradição; e isso acaba gerando sofrimento mental, acaba gerando doença mental. Acho que isso a gente tem que mudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos passar a palavra agora para o Valter Souza Pugliesi, Diretor de Informática da Anamatra. Ele saiu?

Vamos então... O Eduardo Costa está aqui, então vamos seguir, para terminar lá em cima.

Então passar a palavra para o Eduardo Costa, Presidente da Fundacentro, que representa o Ministro do Trabalho, para os seus três minutos finais.

O SR. EDUARDO COSTA – Eu acho, primeiro, que tenho quase que me penitenciar, porque realmente entrei na reunião num momento em que havia outras falas anteriores e os comentários que fiz são baseados nas duas apresentações que ouvi, até porque vim como representante de última hora para a reunião.

Mas aqui fui alertado por muitas coisas que estão sendo colocadas, que não são mais sobre questões genéricas, teóricas ou amplas da minha visão, inclusive que têm um grande conteúdo ideológico. Muitas coisas se contrapõem a um objetivo imediato, pragmático do que se está colocando.

Acho que, sem dúvida, pelo que ouvi aqui, é preciso que haja uma discussão dessa norma, dessa proposta que está vindo do Presidente do INSS. Isso fica óbvio, pelas discussões.

A Fundacentro, por meio dos seus técnicos, como me foi alertado, e vejo aqui e li os comentários rápidos dos técnicos da Fundacentro, aponta questões problemáticas no meio dessa proposta.

Eu queria dizer que o mesmo aconteceu, embora seja completamente diferente, quando a gente

estava avaliando o NTEP, que são essas questões de usar evidências.

Em última análise, é semelhante a um processo de usar evidências para nortear – e, naquele caso, de uma maneira mais interessante – para prevenção. Quer dizer, você agravar quem causa mais problemas em termos do imposto e tal, do seguro... Então, são alternativas possíveis para fazer uso das evidências para administração pública.

Quero dizer o seguinte: eu valorizo mais porque me formei numa escola de clínica da medicina, mas eu sei que há um papel para o planejamento, um papel de juntar as evidência estatísticas etc. e tirar as suas conclusões.

Continuo achando que todo nosso sistema se beneficiaria se a gente não tivesse a comportamentalização que tem na área médica. Seria muito bom. E de maneira muito efetiva, especialmente a gente não calcou o nosso sistema em cima de médico.

Em alguns, temos “de família” ou “DP”, em inglês, seja o que for o nome que ele tenha, mas é quem realmente cuida das pessoas no trabalho ou fora dele. Quer dizer, não é quem está lá dentro do trabalho, mas ele é responsável pelas pessoas todas. Portanto, é a palavra mais abalizada anterior a ir para alguma coisa específica, especializada, particularmente quando envolve questões do trabalho. Então, eu acho que, no genérico, é isso.

E vou acompanhar, como opinião final, pois se precisa dar uma avaliada melhor no que são todos esses parâmetros. Eu acho que é lógico. Pelo menos os Ministérios do Trabalho, da Previdência e da Saúde temos estado em quase tudo quanto é comissão tripartite, discutindo, junto com as centrais sindicais, com os trabalhadores e também com os empresários.

Eu ia só fazer um comentário final, Senador, que eu vi na sua linha. Preocupa-me, não é um assunto daqui, mas me preocupa que sejam tripartites certas discussões que não deviam ser. Deviam ser no máximo bipartites. Riscos do trabalho não têm nada a ver com o empregador. É alguma coisa que não tem, e ficam lá para morrinhar. É a palavra certa. Para morrinhar. Quando, na verdade, se precisa de objetividade.

Mas é só para dizer o seguinte: no caso particular, é evidente que o mais importante é essa relação dos trabalhadores, das centrais sindicais com o órgão da Previdência que está trabalhando, tentando, parecer-me, melhorar a performance, ver o que pode fazer de melhor, para contribuir.

É só isso que eu queria dizer. Obrigado.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Eduardo Costa, presiden-

te da Fundacentro, que representou o Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Vamos, de imediato, para o Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência, Dr. Geilson Gomes de Oliveira.

Depois encerra o Presidente...

O SR. GEILSON GOMES DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador.

É importante este momento que a gente está vivendo hoje, de debate, e a sociedade deve fazer isso mesmo. É do debate que se faz a grandeza das ações. Se a gente não conseguir debater, vai sempre ficar uma posição contrária à outra, distante, e elas acabam não se encontrando. Quando isso acontece, existe a desconfiança, existe aquela visão da dicotomia. Volto a falar da dicotomia.

Como eu falei, são os rótulos: o bem e o mal. Você vai rotular alguém como bem ou como mal, e, muitas vezes, você não conhece o que está por trás daquilo. Por isso, gera até o que o Walcir falou da acomodação.

O Governo diz assim “naquela favela ali só tem bandido”. Quando ele fala isso, está dizendo que não resolve o problema porque não sabe quem é. Ele está rotulando, está generalizando. Não adianta generalizar. A questão não está em dizer que o perito é assim ou assado ou o segurado faz isso ou aquilo. A gente deve estudar isso e dizer o que está acontecendo.

Nessa linha da acomodação, estou vendo a questão do que os empresários estão com o FAP, o Fator Acidentário de Prevenção, que foi um ganho, junto com o NTEP. É uma coisa bastante interessante.

O que está acontecendo? O FAP veio para trazer o ônus à empresa quando ela está descuidando da saúde do seu trabalhador e causando mais acidentes. E a gente tinha a esperança de que, com o FAP e com o NTEP, houvesse um incremento, uma melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde do trabalho.

O que está acontecendo? As empresas estão contratando mais advogados. Elas estão levando para a questão jurídica, em vez de dar mais suporte ou mais condições para que os trabalhadores de segurança de saúde do trabalhador assim o façam. E essa repercussão quem está recebendo é a perícia médica, porque ela avalia os casos de contestação.

Isso nos causa muita preocupação porque era uma coisa na qual a perícia médica apostava bastante, que a accidentalidade iria diminuir por conta do FAP, e assim não está acontecendo. Na verdade, está aumentando a judicialização desses recursos. Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Geilson Gomes de Oli-

veira, Presidente da Associação dos Médicos Peritos da Previdência.

Vou passar a palavra ao Dr. Mauro, Presidente do nosso INSS. Primeiro, vou cumprimentá-lo por ter vindo a participar do debate. V. Ex^a sabia que era um tema polêmico, sabia da minha posição e que tenho um lado muito definido nessa questão, tanto que apresentei um projeto de lei nesse sentido. E V. Ex^a veio aqui participar do debate, ouvir, enfim, fazer a sua exposição. Isso é meritório. Merece as nossas palmas.

Porque há alguns – eu lhe confesso – que, quando convidado para um debate de um tema que eles sabem que não é popular e sobre o qual não têm argumento nenhum para defender, omitem-se. E eu sou obrigado a dizer aqui: “olha, infelizmente esse ou aquele convidado, simplesmente, não justificou, não mandou representante, se omitiu”. Não deve ter argumentos.

V. Ex^a veio aqui e participou do debate de forma elegante, diplomática. E, por isso, quero pedir a V. Ex^a uma salva de palmas do Plenário. (Palmas.)

É assim que a gente vai melhorando e construindo a democracia. Parabéns, Dr. Mauro.

O SR. MAURO LUCIANO HAUSCHILD – Obrigado, Senador Paim, pela gentileza e cordialidade das palavras, mas acho que, como vivemos num País democrático, felizmente e finalmente democrático, há espaço para que a gente possa promover essas discussões, até porque aqui não estamos tratando de interesses contrapostos. Nós estamos tratando de interesses e condições momentâneas ou posteriores de implementar políticas que possam contemplar o interesse dos trabalhadores. E o Estado e, no caso, nós da Previdência podemos colocá-las na medida da necessidade, da urgência, da intenção e da vontade dos trabalhadores. Então, eu acho que o processo é importante, porque nos ajuda a aperfeiçoar os instrumentos, porque cada passo que nós dermos, por menor que ele seja, é um passo.

E acho que não estamos aqui discutindo a solução dos problemas para amanhã. O senhor, pela experiência que tem, pela luta que faz há muitos anos na defesa pelos trabalhadores, sabe que tudo isso é um processo de conquista e até mesmo por vezes um processo de retrocesso, tanto que o senhor está preocupado com a outra audiência que está acontecendo na outra sala. Então, acho que isso seria razão suficiente para que eu estivesse aqui. Além do que o Ministro Garibaldi, pelo respeito e admiração que tem pelo trabalho do senhor, como Parlamentar, como político, solicitou-me encarecidamente que eu viesse pessoalmente cuidar deste assunto hoje.

Bom, acho que há algumas constatações minhas. Perdoem-me, talvez a gente esteja incorrendo no ris-

co de tratar o assunto com um pouco de excesso de pragmatismo. Talvez a forma como o assunto tenha sido posto, talvez a forma como ele tenha chegado a público, talvez pelo não esgotamento das vias ordinárias disponíveis, talvez nós pudéssemos ter avançado mais nessa discussão antes de o assunto chegar a público. Só que também, agora, por outro lado, há um excesso de pragmatismo, e eu acho que a informação é importante para a gente diminuir a tensão. E esse é o nosso papel. Acho que a gente supera um pouco essa questão do pragmatismo ou até mesmo da possibilidade de simplificar demais o que na verdade não é tão simples.

E deixo claro que o objetivo não é, por mais que os senhores possam não acreditar em mim, estabelecer data limite de cessação de benefícios. Não é essa a finalidade. Não é para isso que o trabalho foi realizado. O trabalho veio simplesmente para poder subsidiar uma alternativa que é um novo modelo, e, como eu dizia aqui na minha palestra, a questão da profissiografia. Há vários aspectos da individualidade. O Geilson falou sobre isso aqui. O Dr. Eduardo Costa também, de alguma forma, na citação concreta do caso que trouxe, deixou muito claro que isso é um aspecto que deve ser tratado pelo médico. E não há – eu repito –, nunca houve nenhuma intenção nossa de intervir de qualquer forma no ato médico. O ato médico tem sido absolutamente livre. Nós não temos feito qualquer intervenção.

Temos feito intervenções na área da gestão. E estamos fazendo algumas agora nesse momento. Até mesmo, o Dr. Geilson está aqui. Outros da AMP estão aqui. A gente tem pontos de atrito, eventualmente. Mas, por exemplo, medidas de gestão que são importantes, até para que o trabalhador saiba.

Hoje nós temos um ato interno que determina que pelo menos 70% dos médicos estejam efetivamente fazendo perícia. Por alguns meses, nós chegamos a ter apenas 51% dos médicos fazendo perícia. Ou seja, então, isso é gestão. E eu disse aqui que vinha como gestor e não como médico. Ou seja, não é possível que eu tenha 700, 800 médicos a mais na área administrativa quando eles deveriam estar fazendo perícia.

Nessa semana, inclusive, nós tiramos cinco médicos da nossa Diretoria de Saúde do Trabalhador, pois, segundo a nova diretora, não há necessidade de tantos médicos na diretoria, e os colocamos de volta na Agência Plano Piloto, aqui em Brasília, para melhorar o atendimento e a qualidade de serviço. Então, essa é uma medida.

É, sim. Está lá. É meta. É indicador que nós temos que alcançar. Por quê? Porque temos que ter os nossos profissionais fazendo a atividade precípua deles que é perícia. Claro que precisamos de médicos gestores,

porque eles vão coordenar as ações, alinhamento de trabalho, enfim, há que se haver um percentual. Até acho que pode ser mais, mas, num primeiro passo, chegamos em 70%.

E também estabelecemos uma outra meta – e isso de certa forma consensual. Nós tínhamos uma discussão sobre uma palavra, se ela tinha ou se ela não tinha. A gente tem pedido que os peritos atinjam uma meta de quinze perícias por dia. Nossa discussão é: se é quinze ou se é no mínimo quinze. Nós não acertamos muito bem na gramática, e o ato saiu com “no mínimo quinze”. Mas, na essência, parte de quinze. Ou seja, é razoável.

Quinze perícias por dia, de acordo com o novo modelo de trabalho da ampliação da jornada, são quase três, mas são menos de três perícias por hora. Ou seja, é algo extremamente razoável. Aí estou falando aqui como leigo. Mas é algo absolutamente razoável. Você pode ter uma perícia que leva 40 minutos, mas você pode ter perícia que leva cinco ou dez minutos, um exame clínico muito rápido. Então, numa média, a gente chegou nesse dado; e é até um dado que a próprio Conselho Federal ou alguma entidade da área médica estabelece mais ou menos como tempo de atendimento. Com isso, conseguimos aumentar em pelo menos 22% a nossa produtividade. Ou seja, podemos fazer 22% mais de perícia, trazendo 70% para o trabalho e estabelecendo o mínimo de 15 perícias por dia. Isso é gestão. Há insatisfações? Há. Há médicos que não estão fazendo quinze? Até há. A gente vai trabalhando; isso é uma questão administrativa que a gente vai superar, mas é uma forma de a gestão contribuir para melhorar o serviço.

Com relação ao novo modelo, o representante Marcos Botelho... O novo modelo vai tratar o assunto da seguinte forma. Primeiro, o sistema que está sendo implementado agora, como piloto, em Porto Alegre, por decisão judicial... Aí eu queria dizer que os autores da ação judicial são a Defensoria Pública e o Ministério Público. Quem está pedindo ao Judiciário que determine que a gente faça isso são exatamente os dois órgãos – Ministério Público e Defensoria – que, em tese e na prática defendem, na maioria das suas ações, os trabalhadores.

Então, se há uma discordância por parte dos sindicatos, por parte das centrais sindicais quanto ao que está sendo proposto pelo Ministério Público e pela Defensoria, acho que é fundamental que as áreas jurídicas das centrais atuem como terceiro interessado no processo e nos ajudem, porque o modelo que o Ministério Público e a Defensoria estão querendo que a gente faça pode ser extremamente danoso para a Previdência. Por quê? Porque a ideia da Defensoria

e do Ministério Público é: se não atender em quinze dias, paga o benefício, independentemente de perícia, em qualquer situação. Daqui a pouco, alguém que não tem qualidade de segurado, que não tem requisito formal vai chegar lá e vai ganhar o benefício. Por quê? Porque eu não posso analisar. Se eu não marquei a perícia em quinze dias, eu tenho que pagar sem poder analisar o aspecto formal.

Então, o modelo como o Judiciário está nos impondo é extremamente danoso. E estamos tentando contornar. E uma das medidas de contorno é exatamente antecipar o novo modelo, que é aplicar a questão da exigência – aí o detalhamento, Dr. Marcos. O atestado médico vai ter que ser eletrônico. Não vai poder ser atestado médico em papel, porque, em qualquer esquina, hoje, em São Paulo, Rio ou Porto Alegre, a gente compra um atestado médico. E isso tem sido saudado pelo Conselho federal, porque, com isso, estamos resgatando o valor do atestado médico, que já estava praticamente abandonado. E esse atestado médico vai entrar diretamente na nossa base, ou seja, não haverá ação humana para a alimentação. Vai bater no sistema; no atestado médico eletrônico chega o CID; e a gente checa o CID com essa consulta pública. Se o CID for compatível, a gente já concede o benefício imediatamente; se o CID apontado pelo médico estiver com o prazo superior ao nosso, nós concedemos o benefício até o limite do nosso e marcamos imediatamente uma perícia médica para avaliar se aquela condição posta pelo médico efetivamente se caracteriza pela necessidade de um afastamento maior.

Então, ele contempla, em grande medida, o que está sendo posto aqui. E não vejo o novo modelo com essa mesma perspectiva do COPS. O que é mais importante? Até sessenta dias, Senador – e a minha única discordância é quando a gente foca muito na questão da accidentalidade –, há, sim, situações de acidentes de trabalho. Não há dúvidas de que também há, mas as situações de acidentes de trabalho mais graves sempre estarão extrapolando a recuperação em sessenta dias. Então, elas não estariam alcançadas pelo modelo pela questão do prazo.

Dr. Plínio, a questão do benefício por acidente de trabalho também vai ser contemplada, exatamente pela reivindicação que foi colocada na reunião do Conselho Nacional de Previdência. Nós estamos apenas fazendo os ajustes e definindo que mecanismos de controle nós temos que ter, exatamente porque a preocupação de vocês em um sentido era a mesma nossa em outro: se eu dou o benefício do auxílio-doença para o acidente de trabalho automaticamente, eu também posso ter a questão da subnotificação, porque, na facilidade de o médico do trabalho da empresa, por ventura, não es-

tabelecer um CID que tem como causa um acidente de trabalho, eu vou pagar o benefício e não vou saber que aquela situação era um acidente de trabalho. Então, nós estamos discutindo internamente como é que a gente consegue encontrar um mecanismo na informação que o médico do trabalho ou o médico assistente nos passa de modo que ele não consiga nos enganar, que ele não consiga lançar um CID de natureza não acidentária para esses acidentes de pequeno impacto de afastamento do trabalho.

Essa também é uma proteção, porque a subnotificação é em dois sentidos: às vezes, a gente só notifica os acidentes graves, e, ainda, quando os notifica, notifica em parte. Em Minas Gerais, há um trabalho muito interessante sobre isso no CEREST, de um menino lá chamado Marco Antônio, até um amigo pessoal. Então, a gente tem subnotificação por não notificar; e subnotificação por notificar apenas até um determinado momento histórico do fato. Quando acontece a morte ainda no hospital ou em uma outra situação, a gente acaba perdendo isso. Mas o modelo está em aperfeiçoamento, aquele modelo definitivo.

Agora, para cumprir a ordem judicial, estamos fazendo um esforço terrível; para conseguir cumprir aquilo que o Judiciário está nos impondo, e nós não estamos conseguindo reverter essa medida judicialmente.

Com relação à consulta pública, eu já havia autorizado... Ontem, à noite, nós fizemos uma reunião lá no INSS. Até a nossa Diretora de Saúde do Trabalhador está falando sobre esse mesmo assunto lá, no Conselho, neste momento. Embora a pauta até fosse outra, o assunto acabou sendo dirigido para isso lá. Estou sendo informado aqui pelo celular.

Nós vamos fazer uma prorrogação do prazo, vamos fazer uma diliação do prazo, e acho que a gente poderia, Senador – não sei se o senhor ou alguém do seu gabinete coordenaria –, criar um grupo que poderia, sim, dividindo os quase nove ou dez mil CIDs, para, talvez, extrair – e a Drª Claudinéia está aqui para me ajudar –, digamos assim, aquele conjunto de CIDs mais freqüentes para, a partir desse conjunto de CIDs mais freqüentes, a gente fazer um estudo e, depois, desenvolver esse trabalho até que a gente conseguisse chegar a um determinado patamar.

Eu não vejo, como gestor, num sistema como o que a gente está querendo desenvolver, que a gente possa abrir mão de ter um referencial, não para fixar data de cessação, mas para, pelo menos, orientar o médico do trabalho e o médico assistente, que vão emitir o atestado, sobre o que seria um prazo de repouso razoável.

Eu só queria, para finalizar, dizer que o concurso público do INSS, que se encerrou agora, há pou-

cos dias – acabei de homologar o resultado –, foi um concurso em que não tivemos nenhuma ação judicial que atacasse o concurso. Algumas discussões sobre capacidade – se era deficiente ou não, cinco ou seis ações – mas um concurso que transcorreu bem. E hoje nós temos tantos problemas com concursos públicos.

Temos uma reunião com a Ministra Mirian Belchior agora à tarde. Estou saindo daqui direto para o Ministério para ver se, ao invés de nomearmos os lotes, como havia sido definido, conseguimos nomear todos, de uma única vez, e já vamos pedir a expansão do número de peritos e de técnicos para nomeação ainda este ano.

E quero dizer que, na área de reabilitação – e é do conhecimento de todos –, o INSS, hoje, tem um déficit muito grande. Nós deixamos muito a desejar na área de reabilitação. Nós fazemos muito mais reabilitação por intermédio de parceiros, principalmente o Sistema “S”, e, geralmente, reabilitação na parte de formação. A parte de fisioterapia, a parte de órtese e prótese estão muito precárias, seja pela questão orçamentária, seja pelas dificuldades.

Mas nós estamos trabalhando, dentro do projeto “Viver sem Limite”, do Governo, um programa para tentar revitalizar os grandes centros de reabilitação profissional que o INSS tinha.

Naquele nosso centro, lá em Porto Alegre, na Bento, tivemos, terça-feira, uma grande reunião com todas as entidades e associações de portadores de deficiência. Estiveram lá empresas do Sistema Fiergs, enfim, que querem, inclusive, aportar recursos para poder tornar viável aquele projeto. Estamos trabalhando nisso; agora, não é algo que vai acontecer do dia para a noite. As representações sindicais estavam lá. Os trabalhadores estavam presentes, as entidades que fazem reabilitação profissional, como a ACD e outros centros do Rio Grande do Sul, todos participando. Enfim, mais de cinquenta entidades... A FADERS, que é o órgão, dentro da Secretaria de Direitos Humanos e Justiça do Estado, que está liderando esse processo.

Então, há um grande trabalho sendo feito, e, como eu dizia no início desta última fala, nós estamos tentando dar um passo de cada vez e esperamos que, a cada mês, a gente dê um passo para que, ao longo do ano, tenhamos avanços que possam ser comemorados, sem com isso abrir mão de continuar brigando, continuar reivindicando por novas conquistas em favor de todos.

Obrigado pela oportunidade em nome da Previdência Social.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Mauro Luciano Hauschild, Presidente do INSS, fazendo a sua exposição.

Quanto a essa proposta final, acho que esse grupo de trabalho poderia ser organizado entre as centrais e as confederações no âmbito do Conselho. Seria talvez o ideal. E se, enfim, precisar de um assessor do meu gabinete para também colaborar, já que sou autor de dois ou três projetos nessa área, nós colocaríamos à disposição, mas que fosse um grupo organizado pelos senhores, que aqui elaboraram.

Nós vamos ter que encerrar esta audiência pública, porque vou tentar pegar o encerramento da outra lá, a fim de preservar a não prescrição dos direitos dos trabalhadores.

O SR. PLÍNIO PAVÃO – Senador, entendendo a sua dificuldade, mas eu queria fazer uma pequena observação em relação à proposta. Primeiro, tem a discussão do modelo de perícia, que está pendente no Conselho. Acho que ela precede... Quer dizer, o adiamento aqui da data final da audiência pública não resolve o problema. E outra coisa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO PAVÃO – Ah, sim, da consulta pública.

E outra coisa: esse objetivo que o Dr. Mauro nos informou aqui não está colocado oficialmente. A informação...

O SR. MAURO LUCIANO HAUSCHILD – (*Intervenção fora do microfone.*) (...) documentado. Já está sendo feita uma nova nota técnica exatamente para elucidar tudo isso.

O SR. PLÍNIO PAVÃO – É; agora, o senhor está dizendo que foram feitas algumas alterações. As informações que nós temos dos nossos representantes no Conselho é de que nada mais foi dito a partir daquela última reunião, onde foram colocadas lá aquelas posições das bancadas.

O SR. MAURO LUCIANO HAUSCHILD – (*Intervenção fora do microfone.*) Na reunião de hoje, esse assunto estava pautado.

Parece que o foco da reunião acabou ganhando o mesmo contorno desta audiência. Então, a Drª Verusa não me deu notícia nesse nível ainda, mas estava na pauta de hoje exatamente a apresentação de uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que nós poderíamos encaminhar da seguinte forma, pois, do contrário, retomamos o debate: nós encerramos e os senhores conversam aqui. O importante é que essa reunião pode acontecer de forma concreta, via Conselho, e que novos documentos vão sair ajustando esse primeiro. É isso?

O SR. PLÍNIO PAVÃO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– E vocês acertam, aqui e agora, o caminho.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 3 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 09, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia três de maio de dois mil e doze, na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador (**Wellington Dias**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Wellington Dias, Paulo Davim e Eduardo Amorim**. O Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Rita justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião, composta de duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: 1ª Parte – Audiência Pública**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 18, de 2012–CDH, aprovado em 01/03/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater o relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas, do Conselho Federal de Psicologia”. O Senhor presidente após anunciar os convidados presentes ou seus representantes, convida-os a tomar lugar à mesa. Convidados: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; Paulo Avelino dos Santos, Teólogo e Psicanalista da Sociedade Brasiliense de Psicanálise; Nilton Vaz, Professor, Conselheiro do Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos do Distrito Federal; Anderson Lopes Miranda, Representante do Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia; Roberto Tykanori, Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental, em substituição ao Ministro Alexandre Rocha Santos Padilha do Ministério da Saúde – MS. **2ª Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa , de 2012**, que requer . Autoria: Senadora Marta

Suplicy. **Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 1.**

Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa , de 2012, que requer .

Autoria: Senador Wellington Dias. **Resultado: Aprovado**. Usam a palavra os Senadores Wellington Dias, Eduardo Amorim e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Wellington Dias**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI)

– Havendo condições regimentais, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta agenda tem por finalidade a realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 18, de 2012, desta Comissão de Direitos Humanos, aprovado em 1º de março de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que me pediu que eu pudesse presidir este encontro hoje, em razão da sua impossibilidade de estar presente, para debater o relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas, feito pelo Conselho Federal de Psicologia.

Convidados: o Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, a quem convido para sentar-se à Mesa; Paulo Avelino dos Santos, teólogo, psicanalista da Sociedade Brasiliense de Psicanálise; Nilton Vaz, Professor Conselheiro do Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos do Distrito Federal – também seja bem-vindo –; e substituindo o Marcus Vinícius de Oliveira Silva, Anderson Lopes Miranda, pelo Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, que também convidamos aqui à Mesa.

Bem, nós vamos fazer a audiência, repassando a cada um dos expositores, aconselhando um tempo estimado em quinze minutos. Havendo necessidade, nós podemos conceder.

Pela ordem, eu passaria a palavra, inicialmente, ao Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

O SR. PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO – Obrigado.

Bom dia a todos e a todas.

Primeiro, eu gostaria de comentar a relevância desta audiência pública, tendo em vista o quanto importante é a discussão acerca de políticas sobre drogas no Brasil, em especial porque nós vivemos um crescimento de discussões e de análises acerca dessa questão e entendemos que é de responsabilidade de todos nós, parlamentares e sociedade civil, produzirmos um debate qualificado acerca desse tema.

Primeiro, gostaria de lembrar que o tema das drogas neste País é um tema que atualmente tem sido envolvido em algumas controvérsias, como, por exemplo, quando nós colocamos em análise o mais recente plano acerca de drogas, que é o “Crack, é possível vencer”. Existe uma ausência da participação de conselhos nacionais na própria elaboração desse plano. Há uma ausência também nas deliberações das conferências, em especial a Conferência Nacional de Saúde e a Conferência Nacional de Saúde Mental.

Nós vivemos, ainda, nesse último plano, uma lógica de guerra que inclusive é traduzida pelo próprio título do plano: “Crack, é possível vencer”. A idéia é que existe um inimigo a ser vencido e que a discussão se faz a partir da individualização das questões e não trazendo a complexidade do tema.

Uma outra discussão que é extremamente controversa é o uso da palavra epidemia para falar acerca do consumo de drogas. Sabemos que o Brasil carece de dados acerca de consumo de drogas; portanto, sem dados, falar em epidemia é não remeter a uma epidemia relacionada à noção de saúde pública, mas remeter a uma idéia de epidemia enquanto uso político do termo.

E, por fim, um plano que está baseado na idéia de saúde, autoridade e prevenção não retrata a Lei nº 10.216, de 2001, que é a lei que atualmente rege as políticas de saúde mental neste País.

Aliás, quando nós falamos de marco legal, acerca das drogas, nós lembramos também da Lei nº 11.343, de 2006, que no seu art. 28, § 2º, traz a questão do poder discricionário para se determinar o limite entre consumo e tráfico e percebemos que a discricionariedade dessa questão ainda está envolta em temas controversos.

Portanto, entendemos que o tema das drogas no Brasil é um tema marcado por controvérsias. E, por ser marcado por controvérsias, necessitamos qualificar o debate, necessitamos de audiências públicas,

necessitamos, de fato, de produzir mais discursos sobre esse tema.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos e o Conselho Federal de Psicologia, instituição a qual eu coordeno, entende a ideia de direitos humanos, não como declarações, tratados ou legislações, mas direitos humanos como práticas. Portanto, se direitos humanos são definidos por práticas, tal tema deve ser tratado como um tema transversal.

Por isso, a Comissão Nacional de Direitos Humanos elege, como seu principal dispositivo para fazer funcionar as suas discussões, as chamadas inspeções nacionais.

Estamos aqui tratando de uma audiência pública acerca da 4ª Inspeção Nacional em Direitos Humanos. A primeira aconteceu em hospitais psiquiátricos, a segunda em unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, a terceira em instituições de longa permanência de idosos e a quarta, então, em instituições de acolhimento para usuários de drogas.

O modo como nós elegemos as instituições que serão inspecionadas em nossas inspeções nacionais, é sempre a partir do nosso Observatório de Saúde Mental, que é mantido em parceria com o Conselho Federal de Psicologia e da Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial. Percebemos, nos últimos anos, uma série de denúncias acerca dessas instituições, que têm como função acolher usuários de álcool e drogas. Portanto, entendemos de fundamental importância focarmos a nossa inspeção nessas instituições.

Nossa inspeção nacional aconteceu em setembro de 2011, com a participação de 27 unidades federativas no Brasil, todas acontecendo ao mesmo tempo.

A Inspeção Nacional de Direitos Humanos é coordenada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, mas é executada por inúmeras parcerias, parcerias essas que são montadas a partir da realidade dos próprios Estados.

Nós tivemos em muitos Estados, por exemplo, a presença da Ordem dos Advogados do Brasil, a presença do Ministério Público Federal e Estadual, a presença de defensorias públicas, a presença do Conselho de Serviço Social, do Conselho de Medicina e de vários outros atores que se fizeram presentes em nossa inspeção.

Portanto, essa inspeção, apesar de ter sido coordenada pela Psicologia brasileira, hoje representada por 280 mil psicólogos em território nacional, ela foi executada por inúmeras parcerias; portanto, o nosso relatório é um relatório que advém de uma pluralidade de discussões.

Outra questão importante para se pensar é o fato de que entendemos o tratamento, um possível trata-

mento para consumidores de álcool e outras drogas, como um tratamento que deve ser pautado para uma política pública articulada à noção de ética e direitos humanos.

Portanto, entendemos que não devemos reduzir a condição de sujeitos à condição de objeto, e devemos trazer a complexidade da discussão e, portanto, com outras políticas.

Devemos, portanto, pensar uma política de álcool e outras drogas não somente fundamentada como uma política de saúde, mas principalmente uma política que envolva outros atores, como, por exemplo, habitação, emprego e etc.

Entendemos que a questão fundamental que está em jogo aqui é o fortalecimento de vínculos, e entendemos que esse fortalecimento de vínculos deve ser pautado por uma lógica de tratamento baseada em uma lógica de território.

Portanto, não entendemos essa questão como uma questão individual que deveria se reduzir a uma discussão entre aqueles que consomem e aqueles que traficam. Devemos complexificar e entender essa discussão como algo muito maior do que isso, que envolve, por exemplo, a todos nós. Também defendemos um tratamento não marcado pela repressão e pela imposição de normas que se baseiam em transgressões e, portanto, em castigos.

Entendemos a urgência desse debate, mas entendemos que nós não podemos atropelar as nossas discussões com o fundamento dessa urgência. Devemos, portanto, qualificar o debate para que nós não produzamos respostas políticas antes mesmo de formular perguntas.

Falando acerca, especificamente, do nosso relatório, como eu falei, foi uma inspeção que aconteceu em todo o território nacional, em um mesmo dia, em uma mesma manhã; envolveram, portanto, todos os atuais vinte Conselhos Regionais de Psicologia do País, e o que nós percebemos com a nossa inspeção foi que a violação de direitos humanos se confirmou muito mais como uma regra que como uma exceção.

Em primeiro lugar, devemos afirmar que foi extremamente difícil montar essa inspeção, devido à invisibilidade dessas próprias instituições.

Não tenhamos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só um instante. Gostaríamos de convidar aqui também o Dr. Roberto Tykanori, Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental, em substituição ao Ministro Alexandre Padilha, representando aqui, portanto, o Ministério da Saúde.

Bem-vindo. É um prazer, Dr. Roberto.

Com a palavra o Pedro.

O SR. PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO

– Bom, continuando, então, o que nós percebemos, como eu disse, foi uma confirmação de uma regra, muito mais que uma exceção, onde nós percebemos, de uma maneira hegemônica, uma lógica segregacionista, enquanto lógica de tratamento; percebemos também práticas sociais invisíveis e subterrâneas, devido à própria ausência de divulgação de dados dessas mesmas instituições, inclusive pelo próprio Ministério da Justiça; percebemos uma ausência de política de redução de danos, tendo em vista que é uma política implementada e que deve ser pensada a partir das próprias discussões que advêm do Ministério da Saúde; percebemos uma ideia de compulsoriedade, diferente do modo como a compulsoriedade está tratada na Lei nº 10.216, de 2001; percebemos tratamentos que são vinculados a determinadas crenças, onde a imposição de credo se faz de uma maneira muito visível e a subjetividade culpada é trazida como método também para se tratar; percebemos em muitas unidades a adoção de castigos, quando acontece algum tipo de transgressão de normas; percebemos uma instituição que tem como prática de castigo a ingestão de águas advindas de privadas; percebemos também uma instituição em que existe uma prática de cavar buracos para depois tapar e depois cavar de novo e depois tapar; percebemos uma discussão extremamente complicada no que diz respeito à sexualidade e a diversidade sexual; percebemos uma série de instituições que entendem a diversidade sexual como um problema a ser corrigido, o que inclusive contraria a Resolução nº 001, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia; percebemos uma ausência completa de projetos terapêuticos e singulares, são instituições que têm como função acolher pessoas que estão necessitadas de tratamento, mas que não possuem, em sua grande maioria, projetos terapêuticos singulares; percebemos também, em muitas delas, a idéia de uma laborterapia, uma terapia baseada no trabalho, em muitos momentos parecendo inclusive com aquilo que nós discutimos como trabalho escravo contemporâneo; percebemos práticas de revista vexatória; percebemos práticas inconstitucionais, como por exemplo a solicitação de exame HIV para que as pessoas possam ingressar nessas instituições; percebemos estruturas físicas precárias, problemas com higiene, alimentos vencidos e má-conservação; percebemos também a precariedade de relações de trabalho, em muitas instituições ocorre o uso de trabalho do estagiário enquanto trabalho profissional e uma ausência inclusive de profissionais de saúde, mesmo quando existe a prática da medicalização; percebemos uma instituição em que há a administração de medicamentos sem haver, por exemplo, um profissional médico.

Portanto, a pergunta que nos orientou nessa inspeção era se haveria indícios acerca de violações de direitos humanos e, infelizmente, tais indícios se confirmaram muito mais como regra que como exceção. Portanto, ao final do nosso relatório, nós temos uma série de questões que devem ser então levadas por Ministérios Públicos, enfim, por instituições outras que devam tomar a nossa inspeção como ponto de partida para inspeções outras.

O que nos fica, portanto, como discussão, é o fato de que nós precisamos urgentemente, neste País, de ampliar as políticas psicossociais para se pensar a questão do álcool e outras drogas.

Entendemos que as atuais políticas dos Centros de Atenção Psicossocial, dos consultórios de rua, das casas de acolhimento etc., elas precisam, de fato, serem ampliadas, e serem ampliadas a partir da Lei nº 10.216, de 2001.

Entendemos, portanto, que precisamos defender uma política solidária ao sofrimento e não uma política que produza mais sofrimento pela via da exclusão.

Enfim, senhores, para terminar, gostaria de colocar a questão de que, quando nós nos propusemos a fazer essa inspeção nacional, de modo algum nós gostaríamos de fazer essa discussão a partir de uma discussão baseada na individualidade. Portanto, a questão aqui não é trazer a ideia de quem é culpado e de quais são as más intenções. O que nós queremos aqui é chamar a atenção de que, muitas vezes, em nome da proteção e do cuidado, uma série de violações são produzidas.

Não estamos aqui querendo trazer a intencionalidade de alguns atores. Nós queremos chamar a atenção para que o poder das sutilezas também é um poder que produz exclusões. Portanto, precisamos estar atentos às práticas que nós produzimos, muitas vezes, em nome da proteção e do cuidado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos ao Dr. Pedro e passamos em seguida a palavra ao Dr. Paulo Avelino dos Santos.

O SR. PAULO AVELINO DOS SANTOS – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom dia.

O SR. PAULO AVELINO DOS SANTOS – Primeiro eu quero falar um pouquinho do nosso trabalho. Há dezoito anos, a gente está à frente de liderança comunitária em bairros carentes e há oito anos já trabalhamos junto a uma instituição especializada para dependência química. Observando o relatório sobre a inspeção, o mesmo questiona os direitos humanos, a infraestrutura e os locais de internação. O relatório

ainda questiona sobre a falta de profissionais, a falta de programa terapêutico e aborda também a dinâmica utilizada no cotidiano que, a seu ver, lesa muito o cidadão em seus direitos, os usuários de drogas. Fala ainda da forma duvidosa dessas referidas instituições, da dificuldade para se ter acessos a locais bem distantes, isolados. Relata também a imposição de credos religiosos, impostos por seus respectivos dirigentes; refere ainda a visão distorcida do estado de adoecimento do dependente químico, espiritualizando esse estado, às vezes, à atribuição de demônios ou de maus espíritos; fala ainda dos maus-tratos, de punições, de repressão como métodos reflexivos do sujeito infrator. Observando o relatório, nós percebemos que é o ideal. Mas, ponderando, em nossas reflexões nós estamos lidando com o que é real.

A palavra droga, na atualidade, traz uma gama de sentimento à família e à sociedade. Dependendo do lugar onde se menciona essa palavra, você deixa o auditório sensibilizado. Falo isso porque trabalho como terapeuta, em terapias de grupo, terapia familiar, faço diversos atendimentos e vejo o quanto a família brasileira encontra-se sensibilizada e sofrida com a questão da droga.

Ponderando eu, ainda, em minha reflexão abri a janela e vi algo mais: vi famílias reféns dos seus entes queridos, viciados em uso abusivo de drogas, que se tornaram doentes, deprimidos, frustrados, impotentes e cheios de culpa, de dor, mágoa, ressentimento e um sofrimento intenso, sem saber o que fazer, a ponto de dar cabo de sua própria existência.

Ouvir falar em alguém que possa ajudar, seja a Casa Leão de Judá ou Valente de Gedeão, seja lá quem for, a mais suave canção que gostaria de ouvir é agarrar essa expectativa, qualquer coisa, santo, anjo, demônio, remédio, enfim, o que se espera é uma saída, uma solução, uma resposta, que até agora não obtiveram.

Ainda em minha observação, vi políticos, partidos, instituições que, em nome da generosidade, buscam se promover. Já está mais do que claro que essa generosidade nada mais é do que a capa que esconde a injustiça social, a corrupção, a maldade sem limite. Olhe e veja. Onde estão a infraestrutura, o saneamento básico, os direitos humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a saúde da mulher, a educação e a dignidade humana?

Eu quero concluir a minha fala fazendo uma exposição de fotos da realidade.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PAULO AVELINO DOS SANTOS – Esta é a realidade de muitas famílias, é a realidade da sociedade. Imagine uma mãe que tem o seu filho há

seis meses desaparecido, ela se agarra a qualquer expectativa de esperança, seja qualquer tipo de casa de recuperação. O que penso sobre a inspeção, vejo que é o ideal. Acho que precisamos mais do que o ideal. Precisamos exercitar uma ação em tempo real para que algo possa ser feito de imediato. A mãe interna seu filho nessa casa de recuperação ou nessas comunidades terapêuticas não porque gostaria, mas porque necessita. E, falando nisso, não sei se tem alguém aqui na plateia que representa essas comunidades. Estamos falando sobre elas e não sei se elas estão presentes aqui. Seria legal tê-las como convidadas para estarem presentes, para ouvirem o debate, para se interagirem da realidade e, ao mesmo tempo, exporem o seu procedimento.

Esta é a realidade do nosso País, a realidade da sociedade e a realidade do Brasil. É a realidade também do trabalho de assistência que é prestado ao dependente químico.

Então, vale a pena ponderar e pensar sobre esse assunto, porque ele envolve muito mais do que a pesquisa e a inspeção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos ao Dr. Paulo Avelino e passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Nilton Vaz.

O SR. NILTON VAZ – Bom dia a todos, bom dia a todas, estou aqui representando o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, do qual faço parte, e algumas inspeções têm sido feitas pelo Conen-DF a comunidades terapêuticas.

Quando se fala em comunidade terapêutica, na realidade é um grande guarda-chuva em que muita gente se coloca debaixo e se perde um pouco o histórico dessas instituições que vêm realizando trabalhos desde a década de 1970, 1980.

Eu gostaria de citar aqui alguns exemplos, como o Movimento Jovens Livres, de Goiânia; Desafio Jovem, de Brasília; Esquadrão Vida, que vem de uma tendência religiosa, que, na realidade, vêm acompanhando o avanço das novas tecnologias sobre essa questão da dependência química, ampliando o seu conhecimento e agindo também na forma de redes.

Independente disso, hoje, para se abrir um centro de tratamento ou uma casa de recuperação... Acho que esse termo casa discrimina um pouco. Comunidade terapêutica seria bem melhor, pensando nos modelos antigos, das outras comunidades.

Realmente, é inegável a forma como o relatório aponta a situação física de material humano, de profissionais. E aí eu acredito que seja importante que possamos entender. Fiz visitas a alguns desses centros também – e eu não digo que fui obrigado, mas por uma

questão de justa causa – e inclusive enquadrei alguns em violação de direitos humanos, porque mesclavam ali egressos de manicômios que foram fechados, nessa política que existe aí. Essas pessoas, estando nas suas residências, geravam problemas. Então, era mais fácil pagar R\$300,00, R\$400,00, R\$500,00, para que essas pessoas fossem cuidadas dentro de algumas instituições, inclusive no Distrito Federal.

O que acontecia é que as pessoas que assistiam essas pessoas eram os internos, que estavam lá, voluntários, e tomaram uma decisão consciente de se libertarem das drogas. E houve casos de repercussão também na mídia. Acho que todo mundo ficou sabendo de um local, só mesmo como citação, o espaço geográfico do Euler Paranhos.

Então, você tem uma série de situações que, na realidade, complicam muito essa questão do tratamento.

Embora, por outro lado, como não tem nenhum representante de comunidades terapêuticas aqui, desses grupos que fazem esse trabalho, como foi citado aí pelo nobre palestrante, eu sempre tenha militado em comunidades terapêuticas também. Coordenei o Desafio Jovem, ajudei a fundar algumas instituições. Trabalhamos dez anos com crianças e adolescentes em situação de risco, na área de Ceilândia, e tenho hoje feito também um outro trabalho paralelo.

Também estou dentro de um conselho que se chama Conselho de Segurança, que lida com essas complexidades. A droga, em alguns locais do Distrito Federal, exerce um poder muito forte. Ali já se estabelece a lei do silêncio. E quando se faz uma reunião para que essa comunidade possa tentar falar dos seus anseios, das suas necessidades, da sua dificuldade de deslocamento para pegar um ônibus, ela teme ir a essas reuniões, porque está sendo vigiada.

Então, por incrível que pareça, mesmo essa criminalidade não tão organizada já domina várias regiões do Distrito Federal.

Mas falando um pouco sobre o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, ele foi instituído pela Lei nº 1.175, de 29 de julho de 1996, e reorganizado pela Lei nº 3.797, de 6 de fevereiro de 2006. São 32 conselheiros. É um conselho paritário.

Aí, sim, eu vou partir para uma provocação, no bom sentido. É interessante que encontramos uma crítica, que procede, no tocante à habilitação dos agentes que atuam nessas comunidades, tanto laicas quanto religiosas. É interessante que existe um curso, está aqui, é um curso de reabilitação de dependentes químicos, um curso técnico, que foi elaborado – vamos ver aqui a data – em 2002, pelo Ministério da Saúde. É interessante, isso nunca foi implementado de fato.

Então, eu não digo nessa luta, para não levar essa ideia de uma guerra contra as drogas. Acho que também não é por aí. Então, as pessoas dessas comunidades, que estão na linha de frente, mesmo cometendo erros, poderiam muito bem ser mais bem usadas passando por esses treinamentos.

Existe um curso técnico. O Brasil fala muito em questão técnica hoje. Existe curso do técnico em dependência química que, infelizmente, não se concretizou em nenhum momento.

Eu quero também reconhecer que a Senad promoveu “n” cursos para lideranças comunitárias, multiplicadores, inclusive fiz todos os possíveis. Também fiz um curso em uma comunidade na Argentina, a Gradiva, que estabeleceu uma relação muito ampla com todas as comunidades, até xamãs, o pessoal do Daime, psicanalistas. Houve ali, vamos dizer assim, um caldeirão de ideias, uma tempestade de ideias ao mesmo tempo muito produtivas, para ver o que tem de melhor dentro de toda essa situação de enfrentamento, sim, da dependência química e da melhoria da qualidade dos seus agentes.

Então, eu gostaria de deixar claro aqui que eu não sei por que esse curso técnico de reabilitação de dependentes químicos não está funcionando no Brasil desde que foi elaborado, em 2002. Acho interessante isso.

Os outros cursos que há por aí são 120 horas, via web, e você tem que se mover dentro desse universo.

Quanto à questão dos direitos humanos, temos procurado nos orientar pela Resolução de 2011. Porque teve a Resolução de 2001 e aí veio a resolução de 2011. É um pouco mais amena no tocante a essas comunidades terapêuticas, que não conseguiram nunca atender exigências, e que de uma forma ou de outra atendem aquela comunidade que não tem condição de pagar um profissional. Tem esse detalhe também.

Eu gostaria de fazer uma leitura breve, acredito que tenho tempo para isso: o processo assistencial, que é acompanhado, nessas visitas, pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

“Art. 16. A admissão será feita mediante prévia avaliação diagnóstica, cujos dados deverão constar na ficha do residente.”

Um prontuário, acompanhado da anamnese que realmente é feita sobre isso.

“Fica vedada a admissão de pessoas cuja situação requeira a prestação de serviços de saúde não disponibilizados pela instituição.”

É aquilo que foi citado aqui também.

“As instituições devem explicitar em suas normas e rotinas o tempo máximo de permanência do residente na instituição.”

O tempo do programa.

“No processo de admissão do residente, as instituições devem garantir respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual [isso aí até quebra aquela coisa que vejo na mídia, que fala muito em opção; não existe opção, entendemos que é orientação], antecedentes criminais ou situação financeira.”

O que foi colocado aqui.

“Orientação clara ao usuário e seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição.”

Por falar nisso, no Distrito Federal há um projeto em andamento em que algumas instituições foram contempladas com a *per capita* e vai ser feita toda uma anamnese, vai ser feito todo um acompanhamento, uma internação prévia, para que essas pessoas sejam encaminhadas para essas comunidades. E elas serão acompanhadas.

Então, há um avanço, sim, dentro dessa preocupação colocada aqui pelo relatório do Pedro Paulo, que já está em andamento.

O Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos vem acompanhando essa questão de perto, e, para finalizar aqui, vem falando de todos aqueles critérios, da observação do direito à cidadania do residente, que exclui toda essa prática que foi citada, alimentação nutritiva, cuidar de higiene, alojamentos adequados, proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais.

Então, de uma forma ou de outra, isso aqui é um guia para o conselheiro que acompanha as vistorias feitas pelo Conen e outros órgãos de direitos humanos, para que ele possa também enquadrar ou não dentro desses critérios, aquilo que nós entendemos como violação de direitos.

E, aproveitando também este momento, é preciso uma democratização maior nas políticas de prevenção, de tratamento, de redução de danos. O Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Distrito Federal tem nos seus quadros pessoas que trabalham na redução de danos. Nesse sentido, é um colegiado bem amplo.

Uma coisa que eu vejo que é importante e que não está acontecendo, principalmente na área do Distrito Federal – embora eu saiba que isso aqui é nacional, pode ser que esteja acontecendo também em outros

Estados da União – é que, para os conselhos de políticas sobre drogas, muitas vezes os representantes da sociedade civil não são eleitos pelos seus pares, não são eleitos pelas suas comunidades. É preciso mudar essa política, é preciso democratizar isso aí. Eles são indicados politicamente – já que se falou em política aqui.

Então, o Distrito Federal precisa repensar a sua forma de escolher os representantes da sociedade civil. Já que é um conselho paritário, esses representantes precisam ser escolhidos pelas comunidades terapêuticas, pelas instituições que fazem o atendimento, e não serem meramente indicados. Alguns fazem até um bom trabalho, embora alguns outros se percam com um pseudopoder e se tornem inquisidores, de repente. Isso acontece muito. Temos que tomar muito cuidado com a questão do poder, porque ele vicia quase tanto quanto a droga. O próprio Jung falou isso: que uma ideologia pode ser tão danosa quanto o ópio.

Então vamos percebendo que essa questão é muito mais complexa, multifacetada, do que podemos imaginar aqui hoje. E como conheço muita gente de comunidade terapêutica, conversei alguns para que estivessem aqui hoje. Eu falei, é um relatório importante, até para reflexão desse grupo. Existe muita gente interessada – eu digo isso por conhecimento, por convivência – em ampliar o seu conhecimento.

Acredito que esse curso de técnico em dependência química é importante. Outros cursos já foram ministrados pela Senad e contribuíram grandemente. Inclusive há um voltado para as instituições religiosas, que se chama Fé na Prevenção, sejam elas protestantes, católicas ou espiritualistas, não importa.

Estive agora recentemente em um centro espírita kardecista, na área da Estância Planaltina, onde realizamos uma palestra de conscientização sobre os malefícios do crack, usando material da própria Subad, que é uma Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.

Então, acho importante que o Ministério da Saúde e o Senado possam ressuscitar – vou voltar novamente, vou ser redundante aqui – esse curso de formação para o técnico em dependência química. Isso seria uma forma de ampliar o pessoal, que já está engajado há anos, fazendo um curso aqui, fazendo outro ali, de uma forma talvez autodidata, ou trabalhando com profissionais. Conheço muitos profissionais que começaram a sua base dentro das comunidades terapêuticas, laicas ou religiosas.

Agradeço a oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos ao Dr. Nilton e, antes de passar aqui ao próximo, quero apenas lhe dizer que tive o privilégio de, como governador, instalar, implan-

tar o curso de reabilitação em dependência química no Estado do Piauí.

E hoje, graças a Deus, algumas universidades federais já conseguem – inclusive a do Paraná, a de Santa Catarina, e acho que tem uma na Bahia – fazer, inclusive nesse modelo Duetec – um modelo que é um misto de a distância e presencial –, que facilita muito a descentralização.

Mas, quero aqui concordar que o curso foi criado e, para a necessidade, realmente, tenho cobrado muito do MEC, ainda é vergonhoso o que qualificamos por ano nessa área.

Com todo prazer, passo a palavra ao Anderson Lopes Miranda e, em seguida, vamos ouvir aqui o representante do MEC, o coordenador dessa área de saúde mental, Roberto Tykanori.

Anderson, com o maior prazer.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Bom dia a todos e a todas, bom dia, Senador Wellington Dias.

Antes de começar eu gostaria de agradecer. Infelizmente, o palestrante Marcus Vinícius não pode estar presente, e o Conselho e o grupo do qual faço parte também pediram para que eu viesse representá-lo. Ele faz parte do Conselho e eu faço parte de uma frente, Senador, que nós criamos, Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos: Pela Cidadania, Dignidade, Direitos Humanos na Política Sobre Drogas. Ontem, nós ficamos aqui o dia inteiro, transitando na Câmara e no Senado, para trazer um pouco o que é isso.

Primeiro, eu gostaria de agradecer, é claro, ao senhor e ao Presidente, também ao Senador Paulo Paim. Está tramitando um projeto de lei. Eu faço parte também do Movimento Nacional da População de Rua. Tenho 20 anos nessa situação, aqui não é um cara inexperiente que está lhes falando.

Esse relatório do Conselho Federal de Psicologia traz o que nós, movimentos, queremos trazer, de fato, a invisibilidade dentro dessas casas terapêuticas e de tratamento. Hoje tratam pessoas com transtorno mental junto com usuários de drogas. E temos que barbaramente denunciar isso. Tem que ser um serviço diferenciado o do transtorno mental.

Está aí a IV Conferência de Saúde Mental, que traz uma política, casas terapêuticas, casas de cuidados e outros serviços. E essas casas recebem recursos do SUS e cobram para fazer o atendimento das famílias. Se recebem recursos do SUS, tinha que ser um serviço de excelência, e não a omissão e o mau tratamento dos direitos humanos, onde está acontecendo ainda.

Choques, amarrações. Eu também estive acompanhando, na Bahia, em Salvador, e em outras cidades, essas violações de direitos. Então, eu acho que hoje esse relatório que o CFP traz é, sim, de fato o

que viemos denunciar. Eu queria aqui trazer bem claro, Senador. Tratar o usuário hoje é o que nós estamos vendo em cidades. Eu acho que a inspeção é bem clara, com choques, polícia, e policialesco.

Como o senhor traz, no Piauí é um outro serviço, um outro tratamento. E o senhor é um grande Senador, que atua contra essas ações, violências e barbáries.

E o que eu quero trazer é bem claro. Botar a polícia em primeiro lugar para tratar o usuário de droga, e depois internações compulsórias, já que não há uma política eficaz. É como vimos. Somos, sim, a favor do movimento da luta antimanicomial, de grandes manicomios que internavam. E estavam lá jogados. E, hoje, de uma luta a favor de repúblicas terapêuticas, de casas pequenas de cuidados.

É a mesma coisa hoje das drogas. Jogam essa população dentro de casas enormes, sem trabalho, sem tratamento, sem profissionalização. E aí? Quando vão fazer inspeção, nós é que estamos errados, e eles não. Não somos contra. Só queremos dizer que o recurso do Governo tem que ser bem usado. Não somos contra, mas as casas de tratamento de drogas, se têm financiamento público, o Governo não tem que fiscalizar.

Acho que o que o Conselho Federal de Psicologia traz é uma omissão, durante anos e anos, do Estado. E que agora, sim, a partir do momento dessa lei de drogas ou da política tem que ser fiscalizada. Tem que ser acompanhada. Não podemos aceitar que se jogue o ser humano lá dentro sem fiscalização, sem acompanhamento, sem profissionalização. Acho que o Dr. Tykanori vai dizer um pouco mais sobre isso. Mas somos contra essas ações, essas barbáries que vêm acontecendo.

Simplesmente tratar o usuário como caso de polícia ou criar – e hoje estão se criando, e quem tem que fazer esse serviço é o Sistema Único de Saúde –, ou monitorar ou acompanhar as violações, por isso que estamos trazendo bem claro, as violações em direitos humanos a essa população. E essa população hoje é maior oriunda da rua, do abandono, que está lá jogada e abandonada. E muitas vezes se mistura usuários da saúde mental com usuários de sistema de álcool e outras drogas. Temos que especificar muito bem claro e trabalhar.

Queria ler aqui, rapidamente, da qual o Dr. Marcos e eu fazemos parte, que é a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos: Pela Cidadania, Dignidade, Direitos Humanos na Política sobre Drogas. É uma frente onde, hoje, 46 entidades estão fazendo parte. O Laboratório de Estudos, o Conselho Federal de Psicologia, o Movimento Nacional da População de Rua, o Conselho Federal de Serviço Social e outras entidades

mais. São 46 entidades compostas e trago uma carta de apresentação da Frente Nacional.

Em 2010, consolidaram-se as práticas do Governo Federal, a ideia de que a questão das drogas precisa de atenção especial. Um dos primeiros atos do Governo Dilma foi a mudança da gestão da Secretaria Nacional sobre Drogas, do Gabinete de Segurança Institucional para o Ministério de Justiça. Seguiu com um plano de enfrentamento ao crack, uma ampla campanha de combate às drogas.

Criada em 2012, a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos tem como objetivo lutar por políticas públicas de drogas baseadas nos direitos humanos e no respeito ao princípio do SUS e as diretrizes da IV Conferência de Saúde Mental – Intersetorial e da 10ª Conferência de Saúde.

A Frente defende uma política de segurança pública baseada na perspectiva de garantia de direitos e não de repressão policial das ações higienizadoras e criminalizadoras da pobreza. Posicionamo-nos contra a atual política proibicionista das drogas e assumimos o princípio da luta antimanicomial e a redução de danos no acolhimento, no tratamento dos usuários abusivos de drogas.

Por fortalecer esse coletivo de entidades, estamos convidando organizações e trazendo esse debate também aqui, Senador, ao Congresso, a Deputados. Discutir e implementar uma política de drogas é também discutir com a sociedade.

É claro que hoje aqui não estão as casas como foi cobrado, mas está a sociedade querendo discutir isso de fato. Se ela abre casas, se recebe recurso público, tem que ter transparência. Não podemos aceitar violações de direitos humanos, pessoas ainda sendo tratadas com choques, pessoas ainda tendo que rezar. Cadê o Estado laico? Onde está esse Estado laico neste País? Porque, se criar, tem que ter primazia do SUS, tem que ter a primazia do Estado. Atender não é fazer esse cara ajoelhar, porque não cumpriu as tarefas, rezar 10 Ave-Marias e 20 Pais-Nossos.

Acho que o que o relatório do CFP nos traz hoje é, sim, dizer que somos contra violações de direitos humanos, que o dinheiro público não pode ser utilizado dessa maneira. Se quer criar as suas casas de saúde mental, de tratamento, que use, mas que não use o dinheiro público do sistema nosso para fazer isso.

É nesse sentido que estamos aqui hoje, para dizer que apoiamos, sim, esse relatório do Conselho Federal de Psicologia. E trazer de todos os conselhos, como o professor foi visitar – acho que é nesse sentido: formação, capacitação, preparação. Porque muitas vezes você abre e coloca lá dentro, mas tem cidadãos e cidadãs deitadas, dormindo no chão. E quando aca-

ba o tratamento, ele volta para onde? Para a rua. E aí volta a ser usuário de droga de novo. E volta a utilizar, porque não há aquilo que o Pedro acaba de colocar, que é trabalho, moradia, na verdade, uma política inter-setorial. Não uma política só. Na política tem que estar saúde, assistência, trabalho e educação. É nessa primazia que nós, juntos, com o consultório, trabalhamos.

Acho que o Governo vem criando os consultórios na rua e os consultórios de rua. Olha que Sistema Único muito importante. Os CAPS, ADs. Saúde é o SUS, acompanhamento psicológico, acompanhamento psiquiátrico. Mas que esse cidadão tenha acompanhamento assistencial. Políticas includentes, não excludentes.

Tratar essa população usuária do sistema de droga, de álcool e de outras drogas como caso de polícia e internação compulsória ou, mudado o nome, internação involuntária é um absurdo, um retrocesso para o nosso País. É um retrocesso.

Temos que ofertar a política do SUS, uma política de portas abertas. E dizer, sim, há consultório na rua, consultório de rua, onde esses cidadãos depois possam ser contratados e ir lá, reabilitá-lo para voltar à sociedade.

Então, é nesse sentido que temos que trazer esse relatório para todos nós, que representamos, porque é muito importante. E esse relatório tinha que estar em cada gabinete dos Senadores, em cada gabinete dos Deputados, para poderem estudar e acompanhar, porque falar, de fato, é importante para nós. Nós que estamos na ponta, eu não trabalho, eu vivo isso, porque todo dia estou na rua, acompanho na rua. O movimento que represento através da representatividade do Laboratório de Estudo na Bahia, e temos também o Movimento Nacional da População de Rua em São Paulo e em oito Estados, vamos denunciando. Porque a gente vai lá, foi internado, mas quando a gente vai ver o cara levou uma injeção que não consegue se movimentar, está amarrado e outras questões mais. Usuário de drogas é uma política de segurança, de saúde, de assistência.

Queria perguntar bem claro, e hoje escutando de manhã o Deputado Carimbão, que infelizmente me falou: "Quantos traficantes de fato foram presos?" Então, a partir do momento que a droga entra, o problema não é você criar casas. O problema é a saúde, a segurança pública, para que barre a entrada dessa droga.

Então, acho que nós da Frente Nacional, Senador, pedimos que haja, de fato, não só... Esse relatório traz a violação, de fato, de direitos humanos, violações barbáries, misturados recursos do SUS com privados. Casas recebendo do SUS e cobrando das famílias R\$500. V. Ex^a pode ler o relatório de ponta a ponta. São R\$1.500, R\$500, R\$700, R\$300. De fato, o usuário

que está lá dentro fala: é cobrado e a gente tem que pagar obrigatoriamente. É obrigatório. Se não pagar, eu não sou atendido. É nesse sentido que o relatório, de fato, dá essa visibilidade da denúncia das famílias, da denúncia dos usuários e nós, movimentos sociais e entidades que atuamos pela área dos direitos humanos.

É isso um pouco que vim trazer para fazermos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Concedo a palavra ao Dr. Roberto Tykanori.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, gostaria, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Gostaria de tecer alguns comentários. Não cheguei no início da audiência pública, porque estava em audiência no Planalto, e, infelizmente, não vou poder ficar até o final, porque tenho uma reunião da CPI do Tráfico de Pessoas, daqui a poucos minutos. Mas é um tema em que tenho muito interesse.

No meu Estado, o Rio Grande do Norte, eu tive oportunidade de visitar algumas comunidades terapêuticas e conhecer de perto as dificuldades que, eu suponho, sejam comuns às comunidades terapêuticas, e também de vivenciar o dia a dia de algumas famílias que buscam a ajuda para conseguir uma vaga numa dessas comunidades; conseguir, de alguma forma, algum atendimento e tratamento para parentes seus.

Infelizmente, a dependência química no Brasil ainda é abraçada por instituições filantrópicas com um viés religioso muito forte, a exemplo dos programas de câncer no Brasil. A gente percebe que a rede de assistência ao paciente com câncer no Brasil, a grande maioria, a esmagadora maioria dessas instituições são filantrópicas, porque a rede pública não tem condição de atender à demanda e não tem uma rede estruturada. Isso é uma falha.

Eu acho que os oradores que consegui ouvir... Quero primeiro parabenizar o nível da participação de todos e elogiar o Senador Paulo Paim pela iniciativa e o Senador Wellington Dias pela brilhante condução.

Mas eu estava ouvindo as palavras de Anderson. Eu vou ler, com detalhe, esse relatório pelo Conselho de Psicologia. É uma iniciativa do Conselho de Psicologia com apoio de várias outras instituições. Mas, infelizmente, a realidade é crua. Esse retrato a que estamos assistindo no Brasil, e é bem descrito pelo Relatório da 4^a Inspeção, é sem retoques; é o que nós encontramos no interior do Brasil.

Eu tive oportunidade de visitar uma comunidade terapêutica no interior do Rio Grande do Norte, lá em Caicó, lá no Seridó. É uma comunidade terapêutica

encravada no semi-árido do Estado. E as dificuldades que eles enfrentam são absurdas. Um programa desse, na minha avaliação, é um programa que deveria ser prioritário, porque é um problema de saúde pública no Brasil, e que se percebesse a mão firme do Estado na condução desse programa, não o deixando, digamos assim, à deriva, à sua própria sorte.

Eu concordo que precisamos da presença do Estado de uma forma mais regulamentar. Acho que o Sistema Único de Saúde precisa estabelecer uma fiscalização mais sistemática nessas comunidades. Eu concordo com o Estado laico e que não haja a cobrança da prática religiosa como uma senha ou como um caminho. Eu acho que o Governo tem de estabelecer, de uma forma democrática, respeitando os princípios de direitos humanos de todo o qualquer cidadão, para que ele possa ter acesso à terapia para o seu problema, no caso, a dependência química.

Mas, infelizmente, não temos ainda – aí vou dar uma de advogado do diabo – uma rede estruturada pelo sistema público; nós não temos ainda recursos para investir nesse problema, que é grave. Eu chamo à memória dos senhores o baixo investimento em saúde no Brasil, que é de 3,4 a 3,6% do PIB de saúde.

Então, é muito pouco. Faltam recursos para investirem nas ações básicas de saúde. E, infelizmente, alguns dos problemas que são sérios habitam ou coabitam na periferia dos programas de saúde ou da política de saúde por falta de recursos.

Então, necessariamente, nós precisamos do apoio de instituições privadas que sejam filantrópicas ou não. O que eu vejo é que nós precisamos estabelecer uma parceria, uma coexistência harmônica entre o poder público e a iniciativa privada. Nós precisamos mobilizar a sociedade, até porque este problema não pode ser jogado no colo das autoridades públicas, das autoridades sanitárias do País. Não. Não é responsabilidade só do Governo. Tem que ser encarado como responsabilidade dividida.

Nós precisamos, a sociedade precisa dividir com o Governo a responsabilidade do enfrentamento do problema da dependência química.

Então, o que precisamos é de alguém que possa capitanear e aglutinar os esforços, canalizar esses esforços para os caminhos aceitáveis de respeito ao cidadão, de modernidade na técnica terapêutica da dependência química, porque nós não podemos, a sociedade precisa assumir a parte que lhe compete no enfrentamento desse problema, porque é muito complexo. Os senhores sabem muito mais que eu, é muito complexo, isso perpassa pela estabilidade familiar, perpassa pela adoção de medidas educativas primárias, perpassa pelo *status quo*, pela oportunidade, perpassa

pela política de apoio à criança e ao adolescente, pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, são várias políticas que precisam estar coordenadas pelo comandante maior. Então, acho que essas instituições que eu estive olhando aqui, Anderson, é impressionante. Essas pessoas que lidam, que trabalham, que dedicam parte dos seus dias para um trabalho voluntário. Eu fui nessa comunidade terapêutica e não tinha ninguém, nenhum servidor com carteira assinada, todos voluntários, deixando os seus afazeres domésticos, deixando as suas atividades profissionais para se dedicarem à causa de outrem. Então, um trabalho de pura abnegação, de doação.

Claro, por falta de uma orientação técnica específica cometem falhas; até por omissão do Poder Público, cometem falhas. Mas eu tenho absoluta certeza de que o cidadão ou a cidadã que deixa os seus afazeres domésticos e mergulha em uma casa dessa, vai tomar conta de uma comunidade terapêutica, vai lavar prato, vai fazer reunião com os drogaditos, são pessoas que trazem consigo um elevado grau de doação, de altruísmo.

Então, o que está precisando é de uma orientação. E eu tenho profundo respeito por essas pessoas; eu tenho um profundo respeito por essas instituições que se dedicam a causas alheias, causas que são de todos nós.

Vou me ater, nesse relatório, parabenizo essa iniciativa, mas não podemos ser tão rígidos nas análises; vamos corrigir os excessos, as falhas, vamos cobrar do Poder Público. Se faltam recursos, então, vamos pedir pelo menos uma coordenação eficaz, sistemática, uma orientação técnica. Mas eu acho que é um trabalho de aglutinação, é um problema muito sério que está corroendo o tecido social deste País, que está fechando as perspectivas de futuro para gerações, jovens e crianças. Tem que ser uma responsabilidade dividida, então, acho que é um programa em que o grande viés tem de ser o viés de aglutinação sobre a coordenação maior.

Quero parabenizar aos palestrantes, eu peço desculpas, é um tema que gosto, um tema que gosto de aprender. Eu tive a oportunidade de conviver, de me dedicar quando eu era Deputado do meu Estado e, infelizmente eu não posso, Sr. Presidente Wellington, não posso permanecer em função da reunião. Peço desculpas por ter interrompido.

Parabéns a todos e parabéns ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós que agradecemos aqui pela bela exposição que V. Ex^a faz.

Com a palavra o Dr. Roberto Tykanori, pelo Ministério da Saúde.

O SR. ROBERTO TYKANORI – Bom dia a todos e a todas, bom dia, Senador, em nome de quem cumprimento a todos os membros aqui da Mesa, acho que não tem mais nenhum outro membro da Comissão. Mas, de qualquer forma, acho que é muito importante, é sempre uma oportunidade estar presente na Comissão de Direitos Humanos do Senado brasileiro, e acho que é um fórum de grande responsabilidade na questão de que o Senado brasileiro dedica os seus esforços na salvaguarda dos direitos humanos do País. Eu acho que é uma função nobre, uma função importante que, dentro desta Casa, acho que ela é um lugar de destaque e de muita honra.

Então, acho que não é também à toa que esses debates a respeito do relatório produzido pelo Conselho Federal de Psicologia tenha sido tomado como um elemento de debate e eu diria que o nosso foco não deve estar centrado nem no relatório nem naquilo que está colocado em uma certa contraposição, como se fosse uma questão apenas de denúncias da questão de violação dos direitos humanos nas entidades que foram inspecionadas.

Eu acho que a função desta Comissão deve olhar pela questão do ponto de vista de maior relevância nacional. Assim, a responsabilidade aqui é pensar quanto o Estado Brasileiro a questão dos direitos humanos e em que condições hoje o nosso País vive. O Senado brasileiro tem essa responsabilidade de mirar nos problemas que o Estado brasileiro tem a enfrentar.

É a partir deste ponto de vista que eu analiso a questão do relatório.

O relatório serve como uma luz que traz, aponta e indica um problema para o País. Acho que devemos enxergar desta forma.

Agora, nestas situações, é um terreno no qual se faz muita confusão. Nesse último ano em que eu tenho estado neste Ministério um grande debate vem acontecendo no Brasil, mas há uma série de confusões de níveis de discussões que precisam ser esclarecidas e quais os reais problemas que nós temos que enfrentar e em qual, digamos assim, hierarquia de problemas.

Então, o Pedro colocou assim: “Não se trata de fazer denúncias apenas das situações individuais”. Sim, ele tentou colocar: “A questão aqui é um pouco além da sequência de violações de situações individuais, há algo que está além disso.” Ok.

Por outro lado, da mesma forma que é frequente e com uma série de violações, nem todo o tipo de violação está presente em todas as unidades. Aquilo que o colega falou. Sobre o termo comunidades terapêuticas existem inúmeras formas de organizações que parte da sociedade está se mobilizando em torno de atender e a cuidar de outra parte da sociedade. Acho que

essa é uma questão que a gente deve olhar assim. E nesse caso existem vários tipos de violação.

Se nós não estamos discutindo intencionalidades, acho que devemos realmente sair dessa posição, não se está questionando se a intenção é correta ou não, porque, no limite, toda intenção individual ou coletiva de sobrevivência é legítima. No limite é assim, toda a iniciativa de se manter vivo é legítima. E os meios sobre os quais vai tentar fazer vão depender muito das condições. Pode ser enquadrado como legal ou ilegal, moral ou imoral, mas, em princípio, manter-se vivo é legítimo. No sentido de tentar buscar, é legítimo, a gente não vai questionar. Então, o primeiro ponto que nós temos que partir é que não adianta tentarmos levar o debate maniqueisticamente, existem os bons, os maus, os certos e os errados. E não vale a gente tentar tirar a legitimidade de ação das pessoas.

Acho que a partir deste princípio todo mundo é legítimo na situação. Agora, nessa sociedade, essas legitimidades dadas têm divergências. E ai nós precisamos encontrar os meios para que essas divergências possam tornar-se convivíveis. Acho que essa é a questão.

Bom, por que estou fazendo esse discurso? Sempre tem uma questão concreta. Nós não estamos discutindo nem a legitimidade do CFP e nem a legitimidade das ditas comunidades terapêuticas. Ambos vão falar em nome do bem.

Agora, acho que uma voz corrente em todas as falas foi talvez o principal problema que acaba ficando escanteado. Todos os membros que me precederam falaram: “Olha, existe uma questão desta população que não tem futuro, que não tem empregabilidade, que não tem isso, que não tem aquilo e que não tem outro...”

Em geral, as pessoas que estão sendo atendidas nestas unidades são pessoas que vêm dessa condição.

A *Folha de S.Paulo*, em uma das séries de reportagens sobre a Cracolândia, em São Paulo, fez um levantamento rápido deles e disse: “Olha, os excluídos dos excluídos estão na Cracolândia.” É o extremo da nossa miséria social.

Bom, nessas situações, quando entra o tema droga, pobreza e miséria existe uma equação que as pessoas costumam promover e defender que eu acho que está equivocado.

Infelizmente, o Senador saiu, mas a equação que ele falou. “Olha, a droga está corroendo o tecido social.” Então, tem uma relação de causa. É a questão da droga que corrói o tecido social. A suposição que nossa sociedade é um tecido íntegro, inteiro, e que a droga vai atuar e vai dissolver esses laços da sociedade.

Hoje, há um consenso – pelo menos em dos órgãos mais importantes da ONU que trata do con-

trole de entorpecentes, a JIFE, Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes – em que a tese é exatamente ao contrário. É partir das situações onde a sociedade já tem o seu tecido social fragmentado, rasgado, separado, e em cima dos grupos onde estão sendo apartados é que a droga ganha vida, aonde o crime ganha vida, e é onde ganha importância, porque a tese é contrária. A sociedade que é coesa, a sociedade que tem uma forte inclusão, uma sociedade que não expulsa, ela é mais resistente à droga e ao crime. Essa é a tese que agora começa a ser promovida a partir da ONU.

Então, o raciocínio de que é a droga que destrói o tecido social é equivocado. É em cima dessa idéia que se criou toda a guerra às drogas, como se tivesse sendo as drogas que estivessem destruindo a sociedade.

O que hoje começa a se tornar consenso a partir das experiências empíricas e do consenso entre os... Não sei nem exatamente que tipo de pessoas compõem a junta lá, mas deve ter profissionais, políticos, juristas, não é da área da saúde inclusive, ligado à comissão de narcóticos da ONU, ela é predominantemente da polícia e da justiça, a tese é outra agora, e acho que ela é aprendida com a última década de política de guerras às drogas e pelos seus fracassos.

Então, o que é relevante e importante na questão que nós estamos colocando aqui? Se partimos da ideia de que a droga é que destrói o tecido social, então devemos enfrentar as drogas. Agora, se nós partimos ao contrário, de que a droga, na verdade, só cresce onde o tecido social já está rasgado, já está debilitado, já está, chamo assim, desgastado, então, o que nós temos que fazer é enfrentar as drogas? Não. Temos que recompor os nossos tecidos sociais, nós temos que fazer um esforço para que a sociedade não seja excludente, fazer um esforço para que esses... Hoje uma parte importante da sociedade não é visível.

Então, nós estamos aqui em um debate assim. Olha, as palavras... Eles são invisíveis. As comunidades terapêuticas são invisíveis. Sim, mas essa população que vai nessas conversas também são invisíveis. E o relatório pelo menos compôs luz sobre essas pessoas, sobre esse problema. Nós estamos enxergando coisas que não enxergávamos. Acho que esse é o principal benefício que o relatório traz, sem desmerecer as questões essenciais e pontuais. Mas, do ponto de vista de uma Comissão do Senado, eu acho que a grande importância é esta: está pondo luz para um problema, para uma população que não é visível aos olhos do Estado brasileiro. Por quê? Ou pelo menos podemos fazer a hipótese de que são grupos da sociedade brasileira nos quais as formas que o Estado brasileiro tem de incluir no conjunto das suas instituições, não

atinge. Nós não estamos conseguindo fazê-las, essa população está sendo de fato inserida no Estado de direito. Por quê? As pessoas têm essa experiência. A população não tem estudo, muitas vezes não tem nem documento, não tem mais nenhuma inserção institucional. Não tem documento, não tem estudo, não tem mais família ou a família está nas mesmas condições. Porque, de fato, existem os dramas, mas os dramas são familiares, famílias inteiras que estão fora do alcance do braço do Estado. Está fora dessa situação de institucionalidade.

Então, eu acho que essa é a questão que precisa ser enfrentada de fato. Como essas populações vão ser de fato constituídas como cidadãos dentro de um Estado de direito. Então, não basta a questão de ofertar assistência. Isso eu falo enquanto saúde. Assistência é uma das questões. Mas foi colocado. Para aonde vão? Depois que passa por uma comunidade, por um hospital, por um CAPS, para aonde vão? Porque são pessoas que não têm um local para ir. Mas...

Eu vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Não, à vontade.

O SR. ROBERTO TYKANORI – Se não têm um local para ir, eles ficam pelas ruas, pelas esquinas, pelos lugares invisíveis. Mas esse não é o pior problema. Há um jogo de palavras que tenho feito. O problema não é o local. O local, muitas vezes – aí o companheiro ali da ponta está sacudindo a cabeça, mas ele é o exemplo do que eu vou dizer – o local de estar na rua mudou desde que eles mudaram de lugar na sociedade. Hoje eles têm um movimento organizado. Então eles têm um lugar na sociedade, embora possam estar ainda na rua, e não devem continuar na rua. Acho que a grande coisa é que não devem continuar na rua. Mas já têm um lugar na sociedade enquanto movimento organizado e tal.

Nós estamos falando de uma população que não tem lugar na sociedade, e o nosso problema central – e aí a questão dos direitos humanos – não é simplesmente a violação ou a salvaguarda de indivíduos do ponto de vista da suposição de que eles já fazem parte da sociedade. Esse é o equívoco que eu queria levantar. Nós estamos tratando de direitos humanos de pessoas que não têm direito nenhum, que não têm um lugar na sociedade, não fazem parte das relações que a sociedade reconhece como minimamente aceitáveis e dignas. Então, quero dizer o seguinte, para encerrar. O que nós precisamos como sociedade, como Estado brasileiro, é definir e fazer um pacto, acho que é uma questão de pacto, qual é o patamar mínimo que é aceitável para que essas pessoas sejam consideradas cidadãos? Qual é o mínimo para a gente falar:

daqui para frente ninguém vai ser usurpado nos seus direitos? Última coisa: nós temos muitas questões que são colocadas. Um colega do Rio de Janeiro levantou jocosamente, mas de uma forma bastante importante, nós falamos muito de tratamento compulsório, um debate em torno de tratamento e internação compulsória, mas a questão é por que a nossa sociedade não discute educação compulsória?

Minha última fala. Nós temos 17,5% dos jovens brasileiros, de 10 a 19 anos, fora da escola. Um em cada seis brasileiros no futuro estará fora da escola. Nós estamos falando de internação compulsória de umas milhares de pessoas? Nós estamos falando de milhões de jovens que, neste mundo, estão crescendo fora da escola. Então, a questão de direitos humanos deve ser estendida ao máximo, ao mais abrangente possível, no sentido de incluir direitos humanos, na verdade, num patamar básico, uma grande população brasileira que está excluída do seu Estado de direito básico. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos ao Dr. Roberto Tykanori. Quando foi aprovado esse requerimento, Senador Paulo Paim, houve ainda uma tentativa, eu mesmo ainda tentei, no final da semana passada, ver uma das entidades vinculadas às comunidades terapêuticas para estar hoje aqui,clareando aqui pelo nosso querido Nilton Vaz.

Primeiro, vou colocar aqui algumas visões do ponto de vista pessoal. Eu acho que a gente teve um avanço muito grande, nessas últimas duas décadas, em relação a como lidar sobre esse tema. É um dos temas que eu acho que é um dos grandes desafios das novas gerações. Acho que a gente foi vencendo alguns e chegamos nele. Eu começo aqui de onde o Dr. Roberto termina. Não foi fácil chegarmos à conclusão de que há um problema social. Ou seja, o rasgado tecido social leva a uma situação pessoal, sentimento, psicológica, mental, enfim, depois são os especialistas que vão examinar, que gera um problema de saúde. Ou seja, a clareza da dependência química. Você tem um problema social, passa a fazer uso de determinadas substâncias.

Aqui mesmo, nesta Comissão, esta semana, tivemos um debate. Veja só, todo mundo comemorou, o Brasil vai sediar a Copa do Mundo. Que maravilha! Todos comemoraram, o Presidente Lula chorou, emocionou o mundo, e, de repente, o País está aqui de joelhos porque não tem coragem de tomar uma medida que vários lugares tomaram que é proibir venda de bebidas no estádio. Por que isso gera esse debate tão forte? Porque nós somos ainda um País que é contraditório. De um lado somos signatários, aliás, decreto

de um Presidente da República, signatário, ou seja, o Congresso Nacional aprovando uma resolução da ONU que reconhece que a bebida é uma droga que causa graves problemas à saúde e sociais e, ainda assim, a gente aceita propaganda. Quer dizer, nós estamos discutindo vender ou não vender bebida nos estádios em um País que aceita propaganda da droga. Tenta imaginar.

Ontem um Senador fazia essa referência, eu gostei e queria repeti-la. A gente tentar imaginar durante vários meses da Copa as nossas casas inundadas das emoções do futebol e junto com a coisa maravilhosa que é o mundo do esporte a propaganda de drogas como patrocinadoras. Será que este País não tem outros patrocinadores para isso? Será a nossa área de mineração, nossa área do comércio, do agronegócio, das indústrias, será que não tem ninguém capaz de viabilizar as condições de patrocinar essa Copa, precisa ser uma droga? Então eu cito isso para dizer claramente – aí nós temos que avançar – se é verdade de que há um problema social reconhecido, que leva a um problema de saúde e de segurança, então não pode ter segredo, tem que trabalhar os três aspectos, de preferência, de forma muito especializada. Ao contrário do que muitos pensam, estou convencido da eficiência do nosso sistema de segurança em relação às drogas. Ao contrário do que muitos dizem, acho que ele não é ruim como a gente pensa.

O problema é que, quando a gente não cuida do social nem trata da dependência, ou seja, enquanto a gente não só tem a mesma quantidade de pessoas que já são dependentes e outra quantidade, inclusive começando pela bebida, induzidas a virarem consumidores, aos milhões, não tem segurança no mundo que pare. É o mesmo que dizer “a partir de hoje está proibido beber água”. Nós vamos proibir, vamos combater, onde tiver uma fonte de água, nós vamos quebrar, vamos arrebentar com os postos, com as adutoras, o que tiver. A gente vai beber alguma coisa. Na falta de água, nesse instante, em algumas regiões do Nordeste, na seca, se bebe água da pior qualidade.

Aliás, vou citar outro dado no debate aqui. Um parlamentar mineiro chamava a atenção porque, lá em Minas Gerais – aliás, um procurador –, é um dos Estados em que houve um pacto da não venda de bebidas em estádio de futebol. Agora, como o Brasil está discutindo a liberação, por que vão liberar só a cerveja? Por que não libera a cachaça, que é o que Minas produz? Olha só que tipo de debate nós estamos gerando. Nós estamos transformando uma coisa boa em uma coisa ruim.

Voltando ao tema, quero aqui dizer o seguinte. Primeiro chamar a atenção, viu Pedro, a você, porque

eu estava vendo que nós estivemos tratando lá atrás, na comissão específica, em que esteve presente o Conselho Federal de Psicologia, através do Humberto Cota, Clara, Dayse, Monalisa e todos que fazem parte do Conselho, e todos os que participaram de todas as entidades desse trabalho.

Eu acho o trabalho da inspeção uma coisa formidável. Vejam o quanto ele ajudou o Brasil a crescer na área de presídios. Vejam o quanto ajudou a crescer. Foram a partir das inspeções relacionadas às creches... Quem cuidava das crianças no nosso País, para a gente lembrar aqui um fato consumado? Foi a partir das inspeções àquelas entidades que ocupavam aquele vazio que o Brasil passou a adotar uma política de creche. É coisa recente, não é de muitos anos, não. Havia discussões se era o Estado, se era o Município que cuidava, e foi uma pactuação para poder chegarmos à ideia de que tem que ser o Município, inclusive com o apoio dos Estados e do Governo Federal.

A discussão sobre hanseníase, a discussão sobre tuberculose, a discussão sobre pessoas com deficiência, a discussão sobre tantos temas que nós estamos tratando e, a partir dele, normalmente algumas entidades fazendo inspeções. A inspeção, eu quero louvar. Quero chamar atenção, porém, e quero me apegar aqui à fala do Nilton e uma que o Roberto faz aqui, para a gente ter um cuidado. Eu sou membro da Comissão de Direitos Humanos. Aliás, miltito nesse campo já há bastante tempo. Mas se nós temos um vazio total de direitos humanos, é preciso ter cuidado como lidar com isso, porque, veja só, eu visitei cerca de 600 comunidades terapêuticas e grupos de autoajuda neste País nas 27 unidades da federação, inclusive aqui no Distrito Federal.

Tem problemas? Tem. Mas deixe-me dizer com o que eu me alegro. É que tem alguém, como disse aqui o Senador, como você, que, às vezes, e muitas vezes voluntariamente, está ocupando um vazio, sem formação, sem conhecimento, sem regras, enfim, sem dinheiro, sem estrutura. Então, eu acho que a gente precisa, primeiro, reconhecer isso. Vamos tentar imaginar. Aqui foram visitadas, pelo que eu vi no relatório, 68, de mais de 2.000 existentes no Brasil; só comunidades terapêuticas. Eu, pessoalmente, visitei com o Ministro Alexandre Padilha, visitei com a hoje Ministra Gleisi, visitei com a Paulinha, visitei com membros aqui, visitei com ONGs, enfim, visitamos cerca de 600 no País.

Vamos dizer que não tem coisa boa? Tem, e é muita. Tem muita coisa boa acontecendo nesse negócio. Vamos deixar de reconhecer milhares de pessoas, se não fosse isso, não estariam fora, como estão, na fase de abstinência. Não podemos não reconhecer isso não. No meu Estado, cientificamente são reconhecidas mais

de 12 mil pessoas que estão, há mais de dois anos, em condições de abstinência, graças a esse trabalho. Algumas com uma forte presença de profissionais, outras, não. Vejam, no País, quantos psicólogos existem com formação específica em dependência química? Quantos médicos? Quantos professores? Quantos psiquiatras? Quantas enfermeiras? Quantos técnicos em reabilitação? Pouquíssimos, pouquíssimos, pouquíssimos. Então a gente precisa ter um cuidado apenas porque senão passa uma ideia de que, daqui a pouco, você vai olhar para uma comunidade terapêutica vendo ali como uma fábrica antidireito humano, vendo ali como uma coisa do mal. Não pode. É isso que eu chamo a atenção. Eu tenho chamado a atenção. Já fiz pronunciamentos aqui no Congresso chamando a atenção ao Conselho Federal de Psicologia pela forma como está conduzindo para um debate.

É bom lembrar que nesse debate há dois lados. Há um lado que ganha dinheiro com o negócio da droga. A droga é um produto. A gente tem visibilidade. As bebidas, sejam as geladas ou as quentes, como produto, mas tem as ilegais também, e elas são a porta de entrada. Um negócio que envolve álcool, crack, maconha, cocaína, mas se junta com armas, prostituição, corrupção.

Então, há um sistema montado, no Brasil e no mundo, para esse negócio, porque ele tem dois lados. A gente não pode esquecer-se. De repente, uma coisa boa fortalece o outro negócio, o outro lado. É preciso ter esse cuidado. O meu lado é o de todos aqueles que fazem tudo pela vida.

Então, quero aqui apenas chamar a atenção para isso, porque o relatório – e na fala inclusive de alguns dos que participaram – passa muitas vezes a ideia de que nenhuma comunidade terapêutica presta. Não há nenhum resultado positivo. Não vale nada.

No meu Estado, para dar um exemplo, foi visitada a Oficina da Vida. Como está no relatório, uma das que não está credenciada nem pelo Estado, nem pelo Município, nem pelo Governo Federal, mas reconheço que, apesar de tudo, presta um serviço que ocupa uma vaga deixada no vazio pela sociedade, porque as outras, que são da melhor qualidade – cito aqui Fundação da Paz, Fazenda Esperança –, precisariam dar conta de pelo menos vagas para 60 mil pessoas, a fim de podermos dar conta dos problemas que temos lá.

No Brasil, vamos supor que tenhamos 1% de pessoas – há dados bem maiores – dependentes de álcool, crack e outras drogas. Vamos imaginar apenas esse percentual, mas acho que é bem mais. Vamos imaginar que seja 1%, estamos falando de 2 milhões de pessoas. A gente tem hoje a capacidade para atender

40 mil vagas, no máximo. É claro que estou numa situação como essa, qualquer uma que me dê vou para lá.

Então, quero chamar a atenção para o fato de que vocês enfatizaram todos, e eu captei aqui, e nós vamos ter de trabalhar sério. Primeiro, não podemos brincar quanto à prevenção. Essa é uma luta em que gostaria de ver todos os conselhos deste País. Aliás, estivemos lá com o Conselho Federal de Medicina – vejo aqui o nosso médico e Senador Eduardo Amorim, que faz um belo trabalho também em Sergipe e no Brasil nessa linha, acompanhando-nos inclusive também em algumas visitas.

Vejam, se tivermos as entidades de classes – Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Psicologia, Conselho de Psiquiatria, mais um conjunto de outros atores, enfim, OAB, dos direitos humanos – numa luta para aprovarmos aqui, nós perdermos, fomos derrotados, quando o Senador Tião Viana, na época, apresentou, na época, junto com vários Senadores aqui, o projeto que era para regulamentar o cigarro – olha, que vitória estamos tendo em relação ao cigarro! Há pouco queriam meter goela abaixo o tal do cigarro fraquinho com hortelã, com não sei o quê, e eu parabenizei o Ministro da Saúde e a Anvisa, porque, senão, a gente ia dar passo para trás.

Aqui, nesta Comissão, há poucos dias, tivemos que derrotar um projeto, por coincidência do Senador Demóstenes Torres, num debate em que ele apresentava um projeto, puxando a discussão do dependente da droga como criminoso, trazendo de volta essa discussão. Então, precisamos ter cuidado com o que estamos lidando.

Quero aqui dizer que temos de fazer uma luta no sentido de avançarmos. Não haverá prevenção, na minha opinião, adequada, enquanto se aceitar a propaganda de qualquer droga no nosso País. Olha a contradição: acabamos de aprovar aqui – está lá na Câmara; não sei se já voltou para cá – a chamada Lei Seca, que classifica que qualquer teor de álcool acima de 0.6 é considerado como problema de saúde e, por conta disso, começa a ter implicações na carteira de motorista, etc, etc. De repente, a gente aceita propaganda. Então, levaram muito a sério isso.

Aí, não interessam as referências dos outros países do mundo. Nós, brasileiros, temos de dar exemplo para o mundo, como estamos fazendo, em relação ao cigarro.

Como justificar este País não realizar, meu querido Roberto Tykanori – cobrava isso do Senador Alexandre Padilha há poucos dias –, hoje Ministra, minha colega Senadora Gleisi, cobrava há poucos dias, lá do Ministro da Justiça e também lá da Paulínia, que trabalha lá na Senad. Como justificar não ter pelo menos

a 1ª Conferência Nacional de Políticas sobre Drogas? Aí, você tem toda razão, Pedro. Veja, a minha ideia era lançar esse plano, porque a coisa era muito SOS mesmo, até para ter uma referência para o debate, mas, em seguida, chamar a conferência.

Estava programado para maio. A idéia era a de que, agora em maio, estivéssemos realizando a conferência. Uma das condições para ter o programa emergencial que foi lançado era que, neste mês de maio, tivéssemos a conferência – conferências municipais, conferências estaduais, seguida agora, em maio, antes das eleições, em 2012, da conferência nacional –, porque, se não houver um amplo debate, em que possamos aprender uns com os outros, possamos colocar todos os pontos em choque, há problema.

Aí, defendo, dentro da política, por exemplo, algumas alterações. A confusão está quando queremos colocar um grupo de autoajuda ou uma comunidade terapêutica como um hospital. Está errado. Estou dizendo isso todo dia. É necessário que haja um sistema de saúde e, em separado, a parte social.

Não estamos aprendendo isso hoje. Há lugares que estão aí há 10, 15 anos à nossa frente. O que dizem lá? Estive visitando a Suécia, a Suíça, Portugal e vários lugares para ver qual a política que eles adotam. Ali está muito claro: onde se consegue avançar, tem que se trabalhar a prevenção. Citava aqui os exemplos: estamos atrasados na formação; estamos atrasados em relação ao enfrentamento dessa questão da bebida. É preciso que haja a parte de tratamento dividida numa área de saúde e numa área de acolhimento – e eu aprendi isso com o Carimbão. Entendeu? Acho que tem de haver mesmo esse sentido do acolhimento. Está lá: o cidadão entrou no sistema, tem de analisar – tem HIV, hepatite, está dependente, não está dependente, enfim, precisa ter a desintoxicação, ou seja, tudo o que a ciência hoje reconhece tem de estar ali, mas ninguém pode desconhecer que há uma coisa que não se resolve nem em hospital, nem em muitos lugares de saúde, somente com amor. Isso ninguém pode desconhecer, seja uma entidade religiosa, seja uma entidade não religiosa, o que está dando efeito no acolhimento é um atendimento que tenha amor pelo meio.

Nesse ponto, é a reconstrução da vida. Estamos reconhecendo que há um problema social, como é que não reconhecemos que o tratamento tem de ser típico de um problema social? Então, ele não pode ser, meu querido Roberto, no Ministério da Saúde. Nessa parte, a relação tem de ser com o Ministério do Desenvolvimento Social, de preferência.

Acho que a Senad também está errada lá numa área que é de segurança, porque a idéia da Senad é a de atuar na linha social. Aliás, na minha tese, o proble-

ma é tão importante que tinha que ter algo vinculado à Presidência da República. Precisaríamos, hoje, de preferência, ter uma área específica, vinculada, no sentido de fazer uma interface com a educação, com trabalho, com qualificação, com tudo o que o País precisa.

Enfim, quero aqui apenas chamar a atenção para o fato de que há a parte da reintegração social. É preciso que essa pessoa, depois que fizer tratamento de saúde, depois que houver essa fase da reconstrução da vida em que se encontra – aí entra a importância da psicologia, da psiquiatria e de outras áreas, mas também dessa parte de muito amor –, aí não pode haver preconceito. Acho que não pode ter imposição, mas não pode ter preconceito.

Nesse campo, avalio que devemos ter cuidado, porque está por trás outro movimento que quer colocar na lata do lixo a experiência das organizações não governamentais. Quem não acompanhou a CPI das ONGs, que paralisou o País, jogando na mesma lata uma ou outra que tinha problema, como sendo tudo igual.

É esse cuidado que temos de ter, porque, senão, daqui a pouco, está todo mundo nivelado por igual. Por isso, precisamos de muita clareza nesse trabalho.

Então, defendo que tem que ter um sistema, tem que ter área de prevenção, área de tratamento com saúde e com acolhimento; tem que ter área de reinserção social e, como estamos muito atrasados, temos que descontar o tempo perdido. E aí parabenizo sempre a Presidente Dilma, porque lançou o primeiro plano de formação profissional no País. É agora que estamos tendo as primeiras especializações, os primeiros mestrados... Os primeiros, não, porque já tínhamos alguns, graças a Deus, que é o que está permitindo fazer isso. Mas tínhamos cerca de 300 profissionais com pós-graduação na área de dependência química, em todas as áreas, no Brasil. Estamos falando agora... Entramos no século XXI nessa situação.

Então, quero aqui primeiro parabenizar pela ideia, mas acho que a ideia serve para o seguinte: qual é o sistema que tem, quais são os problemas que existem e não deixar de reconhecer que tem alguma coisa dando certo, porque, senão, parece que nada disso presta. Visito 68 e nada presta, e não é verdade. Das duas mil, visitei 600 e tem muita coisa boa. No Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, lá no Amazonas, no Acre, que vocês visitaram, visitei coisas da melhor qualidade, no Pará, na Amazônia, lá no meu Nordeste, em Alagoas. Esse trabalho que o Carimbão faz lá ninguém pode desconhecer, é um trabalho da melhor qualidade, inclusive abraçado pelo Governador, que não é do meu partido, é do PSDB, mas faz um trabalho muito vigoroso lá nessa área.

Com essas palavras, acho que é importante o conselho, a inspeção, dentro daquilo para as quais as inspeções servem e serviram para o Brasil, para nortear e separar o joio do trigo. Se a gente tem um lugar que obriga as pessoas a beberem água do sanitário, claro que isso é um problema, mas não vamos dizer que nas duas mil isso acontece. Não é verdade. Podemos encontrar uma, duas, alguma coisa acontecendo. É verdade que é possível ter um lugar onde se bota uma pessoa que está lá na área do acolhimento para poder cavar buraco, tampar buraco e cavar buraco. Eu desconheço. Acho que é possível acontecer. Agora, isso não é uma realidade de todos os grupos de auto-ajuda nem de todas as comunidades terapêuticas. Então, não podemos colocar essa tese de forma generalizada. E, no sistema que defendo, reconheço a maior importância do Conselho Federal de Psicologia. Acho que dá uma importância que nunca teve na história para um desafio da Humanidade. A mesma importância que é dada a um médico, e não é qualquer médico, tem que ser especializado nessa área de dependência química; no próprio curso de medicina, é uma gradezinha desse tamanho, sobre esse tema, ainda muito atrasado para o que a Humanidade já domina; a Psiquiatria, da mesma forma, e a Psicologia, a Assistência Social e um conjunto de outras profissões que são necessárias. Precisamos investir nisso. Perdoem-me por estar colocando isso, mas achei importante esse debate aqui e fiz questão de estar hoje aqui, porque precisávamos, olho no olho, tratar esse tema, mas com essa grandeza.

Parabenizo pela inspeção, que considero importante por nos alertar sobre o que está acontecendo, mas nós não podemos generalizar. Precisamos ter a inspeção como forma de vermos onde é que tem problema. Mas separando o joio do trigo.

Quero aqui agradecer a Deus pelos brasileiros e brasileiras que se dedicam remunerados ou não aos grupos de autoajuda, às comunidades terapêuticas e tantas outras redes que temos espalhadas, religiosas ou não, em Ongs ou empresas por este Brasil. Se não fosse isso, a situação seria mais dramática e nós não teríamos o aprendizado que temos hoje. Essa é a realidade.

Com prazer, ouço o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– Presidente, infelizmente, não cheguei a tempo para ouvi-los, mas, como médico e ex-Secretário de Saúde também, um pouco conchedor da realidade e com uma preocupação enorme com o que passa em nosso País, acho que o Governo está demorando muito a fazer essa integração. Como o senhor disse, a gente não pode correr o risco de generalizar, de condenar de forma antecipada. Mas também não podemos tapar

os olhos diante do diagnóstico e da realidade que aí estão. Por exemplo, no meu Estado de Sergipe, pelo que a gente vê aqui no relatório, teriam que fechar todas as casas, todas as entidades que recebem. Mas ainda bem que elas recebem, porque ainda falta essa mão acolhedora, essa mão protetora, essa mão obrigatória que deveria ter por parte dos governos. Então, casa sem psicólogo, sem profissionais adequados para atender, e esse debate já criou aqui a burocracia, o entrave. Muitas vezes, a gente quer ajudar com emenda, com algum pires, digamos assim, mas existe um entrave e uma burocracia enorme para que chegue, para que aconteça, para que haja o benefício.

Acho que o senhor colocou muito bem, com muito equilíbrio, integrar as diversas áreas: saúde, educação, assistência social. Acho que isso tem que puxar, sim, tem que ser prioridade por parte da Presidente. Não se pode mais demorar, porque demorar significa correr o risco de um alastramento e de que mais famílias sejam acometidas. Não digo só jovens e adolescentes, porque, quando um na família é, todos passam a ficar doentes, no meu entender, porque contamina toda a família, e qualquer família está sujeita a isso, pobres e ricos. Se acomete a família vizinha, com certeza está muito próximo da nossa casa. Como médico e um pouco entendedor do assunto, a gente sabe o quanto é difícil uma reabilitação para quem entra nesse mundo da dependência. Entrar no mundo da dependência significa entrar num labirinto, em que dificilmente encontrará a porta de saída se alguém não abrir pelo lado de fora, se não houver ajuda, seja de familiares, seja da sociedade, seja do governo. O papel do governo é, sobretudo, fazer essa integração, essa coordenação de todos os trabalhos nessa área no País. Se a gente não tiver essa orientação, se a gente não tiver esse planejamento, um fica trabalhando de um jeito, outro fica trabalhando de outro e se fica ao deus-dará e como será que vai acontecer.

Está certa a prevenção por meio da educação ou por meio de todos esses projetos que a gente vê aí, mas acho que o resultado a gente só vai poder mirar e acompanhar se houver essa coordenação, essa integração, essa fala e esse ouvir dos diversos setores. A saúde tem de estar preparada, sim, para reabilitar. Não pode uma Santa Casa, como a gente vê aqui no meu Estado, que atende o particular, o SUS, mas será que o SUS paga adequadamente? Será que a tabela do SUS é suficiente para cobrir todos os custos? A gente cobra dos hospitais, da Santa Casa, mas será que o que o SUS paga é suficiente para dar aquilo que a Santa Casa ou a instituição deveria dar? Então, penso que a gente tem de dar o exemplo, pagar

adequadamente, para que a gente possa cobrar com a devida adequação.

Acho, Presidente, que o Governo está demorando muito em integrar, em sair com a política pública integrada para reabilitar, para prevenir e até para ter uma política de combate àqueles que perversamente ganham em detrimento da vida e da qualidade de vida de muita gente. São milhares ou milhões de brasileiros já contaminados pelos diversos... E é imaginável pensar até quando a droga é permitida. E a gente ainda estimula quando vê muitas e muitas propagandas na televisão.

O senhor tem razão. Espero que o senhor seja esse porta-voz. Conte comigo também para que levemos essa mensagem à Presidente, porque não há mais tempo a perder. Perder tempo significa vidas perdidas, sofrimento aumentado, famílias destruídas. Não há mais tempo a perder. Não podemos nos deixar vencer pela burocracia, por esses entraves burocráticos ou pela falta de coordenação desses trabalhos integrados.

Ao analisarmos o relatório, temos que dar os parabéns, sim, por todo esse levantamento. É assustador, mas é a nossa realidade. Não há como tampar os olhos. Tem muita gente fazendo um trabalho bom, dando esperança, inclusive no meu Estado, nas Casas de Misericórdia Bethesda e em tantas e tantas outras áreas que não aparecem aqui. Mas acho que o Governo não pode ser omissivo, e o Governo está demorando a dar esse encaminhamento, essa solução. Por que digo Governo? Esse é um trabalho de toda a sociedade? É, mas esse é um papel do Governo, ou seja, do Estado, dos três entes federados. O Governo tem a obrigação de fazer isto: de ser o coordenador, o normatizador para o encaminhamento num trabalho preventivo, num trabalho de reabilitação, de reintegração de todos esses jovens.

E volto a dizer: é perverso quando perdemos esse tempo, quando somos vencidos por essa burocracia. Às vezes, pensamos se é isto mesmo que o Governo quer, se é isto mesmo que nós brasileiros queremos: que haja essa reabilitação, que nós combatamos. Como eu disse, perder tempo significa perder vidas, perder jovens, perder qualidade de vida, perder famílias. Enquanto isso, muita gente vai lucrando. Isso é muito perverso!

Desculpe o desabafo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço e concordo plenamente. E digo mais ainda: nós aprovamos aqui um encaminhamento, no começo de 2011, no início dos trabalhos da Comissão, para que se fizesse uma taxação das drogas legais como uma fonte de receita para a política sobre drogas. Isso foi feito, viu, Roberto?

O Brasil, desde o segundo semestre de 2011 até agora, em 2012, tem uma receita maior. Aumentou-se a taxação para as bebidas geladas, para os importados, enfim, para as bebidas quentes, inclusive para o cigarro, que está no limite. Eu aprendi também que, se colocar demais, termina aumentando o contrabando e gerando problemas de saúde.

Então, creio que nós podemos oferecer ao Governo, a partir da Comissão de Direitos Humanos, encaminhamentos, como esse relacionado à realização da conferência, como esse relativo à separação da parte da saúde mental daquilo que é específico da área de política sobre drogas. Tem toda a razão o Anderson ao dizer isso aqui. O Nilton lembrou aqui – e o Senador Eduardo também – a necessidade de mais apoio para essa política nos Estados. Creio que a própria recomendação da inspeção, ou seja, o próprio relatório da inspeção deve servir como base para as diferentes áreas, como o Ministério da Saúde e a própria Secretaria-Nacional dos Direitos Humanos, para dar sequência após a inspeção.

Creio que temos que cobrar – foi lembrado aqui pelo Nilton, e acho que o Paulo também lembrava aqui – essa questão da qualificação. Temos que olhar para isso. A verdade é que estamos também pouco preparados. Estou falando em cinco mil e tantos Municípios do Brasil. A Confederação Nacional dos Municípios, num levantamento que fez, analisando apenas crack, maconha, cocaína e não incluindo a parte da bebida, já reconhece que em aproximadamente 80% dos Municípios brasileiros há uma situação considerada problema de dependência dessas drogas. Quando incluímos a bebida alcoólica, em 100% dos Municípios brasileiros há pessoas que precisam de tratamento, e em boa parte desses Municípios há uma unidade básica de saúde, que tem um médico de vez em quando, que tem a enfermeira, enfim, mas não tem profissionais qualificados para fazer sequer o trabalho necessário na rede.

Então, queria, de forma carinhosa, agradecer. A gente encaminha o relatório à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos...

Pois não, Paulo, com o maior prazer.

O SR. PAULO AVELINO DOS SANTOS – Diante do exposto dos Senadores e também do Dr. Roberto, que foi bem em seu discurso, eu gostaria de fazer uma observação também: essa tendência dessas comunidades terapêuticas, pelo visto, tende a aumentar, visto que, parece-me, está sendo dado um certo incentivo por parte do Governo e muitos têm procurado, inclusive, a instituição onde trabalha, na intenção de saber como organizar, como estruturar esse tipo de instituição. E, quando o Senador aborda a questão de ter profissionais qualificados, estamos vendo que isso também

vai aumentar em detrimento desse incentivo, porque estão migrando para essa área pessoas que não têm nada a ver com a realidade da dependência química.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Correto.

O SR. PAULO AVELINO DOS SANTOS – Então, é algo que se deve observar, é algo que se deve pôr em nota para que se tenha um critério para que não motivem outras comunidades terapêuticas, semelhantes à do relatório, que venham a surgir, tendo em mente o desejo de sanar esse problema. Com esse incentivo, tende a aumentar mais essa situação. Então, ter um critério para que se possa orientar ou profissionalizar, como falou o Nilton, nessa questão de oferecer curso, habilitação, capacitação em todas as áreas para que as pessoas que interagirem com esse meio tenham condição técnica e habilidade para prestação de serviços aos dependentes químicos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok.

Sobre isso, eu queria dizer, primeiro, de novo, que o Governo fez um regramento, que não havia, porque o que tínhamos era voltado exclusivamente para a saúde mental. Então, o Governo fez uma adaptação das portarias, das exigências da Anvisa, enfim, em relação ao credenciamento. E creio que, nos editais, são colocadas já exigências claras, que vejo como importantes para o sistema vinculado à parte de saúde.

Chamo a atenção de que há outro que é tipicamente social, não tem nada a ver com a parte de saúde. É como eu imagino. E acho que é esse que tem um vazio. E é nesse vazio que entram, realmente, por falta de um regramento, situações como essas que são lembradas.

O Pedro Paulo também pediu aqui a palavra, e eu passaria para ele, com prazer.

O SR. PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO – Em alguns momentos, foi falado acerca de uma realidade. Ou seja, estamos falando de uma realidade, mas não podemos nos acostumar com ela. É uma realidade que precisa ser estranhada, e, ao ser estranhada, precisamos investir em outras políticas sociais. Nesse sentido, entendemos que a grande função do nosso relatório é a promoção do debate. Portanto, fazer com que esse debate seja cada vez mais fomentado.

Outra discussão: foi falado aqui em relação à parceria da sociedade civil com o Governo. Queremos dizer que este é um dos grandes pontos de estranhamento: a ausência da sociedade civil, que está representada pelas conferências e pelos conselhos. Eu, particularmente, sou conselheiro titular do Conasp – Conselho Nacional de Segurança Pública, e,

em nenhum momento na elaboração do Plano Crack, o Conasp foi consultado.

Outra questão é pensar a questão da causalidade, que o Tykanori trouxe, cuja discussão é extremamente interessante e importante, mas queria lembrar que a droga ganha vida não somente no tecido social já corroído. Ele ganha vida em todo e qualquer tecido social. Apenas em alguns desses tecidos ela ganha visibilidade, e uma visibilidade que é pautada como um problema nacional. Então, essa é a discussão, talvez, que a gente tenha que fazer: em que tecido social a droga se torna um problema de enfrentamento ou um problema de guerra. Tecido social este que sabemos muito bem ele tem endereço, idade, cor e conta corrente.

Outra questão também a se pensar é que a clínica da drogadição como qualquer outra clínica precisa ser pautada em um modelo em que só faz sentido com a garantia de direitos humanos fundamentais, e precisamos de fato apontar essa discussão.

E, enfim, essa é uma discussão sobre dependência e sobre intoxicação. Precisamos não estar dependentes nem estar intoxicados por um discurso hegemônico que muitas vezes se apresenta como o único possível. Talvez o grande sentido que se faça em produzir audiências públicas, em ampliar esse debate é fazer com que esse discurso que se parece único e verdadeiro seja ampliado, discutido e que a complexidade que envolve o tema das drogas apareça não somente como uma complexidade em nossos discursos, mas que apareça também enquanto complexidade na formulação das políticas públicas e que todos nós, sociedade civil, Governo, possamos participar desse debate, que ele seja ampliado e que seja dada a participação a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Passo a palavra para o Anderson.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Serei breve, Senador. Acho que, com a fala do Senador e médico, Dr. Eduardo, eu fico contente. Acho que é importante essa visibilidade hoje do que se vem trazendo das casas terapêuticas e da não... Porque o que a gente está pedindo não é o fechamento, é a transparência dos recursos e cobrar mais, do Sistema Único de Saúde, a melhoria da forma como o Sistema Único deve trabalhar – acho que isso é que é importante – e não trabalhar na omissão do Estado. Acho que o senhor foi excelente em sua fala de trazer isso bem claro para nós.

Eu tenho dados aqui – e eu queria dizer isso no começo, mas me perdi um pouco: sabe hoje qual é a moeda do cortador de cana? É o crack, Senador. A moeda do cortador de cana é o crack, eles estão pa-

gando com o crack, e isso nós não podemos aceitar no nosso País.

Eu represento, a convite do Marcos, que deveria estar aqui, mas não pode, mas pediu que eu estivesse aqui representando...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sr. Anderson, só um minuto: cortador de cana, é isso?

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Onde, em que Estado?

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – São Paulo, no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E algum Município específico?

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Sim, Araraquara, São Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Esses Municípios. E eu tenho dados da Pastoral, que veio me procurar, o Movimento Nacional da População de Rua que veio procurar a gente para trazer esses dados. Então é moeda hoje a pedra. Não se paga mais dinheiro a esses cortadores que vêm de outros lugares para cortar cada. E, quando o senhor fala que hoje uma das drogas, o álcool, quando você... E hoje eu quero trazer bem claro: hoje o debate está em cima do crack, mas a gente tem que também fazer o debate em cima de outras substâncias lícitas e ilícitas, que trazem este cidadão a permanecer, a ficar, a usufruir a rua. E, quando o relatório da quarta inspeção nos traz isso, não é que a gente quer fechar as clínicas. A gente quer transparência dos Governos nas três esferas, a gente quer trazer de fato as violações de direitos, ainda que omissos, que isso traz. Assistencialismo, caridade nós não podemos aceitar em nosso País. Antigamente, a gente podia falar sim que o Brasil era vivido por assistencialismo. Hoje, o Brasil é vivido pela transparência de recursos públicos, pela transparência de repassá-los. Não podemos aceitar caridade, dizer: a gente faz porque o Brasil... Não, o Brasil se omitiu. E hoje ele está assumindo de fato, assumindo de fato, pela quarta conferência, pela quarta inspeção, de que há omissão e de que, se não tem recursos, nós temos que buscar, nós temos que trazer. Acho que o senhor fala bem claro.

Antigamente, essa população era invisível e, hoje, ela se torna visível, pela forma como a representação aqui na CFP traz – e eu vou concluir, Senador. É, de fato, a omissão dessas políticas. Nós não estamos dizendo aqui para fechar as casas, e sim: depois que ele sai, para aonde ele vai, em que ele se transforma e em que isso se dá? Não é verdade? O traficante con-

tinua lá na ponta e o problema do usuário vai sempre permanecer, e o recurso público vai ser sempre repassado, repassado, e a transparência de tudo isso. Não estamos dizendo aqui. Eu acho que essa inspeção nos traz de forma concreta.

Hoje, eu quero trazer aqui bem claro, cobramos do Governo, e o Governo Federal fez uma contagem em âmbito nacional, quem é essa população em situação de rua, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social. Como o senhor disse. Nós temos 31.666 pessoas em 71 cidades do País; conseguimos agora do ex-Presidente Lula e compromisso da Presidente Dilma de que o IBGE de fato reconheça e recenseie essa população para saber de onde ela é oriunda. É neste sentido da inspeção no Conselho Federal de Psicologia que vai trazer também que essa população não é mais oriunda só de usuário da rua; é das classes altas, médias e que vêm a esse transtorno, a esse sistema como o nosso companheiro traz. É essa população hoje; ela vem de outra classe e quem está na rua hoje são trabalhadores e trabalhadoras. A droga está lá muito bem clara. É mais fácil, como o Senador colocou, eu pago um real numa buchudinha, num corote de cachaça, mas eu pago muito caro num prato de comida.

Então, essa população hoje é usuária desse sistema pelo que se transforma. Trazer a Copa para nós é ótimo, maravilhoso, mas desde que dentro desses espaços não tenha álcool e outras coisas. Isso para nós, para a sociedade, nós discutimos bem claro e hoje a higienização da Copa vai expulsar essas populações para bem longe, higienizar essas populações.

Quero parabenizar aqui e dizer bem claro: em São Paulo foi criado o Complexo Prates com parceria Ministério da Saúde, Governo do Estado e Governo do Município. Tem entidade sim lá dentro; tem entidade filantrópica sim. E nós estamos lá fiscalizando. Hoje temos albergamento, serviços da assistência e a saúde conjuntamente. Está aqui Tykanori, que foi lá com o ministro na inauguração. É para isto que estamos pedindo, é para tratamento de drogas. Então tem lá abertos os consultórios de rua e outros serviços lá dentro. Então hoje é um complexo aberto dentro do Espaço Luz para esse atendimento. Mas, juntas, as três esferas federais. Eu acho que é isso que o senhor disse. É sim. Nós queremos transparência do recurso que está aí para que seja de fato não fechamento, mas que as entidades que trabalham com isso tragam a transparência e não a violação.

É isso, Senador, não o fechamento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Permita-me.

Recurso que não é muita coisa, não; é pouca coisa. No nosso País, infelizmente, saúde não chegou à condição de prioridade. Porque a gente prioriza por aquilo que a gente dá. Então, hoje nosso País investe em saúde pública menos do que investem Argentina, Paraguai, Uruguai e tantos outros países hermanos, digamos assim. Mas muita gente fala: existem muitos ralos. Que se tapem os ralos, mas que se invista, que haja uma política de recursos humanos, que se tenha clareza, muito mais clareza na missão de cada ente federado. Qual é a obrigação do Governo Federal? Qual é a obrigação do governo estadual? Qual é a obrigação da secretaria municipal da saúde? Para que a população fique muito consciente; assim como quando falta energia, falta água a gente já sabe de quem cobrar, que a gente fique também sabendo de quem é a obrigação daquele serviço, daquele médico, daquele remédio. Infelizmente, a gente ainda não tem isso no nosso País. Mas essa é uma luta que, junto com esse abnegado Senador Wellington Dias e alguns outros colegas neste Congresso, a gente empenha para que isso venha a ser prioridade, que venha a ser exequível e chegue lá na ponta. Pode ter a certeza de que o sonho é de muita gente. Mas acho que o segredo está na execução sim. O Senador Wellington foi muito feliz. Só com um serviço integrado, mas vigiado e com coordenação a gente pode ter muito mais transparência e ter, com certeza, resultados muito melhores. Infelizmente, saúde ainda não é prioridade. Mas vamos à luta, à luta pelo bem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu agradeço. Faço só um lembrete, ouviu, Anderson. É muito importante o que você colocou aqui. Se esse relatório da Pastoral da Terra puder chegar aqui na Comissão... Eu anotei, Araraquara e São Carlos...

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Araraquara, Canavial ...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok. Porque o que você colocou aqui é muito grave. Nós podemos pedir uma inspeção lá, tanto do Ministério da Justiça, porque envolve drogas, como do Trabalho, que envolve o mundo do trabalho, como a área de saúde porque envolve problema dessa área.

Gostaria de contar com esse documento.

Fica aqui a recomendação também para a gente encaminhar a essas áreas.

Nosso querido Nilton Vaz.

O SR. NILTON VAZ – Gostaria de retomar a essa Resolução de 2011, que, como disse, tornou-se facilitadora para essas comunidades terapêuticas e que também tem um prazo.

Art. 23 – As instituições de que se trata a presente resolução terão um prazo de doze meses para promover as adequações.

Então, um junho, agora, está chegando o final para essas adequações. As instituições – é importante deixar muito claro aqui – foi dado um período de um ano para que essas comunidades fizessem as adequações.

Outro detalhe importante também que eu não poderia deixar de citar é o avanço feito pela Presidente Dilma ao reconhecer o trabalho das comunidades terapêuticas, sejam elas laicas ou religiosas. Embora, como disse a princípio, é um guarda-chuva sob o qual outros segmentos também estão.

E a preocupação de uma ampliação desses serviços deve ser observado por meio dessa fiscalização feita pelos direitos humanos, pela Anvisa, pela Divisa pelos demais órgãos, para que não haja essa proliferação. Então, os conselhos existem é para isso.

Quanto a essa questão do *crack*, é preciso desmistificá-la muito, porque, na realidade, não são essas visibilidades que se têm por aí, porque são a ponta de um *iceberg*.

Na década de 1980, o prefeito de Washington, Barry, foi pego usando *crack* num hotel frontal à prefeitura.

Então, coloca-se que é uma coisa de uma classe social. Não é bem assim.

Em uma instituição da qual também faço parte, que se chama Centro de Recuperação Leão de Judá, componho a diretoria, ajudo a fazer algumas dinâmicas, e, ali dentro, temos pessoas de um extrato social, empresários, profissionais liberais que estavam em situação de rua, e onde começaram com essas bebidas socialmente aceitas – e foi citada aqui essa questão da Copa, que acho realmente um absurdo.

Acompanhando isso, existe a questão da prostituição infantil. O que se tem de garotas disponíveis aí se oferecendo por R\$2,00. Eu fiz uma experiência, porque gosto de ir a campo, eu andando em Ceilândia, a 1 hora da madrugada, eu deparei com crianças se oferecendo por R\$2,00. Ceilândia foi um palco em que militei durante dez anos, em uma ONG que fazia trabalho com crianças em situação de risco. Não era nem área de vulnerabilidade naquele tempo, eram chamadas áreas vermelhas.

Então, encontra-se isso aí. Então, a Copa também traz um outro agravante, o uso de drogas por essas crianças e adolescentes, aliado ao turismo sexual também.

Na realidade, se a gente for falar aqui, é uma bola de neve, descendo a serra. É complexo.

Mas só gostaria de reafirmar que eu continuo defendendo que essas comunidades sejam mais bem

aproveitadas, porque elas estão numa linha de frente há tempo, ideologicamente ou de uma forma religiosa, procurando cumprir até algo que se diz na questão de direitos humanos, que se fala da solidariedade, da fraternidade, que eu acho fundamental.

Então, basicamente era isso que gostaria de reforçar junto à Mesa, que se capacitem esses agentes das comunidades terapêuticas. Já tem sido feita alguma coisa pelo Governo Federal? Tem sido feita, mas não é suficiente para que haja um reconhecimento da sociedade como um todo.

Então, acho que é importante isso, que se profissionalize realmente, que se aproveite essa carga horária, essa carga de tempo, esses saberes da convivência do dia a dia, para que essas comunidades possam ter o seu reconhecimento.

E quanto aos direitos humanos, nós estamos atentos, visitando, corrigindo, orientando, porque a preocupação é essa: que as pessoas venham a se adequar. É a proposta do Governo. Não meramente fazer uma inquisição e colocar novamente alguém na fogueira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço a participação do Nilton e encerramos com a participação do Roberto Tykanori.

O SR. ROBERTO TYKANORI – Eu vou ser breve.

Sobre a questão, e acho que é importante o relatório. Sem dúvida, ele levanta o debate, que é um debate que já traz, hoje, novos atores, que vão sendo colocados, e novas visões. Sobre esse aspecto do trabalho já tínhamos informações também, Senador. Não só em São Paulo, mas na região nordestina de produção de cana também há essas informações correntes, assim como na região do Rio de Janeiro, cidades pesqueiras.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Tem uma região específica no Nordeste?

O SR. ROBERTO TYKANORI – As informações são de todos os Estados, inclusive Alagoas.

Mas o que eu acho que é importante é pensar o seguinte: A pessoa usa *crack* para cortar cana. O problema está, simplificando, na tonelagem da cana cortada, quanto tem que cortar. Assim como o pescador do Rio de Janeiro. Uma vila, uma cidade inteira de pescadores começou a usar *crack*, porque tinha que pescar mais, porque o valor do pescado caiu. Então, tinham que passar a semana inteira pescando, sem dormir.

Mas essa relação da droga com a produtividade não é só com o *crack*. Faz parte da sociedade, das sociedades históricas, lidarmos com drogas e tal.

Eu acho que é uma estratégia equivocada generalizar tudo. Então, é equívoco dizer que o médico que estava na rua usando drogas é a mesma coisa que uma pessoa que não teve estudo, educação, que não teve nada. O drama familiar é igual. Do ponto de vista

dos indivíduos, da família, a dor é igual e não vamos comparar, porque cada um que sente a dor é uma coisa.

Mas enquanto fenômeno social, são fenômenos distintos, porque as chances e as possibilidades são diferentes. Então, eu já tive filhos de médicos sendo usuários de *crack*. O destino é completamente diferente. É outro destino. O drama é doído? Sim. Consome recursos? Família? É complicado. Do ponto de vista pessoal, não há como argumentar.

Agora, acho que o nosso problema aqui é enquanto Governo, enquanto estado brasileiro, em função da Casa aqui, que é uma das mais importantes do Estado brasileiro. Nós temos que pensar e direcionar os esforços, para tentar amenizar as questões que dizem respeito ao País como um todo. São questões mais estruturais. Não devemos perder de vista. Não nos confundirmos nas nossas questões aqui.

Desse ponto de vista, o Senador Eduardo colocou a questão da pressa, ontem eu tive um diálogo, uma conversa com um colega da UnB, e eu tive uma percepção curiosa. Nós estamos a 26 anos do fim da ditadura. De 86 para cá, dá 26. Nós temos pouco mais de ... De 88, vai dar 24 anos da Constituição.

Esse Estado brasileiro é um bebê. Do ponto de vista histórico, é uma Nação que está ainda engatinhando. Nós estamos construindo nosso tempo. E, é claro, o tempo histórico das nossas vidas pessoais corre. Escorre e as mortes acontecem, não tenho dúvida.

Mas como agentes públicos e agentes de Estado temos que também ter percepção do tempo histórico das instituições que estamos construindo. E acho que é essa questão que não podemos perder de vista. Porque, sim, faz diferença começar hoje e deixar para amanhã. Com certeza. Mas o tempo histórico não é medido dessa forma, pelo menos no que tange às nossas instituições. E a construção dessas instituições, e aí o que eu quero dizer, a construção do SUS é recentíssima, talvez uma das aspectos mais democráticos que esta República construiu neste quarto de século, com inúmeros defeitos, mas também com inúmeros atores.

O debate da questão de quanto gastamos. Já trabalhei, nos anos 90, e trabalho na administração pública. Comecei no ano de 1989, em 1992 já tínhamos esses cálculos. Realmente, nós gastamos menos do que o Paraguai. Mas não é de agora. Essa é a cultura do nosso País. Aí, caricatamente: preferimos gastar com o espelho do carro do que com saúde; pagamos R\$500,00 para pintar o para-lama, mas não queremos gastar com remédio, porque remédio é caro. O para-lama do carro é barato.

São construções da nossa sociedade. Não estou acusando ninguém. São construções que nossa sociedade fez durante décadas, séculos, talvez. Nós vamos

ter que superar isso. E acho que isso só num esforço coletivo, como numa comissão como esta, que abre espaço para o debate, para a construção de consensos. E mudança de consensos.

O mundo vinha no consenso de que a guerra às drogas era a melhor política. Agora está mudando, está deixando dizer que não é mais a guerra às drogas, mas é pensar a coesão social.

Então, vamos à luta, vamos construir essa coesão, vamos fazer esforços para que nossa sociedade seja mais coesa, seja mais solidária, seja mais... Eu vou dizer: que ela exclua menos. Essa é uma frase que tenho feito. A sociedade que exclui tem dois gastos. Gasta para excluir e gasta para tentar incluir.

Temos que ter uma sociedade que, eticamente, em termos de valor, não exclua. Então eu estava entendendo ontem um diálogo, a discussão de que falamos muito de educação inclusiva. E eu comecei a ter a percepção de que, na verdade, primeiro devemos incluir, porque se não incluirmos, ninguém educa. Você não educa quem está excluído. Primeiro, você tem que incluir. Aí você vai educar.

A questão central hoje que se coloca em termos de prevenção é, a meu ver, qualificar e melhorar profundamente a estrutura educacional do País, e começa no ensino fundamental. Os jovens que, eu disse, estão fora da escola a partir dos dez anos começaram a ser expulsos no primeiro ano. No primeiro, segundo, terceiro. Chegam ao quarto ano e chegam ao seu destino, que é sair da escola. E aí, uma vez fora da escola, também têm o seu destino mais ou menos selado no que tange às possibilidades de inserção na sociedade, nesta República, nas instituições que ela detém.

O SUS vem crescendo, vem se expandindo, ainda há muito que fazer. Particularmente, especificamente na área de saúde mental, reconhecemos que há uma rarefação de serviços, nós precisamos estender e ampliar significativamente a cobertura nacional, mas isso vem sendo feito e vem sendo acelerado

Certamente nunca estamos na intensidade e na velocidade desejadas e necessárias, mas estamos sempre buscando atingi-las, porque isso é uma idealização de um esforço que é nacional, que é coletivo. Então, o tempo não depende só de pessoas, depende de acordos, de consensos, de construções que são para além dos indivíduos. Essa é a questão que temos que ter clara nesse processo, e aí a Comissão realmente tem este mérito de ser o foro que possa ir amalgamando todas essas ideias, essas forças, para, então, podermos avançar para uma sociedade onde os direitos humanos não precisem ser mais salvaguardados, mas que sejam a base sobre a qual construímos a sociedade.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok. Inclusive o direito ao forró. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, só uma palavrinha.

Com todo respeito, mas não posso deixar de discordar do Dr. Roberto, como colega até. Perdoe-me a opinião, mas não posso deixar de dizer que não podemos nos esconder atrás desse pensar de que nosso País é um bebê. Não é um bebê! Não é um bebê! Este País não nasceu depois da ditadura; este País nasceu muito, muito antes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Não, não, pelo amor de Deus. Foi lá na Serra da Capivara, há 40 mil anos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Este País teve uma retomada de caminho depois da ditadura, ou seja, nós, brasileiros, pudemos corrigir o nosso rumo, como corrigimos a nossa vida a todo o tempo, percebemos que aquele não era o melhor regime e tivemos a coragem de enfrentar nas ruas, enfim. Mas não nascemos depois da ditadura. Então, é preciso olhar para bem antes. A dívida pública deste País não nasceu na ditadura ou depois dela, vem de antes, de bem antes até de sermos um País enquanto Nação. Ainda hoje, 45% do nosso orçamento referem-se ao que pagamos de impostos; ontem, batemos um novo recorde em arrecadação.

Então, não podemos nos apegar, ou nos esconder, ou nos conformar que somos uma Nação recente. Não somos! Não somos! Temos que reconhecer que erros foram cometidos, que precisam ser corrigidos e que não dá para se conformar diante de tanta perversidade, diante de tantas coisas.

Acho que nós, que somos pessoas públicas, que somos empregados públicos, podemos ver que quem mais paga imposto neste País não é quem mais ganha, não; é quem ganha até três, quatro salários mínimos. Então, até algum tempo atrás, ouvia muito isso e, às vezes, ficava calado. O que falta muitas vezes, Dr. Roberto, a nós, brasileiros, é um planejamento, não só a curto e a médio prazos, não, mas, sobretudo, para quatro, para dez, para trinta, para quarenta anos, como outras nações fizeram. Falta-nos também saber investir em educação, ter a educação como prioridade, a educação e a saúde, que são os pilares, o alicerce, de qualquer governo e das quais nenhum governo pode abrir mão. Um dia, vamos ter, com certeza, brasileiros muito mais conscientes, domadores de conhecimento que poderão agregar valor àquilo que Deus nos deus, porque acredito em Deus e sei que Ele foi extremamente generoso com o povo brasileiro. Nenhuma nação tem tanta riqueza mineral e natural como a nossa. Mas não

basta ter essa riqueza, é preciso saber agregar valor a ela, e só se agrega valor por meio do conhecimento, por meio da educação. Com isso, chegaremos à justiça social, quem sabe, que outros países já souberam fazer. Japão e Coreia souberam fazer planejamento não só em curto prazo.

Essa questão das drogas é algo perverso. Digo isso talvez até como pouco menos convededor do que o senhor. Sou especialista em dor e conheço um pouco da dinâmica, da fisiologia neuronal. Sabemos que não é fácil, para quem é dependente, deixar a dependência. Se não houver uma porta, se não houver quem abra essa porta pelo lado de fora, para sair, é um verdadeiro herói. E o Estado não pode ser conformista, não pode se conformar. Não é dever nem obrigação de nenhum estado se conformar com tantas e tantas perversidades ainda existindo; tem que ir para cima, sim, sem perder tempo. Muitas vezes, somos vencidos por essa burocracia ou pelo conformismo. “Não, o SUS é recente.” É verdade, o SUS é recente, mas a saúde pública não é recente, não. Dr. Roberto, com todo o respeito, investimos pouco na saúde pública, investimos pouco, não é de agora, é verdade, mas é verdade também que precisamos corrigir isso agora. É verdade também. Como pode um ente federado, como o Município, investir 14%; como o Estado, 12%; e, como a União, menos de 10%? Sou da base aliada, mas já disse isto à Presidente Dilma e digo a qualquer um: acho que não podemos abrir mão destas colunas – educação, saúde, segurança e infraestrutura – de jeito nenhum. Não podemos nos conformar com isso aí. Enquanto isso, o País paga perversamente os juros. E a Presidente está certa mesmo: tem que diminuir isso.

Então, não somos um bebê, com todo o respeito à sua opinião. Existem nações muito mais jovens do que nós e que já alcançaram, de longe, um grau de riqueza e de civilidade. Que saibamos copiar os bons exemplos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Encerrando, gostaria de colocar em votação os seguintes requerimentos.

Dentro do que os debatedores e o Senador, aqui, colocaram, gostaria de, primeiro, direcionar as questões para as áreas específicas: há partes que vão para a Casa Civil; outras, para o Ministério da Saúde; outras, para a Senad, no Ministério da Justiça; outras, para o Ministério da Fazenda. E eu me comprometo a redigir, em seguida, o requerimento para poder ficar mais formalizado. Em resumo, que tenhamos um sistema integrado para fazer a convocação de uma conferência nacional para reavaliar, inclusive, o programa existente e apontar novos caminhos. E que, nesse sistema, essa parte da saúde, dos transtornos mentais, venha

separada dessa parte social. Que tenhamos também toda uma política de prevenção, de tratamento, de reinserção social e de qualificação por meio da qual possamos acelerar essa parte da reabilitação em dependência química, com a coragem de se fazerem as fontes de recursos a partir da receita que a União já tem da política sobre as drogas legais. Ou seja, o que trabalhávamos e que foi aprovado, aqui, no Congresso era que se pudesse separar o equivalente a 30% da receita, que poderiam até ser gradativos, aplicada sobre as drogas legais, que, na época, era estimada em R\$12 bilhões. Esses 30%, então, davam em torno de R\$4 bilhões, que a própria Presidente colocava como o ideal para se ter o sistema tanto na área da saúde, da prevenção como em outras áreas colocadas.

E, aguardando esse documento, gostaria também de preparar outra recomendação direcionada aos Ministérios da Justiça e do Trabalho sobre essa situação. Porque considerei grave, aqui, Roberto, não só o fato de os profissionais, nos seus momentos de problemas, por razões diversas, ou às vezes até só pelo lazer, terminarem ingressando no mundo das drogas, e isso em todas as profissões, mas a situação em que a remuneração é feita com pedra de crack, o que é bem fora da normalidade. E vamos também encaminhar da mesma forma.

Então, os que concordam com esses encaminhamentos permaneçam como estão. (Pausa.)

Considero aprovados.

Requerimento da Senadora Marta Suplicy

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60, de 2012

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2012, de minha autoria, de instrução do PLC 122/2006, já aprovado por esta Comissão, seja incluído entre os expositores o Reverendo Márcio Retamero.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Em discussão.

Em votação.

Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Agradecendo aqui aos nossos convidados, aos Senadores que aqui compareceram, que participaram do debate, dizendo da alegria de receber a todos que atuam nessa área, que são parte dessa área, possam ter usufruído desse sistema, que são críticos, enfim, contribuem.

Queria agradecer a presença de todos e declaro encerrados os trabalhos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas e dois minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **José Ricardo Roriz Coelho**, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e o Professor **Demétrio Magnoli**, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy** e **Inácio Arruda**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

4º Ciclo de Audiências – Relato do 7º Painel

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, na última segunda feira, dia 9 de abril, ao 4º Ciclo da série de audiências sobre os “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”. O sétimo e último painel dessa série dedicada aos temas da agenda internacional, discutiu terrorismo, ilícitos transnacionais e a ameaça cibernética: terrorismo – principais ameaças; Ilícitos transnacionais – tráfico de pessoas, armas e drogas; e ameaça cibernética – defesa cibernética.

Para o debate foram convidadas autoridades e especialistas sobre o tema. O primeiro expositor foi o General de Divisão José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro. Citando o especialista norte-americano Richard Clarke, para quem a guerra cibernética já está em curso, o General deu como exemplos a paralisação da Estônia em abril de 2007, atribuída por Clarke a hackers russos, e à ação do exército israelense em setembro do mesmo ano, que cegou o sistema de defesa antiaérea da Síria, antes de atacarem instalações supostamente nucleares daquele país.

Em agosto de 2008, na Geórgia, uma ação militar da federação russa foi precedida por silenciamento total da Internet daquele país com o objetivo de evitar maiores repercuções.

No caso, explicou, é de grande interesse dos militares por terem incluído todas as fases de uma operação militar convencional, reconhecimento das redes a serem atacadas, exploração das armas cibernéticas como negação de serviço, obtenção de dados e de *phishing* ou a picheação de páginas. Por isso, o espaço cibernético é considerado, em muitos países, um campo de batalha como o ar, a terra e o mar.

O caso mais emblemático, segundo o General José Carlos dos Santos, deu-se no Irã em 2010, quando um ataque do vírus *Stuxnet* implantou, nas centrífugas de enriquecimento de urânio de Natanz, um código malicioso que as danificou, provocando, no mínimo, um atraso do programa nuclear iraniano, havendo suspeita, dada a complexidade daquele *malware*, de que essa arma cibernética tenha sido desenvolvida por organizações de porte nacional.

Recordou o General que a estratégia nacional de defesa deu ao setor cibernético a mesma importância que aos setores espacial e nuclear. Daí a criação, em 2010, do Centro de Defesa Cibernética do Exército,

cuja ativação depende ainda de assinatura de decreto presidencial. Cabe à Marinha a coordenação do setor nuclear e, à Aeronáutica, a responsabilidade pelo setor espacial.

O General explicou também que a implantação do setor prevê oito programas: a segurança cibernética, que teve alocados R\$30 milhões para aumentar a segurança das redes corporativas do Exército; a capacitação do pessoal já iniciada; o apoio tecnológico provido pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas; o Centro de Defesa Cibernética, que iniciará suas operações em meados deste ano; a Inteligência Cibernética, sob a responsabilidade do Centro de Inteligência e do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército; a gestão de pessoal, que já está desenvolvendo a doutrina e os regulamentos para o setor; e a pesquisa cibernética, que envolverá as academias militares, principalmente o Instituto Militar de Engenharia.

A Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia (Renasic), que o Gabinete de Segurança Institucional passou para o controle do Centro, servirá de ligação com a pesquisa desenvolvida pelas universidades e outros institutos do País.

Por fim, informou o General que a primeira experiência operacional do Centro de Defesa Cibernética ocorrerá durante a realização da Conferência Rio+20, em junho, e que a operação será baseada no esquema utilizado para segurança das últimas Olímpiadas de Inverno, em Vancouver, no Canadá. A Conferência será monitorada a partir da sede do Centro no QG do Exército aqui em Brasília.

O segundo palestrante foi o Dr. Bo Mathiasen, representante regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Ele afirmou que o narcotráfico na América do Sul baseia-se, principalmente, na cocaína. Colômbia e Peru possuem, cada, mais de 60 mil hectares destinados ao cultivo da coca, seguidos da Bolívia, com 31 mil hectares. O Paraguai, por sua vez, é o maior produtor de *cannabis* da região, com 6 mil hectares de área plantada. Estima-se que 80% do *cannabis* paraguaio sejam destinados ao mercado brasileiro, disse ele. A Colômbia é o país que mais tem apreendido cocaína na região, seguida do Equador, cada vez mais utilizado para exportação da droga proveniente tanto da Colômbia quanto do Peru.

Até 1998, os Estados Unidos eram o principal mercado de cocaína. Dez anos mais tarde, com a queda do consumo da droga em favor de meta anfetaminas naquele país, o mercado deslocou-se para a Europa e outros países da África e Oceania. Em consequência, triplicou-se o volume da droga apreendida nas fronteiras brasileiras. Nos países do Cone Sul, incluindo o Brasil,

a apreensão de cocaína passou de 6,5 toneladas, em 2000, para 47 toneladas, em 2010. Esses dados não incluem as apreensões efetuadas pelas polícias estaduais desses países. A droga apreendida será destinada tanto para o consumo doméstico quanto para terceiros países. Quanto às apreensões de *canabis*, elas atingem cerca de 200 toneladas por ano.

Informou o representante das Nações Unidas que a venda da droga na América do Sul e o dinheiro obtido pelo seu trânsito a outros países atingem US\$16 bilhões, dos quais US\$13 bilhões são lavados na região e no Caribe. Por sua vez, os fluxos financeiros relativos ao tráfico de drogas e ao crime organizado somaram US\$650 bilhões por ano, na primeira década do milênio.

Na análise do especialista, os países têm de enfrentar o desafio do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para evitar a infiltração nos meios políticos do dinheiro oriundo do narcotráfico, como sua utilização no financiamento de campanhas políticas, na criação de normas e procedimentos de investigações nos setores produtivo, financeiro, turístico e imobiliário, e na corrupção dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que enfraquece o Estado de direito, garantindo impunidade e convivência com os líderes do crime organizado.

Outro desafio a ser enfrentado é a introdução da cocaína em sua versão mais barata, o *crack*, que é a pasta base adicionada de solventes e cujo consumo já se tornou um grande problema de saúde pública.

Concluindo, o representante da ONU sugeriu que o Governo brasileiro invista na fiscalização de sua extensa faixa de fronteira, mediante o incremento do uso das atividades de inteligência e a cooperação com os países vizinhos, salientando que as responsabilidades devem ser compartilhadas entre os países consumidores e os produtores de drogas.

O terceiro palestrante do painel foi o Dr. Jorge Henrique Cabral Fernandes, professor do Departamento de Ciências da Computação da Universidade de Brasília. Ele explicou que o mundo vive a transição da sociedade analógica, sobre a qual tínhamos um nível razoável de controle, para a sociedade digital, interconectada, com compromissos muito mais profundos, por envolverem softwares, artefatos complexos escritos por milhares de programadores do mundo inteiro, ao longo de vários anos, e versões em redes de computadores, dos quais temos uma dependência crítica, em um processo que afeta a segurança de todos devido a sua vulnerabilidade a ataques e falhas.

Todos os serviços do comércio, finanças, transportes, saúde, energia, água, telecomunicações e radiodifusão, entre outros, são hoje operados por equipamentos digitais computadorizados, com os benefícios

da flexibilidade, interconectividade, convergência de mercados, inovação e competitividade. Os softwares estão presentes na Rede Mundial de Computadores, que interconecta bilhões de pessoas no mundo, e a sociedade da informação, que integra serviços, agrupa valor e promove o desenvolvimento, também tem um conjunto de fragilidades que precisam ser protegidas.

Um componente importante do sistema de rede é a informação entregue a seus usuários e o uso que dela fazem. A informação de qualidade, enfatizou o professor, depende do uso inteligente de software interligado através da Internet, inevitavelmente sujeito a falhas causadas por programadores dentro de organizações e empresas ou então por atacantes interessados em causar danos por motivos políticos ou financeiros.

Quanto à defesa cibernética, ressaltou o professor que os sistemas militares de defesa também padecem desses mesmos problemas e, quanto mais avançada sua infraestrutura, mais aparentes são essas vulnerabilidades, pois a defesa depende de sistemas abertos. Como exemplo, o professor recordou recente audiência pública no Congresso norte-americano onde se revelou que espiões estrangeiros são capazes de penetrar nas redes do sistema do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, não havendo como garantir a proteção de 15 mil redes de computadores e 7 milhões de dispositivos criados por dezenas de fabricantes diferentes interconectados entre si.

Não existe regulamentação internacional a esse respeito e nem clareza quanto a respostas possíveis a um ataque cibernético devido às dificuldades em identificar a origem de uma ação dentro da rede. Entre as opções existentes para o desenvolvimento da segurança da defesa cibernética brasileira, o professor apontou a proteção da Internet dentro do País, a proteção das infraestruturas de finanças, transportes, saúde, água e energia, a proteção dos sistemas de informação e comunicação do Estado, a proteção da infraestrutura militar nacional e o emprego de sistemas computacionais e de comunicação no teatro de combate infligindo danos ao adversário, negando-lhe a capacidade de uso da Internet e do espectro eletromagnético.

Concluindo, ele destacou a necessidade de aprimorarmos o uso da informação e da comunicação pelo Estado brasileiro, de desenvolvemos a inteligência cibernética, a cooperação internacional e nacional no combate ao crime cibernético organizado, o aprimoramento das infraestruturas críticas do Estado e da pesquisa e desenvolvimento em sistemas e armas de defesa e ataque cibernético, integrando os setores militar e civil brasileiros.

O professor Márcio Paulo Buzanelli, ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, ex-Diretor

do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo, tendo atuado também como Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, concluiu as apresentações desse painel afirmando que o mundo inteiro é teatro de operações para o terrorismo, nada impedindo que o Brasil possa servir de palco de ações terroristas contra alvos tradicionais, como sinagogas, escolas judaicas, representações diplomáticas, assim como por ocasião de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo, as Olimpíadas e as próximas visitas do Papa e de Chefes de Estado, bem como a realização da Rio+20 em junho deste ano.

Segundo o especialista, por nunca termos sido atingidos por atentados, o terrorismo no Brasil não é considerado uma ameaça real, e temos a percepção de que ações terroristas só ocorrem em outros países. Aqui ele é visto como uma ameaça distante baseado em outro falso axioma, segundo o qual o terrorismo não nos atinge porque o Brasil é um país que não tem inimigos. Mas, na sua opinião, apesar de o altamente improvável nunca aparecer em cenários de previsões dos operadores de segurança, o terrorismo pode ocorrer em países que nunca sofreram esse tipo de ação, citando, como exemplo, os dois atentados ocorridos na Argentina, em 1992 e em 1994, assim como aqueles na Tanzânia, Quênia e Bali. Por esse motivo, entende ele que os operadores de segurança do Estado brasileiro têm de levar essa possibilidade em consideração.

O professor define o terrorismo como a violência premeditada, politicamente motivada, contra alvos não combatentes e destinada a mobilizar audiências com um importante impacto psicológico de demonstração de visibilidade. Para ele, há hoje na Europa um movimento neoconservador que surge com muita força, sendo o principal exemplo o caso do terrorista norueguês, Anders Breivik, que agindo isoladamente cometeu o atentado de Oslo, no ano passado. Além desse movimento, há também as organizações e indivíduos inspirados em modelos islâmicos radicais. Para ele é importante não confundir o Islã, que nunca incitou à violência, com uma minoria radical, inspirada em uma interpretação distorcida do Jihad – termo que significa “esforço pessoal” e não defesa da região, que, no entender de grupos como, al Qaeda, está sob ataque do ocidente.

Ele destacou a importância de se fortalecer as atividades de inteligência e integração dos vários órgãos do setor no Brasil e o aprestamento de forças antiteroristas. Para ele, faltam interoperabilidade, integração e transversalidade dessa atividade no Brasil. Embora a Constituição brasileira tenha definido o terrorismo como crime inafiançável, ainda não o tipificamos em nosso

ordenamento jurídico. O professor avalia que a Lei de Segurança Nacional, na época do período autoritário, não está em consonância com a Constituição de 1988.

Ele revelou que um grupo de trabalho, constituído em 2008, pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo para propor lei de defesa da soberania e do Estado Democrático de Direito ainda sequer saiu do papel.

Finalizando, enfatizou que o Estado brasileiro poderia estar mais bem mais preparado para uma possível ameaça terrorista pois, apesar do bom preparo setorial, faltam integração da operabilidade do sistema e uma legislação adequada. Finalizou, como disse, o Professor Márcio Paulo Buzanelli, ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo e ex-Conselheiro do Conselho de Controle das Atividades Financeira e do Conselho Nacional Anti-Drogas.

A segunda comunicação é sobre audiência pública realizada com os idealizadores da iniciativa de Genebra.

Foi realizada, em 12 de abril passado, essa audiência pública conjunta entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e sua congênere, na Câmara dos Deputados, acerca da iniciativa de Genebra, com a presença dos Srs. Yasser Abeeid Raboo, Secretário-Geral da Organização para a Libertação da Palestina e Yossi Beilin, ex-Ministro da Justiça de Israel.

A iniciativa de Genebra pretende oferecer soluções realistas, práticas e possíveis para todas as questões do conflito de Israel/Palestina, com base em negociações oficiais passadas, resoluções internacionais, o mapa do caminho do quarteto, os parâmetros Clinton e a iniciativa árabe da paz.

Ademais de apresentar um plano detalhado para o processo de paz de Israel/Palestino, a iniciativa de Genebra tem como meta dar maior credibilidade ao processo.

A iniciativa de Genebra pretende instilar esperança nas populações palestina e israelense de que é possível, sim, atingir um acordo que seja mutuamente aceitável e que sirva aos interesses nacionais de ambas as partes.

Durante a audiência pública foi adotada a decisão de apresentar moção conjunta das duas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República e da Câmara dos Deputados pela paz entre israelenses e palestinos. O documento tomou o nome de Apelo de Brasília e deverá, ainda, ser discutido em plenário pelas Comissões e tem o seguinte texto:

Apelo de Brasília

O Congresso brasileiro, através de suas Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara,

profundamente preocupado com a persistente estagnação do processo de paz entre Israel e os palestinos, peça-chave para uma futura evolução pacífica em toda região, e apoando as soluções propostas pelo Acordo de Genebra, em 2003, apela ao Governo de Israel e às forças políticas palestinas:

1. O Governo de Israel deve cessar, imediatamente, a expansão de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Leste, desmantelar as ocupações de terras ilegais e garantir a segurança e a integridade do povo palestino, de suas propriedades e de seu meio ambiente.

2. O Governo de Israel deve libertar o dirigente do Fatah Marwan Barghouti como um gesto de boa vontade e de construção de confiança.

3. Todas as forças políticas palestinas devem manter sua resistência à ocupação restrita a formas de luta não violentas e afirmar, inequivocamente, a disposição de aceitar a existência de Israel no contexto de acordo definitivo, bem como admitir as disposições necessárias à segurança de sua população contra qualquer tipo de ameaça.

4. Ambos os lados devem reabrir negociações para uma solução definitiva e proceder a medidas de restabelecimento da confiança e um eventual arranjo provisório de natureza a mudar a dinâmica da atual situação de frustrante e perigosa estagnação.

Assinado esse documento chamado *Apelo de Brasília* pelos respectivos Presidentes e integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e a sua congênere na Câmara dos Deputados.

Iniciando a pauta do dia de hoje, vamos dar início à realização do painel intitulado: 1º Painel – 2012, um ano de crise no Mundo – Expectativa para 2012. Análise dos aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e de defesa dos principais atores globais e para os países em desenvolvimento, que integra o nosso quinto ciclo sobre Política Externa Brasileira da série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira (2011/2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa, ao mesmo tempo, desejando-lhes as melhores boas-vindas a esta Comissão: o Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e o Professor Demétrio Magnoli, sociólogo.

Tenham os senhores as nossas melhores boas-vindas. É com muita satisfação que os recebemos nesta noite.

Passo a palavra ao Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O senhor dispõe de 25 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO – Sr.

Presidente, Senador Fernando Collor, demais Senadores, senhoras e senhores, vou fazer uma apresentação, dentro desses vinte minutos, sobre a expectativa para o ano de crise econômica mundial, 2012. Vou dividir essa apresentação em três partes: a crise econômica nos países desenvolvidos e as consequências para o crescimento mundial, ou seja, o que essa crise vai gerar como consequência nos países desenvolvidos, trazendo, depois, para a nossa região, falando um pouco do Brasil e Mercosul. Nessa segunda parte, vou desenvolver um pouco os efeitos da crise no Brasil e na América Latina e as ameaças na retomada do crescimento econômico brasileiro e na América Latina.

Nessa primeira parte, vou andar até um pouco rápido para ficar dentro desses vinte e cinco minutos, falando sobre as características das crises dos países desenvolvidos. Quais são essas principais características, como começou essa crise? Vou falar rapidamente, mas temos que ter essa contextualização para chegarmos a algumas conclusões e algumas análises que foram feitas. Houve o agravamento dos problemas fiscais na Europa, afetando a demanda externa e o crescimento econômico e uma relativa – na Europa, como temos acompanhado – estagnação da demanda nos Estados Unidos e Japão, resultando em um baixo crescimento econômico.

Próximo.

Falando dos antecedentes da crise na zona do euro, a unificação monetária uniformizou as taxas de juros na zona do euro – isso antes de 2008 – em patamar idêntico ao da Alemanha, e isso incentivou o endividamento privado dos demais países. Então, esse gráfico mostra o crédito do setor privado. Ali estão os principais países europeus e está aconteceu no período de 2000 a 2010, mostrando esse crescimento do crédito no setor privado.

Após a crise financeira internacional, para evitar uma forte contração da atividade econômica, os governos aumentaram os gastos, agravando o desequilíbrio das finanças públicas. Então, pós 2008, como a atividade econômica sofreu forte contração, os governos saíram aumentando gastos, principalmente alguns países, o que acabou agravando e desequilibrando suas finanças públicas. Falo um pouco mais de Espanha, Itália, Grécia etc.

Próximo.

O endividamento também da zona do euro aumentou, sobretudo em determinados países como a Irlanda e Grécia, onde foram atingidos patamares insustentáveis da relação da dívida pública/PIB em termos percentuais, como está mostrado nesse gráfico.

Próximo.

Bom, o resultado de tudo isso aí é que ficou um círculo vicioso da política fiscal restritiva. Houve queda na atividade econômica, reduziu a arrecadação fiscal, elevou o déficit fiscal, o que acaba agravando o endividamento. A consequência foi esse gráfico que foi mostrado anteriormente. Então, a adoção conjunta de políticas fiscais restritivas agrava a crise na zona do euro e leva a esse ciclo vicioso recessivo na região.

Próximo.

Nesse cenário, projeta-se um crescimento do PIB nos quinze países da zona do euro decrescente, 2010-2011, já fazendo uma projeção de 0,2% para 2012-2013 de crescimento do PIB. Em 2013, uma projeção de 1% no crescimento econômico desses países.

Próximo.

Bom, esse baixo crescimento nos Estados Unidos e Europa afetou os fluxos comerciais, não apenas o fluxo entre essas regiões. Hoje, o maior fluxo comercial que existe principalmente da Europa para os Estados Unidos, Ásia para os Estados Unidos e Ásia para os Estados Unidos e Ásia para a Europa, esses fluxos comerciais foram bastante alterados. Com isso – já começo a entrar na segunda parte da apresentação – qual a consequência dessa mudança desses fluxos comerciais que têm ocorrido nessas regiões, principalmente nos países em desenvolvimento, como é o nosso caso, no Brasil?

Nesse contexto, as perspectivas de crescimento são afetadas negativamente no mundo. Aí, primeiro, a Ásia em desenvolvimento; América Latina e Caribe em verde; União Europeia e Estados Unidos – azul um pouco mais escuro embaixo. Então, já fazendo uma projeção também para o ano de 2012 – um crescimento muito baixo, como eu já mostrei em um dos gráficos anteriores.

O próximo.

Os efeitos dessa crise na zona do euro, Estados Unidos, Japão, aqui na América Latina – e aí vou falar um pouco de Brasil e, mais adiante, um pouco mais de Mercosul, Brasil e Argentina, enfocando mais aqui no Brasil e vou ter que falar um pouquinho na indústria, toda essa análise que fizemos, qual o seu impacto na indústria do Brasil, onde tenho essas análises um pouco mais aprofundadas.

Partindo agora para os efeitos dessa crise aqui no Brasil. Os mecanismos de propagação da crise econômica mundial do Brasil, com a queda da demanda

interna nos Estados Unidos e na Europa e o comprometimento da exportação asiática para esses países – a gente sabe que a Ásia, dentro daqueles fluxos comerciais, exportava bastante para os Estados Unidos e Europa – fez com que hoje tenha um excesso de ofertas de bens manufaturados nas economias líderes. Então, na Europa e nos Estados Unidos, que são também produtores de bens manufaturados, existe uma super oferta porque o mercado está recessivo, existe uma oferta grande da Ásia para esses países que não estão tão demandantes, e esses países estão procurando alternativas de venda. E o Brasil, o Mercosul, a América Latina e outros países em desenvolvimento são bastantes impactados com essa mudança que houve nesses fluxos comerciais.

Então, visando a ampliar essas exportações para o resto do mundo, esses países praticam política monetária expansionista, desvalorizaram suas moedas, que é também um dos grandes problemas que temos hoje, que eles estão usando ostensivamente a desvalorização da moeda como forma de poder manter o fluxo comercial e ter um produto mais competitivo para vender nesses países onde existe uma possibilidade de crescimento da demanda, como nos países emergentes. Além disso, o menor crescimento econômico dos países asiáticos coloca em risco o atual patamar de preços de *commodities*.

Mais adiante um pouco.

Pode passar o próximo.

Isso foi até mostrado no lançamento do Plano Brasil Maior pelo Ministro Mantega, que é o volume de dinheiro, quase 8,8 trilhões nos três anos de crise, quase quatro vezes o PIB brasileiro. Então, esse excesso de dinheiro desses países que estão em recessão, que foi colocado no mercado visando a melhorar as condições da sua economia, ativar a economia, uma parcela desse dinheiro tem vindo para o Brasil e tem causado efeitos bastante fortes no nosso mercado interno.

Próximo.

O grande problema que temos hoje é o câmbio livre. Nós temos um câmbio flutuante, com maiores taxas de juros do mundo, a combinação dessas duas coisas fez com que a variação cambial do Brasil – vou mostrar um pouco mais adiante – de 2004 para cá, foi uma das maiores variações do mundo. Você ter câmbio flutuante, mas com taxas de juros internacionais, esse problema não é tão grande; mas você ter um câmbio livre com as maiores taxas de juros do mundo e todo esse dinheiro – quatro vezes o PIB brasileiro – procurando alternativas... O grande problema é que esse dinheiro foi colocado aí nesses países e esses países não têm projetos, eles estão recessivos. Boa parcela desse dinheiro vai procurar uma remuneração que eles

acham mais atrativa, buscando taxas de juros maiores, e encontram no Brasil um país com taxas de juros tão altas... Eu, nos últimos dois meses, descontando, aí, a inflação, fiz um comparativo entre dez países, e constatei que boa parcela desse dinheiro que sobra hoje no mercado internacional vem para o Brasil, valorizando sobremaneira o nosso câmbio.

O próximo, por favor. (Pausa.)

Então, aí, a evolução, em relação ao dólar americano, de janeiro de 2004 a fevereiro de 2012. A valorização real das moedas em relação ao dólar americano. No Brasil, o real teve uma valorização de 106%. Então, dentro do tema que nós estamos discutindo, ou seja, essa crise econômica e qual o seu impacto nos países em desenvolvimento, e, pegando alguns países que concorrem com o Brasil em desenvolvimento, a gente vê que, realmente, essa valorização cambial ocorreu de maneira muito superior à verificada nesses países que competem com a gente.

Próximo, por favor. (Pausa.)

Existe um risco de financiamento também do déficit de manufaturas. Nós tivemos um déficit de manufaturas, neste ano, de US\$94 bilhões, e isso tem sido compensado pelo saldo comercial de produtos básicos, principalmente as *commodities* da área de mineração e outros produtos da agroindústria que nós exportamos. Mas nós corremos um risco muito sério, porque a tendência dos preços dessas *commodities* é cair.

Próximo, por favor. (Pausa.)

Como já houve um expressivo aumento de preços, existe uma previsão de reversão muito forte para os próximos dois anos.

Próximo, por favor. (Pausa.)

Quais são os riscos? O FMI prevê um declínio das cotações das *commodities* em 2012, 2013, devido à desaceleração da atividade econômica mundial. A China desacelera a importação de *commodities*. A queda de preços e a quantidade de *commodities* exportada poderão comprometer o resultado do comércio externo do Brasil. E há ainda o déficit de bens manufaturados, como eu disse, da ordem de US\$94 bilhões, no ano passado. A dependência de entrada de capital internacional também constitui outro risco, dessa vez no balanço de capitais. E, desse modo, temos uma ameaça de crise na balança de pagamentos.

O próximo, por favor. (Pausa.)

E quais podem ser essas ameaças à retomada do crescimento econômico brasileiro e na América Latina? A indústria de transformação é o setor econômico que mais sofre com os efeitos da crise. Por quê? Porque, na indústria de transformação, temos os produtos *tradable*s, os produtos comercializáveis. Você exporta muito pouco serviço. E esses são os produtos que po-

dem ser transacionados, dos quais, comercialmente, você pode se utilizar para aumentar o seu comércio internacional. Esses produtos passam a ser os mais ameaçados por essa mudança do fluxo comercial hoje existente no mundo.

E há dois elementos diretamente relacionados com mercado de bens manufaturados: o agravamento do processo de substituição da produção industrial doméstica por importados e o fato de que os principais mercados das exportações brasileiras de manufaturados, aqui na América Latina, também sofrem das mesmas ameaças. Então, esses mesmos exportadores, que são principalmente os asiáticos, que antes exportavam para o mercado europeu e para o mercado americano, com esse problema da diminuição do nível de comércio com esses países, já que eles diminuíram o nível da demanda, não só têm procurado o Brasil mas os nossos vizinhos latino-americanos, para onde o Brasil é um grande exportador; é com eles que temos as nossas transações comerciais mais fortes, não em valore absolutos, mas em termos percentuais é onde o Brasil tem uma maior participação no mercado.

O próximo, por favor. (Pausa.)

O País não tem uma política efetiva e permanente para a indústria. O crescimento do setor, que já vinha baixo, ficou ainda pior. Aí temos um crescimento industrial, em 2011, de países e regiões selecionadas. Se compararmos o crescimento da indústria brasileira em 2011, quando o Brasil cresceu 0,39%, o crescimento industrial Os outros Brics cresceram uma média de 6,45%. Vejam aí uma diferença enorme entre o crescimento de 0,39% do Brasil e o crescimento de 6,45% dos outros Brics. Mesmo países como a Argentina, o México e outros países da América Latina tiveram crescimento muito superior ao crescimento brasileiro no ano de 2011, e isso é extremamente preocupante, porque essa situação tende a piorar. Mesmo essas medidas do Governo, que foram o Plano Brasil Maior, do ano passado, e esse que foi lançado recentemente, não apontam para nenhuma reação importante nesse quadro atual, em que, comparativamente, temos crescido muito menos do que esses países emergentes e mesmo países desenvolvidos, como falei anteriormente.

Próximo.

O crescimento industrial do País, na última década, tem sido bastante baixo. Se tomarmos de janeiro de 2000 até janeiro de 2012 e compararmos com o crescimento da Ásia, ela cresceu 3,5 vezes a mais do que o Brasil. A Europa cresceu 1,5 vez a mais do que o crescimento brasileiro. E a América Latina teve um crescimento bastante baixo.

Próximo.

Além desse problema, desse fluxo comercial, problema de excesso de liquidez no mercado internacional, temos também o problema de custo Brasil. Esse é problema interno, depende de nós, Senador, não depende de ninguém lá fora, cabe a nós resolvê-lo, e, provavelmente, os outros não vão ajudar a resolver esse problema; pelo contrário, vão até nos atrapalhar a resolver, mas aqui eu até listei alguns principais fatores de custo Brasil.

Por exemplo, a indústria de transformação é o setor que mais contribuiu com a arrecadação entre todos os setores. Então, de todos os impostos arrecadados no Brasil, quase 34% vêm da indústria de transformação, embora sua participação no PIB tenha sido de 16,2%. Eu peguei o ano de 2010, mas esse número é semelhante em 2011, sendo que a indústria caiu de 16,2% para 14,6% em 2011. Então, a participação da indústria continuou caindo.

A carga tributária da indústria de transformação é de 60% do seu PIB, e ela representa 40,3% dos preços dos produtos industriais. Então, se nós pegarmos qualquer produto industrial brasileiro, na média, 40,3% dele representa tributo.

A burocracia para pagar tributos: a cada 26 minutos, há um novo tributo, uma nova portaria relativa a tributos. Representam R\$19,7 bilhões do faturamento da indústria de transformação. Então, do que ela fatura, R\$19,7 bilhões é para ela vencer essa burocracia. E, se considerarmos o carregamento da cadeia montante, o custo anual é 2,6% do produto industrial. Então, somando-se o que se paga de impostos mais a burocracia para se pagarem esses tributos, dá quase 43%.

Os produtos industriais são encarecidos, ainda, em R\$17,1 bilhões pelo custo de um sistema logístico deficiente, que não faz jus aos tributos arrecadados pelo Estado. Então, considerando o carregamento do custo da cadeia montante da infraestrutura logística, representa mais 1,8% do preço desse produto. Nós fizemos um comparativo com esses países todos, analisando o que significam os custos logísticos, e esse 1,8% é pela deficiência da nossa logística, é o que a gente paga a mais nos produtos relativamente a esses países que competem com a gente.

Próximo.

Os juros básicos, o spread bancário implica um custo de R\$156 bilhões com financiamento para o capital de giro da indústria de transformação. Considerando a cumulatividade da cadeia, os spreads bancários representam 7,5% dos produtos industriais nas portas da fábrica, e isso se deve ao capital de giro. E há também o custo industrial, fora o custo de investimento e o custo que o consumidor final paga, porque ele com-

pra duas televisões com os juros e leva uma só para casa. A outra fica lá para pagar os juros.

Os encargos trabalhistas são muito elevados. Representam 32,4% do total dos custos de mão de obra da indústria, é o valor mais alto entre os 34 países analisados por esse departamento de estatística do trabalho dos Estados Unidos. O Brasil tem um dos maiores custos de energia elétrica do mundo. O gasto com energia corresponde a 2,6% do custo total da indústria de transformação e a guerra dos portos cria, por incentivos inconstitucionais, um diferencial de preço de 7% em favor do importado em relação ao produto nacional.

Próximo.

Então, os principais consumidores do mundo, Europa e Estados Unidos, não são mais mercados potenciais. O Brasil será alvo dessa oferta de manufaturados, e possivelmente por um bom tempo. Eu vou demonstrar, mais adiante, quais são as regiões e quais os países que vão ganhar mais participação no mercado internacional, que serão mais demandantes de produtos manufaturados no mundo.

Próximo.

Essa expansão do consumo foi absorvida pelas importações, em especial da indústria de transformação. Então, se nós pegarmos o BIP sob a ótica da demanda, consumo das famílias, consumo da administração pública, formação bruta de capital fixo, que é investimento em máquinas, em equipamentos, construção etc., exportações de bens e serviço, importação de bens e serviço e importações, nós temos uma variação do BIP de 2,7.

Quando a gente vai pelo lado da oferta, a variação foi de 2,5, quase a mesma variação e a gente percebe aí que quem está capturando o crescimento brasileiro, quem capturou boa parte desses 2,7 do crescimento brasileiro seriam os produtos importados.

Então, estamos crescendo, os nossos consumidores estão demandando mais produtos, felizmente eles aumentaram a renda, mas quem está ganhando com isso é o produto internacional. Hoje, de cada quatro produtos transformados, consumidos no Brasil, quase um é importado; de cada quatro. Essa relação, há dez anos era de quase um para dez; hoje é um para quatro.

Próximo, por favor.

A indústria representava 27% do PIB em meados da década de 80. Em 2011 essa participação caiu para 14,6. Houve uma redução de 12,6 pontos percentuais.

Próximo.

Então, fazendo um balanço de boa parte do que falei, por que estou falando um pouco mais da indústria? Estou falando mais de produtos transformados, porque são os produtos comercializáveis, são os pro-

dutos *tradables* são os produtos que, com essa mudança no cenário internacional da economia mundial e com essa recessão lá fora, são os produtos transacionados internacionalmente e os produtos que serão mais ameaçados.

Então, a indústria de transformação possui importantes características que torna o seu crescimento importante para o desenvolvimento econômico. Então, ela é a multiplicadora da demanda doméstica, a indústria é capaz de atender a crescente demanda doméstica por bens manufaturados, produzindo aqui, localmente, potencializando o efeito do emprego e renda dentro do país; ela é exportadora.

Como eu falei, dificilmente você exporta serviços. São poucos os serviços, e a maioria dos serviços que são exportados são serviços de alta tecnologia. Você exporta geralmente a tecnologia, em que a gente tem uma deficiência muito grande aqui no Brasil. Também tem evoluído, mas se compararmos com os países que a gente compete, essa evolução tem sido bastante inferior. Há vários movimentos e iniciativas para que a gente aumente o investimento em pesquisa e desenvolvimento, mas elas ainda são bastante tímidas ainda. Ela é desenvolvedora de capital humano, ela emprega com melhor qualidade, paga salários mais altos; investe mais em qualificação. É mais produtiva, porque aumenta a indústria de transformação, agrega mais valor. Por empregado, ela, dentro dos doze segmentos da economia, ela é a que agrega mais valor por empregado. Então, ela aumenta a produtividade do país. Sobretudo nas economias emergentes isso é muito importante e é difusora de inovações tecnológicas. A indústria de transformação é a principal originadora e difusora de inovações tecnológicas; garante saltos de produtividade na economia como um todo.

Próximo.

Esse papel... Nós fizemos esse gráfico... Acho que é muito importante, Senador, que é o seguinte: para um país, o potencial de crescimento do país, nós pegamos todos esses países e analisamos o período em que eles dobraram a sua renda *per capita*, qual era a participação da indústria nesses períodos. Então, a maioria desses países que conseguiu dobrar a renda *per capita* em quinze anos tinham a indústria de transformação entre 25% a 30% do seu PIB. Por isso, quando a gente fala em desindustrialização aqui no Brasil, é porque normalmente isso acontece. Na medida em que o país vai aumentando a sua renda *per capita*, os serviços aumentam em proporção maior do que na indústria.

No Brasil, isso está acontecendo precocemente porque nossa renda *per capita*, em paridade com poder de compra, está em torno de dez mil dólares por

ano. Então, muito cedo nós estamos perdendo a participação da indústria e aumentando a participação de serviços. E, para dobrar esse PIB de dez para vinte, se não melhorarmos a participação da indústria de transformação, nós vamos levar quase 35 anos para conseguir realizar isso. A indústria no país diminuiu a sua participação no PIB muito precocemente. Por isso toda essa discussão, hoje, em torno dessa baixa participação da indústria no PIB brasileiro.

Próximo.

As expansões das classes C, B e A, nos últimos anos, deve continuar. O País vem atravessando um momento bastante positivo em termos de redução de desigualdade de aumento de renda. Então, nós temos mais consumidores. O nosso consumidor tem maior renda.

Próximo.

Falei sobre a participação do crescimento no consumo, de 2010 a 2020. O país que deve ter a maior participação de crescimento de consumo, onde seus mercados vão crescer mais, em primeiro lugar, indiscutivelmente, é a China; em segundo lugar, a Índia; em terceiro, o Brasil; depois, Rússia. Os países avançados na coluna da esquerda, e os países desenvolvidos na coluna da direita.

O Brasil tem um potencial de crescimento da demanda muito forte nesses próximos anos. O total de crescimento de mercado entre os países avançados e em desenvolvimento é de quase 14 trilhões nos anos compreendidos entre 2010 e 2020, que é quase o PIB anual americano.

Próximo.

A questão que se faz é a seguinte: no Brasil, trinta milhões de brasileiros chegaram à classe média. Até 2014, possivelmente, nós vamos ter mais vinte milhões. O crescimento de salários tem sido acima da inflação. A renda do brasileiro aumentou. Ele vai ter um maior consumo de manufaturados.

O grande problema é o seguinte: quando esse pessoal que aumentou a renda vai ao supermercado, ele não vai comprar um quilo de minério de ferro, uma tonelada de nafta petroquímica, um saco de farelo de soja. Ele vai para comprar televisão, celular, roupa, calçado, liquidificador. Ele vai para comprar produtos manufaturados, principalmente.

Como eu mostrei, todo o nosso crescimento está sendo atendido pelas importações. Se nós não tivermos condições de atender essa demanda desses consumidores que aumentaram a renda, possivelmente esses consumidores vão consumir um produto importado. Hoje, fazem as duas coisas: um pega avião, vai para Miami, vai para outros países onde ele pode comprar mais barato, e outros compram esses produtos impor-

tados, aqui no Brasil, onde hoje, depois da crise de 2008, os brasileiros, as empresas médias e pequenas, aprenderam a importar. Hoje, a importação é uma operação muito simples dentro das empresas, e isso é extremamente preocupante justamente por causa disso. Com o aumento da renda da classe média, eles vão querer determinados tipos de produto e hoje nós não temos condições de fabricar esses produtos aqui. Então, isso vai ter impacto na balança comercial etc.

Outra coisa. Tivemos até reunião com os argentinos. Estamos estudando a competitividade conjunta do Brasil com a Argentina e dos países aqui da América Latina, Senador, e quando a gente chega à conclusão de que o Brasil fica numa guerra com a Argentina às vezes, principalmente os argentinos com o Brasil. Mas o fato é que Argentina e Brasil hoje são muito pouco competitivos. É muito caro produzir no Brasil. As condições de se produzir na Argentina também são muito ruins, fica um destino muito fácil e muito vulnerável para essa modificação toda que veio com a crise internacional que ocorreu em 2008 e, mais recentemente, com a crise na Europa.

Há algumas medidas emergenciais para a retomada do desenvolvimento industrial que são macroeconômicas, que são mecanismos permanentes, efetivos, para reconduzir a taxa de câmbio a um nível que favoreça a produção. Foi o que eu disse anteriormente: ter taxa de câmbio livre com maior juro do mundo é incompatível, essas duas coisas juntas têm como consequência tudo isso que a gente está percebendo nos últimos anos com relação a essa valorização cambial no Brasil.

Vejo com muito bons olhos essa questão da discussão das taxas de juros, principalmente *spread* bancário. Antes a gente falava muito na Selic, mas o problema é o *spread* bancário nosso. O *spread* bancário brasileiro chega a ser 17,6 vezes maior que a média do *spread* bancário, Senador, de 40 países que têm 93% do PIB mundial. Então, esse número que falei para os senhores, de 17,6 vezes maior que o *spread* bancário. Essa é uma discussão que tem que ser aprofundada mesmo, porque essa questão das taxas de juros provoca um aumento do câmbio, essa liquidez vem para cá e tira também a competitividade das empresas brasileiras.

E pior ainda: o nosso consumidor, que está aumentando a sua renda, está se endividando de uma maneira muito perigosa, por causa dessa taxa de juros tão alta. Então, a gente vê aí devolução de carros que foram comprados porque o pessoal não tem condições de pagar essa taxa de juros tão alta. Então, a redução da taxa de juros e do *spread* bancário seriam coisas

de muita importância para a gente poder enfrentar essa crise internacional por que a gente tem passado.

O investimento produtivo e promotor do crescimento econômico: por que eu também me aprofundei um pouco nisso. Normalmente a indústria de transformação, para cada R\$1,00 que ela gera, alavanca R\$2,02 no resto da economia, porque ela também puxa bastante o serviço. Então, lógico, esse é o meu foco. E fui convidado para falar principalmente sobre o que está acontecendo nessa crise, e o que eu sei falar e o que eu posso falar é um pouco mais da indústria, por isso é que o meu foco foi um pouco mais nisso, Senador.

Esta última lâmina é uma coisa que a gente constata hoje, embora este Plano Brasil Maior 1 e 2 atenuem um pouco esse problema que nós estamos enfrentando com a indústria. Mas eu diria que os efeitos deles são praticamente nulos se a gente se percebe no meio de uma mudança internacional tão forte, nos fluxos comerciais que têm acontecido nesses países em desenvolvimento.

Então, a desoneração integral do investimento produtivo: hoje, para você investir em alguma coisa, antes de você começar a produzir, você já pagou 24% de impostos. Você investe em equipamentos e, antes de fazer o primeiro produto, você já pagou 24% de impostos.

Também isso tem origem na inflação. Antes de receber do cliente, a maioria das empresas, maioria não, a totalidade das empresas já praticamente pagou quase todos os seus impostos. Agora, no país da maior taxa de juros do mundo, ter capital de giro para pagar um imposto, antes de ter recebido do cliente, onera e ainda tira a nossa capacidade de enfrentar essa crise internacional.

Disponibilização de linha de financiamento com volume adequado e custos isonômicos aos concorrentes internacionais: eu falo isso para aumentar a produção. Não é financiamento para capital de giro. Eu estou falando mais é para investimento produtivo e promotor de crescimento econômico.

Há o PSI, que é um programa muito bom. Ele é muito criticado porque é considerado como se fosse um subsídio para o investimento produtivo, mas na realidade, mesmo se pegarmos uma TJLP, ela é maior do que as taxas de juros internacionais de muitos países, considerando hoje que Zona do Euro, Estados Unidos e Japão têm juros até negativos em alguns casos. E incentivos à linha de financiamento de longo prazo, para o setor bancário público e privado, utilizando o compulsório, não-remunerado, e outras medidas regulatórias; pegar uma parte desse compulsório e destinar ele para investimentos.

Então, já finalizando, essas seriam algumas medidas que eu colocaria aqui como expectativa para o ano de uma crise mundial, que vai ser muito forte, e o que o Brasil poderia estar fazendo para que a gente enfrentasse essa situação extremamente adversa. E eu diria mais, não só o Brasil, mas os países aqui do Conesul. Estamos bastante ameaçados.

Essa ameaça faz com que fluxos comerciais destinados para cá e que antes não existiam... O que faz a importação? O cara, ele passa a ter representante aqui no Brasil, você passa a ter navios regularmente trazendo esses produtos aqui para a nossa região e, à medida que o tempo vai passando, isso fica consolidado e nós, numa situação tão crítica como estamos na nossa competitividade, não temos como enfrentar essa adversidade aí.

Então, acho que esse é o último, não é? Assim, finalizo a apresentação, agradecendo o convite de estarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp.

Antes de passar a palavra ao Professor Demétrio Magnoli, eu gostaria de registrar e agradecer a presença dos senhores membros do corpo diplomático, o Embaixador José Fiúza Neto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador, o Embaixador Evandro de Sampaio Didonnet, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, o Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia, o Sr. Jose Prada, Conselheiro da Embaixada de Espanha, o Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus e o Sr. Moaeassen Arajhi Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã.

E, agora, tenho a satisfação de passar a palavra ao Professor Sociólogo Demétrio Magnoli.

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Boa noite.

Convidaram-me para falar sobre a crise econômica internacional e também sobre a crise política internacional, e quando me fizeram essa proposta eu achei que a crise internacional, econômica e política, era um tema fácil. Depois me falaram que eu tinha 25 minutos para falar sobre isso, e eu achei quase impossível. Então eu resolvi destacar dois ou três aspectos apenas do problema, porque eu acho que eles incidem sobre determinadas verdades ou supostas verdades, ou determinadas narrativas predominantes aqui no Brasil que eu queria colocar em questão, que eu queria criticar.

O primeiro aspecto que é preciso discutir quando se fala da crise internacional é a crise econômica in-

ternacional. E todas as atenções estão voltadas para a Europa, para a crise do euro.

A observação que eu quero fazer, um tanto óbvia, mas acho que com alguma importância, é que a crise do euro, que começou como uma crise financeira, ela continua sendo uma crise financeira, mas não é mais apenas uma crise financeira, a crise do euro hoje é uma crise política, que resulta das respostas que a zona do euro e, em particular, a Alemanha, deram à crise do Euro. Essas respostas, para quem é da América Latina, são bastante familiares, vamos dizer assim, porque a América Latina conheceu, nos anos 80, uma série de programas de austeridade, com características inflacionárias e recessivas, que têm semelhanças óbvias com os programas que vêm sendo implantados na zona do euro, que vinham sendo implantados com mais força até alguns meses atrás, que perderam um pouco de força depois da troca do comando do Banco Central Europeu e da sua transferência para Mario Draghi, que representou um reconhecimento da irreversibilidade da linha conduzida pela Alemanha, durante o primeiro ano, o primeiro ano e meio da crise do euro, mas, fundamentalmente a mesma linha deflacionária e recessiva permanece como resposta da zona do euro a essa crise financeira.

Isso tem uma implicação política que se torna cada vez mais óbvia. Os países submetidos aos programas de austeridade deflacionários e recessivos têm um limite para suportar esses programas. Na América Latina, nos anos 80, tais programas foram impostos por ditaduras militares, e o resultado dessa imposição foi a queda dessas ditaduras depois de uma série de anos. Imaginar que democracias, como os regimes que existem na Europa possam implantar integralmente tais programas ao longo de vários anos é bastante ousado, não acredito nisso. A crise política é de tal ordem que, se se observar as sondagens eleitorais na Grécia, para as eleições que são logo, logo, vai-se ver que os dois grandes partidos do País, a Grécia é praticamente um país bipartidário, com o Pasok e a Nova Democracia, um partido de centro-esquerda e um partido de centro-esquerda como partidos principais, as últimas sondagens que vi, recentes, mostram que os dois grandes partidos tinham, juntos, 37% das intenções de voto na Grécia. E partidos dos extremos do espectro político de extrema direita e de extrema esquerda tinham se somado à maioria dos votos, dificilmente se somarão na prática, esses votos podem não se confirmar nas eleições, mas, se somados os pólos do espectro político têm mais votos do que o centro político tradicional na Grécia.

A campanha eleitoral que se está processando na França mostra os dois principais candidatos, Ni-

colas Sarkozy e François Hollande, tendo que fazer discursos, de certa forma, antieuropeus: os discursos de Sarkozy são antieuropeus do ponto de vista da circulação de pessoas, da imigração e também em parte do protecionismo; o discurso de François Hollande é de mudança do pacto fiscal recentemente acordado pela zona do euro, tendo que fazer discursos antieuropeus para apelar para aquilo que chamei de “França do Não”, aquela França que, em 2005, votou majoritariamente contra a Constituição Européia, derrotando os principais partidos políticos.

A “França do Não”, nestas eleições, é representada, de um lado, pela Frente Nacional, e, nitidamente, Nicolas Sarkozy faz campanha procurando roubar os eleitores e, para isso, sendo obrigado a roubar o discurso da Frente Nacional, enquanto que, do lado esquerdo do espectro, Jean-Luc Mélenchon, o candidato da Frente de Esquerda, resultado de uma cisão do Partido Socialista e de uma coligação entre o Partido Socialista, o quase defunto, mas renascido Partido Comunista e pequenos grupos trotskitas, Jean-Luc Mélenchon está em terceiro lugar, passou da Frente Nacional nas intenções de voto e, certamente, no segundo turno, que será disputado por Sarkozy e François Hollande, certamente, no segundo turno, François Hollande será obrigado a inclinar o seu discurso à esquerda em busca dos eleitores de Mélenchon. Este discurso inclinado à esquerda será um discurso mais antieuropeu do que já é. Depois das eleições, isso vai produzir um choque político porque os eleitores vão votar em candidatos que fizeram discursos em grande medida antieuropeus, antipolíticas da zona do euro, mas terão um governo que será levado a realizar as políticas da zona do euro.

Na Espanha, os planos de austeridade provocaram, depois de muitos anos, uma greve geral que teve a adesão, de fato, geral, e as últimas notícias do mercado financeiro dão conta de um aumento ainda maior dos spreads que a Espanha é obrigada a pagar para rolar seus títulos públicos. A situação política na Espanha é extremamente instável. E isso pouquíssimo tempo depois da eleição de um novo governo, do governo de Mariano Rajoy. A crise do euro é hoje essencialmente uma crise política. É preciso prestar atenção para a dimensão política da crise do euro e parar de tratá-la apenas como um fenômeno financeiro, como foi no início.

O Brasil tem reagido à crise do euro e à crise geral nos países do centro do sistema, nos Estados Unidos e na União Europeia, a partir de uma expressão que já se tornou famosa não só no Brasil mas internacionalmente, que é a expressão “*tsunami monetário*”. Eu entendo que, quando a Presidente fala em *tsunami*

monetário, há evidentemente uma razão para isso, há uma motivação para se falar nisso, não é mentira que existe um *tsunami* monetário. O *tsunami* monetário pode ser mensurado, ele é óbvio.

Entretanto, acho que o Brasil, ao insistir muito em falar em um *tsunami* monetário, age como uma avestruz. Por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o *tsunami* monetário não vai parar. O Quantitative Easing, um nome bonito, do *tsunami* monetário é inevitável. Foi inevitável nos Estados Unidos para impedir uma crise política como essa que a Europa vive. Os Estados Unidos aplicaram, desde o início, o Quantitative Easing. Ele é inevitável na União Europeia, na zona do euro. Ele já está sendo aplicado por Mario Draghi no Banco Central Europeu e será aplicado para contornar a crise política que tem dimensões cada vez maiores. O Quantitative Easing reflete fundamentos reais da economia internacional, ou seja, a redução do valor do euro e do dólar reflete fundamentos da economia internacional. Fundamentos que estão ligados à produtividade, à eficiência, aos grandes equilíbrios da economia internacional. Isso é óbvio, é só olhar para os resultados desses países do ponto de vista das exportações e das importações nos últimos dez anos.

Então, imaginar que voltaremos a ter um mundo com o dólar caro, com o euro caro, com as principais moedas muito valorizadas em longo prazo, nós podemos ter isso de uma maneira oscilante. Quando tiver uma crise no Oriente Médio, o dólar vai subir, todo mundo sabe disso. Mas imaginar que as principais moedas vão voltar a ter o valor que tiveram é um sonho de uma noite de verão. Essas novas relações cambiais vieram para ficar.

E é por isso que quando o Brasil fala em *tsunami* monetário ele está preferindo adiar o inevitável. E o inevitável é olhar para os nossos problemas internos, para os nossos problemas de competitividade, para as causas estruturais desses problemas, e procurar resolvê-los. A saída, a alternativa a isso é o protecionismo por meios cambiais ou por meios tarifários. Não é uma saída bonita. Não acho que a sociedade brasileira está disposta a embarcar em um caminho desse tipo. Não acho que devemos trazer Cristina Kirchner para fazer a nossa política econômica. Portanto, valeria a pena o Brasil olhar com mais atenção para os fundamentos últimos de nossos problemas econômicos, especialmente os nossos problemas industriais, que foram tão bem expostos anteriormente. Que bom que o José Ricardo já falou de muita coisa que queria falar, e já posso passar correndo por isso.

A segunda parte do problema é que olhamos, com toda razão, tanto para a crise do euro, para a Europa etc, que deixamos de olhar para aquilo que é de fato

muito importante agora que é a China. Em que sentido deixamos de olhar para a China? Continuamos falando da China como se os próximos dez anos chineses pudesse ser como os dez anos que terminaram, mas isso é impossível. Continuamos a falar da China, como se, nos próximos dez anos, ela fosse crescer 10% ao ano e fosse ter o impacto que teve em todos os mercados no mundo, em particular, para nós, no mercado de *commodities*, mas isso é impossível.

É impossível que os próximos dez anos repitam os anteriores justamente porque ocorreram os dez anos anteriores.

O que quero dizer com isso? Durante vários anos, aqui no Brasil, especialmente no Governo Lula, criou-se uma série de mitos e lendas que nos impediram de olhar para o que estava acontecendo, para as mudanças estruturais na economia internacional: o mito da reconfiguração sul/sul da economia internacional, o mito de uma nova geografia comercial no mundo – estou repetindo expressões presidenciais – e a idéia da aliança estratégica entre o Brasil e a China, uma meta que foi anunciada pelo Itamaraty, por meio do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Esse conjunto de mito e lendas nos impede, até hoje, de ver o lugar da China no sistema econômico global. A China se acoplou, nos últimos dez anos, fortemente aos núcleos principais da economia mundial – aos Estados Unidos e à União Europeia –, como fornecedora de uma torrente imensa – não vou falar uma cachoeira – de produtos manufaturados, como fornecedora, portanto, de mão de obra barata em grande escala na economia internacional e de saldos financeiros, que, reciclados nos mercados financeiros dos Estados Unidos e da Europa, principalmente daqueles, permitiram um aumento acelerado do consumo nestes países, entre 2000 e 2008, sem provocar inflação – um consumo não inflacionário entre 2000 e 2008 –, de maneira que a parceria estratégica verdadeira da China foi com os Estados Unidos e, em menor escala, com a União Europeia.

É com esses núcleos da economia internacional que a China é parceira estratégica. Trata-se de uma parceria baseada no desequilíbrio, na assimetria, na instabilidade, que se manifestaram e continuam manifestando-se desde 2008, na forma de uma crise desse processo que se desenvolveu entre 2000 e 2008, disso que chamo de etapa chinesa da globalização.

Essa etapa está-se encerrando. O que isso quer dizer do ponto de vista da China? Isso quer dizer que a China não pode mais manter as bases do modelo econômico que funcionou tão bem nos últimos 20 anos, em primeiro lugar, porque ele exige uma série de condições externas que estão deixando de existir. Ele

exige um consumo desenfreado nos Estados Unidos e na União Europeia, tocado a crédito. Ele exige déficits comerciais e déficits em conta corrente enormes nos Estados Unidos e na União Europeia, e estes hoje são punidos pelos mercados financeiros desde 2008.

Em segundo lugar, as condições internas de manutenção do modelo chinês estão-se erodindo. A mão de obra barata já não é mais tanto assim, porque a China vive uma transição demográfica extremamente rápida e um envelhecimento extremamente rápido da população. A China vai ser o primeiro país do mundo que vai ficar velho antes de ficar rico.

O caminho demográfico normal é o de que os países envelhecem depois de ficarem ricos. A China vai envelhecer antes de ficar rica. Isso já tem efeitos no seu mercado de trabalho. O mercado de trabalho chinês, hoje, tem baixa elasticidade de oferta, ou seja, em muitas províncias e regiões, principalmente nos polos industriais chineses, já existe uma demanda maior do que a oferta de mão de obra, principalmente mão de obra especializada.

Na China, os salários sobem. Na China, ao contrário da lenda, ocorrem greves, não uma ou outra. Ocorrem milhões de motins todos os dias por salários e condições de vida. A China está se tornando, aos trancos e barrancos, um país de renda média. Os custos de produção na China começam a aumentar.

Então, um conjunto de condições internas, assim como um conjunto de condições externas, da fase chinesa da globalização, não existe mais. E a China vive uma encruzilhada hoje.

Diante dessa encruzilhada e da dissolução de um modo de existir da economia internacional, que foi o modo de existir aberto e fechado, por volta de 2008, o interesse nacional brasileiro é muito parecido com o interesse nacional dos Estados Unidos. Que interesse é esse? Forçar, nas formas possíveis, a valorização do iuã; forçar para que a China – e isso está ocorrendo aos poucos, muito lentamente –, se transforme num grande polo de consumo.

Isso é necessário do ponto de vista dos Estados Unidos. Isso é necessário do ponto de vista da zona do euro, mas isso é necessário também do ponto de vista dos outros emergentes que não são parceiros estratégicos da China. Isso significa valorizar a moeda chinesa, dar condições de trabalho melhores aos trabalhadores chineses e dar direitos sociais e previdenciários à população chinesa. Em última análise, isso significa dar direitos de propriedade aos campões na China.

É esse processo, que não acontecerá em alguns meses, nem mesmo em alguns anos, que evidencia o interesse nacional brasileiro.

É por isso que seria a hora de o Brasil começar a trocar a música do *tsunami* monetário por outra, que é a da necessidade da valorização da moeda chinesa. É uma música que o Brasil se recusa a tocar não sei por quê, embora desconfie. Acho que se recuse a tocar por razões puramente ideológicas e por um antiamericanismo atávico que domina a nossa política externa.

O segundo item que queria tratar – e vou ser mais rápido – é o Oriente Médio. Se existe um lugar perigoso no mundo, especialmente em 2012, é o Oriente Médio.

No Oriente Médio, começou, há um ano e meio, aquilo que se chamou de “Primavera Árabe”, uma revolução árabe. Ela tem uma grande semelhança, que todo mundo já apontou, e uma grande diferença, que foi pouco apontada, com a queda dos regimes comunistas na Europa Oriental em 1989. Assim como na Europa Oriental, as revoltas de um país produzem revoltas em outro, em função de uma história, de uma cultura comum, compartilhadas, que ligam os países árabes.

A semelhança com aquele processo é que, como na Europa Oriental, em 1989, os árabes que foram às ruas, e continuam indo às ruas, em tantos países, pedem coisas simples: liberdade, direitos políticos, democracia, governos responsáveis perante os cidadãos.

Era o mesmo o que pediam na Europa do Leste em 1989. A grande diferença, pouco apontada, é que, na Europa do Leste, o caminho, o trajeto, o futuro, daquelas revoluções populares estavam mais ou menos definidos de antemão, porque existia algo chamado União Europeia. Ou seja, existia um leito para onde aquele conjunto de rios revolucionários do leste europeu correria inevitavelmente.

No mundo árabe, não existe esse leito. Portanto, em cada país, os resultados tendem a ser diferentes. Em cada país, tendem a se processar trajetórias diversas e é impossível se saber para onde vão esses processos. Há um risco óbvio do alastramento de regimes fundamentalistas islâmicos nos vários países da região. Há sinais de que esse risco é real, é concreto. Entretanto, ao lado desse risco, há uma oportunidade, que é a oportunidade da reforma dos partidos políticos fundamentalistas do Mundo Árabe. O grande exemplo é a Turquia.

Na Turquia, temos hoje, no poder, um partido político que é resultado da cisão da cisão da cisão de um partido fundamentalista islâmico. Esse partido, que se autorreformou em contato com a democracia, continua a ser um partido islâmico, mas se tornou um partido democrático.

Se é possível haver partidos democráticos na Europa governados por partido democrata cristãos, também é possível haver governos democráticos no Mundo Árabe com governos islâmicos. Entretanto, é

preciso que esses partidos fundamentalistas islâmicos adotem a democracia.

Essa é a grande aventura que estamos assistindo hoje com a Primavera Árabe. Há a hipótese – e é apenas uma hipótese – de um desenvolvimento de tipo turco em países como o Egito, como a Líbia, como o Marrocos, com a Argélia, onde partidos fundamentalistas se tornam partidos democráticos sem deixar de ser partidos islâmicos.

O Brasil, muito modestamente – porque o Oriente Médio é bem longe do Brasil e não temos tanta capacidade assim de influenciar o mundo, como às vezes se pensa –, teria algumas palavras e frases importantes a dizer a sociedades árabes, nesse momento crucial da história delas, porque o Brasil é um País emergente, democrático e pluralista, do ponto de vista político. Então, o Brasil seria uma voz a ser ouvida nesse processo. É pena que o Brasil desperdice essa sua grande oportunidade com uma política externa de adesão permanente, insistente, sucessiva, anacrônica, dos piores e mais ditatoriais regimes do mundo.

O Brasil, no ano passado, chegou a se opor clara e frontalmente à intervenção internacional no conflito civil na Líbia. Isso no momento em que a intervenção era pedida pela maior parte dos países árabes e no momento em que a ONU votava uma resolução baseada na sua decisão de 2005, da obrigação de proteger civis sob ameaça de genocídio. Decisão de 2005 da ONU, que foi uma resposta ao genocídio de Ruanda e da antiga Iugoslávia, de Srebrenik, na antiga Iugoslávia, nos anos 90. E o Brasil, contra a maior dos países árabes, contra os países democráticos e contra a maior parte do Conselho de Segurança da ONU, critica a resolução de intervenção na Líbia. Com isso, ele se aliena um pouco mais do que está acontecendo no Mundo Árabe.

A Síria não é a Líbia, mas o Brasil insiste em dar um apoio quase integral, com pequenos resmungos de contrariedade, ao regime de Bashar al-Assad, que, no momento, pratica uma violência sem limites contra os opositores.

A Síria não é a Líbia. Na Síria, não cabe uma intervenção militar, e todos os países que têm uma política externa mais ou menos ajustada aos fatos já descobriram isso. Na Síria, ao contrário da Líbia, não existe um governo de camarilha, mas um regime que representa as duas grandes minorias da população: os alauítas e os cristãos, um regime que, embora ditatorial, transformou a idéia da laicidade do Estado em um escudo de proteção de minorias religiosas da sua população, e que, portanto, tem o apoio e raízes nessas minorias. As coisas na Síria são muito complicadas e envolvem, necessariamente, uma negociação

entre o regime e os grupos de oposição, uma negociação que é muito difícil. É só essa negociação que pode evitar ou massacre, ou, em um caso dramático de derramamento de sangue incontrolável, uma intervenção internacional. Entretanto, o Brasil não ajuda nessa negociação, porque se nega a criticar a violência do regime de Bashar al-Assad. E, cada vez que se nega a criticar a violência desse regime e se alinha com as posições russas, o Brasil adia um pouco mais, dá um pouco mais de amparo a um regime que precisa ser forçado a negociar com a oposição.

O Brasil, também no Oriente Médio, insiste em criticar a política de sanções aplicadas em relação ao regime iraniano, o que revela uma incompreensão fundamental do que está em jogo. Principalmente uma incompreensão fundamental da divergência da realidade e da materialidade da divergência que separa Estados Unidos e Israel em relação ao Irã.

Ninguém se engane, quando Israel diz que bombardeará as instalações nucleares do Irã, no momento em que considerar que o seu programa nuclear chegou ao ponto de não retorno, ninguém se engane, Israel fará isso. Ninguém se engane, Israel fará isso. Qualquer governo de Israel, mesmo um governo mais razoável do que o atual governo israelense – e quase qualquer governo seria mais razoável do que o atual governo israelense -, mas mesmo um governo mais razoável do que o atual faria isso. O programa nuclear iraniano é visto por Israel com uma ameaça existencial ao Estado judeu.

Barack Obama e os Estados Unidos opõem a política de ataque preconizada por Israel à política de sanções, para levar o Irã à mesa de negociações. E quando o Brasil diz: somos contra o ataque – ainda bem -, contra sanções, o que o Brasil está fazendo é retirar ou ajudando a retirar de Barack Obama o único instrumento que ele tem para evitar o ataque. Quando o Brasil se posiciona criticamente a sanções, ele ajuda a atrapalhar o único processo que pode produzir uma negociação efetiva entre o Irã e a comunidade internacional. Negociação essa que começou agora, há indícios de um início de negociação, e que, em grande parte, começou devido a sanções. Não é por acaso que um representante da Chancelaria iraniana acaba de declarar que o Irã espera uma contrapartida pelo início das negociações, que é a suspensão das sanções.

O último item – não sei se eu ainda tenho algum tempo, senão encerro – sobre o qual eu queria falar alguma coisa é a América Latina, Cuba e os Estados Unidos. Eu não iria falar sobre isso, até ler nos jornais que a Cúpula da Américas de Cartegena se encerrou ontem em um fracasso absoluto. Um fracasso tão completo que não foi feita uma declaração final. Tão com-

pleto que não foi feita uma declaração final de incluir-se divergências, o que é uma forma de se fazer uma declaração final em uma reunião que tem problemas.

Esse fracasso da Cúpula de Cartagena é resultado de uma divergência aparentemente incontornável sobre o que fazer com Cuba. Eu costumo dizer que Cuba não tem nenhuma relevância econômica nem política, mas tem uma imensa importância simbólica do ponto de vista da América Latina. Se Cuba afundar amanhã, a economia mundial não vai sentir. Essa notícia não vai chegar ao mercados. Do ponto de vista estratégico e geopolítico, Cuba deixou de ser importante desde o fim da Guerra Fria. Na Guerra Fria era, por razões evidentes. Mas Cuba tem uma imensa importância simbólica porque a revolução cubana plasmou, em grande parte, a esquerda latino-americana e diferenciou a esquerda latino-americana da esquerda europeia.

Hoje, sou obrigado a admitir, depois das notícias sobre a Cúpula de Cartagena, que essa importância simbólica de Cuba acabou se convertendo ou se transformando em importância geopolítica. Porque, por causa de Cuba, fracassou a Conferência de Cúpula das Américas e existe a perspectiva muito real de que essa tenha sido a última Conferência de Cúpula das Américas, pelo menos nos próximos muitos e muitos anos.

Eu poderia fazer a seguinte pergunta: será que Cuba vale o fim das Cúpulas das Américas? Será que a participação de Cuba na Cúpula das Américas vale o fim do diálogo multilateral? Vale o fim do engajamento dos países das Américas com os Estados Unidos? Eu acho que não. Eu acho que é razoável se reivindicar a participação de Cuba nas Cúpulas das Américas e acho que é razoável e correto se criticar o embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba. Eu acho que é razoável se imaginar o fim da suspensão de Cuba na OEA e é razoável se imaginar alguma forma de acordo entre o governo cubano e a Carta Democrática da OEA, porque existe esse empecilho concreto para o fim da suspensão de Cuba, que é a existência da Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos.

Eu acho tudo isso razoável, mas eu pergunto: do ponto de vista da política externa brasileira, serve aos interesses do Brasil o fim das Cúpulas das Américas? Eu acho que não serve. Eu acho que, mais uma vez – e o caso de Cuba é emblemático nesse sentido –, em função de preconceitos ideológicos extremamente arraigados o Brasil age contra o seu interesse nacional. Age contra o seu interesse nacional, que é manter esse foro multilateral de diálogo que inclui os Estados Unidos e todos os países das Américas, e age contra o seu interesse num sentido muito direto e muito preciso, que é: o Brasil sede o protagonismo na América Latina a Hugo Chávez, à Argentina, ao Equador e à

Bolívia. Foram estes quatro países, Venezuela, Argentina, Equador e Bolívia, que definiram os rumos da Cúpula das Américas. Brasil, Chile, Peru, Colômbia e México se transformaram em espectadores de uma peça construída pela Venezuela, pela Argentina, pelo Equador e pela Bolívia. Na verdade, é curioso que um país que nos últimos nove anos tenha falado tão alto e tão insistente na sua liderança na América do Sul, uma frase que não deveria ser usada no campo diplomático, mas um país que usou tantas vezes essa frase, com tanta ênfase, esteja, na verdade, cedendo a liderança prática à Venezuela, ao Equador, à Bolívia e à Argentina.

Lembro-me, para terminar – começar a terminar –, que recentemente ouvi uma notícia desta Comissão de Relações Exteriores do Senado. Foi a notícia de que esta Comissão havia aprovado um requerimento de recomendações aos Estados Unidos para o fechamento da base de Guantánamo, em Cuba, e um requerimento para a eliminação do embargo norte-americano a Cuba. Dois requerimentos que eu assinaria em baixo. E acho que 90% dos brasileiros assinariam em baixo. Na mesma sessão em que aprovou esses requerimentos, esta Comissão se recusou a aprovar o requerimento de que Cuba desse a seus cidadãos o direito de ir e vir, o direito de sair do seu país e voltar ao seu país. Quando até mesmo a Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro rompe tão claramente com o que está escrito na Constituição brasileira. Na Constituição brasileira está escrito que o Brasil rege sua política externa pelo princípio dos direitos humanos. E isso está escrito na frente – e não é por acaso que o constituinte escreveu na frente – de um outro princípio que também está na Constituição, que é o princípio da autodeterminação das nações.

Então, no momento em que até mesmo a Comissão de Relações Exteriores do Senado rompe tão claramente com princípios da Constituição brasileira, a pergunta que se faz é: será que o Brasil pode ter uma política externa baseada em princípios, valores e interesses, e não uma política externa baseada em preconceitos ideológicos? Eu acho que é uma questão que se coloca o tempo todo, quando olhamos para a Líbia, quando olhamos para a Síria, quando olhamos para o Irã, quando olhamos para as reações do Brasil à crise econômica internacional e o tipo de discurso que surge daí, e quando olhamos para a Cúpula das Américas.

Fechando agora, eu queria dizer que há sim um problema muito sério acontecendo aqui nas nossas fronteiras, aqui na América do Sul, que deveria ser objeto de intensa atenção desta Comissão, do Go-

verno brasileiro e das Forças Armadas do Brasil, que é o problema da instabilidade política na Venezuela.

No país vizinho nós temos uma situação em que um regime que já não é mais exatamente um regime democrático, embora não seja ainda um regime ditatorial, em que esse regime se encontra numa encruzilhada muito séria, uma encruzilhada criada por dois fatores: uma eleição com resultados incertos – eleições com resultados incertos são coisas normais em democracias, mas em regimes que não são mais exatamente democracias, elas são uma fonte de crise – e a combinação dessa eleição com a doença do chefe de estado, uma doença que se transformou em segredo de estado, uma doença, portanto, cuja amplitude, gravidade, extensão e consequências ninguém pode imaginar, ou poucos podem imaginar, os detentores do segredo apenas podem imaginar. O que é mais ou menos evidente é que essa combinação de doença do chefe de estado com eleições com resultados incertos significa que a Venezuela corre o risco de deslizar na direção de uma conflagração interna até o fim deste ano. Não é uma certeza, é apenas um risco. Espero que não deslize na direção de uma conflagração interna, mas esse risco existe. É um risco maior do que já tivemos na América Latina, ou na América do Sul, nos últimos 20 anos.

O Brasil deveria prestar atenção a isso. E diante disso o Brasil deveria falar alguma coisa. Não interfirendo nos assuntos internos dos países vizinhos, mas mantendo um discurso que enfatiza o valor da democracia, o valor da pluralidade política, o significado da democracia, que não é apenas o governo da maioria, mas também o respeito aos direitos das minorias e o respeito às instituições políticas. Esse discurso permitiria que o Brasil se transformasse ou se tornasse no mediador de uma possível futura crise na Venezuela. A falta desse discurso, um apoio tácito ao governo venezuelano, a falta absoluta de crítica diante de gestos autoritários e arreganhos autoritários naquele país vai fazer do Brasil quase que uma carta fora do baralho quando as coisas se tornarem mais graves, se elas se tornarem mais graves na Venezuela. É lamentável, porque outros vão desempenhar, com menos condições que o Brasil tem para desempenhar, o papel de apaziguador, na hipótese de um grave conflito na Venezuela.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor e Sociólogo Demétrio Magnoli por suas palavras.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Senador Fernando Collor, era

minha intenção chegar no início da reunião, mas uma tempestade nas cercanias de Brasília fez com que o avião, que chegaria próximo das seis, demorasse mais de uma hora em voo, aguardando o tempo melhorar.

Infelizmente, não pude ouvi-lo, prezado José Ricardo Roriz Coelho, Vice-Presidente da Fiesp, mas já pude observar aqui a síntese de sua exposição.

Gostaria de agradecer ao Presidente Fernando Collor por ter trazido duas pessoas que deram uma contribuição muito significativa e também o Professor Demétrio Magnoli, com quem, nos últimos tempos, por vezes tenho interagido, inclusive sobre o tema de que ele aqui tratou no final. Eu acho que é uma oportunidade muito importante para a reflexão da nossa Comissão de Relações Exteriores no que diz respeito às observações que ele há pouco mencionou, inclusive sobre a postura do Governo brasileiro, as preocupações com respeito a Cuba.

Sr. José Ricardo Roriz Coelho, foram muito significativas suas observações, inclusive o reconhecimento da Fiesp, até pela exposição dos gráficos e tudo, de como foi possível ao Governo brasileiro, especialmente nos últimos dez anos, compatibilizar o crescimento com a melhor distribuição da renda, com avanços na erradicação da pobreza e diminuição da desigualdade. Isso é reconhecido em seu documento inclusive como algo que foi saudável para a economia brasileira.

Noto, em suas observações, algo que me impressionou bastante: o fato de que, em que pese a indústria ter decrescido significativamente no Produto Interno Bruto nos últimos 15 anos, por outro lado, no que diz respeito à contribuição da indústria para a arrecadação de impostos, ela ainda é muito superior, e inclusive sua participação no PIB. Daí as sugestões que o senhor coloca com relação a como desonera a parte tributária, tanto no que diz respeito aos tributos em geral como na folha de pagamentos, algo que, setorialmente, o Governo brasileiro começou a realizar no último ano, nas diversas fases anunciadas pelo programa Brasil Maior. Essa tem sido uma das ênfases, além de medidas como a realização de compras por parte do Poder Público e de suas empresas, com preferência para a produção nacional. Isso o senhor também assinala, assim como medidas importantes para diminuir a taxa de juros e reduzir o spread bancário, de tal maneira que se possa melhorar. Ao mesmo tempo, o apoio aos mecanismos permanentes e efetivos para que a taxa de câmbio venha a estimular as exportações, e não tanto as importações.

Eu lhe agradeço se puder nos falar um pouco mais – vejo que mencionou esta questão; eu não pude estar aqui presente –, na medida em que votaremos nesta semana o PRS nº 72, sobre a visão da Fiesp a

esse respeito, uma vez que estamos praticamente na véspera da decisão. Se houver alguma sugestão que queira aqui expressar, isso será importante. O PRS nº 72 está pautado para a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de amanhã, terça-feira, pela manhã. Além disso, outras medidas estarão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, vão para a CAE, medidas referentes ao comércio eletrônico. Se tiver alguma palavra a dar também sobre isso, esta é uma oportunidade.

Tenho, por vezes, comentado aqui e em alguns encontros informais com o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, sobre essas questões. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para tratar disso.

O senhor é um dos estudiosos da questão relativa à competitividade da indústria brasileira. Tenho procurado assinalar que nós, brasileiros, os empresários, os trabalhadores e suas entidades e também nós, que temos responsabilidade no Poder Executivo ou no Poder Legislativo, precisamos estar conscientes das formas de transferência de renda vigentes em outros países, em especial nos países desenvolvidos.

Uma evolução muito importante nas últimas três décadas foi a criação e a expansão de uma forma de Imposto de Renda negativo, mas isso serve somente para os que trabalham, não alcançando determinado patamar de renda. Trata-se do chamado Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, que, desde 1975, é vigente nos Estados Unidos e que foi expandido em diversas fases, mas, sobretudo, durante o governo Bill Clinton e também no governo Barack Obama.

Uma empresa que contrate trabalhadores nos Estados Unidos paga uma remuneração aos seus trabalhadores, e a sociedade, como um todo, pela arrecadação de impostos, complementa essa remuneração. Por exemplo, um casal que tem renda anual de US\$18 mil passa a contar com o Crédito Fiscal. Se, na família, há duas crianças – ou seja, se são quatro pessoas na família –, o valor é correspondente a US\$5,25 mil por ano. Assim, sua remuneração, acrescido o Crédito Fiscal, passa para US\$23,25 mil. Como o patamar oficial de pobreza hoje nos Estados Unidos para um casal com duas crianças é de US\$23 mil, esse casal ultrapassa a linha oficial de pobreza graças a esse mecanismo.

Já conversei com o Presidente da CSN, o Sr. Steinbruch, que tem empresa aqui e nos Estados Unidos. Eu até falei para ele: “Sua empresa paga tal remuneração para o trabalhador. Se você contratar esse trabalhador nos Estados Unidos, será o conjunto da sociedade que complementará essa remuneração. O trabalhador se sente mais adequado e, com isso, provavelmente, alcance um grau maior de produtividade e de contribuição para a empresa”. Quem complementa

o pagamento é o conjunto da sociedade. Possivelmente, com certo sentido de equidade, os que têm mais pagam relativamente mais do que os que ganham menos, e estes que menos ganham têm até o acréscimo de rendimento.

Por exemplo, quando Bill Clinton mais do que dobrou o valor do Earned Income Tax Credit (EITC) de 1993 até o ano 2000, a taxa de desemprego dos Estados Unidos evoluiu de 7,5% da força de trabalho, em 1993, para 3,9% no ano de 2000. Isso fez o responsável por uma das economias que mais interage com a dos Estados Unidos, o Tony Blair, a criar o Families Tax Credit, de tal forma que o trabalhador, em Londres, que recebe oito mil libras esterlinas tem direito ao Families Tax Credit, se ele tem família, de 50%, ou seja, a sua remuneração vai de oito mil para doze mil libras esterlinas. É um mecanismo semelhante.

Vou lhe entregar um texto sobre esse assunto. Muitos países europeus passaram a adotar sistemas semelhantes. Qual é o ponto a que quero chegar? Nós, no Brasil, deveremos fazer isso de maneira semelhante ou melhor. Aqui, há um programa de transferência de renda, o Bolsa Família, mas ele não tem um efeito como o que descrevo, porque, a partir de certo ponto, ele desaparece. Mas nós poderemos contar com algo semelhante.

Aliás, talvez, o senhor já esteja consciente de que o Congresso Nacional, por voto de todos os partidos, aprovou um sistema de transferência de renda, mas o instituiu por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família, até que, um dia, haja uma renda básica incondicional para o senhor, para o Demétrio Magnoli, para o Presidente Fernando Collor, para todos nós. O Pelé, a Xuxa, todos nós receberemos. Os que temos mais contribuiremos para que nós mesmos e todos os demais venhamos a receber.

Eu gostaria de incitar o Vice-Presidente da Fiesp, responsável pelos estudos de competitividade, porque, na minha avaliação, a não ser que alguém me diga o contrário, a instituição da renda básica de cidadania tornará a economia que a adotar, inclusive a economia brasileira, mais competitiva em relação àquelas que não a adotarem. Será isso possível? Será que há um indicador, na prática, de que isso acontecerá? Tenho feito uma reflexão sobre isso. Na verdade, da mesma maneira que posso dizer ao Steinbruch que é "a sociedade que remunerá mais o trabalhador da sua empresa se você tiver uma unidade industrial nos Estados Unidos", se for instituída a renda básica de cidadania, será surtido o mesmo efeito, mas com algumas vantagens.

A evidência de que isso pode ser uma boa coisa é o que se observa onde lá isso acontece. O senhor sabe onde isso acontece? Gostaria de saber? Nos Estados Unidos da América, num dos Estados. Qual foi a consequência para o Estado dos Estados Unidos que, há 29 anos, todos os anos, paga um dividendo, que tem crescido com o tempo, igual para os seus atuais 700 mil habitantes? É o Estado do Alasca. Separa-se uma parcela dos rendimentos decorrentes dos *royalties* para formar um fundo que pertence a todos, tal como foi defendido, por exemplo, por Thomas Paine, um dos maiores ideológicos das revoluções americana e francesa em 1795. Esse mecanismo fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos. É uma ideia que poderia até ser adotada em Cuba. Isso seria bem melhor do que aquele cartão que eles têm, que apresenta muitas ineficiências do ponto de vista do funcionamento da economia.

Então, quero me colocar, mais uma vez, à disposição da Fiesp, para dialogar sobre isso, assim como tenho feito com as entidades sindicais, por toda a parte.

Vou lhe dar meu livro a respeito do assunto – o Professor Demétrio já o tem – e de estudos que tenho feito.

Com respeito às observações do Demétrio Magnoli e do Presidente Fernando Collor, fico pensando, às vezes: será que o Governo brasileiro, um dia, pensa em adotar alguma prática para evitar que saiam os artigos do Professor Demétrio Magnoli, para evitar que saiam suas palestras e conferências ou para evitar que seja feita sua exposição na TV Senado por causa de eventuais ameaças que suas críticas severas possam representar para as instituições brasileiras? Tenho a certeza de que não! A Presidenta Dilma Rousseff é a primeira a defender o direito de ele formular críticas severas, inclusive, à política externa brasileira, como ele aqui o fez.

Eu até acho que, de vez em quando, ele exagera na dose e cito um exemplo.

Recentemente, V. Ex^a, em suas exposições semanais aqui sobre os fatos que ocorrem, registrou manifestações do Governo brasileiro e do próprio Ministro Antonio Patriota relativas ao apoio do ex-Secretário-Geral da ONU Kofi Annan para justamente propiciar um entendimento ali. De maneira muito crítica, disse das formas como o governo da Síria tem repreendido, com violência, as manifestações de protesto dos jovens e da população. Pelo menos, tenho observado isso. E essa não foi tanto a ênfase do Demétrio Magnoli. Mas ele fez uma observação crítica quanto à postura da nossa Comissão. Que pena que não estejam todos os membros da Comissão aqui!

Presidente Fernando Collor, do ponto de vista do melhor entendimento entre as nações presentes em Cartagena, eu queria trazer uma informação.

Conversei, na semana passada, com o Presidente da Odebrecht, Alexandre Odebrecht. Li na imprensa sobre a preocupação da Odebrecht. Inclusive, o Presidente da Odebrecht acompanhou a Presidenta Dilma ao encontro ocorrido na Casa Branca e aos diversos encontros com a Presidenta Dilma. Depois, ele foi, junto com a Presidenta, à Colômbia, a Cartagena. Eu liguei para ele e lhe disse: "Eu acho que o problema com que o senhor está preocupado, quanto à posição de o Governo brasileiro solicitar das autoridades norte-americanas, pelo fato de uma empresa como a Odebrecht realizar uma obra importante no porto em Cuba e, há vinte anos, ter investimentos na Flórida, com o desenvolvimento, acredito, no setor de construção civil e no setor imobiliário, de grande relevância, e por ter a Flórida dito, por lei estadual, que, daqui para frente, quem tem investimentos ou negócios em Cuba não poderá mais ficar fazendo negócios na Flórida e que isso seria um contrassenso, então, que possa o Governo brasileiro... Então, eu disse a ele: "Parece-me, Sr. Odebrecht, que na medida em que o Governo brasileiro procurar mostrar ao governo cubano que, por exemplo, sinais de maior abertura democrática, inclusive, por exemplo, não mais haver, como pedimos no requerimento, prisões de consciência política, que possam os cidadãos cubanos..." Há três dias, o Presidente Alarcón, da Assembleia Nacional de Cuba, disse que vão começar a liberar direito de entrada e saída, mas um caso simbólico da Srª Yoani Sánchez, para começar, seria simbólico, em que se houver a decisão das autoridades cubanas, por exemplo, de permitir à Srª Yoani Sánchez de visitar o Brasil e voltar... Porque, na semana passada conversei 50 minutos com ela por rádio em transmissão de entrevista e eu procurei até esclarecer. Eu perguntei para ela na emissora de Rádio José Martí: "É verdade, como diz o Sr. Laramie, um professor da França, que a senhora tem todas essas traduções feitas para 17 ou 18 línguas, que é a SIA quem paga isso?" Ela falou: "Não, absolutamente. Quem faz essas traduções são pessoas em cada País que têm interesse. Por exemplo, nos Estados Unidos é uma senhora de pouco mais de 60 anos que, inclusive, participa das manifestações *Occupy Wall Street*, de críticas ao capitalismo, mas que acha que eu devo ter a liberdade aqui, por isso ela traduz e o faz muito bem feito." Ainda falou: "O senhor pode perguntar a cada uma das 17 ou 18 pessoas que traduzem para ver quem é, que não é a SIA". Estou dizendo isso porque nossos companheiros aqui e companheiras, como a Senadora Vanessa Grazziotin, como o Randolfe Ro-

drigues e como meus próprios companheiros do PT que votaram para: "Ah, imaginem, isso vai desagradar muito o governo cubano". Disseram-me: "Essa senhora é financiada pela SIA. Como você está dando tanto cartaz a ela?"

Presidente Fernando Collor, permita-me estender nisso, porque há cerca de dois anos fui convidado pelo professor Demétrio Magnoli, juntamente com o professor Eugénio Butti, que então era até Presidente da Radiobrás e hoje é professor da área de comunicação na USP, é um intelectual brilhante e tem tido as suas principais ocupações nos artigos que escreve na *Época*, em *O Estado de S. Paulo*, com respeito às questões éticas, de transparência e de liberdade de expressão. Pois bem, nós dois fomos convidados pelo editor do livro *De Cuba, com Carinho* e pelo Demétrio Magnoli, que foi um dos que organizaram, para, quando foi lançado este livro na Livraria Cultura de São Paulo, pudermos ter um diálogo com a Srª Yoani Sánchez, que eu não conhecia. Pela primeira vez falei ao telefone na semana passada com ela a propósito destes assuntos. E, então, eu, até por sugestão do Demétrio, tomei a iniciativa de encaminhar ao Embaixador de Cuba no Brasil que ele pudesse pedir licença, que ela pudesse vir ao Brasil. Mas demorou muito tempo e não veio a resposta. Naquela época, nem veio a resposta e foi tal a burocracia envolvida que o editor do livro falou: "Eu vou desistir". Porque, primeiro tinham dito que era a empresa editora que tinha que fazer o pedido, depois disseram, poucos dias antes, que não era a editora, era a pessoa que tinha que se responsabilizar. Então ele falou: "Eu desisto". E a Srª Yoani Sánchez participou ali por meio de um vídeo. Isso foi em dezembro de dois anos atrás.

Ora, eis que então o Sr. Cláudio, documentarista ali na cidade de Jequié, na Bahia, Cláudio Galvão, foi a Cuba e a Honduras, fez um documentário e sugeriu fazer uma exibição do documentário em Jequié e pediu-me novamente para que pudesse ela ter a licença de vir ao Brasil. Já sabendo daquela regra, eu falei: "Agora, você tem que fazer pessoalmente o pedido, você que vai pagar a despesa pessoalmente de viagem e tudo". Encaminhou para a Embaixada. Mas, conforme V. Exª sabe, também Cuba não deu licença para que ela viesse ao Brasil, embora a Presidenta Dilma tenha dito: "Eu dei o visto". Mas, o que acredito o professor Demétrio Magnoli gostaria – e eu também – de ter visto da parte da Presidenta Dilma é que ela pudesse até dizer ao Presidente Fidel Castro, ao Presidente Raúl Castro: "Olha, vai ajudar muito como um sinal para que os Estados Unidos mais depressa acabem o bloqueio ou o embargo contra Cuba se vocês tomarem algumas medidas, dentre as quais, simbolicamente,

será importante permitir que Yoani Sánchez venha ao Brasil." Fazendo um paralelo – o que o Demétrio Magnoli fala às vezes – Cuba ganha em importância, mas esse episódio pode ganhar em importância até para a resolução do problema da Odebrecht. Tanto é que o Sr. Alexandre Odebrecht deu-me razão e ele está torcendo para que isso...

Inclusive, não sei se o Sr. Demétrio Magnoli está a par, mas na semana passada, quanto aos dois requerimentos – um que teve consenso e o outro em que 34 Senadores assinaram para recurso ao plenário – no dia em que iriam ser votados, caro Demétrio, os Líderes – não apenas a Líder do PCdoB, do PT, todos, até da oposição, do PSDB – todos fizeram requerimento para que os dois requerimentos – seja aquele por consenso pedindo para os Estados Unidos acabarem com o bloqueio, ou o embargo, fecharem a Prisão de Guantánamo e ainda concederem anistia aos cinco prisioneiros considerados heróis em Cuba, objeto do livro mais recente de Fernando Morais, e também o outro que pede que o Governo de Cuba acabe as prisões de consciência e libere o direito de ir e vir dos cidadãos cubanos, inclusive da Srª Yoani Sánchez para sair de Cuba, se ela assim o desejar – que quanto a ambos os requerimentos que estavam por ser apreciados e votados – conforme pedido de todos os líderes da Casa e do Senado, não apenas agora – fossem votados no dia 10 de maio, em 30 dias. Mas ainda poderá ser.

Por isso, acho que V. Exª, Presidente Fernando Collor, trouxe o Demétrio Magnoli num dia importante, antes que o Senado vote essa matéria. Quem sabe ele possa fazer uma recomendação final ao assunto, até para resolver também o problema da Odebrecht. Autorizou-me o Sr. Odebrecht a dizer que sim, a resolução desse problema é capaz de ajudar na resolução do problema da relação Estados Unidos/Cuba.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria de fazer algumas considerações com a permissão de V. Exªs e dos senhores palestrantes e depois algumas perguntas, em primeiro lugar, no que diz respeito às relações exteriores do Brasil e a esta Comissão.

Sempre preocupou a todos os integrantes desta Comissão, num primeiro momento, certo arco de instabilidade que estaria fazendo fronteira com o Brasil. Foi no momento em que tínhamos problemas sérios com a Argentina no plano comercial e certa disputa que é atávica por uma hegemonia que o Brasil nunca reivindicou no Cone Sul ou no nosso Subcontinente. Tínhamos problemas com o Paraguai em relação à

questão de Itaipu e, também no Paraguai, com relação aos chamados brasiguaios, que estavam por ser desalojados das áreas que ocupavam, uns diziam que legalmente, outros diziam que ilegalmente. Depois tivemos problemas com a Bolívia em função daquela base da Petrobras, sediada em território boliviano, uma base de fornecimento de gás para o Brasil. Também, depois, em relação ao Equador que, em determinado momento, embora fronteira não faça com o nosso País, reivindicava certa área da floresta amazônica, como tendo sido, em priscas eras, território equatoriano, passando para a Colômbia, onde o sucesso do combate às Farc empreendido pelo governo colombiano estava pressionando os chamados combatentes, guerrilheiros ou o nome que se queira dar para as nossas fronteiras, que aí eram chamadas de rios, o que fez com que vários deles viesssem para o nosso Território. Depois houve a questão da Venezuela, também alguns problemas em função da entrada ou não, do ingresso ou não desse país no Mercosul; questões na Guiana, tráfico de pessoas e drogas e isso tudo nessa área mais ao norte, tendo como um ponto de inflamação a província de Essequibo, disputada com muito vigor pela Venezuela. Tudo isso nos causava esse chamado arco de instabilidade, certa preocupação por parte desta Comissão, do Governo brasileiro e, por extensão, daqueles que coordenam a política externa brasileira da Presidenta Dilma Rousseff.

Vários debates foram aqui travados e chegou-se à conclusão de que o Brasil estava alcançando um novo patamar no chamado Concerto das Nações e nesta nossa área da América do Sul e também da América Latina. O País estava crescendo a taxas muito elevadas, o sucesso da política de inclusão social do Presidente Lula estava fazendo com que cerca de trinta milhões de brasileiros ingressassem na faixa de consumo, fortalecendo a classe média, ativando a demanda, consequentemente o processo de industrialização naquele momento que nós estávamos vivendo e isso estava, de alguma forma, criando no inconsciente desse entorno a ideia de um Brasil imperialista, sobretudo com fulcro no Paraguai. E também chegou-se à conclusão de que o Brasil não poderia simplesmente fechar os olhos e dizer: "Não, nós temos que resolver os nossos problemas e os nossos vizinhos que procuram resolver os seus da melhor forma". Isso foi o que levou o Governo brasileiro a não entender aquela encampação da base da Petrobras na Bolívia como uma provocação. Foi o que fez o Brasil levar mais como uma bravata do que provavelmente uma coisa mais séria o que o Presidente Lugo dizia: que a água de Itaipu ao Paraguai pertence.

A diplomacia brasileira se houve muito bem ao tentar evitar possíveis choques. E ao longo destes últimos cinco anos, o que nós assistimos foi que, ao invés desses pontos de inflamação nesse chamado entorno ou arco de instabilidade, verificamos uma atenuação desses conflitos potenciais em relação à política do Brasil com o resto do mundo. E aí vêm os Estados Unidos.

Nós saímos de um mundo bipolar e caímos num mundo unipolar. Hoje nós temos somente uma grande potência militarmente, tecnologicamente, incomparável com qualquer país no domínio da ciência, da tecnologia, do conhecimento, da inovação. Ninguém consegue sequer chegar perto desse país. E é a maior democracia do mundo.

E essa maior democracia do mundo, que tem no respeito aos direitos humanos um dos seus mais importantes postulados, país que tem na liberdade um dos seus mais importantes postulados também, esse país se utiliza de um organismo como as Nações Unidas para, a título de “ajuda humanitária” – entre aspas – ou “ação humanitária” intervir em países onde os direitos humanos estejam sendo desrespeitados, intervir onde, acreditam eles, estejam sendo construídos artefatos atômicos.

Lembro-me de ter assistido ao General Colin Powell, com quem eu tinha uma boa relação de amizade – via nele um homem sério –, aparecer na televisão dizendo que o Iraque, ele, sim, tinha um artefato atômico. Foi isso que justificou o ataque americano ao Iraque. E o resultado qual foi? Nenhum artefato foi encontrado. Na consciência do americano e em seu dia a dia isto é um pecado mortal: quando se falta a verdade, sobretudo quando essa verdade faltou pela voz de uma personalidade como o General Collin Powell.

Em relação à Líbia, começou a questão na Tunísia. Em função da Primavera Árabe, é claro, há esse vento liberalizante que, do mesmo jeito que andou por aqui, no final dos anos 80, andou depois, pelo final dos anos 80, começo dos 90, pela Europa Oriental, chegou agora aos países árabes. E chegou à Líbia.

A Líbia é governada, há 40 e tantos anos, pelo Coronel Kadafi.

Nos seus primeiros 20 anos de governo, ele deu guarida ao terrorista Carlos, deu guarida aos terroristas que derrubaram aquela aeronave em Lockerbie, e nada aconteceu com ele.

Nos últimos vinte anos, o Coronel Kadafi passou a ser um aliado importantíssimo dos países da Europa, sobretudo da Europa Mediterrânea. Recebido por todos e com todos os presidentes daquela região, ele se dava muito bem. Com a Itália, era uma relação fraterna, de uma impressionante afabilidade, para dizer o

menos. Tanto que em 2008 assinou-se, em Benghazi, que é a antiga Cirenaica, que sempre resistiu ao Kadafi, o Acordo de Benghazi, entre Trípoli e Roma. E nesse acordo havia dois artigos. Havia vários artigos, mas dois deles chamavam a atenção.

Um deles dizia que Roma se compromete a não ceder nenhuma de suas bases para que se realize uma ação de ataque ao território líbio. E um segundo artigo que diz o seguinte: Roma se obriga a compartilhar com Trípoli todos os seus programas militares.

Na França, ele é recebido da maneira como nos lembramos. E acredo que ainda tenhamos as imagens bem nítidas na nossa memória. Até com o Reino Unido ele mantinha relações fraternais.

Isso nos faz pensar e indagar por que esse movimento foi patrocinado por um país europeu, a França, tendo na sua retaguarda os Estados Unidos? Por quê? Será que é em função de os Estados Unidos terem atacado o Iraque e de alguma forma terem se tornado um parceiro comercial privilegiado do Iraque? Isso se resume à questão do petróleo e à Europa ter ficado de fora?

Na invasão que foi realizada pelas forças da Otan, capitaneadas pela França, à Líbia, o Presidente americano Obama estava em visita oficial ao Brasil. E, durante o almoço que a Presidenta Dilma Rousseff ofereceu a S. Exa o Presidente americano, ele, em determinado momento, antes mesmo de ser servida a sobremesa, rapidamente se levanta, e toda a sua *entourage*, e sai. Cada um fazia sinal de que não estava notando aquilo. Mas, enfim, depois, conversando, alguma coisa aconteceu. E depois se soube que ele havia saído naquele momento para atender a um telefonema da Srª Hillary Clinton, que hoje está aqui no Brasil. Ela estava em Paris, com o Sr. Nicolas Sarkozy, e eles precisavam de acordo do Presidente americano para invadir a Líbia. E o Presidente americano então, daqui do Brasil – lamentavelmente foi daqui do Brasil – deu essa ordem de que sim, poderiam fazer.

O Congresso americano não foi acionado, como determina a Constituição americana: para qualquer ação armada dos Estados Unidos, fora de suas fronteiras, é necessária a aquiescência do Congresso Nacional americano. Isso não foi feito, porque foi dito que os americanos, diretamente, os Estados Unidos não estiveram envolvidos no processo, mas sim os franceses.

Qual foi o resultado dessa invasão, sem falar na questão do Afeganistão? Qual é o resultado de todas essas intervenções ditas para evitar um atentado aos direitos humanos, patrocinadas pelas forças ocidentais? O que restou disso?

Hoje a Líbia é um país em que as milícias dominam todo o seu território. As armas que foram distri-

buidas... E diziam: não, vamos distribuir as armas aos rebeldes, porque depois eles devolvem e se organizam. Ninguém devolve essas armas e não se consegue construir um governo de união nacional. A tendência, hoje, na Líbia é a sua divisão em três regiões, como era há algumas centenas de anos.

Em relação, portanto, à questão da participação dos Estados Unidos nessas ações, tendo como base, como pano de fundo as Nações Unidas, isso claramente nos faz ver e chegar à conclusão de que esses organismos que vêm lá de Bretton Woods, de 45, dentre eles as Nações Unidas, não está mais coadunados com a nossa realidade atual. Daí o Brasil não ter êxito até agora no seu pleito de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. E por que não? Porque a China disse que não aceita nenhuma mudança dentro do Conselho de Segurança ou nenhuma reestruturação das Nações Unidas, porque não existe ainda o consenso necessário para tanto. Mas sabemos que isso não acontece não só em função da China, mas daqueles que estão em volta, os membros permanentes do Conselho de Segurança.

De modo que na questão da defesa desses direitos eu fico muito receoso – e falo particularmente – por atitudes duals.

Outro dia aqui relatei o encontro que foi mantido entre o Presidente Jimmy Carter e o Presidente Chu En-Lai, em que o Presidente Jimmy Carter solicitou a ele, Chu En-Lai, que distendesse um pouco mais o regime, quem sabe permitindo o direito de ir e vir, e o Presidente Chu En-Lai chegou e disse: Perfeitamente, Sr. Presidente, podemos fazer isso. Podemos fazer isso já dentro de um mês. Eu apenas perguntaria ao senhor para aonde eu mandarei cerca de 100 milhões de chineses que eu imagino, nesses 30 dias, desejariam sair da China? Eu mando para a costa oeste americana, mando para a Europa? Mando para aonde? E aí o Jimmy Carter não deu mais nenhuma palavra sobre o assunto.

Então, em relação...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeceria se V. Ex^a pudesse rapidamente contar esse diálogo para o Prof. Demétrio Magnoli, que precisou se ausentar por um minuto para ir ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Porque ele é relevante para o ponto que, por ele, foi mencionado. Eu agradeço. Rapidamente, porque ele

é um dos fatores da argumentação que V. Ex^a aqui apresentou.

Agradeço, se V. Ex^a puder recordar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador.

Então, dizia eu que os Estados Unidos e os países ocidentais são useiros e vezeiros em cobrar a questão dos direitos humanos de outros países, de intervir em outros países a título de ação humanitária, e o que nós vemos é que o resultado de ação humanitária não há nada, deixam o país que foi invadido destrocado, sem rumo, sem norte, sem saber o que fazer, esquecendo-se, enquanto isso, do que está acontecendo na Somália, na Etiópia, no campo de refugiados com mais de um milhão de pessoas na fronteira do Quênia, que estão morrendo aos milhares, a cada semana, de fome. Disso ninguém se lembra, de que isso, sim, necessita de uma ajuda humanitária que não seja tiro de canhão, de fuzil, desses artefatos militares, essa coisa toda.

Mas eu lembrava que, em 1976, 1977, o Presidente Jimmy Carter visitou a China, logo depois da retomada das negociações para pôr fim ao encerramento das relações diplomáticas entre China e Estados Unidos, realizada pelo Presidente Nixon e pelo Chu En-Lai. O Presidente Carter esteve lá visitando o país e pediu a ele, ao Presidente Chu En-Lai: Nós queremos muito abrir linhas comerciais para facilitar o comércio de vocês, créditos comerciais para importação dos seus produtos e tal, mas gostaríamos muito que – o Presidente Jimmy Carter, que todos nós sabemos sempre foi um homem, uma pessoa muito preocupada com os direitos humanos – a China nos desse algum sinal, alguma possibilidade de nós justificarmos essa abertura que queremos lhes oferecer. E o Chu En-Lai perguntou: Como? E o Presidente Carter disse: Por exemplo, quem sabe o direito de ir e vir? Se o senhor permitir ao povo chinês o direito de ir e vir, esse seria um bom início. E o Chu En-Lai respondeu: Perfeitamente, podemos começar isso dentro de 30 dias. Eu apenas perguntaria a V. Ex^a para aonde eu mandaria cerca de 100 milhões de chineses que eu imagino irão sair, nesse período, do território chinês. Eu mandaria para a costa oeste americana, mandaria para a Europa? Para aonde eu direcionaria esses 100 milhões de chineses? E, de lá para cá, já há mais de 30 anos, ninguém vê nem ouve se falar dessa questão em relação à China.

E aí vem a questão de Cuba, o direito de ir e vir. O que aconteceu? Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi uma decisão democrática, estávamos todos aqui presentes, tanto que houve um recurso – como de outras vezes também já houve outros recursos para o Plenário, quando algum autor de requerimento eventualmente não tem seu reque-

rimento aquiescido pelo Plenário da comissão, o recurso regimental é levar esse requerimento com xis números de assinaturas, se não me engano, um terço de assinaturas...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pelo menos 10%, pelo menos nove Senadores. No caso, 34 Senadores assinaram o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pelo menos, nove Senadores. E, no caso, S. Exª o Senador Suplicy conseguiu 34 assinaturas para apresentar esse recurso a duas decisões que foram tomadas aqui.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Uma, não precisou, porque era consenso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Uma foi por consenso e a outra que havia...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – A referente a Cuba, para que pudesse ser reexaminada a decisão pelo Senado, porque aqui foi cinco a quatro contra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Isso, porque aqui foi contra.

Então, foi levado ao Plenário, e informa o Senador Suplicy que foi postergado por 30 dias...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Por requerimento de todos os líderes, do Governo e da oposição, que pediram para ser examinado dia 10 de maio, e não 10 de abril, que era o dia que seria apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Então, vejamos: diz o Senador Suplicy que todos os líderes, de diversas colorações partidárias, apoiam esse adiamento da apreciação.

Então, não podemos dizer que exista uma questão ideológica presidindo uma decisão como essa. O que existe é o que é a democracia. E, depois, analisando essa questão, colocaram-me que talvez não tivesse sido o exato momento para se tratar desta questão, tendo em vista que, em relação à Guantánamo, estava a Presidenta Dilma Rousseff visitando os Estados Unidos, uma visita oficial, e estaria sendo realizada, logo após, a chamada cúpula, a reunião do G20...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – A de Cartagena, dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ...a de Cartagena, que foi no dia 14...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Dia 14, 15 e 16.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ...em que iria se discutir a questão do ingresso de Cuba no G-20. Então, talvez por isso a unanimidade dos líderes no Senado da República, de todos os partidos, achou melhor ter um pouco mais de

tempo para refletir e para ter condições de uma melhor tomada de posição.

A Resolução 1.973 das Nações Unidas, que autorizava, que tratava do *no-fly zone* em relação à Líbia, redigida como originalmente o foi, tinha o apoio do Governo brasileiro. Mas, na undécima hora, esse texto foi modificado, e foi acrescentada mais uma linha, e essa linha dava direito a que ações militares fossem efetivadas na região líbia, no território líbio, tendo em vista a questão da ação humanitária.

E o Brasil, então, votou. O voto dele foi pela abstenção, o que, na contabilidade do Conselho de Segurança, significa, sim, um voto contra, porque percebeu que aconteceria o que está acontecendo, o que estamos ver, lamentavelmente, acontecer na Líbia.

A Síria é outra questão completamente diferente, em que o Governo brasileiro tem sido extremamente prudente. Na questão da Síria, Rússia e China, dois países que têm poder de veto no Conselho de Segurança, taxativamente, terminantemente, diante de “n” tentativas de moções e resoluções serem aprovadas no âmbito do Conselho de Segurança, impediram que essas resoluções fossem aprovadas.

E aconteceu exatamente o que o Brasil, desde o início, vinha defendendo: que, numa crise como essa, devem-se esgotar todas as possibilidades de diálogo para que não se chegue a um conflito em que seja necessária a utilização de força bélica.

Demorou, é claro, lamentavelmente demorou. Milhares de vidas forma ceifadas. Eu imagino o sofrimento que o povo sírio não atravessou e vem atravessando. Mas esse sofrimento seria decuplicado caso não tivesse chegado a esse entendimento por intermédio do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Kofi Annan, que conseguiu reunir a Liga Árabe, reunir as potências ocidentais e o próprio presidente sírio, para que se pudesse estabelecer um cessar fogo e criar condições para um diálogo para que se encaminhasse para a paz e para a democratização do processo político na Síria.

Embora haja na Síria uma dificuldade muito grande, como de resto em todos aqueles países em função da questão dos xiitas, dos sunitas, dos alauítas... E nós sabemos que, no Iraque, acontecia isso, porque era a minoria que governava. Na Síria, já é uma composição feita pelo Presidente Bashar al-Assad. Enfim, são questões muito próprias de cada um daqueles países.

Mas a política externa brasileira vem se mantendo numa posição de independência em relação a essas grandes potências. O Brasil vem se conduzindo, no meu entender e no entendimento também da Comissão, levando-se para isso em consideração as moções que aqui foram votadas em todas as atitudes

que foram tomadas na política externa brasileira em relação a esses eventos, também assim vem entendendo.

Essa questão de Cartagena de Índias foi realmente um malogro. Eu me senti muito triste com o fato de ter-se chegado àquela situação. E aquela cena da Presidenta da Argentina se retirando, o outro dizendo que não vai haver declaração me pareceram uma cena típica de uma reunião de república de bananas. E eu senti muito constrangido, como brasileiro, de ver o Brasil ali participando, inclusive com a presença do próprio Presidente americano.

E eu não vi, por exemplo, uma discussão fundamental para o Brasil, com o Presidente americano de um ponto que julgo crucial nas nossas relações comerciais Brasil e Estados Unidos e até aliança estratégica, que foi o cancelamento abrupto, sem nenhum motivo, de um contrato assinado entre a Força Aérea Americana e a Embraer. Esse acordo foi rompido de uma forma tal que nem o Comandante da Força Aérea Americana sabia. Ele foi tomado de surpresa. Nos jornais do dia seguinte, ele dizia: não, eu não fui comunicado, e não há tem por que cancelar esse contrato. Isso é algo em que o Brasil deve se bater. E eu não vi realmente esse tema ser tratado, seja na visita da Presidenta, a não ser que, devido à sua delicadeza ou ao fato de ser uma questão sensível, isso ter sido tratado fora do circuito dado a conhecer aos circunstântes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Salvo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando o Presidente Barack Obama estava falando em determinado momento e mencionou os caças dos Estados Unidos, e a Presidenta falou de pronto “e Embraer”. Isso foi divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E ficou por aí. Foi isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Essa foi a parte que eu vi. Que estava na lembrança dela, estava.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Foi. Mas digo em relação ao resultado e da discussão. O que a gente assistiu foi muito esse debate da questão dessa liquidez exacerbada que essa crise europeia está gerando na economia brasileira, com repercussões extremamente negativas, como já foi aqui colocado pelos nossos palestrantes.

Portanto, vejo nessa questão da política externa brasileira um momento em que temos que agir com muita prudência e com muita sabedoria. Estamos às vésperas da realização de uma das mais importantes conferências sobre desenvolvimento sustentável e so-

bre, enfim, o futuro do Planeta, que será a Rio+20, no próximo mês de junho. Então, temos aí diversos temas que estão entrelaçados nessa miríade de questões que dizem respeito ora diretamente, exclusivamente ao Brasil, ora a regiões, ora a microrregiões, ora a continentes, ora ao Planeta como um todo, que é o objeto maior da conferência.

Em relação à questão econômica, fico aqui me perguntando – e aí já vêm algumas questões que eu gostaria de colocar aos palestrantes – em relação a medidas protecionistas. Pela experiência que pude amealhar, eu percebi que há uma coisa extremamente fácil de entrar e extremamente complicada de sair, que é quando se protege algum setor da economia. É muito fácil. Está protegido isto aqui, não há realmente condições de competir porque realmente esses pontos todos que foram colocados de produtos que chegam aqui com preço um terço do nosso menor preço aqui no Brasil, e eu perguntaria nisso o que vem afetando, de fato, a indústria brasileira e esse processo de desindustrialização no Brasil. Será que é a falta de demanda que está afetando a indústria brasileira ou serão os altos custos, a baixa produtividade e um câmbio apreciado?

Se for o aumento da demanda, com medidas protecionistas nós vamos resolver e acabar com o baixo crescimento e uma elevação da inflação? E quais seriam as consequências dessa forte expansão de crédito sobre a economia? Que consequências isso traria para nós. Em relação a esta política de juros, de queda de juros, será que ela está convergindo para a meta de inflação para 2012, 2013? Ou não está havendo uma falta de coordenação entre esta política de baixa paulatina e até acelerada de juros e se conseguir alcançar o centro da meta estabelecida para 2012, 2013? É como se os cenários que o Banco Central vem delineando não estejam se comprovando na realidade. A desindustrialização, portanto, está existindo? Alguns dizem que não, que não está existindo a desindustrialização. Mas percebemos, pelos vários palestrantes que têm vindo aqui tratar deste assunto, que sim está. Hoje mesmo o Dr. José Ricardo Roriz Coelho assim disse, ele que é representante de um setor como a Fiesp. Indústrias estão deixando de produzir para se transformarem em casas de comércio. Não podendo competir com produtos que vêm de fora, eu prefiro parar a minha linha de produção e começar a vender estes produtos com os quais eu estava tentando competir e não consegui, seja em função dos juros elevados, seja em função da baixa produtividade, seja em função de competição que não é de igual para igual em função de salários pagos nesses países que competem com nossos produtos e outras questões mais.

Somente voltando um pouco à questão de Brasil e Argentina em que temos esses problemas, mas o Brasil não pode abrir mão, em momento nenhum, de um mercado como o argentino. Se hoje nós dissermos que não vamos vender mais nenhum produto à Argentina, nós teríamos que procurar rapidamente um mercado em que pudéssemos colocar 30 bilhões de dólares anuais de produtos que nós exportamos para a Argentina. E aí entra a questão do Mercosul e iríamos um pouco longe demais. Mas, enfim, ficando na questão da Argentina.

Voltando a Cuba e Cartagena, é de se pensar o seguinte: o que faz com que uma ilha caribenha que há 50 anos vem sofrendo embargo econômico violento tenha conseguido resistir ao longo de tantos anos, e o que faz com que Cuba salte numa conferência como essa, como em outras também, com a simpatia dos vários circunstântes e vários dos que estão presentes? Não seria essa uma reação natural de nós, seres humanos, estarmos sempre tendentes a apoiar o mais fraco em relação ao mais forte, num raciocínio rápido? Será que não seria isso? Não seria também o fato de que já seria chegada a hora de se levantar esse embargo? Isso que está acontecendo na Flórida é um absurdo, é um absurdo que, na Flórida, não sei se os senhores acompanharam, foi votada uma lei estadual dizendo que nenhuma empresa estrangeira poderia ter contratos com o governo da Flórida se tivessem contratos com o governo cubano. E a Odebrecht e outras empresas brasileiras já estão em Cuba há vários anos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – E também na Flórida.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Também na Flórida, aqueles viadutos todos, mais da metade daqueles viadutos são construção dessa companhia privada brasileira. Então querem fazer retroagir essa lei para prejudicar uma empresa. Isso é próprio de um país que tem como amálgama da sua economia a livre iniciativa? A defesa dos direitos já adquiridos por pessoas e ou empresas? Não.

No que diz respeito ao Irã. O Irã abriu todas as suas instalações. Se não me engano, já houve 15 ou 16 visitas de técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica às chamadas instalações nucleares, instalações na região de Nemis, me parece, onde fazem suas pesquisas nucleares. Bom, a nenhum país é dada a proibição ou é imposta a proibição de não desenvolver suas tecnologias, sejam tecnologias com base no átomo ou não. Até porque é tecnologia de que todos nós nos valemos; para curar eventuais doenças que tenhamos, nós nos valemos desta tecnologia em que o átomo entra. É uma tecnologia dual? É. Mas

acontece que para se chegar ao enriquecimento de 90% do urânio para termos o plutônio capaz de criar um artefato para detonar eventualmente uma bomba vai uma distância que não tem tamanho. Então, nenhum país pode se negar ou abrir mão do seu direito de, sim, trabalhar em sua tecnologia para desenvolvê-la, como o Brasil vem desenvolvendo em relação ao submarino atômico, submarino a propulsão nuclear, nome correto. E estamos aí trabalhando há mais de 20 anos, há 30 trinta anos, para termos o nosso primeiro submarino com propulsão nuclear. E foram dois os momentos que eu tive muita satisfação de poder participar, porque foi no meu governo que nós acabamos, definitivamente, com a questão da corrida armamentista com a Argentina, com o desejo de construir uma bomba atômica, de construir artefatos bacteriológicos, químicos, essa coisa toda. Isso foi banido no ano em que fui Presidente do Brasil, juntamente com os demais Presidentes, sobretudo da Argentina, que era quem estava mais avançada nessas pesquisas. Banimos isso do nosso continente, mas nós não abrimos mão de prosseguir com as nossas pesquisas.

Então, o que se diz do Irã, pelo que já falado anteriormente, eu tenho minhas dúvidas sobre se, realmente, o que eles estão dizendo é o que está acontecendo. Porque disseram que no Iraque era assim, e não foi. Disseram que também na Líbia havia alguma coisa, ainda que não atômica, mas alguma coisa parecida que ele estava tentando fazer e tal, e também não havia.

Então, é a questão de nós termos, com base no diálogo, com base na compreensão, com base na busca de um entendimento... Essa questão de fazer esse embargo... A Coreia do Norte estava sob embargo. O mundo entrou em sobressalto quando a Coreia do Norte disse que tinha já o seu artefato e que iria lançar um míssil, com uma ogiva não nuclear, apenas para testes de alcance. E isso deixou o Japão, a Coreia do Sul, enfim, todo o mundo muito alvoroçado com isso. Nesse meio tempo, o filho do ditador da Coreia do Norte, Kim Jong-un, diz que vai parar com tudo, mas que precisa de comida. Os Estados Unidos, então, se comprometeram a enviar não sei quantas mil toneladas de comida ao povo coreano, que passava fome. Nesse meio tempo, vem o ditador e diz que vai lançar o seu míssil. E lança o tal míssil, que, como se diz, “deu chabu”. Ele subiu menos de oitocentos metros para, depois, cair no Mar do Japão.

Enfim, existem essas coisas, esses mitos, essas falácias, de um lado e do outro, cada um querendo falar mais grosso que o outro. E a gente nunca fica sabendo, porque nós estamos nos deixando levar, todos

nós, o que é natural, pelo noticiário que vai chegando, que vai chegando...

A meu juízo, no momento, a política externa brasileira é de muita prudência, de muita atenção, mas que não faltará – e disso não tenho dúvida alguma –, no momento em que isso for necessário, uma posição firme, forte e baseada na realidade, por parte da Presidenta da República e por parte, naturalmente por determinação desta, do Ministério das Relações Exteriores.

Então, se houver alguma consideração a ser feita sobre o que aqui foi colocado, os Srs. Palestrantes ficam à disposição, e os questionamentos, basicamente em relação à questão econômica ou sobre como essa crise de 2008/2009, que prossegue até agora, está afetando diretamente a economia brasileira, quais as nossas possibilidades de crescimento, bem como a questão da inflação, se o que nos falta é uma maior produtividade, uma melhoria das nossas condições para competir, se a política de juros está interferindo diretamente no Custo Brasil, no que isso repercute na nossa capacidade de exportar e se, relativamente a esse processo de desindustrialização, caso esteja ocorrendo, qual o cenário que nós podemos desenhar para o futuro próximo.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. José Ricardo Roriz Coelho e, em seguida, ao Professor Demétrio Magnoli.

O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO – Muito obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de responder a questão sobre qual o nosso posicionamento com relação à Resolução nº 72, um assunto que está sendo bastante discutido aqui no Senado e também na mídia, até com manifestações públicas, como as do dia 4, em Santa Catarina e São Paulo, muito fortes com relação a essa questão,

Na primeira parte da minha fala, Senador, eu coloquei que esse problema todo, esse conjunto de fatores que está acontecendo hoje, principalmente nos países desenvolvidos e que tem um impacto muito grande nos países em desenvolvimento, mais ainda aqui no Brasil, são resultado de que, hoje, há uma oferta muito grande de produtos, até porque a demanda desses mercados internos dos países europeus, assim como o americano e o japonês, diminuiu muito. Todos querem produzir mais, até porque as margens das empresas diminuíram. Você tem as linhas de produção e o desemprego aumentando, então, existe um esforço muito grande para recuperar a produção, para que essas fábricas estejam trabalhando a plena carga. Mas, como eles não têm mercado interno, eles estão tentando buscar esses países que tiveram crescimento da demanda.

Felizmente, como o senhor mesmo disse – e está aí no trabalho que foi apresentado –, nós tivemos aumento de renda aqui no Brasil, o poder de compra da nossa população aumentou. Então, num momento como este, em que você tem uma super oferta de produtos no mundo e uma demanda baixa, nós temos uma vantagem sobre aqueles que produzem lá fora que vai de 7,5% a 9%, a vantagem da chamada “guerra fiscal” nos portos.

Então, quem importa por esses Estados que incentivam através do diferimento do ICMS, está tendo uma vantagem sobre o produtor brasileiro, como disse, da ordem de 7,5% a 9%. Então, é muito perigoso, neste momento, termos essa falta de isonomia com o produtor brasileiro.

A posição da FIESP tem sido muito clara nesse sentido. Por que as empresas que produzem lá fora terão uma vantagem que nós, que produzimos aqui, que geramos emprego aqui no Brasil, não temos?

Nós temos vários trabalhos, desenvolvidos sobre esse tema, que apontam que, nos últimos anos, perdemos cerca de 900 mil empregos, em fábricas que deixaram de produzir aqui no Brasil e estão comprando esses produtos com esses incentivos existentes nesses Estados. E fizemos uma projeção, Senador, de que, até 2016, nós, se continuarmos com isso, vamos perder cerca de 1,5 a 1,6 milhão de empregos, que deixarão de ser criados aqui no Brasil para serem criados lá fora.

Então, a nossa posição é clara. Nós achamos que essa proposta de 4% no imposto interestadual, com a caracterização bem clara do que é o produto industrializado, até para que não haja uma maquiagem desses produtos, que continuariam sendo importados, mas que só pelo fato de você colocar um botão na camisa ou colocar o produto em uma embalagem, esse produto passe a ser considerado industrializado, embora tenha sido importado, ou seja, ele ser considerado como industrializado e continuar gozando desse benefício. Então, a nossa posição é bastante clara.

Tenho assistido a essas discussões aqui, participei até de algumas delas. Acho que as discussões estão muito bem encaminhadas. É bom que se reflita sobre isso porque também, em cima dessa discussão, estão aparecendo temas bastante importantes, como a desindustrialização, que foi colocada aqui.

A desindustrialização é fato. O Brasil tinha 30% da indústria com participação no PIB. No ano passado, foi 14,16%. Isso acontece normalmente quando se aumenta o PIB porque as pessoas demandam mais serviços. A pessoa que aumenta a renda quer ir a um clube, a um restaurante, quer fazer uma viagem de férias. Ela demanda mais serviços educacionais etc. Então, o serviço vai aumentando, mas o problema é

que ainda temos um PIB muito pequeno e uma participação muito baixa da indústria.

(manifestação fora do microfone.)

O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO – O grande problema é esse. Qual é a questão do câmbio? Falamos aqui bastante, eu tive a oportunidade de falar sobre juros e spread bancário. Então, há outra parcela desse problema, que é a liquidez internacional. Há muito dinheiro no mundo, mas não há projeto nos Estados Unidos e Europa. São poucos projetos. Para onde o sujeito vai levar o dinheiro? Para onde pode aplicar e ter maiores ganhos. No Brasil, uma boa parcela desse câmbio é desse dinheiro que vem para cá para aproveitar nossos juros altos. Com isso, valoriza-se o nosso câmbio.

O câmbio não teria problemas de se valorizar se pudéssemos ganhar maior competitividade para compensar a perda da competitividade com o câmbio. Mas como se ganha competitividade?

Aqui, no Brasil, por exemplo, os salários estão subindo acima da inflação. O salário mínimo subiu bastante, e os salários subiram acima da inflação, o que inclusive, é muito bom para a renda. Não estou dizendo que isso seja um problema; pelo contrário, pelo lado da demanda, isso tem sido muito bom para o Brasil. Mas os salários têm aumentado acima da inflação. Isso é fato. Também há essas políticas de distribuição de renda. Mesmo nos Estados Unidos, onde há essa política de distribuição de renda, que o senhor cita como exemplo, estão passando por dificuldades enormes nessa crise. Então, aumentar a produtividade pelo lado dos salários é impossível e não tem acontecido no Brasil nesses últimos anos.

Outra maneira de aumentar a produtividade é aumentar investimentos em máquinas novas, em tecnologias, em máquinas mais produtivas, trazer processos industriais novos etc. Mas, se eu sou um produtor, a primeira pergunta que me faço é a seguinte: por que vou aumentar minha produção se não tenho como vender mais? Não tenho como vender mais porque, no mercado interno, sofro concorrência de um pessoal que tem a vantagem do câmbio, tem a vantagem dos portos incentivados, que têm energia elétrica. Embora nossa matriz energética seja igual, por exemplo, à canadense, o nosso preço de energia é 86% acima do canadense. Estamos entre os três maiores preços de energia elétrica do mundo. A nossa indústria, com 14,6%, paga 34% dos impostos arrecadados no Brasil. Então, pelo lado tributário, temos uma série de desvantagens. Pelo lado da infraestrutura, também, porque é muito baixo o investimento em infraestrutura no Brasil. A nossa infraestrutura é ineficiente. Há aí, no trabalho

cuja cópia o Senhor tem, Senador, o custo adicional que pagamos por essa infraestrutura deficiente.

A outra coisa é a ociosidade. Como quem está capturando o crescimento são importações e não temos tido competitividade para exportar, as empresas estão trabalhando com ociosidade. Então, perdeu-se com os salários, perdeu-se com o baixo investimento, perdeu-se com a ociosidade. Então, a produtividade não aumenta, e não temos como compensar o câmbio. Estamos em um nó que precisa ser desatado. O senhor colocou muito bem, por exemplo, a questão da inflação. Se essa situação se perdurar, e como demonstrei no meu trabalho, essa população que está aumentando renda – muito através de maior crédito – vai querer comprar produtos industrializados. E se não tivermos condições e investimentos para aumentar esses produtos, isso vai ser inflacionário, porque ele vai ter que buscar produtos em outro lugar. E, se não houver investimentos em nossas fábricas, se estiverem com a capacidade superlotada, a tendência é aumentar os preços. Aí, sim, vai ser inflacionário.

Então, qual o grande problema que o Brasil tem hoje? Eu diria que é o baixíssimo investimento. O investimento tem sido na faixa de 19%, 18% em formação bruta de capital fixo: máquinas, equipamentos, construção, tecnologias e investimentos em infraestrutura. Enquanto estamos investindo entre 18% e 19%, a China está investindo mais de 40%, a Índia está investindo mais de 30%, a Coréia está investindo acima de 26%. Com o baixo investimento, vamos ter um problema porque até 2025 vamos ter que criar cento e cinquenta milhões de empregos.

O agronegócio no Brasil é muito bom? É. É ótimo. É bom que tenhamos o agronegócio, é bom que estejamos exportando, mas ele não tem capacidade de geração de cento e cinquenta milhões de empregos. Temos o setor de óleo e gás, em que se está investindo bastante. Ótimo! Vamos ter provavelmente, até 2020, quase R\$270 bilhões de investimentos. Muito bom. Vamos ter algum investimento em infraestrutura, até porque vamos ter vários eventos no Brasil (Copa do Mundo, Olímpadas), mas não são suficientes.

Estamos fazendo um trabalho na FIESP, em que envolvemos várias pessoas, vários especialistas, discutindo o potencial de crescimento socioeconômico do Brasil até 2025. Temos US\$10 mil em paridade de poder de compra de renda *per capita*. Quais seriam as alavancas que nós deveríamos ter para elevar esse aumento da economia, aumentando também a renda, aumentando a renda *per capita* e aumentando o índice IDH dos brasileiros? Dentro dessas alavancas, sem dúvida nenhuma, a mais importante é o Brasil ter um fluxo de investimento maior. É investir muito mais do

que está investindo agora. Só que as condições de investimento, hoje, no Brasil, são muito ruins. Então, quando colocamos o problema da indústria, dizendo que está havendo desindustrialização, dizem que é normal, que os Estados Unidos foi assim, que a Alemanha foi assim. Eles foram assim depois que estavam com renda *per capita* acima de vinte e cinco mil dólares por habitante/ano, enquanto a nossa é dez.

Então, é muito preocupante esse baixo investimento hoje no Brasil e as condições de se fazer um investimento.

Agora, quando o senhor olha pelo lado político, maravilha, a Presidenta tem recordes de avaliação positiva por parte da população. Quando se olhar pelo lado dos serviços, esses trinta milhões de brasileiros que tiveram aumento de renda estão usando serviços, mas o Brasil não tinha estrutura para atender a esse tipo de serviço. Então, falta gente para fazer unha, para cortar os cabelos, restaurantes. Nos restaurantes de São Paulo, por exemplo, paga-se um absurdo, porque a demanda de serviços aumentou muito e não temos como atender a essa demanda, o que faz com que os preços aumentem. Então, boa parcela dessa inflação é a inflação dos serviços. Se olharmos pelo lado do comércio, o comércio está mito bem, obrigado. Por quê? Porque ele usa o importado para fazer um leilão com produto brasileiro. Quantos comerciantes, essas grandes redes que existem o Brasil, falam o seguinte: "olha, se você não me vender nessas condições, vou importar. Então, pelo lado do comércio, ótimo! E, pelo lado do trabalho, como falei, a renda tem aumentado, os salários têm aumentado bem acima da inflação.

Então, o problema está muito concentrado na indústria. E volto a falar aqui: a indústria é uma alavancadora, é uma mola propulsora da economia como um todo. A economia, como está hoje, está assim: para cada dólar gerado na indústria, ela gera 2,2 no restante da economia. Por que o Brasil cresceu muito pouco em 2011 e vai continuar crescendo muito pouco nos próximos anos se a indústria não voltar a ter um crescimento alto? Porque é ela que alavanca. Embora os serviços e o comércio estejam bem, tivemos um crescimento medíocre de 2,7%. E, quando falo medíocre, estou falando de outros países da América Latina, eu estou comparando mesmo com a maioria dos países europeus e estou comparando com os Brics, que tiveram taxa de crescimento acima de 6,5 e foram muito maior que a nossa.

Então, temos que voltar sim a ter investimento, e, principalmente, investimento produtivo, aumentar a capacidade. Acho que a questão da inflação futura, uma boa parcela dela, para que a gente consiga ter períodos longos com baixa inflação, é a gente ter oferta

de produtos brasileiros mais adequada, produtos de melhor qualidade – o Sr. Senador falou muito bem ao citar inovação, tecnologia etc. – porque é muito fácil falar assim: olha, para se fazer inovação tem que aumentar em investimento e inovação. Mas, se ela não está investindo nem para aumentar a capacidade, quanto mais em investimento e inovação.

Então, eu fui um pouco breve na minha resposta, mas outra coisa que queria falar é com relação ao protecionismo, que foi muito bem colocado aqui.

Nós, na Fiesp somos totalmente contra o protecionismo. É até bom que haja a complementariedade de importações para que, muitas vezes, com produtos importados e outra parcela produzida aqui no Brasil, a gente possa ter produtos mais competitivos e exportar. Por isso que... aqui tem *drawback*, tem vários incentivos até para aumentar a importação, para que a gente possa exportar mais.

Agora, o que nós não podemos deixar é que, hoje, enquanto vários países são protecionistas – e aqui foi citada a Embraer, o presidente dos Estados Unidos falou na Boeing uma negociação que não tinha nada a ver com o contexto. O contexto da fala dele ali... sacou do bolso do colete a Boeing e não tinha absolutamente nada a ver com o contexto. Compras governamentais americanas são fortemente baseadas em empresas americanas. Alguma empresa brasileira que quiser vender – e aqui a Comissão também olha para isso, para a parte de defesa – não vai conseguir vender nenhum produto para lá. Então, não é questão do protecionismo para proteger um setor industrial ou alguns setores que não estão investindo, não estão se modernizando etc. Mas precisamos olhar com atenção porque esses países que têm ganhado participação no comércio internacional, isso tem uma política de comércio exterior muito agressiva no sentido de colocar mais produtos fora e também de diminuir o fluxo de produto, que é esse produto que entra deslealmente, aproveitando-se de salários baixos, aproveitando-se do desrespeito ao meio-ambiente, aproveitando-se de vários fatores que nós no Brasil não temos. Então, sob esse ponto de vista, proteger alguns segmentos industriais é importante. E também aqueles segmentos de tecnologia de ponta.

Dificilmente, Senador, quem tem tecnologia de ponta vai fazer investimento no País se ele tiver, pelo menos naquele período inicial, um certo tipo de proteção. Hoje, no Brasil, praticamente, na área de semicondutores, na área de nanotecnologia... temos pouca coisa na área de biotecnologia, na área de fotônica, mas é muito pouco, exatamente por isso: porque naquela fase inicial, para que se faça aqueles investimentos e até ter uma maturação daquele investimento tem que

ter algum tipo de proteção para que aquele investimento possa ganhar escala e com escala ele atingir o mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. José Ricardo Roriz Coelho, vice-Presidente da Federal das Indústrias do Estado de São Paulo.

Passo agora a palavra ao Prof. E Sociólogo Demétrio Magnoli.

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Muito bem. Eu vou ser muito breve e tratar só de três pontos.

Acho que o Senador Collor, Presidente da Comissão, fez uma extensa defesa da política externa brasileira.

Acho que não vale a pena fazer uma polêmica sobre isso. Acho que eu tenho uma visão de mundo e de política externa muito distinta dessa, inconciliável com essa, e acho que não vale a pena fazer uma grande polêmica sobre isso, porque eu já disse o que eu penso.

Eu só quero destacar o que me preocupa um pouco como argumentação, porque é uma argumentação um pouco como argumentação; é uma argumentação muito comum, inclusive na política externa brasileira, que é a crítica da política externa americana do governo Bush como pretexto para o antiamericanismo insistente, atual, da política externa brasileira.

Na época em que o governo George W. Bush definiu uma política externa, na verdade o grupo dos neoconservadores, cuja pedra de toque era a invasão do Iraque, naquele momento o governo brasileiro manteve um perfil muito baixo em relação à política do governo Bush; fez algumas críticas protocolares àquela política em um tom muito menor do que as críticas feitas pela Alemanha e a França. E depois se calou sobre esse assunto.

É interessante que a política externa – na minha opinião desastrosa, escrevi dezenas de artigos sobre isso – do governo George Bush tenha se tornado tão importante para o Brasil e para o discurso brasileiro quando não existe mais o governo Bush. Hoje, a política externa do governo Bush se transformou em um argumento permanente, inclusive numa fonte permanente de tomadas de posição, aqui, por exemplo, na Comissão de Relações Exteriores, com o pedido de fechamento – aliás correto – da prisão de Guantánamo; um pedido que não foi feito naquela época. Quando existiam torturas na prisão de Guantánamo, o Congresso brasileiro não pediu o fechamento da prisão. Quando as torturas deixaram de existir na prisão de Guantánamo e mudou o presidente, o Congresso brasileiro passou a pedir o fechamento da prisão de Guantánamo. Acho que isso é um dado curioso, que merece uma análise

política, merece ensaios de política – e me proponho a fazer um a qualquer hora –, por que um governo brasileiro, que se apresenta como de esquerda, critica e se opõe muito mais o governo de Barack Obama do que o governo Bush. Eu acho que a gente chegaria à conclusões muito interessantes se a gente procurasse responder a essa pergunta...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me Prof. Demétrio, mas é um apoio à iniciativa do Presidente Barack Obama, ainda não referendada pelo Congresso, de fechar Guantánamo...

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Não, não é nem isso. O presidente Obama por enquanto não fechou Guantánamo e merece ser criticado por isso. Não estou pedindo um apoio ao Obama. Muito longe disso...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Mas não falta apenas a sanção do Congresso?

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Não, não falta a sanção do Congresso, porque a decisão foi suspensa porque Barack Obama não resolveu o que fazer com os presos de lá, diante da crítica republicana de que é muito perigoso colocá-los em território americano, ele prefere não fazer nada até as eleições; e merece ser criticado por isso. Não estou contra a críticas ao Obama. Eu estou contra fazer das políticas de Bush um escudo para se explicar o apoio brasileiro aos piores regimes, e aos piores violadores dos direitos humanos no mundo árabe, por exemplo. Esse apoio acaba sendo sustentado com base na crítica do governo Bush.

Uma segunda coisa me preocupa mais amplamente do ponto de vista prático, que é o caso do Irã; é principalmente a relação do caso do Irã com os nossos programas de uso civil das tecnologias nucleares.

Ora, não é verdade que alguém acusou o Irã de fazer alguma coisa, mas o Irã abriu todas as suas instalações aos inspetores internacionais. Não, não é essa a história. Principalmente a história não é que os Estados Unidos acusaram o Irã de fazer alguma coisa, mas ele abriu as suas instalações e só quer usar a tecnologia nuclear com fins pacíficos. Não é isso.

Existe uma agência internacional de energia atômica, existe um tratado de não proliferação nuclear, do qual o Brasil é signatário, e essas fontes das suspeitas que pesam sobre o Irã, que não permite aos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica realizarem inspeções amplas, completas e sem restrições. Esse é o ponto. Não podemos encobrir, porque o Brasil é signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e faz parte da Agência Internacional de Energia Atômica. Nós não podemos, com base nas mais diversas teorias conspiratórias e nas mais diversas especulações, simplesmente descartar o fato de que existe o TNP e existem relatórios da Agência Internacional

de Energia Atômica, e que o que assegura de fato o uso pacífico da energia nuclear pelo Brasil, sem que o Brasil seja considerado um Estado pária e sem que tenha seu comércio internacional e as suas relações financeiras com o resto do mundo ameaçada, o que assegura isso é um conjunto de compromissos junto à Agência Internacional de Energia Atômica, compromissos esses definidos pela nossa assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Então, é justamente a nossa tranquilidade de desenvolver essas tecnologias, como país que resolveu não se tornar uma potência bélica nuclear, a nossa tranquilidade repousa justamente na nossa participação num sistema de controle de armas nucleares. E é a Agência que está no centro desse sistema que levanta suspeita sobre a atividade iraniana. A defesa do que faz o Irã, que é se esquivar da Agência Internacional de Energia Atômica, coloca em risco o nosso interesse nacional, que é o interesse de desenvolver o uso das tecnologias nucleares com fins pacíficos, e isso me preocupa.

A terceira coisa que me preocupa, e acho que me preocupa mais do que todas as outras, é o fato de que a nossa Constituição é vista como uma relíquia de outra época, em particular o fato que vou repetir de que a nossa Constituição coloca a promoção dos direitos humanos como um objetivo central da política externa brasileira à frente da autodeterminação das nações. Essa Constituição foi escrita quando nós saímos de uma ditadura militar, ela tem uma história, tem um contexto. É por isso que esse item aparece ali na Constituição. Mas, hoje em dia, acreditar nos discursos do governo e na maior parte dos discursos que partem do Congresso, nossa Constituição se transformou, pelo menos nesse aspecto, em letra morta, numa velha relíquia. Numa velha relíquia porque quando presidentes brasileiros vão a Cuba se saúda a capacidade de Cuba resistir, mas ninguém leva em conta o que está escrito na nossa Constituição. A nossa Constituição diz que nós queremos para os cubanos os mesmos direitos que os brasileiros têm.

Fazem esses discursos românticos sobre a resistência do fraco em relação ao forte. Bom, nós poderíamos pôr isso tudo numa certa perspectiva histórica, a crise dos mísseis apareceria aí, apareceria a guerra fria; muitas coisas apareceriam. Mas, isso não me importa muito. O que me importa mais é que aqui nesta Comissão se trata como um argumento sério que leva à derrota de um requerimento o argumento de que uma determinada dissidente cubana trabalha para a CIA. Esse argumento foi lançado contra todos os dissidentes da União Soviética, em todos os países do Bloco Soviético, durante décadas. É uma ver-

gonha! É intolerável do ponto de vista moral que um argumento como esse, depois do século XX, que nós conhecemos, seja aceito no congresso de um país democrático, no início do século XXI.

Foi sob o argumento de que eram agentes do comunismo internacional e agentes do ouro de Moscou que brasileiros foram presos e torturados, inclusive a Presidente do Brasil. É um argumento paralelo e similar ao argumento que se lança contra dissidentes cubanos hoje. Mas, o argumento que se lança contra dissidentes cubanos hoje é discutido sem escândalo moral, é base do voto de uma maioria da Comissão de Relações Exteriores do Senado, é aceito como um fato da vida, em vez de ser considerado um escândalo, um ato intolerável, um gesto que vai contra os valores do Brasil que estão inscritos na Constituição. É porque, infelizmente, sobre esse aspecto, a nossa Constituição passou a ser vista como um papel velho; e eu não acho que ela seja.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Professor, com a sua permissão.

No momento em que foi votada a questão do requerimento a que se referiu o Senador Eduardo Suplicy, em nenhum momento foi tocada a questão de a Srª Sánchez ser uma agente da CIA.

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – [*Intervenção fora do microfone.*] Falei do comentário...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas porque o senhor disse que com base no argumento de que ela pertencia à CIA é que a Comissão decidiu pela não aprovação.

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Esse é o argumento implícito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Certo, mas não foi, em momento nenhum, citado nesta Comissão que a Srª Yoani Sánchez fosse funcionária, ou agente, ou espiã da CIA. Não foi isso o que indicou a posição e a decisão majoritária, tomada aqui na Comissão e, volto a repetir, ratificada por todos os partidos do Senado Federal, no seu amplo espectro político, quando solicitou o adiamento da análise dos requerimentos apresentados para daqui a 30 dias.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – V. Exª tem razão. Quero dar o meu testemunho.

De fato, no diálogo havido aqui, não se chegou a mencionar que a Srª Yoani Sánchez seria ou teria o apoio da CIA pela maneira como se traduz e tudo.

Mas, nos diálogos informais com os colegas do PT, do PC do B, a líder do PC do B e do...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu, na realidade, estou ouvindo pela primeira vez essa questão.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Mas argumentaram comigo nesse sentido e foi até por essa razão, caro Senador Inácio Arruda, que eu então, pela primeira vez, dialoguei com ela e perguntei se quem traduzia os textos dela era algo financiado pela CIA. Ela falou que absolutamente, que eram pessoas que acham que é importante o direito de avaliação crítica.

Mas, eu aqui reitero, e falo ao meu caro amigo Inácio Arruda, porque espero que a votação do dia 10 de maio possa levar em conta aquilo que o próprio Demétrio Magnoli coloca. Acho que nós estaremos falando como amigos de Cuba e dos que querem a construção do socialismo através de meios democráticos que será bom que não se criem mais obstáculos para que Yoani Sánchez e outros cubanos possam sair e voltar de Cuba.

Quero aqui dizer que, no diálogo com ela, porque alguns disseram “Ah, ela vai sair e não volta mais”, ela declarou, na conversa comigo, que ela é cubana, quer continuar a viver em Cuba, que quer visitar o Brasil e outras nações, mas voltar a viver em Cuba e continuar a escrever.

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Senador, posso só dar um esclarecimento? Se ela quiser sair, ela pode. Se ela quiser sair e não voltar, esse direito ela tem. Ela não tem o direito de voltar. O governo lhe dá o direito de sair e não voltar mais.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Mas, não deu nem o visto de saída.

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Não, não. O direito de sair, ela tem. Ela não tem autorização de viagem e inclui o direito à volta.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu entendi que nem o de saída estão dando.

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Não. O de sair, eles preferem.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pois bem.

Assim como eu falo aqui na sua frente, Senador Inácio Arruda, assim como nós conhecemos Demétrio Magnoli como, um dos articulistas que mais fazem críticas, por exemplo, ao governo do Presidente Lula, da Presidenta Dilma. Hoje, aqui, foram feitas críticas à política externa, mas eu jamais imaginaria o Senador Inácio Arruda falar: “Não, O Demétrio Magnoli não pode mais aparecer na Internet, no Estadão, nem vir aqui, porque vai abalar...”

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Porque seria o contrário. Quem não aparece lá sou. Eles são muito democratas, mas quem não aparece lá somos, nós. A não ser para outros fins.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Portanto, espero que até a semana de 10 de maio, no dia em que for votado, possamos votar o que já foi para o consenso, para que os Estados Unidos acabem com o bloqueio, fechem Guantánamo, deem anistia aos cinco cubanos lá. E também possa o Senado sugerir a Cuba que acabe com as prisões de consciência e permita aos cidadãos entrarem e saírem, inclusive Yoani Sánchez. Esse é o conteúdo do requerimento.

Acredito que a reflexão do Prof. Demétrio Magnoli aqui contribuiu. Sinceramente, Presidente Fernando Collor, não considero que o argumento do diálogo entre Jimmy Carter e Chu En-Lai seja, digamos, uma justificativa para não aprovar a recomendação de que Cuba libere Yoani Sánchez para vir ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Claro que não. Mas são dois pesos e duas medidas. Foi uma comparação um pouco... Mas são fatos coadjuvantes.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Espero que todo o Congresso, inclusive os amigos democratas do PCdoB, do PSOL e do PT conformem-se na lei. Diz a sua carta de princípios que só se poderia compreender, um dia, a construção do socialismo com democracia e democracia com socialismo. Que todos, inclusive Senadores do PT, com amizade para com Cuba, votem os dois requerimentos em maio próximo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Eduardo Supilcy.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença dos Srs. Membros do Corpo Diplomático, que nos deram a satisfação de presenciar o debate hoje travado nesta Comissão: Sr. Embaixador José Fiúza Neto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador; Embaixador Evandro de Sampaio Didonet, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada da Espanha; Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada de Belarus; Sr. Mohsen Araghi, Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã; e o Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro Secretário da Embaixada da República da Guiné-Bissau.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço, mais uma vez, a honrosa presença dos nossos convidados de hoje, o Sr. Jose Ricardo Roriz Coelho,

Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, e do Prof. Sociólogo Demétrio Magnoli pela importante contribuição que ambos ofereceram a nossa Comissão, e a todos os ouvintes da Rádio e TV Senado.

Por fim, convoco as Sras. e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada dia 19 de abril quinta-feira, com pauta deliberativa neste plenário.

O SR. MOHSEN ARAGI – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – V. Ex^a deseja falar?

O SR. MOHSEN ARAGI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Então, passo a palavra ao Sr. Mohsen Aragi, Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã.

O SR. MOHSEN ARAGI – (*Exposição em língua estrangeira*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Sr. Mohsen Aragi, Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã.

Pergunto ao Prof. Demétrio Magnoli se ele gostaria de fazer alguma observação.

O SR. DEMÉTRIO MAGNOLI – Sim, eu gostaria de aceitar o convite e dizer, só para aclarar, que não fiz nenhuma acusação ao Irã. Eu acho que há um problema de tradução.

(*Exposição em língua estrangeira*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – As informações da Agência Internacional são bastante utilizadas mundo afora. Então, ninguém sabe, às vezes, a que interesse pode estar servindo.

Claro! Acho que esse é o grande problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Dito isso, mais uma vez, convoco as Sras. e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 19 de abril, quinta-feira, com pauta deliberativa, neste plenário.

Muito obrigado pela presença de todos os senhores e senhoras.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 19^a REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezenove de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a

Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor, Aloyo Nunes Ferreira e Sérgio Souza**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jânio Vasconcelos, Paulo Bauer, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **Cristovam Buarque e Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 16^a, 17^a e 18^a Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos Comunicados da Presidência e Requerimentos. O Despacho *Ad Referendum*, exarado pela Presidência da Comissão para o **Requerimento nº 280, de 2012**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que “*requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, com ônus para Casa, no período de 20 a 22 de abril de 2012 para participar, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e Vice-Presidente do Parlamento Latinoamericano, da primeira reunião de 2012 da Junta Diretiva, que ocorrerá na cidade do Panamá – República do Panamá, atendendo a convite do Presidente do Parlamento Latinoamericano e do Secretário Executivo*”, é aprovado pelo Plenário. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 07, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ FIUZA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador*”. **Relator:** Senador **Cristovam Buarque**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 10, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria*”. **Relatora:** Senadora **Vanessa Grazziotin**. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 19, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia*”. **Relator:**

Senador **Eduardo Suplicy**. Os Embaixadores **José Fiúza Neto, Evandro de Sampaio Didonet e Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, Sérgio Souza e Eduardo Suplicy**. A reunião é tornada secreta às doze horas e quatro minutos e reaberta às doze horas e cinco minutos. Resultado dos itens 1, 2 e 3: sabatinas realizadas. O Presidente anuncia a aprovação dos Embaixadores indicados. O Senador **Aloysio Nunes Ferreira** assume a Presidência e retoma a análise da Pauta. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 12, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MÁRCIO ARAUJO LAGE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana”. Relator ad hoc: Senador **Jorge Viana**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Mensagem (SF) nº 18, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca”. Relator: Senador **Cyro Miranda**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. O Senador **Sérgio Souza** assume a Presidência. **Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2012**, de autoria do Senador **Francisco Dornelles**, que “altera o § 7º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplina o capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, para alterar o valor das operações de câmbio que não necessitam de contrato de câmbio para até dez mil dólares, conforme instituído pela Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006”. Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: Aprovado. O Senador **Aloysio Nunes Ferreira** reassume a Presidência. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar,

Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010”. Relatora ad hoc: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: Aprovado. **Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 16 de abril de 2008”. Relator ad hoc: Senador **Jorge Viana**. Resultado: Aprovado. **Item 9 – Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC Nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009”. Relator: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: Aprovado. **Item 10 – Requerimento nº 1416, de 2011**, de autoria da Senadora **Marinor Brito**, que “requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pela passagem dos 68 anos da libertação do Líbano da dominação francesa em 1943”. Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: Aprovado. **Item 11 – Requerimento nº 18, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que requer, “com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrerestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 60, de 2012, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2010, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie a Excelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações”. Resultado: Aprovado. **Item 12 – Requerimento nº 19, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que requer, “nos termos do art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, para debater a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, bem como sobre os diversos Programas desenvolvidos no âmbito daquela Pasta”. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pu-

blicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e, consequentemente, a aprovação das Atas da 16ª, 17ª e 18ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Da parte de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, recebemos um ofício, em que S. Exª diz:

“Com meus cordiais cumprimentos, informo a V. Exª que estarei impossibilitado de comparecer aos trabalhos desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no período de 20 a 27 de março do corrente ano, pelos motivos especificados na cópia do requerimento anexo.

Solicito as necessárias providências com relação à justificação da minha frequência junto a esta Comissão.

Senador Cristovam Buarque”

Essa solicitação está sendo atendida neste momento. O motivo da ausência do Senador Cristovam é uma missão política e cultural de interesse parlamentar no exterior, como membro do grupo de coordenação do cálculo do IDH do Fórum Nacional de Desenvolvimento Humano, organizado pelo Pnud, em Istambul, na Turquia.

Há sobre a mesa requerimento de autoria de S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin:

“Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com a presença das seguintes autoridades: Embaixador Alejandro Gordillo, Secretário-Geral da OTCA; Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA; Embaixador do Equador no Brasil, Horacio Sevilla Borja, Presidente da Comissão de Coordena-

ção do Conselho de Cooperação Amazônica; Embaixador Antonio José Ferreira Simões.”

Justifica S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, dizendo:

“Tendo sido celebrado, em 1978, por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, o Tratado de Cooperação Amazônica é um instrumento jurídico que reconhece a natureza transfronteiriça da Amazônia.

O Tratado tem como objetivo central a promoção do desenvolvimento harmônico da Amazônia e incorporação de seus territórios às respectivas economias nacionais, o que é fundamental para a manutenção do equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente.”

Conclui a Senadora:

“Diante da grande relevância do Tratado para os países amazônicos e tendo em vista a proximidade da realização da Conferência Rio+20, considero fundamental que os representantes da OTCA exponham, em audiência pública nesta Comissão, os objetivos e o trabalho que vem sendo desenvolvido por essa Organização, razão por que formulo a presente solicitação de audiência pública.

Senadora Vanessa Grazziotin.”

Há comunicados a serem feitos.

O Ministério da Defesa vai implantar, até o dia 30 próximo de abril, o Serviço de Informação ao Cidadão. A novidade foi dada em reunião ordinária do Grupo de Trabalho da Lei de Acesso à Informação, que ocorreu, no dia 13 deste mês, no auditório do Ministério. A Lei nº 12.527 tem o objetivo de disponibilizar aos cidadãos o acesso a documentos e informações oficiais e entra em vigor no dia 16 de maio.

O Serviço de Informação ao Cidadão será o espaço para o recebimento de pedidos de consulta a esses documentos. Cada órgão central e cada sede administrativa do Governo devem ter, segundo a nossa norma, pelo menos uma unidade física para desenvolver esse serviço. Segundo a nova norma, pelo menos haverá uma unidade física para desenvolver esse serviço.

Há outro comunicado do Ministério da Defesa:

“Uma comitiva do Ministério da Defesa foi à Nova Delhi, na Índia, participar da Feira Internacional de Produtos de Defesa e Segurança. Na ocasião, oficiais brasileiros mantiveram contato com fabricantes britânicos, canadenses, franceses, indianos, israelenses, italianos, norte-americanos e sul-americanos.

A missão faz parte de um conjunto de ações desencadeadas pelo Ministério da Defesa do Brasil na busca do fortalecimento das relações com os países que compõem o BRICS, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.”

Hoje, dia 19 de abril, é Dia do Soldado, e eu gostaria, em nome de todos os integrantes desta Comissão, de cumprimentar o Ministério da Defesa e, particularmente, o Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Peri, pela data.

Há outro comunicado da Presidência que trata da missão do Sr. Kofi Annan em relação à Síria.

A missão negociadora do antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para resolver a grave situação da Síria, tem se revelado extremamente difícil. Kofi Annan, que tem mandato conjunto das Nações Unidas e da Liga Árabe, havia estabelecido calendário, inicialmente aceito tanto pelo governo sírio como pela oposição, que previa para o dia 10 de abril a retirada de tropas e armamentos pesados governamentais das áreas mais críticas. A essa retirada, seguir-se-ia um cessar-fogo em 48 horas. Portanto, no dia 12 de abril, terminariam os combates, e o próximo passo seria a realização de conversações entre as duas partes.

A retirada das forças da situação não se efetuou, e o governo de Damasco procurou consolidar os ganhos obtidos com as últimas e pesadas ofensivas. O governo de Bashar al-Assad mudou sua posição e apresentou nova condição: a obtenção de compromisso escrito da oposição no sentido de depor armas antes do recuo das forças governamentais, além do fim do apoio estrangeiro, por meio de armas, aos rebeldes.

Note-se que a Arábia Saudita e o Catar têm fornecido armamentos à oposição, enquanto os Estados Unidos fornecem ajuda não letal, como instrumentos de comunicação, remédios e informações obtidas por seus serviços especiais.

O cumprimento da promessa de Assad foi transferido para o dia 12, o que foi visto com ceticismo. Há claramente um impasse na missão Annan, pois tem aumentado a desconfiança entre o governo sírio e a oposição. Cada parte pensa que a retirada de suas forças levaria a uma cristalização dos ganhos da outra. Embora o negociador da Organização das Nações Unidas (ONU) tenha afirmado contar com a garantia do regime e dos rebeldes, é pouco crível uma cessação de hostilidades em um conflito que já dura mais de um ano e que se tem radicalizado.

Acresce que os militares sírios pressionam o governo para não ceder e que Assad ainda mantém certo grau de legitimidade. No âmbito de suas negociações, Annan declara ter obtido apoio do Irã para seu plano de paz, embora Teerã continue firme aliado de Assad.

Outros dois aliados, a China e a Rússia, também se manifestaram com um pouco mais de flexibilidade. A China, oficialmente, instou o governo sírio a apoiar o plano de paz. O Chanceler russo, Sergei Lavrov, pediu a seu homólogo sírio que favorecesse a abordagem do enviado especial das Nações Unidas e da Liga Árabe. O governo russo aproveitou a oportunidade de reunião entre os dois chanceleres para mandar um recado. Disse ele que nem todos os grupos rebeldes aceitam o plano de Kofi Annan e que os países ocidentais que têm boas relações com a oposição deviam pressioná-la a seguir as iniciativas do negociador e não ficar criticando a Rússia e a China.

Mais delicada e potencialmente explosiva é a situação na fronteira com a Turquia, país que já recebeu mais de 25 mil refugiados e cujos campos foram visitados pelo enviado especial das Nações Unidas. O exército sírio, em combate contra os rebeldes, atingiu refugiados e cidadãos turcos em território da Turquia. O Primeiro-Ministro turco, em visita à China, protestou contra a violação da fronteira e alertou que tomará as medidas necessárias. Assistiu-se ao aumento das possibilidades de internacionalização do conflito, extremamente perigosa, pois a Turquia é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A diplomacia turca não hesita em citar o acordo de segurança coletiva, que é o fundamento legal da Aliança Atlântica e que prevê que o ataque a um dos membros será considerado um ataque a todos. É o que diz o acordo de segurança coletiva, que é o fundamento legal da Aliança Atlântica, no seu art. 5º.

Apesar da descrença generalizada, um cessar-fogo frágil e relativo, com muitas acusações mútuas de desobediência, foi obtido, o que propiciou resolução da ONU, em 15 de abril último, prevendo o envio de até 30 observadores das Nações Unidas, que, já no dia 16 de abril, começaram a chegar à Síria. Foi a primeira vez que houve consenso na ONU, incluindo a Rússia e a China, sobre a questão síria. Esse é um fato importante.

Por outro lado, realizou-se em Paris reunião dos Amigos da Síria, que se seguiu ao Encontro de Istambul. O Chanceler francês disse que as sanções já reduziram pela metade as reservas sírias, o que já está reduzindo a capacidade de o governo sírio se defender e neutralizar a oposição. Embora essa reunião tivesse nível técnico, o Chanceler russo a criticou, de Moscou, como sendo uma ação fora do âmbito da ONU que encoraja os rebeldes a não negociarem. Apesar de todas as naturais dificuldades, a missão Kofi Annan coloca-se, no entanto, neste momento, como a única alternativa ao prosseguimento da rebelião, da repressão do governo sírio e da internacionalização da crise.

Há um segundo comunicado que trata da Iniciativa de Genebra.

Foi realizada, nesta Comissão, no último dia 12 de abril, quinta-feira, audiência pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e de sua congênere na Câmara dos Deputados, com o objetivo de homenagear a Iniciativa de Genebra, modelo para um acordo de paz israelo-palestino, e a criação de um Estado palestino. A audiência contou com a presença da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, Deputada Perpétua Almeida, e do Deputado Alfredo Sirkis, autor da iniciativa. Para os debates, foram convidados S. Ex^{as}s os Srs. Yossi Beilin, ex-Ministro da Justiça de Israel, e Yasser Abed Rabbo, Secretário-Geral da Organização de Libertação da Palestina e ex-Ministro da Cultura da Autoridade Palestina, que conduziram a Iniciativa de Genebra em 2003, após o fracasso das negociações oficiais por um acordo definitivo de paz, interrompidas bruscamente pelas políticas adotadas pelo então governo de Israel e pelo Hamas.

Precedendo os expositores, o Deputado Alfredo Sirkis recordou que os dois homenageados, com o auxílio de outros negociadores e especialistas, decidiram, por conta própria, continuar trabalhando, apesar do fim das negociações oficiais. Esse trabalho, que resultou no Acordo de Genebra, até hoje, segundo o Deputado, é a proposta mais completa para uma paz justa e duradoura entre Israel e os palestinos, uma vez que resolve todos os problemas de fronteiras, com base na resolução da ONU de 1967; reconhece Jerusalém Leste como a capital da Palestina e Jerusalém Oeste como a capital de Israel; oferece garantias de segurança para Israel; e soluciona, de forma equilibrada, a questão dos refugiados – no caso, refugiados palestinos –, reconhecendo o seu drama histórico e a justiça do seu pleito, sem, no entanto, alterar o equilíbrio demográfico no Estado de Israel. Ressaltou ainda o Deputado que o Acordo de Genebra continua sendo a referência de todos aqueles que acreditam ser possível a paz entre Israel e palestinos, baseada na fórmula de dois Estados.

Proseguiu o Deputado: “Atualmente, é mais que oportuno se lembrar desse Acordo no momento em que as atenções do mundo se voltam para os riscos de guerra com o Irã e para a guerra civil na Síria, quando sabemos que o nó górdio dos problemas do Oriente Médio é a paz justa entre Israel e Palestina”.

Concluindo, ele afirmou que o Brasil tem longa tradição de parceiro pela paz no Oriente Médio e de mediador de conflitos e que o Congresso Nacional, por meio das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, deve se posicionar a esse respeito e reconhecer que existe um caminho para a paz, expresso de forma detalhada na iniciativa de Genebra.

Segundo o ex-Ministro da Justiça de Israel, Yossi Beilin, até que se chegasse ao Acordo de Genebra, foram grandes as dificuldades enfrentadas, durante dois anos e meio, por aquele grupo de pessoas que, por acreditar em uma solução para a paz, decidiu negociá-la informalmente.

Ele afirmou que o grupo sofreu a oposição do então Primeiro-Ministro de Israel, Ariel Sharon, que considerou sua iniciativa informal como uma traição. Porém, diversos líderes mundiais apresentaram seu apoio ao grupo.

Na opinião de Yossi Beilin, hoje, o mundo sabe quais são as soluções para o conflito. No entanto, da parte de Israel, ele disse que o atual Primeiro-Ministro, apesar de querer a paz, não está pronto a pagar um preço por ela, o que, em sua opinião, é o mesmo que não deseja-la. Enquanto isso, do lado palestino, o líder Mahmoud Abbas está pronto para a paz, mas é difícil para ele falar em nome de Gaza após a vitória da facção do Hamas naquele território.

Portanto, concluiu ele, a dificuldade do lado palestino encontra-se na obtenção da paz, enquanto que, do lado de Israel, o problema reside na falta de disposição para esse fim.

Por sua vez, o Secretário-Geral da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Abed Rabbo, afirmou que o compromisso histórico da Iniciativa de Genebra provou que a paz é possível de ser alcançada e que a solução para o conflito entre Israel e os palestinos tem nesse documento um modelo bastante detalhado e realista. Ele ressaltou, em primeiro lugar, a necessidade de se buscar uma solução para a histórica região da Palestina, na qual Israel criou seu próprio Estado e o povo palestino tem sido privado do seu direito à autodeterminação e ao estabelecimento de um Estado independente.

Em segundo lugar, Israel está ocupando territórios que, de acordo com a lei internacional, pertencem a um futuro Estado palestino independente. Para ele, o principal problema é essa ocupação, acompanhada de assentamentos e edificações e do estabelecimento de milhares de colonos no território palestino. Ele defende a necessidade de acabar com os assentamentos e acredita que o Acordo de Genebra foi e continua sendo um modelo para que esse conflito seja resolvido, por se tratar de uma abordagem prática, cujas linhas básicas devem ser mantidas, se quisermos uma solução baseada em dois Estados, com o reconhecimento mútuo de ambos os países.

Durante a audiência pública, foi proposta a moção conjunta das duas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados pela paz entre israelenses e palestinos. O documento tomou o nome de Apelo de Brasília

e deverá ser submetido à apreciação do Plenário de ambas as Comissões.

Iniciamos nossa pauta do dia de hoje.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2012 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Fiúza Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: a Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observação: – No dia 29/03/2012, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2012 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (substituído por *ad hoc*).

Relatoria ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: a Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observação: – No dia 29/03/2012, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2012 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: a Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observação: – No dia 29/03/2012, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.

Convidado para que tomem assento à Mesa, ao tempo em que lhes apresento os votos de boas-vindas, em nome dos integrantes desta Comissão, os Srs. Embaixadores José Fiúza Neto, indicado para a República de El Salvador; o Embaixador Evandro de Sampaio Didonet, indicado para a República da Áustria; e o Embaixador Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar, indicado para a Líbia. (Pausa.)

Passo a palavra ao Sr. Embaixador José Fiúza Neto, indicado para a República de El Salvador, para que faça a sua exposição.

O SR. JOSÉ FIÚZA NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de apresentar meus cumprimentos e minhas saudações a V. Exª e também aos Srs. Senadores, à Srª Senadora e, em particular, ao Senador Cristovam Buarque, Relator da minha indicação, que, infelizmente, não pôde estar presente nesta reunião por motivo de viagem.

Quero dizer também do meu renovado sentimento de honra profissional em estar novamente aqui diante desta Comissão. E digo “renovado sentimento”, porque aqui estive pela primeira vez em 2008, quando foi apreciada a minha designação para ser Embaixador do Brasil na República da Guiné, na África, onde me encontro até o momento.

Permita-me, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dar uma breve pincelada, fazer uma breve fotografia do país para o qual estou designado, que é o menor país da América Central, El Salvador. Na realidade, é o menor país das três Américas, mas, ao mesmo tempo, o país mais densamente povoado da América Central. Uma característica também que deveria ser apontada é o fato de ser um país da América Central que tem fronteira marítima apenas com o Oceano Pacífico, ao contrário da maioria dos outros países da região que têm fronteira marítima tanto com o Oceano Pacífico quanto com o mar do Caribe.

Uma visão política e de organização institucional do País aponta para o seguinte: trata-se de uma República presidencialista, organizada em três Poderes. O Chefe do Executivo é eleito pelo voto popular para um mandato de cinco anos, não renovável consecutivamente. O Legislativo é unicameral, constituído de uma Assembleia de Deputados, com 84 Deputados. E o Poder Judiciário tem na Corte Suprema de Justiça a sua instância mais alta, constituída de quinze magistrados, eleitos pela Assembleia Legislativa.

O atual panorama político de El Salvador, na minha opinião, não poderá ser visto se não levarmos em consideração a guerra civil que assolou esse país durante doze anos, no período de 1980 até 1992. Foi uma conflagração, um conflito interno de violência acentuadíssima, que deixou um saldo de cerca de oitenta mil mortos.

A referência que deve ser feita à guerra civil é a de que o espectro político salvadorenho é dominado por duas agremiações, por dois partidos que, ideologicamente, são egressos do conflito: de um lado, à direita, está a Aliança Republicana Nacional, mais conhecida como Arena; de outro lado, à esquerda, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

É claro que existem outros partidos, mas são pequenos partidos que se agrupam eventualmente ao lado de uma ou outra organização principal, de um ou outro partido principal.

Desde 1994, ano em que se realizaram as primeiras eleições após o conflito, após a guerra civil, esse cenário político vem sendo dominado pela Arena, até que, em 2009, a Frente Farabundo Martí logrou chegar ao poder pela eleição do Presidente Mauricio Funes, que governa atualmente o país.

Outro dado importante politicamente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, fazer uma indagação?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A guerra civil terminou com um armistício? Houve um acordo de paz ou um acordo institucional?

O SR. JOSÉ FIUZA NETO – Terminou com um acordo assinado na Cidade do México em 1992. As duas partes beligerantes – a Arena, que não tinha esse nome, mas que era a organização do poder, da elite empresarial, dos militares, e a Frente Farabundo Martí – decidiram, como produto desses acordos de paz, trilhar a pugna democrática legislativa, transformaram-se em partidos e assim vêm se comportando até hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. JOSÉ FIUZA NETO – Eu dizia que outro dado importante atual quanto ao cenário político do país foi a realização das eleições legislativas e municipais em março passado.

A Câmara dos Deputados é renovável a cada três anos. O Presidente, como eu disse, é eleito por cinco anos, não renovável consecutivamente. E a Câmara e os prefeitos são renovados a cada três anos.

Nas últimas eleições, a Arena logrou uma vitória: recuperou a maioria na Assembleia e também nas prefeituras, inclusive na de San Salvador, a capital, que é muito importante no contexto político do país. Essa é uma sinalização de que poderá haver uma mudança política no país, nas eleições programadas para 2014.

No contexto econômico, El Salvador, depois da guerra civil, durante os anos 90 e no início deste século, logrou um desenvolvimento econômico bastante acentuado, acusou índices de crescimento da ordem de 6% e se transformou na terceira economia da região, atrás do Panamá e da Guatemala. Mas, obviamente, os efeitos da crise mundial econômica dos últimos tempos, a partir, sobretudo, de 2009, afetaram muitíssimo o país, que, naquele ano, registrou uma retração de 3,5% do PIB e que tem obtido, desde então, crescimentos muito pequenos, muito pouco significativos.

Qual a razão disso? Uma crise econômica mundial pode afetar todos os países, mas, no caso de El Salvador, ela é mais incidente, porque há um atrelamento econômico e político excessivo do país com relação aos Estados Unidos. Há razões históricas para isso, mas há um dado fundamental, puro, simples e singelo a respeito dessa contração: vivem nos Estados Unidos cerca de 2,5 milhões de salvadorenhos – é a maior diáspora da região –, que remetem a El Salvador, anualmente, US\$3,5 bilhões, ou seja, 16% do PIB do país. Obviamente, com a contração econômica nos Estados Unidos, com a diminuição de empregos etc, essas remessas se retraem também.

Isso significou também a diminuição de investimentos sociais por parte do novo governo do Presidente Mauricio Funes, que foi eleito numa bandeira de governo social, de distribuição de renda, de inclusão social. Isso também tem provocado um aumento exponencial na criminalidade do país, que, hoje, acusa uma taxa de homicídios de 71 por 100 mil habitantes, uma das maiores do mundo. Ocasionalmente, contra a vontade e a própria opinião do Presidente, um envolvimento dos militares na repressão a essa criminalidade e o dispêndio de 11% do PIB nessa mesma batalha. Então, a situação atual, em termos econômicos, não é das melhores, mas, de qualquer forma, o governo tem procurado manter sua programação social.

Em termos de relações bilaterais Brasil-El Salvador, devo dizer que são relações fraternas, que existem desde 1906, mas que ganharam impulso acentuado nos últimos dez anos, na esteira da maior presença brasileira na região e, particularmente, a partir de 2009, com a eleição do Presidente Mauricio Funes, que, nos seus discursos, sempre ressaltou o Brasil como modelo de políticas de inclusão social, de distribuição de renda etc. Certamente, esse relacionamento, esse

estreitamento ainda maior se dará por conta do fato de que a Primeira-Dama do país é brasileira e tem sob sua responsabilidade uma secretaria de governo dedicada a programas de inclusão social.

O relacionamento brasileiro é centrado fundamentalmente na cooperação técnica. El Salvador é, hoje, o maior recipiente de programas de cooperação técnica do Brasil. Hoje, são ao todo 26 programas, que abarcam um quadro de áreas como saúde, agricultura familiar e segurança e outros itens, mas, fundamentalmente, são esses que citei. Esses programas são focados na demanda do País, mas também obedecem a uma intenção nossa de fortalecer potencialidades de integração regional.

Há também de citar que o Brasil tem estado muito presente no País em termos de assistência humanitária. O país, como é do conhecimento dos senhores, é vítima constante de abalos sísmicos, de erupções vulcânicas, de inundações. O Brasil, nesses momentos, tem participado também da ajuda humanitária a El Salvador.

Em termos de comércio bilateral, El Salvador, como todos os países da região, da América Central, tem comércio amplamente superavitário em favor do Brasil. Para os senhores terem uma ideia, em 2010, por exemplo, em números redondos, o comércio total foi de US\$189 milhões, sendo que o Brasil exportou US\$183 milhões e importou US\$5 milhões. Em anos anteriores, há dois anos, esse comércio chegou a quase US\$250 milhões por conta da venda de aviões da Embraer à companhia aérea Taca.

A presença empresarial brasileira é ainda incipiente, mas há terreno e potencialidades para uma expansão significativa, assunto que me leva agora a dizer que, caso eu conte com a aprovação dos senhores, o meu plano de atuação naquele país tem um propósito muito bem delineado, com a manutenção, é claro, do acordo de cooperação, com a manutenção das nossas excelentes relações políticas, mas eu faria um esforço concentrado em obter uma maior presença empresarial brasileira naquele país.

Existem três projetos ainda no nascedouro, ainda dependentes de tratativas, de negociações, para os quais pretendo dar minha contribuição. O primeiro deles diz respeito à venda de grande número de ônibus para a renovação da frota da capital, San Salvador. Isso se encontra ainda em negociação com as empresas brasileiras envolvidas, a Marcopolo e a Mercedes-Benz, e com as autoridades salvadorenhas. E deveremos também contar com um possível financiamento do BNDES.

O segundo e mais importante projeto diz respeito à construção da hidrelétrica El Cimarrón, cuja programação inicial prevê uma produção de 216 me-

gawatts. Uma empresa brasileira já realizou estudos de viabilidade. Outra empresa brasileira possivelmente se encarregará da execução do projeto. Busca-se o financiamento do BNDES. Mas esse é um projeto que ainda está em negociação, porque há problemas de impacto ambiental a serem considerados. De qualquer forma, é uma oportunidade de o Brasil estar presente em uma obra de grande vulto, que é importante para a segurança energética do país. O país não tem um déficit energético atualmente, mas o terá no curto prazo, caso não haja investimentos na área.

E, finalmente, falo da produção de biocombustíveis no âmbito de acordos bilaterais já existentes. Também há um memorando de entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos para a produção de biocombustíveis em várias partes do mundo.

Pesquisas já iniciadas pela Fundação Getúlio Vargas apontaram para um projeto piloto para a produção de etanol, para a mistura de combustíveis na frota oficial do país e também para a possível construção de uma usina de etanol para a produção anual de 150 milhões de litros. Isso será feito a partir desses estudos e recomendações da própria Fundação Getúlio Vargas.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são essas as minhas considerações. Estou à disposição para qualquer outro esclarecimento adicional que V. Ex^a, Sr. Presidente, e os Srs. Senadores tenham por bem a mim solicitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador José Fiúza Neto, indicado para a República de El Salvador.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Evandro de Sampaio Didonet, indicado para a República da Áustria.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exm^{os}s Srs. Senadores e demais presentes, estou muito honrado pela oportunidade de ser sabatinado por V. Ex^as. Nos últimos cinco anos, fui o diretor da área do Itamaraty responsável pela negociação de acordos comerciais extrarregionais. Então, nessa minha função, tive o privilégio, em várias oportunidades, de manter contato com membros do Congresso Nacional para falar a respeito de temas das negociações entre Mercosul e União Europeia, entre Mercosul e Egito, entre Mercosul e Israel, entre Mercosul e Palestina, entre membros da União Aduaneira da África Austral, a Índia e outros. Eu queria enfatizar, nesta oportunidade, que esses contatos com membros do Congresso Nacional foram sempre muito proveitosos e, sobretudo, para mim, muito enriquecedores, sempre acrescentando enfoques que facilitavam o tratamento do tema.

Então, nesse espírito, eu gostaria de dizer que, caso meu nome seja aprovado por V. Ex^{as}s, darei prioridade à continuação desses contatos com parlamentares e que, no caso da Áustria, sobretudo, darei apoio às iniciativas do Grupo Parlamentar Brasil-Áustria.

Dito isso, teço um breve retrato sobre a Áustria.

Em uma expressão muito simples, pode-se dizer que a história da Áustria, desde a recuperação da sua plena soberania, em 1955, tem seguido uma trajetória de sucesso. A Áustria é um país com 8,4 milhões de habitantes. O seu PIB está na faixa de 400 bilhões, e a renda *per capita* está acima de US\$40 mil. A sua rede de proteção social é tida como uma das mais avançadas da Europa.

É uma república parlamentarista. Desde 2007, é governada por uma coalizão dos dois principais partidos socialistas e populares ou, de forma simplificada, pela social-democracia e pela democracia-cristã. Cumpre o domínio dos socialistas, sendo o Primeiro-Ministro, desde dezembro de 2008, o Sr. Werner Faymann, socialista.

As últimas eleições parlamentares foram realizadas em 2008, e as próximas eleições serão realizadas em 2013. Os analistas são unânimes em prever que essa coalizão entre socialistas e populares se manterá pelo menos até 2013.

Outros três partidos representados no parlamento no momento são os Verdes e dois partidos de direita, os liberais e uma dissidência dos liberais, a chamada Aliança Para o Futuro da Áustria.

No plano econômico financeiro, a Áustria não ficou imune às turbulências, à crise econômica global e à crise europeia. Houve uma queda significativa do PIB em 2009, 4%; o país se recuperou, mas está novamente numa fase de desaceleração econômica.

No entanto, em termos comparativos, no contexto europeu, a situação da Áustria pode ser vista como muito confortável. As finanças públicas estão sob controle. Um dado me chamou muito a atenção: a taxa de desemprego é de 4,1%, que é praticamente uma taxa de pleno emprego. Se, nessa conjuntura, esse país é capaz de manter essa taxa de desemprego, isso dá uma ideia da vitalidade econômica da Áustria.

Fica a impressão de que essa boa situação econômica da Áustria tem a ver com o fato de que o país foi e tem sido capaz de enfrentar os deslocamentos da globalização. A Áustria mantém uma indústria forte, a participação da indústria no PIB da Áustria tem um percentual alto para países desenvolvidos, 30%.

Sr. Presidente, na audiência pelo senhor presidida aqui na segunda-feira, foi mencionado que, no Brasil, o percentual da indústria no PIB caiu para 14%. Na Áustria, esse percentual é de 30%. Lá é forte o setor

de serviços: turismo, serviços bancários, serviços de transporte.

Portanto, em resumo, apesar das preocupações com o contexto mais amplo na Europa, esse é um quadro econômico marcadamente favorável.

No plano externo, a característica fundamental da inserção internacional da Áustria, no plano político, econômico e comercial, é a participação na União Europeia. Mais de 70% das exportações e importações da Áustria são feitas com parceiros da União Europeia. Esse é um percentual extremamente significativo e é mais alto ainda se acrescentarmos aqueles outros países do entorno europeu: Suíça, Rússia, etc. Com isso, o percentual iria para mais de 80%.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A Alemanha, principalmente.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – A Alemanha, sim, Sr. Presidente, tem em torno de um terço das exportações e exportações da Áustria. Soma-das Alemanha, Itália e Suíça, o percentual é de 50%.

Além da União Européia, outros elementos importantes da política externa austríaca são a noção de um espaço comum na Europa Central, as relações com a Europa Oriental, a Europa do Leste, e a presença no mundo árabe. E, cada vez mais, é dada uma atenção crescente às grandes economias emergentes, entre as quais está o Brasil.

Com isso, passo a uma breve visão sobre as relações bilaterais Brasil/Áustria.

Nessas relações, temos um patrimônio histórico muito claro de simpatia, de cordialidade recíproca, e as referências são conhecidas. Nossa primeira Imperatriz, a Imperatriz Leopoldina, mãe de D. Pedro II, é Habsburgo. Depois, mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o porto de refúgio do conhecido escritor austríaco Stefan Zweig, que aqui escreveu e divulgou o livro que popularizou a expressão “Brasil, país do futuro”.

E haveria outras referências históricas interessantes, mas, até por uma questão de tempo, eu acho que a noção fundamental é a de que temos uma boa base sobre a qual trabalhar.

Nesse sentido, sem deixar de lado, obviamente, todos aqueles temas que são parte da rotina de uma embaixada – assistência consular, vistos, divulgação, promoção cultural etc –, sem deixar de lado toda essa ampla gama da rotina de trabalho de uma embaixada, eu gostaria de mencionar três prioridades de trabalho que identifiquei na minha preparação para esta sabatina e que estão em linha com as instruções e orientações que recebi das chefias do Itamaraty. Entre essas três prioridades, a número um é a continuidade e o aprofundamento de um diálogo político, que já é bom. Tem

havido frequentes contatos em alto nível, inclusive em nível ministerial.

Aqui, eu me valho de uma observação muito pertinente que o meu Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, colocou em seu relatório: “A Áustria detém uma longa e respeitada tradição diplomática”. Eu diria que a diplomacia da Áustria é maior do que a sua geografia, do que a sua economia. Então, é natural que a busca de convergências com esse país – e há convergências importantes – ajudem a promover interesses comuns no plano internacional. Por exemplo – haveria vários, este é apenas um exemplo –, Brasil e Áustria nos colocamos na mesma posição na questão da admissão da Palestina na Unesco. Votamos ambos em favor disso. É um exemplo de convergência que pode promover interesses comuns.

Uma segunda prioridade eu gostaria de mencionar: caso meu nome seja aprovado por V. Ex^{as}s, darei prioridade ao trabalho de promoção comercial e de atração de investimentos, o que tem sido muito enfatizado pelo Ministro Antônio Patriota.

V. Ex^{as}s verão nos dados do processo de minha indicação que há tendências que preocupam e merecem atenção no relacionamento comercial. O nosso déficit é de US\$1 bilhão nos últimos anos. Nós temos uma pauta relativamente pobre em termos da composição de produtos, pois, nos últimos anos, mais de 50% são minério de ferro. Não é que seja ruim exportar minério de ferro, mas precisaríamos ter também uma pauta de melhor qualidade.

Então, entendo que, como Embaixador na Áustria, caso aprovado por V. Ex^{as}s, eu deveria prestar muita atenção a esses dois temas.

Uma terceira prioridade que menciono é a questão do programa Ciência sem Fronteiras, prioridade do Governo Federal, prioridade da Presidenta Dilma Rousseff. Precisamos concluir a negociação de um acordo de cooperação educacional com a Áustria, cuja negociação está em curso, para que haja a base institucional para o envio de bolsistas brasileiros.

Por fim, apenas recordo que Viena é também o centro de uma série de agências e escritórios das Nações Unidas, entre os quais eu mencionaria a Unido, com uma larga trajetória de defesa da industrialização dos países em desenvolvimento. Menciono também o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, tema de evidente importância doméstica para o Brasil e para todos os países.

Então, eu queria acrescentar esse item entre os pontos que fariam parte de minhas prioridades de trabalho no caso de ser aprovado por V. Ex^{as}s.

Eu gostaria de encerrar esta exposição, Sr. Presidente, com uma referência ao fato de que, na minha

preparação para esta sabatina, eu me beneficiei muito dos subsídios, das sugestões que me foram dadas pelo Embaixador Julio Cesar Zelner Gonçalves, atual Embaixador na Áustria, com longo de tempo de permanência no posto, com longa experiência no país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu me coloco à disposição dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a que pudesse determinar a abertura do processo de votação, tendo em vista que, hoje, praticamente todos os Senadores estão envolvidos em muitas reuniões que serão realizadas ao mesmo tempo. Infelizmente, essa é a realidade aqui. Eu, por exemplo, terei de participar de seis reuniões que serão realizadas hoje ao mesmo tempo. Todos estão na mesma situação. Então, eu queria pedir a V. Ex^a que, regimentalmente, procedesse dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Coloco à deliberação do Plenário a solicitação de S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, de declarar aberto o processo de votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco a proposição em votação.

As Sr^{as}s Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o início do processo de votação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Está aberto o processo de votação.

S. Ex^{as}s que desejarem fazer uso do voto podem comparecer à Mesa para pegar a cédula.

Passo a palavra ao Embaixador Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR – Obrigado, Exmº Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor de Mello.

Eu gostaria de saudar todos os membros da Comissão de Relações Exteriores. Eu gostaria de dizer, inicialmente, da minha honra em estar aqui e poder ser sabatinado por V. Ex^{as}s.

Creio ser lícito dizer que, hoje, as relações entre o Brasil e a Líbia vivem um momento auspicioso. A razão dessa observação é que acaba de ser concluída uma missão importante, do Vice-Primeiro-Ministro da Líbia, o Sr. Omar Abdelkarim, que veio participar no Brasil da reunião do Governo Aberto, Open Govern-

ment Partnership, e que manteve encontros paralelos com altas autoridades. Esteve rapidamente com a Senhora Presidente da República, teve uma audiência longa com o Vice-Presidente da República, visitou o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Também teve uma conversa muito produtiva com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e esteve também com o Ministro das Minas e Energia e com o Ministro das Comunicações. O quadro geral das conversas foi a retomada das relações.

Eu gostaria de começar minha exposição, falando um pouco sobre esses entendimentos. Eles se dão após 13 meses de ausência do Brasil na Líbia, em Trípoli. Nós tivemos de evacuar nossa Embaixada, os brasileiros; a nossa Embaixada foi transferida para Tunes. Nessas condições, estamos operando, desde então, a partir de Tunes.

A Líbia, como os senhores sabem, é um país de grande potencial econômico, energético. Detém a nona reserva mundial de petróleo, com 46 bilhões de barris certificados, e a vigésima reserva de gás natural. Tem uma população de cerca de seis milhões de habitantes. Isso que significa que, do ponto de vista da renda *per capita*, do ponto de vista dos ingressos, das rendas, das receitas, a Líbia é um país altamente viável. No entanto, como os senhores sabem, a Líbia viveu, a partir de fevereiro de 2011, um conflito interno, que envolveu a sociedade. Na realidade, houve uma guerra civil, que contou com uma intervenção externa da Otan.

Nas conversações que tivemos com essa alta autoridade, com a primeira alta autoridade a visitar o Brasil, a parte Líbia entendeu a posição brasileira, deixou claro que entendia a posição brasileira nos fóruns internacionais, em particular no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Agradeceu ao Brasil o apoio na condução e no consenso formado em torno da primeira resolução relativa à condenação do regime de Kadafi, do Coronel Muammar Kadafi, a Resolução nº 1.970, e, inclusive, agradeceu ao Brasil o apoio nas articulações que levaram à aprovação. Entendeu que o Brasil apoiou a zona de exclusão aérea. E lhe foi explicado que o Brasil não concordava com a latitude, com a amplitude que se dava na linguagem, no último parágrafo, à intervenção que já se previa, no sentido de proteger a população civil da Líbia.

Dito isso, devo ressaltar que houve um entendimento, tanto com o Ministro de Estado das Relações Exteriores quanto com o Vice-Presidente, no sentido de que vamos abrir um novo capítulo nas relações entre os dois países. Houve uma manifestação muito grande de interesse da Líbia de contar com o Brasil,

de retomar as relações, em cooperação, em atividades voltadas para o desenvolvimento do país.

Devo dizer que eles disseram claramente, que o Vice-Primeiro-Ministro deixou claro que as empresas brasileiras que lá estão – lá temos quatro grandes empresas, a Petrobras e três empresas da área de serviços de engenharia e de construção – terão seus contratos honrados. Essa é uma notícia muito alvissareira, muito positiva, porque o governo líbio havia anunciado a possibilidade de revisão de contratos. Essa confirmação dos contratos das empresas brasileiras é uma notícia muito positiva.

A partir dessas conversações mantidas nos últimos dias, é possível vislumbrar um potencial muito grande, uma complementaridade muito grande entre o Brasil e a Líbia. A Líbia é basicamente uma exportadora de hidrocarbonetos. O Brasil importará petróleo, poderá importar, inclusive, algum gás. E devo dizer que a Líbia está interessada na diversificação da sua economia.

Nesse sentido, caso os senhores aprovem meu nome, meu trabalho vai se centrar num tripé, em três grandes vertentes, e a primeira seria a de apoiar o processo de aprofundamento das instituições, a consolidação de um novo Estado de direito. Nesse sentido, acredito que o Parlamento brasileiro tenha um papel importante a desempenhar do ponto de vista da experiência brasileira no processo de redemocratização.

A Líbia, no dia 23 de junho, realizará eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte. A Líbia deverá eleger duzentos parlamentares que escreverão uma constituição. Será a primeira eleição aberta desde 1963. Kadafi chegou ao poder em 1969, como os senhores sabem. Portanto, há 42 anos, o povo líbio não elege seus governantes. Nesse sentido, o Parlamento brasileiro pode e deve dar uma contribuição importante.

A segunda vertente de colaboração que se antecipa com a Líbia é, naturalmente, a área econômica e comercial. Nós já vislumbramos uma série de missões. Nas conversas com o Ministro Pimentel, foi sugerida a realização de algumas missões. O próprio Ministro Pimentel aceitou o convite para realizar, eventualmente, ainda neste ano, uma missão com lideranças empresariais de diversos setores. A Líbia quer diversificar seu comércio com o Brasil, quer importar mais e quer também cooperação na área da industrialização. Então, aqui, certamente, há um potencial de cooperação muito importante, que o Brasil detém e já prestou a outros países africanos e árabes.

A terceira vertente de trabalho é a área da cooperação no sentido de políticas sociais. Nesta semana, tive oportunidade de conversar com o Ministro Patriota. O Vice-Primeiro-Ministro mencionou um interesse muito grande em conhecer o que ele chamou de engenharia

social brasileira. Eles estão, como V. Ex^{as}s sabem, passando por uma fase de transição, de estabilização. O país ainda está numa fase de bastante fragmentação, tanto política quanto na área da segurança, em particular. Há confrontos. Eles gostariam de conhecer as políticas sociais brasileiras na área da educação, na área da saúde, na área de transferência de renda e de geração de empregos.

Penso que o momento que está sendo inaugurado com essa primeira missão de alto nível é uma oportunidade única para o Brasil. Há um interesse político manifestado por parte das lideranças líbias no sentido de poder contar com o apoio do Brasil em todos os fóruns internacionais – isso nos foi dito.

Então, creio, Sr. Presidente, que esse pedido de apoio é também um reconhecimento por parte do país, da sociedade líbia, das lideranças líbias de que o Brasil, com sua população, com seu legado, com a presença da comunidade árabe no Brasil, tem capacidade, tem experiência e tem massa crítica para oferecer para a Líbia.

Acredito que tem de ser feito um trabalho de identificação de potenciais setores e interlocutores. Não vamos esquecer que estamos falando de uma sociedade que passou 42 anos sob uma ditadura e que está reorganizando, na realidade, suas instituições.

Achei muito interessante, Sr. Presidente, que, ontem, na reunião sobre transparência governamental, o Vice-Primeiro-Ministro foi indagado sobre como a sociedade líbia pós-revolucionária via a questão da transparência em geral, e foi muito direta e muito objetiva a resposta do Vice-Primeiro-Ministro, que disse: "Nós fizemos a revolução pensando em democratizar o país, e o primeiro ponto desse processo é a transparência". Na ocasião, ele citou que, em seis meses, desde o fim das hostilidades, o número de jornais passou de 17 para 70 e que o Conselho Nacional de Transição está publicando – isto causa até certa espécie pela falta de hábito – todas as decisões em grande quantidade de jornais. Essa era uma exigência da revolução. Então, com muita naturalidade, ele disse: "A transparência fazia parte do nosso ideário. Nós estamos buscando implantar isso". E pediu também a cooperação de países como o Brasil – países em desenvolvimento, num estágio já mais avançado da prática democrática –, pediu que participássemos desse processo.

Devo dizer para V. Ex^{as}s que já há um Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Líbia. Esse Grupo está atuando e é presidido pelo Deputado Adrian Mussi. Pelo menos parte desse Grupo deve ir à Líbia. Provavelmente, essa será a primeira missão que, se os senhores aprovarem meu nome para Embaixador em Trípoli, devo receber. Acho isso muito, muito auspicioso.

Eu gostaria de conhecer o Senador Eduardo Suplicy, que está presente aqui, que foi o Relator da minha mensagem, a quem agradeço a valiosa análise que faz na sua mensagem, no seu relatório. Em muito contribuirão esses comentários, essa análise, essa síntese que ele faz com relação à minha tarefa na Líbia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Agradeço as exposições aos Srs. Embaixadores.

Agora, a palavra está franqueada para os Srs. Senadores que desejem sabatiná-los.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu tinha algumas perguntas a fazer, mas, na explanação dos senhores, elas já foram contempladas.

Quero me dirigir apenas ao Embaixador Afonso Álvaro. Considerando a importância da Líbia no suprimento mundial de petróleo, tendo em conta o sangrento desfecho do regime Kadafi e observando o fato de que a oposição ao então governo ainda era bastante desarticulada, indago: como o assunto Líbia tem sido tratado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas desde a derrocada do regime? Qual, em sua opinião, é o motivo do silêncio da imprensa mundial em relação à Líbia desde a deposição do ditador? Quem é o interlocutor oficial do Brasil nas relações bilaterais com essa nação? Como essas relações têm sido conduzidas? Por último, no tocante a empresas brasileiras que operam naquele país, o novo governo tem honrado seus compromissos?

Obrigado.

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR – Com a autorização do Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador as perguntas, todas muito pontuais, muito específicas. Acredito que, em algum aspecto, sob algum ângulo, eu já tenha tocado na resposta. Eu gostaria de começar pelo fim, pela sua última pergunta.

Como pude mencionar em minha intervenção, ouvimos do Vice-Primeiro-Ministro que o atual governo, o Conselho Nacional de Transição, o governo provisório da Líbia pretende honrar os contratos das empresas brasileiras. Então, essa é a resposta à sua primeira pergunta.

Portanto, estamos muito satisfeitos com essa notícia de que as empresas brasileiras não serão incluídas entre as empresas que terão seus contratos revistos. Ontem, ouvimos isso do Vice-Primeiro-Ministro. Então, apenas reitero que as empresas e o Governo brasileiro ouviram que os contratos serão honrados. Nós temos lá quatro empresas importantes, como mencionei, e

seus contratos serão honrados. Além disso, disseram que queriam não só concluir os contratos, mas que queriam também ampliar os projetos, queriam que as empresas brasileiras continuassem a contribuir para o desenvolvimento do País.

Respondo ao segundo ponto da sua pergunta: com quem o Governo brasileiro está se relacionando? Especificamente, eu diria para o senhor que existe um governo desde o dia 22 de novembro, que é o Conselho Nacional de Transição, com seu chefe de Estado, de fato, o Sr. Abdeljalil. Foi escolhido o Primeiro-Ministro, o Sr. Abdel al-Kib. Foram escolhidos dois Vice-Primeiros Ministros, e um deles esteve no Brasil: o Sr. Omar Abdelkarim. Esses são os nossos interlocutores. Veio ao Brasil nessa missão o chefe do Departamento das Américas da Chancelaria, que também é um interlocutor importante.

Finalmente, toco na questão do Conselho de Segurança. Como o Conselho de Segurança está avançando e está tratando a questão da Líbia?

O Secretário-Geral das Nações Unidas apontou um representante especial para a Líbia, o Sr. Ian Martin, que está na Líbia e que tem como missão a tarefa de trabalhar no apoio à transição democrática. Então, ele deve apoiar as eleições, o processo de transição para a democracia e o governo no que diz respeito a direitos humanos. As Nações Unidas estão trabalhando no sentido multidisciplinar. No desarmamento, inclusive, o Brasil está ajudando as Nações Unidas na área da desminagem. Tudo isso está subordinado a um representante especial. O mandato do Sr. Ian Martin foi renovado no último dia de fevereiro deste ano, no dia 29 de fevereiro. Ele deve ficar por mais um ano na Líbia. Então, a função dele será a de apoiar o governo. E o Brasil está apoiando essa função, que é sustentada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de ouvir do Embaixador Evandro de Sampaio se há condições de aumentar o comércio com a Áustria. Percebo que, de 2005 a 2010 – são dados constantes do Avulso –, houve um aumento de quase 60%, restringindo-se, no entanto, muito mais às exportações do Brasil. As importações se deram em número bem menor. Houve até mesmo uma redução das importações da Áustria. Qual é o principal produto da Áustria? No que o Brasil pode avançar?

Embaixador José Fiúza Neto, temos tido uma preocupação no Brasil com a sanidade animal. Há a meta

de tornarmos o Brasil um País livre de febre aftosa até 2013 com vacinação. Um único Estado no Brasil está livre da febre aftosa sem vacinação, que é o Estado de Santa Catarina. Percebo que há uma evolução muito grande de países com a extinção desse vírus também sem a vacinação, como a Argentina, parte da Bolívia, o Peru e, principalmente, o Chile. A preocupação é continental, porque, como o vírus facilmente se propaga e como os países virão a extirpar esse vírus, inclusive, sem vacinação, é lógico que o animal fica exposto, correndo um risco ainda maior. Queremos que o Brasil chegue à condição de extirpar o vírus sem vacinação, porque isso agrega necessariamente valor ao produto brasileiro. O Brasil é um grande produtor de bovino.

Sabemos que El Salvador está numa região que não faz divisa com o Brasil, mas El Salvador faz divisa com o Peru e também com a Colômbia. Sabemos também que o rebanho de El Salvador é menor, mas, em El Salvador, hoje, há o problema da aftose, que está controlado com a vacinação.

Com relação à Líbia, percebi que houve, nos últimos anos, uma diminuição drástica nas exportações brasileiras para a Líbia. Tenho aqui um dado constante do Avulso: em 2007, exportamos US\$1,2 milhão para a Líbia; em 2010, US\$100 milhões. Então, houve uma redução realmente drástica.

Eu gostaria de entender no que consiste a redução e também qual seria, para o Brasil, o melhor mercado na Líbia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Concedo a palavra aos Srs. Embaixadores.

O SR. JOSÉ FIUZA NETO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado.

Se eu pudesse, eu gostaria de contar com sua paciência, para, talvez, repetir especificamente a pergunta. Entendi como um comentário da sua parte.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito. Eu gostaria de entender se há a possibilidade de o Brasil intervir, em relação a El Salvador, para extirparmos a febre aftosa do continente, do Cone Sul. Que gestão o Brasil poderia fazer nesse sentido junto a El Salvador?

Há o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), que abrange países do Mercosul. Vamos pegar da Bolívia para baixo. Da Bolívia para cima, nós não temos... Tanto a Colômbia quanto El Salvador, quanto a Venezuela... Quanto à Venezuela, não dispomos de dado algum de febre aftosa, porque são estranhamente obscuras as questões na Venezuela. E isso traz um perigo direto à sanidade animal do Brasil. Minha pergunta é se podemos estreitar relações também nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes. Bloco/PSDB – SP) – Com a palavra, o Embaixador Fiúza Neto.

O SR. JOSÉ FIUZA NETO – Tenho a impressão de que sim, mas, se o senhor observar a pauta de exportação, a pauta comercial entre os dois países, verá que não há importação ou exportação de produto animal, algo considerável. Nós importamos de El Salvador, por exemplo, crustáceos, pescados, mas não carne bovina. Não há registro na pauta comercial de exportação brasileira para El Salvador...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Embaixador, se me desse licença, eu só queria me expressar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes. Bloco/PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, na verdade, as fronteiras são secas entre os países da América do Sul, quase na maioria. Pode haver um animal levado de um país para o outro normalmente, e a exportação de carne, principalmente a desossada, não leva o vírus, e a maturada o leva menos ainda. Mas nossa preocupação é a de extirparmos a febre aftosa no Cone Sul, porque, havendo febre aftosa em El Salvador ou em um país vizinho, isso pode contaminar o gado dos demais países, como aconteceu recentemente no Paraguai, onde houve um foco de febre aftosa. A carne bovina do Paraguai teve o preço reduzido em 50%. O que passou a haver a partir disso? Um contrabando de animais vivos para o Brasil, porque, no Brasil, a carne passaria a valer 50% a mais, ou seja, o dobro do que valeria no Paraguai. Então, isso ocorre nos corredores do Brasil, o que é temerário ao mercado que o Brasil conquistou nesses últimos anos.

Estou perguntando se podemos estreitar relações para extirparmos a febre aftosa no âmbito do Cone Sul, da América do Sul, porque isso agrega valor ao produto brasileiro. Mesmo não diretamente com El Salvador, mas no campo das exportações mundiais, isso seria significativo para o Brasil.

Obrigado.

O SR. JOSÉ FIUZA NETO – Sem dúvida, Sr. Senador. Eu não tenho uma pauta específica sobre esse assunto no momento, mas, certamente, com sua sugestão, será um assunto ao qual prestarei a maior atenção quando lá assumir.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Embaixador Didonet.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Senador, obrigado pela pergunta, que foi muito pertinente.

Efetivamente, no ano passado, houve uma balança desequilibrada: exportamos US\$422 milhões e importamos US\$1,4 bilhão. Nas nossas exportações, há um predomínio muito grande de *commodities*, sobretudo minério de ferro. O minério de ferro correspondeu a mais de 50% da nossa exportação em 2011, e a nossa importação ficou concentrada, sobretudo, em manufaturados.

A Áustria é uma grande exportadora de máquinas e equipamentos de alta tecnologia e vende também muito medicamento para o Brasil. Em suma, há toda uma pauta de produtos industrializados.

Eu poderia fazer o comentário de que esse desequilíbrio da pauta, pelas nossas estatísticas, talvez, esteja um pouco exagerado, porque aí entra o famoso efeito Roterdã: pode haver muita exportação brasileira para a Áustria, entrando por Roterdã, o que se reflete na nossa estatística no comércio com a Holanda. Talvez, então, a balança não seja tão desequilibrada como parece ser, pelas nossas estatísticas. As estatísticas austríacas mostram um desequilíbrio menor.

Especificamente em relação à consulta do Senador sobre como atuar frente a essas questões, quero dizer que é evidente que, quando falamos de composição da pauta exportadora brasileira e de questões de desequilíbrio, estão em jogo muitos fatores estruturais, não só em relação ao comércio Brasil-Áustria, mas em relação ao comércio do Brasil com os demais países.

Para ter uma reação concreta à sua pergunta, Senador, especificamente sobre o que uma embaixada pode fazer, devo dizer que é um trabalho de contatos. Penso que a embaixada tem de incentivar – e nisso acho que eu poderia me beneficiar do fato de ter sido negociador comercial nos últimos anos – e promover os contatos da CNI, da Fiesp e de outras federações estaduais. Estive também já uma vez na Fiep, em seu Estado. Eu acho que este é o trabalho do embaixador, da embaixada: promover contatos, promover missões, divulgar o produto brasileiro. Entendo que essa seria a contribuição que eu poderia dar, caso meu nome fosse aprovado por V. Ex^{as}s.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Embaixador Carbonar.

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR – Foi feita a seguinte pergunta: por que houve uma queda significativa nos anos recentes? Foi mencionado especificamente o ano de 2010. Também foi perguntado: quais são os setores? Quais são as potencialidades econômicas e comerciais?

Penso que a Líbia é efetivamente um país que se vai abrir ao mundo, é um país que tem historicamente um superávit estrutural na sua balança comercial de cerca de US\$20 bilhões a US\$25 bilhões por ano. Portanto, há enormes possibilidades para o Brasil.

Por que houve essa queda recente? O comércio do Brasil com a Líbia é essencialmente concentrado em produtos primários: produtos cárneos, carnes desossadas, produtos como o açúcar. Isso se dá do nosso ponto de vista da exportação. Do ponto de vista da importação brasileira, há os hidrocarbonetos: petróleo, combustível. O petróleo líbio, juntamente com o petróleo da Nigéria, é considerado o melhor petróleo do mundo. Na realidade, tem o menor teor de enxofre. Portanto, é muito procurado, há uma demanda muito grande.

Disse-nos o Vice-Primeiro-Ministro, nessa semana, que há uma orientação no sentido de aumentar a produção, de aumentar a pesquisa. Eles acreditam que podem dobrar a produção, que, hoje, está em torno de 1,6 milhão de barris. Portanto, isso vai gerar mais renda.

Para o Brasil, é um mercado completamente virgem para os nossos produtos agroindustriais, por exemplo, para os nossos produtos manufaturados. A Líbia importa 80% dos seus alimentos. Portanto, devemos mirar o setor de alimentos, em particular a agroindústria, como um setor de grande potencialidade.

Mas também, eu diria, poderíamos utilizar a Líbia como uma plataforma. Na conversa que o Vice-Primeiro-Ministro teve com o Ministro Pimentel, por exemplo, falou-se em internacionalizarmos algumas empresas, em levarmos algumas empresas para gerar certa industrialização, a montagem final de produtos, como se faz.

A Líbia precisa de empregos. A Líbia tem muitos recursos. A Líbia, eu ousaria dizer, tem uma situação semelhante, em alguns aspectos, com o Alasca, que tem as maiores reservas de petróleo do mundo, como sabemos.

Então, é preciso que haja políticas públicas no curto prazo, provavelmente com grandes obras infraestruturais e também com obras sociais: creches, escolas, edifícios públicos, logradouros. É preciso haver um programa –acredito que a Líbia poderia se beneficiar disto, e conversamos sobre isso – na área da construção civil.

Portanto, as empresas que já estão lá podem também contribuir nessa reconstrução material da Líbia. Há tudo por fazer. Essa é que é a verdade. O país ficou 42 anos sob uma ditadura.

Portanto, alguns programas de emprego estão garantidos. Penso que, mais adiante, talvez, haja até mesmo um programa de renda básica de cidadania,

eu ousaria dizer. Há um bom potencial para isso, é preciso intensificar isso.

Sr. Presidente, vamos levar para lá missões. E acho que as missões do Senado e do Parlamento serão importantes, como eu disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O Senador Eduardo Suplicy está inscrito.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, peço desculpas aos três Embaixadores, porque avaliei que seria importante presenciar a leitura do requerimento sobre a CPMI, que acaba de ser lido na sessão do Congresso Nacional. Infelizmente, perdi as exposições dos ilustres Embaixadores.

Primeiramente, quero fazer algumas indagações ao Embaixador José Fiúza Neto, de El Salvador.

Felizmente, vemos uma evolução muito positiva do ponto de vista das instituições democráticas em El Salvador, que viveu alguns períodos de sua história, nas últimas décadas, às vezes até de violência, de guerra civil. Mas, felizmente, foi ali eleito um Presidente, Mauricio Funes, que, inclusive, tem uma relação muito especial com o Brasil, em função do fato de sua esposa ser brasileira, a Sr^a Vanda Pignato, que acompanhou seu marido, o Presidente Mauricio Funes, quando de sua visita ao Brasil e teve aqui uma relação muito positiva.

Sei que o Embaixador já falou um pouco sobre a economia de El Salvador, mas eu lhe agradeceria se me dissesse em que medida as principais fontes de recursos de El Salvador poderão ser diversificadas.

Sabe-se que El Salvador é um dos países da América Central que têm um contingente muito grande de pessoas que trabalham nos Estados Unidos da América. A remessa de recursos desses imigrantes para El Salvador constitui uma fonte muito significativa de renda. Quando há crises econômicas nos Estados Unidos, como em anos recentes, isso, às vezes, dificulta a economia de El Salvador.

Levando-se, portanto, em conta a necessidade de El Salvador ter as suas próprias fontes de geração de riqueza, quais são as potencialidades de El Salvador de se desenvolver melhor na área da indústria, na área de serviços ou no próprio turismo?

Por outro lado, tenho conhecimento de que o Presidente Mauricio Funes, inclusive com o apoio da Sr^a Primeira-Dama, Vanda Pignato, tem tido grande interesse no desenvolvimento dos programas sociais brasileiros. Eu até cheguei a dar ao Presidente Mauricio o material sobre a renda básica de cidadania, que já é lei no Brasil. Quem sabe haja uma perspectiva, um

dia, de lá também considerarem essa evolução, além das experiências do Bolsa Família no Brasil?

Então, agradeço se o Embaixador José Fiúza Neto puder tecer algumas considerações nessa área, desejando-lhe todo sucesso em sua missão diplomática.

Eu gostaria de transmitir o mesmo sentimento ao Embaixador Evandro de Sampaio Didonet, que vai à Áustria, país que tive a oportunidade de conhecer em diversas ocasiões, até por palestras realizadas ali a convite. Hoje, na Áustria, bem como na Alemanha, há um interesse crescente pelo conceito da renda básica de cidadania. Ali já houve, há cerca de dez anos, um dos congressos internacionais da Basic Income Earth Network (Bien).

Como vai haver, em Munique, em setembro próximo, o 14º Congresso Internacional da Bien, como a Alemanha e a Áustria, normalmente, interagem muito no que diz respeito a esses congressos internacionais, eu gostaria de transmitir que haverá um debate próximo, que, certamente, repercutirá sobre a Alemanha e a Áustria.

Sei que as duas organizações sobre renda básica, normalmente, fazem congressos conjuntos, dos quais já participei, em visitas tanto à Áustria, quanto à Alemanha.

Observo que tem havido um crônico déficit comercial do Brasil com a Áustria, pois, desde 1992, há déficits em nossa balança comercial bilateral. Importamos muitos medicamentos e outros produtos industrializados, e nossas exportações têm sido mais de minérios, ainda que também tenhamos exportado aviões e suas partes. Como será possível realizar um equilíbrio maior? Que passos poderiam ser dados para o desenvolvimento de duas nações que sempre têm tido uma ótima relação, quase sem grandes dificuldades?

Todas as relações com a Áustria, pelo que sei, têm sido sempre de muito bom entendimento. Espero que o senhor continue nessa direção, melhorando ainda mais as relações entre os países.

Eu gostaria de cumprimentar o Embaixador Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar e de lhe desejar todo o sucesso.

A Líbia, conforme o senhor aqui expressou, vem passando por problemas de conflitos extraordinariamente graves. Hoje, é considerado um país com enorme grau de dificuldades, porque tem sido difícil dominar as milícias armadas, que seguem com seus próprios interesses regionais e tribais. A guerra civil continua com enfrentamento entre as distintas milícias, os antigos partidários do Coronel Kadafi.

Há uma preocupação enorme da Anistia Internacional, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Em recente entrevista, o Represen-

tante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados na Líbia, Emmanuel Gignac, afirmou que o país tem problemas de proteção relacionados a migrações mistas e casos potenciais de apatridia entre etnias minoritárias. No sul, as migrações mistas pela Líbia para a Europa, através do Mediterrâneo, estão crescendo. Também tem havido o refúgio de muitas pessoas pertencentes à população negra, que, às vezes, se vêem perseguidas na Líbia e que têm seguido para os países da África negra.

Agradeço-lhe se V. Exª puder comentar um pouco esses problemas. V. Exª mencionou aqui o exemplo do Alasca e disse como a Líbia poderá efetivamente, por causa de suas extraordinárias reservas de recursos naturais, como o petróleo, seguir o exemplo, instituindo uma renda básica. Isso também poderá ocorrer no Iraque, outro país árabe que tem vivido tempos de preocupação com respeito à violência.

No caminho para cá, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, impressionou-me, mais uma vez, a notícia de que ontem bombas explodiram em Bagdá e em outras cidades do Iraque, causando a morte de 36 pessoas. Parece que, a cada duas ou três semanas, surgem notícias dessa natureza.

Estive no Iraque em 2008 para dizer a eles que, talvez, pudessem criar um sistema em que todos os xiitas, sunitas e curdos e todas as demais etnias pudessem, de alguma forma, compartilhar da riqueza da nação de forma comum. Eis o porquê da proposta de uma renda básica incondicional para todos.

Felizmente, recentemente, recebi do Embaixador do Iraque e da Câmara de Comércio e Indústria Brasil e Iraque a cópia da lei que está para ser sancionada neste mês pelo Presidente do Iraque, em que se estabelece que o petróleo e o gás pertencem a todo o povo, em que se garantirá uma forma de *fair distribution*, de *fair share*, ou seja, de justa distribuição para toda a população do Iraque. Então, acho que, de alguma forma, eles caminham nessa direção, embora eu ainda não saiba o detalhamento do mecanismo que será usado.

Penso que algo semelhante poderá contribuir até para a pacificação da Líbia, se houver uma sistemática em que se garanta o direito inalienável de todos partilharem da riqueza da Nação.

Então, quero me colocar à disposição para integrar também sobre esse tema. Desejo aos três Embaixadores o maior sucesso.

Sr. Presidente, agora, vou voltar.

Permita-me dar uma informação: acabo de conversar com o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, a respeito da visita a esta nossa Comissão, já aprovada por requerimento, da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, para

que venha falar a respeito das dificuldades que, às vezes, pais e mães brasileiros têm enfrentado quanto ao direito de estar com suas crianças em casos de separação dos pais. Então, são muitos os casos referentes a diversos países, e ela achou por bem fazer a visita.

O Presidente Fernando Collor pediu ao nosso Secretário Executivo, Sr. Álvaro, que nos transmitisse, já que haverá duas audiências públicas e, depois, um feriado pela frente, que, no dia 17 ou no dia 24 – isto ficará a critério da Ministra –, S. Ex^a poderá estar aqui. Informo isso, porque muitas pessoas me têm perguntado quando ela virá aqui. Foram propostas pelo Presidente Fernando Collor as datas do dia 17 ou dia 24, caso a Ministra possa estar aqui presente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – É uma excelente informação! Eu mesmo tenho conhecimento de casos dramáticos. A Ministra Maria do Rosário tem sido de uma solicitude extraordinária no atendimento às pessoas que vivem esses dramas. A Ministra, realmente, precisa do apoio político do Senado para levar adiante sua missão.

Muito obrigado.

Vamos seguir a ordem das exposições.

Concedo a palavra ao Embaixador José Fiúza Neto, em primeiro lugar.

O SR. JOSÉ FIUZA NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Quanto às perguntas e comentários do Senador Suplicy, de fato, como eu frisei na minha apresentação inicial, em termos de instituições democráticas, El Salvador vai muito bem. Desde os acordos de paz assinados em 1992, o país tem trilhado uma alternância democrática. Nesse ponto, não vejo o que comentar, a não ser que, desse ponto de vista, não vislumbro problemas na vida política de El Salvador.

Também fiz menção aqui ao comentário posterior de V. Ex^a no sentido de que há um estreitamento muito grande no relacionamento entre os dois países, muitíssimo motivado pelas boas relações pessoais existentes entre o Presidente Mauricio Funes e o ex-Presidente Lula da Silva. Também agreguei que a intensificação desse relacionamento e da cooperação técnica dever-se-ia ao fato de a Primeira-Dama do país ser uma brasileira e ocupar justamente a Secretaria de Inclusão Social do Governo de El Salvador, que trata, inclusive, de uma possível angulação dos programas sociais brasileiros postos em prática nos últimos tempos.

O Presidente Lula visitou El Salvador, em caráter bilateral ou em âmbito multilateral, por seis vezes, durante seus dois mandatos. O Presidente Funes, desde 2009, já esteve no Brasil por três vezes.

A agenda social que ele fez questão de ressaltar durante sua campanha eleitoral tem dado, realmente, alguns frutos. O governo já entregou mais de 17 mil títulos de propriedade e tem como meta a entrega de 90 mil títulos até 2014, no final do seu mandato. É uma meta difícil, pelas razões que vamos comentar um pouco mais adiante: a crise econômica que vive El Salvador, a falta de dinheiro para investimentos sociais. Mas já construiu 7,8 mil casas populares, e a meta é a construção de 25 mil casas até 2014.

O índice de popularidade obtido pelo Presidente Funes no seu primeiro ano de mandato, de 80%, está reduzido hoje a 60%, que é um índice ainda bom, sobretudo levando-se a grande crise econômica por que passa o país e a região de modo geral.

O senhor me perguntou também: diante dessa dificuldade do momento, como El Salvador poderia buscar novas maneiras de gerar riqueza?

Senador, eu diria a V. Ex^a que, no atual estágio, essa é uma pergunta difícil. Frisei justamente, na minha apresentação, a excessiva dependência econômica de El Salvador com relação aos Estados Unidos, não tanto do ponto de vista geral, mas, especificamente, pelo fato de que residem nos Estados Unidos cerca de 2,5 milhões de salvadorenhos – é a maior diáspora da região –, que remetem a El Salvador, anualmente, US\$3,5 bilhões, o que correspondente a 16% do PIB. Obviamente, com a retração da economia norte-americana, com o desemprego, houve também uma retração desse dinheiro.

Mas há maneiras de se contornar isso que eu poderia apontar ao senhor – e já se pode observar –, com uma diversificação econômica. Numa economia que sempre foi baseada na exportação de *commodities*, sobretudo café e açúcar, a elite empresarial produtora, o baronato cafeteiro e açucareiro, já está diversificando suas atividades. Eles não são mais apenas grandes produtores de café e açúcar. Eles diversificaram seus investimentos na área de serviços. Por exemplo, em El Salvador, há os melhores *shopping centers* da América Central; há uma rede de hotéis muito boa, muito próspera; há um serviço bancário que deu passos bastante sólidos; e há também as famosas maquiadoras – produtos dos Estados Unidos são maquiados e revendidos.

Eu acho que a diversificação em termos de serviço é um caminho a seguir. O turismo, por exemplo, esteve muito afetado. Obviamente, os doze anos de uma guerra civil violentíssima deixaram suas chagas. Mas acredito que o caminho seria essa diversificação econômica, sobretudo com a espera da recuperação econômica dos Estados Unidos.

São esses os comentários que faço.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Embaixador Didonet.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Suplicy, faço comentários muito breves sobre suas observações.

Sobre a repercussão do tema de renda mínima na Áustria, eu apenas gostaria de acrescentar o comentário de que me chamou a atenção na Áustria como a renda é distribuída de forma relativamente equilibrada em relação a outros países. O Coeficiente de Gini é 27, que é um coeficiente bastante...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – É um dos menores...

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – É um dos menores que conheço.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – É um dos menores na lista do Banco Mundial ou do Pnud, com certeza.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Exatamente.

E, ainda sobre esse tema, também quero mencionar que, na minha exposição, dei destaque ao fato de que a Áustria tem, hoje, mesmo em meio às dificuldades econômicas atuais, uma taxa de desemprego de 4,1%, quase pleno emprego.

E me ocorre comentar em relação a isso, fazendo referência à sua exposição na reunião desta Comissão na segunda-feira, que a Áustria, da mesma forma como o senhor citou em relação aos Estados Unidos, tem benefícios fiscais em favor de empresas que retêm trabalhadores, ainda que em esquema de meio expediente, em vez de despedi-los.

Então, são apenas comentários muito breves.

Espero, Senador Suplicy, que sua ida a Munique permita uma passagem por Viena, em setembro.

Quanto às questões do déficit comercial, acho que meus comentários em resposta à pergunta de S. Ex^a o Sr. Senador Sérgio Souza, de alguma forma, cobrem sua pergunta.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Exatamente. Obrigado.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Embaixador Carbonar.

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR – Obrigado, Sr. Presidente.

Em resposta à pergunta sobre a área de direitos humanos e sobre os desenvolvimentos preocupantes dos últimos meses na Líbia, devo dizer que, naturalmente, esses desenvolvimentos se dão dentro de um contexto de tentativa de estabilização do país no pós-conflito. Há notícia de mais de cem brigadas no país. Há mais de 250 mil pessoas armadas. O International Crisis Group, por exemplo, um centro de produção de inteligência e de conhecimento específico sobre áreas de crise, diz que há mais de 50 mil pessoas armadas na capital, Trípoli.

Com a deterioração e a supressão do regime de Kadafi, o exército e as forças de segurança interna foram desmantelados. Então, há um esforço, neste momento, de reestruturação da segurança pública. O país vive um momento de grande instabilidade. Ninguém, nem mesmo a delegação que aqui esteve nesta semana, negou isso.

Portanto, vamos precisar ter um pouco de paciência com o processo interno, depois de 42 anos de uma ditadura cruenta.

O Brasil vai trabalhar, naturalmente – e tenho instruções para trabalhar –, com a chamada UNSMIL, que é a missão de apoio à Líbia, como mencionei aqui, liderada pelo Ian Martin, que é o representante especial. E o tema dos direitos humanos é uma das áreas centrais do mandato dessa missão interdisciplinar.

Além do mais, não preciso de instruções, como o senhor sabe, porque está escrito na Constituição brasileira que um dos valores, um dos princípios é a preservação dos direitos humanos. Então, se os senhores aprovarem meu nome para ser Embaixador, naturalmente, vou conceder uma atenção prioritária ao tema dos direitos humanos. Acho que isso é muito importante.

Eles vivem um quadro muito grave. Na esteira da derrubada do regime de Kadafi, várias tribos, principalmente os tuareques, foram para o sul, gerando instabilidade em países como Mali, com armamento. Há um problema de proliferação de armamento.

O Brasil está colaborando para a identificação e para o controle através da UNMAS, órgão das Nações Unidas especializado no controle de armamentos e desminagem. Então, o Brasil também já está participando disso.

Naturalmente, há uma série de problemas relacionados à desestruturação das prisões. Há o caso, por exemplo, da cidade de Tawergha, cujos habitantes têm manifestado receio de voltar para suas casas. Há deslocamentos. No Brasil – neste momento, não há estatísticas precisas –, fala-se em algo em torno de 65 mil pessoas deslocadas. Então, há toda uma série de questões que o governo está abordando e resolvendo

progressivamente, e a avaliação que se faz, a última avaliação, é que, dentro de uma perspectiva geral, há progressos feitos pelo governo provisório, e o Brasil vai participar desses trabalhos.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) –

Com respeito à segurança do senhor e de sua família, Embaixador Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar, como é que ela será assegurada? Acho que isso é importante, tendo em vista os problemas que lá têm ocorrido.

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CAR-

BONAR – Posso responder, com sua autorização, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira)

– Por favor.

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CAR-

BONAR – Obrigado.

Com essa pergunta, Senador, eu confesso que o senhor me põe numa situação muito delicada, porque...

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – É

mais do que natural, pois nós precisamos nos preocupar com sua segurança.

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CAR-

BONAR – Eu lhe agradeço muito pela pergunta. Eu a entendo como uma pergunta muito importante.

Eu não tive oportunidade de dizer antes, mas, entre os temas com os quais eu trabalho, estão os temas de segurança e defesa. Certamente, esse foi um dos elementos que contribuíram para a minha designação. Aliás, acho que o Exército tem alguns programas na área da Mão Amiga, de ações cívico-sociais, que poderão ser usadas com o Exército e com as Forças Armadas da Líbia, nessa parte de atenção cívico-social.

Respondendo à sua pergunta: já apresentei um quadro bastante claro às chefias do Itamaraty e, conhecendo os riscos, voluntariei-me desde o ano passado para ir para a Líbia. Entendo que o quadro seja de grande risco neste momento. Há notícias de algumas embaixadas sendo agredidas. No caso do Brasil, tenho, evidentemente, esperança e expectativa de que não seja esse o caso. Nós não fomos, ao longo do conflito, objeto de ataques, nem fomos depredados. Não houve nenhum ato contra a Embaixada do Brasil. Mas eu preciso lhe dizer que o quadro é de instabilidade. Se eu dissesse qualquer coisa em sentido contrário...

Tenho a orientação das chefias do Itamaraty para que, caso os senhores aprovem meu nome, estabeleça-se um mecanismo de segurança em torno da Embaixada do Brasil na Líbia. Isso significa uma série de medidas, desde carro blindado até, possivelmente, um destacamento de segurança das Forças Armadas.

Muito obrigado, Sr. Senador, pela pergunta.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP)

– Por exemplo, o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito permaneceu em Amã, em vez de Bagdá, por muitos anos. Mas, agora, o Embaixador do Brasil no Iraque passou a viver em Bagdá, devido à normalização da situação. O senhor poderá ficar na capital da Líbia, Trípoli?

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CAR-

BONAR – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira)

– Pois não.

O SR. AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CAR-

BONAR – Com a autorização do Presidente, Senador, eu queria lhe dizer que, conforme já disse às minhas chefias, possivelmente, eu irei para lá acompanhado de um agente de segurança, para iniciar o trabalho. Esse agente de segurança fará um levantamento, e trabalharei, espero, com a melhor segurança que o governo líbio puder dar. Espero, num espaço de noventa dias, resolver todas as questões relativas à segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira)

Bloco/PSDB – SP) – Encerrada a sabatina, nossa reunião nesta Comissão, nos termos da Constituição e do Regimento, vai se transformar em reunião secreta.

Convido os Senadores Eduardo Suplicy e Sérgio Souza para funcionarem como secretário e escrutinador.

(Tornada secretada às 12 horas e 04 minutos, a reunião volta a ser pública às 12 horas e 05 minutos.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr.

Presidente, anunciarrei o resultado: foram 13 votantes e 13 votos SIM para os três Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira)

Bloco/PSDB – SP) – Com esse resultado, as matérias estão aprovadas por esta Comissão e vão à deliberação do Plenário.

Reabro a reunião ao público em geral. Novamente, a reunião será pública. Enquanto isso, tomaremos as providências para que a reunião seja reaberta.

Quero aproveitar esta oportunidade para desejar aos Srs. Embaixadores uma missão exitosa e feliz. (Pausa.)

Vamos retornar à nossa pauta.

O Senador Cyro Miranda é o Relator do Item 4.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, sou o Relator do Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira)

Bloco/PSDB – SP) – Vamos ao Item 5.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, pela deferência, Sr. Presidente Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira)

Bloco/PSDB – SP) – É o Item 5 da pauta.

ITEM 5**MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2012**
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Susan Kleebank, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria : Senador Cyro Miranda.

Concede a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) –
Muito obrigado, Sr. Presidente e Srªs e Srs. Senadores.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 18, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Susan Kleebank, Ministra de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da interessada.

Segundo o referido documento, a Srª Susan Kleebank, filha de Ruben Kleebank e de Miriam Kleebank, nasceu em Porto Alegre/RS, em 11 de outubro de 1961.

Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981. Nomeada Terceira-Secretária em 1982, foi promovida ao cargo de Segunda-Secretária, em 1986; de Primeira-Secretária, em 1992; de Conselheira, em 1999; de Ministra de Segunda Classe, em 2005; e de Ministra de Primeira Classe, em 2009. Portanto, foi uma carreira brilhante e rápida.

No âmbito da Secretaria de Estado, as principais funções que exerceu foram as de Chefe da Divisão Jurídica, de 1999 a 2001, e de Chefe da Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, de 2007 a 2008.

Em outros órgãos governamentais onde atuou, foi Assessora-Chefe de Assuntos Internacionais da Presidência do Supremo Tribunal Federal, de 2008 a 2010, e, em 2010, assumiu a Assessoria de Cerimonial e Assuntos Internacionais no Tribunal Superior Eleitoral.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu nas Embaixadas em Berlim Oriental, de 1986 a 1987; em Pequim, de 1987 a 1989; em Bonn, na Alemanha, de 1989 a 1992; em Roma, de 1995 a 1998; em Ottawa, de 2001 a 2003; e na Embaixada de Washington, de 2003 a 2007.

Em 2001, concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e proposta de atualização do quadro normativo”, publicada pela Editora Fundação Alexandre de Gusmão em 2004.

É formada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980) e pós-graduada em História pela Universidade de Paris X, em Nanterre (1985).

Consta, do processado, informação anexada pelo Itamaraty sobre a República Eslovaca.

Segundo o documento, as relações diplomáticas entre o Brasil e a República Eslovaca remontam à criação da Tchecoslováquia em 1918, quando o Brasil foi o primeiro País da América Latina a reconhecer a independência daquele novo país. Posteriormente, com a independência da República Eslovaca, em 1993, o reconhecimento do Brasil foi imediato. Porém, apenas em 2008, foi instalada a Embaixada residente do Brasil em Bratislava.

Conforme assinala a informação enviada pelo Itamaraty, ainda que expressivos resultados tenham sido alcançados desde a abertura da Embaixada brasileira em Bratislava, o relacionamento entre os dois países poderia ampliar-se na esfera da cooperação, sobretudo no que diz respeito ao setor econômico-comercial e ao setor educacional. Neste contexto, concluiu-se acordo de cooperação diplomática, no âmbito do Instituto Rio Branco, que se encontra pronto para assinatura.

O intercâmbio comercial entre Brasil e a Eslováquia obteve crescimento significativo na última década. Em novembro de 2011, o volume acumulava US\$175,8 milhões, contra os US\$9,7 milhões registrados em 2000. Porém, até agosto de 2011, o Brasil ostentava déficit na balança comercial da ordem de US\$88,1 milhões, nada muito significativo.

A maior parte dos produtos importados pelo Brasil da Eslováquia é da categoria automotiva (carros e peças), enquanto a Eslováquia importa do Brasil motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão.

Existem perspectivas de cooperação entre os dois países na área energética, com ênfase em biocombustíveis; na esfera agrícola, há a possibilidade de o Brasil colaborar em pesquisa, por intermédio da Embrapa, bem como no campo científico-tecnológico.

Em 11 de outubro último, o Parlamento da Eslováquia rejeitou as regras acordadas para o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), o que coloca o país em situação desconfortável frente a outros Estados membros da Zona do Euro. A Eslováquia é membro da União Europeia desde 2004.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o relatório sobre a futura Embaixadora.
O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, nos termos do regulamento interno da nossa Comissão.

Convidado o Senador Jorge Viana, como Relator *ad hoc*, para relatar a Mensagem nº 12, de 2012.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2012 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Márcio Araujo Lage, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É com satisfação que aprecio o relatório da Comissão de Relações Exteriores, substituindo o Senador Luiz Henrique, sobre a Mensagem nº 12, de 2012 (Mensagem nº 35, de 14 de fevereiro de 2012, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Márcio Araujo Lage, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República deseja fazer do Sr. Márcio Araujo Lage, Ministro de Segunda Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular do Sr. Ministro de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo seu Ministério de origem.

Consta no documento que o Sr. Márcio Araujo Lage, filho de José Ribeiro Lage e Ruth de Araújo Lage, nasceu na cidade do Rio de Janeiro e cursou Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Entrou

na carreira diplomática pelo Curso de Admissão, em 1981, e defendeu, em 1994, a tese “A Amazônia na Política Externa do Equador 1979-1992” pelo Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1974, tendo sido promovido a Segundo-Secretário, em 1978, e, seguidamente e sempre por merecimento, promovido até a atual situação de Ministro de Segunda Classe no Quadro Especial, em 2008.

Exerceu várias funções no Itamaraty. No exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Buenos Aires, em Washington, em Quito, em Nova Iorque e no México.

Integrou ainda a missão brasileira na I Reunião da Comissão de Transportes da Amazônia, Quito, como chefe de delegação, em 1991, e na II Reunião da Comissão Especial de Saúde da Amazônia, Quito, também como chefe de delegação.

Foi condecorado e recebeu várias honrarias por conta do seu trabalho e de sua dedicação.

O país para o qual o Ministro de Carreira é indicado para assumir a função de Embaixador é uma república semipresidencialista de maioria cristã, cuja comunidade brasileira congrega apenas 26 indivíduos, cujo PIB real é de US\$11,5 bilhões e na qual a expectativa de vida é de 51 anos.

Obviamente, estamos nos referindo a um país que, agora mesmo, ocupa parte importante da mídia internacional por conta de uma viagem malsucedida do Rei da Espanha, que, recentemente, esteve em Botsuana, fazendo parte de uma viagem mais lúdica. O Rei, ontem, teve de pedir desculpa, tendo em vista a crise econômica e social que a Espanha atravessa. Ele estava numa viagem de lazer, caçando elefantes, e apareceu, numa fotografia, posando com um rifle, certamente muito poderoso. O mais estranho é que ele era membro do WWF Internacional. Parece-me que já saiu do WWF Internacional.

Mas, enfim, voltando ao meu relatório, peço desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – A caça é esporte tradicional dos reis. Os reis têm esse privilégio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas isso ocorria nos séculos passados, meu nobre embaixador Aloysio. Atualmente, já não é mais algo que possa ser compatível com as monarquias, pelo menos com as que tentam sobreviver.

Mas, de certa forma, Botsuana é um país que enfrentou seriíssimos problemas sociais há alguns anos e que, de alguma maneira, tem ainda um desafio enorme do ponto de vista socioambiental para en-

frentar. Sei que eles estão vivendo hoje um problema sério com os conflitos entre a população que tenta produzir e trabalhar no país. E há certo desequilíbrio, na versão oficial, na população de elefantes. Então, há situações de choque, obviamente em decorrência da agressão da ocupação urbana e da presença humana em áreas que deveriam ser parques. Sei que, agora, o país busca, fortemente, criar parques e apostar no turismo, que é o que alguns países africanos estão fazendo com sucesso.

Então, certamente, o nosso Embaixador vai chegar lá na hora em que Botswana procura consolidar melhor proteção de sua fauna e, ao mesmo tempo, fazer uso econômico do que tem de paisagem, de beleza cênica.

Mas, enfim, volto ao relatório.

De acordo com o Índice Anual de Liberdade Econômica, publicado pelo próprio *The Wall Street Journal*, o país – isto é importante para o Brasil – está na 28ª posição num ranking de 183 países. Isso, de alguma maneira, sinaliza que se respeitam regras comerciais. Ou seja, há um horizonte, uma possibilidade, uma perspectiva interessante para o Brasil.

As relações bilaterais do Brasil com Botswana foram inauguradas em 1985, mas parecem ter se densificado em 2000. Desde 2003, ocorreram três visitas presidenciais.

É importante também ressaltar o Acordo de Cooperação Técnica, cujos títulos explicam seus respectivos propósitos: Inserção Social pela Prática Esportiva; Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pequária de Corte em Botswana; e Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural em Botswana.

Em 2011, Botswana apresentou Memorando de Entendimento na Área de Bioenergia. Em 2006, foi assinado acordo de cooperação esportiva.

No âmbito da saúde, importante programa de cooperação técnica é mantido com aquele país para o combate ao HIV/AIDS.

Sua política externa parece pautar-se pela discrição e pela aposta na institucionalidade e na opção ocidental.

Botswana é membro fundador da União Aduaneira da África Austral (SACU) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), além de ter assumido o posicionamento das grandes potências nas recentes crises na Costa do Marfim e na Líbia.

No plano comercial, conforme dados de 2008, Botswana é fortemente dependente das importações advindas da África do Sul (78,6%) e das exportações destinadas ao Reino Unido (57,2%), sobretudo de diamantes. Naquele mesmo ano, o Brasil foi o 104º importador de Botswana e o 35º fornecedor do país.

Dante do exposto, estimo que os integrantes da Comissão possuam elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Coloco, então, em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011.

Passamos, então, ao Item 6 da pauta, com relatoria do Senador Aloysio Nunes.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 16, DE 2012 - Não Terminativo -

Altera o §7º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplina o capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, para alterar o valor das operações de câmbio que não necessitam de contrato de câmbio para até dez mil dólares, conforme instituído pela Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Autoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes, para relatar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o projeto de lei do Senado cuja epígrafe V. Exª acaba de relatar, foi proposto pelo Sr. Senador Francisco Dornelles, como fruto de um seminário para o qual S. Exª foi convidado, realizado no âmbito do Banco Central, exatamente para discutir essa matéria. O resultado das discussões das quais S. Exª participou está materializado no presente projeto de lei, que é composto de dois artigos.

O artigo 1º altera a Lei nº 4.131, de 1962, de modo a tornar não obrigatório, nas operações de compra e de venda de moeda estrangeira de até o equivalente a US\$10 mil (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), o uso do formulário exigido pelo Banco Central. Além disso, o Poder Executivo passa a ser autorizado a aumentar esse valor por ato normativo. Lembro que o limite atual está fixado em US\$3 mil (três mil dólares norte-americanos), não sendo facultado ao Executivo aumentá-lo por ato normativo.

O art. 2º é a cláusula de vigência.

Na justificação, o autor da proposta argumenta que a Lei nº 11.371, de 2006, que alterou a Lei nº 4.131,

de 1962, ao fixar o valor limite para desburocratização das operações cambiais em US\$3 mil, estabeleceu um valor que diverge da quantia para dispensa de Declaração de Porte de Valores à Secretaria da Receita Federal, fixado em R\$10 mil no art. 65 da Lei nº 9.069, de 1995. O referido art. 65 excetua da obrigatoriedade da transferência bancária o ingresso e a saída de recursos em moeda nacional ou estrangeira de até R\$10 mil ou seu equivalente em moeda estrangeira. É aquela declaração que se assina quando se entra no Brasil.

A existência dos dois limites, segundo o autor da proposta, *dificulta a percepção do residente no exterior ou no País acerca do limite para remessa sem a necessidade de contrato de câmbio e de comprovação documental*.

O projeto foi distribuído para esta Comissão e também para a Comissão de Assuntos Econômicos, cuja deliberação se dará em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Na análise do projeto, diz-se o que é de competência desta Comissão. Seu objetivo é mudar de US\$3 mil para US\$10 mil o limite para desburocratização das operações cambiais, isto é, o limite máximo para não obrigatoriedade da apresentação do formulário de transação cambial exigido pelo Banco Central. A mudança tem, segundo o autor, o objetivo de dinamizar o turismo e desburocratizar a compra de reais por parte de não residentes no Brasil que, em viagens de negócios ou em visitas turísticas, desejem comprar reais.

Não há objeção quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não há impedimento de ordem jurídico-formal para sua tramitação.

A análise do projeto quanto ao mérito é positiva. A alteração legislativa proposta coloca em sintonia a Lei nº 4.131, de 1962, com a Lei nº 9.069, de 1995, pois o limite fixado para desburocratização da transação cambial passa a coincidir com o valor fixado para a dispensa de Declaração de Porte de Valores à Secretaria da Receita Federal.

A proposta, do ponto de vista das relações exteriores, é meritória e muito oportuna, pois tende a facilitar e a incentivar os grandes eventos esportivos internacionais previstos para serem realizados nos próximos anos no Brasil, como a Copa das Confederações de Futebol, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos de 2016.

O projeto desburocratiza e incentiva a compra de reais por parte de não residentes no Brasil. Além de aumentar em mais de 80% o limite para desburocratização da transação cambial, o projeto fixa valor limite em moeda nacional e faculta ao Executivo a prerrogativa de alterá-lo por ato normativo. As três providências

são do nosso agrado, pois tornam menos burocrática e mais flexível a nossa legislação cambial.

O voto é pela aprovação do PLS nº 16, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Em discussão o presente relatório.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente Sérgio Souza.

Eu queria cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo relatório.

Também cumprimento, pela iniciativa, o autor, Senador Francisco Dornelles, Líder do meu Partido no Senado. Conhecedor profundo que é dessas relações – não só relações econômicas, mas também da área tributária –, ele traz um projeto de praticidade nas operações cambiais, especialmente considerando a necessidade que o Brasil tem de abertura para o turismo. Hoje, comparativamente com países pequenos, como a República Dominicana, recebemos menos turistas do que país muito menor do que o nosso. Poderíamos, até no âmbito do Mercosul, ter um espaço maior.

Embora o Governo tenha sugerido um pedido de vista, penso que, como não é terminativo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o projeto poderia ser votado e aprovado nesta Comissão. A Comissão de Assuntos Econômicos, para a qual a matéria está mais pertinente, tendo em vista seus impactos econômicos e financeiros, poderia examinar o projeto do ponto de vista da praticidade, até porque o relatório do Senador Aloysio Nunes é muito claro, é muito explícito em relação a isso. Seria de bom tom a apreciação e a votação dessa matéria agora, aqui, favoravelmente. A Comissão de Assuntos Econômicos, em que a matéria é terminativa, faria a modificação, se fosse o caso.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes, Relator do presente projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A observação da Senadora Ana Amélia é muito judiciosa. E eu lembraria, novamente, que a inspiração desse projeto de lei, tão bem elaborado pelo Senador Francisco Dornelles, veio de um seminário patrocinado pelo Banco Central para o qual o Senador foi convidado. Então, esse projeto resulta de uma interação, de um diálogo entre o Banco Central e um dos mais eminentes Senadores desta Casa e dos mais profundos conhecedores desta matéria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Para discutir, tem a palavra S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero aqui registrar que me parece adequada a proposição do Senador Francisco Dornelles. Também achei que foi muito bem feita a disposição do parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tomei a iniciativa de conversar com o Secretário da Receita Federal Carlos Alberto, que me informou que isso não teria objeção do ponto de vista de impacto sobre a questão tributária e da Receita Federal. Mas ele sugeriu que ainda se fizesse uma consulta ao Banco Central.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Fora do microfone.) – O projeto vai para a CAE.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O projeto ainda vai para a CAE, onde é terminativo.

Então, tendo o Secretário da Receita Federal dito que não haveria objeção com respeito a isso, farei uma consulta ao Banco Central, para, antes de o projeto ser examinado pela CAE, fazermos uma melhor avaliação. Está bem?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. Ótimo! Muito bom! É uma boa alternativa. É muito boa a saída.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão.

A Presidência tem a dizer que esse projeto será terminativo na CAE. É lógico que aquela Comissão, sendo a Comissão de mérito...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É verdade. O Senador Suplicy entendeu isso, o que facilitará os nossos trabalhos, porque agilizaremos o procedimento legislativo na Comissão. Aprova-se aqui, e a CAE faz os ajustes que eventualmente forem necessários, de acordo com a visão do Banco Central, que foi o inspirador, em última análise, desse projeto de boa iniciativa do Senador Dornelles e bem relatado pelo Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para seguimento da tramitação.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 62, DE 2012

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Estando ausente o Relator, a Mesa designa a Senadora Ana Amélia como Relatadora *ad hoc*.

Concedo, então, a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Sérgio Souza, o preâmbulo desse Acordo foi apresentado por V. Ex^a em relação aos agentes envolvidos no Acordo. São considerados dependentes cônjuges ou companheiros permanentes; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estudem em instituição de ensino superior reconhecida pelo Estado acreditado; e filhos solteiros portadores de deficiência física ou mental.

A autorização deverá ser solicitada junto ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado. A autorização será válida somente durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante junto ao Estado acreditado ou durante o período de condição de dependente ou, ainda, durante o período de contrato de trabalho. A Embaixada deverá informar ao ceremonial respectivo o término da atividade remunerada exercida pelos dependentes, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

O instrumento internacional em discussão dispõe também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares ou outro ato de direito internacional aplicável, especificando que não gozarão de imunidade civil nem administrativa no Estado acreditado no que diz respeito ao desempenho da referida atividade remunerada.

Ficou acordado também que, no caso de delito criminal no decurso do exercício da atividade remunerada, o Estado acreditante deverá considerar qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à

imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal durante o exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade, o Estado acreditado poderá, a seu critério, solicitar a retirada do país do dependente em questão.

A autorização para o exercício da atividade remunerada terminará quando cesse a condição de dependente do beneficiário, na data em que o contrato se encerre ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente. Contudo, o prazo levará em conta um decurso de tempo razoável de adiamento, sem exceder três meses.

O Acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação tributária e de previdência social aplicáveis naquele Estado, decorrentes da referida atividade.

O Acordo não implica o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior, e, no caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas que devem atender o nacional da parte acreditada.

Ademais, o Acordo não confere ao dependente o direito automático ao emprego, nem de residir no território da parte acreditada, uma vez determinada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente. A autorização pode ser negada, nos casos em que a atividade remunerada possa ser desempenhada unicamente por nacionais, quando o empregador seja o Estado acreditado ou quando a atividade remunerada afete a segurança nacional.

O ato internacional em apreço permite o acesso ao trabalho aos brasileiros familiares dos agentes diplomáticos consulares e do pessoal técnico e administrativo nas missões diplomáticas e consulares que se encontrem em missão oficial no Congo que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional. O mesmo vale para os congoleses que se enquadram na condição do Acordo, residindo no Brasil.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, o ato internacional em exame reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Proporcionar espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que não a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país, torna-se prática generalizada na vida internacional, e o Brasil já tem acordos semelhantes com dezenas de países.

Por todo o exposto, visto que foi observada a adequação legislativa regimental, o voto do Senador Cristovam Buarque – agora, meu voto, como Relator *ad hoc* – é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}s Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Srs. Senadores e Sr^{as}s Senadoras, vou avocar a relatoria de um despacho *ad referendum* da Comissão relativo a uma viagem do Senador Flexa Ribeiro.

O Senador Flexa Ribeiro requereu, mediante o Requerimento nº 280, de 2012, autorização para se ausentar do País, com ônus para esta Casa, no período de 20 a 22 de abril deste ano, para participar, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e de Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, da primeira reunião de 2012 da Junta Diretiva, que vai ocorrer na cidade do Panamá, na República do Panamá, atendendo convite do Presidente do Parlatino e do Secretário Executivo.

Há um rito para a apreciação desse tipo de proposição, que prevê a designação do Relator e, posteriormente, a apresentação do relatório ao Plenário da Comissão. No entanto, fomos atropelados pelo tempo. O requerimento do Senador Flexa Ribeiro para se ausentar do País no período de 20 a 22 de abril deste ano foi encaminhado a esta Comissão no dia 12 de abril, e não foi possível submeter esse requerimento ao rito previsto, em razão do tempo, do calendário.

Como é, por outro lado, necessário que a Comissão se manifeste sobre o requerimento do Sr. Senador Flexa Ribeiro, esta Presidência avoca a Relatoria da matéria *ad referendum* do nosso Colegiado, ressaltando a excepcionalidade da circunstância e a urgência da solicitação.

Nosso propósito, com as edições dos Atos nºs 2 e 4, de 2011, foi fazer com que os procedimentos rotineiros que possam ser adotados de forma organizada e sem prejudicar o planejamento do trabalho observem os devidos ritos processuais. Por isso, exortamos a todos a que, ao fazer esse tipo de requerimento, façam-no no tempo devido.

Submeto à apreciação de V. Ex^{as}s a decisão da Presidência.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos passar ao Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, DE 2012 - Não Terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília em 16 de abril de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Peço ao Senador Jorge Viana a gentileza de ser Relator **ad hoc** da matéria.

Senador Jorge Viana, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Ex^a já expôs, a Comissão tem de deliberar sobre o Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 517, de 16 de julho de 2008, submete ao Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 16 de abril de 2008.

Vale uma observação que já ouvi aqui: no caso de todos esses tratados que temos de transformar em lei, há uma defasagem enorme entre o momento em que são assinados e a sua ratificação, seja na Câmara ou aqui. Este mesmo é um tratado de extradição que é da maior importância, tendo em vista as relações cada vez maiores entre Índia e Brasil. Já são quatro anos para que haja a ratificação; sem isso, não se pode fazer uso do termo assinado entre os dois países.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional decorrente da Mensagem Presidencial, após exame também pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Mais à frente, vou explicar por que o tratado passou também por essas Comissões.

A Mensagem Presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 21 de julho de 2008 e, agora, está sob deliberação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – A maioria governamental não funciona.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Temos de melhorar a eficiência da tramitação.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 19 de março de 2012. Então, estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Na nossa Comissão, estamos em dia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É isto que estamos falando: aqui estamos sendo bastante eficientes.

O tratado está lavrado em 25 artigos e contém as cláusulas típicas de Direito Internacional Público sobre o tema, tais como a proibição de extradição para crimes políticos. Enfim, está bem embasado naquilo que o mundo busca hoje.

A recusa da extradição poderá ocorrer em casos em que o crime estiver afeto à jurisdição de ambas as partes e se a pessoa já estiver respondendo a processo judicial pelo mesmo crime em território da parte requerida.

Eu quero me prender a algo que penso ser bastante relevante e que diz respeito à diferença de legislação penal na Índia e no Brasil. A Índia prevê pena de morte; o Brasil, não. E esse tema foi levantado quando o Acordo foi apreciado na Câmara dos Deputados. Foi designado o Deputado Ibsen Pinheiro para se posicionar. Foi à Comissão de Direitos Humanos, e esse assunto também foi levado em conta e foi muito bem resolvido quando apreciado na Câmara dos Deputados.

O parecer da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de autoria do Deputado Domingos Dutra, meu companheiro de Partido, foi no sentido da total admissibilidade do acordo com respeito a tal questionamento.

Ele levantou alguns pontos: o Brasil já assinou e ratificou diversos tratados de extradição com outros países que possuem a pena de morte em seus ordenamentos internos; é comum, na política internacional, a celebração de tratados de extradição entre países que possuem legislações bastante distintas relativas às penas aplicáveis – vale a pena ressaltar isso –; a redação do art. 14 do Tratado em apreço, que objetiva impedir que a Índia aplique pena de morte em caso de suscitar extradição ao Brasil, é consentânea com o Tratado-Modelo de Extradição aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, mediante a Resolução nº 45/116, de 14 de dezembro de 1990.

Então, penso que todo cuidado que essa matéria necessitava já foi tomado.

Portanto, a cláusula do Tratado Brasil-Índia sobre proteção em caso de previsão de pena de morte não

representa desvio em relação às práticas internacionais e brasileiras em acordos dessa natureza e não representa ameaça à segurança jurídica, lembrando-se, inclusive, que a palavra final sobre a constitucionalidade da autorização para a extradição é dada pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, diante disso, ultrapassada essa questão, o Tratado mereceu aprovação sem ressalvas na Câmara dos Deputados.

Vale, por fim, registrar que o estabelecimento sistemático de acordos de extradição com países irmãos é tarefa essencial para a cooperação judiciária e a construção de instrumentos modernos para o combate ao crime no plano internacional.

Vale ressaltar que, hoje, a dinâmica das relações comerciais, transacionais, exige, de fato, uma legislação também dinâmica, que se posicione o mais rapidamente possível, até para proteger o cumprimento das leis nos países.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Tratado em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2012.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Está em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O próximo item será o Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, DE 2012 - Não Terminativo -

Aprova o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC Nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: pela aprovação da matéria.

O Senador Sérgio Souza tem a palavra, para proferir seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC nº 06, de 2009, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.

Aqui, Senador Jorge Viana, faço mais uma referência: foi aprovado há quase três anos e chega sómente agora a esta Comissão. Chegou aqui em março, e, rapidamente, esta Comissão deu a agilidade necessária. Já o estamos aprovando, ao passo que, na Câmara, ficou praticamente um ano para ser aprovado.

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com o seu art. 84, inciso VIII, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 111, de 11 de março de 2010, que solicita a apreciação da matéria.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional em apreço foi aprovado em 15 de fevereiro de 2012, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que tramitou pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tendo vindo ao Senado Federal, a matéria foi distribuída a este órgão colegiado em 6 de março último e, a este Relator, no dia 19 do mesmo mês, não havendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

O ato internacional em exame se faz acompanhar da Exposição de Motivos nº 411, do Ministério das Relações Exteriores, assinada pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em 11 de março de 2010.

Junto ao processado, encontra-se Nota da Secretaria Técnica da Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf Mercosul), assinada pelo Sr. Álvaro Ramos, Coordenador da Unidade Técnica do Programa Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas Mercosul, que destaca que três dos países do Mercosul já haviam completado os procedimentos de incorporação ao respectivo direito interno do Regulamento, faltando

apenas o Brasil, para que o Grupo Mercado Comum (GMC) pudesse assinar o Acordo de Administração do Fundo da Agricultura Familiar (FAF) com o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (Unops).

Acompanha igualmente o processado, Nota Técnica do Chefe da Assessoria Parlamentar Substituto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, datada de 5 de outubro de 2011 e dirigida ao então Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Sr. Afonso Forese, também solicitando a urgente aprovação do PDC nº 2.841, de 2011, do qual dependeria a continuidade das reunião da Reaf, uma vez que passariam a ser financiadas pelo Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul.

Passo, então, à análise, Sr. Presidente.

Trata-se da Decisão CMC nº 06, de 2009, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009, que adota o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul).

Criado pela Decisão CMC nº 45, de 15 de dezembro de 2008, o Fundo constitui uma iniciativa da Coordenação Nacional Brasileira da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf), segundo esclarece a Exposição de Motivos do Itamaraty. Seu objetivo, como determina o art. 2º, é financiar programas e projetos relacionados à agricultura familiar e permitir uma ampla participação dos atores sociais em atividades vinculadas ao tema. As iniciativas e projetos a serem financiados pelo RAF Mercosul serão decididos pelo Grupo Mercado Comum (GMC) por proposta da Reaf.

O Fundo será constituído pelas contribuições dos Estados Partes e pela renda financeira gerada pelo próprio Fundo. O art. 3º estipula as instâncias nacionais responsáveis pelos aportes, a saber: na Argentina, o Ministério da Produção – Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar; no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário; no Paraguai, o Ministério da Agricultura e Pesca; no Uruguai, o Ministério de Economia e Finanças.

O Fundo será constituído por aportes anuais dos Estados Partes, totalizando, em cada exercício, US\$360 mil (trezentos e sessenta mil dólares). A cota fixa de cada Estado membro consiste de US\$15 mil (quinze mil dólares) anuais. Ademais, haverá uma contribuição anual de US\$300 mil (trezentos mil dólares), a ser integralizada de acordo com as seguintes proporções: Argentina, 27%; Brasil, 70%; Paraguai, 1%; Uruguai, 2%.

Assim, o Brasil deverá aportar ao Fundo, anualmente, US\$225 mil (duzentos e vinte e cinco mil dólares) anuais.

O art. 8º determina a forma de administração do Fundo, estipulando que a Reunião Especializada sobre

Agricultura Familiar, mediante a aprovação do Grupo Mercado Comum (GMC), selecionará organismo especializado para esse fim.

Segundo determina o art. 9º do Regulamento, a Reaf deverá apresentar ao GMC, anualmente, um relatório sobre o uso dos recursos do Fundo, podendo contar com uma unidade técnica para apoiar a implementação e execução das atividades financiadas pelo Fundo (art. 12).

Consideramos o ato internacional que ora se submete à apreciação legislativa para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, altamente conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Seu acolhimento pelo Congresso Nacional, posterior ratificação e entrada em vigor resultarão em amplo estímulo à agricultura familiar nos países do Mercosul, componente central e indispensável para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a segurança alimentar do bloco.

Cabe destacar também que, à luz da Nota Técnica da Assessoria Parlamentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Reaf “é a mais exitosa das reuniões especializadas do Mercosul”, sendo reconhecida por governos e organizações sociais de toda a região por ter contribuído para a criação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar nos países do bloco. Graças ao trabalho da Reaf, todos os países do Mercosul contam hoje com instituições específicas voltadas para a agricultura familiar e com registros nacionais da Agricultura Familiar.

A contribuição para o Fundo, diferenciada por país e calculada com base no Produto Interno Bruto de cada um dos membros, coaduna-se com a lógica da integração, onde são levadas em conta as assimetrias entre os Estados Partes no intuito de corrigi-las, com base no princípio da solidariedade. Veja-se, por exemplo, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem (Decisão nº 18 de 2005 do CMC), o Fundo de Promoção do Turismo do Mercosul (Decisão nº 24 de 2009 do CMC) e o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (Decisão nº 24/08 do CMC), todos eles constituídos por contribuições proporcionais ao PIB ou à população dos Estados Partes.

O projeto em epígrafe atende aos interesses nacionais, uma vez que fortalece as políticas públicas diferenciadas dirigidas à agricultura familiar no Mercosul e possibilita o seu financiamento, não havendo, ademais, qualquer restrição quanto à técnica legislativa utilizada no texto em análise.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão

CMC nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.

São esses o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, tendo em vista que somente o Brasil ainda não aprovou a criação do Fundo e que esse fator está inviabilizando a sua implantação, requeiro, na condição de Relator, a tramitação na forma de urgência desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Coloco em votação o requerimento de urgência.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria tramitará em regime de urgência.

Vou conceder a palavra o Senador Eduardo Suplicy para proferir seu relatório referente ao Item 10, não terminativo.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 1.416, DE 2011

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pela passagem dos 68 anos da libertação do Líbano da dominação francesa em 1943.

Autoria: Senadora Marinor Brito.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Senadora Marinor Brito defende que celebrar a independência libanesa, ocorrida em 1943, é um gesto possível do Senado em nome da paz na região, ainda incerta.

De fato, a independência do Líbano representa um ponto de partida para a liberdade de um povo acossado pela colonização, pelo imperialismo ou por perspectivas geopolíticas. A emblemática independência libanesa ocorreu quando a França estava ocupada pela Alemanha nazista, durante a Segunda Guerra Mundial, e não se deveu a nenhuma posição de apoio à autodeterminação dos povos daquele País, mas a seu enfraquecimento circunstancial e à luta emancipatória libanesa.

Posteriormente, demonstrando superação local, houve o famoso pacto nacional, que associou os mamonitas, os sunitas e os xiitas, com divisão de cargos para cada comunidade. Essa composição, contudo, sofreria com a instabilidade regional, os impactos da Guerra Fria, as ambições sírias, a questão palestina, os ataques de Israel, o conflito interno e a radicalidade religiosa.

Portanto, prestar voto de aplauso à independência do Líbano, de onde tantos imigrantes vieram para o Brasil e aqui se integraram, não significa homenagear uma data estática, mas um processo em curso de libertação de povos e por onde passa, sem dúvida, o caminho da paz no Oriente Médio.

Assim, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.416, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Suplicy.

Está em discussão o Requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento.

Srás e Srs. Senadores, também quero submeter à deliberação de V. Ex^a um requerimento que já foi lido nesta Comissão de autoria do Senador Fernando Collor, nosso Presidente, para que seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Defesa, o Embaixador Celso Amorim, para debater a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, bem como os diversos programas envolvidos no âmbito daquela Pasta.

Esse Requerimento já foi lido.

Eu o submeto, agora, à deliberação do Plenário.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o Requerimento que acaba de ser apreciado:

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, para debater a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, bem como sobre os diversos programas desenvolvidos no âmbito daquela Pasta.

Autoria: Senador Fernando Collor

Há mais um requerimento que consta do Item 11 da pauta. É um assunto que já foi tratado por esta Comissão em casos semelhantes.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, DE 2012

Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrerestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 60, de 2012, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2010, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie a Excelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O referido Acordo foi negociado e assinado antes do advento da Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações. Naquele momento, não poderiam seus autores vaticinar a ocorrência dessa Lei e dos seus termos.

Então, o Requerimento, à semelhança de outros já aprovados pela Comissão, foi formulado de comum acordo com o Ministério das Relações Exteriores na linha do sobrerestamento da deliberação desse acordo, para que o Poder Executivo pudesse entrar em con-

tato com a República Dominicana para renegociá-lo e adequá-lo aos termos da nova lei.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento e sobrestada a deliberação nesta Comissão.

Antes de encerrarmos a reunião, agradecendo a presença aos Srs. Senadores e à Sra. Senadora, eu gostaria de informar que nossa próxima reunião será realizada na segunda-feira, dia 23 de abril, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade àquela série de audiências públicas promovidas pelo Senador Fernando Collor, “Rumos da Política Externa Brasileira”, com a apresentação do segundo painel “Avaliação e prioridades da política externa brasileira, acordos bilaterais, atuação em organizações internacionais e ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas, parcerias e oportunidades, Europa, Estados Unidos, China e Américas”, do 5º ciclo de audiências intitulado “Política Externa Brasileira”.

São os seguintes os convidados: Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro das Relações Exteriores; Embaixador Roberto Abdenur, ex-Embaixador do Brasil em Washington; Prof. Oliveira da Silva Ferreira, que foi meu professor na Universidade de São Paulo; e Prof. Thomaz Zanotto, do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e três de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente a Senhora Senadora **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “nos

termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o Embaixador **Roberto Abdenur**; o Professor **Oliveiros da Silva Ferreira**; o Senhor **Thomaz Zanotto**, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); e o Embaixador **Luiz Felipe Lampréia**. Faz uso da palavra a Senadora **Ana Amélia**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados

Na última reunião das audiências públicas, realizadas por esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, um de nossos convidados não pôde estar presente, o Professor Márcio Garcia. Naquele mesmo dia, ele já havia encaminhado à Comissão as razões que motivaram a sua ausência.

Vou fazer uma rápida leitura, porque isso mostra bem o exemplo de como andam as nossas companhias aéreas, e isso diz respeito ao consumidor.

Diz ele:

"Como lhe falei há pouco ao telefone, não consegui embarcar para Brasília nesta tarde.

Fiquei no aeroporto, esperando o embarque do voo, que estava atrasado, marcado para as 14h20min, depois remarcado para as 14h55min. Depois das 15h, [continua o Professor] fui tentar saber o que estava ocorrendo. Só então fui informado de que o voo havia

sido cancelado e que eu seria realocado para o seguinte, às 18h58min.

Tentei que me colocassem no novo voo da TAM, mas disseram que estava cheio. Alegaram que o SDU havia ficado fechado [um sistema de dados, não é?], mas isso não desculpa para não dar sequer um aviso pelo sistema de autofalante do aeroporto. Como meu compromisso no Senado era às 18h, tive que regressar à PUC [ele é professor da PUC do Rio de Janeiro], bastante frustrado.

Antes, entretanto, tirei a foto, anexa ao painel de informações [que ele enviou também, que consta deste ofício dele, e chama a atenção]. Veja, no alto, à direita, que a foto foi tirada às 15h38min. O painel que o meu voo, o voo 1586 da GOL, está confirmado para as 14h55min e "com despacho aberto". Ou seja, uma completa e total desconsideração com os passageiros.

Se, em tempos normais [diz ele], uma reles chuvinha causa tal caos, imagine na Copa. ["Chuvinha" porque foi dada como justificativa para o atraso do voo, uma chuva que se estava abatendo sobre o Rio de Janeiro]

Peço que transmita a minha frustração a todos os integrantes desta Comissão e reforço a minha oferta de comparecer doutra reunião proximamente.

Envio anexa a apresentação que faria. Comentários sobre a apresentação são muito bem-vindos.

Por fim, para os fins administrativos devidos, anexos os cartões de embarque cancelados, bem como a carta da GOL, alegando motivos meteorológicos para o cancelamento do voo."

Fica aqui, portanto, o esclarecimento do Professor Márcio Garcia. Naturalmente, lamentamos a sua ausência, como participante do último debate realizado 2ª feira passada.

Outro comunicado sobre o 5º Ciclo de Audiências Públicas sobre Política Internacional 1º Painel/ 2012 – Um Ano de Crise no Mundo.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou, no último dia 16, audiência pública sobre rumos da política externa brasileira para tratar do primeiro painel deste ciclo, intitulado 2012: *Um Ano de Crise no Mundo, Expectativas para 2012, Análise dos Aspectos Econômicos, Políticos, Sociais, Ambientais e de Defesa dos Principais Fatores Globais e para os Países em Desenvolvimento*.

Os convidados foram o Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Professor Dr. Demétrio Magnoli, sociólogo, integrante do grupo de análise de conjuntura internacional da Universidade de São Paulo (USP), além do Professor Márcio, que pode comparecer aqui, conforme já dito aqui, em função do atraso do seu voo.

O Vice-Presidente da Fiesp afirmou que a crise na zona do euro, assim como a relativa estagnação da demanda nos Estados Unidos e no Japão, alteraram os fluxos do comércio mundial, causando grande impacto em países como o Brasil. O excesso de oferta de bens manufaturados no mundo desenvolvido e o consequente comprometimento das exportações asiáticas para esses países os levaram a buscar novas alternativas para a venda dos seus produtos nos países em desenvolvimento. Para tanto, estão adotando políticas monetárias expansionistas e desvalorizando ostensivamente suas moedas, com o objetivo de tornar seus produtos mais competitivos nos mercados emergentes, que, por sua vez, registram crescimento da demanda.

Parte desse excesso de dinheiro tem vindo para o Brasil, atraído pela combinação do câmbio livre com as maiores taxas de juros do mundo, causando fortes efeitos no nosso mercado interno. De janeiro de 2004 a fevereiro de 2012, o real valorizou-se 106% com relação ao dólar norte-americano – um valor muito superior àquele registrado por moedas dos países com os quais o Brasil concorre.

Por sua vez, a redução do crescimento econômico verificado nos países asiáticos coloca em risco o atual patamar de preços das matérias primas.

Informou o palestrante que o FMI prevê o declínio nas cotações de matérias primas em 2012 e 2013, devido à desaceleração da atividade econômica mundial e à redução da importação de commodities por parte da China. Essa queda dos preços e da demanda por commodities poderão comprometer o resultado do comércio externo brasileiro, somando-se a esse quadro o déficit de bens manufaturados no Brasil, que atingiu 94 bilhões de dólares no ano passado. Outro risco por ele apontado é a dependência do país em relação ao capital estrangeiro, com perspectiva de ameaça de crise no balanço de pagamentos.

A indústria de transformação é o setor econômico que mais sofre com os efeitos da crise e da consequente mudança dos fluxos comerciais no mundo, em virtude do agravamento do processo de substituição da produção industrial doméstica por produtos importados e de problemas semelhantes verificados nos

países da América Latina – os principais mercados das exportações brasileiras.

O Vice-Presidente da Fiesp destacou que o Brasil não tem uma política efetiva e permanente para a indústria e que o crescimento do setor, que já estava baixo, ficou ainda mais prejudicado depois da crise. Em 2011, a indústria brasileira cresceu apenas 0,39%, enquanto os outros países Brics apresentaram um crescimento industrial de 6,45%. Países como a Argentina e o México tiveram crescimento industrial bastante superior ao do Brasil. Na sua previsão, mesmo com as medidas contidas no “Plano Brasil Maior”, do ano passado, e do último plano lançado recentemente pelo Governo, a situação da indústria brasileira tende a piorar.

Ele apontou o Custo Brasil como fator de restrição ao crescimento da indústria de transformação no País – custo esse que tende a agravar os resultados do setor industrial num período de crise mundial. Outros fatores dizem respeito aos juros básicos e ao spread bancário, além dos encargos trabalhistas – que representam 32,4% do total dos custos de mão de obra da indústria.

O Brasil tem um dos mais elevados custos de energia elétrica do mundo, e a “guerra dos portos” é responsável por uma diferença de 7% nos preços em favor dos produtos importados.

Hoje, de cada quatro produtos transformados consumidos no Brasil, um é importado. Há dez anos, essa relação era de um para dez. Em meados dos anos 80, a indústria representava 27% do PIB; em 2011, essa participação caiu para 14,6%. A participação da indústria nos países que dobraram sua renda per capita em 15 anos foi de 25% a 30% do PIB. Porém, no Brasil, o crescimento dos serviços está ocorrendo precocemente e, se não conseguirmos aumentar a participação da indústria no PIB, serão necessários 35 anos para dobrarmos a renda per capita no Brasil de US\$10 mil para US\$20 mil.

O palestrante afirmou que a China, seguida da Índia, do Brasil e da Rússia são os países que registrarão o maior aumento de seu mercado consumidor nesta década. Ele prevê uma continuada expansão das classes C, B e A no Brasil e o consequente aumento da renda e do consumo, provocados pelo aumento dos salários acima da inflação, do ingresso de 30 milhões de pessoas na classe média e de, provavelmente, mais 20 milhões até 2014. Se a indústria brasileira não tiver condições de atender a essa demanda, esses novos consumidores comprarão o produto importado, causando grande impacto na balança comercial.

O palestrante vê com bons olhos as medidas macroeconômicas emergenciais adotadas pelo governo para a retomada do desenvolvimento industrial, com a

intenção de reconduzir a taxa de câmbio a níveis que favoreçam a produção, como a redução dos juros e do spread bancário no País. O spread bancário, no Brasil, é 17,6 vezes maior do que a média dos 40 países que detêm 93% do PIB mundial.

Concluindo sua apresentação, o Vice-Presidente da Fiesp enumerou algumas medidas necessárias para que a indústria brasileira aumente sua competitividade e enfrente os efeitos das mudanças provocadas pela atual crise: a desoneração integral do investimento produtivo; a disponibilização de linhas de financiamento com volume adequado e custos isonômicos aos dos concorrentes internacionais; e incentivos às linhas de financiamento de longo prazo no setor bancário público e privado, utilizando o compulsório não remunerado e outras medidas regulatórias destinando uma parte desse compulsório para investimento.

Por sua vez, o sociólogo Demétrio Magnoli destacou a importância da dimensão política da crise na zona do Euro, a seu ver, uma consequência dos programas deflacionários e recessivos impostos pelas autoridades da União Europeia, particularmente a Alemanha, para combater a crise financeira. A crise política da Europa reflete-se na reação da população a essas medidas de austeridade, como o aumento da popularidade dos partidos situados no extremo do espectro político na Grécia, às vésperas das próximas eleições, em detrimento das duas tradicionais agremiações de centro; o discurso antieuropeu a que Sarkozy e Hollande se viram obrigados a adotar na campanha das eleições presidenciais na França – cujo primeiro turno, realizado ontem, colocou o candidato socialista à frente do atual presidente; e a realização de uma greve geral contra os planos de austeridade que não se registrava há anos na Espanha, onde a situação política é extremamente instável, após poucos meses da instalação do novo governo de Mariano Rajoy.

O Professor acredita que o “tsunami monetário”, que ele chama de quantitative easing, aplicado inicialmente pelos Estados Unidos e, depois, pela Europa para contornar suas crises políticas é inevitável e reflete fundamentos reais da economia internacional, marcada pelos desequilíbrios das economias desses países nos últimos dez anos. Segundo ele, as principais moedas do mundo não voltarão a ser valorizadas como antes, e o Brasil, ao reclamar do “tsunami monetário”, está preferindo adiar o exame das causas estruturais dos nossos problemas internos, tais como a falta de competitividade e produtividade.

Para ele, o Brasil deveria se preocupar mais com a China que com a crise do euro. Ele acha impossível que a economia chinesa repita, nos próximos 10 anos, o crescimento de 10% ao ano registrado naquele país

na última década e chamou de “mito” as ideias disseminadas durante o Governo Lula de que havia uma reconfiguração sul-sul da economia mundial e uma nova geografia comercial no mundo. Referindo-se à aliança estratégica entre o Brasil e a China, propagada pela política externa brasileira no governo anterior, ele afirmou que a China se acoplou fortemente, nos últimos 10 anos, aos principais núcleos da economia mundial como fornecedora de uma torrente de produtos manufaturados aos mercados dos Estados Unidos e da União Europeia; de mão de obra barata, em grande escala, na economia internacional; e de saldos financeiros que, reciclados principalmente pelos mercados financeiros dos Estados Unidos, permitiram o aumento acelerado do consumo não inflacionário nesses países. Segundo afirmou, a verdadeira parceria estratégica da China dá-se com os Estados Unidos e, em menor escala, com a União Europeia.

De acordo com a análise do Professor, o modelo econômico chinês depende de condições externas que estão deixando de existir, tais como o consumo desenfreado e tocado a crédito nos Estados Unidos e Europa e os enormes déficits comerciais e de conta corrente naqueles países, punidos pelo mercado financeiro desde a crise de 2008.

Por outro lado, as condições internas que permitiam esse modelo estão se erodindo: a mão de obra chinesa não é mais tão barata como antes, porque o país vive uma transição democrática e o envelhecimento de sua população de maneira muito rápida, afetando o seu mercado de trabalho. Muitos dos polos industriais chineses já registram escassez de mão de obra especializada, os salários sobem, os custos de produção estão aumentando, e o país assiste a inúmeros motins diários por melhores salários e condições de vida.

Diante dessa situação, ele acredita que o interesse nacional brasileiro é muito semelhante ao dos Estados Unidos e que deveríamos forçar, na medida do possível, a valorização do yuan, para que a China se transforme num grande polo de consumo, dando melhores condições de trabalho para os chineses, direitos sociais, previdenciários e o direito de propriedade para os camponeses.

Quanto à primavera árabe, ele acha difícil prever que caminho tomarão esses países no final do processo iniciado há mais de um ano. Ele vê um risco de alastramento de regimes fundamentalistas islâmicos na região, mas também vislumbra uma hipótese de reforma dos partidos islâmicos segundo o modelo do partido do atual governo turco – oriundo de cisões de um grupo fundamentalista islâmico que adotou a democracia.

O Professor criticou a posição contrária do Brasil à intervenção militar na Líbia e o apoio que a política externa brasileira tem dado ao regime de Bashar Assad, na Síria, negando-se a criticar a violência do regime naquele país.

Por outro lado, afirmou o sociólogo que a oposição do Brasil a sanções contra o Irã não contribui com a tentativa de forçar aquele país a se sentar à mesa de negociações com a comunidade internacional, evitando, dessa forma, que a situação chegue a um eventual ataque israelense às instalações nucleares iranianas.

Por fim, o Professor Magnoli lamentou o fracasso da Cúpula das Américas, em Cartagena de Índias – por ele atribuído a uma divergência incontornável sobre Cuba – e disse que existe uma perspectiva real de que essa pode ter sido a última Cúpula das Américas dos “próximos muitos anos”. Ele acredita que o fim das cúpulas das Américas é contra os interesses brasileiros. Na sua opinião, o Brasil age contra o seu interesse nacional ao ceder o protagonismo na América Latina à Venezuela de Chavez, à Argentina, ao Equador e à Bolívia – países que definiram os rumos da Cúpula das Américas. Para ele, o Brasil e os demais países da região se transformaram em espectadores de uma peça construída por aquelas quatro nações.

Concluindo, alertou o sociólogo para o problema da instabilidade política em curso na Venezuela – que, no seu entender, deveria ser motivo de preocupação para o Brasil – uma vez que o país vizinho encontra-se numa encruzilhada devido às próximas eleições presidenciais, de resultado incerto, combinadas à doença do Chefe de Estado, que se tornou um segredo de Estado. Segundo ele, essa combinação significa que a Venezuela corre o risco de deslizar na direção de uma conflagração interna até o fim deste ano.

Assim, encerrou a sua participação.

Passando à pauta da noite de hoje, a presente reunião destina-se à realização do painel intitulado “Avaliação e Prioridades da Política Externa Brasileira, Acordo Bilaterais, Atuação em Organizações Internacionais, Ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas, Parcerias e Oportunidades, Europa, Estados Unidos, China e Américas”, integrando o 5º Ciclo “Política Externa Braseira” da Série de Audiências Públicas “Rumo da Política Externa Brasileira 2011/2012”.

Antes de convidar os Srs. Palestrantes para fazerem parte desta Mesa, gostaria de registrar e agradecer a presença dos Srs. Membros do Corpo Diplomático hoje aqui presentes. Muito obrigado a V. Ex^{as}.

Exmº Sr. Embaixador Francisco Ribeiro Teles, Embaixador de Portugal, seja bem-vindo ao Brasil e a esta Comissão.

Exmº Sr. Embaixador Horacio Sevilla Borja, Embaixador do Equador;

Sr. Ibrahim Aleisa, Ecarregado de Negócios da Embaixada do Reino Arábia Saudita;

Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia;

Sr. Shamsul Nizam bin Shamsuddin, Conselheiro da Embaixada da Malásia;

Sr. Rafael Hidalgo Fernández, Conselheiro da Embaixada de Cuba;

Sr. Edgardo Valdés, Conselheiro da Embaixada de Cuba;

Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada de Espanha;

Sr. Alexander Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Bielorússia;

Sr. Mausam Araghi, Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã; e

Sr. Jorge Luiz Mendes, Primeiro Secretário da Embaixada da República de Guiné-Bissau.

Mais uma vez muito obrigado a V. Ex^{as} pelas suas presenças.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema já dito anteriormente, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e convido para que tomem assento à Mesa, desejando-lhes boas vindas: o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores; o Embaixador Roberto Abdennur, o Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e o Professor Oliveira da Silva Ferreira.

Recebiam os senhores, mais uma vez, as nossas boas vindas. Convido-os para tomarem assento à Mesa.

Passo a palavra, para iniciar os nossos trabalhos, ao Embaixador Roberto Abdennur.

O SR. ROBERTO ABDENUR – Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer estar aqui. Felicito V. Ex^a vivamente pela iniciativa de organizar estas palestras.

Apenas quero lavrar um pequeno protesto. Eu havia preparado um catatau, o que levaria esta reunião até o café da manhã de amanhã. Mas vou ter de abreviar em homenagem ao tempo.

Gostaria de começar por dizer que a Língua Portuguesa é feliz no sentido de que diferencia entre dois conceitos muito semelhantes: o conceito de poderio e o conceito de poder.

Poderio é o estoque estático de recursos com que conta um país, o território, a população, o tamanho da sua economia, mesmo que não crescesse, os recursos naturais desse país. Mas o mais importante em diplomacia e em política externa não é tanto o po-

derio e, sim, como este poderio se translada em ações, em uma dinâmica de atuação no plano internacional, portanto numa projeção dos países.

O Brasil é um país que, hoje, dispõe de muito mais poder do que teve no passado graças a sua evolução interna e a sua maior capacidade de projeção externa.

E gostaria agora de brincar, por assim dizer, com outro conceito que acho aplicável às relações internacionais. Fala-se muito, naturalmente, da identidade de um país, mas creio importante ter em mente que mais do que identidade, trata-se, quando se analisam questões internacionais, de avaliar o que é a *persona* de um país, a maneira como ele se projeta e como se posiciona perante as grandes questões e no seio das organizações internacionais.

A *persona* é, portanto, o conjunto dessas características. É algo que vai além do conceito da identidade nacional. É algo que pode e deve mudar a cada nova fase da evolução interna e do contexto internacional.

O poder de um país é consequência, portanto, da maneira como ele evolui e da sua capacidade de se adequar a novas circunstâncias internacionais, de modo a projetar com o maior ímpeto possível sua influência sobre as questões da agenda internacional.

Como eu dizia, nós estamos ganhando peso crescente, poder, pode-se dizer, graças à maior capacidade de afirmação. Mas do que emergente, o Brasil é, hoje, em variados cenários, um ator global. Mas para que ganhe mais ímpeto, a projeção interna requer o reconhecimento por nós próprios em sua plenitude e em termos condizentes com novas realidades do acentuado pluralismo da nossa *persona*, como manifestada nos cenários internacionais.

Somos "sul", mas em um mundo em que já não cabe a ideia obsoleta de continuado embate com um "norte" hostil. E sermos sul não nos deve levar a elidirmos nosso caráter inherentemente ocidental que urge afirmar.

Somos país de renda média mais do que nação em desenvolvimento. Emergentes, temos interesses diferenciados em relação às potências estabelecidas, mas nem por isso deixamos de nelas ter parceiros de estratégica relevância para nossos interesses.

Somos um dos Brics, mas temos interesses diferenciados também em relação à China, à Rússia, à Índia e à África do Sul. Somos América do Sul e estamos no Atlântico, mas cabe enfatizar nossa condição de maiores parceiros da Ásia na América Latina.

Somos G-20 na área financeira e outro G-20 na Organização de Comércio, mas o que nos move é a ideia de reforma das instituições multilaterais, não uma postura de feições anticapitalistas na luta contra um supostamente malévolos neoliberalismo.

Nossa política externa em evolução na continuidade requer um cada vez mais nítido delineamento dessa nossa *persona* no plano internacional.

O Brasil tem respondido aos desafios dessas realidades ao longo da história com uma política externaativa e criativa. Urge, contudo, abandonar no mundo da globalização econômica e dos desafios globais a ideia ultrapassada de continuada confrontação entre pobres e ricos, e também a pretensão de nos colocarmos como campeões ou líderes dos pobres.

Somos nós e muitos outros, no novo linguajar, emergentes ou BRICS em alguns casos. O Brasil não pode orgulhar-se de estar a caminho de ser uma das cinco maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, agir como um pobre em eterna indignação contra os ricos malvados.

Há, sim, contradições entre nós ou outros emergentes e os ricos do outro lado, mas cabe evitar que a defesa de interesses do sul se faça a custa de nossos interesses nos grandes mercados. Não faz sentido comemorarmos o aumento de nossas vendas ao sul se isso se faz ao preço de negligência por mercados como dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão.

Não existe, a rigor, algo como uma política externa de esquerda. Provou-se errônea a ideia de avanço na integração sul-americana pela via de apoio a regimes autoritários ditos de esquerda na região.

Dito isso, gostaria de mencionar muito brevemente o que são fatores recentes de nossa projeção internacional: a democracia, uma sociedade civil vibrante, um quadro institucional evoluindo para melhor, um ambiente regulatório confiável, o respeito aos contratos – e estamos vendo hoje, infelizmente, o contraste entre o Brasil e países vizinhos –, a abertura da economia – que V. Ex^a, Presidente Collor, iniciou –, a retomada do dinamismo.

Em suma, isso tudo reverte para o Brasil numa situação de maior confiabilidade e previsibilidade aos olhos de nossos parceiros.

Gosto de frisar em palestras que faço, sobretudo para estrangeiros, o que é uma série extraordinária de guinadas, de viradas, de voltas, por cima, dadas pelo Brasil, ao longo dos últimos 20, 30 anos.

Nós dominamos a inflação. Nós passamos de um importador extremamente vulnerável na área do petróleo a um País autossuficiente e, agora, exportador. Mudamos a postura em relação às questões de meio ambiente e de clima. Procedemos a uma abertura importante da economia em direção ao exterior. Valorizamos e militamos em favor dos direitos humanos. Temos estabilidade macroeconômica e fizemos reformas microeconômicas extremamente importantes.

O Brasil era um País que parecia ser destinado a ser torturado o resto da vida pela dívida externa, parecia que ela nos ia engolir. No entanto, o Brasil engoliu a dívida e, hoje, a rigor, é credor no plano internacional. Cerca de dois terços de nossos quase 400 bilhões de dólares de reserva, por exemplo, financiam a dívida pública americana.

Gostaria de observar, a título de uma crítica construtiva, alguns senões que, creio, tem marcado alguns momentos, num passado não muito remoto, da política externa brasileira. Diria que houve, em alguns momentos, em alguns episódios, a predominância de posturas ideológicas causadas por certa partidarização da política externa em detrimento de sua concepção como política de Estado.

Vejo também um elemento de terceiro mundismo, coisa de que já falei, com a pretensão de liderar um Terceiro Mundo, que já não mais existe, num mundo de globalização, de países emergentes e de problemas que se tornam globais, e que, por isso mesmo, levam, como se diz no jargão diplomático, a uma geometria variável na formação de alianças no plano internacional.

Constatou também a suposição de continuadas contradições e até confrontações entre pobres e ricos, coisa de que já falei. Isso hoje só topicamente ocorre, não mais ao largo de uma ampla pauta de assuntos, como sim ocorria com o Brasil no passado.

Vejo também elementos de voluntarismo. Vi com preocupação a proclamação, há alguns anos, de que a vocação do Brasil seria a de uma liderança de um bloco de países sul-americanos, o que foi contraprodutivo, provocando resistências à presença do Brasil na região.

De modo que, creio ser importante termos em mente, enfim, a necessidade de evitar temas e posturas que, por vezes, possam resultar prejudiciais aos interesses do Brasil.

Sr. Presidente, não me quero alongar, porque tenho aqui amplo material para os demais temas da agenda, mas creio que, com essas palavras introdutórias, terei servido para alguma coisa. Disponho-me depois, a seguir, conforme as instruções de V. Ex^a, a abordar assuntos específicos mencionados em sua pauta para a reunião de hoje, como a questão da aspiração brasileira ao Conselho de Segurança, relações com os Estados Unidos, com a América Latina, e qualquer outro tema que V. Ex^a ou o público desejem possa eu abordar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Roberto Abdenur, pela sua explanação e passo a palavra ao 2º palestrante da noite de hoje, Professor Oliveiros da Silva Ferreira.

O SR. OLIVEIROS DA SILVA FERREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, diria que estou honrado pelo convite e, ao mesmo tempo, sinto-me numa situação difícil, porque tenho a sensação de que serei um elefante numa loja de louças, mas como dizia (*fala em espanhol*).

Com certeza, o que de pior pode acontecer aos responsáveis pela condução de uma política exterior é confundir necessidades com virtudes. Esse deslize leva, com frequência, a que as necessidades do Estado sejam confundidas com as suas supostas virtudes, as que são alegadas pelo Governo.

Tentarei exemplificar, embora saiba que a ideia de Estado está se dissolvendo lentamente num Brasil real, como que realizando o que poderíamos tomar como uma profecia de Rousseau, num contrato social.

Cito:

Assim como a vontade particular age sem cessar contra a vontade geral, assim o governo faz um esforço contínuo contra a soberania. Mais esse esforço aumenta, mas a constituição se altera e, como não há outra vontade de corpo que resista à vontade do príncipe – nome que dá ao conjunto do corpo do governo – e a equilíbrio, cedo ou tarde, o príncipe oprimirá o soberano e romperá o contrato social. Este é o vício inerente e inevitável que, desde o nascimento do corpo político, tende sem descanso a destruí-lo, da mesma forma que a velhice e a morte destroem o corpo do homem.

Fim da citação.

Quais são as necessidades do Estado? A tranquilidade das instituições internas e a segurança do território que permitam o fluxo normal e desejável do comércio com outros Estados, entendendo-se que a tranquilidade das instituições internas é consequência de políticas voltadas para um tipo de desenvolvimento econômico que seja capaz de integrar as grandes massas e os benefícios da civilização industrial.

A projeção internacional do Estado decorre da satisfação dessas necessidades. Uma vez sejam atendidas, esse atendimento permitirá ao Estado reclamar maior consideração da parte dos demais Estados.

Essas são as lições da ciência política, seja da teoria do Estado, mas sobretudo da história, que nos ensina que a percepção, que a chamada comunidade internacional, tende a posição relativa de um Estado, decorre sempre do que se pode chamar de poder.

Sempre será função da capacidade do Estado garantir militarmente as suas fronteiras e seus interesses além delas. Será também função da capacidade do Estado a projeção de poder nas diferentes áreas do mundo, cuja tranquilidade seja indispensável, para que ele mesmo, o Estado, mantenha a sua segurança e para que o Governo possa realizar políticas de

desenvolvimento, dirigidas à integração da população nos benefícios da civilização industrial, que hoje alguns diriam ser pós-industrial.

Na 1ª República, o Governo ergueu várias vezes a bandeira de nossas virtudes. Já conclui na Conferência de Haia, insistindo na igualdade dos Estados, quando a realidade americana nos mostrava que havia o forte e os fracos, realidade esta, depois, confirmada pela invasão da Bélgica, pelo Império Alemão, em 1914.

Depois, reclamando proeminente papel na sociedade das nações e dela se retirando em 1926, quando não viu realizado o seu desejo, que assentava apenas uma extensão territorial e numa pequena e frágil contribuição para a causa contra os Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Turco Otomano na 1ª Guerra Mundial.

A intenção de terceiros de fazer o Brasil integrar o Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente, em 1945, tendo em vista a contribuição para a vitória aliada na Itália, num gol diante da reação dos que tinham poder para decidir.

Hoje, essa intenção volta como norte de nossa política externa, que, lembrando o General Charles de Gaulle, é dirigida para todos os azimutes, o que nos obriga discuti-la a querer ver até que ponto ela é decorrência de necessidades e não apenas uma afirmação de virtudes.

Não precisaremos voltar ao Estado Novo para iniciar esse exame, mas sempre lembrar que a visão que os autores da Carta de 30, outorgada de 1937, tinham dessa visão da realidade sul-americana, que é hoje essa visão de surpreender.

Não saberei dizer se o art. 4º da Carta de 37 foi inspiração de Vargas, de Francisco Campos, ou do General Góes Monteiro, mas é importante que atentemos a ele para constatar que houve tempo em que, ao invés de sermos uma República que “busca a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana, conforme reza a Constituição de 88, pretendeu-se muito mais.

Resgatando o texto do Anteprojeto da Constituição de 1934, o enunciado do art. 4º, da Carta de 1937, tem curiosa redação: “Art. 4º O Território Federal compreende os territórios dos Estados e os diretamente administrados pela União, podendo acrescer com novos territórios que a ele venham incorporar-se por aquisição, conforme as regras do Direito Internacional.”

Essa é apenas uma lembrança – pertinente, se é que, de fato, a Constituição espelha a vontade estatal da Nação –, para mostrar a diferença entre a ideia de Estado que havia em 1937 e a da Constituinte de 1986.

Continuemos, contudo.

Após o incidente em SDN, é do Governo Kubitschek a primeira manifestação de que o Brasil deseja afirmar-se diferentemente na comunidade internacional, pelo menos na comunidade sul-americana. A Operação Pan-americana nada mais foi que isso.

Mais importantes que ela, no entanto, foram os Acordos de Roboré, primeira evidência de que o Governo comprehendera as reais necessidades do Estado, mas não apenas as dele, também as do capital que, tolhido pelas estruturas sociais de uma sociedade ainda atrasada, quando se tem como modelo o modo de reprodução ampliado do capital, necessitava de mercados externos para expandir-se.

A reação das formas políticas, internas e externas, frustrou essas duas primeiras arrancadas para a afirmação brasileira no âmbito regional. Pouco antes, porém, o Brasil passara a integrar os Estados que se propunham a servir à ONU, participando, em posição subordinada, das chamadas por Forças de Paz – nossa primeira participação foi em Suez.

Recordar a história pode ser fastidioso, mas é necessário, visto que a política externa de um Estado não deve afastar-se das linhas mestras que o definiram enquanto tal no passado, nem deve alienar-se da defesa de seus interesses.

É no período dos Presidentes militares que o Governo, ainda prisioneiro de uma economia não modernamente desenvolvida em todo o território nacional, volta a desejar que o Estado projete poder, mesmo que de maneira “associada”, como foi o caso da participação do Brasil em São Domingos.

O então Presidente Castello Branco, dias antes de passar o Governo, buscou justificar sua decisão anterior, defendendo o que se convencionou chamar à época de Força Interamericana de Paz. Para ele, essa era a única maneira de retirar de um só a capacidade de intervir no território americano abaixo do Rio Grande.

Mal compreendida, a política nuclear do Governo Costa e Silva – subscrevendo o Tratado de Tlatelolco com seu famoso art. 28, que autorizava as partes contratantes a empregar artefatos nucleares com fins pacíficos, e recusando-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear – procurou desfazer as amarras que prendiam o País à grande potência do Ocidente, cujos interesses, já assinalara o Presidente Castello Branco, eram interesses de grandes potências com as quais não deveria o Brasil confundir seus próprios interesses.

O Governo do Presidente Médici, já vencida a oposição militar que marcou os períodos de Castello e Costa e Silva, deve ser lembrado por três gestos virtuosos: o mar das 200 milhas, sem força naval capaz de garantir a execução dessa decisão que contraria

os Estados Unidos; o empréstimo à República Dominicana, como a significar que o Brasil tinha interesse nas Antilhas; e a oferta de mediação no conflito Israel-Palestinos, sem que o Brasil tivesse condições de projetar poder sequer diplomático, àquela altura.

No Governo Geisel, as virtudes se confundem ainda mais com as necessidades do Estado – simbolizadas no poder militar e na capacidade de projetar poder, ainda que econômico –, na medida – e esse fato não foi visto pela maioria dos críticos desse período – o orçamento continuou aquém das necessidades de reequipamento e modernização das Forças Armadas regulares, e elas foram, definitivamente, afastadas do centro de poder. Situação consagrada, em seguida, o Governo Fernando Henrique Cardoso, pela criação do Ministério da Defesa, que tem – o que se pode deduzir do atual emprego das Forças Armadas – a missão de reduzir ainda mais a influência das Forças Armadas no Estado e transformá-las, lenta, mas seguramente, em uma milícia a serviço do Governo, a pretexto de que são destinadas a garantir a lei e a ordem.

Esquecidos já estão os mentores dessa política já antiga de que a defesa da lei e da ordem foi o pretexto de que se serviu Benjamin Constant para convencer o velho Marechal Deodoro da Fonseca a destronar o Imperador e a eliminar o Império.

Os Governos civis que se sucederam a partir de 1985, devendo ser registrado, a bem da verdade, que, a partir de primeiro de janeiro de 1979, o Presidente da República não tinha mais poderes extraordinários, esses governos foram todos virtuosos.

Perdoa-me, Senador Collor de Mello, se trago à colação o que me disse, à época do fechamento dos poços destinados à exploração de artefatos nucleares, uma alta autoridade da Aeronáutica: “Celebraram o fechamento dos poços, esquecendo-se de que tínhamos a tecnologia para construí-los”.

A essa decisão seguiu-se, no campo nuclear, a assinatura do tratado com a Argentina e a do TNP, sem que esse último gesto para com a comunidade nuclear plurinacional fosse capaz de fazer cessar as pressões para que o Brasil abra totalmente as portas dos locais onde se realize o enriquecimento do urânio.

Até certo ponto eu diria que o Estado está indefeso diante da penetração, sutil, às vezes, ostensivo, outras, de organizações estrangeiras ditas não-governamentais, que procuram aproveitar-se das riquezas vegetais e minerais existentes especialmente na Amazônia – ao que se deverá acrescentar a descarada pressão já exercida por um chefe de Estado estrangeiro para que a região fosse declarada de interesse internacional.

Se nos ativéssemos estritamente ao espírito da Carta de 1937, diríamos que o Estado está perdendo

território com sua política indigenista. Sem falar nos que veem com olhos cobiçosos o aquífero do Centro-Oeste.

A lista de riscos de perda é longa.

Foi nesse longo caminho, às vezes atendendo às necessidades do Estado, às vezes apenas virtuoso, que habilitou os Governos a insistir no ingresso no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente sem que esteja claro se com direito a voto ou não.

É inegável – e não se pode negar a evidência – que a comunidade internacional tem a percepção de que o Brasil é, hoje, um Estado cuja opinião deve ser ouvida nas reuniões multilaterais, percepção, eu diria, que decorre da inteligente política do Itamaraty de privilegiar os foros multilaterais em detrimento dos bilaterais.

Essa política, ao fim e ao cabo, apenas expressa a consciência de que, sendo o Brasil um Estado sem poder intervir e projetar poder por sua conta e risco, teria reconhecida a sua capacidade de negociação nos foros multilaterais, o que permitiria que, a imperar a regra do consenso, tivesse sempre condições, se não de fazer valer sua vontade, pelo menos de impedir que as resoluções contrariasse os interesses nacionais.

Era uma virtude que respondia, embora apenas em parte, ressalte-se, à necessidade de afirmação do Brasil nos foros internacionais. Por isso, foi e é celebrada. Era uma política que pôde produzir resultados antes que a globalização, se hoje a reconhecermos como fato, aflorasse do turvo. Hoje sabemos que é necessário pensar em termos globais.

Tornou-se costume dizer que a globalização teve como resultado reduzir a importância dos Estados na comunidade agora mundial e não internacional apenas. Essa, permitam-me a ousadia, é uma ideologia que se difundiu a partir da obra de alguns intelectuais de prestígio, todos vivendo no arco nor-atlântico-europeu do planeta. Teriam dito melhor se afirmassem que a força das coisas conduziu a uma progressiva e cada vez maior perda da soberania dos países situados ao Sul, geográfico, incapazes, ou proibidos, de manter seu poder nacional e de projetar poder desta ou daquela maneira.

Essa redução de poder não é sentida por todos os Estados, especialmente por aqueles que podem, nas suas relações com terceiros, quaisquer que sejam os compromissos assumidos, tomar atitudes fundadas – assim dizem e as escusas são aceitas – na soberania. É o caso, permitam-me dizer, da Argentina nas suas relações comerciais no Mercosul.

Quem mais sentiu os efeitos da nova situação foi a ONU. Quantos estudam a história da organização internacional verão que ela só foi efetiva na manutenção do que se chama segurança internacional quando a

ausência da União Soviética no Conselho de Segurança permitiu que se legalizasse – esse o termo – a intervenção militar contra a Coréia do Norte.

Mesmo decidindo sobre países menores, a ONU não pôde ver cumprida até hoje a Resolução 242 do Conselho de Segurança, buscando resolver a crise Israel/Estados árabes. A União Soviética pouco caso fez das condenações da Assembléia Geral pelas invasões da Hungria e da Tchecoslováquia. Da mesma maneira, a OTAN agiu livremente na antiga Iugoslávia, sendo sua ação referendada *a posteriori* pelo Conselho de Segurança – diga-se, contra o voto do Brasil. E extrapolou o discutível mandato na crise da Líbia. Para não dizer ainda que o Presidente George W. Bush pode declarar que, incapaz a ONU de exercer seu poder de garantir a paz e a segurança internacionais, os Estados Unidos, na sua soberania, haviam decidido intervir no Iraque. Sem maiores consequências a não ser as reações da “Velha Europa”, como a chamou o então Secretário de Defesa estadunidense.

Os governos brasileiros que pleitearam e pleiteiam o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança como membro permanente seguramente não fizeram a análise do que se ganha e se perde com a ascensão a um posto de relevância, relativa embora, como esse que ambicionam, ainda que sem direito de voto. É, antes de tudo, uma mudança dir-se-ia momentosa de *status*, já que passa a representar a dita América Latina com a qual o País está constitucionalmente comprometido a realizar “a integração econômica, política social e cultural dos povos (...) visando à formação de uma comunidade latino-americana”. Representando essa região, realizaria, assim – pelo menos no sonho dos que defendem tal política – a intenção do Chanceler Macedo Soares que, em 1958, depois de assinar o Tratado de Roboré, dizia a um grupo seleto de jornalistas que seu sonho era conseguir a procuração dos Estados da América do Sul para representá-los na ONU.

É necessário verificar se a mudança de *status* traz consigo mais vantagens do que ônus. Haverá, sem dúvida, um aumento das responsabilidades do País perante a comunidade internacional. Dessa perspectiva, é indispensável saber se o Brasil terá condições de convencer os demais membros permanentes – especialmente os que, hoje, têm poder de voto – da conveniência de suas políticas que tendem a mudar a distribuição do poder no mundo sem que o País tenha, ainda, capacidade de intervir e de projetar poder. Marcaremos, está claro, posição, que encontrará apoio na Assembleia Geral, sem que o Conselho de Segurança perca ou veja diminuídas as suas atribuições exclusivas. Será suficiente?

Há um risco, que é grande, a partir do momento em que se muda de *status* e acrescentam-se as responsabilidades. A ONU será, por algum tempo ainda, convocada para restabelecer ou para buscar manter a paz em regiões conflagradas, longe de nosso território. A História mostra que o Brasil tem sido solícito em atender as necessidades da organização internacional quando se trata de integrar missões de paz – até hoje, consideradas de manutenção dela, podendo, no entanto, ser de sua imposição. O País será, as coisas sendo como são, solicitado a prestar sua colaboração com, pequena que seja, força militar.

Ora, se esse tipo de colaboração pode auxiliar a que se reforce a percepção que terceiros têm do Brasil como Estado que deve ser sempre ouvido, é necessário tirar as lições da intervenção no Haiti. Ela nos diz que poderemos vir a desempenhar o papel de Sipaios da Globalização sem que possamos retirar, dessas missões, os dividendos que seriam de esperar. É necessário pensar nesse risco ao insistir em conseguir o apoio dos que hoje têm poder de voto e daqueles que podem formar uma maioria ocasional na Assembleia Geral.

A globalização traz outros riscos, esses relacionados com o sistema financeiro mundial. Embora seja difícil, hoje, saber quem é quem quando se procura conhecer os proprietários dos enormes fundos de investimentos que movimentam bilhões todos os dias, não podemos nos esquecer de que os Estados do Norte, apesar do que se diz da perda de importância dos Estados em geral, sabem defender sua soberania. É em nome dela que tomam decisões que afetam o Brasil e o obrigam a adotar políticas que poderão, um dia, ser contestadas na OMC.

Uma última observação, essa sobre o grupo chamado BRICS.

Sem dúvida, a pertença a esse novo grupo aumenta aquilo que um cientista político norte-americano chama de *soft power*. Isso pode constatar-se ao registrar-se o desejo do FMI de que os países que o integram dêem uma maior contribuição para que se possa prevenir uma crise financeira mundial.

Pertencer ao BRICS acrescenta *soft power*, nada mais. *Soft power* que confronta o indiscutível e poderoso *soft power* dos Estados Unidos, da Europa, da Rússia, da Índia e da China. Nada mais, pela simples e boa razão de que Índia e China – para não falar da Rússia, que deu sobrejas demonstrações de que pretende voltar a ser influente, se não voz decisiva no cenário internacional – têm seus interesses nacionais próprios, muitas vezes não coincidentes com os do Brasil. Da perspectiva geopolítica, não podemos deixar de prestar atenção ao novo quadro que se está montando

na Ásia, que poderá alterar o *status quo europeus*, se não o euro-asiático.

A expectativa do acréscimo do *soft power* pode alimentar a vaidade dos que praticam políticas virtuosas. Deveriam eles, no entanto, antes de se iludir com o que significa esse novo status diplomático, atentar para o fato de que a globalização, fazendo do Brasil uma *global trader* e, ao mesmo tempo, mantendo-o como uma província predileta para avolumarem-se os rendimentos do capital financeiro global, ela mesma, a globalização, coloca o Brasil em difícil situação, na medida em que, sem capacidade de intervir e de projetar poder, o País poderá ser prejudicado em seu desenvolvimento econômico, na hipótese de uma crise global, mesmo que parcial, colocando em risco a tranquilidade das instituições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Oliveira da Silva Ferreira, pela aula magna que nos oferece nesta noite. Muito obrigado ao Professor, portanto.

Passo, agora, ao Dr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O SR. THOMAZ ZANOTTO – Obrigado, Presidente Collor.

Agradeço o convite para participar desta audiência. A Fiesp sente-se honrada.

Gostaria, mais uma vez, de parabenizar pela iniciativa desses encontros que nós julgamos serem muito importantes, porque nós verificamos que, nesses oito anos em que o Presidente Skaff está à frente da Fiesp, a política externa, o comércio exterior tem um reflexo muito forte no dia a dia, no bem-estar dos brasileiros. E, à medida que nós temos, sim, um processo maior de integração no mundo, é fundamental que a sociedade discuta mais essas questões.

Eu, com um professor e dois embaixadores na Mesa, vou querer me dedicar a falar um pouquinho mais sobre comércio exterior, que está intimamente imbricado com a política externa, e fazer uma análise, vamos dizer, rapidamente, dentro do tempo de que dispomos, desses últimos oito anos, uma vez que o que a gente percebe na Fiesp – onde nós fizemos, de acordo com levantamento que fiz, cerca 1.200 reuniões com delegações de todos os lugares do mundo; recebemos cinquenta Chefes de Estado e levamos outras tantas delegações ao exterior, em trezentos seminários – é que existe hoje, no mundo todo, uma enorme preocupação em todos os países, por razões diversas, com a criação de empregos.

Eu até diria, se eu fosse resumir o trabalho todo que a gente vê as delegações e as representações fazendo, parodiando um pouco aquele famoso marqueteiro americano da campanha presidencial do Bill Clinton, eu diria *It's job, stupid!*, que, na campanha, ele colocava *It's the economy, stupid!*. A gente, então, que as questões de comércio exterior estão cada vez mais ligadas à política externa, sobretudo a partir de 2001, quando três fatos importantes ocorreram: o primeiro sendo o atentado às Torres Gêmeas; o segundo, o acesso da China à OMC; e o terceiro, menor, mas também importante, o lançamento do Ciclo de Negociações Multilaterais de Doha.

A primeira ocorrência fez com que os Estados Unidos, imediatamente, desviassem toda a atenção de política externa deles para a chamada guerra ao terror e, com isso, a América Latina e o Brasil, pelo menos pelo que nós sentimos, saíram bastante fora do radar norte-americano.

Do outro lado, no extremo oriente, o acesso da China à OMC catalisou um processo que seja, talvez, a maior revolução em termos de inclusão social de que se tem história. Quase 300 milhões de pessoas saíram de subsistência agrícola e migraram para as cidades e passaram a ser empregados fabris. A China, então, passou a investir maciçamente na criação de um setor industrial e de infraestrutura. Para se ter uma ideia, só um número: na década de 80, o Brasil tinha uma capacidade de produção de aço de cerca 30 milhões de toneladas e, hoje, é de 40 milhões de toneladas; a China tinha uma capacidade igual a do Brasil na década de 80 e, hoje, tem uma capacidade perto de 700 milhões de toneladas. Isso quer dizer que a China todo ano constrói capacidade siderúrgica equivalente a toda capacidade siderúrgica brasileira. Esse processo, agora, parece que está mudando um pouco.

Todo esse movimento iniciado, vamos dizer, em 2001 com esses fatores importantes, encontrou o Brasil no início do governo do Presidente Lula e o Brasil em um bom momento econômico, como disse o Embaixador Abdenur, iniciado quando o senhor era Presidente. Depois, durante o governo do Fernando Henrique, o Brasil conseguiu uma estabilidade financeira. Até 1994, nós tínhamos aqueles processos seguidos de hiperinflação. A partir daí, conseguiu-se estabilidade financeira, e o Governo Lula manteve essas políticas baseadas, principalmente no câmbio flexível, na política fiscal sóbria, na inflação controlada e, aliou a isso, políticas de redistribuição de renda. Então, também no Brasil houve um processo de integração de cerca de 30 milhões de pessoas ao mercado de consumo. Como o Brasil já era uma economia mais aberta, o consumo no Brasil passou a crescer mais que a pro-

dução, sem pressionar a inflação, graças ao aumento de importações. Na outra mão, a exportação de *commodities* conseguiu fazer com que a balança continuasse equilibrada, inclusive com o Brasil acumulando seguidos superávits e reservas internacionais, como foi dito aqui pelo Embaixador Abdennur.

Logo após o atentado às Torres Gêmeas, houve um momento em que a diplomacia americana atropelou um pouco, quero dizer, tendeu a deixar um pouco de lado os órgãos multilaterais. Então, o Brasil fez um contraponto – e nós na Fiesp apoiamos muito isso – ao apoiar os órgãos multilaterais e apoiar as negociações externas na Rodada Doha.

A Fiesp trabalhou muito próxima ao Itamaraty nesse processo. Nós trabalhando produzindo vários estudos, análises de sensibilidade com aquelas fórmulas suíças, porque nós entendíamos e entendemos que há diversos assuntos de negociações internacionais que não podem ser tratados em fóruns bilaterais. Como assuntos que interessam sobremaneira o Brasil, só para citar exemplos, o dos subsídios aos produtos agrícolas americanos, questões de regras nos acessos a mercados na Europa. Enfim, na época o interesse maior nosso era... A indústria, inclusive, pela primeira vez concordou em reduzir tarifas de importação, desde que fosse dado maior acesso aos produtos brasileiros, que nós, na indústria, entendemos como agroindústria. Hoje, na distinção entre indústria e agricultura no Brasil, a linha está bastante borrrada.

No primeiro mandato do governo Lula, realmente a política exterior Brasileira foi um pouco confusa no sentido de que ficava difícil dizer quem eram os interlocutores. Havia vários interlocutores; não estava centralizada só no Itamaraty. Em alguns momentos, eu acho, confundiu-se um pouco política de Estado com política de partido, e houve algumas consequências – sempre há consequências. Um exemplo foi a açodada decretação da China como economia de mercado em 2004, a que nos opusemos, porque a China não era economia de mercado – não é ainda uma economia de mercado – e essa decretação tinha uma série de consequências técnicas, por exemplo, na aplicação dos chamados *trade damages*, que são os instrumentos de defesa comercial, tanto que se acabou criando uma jabuticaba diplomática no Brasil: a China é uma economia de mercado, decretada pelo Governo brasileiro, mas esse processo não foi internalizado nos órgãos que analisam os processos de antidumping, pelos quais ela é ainda não é considerada uma economia de mercado. Esse é um ponto de atrito constante com os chineses que não estaria ocorrendo se, à época, essa decisão tivesse sido tomada de forma

pouco mais pragmática e se tivesse sido postergado esse posicionamento.

Já a partir do segundo mandato do Presidente Lula houve uma centralização clara da política no Itamaraty, através do Chanceler Celso Amorim, e, com isso, também tenho a impressão de que com o Presidente Lula mais experiente, a política externa brasileira ganhou uma característica mais pragmática. Então, nessa questão de disputa por emprego e por investimentos, que é uma frente em que a Fiesp combate mais, mas onde nós sentimos essa enorme preocupação – sobretudo depois da crise de Lehman Brothers em 2008 –, vemos que hoje a geração de empregos é o que está por traz, por exemplo, da troca de Presidente na França.

A questão dos empregos na França é fundamental, e nem vou falar da Espanha, em que metade dos jovens abaixo de 25 anos estão desempregados. O Presidente Bill Clinton – estive com ele ano passado, acompanhando um seminário dele no Haiti – falou que não adianta ficar tentando ajudar o Haiti só com as ONGs, que é preciso criar empregos, senão vai-se ficar enxugando gelo naquele país. Em Honduras também a falta de empregos para jovens leva muitos para o narcotráfico.

O que está acontecendo em alguns países vizinhos – por exemplo, na Argentina – tem a ver com a reinustrialização do país. A Presidente Kirchner, em uma visita à Fiesp recentemente, dizia ao Presidente Skaff que pelo menos o regime militar brasileiro ao sair deixou uma certa indústria estruturada no Brasil, enquanto que na Argentina fizeram o contrário e que ela queria, de qualquer forma, reinustrializar a Argentina.

Voltando um pouco à questão do foco que o Governo brasileiro deu à negociação de Doha, a Rodada de Doha, infelizmente, foi paralisada, desmontada em julho de 2008, pouco antes da crise do Lehman Brothers. Já havia uma crise que vinha desde 2007, uma crise muito particular e que começou nos países do G7, e com essa paralisação das negociações de Doha, o Brasil realmente ficou praticamente sem acordos. Na prática, o que temos são três acordos comerciais firmados com a Autoridade Palestina, com Israel e com o Egito, que, apesar de importantes politicamente, em termos comerciais significam pouco.

O que está havendo no resto do mundo agora é uma corrida por acordos comerciais. Por exemplo, os Estados Unidos tem um chamado TPP com a Ásia, e a União Europeia está correndo com a Índia. Então, nós, na Fiesp, achamos fundamental a retomada desses acordos comerciais, sobretudo com a União Europeia e com os Estados Unidos, cuja economia já está dando sinais de recuperação. Apesar de todos os

problemas, Estados Unidos e Europa juntos ainda são os principais mercados do mundo.

Quanto à China, tem-se agravado um pouco a relação com a China porque finalmente o Governo brasileiro percebeu que os chineses têm uma visão diferente de parceria estratégica do que talvez pensássemos há oito anos. Os chineses entendem – e acham lógico – que a complementaridade está em comprar *commodities* nossas e vender produtos industriais. Nós discordamos um pouco desse ponto de vista.

Então, buscando concluir, estamos vendo agora – acompanhamos a Presidente Rousseff a Washington cerca de uma semana atrás – a retomada de um relacionamento com os Estados Unidos, que é fundamental. Quando a gente olha para o continente americano todo e vê o potencial que esse continente tem, esse todo integrado. Quer dizer, nós praticamente fariam o que eu chamaria uma Opep do agronegócio. Nós somos mais que autossuficientes em energia; nós temos água sobrando; nós temos uma demografia, nós temos um bônus demográfico. Eu falo de todos... Ainda somos, por exemplo, diferentes da China, onde a população já começa a envelhecer, para não falar da Europa ou do Japão.

Então, esse programa, especialmente o Ciência sem Fronteiras, esse programa novo que a Presidente Rousseff lançou, ele é excepcional em vários sentidos, ele é um divisor de águas. Eu não me lembro de um outro programa com essa abrangência, que transcenda um pouco a próxima eleição – isso é importante –, é um programa realmente de Estado.

Os americanos ainda são... Não é só para os Estados Unidos que os estudantes vão, eles vão também para a Europa, vão para outros lugares. Mas o que nós estamos sentindo é esse foco em inovação, em ciência e tecnologia, porque acordo comercial não é só troca de mercadorias; é também você tentar fazer, aí sim, uma parceria realmente estratégica que eu acho que nós poderíamos ter, sobretudo, com os Estados Unidos.

No mais, eu queria só dizer que essa aproximação com a África, que foi feita no Governo do Presidente Lula, é essencial. Eu já disse isso aqui numa audiência anterior. Eu acho que a África é uma próxima fronteira para investimentos brasileiros, um próximo polo para o agronegócio brasileiro. Esse apoio trouxe uma dobradinha muito boa, porque o Brasil tem, no Itamaraty, realmente um foco de excelência. Eu posso dizer agora, com oito anos trabalhando na Fiesp, tendo recebido já, como nós já falamos, 1.200 diferentes delegações, que os nossos diplomatas, o nosso corpo diplomático está acima da média. Posso dizer isso tranquilamente, sem medo de errar. Isso é muito importante. Agora, eles são como um exército. Eles implementam uma política que

pode auxiliar na elaboração dessa política, mas cabe realmente à sociedade brasileira, através do Congresso brasileiro, do Executivo, traçar os rumos dessa política, discutir as questões, como foi dito aqui.

Talvez a gente discuta mais adiante a questão da participação no Conselho de Segurança da ONU vis-à-vis, por exemplo, a nossa prioridade de integração na América Latina. Quer dizer, existe um conflito, como foi dito um pouco aqui. Cada vez que o Brasil avança nesse sentido há algumas restrições feitas pelos nossos vizinhos, como visto naqueles *WikiLeaks*.

Eu acho que neste momento, dado o tempo, eu ficaria por aqui para comentários posteriores.

Fico à disposição de qualquer pergunta que houver. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor.Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp.

E agora passo a palavra a S. Ex^a, o Embaixador e ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Muito obrigado, Presidente Collor. É com muito prazer que recebi o seu convite para voltar aqui e participar deste importante debate.

Depois de ter ouvido já três excelentes apresentações dos meus colegas aqui de mesa, eu diria que não há muito de novo a dizer. Mas de qualquer modo, embora não tenha preparado um texto, eu queria abordar alguns pontos centrais; na verdade, seis pontos centrais da discussão já havia aqui e que creio são focos importantes da nossa inserção internacional.

O primeiro ponto é a questão do nosso relacionamento com a América Latina e, particularmente, com a América do Sul, nosso palco histórico, nossa vizinhança imutável e importantíssima evidentemente.

Até algum tempo atrás, havia certa obsessão nossa de proclamar uma liderança brasileira. Eu acho que isso era um equívoco significativo, porque liderança não é coisa que se proclame, é uma coisa que se adquire e, quando se proclama muito, de certo modo pretenso, provoca reações alérgicas e de alguma maneira que pode ter o efeito oposto àquele que é desejado.

Ninguém gosta de ser chamado de liderado de um modo geral. Então, a afirmação de que eu sou o líder, salvo em situações históricas passadas, autoritárias, não creio que seja a melhor fórmula de conduzir as coisas. As evidências estão aí e elas não precisam ser repetidas, nem rebatidas a todo momento. Inclusive porque, Presidente, existe um fato novo em nosso relacionamento com a América do Sul, nos últimos dez

anos ou até um pouquinho mais, que é uma presença crescentemente forte de empresas brasileiras em setores vitais e às vezes setores politicamente muito sensíveis, como petróleo, como mineração, como construção de rodovias e uma série de outras ocasiões. E aí naturalmente surgem interesses contrariados. O Brasil, no passado, tinha uma relação boa, excelente até com os países da América do Sul, mas era mais um relacionamento diplomático e político, que não tinha o conflito de interesse que uma forte presença de investimento, uma forte presença comercial e empresarial, inevitavelmente, gera em qualquer situação mundial.

Eu creio que isso provoca dilemas e, no passado, no Governo do Presidente Lula, houve diversas situações que, no começo, foram situações altamente constrangedoras, como a nacionalização da Petrobras na Bolívia, mas que, depois, evoluíram eu creio que para um aprendizado de tratamento dessas questões, como foi o caso do Equador, quando o Equador ameaçou uma empresa brasileira de um modo abusivo. Houve uma reação suave, mas firme do Governo brasileiro, e isso acabou gerando um efeito positivo.

De qualquer modo é certamente um aprendizado que nós teremos que fazer ao longo dos anos de termos uma relação que seja uma relação firme, mas que não seja uma relação prepotente; que seja uma relação positiva, mas que não seja uma relação arbitrária com os nossos vizinhos, porque a última coisa que nós devemos pensar naturalmente é em intervenções que sejam causadoras de grandes problemas históricos que custarão a passar.

Nós recebemos do Barão do Rio Branco e dos nossos diplomatas, do final do século XIX e do começo do século XX, essa herança extraordinária de não ter qualquer conflito de território com qualquer país. Isso é um privilégio fantástico que praticamente nenhum outro país da América do Sul tem. Todos têm algum problema de território com os outros. É uma vantagem muito significativa e eu creio que não podemos perdê-la por questões de natureza econômica. Isso não quer dizer, em minha opinião, que nós devemos ser permanentemente lenientes e seguir a política de oferecer a outra face a cada agravo, porque isso seria uma abdicação de uma tarefa naturalmente fundamental da diplomacia, que é a proteção dos interesses nacionais e das empresas nacionais, evidentemente sempre que elas estejam dentro da legalidade e do procedimento adequado, nos países onde elas se encontram naquele momento.

Infelizmente, não podemos deixar também de constatar que o Mercosul encontra-se muito aquém dos sonhos que tivemos, no começo da década de 90, e que agora, com a decisão infeliz da Argentina de se

colocar numa verdadeira clandestinidade em relação às regras internacionais da OIMC e do próprio Mercosul, está em estado quase que de UTI, como se pode ver pela reação da indústria brasileira, com toda a razão, nesse momento, porque há a aplicação de medidas que são completamente violadoras dos compromissos internacionais dos países.

Uma palavra sobre a questão da cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Eu acho que o Brasil não apenas tem toda a legitimidade em ter essa aspiração, como é provavelmente o País que mais facilidade terá em ser admitido no Conselho no momento em que as potências do quadro dos Estados-membros permanentes decidirem que se vai abrir a campanha da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Antes disso não adianta conduzir qualquer tipo de campanha, fazer qualquer tipo de estratégia, porque, se não for aberta essa porta, não haverá um consenso mundial, não haverá uma eleição majoritária na assembleia que faça o Conselho mudar. E, claramente, creio que não é ainda chegado esse momento. Mas quando chegar, eu estou convencido de que o Brasil é o País que menos resistências cria. É claro que não é aceito com a maior alegria do mundo por um ou dois países na América Latina, mas certamente, do ponto de vista internacional, as credenciais que o Brasil tem identificam-no como membro leal das Nações Unidas, como um País que prestou serviços internacionais ao longo de muitas décadas, que tem um compromisso forte com o multilateralismo e não encontra situações de conflito com nenhum dos países da sua área e nem com ninguém na verdade. O Brasil é um País que tem uma vocação universal e que não têm inimigos, não tem nenhuma razão para se sentir ameaçado, nem para ameaçar ninguém.

De maneira que eu creio que, quando for dada a partida para essa campanha de eleição dos novos membros, da reforma do Conselho de Segurança, e eleição dos novos membros, o Brasil terá uma posição privilegiada nesse campo.

O terceiro ponto, Presidente, é a questão dos Brics. Naturalmente é um rótulo extremamente favorável ao Brasil. É como se o Brasil tivesse tirado uma Sena premiada sem praticamente investir R\$2,00 ou R\$1,00 – não sei qual é o mínimo –, mas sem ter feito campanha para nada. Quer dizer, foi uma decisão de um banqueiro que nos incluiu pela primeira vez numa coletividade extremamente forte e prestigiosa. Nunca o Brasil tinha sido incluído num rol desse peso antes. Isso é altamente positivo.

Ora, como já foi dito aqui, muito bem, aliás, eu creio que pelo Prof. Oliveira, os Brics não são uma coalizão de poder internacional, não são um agente

de poder internacional que vá fazer com que o Brasil tenha, junto com a China, com a Índia, com a África do Sul e com a Rússia, o poder de mudar o mundo. Não é isso. Os Brics não têm agendas comparáveis, não têm prioridades comparáveis cada uma das cinco nações e, certamente, não creio que pretendam delegar ou subordinar a sua política externa a um denominador comum que inclua os Brics. Acho que os Brics são uma excelente – não me recordo exatamente da expressão utilizada pelo Prof. Oliveira, mas que foi muito feliz –, os Brics são basicamente uma excelente plataforma de inserção internacional do país e um – eu creio que foi essa a alusão: um instrumento de *soft power* de um valor muito grande sem dúvida alguma.

O quarto ponto: relações com os Estados Unidos. Eu creio que foi muito positiva a decisão da Presidente Dilma Rousseff de restabelecer a normalidade das relações com os Estados Unidos. Inclusive sinalizou isso numa entrevista ao *The Washington Post*, se não me equivoco, antes mesmo de assumir as suas funções presidenciais. Eu creio que a normalidade das relações com os Estados Unidos evidentemente não é uma questão de subordinação, nem é de alinhamento negativo, sistemático à posição americana e nem é da demonização dos Estados Unidos como uma espécie de força do mal no cenário internacional. Mas de um país que não nos ameaça e ao qual nós evidentemente não ameaçamos e que é um país que é a maior economia do mundo, várias vezes maior do que qualquer outro país, com forças armadas que não se comparam a nenhum... São mais fortes do que as outras todas somadas e que, portanto, é um país com o qual nós temos que ter um bom diálogo, um bom entendimento e é isso que está sendo feito. Eu acho que é uma coisa positiva.

É claro para mim que os Estados Unidos não nos reconhecem ainda como um país à altura do que cada vez mais somos. Ou seja, pelas credenciais diplomáticas do Brasil, eu creio que os Estados Unidos poderiam perfeitamente nos ter no mesmo nível de diálogo que tem, por exemplo, com a Índia, e nos incluir em esferas de discussão internacional, como, por exemplo, no diálogo que vem sendo travado entre os seis, os cinco permanentes e mais a Alemanha com o Irã. Por que não? Eu creio que o Brasil teria credenciais diplomáticas para ser um país positivo. Nesse sentido, o Brasil tem uma credencial impecável nesse campo. Mas os Estados Unidos não nos reconhecem como um país ainda desse nível diplomático internacional. Reconhecem como um país muito importante na região e reconhecem como um país importante em alguns assuntos: cada vez mais na área financeira, no Fundo Monetário; cada vez mais na área ambiental;

seguramente na área de comércio também. Mas não veem no Brasil um protagonista diplomático global, o que o Brasil teria possibilidade de desempenhar de uma maneira muito positiva.

O quinto ponto, Presidente, é a questão do *status* de potência emergente, do qual nós nos orgulhamos muito e naturalmente com razão e com justificativa, posto que o Brasil nunca teve um peso internacional como hoje, porque nunca teve a sua casa tão bem arrumada relativamente quanto ela está hoje em termos financeiros, em termos de inflação, em termos econômicos. E lógico que não somos, nem é o tema aqui da nossa discussão, é lógico que não somos nenhuma Suíça, neste momento, em matéria do nosso padrão econômico. Mas somos um País de muito peso em todas as vertentes da atividade econômica e, portanto, temos o direito de nos considerar como um País com uma voz crescente e crescentemente respeitada no cenário internacional. Mas esse *status* não é um *status* autoconferido. Esse *status* de uma potência emergente implica naturalmente um comportamento dentro de um certo padrão e não pode esse padrão sofrer aberrações, por exemplo, como houve, no governo passado, uma viagem ao Oriente Médio em que o Presidente da República se ofereceu para mediar entre Israel e os palestinos. Isso evidentemente é uma coisa que não tem propósito nenhum e nem pode ser feito, sobretudo em uma viagem de um dia em que ele passou por lá. Depois, na Turquia, com o Irã também, em que houve uma posição, eu creio, que fora do padrão de um país crescentemente relevante e internacional.

Nós temos uma completa tranquilidade quanto ao enquadramento do Brasil nos padrões de legalidade e de observância das regras multilaterais de atuação e somos um País cada vez mais relevante. Mas não podemos nos permitir determinados desvios de comportamentos, digamos assim, muito relevantes nesse terreno.

Finalmente, Presidente, eu queria abordar rapidamente a questão das negociações sobre acordos comerciais. Eu concordo inteiramente com o Sr. Tomaz Zanotto; ou seja, que é lamentável que o rol de países com os quais o Brasil tem acordos comerciais se restrinja a apenas três países que têm um peso diminuto no comércio internacional relativamente. Isso não é apenas uma questão de prestígio nem de oportunidades de comércio diretamente. O que significa esse movimento presente que estamos assistindo, por exemplo, na Ásia, na Ásia-Pacífico, com os Estados Unidos fazendo acordos com a Coreia, a China fazendo acordos com a ASEAN, procurando fazer acordos com o Japão. Isso significa integração de cadeias produtivas, muito amplas. E o Brasil vai ficando cada vez mais fora

das cadeias produtivas, porque não tem oportunidade. Não cria terreno para que as empresas vejam aí... É claro que o Brasil tem um imenso mercado interno e isso, por si, já leva a um imenso fluxo de investimento direto, como temos assistido nos últimos anos.

Mas a ausência de acordos de livre comércio, que substituíram na prática fortemente os acordos globais da OMC, que não foram viabilizados. Na verdade, desde os anos 90 que estamos tentando – mesmo antes de Doha havia tentativas nesse sentido – e estamos assistindo a esse progresso no campo das áreas de livre comércio. E não temos a menor perspectiva de termos nós acordos desse gênero. Creio que isso, realmente, é uma lacuna importante, que só traz prejuízo ao futuro do País, porque o futuro não pode ser apenas levando em conta o mercado interno hoje. A lógica toda da atividade econômica internacional passa por uma expansão de fronteiras, uma expansão de horizontes. E o Brasil precisaria estar enquadrado nesse ramo, por essa via.

Sr. Presidente, acho que ficaria por aqui, porque já estamos com o horário adiantado.

Agradeço muito a sua gentileza em me convidar.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador e ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

Dando início às indagações por parte dos Srs. e Sras Senadoras, passaria a palavra a S. Ex^a, a Sr^a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor.

Renovo os cumprimentos por essa iniciativa, porque cada audiência pública dessa, às segundas-feiras, é praticamente um curso, na especialidade hoje, na área da diplomacia, do protagonismo na área internacional do Brasil, com foco nessas iniciativas, sejam elas bilaterais ou multilaterais.

Eu começaria pelo Chanceler Lampreia, exatamente focando, das questões abordadas por V. Ex^a, nessa última estocada que o senhor deu a respeito dessa questão. V. Ex^a disse que está faltando um pouco de liderança na diplomacia para uma inserção maior nos organismos multilaterais. Eu diria a OMC e outras tantas que hoje são o eixo principal do mundo globalizado. Isso se deve mais a uma falta, não de preparo, de definição interna do Itamaraty ou de uma decisão de governo para ter esse protagonismo? Considerando até o que V. Ex^a falou a respeito desses equívocos com relação ao caso do Irã e a tentativa de interferir em casos que nem os próprios envolvidos têm conseguido resolver, que é o caso do Oriente Médio. Então,

eu queria saber se é uma falta de uma política definitiva para isso.

E a gente percebe, aqui se ouviu já em outras sessões, uma busca incessante, eu diria, quase obsessiva para o Brasil entrar no Conselho de Segurança, com assento permanente. O que é mais importante? É perseguir essa meta, que sempre parece distante ou buscar um protagonismo maior na própria OMC, por exemplo, um cargo relevante e influente? Então, é a minha questão a V. Ex^a. Não sei se faço para todos ou para cada um dos palestrantes. É para todos, então.

E também o senhor falou a questão da América do Sul e Mercosul. E a gente está vendo um dinamismo menor nas economias da Europa, agora com mais intensidade – já tivemos nos Estados Unidos – e isso faz com que a economia brasileira volte-se mais para os países da América do Sul, para que as nossas exportações cheguem a esses mercados, mas a política externa brasileira está diminuindo essa prioridade ao Mercosul e aumentando o espaço para iniciativas de caráter essencialmente político. É o caso da Unasul e da Celac. Esse é o caminho certo? Para aonde vamos? Então, são essas as questões para o senhor nesse campo.

Para o Embaixador Abdenur: o Sr. falou da questão da partidarização nas relações diplomáticas. Queria saber se essa partidarização, se essa ideologia – e iria mais partidarização do que ideologia – tem algum reflexo sobre a área comercial, em especial nessa questão desse objetivo de buscar, a todo custo, integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. O senhor foi o nosso Embaixador na Alemanha. Estamos vendo, hoje, a União Europeia em uma situação muito delicada. Ela nasceu – esse esforço de integração europeia – com o objetivo de desenvolvimento, de crescimento, de integração. Aquilo que pareceu ser uma solução hoje é um problema, dada a diferença de situação de cada país. Então, é mesmo assim? Faliu esse modelo da União Europeia? Qual é a saída? Também queria saber do senhor se essa crise que a União Europeia está vivendo pode afetar o desempenho da economia brasileira mais do que a crise americana há dois anos.

Para o Dr. Zanotto: a questão da Argentina e de outras iniciativas que o Brasil teve no caso do enfrentamento... No caso da Bolívia com o gás, no caso do Paraguai com a revisão do acordo de Itaipu e, mais recentemente, com a Argentina no caso da Petrobras, em Neuquén. Agora, acabo de receber a informação de um acordo que o Ministro da Agricultura fez para a exportação de carne suína. Os argentinos não estão cumprindo o acordo para ampliar a exportação, que estava na base de 3,5 mil toneladas, agora está em 500 toneladas apenas. Caiu, sem cumprir essa medida.

O senhor mencionou aí também a questão dos acordos na área do agronegócio. Quero aproveitar para saber por que sou de um Estado exportador de agricultura. Tentou-se, durante muito tempo, o próprio Embaixador Lampreia quando Chanceler, o acordo Mercosul/União Europeia. A crise que a União Europeia vive não afasta – e mais – a possibilidade desse acordo? O que se pode imaginar é que haverá um recrudescimento do protecionismo europeu em relação à agropecuária. E se a sua entidade, a Fiesp, é favorável à entrada da Venezuela no Mercosul. Quando a gente fala isso, o Governo diz que São Paulo tem interesse nesse processo porque o Brasil está exportando muito para a Venezuela. Então, queria saber.

Para o Professor Oliveiros: o senhor falou muito na questão aí da relação multilateral. Qual é o futuro que o senhor prevê para um bloco como o Brics, aqui também referido pelos palestrantes, com países emergentes que buscam o crescimento, mas que têm e culturas muito diversas e, também, até interesses estratégicos diferentes. O Instituto de Negócios Alemão (IW) prevê que em poucos anos as economias do Brasil, da Rússia, da Índia e da China podem superar a dos Estados Unidos e a dos 27 países que integram a União Europeia. O senhor concorda com essa previsão tão otimista? Gostaria de saber sobre essa questão.

Dr. Zanotto, esqueci-me de perguntar: o senhor acha que o Mercosul ainda sobrevive?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a, a Sr^a Senadora Ana Amélia.

Inicio solicitando ao Embaixador Roberto Abdennur que ofereça as suas respostas.

O SR. ROBERTO ABDENUR – Muito obrigado, Senadora, por suas perguntas extremamente pertinentes.

Se me permite, começaria a fazer alguns comentários em relação à primeira pergunta que a senhora dirigiu ao Ministro Lampreia sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Pessoalmente, não creio ter sido excessiva a campanha feita, no Governo Lula, em prol desse desiderato. É verdade que essa campanha esteve talvez mal direcionada na medida em que contemplava uma votação na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde está representada a totalidade da comunidade internacional, subestimando as dificuldades existentes naquele que é o foco decisório real, que é o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Creio que esse desiderato, esse ideal da política externa brasileira é muito válido, a obtenção de um assento permanente no Conselho seria a culminância de um processo de ascensão de diferenciação do País no

plano internacional. Acho que é inclusive um fator de segurança para o País, para quem está preocupado, como é válido, com os planos de segurança no plano internacional, com a situação do Brasil na Amazônia, com o pré-sal, com a segurança nacional, nesses casos acho que a presença no Conselho de Segurança seria efetivamente um fator de proteção de nossos interesses.

A participação num órgão tão decisivo para a paz e a segurança permitiria, de alguma maneira, em alguma medida, influir nos termos em que sejam resolvidas ou conduzidas graves situações prenhas de risco para a paz mundial e, portanto, para nossos próprios interesses e indiretamente a participação no Conselho reforçaria a participação do Brasil também em outros organismos e na discussão de outros temas no plano internacional.

Nós sabemos que temos uma posição vigorosa para entrada no Conselho por parte de dois países vizinhos, a Argentina e o México. Os Estados Unidos, por exemplo, alegam terem dificuldade de proclamar apoio ao Brasil pelo temor de criar mal-estar com esses países. Ora, acho que isso é mais um pretexto do que uma razão para que os Estados Unidos não cheguem a proclamar prontamente. É um bom pretexto, mas não é válido. Os Estados Unidos, quando apoiaram a Índia, não se preocuparam com as razões do Paquistão, que é um forte inimigo.

De modo que, acho que o Brasil é um País, digno, virtuoso, justamente pelo *soft power* pelo fato de estar longe das zonas de tensão no plano internacional e isso é, em boa parte, resultado de cem anos de uma boa diplomacia. O Brasil foi talvez o principal fator na criação, aqui na região, de um ambiente de paz.

Outro dia, recebi cientistas políticos de outros países e um deles teve uma expressão muito interessante quando descrevia a eles a situação de paz, de crescente integração na região. Ele virou-se para mim, Sr. Presidente, e disse que vivemos num paraíso. Eu disse que é verdade, de certo modo, vivemos num paraíso e isso deve militar a favor e não contra o Brasil.

Enfim, passando rapidamente, quanto à sua pergunta sobre partidarização e assuntos de comércio. Sim, efetivamente como Embaixador em Washington, vi, por exemplo, uma condução em alguns aspectos mais ideológica do que pragmática do complicado tema da Alca, da área de livre comércio das Américas. Ela foi demonizada e apresentada como um fator possivelmente de destruição da economia e da indústria brasileira.

Ora, o que temos visto nesses anos é que não são os Estados Unidos a grande ameaça à nossa indústria e sim a China, onde tive o prazer de ser Embaixador entre 1989 e 1993. Não vou entrar em detalhes mas

lamento muito que enquanto Embaixador em Washington, dispusesse de mínimos recursos para promoção comercial do Brasil.

Agora, como disse o Sr. Zanotto, felizmente, o Governo brasileiro reconhece a importância de normalizar, de redinamizar a relação com os Estados Unidos e há todo um trabalho de produção comercial que o Itamaraty, MDIC, com apoio da Fiesp e outras entidades estão fazendo para recuperar o mercado onde temos perdido presença.

A participação de produtos manufaturados na nossa exportação para os Estados Unidos, quando eu lá estava, era cerca de 70% contra apenas 40%, no caso da União Europeia e 20%, no caso da Ásia e da China em particular.

Hoje, as exportações brasileiras de manufaturados para os Estados Unidos estão em cerca de apenas 50%. Portanto, perdemos em volume e em qualidade.

Quanto à União Europeia, devo dizer-lhe que, como embaixador na Alemanha – e lá tive o prazer de receber V. Ex^a – vi com emoção a devoção do governo e do povo alemão, da sociedade alemã, ao ideário da integração como maneira de pôr fim a séculos de conflitos e instabilidade na Europa. Preocupa-me muito a situação hoje vivida, mas quero crer – e não é um otimismo ilusório – que, apesar de tudo, a União Europeia irá para frente e a solução da crise é o movimento para aprofundar e aperfeiçoar o processo de integração.

V. Ex^a perguntou também se a crise nos afeta mais do que a crise nos Estados Unidos. Eu diria que a crise iniciada em *Wall Street*, em setembro de 2008, foi gravíssima porque durante um momento ela abalou o próprio sistema financeiro internacional, toda a circulação de crédito. Sou carioca e hoje em dia quase que me incomoda, ao passar pela praia de Ipanema, ver um grande número de navios aguardando oportunidade de aportar no Rio de Janeiro. Lembro-me muito bem que nos meses que se seguiram à crise de 2008 não havia navios no horizonte, porque o comércio internacional, os créditos, os financiamentos, estavam secando.

De maneira que, creio eu, que embora nos afete sim, porque a União Europeia em seu conjunto, somando os 27 países, é o nosso principal parceiro comercial, e não há dúvida de que a estagnação e a recessão na Europa nos prejudicam, mas creio que não tanto quanto no auge da crise de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Roberto Abdenur.

Passo a palavra ao Professor Oliveira da Silva Ferreira.

O SR. OLIVEIROS DA SILVA FERREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com relação à sua primeira pergunta Senador, eu diria que o Chanceler Lampreia já deixou claro que além das raízes culturais diferentes e da distância que separa uns dos outros, os interesses estratégicos devem ser considerados. Se pensarmos no esforço que o presidente Putin fez antes de passar a ser Primeiro Ministro para, de certa maneira, desafiar a Europa e fortalecer a posição da Rússia. Se levarmos em conta o que a Rússia fez enquanto Putin, Primeiro Ministro, fez com relação à Geórgia e outros países vizinhos e, se levarmos em conta que ele vai ser agora Presidente, tentando renovar a economia que está – digamos assim – em más mãos, vamos ter uma Rússia que vai pretender influir política e estrategicamente na Europa. O que vamos fazer, se é que temos alguma coisa a ver com isso? Precisamos pensar nisso!

E a China? A China, V. Ex^a sabe melhor do que eu, que os Estados Unidos mudaram a sua estratégia e hoje a prioridade é a Ásia, tendo em vista que a China vai aumentando o seu poder naval, o que afeta não só o Japão quanto a Índia. Temos que considerar que a Índia acabou de experimentar um foguete intercontinental capaz de conduzir carga nuclear.

Estamos no meio de alguns cavalheiros que realmente não têm nenhum interesse por nós, a não ser aplicação de capitais, fazer – digamos assim – investimentos industriais e, no caso chinês, a soja. Não vamos nos esquecer que, no momento de transformarmos a China em economia de mercado, foi prometida uma fábula de cerca de 50 bilhões de investimentos chineses que nunca chegaram. Então, não entendemos ainda o mecanismo chinês.

Com relação se vamos superar a economia dos Estados Unidos, se somarmos talvez e a soma não quer dizer nada, porque cada um deles vai defender a sua política, cada um dos grandes vai defender a sua política. É isso que temos que ter em mente.

Veja que, na última reunião dos Brics, o problema do banco dos Brics foi adiado, porque, quem é que vai ser o presidente do banco e qual vai ser a moeda do banco. Vai ser muito difícil chegarmos a uma solução.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Professor Oliveira, eu perguntaria se sobre a Argentina o senhor teria alguma coisa a dizer, a adicionar e as nossas relações, hoje, Mercosul.

O SR. OLIVEIROS DA SILVA FERREIRA – Eu diria apenas que as nossas relações com o Mercosul são, creio, não sei se desde o Governo Fernando Henrique ou desde o Governo Lula, mas estão pautadas pelo que consigo entender, pela ideia de que somos

grandes, que sabemos que eles nos consideram maus, somos os imperialistas, e que, então, temos que fazer concessões. "Concessões" foi a palavra que ouvi pela primeira vez, no primeiro Governo Lula, do então, digamos assim, do Secretário Extraordinário para as Relações Internacionais. Foi logo num seminário, digamos, assim, numa reunião patrocinada pelo Centro Acadêmico da PUC, em São Paulo. Ele falou em concessões, fizemos concessões ao Uruguai para poder ter o apoio do Peru. Quer dizer, é uma política de concessões, concedemos no caso do Paraguai.

Acho isso extremamente grave porque, e estamos concedendo no caso da Argentina. Tenho a impressão de que isso, quando o forte dá demonstrações de que pode ser, digamos assim, podem bater na sua cara que ele não reage, outros poderão se aproveitar disso. Agora, a situação argentina realmente é uma situação difícil, a dela, e a nossa relação com a Argentina tem que levar em conta que ninguém pode garantir, apesar do que a Petrobras insistiu para que fosse garantido, ninguém pode garantir que a Argentina respeitará, digamos assim, os acordos internacionais. Absolutamente, ela acabou de romper. Há o risco de romper com a União Europeia e com a Espanha, que é mais importante do que aquela.

Acho que temos que levar isso em conta. Não podemos ser, digamos assim, complacentes, porque somos fortes. Temos que manter nossa fortaleza e defender os nossos interesses enquanto fortes, não temos que ter vergonha de ser fortes, Santo Deus. Não podemos ser como os meus alunos da PUC ou, melhor dizendo, os meus alunos da USP, há mais de 20 anos, quando eu disse a eles, isso foi em 1972, que tinha lido um livro de geografia de um inglês que colocava o Brasil como 10ª potência do mundo, não era econômica, era potência, 10ª, em 1972. E os alunos disseram: "ah! Mas tem miséria". Não podemos ter essa atitude.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Professor Oliveira da Silva Ferreira.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais da Fiesp.

O SR. THOMAZ ZANOTTO – Senador, procurei responder invertendo um pouco, começando com a questão do acordo comercial com a Europa para, depois, falarmos um pouco do entorno aqui.

Realmente, depois dessa crise, como foi dito aqui, do chamado Lehman Brothers, os acordos de comércio ficaram mais difíceis, não facilitaram, até porque setores no Brasil que eram o que se chama de ofensivos nessas negociações passaram a ser defensivos, e outros que eram neutros também passaram a ser defensivos. No

entanto, entendemos, pelo menos na Fiesp, que existe a possibilidade sim de acordo. Ele é complexo, tem muitas tecnicidades, a posição da Fiesp é a de que qualquer acordo com a União Europeia deve envolver o maior acesso aos mercados europeus dos produtos do agronegócio, que chamamos também de agroindústria. O maior óbice que havia era a França. Digo era porque, naturalmente, tendo eleições naquele País, se tornava impossível qualquer, o Primeiro Ministro francês, o François Fillon, esteve na Fiesp, no fim do ano passado, e foi muito categórico nessa questão do acesso ao mercado aos bens agrícolas. Existem também várias outras dificuldades como cronogramas de desgravação, listas de exceção, regras de origem, por exemplo, só para citar um caso, o setor têxtil brasileiro não aceita, de forma alguma, que os italianos chamem de *made in Italy* uma calça produzida na China com design italiano, alegando que ela custou 5 na China, revendem por 30, então agregaram valor. Mas são problemas que pode sim ser superados.

O mercado, hoje, diferente do que ocorria antes da crise, há 5, 6 anos, o mercado brasileiro é um dos mais atrativos do mundo, como foi dito aqui. E então, o que sentimos na Fiesp é que, sobretudo, os países nórdicos, porque a Europa não é só a França, os países nórdicos, a Alemanha, o Leste Europeu e a Inglaterra são muito favoráveis ao acordo, a Inglaterra, principalmente, na área de serviços. Como?

A SR^a ANA AMÉLIA (PP – RS) – A Inglaterra é consumidora?

O SR. THOMAZ ZANOTTO – Exatamente. Então, existe sim essa possibilidade, e a Europa, apesar da crise, por exemplo, está muito engajada num acordo com a Índia, que é um mercado enorme de um lado, de outro, tem mão de obra muito barata e pode ser um problema para a Europa. Entendo, acho que é possível, é possível, temos que conversar, vários setores têm que ser contatados, e acredito, não digo que vamos ter surpresas agradáveis a curto prazo, mas acho que existe sim interesse de ambas as partes de avançar, mesma coisa com os Estados Unidos, que é mais complexo, não foi perguntado, então, não vou entrar aqui.

Na questão do entorno nosso, o termo que, às vezes, é usado, referente aos outros países próximos ao Brasil é o de paciência estratégica. É um termo que tem surgido aí. E, se a gente olha, inicialmente, a questão da Bolívia, do Paraguai e do Equador vemos que, em relação a esses três países, por exemplo, a informação que temos é de que a Bolívia pagou pelas refinarias brasileiras, foi para um tribunal arbitral, foi decidido valor e foi pago, e o gás da Bolívia não faltou um metro cúbico, tem cumprido o acordo de fornecimento de gás tanto em preço quanto em quantidade;

a questão do Paraguai é um pouco mais complexa porque cai aqui numa questão de *doble indexación* nos preços que são cobrados do Paraguai.

A gente tem que lembrar que, dentro de, acredito, 12, 13 anos, os paraguaios vão ser donos de metade de Itaipu, acho que o que foi acertado entre o Brasil e o Paraguai não me parece ser um problema grave; também no Equador, acho que aí, tenho a impressão, como já foi dito aqui, o Governo brasileiro achou a medida certa de não engolir o negócio a seco e também não deixar passar. Eu acho que, com esses países menores, a última coisa que se pode fazer é ir para a mídia, ficar mostrando força porque, realmente, quando vemos o tamanho desses países vis-à-vis o Brasil, realmente tem que tratar com certo cuidado e, no fim do dia, são nossos vizinhos e não vão sair daí. É o nosso entorno.

A questão da Venezuela, sim é verdade que temos interesses comerciais fortes com a Venezuela, com quem temos tido consistentemente grandes saltos comerciais, tem empresas brasileiras importantes fazendo obras lá, usando produtos, caminhões brasileiros, tudo isso. A visão nossa, na Fiesp, pelo menos o Presidente Skaff fala, é de que a Venezuela é maior do que uma pessoa, esta pessoa vai passar, e a Venezuela vai continuar. A Venezuela sempre esteve de costas para o Brasil, era um verdadeiro quintal, vamos dizer, dos Estados Unidos, é óbvio, ali a situação social chegou a um ponto que levou, depois, à revolução e ao ponto que estamos hoje. A impressão que se tem é de que está havendo uma mudança de postura.

O Brasil está exercendo uma influência positiva em outros países da América Latina. Se, em vez da Venezuela, olharmos o Peru, por exemplo, este Presidente que assumiu a Presidência um ano atrás, a biografia dele, ele estava mais para um Chávez II, no entanto, ele está tentando, agora, parecer um Lula II, fez até uma Carta de Ribeirão Preto dele lá, está seguindo o mesmo, e isso é muito bom.

Temos, hoje, dois tipos de países na América Latina, como o Brasil, o Peru, a Colômbia e o Chile de um lado e outros países de outro lado. A gente vê bem quem está indo bem, quem não está indo tão bem. A gente espera que aos poucos se caminhe nesse sentido.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que o Presidente Collor falou o nome do Presidente peruano, o *Humala*. Falei *Mujica* para comparar o pragmatismo de dois líderes de esquerda em relação à economia, porque o *José Mujica*, no Uruguai, quando tomou posse, imaginava-se que fosse romper alguns contratos, fazer o que a *Cristina Kirchner* está fazendo na Argentina e, ao contrário, foi uma surpresa a atitude pragmática dele comparativamente a outros presidentes da América do

Sul. Apenas por isso que fiz a comparação com ele. Mais *Mujica*, menos Lula, do que no caso da comparação que o Senhor fez.

O SR. TOMAZ ZANOTTO – Então, se somarmos a Colômbia, o Peru, o Chile, por exemplo, mais a Argentina, daria quase outro Brasil. Quer dizer, a integração desses países, nós enxergamos, na Fiesp, como fundamental.

O caso da Argentina é uma infelicidade. Acredito que esta atual Presidente, que ganhou com tanto espaço uma eleição, não tenha aproveitado os primeiros meses. Achávamos que ela fosse corrigir alguns problemas graves que estão embutidos na economia argentina, que estão colocando-os cada vez mais no canto, como a questão da energia fortemente subsidiada e outras questões embutidas nela. Ela tem preferido caminhar sempre para quebrar o termômetro, ela mesma vai se colocando numa situação difícil. A Argentina é nossa vizinha, vai continuar sendo nossa vizinha, é uma grande compradora de produtos brasileiros. Ela, junto com o Brasil, potencializa a nossa força nas negociações, por exemplo, de agronegócio.

Ainda acho que uma solução boa para o Brasil é mais integração com a América Latina, o que me leva aos dois últimos pontos. Um é que o Mercosul está como aqueles aviões que levantaram voo e não podem mais voltar para o aeroporto, é o que os americanos chamam de *point of no return*. Quer dizer, teríamos de buscar maior integração. Realmente, daí a partir para a moeda única, é impensável hoje, é outra coisa, mas acho que a gente, e vem o meu segundo ponto, deveria ser mais pragmático nesse processo de integração, deveria focar mais na integração comercial, na integração de infraestrutura e logística. Por exemplo, sei que é prioritária para o Governo brasileiro uma ferrovia que saia de Paranaguá e vá até os portos chilenos.

Realmente, o Brasil tem de aumentar a produção do agronegócio dele só para atender à necessidade de alimentos que vai haver no mundo, em 40%, se não me engano, nos próximos dez anos. Isso quer dizer mais 70 milhões de toneladas. Vão sair por onde, se hoje, com as nossas 150, já não conseguimos dar escoamento? E as dificuldades de achar soluções logísticas são crescentes por problemas de licenciamento e tudo o mais. Por outro lado, o *commodity* brasileiro, saindo pelo porto do Chile, lá tem águas profundas, pode ser carregado em navios de até 600 mil toneladas – estão falando –, o que abaixa o preço em vários dólares por tonelada, o que no agronegócio se chama *grande diferença*, tornando mais competitivo ainda o produto do agronegócio brasileiro.

Então, acho que essas iniciativas todas, de bancos, viriam naturalmente na medida em que a gente

integrar mais nas áreas de comércio, logística e infraestrutura, senão dispersa um pouco a nossa visão. Acho que eram essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Tomaz Zanotto.

Passo agora a palavra a S. Ex^a, o Embaixador e ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senadora, caríssima amiga de muitos anos, Senadora Ana Amélia. As suas perguntas são muito instigantes.

A questão dos acordos comerciais, naturalmente, passa pela questão da Alca. Ficou um pouco, naquele final do governo Fernando Henrique, a impressão de que queríamos a Alca a qualquer preço, ou seja, queríamos de certo modo alugar o Brasil, vender o Brasil, qualquer coisa, e que os que eram contra a Alca eram os últimos defensores da Pátria.

Evidentemente, as coisas não se passam assim, nem a diplomacia brasileira, que tem uma tradição respeitável de duzentos anos, aceitaria um acordo que fosse uma alienação de soberania, uma alienação econômica do país. Estávamos no meio de uma negociação muito difícil, porque os Estados Unidos, tanto quanto a Europa têm uma política altamente protecionista em termos agrícolas, fazem um *Farm Bill* a cada cinco anos que protege as coisas mais extraordinárias, desde a criação de escargots até grandes produções de soja, de milho e uma série de outras coisas. Isso esbarra, fundamentalmente, na questão da Alca.

Agora, certamente, os Estados Unidos eram – hoje em dia nem sei se são, tenho até muita dúvida – um país que tinha interesse em negociar conosco, que estava disposto a ir pelo menos até certo ponto, exatamente como nós, que não estávamos dispostos a ultrapassar certas fronteiras. Hoje, a Europa, para mim, é um caso de congelador, não vejo nenhuma perspectiva de acordo com a União Europeia, que está sendo tentado, certamente, há pelo menos quinze anos e que esbarra num sólido protecionismo europeu, que é tão grande quanto o dos Estados Unidos e que, aliás, é uma prerrogativa de todos os países envolvidos. Não conheço nenhum país desenvolvido que não proteja fortemente a sua agricultura. A Suíça, a Noruega, o Japão, a Coréia, todos protegem a agricultura, que é uma espécie de monstro sagrado para todos os países ricos, embora seja cada vez menos relevante em termos de emprego, de força de trabalho, cada vez menos importante em termos de formação de preços para o consumidor. Cada vez mais, o consumidor europeu gasta uma fatia menor do seu rendimento para

comer. Mas, a agricultura tem um peso praticamente mítico em todos esses países e não é uma muralha que se possa ultrapassar.

Não sei se países como a África do Sul, a Índia, a própria China, a Coréia, estariam dispostos a entrar seriamente numa negociação conosco. Tenho dúvidas porque, com a África do Sul, por exemplo, estamos tentando desde o meu tempo de ministro. Portanto, há pelo menos doze anos estamos tentando um acordo e até agora nada aconteceu com a Índia. Muito pouco aconteceu, o acordo que temos com a Índia é praticamente simbólico. Não creio que a China esteja considerando um acordo conosco. Então, infelizmente, não é culpa do Governo brasileiro, que não pode ser acusado de ter obstaculizado as negociações nesse campo. É que, na realidade, as circunstâncias não têm favorecido.

Sobre o Conselho de Segurança, concordo, naturalmente, com tudo o que foi dito aqui, inclusive pelo Roberto Abdennur, meu velho companheiro, que me dava muito trabalho no futebol, pois jogava no meio de campo no time dos diplomatas e era muito, digamos, provocador, de *backer* muito grande, muito mais forte do que ele, e eu tinha de ir lá ajudar. Era um Neymar. Ele jogava muito bem, era audacioso.

Enfim, o fato é que, se olharmos a agenda do Conselho de Segurança, não há um único ponto que tenha um interesse central para a política, para o Brasil, de modo em geral. A agenda do Conselho de Segurança não inclui temas econômicos, nenhum, nem comercial nem financeiro, nada. Os temas do Conselho de Segurança são a Ásia, o Oriente Médio, basicamente, e às vezes a África, quando há uma questão como a da Somália, quando há uma questão desse gênero. Então, não é por aí que temos almejar fazer parte do Conselho de Segurança. Nós temos de almejar porque, realmente, é um trunfo estratégico o país ser membro do Conselho de Segurança. Dizia o Ministro das Relações Exteriores britânico, *Douglas Horne*, que, por causa da condição de membro permanente, a Inglaterra disputava um campeonato acima das suas possibilidades. Disse ele há uns quinze anos, mais ou menos: *points above her weight*.

Enfim, sobre o Mercosul, claramente, ele está um pouco refém do protecionismo argentino, que agora é total, é global e que, inclusive, nos impede de negociar qualquer acordo internacional, porque a negociação que o Brasil faz é de tarifa externa comum, ou seja, de união aduaneira. Portanto, tem os quatro países, está de acordo para entrar. A Argentina, praticamente, tem restrições em todo o campo, é muito mais inflexível do que nós.

Então, acho que o Mercosul, infelizmente, como muito bem disse aqui o Dr. Zanotto, ficou estagnado,

levantou voo, mas não conseguiu passar de mil metros de altura, está voando como um planador, mais ou menos, mas é claro que não deve ser abolido. O nosso grande avanço tem sido no uso da infinita imaginação diplomática na América Latina, que é criar organismos, organismos, organismos, preferencialmente sem os Estados Unidos, pois faz parte do esquema de realização diplomática excluir os Estados Unidos de organizações. Não sei se isso aproveita muito ao Brasil, mas mal também não faz. Não creio nem que os Estados Unidos estejam muito preocupados com isso, devo dizer.

Acho muito importante essa questão que foi colocada aqui, discutida pelo Dr. Zanotto, sobre a postura do Brasil – toquei nisso no início – face aos nossos vizinhos. Creio que há dois problemas que não podem ser aceitos como norma política. O primeiro é deixar que as coisas aconteçam, que os fatos sejam consumados para depois, então, tentar reagir.

No caso da Bolívia eu acompanhei de perto primeiro porque negociei gás com a Bolívia praticamente desde que era praticamente uma criança, depois porque fui do Conselho da Petrobrás/Bolívia. Desde que saí do Governo fui vários anos da Petrobrás/Bolívia até a nacionalização, justamente quando o Conselho acabou, evidentemente, quando a Petrobrás não era mais a dona.

É claro que refinarias foram compensar. As refinarias não valiam nada, quando compramos eram ferro velho que ninguém queria comprar e que o governo boliviano nos implorou para comprar porque estavam a ponto de explodir, estavam todas enferrujadas, e a Petrobrás refez inteiramente e retornou as refinarias à Bolívia. Elas estão basicamente na área de Santa Cruz como um importante distribuidor de combustíveis para a região Centro-Oeste brasileira, para aquele miolo na América Central. Mas, o gás em si, as reservas de San Antonio, de San Alberto, que a Petrobrás descobriu, explorou, construiu gasodutos, foi tomado com tanque na porta. Foi isso o que aconteceu e o Brasil foi leniente. Isso não pode acontecer, não se pode deixar uma coisa dessas acontecer e também não há de ser, evidentemente, mandando o Exército nem a Força Aérea, mas há maneiras de se fazer valer o nosso peso, o nosso prestígio.

Acho que a leniência, no caso específico da Argentina e em geral também, acaba tendo como único resultado aumentar a conta. Se for muito leniente pode ter certeza de que no dia seguinte a conta vem maior ainda, porque, tudo bem, se já não aconteceu nada quando contrariou o nosso interesse, vamos dobrar a conta, porque será muito vantajoso o jogo nesses termos. Então, creio que temos de ser firmes e, sobretudo,

do, evitar que aconteçam esses fatos e trabalhar com as nossas empresas, porque é obrigação do Governo brasileiro defender os interesses das empresas brasileiras. Isso não pode ser posto em dúvida, o Governo brasileiro não pode assumir posições favoráveis aos outros países contra as nossas empresas, isso não faz sentido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

Gostaria de colocar uma questão para todos os Srs. Palestrantes em relação ao tema específico do painel de hoje, que é a avaliação das prioridades da política externa brasileira.

Eu perguntaria a cada um dos senhores, caso estivessem hoje no comando da política externa brasileira, o que os senhores mudariam, quais os eixos que os senhores estabeleceriam como metas prioritárias para uma política externa que leve o Brasil a uma posição de um *Global Player*, à posição de um país visto como uma potência do ponto de vista comercial, mas, sobretudo, do ponto de vista de buscar consensos, de buscar objetivos comuns nesses anos que nos levam daqui até 2020. Isso, naturalmente, passaria por vários dos pontos que aqui já foram abordados, mas a pergunta seria, objetivamente, no que os senhores, estando hoje na posição de comandar a política externa brasileira, focariam, quais seriam os pontos aos quais os senhores dariam maior prioridade e quais mudanças, se elas fossem necessárias, os Senhores implementariam.

Começaria com o Embaixador Roberto Abnédur, por favor.

O SR. ROBERTO ABNEDUR – Sr. Presidente, vou me permitir ter dúvidas sobre a própria ideia de prioridades. Tenho a impressão de que em política externa, por vezes, a ideia de prioridade parece excluir, ao invés de incluir temas ou hierarquizá-los indevidamente, porque o cenário internacional está mudando a cada momento. Uma questão que, por vezes, pode, num determinado momento, ser secundária, de repente, torna-se prioritária. É um lugar comum dizer que a América do Sul é uma prioridade, em menor escala a América Latina. A América Latina é mais um conceito político, cultural, uma comunidade de certos valores, do que propriamente algo instrumental. Integrável é a América do Sul, não é a América Latina.

Mas, eu diria que precisamos prosseguir num caminho que tem sido um vetor da política externa brasileira desde muito tempo, que é o da universalização da política externa brasileira no sentido geográfico, de irmos a múltiplas direções. Acho que progresso tem sido feito nisso. A África, desde muito cedo, quando

entrei no Itamaraty, no início dos anos 60, era um objetivo importante por razões políticas, estava em processo de colonização.

No Governo João Goulart houve um esforço que depois, no Regime Militar, arrefeceu por razões ideológicas e hoje, acho que com razão. O Presidente Lula fez um trabalho muito importante, fez doze viagens à África, vinte e um países. Hoje, temos embaixadas em trinta e sete países africanos e somos, no Continente, junto com os Estados Unidos, o único país que tem verdadeiramente uma política pró-ativa, criativa em relação à África.

E, em relação à Ásia, o Brasil curiosamente não estando no Pacífico, é – creio eu – de longe o maior parceiro da Ásia na América do Sul e na América Latina. O volume de nossas trocas de investimentos com países da Ásia em geral e agora, muito particularmente, a China – antes era o Japão – é – creio eu – superior ao de qualquer país na área do Pacífico, de maneira que eu ousaria dizer que o Brasil precisa também olhar para o Pacífico como uma área de interesse prioritário. E nós temos questões funcionais: o Conselho de Segurança, a influência do Brasil na Organização Mundial de Comércio. Nós estamos ajudando, em alguma medida, a redesenhar a correlação de forças nos organismos financeiros internacionais. Temos interesse na reforma da ONU para além da questão do Conselho de Segurança.

É um fato inelutável, quer dizer, questões hoje que mais do que internacionais, são globais estão forçosamente na agenda do Brasil, até por razões – digamos – “negativas”: o Brasil tem um problema sério com a Amazônia, com a destruição da floresta. Isto é um tema de grande preocupação internacional, de modo que o Brasil está inserido na problemática ambiental, por extensão na problemática do clima, queira ou não. Em outros assuntos, nós temos trunfos: na questão de segurança alimentar, de energia renovável e agora também no petróleo. Nós temos interesses importantes em assuntos políticos: a não-proliferação, o desarmamento, temas afetos ao Conselho de Segurança, portanto, mais uma razão para ela entrar...

De maneira que diria que, mais do que definir prioridades, temos de alargar a vista, ou prosseguir alargando a vista e trabalhar em múltiplas direções ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Se me permitir o Embaixador Roberto Abdunur, V. Ex^a foi nosso representante em Washington e em Beijing, em épocas diferentes do momento atual. Mas, com seu conhecimento e com a experiência adquirida nesses dois importantes postos e trazendo sua experiência para os dias de hoje, qual o senhor

pensa deva ser a política externa brasileira em relação à América do Norte e à China? Nós estamos no caminho certo em relação ao que mantemos com os dois?

O SR. ROBERTO ABDNUR – Não há dúvida de que, se nós decompusermos o panorama internacional país por país, em vez de olharmos blocos, como a União Europeia em seu conjunto, diria que são os dois principais países para o Brasil hoje, não há a menor dúvida, de maneiras diferentes. Curioso comparar a trajetória da relação Brasil/EUA e da relação China. A relação Brasil/EUA foi, até algum tempo atrás, uma relação de certa adversidade. Os Estados Unidos se nos afiguravam como um adversário em relação a questões vitais para o Brasil.

Eu falei antes da dívida externa, temas comerciais, as negociações comerciais, direitos humanos, etc. em muitas áreas, os Estados Unidos eram não digo inimigos, mas adversários do Brasil, e a relação era extremamente assimétrica e unilateral. Quer dizer, os impulsos, as pressões ou até as coisas positivas, investimentos vinham dos Estados Unidos para o Brasil. O Brasil era um pouco – digamos – o objeto, era passivo na relação. Os Estados Unidos tinham uma economia que era dez vezes ou mais a economia brasileira. Hoje, se fizermos o cálculo, a economia ainda é muito maior e será durante muito tempo maior do que a brasileira. E eu, em Washington, assisti a um processo interessante que foi o início de uma onda crescente de investimentos brasileiros nos Estados Unidos. Hoje, os Estados Unidos, não digo que estão dependentes, mas estão interessados no petróleo. O petróleo passou a ser uma exportação para o Brasil. Os Estados Unidos tem um interesse até estratégico em ter o Brasil como um parceiro mais confiável do que outros na área do petróleo e da energia. O Brasil é credor dos Estados Unidos com, como eu dizia, 2/3 mais ou menos dos nossos 360 ou US\$400 bilhões de reservas, financiando a dívida pública americana.

Quando eu estava em Washington, o Brasil chegou a ter – creio que em 2006 – um salto comercial de US\$10 bilhões com os EUA. Era ¼ do total do saldo que o Brasil tinha. Hoje, o saldo se inverteu e passou a ser de cerca de 8 bilhões a favor dos EUA, de modo que não estou dizendo que nós estamos fazendo uma favor aos EUA, mas o mercado brasileiro passou a ser mais importante, hoje é das prioridades da política comercial americana. E nós temos nos reaproximado dos EUA, o que considero muito importante e correto. E estamos procurando, como disse Dr. Zanotto, ampliar, embora tardiamente, nossas exportações e nossa relação com os EUA. Então, a relação Brasil/EUA, embora ainda assimétrica, é muito menos assimétrica

do que foi no passado e é uma relação de duas mãos, o que não era até alguns anos.

No caso da parceira com a China, eu fui, modestia a parte, um dos responsáveis pelo lançamento da parceria estratégica Brasil/China, numa viagem do então Vice-Primeiro-Ministro Izzar, da economia chinesa, ao Brasil, em 1993, no início do Governo Itamar, numa conversa no avião com Ron Dick – falava algum inglês – eu mencionei a ele a evolução da relação e a hipótese de um sentido estratégico para a relação, ele gostou da ideia e, ao desembarcar aqui, disse ao Presidente Itamar Franco por que não lançamos uma parceria estratégica. E lançamos uma parceria estratégica antes de ela o ser, porque realmente a relação era muito limitada. Para os senhores terem uma ideia – isto é impressionante –, nos quatro anos e meio que eu passei em Pequim, entre início de 1989 e meados de 1993, o comércio Brasil/China nos dois sentidos não passava de US\$2 bilhões, hoje está em mais de 70. E a relação Brasil/China tornou-se crescentemente assimétrica.

Pasmem os senhores, mas, segundo dados oficiais, quando eu cheguei a Pequim em 1989, a economia brasileira era maior do que a chinesa. O Brasil tinha cerca de US\$400 bilhões de PIB e a China, um pouquinho menos. Hoje a China é três vezes maior do que o Brasil. Hoje o Brasil tem pouco mais de 1% do comércio internacional. A China tem 13% ou 14% e passou a ser uma grande investidora no Brasil. O Brasil tem alguns investimentos, mas poucos e modestos na China. O curioso é o seguinte: enquanto a relação Brasil/EUA se tornou mais equilibrada e rica nos dois sentidos da dinâmica bilateral, a relação com a China passou mais assimétrica, mais desigual quantitativa e qualitativamente porque nós exportamos *commodities* e importamos manufaturados. Portanto, o grande desafio diplomático do Brasil hoje não são os Estados Unidos, é a China.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Roberto Abdunur.

Agora passo a palavra ao Prof. Oliveira da Silva Ferreira.

O SR. OLIVEIROS DA SILVA FERREIRA – Sr. Presidente, a sua pergunta me lembra uma prova que passei aos meus alunos de Política Externa Brasileira. “Se vocês fossem chanceleres, o que fariam?”. Eu não sei se os aprovei ou reprovei, mas eu tenho certeza de que serei reprovado aqui.

V. Ex^a há de compreender que eu tenho ao meu lado duas grandes experiências de lidar com o mundo, ao passo que a minha experiência é ler um pouco sobre o mundo e refletir um pouco sobre o Brasil. É a partir dessa reflexão sobre o Brasil que eu lhe darei

uma resposta dizendo o seguinte: se eu fosse chanceler, a primeira coisa que eu faria seria ter o apoio total do Presidente da República, porque a política externa é competência, função privilegiada do Presidente da República. Assim eu entendo. É o Presidente da República, Chefe de Estado, quem deve dividir a política externa. Agora veja: a política externa de um país...

Nos anos 70, eu fui acusado de ser um dos autores dessa coisa terrível chamada Pátria Grande. Se eu continuo ainda pensando na Pátria Grande, reiterando o que eu disse no meu texto, uma política externa exige que o país tenha o respaldo, como eu disse há pouco na televisão, a diplomacia tem o respaldo do general. Isso é Raymond Aron. Não sou eu. Isto é Raymond Aron: diplomacia é o diplomata mais o general. Eu tenho de convencer o Presidente da República que é preciso, em primeiro lugar, o apoio ao Itamaraty, dar quadros eficientes ao Itamaraty, quadros que sejam capazes de ter uma visão única, não corporativa, mas uma visão de Estado e depois fazer o general. É necessário que haja uma condição – digamos assim – de, na emergência, e não em situação subordinada, o Brasil poder dar a sua contribuição para a manutenção da paz e para a defesa dos seus interesses.

Agora quais são nossas prioridades? Eu diria que essa é a primeira prioridade. A primeira prioridade de um chanceler que queira realmente interpretar os interesses do Estado é esta: ter do Presidente da República a garantia de que a política será dele, não será do chanceler. Evidentemente, o chanceler é um auxiliar, mas é o Presidente da República quem decide.

Agora é preciso convencer o Presidente da República de que realmente nós, isso é velho como a... Temos dez vizinhos. Hoje, felizmente apenas um deles ou dois têm alguns problemas internos que poderiam afetar nossa segurança. Temos que estar presentes ao fenômeno desagradável que nos recusamos a tocar quando falamos em diplomacia e tudo o mais, que é o fenômeno do narcotráfico e o do contrabando de armas. Já se tornam fenômenos atinentes ao Estado. É o Estado que está em risco. Não só os Estados Unidos que estão fazendo uma má política, não. É o Estado brasileiro que está correndo riscos, tanto assim que, de quando em quando, se usam as Forças Armadas para ocupar o morro e combater traficantes, mas o contrabando de armas continua. Quer dizer, esse é um problema que o chanceler tem a obrigação de levar ao Presidente, porque poderá criar problemas com os vizinhos, se, de fato, quisermos defender os interesses do Estado. E estamos diante de organizações internacionais não reconhecidas pela Carta da ONU, mas que afetam a segurança do Estado. Disso temos que cuidar.

Isto posto, o resto – permita-me – são assuntos que irão sendo tratados à medida que aparecerem, se houver emergências, o diplomata e o general estarão aptos. Nós temos dez vizinhos. Temos, portanto, que cuidar deles. Alguns são desagradáveis como aportamos aqui, não cumprem o contratado, mas ainda não ameaçam nossa segurança. O meu problema é a segurança nas fronteiras e a segurança interna das instituições. Nós temos que, de certa maneira, ter condições de neutralizar – hoje, felizmente, é menor – a propaganda que houve um tempo em que as Farc faziam nas universidades, a propaganda que o Chávez faz nas universidades hoje, a favor de uma política que não condiz com os nossos interesses. Isto é importante.

Os Estados Unidos são realmente um poder. Não podemos esquecê-los. Vejam bem: eles não terão interesse em nos prejudicar militarmente. Não vão jamais invadir. E, quando falamos em imperialismo americano, nós cometemos um grave engano, porque o imperialismo é do mundo, é do capital. O capital que está chegando aqui não é norte-americano, sei lá se é francês, inglês ou se é individual de algum daqueles milionariíssimos que há nos Estados Unidos. Temos que contar com ele para fazermos o nosso desenvolvimento, evidentemente um desenvolvimento combinado, autônomo e dirigido por nós. Isso é evidente.

A Europa é a fonte de toda a nossa preocupação. Foi. Hoje é o pensamento norte-americano que está sendo privilegiado. De certa maneira, esquecemos a Europa. Mas a Europa ainda é, digamos assim, a fonte de nossas reflexões mais profundas, mas nem toda filosofia que nós praticamos vem da Europa. E, na Europa, não vamos esquecer, temos Portugal. Por isso, acho que, às vezes, cometemos um grave engano. Portugal nos devia ser o velho Portugal. O velho Portugal deveria nos servir de inspiração.

A Rússia é um problema que surgirá. Evidentemente que não podemos deixar de ter boas relações com todo o mundo. A Rússia é um problema que surgirá nos nosso, digamos assim, nos nossos planos de guerra – se eu posso usar a expressão –, o problema Rússia e Europa deve estar colocado, da mesma maneira que a China. Não podemos esquecer a China. O embaixador foi claro em dizer da importância da China. Nós temos que pensar no jogo geopolítico que vai acontecer e que vai nos afetar, porque, numa emergência, poderemos ser chamados a prestar solidariedade, como aconteceu em 1942. Eu acho que, para essa emergência, nós temos que estar, pelo menos nos planos de guerra, temos que estar preparados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Oliveira da Silva Ferreira.

Agora, com a palavra o Sr. Thomaz Zanotto.

O SR. THOMAZ ZANOTTO – Obrigado, Presidente.

Acho que já foi falado aqui e como o Embaixador Abdenur disse bem, não vou priorizar, porque dar uma lista de prioridades pode ser enganoso. Mas acho que a questão da aproximação com a África é muito importante para o Brasil. A África era um continente que, em 1995, tinha 25 *flashes points*, hoje acho que são dois, ela tem 900 milhões de habitantes, e o Brasil tem feito muitas viagens à África, à Moçambique e diversos países, e vejo que o Brasil goza de um enorme *soft power* na África, quer dizer, o Brasil é visto pelos africanos como um futuro possível, talvez, para eles.

O Brasil tem outra vantagem grande, que, diferente da China, que precisa de commodities africanas, o Brasil tem commodities também. Então, o interesse do Brasil é prestar serviços, vender serviços de engenharia e também, quem sabe, ampliar a presença no setor de agronegócio. Então, eu acho que essa questão da África foi uma grande e boa iniciativa, sobretudo do último governo, e o foco deve continuar aí.

A questão da América Latina, a parceria com a América Latina hoje, especialmente com a América do Sul, é estratégica queiramos ou não. Quer dizer, a gente fala da China, mas, se a gente olhar o mapa da China, a China tem aí uns dez ou 15 problemas graves no entorno dela, praticamente com todos os países vizinhos. Então, ela, querendo ou não, tem uma parceria estratégica com esses países. E entendo que, então, a questão América Latina tem mais bônus do que ônus. Tem seus ônus – está certo? –, e já foi soberanamente discutido aqui, mas tem um potencial que temos a ganhar com uma maior integração. É importante e deve ser mantida de uma forma mais objetiva, como também foi dita aqui.

A reaproximação com os Estados Unidos, eu acho que o momento é positivo. Os Estados Unidos estão agora – isso foi nos dito recentemente por algumas delegações americanas que chegaram – entrando em uma nova fase. Eles estão tirando as tropas, depois de gastar US\$1 trilhão em duas guerras lá no Oriente Médio, e, agora, o foco deles, eles estão olhando o Brasil com mais atenção. Eles são um país que está num momento um pouco de insegurança, fala-se muito do declínio americano. Então, talvez seja um bom momento para que nós encaremos a relação com eles de forma mais pragmática, mais nivelada, e acho que o Brasil tem muito, também, a ganhar com essa relação.

A questão da China, eu acho que a nossa relação com a China, seja porque ela está muito longe, ela se circunscreve mais às trocas comerciais e de investimentos. É óbvio, ela vai ser logo a segunda maior po-

tência do Globo, mas está longe, ela está a 12 horas de distância de fuso horário. E, para eles, realmente estratégico, no sentido mais amplo da palavra, é a relação com os Estados Unidos, principalmente com o entorno dela. Gostando ou não, é aí onde ela está tentando criar um mercado, assim, não sei se eu chamaria pan-asiático, como é que eu chamaria, onde ela vai ter, vamos dizer, as mesmas vantagens que o Brasil vai ter nas trocas comerciais com a América Latina. A China vai ter ampliada com todos os seus vizinhos, com todos os problemas que eles têm.

Acho que, além dessas questões, o que posso concluir, desses 10 ou 12 anos de política externa brasileira, é fundamental que ela atenda aos interesses suprapartidários de longo prazo da sociedade brasileira, que ela siga uma tradição de pragmatismo, do atendimento do interesse do Brasil, que é clássico da diplomacia brasileira, sobretudo de respeito aos direitos humanos e aos ideais democráticos, que são caros aos brasileiros.

Quer dizer, é meio óbvio falar. O Brasil já pode talvez aplicar isso, de fato, no dia a dia diplomático. É a única observação que poderia fazer aqui, além do que foi falado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comercio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Sr. Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro das Relações Exteriores do nosso País.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ser muito breve dado o adiantado da hora e o fato de que os assuntos foram amplamente cobertos.

Faço só uma pequena questão em relação à China. Nós temos, às vezes, em nossa política externa a ideia de que podemos fazer alianças estratégicas ou coalisões contra alguém ou pela afirmação de alguma coisa. A última coisa que a China quer é se meter em alianças ou parcerias estratégicas reais ou não-discursivas por uma razão muito simples: a China é, de longe, o maior país da sua região e a China tem problemas de vizinhança com a maioria de seus, se não me engano, onde ou doze, vizinhos.

Então, o pesadelo chinês é a aliança dos outros contra ela e ela não quer saber de aliança alguma, quer é excluir inteiramente a idéia de que podemos ter relações de aliança com a China para nos contrapor aos Estados Unidos, nos contrapor à Alemanha, nos

contrapor a quem quer que seja. A China está absolutamente ausente desse tipo de discurso.

Sobre a política externa brasileira como o senhor perguntou, diria que, essencialmente, Presidente, o que temos que levar em conta é que está ocorrendo aquilo que o autor americano importante, Farid Zaccaria, previu como a ascensão do resto. Quer dizer, a ideia de que os Estados Unidos não são tão mais tão dominantes que o resto não tenha mais importância. Que os Estados Unidos eram o maior de todos os furbos do mundo internacional. Hoje não é mais assim e, cada vez mais, há outros países.

O Brasil é, hoje, certamente um dos países que pode, deve e está figurando dentro dessa ascenção de outros países em diversos cenários: no cenário financeiro, no cenário do meio ambiente, no cenário do comércio. Cada vez mais sendo um país do bem. O Brasil é um país que não tem inimigos, não tem querelas, não tem guerras com seus vizinhos há mais de cento e cinquenta anos. Então, o Brasil é um país do bem e isso é um trunfo importante, é um trunfo relevante para ser utilizado e, portanto, creio que o objetivo central, a prioridade central do Brasil deve ser consolidar e expandir essa presença internacional, essa força da nossa voz e de tudo o que o Brasil representa no cenário internacional.

Muito obrigado mais uma vez pelo convite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Embaixador, Ministro Luiz Felipe Lampreia.

Realmente falar de política externa é falar muito de sentimentos, de vontades, de estratégias pela experiência que me foi dada obter, na relação com Estados é muito importante e, às vezes a prioridade da política externa se dá muito em função – gostaria de cumprimentar e saudar o Exmo. Sr. Embaixador Sardenberg. Muito obrigado pela sua presença – da química que exista entre os governantes.

Então, dependendo desse bom relacionamento que existe, as relações externas caminham mais célere ou menos célere, empacam ou avançam mesmo diante de parceiros importantes e estratégicos como, por exemplo, os Estados Unidos ou como a China nos dias de hoje.

Julgo que a política externa iniciada pelo Governo Lula foi uma política externa, com algumas correções, que poderíamos, cada um de nós, oferecer, mas foi, de um modo geral, exitosa. Foi uma política externa que procurou aproximar o Brasil, sobretudo, de África, de onde estávamos extremamente ausentes.

Hoje, como já foi dito, dos 54 países que compõem o continente africano, temos 37 representações

diplomáticas, mas, ao mesmo tempo em temos essas representações diplomáticas que demonstram o interesse do Brasil em estreitar ainda mais as relações com os países onde estão as nossas raízes, a China, um país que fica do outro lado do mundo, está presente em 48 dos 54 estados africanos, com investimentos em obras, realizando obras, de acordo com o que os chefes de estado ou de governo desses países africanos estabeleceram como suas prioridades, porque governar é estabelecer prioridades. Sem prioridades não se governa. E, em estabelecendo prioridades, contrariamos interesses. Portanto, chegamos à conclusão de que governar, em última análise, é contrariar interesses. Seria exatamente isso. Não se pode agradar a gregos e troianos.

Mas foi uma política em que se buscou muita independência nos grandes polos, o que julgo muito importante. O Brasil já tem tamanho e musculatura suficiente para fazer uma política externa, sem estar dependente, como há décadas e décadas, do Yes, sir, uma política, claro, inteligente, racional, preservando os nossos interesses, mas também falando um pouco mais alto, um pouco mais afirmativamente, querendo abrir e ocupar espaços.

Nessa questão, vem a discussão do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nós todos sabemos – nós e o mundo inteiro diplomático sabe – que temos esse assento não é para já, para agora, até porque temos o voto formal. Não é um voto ao Brasil da China, que diz que não aceita fazer nenhuma mudança dentro do organismo das Nações Unidas, porque não há ainda o consenso, segundo o governo chinês, para que essas mudanças sejam feitas.

Então, sabemos que isso não vai acontecer amanhã ou depois de amanhã, mas temos de nos habilitar. Nunca estivemos tão próximos de ocupar esta cadeira como agora. Isso não significa, repito, que isso se vai dar amanhã ou depois de amanhã. Isso pode demorar uma década ou mais, mas, pelo menos, estamos buscando e alertando os nossos parceiros para o fato de que temos as credenciais necessárias para, tendo esse assento, poder representar ali não somente aquilo que interessa ao Brasil, sobretudo na defesa de um mundo em que se busque a paz, em que se busque a estabilidade, em que se busque o fim da unipolaridade, em que se busque o entendimento, para que não sejamos, vez por outra, acometidos desses sustos por medidas unilaterais que são tomadas no seio das Nações Unidas.

A nossa relação com a China é algo impressionante. O nosso Embaixador Roberto Abdennur aqui colocou, há anos, as relações com os Estados Uni-

dos como eram, em termos comerciais e, em relação à China do mesmo modo. E aí percebemos que, apesar de todo esse grande crescimento econômico que o Brasil experimentou, com o ingresso no mercado consumidor de mais de 30 milhões de pessoas, com o Brasil realizando grandes descobertas, como na área do pré-sal, que nos proporciona certa tranquilidade, no que diz respeito ao suprimento de óleo para as nossas necessidades futuras, apesar de todo esse grande crescimento, do qual todos nos orgulhamos, a China deu um passo gigantesco e hoje, enfim, está estabelecendo parcerias em todo o mundo. Na Europa, quem está remodelando o Aeroporto italiano de *Fiumicino* é a China. Quem está reconstruindo o Porto de *Piraeus* na Grécia é a China. Enfim, e se aproveitando da *fabless* americana desses últimos anos, aí é que ela redobrou os seus esforços.

Há até um fato interessante. Outro dia, visitou o Brasil o Sr. Vice-Primeiro-Ministro da China e, no encontro que tivemos no Gabinete do Presidente do Congresso Nacional, do Senador José Sarney, falando com ele, solicitei que, em primeiro lugar, como me foi dada a palavra, por gentileza do Sr. Presidente, a China não deixasse de comparecer à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada, agora em junho, no Rio de Janeiro, conhecida como Rio +20 e que a China viesse representada no seu mais alto nível, como de resto é essa a solicitação que vem sendo feito pelo Governo brasileiro a todos os Srs. Embaixadores aqui acreditados, bem como na viagem que Sua Excelência a Senhora Presidenta da República bem realizando, fazendo o convite pessoalmente, fiz uma segunda solicitação a ele, que deixasse que a China crescesse um pouco mais do que os 7% que eles haviam estabelecido como crescimento para 2012, e ele deu a seguinte resposta: “a gente nunca calcula com muita exatidão. No ano passado, a gente calculava crescer 8%, crescemos 10%. De modo que não se preocupe com isso, porque nós poderemos crescer bem mais do que os 7% do que está estabelecido pelo Ministério da Economia chinesa.”

Fiz essa pergunta, é claro, em função das compras que a China vem fazendo, sempre em larga escala, das *commodities* brasileiras, que diferentemente daqueles que julgam e acham que exportar essas *commodities* é exportar algo que não tem valor agregado, tem sim. Em cada tonelada de minério retirado, ali tem valor agregado, ali tem tecnologia investida naqueles veículos, naqueles caminhões, naquelas perfuratrizes, na questão da infraestrutura criada. Ali tem um valor agregado na capacitação profissional das pessoas que estão envolvidas naquilo. Então, de alguma forma, não

é como na época do pau-brasil. Existe alguma tecnologia ali agregada.

O que nos preocupa em relação à China é exatamente essa simetria gravíssima que vem sendo causada. Na realidade, não é somente em função da China, porque, desde 2001, que estamos experimentando um declínio da participação da indústria, do setor industrial, na formação do produto industrial brasileiro, e esse fenômeno da China apareceu agora, dessas grandes compras, ou melhor, dessas importações que são feitas pelo Brasil, isso surgiu de uns cinco anos para cá.

Então, os produtos importados da China vêm fazendo, realmente, em alguns setores especificamente, com que aquela indústria que, antes competia com o produto que chegava da China, deixou de ser uma indústria e passou, porque não tinha condições de competir em preço e qualidade com o produto que chegava da China e passou a comercializar o produto chinês. Mas isso são questões e ajustes com que o próprio Ministério da Economia e a própria diplomacia brasileira, a começar pela Presidenta da República, vêm tendo muita preocupação.

A dúvida que eu tenho é se medidas protecionistas em excesso, que, eventualmente, continuem sendo tomadas pela economia brasileira, seriam a solução para nós escaparmos desse momento ou se não seriam apenas um problema que estaríamos criando para resolvemos num futuro muito próximo.

Então, é preciso dosar um pouco essa questão das medidas protecionistas.

A relação com a Argentina, acredito que seja uma relação que, queiramos ou não, é imprescindível para o Brasil, indispensável. Brasil e Argentina, estaremos sempre peleando, sempre brigando, sempre disputando, mas a grande realidade é que, hoje, se nós não tivermos o mercado argentino para colocarmos os nossos produtos, se rompermos esse laço – e, aqui, como foi dito pelo Embaixador, Ministro Lampreia, como também pelo Dr. Zanotto, em relação à questão do Mercosul –, enfim, se essa relação, de alguma forma, chegasse a um fim, nós teríamos muitas dificuldades para encontrar mercados para colocar os produtos que, hoje, nós lá colocamos.

Então, é uma convivência que, queiramos ou não, é atávica e que será para sempre, será para sempre. Não há o que se fazer.

As medidas que vem tomando a Argentina são uma questão de política interna e temos apenas de entender e nos adaptar a essas mudanças que vêm sendo feitas.

No que diz respeito, também, ao Conselho de Segurança, aqui foi dito e é verdade, nós temos, também, de estar preparados – e talvez, aí, haja explicação,

Ministro Lampreia, para essas iniciativas do Governo Lula na questão israelo-palestina e também na questão em que o Brasil, junto com a Turquia, tentou intermediar um diálogo com o Irã em relação à questão das centrífugas e tal, assim, assim, assado –, porque 70% das resoluções que as Nações Unidas adotaram, nos últimos 10 anos, dizem respeito, especificamente, às questões do Oriente Médio – 70% –, o que demonstra a enorme preocupação que existe com essa parte do mundo, e o Brasil não pode, também, ficar alheio a isso.

É claro que se eu dissesse assim: a política externa brasileira. Eu começaria pelo nosso continente, em que ela está bem, enfim, tendo a paciência de podermos resolver certas imprecações sem que haja um estremecimento nas nossas relações. Temos de entender que para o Brasil, sendo um País tão grande, com tantos recursos, e temos vizinhos que, enfim, têm necessidades e têm carências, não é nenhuma benemerência.

Como aqui foi dito, a questão de Itaipu é estratégica para o Governo brasileiro, porque em 2023 as águas de Itaipu, ou o resultado do fornecimento de energia das águas de Itaipu, da hidrelétrica de Itaipu, passará a ser metade do Brasil, metade do Paraguai, e, nesse contrato, nesse tratado, tem lá uma cláusula que diz que o Paraguai poderá negociar essa venda de energia para quem ele, Paraguai, desejar, para quem ele quiser. Naturalmente, o Brasil tem o maior interesse em ser o maior consumidor e comprador da energia de Itaipu.

Trata-se de uma questão estratégica. Alegam que essa foi uma medida tomada para atender o Presidente paraguaio nisso ou naquilo. É verdade que começou com essa reivindicação do Presidente paraguaio, mas, em seu *background*, havia esse interesse – do qual o Presidente paraguaio sabia – a que o Brasil necessitaria, de alguma forma, atender, ou seja, melhorar aquilo que uma das notas reversais previa, ou seja, a melhoria do pagamento pelo quilowatt-hora consumido pelo Paraguai.

Em relação à Bolívia, do mesmo jeito. Aquilo foi algo brutal, como disse o Ministro Lampreia. De repente, colocaram o Exército para encampar uma planta da Petrobras. Mas, enfim, podemos dispensar o gás que a Bolívia nos fornece? Podemos também deixar passar isso?

Temos duas maneiras de tratar. O fato consumado, o ideal seria que nós tivéssemos a capacidade de prever que casos como esse não acontecessem. Mas, para isso, precisávamos estar prevenidos. Não houve essa condição de nos precavermos em relação a essa ação e, como o fato consumado, a forma encontrada foi a de receber não sei quantos milhões de dólares

pela planta ali colocada e garantir o fornecimento de gás que a Bolívia já havia assinado com o Brasil.

Depois, temos também – saindo um pouco da América -, o Conesul, a América do Sul, mais adiante, temos também o Caribe, que é uma região que nos desperta muitas afinidades. Temos muitas afinidades com os países caribenhos, até porque, via Venezuela e Peru, vamos alcançar, com essa rodovia – da qual está faltando apenas uma grande ponte de 700 metros, se não me engano, para ser concluída – a saída para o Pacífico. Nós também precisamos de uma saída para o Caribe. Essa saída nos será dada pela Venezuela. Então, a Venezuela é um parceiro com o qual, há alguns anos, tínhamos um comércio que não chegava a US\$ 100 milhões. Hoje, estamos com US\$ 7 ou US\$ 8 bilhões de intercâmbio comercial.

Esse é nosso entorno, o mundo que nos cerca, o mundo com o qual temos afinidade. Está em nosso inconsciente que isso aqui é a nossa América.

Em relação à questão dos Brics, como aqui foi colocado, é, realmente, uma situação interessante, até porque – se não me falha a memória – os Brics nasceram pela falência da Rodada Doha. Corrijam-me, por favor, mas – parece-me – quando da Rodada de Doha, o Brasil começou a formar esse Bloco com a Rússia, Índia e China – África do Sul, não – para forçar alguma medida que fosse do interesse dos países e, de repente, cada um começou a correr pelo seu lado, saindo do bloco e tentando obter melhores vantagens. Esse bloco começou como um entendimento e depois, um desentendimento, porque cada um começou – não foi o Brasil que tomou essa iniciativa – a tratar do seu assunto bilateralmente. Foi daí que nasceram os Brics.

Esse, realmente, é uma posição de muito destaque, porque estamos no meio de Rússia, Índia e China, três potências atômicas, três potências que detêm um arsenal nuclear, o Brasil e a África do Sul. Então, fazer parte dos Brics, para nós, é muito importante, acredito, também, de acordo com que todos os senhores palestrantes acharam.

Em relação, portanto, à política, temos a Europa – estava esquecendo -, que é o nosso principal parceiro comercial. O que vai ser da Europa, nós não sabemos. A crise que a Espanha atravessa é extremamente grave. Não sabemos até onde isso vai levar. A questão da indefinição do resultado das eleições francesas, também não sabemos, caso o Sr. Holland venha a vencer as eleições, que mudanças serão implementadas, sobretudo na relação da França com a Alemanha, que é uma relação fundamental para a recuperação do continente europeu. Enfim, é algo que também nos preocupa.

De modo que, em termos das prioridades da nossa política externa, acho que a Senhora Presidenta e o Chanceler brasileiro, bem como o nosso Corpo Diplomático – quero aqui sublinhar também o que foi dito pelo Dr. Thomas Zanotto –, que é considerado, e como justificadíssimas razões, como o melhor corpo diplomático do mundo, não há nada que se compare. O pessoal fala do corpo diplomático francês. O corpo diplomático francês, com todo respeito que a bela França nos merece, não pode chegar aos pés, porque lá – dizem – nasceu, desde o Império Austro-Húngaro, na França, com Napoleão, e daí vieram as raízes da moderna diplomacia. Mas o nosso Barão de Rio Branco fez um grande trabalho, não só na execução e consolidação das nossas fronteiras, mas também na qualificação dos nossos diplomatas e que também vem sendo seguido à risca, foi realmente excepcional.

Então, os nossos diplomatas terão muito trabalho. Nós temos aqui dois representantes da diplomacia brasileira, aliás, três, contando com o Embaixador Sardenberg, que são exemplos do que eu estou dizendo e que os senhores sabem. O Ministro Lampreia, o Embaixador Abdenur, o Embaixador Sardenberg, enfim, todos os que vieram cumprindo magistralmente com as atribuições que lhes foram conferidas nos postos que serviram e nas funções que exerceram.

De modo que, ao finalizar esta nossa audiência de hoje, gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença de todos os Srs. Membros do Corpo Diplomático que aqui vieram: Exmº Sr. Embaixador Francisco Ribeiro Telles, da Embaixada de Portugal, o Exmº Sr. Embaixador Horácio Sevilla Borja, Embaixador do Equador, Sr. Ibrahim Aleisa, Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita, o Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia, o Sr. Shamsul Nizan Shamsuddin, Conselheiro da Embaixada da Malásia, Sr. Raphael Hidalgo Fernandes, Conselheiro da Embaixada de Cuba, Sr Edgardo Valdés, Conselheiro da Embaixada de Cuba, Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada de Espanha, Sr. Alexander Covich, Conselheiro da Embaixada da Bielorrússia, Sr. Jorge Luís Mendes, 1º Secretário da República da Guiné-Bissau e Sr. Davoud Rezaei, 2º Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã.

Agradeço a presença de V. Exªs em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Por fim, agradeço a presença dos nossos convidados na noite de hoje, ao Embaixador e Ministro Luiz Felipe Lampreia, ao Embaixador Roberto Abdenur, ao Sr. Thomas Zanotto e ao Professor Oliveira da Silva Ferreira, pela importante contribuição que aqui nos foi oferecida.

Muito obrigado, mais uma vez, aos senhores.

Por fim, convoco as Sras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 26 de abril, quinta-feira, quando realizaremos audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 19, de 2012, desta Comissão, com o Sr. Exmº Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, para debater a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, bem como sobre os diversos programas desenvolvidos no âmbito daquela Pasta.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos. Boa noite.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 08 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e seis de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras **Vanessa Grazziotin** e **Ana Amélia** e os Senhores Senadores **Aníbal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Antônio Carlos Valadares**, **Luiz Henrique**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Roberto Requião**, **Mozarildo Cavalcanti**, **Inácio Arruda** e **João Ribeiro**. Justifica a ausência o Senhor Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 19, de 2012 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 19 de abril de 2012, que requer, “nos termos do art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, para debater a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, bem como sobre os diversos Programas desenvolvidos no âmbito daquela Pasta”. O Presidente convida a compor a Mesa o Embaixador **Celso Luiz Nunes Amorim**, Ministro de Estado da Defesa, e registra a presença

na reunião do General de Exército **Enzo Martins Peri**, Comandante do Exército; do Tenente-Brigadeiro do Ar **Juniti Saito**, Comandante da Aeronáutica; do General de Exército **José Carlos de Nardi**, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; e do Almirante-de-Esquadra **Fernando Eduardo Studart Wiemer**, Chefe do Estado-Maior da Armada. O Ministro **Celso Amorim** faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira**, **Roberto Requião**, **Luiz Henrique**, **Sérgio Souza**, **Vanessa Grazziotin**, **Eduardo Suplicy** e **Aníbal Diniz**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Notas:

Um ano e meio depois de firmarem acordo de cooperação militar na cidade de Belgrado, Brasil e Sérvia retomaram as discussões durante a visita do Chanceler sérvio Vuk Jeremić ao Ministro da Defesa brasileiro, Embaixador Celso Amorim. De acordo com o sérvio, os dois países se beneficiariam de maior aproximação em áreas estratégicas, como capacitação e medicina militar, além de prospecções no setor de indústria de defesa. Jeremić sugeriu a realização, ainda este ano, de visitas técnicas bilaterais de especialistas. O Ministro Celso Amorim propôs intercâmbio entre escolas e institutos técnico-militares e mencionou a possibilidade de interação no setor desportivo militar.

Da mesma forma, S. Exª o Ministro da Defesa, Celso Amorim, e o Secretário de Defesa norte-americano, Leon Panetta, conduziram o primeiro Diálogo de Cooperação em Defesa Estados Unidos/Brasil. O diálogo foi criado sob orientação da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama, durante o encontro deles em Washington, em 9 de abril de 2012. Esse encontro, como todos sabem, aconteceu nesta quarta-feira, dia 24, ontem, e o Secretário Panetta e o Ministro Amorim observaram o fortalecimento da cooperação em defesa entre o Brasil e Estados Unidos nos últimos anos, conforme previsto no Acordo de Cooperação em Defesa Estados Unidos/Brasil, assinado em abril de 2010.

O Sr. Panetta e o Embaixador Amorim declararam que pretendem focar em categorias prioritárias de atividades, em 2012, como ciência e tecnologia,

logística, comunicação, segurança cibernética – tema extremamente atual –, entre outras.

Para a próxima semana, está prevista viagem a Cartagena de Indias na Colômbia, para participar, S. Ex^a o Ministro Celso Amorim, de reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul.

Comunicado sobre o lançamento da Corrida Verde, rumo a Rio+20.

No próximo dia 03 de junho, será realizada aqui, em Brasília, pela Associação dos Servidores do Senado Federal, a primeira Corrida Verde do Distrito Federal, como mobilização para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A corrida, como disse, será no próximo dia 3 de junho. Desejamos êxito e sucesso na iniciativa da associação dos servidores desta Casa.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com S. Ex^a o Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, para discutir e para debater a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, suas carências, bem como os diversos programas desenvolvidos no âmbito daquela pasta, em atendimento ao Requerimento nº 19, de 2012, desta Comissão, de autoria do Senador Fernando Collor.

Convido, ao tempo em que lhe desejo, em nome de todos os integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas, S. Ex^a o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, para compor a Mesa dos trabalhos.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a, o Ministro da Defesa Celso Amorim, gostaria de registrar a presença dos Exm^{os} Srs. General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; General de Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; e Almirante-de-Esquadra Fernando Eduard Studart Wiemer, Chefe do Estado Maior da Armada, recentemente empossado. Desejamos a V. Ex^a êxito, como sempre, continuado em sua missão. A todos as nossas melhores boas-vindas e nosso respeito e admiração pelas Forças Armadas Brasileiras, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim, para fazer a sua exposição.

O SR. CELSO AMORIM – Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Srs. Senadores, Srs. Comandantes do Exército, da Força Aérea, Sr. Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, Sr. Chefe do Estado Maior da Armada, demais jornalistas e assessores do Ministério, em primeiro lugar, quero agradecer esta oportunidade de, mais uma vez, vir ao

Senado Federal, especialmente a esta Comissão, falar dos assuntos de defesa.

Senador, tenho sempre dito que é, para nós, de grande importância que haja um amplo debate na sociedade sobre os temas de defesa. Acho que somente assim conseguiremos fazer face às nossas necessidades. Somente assim, através deste debate, podermos efetivamente conseguir o apoio indispensável da sociedade para atender a essas necessidades que são absolutamente indispensáveis.

Estou a menos de nove meses no cargo e é a segunda vez que compareço aqui, e esse é um motivo de grande alegria.

Queria também cumprimentar, Presidente Collor, ao senhor e à Comissão, pela iniciativa da publicação dentro da revista *Em Discussão*, do Senado, de um exemplar totalmente dedicado à defesa nacional. É exatamente isto que desejamos, uma pluralidade de ideias, uma discussão ampla, e é o que nos permite realmente avançar nessa discussão. Uma discussão que deve ser sempre despreconceituosa, que deve ser apartidária, deve ter em vista os interesses do País.

O grande interesse público suscitado por esse tema, dentro e fora do parlamento, confirma, a meu ver, o amadurecimento da democracia brasileira. Hoje, a democracia trata, com desassombro, de questões cruciais da vida independente de uma nação, se sua grande estratégia de defesa, do papel da configuração de suas Forças Armadas, do controle popular democrático do emprego do poderio militar.

O acompanhamento atento da política de defesa pelo Congresso Nacional é particularmente importante neste momento de elevação acentuada da estatura internacional do Brasil. Hoje, como todos sabem, o Brasil festeja, de certa maneira, ser a sexta economia do mundo. Alguns dizem que, dentro de um ano ou dois, seremos a quinta. Essas coisas, nós sabemos, dependem muito também de flutuações cambiais e de outros fatores. Mas, se não formos a quinta ou a sexta, estaremos sempre entre aquelas mais importantes e de maior influência no mundo. Evidentemente, um país que tem uma posição como essa no mundo, como eu dizia... Eu vi que o Presidente Collor mencionava – eu estava acompanhando pelo monitor de televisão suas palavras – a recente visita do Secretário de Defesa norte-americano Leon Panetta. Eu tive a oportunidade de dizer a ele isto: não sei se seremos a sexta, a sétima ou a quinta, acho que, provavelmente seremos a quinta, continuaremos melhorando, mas, independentemente disso, se hoje algum estadista do mundo tivesse que convocar ou recriar o G-7, não poderia deixar o Brasil de fora. Isso, em si, já é uma demonstração muito grande da nossa importância no mundo, e todos nós

sabemos que a importância política e econômica de um país, a importância de suas ideias, a importância dos valores que defende não pode estar desvinculada, não pode estar desamparada do poder militar.

Então, nesse sentido vemos também a importância crescente das Forças Armadas num país que tem... Vou voltar a esse ponto, mas não quis deixar de fazer essa referência logo no início.

Além de ser a sexta economia do mundo, o Brasil detém riquezas inestimáveis e um excepcional potencial humano. Demonstramos ao mundo que a inclusão social pode ser conjugada ao desenvolvimento econômico e à democracia, num ciclo de crescimento virtuoso.

Antigamente, havia sempre aquela dúvida: se era preciso crescer antes de distribuir, ou se era possível mesmo... Lembro-me de doutrinas que achavam que não era possível distribuir renda e crescer em regime democrático. Acho que o Brasil está provando ao mundo... E, por isso, muitas vezes, é citado como exemplo até dentro dos Brics por outros analistas, pois é um país democrático, que está crescendo, com estabilidade e com distribuição de renda.

Então, são fatos novos que projetam de maneira muito forte a imagem do Brasil no mundo e que também impõem a nós responsabilidades acrescidas. Somos um país que se encontrou consigo mesmo e que retira desse fato, desse reencontro, um enorme respeito internacional. Evidentemente, esse patrimônio precisa ser protegido. Nossa política de defesa repousa sobre uma estratégia que combina cooperação e dissuasão, e eu diria de maneira muito simplificada que, na nossa região mais imediata, na América do Sul, predomina a cooperação. A dissuasão, claro que não é exclusivamente na região, mas nela predomina a cooperação.

Em relação ao mundo como um todo, há eventuais adversários que não sabemos quais são, que não têm rosto, mas em relação aos quais devemos estar protegidos. Aí, sim, predomina a dissuasão.

É preciso fortalecer essa tendência da cooperação na América do Sul por meio da manutenção e do aprofundamento dos altos níveis de confiança do nosso País com os seus vizinhos. Já temos, há algumas décadas pelo menos, uma importante relação bilateral e multilateral com vários países, em vários domínios. Não preciso dizer isso ao Presidente Collor, que foi quem assinou o Tratado do Mercosul. Tive a honra de ser quem rubricou a minuta. Era então chefe do departamento econômico do Itamaraty, mas foi o Presidente quem assinou, na época juntamente com o Ministro Rezek, o Tratado do Mercosul.

Mas, de lá para cá, evoluímos muito. Evoluímos não só com todos os percalços frequentemente apontados pela mídia, evoluímos de maneira notável não

só no Mercosul, mas no conjunto da integração sul-americana e evoluímos também nas relações bilaterais com os países.

No caso da América do Sul, talvez, o avanço mais notável tenha sido a criação da Unasul e, dentro da Unasul, o Conselho de Defesa Sul-americano. Temos aí uma oportunidade, que está sendo aproveitada, de criação de confiança, de eliminação ou pelo menos de bom encaminhamento das disputas, evitando que o conflito armado exista na nossa região.

Na realidade, como tenho dito algumas vezes, é preciso que transformemos – e já estamos transformando na realidade –, é preciso que a América do Sul seja uma zona de paz e segurança. Aquilo que um cientista político norte-americano dizia muito anos atrás – e aplicava esse raciocínio à relação entre Estados Unidos e Canadá: que sejamos uma área de segurança, isto é, aquela em que a guerra é impensável como maneira de solucionar os conflitos.

Então, a cooperação na América do Sul tem sido um tema central das nossas atividades.

Vejo também que o Presidente Collor mencionou, na apresentação da minha convocação, do meu convite a estar presente aqui, a referência a algumas viagens na América do Sul. Eu queria dizer, Presidente e Senadores, que, em pouco mais de oito meses, nós já tivemos praticamente ou viagens minhas aos países, ou viagens dos ministros da defesa desses países ao Brasil. Então, praticamente com todos os países, nós já tivemos um contato intenso. Creio que falta ainda o Equador justamente, para o qual está prevista uma visita na próxima semana. E não só visitas minhas, mas visitas dos comandantes das forças em várias situações. O General De Nardi que se ocupa do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas tem sempre me acompanhado ou, quando eu não posso ir, ele vai para visitar os vizinhos, inclusive para notificá-los adequadamente de operações realizadas no Brasil, como as operações Ágata, para que não haja nenhuma suspeita a respeito das nossas intenções. Há pouco estive também em uma reunião de comandantes do Exército da América do Sul, organizada pelo General Enzo, na Bahia; o Brigadeiro Saito me acompanhou numa viagem ao Chile, para mencionar alguns episódios.

Temos tido sempre uma cooperação excelente com todos os países. E isso é muito importante para que o Brasil possa dormir sossegado. A cooperação na América do Sul não é apenas importante em si mesma, mas é importante também para possibilitar a projeção do Brasil no mundo, porque se temos um problema na nossa vizinhança, torna-se difícil desempenharmos outras missões que são também muito importantes e muito relevantes para a visão que o mundo tem do

Brasil, como, por exemplo, e creio que não foi mencionado, mas se não o foi aproveito para fazê-lo, essa com a presença da Marinha brasileira através de uma fragata no Líbano.

Isso é algo de extrema importância, pois é a primeira vez que temos uma embarcação brasileira, que eu me lembre, na história, no Mediterrâneo. É um teatro totalmente desconhecido. E não é apenas isso. Temos também o comando da força-tarefa naval da Unifil, que é o nome da força no Líbano. Algo também extremamente importante, porque é a primeira vez que um país que não faz parte da OTAN comanda essa força naval. Isso também são ilustrações da importância crescente que as nossas Forças Armadas estão tendo e o respeito com que elas são vistas no exterior.

Evidentemente que poderia citar muitos outros exemplos aqui. Mas o que vem à mente é um exemplo em que as três Forças estiveram envolvidas, com predominância do Exército, o Haiti, e é provável que volte a ele, de modo que não vou me alongar agora.

Enfim, toda essa disposição de cooperação, a existência da Unasul, o diálogo, o foro, tem sido complementado com ações concretas de cooperação. Como disse antes, todos os Ministros da América do Sul têm vindo ao Brasil, eu também tenho visitado. Muito recentemente tivemos a visita do Ministro argentino. Na realidade, acho que uma semana ou dez dias antes do Secretário Leon Panetta. E com a Argentina a nossa relação tem se aprofundado. Ele manifestou, inclusive, interesse no nosso blindado Guarani, até mesmo para mobiliar – não sei se é a palavra correta – a força de paz conjunta da Argentina com o Chile.

Isso é uma coisa muito interessante e muito importante e que projetará ainda mais também a nossa capacidade em matéria de indústria de defesa. Esses são alguns exemplos.

Temos negociado com vários outros países da América do Sul. Muitas vezes essa negociação envolve apenas uma venda de produto brasileiro. Mas sempre que possível e sempre que os países revelam esse interesse, temos procurado fazer dessa cooperação uma via de duas mãos, claro que levando em conta as assimetrias que existam. Por exemplo, com relação à Colômbia, está muito avançada a discussão sobre a cooperação no KC 390, que é o avião de transporte que deve substituir transporte e reabastecimento, deve substituir o Hércules, que é um grande projeto da Embraer e da Força Aérea Brasileira. Com a Colômbia já estamos também em um estágio avançado de discussão da aquisição de lanchas blindadas colombianas para a Amazônia, que é algo que nós precisamos.

Tive oportunidade de visitar, junto com o Gen. Enzo, nossas embarcações na Amazônia e sei que,

apesar do esforço humano fantástico que é feito lá, há uma deficiência de equipamento muito óbvia. E até por razões facilmente comprehensíveis, a Colômbia está muito avançada nessas lanchas fluviais. Então, a Marinha terá duas e o Exército, duas. Estamos trabalhando nisto.

Isso é para dar um exemplo, mas não é o único. Ou seja, estamos procurando fazer ver que quando falamos na criação de uma base industrial sul-americana, não estamos falando nisso porque queremos apenas vender, é claro que queremos vender também, mas queremos realmente cooperar e ter a participação dos países até em projetos que o Brasil desenvolve e desenvolver com eles outros projetos.

No caso da Argentina, também temos além desse interesse no Guarani, temos o KC 390, temos várias discussões importantes na área naval, até para manutenção de navios. No caso do Peru, por exemplo, a Marinha brasileira, em princípio, deve fazer – e transferir a tecnologia correspondente – aquilo que se chama o corte de meia-vida, ou algo parecido, do submarino. Enfim, é uma cooperação intensa que reforça a nossa visão de que a América do Sul é uma área de paz e segurança e de que temos, no nosso entorno, um cinturão de paz e boa vontade, porque isso é fundamental para atuar no mundo como um todo.

Evidentemente, temos também outros laços de cooperação com países desenvolvidos e com países em desenvolvimento. A Presidente mencionou e eu já repeti aqui a visita importante do Secretário Leon Panetta. Eu tenho, por acidentes biográficos, Presidente, tido a chance de acompanhar certa evolução da história. Há cerca de 18 anos, quando eu era Ministro no Governo do Presidente Itamar Franco, me foi dado ser anfitrião do então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Perry. Na época, não tínhamos Ministério da Defesa – claro que ele manteve contato com os ministros das três armas, mas ele precisava de um anfitrião que simbolizasse o Estado brasileiro e, então, acharam melhor que fosse o Ministro das Relações Exteriores. Naquela época, não só pela conversa com ele, que, na realidade, acabou indo mais para temas políticas, mas, pelo que ouvi dos ministros militares naquela época, a visão era basicamente a de que o Brasil e os outros países da América Latina e da América do Sul não tinham que desenvolver nem se preocupar muito em desenvolver o seu potencial de defesa. Na realidade, a visão era a de que tínhamos uma grande potência no continente, a Guerra Fria tinha acabado e essa grande potência cuidaria de tudo – às nossas forças estaria reservado apenas o papel de combater o tráfico de droga, o crime organizado. Essa era a visão. Pois bem. Anteontem, quando recebi o Secretário Leon

Panetta, vi uma visão totalmente diferente. É claro que alguém poderá dizer: "Mas é claro, porque eles também querem vender os equipamentos". É natural, isso faz parte do jogo, mas a diferença é muito grande, porque a percepção... Inclusive o fato de eles quererem vender é positivo, porque não é uma visão de que nós não precisamos ter forças armadas importantes. Não vou citar textualmente, mas são palavras dele que, no mundo de hoje, inclusive com as dificuldades até financeiras que os Estados Unidos têm também, é preciso que outros países estejam capacitados a enfrentar desafios de defesa, desafios de estratégia global. É claro que, por outro lado, deve haver também a percepção – ele não disse isto, mas eu estou dizendo – de que o Brasil vai seguir o seu caminho independente. Então, preferem, naturalmente, participar desse nosso desenvolvimento – de que forma é uma coisa que sempre temos de discutir – que tentarem ignorar ou tentarem achar que as nossas Forças Armadas vão se dedicar apenas ou predominantemente a questões de crime internacional, de tráfico de drogas etc.

Eu acho que essa percepção é muito importante e eu a queria deixar registrada, mas temos cooperação com muitos outros países. Na realidade, o Brasil hoje se tornou quase um país que é um polo de atração, porque é uma potência emergente, que já tem necessidades de defesa muito grandes e vai ter necessidades de defesa cada vez maiores. Por outro lado, é um país democrático, ou seja, não cria problemas de os Executivos com os seus Congressos cooperarem com o Brasil, diferentemente do que ocorre com alguns outros dos emergentes. Então, há um interesse muito grande. É rara a semana que passe que eu não receba uma alta autoridade, como foi o caso agora do Secretário Panetta, ou, algumas vezes, acompanhando a Presidenta Dilma, como foi o caso do Primeiro-Ministro da França ou o Presidente da Câmara sueca. No caso, os três países estão muito interessados, evidentemente, no caso dos aviões, mas não são apenas eles. Têm a Ucrânia e muitos outros que, frequentemente, vêm ao Brasil. Também há as empresas, com cada uma procurando mostrar que vai levar em conta a legislação brasileira, que leu a lei que estabeleceu o produto de defesa, a empresa estratégica de defesa, que vai se adaptar, que vai se associar às empresas brasileiras... Ora, isso tudo é bom, isso tudo é positivo para o Brasil, pois nos cria um leque de escolha maior e nos cria também uma possibilidade de investimentos, sobre os quais nós podemos ter também controle.

Nós também queremos, Senadores, ter uma relação mais ampla. O Brasil hoje não vive mais confinado a uma relação exclusiva com os Estados Unidos ou com a Europa, que seguem sendo importantes.

Eu mencionei, aqui, a visita do Secretário Panetta; nós estamos adquirindo, seguidamente, helicópteros, por exemplo, Black Rock, dos Estados Unidos; temos, para citar alguns outros exemplos, um programa importantíssimo com a França, que é o do submarino nuclear; temos também o dos helicópteros, com a França; a Espanha trabalhou na renovação dos aviões que são os nossos, hoje – uma modernização, melhor dizendo –, dos aviões que são, hoje, os que fazem patrulha oceânica, que são muito importantes, também, no controle do mar, ajudando a Marinha em relação ao pré-sal e a outras situações. Então, há uma grande cooperação com países tradicionais, digamos assim, mas o Brasil, hoje, tem, também, de descobrir outras parcerias.

Eu fiz, recentemente, uma viagem à Índia, fui acompanhado pelo Brigadeiro Saito, e pude ver, por exemplo, que o projeto da Embraer, a utilização do avião da Embraer 145 como plataforma para o sistema de radar, com o radar indiano, é mais do que uma mera... É porque eu, como sou um pouco leigo, estou aprendendo, ainda, muita coisa nessa área, eu achava que o avião é brasileiro, o radar é indiano, chega lá, parafusa, faz uma pequena adaptação... Não é bem assim. Aquilo quase que se torna um projeto conjunto. Eles fizeram um verdadeiro edifício, onde está sendo feito, apenas, o trabalho do radar indiano que irá montado no avião 145, cujo segundo teste creio que vai ser feito ainda neste mês, e uma alta autoridade indiana deve vir aqui.

Então, eu acho que cooperação com países como a Índia, como a Turquia, que é um país, também, que tem um nível similar ao nosso... Eu vi uma exposição sobre o que eles estão fazendo, querendo fazer, são todas coisas parecidas com as nossas: veículo aéreo não tripulado, novas corvetas e fragatas mais modernas. Enfim, há muita possibilidade de cooperação.

Há a perspectiva, que nós temos de já começar a encarar, de ter um porta-aviões no futuro, porque você começa a planejar hoje para ele ficar pronto daqui a 15 anos, se o Brasil pretender ter uma participação na produção e não apenas comprar um porta-aviões pronto, como sempre ocorreu no passado.

Então, eu acho que esses são parceiros novos com os quais nós temos de trabalhar. Aliás, com a África do Sul, por exemplo, já estamos trabalhando, inclusive de maneira muito intensa, num míssel ar-ar, de ultimíssima geração, a respeito do qual, inclusive, já temos sido procurados por outros países.

Então, essa cooperação é intensa e eu diria que vendo a América do Sul como a nossa área mais imediata... Eu friso América do Sul porque a América do Sul é o nosso entorno. É claro que, aí, a América Latina

e o Caribe têm muito interesse também, tanto assim que estamos presentes no Haiti, e a África, crescentemente, sobretudo a África Ocidental, de onde vem grande parte do nosso petróleo, aonde vão muitos investimentos brasileiros, enfim, são áreas que têm de estar presentes no nosso mapa geopolítico, não só da política externa, do Itamaraty, mas também no mapa da defesa.

Toda essa visão de cooperação é importante, e ela se baseia numa tradição de país pacífico, e talvez para usar as palavras, aqui, forte, jamais agressivo, mas ela também não pode ignorar que nós vivemos – e, aí, eu vou me permitir usar, também, as palavras do Presidente Collor – num mundo confuso e globalizado. E, nesse mundo confuso e globalizado, no qual nós não sabemos muito bem de onde virão as ameaças, o Brasil não pode abrir mão da sua capacidade de dissuasão.

Nós não podemos descuidar da proteção do imenso patrimônio brasileiro: o contínuo crescimento econômico, a nossa capacidade de produção de alimentos, a água, que é um recurso tão importante, o petróleo nosso, do pré-sal, enfim, uma variedade enorme de recursos de que todos sabemos, mas que, às vezes, nós achamos que, como aquilo nos foi dado por Deus, está ali, é da natureza, ninguém vai querer tocar. Infelizmente, nós sabemos que não é assim, ou pode não ser assim.

Então, o Brasil, embora não tenha inimigos definidos, tem de estar atento aos conflitos que possam ocorrer, inclusive conflitos entre terceiros, mas que possam chegar até nós.

Isso já ocorreu, de certa maneira, na própria Segunda Guerra mundial e pode ocorrer com muito mais intensidade numa situação em que o mundo está, crescentemente, carente de recursos, carente de biodiversidade, enfim, de todas essas potencialidades que nós temos.

E o que é preciso dizer a esse respeito, eu acho que é um axioma, mas eu repito: defesa não é delegável; defesa cada país tem de cuidar da sua. Ele pode cooperar com outros, ele pode até compartilhar recursos com outros, mas ele não pode delegar sua defesa a ninguém.

Então, é dentro dessa concepção que nós temos procurado agir.

Não vou aqui entrar em detalhes das ameaças potenciais que existem no mundo, dos conflitos. Nós sabemos que apesar da multipolaridade crescente, nós ainda temos grandes dificuldades para fazer com que a norma internacional seja seguida. Muitas vezes há dúvida, inclusive, sobre a própria norma, de como é que determinada ação deve ser feita, até aonde vai

o direito, digamos, de intervir em outras situações, por parte da comunidade internacional, então, o Brasil tem de estar prevendo.

Além dos conflitos que podem estar aparentemente mais distantes, mas que podem ter reflexos em nós, há situações também que nos preocupa de maneira crescente, e eu diria, sobretudo, na África Ocidental.

Eu acho que nós temos situações aí, nos meses recentes tivemos duas muito graves: a Guiné-Bissau e Mali. No caso da Guiné-Bissau, com um golpe militar que derrubou o governo que estava conduzindo já às vésperas do segundo turno das eleições, é algo muito grave, condenando não só pela CPLP, mas pelas organizações regionais, a da União Africana, a Organização Oeste Africana etc., pelo próprio Conselho de Segurança e, ali, para o Brasil, eu acho que há dois aspectos: primeiro, a solidariedade com a Guiné-Bissau em procurar ajudar aquele país a se construir. É um país que fala a nossa língua. É um país com o qual nós temos laços profundos. Muitas pessoas que você encontra lá foram pessoas que estudaram no Brasil e, segundo, uma preocupação legítima também com a nossa própria segurança. Porque não nos interessa que um país, que está a pouco mais de 3.000 km – talvez 3.200, 3.500 km, não sei exatamente – da costa brasileira, possa se transformar em um estado falido, sujeito às ameaças terroristas, sujeitos às ameaças do narcotráfico. Então, é muito importante também que nós tenhamos presente essa dimensão que tem para nós o Atlântico Sul. Não é só a proteção imediata da costa, que é, evidentemente, fundamental, e do pré-sal, mas também essas questões.

Lembrando, mais uma vez, que grande parte, por exemplo, do petróleo brasileiro vem do Golfo da Guiné. Então, nós temos de estar preparados inclusive para ajudar. É claro que o Brasil não vai se tornar uma potência que vá intervir nesses lugares, mas ele tem de estar preparado a ajudar quando solicitado. No marco das Nações Unidas, como fez no Haiti; pode ser que haja uma solicitação também em relação a alguma outra situação.

Eu mencionei o Mali. O Mali é um país com o qual o Brasil tem uma cooperação intensa. Eu visitei o Mali, quando fui Ministro do Exterior, e colhi, juntamente com esse presidente que foi deposto agora, faltavam poucos dias de mandato, mas de qualquer maneira o presidente foi deposto agora, colhi com ele as primeiras amostras de algodão plantado com tecnologia da Embrapa.

Ademais dessas ligações que nós temos, todos sabem que o norte do Mali, a parte que já confronta com o Deserto do Saara, é também muito sujeito a rotas não só do tráfico, mas de redes terroristas.

Então, o Brasil tem de se interessar por essas questões queira ou não queira. Mas eu acho que nós devemos. Isto tudo exige uma capacidade dissuasória que nós temos de ter presente.

E tudo isso, eu diria, aqui – talvez para caminhar para a conclusão, Senador, para não tomar muito tempo –, que nós temos dois ou três aspectos. Primeiro um aspecto de legislação. E eu quero, mais uma vez, registrar o meu reconhecimento pela maneira positiva e expedita com que o Congresso Nacional, em particular o Senado Federal, tem trabalhado nas legislações de interesse da defesa, mas especificamente, por exemplo, a aprovação da Lei nº 12.598, de produtos de defesa, que é o que permite dar incentivos especiais às empresas estratégicas de defesa no Brasil e aos produtos estratégicos de defesa. Então, eu acho que isso é algo muito importante. Quero registrar, aliás, eu acho o Presidente foi o Relator. Eu, quando liguei para ele, eu disse: "Não, eu estou é agradecendo antecipadamente, porque eu já conheço muito bem as posições". Muitas vezes a própria burocracia a que todas as entidades estão sujeitas poderia ter causado algum atraso e, felizmente, foi possível evitar.

Há pouco tempo a Presidenta Dilma enviou um projetou muito importante, que é a Amazul. A Amazul é a criação de uma empresa que permitirá a Marinha brasileira ter a formação dos seus engenheiros nucleares, de toda a parte relativa ao submarino e a parte nuclear separada de outras atividades, até porque, como todos sabem, nessa área, a demanda internacional é grande, o custo de formação desses engenheiros é muito grande e também a sensibilidade dos temas tratados é enorme. Tudo isso justifica que haja uma empresa separada com esse objetivo, até mesmo para absorver a tecnologia que nós estamos querendo seja transferida da França, no caso específico do submarino; os elementos de propulsão são nossa criação. Enfim, tudo isso é algo muito importante e eu vejo, como já havia mencionado, esse interesse crescente do investimento estrangeiro, que é bem-vindo, mas também temos que ter um reforço da empresa nacional. Esse é um aspecto.

O outro aspecto, que é ligado naturalmente ao legislativo, é o reforço da nossa capacidade. Como eu já vim aqui outras vezes, não quero cansá-los mencionando ponto por ponto. Entretanto os investimentos na área de defesa têm aumentado. Se nós tomarmos a curva, mesmo que deflacionados, eles revelam, digamos, embora haja uma oscilação ano a ano, uma certa tendência ao aumento. Mas se compararmos com outros países... E o Brasil tem que perder esse hábito de se comparar com países pequenos, menores. Se somos a sexta economia do mundo, se faze-

mos parte dos Brics, temos que nos comparar a eles. E, aí, nossos gastos em defesa estão muito abaixo da média dos Brics. É muito difícil comparar gastos em defesa, porque, certos países tiram a parte de ciência e tecnologia, põem ciência e tecnologia; outros não consideram pessoal. Então essas comparações são muito difíceis e eu as menciono aqui com toda cautela.

Mas um instituto importante, que é o Sipri, um instituto sueco que estuda as relações internacionais, diz que o Brasil é o menor dos Brics tradicionais; é maior um pouco do que a África do Sul, isso em termos de percentual do PIB. Claro que em termos absolutos, se se for comparar com outros países maiores ainda, como China e Rússia, fica muito mais para trás. Mas, mesmo em termos percentuais, o percentual do Brasil tem oscilado um pouco abaixo de 1.5 do PIB, enquanto o dos outros países a média é de 2.3, 2.4; no caso da Rússia é bem mais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – (*Fora do microfone.*) Nós já chegamos a...

O SR. CELSO AMORIM – É, mas isso inclui pessoal. E a questão é que 75% do orçamento nosso é pessoal e uma parte grande desse pessoal é inativo. Então, dependendo de como você contar... Por exemplo, outra estatística sobre a qual não vou tecer detalhes agora, porque me chegou ao conhecimento recentemente, é o estudo do Conselho de Defesa Sul-Americanano sobre os percentuais de defesa na América do Sul. Surpreendentemente, em termos de percentual do PIB, o do Brasil é muito baixo, porque eles excluem pessoal, gastos que não sejam estritamente ligados à defesa mesmo.

Todo mundo sabe que, aqui no Brasil, as Forças Armadas, embora a sua missão precípua, principal, seja a defesa da Pátria, acabam fazendo um pouco de tudo. Atendem a desastre natural, atendem a questões de segurança pública frequentemente em circunstâncias especiais e dentro das normas constitucionais, mas tudo isso faz com que se torne ainda mais premente a necessidade de aumento. Nós temos conseguido preservar, mas eu diria que um aspecto importante do orçamento deste ano é que o percentual de investimento, em relação ao percentual de custeio, aumentou. Isso é algo muito positivo.

Bom, alguns desses projetos já são muito conhecidos dos senhores, estão em andamento, como é o caso do Prosub, outros estão começando a se desenvolver mais, o caso do Sisfron, por exemplo, o Blindado Guarani e também a repotencialização de antigos blindados, os helicópteros que já mencionei e também a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO AMORIM – Sobre o FX-2 terá que ser tomada uma decisão muito brevemente, imagino. Eu

queria então dizer isso. Claro que tenho alguns detalhes sobre alguns deles e poderia mencionar se for do desejo, mas, para não tomar mais tempo, eu diria isso.

Mas, além do equipamento, que é muito importante, eu mencionei alguns, como o Prosub, que é absolutamente vital.

Quer dizer, o Brasil tem a maior costa atlântica do mundo. Nós que vivemos no Brasil esquecemos. Eu não nasci no Rio, mas moro no Rio. Nós olhamos para o Pão de Açúcar e esquecemos que é tão bonito. Precisamos morar fora um tempo para voltar e ver que é tão bonito. E o tamanho do Brasil também é assim: temos a maior costa atlântica do mundo. A área coberta pela Amazônia Azul é quase metade do território brasileiro se incluirmos... Então, essas coisas todas exigem defesa, exigem equipamento.

A mesma coisa com relação aos blindados, com relação aos aviões, que se fazem necessários também. Mas não é só de equipamento que a nossa defesa vive. Ela também tem o elemento humano, que é absolutamente fundamental. E eu posso dizer, Presidente, que, nesses oito meses, mais ou menos, da minha gestão, depois de convidado pela Presidenta Dilma, na Defesa, tenho podido testemunhar o altíssimo grau de profissionalismo das nossas Forças Armadas. E como elas estão focadas neste interesse profissional de defesa do País ou outras atividades relacionadas direta ou indiretamente com a defesa do País; ou, quando convocadas, até em questões da lei e da ordem. Como é do conhecimento de todos, ocorreu no Rio, no Complexo do Alemão, ocorreu também quando houve problemas de greve de Polícia Militar nos Estados e ocorre também sempre em relação às fronteiras.

Realizamos algo que eu quero também mencionar, porque isso tem a ver com o Ministério da Defesa diretamente. Com a coordenação do Estado-Maior Conjunto de Forças Armadas e participação das três, há essas operações Ágata, em que nós temos atuado junto com o Ministério da Justiça. Eles fazem mais a parte permanente, que é a operação Sentinela, e nós coordenamos a parte de grande presença do Estado, de poder dissuasório nas fronteiras. Já fizemos três operações no ano passado por decisão da própria Presidenta. Estavam planejadas duas, porque sempre há o temor de que não haja recursos, mas a própria Presidência decidiu que serão novamente três neste ano, e a primeira delas vai ser na área que ainda não estava coberta, que é uma área da nossa fronteira com a Guiana, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa. E, em todos os casos, essa operação foi objeto de contato, nesse caso, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas visitou esse país. Eu já tinha ido antes à Venezuela também. Isso não só para explicar os ob-

jetivos, mas, quando possível, até ter uma cooperação, porque como isso visa, sobretudo, ao crime organizado, também não adianta muito, nem para eles, nem para nós, que se faça uma operação, os criminosos saiam de lá e, depois que se retira a operação, eles voltem ou fiquem por lá etc.

Mas, esse profissionalismo que tenho podido verificar acho importantíssimo, e isso implica também uma valorização – não é só pelo governo –, pela sociedade, do papel dos militares e das Forças Armadas brasileiras. Isso tem de se refletir em boas condições de vida, tem que se refletir também em bom equipamento.

Também já tinha visto isto, e o Brigadeiro Saito sabe, porque falei lá quando vi desde os sargentos até os altos oficiais recebendo o avião P3. Vi o orgulho que eles tinham e a felicidade de poderem desempenhar e cumprir o dever. Agora, visitando o Comando Militar do Nordeste, pude ver também a felicidade pelo fato de terem recebido, de 2010 para cá – creio – um número muito importante de veículos que são os que possibilitam ao Exército se deslocar, por exemplo, quando há uma situação, como houve na Bahia, ou como houve no Ceará. Isso também possibilita ao Exército, nesse caso, deslocar-se em situações até de combate aos danos, aos desastres naturais etc.

Então, há todo o lado do equipamento, mas esse profissionalismo é muito importante, e isso também tem a ver – não podemos ignorar – com a questão de remuneração adequada, de condições de vida. A Presidenta Dilma é sensível a esse tema, tenho conversado sobre isso e espero poder encaminhá-lo. É o tipo da coisa que, infelizmente, não podemos dizer que vai ser hoje, amanhã, de tal forma ou de outra forma, mas há uma sensibilidade real para essa questão. Com certeza, espero eu – sinceramente, é uma das minhas prioridades como Ministro da Defesa – que isso possa ocorrer: bom equipamento e boas condições de vida, porque é disso que se faz o profissionalismo dos militares.

A maneira mais correta de garantir o papel democrático das Forças Armadas, além das tradições, valores etc. é que elas possam estar focadas nas suas atividades profissionais. Para isso, precisam de equipamentos e precisam de recursos para estarem bem, com boas condições de vida.

Bem, praticamente terminei, mas eu queria abordar dois aspectos muito importantes da política de defesa atualmente:

1. O reforço do próprio Ministério da Defesa, do Estado-Maior Conjunto. Isso é algo muito importante. Acho que tem crescido nas Forças a percepção de como é bom trabalhar dentro de uma interoperabilidade, palavra complexa de dizer, mas de sentido muito

prático. Isso tem se revelado nas operações de paz, mas muito especialmente nessas operações tipo Ágata, e outras do tipo. Isso é muito importante. Estamos procurando desenvolver programas em que se possa trabalhar conjuntamente. Quer dizer, não faz sentido você ter uma base de helicóptero em que o helicóptero da Marinha tem uma logística, o do Exército tem outra, no mesmo lugar. Então, estamos trabalhando para fazer agora um fuzil, comum, que vai ser fabricado no Brasil pela Imbel – a Imbel está precisando de certo apoio, mas isso é outro capítulo da história. Para esse crescente compartilhamento, não vou dizer que ele não existisse antes, temos um elemento de catalise que é justamente o Ministério da Defesa e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que contribui e muito para isso.

2. A Transparência. Acho que damos muita importância à transparência. O Ministério da Defesa vai inaugurar, dentro de duas semanas, creio eu, vai ser um dos primeiros a inaugurar fisicamente, o lugar onde o cidadão pode ter acesso à informação. Isso é muito importante na sociedade democrática.

Este ano vamos ter aqui várias atividades importantes. Para resumir, vamos ter a revisão da política de defesa, que vem desde 2005, está praticamente pronta. Isso é feito em parceria com a SAE e outros ministérios. E o livro branco da defesa que também virá ao Congresso, como foi pedido, e poderá ser discutido aqui. É um livro de transparência, não serve para mudar a política, mas a transparência em si mesma já é uma mudança de política de certa maneira, porque revela uma disposição de mostrar o que está fazendo e de receber de volta, ter um *feedback*, os *inputs* da sociedade.

Em resumo, são essas as considerações. Como V. Ex^a me deu um tema muito amplo, eu falei de maneira ampla, mas estou pronto a dar alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Embaixador Celso Amorim, Exmº Ministro de Estado da Defesa.

Passo a palavra aos Srs. Senadores que desejam fazer algumas colocações.

Início com S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, meus prezados colegas, Embaixador Celso Amorim, a quem saúdo pela presença aqui na Comissão, mais uma vez, assim como a presença dos comandantes das Forças, do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, do ex-Deputado José Genoíno, que integra a assessoria de V. Ex^a e quando deputado foi um dos primeiros políticos

de esquerda a se interessar vivamente, a ressaltar a importância da defesa nacional.

Vou, Sr. Ministro, me restringir a uma questão sordidamente material que é o orçamento. Foi um tema que abordei quando discuti da tribuna do Senado uma medida provisória que continha uma série de estímulos à indústria nacional de defesa. Tem razão V. Ex^a quando diz que o orçamento oscila um pouco mais alto, um pouco mais baixo, mas sempre num nível muito aquém das necessidades da defesa do nosso País, face inclusive aos desafios do mundo moderno que V. Ex^a tão bem ressaltou. Mais ainda, há participação ou parcela muito reduzida destinada a investimentos. No que diz respeito à remuneração de pessoal, se compararmos à remuneração dos nossos militares, as pessoas que têm nível mais ou menos equivalente de formação e de responsabilidade em outros Poderes e, até mesmo em alguns casos, no Executivo, a posição dos nossos militares é muito detrementosa.

Fico feliz em ouvir de V. Ex^a que há esforço e sensibilidade da Presidente para esse tema.

Mas, em relação ao Orçamento, Sr. Ministro, não me consta que tenha havido corte por parte do Congresso Nacional em relação às propostas orçamentárias encaminhadas pela Presidente da República. Eu creio que é efetivamente um problema do Poder Executivo, definição de prioridades do Poder Executivo.

E, aqui, a nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado tem sido sempre muito solícita em relação à defesa, como tem que ser, pela importância do tema. Nós temos sido acompanhados inclusive por assessores do Ministério da Defesa e das Forças, que sempre nos dão as informações necessárias prontamente, quando solicitadas. As emendas parlamentares originárias da nossa Comissão, quando solicitadas, sempre são formuladas e apresentadas ao orçamento. Mas eu creio que há um problema que precisa ser encarado realmente pelo Poder Executivo de uma maneira mais, digamos assim, eficaz do que tem sido, de modo que as palavras tenham correspondências nos atos. "O homem é suas ações e mais nada", já dizia o Padre Vieira.

Além de o Orçamento originário estar em um nível bastante baixo, como é reconhecido, há também o problema do contingenciamento; não apenas o contingenciamento das dotações originárias dos orçamentos das Forças e do Ministério, mas também o contingenciamento de alguns fundos importantes de pesquisa que alimentam o desenvolvimento tecnológico indispensável ao aprimoramento da nossa defesa.

Quero apenas fazer esse comentário – não poderia deixar de fazê-lo – e perguntar a V. Ex^a também a respeito da implementação das medidas contidas

na lei a que V. Ex^a se referiu ainda há pouco – de estímulo à indústria de defesa. Quero saber se V. Ex^a pode nos informar a quantas anda, se já há resultados concretos, se já se pode sentir algum movimento positivo nessa área.

E, finalmente, Ministro, uma questão tópica, muito tópica. Aqui em Brasília, não sei se V. Ex^a sabe, se cultua muito o choro, não o choro, lágrimas, o chorinho. Temos até o Clube do Choro. Uma vez por mês se reúne um grupo de chorões no Parque da Cidade, por volta de 11 horas, meio-dia. Então, sábado passado, participando da roda do choro, como ouvinte, amador, não como músico, havia lá alguns cidadãos do Estado do Mato Grosso e eles me perguntaram a respeito da presença, especialmente do Exército, no Estado do Mato Grosso; gente que vinha de Alta Floresta, dizendo que era preciso ter lá uma unidade do Exército, ou em Alta Floresta ou em Sinop E eu me comprometi a esclarecer esse assunto. Esse assunto evidentemente não é da alcada do Ministro, mas como temos aqui o General Enzo Peri, talvez eu pudesse ter essa informação para transmitir ao chorão, que está chorando talvez à toa, porque provavelmente essas providências já estão sendo tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo a palavra agora a S. Ex^a o Senador Roberto Requião; e, em seguida, a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Dois assuntos, Ministros, me levam a solicitar à Mesa a palavra. Um deles diz respeito a uma iniciativa que tomamos no Paraná há algum tempo.

O Brasil pouco conhece da Revolução dos Tenentes; nada sabe do confronto entre essa coluna e a Polícia Militar do Paraná, na região de Catanduvas. E eu, algum tempo atrás, numa cavalgada, descobri, na mata, um cemitério, e, logo mais adiante, outro. E tive a informação de que ali estavam sepultados oficiais do Exército brasileiro, da famosa coluna da rebeldia dos tenentes, que depois foram a Foz do Iguaçu e se não me engano se somaram à Coluna Prestes. Nesse confronto, morreu, inclusive, o irmão do Juarez Távora.

Eu tomei uma iniciativa: mandei construir um memorial, um museu na área. Acredito que o Exército está acompanhando esse processo, mas aproveito a oportunidade para chamar atenção especial do Ministério para esse fato muito pouco conhecido da história do Brasil e do Exército. Peço atenção e destaque para esse problema.

Outro fato que me leva a intervir nesta reunião surge de uma conversa minha, há pouco, indisciplina-

damente, com o Senador Aloysio, que é o problema da miserável remuneração das Forças Armadas brasileiras.

O Senador Aloysio me dizia: "Requião, o Senado está abrindo concurso agora. E um médico recém-formado que entra pelo concurso do Senado inicia a sua carreira com R\$18 mil. Quanto ganha um general do Exército? Como anda a remuneração das Forças Armadas?

Para termos uma opinião definitiva sobre isso, a informação é fundamental. Não pode existir decisão, nem podemos influir em nada sem termos uma informação correta.

Então, a minha sugestão a V. Ex^a e ao Senador Fernando Collor é de que realizemos uma audiência, aqui nesta comissão, para tratar desse assunto, perscrutar a fundo a estrutura de remuneração das Forças Armadas e, por exemplo, compará-la com as remunerações desse mágico Senado Federal, onde um policial, se não me engano, começa também com R\$18 mil, que talvez não seja o salário final de um general do Exército. Essas informações são importantes.

Eu gostaria que V. Ex^a, Ministro, analisasse a oportunidade dessa proposta. Inclusive, tenho um projeto que tramita no Senado, se não me engano está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tornando obrigatória a publicação da folha com a remuneração e todos os aditivos que possa ter – salário e remuneração, aditivos e vantagens – de todo funcionalismo da República; de todos os poderes e da administração direta e indireta.

Pelo que sei e na qualidade de asp. of. cav., aspirante a oficial de cavalaria, desde o tempo em que frequentei o CPOR do Paraná, essa estrutura remuneratória das Forças Armadas em relação a outros funcionários da República está extraordinariamente pobre e defasada. E seria interessante que nos informássemos a fundo, para que finalmente tomemos uma posição a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Roberto Requião.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, Srs. Chefes das Forças Armadas, senhores assessores, nós tivemos, Ministro Celso Amorim, o orgulho de participar de um processo que representou a conclusão do mais importante acordo científico e tecnológico entre dois países em desenvolvimento, quando levamos adiante um programa iniciado pelo grande brasileiro, ex-ministro Renato Archer, de cons-

trução de dois satélites de órbita solar, em cooperação com a China.

Os satélites estão aí, fornecendo informações preciosas para o nosso País. Inclusive, a redução do desmatamento da floresta amazônica e dos outros biomas é consequência dessa vigilância diária dos satélites. Lembro-me de um momento importante em que esse acordo foi celebrado, em Pequim, entre o Presidente José Sarney e o Presidente Deng Xiaoping.

Hoje, o Brasil defronta-se com outro grande desafio, que é o da colocação no espaço dos satélites geoestacionários. Gostaria de perguntar a V. Ex^a como é que está o cronograma desse projeto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Vamos passar, agora, a palavra a S. Ex^a o Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, para que responda ao primeiro bloco de perguntas. Em seguida, faremos o segundo bloco, para não acumularmos muitas indagações.

Tem a palavra V. Ex^a, Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Com relação às perguntas do Senador Aloysio Nunes, que de alguma maneira também cobra um pouco a inquietação do Senador Requião, sobre o Orçamento, claro que nós poderíamos ter uma discussão de grande profundidade. E devemos ter. Eu acho que é muito importante que haja essa discussão. O Senador Aloysio Nunes, que esteve no Executivo, sabe muito bem como opera o Executivo, as dificuldades, as emergências e as situações políticas econômicas, macroeconômicas, como elas, de uma maneira ou de outra, são levadas em conta. Então, é muito importante – por isso eu insisto – que não apenas o Governo esteja ciente da importância da defesa. Claro que o governo tem que estar também, mas é importante que a sociedade esteja, porque o governo reflete também, e deve refletir, no Estado democrático, o que a sociedade pensa. Quanto mais se debater, quanto mais clareza houver sobre essa questão orçamentária, mais importante é.

Estou de pleno acordo. Eu próprio, como lhe disse, forneci dados que demonstram que as nossas capacidades e os nossos gastos estão aquém das nossas necessidades. Agora, eu diria, dito isso, que se tem verificado certa recuperação, sobretudo em relação a investimento. Eles estiveram no nível mais baixo dos investimentos entre 2002 e 2003, segundo dados que tenho. Perdão, esse é o Orçamento como um todo, o nível mais baixo foi entre 2002 e 2003. Estou aqui apenas usando reais de 2012. Embora tenhamos uma moeda forte, sempre tem certa inflação. Em reais, em 2012 – entre 2002 e 2003 – ele esteve por volta, eu diria, de R\$45 milhões; hoje ele está por volta de R\$65 milhões. Então, houve certa recuperação ao longo do

tempo, com as oscilações que eu já mencionei, que, de fato, no caso das Forças Armadas, como na área de Ciência e Tecnologia, são muito danosas porque quebra a continuidade dos projetos etc.

Temos conseguido, com os projetos mais críticos, atualmente, como é o caso do Prosub, uma continuidade de longo prazo, mas, sem dúvida alguma, isso que eu estou dizendo não atenua o problema, apenas ajuda a situar.

Especificamente, no que diz respeito a investimentos, que também oscilaram muito ao longo dos anos, digamos assim, se eu fosse pegar um período anterior a 2003, e ele atingir um ápice tipo em reais atuais, seria de quatro milhões e pouco em investimentos, e, em 2012, o previsto chega a pouco mais de nove milhões.

Então, embora isso esteja muito longe do ideal, há certo crescimento, que acho que tem que se manter e continuar porque, se nós queremos poder falar nas mesas internacionais como um dos BRICs, o nosso orçamento vai ter que chegar à média deles. Eu não digo que tem quer ser como o da Rússia, que tem aquelas armas atômicas todas, mas temos que chegar perto. Não podemos ficar, com relação ao PIB, com um Orçamento que é menos da metade. Mas, volto a dizer, isso não é uma questão só de governo, é uma questão da sociedade. A sociedade tem que entender que isso é importante porque o governo também, numa sociedade democrática, tem de refletir o que a sociedade pensa.

Com relação à área de Alta Floresta/Sinop, como pode imaginar, eu não tenho um dado específico – se o General Enzo quiser fornecê-lo –, mas eu queria dizer algo que eu acho que é uma coisa interessante. Houve uma operação, se não me engano, do Exército nessa área, relacionada com o meio ambiente. Isso não tem a ver com os chorões diretamente, Senador, mas é mais amplo. O que acontece é que eu fui a várias operações – não fui à primeira, porque eu fui nomeado ao final da 1ª Operação Ágata, mas fui a 2 e a 3 – e não se ouve nenhuma reclamação; pelo contrário, ouve-se elogio. A única reclamação e queixa que existe é que se tem de fazer mais delas. Então, é o que eu digo: cada vez que a presença das Forças Armadas se faz sentir, há uma demanda para aumentar. Acho que Sinop deve ter algo a ver com isso, mas, com a permissão do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. CELSO AMORIM – Eu pediria ao General Enzo que desse um esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra o Comandante do Exército, o General Enzo Peri.

O SR. ENZO MARTINS PERI – Pois não.

Sr. Presidente, Sr. Senador Aloysio, com relação ao nortão do Mato Grosso, efetivamente, ao longo da BR-163, nós não temos presença ali – praticamente no Mato Grosso. Isso está contemplado dentro do nosso plano de rearticulação do Exército. Até quando fomos à Operação Arco Verde, visitamos a área que, em Sinop, já nos reservaram. Agora, nesta semana inclusive, eu autorizei e vamos receber da prefeitura a área para estabelecer ali não só a vila militar como o quartel. Então, o local já está estabelecido para um batalhão, que deverá – não há ainda previsão, porque vai depender de recursos – ser em Sinop. Então, a presença no nortão começa em Sinop.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o General de Exército Peri, Comandante do Exército.

Agora, passo a palavra ao Almirante de Esquadra Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada.

O SR. FERNANDO EDUARDO STUDART WIEMER – Apenas para agregar uma informação em relação à Marinha, diretamente relacionada à Sinop. Dentro da reestruturação da segurança do tráfego aquaviário, está prevista, até 2014, a implementação de uma delegacia da capitania dos portos. Em Sinop, especificamente, já temos inclusive a área alocada para a construção. Dentro da previsão, das prioridades e da alocação de recursos, deverá estar implementada até 2014.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Almirante de Esquadra Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada.

Retorno a palavra a S. Ex^a, Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O SR. CELSO AMORIM – Senador Aloysio Nunes, dito isso, primeiro, espero que isso não afete a qualidade do choro, porque o choro não é sempre um lamento. Espero que não seja afetado. De qualquer maneira, como se vê, as preocupações da sociedade estão encontrando reflexo. A Defesa, sim, tem competência – claro que os detalhes têm de ficar com cada força – e a Defesa, sim, tem interesse.

Eu queria até mencionar algo, *en passant*, na mesma linha das carências. Eu acho que a importância da Operação Ágata 4 vai nos ajudar a determinar precisamente como e quando – talvez o Exército até já saiba. Por exemplo, quando estive no Comando Militar da Amazônia, há pouco tempo, numa exposição feita, eu observei que o Brasil tem 16.700 quilômetros de fronteira. É muita coisa. Eu tenho a impressão de que só dois países no mundo têm mais fronteiras que o Brasil, que são China e Rússia. É muita coisa. Mas há um trecho ali – o Exército tem procurado aumentar

a presença e as outras forças também, mas, no caso específico, os pelotões, como essa exposição foi desenhada – que tem quase mil quilômetros, sem nenhuma presença permanente. É claro que o Exército vai lá, patrulha etc. Eu acho que temos de atuar mais. Agora, tudo isso – é claro que alguma coisa pode ser feita com deslocamento de forças de uma área para outra, como tem sido feito, aliás – vai envolver, a médio prazo, também recursos. Às vezes, há até um preconceito contra custeio, pessoal, mas isso também é custeio, também é pessoal que teremos de ter lá. Era só para complementar.

Senador Requião, eu tenho muito interesse na história. Não sou um historiador, mas já tive várias passagens pela área cultural e diria que o que V. Ex^a acaba de mencionar é de grande interesse.

Não sei se o comandante já tem, agora, aqui, alguma informação, mas seria muito interessante que, talvez com tempo, eu veja com o departamento encarregado de educação, ensino e cultura do Exército, que, aliás, estou pretendendo visitar em breve, com maior profundidade, e possa dar uma resposta adequada a V. Ex^a.

Mas quero, até *en passant*, aproveitando a ocasião – não sei se, aqui, agora, tem algum Senador de Pernambuco – estive há pouco tempo também, como disse, no Comando Militar do Nordeste e fui visitar, a convite do General Enzo e do General Comandante Militar do Nordeste, o local onde se verificou a Batalha de Guararapes, algo extremamente importante, que é considerado pelo Exército como o berço do nosso Exército e de alguma maneira até berço da nacionalidade brasileira, sob muitos aspectos. Pelo menos me lembro, nos meus velhos livros de escola, que havia até a questão das três raças, primeira vez lutando juntas etc. E é um local muito interessante, ainda tem uma área verde grande, relativamente grande, mas é modesto, é muito modesto o local.

Perdão?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Existe um marco?

O SR. CELSO AMORIM – Existe um marco do local, existe um mirante, existe uma igreja bonita que fica num outro monte, mas eu acho que aquilo poderia merecer, estou mencionando aqui, mas os senhores também podem ajudar, numa ação conjunta do Estado, do Ministério da Cultura, da empresa privada, uma valorização, já que se trata de um local tão vital para a história do Brasil, que é cultuado e que o Exército mantém ali. Mas não é o polo turístico, turístico no sentido cívico, que deveria ser, como pode ser também esse que o Senador Requião mencionou.

Então faço apenas essa observação *en passant*, e vamos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– No caso de Catanduvas, o espaço do cemitério já foi recuperado pelo Governo do Estado, o memorial está construído; agora, os objetos encontrados ao longo dos anos, nessa área, pela população, já foram coletados e farão parte do museu. E o Ministério da Cultura, a partir de uma reunião que fizemos há dois ou três dias, se comprometeu também a investir no processo. Agora, acho importante que o Exército participasse, e acredito que já esteja participando, em função do que isso significa para a memória do País, do próprio Exército e das Forças Armadas brasileiras.

O SR. CELSO AMORIM – Estou de pleno acordo, Senador.

Então, vamos, com o General Enzo, falar com o Diretor de Ensino e Cultura, General Montezano, General de quatro estrelas também que se ocupa disso, para que até possa visitar a região, e, quem sabe, no futuro, nós mesmos também possamos ir lá prestar nossa homenagem a um sítio importante da história do Brasil.

Com relação à remuneração, em primeiro lugar, quero me colocar totalmente à disposição, se houver um requerimento de informação, para darmos todos os dados. Tenho até dados aqui, mas também sempre fico na dúvida se os dados incluem outros... Acho que não, mas, enfim, sempre tem um pouquinho de dúvida, então eu preferiria responder a uma informação por escrito.

Mas posso dizer...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E a intenção, Ministro, não é fazer um revolução disso, mas trazer a claro as informações para que as providências possam ser tomadas.

O SR. CELSO AMORIM – Exatamente, eu comprehendo. E por isso mesmo que é importante talvez até uma informação escrita que possa servir de base depois para uma discussão na audiência pública.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. CELSO AMORIM – Mas queria mencionar algo que já levei ao conhecimento da Presidenta, de outras autoridades, que é a defasagem que existiu entre os reajustes, digamos, com os dados de que disponho. Também sempre fico um pouco na dúvida, porque outros podem ter outros dados. Mas, pelos dados de que disponho, de todas as carreiras de Estado, os reajustes que ocorreram, de 2002 a 2010, o menor foi nas Forças Armadas. O menor foi nas Forças Armadas! Então, realmente, há algo...

Há outras comparações também, digamos, do Estado atual, que é uma coisa relativa, quer dizer, em relação ao tempo, e há também estadual, que levam a conclusões muito semelhantes e à existência de vencimentos muito baixos. Mas, enfim, eu diria que, de todas as carreiras, Receita Federal, Banco Central, diplomacia, grupo gestão, AGU, Procuradoria, Polícia Federal, o das Forças Armadas foi o mais baixo, o mais baixo. Então, realmente, há necessidade de uma... e a Presidenta Dilma sabe disso, e estamos vendo quando e como se pode fazer, de acordo com todas as outras prioridades que conhecemos.

Bem, com relação ao Senador Luiz Henrique, orgulho-me muito de ter sido um dos participantes sob a direção do então Ministro da Ciência e Tecnologia Luiz Henrique, do seu antecessor, Renato Archer, da articulação que permitiu esse que, como bem disse o Senador, seguramente era, não sei se ainda é, o maior projeto de cooperação entre dois países em desenvolvimento numa área científica de ponta, que é Cyber, o Satélite sino-brasileiro, que agora, creio, já está na quarta versão.

E, ao longo dos anos, tive também, por funções várias que ocupei, a honra de sempre ativar para que o projeto continuasse.

Com relação ao satélite geoestacionário, nós estamos numa fase bem avançada já, digamos, do que é necessário. Quero frisar que isso não é coordenado pelo Ministério da Defesa. Quem coordena é o Ministério das Comunicações. Há uma empresa conjunta, não saberia dizer se já está constituído ou não, que está sendo feita entre a Telebrás e a Embraer, para ser, digamos... Pela primeira vez, nós temos uma empresa nacional que vai ser a integradora, vai coordenar o projeto. Claro que muita coisa nessa fase, como conhece o ex-ministro da Ciência e Tecnologia, terá que ser importada, mas muita coisa poderá ser fabricada no Brasil. Mas esse é o primeiro passo para que possamos fabricar também satélites de telecomunicações no Brasil.

A Defesa, sim, está muito interessada, está participando. Deverá ter um membro no Conselho dessa empresa que se está formando, porque nós seremos um dos principais usuários, e um dos usuários mais sensíveis, digamos assim.

Como sabem também, hoje em dia, é um satélite operado por uma multinacional, uma empresa estrangeira, e os nossos dados de defesa todos eles passam por aí. Se houver uma pane, por outras razões, por razões econômicas ou o que for, nós poderemos ser privados de dados essenciais à nossa defesa. Mas está em fase bastante avançada, acho que há certamente

intenção de que até o final de 2014 esse satélite seja lançado dentro desse formato que acabei de definir.

Vou pedir depois, aos meus assessores, informações mais precisas que terei muito prazer de enviar ao Senador sobre o estágio, se a empresa já foi constituída, o que falta. Mas está bem avançado. As licitações já começaram a ser feitas. Enfim, haverá uma empresa nacional, mas provavelmente haverá não licitações, mas encomendas que têm que ser feitas de peças variadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito a S. Ex^a o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa.

Perguntaria a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique se está satisfeito com a resposta oferecida.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Plenamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza, e, em seguida, a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador Celso Amorim, Srs. Senadoras e Srs. Senadores, o Estado do Paraná, na cidade de São Miguel do Iguaçu, sedia um importante projeto na área da defesa do Brasil, que é o Projeto VANT, Veículo Aéreo não Tripulado, cuja função seria fiscalizar a tríplice fronteira.

Recentemente, não tão recente, mas, ano passado, estive com V. Ex^a (intervenção fora do microfone)... São Miguel do Iguaçu próximo a Foz do Iguaçu, fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil.

No dia 15 de setembro, estivemos com V. Ex^a no Cindacta II, em Curitiba, momento em que V. Ex^a conhecia o Projeto Sagitário, que é o software que vai gerenciar o tráfego aéreo no Brasil, pegando todo o território nacional, inclusive, para extirpar qualquer polêmica, como aquele acidente que ocorreu naquele momento com a Gol e o Legacy, dizendo que haveria um vácuo de cobertura naquela região.

O que me traz a indagá-lo é sobre o Projeto VANT. Recentemente, o jornal de maior importância do meu Estado, o *Gazeta do Povo*, trouxe uma notícia, agora no mês de março, dizendo que esse projeto, ao custo de US\$50 milhões, estaria ainda no chão, essa aeronave. E nós conhecemos lá, inclusive um vídeo no Cindacta II mostrando a importância dessa aeronave não tripulada para a fiscalização e para a vigilância, porque é um radar que vem de cima para baixo, e os radares normalmente são de baixo para cima. Então, para fiscalizar a abrangência da atividade terrestre ou das aeronaves que voam mais baixo que vêm trazendo armas, drogas, e assim por diante, que é algo que im-

pacta diretamente no dia a dia da nossa sociedade. E Curitiba é um corredor do tráfico de drogas e de armas porque é a passagem para São Paulo e Rio de Janeiro.

Então, em qualquer ação que se faz no Rio, de unidades pacificadoras, há uma migração natural a São Paulo. São Paulo também tem uma ação muito forte no que diz respeito à segurança pública, à redução da mortalidade por homicídio, e aí Curitiba está no meio desse caminho, com um aumento considerável da criminalidade. E está muito vinculado à questão da tríplice fronteira e do tráfico de drogas e armas que por ali entram.

E nós sabemos que temos um facilitador nessa região que é o lago de Itaipu, um dos maiores lagos artificiais do mundo, que possibilita a entrada e saída. E acaba trazendo até mesmo uma insegurança à população rural. O cidadão que não estava acostumado com esse tipo de atividade acaba refém da criminalidade por conta dessa situação geográfica na região. E, lógico, nós sabemos que a entrada de armas e drogas por essas regiões é muito facilitada.

Pergunto a V. Ex^a: como estaria essa questão do Projeto VANT? A notícia que temos é de que, por falta de recursos financeiros, essas aeronaves que foram compradas, que estão lá, prontas para serem operadas, inclusive com os pilotos já treinados, estariam só dependendo de recursos financeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

Eu gostaria de registrar, entre nós, a presença de S. Ex^a o Deputado Nelson Marquezelli, que está aqui ao nosso lado e que veio presenciar a audiência pública da reunião de hoje.

Passo a palavra a S. Ex^a a Sr^a Senadora Vanessa Graziottin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Muito obrigada, Presidente Collor. Quero cumprimentar nosso querido Ministro da Defesa, Ministro Celso Amorim, que foi – ouso dizer – um grande Ministro das Relações Exteriores, não tenho dúvida nenhuma, está sendo um grande Ministro da Defesa, principalmente pela lógica que move todas as ações do Ministro, seja no Ministério das Relações Exteriores como na defesa; a lógica da defesa da soberania brasileira e da inserção soberana do País no mundo inteiro. E com um viés mais importante ainda, que isso tudo nós só conseguiremos com um efetivo desenvolvimento social. Porque se de fato eu penso que seria um grande erro, porque vivemos num país pobre, num país de muitas carências, entender que todos os recursos

devam ser dirigidos para as áreas sociais e esquecer da defesa, como isso é um erro, também seria um erro da defesa achar que não precisa de uma sociedade desenvolvida socialmente para poder fazer com que sua política se efetive de forma mais concreta.

Então quero cumprimentar, Ministro Celso, V. Ex^a e cumprimentar todos os comandantes que aqui estão. Os Comandantes da Marinha, da Aeronáutica, do Exército que também contribuem muito com o nosso País.

O senhor acabou de ouvir uma pergunta que vem lá do Sul. Agora vou fazer uma que vem lá do Norte. Isso é o Senado. A Câmara é assim, mas o Senado é mais, Deputado Marquezelli. Enfim, não pude ouvir toda a sua explanação, mas não poderia perder essa oportunidade para ouvir diretamente do senhor, Ministro, quais as suas impressões sobre todos os programas de defesa que temos em relação à Amazônia.

Eu sei que a Amazônia se insere numa série de programas nacionais, mais gerais, de defesa de fronteira. Especificamente para a Amazônia, porque, de algumas décadas para cá, entendeu-se que o perigo não vinha mais do sul, vinha do norte. Então, começou um movimento de transferência ou de reforço da presença militar brasileira na região Norte.

Pergunto: o senhor acha suficiente o que temos ou as medidas de reforço que vêm sendo adotadas têm sido suficientes? O que precisaríamos fazer para melhorar a presença da defesa da região Amazônica? E o que o senhor consideraria prioridade para a região?

E outra questão diz respeito à integração do Brasil no nosso Continente, principalmente perante os países amazônicos, porque o senhor trabalhou muito, o País trabalha muito o reforço de toda a política de integração, principalmente uma integração entre os vizinhos, entre os iguais. A partir da consolidação dessa integração, vamos partir para outras mais arrojadas. Nós temos, – e acho que foi da sua época – o Tratado de Cooperação Amazônico – é de 1978, é verdade, é mais antigo, porque houve várias reorganizações e refundações – acho que é o organismo que mais refundação tem, esse tratado. E tenho debatido muito com eles, e esses tratados se efetivam quando os acordos são concretos, são vivos. Por exemplo, uma das características da região é o grande potencial de água, mais de 50% de todo o Planeta, e nós não temos uma integração ainda regional no que diz respeito aos recursos da água.

Estábamos eu e o Senador Sérgio em um debate importante, ontem, sobre o tema.

Mas saio dessa área e entro na área de defesa. Como o senhor vê a integração no âmbito da defesa dos países vizinhos, principalmente os amazônicos. Eu não sei, não sou uma grande estudiosa disso, Ministro,

mas acho que há um país que temos um problema de divergências de concepções, Colômbia. Os demais, acho que têm políticas muito parecidas conosco, muito parecidas. Mesmo com a Colômbia que faz parte do Plano Colômbia, que o Brasil nunca aceitou participar dele, e de forma correta na minha opinião. Desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o País nunca se submeteu a esse Plano concebido pelos norte-americanos. Mas mesmo acordos bilaterais existem.

Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso, o que o senhor acha necessário e suficiente.

E gostaria que falasse também sobre a transferência dos caças, aviões-radares, porque logo que chegaram com o projeto Sivam, Senador Collor, esteve com a Aeronáutica em uma visita a Anápolis: todos os aviões, todos, do Sivam, na época, estavam bem aqui, em Anápolis. E naquela época questionávamos, se não era de lá, por que teriam que ficar aqui? "Ah, é por causa do clima." Então, está errado. O errado não é o clima, o errado é o avião. É para uma região e não pode ficar lá. Agora, eles estão sendo transferidos. Quero que o senhor confirme isso.

No vale do Juruá, tem um aeroporto muito importante, Ministro, lá tem espaço, faltam chegar só às aeronaves, mas já está tudo sendo construído.

E, para concluir, Ministro, gostaria que o senhor falasse sobre isso. Temos aqui o Ministério da Aeronáutica, porque falar em defesa sem falar em aeródromo para a região Amazônica é algo que não comprehendo. E nós temos a maioria dos Municípios do meu Estado e de outros sem aeródromos homologados.

Como a Defesa poderia entrar nisso também nos ajudando?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, cumprimento o prezado Ministro Celso Amorim; o Comandante Enzo Martins Peri; o Brigadeiro Juniti Saito; o General José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; o Almirante Fernando Wiermer; e o nosso Deputado José Genoino, que, hoje, é assessor do Ministro Celso Amorim.

Ministro Celso Amorim, eu estava com a necessidade de estar presente na reunião final da CPI do Ecad e, por isso, não pude assistir a toda a sua exposição.

Acompanhei as notícias dos últimos tempos relativas a um potencial conflito no Oriente Médio entre

Israel e Irã. Às vezes, há ameaças de um lado e do outro. Por outro lado, o Brasil, em tempo recente, procurou colaborar com o entendimento, que culminou com a Declaração de Teerã, com a cooperação da Turquia.

A capacidade e a vocação do Brasil de dialogar com povos de todo o mundo – e somos um País onde pessoas de todas as origens têm se dado muito bem, construindo entendimentos – acabam repercutindo sobre o relacionamento com nações com as quais temos amizade. É o que procura o Brasil realizar. Essa tem sido a tradição do Itamaraty mesmo com nações onde, por vezes, há conflitos potenciais, como é o caso presente.

Agradeço a V. Ex^a se puder nos dizer em que medida – por vezes, estão ameaçando um e outro até mesmo com lançamento de armas nucleares, o que poderia representar para a humanidade o início de um conflito de graves proporções – o Brasil, de alguma forma, por meio do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, tem procurado colaborar para que não haja esse conflito e para que, ao contrário, possa haver um melhor entendimento, inclusive, entre as grandes potências, como os Estados Unidos e os países da União Europeia, que têm tido grande interesse também na paz mundial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra a S. Ex^a o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa.

O SR. CELSO AMORIM – Com relação à pergunta do Senador Sérgio Souza, infelizmente, não tenho dados específicos de orçamento do que está ocorrendo neste ano. Não sei se, aqui, o Comando da Aeronáutica os teria. Mas se o Comando não os tiver, eu me prontifico a fazê-los chegar aqui.

A produção de VANT, sim, continua sendo uma prioridade do Governo brasileiro. Aliás, isso é trabalhado pelas três Forças, sobretudo pela Força Aérea. Até para ilustrar um pouco para V. Ex^a essa prioridade, devo dizer que nós não só... Há pouco tempo, fiz uma reunião, até para me informar um pouco mais a respeito do assunto. Há vários tipos de VANT. Há VANT que são do Exército. Na própria Marinha, os fuzileiros usam VANT de menor porte. E há os VANT de mais longo alcance, que, normalmente, devem ficar com a Força Aérea. Foi feita uma exposição pelo Brigadeiro Saito, junto com seus auxiliares, e pude ter uma ideia de como as coisas estão evoluindo. O programa continua sendo muito prioritário. Não há dúvida a esse respeito.

Com relação aos primeiros VANT que foram comprados. Naquele momento ainda estavam num período de testes, mas, ainda assim, não sei se um ou dois

deles foram usados na Operação Ágata, justamente a operação que cobria a área do Paraná, Foz do Iguaçu.

Então, não há absolutamente um abandono; pelo contrário, há muita ênfase, não só pelas missões de vigilância contra o contrabando e o crime organizado, mas porque é um instrumento fundamental para defesa, hoje me dia. Não há dúvida, nós vemos, por exemplo, uma progressiva – muito longe de que isso vá ocorrer de maneira total – ênfase em veículos não tripulados, como complemento e não como substituto aos aviões de caça ou outros aviões de combate.

Então, eu posso assegurar – não tenho número aqui comigo, talvez o Comandante da Aeronáutica tenha –, há vários projetos correndo, mas o principal é na Aeronáutica, e há, inclusive, participação de empresas privadas brasileiras também, tanto do lado da Embraer, como do lado da Avibrás.

Eu acho que o que nós temos aí nessa área, falando de uma maneira um pouco impressionista, vamos dizer, é talvez como fazer convergir esses projetos para um projeto único ou um número relativamente manejável de projetos. Não aqueles que correspondem a especificidades diferentes, mas a Embraer tem um projeto, a Avibrás tem um projeto, o CTA desenvolveu com uma delas um projeto, mas não há absolutamente... não só para demonstrar esse interesse, o Brasil propôs no Conselho do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) que o VANT seja um dos produtos para os quais se procura utilizar a base industrial de defesa da América do Sul. Claro que aí nós temos que ter a participação de outros países também, temos que ver como conciliamos interesses específicos com outros.

Há um grande interesse e isso será perseguido. E no caso, inclusive, com a produção nacional, crescentemente produção nacional e, eventualmente, alguma tecnologia importada, porque as coisas são assim, mas com crescente absorção da tecnologia para que possamos nos tornar autônomos nesse terreno.

A única coisa que não tenho agora é o dado orçamentário. Não sei se o Brigadeiro, talvez ele tenha. Se ele não tiver, lhe mandarei depois.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, Sr. Ministro Celso Amorim.

Tenho a satisfação de passar a palavra ao Comandante da Força Aérea Brasileira, Brigadeiro Saito.

O SR. JUNTI SAITO – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Sérgio, eu entendi a pergunta do Senador como sendo VANT da Polícia Federal, que opera ali na região de Foz de Iguaçu. Eles compraram da VANT da IAI, uma empresa israelense e estão operando lá em conjunto com o nosso Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro. E por que em conjunto? Porque

nós precisamos ainda estabelecer regras de operação desses engenhos.

Então, quando a Polícia Federal deseja operar o VANT, a gente seleciona uma faixa do espaço aéreo para que eles possam operar. Inclusive, a própria ICAL ainda não tem uma definição sobre como controlar esses engenhos.

Agora, falando em desenvolvimento, nós estávamos desenvolvendo, junto com a Avibrás, em CTA, um VANT nacional, mas, na nossa visão, com uma tecnologia muito defasada. Então, na hora em que pudéssemos desenvolver essa tecnologia, a gente já estaria com esse VANT completamente defasado.

Então, nós adquirimos VANT da Elbit, através da Aeroeletrônica, uma empresa brasileira de capital... uma subsidiária que hoje a Embraer tem ações nessa empresa, para formar uma doutrina de emprego – porque nós não conhecíamos como operar esse equipamento. Isso já faz um ano e meio e estamos já bastante sedimentados em termos de doutrina de emprego do VANT.

E houve, no ano passado, um *joint venture* entre a Embraer e a AEL Sistemas, que é essa empresa de 51% de capital da Embraer e 49% da 49% da AEL Sistemas para fabricar VANT no Brasil.

Hoje o Estado Maior está definindo qual seria o cronograma de fabricação desse VANT. Naturalmente, com transferência de tecnologia da Elbit para o País.

De maneira que não está parado o processo. Está continuando. Nós temos tirado dos nossos recursos para esse desenvolvimento e para a compra. Logo mais, até o final do ano, nós teremos um cronograma de como fabricar isso. Naturalmente, o pessoal tem conversado tanto com o Exército quanto com a Marinha, porque as três Forças estão interessadas nesse programa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Comandante da Aeronáutica, Comandante Saito, e devolvo a palavra...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, é só um adendo às minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não. Com licença, Sr. Embaixador.

S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu vi aqui o Comandante da Marinha e isso me lembrou, olhando inclusive o globo terrestre, que está atrás de V. Ex^as, a questão da Antártica; as operações da Marinha, na Antártica, face ao advento ocorrido recentemente pelo incêndio.

Queria saber se o Ministro ou o Comandante poderia nos dizer como estão sendo operacionalizadas essas futuras operações na Antártica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Bem, a questão da Antártica foi objeto, digamos assim, de uma ação imediata do Governo Federal, inclusive com alocação de, creio, R\$41 milhões ou R\$42 milhões extraordinários para atender a várias necessidades ligadas ao acidente. Primeiro, digamos, ainda a remoção de tudo o que pudesse ser danoso ao meio ambiente do local. Em paralelo com o acidente, tinha havido o afundamento de uma chata que levava combustível, que também teve que ser trazida à tona e, portanto, o combustível ser salvo.

Bom, isso é só para descrever para que os R\$41 milhões estão sendo usados. Eles vão ser usados também para a construção de instalações provisórias e limitadas e, ao mesmo tempo, para o projeto de uma nova Estação Antártica.

Hoje, neste momento, está tomando posse o secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que é o almirante que se ocupa diretamente desse tema. Então, não tive ainda ocasião de voltar a falar com ele, mas as informações que tenho mais recentes são da minha última vinda ao Congresso. Se não me engano, foi uma sessão até conjunta, mas foi na Câmara. E, naquele momento, os R\$41 milhões estavam sendo liberados. Eu não saberia dizer quanto já foi, quanto já se usou, mas isso vai ser gasto ao longo do tempo, até porque um primeiro projeto tem que ser feito e, depois, um projeto executivo de uma nova estação com uma nova concepção. Essa é a ideia predominante hoje. Não é apenas reconstruir o que havia.

Em paralelo, existem também dois ou três outros fatos que eu queria mencionar. Primeiro que as pesquisas não vão parar, porque os nossos navios antárticos – oceanográficos, mas antárticos – irão à região. Eles agora se retiraram, por causa do inverno, mas eles estarão presentes na região. De modo que a partir de outubro ou novembro – novembro, creio –, as pesquisas retornarão com base neles. Talvez não com a mesma intensidade.

Segundo, do ponto de vista logístico para o trabalho que será feito nesse meio tempo, até para atenção a essas instalações provisórias... Porque uma parte da estação vai poder continuar trabalhando, que é a parte meteorológica, algumas pesquisas, mas nós não teremos mais o apoio logístico. Então, nós obtivemos – eu não diria nem negociamos, porque eles cederam imediatamente – do governo chileno a possibilidade de utilização de um alojamento dentro da base Antártica que eles têm, Base Frei, onde ficarão quatro

pessoas da Marinha, provavelmente um oficial e três suboficiais, penso eu, que poderão fazer esse trabalho logístico de apoio.

Outros países também nos têm oferecido apoio, inclusive a Argentina, mas nós também temos que, aos poucos, definir as necessidades específicas que nós teremos.

E completando o que está ocorrendo, também creio que isso está sendo definido aos poucos – e tudo em conjunto com a comunidade científica, porque há interesse deles –, como as pesquisas científicas podem continuar com apoio não só dos nossos navios, mas também de outros países, porque vários se ofereceram: Chile, Argentina, Peru, que também tem base Antártica menor, e alguns outros países de fora da região.

Então, isso tudo está continuando. O mais importante era essa remoção, eu não sei se se concluiu, eu não tenho essa última palavra para te dar, mas aí dos últimos – talvez, mais uma vez, eu tenho de me recorrer, aqui, ao conhecimento especializado, se me permitirem, do Chefe do Estado-Maior da Armada –, mas, de qualquer maneira, está em evolução, e é isso que está ocorrendo, com uma liberação muito rápida de um volume importante de recursos, que é para essa recuperação e para ao desenho do novo projeto. A construção de um novo projeto é algo que vai demandar um recurso maior. Mas isso será, provavelmente, lá mais para o fim do ano, ou para o início do ano que vem.

Se permitir um comentário do Wiemer...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor.

Eu passo a palavra a S. Ex^a o Almirante de Esquadra Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada.

O SR. FERNANDO EDUARDO STUDART WIEMER – Com certeza o nosso Ministro Celso Amorim já domina os assuntos da nossa Antártica e da Estação Antártica Comandante Ferraz. Mas talvez eu possa aduzir pouca coisa. Especificamente, primeiro, na Base Chilena Frei está sendo mantido um Grupo-Base nosso, quatro militares, como o Ministro bem colocou, mas, mesmo durante esse período do inverno, este Grupo irá periodicamente, regularmente, sempre que as condições meteorológicas permitirem o pouso de helicóptero, verificar a integridade das instalações. Nós perdemos 70% do prédio principal. Mas nós não perdemos os abrigos antárticos que lá estão e não perdemos também alguns laboratórios que lá estão.

Então, este grupo vai e verifica primeiro a integridade, porque existe a nossa preocupação em relação ao meio ambiente, e a integridade da instalação que sofreu o incidente – ela foi selada esta instalação – e, depois, também a integridade, e a conservação, e a operação não só desses laboratórios como dos equi-

pamentos que lá estão instalados durante o inverno. Para a parte posterior, ou seja, para o próximo verão antártico, que começa já a partir de outubro/novembro de 2012, esses recursos serão aplicados de modo que nós teremos não apenas os dois navios, que é o navio polar Almirante Maximiano, e basicamente com pesquisadores que darão continuidade às pesquisas – este ano, no Programa Antártico XXX, nós tivemos 18 pesquisas, efetivamente, conduzidas, que não foram perdidas, e teremos a continuidade das pesquisas do próximo ano –, e também com o navio de apoio oceanográfico Ary Rongel, navio este que vai fazer a parte logística que o Ministro se referiu, ou seja, a remoção da estrutura metálica que ainda não pôde ser efetivamente removida. E a Marinha não descarta a possibilidade de colocar um terceiro navio, nós estamos trabalhando para isso, para que não haja qualquer tipo de comprometimento das nossas pesquisas durante a Operação Antártica XXXI.

Se os senhores também me permitirem, apenas em relação à colocação feita pelo Senador Sérgio Souza, eu entendi perfeitamente a preocupação dele com o lago de Itaipu como um facilitador e como um corredor, é importante também acrescentar que a Marinha tem, não apenas no lago de Itaipu não apenas a Delegacia, a Agência da Capitania dos Portos de Guaíra como tem a de Foz do Iguaçu. E, no Paemb, Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil, está previsto uma nova Agência, que será em Santa Helena, que fica a meio caminho entre Guaíra e Foz do Iguaçu, de modo a melhor cobrir o lago de Itaipu. Isto está no Paemb no médio prazo.

Era isso que eu poderia aduzir, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Almirante de Esquadra Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada, pela sua intervenção.

Passo a palavra novamente ao Sr. Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Senadora Vanessa, em primeiro lugar, eu quero agradecer as suas palavras muito gentis. Creio que tem sido esse o sentido geral do trabalho que tenho procurado desenvolver, de defesa da soberania nacional, de maneira forte. E o fazia tanto no Itamaraty, quanto, agora, no Ministério da Defesa, em que, digamos, é preciso dar substância também a essa defesa.

Foi perguntado se o que existe na Amazônia é suficiente. Certamente, não é suficiente. Não sei se a Senadora já estava aqui quando mencionei, por exemplo – este é um exemplo –, que temos uma linha de fronteira em certo ponto, entre o que seria a fronteira da Venezuela, creio, com o Suriname. Não tenho cer-

teza absoluta disso, mas, de qualquer maneira, em mil quilômetros, não há nenhum pelotão. Então, é preciso – e isto faz parte dos planos do Exército – aumentar o número de pelotões. Esse número já tem aumentado, mas isso vai seguir ocorrendo. É algo muito importante.

No que diz respeito a melhorar, eu mencionaria, entre outros aspectos, que há helicópteros e aviões estacionados na Amazônia, mas também há a melhoria de um equipamento muito importante na Amazônia, que são as lanchas fluviais. Inclusive, houve a aquisição de quatro lanchas novas. Já tinha havido alguma aquisição antes pelo próprio Exército e, seguramente, também pela Marinha. Já tive a oportunidade de ver as do Exército. Agora, foram adquiridas mais quatro lanchas, duas para a Marinha e duas para o Exército. São lanchas colombianas, lanchas blindadas.

Vi uma demonstração justamente em Manaus. Era, digamos assim, uma simulação de uma operação relativa a contraventores, a traficantes. Nessa simulação, pelas dimensões, o que eu pensei que era a lancha do Exército era, na realidade, a lancha dos traficantes. Então, era quase impossível detê-los.

Estamos trabalhando dentro desse plano. Eu queria até aproveitar a oportunidade para frisar...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A Polícia Federal tem uma lancha blindada.

O SR. CELSO AMORIM – Bom, mas não posso falar pela Polícia Federal. Mas, no nosso papel, como isso envolve fronteiras e como essa tarefa relativa aos rios é também das Forças Armadas – no caso, da Marinha –, estamos procurando fortalecer essa capacidade.

Há uma coisa que eu gostaria de mencionar, que, talvez, não esteja tão relacionada à sua pergunta, mas que, penso, é de interesse geral: uma coisa que estamos fazendo hoje e que já estava prevista, mas que, na realidade, não tinha ocorrido é uma definição clara de um plano de articulação e de equipamento da Defesa, que, naturalmente, inclui e conjuga os planos de articulação de cada Força. Evidentemente, cada Força tem suas especificidades, mas é muito importante que essas especificidades estejam conjugadas, que o que a Marinha faz esteja combinado com o que o Exército faz, que o que o Exército faz esteja combinado com o que a Força Aérea faz. Por exemplo, é natural, voltando à questão do Vant, que cada um tenha seu tipo de Vant, mas dentro das suas especialidades. Não vão ficar as três Forças procurando ter a mesma coisa ou duplicando esforços. Essa é uma das tarefas importantes que a Defesa tem realizado.

Fizemos uma reunião muito importante no Rio de Janeiro, na Escola Superior de Guerra, com a presença dos Comandos, dos Chefes do Estado-Maior, para poder justamente aproximar esses planos. Estamos

já numa fase avançada de preparação desse plano de articulação, em que a Amazônia vai, certamente, figurar de modo predominante, não só no que diz respeito a equipamento, mas também no que diz respeito a desdobramento de forças, porque, obviamente, em tese, é a área mais vulnerável do Brasil.

Volto a dizer: não temos problemas com nossos vizinhos, mas não posso excluir a possibilidade de que outra potência de fora da região, em alguma situação que não prevemos, não desejamos e não estamos antecipando no momento, venha a utilizar algum desses equipamentos para tentar alguma coisa contra nossos recursos. Essa tem sido a nossa visão.

Não me vou pronunciar muito sobre a cooperação dentro do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), mas isso é muito importante. Mas eu queria, sim, dizer que o que foi criado na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que é o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), também contribui muito para essa cooperação na área amazônica.

No momento, não tenho elementos específicos sobre o TCA. Talvez, o TCA tenha uma dimensão específica de defesa. Talvez, poderia ser uma duplicação desnecessária. Mas, sim, tem havido acordos bilaterais com Colômbia, com Venezuela; não há aí nenhuma preocupação de natureza se o governo é desse ou daquele lado, ou de qual partido. Desde que eles estejam imbuídos do mesmo objetivo de defender a América do Sul, respeitar as fronteiras e nacionalidades, nós vamos cooperar.

E temos cooperado. Recentemente, houve uma reunião no Comitê de Fronteiras com a Colômbia; estamos fazendo algo parecido com a Venezuela; existe até a ideia, um pouco na linha do que talvez a Senadora pensasse, de fazer um comitê de fronteira trilateral envolvendo Brasil, Colômbia e Peru, por causa da área.

São coisas que às vezes não são fáceis, porque também nos outros países – no caso da Colômbia é diferente – também envolve mais de um ministério, mais de uma instituição, mas nós estamos procurando trabalhar nesse sentido.

Sobre sua pergunta específica sobre o ritmo de transferência dos aviões, eu vou mais uma vez ceder a palavra, com a concordância do Presidente, ao Comandante da Aeronáutica, porque ele pode dizer exatamente o que está ocorrendo. Eu tenho visto os aviões quando vou lá, tenho visto aviões supertucanos, tenho visto helicópteros, e das três Forças. No caso de Belém, são das três Forças.

Tenho visto muita presença, mas para ser mais específico o Comandante Saito possa falar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com muita satisfação, passo a palavra

a S. Ex^a o Tenente Brigadeiro do Ar, Comandante da Força Aérea Brasileira Juniti Saito.

O SR. JUNITI SAITO – Sr. Presidente, obrigado.

Sra Senadora Vanessa Grazziotin, eu entendo muito a preocupação da nossa Senadora, estando na região amazônica, Estado do Amazonas, mas a colocação do avião radar em Anápolis obedeceu a um critério bastante rigoroso. É uma aeronave que tem embarcado equipamentos muito sensíveis, que precisam de algum tipo de preservação. E a região de Anápolis é uma região muito seca.

Nem por isso a gente deixa de operar na Amazônia. Operamos constantemente na Amazônia. Agora, lá em Manaus nós já temos uma unidade de helicóptero, com *black rock*, com oito helicópteros. Temos lá Casa 295, tem 7 ou 8 Casa 295. Temos lá o 7º ETA, com bandeirantes e caravans – aliás Caravans e Brasiliás. E, agora, recentemente, no final de 2010, transferimos uma unidade de interceptação de alta *performance* com F5 lá.

Além disso, há previsão, nós já estamos implantando lá uma unidade de artilharia antiaérea. No Estado do Amazonas, nós temos São Gabriel da Cachoeira, que tem uma unidade de desdobramento. Estamos acabando de concluir outra pista em Iuaretê para também desdobramento.

Então, aos poucos nós estamos, digamos assim, investindo bastante naquela região. Além disso, nós temos uma Comissão, que a senhora conhece muito bem, de construção de aeroportos na Amazônia, que da década de 50 até os dias de hoje já recuperamos ou construímos mais de 150 pistas em toda região amazônica, considerando também o Estado do Pará etc.

Há um investimento muito grande em pistas, principalmente para atender ao nosso Exército, Pelotão de Fronteira e com equipamentos bastante modernos para construção de pistas. De maneira que hoje mesmo estamos lá construindo mais ou menos seis pistas naquela região – se não me engano. É uma região bastante inóspita. E por que a Força Aérea está construindo pistas lá? Porque as empresas privadas não conseguem sobreviver naquela região. Em muitos lugares nós só temos condições de trabalhar durante três meses. Ou é seca... porque todo insumo é transportado via balsa, nós temos uma frota de balsas até maior do que a da Marinha em Belém. Então, transportamos os insumos e, quando chega lá, começa a chover e não dá para construir.

Então, é uma região bastante inóspita e onde a Força Aérea tem atuado há mais de 50 anos, construindo pistas e melhorando as pistas que estão, digamos assim, deterioradas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Comandante da Marinha, Tenente-Brigadeiro do Ar, Saito.

Volto a palavra a S. Ex^a o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Apenas, Senador, se me permite, não quero completar o detalhe, porque achei muito bem exposto, mas o compromisso com a Amazônia da parte da Defesa é absolutamente fundamental, por todas as razões que V. Ex^a puder imaginar. Agora, isso é, realmente, um processo gradual. Tanto a Marinha quanto o Exército, quanto a Força Aérea, posso garantir a V. Ex^a, vão todas aumentar sua presença na Amazônia nos próximos anos. Isso é absolutamente fundamental. Da mesma maneira que vamos aumentar, como já estamos aumentando, a cooperação com países da Amazônia, inclusive na área de produção. Eu mencionei as lanchas que estamos adquirindo, mas há também discussões já bem avançadas, no caso da Marinha, para a construção conjunta de um barco patrulha com a Colômbia. O Peru quer se associar ao projeto.

Então, essa noção, que falei de maneira meio geral da cooperação como melhor instrumento para o trabalho na América do Sul, no caso da Amazônia é também muito verdadeira e cada vez mais verdadeira. E sempre com total transparência com os nossos vizinhos, para evitar qualquer tipo de suspeita.

Bom, com relação ao comentário do Senador Eduardo Suplicy, eu acho que ele se dirigiu mais à minha figura como ex-Chanceler, talvez, do que como Ministro da Defesa. De modo que não vou entrar nos detalhes, até porque desconheço, mas eu posso dizer, como são assuntos que eu acompanho, que, evidentemente, embora haja uma grande preocupação... Aí estou dizendo o que eu conheço, digamos, o que a abertura de um contato com os Parlamentares exige.

Eu acho que, felizmente, a hipótese de um ataque tem diminuído. Tanto os contatos que tenho com pessoas quanto as informações que recebo parecem indicar que seria pouco provável. Agora, nunca se pode descartar de tudo. Seria, em minha opinião, um desastre absoluto.

Tenho também a informação de que, embora a nossa famosa Declaração de Teerã não tenha prosperado na época, há um trabalho sendo realizado agora pelos países – são cinco permanentes mais Alemanha – em contato com o Irã num clima positivo, que é mais ou menos na mesma linha – não é igual, porque o tempo passou, a aritmética mudou – daquilo que nós havíamos proposto. Embora a nossa mídia goste muito de falar da fracassada Declaração, alguma coisa fica, e está sendo usada. A única coisa que eu sei,

que foi dita inclusive por uma alta autoridade iraniana, não para mim, mas cuja informação eu tive acesso, é que, se a Declaração tivesse sido aceita naquela época, Irã teria, provavelmente parado ou desacelerado o seu processo de enriquecimento a 20%. Então, houve um tempo que se perdeu, e isso gerou um acúmulo de material. Portanto, a discussão é mais complexa. Essa é a visão que eu tenho. Mais do que isso eu não posso dizer na minha capacidade atual.

Naturalmente, procuro me interessar, porque o Brasil, até a Defesa está presente na região, de certa maneira, nessa força da Unifil, que tem a ver com o Líbano, mas, obviamente, o que acontece na Síria certamente pode influir no Líbano, o que acontece no Irã ou com o Irã pode influir na Síria e no Líbano. Então, nós temos que acompanhar com interesse, até para poder saber onde podemos atuar adequadamente.

Essa é a visão que eu tenho no momento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Presidente, Senador Collor.

Ministro Celso Amorim, sua presença aqui, na Comissão de Relações Exteriores, acho que é uma das provas do segundo aspecto abordado no final da sua exposição, que é justamente essa preocupação com a transparência e no sentido de discutir sempre qual é o plano estratégico e partilhá-lo com o Parlamento, no sentido de buscarmos, em conjunto, digamos, a solução para a superação dos nossos percalços.

Há uma infinidade de questões levantadas, e a gente gostaria de, pelo menos, pontuar algumas delas.

O senhor disse que nós temos o menor orçamento entre os BRICs, à exceção da África do Sul. Nós temos um orçamento de 1.5%, enquanto a média dos BRICs gira em torno de 2.4%, com uma complicação: que o nosso orçamento não é só para a defesa, é para a defesa, é para a atenção nas situações de emergência, para a segurança, inclusive, agora, tivemos uma situação de emergência, no Acre, com a alagação – e temos um agradecimento todo especial para com o Tenente-Brigadeiro Saito, por nos haver atendido com helicóptero, nós deu muita força lá. Isto tudo está no orçamento da defesa do Brasil.

Então, realmente, quando comparamos o nosso orçamento com os demais orçamentos, a gente fica sempre na desvantagem, porque o nosso orçamento, supostamente destinado à defesa, passa a ser um orçamento destinado a todas as políticas de atendimento a todas as Forças.

Daí a pergunta, dentro daquele espírito que o Senador Aloysio Nunes apontou em relação a nossa preocupação com o nosso companheiro Genoíno sempre demonstrou em relação a como contribuir para que as nossas Forças Armadas verdadeiramente cumpram o seu papel de defesa, eu acho que a pergunta seria: se nós temos um orçamento de 1.5% do nosso PIB, qual seria, digamos, o orçamento ideal para que nós pudéssemos lutar e de alguma maneira contribuíssemos para que essa estratégia de defesa fosse plenamente atendida?

E aí entra outro fator da complicação. O senhor apontou que nós temos a maior costa atlântica do mundo, o Brasil. Quando viramos para o outro lado do mapa, nós temos também, senão a maior, mas uma das maiores fronteiras secas do mundo. E nesta fronteira seca entra a nossa querida Amazônia, que passa por muitos problemas, porque lá nos altos rios – Envira, Juruá, Tarauacá – nós temos o risco da invasão de madeireiros, e nós temos o tráfico de drogas – dois para apontar. O que significa isso? Significa uma ameaça permanente aos nossos índios isolados, que correm o risco de, a qualquer momento, serem dizimados, porque a gene não tem condição de dar-lhes proteção, e uma necessidade premente de novas bases para poder dar segurança ao Estado brasileiro.

Eu acredito que, nesse aspecto, o Estado do Acre reúne quase uma tese completa de estratégia de defesa. Por quê? Porque, primeiro, entrou o General Plácido de Castro para garantir, à força, aquele território para o Brasil. Depois entrou o Barão do Rio Branco, com o seu espírito diplomático, que conseguiu construir o Tratado de Petrópolis, que fez com que aquelas terras se tornassem definitivamente brasileiras.

De tal maneira que aí temos a complementação do que deve ser a nossa estratégia de defesa: trabalhar, digamos, com a nossa persuasão diplomática, mas não abrir mão da nossa condição de força para, no momento que se fizer necessário, podermos trabalhar com a presença da força, porque nem sempre só a diplomacia resolve.

Então, acho que, nesse sentido, temos, na conformação do Estado do Acre, na forma como ele foi incorporado ao Brasil, eu acho que um complemento muito ilustrativo, muito eloquente do quanto a estratégia da força tem de estar somada à diplomacia, para que possamos, digamos, manter o nosso espírito de relações exteriores, a nossa política diplomática, a nossa solidariedade entre os povos, como foi manifestada recentemente com os haitianos, que entraram lá, e pudemos dar o melhor acolhimento que se podia imaginar em termos de acolhida mesmo, e foi finalizada, graças a Deus, essa situação com a Presidenta Dilma

e, com todos os ministérios se envolvendo, conseguimos uma boa solução.

Então, mesmo tempo em que temos essa preocupação da nossa diplomacia ser sempre aprofundada nas relações pacíficas, com absoluto respeito à soberania dos povos, não abrirmos mão de ter uma estrutura de defesa que se impõe para sermos respeitados. Não se trata de necessidade de utilizar força, mas de, ao ter essa força, termos sempre o respeito de possíveis insurgentes, digamos assim, contra a soberania nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Bem, Senador, eu apenas posso dizer que aprecio muito as suas palavras; de modo que grande parte do que foi dito é o que nós estamos procuramos fazer; quer dizer, dar substância de força à nossa diplomacia, enfatizando, no caso da América do Sul, volto a dizer, o aspecto de cooperação, porque nós não nos sentimos ameaçados por nenhum país sul-americano, nem queremos que eles se sintam ameaçados por nós. E, por isso, a cooperação é a melhor. A melhor dissuasão, na realidade, é a cooperação, porque isso evita que qualquer governante possa, em algum momento, coisa que não tem ocorrido, mas possa ter alguma ideia diferente.

Mas, de qualquer maneira, falando em termos mais gerais da importância das Forças Armadas em várias ações, o que V. Ex^a disse é absolutamente verdadeiro. É claro que quando se trata, por exemplo, de um desastre natural, aquela operação em si, nós recebemos, para ser transparente e claro como nós devemos ser, nós recebemos um reforço, normalmente via Ministério da Integração. O General de Nardi acompanha isso e sabe bem como é. Mas, dito isso, ainda que se receba o reforço para aquela operação, o caminhão que está sendo usado é do Exército, o avião que está sendo usado é da Aeronáutica, o barco que está sendo usado é da Marinha, as pessoas são pagas pelo Exército. Então, quando nós temos o dimensionamento do nosso equipamento e do nosso pessoal, isso que V. Ex^a disse é absolutamente verdadeiro.

Eu até tive uma conversa interessante também com o Secretário de Defesa, nos Estados Unidos, porque eles têm lá a Força Nacional e têm outras instituições que, por exemplo, ajudam nas enchentes. Aqui, na realidade, em grande parte, as ações práticas em grande medida são levadas a cabo pelas Forças Armadas. Ainda que a gente receba algum recurso, esse recurso não paga tudo que a gente utiliza: os homens/hora que estão lá; os aviões/hora; os caminhões/hora. Não é isso. Ninguém faz um cálculo desses. Você faz

aquilo que veio extra, porque realmente não havia recursos, não estava previsto o combustível para aquilo ou um equipamento muito específico que foi usado para aquela circunstância. Mas evidentemente o conjunto todo tem uma sobrecarga que extrapola a área da defesa. Eu já mencionei também todas as situações em que as Forças Armadas são chamadas a agir na garantia da lei e da ordem.

Então, eu concordo. Agora, para dar um número preciso de quanto deveria ser o nosso orçamento, é algo difícil de precisar. Primeiro, porque também seria um pouco leviano eu dizer: é tanto. Não fiz um cálculo exato. Mas eu acho que o que nós devíamos – e acho que aí tem que ser uma preocupação da sociedade, que tem que caminhar nesse sentido –, o que deveríamos ter é um crescimento paulatino para chegar a um número que seja próximo desses dos Brics.

O Brasil tem uma situação geoestratégica de certa maneira privilegiada por não ter nenhum conflito imediato. Isso é verdade, diferentemente de alguns dos Brics. Por outro lado, nós temos também uma quantidade, uma riqueza de recursos que podem nos tornar objeto de aventuras, de cobiças, de disputas até entre terceiros. Então, temos que estar muito bem preparados. Isso se aplica muito à Amazônia, evidentemente, se aplica muito ao pré-sal, mas se aplica também ao Sul do País, se aplica a todas as outras áreas.

E hoje, dizendo francamente, nós não temos – é algo que está sendo estudado no Exército também por nós diretamente – uma defesa antiaérea adequada. Quer dizer, não é só uma questão de defender a Amazônia ou o mar. São, digamos, as chamadas infraestruturas críticas que o Brasil tem, seja Itaipu, seja Angra I e II; enfim, o próprio submarino nuclear que nós vamos construir terá que ser protegido também adequadamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ministro, permita-me?

O SR. CELSO AMORIM – Sim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Além disso, nós somos parceiros da China...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... da Índia e da Rússia, que foi a segunda potência mundial até recentemente; a China que se prepara para ser a grande potência mundial; e a Índia que viveu conflito com a Rússia, com a China durante as últimas décadas; países que sempre tiveram uma preocupação militar muito grande, diferentemente do Brasil, como V. Ex^a bem situou, que vive num espaço de plena harmonia internacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Bem, então, concordando com o Senador, de plena harmonia, mas não podemos estar desatentos – creio que essa é a esência – às ameaças que podem vir de vários lugares, repito, não creio que dos nossos vizinhos, mas de uma maneira mais ampla.

Dos nossos vizinhos, do que nós mais temos de cuidar, até em cooperação com eles, é de ações do tipo de contrabandistas, de traficantes de drogas etc., salvo uma hipótese, que também no momento não vejo, e por isso o Conselho de Defesa Sul-Americano também é tão importante, assim como a Unasul, de algum deles ser utilizado por uma potência de fora. Acho essa hipótese cada vez mais remota. Acho que é muito importante, e queria até aproveitar e frisar esse aspecto aqui, aproveitando que estou com os Senadores e abusando um pouco do tempo, Presidente Collor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não, por favor.

O SR. CELSO AMORIM – É que a cooperação com os países da América do Sul não é um ato de bondade ou de generosidade. Pode ser também de solidariedade, mas é do nosso interesse. Eu, Brasil, digamos assim, não tenho nenhum interesse em que o país X, a superpotência X esteja cooperando com o país A da América do Sul e que a superpotência Y esteja cooperando com o país B da América do Sul, e ali gerando até uma pequenina guerra fria que vai nos afetar diretamente. O ideal é que nós possamos dar boa parte – não poderemos dar tudo, não temos ilusões – dessa cooperação. Então, isso é algo fundamental para que nós compreendamos que a nossa área de paz e cooperação é uma área mais ampla.

Mas, dito isso, nossa visão acho que é exatamente a mesma e, enfim, já não me recordo bem qual o ponto que eu estava querendo salientar, mas, de qualquer maneira, há essa necessidade, voltando à questão do orçamento, eu diria, de que é preciso ter consciência de que nós precisamos, progressivamente, atingir um nível próximo ao desses Brics, e com uma parcela crescente na área de investimento, mas não só investimento, porque eu costumo dizer que é muito frequente ouvirmos dizer que custeio é ruim, mas escola é custeio, segurança é custeio. Todas essas coisas também existem e são importantes. Manter um pelotão de fronteira é custeio. Então “Ah, custeio não vale”. Não. Muitas coisas exigem investimento, mas a presença física, por exemplo, de tropas num determinado lugar, tudo isso é custeio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É um investimento.

O SR. CELSO AMORIM – É investimento no sentido conceitual, mas no sentido contábil entra como custeio. Então, é preciso ter noção disso.

Mas, enfim, volto a frisar esse ponto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO AMORIM – Como tem equipamento bom e equipamento ruim, também tem investimento...

Mas o que eu queria dizer é isso, trata-se de equivar, investir e dar condições de vida adequada e, aos poucos, também, ter os meios pessoais, profissionais adequados em lugares difíceis.

Muito foi falado aqui sobre a questão salarial. A mim, o que me impressiona muito também, sem deixar de mencionar os salários mais altos, que não são altos, como foi mencionado, e que estão mais ou menos nessa faixa que foi mesmo dita, é um capitão de um pelotão de fronteira, um tenente receber R\$4 mil, R\$5 mil e ter de lidar com problemas gravíssimos de crime. Então, isso é algo também muito importante que tem de se ter presente.

Não sei se o senhor está encerrando. Devo encerrar minhas palavras?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu gostaria de fazer algumas considerações, se V. Ex^a tiver terminado.

O SR. CELSO AMORIM – Da minha parte, eu queria agradecer, mas se V. Ex^a tiver alguma pergunta, eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Ministro Celso Amorim.

Eu gostaria apenas de fazer alguns comentários em relação ao que aqui já foi dito.

S. Ex^a o Ministro Celso Amorim notou com muita clareza uma preocupação recorrente dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no que tange à questão de investimentos para que as Forças tornem-se cada vez mais operacionais e na questão do soldo, na questão da remuneração.

Na questão do orçamento das Forças, temos notado um esforço grande, tanto do Ministério da Defesa como também da Presidenta Dilma, de atender às demandas das Forças Armadas brasileiras. E é somente folhearmos o Orçamento no capítulo específico e verificaremos que tem havido, como, aliás, foi frisado pelo Ministro Celso Amorim, um aumento no repasse desses recursos.

No começo deste ano, por exemplo, houve um aumento substancial no repasse, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Mas, acontece que, na medida em que o Brasil vai crescendo, em que o

Brasil – como também disse o Ministro Celso Amorim – é alçado a essa condição de estar entre as cinco maiores economias do mundo, é claro que as nossas necessidades de defesa aumentam. E o Ministro começou a sua palestra, a sua exposição na Comissão falando sobre soberania. Eu acho que essa é uma palavra chave-chave, porque soberania é algo que nenhum sequer ousa discutir sobre o seu valor intrínseco para cada nação.

A soberania brasileira ou de qualquer outro país está, no meu entender, diretamente relacionada à capacidade operacional de suas Forças Armadas.

A nossa diplomacia é competente, extremamente competente, tida como uma das melhores do mundo, mas nós estamos agora em um estágio em que nós, para forcarmos os nossos tratos diplomáticos, nós precisamos ter uma força de dissuasão que seja visível para o resto do mundo.

Disse o Ministro que em relação ao nosso entorno, em alguns momentos, acontece aqui e acolá alguma inflamação, mas estas inflamações não são curadas com a nossa força de dissuasão, mas sim com a nossa capacidade de cooperação. Isso já aconteceu em relação ao Paraguai, em relação à Argentina é recorrente isso, em relação à Bolívia, em relação a um episódio que houve no Equador. Mas, enfim, é muito importante que, se nós não tenhamos essa dificuldade no nosso entorno, que nós saibamos que hoje o Brasil é detentor do maior aquífero do subsolo do mundo, além de ser um dos maiores detentores de água potável do mundo. Nós precisamos também ter consciência de que o Brasil, hoje, tem no pré-sal uma de suas maiores riquezas. E a despeito de todos os efeitos danosos que vêm causando a emanação do monóxido de carbono na nossa atmosfera, nós não podemos nos iludir de que será ainda com base no óleo que essa nossa civilização vai continuar sobrevivendo e o pré-sal aí está. É uma riqueza que precisa ser protegida. Há, inclusive, um projeto nas Forças Armadas com esse nome: Proteger; a proteção da nossa infraestrutura crítica. E esse é um projeto que custa dinheiro.

Nós temos outros projetos. E aí, falando em termos de orçamento, o que me preocupa um pouco, Sr. Ministro, é que dentro do orçamento das Forças Armadas vários desses projetos muito importantes estão incluídos. O valor é o mesmo.

No momento, por exemplo, que se queira investir mais num projeto que faz parte do orçamento global de uma das Forças, se retira recursos de outra área.

As Forças Armadas brasileiras – e o Ministro citou aqui vários desses projetos – têm o projeto submarino à propulsão nuclear; o projeto do FX-2; o do KC-390; o projeto do blindado Guarani; o projeto do satélite não

estacionário, que está dependendo, ainda, da formação de uma espécie de *joint venture* entre a Telebrás e a Embraer, que é fundamental para garantir também a nossa soberania, porque hoje o satélite de que nos utilizamos para fiscalizar a área territorial brasileira é um satélite alugado de um grupo mexicano. Está muito bem, mas tenho certeza de que todos nós haveremos de convir que há uma necessidade premente de que tenhamos nosso próprio satélite.

Isso sem falar no Sisfron, que tem essas duas iniciativas, o programa Ágata e o programa Sentinel, que dizem respeito a nossas fronteiras.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Dentro da linha da explanação de V. Ex^a, de quais são os grandes eventos ligados às Forças Armadas que o Brasil está promovendo, recentemente, por ocasião da minha ida ao Fórum Mundial da Água, na cidade de Marselha, tive o privilégio de conhecer a fábrica da Eurocopter e o projeto pelo qual o Brasil está avançando largamente na produção de helicópteros, tanto para transporte de cargas quanto de frotas. Lá conheci alguns que estão sendo fabricados, parece-me que num projeto onde foram comprados 30 ou 40, não me lembro agora. Mas 10 deles estão sendo produzidos na Eurocopter, e os demais serão, com transferência de tecnologia, produzidos no Brasil, na Helibras. Eu queria apenas destacar também esse importante investimento do Governo brasileiro na área de defesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Esse é um investimento muito importante, de cooperação militar com a França, Ministro, tanto na área de helicóptero quanto com a própria Embraer, e agora reforçado por esse interesse americano também. Parece-me que foi assinado, na visita da Presidenta Dilma Rousseff, um ato de cooperação incluindo a Embraer e as forças armadas americanas. Ainda também não está bem explicado esse cancelamento súbito da compra de aviões da Embraer por parte do governo americano. Nós aguardamos que seja apenas uma decisão tomada em função de um processo eleitoral – espero eu, isso é impressão minha, tão-somente minha. Mas eu estimo que, passadas essas eleições, esse contrato seja reativado, até porque o próprio comandante das forças armadas americanas não havia sido informado do cancelamento desse contrato, algo inacreditável. O governo americano cancelou o contrato da compra desses aviões e, no dia seguinte, num dos principais jornais americanos,

saiu uma entrevista do comandante da força aérea, dizendo: "Sou absolutamente contrário a essa decisão. Essa decisão não pode ser tomada".

Voltando à questão do orçamento, temos, dentro dele, vários desses projetos. E não sei se não seria possível que nós destacássemos esses projetos do Orçamento global de modo a que ele não influa no resultado global da execução orçamentária de cada uma das Forças.

Temos o Prosub, o projeto do submarino a propulsão nuclear. Dentro de 10 anos, nós estimamos ter já esse submarino. É uma grande conquista do Ministério da Defesa, da Marinha brasileira, do Brasil, ter esse submarino a propulsão nuclear, que é imprescindível para reforçar a vigilância na nossa costa, sobretudo com essa questão do pré-sal, mas são projetos de muita relevância e que demandam recursos. Na medida em que esses recursos são demandados, eles são retirados daquele Orçamento Geral; então, a Força vai ter de apertar o cinto em algum outro lado.

Talvez, se pudéssemos estabelecer um orçamento em que houvesse, claro, a questão do custeio, a questão do investimento básico para manutenção operacional do que nós temos e mais um para esses programas, o programa da revitalização da nossa frota, o programa da revitalização da nossa Marinha de Guerra, como antigamente se chamava, mas da nossa Marinha brasileira. Enfim, temos aí a nossa estratégia nacional de defesa, que é baseada nesses três pontos fundamentais: no ponto deles, o nuclear, que está sob a supervisão da Marinha, com o submarino; o espacial, com a Aeronáutica; e temos agora um fator novo, que é o elemento cibernético e que está, se não me engano, sob a coordenação do Exército brasileiro.

A questão cibernética, da guerra cibernética, de terrorismo, esse foi um dos temas das audiências públicas desta Comissão numa das segundas-feiras passadas, em que, Sr. Ministro, foram levantados diversos aspectos desses pontos e, consequentemente, levantadas algumas preocupações. É preciso que realmente se invista muito nessa área, porque, com base no conhecimento cibernético hoje, uma potência militar como os Estados Unidos podem ficar, de uma hora para outra, inoperante, porque se conseguirem acesso a um desses códigos – verificamos isso em alguns filmes, alguma coisa – isso pode acontecer. Isso pode acontecer. E o Brasil – nós acreditamos – deve estar preparado também para enfrentar isso que poderíamos chamar de ameaça cibernética.

Na questão dos grandes eventos que o Brasil irá sediar. Nós teremos, em junho, a Rio+20, que é a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que foi alcançado graças ao trabalho de-

envolvido pelo então Chanceler Celso Amorim, que levou ao Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas o oferecimento do Brasil para sediar essa Conferência e, finalmente, no final de 2009, foi votado pela Assembleia Geral e nós aqui teremos essa grande Conferência. São esperadas mais de cem mil pessoas no Rio de Janeiro. O Brasil é um país pacífico que não tem inimigo e que não tem por que se preocupar, normalmente, com nenhum ataque terrorista. Mas, os nossos visitantes têm inimizades e esses ataques – Deus nos permita que não – poderão acontecer, porque não na Rio+20 especificamente, mas temos a Rio+20; temos, em 2013, a Copa das Confederações; temos a Reunião da Juventude Católica; temos, em 2014, a Copa do Mundo; temos, em 2016, as Olimpíadas. Vejamos quantas reuniões dessa magnitude o Brasil estará sediando e quantos países e chefes de estado de governo estaremos recebendo!

No momento em que há tanta animosidade no mundo, e o Brasil é uma ilha fora dessas animosidades, porque aqui é um território de paz, onde se construiu uma área de paz, em que não há questão atômica para ser discutida e tudo isso, preocupa-nos bastante e estou aqui, Sr. Ministro, Sr^{as}s e Srs. Senadores, refletindo apenas o que foi falado durante essa audiência a que me referi em que foram tratadas essas questões, por exemplo, como a de que o Pentágono já está considerando – considerando é fraco o termo – o Pentágono já determinou, já especificou, enfim, há outra expressão mais feliz do que essa, mas o Pentágono, nos Estados Unidos, já disse que qualquer ataque cibernético será considerado crime de guerra. Tal a gravidade que eles emprestam a essa possibilidade de um ataque cibernético, seja por um hacker americano, simplesmente, que queira brincar, enfim, e que acesse, por algum canal, um desses instrumentos essenciais para o acionamento da defesa norte-americana.

Houve também aqui, Sr. Ministro, em várias das reuniões que de nós participamos, preocupação em relação à Estação Comandante Ferraz, muito verbalizada por S. Ex^a o Senador Sérgio Souza, por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, e ficamos felizes em saber que as providências estão sendo tomadas, porque é aquela figura do *uti possidetis*, no momento em que a gente sai durante algum tempo com a cobiça que o Brasil hoje desperta, a importância estratégica do nosso pé ali na região antártica. Nós ficamos felizes e satisfeitos de saber que a Marinha, sobretudo, a brasileira, por determinação de V. Ex^a, seguindo orientação da Presidente Dilma, já está tomando as providências devidas para que seja rapidamente reconstruída aquela base.

De modo que, Ministro, seriam essas as considerações que eu faria após a sua explanação dizendo essa questão dos soldos dos militares.

Há um fato que ocorreu comigo durante o governo. Eu fui à Base Aérea de Santa Cruz voar em um F5 e, quando voltamos do voo, o comandante da base era um tenente coronel da Aeronáutica. E ele se encaminhou para o local, onde deveria trocar as vestimentas de piloto para trajes civis e, então, pediu permissão para falar. Eu disse: "Pois não, comandante". Ele disse: "O senhor está vendo aqui, eu sou um tenente coronel da Aeronáutica, tenho a responsabilidade de manter essa base aérea assim como o senhor está vendo, organizada, a responsabilidade de manter essa esquadrilha toda aí pronta para ser acionada a qualquer momento, de ter os pilotos qualificados para isso. Isso aqui está sob a minha responsabilidade e, no entanto, o que eu recebo por mês é menos do que um funcionário de início de carreira do Poder Legislativo". Um tenente coronel, Comandante da Base Aérea de Santa Cruz.

E isso eu já ouvia dos comandantes militares, essas preocupações. E, naquela época, qualquer aumento que se desse a um poder, teria que ser dado a todo o conjunto dos poderes. Então, resolvemos nos reunir, o presidente do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Secretariando a nossa reunião – uma reunião muito fechada, com o conhecimento apenas dos comandantes militares, dos ministros militares da época – o então Ministro da Justiça, que havia sido antes Presidente da Câmara dos Deputados e que havia saído do Supremo Tribunal Federal – tinha experiência, portanto, no campo legislativo, no campo judiciário e estava agora, naquele momento, exercendo a função de Ministro da Justiça. Ele estava secretariando a reunião dos chefes dos três poderes. Então, eu explanei a ele a situação e a minha solicitação foi no sentido de que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário nós não dardíamos aumento e eu daria um aumento apenas para os militares, para corrigir – não era nem aumento –, faria a correção da distorção gritante que, àquela época, havia entre os soldos dos militares e dos outros funcionários, seja de carreira de Estado ou não.

E ficou tudo combinado, então, que faríamos assim. Apertamos as mãos, e sua última reunião foi realizada no Riocentro, por ocasião da Eco-92, quando avisei ao meu líder na Câmara, à época, que também estava acompanhando a evolução dessas conversações, que estava tudo resolvido. No dia seguinte, ou dois dias depois, ele me ligou dizendo: "Olha, recebi aqui agora a mensagem do Judiciário com o aumento para o Poder Judiciário". Falei: "Mas isso não é possível, isso já havia sido combinado!" Ligo para o Minis-

tro da Justiça, e ele me disse que não foi aquilo que ele havia combinado e que ia falar com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para saber o que houve, disse que, à noite, iria à casa dele perguntar. Logo à tarde, o Deputado Líder do governo me ligou dizendo: "Olha, acaba de ser aprovado o aumento do Judiciário." Rapidamente foi aprovado, e ele nada pôde fazer.

Veio a mim para ser sancionado, ou não. Eu, na presença do Ministro da Justiça, disse: "Não posso sancionar essa lei, tenho que vetar". Ele olhou para mim e disse: "O senhor tem todos os motivos e todas as razões para fazer isso, só que recomendo que o senhor não o faça." Falei: "Não posso agir de outra maneira, porque não posso perder a confiança de três comandantes militares, da família militar." Isso que disse o Ministro Celso Amorim, fazendo apenas um parêntese, é a pura verdade: quando visitamos um desses pelotões de fronteira, é algo que nos emociona. Chegamos lá e vemos um tenente hasteando o pavilhão nacional, tendo, ao seu lado, sua esposa. Uma dessas visitas foi em Surucucu, e a esposa dele estava grávida, vivendo em uma situação inóspita, e ele, com absoluto orgulho, como se estivesse fazendo a coisa que mais lhe dava prazer na vida. Lá estava o nosso pelotão, lá estava hasteada a nossa bandeira.

Bom, eu disse que não podia fazer aquilo porque seria fugir à confiança que foi em mim depositada. Além do mais, "isso foi um equívoco gravíssimo por parte de alguém que descumpriu um acordo." Os presidentes dos Três Poderes da República, reunidos, decidiram isso. E eu então disse: "Mas vou vetar, Ministro". Ele disse "O senhor tem toda razão, todos os motivos para fazer isso, mas eu recomendaria que o senhor não o fizesse." Perguntei o porquê. Ele disse: "Eu recomendaria que o senhor não o fizesse." Falei: "Ministro, me desculpe, mas vou vetar." E vetei.

Então, essa questão do soldo dos militares, que tanto preocupa o Ministro Celso Amorim e preocupa a nós todos, é algo que precisa ser visto, ser revisto. Melhorou bastante, melhorou, melhorou, sem dúvida nenhuma, de 2003 para cá, do Governo do Presidente Lula para cá, quando tem havido melhorias. Mas é muito importante que possamos reconhecer o valor e o trabalho, muitas vezes, sem alarde, muitas vezes sem qualquer tipo de divulgação ou publicidade, mas que é realizado pelo Ministério da Defesa por intermédio dos comandos militares.

De modo, Sr. Ministro Celso Amorim, que é com muita satisfação e alegria que nós o recebemos mais uma vez aqui, na nossa Comissão.

Muito obrigado pela explanação que o senhor fez. Muito obrigado também pelo fato de V. Ex^a ter dado a palavra aos Srs. Comandantes militares. Pela primeira

vez na história deste Parlamento, em uma audiência pública, comandantes militares das três Forças estão falando e participando com abertura, transparência, como foi dito pela Senadora Vanessa e pelo Senador Aníbal, com tanta tranquilidade e normalidade total e absoluta.

Eu fico muito feliz de estar presidindo a reunião no dia de hoje, em função desse fato.

Desejo a V. Ex^a, Ministro Celso Amorim, um continuado êxito nessa sua nova missão. Tenho certeza de que, conhecendo os dois lados, conhecendo a importância da diplomacia brasileira e conhecendo a importância da participação das nossas Forças Armadas, V. Ex^a sabe muito bem que diplomacia forte tem que ter como instrumento Forças Armadas operacionais e muito bem coordenadas.

De modo que agradeço a V. Ex^a em nome de todos os colegas desta Comissão e deixo a V. Ex^a as considerações finais que deseje fazer.

O SR. CELSO AMORIM – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que, depois das suas palavras, não tenho nada a acrescentar, até realmente a omissão que eu tinha cometido, porque não havia mencionado e poderia parecer pouco prioritário, que é a parte de defesa cibernética, V. Ex^a mencionou. Há recursos já, dentro das nossas capacidades relativamente distanciais, uns R\$80 milhões, mais ou menos, eu acho que é o que está no orçamento deste ano. Então, é também uma das prioridades e que vai nos capacitar, inclusive, a cooperar com outros países. Porque você não pode cooperar se você não tem nada a trocar, não é só receber. Aí você se coloca numa situação muito frágil.

Mas eu queria agradecer essa oportunidade, eu vejo isso como uma oportunidade para falar naturalmente com os Senadores, mas, por meio dos Senadores, também é uma maneira de nos comunicar com a sociedade brasileira.

Então, eu queria, realmente, agradecer a excelente oportunidade para um debate de muito alto nível, de grande interesse. Os pontos que ainda não estiverem claros nós vamos tratar de trabalhar e responder adequadamente, mas estarei sempre aqui à disposição do Senado e à disposição da Comissão que V. Ex^a preside.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos e, em especial, de S. Ex^a o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, pela importante contribuição aqui oferecida, bem como dos Exm^{os} Srs. General do Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; General do Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

e Almirante-de-Esquadra Fernando Eduardo Studart Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada.

Registro e agradeço também a presença entre nós dos Deputados Nelson Marquezelli e José Genóino.

Por fim, convoco as Sr^{as}s e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada imediatamente após o encerramento desta reunião, quando ouviremos, em audiência pública, o Sr. Christian Bernard, Diretor-Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio+20 e a percepção Rosacruz sobre os temas da agenda daquele evento, em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2011, desta Comissão, de autoria de S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 22^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2012, QUINTA-FEIRA, APÓS A 21^a REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às doze horas e cinquenta minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Ana Amélia, Roberto Requião, Mozarildo Cavalcanti, Inácio Arruda e João Ribeiro**. Justifica ausência o Senhor Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 19^a, 20^a e 21^a Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 15 de dezembro de 2011, que diz: “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional para a qual seja convidado o Senhor **Christian Bernard**, Diretor-Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, AMORC. A Audiência mencionada tem por objetivo ouvir Sua Senhoria a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio +20 e à percepção rosacruz sobre os temas da agenda daquele evento". O Presidente convida a compor a Mesa o Senhor **Christian Bernard**, Presidente Mundial da Antiga e Mística Ordem Rosacruz (AMORC), e o Senhor **Hélio de Moraes e Marques**, Grande Mestre da Ordem Rosacruz para os Países de Língua Portuguesa. Assume a Presidência o Senador **Mozarildo Cavalcanti**. O Senhor **Christian Bernard** faz sua exposição. Faz uso da palavra o Senador **Cristovam Buarque**. Após a exposição final do convidado, e não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 19ª, 20ª e 21ª reuniões.

As Srás e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se a ouvir, em audiência pública, o Sr. Christian Bernard, Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio+20 e à percepção Rosacruz sobre os temas daquele evento, em atendimento ao Requerimento nº 54/2011 – CRE, de autoria de S. Exª, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Convidado, para compor a mesa, o Sr. Christian Bernard, Diretor-Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, a quem ofereço as boas-vindas em nome dos integrantes desta Comissão.

Convidado também o Sr. Hélio de Moraes e Marques, Grande Mestre da Ordem Rosacruz, Brasil, para que tome assento à mesa, a quem dou as boas-vindas desta Comissão. (Pausa.)

Sr. Presidente Mundial da Ordem Rosacruz, Dr. Christian Bernard, Srás e Srs. Senadores, temos a satisfação de receber hoje, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Sr. Christian Bernard,

Presidente Mundial da antiga e Mística Ordem Rosacruz (Amorc).

Presente em mais de 50 países, a Ordem Rosacruz é uma organização filosófica tradicional e centenária, que reúne homens e mulheres de diferentes religiões, classes sociais e convicções políticas.

De fato, com seus registros históricos, que remontam o século XVII, esse movimento místico-filosófico influenciou as ciências, as artes e mesmo a política, em ocasiões das mais distintas e em nações do Velho e do Novo Mundo. Dele tomando parte filósofos, cientistas, artistas e líderes políticos.

A presente audiência pública resulta da aprovação do Requerimento nº 54, de 2011, de autoria de S. Exª, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que propôs o convite ao Sr. Bernard, para que viesse à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República, para tratar da percepção Rosacruz sobre alguns dos temas da agenda da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, a realizar-se em junho próximo.

Trata-se, portanto, de evento preparatório promovido pelo Senado da República, para aquela conferência.

Estou seguro de que o Sr. Christian Bernard trará importante contribuição aos nossos trabalhos. Ele fala em nome de milhares de homens e mulheres, unidos por um ideal de fraternidade e atentos às mudanças pelas quais passa o planeta e que afetam toda a humanidade.

Com a presença de S. Exª, o Sr. Christian Bernard, e do Sr. Hélio de Moraes e Marques, Grande-Mestre da Ordem Rosacruz para os Países de Língua Portuguesa, dou por iniciada a presente reunião e convido para presidi-la S. Exª, o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A presente reunião destina-se a ouvir, em audiência pública, o Sr. Christian Bernard, Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio+20.

Conforme já foi mencionado pelo Senador Presidente Fernando Collor, concedo a palavra ao Sr. Christian Bernard, para que faça sua exposição.

O SR. CHRISTIAN BERNARD (*Tradução simultânea por profissional especializado.*) – Sr. Presidente, Srás e Srs. Senadores, senhoras e senhores, em nome da antiga e mística Ordem Rosacruz, que represento hoje como seu Presidente Internacional *Imperator*, querem receber o meu agradecimento por sua acolhida e aceitar, por meio de minha pessoa, as saudações de todos os rosa-cruzes do mundo.

Ao concederem-me a tribuna aqui nesta Comissão do Senado, V. Exás manifestam abertura de espírito

e o interesse que demonstram pelo futuro de nosso Planeta e da humanidade.

Estou muito sensibilizado pela honra que me é dada neste dia e estou feliz por partilhar com V. Ex^{as}s as minhas ideias para um futuro melhor e sustentável.

V. Ex^{as}s sabem que o humano é uma criatura dual, com um corpo físico e outro espiritual, chamado geralmente de alma.

É dito que Deus criou o ser com o pó da terra e que lhe insuflou, pela narina, o sopro da vida. Se trouxermos essa afirmação para uma linguagem menos poética, porém mais científica, podemos dizer que o homem é composto de elementos materiais da Terra e que cada uma de suas células é formada de elementos físicos vivos e revitalizantes de nosso Planeta.

Por tão complexo, admirável e maravilhoso que seja o mecanismo do corpo humano, quer seja na sincronização de seus movimentos ou na sua faculdade de se movimentar etc., não se deve esquecer que ele é composto de elementos terrestres e que não pode existir senão graças a uma lei imutável.

Não haveria vida sem essência divina, que existe não apenas nesse mecanismo, nesse todo denominando homem, mas também nos elementos individuais que o compõem. A essência divina está presente na água, nos minerais, na vegetação e em tudo que existe em estado natural. Negar essa evidência redundante em negar a vida em si. É por isso que, quando essa força vital abandona o corpo, esse se torna matéria morta.

Para colocar em ação suas leis, Deus precisa dos seres viventes, assim como nós temos uma necessidade vital de sua essência divina, para manter nosso corpo físico vivo.

Na medida em que o homem destrói o seu envoltoório físico, ele diminui a capacidade de evolução de sua alma. Mas o que será da humanidade se essa sublime harmonia e esse acordo perfeito forem rompidos? O que é válido para o corpo físico do homem também o é para a terra. Em algumas décadas, teremos destruído o nosso meio ambiente e escasseado nossos melhores recursos. Os elementos físicos aos quais me referi anteriormente correm o risco de logo não serem mais que uma lembrança classificada nos grandes arquivos do tempo. Essa força divina que anima todos os seres viventes não terá mais receptáculo, ao menos em nosso Planeta deteriorado, se continuarmos com nossas más ações.

Sem dúvida, desenvolvemos hábitos de vida que não estavam no plano original das coisas. Muito rapidamente, nos afastamos da via traçada. Cultivamos nossos erros e, infelizmente, nossa tomada de consciência é muito falível, apesar das vozes que se elevam e, sobretudo, das terríveis provações e dramas

que recebemos como lições suficientes, mas, infelizmente, nem sempre reconhecidas como tais e não compreendidas.

Nossa violação das leis quebra o nosso acordo com a natureza e a cada dia nos distancia um pouco mais de Deus. Se Deus criou o homem à sua imagem, não é para que ele se atribua o direito de transgredir ou de mudar as leis fundamentais da natureza. O homem se afasta do bom caminho, da luz do sol, do magnetismo da terra, das benesses da água pura e de todas as boas vibrações cósmicas. Brincamos de aprendizes feiticeiros ou de pseudocientistas; acreditamos poder dominar o mundo e moldar suas leis conforme nossa conveniência não para o nosso bem-estar e nem tampouco sem reservas, mas para uma fruição imediata, por ganância e por orgulho.

Não somos ridículos e pequenos em face de uma onda de quinze metros, destruindo um muro que afirmávamos indestrutível? Não é patético que os pretensos homens de espírito, armados de suas certezas e de seus diplomas, nem mesmo sonhem que a construção de centrais nucleares seja perigosa, sobretudo nas regiões sujeitas a abalos sísmicos? Ai de nós, três vezes ai de nós. Não merecemos o nome de homens, não merecemos o santuário que nos foi ofertado, a Terra. No entanto, há muitas décadas, diz-se que todos os homens de boa vontade deveriam se unir, darem-se as mãos e trabalharem em harmonia e para a harmonia.

Apesar de tudo isso e da constatação negativa que se pode fazer sobre o estado de nosso planeta, continuo a pensar que não é tarde demais e que a luz pode vencer as trevas. Mas, para tanto, é necessário que vozes de protesto se elevem e que elas se tornem tão numerosas que o som por elas produzido perturbe, por fim, a consciência de nossos dirigentes, se isso ainda for possível.

Todos podemos agir e ser agentes dessa corrente que trabalha para a salvaguarda da terra e da espécie humana. Certamente, sei que muitos entre V. Ex^{as}s já se dedicam, há muito tempo, àquilo que geralmente chamamos de ecologia, e isso em várias competências e de diversas maneiras. Mas muitos entre nós ainda têm duvidas ou são muito hesitantes. Outros ainda são influenciados pelos seus modos de vida, sua profissão ou suas leituras. Ainda ficamos demasiado impressionados quando ouvimos um professor exaltar os maravilhosos poderes destes ou daqueles medicamentos ou vacinas, ao passo que, sem alma e sem consciência, ele tem plena consciência dos males que eles acarretam.

Eu poderia lhes dar mil e um exemplos de coisas das quais deveríamos recusar a influência, mas V. Ex^{as}s são bastante observadores, instruídos e inte-

ligentes, e sei que fazem parte do grupo de pessoas que refletem medidas, diariamente, sobre o porvir da Humanidade e da Terra.

Eu gostaria, simplesmente, de dizer-lhes que V. Ex^{as}s não devem hesitar em fazer ouvir os seus pontos de vista, mesmo se os seus meios forem refratários a respeito das suas idéias.

Para os rosa-cruzes a ecologia caminha lado a lado com a espiritualidade, pois uma não pode existir e perdurar sem a outra. É por isso que no começo deste texto eu lhes fiz lembrar que o ser é uma criatura dual. Assim como V. Ex^{as}s devem empregar todos os seus esforços para proteger a saúde do Planeta e dos seus habitantes, é preciso desejar elevar-se sempre mais alto no domínio do espírito. Alcem-se para além das coisas abjetas, sórdidas e cruéis da vida, e sirvam-se do aspecto material das coisas como um degrau que lhes permitem se elevar mais alto e ter uma concepção mais grandiosa do mundo. Com o olhar voltado para o horizonte, vivam erguidos e não se ponham de joelhos, senão no santuário do belo e do virtuoso. Este está alojado no coração daquilo que chamamos, na fraternidade dos rosa-cruzes, de a catedral da alma, da nossa alma, da grande alma universal. É neste lugar que se encontra a paz profunda.

O nosso corpo deve servir no mundo dos homens e nosso espírito e nossa boa vontade serem úteis à nossa tarefa e aos nossos irmãos. Nossa alma, contudo, deve repousar no reino divino. Lá ela sempre encontrará refúgio e conforto. Quando a mágoa, a dúvida e a falta de coragem nos submergirem, deixemo-nos acalantar pela mãe divina; voemos mais alto do que todos os nossos medos e penetremos a consciência de Deus.

Eu sei que as recomendações que lhes dou são mais fáceis de dizer e de ouvir do que de se por em prática, e que nossos temores, nossas angústias e nossos múltiplos defeitos são pesos suficientes que aderem a nossos pés e nos retém, impedindo-nos de elevarmo-nos às mais altas esferas espirituais. E, contudo, não devemos jamais desistir. Mesmo se estivermos perdidos pelo caminho dessa existência, devemos manter a esperança. Haverá outras vidas, outras sendas a serem tomadas e a experiência que temos adquirido nos servirá como guia e como luz. Que assim possa ser, apesar da loucura destruidora dos homens.

Eis minha exortação para uma ecologia espiritual, e como gosto de dizer aos membros da Amorc, sejam orgulhosos de serem homens e mulheres de boa vontade.

Agora, permitam-me efetuar-lhes a leitura de um excerto do manifesto Rosacruz, redigido em 2001, o qual se segue aos três manifestos precedentes publicados no século XVII pela fraternidade dos rosa-

-cruzes. Esse manifesto aborda assuntos variados, porém primordiais.

Eis aqui o que diz a respeito da relação entre o homem e a natureza:

"Em se tratando das relações do homem com a natureza, acreditamos que elas nunca estiveram tão mal em termos de conjunto. Cada um de nós pode constatar que a atividade humana tem efeitos cada vez mais nocivos e degradantes sobre o meio ambiente. Contudo, é evidente que a sobrevida da espécie humana depende de sua aptidão para respeitar os equilíbrios naturais. O desenvolvimento da civilização gerou numerosos perigos decorrentes de manipulações biológicas no âmbito da alimentação, da utilização em grande escala de agentes poluentes e do acúmulo mal controlado de detritos nucleares, para citar apenas alguns dos riscos maiores.

A proteção da natureza, e por ela a salvaguarda da humanidade, tornou-se uma questão de cidadania, ao passo que, antes, se restringia aos especialistas.

Além disso, ela se impõe num plano mundial. Isso é ainda mais importante pelo fato de que o próprio conceito de natureza mudou e que o homem se descobre parte dela integrante.

Não se pode mais falar hoje em dia em natureza em si. A natureza será, portanto, aquilo que o homem quiser que ela seja.

Uma das características da época atual é o seu grande consumo de energia. Esse fenômeno não seria por si só inquietante se fosse gerido com inteligência. Observamos, todavia, que os recursos naturais são exaustivamente explorados e que se esgotam gradualmente: carvão, gás, petróleo. Além disso, certas fontes de energia, centrais nucleares, apresentam riscos significativos, difíceis de serem dominados.

Observamos também que, apesar de tentativas recentes de acordos, certos perigos, tais como a emissão de gases de efeito estufa, a desertificação, o desmatamento, a poluição dos oceanos etc. não são alvo de medidas adequadas, devido a uma falta de vontade suficiente. Além de fazerem a humanidade correr riscos muito graves, esses danos ao meio ambiente traduzem uma grande falta de maturidade, tanto no plano individual quanto no coletivo.

O que quer que se diga a respeito, acreditamos que as mudanças climáticas atuais, com suas tempestades, inundações etc. sejam consequência das agressões que os homens infligem há muito tempo ao nosso Planeta.

Por toda evidência, outro problema maior não cessará de se mostrar de modo cada vez mais crucial no futuro: o da água. Ela é um elemento indispensável para a manutenção e o desenvolvimento da vida.

Sob uma forma ou outra, todos os seres viventes têm necessidade dela. O homem não é exceção a esta lei natural, posto que seu corpo é formado por 70% de água. Ora, o acesso à água doce está hoje limitado a cerca de um em cada seis habitantes do globo, proporção que arrisca atingir o número de um para quatro em menos de 50 anos, devido ao aumento da população mundial e da poluição de córregos e rios.

Os maiores especialistas concordam em dizer hoje que o ouro branco será, mais do que o ouro negro, a questão deste século, com todos os riscos de conflitos associados que isso pode fazer supor. Uma tomada de consciência global também se impõe acerca desse problema.

A poluição do ar também comporta perigos consideráveis para a vida em geral, para a espécie humana em particular. A indústria, a calefação e os meios de transporte contribuem para uma degradação de sua qualidade e poluem a atmosfera, constituindo ainda fonte de risco para a saúde pública. As zonas urbanas são as mais afetadas por esse fenômeno que ameaça se expandir na medida do avanço da urbanização.

Nessa ordem de ideias, a hipertrofia das cidades constitui um perigo não negligenciável para o equilíbrio das sociedades. A propósito de seu crescimento, adotamos o parecer que Platão, a quem já nos referimos, deu em sua época: a cidade pode crescer até o ponto em que conserva sua unidade, mas nunca além disso.

O gigantismo não pode favorecer o humanismo no sentido em que o definimos; ele gera, necessariamente, instabilidade no seio das grandes cidades e engendra mal-estar e insegurança. Em se tratando das relações do homem com o universo acreditamos que estas se fundamentam sobre a interdependência, sendo o homem um filho da terra e a terra uma filha do universo, o homem é um filho do universo. É assim que os átomos que compõem o corpo humano provêm da natureza e se reúnem nos confins do cosmo, o que levam os astrofísicos a dizerem que o homem é um filho das estrelas.

Mas se o homem deve ao universo, o universo por sua vez deve também muito ao homem. Não a sua existência, certamente, mas sim a sua razão de existir. Com efeito, o que seria do universo se os olhos do homem não o pudessem contemplar? Se sua consciência não o pudesse abraçar? E se sua alma não pudesse nele se refletir?

Na realidade, o universo e o homem necessitam um do outro para se conhecerem e mesmo para se reconhecerem, o que nos leva a evocar o célebre adágio: "Conhece-te a ti mesmo e conhecerás o universo e os deuses".

Eis, portanto, um excerto do nosso manifesto Rosacruz. E eu exorto àqueles dentre vocês que desejam conhecê-lo em sua globalidade. Contudo, não quero perder a oportunidade de chamar a atenção para um evento da maior importância que vai se realizar muito em breve. A conferência sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, que será realizada aqui, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

No início deste ano, a Organização das Nações Unidas publicou um documento preparatório para essa conferência. O segundo capítulo desse documento, que recebeu o nome de *O Futuro Que Queremos*, faz uma avaliação do progresso obtido quanto ao desenvolvimento sustentável e a conservação do planeta desde a Eco-92, conferência que é considerada um marco e uma referência para os temas da ecologia e da sustentabilidade.

Peço licença para citar-lhes um pequeno trecho desse documento, em que os autores, embora reconhecendo os avanços obtidos nos últimos 20 anos, advertem para setores que não avançaram, ou mesmo que apresentaram retrocessos.

Novas evidências científicas demonstram a gravidade das ameaças que enfrentamos; desafios novos e emergentes incluem a contínua intensificação dos problemas, requerendo respostas mais urgentes.

Preocupa-nos profundamente que cerca de 1,4 bilhão de pessoas ainda vivam na extrema pobreza e que 1/6 (um sexto) da população do mundo esteja mal nutrida, com pandemias e epidemias, continuando como ameaças unipresentes.

O desenvolvimento não sustentável aumentou a pressão sobre os recursos naturais limitados da Terra e sobre a capacidade de carga dos ecossistemas. Nossa Planeta suporta sete bilhões de pessoas, com expectativa de alcançar nove bilhões até 2.050. Essa advertência, tenho certeza de que notaram, concorda integralmente com o que dissemos em nosso manifesto Rosacruz, em particular, com o excerto que acabei de ler.

O que sabemos, senhoras e senhores, é que essa situação global que vivemos hoje não pode perdurar. Não haverá felicidade para o ser humano enquanto a sua satisfação for colocada apenas no aumento do consumo, que por sua vez incentivam formas de produção que consomem cada vez mais recursos e energia, e que deixam um rastro de restos descartáveis que só agravam a poluição ambiental.

Não haverá esperança para o futuro se o desenvolvimento econômico continuar a qualquer custo, mesmo que esse seja o do desmatamento, do uso abusivo dos recursos naturais e da poluição do clima.

Não haverá paz enquanto 20% da população mundial viver na extrema pobreza e outro percentual, esse dificilmente calculável, viver sem dignidade, em aglomerações urbanas inchadas e violentas.

Quando lançamos o manifesto, nosso objetivo foi o de concluir a todos, homens e mulheres de boa vontade, a se engajarem efetivamente em uma cruzada em defesa da vida, não só a vida presente, mas também as futuras no nosso Planeta. Quero agora aproveitar essa oportunidade que me é dada para renovar essa conclamação.

A conferência que está prestes a se realizar no Brasil, um país que já detém uma posição de grande importância nas decisões globais, representa uma oportunidade única para que as nações assumam um forte e definitivo compromisso para mudar o rumo do entendimento que temos das palavras progresso e desenvolvimento.

Progresso e desenvolvimento foram feitos para o ser humano, e não o contrário.

Essa é uma tarefa que não cabe somente aos governos, mas é um esforço que, pela sua própria magnitude, precisará ser feito por uma aliança entre o Poder Público, as organizações empresariais privadas e as organizações e movimentos da sociedade civil. Só uma aliança como essa poderá dar conta do tamanho dos desafios que teremos no futuro.

Alguns podem pensar que esse desejo não passa de uma utopia de um grupo de idealistas ou sonhadores. Não é assim. Basta que lembremos que governos, empresas e sociedade civil são, afinal, feitos por pessoas, por indivíduos, por seres humanos. Esses constituem a única forma de vida neste Planeta que pode pensar e, por conta dessa maravilhosa condição, escolher o rumo que desejam para suas vidas.

Senhoras e senhores, eu lhes agradeço por sua atenção e lhes asseguro que os rosa-cruzes do Brasil, qualquer que seja seu nível social, sua condição material e sua idade, já não pouparam, nem tampouco pouparão esforços, doravante, onde quer que estejam, para que a palavra ecologia seja mais do que uma utopia.

Encerraremos com esse texto rosa-cruz que redigi especialmente para o lançamento da campanha de sensibilização à ecologia, lançada neste ano de 2012, pelo grande mestre da Jurisdição de Língua Portuguesa da Amorc, o Sr. Hélio de Moraes e Marques. Ele se intitula “Exortação Rosacruz para uma Ecologia Espiritual”.

“No começo deste século XXI e do Terceiro Milênio, quando o futuro de nosso Planeta está gravemente ameaçado e com ele a sobrevida da humanidade, lembremo-nos de que a Terra que povoamos hoje existe há

mais de quatro bilhões de anos, que o homem, como tal, surgiu há cerca de três milhões de anos e que, em menos de um século, ele a colocou em perigo.

Lembremo-nos de que dois terços de nosso Planeta são cobertos por mares e oceanos, que nosso próprio corpo é composto por 75% de água e que não podemos sobreviver sem ela.

Lembremo-nos de que as florestas são os pulmões da Terra, que elas produzem o oxigênio que nós respiramos e que sem elas não haveria atmosfera e, portanto, não haveria vida.

Lembremo-nos de que os animais viviam em nosso Planeta milhões de anos antes da aparição do homem. Que a sobrevida da humanidade depende deles e que eles são seres inteligentes e sensíveis.

Lembremo-nos de que todos os reinos da natureza são interdependentes, que não há vazio ou fronteira entre eles e que eles são, cada qual em seu nível e sob formas diferentes, dotados de consciência.

Lembremo-nos de que a Terra está rodeada por uma aura eletromagnética resultante das energias naturais que lhes são próprias e que esta aura, combinada com a atmosfera, participa da vida.

Lembremo-nos de que a existência de nosso Planeta não é fruto do acaso ou de um conjunto de circunstâncias, mas que faz parte de um plano concebido e posto em prática por esta inteligência universal a que chamamos Deus.

Lembremo-nos de que a Terra não é apenas um Planeta que permite que os seres humanos vivam, mas que também é o meio pelo qual suas almas podem se encarnar para cumprir sua evolução espiritual.

Lembremo-nos de que nosso Planeta é uma obra-prima da criação, que, embora não seja único no Universo, não deixa de ser uma raridade e que é um grande privilégio para a humanidade habitá-lo.

Lembremo-nos de que a Terra não nos pertence, que ela foi posta à nossa disposição para o tempo de nossas vidas e que ela é o mais precioso dos patrimônios que podemos transmitir a gerações futuras.

Lembremo-nos de que não temos nenhum direito perante nosso Planeta, mas apenas deveres: respeitá-lo, preservá-lo, protegê-

-lo; em uma só palavra: amá-lo. Lembremo-nos disso.

Lembremo-nos também de nossos filhos e façamos nossa a seguinte fórmula: terra humanitas que una sunt – terra e humanidade são apenas uma”.

Eu lhes agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Agradecendo a explanação do Dr. Christian Bernard, quero dar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, presidente da Subcomissão Permanente do Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Mozarildo, eu quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo por ter tomado a iniciativa desta reunião; em segundo lugar, parabenizar o Dr. Christian Bernard e toda morte, pelo poema que o senhor nos transmitiu nesta manhã aqui, porque o seu discurso tem um estilo que vai muito além dos discursos que estamos acostumados a ouvir. E, mais que tudo isso, quero parabenizar pelo conteúdo da sua fala, do seu poema e pelo que essa fala preenche o vazio que estamos tendo em relação à Rio+20.

O que acontece é que a Rio+20 é uma reunião para discutir o Planeta, mas quem virá não vai ser representante do Planeta, vai ser representante de cada país, pensando especificamente nos interesses do seu país, dos seus eleitores.

A Rio+20 é uma reunião para pensar as próximas gerações e quem virá estará pensando nas próximas eleições. Então, corremos o risco de ter um diálogo entre representantes de países sem nenhum sentimento de planeta, representantes de eleitores sem nenhum sentimento de gerações.

O seu discurso preenche esse vazio, porque o senhor traz um discurso em que eu listei aqui diversas vezes a palavra “Planeta”, diversas vezes a palavra “humanidade”, diversas vezes a palavra “civilização”. Ouvi mesmo a sua fala trazendo a necessidade de um novo conceito para progresso, de um novo conceito para desenvolvimento, e eu temo que a maior parte dos debates na Rio+20 vai ser sobre como continuar o mesmo progresso apenas usando um novo tipo de combustível nos automóveis, em vez de mudar a concepção de progresso civilizatório.

Eu vejo o senhor trazer e repetir muitas vezes uma palavra que eu duvido que os Chefes de Estado usem, que é a palavra “espiritualidade”, que eu não quero confundir com a palavra “religiosidade”, embora elas se juntem muitas vezes. Mas a espiritualidade é no sentido de transcender o momento que a gente vive

e transcender o lado material, com que nos acostumamos, espiritualidade no sentido de valorizar a cultura, de valorizar a educação, acima do consumo.

Então, suas palavras enriquecem muito o debate que temos tentado fazer sobre a Rio+20, Senador Mozarildo. Mas também gostei muito porque o senhor não ficou só na ideia de um planeta como se fosse uma unidade, de uma civilização como se fosse apenas uma unidade, pois o senhor lembrou que 20% vivem em condições de muita pobreza e uma percentagem vive em condições de muita riqueza.

E o senhor falou da necessidade de quebrar essa desigualdade. O que a gente no seu discurso e que falta em muitos dos nossos discursos, dos políticos, é um sentimento de indignação com essa realidade, a realidade de um modelo que não pensa nas próximas gerações e que, na geração atual, não pensa na desigualdade.

Então, o senhor levanta o risco de que nós não vejamos uma espécie humana suicida, que vejamos uma espécie construtiva, e nós estamos caminhando mais para um suicídio, daqui a cem ou duzentos anos, sei lá quanto tempo, do que para uma civilização construtiva, construidora.

Finalmente, quero dizer que, se essa sua fala, esse *plaidoyer*, como o senhor diz, se essa sua fala simboliza o pensamento Rosacruz, eu nem sabia, mas eu sou Rosacruz também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Indago do Sr. Christian Bernard se quer fazer algum comentário adicional à fala do Senador Cristovam.

O SR. CHRISTIAN BERNARD (*Tradução simultânea por profissional especializado*) – Eu não tenho nenhum comentário particular a fazer além de dizer que estou bastante de acordo com o que ele explicou e espero que ele tenha mais deveres, mais vozes que vão se elevar no Brasil. Sei que vocês partilham desse ponto de vista e tudo que posso fazer é felicitá-los e dizer-lhes que continuem, pois em nosso Planeta, pelo que entendi, estamos todos em perigo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial do nosso convidado, Sr. Christian Bernard, Diretor-Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, pela importante contribuição aqui oferecida, inclusive pedindo desculpas pelo atraso do início da nossa reunião.

Aproveito para informar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidida por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, aqui presente,

realizará hoje, às 18 horas, neste plenário, audiência pública para debater o tema “IDH, FIB e Outros Índices de Progresso”, com os seguintes convidados: Sr. Khalid Malik, Diretor do Escritório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, Mauro Motoryn, Presidente do Movimento Mais Feliz, os Professores Wesley Mendes da Silva e Fábio Gallo Garcia, ambos do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas.

Por fim, convoco as Srs. Senadoras para a nossa próxima reunião, que será realizada na segunda-feira, dia 07 de maio, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”, com a apresentação do 3º Painel “A diplomacia do Futuro: perspectivas” do 5º Ciclo de Audiências “Política Externa Brasileira”, com os seguintes convidados: Embaixador Ruy Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; Ministro Francisco Rezek, ex-juiz da Corte Internacional de Justiça de Haia, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-ministro das Relações Exteriores; Professor José Flávio Sombra Saraiva, da Universidade de Brasília – UnB; e Professor Lier Pires Ferreira, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Portanto, agradecendo, mais uma vez, ao nosso expositor, ao Dr. Hélio, também aqui presente, que é Presidente para a área de Língua Portuguesa, e a todos os rosacrucianos que abrillhantam aqui com suas presenças, dou por encerrada a presente reunião.

Antes, queria pedir ao Senador Cristovam que fizesse a entrega ao nosso convidado de uma placa alusiva à sua presença aqui. (Pausa.)

O SR. CHRISTIAN BERNARD – Eu lhe agradeço, Sr. Senador.

(Iniciada às 12 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 16ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (14ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (20ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte minutos do dia dezessete de maio de dois mil e doze, na sala de Reuniões nº 13,

da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do **Senador Blairo Maggi**, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Russo, Cyro Miranda, Delcídio Amaral, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Ivo Cassol, Jayme Campos, Jorge Viana, José Pimentel, Lúcia Vânia, Sérgio Souza, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Walter Pinheiro e Wellington Dias**. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente comunica nos termos do artigo 89, inciso IV, designa como membros da Subcomissão Permanente para acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição, criada pelo Requerimento nº 8, de 2012 – CI, os seguintes Senadores: Bloco de Apoio ao Governo, Suplente – Senador Vicentinho Alves; Bloco Parlamentar da Maioria, Titular – Senador Sérgio Petecão. Será feita comunicação ao Presidente do Senado Federal da designação dos membros da referida Subcomissão. Informa que como resultado da reunião com o Ministro dos Transportes e Senadores desta Comissão, realizada dia 03 de maio do corrente ano, o Gerente de Regulação e Outorgas Ferroviárias da ANTT, Fábio Coelho Barbosa, encaminha as três Resoluções (3694 / 3695 e 3696 de 2011) que materializam os ajustes no Marco Regulatório do Setor Ferroviário Brasileiro, mencionados naquela reunião. O Presidente convida a tomarem assento à mesa o senhor Noboru Ofugi, Superintendente de Serviços de Transportes de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres- ANTT; o senhor Rodrigo Otaviano Vilaça, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF, o senhor Luis Henrique Teixeira Baldez, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga – ANUT. O Presidente registra a presença do Senhor Durval Rodrigues da Costa, representante da ferrovia Tereza Cristina, de Santa Catarina. O Presidente informa que a presente Reunião destina-se a debater o marco legal do setor ferroviário brasileiro, com ênfase no quadro geral do sistema, 30 anos de implantação e gargalos, em atendimento aos Requerimentos nº 23, 37, 59 de 2011 e nº 3 e 22 de 2012 – CI, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral, Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço e outros e Requerimento nº 13, de 2011 – CAE, de autoria do Senador Delcídio do Amaral. O Presidente concede a palavra aos expositores. Após a

apresentação dos convidados, usam a palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Lúcia Vânia. Às onze horas e vinte e nove minutos, assume a Presidência o Senador Delcídio do Amaral. Os expositores respondem os questionamentos. EXTRA-PAUTA – Requerimento nº 23, de 2012 – CAE, que *Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, audiências públicas com o objetivo de discutir temas relacionados a transporte ferroviário.* É aprovado o Requerimento. O Presidente submete a dispensa e aprovação da Ata da presente da Reunião, que é dado como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Blaирo Maggi**, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no exercício da Presidência – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Blaирo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14^a Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 20^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nos termos do art. 89, inciso IV, designo como membros da Subcomissão Permanente para Acompanhamento das Atividades da Eletrobras, com foco na distribuição, criada pelo Requerimento nº 8, de 2012, da Comissão de Infraestrutura, os seguintes Senadores: do Bloco de Apoio ao Governo, suplente, Senador Vicentinho Alves; do Bloco Parlamentar da Maioria, titular, Senador Sérgio Petecão. Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal da designação dos membros da referida subcomissão.

Informo que, como resultado da reunião com o Ministro dos Transportes e Senadoras e Senadores desta Comissão, realizada no dia 3 de maio, o Gerente de Regulação e Outorgas Ferroviárias da ANTT, Fábio Coelho Barbosa, encaminhou as três resoluções,

a 3694, a 3695 e a 3696 de 2011, que materializam os ajustes no marco regulatório do setor ferroviário brasileiro, mencionados naquela reunião.

A audiência pública de hoje tem como finalidade debater o marco legal do setor ferroviário brasileiro, com ênfase no quadro geral do sistema, nos 30 anos de implantação e nos gargalos. Serão realizadas três audiências públicas para debater o sistema ferroviário brasileiro.

Eu convido para a nossa primeira audiência, para tomar parte da nossa mesa, o Sr. Noboru Ofugi, Superintendente de Serviços de Transportes de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; o Sr. Rodrigo Otaviano Vilaça, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários; e também o Sr. Luís Henrique Teixeira Baldez, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas. Nossos convidados já estão presentes.

Informo que, para melhor andamento da nossa audiência pública, concederemos 15 minutos a cada um dos que vão fazer a explanação. Se houver necessidade de um pouco mais, a mesa concederá o tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Noboru Ofugi, Superintendente de Serviços de Transportes de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Com a palavra o Sr. Noboru, por favor.

O SR. NOBORU OFUGI – Bom dia a todos, Senador Blaирo Maggi.

A ANTT agradece esta oportunidade de se fazer presente nesta discussão aqui, no Senado Federal. Entendemos bastante pertinente essa discussão, esse balanço geral do setor ferroviário brasileiro e, nesta primeira reunião, com ênfase nos marcos regulatórios, nos marcos legais.

Como companheiros de mesa que representam os outros dois segmentos que compõem o sistema como um todo, temos aqui o Dr. Baldes, representando os usuários de transportes, o Dr. Rodrigo Vilaça, representando os operadores e nós, falando em nome do Governo e do Agente Regulador. A Agência também se faz presente aqui com o Diretor-Geral, Dr. Ivo Borges, o Diretor Carlos Nascimento, que estão nos prestigiando neste evento.

Para fazer um balanço, Senador, neste momento, tenho aqui algumas informações. Tenho alguns dados estatísticos, pelos quais vou passar rapidamente, porque creio que, de alguma forma, toda a sociedade já tem conhecimento de como era setor ferroviário brasileiro no momento anterior à privatização e, depois, como está o setor no período pós-privatização.

Este é um quadro geral que mostra até a dificuldade operacional, em termos de integração do setor

ferroviário brasileiro, por conta das diferenças operacionais, calcadas, basicamente, na diferença de bitola.

Temos um conjunto de ferrovias originadas na rede Ferroviária Federal, que foram privatizadas na década de 90, entre 1996 e 1998, e outras que tiveram origem em outros setores, como a da Vale do Rio Doce, a estrada de ferro Vitória-Minas, Carajás, mais recentemente, temos o trecho que é operado pela ferrovia Norte-Sul, até Palmas, a ferrovia do Paraná e outras, agora ao encargo da Valec, que é empresa do Governo encarregada de implementar novos trechos ferroviários. Mais adiante faremos algum comentário.

Por favor.

Esta, espacialmente, é a nossa rede ferroviária. Vou passar rapidamente, para que possamos entrar no fulcro de toda essa questão, ao longo do período que estamos comentando.

O Senado estabeleceu 30 anos, mas faremos um comentário mais profundo quanto aos 15, 16 anos, período em que as ferrovias já estavam privatizadas.

Por favor.

Aquele foi um quadro de produção.

Em que pesce o aumento significativo da produção de transportes, que, praticamente, mais que dobrou, nesses últimos 15 anos, e também a diminuição substancial dos índices de acidentes, tudo isso foi fruto do investimento feito pelas concessionárias, pelas operadoras, não só em material rodante, como também em infraestrutura, a Agência entende que muita coisa ainda precisa ser feita. Em termos de infraestrutura, não só gargalos foram observados ao longo do período, mas também a necessidade premente de uma atualização dos marcos regulatórios. Muitas das questões eram impedidas de prosseguir por falta de uma maior flexibilidade na regulação.

Por favor.

Ainda os índices.

Por favor.

Aqui temos os investimentos expressivos feitos, principalmente, nos últimos cinco anos, no setor.

Por favor.

Temos aqui um detalhe de onde esses investimentos foram aplicados, distribuídos em infraestrutura, superestrutura, em material rodante.

Por favor.

Quanto a este quadro, vou passar adiante, porque farei um comentário à frente, para mostrar a atuação da Agência em termos de cobrança das concessionárias, em termos de cumprimento de compromissos contratuais.

Por favor.

Queria me deter mais aqui, nesta parte da minha explanação, para falar um pouco sobre os objetivos que

levaram à revisão desse marco regulatório por parte da Agência Nacional.

A gente entende que há uma necessidade de estimular à interoperabilidade, ampliando o *market share* da ferrovia e a intermodalidade, isso porque a gente verifica que não há uma competição intersetorial entre concessionárias ferroviárias e nós pretendemos fomentar essa competição, ampliar as possibilidades de financiamento captando principalmente os grandes usuários de transporte a participar dos investimentos ferroviários, inserindo o usuário nesse processo e também os operadores do transporte multimodal, um maior controle sobre os investimentos das concessionárias e um maior controle sobre a utilização da malha das concessionárias.

Bom, com isso, nós editamos, em julho do ano passado, uma resolução que trata de regulamentar a atuação ou os direitos e deveres dos usuários do serviço de transporte ferroviário, outra resolução trata da regulamentação das operações de direito de passagem e tráfego mútuo, disciplinando os procedimentos de compartilhamento da infraestrutura ferroviária, e uma terceira que trata de pactuação de metas de produção por trechos e também as metas de segurança.

Isso pretende delimitar a capacidade ociosa e dar uma maior efetividade na atuação regulatória. Isso porque, contratualmente, as concessionárias têm que pactuar umas metas com o poder concedente, e as metas, até então, eram pactuadas para o sistema como um todo sob responsabilidade daquela concessionária. Com essa medida, estamos trabalhando agora em pactuar metas por trechos ferroviários, com o objetivo de identificar claramente os níveis de utilização de cada trecho.

Bom, direitos dos usuários. Objetivo: consolidar os direitos dos usuários de transporte, definir a questão do serviço exclusivo e as operações acessórias – entendemos como serviço exclusivo o licenciamento, a condução e o abastecimento por parte da concessionária –, a possibilidade de contratação pelo usuário ou pelo operador de transporte multimodal e ter umas regras de tarifação bem definidas, definir também a responsabilidade das concessionárias e dos expedidores, tendo em vista a qualidade do serviço prestado, abordando claramente os contratos de transporte tendo como cláusulas essenciais os serviços mínimos e as regras para amortização de investimento caso o usuário tenha participado da operação, e o mais, eu diria, o mais importante dessa resolução é a nova caracterização do usuário dependente do transporte ferroviário.

Até então, para um usuário ser caracterizado como usuário dependente, ou seja, aquele usuário que depende do serviço ferroviário para o sucesso do

negócio dele – o negócio dele não tem viabilidade se o serviço ferroviário não for de boa qualidade e oferecido tempestivamente –, o usuário entrava com um pedido junto à Agência, que analisava a operação em termos de qual é o produto, qual era o trecho, origem e destino, e caracterizava esse usuário como dependente ou não.

Com essa nova regra, o usuário solicita a caracterização como usuário dependente, a Agência, preliminarmente, o cadastraria como usuário dependente e há um compromisso desse usuário, junto com a operadora de transporte, de apresentar, num prazo mínimo, um contrato de transporte entre ambas as partes onde se estabelece, agora, compromisso de ambas as partes. São contratos do tipo *take or pay*. Se um usuário quer ser caracterizado como usuário dependente, ele tem que garantir, em cinco anos – esse é o prazo mínimo do contrato, até para dar uma estabilidade para o concessionário investir –, ele, então, estabelece as condições e, se ele não realizar o transporte, ele paga. Isso é um contrato do tipo *take or pay*. E a concessionária, de sua parte, tem o compromisso de oferecer o serviço, como eu disse, a preços justos e o transporte tempestivo para que a operação se realize da melhor forma possível.

Estes são alguns requisitos: a emissão pela ANTT do ato declaratório; a Cláusula de *Take or Pay*, mínimo de cinco anos; e a possibilidade de revisão de até 5% do que foi acordado, o que tem que ser feito com seis meses de antecedência.

Por favor.

Na impossibilidade do acordo, a norma prevê que a Agência Nacional funcione como árbitro, caso as duas partes não cheguem a um acordo.

Garantir ao usuário a afluição do serviço. Como eu disse, a questão da tempestividade de uma tarifa estabelecida justa.

Essa norma também aborda a possibilidade de termos um usuário investidor, aquele usuário que realmente participa do investimento não só em via permanente, como também no material rodante.

A responsabilidade pela aprovação dos projetos é da concessionária, e também se definem as cláusulas contratuais mínimas e dá-se um roteiro a essa norma.

Outra regulamentação bastante importante é a que normatiza o direito de passagem do tráfego mútuo: disciplinar os procedimentos relativos ao compartilhamento da infraestrutura dos recursos operacionais, visando à integração do sistema ferroviário nacional.

Como disposição geral, a definição das capacidades instaladas, vinculadas; a abrangência do direito de passagem; recebimento e entrega de carga; declaração de renda; os contratos operacionais; e o requisito.

Por que a preocupação da agência com essa questão? Porque se verifica... Veja bem, da nossa malha hoje, em operação, de aproximadamente 28 mil quilômetros, com um carregamento, eu diria, com uma densidade bastante significativa, apenas cerca de um terço é expressivamente utilizado.

O que queremos com essa norma, juntamente com a de pontuação de meta por trecho, é identificar claramente os trechos que estão subutilizados ou não utilizados, de forma a permitir que um segundo operador possa atuar na malha ociosa. Isso está muito claro. Para que isso não ocorra, há necessidade de que aquela concessionária esteja usando 100% da capacidade – não tenha mais capacidade disponível. Aí sim, será discutida uma forma de ampliar essa capacidade através de novos investimentos, para que o próprio usuário possa participar dessa operação.

Metas por trecho. Nós estamos aperfeiçoando a atividade regulatória e permitindo a atuação pontual, como eu disse. Até então, nós trabalhamos com metas para a malha, como um todo, e está na diretoria uma deliberação final para a pontuação, neste ano, das metas por trecho.

Nós realizamos um intenso trabalho junto às concessionárias. Em relação àquela meta para o sistema, como um todo, accordado no ano passado, nós já transformamos isso e detalhamos por trecho ferroviário. Sabemos, agora, qual é o nível de utilização de cada trecho, de forma a permitir que um terceiro possa vir a operá-la.

Temos também lá as metas de segurança incluídas que são contratuais, são obrigações contratuais. As duas obrigações que temos nos contratos com as concessionárias são as metas de produção e as metas de segurança.

Por favor.

Como eu disse, isso já foi feito. Eles apresentaram as metas para os próximos cinco anos as quais já foram pactuadas e estão na diretoria para deliberação, que deve sair ainda neste mês.

Bom, fruto disso, já a partir do próximo ano, porque temos todo um calendário neste ano... O mais importante depois do estabelecimento das regulamentações é a aplicação. Na verdade, o que toda a sociedade está esperando agora é o produto final de todo esse esforço que estamos fazendo da introdução de novas regras. Como isso vai funcionar?

Então, nós já estamos trabalhando junto com as concessionárias, de forma a obtermos, no final do ano, a chamada declaração de rede, onde serão divulgadas e colocadas ao conhecimento da sociedade toda a capacidade utilizada e a capacidade ociosa em cada trecho ferroviário, de modo a permitir que um terceiro

operador ou um usuário investidor possa participar dessas operações.

Já estou concluindo.

Essa Deliberação 124 é que criou condições para que a gente abordasse com precisão a questão dos trechos subutilizados e não utilizados e sem tráfego. Isso foi editado no ano passado. Deu-se um prazo de sessenta dias para que as concessionárias apresentassem a sua proposta em termos de recuperação ou em termos até de proposta de devolução de trechos. Isso já foi analisado na parte técnica e está em análise agora na diretoria para deliberação final.

Como fruto disso, já determinamos à Transnordestina que recupere o trecho Cabo-Propriá até 31 de julho de 2012. Só que ela está dependendo da questão do licenciamento ambiental para começar as obras. Então, tem uma justificativa muito clara.

Nós estamos aceitando a solicitação da Transnordestina de devolução do trecho Salgueiro-Jorge Lins e está com pedido junto à Agência para a devolução do trecho Paula Cavalcante-Macau, em função até da construção da chamada Nova Transnordestina em bitola larga. As outras concessionárias apresentaram o plano e se encontra em análise para deliberação.

Por favor.

Por último, que ainda não tem uma definição concreta do Governo, mas tudo caminha para que tenhamos um novo modelo de gestão e operação ferroviária, que é separar a gestão da infraestrutura ferroviária com a operação propriamente dita.

Espera-se colocar isso em prática, principalmente nos trechos que estão sendo construídos pela Valec, que, pelo menos no primeiro pensamento, seria a gestora da infraestrutura e tendo a linha aberta para qualquer operador que quisesse operar, desde que, claro, satisfaça os requisitos mínimos para fazer essa operação.

Bom, estas são as informações, pelo menos nesses quinze ou vinte minutos, e estamos aqui à disposição para outras indagações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Noburo Ofugi, pela sua explanação.

Cumprimento a nossa Presidente, que chegou à nossa reunião mas me incumbiu de continuar presidindo a sessão, uma vez que ela terá que se ausentar daqui a pouco.

Mas, se a senhora quiser tocar, eu abro mão.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pode tocar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está bom. Muito obrigado.

Quero, então, convidar agora o Sr. Rodrigo Otaviano Vilaça, que é Presidente Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, para fazer sua explanação em quinze minutos.

O SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA – Bom dia, Senador Blairo, Senadora Lúcia, demais Senadores, Comissão.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui para tratarmos de um assunto muito delicado, muito importante na infraestrutura de transporte e logística do Brasil, especialmente no setor ferroviário, onde temos um desafio grande.

A ANTF congrega hoje as onze malhas concedidas à iniciativa privada desde 1996, quando do Plano Nacional de Desestatização. Entre 92 e 96, praticamente, foi feito o estudo para levar à iniciativa privada uma malha totalmente sucateada, abandonada, esquecida, sem planejamento algum, de uma estrutura desses 28.400 quilômetros que estavam totalmente abandonados, com algumas exceções.

O Dr. Noburo fez a colocação sobre os pontos específicos do marco regulatório. Estão totalmente dentro do que estamos conversando há três anos na Agência, no mínimo, fruto também de um pleito nosso de 2004, quando nós realizamos o 1º Encontro Brasil nos Trilhos, onde detectávamos o horizonte que queríamos atingir justo neste ano de 2102. Isto está registrado em todos os documentos que foram encaminhados ao Ministério dos Transportes, o responsável pelo nosso processo até então e, posteriormente, na agência reguladora, que foi seguida, depois de sete anos, de quatro anos das concessões findadas.

A agência reguladora foi criada posterior ao processo, quatro anos após todas as concessões, em 2001. Completou dez anos exatamente, Senador. Estamos há quinze anos operando essa malha, operando num tempo máximo de 30 anos. Estamos literalmente na metade da concessão e num momento ímpar, importante, que o País vive, da globalização, do seu aquecimento, mas, de fato, a partir de 2005, é que nós realmente, como sociedade, começamos a dar uma visão ao setor ferroviário. O setor, até então, não era visto, ele não era observado e eu vou demonstrar isso em números.

Essa foi a malha concedida. Boa parte dela com dificuldades operacionais, como o Dr. Noboru Ofugi colocou, um terço de dificuldade na operação, com canibalização do seu material rodante, com o sucateamento numa faixa de 40, 42% e com um grupo de apenas 119 mil pessoas trabalhando no sistema, inchado, totalmente inchado. Hoje nós somos 44 mil trabalhadores diretos no sistema, 11 mil em canteiros de obras e com 117% a mais de produtividade desde 1997.

É um exemplo de eficiência de um caso de concessão ou privatização bem sucedida no nosso País. Eu não tenho dúvida nenhuma disso, principalmente quando eu coloco, Senador Maggi, R\$30 bilhões de capital privado, capital esse muito ajudado pelo nosso BNDES, mas é empréstimo que tem que ser pago, que tem que ser honrado; R\$15 bilhões em impostos, ou seja, para cada R\$1,00 de imposto e tributo pago pelas concessionárias, nós investimos R\$2,00; e, Dr. Baldez, junto também com os nossos usuários, com os nossos clientes que acreditaram, clientes esses tradicionais ou não e novos, que poderíamos fazer uma diferença no custo logístico brasileiro através da ferrovia.

Dentro desse quadro, vale lembrar, mais à frente vai ter, que o passivo anual da rede ferroviária era R\$2,2 bilhões por ano e que saímos com um superávit, em 15 anos, de aluguel da malha aos cofres públicos, o Tesouro Nacional, de R\$5,4 bilhões e de impostos e tributos federais, estaduais e alguns municipais de mais de R\$9,6 bilhões. São números expressivos dentro desse universo que eu vou mostrar.

Queria destacar que, neste mapa de ampliação da malha, diferentemente daquele primeiro, ainda virá 2014, 2015, 2016, mas que bom que, em 2004, 2005, se começou a pensar nesse processo de crescimento e expansão da malha. Essa ampliação foi inteiramente correta por parte do Governo, da nossa agência reguladora, no que se refere à exploração dos portos do norte e noroeste do Brasil e à interiorização da malha ferroviária, devido aos avanços que o agronegócio proporcionou nesse cerrado brasileiro e até mesmo no meu Nordeste, considerando o Piauí, Maranhão, Bahia, como lugares em que eu não imaginava ter uma soja de tão boa qualidade, como os gaúchos fizeram no sul do Brasil e avançaram para toda a região Centro-Oeste brasileira.

É inacreditável viajar por este País, viajar pelo Mato Grosso, seu Estado, Senador, e ver o plantio, o algodão, a soja espalhados em uma região inóspita, praticamente muito desconhecida de muitos dos brasileiros que não têm ideia da dificuldade que é chegar e sair de lá.

Mas está correto.

Por favor.

Esse era o passivo da rede. Era essa a visão que nós tínhamos, o quadro econômico literal, e que levou ao modelo de privatização. Então, o objetivo foi atingido – livrar os cofres públicos de uma despesa nesse patamar –, lembrando que, em 1º de julho de 1995, o real se estabeleceu, a nossa moeda se estabeleceu no nosso País e vem dando condições para que o transporte aquaviário e o ferroviário tenham esse crescimento, esse boom de poder fazer com que a in-

termodalidade e a prática da movimentação logística nossa possa ser compatível com um país que quer ser a sexta potência do mundo.

Vale lembrar esse número expressivo dos investimentos, como já citei.

Nesse ponto, um susto maior, Senadores: em 2003, mais de R\$1 bilhão de capital privado; em 2005, R\$3 bilhões aplicados por iniciativa privada; em 2008, apesar do final do ano, setembro de 2008, a crise econômica mundial, R\$4 bilhões de investimentos; e em 2009, naturalmente, uma queda, como todos os negócios no mundo inteiro e retomada do nosso patamar de crescimento expressivo, ao ponto de, no ano passado, termos tido R\$4,5 bilhões no sistema. Independentemente de toda a crise que vivemos com a Agência Reguladora e os usuários, vamos atingir a cifra de R\$5,3 bilhões, ou seja, vamos alcançar o nosso propósito de investir no sistema ferroviário do País, de acreditar num modelo que tenha sido executado, de entender que necessitamos de uma reparação, de um conserto, para podermos ser, na segunda metade, mais competitivos, mais eficientes, mais demandados, naturalmente com o foco e a visão que o nosso usuário determina, podendo atender aos seus anseios e, até digo mais, superando suas expectativas.

Como foi dito aqui anteriormente, um dos pontos do marco regulatório é a condição de visão que a Agência passou a ter. Tivemos pontos comuns, pontos iguais, mas tivemos também outras discordâncias, pois é democrático, no nosso País, discutir e levar, no campo técnico e jurídico, as condições que entendíamos que poderiam colaborar com o Governo brasileiro, com o Ministério e sua Agência. É nesse sentido que foi posto, dentro da Agência, com a sua diretoria e com os técnicos que hoje trabalham lá, para que entendessem a visão técnica do que tínhamos que executar.

Porém, os projetos em ferrovia são de cinco anos. Como vocês viram, o investimento é para três anos e a visão de meta é para cinco anos. E o negócio ferrovia se olha nesse horizonte mínimo de cinco, dez, mas o ideal é olhar o horizonte de quinze anos. A nossa proposta é: como teremos a nossa ferrovia em 2030 e como podemos conciliar o proposto pelo Dr. Noboru, que todos chamamos de novo marco regulatório, para que possamos caminhar e dar sequência a esse conjunto de investimentos?

Pode ir tocando três vezes.

Como podemos realizar uma obra como esta, como a Ferroanel, de São Paulo, se não tivermos perspectivas de uma equiparação ou de uma situação que possa comprovar um investimento de R\$2,5 bilhões em dois anos de construção? Essa obra vai desafogar não

a cidade de São Paulo. Vai desafogar o nó ferroviário do Brasil, que é enorme e bastante significativo.

Antes disso, passando pelos *slides*, vivemos uma outra realidade que é operacional, que é do desconhecimento de muitas pessoas, sob a ótica de telecomunicação, de *handling* de mercadorias ou transbordo de cargas, de mão de obra qualificada ou não qualificada. Não somos diferentes da indústria brasileira de serviços e produção, e está faltando mão de obra no setor. São 15 anos de ausência de investimentos na rede e na Fepasa, quando houve o abandono do ponto de vista de formação de uma mão de obra, e estamos recuperando esse sistema. O negócio é de grandes investidores, pois se trata de ferro, que é uma estrutura pesada, onde não cabem aventureiros nem tampouco o imediatismo. Quando somos comparados ao sistema rodoviário, principalmente no que se refere a frete, não é uma comparação na mesma base.

Essas obras são realizadas, e não ficou claro de quem é a responsabilidade do investimento. E vou lembrar a V. Ex^a, Sr. Senador, que, em 2003, foi criado um plano nacional de revitalização de ferrovia. Se V. Ex^a olhar, e todos os senhores acompanharem, vai ver que nada foi feito pelo Governo. Enquanto colocamos R\$45 bilhões, o Governo não colocou R\$1 bilhão, nem mesmo, praticamente, nas redes que ainda estavam sob o domínio do Governo.

Quando digo nada ou quase nada feito, falo em termos do que o setor precisa. Estamos falando de construir 11 mil km, e temos 28, um terço, operando. Ainda bem que estão operando esses corredores, porque a ferrovia brasileira é corredor de exportação. Todas elas foram criadas nesse sistema. Não é para integrar o Brasil. A Norte-Sul vai fazer esse trabalho, agora; a Transnordestina vai fazer esse trabalho; a Ferrovia do Sul, com a união dos três Estados, vai fazer esse trabalho; mas a cabotagem deveria ser mais bem trabalhada.

Pode passar um pouquinho mais rápido.

Esse são os meus entendimentos. O que para nós, ferroviários, vale é esse exemplo. Essa é a ferrovia que para nós têm de existir. Agora, para chegar a essa situação, Senadora Lúcia, é difícil, porque há desapropriação, há área indígena, há Ibama, há governo estadual.

Eu vou lhe dar um exemplo – pode passar o outro *slide*, por favor – na Transnordestina. A Rede Ferroviária fez e criou nove sucessores. E vou lembrar que a Rede Ferroviária não está extinta. Ela está há 14 anos sem que seus sucessores assumam suas responsabilidades. A Transnordestina, para fazer essa obra de 2 mil km, aproximadamente, teve 21 intervenientes. Foram 21 para tratar e para chegar a esse ponto que está aí

agora e começar a ver uma ferrovia digna da estima do ferroviário. Enquanto está na terraplanagem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA – Não, ainda não, Senador. O trecho do Nordeste, de Pernambuco, deve estar pronto no final do ano que vem. Essa é a nova Transnordestina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA – Foram trechos de menos de 20Km, 28 km, mas de frentes de trabalho. É mais nesse sentido.

Os cronogramas estão atrasados, tanto das obras privadas quanto das obras públicas. Todas elas estão. Como disse no mapa de expansão, só vamos ver resultado, em 2015, para as obras que a Valec, hoje, constrói. Antes disso, não vamos ver. E está aí a produção. Vamos romper este ano com mais de 320 bilhões de TKUs transportados, que é o efetivamente transportado pela ferrovia.

Por favor.

Em toneladas úteis, que fica numa linguagem mais de comparação, vamos chegar aos 522 milhões de toneladas, o que representará cerca de 25,6% da matriz de transporte brasileira.

Somos uma ferrovia de *heavy haul*, o minério e o carvão, e o que mais cresceu foi o agronegócio. Cresceu como? Em 281%, nos últimos três anos; 277%, corrigindo. Essa é a variação que vem ocorrendo no segundo grande fluxo de mercadoria nosso.

O contêiner é um desafio imposto a nós pela nossa agência reguladora, comparado com o que os americanos fazem, e é nesse caminho que estamos evoluindo para buscar um patamar de carga geral mais adequada para o sistema ferroviário brasileiro.

Falei dos 44 mil trabalhadores. Vale observar o crescimento que estamos tendo, contínuo, na mão de obra, lembrando de 11 mil pessoas trabalhando em 11 frentes de trabalho no Nordeste brasileiro, no Mato Grosso e no grupo Vale, no Pará, em Carajás.

Por favor.

Mão de obra. Essa é a nossa mão de obra que estamos treinando e capacitando. E posso lhe dar exemplos de sucesso no programa de *trainee* das nossas ferrovias, pelo qual o jovem, hoje, tem interesse pelo setor.

Esse é um trabalho social que poucos vêm, mas que é feito só pela iniciativa privada. Estamos com um pleito no Denatran para que também entendam que trem é transporte, lembrando a todos que o transporte de nossa responsabilidade é de carga, nunca foi de passageiros. Somos naturalmente cobrados por esse tipo de serviço, quando não é a origem dos contratos estabelecidos conosco.

Campanhas educativas e de segurança.

Por favor.

Estou acabando, Senador.

O nosso negócio cresceu mais do que o dobro do PIB brasileiro no período, que foi de 54%. Estamos ou não estamos trabalhando? Não somos perfeitos. Temos deficiências, temos dificuldades. Há um lado escuro, um lado nebuloso, que não é percebido naturalmente pela sociedade.

Senadora, somos ruins de imagem. Literalmente, não soubemos mostrar a dificuldade que é trabalhar nesse sistema. Não soubemos e damos a mão à palmatória. Recebemos a orientação da diretoria anterior e desta, da ANTT, para que pudéssemos alterar o programa.

Há um avanço – pode voltar, por favor – significativo, que faz parte desta Comissão. Olhem o avanço que tivemos, por exemplo, na eficiência energética das nossas locomotivas. Não sei se é do conhecimento dos senhores e das senhoras, mas nós, hoje, praticamos o B-25 nas locomotivas brasileiras, enquanto os caminhões não têm nem o B-5, biodiesel. Só que, para surpresa, Senadora, temos locomotivas híbridas, a gás e a diesel, ou seja, estamos trabalhando, e essa tecnologia é desembolsada por nós para buscarmos alcançar eficiência.

Por favor.

A ANTF e suas associadas trabalham no sentido de diálogo, de busca de entendimento, e é assim que temos feito com o Ibama, com a própria Agência Reguladora, com o Ministério dos Transportes, com a AGU, em busca de mostrar aos nove sucessores da rede que temos, após 14, 15 anos, resolver os problemas pendentes que não têm soluções imediatas. São 14 anos que trabalhamos também no escuro. Se eu perguntar aos senhores, Senador Eduardo, como vou fazer, daqui a 15 anos, para entregar a ferrovia brasileira, a resposta vai ser que não se sabe, e o exemplo está aqui: como vou entregar os vagões e as locomotivas? Isso ainda não foi decidido entre as partes que têm de decidir. Estou falando Dnit, ANTT, Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento, AGU, Iphan. Já fui à Fundação Palmares resolver problema de ferrovia. São nove intervenientes. Saímos de 1.154 locomotivas para 3 mil e de 43 mil vagões, dos quais 42% são sucateados, que transportavam pouco produto, para mais de 100 mil, e o nosso propósito é de chegarmos a 140 mil vagões. Isso não significa, Senadora, 9% da frota americana. Esse volume é o que está parado nos Estados Unidos, por força da crise mundial. É dentro dessa linha que estamos trabalhando.

Por favor.

Esses são os nove interlocutores da Rede Ferroviária.

Como é que faço? Tinha um, e os nove não interagem, não se conversam. Como fazemos? Estamos buscando um seminário para discutir essa coisa, e está aí o de registro de bens, como o Dr. Noboru bem colocou. A Agência e quem estamos convidando têm sido muito pró-ativos, e é nesse sentido que o diálogo leva a um bom entendimento e à busca do melhor a fazer.

Esta foi a primeira metade, Senadores, do que fizemos: melhoramos o que podíamos na via; criamos aspectos de segurança; reduzimos o tempo de viagem; compramos o material; recuperamos a frota sucateada. Não temos um trabalho de recuperação como os caminhões terão para renovar a sua frota. Se acontecer um acidente ou situação parecida, você não pode tirar um vagão de lá. Se removermos ou cortarmos, porque só tem essa condição, somos presos, somos acusados de várias coisas. Não temos essa norma estabelecida.

Então, há uma série de detalhes técnicos que não aparecem, e, claro, ficam os principais, que são preço, volume de investimento, produtividade, retorno de investimento. Afinal de contas, é capital privado. O Governo quer retorno, os usuários querem sempre melhores condições, e estão certos, e o nosso capital também tem que retornar, porque o Governo está recebendo. Por que os R\$5,3 bilhões que pagamos de aluguel não voltaram para o nosso sistema? Somos autossuficientes, podemos fazer isso. Por que a taxa da Infraero de embarque em aeroporto também não foi para melhorar os aeroportos brasileiros? Por que o pedágio melhora as estradas que são pedagiadas? Por que o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é usado para a recuperação da frota marítima brasileira? Por que hidrovia não existe neste País? E por que dutovia é apenas pela Petrobras e uma ou outra empresa mais recentemente? E a ferrovia não pode, por quê? Porque tem que pagar um passivo trabalhista de 38 mil processos. Dizem que existe de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões para serem pagos. Somos os responsáveis?

Não somos perfeitos, repito, temos muito o que corrigir, mas estamos fazendo, só que não sabemos mostrar isso da forma mais adequada.

Aqui, é a parte mais impactante que o Dr. Noboru colocou: a ideia do novo marco regulatório. Queremos, entendemos que temos que resolver o problema anterior, que temos que melhorá-lo, mas o que foi proposto também foi extremamente exagerado. Ferrovia não precisa de protagonismo. O negócio ferrovia está bem trabalhado no mundo todo: na Inglaterra, na Espanha, nos Estados Unidos, na África, na África do Sul, na Alemanha. Muitos nos compararam à Alemanha

e à Espanha, mas lá é para passageiro, não é para carga. O modelo é diferente. Não precisamos de protagonismo. Hoje, a Inglaterra, a Espanha e a França estão em declínio, mas já vivemos isso. Vamos repetir o erro do passado? Estou falando da história com h, não da historinha que conto para os meus filhos. Vamos repetir? Não, não precisamos de protagonismo. Temos um modelo que podemos alcançar, e é esse o desejo e foi essa a briga. Tivemos de levar à agência os nossos pleitos.

Quero crer que acabou. Esse é um resumo do setor.

Pode passar.

Encerro por aqui, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT)

– Muito obrigado, Sr. Rodrigo Otaviano Vilaça, que é Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

Concedo a palavra ao Sr. Luís Henrique Teixeira Baldez, que é Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas;

O seu tempo é de 15 minutos.

O SR. LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ –

Perdi 30 minutos aqui, mas eu os peço mais na frente.

Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, obrigado pelo convite. A Anut se sente honrada por participar e mais honrada ainda porque também está representando a CNA neste momento.

O olhar do usuário, que é quem paga toda essa conta que foi colocada aqui, tem que ser um olhar crítico. É claro que nós entendemos que o sistema melhorou, que como estava não era possível, era clara a extinção do sistema ferroviário brasileiro. Então, foi uma decisão àquela época das mais acertadas em transformar em parceiro o setor privado e realmente o setor hoje oferece um trabalho muito melhor do que no passado. No entanto, ainda percebemos, e isso é muito bom até, porque, com o crescimento da economia, vão surgindo essas ineficiências que ensejaram estarmos hoje aqui debatendo essa questão. O que o usuário quer? Ele quer oferta, quer qualidade na prestação do serviço e quer pagar o preço, o valor, a tarifa justa e não uma tarifa que coloque ineficiências em sua prestação. Do nosso ponto de vista, existem três tipos de ineficiências que nós, usuários, hoje estamos pagando. É uma ineficiência física que aqui foi colocada nessa questão de você ter problemas de contornos urbanos, em que a velocidade do trem baixa violentamente, as invasões de faixas de domínio, acesso aos portos brasileiros, a baixa conectividade a que o Dr. Noboro falou aqui. Só 7% da produção são feitos na base do direito de passagem ao tráfego mútuo. Ou seja, há ilhas; as malhas

são verdadeiras ilhas que precisam ser mais bem conectadas entre si. Essa é uma ineficiência que existe.

A institucional todos nós conhecemos, que são esses processos longos, muitos intervenientes, superposição de competências e, muitas vezes, não se sabe a quem se dirigir para tomar determinadas providências. E a ineficiência regulatória é quando ela não tem ou a regulação é malfeita ou ela não atende os anseios de quem está naquele setor.

Próximo.

O nosso objetivo é sempre a competitividade. A Fiesp, recentemente, fez um estudo, mostrando que o custo de ineficiência lógica no Brasil é daquela ordem de R\$17 bilhões por ano. Então, precisamos... O que é essa ineficiência. É a ineficiência dos vários tipos de modais, mas também dos vários tipos de funções que estão dentro do planejamento daqueles modais.

Nos próximos dez anos, a ANTF falou que aumentou em 277% o transporte de grãos, vamos ter mais 50 milhões de toneladas de grãos, que precisam ser transportados, que precisam chegar aos portos, e nós precisamos ter oferta e qualidade na infraestrutura.

O que queremos é pagar os custos dos serviços em regime de eficiência. Por que transferir ao usuário e ao consumidor a ineficiência que podemos e temos competência para superar? Portanto, a ferrovia, nesse sistema, é fundamental.

Próximo.

Uma ineficiência física. Foi reconhecido aqui que só um terço da malha é plenamente utilizado. Como nós precisamos de mais de 50 mil Km de ferrovias, teríamos, em tese, não totalmente os 18 mil Km, mas muitos quilômetros que precisaríamos recuperar e colocar em operação. Não é possível que nós precisemos de tantos quilômetros e tenhamos tantos quilômetros abandonados ou subutilizados. Então, essa é uma falta de oferta.

Nós temos projetos em implantação. Infelizmente, todos os cronogramas desses projetos estão atrasados. A Fiol está parada; a Fico também – acho que ainda está em estudo –; o prolongamento sul da Norte-Sul deve estar pronto agora em julho – é o que eu tenho ouvido falar –, mas não se sabe ainda quem vai operar e que modelo vai ser adotado para operar. É preciso definir também esse modelo. Se nós criticamos o modelo que aí está em algumas dos seus conceitos, é preciso fazer um novo modelo que elimine as ineficiências dos atuais modelos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só uma pergunta.

O SR. LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Prof. Baldez, de quem é a responsabilidade desses investimentos? É do Governo? É do Tesouro?

O SR. LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O financiamento...

O SR. LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esses investimentos a que o senhor se refere que estariam ainda atrasados, de quem é a responsabilidade deles?

O SR. LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Aqui tem investimentos públicos. É o caso da Valec, da Fiol, da Fico e do prolongamento da Norte-Sul, seja na parte sul inicial ou na sul. Isso é tudo do Governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – São trechos que não foram concedidos ainda?

O SR. LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Não, não foram concedidos.

A questão da Deliberação 124, sobre a qual o Dr. Noboru falou ainda há pouco, é a questão de... A Agência perguntou às empresas concessionárias: “o que vocês querem fazer com os cinco mil quilômetros que estão abandonados?” As empresas responderam: “três mil eu recupero [mais ou menos esses números] e dois mil eu devolvo para vocês.” Nessa situação, há dois problemas: recupera em que bases, ou seja, qual é o prazo de recuperação e quando aquilo vai estar oferecido ao usuário, e o que fazer com o que for devolvido. A figura do usuário investidor foi instituída – uma grande decisão tomada –, mas o investidor tem que saber as regras daquilo em que ele vai entrar. Então, é preciso definir com clareza essa parte que será devolvida ao Governo, ou seja, a forma que o Governo vai propor como parceria ao setor privado.

Por favor.

O cenário com que nós trabalhamos hoje.

Você podia voltar? (*Pausa*.)

Em torno de 28 mil Km da malha é concessionada. A distância média de transporte é 600 Km. Isso significa o quê? É por isso que está concentrada em determinados corredores a produção ferroviária. Ela não está espalhada. Ela é concentrada no produto, porque 75% é minério de ferro e correlatos e em determinados corredores. É preciso espalhar essa malha, mas o

tempo corre; o Brasil cresce dia a dia; a infraestrutura cresce, sei lá, de três em três dias. Essa é a defasagem. A velocidade média é relativamente baixa por causa dessas ineficiências físicas que existem nas travessias e nos contornos urbanos. Não é possível que nós não tenhamos competência para estruturar um modelo de parceria de governo com a iniciativa privada para resolver esse problema. É um problema de saber de quem é a responsabilidade e quem vai financiar. Há tempo nós estamos tentando. Nós apoiamos integralmente a solução desse problema.

A próxima, por favor.

Essa é outra característica desse modelo. Quer dizer...

Pode voltar, por favor. (*Pausa*.)

Primeiro, ele é caro porque não tem competição. O que ocorre é que a posição das concessionárias dentro de sua malha é uma posição monopolista. Por isso, é preciso uma regulação muito forte e uma eficiente fiscalização no cumprimento daquela regulação.

Do ponto do usuário, ninguém quer que uma concessionária não tenha ganhos financeiros, rentabilidade e lucratividade, porque ela tem pesados investimentos e pesadas responsabilidades a fazer. Não é esse o ponto. O ponto é que não podem os concessionários se apropriarem de todos os ganhos de produtividade e de eficiência que esse modelo proporciona, porque essa é a característica do monopólio. O monopólio impõe um preço e ganha toda a produtividade que o usuário ou a carga ou o consumidor proporciona. Não passa nada, por quê? Porque falta uma regulação para isso.

As tarifas-teto são excessivamente elevadas. Isso já é um fato. Inclusive a própria ANTT está em processo de decisão para os novos tetos tarifários.

Aqui foi aquela informação que eu dei ainda há pouco. Vai ficar à disposição aqui.

Algumas ineficiências institucionais. Temos crescimento, demanda, recurso, projeto, vontade, mas não acontece porque os processos são muito longos. Um processo de arrendamento portuário leva cinco anos, seis anos. O processo de decidir as coisas é muito longo e muitos órgãos estão envolvidos. Aliás, a ANTF mostrou ali a relação com outros órgãos. Qual é a consequência? É o não fazer. Esta é a pior ineficiência: não ter. Ter, mesmo com ineficiência, é melhor do que não ter. Não ter infraestrutura é atravancar o País. É não ter projeto, mão de obra, emprego, renda, oferta do produto. O custo de não fazer é perda de oportunidade, baixa velocidade e exceção econômica.

Por favor.

Existem deficiências regulatórias. Como estão os atos regulatórios da ANTT? Em processo de construção. A ANTT, apesar de ser de 2001, somente nos últimos

quatro anos criou uma mentalidade, um conceito de regulação maior, forte. Em julho do ano passado foram citadas as três resoluções que, para nós, usuários, foram um marco, porque finalmente aclararam muito as dificuldades que tínhamos com os concessionários. Melhorou muito. A revisão dos tetos tarifários, que aguardamos ansiosamente, também está em processo, e, pelas notícias que temos, até o mês de julho devem sair os novos tetos tarifários.

A ANTT não está mexendo na tarifa que a concessionária cobra do usuário. Isso é uma negociação entre as partes. Como é monopólio, precisa regular um *price cap*. É isso que a ANTT faz. Existe uma agenda regulatória hoje na ANTT, que já foi objeto até de consulta pública, que também está em implementação. Esse novo modelo de concessão está indefinido.

Quero só lembrar o seguinte: o tramo sul da Ferrovia Norte-Sul, vamos dizer assim, praticamente pronto. Agora, em julho provavelmente deve estar em condições de entrar em operação. Mas quem vai operar aquilo lá? A Vale tem uma subconcessão que vai até Palmas e que vem lá da ferrovia Carajás. É uma subconcessão num modelo atual, quer dizer, no modelo em que a concessionária é gestora da infraestrutura. Como vai ser esse novo tramo? Como vai ser operado esse novo tramo? Vai ser a Valec a gestora da infraestrutura? Quais as regras de pré-qualificação desses operadores? Qual vai ser o conceito do direito de passagem? Como isso vai interligar entre uma malha e outra? Quer dizer, tem "n" indefinições que precisam ser colocadas para nós. O conceito inicial de separação, concordamos com ele, mas é preciso detalhar como isso vai funcionar.

Com relação à questão do direito de passagem, uma questão regulatória importante, apesar de não ter essa prevalência no modelo atual, porque a regra é a que está lá e tem que ser cumprida, é preciso definir mais claramente como o direito de passagem teria prevalência regulatória.

A questão dos impactos regulatórios. Não adianta só colocar a regulação, é preciso saber se a regulação vai funcionar, se a regulação atingiu os objetivos para que foi feita, porque senão não adianta. Na Anut nós fazemos isso com os nossos associados, mas é um mundo muito menor do que o Brasil inteiro. Quer dizer, alguns associados...Estamos acabando agora. Vamos ter uma reunião em São Paulo em que nos vamos ver os resultados, depois vou encaminhar à ANTT o que aconteceu entre julho do ano passado, com as três resoluções, e julho deste ano. São essas as três resoluções. Pode passar, por favor.

Essa é a estrutura regulatória futura. O que nós queremos? Primeiro, gostaríamos que o Conit funcio-

nasse. Uma reunião de ministros toma decisões que passam a ser implementadas de imediato. Elas não são proposições, são decisões a serem tomadas. Os marcos regulatórios precisam ser fiscalizados e não apenas editados. As obras têm de ter um cumprimento de cronograma que é a questão da oferta do serviço. O caso da Fiol é emblemático. Temos uma empresa que apostou naquele cronograma de obras e que hoje se vê em dificuldades. É a Ferrovia de Integração Oeste/Leste da Bahia. Está atrasada. Há uma mineração que tem seus investimentos feitos. Há, inclusive, a questão do porto, que não está resolvida ainda.

Clareza e melhoria dos processos institucionais. Queria lembrar que não só na questão ferroviária, que a ANTF levantou, mas na questão portuária, se tem 18, 20 autoridades dentro de um porto para poder despachar uma carta.

A agenda regulatória da ANTT tem de ser implementada, tem de ser instituída. A ANTT é depois do processo de concessão. OK, não tem problema, mas quanto mais rápido tivermos essa agenda implantada será melhor para todo o mundo. São as regras.

Finalmente, a questão dos impactos regulatórios. Nós usuários, entendemos o seguinte: melhoramos muito a nossa relação com os concessionários, porque não existia. Hoje ela é mais equilibrada, mais consensuada, principalmente porque a ANTT se colocou, também, na figura de árbitro. Quer dizer, se não concordarmos com os nossos concessionários, com os nossos provedores, vamos à ANTT. Temos tido eco até agora nessa função.

Muito obrigado, fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Luis Henrique Teixeira Baldez, que é Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transportes de Cargas.

Antes de passar a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, quero comunicar a presença de Durval Rodrigues da Costa, que está aqui representando a ferrovia Tereza Cristina, de Santa Catarina. Quero também anunciar aqui a presença do meu amigo Prefeito de Querência, lá no Mato Grosso, Fernando Görgen. Ele é Prefeito de um dos maiores produtores de soja de Mato Grosso, portanto do Brasil, e, ansiosamente, espera pela FICO, pela 242, pela 158. Enfim, precisa de rodovias e de ferrovias para escoar a produção de Mato Grosso e do resto do Brasil. Seja bem-vindo, Fernando.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para suas perguntas e considerações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, Sr. Presidente, meus caros colegas, senhores convidados, quero, em pri-

meiro lugar, agradecer a presença e a qualidade das exposições de nossos três convidados nesta manhã e manifestar uma primeira impressão que me fica ao ouvir as três exposições: é a sensação do copo meio cheio, meio vazio.

Está meio cheio porque houve, efetivamente, a partir das concessões, da concessão à iniciativa privada, um aumento do transporte de carga, ferroviário. Houve investimentos. Houve diminuição de custos por parte do Governo. Essa privatização ou concessão, que foi tão combatida, tão histericamente combatida e ainda é hoje, especialmente pelo PT, mostra bons resultados, mas é meio vazia também, porque vemos que existe muito coisa a ser feita e que não está sendo feita por falta de determinação política de enfrentar o problema da infraestrutura de transporte no nosso País.

O copo está meio cheio porque todos concordam, no Brasil inteiro, que é importante expandirmos o nosso transporte ferroviário de cargas e também de passageiros. A história da ferrovia no meu Estado, no Estado de São Paulo, é a história do Estado de São Paulo. A ferrovia promoveu abertura de territórios, colonização e, de alguma forma, reforma agrária no meu Estado, porque, quando chegavam os trilhos, faziam-se os loteamentos exatamente para obter carga para serem transportados.

A ferrovia é muito querida por todos e é uma necessidade efetiva para o País, especialmente a partir da impetuosa interiorização do nosso desenvolvimento econômico, especialmente da agropecuária, mas é meio vazio porque, quando se trata de implantar ou modernizar um projeto ou investir nas concessões já existentes, como disse o interlocutor Rodrigo Vilaça, e são 9 interlocutores, é impossível, é uma equação difícil de resolver. Não me refiro apenas à multiplicidade dos órgãos que têm que intervir, mas também à falta de coordenação entre eles, uma espécie de via rápida para solução desses problemas, que é agrava da pela extrema partidarização e loteamento político dos órgãos públicos que são chamados a intervir neste processo, o que agrava a descoordenação, porque são interesses políticos, e não é possível continuar.

Vejo o Governo hoje muito empenhado em fazer o trem bala. É realmente, no meu entender, o exemplo de megalomania mais insensato que já vi até hoje. Agora, para fazer o trem bala, além do custo do Tesouro que implica o empréstimo do BNDES ao empreendedor ou empreendedores que serão selecionados na licitação, porque isso tem custo, temos também o compromisso do Governo em criar uma companhia para operar esse sistema com o capital, se não me engano, de R\$3bilhões. O Sr. Rodrigo Vilaça diz que o plano de recuperação das ferrovias no Brasil até hoje recebeu

apenas R\$1bilhão. Então, é uma situação realmente inacreditável!

A Agência Nacional de Transportes Terrestres foi criada em 2001. Como a Agência pode conviver tanto tempo com problemas que são da sua competência, que são problemas regulatórios, pois só agora, em 2011, estamos estudando o novo marco regulatório? É muito tempo, convenhamos. Os investimentos nas ferrovias são investimentos, como foi salientado por todos, que exigem um planejamento cuidadoso, um tempo longo de implantação. Agora, se você não tem regras muito claras para a exploração, para a utilização, esses investimentos não ocorrem, esse é um entrave a mais.

Eu me refiro a um relatório do Tribunal de Contas da União que foi muito citado quando o Senado rejeitou a recondução do Sr. Bernardo Figueiredo à presidência da ANTT. Cito apenas dois trechos: "A ociosidade elevada das linhas férreas concedidas para o transporte ferroviário de cargas, pois cerca de 2/3 da malha ferroviária encontra-se de fato subutilizada ou em completo desuso, como já foi dito aqui". Destaca que "a ANTT não verifica a vinculação dos montantes contabilizados à execução dos projetos das concessionárias 'nem se mostra capaz de diferenciar investimentos de valores aplicados pelas concessionárias na mera recuperação, manutenção, conservação ou reparo dos bens ferroviários'". Esse é um documento do TCU do ano passado. O mesmo documento diz o seguinte: "A agência sofre, ainda, de deficiências no acompanhamento contábil dos valores e bens vinculados à concessão, não tem norma regulamentadora que disciplina os procedimentos de cálculo das indenizações devidas pelos bens que forem declarados reversíveis". Ou seja, regras que apontem o valor real dos ativos às concessões. Outro trecho do relatório: "Falta fiscalização na construção do trecho da Transnordestina e da Ferronorte, além da ausência de critérios para a contratação de seguros".

Quer dizer, o relatório é muito abundante, muito severo em relação à atuação da ANTT na sua relação com as empresas concessionárias. Ela não estaria fiscalizando efetivamente o cumprimento, por parte das concessionárias, dos contratos já firmados, além de ficar a dever a reformulação de um marco regulatório que permita, enfim, o destravamento de alguns gargalos que existem em nosso sistema. Gostaria de saber o que a ANTT, pelo seu representante aqui, tem a dizer a respeito dessas conclusões do relatório do TCU e que providências estão sendo tomadas.

Queria fazer uma referência também à situação orçamentária da ANTT. Segundo dados do Siafi, em 2011 havia uma dotação inicial de 38 bilhões, relativas à taxa pelo exercício do poder de polícia, dos quais apenas 2 bilhões e 900 milhões foram efetivamente

gastos. É uma taxa baixíssima de execução! Refiro-me apenas a essa dotação, a essa rubrica, taxa pelo exercício do poder de polícia, de 38 bilhões, gastos, efetivamente, 2 bilhões e 900 milhões. Perdão, milhões. Do total orçado para a Agência, no seu conjunto, em 2011, 467 milhões, pouco mais da metade, 247, foram executados. Será que se pode atribuir alguma dessas deficiências apontadas pelo TCU a essa penúria orçamentária?

Há também outro relatório, o primeiro que citei é do Ministro José Múcio, esse outro é do Ministro Raimundo Carreiro, que se refere à arrecadação pelas multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais, indica baixos percentuais de arrecadação de multas, de inscrição de inadimplentes no Cadim e do ajuizamento de cobranças judiciais em praticamente todos os órgãos. No caso da ANTT, os dados são os seguintes:

- . percentual de arrecadação de multas administrativas: 22%;
- . grau de inscrição de inadimplentes no Cadim: 0,5%, abaixo de 1%;
- . percentual de ajuizamento de ações de cobrança das multas aplicadas com o risco de prescrição dos respectivos créditos: 3,4%.

Pergunto: Quais são as providências tomadas pela agência para solucionar esse problema?

Ainda em relação ao método de estabelecimento das tarifas, foi feita referência pelo Sr. Baldez agora o fato de que a agência estuda a diminuição do preço-teto. Pergunto: A agência tem condições de saber se essa diminuição do preço-teto se dará sem detimento da qualidade do serviço, da segurança do serviço e dos investimentos necessários?

Uma pergunta sobre a Transnordestina. Houve inauguração com festas e, talvez, uma pedra fundamental de um pequeno trecho. Ela tem problemas de compatibilidade de bitolas, como já foi apontado aqui. Nós temos um trecho dessa malha – se não me engano, que interliga o sertão do Ceará e do Piauí aos terminais portuários de Pecém e de Suape – que é bitola larga e outros trechos que são bitolas métricas. O Governo quer ampliar, quer incorporar novos trechos a esse complexo.

Na verdade, a Transnordestina é uma rede, ela não é uma ferrovia.

Mas essas malhas que o Governo quer incorporar também são de bitola métrica. Eu pergunto: essa divergência de bitolas pode afetar o desempenho dessa malha? Essa pergunta é ao Sr. Noboru. Qual é o prazo? O Presidente Lula, em 2010, reclamou do atraso. A Presidente Dilma, em 2011, afirmou que quer con-

cluir a Transnordestina em 2013. Gostaria de saber se esse cronograma pode ser mantido.

Finalmente, uma questão que diz respeito não apenas ao meu Estado, São Paulo, mas à eficiência de conjunto e a milhões de passageiros que se utilizam do transporte metropolitano por trens em São Paulo: a necessidade de construção do nosso Ferroanel. Pergunto: existem ainda pendências regulatórias e decisões a serem tomadas na ANTT, uma vez que a Presidente Dilma já se comprometeu com o Governador Geraldo Alckmin a aportar recursos para uma parceria no que diz respeito aos investimentos necessários? Então, eu pergunto se existe ainda alguma pendência, o que está faltando.

Agradeço muito a paciência dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Passo a palavra à nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia, para suas considerações.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Blairo Maggi, Presidente em exercício nesta audiência pública.

Cumprimento os expositores. Agradeço pela presença.

Quero apenas fazer algumas considerações do que foi dito aqui.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer, e já troquei ideias com o Senador Blairo Maggi, que vamos dar prosseguimento a esta audiência mediante a Casa Civil agora. Vamos levar à Casa Civil. Vamos marcar para que possamos fazer essa avaliação em conjunto também com a Casa Civil.

Gostaria que fossem esclarecidas algumas considerações que foram feitas aqui anteriormente pelo ex-Presidente da ANTT, Sr. Bernardo Figueiredo, em relação à formatação do modelo de concessões. Ele disse aqui que defendia que, nos próximos leilões de ferrovias, apenas a parte especificamente de infraestrutura fosse concedida, separando, dessa forma, a gestão da malha da operação das composições. Eu gostaria de saber de V. Ex^{as}s se esse seria um modelo factível, um modelo ideal.

Segundo, achei interessante aqui quando foi levantada a questão pelos representantes dos concessionários: se a União se dispusesse a não coletar os recursos feitos pela concessão e fizesse isso através de investimento na própria malha, se isso não poderia realmente dar uma acelerada maior nas obras em execução. Seriam praticamente essas duas questões que eu gostaria de colocar aqui. Acredito que foram colocadas de forma bem contundente pelos concessionários e isso poderia ser, talvez, um caminho.

Por último, dizer da preocupação desta Comissão de Infraestrutura no sentido de ajudar a acelerar esse marco legal. Nós gostaríamos de saber qual seria o papel do Congresso Nacional nessa posição em relação ao marco legal; o que nós poderíamos fazer no sentido de ajudar a acelerar, para que essas questões pudessem ajudar a agilizar a implantação da rede.

No mais, seria reafirmar também a nossa preocupação em relação à Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste), que é a ferrovia do Centro-Oeste. Já tivemos aqui uma audiência pública, em que ficou constatado que, no mês de abril do próximo ano, nós teríamos já o projeto executivo complementado. Outra preocupação, não só nossa – já foi levantada também pelo Senador Aloysio – é a questão da transnordestina, que preocupa a maioria dos Senadores desta Comissão. Nós gostaríamos de saber qual seria a posição da ANTT com relação a essa obra e também à oeste-leste, que parece estar paralisada. Qual a razão por que a ferrovia Feol está hoje paralisada e se há um prazo de retomada dessas obras.

No mais, é agradecer a V. Ex^{as}s e dizer que acredito que é uma pena não termos hoje a presença de muitos Senadores aqui na Comissão, uma vez que estamos com horário coincidente com a CPMI. De qualquer forma, os assessores, os técnicos estão todos aqui, e nós vamos dar prosseguimento a esse debate; vamos ter três outras audiências públicas no sentido de deixar muito clara a nossa preocupação com o setor ferroviário. Essa é uma apreensão aqui esboçada pelo Senador Delcídio do Amaral e por diversos outros Senadores que hoje não se encontram aqui. Estão na CPMI, mas nos encarregaram de transmitir as suas preocupações.

Muito obrigada a todos, e agradeço ao Presidente, por me substituir nesta audiência pública, uma vez que não posso permanecer até o final.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Presidente Lúcia Vânia. Como sempre digo, Presidente: vice é expectativa de poder. Vice só assume quando...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não, vice é o próprio poder.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Quando o presidente concede o poder. Então, hoje estou me esbaldando aqui. (*Risos*.)

Quero fazer aqui alguns pequenos comentários também. Primeiro, da brincadeira do Senador Aloysio: mais importante a cachoeira do que a ferrovia. Acho que não há nada mais importante para o País do que a discussão que estamos fazendo hoje, aqui, e a que daremos sequência em outras ocasiões. Depois, eu vou ainda passar aqui e ler um requerimento para a

gente complementar essa audiência pública e irmos, como sugeriu a Senadora Lúcia Vânia e já quero convidar também o Senador Aloysio, à Casa Civil para provocar o Governo sobre essas situações.

O que ouvimos hoje aqui, principalmente dos usuários, não do Governo, porque o Governo é o Governo e está no meio dessa confusão, é a forma como essas questões vêm sendo conduzidas. Um sem-número de pessoas envolvidas nas decisões, de fato, faz com que nenhuma decisão seja tomada. Se não houve por parte do Governo uma determinação, eu diria assim, um gerente para tudo isso, uma pessoa que catalise, que puxe os problemas e que tente desenrolar os problemas, não vamos chegar muito distante de onde estamos.

A gente deve aprender com o passado. Quem conhece o passado, sabe para onde vai no futuro. Gosto muito do modelo que o então Presidente Fernando Henrique implantou quando fez um programa chamado Avança Brasil. Escolheu vários projetos e colocou gerentes, independentemente dos Ministérios, para que pudesse olhar e coordenar aqueles projetos. Lembro-me muito bem e estou aqui trazendo esta reflexão, porque, naquele período, eu estava como empresário fazendo um projeto que era o corredor de madeira Amazonas. Tirava soja de Mato Grosso, de Sapezal, e levava para Rondônia, para Porto Velho. Era por navegação até Itacoatiara e, depois, por navios para a Europa, etc. e tal. Era um projeto também, a exemplo do que estamos discutindo aqui, com muitas variáveis: Ibama, Secretarias de Meio Ambiente, três Governos – o Governo Estadual do Mato Grosso, de Rondônia e do Amazonas –, BNDES e Sudam. Era um projeto grande, aliás o último projeto grande de infraestrutura no País que foi feito pela iniciativa privada, mas com todo apoio do governo. Para funcionar, tinha que se fazer um pedaço de rodovia – a construção de 120 km de asfalto que não existiam – e dois portos. Eram financiamentos. Era o mercado internacional. Era o governo do Amazonas. Mas tudo funcionou, porque tínhamos um gerente do governo que não tinha responsabilidade na execução e, cada vez que a coisa enroscava numa curva do rio, era ele que nos socria, dizendo: “você precisa ir ao BNDES” ou “você precisa conversar com o Ministro do Planejamento”. Naquele modelo, para mim, funcionou, e acho que deveríamos voltar a tentar esse modelo em alguns projetos, porque, como vimos aqui, na questão da Rede Ferroviária Federal, são duzentos e poucos envolvidos, pessoas que têm que dar opinião para você tocar para frente o projeto, e, nos outros, são 10 que foram colocados aqui que têm que dar sua opinião para as coisas envolverem.

Então, eu gostaria de deixar para a nossa Comissão, Senadora, que a gente levasse essa opinião

para a Casa Civil para ver se a gente consegue reativar esse sistema, porque senão a gente, de fato, não vai a lugar nenhum.

Eu e V. Ex^a, que já foi parte de Governo, foi Chefe de Casa Civil, sabemos que, em Governo, a prioridade é o que está na mesa e quem está à frente da Mesa. Saíu dali...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Blairo Maggi?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Presidente.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de dizer que foi muito bom que V. Ex^a, que é da base, fizesse essa observação, porque, se eu, que sou do PSDB, a fizesse, ficaria meio estranho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – As coisas boas, Presidente, não têm partido. Queremos um país, e aceito essa brincadeira, andando. Todos reclamamos do excesso de burocracia. Todos reclamamos que as coisas não vão, não andam, e a gente viu isso hoje aqui. Se uma coisa já deu certo, a gente deve tentar revitalizar, trazer de volta, como por exemplo a questão da privatização das ferrovias, aqui colocada pelo Senador Aloysio Nunes também.

Muito se reclamou, e também reclamo, do jeito que essa privatização foi feita. Como usuário de ferrovia, como agricultor, como comerciante, como exportador, e chamo aqui o testemunho do meu Prefeito de Querência, Sr. Fernando, quero dizer que saímos do monopólio público para o monopólio privado. Essa é a realidade. Não temos uma concessão, hoje, a exemplo do que vai ser feito e se pretende fazer no futuro: alguém constrói a linha, faz a infraestrutura, e diversos operadores passam pela mesma linha. Isso é concorrência. A operadora que faz de Mato Grosso para Santos, por exemplo, determina o preço do caminhão e cobra 5% menos ou, muitas vezes, sem desconto, porque não tem concorrência. O que reclamamos como usuário, e reclamo aqui como Senador, é que não temos efetivamente, pela forma como foi feita, um modelo de concorrência nas nossas linhas ferroviárias. Temos, como foi dito aqui, um monopólio privado, e o monopólio privado é pior do que o monopólio público, porque no público ainda você tem força política, tem pressão política para fazer as coisas funcionarem.

Então, foi um avanço? Foi um avanço, mas nós temos de fazer outros e mudar o sistema como vem pela frente.

Nessa linha, eu gostaria de fazer mais um comentário e uma pergunta só.

O comentário é o seguinte: foi dito, pelo Rodrigo, que o sistema buscou 30 bilhões em investimentos, já, para modernizar e fazer com que essas ferrovias possam atender ao público, mas também esse mesmo conjunto de operadores colocou 15 bilhões de volta

nos cofres do Governo. Em pagamento de que isso? Essa é uma pergunta que eu lhe faço para, depois, o senhor responder, porque se tomou 30 e botou mais 15 de pagamentos, são 45 no total, mas, na realidade, são 15 de investimentos, então.

Por último, eu queria perguntar ao Sr. Noboru o que é o tal usuário dependente. Como é que a gente vai se classificar como tal? Eu entendi mais ou menos, mas não fiquei completamente convencido de como é que vai funcionar essa questão do usuário dependente, quais são os volumes, como é que você se enquadra nesse procedimento.

E quanto à explanação do Dr. Luís Henrique, é a explanação que todos, doutor, fazem e reclamam o tempo inteiro: de que as coisas não funcionam, de que as coisas são demoradas, de que a burocracia impõe, de que a burocracia não deixa este País crescer.

Eu dou o exemplo do Estado de Mato Grosso. Eu cheguei há 30 anos no Estado. Nós produzimos 30 mil toneladas. Olha bem: 30 mil toneladas de grãos. Trinta anos depois, são 37 milhões de toneladas de grãos e o único corredor diferente que apareceu foi o que eu citei antes, da hidrovia do Madeira – Amazonas.

Agora, 30 anos depois, está chegando a ferrovia lá no Itiquira e em Rondonópolis, no final do ano. O resto é o mesmo carreiro que nós tínhamos há 30 anos, para transportar 30 mil toneladas. Quer dizer, qual é a competitividade que este País tem? Para um País continental, em que a produção está a dois mil quilômetros, lá dentro do continente, nós não temos, de fato, como competir muito. Só competimos porque somos muito eficientes na forma de produzir, temos conhecimento tecnológico, temos um bom clima, um péssimo solo, mas conseguimos fazer com que as coisas aconteçam.

Se nós pudéssemos fazer este País aliar o conhecimento e o investimento na infraestrutura, eu não tenho dúvida nenhuma de que nós não passaríamos não digo vergonha, mas não ficaríamos com inveja nenhuma quando fôssemos visitar os Estados Unidos e víssemos o que eles fazem na área de transportes.

Então, eu quero passar a palavra, inicialmente, para o Sr. Noboru, para as respostas e as suas considerações.

O SR. NOBORU OFUGI – Obrigado pela oportunidade. Eu vou tentar responder às perguntas, inicialmente, do Senador Aloysio.

Senador, primeiro, a colocação do senhor sobre por que a agência demorou tanto tempo para começar a desenvolver essas ações no sentido de modificar alguma coisa.

Como o senhor bem lembrou, ela foi criada em 2001, mas, efetivamente, instalada em 2002, um ano depois, em condições precárias iniciais. Eu sou até uma testemunha ocular dessa história da ANTT, porque eu

estou lá desde o primeiro dia. Então, críticas e elogios, eu estou aqui para receber. Fazem parte.

Então, é o seguinte: nós tivemos de, primeiro, providenciar até o CNPJ da ANTT, quer dizer, a diretoria se instalou naquele momento, no dia 18 de fevereiro de 2002, e pessoal não tinha. O primeiro concurso que nós fomos conseguir realizar foi em 2005.

Então, essa foi uma das razões, Senador, da dificuldade inicial, porque a gente costumava até brincar: nós estamos trocando um pneu de um carro em movimento, porque a agência foi instalada e, a partir daí, tudo é com a agência.

Então, eu diria que o primeiro grande desafio que nós tivemos foi mudança de postura e de comportamento, eu diria até, do relacionamento poder concedente e concessionário, porque era de uma forma e até você mudar essa cultura leva um certo tempo.

Como eu disse, o primeiro concurso, só em 2005, para a gente começar a ter um quadro próprio, efetivo, treinado para aquilo. Anteriormente, era um quadro provisório, com contratações provisórias, e buscamos técnicos na própria rede, no Geipot, na CBTU, onde havia para a gente começar a trabalhar. Então, essa foi uma das razões por que se demorou muito, apesar de termos ciência de que tudo precisava ser feito.

A outra coisa é que nós temos plena consciência de que a gente não atende a tudo que é demandado, eu diria, de forma cem por cento satisfatória. Temos consciência da nossa fragilidade em determinados pontos, mas procuramos fazer, dentro dos nossos limites de capacidade, até em termos quantitativos de recursos humanos, vamos dizer assim.

Eu acredito que caminhamos bastante, se enxergarmos dez anos atrás e o que nós temos hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Veja, espero que tome a minha pergunta mais como um estímulo do que como uma crítica às agências reguladoras. Recentemente ainda, tivemos uma audiência pública sobre o vazamento de petróleo no Campo de Frade, se não me engano, e, aí, a pessoa que naquela ocasião representava a agência de petróleo mostrou a penúria absoluta de quadros, de condições de trabalho.

O senhor pode contar conosco para brigar por isso, para que haja orçamento e que o orçamento seja executado. Estou vendo aqui, pelos dados que a gente tem, que uma boa parte do orçamento não é executado; é contingenciado, enfim, seja lá por que razão for.

O SR. NOBORU OFUGI – Perfeito.

Eu vou procurar ser bastante objetivo nas respostas.

Quanto à questão do TCU, nós estamos providenciando todas as respostas àquelas colocações feitas pelo Tribunal. Não é um documento conclusivo, não é um acordão do TCU, mas nós estamos... Então, mui-

tas daquelas colocações do TCU estão sendo objeto de preparação de respostas, e, em muitos dos temas comentados pelo TCU, a gente acredita que vamos convencê-los de que o que foi feito era o que poderia ser feito.

Na questão do orçamento, o existente e o executado, principalmente na fiscalização, em 2011, nós tivemos uma coisa atípica, que ainda prevalece este ano: uma medida do Governo de contenção de despesas. Principalmente o item viagens e diárias foi o mais afetado. Eu só estou colocando o porquê... E olha que a gente colocou que essa é uma atividade fundamental para a atuação de uma agência reguladora, principalmente de transporte, em que você só fiscaliza in loco. É diferente de energia elétrica, onde você aperta um botão e vê se tem ou se não tem energia, faz uma medição e verifica a variação de tensão e coisas do tipo. Porém, transporte é via, é equipamento.

Na questão das multas, da inscrição no Cadin, é porque a maioria das multas, principalmente as ferroviárias, são judicializadas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NOBORU OFUGI – Exatamente. Então, a gente não pode, enquanto ela está *sub judice*, proceder à inscrição no Cadin.

Quanto à questão da tarifa-teto, o modelo que estamos trabalhando é verificar o custo para você prover o serviço na qualidade desejada. Então, sobre aquela preocupação do senhor sobre a qualidade do serviço em função, pelo menos, de uma pretensa redução do teto tarifário, o cálculo está sendo observando todas as normas que regem a prestação daqueles serviços: custo operacional, investimento.

Eu me esqueci de comentar, na minha colocação, que esse é um trabalho que a agência está desenvolvendo com a previsão de uma audiência pública, que estava em aberto, mas que se fechou em um mês e pouco, sobre essa questão da revisão do teto tarifário. A equipe técnica está lá debruçada sobre a questão, analisando as contribuições. A nossa expectativa é oferecer à diretoria, até julho, a análise final; e a diretoria adotando, ato contínuo, edita-se uma regulamentação específica sobre isso.

Quanto à preocupação do senhor com relação à Transnordestina, posso dizer que também foi uma preocupação de todos nós, pois essa questão da diferença de bitola existe realmente, mas há a previsão, num trecho inclusive de necessidade mais significativa para a região, de ter bitola mista. Então, já esta previsão, dentro do programa de construção, de implantação, a instalação de bitola mista.

Bom, o prazo, claro, é uma ferrovia de 1.760 km de bitola larga, além dessa necessidade de adaptação em bitola mista. A concessionária se depara com problemas de toda ordem, problemas de financiamento,

problemas até de obtenção de licenças ambientais, e isso levou a um atraso. Mas há uma expectativa realmente, apesar... A nossa Presidenta esteve lá, no começo deste ano – acho que foi em março, se não me falha a memória –, e constataram-se realmente os atrasos, todas as dificuldades que a obra estava tendo, e, a partir de então, foi desenvolvido todo um esforço conjunto desse sem número de entidades que interferem no caso lá da Transnordestina, para se proverem os meios necessários para que a obra retome seu ritmo normal.

Quanto ao Ferroanel, no ano passado, foi contratada uma Consultora por meio de financiamento do Banco Mundial, para, enfim, apresentar ou fazer um estudo conclusivo sobre qual a melhor opção em termos até de traçado lá para São Paulo. A Consultora concluiu uma etapa do trabalho. Estamos agora, junto com o Ministério dos Transportes e junto com o Governo do Estado de São Paulo, definindo, entre as alternativas apontadas pelo consórcio, qual é a diretriz que o Governo vai adotar, e a previsão é, em outubro, ter o trabalho final concluído. Nesse meio tempo, está se buscando qual é a engenharia financeira para isso, e o modelo institucional, tendo em vista que se tem a CPTM, a MRS, a concessionária de carga, envolvidas com a questão. Mas a expectativa é que, este ano, finalmente se tenha uma posição conclusiva sobre o traçado do Ferroanel.

A Senadora Lúcia Vânia fez algumas colocações. A primeira foi sobre o comentário que o Bernardo teria feito sobre o novo modelo que se pretende, sobre a separação da infraestrutura com o serviço ferroviário propriamente dito. Sobre o pensamento de se licitar a gestão da infraestrutura. Nós pactuamos com essa ideia, até porque, dentro da própria Agência, nós discutimos muito isso, e talvez o que se precisa definir, primeiro, é se o Governo vai adotar mesmo esse modelo segregando essas duas atividades; segundo, se a atividade de gestão da infraestrutura ficaria a cargo do Governo ou de um ente privado. Mas o princípio é o mesmo: na verdade, é trabalhar com a possibilidade de se ter a chamada operação de *open access*, quer dizer, qualquer um poderia ter acesso à ferrovia, claro, desde que satisfizesse a um conjunto de pré-requisitos, até porque ferrovia não é um caminhão.

A questão do pagamento da concessão via investimento é uma discussão antiga e, até onde eu sei, sempre esbarra em posicionamento do Tesouro Nacional, porque são recursos que entram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NOBORU OFUGI – Exatamente.

Por último, o papel do Senado. Como o Senado pode ajudar. Acho que pode ajudar, primeiro, até promovendo audiências do tipo desta, para podermos dar conhecimento à sociedade do que estamos fazendo.

Esse acho que é um dos principais ganhos de eventos deste tipo, Senador, além da própria ajuda quando estamos trabalhando em termos orçamentários, em termos de liberação de orçamentos.

Obra da Valec. Por que parou? Prefiro não comentar, porque não é a minha área.

Quanto à questão do usuário dependente, o que classificamos como usuário dependente? É aquele usuário que tem um produto que ele quer levar de uma origem A para um destino B, onde existe uma ferrovia, e o negócio dele só é viável do ponto de vista econômico-financeiro transportando por ferrovia, porque, se ele transportar por rodovia, ele pode até transportar, mas ele não teria o retorno que o investimento exigiria. Para isso, qual é o caminho que adotamos?

O senhor, como produtor de soja, por exemplo, se tirar um produto de Lucas do Rio Verde, e admitindo que já tenhamos uma ferrovia lá, nós o classificámos como usuário dependente, porque o senhor detém um volume e um negócio que depende da ferrovia, nós o classificámos como usuário dependente, há um prazo para o senhor apresentar junto à Agência o contrato com a concessionária, onde se estabelece volume, tarifa, tipo de serviço, e a concessionária vai prover aquele serviço, garantir aquele serviço para o senhor. Caso o senhor não honre o seu lado, o senhor teria que pagar pelo uso, como se tivesse utilizado a ferrovia.

Então, o princípio é esse, e realmente classificar como usuário dependente é quando a ferrovia efetivamente é o meio de transporte praticamente único...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Mas qual é a diferença entre os contratos que eu tenho hoje com a concessionária? Já dei *take or pay*, já tenho o contrato, já tenho o espaço.

O SR. NOBORU OFUGI – O senhor tem, mas há outros que não têm. O problema é esse. E nós procuramos dar um ordenamento...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Mas, se vier um novo, você vai tirar quem de lá, se já está tudo lotado?

O SR. NOBORU OFUGI – Não, mas aí nós vamos trabalhar na possibilidade de ampliação da capacidade. E, na ampliação da capacidade, vamos analisar todas as questões relacionadas a investimento, inclusive chamando talvez até o senhor para participar do empreendimento, dando as garantias necessárias para isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Noboru.

Passo a palavra, então, ao Sr. Rodrigo.

Eu pediria que fôssemos um pouco mais rápidos, porque o Senador Aloysio já tem que sair, e eu tenho que viajar agora ao meio-dia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu tenho que relatar um projeto na Comissão de Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Senador Aloysio. O senhor foi muito importante aqui.

Dou sequência, mas gostaria que fôssemos um pouco rápidos, para encerrarmos nossa reunião.

O SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA – Senador Aloysio, Senador Blairo, entendi, Senador Aloysio, que a Transnordestina foi explicada ao senhor pelo Dr. Noboru.

Eu gostaria de pegar alguns *slides* do Dr. Baldez, quando ele fala das ineficiências junto aos órgãos públicos.

Esse é um pleito de todos nós, é comum a todos. São salutares as divergências, é democrático, é direito em nosso País, e nós entendemos que juntos podemos fazer muito mais. Eu não tenho dúvida de que, unindo forças, nós conseguiremos fazer o que o senhor, trinta anos atrás, fez. E talvez entendo que o senhor ainda não tenha o retorno pleno do seu investimento.

Aqui está um exemplo de ferrovia e de planejamento para o norte fluminense, de minério, e de atuar em um novo porto no Rio de Janeiro. Isso é planejamento. Da mesma forma que o Rio Grande do Sul está sendo revisado, sob a ótica de terminais localizados para recuperar uma malha que estava com deficiências de volume de carga. Da mesma forma que, no Mato Grosso, a Vetria, uma operadora logística de minério, de *commodities*, tem o seu projeto apresentado à ferrovia, e, juntos, estão fazendo um plano de recuperação.

Senador Aloysio, o Estado de São Paulo, em que a Fepasa foi um acerto de contas entre o Governador Covas e o Presidente Fernando Henrique, num glossar de contas entre o Estado e a Federação, para que a Fepasa fosse vendida, ou, perdão, concedida à iniciativa privada, e, nos seus últimos dois anos, com a nova operadora, ela pôde ter um plano de recuperação plena dessa eficiência que o senhor citou atrás, que todos reconhecemos que o Estado de São Paulo produziu nas suas sete ferrovias existentes.

É o caso do açúcar. E aí lhe dou um exemplo, Senador Maggi, da eficiência que nós estamos dando, e mostrando que, quando trabalhamos juntos, o resultado vai ao cliente também.

“Prefeito, eu sou produtor de soja em Lucas do Rio Verde, eu sou dono de transportadora rodoviária, mas eu entendo que nós somos comparados numa base não igual”. Na realidade, o sistema rodoviário é que tem deficiência nos seus custos, inclusive não é regulado como nós somos, o setor ferroviário. Nós andamos num trilho. O nosso custo é ali. A estrada é de todos, para passageiros e para cargas. Então, há essa deficiência.

Vou lhe dar o exemplo do vagão de açúcar. Aquelas antigas transportavam 80 toneladas, levavam 48 minutos para serem descarregados no porto de Santos e precisavam de 6 pessoas. No novo modelo, nós

temos um vagão para cem toneladas e apenas um funcionário, apertando um botão, descarrega-o em cinquenta e oito segundos.

Pergunto-lhe: o cliente não ganhou com isso? Ganhou. Ele trabalhou conosco. Nós investimos junto com ele na aquisição dessa tecnologia, trouxemos de fora. Esse ganho é ao longo do tempo. É dentro dessa linha que nós trabalhamos. São com esses projetos que estamos recuperando aquele outro um terço para termos dois terços bem mais ativos. É nesse contexto que nós estamos trabalhando.

Faço um pleito à Comissão para que o Conit possa ser instalado de fato. Nós precisamos de uma política de transporte e de recuperação dessa infraestrutura, e o Dr. Baldez, mais uma vez, foi muito feliz quando pleiteou de volta, como todos nós queremos.

Sabemos nós, profissionais do setor, como a própria CNA, que está aqui representada também, que nos demanda esse crescimento que nós sabemos, essas 50 milhões de toneladas a mais. Só que a safra é sazonal, ela tem um período de funcionamento. E nós temos que levar esses equipamentos a outros lugares também para serem trabalhados.

Nós chegamos, Senador Maggi – para que o senhor tenha conhecimento – a pedir uma linha branca para o setor ferroviário também ou uma linha de financiamento mil para nós.

O senhor sabe, e acabou de dizer, como empresário que é e governador do seu Estado, do qual eu também participo, da necessidade de alongamento do financiamento para que nós possamos comprar locomotivas e vagões.

Esse equipamento dessa malha ainda não existe, porque nós estamos com locomotivas de 4,4 mil Hps, com vagões de 120 toneladas. São equipamentos de R\$300 mil, são equipamentos de US\$2,5 milhões que demandam um tempo para pedir um investimento. Nós pedimos ao Ministro Mantega e, anteontem, ao Ministro Pimentel para que nós possamos chegar a 200 mil vagões e 6 mil locomotivas. Esse é um pleito do setor e é a visão clara de que nós estamos procurando investigar e dar sequência ao investimento.

O senhor falou do Avança Brasil. Verdade. Mas a Transnordestina não andou. Ela não andou também durante o governo do programa Avança Brasil. Nada foi feito além de levar a iniciativa privada às ferrovias. E depois nós ficamos, durante 15 anos, ou 12 anos, sem nenhum apoio. E era um déficit que existia ali.

O senhor me perguntou dos 30 bilhões de investimento, Senador. Trinta bilhões de investimento: capital próprio e capital pedido, emprestado, e que tem que ser pago. E os 15 bilhões são de impostos, dos quais 5,3 foram de aluguel e arrendamento da malha. Os outros 10 foram de tributos federais, estaduais e municipais.

Vale lembrar que a rede ferroviária não contribuía com absolutamente nenhum imposto para o setor. Nada. Então, saímos de um sistema deficitário para um superávit.

Entendo que o Avança Brasil foi positivo para o País. O PAC é positivo para o País, mas não avançamos nem aceleramos. Nós precisamos de atitudes, de auditorias – aí entendido os órgãos de controladoria e da nossa agência reguladora. Mas nós precisamos apressar, Senador. Porque, como o Dr. Baldez falou, as safras estão vindo aí, o minério está aí, o container vem, os portos também estão. Precisamos de toda infraestrutura. A Comissão em que vocês atuam sabe muito bem disso. Nós precisamos zerar esse setor. Não esquecendo de lembrar que a malha nova também vai atender passageiros.

Em resumo, encerrando, eu queria apenas dizer que o novo marco nós entendemos que não é bom na sua malha existente e na sua malha futura, infelizmente, ou quem sabe poderemos encontrar um modelo híbrido de marco regulatório, um novo modelo mais adequado para o nosso País, porque, em linhas plenas, cheias, isso não vai funcionar. Eu sou um pequeno produtor e não vou ver resultado pleno; só as grandes vão ver, posso lhe assegurar. Eu posso voltar aqui daqui a cinco, dez anos e vou reafirmar isso e vou mostrar pelos números. O pequeno produtor não será beneficiado, as grandes empresas, sim, serão. E o avanço que teve no *take or pay* do usuário investidor ou do usuário dependente foi plenamente acertado. Como é que vamos investir em um sistema se nós não temos garantia da sua movimentação?

O roda trilho para nós é muito importante. Então, hoje, a pergunta da Senadora Lúcia Vânia foi: a Valec constrói e quem vai operar? Quem vai fazer a manutenção? Quem vai cuidar do CCO para os usuários próprios naquela linha? De que forma? De que modelo? Será que nós não estamos indo do ineficiente para o imaginário, irreal? Ou nós temos que viver uma realidade mais própria do que nós temos ainda a crescer? Eu tenho as minhas dúvidas. Eu não sei até que ponto, em algumas das nossas malhas, nós teremos resultados eficientes. Mesmo nas novas. Tenho sérias dúvidas quanto a isso.

Mas eu entendo que precisamos da chamada PPP, nós precisamos do Governo com o apoio ao financiamento, para que, junto com a iniciativa privada, nós tenhamos licenças ambientais mais adequadas, mais rápidas, com desapropriações; a ANTT regular e acompanhar os resultados. E vou lembrar ainda que, na malha existente, nós ainda temos o Dnit para recuperar.

Enfim, Senador, quero crer que podemos chegar a um ponto comum muito em breve, mais rápido, que traga resultados positivos para o setor de infraestrutura. Deixando claro que, temos desafios ao crescimento e

temos que dar suporte a esse crescimento, queremos investir, sabemos como e tenho a certeza de que o propósito é único: reduzir o custo e ser mais competitivo, de atender às necessidades dos nossos clientes e também dos nossos investidores de forma sustentável, correta e tecnicamente e transparentemente passada aos usuários do sistema, seja Governo, seja cliente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo Vilaça.

Passo, então, para as considerações finais do Sr. Luis Henrique Teixeira Baldez. Depois, Senador Delcídio, se V. Ex^a quiser fazer algum comentário, alguma consideração, eu pediria para V. Ex^a assumir a presidência da Mesa, porque eu tenho uma viagem marcada lá para o seu Estado, para Mato Grosso do Sul, e sabe-se que o avião não espera. Já quero pedir licença a V. Ex^a para poder chegar lá e cumprimentar os seus eleitores também.

Com a palavra o Sr. Luiz Henrique Baldez.

O SR. LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Serei breve. Só para lembrar a questão do novo modelo.

Essa discussão realmente precisa ser detalhada no ambiente que, aliás, a ANTT, de forma muito transparente tem utilizado nas suas... Transparência com que a ANTT tem defendido as suas proposições e proposto a sua regulação: audiências públicas, consulta pública e debate. Tem que ser assim mesmo. Temos que ouvir o contraditório, porque do contraditório é que, muitas vezes, saem determinadas soluções.

Eu só queria lembrar que, neste caso da separação da infraestrutura com a operação, fazer um paralelo apenas, não é determinante no sentido de que foi assim é assim, mas eu me lembro que, antes da Lei dos Portos, toda operação portuária era estatal. A Companhia Doca era tudo dentro de um porto. O investimento era dela, a operação portuária era dela, o agente era ela, tudo era o Estado que estava ali. A Lei nº 8.630 criou a figura do operador portuário, que são vários hoje. Eles são pré-qualificados. Têm características próprias para cada terminal. Cada tipo de terminal tem a sua característica. É pré-qualificado pela autoridade portuária. O cliente usa o operador que ele achar adequado. Se ele quiser usar só um operador, usa um operador, mas, dentro de um mesmo terminal, eu posso ter três, quatro, cinco operadores para o usuário promover as suas negociações e obter o valor que ele achar adequado, com a qualidade e o tempo que ele achar adequados.

De forma que acho que a gente tem que criar uma figura, um modelo não que leve a mais ineficiência do que já está, o que também seria um atestado de incompetência nosso. Se o modelo funciona, está funcionando, a gente vai propor priorizar o que está aí? Não! Temos que ter um modelo melhor, que pode até

ser um modelo híbrido, não sei, com o que está aí. Não pode haver, dentro de uma mesma malha, as características de monopólio. Esse é o conceito que precisa acabar. Por que tenho que utilizar, para movimentar a minha carga dentro de uma malha, só aquele operador? Por que eu não posso pedir um segundo, um terceiro, um quarto operador? Claro que isso tudo dentro de regras, que devem existir. Tem que ter o CCO, as janelas. Tem que ter tudo. Só que você, quando se está dentro de uma malha, só há um ofertante do serviço. É apenas isso. Se esse modelo completamente aberto traz outras ineficiências, temos que corrigir.

O que nós, usuários, defendemos é que temos que ter o direito de escolher quem vai operar a nossa carga, quem vai transportar a nossa carga, simplesmente isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Luiz Henrique Teixeira Baldez.

Quero cumprimentar também o nosso Noboru, companheiro de muitas batalhas na Agência Nacional de Transportes Terrestres, e o nosso Rodrigo Vilaça e pedir desculpas. Acabei chegando atrasado, porque estávamos com uma agenda fora do Senado, nos Ministérios, e ela atrasou bastante. Fui inclusive um dos signatários desta audiência pública, até porque acredito no modal ferroviário, que tem um papel absolutamente fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Evidentemente, vou economizar nos comentários até porque não tive a oportunidade de acompanhar as exposições feitas pelos senhores. Conheço os três bem. Conheço a competência de cada um e sei que o objetivo é procurar fazer o melhor para que, efetivamente, as ferrovias venham a representar talvez o principal modal ferroviário brasileiro ou o principal modal de transportes brasileiro.

Queria só fazer algumas considerações.

Não podia deixar de destacar isto, porque esse negócio é uma espécie de um samba de uma nota só. Falo este assunto toda semana. Tem gente que me acompanha e que já fica até cansado quando começo a falar sobre isto. Mas não custa nada repetir porque acredito. É um mantra, a gente vai repetindo. A primeira preocupação minha é a questão das ferrovias.

Vejo, Noboru – tenho conversado, mas é evidente que a gente não pode andar pelos Estados inteiros, pelos Estados brasileiros, pelas regiões –, com muita preocupação que o programa ferroviário do Governo está patinando. Conversando com muita gente diretamente envolvida com o setor ferroviário, vejo que está patinando o programa. Portanto, estamos indo na contramão daquilo que nós efetivamente esperávamos

com relação ao modal ferroviário. Está patinando. Não sei as razões. Imagino, mas está patinando.

Outra questão também – ouvi, já na reta final, o Rodrigo Vilaça falar, que é uma preocupação também que eu sei ser do Baldez – é a utilização de imagens. O Baldez acabou de falar com vários operadores – mas vou mais longe, e eu sei que o Rodrigo está preocupado com isso – sobre o valor que se paga por tonelada transportada.

Efetivamente, precisamos encontrar ou buscar tarifas, uma realidade tarifária, compatíveis com o que representa o modal ferroviário. Não podemos generalizar, mas pelo menos os que eu conheço, o frete ferroviário é mais caro que o rodoviário. É um negócio próximo do rodoviário, ou seja, é surrealista um negócio desse. Não dá para entender.

Senador Aloyzio Nunes Ferreira, transporta-se mais, portanto, numa via expressa, e é mais caro ou próximo do preço do transporte ferroviário, com todas as dificuldades que o transporte rodoviário tem, até em função da qualidade das nossas rodovias. Não entendo isso.

Outra coisa também que gostaria de ressaltar, por isso, quanto mais ampliar, quanto mais fazer parcerias público-privadas, agência monitorar, regular, esse modal, como os demais também, quanto mais flexibilizar operação, como foi dito aqui pelo Baldez, para mim, melhor. O exemplo dos portos é absolutamente conhecido de todos, apesar de eu achar que precisamos avançar ainda muito mais no que se refere aos portos.

Quero aqui, Noboru Ofugi, puxar a brasa para a minha sardinha. Já falei isso mil vezes, mas não consigo.

(Interferência fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Ferroanel, que é outro. A composição dele chega e espera, para ir a Santos de madrugada. É uma coisa inacreditável.

Agora, eu vou mais longe. Vou antes do Ferroanel, que é a antiga ferrovia paulista e, em Mato Grosso do Sul, a antiga Noroeste do Brasil.

Essa ferrovia foi arrendada. Ela foi um arrendamento. Não era uma privatização. Na época, ganhou uma empresa chamada Noel Group. Deu no que deu. Ou seja, a ferrovia foi para o espaço. Aí, tentaram consertar e botar os fundos de pensão, que ainda estão presentes lá. Operador ferroviário zero naquela época. Aí o processo evoluiu; entrou a América Latina Logística, que atende lá a Região Sul. Acho que tem algumas linhas para a Argentina, e tínhamos uma expectativa muito grande com essa ferrovia, porque, primeiro, ela é emblemática para o meu Estado. Ela tem uma vocação forte para o transporte de carga, mas também para turismo, porque essa ferrovia, Senador Aloyzio Nunes, cruza o pantanal. Não é esse trem do pantanal, que opera hoje, que sai de Campo Grande e vai até Aqui-

dauana. Não vê nada. É de Miranda para frente até a minha Corumbá natal, a minha cidade.

E no meu Estado, a economia, ao longo desses anos, vem-se diversificando. Temos mineração, em Corumbá, com o arremedo de metalurgia. Temos etanol. Mato Grosso do Sul vai ser, depois de São Paulo, o 2º ou o 3º maior produtor de etanol e açúcar do Brasil. Temos florestas certificadas, papel, celulose, agora, produção de fertilizante a partir do gás natural, quer dizer, tirando as frações de gás mais ricas – etano, propano, butano –, produzindo amônia, ureia, e começando tirar a dependência do Brasil desses insumos, que estão na mão de três ou quatro. Portanto, hoje, temos um potencial de transporte de cargas extraordinário. Além da vocação turística dessa ferrovia, cruzando um dos principais biomas do mundo, que é o pantanal.

Quando o Bernardo Figueiredo era o presidente, nós já conversamos várias vezes sobre isso. Foram feitos termos de ajustamento de conduta, para que, efetivamente, voltasse a funcionar em plenas condições, não andando a 20 ou 30 km/h, mas a 60 ou 70 km/h.

Tive uma conversa com Wilson de Lara, que é o CEO da ALE. Ele, naquela ocasião, me disse que estava sendo estruturada uma operação financeira, ancorada nas cargas, para realmente revitalizar a ferrovia, mantendo bitola métrica, mas mudando os trilhos, botando dormente de concreto, enfim, uma série de coisas que ele me relatou.

Se não estou enganado, foi publicado um fato relevante, porque é tanta notícia, porque acho que o negócio é dar bastante notícia, para a gente realmente não saber o que é que estão fazendo. Então, houve um fato relevante. Agora, já parece que mudou de mãos, ou alguns acionistas estão vendendo as suas participações. Está entrando a Cosan, agora recentemente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Essa é a notícia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – A Cosan estaria entrando, porque vê nessa ferrovia uma vocação para os negócios que ela desenvolve.

Falei com o Wilson de Lara agora. Ele viajou para o exterior. Conversei com ele, antes de ele viajar, e disse que, no retorno, ele viria a Brasília, ou então nós nos encontrariamos em outro lugar para explicar o que efetivamente a ANL está pensando.

A realidade é que não podemos mais viver dessa maneira, Noboru. Se essas coisas não saírem do papel, há que se caçar o arrendamento. Não vejo outra saída, porque está tudo paralisado – a ferrovia está sendo canibalizada. Há setores da ferrovia que não funcionam mais. Não há condições de funcionar. Perdemos os ramais todos para Ponta Porã, que é uma região rica, próxima à Serra de Maracaju e tal. Perdemos tudo.

Então, precisamos tomar uma providência. Não podemos perder um bem, um ativo, que é da União, porque é um arredamento que foi feito. Compreendo até as razões. Chegaram a dizer, em um determinado momento, que era transporte de combustível. Aí suspenderam o transporte de combustíveis – consequentemente o estudo de viabilidade não ia fechar mais -, só que a gente vê explicações, mas não acontece absolutamente nada.

Agora, parece-me que estão ancorando as cargas das mineradoras, dos guzeiros, do etanol, do fertilizante, enfim, para retomar essa ferrovia que não cruza só Mato Grosso do Sul, mas chega até Bauru, em São Paulo. Eu mesmo, quando era moleque, estudava em São Paulo, quando íamos para Mato Grosso do Sul, de férias, voltando para casa, vínhamos de Noroeste do Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – De Paulista e de Noroeste, exatamente.

O SR. ALOYZIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O nosso Estado é tão apegado às suas ferrovias, que as regiões do Estado são conhecidas pelos nomes das antigas ferrovias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Exatamente.

O SR. ALOYZIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sou da Araraquarense, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, acho que temos de tomar uma providência. Temos de botar um ponto final nisso, apesar de todo o empenho do Rodrigo – sei das preocupações que ele tem -, mas não dá. Esse negócio já foi longe demais.

Outra questão também importante – que não sei se foi resolvida ou não, porque é tanta informação, que não sabemos direito, que é como aquela máxima do Chacrinha: “Eu não vim aqui para explicar. Eu vim aqui para confundir.” – é o problema do acesso, o direito ao acesso. Esse é um chavão que não serve só para a ferrovia. Ele serve para linha de transmissão. O direito de acesso serve para gasoduto também. Por exemplo, o Bolívia-Brasil, os produtores despacharem o gás no Bolívia-Brasil, enfim, o famoso direito de passagem, que não sei se está equacionado.

Lembro-me de que havia audiências públicas. Não sei onde isso vai parar. Mesmo sendo como hoje, Senador Aloyzio, uma audiência pública muito restrita de Senadores, porque agora temos uma concorrência com o Conselho de Ética do Senado, com a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, os trabalhos das comissões permanentes ficam prejudicados.

Hoje, não tenho dúvidas de que, em condições normais de temperatura e pressão, a Casa estaria cheia aqui, mas temos um concorrente. Por isso, ficou bas-

tante prejudicado esse debate com poucos Senadores, porque aqui há um grupo de Senadores relativamente alto interessado na discussão das ferrovias.

Portanto, essas são as considerações que gostaria de fazer. Talvez eu me tenha estendido um pouco, mas não estou nem falando na base da razão, mas com o coração de alguém que é cobrado diariamente, diuturnamente, como o Senador Aloyzio Nunes também é cobrado, sobre a insolvência desse trecho ferroviário entre Corumbá e Bauru, que, até agora, por mais que tenhamos verificado os esforços despendidos, o resultado prático é zero.

Ao mesmo tempo, estamos preocupados também com o ramal da Norte-Sul, que iria para Mato Grosso do Sul até Porto Murtinho, onde poderia ser feito o transbordo do minério de Corumbá, porque, hoje, Rodrigo, o minério de Corumbá desce pelo rio Paraguai, com uma série de dificuldades, até em função da própria afluência do rio, e é reduzido na Argentina. Ele passa a valer três, quatro vezes mais, a partir do momento em que a redução é feita na Argentina.

Então, parece que isso se calou. Ninguém fala mais. Como ninguém fala mais naquele Projeto que pega a Ferroeste no Paraná, sobe por Mundo Novo, vai a Dourados ou a Maracaju. Essa conversa desapareceu também.

Então, quero só registrar aqui como alguém que não fala com a mesma autoridade que os senhores, até porque também a gente não tem condição. Aqui, do jeito que vai, batemos escanteio, cabeceamos na área.

É igual à história da Shell, Senador Aloysio Nunes. Então, a Shell trabalhava, um dia, no que ia haver: combustível para a aviação. Depois, trabalhava em exploração e produção de petróleo, depois trabalhava na área de metais, na Biliton. Então, o pessoal dizia o seguinte: "Quero pato. Ele voa. Ele nada. Ela anda. Ela faz mal todas as coisas, mas ele faz. Ele nada mais ou menos. Voa mais ou menos. Anda mais ou menos, mas ele toca o barco." Aqui, nós somos um misto disso aqui.

Então, só queria registrar, primeiro, a satisfação de tê-los aqui. Pelo que entendi, existem outras audiências públicas já programadas. Essa é a primeira de uma série de audiências públicas; algumas delas até com repeteco.

Na segunda audiência, vão ser discutidos os sistemas de concessões. A terceira audiência vai ser específica, a respeito da Ferrovia Transnordestina. Então, essa é a primeira de uma série de audiências públicas que vamos realizar conjuntamente – a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos.

Como eu aprovei na Comissão de Assuntos Econômicos esse requerimento, que, pelos atos desta Comissão, só podemos votá-lo depois lido. Dona Adriana está aqui me cobrando a burocacia, imposta pela

tecnocracia que comanda a Comissão de Assuntos Econômicos. (Pausa.)

Nós já fizemos até a audiência. Vou botar em votação o requerimento. (Pausa.)

Então, para as próximas audiências públicas: situação das rodovias e ferrovias brasileiras e suas concessões; situação da malha ferroviária, dimensões, características e regulação, e o risco de apagão logístico no Brasil; e o ritmo de execução das obras da Ferrovia Transnordestina. Na verdade, são três audiências ainda. (Pausa.)

São mais duas. (Pausa.)

E essa terceira aqui? (Pausa.)

Vai juntar o tema em que audiência? (Pausa.)

Como se fosse a de hoje? (Pausa.)

É, mas os convidados são diferentes. Bem, ressalvando esse pequeno impasse, quero colocar esse requerimento que aprovei na CAE em votação, até para oficializar essa nossa audiência pública.

Sei que nenhum Senador vai votar contra. Por isso, considero aprovado esse requerimento da CAE, na audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura.

Não sei, Senador Aloysio Nunes, se V. Ex^a quer fazer mais algum comentário, ou os convidados querem fazer algum comentário?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, antes de encerrarmos a reunião, submeto a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião. Quer dizer, já tem ata desta reunião? E vamos aprovar a ata sem...

A burocacia me fascina! É fascinante a burocacia! (Risos.)

Portanto, as Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Então, está aprovada esta suposta ata de reunião que a tecnocracia diz que existe. É a famosa Conceição: "Ninguém sabe. Ninguém viu."

Aos convidados, muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – As exposições foram boas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Foram boas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Excelentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque são convidados de extrema qualidade e competência.

Quero agradecer a todos a paciência e a tolerância.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia três de maio do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, João Durval, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Eduardo Amorim, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ivo Cassol, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores: Vital do Rêgo, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Justificam a ausência os Senadores Benedito de Lira, Mozarildo Cavalcanti e Ana Rita. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à eleição do Vice-Presidente da Comissão, que é dada como adiada. Dando prosseguimento, passa-se à segunda parte da reunião, que tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 - Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2005** - Complementar, que “Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.” **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007**

- Complementar, que “Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.” **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011**

- Complementar, que “Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:**

Pela rejeição do PLS nº 150, de 2005; do PLS nº 90 de 2007; e do PLS nº 21 de 2011, todos Complementares.

Resultado: Com a leitura do relatório feita na reunião anterior e não havendo quem queria discutir a matéria, colocada em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela rejeição dos Projetos. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2008** - Não Terminativo -, que “Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. Em seguida, com a anuência do Plenário, são submetidos os seguintes itens extrapauta: **EXTRAPAUTA - ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14, DE 2012** –

“Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, ouvido o Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional, a convocação de Audiência Pública, para a qual sejam convidados técnicos da Embrapa, Ministério da Agricultura, Emater/PB, Emepa/PB além de prefeitos e produtores, para discutir propostas de combate às pragas que há mais de dez anos provocam prejuízos a milhares de produtores nordestinos, com destaque para a cochonilha-do-carmim, que vem devastando as plantações de palma na região do Cariri paraibano.” **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima, subscrito pela Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, de 2012** - “Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, ouvido o Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional, a convocação de Audiência Pública, para a qual sejam convidados governadores, prefeitos e especialistas, para debater os efeitos das Políticas Fiscais das diversas unidades federativas, o que se convencionou chamar de Guerra Fiscal e Guerra dos Portos. Como especialista indico o Sr. Ricardo Alexandre de Almeida Santos, Procurador do Ministério Público de Contas de Pernambuco.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata, subscrito pela Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16, de 2012** - “Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n.º 12/2012 – CDR, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que trata da realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, sobre a Ferrovia Transnordestina e a inclusão de ramal no estado da Paraíba, que na referida Audiência Pública também seja debatido, pelos convidados já indicados no Requerimento n.º 12/2012, a inclusão de ramal no estado de Alagoas.” **Autoria:** Senador Benedito de Lira, subscrito pela Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lídice da Mata, Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata . Bloco/PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9^a Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A Ata será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicações diversas.

Em 10 de abril de 2012, o PSC passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força. Portanto, passando a constar, nesta Comissão, como representação do bloco.

Em 17 de abril de 2012, a Liderança do Bloco União e Força encaminhou documento à Secretaria-Geral da Mesa indicando o Senador Eduardo Amorim para compor a CDR como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves.

Há, sobre a mesa, os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria do Senador Cássio Cunha Lima que *requer, nos termos regimentais, ouvido o Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional, a convocação de Audiência Pública, para a qual sejam convidados técnicos da Embrapa, Ministério da Agricultura, Emater/PB, Emepa/PB além de prefeitos e produtores, para discutir propostas de combate às pragas que há mais de dez anos provocam prejuízos a milhares de produtores nordestinos, com destaque para a cochonilha-do-carmim, que vem devastando as plantações de palma na região do Cariri paraibano.*

Requerimento de autoria do Senador Cássio Cunha Lima que *requer, nos termos regimentais, ouvido o Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional, a convocação de Audiência Pública, para a qual sejam convidados governadores, prefeitos e especialistas, para debater os efeitos das Políticas Fiscais das diversas unidades federativas, o que se convençãou chamar de Guerra Fiscal e Guerra dos Portos. Como especialista indico o Sr. Ricardo Alexandre de Almeida Santos, Procurador do Ministério Público de Contas de Pernambuco.*

Nesse segundo requerimento, creio que a Guerra dos Portos seja um assunto um tanto quanto superado, em função da nova legislação do ICMS para importação votada aqui. Mas vamos manter.

São Governadores e Prefeitos, imagino que o Senador vá explicitar o nome de cada um deles.

Passo ao terceiro requerimento, de autoria do Presidente desta Comissão, que *requer, nos termos do art. 90, II e V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n.^o 12/2012 – CDR, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que trata da realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, sobre a Ferrovia Transnordestina e a inclusão de ramal no estado da Paraíba, que na referida Audiência Pública também seja debatido, pelos convidados já indicados no Requerimento n.^o 12/2012, a inclusão de ramal no Estado de Alagoas.*

Consulto os Senadores presentes quanto à inclusão dos mencionados requerimentos como itens extrapauta.

Não havendo manifestação contrária, considero aprovada a inclusão desses três requerimentos, que receberão os números: 14, 15 e 16 e serão deliberados ao final desta reunião, a aprovação da inclusão.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira reservada à eleição do Vice-Presidente da comissão e a segunda parte destinada à deliberação das proposições.

Vamos adiar a primeira parte, que diz respeito à eleição do Vice-Presidente da comissão, e inverter a pauta.

Segunda parte.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO N^º 150, DE 2005 - COMPLEMENTAR - Não Terminativo -

Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007 - COMPLEMENTAR - Não Terminativo -

Altera o §2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011 - COMPLEMENTAR - Não Terminativo -

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Esta Senadora.

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Lamentavelmente, pela rejeição do PLS nº 150, de 2005; do PLS nº 90, de 2007; e do PLS nº 21, de 2011, todos complementares.

Observações:

- As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos.

- Em 24/04/12, após a leitura do relatório, foi concedida vista aos Senadores Lúcia Vânia e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para fazer suas considerações, uma vez que o relatório já foi lido.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta, na reunião anterior já fizemos a leitura do nosso parecer. Foram abertas vistas coletivas e volta hoje à pauta esse Projeto de Lei.

Como é do conhecimento desta comissão, nós tínhamos, nesse processado, quatro projetos de lei complementar apensados. Em seguida, foi solicitada a retirada de um deles, ficando três outros. E o objetivo dos três projetos de lei é fazer vinculação de recursos em setores em que aqui se apresentam e alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós estamos mostrando que o Brasil tem um dos orçamentos mais rígidos do mundo. Nós temos uma pequena margem de disponibilidade para livre iniciativa, seja do Parlamento, seja do Executivo. Exatamente por isso, somos obrigados a aprovar a desvinculação

de recursos da União em alguns momentos, em face dessa rigidez orçamentária e de verbas vinculadas.

Exatamente por isso, estamos rejeitando os três projetos de lei e vamos concentrar as nossas energias no que foi retirado do bloco, para que possamos ali fazer as mudanças necessárias.

Portanto, Srª Presidenta, nós mantemos o nosso parecer já lido e aprovado, que é pela rejeição do PLS nº 150, de 2005, Complementar; do PLS nº 90, de 2007, Complementar; e do PLS nº 21, de 2011, Complementar.

Srª Presidenta, é este o nosso parecer.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Como eu havia anunciado antes, o relatório já havia sido lido e apenas para atualizar as informações para os Srs. Senadores eu coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado, que conclui pela rejeição do PLS nº 150, de 2005; do PLS nº 90, de 2007; e nº 21, de 2011, todos complementares.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer pela rejeição dos projetos.

Embora como presidente da Mesa eu não possa votar, quero, no entanto, consignar o meu voto em contrário ao relatório. Como autora também eu não poderia votar. Mas só para consignar minha posição em contrário e manter a coerência da minha proposição.

A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para as providências cabíveis.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2008 - Não Terminativo -

Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações: – Em 24/04/2012, após a leitura do relatório, foi concedida vista aos Senadores Ana Rita e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais.

- A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Como a Senadora Lúcia Vânia não se encontra, acho que o mais adequado será tirarmos de pauta este projeto. O relatório já foi lido e S. Exª não está aqui para defendê-lo.

Temos três requerimentos extrapautas. Como nenhum dos autores está presente, vou subscrevê-los para que a nossa Comissão possa efetuar a votação.

EXTRAPAUTA**ITEM 3****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
Nº 14, DE 2012**

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, ouvido o Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional, a convocação de Audiência Pública, para a qual sejam convidados técnicos da Embrapa, Ministério da Agricultura, Emater/PB, Emepa/PB além de prefeitos e produtores, para discutir propostas de combate às pragas que há mais de dez anos provocam prejuízos a milhares de produtores nordestinos, com destaque para a cochonilha-do-carmim, que vem devastando as plantações de palma na região do Cariri paraibano.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Observações: Subscrito pela Senadora Lídice da Mata.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
Nº 15, DE 2012**

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, ouvido o Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional, a convocação de Audiência Pública, para a qual sejam convidados governadores, prefeitos e especialistas, para debater os efeitos das Políticas Fiscais das diversas unidades federativas, o que se convençãou chamar de Guerra Fiscal e Guerra dos Portos. Como especialista indico o Sr. Ricardo

Alexandre de Almeida Santos, Procurador do Ministério Público de Contas de Pernambuco.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Observações: Subscrito pela Senadora Lídice da Mata

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 5**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
Nº 16, DE 2012**

Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n.^o 12/2012– CDR, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que trata da realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, sobre a Ferrovia Transnordestina e a inclusão de ramal no estado da Paraíba, que na referida Audiência Pública também seja debatido, pelos convidados já indicados no Requerimento n.^o 12/2012, a inclusão de ramal no estado de Alagoas.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Observações: Subscrito pela Senadora Lídice da Mata.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)

Edição de hoje: 802 páginas
(OS: 12758/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

